TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO
Estado do Amazonas

Diário da Justiça
Eletrônico

Caderno 2
JUDICIÁRIO - CAPITAL

Presidente:
Desembargador
Yedo Simões de Oliveira

Ano XII • Edição 2690 • Manaus, terça-feira, 3 de setembro de 2019 dje.tjam.jus.br

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SEÇÃO I

PRESIDÊNCIA

SECRETARIA JUDICIARIA - RECURSOS

Decisões

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0000165-98.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: O Estado do Amazonas - Embargado: Cervejarias Kaiser Brasil S A - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 110/116 (NÃO ADMITO RECURSO ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO). - Advs: Vivian Maria Oliveira da Frota (OAB: 6880/AM) - Leonardo Augusto Bellorio Battilana (OAB: 258954/SP) - Adriana Rother (OAB: 319A/AM) - Arizza Rachel Morais da Cunha (OAB: 7826/AM) - Fabio Avelino Rodrigues Tarandach (OAB: 297178/SP) - Diego Caldas R de Simone (OAB: 222502/SP) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0001424-31.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a) - Embargado: José Marcos M. Esteves Filho - Embargada: Maria Regina Rocha Esteves - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 646/648 (ADMITO O RECURSO ESPECIAL). - Advs: Décio Flávio Goçalves Torres Freire (OAB: 697A/AM) - Gustavo de Marchi (OAB: 84288/MG) - Danilo Carvalho Freire (OAB: 162033/MG) - Isabella Jacob Nogueira (OAB: 8800/AM) - Gabrielle Stoco Fabio (OAB: 12913/AM) - Décio Flávio Gonçalves Torres Freire (OAB: 56543/MG) - Amilcar Augusto César de Carvalho (OAB: 1450/AM) - Amilcar Augusto César de Carvalho (OAB: 17869/DF) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0002443-72.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: L. A. C. C. - Agravante: Sociedade Amazonense de Educação e Cultura LTDA - Agravado: Antônio Adalberto Magalhães Martins - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 70/73 (ADMITO O RECURSO ESPECIAL). - Advs: Viviane Siqueira Rodrigues (OAB: 286803/SP) - Gustavo Pacifico (OAB: 184101/SP) - Flávio Luiz Yarshell (OAB: 88098/SP) - Rômulo José Fernandes da Silva (OAB: 1818/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0006266-88.2018.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: Esepo Empreendimentos Imobiliarios Ltda - Embargante: Rossi Residencial S/A - Capital Rossi - Embargada: Lineia Zaira Brito Monte - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 57/59 (NEGO SEGUIMENTO AO PRESENTE RECURSO ESPECIAL). - Advs: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 598A/AM) - Luciano da Silva Rocha (OAB: 9788/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0006794-25.2018.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: Universidade do Estado do Amazonas - Uea - Embargado: Amecy Gonçalves Bentes de Souza - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls.88/92 (ADMITO O RECURSO ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO). - Advs: Wanessa Cavalcante Fecury Soares (OAB: 6367/AM) - Eneias de Paula Bezerra (OAB: 2354/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0228607-68.2011.8.04.0001 - Apelação Cível - Manaus - Apelante: O Estado do Amazonas - Apelado: Emerson Thiago Ribeiro Nogueira - Apelado: Raimundo Barbosa Araujo - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 209/211 (ADMITO O RECURSO ESPECIAL). - Advs: Jucelino Araújo Lima (OAB: 8039/AM) - Norma Barboza Araújo (OAB: 2845/AM) - Marcos Antonio Brandão Sampaio (OAB: 1863/AM) - Gisele Cordeiro Sampaio (OAB: 8091/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0616781-38.2015.8.04.0001 - Apelação Cível - Manaus - Apelante: O Município de Manaus - Apelada: Maria Jamilsa Costa Santos - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 382/384 (NÃO ADMITO O RECURSO ESPECIAL). - Advs: Ladyane Serafim Pereira (OAB: 4990/AM) - Wiston Feitosa de Sousa (OAB: 6596/AM) - Ademario do Rosario Azevedo (OAB: 2926/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 4003582-25.2018.8.04.0000 - Agravo de Instrumento - Manaus - Agravante: Petros Fundação Petrobras de Seguridade Social - Agravado: Raimundo Alvaro da Silva - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 762/766 (NÃO ADMITO O RECURSO ESPECIAL). - Advs: Marcelo da Silva Carlos (OAB: 7366/AM) - Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB: 671A/AM) - Mauricio Sousa da Silva (OAB: 9015/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Intimações

DESPACHO DE INTIMAÇÃO

Nº 0002368-33.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: Capital Rossi Empreendimentos S/A - Embargante: São Constantino Empreendimentos Imobiliários Ltda - Embargante: Rossi Residencial S/A - Capital Rossi - Embargante: Santa Emerciana Empreendimentos Imobiliários Ltda - Embargada: Alessandra Mendes de Lira - Embargado: Marcos Pereira de Lira - Fica INTIMADO, o embargado na pessoa de seu Advogado Dr. Keila Azevedo Menezes de Castro, Lorena ferreira Caldas Ramos, Deuza Brito Ramos - Advs: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 598A/AM) - Keila Azevedo Menezes de Castro (OAB: 8113/AM) - Lorena ferreira Caldas Ramos (OAB: 10557/AM) - Deuza Brito Ramos (OAB: 9076/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0002368-33.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: Capital Rossi Empreendimentos S/A - Embargante: São Constantino Empreendimentos Imobiliários Ltda - Embargante: Rossi Residencial S/A - Capital Rossi - Embargante: Santa Emerciana Empreendimentos Imobiliários Ltda - Embargada: Alessandra Mendes de Lira - Embargado: Marcos Pereira de Lira - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Deuza Brito Ramos (9076/AM), Keila

Azevedo Menezes de Castro (8113/AM) e Lorena ferreira Caldas Ramos (10557/AM), advogado (a,s) de Alessandra Mendes de Lira e Marcos Pereira de Lira, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 30 de agosto de 2019 - Advs: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 598A/AM) - Keila Azevedo Menezes de Castro (OAB: 8113/AM) - Lorena ferreira Caldas Ramos (OAB: 10557/AM) - Deuza Brito Ramos (OAB: 9076/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0002501-75.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: J. Cruz Industria e Comercio Ltda - Embargada: Francisca Rubim Correa - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Ademário do Rosário Azevedo (2926/AM) e Wiston Feitosa de Souza (6596/AM), advogado (a,s) de Francisca Rubim Correa, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 2 de setembro de 2019 - Advs: Clemente Augusto Gomes (OAB: 438/AM) - Alberto Simonetti Cabral Neto (OAB: 2599/AM) - José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral (OAB: 3725/AM) - Roosevelt Jobim Filho (OAB: 3920/AM) - Leonardo Lemos de Assis (OAB: 6497/AM) - Rafael Cândido da Silva (OAB: 6499/AM) - Diego D'Avilla Cavalcante (OAB: 6905/AM) - Alan Yuri Gomes Ferreira (OAB: 10450/AM) - Raphael Heinrich Barbosa de Oliveira (OAB: 5885/AM) - Priscila Lima Monteiro (OAB: 5901/AM) - Igor de Mendonça Campos (OAB: 766A/AM) - Silvyane Parente de Araújo Castro (OAB: 7237/AM) - Luna de Souza Fernandes (OAB: 12663/AM) - Ademário do Rosário Azevedo (OAB: 2926/AM) - Wiston Feitosa de Souza (OAB: 6596/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0004391-49.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: Construtora Capital S/A - Embargante: Citero Empreendimentos Imobiliários Ltda - Embargante: Aretusa Empreendimentos Imobiliários Ltda - Embargado: Daniel Auzier dos Santos - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Francinei Moreira de Almeida (2464/AM) e Gesiel Barboza Santos (1804E/AM), advogado (a,s) de Daniel Auzier dos Santos, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 2 de setembro de 2019 - Advs: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 128341/SP) - Francinei Moreira de Almeida (OAB: 2464/AM) - Gesiel Barboza Santos (OAB: 1804E/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0004578-57.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: O Estado do Amazonas - Embargado: Rechilier Lima de Oliveira - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Marcos Antonio Vasconcelos (5794/AM) e Maria Eliana da Silva Horohiaque (9095/AM), advogado (a,s) de Rechilier Lima de Oliveira, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 30 de agosto de 2019 - Advs: Indra Mara Bessa (OAB: 1877/AM) - Maria Eliana da Silva Horohiaque (OAB: 9095/AM) - Marcos Antonio Vasconcelos (OAB: 5794/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0004821-35.2018.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: O Estado do Amazonas - Embargada: Maria Aila de Souza Garantizado - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Amanda Lima Martins (2487/AM) e José Eldair de Souza Martins (1822/AM), advogado (a,s) de Maria Aila de Souza Garantizado, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 2 de setembro de 2019 - Advs: Élida de Lima Reis Corrêa (OAB: 7458/AM) - José Eldair de Souza Martins (OAB: 1822/AM) - Amanda Lima Martins (OAB: 2487/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0602815-08.2015.8.04.0001 - Apelação Cível - Manaus - Apelante: O Estado do Amazonas - Apelada: Thiemmy Daiany dos Santos Brito - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Jean Cleuter Simões Mendonça (3808/AM), Jonny Cleuter Simões Mendonça (8340/AM) e Sérgio Alberto Corrêa de Araújo (3749/AM), advogado (a,s) de Thiemmy Daiany dos Santos Brito, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 2 de setembro de 2019 - Advs: Luciana Barroso de Freitas (OAB: 5144/AM) - Jonny Cleuter Simões Mendonça (OAB: 8340/AM) - Sérgio Alberto Corrêa de Araújo (OAB: 3749/AM) - Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB: 3808/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0619880-16.2015.8.04.0001 - Apelação Cível - Manaus - Apelante: AP Industria de Bebidas e Serviços de Administração de Cartão de Crédito LTDA-ME - Apelado: Banco do Brasil S/A - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Hugo Fernandes Levy Neto ,Carolina Augusta Martins (9989/AM), advogado (a,s) de - Advs: Carolina Augusta Martins (OAB: 9989/AM) - Sandro Domenich Barradas (OAB: 115559/SP) - Andrea Gonçalves Oliva Itacarambi (OAB: 25246/GO) - Érika Seffair Riker (OAB: 7735/AM) - Herlane Moreira de Oliveira Abade (OAB: 4229/RO) - Joany Sillas Pereira (OAB: 9646/AM) - Rui de Jesus Soares Junior (OAB: 7253/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0633020-88.2013.8.04.0001 - Apelação Cível - Manaus - Apelante: O Município de Manaus - Apelado: W N Comércio Importação e Representações Ltda - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Luciana Pedrosa de Moraes Rego Figueiredo (2819/AM), advogado (a,s) de W N Comércio Importação e Representações Ltda, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 2 de setembro de 2019 - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0716265-31.2012.8.04.0001 - Apelação Cível - Manaus - Apelante: Martins Rent A Car - Apelado: P.S. BARBOSA PUBLICAÇÕES - ME (AMÉRICA PUBLICAÇÕES) - Fica (am) P.S. BARBOSA PUBLICAÇÕES - ME (AMÉRICA PUBLICAÇÕES), intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 2 de setembro de 2019 - Advs: Sandro Abreu Torres (OAB: 4078/AM) - Antônia Andrade de Queiroz (OAB: 3059/AM) - João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB: 1456/Am) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 4000312-56.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento - Manaus - Agravante: General Motors do Brasil Ltda - Agravado: Jj Comércio de Materiais, Produtos e Equipamentos Hospitalares Ltda – Epp - Na forma do que dispõe o Provimento nº 028/96 de 16.04.96 da Egrégia Corregedoria Geral de Justiça, e art. 1.019, II do CPC/2015. Processo Eletrônico de Agravo de Instrumento nº 4000312-56.2019.8.04.0000/Manaus - AM, em que figuram como Agravante, General Motors do Brasil Ltda, advogado, Diogo Dantas de Moraes Furtado (33668/PE) e como Agravado, Jj Comércio de Materiais, Produtos e Equipamentos Hospitalares Ltda - Epp, advogado, Diego Henrique Santos dos Anjos (8583/AM). Fica intimada a parte agravada, por meio de seu advogado, Dr. Diego Henrique Santos dos Anjos (8583/AM), para apresentação de contrarrazões ao recurso em epígrafe, no prazo da lei, contados da publicação desta. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça. Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 29 de janeiro de 2019. Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104. - Advs: Diogo Dantas de Moraes Furtado (OAB: 33668/PE) - Diego Henrique Santos dos Anjos (OAB: 8583/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 4000312-56.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento - Manaus - Agravante: General Motors do Brasil Ltda - Agravado: Jj Comércio de Materiais, Produtos e Equipamentos Hospitalares Ltda – Epp - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Diego Henrique Santos dos Anjos (8583/AM), advogado (a,s) de Jj Comércio de Materiais, Produtos e Equipamentos Hospitalares Ltda - Epp, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 2 de setembro de 2019 - Advs: Diogo Dantas de Moraes Furtado (OAB: 33668/PE) - Diego Henrique Santos dos Anjos (OAB: 8583/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 4001948-57.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento - Manaus - Agravante: Studio Fiscal - Revisão Tributária Ltda. - Agravado: Carlos Ronaldo Lima Barroco Filho - Agravado: Eduardo Martins de Souza - Agravada: Micaella Veras Barroco - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Bartolomeu Ferreira de Azevedo Júnior (4334/AM), Dayana de Menezes Azevedo (10500/AM) e Sergio Paulo Mesquita Junior (10823/AM), advogado (a,s) de Carlos Ronaldo Lima Barroco Filho, Eduardo Martins de Souza e Micaella Veras Barroco, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 2 de setembro de 2019 - Advs: José Carlos Braga

Monteiro (OAB: 45707/RS) - Bartolomeu Ferreira de Azevedo Júnior (OAB: 4334/AM) - Dayana de Menezes Azevedo (OAB: 10500/AM) - Sergio Paulo Mesquita Junior (OAB: 10823/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 4005649-60.2018.8.04.0000 - Agravo de Instrumento - Careiro da Várzea - Agravante: Colonia de Pescadores e Pescadores Artesnais No Municipio de Careiro da Varzea-am - Agravado: Colonia de Pescadores Z-53 - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Deywison Lima de Souza (12737/AM), advogado (a,s) de Colonia de Pescadores Z-53, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 2 de setembro de 2019 - Advs: Cléa Lusia Ribeiro Braga Monteiro (OAB: 7019/AM) - Deywison Lima de Souza (OAB: 12737/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

SEÇÃO II

TRIBUNAL PLENO

Conclusões de Acórdãos

Conclusão de Acórdãos

Processo: 4000282-21.2019.8.04.0000 - Mandado de Segurança Cível, Vara de Origem do Processo Não informado
Impetrante: Carlos Alberto Nunes Praia
Advogado: Paulo Victor Pereira Barros (OAB: 13050/AM)
Impetrado: Governador do Estado do Amazonas
Procuradoria Ge: Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - Pge
Intssado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Segundo Grau Cível

Presidente: Yedo Simões de Oliveira. Relator: Lafayette Carneiro Vieira Júnior. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA – MANDADO DE SEGURANÇA – POLICIAL MILITAR – PROMOÇÃO – CONCLUSÃO EM CURSO DE HABILITAÇÃO DE OFICIAIS ADMINISTRATIVOS (CHOA) – NÃO HOUVE TEMPO MÍNIMO DE PERMANÊNCIA NA GRADUAÇÃO, CONFORME ARTIGO 25 DA LEI N° 4.044/2014 – AUSÊNCIA DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA QUANTO À GRADUAÇÃO NECESSÁRIA À PROMOÇÃO PARA 2º TENENTE – IMPETRANTE NÃO RESTOU INCLUÍDO NO QUADRO DE ACESSO POR NÃO ATENDER OS REQUISITOS DA LEI – SEGURANÇA DENEGADA. . DECISÃO: “Por unanimidade de votos, e em consonância com o parecer ministerial, o Egrégio Tribunal Pleno conhecer e denegar o Mandado de Segurança, nos termos do voto Desembargador Relator.”. Sessão: 27 de agosto de 2019.

Processo: 4000294-35.2019.8.04.0000 - Mandado de Segurança Cível, Vara de Origem do Processo Não informado
Impetrante: Leonardo Amandio Lopes
Impetrante: Marcelo Teixeira de Souza
Advogada: Martha Mafra Gonzalez (OAB: 4103/AM)
Impetrado: Governador do Estado do Amazonas
Procuradoria Ge: Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - Pge
Intssado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Segundo Grau Cível

Presidente: Yedo Simões de Oliveira. Relator: Lafayette Carneiro Vieira Júnior. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA - MANDADO DE SEGURANÇA – POLICIAL MILITAR – PROMOÇÃO – CONCLUSÃO EM CURSO DE HABILITAÇÃO DE OFICIAIS ADMINISTRATIVOS (CHOA) – AUSÊNCIA DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA QUANTO À GRADUAÇÃO NECESSÁRIA À PROMOÇÃO PARA 2º TENENTE – IMPETRANTES NÃO INCLUÍDOS NO QUADRO DE ACESSO POR NÃO ATENDEREM OS REQUISITOS DA LEI – SEGURANÇA DENEGADA. . DECISÃO: “Por maioria de votos, e em consonância com o parecer ministerial, o Egrégio Tribunal Pleno decidiu conhecer e denegar o Mandado Segurança, nos termos do voto Desembargador Relator.”. Sessão: 27 de agosto de 2019.

Processo: 4002036-95.2019.8.04.0000 - Mandado de Segurança Cível, Vara de Origem do Processo Não informado
Impetrante: Nely Baima Rabelo Cavalcante
Advogado: Álvaro da Trindade Garcia Filho (OAB: 6236/AM)
Advogado: Cleyton Rafael Martins do Amaral (OAB: 11691/AM)
Advogado: Frederico Santos Paiva (OAB: 6569/AM)
Impetrado: Governador do Estado do Amazonas
Impetrado: O Estado do Amazonas
Intssado: Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - Pge
Intssado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Segundo Grau Cível

Presidente: Yedo Simões de Oliveira. Relator: Lafayette Carneiro Vieira Júnior. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA - CONCURSO PÚBLICO - CANDIDATO APROVADO FORA DO NÚMERO DE VAGAS - ALEGAÇÃO DE PRETERIÇÃO - AÇÃO ORDINÁRIA COM TRÍPLICE IDENTIDADE EM RELAÇÃO AO MANDAMUS - LITISPENDÊNCIA CONFIGURADA - MATÉRIA SENTENCIADA NO 1º GRAU - IMPETRAÇÃO POSTERIOR À SENTENÇA, EM FLAGRANTE MA-FÉ PROCESSUAL - LITIGÂNCIA RECONHECIDA - EXTINÇÃO DO MANDAMUS SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO - DENEGAÇÃO DA SEGURANÇA.. DECISÃO: “Por unanimidade de votos, e em dissonância com o parecer ministerial, o Egrégio Tribunal Pleno decidiu não conhecer o Mandado de Segurança, denegando-o, nos termos do voto Desembargador Relator.”. Sessão: 27 de agosto de 2019.

Processo: 4002450-98.2016.8.04.0000 - Mandado de Segurança Cível, Vara de Origem do Processo Não informado
Impetrante: Márcio Jorge da Silva Santos
Advogado: Marcio Silva Teixeira (OAB: 4672/AM)
Impetrado: Governador do Estado do Amazonas
Impetrado: Comandante Geral da Polícia Militar do Estado do Amazonas

Presidente: Yedo Simões de Oliveira. Relator: Lafayette Carneiro Vieira Júnior. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA - MANDADO DE SEGURANÇA - CONCURSO PÚBLICO - CONTINUIDADE NO CERTAME POR FORÇA DE LIMINAR - APROVAÇÃO, POSSE E EXERCÍCIO - ANULAÇÃO DO ATO DE NOMEAÇÃO – IMPOSSIBILIDADE – NECESSIDADE DE PRÉVIO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO – SITUAÇÃO CONSOLIDADA - VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA AMPLA DEFESA E DO CONTRADITÓRIO - ATO COATOR ANULADO – RESTABELECIDO O STATUS QUO ANTE – REINTEGRAÇÃO MANTIDA – SEGURANÇA CONCEDIDA.. DECISÃO: “Por unanimidade de votos, e em dissonância com o parecer ministerial, o Egrégio Tribunal Pleno decidiu conceder a segurança, nos termos do voto Desembargador Relator.”. Sessão: 27 de agosto de 2019.

Secretaria do(a) Tribunal Pleno , em Manaus, 2 de setembro de 2019.

Intimações

INTIMAÇÃO: Fica o representante legal, Dr. **CLEYTON RAFAEL MARTINS DO AMARAL (OAB/AM nº 11.691).** Advogado da Embargada **ANA PAULA MAIA ANDRADE**. Intimado para , querendo, contrarrazoar o presente recurso no prazo de 05 (cinco) dias no despacho de fls. 25, exarado pela Desdora. **MARIA DO PERPERTUO SOCORRO GUEDES MOURA** nos autos de

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0005659-41.2019.8.04.0000. Embargante: o Estsdo do Amazonas e Embargada: Ana Paula Maia Andrade. **Despacho.** Em respeito à garantia constitucional do contraditório e tendo em vista a interposição de Embargos de Declaração com pedido de efeito modificativo, abra-se vista ao embargado para, querendo, contrarrazoar o presente recurso no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do art. 1.023, §2º do Código de Processo Civil. Manaus, 02 de setembro de 2019

Decisões

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 4003903-26.2019.8.04.0000 - Mandado de Segurança Cível - Manaus - Impetrante: Márcio José Fonseca de Oliveira - Impetrado: Governador do Estado do Amazonas - FICA INTIMADO o Impetrante, por meio de seu representante legal, Advogado: Dr. Dimas Fonseca Pereira (8765/AM), da DECISÃO MONOCRÁTICA proferida pelo Exmo. Senhor Desembargador João de Jesus Abdala Simões, Relator destes autos, cujo teor final é o seguinte: "Fincado nessas razões, estando configurada a ocorrência de coisa julgada, extingo o presente Mandado de Segurança sem resolução de mérito, com espeque no art. 485, V, do CPC. 07. Intimem-se as partes. Transcorrido o prazo recursal, sem irresignação, arquivem-se os autos. ". Manaus, 2 de setembro de 2019. Secretaria do Tribunal Pleno - Advs: Dimas Fonseca Pereira (OAB: 8765/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

EDITAL

4004522-87.2018.8.04.0000 - Mandado de Segurança Cível
Impetrante: **Georgeth Araújo Míglio Rodrigues**
Advogado: Ludimilla Migilo Conde Rodrigues Costa (12298/AM)
Impetrado: **Exmo. Sr. Governador do Estado do Amazonas**

FICA INTIMADA a Impetrante, por meio de seu representante legal, Advogada: Dra. Ludimilla Migilo Conde Rodrigues Costa (12298/AM), da **DECISÃO MONOCRÁTICA** proferida pelo Exmo. Senhor Desembargador Délcio Luís Santos, Relator destes autos, cujo teor final é o seguinte: "Pelo exposto, seja pela coisa julgada, seja pela litispendência quando da sua interposição, julgo extinto o presente feito sem a resolução do mérito, o que faço nos termos do art. 485, V, do CPC. Intimem-se, após, providencie-se a baixa do processo". Manaus, 2 de setembro de 2019.

Secretaria do Tribunal Pleno
2 de setembro de 2019

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 4003947-45.2019.8.04.0000 - Mandado de Segurança Cível - Manaus - Impetrante: Laura Bianca Cabral Fraiji Sposina - Impetrado: Governador do Estado do Amazonas - Impetrado: O Estado do Amazonas - EDITAL 4003947-45.2019.8.04.0000 - Mandado de Segurança Cível Impetrante : Laura Bianca Cabral Fraiji SposinaAdvogado : Monique Rodrigues Lopes (5550/AM)Advogada : Priscila Nogueira França (3340/AM)Impetrado : Governador do Estado do AmazonasImpetrado : O Estado do Amazonas FICA INTIMADA a Impetrante, por meio de suas representantes legais, Advogadas: Dras. Monique Rodrigues Lopes (5550/AM) e Priscila Nogueira França (3340/AM), da DECISÃO MONOCRÁTICA proferida pelo Exmo. Senhor Desembargador Délcio Luís Santos, Relator destes autos, cujo teor final é o seguinte: " Uma vez que o patrono ostenta poderes para tanto, acolho o pedido e HOMOLOGO A DESISTÊNCIA". Manaus, 2 de setembro de 2019. Secretaria do Tribunal Pleno 2 de setembro de 2019 - Advs: Monique Rodrigues Lopes (OAB: 5550/AM) - Priscila Nogueira França (OAB: 3340/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0000100-06.2019.8.04.0000 - Agravo Interno Cível - Manaus - Agravante: O Estado do Amazonas - Agravada: Maria Rosiany Anute de Souza - EDITAL 0000100-06.2019.8.04.0000 - Agravo Interno Cível Agravante : O Estado do AmazonasProcurador : Tatianne Vieira Assayag Toledo (3653/AM)Agravada : Maria Rosiany Anute de SouzaAdvogada : Raquel da Silva Sena Barbosa (4268/AC) FICA INTIMADA a Agravada, por meio de sua representante legal, Advogada: Dra. Tatianne Vieira Assayag Toledo (3653/AM), da DECISÃO MONOCRÁTICA proferida pelo Exmo. Senhor Desembargador Délcio Luís Santos, Relator destes autos, cujo teor final é o seguinte: " Ante o exposto nos termos do art. 932, III, do Código de Processo Civil, NEGO SEGUIMENTO ao agravo interno. Transcorrido o prazo legal sem a interposição de recurso, executem-se os procedimentos de praxe para baixa e encerramento do feito". Manaus, 2 de setembro de 2019. Secretaria do Tribunal Pleno 2 de setembro de 2019 - Advs: Tatianne Vieira Assayag Toledo (OAB: 3653/AM) - Raquel da Silva Sena Barbosa (OAB: 4268/AC) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 4003911-03.2019.8.04.0000 - Mandado de Segurança Cível - Manaus - Impetrante: Rosilene de Deus Medeiros - Impetrado: Governador do Estado do Amazonas - Impetrado: Secretário da Secretaria de Saúde do Estado do Amazonas - SUSAM - Impetrado: Fundação Hospital Adriano Jorge - EDITAL 4003911-03.2019.8.04.0000 - Mandado de Segurança Cível Impetrante : Rosilene de Deus MedeirosAdvogado : José Militão Rodrigues da Silva (12721/AM)Advogado : Luan Felipe Rodrigues Campos (11058/AM)Impetrado : Governador do Estado do AmazonasImpetrado : Secretário da Secretaria de Saúde do Estado do Amazonas - SUSAMImpetrado : Fundação Hospital Adriano JorgeProcuradoria Ge : Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - PgeMPAM : Ministério Público do Estado do Amazonas - Segundo Grau Cível FICA INTIMADA a Impetrante, por meio de seus representantes legais, Advogados: Dr. José Militão Rodrigues da Silva (12721/AM) e Luan Felipe Rodrigues Campos (11058/AM), da DECISÃO MONOCRÁTICA proferida pela Exma. Senhora Desembargadora Joana dos Santos Meirelles, Relatora destes autos, cujo teor final é o seguinte: "Por todas estas razões, a teor do art. 7º, §2º, da Lei n. 12.016/2009 c/c art. 1º, da Lei n. 9.494/97, INDEFIRO o pedido de liminar formulado. Notifique-se a autoridade apontada como coatora para que preste informações e cientifique-se o ente, por meio da Procuradoria Geral do Estado, dando-lhes o prazo comum de 10 (dez) dias, nos termos do artigo 7º, incisos I e I, da Lei 12.016/09. Transcorrido o prazo, prestadas ou não as informações, dê-se vista ao Graduado Órgão Ministerial". Manaus, 2 de setembro de 2019. Secretaria do Tribunal Pleno 2 de setembro de 2019 - Advs: José Militão Rodrigues da Silva (OAB: 12721/AM) - Luan Felipe Rodrigues Campos (OAB: 11058/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 4003852-15.2019.8.04.0000 - Mandado de Segurança Cível - Manaus - Impetrante: Maria Aldenice Coelho Fernandes - Impetrado: Governador do Estado do Amazonas - EDITAL 4003852-15.2019.8.04.0000 - Mandado de Segurança Cível Impetrante : Maria Aldenice Coelho FernandesAdvogado : Cleyton Rafael Martins do Amaral (11691/AM)Advogado : Frederico Santos Paiva (6569/AM)Impetrado : Governador do Estado do AmazonasProcuradoria Ge : Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - PgeMPAM : Ministério Público do Estado do Amazonas - Segundo Grau Cível FICA INTIMADA a Impetrante, por meio de seus representantes legais, Advogados: Drs. Cleyton Rafael Martins do Amaral (11691/AM) e Frederico Santos Paiva (6569/AM), da DECISÃO MONOCRÁTICA proferida pela Exma. Senhora Desembargadora Joana dos Santos Meirelles, Relatora destes autos, cujo teor final é o seguinte: "Por todas estas razões, a teor do art. 7º, §2º, da Lei n. 12.016/2009 c/c art. 1º, da Lei n.

9.494/97, INDEFIRO o pedido de liminar formulado. Notifique-se a autoridade apontada como coatora para que preste informações e cientifique-se o ente, por meio da Procuradoria Geral do Estado, dando-lhes o prazo comum de 10 (dez) dias, nos termos do artigo 7º, incisos I e I, da Lei 12.016/09. Transcorrido o prazo, prestadas ou não as informações, dê-se vista ao Graduado Órgão Ministerial. ". Manaus, 2 de setembro de 2019. Secretaria do Tribunal Pleno 2 de setembro de 2019 - Advs: Cleyton Rafael Martins do Amaral (OAB: 11691/AM) - Frederico Santos Paiva (OAB: 6569/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 4000999-33.2019.8.04.0000 - Mandado de Segurança Cível - Manaus - Impetrante: Douglas Silva Ataide - Impetrado: Governador do Estado do Amazonas - EDITAL 4000999-33.2019.8.04.0000 - Mandado de Segurança Cível Impetrante : Douglas Silva AtaideAdvogado : Cleyton Rafael Martins do Amaral (11691/AM)Soc. Advogados : Frederico Santos Paiva (6569/AM)Advogado : Álvaro da Trindade Garcia Filho (6236/AM)Advogado : PAULO VICTOR SOLART COELHO (14212/AM) Impetrado : Governador do Estado do AmazonasProcuradoria Ge : Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - PgeMPAM : Ministério Público do Estado do Amazonas - Segundo Grau Cível FICA INTIMADO o Impetrante, por meio de seus representantes legais, Advogados: Drs. Álvaro da Trindade Garcia Filho (6236/AM), Cleyton Rafael Martins do Amaral (11691/AM), Frederico Santos Paiva (6569/AM) e PAULO VICTOR SOLART COELHO (14212/AM), da DECISÃO MONOCRÁTICA proferida pela Exma. Senhora Desembargadora Joana dos Santos Meirelles, Relatora destes autos, cujo teor é o seguinte: "INDEFIRO o pedido de cumprimento de sentença, eis que o Estado do Amazonas não foi intimado até a presente data acerca do julgamento dos Embargos de Declaração, eis que tendo a prerrogativa de intimação pessoal, a intimação eletrônica somente se perfectibiliza com a certidão de leitura ou com o transcurso do prazo de 10 (dez) dias, na forma do art. 5°, §3°, da Lei n. 11.419, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2006. Ademais, tratando-se de pedido de cumprimento de acórdão, a prerrogativa é do Presidente do Órgão Julgador, não podendo ser feito por meio de petição simples dentro do presente Mandado de Segurança, eis que tratando-se de cumprimento PROVISÓRIO de acórdão, deve ser realizado em incidente próprio. Desta forma, ADVIRTO o Autor para que cesse atitudes de tumulto processual, aguardando o resultado do feito, dentro do trâmite regular. ". Manaus, 2 de setembro de 2019. Secretaria do Tribunal Pleno 2 de setembro de 2019 - Advs: Cleyton Rafael Martins do Amaral (OAB: 11691/AM) - Frederico Santos Paiva (OAB: 6569/AM) - Álvaro da Trindade Garcia Filho (OAB: 6236/AM) - PAULO VICTOR SOLART COELHO (OAB: 14212/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 4003713-97.2018.8.04.0000 - Mandado de Segurança Cível - Manaus - Impetrante: Celio Acacio e Silva - Impetrado: Governador do Estado do Amazonas - Impetrado: Ilmo Sr. Comandante Geral da Policia Militar do Estado do Amazonas/am - EDITAL 4003713-97.2018.8.04.0000 - Mandado de Segurança Cível Impetrante : Celio Acacio e SilvaAdvogado : Antonio Azevedo de Lira (5474/AM) Advogado : João Lira Tavares (8799/AM)Impetrado : Governador do Estado do AmazonasImpetrado : Ilmo Sr. Comandante Geral da Policia Militar do Estado do Amazonas/am FICA INTIMADO o Impetrante, por meio de seus representantes legais, Advogados: Drs. Antonio Azevedo de Lira (5474/AM) e João Lira Tavares (8799/AM), da DECISÃO MONOCRÁTICA proferida pelo Exmo. Senhor Desembargador Délcio Luís Santos, Relator destes autos, cujo teor final é o seguinte: "Uma vez que o patrono ostenta poderes para tanto, acolho o pedido e HOMOLOGO A DESISTÊNCIA". Manaus, 2 de setembro de 2019. Secretaria do Tribunal Pleno 2 de setembro de 2019 - Advs: Antonio Azevedo de Lira (OAB: 5474/AM) - João Lira Tavares (OAB: 8799/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

Pauta de Julgamento Designado

De ordem do Presidente da Egrégia Tribunal Pleno, Exmo(a). Des(a) Yedo Simões de Oliveira, faço público que, de acordo com o artigo 934 do Novo Código do Processo Civil, serão julgados nas próximas sessões, após cumpridas as formalidades legais, os seguintes processos:

Embargos Infringentes nº 0006356-04.2015.8.04.0000, de 11ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Embargante: Mapfre Seguros Gerais S.a
Advogado: Julio Costa (OAB: 91064/RJ)
Advogado: Gustavo Lasalvia Besada (OAB: 206758/SP)
Embargada: Chibatão Navegação e Comércio Ltda
Advogado: João Bosco A. Toledano (OAB: 1456/AM)
Advogado: Sandro Abreu Torres (OAB: 4078/AM)
MPAM: Ministério Público do Estado do Amazonas - Segundo Grau Cível
Presidente: Yedo Simões de Oliveira. Relator: Domingos Jorge Chalub Pereira. Revisor: Revisor do processo Não informado

Secretaria do(a) Tribunal Pleno, em Manaus, 2 de setembro de 2019.

SEÇÃO III

CÂMARAS REUNIDAS

Conclusões de Acórdãos

Câmaras Reunidas

Processo n.º0002171-78.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração - Origem: 2ª Vara Cível e de Acidentes de TrabalhoJuiz Prolator: Dr. Roberto Santos Taketomi - **Embargante: Ronald Joseph Giacose** - Advogados:Dr. Antônio Braz de L. Neto (3669/AM) e Dr. Isaltino José Barbosa Neto (9055/AM) - **Embargada: Maria de Fatima Magalhães** - Advogado:Dra. Caroline Ribeiro Frota Moreira (5670/AM) - Presidente: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo - **Relatora: Exma. Srª. Desª. Maria das Graças Pessoa Figueiredo. Desembargadores presentes:** os Exmos. Srs. Desdores. **Maria das Graças Pessoa Figueiredo(Relatora)**, Ari Jorge Moutinho da Costa, Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura, Paulo César Caminha e Lima, João Mauro Bessa, Cláudio César Ramalheira Roessing, Sabino da Silva Marques, Carla Maria Santos dos Reis, Jorge Manoel Lopes Lins, Jomar Ricardo Saunders Fernandes, José Hamilton Saraiva dos Santos, Elci Simões de Oliveira, Joana dos Santos Meirelles, Onilza Abreu Gerth, Mirza Telma de Oliveira Cunha e Djalma Martins da Costa. EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DE MATÉRIA. IMPUGNAÇÃO DE MÉRITO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS. 1. Os embargos de declaração prestam-se a sanar erro material, omissão, obscuridade ou contradição existentes em qualquer ato judicial de conteúdo decisório. Inexistindo tais vícios e tendo como objetivo a rediscussão de matérias julgadas à exaustão no acórdão embargado, o recurso há de ser rejeitado. 2. Ao compulsar os autos, verifica-se que o Embargante apresenta inconformismo com o desfecho do julgamento em que se concluiu pela inadmissibilidade da Ação Rescisória apresentada por ele. 3. A matéria trazida à baila nestes Embargos de Declaração fora devidamente analisada e exaurida, não sendo possível acolhê-los, ante a nítida intenção de rediscutir a matéria com o fito de reverter o resultado que lhe foi desfavorável. 4. Embargos declaratórios rejeitados. **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes das Egrégias Câmaras Reunidas do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, rejeitar os embargos de declaração.

Processo nº 0003399-88.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Origem:3ª Vara da Fazenda Pública - Juíza Prolatora:Dra. Etelvina Lobo Braga - **Embargante:Edson Barbosa Avelino** - Advogado:Dr. Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (189340/SP), Dr. Vito Sasso Filho (10344/AM) e Dra. Beatriz de Souza Souza (12761/AM) - **Embargado: Estado do Amazonas** - Procurador do Estado: Dr. Laércio de Castro Dourado Júnior (13184/AM) - Presidente: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo - **Relator: Exmo. Sr. Des. Elci Simões de Oliveira. Desembargadores presentes:** os Exmos. Srs. Desdores. **Elci Simões de Oliveira (Relator)**, Joana dos Santos Meirelles, Délcio Luís Santos, Onilza Abreu Gerth, Mirza Telma de Oliveira Cunha, Djalma Martins da Costa, Maria das Graças Pessoa Figueiredo, Ari Jorge Moutinho da Costa, Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura, Paulo César Caminha e Lima, João Mauro Bessa, Cláudio César Ramalheira Roessing, Sabino da Silva Marques, Carla Maria Santos dos Reis,Jorge Manoel Lopes Lins e José Hamilton Saraiva dos Santos. **EMENTA:** Embargos de declaração. Omissão. Contradição. Inexistência. 1. Os embargos de declaração só se prestam a sanar obscuridade, omissão ou contradição porventura existentes no acórdão, não servindo à rediscussão da matéria já apreciada no recurso. 2. Reveste-se de caráter nitdamente infringente os argumentos dos aclaratórios que, a pretexto de omissão e obscuridade, repetem os fundamentos do apelo. 3. A contradição que autoriza a interposição de embargos declaratórios é a interna, ou seja, entre as proposições do próprio julgado, não cabendo entre a sua conclusão e as provas dos autos, como pretende o recorente. 4. Embargos de declaração conhecidos e desprovidos. **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem as Câmaras Reunidas do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer e desprover o recurso, nos termos e fundamentos do voto do relator.

Processo n.º 0004351-67.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração - Origem:1ª Vara da Fazenda Pública - Juiz Prolator: Dr. Ronnie Frank T. Stone - **Embargante:Raimundo Nonato Pinheiro do Nascimento -** Advogados:Dr. Roberto Pontes do Nascimento Junior(OAB/AM nº 9142), Dra. Bruna Souza de Figueiredo (7742/AM), Dra. Taís Miranda Rodrigues (7743/AM) e Dr. Caio Miranda Rodrigues - **Embargada:Universidade do Estado do Amazonas - UEA -** Procuradora da UEA:Dra. Luciana Elvas Pinheiro Costa - Presidente: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo - **Relator: Exmo. Sr. Des. Djalma Martins da Costa. Desembargadores presentes:** os Exmos. Srs. Desdores. **Djalma Martins da Costa(Relator)**, Maria das Graças Pessoa Figueiredo, Ari Jorge Moutinho da Costa, Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura, Paulo César Caminha e Lima, João Mauro Bessa, Cláudio César Ramalheira Roessing, Sabino da Silva Marques, Carla Maria Santos dos Reis, Jorge Manoel Lopes Lins, Jomar Ricardo Saunders Fernandes, José Hamilton Saraiva dos Santos, Elci Simões de Oliveira, Joana dos Santos Meirelles e Onilza Abreu Gerth. **Impedido**: Exmo. Sr. Des. Délcio Luis Santos. **EMENTA:** EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. APELAÇÃO CÍVEL EM MANDADO DE SEGURANÇA. OMISSÃO, OBSCURIDADE E CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. DECLARATÓRIOS REJEITADOS. O Acórdão embargado está bem fundamentado, deixando claro que foi correta a extinção do proceso pelo não pagamento de custas, ante o indeferimento do benefício da justiça gratuita requerido pelo Embargante. Dessarte, como se observa de forma clara, a pretensão recursal não trata da existência de omissão, contradição, obscuridade ou erro material, mas sim de inconformismo direto com o resultado da decisão, que foi contrário aos interreses da parte ora Embargante. Resalte-se que a mera insatisfação com o conteúdo da decisão embargada não enseja Embargos de Declaração. Esse não é o objetivo dos Aclaratórios, recurso que se presta tão somente a sanar os vícios decorentes da ausência de análise dos temas trazidos à tutela jurisdicional, no momento processual oportuno, conforme o art. 1.022 do CPC. Nese sentido: EDcl no AgInt nos EDcl no REsp 1.46.326/PR, Rel. Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe 13/6/2018; EDcl nos EDcl no REsp 1.68.528/RS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2018; Embargos de Declaração rejeitados**. ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes do Câmaras Reunidas , por unanimidade de votos, em rejeitar aos Embargos de Declaração interpostos por Raimundo Nonato Pinheiro do Nascimento.

Processo nº 0221731-63.2012.8.04.0001 - Apelação - Origem: 3ª Vara da Fazenda Pública Estadual - **Apelante: Idelfonso Ferreira de Oliveira** - Advogada:Dra. Ana Esmelinda Menezes de Melo (356A/AM) - **Apelados:Estado do Amazonas e Comandante Geral da Polícia Militar do Estado do Amazonas -** Procuradora do Estado:Dra. Luciana Barroso de Freitas(OAB/AM nº 5144) **-** Presidente: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo - **Relatora: Exma. Srª. Desª. Mirza Telma de Oliveira Cunh. Desembargadores presentes:** os Exmos. Srs. Desdores. **Mirza Telma de Oliveira Cunha (Relatora)**, Djalma Martins da Costa, Maria das Graças Pessoa Figueiredo, Ari Jorge Moutinho da Costa, Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura, Paulo César Caminha e Lima, João Mauro Bessa, Cláudio César Ramalheira Roessing, Sabino da Silva Marques, Carla Maria Santos dos Reis, Jorge Manoel Lopes Lins, Jomar Ricardo Saunders Fernandes, José Hamilton Saraiva dos Santos, Elci Simões de Oliveira, Joana dos Santos Meirelles e Onilza Abreu Gerth.**Impedido**: Exmo. Sr. Des. Délcio Luis Santos. EMENTA: RECURSO DE APELAÇÃO. MANDADO DE SEGURANÇA. ATO ATACADO PRATICADO COM BASE EM NORMA DECLARADA CONSTITUCIONAL PELO TRIBUNAL PLENO. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. 1- Mandado de Segurança é da classe dos procedimentos especiais em que a cognição do objeto litgioso é limitada; 2- São requisitos para a concessão da segurança a existência de direito líquido e certo violado por ato abusivo ou ilegal; 3- Sendo legal o ato impugnado, não se pode conceder a segurança. 4- Recurso conhecido e desprovido. **ACORDAM** os senhores desembargadores, por unanimidade, em negar provimento ao recurso e manter a sentença, nos termos do voto do relator, que passa a integrar o julgado.

Processo n.º 4000773-28.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento - Origem:Vara Especializada da Dívida Ativa Estadual - **Agravante: Estado do Amazonas** Procuradora do Estado: Dra. Vivian Maria Oliveira da Frota (6880/AM) - **Agravado:Giron Indústria e Comércio de Madeiras Ltda** - Advogados: Dr. César Passos de Oliveira (9565/RO), Dr. Gabriel Lopes de Souza (9554/RO) e Dra. Tafsa Teles Fiqueira (9696/RO)Presidente: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo - **Relatora: Exma. Srª. Desª. Joana dos Santos Meirelles -** Procuradora de Justiça:Exma. Srª. Drª. Antonina Maria de Castro do Couto Valle. **Desembargadores presentes:** os Exmos. Srs. Desdores. **Joana dos Santos Meirelles(Relatora)**, Délcio Luís Santos, Onilza Abreu Gerth, Mirza Telma de Oliveira Cunha, Djalma Martins da Costa, Maria das Graças Pessoa Figueiredo, Ari Jorge Moutinho da Costa, Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura, Paulo César Caminha e Lima, João Mauro Bessa, Cláudio César Ramalheira Roessing, Sabino da Silva Marques, Carla Maria Santos dos Reis, Jorge Manoel Lopes Lins, José Hamilton Saraiva dos Santos e Elci Simões de Oliveira. **Impedido**: Exmo. Sr. Des. Jomar R. Saunders Fernandes. EMENTA: ADMINISTRATIVO. SUSPENSÃO DE INSCRIÇÃO ESTADUAL. CONSTATAÇÃO PELOS AGENTES ADMINISTRATIVOS DE INCONSISTÊNCIA DAS DECLARAÇÕES INFORMADAS PELA AGRAVADA, VIA ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL. ART. 84, V, DO RICMS. AUSÊNCIA DE PRÉVIO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA. RECURSO DESPROVIDO. Deve ser mantida a decisão que concedeu medida liminar em ação mandamental para determinar a reativação da inscrição estadual da autora quando a penalidade aparenta ter sido aplicada sem observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa, os quais devem ser asegurados também no âmbito administrativo, nos termos do art. 5º, LV da Constituição Federal. **ACORDAM**, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem as Câmaras Reunidas do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos em NEGAR PROVIMENTO ao recurso, nos termos do voto da Relatora.

Processo nº 4002477-13.2018.8.04.0000 - Ação Rescisória - Autores:Edson Vieira Fragata Júnior, Maristela da Silva Fragata e Maria José da Silva Fragata - Advogado: Dr. Romildo Bentes Campos (1367/AM) - **Réu:Banco Bradesco S.A. -** Presidente: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo - **Relator: Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury. Desembargador presente:** os Exmos. Srs. Desdores. **Aristóteles Lima Thury (Relator)**, João Mauro Bessa, Sabino da Silva Marques, Jorge Manoel Lopes Lins, Nélia Caminha Jorge, Jomar Ricardo Saunders Fernandes, Airton Luís Corrêa Gentil, José Hamilton Saraiva dos Santos, Anselmo Chíxaro, Elci Simões de Oliveira, Joana dos Santos Meirelles, Onilza Abreu Gerth, Mirza Telma de Oliveira Cunha, Djalma Martins da Costa, João de Jesus Abdala Simões, Maria das Graças Pessoa Figueiredo, Ari Jorge Moutinho da Costa, Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura e Domingos Jorge Chalub Pereira. **Impedido**: Exmo. Sr. Des. Délcio Luis Santos. EMENTA: AÇÃO RESCISÓRIA. DECISÃO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO COMO PROVA NOVA. AGRAVO DE INSTRUMENTO PRETÉRITO RESCIDENDO. IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA. NECESSIDADE DA PROVA SER EXISTENTE AO TEMPO DA DECISÃO RESCIDENDA. NÃO OCORRÊNCIA. A ação rescisória com base em prova nova prevista no inciso VII do artigo 966, do Código de Proceso Civil exige a existência da mesma quando da decisão rescidenda, na qual a parte desconhecia ou não detinha meios de obtê-la. No caso, a prova nova suscitada se traduz na própria decisão do Agravo de Instrumento que anula decisão do Juízo singular, pugnando a parte a nulidade de decisão pretérita, razão pela qual impossível a utilzação de decisão judicial como prova nova. Precedente STJ - AgInt no AREsp: 1241970 AC 2018/0023554-1, Relator: Ministro MARCO AURÉLIO BELIZZE, Data de Julgamento: 08/05/2018, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 18/05/2018. - AÇÃO RESCISÓRIA IMPROCEDENTE. **ACORDAM** os Desembargadores que integram as Câmaras Reunidas do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos em, julgar improcedente a ação rescisória, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar o julgado

Processo n.º 4005866-06.2018.8.04.0000 - Reclamação - Origem: 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais **Reclamante: Global Consultoria Imobiliária Ltda.** Advogados:Dr. Marcelo Nedel Scalzilli(OAB/RS n.º 45.861), Dra. Ingrid Nedel Spohr Schmitt (68625/RS) e Dra.Gabriele Chimelo Pereira Ronconi (OAB/RS n.º 70.368) **Reclamado:Terceira Turma Recursal do Estado do Amazonas** - Interessada:Carolina do Socorro Maia dos Santos Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge - **Relator: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões -** Procuradora de Justiça:Exma. Sra. Dra. Suzete Maria dos Santos. Desembargadores presentes: os Exmos. Srs. Desdores. **João de Jesus Abdala Simões(Relator)**, Maria das Graças Pessoa Figueiredo, Ari Jorge Moutinho da Costa, Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura, Domingos Jorge Chalub Pereira, Paulo César Caminha e Lima, João Mauro Bessa, Cláudio César Ramalheira Roessing, Sabino da Silva Marques, Jorge Manoel Lopes Lins, José Hamilton Saraiva dos Santos, Anselmo Chíxaro, Joana dos Santos Meirelles, Délcio Luís Santos, Onilza Abreu Gerth, Mirza Telma de Oliveira Cunha e Djalma Martins da Costa. EMENTA: RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL. ACÓRDÃO PROFERIDO POR TURMA RECURSAL DE JUIZADO ESPECIAL. EXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO À AUTORIDADE DE DECISÃO PROFERIDA PELO STJ. RESTITUIÇÃO DE VALORES PAGOS A TÍTULO DE COMISSÃO DE CORRETAGEM. PRAZO PRESCRICIONAL TRIENAL. MATÉRIA AFETADA NO REsp N.° 1.551.956/SP. PROCEDÊNCIA DA DEMANDA. I - Entendeu o Juízo Recursal que o prazo prescricional a ser aplicado ao caso é o quinquenal, por este ser o mais favorável ao consumidor (art. 27 do CDC). II - Ocorre que, no recurso repetitivo REsp n.° 1.551.956/SP, o STJ consignou pela incidência da prescrição trienal sobre a pretensão de restituição dos valores pagos a título de comisão de coretagem ou de serviço de asistência técnico-imobilária (SATI), ou atividade congênere (art.206, § 3º, IV, CC). III - Dessa forma, considerando que a celeuma jurídica trata, justamente, da restituição dos valores pagos a título de comisão de corretagem e que entre o contrato (celebrado em 31/08/2010) e a propositura da demanda (02/12/2013) há um lapso temporal superior a 3 (três) anos, resta evidenciada: (i) a incidência da prescrição trienal ao caso dos autos e, por via de consequência, (i) a divergência do acórdão com o entendimento adotado pelo Tribunal Superior. IV Reclamação procedente para cassar o acórdão prolatado pela 3ª Turma Recursal nos autos do Recurso nº 0610546-81.2013.8.04.0015. **Acordam** os Desembargadores integrantes da Câmaras Reunidas do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidades de votos, pela procedência da presente Reclamação, nos termos do voto do Relator.

Processo: 406406-54.2018.8.04.00 - Agravo de Instrumento - Origem: 6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho - Agravante: Fundação Nokia de Ensino - Advogado(s): AdrIane Cristine Cabral Magalhães (5373/AM) - Agravado: Lidivik Eduardo Silva de Paula - Advogada: Luciane Baros de Souza (4789/AM) - Presidente: Exma. Sra. Desª. Nélia Caminha Jorge Relator: João Mauro Besa - Procurador de Justiça: Procurador da sesão atual do processo Não informado. **Desembargadores presentes**: os Exmos. Srs. Desdores. **João Mauro Bessa (Relator)**, Cláudio César Ramalheira Roessing, Sabino da Silva Marques, Jorge Manoel Lopes Lins, José Hamilton Saraiva dos Santos, Anselmo Chíxaro, Joana dos Santos Meirelles, Délcio Luís Santos, Onilza Abreu Gerth, Mirza Telma de Oliveira Cunha, João de Jesus Abdala Simões, Maria das Graças Pessoa Figueiredo, Ari Jorge Moutinho da Costa, Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura, Domingos Jorge Chalub Pereira e Paulo César Caminha e Lima. EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO EM MANDADO DE SEGURANÇA - MEDIDA LIMINAR CONCEDIDA POR JUÍZO ABSOLUTAMENTE INCOMPETENTE - ATO COATOR ATRIBUÍDO A DIRETORA DE ESCOLA PARTICULAR - FUNÇÃO DELEGADA PELO PODER PÚBLICO ESTADUAL - COMPETÊNCIA DE UMA DAS VARAS DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL - MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA - INCOMPETÊNCIA PRONUNCIADA *EX OFFICIO* - PROCESO ANULADO *AB INITIO* - MANUTENÇÃO DA LIMINAR CONCEDIDA EM PRIMEIRA INSTÂNCIA - REMESA AO JUÍZO COMPETENTE - RECURSO PREJUDICADO. 1. No âmbito desta Corte de Justiça, a competência quanto às ações mandamentais orienta-se ex ratione personae. É o que estabelece a Constiuição do Estado do Amazonas, em seu artigo 72, inciso I, alínea “c”. 2. A competência em razão da pesoa visa atender ao interrese público, razão pela qual detém natureza absoluta, sendo, portanto, improrogável e cognoscível a qualquer tempo e grau de jurisdição, inclusive de ofício. Nesse sentido é a norma do artigo 64, § 1.º, do CPC/2015. 3. *In casu*, a autoridade indicada para figurar no polo passivo da demanda trata-se de diretora de escola particular que, embora figure como gestora de entidade privada, exerce função delegada pelo Poder Público Estadual, consoante preconiza o art. 17, II da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 4. A legitmidade passiva da mencionada gestora advém de expressa previsão legal, na medida em que a própria Lei do Mandado de Segurança a equipara a autoridade coatora para fins de impetração de ação mandamental (art. 1º, § 1º da Lei 12.016/09). Asim, impõe-se reconhecer a competência de uma das Varas da Fazenda Pública Estadual para o julgamento do feito, de acordo com que estabelece o art. 152, I, c da Lei Complementar 17/197. 5. Não se concebe que uma entidade privada esteja figurando como autoridade coatora em um mandado de segurança, pois delegatária, e este se encontre tramitando em uma vara cível, ao invés de em uma da Fazenda Pública Estadual. Das duas uma, ou a entidade privada tem delegação estadual, sendo admissível o mandado de segurança de competência de uma das Varas da Fazenda Pública ou não a possui, sendo apenas cabível a ação ordinária e de competência de uma das Varas Cíveis. 6. Anulação ab inito do processo de origem que se faz necesária, preservando-se, todavia, os efeitos da decisão proferida pelo juízo incompetente até que outra seja proferida, se for o caso, pelo juízo competente. Inteligência do art. 64, § 4.º, CPC/2015. 7. Pronunciada a incompetência absoluta do Juízo de Direito da 6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho Proceso de origem anulado ab inito. Efeitos da decisão liminar mantidos. Remesa dos autos ao juízo competente para procesamento e julgamento do feito. Recurso Prejudicado. **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem as Câmaras Reunidas deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por

unanimidade de votos e em dissonância com o parecer do graduado órgão do Ministério Público, em julgar prejudicado o presente recurso e, de ofício, declarar a incompetência absoluta do Juízo de Direito da 6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho para processar e julgar o mandado de segurança nº 0660368-08.2018.8.04.0001, e, como consequência, anulá-lo ab initio, preservando, todavia, os efeitos da decisão liminar concedida pelo Juizo a quo, e determinar a remessa da ação originária a uma das Varas da Fazenda Pública Estadual, nos termos do voto que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.

Secretaria das Câmaras Reunidas, em Manaus , 02 de setembro de 2019. Maria Goreth Souza .

Intimações

CÂMARAS REUNIDAS

INTIMAÇÕES

De ordem do Exmo. Sr. Desembargador **Joana dos Santos Meirelles**, Relator nos autos de **Mandado de Segurança Cível** nº **4001761-49.2019.8.04.0000,** Manaus/Am em que é Impetrante **Valdemar Rodrigues Bandeira** e Impetrado **Câmara Municipal de Manaquiri (AM),** Procurador: **Dr. Jamys Douglas de Oliveira Bermeu 6572/AM,** fica a parte Impetrante, intimada, na pessoa de seu Advogado: **Dr. Antônio Christo da Rocha Lacerda 1188/AM,** para tomar ciência do inteiro teor da decisão de fls. 726/727, dos autos acima referidos. Em 30 de agosto de 2019. Desembargador **Joana dos Santos Meirelles.**

De ordem do Exmo. Sr. Desembargador **João de Jesus Abdala Simões**, Relator nos autos de **Mandado de Segurança Cível** nº **4004252-29.2019.8.04.0000,** Manaus/Am em que é Impetrante **Jorge Leal de Souza** e Impetrado **Juízo de Direito da 17.ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho da Capital (AM)**, Litisconsorte João Eudes da Costa Sá**,** fica a parte Impetrante intimada, na pessoa de seu Advogado: **Dr. José Gomes de Souza 1143/AM,** para tomar ciência do inteiro teor da decisão de fls. 498/504, dos autos acima referidos. Em 30 de agosto de 2019. Desembargador **João de Jesus Abdala Simões.**

--

Secretaria das Egrégias Câmaras Reunidas, em **02 de setembro de 2019**

Pauta de Julgamento Designado

CÂMARAS REUNIDAS
PAUTA DE JULGAMENTO DESIGNADO

De ordem da Presidente, em exercício da Egrégia Câmaras Reunidas, Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo, faço público que, de acordo com o artigo **934 do Novo Código do Processo Civil/2015 e Portaria n.º 001/2016-VPTJAM**, serão julgados nas próximas sessões, após cumpridas as formalidades legais, os seguintes processos:

Apelação / Remessa Necessária nº 0604346-61.2017.8.04.0001, de 4ª Vara da Fazenda Pública

Apelante: Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas – AMAZONPREV. Advogada: Dra. Caroline Retto Frota (OAB: 4411/AM). **Apelado: Aloysio Nogueira de Melo**. Advogada: Dra. Luciane Barros de Souza (OAB: 4789/AM). Remetente: Juízo de Direito da 4ª Vara da Fazenda Pública Estadual do Amazonas. **Presidente**: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo. **Relatora: Exma. Sra. Desa. Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura.** Procurador(a) de Justiça: Exmo(a). Sr(a). Dr(a). Antonina Maria de castro do Couto Valle.

Apelação Cível nº 0228254-86.2015.8.04.0001, de 2ª Vara da Fazenda Pública

Apelante: Angela Cristina Cardoso de Sales. Advogada: Dra. Aline Ferreira de Andrade (OAB: 7676/AM) e Dra. Marcia Lucena Rodrigues Beuren(OAB/AM nº 7903). **Apelados: Estado do Advogado:** Procurador(a) do Estado: Dr(a). Júlio Cezar Lima Brandão(OAB/AM n.º 2258) e **Fundação Getúlio Vargas-FGV**. Advogado: Dr. Décio Flávio Gonçalves Torres Freire (OAB: 697/AM). **Presidente**: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo. **Relator: Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima.** Procurador(a) de Justiça: Exmo(a). Sr(a). Dr(a). Sandra Cal Oliveira.

Secretaria das Câmaras Reunidas em Manaus/AM, 02 de setembro de 2019, Dra. Maria Goreth de Souza Ruiz, Secretária.

SEÇÃO IV

CÂMARAS ISOLADAS

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

De ordem do(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles, Relator(a) dos autos dos autos eletrônico **Embargos de Declaração Cível nº 0005661-11.2019.8.04.0000** - Manaus em que é **Embargante: José Milton Maia Rabelo.** (Advogado:Laisa Grázia Lima Martins Batista, Renato Damasceno Batista8064/AM, 3120/AM e **Embargado: Maria Rizalva Araújo da Silva**. (Advogado: [Manoel Dias Barbosa, Raimundo Nonato de Moraes Brandão 6736/AM, 8253/AM]. **Fica INTIMADO, o embargado** na pessoa de seu Advogado Dr. Manoel Dias Barbosa, Raimundo Nonato de Moraes Brandão (6736/AM, 8253/AM) para apresentação das contrarrazões aos Embargos de Declaração no prazo legal. Os autos encontram-se virtualmente à disposição dos interessados, no portal de serviços e-saj. **PT**

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles, relator(a) dos autos virtuais **de Apelação Cível nº 0054393-16.2002.8.04.0001** - Manaus/Am, em que é **Apelante: Banco do Brasil S/A**. (Advogado(a): Dr(a). Nelson Wilians Fratoni Rodrigues, Nelson Wilians Fratoni Rodrigues(598A/AM, 128341/SP**). Apelado: Adonias Araùjo do Nascimento. DECISÃO**: "Conforme disposto no art. 1.012, do CPC/2015, salvo nas exceções elencadas no parágrafo primeiro, o Recurso de Apelação será recebido em ambos os efeitos. Desta forma, não se enquadrando em nenhuma das hipóteses de exceção ao recebimento no recurso com efeito suspensivo, recebo o presente apelo em seus ambos efeitos. Intime-se as partes, após, vista ao Graduado Órgão Ministerial. À Secretaria, para providências**.". PT**

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles, relator(a) dos autos virtuais de **Apelação Cível nº 0263459-89.2009.8.04.0001** - Manaus/Am, em que é **Apelante: Oi Telefonia - TNL PCS S.A**. (Advogado(a): Dr(a). Wilna Elizabeth Santiago Cavalcante, Djamai Moscariello Furnari, Bruno Cláudio Elesbão, Daniel Coutinho da Silva, Eladio Miranda Lima(4339/AM, 4375/AM, 7468/AM, 9122/AM, 86235/RJ). **Apelado: Raça Transportes Ltda**. (Advogado(a): Dr(a).Izabelle Lima Assem, Janayna Castro de Vasconcelos, Paulo Ney Simões da Silva(6075/AM, 6078/AM, 2196/AM). **DECISÃO:** "Posto isso, e o que mais dos autos consta, NÃO CONHEÇO este recurso, ante a ausência de impugnação específica, consistindo, pois, em ofensa à dialeticidade recursal, tudo nos termos do art. 932, III, do CPC. Na forma do art. 85, §11, do CPC, MAJORO os honorários de sucumbência, para 15% (quinze por cento) sobre o valor da condenação. Intimem-se as partes. Findo prazo recursal sem irresignação, devolvam os autos à 4ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. À Secretaria desta Câmara, para as providências necessárias**." PT**

De ordem do(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles, Relator(a) dos autos dos autos eletrônico **Agravo de Instrumento nº 4004263-58.2019.8.04.0000** - Manaus em que é **Agravante: Ursula Oliveira da Costa** (Advogado(a): Dr(a). Ana Virgínia Arakian Izel3701/AM e **Agravado: Erenilce Oliveira da Costa fica INTIMADO o AGRAVANTE,** na pessoa de seu Advogado Dr(a). Ana Virgínia Arakian Izel 3701/AM. "Trata-se de agravo de instrumento impetrado por Ursula Oliveira da Costa contra decisão proferida pelo MM. Juiz(a) da 1ª Vara de Família, nos autos da ação ordinária de nº 0633131-33.2017.8.04.0001. Em análise aos documentos acostados aos autos, verifico que o(a) agravante não promoveu a juntada do comprovante de pagamento do preparo e não formulou pedido de concessão da gratuidade de justiça, a teor do art. 98, do CPC. Diante destas razões, na forma do art. §4º, do art. 1.007 do CPC, INTIME-SE o(a) agravante para, no prazo de 05 (cinco) dias, promover o recolhimento do preparo em dobro ou efetuar a juntada do referido comprovante, sob pena de deserção. À Secretaria para cumprimento."**PT**

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles, relator(a) dos autos virtuais de **Agravo de Instrumento nº 4003634-84.2019.8.04.0000** - Manaus/Am, em que é **Agravante: Wlademir Leite Correia Filho**. (Advogado(a): Dr(a). Douglas Rui Pessoa Reis Aguiar, Luis Felipe Avelino Medina, Pedro de Araújo Ribeiro(11441/AM, 6100/AM, 6935/AM**). Agravado: Alphaville Manaus Empreendimentos Imobiliários Ltda.. DECISÃO**: "Assim , em respeito aos princípios insculpidos no art. 5º, LXXIV da CF c/c o art. 99, § 2º, do NCPC, denego o pedido de gratuidade da justiça, e determino a intimação da parte autora a fim de que no prazo de 15 (quinze) dias, proceda ao recolhimento do preparo, sob pena de não conhecimento do recurso. À Secretaria para as diligências de praxe.". **PT**

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles, relator(a) dos autos virtuais de **Agravo de Instrumento nº 4003574-14.2019.8.04.0000** - Manaus/Am, em que é **Agravante: Amazonas Distribuidora de Energia S/A.** (Advogado(a): Dr(a). Guilherme Vilela de Paula (69306/MG), Isabela Montuori Bougleux de Araújo (1069A/AM) e Luis Philipe de Lana Foureaux (104147/MG)). **Agravado: Francisca Andreia de Souza Marinho Luz**. (Advogado(a): Dr(a). Calixto Hagge Neto (8788/AM), Diego Andrade de Oliveira (8792/AM) e Wagner Jackson Santana (8789/AM)**). DECISÃO:** (....) "Acautelo-me quanto à concessão de efeito suspensivo inaudita altera parte." **Fica INTIMADO o agravado**, na pessoa de seu advogado Dr. (a) Calixto Hagge Neto (8788/AM), Diego Andrade de Oliveira (8792/AM) e Wagner Jackson Santana (8789/AM), para apresentação das contrarrazões ao Agravo de Instrumento no prazo legal. **PT**

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles, relator(a) dos autos virtuais de **Agravo de Instrumento nº 4003984-72.2019.8.04.0000** - Manaus/Am, em que é **Agravante: Facebook Serviços Online do Brasil Ltda.** (Advogado(a): Dr(a). Celso de Faria Monteiro (1080A/AM)). **Agravado: Luiza Honorato Tiradentes**. (Advogado(a): Dr(a). Elaine de Bezerra Queiroz Benayon (3456/AM**)). DECISÃO: (....)** "Diante destas razões, considerando a presença dos requisitos, DEFIRO o pedido de efeito suspensivo ".**Fica INTIMADO o agravado**, na pessoa de seu advogado Dr. (a) Elaine de Bezerra Queiroz Benayon (3456/AM), para apresentação das contrarrazões ao Agravo de Instrumento no prazo legal. **PT**

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles, relator(a) dos autos virtuais de **Apelação Cível nº 0602671-92.2019.8.04.0001** - Manaus/Am, em que é **Apelante: Regina Cristina Borges.** (Advogado(a): Dr(a). Ikaro Pereira Amore(6350/AM). **Apelado: Jolielson Ferreira Pantoja.** (Advogado(a): Dr(a).José Eduardo Silva de Sales(7700/AM). **DECISÃO:** "Analisando-se os autos, verifico que a Apelante não somente deixou de apresentar o comprovante de pagamento das custas quando da interposição do recurso. O preparo, na verdade, não foi realizado previamente. Destarte, ausente o preparo na interposição do recurso, deveria a apelante, após sua intimação, ter efetuado o recolhimento do valor em dobro, nos termos do § 4º, do art. 1.007, do CPC. E, como é cediço, caso recolha valor menor do que o dobro, após ser intimado, o recorrente não terá direito à complementação prevista no § 2º do art. 1.007, do CPC (art. 1.007, §5º, CPC). Ou seja, ou o recorrente recolhe o valor dobrado ou o recurso não será conhecido. No caso em tela, o transcurso do prazo in albis demonstra o desinteresse da parte no cumprimento das determinações deste juízo, não merecendo ser conhecida a sua irresignação. Diante do exposto, NÃO CONHEÇO o presente recurso de apelação. Remetam-se os autos à origem. À Secretaria, para providências."**PT**

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles, relator(a) dos autos virtuais de **Apelação Cível nº 0616408-65.2019.8.04.0001 -** Manaus/Am, em que é **Apelante: Ime - Instituto Metropolitano de Ensino(Fametro).** (Advogado(a): Dr(a). Iuri Albuquerque Gonçalves, Vitor Godinho das Chagas(13487/AM, 14192/AM**). Apelado: Falhametro. DECISÃO**: "Diante destas judiciosas razões, a teor do art. 932 c/c art. 76, do CPC, DOU PROVIMENTO ao Recurso de Apelação e ANULO a Sentença de fls. 37-39, prosseguindo o feito nos seus ulteriores termos, para que haja a intimação do Apelante para correção do polo passivo da demanda, devendo indicar parte detentora de personalidade jurídica, sob pena de extinção do feito. Intimem-se o Apelante. Findo prazo recursal sem irresignação, devolvam os autos à origem. À Secretaria desta Câmara, para as providências necessárias." **PT**

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles, relator(a) dos autos virtuais de **Apelação Cível nº 0617417-67.2016.8.04.0001** - Manaus/Am, em que é **Apelante: E. A. da S. . e Apelado: E. A. da S. . DECISÃO:** "Conforme disposto no art. 1.012, do CPC/2015, salvo nas exceções elencadas no parágrafo primeiro, o Recurso de Apelação será recebido em ambos os efeitos. Desta forma, não se enquadrando em nenhuma das hipóteses de exceção ao recebimento no recurso com efeito suspensivo, recebo o presente apelo em seus ambos efeitos. Intime-se as partes, após, vista ao Graduado Órgão Ministerial. À Secretaria, para providências." **PT**

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles, relator(a) dos autos virtuais de **Apelação Cível nº 0624952-47.2016.8.04.0001** - Manaus/Am, em que **é Apelante: M. A. B. .** (Advogado(a): Dr(a). Jair Ferreira Rodrigues(1275/AM). **Apelado: R. C. dos S**. . (Advogado(a): Dr(a).Alexia Mariah Silva Michiles(11375/AM). **DECISÃO**: "Posto isso, e o que mais dos autos consta, NÃO CONHEÇO este recurso, ante a ausência de impugnação específica, consistindo, pois, em ofensa à dialeticidade recursal, tudo nos termos do art. 932, III, do CPC. Na forma do art. 85, §11, do CPC, MAJORO os honorários de sucumbência, para 15% (quinze por cento) sobre o valor da causa. Contudo, concedo ao Apelante os benefícios da justiça gratuida, determinando a suspensão da exigibilidade das verbas sucumbenciais e de custas processuais pelo período de 05 (cinco) anos, na forma do art. 90, §3º, do CPC. Intimem-se as partes. Findo prazo recursal sem irresignação, devolvam os autos à 4ª Vara de Família. À Secretaria desta Câmara, para as providências necessárias**." PT**

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles, relator(a) dos autos virtuais de **Apelação Cível nº 0625203-94.2018.8.04.0001** - Manaus/Am, em que é **Apelante: Alfredo Ribeiro de Carvalho**. (Advogado(a): Dr(a). Flávio Rafael Perdigão Guerra(8500/AM). **Apelado: Banco Industrial do Brasil S/A.** (Advogado(a): Dr(a).

Wilson Sales Belchior, Wilson Sales Belchior(1037A/AM, 17314/CE). **DECISÃO:** "Conforme disposto no art. 1.012, do CPC/2015, salvo nas exceções elencadas no parágrafo primeiro, o Recurso de Apelação será recebido em ambos os efeitos. Desta forma, não se enquadrando em nenhuma das hipóteses de exceção ao recebimento no recurso com efeito suspensivo, recebo o presente apelo em seus ambos efeitos. Intime-se as partes, após, vista ao Graduado Órgão Ministerial. À Secretaria, para providências." **PT**

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles, relator(a) dos autos virtuais de **Apelação Cível nº 0630487-20.2017.8.04.0001** - Manaus/Am, em que é **Apelante: Darci Menezes da Silva**. (Advogado(a): Dr(a). Francisco Jorge Ribeiro Guimarães, Geysa Mitz Dantas Guimarães(2978/AM, 6395/AM**). Apelado: O Estado do Amazonas. DECISÃO:** "Conforme disposto no art. 1.012, do CPC/2015, salvo nas exceções elencadas no parágrafo primeiro, o Recurso de Apelação será recebido em ambos os efeitos. Desta forma, não se enquadrando em nenhuma das hipóteses de exceção ao recebimento no recurso com efeito suspensivo, recebo o presente apelo em seus ambos efeitos. Intime-se as partes, após, vista ao Graduado Órgão Ministerial. À Secretaria, para providências." **PT**

Conclusões de Acórdãos

Conclusão de Acórdãos

Processo: 0000404-05.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 18ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Embargante: Roberto de Almeida Barreto; Advogado: Marcelo Furukawa Maia (OAB: 4527/AM); Embargado: Djalma de Souza Castelo Branco; Advogado: Ivana da Cunha Leite (OAB: 4814/AM); Advogado: Thatiana Castelo Branco (OAB: 5715/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Paulo César Caminha e Lima. EMENTA EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CIVIL E PROCESSO CIVIL. OMISSÃO RELATIVA À TESE NÃO APRECIADA EM CONTRARRAZÕES A EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS ANTERIORMENTE. OCORRÊNCIA. VÍCIO SANADO, PORÉM SEM ATRIBUIÇÃO DE EFEITOS INFRINGENTES. MANUTENÇÃO DO JULGADO QUE SE IMPÕE. RECURSO PROVIDO. DECISÃO: "ACORDAM os Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade, em dar provimento aos Embargos de Declaração, sem, entretanto, modificar o dispositivo do julgado embargado, nos termos do voto que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.". Sessão: 26 de agosto de 2019. GC

Processo: 0000972-21.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 4ª Vara da Fazenda Pública; Embargante: O Estado do Amazonas; Procurador: Alberto Bezerra de Melo (OAB: 2015/AM); Procurador:; Dra. Sandra Cal Oliveira; Embargado: Carly Pinheiro Trindade; Advogado: Enéas de Paula Bezerra (OAB: 2354/AM); Advogado: Mauricio Pereira da Silva (OAB: 1122/AM); Embargado: Universidade do Estado do Amazonas – Uea; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Joana dos Santos Meirelles. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E/OU OBSCURIDADE. ILEGITIMIDADE PASSIVA DO ESTADO DO AMAZONAS. PRESCRIÇÃO BIENAL. ACOLHIMENTO. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL E AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DO DEFERIMENTO DO PLEITO DE FGTS. MERA IRRESIGNAÇÃO. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.A Universidade do Estado do Amazonas possui autonomia jurídica e administrativa, possuindo, inclusive, Procuradoria própria, bem como personalidade jurídica, razão pela qual é parte legítima, não sendo, portanto, o Estado do Amazonas. A prescrição bienal não é aplicável as ações intentadas contra a Fazenda Pública, sendo cabível somente nas relações trabalhistas de natura privada. A mera irresignação da parte com o resultado do julgado, desprovidas de elementos que caracterizem a hipótese de manejo do recurso não possibilitam a modificação do acórdão combatido no que concerne a alteração do julgado quanto a prescrição quinquenal e concessão do FGTS. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de nº, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da do Egrégio do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer e dar parcial provimento ao presente Recurso, nos termos do voto da Relatora.". Sessão: 26 de agosto de 2019. GC

Processo: 0001372-91.2013.8.04.3800 - Apelação Cível, 1ª Vara de Coari; Apelante: Municipio de Coari/am; Procurador: Laura Macedo Coelho (OAB: 11723/AM); Apelado: Francisco da Silva de Souza; Advogado: Luiz Otavio de Verçosa Chã (OAB: 910A/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Joana dos Santos Meirelles. EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL. CONDENAÇÃO EM CUSTAS PROCESSUAIS. IMPOSSIBILIDADE. LEI ESTADUAL N. 4.408/2016. RECURSO PROVIDO. 1. A teor do Art. 17,IX, da Lei n. 4.408/2016, os municípios do Estado do Amazonas, bem como outros entes, estão isentas do pagamento de custas processuais. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação Cível nº 0001372-91.2013.8.04.3800, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Primeira Câmara Cível do Egrégio do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, conhecer e dar provimento ao presente Recurso, nos termos do voto da Relatora.". Sessão: 26 de agosto de 2019. GC

Processo: 0002287-84.2019.8.04.0000 - Agravo Interno Cível, 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Agravante: Nobre Seguradora do Brasil S/A; Advogado: Maria Emilia Gonçalves de Rueda (OAB: 23748/PE); Agravado: Josinaldo da Silva Bandeira; Agravada: Andrea Batista Nascimento; Advogada: Dinah Amazonas de Oliveira (OAB: 4667/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Maria das Graças Pessoa Figueiredo. EMENTA: AGRAVO INTERNO. GRATUIDADE JUDICIÁRIA. DEFERIMENTO PARCIAL. PREPARO DA APELAÇÃO. HIPOSSUFICIÊNCIA TRANSITÓRIA. AUSÊNCIA DE PROVA CABAL ACERCA DA IMUTABILIDADE DA CONDIÇÃO ECONÔMICA. DECISÃO MANTIDA.1. Na esteira do entendimento consolidado do c. STJ, a decretação da liquidação extrajudicial não implica em necessário deferimento da gratuidade judiciária, exigindo-se da pessoa jurídica a comprovação da impossibilidade de arcar com os encargos processuais.2. Inexiste nos autos prova atual da situação financeira da seguradora, não sendo razoável admitir a alegação de impossibilidade de produção de prova da hipossuficiência definitiva em face da alegada "liquidação recente", pois decretada em outubro/2016 e a apelação foi interposta em setembro/2018 e o agravo regimental em abril/2019.3. Agravo interno desprovido. DECISÃO: "VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos de Agravo Interno Cível n.º 0002287-84.2019.8.04.0000, em que são partes as acima indicadas. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, conhecer e negar provimento ao recurso.". Sessão: 26 de agosto de 2019. GC

Processo: 0003033-49.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Embargante: Inss - Instituto Nacional do Seguro Social; Procurador: Fabrício Perrotta da Silva (OAB: 165909/RJ); Embargado: Rildo José Gomes Miranda; Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Joana dos Santos Meirelles. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO DE APELAÇÃO. CONCESSÃO DE AUXÍLIO-ACIDENTE NO LUGAR DE AUXÍLIO DOENÇA. CONTRADIÇÃO CONFIGURADA. REFORMA DO JULGADO.

RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.A teor do art. 1.022, do CPC, somente se mostra cabível o manejo dos Embargos de Declaração para saneamento de omissões, contradições, obscuridades e/ou erro, não sendo possível o manejo dos aclaratórios unicamente para pretensão revisional do julgado. Verifica-se o acórdão recorrido concedeu o auxílio-acidente no lugar do auxílio doença, sendo este último benefício que deve ser implementado, eis que a moléstia acometida pela parte é total e temporária. Contradição que justifica o conhecimento e provimento dos embargos de declaração. Recurso conhecido e provido. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes do Egrégio do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer e DAR provimento ao presente Recurso, nos termos do voto da Relatora.". Sessão: 26 de agosto de 2019. GC

Processo: 0003140-93.2019.8.04.0000 - Agravo Interno Cível, 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Agravante: F.M. de Mendonça - Posto Shopping; Advogada: Karina Lima Moreno (OAB: 3932/AM); Advogada: Michele de Melo Freitas e Araújo (OAB: 4822/AM); Agravado: Claro S/A – NET; Advogado: José Henrique Cançado Gonçalves (OAB: 57680/MG); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Paulo César Caminha e Lima. EMENTA AGRAVO INTERNO EM APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NÃO CONHECEU DO RECURSO POR OFENSA À REGRA DA DIALETICIDADE RECURSAL. 1) COMPLEMENTAÇÃO DE RAZÕES RECURSAIS. INADMISSIBILIDADE. IRRELEVÂNCIA DE SUPOSTAMENTE OS ARGUMENTOS COMPLEMENTARES CONSTAREM DE OUTRAS MANIFESTAÇÕES DOS AUTOS. PRECLUSÃO CONSUMATIVA. 2) REPETIÇÃO DO INDÉBITO. TÓPICO NÃO DIALÉTICO. MERA AFIRMAÇÃO GENÉRICA DE QUE HOUVE PAGAMENTO. FALTA DE DIÁLOGO COM AS RAZÕES DE DECIDIR DA SENTENÇA, QUE CONCLUIU, INCLUSIVE COM MENÇÕES ESPECÍFICAS, QUE OS DOCUMENTOS QUE ACOMPANHAVAM A EXORDIAL APENAS COMPROVAVAM COBRANÇA INDEVIDA, SEM NECESSÁRIA DEMONSTRAÇÃO DE QUE AS QUANTIAS COBRADAS FORAM PAGAS. 3) INSCRIÇÃO INDEVIDA EM CADASTROS RESTRITIVOS DE CRÉDITO. RECURSO QUE, GENERICAMENTE, AFIRMA QUE HOUVE COMPROVAÇÃO DE INSCRIÇÃO. FALTA DE DIÁLOGO COM A SENTENÇA. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AO FUNDAMENTO DE QUE O DOCUMENTO DO SERASA COLIGIDO AOS AUTOS APENAS DEMONSTRAVA AMEAÇA DE INSCRIÇÃO, E NÃO NOTICIAVA A REALIZAÇÃO PRETÉRITA DO ATO. 4) MULTA DO ART. 1.021, §4º, DO CPC. 4.1) INTERPRETAÇÃO CONFORME. SANÇÃO DEVIDA APENAS NOS CASOS DE IMPROCEDÊNCIA MANIFESTA. 4.2) FATO GERADOR. CARACTERIZAÇÃO. RECURSO DE APELAÇÃO INEGAVELMENTE GENÉRICO, TORNANDO INDEFENSÁVEL A OBSERVÂNCIA À REGRA DA DIALETICIDADE. 5) RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. RECORRENTE SANCIONADA COM A IMPOSIÇÃO DE MULTA. Por força do sistema de preclusões processuais, é inadmissível o complemento de razões recursais. O art. 932, parágrafo único, do CPC, não possibilita, pois, o saneamento de vício relativo à regra da dialeticidade recursal. Para que algo seja considerado complementação de razões recursais, basta que o argumento não conste do recurso, ainda que presente em outras manifestações, porquanto é o recurso que será analisado pelo juízo ad quem. Além disso, a profundidade do efeito devolutivo que permite a consideração de outros argumentos outrora apresentados pressupõe juízo positivo de admissibilidade, o qual, por outro lado, pressupõe que a irresignação seja dialética. Não é dialético o tópico recursal que, de forma genérica, afirma que houve prova de pagamento, sem menção alguma a qualquer documento dos autos e sem combater o fundamento decisório de que os documentos juntados aos autos apenas demonstram cobrança indevida, e não o necessário desembolso do que se cobrou. Não é dialético o tópico recursal que se limita a afirmar que houve inscrição indevida, sem impugnar, de forma específica, o fundamento decisório de que não há comprovação de inscrição indevida, mas apenas de ameaça de inscrição. O art. 1.021, §4º, do CPC, deve ser interpretado conforme a Constituição e mais especificamente aos princípios do Devido Processo Legal (art. 5º, LIV, da CRFB) e da Ampla Defesa (art. 5º, LV, da CRFB) para se concluir que apenas a inadmissibilidade manifesta da irresignação é fato gerador da sanção prevista no dispositivo, afastando, por conseguinte, a interpretação de que o simples julgamento de improcedência do Agravo Interno implicaria multa. Recurso conhecido e desprovido. DECISÃO: "ACORDAM os Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, a unanimidade, em negar provimento ao presente Agravo Interno, sancionando a Recorrente com a imposição de multa (art. 1.021, §4º, do CPC), nos termos do voto que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.". Sessão: 26 de agosto de 2019. GC

Processo: 0003215-35.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 10ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Embargante: Aroldo Granjeiro da Rocha; Advogado: Tadeu de Souza Silva (OAB: 6878/AM); Advogado: Maria Auxiliadora de Souza Silva (OAB: 6966/AM); Embargada: Myrza Cunha de Verçosa; Advogado: Marta Maria Vale Oyama (OAB: 7146/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Joana dos Santos Meirelles. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSO DE EXECUÇÃO. PRETENSÃO DE REALIZAR PROVA PERICIAL GRAFOTÉCNICA. IMPOSSIBILIDADE. CHEQUE COM ASSINATURA GROSSEIRAMENTE FALSIFICADA. DESNECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. DECLARAÇÃO DE NULIDADE DO TÍTULO EXECUTADO OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E/OU OBSCURIDADE. EXISTÊNCIA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.A teor do art. 1.022, do CPC, somente se mostra cabível o manejo dos Embargos de Declaração para saneamento de omissões, contradições, obscuridades e/ou erro, não sendo possível o manejo dos aclaratórios unicamente para pretensão revisional do julgado. No caso dos autos, entendo não haver motivos para manejo dos aclaratórios relativamente a realização de prova pericial eis que o Embargante aduz eventual omissão, quando na verdade o acórdão recorrido analisou devidamente as questões ventiladas, apontando a total impossibilidade de dilação probatória em sede de exceção de pré-executividade. Nada obstante, em análise do feito originário, verifica-se, que em mero confronto ocular, que as assinaturas são absolutamente distintas, sendo verossímel a tese apresentada pelo Embargante, ou seja, de que sua assinatura fora falsificada, sendo despicienda a produção de laudo pericial quando de forma evidente o magistrado conseguir verificar o vício da cártula. Precedentes. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da do Egrégio do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer e DAR provimento ao presente Recurso, nos termos do voto da Relatora.". Sessão: 26 de agosto de 2019. GC

Processo: 0003536-70.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 4ª Vara da Fazenda Pública Estadual (Extinta); Embargante: Ademar Lopes do Nascimento Filho; Advogada: Martha Mafra Gonzalez (OAB: 4103/AM); Embargante: Alexandre de Oliveira Santos; Advogada: Martha Mafra Gonzalez (OAB: 4103/AM); Embargante: Alfredo Rodrigues Ferreira Filho; Advogada: Martha Mafra Gonzalez (OAB: 4103/AM); Embargante: Antonio de Oliveira Lima; Advogada: Martha Mafra Gonzalez (OAB: 4103/AM); Embargante: Antonio de Souza Andrade; Advogada: Martha Mafra Gonzalez (OAB: 4103/AM); Embargante: Antonio Pereira de Sousa; Advogada: Martha Mafra Gonzalez (OAB: 4103/AM); Embargante: Arivaldo Monteiro de Lemos; Advogada: Martha Mafra Gonzalez (OAB: 4103/AM); Embargante: Audenô da Silva Gomes; Advogada: Martha Mafra Gonzalez (OAB: 4103/AM); Embargante: Claudionor de Araujo Teixeira; Advogada: Martha Mafra Gonzalez (OAB: 4103/AM); Embargante: Cristóvão Luiz Dantas da Costa; Advogada: Martha Mafra Gonzalez (OAB: 4103/AM); Embargante: Dailon Douglas da Silva Soares; Advogada:

Martha Mafra Gonzalez (OAB: 4103/AM); Embargante: Davi Gouveia dos Santos e Outros; Advogada: Martha Mafra Gonzalez (OAB: 4103/AM); Embargante: Edivaldo Pena Tavares; Advogada: Martha Mafra Gonzalez (OAB: 4103/AM); Embargante: Evaldo Gomes Morais; Advogada: Martha Mafra Gonzalez (OAB: 4103/AM); Embargante: Evaristo Nogueira Viana Filho; Advogada: Martha Mafra Gonzalez (OAB: 4103/AM); Embargante: Ezio Sevalho de Oliveira; Advogada: Martha Mafra Gonzalez (OAB: 4103/AM); Embargante: Francinilde Rodrigues da Silva; Advogada: Martha Mafra Gonzalez (OAB: 4103/AM); Embargante: Geovane Mendes de Jesus; Advogada: Martha Mafra Gonzalez (OAB: 4103/AM); Embargante: Gilberto Cardoso de Moraes Silva; Advogada: Martha Mafra Gonzalez (OAB: 4103/AM); Embargante: Hélio Andradec dos Santos Junior; Advogada: Martha Mafra Gonzalez (OAB: 4103/AM); Embargante: Huxlan Mamede Lessa Nunes; Advogada: Martha Mafra Gonzalez (OAB: 4103/AM); Embargante: Israel Rabelo Rodrigues; Advogada: Martha Mafra Gonzalez (OAB: 4103/AM); Embargante: Isvi Gonçalves Aranha; Advogada: Martha Mafra Gonzalez (OAB: 4103/AM); Embargante: Ivanir de Oliveira Máximo; Advogada: Martha Mafra Gonzalez (OAB: 4103/AM); Embargante: João Cândido Reis da Silva; Advogada: Martha Mafra Gonzalez (OAB: 4103/AM); Embargante: Jonas Ferreira de Barros; Advogada: Martha Mafra Gonzalez (OAB: 4103/AM); Embargante: José Carlos Amaral do Nascimento; Advogada: Martha Mafra Gonzalez (OAB: 4103/AM); Embargante: José Cartinei Dias; Advogada: Martha Mafra Gonzalez (OAB: 4103/AM); Embargante: José Domingos Ramos Fonseca; Advogada: Martha Mafra Gonzalez (OAB: 4103/AM); Embargante: Jose Eduardo de Lima Maciel; Advogada: Martha Mafra Gonzalez (OAB: 4103/AM); Embargante: José Isaque Cardoso do Nascimento; Advogada: Martha Mafra Gonzalez (OAB: 4103/AM); Embargante: José Lucio Viana de Freitas e; Advogada: Martha Mafra Gonzalez (OAB: 4103/AM); Embargante: Jose Nelio Trindade Caldas; Advogada: Martha Mafra Gonzalez (OAB: 4103/AM); Embargante: Jose Ribamar dos Santos Cunha; Advogada: Martha Mafra Gonzalez (OAB: 4103/AM); Embargante: Josete da Silva Aranha; Advogada: Martha Mafra Gonzalez (OAB: 4103/AM); Embargante: Manoel Lorimar Tavares Lima; Advogada: Martha Mafra Gonzalez (OAB: 4103/AM); Embargante: Márcio de Oliveira Costa; Advogada: Martha Mafra Gonzalez (OAB: 4103/AM); Embargante: Menens Silva de Souza; Advogada: Martha Mafra Gonzalez (OAB: 4103/AM); Embargante: Milene Souza de Lima; Advogada: Martha Mafra Gonzalez (OAB: 4103/AM); Embargante: Natanael Farias Freire; Advogada: Martha Mafra Gonzalez (OAB: 4103/AM); Embargante: Nyldo Lopes Cruz; Advogada: Martha Mafra Gonzalez (OAB: 4103/AM); Embargante: Osmar Pereira Batista Júnior; Advogada: Martha Mafra Gonzalez (OAB: 4103/AM); Embargante: Paula Tissiana Soares de Melo; Advogada: Martha Mafra Gonzalez (OAB: 4103/AM); Embargante: Pedro Segundo Marques Leon; Advogada: Martha Mafra Gonzalez (OAB: 4103/AM); Embargante: Raimundo Augusto Pereira Marques; Advogada: Martha Mafra Gonzalez (OAB: 4103/AM); Embargante: Ronaldo Lima Fernandes; Advogada: Martha Mafra Gonzalez (OAB: 4103/AM); Embargante: Sandro Almeida Lopes; Advogada: Martha Mafra Gonzalez (OAB: 4103/AM); Embargante: Sandro José Honorato de Souza; Advogada: Martha Mafra Gonzalez (OAB: 4103/AM); Embargante: Sanhvia Cavalcante Viegas; Advogada: Martha Mafra Gonzalez (OAB: 4103/AM); Embargante: Valdemir Reis Fernandes;; Advogada: Martha Mafra Gonzalez (OAB: 4103/AM); Embargante: Vicente de Amorim Gonçalves; Advogada: Martha Mafra Gonzalez (OAB: 4103/AM); Embargante: Wandemberg Machado de Sá; Advogada: Martha Mafra Gonzalez (OAB: 4103/AM); Embargado: O Estado do Amazonas; Advogado: Vitor Barbosa de Oliveira (OAB: 8285/TO); Procurador: Dra. Sandra Cal Oliveira; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Paulo César Caminha e Lima. EMENTA EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. MERO APONTAMENTO. NÃO CARACTERIZAÇÃO DO VÍCIO POR PARTE DOS EMBARGANTES. SIMPLES IRRESIGNAÇÃO COM O RESULTADO DO JULGADO QUE NÃO CONFIGURA OMISSÃO. VÍCIO INEXISTENTE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS. DECISÃO: "ACORDAM os Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade, em rejeitar os Embargos de Declaração, nos termos do voto que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.". Sessão: 26 de agosto de 2019. GC

Processo: 0003791-28.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 1ª Vara da Fazenda Pública; Embargante: Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas – Amazonprev; Procuradora: Dra. Noeme Tobias de Souza; Procurador: Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas – Amazonprev; Embargado: Caio Matheus Oliveira do Nascimento; Advogado: Rodrigo Castro Vaz (OAB: 6719/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Joana dos Santos Meirelles. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO. MANUTENÇÃO DE TUTELA QUE PRORROGOU PENSÃO POR MORTE PARA ALÉM DE 21 (VINTE E UM) ANOS. IRRESIGNAÇÃO ASSENTADA NA POSSÍVEL ANTIJURICIDADE DA DECISÃO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E/OU OBSCURIDADE. MERA IRRESIGNAÇÃO. TENTATIVA DE OBTENÇÃO DE REJULGAMENTO DA CAUSA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.A teor do art. 1.022, do CPC, somente se mostra cabível o manejo dos Embargos de Declaração para saneamento de omissões, contradições, obscuridades e/ou erro, não sendo possível o manejo dos aclaratórios unicamente para pretensão revisional do julgado. A mera irresignação da parte com o resultado do julgado, desprovidas de elementos que caracterizem a hipótese de manejo do recurso não possibilitam a modificação do acórdão combatido. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da do Egrégio do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer e NEGAR provimento ao presente Recurso, nos termos do voto da Relatora.".Sessão: 26 de agosto de 2019. GC

Processo: 0004111-78.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 2ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Embargante: APK Logística e Transporte Ltda.; Advogado: Eric Rodrigues Moret (OAB: 30277/PR); Advogado: Fernando Agapito de Almeida (OAB: 37537/PR); Embargada: Kelsilene Sampaio Paiva; Advogado: Clinger Belém Pereira (OAB: 5340/AM); Advogado: Jean Carlos de Araujo Assante (OAB: 9215/AM); Advogado: Bruno Sena Pereira (OAB: 9555/AM); Advogado: Walter Caldas Neto (OAB: 7043/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Paulo César Caminha e Lima. Revisor: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. MERA IRRESIGNAÇÃO QUANTO À DISTRIBUIÇÃO DE VERBAS SUCUMBENCIAIS. RECURSO NÃO PROVIDO.1. Os Embargos de Declaração opostos não evidenciam qualquer omissão, de modo que o embargante busca, apenas, a modificação do julgado combatido, medida impossível por meio dos Aclaratórios.2. Do cotejo entre os pedidos formulados na inicial e o provimento determinado na sentença e mantido neste Tribunal, constata-se que a autora decaiu apenas de um pedido, de modo que há a responsabilidade do sucumbente majoritário pela integralidade do pagamento das custas e honorários advocatícios.3. Recurso não provido. DECISÃO: "ACORDAM os Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em negar provimento aos Embargos de Declaração, nos termos do voto que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.". Sessão: 26 de agosto de 2019. GC

Processo: 0004330-91.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 2ª Vara da Fazenda Pública; Embargante: Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas – Amazonprev; Advogada: Caroline Retto Frota (OAB: 4411/AM); Embargada: Darcyla Silva Freitas; Advogada: Alessandra de Oliveira Netto (OAB: 5176/AM); Advogado: Alexandre de Oliveira Netto (OAB: 6274/AM); Advogado: Daniella Silva Freitas (OAB: 11084/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO, OBSCURIDADE E CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA DOS VÍCIOS ELENCADOS NO ARTIGO 1.022 DO CPC/2015. REDISCUSSÃO DO MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS REJEITADOS.- Para o acolhimento dos Embargos de Declaração é indispensável a existência de um dos vícios insertados no art. 1.022 do CPC/2015,

descabendo o acolhimento de aclaratórios que não comprovam, remarque-se, qualquer uma das falhas ensejadoras da sua admissão.- Inviável a utilização dos embargos, sob a alegação de vícios, quando a intenção é, em verdade, a reapreciação do julgado, objetivando a alteração do conteúdo meritório do acórdão embargado.- Embargos de Declaração rejeitados. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração Cível n.º 0004330-91.2019.8.04.0000, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 26 de agosto de 2019. GC

Processo: 0004334-31.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 2ª Vara da Fazenda Pública; Embargante: O Estado do Amazonas; Procurador: Isabela Peres Russo (OAB: 3198/AM); Procurador: Dra. Sandra Cal Oliveira; Embargada: Darcyla Silva Freitas; Advogada: Alessandra de Oliveira Netto (OAB: 5176/AM); Advogado: Alexandre de Oliveira Netto (OAB: 6274/AM); Advogado: Daniella Silva Freitas (OAB: 11084/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DOS VÍCIOS ELENCADOS NO ARTIGO 1.022 DO CPC/2015. REDISCUSSÃO DO MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS REJEITADOS.- Para o acolhimento dos Embargos de Declaração é indispensável a existência de um dos vícios insertados no art. 1.022 do CPC/2015, descabendo o acolhimento de aclaratórios que não comprovam, remarque-se, qualquer uma das falhas ensejadoras da sua admissão.- Inviável a utilização dos embargos, sob a alegação de vícios, quando a intenção é, em verdade, a reapreciação do julgado, objetivando a alteração do conteúdo meritório do acórdão embargado.- Não há como acolher o presente recurso, uma vez que, além de não serem apontados pelo Embargante qualquer vício autorizador da presente medida, não se encontra na decisão embargada a presença de nenhuma da máculas previstas no art. 1022 do CPC.- Embargos de Declaração rejeitados. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração Cível n.º 0004334-31.2019.8.04.0000, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 26 de agosto de 2019. GC

Processo: 0004428-76.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Embargante: Direcional Zircone Empreendimentos Imobiliarios Ltda; Advogado: Humberto Rossetti Portela (OAB: 91263/MG); Advogada: Keyth Yara Pontes Pina (OAB: 3467/AM); Advogado: Rodrigo Banayon Pontes Serudo (OAB: 11132/AM); Embargado: Jose Hugo Eder Martins; Advogada: Thammy das Neves Athayde (OAB: 7312/AM); Advogado: Marco Lúcio Souto Maior de Athayde (OAB: 4522/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Joana dos Santos Meirelles. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO DE APELAÇÃO. TESES APRESENTADAS QUE FORAM DEVIDAMENTE ANALISADAS NO RECURSO DE APELAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E/OU OBSCURIDADE. INEXISTÊNCIA. MERA IRRESIGNAÇÃO. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.A teor do art. 1.022, do CPC, somente se mostra cabível o manejo dos Embargos de Declaração para saneamento de omissões, contradições, obscuridades e/ou erro, não sendo possível o manejo dos aclaratórios unicamente para pretensão revisional do julgado. A mera irresignação da parte com o resultado do julgado, desprovidas de elementos que caracterizem a hipótese de manejo do recurso não possibilitam a modificação do acórdão combatido. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da do Egrégio do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer e NEGAR provimento ao presente Recurso, nos termos do voto da Relatora.". Sessão: 26 de agosto de 2019. GC

Processo: 0004643-52.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Embargante: Rogério Otaviano Gudes; Advogado: Fábio Moraes Castello Branco (OAB: 4603/AM); Embargado: Edmar da Silva Campos; Advogado: Célio Antônio Szlachta; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO INTERNO. DECISÃO QUE RECEBE RECURSO DE APELAÇÃO EM SEU EFEITO MERAMENTE DEVOLUTIVO. CPC/2015, ART. 1.012, V. RECURSO DE APELAÇÃO JULGADO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PREJUDICADOS. PERDA OBJETO RECURSAL. - Se o objeto dos embargos de declaração é a decisão que não conheceu do agravo interno flexionado contra a decisão que recebeu o recurso de apelação em seu efeito meramente devolutivo, com o julgamento do mérito do recurso principal, resta prejudicado o julgamento dos embargos em agravo interno, em razão da perda superveniente do seu objeto.- Embargos de declaração não conhecidos. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração Cível n.º 0004643-52.2019.8.04.0000, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em não conhecer dos embargos de declaração em agravo interno, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 26 de agosto de 2019. GC

Processo: 0004660-88.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 2ª Vara da Fazenda Pública; Embargante: O Estado do Amazonas; Procurador: Karla Brito Novo (OAB: 4771/AM); Embargado: Adilson de Lima Santana; Embargada: Alessandra Lopes de Lima; Advogado: Marcos Antonio Vasconcelos (OAB: 5794/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Paulo César Caminha e Lima. EMENTA EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. APELAÇÃO CÍVEL. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. APRECIAÇÃO DO PONTO REPUTADO OMISSO NO ACÓRDÃO IMPUGNADO. VÍCIO NÃO CARACTERIZADO. EMBARGOS DECLARATÓRIOS REJEITADOS. DECISÃO: "ACORDAM os Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, a unanimidade, em rejeitar os Embargos de Declaração, nos termos do voto que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.". Sessão: 26 de agosto de 2019. GC

Processo: 0004698-03.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 15ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Embargante: U. de M. C. de T. M. LTDA; Advogado: Pedro Câmara Junior (OAB: 2834/AM); Advogado: Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB: 11737/AM); Advogado: Elaise Moss Portela (OAB: 7689/AM); Advogado: Caio Patrick Coelho Silva Andrade (OAB: 13408/AM); Advogada: Elisa Gomes Valente Bulboo (OAB: 9767/AM); Embargado: A. G. de M. (Representado(a) por sua Mãe); Embargada: R. T. G.; Advogado: Fábio Brandão Saraiva Júnior (OAB: 10205/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Maria das Graças Pessoa Figueiredo. EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO E CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. MATÉRIAS NÃO TRAZIDAS ANTERIORMENTE À APRECIAÇÃO. IRRESIGNAÇÃO QUANTO AO DANO MORAL. PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. CONDUTA TEMERÁRIA. RECURSO PROTELATÓRIO. MULTA POR LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. APLICABILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.1. Os Embargos de Declaração prestam-se a sanar erro material, omissão, obscuridade ou contradição existentes em qualquer ato judicial de conteúdo decisório, de modo que inexistindo tais vícios e tendo como objetivo a rediscussão de matérias julgadas à exaustão no acórdão embargado, o recurso há de ser rejeitado.2. Descabe falar em omissão ou contradição acerca de matérias que em momento algum foram ventiladas em sede recursal, notadamente por não ter sido o Embargante nem mesmo o autor do recurso.3. Ademais, quanto aos danos morais, pretende o Embargante unicamente

rediscutir o mérito da condenação, o que deveria ter sido feito no momento apropriado, não sendo os aclaratórios a via correta para tanto.4. Aplicação da multa prevista no artigo 1.026, §2º, do CPC, pela oposição de recurso manifestamente protelatório e temerário.5. Embargos Declaratórios conhecidos, porém, rejeitados. DECISÃO: "VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos de Embargos de Declaração Cível n.º 0004698-03.2019.8.04.0000, em que são partes as acima indicadas. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, conhecer, porém rejeitar os Embargos de Declaração.". Sessão: 26 de agosto de 2019. GC

Processo: 0004754-36.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 4ª Vara de Família; Embargante: S. A. W.; Embargante: L. A. W.; Embargante: S. A. W.; Advogado: Caio Tasso S. Queiroz dos Santos (OAB: 7556/AM); Embargado: A. W.; Representa: Nadime Maria Araujo Wittaker; Advogado: Pablo Ernesto Becker (OAB: 99857/RS); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO, OMISSÃO E ERRO MATERIAL. HIPÓTESES TAXATIVAS PREVISTAS NO ARTIGO 1.022 DO CPC/2015. NÃO OCORRÊNCIA. INOVAÇÃO RECURSAL. IMPOSSIBILIDADE DE DISCUSSÃO DA MATÉRIA. - O manejo dos Embargos de Declaração tem que, necessariamente, adequar-se às hipóteses previstas nos incisos do artigo 1.022 do CPC/2015, ainda que a parte tenha por finalidade prequestionar, objetivamente, a matéria contida no recurso. - Somente pode ser devolvida a essa instância revisora matéria que tenha sido debatida em primeiro grau, sendo vedada, portanto, a inovação recursal mediante a arguição de tese jurídica nova em sede de embargos de declaração. - O fundamento do acórdão está calcado na fixação dos alimentos em prol de filha maior de 21 (vinte e um) anos e menor de 24 (vinte e quatro) anos, assim como em favor de filha menor de 18 (dezoito) anos, tendo como parâmetro o binômio necessidade/possibilidade, a renda comprovada pelo Alimentante e das necessidades dos filhos, não havendo nenhum argumento ou elemento apresentado pelos Embargantes, hábil a elidir o entendimento manifestado no julgado objeto dos aclaratórios.- O manejo dos Embargos de Declaração tem que, necessariamente, adequar-se às hipóteses previstas nos incisos do artigo 1.022 do CPC/2015, ainda que a parte tenha por finalidade prequestionar, objetivamente, a matéria contida no recurso.- Somente pode ser devolvida a essa instância revisora matéria que tenha sido debatida em primeiro grau, sendo vedada, portanto, a inovação recursal mediante a arguição de tese jurídica nova em sede de embargos de declaração.- O fundamento do acórdão está calcado na fixação dos alimentos em prol de filha maior de 21 (vinte e um) anos e menor de 24 (vinte e quatro) anos, assim como em favor de filha menor de 18 (dezoito) anos, tendo como parâmetro o binômio necessidade/possibilidade, a renda comprovada pelo Alimentante e das necessidades dos filhos, não havendo nenhum argumento ou elemento apresentado pelos Embargantes, hábil a elidir o entendimento manifestado no julgado objeto dos aclaratórios.- Embargos de declaração rejeitados. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração Cível n.º 0004754-36.2019.8.04.0000, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em conhecer, mas rejeitar os aclaratórios, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 26 de agosto de 2019. GC

Processo: 0004929-30.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Embargante: Amazonas Trading S/A; Advogado: Vasco Pereira do Amaral (OAB: 99A/AM); Embargado: Gustavo de Morais Pereira; Advogado: Emiliano Alves Aguiar (OAB: 24628/DF); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. CPC/2015, ART. 1.022. CONTRADIÇÃO, OMISSÃO, OBSCURIDADE E ERRO MATERIAL NÃO CONFIGURADOS.- Não comportam os embargos de declaração discussão sobre desacerto da decisão embargada, já que o espectro do recurso volta-se apenas contra eventual omissão, contradição e obscuridade ou ainda para corrigir erro material constante do julgado nos exatos termos preconizados pelo art. 1.022 do CPC/2015.- O disposto no artigo 239, §1.º do CPC/2015 seria aplicável no caso de ter sido determinada a intimação do ora Embargado, mas por algum motivo esta intimação fosse nula. O preceito, todavia, não se aplica em caso de inexistência de intimação, em clara afronta ao preceito insculpido no artigo 10, do CPC/2015, na esteira da jurisprudência emanada do Colendo STJ.- Embargos de declaração conhecidos, mas rejeitados. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração Cível n.º 0004929-30.2019.8.04.0000, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em conhecer mas rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 26 de agosto de 2019. GC

Processo: 0004932-19.2018.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 20ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Embargante: Banco Bradesco S.A.; Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 1037A/AM); Embargado: Raimundo Euclides Jacauna de Souza; Advogado: Renato de Souza Pinto (OAB: 8794/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Maria das Graças Pessoa Figueiredo. EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU ERRO MATERIAL. INEXISTÊNCIA. PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DE MATÉRIA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.1. Os embargos de declaração prestam-se a sanar erro material, omissão, obscuridade ou contradição existentes em qualquer ato judicial de conteúdo decisório.2. Inexistindo tais vícios e tendo como objetivo a rediscussão de matérias julgadas à exaustão no acórdão embargado, o recurso há de ser rejeitado.3. Ao estipular o quantum indenizatório de uma indenização, o magistrado deve efetuar criteriosamente uma profunda análise de todos os elementos probatórios constantes dos autos, sopesando de acordo com o seu livre convencimento, para que possa proceder uma avaliação das reais circunstâncias em que ocorreu o fato que causou o dano à parte. Portanto, por mais que o embargante não tenha dado causa ao empréstimo que fora descontado do contracheque do embargado, o banco tem a obrigação de arcar com toda a responsabilidade no caso concreto, em razão do risco econômico gerado pelo negócio que a instituição financeira gere.4.Embargos declaratórios rejeitados. DECISÃO: "VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos de Embargos de Declaração Cível n.º 0004932-19.2018.8.04.0000, em que são partes as acima indicadas. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, rejeitar os embargos de declaração.". Sessão: 26 de agosto de 2019. GC

Processo: 0004992-55.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 19ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Embargante: E de L e Lima & Cia Ltda (Escola Superior Batista do Amazonas – ESBAM); Advogado: Rubenito Cardoso da Silva Júnior (OAB: 4947/AM); Embargado: Eli Emanuel Abensur Santos; Embargada: Mônica do Nascimento Neves; Advogado: Ehud Emanuel Adensur Santos (OAB: 10760/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DE DECISÃO INTERLOCUTÓRIA. ALEGAÇÃO DE CONTRADIÇÃO. NÃO EVIDENCIADA. INEXISTÊNCIA DOS VÍCIOS ELENCADOS NO ARTIGO 1.022 DO CPC/2015. INCONFORMISMO. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS REJEITADOS.I – Para o acolhimento dos Embargos de Declaração é indispensável a existência de um dos vícios insertados no art. 1.022 do CPC/2015,

descabendo o acolhimento de aclaratórios que não comprovam, remarque-se, qualquer uma das falhas ensejadoras da sua admissão. II - Os presentes embargos de declaração configuram evidente tentativa de reapreciação da matéria já julgada, o que não pode ser admitido. Em verdade, o Embargo de Declaração não é o meio processual adequado para manifestação de inconformismo da parte em relação à decisão proferida. III - Clarividente que todos os temas debatidos foram efetivamente abordados de maneira clara, concisa e com suficiência de raciocínios lógicos que conduziram à decisão, donde resulta que o único propósito do Embargante em relação a estas teses é o rediscutir a matéria, buscando substituir a decisão proferida por nova, o que é vedado pelo ordenamento jurídico,IV - Não obstante a conciliação deva ser fomentada no curso de toda marcha processual, o desinteresse na autocomposição obstaculiza o deferimento do pedido de designação de audiência para a finalidade em questão. É de se considerar, também, que o hipotético agendamento do pedido de designação de audiência nestas condições ensejaria, ainda, ato protelatório ao julgamento do feito e inútil à efetiva entrega da prestação jurisdicional. Caso existisse de fato a pretensão à autocomposição do conflito, poderia, mais uma vez, ter a parte buscado a solução da questão de forma extrajudicial, o que não se verifica no presente feito. V – Embargos de Declaração conhecidos e, no mérito, rejeitados. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração Cível n.º 0004992-55.2019.8.04.0000, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em CONHECER do presente recurso e, no mérito, REJEITÁ-LOS, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 26 de agosto de 2019. GC

Processo: 0005047-06.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 8ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Embargante: Glaucia Didia Soares Lasmar; Advogado: Jonathas Marcelino Andrade dos Santos (OAB: 7607/AM); Embargado: São Hipólito Empreendimentos Imobiliários Ltda; Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 598A/AM); Embargado: Santo Indalécio Empreendimentos Imobiliários Ltda.; Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 128341/SP); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Maria das Graças Pessoa Figueiredo. EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU ERRO MATERIAL. INEXISTÊNCIA. MAJORAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS EM SEDE RECURSAL. RECURSO ANTERIOR A QUE SE DEU PARCIAL PROVIMENTO. MAJORAÇÃO DA VERBA. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.1. Os embargos de declaração prestam-se a sanar erro material, omissão, obscuridade ou contradição existentes em qualquer ato judicial de conteúdo decisório, inexistindo tais vícios o recurso deve ser rejeitado.2. Uma que a E. Primeira Câmara Cível conferiu parcial provimento ao recurso de apelação, não há espaço para a majoração dos honorários advocatícios, na forma delineada pelo Art. 85, § 11º, do CPC.3. Embargos declaratórios rejeitados. DECISÃO: "VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos de Embargos de Declaração Cível n.º 0005047-06.2019.8.04.0000, em que são partes as acima indicadas. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, rejeitar os embargos de declaração.". Sessão: 26 de agosto de 2019. GC

Processo: 0005056-65.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 9ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Embargante: Antônio Dionysio Carvalho Paixão; Advogado: Ricardo Carvalho Paixão (OAB: 3742/AM); Embargado: Condominio Jardim das Americas; Advogado: William Daniel Brasil David (OAB: 6796/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DE DECISÃO INTERLOCUTÓRIA. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO E CONTRADIÇÃO. NÃO EVIDENCIADAS. INEXISTÊNCIA DOS VÍCIOS ELENCADOS NO ARTIGO 1.022 DO CPC/2015. INCONFORMISMO. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS REJEITADOS.I – Para o acolhimento dos Embargos de Declaração é indispensável a existência de um dos vícios insertados no art. 1.022 do CPC/2015, descabendo o acolhimento de aclaratórios que não comprovam, remarque-se, qualquer uma das falhas ensejadoras da sua admissão. II - Os presentes embargos de declaração configuram evidente tentativa de reapreciação da matéria já julgada, o que não pode ser admitido. Em verdade, o Embargo de Declaração não é o meio processual adequado para manifestação de inconformismo da parte em relação à decisão proferida. III - Clarividente que todos os temas debatidos foram efetivamente abordados de maneira clara, concisa e com suficiência de raciocínios lógicos que conduziram à decisão, donde resulta que o único propósito do Embargante em relação a estas teses é o rediscutir a matéria, buscando substituir a decisão proferida por nova, o que é vedado pelo ordenamento jurídico,IV - As questões ora levantadas pelo Embargante foram sabidamente não apreciadas, tendo em vista que são próprias de análise da Exceção de Pré-executividade em si, o que ainda não ocorreu no Juízo de Piso e, acaso fossem analisadas em sede de Agravo de Instrumento, feririam de morte o princípio da não supressão de instância. V– Embargos de Declaração conhecidos e, no mérito, rejeitados. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração Cível n.º 0005056-65.2019.8.04.0000, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em CONHECER do presente recurso e, no mérito, REJEITÁ-LO, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 26 de agosto de 2019. GC

Processo: 0005356-61.2018.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 2ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Embargante: Vega Manaus T. de Passageiros Ltda; Advogado: Antônio Cleto Gomes (OAB: 5864/CE); Advogado: José Luiz Leite (OAB: 622/AM); Advogado: Francisco Afonso dos Santos Junior (OAB: 872A/AM); Advogado Adelaide Maria de Freitas Carmargos (OAB: 781A/AM); Embargada: Michelle Andréa de Souza de Oliveira; Advogado: Wallison Daniel Dias Oliveira (OAB: 8932/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Maria das Graças Pessoa Figueiredo. EMENTA: PROCESSO CIVIL. RECURSO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO NO TOCANTE À NÃO APRECIAÇÃO DO RECURSO DE APELAÇÃO. COMPROVAÇÃO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS. 1. Os embargos de declaração são o meio idôneo a ensejar o esclarecimento da obscuridade, a solução da contradição ou o suprimento da omissão verificada na decisão embargada. Visam à inteireza, à harmonia lógica e à clareza do decisum, aplainando dificuldades e afastamento óbices à boa compreensão e eficaz execução do julgado.2. O recurso de apelação cível interposto pela empresa ora embargante (fls. 348/386) fora cadastrado erroneamente como "petição simples" e, por já ter nos autos um recurso de apelação (interposto por Global GNZ Transportes Ltda) o apelo do embargante acabou por não ser analisado na ocasião do julgamento.3. Embargos de Declaração acolhidos. DECISÃO: "VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos de Embargos de Declaração em Embargos de Declaração em Apelação Cível n.º 0005356-61.2018.8.04.0000, em que são partes as acima indicadas. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, acolher os embargos de declaração.". Sessão: 26 de agosto de 2019. GC

Processo: 0008101-14.2018.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 20ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Embargante: Shopping Manaus Via Norte SPE S/A.; Advogado: Marcelo Miguel Alvim Coelho (OAB: 156347/SP); Advogado: Luciano de Almeida Souza Coelho (OAB: 9919/AM); Advogada: Michelle Nascimento da Silva Tachy (OAB: 9918/AM); Embargado: Wm Montagem e Manutenção Industrial Ltda. – Me; Advogada:

Jullie Anne Rodrigues da Cunha (OAB: 9243/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Maria das Graças Pessoa Figueiredo. EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU ERRO MATERIAL. INEXISTÊNCIA. PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DE MATÉRIA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS. 1. Os embargos de declaração prestam-se a sanar erro material, omissão, obscuridade ou contradição existentes em qualquer ato judicial de conteúdo decisório. Inexistindo tais vícios e tendo como objetivo a rediscussão de matérias julgadas à exaustão no acórdão embargado, o recurso há de ser rejeitado. 2. Os documentos trazidos nos autos foram analisados, corroborando o entendimento que o ora embargante participou de todo o processo de contratação e realização das obras, portanto, totalmente incabível seus argumentos do não enfrentamento das teses trazidas no recurso de apelação.3. Embargos declaratórios rejeitados. DECISÃO: "VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos de Embargos de Declaração Cível n.º 0008101-14.2018.8.04.0000, em que são partes as acima indicadas. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, rejeitar os embargos de declaração.". Sessão: 26 de agosto de 2019. GC

Processo: 0008736-29.2017.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 2ª Vara da Fazenda Pública; Embargante: O Estado do Amazonas; Procurador: Élida de Lima Reis (OAB: 7458/AM); Promotora: Ana Marcela Grana de Almeida (OAB: 7513/AM); Embargada: Maria das Graças Beleza Câmara dos Santos; Procurador: Dra. Sandra Cal Oliveira; Advogado: Cleonice Melo Carvalheira (OAB: 433A/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Maria das Graças Pessoa Figueiredo. EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU ERRO MATERIAL. INEXISTÊNCIA. PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DE MATÉRIA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.1. Os embargos de declaração prestam-se a sanar erro material, omissão, obscuridade ou contradição existentes em qualquer ato judicial de conteúdo decisório.2. Inexistindo tais vícios e tendo como objetivo a rediscussão de matérias julgadas à exaustão no acórdão embargado, o recurso há de ser rejeitado.3. No decorrer do julgamento da ação em primeira instância, a AMAZONPREV adimpliu administrativamente os valores requeridos na exordial, portanto, tacitamente fora reconhecido o pedido inicial. Este pagamento fora realizado após todo um processamento administrativo nos órgãos do Estado do Amazonas, onde até um parecer oriundo da Procuradoria do Estado do Amazonas – PGE/AM (fls. 50/56) fora colecionado aos autos, assinado pela Procuradora Dra. Ana Eunice Carneiro Alves, onde salienta que nos casos onde o cargo já não existe mais, o pensionista deve ser remunerado de acordo com cargo que possua as mesmas atribuições do cargo em que fora aposentado, no caso concreto, aposentada como Diretora de Escola, sendo equiparado a função de Diretor de Escola tipos I, II e III. 4. Embargos declaratórios rejeitados. DECISÃO: "VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos de Embargos de Declaração Cível n.º 0008736-29.2017.8.04.0000, em que são partes as acima indicadas. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, rejeitar os embargos de declaração.". Sessão: 26 de agosto de 2019. GC

Processo: 0038162-11.2002.8.04.0001 - Apelação Cível, 15ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: Linave - Luiz Ivan Navegação Ltda; Advogado: Bruno Rafael Nogueira Alves (OAB: 23681/PA); Advogado: Vanessa N. Brasil Monteiro (OAB: 13300/PA); Apelante: Cilene Santos André Sicsú; Advogada: Elisângela Nogueira Rodrigues (OAB: 3433/AM); Advogado: Luiz Eduardo Lustosa de Oliveira (OAB: 833/AM); Apelado: Antônio Remígio Filho; Advogada: Eliseth do Rosário Alves de Oliveira (OAB: A225/AM); Apelado: Linave - Luiz Ivan Navegação Ltda; Advogado: Bruno Rafael Nogueira Alves (OAB: 23681/PA); Apelada: Cilene Santos André Sicsú; Advogado: Bruno Rafael Nogueira Alves (OAB: 23681/PA); Advogado: Vanessa N. Brasil Monteiro (OAB: 13300/PA); Procuradora: Dra. Maria José da Silva Nazaré. Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Joana dos Santos Meirelles. APELAÇÃO (1). EMENTA: DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO. AÇÃO INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. QUANTUM DEBEATUR. PEDIDO DE MAJORAÇÃO. VALOR PROPORCIONAL À EXTENSÃO SOFRIDA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.1.O julgador deve agir de modo bastante consentâneo no momento de fixar a indenização a título de dano moral, pois não pode provocar o enriquecimento sem causa da parte que busca indenização, não pode deixar de incutir no valor condenatório um caráter pedagógico e propedêutico, visando desestimular o agente do ato ilícito de reiterar em tal prática, bem como deve buscar alcançar valor que seja capaz de, se não de modo amplo, fazer com que o ofendido sinta-se ressarcido.2. É tal tarefa das mais penosas e complexas, contudo, não há o magistrado como fugir desta. Assim, o melhor critério é que a indenização seja fixada com moderação e prudência, sempre atento aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade.3. Então, nesse sentido, entende-se que a r. Sentença estabeleceu indenização por danos morais de R$ 15.000,00 (quinze mil reais) em valor compatível com aquele determinado pelo ordenamento jurídico e a jurisprudência pátria, e, situações similares à presente. APELAÇÃO (2). EMENTA: DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO. AÇÃO INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. ACIDENTE DE TRÂNSITO. VEÍCULO TRANSITANDO EM MARCHA RÉ. PRESUNÇÃO DA CULPA. VALIDADE DO LAUDO PERICIAL EMITIDO PELA POLÍCIA CIENTÍFICA. PRESUNÇÃO DE VALIDADE E VERACIDADE. AUSÊNCIA DE PROVA EM CONTRÁRIO. CULPA EXCLUSIVA DA VÍTIMA. INOCORRÊNCIA. ÁREA DE LIVRE CIRCULAÇÃO. AUSÊNCIA DE VEDAÇÃO AO TRÂNSITO DE PASSAGEIROS. DANOS MATERIAIS. IMPOSSIBILIDADE DE CONDENAÇÃO EM VALOR PRESUMIDO. ORÇAMENTO APÓCRIFO INCAPAZ DE VALIDAR A CONDENAÇÃO SUBJACENTE. DANO MORAL. ACIDENTE DE TRANSITO. LESÃO À INCOLUMIDADE FÍSICA DA VÍTIMA. LIMITAÇÃO TEMPORÁRIA. DANO CONFIGURADO. QUANTUM DEBEATUR. PEDIDO DE MAJORAÇÃO. VALOR PROPORCIONAL À EXTENSÃO SOFRIDA. O laudo pericial do Instituto de Criminalística goza de presunção relativa de veracidade. Cabe ao réu afastar as conclusões do referido laudo, nos termos do art. 373, inc. II, do Código de Processo Civil. Ao contrário do que alega o Segundo Apelante, não houve culpa das vítimas, mormente porque a área que as mesmas se encontravam não era exclusiva para trânsito de veículos. Não há qualquer informação neste sentido nos autos e, vale ressaltar, que os pedestres possuem prioridade absoluta (art. 70 c/c 214, do CTB), de forma que independente da localidade não possuir faixa de pedestres ou sinal luminoso, o mesmo deveria ter prestado mais atenção. Aliás, esta é a determinação do código de transito brasileiro, ao dispor que transitar de ré, de forma que cause riscos à segurança, conforme atestado pelo perito, constitui crime de trânsito, na forma do art. 194, do CTB. Ademais, inimaginável cogitar a aplicação da teoria da culpa exclusiva da vítima, eis que retirado o ato praticado pelo motorista, não haveria acidente na espécie. Conforme sabido, o dano material não se presume, devendo os prejuízos estarem suficientemente comprovados. Desta forma, nada obstaria a Primeira Recorrente a apresentar a nota fiscal do serviço realizado, recibo, comprovante de pagamento ou, ainda, qualquer outro documento que comprovasse que a mesma submeteu a tratamento fisioterápico pago, eis que a sua cirurgia foi realizada em hospital público. Assim, não evidenciado os danos de origem material, deve-se extirpar da condenação os supostos danos não comprovados. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação Cível n.º 0626187-83.2015.8.04.0001, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Primeira Câmara Cível do Egrégio do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, conhecer e dar parcial provimento ao presente Recurso, nos termos do voto da Relatora.". Sessão: 26 de agosto de 2019. GC

Processo: 0206400-75.2011.8.04.0001 - Apelação / Remessa Necessária, 2ª Vara da Fazenda Pública; Apelante: O Estado do Amazonas; Procurador: Laércio de Castro Dourado Júnior (OAB: 13184/AM); Apelante: Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas – Amazonprev; Procurador: Caroline Retto Frota (OAB: 4411/AM); Apelada: Maria Suely Lemos de Sousa; Advogado: Janne Sales Gomes (OAB: 3045/AM); Advogado: Hamilton Sales Gomes (OAB: 6784/AM); ProcuradorMP: Maria José da Silva Nazaré; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. BENEFICIÁRIA ASCENDENTE DA FALECIDA. PRELIMINAR DE AUSÊNCIA DE REGULARIDADE FORMAL. REJEITADA. RECONHECIMENTO DE DEPENDÊNCIA ECONÔMICA DOS PAIS. POST MORTEM. DESNECESSIDADE DE PRÉVIA INSCRIÇÃO DE DEPENDENTE. INCIDÊNCIA DE JUROS DE MORA. A PARTIR DE CITAÇÃO VÁLIDA. SÚMULA N.º 204/STJ. RECURSOS CONHECIDOS E, NO MÉRITO, RECURSO DO ESTADO DO AMAZONAS PARCIALMENTE PROVIDO. RECURSO DA AMAZONPREV NÃO PROVIDO.- Embora reconheça a reiteração dos argumentos sustentados no Juízo de Piso, entendo que eles, por si só, combatem também a r. Sentença que ora se recorre. Isso porque ela mostrou-se totalmente procedente aos pleitos iniciais, de forma que, ao meu ver, consequentemente o arrazoado seria idêntico em uma nova tentativa de não provimento da ação em sede de instância recursal, o que ocorreu no caso. Recurso do Estado do Amazonas conhecido, em dissonância com o Parecer Ministerial.- Restando comprovado os requisitos legais, entendo, salvo melhor juízo, ser plenamente possível o reconhecimento posterior da condição de dependente dos genitores, não sendo a inexistência de prévia inscrição, como alegado pelos Apelantes, impedimento para tal reconhecimento, tendo em vista que seria um tratamento desigual entre dependentes obrigatórios e facultativos. - A obrigatoriedade de inscrição prévia de dependente econômico, especificamente os pais, também já foi enfrentada pela Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, que concluiu que tal disposição tem o condão de facilitar o trâmite burocrático previdenciário, mas jamais poderia ser óbice à concessão de pensão a beneficiário com previsão legal, se presente a condição de dependência econômica.- É entendimento pacificado na Jurisprudência Nacional, sendo, inclusive, sumulado pelo colendo Tribunal da Cidadania, que nos casos de ações relativas a benefícios previdenciários, a incidência dos juros de mora se dá a partir da citação, nos exatos termos da Súmula n.º 204 do STJ- Recursos conhecidos e, no mérito, Recurso da Amazonprev não provido e Recurso do Estado do Amazonas parcialmente provido, em dissonância com o Parecer Ministerial (p. 252/261). DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação / Remessa Necessária n.º 0206400-75.2011.8.04.0001, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em CONHECER dos presentes recursos e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO ao Recurso de Fundação Amazonprev e DAR PARCIAL PROVIMENTO ao Recurso do Estado do Amazonas, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 26 de agosto de 2019. GC

Processo: 0239619-11.2013.8.04.0001 - Remessa Necessária Cível, 13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Requerente: Marcos Gyovane Quirino Gomes; Advogado: Jocineide Maria de Souza Ramos (OAB: 4152/AM); Advogado: Wanda Vieira Pontes (OAB: 1344/AM); Requerido: Inss - Instituto Nacional do Seguro Social; Procuradora: Fernanda Meyge de Brito (OAB: 35105/BA); Procuradora: Dra. Noeme Tobias de Souza; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Paulo César Caminha e Lima. EMENTA PREVIDENCIÁRIO. REEXAME NECESSÁRIO. RESTABELECIMENTO DA APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. IMPOSSIBILIDADE. INCAPACIDADE PERMANENTE MULTIPROFISSIONAL NÃO CONFIGURADA. LAUDO PERICIAL. CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS FAVORÁVEIS. POSSIBILIDADE DE REABILITAÇÃO. AUXÍLIO-DOENÇA ACIDENTÁRIO DEVIDO. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS DO ART. 60 DA LEI N.º 8.213/1991. TERMO INICIAL. DIA SEGUINTE APÓS A ALTA PROGRAMADA. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. REMESSA ACOLHIDA.- Diante do laudo pericial atestando a possibilidade de reabilitação e considerando as condições socioeconômicas do segurado, não há como restabelecer a aposentadoria por invalidez, em razão do não preenchimento dos requisitos previstos no art. 42 da Lei n.º 8.213/1991.- Com efeito, tendo em vista a incapacidade permanente configurada no laudo pericial, faz-se mister o pagamento do auxílio-doença acidentário, nos termos do art. 60 da Lei n.º 8.213/1991.- Reforma da sentença tão somente para alterar o termo inicial do benefício, em virtude da data da cessação da aposentadoria por invalidez. - Remessa acolhida. DECISÃO: "ACORDAM os Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, em conformidade com o parecer ministerial, à unanimidade, em acolher a remessa necessária, a fim de reformar parcialmente a sentença, consoante relatório e voto que acompanham a presente decisão, dela fazendo parte integrante.". Sessão: 26 de agosto de 2019. GC

Processo: 0255850-21.2010.8.04.0001 - Apelação Cível, 16ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A; Advogado: Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB: 831A/AM); Apelado: Cledilson da Silva Melo; Advogado: Elio Francisco de Carvalho (OAB: 493A/AM); Advogado: Silvana Castro Muniz (OAB: 648A/AM); Procuradora: Dra. Maria José da Silva Nazaré; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Maria das Graças Pessoa Figueiredo. EMENTA: APELAÇÃO. PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA. DPVAT. PRAZO PARA PROPOSITURA DA AÇÃO DE 03 ANOS. APLICAÇÃO DA SÚMULA 278 DO STJ. PRESCRIÇÃO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. O Código Civil prevê o prazo de prescrição de 3 anos nos casos de seguro de responsabilidade civil obrigatório. 2. A Súmula 278 do STJ, dispõe que o início da contagem do prazo prescricional inicia-se a partir da ciência inequívoca da incapacidade laboral. 3. O apelado realizou o exame pericial no dia 17/08/2007, logo, a partir dessa data inicia-se o prazo prescricional sendo o ultimo dia para propor a ação em 17/08/2010, sendo proposta em 16/11/2010. 4. Recurso conhecido e provido em consonância com o parecer ministerial. DECISÃO: "VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação Cível n.º 0255850-21.2010.8.04.0001, em que são partes as acima indicadas. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, conhecer e dar provimento ao recurso, em consonância com o parecer ministerial.". Sessão: 26 de agosto de 2019. GC

Processo: 0261696-53.2009.8.04.0001 - Apelação Cível, 13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: Banco Sabemi; Advogado: Juliano Martins Mansur (OAB: 113786/RJ); Apelado: César Picanço Neves; Advogada: Vivianne Maria Pinheiro Teixeira (OAB: 5936/AM); Apelado: Banco Bonsucesso; Advogada: Flávia Almeida Moura Di Latella (OAB: 109730/MG); Advogado: Marcelo Tostes de Castro Maia (OAB: 63440/MG); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Paulo César Caminha e Lima. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DIREITO DO CONSUMIDOR. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO PARA OBTENÇÃO DE ASSISTÊNCIA FINANCEIRA. JUROS REMUNERATÓRIOS. AUSÊNCIA DE ABUSIVIDADE. RECURSO PROVIDO.1. É assente que os juros remuneratórios podem ser livremente pactuados nos contratos de empréstimo, de maneira que, apenas em situações excepcionais, é autorizada a sua apreciação em âmbito judicial, notadamente quando acarretarem onerosidade excessiva em desfavor do consumidor, já que os artigos 39, V, e 51, IV, ambos do Código Consumerista, devem ser respeitados quando da aplicação dos contratos bancários. (REsp 271.214/RS, Rel. p Acórdão Min. Menezes Direito, DJ de 04.08.2003 e REsp 1061530/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 22/10/2008, DJe 10/03/2009).2. Estabelece-se que a abusividade de tais taxas de juros remuneratórios deverá ser comprovada, situação em que

ela é apta a colocar o consumidor em desvantagem exagerada. E, ao se analisar detidamente os autos, o apelado não logrou sucesso em demonstrar como os percentuais mensais de juros de 1,90% a.m, 1,30% a.m e 1,70 % a.m foram capazes de acarretar a onerosidade excessiva.3. De fato, o contrato entabulado entre as partes refere-se ao contrato intitulado "Contrato para Obtenção de Assistência Financeira", e não contrato de financiamento de veículo - conforme se constata na fundamentação da sentença objurgada - motivo pelo qual se faz devida a correção.4. Recurso provido. DECISÃO: "ACORDAM os Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade, dar provimento à Apelação Cível, nos termos do voto que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.". Sessão: 26 de agosto de 2019. GC

Processo: 0601524-70.2015.8.04.0001 - Apelação Cível, 19ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: INSS - Instituto Nacional da Seguridade Social; Procurador: Procuradoria Federal No Estado do Amazonas; Apelado: Nelinho Abreu dos Santos; Advogado: Wilson Molina Porto (OAB: 805A/AM); Procuradora: Dra. Noeme Tobias de Souza; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE CONCESSÃO DE AUXILIO-ACIDENTE C/C PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA. CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS. ADEQUAÇÃO AO ENTENDIMENTO DO STF. SENTENÇA REFORMADA PARCIALMENTE. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO EM CONSONÂNCIA COM O PARECER MINISTERIAL. - A teor dos precedentes emanados do Colendo STJ, é admissível que decisões judicias adotem os fundamentos de manifestações constantes de peças do processo, desde que haja a transcrição de trechos das peças às quais há indicação (fundamentação aliunde ou per relationem). Precedentes (REsp 1399997/AM). - No caso dos autos, conforme laudo médico pericial de p.125/138, verifica-se que o Autor/Apelado está incapacitado para atividade laboral habitual. - O auxílio-acidente é um benefício concedido a segurado da previdência social – INSS quando este desenvolver sequela permanente, que reduza sua capacidade laborativa, em decorrência de acidente de trabalho. O benefício é pago como uma forma de indenização pelo acidente de trabalho sofrido. Nos termos do art. 86 da Lei nº 8.213/91;- In casu, o presente Recurso de Apelação tem por objeto a reforma da sentença tão somente no tocante aos juros e correção monetária (fls. 310-313). O Juízo a quo decidiu que "para fins de atualização monetária, DEFINO que o benefício deverá ser monetariamente corrigido de acordo com o art. 2º, §2º, da Lei n. 6.89/81, incidindo tal correção desde a data do ajuizamento da ação (Súmula n. 148 do STJ). DECIDO ainda pela incidência de juros de mora devidos em 1% (um por cento) ao mês a contar da citação" ;- Pois bem. O STF declarou a inconstitucionalidade parcial, por arrastamento, do artigo 5º, da Lei nº 1.690/09, que dava nova redação ao artigo 1º-F, da Lei nº 9.494/97, apenas quanto à correção monetária; no caso, dos juros de mora, incidentes a partir da citação, serão computados sobre as parcelas em atraso de forma englobada até a citação, tendo como base mensal prevista para a caderneta de poupança, conforme disciplina da Lei n. 1.960/09 (porque não alterado neste aspecto em sede da referida ADI);- Assim, seguindo as diretrizes fixadas no julgamento das ADI's 4.357/DF e 4425/DF, condenada a Fazenda Pública, o que inclui o INSS, ao pagamento de valores, estes devem ser atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial – IPCA-E;- Em relação aos juros moratórios, deve continuar sendo seguida a aplicação do índice da Caderneta de Poupança, consoante prescrito pelo Art. 1.º-F da Lei n.º 9.494/97, com redação dada pela Lei n.º 11.960/09, tendo em vista que o Supremo Tribunal Federal só declarou inconstitucional a alteração legislativa referente ao índice de correção monetária, em nada afetando a previsão de incidência do índice Oficial da Caderneta de Poupança para remunerar juros moratórios;- Recurso conhecido e provido em consonância com o Parecer Ministerial, quanto aos índices aplicáveis a correção monetária e juros, de forma que seja ajustada ao entendimento do STF, bem como a Portaria n.º 1855/2016-PTJ. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 0601524-70.2015.8.04.0001, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em conhecer do presente recurso e no mérito dar-lhe provimento, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 26 de agosto de 2019. GC

Processo: 0603371-10.2015.8.04.0001 - Apelação Cível, 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: Banco Bradesco Financiamentos S/A; Advogado: Nelson Roberta Beatriz do Nascimento (OAB: 1164A/AM); Advogada: Roberta Beatriz do Nascimento (OAB: 192649/SP); Advogado: José Lídio Alves dos Santos (OAB: 1163A/AM); Apelada: Maria Ilza Lopes da Costa; Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas; Defensor: José Ivan Benaion Cardoso (OAB: 1657/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Joana dos Santos Meirelles. EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. AUSÊNCIA DE CONDIÇÕES VÁLIDAS DA AÇÃO. NÃO CONFIGURAÇÃO. COMPARECIMENTO ESPONTÂNEO DA PARTE. SENTENÇA ANULADA. RECURSO PROVIDO. 1. A demora para a realização da citação não enseja a extinção da causa sem resolução mérito, nos termos do Art. 485, IV do CPC, podendo vir a ser configurado no inciso III, ou seja, abandono da causa, no entanto, é necessário a intimação pessoal da parte anteriormente.2. No caso em tela, a parte Apelada compareceu ao processo espontaneamente, razão pela qual a triangulação processual foi formada, não havendo o que se falar em ausência de condições válidas par ao regular processamento. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação Cível nº 0603371-10.2015.8.04.0001, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Primeira Câmara Cível do Egrégio do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, conhecer e dar provimento ao presente Recurso, nos termos do voto da Relatora.". Sessão: 26 de agosto de 2019. GC

Processo: 0607258-94.2018.8.04.0001 - Apelação Cível, 13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: Maria Alcicleni Castro Bossardi; Advogado: Ana Carolina Souza Cei (OAB: 8348/AM); Advogado: Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB: 7983/AM); Advogado: Renato de Souza Pinto (OAB: 8794/AM); Apelado: Pagseguro Internet Ltda; Advogado: Eduardo Chalfin (OAB: A1140/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Paulo César Caminha e Lima. Revisor: EMENTA APELAÇÃO CÍVEL. CONSUMIDOR E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. 1. SUBSTITUIÇÃO DO BEM EM RAZÃO DE VÍCIO EM MÁQUINA LEITORA DE CARTÃO DE CRÉDITO E DÉBITO. IMPOSSIBILIDADE. TRANSCURSO DO LAPSO DECADENCIAL. ART. 26, II, DO CDC. INEXISTÊNCIA DE HIPÓTESE QUE OBSTASSE A DECADÊNCIA. AJUIZAMENTO DA DEMANDA APÓS PRATICAMENTE UM ANO DA CONSTATAÇÃO DO VÍCIO. 2. DANOS MORAIS. INOCORRÊNCIA. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA OPE JUDICIS NÃO REALIZADA. HIPÓTESE EM QUE A CONSUMIDORA NÃO COMPROVA VÍCIO QUE INQUINASSE O PRODUTO E NÃO DEMONSTRA EFETIVA VIOLAÇÃO A DIREITO DE PERSONALIDADE. SENTENÇA MANTIDA. 3. RECURSO DESPROVIDO. DECISÃO: "ACORDAM os Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento à Apelação Cível, nos termos do voto que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.". Sessão: 26 de agosto de 2019. GC

Processo: 0608313-85.2015.8.04.0001 - Apelação Cível, 13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho;; Apelante: Tharcísio Anchieta da Silva/; Advogado: Sandro Rodrigues de Souza (OAB: 4830/AM); Apelante: Tauá Empreendimentos Imobiliários Ltda; Advogado: Jonny Cleuter Simões Mendonça (OAB: 8340/AM); Advogado: Heloisa Pontes Maues (OAB: 9667/AM); Apelante: Brunna Richelly Lima Rocha Anchieta; Advogado:

Sandro Rodrigues de Souza (OAB: 4830/AM); Apelado: J Nasser Engenharia Ltda; Advogado: Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (OAB: 799A/AM); Advogado: Ana Beatriz da Silva Oliveira (OAB: 9372/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Joana dos Santos Meirelles. EMENTA(2): DIREITO PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO. DANOS MATERIAIS. DANOS MORAIS. AUSÊNCIA DE CONFIGURAÇÃO. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.1. Tendo a parte deixado de adimplir o contrato dentro do prazo contratado para que recebesse o seu imóvel em determinada data, não há o que se falar em danos materiais superiores aos arbitrados em Sentença, quais sejam, 19 (dezenove) dias de atraso entre a quitação e entrega das chaves. 2. Mediante o julgamento do IRDR desta Corte, ficou estabelecido que o mero atraso na obra não enseja o pagamento de indenização por danos morais, devendo ser comprovada situação que fuja da ordinariedade, o que não ocorreu no caso em tela, que o atraso foi tão somente de 19 (dezenove) dias. EMENTA(1)(3): DIREITO PROCESSUAL CIVIL. HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.1. O arbitramento de honorários deve respeitar o disposto no Art. 85 do Código de Processo Civil.2. In casu, os honorários foram arbitrados sobre o valor da causa, quando o objeto da condenação era perfeitamente mensurável, razão pela qual deve ser respeitada a parte inicial do § 2º do referido artigo, que determina o arbitramento sobre o proveito econômico obtido, em primeiro lugar. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação Cível n.º 0626187-83.2015.8.04.0001, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Primeira Câmara Cível do Egrégio do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, conhecer e negar provimento à segunda Apelação e conhecer e dar parcial provimento ao primeiro e terceiro Recurso, nos termos do voto da Relatora.". Sessão: 26 de agosto de 2019. GC

Processo: 0608878-15.2016.8.04.0001 - Apelação Cível, 10ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: Bv Financeira S/A Crédito, Financiamento e Investimento; Advogado: Sérgio Schulze (OAB: 7629/SC); Advogado: Sergio Schulze (OAB: 1213A/AM); Apelada: Priscila de Lima Rodrigues; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: PROCESSO CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. SENTENÇA TERMINATIVA BASEADA NO ART. 485, IV, DO CPC/15. AUSÊNCIA DE CITAÇÃO. HIPÓTESE QUE SE AMOLDA AO INCISO III, DO ART. 485. NECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL. NÃO ATENDIMENTO AO § 1º DO ART. 485 DO CPC/15. ABANDONO E NÃO AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO PROCESSUAL. NULIDADE SUSCITADA DE OFÍCIO. PRECEDENTES. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. - A ausência de citação não consubstancia pressuposto processual, porquanto não tem o condão de afetar, por si só, a regularidade ou validade da relação processual.- Ao contrário do que entendeu o Juízo a quo, o fato do Apelante, supostamente, não ter cumprido a diligência de citação da ré, não importa na extinção automática do feito, já que, segundo, o art. 485, III do CPC/15 "extingue-se o processo, sem resolução do mérito, quando não promover os atos e diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias", sendo necessária a sua intimação pessoal, conforme previsto em seu § 1º;- Impõe-se, destarte, a nulidade do julgado, na medida em que a extinção por abandono depende de prévia intimação pessoal do demandante, não se confundindo com a extinção por ausência de pressuposto processual a qual, repise-se, não restou configurada in casu;-Nulidade da sentença; - Recurso Conhecido e Provido. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 0608878-15.2016.8.04.0001, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em conhecer do presente recurso e no mérito dar-lhe provimento, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 26 de agosto de 2019 GC

Processo: 0609435-02.2016.8.04.0001 - Apelação Cível, Vara de Órfãos e Sucessões; Apelante: Yoko Cristina dos Santos Nishi; Advogado: Gilmar Madalozzo da Rosa (OAB: 1083/RR); Apelada: Suellem Maia Nishi Araújo; Advogado: Luis Roberto Paiva Filho (OAB: 8628/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE APELAÇÃO. NULIDADE DE ACORDO EM PETIÇÃO DE HERANÇA. PRETERIÇÃO DE HERDEIRO. NÃO OCORRÊNCIA.- Sendo a Autora filha somente do cônjuge varão, esta não tem qualquer direito sucessório quanto aos bens que integram o espólio da cônjuge virago, ante a inexistência de parentesco entre ambas.- Não se trata de negativa de reconhecimento de direito aos bens que integram o patrimônio paterno, pois poderá a Autora, caso queira, direcionar pretensão de petição de herança ou de anulação de doação inoficiosa quanto à meação que competia ao seu pai, em face do espólio deste.- Recurso de apelação conhecido, mas desprovido. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 0609435-02.2016.8.04.0001, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em conhecer, mas negar provimento, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 26 de agosto de 2019. GC

Processo: 0611652-81.2017.8.04.0001 - Apelação Cível, 2ª Vara da Fazenda Pública; Apelante: O Estado do Amazonas; Procurador: Kerinne Maria Freitas Pinheiro; Procurador: Vitor Barbosa de Oliveira (OAB: 8285/TO); Apelado: Aldemir da Cruz Luz; Advogada: Amanda Katherine Ribeiro de Oliveira (OAB: 9978/AM); Procurador: Dra. Sandra Cal Oliveira; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL EM AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZAÇÃO. POLICIAL MILITAR CONDENADO POR CRIME DE HOMICÍDIO. LICENCIADO DOS CARGOS DA PMAM. AUSÊNCIA DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. RECONHECIMENTO DE NULIDADE DA PORTARIA QUE DECRETOU SUA DEMISSÃO. REINTEGRAÇÃO AO CARGO. IMPOSSIBILIDADE DE PROMOÇÃO À CAPITÃO. LEI N.°1.116/1974, ALÍNEA "G" DO ARTIGO 29 E DECRETO N.°2.860/1974, ART. 35. NÃO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS DA LEI 2.814/03. DIREITO APENAS AO PAGAMENTO DAS PARCELAS RETROATIVAS. AUSÊNCIA DE PRESCRIÇÃO. JURISPRUDÊNCIA DO STJ. SENTENÇA REFORMADA PARCIALMENTE. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO EM CONSONÂNCIA COM O PARECER MINISTERIAL. - A teor dos precedentes emanados do Colendo STJ, é admissível que decisões judicias adotem os fundamentos de manifestações constantes de peças do processo, desde que haja a transcrição de trechos das peças às quais há indicação (fundamentação aliunde ou per relationem). Precedentes (REsp 1399997/AM);- In casu, o Apelado exercia o cargo de Cabo da Polícia Militar do Amazonas, desde 01.03.1991, não obstante, por intermédio da Portaria n.°785/DP-97, o Comandante-Geral da Polícia Militar do Amazonas determinou o licenciamento deste das fileiras da instituição, tendo em vista suposto cometimento de homicídio doloso, em razão de que foi condenado a 21 (vinte e um) anos e 3 (três) meses de reclusão, inicialmente em regime fechado; - Entretanto, sua exclusão ocorreu sem o Processo Administrativo Disciplinar, portanto, após requerer administrativamente, obteve o reconhecimento da nulidade da Portaria 785/DP-97 que o licenciou em 23.10.1997; e a consequente reintegração ao cargo, conforme parecer favorável da Assessoria Jurídica da Polícia Militar do Amazonas, devidamente aprovado pelo Comandante-Geral da Instituição;- Pois bem, da análise dos autos, verifico que o Apelado não tem direito à promoção ao Cargo de Capitão, tendo em vista que não preenche os requisitos previstos na Lei 2.814/03 e ainda, conforme "Art. 29, da Lei 1.116/74, alínea "g", Oficial da PM não poderá constar de qualquer Quadro de Acesso quando for condenado"; além disso, o artigo 35 do Decreto n.º 2.860/1974, dispõe que "será excluído do Quadro de Acesso por Merecimento já organizado, ou dele não poderá constar, o oficial PM que tiver sido condenado por crime doloso cuja sentença haja passado em julgado";- Assim, mesmo

levando em consideração que o Apelado não tenha permanecido no regime fechado durante todo o período do cumprimento da pena até receber o indulto em 31.01.2013, tem-se que tal período não poderia ser computado para fins de promoção;- Quanto ao não pagamento das parcelas retroativas, entendo que referido pedido não deve prosperar, tendo em vista que o Apelado tem direito a elas, tendo em vista que a reintegração implica em reconhecimento de que a exclusão foi injusta, portanto, os salários não pagos no período são devidos, ressaltando que o prazo prescricional somente teve curso em relação a essas verbas a partir de 2014, quanto o apelado foi reintegrado. - Por fim, não há que se falar em prescrição, já que, segundo entendimento do STJ a formulação de requerimento administrativo suspende a contagem do prazo prescricional, cujo curso será retomado somente com a decisão final da Administração Pública sobre o pedido. (AgRg no Ag 125 8 3/SE,Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BEL IZ E, QUINTA TURMA, DJe 15/02/2013);- Sentença reformada parcialmente; - Recurso conhecido e parcialmente provido em consonância com o Parecer Ministerial. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 0611652-81.2017.8.04.0001, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em conhecer do presente recurso e no mérito dar-lhe parcial provimento em consonância com o Parecer Ministerial, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 26 de agosto de 2019. GC

Processo: 0612590-13.2016.8.04.0001 - Apelação Cível, 13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: Rodrigo Soares Barbosa; Advogada: Maria Claudia Sousa da Silva (OAB: 5528/AM); Apelado: Celso Teruo Sato; Advogado: Divanilza Amazonas de Menezes Silva Chaves (OAB: 8771/AM); Apelado: CNB - Negócios Imobiliários; Advogado: Jorge Secaf Neto (OAB: 1167/AM); Advogado: Andrei Farias de Barros (OAB: 6074/AM); Apelada: Eiko Hiata Sato; Defensor: Theo Eduardo Ribeiro Fernandes Moreira da Costa (OAB: 14088O/MT); Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: CIVIL E PROCESSO CIVIL. HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS ARBITRADOS NO PATAMAR MÍNIMO. ISENÇÃO DO PAGAMENTO. REDUÇÃO DO QUANTUM ARBITRADO PARA R$ 1.000,00 (MIL REAIS). IMPOSSIBILIDADE. ART. 85, § 2.º DO CPC/15. RECURSO CONHECIDO E, NO MÉRITO, NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.- Prescreve o Código de Processo Civil em seu artigo 85, § 2.º, os parâmetros que devem ser utilizados para a fixação da verba em questão. Elenca como critérios principais, o valor da condenação e o proveito econômico e, subsidiariamente, o valor da causa atualizado. Estabelece, ainda, como balizas específicas o lugar em que o serviço foi prestado, a complexidade da questão debatida, o zelo profissional, o trabalho desempenhado e o tempo despendido para tanto.- A parte Apelante foi condenada ao pagamento de 10% (dez por cento), sobre o valor da causa, totalizando um montante de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais) a título de honorários de sucumbência aos Apelados, tendo em vista que o valor da causa é de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais). Ocorre que, a míngua das pretensões do Apelante, o Juízo a quo já deferira a condenação do pagamento das custas no valor mínimo estabelecido pelo art. 85, § 2.º, do CPC/15, qual seja, 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, considerando a improcedência da exordial. - Ademais, não há como fixar o valor dos honorários por apreciação equitativa, a teor do § 8.º do mesmo Diploma Processual, tendo em vista que o proveito econômico não fora inestimável ou irrisório, bem como o valor da causa não é baixo, de forma que não cabe a fixação dos honorários no quantum de R$ 1.000,00 (hum mil reais), como requer o Apelante.- Recurso conhecido e, no mérito, não provido. Sentença mantida. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 0612590-13.2016.8.04.0001, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em CONHECER do presente recurso e, no mérito, NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 26 de agosto de 2019. GC

Processo: 0613536-14.2018.8.04.0001 - Apelação Cível, 1ª Vara da Fazenda Pública; Apelante: Emiliano Alves Galabre; Advogada: Alessandra Alves de Carvalho (OAB: A988/AM); Apelado: O Estado do Amazonas; Procurador: Luís Carlos de Paula e Souza (OAB: 900555/AM); Procuradora: Dra. Noeme Tobias de Souza; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Paulo César Caminha e Lima. APELAÇÃO CÍVEL. CONTRATO TEMPORÁRIO. EXTRAPOLAMENTO DO LIMITE DE PRAZO. CONTRATO TEMPORÁRIO QUE NÃO ATENDE OS REQUISITOS PREVISTOS NO ART. 37, IX, DA CRFB. NULIDADE. FGTS. VERBA DEVIDA. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO DE PARCELAS ATINGIDAS PELO PRAZO QUINQUENAL. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.1. O contrato temporário firmado com fundamento no art. 37, IX, da CRFB, ainda que nulo, não gera direito a verbas rescisórias trabalhistas, mas apenas ao pagamento de verbas salariais pendentes e dos depósitos do FGTS, nos termos do art. 19-A da Lei nº 8.036/90.2. O prazo prescricional aplicável a demandas ajuizadas em face da Fazenda Pública é quinquenal, por força do disposto no art. 1º do Decreto-Lei nº 20.910/32, sendo irrelevante a declaração de inconstitucionalidade do art. 23, § 5º, da Lei nº 8.036/1990 pelo STF. Precedentes desta Corte. 3. Apelação parcialmente provida. DECISÃO: "ACORDAM os Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade, em consonância com o parecer ministerial, dar parcial provimento à Apelação Cível, nos termos do relatório e do voto que acompanham a presente decisão, dela fazendo parte integrante.". Sessão: 26 de agosto de 2019. GC

Processo: 0617001-65.2017.8.04.0001 - Apelação Cível, 1ª Vara da Fazenda Pública; Apelante: Maria Neide Aguiar Frota; Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas; Defensora: Caroline Pereira de Souza (OAB: 9052/AM); Apelado: Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas – Detran/AM; Advogada: Marita Santos de Oliveira Corrêa (OAB: 5391/AM); Advogado: Ike Kennedy Veiga da Silva (OAB: 4519/AM); Advogado: Sérgio Augusto G. Cavalcante (OAB: 4895/AM); Advogado: José Roberto Gioia Alfaia (OAB: 11746/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Paulo César Caminha e Lima. EMENTA APELAÇÃO CÍVEL. ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. 1. ILEGITIMIDADE PASSIVA DO DETRAN ALEGADA SOMENTE EM CONTRARRAZÕES. IMPOSSIBILIDADE. QUESTÃO APRECIADA PELA SENTENÇA E NÃO RECORRIDA PELO ÓRGÃO DE TRÂNSITO. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA QUE UMA VEZ APRECIADA ESTÁ SUBMETIDA AO PRINCÍPIO DISPOSITIVO POR GERAR INTERESSE RECURSAL. INEXISTÊNCIA DE APELAÇÃO. CAPÍTULO INCONTROVERSO DA SENTENÇA. 2. TRANSFERÊNCIA DE TAXAS DE LICENCIAMENTO E SEGURO OBRIGATÓRIO. POSSIBILIDADE. INAPLICABILIDADE DO ART. 134 DO CTB. INTELIGÊNCIA LEGAL QUE ABRANGE SOMENTE PENALIDADES PROVENIENTES DE INFRAÇÕES DE TRÂNSITO. PRECEDENTES. HIPÓTESE EM QUE OS DÉBITOS VEICULARES DISCUTIDOS INCIDIRAM APÓS A ALIENAÇÃO DO BEM. RESPONSABILIDADE DO ADQUIRENTE. REFORMA DA SENTENÇA QUE SE IMPÕE. RECURSO PROVIDO. DECISÃO: "ACORDAM os Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade, dar provimento à Apelação Cível, nos termos do voto que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.". Sessão: 26 de agosto de 2019. GC

Processo: 0619435-90.2018.8.04.0001 - Apelação Cível, 12ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: Juciany Lopes da Costa; Advogado: Gustavo Michelotti Fleck (OAB: 21243/DF); Advogado: Cairo Lucas Machado Prates (OAB: 33787/SC); Apelado: Inss - Instituto Nacional do Seguro Social; Procuradora: Dra. Maria José da Silva Nazaré; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Paulo César Caminha e Lima. APELAÇÃO CÍVEL. PROCESSUAL CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO ACIDENTE. NECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL PARA REALIZAÇÃO DE PERÍCIA MÉDICA. A.R ASSINADO POR PESSOA ALHEIA AO PROCESSO. CERCEAMENTO DE DEFESA.

RECURSO PROVIDO. SENTENÇA ANULADA. 1. Incorre em error in procedendo o Magistrado que determina a extinção do processo, quando a sentença tenha sido fundamentada em ato processual eivado de nulidade absoluta.2. In casu, tendo a intimação da autora sido recebida por pessoa alheia ao processo, inevitável o reconhecimento de vício insanável que contamina irreversivelmente o referido ato processual, tornando, via de consequência, nula a sentença.3. Recurso provido. Sentença anulada. DECISÃO: "ACORDAM os Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade, concordando com o G. Órgão Ministerial, em dar provimento à Apelação Cível, nos termos do relatório e do voto que acompanham a presente decisão, dela fazendo parte integrante.". Sessão: 26 de agosto de 2019. GC

Processo: 0619714-13.2017.8.04.0001 - Apelação Cível, 2ª Vara da Fazenda Pública; Apelante: Ana Cristina Pantoja Carneiro; Advogado: Rogério Pena Bento da Silva (OAB: 9960/AM); Apelado: O Estado do Amazonas; Procurador: Janilson da Costa Barros (OAB: 13152/AM); Procurador: Dra. Sandra Cal Oliveira; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Paulo César Caminha e Lima. APELAÇÃO CÍVEL. CONTRATO TEMPORÁRIO. EXTRAPOLAMENTO DO LIMITE DE PRAZO. CONTRATO TEMPORÁRIO QUE NÃO ATENDE OS REQUISITOS PREVISTOS NO ART. 37, IX, DA CRFB. NULIDADE. FGTS. VERBA DEVIDA. 1. SENTENÇA QUE RECONHECEU A PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO DE PARCELAS ATINGIDAS PELO PRAZO QUINQUENAL. POSSIBILIDADE. INTELIGÊNCIA DO ART. 1º DO DECRETO N. 20.910/32. PRECEDENTES. PRESCRIÇÃO MANTIDA. 2. PAGAMENTO DE 13º SALÁRIO E FÉRIAS PROPORCIONAIS. POSSIBILIDADE. VERBAS RESCISÓRIAS DEVIDAS A SERVIDOR PÚBLICO AINDA QUE TEMPORÁRIO. INCIDÊNCIA DOS ARTS. 7º e 37, IX, da CF. PRECEDENTES. EVIDÊNCIA DO DIREITO PLEITEADO. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.- O contrato de prestação de serviço por tempo determinado, firmado com arrimo no art. 37, IX, da CF, conquanto seja nulo, não gera o direito a verbas rescisórias trabalhistas, mas apenas ao pagamento de verbas salariais pendentes e dos depósitos do FGTS, nos termos do art. 19-A da Lei nº 8.036/90, aplicável aos servidores com vínculo temporário, nos termos do decidido pelo Pretório Excelso.- O prazo prescricional da pretensão de cobrança de valores a título de FGTS é quinquenal, tendo em vista a aplicação do art. 1º, do Decreto-Lei nº. 20.910/32, além da existência de modulação dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade, pelo STF, do art. 23, §5º, da Lei nº. 8.036/90.- Verbas rescisórias existentes, tendo em vista a não comprovação de pagamento em folhas financeiras anexadas aos autos. DECISÃO: "ACORDAM os Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade em dar parcial provimento à Apelação Cível, nos termos do relatório e do voto que acompanham a presente decisão, dela fazendo parte integrante.". Sessão: 26 de agosto de 2019. GC

Processo: 0621630-24.2013.8.04.0001 - Apelação Cível, 12ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: Francenilda Ferreira da Silva; Advogado: Wilson Molina Porto (OAB: 805A/AM); Apelado: Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS; Procurador: Fernanda Meyge de Brito (OAB: 35105/BA); Procuradora: Dra. Maria José da Silva Nazaré. Presidente: Paulo César Caminha e Lima. Relator: Lafayette Carneiro Vieira Júnior. Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado. DECISÃO: "Por MAIORIA de votos, conhecer e dar provimento ao Recurso. OBS: A Desa. Graça Figueiredo será a Redatora do acórdão. Venceu por maioria de votos.". Sessão: 26 de agosto de 2019. GC

Processo: 0622263-93.2017.8.04.0001 - Apelação Cível, Vara Especializada da Dívida Ativa Estadual; Apelante: Fazenda Pública do Estado do Amazonas; Advogado: Leandro Venicius Fonseca Rozeira (OAB: 10483/AM); Apelado: Marfel Indústria e Comércio de Plásticos Ltda.; Advogado: Antônio Adalberto Magalhães Martins; Advogado: Eduardo David Barbosa Guimarães (OAB: 7684/AM); Advogada: Renata Barbosa Ribeiro de Oliveira (OAB: 12605/AM); Advogado: Ananias Ribeiro de Oliveira Júnior (OAB: 1628/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE APELAÇÃO. EXECUÇÃO FISCAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. SENTENÇA SURPRESA. INOBSERVÂNCIA DAS GARANTIAS PROCESSUAIS DOS ARTIGOS 9.º E 10 DO CPC/2015. SENTENÇA ANULADA.- O CPC/2015, em seu art. 10, inseriu no contraditório a garantia da não surpresa, impondo ao juiz o dever de provocar o debate antes da tomada de decisão que contrarie a parte, mesmo em matérias que podem ser conhecidas de ofício.- Antes de reconhecer, de ofício, a ocorrência da prescrição, deve ser assegurado à parte o exercício do contraditório, possibilitando que se manifeste acerca da prescrição, oportunizando a demonstração de eventual existência de fatos impeditivos ou suspensivos.- Recurso de apelação conhecido e provido. Sentença anulada.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 0622263-93.2017.8.04.0001, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento ao recurso, anulando a sentença, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 26 de agosto de 2019. GC

Processo: 0622667-81.2016.8.04.0001 - Apelação Cível, 2ª Vara da Fazenda Pública; Apelante: Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas – Amazonprev; Advogada: Caroline Retto Frota (OAB: 4411/AM); Advogado: Fabio Martins Ribeiro (OAB: A449/AM); Apelado: Paulo Eduardo Morais Arcanjo; Advogado: Enaldo Almeida Correa (OAB: 7696/AM); Procurador: Dra. Sandra Cal Oliveira; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator:Joana dos Santos Meirelles. EMENTA: DIREITO CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. APELAÇÃO. PENSÃO POR MORTE. ESPOSO DE EX-SEGURADA. SUPOSTA SEPARAÇÃO DE FATO. NÃO CONFIGURADA. LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 30/2001. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO EM CONSONÂNCIA COM O PARQUET. SENTENÇA MANTIDA.1. É mister salientar que consta comprovante de residência em comum do casal, às fls. 21/22, sendo, portanto, comprovada a vida em comum, inclusive pelas testemunhas ouvidas em sede de Audiência, conforme termo juntado às fls. 112/114.2. Extrai-se que o Recorrido não estava separado de fato do de cujus, preenchendo assim todos os requisitos legais para a concessão do benefício da pensão por morte, desta feita, imperiosa que seja mantida a sentença.3. Recurso conhecido e não provido, em consonância com o parecer ministerial. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação Cível nº 0622667-81.2016.8.04.0001, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Primeira Câmara Cível do Egrégio do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em consonância com o graduado órgão ministerial, em conhecer e NEGAR provimento ao presente Recurso, nos termos do voto da Relatora.". Sessão: 26 de agosto de 2019. GC

Processo: 0623775-77.2018.8.04.0001 - Apelação Cível, 3ª Vara da Fazenda Pública; Apelante: Moises Coelho de Lima; Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas; Apelado: O Estado do Amazonas; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER COM PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA ANTECIPADA. SENTENÇA EXTINTIVA. PERDA DO INTERESSE PROCESSUAL. REALIZAÇÃO DE CIRURGIA ANTES DA APRECIAÇÃO DA TUTELA PROVISÓRIA. NECESSIDADE DE PAGAMENTO DE HONORÁRIOS À DEFENSORIA PÚBLICA ESTADUAL. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. SÚMULA N. 421-STJ. SUPERAÇÃO ("OVERRULING"). PRONUNCIAMENTO DO PLENÁRIO DO STF (AR 1.937 AgR). REFORÇO DA AUTONOMIA DO ESTADO DEFENSOR. SUPERVENIÊNCIA

DA EC N. 80/2014 (FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL). ALTERAÇÃO NORMATIVA POSTERIOR (FUNDAMENTO LEGAL). RECENTE MANIFESTAÇÃO DO PLENO DO STF. - DEFENSORIA PÚBLICA EM REPRESENTAÇÃO POSTULATÓRIA DO ASSISTIDO. REGIME DE DIREITO PRIVADO (CONFUSÃO). INAPLICABILIDADE. APLICABILIDADE DO REGIME DE DIREITO FINANCEIRO E DE DIREITO PROCESSUAL. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA.- IGUAL CONSIDERAÇÃO DOS INTERESSES DO HIPOSSUFICIENTE. EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA (CF/1988, ART. 37). ESTÍMULO À SOLUÇÃO CONSENSUAL PRÉ-PROCESSUAL (CPC, ART. 3º) E À EFICIÊNCIA DA ATIVIDADE DE REPRESENTAÇÃO POSTULATÓRIA DE ADVOGADOS (PÚBLICOS E PRIVADOS) E DEFENSORES PÚBLICOS. ISONOMIA.- PERSONALIDADE JUDICIÁRIA. DEFENSORIA PÚBLICA. CONFLITO DE INTERESSES INTRAESTATAL. TEORIA DAS POSIÇÕES PROCESSUAIS DINÂMICAS. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA NA PARTE QUE INDEFERIU OS HONORÁRIOS DEVIDOS A DEFENSORIA PÚBLICA.- In casu, o processo foi extinto em razão da perda superveniente do interesse processual, porque ambas as partes informaram expressamente a efetiva realização da cirurgia antes de qualquer apreciação da tutela provisória pleiteada; - Em hipóteses em que não há parte sucumbente, porquanto a pretensão não foi resistida, impõe-se a aplicação do princípio da causalidade, de modo que a verba honorária ficará a cargo daquele que deu causa à propositura da demanda;- Entretanto, embora a Fazenda Pública Estadual tenha dado causa à presente demanda, o Juízo a quo deixou de condená-la ao pagamento de honorários em favor da Defensoria Pública Estadual, em razão da Súmula 421/STJ;– A superveniência da EC n. 80/2014 e da LC n. 132/2009 – a qual não foi analisada nos precedentes geradores do enunciado sumular n. 421 –, acarretou a necessidade de revisão e superação ("overruling") da súmula 421 do STJ. Precedente do Plenário do STF (AR 1.937 AgR).– Quando se trata de honorários defensoriais, o regime de Direito Privado ("confusão") deve ser afastado em prestígio do adequado regime de Direito Público e de Direito Processual (regra da sucumbência), a fim de buscar eficiência (CF/1988, art. 37) – a partir do estímulo ofertado pelos honorários sucumbenciais –, não somente aos advogados públicos e privados, mas também aos defensores públicos, em incentivo à defesa do direito do representado. Aplicação da igual consideração entre os interesses dos clientes dos advogados privados, do Poder Público por seus advogados públicos e dos assistidos defensoriais.– Existência de manifestação do plenário do STF (AR 1937 AgR) e consequente superação do entendimento do enunciado sumular n. 421 do STJ por órgão hierarquicamente superior (STF, Ação Recisória n. 1.937). Superveniência de superação(overruling) da posição da súmula n. 421 do STJ no TJAM e diversos outros Tribunais Recursais (TJSP; TJDF; TJRJ TRF1). Decisão contrária aos honorários defensoriais implicaria negativa de vigência à reserva de plenário (art. 97, CF/1988) e desrespeito à súmula vinculante n. 10 do STF, por negar vigência ao inc. XXI do art. 4º da LC n. 80/1994.– Súmula n. 421 do STJ contraria o estímulo à solução extrajudicial e pré-processual (CPC, art. 3º), pois o Poder Público atua com ciência antecipada de que somente será onerado com eventuais honorários de sucumbência quando a parte for defendida por advogado privado, não existindo o mesmo estímulo jurídico conciliatório quanto aos assistidos representados pelo Estado Defensor em razão de visão do STJ a partir do direito privado (CC/2002, art. 381).– Defensoria Pública possui "personalidade judiciária" para demandar judicialmente seu próprio interesse em colisão com o interesse do ente federativo – colidente, no caso, quanto à fixação dos honorários defensoriais de sucumbência –, tratando-se de aplicação da teoria das posições processuais dinâmicas ao Estado Defensor pelas quais o agente defensorial poderá assumir múltiplas posições de acordo com cada contexto (representante postulatório, legitimado coletivo, curador especial, custos vulnerabilis etc).- Recurso conhecido e provido, para reformar a sentença na parte que indeferiu os honorários devidos a Defensoria Pública, fixando-os em 10% sobre o valor da causa, nos termos do artigo 85, §4.º, III, c/c §2.º e §3.º, I, do CPC. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 0623775-77.2018.8.04.0001, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em conhecer do presente recurso e no mérito dar-lhe provimento, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 26 de agosto de 2019. GC

Processo: 0623780-02.2018.8.04.0001 - Apelação Cível, 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: Dayse Hery Souza da Silva; Advogado: Camila Cordeiro Batista (OAB: 10930/AM); Apelado: Banco Bonsucesso S/A; Advogado: Marcelo da Silva Carlos (OAB: 7366/AM); Advogado: Gustavo Gonçalves Gomes (OAB: 1058A/AM); Advogado: Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB: 671A/AM); Advogado: Cassio Chaves Cunha (OAB: 12268/PA); Procuradora: Dra. Noeme Tobias de Souza; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: DIREITO DO CONSUMIDOR E PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO C/C REPARAÇÃO POR DANO MATERIAL E MORAL. EMPRÉSTIMO E CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. APLICAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. ILEGALIDADE NA CONTRATAÇÃO. DEVOLUÇÃO EM DOBRO DOS VALORES PAGOS A MAIOR. DANO MORAL CONFIGURADO. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO EM HARMONIA COM PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO.- A teor dos precedentes emanados do Colendo STJ, é admissível que decisões judiciais adotem os fundamentos de manifestações constantes de peças do processo, desde que haja a transcrição de trechos das peças às quais há indicação (fundamentação aliunde ou per relationem). Precedentes (REsp 1399997/AM);- No caso dos autos, a configuração da cobrança indevida e a inexistência de erro justificável, decorre do fato do Banco Bonsucesso não ter se desincumbido de seu ônus probatório, ao passo que o efetivo pagamento foi comprovado com os contracheques da Apelante (fls. 20- 5), os quais demonstram o desconto mensal referente ao cartão de crédito consignado não consentido. Preenchidos os requisitos do parágrafo único do art. 42 do CDC, faz-se necessária a repetição do indébito com valor dobrado.- De acordo com a Corte Cidadã, o valor da reparação por dano moral deve ser arbitrado com moderação e razoabilidade. Além disso, não pode se revelar irrisório ou excessivo, de forma a não atender aos critérios acima apontados.- Embora o dano moral seja cabível, o juízo a quo o fixou em patamar desproporcional. Mais adequado ao caso concreto é o valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), a título de indenização.- Sentença parcialmente reformada.- Recurso conhecido e parcialmente provido em harmonia com parecer Ministerial. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 0623780-02.2018.8.04.0001, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em harmonia com parecer Ministerial, em conhecer do presente recurso e, no mérito, dar parcial provimento, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 26 de agosto de 2019. GC

Processo: 0624062-74.2017.8.04.0001 - Apelação Cível, 2ª Vara da Fazenda Pública; Apelante: O Estado do Amazonas; Procuradora: Indra Mara Bessa (OAB: 1877/AM); Apelada: Cecília de Moura Pessoa; Advogado: Luis Albert dos Santos Oliveira (OAB: 8251/AM); Procuradora: Dra. Noeme Tobias de Souza; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Joana dos Santos Meirelles. EMENTA: PROCESSO CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. SERVIDOR PÚBLICO. CONTRATO TEMPORÁRIO. SUCESSIVAS PRORROGAÇÕES. NULIDADE. FGTS. CABÍVEL. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.A regra de ingresso no serviço público é por intermédio de concurso público, nos termos do art. 37, II, da CF. Excepcionalmente, caso reste demonstrada a necessidade temporária de excepcional interesse público, é possível a contratação de pessoal por tempo determinado para atender a necessidade do serviço, desde que atendidas as seguintes condições: a) previsão em lei dos casos; b) tempo determinado; c)

necessidade temporária de interesse público; d) interesse público excepcional. O contrato temporário, quando renovado sucessivas vezes, descaracteriza as condições de sua celebração, consistindo em verdadeira burla ao princípio do concurso público, ocasionando a nulidade do contrato celebrado.É pacifica a orientação jurisprudencial no sentido de que a contratação por tempo determinado para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público realizada em desconformidade com os preceitos do artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal não gera quaisquer efeitos jurídicos válidos em relação aos servidores contratados, com exceção do direito à percepção dos salários referentes ao período trabalhado e, nos termos do artigo 19-A da Lei 8.036/1990, ao pagamento e levantamento dos depósitos efetuados no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço FGTS. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação Cível nº 0624062-74.2017.8.04.0001, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Primeira Câmara Cível do Egrégio do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em consonância com o graduado órgão ministerial, em conhecer e NEGAR provimento ao presente Recurso, nos termos do voto da Relatora.". Sessão: 26 de agosto de 2019. GC

Processo: 0627035-70.2015.8.04.0001 - Apelação Cível, 20ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: Mapfre Seguros Gerais S/A; Advogado: Jaime Augusto Freire de Carvalho Marques (OAB: 9446/BA); Apelado: Rodofederal Transporte e Locação Ltda.; Apelado: Geraldo José Gonçalves; Advogado: Wanderlene Lima F. Lungareze (OAB: 2459/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Joana dos Santos Meirelles. EMENTA:DIREITO CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. LAUDO EXPEDIDO PELA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL. PRESUNÇÃO DE VERACIDADE E LEGITIMIDADE. INÉRCIA DA PARTE EM PRODUZIR NOVAS PROVAS. LUCRO CESSANTE COMPROVADO. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. O laudo técnico acerca de acidente, expedido pela Polícia Rodoviária Federal tem presunção de veracidade e legitimidade, tendo sido expedido por funcionário público in loco em consonância com as evidências do local, deve prevalecer quando não apresentado outro meio de contraprova. 2. As partes, ao se quedarem inertes à produção de prova pericial, deixando de pagar os honorários devidos, aceitam, tacitamente, o conjunto probatório constante dos autos.3. A empresa de transporte rodoviário, ao te rum veículo danificado de modo contínuo, sofre, além dos danos emergentes, lucros cessantes, mediante comprovação de contratos que não puderam ser cumpridos, face a ausência de veículo.4. A ausência de comprovação de pagamento prévio de parte do prêmio obsta o deferimento de abatimento do valor total a ser pago pela seguradora. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação Cível nº 0627035-70.2015.8.04.0001, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Primeira Câmara Cível do Egrégio do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer e NEGAR provimento ao presente Recurso, nos termos do voto da Relatora.". Sessão: 26 de agosto de 2019. GC

Processo: 0627060-78.2018.8.04.0001 - Apelação Cível, 7ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: Antonio Cleuter Ramos da Costa; Advogado: Diego Andrade de Oliveira (OAB: 8792/AM); Advogado: Calixto Hagge Neto (OAB: 8788/AM); Advogado: Wagner Jackson Santana (OAB: 8789/AM); Apelado: Banco Daycoval S/A; Advogado: Denner de Barros e Mascarenhas Barbosa (OAB: 1183/AM); Procuradora: Dra. Maria José da Silva Nazaré; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO DO CONSUMIDOR. CONTRATAÇÃO FRAUDULENTA DE EMPRÉSTIMO. NÃO COMPROVAÇÃO DE QUE A OPERAÇÃO FOI REALIZADA PELO APELANTE. VIOLAÇÃO AO ART. 373, INCISO II DO CPC/15. FORTUITO INTERNO. RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA. PRESENÇA DO DEVER DE INDENIZAR. DESCONSTITUIÇÃO DO DÉBITO E DEVOLUÇÃO EM DOBRO DO VALOR INDEVIDAMENTE DESCONTADO. DANO MORAL. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.- A teor dos precedentes emanados do Colendo STJ, é admissível que decisões judicias adotem os fundamentos de manifestações constantes de peças do processo, desde que haja a transcrição de trechos das peças às quais há indicação (fundamentação aliunde ou per relationem). Precedentes (REsp 1399997/AM). - A teor da súmula n.º 297 do Superior Tribunal de Justiça, às instituições financeiras é aplicado o Código de Defesa do Consumidor. - As instituições financeiras respondem objetivamente pelos danos gerados por fortuito interno relativo a fraudes e delitos praticados por terceiros no âmbito de operações bancárias. (Súmula 479 do STJ) - In casu, a parte autora alegou não ser sua a assinatura aposta no contrato acostado pelo Banco Apelado. Neste caso, incide a norma prevista no art. art. 373, II do CPC/15, o qual prevê que: "incumbe ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor. Além disso, aplicável ainda, o disposto no artigo 429, II, do CPC,que dispõe que: "incumbe o ônus da prova quando se tratar de impugnação de autenticidade, à parte que produziu o documento". E de tal ônus, o réu não se desincumbiu, sendo inviável reconhecer a existência de contratação entre as partes. - Diante da aplicabilidade do CDC às relações bancárias, se o banco se omite completamente na arena probatória e deixa de demonstrar a existência e validade do contrato de empréstimo, não há como aliviar a sua responsabilidade civil pelos danos suportados pelo consumidor. - Necessária a restituição dos valores indevidamente descontados da conta do Apelante. - Quanto aos danos morais, verifica-se que a conduta do Apelado/Requerido de cobrar por contrato inexistente fere direitos da personalidade do autor, a exemplo dos direitos à paz e à tranquilidade. Engendra-se para o ofensor o dever de indenizar o dano extrapatrimonial sofrido, o qual, repise-se, configura-se in re ipsa e prescinde da demonstração do sofrimento psicológico.- Quanto ao valor, entendo que a quantia de R$5.000,00 (cinco mil reais) é suficiente, para a reparação do dano experimentado, proporcional à sua extensão, sem que se possa falar em enriquecimento sem causa da autora da demanda, obedecendo aos principios da razoabilidade e da proporcionalidade e de acordo com os julgados proferidos por esta Corte de Justiça.- Sentença reformada. - Recurso conhecido e provido em consonância com o Parecer Ministerial. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 0627060-78.2018.8.04.0001, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em conhecer do presente recurso e no mérito dar-lhe provimento em consonância com o Parecer Ministerial, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 26 de agosto de 2019. GC

Processo: 0627735-41.2018.8.04.0001 - Apelação Cível, 6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: Banco Bmg S/A; Advogada: Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB: 983A/PE); Apelado: Euler Santos Barbosa; Advogada: Kelly Anne Correa de Oliveira (OAB: 9330/AM); Procurador: Dra. Sandra Cal Oliveira; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Paulo César Caminha e Lima. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DIREITO DO CONSUMIDOR. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. CONTRATO DE CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. VIOLAÇÃO AO DEVER DE INFORMAÇÃO (ART. 6º, III, CDC). QUITAÇÃO E EXTINÇÃO DO CONTRATO. COMPENSAÇÃO DE VALORES E EVENTUAIS CRÉDITOS RESTITUÍDOS NA FORMA DOBRADA AO CONSUMIDOR. DANOS MORAIS. REDUÇÃO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO EM PARTE.1. Há violação ao dever de informação quando o banco contratante não esclarece de forma correta, clara e efetiva os termos de contrato de Cartão de Crédito Consignado – em especial quanto à forma de execução e de cobrança do empréstimo.2. Estão configuradas a abusividade e a má-fé na conduta do apelante pela falta de clareza no momento da celebração do contrato, que conduziu o consumidor a celebrar uma obrigação incompatível com seu propósito, motivo pelo qual a devolução em dobro é medida que se impõe.3. Necessária a redução da condenação a titulo de danos morais para R$ 5.000,00

(cinco mil reais), tendo em vista que o valor arbitrado na origem (R$ 10.000,00) mostra-se destoante de casos similares julgados por este Tribunal, além de ser evidentemente desproporcional.4. Recurso conhecido e provido em parte para reduzir a condenação em indenização a danos morais. DECISÃO: "ACORDAM os Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade em dar parcial provimento à Apelação Cível, nos termos do relatório e do voto que acompanham a presente decisão, dela fazendo parte integrante.". Sessão: 26 de agosto de 2019. GC

Processo: 0628556-79.2017.8.04.0001 - Apelação Cível, 3ª Vara da Fazenda Pública; Apelante: Maria Iris Barbosa da Silva; Advogado: Marcelo Augusto Farias de Souza (OAB: 7664/AM); Apelado: O Estado do Amazonas; Procuradora: Indra Mara Bessa (OAB: 1877/AM); Procuradora: Dra. Maria José da Silva Nazaré; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: PROCESSO CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. SERVIDOR PÚBLICO. CONTRATO TEMPORÁRIO. SUCESSIVAS PRORROGAÇÕES. NULIDADE. FGTS. CABÍVEL. MULTA DE 40%, AVISO-PRÉVIO E DANOS MORAIS. INCABÍVEIS. REPERCUSSÃO GERAL, RE N. 596.478/RR. STF. SENTENÇA REFORMADA PARCIALMENTE. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO EM CONSONÂNCIA COM O PARECER MINISTERIAL. - A teor dos precedentes emanados do Colendo STJ, é admissível que decisões judiciais adotem os fundamentos de manifestações constantes de peças do processo, desde que haja a transcrição de trechos das peças às quais há indicação (fundamentação aliunde ou per relationem). Precedentes (REsp 1399997/AM); - O contrato temporário firmado com fundamento no art. 37, IX, da CRFB, ainda que nulo, não gera direito a verbas rescisórias trabalhistas, mas apenas ao pagamento de verbas salariais pendentes e dos depósitos do FGTS, nos termos do art. 19-A da Lei nº 8.036/90;- Ademais, o Supremo Tribunal Federal, no RE n.° 596.748 (repercussão geral), reconheceu ao trabalhador o direito, exclusivamente, ao pagamento de saldo de salário pelos dias trabalhados e ao levantamento/depósito do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, bem como do 13.º salário e férias;- Quanto a multa de 40% do FGTS e o aviso-prévio, estas são verbas estritamente trabalhistas, não extensíveis ao funcionário público;- Incabível a indenização por danos morais, tendo em vista que o servidor temporário tem plena ciência da precariedade de seu vínculo com a Administração Pública, razão pela qual o seu desligamento é algo que deve ser esperado a qualquer tempo; - FGTS devido; - Sentença reformada parcialmente. - Recurso conhecido e parcialmente provido em consonância com o Parecer Ministerial. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 0628556-79.2017.8.04.0001, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em conhecer do presente recurso e no mérito dar-lhe parcial provimento em consonância com o Parecer Ministerial, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 26 de agosto de 2019. GC

Processo: 0628810-57.2014.8.04.0001 - Apelação Cível, 6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: Direcional Engenharia S/A; Apelante: Direcional Abare Empreendimentos Imobiliários Ltda (Direcional Engnharia S/a); Advogado: Leonardo Braz de Carvalho (OAB: 76653/MG); Advogado: Humberto Rossetti Portela (OAB: 91263/MG); Apelado: Paulo Andre Costa da Silva; Advogado: Maria de Oliveira Fernandes (OAB: 4296/AM); Procuradora: Dra. Maria José da Silva Nazaré; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: CONSUMIDOR E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE APELAÇÃO. RESOLUÇÃO CONTRATUAL UNILATERALMENTE. CULPA EXCLUSIVA DA CONSTRUTORA. AUSÊNCIA DE PRÉVIO AVISO AO COMPRADOR. PERCENTUAL DE RETENÇÃO DOS VALORES. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. SENTENÇA ILÍQUIDA. RECURSO CONHECIDO E, NO MÉRITO, NÃO PROVIDO. EM CONSONÂNCIA COM O PARECER MINISTERIAL.- É abusiva a cláusula contratual que prevê a a devolução de 30% (trinta por cento) dos valores pagos à construtora pelo consumidor. - Ao contrário do alegado pelas Apelantes em sede recursal, a rescisão contratual se deu por culpa das Promitentes Vendedoras/Apelantes, a vista de que não procederam com a notificação prévia extrajudicial, prevista em disposição contratual (fls. 65) e, de forma confessa, admitiram o fato em sede de Contestação (fls. 103).- Ao contrário do alegado pelas Apelantes em sede recursal, a rescisão contratual se deu por culpa das Promitentes Vendedoras/Apelantes, a vista de que não procederam com a notificação prévia extrajudicial, prevista em disposição contratual (fls. 65) e, de forma confessa, admitiram o fato em sede de Contestação (fls. 103).- De acordo com os precedentes emanados pelo Colendo STJ, na hipótese de rescisão contratual por culpa exclusiva do Promitente Comprador, deve ocorrer a instantânea restituição das parcelas pagas pelo Promitente Comprador (REsp 1300418/SC).- O Apelado, ao contrário do que afirmam os Apelantes, demonstrou cabalmente que os transtornos sofridos ultrapassaram as barreiras do mero aborrecimento, no sentido de ver rescindido – sem sua ciência prévia – o contrato de Compra e Venda de Imóvel que pactuou com as Rés, motivo pelo qual fora acertada a decisão do Ilustre Juízo a quo.- Considerando que apenas parte da condenação perfaz uma quantia líquida e certa (o pagamento de R$ 20.000,00 a título de dano moral), é inviável acolher o apelo da Apelante para reformar a sentença no sentido de arbitrar os honorários de sucumbência em 10% sobre o valor da condenação, eis que ilíquida em parte. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação n.º 0628810-57.2014.8.04.0001, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em CONHECER do presente recurso e, no mérito NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 26 de agosto de 2019. GC

Processo: 0631566-39.2014.8.04.0001 - Apelação Cível, 15ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: Francisco Adalberto Pinheiro Cavalcante; Advogada: Adriane Cristine Cabral Magalhães (OAB: 5373/AM); Apelado: Tokio Marine Brasil Seguradora S/A; Advogado: David Sombra Peixoto (OAB: 1175A/AM); Advogado: David Sombra Peixoto (OAB: 16477/CE); Apelado: Transporte Modelo Ltda; Advogado: Manoel Pedro de Carvalho (OAB: 4890/AM); Advogado: Viviane Nunes de Oliveira da Costa (OAB: 8944/AM); Procuradora: Dra. Noeme Tobias de Souza; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS C/C DANOS MATERIAIS. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECIFICA DA SENTENÇA. MERA REPETIÇÃO DAS TESES VEICULADAS A PETIÇÃO INICIAL. OFENSA AO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. RECURSO NÃO CONHECIDO EM CONSONÂNCIA COM O PARECER MINISTERIAL. - Pelo princípio da dialeticidade, a apelação deverá, necessariamente, expor os fundamentos de fato e de direito com que se impugna a sentença recorrida. - Se parte das razões recursais estão dissociadas da sentença, não há como conhecer do recurso neste tocante, face ao disposto no art. 1010, II, do Novo CPC/2015. - Apelo não conhecido. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 0631566-39.2014.8.04.0001, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em não conhecer do recurso em consonância com o Parecer Ministerial, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 26 de agosto de 2019. GC

Processo: 0644599-91.2017.8.04.0001 - Apelação Cível, 4ª Vara da Fazenda Pública; Apelante: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau; Advogada: Neyde Regina Demosthenes Trindade (OAB: 795/MP); Apelado: Mauricio Wilker de Azevedo Barreto; Advogada: Amanda Gomes da

Silva do Nascimento (OAB: 13537/AM); Procuradora: Dra. Noeme Tobias de Souza; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Paulo César Caminha e Lima. EMENTA: ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO CÍVEL. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. ILEGALIDADE EM COMPROVAÇÃO DE GASTOS COM COTA PARLAMENTAR. DESVIO DE FINALIDADE. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO ELEMENTO SUBJETIVO. ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO CONFIGURADO. APELAÇÃO CONHECIDA. NÃO PROVIDA. 1. Em se tratando de improbidade administrativa, é firme a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que a improbidade é ilegalidade tipificada e qualificada pelo elemento subjetivo da conduta do agente. A jurisprudência do STJ considera indispensável, para a caracterização de improbidade, que a conduta do agente seja dolosa, para a tipificação das condutas descritas nos artigos 9º e 11º da Lei 8.429/92, ou pelo menos eivada de culpa grave, no disposto no artigo 10.1. Em se tratando de improbidade administrativa, é firme a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que a improbidade é ilegalidade tipificada e qualificada pelo elemento subjetivo da conduta do agente. A jurisprudência do STJ considera indispensável, para a caracterização de improbidade, que a conduta do agente seja dolosa, para a tipificação das condutas descritas nos artigos 9º e 11º da Lei 8.429/92, ou pelo menos eivada de culpa grave, no disposto no artigo 10.2. Portanto, o Ministério Público do Estado do Amazonas não demonstrou dolo ou culpa grave do parlamentar na utilização da verba parlamentar, contrariando o entendimento do STJ que alega ser indispensável essa demonstração para caracterização de ato de improbidade administrativa. Concernente aos possíveis danos ao erário, também não vislumbro sua ocorrência, posto que o parlamentar gastou a CEAP de acordo com o estipulado na referida lei, não ultrapassando um mês sequer da cota máxima estipulada, portanto, agiu dentro da legalidade.3. Apelação conhecida e não provida, em dissonância com o MP. DECISÃO: "VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação Cível n.º 0644599-91.2017.8.04.0001, em que são partes as acima indicadas. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por maioria de votos, conhecer e negar provimento ao recurso.(LEITURA DE ACÓRDÃO)". Sessão: 26 de agosto de 2019. GC

Processo: 0644776-55.2017.8.04.0001 - Apelação Cível, 9ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: Ronilda de Vasconcelos Sena; Advogada: Dina Flavia Freitas da Silva (OAB: 8182/AM); Apelado: Banco Bonsucesso Consignado S.A; Advogada: Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB: 96864/MG); Advogada: Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB: 38699/DF); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: CONSUMIDOR. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DO DÉBITO CUMULADA COM DANOS MORAIS E TUTELA ANTECIPADA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. BANCO APELADO DESINCUMBIU-SE DO ÔNUS. COMPROVAÇÃO DE RELAÇÃO JURÍDICA PRÉ-EXISTENTE. CONCESSÃO DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. - Da análise dos autos, no que tange à documentação acostada, verifico que não há de ser declarada a nulidade do contrato supostamente firmado entre as partes do presente processo. O "Termo de Adesão – Empréstimo Consignado" juntado às fls. 57/58 é claro ao apresentar o nome completo da Apelante, bem como suas informações pessoais e profissionais. A assinatura do presente termo, por sua vez, é semelhante àquela exibida no Documento de Identificação às fls. 59/60. Por fim, os comprovantes de transferência para a conta de titularidade da Apelante (fls. 62/67) assemelham-se a documentação apresentada pela própria Recorrente às fls. 13.- A argumentação de que "sem a certeza de que forma se deu o Termo de Adesão juntado aos autos pelo próprio requerido, a juíza, mesmo sem a apresentação de Contrato, julgou como documento válido celebrado entre as partes (...)" não merece subsistir. Isso porque resta clara a existência de relação jurídica preexistente entre as partes, sendo inequívoca a ciência da Apelante.- Defiro a Gratuidade de Justiça pugnada pela Apelante, tendo em vista que, de análise dos rendimentos juntados às fls. 14/36, enquadra-se no aspecto de pessoa hipossuficiente para arcar com as custas e despesas processuais, nos termos do art. 98 do CPC/15.- Recurso conhecido e parcialmente provido, apenas para deferir o pedido de justiça gratuita, mantendo a r. Sentença em seus demais termos e fundamentos. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 0644776-55.2017.8.04.0001, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em CONHECER do presente recurso e, no mérito, DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 26 de agosto de 2019. GC

Processo: 0715414-89.2012.8.04.0001 - Apelação Cível, 2ª Vara da Fazenda Pública; Apelante: Cleomar Trindade da Silva; Apelante: Robson Vales Barbosa,; Apelante: Lucilene Alves Normando,; Apelante: Raimundo Nonato Silva dos Santos; Apelante: Maria das Dores Pinheiro Viana; Apelante: Rubem Vales Barbosa; Apelante: Reinaldo Sarmento de Almeida; Apelante: Vania Lucia Carvalho e Souza; Apelante: Erico Cordeiro Brazão,; Apelante: Adriana Gonçalves Castro; Advogado: Janne Sales Gomes (OAB: 3045/AM); Advogada: Maria Auxiliadora Bicharra (OAB: 3004/AM); Apelado: Fundação de Vigilância Em Saúde – Fvs; Advogada: Alcineia da Silva Rodrigues (OAB: 3887/AM); Advogado: Raphael Ramos Pereira (OAB: 6925/AM); Advogado: Tibiriçá Valério de Holanda Filho (OAB: 7159/AM); Procuradora: Dra. Maria José da Silva Nazaré; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO ADMINISTRATIVO. AGENTES DE ENDEMIA. CONTRATOS TEMPORÁRIOS CELEBRADOS ANTES DO ADVENTO DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 51/06. VALIDADE DO CONTRATO. PACTO TEMPORÁRIO QUE, EMBORA SUCESSIVAMENTE PRORROGADO, FOI CONVALIDADO PELA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 51/06, POSTERIORMENTE REGULAMENTADA PELA LEI NACIONAL Nº 1.350/06 E PELA LEI ESTADUAL Nº 3.128/07. DIREITO A DEPÓSITO DO FGTS NÃO RECONHECIDO. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO INTERPOSTO POR CLEOMAR TRINDADE DA SILVA E OUTROS CONHECIDO E DESPROVIDO E RECURSO INTERPOSTO POR FUNDAÇÃO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE CONHECIDO E PROVIDO EM CONSONÂNCIA COM O PARECER MINISTERIAL. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 0715414-89.2012.8.04.0001, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em conhecer dos presentes recursos e no mérito negar provimento ao recurso interposto por Cleomar Trindade da Silva e outros e dar provimento ao recurso interposto por Fundação de Vigilância e Saúde do Estado do Amazonas em consonância com o Parecer Ministerial, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 26 de agosto de 2019. GC

Processo: 4000167-16.2019.8.04.0900 - Agravo de Instrumento, 2ª Vara da Fazenda Pública; Agravante: Francimar Barbosa Sampaio; Advogado: Moysés Roberto Geber Corrêa (OAB: 5678/AM); Agravado: O Estado do Amazonas; Procurador: Daniel Pinheiro Viegas (OAB: A746/AM); Procurador: Júlio Cesar de Vasconcelos Assad (OAB: 5765/AM); Procurador: Giordano Bruno Costa da Cruz (OAB: 761A/AM); Procuradora: Dra. Noeme Tobias de Souza; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: PROCESSUAL CIVIL, ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA CUMULADA COM DANO RESSARCIMENTO AO ERÁRIO E DANO MORAL COLETIVO. DECISÃO POR MEIO DA QUAL É DETERMINADA A CITAÇÃO DOS RÉUS. IRRECORRIBILIDADE. RECURSO NÃO CONHECIDO.- Em razão do ato que determina a citação do réu na Ação Civil Pública ter natureza processual e, uma vez que a Lei

n.º 8.429, de 02.06.1992 não dispõe de nenhuma regra específica, devem ser observadas, quanto ao ato citatório, as disposições insculpidas no Código de Processo Civil.- Tendo em vista que ao advogado do Réu/Agravante não foram conferidos poderes específicos para o recebimento de citação, a determinação de citação do réu na pessoa de seu advogado importa em violação ao disposto nos artigos 105, caput e 242, caput, todos do CPC/2015, bem assim às garantia constitucional do devido processo legal.- Recurso conhecido e provido. DECISÃO: "Por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso , em dissonância com o Parecer Ministerial, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 26 de agosto de 2019. GC

Processo: 4000188-73.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, Vara Única de Manaquiri; Agravante: Antonio Saraiva Araújo; Advogado: Denison de Souza Santos (OAB: 12123/AM); Advogado: Antonio Henrick Holanda da Silva Rocha (OAB: 12622/AM); Agravado: Deiverson Rodrigues dos Santos; Agravada: Angela Maria Rodrigues dos Santos; Procurador: Dra. Sandra Cal Oliveira; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento n.º 4000188-73.2019.8.04.0000, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em não conhecer do recurso em consonância com o Parecer Ministerial, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 26 de agosto de 2019. GC

Processo: 4000357-60.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, 4ª Vara da Fazenda Pública; Agravante: Francisco Saldanha Bezerra; Advogado: João Antônio S. Tolentino (OAB: 2300/AM); Agravado: O Município de Manaus; Procurador: Ladyane Serafim Pereira (OAB: 4990/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Joana dos Santos Meirelles. EMENTA: PROCESSO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. DIREITO POTESTATIVO QUE NÃO SE EXTINGUE PELO NÃO-USO. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. INEXISTÊNCIA. INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS DO ARTIGO 50, DO CÓDIGO CIVIL. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.O pedido de desconsideração da personalidade jurídica, quando preenchidos os requisitos da medida, poderá ser realizado a qualquer momento, vez que não há regra específica conferindo prazo decadencial para o exercício de determinado direito potestativo. Precedentes do STJ. Ademais, a prescrição da demanda executiva se vê interrompida com a citação da parte executada no feito executório, cuja interrupção, em se tratando de empresa a parte devedora, aproveita perfeitamente aos seus sócios caso sobrevenha a desconsideração de sua personalidade jurídica, o que reforça a ideia de perpetuidade do instituto, visando assegurar, com isso, a principiologia de efetividade da execução. Por fim, verifica-se que não há provas de abuso de personalidade da pessoa jurídica que pudessem ensejar a desconsideração. O fato da empresa executada não possuir bens, por si só, não é suficiente para que incida o disposto no art. 50, do Código Civil . Precedentes deste Tribunal de Justiça e do Superior Tribunal de Justiça. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, em que são partes acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos em DAR PARCIAL PROVIMENTO ao recurso, nos termos do voto da Relatora.". Sessão: 26 de agosto de 2019. GC

Processo: 4000624-66.2018.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, 4ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Agravante: Oi Movel S.a.; Advogado: Wilna Elizabeth Santiago Cavalcante (OAB: 4339/AM); Advogada: Ana Tereza Palhares Basilio (OAB: 74802/RJ); Advogado: Márcio Henrique Notini (OAB: 120196/RJ); Advogado: Alexandre Miranda Lima (OAB: 596A/AM); Agravado: Hoje Sistemas de Informática Ltda; Advogado: Fabio Forti (OAB: 29080/PR); Advogado: Daniela Avila (OAB: 54348/PR); Advogado: Sergio Luiz Piloto Wyatt (OAB: 36342/PR); Advogado: Henrique Otto Benites Mahlmann (OAB: 80516/PR); Advogada: Fabíola Maria Carvalho Vasques (OAB: 4167/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA COMARCA DE MANAUS PARA PROCESSAR A RECUPERAÇÃO JUDICIAL DA HOJE SISTEMA DE INFORMÁTICA LTDA. COMPETÊNCIA PROVISÓRIA DO JUÍZO ESTADUAL DA COMARCA DE MANAUS PARA FIXAR O VALOR DE USO DE REDE MÓVEL (VU-M). RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1.O juízo da Comarca de Manaus possui competência para apreciar o pedido de recuperação de empresa cujo centro de decisões se localiza em Manaus, em função da proximidade do juízo recuperacional com o local donde emanam a administração e deliberações estruturais para o soerguimento da empresa, ainda que o maior volume de negócios se concentre em São Paulo; 2. Por decisão liminar no Conflito de Competência n.º 156.064/DF, o Exmo. Ministro Napoleão Maia Filho do STJ fixou uma competência provisória para o juízo da recuperação judicial estabelecer o Valor de Uso de Rede Móvel (VU-M) entre as operadoras de telefonia e a empresa Hoje Sistemas de Informática, até o juízo federal do Distrito Federal decidir em autos nos quais a Anatel subsidia;3. Compete em definitivo ao juízo federal o poder de revisar a decisão liminar do juízo estadual quanto ao Valor de Uso de Rede Móvel (VU-M), tendo em vista a natureza precária da decisão liminar do juízo estadual. Por isso, ao TJAM só compete aferir os critérios de probabilidade do direito e perigo de dano, sem adentrar no mérito final do julgamento do VU-M, sobretudo, em função da Anatel não subsidiar os autos do juízo recuperacional;4. Recurso conhecido e desprovido. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento nº 4000624-66.2018.8.04.0000, de Manaus/AM, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, conhecer o recurso para negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator.". Sessão: 26 de agosto de 2019. GC

Processo: 4000886-79.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, 5ª Vara da Fazenda Pública; Agravante: Umanizzare Gestao Prisional e Serviços Ltda; Advogado: Marcos Kleine (OAB: 239909/SP); Advogado: Karina Lengler (OAB: 134517/SP); Agravado: Ministério Público do Estado do Amazonas; Promotora: Neyde Regina Demosthenes Trindade (OAB: 795/MP); Agravado: O Estado do Amazonas; Procurador: Alberto Bezerra Melo (OAB: 2015/AM); Procurador: Dra. Sandra Cal Oliveira; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Paulo César Caminha e Lima. EMENTA AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO ADMINISTRATIVO. TUTELA PROVISÓRIA EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA. GARANTIA CONTRATUAL OFERTADA EM CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO. HIPÓTESE EM QUE HÁ PROVA DO INADIMPLEMENTO CONTRATUAL DE EMPRESA RESPONSÁVEL POR UNIDADE PRISIONAL DO ESTADO. IMPOSSIBILIDADE DE TRANSFERÊNCIA DA RESPONSABILIDADE CONTRATUAL PARA A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. IMPOSIÇÃO DE QUE A GARANTIA SEJA OFERTADA EM DINHEIRO. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA MANTIDA. RECURSO NÃO PROVIDO. DECISÃO: "ACORDAM os Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade e em consonância com o parecer do Graduado Órgão Ministerial, em negar provimento ao Agravo de Instrumento, nos termos do voto que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.". Sessão: 26 de agosto de 2019. GC

Processo: 4000930-35.2018.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, Vara Especializada da Dívida Ativa Municipal; Agravante: O Município de Manaus; Procurador: Rodrigo Monteiro Custódio (OAB: 6452/AM); Agravado: Condomínio Amazonas Shopping Center; Advogado: Luiz Eugenio porto Severo da Costa (OAB: 123433/RJ); Advogado: FELIPE ROMÃO DE PAIVA (OAB: 206733/RJ); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing. AGRAVO POR INSTRUMENTO. DEFERIMENTO DE TUTELA ANTECIPADA. CINCO CONTRATOS DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA NA MESMA UNIDADE IMOBILIÁRIA EDIFICADA. LIMITAÇÃO DA COSIP AO MAIOR VALOR DE REFERÊNCIA PREVISTO NO ANEXO DA LEI MUNICIPAL Nº 715/2003. CONTRIBUINTE COM CONSUMO MENSAL ACIMA DE 100.001 KWH. PREENCHIMENTO DO REQUISITO DE PROBABILIDADE DO DIREITO EM COGNIÇÃO SUMÁRIA DOS FATOS. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. DECISÃO: "Por unanimidade de votos, conhecer do recurso para lhe negar provimento.". Sessão: 26 de agosto de 2019. GC

Processo: 4001009-77.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, 7ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Agravante: Jander Cardoso dos Santos; Advogada: Amanda Araujo dos Santos (OAB: 6150/AM); Advogado: Jander Cardoso dos Santos (OAB: 1603/AM); Agravada: Suely Maria Vieira da Rocha Barbirato; Advogado: Fábio Nunes Bandeira de Melo (OAB: 4331/AM); Advogado: Bruno Vieira Rocha Barbirato (OAB: 6975/AM); Advogada: Lívia Rocha Brito (OAB: 6474/AM); Advogado: Gabriel da Cruz Lauria (OAB: 11778/AM); Soc. Advogados: BANDEIRA DE MELO E BARBIRATO ADVOGADOS (OAB: 222/AM); Agravado: Edras Lima Leite; Agravado: Maria do Céu Lopes Pessoa-me; Advogado: Nei de Paula Martins Falcão (OAB: 11167/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: AGRAVADO DE INSTRUMENTO. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. MANIFESTAÇÃO DO FIADOR. ALEGAÇÃO DE FRAUDE E COAÇÃO. NÃO COMPROVADA. AGRAVANTE CONFESSA A ASSINATURA DO CONTRATO. NECESSIDADE DE OUTORGA UXÓRIA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E NÃO PROVIDO NA PARTE QUE SE CONHECE. DECISÃO MANTIDA.- Não há como acolher a alegação do Agravante de fraude na assinatura do negócio jurídico ou, até mesmo, de que não anuiu com o termo de confissão de dívida que gerou a presente execução. Ao revés. O Recorrente confirma, em manifestações no Juízo de Piso, que lavrou o presente termo ora em discussão, divergindo apenas quanto à forma de celebração de tal ato o que, por si só, não possui condão suficiente para invalidá-lo.- O "Termo de Acordo Extrajudicial" (p. 357/360) é claro em destacar, em sua Cláusula Primeira os devedores Maria do Céu Lopes Pessoa – ME, Esdras Lima Leite e Jander Cardoso dos Santos (ora Agravante) e, ao final, consta a assinatura do Recorrente Jander em cima do campo "devedor", este escrito com letras garrafais em negrito, de forma que não há como se alegar desconhecimento ou coação.- Não merece conhecimento a tese de nulidade do contrato em discussão, isso porque o argumento de necessidade da outorga uxória ainda não foi enfrentado no primeiro grau de jurisdição, sendo incabível a análise em sede de Agravo de Instrumento por esta Corte, sob pena de ofensa ao princípio de supressão de instância. - Recurso conhecido em parte e não provido na parte que se conhece. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento n.º 4001009-77.2019.8.04.0000, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em CONHECER PARCIALMENTE do presente recurso e, no mérito, NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 26 de agosto de 2019. GC

Processo: 4001390-85.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, 16ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Agravante: Banco Bmg S/A; Advogado: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE); Agravado: Bernardino Sena Paiva; Advogado: Alysson Roberto Rocha Ferreira (OAB: 11860/AM); Procuradora: Dra. Maria José da Silva Nazaré; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Maria das Graças Pessoa Figueiredo. EMENTA: CIVIL. PROCESSO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO INTERPOSTO EM FACE DE DECISÃO QUE SUSPENDEU OS DESCONTOS EM CONTRACHEQUE RELATIVOS A EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. PERIGO DE DANO IRREPARÁVEL À INSTITUIÇÃO BANCÁRIA. INEXISTÊNCIA. RISCO AO RESULTADO ÚTIL DO PROCESSO. NÃO VERIFICADO. DECISÃO DE PRIMEIRO GRAU MANTIDA. RECURSO NÃO PROVIDO.1. Deve-se manter a decisão de primeiro grau que concedeu medida liminar, porquanto encontram-se presentes os elementos que evidenciam a probabilidade do direito e o perigo de dano.2. Ao revés, a suspensão dos efeitos da referida liminar tem o condão de causar dano inverso, na medida em que permanecem dúvidas quanto a legalidade do contrato de empréstimo consignado. Desta forma, seria excessivamente gravoso à parte ter seus rendimentos mensalmente descontados em detrimento de negócio jurídico controverso. 3. Agravo de instrumento desprovido, em consonância com o Ministério Público. DECISÃO: "VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos de Agravo de Instrumento n.º 4001390-85.2019.8.04.0000, em que são partes as acima indicadas. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos e em consonância com o Ministério Público, conhecer e negar provimento ao recurso.". Sessão: 26 de agosto de 2019. GC

Processo: 4001825-59.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, 1ª Vara de Parintins; Agravante: Izarina Pereira Pinheiro; Advogado: Patrick de Souza Cruz (OAB: 13259/AM); Agravado: Herly de Souza Silva; Advogado: Paulo Eduardo Borges Guerra (OAB: 5401/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Paulo César Caminha e Lima. EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. ACORDO DE DESOCUPAÇÃO DE IMÓVEL. 1) DECLARAÇÃO PRESTADA PERANTE OFICIAL. DOCUMENTO QUE NÃO GOZA, QUANTO AOS FATOS NARRADOS, DE PRESUNÇÃO DE VERACIDADE. 2) VÍCIOS DE CONSENTIMENTO. NÃO COMPROVAÇÃO. PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DA ATA DE AUDIÊNCIA EM QUE SE REALIZOU O ACORDO. DOCUMENTO EXPEDIDO POR FUNCIONÁRIO PÚBLICO PRESENTE NO ATO. 3) USUCAPIÃO. AUSÊNCIA DE QUALQUER COMPROVAÇÃO DE POSSE MANSA E PACÍFICA SOBRE O BEM PELO PERÍODO NECESSÁRIO PARA A AQUISIÇÃO DA PROPRIEDADE. 4) RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. DECISÃO: "ACORDAM os Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao presente Agravo de instrumento, nos termos do voto que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.". Sessão: 26 de agosto de 2019. GC

Processo: 4001955-49.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Agravante: Banco Bmg S/A; Advogado: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE); Agravada: Neyla Brito de Souza Sales; Advogado: Calixto Hagge Neto (OAB: 8788/AM); Procurador: Dra. Sandra Cal Oliveira; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Paulo César Caminha e Lima. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DIREITO DO CONSUMIDOR. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO C/C DANOS MORAIS E MATERIAIS E TUTELA ANTECIPADA. DEFERIMENTO DE TUTELA DE URGÊNCIA ANTECIPADA. SUSPENSÃO DE DESCONTOS EM CONTRACHEQUE, SOB A RUBRICA DE BMG CARTÃO - CÓDIGO 6073. APLICAÇÃO DE MULTA COMINATÓRIA PELO DESCUMPRIMENTO.

DEMONSTRAÇÃO DE PROBABILIDADE DE DIREITO E DE RISCO DE DANO, ALÉM DA REVERSIBILIDADE DA MEDIDA. APARENTE VIOLAÇÃO AO DEVER DE INFORMAÇÃO. MULTA COERCITIVA. LEGALIDADE. PARÂMETROS RAZOÁVEIS E PROPORCIONAIS. RECURSO NÃO PROVIDO.1. Restou evidenciado o cumprimento dos requisitos insculpidos no art. 300, do CPC, de modo que a manutenção da decisão que concedeu a antecipação de tutela é medida que se impõe.2. Está comprovada a veracidade das alegações formuladas pela agravada, a priori, diante da violação ao dever efetivo da informação (art. 6º, CDC), não tendo o agravante demonstrado, em suas razões recursais, qualquer fato ou fundamento em sentido diverso.3. O perigo de dano encontra-se existente pelo fato de a agravada ter sua fonte de sustento reduzida por descontos supostamente indevidos, em prejuízo de sua manutenção digna.4. Inexiste o perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão, notadamente porque, em caso de improcedência dos pedidos iniciais, a instituição financeira poderá proceder às vias necessárias para obter seu crédito.5. A multa cominatória foi fixada dentro de parâmetros razoáveis, em especial pela capacidade econômica e de resistência do devedor.6. Recurso não provido. DECISÃO: "ACORDAM os Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao presente Agravo de instrumento, nos termos do voto que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.". Sessão: 26 de agosto de 2019. GC

Processo: 4002040-35.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, 10ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Agravante: Banco Bradesco Financiamentos S/A; Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 128341/SP).; Agravado: Jose Augusto Carvalho Soares; Advogado: Kelson Girão de Souza (OAB: 7670/AM); Advogado: Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB: 7396/AM); Procurador: Dra. Sandra Cal Oliveira; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: DIREITO DO CONSUMIDOR. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DECLARATÓRIA C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA. DECISÃO QUE DETERMINA A SUSPENSÃO DOS DESCONTOS. PRELIMINAR DE AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. REJEITADO. MULTA DESPROPORCIONAL. REDUÇÃO DA MULTA ARBITRADA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO, EM CONSONÂNCIA COM O PARECER MINISTERIAL.- A teor dos precedentes emanados do Colendo STJ, é admissível que decisões judiciais adotem os fundamentos de manifestações constantes de peças do processo, desde que haja a transcrição de trechos das peças às quais há indicação (fundamentação aliunde ou per relationem). Precedentes (REsp 1399997/AM).- É o entendimento do c. Superior Tribunal de Justiça no sentido que as astreintes devem ser determinadas de forma que não haja o enriquecimento sem causa, sendo certo que o seu valor varia sobre o objeto e a natureza da ação. Precedentes STJ.- valor final das multas – acaso a liminar fosse cumprida somente em seu trigésimo desconto -, superaria cerca de 10 (dez) vezes o valor do prejuízo estimado pelo Agravado devido aos atos supostamente ilícitos praticados pelo Agravante, ferindo, assim, os princípios de razoabilidade e proporcionalidade norteadores da fixação do quantum coercitivo.- Merece reforma a r. Decisão, apenas neste ponto, para reduzir a multa a ser aplicada se, e somente sem houver descumprimento da liminar, para o valor de R$ 500,00 (quinhentos reais) por desconto aplicado, até o limite de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), devendo ser mantida da r. Decisão em todos os outros pontos.- Recurso conhecido e, no mérito, parcialmente provido, em consonância com o Parecer Ministerial. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento n.º 4002040-35.2019.8.04.0000, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em CONHECER do presente recurso e, no mérito, DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 26 de agosto de 2019. GC

Processo: 4002111-37.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, 18ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Agravante: Petros Fundação Petrobras de Seguridade Social; Advogado: Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB: 671A/AM); Agravado: Luiz Fabiano Benassuly Maués; Advogado: Jose Reynaldo Saraiva Pinheiro (OAB: 4682/AM); Advogado: Rommel Júnior Queiroz Rodrigues (OAB: 8279/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Maria das Graças Pessoa Figueiredo. EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA DEFERIDA NA ORIGEM. PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR FECHADA. DÉFICIT. PLANO DE EQUACIONAMENTO. INSTITUIÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA. POSSIBILIDADE. PREVISÃO LEGAL EXPRESSA. AUSÊNCIA DE DESPROPORCIONALIDADE. RISCO DE DANO REVERSO. PRESENÇA. RECURSO PROVIDO.1. Em se tratando de Agravo de Instrumento visando a reforma de decisão que deferiu tutela provisória de urgência satisfativa para suspender as cobranças de contribuições extraordinárias em face do Agravado, cumpre examinar a existência dos pressupostos do artigo 300, do Código de Processo Civil.2. A Lei Complementar n.º 109/2001 expressamente permite a instituição de contribuição extraordinária com o fito de restabelecer o equilíbrio financeiro e atuarial em virtude da apuração de déficit no plano de previdência complementar fechada, de modo que as cobranças, por si só, não representam ilegalidade capaz de autorizar a sua suspensão.3. In casu, houve a aprovação de plano de equacionamento, com a participação do órgão fiscalizador, sendo as contribuições adicionais proporcionais às ordinárias, inexistindo, pois, probabilidade do direito a autorizar a concessão da tutela provisória de urgência.4. Ademais, vislumbra-se a presença de risco de dano reverso, na medida em que a interrupção dos pagamentos extraordinários poderá levar o plano ao colapso, além de gerar desequilíbrio com os outros sujeitos participantes que estão sofrendo o mesmo ônus.5. Agravo de Instrumento conhecido e provido. DECISÃO: "VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos de Agravo de Instrumento n.º 4002111-37.2019.8.04.0000, em que são partes as acima indicadas. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, conhecer e dar provimento ao recurso.". Sessão: 26 de agosto de 2019. GC

Processo: 4002161-63.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, 14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Agravante: Banco Bmg S/A; Advogado: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE); Agravado: Wollace da Paz Lopes; Advogado: Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB: 8500/AM); Procuradora: Dra. Noeme Tobias de Souza; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Paulo César Caminha e Lima. EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DIREITO DO CONSUMIDOR. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER CUMULADA COM DANOS MORAIS E MATERIAIS E TUTELA ANTECIPADA. DEFERIMENTO DE TUTELA DE URGÊNCIA ANTECIPADA. SUSPENSÃO DE DESCONTOS EM CONTRACHEQUE, SOB A RUBRICA DE RESERVA DE MARGEM CONSIGNÁVEL (RMC) E EMPRÉSTIMO SOBRE A RMC. APLICAÇÃO DE MULTA COMINATÓRIA PELO DESCUMPRIMENTO. DEMONSTRAÇÃO DE PROBABILIDADE DE DIREITO E DE RISCO DE DANO, ALÉM DA REVERSIBILIDADE DA MEDIDA. APARENTE VIOLAÇÃO AO DEVER DE INFORMAÇÃO. MULTA COERCITIVA. LEGALIDADE. PARÂMETROS RAZOÁVEIS E PROPORCIONAIS. RECURSO NÃO PROVIDO.1. Restou evidenciado cumprimento dos requisitos insculpidos no art. 300, do CPC, de modo que a manutenção da decisão que concedeu a antecipação de tutela é medida que se impõe.2. Está comprovada a veracidade das alegações insculpidas pelo agravado, a priori, diante da violação ao dever efetivo da informação (art. 6º, CDC), não tendo o agravante demonstrado, em suas razões recursais, qualquer fato ou fundamento em sentido diverso.3. O perigo de dano encontra-se existente pelo fato de o agravado ter sua fonte de sustento reduzida por descontos supostamente indevidos, em prejuízo de sua manutenção digna.4. Inexiste o perigo de irreversibilidade dos efeitos da

decisão, notadamente porque, em caso de improcedência dos pedidos iniciais, a instituição financeira poderá proceder às vias necessárias para obter seu crédito.5. A multa cominatória foi fixada dentro de parâmetros razoáveis, em especial pela capacidade econômica e de resistência do devedor.6. Recurso não provido. DECISÃO: "ACORDAM os Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao presente Agravo de instrumento, nos termos do voto que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.". Sessão: 26 de agosto de 2019. GC

Processo: 4002733-19.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, 16ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Agravante: Amazonas Distribuidora de Energia; Advogada: Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB: 1069A/AM); Advogada: Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB: 1069A/AM); Agravado: Wallas Gomes do Nascimento; Advogado: Israel Lamego de Lima Júnior (OAB: 8475/AM); Advogado: Simone Waughan Freitas de Souza (OAB: 11830/AM); Procurador: Dra. Sandra Cal Oliveira; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSO CIVIL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DEBITO C/C PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. EXCLUSÃO DO NOME DO AUTOR DOS CADASTROS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO E CARTÓRIOS DE PROTESTO. LIMINAR MANTIDA. REQUISITOS DEMONSTRADOS. EXCLUSÃO DE INSCRIÇÃO DO NOME DO DEVEDOR NOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO EM HARMONIA COM PARECER MINISTERIAL.- A teor dos precedentes emanados do Colendo STJ, é admissível que decisões judiciais adotem os fundamentos de manifestações constantes de peças do processo, desde que haja a transcrição de trechos das peças às quais há indicação (fundamentação aliunde ou per relationem). Precedentes (REsp 1399997/AM).- A ação principal versa sobre pedido de inexistência de débito, tendo sido ainda o nome do Agravado negativado junto aos órgãos de proteção ao crédito, tendo em vista que a Agravante imputa a este uma dívida no valor de R$2.253,05 (dois mil, duzentos e cinquenta e três reais e cinco centavos) a qual o Agravado afirma desconhecer.- A parte agravante requereu a exclusão de seu nome dos cadastros de restrição ao crédito ao argumento de que desconhece o débito ensejador da negativação, bem como apresentou fatura em seu nome com a prestadora de serviço NET, que por sua vez possui endereço distinto das faturas de energia, alegando que reside em endereço diverso do qual foi consumido a energia cobrada.- Em se tratando de ação declaratória de inexistência de débito, a produção de prova se torna excessivamente difícil, ou até mesmo impossível de ser realizada, porquanto é necessário comprovar a inexistência de um fato.- Assim, porquanto não se pode exigir do agravado a comprovação de que não possui a dívida impugnada perante a empresa Agravante, tendo em vista que se trata de demonstração de fato negativo.- A reforma da decisão atacada teria o condão de acarretar danos ao agravado, uma vez que a restrição de seu nome, como alegado, está impossibilitando que o recorrido promova compras a crédito no mercado de consumo.- Decisão mantida.- Recurso conhecido e não provido em harmonia com parecer Ministerial. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento n.º 4002733-19.2019.8.04.0000, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em harmonia com parecer ministerial, em conhecer do presente recurso e, no mérito, negar provimento, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 26 de agosto de 2019. GC

Processo: 4004913-42.2018.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, Vara Única de Carauari; Agravante: O Estado do Amazonas; Procurador: Ingrid Khamylla Monteiro Ximenes de Sousa (OAB: 3629/AM); Agravado: Fabio da Silva Monteiro; Advogado: José Gomes de Amorim (OAB: 10881/AM); Procurador: Dra. Sandra Cal Oliveira; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Paulo César Caminha e Lima. EMENTA AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO ADMINISTRATIVO. ANTECIPAÇÃO DA TUTELA. DIREITO SUBJETIVO À NOMEAÇÃO. INEXISTÊNCIA. REPROVAÇÃO NO CONCURSO PÚBLICO POR NÃO TER COMPARECIDO À AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA. ETAPA ELIMINATÓRIA. TRÂNSITO EM JULGADO. ALTERAÇÃO DA VERDADE. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. ART. 80, II E III DO CPC. CONDENAÇÃO. RECURSO PROVIDO.- Deve ser reformada a decisão interlocutória concessiva de liminar quando fundamentada em fatos alterados pelo autor/agravado.- Após ter participado sub judice de todas as etapas do concurso público para o provimento de cargo efetivo de investigador de polícia civil, o candidato ingressou com obrigação de fazer requerendo o seu direito subjetivo à nomeação, tendo em vista a aprovação dentro do número de vagas.- Contudo, olvidou-se de informar ao Magistrado de piso que a ação que lhe garantiu a realização de novo exame psicológico foi julgada improcedente, tendo sido confirmada a sua eliminação do concurso, por ter deixado de comparecer na etapa da avaliação psicológica.- Diante do caráter eliminatório da referida etapa, o candidato agravado foi excluído do concurso, faltando atualmente com a verdade para obter a sua nomeação, o que configura sobremaneira a litigância de má-fé (art. 80, II e III, do CPC).- Recurso provido. DECISÃO: "ACORDAM os Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade, concordando com o parecer ministerial, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.". Sessão: 26 de agosto de 2019. GC

Processo: 4005749-15.2018.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, 6ª Vara de Família; Agravante: João Pedro da Costa de Oliveira; Representa: Lorena Oliveira da Costa; Advogada: Ana Luiza Borges Coelho Cardoso (OAB: 13317/AM); Advogada: Estefanny Maria de Souza Schuck (OAB: 13386/AM); Advogado: Fatima Carolina Lopes Simoes da Silva (OAB: 13365/AM); Agravada: André Luiz Neto de Oliveira; Advogado: Nilton Mendes Pinto Junior (OAB: 10346/AM); Procuradora: Dra. Maria José da Silva Nazaré; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Paulo César Caminha e Lima. EMENTA CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. FIXAÇÃO DOS ALIMENTOS PROVISÓRIOS. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO BINÔMIO NECESSIDADE/POSSIBILIDADE. ART. 1694, § 1.º, DO CC. ARBITRAMENTO AQUÉM DO VALOR OFERTADO PELO GENITOR. REFORMA DA DECISÃO INTERLOCUTÓRIA. RECURSO PROVIDO.- Os autos encontram-se na fase inicial não havendo como arbitrar de forma justa os alimentos provisórios, tendo em vista a ausência de documentos que demonstrem a necessidade do alimentado e a capacidade financeira do alimentante, tornando-se impossível a aplicação do disposto no § 1.º do art. 1.694 do Código Civil.- Considerando que o Magistrado de piso fixou os alimentos provisórios aquém do valor ofertado pelo genitor, deve ser reformada a decisão interlocutória, diante da disponibilidade do alimentante em pagar mais do que o arbitrado.- Recurso provido. DECISÃO: "ACORDAM os Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade, discordando do parecer ministerial, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.". Sessão: 26 de agosto de 2019. GC

Processo: 0610614-34.2017.8.04.0001 - Apelação Cível, 16ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: Banco Bmg S/A; Advogado: Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM); Advogado: Henrique Lima Marinheiro (OAB: 9324/AM); Advogada: Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB: 4018/AM); Apelado: Wanderson Lopes Ferreira; Advogado: Bruno Calheiro de Oliveira (OAB: 5986/AM); Procuradora: Dra. Noeme Tobias de Souza; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO DO CONSUMIDOR. EMPRÉSTIMO. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. CONSUMIDOR INDUZIDO A ERRO.

ONEROSIDADE EXCESSIVA AO CONSUMIDOR. VIOLAÇÃO AO DIREITO À INFORMAÇÃO. NULIDADE DO CONTRATO. RESTITUIÇÃO EM DOBRO DOS VALORES INDEVIDAMENTE COBRADOS. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO EM CONSONÂNCIA COM O PARECER MINISTERIAL.- A teor da súmula n.º 297 do Superior Tribunal de Justiça, às instituições financeiras é aplicado o Código de Defesa do Consumidor. - É direito básico do consumidor a informação adequada e clara sobre os serviços prestados, conforme preceitua o art. 6°, III, do Código de Defesa do Consumidor, sendo o silêncio, total ou parcial, do fornecedor, a respeito da utilização do serviço, uma violação ao direito à informação que rege as relações de consumo. - A indução do consumidor a erro, por acreditar que está contratando empréstimo consignado em folha, quando, na realidade, trata-se da contratação de saque via cartão de crédito, com elevada taxa de juros, onerando excessivamente o consumidor, configura clara violação aos direitos básicos do consumidor. - Assim, compete à instituição financeira o dever de informar todas as peculiaridades do empréstimo oferecido, como também os termos do negócio celebrado e as cláusulas que ofereçam prejuízo ao consumidor, parte hipossuficiente do pactuado, conforme disposto no art. 6.º, III do CDC, configurando má-fé prática diversa de tal orientação, o que enseja a repetição do indébito – art. 42, parágrafo único do CDC.- Dano moral devido.- Sentença mantida.- Recurso conhecido e não provido em consonância com o Parecer Ministerial. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 0610614-34.2017.8.04.0001, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em conhecer do presente recurso e no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 26 de agosto de 2019. GC

Processo: 0613308-39.2018.8.04.0001 - Apelação Cível, 12ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: Banco Bmg S/A; Advogado: Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB: 876/AM); Advogado: Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM); Advogada: Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB: 4018/AM); Apelada: Gilmara Chaves de Araujo; Advogado: Yonete Melo das Chagas (OAB: 8827/AM); Advogado: Penelope A. Antony Lira (OAB: 7357/AM); Procuradora: Dra. Noeme Tobias de Souza; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO DO CONSUMIDOR. EMPRÉSTIMO. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. CONSUMIDORA INDUZIDA A ERRO. ONEROSIDADE EXCESSIVA À CONSUMIDORA. VIOLAÇÃO AO DIREITO À INFORMAÇÃO. NULIDADE DO CONTRATO. RESTITUIÇÃO EM DOBRO DOS VALORES INDEVIDAMENTE COBRADOS. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO EM CONSONÂNCIA COM O PARECER MINISTERIAL.- A teor da súmula n.º 297 do Superior Tribunal de Justiça, às instituições financeiras é aplicado o Código de Defesa do Consumidor. - É direito básico do consumidor a informação adequada e clara sobre os serviços prestados, conforme preceitua o art. 6°, III, do Código de Defesa do Consumidor, sendo o silêncio, total ou parcial, do fornecedor, a respeito da utilização do serviço, uma violação ao direito à informação que rege as relações de consumo. - A indução da consumidora a erro, por acreditar que está contratando empréstimo consignado em folha, quando, na realidade, trata-se da contratação de saque via cartão de crédito, com elevada taxa de juros, onerando excessivamente a consumidora, configura clara violação aos direitos básicos do consumidor. - Assim, compete à instituição financeira o dever de informar todas as peculiaridades do empréstimo oferecido, como também os termos do negócio celebrado e as cláusulas que ofereçam prejuízo ao consumidor, parte hipossuficiente do pactuado, conforme disposto no art. 6.º, III do CDC, configurando má-fé prática diversa de tal orientação, o que enseja a repetição do indébito – art. 42, parágrafo único do CDC.- Dano moral devido.- Sentença mantida.- Recurso conhecido e não provido em consonância com o Parecer Ministerial. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 0613308-39.2018.8.04.0001, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em conhecer do presente recurso e no mérito negar-lhe provimento em consonância com o Parecer Ministerial, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 26 de agosto de 2019. GC

Processo: 0622574-89.2014.8.04.0001 - Apelação Cível, 4ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: Oi Móvel S/A; Advogado: Eladio Miranda Lima (OAB: 86235/RJ); Advogado: Daniel Coutinho da Silva (OAB: 9122/AM); Advogada: Wilna Elizabeth Santiago Cavalcante (OAB: 4339/AM); Apelado: Matos Alho Factoring Fomento Mercantil Ltda; Advogado: Jhena Christiane Cunha dos Santos (OAB: 8805/AM); Advogado: Ricardo Souza Guimarães (OAB: 8675/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL. PROCESSO CIVIL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TELEFONIA MÓVEL INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL À PESSOA JURÍDICA. COMPROVAÇÃO DOS DANOS. QUANTUM FIXADO RAZOÁVEL E PROPORCIONAL. RECURSO CONHECIDO E, NO MÉRITO, NÃO PROVIDO.- Com efeito, segundo a jurisprudência do C. Superior Tribunal de Justiça (EREsp nº 1637629/PE (2014/0019878-8), a condenação por danos morais sofridos por pessoa jurídica exige comprovação fática, ainda que seja possível, da utilização de presunções e regras de experiência para configuração do dano.- Verifico que a Empresa Apelada, ao contrário do que afirma o Apelante, demonstrou cabalmente os transtornos sofridos com a ocorrência do ato ilícito praticado pelo Recorrente. Em exame das faturas telefônicas (fls. 30/54), percebo a exorbitante discrepância entre o valor do plano contratado (R$ 164,92 – cento e sessenta e quatro reais e noventa e dois centavos) e as últimas cobranças efetuadas pela Apelante (R$ 8.080,06 e R$ 16.045,73 – oito mil, oitenta reais e seis centavos e dezesseis mil, quarenta e cinco reais e setenta e três centavos, respectivamente) sem qualquer motivo aparente – já que a Recorrente não logrou em demonstrar que a consumidora Recorrida contratou tais serviços de internet- No que diz respeito ao valor determinado pelo julgador de origem referente à compensação por dano moral, na ordem de R$10.000,00 (dez mil reais), não vislumbro excesso a ser corrigido, haja vista que tal valor reitera entendimento constante de precedentes, demonstrando sua correção e modicidade.- Recurso conhecido e, no mérito, não provido. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 0622574-89.2014.8.04.0001, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em CONHECER do presente recurso e, no mérito, NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 26 de agosto de 2019. GC

Processo: 0623204-82.2013.8.04.0001 - Apelação Cível, 14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: Banco BMG S/A; Advogado: Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM); Advogado: Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB: 876/AM); Advogada: Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB: 4018/AM); Advogado: Henrique Lima Marinheiro (OAB: 9324/AM); Apelado: Jayme Pereira; Advogado: José Eldair de Souza Martins (OAB: 1822/AM); Procuradora: Dra. Noeme Tobias de Souza; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. CONSUMIDOR. EMPRÉSTIMO.CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. CONSUMIDOR INDUZIDO A ERRO. ONEROSIDADE EXCESSIVA AO CONSUMIDOR. VIOLAÇÃO AO DIREITO À INFORMAÇÃO. NULIDADE DO CONTRATO. RESTITUIÇÃO EM DOBRO DOS VALORES INDEVIDAMENTE COBRADOS. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO

CONHECIDO E NÃO PROVIDO EM CONSONÂNCIA COM O PARECER MINISTERIAL.- A teor da súmula n.º 297 do Superior Tribunal de Justiça, às instituições financeiras é aplicado o Código de Defesa do Consumidor. - É direito básico do consumidor a informação adequada e clara sobre os serviços prestados, conforme preceitua o art. 6°, III, do Código de Defesa do Consumidor, sendo o silêncio, total ou parcial, do fornecedor, a respeito da utilização do serviço, uma violação ao direito à informação que rege as relações de consumo. - A indução do consumidor a erro, por acreditar que está contratando empréstimo consignado em folha, quando, na realidade, trata-se da contratação de saque via cartão de crédito, com elevada taxa de juros, onerando excessivamente o consumidor, configura clara violação aos direitos básicos do consumidor. - Assim, compete à instituição financeira o dever de informar todas as peculiaridades do empréstimo oferecido, como também os termos do negócio celebrado e as cláusulas que ofereçam prejuízo ao consumidor, parte hipossuficiente do pactuado, conforme disposto no art. 6.º, III do CDC, configurando má-fé prática diversa de tal orientação, o que enseja a repetição do indébito – art. 42, parágrafo único do CDC.- Dano moral devido.- Sentença mantida.- Recurso conhecido e não provido em consonância com o Parecer Ministerial. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 0623204-82.2013.8.04.0001, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em consonância com o Parecer Ministerial, em conhecer do presente recurso e no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 26 de agosto de 2019. GC

Processo: 0632938-52.2016.8.04.0001 - Apelação Cível, 15ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: Banco Bmg S/A; Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE); Apelada: Zenita de Mattos Almeida; Advogado: Elisandra Anjos dos Reis (OAB: 9575/AM); Advogado: Sérgio de Lima (OAB: 201A/AM); Advogado: Gefson Hefer Antiquera Oliveira (OAB: 2482/AM); Advogado: João Maria de Moura (OAB: 3389/AM); Procurador: Dra. Sandra Cal Oliveira; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Joana dos Santos Meirelles. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. SERVIDOR PÚBLICO. CONTRATO DE ADESÃO. APLICAÇÃO DO CDC. SÚMULA 297 DO STJ. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. CARTÃO DE CRÉDITO NÃO SOLICITADO. RESERVA DE MARGEM CONSIGNÁVEL. DESCONTO EM FOLHA. CONDUTA ILÍCITA. RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA. DANOS MORAIS. MINORAÇÃO. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.1. A relação jurídica estabelecida entre as partes é de consumo, aplicando-se as regras do CDC, de acordo com Súmula 297 do STJ;2. A responsabilidade contratual do banco é objetiva, nos termos do art. 14 do CDC, respondendo, independentemente de culpa, pela reparação dos danos causados a seus clientes por defeitos/falhas decorrentes dos serviços que lhes presta. Trata-se, portanto, de responsabilidade civil pelo fato do serviço fundada na teoria do risco do empreendimento;3. É reprovável a conduta da requerida consubstanciada na prestação de seus serviços de maneira desidiosa e negligente e, a fim de evitar a reincidência do ofensor em casos semelhantes, fica configurado o dever de indenizar;4. Adequado o valor fixado pelo juiz a quo a título de danos morais, vez que está de acordo com os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, bem como mostra-se adequado e em harmonia aos precedentes deste Tribunal para julgamentos equivalentes.5. A astreinte constitui meio coercitivo de compelir o réu a cumprir decisão judicial. Em razão de sua natureza inibitória, pode e deve ser fixada em valor suficientemente oneroso ao demandado, de modo a desencorajar o descumprimento da determinação judicial. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação Cível nº 0632938-52.2016.8.04.0001, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Primeira Câmara Cível do Egrégio do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em consonância com o graduado órgão ministerial, em conhecer e NEGAR provimento ao presente Recurso, nos termos do voto da Relatora.". Sessão: 26 de agosto de 2019. GC

Processo: 0641810-85.2018.8.04.0001 - Apelação Cível, 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: Banco Bmg S/A; Advogada: Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB: 983A/PE); Apelado: Antonio Carlos Nunes da Fonseca; Advogado: Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB: 8500/AM); Procuradora: Dra. Maria José da Silva Nazaré; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. CONSUMIDOR. EMPRÉSTIMO. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. CONSUMIDOR INDUZIDO A ERRO. ONEROSIDADE EXCESSIVA AO CONSUMIDOR. VIOLAÇÃO AO DIREITO À INFORMAÇÃO. CONVERSÃO PARA EMPRÉSTIMO CONSIGNADO CONVENCIONAL. VALOR PAGO A MAIOR DEVOLVIDO NA FORMA SIMPLES. CANCELAMENTO DE CARTÃO DE CRÉDITO. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO EM CONSONÂNCIA COM O PARECER MINISTERIAL. - A teor da súmula n.º 297 do Superior Tribunal de Justiça, às instituições financeiras é aplicado o Código de Defesa do Consumidor.- É direito básico do consumidor a informação adequada e clara sobre os serviços prestados, conforme preceitua o art. 6°, III, do Código de Defesa do Consumidor, sendo o silêncio, total ou parcial, do fornecedor, a respeito da utilização do serviço, uma violação ao direito à informação que rege as relações de consumo.- A indução do consumidor a erro, por acreditar que está contratando empréstimo consignado em folha, quando, na realidade, trata-se da contratação de saque via cartão de crédito, com elevada taxa de juros, onerando excessivamente o consumidor, configura clara violação aos direitos básicos do consumidor.- Assim, compete à instituição financeira o dever de informar todas as peculiaridades do empréstimo oferecido, como também os termos do negócio celebrado e as cláusulas que ofereçam prejuízo ao consumidor, parte hipossuficiente do pactuado, conforme disposto no art. 6.º, III do CDC.- Dano moral devido.- Sentença mantida.- Recurso conhecido e não provido em consonância com o Parecer Ministerial. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 0641810-85.2018.8.04.0001, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em conhecer do presente recurso e no mérito negar-lhe provimento em consonância com o Parecer Ministerial, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 26 de agosto de 2019. GC

Processo: 4002664-21.2018.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Agravante: Roza Maria Barboza Pascoa; Defensor: José Ivan Benaion Cardoso (OAB: 1657/AM); Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas; Agravado: Elias Alves dos Santos; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: PROCESSO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. MEDIDAS EXECUTIVAS DE COERCIBILIDADE ATÍPICA. ART. 139, IV, DO CPC. SUSPENSÃO DE CNH E BLOQUEIO DE CARTÃO DE CRÉDITO. NÃO SE REVELAM MEDIDAS ADEQUADAS, NECESSÁRIAS E PROPORCIONAIS PARA CONSTRANGER O DEVEDOR AO PAGAMENTO DA DÍVIDA. DECISÃO MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.- Cinge-se a controvérsia recursal na possibilidade de adoção de medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias para viabilizar a satisfação da obrigação exequenda, conforme dispõe o art. 139, inciso IV do CPC.- As medidas executivas de coercibilidade atípica somente podem ser adotadas quando, conjugadas com as circunstâncias de cada caso em concreto, se revelarem adequadas, necessárias e proporcionais.- No caso concreto, as medidas de bloqueio de cartão de crédito e de suspensão de CNH são inadequadas para constranger o devedor ao pagamento da dívida.- O bloqueio de cartão de crédito é medida inadequada para a finalidade de compelir o devedor a pagar quantia. Afinal, determinação neste sentido não obsta a que o devedor celebre novos contratos da mesma natureza ou que tenha acesso a crédito de outras formas, como os variados meios de empréstimo bancário.- A suspensão de CNH não se coaduna com

a natureza coercitiva das medidas atípicas, tendo em vista que não tem o escopo de induzir o devedor ao pagamento da dívida. Diferentemente, trata-se de determinação de cunho punitivo, cuja única função seria a transmutação da pena pecuniária em pena de apreensão ou bloqueio de documento, com consequência prática evidente, consistente na impossibilidade de o devedor dirigir regularmente.- Decisão mantida.- Recurso conhecido e não provido. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento n.º 4002664-21.2018.8.04.0000, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em em conhecer do presente recurso e, no mérito, negar provimento, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 26 de agosto de 2019. GC

Processo: 0614483-68.2018.8.04.0001 - Apelação Cível, 12ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: Banco Bmg S/A; Advogado: Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM); Advogado: Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB: 876/AM); Advogada: Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB: 4018/AM); Apelado: Luziel dos Santos Siqueira; Advogado: Yonete Melo das Chagas (OAB: 8827/AM); Advogado: Penelope A. Antony Lira (OAB: 7357/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: DIREITO DO CONSUMIDOR E PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. EMPRÉSTIMO E CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. APLICAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. SÚMULA N.º 297/STJ. DEVER DE INFORMAÇÃO DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. VIOLAÇÃO. ILEGALIDADE NA CONTRATAÇÃO. DEVOLUÇÃO SIMPLES DOS VALORES PAGOS A MAIOR. DANO MORAL CONFIGURADO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.- A ausência de evidências comprobatórias robustas levam a crer, do ponto de vista desta relatoria, que não houve o efetivo prejuízo, o que por si só não é o suficiente para a concessão da indenização pleiteada. - A teor da súmula n.º 297 do Superior Tribunal de Justiça, às instituições financeiras é aplicado o Código de Defesa do Consumidor. - Compete à instituição financeira o dever de informar todas as peculiaridades do empréstimo oferecido, como também os termos do negócio celebrado e as cláusulas que ofereçam prejuízo ao consumidor, parte hipossuficiente do pactuado, conforme disposto no do art. 6.º, III do CDC, configurando má-fé prática diversa de tal orientação, o que enseja a repetição do indébito – art. 42, parágrafo único do CDC.- Dano moral devido, uma vez que a contratação ilegal e abusiva feita de modo doloso ofende direitos da personalidade da requerente/apelada, que foi ludibriada a assinar contrato extremamente desfavorável a seu patrimônio e praticamente sem possibilidade de quitação.- Sentença mantida.- Recurso conhecido e, no mérito, não provido. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 0614483-68.2018.8.04.0001, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em CONHEÇO do presente recurso e, no mérito, NEGO-LHE PROVIMENTO, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 26 de agosto de 2019. GC

Secretaria do(a) Primeira Câmara Cível , em Manaus, 30 de agosto de 2019.

Intimações

De ordem do Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima, Relator dos autos dos autos eletrônico Apelação Cível nº 0612947-27.2015.8.04.0001 - Manaus em que é Apelante: Banco Pan S/A (Advogado: Dr. Antônio de Moraes Dourado Neto 23255/PE) e Apelado: Valdimiro Erminio Ferreira (Advogado: Dr. Christiano Pinheiro da Costa 3542/AM) fica INTIMADO o APELANTE, na pessoa de seu Advogado Dr. Antônio de Moraes Dourado Neto 23255/PE. "Em virtude da proibição de decisão surpresa consagrada no art. 10 do Código de Processo Civil, determino a intimação do Recorrente, por intermédio de seu advogado constituído, para que se manifeste, no prazo de 5 (cinco) dias úteis (arts. 218 e 219 do CPC), a respeito da inovação recursal no tópico da justiça gratuita suscitada tanto pelo Apelado quanto pelo G. Órgão Ministerial. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.". AE

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima, relator dos autos virtuais de Agravo de Instrumento nº 4003826-17.2019.8.04.0000 - Manaus/Am, em que é Agravante: A. Martins Construções Ltda. (Advogado: Dr. Luiz Fernando Mafra Negreiros (5641/AM)). Agravado: Maria Helena Vasconcelos Dias Pinto. (Advogado: Dr. Vitor de Souza Vieira (6843/AM)). DECISÃO: "Diante de todo o exposto, da sumária análise dos fundamentos do presente agravo e pelas razões decisórias expostas, indefiro a concessão do efeito suspensivo ao recurso, por entender inexistentes a probabilidade de provimento do recurso e o perigo da demora do julgamento definitivo. Intime-se o agravado para responder ao recurso no prazo legal, nos termos do art. 1.019, I do CPC/15.".

Fica **INTIMADO o agravado**, na pessoa de seu advogado Dr. **Vitor de Souza Vieira (6843/AM)**, para apresentação das contrarrazões ao Agravo de Instrumento no prazo legal. AE

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima, relator dos autos virtuais de Agravo de Instrumento nº 4004098-11.2019.8.04.0000 - Manaus/Am, em que é Agravante: Erinilton da Costa Rodrigues. (Advogado: Dr. Maria da Conceição Souza Vera 1001A/AM). Agravado: Emily Conceição Rodrigues. DECISÃO: "À vista do exposto, da sumária análise dos fundamentos do presente Agravo e pelas razões decisórias expostas, DEFIRO O PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO, por entender demonstrada a probabilidade de provimento do recurso, ao tempo que estabeleço, a título de alimentos provisórios, o importe de R$ 500 (quinhentos reais), até o julgamento do mérito do presente recurso. Comunique-se do inteiro teor desta decisão ao Juízo da causa, por força do que ordena a parte final do inciso I, do art. 1.019, do Código de Processo Civil. Intime-se a parte agravada, pessoalmente, nos termos do que determina o inciso II, do art. 1.019, do CPC, a fim de que responda ao recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, ressalvando-se a faculdade de juntada da documentação que se fizer necessária ao julgamento do Recurso. Cumpra-se.".

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima, relator dos autos virtuais de Agravo de Instrumento nº 4004144-97.2019.8.04.0000 - Manaus/Am, em que é Agravante: Banco Bradesco Financiamentos S/A. (Advogado: Dr. Karina de Almeida Batistucii (685/AM)). Agravado: Nayara Souza Meirelis. (Advogado: Dr. Jadson da Silva Santiago (12942/AM)). DECISÃO: "Ante o exposto, indefiro o pedido de atribuição de efeito suspensivo, por faltarem os requisitos legais. Intime-se a parte agravada, por meio de advogado constituído nos autos, nos termos do que determina o inciso I, do art. 1.019, do Novo CPC, a fim de que responda ao recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, ressalvando-se a faculdade de juntada da documentação que se fizer necessária ao julgamento do Recurso.".

Fica **INTIMADO o agravado**, na pessoa de seu advogado Dr. **Jadson da Silva Santiago (12942/AM)**, para apresentação das contrarrazões ao Agravo de Instrumento no prazo legal.AE

De ordem do Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima, Relator dos autos dos autos eletrônico Agravo de Instrumento nº 4004064-36.2019.8.04.0000 - Manaus em que é Agravante: Associação dos Cabos e Soldados da Polícia Militar e Corpo de Bombeiro Militar do Amazonas (Advogado: Dr. Elcinete Cardoso de Almeida 6946/AM) e Agravado: Gabriel de Assis de Carvalho

(Advogado: Dr. Charlene Lopes dos Santos 12728/AM, Emerson Siqueira Pereira 10338/AM) fica INTIMADAS AMBAS AS PARTES, na pessoa de seus Advogados Dr. Elcinete Cardoso de Almeida 6946/AM, Charlene Lopes dos Santos 12728/AM, Emerson Siqueira Pereira 10338/AM. "Ante o exposto, proceda-se à inclusão no Sistema de Automação do Judiciário (SAJ) do nome dos advogados Emerson Siqueira Pereira, OAB/AM n.º 10.338 e Charlene Lopes dos Santos, OAB/AM n.º 12.728, de maneira que todas as comunicações sejam realizadas em seus nomes, a fim de evitar eventuais irregularidades nas publicações dos atos judiciais. Após a correção do cadastro, em virtude da proibição de decisão surpresa consagrada no art. 10 do Código de Processo Civil, determino a intimação de ambas as partes, por intermédio de seus advogados constituídos, para que se manifestem, no prazo de 5 (cinco) dias úteis (arts. 218 e 219 do CPC), a respeito de possível litispendência do processo originário com o processo n.º 0614717-16.2019.8.04.0001, o qual se encontra em andamento.". AE

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima, relator dos autos virtuais de Embargos de Declaração Cível nº 0002659-33.2019.8.04.0000 - Manaus/Am, em que é Embargante: Emops Controle Ambiental Ltda. (Advogado: Dr. Frank Figueiredo César 6560/AM, Ana Paula da Silva Souza 6608/AM). Embargado: Construtora São Francisco Ltda. (Advogado: Dr. Márcio Silva Teixeira 4672/AM). DECISÃO: "Fundado nas razões alinhavadas no presente voto, rejeito os presentes Embargos de Declaração, face não existir nenhum vício a ser sanado. Intimem-se. Cumpra-se.". AE

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima, relator dos autos virtuais de Agravo de Instrumento nº 4000155-83.2019.8.04.0000 - Manaus/Am, em que é Agravante: Banco Itau Unibanco S/A. (Advogado: Dr. Jorge André Ritzmann de Oliveira 11985/SC, Juliano Ricardo Schmitt 20875/SC). Agravado: O Estado do Amazonas. (Advogado: Dr. Benedito Evaldo de Lima Moreno 4821/AM). DECISÃO: "Dispositivo Assim, nos termos do artigo 932, inciso III, do Código de Processo Civil, reputo prejudicado o recurso em razão da perda superveniente do objeto. Transcorrido o prazo legal sem a interposição de Agravo Interno, executem-se os procedimentos de praxe para baixa e encerramento do feito. Intimem-se. Cumpra-se. Manaus, 30 de agosto de 2019. Des. PAULO LIMA R E L A T O R (assinatura eletrônica)". AE

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima, relator dos autos virtuais de Agravo de Instrumento nº 4004070-43.2019.8.04.0000 - Manaus/Am, em que é Agravante: Acalias Sampaio da Silva. (Advogado: Dr. Felipe Braga de Oliveira 9663/AM, Alessandra Seriacopi Vila 9881/AM, Lívia Oliveira e Silva 12851/AM). Agravado: Prefeitura do Município de Tefé/am. (Procurador: Dr. Emer de Sena). DECISÃO: "Ante o exposto, da sumária análise dos fundamentos recursais, defiro parcialmente o pedido de tutela antecipada recursal, concedendo o benefício da justiça gratuita ao autor/agravante nos autos originários, isenção esta que se estende ao pagamento do preparo deste Agravo de Instrumento. Comunique-se o d. Juízo da causa a respeito da presente decisão, ex vi da parte final do inciso I do art. 1.019 do CPC. Intime-se o agravado, levando-se em conta a sua prerrogativa legal, para responder ao recurso no prazo de 30 (trinta) dias úteis, ficando facultada a juntada dos documentos que entender necessários ao julgamento do recurso (CPC/15, art. 1.019, inciso II). Cumpra-se.". AE

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima, relator dos autos virtuais de Agravo de Instrumento nº 4004074-80.2019.8.04.0000 - Manaus/Am, em que é Agravante: Amazonas Energia S/A. (Advogado: Dr. Guilherme Vilela de Paula 1010A/AM, Isabela Montuori Bougleux de Araújo 1069A/AM). Agravado: Associacao dos Loj do Cecomiz Shopping. (Advogado: Dr.Sérgio Renam de Mello Freitas 11095/AM, Iago Oliveira Pascarelli 13854/AM). DECISÃO: "Ante o exposto, nego a concessão de efeito suspensivo requerido no Agravo de Instrumento, por entender não demonstrado o perigo de lesão grave e de difícil reparação. Intime-se a agravada para responder ao recurso. Cumpra-se.". AE

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Des. Lafayette Carneiro Vieira Júnior, relator dos autos virtuais de Apelação Cível nº 0603021-90.2013.8.04.0001 - Manaus/Am, em que é Apelante: O Estado do Amazonas. (Advogado: Dr. Lorena Silva de Albuquerque 6023/AM, Helga Oliveira da Costa 8242/AM). Apelado: Adriano Cavalcante Valente Gonçalves. (Advogado: Dr.João Bosco Lopes Maia Júnior 8107/AM, Williane Wanessa Queiroz Cavalcante 8489/AM, Carmen Karine Steimbach 8524/AM). DECISÃO: "Assim, em cumprimento às orientações das instâncias superiores, determino a suspensão do feito, até o julgamento da matéria pelo STF. À NURE para conhecimento e providências de sua alçada.". AE

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

Conclusões de Acórdãos

Conclusão de Acórdãos

Processo: 0000029-89.2014.8.04.6301 - Apelação Cível, 1ª Vara de Parintins. Apelante: Nivaldo Martins dos Santos. Advogado: Rodrigo Cesar da Silva e Silva (OAB: 7260/AM). Apelado: Município de Parintins. Procurador: Ed da Silva Maia (OAB: 50086/RS). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Délcio Luis Santos. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA. SERVIDOR PÚBLICO. REGIME ADMINISTRATIVO ESPECIAL. CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO (VIGIA). DISPENSA. DÉCIMO TERCEIRO. PEDIDO NÃO INCLUSO NA INICIAL. INOVAÇÃO RECURSAL. NÃO CONHECIMENTO PARCIAL DO RECURSO. FÉRIAS ACRESCIDAS DE 1/3. APELADO QUE NÃO COMPROVOU O EFETIVO PAGAMENTO. REFORMA DO DECISUM ORIGINÁRIO.I O pedido relativo a décimo terceiro salário dos anos de 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012 não consta na petição inicial, tratando-se de inadmissível inovação recursal, o que impede o conhecimento do recurso neste tópico.II - O direito dos servidores ocupantes de cargo público ainda que de forma temporária, como o apelante ao gozo de férias remuneradas, acrescidas de um terço a mais do que a remuneração normal, encontra-se consagrado no art. 7º, XVII, c/c art. 39º, §3º, da CF. Jurisprudência do STF.III - O apelado não apresentou provas de que teria adimplido com a obrigação do pagamento de férias integrais, acrescidas de 1/3, dos períodos pleiteados. Em verdade, em sua contestação apresentada em primeiro grau, sequer afirma que teria pagos tais valores, limitando-se a informar que teriam sido concedidas férias do período de 2008/2009.IV - Comprovada a existência de vínculo do servidor com o apelado e não tendo este comprovado o pagamento das verbas salariais pretendidas, ônus que lhe competia (art. 373, II, do CPC/2015), impõe-se a reforma da sentença, para o fim de reconhecer o direito do apelante ao pagamento de férias integrais, acrescidas de terço constitucional, referentes aos períodos de 2009/2010, 2010/2011 e 2011/2012. APELAÇÃO CÍVEL PARCIALMENTE CONHECIDA E PROVIDA. DECISÃO: “ACÓRDÃO, DECIDE a e. 2.ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade, CONHECER PARCIALMENTE DO RECURSO para, na parte conhecida, DAR-LHE PROVIMENTO, consoante relatório e voto que acompanham a presente decisão, dela fazendo parte integrante.”. Sessão: 26 de agosto de 2019.

Processo: 0000158-66.2017.8.04.4401 - Apelação Cível, 1ª Vara de Humaitá. Apelante: Seguradora Lider de Consórcios do Seguro DPVAT. Advogados: Alvaro Luiz da Costa Fernandes

(OAB: 831A/AM) e outros. Apelados: Gabriel Lucas Brasileiro de Souza Chixaro e Fhilipe de Sá Chixaro, Representados por Rosimeire Oliveira de Sá. Advogados: Rodrigo Stegmann (OAB: 968A/AM) e Michelle Souza Pires Stegmann (OAB: 888A/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Délcio Luís Santos. Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Wellington José de Araújo. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. MORTE DECORRENTE DE ACIDENTE DE TRÂNSITO. DECLARAÇÃO DE ÚNICO HERDEIRO. DESNECESSIDADE. LEGITIMIDADE. SOLIDARIEDADE. UNIÃO ESTÁVEL DEMONSTRADA. 1. O art. 5.º, caput, da lei n. 6194/74 determina que o pagamento do seguro DPVAT será devido mediante a prova do acidente e da lesão dele decorrente, que, no presente caso, foi devidamente comprovado pelos documentos acostados aos autos. 2. A ausência de apresentação de declaração de único herdeiro não afasta o dever da Apelante em indenizar, desde que satisfeitas as exigências da lei e demonstrada a legitimidade do requerente. 3. É dispensável a integração de todos herdeiros no polo ativo para pleitear a indenização decorrente de seguro obrigatório em razão de condição de credores solidários perante a seguradora, podendo qualquer um deles exigir o cumprimento da obrigação. 4. Descabida a alegação de ilegitimidade passiva da Apelada, companheira da vítima, eis que o conjunto probatório evidencia a existência de união estável entre a mesma e o de cujus, sendo legítima beneficiária para pleitear a indenização. 5. Recurso conhecido e desprovido em consonância com o parecer ministerial. DECISÃO: "A C Ó R D Ã OVistos, relatados e discutidos os autos, acordam os Senhores Desembargadores, por unanimidade, em consonância com o parecer do Ministério Público, em conhecer do recurso para julgá-lo desprovido, nos termos do voto do relator, que passa a integrar o julgado.". Sessão: 26 de agosto de 2019.

Processo: 0000344-32.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Embargante: Salatiel Smarra da Silva. Advogada: Michelle Pereira Cruz. Embargado: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S/A. Advogados: Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB: 831A/AM) e outros. Presidente/Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Délcio Luis Santos. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. APELAÇÃO CÍVEL. DPVAT. OCORRÊNCIA DAS HIPÓTESES PREVISTAS NO ART. 1.022, DO CPC/2015. VÍCIOS RECONHECIDOS E SANADOS. INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL INCOMPLETA. VALOR TOTAL JÁ PAGO ADMINISTRATIVAMENTE. INEXISTÊNCIA DE DIREITO À COMPLEMENTAÇÃO. MANUTENÇÃO DO DESPROVIMENTO DA APELAÇÃO ORIGINÁRIA. EFEITOS INFRINGENTES NEGADOS. I - Os embargos de declaração são cabíveis nas hipóteses de obscuridade, contradição, omissão ou erro material, conforme dispõe o art. 1.022, I, II e III, do CPC/15.II - Merece prosperar a alegação de omissão e contradição, eis que o embargante, de fato, compareceu à perícia no IML, ao contrário do disposto no acórdão embargado, não tendo o laudo pericial sido considerado no julgamento do feito em segundo grau.III - A Lei nº. 6.194/74 é clara sobre a necessidade do enquadramento do grau concreto da lesão nos percentuais previstos na tabela em anexo ao diploma legal nos casos de invalidez permanente parcial incompleta, não havendo que falar na aplicação direta do percentual do laudo pericial sobre o valor integral da indenização. IV No caso concreto, o juízo a quo, corretamente, considerou o percentual de perda indicado no laudo pericial e enquadrou a situação em análise na tabela prevista na Lei nº. 6.194/74, com redação dada pela Lei nº. 11.945/2009 (50% x 70% x R$ 13.500,00). Assim, a quantia de R$ 4.725,00 (quatro mil, setecentos e vinte e cinco reais), paga administrativamente pela embargada, está de acordo com a lei e o laudo pericial, inexistindo direito à complementação da indenização. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS. EFEITOS INFRINGENTES NEGADOS. MANUTENÇÃO DO DESPROVIMENTO DA APELAÇÃO ORIGINÁRIA. DECISÃO: "ACÓRDÃO, DECIDE a e. Segunda Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade, ACOLHER os embargos de declaração, sanando os vícios apontados pelo embargante, MAS NEGANDO EFEITOS INFRINGENTES, consoante relatório e voto que acompanham a presente decisão, dela fazendo parte integrante.". Sessão: 26 de agosto de 2019.

Processo: 0000625-50.2014.8.04.4401 - Apelação Cível, 1ª Vara de Humaitá. Apelante: Seguradora Lider dos Consorcios do Seguro Dpvats. Advogados: Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB: 831A/AM), Michelle Souza Pires Stegmann (OAB: 888A/AM) e outros. Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas. Promotor: Fabrício Santos Almeida. Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Délcio Luís Santos. Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Wellington José de Araújo. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO CIVIL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. SEGURO DPVAT. ALEGAÇÃO DE PAGAMENTO PARCIAL EM SEDE ADMINISTRATIVA. FATO QUE ANTECEDE À PROPOSITURA DA DEMANDA. ARTS. 342 E 1.014, DO NOVO CPC. INOVAÇÃO RECURSAL. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. Nas razões recursais, o apelante não se insurge contra o valor fixado a título de indenização pela sentença, limitando-se a alegar a ocorrência de pagamento parcial em sede administrativa, pleiteando o abatimento do valor devido; 2. Suposto pagamento que remonta à momento anterior à propositura da demanda, motivo pelo qual deveria ter sido alegado oportunamente, em sede de contestação, a teor do art. 342, do Novo CPC; 3. O regramento processual civil impõe obstáculos a inovação recursal, de modo que a justificativa apresentada pela apelante, no sentido de que somente teve conhecimento do pagamento após a prolação da sentença, não se presta a chancelar a dedução de matéria nova em grau recursal; 4. Recurso conhecido e não provido.. DECISÃO: "A C Ó R D Ã OVistos, relatados e discutidos os autos, acordam os Senhores Desembargadores, por unanimidade, em negar provimento à apelação, nos termos do voto do relator, que passa a integrar o julgado.". Sessão: 26 de agosto de 2019.

Processo: 0000888-85.2016.8.04.5800 - Remessa Necessária Cível, 1ª Vara de Maués. Requerente: Município de Maués - Prefeitura Municipal de Maués. Procurador: Sérgio Vital Leite de Oliveira (OAB: 9124/AM) e Saulo Gabriel Rodrigues dos Santos (OAB: 9908/AM). Requerido: Ministério Público do Estado do Amazonas. Promotora: Yara Rebeca Albuquerque Marinho de Paula. Presidente/Relator: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Membro: Délcio Luís Santos. Membro: Wellington José de Araújo. EMENTA. DIREITO ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO CÍVEL. SERVIDOR PÚBLICO. CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. RESCISÃO UNILATERAL ANTECIPADA. DISPENSA SEM JUSTA CAUSA NO PERÍODO VEDADO PELA LEGISLAÇÃO ELEITORAL. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO, EM HARMONIA COM O PARQUET.1. No caso dos autos, verifica-se que a rescisão antecipada dos contratos temporários começaram a ocorrer a partir de 04 de outubro de 2016 sem a devida justificativa na extinção da causa ensejadora da contratação excepcional. Assim, as dispensas foram desprovidas de qualquer motivação comprovada e sem a comunicação prévia, sendo, portanto, viciadas. É importante frisar a impossibilidade de demissão sem justa causa nos três meses que antecedem ao pleito eleitoral até a posse dos eleitos, expressamente consignada no artigo 73, V, da Lei nº. 9.507/97.2. Escorreita é a sentença que declarou a nulidade das rescisões antecipadas dos contratos temporários e que garantiu a estabilidade provisória no período dos três meses que antecede as eleições, ou seja, a partir de 02.07.2016 até a data da posse dos eleitos referente às eleições de 2016, qual seja, 01.01.2017. 3. Recurso conhecido e provido em harmonia com o Ministério Público. Sentença anulada. . DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos estes autos de nº 0000888-85.2016.8.04.5800, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas.ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em consonância com o parecer ministerial, para conhecer o recurso e dar-lhe provimento, nos termos do voto condutor da decisão.Sala das Sessões, em Manaus, 26 de agosto de 2019.PUBLIQUE-SE.". Sessão: 26 de agosto de 2019.

Processo: 0004772-57.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 11ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Embargante: J F de Oliveira Navegação Ltda. Advogados: Solon Argelim de Alencar Ferreira (OAB: 3338/AM) e Erisvanha Ramos de Souza (OAB: 3857/AM). Embargado: Antonio José de Souza

Martins. Advogado: Ricardo Yano Barros Freitas (OAB: 1248/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luis Santos. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DIREITO PROCESSUAL CIVIL:- Em sede de embargos declaratórios somente se verifica a omissão de acórdão quando este deixa de tratar de matéria relevante para a resolução do mérito.- Não se nota a presença de qualquer omissão no acórdão embargado.- Pedido de pronunciamento acerca de assunto que já foi objeto de manifestação desta Corte, configura má utilização dos embargos, considerando que estes não se prestam a rediscussão de matéria já analisada.EMBARGOS DECLARATÓRIOS CONHECIDOS E IMPROVIDOS. DECISÃO: "ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Segunda Câmara Cível deste Egrégio Tribunal, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso oposto, conforme as razões constantes do voto condutor desta decisão.". Sessão: 01 de junho de 2004.

Processo: 0004807-17.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Embargante: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. Advogados: Isabelle Benlolo de Azevedo (11737/AM), Pedro Câmara Junior (OAB: 2834/AM), Caio Patrick Coelho Silva Andrade (OAB: 13408/AM), Elisa Gomes Valente Bulboo (OAB: 9767/AM) e outros. Embargada: Edir da Silva Cardoso. Advogados: Bruna Souza de Figueiredo (OAB: 7742/AM), Gabriel William Fachin Lima (OAB: 8518/AM) e Taís Miranda Rodrigues. (OAB: 7743/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luis Santos. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DIREITO PROCESSUAL CIVIL RECURSO MANIFESTAMENTE PROTELATÓRIO - ABUSO DO DIREITO DE RECORRER APLICAÇÃO DE MULTA:- Apresentação de segundos embargos, em data anterior ao julgamento dos primeiros revela a intenção deliberada de tumultuar o andamento processual, resvalando na má-fé.- Em aplicação ao princípio da unirrecorribilidade recursal, não se conhece do presente recurso.- Fica configurado o caráter protelatório do recurso quando o embargante repete os argumento já rechaçados anteriormente pela Corte.- Aplica-se multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da condenação em virtude da má-utilização do recurso.EMBARGOS DECLARATÓRIOS NÃO CONHECIDOS. DECISÃO: "ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da deste Egrégio Tribunal, por unanimidade de votos, em não conhecer do recurso oposto, aplicando multa em virtude do caráter manifestamente protelatório, conforme as razões constantes do voto condutor desta decisão.". Sessão: 01 de junho de 2004.

Processo: 0203035-13.2011.8.04.0001 - Apelação Cível, 14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Banco do Brasil S/A. Advogados: Rafael Sganzerla Durand (OAB: 737/AM) e outros. Apelado: Jucineide Ferreira de Oliveira. Advogados: Hildeberto Corrêa Dias (OAB: 1127/AM) e Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB: 7396/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Délcio Luís Santos. Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Wellington José de Araújo. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DA DECISÃO RECORRIDA. ART. 1.010, INCISOS II E III, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. ARBITRAMENTO DE DANOS MORAIS EM CONSONÂNCIA COM OS PARÂMETROS DEVIDOS. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E IMPROVIDO. 1. As razões recursais devem trazer os fundamentos de fato e de direito em que se baseia a apelante para obter a reforma da sentença recorrida, bem como oferecer impugnação específica aos argumentos nela contidos, sob pena de não ser conhecido o recurso. 2. Carece de regularidade formal a parte do recurso em que se pretende a reforma da sentença para que seja reconhecida a inexistência de ato lesivo. 3. Não comporta reparo o arbitramento dos danos morais, eis que estabelecido dentro dos parâmetros devidos e em atenção aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade. 4. Recurso conhecido em parte e, nesta, improvido. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os Senhores Desembargadores, por unanimidade, em conhecer parcialmente do recurso de apelação e, nesta parte, negar-lhe provimento, nos termos do voto do relator, que passa a integrar o julgado.". Sessão: 26 de agosto de 2019.

Processo: 0205949-45.2014.8.04.0001 - Apelação Cível, 3ª Vara de Família. Apelante: F. S. T. Defensora: Kanthya Pinheiro de Miranda (OAB: 18032/BA). Apelado: R. A. D. L. Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Délcio Luis Santos. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. EXTINÇÃO DO FEITO NOS TERMOS DO ART. 485, III, DO CPC/2015. ABANDONO DA CAUSA. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO PESSOAL DOS AUTORES E DA DEFENSORIA PÚBLICA. INOBSERVÂNCIA DO ART. 485, §1º, DO CPC/2015, E DO ART. 128, I, DA LC 80/1994. NULIDADE DA SENTENÇA. - Estabelece o § 1º do art. 485 do CPC/15 que, antes de considerar o abandono da causa pelo autor, deverá o magistrado intimá-lo pessoalmente, pelos correios ou por oficial de justiça, para suprir a falta no prazo de 5 (cinco) dias;- Ademais, também incumbia ao MM. Juízo a quo a intimação prévia e pessoal da Defensoria Pública, patrona da parte autora, visto que lhe competia a realização do ato processual em substituição à parte, e em respeito ao art. 128, I, da LC 80/1994;- Logo, tendo em vista que não houve a intimação prévia e pessoal da Defensoria Pública para o cumprimento da diligência de informar o atual endereço dos autores, bem como não houve sequer tentativa de intimação pessoal dos autores por correio ou por oficial de justiça para manifestar o interesse no prosseguimento do feito, impões a declaração da nulidade da sentença recorrida. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.. DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº. 0205949-45.2014.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos e em consonância com o parecer ministerial, CONHECER do recurso e DAR-LHE PROVIMENTO, na forma do voto condutor desta decisão, anulando, in totum, os termos da sentença monocrática.". Sessão: 26 de agosto de 2019.

Processo: 0217441-39.2011.8.04.0001 - Apelação Cível, 9ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante/Apelado: Banco Santander S/A. Advogados: Marco André Honda Flores (OAB: 6171/MS), Fernando César Lima Ferreira de Oliveira (OAB: 843A/AM), Alyne Coelho Oliveira (OAB: 844A/AM) e outros. Apelante/Apelada: Ana Cristina Araújo da Costa. Advogados: Mauro de Melo Botelho Junior (OAB: 3305/AM), Maria Graciete da Silva Ribeiro (OAB: 5512/AM) e outros. Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Délcio Luís Santos. Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Wellington José de Araújo. EMENTA: APELAÇÕES CÍVEIS. DUPLICIDADE DE INTERPOSIÇÃO PELO RÉU. PRECLUSÃO CONSUMATIVA. NÃO CONHECIMENTO DA SEGUNDA APELAÇÃO. PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. VIOLAÇÃO. NÃO CONHECIMENTO DA PRIMEIRA APELAÇÃO DO RÉU. DANOS MORAIS. INSCRIÇÃO EM CADASTRO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. INEXISTÊNCIA. ENUNCIADO Nº 385, DO STJ. IMPROVIMENTO. 1. A interposição do primeiro recurso pela parte impede apresentação de nova impugnação da sentença prolatada pelo Juízo de 1º Grau, por força da preclusão consumativa, importando no seu não conhecimento; 2. Razões do recurso que não impugnam os fundamentos da sentença, atentando contra o princípio da dialeticidade, levando também ao não conhecimento do primeiro recurso manejado pelo réu. 3. Não há falar em danos morais, conforme pleiteado pelos autores, na medida em que a negativação do nome do consumidor se deu em decorrência de dívida por ele reconhecida, para além do fato de que, no caso, o nome do consumidor já contava com outras inscrições anteriores nos cadastros de restrição ao crédito, incidindo o enunciado nº 385, do STJ; 4. Não conhecimento dos recursos manejados pelo réu, o primeiro por afronta à dialeticidade, o segundo por força da preclusão consumativa. 5. Recurso da autora conhecido, porém, desprovido. DECISÃO: "A C Ó R D Ã OVistos, relatados e discutidos os autos, acordam os Senhores Desembargadores, por unanimidade, em não conhecer dos recursos apresentados pelo réu bem como conhecer porém negar provimento ao recurso da autora, nos termos do voto do relator, que passa a integrar o julgado.". Sessão: 26 de agosto de 2019.

Processo: 0225966-44.2010.8.04.0001 - Apelação Cível, 5ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/A). Advogados: Décio Flávio Goçalves Torres Freire (OAB: 697A/AM) e outros. Apelado: Aggreko Energia Locação Gerado. Advogada: Adriana Rother (OAB: 319A/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Délcio Luís Santos. Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Wellington José de Araújo. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. CAUTELAR INOMINADA. DESISTÊNCIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. MAJORAÇÃO. NÃO CABIMENTO. VERBA HONORÁRIA ARBITRADA DE FORMA ADEQUADA AO CASO CONCRETO. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. 1. Não tendo sido obtido proveito econômico, diante do requerimento e consequente homologação da desistência da ação, os honorários sucumbenciais não podem ser fixados sobre o valor do que se pretendeu com a demanda, mas sim sobre o valor da causa, nos termos do art. 85, inciso III, §4º, do CPC/15. 2. Hipótese em que, devido ao baixo valor da causa, os honorários foram arbitrados por apreciação equitativa, observando-se os parâmetros dispostos no art. 85, §2º, do CPC/15. 3. Verba honorária que se mostra adequada ao caso concreto e que, portanto, deve ser mantida. 4. Recurso conhecido e desprovido. DECISÃO: "A C Ó R D Ã OVistos, relatados e discutidos os autos, acordam os Senhores Desembargadores que compõem a Egrégia Segunda Câmara Cível, à unanimidade, conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto do relator, que passa a integrar o julgado.". Sessão: 26 de agosto de 2019.

Processo: 0600903-05.2017.8.04.0001 - Apelação Cível, 13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Claudio Gomes da Silva. Advogados: Mônica Vieira Galate Mattos (OAB: 5123/AM) e Thayla Galate Gomes (OAB: 7954/AM). Apelado: Gustavo Chaves Lages Rebelo. Advogados: Mariana Gouvêa Lessa (OAB: 11018/AM), Luísa Rocha Duarte (OAB: 13633/MA) e outros. Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Délcio Luís Santos. Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Wellington José de Araújo. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO CIVIL. LEILÃO DE VEÍCULO. RESCISÃO DE CONTRATO E PERDAS E DANOS. RESPONSÁVEIS PELO LEILÃO NA POSIÇÃO DE MANDATÁRIOS DO VENDEDOR. ILEGITIMIDADE PASSIVA RECONHECIDA. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. NÃO INCIDÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE DE ATRAIR A RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DOS ORGANIZADORES DO LEILÃO. PRECEDENTES. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. A legitimidade passiva pode ser apreciada ex officio pelo magistrado por se tratar de questão de ordem pública. Reconhecimento da condição dos apelados como mandatários do vendedor, sendo, portanto, partes ilegítimas para figurar no polo passivo do pedido de rescisão contratual; 2. Edital de leilão que imputa aos vendedores a responsabilidade por concretizar a transferência dos documentos; 3. Não incidência do Código de Defesa do Consumidor em razão de o proprietário dos bens, vendedor, não se caracterizar como fornecedor assim como pelo fato de que o autor adquiriu o veículo como insumo para o desenvolvimento de atividade econômica. Precedentes; 4. Constrição judicial do bem que se realizou após efetivada a venda por meio dos organizadores do leilão; 5. Impossibilidade de reconhecer os apelados como responsáveis solidários pelas perdas e danos; 6. Recurso conhecido e improvido.A C Ó R D Ã OACORDAM os Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade, conhecer do recurso para em relação ao pedido de rescisão contratual reconhecer de ofício a ilegitimidade dos apelados para figurarem no polo passivo com a extinção do feito sem julgamento do mérito e em relação ao pedido de perdas e danos negar-lhe provimento, consoante relatório e voto que acompanham a presente decisão.. DECISÃO: "A C Ó R D Ã OACORDAM os Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade, conhecer do recurso para em relação ao pedido de rescisão contratual reconhecer de ofício a ilegitimidade dos apelados para figurarem no polo passivo com a extinção do feito sem julgamento do mérito e em relação ao pedido de perdas e danos negar-lhe provimento, consoante relatório e voto que acompanham a presente decisão.". Sessão: 26 de agosto de 2019.

Processo: 0603934-72.2013.8.04.0001 - Apelação Cível, 3ª Vara da Fazenda Pública. Apelante: Tibiriça Valério de Holanda. Advogados: Paula Ângela Valério de Oliveira (OAB: 1024/AM) e Edna Maria Mourão Pereira Machado (OAB: 2189/AM). Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas. Promotora: Wandete de Oliveira Netto (OAB: 180/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. ATO ATENTATÓRIO AOS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (ART. 11, CAPUT, DA LEI 8.429/92). EXIGÊNCIA DE DOLO. NÃO COMPROVAÇÃO. PROVIMENTO DO RECURSO.I - No âmbito das ações de improbidade administrativa, é inadmitida a responsabilidade objetiva do agente, impondo-se a comprovação do elemento subjetivo adequado à conduta da parte ré. Na situação em análise, por tratar-se de ato de improbidade administrativa que atenta contra princípios da Administração Pública (art. 11, caput, da Lei 8.429/92), é imperiosa a presença de dolo, não bastando a mera culpa.II Da análise dos fatos e das provas dos autos, conclui-se que, ao efetuar a aquisição de produtos para as cestas natalinas entregues aos servidores da Defensoria Pública, o apelante não agiu motivado por desonestidade, malícia ou má-fé. Afinal, o apelante não se beneficiou do ato de compra dos produtos; alguns dos itens da proposta foram efetivamente adquiridos; e utilizou, ainda que equivocadamente, uma ata de registro de preços, denotando-se a sua pretensão de seguir um procedimento válido e regular.III - O que resta evidente, em verdade, é a incompetência do apelante como administrador público, que jamais pode ser confundida com improbidade.IV - Assim, não é possível o reconhecimento de ato de improbidade administrativa praticado pelo apelante, eis que o elemento subjetivo não restou comprovado.APELAÇÃO CÍVEL CONHECIDA E PROVIDA. DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a e. 2.º Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de seus membros, em dissonância com o Parecer Ministerial, CONHECER do recurso de apelação cível e DAR-LHE PROVIMENTO, nos termos do voto do Desembargador Relator, que integra esta decisão para todos os fins legais.". Sessão: 26 de agosto de 2019.

Processo: 0612264-58.2013.8.04.0001 - Apelação Cível, 1ª Vara da Fazenda Pública. Apelante/Apelado: Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas Amazonprev. Advogados: Caroline Retto Frota (OAB: 4411/AM) e outros. Apelante/Apelada: Lindalva Ferreira da Silva. Advogado: Wilson Molina Porto (OAB: 805A/AM). Apelante/Apelado: Juliane de Souza Monteiro, sob a curadoria especial da Defensoria Pública do Estado do Amazonas. Defensor: Theo Eduardo Ribeiro Fernandes Moreira da Costa (OAB: 14088O/MT). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Délcio Luis Santos. EMENTA: TRIPLA APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO PREVIDENCIÁRIA. PENSÃO POR MORTE. CONCUBINATO. MODULAÇÃO. COMPROVAÇÃO DE RELAÇÃO OSTENSIVA E DURADOURA. TERMO INICIAL PARA O RESTABELECIMENTO DO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. DATA DA PUBLICAÇÃO DA SENTENÇA IMPUGNADA. ÉDITO SENTENCIAL MANTIDO.- Exsurge dos presentes autos, elementos suficientes a comprovar a relação extra conjugal (concubinato) entre o Sr. José Castro Monteiro (de cujus) e a Sra. Lindalva Ferreira da Silva, que, apesar de impedidos de casar, mantiveram o ânimo de constituir família, por meio de uma união pública, ostensiva e duradoura.- É cediço que há vários precedentes jurisprudenciais em nossos tribunais que, simplesmente, denegam a concessão do benefício previdenciário de pensão por morte à companheira concubina. Ocorre, que o caso vertente traz consigo peculiaridades que, também, devem ser levadas em consideração, tais como: (a) a relação concubinária em questão era duradoura, pois era mantida há quase 08 (oito) anos; (b) a relação não era clandestina, pois ambos frequentavam lugares públicos, sendo, inclusive, constatado que o de cujus dormia na casa da autora/segunda apelante; (c) desta união nasceu a menor impúbere Luana Monique da Silva Monteiro em 20/10/2007. - Destarte, analisadas as nuances do caso concreto, impõe-se concluir que o magistrado a quo agiu com acerto ao julgar procedente o pedido inicial, determinando a

inclusão da requerente no cadastro de dependente do de cujus e que a seu favor seja instituído o benefício previdenciário de pensão por morte, ante a comprovação da relação homem e mulher contínua e duradoura, com ânimo de constituir família, que a autora mantinha com o de cujus.- Correto, também, o restabelecimento do benefício desde a data da concessão da tutela antecipada deferida em sentença, haja vista que a cessação deu-se em razão de decisão proferida pelo Tribunal de Contas do Estado.APELOS CONHECIDOS E DESPROVIDOS.. DECISÃO: "ACÓRDÃO, Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº. 0612264-58.2013.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos e em consonância com o parecer ministerial, CONHECER dos recursos, mas NEGAR-LHES PROVIMENTO, na forma do voto condutor desta decisão, mantendo, in totum, os termos da sentença monocrática.". Sessão: 26 de agosto de 2019.

Processo: 0614820-91.2017.8.04.0001 - Apelação Cível, 7ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Pan Seguros S/A. Advogados: Antonio Augusto de Carvalho e Silva (OAB: 25639/SP) e outros. Apelante: Banco Pan S/A. Advogados: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE), Hugo Neves de Morães Andrade (OAB: 23798/PE) e Vanessa de Lyra Miranda Cavalcante (OAB: 32167/PE). Apelados: Ina Veras de Souza, Rayra Veras de Souza e Ricardo Pereira de Souza Neto, Representados por Ivan Ricardo Reis de Souza. Advogada: Ragelia Santos de Paiva Kanawati (OAB: 10998/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Délcio Luis Santos. EMENTA: APELAÇÕES CÍVEIS. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA. INOCORRÊNCIA. BANCO E SEGURADORA QUE INTEGRAVAM MESMO GRUPO ECONÔMICO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO E DANOS MORAIS. CONTRATO DE ARRENDAMENTO MERCANTIL PARA AQUISIÇÃO DE VEÍCULO. SEGURO. VENDA CASADA. INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. RECUSA INDEVIDA. DOENÇA PREEXISTENTE. MÁ-FÉ DO SEGURADO. NÃO COMPROVAÇÃO. SÚMULA 609 DO STJ. DANOS MORAIS. NÃO CONFIGURAÇÃO. - Não há como prosperar a preliminar de ilegitimidade passiva do Banco Pan S/A no feito, visto que, à época em que pactuado o referido seguro, as apelantes ainda integravam o mesmo grupo econômico, tanto é que na Proposta de Adesão da apólice (vide fl. 24), quem consta como estipulante é a referida instituição financeira;- Com relação a recusa do prêmio estipulado por suposta má-fé do segurado, vale ressaltar que o STJ já pacificou entendimento de que tal alegação é inviável se não houve a exigência de exames prévios quando da pactuação. É o que prevê a Súmula n. 609/STJ;- Com efeito, a aduzida má-fé do Sr. Ivan fica ainda menos perceptível, quando se tem em vista que o principal interesse que aquele tinha junto ao Banco Pan S/A era a obtenção de arrendamento mercantil para a aquisição de um micro-ônibus e não a contratação do sobredito seguro, que findou adquirido pela prática de venda casada;- A expectativa frustrada de obter, administrativamente, o pagamento do capital segurado representa mero dissabor natural das relações contemporâneas, sem maiores repercussões na esfera moral dos apelados. PRIMEIRA APELAÇÃO CONHECIDA E PARCIALMENTE PROVIDA. SEGUNDA APELAÇÃO CONHECIDA E DESPROVIDA. DECISÃO: "ACÓRDÃO, Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº. 0614820-91.2017.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos e em consonância com o parecer ministerial, CONHECER dos recursos, para DAR PARCIAL PROVIMENTO AO PRIMEIRO APELO E NEGAR PROVIMENTO AO SEGUNDO APELO, na forma do voto condutor desta decisão.". Sessão: 26 de agosto de 2019.

Processo: 0619599-60.2015.8.04.0001 - Apelação Cível, 19ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: ADR Brasil Eixos Ltda. Advogados: Marcos Luiz de Melo (OAB: 80266/SP) e Mauricio Schimenes Ogliari (OAB: 409933/SP). Apelado: Moreno Indústria e Comércio de Equipamentos Rodoviários Ltda. Advogados: Rodrigo Martins Soares (OAB: 13260/AM) e Graco Diniz Fregapani (OAB: 2357/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Délcio Luis Santos. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. RELAÇÃO COMERCIAL NÃO COMPROVADA. INOBSERVÂNCIA DE ELEMENTOS QUE LEGITIMEM A COBRANÇA. DOCUMENTOS JUNTADOS COM A APELAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE. ART. 435 DO CPC/2015. SENTENÇA IMPUGNADA MANTIDA.- No caso vertente, diante da assertiva de negativa da contratação pela parte ré, cabia à parte autora carrear aos autos documentos ou outros elementos probatórios a fim de corroborar sua pretensão autoral de que as cobranças eram legítimas. Contudo, assim não procedeu.- Ademais, a tese reformista trouxe à baila desta discussão, conversas, via e-mail, que demonstram uma suposta negociação entre as partes, porém, tais documentos não foram devidamente apreciados pelo Juízo a quo, pois juntados apenas com a apelação. Ocorre que, a julgar pelas datas dos e-mails, a autora/apelante já os tinha sob sua guarda no momento do ajuizamento da presente demanda judicial, logo, não podem ser considerados para o presente julgamento, tendo em vista não se tratarem de documentos novos (art. 435 do CPC/2015). Jurisprudência deste Tribunal de Justiça.RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. DECISÃO: "ACÓRDÃO, Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº. 0619599-60.2015.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos, CONHECER do presente recurso, mas NEGAR-LHE PROVIMENTO, na forma do voto condutor desta decisão, mantendo, in totum, os termos da sentença monocrática.". Sessão: 26 de agosto de 2019.

Processo: 0619890-89.2017.8.04.0001 - Apelação Cível, 2ª Vara da Fazenda Pública. Apelante: Estado do Amazonas. Procuradora: Indra Mara Bessa. Apelada: Eliana Rodrigues Sampaio. Advogados: Fernando Costa Alves (OAB: 10859/AM) e Edinho Gomes da Cruz (OAB: 11273/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Délcio Luis Santos. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. RENOVAÇÕES SUCESSIVAS. VIOLAÇÃO DO ART. 37, II E IX, DA CF. NULIDADE. DIREITO AO FGTS. APLICAÇÃO DO ART. 19-A DA LEI 8.036/90. ENTENDIMENTO DO C. STF.I O contrato temporário da apelada foi sucessivamente renovado e teve duração de quase 14 (catorze) anos.II - Houve ofensa ao disposto no art. 37, II e IX, da CF, haja vista que a contratação por tempo determinado é exceção e deverá ocorrer apenas em caso de necessidade temporária de excepcional interesse público, sob pena de violação ao princípio da obrigatoriedade do concurso público. III Assim, a contratação temporária da recorrida encontra-se inquinada pelo vício da nulidade (art. 37, §2º, da CF). Como consequência da nulidade, aplica-se à situação o art. 19-A da Lei 8.036/90, fazendo jus a apelada ao pagamento de FGTS pelos anos trabalhados.IV - Em aplicação ampliativa do posicionamento firmado no julgamento do RE 596.478/RR, a corte suprema já consignou, recente e expressamente, a aplicabilidade dessa orientação jurisprudencial aos casos de contratação em caráter temporário pela Administração Pública (RE 863125).V - APELAÇÃO CONHECIDA, MAS NÃO PROVIDA. DECISÃO: "ACÓRDÃO, Vistos, relatados e discutidos os autos de Apelação Cível nº. 0619890-89.2017.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos e em consonância com parecer Ministerial, CONHECER do recurso, para NEGAR-LHE PROVIMENTO, na forma do voto condutor desta decisão.Sala das Sessões do Egrégio Tribunal de Justiça Estado do Amazonas, em Manaus, 26 de agosto de 2019.". Sessão: 26 de agosto de 2019.

Processo: 0621220-58.2016.8.04.0001 - Apelação Cível, 2ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Maysa Melo da Cruz. Advogados: Anneson Frank Paulino de Souza (OAB: 11981/AM), Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB: 6488/AM) e outros. Apelado: Banco Bonsucesso Consignado S/A. Advogados: Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB: 96864/MG) e Rafael Cinini Dias Costa (OAB: 152278/MG). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Délcio Luís Santos. Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Wellington José de Araújo. EMENTA. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO De declaratória de inexigibilidade de débito C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. DEVER DE INFORMAÇÃO DESCUMPRIDO. ABUSIVIDADE. DANOS MORAIS DEVIDOS. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. 1. Tem-se que a equivocada contratação do cartão de crédito, diversamente do empréstimo ordinário desejado pelo consumidor, acaba por gerar-lhe uma dívida que assoma como inexequível e abusiva, porquanto, em lugar da quitação progressiva esperada pelo desconto de cada parcela do empréstimo, os encargos relativos ao giro do crédito do cartão crescem em progressão geométrica, visto que o respectivo desconto em folha limita-se ao pagamento mínimo da fatura. 2. Se a falta de informação levou à contratação de serviço cuja dinâmica de cobrança dá origem a uma dívida que só cresce, caracterizado está o desrespeito ao dever de informação (art. 6º, III, do CDC) e a abusividade do pacto na forma do artigo 39, III e IV, do CDC, por valer-se de esclarecimento deficiente na tratativa para entregar produto diverso do negociado/desejado. 3. Evidenciado o dano moral, necessária a responsabilização do agente financeiro, quando extrapola seu direito de movimentar a economia por meio de concessão de créditos abusivos, infringindo deveres e obrigações e acarretando em danos ao consumidor. 4. Recurso conhecido e parcialmente provido. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os Senhores Desembargadores, por unanimidade, em conhecer do recurso para julgá-lo parcialmente provido, nos termos do voto do relator, que passa a integrar o julgado.". Sessão: 26 de agosto de 2019.

Processo: 0625343-65.2017.8.04.0001 - Apelação Cível, 14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Motorola Mobility Comercio de Produtos Eletrônicos Ltda. Advogado: Alexandre Fonseca de Mello (OAB: 222219/SP). Apelada: Lucimar Passos Falcão Campos. Advogada: Alexsandra Helena P. S. Rosa (OAB: 920A/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Délcio Luis Santos. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C DANOS MORAIS. CELULAR NOVO. VÍCIOS. ASSISTÊNCIA TÉCNICA ACIONADA DIVERSAS VEZES. PROBLEMAS NÃO RESOLVIDOS. POSTERIOR RECUSA DE REPARO POR PERDA DA GARANTIA. CULPA EXCLUSIVA DA VÍTIMA. INOCORRÊNCIA. NÃO COMPROVADA A RELAÇÃO COM AS FALHAS ANTERIORMENTE APRESENTADAS PELO APARELHO. INCIDÊNCIA DO ART. 18, §1º, II, DO CDC. SITUAÇÃO QUE ULTRAPASSA O MERO ABORRECIMENTO. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. REDUÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO.- A despeito de a apelante suscitar que os vícios do aparelho decorreriam de culpa exclusiva da autora, por alegado descumprimento do dever de guarda, os documentos constantes nos autos demonstram que, antes de ser verificada a suposta entrada de líquido no produto, este já apresentava problemas que não haviam sido resolvidos pela assistência técnica quando procurada pela autora anteriormente.- Confirmada a existência de vício no produto, que findou não corrigido, e não prosperando o argumento de culpa exclusiva do consumidor no caso em tela, correta a restituição integral e atualizada da quantia paga, nos termos do art. 18, §1º, II, do CDC.- As múltiplas idas à assistência técnica e a frustração com a não resolução do problema destoam da expectativa que se tem ao adquirir um aparelho celular novo. A decepção e o transtorno pelos quais a parte autora passou também restam evidentes, por ser de senso comum a utilidade desse meio de comunicação no desempenho de atividades diárias. Logo, devida é a reparação pelos danos morais experimentados in casu.- Em relação ao respectivo quantum indenizatório, vejo como apropriada sua redução para R$ 5.000,00 (cinco mil reais), eis que tal quantia se mostra mais adequada ao contexto fático e consonante com entendimento adotado por esta 2ª Câmara Cível em caso análogo.APELAÇÃO CONHECIDA E PARCIALMENTE PROVIDA. DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº. 0625343-65.2017.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos, sem parecer ministerial, CONHECER do recurso e DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, na forma do voto condutor desta decisão, reformando termos da sentença monocrática." Sessão: 26 de agosto de 2019.

Processo: 0632776-57.2016.8.04.0001 - Apelação Cível, 9ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelantes: Maria da Conceição Barroso da Silva, Itelvina da Silva Rodrigues, Alex da Silva Rodrigues, Rafael da Silva Rodrigues e Agnaldo da Silva Rodrigues. Advogada: Any Caroliny Ozório (OAB: 8130/AM). Apelado: Global Gnz Transportes Ltda. Advogados: Jorge Alexandre Motta de Vasconcellos (OAB: 2790/AM) e Jorge Fernandes Garcia de Vasconcellos Júnior (OAB: 2167/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Wellington José de Araújo. Membro: Délcio Luis Santos. Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. EMENTA PROCESSO CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. ACIDENTE DE TRÂNSITO. ATROPELAMENTO. CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DANOS MORAIS. VALOR PROPORCIONAL E RAZOÁVEL. PRECEDENTES. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.I É responsável por indenizar aquele que deu causa ao dano moral ou material, por conduta antijurídica, conforme se observa dos arts. 186 e 927 do CPC.II É fato incontroverso a existência do acidente que levou ao óbito do esposo e pai dos apelantes, conforme consta dos laudos periciais e demais documentos acostados aos autos.III O valor arbitrado a título de danos morais deve ser fixado de modo a atender as peculiaridades do caso concreto, cumprindo com sua dupla finalidade, qual seja, o ressarcimento do prejuízo imposto à parte e a punição pedagógica do causador do dano. Outrossim, deve recompor o prejuízo causado sem implicar em locupletamento ilícito da parte.IV Considerando o caso concreto, bem como observada a jurisprudência deste Órgão Colegiado em casos análogos, a sentença atacada bem fixou o valor arbitrado a título de danos morais devendo assim ser mantida.V Apelo Conhecido e não provido. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0632776-57.2016.8.04.0001, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, conhecer do recurso e, no mérito, negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que integra este julgado.". Sessão: 26 de agosto de 2019.

Processo: 0632877-31.2015.8.04.0001 - Apelação Cível, 12ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelantes: São Constantino Empreendimentos Imobiliários Ltda. e Santa Emerciana Empreendimentos Imobiliários Ltda. Advogados: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 128341/SP) e outros. Apelados: Lucia de Fátima Souza do Nascimento e Elizeu Araujo do Nascimento Filho. Advogados: Antônio Coimbra Filho (OAB: 3252/AM) e outros. Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Délcio Luis Santos. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. RESCISÃO DE CONTRATO. PROMESSA DE COMPRA E VENDA. NATUREZA DE CONTRATO DE ADESÃO. ATRASO NA ENTREGA DO IMÓVEL. DEVOLUÇÃO DA QUANTIA PAGA. RETENÇÃO ENTRE 10% A 25%. PRECEDENTE STJ. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. CITAÇÃO.- A despeito do entendimento das apelantes, a promessa de compra e venda de imóvel abordada nos autos possui natureza de contrato de adesão, tendo os autores apenas consentido com as condições estabelecidas de modo prévio e unilateral pela parte ré;- De acordo com a jurisprudência do c. STJ, quando a resolução do contrato se dá por parte do comprador, como sói ser o caso, a retenção das parcelas pagas pode ser considerada razoável quando for fixada entre 10% (dez por

cento) e 25% (vinte e cinco por cento);- Consoante entendimento jurisprudencial pátrio, o termo inicial dos juros de mora que deverão incidir sobre a quantia a ser devolvida aos autores será a data de citação da parte ré.APELAÇÃO CONHECIDA E PARCIALMENTE PROVIDA.. DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº. 0632877-31.2015.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos, sem parecer ministerial, CONHECER do recurso e DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, na forma do voto condutor desta decisão, reformando termos da sentença monocrática.". Sessão: 26 de agosto de 2019.

Processo: 0637601-44.2016.8.04.0001 - Apelação Cível, 20ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/A). Advogados: Guilherme Vilela de Paula (OAB: 1010A/AM), Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB: 1065A/AM), Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB: 1069A/AM), Luis Phillip de Lana Foureaux (OAB: 1011A/AM) e outros. Apelado: City Plastik Indústria e Comércio Plásticos Ltda. Advogados: Vera Lucia Matos Falcão (OAB: 3758/AM), Jorge Fernandes Garcia de Vasconcellos Júnior (OAB: 2167/AM) e outros. Presidente/Relator: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Membro: Délcio Luís Santos. Membro: Wellington José de Araújo. EMENTA. APELAÇÃO CIVIL. AÇÃO DE RESSARCIMENTO POR MATERIAIS. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA CONCESSIONÁRIA. DANO MATERIAL COMPROVADO. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.1. Consoante o artigo 37, §6º, da Constituição Federal, a responsabilidade das permissionárias ou concessionárias de serviços públicos é objetiva, conforme entendimento sedimento nas Cortes Superiores2. Conforme disposto na sentença, a medida adotada pela Apelante foi desarrazoada e despropositada, mesmo porque a empresa Apelada estava a pagar as faturas de consumo correntes, sobejando apenas questão referente a procedimento de recuperação de energia que estava judicializada e com sentença favorável proferida em 10.12.2013(fls. 50/53), ou seja, 8 meses antes da suspensão no fornecimento de energia que ocorreu em 09.07.2014.3. A Amazonas Distribuidora de Energia, ora Apelante, não se desincumbiu de demonstrar a ocorrência de caso fortuito, força maior, culpa da vítima ou de terceiros, de forma que a manutenção da sentença quanto ao dano material suportado e provado pela Autora, ora Apelada, é medida que se impõe.4.Recurso conhecido e desprovido.. DECISÃO: "ACÓRDÃO, Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº 0637601-44.2016.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas.ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos para, conhecer o recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto condutor da decisão.Sala das sessões da Egrégia Segunda Câmara Cível em Manaus(AM), 26 de agosto de 2019.PUBLIQUE-SE.". Sessão: 26 de agosto de 2019.

Processo: 0638599-80.2014.8.04.0001 - Apelação Cível, 1ª Vara da Fazenda Pública. Apelante: Ariel Sahid dos Anjos Martins. Defensora: Manuela Cantanhede Veiga Antunes (OAB: 4598/AM). Apelado: Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas Amazonprev. Advogados: Caroline Retto Frota (OAB: 4411/AM) e outros. Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Wellington José de Araújo. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luis Santos. EMENTA - PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE APELAÇÃO. JUÍZO DE RETRATAÇÃO. REMESSA À CÂMARA QUE PROFERIU O ACÓRDÃO. DISTINÇÃO AO RECURSO ESPECIAL REPETITIVO N.° 1.369.832/SP. ÓRGÃO PREVIDENCIÁRIO ESTADUAL COM REGIME JURÍDICO PRÓPRIO. INCONSTITUCIONALIDADE DO DISPOSITIVO DA LEI ESTADUAL QUE PREVÊ LIMITE ETÁRIO PARA BENEFICIÁRIO NO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA. PRONUNCIAMENTO DO TRIBUNAL PLENO. DECISÃO MANTIDA.- O acórdão impugnado não conflitou com o entendimento sedimentado no REsp nº 1369832/SP, tendo em vista que diferentemente do caso paradigma, que versa sobre o INSS, trata-se de entidade de previdência Estadual, a qual possui regramento próprio.- Em atenção à cláusula de reserva de plenário o Tribunal Pleno, no julgamento da Arguição de Inconstitucionalidade ex officio n.º 0005283-94.2015.8.04.0000, entendeu pela inconstitucionalidade do art. 2.º, II, b, da lei complementar n.º 30/2001, e, por arrastamento, do art. 7.º da lei n.º 2.522/1998 e do art. 5.º da lei n.º 9.717/1998, por contrariar os direitos fundamentais aos alimentos, educação da juventude e dignidade da pessoa humana ao estabelecer limitações etárias à concessão do benefício previdenciário da pensão por morte.- Decisão mantida.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0638599-80.2014.8.04.0001, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, conhecer do recurso e, no mérito, dar provimento, nos termos do voto do Relator, que integra este julgado.". Sessão: 26 de agosto de 2019.

Processo: 0641303-61.2017.8.04.0001 - Apelação Cível, 9ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Banco Cetelem S/A. Advogado: Denner B. Mascarenhas Barbosa (OAB: 1183A/AM). Apelado: Osmar de Souza Silva. Advogados: Samuel Soares de Miranda (OAB: 10370/AM) e Thays de Souza Batista (OAB: 10440/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Délcio Luis Santos. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO C/C OBRIGAÇÃO DE FAZER, DANOS MATERIAIS E MORAIS. PRELIMINAR DE CERCEAMENTO DE DEFESA. INOCORRÊNCIA. EMPRÉSTIMO. NÃO PACTUAÇÃO. CONTRATOS COM DADOS E ASSINATURA DISTINTOS DOS QUE CONSTAM NOS DOCUMENTOS PESSOAIS DO AUTOR JUNTO À INICIAL. FRAUDE. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. DEVOLUÇÃO EM DOBRO DOS VALORES DESCONTADOS INDEVIDAMENTE. RESTITUIÇÃO DE QUANTIA COMPROVADAMENTE DEPOSITADA NA CONTA DO REQUERENTE. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. REDUÇÃO DO QUANTUM. - Não há que se falar em nulidade da sentença por cerceamento de defesa, tendo em vista que o juízo acerca da necessidade ou não da produção de prova é uma faculdade do magistrado, consoante posicionamento do STJ;- Os contratos apresentados pela apelante tinham, de forma nítida, dados e assinatura distintos dos documentos pessoais do autor que estão juntos à inicial nos autos, deixando evidente a ocorrência de fraude in casu;- o STJ possui entendimento pacífico de que a responsabilidade objetiva da instituição financeira em casos tais como o dos autos advém do risco do empreendimento, caracterizado como fortuito interno;- A incidência do art. 42, parágrafo único, do CDC e a resultante condenação do banco apelante à restituição de valores em dobro está justificada pela má-fé deste ao: permitir a ocorrência da fraude na contratação do empréstimo em questão; realizar abatimentos na conta do autor sem qualquer comunicação; e, não resolver a contento a questão administrativamente;- A pretensão de restituição de valor liberado na conta do apelado merece acolhida somente quanto à importância de R$ 1.001,85 (mil e um reais e oitenta e cinco centavos), por constar no extrato bancário do apelado à fl. 110, o registro de TED, cujo comprovante o Banco juntou à fl. 216 dos autos;- Considerando os contínuos e indevidos descontos em folha de pagamento, configurada está a ocorrência do dano moral no caso em tela;- Faz-se necessária a redução quantum indenizatório estipulado à título de danos morais para o valor de R$ 10.000,00, tendo em vista os elementos do caso concreto e a jurisprudência desta corte em casos análogos.APELAÇÃO CONHECIDA E PARCIALMENTE PROVIDA.. DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº. 0641303-61.2017.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos, sem parecer ministerial, CONHECER do recurso e DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, na forma do voto condutor desta decisão, reformando termos da sentença monocrática.". Sessão: 26 de agosto de 2019.

Processo: 0701625-23.2012.8.04.0001 - Apelação Cível, 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Powertech Comercial Ltda. Advogados: Paulo Roberto Braga Barbosa Júnior (OAB: 2356/AM), Regina Vera Nogueira Lemos (OAB: 249492/SP) e outros. Apelado: Eraldo Lúcio de Lima. Advogados: Juliana Chaves Coimbra Garcia (OAB: 4040/AM), Francisco Charles Cunha Garcia Junior, Andréa Cardoso Salgado (OAB: 4743/AM) e Thais Vasques de Brito (OAB: 12592/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Délcio Luis Santos. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO CAUTELAR INOMINADA. SUSTAÇÃO DE PROTESTOS. INEXIGIBILIDADE DO DÉBITO OBJETO DA NEGATIVAÇÃO. RELAÇÃO DE CONSUMO. INVERSÃO DO ÔNUS PROBATÓRIO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO POR PARTE DA RÉ/APELANTE. DANO MORAL IN RE IPSA. QUANTUM RAZOÁVEL E PROPORCIONAL. SENTENÇA MANTIDA.- Ao deixar de acostar documento capaz de comprovar a regularidade do débito levado a registro negativo, a empresa recorrente não se desincumbiu do ônus probatório que lhe recaia, qual seja, de comprovar fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor (art. 373, II, do CPC).- Ademais, o conjunto fático-probatório colacionado nos autos atesta que a negativação do nome da parte autora foi indevida, haja vista que o débito foi irregularmente constituído.- Assim, correta a sentença recorrida ao julgar procedentes os pedidos autorais, declarando a inexigibilidade do débito objeto da negativação e condenando, ainda, os réus, solidariamente, a pagarem ao apelado indenização a título de dano moral, o qual se configura in re ipsa. - O quantum indenizatório fixado em primeiro grau - R$ 10.000,00 mostra-se proporcional e razoável, não ensejando enriquecimento sem justo motivo.RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. DECISÃO: "ACÓRDÃO, Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos, CONHECER da apelação cível, mas NEGAR-LHE PROVIMENTO, na forma do voto condutor desta decisão.". Sessão: 26 de agosto de 2019.

Processo: 4000147-09.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, 4ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Agravante: J S Equipamentos Médicos Hospitalar Eireli Ltda. Advogados: Jonny Cleuter Simões Mendonça (OAB: 8340/AM) e Fued Cavalcante Sêmen Neto (OAB: 10435/AM). Agravado: Hospital Santa Julia Ltda. Advogados: João Bosco Toledano (OAB: 1456/AM), José Francisco de Assis (8.951/AM) e outros. Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Délcio Luis Santos. EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C DANOS MORAIS. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO NO JULGADO IMPUGNADO. EXEGESE DO ART. 93, IX, DA CF/1988 C/C ART. 489, § 1º, INCISO II, DO CPC/2015. NULIDADE INSANÁVEL. REFORMA. I É cediço que as decisões interlocutórias devem ser fundamentadas, sob pena de nulidade (art. 93, IX, da CF e art. 489, § 1º, do CPC/2015). II - No caso concreto, a decisão proferida pelo Juízo a quo, mostra-se frágil sob o ponto de vista processual, haja vista restar patente a ausência de fundamentação, eis que o aludido julgado pautou-se apenas em afirmações vagas e genéricas.III - AGRAVO DE INSTRUMENTO CONHECIDO E PROVIDO. DECISÃO: "ACÓRDÃO, Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Agravo de Instrumento nº. 4000147-09.2019.8.04.0000-Manaus-Am, em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes desta Egrégia Segunda Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, na forma exposta no voto condutor desta decisão, tornando definitiva a liminar concedida anteriormente.". Sessão: 26 de agosto de 2019.

Processo: 4000187-88.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, 18ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Agravante: Francisco Carlos Cabral da Silva. Defensor: José Ivan Benaion Cardoso (OAB: 1657/AM). Agravada: Umanizzare Gestão Prisional e Serviços Ltda. Advogada: Carla Dayany Luz Abreu (OAB: 7038/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Délcio Luis Santos. EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE obrigação de não fazer c/c busca e apreensão. Prestador de serviço. extinção do vínculo empregatício. Devolução do crachá de identificação funcional, DOS FARDAMENTOS E DE TODA DOCUMENTAÇÃO VINCULADA À AUTORA/AGRAVADA. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA LABORAL. EXEGESE DO ART. 114, INCISO I, DA CF/1988. Proibição do uso do nome da autora/agravada em qualquer tipo de manifestação ou entrevistas à imprensa. Censura PRÉVIA. Descabimento. Inteligência art. 220, da cf/1988. REFORMA DA DECISÃO AGRAVADA. - No caso vertente, a pretensão autoral (devolução de crachá, fardamentos e documentos vinculados à autora/agravada), de fato, diz respeito à litígio oriundo de relação de trabalho, razão pela qual se vislumbra a competência da Justiça do Trabalho para tais questões (Carta Federal, art. 114, I, incluído pela Emenda Constitucional 45/2004).- No que tange à proibição imposta ao agravante no sentido de abster-se de de incluir a agravada em qualquer manifestação do seu pensamento ou em entrevista, observa-se que o juízo a quo impôs uma censura prévia, violando, com isso, o art. 220, da Carta Federal/88. O ordenamento jurídico vigente não permite censura, tolerando apenas o direito de resposta daquele que se sentir ofendido e a sua indenização.- Decisão recorrida cassada, para o fim de determinar a devolução dos documentos depositados na Secretaria do Juízo a quo, bem como que não seja o agravante proibido de emitir opiniões e demais atos em defesa de sua pessoa. - Agravo Interno 0001477-12.2019.8.04.0000, interposto em face da decisão que deferiu o efeito suspensivo ao recurso, julgado prejudicado. AGRAVO DE INSTRUMENTO CONHECIDO E PROVIDO. DECISÃO: "ACÓRDÃO, Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Agravo de Instrumento nº. 4000187-88.2019.8.04.0000-Manaus-Am, em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes desta Egrégia Segunda Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, na forma exposta no voto condutor desta decisão.". Sessão: 26 de agosto de 2019.

Processo: 4000630-49.2013.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, 8ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Agravante: WW Moraes Ltda. Advogados: Adalgiza Radoyka (OAB: 8240/AM), Emerson Paxá Pinto Oliveira (OAB: 9435/AM) e outros. Agravado: Geraldo Corrêa Dantas de Araujo. Advogados: Geraldo Corrêa Dantas de Araujo (OAB: 1370/AM) e Apoena Moreira da Costa (OAB: 4055/AM). Presidente/Relator: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Délcio Luis Santos. EMENTA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AQUISIÇÃO DE QUOTAS DE SOCIEDADE LIMITADA. INVALIDADE DA TRANSAÇÃO ANTERIOR RECONHECIDA PELO PRÓPRIO AGRAVADO. PREMISSA AUTORAL INSUBSISTENTE. MÁ-FÉ DO DEMANDANTE AO EXPOR OU ENCOBRIR OS FATOS CONFORME LHE PARECEM MAIS CONVENIENTES. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.1. A liminar dada para assegurar as condições de participação e desfrute do Agravado da qualidade de sócio da sociedade empresarial merece ser revista.2. De tudo extrai-se que o pacto de 2003, premissa do pedido autoral acolhido na decisão combatida, é inválido e, portanto, não se presta para embasar a tutela pretendida.3. Cumpre destacar que a narrativa adotada nas contrarrazões (fls. 135/136), na qual se reconhece a invalidade do acordo de 2003 e se defende a regularidade do celebrado em 2015, contraria frontalmente a premissa adotada na exordial, segundo a qual seria justamente a validade do pacto de 2003 que infirmaria a sentença de 2012.4. Recurso conhecido e provido, condenando-se o Agravado ao pagamento de multa por litigância de má-fé. DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos estes autos de nº 4000630-49.2013.8.04.0000, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas. ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos para conhecer o recurso e dar-lhe provimento, nos termos do voto condutor da decisão.Sala das sessões da Egrégia Segunda Câmara Cível em Manaus(AM), 26 de agosto de 2019.PUBLIQUE-SE.". Sessão: 26 de agosto de 2019.

Processo: 4001583-03.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, 18ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Agravante: Petros Fundação Petrobras de Seguridade Social. Advogados: Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB: 671A/AM) e outros. Agravado: Edson José Aguiar de Carvalho. Advogada: Ana Virgínia Arakian Izel (OAB: 3701/AM). Presidente/Relator: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Délcio Luis Santos. EMENTA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. SUSPENSÃO DA COBRANÇA EXTRAORDINÁRIA PARA COBRIR DÉFICIT DE PLANO PREVIDÊNCIA PRIVADA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE OUTROS MEIOS PARA SANEAMENTO DA BAIXA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.1. Leitura da decisão atacada revela que o juízo de piso reputou irregular o plano de equacionamento, sob a premissa de que apenas serviria à transferência do ônus de arcar com déficit do plano de previdência dos gestores responsáveis para os beneficiários.2. O repasse de parte dos custos gerados pelo déficit, por si só, não assoma como medida anômala e ilegal, mas sim como alternativa contemplada pela legislação para remediar a crise autorial enfrentada pela entidade de previdência fechada.3. Não obstante, para que tais descontos se afigurem juridicamente legítimos, deve ser comprovado pelo ente Agravante o exaurimento prévio de outros meios para o equacionamento do resultado deficitário. Tal conclusão deriva da leitura do §2º do art.21, da Lei Complementar n. 109/01, segundo o qual ''O equacionamento referido no caput poderá ser feito, dentre outras formas, por meio do aumento do valor das contribuições, instituição de contribuição adicional ou redução do valor dos benefícios a conceder, observadas as normas estabelecidas pelo órgão regulador e fiscalizador''.4. Recurso conhecido e desprovido. DECISÃO: "ACÓRDÃO, Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento nº 4001583-03.2019.8.04.0000, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas.ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem o(a) Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos para conhecer o recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto condutor da decisão.". Sessão: 26 de agosto de 2019.

Secretaria do(a) Segunda Câmara Cível , em Manaus, 29 de agosto de 2019.

Intimações

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

INTIMAÇÃO

De ordem do Exmo. Sr. **Des. Ari Jorge Moutinho da Costa** nos autos eletrônicos de **Agravo Interno Cível nº 0002093-84.2019.8.04.0000,** em que é Agravante: **Cristal Engenharia Ltda**. (Advogados: Dra. Keyth Yara Pontes Pina - OAB/AM 3.467, Andrade Gc Advogados - OAB/AM 057/97 e outros). Agravado: **Vanderson Alves do Rosario.** (Advogados: Dr. Daniel de Lima Albuquerque - OAB/AM 6.548 e Dr. João Augusto Cordeiro Ramos - OAB/AM 5.754). Ficam **às partes intimadas da DECISÃO de fls. 31/32**, exarada nos autos acima referidos na qual, "..... Destacando que a advogada subscritora daquela petição ostenta os poderes especiais pertinentes (CPC/2015, art. 105), segundo consta da procuração e do substabelecimento anexados às fls. 228/229, e que a desistência do recurso independe da anuência do recorrido (CPC/2015, art. 998**), homologo a desistência do recurso (RITJAM, art. 61, V). Intimem-se".** Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. (as) Des. Ari Jorge Moutinho da Costa - Relator.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados, Eletronicamente.

Manaus, 02 de setembro de 2019. (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Lisciotto - Secretária.

mcl.

De ordem do Exmo. Sr. Des. Ari Jorge Moutinho da Costa nos autos eletrônicos de Agravo de Instrumento nº 4001010-62.2019.8.04.0000, em que é Agravante: **Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda.** (Advogados: Pedro Câmara - Sociedade de Advogados - OAB/AM 613/2017, Dr. Pedro Câmara Júnior - OAB/AM 2.834, Dra. Isabelle Benlolo de Azevedo - OAB/AM 11.737 e outros). Agravada: **Alessandra Rosemary Belle Nunes Maroni Fernandes**. (Advogada: Dra. Anna Luiza Mendonça Biatto de Menezes - OAB/AM 5.314). Ficam **às partes intimadas da DECISÃO de fls. 160/162**, exarada nos autos acima referidos na qual, "..... Diante do exposto, caracterizada a superveniente falta de interesse e, consequentemente a perda de objeto do presente Agravo de Instrumento**, não conheço do recurso, na forma do art. 932, III, CPC/2015 c/c RITJAM, art. 61, VI. Comunique-se ao juízo a quo. Intimem-se".** Manaus/AM, 19 de agosto de 2019. (as) Des. Ari Jorge Moutinho da Costa - Relator.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados, Eletronicamente.

Manaus, 02 de setembro de 2019. (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Lisciotto - Secretária.

mcl.

De ordem do Exmo. Sr**. Des. Ari Jorge Moutinho da Costa** nos autos de eletrônicos de **Embargos de Declaração Cível nº 0001832-22.2019.8.04.0000,** em que é Embargante: **Banco Bradesco S/A.** (Advogados: Dra. Karina de Almeida Batistuci - OAB/AM 685-A, Dr. José Edgard da Cunha Bueno Filho - OAB/AM 684-A, Dra. Alessandra Cristina Mouro - OAB/SP 161.979, Dra. Rosa Oliveira de Pontes - OAB/AM 4.231 e outros). Embargado: **Pedro Seffair Bulbol.** (Advogadas: Dra. Patrícia Rejane de Brito Alves - OAB/AM 8.178 e Dra. Yasmin Condé Arrighi - OAB/RJ 211.726). Fica **o Embargante intimado** na pessoa de seus advogados Dra. Karina de Almeida Batistuci, Dr. José Edgard da Cunha Bueno Filho, Dra. Alessandra Cristina Mouro, Dra. Rosa Oliveira de Pontes e outros do DESPACHO de fls. 14, exarado nos autos acima mencionados, cujo teor é o seguinte: " O Embargado, às fls. 12/13, requereu o sobrestamento da ação, em virtude de tratar de matéria de repercussão geral ainda em desdobramento em vias autocompositivas. Em sintonia com o princípio que proíbe decisões surpreendentes (CPC/2015, art. 10), **fixo prazo de 05 (cinco) dias, para que o Embargante se manifeste a respeito do pedido de suspensão da ação, contida às fls. 12/13. Intime-se**". Manaus/AM, 20 de agosto de 2019. (as) Des. Ari Jorge Moutinho da Costa - Relator.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados, eletronicamente.

Manaus, 02 de setembro de 2019. (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Lisciotto - Secretária.

mcl.

De ordem do Exmo. Sr. **Des. Ari Jorge Moutinho da Costa** nos autos eletrônicos de **Agravo de Instrumento nº 4000196-50.2019.8.04.0000**, em que é Agravante: **Guilherme Maurício Torres Melo - representado por sua genitora Suelen Maurine Bezerra Torres.** (Advogados: Dr. Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira - OAB/AM 799-A e Dra. Beatriz de Souza Souza - OAB/AM 12.761). Agravado: **Gerard Claude Fermin de Melo.** (Advogada: Dra. Michele de Souza Derze - OAB/AM 6.418). Ficam **às partes intimadas do DESPACHO de fls. 64**, exarado nos autos acima referidos, cujo teor é o seguinte:" Em sintonia com os princípios da cooperação, do contraditório e da vedação de surpresa (CPC/2015, arts. 6.º, 9.º e 10), **fixo prazo de 15 (quinze) dias, para que as partes se manifestem a respeito da perda de objeto/falta de interesse superveniente, arguida pelo Graduado Agente Ministerial (parecer às fls. 61/63), devendo ser advertidas de que o seu silêncio será compreendido como aceitação/concordância. Intimem-se".** Manaus/AM, 21 de agosto de 2019. (as) Des. Ari Jorge Moutinho da Costa - Relator.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados, Eletronicamente.

Manaus, 02 de setembro de 2019. (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Lisciotto - Secretária.

mcl.

De ordem do Exmo. Sr. **Des. Ari Jorge Moutinho da Costa** nos autos de **Agravo de Instrumento nº 4004007-18.2019.8.04.0000,** em que é Agravante: **Banco Itaucard S/A.** (Advogados: Dra. Roberta Beatriz do Nascimento - OAB/AM 1.164-A, Dr. José Lidio Alves dos Santos - OAB/SP 156.187 e outros). Agravado: **Diego Simplício de Almeida.** Fica **o agravante intimado** na pessoa de seus advogados, Dra. Roberta Beatriz do Nascimento - OAB/AM 1.164-A, Dr. José Lidio Alves dos Santos - OAB/SP 156.187 e outros **da DECISÃO de fls. 139/142**, exarada nos autos acima mencionados na qual, ".....Com o apoio das razões acima fincadas, **dou provimento ao recurso e determino seja retirada a restrição do sistema RENAJUD (CPC/2105, art. 932, V). Comunique-se ao juízo a quo. Intime-se o agravante. Desnecessária a intimação do agravado, tendo em vista que a r. decisão impugnada fora proferida antes da sua Citação**". Manaus/AM, 21 de agosto de 2019. (as) Des. Ari Jorge Moutinho da Costa - Relator.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados, Eletronicamente.

Manaus, 02 de setembro de 2019. (as) Pollyana de Souza Bastos Lisciotto - Secretária.

mcl.

De ordem do Exmo. Sr. **Des. Ari Jorge Moutinho da Costa** nos autos eletrônicos de **Embargos de Declaração Cível nº 0005541-65.2019.8.04.0000**, em que são Embargantes: **Marvyson Darley Albuquerque Alves e Ana Beatriz da Cruz Sousa Alves**. (Advogado: Dr. Luiz Felipe Medeiros Silveira da Costa - OAB/RS 109.623). Embargada: **Cvc Brasil Operadora e Agencia de Viagens S.A.** (Advogado: Dr. Gustavo Henrique dos Santos Viseu - OAB/SP 117.417 e outros). Fica **a Embargada intimada** na pessoa de seu advogado Dr. Gustavo Henrique dos Santos Viseu e outros à **apresentar CONTRARRAZÕES aos Embargos de Declaração**, opostos pelos Embargantes Marvyson Darley Albuquerque Alves e Ana Beatriz da Cruz Sousa Alves, no prazo da Lei. Manaus/AM, 23 de agosto de 2019. (as) Des. Ari Jorge Moutinho da Costa - Relator.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados, eletronicamente.

Manaus, 02 de setembro de 2019. (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Lisciotto - Secretária.

mcl.

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

INTIMAÇÃO

De ordem do Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo - Relator nos autos Eletrônicos de **Apelação Cível nº 0645678-71.2018.8.04.0001,** em que é **Apelante: Banco Bradesco S.A.** (Advogados: Dr. Marcondes Fonseca Luniere Júnior OAB: 2.897/AM, Dr. Thales Silvestre Júnior OAB: 2.406/AM). **Apelada: Anete Carvalho da Silva.** (Advogados: Dr. Andrey Augusto B. Ramos OAB: 7.526/AM, Dr. Gustavo da Silva Grillo OAB: 7.883/AM e outros). **Ficam as partes intimadas da DECISÃO de fls. 186,** exarado nos autos acima cujo teor final é o seguinte: "...Tendo em vista que o caso dos autos não se amolda a nenhuma das hipóteses legais que autorizam a aplicação da exceção, **recebo o presente apelo em ambos efeitos.** Publique-se. À Secretaria, para providências. Manaus, 13 de agosto de 2019. (as) Des. **Wellington José de Araújo - Relator".**

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

::

Manaus, 30 de agosto de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

(Lnsc).

De ordem do Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo - Relator nos autos Eletrônicos de **Agravo de Instrumento nº 4004167-43.2019.8.04.0000,** em que é **Agravante: Maria da Graça Pinto Cardoso Participação Comercial LTDA.** (Advogados: Dra. Juliane Elizabete de Souza Maia OAB: 12.643/AM, Dra. Luna de Souza Fernandes OAB: 12.663/AM, Dr. Rafael Cândido da Silva OAB: 6.499/AM, Dr. Roosevelt Jobim Filho OAB: 3.920/AM). **Agravada: M de J Lachi Figueiredo. Fica a Agravante intimada da DECISÃO de fls. 16/18,** exarado nos autos acima referidos na qual: "...Ante o exposto, nos termos do art.1.019, I do CPC, estando presentes os requisitos autorizadores da medida, **DEFIRO o pedido de antecipação da tutela ao presente Recurso de Agravo de Instrumento, para o fim de determinar o despejo liminar da Agravada, por meio da expedição de mandado de desocupação com prazo de 15 (quinze) dias, ante as violações contratuais e legais consumadas.** Outrossim, intime-se o agravado para, querendo, oferecer contrarrazões, no prazo legal (art. 1019, I do CPC). Oficie-se, COM URGÊNCIA, ao Juízo a quo dando ciência ao efeito suspensivo ora concedido, para imediata repercussão. À Secretaria, para providências. Manaus, 28 de agosto de 2019. Des. **Wellington José de Araújo - Relator".**

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

::

Manaus, 30 de agosto de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

(Lnsc).

De ordem do Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo - Relator nos autos Eletrônicos de **Apelação Cível nº 0257115-92.2009.8.04.0001,** em que é **Apelante: Oneide Duarte de Souza.** (Advogado: Dr. Nelson José Oliveira da Silva OAB: 5.103/AM). **Apelante: Eduardo Cavalcante de Assis.** (Advogados: Dr. Patrick Portela da Silva OAB: 14.219/AM, Dr. Varcily Queiroz Barroso OAB: 2.683/AM). **Apelados: Oseas Silva de Carvalho, Jackson Wilson Leite Santana, Semírames Printes Sicsu, Eber dos Santos Sicsu. Ficam as partes intimadas da DECISÃO de fls. 349,** exarado nos autos acima cujo teor final é o seguinte: "... Tendo em vista que o caso dos autos não se amolda a nenhuma das hipóteses legais que autorizam a aplicação da exceção, **recebo o presente apelo em ambos efeitos.** Publique-se. À Secretaria, para providências. Manaus, 12 de agosto de 2019. (as) Des. **Wellington José de Araújo - Relator".**

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

::

Manaus, 30 de agosto de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

(Lnsc).

De ordem do Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo - Relator nos autos Eletrônicos de **Apelação Cível nº 0641764-04.2015.8.04.0001,** em que é **Apelante: R. P. da S., representado por sua genitora A. M. P.** (Defensoria Pública do Estado do Amazonas). **Apelado: F. B. da S. F. Ficam as partes intimadas da DECISÃO de fls. 29,** exarado nos autos acima cujo teor final é o seguinte: "...Tendo em vista que o caso dos autos não se amolda a nenhuma das hipóteses legais que autorizam a aplicação da exceção, **recebo o presente apelo em ambos efeitos.** Publique-se. À Secretaria, para providências. Manaus, 12 de agosto de 2019. (as) Des. **Wellington José de Araújo - Relator".**

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

::

Manaus, 30 de agosto de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

(Lnsc).

De ordem do Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo - Relator nos autos Eletrônicos de **Apelação Cível nº 0623955-98.2015.8.04.0001**, em que é **Apelante: E. C. R. representado por sua genitora J. C. da S. B.** (Defensor: Dr. Antônio Cavalcante de Albuquerque Júnior OAB: 2.992/AM). **Apelado: V. R. da S. Ficam as partes intimadas da DECISÃO de fls. 46,** exarado nos autos acima cujo teor final é o seguinte: "...Tendo em vista que o caso dos autos não se amolda a nenhuma das hipóteses legais que autorizam a aplicação da exceção, **recebo o presente apelo**

em ambos efeitos. Dê-se vista dos autos ao Graduado Órgão Ministerial. Publique-se. À Secretaria, para providências. Manaus, 13 de agosto de 2019. (as) Des. **Wellington José de Araújo - Relator".**

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

::::::

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

::

Manaus, 02 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

(Lnsc).

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

INTIMAÇÃO

De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira** - Relator nos autos Eletrônicos de **Apelação Cível nº0626261-74.2014.8.04.0001**, em que é Apelante: **Massa Falida do Banco Cruzeiro do Sul S.A**., sua representante **Laspro Consultores LTDA**., Advogados: Drs. Benedicto Celso Benício Júnior (A1133/AM), Sérgio Gonini Benício (195470/SP) e Taylise Catarina Rogério Seixas (1002A/AM), e **Banco Pan S.A.**, Advogados: Drs. ,Danielle Amorim Batista dos Santos (7109/AM), Feliciano Lyra Moura (21714/PE), Manoel Maria de Souza (10058/AM). Apelado: **Cleonice Araujo da Silva**, Advogado: Dr. Fábio Antônio de Souza Segundo (7966/AM). **Ficam as partes intimadas do Despacho de fl.722**, exarado nos autos acima cujo teor final é o seguinte: "Recebo a apelação nos seus efeitos devolutivo e suspensivo. Abra-se vista ao Graduado Órgão Ministerial, nos termos do art. 178 do Código de Processo Civil. À Secretaria para providências. Manaus/AM, 14 de agosto de 2019." Des. Domingos Jorge Chalub Pereira - Relator(a).

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 2 de Setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

LCL

De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira** - Relator nos autos Eletrônicos de **Apelação Cível nº 0601395-26.2019.8.04.0001**, em que é Apelante: **O Estado do Amazonas**, Procurador: Dr. Vitor Barbosa de Oliveira (8285/TO e 14179/AM). Apelado: **Belmar Paz Rodrigues**, Advogado: Dr. Brendo de Castro Martins (13009/AM). **Fica o Apelado intimado do Despacho de fl.197**, exarado nos autos acima referidos na qual o teor final é o seguinte: "Recebo a apelação nos seus efeitos devolutivo e suspensivo. Abra-se vista ao Graduado Órgão Ministerial, nos termos do art. 178 do Código de Processo Civil. À Secretaria para providências. Manaus/AM, 14 de agosto de 2019". Des. Domingos Jorge Chalub Pereira - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 2 de Setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

LCL

De ordem do **Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo** - Relator nos autos Eletrônicos de **Apelação Cível nº0715877-31.2012.8.04.0001**, em que é Apelante: **Carlos Jorge Cury Mansilla,** Advogados: Drs. Luciana Vieira da Rosa Siqueira (120373/RJ), Lymark Kamaroff (109192/RJ) e Marcelo Gonzaga Carvalho (5432/AM)). Apelado: **Yara Glaucia Vieira Aguiar,** Advogados: Drs. Alline Jéssica Ribeiro Cruz Campos Vieira (7443/AM) e Sergio Ricardo Mota Cruz (3495/AM)). **Ficam as partes intimadas da Decisão de fl.436**, exarada nos autos acima cujo teor final é o seguinte: "Tendo em vista que o caso dos autos não se amolda a nenhuma das hipóteses legais que autorizam a aplicação da exceção, recebo o presente apelo em ambos efeitos. Dê-se vista dos autos ao Graduado Órgão Ministerial. Publique-se. À Secretaria, para providências. Manaus/AM, 12 de agosto de 2019. " Des. Wellington José de Araújo - Relator.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 2 de Setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

LCL

De ordem do **Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo** - Relator nos autos Eletrônicos de **Apelação Cível nº0602640-14.2015.8.04.0001**, em que é Apelante: **Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/A)**, Advogados: Drs. Guilherme Vilela de Paula (1010A/AM e 69306/MG), Isabela Montuori Bougleux de Araujo (1069/AM) e Leandro Fernandes Carlos Gomes (133221/MG)). Apelado: **João Carlos Lima**. **Ficam as partes intimadas da Decisão de fl.83**, exarada nos autos acima cujo teor final é o seguinte, "Tendo em vista que o caso dos autos não se amolda a nenhuma das hipóteses legais que autorizam a aplicação da exceção, recebo o presente apelo em ambos efeitos. Publique-se. À Secretaria, para providências. Manaus/AM, 13 de agosto de 2019". Des. Wellington José de Araújo - Relator.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 2 de Setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

LCL

De ordem do **Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo** - Relator nos autos Eletrônicos de **Apelação Cível nº0621389-11.2017.8.04.0001**, em que é Apelante/Apelado: **O Estado do Amazonas**, Procurador: Dr. Janilson da Costa Barros (13152/AM). Apelado/Apelante: **Margarete Soares de Farias Azevedo**, Advogados: Drs. Agenor Correa Graca Junior (10375/AM), Marcia Lucia Turiel Hagge (7681/AM) e Tamile de Paula Amanajás (8185/AM)). **Ficam as partes intimadas da DECISÃO de fl.256**, exarada nos autos acima cujo teor final é o seguinte: "Tendo em vista que o caso dos autos não se amolda a nenhuma das hipóteses legais que autorizam a aplicação da exceção, recebo o presente apelo em ambos efeitos. Dê-se vista dos autos ao Graduado Órgão Ministerial. Publique-se.À Secretaria, para providências. Manaus/AM, 13 de agosto de 2019". Des. Wellington José de Araújo - Relator.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 2 de Setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

LCL

Julgamento Virtual

Segunda Câmara Cível
Julgamento Virtual

De ordem da Presidente da Egrégia Segunda Câmara Cível, Exma. Sra. **Desa. Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura**, faço público que, após cumpridas as formalidades legais os seguintes processos serão julgados virtualmente. Intimo as partes, na pessoa de seus advogados, para que se manifestem, no prazo de cinco (05) dias úteis, de acordo com a Emenda Regimental Nº 001/2018, sobre eventual interesse no julgamento presencial do recurso. Não havendo manifestação os autos serão incluidos automaticamente para Julgamento Virtual.

Exmo. Sr. Des. **Wellington José de Araújo**

Apelação Cível nº 0610198-37.2015.8.04.0001
Origem: 9ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Maria Eunice Torres do Nascimento
Apelante:Eliseu do Nascimento Freire
Advogada:Dra. Àlefe Jemina Matos Monzambite (9584/AM)
Apelado:Consórcio Nacional Volkswagen - Adm. de Consórcio Ltda
Advogados:Drs. Andréa Cristina da Costa Le Sueur (6161/AM), Annie Mara Arruda de Sá e Brito (6286/AM), João Francisco Alves Rosa (1223A/AM e 17023/BA) e Marco Lanes (41977/BA) e outros.
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Wellington José de Araújo

Apelação Cível nº 0630960-74.2015.8.04.0001

Origem: Vara Especializada da Dívida Ativa Estadual
Juiz Prolator: Marco Antonio Pinto da Costa
Apelante:Big Trading e Empreendimentos Ltda
Advogado:Dr. Luis Eduardo Pessoa Pinto (11565/CE)
Apelado:O Estado do Amazonas
Procuradora:Dra. Adriane Simões Assayag Ribeiro (2531/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Wellington José de Araújo

Apelação Cível nº 0644178-67.2018.8.04.0001
Origem: 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Simone Laurent de Figueiredo
Apelante:Carlos Alberto Pereira de Souza Junior
Defensor:Dr. José Ivan Benaion Cardoso (1657/AM)
Apelado:Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda.
Advogados:Drs. José Lídio Alves dos Santos (1163A/AM) e Roberta Beatriz do Nascimento (1164A/AM).
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Wellington José de Araújo

Apelação Cível nº 0717531-53.2012.8.04.0001
Origem: 12ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Francico Carlos G. de Queiroz
Apelantes:Api Spe 15 - Planejamento e Desenvolvimento de Empreendimentos Imobiliários Ltda, Abyara Planejamento Imobiliário S/A, Agre Empreendimentos Imobiliários S/A e PDG Realty de Empreendimentos e Participações S/A
Advogado:Dr. Fábio Rivelli (1119A/AM)
Apelado:Lídia Serejo Ramos
Advogados:Drs. Ana Cláudia Castro de Holanda Oliveira (4405/AM), Fabrício Guerra Furtado (346A/AM) e Marcellus de Magalhães Cordeiro Junior (7085/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Wellington José de Araújo

Apelação Cível nº 0036440-68.2004.8.04.0001
Origem: 5ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: José Renier da Silva Guimarães
Apelante:Construtora Capital S/A
Advogada:Dra. Keyth Yara Pontes Pina (3467/AM), Andrade GC Advogados (OAB/AM 057/97) e outros.
Apelado:Luiz Henrique dos Santos Albuquerque
Advogados:Drs. Adriana Lo Presti Mendonça (3139/AM) e Antonio Fabio B. de Mendonça (2275/AM) e outro
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Wellington José de Araújo

Apelação Cível nº 0219789-98.2009.8.04.0001
Origem: 4ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Paulo Fernando de Britto Feitoza
Apelante:Ministério Público do Estado do Amazonas
Promotor:Dr. Edilson Queiroz Martins
1ºApelados:Atônio Godofredo Negrão das Merces, João de oliveira Pires, Luiz Carlos Afonso, Relder da Silva Alexandre, Sheila Josete Monteiro de Almeida, Silvio Cristiano Pereira de Solza, Tancredo Garces Euzébio de Andrade.
2ºApelados:Jeffeson do Nascimento Veras, Terezinha de Jesus Marques de Queiroz e outros.
Advogado:Dr. Marcos Jânio da Silva Costa (OAB 6.317/AM).
3º Apelado:Braz Duarte de Andrade e outro.
Advogados:Dr. João Marcos Pozzeti (OAB 6.160/AM)
4º Apelados:Raul Armonia Zaidan, Ângelo Alberto Jacobe de Carvalho e outro.
Advogados:Dr. Wilson Peçanha Neto OAB 4.630/AM, Dr. Guarter Moraes dos Reis OAB 8.804/AM e outros.
5ºApelados:Caudio Ricardo Souza Santos.
Advogados:Drs. José Edair de Souza Martins OAB 1.822/AM, Amanda
Lima Martins OAB 2.487/AM e outros.
6ºApelada: Eliana Rodrigues Ribeiro.
Advogados: Dr. Edson Cunha do Nascimento OAB: 5.024/AM, Dr. José Antônio Passos de Oliveira OAB: 2.226/AM.
7ºApelada:Karin Valeska Pinheiro de Freitas
Advogado:Dr. Elson Rodrigues de Andrade Filho OAB 5.753/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Wellington José de Araújo

Apelação Cível nº 0234520-89.2015.8.04.0001
Origem: 13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Victor André Liuzzi Gomes
Apelante:Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social
Advogados:Drs. Carlos Roberto Siqueira Castro (671A/AM), Marcelo da Silva Carlos (7366/AM) e outros
Apelado:Sérgio Cesário Nunes
Advogada:Dra. Ana Virginia Arakian Izael (3701/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Wellington José de Araújo

Apelação Cível nº 0257865-60.2010.8.04.0001
Origem: 1ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Joana dos Santos Meireles
Apelante:Universidade Gama Filho,
Advogados:Drs. Andréa Marques Teles de Souza (3283/AM), Douglas Pedrosa de Andrade (131930/RJ) e outros.
Apelante:Centro Educacional Tecnológico Brasileiro - CETEB (POSEAD)
Advogados: Drs. José Romeu Garcia do Amaral (OAB/AM 183/567), Natália Farias de Carvalho (OAB/DF 35.601) e outro
Apelada:Joyce Coelho Viana
Advogados:Drs. Ananias Ribeiro de Oliveira Júnior (1628/AM), Eduardo David Barbosa Guimarães (OAB/AM 7684) e outros.
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Wellington José de Araújo

Apelação Cível nº 0265272-83.2011.8.04.0001
Origem: 18ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Kathleen dos Santos Gomes
Apelante:Roberto de Almeida Barreto
Advogado:Dr. Marcelo Furukawa Maia (4527/AM) e outros
Apelado:Djalma de Souza Castelo Branco
Advogados:Drs. Gunther Aquiles Marques Paz (7296/AM), Thatiana Castelo Branco (5715/AM) e outros.
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Wellington José de Araújo

Apelação Cível nº 0600463-43.2016.8.04.0001
Origem: 9ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Maria Eunice Torres do Nascimento
Apelante:Massa Falida Banco Cruzeiro do Sul S/A
Advogado:Dr. Oreste Nestor de Souza Laspro (98628/SP)
Apelado:Graciene Serrao dos Santos
Advogado:Dr. Jefferson Cristophe de Lima Botelho (4315/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Wellington José de Araújo

Apelação Cível nº 0603608-10.2016.8.04.0001
Origem: 5ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Cezar Luiz Bandiera
Apelante/Apelada:Maria do Socorro Sena de Souza
Advogados:Drs. Loren Amorim Gomes (7553/AM), Paulo Dias Gomes (2337/AM) e outros.
Apelante/Apelado:Millenium Locadora Ltda.
Advogados:Drs. Paulo Felipe Santos Magalhães (11367/AM) e Paulo Sérgio Guimarães de Oliveira (OAB/AM 8196).
Apelante/Apelado:O Município de Manaus
Procuradora:Dra. Ladyane Serafim Pereira
Apelado:Hdi Seguros S/A
Advogado:Dr. Trajano Bastos de Oliveira Neto Friedrich (A964/AM) e Luis Eduardo Pereira Sanches (39162/PR).
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Wellington José de Araújo

Apelação Cível nº 0604971-66.2015.8.04.0001
Origem: 20ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro

Apelante:INSS - Instituto Nacional de Seguro Social
Procurador:Dr. Cassiano Cardoso Calandrelli (371064/SP)
Apelado:Ozanildo Rodrigues Gusmao
Defensor:Dr. Gustavo Linhares Rodrigues (31361/BA)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Wellington José de Araújo

Apelação Cível nº 0608594-75.2014.8.04.0001
Origem: 15ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Ida Maria Costa de Andrade
Apelante:Banco Bradesco S.a.
Advogados:Dr. Mauro Paulo Galera Mari (877A/AM)
Apelado:Mahmoud Khalil Hmoud Filho
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Wellington José de Araújo

Apelação Cível nº 0628884-43.2016.8.04.0001
Origem: Vara da Auditoria Militar
Juiz Prolator: Alcides Carvalho Vieira Filho
Apelante:O Estado do Amazonas
Procuradora:Dra. Clara Maria Lindoso e Lima (2602/AM)
Apelado:José Roberto da Silva Souto
Advogado:Dr. Frederico Gustavo Távora (6462/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Wellington José de Araújo

Exmo. Sr. Des. Elci Simões de Oliveira

Apelação Cível nº 0001675-29.2014.8.04.7500
Origem: 1ª Vara de Tefé
Juiz Prolator: Cid Veiga Soares Junior
Apelante:Raimunda Ferreira dos Santos
Advogados:Drs. Alice Vieira Nunes (7323/AM), Henrique França Silva (7307/AM) e Jorge Martinho (5273/AM)
Apelado:O Município de Tefe
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Elci Simões de Oliveira

Apelação Cível nº 0602630-67.2015.8.04.0001
Origem: 4ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Naira Neila Batista de Oliveira Norte
Apelante:Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a)
Advogados:Drs. Guilherme Vilela de Paula (1010A/AM), Isabela Montuori Bougleux de Araújo (1069A/AM), Luis Phillip de Lana Foureaux (1011A/AM) e oturos.
Apelado:Ivanildo Pereira Alves
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Elci Simões de Oliveira

Apelação Cível nº 0605432-67.2017.8.04.0001
Origem: 6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Diógenes Vidal Pessoa Neto
Apelante:Banco Bmg S/A
Advogado:Dr. Antônio de Moraes Dourado Neto (23255/PE)
Apelado:Austonio Queiroz dos Santos
Advogado:Drs. Luis Albert dos Santos Oliveira (8251/AM) e Melquisedec Freitas Pantoja (10412/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Elci Simões de Oliveira

Apelação Cível nº 0607390-59.2015.8.04.0001
Origem: 14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Francisco Carlos G. de Queiroz
Apelante:Banco Bradesco S.A.
Advogado:Dr. Edson Rosas Junior (1910/AM)
Apelado:Emerson Rocha de Santiago
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Elci Simões de Oliveira

Apelação Cível nº 0613304-02.2018.8.04.0001
Origem: 15ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Ida Maria Costa de Andrade
Apelante:Banco Bmg S/A
Advogados:Drs. Marina Bastos da Porciuncula Benghi (983A/PE), Tiago Carneiro Lima (OAB/PE 10422) e oturos
Apelado:Marlúcia Quadros Silva
Advogado:Drs. Penelope A. Antony Lira (7357/AM) e Yonete Melo das Chagas (8827/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Elci Simões de Oliveira

Apelação Cível nº 0618291-81.2018.8.04.0001
Origem: 8ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Áldrin Henrique de Castro Rodrigues
Apelante:Banco do Brasil S/A
Advogados:Drs. Rafael Sganzerla Durand (211648/SP) e(737/AM), Nelson Wilian Fratoni Rodrigues (OAB/AM 598A/AM) e outros
Apelado:Jose Baptista Vidal Pessoa
Advogado:Dr. José Francisco Lima Pessoa (1897/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Elci Simões de Oliveira

Apelação Cível nº 0629352-36.2018.8.04.0001
Origem: 13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Victor André Liuzzi Gomes
Apelante:Banco Bmg S/A
Advogados:Drs. Antonio de Moraes Dourado Neto (23255/PE) e Hugo Neves de Morães Andrade (23798/PE)
Apelado:Bruno Rodrigues Pinto
Advogado:Dr. Anderson Santos da Silva (12015/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Elci Simões de Oliveira

Apelação Cível nº 0631062-28.2017.8.04.0001
Origem: 2ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Roberto Santos Taketomi
Apelante:Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado:Dr. Wilson Sales Belchior (17314/CE)
Apelado:Jorge Alberto Vasconcelos
Advogado:Dr. Jean Carlos de Araujo Assante (9215/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Elci Simões de Oliveira

Apelação Cível nº 0638552-09.2014.8.04.0001
Origem: 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Simone Laurent de Figueiredo
Apelante:CCB BRASIL - Banco Múltiplo S/A (antigo - Bic - Banco Industrial e Comercial S/A).
Advogados:Drs. Fernando Denis Martins (182424/SP), Willian Carmona Maya (257198/SP) e outros.
Apelado:Laboratório de Análises Clínicas Braz S/s Ltda
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Elci Simões de Oliveira

Apelação Cível nº 0649079-78.2018.8.04.0001
Origem: 9ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Maria Eunice Torres do Nascimento
Apelante:Banco Bradesco Financiamentos S/A
Advogada:Dra. Rosângela da Rosa Corrêa (A921AM)
Apelado:Orismar Jose de Melo
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Elci Simões de Oliveira

Apelação Cível nº 0002057-42.2019.8.04.0000
Origem: Vara Única de Presidente Figueiredo
Juiz Prolator: Roger Luiz Paz de Almeida
Apelante:Iracema Empreendimentos Turisticos e Empresariais Ltda- EPP
Advogada:Dra. Lenira da Rocha e Silva Pessoa (4326/AM)
Apelada:Maria Betânia Rêgo Nunes
Advogado:Dr. Alan Carlos Amaral Gomes de Albuquerque (8344/AM) e outro

Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Elci Simões de Oliveira

Apelação Cível nº 0604142-17.2017.8.04.0001
Origem: 4ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Paulo Fernando de Britto Feitoza
Apelante:O Município de Manaus
Procuradora:Dra. Aldenaira Paula de Freitas (21/91)
Apelado:Alfredo Monteiro Maia
Advogado:Dr. Angelito Evangelista Queiroz (2966/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Elci Simões de Oliveira

Apelação Cível nº 0614552-37.2017.8.04.0001
Origem: 2ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Roberto Santos Taketomi
Apelante:Ser Educacional - Centro Universitário Maurício de Nassau
Advogado:Dr. Ricardo Carvalho Paixão (3742/AM) e outros
Apelado:Carlos Sneider Fernandes da Silva Santos
Advogado:Dr. Melquisedec Freitas Pantoja (10412/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Elci Simões de Oliveira

Apelação Cível nº 0636041-72.2013.8.04.0001
Origem: 1ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Joana dos Santos Meirelles
Apelante:Necias Barata da Silva
Advogado:Dr. Wilson Molina Porto (805A/AM) e outros
Apelado:INSS - Instituto Nacional do Seguro Social
Procuradora:Dra. Fernanda Meyge de Brito (35105/BA)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Elci Simões de Oliveira

Apelação Cível nº 0638148-16.2018.8.04.0001
Origem: 20ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Roberto Hermidas de Aragão Filho
Apelante/Apelado:Pedro de Sa Dias
Advogados:Drs. Luis Albert dos Santos Oliveira (8251/AM) e Adriana Oliveira de Azevedo (OAB/AM 3555)
Apelante/Apelado:Banco Bmg S/A
Advogados:Drs. Marina Bastos da Porciuncula Benghi (983A/PE), Tiago Carneiro Lima (OAB/AM 10422) e outros.
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Elci Simões de Oliveira

Apelação Cível nº 0712871-16.2012.8.04.0001
Origem: 6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Diógenes Vidal Pessoa Neto
Apelante:Zeonélia Cardoso Neta
Advogados:Drs. Ernesto Alves de Sousa (401A/AM) e Ernesto Alves de Sousa Junior (12864/AM).
Apelados:Hospital São Lucas - Samesp - Sociedade de Assistência Médica Especializada e Hapvida Assistência Médica Ltda
Advogados:Drs. Fabianne Ribeiro Halinski (7059/AM), Tassyane Meirino Gomes (5563/AM), Ana Clara Soares Ladeira (7289/AM)e outros.
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Elci Simões de Oliveira

Exma. Sra. Desa. Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

Agravo de Instrumento nº 0000304-60.2013.8.04.0000
Origem: 12ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Agravante:Verbatim Ltd S/A (Vltd), Verbatim Corporation (Verbatim)
Advogados:Drs. Átila de Oliverra Denys (3312/AM), Diógenes Mendes Gonçalves Neto (139120/SP), Eider Avelino Silva (256647/SP) e Rayane Cristina Carvalho Lins (4544/AM) e outros.
Agravada:Verbatim do Amazonas Industrial Ltda (Vda)
Advogado:César Augusto Gomes Monterio (9696/AM), José Augusto Celestino de Oliveira Gomes (3597/AM) e outros
Relatora:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

---

Agravo de Instrumento nº 4001229-75.2019.8.04.0000
Origem: 15ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Agravante:Unimed Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda.
Advogados:Drs. Elaise Moss Portela (7689/AM), Isabelle Benlolo de Azevedo (11737/AM), Pedro Câmara Junior (2834/AM) e Pedro Câmara-Sociedade de Advogados (OAB/AM 613/2017).
Agravado:Maria de Lourdes Rodrigues da Silva
Advogado:Dr. Bartolomeu Ferreira de Azevedo Júnior (4334/AM)
Relatora:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

---

Agravo de Instrumento nº 4001275-64.2019.8.04.0000
Origem: 12ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Agravante:Hapvida Assistencia Medica Ltda
Advogados:Drs. Fabianne Ribeiro Halinski (7059/AM), Igor Macedo Facó (16470/CE) e outros.
Agravado:Benjamim Uchoa de Carvalho
Advogado:Dr. Lauro Domingos Santos de Carvalho (4379/AM)
Relatora:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

---

Agravo de Instrumento nº 4001802-16.2019.8.04.0000
Origem: 10ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Rogério José da Costa Vieira
Agravante:Banco Bmg S/A
Advogados:Drs. Antônio de Moraes Dourado Neto (23255/PE) e Urbano Vitalino Advogados (313/PE)
Agravada:Andreza Ribeiro Dantas Lopes
Advogado:Dr. Francisco Carlos Nunes de Oliveira (10057/AM)
Relatora:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

---

Agravo de Instrumento nº 4002971-38.2019.8.04.0000
Origem: 8ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Agravante:Cooperativa dos Permissionários Associados em transportes Alternativos e Fretamentos Urbanos de Manaus - COOPATAM
Advogados:Dr. Ikaro Pereira Amore (6350/AM)
Agravado:Sebastião Ipojucan Aimoré Gomes dos Reis
Advogado:Dr. José Roberto Lopes Caúla (8151/AM)
Relatora:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

---

Agravo de Instrumento nº 4006239-37.2018.8.04.0000
Origem: 2ª Vara da Fazenda Pública
Agravante:Arlete Queiroz Olímpio
Defensora:Dra. Caroline Pereira de Souza (9052/AM)
Agravado:Estado do Amazonas
Procuradora:Dra. Virgínia Nunes Bess
Relatora:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

---

Apelação Cível nº 0604060-54.2015.8.04.0001
Origem: 3ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Etelvina Lobo Braga
Apelante:Elisa Brosina de Leon
Advogados:Drs. Carlos Daniel Rangel Barretto Segundo (5035/AM), Eduardo Bonates de Lima (5076/AM) e outros.
Apelado:O Estado do Amazonas
Procuradora:Dra. Ingrid Khamylla Monteiro Ximenes de Sousa (3629/AM)

Apelado:Universidade do Estado do Amazonas – UEA
Advogado:Dr. Etã Pereira Castelo Branco (6550/AM) e oturos
Relatora:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

---

Apelação Cível nº 0608770-15.2018.8.04.0001
Origem: 6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Diógenes Vidal Pessoa Neto
Apelante:Condomínio Smille Village Cidade Nova
Advogados:Drs. Cláudia Sulzbach Portella de Macêdo (9886/AM), Marco Antônio Portella de Macedo e Nilcilene Pereira Cavalcante (9834/AM)
Apelado:Patri Urbis 02 Empreendimentos Imobiliários Ltda. (patrimonio)
Advogado:Drs. Keyth Yara Pontes Pina (OAB/AM 3467), Andrade GC Advogados (OAB/AM 057/97) e outros.
Relatora:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

---

Apelação Cível nº 0611465-05.2019.8.04.0001
Origem: 2ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Roberto Santos Taketomi
Apelante:Walda de Oliveira Rocha
Advogado:Dr. Luis Albert dos Santos Oliveira (8251/AM)
Apelado:Banco Bmg S/A
Advogado:Drs. Hendrya Karnopp Albuquerque (4018/AM) e Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (4732/AM).
Relatora:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

---

Apelação Cível nº 0611710-50.2018.8.04.0001
Origem: 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Simone Laurent de Figueiredo
Apelante:Jorge Francisco de Assis Mendonça
Defensor:Dr. José Ivan Benaion Cardoso (1657/AM)
Apelada:Michelle Pereira Cruz
Advogada:Dra. Michelle Pereira Cruz (7072/AM)
Relatora:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

---

Apelação Cível nº 0614374-54.2018.8.04.0001
Origem: 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Apelante: Manuel Amaro Lima
Agravante:Inss - Instituto Nacional do Seguro Social
Procurador:Dr. Fabrício Perrotta da Silva (165909/RJ)
Apelado:Tatiana Holanda Vinagre
Advogado:Dr. Wilson Molina Porto (805A/AM)
Relatora:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

---

Apelação Cível nº 0621801-39.2017.8.04.0001
Origem: 18ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Kathleen dos Santos Gomes
Apelante:Maria do Socorro Guilherme da Cunha
Advogados:Drs. Polyne Maressa da Mota Lopes (13523/AM) e Wallison Daniel Dias Oliveira (8932/AM)
Apelado:Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado:Dr. Wilson Sales Belchior (11099AM/)
Relatora:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

---

Apelação Cível nº 0624789-33.2017.8.04.0001
Origem: 1ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Dr. Ronnie Frank T. Stone
Apelante/Apelado:O Estado do Amazonas
Procuradora:Dra. Indra Mara Bessa
Apelante/Apelado:Eduardo Garcia Mangabeira da Silva.
Defensora:Dra. Caroline Pereira de Souza (9052/AM).
Relatora:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

---

Apelação Cível nº 0625390-39.2017.8.04.0001
Origem: 3ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Etelvina Lobo Braga
Apelante:Tarcimara Camardella Almeida
Advogados:Drs. Amanda Katherine Ribeiro de Oliveira (9978/AM) e Lucas Cezar José Figueiredo Bandiera
Apelado:O Estado do Amazonas
Procuradora:Dra. Luciana Barroso de Freitas (5144/AM)
Relatora:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

---

Apelação Cível nº 0628917-67.2015.8.04.0001
Origem: Vara de Registros Públicos e Usucapião
Juiz Prolator: Cid da Veiga Soares Junior
Apelantes:Liang Lien Ing e Wang Chen Hsiu Chine
Advogados:Drs. Barbara Carvalho Ipiranga (11424/AM), Douglas Rui Pessoa Reis Aguiar (11441/AM), Luis Felipe Avelino Medina (6100/AM) e Pedro de Araújo Ribeiro (6935/AM)
1ºApelado:H. R. Restaurante Ltda. – ME
Advogados:Drs. Hamilton Novo Lucena Junior (5488/AM), Bartolomeu Ferreira de Azevedo Júnior (4334/AM), Saulo Moysés Rezende da Costa (7300/AM) e oturos
2ºApelados:Espólio de Hsieh Chen Yun, Espólio de Maria José Silva de Melo representados por Rafael Chang Silva Hsieh.
Advogada:Dra. Suziane Santos de Alencar (7071/AM)
Relatora:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

---

Apelação Cível nº 0631426-05.2014.8.04.0001
Origem: 8ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Áldrin Henrique de Castro Rodrigues
Apelante:Francimar Gama da Silva
Advogados:Drs. Polyne Maressa da Mota Lopes (13523/AM) e Wallison Daniel Dias Oliveira (8932/AM)
Apelado:Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda
Advogados:Drs. Caio Patrick Coelho Silva Andrade (13408/AM), Isabelle Benlolo de Azevedo (11737/AM) e outros
Relatora:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

---

Apelação Cível nº 0642902-98.2018.8.04.0001
Origem: 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Simone Laurent de Figueiredo
Apelante:Banco Santander S.a.
Advogado:Dr. Marco André Honda Flores (6171/MS)
Apelado:Nosso Show Gestão de Eventos (Pump Formaturas)
Advogados:Drs. Cassiano Castro Ribeiro (10586/AM) e Marcos Antônio Luna (10880/AM).
Relatora:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

---

Embargos de Declaração Cível nº 0003656-16.2019.8.04.0000
Origem: 3ª Vara da Fazenda Pública
Embargante:O Estado do Amazonas
Procuradora:Dra. Maria Hosana Machado de Souza (2333/AM)
Embargado:André Peixoto Cardoso
Advogado:Drs. Antonio José Tavares Barbosa (10068/AM), Gamal Swami de Abreu (9106/AM) e Margide Amaro de Souza (10380/AM)
Relatora:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

Embargos de Declaração Cível nº 0003803-42.2019.8.04.0000
Origem: 2ª Vara da Fazenda Pública
Embargante:Universidade do Estado do Amazonas - Uea
Procuradora:Dra. Luciana Elvas Pinheiro (5657/AM)
Embargado:Lizete Amazonas da Silva
Advogados:Drs. Armando de Souza Negrão (1982/AM) e Ingo Deter Pietzsch (6337/AM).
Relatora:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

---

Embargos de Declaração Cível nº 0005230-74.2019.8.04.0000
Origem: Vara da Auditoria Militar
Embargante:O Estado do Amazonas
Procuradora:Dra. Luciana Barroso de Freitas (OAB/AM 5144)
Embargado:Fabio Vieira Pereira
Advogado:Dr. Frederico Gustavo Távora (6462/AM)
Relatora:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

Manaus, 02 de setembro de 2019

TERCEIRA CÂMARA CÍVEL

Conclusões de Acórdãos

Conclusão de Acórdãos

Processo: 0000053-32.2019.8.04.0000 - Agravo Interno Cível, Vara Especializada do Meio Ambiente
Agravante: O Estado do Amazonas
Procurador: Diogo Diniz Ferreira de Carvalho (OAB: 1273A/AM)
Agravado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau
Promotor: Aguinelo Balbi Junior
Relator: Des. Airton Luís Corrêa Gentil.
Membros: Des. Aristóteles Lima Thury e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha
EMENTA: AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO POR AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. ART. 1.015 DO CPC/2015. ROL TAXATIVO. 1. O Agravo de Instrumento foi interposto contra decisão de declínio de competência e o referido ato judicial não se amolda ao rol do art. 1.015 do CPC/2015. 2. Dessa maneira, foi negado conhecimento ao agravo de instrumento interposto haja vista a ausência de previsão legal, portanto, não merece reparos a decisão que deixou de conhecer do recurso. . DECISÃO: "EMENTA: AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO POR AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. ART. 1.015 DO CPC/2015. ROL TAXATIVO. 1. O Agravo de Instrumento foi interposto contra decisão de declínio de competência e o referido ato judicial não se amolda ao rol do art. 1.015 do CPC/2015. 2. Dessa maneira, foi negado conhecimento ao agravo de instrumento interposto haja vista a ausência de previsão legal, portanto, não merece reparos a decisão que deixou de conhecer do recurso. 3. Recurso conhecido e desprovido. ACÓRDÃO. Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo Interno Cível nº 0000053-32.2019.8.04.0000, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a a Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer e desprover do recurso de Agravo Interno, nos termos do voto do desembargador relator. Sala das Sesões, Manaus, 23 de agosto de 2019. Desembargadora Nélia Caminha Jorge. Presidente. Desembargador Airton Luís Corêa Gentil. Relator".

Processo: 0000235-37.2014.8.04.3801 - Apelação Cível, 1ª Vara de Coari
Apelante: Municipio de Coari/AM
Procurador: Laura Macedo Coelho (OAB: 11723/AM)
Procurador: Bruno Gomes Pires (OAB: 7640/AM)
Procurador: Luciana Caxeixa Alfaia (OAB: 7226/AM)
Apelado: Dulcineia Gonçalves de Vasquez- Me
Advogado: Luiz Otavio de Verçosa Chã (OAB: 910A/AM)
Relator: Des. Airton Luís Corrêa Gentil.
Membros: Des. Aristóteles Lima Thury e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha
EMENTA: APELAÇÃO CIVIL. PROCESSO CIVIL. PRELIMINAR DE INTEMPESTIVIDADE. AFASTADA. AÇÃO DE COBRANÇA. FAZENDA PÚBLICA. CONDENAÇÃO EM CUSTAS POSSIBILIDADE. ADIANTAMENTO DE DESPESAS PELA PARTE CONTRÁRIA. SENTENÇA MANTIDA. 1. Afasta-se a intempestividade, eis que o presente recurso foi interposto no prazo legal.2. A Fazenda Pública não está sujeita ao pagamento de custas, senão quando vencida, quando deverá ressarcir ao final o valor das despesas feitas pela parte contrária, hipótese dos autos. Portanto, a manutenção do julgado é medida que se impõe.3. Recurso conhecido e não provido.ACÓRDÃO.. DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO CIVIL. PROCESSO CIVIL. PRELIMINAR DE INTEMPESTIVIDADE. AFASTADA. AÇÃO DE COBRANÇA. FAZENDA PÚBLICA. CONDENAÇÃO EM CUSTAS POSSIBILIDADE. ADIANTAMENTO DE DESPESAS PELA PARTE CONTRÁRIA. SENTENÇA MANTIDA. 1. Afasta-se a intempestividade, eis que o presente recurso foi interposto no prazo legal. 2. A Fazenda Pública não está sujeita ao pagamento de custas, senão quando vencida, quando deverá ressarcir ao final o valor das despesas feitas pela parte contrária, hipótese dos autos. Portanto, a manutenção do julgado é medida que se impõe. 3. Recurso conhecido e não provido. ACÓRDÃO. Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0000235-37.2014.8.04.3801, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Egrégia Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer e desprover do recurso de apelação, nos termos do voto do desembargador relator.".

Processo: 0000477-96.2014.8.04.3800 - Apelação Cível, 1ª Vara de Coari
Apelante: Mussa Abrahim Neto
Advogado: Edmilson das Neves Guerra (OAB: 848/AM)
Apelado: Municipio de Coari/AM
Procurador: Laura Macedo Coelho (OAB: 11723/AM)
Relator: Des. Airton Luís Corrêa Gentil.
Membros: Des. Aristóteles Lima Thury e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha
EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO INTERPOSTOS NA INSTÂNCIA PRIMEVA NÃO CONHECIDOS. NÃO INTERRUPÇÃO DO PRAZO. APELAÇÃO INTEMPESTIVA. 1. Não sendo conhecidos os embargos de declaração, conforme jurisprudência do STJ, não há interrupção do prazo para a interposição dos demais recursos cabíveis;2. Intempestividade manifesta do recurso de apelação interposto;3. Recurso não conhecido.. DECISÃO: "EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO INTERPOSTOS NA INSTÂNCIA PRIMEVA NÃO CONHECIDOS. NÃO INTERRUPÇÃO DO PRAZO. APELAÇÃO INTEMPESTIVA. 1. Não sendo conhecidos os embargos de declaração, conforme jurisprudência do STJ, não há interrupção do prazo para a interposição dos demais recursos cabíveis; 2. Intempestividade manifesta do recurso de apelação interposto; 3. Recurso não conhecido. ACÓRDÃO. Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0000477-96.2014.8.04.3800, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Egrégia Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em não conhecer Apelação, nos termos do voto do desembargador relator.".

Processo: 0001638-22.2019.8.04.0000 - Agravo Interno Cível, 14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Agravante: Brasilprev Seguros e Previdência S/A

Advogada: Priscilla Akemi Oshiro (OAB: 304931/SP)

Advogada: Keila Christian Zanatta Manangão Rodrigues (OAB: 84676/RJ)

Advogada: Keila Christian Zanatta Manangão Rodrigues (OAB: 327408/SP)

Agravada: Adriana Montenegro Alfaia

Advogado: Caio Kanawati Soares (OAB: 10104/AM)

Procurador de Justiça: Exmo. Sr. Dr. Pedro Bezerra Filho

Relator: Des. Airton Luís Corrêa Gentil.

Membros: Des. Aristóteles Lima Thury e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA. CONCESSÃO NA PRIMEIRA INSTÂNCIA. REQUISITOS AUTORIZADORES DA MEDIDA. PRESENTES. ART.300 DO CPC. DECISÃO MANTIDA. 1. Conforme dispõe o art.300 do CPC, para a concessão da tutela antecipada de urgência, a parte deve demonstrar de forma inequívoca a probabilidade do direito pretendido e o perigo de dano.2.Existindo nos autos elementos suficientes a comprovar a probabilidade do direito alegado e que sem a medida a ora agravada possa sofrer risco de dano irreparável, deve ser deferida a tutela requerida, razão pela qual a manutenção da decisão na origem merece ser mantida. 3. Agravo interno conhecido e desprovido.. DECISÃO: "EMENTA: AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA. CONCESSÃO NA PRIMEIRA INSTÂNCIA. REQUISITOS AUTORIZADORES DA MEDIDA. PRESENTES. ART.300 DO CPC. DECISÃO MANTIDA. 1. Conforme dispõe o art.300 do CPC, para a concessão da tutela antecipada de urgência, a parte deve demonstrar de forma inequívoca a probabilidade do direito pretendido e o perigo de dano. 2.Existindo nos autos elementos suficientes a comprovar a probabilidade do direito alegado e que sem a medida a ora agravada possa sofrer risco de dano irreparável, deve ser deferida a tutela requerida, razão pela qual a manutenção da decisão na origem merece ser mantida. 3. Agravo interno conhecido e desprovido. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo Interno Cível nº 0001638-22.2019.8.04.0000, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Egrégia Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer e desprover o recurso de Agravo Interno, nos termos do voto do desembargador relator.".

Processo: 0001779-41.2019.8.04.0000 - Agravo Regimental Cível, 3ª Vara da Fazenda Pública

Agravante: Sheila Maria Rodrigues Viana

Advogado: Márcia Silva Dias (OAB: 7520/AM)

Agravado: O Estado do Amazonas

Procurador: Luciana Araújo Paes (OAB: 4678/AM)

Relator: Des. Airton Luís Corrêa Gentil.

Membros: Des. Aristóteles Lima Thury e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO.INDEFERIMENTO DE GRATUIDADE DA JUSTIÇA NA ORIGEM. NÃO APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS APÓS INTIMAÇÃO. DECISÃO MANTIDA EM SEDE RECURSAL. FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO DA DECISÃO MONOCRÁTICA. NÃO OCORRÊNCIA. DECISÃO MANTIDA. 1. No caso dos autos, após devidamente intimada a parte agravantepara apresentar os documentos comprobatórios dahipossuficiênciafinanceira, deixa de apresentar provas de suas alegações, não se desincumbindo dos elementos ao deferimento da Justiça Gratuita.2. A decisão declinou as razões pelas quais se compreendeu improcedente o pedido formulado pela recorrente, expondo os fatos e o direito aplicável a espécie, cumpre o disposto no artigo 93, IX, da Constituição Federal e artigo 11 do CPC, sem se inserir nas hipóteses do artigo 489, §1º, do CPC. A fundamentação é idônea quando analisa a matéria suficiente à resolução da demanda3. Recurso conhecido e desprovido.. DECISÃO: "EMENTA: AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. INDEFERIMENTO DE GRATUIDADE DA JUSTIÇA NA ORIGEM. NÃO APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS APÓS INTIMAÇÃO. DECISÃO MANTIDA EM SEDE RECURSAL. FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO DA DECISÃO MONOCRÁTICA. NÃO OCORRÊNCIA. DECISÃO MANTIDA. 1. No caso dos autos, após devidamente intimada a parte agravantepara apresentar os documentos comprobatórios dahipossuficiênciafinanceira, deixa de apresentar provas de suas alegações, não se desincumbindo dos elementos ao deferimento da Justiça Gratuita. 2. A decisão declinou as razões pelas quais se compreendeu improcedente o pedido formulado pela recorrente, expondo os fatos e o direito aplicável a espécie, cumpre o disposto no artigo 93, IX, da Constituição Federal e artigo 11 do CPC, sem se inserir nas hipóteses do artigo 489, §1º, do CPC. A fundamentação é idônea quando analisa a matéria suficiente à resolução da demanda 3. Recurso conhecido e desprovido.".

Processo: 0001891-66.2013.8.04.3800 - Remessa Necessária Cível, 2ª Vara de Coari

Requerente: Francisco Raudileno Taveira Cordovil-me

Advogada: Christiane Saraiva Domingues(OAB: 6568/AM)

Advogado: Aldevan Souza Cordovil (OAB: 5964/AM)

Requerido: Municipio de Coari/AM

Relator: Des. Airton Luís Corrêa Gentil.

Membros: Des. Aristóteles Lima Thury e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: REMESSA NECESSÁRIA. AÇÃO MONITÓRIA. CONTRATO PELO MENOR PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS. CHEQUE. PARTE AUTORA QUE LOGROU ÊXITO EM COMPROVAR O NEGÓCIO JURÍDICO CELEBRADO ENTRE AS PARTES. INTELIGÊNCIA DO ART. 373, INC. I, DO CPC. 1. Trata-se de Ação de Monitória em que a parte autora visa o pagamento de quantia não paga pelo réu em decorrência do contrato para aquisição de gêneros alimentícios. 2. Cabe a parte autora o ônus de demostrar a pretensão do seu direito, no caso, o fornecimento dos serviços contratados mediante documentos idôneos atestando a realização da compra e venda de materiais e o réu mesmo citado permaneceu inerte, logo impõe-se a manutenção da sentença prolatada.3. Remessa necessária conhecida e sentença mantida. . DECISÃO: "EMENTA: REMESSA NECESSÁRIA. AÇÃO MONITÓRIA. CONTRATO PELO MENOR PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS. CHEQUE. PARTE AUTORA QUE LOGROU ÊXITO EM COMPROVAR O NEGÓCIO JURÍDICO CELEBRADO ENTRE AS PARTES. INTELIGÊNCIA DO ART. 373, INC. I, DO CPC. 1. Trata-se de Ação de Monitória em que a parte autora visa o pagamento de quantia não paga pelo réu em decorrência do contrato para aquisição de gêneros alimentícios. 2. Cabe a parte autora o ônus de demostrar a pretensão do seu direito, no caso, o fornecimento dos serviços contratados mediante documentos idôneos atestando a realização da compra e venda de materiais e o réu mesmo citado permaneceu inerte, logo impõe-se a manutenção da sentença prolatada. 3. Remessa necessária conhecida e sentença mantida. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Remessa Necessária Cível nº 0001891-66.2013.8.04.3800, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Egrégia Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em manter a sentença em sede de reexame necessário.".

Processo: 0004811-22.2014.8.04.4400 - Apelação Cível, 2ª Vara de Humaitá

Apelante: Ana Almeida Moraes

Defensor: Josy Cristiane Lopes de Lima (OAB: 209513/SP)

Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas

Apelado: Municipio de Humaitá/AM

Advogado: Robson Gonçalves de Menezes (OAB: 3895/AM)

Procurador de Justiça: Exmo. Sr. Dr. Pedro Bezerra Filho

Relator: Des. Airton Luís Corrêa Gentil.

Membros: Des. Aristóteles Lima Thury e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. IMPUGNAÇÃO RECURSAL DIVERSA DOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA. 1. Um dos requisitos para admissibilidade recursal é a obediência ao Princípio da Dialeticidade, devendo a parte recorrente atacar os pontos da decisão recorrida; 2. Para ser conhecido, o recurso dever preencher determinados requisitos, dentre os quais a impugnação específica dos fundamentos da decisão desafiada, devendo a causa de pedir recursal guardar simetria entre a decisão recorrida e o alegado no próprio recurso, bem como a motivação ser pertinente, específica e atual, não bastando o mero inconformismo da parte recorrente;3. Sendo as razões do apelo desconexas com os fundamentos da sentença, impõe-se o não conhecimento do recurso;4. Recurso não conhecido.. DECISÃO: "EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. IMPUGNAÇÃO RECURSAL DIVERSA DOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA. 1. Um dos requisitos para admissibilidade recursal é a obediência ao Princípio da Dialeticidade, devendo a parte recorrente atacar os pontos da decisão recorrida; 2. Para ser conhecido, o recurso dever preencher determinados requisitos, dentre os quais a impugnação específica dos fundamentos da decisão desafiada, devendo a causa de pedir recursal guardar simetria entre a decisão recorrida e o alegado no próprio recurso, bem como a motivação ser pertinente, específica e atual, não bastando o mero inconformismo da parte recorrente; 3. Sendo as razões do apelo desconexas com os fundamentos da sentença, impõe-se o não conhecimento do recurso; 4. Recurso não conhecido. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0004811-22.2014.8.04.4400, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em não conhecer o recurso de Apelação, nos termos do voto do desembargador relator.".

Processo: 0007447-65.2013.8.04.4700 - Apelação Cível, 2ª Vara de Itacoatiara

Apelante: O Estado do Amazonas

Procurador: Marcelo Augusto Albuquerque da Cunha (OAB: 2538/AM)

Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau

Promotor: Tania Maria de Azevedo Feitosa

Procurador de Justiça: Exmo. Sr. Dr. Pedro Bezerra Filho

Relator: Des. Airton Luís Corrêa Gentil.

Membros: Des. Aristóteles Lima Thury e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. OFENSA AO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. FIXAÇÃO DE MULTA DIÁRIA. REDUÇÃO DO VALOR ARBITRADO E FIXAÇÃO DE LIMITE DE DIAS-MULTA. RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. 1. Um dos requisitos para admissibilidade recursal é a obediência ao Princípio da Dialeticidade, devendo a parte recorrente atacar os pontos da decisão recorrida; 2. Para ser conhecido, o recurso dever preencher determinados requisitos, dentre os quais a impugnação específica dos fundamentos da decisão desafiada, devendo a causa de pedir recursal guardar simetria entre a decisão recorrida e o alegado no próprio recurso, bem como a motivação ser pertinente, específica e atual, não bastando o mero inconformismo da parte recorrente;3. A multa diária, nos termos dos artigos 297, 497 e 537 do CPC, poderá ser fixada pelo juiz independentemente de requerimento da parte interessada, tendo por finalidade assegurar o cumprimento da ordem judicial, na forma do art. 139, inc. IV, do CPC;4. Revelando-se o valor das astreintes exorbitante, observados os princípios da razoabilidade e a proporcionalidade, deve ser reduzido e também fixado um limite máximo de incidência;5. Recurso parcialmente conhecido e provido.. DECISÃO: "EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. OFENSA AO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. FIXAÇÃO DE MULTA DIÁRIA. REDUÇÃO DO VALOR ARBITRADO E FIXAÇÃO DE LIMITE DE DIAS-MULTA. RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. 1. Um dos requisitos para admissibilidade recursal é a obediência ao Princípio da Dialeticidade, devendo a parte recorrente atacar os pontos da decisão recorrida; 2. Para ser conhecido, o recurso dever preencher determinados requisitos, dentre os quais a impugnação específica dos fundamentos da decisão desafiada, devendo a causa de pedir recursal guardar simetria entre a decisão recorrida e o alegado no próprio recurso, bem como a motivação ser pertinente, específica e atual, não bastando o mero inconformismo da parte recorrente; 3. A multa diária, nos termos dos artigos 297, 497 e 537 do CPC, poderá ser fixada pelo juiz independentemente de requerimento da parte interessada, tendo por finalidade assegurar o cumprimento da ordem judicial, na forma do art. 139, inc. IV, do CPC; 4. Revelando-se o valor das astreintes exorbitante, observados os princípios da razoabilidade e a proporcionalidade, deve ser reduzido e também fixado um limite máximo de incidência; 5. Recurso parcialmente conhecido e provido. ACÓRDÃO. Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0007447-65.2013.8.04.4700, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Egrégia Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer em parte e, na parte que se conhece, prover o recurso de Apelação, nos termos do voto do desembargador relator.".

Processo: 0007625-73.2018.8.04.0000 - Agravo Interno Cível, 9ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Agravante: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda

Advogado: Pedro Camara Junior (OAB: 2834/AM)

Advogado: Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB: 11737/AM)

Soc. Advogados: Pedro Câmara - Sociedade de Advogados (OAB: 613/AM)

Agravado: Marcelo dos Santos Ferreira

Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas

Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Silvana Maria Mendonça Pinto dos Santos

Relator: Des. Airton Luís Corrêa Gentil.

Membros: Des. Aristóteles Lima Thury e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA:AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA. CONCESSÃO NA PRIMEIRA INSTÂNCIA. REQUISITOS AUTORIZADORES DA MEDIDA. PRESENTES. ART.300 DO CPC. DECISÃO MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.1. Conforme dispõe o art.300 do CPC, para a concessão da tutela antecipada de urgência, a parte deve demonstrar de forma inequívoca a probabilidade do direito pretendido e o perigo de dano.2.Existindo nos autos elementos suficientes a comprovar a probabilidade do direito alegado e que sem a medida o ora agravado possa sofrer risco de dano irreparável, deve ser deferida a tutela requerida, razão pela qual a manutenção da decisão na origem merece ser mantida. 3. Agravo interno conhecido e desprovido.. DECISÃO: "EMENTA: AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA. CONCESSÃO NA PRIMEIRA INSTÂNCIA. REQUISITOS AUTORIZADORES DA MEDIDA. PRESENTES. ART.300 DO CPC. DECISÃO MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. Conforme dispõe o art.300 do CPC, para a concessão da tutela antecipada de urgência, a parte deve demonstrar de forma inequívoca a probabilidade do direito pretendido e o perigo de dano. 2.Existindo nos autos elementos suficientes a comprovar a probabilidade do direito alegado e que sem a medida o ora agravado possa sofrer risco de dano irreparável, deve ser deferida a tutela requerida, razão pela qual a manutenção da decisão na origem merece ser mantida. 3. Agravo interno conhecido e desprovido. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo Interno Cível nº 0007625-73.2018.8.04.0000, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Egrégia Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer e desprover o recurso de Agravo Interno, nos termos do voto do desembargador relator.".

Processo: 0008040-56.2018.8.04.0000 - Agravo Interno Cível, 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Agravante: RC Recebíveis Ltda
Advogado: Rennalt Lessa de Freitas (OAB: 8020/AM)
Agravado: Francisco de Ávila Costa - ME
Agravado: Francisco de Ávila Costa
Agravada: Maria Amelia Xavier Padilha
Relator: Des. Airton Luís Corrêa Gentil.
Membros: Des. Aristóteles Lima Thury e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha
EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO. DESPACHO QUE SE ACAUTELA QUANTO À CONCESSÃO DE LIMINAR. AUSÊNCIA DE CUNHO DECISÓRIO. NÃO CABIMENTO. 1. A decisão que postergou a análise da tutela recursal para após as manifestação do agravado não é recorrível. É conditio sine qua non para a interposição do recurso a existência do gravame ou prejuízo para o recorrente, cujo recurso tem o escopo de corrigir error in iudicando, o que, no caso, não se verifica.2. Recurso não conhecido.. DECISÃO: "EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO. DESPACHO QUE SE ACAUTELA QUANTO À CONCESSÃO DE LIMINAR. AUSÊNCIA DE CUNHO DECISÓRIO. NÃO CABIMENTO. 1. A decisão que postergou a análise da tutela recursal para após as manifestação do agravado não é recorrível. É conditio sine qua non para a interposição do recurso a existência do gravame ou prejuízo para o recorrente, cujo recurso tem o escopo de corrigir error in iudicando, o que, no caso, não se verifica. 2. Recurso não conhecido. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo Interno Cível nº 0008040-56.2018.8.04.0000, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Egrégia Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em não conhecer o recurso de Agravo Interno, nos termos do voto do desembargador relator.".

Processo: 0235943-16.2017.8.04.0001 - Apelação Cível, 15ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Apelante: Edivandro Moraes da Silva
Advogado: Everton Bernardo Clemente (OAB: 26506/GO)
Advogado: Everton Bernardo Clemente (OAB: 1100/AM)
Apelado: Inss - Instituto Nacional do Seguro Social
Procurador: Daniel Ibiapina Alves (OAB: 5980/AM)
Relator: Des. Airton Luís Corrêa Gentil.
Membros: Des. Aristóteles Lima Thury e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha
EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. INCAPACIDADE TEMPORÁRIA E TOTAL. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS. BENEFÍCIO DE AUXÍLIO-DOENÇA ACIDENTÁRIO. DATA DE INÍCIO DO BENEFÍCIO. FIXAÇÃO A PARTIR DA DATA DA INCAPACIDADE. LAUDO PERICIAL E DEMAIS DOCUMENTOS. PERCENTUAL. OBSERVÂNCIA DO ARTIGO 61 DA LEI 8.213/91. PAGAMENTO QUE DEVE EXCLUIR OS VALORES EFETIVAMENTE PAGOS NA VIA ADMINISTRATIVA. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.. DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. INCAPACIDADE TEMPORÁRIA E TOTAL. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS. BENEFÍCIO DE AUXÍLIO-DOENÇA ACIDENTÁRIO. DATA DE INÍCIO DO BENEFÍCIO. FIXAÇÃO A PARTIR DA DATA DA INCAPACIDADE. LAUDO PERICIAL E DEMAIS DOCUMENTOS. PERCENTUAL. OBSERVÂNCIA DO ARTIGO 61 DA LEI 8.213/91. PAGAMENTO QUE DEVE EXCLUIR OS VALORES EFETIVAMENTE PAGOS NA VIA ADMINISTRATIVA. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0235943-16.2017.8.04.0001, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a".

Processo: 0251713-83.2016.8.04.0001 - Apelação / Remessa Necessária, 12ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Apelante: Inss - Instituto Nacional do Seguro Social
Procurador: Rodrigo Medeiros Lócio (OAB: 39972/PE)
Apelado: Carlos Jose Souza da Silva
Advogado: Everton Bernardo Clemente (OAB: 1100/AM)
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra.Silvana Maria Mendonça Pinto dos Santos
Relator: Des. Airton Luís Corrêa Gentil.
Membros: Des. Aristóteles Lima Thury e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha
EMENTA: REEXAME NECESSÁRIO. AÇÃO PREVIDENCIÁRIA. BENEFÍCIO DE AUXÍLIO-DOENÇA ACIDENTÁRIO. INCAPACIDADE PARCIAL E PERMANENTE. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA DE PRIMEIRO GRAU.1. Na hipótese dos autos, restou evidenciada a incapacidade permanente da parte autora para executar seu trabalho habitual, entretanto, ressalvou-se a possibilidade de exercer outras funções, o que torna incabível a aposentadoria por invalidez, porquanto só será cabível quando constatada a incapacidade total para outras atividades laborais que garantam sua subsistência;2. Tendo em vista que a parte autora preenche as exigências previstas na Lei n.º 8.213/91, constata-se que estão presentes os requisitos autorizadores do benefício previdenciário de auxílio-doença;3. Sentença mantida em reexame necessário, em consonância com o Parecer Ministerial.. DECISÃO: "EMENTA: REEXAME NECESSÁRIO. AÇÃO PREVIDENCIÁRIA. BENEFÍCIO DE AUXÍLIO-DOENÇA ACIDENTÁRIO. INCAPACIDADE PARCIAL E PERMANENTE. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA DE PRIMEIRO GRAU. 1. Na hipótese dos autos, restou evidenciada a incapacidade permanente da parte autora para executar seu trabalho habitual, entretanto, ressalvou-se a possibilidade de exercer outras funções, o que torna incabível a aposentadoria por invalidez, porquanto só será cabível quando constatada a incapacidade total para outras atividades laborais que garantam sua subsistência; 2. Tendo em vista que a parte autora preenche as exigências previstas na Lei n.º 8.213/91, constata-se que estão presentes os requisitos autorizadores do benefício previdenciário de auxílio-doença; 3. Sentença mantida em reexame necessário, em consonância com o Parecer Ministerial. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação / Remessa Necessária nº 0251713-83.2016.8.04.0001, de Manaus/AM, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Egrégia Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos e em consonância com parecer ministerial, em conhecer e manter a sentença objeto da remessa necessária, nos termos do voto do desembargador relator.".

Processo: 0254826-84.2012.8.04.0001 - Apelação Cível, 1ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Apelante: Banco Nacional S.A
Advogada: Pryscila Duarte Nunes (OAB: 9068/AM)
Apelado: Amazon Associação dos Magistrados do Amazonas
Advogado: Caio Feldberg Porto (OAB: 7995/AM)
Relator: Des. Airton Luís Corrêa Gentil.
Membros: Des. Aristóteles Lima Thury e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha
EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. REQUISITOS DA AÇÃO REIVINDICATÓRIA NÃO PREENCHIDOS. ÔNUS DO AUTOR EM COMPROVAR SUAS ALEGAÇÕES (ART. 373, I, DO CPC). NÃO OCORRÊNCIA SENTENÇA MANTIDA. 1. Trata-se de ação reivindicatória cuja pretensão é aquela em que o proprietário não possuidor do bem busca sua retomada do possuidor não proprietário. 2. Cinge-se a controvérsia em examinar se estão preenchidos os requisitos imprescindíveis à reivindicação, relativos à identificação precisa do imóvel, à prova da propriedade e à posse injusta do réu.3. Na hipótese, não se verifica que os requisitos exigidos para a procedência do pedido formulado na Ação Reivindicatória foram respeitados, ônus que incumbia ao autor, de modo que a manutenção do julgado é medida que se impõe. 4. Recurso conhecido e desprovido.. DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. REQUISITOS

DA AÇÃO REIVINDICATÓRIA NÃO PREENCHIDOS. ÔNUS DO AUTOR EM COMPROVAR SUAS ALEGAÇÕES (ART. 373, I, DO CPC). NÃO OCORRÊNCIA SENTENÇA MANTIDA. 1. Trata-se de ação reivindicatória cuja pretensão é aquela em que o proprietário não possuidor do bem busca sua retomada do possuidor não proprietário. 2. Cinge-se a controvérsia em examinar se estão preenchidos os requisitos imprescindíveis à reivindicação, relativos à identificação precisa do imóvel, à prova da propriedade e à posse injusta do réu. 3. Na hipótese, não se verifica que os requisitos exigidos para a procedência do pedido formulado na Ação Reivindicatória foram respeitados, ônus que incumbia ao autor, de modo que a manutenção do julgado é medida que se impõe. 4. Recurso conhecido e desprovido. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0254826-84.2012.8.04.0001, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Egrégia Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer e desprover do recurso de Apelação, nos termos do voto do desembargador relator.".

Processo: 0354873-42.2007.8.04.0001 - Apelação Cível, Vara Especializada da Dívida Ativa Estadual

Apelado: Fazenda Pública do Estado do Amazonas

Procurador: Altiza Pereira de Souza (OAB: 6881/AM)

Apelante: Djalma de Souza Castelo Branco

Advogado: Rubenito Cardoso da Silva Júnior e(OAB: 4947/AM)

Advogado: Ivana da Cunha Leite (OAB: 4814/AM)

Advogado: Thatiana Castelo Branco (OAB: 5715/AM)

Relator: Des. Airton Luís Corrêa Gentil.

Membros: Des. Aristóteles Lima Thury e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE TERCEIRO. FRAUDE À EXECUÇÃO. CESSÃO DE CRÉDITO POSTERIOR À DATA DA INSCRIÇÃO DO DÉBITO EM DÍVIDA ATIVA DO FISCO ESTADUAL. 1. A fraude à execução será presumida quando houver a alienação dos bens do devedor após a inscrição do débito tributário em dívida ativa. Julgamento do REsp nº 1141990/PR, em sede de recurso repetitivo2. A necessidade de registro da penhora do bem alienado e a prova robusta de má-fé do terceiro adquirente da coisa, pevista pela Súmula 375 do STJ, não se aplica às execuções fiscais;3. Recurso conhecido e desprovido.. DECISÃO: "EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE TERCEIRO. FRAUDE À EXECUÇÃO. CESSÃO DE CRÉDITO POSTERIOR À DATA DA INSCRIÇÃO DO DÉBITO EM DÍVIDA ATIVA DO FISCO ESTADUAL. 1. A fraude à execução será presumida quando houver a alienação dos bens do devedor após a inscrição do débito tributário em dívida ativa. Julgamento do REsp nº 1141990/PR, em sede de recurso repetitivo 2. A necessidade de registro da penhora do bem alienado e a prova robusta de má-fé do terceiro adquirente da coisa, pevista pela Súmula 375 do STJ, não se aplica às execuções fiscais; 3. Recurso conhecido e desprovido. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0354873-42.2007.8.04.0001 em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Egrégia Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer e desprover o recurso de Apelação, nos termos do voto do desembargador relator. Sala das Sesões, Manaus, 23 de agosto de 2019. Desembargadora Nélia Caminha Jorge. Presidente. Desembargador Airton Luís Corêa Gentil. Relator".

Processo: 0600190-30.2017.8.04.0001 - Apelação Cível, 15ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Eduardo Timotéo de Assunção

Advogado: Rubinaldo Cruz Rodrigues (OAB: 9787/AM)

Apelado: Banco J. Safra S/A

Advogado: Simone Alves da Silva (OAB: 29016/AM)

Relator: Des. Airton Luís Corrêa Gentil.

Membros: Des. Aristóteles Lima Thury e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. JUSTIÇA GRATUITA. PESSOA FÍSICA. BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA. PRESUNÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA. PESSOA NATURAL. EXISTÊNCIA DE PROVAS CONTRÁRIAS À HIPOSSUFICIÊNCIA. MANUTENÇÃO DO INDEFERIMENTO. REVISIONAL DE FINANCIAMENTO. IMPROCEDÊNCIA LIMINAR DO FEITO. AUSÊNCIA DE JUNTADA DO CONTRATO. REFORMA DA SENTENÇA. EXTINÇÃO DO FEITO SEM JULGAMENTO DE MÉRITO POR INÉPCIA DA INICIAL. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.. DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. JUSTIÇA GRATUITA. PESSOA FÍSICA. BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA. PRESUNÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA. PESSOA NATURAL. EXISTÊNCIA DE PROVAS CONTRÁRIAS À HIPOSSUFICIÊNCIA. MANUTENÇÃO DO INDEFERIMENTO. REVISIONAL DE FINANCIAMENTO. IMPROCEDÊNCIA LIMINAR DO FEITO. AUSÊNCIA DE JUNTADA DO CONTRATO. REFORMA DA SENTENÇA. EXTINÇÃO DO FEITO SEM JULGAMENTO DE MÉRITO POR INÉPCIA DA INICIAL. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0600190-30.2017.8.04.0001, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Egrégia Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer e prover parcialmente o recurso de Apelação, nos termos do voto do desembargador relator.".

Processo: 0600352-59.2016.8.04.0001 - Apelação Cível, 1ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelado: João Nunes Nonato

Advogado: Alexandre Moraes da Silva (OAB: 8644/AM)

Advogado: Rozeli Ferreira Sobral Astuto (OAB: 5743/AM)

Apelante: Inss - Instituto Nacional do Seguro Social

Procurador: Luiz Gustavo Isoldi (OAB: 203340/SP)

Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Antonina Maria de Castro do Couto Valle

Relator: Des. Airton Luís Corrêa Gentil.

Membros: Des. Aristóteles Lima Thury e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ÍNDICES. CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS. TEMA 905 DOS RECURSOS REPETITIVOS/STJ. REFORMA PARCIAL DA SENTENÇA. 1. As condenações judiciais de natureza previdenciária sujeitam-se à incidência do INPC, para fins de correção monetária. Os juros de mora incidem segundo a remuneração oficial da caderneta de poupança. Tema 905/STJ;2. Recurso conhecido e parcialmente provido.. DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ÍNDICES. CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS. TEMA 905 DOS RECURSOS REPETITIVOS/STJ. REFORMA PARCIAL DA SENTENÇA. 1. As condenações judiciais de natureza previdenciária sujeitam-se à incidência do INPC, para fins de correção monetária. Os juros de mora incidem segundo a remuneração oficial da caderneta de poupança. Tema 905/STJ; 2. Recurso conhecido e parcialmente provido. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0600352-59.2016.8.04.0001, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Egrégia Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer e prover parcialmente o recurso de Apelação, nos termos do voto do desembargador relator.".

Processo: 0604064-23.2017.8.04.0001 - Apelação Cível, 20ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Dilce Elle Alfaia Valente

Defensor: José Ivan Benaion Cardoso (OAB: 1657/AM)

Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas

Apelado: Inss - Instituto Nacional do Seguro Social

Procurador: Cassiano c. calendreli

Procurador de Justiça: Exmo. Sr. Dr. Pedro Bezerra Filho

Relator: Des. Airton Luís Corrêa Gentil.

Membros: Des. Aristóteles Lima Thury e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA. TERMO INICIAL. DATA DO REQUERIMENTO. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 60 DA LEI 8.213/1991. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.. DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA. TERMO INICIAL. DATA DO REQUERIMENTO. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 60 DA LEI 8.213/1991. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0604064-23.2017.8.04.0001, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Egrégia Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer e prover o recurso de Apelação, nos termos do voto do desembargador relator. Sala das Sesões, Manaus, 23 de agosto de 2019."

Processo: 0604305-60.2018.8.04.0001 - Apelação Cível, 7ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Inss - Instituto Nacional do Seguro Social

Procurador: Fabrício Perrotta da Silva (OAB: 165909/RJ)

Apelada: Natalia Veras de Andrade

Advogado: Wilson Molina Porto (OAB: 805A/AM)

Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra.Silvana Maria Mendonça Pinto dos Santos

Relator: Des. Airton Luís Corrêa Gentil.

Membros: Des. Aristóteles Lima Thury e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. INCAPACIDADE PARCIAL E PERMANENTE. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS. BENEFÍCIO DE AUXÍLIO-ACIDENTE. DATA DE INÍCIO DO BENEFÍCIO. FIXAÇÃO A PARTIR DA CESSAÇÃO INDEVIDA. PAGAMENTO QUE DEVE EXCLUIR OS VALORES EFETIVAMENTE PAGOS NA VIA ADMINISTRATIVA. REFORMA DE OFÍCIO DA SENTENÇA NO QUE CONCERNE À CORREÇÃO MONETÁRIA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.. DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. INCAPACIDADE PARCIAL E PERMANENTE. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS. BENEFÍCIO DE AUXÍLIO-ACIDENTE. DATA DE INÍCIO DO BENEFÍCIO. FIXAÇÃO A PARTIR DA CESSAÇÃO INDEVIDA. PAGAMENTO QUE DEVE EXCLUIR OS VALORES EFETIVAMENTE PAGOS NA VIA ADMINISTRATIVA. REFORMA DE OFÍCIO DA SENTENÇA NO QUE CONCERNE À CORREÇÃO MONETÁRIA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0604305-60.2018.8.04.0001, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Egrégia Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer e prover parcialmente o recurso de Apelação, nos termos do voto do desembargador relator. Sala das Sessões, Manaus, 23 de agosto de 2019.".

Processo: 0604746-75.2017.8.04.0001 - Apelação Cível, 3ª Vara da Fazenda Pública

Apelante: Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Amazonprev

Advogada: Caroline Retto Frota (OAB: 4411/AM)

Apelado: Afranio Rocha Gomes Chaar

Advogado: Maria do Carmo Lima dos Santos (OAB: 9096/AM)

Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Antonina Maria de Castro do Couto Valle

Relator: Des. Airton Luís Corrêa Gentil.

Membros: Des. Aristóteles Lima Thury e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: APELAÇÃO EM AÇÃO ORDINÁRIA DE MANUTENÇÃO DE PENSÃO COM PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. BENEFÍCIO DE PENSÃO POR MORTE. PRORROGAÇÃO ATÉ O ADVENTO DA IDADE DE 24 (VINTE QUATRO ANOS) OU GRADUAÇÃO EM CURSO SUPERIOR. POSSIBILIDADE. RECURSO DESPROVIDO. 1. Esta Corte de Justiça afirmou a possibilidade de prorrogação do benefício de pensão por morte para estudante universitário maior de 21 (vinte e um) anos, ou a graduação em curso superior, em decorrência da declaração de inconstitucionalidade do artigo 2º, II, "b", da Lei Complementar 30/2001. Precedentes do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.. DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO EM AÇÃO ORDINÁRIA DE MANUTENÇÃO DE PENSÃO COM PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. BENEFÍCIO DE PENSÃO POR MORTE. PRORROGAÇÃO ATÉ O ADVENTO DA IDADE DE 24 (VINTE QUATRO ANOS) OU GRADUAÇÃO EM CURSO SUPERIOR. POSSIBILIDADE. RECURSO DESPROVIDO. 1. Esta Corte de Justiça afirmou a possibilidade de prorrogação do benefício de pensão por morte para estudante universitário maior de 21 (vinte e um) anos, ou a graduação em curso superior, em decorrência da declaração de inconstitucionalidade do artigo 2º, II, "b", da Lei Complementar 30/2001. Precedentes do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.".

Processo: 0606516-69.2018.8.04.0001 - Apelação Cível, 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Banco do Brasil S/A

Advogado: Servio Túlio de Barcelos (OAB: 1048A/AM)

Apelado: Carlos Augusto Garrido da Silva

Advogado: José Antônio dos Santos Nazaré (OAB: 8890/AM)

Advogado: Alan Kelson de Lima Fonseca (OAB: 10160/AM)

Relator: Des. Airton Luís Corrêa Gentil.

Membros: Des. Aristóteles Lima Thury e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO MONITÓRIA. DIREITO DO CONSUMIDOR. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. CONTRATAÇÃO DE SEGURO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. PARTE APELANTE QUE NÃO SE DESINCUMBIU DO ÔNUS DA PROVA E DEIXOU DE JUNTAR O SUPOSTO CONTRATO FIRMADO ENTRE AS PARTES, EM AFRONTA AO ARTIGO 373 I DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE INFORMAÇÃO PRÉVIA E INEQUÍVOCA À PARTE APELADA ACERCA DAS CLÁUSULAS DO CONTRATO. DESRESPEITO AOS ARTIGOS 6º, III DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. PARCIAL PROCEDÊNCIA DA RECONVENÇÃO MANEJADA PELO CONSUMIDOR. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.. DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO MONITÓRIA. DIREITO DO CONSUMIDOR. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. CONTRATAÇÃO DE SEGURO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. PARTE APELANTE QUE NÃO SE DESINCUMBIU DO ÔNUS DA PROVA E DEIXOU DE JUNTAR O SUPOSTO CONTRATO FIRMADO ENTRE AS PARTES, EM AFRONTA AO ARTIGO 373 I DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE INFORMAÇÃO PRÉVIA E INEQUÍVOCA À PARTE APELADA ACERCA DAS CLÁUSULAS DO CONTRATO. DESRESPEITO AOS ARTIGOS 6º, III DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. PARCIAL PROCEDÊNCIA DA RECONVENÇÃO MANEJADA PELO CONSUMIDOR. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0606516-69.2018.8.04.0001, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a EgrégiaTerceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos , em conhecer e desprover o recurso de Apelação, nos termos do voto do desembargador relator.".

Processo: 0608689-03.2017.8.04.0001 - Apelação Cível, 11ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: José Peixoto - IP Produtos Ópticos

Apelante: José Peixoto

Advogada: Natasja Deschoolmeester (OAB: 2140/AM)

Apelado: Agência de Fomento do Estado do Amazonas S/A - AFEAM

Advogada: Karen Bezerra Rosa Braga (OAB: 6617/AM)

Relator: Des. Airton Luís Corrêa Gentil.

Membros: Des. Aristóteles Lima Thury e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. OFENSA AO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. RECURSO NÃO CONHECIDO.1. Um dos requisitos para admissibilidade recursal é a obediência ao Princípio da Dialeticidade, devendo a parte recorrente atacar os pontos da decisão recorrida; 2. Para ser conhecido, o recurso dever preencher determinados requisitos, dentre os quais a impugnação específica dos fundamentos da decisão desafiada, devendo a causa de pedir recursal guardar simetria entre a decisão recorrida e o alegado no próprio recurso, bem como a motivação ser pertinente, específica e atual, não bastando o mero inconformismo da parte recorrente; 3. Recurso não conhecido.. DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. OFENSA AO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. RECURSO NÃO CONHECIDO. 1. Um dos requisitos para admissibilidade recursal é a obediência ao Princípio da Dialeticidade, devendo a parte recorrente atacar os pontos da decisão recorrida; 2. Para ser conhecido, o recurso dever preencher determinados requisitos, dentre os quais a impugnação específica dos fundamentos da decisão desafiada, devendo a causa de pedir recursal guardar simetria entre a decisão recorrida e o alegado no próprio recurso, bem como a motivação ser pertinente, específica e atual, não bastando o mero inconformismo da parte recorrente; 3. Recurso não conhecido. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0608689-03.2017.8.04.0001, de Manaus/AM, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Egrégia Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos em não conhecer o recurso de Apelação, nos termos do voto do desembargador relator.".

Processo: 0609609-74.2017.8.04.0001 - Apelação Cível, 2ª Vara da Fazenda Pública

Apelante: Aldeney Lopes de Souza

Advogado: Antonio José Tavares Barbosa (OAB: 10068/AM)

Advogado: Gamal Swami Abreu (OAB: 9106/AM)

Advogado: Margide Amaro de Souza (OAB: 10380/AM)

Apelado: O Estado do Amazonas

Procurador: Thiago Oliveira Costa (OAB: 13187/AM)

Procurador de Justiça: Exmo. Sr. Dr. Pedro Bezerra Filho

Relator: Des. Airton Luís Corrêa Gentil.

Membros: Des. Aristóteles Lima Thury e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. CONTRATO TEMPORÁRIO. SUCESSIVAS PRORROGAÇÕES. EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO. NÃO OBSERVÂNCIA. NULIDADE DECLARADA. VERBAS RESCISÓRIAS. 13º E FÉRIAS COM ADICIONAL DE 1/3. DIREITO SOCIAIS. CABÍVEIS. PAGAMENTO COMPROVADO. MULTA DE 40%, SEGURO DESEMPREGO E DANOS MORAIS. INCABÍVEIS.1. Está sedimentado pela Suprema Corte Brasileira que, embora as contratações nulas, em regra, não gerem quaisquer efeitos jurídicos válidos, devem ser-lhe atribuídos efeitos para evitar enriquecimento sem causa da administração pública, direcionando ao particular contratado nesses condições a percepção de saldo de salário pelos dias trabalhados e o pagamento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço nos termos do art. 19-A da Lei n.° 8.036/90, bem como 13º salário e férias;2. O ente estadual comprovou a quitação das parcelas postuladas pelo requerente, ora apelante, relativas ao terço constitucional de férias e 13º salário. Quanto ao período de férias pleiteado, o autor não logrou comprovar o não usufruto destas, por meio de ficha funcional, no período em que recebeu o adicional de 1/3, qual seja, em maio/16, sendo certo que o ônus da prova incumbe ao autor, quanto ao fato constitutivo do seu direito3. No que diz respeito ao pedido relativo à multa de 40% sobre o valor do FGTS e seguro desemprego, reputo não fazer jus o apelante, tendo em vista que embora o contrato temporário firmado entre as partes tenha sido declarado nulo, este preserva sua natureza administrativa, não sendo devido todo e qualquer direito de natureza celetista.3. Dano moral incabível.4. Recurso conhecido e desprovido.. DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. CONTRATO TEMPORÁRIO. SUCESSIVAS PRORROGAÇÕES. EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO. NÃO OBSERVÂNCIA. NULIDADE DECLARADA. VERBAS RESCISÓRIAS. 13º E FÉRIAS COM ADICIONAL DE 1/3. DIREITO SOCIAIS. CABÍVEIS. PAGAMENTO COMPROVADO. MULTA DE 40%, SEGURO DESEMPREGO E DANOS MORAIS. INCABÍVEIS. 1. Está sedimentado pela Suprema Corte Brasileira que, embora as contratações nulas, em regra, não gerem quaisquer efeitos jurídicos válidos, devem ser-lhe atribuídos efeitos para evitar enriquecimento sem causa da administração pública, direcionando ao particular contratado nesses condições a percepção de saldo de salário pelos dias trabalhados e o pagamento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço nos termos do art. 19-A da Lei n.° 8.036/90, bem como 13º salário e férias; 2. O ente estadual comprovou a quitação das parcelas postuladas pelo requerente, ora apelante, relativas ao terço constitucional de férias e 13º salário. Quanto ao período de férias pleiteado, o autor não logrou comprovar o não usufruto destas, por meio de ficha funcional, no período em que recebeu o adicional de 1/3, qual seja, em maio/16, sendo certo que o ônus da prova incumbe ao autor, quanto ao fato constitutivo do seu direito 3. No que diz respeito ao pedido relativo à multa de 40% sobre o valor do FGTS e seguro desemprego, reputo não fazer jus o apelante, tendo em vista que embora o contrato temporário firmado entre as partes tenha sido declarado nulo, este preserva sua natureza administrativa, não sendo devido todo e qualquer direito de natureza celetista. 3. Dano moral incabível. 4. Recurso conhecido e desprovido. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0609609-74.2017.8.04.0001, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Egrégia Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos e em consonância com parecer ministerial, em conhecer e desprover o recurso de Apelação, nos termos do voto do desembargador relator.".

Processo: 0611969-79.2017.8.04.0001 - Apelação Cível, 9ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Luzinete Maria Silva Aguiar

Advogado: Wilson Molina Porto (OAB: 805A/AM)

Apelado: Inss - Instituto Nacional do Seguro Social

Procurador: Luiz Gustavo Isoldi (OAB: 203340/SP)

Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Antonina Maria de Castro do Couto Valle

Relator: Des. Airton Luís Corrêa Gentil.

Membros: Des. Aristóteles Lima Thury e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO PREVIDENCIÁRIA. BENEFÍCIO DE AUXÍLIO-DOENÇA. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS. CONVERSÃO EM APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. REQUISITOS. ARTIGO 42 DA LEI N. 8.213/91. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.. DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO PREVIDENCIÁRIA. BENEFÍCIO DE AUXÍLIO-DOENÇA. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS. CONVERSÃO EM APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. REQUISITOS. ARTIGO 42 DA LEI N. 8.213/91. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0611969-79.2017.8.04.0001, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Egrégia Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer e desprover o recurso de Apelação, nos termos do voto do desembargador relator.".

Processo: 0613330-73.2013.8.04.0001 - Apelação Cível, 19ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Banco do Brasil S/A

Advogado: Sérvio Túlio de Barcelos (OAB: 1048A/AM)

Advogado: José Arnaldo Janseen Nogueira (OAB: 1047A/AM)

Apelado: Diego Mendes de Mattos Carpena

Advogado: Enoh Castro Barbosa (OAB: 5651/AM)

Relator: Des. Airton Luís Corrêa Gentil.

Membros: Des. Aristóteles Lima Thury e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO REVISIONAL. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. RELAÇÃO CONSUMERISTA. INCIDÊNCIA DO CDC. SEGURO. VENDA CASADA. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.. DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO REVISIONAL. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. RELAÇÃO CONSUMERISTA. INCIDÊNCIA DO CDC. SEGURO. VENDA CASADA. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. ACÓRDÃO. Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0613330-73.2013.8.04.0001, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos em conhecer e desprover o recurso de Apelação, nos termos do voto do desembargador relator.".

Processo: 0616582-50.2014.8.04.0001 - Apelação Cível, Vara da Auditoria Militar

Apelante: O Estado do Amazonas

Procuradora: Clara Maria Lindoso e Lima (OAB: 2602/AM)

Apelado: James Silva Sobral

Advogada: Carmem Mello Moura (OAB: 3649/AM)

Procurador de Justiça: Pedro Bezerra Filho

Relator: Des. Airton Luís Corrêa Gentil.

Membros: Des. Aristóteles Lima Thury e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. NULO. REINTEGRAÇÃO DO SERVIDOR. RECONHECIDA. EXAME PELO JUDICIÁRIO. POSSIBILIDADE. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS. VIOLADOS. DECISÃO DE 1º GRAU MANTIDA. 1. Consoante inteligência do art.5º, incisos LIV e LV da Constituição Federal, conclui-se que o Processo Administrativo Disciplinar encontra-se eivado de vícios, violando a legalidade que rege os atos da Administração Pública, o devido processo legal, o contraditório e ampla defesa, de modo que deve ser mantida incólume a sentença recorrida.2. O controle do Poder Judiciário restringe-se a adequação do ato do poder público analisando o aspecto da legalidade e não sob o prisma do mérito administrativo.3. Há indicativos nos autos que permitem concluir que o processo administrativo instaurado contra o servidor público há vícios de ilegalidades, pois não foram considerados os problemas psicológicos acometidos pelo autor, de modo que sua exclusão por bem da disciplina deve ser nula. Portanto, correta a sentença a quo.4. Recurso conhecido e desprovido em consonância com parecer ministerial.. DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. NULO. REINTEGRAÇÃO DO SERVIDOR. RECONHECIDA. EXAME PELO JUDICIÁRIO. POSSIBILIDADE. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS. VIOLADOS. DECISÃO DE 1º GRAU MANTIDA. 1. Consoante inteligência do art.5º, incisos LIV e LV da Constituição Federal, conclui-se que o Processo Administrativo Disciplinar encontra-se eivado de vícios, violando a legalidade que rege os atos da Administração Pública, o devido processo legal, o contraditório e ampla defesa, de modo que deve ser mantida incólume a sentença recorrida. 2. O controle do Poder Judiciário restringe-se a adequação do ato do poder público analisando o aspecto da legalidade e não sob o prisma do mérito administrativo. 3. Há indicativos nos autos que permitem concluir que o processo administrativo instaurado contra o servidor público há vícios de ilegalidades, pois não foram considerados os problemas psicológicos acometidos pelo autor, de modo que sua exclusão por bem da disciplina deve ser nula. Portanto, correta a sentença a quo. 4. Recurso conhecido e desprovido em consonância com parecer ministerial. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0616582-50.2014.8.04.0001, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos e em consonância com parecer ministerial, em conhecer e desprover o recurso de Apelação, nos termos do voto do desembargador relator.".

Processo: 0616930-34.2015.8.04.0001 - Apelação Cível, 14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Williams Brito Cruz

Advogado: Wilson Molina Porto (OAB: 805A/AM)

Apelado: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A

Advogado: Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB: 831A/AM)

Relator: Des. Airton Luís Corrêa Gentil.

Membros: Des. Aristóteles Lima Thury e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. PERÍCIA JUDICIAL, INTIMAÇÃO PESSOAL. CARTA ENVIADA AO ENDEREÇO DA PARTE AUTORA. AR POSITIVO. INTIMAÇÃO VÁLIDA. ARTIGO 274, PARÁGRAFO ÚNICO DO CPC. AUSÊNCIA INJUSTIFICADA. PRECLUSÃO. PROVA. ÔNUS QUE COMPETIA À PARTE AUTORA. ARTIGO 373, I DO CPC. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.. DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. PERÍCIA JUDICIAL, INTIMAÇÃO PESSOAL. CARTA ENVIADA AO ENDEREÇO DA PARTE AUTORA. AR POSITIVO. INTIMAÇÃO VÁLIDA. ARTIGO 274, PARÁGRAFO ÚNICO DO CPC. AUSÊNCIA INJUSTIFICADA. PRECLUSÃO. PROVA. ÔNUS QUE COMPETIA À PARTE AUTORA. ARTIGO 373, I DO CPC. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. ACÓRDÃO. Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0616930-34.2015.8.04.0001, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer e desprover o recurso de Apelação, nos termos do voto do desembargador relator.".

Processo: 0620249-78.2013.8.04.0001 - Apelação Cível, 4ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Hsbc Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo

Advogada: Cristiane Belinati Garcia Lopes (OAB: 751A/AM)

Apelado: Prince Bike Norte Ltda.

Advogado: Mauro Celi Martins (OAB: 2907/AM)

Advogado: José Antonio de Moraes Teixeira Neto (OAB: 3986/AM)

Advogado: Daniel Silva Barroso (OAB: 2965/AM)

Relator: Des. Airton Luís Corrêa Gentil.

Membros: Des. Aristóteles Lima Thury e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO MONITÓRIA. VALOR COBRADO EM RAZÃO DE CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO EM CONTA CORRENTE. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO FORMULADO. APLICAÇÃO DO ART. 373, INC. I, DO CPC/2015. DECISÃO MANTIDA. 1. A cobrança pretendida nos autos exige prova que incumbe a quem alega por ser fato constitutivo do direito, como dispõe o art. 373, I, do CPC/15, não se desincumbido o autor de tal ônus, impõe-se a improcedência da pretensão. Portanto, a manutenção do julgado é medida que se impõe.2. Recurso conhecido e não provido. . DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO MONITÓRIA. VALOR COBRADO EM RAZÃO DE CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO EM CONTA CORRENTE. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO FORMULADO. APLICAÇÃO DO ART. 373, INC. I, DO CPC/2015. DECISÃO MANTIDA. 1. A cobrança pretendida nos autos exige prova que incumbe a quem alega por ser fato constitutivo do direito, como dispõe o art. 373, I, do CPC/15, não se desincumbido o autor de tal ônus, impõe-se a improcedência da pretensão. Portanto, a manutenção do julgado é medida que se impõe. 2. Recurso conhecido e não provido. ACÓRDÃO. Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0620249-78.2013.8.04.0001, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer e desprover ao recurso de Apelação, nos termos do voto do desembargador relator.".

Processo: 0621931-63.2016.8.04.0001 - Apelação Cível, 3ª Vara da Fazenda Pública

Apelante: O Estado do Amazonas

Procurador: Isabella Peres Russo (OAB: 3198/AM)

Apelado: Sergio Rodrigues dos Santos

Advogada: Monica Vicente Taketa (OAB: 7988/AM)

Advogada: Carolina Gomes Mar (OAB: 8627/AM)

Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra.Silvana Maria Mendonça Pinto dos Santos

Relator: Des. Airton Luís Corrêa Gentil.

Membros: Des. Aristóteles Lima Thury e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. POLICIAL MILITAR. INATIVIDADE. LICENÇA-ESPECIAL NÃO USUFRUÍDA. POSSIBILIDADE DE CONVERSÃO EM PECÚNIA. VEDAÇÃO AO ENRIQUECIMENTO ILÍCITO. JUROS. ÍNDICE OFICIAL APLICADO À CADERNETA DE POUPANÇA. CORREÇÃO MONETÁRIA. IPCA-E. PRECEDENTES. DECISÃO MANTIDA. 1. Segundo a orientação do Superior Tribunal de Justiça é possível a conversão em pecúnia de licenças-especiais não usufruídas pelo servidor após a passagem para a inatividade, sob pena de enriquecimento ilícito da Administração. Portanto, correta a sentença a quo, de modo que sua manutenção é medida que se impõe.2. Na hipótese específica dos autos, os juros moratórios devem ser calculados conforme o art. 1º F da Lei n. 9.494/1997, com redação dada pela Lei 11.960/2009 e a correção monetária devem ser calculadas segundo o índice do IPCA-E, por ser o que melhor reflete as perdas inflacionárias.Precedentes.3.Recurso conhecido e não provido.. DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. POLICIAL MILITAR. INATIVIDADE. LICENÇA-ESPECIAL NÃO USUFRUÍDA. POSSIBILIDADE DE CONVERSÃO EM PECÚNIA. VEDAÇÃO AO ENRIQUECIMENTO ILÍCITO. JUROS. ÍNDICE OFICIAL APLICADO À CADERNETA DE POUPANÇA. CORREÇÃO MONETÁRIA. IPCA-E. PRECEDENTES. DECISÃO MANTIDA. 1. Segundo a orientação do Superior Tribunal de Justiça é possível a conversão em pecúnia de licenças-especiais não usufruídas pelo servidor após a passagem para a inatividade, sob pena de enriquecimento ilícito da Administração. Portanto, correta a sentença a quo, de modo que sua manutenção é medida que se impõe. 2. Na hipótese específica dos autos, os juros moratórios devem ser calculados conforme o art. 1º F da Lei n. 9.494/1997, com redação dada pela Lei 11.960/2009 e a correção monetária devem ser calculadas segundo o índice do IPCA-E, por ser o que melhor reflete as perdas inflacionárias.Precedentes. 3.Recurso conhecido e não provido. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0621931-63.2016.8.04.0001, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer e desprover o recurso de Apelação, nos termos do voto do desembargador relator.".

Processo: 0621967-08.2016.8.04.0001 - Apelação Cível, 3ª Vara da Fazenda Pública

Apelante: Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Amazonprev

Advogado: André Luiz Mouco Fernandes (OAB: 5017/AM)

Apelado: Marinalvo Ferreira da Silva

Advogado: Roberto Alves (OAB: 9258/AM)

Procuradora de Justiça: Pedro Bezerra Filho

Relator: Des. Airton Luís Corrêa Gentil.

Membros: Des. Aristóteles Lima Thury e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE REMUNERAÇÃO DE SERVIDOR MILITAR. ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO. VANTAGEM PESSOAL. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA. IMPOSSIBILIDADE DE CONGELAMENTO. CORREÇÃO MONETÁRIA. APLICAÇÃO DO ART. 1.º-F DA LEI N.º 94994/97 ATÉ O TRÂNSITO EM JULGADO DO RE 870.947/SE. EFEITO SUSPENSIVO AO ED EM RE 870.947.1. Em 01/02/1983, o apelado ingressou nos quadros da PM, porém, após um AVC, foi aposentado por invalidez em outubro de 2012. O procedimento de aposentadoria se iniciou em 14/05/2012 e finalizou em 04/10/2012, sendo-lhe pago os valores considerados como devidos, salvo a licença especial, bem como considerou que os quinquênios foram pagos de forma equivocada.2. Os militares recebiam adicional por tempo de serviço (ATS), o qual foi extinto por meio da lei n.º 2531/99 (art. 4.º), substituindo pela nomenclatura "vantagem pessoal", devendo sofrer atualização pelo índice geral aplicado nas revisões da remuneração do servidor militar.3. O congelamento do valor a ser pago acarreta prejuízo à parte, a qual, diante da não atualização dos valores, ocasiona-lhe a perda do poder de compra.4. O tema correspondente à constitucionalidade do art. 1.º-F, da lei n.º 9494/97, referente à forma de atualização das condenações impostas à Fazenda Pública, permanece pendente de apreciação pelo Supremo Tribunal Federal, tendo sido atribuído, por meio de decisão do Ministro Luiz Fux, efeito suspensivo aos embargos de declaração interpostos ao RE 870.947, sendo, portanto, ainda aplicável o dispositivo do art. 1.º-F, da lei n.º 9494/97.5. Sentença parcialmente reformada.6. Apelação conhecida e parcialmente provida.. DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE REMUNERAÇÃO DE SERVIDOR MILITAR. ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO. VANTAGEM PESSOAL. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA. IMPOSSIBILIDADE DE CONGELAMENTO. CORREÇÃO MONETÁRIA. APLICAÇÃO DO ART. 1.º-F DA LEI N.º 94994/97 ATÉ O TRÂNSITO EM JULGADO DO RE 870.947/SE. EFEITO SUSPENSIVO AO ED EM RE 870.947. 1. Em 01/02/1983, o apelado ingressou nos quadros da PM, porém, após um AVC, foi aposentado por invalidez em outubro de 2012. O procedimento de aposentadoria se iniciou em 14/05/2012 e finalizou em 04/10/2012, sendo-lhe pago os valores considerados como devidos, salvo a licença especial, bem como considerou que os quinquênios foram pagos de forma equivocada. 2. Os militares recebiam adicional por tempo de serviço (ATS), o qual foi extinto por meio da lei n.º 2531/99 (art. 4.º), substituindo pela nomenclatura "vantagem pessoal", devendo sofrer atualização pelo índice geral aplicado nas revisões da remuneração do servidor militar. 3. O congelamento do valor a ser pago acarreta prejuízo à parte, a qual, diante da não atualização dos valores, ocasiona-lhe a perda do poder de compra. 4. O tema correspondente à constitucionalidade do art. 1.º-F, da lei n.º 9494/97, referente à forma de atualização das condenações impostas à Fazenda Pública, permanece pendente de apreciação pelo Supremo Tribunal Federal, tendo sido atribuído, por meio de decisão do Ministro Luiz Fux, efeito suspensivo aos embargos de declaração interpostos ao RE 870.947, sendo, portanto, ainda aplicável o dispositivo do art. 1.º-F, da lei n.º 9494/97. 5. Sentença parcialmente reformada. 6. Apelação conhecida e parcialmente provida. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0621967-08.2016.8.04.0001, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem o(a) Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer e prover parcialmente o recurso de apelação, nos termos do voto do desembargador relator.".

Processo: 0623838-78.2013.8.04.0001 - Apelação Cível, 16ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Banco Bradesco S.A.

Advogado: Mauro Paulo Galera Mari (OAB: 877A/AM)

Apelado: Walter Harley Seixas Lopes

Relator: Des. Airton Luís Corrêa Gentil.

Membros: Des. Aristóteles Lima Thury e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. INADIMPLÊNCIA. VENCIMENTO ANTECIPADO DAS PARCELAS VINCENDAS. PRAZO PRESCRICIONAL QUINQUENAL. INCIDÊNCIA DO ARTIGO 206, PARÁGRAFO 5º, I DO CÓDIGO CIVIL. MANUTENÇÃO DA DATA DE VENCIMENTO DAS PARCELAS PARA EFEITOS PRESCRICIONAIS. PRESCRIÇÃO RECONHECIDA PELO JUÍZO DE ORIGEM. NÃO INCIDÊNCIA DA SÚMULA 106, STJ. APLICAÇÃO DO PARÁGRAFO 2º DO ARTIGO 240 DO CPC. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.. DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO.

INADIMPLÊNCIA. VENCIMENTO ANTECIPADO DAS PARCELAS VINCENDAS. PRAZO PRESCRICIONAL QUINQUENAL. INCIDÊNCIA DO ARTIGO 206, PARÁGRAFO 5º, I DO CÓDIGO CIVIL. MANUTENÇÃO DA DATA DE VENCIMENTO DAS PARCELAS PARA EFEITOS PRESCRICIONAIS. PRESCRIÇÃO RECONHECIDA PELO JUÍZO DE ORIGEM. NÃO INCIDÊNCIA DA SÚMULA 106, STJ. APLICAÇÃO DO PARÁGRAFO 2º DO ARTIGO 240 DO CPC. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0623838-78.2013.8.04.0001, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer e desprover o recurso de Apelação, nos termos do voto do desembargador relator.".

Processo: 0625634-02.2016.8.04.0001 - Apelação Cível, 15ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Inss - Instituto Nacional do Seguro Social

Procurador: Fabrício Perrotta da Silva (OAB: 165909/RJ)

Apelado: Rudiney Nery dos Santos

Advogado: Wilson Molina Porto (OAB: 805A/AM)

Procurador de Justiça: Pedro Bezerra Filho

Relator: Des. Airton Luís Corrêa Gentil.

Membros: Des. Aristóteles Lima Thury e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. INCAPACIDADE PARCIAL E PERMANENTE. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS. BENEFÍCIO DE AUXÍLIO-ACIDENTE. REFORMA DE OFÍCIO DA SENTENÇA NO QUE CONCERNE À CORREÇÃO MONETÁRIA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.. DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. INCAPACIDADE PARCIAL E PERMANENTE. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS. BENEFÍCIO DE AUXÍLIO-ACIDENTE. REFORMA DE OFÍCIO DA SENTENÇA NO QUE CONCERNE À CORREÇÃO MONETÁRIA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0625634-02.2016.8.04.0001, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer e prover parcialmente o recurso de Apelação, nos termos do voto do desembargador relator.".

Processo: 0627754-81.2017.8.04.0001 - Apelação Cível, 3ª Vara da Fazenda Pública

Apelada: Marineide Pereira da Silva

Advogado: Ricardo de Carvalho Torres (OAB: 7917/AM)

Apelante: O Estado do Amazonas

Procurador: Luciana Barroso de Freitas (OAB: 5144/AM)

Relator: Des. Airton Luís Corrêa Gentil.

Membros: Des. Aristóteles Lima Thury e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. POLICIAL MILITAR. INATIVIDADE. LICENÇA-ESPECIAL NÃO USUFRUÍDA. POSSIBILIDADE DE CONVERSÃO EM PECÚNIA. VEDAÇÃO AO ENRIQUECIMENTO ILÍCITO. PRECEDENTES. DECISÃO MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. Segundo a orientação do Superior Tribunal de Justiça é possível a conversão em pecúnia de licenças-especiais não usufruídas pelo servidor após a passagem para a inatividade, sob pena de enriquecimento ilícito da Administração. Portanto, correta a sentença a quo, de modo que sua manutenção é medida que se impõe. 2. Recurso conhecido e não provido.. DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. POLICIAL MILITAR. INATIVIDADE. LICENÇA-ESPECIAL NÃO USUFRUÍDA. POSSIBILIDADE DE CONVERSÃO EM PECÚNIA. VEDAÇÃO AO ENRIQUECIMENTO ILÍCITO. PRECEDENTES. DECISÃO MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. Segundo a orientação do Superior Tribunal de Justiça é possível a conversão em pecúnia de licenças-especiais não usufruídas pelo servidor após a passagem para a inatividade, sob pena de enriquecimento ilícito da Administração. Portanto, correta a sentença a quo, de modo que sua manutenção é medida que se impõe. 2. Recurso conhecido e não provido. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0627754-81.2017.8.04.0001, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer e desprover o recurso de Apelação, nos termos do voto do desembargador relator.".

Processo: 0627956-58.2017.8.04.0001 - Apelação Cível, 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Tania Maria da Silva Pontes

Advogado: Joel Cuesta Telles (OAB: 3584/AM)

Apelado: Jose Raimundo Ferreira Silva

Advogado: José Eduardo Silva de Sales (OAB: 7700/AM)

Relator: Des. Airton Luís Corrêa Gentil.

Membros: Des. Aristóteles Lima Thury e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE TERCEIRO TENDO POR OBJETO REVOGAÇÃO DE PROCURAÇÃO DADA EM CAUSA PRÓPRIA. IMPOSSIBILIDADE. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. FALTA DE INTERESSE DE AGIR. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO POR CARÊNCIA DE AÇÃO. 1. O interesse de agir está na presença da necessidade-utilidade do provimento jurisdicional, sem o qual não seria possível alcançar-se o proveito almejado na demanda;

2. O ajuizamento de ação através de procedimento inadequado acarreta violação ao trinômio utilidade-necessidade-adequação, impondo o reconhecimento da carência de ação por falta de interesse de agir;

3. Os embargos de terceiros devem sempre ter por objeto a tutela de direito de terceiros, ou seja, que não integrem à relação jurídica, e que venha a sofrer turbação ou esbulho em decorrência de ato de constrição judicial;

4. Os embargos de terceiros não constituem na via adequada para discutir-se a revogabilidade de procuração dada em causa própria;2. O ajuizamento de ação através de procedimento inadequado acarreta violação ao trinômio utilidade-necessidade-adequação, impondo o reconhecimento da carência de ação por falta de interesse de agir;3. Os embargos de terceiros devem sempre ter por objeto a tutela de direito de terceiros, ou seja, que não integrem à relação jurídica, e que venha a sofrer turbação ou esbulho em decorrência de ato de constrição judicial;4. Os embargos de terceiros não constituem na via adequada para discutir-se a revogabilidade de procuração dada em causa própria;5. Recurso conhecido e provido.. DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE TERCEIRO TENDO POR OBJETO REVOGAÇÃO DE PROCURAÇÃO DADA EM CAUSA PRÓPRIA. IMPOSSIBILIDADE. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. FALTA DE INTERESSE DE AGIR. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO POR CARÊNCIA DE AÇÃO. 1. O interesse de agir está na presença da necessidade-utilidade do provimento jurisdicional, sem o qual não seria possível alcançar-se o proveito almejado na demanda;2. O ajuizamento de ação através de procedimento inadequado acarreta violação ao trinômio utilidade-necessidade-adequação, impondo o reconhecimento da carência de ação por falta de interesse de agir;3. Os embargos de terceiros devem sempre ter por objeto a tutela de direito de terceiros, ou seja, que não integrem à relação jurídica, e que venha a sofrer turbação ou esbulho em decorrência de ato de constrição judicial;4. Os embargos de terceiros não constituem na via adequada para discutir-se a revogabilidade de procuração dada em causa própria; 5. Recurso conhecido e provido. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0627956-58.2017.8.04.0001, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer e prover o recurso de Apelação, nos termos do voto do desembargador relator.".

Processo: 0629192-45.2017.8.04.0001 - Apelação Cível, 18ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Apelante: Antonia Lopes Botelho de Oliveira
Apelante: Karinny Victoria Botelho de Oliveira
Apelante: Thalyson Brelaz Costa Oliveira
Apelante: Lucian Thaylon Brelaz Costa Oliveira
Apelante: Kamily Victoria Botelho de Oliveira
Advogada: Fernanda Prestes de Lima (OAB: 8776/AM)
Apelado: Bradesco Vida e Previdência S/A
Soc. Advogados: Eloi Pinto de Andrade & Filhos-advogados (OAB: 46/AM)
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Silvana Maria Mendonça Pinto dos Santos
Relator: Des. Airton Luís Corrêa Gentil.
Membros: Des. Aristóteles Lima Thury e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha
EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. NATUREZA JURÍDICA DO CONTRATO. SEGURO PRESTAMISTA. INEXISTÊNCIA DE SALDO REMANESCENTE. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.. DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. NATUREZA JURÍDICA DO CONTRATO. SEGURO PRESTAMISTA. INEXISTÊNCIA DE SALDO REMANESCENTE. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0629192-45.2017.8.04.0001, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Egrégia Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer e desprover o recurso de Apelação, nos termos do voto do desembargador relator.".

Processo: 4000487-66.2019.8.04.0900 - Agravo de Instrumento, Vara Especializada da Dívida Ativa Estadual
Agravante: ABF Administração e Participação LTDA
Advogado: Roberto Carlos Keppler (OAB: 68931/SP)
Agravado: O Estado do Amazonas
Procurador: Alberto Bezerra Melo (OAB: 2015/AM)
Relator: Des. Aristóteles Lima Thury.
Membros: Des. João de Jesus Abdala Simões e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha
EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - GRATUIDADE JUDICIÁRIA - PESSOA JURÍDICA - BALANÇO PATRIMONIAL - NECESSIDADE COMPROVADA – PRECEDENTE DESTA CORTE – RECURSO PROVIDO.- A pessoa jurídica pode beneficiar-se das isenções de que trata a gratuidade da justiça em casos excepcionais (art. 99, § 3º, CPC/2015), desde que comprove de forma inequívoca que não pode fazer frente às despesas do processo em prejuízo de seu funcionamento. Súmula 481 do STJ. - No caso, os balanços patrimoniais juntados pela parte, evidenciam, ao menos prima facie, que a empresa não está auferindo lucros, possuindo resultado negativo consoante se observa do ano de 2018, o que demonstram a impossibilidade de arcar com as custas e despesas processuais.- Precedente desta câmara (TJ-AM - AI: 40004868120198040900 AM 4000486-81.2019.8.04.0900, Relator: Nélia Caminha Jorge, Data de Julgamento: 05/07/2019, Terceira Câmara Cível, Data de Publicação: 05/07/2019).- Recurso conhecido e provido.. DECISÃO: "EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - GRATUIDADE JUDICIÁRIA - PESSOA JURÍDICA - BALANÇO PATRIMONIAL - NECESSIDADE COMPROVADA - PRECEDENTE DESTA CORTE - RECURSO PROVIDO. - A pessoa jurídica pode beneficiar-se das isenções de que trata a gratuidade da justiça em casos excepcionais (art. 99, § 3º, CPC/2015), desde que comprove de forma inequívoca que não pode fazer frente às despesas do processo em prejuízo de seu funcionamento. Súmula 481 do STJ. - No caso, os balanços patrimoniais juntados pela parte, evidenciam, ao menos prima facie, que a empresa não está auferindo lucros, possuindo resultado negativo consoante se observa do ano de 2018, o que demonstram a impossibilidade de arcar com as custas e despesas processuais. - Precedente desta câmara (TJ-AM - AI: 40004868120198040900 AM 4000486-81.2019.8.04.0900, Relator: Nélia Caminha Jorge, Data de Julgamento: 05/07/2019, Terceira Câmara Cível, Data de Publicação: 05/07/2019). - Recurso conhecido e provido. ACÓRDÃO. Vistos, discutidos e relatados estes autos de Agravo de Instrumento nº 4000487-66.2019.8.04.0900, ACORDAM os Desembargadores que integram a Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos, conhecer do recurso para lhe DAR provimento, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar o julgado.".

Processo: 4002710-73.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, Vara de Origem do Processo Não informado
Agravante: Servengloc Serviços de Locação de Equipamentos Ltda
Advogado: Adolpho Mauro Maues Nazareth (OAB: 5540/AM)
Agravado: Brascooper Cbc Brasileira de Condutores Ltda
Advogado: Henrique Campos Galkowicz (OAB: 301523/SP)
Relator: Des. Aristóteles Lima Thury.
Membros: Des. João de Jesus Abdala Simões e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha
EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONSTRIÇÃO DE BENS. ATOS EXECUTÓRIOS. DECISÃO QUE REPISA PELA MANUTENÇÃO DOS EFEITOS DE DECISÃO ANTERIOR. PRECLUSÃO. NÃO CONHECIMENTO QUANTO À MATÉRIA JÁ DECIDIDA E NÃO IMPUGNADA. RESTRIÇÃO DE PARTE DOS VEÍCULOS DA FROTA DA AGRAVANTE. INEXISTÊNCIA DE COMPROMETIMENTO DA ATIVIDADE ECONÔMICA. IMINÊNCIA DE DANO AUSENTE. DECISÃO PARA EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO PARA VERIFICAÇÃO DE CRÉDITOS A SEREM RESGUARDADOS POR DEVEDOR DA PARTE. POSSIBILIDADE.-O conteúdo decisório que repisa pela manutenção dos efeitos de decisão anterior padece de preclusão da matéria, incorrendo em não conhecimento do recurso por ausência do pressuposto intrínseco de ausência de fato impeditivo.-A restrição de circulação de três dentre dez veículos da agravante não tem o condão de causar prejuízo à manutenção de suas atividades, bem como a determinação na expedição de Ofício à empresa concessionária para retenção de possíveis créditos do executado não se revela desarrazoável, posto que infrutíferas as buscas no sisitema BACENJUD e insuficiência do valor para atingir a dívida exequenda frente a restrição de veículos.-RECURSO NÃO CONHECIDO EM PARTE E NÃO PROVIDO. . DECISÃO: "EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONSTRIÇÃO DE BENS. ATOS EXECUTÓRIOS. DECISÃO QUE REPISA PELA MANUTENÇÃO DOS EFEITOS DE DECISÃO ANTERIOR. PRECLUSÃO. NÃO CONHECIMENTO QUANTO À MATÉRIA JÁ DECIDIDA E NÃO IMPUGNADA. RESTRIÇÃO DE PARTE DOS VEÍCULOS DA FROTA DA AGRAVANTE. INEXISTÊNCIA DE COMPROMETIMENTO DA ATIVIDADE ECONÔMICA. IMINÊNCIA DE DANO AUSENTE. DECISÃO PARA EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO PARA VERIFICAÇÃO DE CRÉDITOS A SEREM RESGUARDADOS POR DEVEDOR DA PARTE. POSSIBILIDADE. -O conteúdo decisório que repisa pela manutenção dos efeitos de decisão anterior padece de preclusão da matéria, incorrendo em não conhecimento do recurso por ausência do pressuposto intrínseco de ausência de fato impeditivo. -A restrição de circulação de três dentre dez veículos da agravante não tem o condão de causar prejuízo à manutenção de suas atividades, bem como a determinação na expedição de Ofício à empresa concessionária para retenção de possíveis créditos do executado não se revela desarrazoável, posto que infrutíferas as buscas no sisitema BACENJUD e insuficiência do valor para atingir a dívida exequenda frente a restrição de veículos. -RECURSO NÃO CONHECIDO EM PARTE E NÃO PROVIDO. ACÓRDÃO. Vistos, discutidos e relatados estes autos de Agravo de Instrumento nº 4002710-73.2019.8.04.0000, ACORDAM os Desembargadores que integram a".

Processo: 4002791-22.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, 8ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Agravante: Banco Bmg S/A
Advogado: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE)

Agravada: Margarete Brandão Paula
Advogada: Hanna Tavares Cunha (OAB: 10417/AM)
Advogado: Luiz Felipe Vilhena Rodrigues (OAB: 10418/AM)
Relator: Des. Aristóteles Lima Thury.
Membros: Des. João de Jesus Abdala Simões e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO - MULTA DIÁRIA POR DESCUMPRIMENTO DE ORDEM JUDICIAL - REGULARIDADE DA MEDIDA - CRITÉRIOS DE FIXAÇÃO DENTRO DO LIMITE DO POSSÍVEL – DECISÃO MANTIDA.- Correta a fixação de astreintes para o caso em tela, posto que tal possibilidade está prevista no art. 537, do CPC e decorre do poder geral de cautela do Juiz, em assegurar o efetivo cumprimento da determinação judicial;- Bastaria cumprir a ordem judicial para evitar a incidência da multa, e, em razão do descumprimento, posto que não apresenta contraprovas ao contracheque do mês de outubro juntado pela Agravada em que demonstra a continuidade da dedução em seu salário, restando claro confronto a ordem judicial; - Ademais, considerando que à penalidade foi dado um valor fixo, qual seja, R$10.000,00 não gera o enriquecimento ilícito da parte adversa e não extrapola a finalidade do instituto;- RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.. DECISÃO: "EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO - MULTA DIÁRIA POR DESCUMPRIMENTO DE ORDEM JUDICIAL - REGULARIDADE DA MEDIDA - CRITÉRIOS DE FIXAÇÃO DENTRO DO LIMITE DO POSSÍVEL - DECISÃO MANTIDA. - Correta a fixação de astreintes para o caso em tela, posto que tal possibilidade está prevista no art. 537, do CPC e decorre do poder geral de cautela do Juiz, em assegurar o efetivo cumprimento da determinação judicial; - Bastaria cumprir a ordem judicial para evitar a incidência da multa, e, em razão do descumprimento, posto que não apresenta contraprovas ao contracheque do mês de outubro juntado pela Agravada em que demonstra a continuidade da dedução em seu salário, restando claro confronto a ordem judicial; - Ademais, considerando que à penalidade foi dado um valor fixo, qual seja, R$10.000,00 não gera o enriquecimento ilícito da parte adversa e não extrapola a finalidade do instituto; - RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. ACÓRDÃO. Vistos, discutidos e relatados estes autos de Agravo de Instrumento nº 4002791-22.2019.8.04.0000, ACORDAM os Desembargadores que integram a Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos em, conhecer do recurso para lhe negar provimento, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar o julgado.".

Processo: 4001398-62.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, 12ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Agravante: Raimundo da Silva Mello
Agravante: Janira Costa Melo
Advogado: Mauro da Gama Monteiro (OAB: 9734/AM)
Agravado: Lindomar Gonçalves de Vasconcelos
Advogado: Alan Johnny Feitosa da Fonseca (OAB: 7799/AM)
Advogado: Daniella Lopes Cavalcante (OAB: 4164/AM)
Advogada: Rosa Maria Feitosa da Fonseca (OAB: 11120/AM)
Advogado: Francelina Giordana Feitosa Góes (OAB: 12041/AM)
Relatora: Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.
Membros: Airton Luís Corrêa Gentil e Des. Aristóteles Lima Thury

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE. PEDIDO DE JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE INDEFERIDO. DECISÃO RECORRIDA QUE PROCLAMA A NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. IRRECORRIBILIDADE. AUSÊNCIA DE ENQUADRAMENTO AO ROL DO ART. 1.015 DO CPC. TAXATIVIDADE MITIGADA. TESE JURÍDICA SUFRAGADA PELO STJ. PREJUÍZO RELEVANTE NÃO DEMONSTRADO PELOS AGRAVANTES. NULIDADE POR AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO AFASTADA. RECURSO NÃO CONHECIDO.- A decisão que indefere o pedido de julgamento antecipado da lide por reputar necessária a dilação probatória é irrecorrível pela via instrumental em virtude da taxatividade estabelecida pelo art. 1.015, do CPC.- A aplicação da tese da taxatividade mitigada, fixada no julgamento dos recursos especiais nº 1.696.396/MT e nº 1.704.520/MT, somente tem lugar quando demonstrado que a decisão impugnada é capaz de causar relevante prejuízo à parte recorrente.- Não se ressente de devida fundamentação o decreto judicial que expõe objetivamente a impossibilidade de julgamento antecipado da lide ante a necessidade de dilação probatória para formação do convencimento do julgador.- Recurso não conhecido.. DECISÃO: "EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE. PEDIDO DE JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE INDEFERIDO. DECISÃO RECORRIDA QUE PROCLAMA A NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. IRRECORRIBILIDADE. AUSÊNCIA DE ENQUADRAMENTO AO ROL DO ART. 1.015 DO CPC. TAXATIVIDADE MITIGADA. TESE JURÍDICA SUFRAGADA PELO STJ. PREJUÍZO RELEVANTE NÃO DEMONSTRADO PELOS AGRAVANTES. NULIDADE POR AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO AFASTADA. RECURSO NÃO CONHECIDO. - A decisão que indefere o pedido de julgamento antecipado da lide por reputar necessária a dilação probatória é irrecorrível pela via instrumental em virtude da taxatividade estabelecida pelo art. 1.015, do CPC. - A aplicação da tese da taxatividade mitigada, fixada no julgamento dos recursos especiais nº 1.696.396/MT e nº 1.704.520/MT, somente tem lugar quando demonstrado que a decisão impugnada é capaz de causar relevante prejuízo à parte recorrente. - Não se ressente de devida fundamentação o decreto judicial que expõe objetivamente a impossibilidade de julgamento antecipado da lide ante a necessidade de dilação probatória para formação do convencimento do julgador. - Recurso não conhecido.".

Secretaria do(a) Terceira Câmara Cível , em Manaus, 2 de setembro de 2019.

Despachos

Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador **João de Jesus Abdala Simões** Relator dos Autos Virtuais de **Agravo de Instrumento nº. 4002553-03.2019.8.04.0000**/Manaus – AM, em que figuram como **Agravantes, Adriedne Progenio da Mota, Angela Souza Farias, Bruna Rezende da Silva, Cleumar Lima dos Santos, Erika Castro Roque, Erlison Delgado da Silva, Fabiano da Silva Marques, Maria Laura Marques Guilherme, Maria Lucia Alves de Moraes, Odete Rodrigues da Costa, Rosivane Lopes Borges e Silmara Santos de Araújo**, advogado, Edinho Gomes da Cruz (11273/AM) e Fernando Costa Alves (10859/AM) e como **Agravado, Andrezia Bezerra Ferreira**, advogados, Drs,Gamal Swami de Abreu (9106/AM) e Margide Amaro de Souza (10380/AM). **Despacho:** "(...) Tendo em vista o teor da parte final da decisão de fls. 134/137 - in verbis: "revogada a decisão firmada em regime plantonista, entendo ser desneceSsária a autuação do embargos de declaração em procedimento apartado. Recebo-o, todavia, como pedido de reconsideração" determino o cancelamento da distribuição dos embargos de declaração nº 0004239-98.2019.8.04.0000. À secretaria para providências. Manaus, 29 de agosto de 2019. Desembargador JOÃO DE JESUS ABDALA SIMÕES-Relator." ept

Ficam as partes intimadas do inteiro teor do presente despacho . Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 2 de setembro de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Secretária. M. 1104.

Intimações

Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador **Airton Luís Corrêa Gentil** Relator dos Autos Virtuais de **Embargos de Declaração Cível nº. 0005191-14.2018.8.04.0000**/Manaus – AM, em que figuram como **Embargante, Grife Construções e Empreendimentos Imobiliários Ltda Epp**, advogado, Fued Cavalcante Sêmen Neto (10435/AM) e Jonny Cleuter Simões Mendonça (8340/AM) e como **Embargado, Lira Consultoria Ltda.**, advogado, Paloma de Souza Sicsú (7186/AM). **Despacho:** "(...) Em seguida, a parte embargada requereu a suspensão do feito por 30 (trinta) dias, terminando em 28/09/2018 e, então, interpôs embargos de declaração (processo n.º 0006588-11.2018.8.04.0000), já julgado, e novos embargos de declaração (processo n.º 0002268-78.2019.8.04.0000), que está em andamento. Diante dessa situação, arquivem-se os autos após o trânsito em julgado dos autos principais. À Secretaria para providências. Manaus, 29 de agosto de 2019. Desembargador Airton Luís Corrêa Gentil-Relator

Ficam as partes intimadas do inteiro teor do presente despacho . Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 2 de setembro de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Secretária. M. 1104.

Decisões

Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **Flávio Humberto Pascarelli Lopes**, Relator do Processo Eletrônico de **Apelação Cível nº. 0638988-94.2016.8.04.0001**/Manaus - AM, em que figuram como **Apelante, Nobre Seguradora do Brasil S/A e Waldemira Pereira Simões Campos**, advogado, Maria Emilia Gonçalves de Rueda (23748/PE) e Rosa Gabriela Gazel Santana (11103/AM) e como **Apelado, Auto Ônibus Lider Ltda e Waldemira Pereira Simões Campos**, advogado, Ana Paula Ivo Fernandes Marinho (119221/RJ) e Rosa Gabriela Gazel Santana (11103/AM). **DECISÃO: "(...)** Chamo o processo à ordem para TORNAR SEM EFEITO a decisão de fls. 607/608, visto que o pedido de justiça gratuita é um dos pedidos do apelante, e portanto, será apreciado quando da análise do mérito. Tendo em vista o presente juízo de retratação, julgo prejudicados os Embargos de Declaração de fls. 1/8 (Processo nº 0001774-19.2019.8.04.0000), determinando a sua baixa e arquivamento. Em seguida, peço data para julgamento do presente feito. À Secretaria para providências. CUMPRA-SE. Manaus, 29 de agosto de 2019. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha- Relatora. Juíza de Direito Convocada - Portaria nº 1762/2019-PTJ

Ficam as partes intimadas, por meio de seus advogados, do inteiro teor da presente decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 2 de setembro de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão proferida pela Exma. Sra. Dra. **Mirza Telma de Oliveira Cunha,** Relatora do Processo Eletrônico de **Embargos de Declaração Cível nº. 0001774-19.2019.8.04.0000**/Manaus - AM, em que figuram como **Embargante, Nobre Seguradora do Brasil S/A**, advogado, Maria Emilia Gonçalves de Rueda (23748/PE) e como **Embargado, Auto Ônibus Lider Ltda e Waldemira Pereira Simões Campos**, advogado, Ana Paula Ivo Fernandes Marinho (119221/RJ) e Rosa Gabriela Gazel Santana (11103/AM). **DECISÃO: "(...)** Chamo o processo à ordem para TORNAR SEM EFEITO a decisão de fls. 607/608, visto que o pedido de justiça gratuita é um dos pedidos do apelante, e portanto, será apreciado quando da análise do mérito. Tendo em vista o presente juízo de retratação, julgo prejudicados os Embargos de Declaração de fls. 1/8 (Proceso nº 0001774-19.2019.8.04.0000), determinando a sua baixa e arquivamento. Em seguida, peço data para julgamento do presente feito. À Secretaria para providências. CUMPRA-SE. Manaus, 29 de agosto de 2019. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha-Relatora. Juíza de Direito Convocada - Portaria nº 1762/2019-PTJ

Ficam as partes intimadas, por meio de seus advogados, Maria Emilia Gonçalves de Rueda (23748/PE) do inteiro teor da presente decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 2 de setembro de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **João de Jesus Abdala Simões**, Relator do Processo Eletrônico de **Apelação Cível nº. 0000175-89.2014.8.04.4601**/Manaus - AM, em que figuram como **Apelante, Guilherme Aluizio de Oliveira Silva**, advogado, Nelson Jose de Oliveira da Silva (5103/AM), Selma Bomfim Silva e Socrates Bomfim Neto e como **Apelado, Francisco Damião Fernandes, Leonardo Penha Duarte e Rubenilson Pais Teixeira**, advogado, Mary Françoise das Neves Nascimento Sousa (5142/AM), Mary Françoise das Neves Nascimento Sousa (5142/AM), Mary Françoise das Neves Nascimento Sousa (5142/AM), Rafael Coelho da Silva (7998/AM), Rafael Coelho da Silva (7998/AM) e Raphael Coelho da Silva (7998/AM). **DECISÃO: "(...)** Isso posto, homologo o acordo de fls. 1.846/1.849 e, considerando que a ação foi extinta em relação às demais partes do processo (decisões de fls. 1.830/1.831 e 1.840/1.841), extingo o feito, com julgamento de mérito, nos termos do art. 487, II, "b", do CPC. À Secretaria para as providências, com o ulterior devolução dos autos à Vara de origem. Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Desembargador JOÃO DE JESUS ABDALA SIMÕES-Relator

Ficam as partes intimadas, por meio de seus advogados, do inteiro teor da presente decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 2 de setembro de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **Flávio Humberto Pascarelli Lopes**, Relator do Processo Eletrônico de **Apelação Cível nº. 0000888-22.2013.8.04.4400**/Manaus - AM, em que figuram como **Apelante, Jairo Leite de Almeida, João Leite de Almeida e Roberto Rui Guerra de Souza**, advogado, Aldenize Magalhães Aufiero (1874/AM), Aniello Miranda Aufiero (1579/AM), Danielle Aufiero Monteiro de Paula (6945/AM), Mario Vitor M Aufiero (8787/AM) e Robson Gonçalves de Menezes (3895/AM) e como **Apelado, Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau**, advogado, Simone Martins Lima. **DECISÃO: "(...)** Posto isso, supedaneado no citado preceito legal, determino a suspensão do processo pelo período de 1 (um) ano, ou até o julgamento do RE 683.235/PA, submetido à técnica da repercussão geral, o que ocorrer primeiro. Remetam-se os autos ao Núcleo de Gerenciamento Precedentes desta Corte, nos termos do art. 3º, III, da Resolução nº 1/2017-TJAM. Em vista disso, torno sem efeito o despacho de fls. 710. À Secretaria para providências. CUMPRA-SE. Manaus, 30 de agosto de 2019. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha. Relatora. Juíza de Direito Convocada - Portaria nº 1762/2019-PTJ

Ficam as partes intimadas, por meio de seus advogados, do inteiro teor da presente decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 2 de setembro de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **João de Jesus Abdala Simões**, Relator do Processo Eletrônico de **Embargos de Declaração Cível nº. 0005370-11.2019.8.04.0000**/ Manaus - AM, em que figuram como **Embargante, Cleitman Rabelo Coelho e Rayna Coelho Barbosa**, advogado, Marcus da Costa Tribuzi (12408/AM) e como **Embargado, Evelyn Haddad Hamada, Maria das Graças Nogueira Haddad, Ralph Nogueira Haddad e Vivian Nogueira Haddad**, advogado, Paulo Bernardo Lindoso e Lima (11333/AM). **DECISÃO: "(...)** Fincado nessas razões, com fundamento no art. 932, III do CPC, não conheço dos embargos de declaração por serem manifestamente Fincado nessas razões, com fundamento no art. 932, II do CPC, não conheço dos embargos de declaração por serem manifestamente intempestivos. Intimem-se as partes. Transcorrido o prazo recursal, sem irresignação, arquivem-se os autos. À secretaria para as providências. Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Desembargador JOÃO DE JESUS ABDALA SIMÕES-Relator

Ficam as partes intimadas, por meio de seus advogados, do inteiro teor da presente decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 2 de setembro de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador Aristóteles Lima Thury, Relator do Proceso Eletrônico de Agravo de Instrumento nº. 40410-25.2019.8.04.00/Manaus - AM, em que figuram como Agravantes, Glória Maria de Oliveira Simões e Kátia Maria da Silva de Oliveira, advogadas, Dras. Gina Moraes de Almeida (7036/AM) e Raysa Lopes da Silva Tavares (1395/AM) e como Agravado, Master Consignados Franquia Ltda - ME. DECISÃO: "(.) Ante o exposto, da sumária análise dos fundamentos recursais e pelas razões delineadas, com fundamento nos arts. 1.019, I, 932, I e 95, parágrafo único, todos do CPC/2015, e como medida de cautela, antecipo os efeitos da tutela recursal pretendida, rescindido o contrato de concesão comercial firmado entre as partes, o qual deixa de surtir seus efeitos a partir da presente decisão. Intime-se a Agravada para que responda o presente recurso, na forma do art. 1.019, I, do CPC. Ato contínuo, comunique-se a presente decisão ao Juiz da causa, nos termos do art. 1.019, I, do CPC. Devidamente instruído, retornem-me os autos em conclusão. Cumpra-se. À Secretaria para providências. Manaus, 29 de agosto de 2019. Desembargador Aristóteles Lima Thury-Relator." ept

Ficam as partes intimadas, por meio de seus advogados, do inteiro teor da presente decisão. Os autos poderão ser acesados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 29 de agosto de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Asistente da Secretária. M. 104.

Decisão Monocrática proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **João de Jesus Abdala Simões**, Relator do Processo Eletrônico de **Agravo de Instrumento nº. 4003086-59.2019.8.04.0000**/ Manaus - AM, em que figura como **Agravante, Unimed Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda.**, advogadas, Dras. Elisa Gomes Valente Bulboo (9767/AM) e Isabelle Benlolo de Azevedo (11737/AM) e como **Agravado, Davi Ramos dos Santos**, advogado,Dr. André Luiz Mouco Fernandes (5017/AM). **DECISÃO MONOCRÁTICA: "(...)** Isso posto, sendo inequívoca a intempestividade do recurso, com fundamento no art. 932, II, do CPC, não conheço do agravo de instrumento. Intimem-se as partes. Transcorrido o prazo recursal, sem irresignação, remetam-se os autos à Vara de origem.
À secretaria para as providências. Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. Desembargador JOÃO DE JESUS ABDALA SIMÕES-Relator.." ept
Ficam as partes intimadas, por meio de seus representantes, do inteiro teor da presente Decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 2 de setembro de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão Monocrática proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **Airton Luís Corrêa Gentil**, Relator do Processo Eletrônico de **Habeas Corpus Cível nº. 4003968-21.2019.8.04.0000**/Manaus - AM, em que figuram como **Impetrantes, Luiz Henrique de Souza Lobo e Luiz Paulo Fernandes**, advogado, Dr. Luiz Paulo Fernandes (10080/AM) e como **Réu, Juízo de Direito da 1ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Manaus/am**, advogado, Todos os representantes das partes passivas Não informado. **DECISÃO MONOCRÁTICA: "(...)** Flagrante a má-fé processual do impetrante com intenção de ludibriar este Juízo, porquanto a liminar resta-se negada e a ação encontra-se em processamento. Pelo exposto, extingo o processo sem resolução do mérito, por litispendência, a teor do art. 485, I do Código de Processo Civil[1]. À Secretaria para as providências legais subsequentes. Manaus, 29 de agosto de 2019. Desembargador Airton Luís Corrêa Gentil-Relator." ept
.
Ficam as partes intimadas, por meio de seus representantes, do inteiro teor da presente Decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 2 de setembro de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **Airton Luís Corrêa Gentil**, Relator do Processo Eletrônico de **Agravo de Instrumento nº. 4004045-30.2019.8.04.0000**/Manaus - AM, em que figura como **Agravante, O Estado do Amazonas**, advogado, Arthur Marcel Batista Gomes (1335A/AM) e como **Agravado, Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau e O Município de Tefé/am**, advogado, Marcio Pereira de Mello. **DECISÃO: "(...)** Intime-se o agravado para, querendo, ofereça contrarrazões recursais e após, com ou sem resposta, abra-se vista ao Graduado Órgão do Ministério Público. À Secretaria para as providências legais subsequentes. Manaus, 29 de agosto de 2019. Desembargador Airton Luís Corrêa Gentil-Relator." ept

Ficam as partes intimadas, por meio de seus advogados, do inteiro teor da presente decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 2 de setembro de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **João de Jesus Abdala Simões**, Relator do Processo Eletrônico de **Agravo de Instrumento nº. 4004241-97.2019.8.04.0000**/Manaus - AM, em que figura como **Agravante, Mineração Taboca S/A**, advogado, Dr. José Alberto Maciel Dantas (3311/AM) e como **Agravados, Fortunato Ferreria de Azevedo e Cia Ltda-epp e Matos Alho Factoring Fomento Mercantil Ltda**, advogado, Dr. João Fernandes Carneiro Júnior (14022/AM). **DECISÃO: "(...)** Fincado nessas razões, concedo o efeito suspensivo pretendido para determinar que a decisão ora agravada permaneça com seus efeitos suspensos até o julgamento final do presente Agravo de Instrumento. Comunique-se ao juízo prolator da decisão agravada, bem como as partes para que tenham ciência deste pronunciamento. Por fim, determino a intimação da parte agravada
para apresentar contrarrazões no prazo legal (CPC, art. 1.019, *II*). À secretaria para as providências necessárias. Manaus, 30 de agosto de 2019. Desembargador JOÃO DE JESUS ABDALA SIMÕES-Relator."ept

Ficam as partes intimadas, por meio de seus advogados, do inteiro teor da presente decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 2 de setembro de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão Monocrática proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **Airton Luís Corrêa Gentil**, Relator do Processo Eletrônico de **Agravo de Instrumento nº. 4003506-64.2019.8.04.0000**/Manaus - AM, em que figura como **Agravante, Allianz Seguros S.A.**, advogados, Drs. Alexandre Otávio Araújo Lima (97679/RJ), Eloi Pinto Andrade (819/AM) e Eugênio F. Pinto de Andrade (3424/AM) e como **Agravado, Cta - Cleiton Táxi Aéreo Ltda**, advogados, Drs. Flávio José dos Santos Marques (1608/AM), Fred Gerson de Souza Pinheiro (8444/AM) e Gunther Aquiles Marques Paz (7296R/AM). **DECISÃO MONOCRÁTICA: "(...)** Assim, tendo em vista que o recurso tornou-se prejudicado pela perda superveniente do objeto, é possível o seu não conhecimento por meio de decisão monocrática, ante o permissivo do inciso III supra. Diante do exposto, com fundamento no art. 932, inciso III, do NCPC, não conheço do presente recurso, julgando-o prejudicado, em razão da perda superveniente do objeto. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. À Secretaria para providências. Manaus, 29 de agosto de 2019. Desembargador Airton Luís Corrêa Gentil-Relator." ept

Ficam as partes intimadas, por meio de seus representantes, do inteiro teor da presente Decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 30 de agosto de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **João de Jesus Abdala Simões**, Relator do Processo Eletrônico de **Apelação Cível nº. 0641648-27.2017.8.04.0001**/Manaus - AM, em que figura como **Apelante, C. M. B.** , advogada, Dra. Camila da Silva Melo (10293/AM) e como **Apelado, T. R. S.** , advogada,Dra. Anne Louise Ventura da Silva (8297/AM). **DECISÃO: "(...)** Forte nessas razões, mantenho o posicionamento constante às fls. 205/2016, no sentido de conceder a benesse da justiça gratuita em favor do apelante, nos termos do art. 99,§ 7º, do CPC. Intimem-se as partes. Após, voltem-me os autos conclusos. À secretaria para providenciar a publicação no DJE. Após, voltem-me os autos conclusos. Manaus, 30 de agosto de 2019. Desembargador JOÃO DE JESUS ABDALA SIMÕES-Relator." ept

Ficam as partes intimadas, por meio de seus advogados, do inteiro teor da presente decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 30 de agosto de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **Airton Luís Corrêa Gentil**, Relator do Processo Eletrônico de **Agravo de Instrumento nº. 4003139-40.2019.8.04.0000**/Manaus - AM, em que figura como **Agravante, Geneses da Silva**, advogados, Drs. Isla Queiroz Monteiro (14000/AM) e Michael Lemes Monteiro (10013/AM) e como **Agravado, Glaicom Luiz Carlot**, advogado, Dr. João Antonio de Souza Junior (1170A/AM). **DECISÃO: "(...)** Pelo exposto, em cognição sumária, indefiro o pedido de tutela antecipada recursal. Intime-se o agravado para, querendo, apresente contrarrazões recursais. Após, com ou sem resposta, abra-se vista ao Graduado Órgão do Ministério Público. À Secretaria para as providências legais subsequentes. Manaus, 29 de agosto de 2019. Desembargador Airton Luís Corrêa Gentil-Relator." ept

Ficam as partes intimadas, por meio de seus advogados, do inteiro teor da presente decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 30 de agosto de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão Monocrática proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **Airton Luís Corrêa Gentil**, Relator do Processo Eletrônico de **Agravo Regimental Cível nº. 0005269-71.2019.8.04.0000**/Manaus - AM, em que figura como **Agravante, Banco da Amazônia S/A**, advogados, Drs. André Bitar Grisolia (17822/PA), Annabelle de Oliveira Machado (4419/AM), Boniek Pereira da Silva (8303/AM), Bruno Santos de Souza (17622/PA), Eder Augusto dos Santos Picanço (10396/PA) e Helen Susane Machado de Miranda (7627/AM) e como **Agravado, J.F. de Oliveira Navegação Ltda**, advogados, Drs. Erisvanha Ramos de Souza (3857/AM) e Solon Argelim de Alencar Ferreira (3338/AM). **DECISÃO MONOCRÁTICA: "(...)** Ante todo o exposto, nego seguimento monocrático ao recurso. À Secretaria para as providências legais subsequentes. Manaus, 29 de agosto de 2019. Desembargador Airton Luís Corrêa Gentil-Relator." ept

Ficam as partes intimadas, por meio de seus representantes, do inteiro teor da presente Decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 30 de agosto de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão Monocrática proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **Airton Luís Corrêa Gentil**, Relator do Processo Eletrônico de **Agravo de Instrumento nº. 4001770-11.2019.8.04.0000**/Manaus - AM, em que figura como **Agravante, Petros Fundação Petrobras de Seguridade Social**, advogado, Dr. Carlos Roberto Siqueira Castro (671A/AM) e como **Agravada, Yeda Maria Araujo Rocha**, advogados, Drs. Jose Reynaldo Saraiva Pinheiro (4682/AM) e Rommel Júnior Queiroz Rodrigues (8279/AM). **DECISÃO MONOCRÁTICA: "(...)** Desta forma, considerando como termo inicial a data da audiência de conciliação, o termo final ocorreu na data 17/04/2019. Compulsando os autos, verifico que o recurso foi protocolado na data 18/04/2019, portanto, fora do prazo recursal. Diante do exposto, com fundamento no art. 932, inciso I, do CPC/15, não conheço do presente recurso. À secretaria para providências. Manaus, 29 de agosto de 2019. Desembargador Airton Luís Corrêa Gentil-Relator."

Ficam as partes intimadas, por meio de seus representantes, do inteiro teor da presente Decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 30 de agosto de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **Airton Luís Corrêa Gentil**, Relator do Processo Eletrônico de **Agravo de Instrumento nº. 4003140-25.2019.8.04.0000**/Manaus - AM, em que figura como **Agravante, Ivanci Souza dos Santos**, advogado, Dr. Michael Lemes Monteiro (10013/AM) e como **Agravado, Glaicom Luiz Carlot**, advogado, Dr. João Antonio de Souza Junior (1170A/AM). **DECISÃO: "(...)** Pelo exposto, em cognição sumária, indefiro o pedido de tutela antecipada recursal. Intime-se o agravado para, querendo, apresente contrarrazões recursais. Após, com ou sem resposta, abra-se vista ao Graduado Órgão do Ministério Público. À Secretaria para as providências legais subsequentes. Manaus, 29 de agosto de 2019. Desembargador Airton Luís Corrêa Gentil-Relator." ept

Ficam as partes intimadas, por meio de seus advogados, do inteiro teor da presente decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 30 de agosto de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **Airton Luís Corrêa Gentil**, Relator do Processo Eletrônico de **Agravo de Instrumento nº. 4003951-82.2019.8.04.0000**/Manaus - AM, em que figura como **Agravante, O Estado do Amazonas**, advogado, Debora Bandeira Koenow (36823/GO) e como **Agravado, Honório Amaral**, advogado, Arlindo Gonçalves dos Santos Neto (4368/AM) e Defensoria Pública do Estado do Amazonas. **DECISÃO: "(...)** Pelo exposto, em cognição sumária, indefiro o pedido de efeito suspensivo sem prejuízo de reanálise posterior. Intime-se o agravado, para, querendo, ofereça contrarrazões recursais. Após, com ou sem manifestação, abra-se vista ao Graduado Órgão do Ministério Público. À Secretaria para as providências legais subsequentes. Manaus, 29 de agosto de 2019. Desembargador Airton Luís Corrêa Gentil-Relator." ept

Ficam as partes intimadas, por meio de seus advogados, do inteiro teor da presente decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 30 de agosto de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão Monocrática proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **Airton Luís Corrêa Gentil**, Relator do Processo Eletrônico de **Agravo de Instrumento nº. 4001598-69.2019.8.04.0000**/Manaus - AM, em que figuram como **Agravante, Marta de Oliveira Atem**, advogado, Emerson da Silva Castro (5591/AM), Mayra de Castro Maia Florencio Cavalcanti (11740/PB) e Pedro Xavier Coelho Sobrinho (598/RR) e como **Agravado, Francisco Luís Simões da Silva**, advogado, Fernando Luís Simões da Silva (6063/AM). **DECISÃO MONOCRÁTICA: "(...)** Pelo exposto, com fundamento no art. 1007 § 5º do Código de Processo Civil, não conheço do recurso por deserção. À Secretaria para as providências legais subsequentes. Manaus, 29 de agosto de 2019. Desembargador Airton Luís Corrêa Gentil-Relator." ept

Ficam as partes intimadas, por meio de seus representantes, do inteiro teor da presente Decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 30 de agosto de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **Airton Luís Corrêa Gentil**, Relator do Processo Eletrônico de **Agravo de Instrumento nº. 4003931-91.2019.8.04.0000**/Manaus - AM, em que figura como **Agravante, Sidclei Lima da Silva**, advogado, Dr. Mauro Gilberto Froata Lobato (10848/AM) e como **Agravado, I. S. DE SOUZA**, advogados, Drs. Ewerton Almeida Ferreira (6839/AM), Fabiana Nogueira Neris (12366/AM) e Sarah Lima Toledano (10106/AM). **DECISÃO: "(...)** Pelo exposto, defiro o pedido de tutela antecipada recursal para obstar o cumprimento da medida antecipatória até ulterior decisão desta Corte de Justiça. Intime-se o agravado para, querendo, ofereça contrarrazões recursais. Após, com ou sem resposta, voltem-me conclusos para voto. À Secretaria para as providências legais subsequentes. Manaus, 29 de agosto de 2019. Desembargador Airton Luís Corrêa Gentil-Relator." ept

Ficam as partes intimadas, por meio de seus advogados, do inteiro teor da presente decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 30 de agosto de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **Airton Luís Corrêa Gentil**, Relator do Processo Eletrônico de **Agravo de Instrumento nº. 4003147-17.2019.8.04.0000**/Manaus - AM, em que figura como **Agravante, Marizom Miranda da Silva**, advogados, Drs. Isla Queiroz Monteiro (14000/AM) e Michael Lemes Monteiro (10013/AM) e como **Agravado, Glaicom Luis Carlot**, advogado, João Antonio de Souza Junior (1170A/AM). **DECISÃO: "(...)** Pelo exposto, em cognição sumária, indefiro o pedido de tutela antecipada recursal. Intime-se o agravado para, querendo, apresente contrarrazões recursais. Após, com ou sem resposta, abra-se vista ao Graduado Órgão do Ministério Público. À Secretaria para as providências legais subsequentes. Manaus, 29 de agosto de 2019. Desembargador Airton Luís Corrêa Gentil-Relator." ept

Ficam as partes intimadas, por meio de seus advogados, do inteiro teor da presente decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 30 de agosto de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **Airton Luís Corrêa Gentil**, Relator do Processo Eletrônico de **Agravo de Instrumento nº. 4003145-47.2019.8.04.0000**/Manaus - AM, em que figura como **Agravante, Manoel Pereira Barbosa**, advogados, Drs. Isla Queiroz Monteiro (14000/AM) e Michael Lemes Monteiro (10013/AM) e como **Agravado, Glaicom Luiz Carlot**, advogado, Dr. João Antonio de Souza Junior (1170A/AM). **DECISÃO: "(...)** Pelo exposto, em cognição sumária, indefiro o pedido de tutela antecipada recursal. Intime-se o agravado para, querendo, apresente contrarrazões recursais. Após, com ou sem resposta, abra-se vista ao Graduado Órgão do Ministério Público. À Secretaria para as providências legais subsequentes. Manaus, 29 de agosto de 2019. Desembargador Airton Luís Corrêa Gentil-Relator." ept

Ficam as partes intimadas, por meio de seus advogados, do inteiro teor da presente decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 30 de agosto de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **Airton Luís Corrêa Gentil**, Relator do Processo Eletrônico de **Agravo de Instrumento nº. 4003141-10.2019.8.04.0000**/Manaus - AM, em que figura como **Agravante, Ivanor Souza dos Santos**, advogado, Dr. Michael Lemes Monteiro (10013/AM) e como **Agravado, Glaicom Luiz Carlot**, advogado, Dr. João Antonio de Souza Junior (1170A/AM). **DECISÃO: "(...)** Pelo exposto, em cognição sumária, indefiro o pedido de tutela antecipada recursal. Intime-se o agravado para, querendo, apresente contrarrazões recursais. Após, com ou sem resposta, abra-se vista ao Graduado Órgão do Ministério Público. À Secretaria para as providências legais subsequentes. Manaus, 29 de agosto de 2019. Desembargador Airton Luís Corrêa Gentil-Relator." ept

Ficam as partes intimadas, por meio de seus advogados, do inteiro teor da presente decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 30 de agosto de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Pauta de Julgamento Designado

Pauta de Julgamento Virtual

De ordem do Presidente da Egrégia Terceira Câmara Cível, Exmo(a). Des(a) Nélia Caminha Jorge, faço público que, após cumpridas as formalidades legais e prazo para manifestação de cinco (05) dias úteis, de acordo com a Emenda Regimental Nº 001/2018, os seguintes processos serão julgados virtualmente (sem sessão de julgamento presencial):

ADV/REP.: Pedro de Araújo Ribeiro (6935/AM) e Todos os representantes das partes passivas Não informado - Processo 0002806-59.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Regularidade Formal - Embargante : Rio Claro Trust de Recebiveis S/A - Embargado : Peterson de Carvalho Horta Campos - Relator: João de Jesus Abdala Simões

ADV/REP.: Bartolomeu Ferreira de Azevedo Júnior (4334/AM), Dayana de Menezes Azevedo (10500/AM) e Luciano Araújo Tavares (12512/AM) e Isabelle Bianca Sampaio Gomes (5831/AM) e Luiz Roberto F. Muniz Jr. (6791/AM) - Processo 0007818-25.2017.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Espécies de Contratos - Embargante : Amazonibus Transportes e Turismos Ltda - Embargado : Recofarma Industria do Amazonas Ltda - Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing

Secretaria do(a) Terceira Câmara Cível, em Manaus, 2 de setembro de 2019.

De ordem da Presidente da Egrégia Terceira Câmara Cível, Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge, faço público que, de acordo com o artigo 931 e 934 do Novo Código do Processo Civil, serão julgados nas próximas sessões, após cumpridas as formalidades legais, os seguintes autos digitais:

Agravo de Instrumento nº 4000455-61.2019.8.04.0900, de 2ª Vara da Fazenda Pública. Agravante: O Estado do Amazonas, advogado: Marcelo Augusto Albuquerque da Cunha (OAB: 2538/AM). Agravada: Letícia Dias Anselmo, advogado: Lusio Frank Freitas Dacio (OAB: 10456/AM). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Airton Luís Corrêa Gentil. Membros: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury. Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha. Procuradora de Justiça: Silvana Maria Mendonça Pinto dos Santos.

Agravo de Instrumento nº 4001747-65.2019.8.04.0000, de 2ª Vara da Fazenda Pública. Agravante: Maria das Graças Ribeiro de Souza, Defensor: Arlindo Gonçalves dos Santos Neto (OAB: 4368/AM) e Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas. Agravado: Estado do Amazonas - Secretaria de Estado da Saúde - SUSAM, Procurador: Paulo José Gomes de Carvalho (OAB: 1124/AM). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Airton Luís Corrêa Gentil. Membros: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury. Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.

Agravo de Instrumento nº 4002035-13.2019.8.04.0000, de 6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Agravante: Banco Bradesco Financiamentos S/A., advogado: Antonio Braz da Silva (OAB: 12450/PE). Agravada: Janaina Bastos Fonseca, advogados: Fabrizzio Gadelha Souza (OAB: 13057/AM), Alessandro Nogueira Monteiro (OAB: 10554/AM) e Marcos Augusto dos Santos Ferreira (OAB: 11940/AM). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Airton Luís Corrêa Gentil. Membros: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury. Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.

Agravo de Instrumento nº 4002131-28.2019.8.04.0000, de 1ª Vara da Fazenda Pública. Agravante: Defensoria Pública do Estado do Amazonas, Defensor: Thiago Nobre Rosas (OAB: 4773/AM) e Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas. Agravado: O Município de Manaus, Procurador: Lucas Grageiro Bonifácio. Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Airton Luís Corrêa Gentil. Membros: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury. Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha. Procuradora de Justiça: Silvana Maria Mendonça Pinto dos Santos.

Apelação Cível nº 0004442-82.2014.8.04.3800, de 1ª Vara de Coari. Apelante: Municipio de Coari/AM, Procuradoras: Laura Macedo Coelho (OAB: 11723/AM) e Maria Noeme Tigresa de Souza Matos (OAB: 12685/AM). Apelado: Daniel de Assis Lobo, advogado: Luiz Otavio de Vercosa Cha (OAB: 148931/RJ). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Airton Luís Corrêa Gentil. Membros: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury. Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.

Apelação Cível nº 0257407-09.2011.8.04.0001, de 5ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante/Apelado: Francisca Aureni Marques, advogados: Leonardo Guimarães Brito (OAB: 4096/AM), Pablo da Silva Negreiros (OAB: 4227/AM) e Ewerton Smith do Nascimento (OAB: 9715/AM). Apelante/Apelado: José Mauro Gonçalves Marques, advogado: Pablo da Silva Negreiros (OAB: 4227/AM). Apelante/Apelado: Patri Quatro Empreendimentos Imobiliários Ltda (Patrimônio), advogada: Keyth Yara Pontes Pina (OAB: 3467/AM). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing. Membros: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil. Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury. Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.

Apelação Cível nº 0619949-14.2016.8.04.0001, de 5ª Vara da Fazenda Pública. Apelante: Isabel Sousa do Nascimento, advogada: Livia Maria Andrade Porto (OAB: 11348/AM). Apelado: O Município de Manaus, Procurador: Margaux Guerreiro de Castro (OAB: 3917/AM). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Airton Luís Corrêa Gentil. Membros: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury. Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha. Procuradora de Justiça: Silvana Maria Mendonça Pinto dos Santos.

Apelação Cível nº 0630583-06.2015.8.04.0001, de 20ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Ricardo Erikson Veras de Sena Rosa, advogado: Juan Pablo Ferreira Gomes (OAB: 7716/AM). Apelado: Capital Rossi Empreendimentos S.A. Apelado: São Hipólito Empreendimentos Imobiliarios Ltda. Apelado: Santo Indalécio Empreendimentos Imobiliários Ltda., advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 598A/AM). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing. Membros: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil. Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury. Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.

Apelação Cível nº 0660046-85.2018.8.04.0001, de 5ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Banco Yamaha Motor do Brasil S/A., advogado: Hiran Leão Duarte (OAB: 10422/CE). Apelado: Sarah Gomes Melo. Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Airton Luís Corrêa Gentil. Membros: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury. Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.

Secretaria do(a) Terceira Câmara Cível, em Manaus, 2 de setembro de 2019.

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL

Intimações

DESPACHO DE INTIMAÇÃO

Nº 0219210-53.2009.8.04.0001 (001.09.219210-7) - Apelação Criminal - Manaus - Apelante: Willians Silvestre de Assunção - Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - A Excelentíssima Senhora Desembargadora Carla Maria Santos dos Reis, Relatora dos autos de Apelação Criminal nº 0219210-53.2009.8.04.0001 (Processo Digital). Manaus/AM, em que é Apelante Willians Silvestre de Assunção e Apelado Ministério Público do Estado do Amazonas, usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos, que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem por meio deste, fica INTIMADO o Apelante Willians Silvestre de Assunção, na pessoa de seus Advogados Drs. Pietro de Holanda Franco Almeida Costa Gomes Lopes (OAB 13804/AM) e Evandro Thiago Cid Santos (OAB 13915/AM), para, no prazo de 8 (oito) dias, oferecerem as Razões do recurso nos termos do art. 600 § 4.º do CPP. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 2 de setembro de 2019. Secretaria da colenda Primeira Câmara Criminal, em Manaus, Mastewener Abreu Nery. Secretário - M33901. - Advs: Pietro de Holanda Franco Almeida Costa Gomes Lopes (OAB: 13804/AM) - Sarah Pirangy de Souza - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

DESPACHO DE INTIMAÇÃO

Nº 0250255-75.2009.8.04.0001 (001.09.250255-6) - Apelação Criminal - Manaus - Apelante: Carlos Alberto Cavalcante de Souza - Apelante: Elizeu de Souza Gomes - Apelante: Allan Rego da Mata - Apelante: Luiz Maia de Oliveira - Apelante: Fausto de Souza Neto - Apelante: Wathila Silva da Costa - Apelante: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Apelado: Whatila da Silva Costa - Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - O Excelentíssimo Senhor Desembargador Sabino da Silva Marques, Relator dos autos de Apelação Criminal nº 0250255-75.2009.8.04.0001 (Processo Digital). Manaus/AM, em que são Apelantes Allan Rego da Mata, Carlos Alberto Cavalcante de Souza, Elizeu de Souza Gomes, Fausto de Souza Neto, Luiz Maia de Oliveira, Whatila da Silva Costa e Ministério Público do Estado do Amazonas, usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos, que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem por meio deste, ficam INTIMADOS os Apelantes Allan Rego da Mata, Carlos Alberto Cavalcante de Souza, Elizeu de Souza Gomes, Fausto de Souza Neto e Luiz Maia de Oliveira, na pessoa de seus Advogados Drs. Elizeu de Souza Gomes (OAB nº 7015/AM), Antônio Carlos de Almeida Castro (OAB 4107/DF), Roberta Cristina Ribeiro de Castro Queiroz (OAB 11305/AM), Marcelo Turbay Freiria (OAB 22956/DF), Liliane de Carvalho Gabriel (OAB 31335/DF), Hortênsia M.V. Medina (OAB 40353/DF) e Carlos Henrique Costa de Souza (OAB 5712/AM) para, no prazo de 8 (oito) dias, oferecerem as Razões dos recursos nos termos do art. 600 § 4.º do CPP. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 2 de setembro de 2019. Secretaria da colenda Primeira Câmara Criminal, em Manaus, Mastewener Abreu Nery. Secretário - M33901. - Advs: Antonio Carlos de Almeida Castro (OAB: 4107/DF) - Roberta Cristina Ribeiro de Castro Queiroz (OAB: 11305/DF) - Hortensia M. V. Medina (OAB: 40353/DF) - Marcelo Turbay Freiria (OAB: 22956/DF) - Liliane de Carvalho Gabriel (OAB: 31335/DF) - Evander Elias de Queiroz (OAB: 7015/AM) - Carlos Henrique Costa de Souza (OAB: 5712/AM) - Suyanne Soares Loiola (OAB: 9050/AM) - Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Andre Alecrim Marinho (OAB: 2870/AM) - André Alecrim Marinho - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Decisões

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 4004265-28.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Manaus - Impetrante: Manoel Vicente da Silva Neto - Paciente: Elissandro Gomes - Impetrado: Patricia Macedo de Campos - A Excelentíssima Senhora Desembargadora Carla Maria Santos dos Reis, Relatora dos autos de Habeas Corpus Criminal nº 4004265-28.2019.8.04.0000 (Processo Digital). Manaus/AM, em que é Impetrante e Advogado Dr. Manoel Vicente da Silva Neto OAB 13488/AM, Pacientes Elissandro Gomes e Manoel Vicente da Silva Neto e Impetrado 8.ª vara criminal, usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos, que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por meio deste, fica INTIMADOS os Pacientes Elissandro Gomes e Manoel Vicente da Silva Neto, na pessoa de seu Advogado Dr. Manoel Vicente da Silva Neto, (OAB/AM nº 13488), para tomar conhecimento da DECISÃO MONOCRÁTICA: " Ante o exposto, indefere-se a liminar". Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 2 de setembro de 2019. Secretaria da colenda Primeira Câmara Criminal, Exma. Sra. Desdora. Carla Maria Santos dos Reis, Relatora, Mastewener Abreu Nery. Secretário - M33901. - Advs: Manoel Vicente da Silva Neto (OAB: 13488/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Pauta de Julgamento Designado

Pauta de Julgamento Virtual

De ordem do Presidente da Egrégia Primeira Câmara Criminal, Exmo(a). Des(a) Sabino da Silva Marques, faço público que, após cumpridas as formalidades legais e prazo para manifestação de cinco (05) dias úteis, de acordo com a Emenda Regimental Nº 001/2018, os seguintes processos serão julgados virtualmente (sem sessão de julgamento presencial):

ADV/REP.: denise d'Albuquerque Veiga Lima e Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Clarissa Moraes Brito - Processo 0206839-81.2014.8.04.0001 - Apelação Criminal - Homicídio Qualificado - Apelante : S. S. dos S. - Apelado : Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Relator: Carla Maria Santos dos Reis

ADV/REP.: Bruno Henrique Soré (1010/AM) e Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Rodrigo Miranda Leão Júnior (1643/MP) - Processo 0214583-59.2016.8.04.0001 - Apelação Criminal - Estupro - Apelante : R. dos S. P. - Apelado : Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Relator: Sabino da Silva Marques

ADV/REP.: Daniel Britto Freire Araujo (12641/MA) e Daniel Leite Brito (820MP) - Processo 0226366-82.2015.8.04.0001 - Apelação Criminal - Roubo - Apelante : Fernando Victor Almeida Batista - Apelado : Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Relator: Sabino da Silva Marques

ADV/REP.: Maria Betusa Araújo do Nascimento e Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Wilsomar de Deus Ferreira (12134/AM) - Processo 0227027-95.2014.8.04.0001 - Apelação Criminal - Homicídio Qualificado - Apelante : Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Apelado : A. R. R. - Relator: João Mauro Bessa

ADV/REP.: César Augusto Gomes Monteiro (9696/AM) e César Augusto Gomes Monterio (9696/AM) e Todos os representantes das partes passivas Não informado - Processo 0233822-44.2019.8.04.0001 - Recurso Em Sentido Estrito - Homicídio Qualificado - Recorrente : Emanuel Arcanjo Moura

Recorrente : Carmelo Ezequiel do Nascimento Moura - Recorrido : Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Relator: José Hamilton Saraiva dos Santos

ADV/REP.: Moacyr Ramos Canuto Filho (9674/AM), Rafael Panza França Garcia (8425/AM) e Valber Diniz da Silva (3009/AM) e Moacyr Ramos Canuto Filho (9674/AM), Rafael Panza França Garcia (8425/AM), Valber Diniz da Silva (3009/AM) e Valber Diniz da Silva (3009/AM) - Processo 0601846-51.2019.8.04.0001 - Apelação Criminal - Roubo Majorado - Apelante : Leonardo da Silva Maciel

Apelante : Renerson Wyllyan Gomes Farias

Apelante : Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Apelado : Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau

Apelado : Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau

Apelado : Renerson Wyllyan Gomes Farias

Apelado : Leonardo da Silva Maciel - Relator: João Mauro Bessa

ADV/REP.: Monique Rodrigues da Cruz (4292/AM) e Jefferson Neves de Carvalho (2076/AM) - Processo 0662368-78.2018.8.04.0001 - Apelação Criminal - Roubo (Art. 157) - Apelante : Suleane Monteiro da Silva - Apelado : Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Relator: João Mauro Bessa

ADV/REP.: Tomás Gomes da Silva Neto (12978/AM) e Todos os representantes das partes passivas Não informado - Processo 4003845-23.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Liberdade Provisória - Impetrante : Tomás Gomes da Silva Neto

Paciente : Alexandre da Silva e Silva - Impetrado : Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Canutama - Relator: José Hamilton Saraiva dos Santos

ADV/REP.: Francinilberson Beltrão Ayres (7956/AM) e Todos os representantes das partes passivas Não informado - Processo 4004078-20.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Liberdade Provisória - Impetrante : Francinilberson Beltrão Ayres

Paciente : Aldair Nazaré Batista - Impetrado : Juízo da Comarca de Barreirnha - Relator: José Hamilton Saraiva dos Santos

ADV/REP.: Emília Caroliona Mello Vieira (3872/AM) e Todos os representantes das partes passivas Não informado - Processo 4004184-79.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Crimes do Sistema Nacional de Armas - Impetrante : Emília Carolina Mello Vieira

Paciente : Igor Vinicius da Rocha Montes - Impetrado : Juízo de Direito da 6ª Vara Criminal da Comarca da Capital/am - Relator: Carla Maria Santos dos Reis

Secretaria do(a) Primeira Câmara Criminal, em Manaus, 2 de setembro de 2019.

SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

Conclusões de Acórdãos

CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO – PROCESSOS VIRTUAIS: Foram lidos e assinados em conferência da Egrégia 2ª Câmara Criminal do dia 02.09.2019, os acórdãos dos seguintes feitos:

1. Processo: 0201870-18.2017.8.04.0001 - Apelação Criminal, 1ª Vara do Tribunal do Júri. Apelante: A. da S. B. Advogada: Suellen Botelho Marques (OAB: 12872/AM). Advogado: Christian Araújo de Souza (OAB: 13291/AM). **Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas.** Promotor: Armando Gurgel Maia. Procurador: Francisco Cruz. Presidente: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. Relator: Jorge Manoel Lopes Lins. Revisor: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. EMENTA: PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. TENTATIVA DE HOMICÍDIO QUALIFICADO. TRIBUNAL DO JÚRI. RENÚNCIA DO ADVOGADO. NULIDADE. DEFICIÊNCIA TÉCNICA DE DEFESA. PROVA NOVA DURANTE A SESSÃO DE JULGAMENTO. NULIDADE. INEXISTÊNCIA. CRIME CONTINUADO. DESCARACTERIZAÇÃO. CONCURSO DE CRIMES. DOSIMETRIA DA PENA. REFORMA PARCIAL. REGIME INICIAL DE CUMPRIMENTO DE PENA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.1. Examinando os autos, constata-se que não houve prejuízo pelo fato de a defesa do apelante ter sido exercida pelo mesmo advogado que apresentou a renúncia no dia anterior à sessão de julgamento, não se podendo interpretar como prejuízo o próprio resultado do julgamento, consistente na decisão do corpo de jurados, vez que esse resultado, inclusive, encontra-se albergado pela soberania dos veredictos. Com isso, inexiste nulidade.2. Verifica-se que a bolsa havia sido referida anteriormente nos autos, não se tratando, assim, de prova nova, tampouco surpreendendo a defesa do apelante, devendo-se observar também que o mencionado objeto não foi decisivo para a formação da convicção dos jurados, que decidiram pela condenação do recorrente com base em todo o conjunto fático-probatório que exsurge do caso.3. Inexistência de continuidade delitiva no caso em tela, em razão da verificação de desígnios autônomos entre as ações criminosas praticadas pelo apelante, ensejando, com efeito, a aplicação do concurso material de crimes, com a consequente soma das penas que lhe foram imputadas pela prática de feminicídio e de homicídio qualificado, ambos na forma tentada, conforme consignado na sentença recorrida.3. Em relação ao crime praticado contra a vítima Ana Lúcia Ferreira dos Santos, entendo que o pedido de fixação da pena-base no patamar mínimo deve ser acolhido, pois não há elementos nos autos que comprovem que o recorrente agia anteriormente de forma agressiva contra a segunda vítima, inexistindo, dessa forma, histórico de conduta violenta, o que não permite valorar as circunstâncias judiciais da personalidade e dos motivos do crime.4. No que tange ao pedido de fixação da fração máxima, qual seja, 2/3 (dois terços), em relação à tentativa, conforme o artigo 14, incido II, parágrafo único do Código Penal, do mesmo modo, entendo que não merece acolhimento, vez que, nesse ponto, deve-se observar todo o iter criminis percorrido pelo réu na prática delitiva.5. Ademais, verifica-se a improcedência do pedido de que seja aplicado ao apelante regime de cumprimento de pena mais brando, tendo em vista as próprias disposições do artigo 33, § 2.º, alínea a, do Código Penal, nas quais se enquadra a condenação do recorrente, considerando a pena de 12 anos, 3 meses e 18 dias de reclusão que lhe foi imposta.6. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em consonância parcial com o parecer do Ministério Público, em conhecer e dar parcial provimento ao recurso, nos termos do voto que acompanha esta decisão.".

2. Processo: 0202286-59.2012.8.04.0001 - Apelação Criminal, 6ª Vara Criminal. Apelante: Luciano Mota de Castro. Defensor: Nilson Gomes Oliveira Meirelles (OAB: 5872/TO). Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas. **Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas.** Promotor: Jorge Alberto Gomes Damasceno. Procurador: Francisco Cruz. Presidente: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. Relator: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. Revisor: Onilza Abreu Gerth. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos autos da Apelação Criminal nº 0202286-59.2012.8.04.0001, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, e em consonância parcial com o parecer do Graduado Órgão Ministerial, em CONHECER E DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do relator, que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.".

3. Processo: 0261629-54.2010.8.04.0001 - Apelação Criminal, 6ª Vara Criminal. Apelante: Jose Andre de Souza. Defensor: Eduardo Cesar Rabello Ituassu (OAB: 3320/AM). Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas. **Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas.** Promotor: Jorge Alberto Gomes Damasceno. Procurador: Públio Caio Bessa Cyrino. Presidente: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. Relator:

Jomar Ricardo Saunders Fernandes. Revisor: Onilza Abreu Gerth. EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL. ROUBO QUALIFICADO. PEDIDO DE ABSOLVIÇÃO. IMPROCEDÊNCIA. CONDENAÇÃO FUNDAMENTADA EM ELEMENTOS DE CONVICÇÃO LEGÍTIMOS. PEDIDO DE FIXAÇÃO DA PENA DE MULTA NO PATAMAR MÍNIMO. IMPOSSIBILIDADE. PROPORCIONALIDADE DA REPRIMENDA APLICADA. RECURSO NÃO PROVIDO.1. Os depoimentos colhidos durante a fase inquisitorial e em Juízo são firmes e coerentes, tornando indubitável a prática do crime de roubo pelo Réu. 2. Portanto, não há que se falar em absolvição, na medida em que o conjunto probatório é suficiente para a demonstração da autoria e materialidade do delito.3. Por fim, verificada a proporção entre a sanção privativa de liberdade e a pena de multa imposta, impõe-se a manutenção da reprimenda estipulada, nos termos do art. 59 do Código Penal.4. Recurso não provido, com a manutenção integral da sentença.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos autos da Apelação Criminal nº 0261629-54.2010.8.04.0001, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, e em consonância com o parecer do Graduado Órgão Ministerial, em CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do relator, que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.".

4. Processo: 0621619-53.2017.8.04.0001 - Recurso Em Sentido Estrito, 1ª Vara do Tribunal do Júri. Recorrido: Ministério Público do Estado do Amazonas. Recorrente: Andreson da Costa Silva. Advogado: Kon Tsih Wang (OAB: 4646/AM). Advogado: Paulo José Pereira Trindade Júnior (OAB: 4992/AM). Procurador: José Roque Nunes Marques. Presidente: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. Relator: Djalma Martins da Costa. EMENTA: RECURSO EM SENTIDO ESTRITO - CRIME CONTRA A VIDA - HOMICÍDIO QUALIFICADO - FEMINICÍDIO - PRONÚNCIA - REQUER ABSOLVIÇÃO SUMÁRIA - LEGÍTIMA DEFESA - IMPRONÚNCIA - AUSÊNCIA DE PROVAS - IMPOSSIBILIDADE - IN DUBIO PRO SOCIETATE - NECESSIDADE DE SUBMISSÃO AO CONSELHO DE SENTENÇA - CERCEAMENTO DE DEFESA - NÃO CARACTERIZADO - RECURSO NÃO PROVIDO.- A absolvição sumária e a impronúncia da conduta do Recorrente só devem ser deliberadas se as provas carreadas aos autos afiguram-se absolutamente conclusivas a este respeito;- Lastreando-se a decisão de pronúncia em indícios de autoria e prova irrefutável de materialidade, basta ao Juiz externar as razões de seu convencimento para submeter o recorrente a julgamento pelo Tribunal do Júri, afigurando-se preponderante nesta fase processual o "in dubio pro societate".. DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia 2.ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos e em concordância com o parecer do Graduado Órgão Ministerial, negar provimento ao Recurso em Sentido Estrito.".

5. Processo: 4003132-48.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal, 4ª Vara Criminal. Impetrante: Defensoria Pública do Estado do Amazonas. **Paciente: Daniel Rodrigues Barão.** Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas. **Impetrado: Juízo de Direito da 4ª Vara Criminal da Capital/am.** Procurador: Liani Mônica Guedes de Freitas Rodrigues. Presidente: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. Relator: Jorge Manoel Lopes Lins. EMENTA: HABEAS CORPUS. ROUBO MAJORADO. PACIENTE PRESO EM FLAGRANTE. GRAVIDADE DA CONDUTA ILÍCITA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. ALEGAÇÃO DE FUNDAMENTAÇÃO INIDÔNEA. NÃO CONFIGURADA. PRESENTES OS REQUISITOS DA PRISÃO PREVENTIVA. CONDIÇÕES FAVORÁVEIS. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS. INSUFICIENTES. ORDEM DENEGADA.1. Levando-se em consideração o flagrante delito, bem como as circunstâncias em se deu o crime em questão, a motivação apresentada pelo magistrado a quo depreende-se dos fortes indícios de autoria e materialidade, assim como dos meios utilizados na execução do crime, o que respalda aplicação da segregação cautelar.2. Estando presente a necessidade concreta da medida cautelar, com o intuito de resguardar a ordem pública, não há que falar em constrangimento ilegal, mormente diante dos fortes indícios de autoria e materialidade delitiva, nos termos do caso em questão, em que estão preenchidos os requisitos do art. 312 do CPP.3. Inobstante a existência de condições favoráveis ao paciente, estas, por si sós, nada impedem a manutenção da prisão, na medida em que estão presentes os requisitos autorizadores da prisão preventiva.4. A aplicação da medidas cautelares diversas da prisão são insuficientes, posto que, além da existência de motivação idônea e apta a justificar a prisão preventiva, a aplicação daquelas não se mostra adequada, diante da necessidade de acautelamento da ordem pública, como bem demonstrado na no caso concreto.5. Ordem denegada. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em consonância com o parecer ministerial, denegar a presente ordem de habeas corpus nos termos do voto que acompanha a presente decisão.Sala de sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, em Manaus.".

6. Processo: 4003407-94.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal, Vara de Execuções Penais (VEP). Impetrante: Emerson Siqueira Pereira. **Paciente: Rubens Morais Messias.** Advogado: Emerson Siqueira Pereira (OAB: 10338/AM). **Impetrado: Vara de Execução Penal de Manaus - AM.** Procuradora: Liani Mônica Guedes de Freitas Rodrigues. Presidente: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. Relator: Jorge Manoel Lopes Lins. EMENTA: HABEAS CORPUS. LEI DE EXECUÇÃO PENAL. COMETIMENTO DE FALTA GRAVE. AUSÊNCIA DE INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. HABEAS CORPUS MANEJADO COMO SUBSTITUTO PROCESSUAL DE AGRAVO DE EXECUÇÃO. NÃO CABIMENTO. RECURSO NÃO CONHECIDO.As Cortes Superiores consolidaram o entendimento no sentido de não ser admissível a impetração de Habeas Corpus quando cabível recurso próprio, sob pena de desvirtuamento da essência da ação constitucional e desordenação da lógica recursal, devendo seu emprego ser racionalizado.Não há qualquer constrangimento ilegal a ser sanado de ofício, ressaltando que, consoante se extrai dos autos, o apenado cumpre pena em regime fechado (fls. 17/20), logo, não resta caracterizada manifesta coação ao direito de locomoção do paciente, haja vista que não houve, sequer, determinação de regressão de regime prisional do paciente, estando o mesmo apenas na iminência de progredir para o regime semiaberto.HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.. DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em consonância substancial com o parecer ministerial, não conhecer da presente ordem de habeas corpus nos termos do voto que acompanha a presente decisão.".

7. Processo: 4003929-24.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal, 4ª Vara Criminal. Impetrante: Defensoria Pública do Estado do Amazonas. **Paciente: Raimundo Nonato Soares Galucio.** Defensor: Fernando Figueiredo Serejo Mestrinho (OAB: 7593/AM). Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas. **Impetrado: Juízo de Direito da 4ª Vara Criminal da Capital/am.** Procurador: José Roque Nunes Marques. Presidente: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. Relator: Onilza Abreu Gerth. EMENTA: PENAL. PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. ESTELIONATO. PROVAS DE MATERIALIDADE. INDÍCIOS DE AUTORIA. PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. APLICAÇÃO DA LEI PENAL. FUNDADO RISCO DE REITERAÇÃO DELITIVA. RÉU EM LUGAR INCERTO E NÃO SABIDO. INOCORRÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. ORDEM CONHECIDA E DENEGADA. 1. Não ocorre constrangimento ilegal quando, além da prova da existência do crime e suficientes indícios de autoria, resta caracterizado, na espécie, a necessidade de se garantir a ordem pública e a aplicação da lei penal, devidamente fundamentada no decreto de prisão preventiva. 2. In casu, a declaração da Vítima, bem como, os demais documentos constantes nos autos, indicam, tanto a materialidade do crime, quanto os indícios de autoria. 3. Ademais,

há fundada ameaça à ordem pública e à aplicação da lei penal, em razão do risco de reiteração delitiva do Paciente, porquanto possui diversas ações penais em curso, o que revela que faz do crime um meio de vida. 4. segregação do paciente encontra-se perfeitamente respaldada pelos ditames legais, uma vez que não ocorre constrangimento ilegal quando, além da prova da existência do crime e suficientes indícios de autoria, resta caracterizado, na espécie, algum dos requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal, devidamente embasado no decreto de prisão preventiva, não havendo portanto, que se falar em ausência de contemporaneidade entre os fatos e decretação da prisão, muito menos em ausência de fundamentação para a desnecessidade de medidas cautelares diversas da prisão, posto que, muito embora a prisão preventiva materialize a ultima ratio do sistema processual penal, a gravidade da conduta e as especificidades do caso concreto podem justificar sua imposição, em detrimento de outras medidas cautelares (art. 319, do CPP), tendo em vista o princípio da proporcionalidade. 5. Ordem conhecida e denegada, em consonância com o parecer ministerial.. DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos os autos de Habeas Corpus em epígrafe, DECIDE a Egrégia 2.ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por de votos, em harmonia com o Graduado Órgão do Ministério Público, denegar a ordem impetrada, nos termos do voto da Relatora, que integra esta decisão para todos os fins de direito.PresidenteOnilza Abreu GerthRelatoraDr. (a) Procurador (a) da Justiça".

Sessão de 02 de setembro de 2019. Geysa Marjory Padilha Ramirez- Secretária da 2ª CCRIM

Intimações

EDITAL DE INTIMAÇÃO

A Excelentíssima Senhora Doutora **Onilza Abreu Gerth,** Relatora dos autos de **Apelação Criminal nº 0202175-36.2016.8.04.0001 (Processo Digital)** Manaus/AM, em que é **Apelante Anderson dos Santos Pinhão, Advogada: Dra. Luana Lima Caresto OAB 6235/AM** e Apelado **Ministério Público do Estado do Amazonas,** usando de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem por meio deste: **INTIME** o Apelante **Anderson dos Santos Pinhão,** na pessoa de sua advogada **Luana Lima Caresto (6235/AM)**, para, no prazo de 8 (oito) dias, oferecer as razões de recurso nos termos do art. 600, § 4º, do CPP. **Relatora Doutora Onilza Abreu Gerth.**

O Excelentíssimo Senhor Desembargador **Jomar Ricardo Saunders Fernandes,** Relator dos autos de **Apelação Criminal nº 0605845-12.2019.8.04.0001 (Processo Digital).** Manaus/AM, em que é **Apelante Bruno Mairon Araújo Amorim, Advogado: Dr. Herrazuris Nogueira Duarte Júnior (OAB 7790/AM)** e Apelado **Ministério Público do Estado do Amazonas** usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos, que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem por meio deste, **INTIME** o Apelante **Bruno Mairon Araújo Amorim,** na pessoa de seu advogado **Herrazuris Nogueira Duarte Júnior (7790/AM)**, para, no prazo de 8 (oito) dias, oferecer as razões de recurso nos termos do art. 600 § 4º do CPP. **Relator Des. Jomar Ricardo Saunders Fernandes.**

O Excelentíssimo Senhor Desembargador **Jomar Ricardo Saunders Fernandes,** Relator dos autos de **Apelação Criminal nº 0614215-14.2018.8.04.0001 (Processo Digital).** Manaus/AM, em que são **Apelantes Carlos Bezerra de Souza e Carolina Oliveira dos Santos, Advogados: Drs. Waldemir Moraes Torres OAB 11126/AM, Sidney José Vieira de Souza OAB 5798/AM, Samia Brena Furtado Monteiro OAB 11988/AM, Meise Cristina Marques dos Santos OAB 11246/AM** e Apelado **Ministério Público do Estado do Amazonas** usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos, que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem por meio deste, **INTIME** o Apelante **Carlos Bezerra de Souza,** na pessoa de sua advogada **Drª. Meise Cristina Marques dos Santos (11246/AM),** e Apelante **Carolina Oliveira dos Santos,** na pessoa de seus advogados **Drs. Samia Brena Furtado Monteiro (11988/AM), Sidney José Vieira de Souza (5798/AM) e Waldemir Moraes Torres (11126/AM)**, para, no prazo de 8 (oito) dias, oferecer(em) as razões de recurso nos termos do art. 600 § 4º do CPP. **Relator(a) Des. Jomar Ricardo Saunders Fernandes.**

A Excelentíssima Senhora Doutora **Onilza Abreu Gerth,** Relatora dos autos de **Agravo de Execução Penal nº 0646785-53.2018.8.04.0001 (Processo Digital).** Manaus/AM, em que é Agravante **Ministério Público do Estado do Amazonas** e Agravado **Jefferson Rodrigo Brito Pena**, Advogado: **Priscila Rubim Nepomuceno da Silva (13493/AM)** usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos, que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem por meio deste, **INTIME** o Agravado **Jefferson Rodrigo Brito Pena** na pessoa de sua advogada **Dra. Priscila Rubim Nepomuceno da Silva (13493/AM)** para no prazo de 2 (dois) dias, oferecer as contrarrazões de Agravo de Execução Penal nos termos do art. 588 do CPP. **Relatora Onilza Abreu Gerth.**

Secretaria da Egrégia 2ª Câmara Criminal, em Manaus, 30 de agosto de 2019.

Decisões

EDITAL DE INTIMAÇÃO
DECISÃO MONOCRÁTICA

O Excelentíssimo Senhor Desembargador Jomar Ricardo Saunders Fernandes, Relator dos autos de **Habeas Corpus Criminal nº 4003735-24.2019.8.04.0000 Manaus/AM**, em que é Impetrante e Advogado **Dr. Adelson Lima Gonçalves (8175/AM)** e Paciente **Rene Eduardo Waroya,** Impetrado **Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de São Gabriel da Cachoeira/AM.,** usando de suas atribuições legais, etc,... FAZ SABER a todos, que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, por meio deste: Ficam **INTIMADOS** o Paciente **Rene Eduardo Waroya** na pessoa de seu Advogado **Dr. Adelson Lima Gonçalves (8175/AM)** para tomarem conhecimento da seguinte **DECISÃO MONOCRÁTICA,** da lavra do **Des. Jomar Ricardo Saunders Fernandes,** cujo teor final é o seguinte: " *Dessa forma, inexistindo óbices legais,* ***HOMOLOGO A DESISTÊNCIA REQUERIDA****, de forma monocrática, consoante permite o art. 61, V, do Regimento Interno deste Tribunal de Justiça. Em consequência,* ***JULGO EXTINTO O FEITO****, sem resolução de mérito, nos moldes do art. 485, VI, do Código de Processo Civil. ".*

Secretaria da Egrégia 2ª. Câmara Criminal, em Manaus, 30 de agosto de 2019.

EDITAL DE INTIMAÇÃO
DECISÃO MONOCRÁTICA

O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Desembargador(a) Onilza Abreu Gerth, Relator(a) dos autos de **Apelação Criminal nº 0000253-40.2017.8.04.2900 Manaus/AM**, em que é Apelante **Ozias De Souza Da Costa**, Advogado **Maurilio Sergio Ferreira da Costa Filho (9967/AM) e Sérgio Sahdo Meireles Junior (13241/AM)** e Apelado **Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau,** usando de suas atribuições legais, etc,... FAZ SABER a todos, que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, por meio deste: Ficam **INTIMADOS** Apelante **Ozias De Souza Da Costa** na pessoa de seus Advogados **Maurilio Sergio Ferreira da Costa Filho (9967/AM) e Sérgio Sahdo Meireles Junior (13241/AM)** para tomarem conhecimento da seguinte **DECISÃO MONOCRÁTICA,** cujo teor final é o seguinte: "Defiro o pedido de fl. 20. Pedido de Sustentação Oral. Processo pautado para a **Sessão Ordinária Presencial do dia 16.09.2019, 9h."**

Secretaria da Egrégia 2ª. Câmara Criminal, em Manaus, 2 de setembro de 2019.

EDITAL DE INTIMAÇÃO
DESPACHO

O Excelentíssimo Senhor Desembargador Djalma Martins da Costa, Relator dos autos de **Apelação Criminal nº 0200186-63.2014.8.04.0001 Manaus/AM**, em que é Apelante **C. R. F. de L. e R. A. F. de S. ,** Advogado **Alice Monteiro Chixaro (8992/AM), Carla Luz Abreu (7038/AM), Celso Rabelo Costa Filho (7082/AM), Deborah Moreira da Costa (4956/AM), Fábio Brandão Saraiva Júnior (10205/AM), João Bosco Lopes Maia Júnior (8107/AM), Lino José de Souza Chixaro (1567/AM), Lídia Maura Lopes da Costa (6399/AM), Luzilena Gomes Mota (9991/AM), Marcos Ricardo Herszon Cavalcanti (2324/AM), Mariana de Jesus Rodrigues Ramos (9702/AM), Paulo Rogerio Arantes (1509/AM), Rafael Albuquerque Gomes de Oliveira (4831/AM) e Tude Moutinho da Costa (564/AM)** e Apelado **Ministério Público do Estado do Amazonas,** usando de suas atribuições legais, etc,... FAZ SABER a todos, que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, por meio deste: Ficam **INTIMADOS** Apelante **C. R. F. de L. e R. A. F. de S.** na pessoa de seu Advogado **Alice Monteiro Chixaro (8992/AM), Carla Luz Abreu (7038/AM), Celso Rabelo Costa Filho (7082/AM), Deborah Moreira da Costa (4956/AM), Fábio Brandão Saraiva Júnior (10205/AM), João Bosco Lopes Maia Júnior (8107/AM), Lino José de Souza Chixaro (1567/AM), Lídia Maura Lopes da Costa (6399/AM), Luzilena Gomes Mota (9991/AM), Marcos Ricardo Herszon Cavalcanti (2324/AM), Mariana de Jesus Rodrigues Ramos (9702/AM), Paulo Rogerio Arantes (1509/AM), Rafael Albuquerque Gomes de Oliveira (4831/AM) e Tude Moutinho da Costa (564/AM)** para tomarem conhecimento da seguinte **DESPACHO** da lavra do(a) **Des. Djalma Martins da Costa,** cujo teor final é o seguinte: *"Após a intimação editalícia das partes, certificadas no caderno processual, sem necessidade de retorno à relatoria, inclua-se na pauta seguinte para julgamento em sessão presencial."*. **Sessão ordinária presencial do dia 16/09/2019, 09:00 horas."**

O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Desembargador(a) Jomar Ricardo Saunders Fernandes, Relator(a) dos autos de **Apelação Criminal nº 0642014-03.2016.8.04.0001 Manaus/AM**, em que é Apelante **Carlos Vieira Júnior**, Advogado **Maurilio Sergio Ferreira da Costa Filho (9967/AM)** e Apelado **Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau,** usando de suas atribuições legais, etc,... FAZ SABER a todos, que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, por meio deste: Fica **INTIMADO** Apelante **Carlos Vieira Júnior** na pessoa de seu Advogado **Maurilio Sergio Ferreira da Costa Filho (9967/AM)** para tomarem conhecimento da seguinte **DECISÃO MONOCRÁTICA,** da lavra do(a) **Des. Jomar Ricardo Saunders Fernandes**, cujo teor final é o seguinte: "Inclua-se o feito em pauta, para a próxima Sessão de julgamento. Pedido de Sustentação Oral. **Sessão Ordinária do dia 16.09.2019, 9h"**.

O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Desembargador(a) Onilza Abreu Gerth, Relator(a) dos autos de **Apelação Criminal nº 0000253-40.2017.8.04.2900 Manaus/AM**, em que é Apelante **Ozias De Souza Da Costa**, Advogado **Maurilio Sergio Ferreira da Costa Filho (9967/AM) e Sérgio Sahdo Meireles Junior (13241/AM)** e Apelado **Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau,** usando de suas atribuições legais, etc,... FAZ SABER a todos, que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, por meio deste: Ficam **INTIMADOS** Apelante **Ozias De Souza Da Costa** na pessoa de seus Advogados **Maurilio Sergio Ferreira da Costa Filho (9967/AM) e Sérgio Sahdo Meireles Junior (13241/AM)** para tomarem conhecimento da seguinte **DECISÃO MONOCRÁTICA,** cujo teor final é o seguinte: "Defiro o pedido de fl. 20. Pedido de Sustentação Oral. Processo pautado para a **Sessão Ordinária Presencial do dia 16.09.2019, 9h."**

Julgamento Virtual

Pauta de Julgamento Virtual

De ordem do Presidente da Egrégia Segunda Câmara Criminal, Exmo. Des Jomar Ricardo Saunders Fernandes, faço público que, após cumpridas as formalidades legais **e prazo para manifestação de cinco (05) dias, de acordo com a Emenda Regimental Nº 001/2018,** os seguintes processos serão julgados virtualmente (sem sessão de julgamento presencial):

01. ADV/REP.: Handerson da Costa Bentes (17008/PA) e Clarissa Moraes Brito - Processo 0043066-15.2000.8.04.0011 - Recurso Em Sentido Estrito - Recorrente: Moacir Santos da Silva - Recorrido: Ministério Público do Estado do Amazonas - Relatora: Onilza Abreu Gerth

02. ADV/REP.: José Mário de Carvalho Neto (4861/AM) e Leonardo Marques Bentes da Cunha (12565/AM) e Rodrigo Miranda Leão Júnior - Processo 0213991-88.2011.8.04.0001 - Apelação Criminal - Apelante: Rafael Silva da Rocha - Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Relatora: Onilza Abreu Gerth

03. ADV/REP.: Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Sérgio Enrique Ochoa Guimarães (7834/AM) e Alessandro Samartin de Gouveia - Processo 0254740-16.2012.8.04.0001 - Apelação Criminal - Apelante: Jilberson Chanxo Leal - Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Relatora: Onilza Abreu Gerth

04. ADV/REP.: Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Suyanne Soares Loiola (9050/AM) e André Alecrim Marinho - Processo 0621552-88.2017.8.04.0001 - Apelação Criminal - Apelante: Arcanjo Miguel de Souza Lopes - Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Relatora: Onilza Abreu Gerth

05. ADV/REP.: Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Larissa Vianez Santanna Figueira Macedo (20/AM) e Álvaro Granja Pereira de Souza - Processo 0622430-13.2017.8.04.0001 - Apelação Criminal - Apelante: Jhonatan Dacio da Silva - Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Relatora: Onilza Abreu Gerth

06. ADV/REP.: Fernando Ferreira da Rocha (3163/RO) - Processo 0638805-21.2019.8.04.0001 - Habeas Corpus Criminal - Crime Tentado - Impetrante: Fernando Ferreira da Rocha - Paciente: Francisco Evaristo de Lima - Paciente: Adão Gomes da Silva - Paciente: José Raimundo Costa de Oliveira - Impetrado: Juizo de Direito da Comarca de Boca do Acre -am - Relator: Djalma Martins da Costa

07. ADV/REP.: Adrielly Eduarda da Silva Almeida (14513/AM) e Raylander da Costa Fialho (14768/AM) - Processo 4003523-03.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Impetrante: Adrielly Eduarda da Silva Almeida - Paciente: Ewerton Caique Fiuza Freire - Impetrado: Juízo de Direito da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Capital/am - Relator: Djalma Martins da Costa

08. ADV/REP.: Salima Goreth Menescal de Oliveira (7720/AM) e Todos os representantes das partes passivas Não informado - Processo 4003997-71.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Impetrante: Salima Goreth Menescal de Oliveira - Paciente: Daniel Monteiro de Nazaré - Impetrado: Juízo de Direito da 2a.Vara Criminal de Iranduba – AM - Relator: Djalma Martins da Costa

Secretaria da Segunda Câmara Criminal, em Manaus, 2 de setembro de 2019.

SEÇÃO V

CONSELHO DA MAGISTRATURA

Decisões

CONSELHO DA MAGISTRATURA

Cumprimento Provisório de Decisão N.º 005252-35.2019.8.04.0000.
Exequente: Luan Cristopher da Silva Marques
Defensor: Dr. Arlindo Gonçalves dos Santos Neto (4368/AM)
Executado: Estado do Amazonas
Procuradora: Dra. Luciana Araújo Paes (478/AM)

Decisão:

Ficam as partes, através de seus representantes legais, intimadas da DECISÃO MONOCRÁTICA proferida pela Exma. Sra. Desa. Joana dos Santos Meireles, Relatora destes autos, cujo teor final é o seguinte: "Diante do exposto, DECLINO a competência a favor da Justiça Federal, a quem competirá a análise do feito principal e dos seus incidentes. ". Manaus, 30 de agosto de 2019. Secretaria do Conselho da Magistratura. Manaus/AM 30 de agosto de 2019 Juliana Andrade David M5815 Secretária

SEÇÃO VI

VARAS - COMARCA DA CAPITAL

1ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO SHEILLA JORDANA DE SALES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA FRANCISCA GARCIA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0276/2019

ADV: VALTER DE SOUZA NEVES (OAB 4807/AM) - Processo 0235380-51.2019.8.04.0001 (processo principal 0041152-33.2006.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - REQUERENTE: Carlos Alberto Correa da Silva - João Feitoza de Melo - José Humberto Gonçalves Nascimento - Vistos, etc... Tendo em vista que a petição foi protocolizada equivocadamente como processo incidente, determino sejam as peças trasladadas aos autos principais. Após, cancele-se o presente incidente ou proceda-se a devida baixa. P.R.I.

ADV: MARCELE DE ALMEIDA MONTEIRO (OAB 11190/AM), ADV: ANA PAULA IVO FERNANDES (OAB 4288/AM), ADV: AMAURI VIEIRA DOS SANTOS (OAB 11881/AM), ADV: FERNANDO CÉSAR LIMA FERREIRA DE OLIVEIRA (OAB 843A/AM), ADV: HILCIA REGINA LIMA DE AQUINO (OAB 5648/AM), ADV: JOANA LOREN DE OLIVEIRA BARBOSA GRANA (OAB 10729/AM), ADV: DANIELLA RODRIGUES DE ARAÚJO (OAB 8199/AM), ADV: TRAJANO BASTOS DE OLIVEIRA NETO FRIEDRICH (OAB 964A/AM), ADV: AMANDA ARAÚJO DOS SANTOS (OAB 6150/AM) - Processo 0603612-13.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Hdi Seguros S/A - REQUERIDO: Auto Ônibus Líder Ltda - Primeiramente, no que pertine ao ônus da prova, entende a autora que deve ser invertido em seu favor quanto ao acidente narrado na causa de pedir dos autos. Com efeito, o §1º, do art. 373, do NCPC, estabelece que "diante de peculiaridades da causa relacionadas à impossibilidade ou à excessiva dificuldade de cumprir o encargo nos termos do caput ou à maior facilidade de obtenção da prova do fato contrário, poderá o juiz atribuir o ônus da prova de modo diverso (...)". No caso em comento, noto que é mais fácil para a ré comprovar fato contrário, isto é, que não deu causa ao prejuízo alegado pelo requerente, visto que participou diretamente da dinâmica dos fatos. Dessarte, DEFIRO a inversão do ônus da prova em favor da demandante quanto à alegação de culpa da ré na colisão narrada na petição inicial, com fundamento no art. 373,. §1º, do NCPC. Isto é, incumbe às rés comprovarem causas que excluem sua responsabilidade civil sobre o acidente mencionado na peça exordial, sob pena de se presumir verdadeiro as alegações do autor. Outrossim, caso haja interesse em composição entre as partes, determino que essas se manifestem em 05 dias, para que seja designada audiência junto ao CEJUSC-Cível. Ademais, no mesmo prazo de 05 dias, determino que as partes digam as provas que pretendem produzir, nesse sentido, determino que: I- Caso haja solicitação de oitiva das partes ou de testemunhas, devem as partes declinar os fatos que com ela pretendem esclarecer. Após, paute-se audiência de instrução e julgamento para que sejam colhidos os depoimentos; II - Caso haja pedido de prova pericial, devem as partes declinar a sua finalidade e indicar a especialidade do perito. Ultimadas tais diligência movam-se os autos conclusos para despacho; III- Apresentada prova documental, vista à parte adversa para manifestação no prazo de cinco dias. IV - Caso não haja pedido de produção de novas provas, movam-se os autos conclusos para sentença. Por derradeiro, quanto ao aditamento da contestação às fls. 84/86, entendo o que segue. O art. 336, do NCPC, é claro que a defesa deve apresentar toda a matéria de defesa, expondo todas as questões de fato e de direito com que impugna o pedido autoral na contestação. Ainda, o art. 342, afirma que após a contestação só é lícito deduzir novas alegações se forem sobre questões supervenientes, ou sobre matéria que possa ser conhecida de ofício, ou, ainda, sobre questão que expressa autorização legal, possa ser conhecida a qualquer tempo. No caso em comento, além de já ter praticado o ato processual de contestar, o que levaria à preclusão consumativa de seu direito, dado que o art. 336 determina que toda a matéria defensiva seja exposta em tal peça processual, o réu, quando tenta emendar a contestação, não alega nenhuma questão que se amolde ao mencionado art. 342, do NCPC. Nesse diapasão, segundo a exegese legal acima exposta, entendo não ser possível referida emenda. Assim, NÃO RECEBO emenda à contestação de fls. 84/86, motivo pelo que deixo de conhecer de seus pedidos.

ADV: ÂNGELA MARIA LEITE DE ARAÚJO SILVA (OAB 6940/AM) - Processo 0605653-79.2019.8.04.0001 - Monitória - Empreitada - REQUERENTE: Gesso Forte Indústria e Comércio e Serviços de Gesso Eireli - Epp - REQUERIDO: Api Spe 10 - Planejamento e Desenvolvimento de Empreendimentos Imobiliários (Pdg e Aliança) - Pdg - Poder de Garantir - Vistos, etc... Trata-se de Ação Monitória intentada por Gesso Forte Indústria e Comércio e Serviços de Gesso Eireli - Epp em desfavor de Api Spe 10 - Planejamento e Desenvolvimento de Empreendimentos Imobiliários (Pdg e Aliança). Em despacho inaugural, foi determinado o recolhimento das custas, no prazo de 15 (quinze) dias. A parte autora entretanto, deixou escoar o prazo sem dar adequado cumprimento às determinações (fl. 764). Ante o exposto, determino o CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO, nos termos do art. 290, do Código de Processo Civil.

ADV: ROGÉRIO PENA BENTO DA SILVA (OAB 9960/AM), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: PAULO ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA ARRUDA (OAB 8766/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0606110-48.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Andre Feitosa Pereira - REQUERIDO: Banco Daycoval S/A - Caso haja interesse em composição entre as partes, determino que essas se manifestem em 05 dias, para que seja designada audiência junto ao CEJUSC-Cível. Ademais, no mesmo prazo de 05 dias, determino que as partes digam as provas que pretendem produzir, nesse sentido, determino que: I- Caso haja solicitação de oitiva das partes ou de testemunhas, devem as partes declinar os fatos que com ela pretendem esclarecer. Após, paute-se audiência de instrução e julgamento para que sejam colhidos os depoimentos; II - Caso haja pedido de prova pericial, devem as partes declinar a sua finalidade e indicar a especialidade do perito. Ultimadas tais diligência movam-se os autos conclusos para despacho; III- Apresentada prova documental, vista à parte adversa para manifestação no prazo de cinco dias. IV - Caso não haja pedido de produção de novas provas, movam-se os autos conclusos para sentença.

ADV: SANDRA RÉGIA DUDA CLEMENTE (OAB 9376/AM) - Processo 0606878-76.2015.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Adjudicação Compulsória - REQUERENTE: Mafran Ale de Aquino - REQUERIDO: Ela Emp Lider de A L E Corresp - Posto isso, resolvo o mérito do processo, nos termos do art. 487, inciso I, do NCPC e, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO para adjudicar em favor do autor o imóvel objeto da lide de matricula nº 51007. Assim, expeça-se mandado de intimação ao Cartório do 1º Registro de Imóveis, para que o mesmo realize o desmembramento a partir da matricula nº 51007, tendo como característica do novo lote: no lote 04 da quadra Comercial, com 15 metros de frente por 30 metros de fundo, confrontando com o NORTE 30 metros, confinando com a Rua Noruega, SUL 30 metros, confinando com o lote 03, LESTE 15 metros, confinando com o lote 06 e OESTE 15 metros, confinando com a Rua Argentina. A emissão do mandado fica condicionada ao pagamento das custas do expediente, que deverão ser pagas no prazo de 15 (quinze) dias, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme valores da Tabela I do Provimento nº 261/2015 CGJ / AM. Servirá esta como título hábil à transcrição perante o registro imobiliário competente, uma vez atendidas as exigências fiscais (fls. 13). Pela sucumbência, condeno a ré ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, que arbitro em 10% (dez por cento) do valor dado à causa, nos termos do art. 85, § 2º, do NCPC. Após o trânsito em julgado, não havendo requerimentos, dê-se baixa e arquivem-se os autos. P.R.I. Manaus, 28 de agosto de 2019 Sheilla Jordana de Sales Juíza de Direito

ADV: MARCUS AURÉLIO FERNANDES SENA (OAB 10817/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: ARTUR MOREIRA MARTINS (OAB 41351/CE), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0613363-87.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Sinesio Pereira Froes - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; Com base no art. 474. Do NCPC, o(a) perito(a) nomeado(a) por este Juízo deverá, com antecedência mínima de quinze (15) dias, através do e-mail dos advogados das partes vinculado ao processo, dar ciência à parte da data e local designados para a realização da prova. Todavia, informa que esta agendado para o dia 08/10/2019 às 14:00 horas, para o início da realização da prova, bem como, informa local para colheita da assinatura. Intimem-se às partes acerca da petição de fls. 78/82.

ADV: JÉSSICA FERREIRA BOTELHO (OAB 6826/AM) - Processo 0613409-42.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Juruá Estaleiros Ltda - REQUERIDO: Porto de Chibatão - Chibatão Navegação e Comércio Ltda - Vistos, etc... Trata-se de Ação Monitória intentada por Juruá Estaleiros Ltda em desfavor de Porto de Chibatão - Chibatão Navegação e Comércio Ltda. Em despacho inaugural, foi determinado o recolhimento das custas, no prazo de 15 (quinze) dias. A parte autora entretanto, deixou escoar o prazo sem dar adequado cumprimento às determinações (fl. 65). Ante o exposto, determino o CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO, nos termos do art. 290, do Código de Processo Civil.

ADV: ALDA HELOÍSA TAVARES TOLEDO (OAB 7133/AM) - Processo 0614184-28.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Maria de Jesus Arruda - Anderley Arruda Queiroz - REQUERIDO: Mapfre Seguros - LITSPASSIV: Georadar Levantamento Geofísico S/A - REQUERIDO: BB Seguros Companhia de Seguros Aliança do Brasil - Compulsando o caderno processual noto que a ré GEORADAR ainda não foi citada, bem como consta pedido de citação de tal requerida por oficial de justiça, conforme fls. 67/68. Dessarte, DEFIRO referido pedido. No mais, vislumbro não consta dos autos AR de citação válido da ré Seguros Aliança do Brasil, contudo esta contestou o feito às fls. 69/88, de modo que resta suprida sua citação, fulcro no art. 239, §1º, do NCPC. Visto que as requeridas seguradoras já estão integradas ao processo, DEFIRO desde já o pedido da autora de determinação de apresentação de contratos, formulado às fls. 8. Nesse sentido, DETERMINO que as rés MAPFRE e Seguros Aliança do Brasil apresentem a Apólice de Seguro e a cópia do contrato de seguro meniconado às fls. 3 da petição inicial, no prazo de 5 dias, na forma do art. 396 e art. 398, do NCPC. Por derradeiro, reconheço a incidência das normas consumeristas ao caso em comento, e inverto o ônus da prova, ante a hipossuficiência no plano técnico e probatório da autora, nos moldes do art. 6º, VIII, do CDC.

ADV: DANIELE DE FREITAS CORREA (OAB 9287/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 685A/AM) - Processo 0617040-62.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: José Sousa dos Santos - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Banco Bradesco Financiamentos S/A - DISPOSITIVO Do exposto, nos termos do artigo 487, I, do CPC, JULGO, EM PARTE, PROCEDENTE os pedidos para: a) Confirmar a liminar deferida nesses autos, fls.91/93; b)condenar o requerido à restituição, em dobro, dos valores descontados indevidamente, com juros de 1% ao mês e correção monetária, ambos a contar da citação, respeitada a prescrição de cinco anos, tendo como termo inicial o pagamento da última parcela; C) deixo de arbitrar a multa de astreintes, posto que os descontos foram cessados e a ré foi condenada a restituir em dobro o que descontou indevidamente. Condeno, ainda, o réu ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios que arbitro em 15% sobre o valor da condenação, nos termos do artigo 85, §2º, do NCPC . Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Manaus, 29 de agosto de 2019. Silvânia Corrêa Ferreira Juíza de Direito Expedientes emitidos, (M2734

ADV: BENEDICTO CELSO BENÍCIO JÚNIOR (OAB A1133/AM), ADV: BENEDICTO CELSO BENICIO JUNIOR (OAB 1133A/AM) - Processo 0618535-15.2015.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Cruzeiro do Sul S/A - REQUERIDO: WANDERLEY DE PAULA FERREIRA - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: III - Intimação da parte para se manifestar sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos; Prazo: 10 dias.

ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB A1109/AM) - Processo 0619944-89.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Julieta Ferreira da Silva - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: III - Intimação da parte para se manifestar sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos; Prazo: 10 dias.

ADV: ALEX SANDER DE ALMEIDA ALBQUERQUE (OAB 8971/AM), ADV: ÁTILA DE MEDEIROS AFFONSO (OAB 1819/AM) - Processo 0620718-85.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: R.A.S. - U.P.S. - REQUERIDO: J.L.A.A. - E.B.C. - Vistos. Compulsando o caderno processual noto que apenas o réu José Lasmar foi citado, não sendo noticiado a citação da requerida Eneide Bentes da Cunha. Com efeito, não é possível presumir sua citação da certidão de fls. 23/24, vez que as pessoas mencionadas pelo Oficial de Justiça que ficaram cientes da ordem não tem nenhum vínculo aparente com a segunda ré, não sendo possível presumir sua ciência sobre o processo, portanto. A corroborar tal conclusão, a ré até o presente momento não compareceu aos autos. Nesse sentido, determino que o autor promova a citação da requerida para que o processo possa prosseguir para a fase instrutória, momento em que será analisado o pedido de prova pericial formulado pelo réu. Assim, ficam intimados os requerentes para indicar endereço da Sra. Eneide e/ou indicar os meios de citação que entende cabível, no prazo de 05 dias. No mais, determino que o Sr. José Lasmar comprove ser beneficiário da gratuidade da justiça, porque não há elementos nos autos que indiquem pela sua hipossuficiência. Assim, determino que a parte requerente comprove ser hipossuficiente economicamente, em 15 dias, a fim de que lhe sejam deferidos os benefícios da gratuidade da justiça, nos moldes do art. 98, do NCPC. Para tanto, a parte requerente deverá apresentar, sob pena de indeferimento do benefício: a) cópia das últimas folhas da carteira do trabalho, ou comprovante de renda mensal, e de eventual cônjuge; b) cópia dos extratos

bancários de contas de titularidade, e de eventual cônjuge, dos últimos três meses; c) cópia dos extratos de cartão de crédito, dos últimos três meses; d) cópia da última declaração do imposto de renda apresentada à Secretaria da Receita Federal.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 737A/AM) - Processo 0621777-74.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - EXECUTADO: Promaster Comercio de Equipamentos de Informatica Ltda - Me - Lin Xiaodi - Wang Xiaocui - Vistos, etc... Por todos seus fundamentos MANTENHO o despacho de fls. 121/123. Prossiga o Requerente, atendendo para o regular andamento do feito, no prazo de cinco (05) dias, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, na forma do art. 485, III, do CPC/2015.

ADV: FÉLIX DE MELO FERREIRA (OAB 3032/AM), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 1119A/AM) - Processo 0623920-41.2015.8.04.0001 (apensado ao processo 0623928-18.2015.8.04.0001) - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Andressa Lorena Hosana Lobato Batista - REQUERIDO: TAM Linhas Aéreas - Primeiramente, no que pertine ao ônus da prova, verifico que a parte autora é consumidora nos moldes do art. 2º, do CDC e a ré, por seu turno, enquadra-se no conceito de fornecedor, nos moldes do art. 3º, §2º, do CDC. Vislumbro, ainda, que a parte requerente é hipossuficiente no plano técnico e fático. Por tais razões, defiro em favor da demandante a inversão do ônus probatório, nos moldes do art. 6º, VIII, do CDC e art. 373, § 1º, do CPC. Outrossim, caso haja interesse em composição entre as partes, determino que essas se manifestem em 05 dias, para que seja designada audiência junto ao CEJUSC-Cível. Tendo em vista que figura menor impúbere no polo ativo, vista ao MP no prazo de cinco dias. Escoado o prazo ministerial, devem as partes, no prazo de 05 dias, declinar as provas que pretendem produzir. Nesse sentido, determino que: I- Caso haja solicitação de oitiva das partes ou de testemunhas, devem as partes declinar os fatos que com ela pretendem esclarecer. Após, paute-se audiência de instrução e julgamento para que sejam colhidos os depoimentos; II - Caso haja pedido de prova pericial, devem as partes declinar a sua finalidade e indicar a especialidade do perito. Ultimadas tais diligência movam-se os autos conclusos para despacho; III- Apresentada prova documental, vista à parte adversa para manifestação no prazo de cinco dias. IV - Caso não haja pedido de produção de novas provas, movam-se os autos conclusos para sentença.

ADV: CELSO MARCON (OAB A566/AM), ADV: ELAINE BONFIM DE OLIVEIRA (OAB 336A/CE) - Processo 0628781-31.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Ailan Borges Oliveira - Diante tudo o que fora exposto, com fundamento no artigo 66 da Lei 4728/65 e no Decreto-Lei n. 911/69, JULGO PROCEDENTE a demanda, declarando rescindido o contrato e consolidando nas mãos da autora o domínio e posse plena e exclusiva do bem mencionado na inicial, cuja apreensão liminar torno definitiva, facultando a venda pela autora, na forma do artigo 2º do Decreto-Lei n. 911/69. Condeno o(a) Requerido(a) em custas processuais e honorários advocatícios, arbitrados, estes, em 10% do valor atualziado da causa, fixados segundo disposições dos artigos 82, §2°, 85 caput e §2°, do Código Processo Civil, tendo sido considerado o zelo, o tempo e o trabalho desenvolvido pelo procurador da parte vencedora. Após, o trânsito em julgado, independentemente de nova intimação, deverá o credor, na pessoa de seu advogado, providenciar o cumprimento de sentença adequado a sua pretensão. Em caso negativo, proceda-se a devida baixa. P.R.I.

ADV: JUZÉ RICARDO ABTIBOL VILHENA (OAB 12235/AM) - Processo 0629988-02.2018.8.04.0001 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: Alenice Industria Textil Ltda - REQUERIDO: Mahmoud Mohmmad Ata Mohmmad Yacub - Lojão Manaus Comércio de Tecidos e Confecções Ltda-me - Raquel Modas Ltda - Estrela de Ouro Magazine Ltda - X J Lojas de Variedades Ltda - Vistos, etc... Trata-se de Ação Monitória proposta por ALENICE INDÚSTRIA TÊXTIL LTDA., em face de MAHMOUD MOHMMAD ATA MOHMMAD YACUB; RAQUEL MODAS LTDA., ESTRELA DE OURO MAGAZINE LTDA., LOJÃO MANAUS COMÉRCIO DE TECIDOS E CONFECÇÕES LTDA., e XJ LOJAS DE VARIEDADES LTDA - ME, que afirma, com base em prova escrita, sem eficácia de título executivo Cheques nºs IU-103521; IU-103522; IU-103595; IU-103596; IU-103597; IU-103598; IU-103599; IU-103600; IU-103601; IU-103602; IU-103603; IU-103604; IU-103605; IU-103606; IU-103608; IU-103607; IU-103609; IU-103610, ter direito de exigir do devedor capaz o pagamento de quantia em dinheiro (NCPC, art. 700, I) ou a entrega de coisa fungível ou infungível de bem móvel ou imóvel (NCPC, art. 700, II); ou o adimplemento de obrigação de fazer ou de não fazer (NCPC, art. 700, III). Os Requeridos citados (fls. 184), não cumpriu a obrigação e nem ofereceu embargos. Em se tratando de procedimento monitório, os documentos juntados com a inicial bastam como prova do fato constitutivo do direito da autora, cabendo a parte requerida provar a falta de causa do título, fatos modificativos, extintivos ou impeditivos do direito alegado, de forma a fazer prova de que nada deve, ônus do qual não se desincumbiu, nos termos do artigo 333, inciso II, do Código de Processo Civil. ISSO POSTO, com fundamento nos arts. 701, § 2º, do NCPC, CONSTITUO, de pleno direito, em título judicial, o Cheques nºs IU-103521; IU-103522; IU-103595; IU-103596; IU-103597; IU-103598; IU-103599; IU-103600; IU-103601; IU-103602; IU-103603; IU-103604; IU-103605; IU-103606; IU-103608; IU-103607; IU-103609; IU-103610, objeto da lide, acrescidos de juros de mora a partir da citação e a correção monetária a partir do ajuizamento da ação, CONVERTENDO, doravante, o mandado inicial em mandado executivo e prosseguindo-se na forma da Parte Especial, Livro I, Título II (Cumprimento de Sentença). Condeno o Requerido ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor do débito atualizado. Após, o trânsito em julgado, independentemente de nova intimação, deverá ocredor, na pessoa de seu advogado, providenciar o cumprimento de sentença adequado a sua pretensão. Cumpra-se e Intime-se.

ADV: CLEOMAR DE SOUZA RODRIGUES (OAB 10745/AM) - Processo 0630155-19.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Parcelas de benefício não pagas - REQUERENTE: Edmilson Miranda Targino Filho - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e outro - Vistos, etc... Trata-se de Cumprimento de Sentença em que, após, sua intimação para impugnar a execução, silenciou. O credor requereu a expedição de Requisição de Pequeno Valor. ISSO POSTO, com fundamento no art. 535, § 3º, II, do NCPC, por ordem do Juiz, dirigida à autoridade, na pessoa de quem o ente público foi citado no processo, o pagamento da obrigação de pequeno valor será realizado no prazo de dois (02) meses, contado da entrega da requisição, mediante depósito na agência de banco oficial mais próxima da residência do exequente, nos termos do § 3º, art. 100, da Constituição Federal. Requisite-se à autoridade o pagamento. Cumprida a diligencia, arquive-se.

ADV: CARLOS FELLIPE DE ANDRADE NOGUEIRA (OAB 8261/AM), ADV: CAROLINE FUGOLARI FREITAS (OAB 11135/AM), ADV: CARLOS EDUARDO CAVALCANTE RAMOS (OAB 53182/DF), ADV: NATHALIA PEREIRA LEITE VILELA TEIXEIRA (OAB 167006/RJ), ADV: THIAGO PACHECO RODRIGUES (OAB 8826/AM), ADV: JACKELINE SALAZAR DOS SANTOS (OAB 10166/AM) - Processo 0633344-39.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Raimunda Brito da Silva - REQUERIDO: Fenixsoft Gestão de Softwares e Consignados Ltda - Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Primeiramente, deixo para analisar as preliminares por ocasião da sentença. No que pertine ao ônus da prova, verifico que a autora é consumidora nos moldes do art. 2º, do CDC e a ré, por seu turno, enquadra-se no conceito de fornecedor, nos moldes do art. 3º, §2º, do CDC. Vislumbro, ainda, que a requerente é hipossuficiente no plano técnico e fático. Por tais razões, defiro em favor da demandante a inversão do ônus probatório, nos moldes do art. 6º, VIII, do CDC e art. 373, § 1º, do CPC. Outrossim, caso haja interesse em composição entre as partes, determino que essas se manifestem em 05 dias, para que seja designada audiência junto ao CEJUSC-Cível. Ademais, no mesmo prazo de 05 dias, determino que as partes digam as provas que pretendem produzir, nesse sentido, determino que: I- Caso haja solicitação de oitiva das partes ou de testemunhas, devem as partes declinar os fatos que com ela pretendem esclarecer. Após, paute-se audiência de

instrução e julgamento para que sejam colhidos os depoimentos; II - Caso haja pedido de prova pericial, devem as partes declinar a sua finalidade e indicar a especialidade do perito. Ultimadas tais diligência movam-se os autos conclusos para despacho; III- Apresentada prova documental, vista à parte adversa para manifestação no prazo de cinco dias. IV - Caso não haja pedido de produção de novas provas, movam-se os autos conclusos para sentença. Por derradeiro, RECEBO o cadastramento de novo patrono da parte ré, de fls. 383/384.

ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB A1109/AM) - Processo 0633903-30.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDA: Iona Venancia Menezes Fernandez - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: III - Intimação da parte para se manifestar sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos; Prazo: 10 dias.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM) - Processo 0634014-43.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Espécies de Contratos - REQUERENTE: Fundação Assistencial dos Servidores do Ministério da Fazenda - REQUERIDA: Jussara Maria de Andriola Tabal - De ordem, remetam-se os autos ao CEJUSC-CÍVEL para ser pautada nova data para realização da Conciliação, após, retornem a esta secretaria para expedição de mandado, conforme requerido pela parte autora.

ADV: EDUARDO LIMA QUEIROZ (OAB 8319/RO), ADV: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (OAB 5546/RO), ADV: RENZZO FONSECA ROMANO (OAB 6242/AM), ADV: EDSON ANTÔNIO SOUSA PINTO (OAB 4643/RO), ADV: JOSÉ CARLOS CAVALCANTI JÚNIOR (OAB 3607/AM) - Processo 0635049-38.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: RZD Comércio de Veículos Ltda. - MAVEL - Celso Martins de Rezende - Marcia Macedo Martins de Rezende - REQUERIDO: Banco Safra S/A - Compulsando os autos, noto que na petição inicial, às fls. 17, a parte requerente pugnou pela realização de prova pericial. Dessarte, intimo os autores para que ratifiquem referido pedido, no prazo de cinco dias, oportunidade em que deverão indicar a especialização do expert, o objeto da perícia e quais alegações pretende comprovar através de tal meio de prova. No mesmo prazo de 05 dias, determino que as partes digam as provas que pretendem produzir, nesse sentido, determino que: I- Caso haja solicitação de oitiva das partes ou de testemunhas, devem as partes declinar os fatos que com ela pretendem esclarecer. Após, paute-se audiência de instrução e julgamento para que sejam colhidos os depoimentos; II - Caso haja pedido de prova pericial, devem as partes declinar a sua finalidade e indicar a especialidade do perito. Ultimadas tais diligência movam-se os autos conclusos para despacho; III- Apresentada prova documental, vista à parte adversa para manifestação no prazo de cinco dias. III - Caso não haja pedido de produção de novas provas, movam-se os autos conclusos para sentença.

ADV: FABIANA AMORIM BARROS (OAB 10647/AM) - Processo 0638065-63.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Frank Marques de Souza - REQUERIDO: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Vistos, etc. Trata-se de ação de obrigação de fazer com indenização por danos morais e com pedido liminar proposta por Frank Marques de Souza em face de Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A. Preliminarmente, a respeito da condição da ação no interesse de agir, verifico que a presente demanda foi proposta como petição incidental no bojo da ação de busca e apreensão de nº 0638117-93.2018.8.04.0001, pleiteando indenização por danos morais e a concessão de tutela antecipada. Nesse contexto, vislumbro prejudicado o interesse de agir, na modalidade adequação, haja vista que a presente demanda foi proposta erroneamente como incidental, devendo o pleito ser objeto de ação autônoma. Diante do exposto, com fulcro nos arts. 9 e 10, do CPC, intime-se o autor para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca das assertivas de ausência de interesse de agir, na modalidade de adequação, conforme art. 17, do CPC, com a consequente extinção do processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, VI, do CPC. Após o decurso do prazo, retornem os autos conclusos na fila de despacho inicial. Manaus, 29 de agosto de 2019. Sheilla Jordana de Sales Juíza de Direito

ADV: LEONARDO DE LIMA NAVES (OAB 91166/MG), ADV: ROSQUILD AZÊDO OMENA (OAB A605/AM) - Processo 0638386-06.2016.8.04.0001 - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - CONSIGNANTE: Loja City Lar - Wg Eletro S.a - CONSIGNADA: Olga Cardoso Pires Alves - DISPOSITIVO Diante do exposto, conforme fundamentação supra e na forma do que dispõe os artigos 546 e 487, I, do CPC, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO CONSIGNATÓRIO e DECLARO extinta a obrigação da consignante frente ao consignado. AUTORIZO ao consignado que retire as chaves do imóvel, se ainda não o tiver feito. Condeno ainda a ré ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios ao patrono do autor em 10% do valor total da condenação. Após, o trânsito em julgado, independentemente de nova intimação, não havendo quaisquer requerimentos, arquivem-se os autos. Cumpra-se e Intime-se. Manaus, 28 de agosto de 2019. Sheilla Jordana de Sales Juíza de Direito

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM) - Processo 0638713-43.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: Condomínio Gran Vista Ponta Negra - REQUERIDA: Paula Regina da Silva Melo - José Augusto Basílio Junior - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: III - Intimação da parte para se manifestar sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos; Prazo: 10 dias.

ADV: RENATO FERREIRA RIBEIRO MATTA (OAB 9235/AM) - Processo 0639003-58.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Fernando Cardoso de Queiroz - REQUERIDO: Companhia de Seguros Aliança do Brasil - O art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal, dispõe: “o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos”, bem como o art. 98, do NCPC, preleciona que tem direito à gratuidade da justiça a pessoa natural ou jurídica com insuficiência de recursos. No caso em tela, após determinação para juntada de comprovantes de insuficiência de recursos para arcar com as despesas judiciais sem prejuízo do próprio sustento, colacionou-se a declaração de imposto de renda referente ao exercício de 2019 às fls. 182/191. É certo que não se exige o estado de miserabilidade para concessão do benefício pugnado. Todavia, os elementos anexos aos autos demonstram a capacidade financeira de arcar com as custas processuais, ainda que de forma parcelada, diante da renda do autor em cotejo com o valor correspondente às custas. Ao que se dessume, não haverá prejuízo à satisfação das necessidades básicas do Requerente. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de concessão dos benefícios da gratuidade de justiça, e determino que se intime a parte requerente para recolher, de forma parcelada, as custas iniciais, em 06 (seis) prestações, devendo a primeira ser paga em até 5 (cinco) dias, com fulcro nas disposições constantes no art. 98, § 6º, do CPC, no art. 1º da Portaria 490/2017-PTJ e no art. 10 da Portaria nº 116/201, sob pena de cancelamento da distribuição, a teor do art. 290, do CPC, sem nova intimação. À secretaria para: Caso transcorrido o prazo para o pagamento da primeira parcela, não sendo efetivado o mesmo, determino o cancelamento da distribuição do feito, sem nova conclusão; Caso haja o recolhimento parcial das custas, retornem-me os autos conclusos para apreciação da Tutela Antecipada, na fila de Despacho Inicial. Int. Manaus, 29 de agosto de 2019. Sheilla Jordana de Sales Juíza de Direito

ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP) - Processo 0641484-91.2019.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - Duplicata - REQUERENTE: Arcor do Brasil Ltda - REQUERIDO: Irmãos Domingues Ltda - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo

especificados: II - Cumprimento imediato das cartas precatórias recebidas, independentemente de despacho do juiz, com a sua imediata devolução ao juízo deprecante, após o seu cumprimento;

ADV: DANIELLE RUFINO ALVES RICARDO (OAB 3643/AM) - Processo 0641883-23.2019.8.04.0001 - Ação de Exigir Contas - Responsabilidade dos sócios e administradores - REQUERENTE: Norte Serviços de Apoio A Edificios Ltda-me - REQUERIDA: Anirlane Romenia Pinto Barroso - Verifico que não foi recolhido o valor correspondente às custas e despesas processuais, pelo que DETERMINO ao autor que o faça, no prazo de 15 dias, sob pena de cancelamento da distribuição, a teor do art. 290, do CPC, sem nova intimação. À secretaria para: Caso transcorrido o prazo para o pagamento, não sendo efetivado o mesmo, determino o cancelamento da distribuição do feito, sem nova conclusão; Caso haja o recolhimento integral, e escoado o prazo ao autor para cumprimento das determinações a ele dirigidas, retornem-me os autos conclusos na fila de despacho inicial. Int. Manaus, 29 de agosto de 2019. Sheilla Jordana de Sales Juíza de Direito

ADV: CHARLES LUIZ EVANGELISTA SOUZA (OAB 589A/AM) - Processo 0642629-85.2019.8.04.0001 - Demarcação / Divisão - Condomínio - REQUERENTE: Rafael Primavera Duarte - REQUERIDO: Miqueias Primavera Duarte - Pedro Henrique Primavera Duarte - De atenta análise dos autos, observo que há um equívoco quanto ao valor da causa, uma vez que deve ser considerado o proveito econômico, isto é, o valor do imóvel. Dessarte, determino que seja intimada a parte autora para emendar a inicial no prazo de 15 (quinze) dias e dar o valor correto à ação, sob pena de extinção. No que se refere à gratuidade de justiça, o art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal, dispõe “o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos”. Embora para a concessão da gratuidade não se exija o estado de miséria absoluta, é necessária a comprovação da impossibilidade de arcar com as custas e despesas do processo sem prejuízo de seu sustento próprio ou de sua família. A declaração de pobreza, por sua vez, estabelece mera presunção relativa da hipossuficiência, que cede ante outros elementos que sirvam para indicar a capacidade financeira. Neste sentido, é oportuno destacar a jurisprudência pátria: APELAÇÃO CÍVEL - JUSTIÇA GRATUITA - INCIDENTE DE IMPUGNAÇÃO - POSSIBILIDADE DE CONDICIONAR A GRATUIDADE JUDICIÁRIA A COMPROVAÇÃO DA HIPOSSUFICIÊNCIA - ART. 4º DA LEI 1.060/1950-PROVAS INSUFICIENTES - Há presunção juris tantum da declaração de hipossuficiência para fins de concessão da assistência judiciária (IUJ TJ MG nº 1.0024.08.093413-6/002). A insuficiência financeira deve ser comprovada por documentos hábeis; na inexistência de qualquer atestado desta natureza, impõe-se o indeferimento da justiça gratuita. (TJ-MG - AC: 10000170436398001 MG, Relator: Alice Birchal, Data de Julgamento: 29/10/0017, Câmaras Cíveis / 7º Câmara Cível, Data de Publicação: 06/11/2017). Portanto, para apreciação do pedido de concessão de gratuidade de justiça, convém facultar ao interessado o direito de provar a impossibilidade de arcar, sem o seu próprio prejuízo ou de sua família, com as custas e despesas do processo. Assim, para apreciação do pedido de Justiça Gratuita, a parte requerente deverá, em igual prazo de 15 (quinze) dias, apresentar, sob pena de indeferimento do benefício: a) cópia das últimas folhas da carteira de trabalho, contracheques, dos últimos três meses, ou comprovante de renda mensal; b) cópia dos extratos bancários de contas de titularidade, dos últimos três meses; c) cópia dos extratos de cartão de crédito, dos últimos três meses; d) cópia da última declaração do imposto de renda apresentada à Secretaria da Receita Federal; e) comprovantes de despesas mensais que demonstrem o comprometimento da renda apontada no contracheque e forma a inviabilizar o pagamento das custas. Ou, no mesmo prazo, deverá recolher as custas judiciais e despesas processuais, já no valor corrigido, sob pena de cancelamento da distribuição, a teor do art. 290, do CPC, sem nova intimação. Ou, ainda, se assim lhe convier, faculto à parte demandante requerer o parcelamento das custas iniciais, em até 06 (seis) parcelas, o que desde já DEFIRO, no mesmo prazo acima assinalado, com fulcro nas disposições constantes no art. 98, § 6º, do NCPC, no art. 1º da Portaria 490/2017-PTJ e no art. 10 da Portaria nº 116/2017. À secretaria para: Caso solicitado o parcelamento das custas processuais, o que desde já DEFIRO, remetam-se os autos ao Setor da Contadoria para que proceda o cálculo das custas, sem nova conclusão; Caso transcorrido o prazo para o pagamento da primeira parcela, não sendo efetivado o mesmo, determino o cancelamento da distribuição do feito, sem nova conclusão; Caso haja o recolhimento integral, ou pagamento da primeira parcela, retornem-me os autos conclusos na fila de despacho inicial. Int. Manaus, 29 de agosto de 2019. Sheilla Jordana de Sales Juíza de Direito

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0643371-13.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Francisco Juscelino Maceno Lopes - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Ante o exposto, nos termos da Recomendação Conjunta n.º: 01 de 15 de dezembro de 2015, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designada a realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta 01/12/2015. Em tempo, dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial. Por derradeiro, quanto ao pleito de concessão dos benefícios da gratuidade da justiça, defiro parcialmente o pedido, com fulcro no art. 98, § 5º, do Código de Processo Civil, isentando o autor apenas das custas judiciais iniciais, excluindo da benesse as despesas postais e demais encargos que se fizerem necessários no decorrer da lide. À Secretaria para providências cabíveis. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 28 de agosto de 2019. Silvânia Corrêa Ferreira Juíza de Direito

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0644077-93.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Rizonaldo Batista de Oliveira - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Ante o exposto, nos termos da Recomendação Conjunta n.º: 01 de 15 de dezembro de 2015, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designada a realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta 01/12/2015. Em tempo, dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial. Por derradeiro, quanto ao pleito de concessão dos benefícios da gratuidade da justiça, defiro parcialmente o pedido, com fulcro no art. 98, § 5º, do Código de Processo Civil, isentando o autor apenas das custas judiciais iniciais, excluindo da benesse as despesas postais e demais encargos que se fizerem necessários no decorrer da lide. À Secretaria para providências cabíveis. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 28 de agosto de 2019. Silvânia Corrêa Ferreira Juíza de Direito

ADV: ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHÃES (OAB 5373/AM) - Processo 0644791-53.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Neuza Colares da Silva - REQUERIDO: BradesCard S/A - Assim sendo, estando presentes os requisitos para concessão da tutela antecipada, DEFIRO o pedido de antecipação da tutela, nos termos do art. 300, do CPC, para que a Requerida abstenha-se de realizar novas cobranças à parte autora e de inscrever o seu nome nas listas restritivas de crédito até o fim da demanda, sob pena de incidência de multa de R$ 1.000,00, até o limite de 10 (dez) repetições. Superada a análise do pedido de antecipação de tutela, passo à análise dos pedidos processuais. Quanto à gratuidade de justiça, DEFIRO parcialmente o pedido, com fulcro no art. 98, § 5º, do CPC, isentando a parte autora apenas das custas judiciais iniciais, de modo a excluir das benesses as despesas postais e demais encargos processuais que se fizerem necessários no decorrer da lide. Outrossim, quanto à incidência das normas consumeristas ao caso em comento, necessário assentar que a relação que envolve a parte autora e a parte ré é submetida ao direito do consumidor, vez que as partes enquadram-se no conceito legal de consumidor e fornecedor, nos termos dos arts. 2.º e 3.º, ambos do CDC. Não obstante, também se aplica ao caso, entre outras, as regras de direito comum, em homenagem ao chamado diálogo das fontes, nos termos do art. 7.º do CDC. No mais, quanto à inversão do ônus

da prova, segundo as regras ordinárias de experiência, tem-se que são verossímeis as alegações da parte requerente e essa é hipossuficiente no plano técnico e probatório para comprovar as condições em que se deu o contrato de compra e venda e seu cancelamento, motivos pelos quais DETERMINO que o ônus da prova seja invertido em prol da parte requerente, nos moldes do art. 6º, VIII, do CDC. Em termos de prosseguimento, pautando-me no princípio da celeridade processual e, considerando que a composição poderá ocorrer em qualquer momento durante o processo, mesmo extrajudicialmente, com fulcro no art. 139, II e V, deixo de pautar audiência de conciliação neste momento processual. Assim, cite-se e intime-se a parte ré para contestar o feito no prazo de 15 (quinze) dias úteis, nos moldes do art. 335, III, e 231, III, do CPC, devendo a parte autora proceder ao recolhimento prévio das custas de postagem da carta, por meio de guia emitida pelo site do TJAM, nos termos do Provimento nº 273/2016 - CGJ/AM. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Tratando-se de processo eletrônico, em prestígio às regras fundamentais dos artigos 4º e 6º do CPC fica vedado o exercício da faculdade prevista no artigo 340 do CPC. Na oportunidade, faculto ao autor a oportunidade de manifestar interesse ou não na designação de audiência de conciliação, nos termos do art. 334 § 4º do CPC. Em havendo interesse, determino à Secretaria que remeta os autos ao CEJUSC-Cível, localizado no 3º andar deste Fórum, para que este designe audiência de conciliação ou mediação, nos termos do art. 334, do CPC. Não havendo interesse na conciliação, decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de quinze dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I - havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II - havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III - em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). À secretaria para: Citar e intimar a parte Ré para que apresente contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis; Em havendo interesse na conciliação, remetam-se os autos ao CEJUSC-Cível para que este designe audiência de conciliação ou mediação, nos termos do art. 334, do CPC. Em não havendo interesse, decorrido o prazo concedido à parte Ré, vistas à parte autora no mesmo prazo de 15 (quinze) dias úteis; Após, retornem os autos conclusos para decisão interlocutória. Int. Manaus, 29 de agosto de 2019. Sheilla Jordana de Sales Juíza de Direito

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM) - Processo 0645055-70.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Rogerio Ferreira da Silva - Como é cediço, a alienação fiduciária é uma garantia atípica. O domínio se transfere desde logo para o credor, embora de caráter resolúvel. O devedor permanece na posse direta, transferindo para o credor, a instituição financeira, a posse indireta. Continua como depositário. Advindo o vencimento da obrigação, não sendo paga, o domínio resolúvel se torna definitivo. Assim, provado o inadimplemento e a mora do(a) devedor(a), conforme demonstra a notificação extrajudicial coligida aos autos, assiste ao credor perseguir a coisa através de ação de busca e apreensão, com fundamento no art. 3º, do Decreto-lei nº. 911/69. Em consequência, DEFIRO o pedido de liminar de busca e apreensão formulado pelo autor. Contudo, antes de proceder à expedição do mandado, em observância ao que dispõe a Portaria nº 116/2017, determino que a parte interessada proceda ao recolhimento das custas de diligências atribuídas aos Oficiais de Justiça, cujo valores estão previstos no Provimento nº 250/2015/CGJ/AM. Após, a comprovação do pagamento da diligência, expeça-se mandado, consignando nele que, uma vez executada a liminar e efetuada a citação, o devedor terá o prazo de 5 (cinco) dias para efetuar o pagamento integral da dívida - entendida esta como os valores apresentados e comprovados pelo credor na inicial. Não o fazendo neste prazo, ficará automaticamente consolidada a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do credor, conforme a nova redação dada pela Lei nº 10.931/04, sendo certo que o prazo para contestar é de 15 (quinze) dias da execução da liminar, sob pena de revelia. Desde logo, faculto ao meirinho encarregado da diligência, proceder na conformidade do disposto no § 2º, do art. 212, do NCPC, se necessário. Em não havendo o recolhimento das custas, voltem-me os autos conclusos. Intime-se e cumpra-se.

ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM) - Processo 0645772-82.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - REQUERIDO: Maria da Gloria Marques da Silva - Como é cediço, a alienação fiduciária é uma garantia atípica. O domínio se transfere desde logo para o credor, embora de caráter resolúvel. O devedor permanece na posse direta, transferindo para o credor, a instituição financeira, a posse indireta. Continua como depositário. Advindo o vencimento da obrigação, não sendo paga, o domínio resolúvel se torna definitivo. Assim, provado o inadimplemento e a mora do(a) devedor(a), conforme demonstra a notificação extrajudicial coligida aos autos, assiste ao credor perseguir a coisa através de ação de busca e apreensão, com fundamento no art. 3º, do Decreto-lei nº. 911/69. Em consequência, DEFIRO o pedido de liminar de busca e apreensão formulado pelo autor. Contudo, antes de proceder à expedição do mandado, em observância ao que dispõe a Portaria nº 116/2017, determino que a parte interessada proceda ao recolhimento das custas de diligências atribuídas aos Oficiais de Justiça, cujo valores estão previstos no Provimento nº 250/2015/CGJ/AM. Após, a comprovação do pagamento da diligência, expeça-se mandado, consignando nele que, uma vez executada a liminar e efetuada a citação, o devedor terá o prazo de 5 (cinco) dias para efetuar o pagamento integral da dívida - entendida esta como os valores apresentados e comprovados pelo credor na inicial. Não o fazendo neste prazo, ficará automaticamente consolidada a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do credor, conforme a nova redação dada pela Lei nº 10.931/04, sendo certo que o prazo para contestar é de 15 (quinze) dias da execução da liminar, sob pena de revelia. Desde logo, faculto ao meirinho encarregado da diligência, proceder na conformidade do disposto no § 2º, do art. 212, do NCPC, se necessário. Em não havendo o recolhimento das custas, voltem-me os autos conclusos. Intime-se e cumpra-se.

ADV: IVANA DA CUNHA LEITE RUIZ (OAB 4814/AM) - Processo 0645840-32.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Cond. Mundi Resort Residencial - REQUERIDO: Baker Tilly Brasil Norte Ss Auditores Independentes - Epp - Vistos, etc. Defiro o parcelamento das custas iniciais em 04 (quatro) parcelas iguais e sucessivas. Determino ao autor que comprove no prazo de 15 (quinze) dias o pagamento da primeira parcela, sob pena de cancelamento da distribuição, com fulcro no art. 290, do CPC e disposições constantes no art. 98, § 6º, do NCPC, no art. 1º da Portaria 490/2017-PTJ e no art. 10 da Portaria nº 116/2017. Frise-se que o inadimplemento das demais parcelas ensejará o cancelamento da distribuição, também com fulcro no art. 290, do CPC. À secretaria para que: Remetam-se os autos ao Setor da Contadoria para que proceda o cálculo das custas; Caso transcorrido o prazo para o pagamento da primeira parcela, não sendo efetivado o mesmo, determino o cancelamento da distribuição do feito, sem nova conclusão; Caso haja o pagamento da primeira parcela, retornem-me os autos conclusos na fila de despacho inicial para apreciação da tutela antecipada. Int. Manaus, 28 de agosto de 2019. Sheilla Jordana de Sales Juíza de Direito

ADV: CINARA DE ARAUJO NERY (OAB 13900/AM) - Processo 0646111-41.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Paulo Rogério de Souza Andrade - REQUERIDO: Braga Veículos Ltda. - Vistos, etc. Defiro o parcelamento das custas iniciais em 06 (seis) parcelas iguais e sucessivas. Determino ao autor que comprove no prazo de 15 (quinze) dias o pagamento da primeira parcela, sob pena de cancelamento da distribuição, com fulcro no art. 290, do CPC e disposições constantes no art. 98, § 6º, do NCPC, no art. 1º da Portaria 490/2017-PTJ e no art. 10 da Portaria nº 116/2017. Frise-se que o inadimplemento das demais parcelas ensejará o cancelamento da distribuição, também com fulcro no art. 290, do CPC. À secretaria para: Remetam-se os autos ao Setor da Contadoria para que proceda o cálculo das custas;

Caso transcorrido o prazo para o pagamento da primeira parcela, não sendo efetivado o mesmo, determino o cancelamento da distribuição do feito, sem nova conclusão; Caso haja o pagamento da primeira parcela, retornem-me os autos conclusos na fila de despacho inicial para apreciação do feito. Int. Manaus, 29 de agosto de 2019. Sheilla Jordana de Sales Juíza de Direito

ADV: BRUNO DE FREITAS SALGUEIRO (OAB 7708/AM), ADV: ROZELI FERREIRA SOBRAL ASTUTO (OAB 5743/AM) - Processo 0660289-29.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Benefícios em Espécie - REQUERENTE: Maria Luiza de Lima Pereira - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - Inss e outros - Ante o exposto, HOMOLOGO o acordo apresentado pelo INSS, motivo pelo que extingo o feito com fulcro no art. 487, III, b, do NCPC. À Secretaria para: Publicar esta decisão, intimando as partes; Após o trânsito em julgado, dar baixa no feito e arquivar os autos, com as cautelas de praxe.

ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM), ADV: CHRISTIANNE DI FELÍCIO FERREIRA DA SILVA (OAB 3631/AM), ADV: CÍNTIA ALMEIDA PRADO (OAB 12891/AM), ADV: HUMBERTO ROSSETTI PORTELA (OAB 91263/MG), ADV: MÁRCIO GREYK JOSÉ DE PAULA RAPOSO (OAB 6312/AM) - Processo 0701658-13.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Sustação de Protesto - REQUERENTE: JONASA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS - REQUERIDO: ACS Navegação e Comércio de Material de Construção Ltda - ABC Fomento Mercantil Ltda. - Banco do Brasil S/A - Defiro a produção da prova requerida e nomeio como perito(a) do Juízo a Sra. AMANDA PIMENTA LEÃO, cujo currículo consta do Banco de Peritos disponível no sítio eletrônico deste E. Tribunal, para que realize a perícia requerida. Consigno que o expert atua como auxiliar do Juízo e deve ser indicado por ele não pela parte interessada. Determino à Secretaria que intime o(a) referido(a) expert para que, no prazo de 05 dias: i) apresente proposta de honorários; ii) apresente seus contatos profissionais, dentre os quais endereço de e-mail, tudo conforme assim insculpido no art. 465, § 2º, I e III, do CPC. Deixo de determinar que apresente currículo, tendo em vista tal instrumento já constar no site deste E. Tribunal, como acima apontado. Fixo o prazo de 60 dias para apresentação do laudo pericial, a contar da data determinada pelo perito para vistoria/da colheita das assinaturas/do dia em que forem enviados os documentos a serem periciados. Apresentada a proposta de honorários, intime-se as partes para, querendo, manifestarem-se no prazo de 05 dias, com estribo no art. 465, § 3º, do CPC. Pontuo que caberá à parte autora pagar os honorários do perito, porque foi quem requereu prova pericial, vide art. 95, “caput”, do NCPC. Ficam as partes intimadas a apresentar quesitos e indicar assistentes técnicos e, se querendo, arguir impedimento e suspeição do perito, tudo no prazo de 15 dias, a contar da intimação desta decisão.

Adriane Cristine Cabral Magalhães (OAB 5373/AM)
Alda Heloísa Tavares Toledo (OAB 7133/AM)
Alex Sander de Almeida Albquerque (OAB 8971/AM)
Amanda Araújo dos Santos (OAB 6150/AM)
Amauri Vieira dos Santos (OAB 11881/AM)
Ana Paula Ivo Fernandes (OAB 4288/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 5797/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Ângela Maria Leite de Araújo Silva (OAB 6940/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Artur Moreira Martins (OAB 41351/CE)
Átila de Medeiros Affonso (OAB 1819/AM)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Benedicto Celso Benicio Junior (OAB 1133A/AM)
Benedicto Celso Benício Júnior (OAB A1133/AM)
Bruno de Freitas Salgueiro (OAB 7708/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Carlos Eduardo Cavalcante Ramos (OAB 53182/DF)
Carlos Fellipe de Andrade Nogueira (OAB 8261/AM)
Caroline Fugolari Freitas (OAB 11135/AM)
Celso Marcon (OAB A566/AM)
Charles Luiz Evangelista Souza (OAB 589A/AM)
Christianne Di Felício Ferreira da Silva (OAB 3631/AM)
Cinara de Araujo Nery (OAB 13900/AM)
Cíntia Almeida Prado (OAB 12891/AM)
Cleomar de Souza Rodrigues (OAB 10745/AM)
Daniele de Freitas Correa (OAB 9287/AM)
Daniella Rodrigues de Araújo (OAB 8199/AM)
Danielle Rufino Alves Ricardo (OAB 3643/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Edson Antônio Sousa Pinto (OAB 4643/RO)
Eduardo Lima Queiroz (OAB 8319/RO)
Elaine Bonfim de Oliveira (OAB 336A/CE)
Fabiana Amorim Barros (OAB 10647/AM)
Fábio Rivelli (OAB 1119A/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Félix de Melo Ferreira (OAB 3032/AM)
Fernando César Lima Ferreira de Oliveira (OAB 843A/AM)
Fernando Luz Pereira (OAB A658AM)
Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB 5546/RO)
Hilcia Regina Lima de Aquino (OAB 5648/AM)
Humberto Rossetti Portela (OAB 91263/MG)
Ivana da Cunha Leite Ruiz (OAB 4814/AM)
Jackeline Salazar dos Santos (OAB 10166/AM)
Jéssica Ferreira Botelho (OAB 6826/AM)
Joana Loren de Oliveira Barbosa Grana (OAB 10729/AM)
José Augusto de Rezende Júnior (OAB A1109/AM)
José Carlos Cavalcanti Júnior (OAB 3607/AM)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
Juzé Ricardo Abtibol Vilhena (OAB 12235/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 685A/AM)
Leonardo de Lima Naves (OAB 91166/MG)
Marcele de Almeida Monteiro (OAB 11190/AM)
Márcio Greyk José de Paula Raposo (OAB 6312/AM)
MARCUS AURÉLIO FERNANDES SENA (OAB 10817/AM)
Nathalia Pereira Leite Vilela Teixeira (OAB 167006/RJ)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Paulo Alberto Rodrigues de Oliveira Arruda (OAB 8766/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 737A/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Renato Ferreira Ribeiro Matta (OAB 9235/AM)
Renzzo Fonseca Romano (OAB 6242/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Rogério Pena Bento da Silva (OAB 9960/AM)
Rosquild Azêdo Omena (OAB A605/AM)
Rozeli Ferreira Sobral Astuto (OAB 5743/AM)
Sandra Régia Duda Clemente (OAB 9376/AM)
Thiago Pacheco Rodrigues (OAB 8826/AM)
Trajano Bastos de Oliveira Neto Friedrich (OAB 964A/AM)
Valter de Souza Neves (OAB 4807/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0280/2019

ADV: ELISABETE LUCAS (OAB 4118/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0213534-51.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Raimundo David Antônio - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A e outros - Vistos, etc... Homologo a desistência do feito para fins do artigo 200, parágrafo único do Código de Processo Civil. Em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Deixo de arbitrar honorários advocatícios vez que, embora não constitui isenção absoluta das custas e honorários advocatícios, mas sim, na desobrigação de pagá-los enquanto perdurar o estado de carência econômica do necessitado, propriciador da concessão deste privilégio. Em resumo, trata-se de um benefício condicionado que visa a garantir o acesso à justiça, portanto, suspensa da cobrança de honorários e custas, bem como, tratar-se de pedido de desistência logo não há vencedor e nem vencido. Proceda-se à baixa.

Elisabete Lucas (OAB 4118/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO SHEILLA JORDANA DE SALES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA FRANCISCA GARCIA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0277/2019

ADV: CARLOS PEDRO CASTELO BARROS (OAB 001.229/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: SALVIO B. MONTENEGRO (OAB 001.472/AM) - Processo 0000624-31.2000.8.04.0012 (012.00.000624-8) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: BANCO DO BRASIL S/A. - REQUERIDO: Carlos Antonio Cardoso - Nos termos do § 4º do artigo 203 do N.C.P.C., c/c Provimento nº 063/2002 da C.G.J., abro vista dos autos à parte interessada para que se manifeste acerca do Ofício Respostado, no prazo de 05 (cinco) dias. Manaus, 30 de agosto de 2019.

ADV: FREDERICO MORAES BRACHER (OAB 7311/AM), ADV: LÚCIO DE REZENDE NETO (OAB 512A/AM), ADV: ANTÔNIO JOSÉ OLIVA VELOSO (OAB 6339/AM), ADV: MARCOS ALDENIR FERREIRA RIVAS (OAB 2250/AM) - Processo 0027718-11.2005.8.04.0001 (001.05.027718-0) - Procedimento Comum Cível - Obrigações - REQUERENTE: Condomínio Residencial Monte Líbano - REQUERIDA: Sonja Silveira - TERCEIRO I: Marcos Aldenir Ferreira Rivas - De ordem, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: FRANCISCO ADONIAS PINHEIRO (OAB 1584/AM), ADV: LÚCIO DE REZENDE NETO (OAB 512A/AM) - Processo 0235697-49.2019.8.04.0001 (processo principal 0601897-67.2016.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Indenização por Dano Material - EXEQUENTE: Oliva Pinto Logistica LTDA - EXECUTADO: Super Terminais Comércio e Industria Ltda - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; Na forma do artigo 513 § 2º, do NCPC, intime-se o executado para que, no prazo de 15 (quinze) dias, pague o valor indicado no demonstrativo discriminado e atualizado do crédito, acrescido de custas, se houver. Fica a parte executada advertida de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Não ocorrendo pagamento voluntário no prazo do artigo 523 do CPC, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, também, de honorários de advogado de dez por cento. Ademais, não efetuado o pagamento voluntário no prazo de 15 (quinze) dias, independentemente de nova intimação do credor, poderá a parte exequente efetuar pedido de pesquisas junto aos sistemas informatizados à disposição do juízo. Por fim, certificado o trânsito em julgado da decisão e transcorrido o prazo do art. 523, mediante o recolhimento das respectivas taxas, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do Código de Processo Civil. Int.

ADV: ADRIANO MENEZES HERMIDA MAIA (OAB 8894/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 737A/AM), ADV: WILSON OLIVEIRA MELO JÚNIOR (OAB 3220/AM), ADV: GUSTAVO AMATO PISSINI (OAB 261030/SP), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM) - Processo 0601688-69.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - EXECUTADO: J B V DO NASCIMENTO (U T I DO NOTEBOOK 3) - WILSOM SILVA DE VASCONCELOS - REQUERIDA: José Cavalcante da Silva - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: V - Intimação da parte autora ou exequente para dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito; Prazo: 10 dias.

ADV: CARLOS AUGUSTO TORTORO JÚNIOR (OAB 247319/SP) - Processo 0602975-91.2019.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Banco Santander Brasil S/A - REQUERIDO: Criar Soluções Produtos e Servicos de Informática Ltda - Flavio de Souza Coutinho - Zaira Costa Vargas Coutinho - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: III - Intimação da parte para se manifestar sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos; Prazo: 10 dias.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0603120-84.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Restabelecimento - REQUERENTE: Ayrton Menezes Guimarães - REQUERIDO: Instituto Nacional de Seguridade Social e outros - Analisando a sentença embargada, verifico assistir razão ao embargante, pelo que CONHEÇO dos Embargos de Declaração, porque presentes os requisitos, e ACOLHO para integrar o dispositivo da r. Sentença a seguinte redação: “c) Defiro a tutela de urgência requerida nesses autos até o trânsito em julgado” Permanecem inalterados os demais termos da sentença. À Secretaria para as diligências de praxe.

ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: ROZELI FERREIRA SOBRAL ASTUTO (OAB 5743/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0604075-18.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Lizete Simplicio Cabral - REQUERIDO: Banco Carrefour (Banco CSF S/A) - No prazo de 05 dias, determino que as partes digam as provas que pretendem produzir, nesse sentido, determino que: I- Caso haja solicitação de oitiva das partes ou de testemunhas, devem as partes declinar os fatos que com ela pretendem esclarecer. Após, paute-se audiência de instrução e julgamento para que sejam colhidos os depoimentos; II - Caso haja pedido de prova pericial, devem as partes declinar a sua finalidade e indicar a especialidade do perito. Ultimadas tais diligência movam-se os autos conclusos para despacho; III- Apresentada prova documental, vista à parte adversa para manifestação no prazo de cinco dias. III - Caso não haja pedido de produção de novas provas, movam-se os autos conclusos para sentença.

ADV: BRENO DE ALMEIDA RODRIGUES (OAB 8121/AM), ADV: PAULA ELIZABETH GOMES DE SOUZA (OAB 13295/AM) - Processo 0610659-67.2019.8.04.0001 - Monitória - Compra e Venda - REQUERENTE: José Isvaldo Felipe Carlos - REQUERIDO: Vicente Eugenio de Souza - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: III - Intimação da parte para se manifestar sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos; Prazo: 10 dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: JONILSON MAIA PEREIRA (OAB 7871/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM) - Processo 0612883-75.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Eliane Costa Martins - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, intimo a parte autora para, no prazo de 15 dias, na forma dos arts.350 e 351 do NCPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos. Manaus, 30 de agosto de 2019. Maria Francisca Garcia Escrivã

ADV: GIULIO ALVARENGA REALE (OAB 65628/MG), ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0613354-28.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - REQUERIDO: Kenio Samasio Morais Beserra - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: III - Intimação da parte para se manifestar sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos; Prazo: 10 dias.

ADV: JACKSON WILLIAM DE LIMA (OAB 408472/SP) - Processo 0614055-52.2019.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Cooperativa de Crédito de Livre

Admissão de Associados de Manaus Sicoob Uniam - REQUERIDA: Katt Anne Simões Farias Lima - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: III - Intimação da parte para se manifestar sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos; Prazo: 10 dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: MARIA CLÁUDIA SOUSA DA SILVA (OAB 1082A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0614101-75.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Eva de Oliveira Nascimento - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - No prazo de 05 dias, determino que as partes digam as provas que pretendem produzir, nesse sentido, determino que: I- Caso haja solicitação de oitiva das partes ou de testemunhas, devem as partes declinar os fatos que com ela pretendem esclarecer. Após, paute-se audiência de instrução e julgamento para que sejam colhidos os depoimentos; II - Caso haja pedido de prova pericial, devem as partes declinar a sua finalidade e indicar a especialidade do perito. Ultimadas tais diligência movam-se os autos conclusos para despacho; III- Apresentada prova documental, vista à parte adversa para manifestação no prazo de cinco dias. IV - Caso não haja pedido de produção de novas provas, movam-se os autos conclusos para sentença.

ADV: ANDRÉ NIETO MOYA (OAB 235738/SP) - Processo 0614384-98.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Banco Bradesco Cartões S/A - REQUERIDA: Adriana Vilaça de Assunção Pinheiro - De ordem, encaminhem-se os autos ao CEJUSC-CÍVEL para ser pautada nova data para realização da Conciliação, observando novo endereço para citação indicado às fls. 126

ADV: MANOEL TARCISIO C. DE AGUIAR FILHO (OAB 10446/RN), ADV: ANA TEREZA GUIMARAES ALVES (OAB 9552/RN), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: RICARDO VIEIRA RODRIGUES (OAB 8801/AM), ADV: LUCELIA ALVES RIBEIRO DA SILVA (OAB 10009/RN) - Processo 0616984-34.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: ELCINEY MARIA DE LIMA PINHEIRO - REQUERIDO: Banco BMG S/A - LITSPASSIV: Banco Itaú S/A - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; Face apresentação do Laudo Pericial de fls. 249/260, expeça-se alvará de levantamento em favor da Expert referente aos 50% (cinquenta por cento) restante dos honorários.

ADV: PRISCILA PACHECO FERREIRA (OAB 5364/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: FERNANDA CABRAL MARQUES (OAB 6755/AM), ADV: EDSON DE OLIVEIRA (OAB 480/AM), ADV: PRISCILA PACHECO FERREIRA (OAB 5364/AM) - Processo 0618595-85.2015.8.04.0001 - Embargos de Terceiro Cível - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - EMBARGANTE: RAIMUNDO PEREIRA DE SOUZA FILHO - EMBARGADO: Itautinga Agro Industrial S/A - Primeiramente, tendo em vista o certificado às fls. 72, decreto a revelia do réu. Contudo, tendo em vista que este habilitou patrono nos autos, determino que este seja regularmente intimado de todos os atos processuais, de modo que afasto os efeitos processuais da revelia, nos moldes do art. 346, § único, do NCPC. Consigno que a revelia não impede que o requerido pugne pela produção de provas, visto que o demandado compareceu aos autos antes do fim da fase instrutória, em consonância com o art. 349, do NCPC. Nesse sentido, no prazo de 05 dias, determino que as partes digam as provas que pretendem produzir, nesse sentido, determino que: I- Caso haja solicitação de oitiva das partes ou de testemunhas, devem as partes declinar os fatos que com ela pretendem esclarecer. Após, paute-se audiência de instrução e julgamento para que sejam colhidos os depoimentos; II - Caso haja pedido de prova pericial, devem as partes declinar a sua finalidade e indicar a especialidade do perito. Ultimadas tais diligência movam-se os autos conclusos para despacho; III- Apresentada prova documental, vista à parte adversa para manifestação no prazo de cinco dias. IV - Caso não haja pedido de produção de novas provas, movam-se os autos conclusos para sentença.

ADV: EDUARDO SANTANA PINHEIRO (OAB 7049/AM) - Processo 0618612-19.2018.8.04.0001 - Embargos de Terceiro Cível - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: Gercilene Oliveira da Silva - REQUERIDO: Vieiralves Imobiliária Ltda - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: De ordem da MMª. Juíza: V - Intimação da parte autora ou exequente para dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito; Prazo: 10 dias.

ADV: PENÉLOPE ARYADNE ANTONY LIRA (OAB 7357/AM), ADV: YONETE MELO DAS CHAGAS (OAB 8827/AM) - Processo 0619057-03.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Adcam - Associação para O Desenvolvimento Coesivo da Amazônia - REQUERIDA: Joyce Oliveira Silva - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: III - Intimação da parte para se manifestar sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos; Prazo: 10 dias.

ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 96864/MG), ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 38699/DF), ADV: VIOLETA CRISTINA MUNIZ TEIXEIRA (OAB 8452/AM) - Processo 0620045-29.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Revisão do Saldo Devedor - REQUERENTE: RENATO RODRIGO DOS REIS TEIXEIRA JUNIOR - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Vistos, etc... HOMOLOGO, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, a transação celebrada nestes autos da Ação de Inexigibilidade de Débito movida por Renato Rodrigo dos Reis Teixeira Júnior contra Banco Bonsucesso. Como é cediço, a homologação de acordo é uma das hipóteses de extinção do processo com julgamento do mérito, conforme o disposto no art. 487, III, do NCPC. Em caso de autos, onde tendo as partes pleiteado a homologação do acordo e a suspensão do processo, nada obsta que o magistrado não julgue extinto o processo, posto que, tendo o processo sido julgado com julgamento do mérito e tendo uma das partes descumprido a avença, a opção para as partes seria a execução do acordo judicial nos próprios autos. Em caso de descumprimento, valerá a presente sentença como título executivo judicial, cuja execução seguirá o rito do art. 523 e seguintes do NCPC. Honorários advocatícios já distribuídos pelas partes. Transitada em julgado, arquivem-se e dê-se baixa. P. R. I.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0620510-04.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: W. C. Pires - Wcp Confecções - Me - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: III - Intimação da parte para se manifestar sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos; Prazo: 10 dias.

ADV: DANIEL MARINHO PEREIRA (OAB 5157/AM), ADV: DANIEL CARDOSO DE ALBUQUERQUE (OAB 6086/AM), ADV: CAYO MARCELLOS LOPES DE VASCONCELOS (OAB 8080AM) - Processo 0620612-31.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - REQUERENTE: DECIOS GUIMARÃES CARNEIRO DA CUNHA - REQUERIDO: SEVER PINTO DE SOUZA - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: III - Intimação da parte para se manifestar sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos; Prazo: 10 dias.

ADV: SIDNEY SANTOS SOUSA JUNIOR (OAB 8896/AM), ADV: DANIEL PEREIRA PIO SUWA (OAB 9683/AM), ADV: ALEX FERNANDES MINORI (OAB 9444/AM) - Processo 0626986-24.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de

Trânsito - REQUERENTE: Merronit Comercial Ltda. - REQUERIDA: Mariana Sampaio Brasil Barbosa - Vistos. Primeiramente, RECEBO a renúncia de poderes de fls. 105, visto que regular, segundo ditames do art. 112, do NCPC. Tendo em vista o substabelecimento sem reserva de poderes às fls. 96/100, e a posterior renúncia de representação, às fls. 105, dos patronos substabelecidos, encontra-se o autor sem patrono constituído nos autos. Dessarte, SUSPENDO o processo, por ausência de capacidade postulatória do requerente, na forma do art. 313, I, do NCPC. Por conseguinte, INTIMO o autor para que regularize sua capacidade postulatória em 15 dias, sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito, na forma do do art. 485, IV, do NCPC. À Secretaria para: Intimar pessoalmente o autor, isto é, por Carta de Intimação com aviso de recebimento enviada para seu endereço, ou através do portal eletrônico, caso o requerente seja cadastrado, sobre o teor desta decisão.

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: IVANILDO RODRIGUES DA GAMA JÚNIOR (OAB 8525/PA) - Processo 0627586-11.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Safra S/A - REQUERIDO: Frigorifico Vitello Ltda - Alayde Garcia Afonso - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: De ordem da MMª. Juíza: V - Intimação da parte autora ou exequente para dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito; Prazo: 10 dias. Em tempo: proceda intimação do Senhor Oficial de Justiça para SUSPENDER o cumprimento da medida, até manifestação do contraditório.

ADV: JOSÉ MURILO GADELHA DE HOLLANDA (OAB 2640/AM) - Processo 0628501-60.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Affeam - Associação dos Funcionários Fiscais do Estado do Amazonas - REQUERIDA: Terezinha Correia Affonso - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: III - Intimação da parte para se manifestar sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos; Prazo: 10 dias.

ADV: ANA BÁRBARA MARTINS BACELAR (OAB 11404/AM), ADV: EWERTON CARNEIRO DA SILVA (OAB 11062/AM), ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM), ADV: KON TSIH WANG (OAB 4646/AM), ADV: MARCOS DOS SANTOS CARMO FILHO (OAB 6818/AM), ADV: BEATRIZ DE SOUZA SOUZA (OAB 12761/AM) - Processo 0628848-64.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Condomínio Residencial Ocean Park - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Ante o exposto, INDEFIRO a impugnação aos honorários periciais para mantê-los no valor indicado pela expert às fls. 340/341. Intime-se as partes e o perito. Determino seja depositado 50% do valor dos honorários periciais em 15 dias. Determino que o perito defina data para a realização da perícia. Desde já, autorizo o levantamento do valor inicial da perícia pelo expert. Int.Cumpra-se.

ADV: LUIZ FERNANDO MAFRA NEGREIROS (OAB 5641/AM) - Processo 0630673-72.2019.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Rcl Comércio de Produtos Alimentícios - REQUERIDO: Seila Maria Pennafort Garcia - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: III - Intimação da parte para se manifestar sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos; Prazo: 10 dias.

ADV: SERAFIM PEREIRA D'ALVIM MEIRELLES NETO (OAB 1694/AM), ADV: EDER AUGUSTO DOS SANTOS PICANÇO (OAB 10396/PA), ADV: CAROLINE CUNHA E SILVA MEIRELLES (OAB 4940/AM), ADV: CHRISTINA CUNHA E SILVA MEIRELLES (OAB 7896/AM), ADV: NORTHON SÉRGIO LACERDA SILVA (OAB 2708/AC), ADV: MANUELA CANTANHEDE VEIGA ANTUNES (OAB 4598/AM) - Processo 0631224-23.2017.8.04.0001 - Embargos de Terceiro Cível - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Graciete Marques Pessoa - REQUERIDO: Banco da Amazonia S/A - No prazo de 05 dias, determino que as partes digam as provas que pretendem produzir, nesse sentido, determino que: I- Caso haja solicitação de oitiva das partes ou de testemunhas, devem as partes declinar os fatos que com ela pretendem esclarecer. Após, paute-se audiência de instrução e julgamento para que sejam colhidos os depoimentos; II - Caso haja pedido de prova pericial, devem as partes declinar a sua finalidade e indicar a especialidade do perito. Ultimadas tais diligência movam-se os autos conclusos para despacho; III- Apresentada prova documental, vista à parte adversa para manifestação no prazo de cinco dias. IV - Caso não haja pedido de produção de novas provas, movam-se os autos conclusos para sentença.

ADV: VINICIUS DASINGER BITTENCOURT (OAB 130820/RJ) - Processo 0634154-77.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: Joaquim Ferreira Campos Neto e outro - REQUERIDO: Bb Tecnologias e Serviços S.a - Caso haja interesse em composição entre as partes, determino que essas se manifestem em 05 dias, para que seja designada audiência junto ao CEJUSC-Cível. Ademais, no prazo de 05 dias, determino que as partes digam as provas que pretendem produzir, nesse sentido, determino que: I- Caso haja solicitação de oitiva das partes ou de testemunhas, devem as partes declinar os fatos que com ela pretendem esclarecer. Após, paute-se audiência de instrução e julgamento para que sejam colhidos os depoimentos; II - Caso haja pedido de prova pericial, devem as partes declinar a sua finalidade e indicar a especialidade do perito. Ultimadas tais diligência movam-se os autos conclusos para despacho; III- Apresentada prova documental, vista à parte adversa para manifestação no prazo de cinco dias. IV - Caso não haja pedido de produção de novas provas, movam-se os autos conclusos para sentença.

ADV: CARLA JOSEFINA LIMA DE LIMA (OAB 9783/AM), ADV: ADOLFO PRAIA FERREIRA DO NASCIMENTO (OAB 10804/AM), ADV: ELÍSIA LIMA DE SÁ (OAB 9161/AM), ADV: FURTADO E MARQUES ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 4135/AM), ADV: EMANUELLY SOUZA DE ALMEIDA (OAB 10527/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM) - Processo 0637074-92.2016.8.04.0001 - Ação de Exigir Contas - Serviços Profissionais - REQUERENTE: Condominio Bem Viver Total Ville Vida Nova - REQUERIDA: Oficial 5 Consultoria, Planejamento e Tratamento em Segurança - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: I Intimar a parte interessada para que proceda ao recolhimento da taxa de Postagem, para o aperfeiçoamento do ato, uma vez que a parte foi devidamente citada por hora certa, devendo ser cumprido o que determina os arts. 252 ao 254 do NCPC. A citação válida é indispensável, a fim de que sejam respeitados os direitos fundamentais ao contraditório e à ampla defesa da parte passiva. (Portaria nº 116/2017-PTJ - Notas 7 - pág. 14), no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: VIOLETA CRISTINA MUNIZ TEIXEIRA (OAB 8452/AM) - Processo 0641063-04.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Planos de Saúde - REQUERENTE: Jorge Costa Bezerra - REQUERIDO: AGEMAN - Diante do exposto, não tendo este juízo proferido sentença de mérito e para que não se alegue, no futuro, nulidade, DECLINO DA COMPETÊNCIA em favor de uma das Varas da Fazenda Pública Municipal desta Capital, determinando a baixa dos autos e a remessa ao juízo competente. Int. Manaus, 30 de agosto de 2019. Sheilla Jordana de Sales Juíza de

ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: STEFFANI DE SOUZA (OAB 412564/SP), ADV: PEDRO CÂMARA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 613/AM) - Processo 0643190-12.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Planos de Saúde - REQUERENTE: A.R.Q. - REQUERIDO: U.M.C.T.M. - Junto a isso, saliento que o comparecimento espontâneo do réu aos autos supre a falta ou a nulidade da citação, nos moldes do art. 239, § 1º, do CPC. Dessa forma, considero a Requerida devidamente citada e intimada do teor da Decisão de fls. 51/54. Não obstante, diante das peculiaridades do caso concreto e com intuito de sanar qualquer omissão, fixo o prazo de 02 (dois) dias úteis contados a partir da publicação da presente decisão para

o cumprimento da tutela antecipada já deferida às fls. 51/54. Por sua vez, no que se refere ao aditamento da inicial requerido às fls. 82/84, é imperioso apontar que, já tendo sido realizada a citação, nos termos do art. 329, II, do CPC, o aditamento só poderá ser realizado com o consentimento da Requerida. Sendo assim, intime-se a ré para contestar o feito no prazo de 15 (quinze) dias úteis, nos moldes do art. 335, III, e 231, III, do CPC, bem como se manifestar acerca do aditamento da inicial em igual prazo. Na oportunidade, reitero à autora a oportunidade de manifestar interesse ou não na designação de audiência de conciliação, nos termos do art. 334 § 4º do CPC. Não havendo interesse na conciliação, decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de quinze dias úteis apresente manifestação. À secretaria para: Publicar a presente decisão para conhecimento das partes; Intimar a parte Ré para que apresente contestação e se manifeste acerca do aditamento, no prazo de 15 (quinze) dias úteis; Em havendo interesse na conciliação, remetam-se os autos ao CEJUSC-Cível para que este designe audiência de conciliação ou mediação, nos termos do art. 334, do CPC. Em não havendo interesse, decorrido o prazo concedido à parte Ré, vistas à parte autora no mesmo prazo de 15 (quinze) dias úteis; Após, retornem os autos conclusos para a fila de Despacho Inicial. Manaus, 30 de agosto de 2019. Sheilla Jordana de Sales Juíza de Direito

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM) - Processo 0643940-82.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Duplicata - REQUERENTE: Revest House Comércio de Pisos Ltda - REQUERIDO: Crimiso Empreendimentos Imobiliarios Ltda - Spe - Defiro o pedido de realização de audiência de conciliação, tendo em vista a regra insculpida no art. 3º, §2º e §3º, do NCPC. Ademais, no prazo de 05 dias, determino que as partes digam as provas que pretendem produzir, nesse sentido, determino que: I- Caso haja solicitação de oitiva das partes ou de testemunhas, devem as partes declinar os fatos que com ela pretendem esclarecer. Após, paute-se audiência de instrução e julgamento para que sejam colhidos os depoimentos; II - Caso haja pedido de prova pericial, devem as partes declinar a sua finalidade e indicar a especialidade do perito. Ultimadas tais diligência movam-se os autos conclusos para despacho; III- Apresentada prova documental, vista à parte adversa para manifestação no prazo de cinco dias. IV - Caso não haja pedido de produção de novas provas, movam-se os autos conclusos para sentença.

ADV: CAIO PATRICK COELHO SILVA ANDADE (OAB 13408/AM) - Processo 0643978-26.2019.8.04.0001 - Interdito Proibitório - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: José Willen Ramos Simão - REQUERIDO: Nosso Lar Administração de Imóveis Ltda. - O art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal, dispõe “o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos”. Embora para a concessão da gratuidade não se exija o estado de miséria absoluta, é necessária a comprovação da impossibilidade de arcar com as custas e despesas do processo sem prejuízo de seu sustento próprio ou de sua família. A declaração de pobreza, por sua vez, estabelece mera presunção relativa da hipossuficiência, que cede ante outros elementos que sirvam para indicar a capacidade financeira. Neste sentido, é oportuno destacar a jurisprudência pátria: APELAÇÃO CÍVEL - JUSTIÇA GRATUITA - INCIDENTE DE IMPUGNAÇÃO - POSSIBILIDADE DE CONDICIONAR A GRATUIDADE JUDICIÁRIA A COMPROVAÇÃO DA HIPOSSUFICIÊNCIA - ART. 4º DA LEI 1.060/1950-PROVAS INSUFICIENTES - Há presunção juris tantum da declaração de hipossuficiência para fins de concessão da assistência judiciária (IUJ TJ MG nº 1.0024.08.093413-6/002). A insuficiência financeira deve ser comprovada por documentos hábeis; na inexistência de qualquer atestado desta natureza, impõe-se o indeferimento da justiça gratuita. (TJ-MG - AC: 10000170436398001 MG, Relator: Alice Birchal, Data de Julgamento: 29/10/0017, Câmaras Cíveis / 7º Câmara Cível, Data de Publicação: 06/11/2017). Portanto, para apreciação do pedido de concessão de gratuidade de justiça, convém facultar ao interessado o direito de provar a impossibilidade de arcar, sem o seu próprio prejuízo ou de sua família, com as custas e despesas do processo. Assim, para apreciação do pedido de Justiça Gratuita, a parte requerente deverá, em prazo de 15 (quinze) dias, apresentar, sob pena de indeferimento do benefício: a) cópia das últimas folhas da carteira de trabalho, contracheques, dos últimos três meses, ou comprovante de renda mensal; b) cópia dos extratos bancários de contas de titularidade, dos últimos três meses; c) cópia dos extratos de cartão de crédito, dos últimos três meses; d) cópia da última declaração do imposto de renda apresentada à Secretaria da Receita Federal; e) comprovantes de despesas mensais que demonstrem o comprometimento da renda apontada no contracheque e forma a inviabilizar o pagamento das custas. Ou, no mesmo prazo, deverá recolher as custas judiciais e despesas processuais, sob pena de cancelamento da distribuição, a teor do art. 290, do CPC, sem nova intimação. Ou, ainda, se assim lhe convier, faculto à parte demandante requerer o parcelamento das custas iniciais, em até 04 (quatro) parcelas, o que desde já DEFIRO, no mesmo prazo acima assinalado, com fulcro nas disposições constantes no art. 98, § 6º, do NCPC, no art. 1º da Portaria 490/2017-PTJ e no art. 10 da Portaria nº 116/2017. À secretaria para: Caso solicitado o parcelamento das custas processuais, o que desde já DEFIRO, remetam-se os autos ao Setor da Contadoria para que proceda o cálculo das custas, sem nova conclusão; Caso transcorrido o prazo para o pagamento da primeira parcela, não sendo efetivado o mesmo, determino o cancelamento da distribuição do feito, sem nova conclusão; Caso haja o recolhimento integral, ou pagamento da primeira parcela, retornem-me os autos conclusos na fila de despacho inicial. Int. Manaus, 30 de agosto de 2019. Sheilla Jordana de Sales Juíza de Direito

ADV: ELVISLAN DO NASCIMENTO SILVA (OAB 8970/AM) - Processo 0645496-51.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Mariana Silva do Nascimento - REQUERIDO: Sabemi Seguradora S/A - Banco Bradesco S/A - O art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal, dispõe “o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos”. Embora para a concessão da gratuidade não se exija o estado de miséria absoluta, é necessária a comprovação da impossibilidade de arcar com as custas e despesas do processo sem prejuízo de seu sustento próprio ou de sua família. A declaração de pobreza, por sua vez, estabelece mera presunção relativa da hipossuficiência, que cede ante outros elementos que sirvam para indicar a capacidade financeira. Neste sentido, é oportuno destacar a jurisprudência pátria: APELAÇÃO CÍVEL - JUSTIÇA GRATUITA - INCIDENTE DE IMPUGNAÇÃO - POSSIBILIDADE DE CONDICIONAR A GRATUIDADE JUDICIÁRIA A COMPROVAÇÃO DA HIPOSSUFICIÊNCIA - ART. 4º DA LEI 1.060/1950-PROVAS INSUFICIENTES - Há presunção juris tantum da declaração de hipossuficiência para fins de concessão da assistência judiciária (IUJ TJ MG nº 1.0024.08.093413-6/002). A insuficiência financeira deve ser comprovada por documentos hábeis; na inexistência de qualquer atestado desta natureza, impõe-se o indeferimento da justiça gratuita. (TJ-MG - AC: 10000170436398001 MG, Relator: Alice Birchal, Data de Julgamento: 29/10/0017, Câmaras Cíveis / 7º Câmara Cível, Data de Publicação: 06/11/2017). Portanto, para apreciação do pedido de concessão de gratuidade de justiça, convém facultar ao interessado o direito de provar a impossibilidade de arcar, sem o seu próprio prejuízo ou de sua família, com as custas e despesas do processo. Assim, para apreciação do pedido de Justiça Gratuita, a parte requerente deverá, em 15 (quinze) dias, apresentar, sob pena de indeferimento do benefício: a) cópia das últimas folhas da carteira de trabalho, contracheques, dos últimos três meses, ou comprovante de renda mensal; b) cópia dos extratos bancários de contas de titularidade, dos últimos três meses; c) cópia dos extratos de cartão de crédito, dos últimos três meses; d) cópia da última declaração do imposto de renda apresentada à Secretaria da Receita Federal; e) comprovantes de despesas mensais que demonstrem o comprometimento da renda apontada no contracheque e forma a inviabilizar o pagamento das custas. Ou, no mesmo prazo, deverá recolher as custas judiciais e despesas processuais, sob pena de cancelamento da distribuição, a teor do art. 290, do CPC, sem nova intimação. Ou, ainda, se assim lhe convier, faculto à parte demandante requerer o parcelamento das custas iniciais, em até 06 (seis) parcelas, o que desde já DEFIRO, no mesmo prazo acima assinalado, com fulcro nas disposições constantes no art. 98, § 6º, do NCPC, no art. 1º da Portaria 490/2017-PTJ e no art. 10 da Portaria nº

116/2017. À secretaria para: Caso solicitado o parcelamento das custas processuais, o que desde já DEFIRO, remetam-se os autos ao Setor da Contadoria para que proceda o cálculo das custas, sem nova conclusão; Caso transcorrido o prazo para o pagamento da primeira parcela, não sendo efetivado o mesmo, determino o cancelamento da distribuição do feito, sem nova conclusão; Caso haja o recolhimento integral, ou pagamento da primeira parcela, retornem-me os autos conclusos na fila de despacho inicial. Int. Manaus, 30 de agosto de 2019. Sheilla Jordana de Sales Juíza de Direito

ADV: DENISE MOURA MACEDO DA SILVA (OAB 4464/AM) - Processo 0646521-02.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Denise Moura Macedo da Silva - REQUERIDO: Latam Airlines Group S/A - O art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal, dispõe "o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos". Embora para a concessão da gratuidade não se exija o estado de miséria absoluta, é necessária a comprovação da impossibilidade de arcar com as custas e despesas do processo sem prejuízo de seu sustento próprio ou de sua família. A declaração de pobreza, por sua vez, estabelece mera presunção relativa da hipossuficiência, que cede ante outros elementos que sirvam para indicar a capacidade financeira. Neste sentido, é oportuno destacar a jurisprudência pátria: APELAÇÃO CÍVEL - JUSTIÇA GRATUITA - INCIDENTE DE IMPUGNAÇÃO - POSSIBILIDADE DE CONDICIONAR A GRATUIDADE JUDICIÁRIA A COMPROVAÇÃO DA HIPOSSUFICIÊNCIA - ART. 4º DA LEI 1.060/1950-PROVAS INSUFICIENTES - Há presunção juris tantum da declaração de hipossuficiência para fins de concessão da assistência judiciária (IUJ TJ MG nº 1.0024.08.093413-6/002). A insuficiência financeira deve ser comprovada por documentos hábeis; na inexistência de qualquer atestado desta natureza, impõe-se o indeferimento da justiça gratuita. (TJ-MG - AC: 10000170436398001 MG, Relator: Alice Birchal, Data de Julgamento: 29/10/0017, Câmaras Cíveis / 7º Câmara Cível, Data de Publicação: 06/11/2017). Portanto, para apreciação do pedido de concessão de gratuidade de justiça, convém facultar ao interessado o direito de provar a impossibilidade de arcar, sem o seu próprio prejuízo ou de sua família, com as custas e despesas do processo. Assim, para apreciação do pedido de Justiça Gratuita, a parte requerente deverá, em 15 (quinze) dias, apresentar, sob pena de indeferimento do benefício: a) cópia das últimas folhas da carteira de trabalho, contracheques, dos últimos três meses, ou comprovante de renda mensal; b) cópia dos extratos bancários de contas de titularidade, dos últimos três meses; c) cópia dos extratos de cartão de crédito, dos últimos três meses; d) cópia da última declaração do imposto de renda apresentada à Secretaria da Receita Federal; e) comprovantes de despesas mensais que demonstrem o comprometimento da renda apontada no contracheque e forma a inviabilizar o pagamento das custas. Ou, no mesmo prazo, deverá recolher as custas judiciais e despesas processuais, sob pena de cancelamento da distribuição, a teor do art. 290, do CPC, sem nova intimação. Ou, ainda, se assim lhe convier, faculto à parte demandante requerer o parcelamento das custas iniciais, em até 06 (seis) parcelas, o que desde já DEFIRO, no mesmo prazo acima assinalado, com fulcro nas disposições constantes no art. 98, § 6º, do NCPC, no art. 1º da Portaria 490/2017-PTJ e no art. 10 da Portaria nº 116/2017. À secretaria para: Caso solicitado o parcelamento das custas processuais, o que desde já DEFIRO, remetam-se os autos ao Setor da Contadoria para que proceda o cálculo das custas, sem nova conclusão; Caso transcorrido o prazo para o pagamento da primeira parcela, não sendo efetivado o mesmo, determino o cancelamento da distribuição do feito, sem nova conclusão; Caso haja o recolhimento integral, ou pagamento da primeira parcela, retornem-me os autos conclusos na fila de despacho inicial. Int. Manaus, 30 de agosto de 2019. Sheilla Jordana de Sales Juíza de Direito

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0646988-15.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: D.p.t. Guedes & Cia Ltda - Epp - Daniel Pinheiro Teixeira Guedes - De ordem, fica intimada a parte autora/exequente para recolher as diligências do Sr. Oficial de Justiça necessárias à prática do ato processual, no prazo de 10 (dez) dias. Manaus, 30 de agosto de 2019. Maria Francisca Garcia Escrivã

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM), ADV: MOACIR MARQUES DE MEDEIROS (OAB 13394/AM) - Processo 0656145-12.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - REQUERIDA: Maria Amelia Faustino Fonseca - Vistos, etc... O NCPC estimula a autocomposição incentivando a solução dos litígios através da conciliação, observar-se-á que, apenas o desinteresse de ambas as partes na tentativa de conciliação autoriza a não realização do ato. Exegese do inc. 1, do § 4º, do art. 344, CPC/2015. In casu, não obstante tenha a parte Exequente manifestado seu desinteresse na autocomposição, a parte Executada manifestou seu expresso interesse. Para que não haja nulidades ou irregularidades a serem saneadas, além de haver previsão legal, determino que os autos sejam encaminhados ao CEJUSC CÍVEL.

Adolfo Praia Ferreira do Nascimento (OAB 10804/AM)
Adriano Menezes Hermida Maia (OAB 8894/AM)
Alex Fernandes Minori (OAB 9444/AM)
Ana Bárbara Martins Bacelar (OAB 11404/AM)
ANA TEREZA GUIMARAES ALVES (OAB 9552/RN)
André Nieto Moya (OAB 235738/SP)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio José Oliva Veloso (OAB 6339/AM)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Beatriz de Souza Souza (OAB 12761/AM)
Breno de Almeida Rodrigues (OAB 8121/AM)
Caio Patrick Coelho Silva Andade (OAB 13408/AM)
Carla Josefina Lima de Lima (OAB 9783/AM)
Carlos Augusto Tortoro Júnior (OAB 247319/SP)
Carlos Pedro Castelo Barros (OAB 001.229/AM)
Caroline Cunha e Silva Meirelles (OAB 4940/AM)
Cayo Marcellos Lopes de Vasconcelos (OAB 8080AM)
Christina Cunha e Silva Meirelles (OAB 7896/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Daniel Cardoso de Albuquerque (OAB 6086/AM)
Daniel Marinho Pereira (OAB 5157/AM)
Daniel Pereira Pio Suwa (OAB 9683/AM)
Denise Moura Macedo da Silva (OAB 4464/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Eder Augusto dos Santos Picanço (OAB 10396/PA)
Edson de Oliveira (OAB 480/AM)
Eduardo Santana Pinheiro (OAB 7049/AM)
Elísia Lima de Sá (OAB 9161/AM)
Elvislan do Nascimento Silva (OAB 8970/AM)
Emanuelly Souza de Almeida (OAB 10527/AM)
Ewerton Carneiro da Silva (OAB 11062/AM)
Fernanda Cabral Marques (OAB 6755/AM)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 38699/DF)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 96864/MG)
Francisco Adonias Pinheiro (OAB 1584/AM)
Frederico Moraes Bracher (OAB 7311/AM)
Furtado e Marques Advogados Associados (OAB 4135/AM)
Giulio Alvarenga Reale (OAB 65628/MG)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Amato Pissini (OAB 261030/SP)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB 1065/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
Ivanildo Rodrigues da Gama Júnior (OAB 8525/PA)
Jackson William de Lima (OAB 408472/SP)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
Jonilson Maia Pereira (OAB 7871/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Mário de Carvalho Neto (OAB 4861/AM)
José Murilo Gadelha de Hollanda (OAB 2640/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Kon Tsih Wang (OAB 4646/AM)
LUCELIA ALVES RIBEIRO DA SILVA (OAB 10009/RN)
Lúcio de Rezende Neto (OAB 512A/AM)

Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luiz Fernando Mafra Negreiros (OAB 5641/AM)
MANOEL TARCISIO C. DE AGUIAR FILHO (OAB 10446/RN)
Manuela Cantanhede Veiga Antunes (OAB 4598/AM)
Marcos Aldenir Ferreira Rivas (OAB 2250/AM)
Marcos dos Santos Carmo Filho (OAB 6818/AM)
Maria Cláudia Sousa da Silva (OAB 1082A/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Moacir Marques de Medeiros (OAB 13394/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Northon Sérgio Lacerda Silva (OAB 2708/AC)
Paula Elizabeth Gomes de Souza (OAB 13295/AM)
Pedro Câmara - Sociedade de Advogados (OAB 613/AM)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
Penélope Aryadne Antony Lira (OAB 7357/AM)
Priscila Pacheco Ferreira (OAB 5364/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 737A/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Ricardo Vieira Rodrigues (OAB 8801/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Rozeli Ferreira Sobral Astuto (OAB 5743/AM)
Salvio B. Montenegro (OAB 001.472/AM)
Serafim Pereira D'Alvim Meirelles Neto (OAB 1694/AM)
Sidney Santos Sousa Junior (OAB 8896/AM)
Steffani de Souza (OAB 412564/SP)
Vinicius Dasinger Bittencourt (OAB 130820/RJ)
Violeta Cristina Muniz Teixeira (OAB 8452/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Oliveira Melo Júnior (OAB 3220/AM)
Yonete Melo das Chagas (OAB 8827/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO SHEILLA JORDANA DE SALES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA FRANCISCA GARCIA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0278/2019

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCOS ANDRÉ PALHETA DA SILVA (OAB 3987/AM), ADV: BÁRBARA ANTUNES ANDRADE (OAB 10919/AM) - Processo 0608222-58.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: BANCO BRADESCO S/A - EXECUTADO: JAIME JOSÉ SEBBEN - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; De ordem da MMª. Juíza: Defiro o pedido de fls. 162, providencie-se, desde logo, o bloqueio de veículos, via RENAJUD, devendo a parte autora providenciar o recolhimento das custas de diligências pelo atos a serem praticados, no prazo de quinze (15) dias, de acordo com a Portaria nº 116/2017-PTJ. Em sendo as consultas infrutíferas, manifeste-se a parte autora em termos de prosseguimento, no prazo de 30(TRINTA) dias. Em caso de inércia por prazo superior a 30 (TRINTA) dias, arquivem-se os autos. Int.

ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: PAULO SÉRGIO DE MENEZES (OAB 54542/MG), ADV: ORLANDO BOTELHO BENTES (OAB 8863/AM), ADV: FREDERICO MORAES BRACHER (OAB 7311/AM), ADV: MARCELO ALMEIDA DE OLIVEIRA (OAB 10004/AM), ADV: CHARLES GOMES DA COSTA JÚNIOR (OAB 10715/AM) - Processo 0614452-24.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: SKN-GRIFE EMPREENDIMENTOS LTDA - REQUERIDA: Mirian Almeida da Cruz - Alberto Jose da Cruz - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: De ordem da MMª. Juíza: V - Intimação da parte autora ou exequente para dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito; Prazo: 10 dias.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0716279-15.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Andreia Alves de Souza - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: De ordem da MMª. Juíza: Ante a inércia do devedor no que tange ao cumprimento voluntário da obrigação, aplico-lhe multa de 10% (dez por cento) do montante da condenação, nos termos do art. 523, § 1º, do NCPC. Outrossim, dando início à fase expropriatória (cumprimento forçado), arbitro honorários advocatícios no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito (art. 523, §, 1º, do NCPC). Remetam-se os autos ao Contador Judicial para a atualização dos valores devidos e inclusão da multa e dos honorários advocatícios. Após, defiro o bloqueio de numerário em conta bancária pelo sistema BACENJUD, devendo antes a parte Exequente promover o recolhimento das custas relativas à consulta, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, item 9, Tabela III, no prazo de quinze (15) dias. Efetivado o bloqueio, concretizada a penhora, dispensada a lavratura de termo, devendo o valor ser transferido para uma conta à disposição deste juízo. Em seguida, intime-se o(a) Executado(a) da penhora para, querendo, manifestar-se no prazo de cinco (05) dias, conforme disposto no art. 854, §§ 2º e 3º do NCPC. Outrossim, em caso de penhora valor ínfimo, intime-se o Exequente para que se manifeste e requeira o que de direito. À Secretaria para providências. Cumpra-se.

Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Bárbara Antunes Andrade (OAB 10919/AM)
Charles Gomes da Costa Júnior (OAB 10715/AM)
Frederico Moraes Bracher (OAB 7311/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Marcelo Almeida de Oliveira (OAB 10004/AM)
Marcos André Palheta da Silva (OAB 3987/AM)
Orlando Botelho Bentes (OAB 8863/AM)
Paulo Sérgio de Menezes (OAB 54542/MG)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO SHEILLA JORDANA DE SALES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA FRANCISCA GARCIA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0279/2019

ADV: CHRISTINA CUNHA E SILVA MEIRELLES (OAB 7896/AM), ADV: ALFREDO MOACYR CABRAL (OAB 341/AM), ADV: MARINA DAS GRAÇAS PAULA DE ARAÚJO (OAB 3906/AM), ADV: SERAFIM PEREIRA D'ALVIM MEIRELLES NETO (OAB 1694/AM) - Processo 0007075-14.1996.8.04.0012 (012.96.007075-9) - Execução de Título Extrajudicial - REQUERENTE: Banco da Amazônia S/A - REQUERIDO: Alencar Importacao e Comercio Ltda. - Maria José Gomes de Alencar - Elisângela Martins de Alencar - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; De ordem da MMª. Juíza: Determina que se proceda a INTIMAÇÃO PESSOAL prévia da parte inerte, na forma do art. 485, § 1º, do NCPC, à manifestar o interesse, no prazo de cinco (05) dias, requerendo o prosseguimento do feito. Todavia, deverá ser procedida a intimação de seu patrono, via DJE, a fim de que proceda ao recolhimento das despesas postais, conforme Portaria nº 116/2017-PTJ. Persistindo a inércia da parte negligente o feito será extinto, sem resolução do mérito (art. 485, III, do NCPC).

ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: ANA RITA LIMA FREIRE (OAB 3056/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 001.456/AM), ADV: CLÓVIS ROBERTO SOARES MUNIZ BARRETO (OAB 2968/AM), ADV: ANA RITA LIMA FREIRE (OAB 003.056/AM) - Processo 0060758-72.2010.8.04.0012 (012.10.060758-9) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Comercial Temar Ltda - REQUERIDO: R. W. S. Bonfim - R.w.s. Bonfim - Roberto Wagner da Silva Bonfim - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; De ordem da MMª. Juíza: O executado não localizado e não tem bens para garantir a divida exequenda. ISSO POSTO, suspendo a execução (NCPC, art. 921, III) pelo prazo de 01 (um) ano, durante o qual se suspende a prescrição (§ 1º). Transcorrido o prazo do § 1º sem que sejam localizados bens penhoráveis, desde já, ORDENO o arquivamento dos autos após a certificação da negativação da constrição (§ 2º), contudo, poderão ser desarquivados para prosseguimento, a qualquer tempo, caso sejam encontrados pelo credor bens penhoráveis (§ 3º). O credor fica intimado, desde já, que, transcorrido o prazo do § 1º, sem sua manifestação, começa a correr o prazo de prescrição intercorrente (§ 4º). Intime-se e cumpra-se.

ADV: HELOÍSA PONTES MAUÉS (OAB 9667/AM), ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM), ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM), ADV: SIMONE DE OLIVEIRA BASTOS (OAB 24299/BA) - Processo 0225752-53.2010.8.04.0001 (001.10.225752-4) - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Hyssa Abrahim & Cia Ltda - EXECUTADA: Construtora LJA Ltda - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; De ordem da MMª. Juíza: Da análise dos autos constato que, assiste razão a parte Requerente, por esta razão, chamo o processo à ordem e determino a desconsideração do ato ordinatório de fls. 209. Defiro a expedição de novo mandado para cumprimento da medida na sua totalidade.

ADV: GILSON SANTONI FILHO (OAB 217967/SP), ADV: JEFERSON ALEX SALVIATO (OAB 236655/SP) - Processo 0233544-24.2011.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: CNF - Administradora de Consórcios Nacional Ltda - REQUERIDO: Jefferson Atila Dias França - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; De ordem da MMª. Juíza: A citação/intimação por edital, por ser medida excepcional, exige a certeza de que não há outros meios de providenciar a citação. O requerimento desse tipo de citação corre à conta e risco da parte Requerente, posto que, se indevidamente requerida, poderá ser objeto de nulidade. Ademais, é a parte Requerente quem tem o dever de verificar em quais endereços encontrados a diligência de citação/intimação não foi ultimada e promover as medidas necessárias para o seu cumprimento. Assim, defiro a citação por edital da parte Requerida/Executado. Deverá a parte interessada proceder ao recolhimento das custas de diligência do ato, de acordo com a Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de quinze (15) dias. Diligências necessárias.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0249913-93.2011.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDA: Gustavo Gonçalves da Silva ME - Gustavo Gonçalves da Silva - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; De ordem da MMª. Juíza: O executado não tem bens para garantir a divida exequenda. ISSO POSTO, suspendo a execução (NCPC, art. 921, III) pelo prazo de 01 (um) ano, durante o qual se suspende a prescrição (§ 1º). Transcorrido o prazo do § 1º sem que sejam localizados bens penhoráveis, desde já, ORDENO o arquivamento dos autos após a certificação da negativação da constrição (§ 2º), contudo, poderão ser desarquivados para prosseguimento, a qualquer tempo, caso sejam encontrados pelo credor bens penhoráveis (§ 3º). O credor fica intimado, desde já, que, transcorrido o prazo do § 1º, sem sua manifestação, começa a correr o prazo de prescrição intercorrente (§ 4º). Intime-se e cumpra-se.

ADV: VICTOR GABRIEL FERNANDES MONTEIRO (OAB 9420/AM), ADV: ROBSON PARENTE RIBEIRO (OAB 10470/AM), ADV: MARCELO DA SILVA CARLOS (OAB 7366/AM), ADV: CÁSSIO CHAVES CUNHA (OAB 12268/PA), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM) - Processo 0600709-68.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ana Paula Albuquerque da Silva - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: Trata-se de Recurso de Apelação (NCPC, art. 1.009). Intime-se o apelado para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar contrarrazões (NCPC, art. 1.010, § 1º). Caso o apelado apresente com suas contrarrazões recurso adesivo e/ou questões de mérito em sede de preliminar na hipótese do § 1º do art. 1.009, sem nova conclusão, devera o apelante ser intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar contrarrazões ao recurso adesivo e/ou a preliminar, nos termos dos §§ 1º e 2º dos arts. 1.009 e 1.010, respectivamente. Após as formalidades previstas nos §§ 1º e 2º do art.1.010 do NCPC, os autos deverão ser remetidos ao Tribunal ad quem independentemente do juízo de admissibilidade. Intime-se e cumpra-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0601702-77.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADA: Egle Betania Portela Wanzeler - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; De ordem da MMª. Juíza: Defiro o bloqueio de numerário em conta bancária pelo sistema BACENJUD. Devendo o(a) Requerente promover o recolhimento das custas relativas à diligência referente ao Bacen, nos termos da Portaria n. 116/2017 - PTJ, item 9, Tabela III, no prazo de 15 (quinze) dias. Na hipótese de ocorrer bloqueio de valores, determino seja intimada a parte executada para que, se for de seu interesse, se manifeste em 05 dias quanto à matéria elencada no art. 854, §3º, do NCPC. Decorrido o prazo supra, com ou sem manifestação da parte executada, retornem-me conclusos os autos. Cumpra-se.

ADV: IGOR DE MENDONÇA CAMPOS (OAB 303002/SP), ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM) - Processo 0602307-57.2018.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Mass Comércio de Material de Construção Ltda - REQUERIDO: Elizabeth Ramos Marques Eireli - ME - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: De ordem da MMª. Juíza: Verifica-se dos autos que a parte autora até o momento ainda não procedeu ao recolhimento das custas de diligências do ato a ser praticado, de acordo com a Portaria nº 116/2017-PTJ, motivo pelo qual, determino que no prazo de cinco (05) dias, comprove o recolhimento nos autos. Realizado o recolhimento, encaminhem-se os autos a Contadoria do Foro. Em não havendo, retornem os autos para decidir.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0602835-62.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Armando Cesar Pinheiro - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; De ordem da MMª. Juíza: A citação/intimação por edital, por ser medida excepcional, exige a certeza de que não há outros meios de providenciar a citação. O requerimento desse tipo de citação corre à conta e risco da parte Requerente, posto que, se indevidamente requerida, poderá ser objeto de nulidade. Ademais, é a parte Requerente quem tem o dever de verificar em quais endereços encontrados a diligência

de citação/intimação não foi ultimada e promover as medidas necessárias para o seu cumprimento. Assim, defiro a citação por edital da parte Requerida/Executado. Deverá a parte interessada proceder ao recolhimento das custas de diligência do ato, de acordo com a Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de quinze (15) dias. Diligências necessárias.

ADV: CAROLINA RIBEIRO BOTELHO (OAB 5963/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0602871-07.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: Arf Reis - "Hitec Import" - Vilmar Gomes Guedes - André Ricardo Ferreira Reis - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; De ordem da MMª. Juíza: Defiro, parcialmente, o pedido de fls. 161/162, para determinar a consulta via Infojud, devendo a parte autora providenciar o recolhimento das custas de diligências do ato a ser praticado, no prazo de quinze (15) dias, de acordo com a Portaria nº 116/2017-PTJ.

ADV: SÉRGIO SCHULZE (OAB 7629/SC) - Processo 0602977-61.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - REQUERIDA: Maria Auxiliadora dos Anjos Silva - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; De ordem da MMª. Juíza: Anoto restrição de circulação no sistema RENAJUD do veículo objeto da liminar cujo cumprimento foi frustrado por comportamento do requerido, devendo a parte autora promover o recolhimento das custas do ato a ser praticado, no prazo de quinze (15) dias.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0603698-47.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: A L da Silva Medicamentos - Alessandra Lima da Silva - Adriana Lima da Silva - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; De ordem da MMª. Juíza: Indefiro o pedido de folhas antecedentes tendo em vista sua impossibilidade, uma vez que inexiste convênio do Tribunal de Justiça do Amazonas com o Sistema de Informações Eleitorais. Prossiga. Prazo: 10 dias.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0603715-83.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S A - EXECUTADO: Amazon Car Service - Alexandre Almeida Gonzaga Rowska - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; De ordem da MMª. Juíza: Diante da impossibilidade de localização da parte Requerida, a parte autora requereu a consulta via Infojud, já tendo este Juízo indeferido tal pedido por meio do despacho de fls. 59/61 e ato ordinatório de fls. 80, contudo, não se pode olvidar que é dever do autor apontar o endereço da Requerida para promover sua citação e/ou intimação, razão pela qual, DETERMINO a intimação do Requerente, para indicar o endereço da parte para fins de citação.

ADV: EDNEY MARTINS GUILHERME (OAB 177167/SP), ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM) - Processo 0604920-16.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - REQUERIDO: Alan Davison Monteiro Neto - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; De ordem da MMª. Juíza: Determina que se proceda a INTIMAÇÃO PESSOAL prévia da parte inerte, na forma do art. 485, § 1º, do NCPC, à manifestar o interesse, no prazo de cinco (05) dias, requerendo o prosseguimento do feito. Todavia, deverá ser procedida a intimação de seu patrono, via DJE, a fim de que proceda ao recolhimento das despesas postais, conforme Portaria nº 116/2017-PTJ. Persistindo a inércia da parte negligente o feito será extinto, sem resolução do mérito (art. 485, III, do NCPC).

ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM) - Processo 0605050-40.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: Condomínio Amazonas - EXECUTADO: Alex de Souza Seabra - Lindinalva Lima Silva Reais - Edinei Viegas REis - Ante o exposto, indefiro o pedido de consulta ao Renajud/Infojud/Bacenjud/Siel por entender que a parte demandante não esgotou os meios que lhe são acessíveis para obter o endereço correto da parte requerida. Oportunamente, fica intimado a parte autora para indicar o endereço da parte ré no prazo de 10 dias, sob pena de não se interromper a prescrição, na forma do art. 240, §2º do NCPC. Decorrido 30 dias da intimação deste despacho sem manifestação do autor em que promova diligências aqui determinadas, entendo que ficará caracterizado abandono da causa, motivo pelo que determino a intimação pessoal do autor para dizer se tem interesse no prosseguimento do feito, na forma do art. 485, §1º, do NCPC. Int.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0605960-67.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: Rozendo Antonio C Queiroz - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; De ordem da MMª. Juíza: Defiro o pedido de fls. 52, providencie-se, desde logo, o bloqueio de veículos, via RENAJUD, devendo a parte autora providenciar o recolhimento das custas de diligências pelo atos a serem praticados, no prazo de quinze (15) dias, de acordo com a Portaria nº 116/2017-PTJ. Em sendo as consultas infrutíferas, manifeste-se a parte autora em termos de prosseguimento, no prazo de 30(TRINTA) dias. Em caso de inércia por prazo superior a 30 (TRINTA) dias, arquivem-se os autos. Int.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0606868-61.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDA: Thais Campos Burlamaqui - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; De ordem da MMª. Juíza: Defiro o pedido de fls. 88/89, providencie-se, desde logo, o bloqueio de veículos, via RENAJUD e pesquisa junto ao INFOJUD da última declaração do imposto de renda, devendo a parte autora providenciar o recolhimento das custas de diligências pelo atos a serem praticados, no prazo de quinze (15) dias, de acordo com a Portaria nº 116/2017-PTJ. A busca de bens perante o(s) Ofício(s) do Cartório de Registro de Imóveis pode ser realizada por meio de requerimento administrativo junto ao(s) referido(s) órgão(s), independentemente de ordem judicial, por esta razão, INDEFIRO o pedido. Em sendo as consultas infrutíferas, manifeste-se a parte autora em termos de prosseguimento, no prazo de 30(TRINTA) dias. Em caso de inércia por prazo superior a 30 (TRINTA) dias, arquivem-se os autos. Int.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0607299-66.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: E F BANDEIRA SERVIÇOS - ME - Ivanailda Rodrigues de França - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; De ordem da MMª. Juíza: Por todos seus fundamentos MANTENHO o despacho de fls. 157/159. Prossiga o Requerente, atendendo para o regular andamento do feito, no prazo de cinco (05) dias, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, na forma do art. 485, III, do CPC/2015.

ADV: ADRIANA FERREIRA DO NASCIMENTO (OAB 5498/AM), ADV: ERISVANHA RAMOS DE SOUZA (OAB 3857/AM), ADV: SOLON ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3338/AM), ADV: ANA RITA LIMA FREIRE (OAB 3056/AM), ADV: FERNANDA CABRAL MARQUES (OAB 6755/AM) - Processo 0608748-25.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Chibatão Navegação e Comércio Ltda - EXECUTADO: NORTELAR LOGISTICA LTDA - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; De ordem da MMª. Juíza:

A citação/intimação por edital, por ser medida excepcional, exige a certeza de que não há outros meios de providenciar a citação. O requerimento desse tipo de citação corre à conta e risco da parte Requerente, posto que, se indevidamente requerida, poderá ser objeto de nulidade. Ademais, é a parte Requerente quem tem o dever de verificar em quais endereços encontrados a diligência de citação/intimação não foi ultimada e promover as medidas necessárias para o seu cumprimento. Assim, defiro a citação por edital da parte Requerida/Executado. Deverá a parte interessada proceder ao recolhimento das custas de diligência do ato, de acordo com a Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de quinze (15) dias. Diligências necessárias.

ADV: MARCUS VINÍCIUS DE CARVALHO REZENDE REIS (OAB 130124/SP) - Processo 0609469-40.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Brf - Brasil Foods S.a - EXECUTADO: Manauara Comercio e Representação de Produtos Alimentícios Ltda - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: De ordem da MMª. Juíza: A(s) tentativa(s) de localização do(s) executado(s) no(s) endereço(s) declinado(s) na inicial restou(aram) infrutífera(s), nem há notícia tenham sido encontrados bens para a realização do arresto. O art. 830, do Código de Processo Civil, estabelece que "Se o oficial de justiça não encontrar o executado, arrestar-lhe-á tantos bens quantos bastem para garantir a execução". A jurisprudência, por sua vez, vem admitindo a possibilidade de que o arresto se dê também pela via eletrônica, por ordem de bloqueio via BACENJUD (STJ. REsp 1.370.687/MG, Rel. Ministro Antonio Carlos Ferreira, Dje. 15/08/2013). Após, sem dar ciência à parte contrária, determino, via BACENJUD, a expedição de ordem de bloqueio de valores existentes em nome do(s) executado(s) até o montante indicado na execução, devendo a parte autora proceder ao recolhimento das custas de diligência do ato a ser praticado, de conformidade com a Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de quinze (15) dias. Frutífera ou parcialmente frutífera a diligência, providencie-se a transferência para a conta judicial e a liberação de eventual indisponibilidade excessiva nas 24 (vinte e quatro horas) subsequentes, dê-se ciência às partes do resultado. Caso infrutífera, e não havendo notícia de comparecimento espontâneo, caberá ao exequente, no prazo de 10 (dez) dias, requerer a citação por edital, sob pena de nulidade e extinção. Caso não sejam encontrados bens, o processo será suspenso pelo prazo máximo de 1 (um) ano, após o que voltará a correr o prazo de prescrição.

ADV: RENATA BERNARDINO PAIVA (OAB 10345/AM), ADV: STELISY SILVA DA ROCHA (OAB 7989/AM), ADV: JOSÉ ESTEVÃO XAVIER (OAB 8824/AM), ADV: ANTÔNIO JOSÉ PINTO BARROS (OAB 6587/AM) - Processo 0610765-05.2014.8.04.0001 - Monitória - Compra e Venda - REQUERENTE: Jose Farias de Oliveira - REQUERIDO: David Guimaraes Barbosa - ANA MARY DOS SANTOS TORRES - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: De ordem da MMª. Juíza: V - Intimação da parte autora ou exequente para dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito; Prazo: 10 dias.

ADV: ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHÃES (OAB 5373/AM) - Processo 0611785-89.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Condomínio do Edifício Tropical Executive & Residence Hotel - REQUERIDO: Ativa Indústria, Comércio e Importação Ltda - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; De ordem da MMª. Juíza: Defiro o pedido de fls. 95, todavia, por se tratar de processo eletrônico impossível seu desentranhamento, porém, DETERMINO que seja tornado sem efeito, caso possível. Requeira o que for do seu interesse, para o regular andamento do processo. Prazo: 10 dias.

ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0612011-60.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Marisa Mesquita Barreto - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; De ordem da MMª. Juíza: Indefiro o pedido de folhas antecedentes tendo em vista sua impossibilidade, uma vez que inexiste convênio do Tribunal de Justiça do Amazonas com o Sistema de Informações Eleitorais. Prossiga. Prazo: 10 dias. Intime-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC), ADV: QUEILA COELHO DE SOUZA (OAB 7931/AM), ADV: GUSTAVO MICHELOTTI FLECK (OAB 21243/DF) - Processo 0612140-02.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Arnaldo Estevão Dias - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - De ordem, intimo a Autarquia Previdenciária, na pessoa de seu representante judicial, para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias, impugnar a execução, conforme redação do artigo 535, CPC, bem como para que cumpra a obrigação de fazer constante na sentença prolatada.

ADV: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (OAB 5546/RO) - Processo 0612409-41.2018.8.04.0001 - Monitória - Duplicata - REQUERENTE: Seara Alimentos Ltda - REQUERIDO: Mendes e Lima Comercio de Alimentos Ltda - Epp - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; De ordem da MMª. Juíza: Defiro o pedido de fls. 111/112, para determinar a consulta via Infojud, devendo a parte autora promover o recolhimento das custas de diligências do ato a ser praticado, no prazo de quinze (15) dias.

ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB A1109/AM) - Processo 0612990-27.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0639517-79.2017.8.04.0001) - Procedimento Comum Cível - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: JORGE PEDRO PROLA JUNIOR - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; De ordem: Defiro o pedido de fls. 121, providencie-se, desde logo, o bloqueio de veículos, via RENAJUD e pesquisa junto ao INFOJUD da última declaração do imposto de renda, devendo a parte autora providenciar o recolhimento das custas de diligências pelo atos a serem praticados, no prazo de quinze (15) dias, de acordo com a Portaria nº 116/2017-PTJ. Em sendo as consultas infrutíferas, manifeste-se a parte autora em termos de prosseguimento, no prazo de 30(TRINTA) dias. Em caso de inércia por prazo superior a 30 (TRINTA) dias, arquivem-se os autos. Int.

ADV: PASQUALI PARISE E GASPARINI JÚNIOR (OAB 4752/SP), ADV: HUDSON JOSÉ RIBEIRO (OAB 150060/SP) - Processo 0613008-43.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - REQUERIDA: Keyciane Cardoso Lima Mascarenhas - Ante o exposto, indefiro o pedido de consulta ao Renajud/Infojud/Bacenjud/Siel por entender que a parte demandante não esgotou os meios que lhe são acessíveis para obter o endereço correto da parte requerida. Oportunamente, fica intimado a parte autora para indicar o endereço da parte ré no prazo de 10 dias, sob pena de não se interromper a prescrição, na forma do art. 240, §2º do NCPC. Decorrido 30 dias da intimação deste despacho sem manifestação do autor em que promova diligências aqui determinadas, entendo que ficará caracterizado abandono da causa, motivo pelo que determino a intimação pessoal do autor para dizer se tem interesse no prosseguimento do feito, na forma do art. 485, §1º, do NCPC. Int.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0613859-87.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: S A Feitosa Construções Ltda - Sidney José Carvalho de Oliveira - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; De ordem da MMª. Juíza: Defiro, em parte, o pedido de fls. 80/81, para determinar o bloqueio de numerário em conta

bancária pelo sistema BACENJUD. Devendo o(a) Requerente promover o recolhimento das custas relativas à diligência referente ao Bacen, nos termos da Portaria n. 116/2017 - PTJ, item 9, Tabela III, no prazo de 15 (quinze) dias. Na hipótese de ocorrer bloqueio de valores, determino seja intimada a parte executada para que, se for de seu interesse, se manifeste em 05 dias quanto à matéria elencada no art. 854, §3º, do NCPC. Decorrido o prazo supra, com ou sem manifestação da parte executada, retornem-me conclusos os autos. A busca de bens perante o(s) Ofício(s) do Cartório de Registro de Imóveis pode ser realizada por meio de requerimento administrativo junto ao(s) referido(s) órgão(s), independentemente de ordem judicial. Por esta razão, INDEFIRO. Cumpra-se.

ADV: LUAN VIEIRA DA CUNHA (OAB 11201/AM) - Processo 0613906-56.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Maria Eduarda Meira Fernandes - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas S/A - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: De ordem da MMª. Juíza: Aguarde-se por 30 (trinta) dias pela comunicação do Tribunal acerca de eventual concessão de efeito suspensivo ao agravo. Depois, se não for comunicada a concessão de tal efeito, cumpra-se a decisão agravada, que mantenho. Apenas para facilitar o controle dos prazos no SAJ, INTIME-SE para mera ciência, com anotação de prazo de trinta (30) dias, não havendo, contudo necessidade de o(s) Advogado(s) responderem à intimação nem de renunciarem ao prazo a ele referente.

ADV: MARIA ROCHA FERNANDES (OAB 13713/AM) - Processo 0613920-40.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Diogo Brandão Desmareste - REQUERIDA: Rayara Kristhyna Teixeira Felizardo do Vale - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; De ordem da MMª. Juíza: Nos termos do art. 252, do NCPC, a citação por hora certa deve ocorrer apenas em caso da existência de suspeita de ocultação. Ademais, cabe ao Oficial de Justiça e não ao magistrado, verificar se existe ou não tal suspeita, o que viabiliza a citação por hora certa. Ao magistrado cumpre apenas um controle posterior da legalidade. Ainda, no caso em tela, conforme certidão de fls. 33, não parece que houve suspeita de ocultação que justificaria a citação por hora certa. Dessa maneira, indefiro o requerimento de citação por hora certa, em razão da inexistência de atribuição para sobre ele decidir, de forma direta. Intime-se a parte autora/exeqüente para dar prosseguimento ao feito, informando endereço no qual deve ser cumprida a diligência.

ADV: THIAGO VINÍCIUS MENDONÇA MOREIRA (OAB A1087AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0613999-24.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: WALCI PEREIRA DE OLIVEIRA - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: Trata-se de Recurso de Apelação (NCPC, art. 1.009). Intime-se o apelado para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar contrarrazões (NCPC, art. 1.010, § 1º). Caso o apelado apresente com suas contrarrazões recurso adesivo e/ou questões de mérito em sede de preliminar na hipótese do § 1º do art. 1.009, sem nova conclusão, devera o apelante ser intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar contrarrazões ao recurso adesivo e/ou a preliminar, nos termos dos §§ 1º e 2º dos arts. 1.009 e 1.010, respectivamente. Após as formalidades previstas nos §§ 1º e 2º do art.1.010 do NCPC, os autos deverão ser remetidos ao Tribunal ad quem independentemente do juízo de admissibilidade. Intime-se e cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LEANDRO FERNANDES CARLOS GOMES (OAB 133221/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0614925-39.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Marina de Jesus Pereira da Silva - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; De ordem da MMª. Juíza: Indefiro o pedido de folhas antecedentes tendo em vista sua impossibilidade, uma vez que inexiste convênio do Tribunal de Justiça do Amazonas com o Sistema de Informações Eleitorais. Prossiga. Prazo: 10 dias. Intime-se.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0615670-53.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: GILBERTO SILVA MARTINS - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e outro - De ordem, intimo a Autarquia Previdenciária, na pessoa de seu representante judicial, para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias, impugnar a execução, conforme redação do artigo 535, CPC, bem como para que cumpra a obrigação de fazer constante na sentença prolatada.

ADV: LÚCIA ANDRÉA VALLE DE SOUZA (OAB 2767/AM) - Processo 0615826-65.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: José Alfredo Souza Abreu - REQUERIDA: Irene Lima - ASSLITISC: Dayana Lima - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: De ordem da MMª. Juíza: V - Intimação da parte autora ou exequente para dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito; Prazo: 10 dias.

ADV: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO (OAB 89774/SP) - Processo 0616052-70.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: Dudelta Comercio Varejista de Produtos Alimenticios Ltda - Me - Cleyton de Aguiar Parente - Ante o exposto, indefiro o pedido de consulta ao Renajud/Infojud/Bacenjud/Serasajud por entender que a parte demandante não esgotou os meios que lhe são acessíveis para obter o endereço correto da parte requerida. Oportunamente, fica intimado a parte autora para indicar o endereço da parte ré no prazo de 10 dias, sob pena de não se interromper a prescrição, na forma do art. 240, §2º do NCPC. Decorrido 30 dias da intimação deste despacho sem manifestação do autor em que promova diligências aqui determinadas, entendo que ficará caracterizado abandono da causa, motivo pelo que determino a intimação pessoal do autor para dizer se tem interesse no prosseguimento do feito, na forma do art. 485, §1º, do NCPC. Int.

ADV: DÉCIO FLÁVIO GONÇALVES TORRES FREIRE (OAB 697A/AM) - Processo 0617918-84.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - EXECUTADO: Erin Estaleiros Rio Negro Ltda - Maria de Fátima Magalhães Mendes - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; De ordem da MMª. Juíza: INDEFIRO o pedido de fls. 122/124, em razão de já constar nos autos resposta do BACENJUD de forma negativa (fls. 115/119). Prossiga. Prazo: 10 dias.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: THIAGO VINÍCIUS MENDONÇA MOREIRA (OAB A1087AM) - Processo 0619849-59.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Waldomiro Gomes Benaion - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: Trata-se de Recurso de Apelação (NCPC, art. 1.009). Intime-se o apelado para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar contrarrazões (NCPC, art. 1.010, § 1º). Caso o apelado apresente com suas contrarrazões recurso adesivo e/ou questões de mérito em sede de preliminar na hipótese do § 1º do art. 1.009, sem nova conclusão, devera o apelante ser intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar contrarrazões ao recurso adesivo e/ou a preliminar, nos termos dos §§ 1º e 2º dos arts. 1.009 e 1.010, respectivamente. Após as formalidades previstas nos §§ 1º e 2º do art.1.010 do NCPC, os autos deverão ser remetidos ao Tribunal ad quem independentemente do juízo de admissibilidade. Intime-se e cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0620406-75.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Pedro Paulo Pereira - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; De ordem da MMª. Juíza: Indefiro o pedido de folhas antecedentes tendo em vista sua impossibilidade, uma vez que inexiste convênio do Tribunal de Justiça do Amazonas com o Sistema de Informações Eleitorais. Prossiga. Prazo: 10 dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0621915-46.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Marcondes Barbosa Andrade - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; De ordem da MMª. Juíza: Indefiro o pedido de folhas antecedentes tendo em vista sua impossibilidade, uma vez que inexiste convênio do Tribunal de Justiça do Amazonas com o Sistema de Informações Eleitorais. Intime-se.

ADV: HILMA ELIZ LOPES MAGALHÃES (OAB 8108/AM), ADV: FABIANNE RIBEIRO HALINSKI (OAB 7059/AM), ADV: ADRIANO ALVES DE LIMA (OAB 7398/AM), ADV: GÉSSYCA GRAZIELLY MAKLOUF RIBEIRO (OAB 8522/AM) - Processo 0622205-22.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: A.N.L. - REQUERIDO: H.A.M. - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: De ordem da MMª. Juíza: V - Intimação da parte autora ou exequente para dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito; Prazo: 10 dias.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0622945-48.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: C A Rocha & Cia Ltda - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; De ordem da MMª. Juíza: Verifica-se dos autos que a parte autora até o momento ainda não procedeu ao recolhimento das custas de diligências do ato a ser praticado, de acordo com a Portaria nº 116/2017-PTJ, motivo pelo qual, determino que no prazo de cinco (05) dias, comprove o recolhimento nos autos. Realizado o recolhimento, encaminhem-se os autos a Contadoria do Foro. Em não havendo, retornem os autos para decidir.

ADV: HUDSON JOSÉ RIBEIRO (OAB 150060/SP), ADV: PASQUALI PARISE E GASPARINI JÚNIOR (OAB 4752/SP) - Processo 0624290-15.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - REQUERIDO: Rafael Menezes da Silva - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; De ordem da MMª. Juíza: Anoto restrição de circulação no sistema RENAJUD do veículo objeto da liminar cujo cumprimento foi frustrado por comportamento do requerido. Defiro a sucessão do polo ativo, vez que referida sucessão independe da aquiescência da parte Requerida. Proceda-se a alteração cadastral junto ao SAJ/PG5.

ADV: LEANDRO FERNANDES CARLOS GOMES (OAB 133221/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0625240-29.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Antônio Marcos Souza Nascimento - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; De ordem da MMª. Juíza: Indefiro pedido de fl. 120, haja vista que o Sistema BACEN presta-se ao rastreio e bloqueio de numerários, tão somente. Prossiga. Prazo: 10 dias.

ADV: JOCIL DA SILVA MORAES FILHO (OAB 12010/AM) - Processo 0627355-81.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Margarida Fernandes de Almeida - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e outro - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: De ordem da MMª. Juíza: XIII - Intimação da parte autora para manifestação, no prazo legal, quando o réu na contestação ou impugnação opuser fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor (NCPC, art. 350), ou arguir preliminares (NCPC, art. 350/351);

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0628068-56.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Josivaldo Costa Rodrigues - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; De ordem da MMª. Juíza: Indefiro pedido de fl. 51, haja vista que o Sistema BACEN presta-se ao rastreio e bloqueio de numerários, tão somente. Prossiga. Prazo: 10 dias.

ADV: MARCELO ABDON SOUTO KIZEM (OAB 2138/AM) - Processo 0628355-19.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - REQUERENTE: Solinox Ltda. - REQUERIDO: Cefisso Empreendimentos Imobiliários Ltda - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; De ordem da MMª. Juíza: Determina que se proceda a INTIMAÇÃO PESSOAL prévia da parte inerte, na forma do art. 485, § 1º, do NCPC, à manifestar o interesse, no prazo de cinco (05) dias, requerendo o prosseguimento do feito. Todavia, deverá ser procedida a intimação de seu patrono, via DJE, a fim de que proceda ao recolhimento das despesas postais, conforme Portaria nº 116/2017-PTJ. Persistindo a inércia da parte negligente o feito será extinto, sem resolução do mérito (art. 485, III, do NCPC).

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0628926-24.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Pan S/A - REQUERIDO: Jarbas Bruno Soares Miranda - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; De ordem da MMª. Juíza: Por todos seus fundamentos MANTENHO o despacho de fls. 41/43. Prossiga o Requerente, atendendo para o regular andamento do feito, no prazo de cinco (05) dias, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, na forma do art. 485, III, do CPC/2015.

ADV: JOSÉ LUÍS CANTUÁRIA DOS REIS (OAB 2896/AM) - Processo 0630407-56.2017.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Luiz Roberto Caldeira Júnior - REQUERIDO: Agnaldo Vieira Pedrozo - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; De ordem da MMª. Juíza: Haja vista a citação por hora certa, nomeio Curador Especial, nos termos do art. 253, § 4º, do NCPC.

ADV: SOLON ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3338/AM), ADV: CELIO PEREIRA OLIVEIRA NETO (OAB 309950/SP) - Processo 0631638-26.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: HTS - Serviços de Hotelaria e Turismo Ltda - REQUERIDO: ISAE - Instituto Superior de Administração e Economia - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter

decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; De ordem da MMª. Juíza: Primeiramente, RECEBO a renúncia de poderes de fls. 154 e 157, visto que regular, segundo ditames do art. 112, do NCPC, motivo pelo qual, encontra-se o autor/réu sem patrono constituído nos autos. Dessarte, SUSPENDO o processo, por ausência de capacidade postulatória do requerente, na forma do art. 313, I, do NCPC. Por conseguinte, INTIMO o autor para que regularize sua capacidade postulatória em 15 dias, sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito, na forma do do art. 485, IV, do NCPC. Referida intimação poderá ser procedida por meio de Mandado ou através do portal eletrônico, caso a parte seja cadastrada.

ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO FIGUEIREDO DE ANDRADE (OAB 6566/AM), ADV: EUGÊNIO FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 3424/AM) - Processo 0632553-70.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Cooperativa de Credito de Livre Admissão de Associados de Manaus Sicoob Uniam - EXECUTADO: Egel Lima da Silva - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: De ordem da MMª. Juíza: A(s) tentativa(s) de localização do(s) executado(s) no(s) endereço(s) declinado(s) na inicial restou(aram) infrutífera(s), nem há notícia tenham sido encontrados bens para a realização do arresto. O art. 830, do Código de Processo Civil, estabelece que “Se o oficial de justiça não encontrar o executado, arrestar-lhe-á tantos bens quantos bastem para garantir a execução”. A jurisprudência, por sua vez, vem admitindo a possibilidade de que o arresto se dê também pela via eletrônica, por ordem de bloqueio via BACENJUD (STJ. REsp 1.370.687/MG, Rel. Ministro Antonio Carlos Ferreira, Dje. 15/08/2013). Após, sem dar ciência à parte contrária, determino, via BACENJUD, a expedição de ordem de bloqueio de valores existentes em nome do(s) executado(s) até o montante indicado na execução, devendo a parte autora proceder ao recolhimento das custas de diligência do ato a ser praticado, de conformidade com a Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de quinze (15) dias. Frutífera ou parcialmente frutífera a diligência, providencie-se a transferência para a conta judicial e a liberação de eventual indisponibilidade excessiva nas 24 (vinte e quatro horas) subsequentes, dê-se ciência às partes do resultado. Caso infrutífera, e não havendo notícia de comparecimento espontâneo, caberá ao exequente, no prazo de 10 (dez) dias, requerer a citação por edital, sob pena de nulidade e extinção. Caso não sejam encontrados bens, o processo será suspenso pelo prazo máximo de 1 (um) ano, após o que voltará a correr o prazo de prescrição.

ADV: PEDRO ROBERTO ROMÃO (OAB 209551/SP) - Processo 0632777-37.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Santander Brasil Administradora de Comercio Ltda - REQUERIDO: A H de Lima Araújo - Me - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; De ordem da MMª. Juíza: Determina que se proceda a INTIMAÇÃO PESSOAL prévia da parte inerte, na forma do art. 485, § 1º, do NCPC, à manifestar o interesse, no prazo de cinco (05) dias, requerendo o prosseguimento do feito. Todavia, deverá ser procedida a intimação de seu patrono, via DJE, a fim de que proceda ao recolhimento das despesas postais, conforme Portaria nº 116/2017-PTJ. Persistindo a inércia da parte negligente o feito será extinto, sem resolução do mérito (art. 485, III, do NCPC).

ADV: LEONARDO SILVA PEREIRA (OAB 190819MG), ADV: WANDERLEY ROMANO DANADEL (OAB 78870/MG) - Processo 0633533-46.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Trivale Administração Ltda - REQUERIDO: Fortvip Forte Vigilancia Privada Eirele-me - Fortevip Forte Vigilância Privada Eireli - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; De ordem da MMª. Juíza: Determina que se proceda a INTIMAÇÃO PESSOAL prévia da parte inerte, na forma do art. 485, § 1º, do NCPC, à manifestar o interesse, no prazo de cinco (05) dias, requerendo o prosseguimento do feito. Todavia, deverá ser procedida a intimação de seu patrono, via DJE, a fim de que proceda ao recolhimento das despesas postais, conforme Portaria nº 116/2017-PTJ. Persistindo a inércia da parte negligente o feito será extinto, sem resolução do mérito (art. 485, III, do NCPC).

ADV: TONNY ANDRÉ DE SOUZA SILVA (OAB 8893/AM), ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0633830-24.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: J S de Paiva Livraria - Jocta Souza de Paiva - Betel de Almeida Paiva - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; De ordem da MMª. Juíza: Defiro, parcialmente, o pedido de fls. 164/165, para determinar o bloqueio de numerário em conta bancária pelo sistema BACENJUD. Devendo o(a) Requerente promover o recolhimento das custas relativas à diligência referente ao Bacen, nos termos da Portaria n. 116/2017 - PTJ, item 9, Tabela III, no prazo de 15 (quinze) dias. Na hipótese de ocorrer bloqueio de valores, determino seja intimada a parte executada para que, se for de seu interesse, se manifeste em 05 dias quanto à matéria elencada no art. 854, §3º, do NCPC. A busca de bens perante o(s) Ofício(s) do Cartório de Registro de Imóveis pode ser realizada por meio de requerimento administrativo junto ao(s) referido(s) órgão(s), independentemente de ordem judicial. Decorrido o prazo supra, com ou sem manifestação da parte executada, retornem-me conclusos os autos. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM) - Processo 0634944-95.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: Omar Ernesto Neira Bonilla Me - Omar Ernesto Neira Bonilla - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: De ordem da MMª. Juíza: I Intimar a parte interessada para que proceda ao recolhimento das custas e despesas processuais, de qualquer natureza; Autor promover o recolhimento das custas do ato a ser praticado, de acordo com a Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de quinze (15) dias.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0635271-69.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Ana Creuza da Silva - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; Proceda-se a citação da parte Requerida, por meio eletrônico, como também, intimem-se as partes a respeito do Laudo Pericial, apresentado, mesma oportunidade em que deverão providenciar a apresentação de seus pareceres técnicos.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0636344-47.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: Alan de Souza Soares - ME - Alan de Souza Soares - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; De ordem da MMª. Juíza: A citação/intimação por edital, por ser medida excepcional, exige a certeza de que não há outros meios de providenciar a citação. O requerimento desse tipo de citação corre à conta e risco da parte Requerente, posto que, se indevidamente requerida, poderá ser objeto de nulidade. Ademais, é a parte Requerente quem tem o dever de verificar em quais endereços encontrados a diligência de citação/intimação não foi ultimada e promover as medidas necessárias para o seu cumprimento. Assim, defiro a citação por edital da parte Requerida/Executado. Deverá a parte interessada proceder ao recolhimento das custas de diligência do ato, de acordo com a Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de quinze (15) dias. Diligências necessárias.

ADV: JORGE HENRIQUE AMARAL ZANINETTI (OAB 120518/SP), ADV: ANTÔNIO MIGLIORE FILHO (OAB 314197/SP), ADV: GILBERTO RODRIGUES PORTO (OAB 187543/SP), ADV:

EDUARDO CORREA DA SILVA (OAB 242310/SP), ADV: ERYS HUANNA DE ARAUJO (OAB 369463/SP) - Processo 0638902-55.2018.8.04.0001 - Embargos à Execução - Pagamento - EMBARGANTE: Ripasa Comercio e Representacoes de Alimentos - EMBARGADO: Mp Cont. Sociedade Simples Ltda. - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; De ordem da MMª. Juíza: Após análise dos autos, observo que o ato ordinatório de fls. 38 fora lançado equivocadamente nos presentes autos, por esta razão, chamo o processo à ordem e determino a desconsideração do mencionado ato. Haja vista que não houve interposição de Agravo de Instrumento, mova-se para fila de concluso para sentença.

ADV: VARCILY QUEIROZ BARROSO (OAB 2683/AM), ADV: TIAGO BORGES DOS SANTOS (OAB 10890/AM) - Processo 0640146-87.2016.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Art Pedras Ltda. - REQUERIDO: M N Costa da Silva - ME - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; De ordem da MMª. Juíza: A citação/intimação por edital, por ser medida excepcional, exige a certeza de que não há outros meios de providenciar a citação. O requerimento desse tipo de citação corre à conta e risco da parte Requerente, posto que, se indevidamente requerida, poderá ser objeto de nulidade. Ademais, é a parte Requerente quem tem o dever de verificar em quais endereços encontrados a diligência de citação/intimação não foi ultimada e promover as medidas necessárias para o seu cumprimento. Assim, defiro a citação por edital da parte Requerida/Executado. Deverá a parte interessada proceder ao recolhimento das custas de diligência do ato, de acordo com a Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de quinze (15) dias. Diligências necessárias.

ADV: DANIELA ZINI BOZARDI (OAB 101077/RS), ADV: BIANCA TRENTIN (OAB 45553/RS), ADV: MORGANA CRISTINA TONDIN (OAB 66000/RS), ADV: KARINE DE BACCO GEREMIA (OAB 92961/RS) - Processo 0640976-19.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Vulcabras Azaleia - Ce, Calçados e Artigos Esportivos S/A - REQUERIDO: A C Ribeiro Pantoja - Me - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; De ordem da MMª. Juíza: Defiro o bloqueio de numerário em conta bancária pelo sistema BACENJUD. Devendo o(a) Requerente promover o recolhimento das custas relativas à diligência referente ao Bacen, nos termos da Portaria n. 116/2017 - PTJ, item 9, Tabela III, no prazo de 15 (quinze) dias. Na hipótese de ocorrer bloqueio de valores, determino seja intimada a parte executada para que, se for de seu interesse, se manifeste em 05 dias quanto à matéria elencada no art. 854, §3º, do NCPC. Decorrido o prazo supra, com ou sem manifestação da parte executada, retornem-me conclusos os autos. Cumpra-se.

ADV: GUSTAVO VISEU (OAB 117417/SP), ADV: LUCIANA MORAIS AVELAR (OAB 633A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS VISEU (OAB 117417/SP) - Processo 0641470-44.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Direitos / Deveres do Condômino - REQUERENTE: Condomínio Alphaville Manaus 3 - REQUERIDO: Ricardo Cristiano Pesqueira da Silva - Marcia das Graças Soares da Silva - Revenda Representações e Vendas Comerciais Sa - Alphaville Manaus Empreendimentos Imobiliarios Ltda - Ante o exposto, indefiro o pedido de consulta ao Renajud/Infojud/Bacenjud/Siel por entender que a parte demandante não esgotou os meios que lhe são acessíveis para obter o endereço correto da parte requerida. Oportunamente, fica intimado a parte autora para indicar o endereço da parte ré no prazo de 10 dias, sob pena de não se interromper a prescrição, na forma do art. 240, §2º do NCPC. Decorrido 30 dias da intimação deste despacho sem manifestação do autor em que promova diligências aqui determinadas, entendo que ficará caracterizado abandono da causa, motivo pelo que determino a intimação pessoal do autor para dizer se tem interesse no prosseguimento do feito, na forma do art. 485, §1º, do NCPC. Int.

ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0641894-86.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Rosiane Torres Bandeira - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; De ordem da MMª. Juíza: INDEFIRO o pedido de expedição de ofícios às instituições mencionadas, pois as informações ali requestadas podem ser obtidas pelo próprio requerente junto a elas. Prossiga. Prazo: 10 dias

ADV: MARCELA FÁTIMA PASIERPSKI SCHWENDNER (OAB 39887/SC), ADV: OSVALDO FRANCISCO JÚNIOR (OAB 106054/SP) - Processo 0641902-68.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Duplicata - REQUERENTE: CRYSALIS SEMPRE MIO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CALÇADOS LTDA. - REQUERIDO: R. E. COMÉRCIO DE CALÇADOS LTDA. ME - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; De ordem da MMª. Juíza: Determina que se proceda a INTIMAÇÃO PESSOAL prévia da parte inerte, na forma do art. 485, § 1º, do NCPC, à manifestar o interesse, no prazo de cinco (05) dias, requerendo o prosseguimento do feito. Todavia, deverá ser procedida a intimação de seu patrono, via DJE, a fim de que proceda ao recolhimento das despesas postais, conforme Portaria nº 116/2017-PTJ. Persistindo a inércia da parte negligente o feito será extinto, sem resolução do mérito (art. 485, III, do NCPC).

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0643493-94.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDA: Maria Silvana Deneles Lemos - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; De ordem da MMª. Juíza: Determina que se proceda a INTIMAÇÃO PESSOAL prévia da parte inerte, na forma do art. 485, § 1º, do NCPC, à manifestar o interesse, no prazo de cinco (05) dias, requerendo o prosseguimento do feito. Todavia, deverá ser procedida a intimação de seu patrono, via DJE, a fim de que proceda ao recolhimento das despesas postais, conforme Portaria nº 116/2017-PTJ. Persistindo a inércia da parte negligente o feito será extinto, sem resolução do mérito (art. 485, III, do NCPC).

ADV: FRANCISCO CLOACIR CHAVES FIGUEIRA (OAB 2501/AM), ADV: ROBERVAL EMERSON OLIVEIRA DE PAULA FILHO (OAB 6721/AM) - Processo 0644552-83.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Ponta Negra 2 - EXECUTADO: Serviço de Eletrofisiologia e Marca-passo S/s Ltda - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; De ordem da MMª. Juíza: Defiro o bloqueio de numerário em conta bancária pelo sistema BACENJUD. Devendo o(a) Requerente promover o recolhimento das custas relativas à diligência referente ao Bacen, nos termos da Portaria n. 116/2017 - PTJ, item 9, Tabela III, no prazo de 15 (quinze) dias. Na hipótese de ocorrer bloqueio de valores, determino seja intimada a parte executada para que, se for de seu interesse, se manifeste em 05 dias quanto à matéria elencada no art. 854, §3º, do NCPC. Decorrido o prazo supra, com ou sem manifestação da parte executada, retornem-me conclusos os autos. Cumpra-se.

ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE) - Processo 0646737-94.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Honda S/A - REQUERIDO: Daniel da Silva Couto - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: De ordem da MMª. Juíza. Nomeio Curador Especial, nos termos do art. 253, § 4º do N.C.P.C., para o encargo, devendo ser notificado da nomeação e para, no prazo legal, manifestar-se sobre os termos da petição inicial, no prazo de quinze (15) dias.

ADV: FUED CAVALCANTE SÊMEN NETO (OAB 10435/AM) - Processo 0653211-81.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Kaele Ltda. - Kl Rent A Car - REQUERIDA: Sandra Vieira dos Santos - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; De ordem da MMª. Juíza: Primeiramente, RECEBO a renúncia de poderes de fls. 76, visto que regular, segundo ditames do art. 112, do NCPC, motivo pelo qual, encontra-se o autor/réu sem patrono constituído nos autos. Dessarte, SUSPENDO o processo, por ausência de capacidade postulatória do requerente, na forma do art. 313, I, do NCPC. Por conseguinte, INTIMO o autor para que regularize sua capacidade postulatória em 15 dias, sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito, na forma do do art. 485, IV, do NCPC. Referida intimação poderá ser procedida por meio de Mandado ou através do portal eletrônico, caso a parte seja cadastrada.

ADV: FERNANDO CAMPOS VARNIERI (OAB 997A/AM), ADV: JULIANO MARTINS MANSUR (OAB 113786/RJ) - Processo 0657676-36.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Sabemi Seguradora S/A - EXECUTADO: Vinicius Camporezi Dias - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: A(s) tentativa(s) de localização do(s) executado(s) no(s) endereço(s) declinado(s) na inicial restou(aram) infrutífera(s), nem há notícia tenham sido encontrados bens para a realização do arresto. O art. 830, do Código de Processo Civil, estabelece que “Se o oficial de justiça não encontrar o executado, arrestar-lhe-á tantos bens quantos bastem para garantir a execução”. A jurisprudência, por sua vez, vem admitindo a possibilidade de que o arresto se dê também pela via eletrônica, por ordem de bloqueio via BACENJUD (STJ. REsp 1.370.687/MG, Rel. Ministro Antonio Carlos Ferreira, Dje. 15/08/2013). Após, sem dar ciência à parte contrária, determino, via BACENJUD, a expedição de ordem de bloqueio de valores existentes em nome do(s) executado(s) até o montante indicado na execução, devendo a parte autora proceder ao recolhimento das custas de diligência do ato a ser praticado, de conformidade com a Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de quinze (15) dias. Frutífera ou parcialmente frutífera a diligência, providencie-se a transferência para a conta judicial e a liberação de eventual indisponibilidade excessiva nas 24 (vinte e quatro horas) subsequentes, dê-se ciência às partes do resultado. Caso infrutífera, e não havendo notícia de comparecimento espontâneo, caberá ao exequente, no prazo de 10 (dez) dias, requerer a citação por edital, sob pena de nulidade e extinção. Caso não sejam encontrados bens, o processo será suspenso pelo prazo máximo de 1 (um) ano, após o que voltará a correr o prazo de prescrição.

ADV: FELIPE ANDRES ACEVEDO IBAÑEZ (OAB 206339/SP) - Processo 0660553-46.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - REQUERIDO: Sidney Nagata da Rocha - Ante o exposto, indefiro o pedido de consulta ao Renajud/Infojud/Bacenjud por entender que a parte demandante não esgotou os meios que lhe são acessíveis para obter o endereço correto da parte requerida. Oportunamente, fica intimado a parte autora para indicar o endereço da parte ré no prazo de 10 dias, sob pena de não se interromper a prescrição, na forma do art. 240, §2º do NCPC. Decorrido 30 dias da intimação deste despacho sem manifestação do autor em que promova diligências aqui determinadas, entendo que ficará caracterizado abandono da causa, motivo pelo que determino a intimação pessoal do autor para dizer se tem interesse no prosseguimento do feito, na forma do art. 485, §1º, do NCPC. Int.

Acácio Fernandes Roboredo (OAB 89774/SP)
Adriana Ferreira do Nascimento (OAB 5498/AM)
Adriane Cristine Cabral Magalhães (OAB 5373/AM)
Adriano Alves de Lima (OAB 7398/AM)
Alfredo Moacyr Cabral (OAB 341/AM)
Ana Rita Lima Freire (OAB 003.056/AM)
Ana Rita Lima Freire (OAB 3056/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio José Pinto Barros (OAB 6587/AM)
Antônio Migliore Filho (OAB 314197/SP)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Bianca Trentin (OAB 45553/RS)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
Carolina Ribeiro Botelho (OAB 5963/AM)
Cássio Chaves Cunha (OAB 12268/PA)
Celio Pereira Oliveira Neto (OAB 309950/SP)
Christina Cunha e Silva Meirelles (OAB 7896/AM)
Clóvis Roberto Soares Muniz Barreto (OAB 2968/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Daniela Zini Bozardi (OAB 101077/RS)
Décio Flávio Gonçalves Torres Freire (OAB 697A/AM)
Edney Martins Guilherme (OAB 177167/SP)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Eduardo Correa da Silva (OAB 242310/SP)
Erisvanha Ramos de Souza (OAB 3857/AM)
Erys Huanna de Araujo (OAB 369463/SP)
Eugênio Figueiredo Pinto de Andrade (OAB 3424/AM)
Fabianne Ribeiro Halinski (OAB 7059/AM)
Felipe Andres Acevedo Ibañez (OAB 206339/SP)
Fernanda Cabral Marques (OAB 6755/AM)
FERNANDO CAMPOS VARNIERI (OAB 997A/AM)
Fernando Luz Pereira (OAB A658AM)
Francisco Cloacir Chaves Figueira (OAB 2501/AM)
Fued Cavalcante Sêmen Neto (OAB 10435/AM)
GÉSSYCA GRAZIELLY MAKLOUF RIBEIRO (OAB 8522/AM)
Gilberto Rodrigues Porto (OAB 187543/SP)
Gilson Santoni Filho (OAB 217967/SP)
Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB 5546/RO)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique dos Santos Viseu (OAB 117417/SP)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Gustavo Michelotti Fleck (OAB 21243/DF)
Gustavo Viseu (OAB 117417/SP)
Heloísa Pontes Maués (OAB 9667/AM)
Hilma Eliz Lopes Magalhães (OAB 8108/AM)
Hiran Leão Duarte (OAB 10422/CE)
Hudson José Ribeiro (OAB 150060/SP)
Igor de Mendonça Campos (OAB 303002/SP)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
Jeferson Alex Salviato (OAB 236655/SP)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 001.456/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
Jocil da Silva Moraes Filho (OAB 12010/AM)
Jorge Henrique Amaral Zaninetti (OAB 120518/SP)
José Augusto de Rezende Júnior (OAB A1109/AM)
José Estevão Xavier (OAB 8824/AM)
José Luís Cantuária dos Reis (OAB 2896/AM)
Juliano Martins Mansur (OAB 113786/RJ)
Karine de Bacco Geremia (OAB 92961/RS)
Leandro Fernandes Carlos Gomes (OAB 133221/MG)
Leonardo Silva Pereira (OAB 190819MG)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Ligia de Souza Frias (OAB A1074AM)
Luan Vieira da Cunha (OAB 11201/AM)
Lúcia Andréa Valle de Souza (OAB 2767/AM)
Luciana Morais Avelar (OAB 633A/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Marcela Fátima Pasierpski Schwendner (OAB 39887/SC)
Marcelo Abdon Souto Kizem (OAB 2138/AM)
Marcelo da Silva Carlos (OAB 7366/AM)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marcus Vinícius de Carvalho Rezende Reis (OAB 130124/SP)
Maria do Perpétuo Socorro Figueiredo de Andrade (OAB 6566/AM)
Maria Rocha Fernandes (OAB 13713/AM)
Marina das Graças Paula de Araújo (OAB 3906/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Morgana Cristina Tondin (OAB 66000/RS)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)

Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Osvaldo Francisco Júnior (OAB 106054/SP)
Pasquali Parise e Gasparini Júnior (OAB 4752/SP)
Pedro Roberto Romão (OAB 209551/SP)
Priscila Lima Monteiro (OAB 5901/AM)
Queila Coelho de Souza (OAB 7931/AM)
Renata Bernardino Paiva (OAB 10345/AM)
Roberval Emerson Oliveira de Paula Filho (OAB 6721/AM)
Robson Parente Ribeiro (OAB 10470/AM)
Serafim Pereira D'Alvim Meirelles Neto (OAB 1694/AM)
Sérgio Schulze (OAB 7629/SC)
Simone de Oliveira Bastos (OAB 24299/BA)
Solon Angelim de Alencar Ferreira (OAB 3338/AM)
Stelisy Silva da Rocha (OAB 7989/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thiago Vinícius Mendonça Moreira (OAB A1087AM)
Tiago Borges dos Santos (OAB 10890/AM)
Tonny André de Souza Silva (OAB 8893/AM)
Varcily Queiroz Barroso (OAB 2683/AM)
Victor Gabriel Fernandes Monteiro (OAB 9420/AM)
Wanderley Romano Danadel (OAB 78870/MG)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)

2ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0339/2019

ADV: ILLY SOARES DE SOUZA (OAB 10263/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE & FILHOS - ADVOGADOS (OAB 46/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE (OAB 819/AM) - Processo 0600409-09.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Planos de Saúde - REQUERENTE: Bonifácia Olgarina de Souza Ribeiro - REQUERIDO: Companhia Seguradora Bradesco Saúde S/A - Pelo exposto, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, ex vi do art. 485, VI, do CPC.

Eloi Pinto de Andrade (OAB 819/AM)
Eloi Pinto de Andrade & Filhos - Advogados (OAB 46/AM)
Illy Soares de Souza (OAB 10263/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0340/2019

ADV: ROOSEVELT JOBIM FILHO (OAB 3920/AM), ADV: RAFAEL RAPOSO DA CÂMARA AULER (OAB 8000/AM) - Processo 0606954-61.2019.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Leivinho T. de Souza Navegação - ME - Intime-se a parte executada, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública ou quando não tiver procurador constituído nos autos; ou por publicação oficial, no caso de réu revel citado na forma do art. 256, a fim de, no prazo de 15 (quinze) dias, promover o cumprimento voluntário da sentença, no valor indicado pelo exequente, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários advocatícios também de 10% (dez por cento).

ADV: JÚLIO DE CARVALHO PAULA LIMA (OAB A1149AM), ADV: HUMBERTO ROSSETTI PORTELA (OAB 91263/MG) - Processo 0611324-20.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: HTS Serviços de Hotelaria e Turismo Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: JOÃO CARLOS FLOR JÚNIOR (OAB 915A/AM), ADV: EMERSON FABRÍCIO NOBRE DOS SANTOS (OAB 4147/AM), ADV: REGINALDO SOUZA DE OLIVEIRA (OAB 8310/AM), ADV: TAMMY TELLES LIMA DA SILVA (OAB 8701/AM), ADV: MARLOS GAIO (OAB 914A/AM), ADV: ALFRÂNIA BALBINO DE OLIVEIRA (OAB 9319/AM) - Processo 0611628-58.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Acidente de Trânsito - RECLAMANTE: Rayelle Parente Lima - REQUERIDO: COOPTAF - cooperativa de transprotes coletivos e urbanos do estado do Amazonas - Intime-se a parte executada, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública ou quando não tiver procurador constituído nos autos; ou por publicação oficial, no caso de réu revel citado na forma do art. 256, a fim de, no prazo de 15 (quinze) dias, promover o cumprimento voluntário da sentença, no valor indicado pelo exequente, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários advocatícios também de 10% (dez por cento).

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE), ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 1026A/AM) - Processo 0612997-48.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: WELLINGTON ARAÚJO DE OLIVEIRA (OAB 10146/AM), ADV: THIAGO NASCIMENTO DE BRITO E SILVA (OAB 9643/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM) - Processo 0614176-85.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Kerlison Paiva Guedes e outro - REQUERIDO: Cartaxo Empreendimentos Imobiliários Ltda. e outro - Em virtude das manifestações das partes com relação disposto na sentença (fls. 165/168) acerca do pagamento das custas processuais e honorários advocatícios arbitrados, a execução de tais verbas, contudo, ficará sob condiçãosuspensivade exigibilidade (art.98, § 2º e § 3º, doCPC) em relação ao Autor, que litiga sob o pálio dagratuidadeprocessual (fls. 41) . Proceda-se à baixa dos autos.

ADV: PAULA AUGUSTA CARVALHO DE LIMA (OAB 6313/AM), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0615463-49.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Ariane Guimarães de Oliveira Maciel - REQUERIDO: Civilcorp Empreendimentos Imobiliários Tarumã Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: WALLISON DANIEL DIAS OLIVEIRA (OAB 8932/AM) - Processo 0620167-08.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Residencial Parque Lusitano - Homologo a desistência do feito para fins do artigo 200, parágrafo único do Código de Processo Civil. Em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Custas pagas. Proceda-se à baixa.

ADV: ALFREDO JOSÉ BORGES GUERRA (OAB 2668/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 1119A/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0628594-91.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Hipoteca - REQUERENTE: Serra Comércio de Alimentos Ltda. - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Gonder Incorporadora Ltda. - Intime-se a parte executada, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública ou quando não tiver procurador constituído nos autos; ou por publicação oficial, no caso de réu revel citado na forma do art. 256, a fim de, no prazo de 15 (quinze) dias, promover o cumprimento voluntário da sentença, no valor indicado pelo exequente, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários advocatícios também de 10% (dez por cento).

ADV: PAULA MIRANDA DA CUNHA (OAB 159369/MG), ADV: OLÍVIA MARIA ASSIS CAMPOS COUTO (OAB 4212/AM) - Processo 0636812-40.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Eliseu Gomes Bandeira - REQUERIDO: Constrói Imobiliária Ltda. - ME - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: VÍVIAN KARLA GOMES DA SILVA GONZAGA (OAB 5671/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0639175-97.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Elodi Lopes Queiroz - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0640247-22.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Tarifas - REQUERENTE: Irailton Holanda de Araújo - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: VÍTOR DE SOUZA VIEIRA (OAB 6843/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: WAGNER DE OLIVEIRA VIEIRA (OAB 2786/AM) - Processo 0640923-67.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Vivian de Souza Garantizado Fradera - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: RHAIZA JULIANA OLIVEIRA VIEIRA (OAB 8993/AM) - Processo 0646648-37.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Liberty Locadora de Veículos Ltda - Vislumbro, in casu, dúvida acerca da carência econômica do(a) postulante, razão pela qual concedo o prazo de cinco dias para que traga aos autos uma cópia de sua Declaração de Imposto de Renda do ultimo exercício fiscal, a fim de avaliar as condições para o deferimento ou não da assistência judiciária.

ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM), ADV: KAISER CORRÊA RIBEIRO (OAB 4904/AM) - Processo 0656056-86.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Residencial Vista do Sol - REQUERIDO: Casa Nova Engenharia e Consultoria Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

Alfrânia Balbino de Oliveira (OAB 9319/AM)
Alfredo José Borges Guerra (OAB 2668/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 1026A/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Emerson Fabrício Nobre dos Santos (OAB 4147/AM)
Fábio Rivelli (OAB 1119A/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Humberto Rossetti Portela (OAB 91263/MG)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
João Carlos Flor Júnior (OAB 915A/AM)
José Mário de Carvalho Neto (OAB 4861/AM)
Júlio de Carvalho Paula Lima (OAB A1149AM)
Kaiser Corrêa Ribeiro (OAB 4904/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marlos Gaio (OAB 914A/AM)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Olívia Maria Assis Campos Couto (OAB 4212/AM)
Paula Augusta Carvalho de Lima (OAB 6313/AM)
Paula Miranda da Cunha (OAB 159369/MG)
Rafael Raposo da Câmara Auler (OAB 8000/AM)
Reginaldo Souza de Oliveira (OAB 8310/AM)
Rhaiza Juliana Oliveira Vieira (OAB 8993/AM)
Roosevelt Jobim Filho (OAB 3920/AM)
Tammy Telles Lima da Silva (OAB 8701/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thiago Nascimento de Brito e Silva (OAB 9643/AM)
Vítor de Souza Vieira (OAB 6843/AM)
Vívian Karla Gomes da Silva Gonzaga (OAB 5671/AM)
Wagner de Oliveira Vieira (OAB 2786/AM)
Wallison Daniel Dias Oliveira (OAB 8932/AM)
Wellington Araújo de Oliveira (OAB 10146/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO ROBERTO SANTOS TAKETOMI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CLARINDO JOSÉ LÚCIO GOMES JUNIOR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0341/2019

ADV: LUCIANA GOULART PENTEADO (OAB 167884/SP), ADV: PAULO SÉRGIO DE MENEZES (OAB 000.187/AM) - Processo 0006062-19.1992.8.04.0012 (012.92.006062-7) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Petróleo Sabbá S/A - REQUERIDO: Auto Posto Três Elefantes Comércio de Derivados de Petróleo Ltda. - Defiro os pedidos de fls. 311/312. Providencie-se.

ADV: ANTÔNIO CLEMENTINO DO MONTE JÚNIOR (OAB 1574/AM) - Processo 0603972-74.2019.8.04.0001 - Consignatória de Aluguéis - Locação de Imóvel - CONSIGNANTE: Antônio Clementino do Monte Júnior - CONSIGNADA: Edméa Soares Teles - Pelo exposto, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, ex vi do art. 485, IV, do CPC.

ADV: THAISA CADAIS SEMEN (OAB 10433/AM), ADV: JOSÉ DELFIN BUITRAGO ACOSTA (OAB 5546/AM) - Processo 0605400-62.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Luz Marina Batalha Seixas - REQUERIDO: Cielo S/A - Atualize a Contadoria os cálculos do valor da execução, considerando os parâmetros fixados na sentença de fls. 57/59 e acrescentando a multa de 10% (dez por cento) e honorários advocatícios de 10% (dez por cento), previstos no art. 523, § 1º, do CPC. Após, vista às partes pelo prazo de cinco dias.

ADV: DANIEL LOURENÇO (OAB 3192/AM), ADV: MARCELO AUGUSTO DOS SANTOS PINHEIRO (OAB 9365/AM) - Processo 0610510-13.2015.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: José Venâncio Corrêa de Queiroz - REQUERIDO: Manoel Juarez Simões Cardoso - Manoel Juarez Simões Cardoso - Reitere-se o ofício de fl. 247.

ADV: MARÍLIA DIAS ANDRADE (OAB 14351/PA), ADV: LUANA SILVA SANTOS (OAB 16292/PA), ADV: RAMIRO SOTO ALVARADO (OAB 12436/AM), ADV: RAPHAEL MOISÉS

LOPES BRANDÃO (OAB 12393/AM) - Processo 0638818-54.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Valney Ferreira Pinheiro - REQUERIDO: Gente Seguradora S/A - PERITO: Instituto Médico Legal - IML - De ordem, intimo as partes para especificarem provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral (testemunhas), resumidamente, os fatos controvertidos que com ela pretendem esclarecer; no caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos; sob pena de indeferimento, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MARIA ALTAMIRA DE SOUZA (OAB 6959/AM), ADV: ALEXANDRE MAGNO ARANHA RODRIGUES (OAB 6821/AM) - Processo 0642818-05.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Direito de Imagem - REQUERENTE: Giselle Praia da Silva - REQUERIDO: Hélio Vieira Motta - Manifeste-se a exequente acerca da petição de fls. 154 e seguintes, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: AMÉRICO VALENTE CAVALCANTE JÚNIOR (OAB 8540/AM) - Processo 0645546-77.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Assembléia - REQUERENTE: Condomínio Residencial Vivendas da Cidade - REQUERIDO: Maria do Carmo - Samya Kerima Roque Felipe - Maria Deusa Castro Araújo - Naíde Costa Parente - Neide Maria de Araújo Nápolis - Joel Anchieta da Silva - José Irã de Lima Pezos - Julhiete da Silva Pereira - José Alexandre Bulcão Romano - Defiro a gratuidade, observados indícios presentes nos autos que o requerente possui requisitos necessários para a concessão do benefício pleiteado. Tendo em vista a verossimilhança das alegações da parte autora, bem como sua condição de hipossuficiente técnica e econômica, defiro a inversão do ônus da prova, na forma do artigo 6º, inciso VIII, do CDC. De acordo com o art. 334, do CPC, porque a petição inicial preenche os requisitos e não é o caso de improcedência liminar, deveria ser designada data para realização de audiência de conciliação ou de mediação. No entanto, destaco que cabe ao magistrado verificar a conveniência da realização dessa audiência. Conforme determina o art. 4°, do CPC, "as partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, incluída a atividade satisfativa". A fim de alcançar a duração razoável e a efetividade, o novo sistema permite, dentre outras coisas, a flexibilização procedimental (CPC, 139, VI), sendo que a doutrina moderna defende a possibilidade de adequação do procedimento utilizando técnicas que vão além da simples alteração de prazos e/ou modificação da ordem de produção das provas. Além disso, é possível determinar a realização da audiência de conciliação a qualquer momento do procedimento (CPC, 139, V), sem prejuízo de as partes poderem recorrer a qualquer forma de solução alternativa extrajudicial de conflitos. Assim, a postergação da conciliação ou da mediação não acarretará nulidade (STJ - AgRg no AREsp 409.397/MG), já que não se vislumbra prejuízo para as partes (CPC, 282, § 1° e 283, parágrafo único). Também deve ser observada a necessidade de preservar a garantia da isonomia, enfatizada no art. 7°, do CPC. Da forma como está disciplinada a audiência em questão, o réu ocupa posição de vantagem no momento da conciliação ou da mediação. Afinal, ele já tem ciência da tese do autor, ao passo que este não sabe quais são os argumentos que aquele vai utilizar para afastar o acolhimento da pretensão deduzida na inicial. Finalmente, a autorização expressa para a não realização do ato "quando não se admitir a autocomposição" (CPC, 334, § 4°, II) deve ser interpretada de maneira extensiva, abarcando os casos em que quaisquer das partes seja notoriamente refratária à resolução do litígio consensualmente, ou porque o autor já manifestou initio litis desinteresse nessa audiência, ou ainda, por fim, porque as características, a natureza ou o objeto da ação indiquem que a conciliação seja bastante improvável no caso concreto. Dessarte, deixo de designar a audiência neste momento, sem prejuízo de fazê-lo oportunamente, se o caso dos autos demonstrar que será adequada para melhor solução da lide. Cite-se a parte requerida para contestar o feito no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0646616-32.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Alice Helena Lopes Alves - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Assim, por ora, indefiro o pedido de antecipação da tutela jurisdicional. Diante das especificidades da causa e de modo a adequar o rito processual às necessidade do conflito, deixo para momento oportuno a análise da conveniência da audiência de conciliação (CPC, art. 139, VI, e Enunciado 35, da ENFAM: "Além das situações em que a flexibilização do procedimento é autorizada pelo art. 139, VI, do CPC/2015, pode o juiz, de ofício, preservada a previsibilidade do rito, adapta-lo às especificidades da causa, observadas as garantias fundamentais do processo". Assim, cite-se para contestar o feito no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0646652-74.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Itaú Unibanco S/A - REQUERIDO: Davi Antônio Araújo de Araújo - Após o cumprimento da liminar, cite-se o(a) Requerido(a) para no prazo de cinco dias pagar o valor cobrado pelo credor fiduciário ou apresentar contestação no prazo de 15 dias. Determino, de pronto, o bloqueio do veículo pelo Renajud e que se proceda à consulta dos dados cadastrais do réu via Bacen/Renajud/Infojud/SIEL. Indicando, qualquer um desses sistemas, diferente endereço daquele informado na inicial, acrescente-se no mandado. Recolhidas as custas de diligências do(a) Sr.(a) Oficial(a) de Justiça, expeça-se mandado. Prazo de 10 dias.

Alexandre Magno Aranha Rodrigues (OAB 6821/AM)
Américo Valente Cavalcante Júnior (OAB 8540/AM)
Antônio Clementino do Monte Júnior (OAB 1574/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Daniel Lourenço (OAB 3192/AM)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
José Delfin Buitrago Acosta (OAB 5546/AM)
Luana Silva Santos (OAB 16292/PA)
Luciana Goulart Penteado (OAB 167884/SP)
Marcelo Augusto dos Santos Pinheiro (OAB 9365/AM)
Maria Altamira de Souza (OAB 6959/AM)
Marília Dias Andrade (OAB 14351/PA)
Paulo Sérgio de Menezes (OAB 000.187/AM)
Ramiro Soto Alvarado (OAB 12436/AM)
Raphael Moisés Lopes Brandão (OAB 12393/AM)
Thaisa Cadais Semen (OAB 10433/AM)

3ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO MANUEL AMARO DE LIMA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL EDNA MOUZINHO BARRETO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0304/2019

ADV: ALEXANDRE DOS SANTOS MACIEIRA (OAB 24043/DF), ADV: EUGÊNIO FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 3424/AM), ADV: ALFREDO MELLO MAGALHÃES (OAB 99028/RJ), ADV: RAFAEL FERNANDO TIESCA MACIEL (OAB 7187/AM), ADV: CARLOS EDUARDO DE OLIVEIRA DA SILVA (OAB 115002RJ), ADV: FÁBIO DIAS NOGUEIRA (OAB 8334/MA), ADV: ANTÔNIO VIEIRA SIAS (OAB 52317/RJ), ADV: MARIA FERREIRA DE SOUZA (OAB 2346/AM) - Processo 0207074-58.2008.8.04.0001 (001.08.207074-2) - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Eclair Lucas - EXECUTADA: Centrais Elétricas do Brasil S/A - Eletrobrás - TERCEIRA: Procuradoria da União No Estado do Amazonas - Antes de analisar a questão referente ao pedido de expedição de alvará judicial, passo a sanear o processo com relação à solução da impugnação à penhora. Examinando detidamente os argumentos, percebe-se que o executado repetiu as teses expostas na exceção de pré-executividade já analisada por este juízo e pelo Tribunal de Justiça do Amazonas, conforme noticia o exequente. Lendo atentamente os autos de agravo de instrumento interposto contra decisão, que rejeitou a exceção de pré-executividade, o Tribunal de Justiça do Amazonas manteve o entendimento adotado por

este julgador para rejeitar o referido incidente processual. Os fundamentos apresentados na impugnação à penhora já foram objetos de exame da primeira e segunda instâncias do Poder Judiciário Amazonense, sendo vedado, por expressa determinação legal, nova análise, nos termos do artigo 492 do CPC.Verbis: "Art. 505. Nenhum juiz decidirá novamente as questões já decididas relativas à mesma lide, salvo: I - se, tratando-se de relação jurídica de trato continuado, sobreveio modificação no estado de fato ou de direito, caso em que poderá a parte pedir a revisão do que foi estatuído na sentença; II - nos demais casos prescritos em lei." "Art. 507. É vedado à parte discutir no curso do processo as questões já decididas a cujo respeito se operou a preclusão." Assim, é vedado a este julgador tecer juízo meritório a respeito da impugnação àé penhora, diante da repetição de fundamentos amplamente discutido pelas duas instâncias do TJAM, conforme argumentos acima. Superada esta matéria, averiguo a situação do cumprimento da Carta Precatória. No que diz repeito à Carta Precatória solicitando a penhora no rosto dos autos às fls. 421/426 foi determinado o seu cumprimento à fl. 437, ficando condicionada a sua realização ao recolhimento das custas processuais. O advogado do requerente da Carta Precatória foi regularmente intimado, conforme leitura das certidões à fl. 438 e fl. 440. Posteriormente, foi novamente intimado por ato ordinatório à fl. 439, de acordo com leitura das certidões à fl. 441/442. Nas duas ocasiões, o advogado deixou transcorrer o prazo in albis. No âmbito do Tribunal de Justiça do Amazonas, as custas processuais para cumprimento de Carta Precatória está regulamentado na Lei nº 4.408/2016 e Portaria nº 116/2017 - PTJ. Nos referidos atos normativos à previsão expressa para cobrança de custas processuais no cumprimento de Carta Precatória em processo de execução de título extrajudicial, pela emissão de termo de penhora, para avaliação e intimação da penhora no rosto dos autos. Desta forma, incumbindo a este julgador a verificação do exato recolhimento das custas processuais antes da prática de qualquer ato decisório, ex vi do art. 30 da Lei nº 4.408/2016 e art. 16 da Portaria nº 116/2017 - PTJ, ordeno a devolução da Carta Precatório sem cumprimento, em virtude da ausência do pagamento das custas do TJAM. Revogo a decisão às fls. 449/450. Saneado o processo pela solução de questões pendentes de exame por este julgador, manifesto-me sobre o pedido de expedição de alvará judicial para levantamento dos valores constritos judicialmente. Consoante o Código de Processo Civil, o processo de execução desenvolve-se para efetivar o direito previsto em título executivo extrajudicial ou judicial, nos termos do artigo 797. Vejamos: "Art. 797. Ressalvado o caso de insolvência do devedor, em que tem lugar o concurso universal, realiza-se a execução no interesse do exequente que adquire, pela penhora, o direito de preferência sobre os bens penhorados." A satisfação do crédito exequendo ocorre pela entrega do dinheiro ao executado, nos termos do artigo 904, inciso I c/c 905, ambos do CPC. O executado teve seu patrimônio penhorado, por meio do Bacen-Jud, às fls. 351/353. Dessa forma, havendo necessidade de expedição de alvará judicial para levantamento dos valores penhorados, o pleito formulado pelo exequente deve ser deferido. Posto isso, defiro o pedido de expedição de alvará judicial, ficando condicionada a expedição ao recolhimento das custas processuais. P. R. I. C.

ADV: RAFAEL FERNANDO TIESCA MACIEL (OAB 7187/AM), ADV: ILDENICE RAMOS DE OLIVEIRA (OAB 7856/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0230118-04.2011.8.04.0001 - Imissão na Posse - Posse - REQUERENTE: Heleno Gonçalves Monteiro - REQUERIDO: Condomínio do Edifício Ajuricaba - INTSSADO: Cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis e Protesto de Letras de Manaus/AM - Certifico para os devidos fins que os Embargos de Declaração foram opostos dentro do prazo legal. De ordem, intime-se o Embargado para se manifestar acerca dos Embargos de Declaração opostos nas fls. 447/451, no prazo legal de 05 (cinco) dias, nos termos do artigo 1.023 §2º CPC.

ADV: ADAIR JOSÉ PEREIRA MOURA (OAB 1251/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: PEDRO LUCAS PORTUGAL AL-BEHY KANAAN (OAB 8587/AM), ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM) - Processo 0238953-49.2009.8.04.0001 (001.09.238953-9) - Cumprimento de sentença - Licitações - REQUERENTE: Transglobal Servicos Ltda - REQUERIDO: Gerente do Departamento de Licitação e Contrato da Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Amazonas Distribuidora de Energia S/A - I Vista ao apelado para responder no prazo de 15 dias; II Com ou sem manifestação, subam os autos à Superior Instância com os nossos cumprimentos. III - Intime-se.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT), ADV: ELLEN CRISTINA LIMA CARNEIRO (OAB 23063/PA) - Processo 0603213-13.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Franklin Braga da Silva - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - TERCEIRO I: Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - Advocacia Geral da União - De ordem, intimo a parte autora para, no prazo de 15 dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: CAMILE SORIANO FREIRE TORRES (OAB 36581/PE), ADV: GIÁCOMO DINELLY LIMA (OAB 9753/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: REBECCA ATHAN CASTANHO (OAB 8262/AM), ADV: LETÍCIA ALENCAR CAVALCANTE (OAB 6346/AM) - Processo 0603543-44.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Maria do Perpetuo Socorro da Silva Reis - REQUERIDO: Banco BMG S/A - TERCEIRO I: Serasa Experian - I Vista ao apelado para responder no prazo de 15 dias; II Com ou sem manifestação, subam os autos à Superior Instância com os nossos cumprimentos. III - Intime-se.

ADV: WALLESTEIN MONTEIRO DE SOUZA (OAB 4907/AM), ADV: ALEXANDRE FLEMING NEVES DE MELO (OAB 6142/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: SAMIRA CAMINHA (OAB 5267/AM), ADV: RIULNA VENTURA MULLER (OAB 6654/AM), ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES FILHO (OAB 5505/AM), ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES (OAB 1137/AM), ADV: PRISCILA SOARES FEITOZA (OAB 4656/AM), ADV: NÍVEA DA SILVA CORADO (OAB 5490/AM), ADV: NEIVA EVANGELISTA BARBOZA (OAB 3187/AM), ADV: MONICA NAZARÉ PICANÇO DIAS BONOLO (OAB 6929/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: EDINEY COSTA DA SILVA (OAB 7646/AM), ADV: LUCIANA CRISTINA RODRIGUES (OAB 3671/AM), ADV: KEULISON DA SILVA RAMOS (OAB 8581/AM), ADV: JAIR ALVES CORRÊA (OAB 5317/AM), ADV: GUSTAVO AMORIM CORRÊA (OAB 5071/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: FRANCISCO DOS SANTOS SILVA (OAB 3458/AM), ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM), ADV: FABIANO DA SILVA MACIEL (OAB 5005/AM), ADV: EDUARDO SIMÕES PASSOS (OAB 4906/AM), ADV: VANYLTON BEZERRA DOS SANTOS (OAB 7719/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0605381-27.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Irene Araújo de Andrade - Com base no Provimento n.° 63/02 - CGJ, intime-se a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: VANYLTON BEZERRA DOS SANTOS (OAB 7719/AM), ADV: LUCIANA CRISTINA RODRIGUES (OAB 3671/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: MONICA NAZARÉ PICANÇO DIAS BONOLO (OAB 6929/AM), ADV: NEIVA EVANGELISTA BARBOZA (OAB 3187/AM), ADV: WALLESTEIN MONTEIRO DE SOUZA (OAB 4907/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: SAMIRA CAMINHA (OAB 5267/AM), ADV: NÍVEA DA SILVA CORADO (OAB 5490/AM), ADV: PAULO CÉSAR MOTA ARAGÃO (OAB 7642/AM), ADV: PRISCILA SOARES FEITOZA (OAB 4656/AM), ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES (OAB 1137/AM), ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES FILHO (OAB 5505/AM), ADV: RIULNA VENTURA MULLER (OAB 6654/AM), ADV: FRANCISCO DOS SANTOS SILVA (OAB 3458/AM), ADV: ALEXANDRE FLEMING NEVES DE MELO (OAB 6142/AM), ADV: EDUARDO SIMÕES PASSOS (OAB 4906/AM), ADV: FABIANO DA SILVA MACIEL (OAB 5005/AM), ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM), ADV: KEULISON DA SILVA RAMOS (OAB 8581/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE

PAULA (OAB 1010/AM), ADV: GUSTAVO AMORIM CORRÊA (OAB 5071/AM), ADV: JAIR ALVES CORRÊA (OAB 5317/AM) - Processo 0605658-43.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Roselma Ferreira Freire - TERCEIRA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, I, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais : I - INTIME-SE o Requerente a fim de que, no prazo de 5 (cinco) dias, promova o pagamento das despesas postais, de acordo com a Portaria 116/2017. Cumpre ressaltar que o valor monetário para emissão é de R$ 20,00 pelo Aviso de Recebimento e R$ 1,50 pela emissão do boleto.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0605973-66.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Mútuo - EXEQUENTE: Banco Bradesco S. A. - Sucessor de Banco Losango S/A - Banco Multiplo - EXECUTADO: Marcos Antônio da Silva - De ordem, conforme Portaria 001/2018, em seu Art. 1º, item I, intime-se a parte exequente, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, providencie o recolhimento das custas de diligências do Oficial de Justiça, conforme Portaria nº 116/2017 PTJ. Após a comprovação do pagamento, expeça-se mandado.

ADV: ANA CAROLINA AMARAL DE MESSIAS (OAB 9171/AM), ADV: MAIARA CARVALHO DA MOTTA (OAB 3994/AM) - Processo 0606961-87.2018.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Nazamodim Rahim - REQUERIDA: Jamile Wageha Pinheiro Raheen - ATO ORDINATÓRIO De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais: I- Intime-se o Requerido, por intermédio de seu patrono constituído nos autos, para que informe o atual endereço da Requerida para expedição do referido mandado de citação, no prazo legal de 5 (cinco) dias.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0607803-33.2019.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: Paulo Wilson Fiusa Santos Júnior - Com base no Provimento n.° 63/02 - CGJ, intime-se a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 64601/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: MONICA NAZARÉ PICANÇO DIAS BONOLO (OAB 6929/AM), ADV: GUSTAVO AMORIM CORRÊA (OAB 5071/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: FRANCISCO DOS SANTOS SILVA (OAB 3458/AM), ADV: FERNANDA SILVEIRA (OAB 127076/MG), ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM), ADV: NEIVA EVANGELISTA BARBOZA (OAB 3187/AM), ADV: NÍVEA DA SILVA CORADO (OAB 5490/AM), ADV: PRISCILA SOARES FEITOZA (OAB 4656/AM), ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES (OAB 1137/AM), ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES FILHO (OAB 5505/AM), ADV: RIULNA VENTURA MULLER (OAB 6654/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: SAMIRA CAMINHA (OAB 5267/AM), ADV: VANYLTON BEZERRA DOS SANTOS (OAB 7719/AM), ADV: JAIR ALVES CORRÊA (OAB 5317/AM), ADV: EDINEY COSTA DA SILVA (OAB 7646/AM), ADV: JOAB HARDMAN FAGUNDES (OAB 8812/AM), ADV: LUCIANA CRISTINA RODRIGUES (OAB 3671/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ALEXANDRE SILVEIRA DO NASCIMENTO (OAB 118432/MG), ADV: BARBARO DE CASTRO SILVA (OAB 135250/MG), ADV: ALEXANDRE FLEMING NEVES DE MELO (OAB 6142/AM), ADV: FABIANO DA SILVA MACIEL (OAB 5005/AM) - Processo 0609589-88.2014.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: MANOEL BESSA NETO - Com base no Provimento n.° 63/02 - CGJ, intime-se a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0609959-96.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADA: Seyme Romero da Silva Quadros - Certifico para os devidos fins que os Embargos a Execução foram opostos dentro do prazo legal. De ordem, intimo o embargado para, no prazo de 15 dias, manifestar-se sobre os embargos à execução opostos nas fls. 170/171 nos termos do art. 915 do CPC.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0611642-71.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S A - REQUERIDO: LUIZ CARLOS SOUZA DE NAZARÉ - Com base no Provimento n.° 63/02 - CGJ, intime-se a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056O/MT), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0612197-88.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: KEDSON GONZAGA TAVEIRA - TERCEIRA: Setor de Cartas Precatórias do Fórum da Comarca de Santarém/PA - ATO ORDINATÓRIO De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais: I- Intime-se o Requerente, por intermédio de seu patrono constituído nos autos, para que informe nos autos o endereço completo a ser expedido o mandado de citação, penhora e avaliação, no prazo legal de 5 (cinco) dias.

ADV: RICARDO QUEIROZ DE PAIVA (OAB 4510/AM) - Processo -

ADV: MARCELO AUGUSTO DO AMARAL SÊMEN (OAB 3425/AM), ADV: FUED CAVALCANTE SÊMEN NETO (OAB 10435/AM) - Processo 0615866-23.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compromisso - EXEQUENTE: VISHAL JEEVAT DOWLANI - EXECUTADO: AUROBRAZ MINERAÇÃO S/A - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais: I - INTIME-SE a parte Exequente, por intermédio de seu patrono constituído nos autos, para se manifestar acerca das pesquisas realizadas através dos sistemas RENAJUD, INFOJUD e ERIDFT, conforme f. retro, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM) - Processo 0616231-04.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Manoel Sena dos Santos - Com base no Provimento n.° 63/02 - CGJ, intime-se a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0617216-70.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDO: Ademar Ferreira dos Santos - Com base no Provimento n.° 63/02 - CGJ, intime-se a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: GIULIO ALVARENGA REALE (OAB 65628/MG), ADV: GIULIO ALVARENGA REALE (OAB 1006A/AM) - Processo 0617665-96.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Itapeva VII Multicarteira Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados - REQUERIDO: Zyon dos Santos Pinheiro - De ordem, conforme

Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais: I - Compulsando os autos verifica-se ter decorrido lapso temporal considerável da última atualização de valores, desta forma, INTIME-SE a parte requerente para apresentar a planilha atualizada de débito do processo em epígrafe, calculados na forma prevista na Portaria n. 1.855/2016, de 26/09/2016, deste E. Tribunal de Justiça , devidamente ATUALIZADO, no prazo de 15 (quinze) dias. II - Informo que a parte autora efetuou o pagamento de apenas uma pesquisa eletrônica às fls. 213.

ADV: ELIANE DE AGUIAR OLIVEIRA (OAB 4651/AM), ADV: KAREN DO CARMO FERREIRA DOS SANTOS (OAB 3188/AM) - Processo 0618197-70.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Pedrina da Costa Monteiro - REQUERIDA: Karen do Carmo Ferreira dos Santos - Luciana Nunes Brandão - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais : I - Tendo em vista os cumprimentos negativos dos ARs, intime-se o requerente, através de seu patrono constituído nos autos, para se manifestar sobre as respostas dos ARs juntados às fls. 215/216, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: JOSÉ DAS GRAÇAS BARROS DE CARVALHO (OAB 561/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0618761-15.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: Jose Barros de Carvalho Junior - Com base no Provimento n.° 63/02 - CGJ, intime-se a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: BENEDICTO CELSO BENÍCIO JÚNIOR (OAB A1133/AM), ADV: BENEDICTO CELSO BENÍCIO JÚNIOR (OAB 131896/SP), ADV: TAYLISE CATARINA ROGÉRIO SEIXAS (OAB 182694/SP), ADV: RÔMULO JOSÉ DE BARROS LINS (OAB 3919/AM), ADV: TAYLISE CATARINA ROGÉRIO SEIXAS DA SILVA (OAB 1002A/AM) - Processo 0619433-28.2015.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Cruzeiro do Sul S/A - REQUERIDO: Rui Adriano Nogueira de Araujo - De ordem, remeto os autos ao Tribunal de Justiça para julgamento do recurso.

ADV: CAROLINE GUIMARÃES DO VALLE (OAB 6412/AM), ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0619488-37.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDA: Katalina Picanco de Almeida - Vistos, etc... Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo de fls.90/91, firmado entre as partes no processo de Busca e Apreensão Em Alienação Fiduciária movido por Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A contra Katalina Picanco de Almeida. ANTE AO EXPOSTO, com fundamento no Art. 924, III c/c o art. 487, III, b, ambos do NCPC, julgo extinto o presente processo. Expeça-se o competente Alvará Judicial a favor do requerente. No outro giro, determino à secretaria para que oficie a Central de Mandado acerca do recolhimento do mandado n° 001.2019/111187-3. Após o cumprimento integral do acordo, o arquivamento dos autos observando-se as cautelas legais, assim como a baixa na distribuição. P.R.I.C.

ADV: HUGO NEVES DE MORAES ANDRADE (OAB 23798/PE), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: DANIELLE VIVIANNE BORGES MIRANDA (OAB 32285/PE), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0619943-41.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: JOÃO BOSCO PINHO DO NASCIMENTO - REQUERIDO: Banco Pan S/A - De ordem, remeto os autos ao Tribunal de Justiça para julgamento do recurso.

ADV: CELSO MARCON (OAB A566/AM) - Processo 0621110-88.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDA: Valdenize Viana de Souza - Com base no Provimento n.° 63/02 - CGJ, intime-se a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: RAIMUNDO SÉRVULO LOURIDO BARRETO (OAB 3135/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0622805-14.2017.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: MINISTÉRIO INTERNACIONAL GERAÇÃO APOSTÓLICA - TERCEIRA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, I, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais : I - INTIME-SE o Requerente a fim de que, no prazo de 5 (cinco) dias, promova o pagamento das despesas postais, de acordo com a Portaria 116/2017. Cumpre ressaltar que o valor monetário para emissão é de R$ 20,00 pelo Aviso de Recebimento e R$ 1,50 pela emissão do boleto.

ADV: JOSÉ ALBERTO RIBEIRO SIMONETTI CABRAL (OAB 3725/AM), ADV: JÉSSICA FERREIRA BOTELHO (OAB 6826/AM), ADV: ANDREY FARACHE BARROSO (OAB 12705/AM), ADV: WARNEY MAURO PRESTES DA COSTA VAL (OAB 2837/AM) - Processo 0624370-76.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: Condomínio Civil do Shopping Ponta Negra - Jhsf Manaus Empreendimentos e Incorporações Ltda - EXECUTADO: Bergamo Comercial Ltda. - Epp - Márcio André Corrêa de Souza - Ana Rita de Brito Leitao - ATO ORDINATÓRIO De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais: I- Intime-se o Requerente, por intermédio de seu patrono constituído nos autos, para se manifestar acerca do ofício recebido de fls. 150-151, no prazo legal de 10 (dez) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: RODRIGO FERREIRA ZIDAN (OAB 155563/SP) - Processo 0626607-49.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Hdi Seguros S/A - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, intimo a parte autora para, no prazo de 15 dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: MAYKON FELIPE DE MELO (OAB 20373/SC), ADV: VITOR TEIXEIRA FERREIRA (OAB 39959/SC), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC), ADV: VANESSA BEATRIZ SILVESTRE (OAB 21079/SC), ADV: ANDREA DE MELO (OAB 27089/SC), ADV: CAMILA BARELA CORREA (OAB 40445/SC), ADV: LEONARDO OLIVEIRA DOS SANTOS (OAB 32284/SC), ADV: KAULING E MELO ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 1592/SC), ADV: MALU BORGES NUNES (OAB 51458/SC), ADV: ELLEN CRISTINA LIMA CARNEIRO (OAB 23063/PA) - Processo 0627175-65.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Marinete Garcia Naranjo - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - TERCEIRO I: Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - Advocacia Geral da União - De ordem, intimo a parte autora para, no prazo de 15 dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0627710-91.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: José Valdez Damasceno - De ordem, defiro o pedido de fl. 69. Intime-se a parte Requerente para efetuar o pagamento da despesa de consulta eletrônica, esta cobrada POR CADA ATO (R$ 14,98 - valor da consulta e mais R$ 1,50 pela emissão do boleto, totalizando R$ 16,48), no prazo de 5 (cinco) dias, conforme Portaria 116/2017 - PTJ, tabela III, item 9. Após, proceda-se a consulta via sistemas BACENJUD, INFOJUD e RENAJUD, para localizar o endereço da parte requerida.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM) - Processo 0627810-46.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A -

REQUERIDO: Jorge Nelson da Silveira - Com base no Provimento n.° 63/02 - CGJ, intime-se a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0627949-95.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Raimunda Gomes da Silva - De ordem, conforme Portaria 001/2018, em seu Art. 1º, item I, intime-se a parte requerente, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, providencie o recolhimento das custas de diligências do Oficial de Justiça, conforme Portaria nº 116/2017 PTJ. Após a comprovação do pagamento, expeça-se mandado.

ADV: JUREMA DIAS DE LIMA MISSIONEIRO DOS SANTOS (OAB 70558/SP), ADV: ADRIANA BUENO BARBOSA (OAB 160950/SP), ADV: WALDEMIR COSTA DA ROCHA JUNIOR (OAB 3520/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 76696/MG), ADV: ROBERTA SOUZA SILVA (OAB 11423/AM), ADV: SÉRGIO SANTOS SETTE CÂMARA (OAB 51452/MG), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM), ADV: AUGUSTO GONÇALVES GUIMARAES NETO (OAB 9830/AM) - Processo 0629353-60.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Safra S/A - EXECUTADO: OK REP IND E COM DE MAT PLAST - ED WILSON ROMERA NALESSO - ATO ORDINATÓRIO De ordem, abro vistas ao Requerente acerca da petição de fls. 157/161 para que se manifeste no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: LUCIANA TRUNKL FERNANDES DA COSTA (OAB 3006/AM), ADV: RUBENS SAMUEL BENZECRY NETO (OAB 9212/AM) - Processo 0630489-19.2019.8.04.0001 - Despejo - Despejo por Denúncia Vazia - REQUERENTE: Condomínio Civil do Shopping Ponta Negra - REQUERIDO: Akc Souza Eireli - De ordem, conforme Portaria 001/2018, em seu Art. 1º, item I, intime-se a parte Requerente, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, providencie a complementação das custas de diligências do Oficial de Justiça, conforme Portaria nº 116/2017 PTJ. Após a comprovação do pagamento, expeça-se mandado.

ADV: LAURA BERTONCINI MENEZES (OAB 320604/SP), ADV: RORIGO PINTO VIDEIRA (OAB 317238/SP), ADV: JOSÉ ADEMIR CRIVELARI (OAB 115653/SP) - Processo 0631609-39.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Bom Peixe Indústria e Comércio Ltda - EXECUTADO: J A Comércio de Produtos Alimenticios EIRELI ME - Com base no Provimento n.° 63/02 - CGJ, intime-se a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: ALESSANDRA ALVES DE CARVALHO (OAB 988A/AM), ADV: ANTONIO CHRISTO DA ROCHA LACERDA (OAB 1188/AM), ADV: ADRIANO SOMBRA DE PAULA (OAB 8753/AM), ADV: VIVIANE MARTINS AMORIM (OAB 7248/AM) - Processo 0632229-22.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Cheque - REQUERENTE: ESPÓLIO DE ORLANDO AFONSO FERREIRA - REQUERIDO: Wilson Ferreira Lisboa - ATO ORDINATÓRIO De ordem, diante da Certidão de fl. 116, intime-se o Exequente para que cumpra a Decisão Interlocutória de fls. 110/111: “Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, intime-se a parte exequente para que apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, §1º, do NCPC/2015, bem como recolha, em igual prazo, os emolumentos pertinentes a consulta ao sistema BACENJUD, conforme Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Com a devida juntada, proceda-se à penhora por meio do BACENJUD, na forma do art. 854 do CPC.”

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065A/AM) - Processo 0634787-59.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Francinete Pereira Brito - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais: I - INTIME-SE a parte Requerente, por intermédio de seu patrono constituído nos autos, para se manifestar acerca da pesquisa realizada através do sistema ERIDFT, conforme f. 133, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0634814-42.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: José Francisco Santos da Silva - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais: I - INTIME-SE a parte Requerente, por intermédio de seu patrono constituído nos autos, para se manifestar acerca das pesquisas realizadas através dos sistemas INFOJUD e ERIDFT, conforme f. retro, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: LUCAS CORDEIRO MARQUES (OAB 187570/RJ), ADV: CHRISTIANE CORREA SARAIVA NICOLACI COSTA (OAB 197236/RJ), ADV: JOÃO GILBERTO FREIRE GOULART (OAB 73169/MG), ADV: LEONARDO AUGUSTO BUENO FIGUEIREDO (OAB 185447/RJ), ADV: RONALDO CARLOS FERREIRA (OAB 63242/MG), ADV: VANESSA OLIVEIRA ALMEIDA (OAB 9558/AM), ADV: FRANK FIGUEIREDO CÉSAR (OAB 6560/AM) - Processo 0636248-03.2015.8.04.0001 (apensado ao processo 0609634-87.2017.8.04.0001) - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: SHOPPING MANAUS NORTE SPE S/A, - EXECUTADO: RIO NEGRO COMÉRCIO VAREJISTA DE SOUVENIRES LTDA - ME - ANDREA CASTELO DE OLIVEIRA - GUTEMBERG PASSOS DE OLIVEIRA - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais: I - Compulsando os autos verifica-se ter decorrido lapso temporal considerável da última atualização de valores, desta forma, INTIME-SE a parte requerente para apresentar a planilha atualizada de débito do processo em epígrafe, calculados na forma prevista na Portaria n. 1.855/2016, de 26/09/2016, deste E. Tribunal de Justiça , devidamente ATUALIZADO, no prazo de 15 (quinze) dias. II - Custas devidamente recolhidas às fls. 218/219.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM) - Processo 0636512-83.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - EXECUTADO: Arlindo M. Ishikawaa - Lilian Masako Ishikawa - Luiz Issam Ishikawa - Com base no Provimento n.° 63/02 - CGJ, intime-se a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: LEONARDO ALVES CANUTO (OAB 355791/SP) - Processo 0638598-22.2019.8.04.0001 - Monitória - Mútuo - REQUERENTE: Cooperforte - Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários de Instituições Financeiras Públicas Federais Ltd - REQUERIDO: Edilson Pereira de Souza - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais : I - Tendo em vista o cumprimento negativo de AR, intime-se o requerente, através de seu patrono constituído nos autos, para se manifestar sobre a resposta do AR juntado às fls. 63, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0640841-41.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: Ana Maria dos Santos Me - Ana Maria dos Santos - Com base no Provimento n.° 63/02 - CGJ, intime-se a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: VERA REGINA CARVALHO DE MENDONÇA (OAB 4427/AM), ADV: HELOÍSA PONTES MAUÉS (OAB 9667/AM), ADV: JONNY CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 8340/AM), ADV: LUMA VIEIRA MARQUEZ (OAB 10959/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM) - Processo 0642803-31.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Adalgiso Rodrigues Santana - REQUERIDO: Direcional Engenharia S/A - De ordem, intimo a parte autora para, no prazo de 15 dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: LÚCIA CRISTINA PINHO ROSAS (OAB 5109/AM), ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0642846-65.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: Manaus Classic Ltda - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais: I - Compulsando os autos verifica-se ter decorrido lapso temporal considerável da última atualização de valores, desta forma, INTIME-SE a parte requerente para apresentar a planilha atualizada de débito do processo em epígrafe, calculados na forma prevista na Portaria n. 1.855/2016, de 26/09/2016, deste E. Tribunal de Justiça , devidamente ATUALIZADO, no prazo de 15 (quinze) dias. II - Informo que a parte autora somente efetuou o pagamento para pesquisa via sistema Bacenjud, juntada às fls. 118/119.

ADV: JOÃO AUGUSTO CORDEIRO RAMOS (OAB 5754/AM), ADV: DANIEL DE LIMA ALBUQUERQUE (OAB 6548/AM), ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 38699/DF) - Processo 0658159-66.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Ednelza Melo Oliveira dos Santos - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - De ordem, remeto os autos ao Tribunal de Justiça para julgamento do recurso.

ADV: JOSÉ EDUARDO SILVA DE SALES (OAB 7700/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 1164A/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM) - Processo 0711485-48.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S.A. - REQUERIDO: Moises De Souza Coelho - De ordem, remeto os autos ao Tribunal de Justiça para julgamento do recurso.

ADV: DANIEL PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 5055/AM), ADV: CÁRITA DOS ANJOS NASCIMENTO (OAB 8082/AM), ADV: LAURA MARIA SANTIAGO LUCAS (OAB 4872/AM), ADV: LUANA DE ASSIS PIRES (OAB 5030/AM) - Processo 0711974-85.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - EXEQUENTE: RC Recebíveis Ltda - EXECUTADA: Arte em Ambientes Móveis Planejados Ltda - Renato Teixeira Lopes - Lúcio Felipe Gonçalves - Carla Rodrigues Freire - Com base no Provimento n.° 63/02 - CGJ, intime-se a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: JAIR ALVES CORRÊA (OAB 5317/AM), ADV: KEULISON DA SILVA RAMOS (OAB 8581/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: MONICA NAZARÉ PICANÇO DIAS BONOLO (OAB 6929/AM), ADV: NEIVA EVANGELISTA BARBOZA (OAB 3187/AM), ADV: NÍVEA DA SILVA CORADO (OAB 5490/AM), ADV: LUCIANA CRISTINA RODRIGUES (OAB 3671/AM), ADV: GUSTAVO AMORIM CORRÊA (OAB 5071/AM), ADV: PRISCILA SOARES FEITOZA (OAB 4656/AM), ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES (OAB 1137/AM), ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES FILHO (OAB 5505/AM), ADV: RIULNA VENTURA MULLER (OAB 6654/AM), ADV: SAMIRA CAMINHA (OAB 5267/AM), ADV: VANYLTON BEZERRA DOS SANTOS (OAB 7719/AM), ADV: WALLESTEIN MONTEIRO DE SOUZA (OAB 4907/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: SARA REGINA OLÍMPIO MAMEDE (OAB 4504/AM), ADV: JACQUES MACHADO PORTELA (OAB 2722/AM), ADV: ANDRÉ DE SANTA MARIA BINDÁ (OAB 3707/AM), ADV: JOHNNY DE OLIVEIRA SALLES (OAB 8430/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: ALEXANDRE FLEMING NEVES DE MELO (OAB 6142/AM), ADV: EDINEY COSTA DA SILVA (OAB 7646/AM), ADV: EDUARDO SIMÕES PASSOS (OAB 4906/AM), ADV: FABIANO DA SILVA MACIEL (OAB 5005/AM), ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM), ADV: FRANCISCO DOS SANTOS SILVA (OAB 3458/AM) - Processo 0712512-66.2012.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Antônio Rodson dos Santos Lemos - Com base no Provimento n.° 63/02 - CGJ, intime-se a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ALEXANDRE SILVEIRA DO NASCIMENTO (OAB 118432/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0713781-43.2012.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Lindalva Gomes de Souza - Com base no Provimento n.° 63/02 - CGJ, intime-se a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

Adair José Pereira Moura (OAB 1251/AM)
Adriana Bueno Barbosa (OAB 160950/SP)
Adriano Sombra de Paula (OAB 8753/AM)
Alessandra Alves de Carvalho (OAB 988A/AM)
Alexandre dos Santos Macieira (OAB 24043/DF)
Alexandre Fleming Neves de Melo (OAB 6142/AM)
Alexandre Silveira do Nascimento (OAB 118432/MG)
Alfredo Mello Magalhães (OAB 99028/RJ)
Ana Carolina Amaral de Messias (OAB 9171/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 5797/AM)
André de Santa Maria Bindá (OAB 3707/AM)
ANDREA DE MELO (OAB 27089/SC)
Andrey Farache Barroso (OAB 12705/AM)
Antonio Christo da Rocha Lacerda (OAB 1188/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio Vieira Sias (OAB 52317/RJ)
Augusto Gonçalves Guimaraes Neto (OAB 9830/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
BARBARO DE CASTRO SILVA (OAB 135250/MG)
Benedicto Celso Benício Júnior (OAB 131896/SP)
Benedicto Celso Benício Júnior (OAB A1133/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
CAMILA BARELA CORREA (OAB 40445/SC)
Camile Soriano Freire Torres (OAB 36581/PE)
Cárita dos Anjos Nascimento (OAB 8082/AM)
Carlos Eduardo de Oliveira da Silva (OAB 115002RJ)
Caroline Guimarães do Valle (OAB 6412/AM)
Celso Marcon (OAB A566/AM)
Christiane Correa Saraiva Nicolaci Costa (OAB 197236/RJ)
Daniel de Lima Albuquerque (OAB 6548/AM)
Daniel Pereira da Silva Neto (OAB 5055/AM)
Danielle Vivianne Borges Miranda (OAB 32285/PE)
Ediney Costa da Silva (OAB 7646/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Eduardo Simões Passos (OAB 4906/AM)
Eliane de Aguiar Oliveira (OAB 4651/AM)
Ellen Cristina Lima Carneiro (OAB 23063/PA)
Eugênio Figueiredo Pinto de Andrade (OAB 3424/AM)
Fabiano da Silva Maciel (OAB 5005/AM)
Fábio Dias Nogueira (OAB 8334/MA)
Fábio Nogueira Corrêa (OAB 5674/AM)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 76696/MG)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
FERNANDA SILVEIRA (OAB 127076/MG)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 38699/DF)
Francisco dos Santos Silva (OAB 3458/AM)
Frank Figueiredo César (OAB 6560/AM)

Fued Cavalcante Sêmen Neto (OAB 10435/AM)
Giácomo Dinelly Lima (OAB 9753/AM)
Giulio Alvarenga Reale (OAB 1006A/AM)
Giulio Alvarenga Reale (OAB 65628/MG)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Amorim Corrêa (OAB 5071/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB 1065A/AM)
GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 64601/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Heloísa Pontes Maués (OAB 9667/AM)
HUGO NEVES DE MORAES ANDRADE (OAB 23798/PE)
Ildenice Ramos de Oliveira (OAB 7856/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Jacques Machado Portela (OAB 2722/AM)
Jair Alves Corrêa (OAB 5317/AM)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
Jéssica Ferreira Botelho (OAB 6826/AM)
Joab Hardman Fagundes (OAB 8812/AM)
João Augusto Cordeiro Ramos (OAB 5754/AM)
João Gilberto Freire Goulart (OAB 73169/MG)
Johnny de Oliveira Salles (OAB 8430/AM)
Jonny Cleuter Simões Mendonça (OAB 8340/AM)
José Ademir Crivelari (OAB 115653/SP)
José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral (OAB 3725/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José das Graças Barros de Carvalho (OAB 561/AM)
José Eduardo Silva de Sales (OAB 7700/AM)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
Jurema Dias de Lima Missioneiro dos Santos (OAB 70558/SP)
Karen do Carmo Ferreira dos Santos (OAB 3188/AM)
KAULING E MELO ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 1592/SC)
Keulison da Silva Ramos (OAB 8581/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
LAURA BERTONCINI MENEZES (OAB 320604/SP)
Laura Maria Santiago Lucas (OAB 4872/AM)
Leonardo Alves Canuto (OAB 355791/SP)
Leonardo Augusto Bueno Figueiredo (OAB 185447/RJ)
LEONARDO OLIVEIRA DOS SANTOS (OAB 32284/SC)
Letícia Alencar Cavalcante (OAB 6346/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Luana de Assis Pires (OAB 5030/AM)
Lucas Cordeiro Marques (OAB 187570/RJ)
Lúcia Cristina Pinho Rosas (OAB 5109/AM)
Luciana Cristina Rodrigues (OAB 3671/AM)
Luciana Trunkl Fernandes da Costa (OAB 3006/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 104147/MG)
Luma Vieira Marquez (OAB 10959/AM)
Maiara Carvalho da Motta (OAB 3994/AM)
MALU BORGES NUNES (OAB 51458/SC)
Marcelo Augusto do Amaral Sêmen (OAB 3425/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Maria Ferreira de Souza (OAB 2346/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056O/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Maykon Felipe de Melo (OAB 20373/SC)
monica nazaré picanço dias bonolo (OAB 6929/AM)
Neiva Evangelista Barboza (OAB 3187/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Nívea da Silva Corado (OAB 5490/AM)
Paulo César Mota Aragão (OAB 7642/AM)
Pedro Lucas Portugal Al-Behy Kanaan (OAB 8587/AM)
Priscila Soares Feitoza (OAB 4656/AM)
Rafael Fernando Tiesca Maciel (OAB 7187/AM)
Raimundo de Amorim Francisco Soares (OAB 1137/AM)
Raimundo de Amorim Francisco Soares Filho (OAB 5505/AM)
Raimundo Sérvulo Lourido Barreto (OAB 3135/AM)
Rebecca Athan Castanho (OAB 8262/AM)
Ricardo Queiroz de Paiva (OAB 4510/AM)
Riulna Ventura Muller (OAB 6654/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 1164A/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberta Souza Silva (OAB 11423/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG)
Roberto Venesia (OAB 1067A/AM)
Rodrigo Ferreira Zidan (OAB 155563/SP)
Rômulo José de Barros Lins (OAB 3919/AM)
Ronaldo Carlos Ferreira (OAB 63242/MG)
RORIGO PINTO VIDEIRA (OAB 317238/SP)
Rubens Samuel Benzecry Neto (OAB 9212/AM)
Samira Caminha (OAB 5267/AM)
Sara Regina Olímpio Mamede (OAB 4504/AM)
Sérgio Santos Sette Câmara (OAB 51452/MG)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Taylise Catarina Rogério Seixas (OAB 182694/SP)
Taylise Catarina Rogério Seixas da Silva (OAB 1002A/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB 3696/AM)
VANESSA BEATRIZ SILVESTRE (OAB 21079/SC)
Vanessa Oliveira Almeida (OAB 9558/AM)
Vanylton Bezerra dos Santos (OAB 7719/AM)
Vera Regina Carvalho de Mendonça (OAB 4427/AM)
VITOR TEIXEIRA FERREIRA (OAB 39959/SC)
Viviane Martins Amorim (OAB 7248/AM)
Waldemir Costa da Rocha Junior (OAB 3520/AM)
Wallestein Monteiro de Souza (OAB 4907/AM)
Warney Mauro Prestes da Costa Val (OAB 2837/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)

4ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO NAIRA NEILA BATISTA DE OLIVEIRA NORTE
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL OCIAN VIRGILIO AYRES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0284/2019

ADV: JOÃO ROBERTO DOS ANJOS FILHO (OAB 12389/AM), ADV: JABSON DA SILVA CÉO (OAB 5803/AM), ADV: CHRISTIANO PINHEIRO DA COSTA (OAB 3542/AM), ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 1026A/AM), ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE), ADV: JÚNIO LAUREANO DE SOUZA BARBOSA (OAB 12332/AM) - Processo 0201845-49.2010.8.04.0001 (001.10.201845-7) - Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Márcio José Silva Camardella - REQUERIDO: Banco Itauleasing S/A - Atente o Sr. Escrivão aos atos ordinatórios expedidos, passíveis de revisão por esta Julgadora, para que não tenham conteúdo errôneo como o de fls. 134, o que o torno sem efeito por erro. Defiro o pedido de juntada de substabelecimento de fls. 127. Atualize-se o cadastro no SAJ-PG5. Compulsando detidamente os autos, verifico que a questão de mérito é de direito e de fato, mas a prova é exclusivamente documental, já constante dos autos, razão por que DECIDO pelo julgamento da lide, conforme o estado, na forma do art. 355, I, do CPC. Intimem-se. Decorrido o prazo, sigam os autos conclusos para fila de Concluso para Sentença. Saliento que a prolação da sentença deverá obedecer a ordem cronológica de entrada na referida fila. À Secretaria para as providências cabíveis. Manaus, 30 de agosto de 2019.

ADV: ANDREIA CHRISTINA RISSON OLIVEIRA (OAB 257302/SP), ADV: HUGO FÁBIO SAMPAIO TELLES DE SOUZA (OAB 7153/AM), ADV: CAMILLA FERNANDA TUFI ALMEIDA (OAB 7024/AM), ADV: JINNY NICE BRANDÃO BITAR FARIAS (OAB 5321/

AM), ADV: RENATO ANDRÉ DA COSTA MONTE (OAB 4435/AM) - Processo 0215582-85.2011.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Sanemar Express Comércio e Representações Ttda - REQUERIDO: JAD-LOGÍSTICA LTDA. - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente; para: (x) Manifestar-se, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 1.023, § 2º do NCPC), sobre os embargos declaratórios opostos, nos termos do art. 1º, inciso XXIII, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ;

ADV: CLAUDENISE DIAS DE ALMEIDA (OAB 4245/AM), ADV: RACHEL NADAF PAPALÉO (OAB 5585/AM), ADV: JOSÉ ROBERTO LOPES CAÚLA (OAB 8151/AM), ADV: SÉRGIO CUNHA CAVALCANTI (SUSPENSÃO PREVENTIVA ATÉ 17/09/2019 - OFÍCIO CIRCULAR 002/2019 - OAB/AM - TED) (OAB 4978/AM), ADV: TATIANA BENTES DE SOUZA (OAB 3285/AM) - Processo 0217051-69.2011.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Marlene Pinho Ferreira - Pedro da Cunha Ferreira - REQUERIDO: Ecivaldo Dias de Souza - Ante o exposto e tudo mais que dos autos consta, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado por Marlene Pinho Ferreira e Pedro da Cunha Ferreira contra Ecivaldo Dias de Souza, com fundamento no art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, e consoante fundamentação supra, e, via de consequência, condeno a parte requerida ao pagamento a título de perdas e danos da quantia de R$ 70.000,00 (setenta mil reais), o qual deve ser corrigido e atualizado a partir do evento danoso e com incidência de juros de 1% (um por cento) ao mês a partir da citação, nos termos da Portaria 1855/2017 deste Tribunal de Justiça. Julgo improcedente o pleito de indenização por danos morais. Condeno ainda a parte requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 15% (quinze por cento) sobre o valor da condenação. Interposto recurso de embargos de declaração, com efeito modificativo, intime-se a parte contrária para se manifestar no prazo legal. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Manaus, 26 de agosto de 2019.

ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO FIGUEIREDO DE ANDRADE (OAB 6566/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE (OAB 819/AM), ADV: VICTOR CRUD RUSSO (OAB 14660/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE & FILHOS - ADVOGADOS (OAB 46/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE JÚNIOR (OAB 3840/AM), ADV: EUGÊNIO FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 3424/AM), ADV: EVANDRO EZIDRO DE LIMA RÉGIS (OAB 2498/AM), ADV: FABÍOLA DA SILVA GESTA CARUSO (OAB 4662/AM), ADV: LUÍS FELIPE MOTA MENDONÇA (OAB 2505/AM) - Processo 0217380-86.2008.8.04.0001/01 (001.08.217380-0/00001) - Embargos à Execução - EMBARGANTE: Bradesco Vida e Previdência S/A - EMBARGADO: Cleandro de Souza dos Santos - PERITO: Ricardo da Costa Russo - CONCLUSÃO Ante o exposto e tudo mais que dos autos consta, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado por Cleandro de Souza dos Santos contra Bradesco Vida e Previdência S/A, com fundamento no art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, e consoante fundamentação supra, e, via de consequência, condeno a parte requerida ao pagamento de R$ 9.906,62 (nove mil, novecentos e seis reais e sessenta e dois centavos) a título de danos materiais, incidindo correção monetária e juros desde a data do efetivo prejuízo, tomando-se por base o índice oficial adotado na portaria Nº 1.855/2016 deste Tribunal. Condeno ainda a parte requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 15% (quinze por cento) sobre o valor da condenação, nos termos do art. 85 do NCPC. Interposto recurso de embargos de declaração, com efeito modificativo, intime-se a parte contrária para se manifestar no prazo legal. Interposta apelação nos termos do artigo 1.010, §1º do NCPC, intime-se a parte apelada para responder no prazo legal. Após, proceda-se com a remessa dos autos ao Tribunal. Após o cumprimento da obrigação e demais cautelas legais, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: RENNALT LESSA DE FREITAS (OAB 8020/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: GERMANO COSTA ANDRADE (OAB 2835/AM), ADV: CÍNTIA ALMEIDA PRADO (OAB 12891/AM), ADV: CAROLINA RIBEIRO BOTELHO (OAB 5963/AM), ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM), ADV: ANA LUISA TELES FARIAS (OAB 11720/AM), ADV: RAPHAELA BATISTA DE OLIVEIRA (OAB 9169/AM), ADV: SÉRGIO EMERSON CORDEIRO RABELO (OAB 9240/AM), ADV: ANA BEATRIZ DA SILVA OLIVEIRA (OAB 9372/AM) - Processo 0600974-75.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Patri Onze Empreendimentos Imobiliários Ltda - REQUERIDA: Maura Celi Martins - ATO ORDINATÓRIO De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação da: (X) Requerida Maura Celi Martins, para: (X) Manifestar-se, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 1.023, § 2º do NCPC), sobre os embargos declaratórios opostos pela parte autora às fls. 273/277, nos termos do art. 1º, inciso XXIII, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ. e (X) Intimação da: (X) Requerente Patri Onze Empreendimentos Imobiliários Ltda, para: (X) Manifestar-se, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 1.023, § 2º do NCPC), sobre os embargos declaratórios opostos pela parte requerida às fls. 278/295, nos termos do art. 1º, inciso XXIII, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ.

ADV: LILIANE CESAR CORRÊA (OAB 8393/AM), ADV: SALIM DAVID GUIMARÃES FELIPE (OAB 13138/AM) - Processo 0602441-55.2016.8.04.0001 - Imissão na Posse - Imissão - REQUERENTE: LEOMAR ARAÚJO DE LUCENA - REQUERIDA: KELMA MARIA PEREIRA DOS SANTOS - CONCLUSÃO. Ante o exposto e tudo o mais que dos autos consta, JULGO EXTINTO O FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, na forma do artigo 485, I e VI, e conforme fundamentação supra, sem prejuízo de que a demanda seja renovada, desde que os autos estejam devidamente instruídos. Sem condenação em honorários advocatícios, uma vez que não implementada nos atos a condição prevista em lei para esse fim. Transitada em julgado esta decisão, proceda-se à baixa no SAJ e na Distribuição, e arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MICHELLE FASCINI XAVIER (OAB 860A/AM), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM) - Processo 0610722-29.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Maria Celeste dos Santos Lima - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Ante o exposto e tudo mais que dos autos consta, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado por Maria Celeste dos Santos Lima contra Instituto Nacional de Seguro Social- INSS, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil, e consoante fundamentação supra, e, via de consequência, condeno a parte requerida a restabelecer o benefício previdenciário de auxílio-doença, a partir da data do laudo, ou seja dia 03.05.2018. Havendo prestações em atraso, estas devem ser pagas de uma só vez corrigidas monetariamente desde o respetivo vencimento pelo IPCA-E,e acrescidas de juros de mora a partir da citação observando-se o índice aplicado à caderneta de poupança (art. 1º-F da Lei nº 9.494/97,com a redação dada pela Lei nº 11.960/09). A duração do beneficio ora reconhecido deverá seguir o que determina o artigo 62 da Lei n. 8.213/91, mas inicialmente fica determinado que seja por 12 meses, após o transito em julgado, devendo o autor passar por reabilitação, nesse período. Condeno ainda a parte requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 10% (dez por cento) sobre sobre o montante das prestações vencidas até a data da sentença (art. 85, § 3º, CPC e Súmula 111, STJ). Interposto recurso de embargos de declaração, com efeito modificativo, intime-se a parte contrária para se manifestar no prazo legal. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0613238-90.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco

S/A - REQUERIDO: R. Mario de Freitas - ME - Rodrigo Mario de Freitas - Intime-se a parte interessada, para no prazo de 15 (quinze) dias, recolher as custas referentes às diligências requeridas (BACENJUD e RENAJUD), nos termos do item 9 da tabela III alusivo às despesas de processamento eletrônico, nos termos da Portaria 116/2017 da Presidência desta Corte, se não for a parte interessada beneficiaria da justiça gratuita total. No mesmo prazo, deverá a parte interessada juntar planilha atualizada de débitos. Após a juntada do comprovante de recolhimento de custas e da planilha de débitos atualizada, requisitem-se à autoridade supervisora do sistema bancário, por meio do Sistema Informatizado do Bacenjud, os caracteres necessários sobre a existência de ativos em nome da parte executada, na forma do art. 854, caput, do Digesto Processual Civil. Na hipótese de pesquisa positiva, no Bacenjud, intime-se a parte executada, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca do bloqueio, nos termos do art. 854, § 3º, CPC. Caso frustrado o bloqueio de valores, proceda-se a restrição no Renajud. Entretanto, caso positiva a pesquisa do Renajud, intime-se o executado, para manifestar-se, no prazo de 05 (cinco) dias, acerca da restrição, nos termos do art. 841, CPC. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: JONILSON MAIA PEREIRA (OAB 7871/AM), ADV: ELÍSIA HELENA DE MELO MARTINI (OAB 1853/RN), ADV: GLAUCO GOMES MADUREIRA (OAB 188483/SP), ADV: HENRIQUE JOSÉ PARADA SIMÃO (OAB 221386/SP), ADV: JOSÉ GOMES DE SOUZA (OAB 1143/AM) - Processo 0619402-03.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Financiamento de Produto - REQUERENTE: Valcelina de Oliveira Maia - REQUERIDO: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento Sa - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerido/Executado, para: Manifestar-se expressamente acerca da proposta de acordo formulada às fls.91.

ADV: SIGRID LIMA ARAÚJO (OAB 4574/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 685A/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB 392A/RN), ADV: GUALTER MORAES DOS REIS (OAB 8804/AM), ADV: ELISABETH DE AZEVEDO CABRAL CAVALCANTI (OAB 7302RN), ADV: DINAH AMAZONAS DE OLIVEIRA (OAB 4667/AM) - Processo 0624543-08.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: A.C.C.L. - REQUERIDO: I.U. - Ante o exposto e tudo mais que dos autos consta, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado por Antonio Carlos da Costa Lima contra Itau Unibanco S/A, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil, e consoante fundamentação supra, e, via de conseqüência, condeno a parte requerida ao pagamento de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), a título de indenização por danos morais, valor sobre o qual deverá incidir correção monetária, tomando-se por base o índice oficial adotado e juros de 1% a.m. (um por cento ao mês), na forma da legislação vigente, a partir do arbitramento (Súmula 362/STJ). Julgo improcedente o pedido de ressarcimento. Condeno ainda a parte requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 15% (quinze por cento) sobre o valor da condenação, nos termos do art. 85 do NCPC. Interposto recurso de embargos de declaração, com efeito modificativo, intime-se a parte contrária para se manifestar no prazo legal. Interposta apelação, intime-se a parte apelada para responder no prazo legal. Após, proceda-se com a remessa dos autos ao Tribunal. Após o cumprimento da obrigação e demais cautelas legais, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Manaus, 29 de agosto de 2019.

ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0626751-91.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Condominio Residencial Flex Tapajós - EXECUTADO: Emilson de Oliveira Araújo - Dirlene Soares Araújo - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente; para: (X) Proceder ao recolhimento das custas deferidas às fls.110, referente a pesquisa Bacenjud no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de arquivamento.

ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ) - Processo 0630511-53.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: JOSÉ ALVES DE MATOS FILHO - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Seguros DPVAT S.A - Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Intimem-se as partes para que, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestem-se acerca do interesse na produção de provas complementares e/ou ofereçam nos autos proposta de acordo. Após, voltem-me os autos conclusos. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: PANTHEV DA TRINDADE MACIEL (OAB 11053/AM), ADV: EDUARDO BONATES DE LIMA (OAB 5076/AM), ADV: DIVANILZA AMAZONAS DE MENEZES SILVA CHAVES (OAB 8771/AM), ADV: CARLOS DANIEL RANGEL BARRETTO SEGUNDO (OAB 5035/AM), ADV: VICTOR NEGRÃO REIS (OAB 12545/AM) - Processo 0633211-94.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0634309-17.2017.8.04.0001) - Imissão na Posse - Imissão - REQUERENTE: Tintão Tintas e Materiais de Construção Ltda. - REQUERIDO: Espolio de Francisco Messa da Silva - Márcio Machado Farias - Francisco das Chagas Dias Campos - JORGE LUIS DA COSTA - Joao Carlos Dias Campos - Edy Silva de Menezes - Maria de Fatima Araujo de Moraes - Nelcimar Pereira da Silva - Ângela Maria Lima da Mota - Designo audiência de conciliação, para o dia 21/10/2019 às 09:30 horas observando-se o lapso de trinta dias, nos termos do art. 334 do novo Código de Processo Civil. Intimem-se as partes e seus patronos, salientando que a recusa à realização da presente audiência deve ser expressa e com antecedência de dez dias. Ressalte-se na intimação das partes, que, a falta injustificada importará em ato atentatório à dignidade da Justiça, com a aplicação das multas cabíveis (Art. 334 e ss, Novo CPC). Ressalvo ainda, que a intimação das partes para a audiência será feita na pessoa de seus advogados, via diário eletrônico, uma vez que já possuem manifestação nos autos. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: EDUARDO SIMÕES PASSOS (OAB 4906/AM) - Processo 0634108-25.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Sheila Maria Lima dos Reis - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente; para: (X) Proceder ao recolhimento das custas deferidas às fls. 88, no prazo de 05 (cinco) dias sob pena de arquivamento.

ADV: MARLY GOMES CAPOTE (OAB 7067/AM) - Processo 0646466-51.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Subsídios - REQUERENTE: Ladi de Souza Freires - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Secretaria de Estado e Cultura - Ante o exposto e tudo mais que dos autos consta, JULGO EXTINTO O FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com fundamento nos artigos 320, 321 e 485, I, do Código de Processo Civil, e consoante fundamentação supra. Interposto recurso de embargos de declaração, com efeito modificativo, intime-se a parte contrária para se manifestar no prazo legal. Transitada em julgado esta sentença, sem manifestação das partes e tendo sido efetuado o pagamento das despesas devidas, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CÁSSIO FRANÇA VIEIRA (OAB 4409/AM), ADV: DANIEL FÁBIO JACOB NOGUEIRA (OAB 3136/AM), ADV: JORGE ANTÔNIO VERAS FILHO (OAB 5693/AM), ADV: NEY

BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM), ADV: THIAGO ALMEIDA REBELLO (OAB 12327/AM) - Processo 0712277-02.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Condomínio Morada dos Jardins Edifício Lírios - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de (X) Requerido/Executado;para: (X) Manifestar-se, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 1.023, § 2º do NCPC), sobre os embargos declaratórios opostos, nos termos do art. 1º, inciso XXIII, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ; ato contínuo; (X) intimação de (X) Requerente/Exequente; para: (X) Contrarrazoar, no prazo de 15 (quinze) dias o recurso de apelação juntado às fls.248/262, bem como o recorrente para responder no mesmo prazo, em caso de interposição de recurso de apelação na forma adesiva (arts. 997, § 2º e 1.010. §§ 1º e 2º, NCPC). Com o decurso do prazo, proceda-se a remessa dos autos, após as formalidade legais, ao TJAM, independentemente de juízo de admissibilidade, nos termos do art. 1º, inciso XXX, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ;

ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ)
Ana Beatriz da Silva Oliveira (OAB 9372/AM)
Ana Luisa Teles Farias (OAB 11720/AM)
Andreia Christina Risson Oliveira (OAB 257302/SP)
Angélica Ortiz Ribeiro (OAB 2847/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 1026A/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Camilla Fernanda Tufi Almeida (OAB 7024/AM)
Carlos Daniel Rangel Barretto Segundo (OAB 5035/AM)
Carolina Ribeiro Botelho (OAB 5963/AM)
Cássio França Vieira (OAB 4409/AM)
Christiano Pinheiro da Costa (OAB 3542/AM)
Cíntia Almeida Prado (OAB 12891/AM)
Claudenise Dias de Almeida (OAB 4245/AM)
Daniel Fábio Jacob Nogueira (OAB 3136/AM)
Dinah Amazonas de Oliveira (OAB 4667/AM)
Divanilza Amazonas de Menezes Silva Chaves (OAB 8771/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Eduardo Bonates de Lima (OAB 5076/AM)
Eduardo Simões Passos (OAB 4906/AM)
Elisabeth de Azevedo Cabral Cavalcanti (OAB 7302RN)
Elísia Helena de Melo Martini (OAB 1853/RN)
Eloi Pinto de Andrade (OAB 819/AM)
Eloi Pinto de Andrade & Filhos - Advogados (OAB 46/AM)
Eloi Pinto de Andrade Júnior (OAB 3840/AM)
Eugênio Figueiredo Pinto de Andrade (OAB 3424/AM)
Evandro Ezidro de Lima Régis (OAB 2498/AM)
Fabíola da Silva Gesta Caruso (OAB 4662/AM)
Germano Costa Andrade (OAB 2835/AM)
Glauco Gomes Madureira (OAB 188483/SP)
Gualter Moraes dos Reis (OAB 8804/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Henrique José Parada Simão (OAB 221386/SP)
Hugo Fábio Sampaio Telles de Souza (OAB 7153/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Jabson da Silva Céo (OAB 5803/AM)
Jinny Nice Brandão Bitar Farias (OAB 5321/AM)
João Roberto dos Anjos Filho (OAB 12389/AM)
Jonilson Maia Pereira (OAB 7871/AM)
Jorge Antônio Veras Filho (OAB 5693/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB 392A/RN)
José Gomes de Souza (OAB 1143/AM)
José Roberto Lopes Caúla (OAB 8151/AM)
Júnio Laureano de Souza Barbosa (OAB 12332/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 685A/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Liliane Cesar Corrêa (OAB 8393/AM)
Luís Felipe Mota Mendonça (OAB 2505/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Maria do Perpétuo Socorro Figueiredo de Andrade (OAB 6566/AM)
Marly Gomes Capote (OAB 7067/AM)
Michelle Fascini Xavier (OAB 860A/AM)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Panthev da Trindade Maciel (OAB 11053/AM)
Rachel Nadaf Papaléo (OAB 5585/AM)
Raphaela Batista de Oliveira (OAB 9169/AM)
Renato André da Costa Monte (OAB 4435/AM)
Rennalt Lessa de Freitas (OAB 8020/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Salim David Guimarães Felipe (OAB 13138/AM)
Sérgio Cunha Cavalcanti (SUSPENSÃO PREVENTIVA até 17/09/2019 - Ofício Circular 002/2019 - OAB/AM - TED) (OAB 4978/AM)
Sérgio Emerson Cordeiro Rabelo (OAB 9240/AM)
Sigrid Lima Araújo (OAB 4574/AM)
Tatiana Bentes de Souza (OAB 3285/AM)
Thiago Almeida Rebello (OAB 12327/AM)
Victor Crud Russo (OAB 14660/AM)
Victor Negrão Reis (OAB 12545/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Molina Porto (OAB 805A/AM)

5ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0225/2019

ADV: ADALBERTO CESAR DE CARVALHO (OAB 001.400/AM), ADV: RAFAEL CLEMENTINO PINTO DA SILVA (OAB 10269/AM), ADV: ANDRÉA DA SILVA GUEDES (OAB 10966/AM), ADV: MARCOS ANDRÉ PALHETA DA SILVA (OAB 3987/AM), ADV: PRISCILLA DE OLIVEIRA GOMES (OAB 8623/AM), ADV: BÁRBARA ANTUNES ANDRADE (OAB 10919/AM), ADV: JOSÉ FRANCISCO SANTOS SILVA (OAB 1993/AM) - Processo 0007947-29.1996.8.04.0012 (012.96.007947-0) - Cautelar Inominada - Tutela Provisória - REQUERENTE: Jose Hamilton Saraiva dos Santos - Raimundo Adalberto Cesar de Carvalho - REQUERIDO: Arca - Construcoes do Amazonas Ltda. - INTSSADO: RICARDO OLIVEIRA BATISTA e outro - “Em conformidade com o art. 1º, X, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo os advogados José Francisco Santos Silva, OAB/AM 1993 (fl. 117), Andréa da Silva Guedes, OAB/AM (fl. 279), Rafael Clementino Pinto da Silva, OAB/AM 10.269 (fl. 282/283) e Marcos André Palheta da Silva, OAB/AM 3.987 (fl. 293), para que apresentem instrumento de mandato, regularizando a representação processual, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena do contido no art. 76, §1º do CPC.”

ADV: ANDRESSA VERONIQUE PINTO GUSMAO (OAB 003.554/AM) - Processo 0011491-77.2004.8.04.0001 (001.04.011491-1) - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Ruth Gonçalves Pinto - Ante o exposto, declaro extinto por sentença o presente feito, nos termos do art. 485, VIII, CPC. Custas pelo requerente, das quais está isento diante da gratuidade da justiça que agora defiro. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Diante do pedido de desistência, que fulmina o interesse recursal, a presente sentença transita em julgado nesta data. Baixem-se e arquivem-se imediatamente. Cumpra-se.

ADV: MARIA ELIZABETH DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 1948E/AM), ADV: LUANN ARAUJO DE PAULA MENDES (OAB 13592/AM), ADV: OLÍVIA MOREIRA PEREIRA (OAB 12032/AM), ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM), ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM) - Processo 0040129-77.2010.8.04.0012 (012.10.040129-8) - Procedimento Comum Cível - REQUERENTE: Waltercilia Gomes da Silva

- Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: LUCIANO MOURA MACIEL (OAB 6744/AM), ADV: LEONCIO PAES DE CARVALHO (OAB 12809/AM), ADV: JOSÉ ARTUR POZZETTI (OAB 9707/AM) - Processo 0214399-16.2010.8.04.0001 (001.10.214399-5) - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Manuel Jhofre Ortiz Rodrigues - REQUERIDO: Claudemiro Alves Pinheiro - Claudio Alves Pinheiro - Dado o total abandono da causa, determino a extinção do processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, III, do CPC. Custas pelo autor, das quais está isento diante da gratuidade da justiça que agora defiro. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Transitada em julgado, baixem-se e arquivem-se imediatamente. Cumpra-se.

ADV: MAURÍCIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (OAB 91811/MG), ADV: MAURÍCIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (OAB 151056/AM) - Processo 0219665-47.2011.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Banco Itau S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse. Havendo interesse de pesquisa de nos sistemas Bacenjud e Renajud, deverá recolher as custas do ato levando em consideração a quantidade de pessoas e sistemas a serem consultados.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: CRISTIANE BENTES TEIXEIRA (OAB 5283/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM) - Processo 0246312-84.2008.8.04.0001 (001.08.246312-4) - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Manaus EnergiaS/A - De ordem, intimo a parte interessada para manifestar-se sobre o Aviso de Recebimento de fls. retro recebido por terceiro, no prazo de 5 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: JULIANA FARIAS RODRIGUES (OAB 3797/AM) - Processo 0248625-13.2011.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, intimo a parte interessada para manifestar-se sobre o Aviso de Recebimento de fls. retro recebido por terceiro, no prazo de 5 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 136118/SP), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 211648/SP), ADV: WILSON OLIVEIRA MELO JÚNIOR (OAB 3220/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM) - Processo 0249972-18.2010.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: Oezio Alves Burrego - Vistos etc. Trata-se de Ação de Busca e Apreensão proposta por Banco do Brasil S/A, em face de Oezio Alves Burrego, conforme os fatos e fundamento descritos na inicial. O requerido firmou contrato de financiamento para aquisição do bem automóvel descrito na inicial. Em garantia da dívida assumida, o requerido realizou alienação fiduciária do veículo ao autor, tornando-se alienante e depositário do bem. O réu, contudo, não cumpriu as obrigações avençadas, acarretando, consequentemente, o vencimento antecipado de toda a sua dívida, conforme prevê o art. 2º, §3º, do Decreto-Lei n. 911/69. Ante o inadimplemento, requereu o autor a concessão de medida liminar de busca e apreensão do veículo alienado fiduciariamente. Decisão à fl. 56 na qual, deferindo a liminar, determino a expedição de mandado de busca, apreensão e citação. Certidão do Oficial de Justiça, às fls. 64, informa que deixou de cumprir a busca e apreensão do bem, porém citou o requerido. Sem resposta do réu. O requerente solicitou a conversão da busca e apreensão em depósito, o que lhe foi deferido à fl. 85. Intimado da conversão, o requerido apresentou contestação, onde alega apenas não estar em posse do bem. Vieram a mim. Decido. A conversão da busca e apreensão em depósito foi autorizada pelo art. 4º, do DL 911/69, com redação dada pela Lei 6071/1974, em vigor à época da decisão de deferimento, portanto, ainda que o texto legal tenha sido revogado, permanecem os autos vinculados ao rito deferido. Devidamente citado na ação de busca e apreensão e posteriormente intimado da conversão em depósito, o requerido juntou contestação sem nada falar em sua defesa, de forma que decreto-lhe a revelia com todos os seus efeitos legais. Por outro lado, verifico que a documentação juntada com a inicial demonstra satisfatoriamente a pretensão autoral, comprovando a relação contratual, a inadimplência do requerido e a constituição legal da mora. Ora, o contrato de financiamento com alienação fiduciária, ao credor se transfere, em garantia, o domínio resolúvel e a posse indireta do veículo, enquanto o devedor, possuidor direto do bem, tem a obrigação de cumprir todos os encargos pactuados, sob pena de se consolidar a propriedade em favor do credor fiduciário. Assim, comprovada a inadimplência e a constituição legal da mora do requerido, bem como diante da posse indevida do bem nada obsta o deferimento dos pedidos de condenação do requerido a depositar o veículo descrito na inicial ou consignar seu equivalente em dinheiro. Por fim, não há falar em prisão civil do depositário infiel, conforme o art. 5º, LXVII, CRFB, o art. 7.7, do Pacto de São José da Costa Rica, e da Súmula Vinculante nº 25: "É ilícita a prisão civil de depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito." Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE a ação, extinguindo o feito, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I, CPC, para condenar o réu, como devedor fiduciário equiparado à depositário, a restituir ao autor: A) o veículo descrito na inicial, no prazo de 24 horas; ou B) o valor do bem atualizado, acrescido de juros moratórios de 1% ao mês, contados a partir da citação; Indefiro o pedido de prisão civil em caso de descumprimento. Condeno o réu, ainda, ao pagamento de custas, despesas processuais, bem como honorários advocatícios que fixo em 10% sobre o valor da condenação. Transitada em julgado, baixem-se e arquivem-se. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: RICARDO WAGNER DA COSTA MONTE (OAB 4436/AM), ADV: MARIA DE NAZARETH FARIAS DO NASCIMENTO (SUSPENSÃO PREVENTIVA ATÉ 07/09/2019 - OFÍCIO CIRCULAR 002/2019 - OAB/AM - TED) (OAB 3182/AM), ADV: SEVERINO RAMOS DA SILVA (OAB 2588/AM), ADV: MARCUS VALERIUS PINTO PINHEIRO DE MACEDO (OAB 2566/AM) - Processo 0253580-92.2008.8.04.0001 (001.08.253580-0) - Reintegração / Manutenção de Posse - Posse - REQUERENTE: Oriente Importação e Exportação Ltda - REQUERIDO: Khaled Ahmed Hauache - Compulsando os autos, verifico que as partes não foram intimadas do teor do termo de audiência de fls. 133. Dessa forma, intimo as partes interessadas para que tomem ciência do termo de audiência de fls. 133, cujo teor segue abaixo: "Aos 27/08/2019, nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na sala de Audiências do Juízo de Direito da 5ª Vara Cível, onde se encontrava presente o assistente judiciário Cliviane da Silva Pacheco. Aberta a audiência, Certifico a ausência das partes, motivo pelo qual, suspendo-a. Intimem-se as partes para, 15 (quinze) dias, indicarem a medida pretendida, sob pena de extinção. Nada mais havendo, encerro a presente. Eu, Cliviane da Silva Pacheco, Estagiário(a), o digitei."

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM) - Processo

0600066-52.2014.8.04.0001 (apensado ao processo 0609443-47.2014.8.04.0001) - Procedimento Comum Cível - Bancários - REQUERENTE: MAYKE PINHO FUZIEL - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0600680-23.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0605087-38.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM) - Processo 0606773-31.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consórcios Ltda - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: VÍTOR KIKUDA (OAB 199259/SP), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: MARCEL VAJSENBEK (OAB 267026SP), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: GUSTAVO AMATO PISSINI (OAB 899A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM) - Processo 0609443-47.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: MAYKE PINHO FUZIEL e outro - Dito isso, julgo parcialmente procedentes os pedidos formulados pelo autor no processo 0609443-47.2014 e extingo o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I, CPC, para: a) condenar somente a empresa ré ao pagamento do valor de R$-149.418,65 (cento e quarenta e nove mil, quatrocentos e dezoito reais e sessenta e cinco centavos), sobre o qual incidirão juros de 1% ao mês e correção monetária pela tabela TJAM, a contar do evento danoso; b) condenar somente a empresa ré ao pagamento de custas de sucumbência e honorários de advogado, estes fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, dos quais está temporariamente dispensado diante da justiça gratuita que ora defiro. Julgo procedentes os pedidos formulados pelo autor no processo 0600066-52.2014 e extingo o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I, CPC, para: a) declarar a inexistência do débito em relação ao autor, diante da demonstração de vício de consentimento; b) condenar o réu ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), quantia que considero equivalente e suficiente para reparar o dano sofrido pelo demandante e punir o demandado por sua conduta antijurídica. Sobre o valor incidirão correção monetária pela Tabela/TJAM e juros de mora de 1% a partir da publicação desta sentença, nos termos da Súmula 362 do STJ. c) condenar o réu ao pagamento de custas de sucumbência e honorários de advogado, estes fixados em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação, atendendo orientação do CPC, 85, § 2°. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Após o trânsito em julgado, baixem-se e arquivem-se.

ADV: GUILHERME FELIPE NASCIMENTO PESSOA (OAB 7574/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM) - Processo 0609959-67.2014.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0611756-39.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM) - Processo 0612042-80.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: FABRÍCIO PERROTTA DA SILVA (OAB 165909/RJ), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0613151-32.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Kennedy Faba dos Santos - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: GUSTAVO RODRIGO GÓES NICOLADELLI (OAB 1044A/AM), ADV: RODRIGO FRASSETTO GÓES (OAB 1084A/AM) - Processo 0614281-96.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Renova Securitizadora de Créditos Financeiros S/A - O exequente Banco Itaucard S/A foi intimado para emendar a inicial juntando documentos indispensáveis para propositura da ação, à fl. 19, pois os juntados aos autos estão ilegíveis. A emenda à inicial de fl. 20 padece do mesmo defeito, já que junta os mesmos documentos ilegíveis. Apresentada cessão de crédito e pedido de substituição do polo ativo às fls. 29-44. O juízo deferiu a substituição e determinou a juntada dos documentos faltantes, fl. 45, porém

não houve manifestação. Intimada pessoalmente, a sucessora processual também manteve-se inerte, fl. 51-56. Não atendido o comando do CPC 320 e 321, indefiro a inicial nos termos do art. 330, IV. Isto posto, extingo o processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, I, do Código de Processo Civil. Custas pelo autor. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Transitada em julgado, baixem-se e arquivem-se imediatamente. Cumpra-se.

ADV: RICARDO MORAES ALVIM (OAB 130710MG), ADV: ADRIANO CEZAR RIBEIRO (OAB 4848/AM), ADV: PETER MATEUS DE FARIAS RIBEIRO (OAB 11063/AM), ADV: RIBEIRO & FARIAS ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 597/AM) - Processo 0615063-06.2015.8.04.0001 (apensado ao processo 0251993-30.2011.8.04.0001) - Embargos à Execução - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - EMBARGANTE: JUCUNDINO OSVANILSON DE OLIVEIRA NOBRE - EMBARGADO: João André Nogueira da Silva - Dito dessa forma, e com fundamento no CPC, art. 487, I JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os presentes embargos à execução e extingo o processo com resolução de mérito. Prossiga a execução em seus ulteriores termos, pela quantia do débito, deduzida a parcela correspondente aos danos no imóvel, nos termos da fundamentação. Dada sucumbência maior do embargante, condeno este em custas e honorários de advogado, estes são elevados para 20% (vinte por cento) dos estipulados nos autos de execução, na forma do art. 827, §2º, CPC. Exigibilidade suspensa face a gratuidade da justiça. Translade-se cópia desta sentença aos autos de execução apensos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado, baixem-se e arquivem-se. Cumpra-se.

ADV: RENNALT LESSA DE FREITAS (OAB 8020/AM) - Processo 0615714-72.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - EXEQUENTE: RC RECEBÍVEIS LTDA - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ e uma vez que foram recolhidas custas de consultas ao sistemas eletrônicos, e não custas de mandado, intimo a parte interessada para que nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, complemente as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça necessárias à prática do ato processual e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069/AM), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM) - Processo 0616282-15.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS (OAB 7526/AM) - Processo 0616552-73.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Bancários - REQUERENTE: Kleiny da Silva Nascimento - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: TAYLISE CATARINA ROGÉRIO SEIXAS (OAB 182694/SP), ADV: BENEDICTO CELSO BENÍCIO JÚNIOR (OAB 131896/SP) - Processo 0617779-06.2015.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Cruzeiro do Sul S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ), ADV: SABRINA ARAÚJO DE ALMEIDA (OAB 10196/AM), ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM), ADV: RAMIRO SOTO ALVARADO (OAB 12436/AM) - Processo 0618820-37.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - AUTORA: Thais Ferreira Romão Oliveira - RÉU: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) autora(s) para que se manifeste(m) acerca da comprovação de pagamento fls. 174 e 175, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0618944-25.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: ÉLIO FRANCISCO DE CARVALHO (OAB 493/AM), ADV: RODOLFO MEIRA ROESSING (OAB 12719/PA) - Processo 0619946-64.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Rosana Feitosa de Almeida - REQUERIDO: Mitsui Sumitomo Seguros S/A - Dito desta forma, julgo improcedentes os pedidos formulados por Rosana Feitosa de Almeida, declarando a prescrição da pretensão autoral em favor da requerida Mitsui Sumitomo Seguros S/A e condenando a requerente a pagar custas processuais e honorários de advogado, estes arbitrados em 10% sobre o valor da causa, conforme art. 85, § 2º, do CPC, cuja exigibilidade está suspensa diante da gratuidade da justiça deferida, nos termos do CPC 98, §3º. Publique-se. Registre-se e intimem-se. Após o trânsito em julgado, cumprido o comando dispositivo desta sentença, baixem-se e arquivem-se. Cumpra-se.

ADV: ALANA MAGALHÃES SANTANA (OAB 12335/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0620173-44.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Mario Jose Aires dos Santos - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: MOISÉS CAVALCANTI GOUVÊA DE OLIVEIRA (OAB 5912/AM), ADV: ALAN SAMPAIO CAMPOS (OAB 341543/SP), ADV: CARLOS EDUARDO CAVALCANTE RAMOS (OAB 53182/DF), ADV: JOSÉ DE JESUS GOUVÊA OLIVEIRA JÚNIOR (OAB 10793/AM), ADV: MARIA AUXILIADORA CAVALCANTI GOUVÊA DE OLIVEIRA (OAB 6102/AM), ADV: NATHALIA PEREIRA LEITE VILELA TEIXEIRA (OAB 167006/RJ) - Processo 0621100-44.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Joaquim da Silva Tundis - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: GIULO ALVARENGA REALE (OAB 1006/AM), ADV: GIULIO ALVARENGA REALE (OAB 65628/MG), ADV: CÍNTIA REGINA DORNELAS MARTINS PEREIRA (OAB 192973/SP), ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0621298-57.2013.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Itapeva VII

Multicarteira Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0621746-59.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM) - Processo 0621860-95.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: LUIZ FELIPE VILHENA RODRIGUES (OAB 10418/AM), ADV: EULER VILAÇA BATISTA BORGES (OAB 2428/AM), ADV: ENY BITTENCOURT (OAB 29442/BA) - Processo 0623688-87.2019.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Carla Rejane Alves Dinelly - REQUERIDO: Credicard - Banco Itaúcard S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: REGINALDO SOUZA DE OLIVEIRA (OAB 8310/AM), ADV: ALFRÂNIA BALBINO DE OLIVEIRA (OAB 9319/AM) - Processo 0623869-30.2015.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Lilian Meire Soares de Freitas - ME - Dado o total abandono da causa, determino a extinção do processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, III, do CPC. Custas pelo autor, das quais está isento diante da gratuidade da justiça que agora defiro. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Transitada em julgado, baixem-se e arquivem-se imediatamente. Cumpra-se.

ADV: PAULO SÉRGIO GUIMARÃES DE OLIVEIRA (OAB 8196/AM), ADV: PAULO FELIPE SANTOS MAGALHÃES (OAB 11367/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: PAULO ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA ARRUDA (OAB 8766/AM) - Processo 0625470-32.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Yasufuku Polímeros do Brasil Ltda - REQUERIDO: Claro S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: ALINE CINTRÃO FERREIRA (OAB 9275/AM), ADV: MARIA ROSIANE DE BRITO ANDRADE (OAB 7628/AM) - Processo 0625684-96.2014.8.04.0001 - Interdito Proibitório - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Maria Adamandia Nadler Theocharopoulos - REQUERIDO: José Auirio Olinto - Em conformidade com o art. 1º, X, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerida, pessoalmente, para que regularize sua representação processual, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena do contido no art. 76, §1º do CPC. Havendo necessidade de se expedir carta com aviso de recebimento, informo que as custas postais deverão ser pagas pela parte sucumbente ao final do processo.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM) - Processo 0626094-91.2013.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: MÁRCIO ARDUÍNO (OAB 3364/AM), ADV: ANDERSON LINCOLN VITAL DA SILVA (OAB 8525/AM) - Processo 0627291-81.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Francisco da Silva Vieira - REQUERIDO: Augusto Wilson Carneiro Cabral - Assim, diante da impossibilidade de se estabelecer um nexo causal entre a conduta do réu e os danos sofridos pelo autor, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos formulados pelo requerente e extingo o processo, com julgamento do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Condeno o autor ao pagamento das custas e honorários sucumbenciais, estes arbitrados em 10% (dez por cento) do valor da causa, dos quais está temporariamente dispensado em razão da gratuidade da justiça deferida, na forma do art. 98, §3º, CPC. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Após o trânsito em julgado, baixem-se e arquivem-se.

ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: CAROLINA FARIAS DE BARROS (OAB 8005/AM), ADV: VICTÓRIA GUIMARÃES DE MELO CARDOSO (OAB 14813/AM), ADV: ELISA PINTO GOMES (OAB 9767/AM), ADV: SÉRGIO SAHDO MEIRELES JÚNIOR (OAB 13241/AM), ADV: LUÍS FERNANDO DE ALMEIDA LORENZONI (OAB 8948/AM) - Processo 0629485-44.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Carlos Alberto Brito da Silva - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: JONATHAS LOPES ROCHA (OAB 10909/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE (OAB 819/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE & FILHOS - ADVOGADOS (OAB 46/AM) - Processo 0630556-81.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Planos de Saúde - REQUERENTE: Paula Priscila Rocha Gil - REQUERIDO: Bradesco Saúde S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: VINÍCIUS MARTINS DUTRA (OAB 69677/RS) - Processo 0630687-61.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Mútuo - EXEQUENTE: FUNDAÇÃO DE CRÉDITO EDUCATIVO - FUNDACRED - Isto posto, determino a extinção do processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV, do Código de Processo Civil. Custas pelo autor, das quais está temporariamente dispensado, diante da justiça gratuita que a partir de agora defiro. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Transitado em julgado, baixem-se e arquivem-se.

ADV: RENNALT LESSA DE FREITAS (OAB 8020/AM), ADV: RUY MIRAGLIA DA SILVEIRA (OAB 46428/SP), ADV: ARIANE ANDRADE DA SILVA (OAB 10809/AM) - Processo 0631241-64.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compra e Venda - REQUERENTE: PORTAL DISTRIBUIDORA DE EMBALAGENS DA AMAZONIA LTDA - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ e uma vez que as custas recolhidas dizem respeito aos sistemas eletrônicos, e não de custas de mandado, intimo a parte interessada para que nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares

do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, complemente as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça necessárias à prática do ato processual e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0633139-49.2013.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: JÉSSICA FERREIRA BOTELHO (OAB 6826/AM), ADV: ALBERT DOS SANTOS MOTHE (OAB 166839/RJ), ADV: ANTÔNIO ROQUE DE ALBUQUERQUE JÚNIOR (OAB 22463/CE) - Processo 0633142-62.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Garrido e Guzman Comercial de Acessórios Ltda - EXECUTADO: Orum Comércio Ltda Me - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0633512-80.2013.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: WINSTON DE ARAÚJO TEIXEIRA (OAB 1295A/AM) - Processo 0633533-85.2015.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Antônio Marcos Santana Silva - Compulsando os autos, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que tome(m) ciência do(a) decisão/despacho de fls. 96, cujo teor segue abaixo: "Não havendo qualquer manifestação, intime-se o autor para indicar a medida pretendida"

ADV: JÉSSICA CAVALHEIRO MUNIZ (OAB 107401/RS), ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM), ADV: LÍDIA MAURA LOPES DA COSTA (OAB 6399/AM) - Processo 0634131-97.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Sebastião de Paula Moda - REQUERIDO: Associação Nacional de Aposentados e Pensionistas da Previdência Social - Anapps - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0634784-07.2016.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: RAIMUNDO PAIVA DE SOUZA (OAB 2839/AM), ADV: ELI MARQUES CAVALCANTE JÚNIOR (OAB 2881/AM) - Processo 0635027-82.2015.8.04.0001 - Despejo - Despejo para Uso Próprio - EXEQUENTE: ESPOLIO MANOEL GARRIDO/SIMONE MARIA DE CARVALHO GARRIDO E OUTRA - EXECUTADO: Fideste Com. e Rep. de Prod. Alim. LTDA./O Francês Indústria e Comércio Ltda. - Dito desta forma, conheço dos declaratórios interpostos e, no mérito, DOU-LHES PROVIMENTO, para que a fundamentação da sentença guerreada ostente os termos apontados nesta decisão, devendo constar do dispositivo a seguinte redação: "JULGO IMPROCEDENTE a exceção oposta pela executada, e considerando que a fase de cumprimento de sentença se processa nos mesmos autos dos principais, EXTINGO o presente com baixa definitiva, determinando o translado das peças para os autos principais; Sem honorários, vez que a execução ainda continuará. Publique-se. Registre-se Intimem-se. Após o trânsito em julgado, baixem-se e arquivem-se. Cumpra-se." Determino à secretaria o translado de todas as peças aos autos principais, bem como a juntada da sentença encontrada no sistema SAJ, acompanhada dos respectivos embargos declaratórios para que instrua o cumprimento de sentença, a ser processado nos autos principais (0308263-50.2006.8.04.0001). Ultime na distribuição estes autos, porquanto indevidamente inaugurados. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0635303-74.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Deyvison Bruno Reis - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 18/09/2019, a partir das 08:30 hs., no endereço abaixo indicado.4 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.5- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo.Dr. Flaviano Bivaqua de Araújo Junior, CRM/AM-4335, CPF:613.382.572-34,na ONCLOCIN, sito a Av. Castelo Branco , 1779, Cachoeirinha, nesta cidade.

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0639809-64.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Assim, julgo inteiramente procedente o pedido formulado pelo autor, confirmando a liminar concedida e extinguindo o processo com resolução do mérito, nos moldes do CPC, 487, I. Custas e honorários, que arbitro em 10%, pelo requerido, dos quais está isento diante da justiça gratuita que agora defiro. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Transitada em julgado, baixem-se e arquivem-se.

ADV: LIDIANE DA COSTA BATISTA (OAB 7492/AM) - Processo 0641598-35.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: Pátio Sertório Shopping Ltda - Isto posto, e uma vez já homologado por este juízo, extingo o processo com julgamento do mérito, nos termos do art. 487, III, "b", do CPC. Sem custas, diante do CPC, art. 90, §3º. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Transitada em julgado nesta data, diante da falta de interesse das partes em recorrer, arquivem-se os autos e dê-se baixa na distribuição, imediatamente. Cumpra-se.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0641683-84.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0643265-51.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, complemente as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça necessárias à prática do ato processual e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: PRYSCILA DUARTE NUNES (OAB 9068/AM), ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE), ADV: CHARDSON DE SOUZA MORAES (OAB 828/RR) - Processo 0644947-75.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0642475-04.2018.8.04.0001) - Procedimento Comum Cível - Pagamento em Consignação - REQUERENTE: Maria Cilene Correa Pereira Me - REQUERIDO: Banco J. Safra S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: RODRIGO MEDEIROS LÓCIO (OAB 39972/PE), ADV: LIA DE SOUZA FARIA (OAB 10211/AM), ADV: JOÃO EURICO BRASILEIRO DE SOUZA FARIA (OAB 8312/AM) - Processo 0652189-85.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Romildo Vieira da Silva - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e outro - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do ofício recebido, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE) - Processo 0653109-59.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Itaú Unibanco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: KASSER JORGE CHAMY DIB (OAB 5551/AM), ADV: ANTÔNIO HILTON GOMES PINHEIRO (OAB 7592/AM), ADV: LEONARDO SOARES VASCONCELOS (OAB 9859/AM) - Processo 0655652-35.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0616739-23.2014.8.04.0001) - Embargos à Execução - Penhora / Depósito/ Avaliação - EMBARGANTE: João José Lima de Carvalho - EMBARGADO: Manoel Claudino Ferreira da Silva - Dito desta forma, e por verificar que a requerente não atendeu a requisito imprescindível à propositura da ação, qual seja, interesse de agir, reputo ausente pressuposto de constituição e de desenvolvimento válido do processo, razão pela qual EXTINGO o feito, sem exame do mérito, com fundamento no CPC, art. 485, VI. Custas e honorários advocatícios pela requerente/embargante, estes arbitrados em 20% sobre o valor da causa, nos termos do art. 85, §2º do CPC, cuja exigibilidade fica suspensa, face a gratuidade da justiça. JULGO PROCEDENTE a ação de despejo por falta de pagamento c/c cobrança das parcelas vencidas e não pagas, na forma do CPC, art. 487, I, condenando o requerido ao pagamento das parcelas vencidas e acessórios da locação e daqueles que se venceram no curso da lide até a efetiva desocupação do imóvel. Custas e honorários advocatícios pelos requeridos, estes arbitrados em 20% sobre o valor da causa, nos termos do art. 85, §2º do CPC, cuja exigibilidade fica suspensa, face a gratuidade da justiça. Rejeito a impugnação aviada pelo executado para determinar a continuidade da execução sobre penhora e avaliação do imóvel. Expeça-se mandado de penhora e avaliação do imóvel sob matrícula nº 40.518, registrado no cartório de registro de imóveis do 4º Ofício desta comarca de Manaus/AM, endereço constante à fl. 116 dos autos de cumprimento de sentença. Apresente o exequente o memorial descritivo do débito com a elaboração da planilha de cálculos atualizados, no prazo de 15 (quinze) dias. Reproduza-se esta sentença nos autos de cumprimento de sentença nº 0616739-23.2014.8.04.0001. Após o trânsito em julgado, baixem-se e arquivem-se. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MAURÍCIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (OAB 151056S/RJ), ADV: MAURÍCIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (OAB 91811/MG) - Processo 0705606-60.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Itaú Unibanco - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse. Havendo interesse na realização de pesquisas nos sistemas Bacenjud e Renajud, recolher as custas dos atos levando em consideração a quantidade de pessoas e sistemas a serem consultados.

ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM) - Processo 0709966-38.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - EXEQUENTE: Real Bebidas da Amazonia ltda - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM) - Processo 0711424-90.2012.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0713743-31.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

Adalberto Cesar de Carvalho (OAB 001.400/AM)
Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
Adriano Cezar Ribeiro (OAB 4848/AM)
Alan Sampaio Campos (OAB 341543/SP)
Alana Magalhães Santana (OAB 12335/AM)
Albert dos Santos Mothe (OAB 166839/RJ)
Alfrânia Balbino de Oliveira (OAB 9319/AM)

Aline Cintrão Ferreira (OAB 9275/AM)
Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB 831A/AM)
ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ)
Anderson Lincoln Vital da Silva (OAB 8525/AM)
Andréa da Silva Guedes (OAB 10966/AM)
Andressa Veronique Pinto Gusmao (OAB 003.554/AM)
Andrey Augusto Bentes Ramos (OAB 7526/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio Hilton Gomes Pinheiro (OAB 7592/AM)
Antônio Roque de Albuquerque Júnior (OAB 22463/CE)
Ariane Andrade da Silva (OAB 10809/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Bárbara Antunes Andrade (OAB 10919/AM)
Benedicto Celso Benício Júnior (OAB 131896/SP)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Carlos Eduardo Cavalcante Ramos (OAB 53182/DF)
Carolina Farias de Barros (OAB 8005/AM)
Chardson de Souza Moraes (OAB 828/RR)
Cíntia Regina Dornelas Martins Pereira (OAB 192973/SP)
Cristiane Bentes Teixeira (OAB 5283/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Eli Marques Cavalcante Júnior (OAB 2881/AM)
Élio Francisco de Carvalho (OAB 493/AM)
Elisa Pinto Gomes (OAB 9767/AM)
Eloi Pinto de Andrade (OAB 819/AM)
Eloi Pinto de Andrade & Filhos - Advogados (OAB 46/AM)
Eny Bittencourt (OAB 29442/BA)
Euler Vilaça Batista Borges (OAB 2428/AM)
Fábio Nogueira Corrêa (OAB 5674/AM)
Fabrício Perrotta da Silva (OAB 165909/RJ)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Giulio Alvarenga Reale (OAB 65628/MG)
Giulo Alvarenga Reale (OAB 1006/AM)
Guilherme Felipe Nascimento Pessoa (OAB 7574/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Amato Pissini (OAB 899A/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB 1065A/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Gustavo Rodrigo Góes Nicoladelli (OAB 1044A/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069/AM)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
Jéssica Cavalheiro Muniz (OAB 107401/RS)
Jéssica Ferreira Botelho (OAB 6826/AM)
João Eurico Brasileiro de Souza Faria (OAB 8312/AM)
Jonathas Lopes Rocha (OAB 10909/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Artur Pozzetti (OAB 9707/AM)
José de Jesus Gouvêa Oliveira Júnior (OAB 10793/AM)
José Francisco Santos Silva (OAB 1993/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
Juliana Farias Rodrigues (OAB 3797/AM)
Kasser Jorge Chamy Dib (OAB 5551/AM)
Leonardo Soares Vasconcelos (OAB 9859/AM)
Leoncio Paes de Carvalho (OAB 12809/AM)
Lia de Souza Faria (OAB 10211/AM)
Lídia Maura Lopes da Costa (OAB 6399/AM)
Lidiane da Costa Batista (OAB 7492/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Ligia de Souza Frias (OAB A1074AM)
Luann Araujo de Paula Mendes (OAB 13592/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luciano Moura Maciel (OAB 6744/AM)
Luís Fernando de Almeida Lorenzoni (OAB 8948/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 104147/MG)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Felipe Vilhena Rodrigues (OAB 10418/AM)
marcel vajsenbek (OAB 267026SP)
Márcio Arduíno (OAB 3364/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marcos André Palheta da Silva (OAB 3987/AM)
Marcus Valerius Pinto Pinheiro de Macedo (OAB 2566/AM)
Maria Auxiliadora Cavalcanti Gouvêa de Oliveira (OAB 6102/AM)
Maria de Nazareth Farias do Nascimento (SUSPENSÃO PREVENTIVA até 07/09/2019 - Ofício Circular 002/2019 - OAB/AM - TED) (OAB 3182/AM)
Maria Elizabeth dos Santos Oliveira (OAB 1948E/AM)
Maria Rosiane de Brito Andrade (OAB 7628/AM)
Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB 151056/AM)
Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB 151056S/RJ)
Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB 91811/MG)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Moisés Cavalcanti Gouvêa de Oliveira (OAB 5912/AM)
Nathalia Pereira Leite Vilela Teixeira (OAB 167006/RJ)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 136118/SP)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Olívia Moreira Pereira (OAB 12032/AM)
Paulo Alberto Rodrigues de Oliveira Arruda (OAB 8766/AM)
Paulo Felipe Santos Magalhães (OAB 11367/AM)
Paulo Sérgio Guimarães de Oliveira (OAB 8196/AM)
Peter Mateus de Farias Ribeiro (OAB 11063/AM)
Priscila Lima Monteiro (OAB 5901/AM)
Priscilla de Oliveira Gomes (OAB 8623/AM)
Pryscila Duarte Nunes (OAB 9068/AM)
Rafael Clementino Pinto da Silva (OAB 10269/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 211648/SP)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Raimundo Paiva de Souza (OAB 2839/AM)
Ramiro Soto Alvarado (OAB 12436/AM)
Reginaldo Souza de Oliveira (OAB 8310/AM)
Rennalt Lessa de Freitas (OAB 8020/AM)
Ribeiro & Farias Advogados Associados (OAB 597/AM)
RICARDO MORAES ALVIM (OAB 130710MG)
Ricardo Wagner da Costa Monte (OAB 4436/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Rodolfo Meira Roessing (OAB 12719/PA)
Rodrigo Frassetto Góes (OAB 1084A/AM)
Rodrigo Medeiros Lócio (OAB 39972/PE)
Ruy Miraglia da Silveira (OAB 46428/SP)
Sabrina Araújo de Almeida (OAB 10196/AM)
Sérgio Sahdo Meireles Júnior (OAB 13241/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Severino Ramos da Silva (OAB 2588/AM)
Taylise Catarina Rogério Seixas (OAB 182694/SP)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB 3696/AM)
Victória Guimarães de Melo Cardoso (OAB 14813/AM)
Vinícius Martins Dutra (OAB 69677/RS)
Vítor Kikuda (OAB 199259/SP)
Wilson Oliveira Melo Júnior (OAB 3220/AM)
Winston de Araújo Teixeira (OAB 1295A/AM)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0226/2019

]

ADV: ERIK LORENZZO MARINHO DA SILVA (OAB 4944/AM), ADV: GUSTAVO AMATO PISSINI (OAB 261030/SP) - Processo 0215794-09.2011.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Juracy Almeida do Nascimento - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Assim, julgo PROCEDENTES os pedidos formulados pela autora e extingo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, CPC, para: a) determinar que o réu limite os descontos a 30% (trinta por centos) dos vencimentos líquidos da autora, confirmando a liminar concedida; b) condenar o réu ao pagamento de custas de sucumbência e honorários de advogado, estes fixados em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação, atendendo orientação do CPC, 85, § 2°. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Após o trânsito em julgado, baixem-se e arquivem-se.

ADV: MARCOS ANTÔNIO VASCONCELOS (OAB 5794/AM), ADV: FRANK FIGUEIREDO CÉSAR (OAB 6560/AM), ADV: ERNANI FIGUEIREDO DANTAS (OAB 2281/AM), ADV: ADRIANO DE OLIVEIRA LEITE (OAB 4609/AM) - Processo 0222659-53.2008.8.04.0001 (001.08.222659-9) - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Super Car Locadora de Veíc ulos LTDA - REQUERIDO: Sidneyri Olimpio Castelo Branco e outro - Assim, diante da impossibilidade de se estabelecer o nexo causal entre a conduta dos réus e os danos sofridos pela autora, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos formulados pela requerente e extingo o processo, com julgamento do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Condeno a autora ao pagamento das custas e honorários sucumbenciais, estes arbitrados em 10% (dez por cento) do valor da causa, dos quais está temporariamente dispensada em razão da gratuidade da justiça que ora defiro. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Após o trânsito em julgado, baixem-se e arquivem-se.

ADV: LEONARDO FRANCISCO ALIEVI (OAB 14919/PA), ADV: CLÁUDIA MORAES NADAF DA COSTA VAL (OAB 2523/AM), ADV: SEILANI ALMENDROS (OAB 3630/AM), ADV: DÉBORA PUREZA COTTA BISINOTO (OAB 2678/AM), ADV: ENYSSON ALCÂNTARA BARROSO (OAB 5097/AM), ADV: CAMILLA RUBIN MATOS (OAB 9504/PA), ADV: HELIANA MARIA ROCHA MARTINS (OAB 9175/PA) - Processo 0225199-74.2008.8.04.0001 (apensado ao processo 0002435-83.2005.8.04.0001) (001.08.225199-2) - Embargos à Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - EMBARGANTE: Mil Madereira Itacoatiara - EMBARGADO: Rio Claro Trust de Recebiveis S/A - Vistos etc. Apesar de renovado o prazo para que a parte manifeste o interesse no feito, conforme decisão de fl. 91, quedou-se inerte mais uma vez, como demonstra a certidão de decurso de prazo à fl. 93. Assim, diante da contumácia da parte extingo o processo sem resolução do mérito, na forma do CPC, art. 485 III. Custas e honorários de advogado pela parte embargante, estes fixo em 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa, na forma do art. 85, §2º, CPC, cuja exigibilidade fica suspensa face a gratuidade da justiça. Prossiga a execução nos seus ulteriores termos. Reproduza-se esta sentença nos autos de execução. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CÍCERO JOSÉ MONTEIRO CARVALHO (OAB 5393/AM), ADV: ISANA SILVA GUEDES (OAB 12679/PA), ADV: MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO (OAB 700A/AM) - Processo 0232526-65.2011.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigações - REQUERENTE: Sinval Benedito Rodrigues - REQUERIDO: Banco Volkswagen S/A - Assim, diante da completa ausência de provas do dano e do nexo de causalidade com a conduta do réu, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos formulados pelo autor, revogo a liminar concedida e extingo o processo, com julgamento do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Condeno o autor ao pagamento das custas e honorários sucumbenciais, estes arbitrados em 10% (dez por cento) do valor da causa, dos quais está temporariamente dispensado em razão da gratuidade da justiça deferida, na forma do art. 98, §3º, CPC. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Após o trânsito em julgado, baixem-se e arquivem-se.

ADV: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (OAB 5546/RO), ADV: RENAN BARBOSA DE AZEVEDO (OAB 23112/CE) - Processo 0603544-68.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: JEFFERSON VANZELER MARTINS - REQUERIDO: BV FINANCEIRA SA- CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - Dito isso, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos formulados pelo autor e declaro extinto o processo com julgamento do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC, para: a) declarar a legalidade da capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano prevista no contrato revisado, conforme REsp. nº 973.827/RS, bem como as Súmulas 539 e 541 do STJ; b) afastar a tese de adimplemento substancial por restar quantia considerável pendente de pagamento; c) condenar o autor ao pagamento das custas e honorários advocatícios, estes fixados em 10% (dez por cento) do valor da causa, dos quais está temporariamente dispensando diante da justiça gratuita deferida. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Após o trânsito em julgado, baixem-se e arquivem-se.

ADV: ALYNE COELHO OLIVEIRA (OAB 844A/AM), ADV: MARCOS ANTÔNIO DE LUNA (OAB 10880/AM), ADV: ANDREIA FARIAS DE BARROS (OAB 10773/AM), ADV: FERNANDO CÉSAR LIMA FERREIRA DE OLIVEIRA (OAB 843A/AM) - Processo 0646715-36.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0615334-78.2016.8.04.0001) - Embargos à Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - EMBARGANTE: Maria Amelia Vanderlei Dantas - EMBARGADO: Condomínio Parque Residencial Itapuranga III - Dito dessa maneira, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos contidos nos embargos à execução para o fim de extinguir o processo com resolução do mérito na forma do CPC, art. 487, I. Prossiga a execução em seus ulteriores termos com a elaboração de planilha de cálculo do débito e a exclusão das parcelas prescritas sobre o débito, com incidência das parcelas vencidas no curso da ação e aplicação de juros e encargos contratuais a contar da mora. Condeno a parte embargante em custas e majoração dos honorários originalmente fixados nos autos de execução para 20% sobre o valor atualizado do débito, na forma do CPC, art. 827, §2º, cuja exigibilidade fica suspensa face a gratuidade da justiça. Translade-se cópia desta decisão aos autos de execução. Publique-se. Registre-se e intimem-se. Após o trânsito em julgado, baixem-se e arquivem-se. Cumpra-se.

Adriano de Oliveira Leite (OAB 4609/AM)
Alyne Coelho Oliveira (OAB 844A/AM)
Andreia Farias de Barros (OAB 10773/AM)
Camilla Rubin Matos (OAB 9504/PA)
Cícero José Monteiro Carvalho (OAB 5393/AM)
Cláudia Moraes Nadaf da Costa Val (OAB 2523/AM)
Débora Pureza Cotta Bisinoto (OAB 2678/AM)
Enysson Alcântara Barroso (OAB 5097/AM)
Erik Lorenzzo Marinho da Silva (OAB 4944/AM)
Ernani Figueiredo Dantas (OAB 2281/AM)
Fernando César Lima Ferreira de Oliveira (OAB 843A/AM)
Frank Figueiredo César (OAB 6560/AM)
Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB 5546/RO)
Gustavo Amato Pissini (OAB 261030/SP)
Heliana Maria Rocha Martins (OAB 9175/PA)
Isana Silva Guedes (OAB 12679/PA)
Leonardo Francisco Alievi (OAB 14919/PA)
Manoel Archanjo Dama Filho (OAB 700A/AM)
Marcos Antônio de Luna (OAB 10880/AM)
Marcos Antônio Vasconcelos (OAB 5794/AM)
Renan Barbosa de Azevedo (OAB 23112/CE)
Seilani Almendros (OAB 3630/AM)

6ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0334/2019

ADV: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO (OAB 89774/SP), ADV: FLÁVIO NEVES COSTA (OAB 153447/SP) - Processo 0201158-38.2011.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Banco Santander Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. .

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0261518-70.2010.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0602329-81.2019.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Maria Isabel Pereira dos Santos - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para que se manifeste acerca da Petição de fls. 97/98, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0602695-28.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com a Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) autora(s) para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se acerca da carta recebida por terceiro, indicando as providências cabíveis e, em caso de novo pedido de citação por carta/mandado, recolher as custas pertinentes.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0602980-55.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Maria Ferreira Lima - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0603033-36.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Terezinha Pinto de Souza - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0607746-20.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Francisco da Costa Ribeiro - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0607845-24.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: CARLA CRISTINA LOPES SCORTECCI (OAB 248970/SP) - Processo 0608139-08.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Itaú Unibanco S/A - REQUERIDO: Paulo Alécio Maciel de Oliveira - Compulsando os autos, verifico que o endereço indicado para cumprimento da diligência do oficial de justiça pertence à comarca diversa. Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para informar se há interesse na expedição de Carta Pretória ou indicar endereço pertencente a esta comarca, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: HUDSON JOSÉ RIBEIRO (OAB 150060/SP), ADV: PASQUALI PARISE E GASPARINI JÚNIOR (OAB 4752/SP) - Processo 0608780-98.2014.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Omni S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: JONILSON MAIA PEREIRA (OAB 7871/AM), ADV: GUNTHER AQUILES MARQUES PAZ (OAB 7296/AM), ADV: FLÁVIO JOSÉ DOS SANTOS MARQUES (OAB 1608/AM) - Processo 0610607-13.2015.8.04.0001 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: CTA - Cleiton Táxi Aéreo Ltda. - REQUERIDO: Jesus Alves dos Santos e outros - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca da Contraproposta de acordo de fls. 120/121, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 1164A/AM), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM) - Processo 0611341-90.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. .

ADV: SARA RAFAELLA JORGE ARAÚJO (OAB 11776/AM), ADV: ROSANE ROMERO RAVAZI (OAB 8063/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA

MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0623956-44.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Sandro Alex de Carvalho Lima - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerida para, no prazo de 15 dias, na forma do § 1º do artigo 437 do CPC, manifestar-se sobre os documentos juntados.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0628568-30.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: F. G. Comércio de Madeiras Ltda. - ME - Glalbiany Aparecida Serrou Reginatto - Fernando Wagner Rodrigues da Silva - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM) - Processo 0630762-95.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. .

ADV: MARIA DE CÁSSIA RABELO DE SOUZA (OAB 2736/AM) - Processo 0631954-63.2019.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Despejo para Uso Próprio - REQUERENTE: Eudo de Lima Assis Júnior - REQUERIDO: Amri Gomes Ferreira - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351, do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0632872-43.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0633576-22.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Ede Carlos Galvão de Oliveira - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: DANIEL NUNES ROMERO (OAB 168016/SP), ADV: ARIOSMAR NERIS (OAB 232751/SP) - Processo 0636616-46.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Renova Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. .

ADV: CARLOS EDUARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 150926/SP) - Processo 0638875-14.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Maccaferri do Brasil Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: EMERSON LUIZ MENEZES DE ARAUJO (OAB 12151/AM), ADV: PAULO EDUARDO BENJAMIM VIANA (OAB 30291/CE), ADV: MARCELO HENRIQUE CARVALHO DOS SANTOS (OAB 9848/AM) - Processo 0639626-30.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Evanilson Pereira Lima - EXECUTADO: Vivaldo Leitão Limeira dos Anjos - Irene da Silva Santos - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o Exequente para que se manifeste acerca da Petição de fls. 120/122, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: CLÁUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI (OAB 1117A/AM) - Processo 0640163-21.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0641560-18.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Homologo a desistência do feito para fins do artigo 200, parágrafo único do Código de Processo Civil. Em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Custas pagas. Proceda-se à baixa.

ADV: LUCIANA MORAIS AVELAR (OAB 633A/AM) - Processo 0645293-89.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Condomínio Mais Passeio do Mindu - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 12/11/2019 às 11:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 30 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: ADSON PINHO PINTO (OAB 5850/AM) - Processo 0646014-41.2019.8.04.0001 - Monitória - Duplicata - REQUERENTE: Bioqualy Comércio de Produtos Hospitalares Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. .

ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0660283-22.2018.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: Condomínio

Residencial Jardim Paradiso Anturio - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM) - Processo 0706190-30.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: H. C. Pneus S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

Acácio Fernandes Roboredo (OAB 89774/SP)
Adson Pinho Pinto (OAB 5850/AM)
Ariosmar Neris (OAB 232751/SP)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Carla Cristina Lopes Scortecci (OAB 248970/SP)
Carlos Eduardo Rodrigues de Oliveira (OAB 150926/SP)
Cláudio Kazuyoshi Kawasaki (OAB 1117A/AM)
Daniel Nunes Romero (OAB 168016/SP)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Emerson Luiz Menezes de Araujo (OAB 12151/AM)
Flávio José dos Santos Marques (OAB 1608/AM)
Flávio Neves Costa (OAB 153447/SP)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gunther Aquiles Marques Paz (OAB 7296/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Hudson José Ribeiro (OAB 150060/SP)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Jonilson Maia Pereira (OAB 7871/AM)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
Luciana Morais Avelar (OAB 633A/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Marcelo Henrique Carvalho dos Santos (OAB 9848/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Maria de Cássia Rabelo de Souza (OAB 2736/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Pasquali Parise e Gasparini Júnior (OAB 4752/SP)
Paulo Eduardo Benjamim Viana (OAB 30291/CE)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 1164A/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Roberto Venesia (OAB 1067A/AM)
Rosane Romero Ravazi (OAB 8063/AM)
Sara Rafaella Jorge Araújo (OAB 11776/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0335/2019

ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 149225/SP), ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 469A/AM), ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM) - Processo 0611776-64.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: ADAM HENRIQUE PINHEIRO DA SILVA (OAB 11082/AM), ADV: ALEXANDRE PESSOA SIMPLICIO (OAB 12434/AM), ADV: ALINE DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 12411/AM), ADV: ANA CLAUDIA FERNANDES DE ALMEIDA (OAB 9094/AM), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0628580-39.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Mísia de Souza Pereira Vaz - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENRIQUE LIMA MARINHEIRO (OAB 9324/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM), ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM) - Processo 0637789-03.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Maria Luiza Lobo Maia - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: CECIL VENTURIN DA SILVA (OAB 9361/AM), ADV: MAURÍCIO ALEXANDRE DE MENESES PEREIRA, ADV: TAINAH OLÍMPIO GALAXE (OAB 7927/AM) - Processo 0643692-87.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: José Francisco de Souza - REQUERIDO: ACE Seguradora S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

Adam Henrique Pinheiro da Silva (OAB 11082/AM)
Alexandre Pessoa Simplicio (OAB 12434/AM)
Aline dos Santos Oliveira (OAB 12411/AM)
ANA CLAUDIA FERNANDES DE ALMEIDA (OAB 9094/AM)
Cecil Venturin da Silva (OAB 9361/AM)
Fernando Luz Pereira (OAB A658AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Henrique Lima Marinheiro (OAB 9324/AM)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)

Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Maurício Alexandre de Meneses Pereira
Moisés Batista de Souza (OAB 149225/SP)
Moisés Batista de Souza (OAB 469A/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Tainah Olímpio Galaxe (OAB 7927/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO DIÓGENES VIDAL PESSOA NETO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL RENAN RODRIGUES GUIMARÃES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0336/2019

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0001782-81.2005.8.04.0001 (001.05.001782-0) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADA: Âncora Veículos Ltda. - AVALISTA: Daniel Gonçalves - Manifeste-se a autora acerca do Detalhamento de Ordem Judicial de Bloqueio de Valores de fls. 232/234 dos autos, no prazo de 05 dias.

ADV: CLAUDEVAN DE SOUZA PEREIRA (OAB 7800/AM), ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE), ADV: SÍLVIO KLEBER BATISTA LOBATO (OAB 8813/AM), ADV: FABRÍCIO CABRAL DOS ANJOS MARINHO (OAB 7665/AM) - Processo 0003905-18.2006.8.04.0001 (001.06.003905-2) - Cumprimento de sentença - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Condomínio do Centro Médico e Odontológico de Manaus - CEMOM - REQUERIDO: Unibanco S/A - Analisando o Ofício da Conta Única deste Tribunal, em que constata não haver depósito do Requerido, fls. 497/499, Intime-se o mesmo para efetuar o pagamento da condenação, no prazo de 05 dias. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: REGINA CECÍLIA DE SENA COSTA (OAB 5090/AM), ADV: REGILSON PINTO GOMES (OAB 10288/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 685A/AM), ADV: JOSELMA RODRIGUES DA SILVA (OAB 579A/AM) - Processo 0005751-07.2005.8.04.0001 (001.05.005751-1) - Cumprimento de sentença - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Graci Santos de Souza - REQUERIDO: Viman - Viação Manauense Ltda. - DENUNCIADO: Sul América Cia. Nacional de Seguros - Cuida-se de comunicação de interposição de agravo de instrumento nº. 400387-12.2019, interposto por Viman - Viação Manauense Ltda., contra a decisão que rejeitou a impugnação aos cálculos da Contadoria Judicial através da decisão de fls. 540-545. Analisando com atenção os termos do agravo, tenho que o processo deve ser autuados em apartado aos autos da Recuperação Judicial nº. 0211083-24.2012.8.04.0001, em trâmite neste juízo, onde proferi despacho averbando minha suspeição. Assim, determino que a Secretaria da UPJ proceda com o apensamento deste autos com os autos da Recuperação Judicial nº. 0211083-24.2012.8.04.0001, fazendo conclusão ao juiz presidente daquela ação, evitando a prolação de decisões expropriatórias em conflito com o plano de recuperação.

ADV: JOAAB MELO BARBOSA (OAB 8348/AM), ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM) - Processo 0008289-49.2010.8.04.0012 (012.10.008289-3) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Kônica Minolta Business Solutions do Brasil Ltda. - EXECUTADO: Cartório do 3º Ofício de Registro Civil - Intime-se a Autora para requerer o que entender de direito, no prazo de 5 dias. Cumpra-se.

ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE), ADV: ELIETE SANTANA MATOS (OAB 10423/CE) - Processo 0022503-54.2005.8.04.0001 (001.05.022503-1) - Execução de Título Judicial - REQUERENTE: Banco Honda S/A - REQUERIDO: Osvaldo Alberto de Souza Nogueira - Defiro o pedido de sobrestamento do feito, pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias, consoante solicitado à fl. 197. Cumpra-se.

ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM) - Processo 0039819-80.2005.8.04.0001 (001.05.039819-0) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Deico Desenvolvimento Imobiliário Ltda. - Fundação dos Economiários Federais - FUNCEF - IRB - Brasil Resseguros S/A - TELOS - Fundação Embratel de Seguridade Social - EXECUTADO: Francisco de Paula Castilho Pereira - N. G. Pereira Comércio - Neide Guimarães Pereira - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: RUBENITO CARDOSO DA SILVA JÚNIOR (OAB 4947/AM) - Processo 0202016-25.2018.8.04.0001 (processo principal 0639443-93.2015.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Marca - EXEQUENTE: Sapatinho de Luxo Ltda. - EXECUTADO: E. N. B. Comércio de Calçados Ltda. - ME - Manifeste-se a autora acerca do Detalhamento de Ordem Judicial de Bloqueio de Valores de fls. 45/46 dos autos, no prazo de 05 dias.

ADV: RENAN SENA SILVA (OAB 18845/PA), ADV: PAULO AUGUSTO DE AZEVEDO MEIRA (OAB 5586/PA) - Processo 0244804-54.2018.8.04.0001 (processo principal 0105009-24.2004.8.04.0001) - Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Indústria Yossam Ltda. - REQUERIDA: Marta da Costa Tertuliano - Sandro de Assunção Reis - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: LAURA MARIA SANTIAGO LUCAS (OAB 4872/AM), ADV: NILDO NOGUEIRA NUNES (OAB 2698/AM) - Processo 0246475-59.2011.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: R. C. Recebíveis Ltda. - EXECUTADO: Valdo Rodrigues Costa - Ênio Nunes de Souza Cruz - Tendo em vista os dias da semana nacional da Conciliação, promovida pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, que se realizará entre os dias 04 a 08 de novembro do corrente ano, designo audiência de conciliação, na forma do art. 165, do CPC, para o dia 07/11/2019, às 14:00hs, ocasião em que deverão comparecer as partes ou seus procuradores, habilitados a transigir.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0248444-12.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Antônia Vieira Almeida - INTSSADO: Cartório da Comarca de Nova Olinda do Norte/AM - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que apresente memória de calculos atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, § 1º, do CPC, no prazo de 5 (cinco) dias. Não tendo sido deferido o benefício da gratuidade da justiça de forma total, no mesmo ato, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para recolher os emolumentos pertinentes à consulta do sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016, caso ainda não tenha o feito.

ADV: WANDERLANN VIEIRA DE SOUZA (OAB 585/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS VISEU (OAB 117417/SP) - Processo 0600588-06.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum

Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Luís Carlos Vasconcelos Magalhães - REQUERIDO: Alphaville Manaus Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Alphaville Urbanismo S/A - Revenda Representações e Vendas Comerciais Ltda. - I- Designo o dia 15 de Abril de 2020, às 11:30hs, para realização da audiência de instrução neste juízo. II - Especifiquem as partes sobre as provas que pretendem produzir na respectiva audiência. III - Intimem-se as partes e seus advogados para comparecerem à audiência. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0600662-02.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Daniela Luiza Lahan Evangelista da Rocha - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ) - Processo 0600827-20.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Anulação - REQUERENTE: Cooperativa dos Permissionários Associados em Transportes Alternativos e Fretamentos Urbanos de Manaus - COOPATAM - REQUERIDO: TNL PCS S/A - Intime-se a Requerida Oi Móvel S/A para comprovar o alegado às fls. 264/271, inclusive juntando documentos, no prazo de 05 dias. Cumpra-se.

ADV: GIULIO ALVARENGA REALE (OAB 65628/MG) - Processo 0601391-91.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Omni S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - REQUERIDO: Celso Mota da Silva - Em conformidade com a Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) autora(s) para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se acerca da carta recebida por terceiro, indicando as providências cabíveis e, em caso de novo pedido de citação por carta/mandado, recolher as custas pertinentes.

ADV: JACQUES MACHADO PORTELA (OAB 2722/AM), ADV: ANDRÉA CARDOSO SALGADO (OAB 4743/AM), ADV: SARA REGINA OLÍMPIO MAMEDE (OAB 4504/AM), ADV: CHARLES GOMES DA COSTA JÚNIOR (OAB 10715/AM), ADV: CRISTIANE FURLIN CAVALCANTE (OAB 6970/AM), ADV: DANIELLE FERNANDES CORDEIRO (OAB 7434/AM), ADV: FREDERICO MORAES BRACHER (OAB 7311/AM), ADV: TATIANA DANTAS PORTELA (OAB 6562/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM) - Processo 0601858-36.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: Condomínio Amazonas - EXECUTADO: T. B. S. Comércio de Confecçoões Ltda. - Moacir Mota Júnior - Karina Alves da Silva Mota - Tendo em vista os dias da semana nacional da Conciliação, promovida pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, que se realizará entre os dias 04 a 08 de novembro do corrente ano, designo audiência de conciliação, na forma do art. 165, do CPC, para o dia 08/11/2019, às 15:00hs, ocasião em que deverão comparecer as partes ou seus procuradores, habilitados a transigir.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0601903-74.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Edinaldo Nascimento Gomes - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: FELIPE BRAGA DE OLIVEIRA (OAB 9663/AM), ADV: ALESSANDRA SERIACOPI VILA (OAB 9881/AM) - Processo 0602311-94.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Direitos e Títulos de Crédito - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Mediterrâneo I - EXECUTADO: Ronaldo Moreira dos Santos - Tendo em vista os dias da semana nacional da Conciliação, promovida pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, que se realizará entre os dias 04 a 08 de novembro do corrente ano, designo audiência de conciliação, na forma do art. 165, do CPC, para o dia 05/11/2019, às 15:00hs, ocasião em que deverão comparecer as partes ou seus procuradores, habilitados a transigir.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065A/AM), ADV: ANDREWS NASCIMENTO DE ABREU (OAB 4899/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0602487-10.2017.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Ewerton Lúcio Collares Coelho - I. O processo encontra-se maduro para julgamento, haja vista que não há necessidade de produzir provas em audiência, pois a matéria de mérito é exclusivamente de direito, razão pelo qual dou-me em condições de conhecer diretamente do pedido, com inteligência do art. 355, I, do NCPC. Cumpra-se.

ADV: RENNALT LESSA DE FREITAS (OAB 8020/AM), ADV: DOUGLAS HERCULANO BARBOSA (OAB 6407/AM) - Processo 0604585-02.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Alírio Terço Nogueira - REQUERIDO: Ibrasco Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Intime-se o Executado, na forma do art. 513, §2º, do CPC, para efetuar o pagamento voluntário da dívida nos termos da sentença exequenda, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 523, caput, do CPC. Não ocorrendo pagamento voluntário, o débito será acrescido de multa no equivalente a 10% (dez por cento), nos termos do art. 523, §1º. Fixo os honorários de advogado, pelo cumprimento de sentença, no equivalente a 20% (vinte por cento), da dívida atualizada, nos termos do art. 85, §1º, c/c art. 523, §1º, do CPC. Autorizo a realização de penhora via Bacenjud, nos termos do art. 523, §3º, do CPC, desde que o credor apresente o demonstrativo de débito atualizado, bem como o comprovante de pagamento das custas com a consulta, nos termos da Tabela III, da Portaria Nº 116/2017 - PTJ (DJe 24/01/2017). Advirto ao Executado que, optando por apresentar impugnação ao cumprimento de sentença, deverá juntar o comprovante de pagamento das custas do incidente, nos termos da Tabela II, da Portaria Nº 116/2017 - PTJ (DJe 24/01/2017). Após, dê-se vista ao Exequente. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0606195-10.2013.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Joana Ferreira da Silva - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: DÉBORA KATARINNE DE SOUZA RODRIGUES (OAB 9840/AM), ADV: CRISTIANE RODRIGUES SILVEIRA (OAB 10838/AM), ADV: LEYLA VIGA YURTSEVER (OAB 3737/AM) - Processo 0606244-41.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: J. C. W. Comercial Ltda. (Jaqueline Chagas Joias) - REQUERIDA: Maria do Socorro Carneiro de Oliveira Dias - Tendo em vista os dias da semana nacional da Conciliação, promovida pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, que se realizará entre os dias 04 a 08 de novembro do corrente ano, designo audiência de conciliação, na forma do art. 165, do CPC, para o dia 08/11/2019, às 12:00hs, ocasião em que deverão comparecer as partes ou seus procuradores, habilitados a transigir.

ADV: VICTORIA DUTRA DE ALENCAR ARANTES (OAB 10316/AM), ADV: JAMILA MARINHO CHEHAD BARBOSA (OAB 2950/AM), ADV: KARLA FREIXO BRAGA (OAB 3775/AM), ADV: MARCOS RICARDO HERSZON CAVALCANTI (OAB 2324/AM), ADV: JÚLIA GABRIELA TRINDADE DE MELO (OAB 8074/AM), ADV: ISALTINO JOSÉ BARBOSA NETO (OAB 9055/AM), ADV: RAFAEL ALLBUQUERQUE GOMES DE OLIVEIRA (OAB 4831/AM), ADV: MARIA FERNANDA VIANEZ DE CASTRO E CAVALCANTI (OAB 13000/AM), ADV: MARIA GLADES RIBEIRO DOS SANTOS (OAB 2144/AM), ADV: PAULO ROGÉRIO ARANTES (OAB 1509/

AM), ADV: RUBENS SAMUEL BENZECRY NETO (OAB 9212/AM) - Processo 0606800-14.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: Condomínio Civil do Shopping Ponta Negra - EXECUTADO: Ruiz & Ruiz Ltda. - ME - Ivair Ferreira - Cláudia Helena Carlomagno Ferreira - Tendo em vista os dias da semana nacional da Conciliação, promovida pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, que se realizará entre os dias 04 a 08 de novembro do corrente ano, designo audiência de conciliação, na forma do art. 165, do CPC, para o dia 07/11/2019, às 15:00hs, ocasião em que deverão comparecer as partes ou seus procuradores, habilitados a transigir.

ADV: JORGE LUIS BONFIM LEITE FILHO (OAB 309115SP) - Processo 0607623-17.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Compromisso - REQUERENTE: Tokio Marine Seguradora S/A - REQUERIDO: Vox Transportes Eireli - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: CAMILLA KAROLLINA RESENDE DE ALMEIDA VIEIRA DA CUNHA (OAB 18973/PB), ADV: DÉCIO FLÁVIO GONÇALVES TORRES FREIRE (OAB 56543/MG), ADV: MARINA LACERDA CUNHA LIMA (OAB 15769/PB) - Processo 0607993-93.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Juros/Correção Monetária - REQUERENTE: Control Construções Ltda. - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Tendo em vista os dias da semana nacional da Conciliação, promovida pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, que se realizará entre os dias 04 a 08 de novembro do corrente ano, designo audiência de conciliação, na forma do art. 165, do CPC, para o dia 08/11/2019, às 11:00hs, ocasião em que deverão comparecer as partes ou seus procuradores, habilitados a transigir.

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 983A/PE) - Processo 0608526-86.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Maria Senhorinha Marques Castro - REQUERIDO: Banco BMG S/A - À Secretaria para modificar no sistema SAJ, os nomes dos novos Patronos do Requerido, constante no Substabelecimento de fl. 221, devendo toda publicação ser realizada em nome da Dra. Marina Bastos da Porciuncula Benghi, inscrita na OAB/PE 983-A, consoante requerido à fl. 207. Cumpra-se.

ADV: SOLON ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3338/AM) - Processo 0609070-50.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: HTS Serviços de Hotelaria e Turismo Ltda. - REQUERIDA: J. P. Viagens e Turismo Ltda. - Manifeste-se a autora acerca do Detalhamento de Ordem Judicial de Bloqueio de Valores de fls. 203/204 dos autos, no prazo de 05 dias.

ADV: GESIEL DE SOUZA RODRIGUES (OAB 141510/SP), ADV: JOSÉ LUÍS CANTUÁRIA DOS REIS (OAB 2896/AM) - Processo 0609162-18.2019.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: J. I. D. Distribuidora de Medicamentos Ltda. - REQUERIDO: Unimed de Manaus Empreendimentos S/A - I. O processo encontra-se maduro para julgamento, haja vista que não há necessidade de produzir provas em audiência, pois a matéria de mérito é exclusivamente de direito, razão pelo qual dou-me em condições de conhecer diretamente do pedido, com inteligência do art. 355, I, do NCPC. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM) - Processo 0609171-14.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Jordana Vita Ferreira Mancilha - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0610114-36.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Sílvia Maria dos Santos Veras - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ÍTALO EDUARDO PINA PRADO (OAB 13261/AM), ADV: MÁRIO CÉSAR DE CARVALHO (OAB 12674/AM), ADV: RAMYDE WASHINGTON ABEL CALDEIRA DOCE CARDOZO (OAB 12029/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM) - Processo 0610792-12.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Condomínio Amazonas - REQUERIDO: Amasp Restaurante e Similares Eireli - EPP (Loja Splash Pizza) - Tendo em vista os dias da semana nacional da Conciliação, promovida pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, que se realizará entre os dias 04 a 08 de novembro do corrente ano, designo audiência de conciliação, na forma do art. 165, do CPC, para o dia 08/11/2019, às 10:00hs, ocasião em que deverão comparecer as partes ou seus procuradores, habilitados a transigir.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0611448-76.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Rosângela Maria da Silva Gonzaga - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que apresente memória de calculos atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, § 1º, do CPC, no prazo de 5 (cinco) dias. Não tendo sido deferido o benefício da gratuidade da justiça de forma total, no mesmo ato, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para recolher os emolumentos pertinentes à consulta do sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016, caso ainda não tenha o feito.

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0612573-06.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Ciex - Comércio, Indústria e Exportação Ltda. - EXECUTADO: Sabino de Souza Albuquerque - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: TIAGO BORGES DOS SANTOS (OAB 10890/AM), ADV: MARY MARUMY BASTOS TAKEDA (OAB 4107/AM), ADV: VARCILY QUEIROZ BARROSO (OAB 2683/AM) - Processo 0615232-85.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Maria Dulce S. da Silva - ME - EXECUTADO: Condomínio Life Flores - Tendo em vista os dias da semana nacional da Conciliação, promovida pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, que se realizará entre os dias 04 a 08 de novembro do corrente ano, designo audiência de conciliação, na forma do art. 165, do CPC, para o dia 04/11/2019, às 15:00hs, ocasião em que deverão comparecer as partes ou seus procuradores, habilitados a transigir.

ADV: THÊMIS BAYMA VALLE (OAB 1928/AM) - Processo 0616256-17.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Serviços Profissionais - REQUERENTE: Antônio Barbosa Maciel - REQUERIDO: Paulino Ferreira dos Santos - I. O processo encontra-se maduro para julgamento, haja vista que não houve

contestação e assim reputando-se como verdadeiros os fatos narrados pela autora, razão pelo qual dou-me em condições de conhecer diretamente do pedido, com inteligência do art. 355, II, do CPC. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0616346-25.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: AIMAI - Associação Independente dos Moradores do Conjunto Arco Iris III - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHÃES (OAB 5373/AM) - Processo 0617136-43.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Condomínio do Edifício Tropical Executive & Residence Hotel - REQUERIDO: Carlos Augusto Henrique Hebron Moura de Oliveira - Manifeste-se a autora acerca do Detalhamento de Ordem Judicial de Requisição de Informações de fls. 63/65 dos autos, no prazo de 05 dias.

ADV: THAMIRES LEMOS DE MATTOS (OAB 12344/AM) - Processo 0619336-86.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Pagamento - EXEQUENTE: Instituto Médico de Clínica e Pediatria do Estado do Amazonas S/S Ltda. - EXECUTADO: Thalles Adriano Maia Araújo - Tendo em vista a certidão de fl. 152, intime-se o Autor para requerer o que entender de direito, no prazo de 05 dias. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0619354-20.2013.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Glauciane A. de Souza - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0619781-41.2018.8.04.0001 - Monitória - Compra e Venda - REQUERENTE: Direcional Rubi Empreendimentos Imobiliários Ltda. - REQUERIDA: Vanessa Santos de Moraes - Edileudo Abreu Pereira - Diante do exposto, HOMOLOGO, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo firmado entre as partes à fl. 71 e JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com fundamento no Art. 487, III, b, do Código de Processo Civil. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos, com as cautelas de praxe. Honorários e custas, nos termos do acordo. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM) - Processo 0620578-17.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Lícia Regina Nunes Barbosa - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: ELIELTON DOS SANTOS PAULO (OAB 9567/AM), ADV: FRED FIGUEIREDO CÉSAR (OAB 9508/AM), ADV: JOSEMBERGUE CAVALCANTE FIGUEIREDO (OAB 7298/AM) - Processo 0621874-11.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Coisas - REQUERENTE: José Maurício Filho - REQUERIDO: Maceara Construções e Comércio Ltda. - I- Designo o dia 16 de Abril de 2020, às 11:30hs, para realização da audiência de instrução neste juízo. II - Especifiquem as partes sobre as provas que pretendem produzir na respectiva audiência. III - Intimem-se as partes e seus advogados para comparecerem à audiência. Cumpra-se.

ADV: RUMMENIGGE CORDOVIL GRANGEIRO (OAB 5810/AM), ADV: NAIRO AGUIAR CORDEIRO (OAB 7058/AM) - Processo 0622422-07.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Rita Marise de Queiroz - REQUERIDA: Patrícia Morais de Andrade - INTSSADA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º, do NCPC.

ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 1164A/AM) - Processo 0625138-70.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - REQUERIDO: Salomão Paulo da Silva - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0626896-55.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Eliege Nascimento de Sousa - TERCEIRA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Manifeste-se a autora acerca do Detalhamento de Ordem Judicial de Bloqueio de Valores de fls. 98/99 dos autos, no prazo de 05 dias.

ADV: FERNANDA MENDES DE SOUZA (OAB 330723/SP), ADV: SOLON ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3338/AM) - Processo 0627062-48.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Glassec Vidros de Segurança Ltda. - EXECUTADO: Vidrorios Indústria e Comércio Ltda. - Tendo em vista os dias da semana nacional da Conciliação, promovida pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, que se realizará entre os dias 04 a 08 de novembro do corrente ano, designo audiência de conciliação, na forma do art. 165, do CPC, para o dia 08/11/2019, às 14:00hs, ocasião em que deverão comparecer as partes ou seus procuradores, habilitados a transigir.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0628043-43.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Catarina da Silva Oliveira - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: WALFRAN SIQUEIRA CALDAS (OAB 8915/AM) - Processo 0628959-14.2018.8.04.0001 - Monitória - Mútuo - REQUERENTE: Fundação dos Economiários Federais - FUNCEF - REQUERIDA: Lilian Sônia Fernandes Lages Galery - Intime-se a Requerida para se manifestar acerca das propostas de acordo às fl. 148/151, no prazo de 05 dias. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ HENRIQUE DA SILVA VIGO (OAB 11751/MS), ADV: DENISE MOURA MACEDO DA SILVA (OAB 4464/AM), ADV: ANDRÉ DE ASSIS ROSA (OAB 12809/MS) - Processo 0630841-74.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0635122-

83.2013.8.04.0001) - Liquidação de Sentença pelo Procedimento Comum - Correção Monetária - REQUERENTE: Jurandir de Souza Macedo - REQUERIDO: Sicredi - Polo Manaus - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os Embargos de Declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º, do NCPC.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0632137-10.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Ana Paula da Silva Melgueiro - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0632297-35.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Maria das Graças Inuma - Manifeste-se a autora acerca do Detalhamento de Ordem Judicial de Bloqueio de Valores de fls. 93/94 dos autos, no prazo de 05 dias.

ADV: BANDEIRA DE MELO E BARBIRATO ADVOGADOS (OAB 222/AM) - Processo 0632562-32.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Compra e Venda - EXEQUENTE: Pemaza Amazônia S/A - EXECUTADO: Açaí Transportes Coletivos Ltda. - INTSSADO: SINETRAN - Sindicato das Empresas de Transportes de Passageiros do Estado do Amazonas - I- Defiro o pedido de fls. 1188/1189. II- Intime-se o Autor para recolher as custas da diligência do Oficial de Justiça e informar endereço para cumprimento do mandado, no prazo de 10 (dez) dias. Após, expeça-se o novo de Mandado de Penhora e Avaliação, no endereço indicado. Cumpra-se.

ADV: MARIA LUCÍLIA GOMES (OAB 84206/SP) - Processo 0633067-23.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda. - REQUERIDO: Gilcivandro Monteiro Barata - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0633288-69.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDA: Lucyane Pinho da Rocha - Diante do exposto, HOMOLOGO, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo firmado entre as partes às fls. 98/100 e JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com fundamento no Art. 487, III, b, do Código de Processo Civil. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos, com as cautelas de praxe. Honorários e custas, nos termos do acordo. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CAMILA MENDES VIANNA CARDOSO (OAB 67677/RJ), ADV: IASMIM DA SILVA DE OLIVEIRA (OAB 215438/RJ), ADV: SYLLA CHERFAN CRISTO DA COSTA E SILVA (OAB 172605/RJ) - Processo 0633990-49.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Créditos / Privilégios Marítimos - REQUERENTE: Hambürg Südamerikanische Dampfschiffahrts-Gesellchaft Kg, Por Seu Agente No Brasil, Hamburg Sud do Brasil Ltda. - REQUERIDO: ABX Serviços Aduaneiros e Logística Ltda. - ME - INTSSADO: JUCEA - Junta Comercial do Estado do Amazonas - I. O processo encontra-se maduro para julgamento, haja vista que não houve contestação e assim reputando-se como verdadeiros os fatos narrados pela autora, razão pelo qual dou-me em condições de conhecer diretamente do pedido, com inteligência do art. 355, II, do CPC. Cumpra-se.

ADV: EUTHICIANO MENDES MUNIZ (OAB 733A/AM), ADV: ELISÂNGELA DIAS GAMA (OAB 12349/AM) - Processo 0634520-53.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Elisângela Dias Gama - EXECUTADO: Fernando Caldas Jaqtinon - Tendo em vista os dias da semana nacional da Conciliação, promovida pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, que se realizará entre os dias 04 a 08 de novembro do corrente ano, designo audiência de conciliação, na forma do art. 165, do CPC, para o dia 06/11/2019, às 15:00hs, ocasião em que deverão comparecer as partes ou seus procuradores, habilitados a transigir.

ADV: JOSÉ CARLOS VAN CLEEF DE ALMEIDA SANTOS (OAB 273843/SP) - Processo 0634832-63.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Seguro - EXEQUENTE: Sul América Companhia de Seguro Saúde - EXECUTADO: Médole Raios X Ltda. - Manifeste-se a autora acerca do Detalhamento de Ordem Judicial de Bloqueio de Valores de fls. 275/276 dos autos, no prazo de 05 dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0635067-64.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Joséias de Oliveira Farias - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0637973-27.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: Santa Fé Construções e Pavimentações Ltda. - Moacyr João Beltrão Bredo - I. Intime-se o Autor, para dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Cumpra-se.

ADV: ANDRÉ ALVES DE ALMEIDA CHAME (OAB 93240/RJ), ADV: LUCIANA FERREIRA CUQUEJO (OAB 166784/RJ), ADV: LIDIANE DA COSTA BATISTA (OAB 7492/AM) - Processo 0638188-95.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: Pátio Sertório Shopping Ltda. (Manaura Shopping) - EXECUTADO: Simarida Comercial de Modas Ltda. (Mercatto) - Ricardo Alberto Cohen - Maria Fernanda Terra Franco Cohen - Tendo em vista os dias da semana nacional da Conciliação, promovida pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, que se realizará entre os dias 04 a 08 de novembro do corrente ano, designo audiência de conciliação, na forma do art. 165, do CPC, para o dia 08/11/2019, às 13:00hs, ocasião em que deverão comparecer as partes ou seus procuradores, habilitados a transigir.

ADV: WAGNER OLIVEIRA NAVARRO (OAB 60143/PR) - Processo 0640376-27.2019.8.04.0001 - Ação de Exigir Contas - Edição - REQUERENTE: Ana Paula da Rocha Picheth - REQUERIDO: Premium Eventos e Treinamentos Ltda. (EPP) - Editora Premium - I- Indefiro o pedido de Justiça gratuita. II- Defiro desde já o pedido de parcelamento das custas em 6 (seis) parcelas, conforme Portaria nº 490/2017 e na forma do art. 98, § 6º, do CPC. Remetam-se os autos a contadoria, intimando em seguida o autor para efetuar o pagamento da 1ª parcela. Após, voltem-me os autos conclusos.

ADV: FRANCESCO ROBUSTELLI NETO (OAB 8268/AM), ADV: IAGO OLIVEIRA PASCARELLI (OAB 13854/AM) - Processo 0641167-93.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0613050-92.2019.8.04.0001) - Embargos à Execução - Pagamento - EMBARGANTE: Pedro Santana Freitas - EMBARGADO:

Associação dos Lojistas do Cecomiz Shopping - ALOMIZ - Defiro o pedido de Justiça Gratuita, nos termos do art. 98, do CPC. II. Determino a remessa dos autos ao Centro Judiciário de Soluções de Conflitos - CEJUSC Cível, nos termos do art. 334, do NCPC. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM) - Processo 0642593-43.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Residencial Acácias I - REQUERIDO: Einsten Novaes Cavalcante Melo - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR Negativo juntado aos autos, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: FÁBIO DE ASSUNÇÃO ACOSTA (OAB 8415/AM) - Processo 0643382-76.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Josepha Gomes Abreu - ME - REQUERIDO: J. V. V. Baía - ME (Zezinho Lanche) - Intime-se o Executado, na forma do art. 513, §2º, do CPC, para efetuar o pagamento voluntário da dívida nos termos da sentença exequenda, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 523, caput, do CPC. Não ocorrendo pagamento voluntário, o débito será acrescido de multa no equivalente a 10% (dez por cento), nos termos do art. 523, §1º. Fixo os honorários de advogado, pelo cumprimento de sentença, no equivalente a 20% (vinte por cento), da dívida atualizada, nos termos do art. 85, §1º, c/c art. 523, §1º, do CPC. Autorizo a realização de penhora via Bacenjud, nos termos do art. 523, §3º, do CPC, desde que o credor apresente o demonstrativo de débito atualizado, bem como o comprovante de pagamento das custas com a consulta, nos termos da Tabela III, da Portaria Nº 116/2017 - PTJ (DJe 24/01/2017). Advirto ao Executado que, optando por apresentar impugnação ao cumprimento de sentença, deverá juntar o comprovante de pagamento das custas do incidente, nos termos da Tabela II, da Portaria Nº 116/2017 - PTJ (DJe 24/01/2017). Após, dê-se vista ao Exequente. Cumpra-se.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 1164A/AM), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM) - Processo 0644591-80.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Pan S/A - REQUERIDO: Maureen Georgia R. Cavalcante - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ADEMAR MARTINS FILHO (OAB 258340/SP) - Processo 0645786-66.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: G. E. Consultoria e Cobrança Ltda. - REQUERIDO: Banco Volkswagen S/A - O benefício da assistência judiciária gratuita somente pode ser concedido à pessoa jurídica, independentemente de ser ou não de fins lucrativos, se esta comprovar que não tem condições de arcar com as despesas do processo sem o comprometimento da manutenção de suas atividades, o que não ocorreu in casu. (Agravo de Instrumento 4000404-05.2017.8.04.0000. Relator Desembargador Yedo Simões de Oliveira. Órgão julgador: Terceira Câmara Cível. Data do julgamento: 14/05/2017. Data de registro: 15/05/2017). No caso dos autos, a Requerente diz que que não tem condições de arcar com as custas e despesas processuais, sem sequer menciona seu valor. Assim, intime-se o Requerente para informar o valor das custas e despesas processuais, juntando aos autos o Relatório emitido pelo sistema SAJ e documentos idôneos que comprovem sua impossibilidade de pagamentos das custas, a fim de analisar o pedido de concessão do benefício da gratuidade da justiça. Defiro desde já o parcelamento de custas consoante portaria 490/2017 - PTJ em 06 (seis) parcelas. Prazo: 15 (quinze) dias.

ADV: RAIMUNDO GUARACY GUEDES MOTTA (OAB 4131/AM) - Processo 0645898-35.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Gláucia Matos dos Anjos - REQUERIDO: Banco BMG S/A - I. Analisando detidamente os autos verifico que o Autor cumpriu os requisitos dos arts. 319 e 320, do NCPC. II. Defiro o pedido de Justiça Gratuita, nos termos do art. 98, do CPC, bem como a inversão do ônus da prova. III. Cite-se o Requerido, via correio, para responder aos termos da presente ação, no prazo de lei, devendo constar na carta as advertências de praxe. Cumpra-se.

ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE), ADV: ELIETE SANTANA MATOS (OAB 10423/CE) - Processo 0646039-54.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Honda S/A - REQUERIDO: Gabriel Nascimento de Souza - Compulsando os autos, verifico que a parte autora não efetuou o pagamento das custas processuais iniciais. Posto isso, determino a intimação do autor para efetuar o pagamento das custas iniciais, no prazo de 10 dias. Cumpra-se.

ADV: ALEX JÚNIO SILVA DOS SANTOS (OAB 12430/AM) - Processo 0646280-28.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Adjudicação Compulsória - REQUERENTE: Ellen Albuquerque Cauper - REQUERIDA: Maria do Perpétuo Socorro Vasconcelos Pereira da Silva - Intime-se o Requerente para juntar aos autos documentos que comprovem sua hipossuficiência, no prazo de 5 (cinco) dias. Cumpra-se.

ADV: JOANA LOREN DE OLIVEIRA BARBOSA GRANA (OAB 10729/AM) - Processo 0646400-71.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Francisco Chagas Carvalho Neto - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Intime-se o Requerente para juntar aos autos documentos que comprovem sua hipossuficiência, no prazo de 5 (cinco) dias. Cumpra-se.

ADV: JOÃO ALVES BARBOSA FILHO (OAB 4246/PE) - Processo 0646449-15.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Itaú Seguros S/A - REQUERIDA: Asmahan Ghaleb Hasan Zureiq - Compulsando os autos, verifico que a parte autora não efetuou o pagamento das custas processuais iniciais. Posto isso, determino a intimação do autor para efetuar o pagamento das custas iniciais, no prazo de 10 dias. Cumpra-se.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0646579-05.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Marluce Figueiredo da Costa - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - I. Analisando detidamente os autos verifico que o Autor cumpriu os requisitos dos arts. 319 e 320, do NCPC. II. Acautelo-me na concessão da liminar requerida. III. Defiro o pedido de Justiça Gratuita, nos termos do art. 98, do CPC, bem como a inversão do ônus da prova. IV. Cite-se o Requerido, via correio, para responder aos termos da presente ação, no prazo de lei, devendo constar na carta as advertências de praxe. Cumpra-se.

Ademar Martins Filho (OAB 258340/SP)
Adriane Cristine Cabral Magalhães (OAB 5373/AM)
Alessandra Seriacopi Vila (OAB 9881/AM)
Alex Júnio Silva dos Santos (OAB 12430/AM)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
André Alves de Almeida Chame (OAB 93240/RJ)
André de Assis Rosa (OAB 12809/MS)
Andréa Cardoso Salgado (OAB 4743/AM)
Andrews Nascimento de Abreu (OAB 4899/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Bandeira de Melo e Barbirato Advogados (OAB 222/AM)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
Camila Mendes Vianna Cardoso (OAB 67677/RJ)
Camilla Karollina Resende de Almeida Vieira da Cunha (OAB 18973/PB)
Charles Gomes da Costa Júnior (OAB 10715/AM)
Claudevan de Souza Pereira (OAB 7800/AM)

Cristiane Furlin Cavalcante (OAB 6970/AM)
CRISTIANE RODRIGUES SILVEIRA (OAB 10838/AM)
Danielle Fernandes Cordeiro (OAB 7434/AM)
Débora Katarinne de Souza Rodrigues (OAB 9840/AM)
Décio Flávio Gonçalves Torres Freire (OAB 56543/MG)
Denise Moura Macedo da Silva (OAB 4464/AM)
Douglas Herculano Barbosa (OAB 6407/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Eládio Miranda Lima (OAB 86235/RJ)
Elielton dos Santos Paulo (OAB 9567/AM)
Eliete Santana Matos (OAB 10423/CE)
Elisângela Dias Gama (OAB 12349/AM)
Euthiciano Mendes Muniz (OAB 733A/AM)
Fábio de Assunção Acosta (OAB 8415/AM)
Fabrício Cabral dos Anjos Marinho (OAB 7665/AM)
Felipe Braga de Oliveira (OAB 9663/AM)
Fernanda Mendes de Souza (OAB 330723/SP)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Francesco Robustelli Neto (OAB 8268/AM)
Fred Figueiredo César (OAB 9508/AM)
Frederico Moraes Bracher (OAB 7311/AM)
Gesiel de Souza Rodrigues (OAB 141510/SP)
Giulio Alvarenga Reale (OAB 65628/MG)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Gustavo Henrique dos Santos Viseu (OAB 117417/SP)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB 1065A/AM)
Hiran Leão Duarte (OAB 10422/CE)
Iago Oliveira Pascarelli (OAB 13854/AM)
Iasmim da Silva de Oliveira (OAB 215438/RJ)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isaltino José Barbosa Neto (OAB 9055/AM)
Ítalo Eduardo Pina Prado (OAB 13261/AM)
Jacques Machado Portela (OAB 2722/AM)
Jamila Marinho Chehad Barbosa (OAB 2950/AM)
Joaab Melo Barbosa (OAB 8348/AM)
Joana Loren de Oliveira Barbosa Grana (OAB 10729/AM)
João Alves Barbosa Filho (OAB 4246/PE)
Jorge Luis Bonfim Leite Filho (OAB 309115SP)
José Alberto Maciel Dantas (OAB 3311/AM)
José Carlos Van Cleef de Almeida Santos (OAB 273843/SP)
José Henrique da Silva Vigo (OAB 11751/MS)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
José Luís Cantuária dos Reis (OAB 2896/AM)
José Mário de Carvalho Neto (OAB 4861/AM)
Joselma Rodrigues da Silva (OAB 579A/AM)
Josembergue Cavalcante Figueiredo (OAB 7298/AM)
Júlia Gabriela Trindade de Melo (OAB 8074/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 685A/AM)
Karla Freixo Braga (OAB 3775/AM)
Laura Maria Santiago Lucas (OAB 4872/AM)
Leyla Viga Yurtsever (OAB 3737/AM)
Lidiane da Costa Batista (OAB 7492/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Luciana Ferreira Cuquejo (OAB 166784/RJ)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marcos Ricardo Herszon Cavalcanti (OAB 2324/AM)
Maria Fernanda Vianez de Castro e Cavalcanti (OAB 13000/AM)
Maria Glades Ribeiro dos Santos (OAB 2144/AM)
Maria Lucília Gomes (OAB 84206/SP)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 983A/PE)
Marina Lacerda Cunha Lima (OAB 15769/PB)
Mário César de Carvalho (OAB 12674/AM)
Mary Marumy Bastos Takeda (OAB 4107/AM)
Nairo Aguiar Cordeiro (OAB 7058/AM)
Nildo Nogueira Nunes (OAB 2698/AM)
Paulo Augusto de Azevedo Meira (OAB 5586/PA)
Paulo Rogério Arantes (OAB 1509/AM)
Rafael Allbuquerque Gomes de Oliveira (OAB 4831/AM)
Raimundo Guaracy Guedes Motta (OAB 4131/AM)
Ramyde Washington Abel Caldeira Doce Cardozo (OAB 12029/AM)
Regilson Pinto Gomes (OAB 10288/AM)
Regina Cecília de Sena Costa (OAB 5090/AM)
Renan Sena Silva (OAB 18845/PA)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Rennalt Lessa de Freitas (OAB 8020/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 1164A/AM)
Roberto Venesia (OAB 1067A/AM)
Rubenito Cardoso da Silva Júnior (OAB 4947/AM)
Rubens Samuel Benzecry Neto (OAB 9212/AM)
Rummenigge Cordovil Grangeiro (OAB 5810/AM)
Sara Regina Olímpio Mamede (OAB 4504/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Sílvio Kleber Batista Lobato (OAB 8813/AM)
Solon Angelim de Alencar Ferreira (OAB 3338/AM)
Sylla Cherfan Cristo da Costa e Silva (OAB 172605/RJ)
Tatiana Dantas Portela (OAB 6562/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thamires Lemos de Mattos (OAB 12344/AM)
Thêmis Bayma Valle (OAB 1928/AM)
Tiago Borges dos Santos (OAB 10890/AM)
Varcily Queiroz Barroso (OAB 2683/AM)
Victoria Dutra de Alencar Arantes (OAB 10316/AM)
Wagner Oliveira Navarro (OAB 60143/PR)
Walfran Siqueira Caldas (OAB 8915/AM)
Wanderlann Vieira de Souza (OAB 585/AM)

7ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0190/2019

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: PÉRICLES DUARTE DE SOUZA JÚNIOR (OAB 4808/AM), ADV: SÔNIA MARIA CANSANÇÃO DA SILVA (OAB 2431/AM) - Processo 0010593-30.2005.8.04.0001 (001.05.010593-1) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Valzenor Nascimento Costa e outro - Vistos, Defiro o pedido de fl. 474. Suspendo o feito pelo prazo de 1 (um) ano, com fulcro no art. 921, III, do CPC, durante o qual suspende-se também a prescrição, nos termos do §1° do mesmo dispositivo. Outrossim, decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano sem a localização do executado ou de bens penhoráveis, determino o arquivamento desta execução, sem prejuízo do seu prosseguimento após impulso da parte interessada, se a qualquer tempo forem encontrados bens penhoráveis, tudo nos termos dos parágrafos 2° e 3° do art. 921, do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ALEXANDRA THEREZA ZANGEROLAME (OAB 3098/AM), ADV: CELSO VALÉRIO FRANÇA VIEIRA (OAB 3886/AM), ADV: IGOR MATHEUS WEIL PESSÔA DA SILVA (OAB 5764/AM), ADV: ISABELA RIBEIRO ALVES (OAB 5270/AM), ADV: JOSÉ LUÍS CANTUÁRIA DOS REIS (OAB 2896/AM), ADV: PRISCILLA DE OLIVEIRA GOMES (OAB 8623/AM), ADV: ANTONIO SAMPAIO NUNES (OAB 3912AM) - Processo 0013444-33.2010.8.04.0012 (012.10.013444-3) - Cumprimento de sentença - Inadimplemento - REQUERENTE: Livraria Popular Ltda - REQUERIDO: Arca - Construcoes do Amazonas Ltda. - Vistos, Suspendo o feito pelo prazo de 6 (seis) meses, com fulcro no art. 921, III, do CPC, durante o qual suspende-se também a prescrição, nos termos do §1° do mesmo dispositivo. Outrossim, decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano sem a localização do executado ou de bens penhoráveis, determino o arquivamento desta execução, sem prejuízo do seu prosseguimento após impulso da parte interessada, se a qualquer tempo forem encontrados bens penhoráveis, tudo nos termos dos parágrafos 2° e 3° do art. 921, do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0205965-04.2011.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Posse - REQUERENTE: Santander Leasing S/A -

Arrendamento Mercantil - RH. Diga o autor como deseja prosseguir com o feito em 15 quinze) dias, inclusive, manifestando-se sobre a(s) pesquisa(s) no(s) sistema(s) judiciário(s). Intime-se. Manaus, 30 de agosto de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0213810-58.2009.8.04.0001 (001.09.213810-2) - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - RH. Diga o autor como deseja prosseguir com o feito em 15 quinze) dias, inclusive, manifestando-se sobre a(s) pesquisa(s) no(s) sistema(s) judiciário(s). Intime-se. Manaus, 30 de agosto de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: LAURA MARIA SANTIAGO LUCAS (OAB 4872AM), ADV: LAURA MARIA SANTIAGO LUCAS (OAB 4872/AM) - Processo 0213936-45.2008.8.04.0001 (001.08.213936-0) - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: RC RECEBIVEIS LTDA - RH. Diga o autor como deseja prosseguir com o feito em 15 quinze) dias, inclusive, manifestando-se sobre a(s) pesquisa(s) no(s) sistema(s) judiciário(s). Intime-se. Manaus, 30 de agosto de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: HANNA TAVARES CUNHA (OAB 10417/AM), ADV: CAUÊ TAUAN DE SOUZA YAEGASHI (OAB 357590/SP) - Processo 0245005-90.2011.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: IPANEMA II - FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITORIOS MULTISEGMENTOS NPL - R.H. Nos termos da Lei 4.408/2016 que Regulamenta as custas judicias no âmbito do Poder Judiciário e em conformidade com a tabela 04- Despesas de Processamento Eletrônico, item 09, onde consta "Requisição de informações por meio eletrônico para efetivação de penhora, arresto e obtenção de dados (POR ATO)", no valor de R$ 14,98 (quatorze reais e noventa e oito centavos), Defiro RENAJUD/INFOJUD como requerido, condicionando a consulta ao pagamento do valor. Intime-se o(a) Autor(a) a providenciar o pagamento por intermédio da Guia de Recolhimento próprio, disponibilizada no sitio virtual do Tribunal de Justiça do Amazonas (http://www.tjam.jus.br), com a devida comprovação nos autos. Cumpra-se. Manaus, 30 de agosto de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM) - Processo 0337318-12.2007.8.04.0001 (001.07.337318-5) - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Manaus Energia S/A - RH. Diga o autor como deseja prosseguir com o feito em 15 quinze) dias, inclusive, manifestando-se sobre a(s) pesquisa(s) no(s) sistema(s) judiciário(s). Intime-se. Manaus, 30 de agosto de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: RENATO ANDRÉ DA COSTA MONTE (OAB 4435/AM) - Processo 0600194-96.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Condominio do Parque Ponta Negra - Reserva das Praias - Intime-se o Executado, por meio de seu respectivo patrono, para, querendo, impugnar o Auto de Penhora acima, no prazo de 15 (quinze) dias conforme art. 841, §1º do CPC.

ADV: JOSÉ CARLOS VAN CLEEF DE ALMEIDA SANTOS (OAB 273843/SP) - Processo 0601484-54.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Seguro - EXEQUENTE: Porto Seguros Cia de Seguros S/A - R.H. Sem informações do advogado. Intime-se o autor para manifestar interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção e arquivamento.

ADV: MAGDA LUIZA RIGODANZO EGGER DE OLIVEIRA (OAB A1271/AM), ADV: ADNA LIMA DA SILVA (OAB 11171/AM), ADV: MARILI DALUZ RIBEIRO TABORDA (OAB 727/AM) - Processo 0601546-26.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Toyota Leasing do Brasil S.a. Arrendamento Mercantil - REQUERIDO: Antonio Fernando Nascimento Ribeiro - Considerando a legitimidade das partes e em razão da transação atender e preservar os seus interesses, HOMOLOGO o acordo para que surta seus efeitos jurídicos e legais e DECLARO EXTINTO o processo com resolução do mérito nos termos do art. 487, III, "b" do CPC. Isento de custas na forma do § 3º do art. 90 do CPC. Deixo de proceder ao desbloqueio via sistema Renajud, uma vez que não houve ordem de bloqueio do veículo oriundo deste processo. Proceda-se à baixa e arquivamento dos autos. P.R.I.C.

ADV: BRUNO RODRIGO VALE PALHETA (OAB 7932/AM), ADV: ALEXANDRE OLIVEIRA DE ARAÚJO (OAB 7201/AM), ADV: CELSO DE FARIA MONTEIRO (OAB 1080A/AM), ADV: SUZANA PINTO LORENZONI (OAB 9155/AM) - Processo 0603136-38.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Mucuripe Comercio de Combustiveis Ltda - REQUERIDO: Jorge Henrique Pampolha de Souza - Facebook Serviços Online do Brasil Ltda. - R.H. Processo em fase de cumprimento de sentença. Intime-se o Devedor Jorge Henrique Pampolha de Souza, na pessoa do seu patrono, para pagar o valor indicado pelo credor, referente a condenação no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de ser acrescida multa de 10% (dez por cento) e expedição de mandado de penhora e avaliação, nos termos do art. 523 e §§ do NCPC. Transcorrido o prazo sem pagamento voluntário, fixo honorários referente a fase executiva em 10% sobre o valor da execução, nos termos da Súmula 517 do STJ. Além disso, independentemente de penhora ou nova intimação, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para a executada apresentar impugnação, nos próprios autor, conforme o art. 525, do CPC.

ADV: DOUGLAS RUI PESSOA REIS AGUIAR (OAB 11441/AM), ADV: PEDRO DE ARAÚJO RIBEIRO (OAB 6935/AM) - Processo 0603491-87.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: RC RECEBÍVEIS LTDA - RH. Diga o autor como deseja prosseguir com o feito em 15 quinze) dias, inclusive, manifestando-se sobre a(s) pesquisa(s) no(s) sistema(s) judiciário(s). Intime-se. Manaus, 30 de agosto de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: PRISCILLA JIMENES DEL GUERRA (OAB 204205/SP) - Processo 0604308-83.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: KM Cargo Ltda - Vistos, O Novo Código de Processo Civil (Lei 13.105/2015) previu um incidente de desconsideração da personalidade jurídica por meio do art. 133 e seguintes do Código de Processo Civil. Tendo em vista se tratar de ação incidental de natureza constitutiva em que se cria nova situação jurídica por meio da qual se visa à responsabilidade patrimonial dos sócios quanto ao pagamento do débito. Por se tratar de um incidente caracterizado pelo contraditório e por eventual dilação probatória acerca do pedido de desconsideração da personalidade jurídica, concedo prazo de 15 (quinze) dias para que o exequente requeira através de Incidente a desconsideração da personalidade jurídica, devendo os sócios serem qualificados de forma minudente, atendendo o disposto no art.319, do novo CPC .

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0605231-07.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Ademar Peixoto da Silva - REQUERIDO: Banco Pan S/A - DECIDO. Em face do exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC, para: I - DECLARAR a revisão do Contrato de empréstimo pessoal de fls. 18-20, para estipular, respectivamente, os juros em 1,77% ao mês; II - CONDENAR a Requerida na restituição da diferença entre o valor pago e o valor a ser calculado com a revisão das cláusulas contratuais, a qual se efetivará em liquidação, devendo o valor ser corrigido monetariamente com juros legais a partir do seu adimplemento, nos moldes da Súmula n. 54, do STJ. Condeno a requerida ao pagamento das despesas e dos honorários advocatícios, que fixo em 10% do valor atualizado da condenação, nos termos do art. 85, § 2º, do CPC. P.R.I. Intime-se.

ADV: FÁBIO LEITE NOBRE (OAB 11149/AM) - Processo 0605743-87.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Marcelo Batista Gama - RH. Diga o autor como deseja prosseguir com o feito em 15 quinze) dias, inclusive, manifestando-se sobre a(s) pesquisa(s) no(s) sistema(s) judiciário(s). Intime-se. Manaus, 30 de agosto de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: MAYRA DE CASTRO MAIA FLORÊNCIO (OAB 11740/PB) - Processo 0606928-63.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Compra e Venda - REQUERENTE: Amazon Combustíveis para Veículos e Construções Ltda - R. H. Afigura-se cabível o julgamento antecipado da lide, considerando a revelia do requerido (CPC, art. 355, II) . Publique-se. Decorrido o prazo sem manifestação recursal, voltem-me os autos conclusos para sentença. Manaus, 30 de agosto de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM) - Processo 0607664-81.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Residencial Nascentes do Tarumã - R. H. Defiro o pedido de expedição de Mandado de fls. 178. Intime-se o Requerente para realizar o pagamento referente as custas do Oficial de Justiça, mediante impressão do boleto bancário diretamente no site do TJ/AM (http://www.tjam.Jus.br/). Após, comprovado o pagamento, expeça-se Mandado para o endereço indicado. Cumpra-se.

ADV: MARCOS PAULO MOURA LUZ (OAB 10868/AM) - Processo 0609285-21.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: BRYAN RODRIGO SANTOS DA SILVA e outro - R.H. Processo em fase de cumprimento de sentença. Intime-se o autor para manifestar interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção e arquivamento.

ADV: CRISTIANE FURLIN CAVALCANTE (OAB 6970/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: FREDERICO MORAES BRACHER (OAB 7311/AM), ADV: ALICE DA SILVA WELGERT (OAB 12614/AM) - Processo 0613082-34.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: Condomínio Amazonas - RH. Diga o autor como deseja prosseguir com o feito em 15 quinze) dias, inclusive, manifestando-se sobre a(s) pesquisa(s) no(s) sistema(s) judiciário(s). Intime-se. Manaus, 30 de agosto de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0614059-89.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cessão de Crédito - REQUERENTE: Híbrida Indústria de Materiais Termoplásticos Ltda - Vistos, Defiro nova expedição de carta precatória independente do pagamento de custas.

ADV: RENAN DE SOUZA SALGADO (OAB 9691/AM), ADV: LUCIANA VIEIRA DA ROSA SIQUEIRA (OAB 120373/RJ), ADV: FRANK FIGUEIREDO CÉSAR (OAB 6560/AM), ADV: NAYANNE PIRES CÉSAR (OAB 7782/AM), ADV: MARCOS ANTÔNIO BRANDÃO SAMPAIO (OAB 1863/AM) - Processo 0615014-91.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Erro Médico - REQUERENTE: Thanany Marcela Fuzari - REQUERIDO: Carlos Jorge Cury Mansilla - LITSPASSIV: Incor - Instituto do Coração do Amazonas Ltda. - R.H. Designe-se audiência de Instrução e Julgamento para o dia 15/10/2019 às 10:00h. Defiro prazo comum de 10 dias para as partes apresentarem o rol de testemunhas, contendo no máximo três (03) testemunhas por parte, as quais devem comparecer independente de intimação, nos termos do art. 357, §§4º, 6º e 7º do CPC.

ADV: MIGUEL DE HOLANDA VITAL (OAB 900399AM) - Processo 0617803-92.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: Francisco Deodato Guimarães - Indefiro o pedido. Isso porque o Requerido sequer foi citado/intimado para o cumprimento da liminar deferida. Logo, se não tem ciência da decisão não há como haver descumprido, requisito para que a multa se torne devida (art. 537, § 4º do CPC). Em análise aos autos, oberva-se que a parte final da decisão interlocutória de fls. 39/41 é clara ao dispor: "INTIME-SE para cumprimento da liminar e CITE-SE, para, em querendo, oferecer Contestação no prazo de 15 dias, que passará a contar nos termos do art. 335 do CPC, sob pena de revelia e confissão (art. 344 do CPC). EXPEÇA-SE o respectivo mandado, mediante o pagamento das custas do Oficial de Justiça". A expedição de mandado para intimação do Requerido para cumprimento da liminar ficou, portanto, condicionada ao pagamento por parte do Requerente das custas do Oficial de Justiça. Todavia, o Requerente não realizou o referido pagamento, de modo que não foi expedido o mandado. Observa-se que a carta de citação de fls. 45 não contém em seu teor a determinação para cumprimento da liminar, somente a citação para querendo apresentar defesa e as advertências devidas, bem como intimação da audiência preliminar conciliatória. Ademais, sequer foi aperfeiçoada a citação, pois a carta em comento foi devolvida em virtude de endereço desconhecido, conforme AR negativo de fls. 58. Assim, não tendo sido o Requerido devidamente intimado acerca da decisão para o cumprimento da liminar, não há que se falar em multa. Sendo assim, INTIME-SE o Requerente para manifestar-se acerca do AR negativo de fls. 58, requerendo o que de direito a fim de viabilizar a citação do Requerido, bem como sua intimação para cumprimento da decisão de fls. 39/41, devendo indicar novo endereço para a diligência e proceder ao pagamento das custas do Oficial de Justiça para expedição do mandado, tudo dentro do prazo de 10 (dez) dias. Intime-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0618908-80.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - RH. Diga o autor como deseja prosseguir com o feito em 15 quinze) dias, inclusive, manifestando-se sobre a(s) pesquisa(s) no(s) sistema(s) judiciário(s). Intime-se. Manaus, 30 de agosto de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG) - Processo 0618963-31.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - RH. Diga o autor como deseja prosseguir com o feito em 15 quinze) dias, inclusive, manifestando-se sobre a(s) pesquisa(s) no(s) sistema(s) judiciário(s). Intime-se. Manaus, 30 de agosto de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: PAULO LUIZ DA SILVA MATTOS (OAB 7688/SC), ADV: CELIO DALCANALE (OAB 9970/SC), ADV: JONATTAN ROCHA (OAB 40223SC) - Processo 0619278-88.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - REQUERENTE: Neki Confecções Ltda. - RH. Diga o autor como deseja prosseguir com o feito em 15 quinze) dias, inclusive, manifestando-se sobre a(s) pesquisa(s) no(s) sistema(s) judiciário(s). Intime-se. Manaus, 30 de agosto de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0620104-17.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - RH. Diga o autor como deseja prosseguir com o feito em 15 quinze) dias, inclusive, manifestando-se sobre a(s) pesquisa(s) no(s) sistema(s) judiciário(s). Intime-se. Manaus, 30 de agosto de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0623176-75.2017.8.04.0001 - Petição Cível - Desconsideração da Personalidade Jurídica - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Intime-se o Executado, por meio de seu respectivo patrono, para, querendo, impugnar o Auto de Penhora acima, no prazo de 05 (cinco) dias conforme art. 854, §3º do CPC.

ADV: SÍLVIO BENEDICTO ABIBE ARANHA FILHO (OAB 11956/AM), ADV: PAULO SÉRGIO DE MENEZES (OAB 54542/MG), ADV: JOÃO NOGUEIRA DE MENEZES (OAB 10849/MG) - Processo 0624148-50.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: ANTONIO DIVINO DA CRUZ - RH. Diga o autor como deseja prosseguir com o feito em 15 quinze) dias, inclusive, manifestando-se sobre a(s) pesquisa(s) no(s) sistema(s) judiciário(s). Intime-se. Manaus, 30 de agosto de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0624802-95.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - R.H. Nos termos da Lei 4.408/2016 que Regulamenta as custas judicias

no âmbito do Poder Judiciário e em conformidade com a tabela 04- Despesas de Processamento Eletrônico, item 09, onde consta "Requisição de informações por meio eletrônico para efetivação de penhora, arresto e obtenção de dados (POR ATO)", no valor de R$ 14,98 (quatorze reais e noventa e oito centavos), Defiro BACENJUD/RENAJUD/INFOJUD (localização de endereços) como requerido, condicionando a consulta ao pagamento do valor. Intime-se o(a) Autor(a) a providenciar o pagamento por intermédio da Guia de Recolhimento próprio, disponibilizada no sitio virtual do Tribunal de Justiça do Amazonas (http://www.tjam.jus.br), com a devida comprovação nos autos. Cumpra-se. Manaus, 30 de agosto de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: SIDNEY JOSÉ VIEIRA DE SOUZA (OAB 5798/AM), ADV: WALTER SIQUEIRA BRITO (OAB 4186/AM), ADV: ROBERTA NINA ALCÂNTARA BARROSO (OAB 12189/AM), ADV: ENYSSON ALCÂNTARA BARROSO (OAB 5097/AM) - Processo 0625076-59.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Cleutomar Cabral do Carmo - REQUERIDO: Hbm Assessoria de Crédito Ltda - Heberty Batista de Moura - Reinaldo Jerônimo de Moura Junior - Confiance Recuperadora de Crédito Eireli-me - Núbia Terezinha Miranda de Carvalho - Cyntia Valéria Belo Pereira - Jornal A Crítica - Empresa de Jornais Calderaro Ltda - Ante o exposto e tudo mais que dos autos consta, DECLARO EXTINTA, nos termos do Art. 485, III e IV do CPC. Certificado o trânsito em julgado, dê-se baixa na Distribuição e arquive-se. P. R. I. Cumpra-se.

ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ), ADV: LUCÉLIA GOMES RODRIGUES DE SOUZA (OAB 10142/AM) - Processo 0627702-51.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Osvaldo Leandro de Lima - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Vistos, Remeto os autos ao Com o Cejusc para nova perícia.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0628066-86.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - R.H Defiro expedição de Carta de Citação no endereço indicado de fl. 77. Intime-se o(a) Autor(a) a providenciar o pagamento das despesas postais, por intermédio da Guia de Recolhimento próprio, disponibilizada no sitio virtual do Tribunal de Justiça do Amazonas (http://www.tjam.jus.br), com a devida comprovação nos autos, para que assim possa ser expedida a devida carta. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG) - Processo 0628142-13.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - R.H Defiro expedição de Carta de Citação no endereço indicado de fl. 84. Intime-se o(a) Autor(a) a providenciar o pagamento das despesas postais, por intermédio da Guia de Recolhimento próprio, disponibilizada no sitio virtual do Tribunal de Justiça do Amazonas (http://www.tjam.jus.br), com a devida comprovação nos autos, para que assim possa ser expedida a devida carta. Cumpra-se.

ADV: JOÃO VICTOR PEREIRA MARTINS DA SILVA (OAB 8726/AM), ADV: NILSON CORONIN (OAB 1925/AM) - Processo 0628341-40.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: Nejmi Jomaa Abdel Aziz - RH. Diga o autor como deseja prosseguir com o feito em 15 quinze) dias, inclusive, manifestando-se sobre a(s) pesquisa(s) no(s) sistema(s) judiciário(s). Intime-se. Manaus, 30 de agosto de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: STEPHANY MARY FERREIRA RÉGIS DA SILVA (OAB 53612/PR), ADV: LUCIANA SEZANOWSKI MACHADO (OAB 25276/PR) - Processo 0630601-95.2013.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco CNH Industrial Capital S/A - REQUERIDO: J REBELO DISTRIBUIDORA DE GÁS E BEBIDAS LTDA EPP - JANDER CLEITON REBELO GONCALVES - Kelly Daiane Freitas de Souza - Sendo assim, CONVERTO a presente ação de busca e apreensão em execução por quantia certa. Procedam-se as alterações pertinentes no SAJ. Fixo os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) do valor do débito. Ante o disposto no artigo 798, b, do CPC, apresente o credor demonstrativo atualizado do seu crédito, no prazo de 10 (dez) dias e, decorrido com aproveitamento. Remeto os autos à contadoria para calculo de custas. Intime-se o Autor para pagar as custas processuais complementares, se existirem, no prazo de 15(quinze) dias. Após, proceda-se a inclusão dos avalistas no polo passivo. cite-se a parte demandada, executivamente, na forma do art. 829 do CPC, para, no prazo de 03 dias, efetuar o pagamento da dívida, após recolhimento das custas judiciais para o ato. Não efetuado o pagamento no prazo, o Sr. Oficial de Justiça deverá proceder à penhora de bens, avaliando-os e lavrando auto respectivo, do qual o executado deverá ser imediatamente intimado, observando eventuais bens já indicados pelo credor. Cientifique-se a parte executada de que, independentemente da realização da penhora, poderá opor-se à execução por meio de embargos, no prazo de 15 dias, contados da juntada aos autos do mandado de citação, na forma do artigo 915 do Código de Processo Civil. No prazo para embargos, reconhecendo o crédito do exeqüente e comprovando o depósito de 30% (trinta por cento) do valor em execução, inclusive custas e honorários de advogado, o executado poderá requerer seja admitido a pagar o restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês (Art. 916 do CPC). Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: NATANIEL PEREIRA MASSULO (OAB 12038/AM) - Processo 0630644-22.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Celcy da Silva Cabral e outro - R.H Defiro expedição de Carta de Citação no endereço indicado nas fls. 57/58. Intime-se o(a) Autor(a) a providenciar o pagamento das despesas postais, por intermédio da Guia de Recolhimento próprio, disponibilizada no sitio virtual do Tribunal de Justiça do Amazonas (http://www.tjam.jus.br), com a devida comprovação nos autos, para que assim possa ser expedida a devida carta. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0631576-10.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - RH. Diga o autor como deseja prosseguir com o feito em 15 quinze) dias, inclusive, manifestando-se sobre a(s) pesquisa(s) no(s) sistema(s) judiciário(s). Intime-se. Manaus, 30 de agosto de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0632326-85.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - R.H. Indefiro expedição de ofício aos Cartórios de Registro de Imóveis por falta de efetivação na medida. Por outro lado, Defiro a pesquisa ERIDFT. Nos termos da Lei 4.408/2016 que Regulamenta as custas judicias no âmbito do Poder Judiciário e em conformidade com a tabela 04- Despesas de Processamento Eletrônico, item 09, onde consta "Requisição de informações por meio eletrônico para efetivação de penhora, arresto e obtenção de dados (POR ATO)", no valor de R$ 14,98 (quatorze reais e noventa e oito centavos), condicionando a consulta ao pagamento do valor. Intime-se o(a) Autor(a) a providenciar o pagamento por intermédio da Guia de Recolhimento próprio, disponibilizada no sitio virtual do Tribunal de Justiça do Amazonas (http://www.tjam.jus.br), com a devida comprovação nos autos. Cumpra-se. Manaus, 30 de agosto de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB A1109/AM) - Processo 0633984-76.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Vistos, Defiro o pedido de expedição de carta de citação. Expeça-se para o endereço indicado as fls. 94. Custas já recolhidas. Expeça-se. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0634807-50.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - RH. Diga o autor como deseja prosseguir com o feito em 15 quinze) dias, inclusive, manifestando-se sobre a(s) pesquisa(s) no(s) sistema(s) judiciário(s). Intime-se. Manaus, 30 de agosto de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: FLÁVIO QUEIROZ DE SOUZA PAULA (OAB 10036/AM), ADV: TATIANE CRISTINA DE MELO SANTOS (OAB 225893/SP) - Processo 0635781-87.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Francisco Batista de Souza Veículos - Me - REQUERIDO: Rosana Lima Rodrigues e outro - Vistos, Intime-se a parte autora para providenciar a citação da primeira requerida, ou requerer o que entender de direito, uma vez que é ato indispensável para o andamento do processo, nos termos do art. 239, do CPC, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção e arquivamento.

ADV: ALLANI PRISCILA ARAÚJO CARDOSO DA SILVA (OAB 4537/AM), ADV: MARIA APARECIDA DA SILVA LIMA (OAB 12023/AM), ADV: DOUGLLAS DOURO CARVALHO (OAB 2953/TO), ADV: JÉSSICA LÍLIAN DA COSTA ALVES (OAB 47135/DF), ADV: RÚBIA DE SOUZA (OAB 29813/DF) - Processo 0636155-35.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Humberto Leão Menezes - REQUERIDO: Hospital Adventista de Manaus - Vistos, Intime-se a requerida para depositar os honorários periciais, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO (OAB 89774/SP), ADV: FLÁVIO NEVES COSTA (OAB 153447/SP), ADV: JONATHAN MIKE GONÇALVES DE CASTRO (OAB 410812/SP) - Processo 0636848-19.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Santander Brasil S/A - Vistos, Defiro pedido de dilação do prazo por 20 (vinte) dias.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: DILSON VICENTE SEADE DOURADO (OAB 12796/AM) - Processo 0637757-32.2016.8.04.0001 - Monitória - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: Dourado e Dourado Serviços de Transportes e Eventos Ltda. - Dilson Vicente Seade Dourado - Evelon dos Santos Dourado - Pelo exposto, REJEITO os Embargos à Monitória e, por consequência, JULGO PROCEDENTES os pedidos da inicial a fim de constituir de pleno direito o título executivo judicial, na importância de R$ 362.693,93 (trezentos e sessenta e dois mil, seiscentos e noventa e três reais e noventa e três centavos), então representado pelos documentos escritos nos autos, corrigidos monetariamente a partir do ajuizamento da ação e com a incidência de juros moratórios (1% ao mês) a partir da citação. Face à sucumbência, condeno ainda os Embargantes/Requeridos ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo em 10% (dez por cento) sobre o montante de condenação, com fulcro no artigo 85, parágrafo 2º, do mesmo Código. Oportunamente, prossiga-se observando o disposto no Título II do Livro I da Parte Especial do CPC/2015, no que for cabível (artigo 702, § 8º do CPC). P.R.I.Cumpra-se.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0642993-91.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Mapfre Seguros Gerais S.a. - REQUERIDO: Alailson Coelho Roberto - Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial, extinguindo o feito com resolução de mérito, com fulcro no artigo 487, I, do Código de Processo Civil, para consolidar em favor da autora a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem descrito na petição inicial, ficando-lhe facultada a venda, na forma do artigo 3º, § 1º, do Decreto-Lei nº 911/69. Face o ônus da sucumbência, condeno a Requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, este último fixo em R$ 200,00, nos termos do art. 85, § 2°, do Código de Processo Civil. Em cumprimento ao disposto no artigo 2º do Decreto-Lei nº 911/69, comunique-se ao Detran que a autora está autorizada a proceder à transferência do veículo a terceiros que indicar. Servirá a presente sentença, por cópia impressa, como OFÍCIO, que deverá ser instruído com as cópias necessárias. Oportunamente, arquivem-se os autos. Publique-se e intime-se

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0643062-60.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Intime-se o Executado, por meio de seu respectivo patrono, para, querendo, impugnar o Auto de Penhora acima, no prazo de 05 (cinco) dias conforme art. 854, §3º do CPC.

ADV: LUIZA HELENA RIBEIRO SIMONETTI CABRAL (OAB 3502/AM), ADV: WALDERY JUNIO MARQUES DE MESQUITA (OAB 10714/AM), ADV: LUNA DE SOUZA FERNANDES (OAB 12663/AM), ADV: ELLEN CAROLINA LIMA COLARES (OAB 11239/AM) - Processo 0646162-23.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Condomínio Habitacional do Conjunto Tocantins 2º Etapa - R.H. Nos termos da Lei 4.408/2016 que Regulamenta as custas judicias no âmbito do Poder Judiciário e em conformidade com a tabela 04- Despesas de Processamento Eletrônico, item 09, onde consta "Requisição de informações por meio eletrônico para efetivação de penhora, arresto e obtenção de dados (POR ATO)", no valor de R$ 14,98 (quatorze reais e noventa e oito centavos), Defiro BACENJUD/RENAJUD/E-RIDFT como requerido, condicionando a consulta ao pagamento do valor. Intime-se o(a) Autor(a) a providenciar o pagamento por intermédio da Guia de Recolhimento próprio, disponibilizada no sitio virtual do Tribunal de Justiça do Amazonas (http://www.tjam.jus.br), com a devida comprovação nos autos. Cumpra-se. Manaus, 30 de agosto de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: HERBERT BRUNO MAGALHÃES ASSIS (OAB 10348/AM) - Processo 0646503-78.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Raimunda Bento Pereira - Isso posto, considerando o preenchimento dos requisitos do art. 300, do CPC, DEFIRO o pedido de RESTABELECIMENTO do fornecimento de Água no imóvel da autora de matricula nº 2184699-5, conforme endereço constante da inicial, que deverá ser realizado no prazo de 72 horas, sob pena de multa que fixo em R$ 1.000,00 (mil reais) dia, limitados a 30 (trinta) dias/multa. Defiro ainda do pedido para que a requerida se abstenha de inserir o nome da autora nos órgãos de proteção ao crédito referente as faturas objeto da lide. Expeça-se mandado de intimação para cumprimento da antecipação da tutela. CITE-SE e INTIME-SE, o requerido para oferecer Contestação no prazo de 15 dias, que passará a contar nos termos do art. 335 do CPC, sob pena de revelia e confissão (art. 344 do CPC). REMETAM-SE os autos ao CEJUSC-Cível (Centros Judiciários de Solução de Conflitos) para realização de audiência preliminar de conciliação, conforme previsão do art. 334 c/c 165, ambos do CPC. Defiro o benefício da Justiça Gratuita integral.

ADV: HUMBERTO ROSSETTI PORTELA (OAB 91263/MG) - Processo 0646608-55.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Portela, Lima & Colen Sociedade de Advogados - R.H. A petição inicial preenche os requisitos do art. 319 e 320 do CPC. Expeça-se Carta de CITAÇÃO para o pagamento no valor de R$ 38.378,08 acrescido dos honorários advocatícios, que fixo em 5% do valor atribuído a causa, conforme previsão do art. 701, caput do CPC, no prazo de quinze (15) dias, dele constando que, nesse prazo: I - cumprido o mandado ficará o réu isento do pagamento de custas; II - poderá o réu oferecer embargos, com suspensão da eficácia do mandado inicial; III - não ocorrendo o pagamento ou a interposição de embargos no prazo fixado, o mandado de pagamento constituir-se-á de pleno direito em título executivo judicial. Advirta-se o requerido que não sendo contestada a ação, presumir-se-ão verdadeiros os fatos narrados pelo autor, nos termos do art. 344 do NCPC. Conste ainda, observação quanto a data de início de apresentação do embargos monitórios, nos termos do art. 335 do CPC.

ADV: ALAN AUGUSTO DE SOUZA SANTOS (OAB 14742/AM) - Processo 0646644-97.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Liane Panza Serrão - R.H. A petição inicial preenche os requisitos do art. 319 e 320 do CPC. Inicialmente, defiro a Gratuidade de Justiça integral Acautelo-me quanto a concessão da tutela de urgência que poderá ser apreciada após o contraditório. REMETAM-SE os autos ao CEJUSC-Cível (Centros Judiciários de Solução de Conflitos) para realização de audiência preliminar de conciliação, conforme previsão do art. 334 c/c 165, ambos do CPC. CITE-SE e INTIME-SE, o requerido para oferecer Contestação no prazo de 15 dias, que passará a contar nos termos do art. 335 do CPC, sob pena de revelia e confissão (art. 344 do CPC).

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0646659-66.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - Deflui da análise da inicial que a liminar vindicada faz-se necessária diante da hipótese vertente, visto que a mora do devedor se encontra evidenciada nos autos. Intime-se a parte interessada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove

o recolhimento das custas referentes às diligências requeridas, quais sejam: mandado de citação, com busca e apreensão, e bloqueio do veículo objeto da lide por meio do sistema RENAJUD, tudo nos termos da Portaria 116/2017 da Presidência desta Corte, se não for a parte interessada beneficiária da justiça gratuita total. Após juntada de comprovante de recolhimento de custas, defiro liminarmente a Busca e Apreensão do bem indicado na vestibular, tudo com fundamento no caput do art. 3º, do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, nomeando, ainda, como fiel depositário do bem litigioso, representante legal do requerente. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Não recolhidos os respectivos emolumentos, ou, ainda, na hipótese de o autor não envidar esforços no sentido de localizar o demandado, autorizo, desde já, seja intimado o banco requerente, pelo órgão oficial, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, IV e VI, do CPC. Paralelamente, se o veículo alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, intime-se o autor para que, no prazo de quinze dias, requeira, nos mesmos autos, a conversão do pedido de busca e apreensão em ação executiva, tudo na forma do art. 4º do Decreto-Lei 911/69, sob pena de extinção por ausência de emenda à exordial, ex vi dos arts. 321, parágrafo único, e 330, IV, ambos do CPC. Uma vez cumprida a liminar, cite-se a parte ré para que no prazo de 05 (cinco) dias pague a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, condição em que o bem ser-lhe-á restituído livre do ônus, ex vi do art. 3º, §2º, do Decreto-Lei nº 911/69, ou, querendo, ainda que quitado débito, apresente resposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da execução da liminar, na forma do art. 3º, §3º do mesmo repositório legal. Cientifique-se o requerido de que a referida resposta poderá ser apresentada ainda que tenha pago a integralidade da dívida, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição, conforme art. 3º, §4º, do Decreto-Lei no. 911/69. Autorizo o Sr. Meirinho a proceder na forma prevista no art. 212, parágrafo 2º, do Diploma Processual Civil. Advirto o banco credor de que, durante o prazo de cinco dias previsto no §1º do art. 3º do Decreto-Lei 911/69, não deverá alienar o bem dado em garantia, sob pena de eventual incidência dos §§6º e 7º da indigitada lei. Recolhidas as custas de diligências do(a) Sr.(a) Oficial(a) de Justiça, expeça-se mandado.

ADV: LEYLA VIGA YURTSEVER (OAB 3737/AM) - Processo 0647231-56.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Compra e Venda - REQUERENTE: L. S. M. Comércio de Alimentos e Navegação Ltda. - Me - RH. Diga o autor como deseja prosseguir com o feito em 15 quinze) dias, inclusive, manifestando-se sobre a(s) pesquisa(s) no(s) sistema(s) judiciário(s). Intime-se. Manaus, 30 de agosto de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: JAMILE RIBEIRO DA SILVA (OAB 4977/AM) - Processo 0651494-34.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Sociedade Amazonense de Educação e Cultura Ltda. - SAMEC - EXECUTADA: Jaqueline da Silva Nascimento - Ante o exposto e tudo mais que dos autos consta, DECLARO EXTINTA a presente Execução de Título Extrajudicial/PROC, ajuizada por Sociedade Amazonense de Educação e Cultura Ltda. - SAMEC, contra Jaqueline da Silva Nascimento e o faço nos termos do Art. 267, III c/c 598, do CPC. Certificado o trânsito em julgado, dê-se baixa na Distribuição, desentranhem-se os documentos e arquive-se. P. R. I. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 737A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598/AM) - Processo 0653520-05.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - R.H. Nos termos da Lei 4.408/2016 que Regulamenta as custas judicias no âmbito do Poder Judiciário e em conformidade com a tabela 04- Despesas de Processamento Eletrônico, item 09, onde consta "Requisição de informações por meio eletrônico para efetivação de penhora, arresto e obtenção de dados (POR ATO)", no valor de R$ 14,98 (quatorze reais e noventa e oito centavos), Defiro BACENJUD/RENAJUD/INFOJUD (localização de endereços) como requerido, condicionando a consulta ao pagamento do valor. Intime-se o(a) Autor(a) a providenciar o pagamento por intermédio da Guia de Recolhimento próprio, disponibilizada no sitio virtual do Tribunal de Justiça do Amazonas (http://www.tjam.jus.br), com a devida comprovação nos autos. Cumpra-se. Manaus, 30 de agosto de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

Acácio Fernandes Roboredo (OAB 89774/SP)
Adna Lima da Silva (OAB 11171/AM)
Alan Augusto de Souza Santos (OAB 14742/AM)
Alexandra Thereza Zangerolame (OAB 3098/AM)
Alexandre Oliveira de Araújo (OAB 7201/AM)
Alice da Silva Welgert (OAB 12614/AM)
Allani Priscila Araújo Cardoso da Silva (OAB 4537/AM)
ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Antonio Sampaio Nunes (OAB 3912AM)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Bruno Rodrigo Vale Palheta (OAB 7932/AM)
Cauê Tauan de Souza Yaegashi (OAB 357590/SP)
Celio Dalcanale (OAB 9970/SC)
Celso de Faria Monteiro (OAB 1080A/AM)
Celso Valério França Vieira (OAB 3886/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Cristiane Furlin Cavalcante (OAB 6970/AM)
Dilson Vicente Seade Dourado (OAB 12796/AM)
Douglas Rui Pessoa Reis Aguiar (OAB 11441/AM)
Dougllas Douro Carvalho (OAB 2953/TO)
Ellen Carolina Lima Colares (OAB 11239/AM)
Enysson Alcântara Barroso (OAB 5097/AM)
Fábio Leite Nobre (OAB 11149/AM)
Flávio Neves Costa (OAB 153447/SP)
Flávio Queiroz de Souza Paula (OAB 10036/AM)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Frank Figueiredo César (OAB 6560/AM)
Frederico Moraes Bracher (OAB 7311/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Hanna Tavares Cunha (OAB 10417/AM)
Herbert Bruno Magalhães Assis (OAB 10348/AM)
Humberto Rossetti Portela (OAB 91263/MG)
Igor Matheus Weil Pessôa da Silva (OAB 5764/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Ribeiro Alves (OAB 5270/AM)
Jamile Ribeiro da Silva (OAB 4977/AM)
Jéssica Lílian da Costa Alves (OAB 47135/DF)
João Nogueira de Menezes (OAB 10849/MG)
João Victor Pereira Martins da Silva (OAB 8726/AM)
Jonathan Mike Gonçalves de Castro (OAB 410812/SP)
JONATTAN ROCHA (OAB 40223SC)
José Augusto de Rezende Júnior (OAB A1109/AM)
José Carlos Van Cleef de Almeida Santos (OAB 273843/SP)
José Luís Cantuária dos Reis (OAB 2896/AM)
Laura Maria Santiago Lucas (OAB 4872/AM)
Laura Maria Santiago Lucas (OAB 4872AM)
Leyla Viga Yurtsever (OAB 3737/AM)
Lucélia Gomes Rodrigues de Souza (OAB 10142/AM)
Luciana Sezanowski Machado (OAB 25276/PR)
Luciana Vieira da Rosa Siqueira (OAB 120373/RJ)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 104147/MG)
Luiza Helena Ribeiro Simonetti Cabral (OAB 3502/AM)
Luna de Souza Fernandes (OAB 12663/AM)
Magda Luiza Rigodanzo Egger de Oliveira (OAB A1271/AM)
Marcos Antônio Brandão Sampaio (OAB 1863/AM)
Marcos Paulo Moura Luz (OAB 10868/AM)
Maria Aparecida da Silva Lima (OAB 12023/AM)

Marili Daluz Ribeiro Taborda (OAB 727/AM)
Mayra de Castro Maia Florêncio (OAB 11740/PB)
MIGUEL DE HOLANDA VITAL (OAB 900399AM)
Nataniel Pereira Massulo (OAB 12038/AM)
Nayanne Pires César (OAB 7782/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Nilson Coronin (OAB 1925/AM)
Paulo Luiz da Silva Mattos (OAB 7688/SC)
Paulo Sérgio de Menezes (OAB 54542/MG)
Pedro de Araújo Ribeiro (OAB 6935/AM)
Péricles Duarte de Souza Júnior (OAB 4808/AM)
Priscilla de Oliveira Gomes (OAB 8623/AM)
Priscilla Jimenes Del Guerra (OAB 204205/SP)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 737A/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Renan de Souza Salgado (OAB 9691/AM)
Renato André da Costa Monte (OAB 4435/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberta Nina Alcântara Barroso (OAB 12189/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG)
Rúbia de Souza (OAB 29813/DF)
Sidney José Vieira de Souza (OAB 5798/AM)
Sílvio Benedicto Abibe Aranha Filho (OAB 11956/AM)
Sônia Maria Cansanção da Silva (OAB 2431/AM)
Stephany Mary Ferreira Régis da Silva (OAB 53612/PR)
Suzana Pinto Lorenzoni (OAB 9155/AM)
Tatiane Cristina de Melo Santos (OAB 225893/SP)
Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB 3696/AM)
Waldery Junio Marques de Mesquita (OAB 10714/AM)
Walter Siqueira Brito (OAB 4186/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO ROSSELBERTO HIMENES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ADILSON JOSÉ DA SILVA OLIVEIRA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0192/2019

ADV: ADNEY FERREIRA GAMA (OAB 4170/AM), ADV: CRISTIANE ROSEIRO PEREZ (OAB 4151/AM), ADV: LEONARDO DE BORBOREMA BLASCH (OAB 002.997/AM) - Processo 0027784-93.2002.8.04.0001 (001.02.027784-0) - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Serviço Social do Comércio - Sesc - REQUERIDA: Real Previdência Ltda e Seguros S/A - R.H Defiro o desarquivamento para copia. Processo fisico de 202.

ADV: ABSALÃO GONZALES JÚNIOR (OAB 3278/AM), ADV: ADONIS MACIEL PAES (OAB 8865/AM) - Processo 0621811-83.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Wesller Alves da Cruz - EXECUTADO: José Tadeu de Souza Teles - Vistos, etc Considerando a reconvenção de fls. 39/45, determino que o requerido proceda ao recolhimento das custas no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de não apreciação do pedido. Após, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: ANDRÉA ELDA REIS MENDONÇA (OAB 4255/AM) - Processo 0707976-12.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Roseane Silveira de Araujo - REQUERIDO: Auto Viação Vitória Régia Ltda. - GLOBAL GNZ - Vistos, etc. Por hora indefiro o pedido de fls. 685. Aguarde-se a resposta do oficio retro no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data em que foi protocolizado o referido oficio. Decorrido o prazo sem manifestação por parte dos órgãos oficiados, reitere-se o oficio, determinando o bloqueio do valor indicado pelo credor, acrescido das custas processuais no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de bloqueio via BACENJUD. Ressalto que a parte autora deve diligenciar junto ao órgão para agilizar o cumprimento do oficio, juntando nos autos a resposta do mesmo. Intime-se o autor. Manaus, 30 de agosto de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: DEBORAH MOREIRA DA COSTA SOUZA (OAB 4956/AM), ADV: APOENA MOREIRA DA COSTA (OAB 4055/AM) - Processo 0718855-78.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Assinatura Básica Mensal - REQUERENTE: PLASTIFLEX EMPREENDIMENTOS DA AMAZONIA LTDA - REQUERIDO: VIVO S/A - Vistos, etc Defiro BACENJUD como requerido às fls. 266/268, após o recolhimento das custas do ato processual.

Absalão Gonzales Júnior (OAB 3278/AM)
Adney Ferreira Gama (OAB 4170/AM)
Adonis Maciel Paes (OAB 8865/AM)
Andréa Elda Reis Mendonça (OAB 4255/AM)
Apoena Moreira da Costa (OAB 4055/AM)
Cristiane Roseiro Perez (OAB 4151/Am)
Deborah Moreira da Costa Souza (OAB 4956/AM)
Leonardo de Borborema Blasch (OAB 002.997/AM)

8ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0275/2019

ADV: ANA CRISTINA DA SILVEIRA GOMES DE FREITAS (OAB 5763/AM) - Processo 0235665-44.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Alfredo Ferreira - De ordem, intimo a parte autora para, no prazo de 15 dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos (fls. 24/35).

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0605621-74.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Obrigações - REQUERENTE: Ipiranga Produtos de Petróleo S/A - De ordem, intimo a parte Exequente para especificar em quais endereços cada Executado deverá ser citado, quais sejam, INOVARE- Consultoria, Serviços, Porjetos e Comércio Ltda e Willian Gadelha da Costa. Oportunamente, intimo a parte Exequente para juntar aos autos documentos comprobatórios acerca da representatividade legal do Sr. Romerito da Costa Almeida na empresa WG- Comércio Varejista de Combustíveis e Lubrificantes para Veículos Ltda.

ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE (OAB 819/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO FIGUEIREDO DE ANDRADE (OAB 6566/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE & FILHOS - ADVOGADOS (OAB 46/AM), ADV: MARCOS ANTÔNIO VÍTOR DA SILVA (OAB 7841/AM) - Processo 0619042-05.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Seguro - REQUERENTE: Edilberto Leonã Nascimento Cavalcante - REQUERIDO: Bradesco Vida e Previdência S/A - De ordem, em razão do pagamento referente as custas processuais, encaminho os presentes autos para a baixa.

ADV: IVANA DA CUNHA LEITE RUIZ (OAB 4814/AM), ADV: ARNOLDO BENTES COIMBRA (OAB 345/AM), ADV: DANIEL SANTOS DE ANDRADE (OAB 6733/AM) - Processo 0620408-50.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Hellen Áurea Lima Kohashi - REQUERIDO: Habitec Habitação e Construção Ltda. - De ordem, em razão do pagamento referente as custas processuais, encaminho os presentes autos para a baixa.

ADV: FLÁVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA (OAB 109730/MG), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: HENRIQUE LIMA MARINHEIRO (OAB 9324/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: MARCELO TOSTES DE CASTRO MAIA (OAB 63440/MG), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: ANTÔNIO PRAIA CALDAS (OAB 9546/AM) - Processo 0624749-51.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Francisco Assunção Baia da Silva - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, em razão do pagamento referente as custas processuais, encaminho os presentes autos para a baixa.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0625331-17.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, intimo a parte apelada para, querendo, oferecer contrarrazões à apelação interposta, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Prazo de quinze dias.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT), ADV: RODRIGO MEDEIROS LÓCIO (OAB 39972/PE), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM) - Processo 0626775-27.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: GENY BRAGA BORGES - REQUERIDO: INSS - Instituto Nacional de Seguro Social e outro - De ordem, fica intimada a parte Executada para que se manifeste acerca do pagamento de RPV. Dê-se vista ao INSS às fls. 284/285.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: ISABELLE DOS SANTOS PERASA RIBEIRO (OAB 12079/AM) - Processo 0640208-59.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Nulidade / Anulação - REQUERENTE: Felipe Franca de Moraes - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, intimo a parte apelada para, querendo, oferecer contrarrazões à apelação interposta, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Prazo de quinze dias.

Ana Cristina da Silveira Gomes de Freitas (OAB 5763/AM)
Antônio Praia Caldas (OAB 9546/AM)
Arnoldo Bentes Coimbra (OAB 345/AM)
Daniel Santos de Andrade (OAB 6733/AM)
Eloi Pinto de Andrade (OAB 819/AM)
Eloi Pinto de Andrade & Filhos - Advogados (OAB 46/AM)
Flávia Almeida Moura Di Latella (OAB 109730/MG)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Henrique Lima Marinheiro (OAB 9324/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabelle dos Santos Perasa Ribeiro (OAB 12079/AM)
Ivana da Cunha Leite Ruiz (OAB 4814/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Marcelo Tostes de Castro Maia (OAB 63440/MG)
Marcos Antônio Vítor da Silva (OAB 7841/AM)
Maria do Perpétuo Socorro Figueiredo de Andrade (OAB 6566/AM)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Rodrigo Medeiros Lócio (OAB 39972/PE)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Molina Porto (OAB 805A/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUIZ(A) DE DIREITO ÁLDRIN HENRIQUE DE CASTRO RODRIGUES

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL RUTH HELENA MENDES MONTEIRO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0276/2019

ADV: JOSÉ ROGÉRIO DE SOUSA MENDES JÚNIOR (OAB 4182/AM), ADV: GERMANO COSTA ANDRADE (OAB 2835/AM), ADV: MARCELO ABDON SOUTO KIZEM (OAB 2138/AM), ADV: DENIZOM MOREIRA DE OLIVEIRA (OAB 9040/AM), ADV: MATHEUS DE SOUZA DEMASI (OAB 11327/AM), ADV: CAROLINA RIBEIRO BOTELHO (OAB 5963/AM), ADV: GABRIEL PRATES DONATO LOPES (OAB 6742/AM), ADV: MARCELO ABDON SOUTO KIZEM (OAB 002.138/AM), ADV: MICHELLE CRISTINE LIMA DE CASTRO (OAB 3997/AM), ADV: ANA LÚCIA DE SOUZA NOGUEIRA (OAB 5054/AM), ADV: RENNALT LESSA DE FREITAS (OAB 8020/AM), ADV: ROSA OLIVEIRA DE PONTES (OAB 4231/AM) - Processo 0009891-21.2004.8.04.0001 (001.04.009891-6) - Cumprimento de sentença - REQUERENTE: Marilia Vasquez Zuazo - REQUERIDO: Rio Claro Trust de Recebiveis S/A - DEFIRO o pedido de fls. 688/689. Expeça-se mandado. Despesas com diligências pela parte exequente. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ RICARDO GOMES DE OLIVEIRA (OAB 5254/AM), ADV: OLAVO CESAR CASTRO MENDES (OAB 513/AM), ADV: FRANCISCO JORGE RIBEIRO GUIMARÃES (OAB 2978/AM), ADV: CRIS DA SILVA PALMEIRA (OAB 7281/AM) - Processo 0202110-22.2008.8.04.0001 (001.08.202110-5) - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Agência de Fomento do Estado do Amazonas S/A - AFEAM - REQUERIDA: Rosiane de Deus Medeiros - Defiro o pedido de fl. 151. Concedo prazo suplementar de dez dias, devendo a Requerente, após o transcurso do mesmo, dar a devida movimentação, independente de nova intimação. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: PEDRO STÊNIO LÚCIO GOMES (OAB 2604/AM), ADV: PAULO CEZAR SANTOS (OAB 4488/AM), ADV: CAMILA MENDES VIANNA CARDOSO (OAB 67677/RJ), ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM) - Processo 0205113-43.2012.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Espécies de Contratos - REQUERENTE: CMA - CGM Societè Anonyme - REQUERIDO: Juan Carlos Funes - Tendo em vista a interposição de cumprimento provisório de sentença por autos apartados, determino a baixa definitiva deste processo. As novas petições devem ser endereçadas para o cumprimento provisório sob o n.º 0622317-25.2018.8.04.0001, sob pena de não serem conhecidas. Cumpra-se.

ADV: ANDERSON DA SILVA QUEIROZ (OAB 7294/AM), ADV: FABRÍCIO DANIEL CORREIA DO NASCIMENTO (OAB 7320/AM), ADV: RODRIGO DA SILVA COSTA (OAB 5386/AM), ADV: RAIMUNDO CARDOSO DOS SANTOS (OAB 73701/RJ) - Processo 0206598-39.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0254217-72.2010.8.04.0001) (processo principal 0254217-72.2010.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Obrigações - EXEQUENTE: C.D. Pinheiro Júnior Comércio - EXECUTADO: Di Felicia Indústria e Comércio de Alimentos Ltda - Considerando o teor da certidão da Sra. Oficiala de Justiça à fl. 126, bem como da petição de fl. 130, de ordem, expeça-se novo mandado nos termos do anteriormente expedido, sem a necessidade de recolhimento de novas custas.

ADV: YURI DANTAS BARROSO (OAB 4237/AM), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: ELAISE MOSS PORTELA (OAB 7689/AM), ADV: PEDRO CÂMARA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 613/AM), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM) - Processo 0601961-72.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cooperativa - REQUERENTE: M.M.D. - REQUERIDO: U.M.C.T.M. - Vistos e examinados. Em atenção a petição de fl. 753, DESIGNO o DIA 17 de setembro de 2019, às 15:00 horas, para início da realização da Perícia que acontecerá no Avenida Theomário Pinto da Costa, nº 811, Ed. Skye Platinum Offices, Sala de Reunião G3, Bairro: Chapada, Manaus/AM, CEP: 69.050-055. Ressalto ao Sr. Perito que o mesmo está autorizado a não apresentar o Laudo Pericial até que seja realizado o depósito da parte final dos seus honorários. Cumpra-se.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0602542-58.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Conforme se infere dos autos, a execução encontra-se prejudicada em razão da não localização de bens passíveis de penhora. De acordo com o art. 921, III, do Código de Processo Civil, a execução é suspensa quando o devedor não possuir bens penhoráveis. Assim, DETERMINO a suspensão da execução pelo prazo de um ano, nos termos do § 1.º do art. 921 do CPC. Decorrido o anuênio sem qualquer requerimento visando o prosseguimento do feito, terá início a prescrição intercorrente e os autos permanecerão arquivados administrativamente, de acordo com o § 4.º da mesma norma processual. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANDERSON SANTOS SILVA (OAB 12015/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0603761-38.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível

- Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Miqueias Araújo da Silva - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Ante o exposto, e por tudo mais que nos autos constam, com fulcro no art. 487, I, do Código de Processo Civil, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial para: I DECLARAR quitado o contrato discutido na inicial sob a rubrica "BMG Cartão", com a consequente anulação do cartão de crédito e seu contrato; II CONDENAR o Requerido a restituir em dobro o desconto indevido efetuado na folha de pagamento do Autor, ou seja, o pagamento do valor de R$ 6.498,00 (seis mil, quatrocentos e noventa e oito reais), referente ao período de julho de 2015 a janeiro de 2019, bem como valores que eventualmente tenham sido descontados no curso desta ação, acrescido de correção monetária pelo INPC e juros de 1% ao mês, a partir dos desembolsos. III CONDENAR o Requerido ao pagamento de indenização por dano moral no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), devidamente corrigido pelo INPC a partir da sentença (S. 362 do STJ) e juros de mora de 1% a partir do primeiro desconto indevido (S. 54 do STJ). IV CONDENAR o Requerido ao pagamento de custas e honorários advocatícios que fixo em 15% sobre o valor da condenação, na forma do art. 85, § 2.º do CPC. Oportunamente, DÊ-SE baixa na distribuição e ARQUIVEM-SE os autos com as cautelas de praxe. P.R.I.

ADV: FRANCISCO ADONIAS PINHEIRO (OAB 1584/AM), ADV: MANOEL AUGUSTO DO NASCIMENTO (OAB 12936/AM) - Processo 0604563-36.2019.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Inadimplemento - REQUERENTE: Eunice de Souza Costa Miranda - REQUERIDA: Raphaela Penha Martins - De ordem, intimo as Executadas para pagarem voluntariamente o montante da condenação, acrescido das custas, se for o caso, no prazo de 15 (quinze) dias. (art. 523 c/c 513, § 2º, I, ambos do CPC). Na hipótese de não haver pagamento voluntário no prazo legal, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, de honorários advocatícios de dez por cento, nos termos do art. 523, § 1º, do Código de Processo Civil. Transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que as Executadas, independentemente de penhora ou nova intimação, apresentem, nos próprios autos, sua impugnação. (art. 525 do CPC).

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE), ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 1026A/AM) - Processo 0604990-72.2015.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Liminar - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - Defiro os pedidos de fls. 232/234. Torno sem efeito o Despacho de fl. 227, o qual deferiu a expedição de carta precatória, bem como seus atos subsequentes, haja vista a perda do objeto da referida carta, conforme informado pelo Autor. Por conseguinte, expeça-se mandado de busca e apreensão ao endereço indicado à fl. 232, conforme solicitado. Custas pagas à fl. 235. À secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: SAMUEL FABRETTI JUNIOR (OAB 11671/ES), ADV: BRUNO MILHORATO BARBOSA (OAB 13019/ES), ADV: JOSÉ LUÍS CANTUÁRIA DOS REIS (OAB 2896/AM) - Processo 0605222-79.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Alex Coelho da Costa - REQUERIDA: Lourdes Rodrigues dos Santos e outro - Segundo o Superior Tribunal de Justiça, a presunção de hipossuficiência de declaração feita pelo requerente do benefício da justiça gratuita é relativa, sendo possível ao juiz exigir a sua comprovação. Vejamos: "AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE EXECUÇÃO. ASSISTÊNCIA. JUDICIÁRIA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA. PRESUNÇÃO RELATIVA. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO. REEXAME DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 1. É assente o entendimento nesta Corte, segundo o qual a presunção de hipossuficiência da declaração feita pelo requerente do benefício da justiça gratuita é relativa, sendo possível ao juiz exigir a sua comprovação. Precedentes do STJ. 2. O reexame de fatos e provas em recurso especial é inadmissível. 3. Agravo interno não provido." (Agint no Agint no REsp 1670585/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/03/2018, DJe 02/04/2018). (Grifei) Posto isso, com fulcro no art. 99, §2º do Código de Processo Civil, INTIME-SE a Requerida Lourdes Rodrigues dos Santos para, querendo, acostar aos autos documentos probatórios: a) declaração de imposto de renda dos três últimos exercícios; b) os três últimos contracheques; c) extratos bancários, se houverem. Todos para fins de comprovação da necessidade concessão dos benefícios da justiça gratuita. Ademais, observa-se que além do pedido de justiça gratuita na contestação a parte Requerida também impugnou a gratuidade judiciária concedida ao autor à fl. 73, bem como protocolou reconvenção. Tendo em vista que os requerimentos supracitados estão condicionados ao recolhimento de custas, INTIME-SE a parte Requerida para proceder com pagamento das custas de impugnação à gratuidade judiciária, no valor de R$ 72,02 (setenta e dois reais e dois centavos), bem como das custas de reconvenção no valor de R$ 72,02 (setenta e dois reais e dois centavos), conforme Portaria 116/17 - PTJ, (Procedimentos Incidentes, item "1"), via depósito ou transferência eletrônica, no Banco do Brasil, Agência 3053-8, Conta-Corrente 762.187-6, Cartório da 8.ª Vara Cível, CNPJ n.º 04.395.257/0001-40, com identificação do processo e comprovação nos autos. Em ato contínuo, INTIME-SE a parte Requerente para promover diligências visando a citação/intimação do Requerido Kleber Luis Rodrigues dos Santos, ou indicar novo endereço. Prazo de dez dias para ambas as partes. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 84507/MG), ADV: ROSEMARY LIMA RODRIGUES (OAB 2351/AM) - Processo 0605325-62.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - INTIME-SE o Executado, por meio de Carta para, em 05 (Cinco) dias, oferecer resposta nos moldes do art. 854, § 3° do CPC. Caso não haja manifestação da parte Executada no prazo estabelecido, com base no art. 854, § 5° do CPC, CONVERTO a indisponibilidade em penhora, determinando ainda, a transferência do montante, no prazo de 24 (Vinte e quatro) horas, à conta vinculada a este Juízo. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0612019-37.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, expeça-se o competente mandado para o mesmo endereço diligenciado anteriormente. Ressalto que as custas do Sr. Oficial de Justiça encontram-se pagas conforme comprovante acostado à fl. 67 nestes autos.

ADV: WELLYNGTON DA SILVA E SILVA (OAB A422/AM), ADV: DANIEL FÁBIO JACOB NOGUEIRA (OAB 3136/AM), ADV: ERIKA PAIVA PONCE E SILVA (OAB 10795/AM), ADV: THIAGO ALMEIDA REBELLO (OAB 12327/AM), ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM) - Processo 0613747-84.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Ante ao exposto, e por tudo mais que nos autos constam, com fulcro no art. 487, I, do Código de Processo Civil, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial para: I - DECLARAR a inexistência dos débitos cobrados do Autor indevidamente pela Requerida, referentes à matrícula n.º 2547201, no valor de R$ 71.158,05 (setenta e um mil, cento e cinquenta e oito reais e cinco centavos). II - Presentes os requisitos do art. 300 do Código de Processo Civil, DEFIRO a antecipação dos efeitos da tutela para que a Requerida promova a retirada do nome do Autor dos órgãos de proteção ao crédito, decorrentes dos débitos aqui discutidos, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação desta sentença, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 1.000,00 (mil reais), limitada a trinta vezes. III - Improcedentes os demais pedidos. IV - Diante da sucumbência recíproca, nos termos do art. 86 do CPC, CONDENO a Requerida ao pagamento de 50% das custas e despesas processuais e honorários advocatícios fixados em 10% do valor atualizado da causa, enquanto que o Autor arcará com o pagamento de 50% das custas processuais e honorários advocatícios fixados em 10% do valor atualizado da causa. Suspendo, todavia, a exigibilidade da sucumbência do Autor em virtude da concessão dos benefícios da gratuidade da justiça (fl. 62), na forma do art. 98, § 3.º do CPC. P.R.I.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: JOSÉ LUÍS CANTUÁRIA DOS REIS (OAB 2896/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: FILIPE DE FILIPPO (OAB 73668/MG), ADV: CAIO CESAR FERNANDES DA CRUZ (OAB 154217/MG), ADV: DARCILO DE MIRANDA NETO (OAB 43078/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0614205-38.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Reportando-me ao pedido de desbloqueio às fls. 246/247, informo a Requerida que o mesmo já fora realizado, conforme se vê às fls. 253/255, razão pela qual, mantenham-se os autos arquivados. Cumpra-se.

ADV: LEANDRO DE OLIVEIRA VIOLIN (OAB 4857/AM) - Processo 0614338-46.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade Civil - REQUERIDO: Sena Transportes e Comércio Ltda e outros - Em atenção a petição de fl. 491, DESIGNO o dia 23 de setembro de 2019, às 15:00 horas, para início da realização da Perícia que acontecerá no Edifício Vieiralves Business, à Rua Salvador, nº 120, térreo, sala 05, Adrianópolis, Manaus/AM. Em ato contínuo, INTIMEM-SE as partes para a formulação de quesitos e apresentação de assistentes técnicos, no prazo de quinze dias. Cumpra-se.

ADV: CARLA DA PRATO CAMPOS (OAB 156844/SP), ADV: ORESTE NESTOR DE SOUZA LASPRO (OAB 98628/SP) - Processo 0615296-03.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Cruzeiro do Sul S/A - Tendo em vista o que dispõe o art. 513, § 2.º, II do CPC, de ordem, expeço carta visando a intimação da executada para pagar voluntariamente o montante da condenação, acrescidas das custas se for o caso, no prazo de quinze dias. (art. 523 c/c 513, § 2º, II, ambos do CPC). Na hipótese de não haver pagamento voluntário no prazo legal, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, de honorários advocatícios de dez por cento, nos termos do art. 523, § 1º, do Código de Processo Civil. Transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de quinze dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. (art. 525 do CPC).

ADV: GABRIEL DANTAS DE BRITO (OAB 10620/AM) - Processo 0615781-61.2019.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Suelem dos Santos Lima - De ordem, intimo a parte vencedora para manifestação no prazo de (10) dez dias. Ato contínuo, encaminhem-se os autos à Contadoria para verificação de custas processuais.

ADV: ELÓI CONTINI (OAB 1182A/AM) - Processo 0616140-16.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Ativos S/A Securitizadora de Crédito Financeiro - Em razão da cessão de crédito realizada entre as partes Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil e Ativos S. A. - Securitizadora de Créditos Financeiros, defiro o pedido de substituição do polo ativo desta ação. À Secretaria para proceder com a substituição do polo ativo e para cadastrar o advogado informado à fl. 140. Por oportuno, reitero a determinação do Ato Ordinatório de fl. 135, concedendo novo prazo de dez dias para seu cumprimento. Cumpra-se.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0616344-26.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Desconto em folha de pagamento - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, em razão do pagamento referente as custas processuais, encaminho os presentes autos para a baixa.

ADV: CHRISTIANO PINHEIRO DA COSTA (OAB 3542/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0617203-13.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Conforme se infere dos autos, a execução encontra-se prejudicada em razão da não localização de bens passíveis de penhora. De acordo com o art. 921, III, do Código de Processo Civil, a execução é suspensa quando o devedor não possuir bens penhoráveis. Assim, DETERMINO a suspensão da execução pelo prazo de um ano, nos termos do § 1.º do art. 921 do CPC. Decorrido o anuênio sem qualquer requerimento visando o prosseguimento do feito, terá início a prescrição intercorrente e os autos permanecerão arquivados administrativamente, de acordo com o § 4.º da mesma norma processual. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JÉSSIKA THAYS DO NASCIMENTO MARTINS (OAB 9252/AM), ADV: FRANCISCA NILCE PINHEIRO ROCHA (OAB 9906/AM) - Processo 0617831-60.2019.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: J A F de Lima - De ordem, intimo a parte vencedora para manifestação no prazo de (10) dez dias. Ato contínuo, encaminhem-se os autos à Contadoria para verificação de custas processuais. .

ADV: DANIEL SANTOS DE ANDRADE (OAB 6733/AM), ADV: IVANA DA CUNHA LEITE RUIZ (OAB 4814/AM), ADV: ARNOLDO BENTES COIMBRA (OAB 345/AM) - Processo 0620408-50.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERIDO: Habitec Habitação e Construção Ltda. - Vistos e examinados. Determino a expedição de alvará em favor deste Cartório dos valores relativos às custas processuais penhorados em fl. 400. Após, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. Cumpra-se.

ADV: JÉSSIKA THAYS DO NASCIMENTO MARTINS (OAB 9252/AM) - Processo 0620726-91.2019.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: J A F de Lima - De ordem, intimo a parte vencedora para manifestação no prazo de (10) dez dias. Ato contínuo, remetam-se os autos à Contadoria para verificação de custas processuais.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: VITOR KIKUDA (OAB 424/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0622432-17.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, intimo a parte Exequente para efetuar o pagamento das custas de bloqueio de bens no sistema conveniado BacenJud, conforme portaria 116/17 PTJ/AM, no valor, por ato, de R$ 14,98 (quatorze reais e noventa e oito centavos), via depósito ou transferência, no Banco do Brasil, Agência 3053-8, Conta-Corrente 762.187-6, Cartório da 8.ª Vara Cível, CNPJ n.º 04.395.257/0001-40, identificando o número do processo, no prazo de dez dias. Após a comprovação nos autos, proceda-se o bloqueio.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM) - Processo 0624061-94.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, encaminho os autos para consulta de bens via sistema conveniado BacenJud. Ressalto que as custas encontram-se pagas conforme comprovante à fl. 160 destes autos.

ADV: ELIANE ROQUE DUARTE (OAB 11769/AM), ADV: ERNANDES HERCULANO SARAIVA (OAB 13198/AM) - Processo 0625442-35.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compra e Venda - EXEQUENTE: Associação Comunitária Agroextrativista da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Buá-buá - Acomaj - Analisando detidamente os autos, verifica-se que o endereço constante na inicial é insuficiente, motivo pelo qual, intime-se a Exequente para, no prazo de cinco dias, complementar o endereço do Executado para posterior expedição de carta de citação. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM) - Processo 0626883-80.2019.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, intimo a parte vencedora para manifestação no prazo de (10) dez dias. Ato contínuo, remetam-se os autos à Contadoria para verificação de custas processuais.

ADV: DANIEL FÁBIO JACOB NOGUEIRA (OAB 3136/AM), ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM), ADV: MIRNA CRISTINA GEBER DA SILVA (OAB 9097/AM), ADV: THIAGO ALMEIDA REBELLO (OAB 12327/AM) - Processo 0627687-82.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Izaias Camurça Mendes - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Feitas tais considerações, e por tudo mais que nos autos constam, com fulcro no art. 487,

I, do Código de Processo Civil e no art. 186 c/c o art. 927 do Código Civil, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial para arbitrar o valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais) a título de reparação pelo dano moral causado ao autor, sendo suficiente para reparar o ilícito e desestimular condutas inadequadas ou que visem tornar ineficiente o serviço público prestado, sem todavia, ocasionar o enriquecimento sem causa de quem postula o direito. CONDENO, ainda, a Requerida no pagamento das custas e despesas processuais, e de honorários advocatícios que arbitro em 20% do valor atualizado da condenação, com fundamento no artigo 85, § 2.º, do Código de Processo Civil. P.R.I.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM) - Processo 0627729-97.2019.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, intimo a parte vencedora para manifestação no prazo de (10) dez dias. Ato contínuo, encaminhem-se os autos à Contadoria para verificação de custas processuais.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: ANA CAROLINA SOUSA CEI (OAB 8349/AM) - Processo 0628958-97.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Perlustrando os autos, verifica-se que o Exequente não diligenciou em todos os endereços indicados no Despacho de fl. 172, restando os seguintes endereços: I - Rua Itapuranga, nº 264, São Jorge, CEP 69033-010, Manaus/AM; II - Rua Acará, nº 200, BL L, Distrito Industrial, CEP 06907-503, Manaus/AM; III - Rua São Domingos, nº 379, C 3, São Jorge, CEP 06903-325, Manaus/AM. Logo, depreende-se que o Exequente não demonstrou ter esgotado todos os meios possíveis para localizar os Executados. Destarte, objetivando afastar qualquer alegação futura de nulidade, intime-se o Exequente para indicar um dos endereços a ser diligenciado e para recolher as despesas postais no prazo de dez dias. Após, expeça-se carta de citação ao endereço indicado. Na hipótese de diligências infrutíferas nos endereços supramencionados, defiro o pedido de citação por edital, conforme solicitado. Cumpra-se.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 1164A/AM), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM) - Processo 0630210-04.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - De ordem, fica intimada a parte Exequente para recolher as despesas postais (correio/ar), necessárias à prática do ato processual, no prazo de dez dias. Após a comprovação nos autos, expeça-se carta de citação para o endereço indicado às fls. 143/144.

ADV: LUCILENE MACÊDO DOS SANTOS (OAB 8545/AM), ADV: FLAVIANA HONORATA DE ARAÚJO (OAB 8918/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0631944-19.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Altamirando dos Santos Bomfim Junior - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, intimo a parte autora para, no prazo de quinze dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: MILCYETE BRAGA ASSAYAG (OAB 5006/AM) - Processo 0635374-76.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Antonio Luiz Cunha Ribeiro - Segundo o Superior Tribunal de Justiça, a presunção de hipossuficiência de declaração feita pelo requerente do benefício da justiça gratuita é relativa, sendo possível ao juiz exigir a sua comprovação. Vejamos: "AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE EXECUÇÃO. ASSISTÊNCIA. JUDICIÁRIA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA. PRESUNÇÃO RELATIVA. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO. REEXAME DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 1. É assente o entendimento nesta Corte, segundo o qual a presunção de hipossuficiência da declaração feita pelo requerente do benefício da justiça gratuita é relativa, sendo possível ao juiz exigir a sua comprovação. Precedentes do STJ. 2. O reexame de fatos e provas em recurso especial é inadmissível. 3. Agravo interno não provido." (Agint no Agint no REsp 1670585/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/03/2018, DJe 02/04/2018). Posto isso, com fulcro no art. 99, §2º do Código de Processo Civil, intime-se o requerente para, querendo, no prazo de 5 (cinco) dias, acostar aos autos documentos probatórios: a) declaração de imposto de renda dos três últimos exercícios; b) os três últimos contracheques; c) extratos bancários, se houverem. Todos para fins de comprovação da necessidade concessão dos benefícios da justiça gratuita. Cumpra-se.

ADV: JOSEANI CATUNDA PRUDENTE (OAB 3504/AM) - Processo 0636405-05.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Adjudicação Compulsória - REQUERENTE: Creuza de Oliveira Nunes - Pelo exposto, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, ex vi do art. 485, IV, do CPC. P.R.I.

ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM), ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM), ADV: KARINA DE FARIAS SERRA (OAB 9605/AM) - Processo 0637221-16.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Itamar Batista Guerreiro - Segundo o Superior Tribunal de Justiça, a presunção de hipossuficiência de declaração feita pelo requerente do benefício da justiça gratuita é relativa, sendo possível ao juiz exigir a sua comprovação. Vejamos: "AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE EXECUÇÃO. ASSISTÊNCIA. JUDICIÁRIA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA. PRESUNÇÃO RELATIVA. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO. REEXAME DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 1. É assente o entendimento nesta Corte, segundo o qual a presunção de hipossuficiência da declaração feita pelo requerente do benefício da justiça gratuita é relativa, sendo possível ao juiz exigir a sua comprovação. Precedentes do STJ. 2. O reexame de fatos e provas em recurso especial é inadmissível. 3. Agravo interno não provido." (Agint no Agint no REsp 1670585/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/03/2018, DJe 02/04/2018). Posto isso, com fulcro no art. 99, §2º do Código de Processo Civil, intime-se o requerente para, querendo, no prazo de 5 (cinco) dias, acostar aos autos documentos probatórios: a) declaração de imposto de renda dos três últimos exercícios; b) os três últimos contracheques; c) extratos bancários, se houverem. Todos para fins de comprovação da necessidade concessão dos benefícios da justiça gratuita. Cumpra-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0639292-25.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - INTIME-SE a Executada Iris Pinheiro de Oliveira, por meio de Carta, para, em 05 (Cinco) dias, oferecer resposta nos moldes do art. 854, § 3° do CPC. Caso não haja manifestação da parte Executada no prazo estabelecido, com base no art. 854, § 5° do CPC, CONVERTO a indisponibilidade em penhora, determinando ainda, a transferência do montante, no prazo de 24 (Vinte e quatro) horas, à conta vinculada a este Juízo. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: YURI DA SILVA LADISLAU (OAB 10857/AM), ADV: RODRIGO TOSTA GIROLDO (OAB 4503/RO) - Processo 0639585-29.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Rondobrás do Amazonas Comércio de Peças para Veículos Ltda - Ante o requerimento de fl. 96, HOMOLOGO a desistência do feito para fins do artigo 200, parágrafo único do Código de Processo Civil. Em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Custas pagas à fl. 37. Proceda-se a baixa.

ADV: DANIEL LOURENÇO (OAB 3192/AM) - Processo 0644994-15.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Real Asfalto Transporte e Comércio de Petróleo Ltda - Da análise dos autos em apreço, constatei que há comprovante do pagamento das custas processuais às fls. 17/18. Contudo, no site do Tribunal de Justiça do Amazonas, não há registro das mesmas para este processo. Desta feita, remetam-se os autos à Contadoria para que informem se as custas foram devidamente pagas. Após, retornem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: ROBERVAL EMERSON OLIVEIRA DE PAULA FILHO (OAB 6721/AM) - Processo 0658488-78.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Villa Jardim Torquato Condominio Jasmim - Ante

a situação descrita pela parte Exequente, RECEBO a petição de fl. 1329 como desistência da ação. Dessa forma, HOMOLOGO a desistência do feito para fins do artigo 200, parágrafo único do Código de Processo Civil. Em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Isento de custas em razão da concessão dos benefícios da gratuidade da justiça à fl. 1323. Proceda-se a baixa.

ADV: FELIPE EVARISTO DOS SANTOS GALEA (OAB 220280/SP), ADV: MAYRA MAMED LEVY (OAB 8598/AM), ADV: ANA CAROLINA DE OLIVEIRA LAGE (OAB 309989/SP) - Processo 0662404-23.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Liminar - REQUERENTE: Rpj Comércio e Serviços da Amazônia Ltda - REQUERIDO: Cisco do Brasil Ltda - Inicialmente, registro que este ato jurisdicional será perfectibizado através de sentença em razão dos critérios estipulados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para as Metas Nacionais do Poder Judiciário 2019. Ressalvado o entendimento deste juízo quanto a forma utilizada para a extinção do feito, DETERMINO a baixa na distribuição e o arquivamento em definitivo do processo, em cumprimento à determinação judicial de fls. 178/187. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: CELSO MARCON (OAB A566/AM), ADV: RAFAEL LUIZ NARDI (OAB 12027/AM), ADV: FRANCISCO OSMÍDIO BRÍGIDO BEZERRA LIMA (OAB 5091/CE) - Processo 0714436-15.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Maria de Fatima da Silva - INTIME-SE o Executado, por meio de seu advogado para, em 05 (Cinco) dias, oferecer resposta nos moldes do art. 854, § 3° do CPC. Caso não haja manifestação da parte Executada no prazo estabelecido, com base no art. 854, § 5° do CPC, CONVERTO a indisponibilidade em penhora, determinando ainda, a transferência do montante, no prazo de 24 (Vinte e quatro) horas, à conta vinculada a este Juízo. Intime-se. Cumpra-se.

Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
Ana Carolina de Oliveira Lage (OAB 309989/SP)
Ana Carolina Sousa Cei (OAB 8349/AM)
Ana Lúcia de Souza Nogueira (OAB 5054/AM)
Anderson da Silva Queiroz (OAB 7294/AM)
Anderson Santos Silva (OAB 12015/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 1026A/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Arnoldo Bentes Coimbra (OAB 345/AM)
Bruno Milhorato Barbosa (OAB 13019/ES)
CAIO CESAR FERNANDES DA CRUZ (OAB 154217/MG)
Camila Mendes Vianna Cardoso (OAB 67677/RJ)
Carla da Prato Campos (OAB 156844/SP)
Carolina Ribeiro Botelho (OAB 5963/AM)
Celso Marcon (OAB A566/AM)
Christiano Pinheiro da Costa (OAB 3542/AM)
Cris da Silva Palmeira (OAB 7281/AM)
Daniel Fábio Jacob Nogueira (OAB 3136/AM)
Daniel Lourenço (OAB 3192/AM)
Daniel Santos de Andrade (OAB 6733/AM)
Darcilo de Miranda Neto (OAB 43078/MG)
Denizom Moreira de Oliveira (OAB 9040/AM)
Elaise Moss Portela (OAB 7689/AM)
Eliane Roque Duarte (OAB 11769/AM)
Elói Contini (OAB 1182A/AM)
Erika Paiva Ponce e Silva (OAB 10795/AM)
Ernandes Herculano Saraiva (OAB 13198/AM)
Fabrício Daniel Correia do Nascimento (OAB 7320/AM)
Felipe Evaristo dos Santos Galea (OAB 220280/SP)
FILIPE DE FILIPPO (OAB 73668/MG)
Flaviana Honorata de Araújo (OAB 8918/AM)
Francisca Nilce Pinheiro Rocha (OAB 9906/AM)
Francisco Adonias Pinheiro (OAB 1584/AM)
Francisco Jorge Ribeiro Guimarães (OAB 2978/AM)
Francisco Osmídio Brígido Bezerra Lima (OAB 5091/CE)
Gabriel Dantas de Brito (OAB 10620/AM)
Gabriel Prates Donato Lopes (OAB 6742/AM)
Germano Costa Andrade (OAB 2835/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
Ivana da Cunha Leite Ruiz (OAB 4814/AM)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
Jéssika Thays do Nascimento Martins (OAB 9252/AM)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
José Luís Cantuária dos Reis (OAB 2896/AM)
José Ricardo Gomes de Oliveira (OAB 5254/AM)
José Rogério de Sousa Mendes Júnior (OAB 4182/AM)
Joseani Catunda Prudente (OAB 3504/AM)
Karina de Farias Serra (OAB 9605/AM)
Leandro de Oliveira Violin (OAB 4857/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 84507/MG)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Lucilene Macêdo dos Santos (OAB 8545/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 104147/MG)
Manoel Augusto do Nascimento (OAB 12936/AM)
Marcelo Abdon Souto Kizem (OAB 002.138/AM)
Marcelo Abdon Souto Kizem (OAB 2138/AM)
Matheus de Souza Demasi (OAB 11327/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mayra Mamed Levy (OAB 8598/AM)
Michelle Cristine Lima de Castro (OAB 3997/AM)
Milcyete Braga Assayag (OAB 5006/AM)
Mirna Cristina Geber da Silva (OAB 9097/AM)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Olavo Cesar Castro Mendes (OAB 513/AM)
Oreste Nestor de Souza Laspro (OAB 98628/SP)
Paulo Cezar Santos (OAB 4488/AM)
Pedro Câmara - Sociedade de Advogados (OAB 613/AM)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
Pedro Stênio Lúcio Gomes (OAB 2604/AM)
Rafael Luiz Nardi (OAB 12027/AM)
Raimundo Cardoso dos Santos (OAB 73701/RJ)
Rennalt Lessa de Freitas (OAB 8020/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 1164A/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberto Venesia (OAB 1067A/AM)
Roberval Emerson Oliveira de Paula Filho (OAB 6721/AM)
Rodrigo da Silva Costa (OAB 5386/AM)
Rodrigo Tosta Giroldo (OAB 4503/RO)
Rosa Oliveira de Pontes (OAB 4231/AM)
Rosemary Lima Rodrigues (OAB 2351/AM)
Samuel Fabretti Junior (OAB 11671/ES)
Thiago Almeida Rebello (OAB 12327/AM)
Vitor Kikuda (OAB 424/AM)
Wellyngton da Silva e Silva (OAB A422/AM)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)
Yuri da Silva Ladislau (OAB 10857/AM)
Yuri Dantas Barroso (OAB 4237/AM)

9ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 9ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0288/2019

ADV: HUMBERTO ROSSETTI PORTELA (OAB 91263/MG), ADV: EDUARDO ALEXANDRE GUEDES CIDADE (OAB 7179/AM), ADV: ORLANDO GUALBERTO CIDADE FILHO (OAB 3367/AM), ADV: HAMILTON RIBAMAR GUALBERTO (OAB 1340PA), ADV: MICHEL MONTEIRO GIOIA (OAB 5288/AM), ADV: MARCO LÚCIO SOUTO MAIOR DE ATHAYDE (OAB 4522/AM), ADV: MICHEL MONTEIRO GIÓIA (OAB 5288AM), ADV: MARCOS PAULO DE SALLES MAIA (OAB 98565/MG) - Processo 0211012-61.2008.8.04.0001 (001.08.211012-4) - Cumprimento de sentença - Obrigações - REQUERENTE: Danilo Perez Administração Incorporação e Vendas LTDA. - REQUERIDO: Orlando Gualberto Cidade Filho - Direcional Rubi Empreendimentos Imobiliários LTDA. - Em assim sendo, percebo o desinteresse da parte Danilo Perez Administração Incorporação e Vendas LTDA. em dar prosseguimento ao presente processo, no prazo previamente estipulado, razão pela qual julgo EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do que dispõe o artigo 485, inciso VI do Código de Processo Civil.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM), ADV: LÚCIA CRISTINA PINHO ROSAS (OAB 5109/AM) - Processo 0232670-39.2011.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Exequente para que se manifeste acerca de consulta em fls.66, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ANTÔNIO CLÁUDIO PINTO FLORES (OAB A583/AM), ADV: MARISTELA LAGO PINHEIRO DE LIMA (OAB 4461/AM) - Processo 0254601-98.2011.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Rosane de Jesus Pereira Costa - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, XXIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, abro vista às partes para que tomem ciência do retorno dos autos da Instância Superior e se manifestem, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito.

ADV: YURI DANTAS BARROSO (OAB 4237/AM), ADV: PEDRO CÂMARA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 613/AM), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: ELAISE MOSS PORTELA (OAB 7689/AM), ADV: ELISA PINTO GOMES (OAB 9767/AM) - Processo 0601949-58.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cooperativa - REQUERENTE: M.C.A.S. - REQUERIDO: U.M.C.T.M. - De ordem, em conformidade com o Art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos Arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a Contestação de Pág.(s) (798/834) e documentos às Pág.(s) (835/1.098).

ADV: FÁBIO DE ASSUNÇÃO ACOSTA (OAB 8415/AM), ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ) - Processo 0602206-54.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Acidente de Trânsito - EXEQUENTE: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - EXECUTADO: Jozimar Bruce dos Anjos - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte exequente para que apresente memória de calculos atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, § 1º do CPC, no prazo de 5 (cinco) dias. Não tendo sido deferido o benefício da gratuidade da justiça de forma total, no mesmo ato, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para recolher os emolumentos pertinentes à consulta do sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016, caso ainda não tenha o feito.

ADV: APARECIDA GUALBERTO DOS REIS (OAB 10471/AM), ADV: MÁRCIO LOBÃO SILVA (OAB 8661/AM) - Processo 0603950-16.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0648337-53.2018.8.04.0001) - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Elizabete Souza da Silva e outro - REQUERIDA: Maria José Riate Braz - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 21/10/2019 às 11:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 30 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0607662-19.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Exequente para que se manifeste acerca de consulta em fls.215, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ANTÔNIO AZEVEDO DE LIRA (OAB 5474/AM), ADV: MICHAEL MACEDO BESSA (OAB 4058/AM), ADV: GLÁUCIO BESSA DE ANDRADE FIGUEIRA (OAB 4993/AM) - Processo 0609451-87.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: E M AFONSO - ME - REQUERIDO: QUALITY CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para que se manifeste acerca de consulta em fls.498 e 499, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM), ADV: LÚCIA CRISTINA PINHO ROSAS (OAB 5109/AM) - Processo 0609620-69.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: JOSÉ CARLOS VAN CLEEF DE ALMEIDA SANTOS (OAB 273843/SP) - Processo 0609658-81.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Seguro - EXEQUENTE: Sul América Companhia de Seguro Saúde - Consoante se observa às fls. 231/236, as partes entabularam acordo, sendo a dívida negociada. Considerando a legitimidade das partes e em razão da transação atender e preservar os seus interesses, HOMOLOGO o acordo para que surta seus efeitos jurídicos e legais e declaro extinto o processo com resolução do mérito (art. 487, III, “b” do CPC). Isento de custas na forma do § 3º do art. 90 do CPC. Fiquem os autos suspensos até o efetivo cumprimento Apos, proceda-se à baixa, independente do trânsito em julgado.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0610045-04.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Exequente para que se manifeste acerca de consulta em fls.223/228, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0610271-38.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para que se manifeste acerca de consulta em fls.131/136, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM), ADV: JOELMIR RICARDO GONÇALVES (OAB 509/AM) - Processo 0611061-22.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Elza Assis Fontes - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, abro vista às partes para que tomem ciência do retorno dos autos da Instância Superior e se manifestem, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: ADRIANE ORTIZ GRANJA DE SOUZA (OAB 5129/AM), ADV: DANIELLE AMORIM BATISTA DOS SANTOS (OAB 7109/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0621490-48.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para que se manifeste acerca de consulta em fl. 187, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM), ADV: WAGNER JACKSON SANTANA (OAB 8789/AM), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: YAGO LIRA DE LIMA MABELINI (OAB 13650/AM), ADV: URBANO VITALINO ADVOGADOS (OAB 313/PE) - Processo 0621697-13.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Marco Aurelio Pereira de Souza - REQUERIDO: Banco BMG S/A - O art. 1º, §2º da Portaria nº 2072/2016-PTJ, assim dispõe: "A impressão, o envio e o protocolo quando dirigidos a setores externos do Poder Judiciário Estadual fica a cargo da parte interessada, salvo situações específicas da Justiça Criminal e dos assistidos pela Defensoria Pública do Estado do Amazonas." Desta feita, intimo a parte interessada para que tome ciência do(s) documento(s) expedido(s) - ofício 1249/2019 e decisão de fls. 292/295, remeta-o(s) ao(s) seu(s) destinatário(s) e junte, nos presentes autos, o(s) respectivo(s) comprovante(s) de protocolamento. Caso o(s) referido(s) documento(s) seja(m) enviado(s) via postal, solicito ao responsável pelo envio que identifique o número do processo no(s) Aviso(s) de Recebimento (AR), possibilitando a juntada deste(s) no processo correto quando devolvido ao cartório.

ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB 658A/AM), ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 469A/AM) - Processo 0622080-59.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM), ADV: LÚCIA CRISTINA PINHO ROSAS (OAB 5109/AM) - Processo 0624668-05.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para que se manifeste acerca de consulta em fls.170, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM) - Processo 0628969-24.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: Condomínio Residencial Flex Tapajós - Consoante se observa às fls. 112/116, as partes entabularam acordo, sendo a dívida negociada. Considerando a legitimidade das partes e em razão da transação atender e preservar os seus interesses, HOMOLOGO o acordo para que surta seus efeitos jurídicos e legais e declaro extinto o processo com resolução do mérito (art. 487, III, "b" do CPC). Isento de custas na forma do § 3º do art. 90 do CPC. Proceda-se à baixa, independente do trânsito em julgado.

ADV: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (OAB 5546/RO), ADV: CÁRITA MARTINS BORGES PEDROSO (OAB 7310/AM) - Processo 0629939-58.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Raul da Silva Façanha - REQUERIDO: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta nas fls. 155/175, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM) - Processo 0630731-75.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud, Renajud e Infojud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: CRISTINA MENNA BARRETO PIRES (OAB 97049/SP) - Processo 0631516-76.2015.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Compra e Venda - REQUERENTE: ALPARGATAS S.A. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para que se manifeste acerca de consulta em fls.144, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MARCELO CANDIOTTO SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 104784/MG), ADV: MARCELO CANDIOTTO FREIRE (OAB 346433SP) - Processo 0631943-34.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compra e Venda - REQUERENTE: Ônix Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0632450-68.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Exequente para manifestar-se acerca dos ARs juntados aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ERIC PIRES BENIGNO (OAB 9944/AM) - Processo 0636066-12.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Condominio Eliza Miranda Mall - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte exequente para que apresente memória de calculos atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, § 1º do CPC, no prazo de 5 (cinco) dias. Não tendo sido deferido o benefício da gratuidade da justiça de forma total, no mesmo ato, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para recolher os emolumentos pertinentes à consulta do sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016, caso ainda não tenha o feito.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0636437-44.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Exequente para manifestar-se acerca dos Mandados juntados aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0641758-89.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: MAYRAN OLIVEIRA DE AGUIAR (OAB 122910/MG), ADV: VAGNER ROSA DA SILVA (OAB 84609/MG), ADV: FELIPE PALHARES GUERRA LAGES (OAB 84632/MG), ADV: FLÁVIO NERY COUTINHO SANTOS CRUZ (OAB 51879/MG) - Processo 0645137-72.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigações - REQUERENTE: Igreja Mundial do Poder de Deus - Em conformidade com o art. 1º, XVII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que se manifestem sobre o laudo pericial, em conformidade com o art. 477, § 1º do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: LUÍS FELIPE AVELINO MEDINA (OAB 6100/AM) - Processo 0652398-54.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: Portal Imobiliaria Ltda - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Exequente para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

Adriane Ortiz Granja de Souza (OAB 5129/AM)
ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ)
Antônio Azevedo de Lira (OAB 5474/AM)
Antônio Cláudio Pinto Flores (OAB A583/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Aparecida Gualberto dos Reis (OAB 10471/AM)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Cárita Martins Borges Pedroso (OAB 7310/AM)
Cristina Menna Barreto Pires (OAB 97049/SP)
Danielle Amorim Batista dos Santos (OAB 7109/AM)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Eduardo Alexandre Guedes Cidade (OAB 7179/AM)
Elaise Moss Portela (OAB 7689/AM)
Elisa Pinto Gomes (OAB 9767/AM)
Eric Pires Benigno (OAB 9944/AM)
Fábio de Assunção Acosta (OAB 8415/AM)
Felipe Palhares Guerra Lages (OAB 84632/MG)
Fernando Luz Pereira (OAB 658A/AM)
Flávio Nery Coutinho Santos Cruz (OAB 51879/MG)
Gláucio Bessa de Andrade Figueira (OAB 4993/AM)
Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB 5546/RO)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Hamilton Ribamar Gualberto (OAB 1340PA)
Humberto Rossetti Portela (OAB 91263/MG)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069/AM)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
Joelmir Ricardo Gonçalves (OAB 509/AM)
José Carlos Van Cleef de Almeida Santos (OAB 273843/SP)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Lúcia Cristina Pinho Rosas (OAB 5109/AM)
Luís Felipe Avelino Medina (OAB 6100/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Marcelo Candiotto Freire (OAB 346433SP)
Marcelo Candiotto Sociedade de Advogados (OAB 104784/MG)
Márcio Lobão Silva (OAB 8661/AM)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marco Lúcio Souto Maior de Athayde (OAB 4522/AM)
Marcos Paulo de Salles Maia (OAB 98565/MG)
Maristela Lago Pinheiro de Lima (OAB 4461/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Mayran Oliveira de Aguiar (OAB 122910/MG)
Michael Macedo Bessa (OAB 4058/AM)
Michel Monteiro Gioia (OAB 5288/AM)
Michel Monteiro Gióia (OAB 5288AM)
Moisés Batista de Souza (OAB 469A/AM)
Orlando Gualberto Cidade Filho (OAB 3367/AM)
Pedro Câmara - Sociedade de Advogados (OAB 613/AM)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Roberto Venesia (OAB 1067A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
URBANO VITALINO ADVOGADOS (OAB 313/PE)
VAGNER ROSA DA SILVA (OAB 84609/MG)
Wagner Jackson Santana (OAB 8789/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 1037A/AM)
Yago Lira de Lima Mabelini (OAB 13650/AM)
Yuri Dantas Barroso (OAB 4237/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 9ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0289/2019

ADV: DANIELLE KOHASHI DA COSTA (OAB 10059/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA R. MENDES JUNIOR (OAB 2338/PI) - Processo 0610551-38.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Protesto Indevido de Título - REQUERENTE: Martha Kohashi Dutra - REQUERIDO: Banco Itaucard S/A - Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: RENATA BARROSO VIEIRA (OAB 11230/AM), ADV: LUCAS COSTA DO VALE (OAB 7990/AM), ADV: LOURDES BALSAMÃO ESTEVES ALMEIDA (OAB 227906/SP) - Processo 0622960-46.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Rebeca Nunes Havas - REQUERIDO: Centro Universitário Nilton Lins - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

Danielle Kohashi da Costa (OAB 10059/AM)
José Almir da R. Mendes Junior (OAB 2338/PI)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
Lourdes Balsamão Esteves Almeida (OAB 227906/SP)
Lucas Costa do Vale (OAB 7990/AM)
Renata Barroso Vieira (OAB 11230/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 9ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO MARIA EUNICE TORRES DO NASCIMENTO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CYNTHIA MARIA JACOB ROCHA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0290/2019

ADV: ELY RODRIGUES DE SOUZA JÚNIOR (OAB 7236/AM), ADV: BRUNO SILVA NAVEGA (OAB 118948/RJ), ADV: TALVANI FRANCO LEITE BRITO (OAB 680/AM), ADV: TALVANI FRANCO LEITE BRITO (OAB 680A/AM), ADV: LUIZ FABIANO DE OLIVEIRA CORRÊA (OAB 7435/AM) - Processo 0217859-35.2015.8.04.0001

(processo principal 0241476-97.2010.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - EXEQUENTE: Paulo Sérgio Pantoja Gonçalves - EXECUTADO: Eucatur Empresa União Cascavel Transportes e Turismo Ltda - (litisconsorte) Companhia Mutual de Seguros - Intime-se o autor para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se sobre o que entender de direito. Após, voltem-me os autos conclusos para despacho. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTTUCI (OAB 685/AM), ADV: THIAGO DOS SANTOS BARBOSA (OAB 5299/AM) - Processo 0601255-60.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Planos de Saúde - REQUERENTE: Francisco Rodrigues de Morais - REQUERIDO: Sul Americas Companhia de Seguro Saúdesul - Verifico, pelo quadro fático, que a questão discutida nestes autos poderá ser resolvida com as provas já produzidas documentalmente e que, portanto, é dispensável a realização de audiência para a oitiva de testemunhas ou a efetivação de perícia. Assim, no caso em tela, o julgamento antecipado de mérito é medida que se impõe, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil. Publique-se. Cumpra-se.

ADV: ÉRICO VIDAL ROTONDANO (OAB 10709/AM) - Processo 0602252-72.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Maria Alice Santos da Silva - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Intimem-se as partes para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre o laudo pericial. Após, voltem-me os autos conclusos para despacho. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: GISELLE FALCONE PASCARELLI LOPES (OAB 3747/AM), ADV: RODRIGO FERNANDO DE ALMEIDA OLIVEIRA (OAB 799A/AM), ADV: EMMYLE FALCÃO CARNEIRO (OAB 9971/AM), ADV: JORGE EDUARDO DE SOUZA MARTINHO (OAB 5273/AM), ADV: ALICE VIEIRA NUNES (OAB 7323/AM), ADV: BRUNO VEIGA PASCARELLI LOPES (OAB 7092/AM) - Processo 0606382-76.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0600041-39.2014.8.04.0001) - Embargos de Terceiro Cível - Coisas - EMBARGANTE: Frederico Augusto Gama Maués - EMBARGADO: Distrel - Distribuidora Elétrica Ltda - Metro Quadrado Engenharia Ltda - Intime-se o requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre prosseguimento do feito, sob pena de extinção. Após, voltem-me os autos conclusos para decisão Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RENAN DE SOUZA SALGADO (OAB 9691/AM), ADV: MARCOS ANTÔNIO BRANDÃO SAMPAIO (OAB 1863/AM), ADV: LUCIANA VIEIRA DA ROSA SIQUEIRA (OAB 120373/RJ), ADV: LYMARK KAMAROFF (OAB 109192/RJ), ADV: SÉRGIO RICARDO MOTA CRUZ (OAB 3495/AM) - Processo 0607011-89.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Erro Médico - REQUERENTE: A.S.S. - REQUERIDO: C.J.C.M. - I.I.C.A. - À Secretaria para promover o cumprimento da decisão de fls. 280. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: ROBERT LINCOLN DA COSTA AREIAS (OAB 8088/AM) - Processo 0609048-55.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - EXECUTADO: Eliude Alencar Oliveira - Defiro o pedido, cumpra-se o despacho de fls 331. Após, intime-se o requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre o que entender de direito, via de consequência, voltem-me os autos concluso para despacho. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: YARA FONSECA DE ALBUQUERQUE SOARES (OAB 4264/AM) - Processo 0611178-52.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: O.T.N. - REQUERIDO: U.M.C.T.M. - INTSSADO: F.M.C.D. e outro - À Secretaria para promover a intimação do perito, nos termos da decisão de fls 539. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: IRENILDI MACHADO CARDOSO DA SILVA (OAB 13933/AM) - Processo 0611779-48.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Erilane Facunda da Silva - Ante o equívoco do despacho de fls. 69, onde fora designada audiência para o dia 10/10/19 às 8:30, leia-se 14/10/19 às 8:30 horas. À Secretaria para expedir carta de citação, bem como intimar a requerente para a referida audiência. Após, remetam-se os autos ao CEJUSC-CÍVEL. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM), ADV: CAIO PATRICK COELHO SILVA ANDADE (OAB 13408/AM), ADV: ELAISE MOSS PORTELA (OAB 7689/AM), ADV: PAULO RICARDO DA SILVA SANTOS (OAB 7887/AM), ADV: FRED ANDRES DO COUTO SILVA (OAB 7695/AM), ADV: PEDRO CÂMARA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 613/AM), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM) - Processo 0611813-28.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Erro Médico - REQUERENTE: Luciane Freitas dos Santos - REQUERIDO: Hospital e Maternidade Santo Alberto - Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Intime-se as partes para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestarem sobre o que entender de direito, visto que os peritos não se manifestaram sobre a perícia.. Após, voltem-me os autos conclusos para decisão. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 983A/PE), ADV: EDUARDO GOMES ARAÚJO CASTRO (OAB 8567/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: LUIZ CLÁUDIO DE MELO FROTA (OAB 11291/AM), ADV: BRUNO RODRIGO VALE PALHETA (OAB 7932/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM), ADV: MÁRCIA FABÍOLLA HOLANDA FERREIRA (OAB 9338/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE) - Processo 0612942-34.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Ziguara de Fatima da Silva Leao - João Amazonas da Encarnação - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Banco Bmc - Empréstimo - Banco Industrial do Brasil S/A - Banco BMG S/A - Desse modo, não comprovado o cumprimento dos ditames legais de intimação da parte para purgação da mora, da averbação do inadimplemento na matricula, consolidação da propriedade e realização do leilão pelo Requerido Banco Bradesco S/A, confirmo a tutela de urgência deferida as fls. 138/140, e Julgo Procedente o pedido na presente Ação para declaração da nulidade da intimação dos Requerentes; nulidade da consolidação da propriedade fiduciária na matricula do imóvel no Registro de Imóveisem nome do credor Requerido Banco Bradesco S/A e marcação/realização do leilão extrajudicial. Condeno o Requerido Banco Bradesco S/A ao pagamento de danos morais arbitrados na quantia de R$ 10.000,00, bem como as custas processuais e honorários advocatícios, que arbitro em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação. Julgo improcedente os demais pedidos. Condeno os Requerentes ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, que arbitro em 10% (dez por cento) sobre o valor do pedido relativo a parte sucumbente, suspendendo o pagamento por serem beneficiários da justiça gratuita. Após o trânsito em julgado e demais cautelas legais, arquivem-se os autos. Apresentada Apelação, intime-se o apelado para apresentar contrarrazões no prazo de 15 dias, art. 1.010, § 1º do CPC. Interposta Apelação Adesiva, intime-se o Apelante para apresentar contrarrazões no prazo de 15 dias, art. 1.010, § 2º do CPC. Intimadas as partes nos termos do §§ 1º e 2º, após, proceda a Remessa do Recurso ao Tribunal, art. 1.010, § 3º do CPC. Após o trânsito em julgado e demais cautelas legais, arquivem-se os autos. P.R.I.C.

ADV: VITOR VILHENA GONÇALO DA SILVA (OAB 6502/AM) - Processo 0614082-40.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Residencial “Praia dos Passarinhos” - REQUERIDO: E H Pavao Distribuidora, na pessoa de seu representante legal Eduardo Henrique Pavão - Intime-se o requerido para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se sobre a petição de fls. 229/230 requerendo o que entender de direito. Após, voltem-me os autos conclusos para decisão. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ANDRÉA MARQUES TELLES DE SOUZA (OAB 3283/AM), ADV: WILLIAM DANIEL BRASIL DAVID (OAB 6796/AM), ADV: CAMILA LEITE DUARTE (OAB 11727/AM), ADV: ANDREY CARDOSO DE SOUSA (OAB 14208/AM) - Processo 0615644-79.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: L.M.F. - REQUERIDO: C.C.M. - E.E.E.S.P. - Intime-se o requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre a contestação. Em igual prazo, manifestem-se as partes sobre o interesse n em produção de provas, indicando a devida pertinência. Após, voltem-me os autos conclusos para despacho Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: APOENA MOREIRA DA COSTA (OAB 4055/AM), ADV: DEBORAH MOREIRA DA COSTA SOUZA (OAB 4956/AM), ADV: VICTOR MADEIRA FILHO (OAB 196979/SP), ADV: FÁBIO PEDRO ALEM (OAB 207019/SP) - Processo 0616909-92.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: PLASTIFLEX EMPREENDIMENTOS DA AMAZONIA LTDA - REQUERIDO: HITACHI SYSTEM DO BRASIL LTDA - Intime-se a requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre o que entender de direito. Após, voltem-me os autos conclusos para despacho. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ELSON MARCELO LIMA DE SOUZA (OAB 9903/AM), ADV: FLAVIANA HONORATA DE ARAÚJO (OAB 8918/AM), ADV: LUCILENE MACÊDO DOS SANTOS (OAB 8545/AM) - Processo 0619905-58.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Ronaldo Aparecido Ferreira da Cruz - REQUERIDO: Sirlam Gomes Cohen - Por oportuno este Juízo determina ante aos fatos que a Secretaria intime todas as pessoas citadas nos depoimentos para que sejam ouvidas em Juízo. Designo audiência par dia 09/10/2019 às 9:00 horas .

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS (OAB 7526/AM), ADV: GUSTAVO DA SILVA GRILLO (OAB 7883/AM) - Processo 0620464-78.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Bancários - REQUERENTE: Alcilene Barros da Conceição - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Considerando ausência do requerido, embora intimado em audiência, por oportuno, o patrono da requerente manifestou-se pelo julgamento da lide, tendo e vista não haver provas a serem produzidas, pois trata-se de matéria de direito.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: MARCELO DA SILVA CARLOS (OAB 7366/AM), ADV: JOSIAS FERREIRA CAVALCANTE (OAB 3580/AM), ADV: EDIANAVE MENDONÇA LIMA (OAB 8469/AM) - Processo 0620723-10.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Resgate de Contribuição - REQUERENTE: Nonato Junio Mendonça Lima - REQUERIDO: Fundação Petrobrás de Seguridade Social Petros - Petroleo Brasileiro S/A - Petrobras - EMBARGOS INFRINGENTES. RESGATE DE CONTRIBUIÇÕES PAGAS À PREVIDÊNCIA PRIVADA COMPLEMENTAR FECHADA. INAPLICABILIDADE DOCÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. PRETENDIDA RESTITUIÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES PAGAS. IMPOSSIBILIDADE. REGULAMENTAÇÃO QUE VEDA A DEVOLUÇÃO ENQUANTO MANTIDO O VÍNCULO EMPREGATÍCIO COM A PATROCINADORA DO PLANO. (Tribunal de Justiça de Santa Catarina TJ-SC - Embargos Infringentes : EI 20130483242 Capital - Continente 2013.048324-2) Assim considerando a previsão de vedação expressa regulamentar, julgo IMPROCEDENTE o pedido pleiteado pelo Requerente na presente Ação, condenando-o ao pagamento das custas do processo e honorários advocatícios, que fixo em 10 % (dez por cento) do valor da causa, suspendendo o pagamento por tratar-se de beneficiário da gratuidade judiciária. Interposto recurso de embargos de declaração, com efeito modificativo, intime-se a parte contrária para se manifestar no prazo legal. Apresentada Apelação, intime-se o apelado para apresentar contrarrazões no prazo de 15 dias, art. 1.010, § 1º do CPC. Interposta Apelação Adesiva, intime-se o Apelante para apresentar contrarrazões no prazo de 15 dias, art. 1.010, § 2º do CPC. Intimadas as partes nos termos do §§ 1º e 2º, após, proceda a Remessa do Recurso ao Tribunal, art. 1.010, § 3º do CPC. Após o trânsito em julgado e demais cautelas legais, arquivem-se os autos. P.R.I.C.

ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: WAGNER JACKSON SANTANA (OAB 8789/AM), ADV: URBANO VITALINO ADVOGADOS (OAB 313/PE), ADV: YAGO LIRA DE LIMA MABELINI (OAB 13650/AM), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0621697-13.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Marco Aurelio Pereira de Souza - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Defiro o pedido, determino que a secretaria expeça-se oficio ao banco requerido para, no prazo de 30 dias, encaminhar a este juízo o extrato bancário do requerente Marco Aurélio Pereira de Souza, CPF 076.936.992-87. Agência 0482 Conta: 708289-4, dos ultimos 5 anos. Após, intimem-se as partes para, no prazo de 15 dias, apresentar as alegações finais. Prossiga o processo via sistema sigilo. Manifestando-se o banco no que diz respeito à juntada dos documentos, ou seja, do extrato bancário, façam-se os autos conclusos para sentença.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC), ADV: MAYKON FELIPE DE MELO (OAB 20373/SC) - Processo 0626896-79.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Silene Carvalho Farias - Defiro o pedido de fls. antecedentes para determinar a suspensão dos presentes autos pelo prazo requerente de 60 dias, após o transcurso do prazo, manifeste-se o Requerente quanto ao prosseguimento do feito, independentemente de nova intimação, sob pena de prolação da sentença de mérito. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CARLA CONDÉ MARQUES E OLIVEIRA BERNHARD (OAB 9186/AM), ADV: AMADEU ALMEIDA DE AGUIAR FILHO (OAB 5324/AM) - Processo 0630679-16.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compromisso - EXEQUENTE: João Leopoldino Vieira - EXECUTADO: Condominio Residencial Life Ponta Negra - Ante o anteriormente exposto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO do Embargante para declarar o excesso de execução, fixando o valor do débito da execução na quantia de R$ 2.600,00 fixada em cláusula penal, debitada dos valores pagos ao embargado a título de cláusula penal ou rescisão contratual, corrigida desde a data da notificação da resilição do contrato, determinando o prosseguimento da Execução, em seus ulteriores termos. Junte-se cópia da presente sentença, aos autos da execução. Condeno o Embargado ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, que arbitro em 10% (dez por cento) do valor da causa, suspendendo a cobrança por ser beneficiário da justiça gratuita. Após o trânsito em julgado e demais cautelas legais, arquivem-se os autos. P. R. I. C.

ADV: FELIPE ANDRES ACEVEDO IBAÑEZ (OAB 206339/SP), ADV: FELIPE ANDRES ACEVEDO IBANEZ (OAB 1290A/AM), ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE) - Processo 0630775-07.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - EXEQUENTE: Banco Volkswagen S/A - Ante a certidão de fls 447, intime-se o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, indicar bens à penhora sob pena de extinção do processo. Após, voltem-me os autos conclusos para decisão. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: AGASSIZ RUBIM DA SILVA REIS FILHO (OAB 6552/AM) - Processo 0638688-35.2016.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: Marcelo L. Aguiar Fernandes Me - Maria de Fátima Aguiar Fernandes - MARCELO LAURO AGUIAR FERNANDES - Defiro o pedido, no que diz respeito a expedição de mandado, expeça-se, nos termos em que requer, observando o endereço indicado bem como a exclusão do nome do advogado. Após, intime-se o requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre o prosseguimento do feito, sob pena de extinção. Havendo ou não interesse da parte , voltem-me os autos conclusos para decisão. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: PEDRO DE ARAÚJO RIBEIRO (OAB 6935/AM), ADV: LÚCIA DE FÁTIMA LLANOS AGUIRRE (OAB 11948/AM), ADV: LUÍS FELIPE AVELINO MEDINA (OAB 6100/AM) - Processo 0642049-26.2017.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Construtora Capital S/A - REQUERIDO: Josielinton da Silva Ferreira - Rosangela Felix Mendonça - Defiro o pedido de fls. 104 para determinar a suspensão dos presentes autos pelo prazo requerido de 180 dias, após o transcurso do prazo, manifeste-se o Requerente quanto ao prosseguimento do feito, independentemente de nova intimação, sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA

MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM) - Processo 0642065-77.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Dione Carla dos Santos Queiroz - Intime-se a requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre o que entender de direito. Após, voltem-me os autos conclusos para despacho. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: GILDO AVELINO MAGALHAES (OAB 13435/AM) - Processo 0642355-24.2019.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Rosanna Fernandes Sampaio - REQUERIDO: Edgar Feitosa Cavalcante - Ante o equívoco da decisão que designou audiência de conciliação junto ao Cejusc - Cível para o dia 03/09/2019, às 9:00 horas, conforme decisão de fls. 22/23 , leia-se 23/09//19 às 9:00 horas. À Secretaria para expedir carta de citação, bem como intimar a requerente para a referida audiência. Após, remetam-se os autos ao CEJUSC-CÍVEL. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE ALMEIDA (OAB 42604/PE) - Processo 0642672-22.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Direito de Vizinhança - REQUERENTE: Eny de Oliveira Dácio - REQUERIDA: Vania Dacio de Oliveira - Analisando a petição inicial, observo que a parte Requerente pretende a obtenção dos benefícios da gratuidade de justiça. Assim, da juntada dos documento de fl. 30, entendo suficientes as evidências do estado de insuficiência financeira, razão pela qual Defiro o pedido de concessão da Gratuidade da Justiça. Trata-se de ação de instituição de passagem forçada, de obrigação de não fazer, de fazer, de reparação de danos e pedido de tutela de urgência. Acerca do pedido tutela antecipada, verifico da análise dos documentos, que instruem a exordial, que não há comprovação da posse legítima da requerente sobre o bem imóvel, objeto da ação, não tendo sido juntado: contrato de comodato, faturas recentes de consumo de energia, água, IPTU, etc. Isto posto, concedo o prazo de 15 (quinze) dias para que a parte Requerente regularize sua petição, sob pena de indeferimento da liminar vindicada e prosseguimento pelo rito comum. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para despacho inicial. Intime-se. Cumpra-se

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0643499-04.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco J. Safra S/A - REQUERIDO: Lucas Barbosa Reis - Intime-se o requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre o que entender de direito, sob pena de extinção. Após, voltem-me os autos conclusos para despacho. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MAURO DA GAMA MONTEIRO (OAB 9734/AM) - Processo 0643568-65.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Waldiza Martins de Castro - Considerando a incapacidade civil da Requerente alegada na inicial, impõe-se suspensão do processo e a intimação da Requerente para sanar o vício de Representação, devendo a parte emendar a inicial indicando curador/representante processual, bem como juntando aos autos Termo Judicial de Curatela emitido por meio de decisão judicial prolatada em Processo de Interdição. Isto posto, com fundamento no art. 70 e 76, caput, do CPC, suspendo o processo, e designo o prazo legal de 5 (cinco) dias para ser sanado o vício, conforme preconiza o artigo 218, §3°, do CPC, ficando a parte advertida que, na hipótese de descumprimento da determinação, caso seja a autora (art. 76, § 1º, inciso I) o presente feio será extinto sem julgamento do mérito. Cumprida a determinação, volte-me conclusos para despacho e prosseguimento do feito. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: AQUILA REISSY ANDRADE DA GAMA (OAB 13463/AM) - Processo 0645434-11.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Dependente de Autorização - REQUERENTE: Cleide Pereira Brasil - REQUERIDO: Associação Adventista Norte Brasileira de Prevenção e Assistência À Saúde - Pleiteia, a Requerente, a liberação judicial para uso do medicamento denominado FOSFOETANOLAMINA SINTÉTICA, nas dependências do hospital Requerido e, por consequência, que a requerente venha ingerir a medicação 3 (três) vezes ao dia pela dieta liquida via sonda nasoentérica, sob pena de multa no valor de R$ 1.000,00 (mil reais) por dia de descumprimento, levando em consideração os argumentos trazidos na exordial. Considerando a gravidade da doença da paciente e manifestação dos familiares em termo de responsabilidade juntado aos autos as fls. 20, defiro a tutela de urgência requerida, concedendo autorização judicial ao Hospital Requerido, para que este receba o medicamento FOSFOETANOLAMINA SINTÉTICA em suas depêndencias, ministrando o medicamento conforme indicação da Requerente na Inicial, com aquiescência do profissional médico responsável. Proceda-se a intimação da Requerida com a urgência que se requer a medida. P.R.I.C.

ADV: BRÁULIO GHIDALEVICH (OAB 2248/AM), ADV: JOÃO PAULO BEZERRA DE FREITAS (OAB 12201/AM) - Processo 0645556-24.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento em Consignação - REQUERENTE: Waldelina Maciel Tavares - REQUERIDO: Galo da Serra Navegação Fluvial e Logistica Ltda. - Trata-se de AçãoQuantiiMinoris c/c Indenizaçãopor Danos Morais e Consignação em Pagamento de quantia indicada pela Requerente, a qual entende ser devida em razão de prejuízos advindos de alegados vícios ocultos/aparentes existentes no imóvel, objeto de compra e venda firmado pelas partes. Imprimo o rito do procedimento comum a presente ação considerando a cumulação de pedidos. Intime-se a Requerente para emendar a inicial, indicando o valor integral da prestação fixada em contrato para fins de depósito/consignação em pagamento, a qual deverá permanecer depositada em juízo até julgamento do mérito da ação, para fins de garantia do juízo e da parte Requerida, considerando o disposto no art. 334, 335 e 336 do CC, bem como alterando o valor dado a causa e complementando o valor das custas processuais recolhidas. Isto posto, concedo o prazo de 15 (quinze) dias para a Requerente, emendar a inicial com a juntada dos documentos retromencionados, sob pena de indeferimento liminar do processo. Decorrido o prazo retro, volte-me conclusos para despacho inicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JÚLIO CÉSAR DE ALMEIDA LORENZONI (OAB 5545/AM), ADV: PAULO DOS ANJOS FEITOZA NETO (OAB 8330/AM), ADV: LILIAN DA SILVA ALVES (OAB 8921/AM), ADV: THAMIRES LEMOS DE MATTOS (OAB 12344/AM), ADV: KYARA TRINDADE BARBOSA (OAB 13913/AM), ADV: LARISSA KETTLEN DA ROCHA LIMA (OAB 12542/AM), ADV: RENATA BERNARDINO PAIVA (OAB 10345/AM), ADV: ANA FLÁVIA DA SILVA GOMES (OAB 9615/AM) - Processo 0659690-90.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Logica Assessoria e Consultoria Contabil S/s Ltda - Diogo Dias Dutra - Rodrigo Dias Dutra - REQUERIDO: Terra Editora Comércio e Serviços Gráficos Ltda. - Marcelo Feitosa Neves - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

Agassiz Rubim da Silva Reis Filho (OAB 6552/AM)
Alice Vieira Nunes (OAB 7323/AM)
Amadeu Almeida de Aguiar Filho (OAB 5324/AM)
Ana Flávia da Silva Gomes (OAB 9615/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Andréa Marques Telles de Souza (OAB 3283/AM)
Andrey Augusto Bentes Ramos (OAB 7526/AM)
Andrey Cardoso de Sousa (OAB 14208/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Apoena Moreira da Costa (OAB 4055/AM)
Aquila Reissy Andrade da Gama (OAB 13463/AM)
Bráulio Ghidalevich (OAB 2248/AM)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
Bruno Rodrigo Vale Palheta (OAB 7932/AM)
Bruno Silva Navega (OAB 118948/RJ)
Bruno Veiga Pascarelli Lopes (OAB 7092/AM)
Caio Patrick Coelho Silva Andade (OAB 13408/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Camila Leite Duarte (OAB 11727/AM)
Carla Condé Marques e Oliveira Bernhard (OAB 9186/AM)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
Deborah Moreira da Costa Souza (OAB 4956/AM)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Edianave Mendonça Lima (OAB 8469/AM)

Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Eduardo Gomes Araújo Castro (OAB 8567/AM)
Elaise Moss Portela (OAB 7689/AM)
Elson Marcelo Lima de Souza (OAB 9903/AM)
Ely Rodrigues de Souza Júnior (OAB 7236/AM)
Emmyle Falcão Carneiro (OAB 9971/AM)
Érico Vidal Rotondano (OAB 10709/AM)
Fábio Pedro Alem (OAB 207019/SP)
Felipe Andres Acevedo Ibanez (OAB 1290A/AM)
Felipe Andres Acevedo Ibañez (OAB 206339/SP)
Flaviana Honorata de Araújo (OAB 8918/AM)
Fred Andres do Couto Silva (OAB 7695/AM)
GILDO AVELINO MAGALHAES (OAB 13435/AM)
Giselle Falcone Pascarelli Lopes (OAB 3747/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo da Silva Grillo (OAB 7883/AM)
Irenildi Machado Cardoso da Silva (OAB 13933/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
João Paulo Bezerra de Freitas (OAB 12201/AM)
Jorge Eduardo de Souza Martinho (OAB 5273/AM)
Josias Ferreira Cavalcante (OAB 3580/AM)
Júlio César de Almeida Lorenzoni (OAB 5545/AM)
KARINA DE ALMEIDA BATISTTUCI (OAB 685/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Kyara Trindade Barbosa (OAB 13913/AM)
Larissa Kettlen da Rocha Lima (OAB 12542/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Ligia de Souza Frias (OAB A1074AM)
Lilian da Silva Alves (OAB 8921/AM)
Lúcia de Fátima Llanos Aguirre (OAB 11948/AM)
Luciana Vieira da Rosa Siqueira (OAB 120373/RJ)
Lucilene Macêdo dos Santos (OAB 8545/AM)
Luís Felipe Avelino Medina (OAB 6100/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Cláudio de Melo Frota (OAB 11291/AM)
Luiz Fabiano de Oliveira Corrêa (OAB 7435/AM)
Lymark Kamaroff (OAB 109192/RJ)
Marcelo da Silva Carlos (OAB 7366/AM)
Márcia Fabíolla Holanda Ferreira (OAB 9338/AM)
Marcos Antônio Brandão Sampaio (OAB 1863/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 983A/PE)
Mauro da Gama Monteiro (OAB 9734/AM)
Maykon Felipe de Melo (OAB 20373/SC)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Paulo dos Anjos Feitoza Neto (OAB 8330/AM)
Paulo Ricardo da Silva Santos (OAB 7887/AM)
Pedro Câmara - Sociedade de Advogados (OAB 613/AM)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
Pedro de Araújo Ribeiro (OAB 6935/AM)
Renan de Souza Salgado (OAB 9691/AM)
Renata Bernardino Paiva (OAB 10345/AM)
Robert Lincoln da Costa Areias (OAB 8088/AM)
Rodrigo Cavalcanti de Albuquerque Almeida (OAB 42604/PE)
Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (OAB 799A/AM)
Sérgio Ricardo Mota Cruz (OAB 3495/AM)
Talvani Franco Leite Brito (OAB 680/AM)
Talvani Franco Leite Brito (OAB 680A/AM)
Thamires Lemos de Mattos (OAB 12344/AM)
Thiago dos Santos Barbosa (OAB 5299/AM)
URBANO VITALINO ADVOGADOS (OAB 313/PE)
Victor Madeira Filho (OAB 196979/SP)
Vitor Vilhena Gonçalo da Silva (OAB 6502/AM)
Wagner Jackson Santana (OAB 8789/AM)
William Daniel Brasil David (OAB 6796/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 1037A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)
Yago Lira de Lima Mabelini (OAB 13650/AM)
Yara Fonseca de Albuquerque Soares (OAB 4264/AM)

10ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0287/2019

ADV: THEO EDUARDO RIBEIRO FERNANDES MOREIRA DA COSTA (OAB 14088O/MT) - Processo 0245247-39.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: João Bosco Gomes de Araujo - Ante o exposto JULGO PROCEDENTE o pedido, com base no art. 487, I do CPC, para: A) Restabelecer o NB 5431956775, em 04/02/2014 (fls. 122), convertendo de espécie 31 - previdenciário em 91 acidentário, calculado na forma do art. 61 da Lei 8.213/91 , até conclusão de curso de reabilitação, ou conversão em aposentadoria caso a mesma não logre êxito. Antecipar, parcialmente, os efeitos do provimento jurisdicional final face à confirmação, após cognição exauriente, das alegações da parte autora para determinar que a Autarquia ré implante o benefício concedido no prazo de 45 dias, sob pena de incidência de multa diária de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais) limitado a R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais, caso o beneficio não esteja sendo pago. Consigne-se, neste passo, que a antecipação da tutela restringe-se às prestações vincendas, devidas a contar da data da concessão da medida, tendo em vista que o seu objetivo é assegurar o recebimento da renda mensal do benefício enquanto a controvérsia permanecer sub judice. Determino à Secretaria que expeça ofício/mandado à Agência de Atendimento de Demandas Judiciais, com urgência, para fins de intimação. B) Determinar que o pagamento das parcelas vencidas em parcela única, fulcro no art. 23 da Lei 8.213/91, observada a prescrição quinquenal, se existir, e o desconto de eventuais períodos nas quais o Requerente recebeu algum benefício cuja acumulação é vedada. Ressalvados eventuais períodos nos quais trabalhou com carteira assinada, Sumula 72 da Turma Nacional de Unificação. C) Considerando a tese firmada pelo Supremo Tribunal Federal no RE 870947 e na Lei nº 11.430/2006 que incluiu o art. 41-A na Lei nº 8.213/91, os juros moratórios a contar da citação deverão seguir o índice de remuneração da caderneta de poupança, conforme artigo 1º-F da Lei 9.494/1997 com a redação dada pela Lei 11.960/2009 e a atualização monetária pelo índice do INPC desde o momento que o pagamento seria devido. D) Condenar a parte requerida no pagamento das custas (STJ Súmula nº 178), e nos honorários advocatícios de sucumbência em 10% sobre as parcelas vencidas até a data da prolação da sentença, em atenção ao enunciado da Súmula 111 do STJ e art.85, §3º do CPC. P.R.I.C

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0249453-43.2010.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Compra e Venda - EXEQUENTE: Dinâmica Distribuidora Ltda. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que apresente memória de calculos atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, § 1º do CPC, no prazo de 5 (cinco) dias. Não tendo sido deferido o benefício da gratuidade da justiça de forma total, no mesmo ato, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para recolher os emolumentos pertinentes à consulta do sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016, caso ainda não tenha o feito.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0601142-43.2016.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Banco Itauleasing S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: BONIEK PEREIRA DA SILVA (OAB 8303/AM), ADV: ARNALDO HENRIQUE ANDRADE DA SILVA (OAB 4810/AC) - Processo 0601454-48.2018.8.04.0001 - Execução de Título

Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco da Amazônia S.a. - Basa - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0601699-25.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXVIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a Defensoria Pública Estadual, na qualidade de curador especial do réu/executado revel, nos termos do art. 72, inciso II, do Código do Processo Civil, do processo acima indicado, o qual deverá formular sua manifestação no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0609969-72.2018.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) autora(s) para que se manifeste(m) acerca da carta precatória juntada aos autos, com informação de cumprimento negativo, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: GIULIO ALVARENGA REALE (OAB 1006A/AM), ADV: GIULIO ALVARENGA REALE (OAB 65628/MG) - Processo 0613376-62.2013.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: ITAPEVA II MULTICARTEIRA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada no sistema conveniado (Infojud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM), ADV: IGOR DE MENDONÇA CAMPOS (OAB 303002/SP), ADV: IGOR DE MENDONÇA CAMPOS (OAB 766A/AM), ADV: RENATA MARQUES DE JESUS (OAB 9737/AM) - Processo 0614290-87.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento - REQUERENTE: S.E. Factoring Fomento Mercantil Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca dos ARs juntados aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: DIOGO MAGNANI LOUREIRO (OAB 313993/SP), ADV: HARYSSA ALVES PICCOLOTTO CARVALHO (OAB 8974/AM), ADV: MARCOS ANTÔNIO DE LUNA (OAB 10880/AM), ADV: GIBRAN DE ALMEIDA MAQUINÉ (OAB 3960/AM), ADV: MAIARA CARVALHO DA MOTTA (OAB 3994/AM), ADV: ANNA LUIZA MENDONÇA BIATTO DE MENEZES (OAB 5314/AM), ADV: GILVAN SIMÕES PIRES DA MOTTA (OAB 1662/AM), ADV: ANA CAROLINA AMARAL DE MESSIAS (OAB 9171/AM), ADV: LAÍSA GRAZIA LIMA MARTINS (OAB 8064/AM), ADV: JOSÉ MANOEL BIATTO DE MENEZES (OAB 432A/AM), ADV: TALITA MUSEMBANI VENDRUSCOLO (OAB 322581/SP), ADV: RENATO DAMASCENO BATISTA (OAB 3120/AM), ADV: RUBENS SAMUEL BENZECRY NETO (OAB 9212/AM), ADV: SALVADOR CLARINDO CAMPELO (OAB 1712/AM), ADV: CARLOS AUGUSTO TORTORO JÚNIOR (OAB 247319/SP) - Processo 0618419-67.2019.8.04.0001 - Recuperação Judicial - Concurso de Credores - REQUERENTE: Fundação Centro de Análises, Pesquisa e Inovação Tecnológica - Fucapi - PERITO: EXM Partners Assesoria Empresarial Ltda, Eduardo Scarpellini - INTSSADO: Ives Afonso Montefusco de Souza - Jose Augusto Torres Nakamine - JOSÉ ELDAIR DE SOUZA MARTINS JÚNIOR - Banco Santander Brasil S/A - João Tito Borges - Dirceu Luiz Garcia Orione e outros - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a empresa administradora da recuperação, na pessoa de seu representante legal, para assinar termo de compromisso, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: FERNANDA CABRAL MARQUES (OAB 6755/AM), ADV: SANDRO ABREU TORRES (OAB 4078/AM), ADV: ADRIANA FERREIRA DO NASCIMENTO (OAB 5498/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM) - Processo 0618695-40.2015.8.04.0001 (apensado ao processo 0610223-79.2017.8.04.0001) - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Inadimplemento - REQUERENTE: SB COMERCIO LTDA - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: EDUARDO AKIRA SAKITA (OAB 4116/AM), ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS) - Processo 0618780-26.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: JOSE IDELBRANDO SILVA - REQUERIDO: Itapeva VII Multicarteira Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração de fls.259/261 , nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: WILLIAM DANIEL BRASIL DAVID (OAB 6796/AM), ADV: CLÁUDIA DA SILVA DAVID (OAB 4863/AM), ADV: BRUNO GIMACK SALGADO (OAB 6610/AM), ADV: ANTÔNIO JOSÉ PINTO BARROS (OAB 6587/AM), ADV: LUCIANA BUZATTO PERES (OAB 239449/SP) - Processo 0619188-17.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: RUANN LINS CHAGAS - REQUERIDO: SWISS PARK MANAUS INCORPORADORA LTDA - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta nas fls. 176/188, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: WILSON OLIVEIRA MELO JÚNIOR (OAB 3220/AM) - Processo 0620644-94.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Eunice Gomes da Silva - ISTO POSTO, REJEITO a defesa apresentada pelo Curador Especial e julgo PROCEDENTE a ação monitória para constituir título executivo em favor da parte autora. Juros e correção monetária, desde o vencimento de cada obrigação, conforme art. 397, caput, do CC, calculados na forma prevista na Portaria n. 1.855/2016, de 26/09/2016, deste E. Tribunal de Justiça. Condeno, ainda, a parte demandada em custas e honorários advocatícios a parte Requerida, estes arbitrados em 10% (dez por cento) do valor da causa atualizado, com suporte no art. 85, §§ 2º e 6º, do CPC.

ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: CÍNTIA ALMEIDA PRADO (OAB 12891/AM) - Processo 0621901-23.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Execução Contratual - REQUERENTE: Florence Garden Empreendimento Imobiliário Spe Ltda - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se

acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: WILSON OLIVEIRA MELO JÚNIOR (OAB 3220/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0622437-39.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Roberto Augusto Campos Correa - ISTO POSTO, REJEITO a defesa apresentada pelo Curador Especial e julgo PROCEDENTE a ação monitória para constituir título executivo em favor da parte autora. Juros e correção monetária, desde o vencimento de cada obrigação, conforme art. 397, caput, do CC, calculados na forma prevista na Portaria n. 1.855/2016, de 26/09/2016, deste E. Tribunal de Justiça. Condeno, ainda, a parte demandada em custas e honorários advocatícios a parte Requerida, estes arbitrados em 10% (dez por cento) do valor da causa atualizado, com suporte no art. 85, §§ 2º e 6º, do CPC.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0625299-12.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud, SIEL), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, bem como informe o nome completo da genitora da parte a ser consultada, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: CAROLINE DE CASTRO PEROZZO (OAB 11195/AM), ADV: ALBADILO SILVA CARVALHO (OAB A1161/AM), ADV: ANDERSON CORDEIRO MOTA (OAB 11305/AM) - Processo 0625705-96.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Raimunda Soares Mota - REQUERIDO: Nissan do Brasil Automóvel Ltda. e outro - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM) - Processo 0632647-81.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, intimo a parte interessada para manifestar-se sobre os Avisos de Recebimento de fls. retro recebidos por terceiro/sem cumprimento, no prazo de 5 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: WILSON OLIVEIRA MELO JÚNIOR (OAB 3220/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0633558-98.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Cleotilde Melgueiro do Carmo - ISTO POSTO, REJEITO a defesa apresentada pelo Curador Especial e julgo PROCEDENTE a ação monitória para constituir título executivo em favor da parte autora. Juros e correção monetária, desde o vencimento de cada obrigação, conforme art. 397, caput, do CC, calculados na forma prevista na Portaria n. 1.855/2016, de 26/09/2016, deste E. Tribunal de Justiça. Condeno, ainda, a parte demandada em custas e honorários advocatícios a parte Requerida, estes arbitrados em 10% (dez por cento) do valor da causa atualizado, com suporte no art. 85, §§ 2º e 6º, do CPC.

ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM), ADV: JOAAB MELO BARBOSA (OAB 8348/AM), ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM) - Processo 0634061-85.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Nota Promissória - EXEQUENTE: Carlos Alberto Correa Salgado - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Exequente para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM) - Processo 0634120-39.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Acidentário - EXEQUENTE: Francimary da Costa Duarte - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte exequente para que se manifeste acerca documento juntado de fl. 259, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: GABRIELA BARRETO LIMA DE CARVALHO (OAB 10244/AM) - Processo 0635202-37.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Consórcio - REQUERENTE: Davi Antônio Araújo de Araújo - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 21/10/2019 às 11:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 30 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: ROSINALVA GOMES BARROS (OAB 8183/AM) - Processo 0635569-61.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Vícios de Construção - REQUERENTE: Agnelo Pereira da Cruz Filho - De ordem, em conformidade com o Art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos Arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a Contestação de Pág.(s) (64/70) e documentos às Pág.(s) (71/78).

ADV: LÍDICE MAYO LANGBECK (OAB 9475/AM), ADV: EDUARDO LUIZ BROCK (OAB 91311/SP), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP) - Processo 0637155-75.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Corretagem - REQUERENTE: Adauto Lucio Maues Nazareth e outro - REQUERIDO: Gonder Incorporadora Ltda - PDG Vendas Corretora Imobiliária Ltda. e outros - Em conformidade com o art. 1º, XXIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, abro vista às partes para que tomem ciência do retorno dos autos da Instância Superior e se manifestem, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0638013-43.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Exequente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: TATIANE DA SILVA RIBEIRO (OAB 13887/AM), ADV: HILDERSON FARIAS DE OLIVEIRA (OAB 7364/AM), ADV: MILENA DE FÁTIMA MELO DE OLIVEIRA (OAB 9874/AM) - Processo 0639141-59.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: Condomínio Amazonas - EXECUTADO: Jt Formação de Condutores de Veículos Ltda. - Me / Auto Escola Nb - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) exequente para que se manifeste(m) acerca da petição de fls.132/135 , no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: FLÁVIO NEVES COSTA (OAB 153447/SP) - Processo 0639277-90.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: S.B.S. - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: ORLANDO PATRÍCIO DE SOUSA (OAB 7705/AM) - Processo 0641239-80.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Gabriel Ítalo Araujo Figueiredo - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 21/10/2019 às 10:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 30 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: JACKSON WILLIAM DE LIMA (OAB 408472/SP) - Processo 0642426-26.2019.8.04.0001 - Monitória - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados de Manaus - Sicoob Uniam - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: BARTOLOMEU FERREIRA DE AZEVEDO JÚNIOR (OAB 4334/AM) - Processo 0642959-24.2015.8.04.0001 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: Merronit Comercial Ltda - De ordem, intimo a parte interessada para manifestar-se sobre os Avisos de Recebimento de fls. 202/206 recebidos por terceiro/sem cumprimento, no prazo de 5 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: DORISMAR MARTINS MASIERO (OAB 1083A/AM), ADV: JOABE DE FRANÇA BARROS (OAB 4919/AM) - Processo 0643152-97.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Locação de Móvel - REQUERENTE: Entec Guindastee Conteinêres Ltda - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 21/10/2019 às 08:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 30 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: LUÍS FELIPE AVELINO MEDINA (OAB 6100/AM) - Processo 0644009-46.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: M.R.C. - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 21/10/2019 às 09:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 30 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: ANDREWS MARTINS SIQUEIRA (OAB 11954/AM) - Processo 0644513-52.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Nazaré Kátia Ramos Gonçalves - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 21/10/2019 às 09:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 30 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0646130-47.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Raimundo Nonato Teixeira da Costa - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 21/10/2019 às 10:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 30 de agosto de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: FERNANDO DÊNIS MARTINS (OAB 182424/SP), ADV: WILLIAM CARMONA MAYA (OAB 257198/SP), ADV: CARMONA MAYA, MARTINS E MEDEIROS SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 11785/SP) - Processo 0646900-74.2018.8.04.0001 - Monitória - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Santander Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXVIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a Defensoria Pública Estadual, na qualidade de curador especial do réu/executado revel, nos termos do art. 72, inciso II, do Código do Processo Civil, do processo acima indicado, o qual deverá formular sua manifestação no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 921A/AM), ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 205961/SP) - Processo 0646927-57.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos

sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: GEOVANA DARQUE VALENTE ALVES (OAB 8031/AM), ADV: LIDIANE DA COSTA BATISTA (OAB 7492/AM) - Processo 0657172-30.2018.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Pátio Sertório Shopping Ltda - REQUERIDO: D G de Oliveira de Araujo & Cia Ltda - Epp (Fast Temaki) e outros - Considerando a legitimidade das partes e em razão da transação atender e preservar os seus interesses, HOMOLOGO o novo acordo para que surta seus efeitos jurídicos e legais e declaro extinto o processo com resolução do mérito (art. 487, III, "b" do CPC). Permaneçam os autos suspensos pelo prazo necessário ao cumprimento do acordo 20 de abril de 2022.

ADV: RAFAEL NASCIMENTO PICANÇO (OAB 10349/AM), ADV: GEYSILA FERNANDA MENDES DE MELO (OAB 6594/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM) - Processo 0659734-12.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Domingos Sávio Campos de Souza - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta nas fls. 152/192, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

Adriana Ferreira do Nascimento (OAB 5498/AM)
Albadilo Silva Carvalho (OAB A1161/AM)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Ana Carolina Amaral de Messias (OAB 9171/AM)
ANDERSON CORDEIRO MOTA (OAB 11305/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 57/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Andrews Martins Siqueira (OAB 11954/AM)
Anna Luiza Mendonça Biatto de Menezes (OAB 5314/AM)
Antônio José Pinto Barros (OAB 6587/AM)
Arnaldo Henrique Andrade da Silva (OAB 4810/AC)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Bartolomeu Ferreira de Azevedo Júnior (OAB 4334/AM)
Boniek Pereira da Silva (OAB 8303/AM)
Bruno Gimack Salgado (OAB 6610/AM)
Carlos Augusto Tortoro Júnior (OAB 247319/SP)
Carmona Maya, Martins e Medeiros Sociedade de Advogados (OAB 11785/SP)
Caroline de Castro Perozzo (OAB 11195/AM)
Cíntia Almeida Prado (OAB 12891/AM)
Cláudia da Silva David (OAB 4863/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Diogo Magnani Loureiro (OAB 313993/SP)
DORISMAR MARTINS MASIERO (OAB 1083A/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Eduardo Akira Sakita (OAB 4116/AM)
Eduardo Luiz Brock (OAB 91311/SP)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Fernanda Cabral Marques (OAB 6755/AM)
Fernando Dênis Martins (OAB 182424/SP)
Flávio Neves Costa (OAB 153447/SP)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Gabriela Barreto Lima de Carvalho (OAB 10244/AM)
Geovana Darque Valente Alves (OAB 8031/AM)
Geysila Fernanda Mendes de Melo (OAB 6594/AM)
Gibran de Almeida Maquiné (OAB 3960/AM)
Gilvan Simões Pires da Motta (OAB 1662/AM)
Giulio Alvarenga Reale (OAB 1006A/AM)
Giulio Alvarenga Reale (OAB 65628/MG)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB 1065A/AM)
Haryssa Alves Piccolotto Carvalho (OAB 8974/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Hilderson Farias de Oliveira (OAB 7364/AM)
Igor de Mendonça Campos (OAB 303002/SP)
Igor de Mendonça Campos (OAB 766A/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Jackson William de Lima (OAB 408472/SP)
Joaab Melo Barbosa (OAB 8348/AM)
Joabe de França Barros (OAB 4919/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
JOSÉ MANOEL BIATTO DE MENEZES (OAB 432A/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Laísa Grazia Lima Martins (OAB 8064/AM)
Lidiane da Costa Batista (OAB 7492/AM)
Lídice Mayo Langbeck (OAB 9475/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Luciana Buzatto Peres (OAB 239449/SP)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Felipe Avelino Medina (OAB 6100/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Maiara Carvalho da Motta (OAB 3994/AM)
Marco André Honda Flores (OAB 6171/MS)
Marcos Antônio de Luna (OAB 10880/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Milena de Fátima Melo de Oliveira (OAB 9874/AM)
Orlando Patrício de Sousa (OAB 7705/AM)
Priscila Lima Monteiro (OAB 5901/AM)
Rafael Nascimento Picanço (OAB 10349/AM)
Renata Marques de Jesus (OAB 9737/AM)
Renato Damasceno Batista (OAB 3120/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Rosângela da Rosa Corrêa (OAB 205961/SP)
Rosângela da Rosa Corrêa (OAB 921A/AM)
Rosinalva Gomes Barros (OAB 8183/AM)
Rubens Samuel Benzecry Neto (OAB 9212/AM)
Salvador Clarindo Campelo (OAB 1712/AM)
Sandro Abreu Torres (OAB 4078/AM)
Talita Musembani Vendruscolo (OAB 322581/SP)
Tatiane da Silva Ribeiro (OAB 13887/AM)
Theo Eduardo Ribeiro Fernandes Moreira da Costa (OAB 14088O/MT)
William Carmona Maya (OAB 257198/SP)
William Daniel Brasil David (OAB 6796/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Molina Porto (OAB 805A/AM)
Wilson Oliveira Melo Júnior (OAB 3220/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0288/2019

ADV: FABRÍCIO PERROTTA DA SILVA (OAB 165909/RJ), ADV: HEDER RODRIGUES LUCAS (OAB 12861/AM), ADV: ELISABETE LUCAS (OAB 4118/AM), ADV: LUCAS E LUCAS ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 4118/AM) - Processo 0210192-56.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: Lilian Regis dos Santos - REQUERIDO: Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS - Vistos, Reporto- me as petições de fls. 120 e fls. 129, determino à Secretaria que expeça ofício/mandado à Agência de Atendimento de Demandas Judiciais, com urgência, para fins de intimação e que implante o benefício ofertado em preliminar de contestação (fls. 68/69), acordo aceito pela Requerente às fls. 105, e homologado pelo Juízo às fls. 117.

ADV: FERNANDO DAUWE (OAB 15738/SC), ADV: VANESSA MARCELO BRAZ (OAB 16099/SC), ADV: VANESSA MARCELO BRAZ (OAB 1248A/AM) - Processo 0224029-81.2019.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: Andre Sada Neto - REQUERIDO: Michel Jorge Siufi - Indefiro o pedido de fls. 479/480, tendo em vista o princípio da celeridade processual. Aguarde-se o retorno do Mandado já expedido. Expeça-se novo ato ordinatório determinando o recolhimento das custas de tramitação da carta precatória e do mandado. Expeça-se ainda, comunicação par ao Juízo deprecado.

ADV: CARLOS CHRISTIANO KRAKHECKE FILHO (OAB 4132/AM), ADV: EDSON BELMONT DE LIMA (OAB 8931/AM) - Processo 0245326-81.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Benefícios em Espécie - REQUERENTE: Marcos Aurélio Ribeiro - Ante o exposto JULGO PROCEDENTE o pedido, com base no art. 487, I do CPC, para: A) Restabelecer o NB 5267459557 (convertendo de espécie 31 - previdenciário em 91 acidentário) a partir do dia 24/05/2015 (fls. 182) , calculado na forma do art. 61 da Lei 8.213/91 , até conclusão de curso de reabilitação, ou conversão em aposentadoria caso a mesma não logre êxito.Antecipar, parcialmente, os efeitos do provimento jurisdicional final face à confirmação, após cognição exauriente, das alegações da parte autora para determinar que a Autarquia ré implante o benefício concedido no prazo de 45 dias, sob pena de incidência de multa diária de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais) limitado a R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais, caso o beneficio não esteja sendo pago. Consigne-se, neste passo, que a antecipação da tutela restringe-se às prestações vincendas, devidas a contar da data da concessão da medida, tendo em vista que o seu objetivo é assegurar o recebimento da renda mensal do benefício enquanto a controvérsia permanecer sub judice. Determino à Secretaria que expeça ofício/mandado à Agência de Atendimento de Demandas Judiciais, com urgência, para fins de intimação. B) Determinar que o pagamento das parcelas vencidas em parcela única, fulcro no art. 23 da Lei 8.213/91, observada a prescrição quinquenal, se existir. C) Considerando a tese firmada pelo Supremo Tribunal Federal no RE 870947 e na Lei nº 11.430/2006 que incluiu o art. 41-A na Lei nº 8.213/91, os juros moratórios a contar da citação deverão seguir o índice de remuneração da caderneta de poupança, conforme artigo 1º-F da Lei 9.494/1997 com a redação dada pela Lei 11.960/2009 e a atualização monetária pelo índice do INPC desde o momento que o pagamento seria devido. D) Condenar a parte requerida no pagamento das custas (STJ Súmula nº 178), e nos honorários advocatícios de sucumbência em 10% sobre as parcelas vencidas até a data da prolação da sentença, em atenção ao enunciado da Súmula 111 do STJ e art.85, §3º do CPC. P.R.I.C

ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: ROSELI DE CASTRO PISZTER (OAB 4873/AM), ADV: TEREZA CARMO DE CASTRO, ADV: INGRID CRISTINE DE SÁ RIBEIRO PACHECO (OAB 12209/AM), ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM) - Processo 0601330-07.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Rodrigo Barbosa Vilhena - REQUERIDO: Imbasco Emprtendimentos Imobiliários Ltda - Líder Consultoria e Planejamento Imobiliário - R.H. Interposta apelação, juntadas as contrarrazões. Defiro o pedido de fls. 149/150, tendo em vista que a procuração de fls. 125/126, concedendo poderes aos Advogados que peticionaram às fls. 124, veio firmada pelo Diretor da Empresar Capital Rossi Performance e Construções LTDA, pessoa jurídica estranha a lide. Mantenho a sentença, pelos próprios fundamentos, nos termos do §7º do Art. 485 do CPC e determino a remessa dos autos ao E. Tribunal de Justiça do Amazonas - TJAM, com nossas homenagens e cautelas de estilo, nos termos do Art. 1.010, §3º

ADV: RICARDO ALMEIDA (OAB 4884/AM) - Processo 0601435-08.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Ricardo Almeida - R. H. Nos termos do que dispõe o artigo 248, §1º do CPC/2015, a citação pelo correio deverá ser entregue pessoalmente ao citando, de quem deverá ser exigida a assinatura do recibo. Reporto me à petição de fls. 67, restando verificado que o AR def ls. 57 não foi entregue na pessoa do suplicado, sendo assinado por terceiro estranho à lide, determino a renovação do ato citatório, que desta vez deverá ser diligenciado por Oficial de Justiça. Paute-se audiência de conciliação, nos termos do art. 334 do CPC , para o dia 04 de novembro de 2019, às 8 horas e 30 minutos, a ser realizada na sala no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1. Cite-se por mandado, custas já recolhidas. Intimem-se a parte Requerente e seu patronos. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: WILSON OLIVEIRA MELO JÚNIOR (OAB 3220/AM) - Processo 0612738-29.2013.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Paulo Moises de Paula Reis - ISTO POSTO, REJEITO a defesa apresentada pelo Curador Especial e julgo PROCEDENTE a ação monitória para constituir título executivo em favor da parte autora. Juros e correção monetária, desde o vencimento de cada obrigação, conforme art. 397, caput, do CC, calculados na forma prevista na Portaria n. 1.855/2016, de 26/09/2016, deste E. Tribunal de Justiça. Condeno, ainda, a parte demandada em custas e honorários advocatícios a parte Requerida, estes arbitrados em 10% (dez por cento) do valor da causa atualizado, com suporte no art. 85, §§ 2º e 6º, do CPC.

ADV: CAIQUE CLEYDSON ALENCAR DE CARVALHO (OAB 12993/AM), ADV: BRENDO DE CASTRO MARTINS (OAB 13009/AM), ADV: CAROLINE GUIMARÃES DO VALLE (OAB 6412/AM) - Processo 0615485-73.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Adriano Figueira de Aquino - REQUERIDO: Instituo Amazônia de Ensino Superior e outro - Em razão do pedido de fls. 103 redesigno a audiência de Instrução e Julgamento para o dia 23/09/2019, às 10:00h. Expeçam-se as intimações necessárias. Cumpra-se.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 373659/SP), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0618421-37.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Micirlene da Silva Costa - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - ANTE O EXPOSTO, na ação movida por Micirlene da Silva Costa contra Banco Industrial do Brasil S/A, confirmo a tutela provisória, e JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, extinguindo o processo com resolução de mérito (art. 487, I, CPC). Declaro a ocorrência de ilícito contratual, praticado pelo réu, por violação aos deveres de transparência (informação) e boa-fé objetiva no contrato de cartão de crédito consignado celebrado com a parte autora. Declaro quitado o contrato de cartão de crédito consignado firmado entre as partes, provado o pagamento nos termos da oferta, e, por consequência, a inexistência de débito em face da parte autora. Condeno o banco réu a restituir à autora, em dobro, o valor das parcelas descontadas de seus vencimentos - posteriores à 48ª parcela -, com acréscimo de correção monetária, a partir de cada desembolso, e juros moratórios a contar da citação (art. 405, CC). Os valores a restituir devem ser apurados na fase de cumprimento de sentença. Condeno o réu a pagar ao autor indenização por danos morais, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), com incidência de correção monetária, a partir dessa sentença (Súmula 362 do STJ), e juros moratórios, contados da data da citação (art. 405, CC). Condeno o réu ao pagamento de custas e honorários advocatícios, estes fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, com fulcro no art. 85, § 2º, do CPC. Na fase de cumprimento de sentença, deve ser observado: 1) os cálculos devem ser elaborados utilizando a ferramenta (planilha) disponível no site deste Tribunal (http://www.tjam.jus.br) - acessando a opção Custas, Depósitos e Fianças Judiciais, depois a opção atualização de cálculos judiciais, ou, diretamente, por meio do seguinte endereço eletrônico: pelo link (http://www.tjam.jus.br/index.php?option=com_chronocontactchronoformname=frm_calculadora_advogado); 2) os cálculos devem seguir os parâmetros previstos na Portaria nº 1.855/2016-PTJ, de 26/09/2016, deste E. Tribunal de Justiça. Após o trânsito em julgado, arquivem-se. Caso a parte interessada requeira o cumprimento da sentença após 1 (um) ano do trânsito em julgado, a intimação deverá ser feita na

pessoa do devedor, por meio de carta com aviso de recebimento encaminhada ao endereço constante dos autos (art. 513, § 4º, CPC). Em caso de recurso, nova conclusão somente após a publicação desta decisão. P.R.I.

ADV: FERNANDA PRESTES DE LIMA (OAB 8776/AM), ADV: PRESTES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 8776/AM) - Processo 0622033-80.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Maria das Graças Pereira Ferreira - Em razão do pedido de fls. 78 redesigno a audiência de Conciliação - CEJUSC - Cível para o dia 21/10/2019, às 10:00h. Expeçam-se as intimações necessárias. Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC), ADV: MAYKON FELIPE DE MELO (OAB 20373/SC) - Processo 0622999-43.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: José Nilton Fonseca de Oliveira - Indefiro o pedido de fls. 119/120, pela suspensão do processo, tendo em vista que foi realizada perícia com os exames médicos apresentados pelo próprio autor. Não houve recomendação do Perito nomeado para realização de novos exames, ou apresentação de exames mais recentes. Mantenho a decisão de indeferimento de tutela antecipada para concessão de benefício previdenciário, tendo em vista que no laudo pericial (fls. 104/112), não foi constatada incapacidade laboral.

ADV: MAYKON FELIPE DE MELO (OAB 20373/SC), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0623309-49.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Marlete de Melo Brasil - R.H. Intime-se o requerente para que, querendo, manifeste-se, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre a defesa acostada aos autos, nos termos dos arts. 350 e 351 do CPC.

ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ), ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM), ADV: DJANE OLIVEIRA MARINHO (OAB 5849/AM) - Processo 0626059-92.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Helison Nice da Silva - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Ex positis, JULGO PROCEDENTE o pleito de complementação da indenização paga pela via administrativa formulado por Helison Nice da Silva, em face de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A, nos termos do art. 487, I, do C.P.C., para condenar a requerida ao pagamento da indenização por invalidez permanente na quantia correspondente a 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), corrigidos monetariamente a partir da data do acidente, juros de mora, incidem sobre o valor da condenação, a partir da citação válida, nos termos da Portaria TJAM 1.855/2016. JULGO IMPROCEDENTE o pedido de indenização por dano moral, nos termos da fundamentação. Custas e honorários advocatícios pela ré, estes à proporção de 15% (quinze por cento) sobre o valor da condenação, com suporte no art. 85, §2.º, do CPC. P.R.I.C.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC), ADV: MAYKON FELIPE DE MELO (OAB 20373/SC) - Processo 0626786-80.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Renata Maia Monteiro - Defiro o pedido de fls. 119, e determino à Secretaria que entre em contato com o perito nomeado, para fins de reagendamento da perícia para data posteior ao 60 dias necessários a realização dos exames de saúde da parte autora.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC), ADV: MAYKON FELIPE DE MELO (OAB 20373/SC) - Processo 0628055-57.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Joana Darc Maciel de Oliveira - R.H. Intime-se o requerente para que, querendo, manifeste-se, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre a defesa acostada aos autos, nos termos dos arts. 350 e 351 do CPC.

ADV: MAYKON FELIPE DE MELO (OAB 20373/SC), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0628428-88.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Deusa Soares da Silva - R.H. Intime-se o requerente para que, querendo, manifeste-se, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre a defesa acostada aos autos, nos termos dos arts. 350 e 351 do CPC.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC), ADV: MAYKON FELIPE DE MELO (OAB 20373/SC) - Processo 0628469-55.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Sidney Morais Oliveira - À Secretaria para que certifique se foram juntados aos autos os honorários periciais. Em caso positivo defiro, desde já a expedição de alvará em nome do perito para levantamento dos mesmos. Após, baixa e arquivamento.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: URBANO VITALINO ADVOGADOS (OAB 313/PE), ADV: AMÓS RAFAEL HSU DE SOUZA (OAB 14817/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0629256-84.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria de Nazaré do Carmo de Jesus - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Considerando a legitimidade das partes e em razão da transação atender e preservar os seus interesses, HOMOLOGO o acordo de fls. 356/357 para que surta seus efeitos jurídicos e legais e declaro extinto o processo com resolução do mérito (art. 487, III, “b” do CPC). Isento de custas remanescentes na forma do § 3º do art. 90 do CPC. Arquive-se, independente do trânsito em julgado, face a ausência de interesse recursal. Encaminhem-se os autos à contadoria para a baixa nos registros.

ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 983A/PE), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: CÍNTIA ROSSETTE DE SOUZA (OAB 4605/AM) - Processo 0633432-77.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Desconto em folha de pagamento - REQUERENTE: Ana Carla Cardoso de Jesus - REQUERIDO: Banco BMG S/A - ANTE O EXPOSTO, na ação movida por Ana Carla Cardoso de Jesus contra Banco BMG S/A, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO, extinguindo o processo com resolução de mérito (art. 487, I, do CPC). Condeno a parte autora ao pagamento de custas e honorários advocatícios, estes fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, com fulcro no art. 85, § 2º, do CPC. Todavia, em razão da gratuidade de justiça concedida, fica suspensa a exigibilidade desses valores, nos termos do art. 98, § 3º do CPC. Todavia, em razão da gratuidade de justiça concedida, fica suspensa a exigibilidade desses valores, nos termos do art. 98, § 3º do CPC. Após o trânsito em julgado, arquivem-se. P.R.I.

ADV: MARÍLIA DIAS ANDRADE (OAB 14351/PA), ADV: RODOLFO MEIRA ROESSING (OAB 12719/PA), ADV: BÁRBARA ANTUNES ANDRADE (OAB 10919/AM), ADV: LUANA SILVA SANTOS (OAB 16292/PA), ADV: RODOLFO MOREIRA ROESSING (OAB 2147A/AM), ADV: LUCÉLIA GOMES RODRIGUES DE SOUZA (OAB 10142/AM) - Processo 0634137-41.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - EXEQUENTE: Anderson Luiz Soares da Silva - EXECUTADO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - R.H. Defiro o pedido de fls. 161, autorizo a expedição do alvará em nome de Patrono habilitado nos autos com poderes para tal. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0634370-43.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - ISTO POSTO, REJEITO a defesa apresentada pelo Curador Especial e julgo PROCEDENTE a ação monitória para constituir título executivo em favor da parte autora. Juros e correção monetária, desde o vencimento de cada obrigação, conforme art. 397, caput, do CC, calculados na forma prevista na Portaria n. 1.855/2016, de 26/09/2016, deste E. Tribunal de Justiça. Condeno, ainda, a parte demandada em custas e honorários advocatícios a parte Requerida, estes arbitrados em 10% (dez por cento) do valor da causa atualizado, com suporte no art. 85, §§ 2º e 6º, do CPC.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: TUDE MOUTINHO DA COSTA (OAB 564/AM), ADV: LÍDIA MAURA LOPES DA COSTA (OAB 6399/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0634779-82.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A

- EXECUTADO: Tude Gomes da Costa Neto - Intime-se a parte requerente/exequente para que no prazo de 05 (cinco) dias se manifeste, requerendo o que entender de direito. Em não havendo manifestação da parte interessada, no prazo estabelecido no art. 485, III do CPC, intime-se, pessoalmente, para que, querendo, no prazo de 05 dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: WILSON OLIVEIRA MELO JÚNIOR (OAB 3220/AM) - Processo 0641646-57.2017.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Jane Baia dos Santos - ISTO POSTO, DECLARO PRESCRITAS as faturas de consumo de energia elétrica vencidas há mais de dez anos antes da propositura da ação em 23/11/2017, referente ao mês de outubro de 2007, vencida em 09/11/2017, (R$124,80 - item 40, fls. 27) e REJEITO a defesa apresentada pelo Curador Especial e julgo PROCEDENTE a ação monitória para constituir título executivo em favor da parte autora. Juros e correção monetária, desde o vencimento de cada obrigação, conforme art. 397, caput, do CC, calculados na forma prevista na Portaria n. 1.855/2016, de 26/09/2016, deste E. Tribunal de Justiça. Condeno, ainda, a parte demandada em custas e honorários advocatícios a parte Requerida, estes arbitrados em 10% (dez por cento) do valor da causa atualizado, com suporte no art. 85, §§ 2º e 6º, do CPC.

ADV: DAVID SOMBRA PEIXOTO (OAB 1175/AM), ADV: DAVID SOMBRA PEIXOTO (OAB 16477/CE) - Processo 0642197-66.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Santander Brasil S/A - A teor do exposto, determino que o requerente, no prazo de 15 (quinze) dias, emende a inicial colacionando aos autos cópia de notificação extrajudicial expedida pelo Cartório de Títulos e Documentos, com o devido recebimento da parte devedora, ou protesto, anteriores ao ajuizamento da ação, sob pena de seu indeferimento, com fulcro no parágrafo único do artigo 321 do Código de Processo Civil.

ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM), ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM) - Processo 0644808-26.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Restabelecimento - REQUERENTE: Maria Socorro da Silva - Determino à Secretaria que expeça ofício/mandado à Agência de Atendimento de Demandas Judiciais, com urgência, para fins de implantação do benefício concedido em sentença.

ADV: ANTONIO BRASIL VIEIRA (OAB 5411/AM), ADV: ANTÔNIO BRASIL VIEIRA (OAB 5411/AM) - Processo 0645825-63.2019.8.04.0001 - Embargos à Execução - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - REQUERENTE: S N dos Santos Bijuterias Epp - Recebo os embargos à execução para discussão, sem atribuição de efeito suspensivo, uma vez que não estão presentes os requisitos para a concessão da tutela provisória e a execução não está garantida, nos termos do artigo 919, § 1º do CPC. Indefiro pela mesma razão a concessão da tutela antecipada para declarar nula a execução em questão. Intime-se o embargado, na pessoa de seu patrono para, querendo, apresentar impugnação, no prazo de 15 dias. Após, com ou sem manifestação, façam-me os autos conclusos. Defiro a gratuidade da justiça, em razão dos documentos acostados na presente demanda demonstrarem a hipossuficiência do embargante. Cumpra-se.

ADV: FELIPE BRAGA DE OLIVEIRA (OAB 9663/AM), ADV: VILA & BRAGA ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 523/AM) - Processo 0646460-44.2019.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Condomínio Residencial Mediterrâneo I - Tendo a inicial preenchido os requisitos do artigo 700 do CPC/2015 e, estando a mesma devidamente instruída com documentação comprobatória do débito, com base em prova escrita, sem eficácia de título, defiro a monitória. Determino a expedição de carta de citação para pagamento da quantia em dinheiro, apontada na inicial (art. 700, I), no prazo máximo e improrrogável de 15 (quinze) dias, incluído o pagamento de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) do valor atribuído a causa, conforme Caput do artigo 701, CPC/2015. Intime-se o autor para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o pagamento das custas de emissão do AR, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme Provimento nº 273-CGJ/AM, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV e VI do CPC/2015. Advirto desde já que, caso não seja realizado o pagamento ou não opostos embargos, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial, nos termos do disposto no §2º do artigo 701, CPC/2015. Anote-se, de igual forma, que se ocorrer o pagamento também no mesmo prazo o réu ficará isento de custas processuais, em consonância com o disposto no parágrafo 1o, do artigo 701, também do CPC/2015. Caso sejam apresentados embargos à monitória, suspenda-se a eficácia da decisão referida no Caput do art.701 do CPC/15 até o julgamento em primeiro grau. Ato contínuo ao recebimento dos embargos, intime-se o autor da monitória para que responda aos embargos em até 15(quinze) dias, nos termos do art.702, §5º, do CPC/15. Cumpre ressaltar que o devedor poderá, mediante a comprovação de depósito de 30% (trinta por cento) do valor cobrado, acrescido de custas e honorários de advogado de 5% (cinco por cento), requerer o restante do pagamento em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, nos termos dos artigos 701, §5º c/c 916, CPC/2015. Caso a carta expedida retorne negativa, consulte-se o(s) sistema(s) eletrônico(s) INFOJUD, SIEL, BACENJUD e/ou RENAJUD, a fim de localizar o atual endereço da parte ré, após o pagamento, no prazo de 05(cinco) dias, dos emolumentos pertinentes a cada pesquisa solicitada, nos termos da Portaria nº116/2017, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI do CPC. Constatado um único endereço e diverso do que já fora efetuada a diligência, expeça-se imediatamente nova carta de citação, caso contrário, intime-se o autor para manifestar-se, no prazo de 5(cinco) dias, sobre as referidas consultas, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI, do CPC. No caso de ser solicitado a expedição de mandado de pagamento, defiro-a desde logo, devendo a parte comprovar, no prazo de 15(quinze) dias, o recolhimento das custas das diligências do Oficial de Justiça, no prazo de 15 (quinze) dias, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme valores constantes da Tabela I do Provimento nº 261/2015 - CGJ/AM, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI do CPC.

ADV: MARLY GOMES CAPOTE (OAB 7067/AM) - Processo 0646472-58.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Subsídios - REQUERENTE: Raimunda Pinheiro da Costa - Vistos, O pedido da inicial versa sobre responsabilidade civil do estado do Amazonas, onde este é réu, sendo assim caso de competência de uma das Varas da Fazenda Pública. Diante do exposto, declino da minha competência para uma das Varas da Fazenda Pública do Estado, com fundamento no Art. 152, I, “a” da lei complementar 17 de 23/01/1997, que preceitua o seguinte: Art. 152 - Aos Juízes de Direito das Varas da Fazenda Pública Estadual compete, por distribuição: I - Processar e julgar com jurisdição em todo o território do Estado: a) as causas em que o Estado do Amazonas e os seus respectivos órgãos autárquicos forem interessados, como autores, réus, assistentes ou oponentes, excetuadas falências, concordatas e acidentes de trabalho, bem como as definidas nas letras “e” e “f”, do inciso I, do art. 102, da Constituição Federal; Remetam-se os autos ao Juízo competente. Intime-se e cumpra-se.

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0646535-83.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Intime-se a parte autora para que, no prazo de 15 dias, recolha as custas iniciais sob pena de cancelamento da distribuição, nos termos do art. 290 do CPC.

ADV: GUILHERME DA COSTA LINS (OAB 10685/AM), ADV: LEONOR REGINA FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 11932/AM), ADV: ARI BADARANE NICOLAU JÚNIOR (OAB 11935/AM) - Processo 0646574-80.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Pagamento - REQUERENTE: Rc Recebíveis Ltda - Cite-se o executado para, em 3 (três) dias, pagar o débito, sob pena de serem penhorados tantos bens quantos bastem para o pagamento do valor principal atualizado, incluindo-se custas e honorários advocatícios. Os honorários advocatícios correspondem

a 10% do valor total da dívida. Entretanto, em caso de pagamento integral da dívida, os honorários serão reduzidos à metade (art. 827, pg. 1º, CPC), podendo eventualmente serem majorados na forma do do §2º do artigo anteriormente referido. Para citação, forneça a exequente os meios necessários (recolhimento da taxa para expedição de carta de citação, ou diligência do Oficial de Justiça, indicando inclusive onde serão realizadas), no prazo de 10 dias, sob pena de extinção. Se requerido, defiro a indisponibilidade de ativos financeiros em nome do(s) executado(s), no valor indicado na execução (art. 854 do CPC). Decorrido o prazo e não efetuado o pagamento, o Oficial de Justiça, munido da segunda via do mandado, procederá de imediato à penhora de bens e à sua avaliação, lavrando-se o respectivo auto, e de tais atos intimando o executado (art. 829, par. 1º do Código de Processo Civil). Se não localizar o executado, o Oficial de Justiça deverá arrestar tantos bens quantos bastem para garantir a execução, observando-se, após, os procedimentos do art. 830, par. 1º, do CPC. Em caso de o(s) devedor(es) não efetuar(em) o pagamento do aludido montante, no prazo legal e não sendo a hipótese do artigo 854 do CPC, autorizo a realização de penhora dos bens em nome do(s) executado(s), via BacenJud e RenaJud, bem como sua avaliação, tudo na forma do §1º do art. 829 do Diploma Processual Civil. Poderá o devedor, querendo, apresentar defesa, sob a forma de embargos, independentemente de penhora, depósito ou caução (art. 914), no prazo de 15 (quinze) dias, contados nos termos do artigo 231 e respectivos incisos. Em caso de execução em cujo pólo passivo haja mais de um executado, o prazo será contado individualmente. Os embargos à execução, via de regra, não terão efeito suspensivo (art. 919, caput, CPC), salvo em casos excepcionais, após apreciação e deferimento judicial, o que poderá vir a ser revogado, caso cessadas as justificativas para a concessão (art. 919, par. 2º, CPC). A eventual concessão do efeito suspensivo aos embargos oferecidos por um dos executados não suspenderá a execução contra os que não embargaram, quando o respectivo fundamento disser respeito exclusivamente ao embargante (art. 919, par. 4º). No prazo para embargos, o devedor, reconhecendo o crédito do exequente e comprovando o depósito de 30% (trinta por cento) do valor em execução, inclusive custas e honorários advocatícios, poderá requerer o pagamento do restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% ao mês, observando-se, no mais, os termos do artigo 916 do Código de Processo Civil. No caso de citação por carta ou mandado infrutíferos, intime-se o exequente para que, no prazo de 10 dias, recolha as custas para consulta eletrônicas por meio do RENAJUD/BACENJUD/SIEL/INFOJUD ou indique novo endereço para citação com o recolhimento das custas correspondentes. Após, proceda-se à consulta de endereços do réu/s via Bacen/Renajud/Infojud/Siel e intime-se o exequente para que promova a citação em 10 dias, com a indicação do endereço para cumprimento da medida e o recolhimento das custas correspondentes, sob pena de extinção. Não serão aceitos pedidos de dilação de prazo para o recolhimento das custas, tanto para as consultas eletrônicas, quanto para expedição de carta/mandado, tendo em vista que o prazo de 10 dias é suficiente para tal. A inércia da parte autora ou o não recolhimento das custas para consultas eletrônicas ou expedição de carta/mandado, ensejará a extinção do feito, nos termos do art. 485, IV do CPC. A Requerimento do Exequente, expeça-se certidão do artigo 828 do CPC. Cumpra-se.

ADV: EDENILSON HOSODA MONTEIRO DA SILVA (OAB 9932/AM) - Processo 0646613-77.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Assinatura Básica Mensal - REQUERENTE: Antônio de Souza Castro - Assim sendo, no caso concreto, a priori, diante da natureza da demanda, objeto discutidos, a condição pessoal da parte a permitir contratação de advogado particular a patrociná-lo, necessário se faz juntada pela parte requerente sob pena de indeferimento da benesse: a) cópia das ultima folhas da carteira de trabalho ou comprovante de rendimentos mensal, bem como aquele percebido por eventual cônjuge; b) cópia dos extratos bancários de contas de titularidade e de eventual cônjuge referentes aos últimos três meses; c) cópia dos extratos de cartão de crédito dos últimos três meses, bem assim daqueles pertencentes a eventual cônjuge; Cumpra-se no prazo de 15 dias. Decorrido o prazo legal, com resposta do(a) requerente, voltem-me, imediatamente, os autos conclusos para análise do pedido de gratuidade processual. Caso a parte requerente não apresente a documentação acima descrita, deverá no prazo assinalado comprovar o pagamento das custas iniciais, sob pena de cancelamento da distribuição. Intime-se.

ADV: ALCEMIR PESSOA FIGLIUOLO NETO (OAB 13248/AM) - Processo 0646716-84.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Jackson Jean da Anunciação Cruz - Assim sendo, no caso concreto, a priori, diante da natureza da demanda, objeto discutidos, a condição pessoal da parte a permitir contratação de advogado particular a patrociná-lo, necessário se faz juntada pela parte requerente sob pena de indeferimento da benesse: a) cópia da declaração de imposto de renda do último ano; b) cópia das ultima folhas da carteira de trabalho ou comprovante de rendimentos mensal, bem como aquele percebido por eventual cônjuge; c) cópia dos extratos bancários de contas de titularidade e de eventual cônjuge referentes aos últimos três meses; d) cópia dos extratos de cartão de crédito dos últimos três meses, bem assim daqueles pertencentes a eventual cônjuge; Cumpra-se no prazo de 15 dias. Decorrido o prazo legal, com resposta do(a) requerente, voltem-me, imediatamente, os autos conclusos para análise do pedido de gratuidade processual. Caso a parte requerente não apresente a documentação acima descrita, deverá no prazo assinalado comprovar o pagamento das custas iniciais, sob pena de cancelamento da distribuição. Intime-se.

Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
Alcemir Pessoa Figliuolo Neto (OAB 13248/AM)
Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB 831A/AM)
ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ)
Amós Rafael Hsu de Souza (OAB 14817/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 5797/AM)
Antonio Brasil Vieira (OAB 5411/AM)
Antônio Brasil Vieira (OAB 5411/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Ari Badarane Nicolau Júnior (OAB 11935/AM)
Bárbara Antunes Andrade (OAB 10919/AM)
Brendo de Castro Martins (OAB 13009/AM)
Caique Cleydson Alencar de Carvalho (OAB 12993/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Carlos Christiano Krakhecke Filho (OAB 4132/AM)
Caroline Guimarães do Valle (OAB 6412/AM)
Cíntia Rossette de Souza (OAB 4605/AM)
Cris Rodrigues Florêncio Pereira (OAB 5316/AM)
David Sombra Peixoto (OAB 1175/AM)
David Sombra Peixoto (OAB 16477/CE)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Djane Oliveira Marinho (OAB 5849/AM)
Edenilson Hosoda Monteiro da Silva (OAB 9932/AM)
Edson Belmont de Lima (OAB 8931/AM)
Elisabete Lucas (OAB 4118/AM)
Fabrício Perrotta da Silva (OAB 165909/RJ)
Felipe Braga de Oliveira (OAB 9663/AM)
Fernanda Prestes de Lima (OAB 8776/AM)
Fernando Dauwe (OAB 15738/SC)
Guilherme da Costa Lins (OAB 10685/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB 1065/AM)
Heder Rodrigues Lucas (OAB 12861/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Ingrid Cristine de Sá Ribeiro Pacheco (OAB 12209/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Leonor Regina Figueiredo Pinto de Andrade (OAB 11932/AM)
Lídia Maura Lopes da Costa (OAB 6399/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Luana Silva Santos (OAB 16292/PA)
Lucas e Lucas Advogados Associados (OAB 4118/AM)
Lucélia Gomes Rodrigues de Souza (OAB 10142/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)

Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Marília Dias Andrade (OAB 14351/PA)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 983A/PE)
Marly Gomes Capote (OAB 7067/AM)
Maykon Felipe de Melo (OAB 20373/SC)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Prestes Sociedade Individual de Advocacia (OAB 8776/AM)
Ricardo Almeida (OAB 4884/AM)
Rodolfo Meira Roessing (OAB 12719/PA)
Rodolfo Moreira Roessing (OAB 2147A/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
ROSELI DE CASTRO PISZTER (OAB 4873/AM)
Tereza Carmo de Castro
Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB 3696/AM)
Tude Moutinho da Costa (OAB 564/AM)
URBANO VITALINO ADVOGADOS (OAB 313/PE)
Vanessa Marcelo Braz (OAB 1248A/AM)
Vanessa Marcelo Braz (OAB 16099/SC)
Vila & Braga Advogados Associados (OAB 523/AM)
Wilson Oliveira Melo Júnior (OAB 3220/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Wilson Sales Belchior (OAB 373659/SP)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)

11ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DO TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0196/2019

ADV: YURI GUILHERME CAVALCANTE RAMOS (OAB 11017/AM), ADV: MÁRCIA PEIXOTO DE OLIVEIRA BORBA (OAB 9246/AM), ADV: FABRÍCIO PERROTTA DA SILVA (OAB 165909/RJ), ADV: SAMANTHA DE SOUZA PENHA (OAB 13297/AM) - Processo 0209003-43.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Maria Antonia da Silva Valente - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Ante o exposto, julgo parcialmente procedentes os pedidos iniciais, extinguindo o feito com resolução de mérito, na forma do art. 487, inc. I., do CPC, para: a) antecipar os efeitos da tutela, determinando que a Autarquia Ré restabeleça, no prazo de 15 (quinze) dias, o benefício previdenciário de auxílio-doença acidentário em favor da Autora, sob pena de multa no valor de R$ 200,00 (duzentos reais), no limite de 10 (dez) repetições; b) condenar a Autarquia Ré ao pagamento das prestações do benefício de auxílio-doença acidentário, desde o dia seguinte à cessação indevida, ou seja, 08/02/2017, até a data em que restabelecido o benefício por intermédio desta decisão, já deduzidas as prestações pagas no período de 09/07/2018 a 30/11/2018, conforme se verifica do extrato previdenciário de fls. 77; c) consignar que, ante a impossibilidade de percepção simultânea de remunerações e benefícios previdenciários, sejam deduzidas do período acima indicado as parcelas de benefício relativas aos meses em que a Autora haja vertido contribuições ao Regime Geral da Previdência Social - RGPS; e d) determinar, ainda, que sobre as prestações dos benefício a serem pagas retroativamente seja acrescida correção monetária a partir do vencimento de cada parcela, segundo o INPC (art. 41-A da Lei n.º 8.213/1991) e juros de mora aplicados à caderneta de poupança, com incidência a partir da citação válida (art. 1º-F da Lei n.º 9.494/97 e Súmula 204 - STJ). Diante da sucumbência mínima da Autora, condeno a Autarquia Ré ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo em 10% sobre o valor da condenação, neste quantum compreendidas as parcelas vencidas até a prolação da decisão judicial concessiva do benefício, em consonância com a Súmula n. 111/STJ, correndo juros moratórios a partir do trânsito em julgado dessa decisão, conforme o disposto no art. 85, caput e § 16, do CPC. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: KATIANA MIRANDA GOMES (OAB 12699/AM) - Processo 0235052-24.2019.8.04.0001 (processo principal 0632302-18.2018.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Maria Socorro Freitas Soares - Vistos, Cuidam os presentes autos de Cumprimento Provisório de Sentença formulado por Maria Socorro Freitas Soares em face de Banco Itaucard S/A, em que requer o pagamento voluntário da condenação, bem como a penhora de valores existentes nas contas correntes, contas poupanças e/ou aplicações financeiras de titularidade do Banco Executado. Pois bem. Em sentença prolatada em fls. 178/184 do processo principal de número 0632302-18.2018, tem-se que o Banco Requerente foi condenado a devolver de forma simples o que foi pago pela Requerida, ora Exequente, no que pertine ao registro de contrato, tarifa de avaliação, o seguro de proteção financeira, bem como ao que refere aos juros remuneratórios que compõem o custo efetivo total excedentes ao percentual de 24,08% a.a., devendo o valor dessa devolução ser definido na fase de liquidação, nos moldes do art. 509, I, do CPC. Ademais, foram declaradas nulas cláusulas específicas, as quais estão discriminadas nos termos da condenação e determinado ocorresse a revisão do contrato em pontos específicos. O Banco ora Executado, interpôs Apelação em fls. 188/204, oportunidade em que o Egrégio Tribunal de Justiça recebeu-a em seu efeito meramente devolutivo, pois que a referida sentença observa as hipóteses do art. 1.012, §1º do Código de Processo Civil. É o breve relatório. Decido. A despeito de o processo encontrar-se em grau de recurso, à hipótese dos autos incide a disposição do art. 1.012, §1.º, V, do CPC, razão pela qual não verifico óbice à Exequente em promover o pedido de cumprimento provisório, consoante o disposto no art. 1.012, § 2.º, do CPC. Entretanto, é necessário observar, in casu, que embora a mora da ora Exequente tenha sido descaracterizada, deve ela adimplir com as parcelas pendentes de forma devida. Sendo possível, portanto, a compensação de valores, nos termos do art. 368 do Código Civil, o qual dispõe "se duas pessoas forem ao mesmo tempo credor e devedor uma da outra, as duas obrigações extinguem-se, até onde se compensarem". No que pertine à compensação de valores, colho entendimento jurisprudencial "tendo sido o direito àcompensaçãodevalores deferido em decisão anterior, objeto de recurso, somente é possível a discussão do quanto será compensado, estando preclusa a matéria" (Acórdão n.1183134, 07066213920198070000, Relator: SEBASTIÃO COELHO 5ª Turma Cível, Data de Julgamento: 03/07/2019, Publicado no DJE: 11/07/2019. Pág.: Sem Página Cadastrada.). Dessarte, o valor a ser compensado deve ser apurado, tão somente, em fase de liquidação da sentença. Ademais e no que refere ao fato de o Banco, ora Executado, ter leiloado o bem em questão nesse processo, determino que se intime a Exequente para que carreie aos autos documentos que comprovem a veracidade de tal informação, em prazo de 15 (quinze) dias. Int. Cumpra-se.

ADV: EDUARDO LUIZ BROCK (OAB 91311/SP), ADV: YUN KI LEE (OAB 131693/SP), ADV: ROBERVAL EMERSON OLIVEIRA DE PAULA FILHO (OAB 6721/AM), ADV: FABIO RIVELLI (OAB 1119/AM), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP) - Processo 0609172-67.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: JOÃO HOLANDA LEITÃO - REQUERIDO: AGRA SINGOLARE INCORPORADORA LTDA e outro - Ante o exposto, conheço os embargos de declaração formulados por Agra Singolare Incorporadora Ltda e PDG Poder de Garantir Realty S.A Empreendimentos e Participações e, no mérito, lhes dou provimento para o fim de excluir do dispositivo da sentença embargada a condenação em lucros cessantes. Outrossim, conheço os embargos de declaração formulados por João Holanda Leitão, e lhes dou parcial provimento para integrar a sentença na forma da fundamentação supra. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: LUCAS NUNES CHAMA (OAB 16956/PA), ADV: EDUARDO LUIZ BROCK (OAB 91311/SP), ADV: YUN KI LEE (OAB 131693/SP), ADV: GIULIANNE LOPES CURSINO (OAB 7922/AM), ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM), ADV: FABRÍCIO NEDEL SCALZILLI (OAB 44066/RS), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 1119A/AM), ADV: INGRID NEDEL SPOHR SCHMITT (OAB 68625/RS) - Processo 0611644-75.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Corretagem - REQUERENTE:

MARCELO AUGUSTO DE ARAUJO LIRA e outro - REQUERIDO: AGRA BERGEN INCORPORADORA LTDA - GLOBAL CONSULTORIA IMOBILIARIA LTDA (GLOBAL BRASILBROKERS) - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE), ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM) - Processo 0612926-12.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco J Safra S/A - REQUERIDO: Cledison Neves de Lima - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: ELIETE SANTANA MATOS (OAB 10423/CE), ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE) - Processo 0613446-06.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Honda S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: RODRIGO BENAYON PONTES SERUDO (OAB 11132/AM), ADV: ROBERTO CÉSAR DINIZ CABRERA (OAB 6071/AM), ADV: LUMA VIEIRA MARQUEZ (OAB 10959/AM), ADV: JUNDIVAL ADALBERTO PIEROBOM SILVEIRA (OAB 55160/SP), ADV: DOUGLAS AUGUSTO CECILIA (OAB 300279/SP), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM) - Processo 0614328-31.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Sustação/Alteração de Leilão - REQUERENTE: Aj Brasil Comércio de Materiais Didático - REQUERIDO: Direcional Jhsf Zircone Empreendimentos Imobiliários Ltda. - LITSPASSIV: Pecini Leilões - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: RAYSSA CRISTINA DA SILVA VALENTIM (OAB 10784/AM) - Processo 0618500-16.2019.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Luciclene Libório da Costa - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: FRANCISCO NONATO BOARY (OAB 1058/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM) - Processo 0618698-53.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Francisco Sales de Souza - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS (OAB 7526/AM), ADV: GUSTAVO DA SILVA GRILLO (OAB 7883/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0619494-44.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Mario Jorge Pereira Laborda - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: DEIWES ALMEIDA DOS SANTOS (OAB 6355/AM) - Processo 0621512-72.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: Rubens de Mora e Silva - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM) - Processo 0621548-80.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MÔNICA VIEIRA GALATE MATTOS (OAB 5123/AM), ADV: THAYLA GALATE GOMES (OAB 7954/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: ANA BEATRIZ DA SILVA OLIVEIRA (OAB 9372/AM), ADV: CAUÊ VIEIRA DA SILVA (OAB 404656/SP) - Processo 0624740-89.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Carmen Cecilia Abreu Chopite - REQUERIDO: Cristal Engenharia Ltda. - LITSPASSIV: Cond. Residencial Rubi - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte apelada para que, querendo, ofereça contrarrazões à apelação interposta fls. 277/301, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: KÁSSIA CRISTINA PEREIRA TORRES (OAB 10577/AM) - Processo 0624847-02.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Maria das Graças Sena Nazaré - Ante o exposto, julgo parcialmente procedentes os pedidos iniciais, na forma do art. 487, inc. I., do CPC, e decido por: a) antecipar os efeitos da tutela, determinando que a Autarquia Ré implante, no prazo de 15 (quinze) dias, o benefício de aposentadoria por invalidez em favor da Autora, sob pena de multa de R$ 200,00 (duzentos reais), no limite de 10 (dez) repetições; b) condenar a Autarquia Ré ao pagamento retroativo das prestações de auxílio-doença acidentário, desde a data em que requerido o benefício administrativamente, em 10/11/2017 (fls. 25), até a data da citação válida nestes autos, em 31/08/2018 (fls. 92). A partir de então, será devido o pagamento retroativo das prestações de aposentadoria por invalidez até a data em que implantado o referido benefício por intermédio desta decisão liminar; c) consignar que, ante a impossibilidade de percepção simultânea de remunerações e benefícios previdenciários, deverão ser deduzidas dos períodos acima indicados as parcelas de benefício relativas aos meses em que a Autora haja vertido contribuições ao Regime Geral da Previdência Social RGPS; e d) determinar, ainda, que sobre as prestações dos benefício a serem pagas retroativamente seja acrescida correção monetária a partir do vencimento de cada parcela, segundo o INPC (art. 41-A da Lei n.º 8.213/1991) e juros de mora aplicados à caderneta de poupança, com incidência a partir da citação válida (art. 1º-F da Lei n.º 9.494/97 e Súmula 204 - STJ). Diante da sucumbência mínima da Autora, condeno a Autarquia Ré ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo em 10% sobre o valor da condenação, neste quantum compreendidas as parcelas vencidas até a prolação da decisão judicial concessiva do benefício, em consonância com a Súmula n. 111/STJ, correndo juros moratórios a partir do trânsito em julgado dessa decisão, conforme o disposto no art. 85, caput e § 16, do CPC. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0625190-61.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Vistos, Cuidam os presentes autos de Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária formulada por B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento em face de Maria Luíza da Costa Barata. Comprovada a celebração de contrato com alienação fiduciária (fls. 9/10) e sumariamente demonstrado o inadimplemento da Requerida (fl. 13), concedo liminarmente a busca e apreensão do bem individualizado na inicial, nos termos do art. 3.º do Decreto-Lei n.º 911/69. Após o cumprimento da liminar, intime-se a Ré para no prazo de 05 dias pagar a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados na inicial pelo Banco Autor, hipótese na qual o bem será restituído àquele livre de ônus, consoante o art. 3.º, §2.º, do referido Diploma Legal. Também em ato contínuo, cite-se a Ré para responder à ação no prazo de 15 dias, contado a partir da juntada aos autos do mandado de citação devidamente cumprido, resposta cabível ainda que se tenha providenciado o pagamento acima referido, caso entenda ter havido pagamento a maior e deseje restituição, de acordo com o art. 3.º, §§3.º e 4.º, desse Decreto-Lei. Esclareço que apenas após o eventual decurso desse prazo de 05 dias sem a purgação da mora acima aludida, é que a liminar ora concedida ensejará a consolidação da propriedade e da posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do Banco Autor, na forma do art. 3.º, §1.º, do Decreto-Lei n.º 911/69. Expeça-se o competente mandado na forma da Lei após a comprovação do pagamento das custas da diligência, conforme o disposto na Portaria 116/2017 (publicada no DJE do dia 23/01/2017). Por fim, caso a Ré não logre ser citada, intime-se o Banco Autor para viabilizar a medida em 10 dias; e, caso o bem alienado fiduciariamente não seja encontrado ou não se ache na posse da Requerida, intime-se o Banco Autor para, em 10 dias, indicar novas diligências aptas à efetivação da liminar ou para requerer a conversão do pedido de busca e apreensão, nos mesmos autos, em ação de execução. Transcorrido o prazo de 30 dias após o decurso in albis do prazo de manifestação do Requerente, intime-se pessoalmente para manifestar interesse no prosseguimento do feito em 5 dias, sob pena de extinção processual. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0626669-94.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM) - Processo 0626824-92.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ELLEN CRISTINA GONCALVES PIRES (OAB A1266/AM), ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES FILHO (OAB 5505/AM), ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM), ADV: ELLEN CRISTINA G. PIRES (OAB 131600/SP), ADV: VENTURA ALONSO PIRES (OAB 132321/SP), ADV: FERNANDO DIEGO GÓES LIMA (OAB 5742/AM), ADV: CELERINO LEITE JÚNIOR (OAB 6481/AM), ADV: JAIR ALVES CORRÊA (OAB 5317/AM), ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES (OAB 1137/AM) - Processo 0634653-32.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Comissão - REQUERENTE: NC Represent de Móveis e Eletrodomésticos Ltda - REQUERIDO: CCE - Digibrás Indústria do Brasil - Lenovo Tecnologia Brasil Ltda - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do que entender de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: RICARDO RODRIGUES JERÔNIMO (OAB 9354/AM), ADV: ELAINE RODRIGUES JERÔNIMO SILVA (OAB 7793/AM), ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0634948-69.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: J A Distribuidora de Bebidas Ltda e outro - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: HARIANE ROSARI LEAL SCHROETER (OAB 12127/AM), ADV: ALESSANDRA ALVES DE CARVALHO (OAB 988A/AM) - Processo 0636167-15.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Francisco Ferreira de Lima - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 18/09/2019, a partir das 08:30 hs., no endereço abaixo indicado.4 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.5- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo.Dr. Flaviano Bivaqua de Araújo Junior, CRM/AM-4335, CPF:613.382.572-34,na ONCLOCIN, sito a Av. Castelo Branco , 1779, Cachoeirinha, nesta cidade.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0637986-55.2017.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: LUIZ FERNANDO MAFRA NEGREIROS (OAB 5641/AM) - Processo 0638540-19.2019.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Tam Tubos da Amazonia Ltda. - Me - Vistos, Cuidam os presentes autos de ação Monitória formulada por Tam Tubos da Amazônia Ltda. - ME em face de Associação de Mulheres de Presidente Figueiredo - Mulheres Que Fazem. A demanda monitória, nos termos do art. 700, do CPC, deve estar instruída com documentos escritos sem eficácia de título executivo que detenham atributos suficientes para que o juízo se convença, por meio de cognição sumária, acerca da existência da obrigação neles consignada e do direito do autor ao seu cumprimento, tornando-se possível, a imposição liminar do pagamento de soma em dinheiro, da entrega de coisa fungível ou de determinado bem móvel. Desse modo, conforme disposição do artigo 700, §2º do CPC, a petição inicial deve ser instruída com memória de cálculo apta a individualizar a importância devida, bem como deve ser

demonstrado o valor atual da coisa reclamada e discriminado o conteúdo patrimonial em discussão ou o proveito econômico perseguido. Nessa toada, verifico que a Empresa Autora acostou à petição inicial, como prova escrita sem eficácia de título executivo, as notas fiscais, bem como os comprovantes de entrega de mercadoria (fls. 19/49). Observo ainda às fls. 4/5 a existência de demonstrativo de débito, em que é explicitada a importância requerida devidamente atualizada. Ocorre correspondência entre a referida importância e o valor da causa, conforme preceitua o §3º do artigo 700 do CPC. Diante do exposto, é possível asseverar que resta demonstrado o valor atual do crédito reclamado, bem como que se encontra suficientemente delimitado o proveito econômico perseguido. Isso posto, estando presentes os requisitos estampados no §2º do artigo 700 do CPC, defiro o pedido de expedição de carta de citação com aviso de recebimento, conforme o caput do artigo 701, devendo-se citar a Associação Ré para que, no prazo de 15 (quinze) dias, pague à Empresa Autora a importância de R$: 102.644,71 (cento e dois mil, seiscentos e quarenta e quatro reais e setenta e um centavos), bem como os honorários relativos a 5% do valor da causa. Oportunamente, determino que conste na carta de citação a advertência segundo a qual não opostos embargos no referido prazo, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial, independentemente de qualquer formalidade, nos termos do art. 701, §2º do CPC. Anote-se, de igual forma que, ocorrendo o pagamento também no mesmo prazo, a Ré ficará isenta de custas, conforme art. 701, §1º do CPC Diante da comprovação do pagamento (fl.83), expeça-se a competente carta de citação. Int. Cumpra-se.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: DIEGO HUMBELINO DUARTE (OAB 9071/AM), ADV: LÉA FERNANDES AMAZONAS (OAB 8612/AM) - Processo 0640901-09.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Maria Madalena Freitas de Lima Brito - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Ante o exposto, decido por: a) indeferir a antecipação dos efeitos da tutela; b) determinar ocorram providências pela Secretaria da 4.ª UPJ para que ultime a retificação do valor da causa junto ao Sistema de Automação da Justiça - SAJ, de modo a constar o valor indicado em fl. 112; c) definir a distribuição do ônus da prova por ocasião da decisão de saneamento e de organização do processo, ex vi do art. 357, III, do CPC; e d) determinar sejam encaminhados os autos ao CEJUSC/CIVEL, para procedimentos relativos à audiência de conciliação e mediação, nos termos do art. 334 do CPC. Contudo, à vista de que expresso pela Autora na exordial - fl. 08, sobre seu desinteresse em participar de audiência de conciliação e mediação, ex vi do art.319, VII, do CPC, certo é que poderá o Réu também manifestar seu desinteresse na autocomposição, desde que o façam por petição apresentada com 10 (dez) dias de antecedência da data aprazada ao referido ato - art.334, §5º do CPC. P.R.I.C.

ADV: VINICIUS CABRAL BISPO FERREIRA (OAB 410103/SP), ADV: JACKSON WILLIAM DE LIMA (OAB 408472/SP) - Processo 0644761-18.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados de Manaus Sicoob Uniam - Vistos, Cuidam os presentes autos de Execução de Título Extrajudicial formulada por Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados de Manaus - Sicoob Uniam em face de Sérgio Rafael Capdevila Gonzalez. Verifico quanto ao preenchimento dos requisitos do art. 798, I do NCPC, ao observar que a petição inicial demonstra a existência de título executivo extrajudicial consubstanciado em cédula de crédito bancário (fls. 42/49) e demonstrativo de débito atualizado (fl. 61), bem como a comprovação do pagamento das custas iniciais (fls. 51/53). Assim, entendo como cumpridos todos os requisitos necessários para prosseguimento do feito. Nesse contexto, determino que se intime o Exequente para que proceda ao prévio recolhimento das custas do Oficial de Justiça, conforme os termos da Portaria n.º 116/2017, de 23 de janeiro de 2017, disponibilizada no DJE de 23 de janeiro de 2017, a fim de que seja citado o Executado. Diante da comprovação do pagamento, cite-se o Executado nos termos do art. 829 do NCPC, atentando-se para o que dispõe o art. 830 do NCPC. Fixo os honorários advocatícios do patrono do Exequente em 10% (dez por cento) sobre o valor da execução, nos termos do art. 827, do NCPC. Acaso se efetivem citação e penhora e transcorra in albis o prazo para embargar, intime-se o Exequente para postular o que bem entender no prazo de 10 dias. Acaso se realize apenas o arresto previsto no art. 830 do NCPC, intime-se o Exequente para lhe oportunizar agir na forma do art. 830, §2º, do NCPC. De outra banda, se a juntada do mandado executivo despontar o insucesso integral dos objetivos dessa diligência, intime-se o Exequente para se manifestar também em 10 dias. Por derradeiro, verifico que o Exequente revela o inadimplemento de prestações vencidas e vincendas de modo a totalizar a dívida pendente no montante de R$ 27.235,45. Contudo, a quantia atribuída à causa foi de R$ 28.705,89. Ante o exposto, retifico de ofício o valor da causa para R$ 27.235,45 (vinte e sete mil, duzentos e trinta e cinco reais e quarenta e cinco centavos), o que faço com fulcro no art. 292, §3.°, NCPC. P.R.I.C

ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM) - Processo 0645896-65.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Anulação - REQUERENTE: William Guerra Soares - Ante ao exposto, decido por: a) indeferir a antecipação dos efeitos da tutela; b) deferir a gratuidade da justiça, na forma do art. 98, § 1.º, do CPC; c) definir a distribuição do ônus da prova por ocasião da decisão de saneamento e de organização do processo, ex vi do art. 357, III, do CPC; d) determinar que o Banco Requerido, no prazo de contestação, acoste aos autos o contrato de que trata a presente demanda; e e) determinar sejam encaminhados os autos ao CEJUSC/CIVEL, para procedimentos relativos à audiência de conciliação e mediação, nos termos do art. 334 do CPC. Contudo, à vista de que expresso pelo Autor na exordial - fl. 13, seu desinteresse em participar de audiência de conciliação e mediação, ex vi do art. 319, VII, do CPC, certo é que poderá o Réu também manifestar seu desinteresse na autocomposição, desde que o faça por petição apresentada com 10 (dez) dias de antecedência da data aprazada ao referido ato - art. 334, §5º do CPC. P.R.I.C.

ADV: IVAN GLEIDSON TRINDADE DE SOUZA FARIAS (OAB 11908/AM) - Processo 0646451-82.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Empréstimo consignado - REQUERENTE: José Valmir Dantas de Andrade - Ante o exposto, decido por: a) indeferir a antecipação dos efeitos da tutela; b) definir a distribuição do ônus da prova por ocasião da decisão de saneamento e de organização do processo, ex vi do art. 357, III, do CPC; e d) determinar sejam encaminhados os autos ao CEJUSC/CIVEL, para procedimentos relativos à audiência de conciliação e mediação, nos termos do art. 334 do CPC. P.R.I.C.

ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM) - Processo 0646467-36.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Jose Bosco Ferreira de Sá - Ante ao exposto, decido por: a) indeferir a antecipação dos efeitos da tutela; b) deferir a gratuidade da justiça, na forma do art. 98, § 1.º, do CPC; c) definir a distribuição do ônus da prova por ocasião da decisão de saneamento e de organização do processo, ex vi do art. 357, III, do CPC; d) determinar que o Banco Requerido, no prazo de contestação, acoste aos autos o contrato de que trata a presente demanda; e e) determinar sejam encaminhados os autos ao CEJUSC/CIVEL, para procedimentos relativos à audiência de conciliação e mediação, nos termos do art. 334 do CPC. Contudo, à vista de que expresso pelo Autor na exordial - fl. 17, seu desinteresse em participar de audiência de conciliação e mediação, ex vi do art. 319, VII, do CPC, certo é que poderá o Réu também manifestar seu desinteresse na autocomposição, desde que o faça por petição apresentada com 10 (dez) dias de antecedência da data aprazada ao referido ato - art. 334, §5º do CPC. P.R.I.C.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0646694-26.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Vistos, Cuidam os presentes autos de ação de Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária formulada por Banco Bradesco Financiamentos S/A em face de Marcelo Iury dos Santos Vieira. Comprovada a celebração de contrato com alienação fiduciária (fls. 24/27) e sumariamente demonstrado o inadimplemento do Requerido (fl. 33), concedo

liminarmente a busca e apreensão do bem individualizado na inicial, nos termos do art. 3.º do Decreto-Lei n.º 911/69. Após o cumprimento da liminar, intime-se o Réu para no prazo de 05 dias pagar a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados na inicial pelo Banco Autor, hipótese na qual o bem será restituído àquele livre de ônus, consoante o art. 3.º, §2.º, do referido Diploma Legal. Também em ato contínuo, cite-se o Réu para responder à ação no prazo de 15 dias, contado a partir da juntada aos autos do mandado de citação devidamente cumprido, resposta cabível ainda que se tenha providenciado o pagamento acima referido, caso entenda ter havido pagamento a maior e deseje restituição, de acordo com o art. 3.º, §§3.º e 4.º, desse Decreto-Lei. Esclareço que apenas após o eventual decurso desse prazo de 05 dias sem a purgação da mora acima aludida, é que a liminar ora concedida ensejará a consolidação da propriedade e da posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do Banco Autor, na forma do art. 3.º, §1.º, do Decreto-Lei n.º 911/69. Expeça-se o competente mandado na forma da Lei após a comprovação do pagamento das custas da diligência, conforme o disposto na Portaria 116/2017 (publicada no DJE do dia 23/01/2017). Por fim, caso o Réu não logre ser citado, intime-se o Banco Autor para viabilizar a medida em 10 dias; e, caso o bem alienado fiduciariamente não seja encontrado ou não se ache na posse do Requerido, intime-se o Banco Autor para, em 10 dias, indicar novas diligências aptas à efetivação da liminar ou para requerer a conversão do pedido de busca e apreensão, nos mesmos autos, em ação de execução. Transcorrido o prazo de 30 dias após o decurso in albis do prazo de manifestação do Requerente, intime-se pessoalmente para manifestar interesse no prosseguimento do feito em 5 dias, sob pena de extinção processual. P.R.I.Cumpra-se.

Alessandra Alves de Carvalho (OAB 988A/AM)
Ana Beatriz da Silva Oliveira (OAB 9372/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 57/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 5797/AM)
Andrey Augusto Bentes Ramos (OAB 7526/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Antônio Jarlison Pires da Silva (OAB 12261/AM)
Cauê Vieira da Silva (OAB 404656/SP)
Celerino Leite Júnior (OAB 6481/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Deiwes Almeida dos Santos (OAB 6355/AM)
Diego Humbelino Duarte (OAB 9071/AM)
Douglas Augusto Cecilia (OAB 300279/SP)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Eduardo Luiz Brock (OAB 91311/SP)
Elaine Rodrigues Jerônimo Silva (OAB 7793/AM)
Eliete Santana Matos (OAB 10423/CE)
Ellen Cristina G. Pires (OAB 131600/SP)
Ellen Cristina Goncalves Pires (OAB A1266/AM)
Fábio Nogueira Corrêa (OAB 5674/AM)
Fabio Rivelli (OAB 1119/AM)
Fábio Rivelli (OAB 1119A/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Fabrício Nedel Scalzilli (OAB 44066/RS)
Fabrício Perrotta da Silva (OAB 165909/RJ)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Fernando Diego Góes Lima (OAB 5742/AM)
Francisco Nonato Boary (OAB 1058/AM)
Giulianne Lopes Cursino (OAB 7922/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Gustavo da Silva Grillo (OAB 7883/AM)
Hariane Rosari Leal Schroeter (OAB 12127/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Hiran Leão Duarte (OAB 10422/CE)
Ingrid Nedel Spohr Schmitt (OAB 68625/RS)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069/AM)
Ivan Gleidson Trindade de Souza Farias (OAB 11908/AM)
Jackson William de Lima (OAB 408472/SP)
Jair Alves Corrêa (OAB 5317/AM)
Jundival Adalberto Pierobom Silveira (OAB 55160/SP)
Kássia Cristina Pereira Torres (OAB 10577/AM)
Katiana Miranda Gomes (OAB 12699/AM)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Léa Fernandes Amazonas (OAB 8612/AM)
Lucas Nunes Chama (OAB 16956/PA)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Fernando Mafra Negreiros (OAB 5641/AM)
Luma Vieira Marquez (OAB 10959/AM)
Márcia Peixoto de Oliveira Borba (OAB 9246/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mônica Vieira Galate Mattos (OAB 5123/AM)
Raimundo de Amorim Francisco Soares (OAB 1137/AM)
Raimundo de Amorim Francisco Soares Filho (OAB 5505/AM)
Rayssa Cristina da Silva Valentim (OAB 10784/AM)
Ricardo Rodrigues Jerônimo (OAB 9354/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberto César Diniz Cabrera (OAB 6071/AM)
Roberto Venesia (OAB 1067A/AM)
Roberval Emerson Oliveira de Paula Filho (OAB 6721/AM)
Rodrigo Benayon Pontes Serudo (OAB 11132/AM)
Samantha de Souza Penha (OAB 13297/AM)
Thayla Galate Gomes (OAB 7954/AM)
VENTURA ALONSO PIRES (OAB 132321/SP)
Vinicius Cabral Bispo Ferreira (OAB 410103/SP)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)
Yun Ki Lee (OAB 131693/SP)
Yuri Guilherme Cavalcante Ramos (OAB 11017/AM)

12ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 12ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0198/2019

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0214895-74.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Determino a suspensão da execução com o seu arquivamento. Na hipótese do credor apontar bens passíveis de penhora, determino desde já a reativação e prosseguimento do processo sem qualquer ônus ao exequente, nos termos do art. 921, § 3º, do NCPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ELLEN CRISTINA LIMA CARNEIRO (OAB 23063/PA), ADV: MARCUS LEANDRO DE SOUZA ANDRADE (OAB 6928/AM) - Processo 0223738-81.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Antônio Dantas Lacerda - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - DECISÃO Posto isso, JULGO PROCEDENTE o pedido, extinguindo o processo com resolução do mérito, com fundamento no artigo 487, inciso I, do Novo Código de Processo Civil, para o fim de CONDENAR a ré a concessão à Autora, mensalmente, da aposentadoria por invalidez, em valor a ser apurado segundo o artigo 29, inciso II, da Lei nº 8.213/91, respeitando-se o piso de um salário mínimo, tudo devido a partir da citação; e também a conceder, no momento oportuno, o abono anual. As prestações vencidas serão acrescidas de juros de mora, desde a citação, na proporção de doze por cento ao ano, atualizadas, nos termos da Lei nº 6.899 de 08 de abril de 1981, pelos índices fornecidos pelo E. Tribunal de Regional Federal da Terceira Região e pagas de uma só vez. Arcará, ainda, a ré, com o pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% do valor atualizado da condenação, observando-se o disposto na Súmula 111 do E. Superior Tribunal de Justiça. SENTENÇA sujeita ao DUPLO GRAU de JURISDIÇÃO, nos limites da alçada. P.R.I.C.

ADV: PATRÍCIA DA SILVA MELO (OAB 8172/AM) - Processo 0228735-10.2019.8.04.0001 (processo principal 0610385-16.2013.8.04.0001) - Impugnação ao Valor da Causa Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Samel Serv Ass Med Hospit LTDA - Trata-se de petição simples cadastrada como novo processo, que passa a gerar falsa estatística, gerando um volume de processos sem movimentação e sem reclamação das partes, ultrapassando o prazo máximo estabelecido pelas Metas exigidas pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ. Entretanto, visando evitar que o feito permaneça parado na Secretaria como que por inércia deste Juízo, arquive-se e proceda-se a baixa. Prossiga-se apenas nos autos de nº 0610385-16.2013.8.04.0001. Cumpra-se.

ADV: ISAEL DE JESUS GONÇALVES AZEVEDO (OAB 3051/AM), ADV: SÂMEA PICANÇO OLIVEIRA (OAB 10852/AM), ADV: CÍNTIA ROSSETTE DE SOUZA (OAB 4605/AM) - Processo 0239121-36.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Dalton Brasil de Freitas - De ordem, abro prazo para que o réu apresente contestação no prazo de 30(trinta) dias, nos termos da Portaria 2183/2016 - PTJ e do Termo de Cooperação nº 012/2017, oportunidade em que o autor(a) também poderá se manifestar acerca do laudo pericial.

ADV: JOSÉ LÍDIO ALVEZ DOS SANTOS (OAB 1163/AM), ADV: FERNANDO BORGES DE MORAES (OAB 446A/AM), ADV: JOSÉ PERCEU VALENTE DE FREITAS (OAB 7200/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0601165-18.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Tome Caetano de Oliveira Filho - EXPEÇA-SE em favor do Banco Autor ALVARÁ JUDICIAL do valor depositado a fls. 53/54 referente à purgação da mora, em nome da patrona indicada na petita de fls. 131. Após, ARQUIVE-SE os autos em definitivo. I. C.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0601815-36.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0602688-31.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Pelo exposto, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, ex vi do art. 485, IV, do NCPC, por ausência de pressuposto válido e regular do processo. Custas já recolhidas pelo demandante. Deixo de condenar o autor em honorários, em razão de não ter sido instaurada a relação processual. Após, arquivem-se os autos com a baixa nos registros. P.R.I.C.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0602872-26.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - R.H. Trata-se de CUMPRIMENTO DE SENTENÇA em desfavor de LINDALVA ALBERTO SILVA SOUZA. INTIME-SE a EXECUTADA, por CARTA COM AVISO DE RECEBIMENTO, para PAGAR voluntariamente o MONTANTE DA CONDENAÇÃO, conforme MEMÓRIA DE CÁLCULOS apresentada pela EXEQUENTE, no prazo de 15 (quinze) dias. Não ocorrendo o pagamento voluntário no prazo legal, o DÉBITO será acrescido de MULTA de 10 % (dez por cento) e, também, de HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS de 10% (dez por cento), conforme preconiza o §1º, do art. 523 do Código de Processo Civil. Por conseguinte, fica autorizado, acaso necessário, a busca de bens e/ou valores suficientes a satisfação do crédito exequendo pelos meios eletrônicos (BacenJud/RenaJud). Restando infrutíferas as buscas, expeça-se mandado de penhora e avaliação. Faça-se presente o dispositivo 525 do Código de Processo Civil, que fixa prazo e instrumento para que a parte Executada, querendo, OPONHA-SE à EXECUÇÃO. Proceda a EXEQUENTE ao RECOLHIMENTO das CUSTAS destinadas à expedição da CARTA DE INTIMAÇÃO, juntando aos autos o respectivo comprovante, no prazo de 05 (cinco) dias. Após, com a juntada do comprovante, expeça-se a CARTA. I.C.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM) - Processo 0604170-48.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - R.H. Trata-se de CUMPRIMENTO DE SENTENÇA em desfavor de ANTONIO PINTO ALVES. INTIME-SE o EXECUTADO, por CARTA COM AVISO DE RECEBIMENTO, para PAGAR voluntariamente o MONTANTE DA CONDENAÇÃO, conforme MEMÓRIA DE CÁLCULOS apresentada pela EXEQUENTE, no prazo de 15 (quinze) dias. Não ocorrendo o pagamento voluntário no prazo legal, o DÉBITO será acrescido de MULTA de 10 % (dez por cento) e, também, de HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS de 10% (dez por cento), conforme preconiza o §1º, do art. 523 do Código de Processo Civil. Por conseguinte, fica autorizado, acaso necessário, a busca de bens e/ou valores suficientes a satisfação do crédito exequendo pelos meios eletrônicos (BacenJud/RenaJud). Restando infrutíferas as buscas, expeça-se mandado de penhora e avaliação. Faça-se presente o dispositivo 525 do Código de Processo Civil, que fixa prazo e instrumento para que a parte Executada, querendo, OPONHA-SE à EXECUÇÃO. Proceda a EXEQUENTE ao RECOLHIMENTO das CUSTAS destinadas à expedição da CARTA DE INTIMAÇÃO, juntando aos autos o respectivo comprovante, no prazo de 05 (cinco) dias. Após, com a juntada do comprovante, expeça-se a CARTA. I.C.

ADV: RISONALDO DE MELO LIMA JÚNIOR (OAB 6997/AM) - Processo 0605694-17.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Condomínio do Conjunto Residencial Ariranhas - Posto isso, intime-se a parte Requerente, por meio de seu advogado, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, promova a citação do(s) Requerido(s) nos termos do artigo 240, § 2º, do CPC/2015, sob pena de extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 317 e c/c art. 485, IV, do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0606761-80.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - OFICIE a CENTRAL DE MANDADOS para que o Oficial Carlos Augusto Barroso da Silva esclareça a informação da petita de fls. 61, no prazo de 15 (quinze) dias. I. C.

ADV: ANA ROSA DE LIMA LOPES BERNARDES (OAB 9755/SC), ADV: SÉRGIO SCHULZE (OAB 7629/SC) - Processo 0608506-37.2014.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Pan S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: FÁBIO DO CARMO GENTIL (OAB 208756/SP) - Processo 0611423-58.2016.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: FR. MEYER'S SOHN LOGÍSTICA BRASIL LTDA - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência,

bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ELIETE SANTANA MATOS (OAB 10423/CE), ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE) - Processo 0612541-69.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Honda S/A - INDEFIRO O PEDIDO DE SUSPENSÃO, pois manifestamente descabido, bem como não configura quaisquer das hipóteses do art. 313, do ncpc. Nesse momento processual e para a validade do processo, necessária se faz a CITAÇÃO do requerido (CPC/2015, art. 239), razão pela qual DETERMINO seja o requerente INTIMADO para que, no prazo de 15 (quinze) dias, PROMOVA A CITAÇÃO do requerido, nos termos do artigo 240, § 2º, do CPC, sob pena de extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 317 e c/c art. 485, IV, do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0612672-73.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Verificada a busca e apreensão do bem em litígio, PROMOVA o Banco Requerente a citação do Requerido, no prazo de 5 (cinco) dias. I. C.

ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0612941-78.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: MAGDA LUIZA RIGODANZO EGGER DE OLIVEIRA (OAB A1271/AM), ADV: ELTON MANOEL BARRETO RODRIGUES (OAB 6683/AM) - Processo 0613411-12.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Toyota do Brasil S.a. - REQUERIDA: Tatielle Barreto Rebello de Souza - INTIMEM-SE a Requerida para se manifestar acerca da petição de fls. 147, no PRAZO de 5 (cinco) DIAS. EXPEÇA-SE em favor do Autor ALVARÁ JUDICIAL depositado a fls. 57 referente à purgação da mora, em nome do escritório indicado na petita de fls. 131. Cumpra-se.

ADV: ÉRICO CABOCLO DE MACEDO (OAB 7685/AM), ADV: HENRIQUE CABOCLO DE MACEDO (OAB 8816/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: ALICE DA SILVA WELGERT (OAB 12614/AM) - Processo 0614438-30.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Condominio Amazonas - REQUERIDO: Oftalnorte Ótica Ltda - HOMOLOGO POR SENTENÇA o ACORDO celebrado entre as partes, para que produza seus efeitos jurídicos e legais, e, em consequência, resolvo o mérito da presente demanda, nos termos do artigo 487, inciso III, alínea “b”, do Código de Processo Civil. Com o TRÂNSITO EM JULGADO e observadas as cautelas devidas, silente as partes quanto ao cumprimento do acordo, dê-se baixa e arquivem-se os autos. P.R.I.C.

ADV: ANDRÉA CRISTINA DA COSTA LE SUEUR (OAB 6161/AM), ADV: GISELLE CORDEIRO SAMPAIO (OAB 8091/AM), ADV: EDILSON ROSENDO DE FREITAS FILHO (OAB 11674/AM), ADV: FREDERICO AUGUSTO FERREIRA BARBOSA (OAB 18828/GO), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM), ADV: MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO (OAB 21593/GO) - Processo 0615407-21.2014.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Volkswagen S/A - In casu, entendo que não foram esgotadas as diligências necessárias para a localização do requerido, motivo pelo qual INDEFIRO o pedido de conversão da ação e determino a intimação do requerente para cumprimento do despacho de fls. 163, sob pena de extinção e arquivamento de citação ou meio. I. C.

ADV: SUELLEN AKIKO KOHASHI DA COSTA (OAB 9879/AM), ADV: JORGE ALEXANDRE MOTTA DE VASCONCELLOS (OAB 2790/AM) - Processo 0616683-48.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Carlos Augusto dos Santos de Souza - REQUERIDO: Empresa de Transportes Urbanos Global Green - Especifiquem as partes as provas que eventualmente pretendam produzir, justificando a necessidade e a finalidade de cada uma delas, sob pena de indeferimento, no prazo de 15 (quinze) dias. Intimem-se.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0617132-45.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: ANTONIO SINESIO SILVA DA VEIGA - R.H. Trata-se de CUMPRIMENTO DE SENTENÇA em desfavor do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. INTIME-SE o EXECUTADO para, querendo, no PRAZO de 30 (trinta) dias e nos próprios autos, IMPUGNAR a EXECUÇÃO, conforme dispõe o art. 535, do CPC. I.C.

ADV: JOSÉ CARLOS SKRZYSZOWSKI JÚNIOR (OAB 45445/PR) - Processo 0619291-24.2015.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - Constam dos autos a fls. 80, informação acerca do falecimento do Requerido, razão pela qual DETERMINO a expedição de ofícios aos Cartórios de Registro de Pessoas Naturais para que ateste a informação. I. C.

ADV: MILTON ANTÔNIO RIVERA REYES (OAB 9851/AM), ADV: EDGAR PORTELA DA SILVA AGUIAR (OAB 9941/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0619826-79.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDA: Geiza Flavia Cabral Ferreira - INTIME-SE a Requerida para que colacione aos autos a degravação da mídia, bem como nova mídia a ser disponibilizada ao Autor , no PRAZO de 15 (quinze) DIAS, . Cumprida a determinação acima, DÊ-SE vistas ao Autor para manifestação no mesmo prazo. I. C.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC), ADV: MAYKON FELIPE DE MELO (OAB 20373/SC) - Processo 0621634-51.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Daiana Cabral Ribeiro - DECISÃO Pelo exposto, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, julgo improcedente o pedido, pois ausentes os requisitos para a concessão da aposentadoria por invalidez. Defiro gratuidade. Face à sucumbência, condeno a parte Requerente ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, os quais ficam com sua exigibilidade suspensa, em vista das benesses da gratuidade da justiça ora deferidas em seu favor. Transitada em julgado esta decisão e observadas as cautelas devidas, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Publique-se. Intime-se. Registre-se. Cumpra-se

ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: WALTER BASILIO BACCO JUNIOR (OAB 163524/SP), ADV: RODRIGO ROCHA DE SOUZA (OAB 191701/SP) - Processo 0622606-31.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento com Sub-rogação - REQUERENTE: LG Eletronics do Brasil Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: YONETE MELO DAS CHAGAS (OAB 8827/AM), ADV: PENÉLOPE ARYADNE ANTONY LIRA (OAB 7357/AM) - Processo 0623613-48.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Adcam - Associação para O Desenvolvimento Coesivo da Amazônia - Pelo exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido para DECLARAR constituído de pleno direito, consolidando em TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL o CRÉDITO da Parte Autora, tal como discriminado na EXORDIAL, em face do que CONDENO a Parte Requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que arbitro em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação. A requerimento do credor, inicie-se o CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. Advindo o trânsito em julgado da presente, dê-se baixa no SAJ e no setor de Distribuição.

ADV: ADIMIR NETTO CARDOSO MARINHO (OAB 14150/AM), ADV: SÉRGIO ALBERTO CORRÊA DE ARAÚJO (OAB 3749/AM), ADV: VICTOR HUGO TRINDADE SIMÕES (OAB 9286/AM), ADV: CAROLINA AUGUSTA MARTINS (OAB 9989/AM), ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM), ADV: FUED CAVALCANTE SÊMEN NETO (OAB 10435/AM) - Processo 0624736-18.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: KI Rente A Car - De ordem, intimo a parte interessada para manifestar-se sobre o Aviso de Recebimento de fls. retro recebido por terceiro, no prazo de 5 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: AMANDA ARAÚJO DOS SANTOS (OAB 6150/AM), ADV: RODOLFO MEIRA ROESSING (OAB 12719/PA), ADV: MIKAÉLE KLOPPEL SILVA (OAB 35961/SC), ADV: EDSON SILVA SANTIAGO (OAB 619/RR) - Processo 0625436-67.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Seguro - REQUERENTE: ANTONIO MARCOS DE SOUSA CARDOSO - REQUERIDO: Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - R.H. Diante da informação de existência de valores pendentes de levantamento, DEFIRO o pedido de DESARQUIVAMENTO dos presentes autos e DETERMINO à SECRETARIA-UPJ que proceda à consulta e eventual juntada do EXTRATO DE DEPÓSITO JUDICIAL vinculado ao feito. Após, façam os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ RICARDO GOMES DE OLIVEIRA (OAB 5254/AM), ADV: LUCAS HARLES DO NASCIMENTO RIBEIRO (OAB 13350/AM) - Processo 0627109-90.2016.8.04.0001 - Monitória - Nota Promissória - REQUERENTE: Centro Educacional La Salle - REQUERIDO: Ricardo Alessandro Cavalcante Leite - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos art.702, § 5º do CPC, responder aos embargos à monitória.

ADV: RENATO ANDRÉ DA COSTA MONTE (OAB 4435/AM) - Processo 0628098-91.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condominio do Parque Ponta Negra - Reserva das Praias - HOMOLOGO POR SENTENÇA o ACORDO celebrado entre as partes, para que produza seus efeitos jurídicos e legais, e, em consequência, resolvo o mérito da presente demanda, nos termos do artigo 487, inciso III, alínea “b”, do Código de Processo Civil. Com o TRÂNSITO EM JULGADO e observadas as cautelas devidas, silente as partes quanto ao cumprimento do acordo, dê-se baixa e arquivem-se os autos.

ADV: ÉRICO VIDAL ROTONDANO (OAB 10709/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0628342-20.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Elizabeth Sudario de Castro - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Diante disso, por ausência de prova incontroversa do alegado, ao menos em sede de cognição sumária, bem como do perigo de dano irreparável e de difícil reparação, INDEFIRO, por ora, o pedido de antecipação dos efeitos da tutela. No mais, com fundamento no art. 6º, VIII, do CDC, entendo que a Autora é hipossuficiente para produzir a melhor prova para este juízo, portanto, DETERMINO a INVERSÃO do ÔNUS DA PROVA. DEFIRO os BENEFÍCIOS da ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA em favor da Requerente. Destarte, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, designo a AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO para o dia 08/11/2019 às 9h30, na sede deste juízo (sala 2). Cite-se o Requerido. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ANA CRISTINA DA SILVEIRA GOMES DE FREITAS (OAB 5763/AM) - Processo 0630024-10.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Antonia de Braga - R.H. Por cautela e em homenagem ao Princípio do Contraditório, ABSTENHO de apreciar o pedido de tutela antecipada formulado pela parte Autora, RESERVANDO para fazê-lo após a manifestação do Requerido. No mais, com fundamento no art. 6º, VIII, do CDC, entendo que a Autora é hipossuficiente para produzir a melhor prova para este juízo, portanto, DETERMINO a INVERSÃO do ÔNUS DA PROVA. Diante das informações constantes dos autos, DEFIRO os BENEFÍCIOS da ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA em favor da Requerente. Em consequência, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, designo AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO para o dia 08/11/2019 às 10h, a ser realizada na sede deste juízo (sala 2). Cite-se o Requerido. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ALEXANDRE MORAES DA SILVA (OAB 8644/AM) - Processo 0630316-92.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Eduardo Malaquias Brasil - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: GUSTAVO DE ARAÚJO SAMPAIO (OAB 10694/AM), ADV: DIEGO HENRIQUE SANTOS DOS ANJOS (OAB 8583/AM) - Processo 0630553-29.2019.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Bmm Soluções Ltda-epp - Vistos. CHAMO o PROCESSO à ORDEM para TORNAR SEM EFEITO o COMANDO dado no DESPACHO de fls. 90, para excluir a audiência de conciliação designada para o dia 06/11/2019 às 9h30. Considerando que o Requerido devidamente citado a fls. 84, houve deixar transcorrer in albis o prazo sem a apresentação de qualquer manifestação, DECRETO sua REVELIA na forma do art. 344, CPC. Voltem-me os autos conclusos para sentença. I. C.

ADV: GIULIO ALVARENGA REALE (OAB 65628/MG), ADV: GIULIO ALVARENGA REALE (OAB 1006A/AM) - Processo 0631859-09.2014.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Itapeva VII Multicarteira Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: KELMA SOUZA LIMA (OAB 5470/AM), ADV: ELOY DAS NEVES LOPES JÚNIOR (OAB 4900/AM), ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM), ADV: DANIEL FÁBIO JACOB NOGUEIRA (OAB 3136/AM), ADV: THIAGO ALMEIDA REBELLO (OAB 12327/AM) - Processo 0631989-91.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Gliciene Socorro Moreira das Chagas - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - R.H. Trata-se de CUMPRIMENTO DE SENTENÇA em desfavor de MANAUS AMBIENTAL S/A. INTIME-SE a EXECUTADA, na pessoa do seu patrono, para PAGAR voluntariamente o MONTANTE DA CONDENAÇÃO, conforme MEMÓRIA DE CÁLCULOS apresentada pelo EXEQUENTE, no prazo de 15 (quinze) dias. Não ocorrendo o pagamento voluntário no prazo legal, o DÉBITO será acrescido de MULTA de 10 % (dez por cento) e, também, de HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS de 10% (dez por cento), conforme preconiza o §1º, do art. 523 do Código de Processo Civil. Por conseguinte, fica autorizado, acaso necessário, a busca de bens e/ou valores suficientes a satisfação do crédito exequendo pelos meios eletrônicos (BacenJud/RenaJud). Restando infrutíferas as buscas, expeça-se mandado de penhora e avaliação. Faça-se presente o dispositivo 525 do Código de Processo Civil, que fixa prazo e instrumento para que a parte Executada, querendo, OPONHA-SE à EXECUÇÃO. Parte Autora beneficiária da gratuidade judiciária - fls. 118. P.I.C.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0633001-72.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Elcimar Pinto Alves - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem

como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 17/09/2019, a partir das 08:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr Helder Freitas Alagia, CRM/AM-2021, CPF:270.934.920-53,no Eldorado Consultórios, sito à Rua Z, Casa 01, Praça dos Caranguejos - Eldorado, nesta cidade.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0634258-35.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Marineth Rodrigues Lavareda - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 17/09/2019, a partir das 08:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr Helder Freitas Alagia, CRM/AM-2021, CPF:270.934.920-53,no Eldorado Consultórios, sito à Rua Z, Casa 01, Praça dos Caranguejos - Eldorado, nesta cidade.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0634297-32.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Wyllian Paiva Morais - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 17/09/2019, a partir das 08:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr Helder Freitas Alagia, CRM/AM-2021, CPF:270.934.920-53,no Eldorado Consultórios, sito à Rua Z, Casa 01, Praça dos Caranguejos - Eldorado, nesta cidade.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0634474-93.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Nilvana de Souza Barreto - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 17/09/2019, a partir das 11:15 hs., no endereço abaixo indicado.4 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.5- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo.Dr. Marcelo Vasconcellos Dias, CRM /AM-4887, CPF493150482-56,na UBS Ivone Lima, sito a Rua Luiz Corrente s/nº - Ouro Verde, nesta cidade.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0635302-89.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Ana Marcia Bandeira Bonfim - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 17/09/2019, a partir das 11:15 hs., no endereço abaixo indicado.4 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.5- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos

do processo.Dr. Marcelo Vasconcellos Dias, CRM /AM-4887, CPF493150482-56,na UBS Ivone Lima, sito a Rua Luiz Corrente s/ nº - Ouro Verde, nesta cidade.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0635567-91.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Siderley Santos da Silva - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 17/09/2019, a partir das 08:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr Helder Freitas Alagia, CRM/AM-2021, CPF:270.934.920-53,no Eldorado Consultórios, sito à Rua Z, Casa 01, Praça dos Caranguejos - Eldorado, nesta cidade.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0635590-37.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Ivany Reis Costa - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 17/09/2019, a partir das 11:15 hs., no endereço abaixo indicado.4 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.5- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo.Dr. Marcelo Vasconcellos Dias, CRM /AM-4887, CPF493150482-56,na UBS Ivone Lima, sito a Rua Luiz Corrente s/ nº - Ouro Verde, nesta cidade.

ADV: ANA CAROLINE SILVA PICANÇO (OAB 14459/AM) - Processo 0635873-60.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: Cleberson Cavalcante Melo - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 18/09/2019, a partir das 08:30 hs., no endereço abaixo indicado.4 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.5- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo.Dr. Flaviano Bivaqua de Araújo Junior, CRM/AM-4335, CPF:613.382.572-34,na ONCLOCIN, sito a Av. Castelo Branco , 1779, Cachoeirinha, nesta cidade.

ADV: CÁSSIA LUCIANA DA CONCEIÇÃO ROCHA (OAB 7819/AM) - Processo 0636037-25.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Aldecy Pinto Lemos - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 18/09/2019, a partir das 08:30 hs., no endereço abaixo indicado.4 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.5- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo.Dr. Flaviano Bivaqua de Araújo Junior, CRM/AM-4335, CPF:613.382.572-34,na ONCLOCIN, sito a Av. Castelo Branco , 1779, Cachoeirinha, nesta cidade.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG) - Processo 0636558-67.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, intimo a parte interessada para manifestar-se sobre o Aviso de Recebimento de fls. retro recebido por terceiro, no prazo de 5 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ALOHA BAZZO VICENTI VON DREIFUS (OAB 268367/SP), ADV: CAIO EDUARDO VON DREIFUS (OAB 228229/SP) - Processo 0636951-89.2019.8.04.0001 - Monitória - Compra e Venda - REQUERENTE: Ilhas Galápagos Comércio de Brinquedos, Livros e Serviços Ltda - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MELQUISEDEC FREITAS PANTOJA (OAB 10412/AM) - Processo 0637329-16.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação

Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: Alan de Souza Soares Me - INTIMEM-SE o Requerente para informar o valor de venda do veículo no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de aplicação de multa cominatória. I.C.

ADV: LARISSA GUERREIRO MENDES (OAB 13362/AM) - Processo 0638583-87.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Condomínio Edifício Antônio Simões - Expeça-se novo mandado. Observo que, se houver interesse do Exequente na realização de pesquisas via Infojud, Renajud e Bacenjud, fica desde já deferido que se proceda à consulta de endereços do Executado via Bacenjud, Renajud e Infojud. Cumpra-se.

ADV: PENÉLOPE ARYADNE ANTONY LIRA (OAB 7357/AM) - Processo 0639079-82.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Suelida Menezes Barreto - R.H. Por cautela e em homenagem ao Princípio do Contraditório, ABSTENHO de apreciar o pedido de liminar formulado pela parte Autora, RESERVANDO para fazê-lo após a manifestação da parte Requerida. Designo AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO para o dia 06/11/2019 às 9h00, a ser realizada na sede deste Juízo (sala 02), ficando as partes advertidas de que: a) o não-comparecimento injustificado ao ato implicará na imposição de multa, nos termos do art. 334, § 8°, do NCPC; b) cada litigante deve estar acompanhado de advogado ou Defensor Público, conforme determina o § 9° do aludido Dispositivo Legal. DEFIRO a gratuidade judiciária em favor da Autora. Cite-se com as cautelas de praxe Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM) - Processo 0639168-42.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Maria de Fatima Mesquita Marques - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte apelada para que, querendo, ofereça contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0639298-03.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Pelo exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido para DECLARAR constituído de pleno direito, consolidando em TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL o CRÉDITO da Parte Autora, tal como discriminado na EXORDIAL, em face do que CONDENO a Parte Requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que arbitro em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação. A requerimento do credor, inicie-se o CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. Advindo o trânsito em julgado da presente, dê-se baixa no SAJ e no setor de Distribuição. P.R.I.C.

ADV: WAGNER JACKSON SANTANA (OAB 8789/AM), ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0639854-34.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Adriana Nascimento da Silva Monteiro - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0639918-10.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Antonio Jorge Oliveira Costa - Em exame, pedido de GRATUIDADE JUDICIÁRIA. Com efeito, o pedido encontra amparo aos arts. 98 e seguintes do CPC; entretanto, cabe à PARTE produzir a PROVA do preenchimento dos pressupostos e requisitos para o reconhecimento do direito alegado. No caso, a PETIÇÃO INICIAL NÃO SE FAZ ACOMPANHADA de DOCUMENTOS bastantes para a análise de tal pleito. Assim, com fundamento no §2º do art. 99 do CPC, assinalo o PRAZO de 15 (quinze) DIAS a(o) Requerente para COMPROVAR sua alegação, trazendo aos autos os seguintes documentos : I. DECLARAÇÃO DE PRÓPRIO PUNHO afirmando que não têm condições de arcar com o pagamento das despesas judiciais sem prejuízo do próprio sustento ou de sua família; II. COMPROVANTE de rendimentos e gastos; III. CONTRACHEQUE e/ou carteira de trabalho; IV. DECLARAÇÃO de imposto de renda; V. DECLARAÇÃO de RENÚNCIA de seu patrono, de que trata o §1º, VI, do art. 98 do CPC. Em caso de a Parte NÃO preencher tais PRESSUPOSTOS e/ou REQUISITOS, com supedâneo no § 6º do art. 98 do CPC e na PORTARIA PTJ nº 490/2017, DEFIRO, de logo, o PARCELAMENTO das CUSTAS INICIAIS, em 06 (seis) FRAÇÕES iguais e sucessivas, devendo proceder ao PRIMEIRO RECOLHIMENTO em igual PRAZO de 15 (quinze) DIAS, sob pena de CANCELAMENTO na DISTRIBUIÇÃO, como reza o art. 290 do CPC. I. C.

ADV: ANDRÉ DE ASSIS ROSA (OAB 12809/MS) - Processo 0640191-86.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: HANNA TAVARES CUNHA (OAB 10417/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0642768-71.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Pedro de Sa Dias - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Isto posto e por tudo mais que dos autos consta, JULGO IMPROCEDENTE os pedidos da Autora, na forma do art. 487, inc. I do CPC, para DECLARAR VÁLIDO o CONTRATO DE MÚTUO de fls. 95/96. CONDENO o Autor ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, cuja exequibilidade fica SUSPENSA pelo período de 5 (cinco) ANOS subsequentes ao trânsito em julgado da SENTENÇA, na forma do §3º do art. 98 do CPC, em face da GRATUIDADE JUDICIÁRIA anteriormente DEFERIDA. Com o trânsito em julgado, arquivem-se estes autos com a devida baixa no SAJ e no setor de Distribuição.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0643665-07.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: JAMILA MARINHO CHEHAD BARBOSA (OAB 2950/AM), ADV: FRANCISCA NÚBIA DE OLIVEIRA DE LIMA (OAB 4376/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM) - Processo 0643865-72.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Elizabete Francis Martinez Tapia - REQUERIDO: Braga Veículos Ltda. e outros - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração fls. 63/69, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM), ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0644163-98.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Cintia Christina Leite Ribeiro Pereira - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Isto posto e por tudo mais que dos autos consta, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos da Autora, na forma do art. 487, inc. I do CPC, para: - DEFIRO a TUTELA DE URGÊNCIA para DETERMINAR a IMEDIATA SUSPENSÃO dos descontos consignados no contracheque do Autor, sob a rubrica de "BIB CARTÃO DE CRÉDITO" CÓDIGO "5888" da matrícula 155.267-8A referente ao contrato de fls. 119/120. Em caso de descumprimento da obrigação, APLICO multa no valor referente ao dobro do valor descontado, POR DESCONTO EFETIVADO, enquanto perdurar a infração; - DECLARAR a QUITAÇÃO de fls. 119/120 sob a rubrica de desconto "BIB CARTÃO DE CRÉDITO" CÓDIGO "5888"; - CONDENAR o Requerido Banco Industrial do Brasil S/A ao pagamento da verba indenizatória pelo dano moral experimentado pelo Autor no valor de R$ 3.000.00 (três mil reais), incidindo-se juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, e correção monetária pelo INPC, a partir desta decisão; - CONDENAR o Requerido à REPETIÇÃO DO INDÉBITO em favor da Autora na FORMA SIMPLES a partir da 37ª (trigésima sétima) parcela efetivamente descontada até a data de cessação dos descontos com o cumprimento da medida liminar DEFERIDA nesta decisão, incidindo correção monetária oficial pelo INPC e juros de 1% (um por cento) ao mês, a partir dos desembolsos; - CONDENAR o Requerido ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, na forma do §2º do art. 85 do CPC. Com o trânsito em julgado, arquivem-se estes autos com a devida baixa no SAJ e no setor de Distribuição. P.R.I.C.

ADV: JAMILE RIBEIRO DA SILVA (OAB 4977/AM) - Processo 0646369-85.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Sociedade Amazonense de Educação e Cultura Ltda. - SAMEC - Ante ao exposto, HOMOLOGO A DESISTÊNCIA DA AÇÃO, para que surta seus efeitos jurídicos e legais, nos termos artigo 200, parágrafo único, do Código de Processo Civil, e, via consequência, extingo o processo, sem resolução do mérito, termos do artigo 485, inciso VIII, do referido Código. Transitada em julgado esta decisão, dê-se baixa e arquivem-se os autos com as cautelas de estilo. P.R.I.C.

ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM) - Processo 0646410-18.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Daiane Ferreira de Oliveira - Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela antecipada. Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, "o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos", designo a AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO para o dia 07/11/2019 às 13h30, na sede deste Juízo (sala 2) Cite(m)-se e intime(m)-se. Defiro a autora os benefícios da justiça gratuita. Cumpra-se.

ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 921A/AM) - Processo 0646478-65.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Diante da documentação carreada aos autos, que bem comprovam as assertivas da inicial, especialmente a comprovação da mora do devedor fiduciante, com fundamento no art. 3º do Dec. Lei 911/69, DEFIRO a MEDIDA LIMINAR de BUSCA E APREENSÃO do BEM ALIENADO FIDUCIARIAMENTE em favor da Requerente. Antes de seu cumprimento porém, à luz do PROVIMENTO CGJ / AM n° 116/2017, DETERMINO a INTIMAÇÃO à REQUERENTE para, no prazo de 05 (cinco) dias, PROCEDER ao RECOLHIMENTO PRÉVIO DAS CUSTAS DE DILIGÊNCIA DO OFICIAL DE JUSTIÇA, devendo colacionar aos autos o respectivo comprovante, sob pena de extinção. Desincumbindo o AUTOR, sua obrigação processual, expeça-se o pertinente MANDADO. Ao cumprimento da LIMINAR, ato seguido, CITE-SE o REQUERIDO para, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, PAGAR a INTEGRALIDADE da DÍVIDA PENDENTE, segundo os valores apresentados ou apresentar CONTESTAÇÃO, no prazo de 15 (quinze) dias. I. C.

ADV: FERNANDO DA CONCEIÇÃO GOMES CLEMENTE (OAB 178171SP) - Processo 0646586-94.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Tokio Marine Brasil Seguradora S/A - Vistos. Ao acessar os autos digitais, o sistema E-SAJ perfaz a OBSERVAÇÃO de SUSPEITA de REPETIÇÃO de AÇÃO com o PROC. 0660919-85.2018.8.04.0001 razão pela qual a DISTRIBUIÇÃO se fez por VINCULAÇÃO. Consultando aquele feito, restou constatado que trata-se de Ação Regressiva de Indenização , onde figuram PEDIDO e OBJETO DISTINTOS. Portanto, sendo INFUNDADA a SUSPEITA, DETERMINO a REMESSA dos autos à DISTRIBUIÇÃO, para os fins de proceder à EXCLUSÃO da ANOTAÇÃO de SUSPEITA de REPETIÇÃO de AÇÃO, bem como para que proceda à regular DISTRIBUIÇÃO por SORTEIO a quaisquer das VARAS CÍVEIS E DE ACIDENTES DE TRABALHO. Cumpra-se com a URGÊNCIA que o caso requer. I. C.

ADV: ANDRÉ NIETO MOYA (OAB 235738/SP) - Processo 0646667-43.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Bradesco Cartões S/A - Em sede de admissibilidade prévia da ação, estando a INICIAL em termos, à luz do art. 334 do CPC, designo a Audiência de Conciliação para o dia 08/11/2019 às 9h00, a ocorrer na sede deste juízo (sala 2). Intime a parte Requerente para o recolhimento das custas postais no prazo de 15 (quinze) dias. Após, expeça-se a carta de citação. Deverão as PARTES serem ADVERTIDAS sobre os preceitos contidos no § 8º de referido diploma adjetivo civil, notadamente quanto à conduta ATENTATÓRIA à DIGNIDADE da JUSTIÇA e respectiva COMINAÇÃO. CITE(M)-SE. INTIME(M)-SE. CUMPRA-SE.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0646685-64.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consorcios Ltda - Diante da documentação carreada aos autos, que bem comprovam as assertivas da inicial, especialmente a comprovação da mora do devedor fiduciante, com fundamento no art. 3º do Dec. Lei 911/69, DEFIRO a MEDIDA LIMINAR de BUSCA E APREENSÃO do BEM ALIENADO FIDUCIARIAMENTE em favor da Requerente. Antes de seu cumprimento porém, à luz do PROVIMENTO CGJ / AM n° 116/2017, DETERMINO a INTIMAÇÃO à REQUERENTE para, no prazo de 05 (cinco) dias, PROCEDER ao RECOLHIMENTO PRÉVIO DAS CUSTAS DE DILIGÊNCIA DO OFICIAL DE JUSTIÇA, devendo colacionar aos autos o respectivo comprovante, sob pena de extinção. Desincumbindo o AUTOR, sua obrigação processual, expeça-se o pertinente MANDADO. Ao cumprimento da LIMINAR, ato seguido, CITE-SE o REQUERIDO para, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, PAGAR a INTEGRALIDADE da DÍVIDA PENDENTE, segundo os valores apresentados ou apresentar CONTESTAÇÃO, no prazo de 15 (quinze) dias. I. C.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0646693-41.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consorcios Ltda - Vistos. Ao acessar os autos digitais, o sistema E-SAJ perfaz a OBSERVAÇÃO de SUSPEITA de REPETIÇÃO de AÇÃO com o PROC. 0646693-41.2019.8.04.0001 razão pela qual a DISTRIBUIÇÃO se fez por VINCULAÇÃO. Consultando aquele feito, restou constatado que trata-se de Ação de Busca e Apreensão , onde figuram PEDIDO e OBJETO DISTINTOS. Portanto, sendo INFUNDADA a SUSPEITA, DETERMINO a REMESSA dos autos à DISTRIBUIÇÃO, para os fins de proceder à EXCLUSÃO da ANOTAÇÃO de SUSPEITA de REPETIÇÃO de AÇÃO, bem como para que proceda à regular DISTRIBUIÇÃO por SORTEIO a quaisquer das VARAS CÍVEIS E DE ACIDENTES DE TRABALHO. Cumpra-se com a URGÊNCIA que o caso requer. I. C.

ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM) - Processo 0646697-78.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Condomínio Amazonas - DESPACHO CITE-SE a parte EXECUTADA, para que efetue o PAGAMENTO do DÉBITO indicado na PETIÇÃO INICIAL, acrescido dos HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, os quais fixo de plano em 10% (dez por cento) sobre o valor da dívida, no PRAZO de 03 (três) DIAS, contado da CITAÇÃO, nos termos dos arts. 827 e 829 do Código de Processo Civil. Na hipótese de o EXECUTADO NÃO SER LOCALIZADO,

proceda-se ao ARRESTO de tantos bens quantos bastem para garantir a execução. Em caso de o EXECUTADO - regularmente CITADO, NÃO EFETUAR o PAGAMENTO da DÍVIDA no prazo assinalado, AUTORIZO de logo a realização de PENHORA e AVALIAÇÃO de BENS, inclusive via BACENJUD e/ou RENAJUD, em conformidade com o art. 829, §1º c/c art. 854, ambos do NCPC. Façam-se presentes os preceitos contidos nos arts. 914 e 915 do CPC, que fixam PRAZO e INSTRUMENTO para que a parte EXECUTADA, querendo, apresente sua OPOSIÇÃO à EXECUÇÃO. Antes, porém, DETERMINO a INTIMAÇÃO do EXEQUENTE para, no PRAZO de 05 (cinco) DIAS, PROCEDER AO RECOLHIMENTO DAS CUSTAS DE DILIGÊNCIA DO OFICIAL DE JUSTIÇA, devendo colacionar aos autos o respectivo comprovante. Após a comprovação, expeça-se o MANDADO DE CITAÇÃO, PENHORA e AVALIAÇÃO. P.I.C. MÁRCIO R. P. TORRES JUIZ DE DIREITO

ADV: LEONARDO ALVES CANUTO (OAB 355791/SP) - Processo 0646706-40.2019.8.04.0001 - Monitória - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Cooperforte - Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários de Instituições Financeiras Públicas Federais Ltd - Em exame, a admissibilidade da AÇÃO MONITÓRIA. Preenchidos os PRESSUPOSTOS e REQUISITOS elencados aos arts. 700 700 e 701 do CPC e diante da EVIDÊNCIA DO DIREITO do(a) AUTOR(A), CITE-SE para, no PRAZO de 15 (quinze) DIAS, a parte REQUERIDA efetuar o PAGAMENTO da dívida descrita na INICIAL ou OPOR EMBARGOS, sob pena de constituir-se o MANDADO MONITÓRIO em MANDADO EXECUTIVO. Anote-se que, ocorrendo o PAGAMENTO no referido PRAZO, a parte REQUERIDA ficará isenta do pagamento de custas processuais, em consonância com o disposto no artigo 701, §1º do CPC. Antes, porém, DETERMINO a INTIMAÇÃO da REQUERENTE para, no PRAZO de 05 (cinco) DIAS, proceder ao RECOLHIMENTO PRÉVIO das CUSTAS DE DILIGÊNCIA DO OFICIAL DE JUSTIÇA, devendo colacionar aos autos o respectivo comprovante, sob pena de extinção. P.I.C. Márcio Rothier Pinheiro Torres JUIZ DE DIREITO

ADV: DENISON DE SOUSA SANTOS (OAB 12123/AM) - Processo 0646724-61.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Valdenir Fábio de Moraes Moreira - Em razão do exposto, DECLINO DA COMPETÊNCIA para processar e julgar a presente demanda em favor de uma das VARAS DE ÓRFÃOS E SUCESSÕES , para onde os autos devem ser REMETIDOS, via DISTRIBUIÇÃO, com as cautelas de estilo. I.C.

ADV: LUCAS HARLES DO NASCIMENTO RIBEIRO (OAB 13350/AM) - Processo 0647096-44.2018.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Motonorte Motores e Máquinas do Norte Ltda - Pelo exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido para DECLARAR constituído de pleno direito, consolidando em TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL o CRÉDITO da Parte Autora, tal como discriminado na EXORDIAL, em face do que CONDENO a Parte Requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que arbitro em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação. A requerimento do credor, inicie-se o CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. Advindo o trânsito em julgado da presente, dê-se baixa no SAJ e no setor de Distribuição. P.R.I.C. Manaus, 30 de agosto de 2019. Márcio Rothier Pinheiro Torres Juiz direito

ADV: RISONALDO DE MELO LIMA JÚNIOR (OAB 6997/AM) - Processo 0648152-15.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Condomínio Ibiza Flex Residence - Posto isto, indefiro os benefícios da Justiça Gratuita e determino a intimação do Requerente, na pessoa seu advogado, para realizar o pagamento das custas processuais e despesas postais, nos termos da Portaria 116/2017, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de cancelamento e baixa na distribuição (CPC/2015, art. 290 c/c 485, IV). Intime-se. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0648642-37.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: THIAGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 7671/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM) - Processo 0654790-64.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Edson Ribeiro Costa - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: ALDERLAN CASTRO LEAL (OAB 13828/AM) - Processo 0660561-23.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Ademar Pinto Barreto - REQUERIDO: Banco BMG S/A - - DEFERIR A TUTELA DE URGÊNCIA para DETERMINAR a IMEDIATA SUSPENSÃO dos descontos consignados no contracheque do Autor sob a rubrica de desconto “BMG CARTAO”. Em caso de descumprimento da obrigação, APLICO multa no valor referente ao dobro do valor descontado, POR DESCONTO EFETIVADO, enquanto perdurar a infração; - DECLARAR a INEXIGIBILIDADE DO CONTRATO DE MÚTUO celebrado a fls. 43/45; - CONDENAR o Requerido BANCO BMG S.A. ao pagamento da verba indenizatória pelo dano moral experimentado pela Autora no valor de R$ 5.000.00 (cinco mil reais), incidindo-se juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, e correção monetária pelo INPC, a partir desta decisão; - CONDENAR o Requerido à REPETIÇÃO DO INDÉBITO em favor do Autor em DOBRO parcela efetivamente descontada até a data de cessação dos descontos com o cumprimento da medida liminar DEFERIDA nesta decisão, DESCONTANDO-SE o valor de R$ 3.135,00 (três mil cento e trinta e cinco) que fora creditado na conta corrente do Autor (fls. 20), incidindo correção monetária oficial pelo INPC e juros de 1% (um por cento) ao mês, a partir dos desembolsos. - CONDENAR o Requerido ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, na forma do §2º do art. 85 do CPC. Com o trânsito em julgado, arquivem-se estes autos com a devida baixa no SAJ e no setor de Distribuição. P.R.I.C.

ADV: MARCELO GONÇALVES DE OLIVEIRA (OAB 4896/AM), ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM), ADV: MARCO ANTÔNIO CRESPO BARBOSA (OAB 115665/SP), ADV: JOÃO CARLOS DE ALMEIDA ZANINI (OAB 270476/SP) - Processo 0714959-27.2012.8.04.0001 (apensado ao processo 0714959-27.2012.8.04.0001) - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: AYMORE CREDITO FINANCIAMENTOS E INVESTIMENTOS S/A - REQUERIDO: AILTON GOES DE SENA - INTIME-SE o Autor para manifestar interesse no prosseguimento do feito e/ou requerer o que entender de direito, no PRAZO de 15 (quinze) DIAS. I. C.

Adimir Netto Cardoso Marinho (OAB 14150/AM)
Alderlan Castro Leal (OAB 13828/AM)
Alexandre Moraes da Silva (OAB 8644/AM)
Alice da Silva Welgert (OAB 12614/AM)
Aloha Bazzo Vicenti Von Dreifus (OAB 268367/SP)
Amanda Araújo dos Santos (OAB 6150/AM)
Ana Caroline Silva Picanço (OAB 14459/AM)
Ana Cristina da Silveira Gomes de Freitas (OAB 5763/AM)
Ana Rosa de Lima Lopes Bernardes (OAB 9755/SC)
André de Assis Rosa (OAB 12809/MS)
André Nieto Moya (OAB 235738/SP)
Andréa Cristina da Costa Le Sueur (OAB 6161/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Caio Eduardo Von Dreifus (OAB 228229/SP)

Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
Carolina Augusta Martins (OAB 9989/AM)
Cássia Luciana da Conceição Rocha (OAB 7819/AM)
Cíntia Rossette de Souza (OAB 4605/AM)
Daniel Fábio Jacob Nogueira (OAB 3136/AM)
Denison de Sousa Santos (OAB 12123/AM)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Diego Henrique Santos dos Anjos (OAB 8583/AM)
Edgar Portela da Silva Aguiar (OAB 9941/AM)
EDILSON ROSENDO DE FREITAS FILHO (OAB 11674/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Edson Silva Santiago (OAB 619/RR)
Eliete Santana Matos (OAB 10423/CE)
Ellen Cristina Lima Carneiro (OAB 23063/PA)
Eloy das Neves Lopes Júnior (OAB 4900/AM)
Elton Manoel Barreto Rodrigues (OAB 6683/AM)
Érico Caboclo de Macedo (OAB 7685/AM)
Érico Vidal Rotondano (OAB 10709/AM)
Fábio do Carmo Gentil (OAB 208756/SP)
Fernando Borges de Moraes (OAB 446A/AM)
Fernando da Conceição Gomes Clemente (OAB 178171SP)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Francisca Núbia de Oliveira de Lima (OAB 4376/AM)
Frederico Augusto Ferreira Barbosa (OAB 18828/GO)
Fued Cavalcante Sêmen Neto (OAB 10435/AM)
Giselle Cordeiro Sampaio (OAB 8091/AM)
Giulio Alvarenga Reale (OAB 1006A/AM)
Giulio Alvarenga Reale (OAB 65628/MG)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo de Araújo Sampaio (OAB 10694/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB 1065/AM)
Hanna Tavares Cunha (OAB 10417/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Henrique Caboclo de Macedo (OAB 8816/AM)
Hiran Leão Duarte (OAB 10422/CE)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069/AM)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isael de Jesus Gonçalves Azevedo (OAB 3051/AM)
Jamila Marinho Chehad Barbosa (OAB 2950/AM)
Jamile Ribeiro da Silva (OAB 4977/AM)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
João Carlos de Almeida Zanini (OAB 270476/SP)
Jorge Alexandre Motta de Vasconcellos (OAB 2790/AM)
José Carlos Skrzyszowski Júnior (OAB 45445/PR)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
José Lídio Alvez dos Santos (OAB 1163/AM)
José Perceu Valente de Freitas (OAB 7200/AM)
José Ricardo Gomes de Oliveira (OAB 5254/AM)
Kelma Souza Lima (OAB 5470/AM)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Larissa Guerreiro Mendes (OAB 13362/AM)
Leonardo Alves Canuto (OAB 355791/SP)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Lucas Harles do Nascimento Ribeiro (OAB 13350/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 104147/MG)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Magda Luiza Rigodanzo Egger de Oliveira (OAB A1271/AM)
Manoel Archanjo Dama Filho (OAB 21593/GO)
Marcelo Gonçalves de Oliveira (OAB 4896/AM)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marco Antônio Crespo Barbosa (OAB 115665/SP)
Marcus Leandro de Souza Andrade (OAB 6928/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Maykon Felipe de Melo (OAB 20373/SC)
Melquisedec Freitas Pantoja (OAB 10412/AM)
Mikaéle Kloppel Silva (OAB 35961/SC)
Milton Antônio Rivera Reyes (OAB 9851/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Patrícia da Silva Melo (OAB 8172/AM)
Penélope Aryadne Antony Lira (OAB 7357/AM)
Renato André da Costa Monte (OAB 4435/AM)
Risonaldo de Melo Lima Júnior (OAB 6997/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG)
Rodolfo Meira Roessing (OAB 12719/PA)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
RODRIGO ROCHA DE SOUZA (OAB 191701/SP)
Rosângela da Rosa Corrêa (OAB 921A/AM)
Sâmea Picanço Oliveira (OAB 10852/AM)
Sérgio Alberto Corrêa de Araújo (OAB 3749/AM)
Sérgio Schulze (OAB 7629/SC)
Suellen Akiko Kohashi da Costa (OAB 9879/AM)
Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB 3696/AM)
Thiago Almeida Rebello (OAB 12327/AM)
Thiago Andrade de Oliveira (OAB 7671/AM)
Victor Hugo Trindade Simões (OAB 9286/AM)
Wagner Jackson Santana (OAB 8789/AM)
WALTER BASILIO BACCO JUNIOR (OAB 163524/SP)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Yonete Melo das Chagas (OAB 8827/AM)

13ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 13ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0224/2019

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: PÉRICLES DUARTE DE SOUZA JÚNIOR (OAB 4808/AM) - Processo 0213809-73.2009.8.04.0001 (001.09.213809-9) - Cumprimento de sentença - REQUERENTE: Manaus EnergiaS/A - REQUERIDO: Ozivaldo Pinheiro Picanço - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0253579-05.2011.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - I- Intime-se a Executada, por edital, para se manifestar sobre a indisponibilidade dos ativos financeiros realizada pelo sistema BACENJUD, no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do art. 854, §3º do NCPC. II- Intime-se a Parte Exequente para promover o pagamento das despesas correspondentes à expedição do edital, no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos da Portaria 116/2017-PTJ, disponibilizada no DJE de 24-01-2017. A expedição do edital de intimação fica condicionada à comprovação do recolhimento do valor das despesas. III- Considerando o bloqueio parcial do valor do débito, manifeste-se a parte exequente sobre o prosseguimento do feito quanto ao saldo remanescente, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: DANIEL SANTOS DE ANDRADE (OAB 6733/AM), ADV: MARIANNE ALBERS (OAB 270436/SP), ADV: ANTÔNIO FABIO BARROS DE MENDONÇA (OAB 2275/AM), ADV: ADRIANA LO PRESTI MENDONÇA (OAB 3139/AM), ADV: BARBARA CAROL MARIA BRETANI LAMEIRÃO RONCOLATO (OAB 120794/SP), ADV: CRISTIANE GALINDO DA ROCHA (OAB 222831/SP), ADV: ARNOLDO BENTES COIMBRA (OAB 345/AM), ADV: WELLINGTON DE AMORIM ALVES (OAB 2993/AM) - Processo 0253966-88.2009.8.04.0001 (001.09.253966-2) - Procedimento

Comum Cível - Obrigações - REQUERENTE: Nagravision S/A - REQUERIDA: Flex Imp. Exp. Ind. e Com. de Máquinas e Motores Ltda. - Após o trânsito em julgado desta sentença, dê-se baixa no SAJ, no setor de Distribuição e arquivem-se estes autos, observadas as cautelas de praxe. P.R.I.C.

ADV: PEDRO LUCAS PORTUGAL AL-BEHY KANAAN (OAB 8587/AM), ADV: ISABELLE RABELO CARÉSTO (OAB 9962/AM) - Processo 0601105-50.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Empreitada - REQUERENTE: HELENO DOS SANTOS FERREIRA - REQUERIDO: JV IMÓVEIS E CONSTRUÇÃO LTDA - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM) - Processo 0601120-82.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Ex positis, INDEFIRO o pedido de citação editalícia, por não ter a parte demandante exaurido todos os meios para a localização da parte demandada, a fim de ser procedida a citação pessoal. INTIME-SE a parte demandante, para dar andamento ao feito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0602026-67.2019.8.04.0001 - Monitória - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0602685-81.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - A modalidade de citação editalícia, por ser via externa, deve ser utilizada quando esgotados todos os meios possíveis para a localização do réu. E conforme se encontra nos autos, restaram infrutíferos as pesquisas pelos sistemas de localização de endereço do requerido para que fosse realizada a sua citação pessoal, uma vez que este se encontra em lugar incerto e não sabido. Face ao exposto, DEFIRO o pedido de citação por edital nos termos do artigo 256 do CPC/2015. Por conseguinte, expeça-se edital de citação constando as advertências legais, o qual deverá ser publicado na plataforma de editais do Tribunal de Justiça do Amazonas, bem como no Diário de Justiça Eletrônico (parte final do art. 257, parágrafo único do NCPC), cujo prazo de divulgação deverá ser de 20 (vinte dias), conforme art. 257, III do NCPC. A expedição do edital ficará condicionada ao recolhimento das custas, nos termos da Portaria 116/2017, Tabela II, item f, no prazo de 5 dias. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: ROSEMARY LIMA RODRIGUES (OAB 2351/AM), ADV: ELIANE REIS BERNABÉU CÉSPEDES (OAB 4430/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: JUAN BERNABÉU CÉSPEDES (OAB 2595/AM) - Processo 0604512-35.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Sebastiao Teixeira Carneiro - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta ao sistema ERIDFT, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: PEDRO DE ARAÚJO RIBEIRO (OAB 6935/AM), ADV: FELIPE ANDRADE MONTEIRO (OAB 9954/AM), ADV: DOUGLAS RUI PESSOA REIS AGUIAR (OAB 11441/AM) - Processo 0606061-80.2013.8.04.0001 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: RC Recebíveis Ltda - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do ofício devolvido fl. 196, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0606849-55.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: HUMBERTO ROSSETTI PORTELA (OAB 91263/MG), ADV: JÚLIO DE CARVALHO PAULA LIMA (OAB A1149AM), ADV: MARIA FRANCIDEUZA DA COSTA (OAB 4256/AM), ADV: FRANCISCA THAYS COSTA ALEXANDRE (OAB 12452/AM) - Processo 0607473-41.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Supermercados DB Ltda - REQUERIDO: LÍRIO DO CAMPO COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGO E RELOJOARIA E JOALHERIA LTDA ME. (Nome Fantasia: BEM VESTIDA) e outro - I- Intime-se a Executada, por seu patrono (art. 854, §2º do NCPC), para se manifestar sobre a indisponibilidade dos ativos financeiros realizada pelo sistema BACENJUD, no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do art. 854, §3º do NCPC. II- Considerando o bloqueio parcial do valor do débito, manifeste-se a parte exequente sobre o prosseguimento do feito quanto ao saldo remanescente, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0607755-79.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - I- Intime-se a Executada, pessoalmente (art. 854, §2º do NCPC), para se manifestar sobre a indisponibilidade dos ativos financeiros realizada pelo sistema BACENJUD, no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do art. 854, §3º do NCPC. II- Intime-se a Parte Exequente para promover o pagamento das despesas correspondentes à expedição e à postagem de carta com Aviso de Recebimento, no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos da Portaria 116/2017-PTJ, disponibilizada no DJE de 24-01-2017. A expedição da carta de intimação fica condicionada à comprovação do recolhimento do valor das despesas. III- Considerando o bloqueio parcial do valor do débito, manifeste-se a parte exequente sobre o prosseguimento do feito quanto ao saldo remanescente, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0613638-70.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: INGRID FERNANDES GRANJA (OAB 7919/AM), ADV: PATRICIA LEITE PEREIRA DA SILVA (OAB 20695/DF), ADV: VASCO PEREIRA DO AMARAL (OAB 99A/AM), ADV: ELLEN KOHASHI DE FREITAS (OAB 6145/AM) - Processo 0615782-85.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Transação - EXEQUENTE: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial-SENAI/DN - EXECUTADO: IFER DA AMAZÔNIA LTDA - Por estas razões, de par com o entendimento das Câmaras Reunidas, DECLINO da minha competência para processar e julgar o julgar o presente feito em prol de uma das Varas da Fazenda Pública do Estado do Amazonas. Remetam-se os autos. Cumpra-se.

ADV: TAINAH OLÍMPIO GALAXE (OAB 7927/AM), ADV: ANIZIO ANTONIO SILVA DE CASTRO PAES (OAB 9777/AM), ADV: LUÍS FELIPE DE SOUZA REBÊLO (OAB 17593/PE), ADV:

MARISA TAVARES BARROS PAIVA DE MOURA (OAB 19613A/MA), ADV: MARISA TAVARES BARROS PAIVA DE MOURA (OAB 23647/PE), ADV: DANILO ANDRADE MAIA (OAB A1111/AM), ADV: JÚLIO CESAR GOULART LANES (OAB 46648/RS), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 685A/AM), ADV: FELIPE AFFONSO CARNEIRO (OAB 22593/DF) - Processo 0617939-60.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Raimundo Ely de Souza - REQUERIDO: Alves e Amorim Comércio de Veículos Ltda - General Motors do Brasil Ltda e outro - LITSPASSIV: ACE SEGURADORA S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s), para que tomem ciência da data de perícia marcada para o dia 26-09-2019, às 14h , no endereço Rua Campos do Jordão, nº 150, Bloco A-2, Apto 204. Condomínio Residencial Paulo VI, CEP 69067-250, Bairro Petrópolis, conforme informação do perito de fl. 868.

ADV: BRUNO ANDERSON MENDES AMÔEDO FERREIRA (OAB 11025/AM), ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB A1109/AM), ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB 1109A/AM) - Processo 0618714-75.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0612723-55.2016.8.04.0001) - Embargos à Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - EMBARGANTE: Carperessita da Silva Oliveira - EMBARGADO: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, XVII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que se manifestem sobre o laudo pericial, em conformidade com o art. 477, § 1º do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: OSWALDO TÁVORA BUARQUE NETO (OAB 5566/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: MANOEL PEDRO DE CARVALHO (OAB 4890/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: VIVIANE NUNES DE OLIVEIRA DA COSTA (OAB 8944/AM) - Processo 0619089-47.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: GILMAR SENA NOGUEIRA - REQUERIDO: AMAZONAS ENERGIA S/A - Vistos etc. GILMAR SENA NOGUEIRA ajuizou o presente Processo de Execução contra AMAZONAS ENERGIA S/A. Ocorre que, na forma do art. 924, II, do CPC, tratou o Executado de remir a execução (fls. 339-341). Ante o exposto, nos termos do 924, II, do CPC, JULGO EXTINTA a presente execução. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos, observando-se as cautelas legais. Expeça-se o competente Alvará para levantamento, na forma requerida. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

ADV: LUÍS GUSTAVO COLANZI (OAB 69839/PR), ADV: SANDOVAL FERNANDO CARDOSO DE FREITAS JÚNIOR (OAB 9321/AM) - Processo 0625249-83.2018.8.04.0001 - Monitória - Duplicata - REQUERENTE: Simbal Sp Industria de Moveis e Colchões Ltda - REQUERIDO: Picolli Comércio de Móveis e Representações Comerciais - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Autora para que se manifeste acerca do AR negativo em relação a intimação da empresa Transportes Carinhosos Ltda, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM), ADV: SÉRGIO ALBERTO CORRÊA DE ARAÚJO (OAB 3749/AM), ADV: JONNY CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 8340/AM), ADV: FUED CAVALCANTE SÊMEN NETO (OAB 10435/AM), ADV: NELSON DOS SANTOS ALE JÚNIOR (OAB 8507/AM) - Processo 0625576-28.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Kaele Ltda. - Kl Rent A Car - REQUERIDO: Antonio Silva Filho Comercial - Epp - Em conformidade com o art. 1º, X, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que apresente instrumento de mandato, regularizando a representação processual, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena do contido no art. 76, §1º do CPC.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0627516-62.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Seguro - REQUERENTE: Bradesco Saúde S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos recebido por terceiro, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0627898-55.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - I- Intime-se o Executado, pessoalmente (art. 854, §2º do NCPC), para se manifestar sobre a indisponibilidade dos ativos financeiros realizada pelo sistema BACENJUD, no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do art. 854, §3º do NCPC. II- Intime-se a Parte Exequente para promover o pagamento das despesas correspondentes à expedição e à postagem de carta com Aviso de Recebimento, no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos da Portaria 116/2017-PTJ, disponibilizada no DJE de 24-01-2017. A expedição da carta de intimação fica condicionada à comprovação do recolhimento do valor das despesas. III- Considerando o bloqueio parcial do valor do débito, manifeste-se a parte exequente sobre o prosseguimento do feito quanto ao saldo remanescente, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0629149-11.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Ex positis, INDEFIRO o pedido de citação editalícia, por não ter a parte demandante exaurido todos os meios para a localização da parte demandada, a fim de ser procedida a citação pessoal. INTIME-SE a parte demandante, para dar andamento ao feito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: JULIANA BRENA DOS SANTOS FONSECA (OAB 9331/AM) - Processo 0631754-56.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Ricardo Estefany Aquino de Souza - os termos do artigo 98 c/c 99, parágrafos 2º e 3º, ambos do NCPC. A teor do art. 300, do NCPC, a tutela provisória de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. No caso dos autos, porém, entendo que os documentos carreados à inicial, em análise sumária, não são capazes de induzir este juízo à concessão da medida pleiteada. Diante disso, INDEFIRO por ora a medida antecipatória de tutela provisória, sem prejuízo de posterior reanálise. Cite-se a Requerida por Carta de Citação Via Portal Eletrônico para, querendo, apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias, constando no expediente as advertências legais (NCPC, art. 335 c/c 344, respectivamente).

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0633126-11.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: MOISÉS SILVA DOS SANTOS (OAB 7940/AM), ADV: VIOLETA CRISTINA MUNIZ TEIXEIRA (OAB 8452/AM) - Processo 0633651-95.2014.8.04.0001 - Arresto - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: Gisele Rabelo Garcia - REQUERIDA: Gabriela Freitas Mendes de Andrade e outros - Face à inércia do devedor quanto ao cumprimento voluntário da obrigação, apesar de devidamente intimado, aplico-lhe multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da condenação, bem como, honorários de advogado no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito. DETERMINO a indisponibilidade dos ativos financeiros existentes em nome da executada GISELE RABELO GARCIA, inscrita no CPF-MF sob o nº 786.040.282-34, por meio do sistema BACENJUD (CPC, art. 854), limitando-se ao valor indicado na execução. A planilha de fl. 279 não pode ser aceita, visto que o cumprimento de sentença deve ser fiel ao título executivo, e,

neste não consta nenhuma condenação ao pagamento de juros contratuais. Intime-se a parte exequente para apresentar, no prazo de 15 (quinze) dias, o demonstrativo atualizado e discriminado de crédito. Cumpra-se.

ADV: LUCIVANE CARLA DA SILVA (OAB 10109/AM), ADV: JOÃO LÚCIO GALVÃO GONÇALVES (OAB 6614/AM) - Processo 0633684-46.2018.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Jander Lúcio Gonçalves Loureiro - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0634464-25.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: GLAIR MARIA ALVES DOS SANTOS VITAL (OAB 2515/AM) - Processo 0635453-55.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Revisão - REQUERENTE: Cleide Alves dos Santos - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO (OAB A700/AM), ADV: ANDRÉA CRISTINA DA COSTA LE SUEUR (OAB 6161/AM) - Processo 0636858-63.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Pelo exposto, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, ex vi do art. 485, IV, do CPC.

ADV: BENJAMIM SAUL BENCHIMOL (OAB 4902/AM), ADV: MARY MARUMY BASTOS TAKEDA (OAB 4107/AM), ADV: EUGÊNIO FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 3424/AM), ADV: CLEMENTE AUGUSTO GOMES (OAB 438/AM), ADV: JOSÉ AUGUSTO CELESTINO DE OLIVEIRA GOMES (OAB 3597/AM) - Processo 0636885-80.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Móvel - EXEQUENTE: Entec Máquinas e Equipamentos Ltda - EXECUTADO: Amazonas Engenharia e Instalações Ltda - Epp - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHÃES (OAB 5373/AM) - Processo 0638192-98.2019.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Despejo para Uso Próprio - REQUERENTE: Pedro Rodrigues de Sá - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca dos AR's juntados aos autos recebidos por terceiros, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0639003-92.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - Pelo exposto, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, ex vi do art. 485, IV, do CPC. Custas de lei recolhidas.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0639292-93.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Assim, converto a ordem injuntiva em executiva, no termos do art. 701, § 2º, do NCPC, consequentemente JULGO PROCEDENTE o pedido para declarar constituído de pleno direito em título executivo judicial o crédito da Autora referente às faturas vencidas e não pagas no período de 09/14 até 02/16, conforme planilha acostada à inicial. Condeno a Requerida em custas e honorários de advogado, os quais fixo neste ato no percentual de 20% (vinte por cento), sobre o valor da condenação (art. 86, parágrafo único, do NCPC), contando juros de mora a partir do transito em julgado (art. 85, §16, do NCPC) e correção monetária a partir do arbitramento. Fica desde já a parte Autora intimada para apresentar planilha atualizada do débito, devendo incidir correção monetária pelo INPC desde o vencimento de cada fatura e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês a partir da citação. À Secretaria para as diligências de praxe. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0641198-50.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Pan S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0642854-08.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Isto posto, estando devidamente comprovada a mora da Requerida, DEFIRO liminarmente a medida, com espeque no art. 3º do Decreto-Lei 911/69, para determinar a citação da Parte Requerida, para, no prazo de 15 dias, apresentar contestação, conforme está previsto nos parágrafos 3º e 4º do Decreto-Lei nº 911/69) e a busca e apreensão do bem acima descrito, no local onde for encontrado ou na residência da Ré, devendo para tanto, ser entregue ao Autor, mediante termo de apreensão, até decisão final. Após o cumprimento da medida, intime-se a Ré, para, querendo, no prazo de 5 dias, pagar a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados na inicial, sob pena de lhe ser aplicado o que está estabelecido no parágrafo 1º do art. 3º do referido Decreto-Lei. Para expedição do Mandado de Citação, Busca e Apreensão, promova o requerente o pagamento das diligências do Oficial de Justiça, no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos da Portaria 116/2017-PTJ, disponibilizada no DJE de 24-01-2017. A expedição de mandado fica condicionada à comprovação do recolhimento das custas. À Secretaria para as diligências de praxe.

ADV: MAYRA DE CASTRO MAIA FLORÊNCIO (OAB 11740/PB) - Processo 0643297-56.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Neila Cristina da Silva Lima e outros - Assim, sob à luz do entendimento das Câmaras Reunidas e da Lei Complementar 17/97, DECLINO de minha competência para processar e julgar o feito em prol de uma das Varas de Família. Remetam-se os autos com urgência.

ADV: ANDRÉA CRISTINA DA COSTA LE SUEUR (OAB 6161/AM), ADV: MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO (OAB A700/AM) - Processo 0643917-39.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: CARLOS DANIEL RANGEL BARRETTO SEGUNDO (OAB 5035/AM) - Processo 0644935-27.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Araújo e Araújo Comércio de Tintas Ltda. - A teor do art. 300, do NCPC, a tutela provisória de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. No caso dos autos, porém, entendo que os documentos carreados à inicial, em análise sumária, não são capazes de induzir este juízo à concessão da medida pleiteada. Diante disso, INDEFIRO por ora a medida antecipatória de tutela provisória, sem prejuízo de posterior reanálise. Cite-se a Requerida por Carta de Citação com Aviso de Recebimento para, querendo, apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias, constando no expediente as advertências legais (NCPC, art. 335 c/c 344, respectivamente).

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0645020-13.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Jerry Cascais de Lira - Haja vista a presunção de veracidade da alegação de insuficiência de recursos para arcar com as custas, despesas e honorários de advogado, defiro o benefício da gratuidade da justiça formulado na inicial nos termos do artigo 98 c/c 99, §§ 2º e 3º, ambos do CPC. Remetam-se os autos ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos - CEJUSC, a fim de que promova as diligências necessárias para a realização de perícia médica. Cite-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0646562-66.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Isto posto, estando devidamente comprovada a mora da Requerida, DEFIRO liminarmente a medida, com espeque no art. 3º do Decreto-Lei 911/69, para determinar a citação da Parte Requerida, para, no prazo de 15 dias, apresentar contestação, conforme está previsto nos parágrafos 3º e 4º do Decreto-Lei nº 911/69) e a busca e apreensão do bem acima descrito, no local onde for encontrado ou na residência da Ré, devendo para tanto, ser entregue ao Autor, mediante termo de apreensão, até decisão final. Após o cumprimento da medida, intime-se a Ré, para, querendo, no prazo de 5 dias, pagar a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados na inicial, sob pena de lhe ser aplicado o que está estabelecido no parágrafo 1º do art. 3º do referido Decreto-Lei. Para expedição do Mandado de Citação, Busca e Apreensão, promova o requerente o pagamento das diligências do Oficial de Justiça, no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos da Portaria 116/2017-PTJ, disponibilizada no DJE de 24-01-2017. A expedição de mandado fica condicionada à comprovação do recolhimento das custas. À Secretaria para as diligências de praxe.

ADV: NEIVA EVANGELISTA BARBOZA (OAB 3187/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: DANIELLE SALGADO FREIRE (OAB 5349/AM) - Processo 0707233-02.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta aos sistemas Infojud e Renjud, no prazo de 05 (cinco) dias.

Adriana Lo Presti Mendonça (OAB 3139/AM)
Adriane Cristine Cabral Magalhães (OAB 5373/AM)
Andréa Cristina da Costa Le Sueur (OAB 6161/AM)
Anizio Antonio Silva de Castro Paes (OAB 9777/AM)
Antônio Fabio Barros de Mendonça (OAB 2275/AM)
Arnoldo Bentes Coimbra (OAB 345/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Barbara Carol Maria Bretani Lameirão Roncolato (OAB 120794/SP)
Benjamim Saul Benchimol (OAB 4902/AM)
Bruno Anderson Mendes Amôedo Ferreira (OAB 11025/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Carlos Daniel Rangel Barretto Segundo (OAB 5035/AM)
Clemente Augusto Gomes (OAB 438/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Cristiane Galindo da Rocha (OAB 222831/SP)
Daniel Santos de Andrade (OAB 6733/AM)
Danielle Salgado Freire (OAB 5349/AM)
Danilo Andrade Maia (OAB A1111/AM)
Douglas Rui Pessoa Reis Aguiar (OAB 11441/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Eliane Reis Bernabéu Céspedes (OAB 4430/AM)
Ellen Kohashi de Freitas (OAB 6145/AM)
Eugênio Figueiredo Pinto de Andrade (OAB 3424/AM)
Felipe Affonso Carneiro (OAB 22593/DF)
Felipe Andrade Monteiro (OAB 9954/AM)
Francisca Thays Costa Alexandre (OAB 12452/AM)
Fued Cavalcante Sêmen Neto (OAB 10435/AM)
Glair Maria Alves dos Santos Vital (OAB 2515/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB 1065A/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Humberto Rossetti Portela (OAB 91263/MG)
ingrid fernandes granja (OAB 7919/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
ISABELLE RABELO CARÉSTO (OAB 9962/AM)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
João Lúcio Galvão Gonçalves (OAB 6614/AM)
Jonny Cleuter Simões Mendonça (OAB 8340/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Augusto Celestino de Oliveira Gomes (OAB 3597/AM)
José Augusto de Rezende Júnior (OAB 1109A/AM)
José Augusto de Rezende Júnior (OAB A1109/AM)
Juan Bernabéu Céspedes (OAB 2595/AM)
Juliana Brena dos Santos Fonseca (OAB 9331/AM)
Júlio Cesar Goulart Lanes (OAB 46648/RS)
Júlio de Carvalho Paula Lima (OAB A1149AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 685A/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Lucivane Carla da Silva (OAB 10109/AM)
Luís Felipe de Souza Rebêlo (OAB 17593/PE)
Luís Gustavo Colanzi (OAB 69839/PR)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 104147/MG)
Manoel Archanjo Dama Filho (OAB A700/AM)
Manoel Pedro de Carvalho (OAB 4890/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Maria Francideuza da Costa (OAB 4256/AM)
Marianne Albers (OAB 270436/SP)
Marisa Tavares Barros Paiva de Moura (OAB 19613A/MA)
Marisa Tavares Barros Paiva de Moura (OAB 23647/PE)
Mary Marumy Bastos Takeda (OAB 4107/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mayra de Castro Maia Florêncio (OAB 11740/PB)
Moisés Silva dos Santos (OAB 7940/AM)
Neiva Evangelista Barboza (OAB 3187/AM)
Nelson dos Santos Ale Júnior (OAB 8507/AM)
Oswaldo Távora Buarque Neto (OAB 5566/AM)
Patricia Leite Pereira da Silva (OAB 20695/DF)
Pedro de Araújo Ribeiro (OAB 6935/AM)
Pedro Lucas Portugal Al-Behy Kanaan (OAB 8587/AM)
Péricles Duarte de Souza Júnior (OAB 4808/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Rosemary Lima Rodrigues (OAB 2351/AM)
Sandoval Fernando Cardoso de Freitas Júnior (OAB 9321/AM)
Sérgio Alberto Corrêa de Araújo (OAB 3749/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Tainah Olímpio Galaxe (OAB 7927/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB 3696/AM)
Vasco Pereira do Amaral (OAB 99A/AM)
Violeta Cristina Muniz Teixeira (OAB 8452/AM)
Viviane Nunes de Oliveira da Costa (OAB 8944/AM)
Wellington de Amorim Alves (OAB 2993/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 13ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0225/2019

ADV: EDILAINE NOGUEIRA BRILHANTE (OAB 7246/AM), ADV: PEDRO HENRIQUE BRAZ SIQUEIRA (OAB 37996/DF) - Processo 0619111-08.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Transação - EXEQUENTE: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Departamento Nacional -SENAI/DF - Por estas razões, de par com o entendimento das Câmaras Reunidas, DECLINO da minha competência para processar e julgar o julgar o presente feito em prol de uma das Varas da Fazenda Pública do Estado do Amazonas. Remetam-se os autos. Cumpra-se.

ADV: ELLEN KOHASHI DE FREITAS (OAB 6145/AM), ADV: DOLORES GARCIA RODRIGUES (OAB 1027/AM), ADV: MÁRCIO BRUNO SOUSA ELIAS (OAB 12533/DF), ADV: ALESSANDRA NASCIMENTO S. F. MOURÃO (OAB 97953/SP), ADV: JOÃO PAULO MARQUES DOS SANTOS (OAB 9220/AM) - Processo 0624929-04.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contribuições para o SEBRAE, SESC, SENAC, SENAI e outros - REQUERENTE: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial-Departamento Nacional/SENAI-DN - REQUERIDO: Moto Honda da Amazônia Ltda. - Por estas razões, de par com o entendimento das Câmaras Reunidas, DECLINO da minha competência para processar e julgar o julgar o presente feito em prol de uma das Varas da Fazenda Pública do Estado do Amazonas. Remetam-se os autos. Cumpra-se.

ADV: RAFAEL SGANZERELA DURAND (OAB 10348A/MA) - Processo 0638169-31.2014.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Ante o retorno dos autos da Instância Superior, PROSSIGA o Autor no feito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, proceda à citação das partes requeridas. Intime-se.

Alessandra Nascimento S. F. Mourão (OAB 97953/SP)
Dolores Garcia Rodrigues (OAB 1027/AM)
Edilaine Nogueira Brilhante (OAB 7246/AM)
Ellen Kohashi de Freitas (OAB 6145/AM)
João Paulo Marques dos Santos (OAB 9220/AM)
Márcio Bruno Sousa Elias (OAB 12533/DF)
Pedro Henrique Braz Siqueira (OAB 37996/DF)
Rafael Sganzerela Durand (OAB 10348A/MA)

14ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 14ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0215/2019

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0001681-73.2007.8.04.0001 (001.07.001681-0) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Intime-se pessoalmente a Executada para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre o resultado da consulta, via sistema BACENJUD (fls. 137/138), tendo em vista a constrição dos valores. Antes do seu cumprimento, intime-se o Exequente, para, no prazo de 05 (cinco) doas, juntar aos autos comprovante de pagamento das despesas postais (Lei Estadual n° 4.408/2016 e a Portaria n° 116/2017 - PTJ). Cumpra-se.

ADV: PEDRO DE ARAÚJO RIBEIRO (OAB 6935/AM), ADV: BÁRBARA CARVALHO IPIRANGA (OAB 11424/AM), ADV: LÚCIA DE FÁTIMA LLANOS AGUIRRE (OAB 11948/AM), ADV: DOUGLAS RUI PESSOA REIS AGUIAR (OAB 11441/AM), ADV: ARENAIDE ROSA CRUZ DE LIMA PEREIRA (OAB 2589/AM), ADV: HIRLEY VERÇOSA DOS SANTOS (OAB 2591/AM), ADV: FELIPE ANDRADE MONTEIRO (OAB 9954/AM) - Processo 0006391-10.2005.8.04.0001 (001.05.006391-0) - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: RC Recebíveis LTDA - REQUERIDA: Gethal Amazonas S/A Ind Madeira Compensada - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: DAVID MATALON NETO (OAB 3934/AM), ADV: MAURIM LAMEIRA VERGOLINO (OAB 565A/AM), ADV: JOÃO RICARDO CHAMMA DAS NEVES FILHO (OAB 5889/AM), ADV: JÚLIO CÉSAR DE ALMEIDA (OAB 001.191/AM) - Processo 0025894-80.2006.8.04.0001 (001.06.025894-3) - Cumprimento de sentença - Adjudicação Compulsória - REQUERENTE: Julio Cesar de Almeida - REQUERIDA: Soterra Construtora e Imobiliaria Ltda. - Pelo exposto, conheço dos presentes embargos de declaração, porque deduzidos a tempo e a modo, e lhes DOU PARCIAL PROVIMENTO para suprir a omissão no sentido de deferir a tramitação prioritária por idade nos termos do Estatuto do Idoso e indeferir o pedido de gratuidade judiciária, nos termos da fundamentação. Mantenho incólume as demais disposições da decisão. À Secretaria para inclusão da respectiva tarja no cadastro da ação no SAJ. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MIKAÉLE KLOPPEL SILVA (OAB 35961/SC), ADV: ANGÉLICA MARIA MONTEIRO DUARTE (OAB 2659/AM), ADV: GLENDA ALVES TAVARES DE MELO (OAB 4218/AM) - Processo 0041867-12.2005.8.04.0001 (001.05.041867-0) - Cumprimento de sentença - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Ronaldo Pereira Da Silva - REQUERIDA: Vivo - Norte Brasil Telecon S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do comprovante de depositos de folhas antecedentes, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ALBERTO SIMONETTI C. NETO (OAB 002.599/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO RIBEIRO SIMONETTI CABRAL (OAB 3725/AM) - Processo 0044850-47.2006.8.04.0001 (001.06.044850-5) - Processo de Execução - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: Editora Crata LTDA - determino a intimação do Exequente, para, no prazo de 05 (cinco) dias, juntar aos autos memória de cálculo da dívida, com o abatimento das prestações pagas pela Executada. Juntada a respectiva planilha, dê-se vista à Executada para manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias. Após as diligências e manifestações, voltem-me os autos conclusos para deliberações. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0203264-94.2016.8.04.0001 (processo principal 0309816-35.2006.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - EXEQUENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Feito em fase de cumprimento de sentença em caráter definitivo. Considerando o pedido formulado pelo requerente (fl. 229), determino o arquivamento dos autos, dando-se baixa no SAJ. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: FABRÍCIO NEDEL SCALZILLI (OAB 44066/RS), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: INGRID NEDEL SPOHR SCHMITT (OAB 68625/RS), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM), ADV: GEORGETHE DE SOUZA RIBEIRO (OAB 7792/AM), ADV: RAPHAELA BATISTA DE OLIVEIRA (OAB 9169/AM), ADV: RIGONEY SARAIVA AMORIM (OAB 13582/AM), ADV: GERMANO COSTA ANDRADE (OAB 2835/AM), ADV: RENNALT LESSA DE FREITAS (OAB 8020/AM), ADV: ADRIANNE SANCHES SOARES DA SILVA (OAB 8595/AM), ADV: SAMARA SANTOS DOS SANTOS (OAB 7732/AM) -

Processo 0203661-95.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Maria do Socorro Campos Levy e outro - REQUERIDA: Patri Onze Empreendimentos Imobiliarios Ltda - Global Empreedimentos Imobiliários Ltda - Diante disso, sem prejuízo da fase processual em que se encontram os autos - a qual será mantida na hipótese de ser frustrada a tentativa de composição - designo a audiência extraordinária de conciliação para o dia 04/11/2019, às 15 horas, na sede deste Juízo. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0205596-73.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, de ordem, intimo a parte executada para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar impugnação ou recurso (art. 1º da Resolução do CNJ n.º 68, de 3/05/2018) acerca da transferência dos valores bloqueados.

ADV: RODRIGO DA SILVA COSTA (OAB 5386/AM), ADV: PEDRO PAES DA COSTA (OAB 1347/AM), ADV: JOSÉ PAULO FERREIRA (OAB 183/AM) - Processo 0210005-29.2011.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento - Locação de Imóvel - REQUERENTE: JFDD Participações e Administração Ltda - REQUERIDA: Proview Eletrônica do Brasil Ltda e outro - Tendo em vista que a intimação por via postal não atingiu sua finalidade, vez que foi recebida por terceiro, determino a intimação do administrador judicial por oficial de justiça para sanar o defeito de representação apontado (fls. 110 e 125). Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: PEDRO NORONHA MONSALVE JÚNIOR (OAB 10511/AM), ADV: BRUNA ROBERTA CARDOSO MINHOTO (OAB 356898/SP), ADV: GABRIEL TOSETTI SILVEIRA (OAB 252852/SP) - Processo 0216243-20.2018.8.04.0001 (processo principal 0639103-18.2016.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Carrefour Comércio e Indústria Ltda. - REQUERIDO: Cláudio Pereira Parente Neto - Defiro o pedido de fls. 116/118. Expeça-se novo mandado de despejo, em cumprimento ao despacho de fl. 51, observando-se o endereço indicado às fls. 116/118. Antes do seu cumprimento, fica o Requerente intimado para, no prazo de 05 (cinco) dias, juntar ao feito comprovante de pagamento das custas do oficial de justiça (Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ). Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: SÉRGIO AUGUSTO GRAÇA CAVALCANTE (OAB 4895/AM) - Processo 0217370-71.2010.8.04.0001 (001.10.217370-3) - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Márcia Raquel Cavalcante Guimarães - determino a intimação da requerente, por seus patronos habilitados, para, no prazo de 05 (cinco) dias, juntar aos autos o comprovante de pagamento das despesas postais, para fins de citação e regular prosseguimento do feito, conforme despacho de fl. 228, sob as penas da lei. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ALEXANDRE DE ALMEIDA (OAB 43621/RS), ADV: ALEXANDRE DE ALMEIDA (OAB 341167/SP), ADV: ELISÂNGELA PEREIRA DANIEL (OAB 5725/AM), ADV: JABSON DA SILVA CÉO (OAB 5803/AM), ADV: NAURA MARIA DA SILVA PINHEIRO (OAB 5665/AM) - Processo 0234765-76.2010.8.04.0001 (001.10.234765-5) - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Banco Santander Brasil S/A - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados NPL I - EXECUTADO: Manoel Rubens Rocha Rodrigues - retifico a decisão de fl. 211 e determino que a Secretaria consulte o saldo atualizado dos valores depositados; em caso positivo, expeça-se o respectivo alvará em favor do executado Manoel Rubens Rocha Rodrigues, na forma requerida às fls. 41/43. Por oportuno, intime-se a exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, indicar bens passíveis de penhora, sob pena de arquivamento provisório do feito, nos termos do art. 921, III, do CPC. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: FERNANDO MEDEIROS COSTA (OAB 23077/CE), ADV: OLAVO ALMEIDA FREIRE (OAB 14312/CE), ADV: CARLOS FERNANDO SIQUEIRA CASTRO (OAB 672A/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM) - Processo 0240174-33.2010.8.04.0001 (001.10.240174-9) - Cumprimento de sentença - Duplicata - REQUERENTE: Consórcio Rio Negro - REQUERIDA: Magna Locações Ltda - defiro o pleito de fls. 348/349. Determino a transferência de R$ 9.377,77 (nove mil, trezentos e setenta e sete reais e setenta e sete centavos) para conta deste juízo vinculada ao presente feito e, após consulta da Secretaria, expeça-se ofício ao Banco Caixa Econômica, agência 3205, para determinar a realização da transferência dos respectivos valores (R$ 9.377,77 - nove mil, trezentos e setenta e sete reais e setenta e sete centavos) para conta indicada pelo exequente às fls. 348/349, satisfazendo-se a dívida. No que se refere ao saldo remanescente constrito (fls. 342/344), determino seu desbloqueio, liberando-os à empresa executada, observando-se as formalidades legais. Após o cumprimento das diligências, intimem-se as partes para, no prazo de 05 (cinco) dias, pleitear o que entenderem de direito. Decorrido prazo sem irresignação, baixem-se e arquivem-se os autos, com as cautelas de praxe. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: JULIANA FARIAS RODRIGUES (OAB 3797/AM) - Processo 0241675-85.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento de fls. 155, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: GILBERTO LUIZ VALENTE RODRIGUES FILHO (OAB 229958/SP), ADV: DANIEL ROCHA SARAIVA (OAB 27252/DF) - Processo 0245791-71.2010.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compra e Venda - REQUERENTE: Sérgio Manfredo Vieira e outro - REQUERIDO: Walmir Ferreira da Rocha e outro - Aguarde-se o desfecho dos embargos à execução em apenso. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: PEDRO DE QUEIROZ CÓRDOVA SANTOS (OAB 730A/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: GABRIEL PRATES DONATO LOPES (OAB 6742/AM), ADV: PAULINE CHÍXARO VOSS (OAB 6648/AM), ADV: ANA LÚCIA DE SOUZA NOGUEIRA (OAB 5054/AM), ADV: JOSÉ RAIMUNDO DO BONFIM (OAB 6579/AM), ADV: SIGRID LIMA ARAÚJO (OAB 4574/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM) - Processo 0255104-27.2008.8.04.0001 (001.08.255104-0) - Cumprimento de sentença - REQUERENTE: Luiz Gonzaga Queiroz Menezes - REQUERIDA: W. G. Eletron S.A. - Unicard Banco Múltiplo S.A - determino a devolução dos autos dos autos à Contadoria para elaboração da memória de cálculo atualizada, observado os termos fixados em despacho de fl. 302. Apresentado o cálculo, dê-se vista às partes para manifestação em 15 (quinze) dias. Cumpridas as diligências acima, voltem-me os autos conclusos para deliberar sobre as impugnações. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0267059-50.2011.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Após o trânsito em julgado, dê-se a devida baixa no SAJ, no setor de Distribuição e arquivem-se estes autos, observadas as cautelas de praxe. P. R. I.C.

ADV: MILTON ANTÔNIO RIVERA REYES (OAB 9851/AM), ADV: JOSÉ PAULO FERREIRA (OAB A183/AM), ADV: SÉRGIO RICARDO PEREIRA DE SALES (OAB 8927/AM), ADV: RAIMUNDO AZEVEDO PEREIRA (OAB 2186/AM), ADV: JOSE FALABELLA NETTO (OAB 002.899/AM) - Processo 0327106-29.2007.8.04.0001 (001.07.327106-4) - Reintegração / Manutenção de Posse - Posse - REQUERENTE: Maleliel Pereira da Silva - REQUERIDO: Almicar Antonio Aguilar - Pelo exposto, NÃO CONHEÇO dos presentes embargos de declaração por entender que não foi demonstrada a existência de vício na decisão atacada, carecendo a espécie

de seus requisitos para admissibilidade. Noutro giro, verifico que a decisão dos embargos de declaração anterior possui equívoco quanto ao nome do recorrente (fls. 235/238), o que foi apontado pelo próprio embargante (fl. 241), pelo que, no exercício da permanente função saneadora, chamo o processo à ordem para retificar tão somente o nome do embargante para que conste nome correto, qual seja, Maleliel Pereira da Silva. P. R. I. C.

ADV: CAROLINA DE PAULA LINS (OAB 5013/AM), ADV: ROSA OLIVEIRA DE PONTES (OAB 4231/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 685A/AM), ADV: RAIMUNDO NONATO FERNANDES JÚNIOR (OAB 4878/AM), ADV: RAIMUNDO NONATO FERNANDES JÚNIOR (OAB 4878/AM) - Processo 0334268-75.2007.8.04.0001 (001.07.334268-9) - Procedimento Comum Cível - Obrigações - REQUERENTE: Raimundo Nonato Fernandes - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - A XIV Semana Nacional de Conciliação será realizada no período de 04 a 08 de novembro de 2019 por determinação do CNJ e observados os termos da Portaria n°96/2019 - CGJ/AM. Pois bem, no presente feito a pretensão autoral versa sobre direitos materiais disponíveis a admitir transação judicial para por fim ao litígio. Diante disso, sem prejuízo da fase processual em que se encontram os autos - a qual será mantida na hipótese de ser frustrada a tentativa de composição - designo a audiência extraordinária de conciliação para o dia 05/11/2019, às 10:30 horas, na sede deste Juízo. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: FREDERICO MORAES BRACHER (OAB 7311/AM), ADV: CAROLINNE SILVA MORESCHI (OAB 13761/AM), ADV: MARCO ANTÔNIO SHIGESHI KOBA (OAB 4477/AM), ADV: JOSÉ ARTUR POZZETTI (OAB 9707/AM) - Processo 0357974-87.2007.8.04.0001 (001.07.357974-3) - Cumprimento de sentença - Obrigações - REQUERENTE: Joao Bosco de Oliveira - REQUERIDA: Skymaster Air Lines Ltda - Antes de decidir acerca da manifestação do requerido (fls. 756/814) é necessário elucidar-se a dúvida trazida aos autos quanto à propriedade do bem penhorado anteriormente e à exitência de outras constrições sobre o aludido imóvel, razão pela qual determino a intimação do réu para, no prazo de 15 (quinze) dias, colacionar aos autos certidão atualizada do registro imobiliário do bem imóvel que foi penhorado em cumprimento à carta precatória (fls.432/438); bem como para, em igual prazo, manifestar-se sobre a notícia de existência de outras penhoras sobre o aludido imóvel, esclarecendo a data da ocorrência e o valor dos débitos. Apresentada a documentação, dê-se vista ao requerente para manifestação em igual prazo. Por conseguinte, diante da necessidade de esclarecimentos que demandam lapso temporal até a decisão quanto à manifestação do réu e a reversibilidade da medida de constrição, a fim de resguardar a presente fase executiva e de evitar a possibilidade de perda do objeto da penhora, em garantia à eficácia jurisdicional, determino à Secretaria que adote as diligências necessárias para a penhora de crédito da requerida no processo n°0602668-45.2016.8.04.0001, conforme a decisão constante do presente caderno processual (743/744). Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: KELLY ANNE CORRÊA DE OLIVEIRA (OAB 9330/AM), ADV: KELLY OLIVEIRA - SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 9330/AM) - Processo 0600697-20.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Antonio Miranda de Almeida - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que tomem ciência da audiência de Conciliação - CEJUSC - Cível, designada para o dia 26/09/2019 às 09:00h, a ser realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania no 4º Andar /Setor 01 do Fórum de Justiça Henoch Reis - Telefone: (92) 3303-5246.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0601308-07.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Considerando as informações do A.R. de fl. 111 ("não procurado"), expeça-se nova carta de citação, observando-se o endereço não diligenciado (fl. 111). Cumpra-se.

ADV: SUELLEN APARECIDA DE CARVALHO BELASQUE (OAB 811A/AM) - Processo 0603105-81.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amancio e Azevedo Serviços Contabeis Ltda Epp - Após o trânsito em julgado, proceda-se à baixa no SAJ e arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P. R. I. C.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0603760-87.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM) - Processo 0604830-08.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trabalho - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados, levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM) - Processo 0605374-35.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Pelo exposto, NÃO CONHEÇO dos presentes embargos de declaração por entender que não foi demonstrada a existência de contradição na decisão atacada, carecendo a espécie de seus requisitos para admissibilidade. P. R. I. C.

ADV: HELEN SUSANE MACHADO DE MIRANDA (OAB 7627/AM), ADV: BONIEK PEREIRA DA SILVA (OAB 8303/AM), ADV: ANNABELLE DE OLIVEIRA MACHADO (OAB 4419/AM), ADV: PÔLLY WEUDSON FERNANDES DE SOUZA (OAB 1588/RR), ADV: PAULO SÉRGIO LOPES GONÇALVES (OAB 281005/SP), ADV: EDER AUGUSTO DOS SANTOS PICANÇO (OAB 10396/PA) - Processo 0605787-77.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco da Amazônia S/A - indefiro o pedido de arresto, via BACENJUD, vez o exequente não logrou comprovar que esgotou todos os meios de citação. Noutro giro, considerando que as tentativas de citação por via postal e por oficial de justiça foram frustradas e que a pesquisa de endereço, via INFOJUD, RENAJUD e BACENJUD, retornou endereços nos quais os executados não foram encontrados, conforme demonstrado pelo exequente, foram atendidos os requisitos do art. 256, II e §3°, e do art. 257, I, ambos do CPC. Diante disso, defiro o pedido de citação por edital, no prazo de 20 (vinte) dias, adotando-se as medidas necessárias ao cumprimento desta decisão. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: INDIANA CARDOSO MACHADO (OAB 10016/AM), ADV: DANIELLE AMORIM BATISTA DOS SANTOS (OAB 7109/AM), ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 469A/AM), ADV: AGASSIZ RUBIM DA SILVA REIS FILHO (OAB 6552/AM), ADV: NATHACHA CAMARA DE ALBUQUERQUE (OAB 12164/AM), ADV: JUAN PABLO FERREIRA GOMES (OAB 7716/AM), ADV: AFFIMAR CABO VERDE (OAB 229A/AM), ADV: AFFIMAR CABO VERDE FILHO (OAB A229/AM), ADV: MOYSÉS ROBERTO GEBER CORRÊA (OAB 5678/AM), ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM) - Processo 0606289-16.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Paulo Cesar Feijão Silveira - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Cartório do 1º Ofício do Protestos de Letras de Manaus/AM (novo endereço) - A XIV Semana Nacional de Conciliação será realizada no período de 04 a 08 de novembro de 2019 por determinação do CNJ e observados os termos da Portaria n°96/2019 - CGJ/AM. Pois bem, no presente feito a pretensão autoral versa sobre direitos materiais disponíveis a admitir transação judicial para por fim ao litígio. Diante disso, sem prejuízo da fase processual em que se encontram os autos - a qual será mantida

na hipótese de ser frustrada a tentativa de composição - designo a audiência extraordinária de conciliação para o dia 07/11/2019, às 10:00 horas, na sede deste Juízo. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: PEDRO LUIZ MÁXIMO (OAB 511A/AM), ADV: PAULA AUGUSTA CARVALHO DE LIMA (OAB 6313/AM), ADV: JULIANA RITA GOMES DA SILVA (OAB 14001/AM), ADV: JOÃO RODRIGO AUGUSTO DA SILVA JUNIOR (OAB 8650/AM) - Processo 0606708-41.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Revisão do Saldo Devedor - REQUERENTE: MARIA EMILIA MALVEIRA GOMES - REQUERIDO: CIVILCORP INCORPORAÇÕES LTDA - Após o trânsito em julgado, dê-se baixa no SAJ e arquivem-se os presentes autos. P. R. I. C.

ADV: RICARDO PINHEIRO DA COSTA (OAB 7952/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0607389-35.2019.8.04.0001 - Embargos à Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - EMBARGANTE: Santo Anatólio Empreendimentos Imobiliários Ltda. - EMBARGADO: Condomínio Residencial Life Parque 10 - "Cite-se o embargado para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar defesa aos termos da presente demanda. À Secretaria para que proceda ao apensamento dos presentes autos aos da Ação de Execução, processo n° 0636700-08.2018.8.04.0001. Intime-se. Cumpra-se. "

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: BRENNO CAZEMIRO CÂMARA (OAB 13168/AM) - Processo 0607905-55.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Bradesco Saúde S/A - REQUERIDO: Am Comercio de Artigos para Festas Ltda. (Nome Fantasia: Palácio das Festas) - Diante disso, sem prejuízo da fase processual em que se encontram os autos - a qual será mantida na hipótese de ser frustrada a tentativa de composição - designo a audiência extraordinária de conciliação para o dia 08/11/2019, às 14:30 horas, na sede deste Juízo. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: RUTH GONÇALVES PINTO (OAB 8398/AM), ADV: ROBERTO TRIGUEIRO FONTES (OAB 692A/AM), ADV: ERIK LORENZZO MARINHO DA SILVA (OAB 4944/AM) - Processo 0608125-24.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Klinger Matos Valente e outro - REQUERIDO: Alphaville Manaus Empreendimentos Imobiliários Ltda e outro - Após o trânsito em julgado, dê-se baixa no SAJ, no setor de Distribuição e arquivem-se estes autos, observadas as cautelas de praxe. P. R. I. C.

ADV: RAFAEL PANTOJA DE OLIVEIRA (OAB 10063/AM) - Processo 0611352-51.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: L L Soluções Técnicas Construções Projetos e Rep. Materiais de Constr. Ltda Me - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 04/12/2019 às 09:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 30 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: PAULO ADALTO COSTA DE ALMEIDA (OAB 5465/AM), ADV: ARAMIS PEREIRA JÚNIOR (OAB 7463/AM), ADV: JAMILA MARINHO CHEHAD BARBOSA (OAB 2950/AM) - Processo 0611386-36.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Briza Claudiamara Rego Rocha - Ildefonso Rocha de Souza - REQUERIDO: Premium Engenharia e Construções Ltda - Intimem-se os exequentes para, no prazo de 05 (cinco) dias, juntar aos autos o demonstrativo discriminado e atualizado de crédito, nos termos do art. 524 do CPC. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB A1109/AM) - Processo 0612716-63.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ANA CRISTINA DA SILVEIRA GOMES DE FREITAS (OAB 5763/AM) - Processo 0613749-83.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Energia Elétrica - REQUERENTE: Geraldo Gomes Moreira - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Diante disso, sem prejuízo da fase processual em que se encontram os autos - a qual será mantida na hipótese de ser frustrada a tentativa de composição - designo a audiência extraordinária de conciliação para o dia 08/11/2019, às 10:30 horas, na sede deste Juízo. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: RENI ALVES TEIXEIRA LIMA (OAB 3910/AM), ADV: VICTOR ALBERTO GRAÇA LINS (OAB 10562/AM), ADV: ISRAEL PAIVA MARTINS OLIVEIRA (OAB 7033/AM) - Processo 0614349-80.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: EXÓTICA EXTRATIVISTA LTDA - EXECUTADO: Fabril Romana Ltda - Me - intime-se pessoalmente a Executada para, no prazo de 15 (quinze) dias, constituir novo patrono, bem como se manifestar sobre a petição e documentos de fls. 187/191, sob as penas da lei. Caso a parte não possua cadastro para fins de intimação eletrônica e, ainda, considerando que se trata de inércia do litigante, bem como diante da necessidade de impulsionamento do feito, o recolhimento das despesas postais de que tratam a Lei Estadual n° 4.408/2016 e a Portaria n° 116/2017 - PTJ deverá ser efetuado em momento posterior à expedição da carta, ficando a parte incumbida de cumprir a respectiva obrigação na primeira oportunidade em que se manifestar nos autos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM), ADV: ÉRICO CABOCLO DE MACEDO (OAB 7685/AM) - Processo 0614363-25.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDA: Ana Carolina Pas Salomao - Pelo exposto, conheço dos presentes embargos de declaração, porque deduzidos a tempo e a modo, e lhes DOU PROVIMENTO para suprir as omissões apontadas para, igualmente, condenar o requerente ao pagamento de honorários de sucumbência em favor do patrono da requerida no percentual de 10% (dez por cento) do valor do débito apontado na petição inicial; bem como suspender a exigibilidade das verbas de sucumbência em relação à ré por ser beneficiária da gratuidade judiciária. Mantenho incólume as demais disposições da sentença. P. R. I.

ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: JAMILA MARINHO CHEHAD BARBOSA (OAB 2950/AM) - Processo 0614569-73.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Construbase Engenharia Ltda - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM), ADV: AFRÂNIO AZEVEDO PEREIRA (OAB 4434/AM), ADV: CÉLIO ANTÔNIO SZLACHTA (OAB 6260/AM), ADV: LEANDRO SOUZA BENEVIDES (OAB 123979/RJ), ADV: LEANDRO SOUZA BENEVIDES (OAB 491A/AM), ADV: HENRIQUE FRANÇA RIBEIRO (OAB 7080/AM), ADV: BRUNO GIOTTO GAVINHO FROTA (OAB 301487/SP), ADV: PAULO VICTOR VIEIRA DA ROCHA (OAB 231839/SP), ADV: ADRIANO DE OLIVEIRA LEITE (OAB 4609/AM), ADV: CÉSAR ITUASSU DA SILVA NETO (OAB 9506/AM), ADV: LILIAN KAREN DE SOUZA (OAB 167344/MG), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0615115-31.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Telefonia - LITSATIVO: Arcoma da Amazônia Industria e Comércio Ltda. - Arc Engenharia Ltda. - REQUERIDO: Claro S/A - Vista ao requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se acerca do pedido de reserva de honorários (fls. 372/377). Após, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: SUZEL MARIA REIS ALMEIDA CUNHA (OAB 139210/SP), ADV: JOÃO PAULO ALVES JUSTO BRAUN (OAB 184716/SP), ADV: BAUDÍLIO GONZALEZ REGUEIRA (OAB 139684/SP), ADV: BRUNO BENEVIDES FERREIRA (OAB 8632/AM), ADV: FERNANDO DA SILVA LIMA (OAB 9218/AM), ADV: ELAINE FIGUEIRÓ DA SILVA (OAB 301602/SP), ADV: TEREZA CRISTINA LEÃO JOSÉ (OAB 261818/SP) - Processo 0616202-56.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Créditos / Privilégios Marítimos - REQUERENTE: A. P. MØLLER - MAERSK A/S, neste ato representada por MAERSK BRASIL (BRASMAR) LTDA - Defiro o pedido de fls. 276/277. Proceda-se à pesquisa ao sistema BACENJUD, juntando-se aos autos os respectivos recibos. Antes do seu cumprimento, intime-se a requerente, para, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar o recolhimento das despesas de processamento eletrônico (BACENJUD), conforme Lei Estadual n° 4.408/2016 e Portaria n° 116/2017 - PTJ, sob as penas da lei. Retornando resposta positiva com novo endereço, intime-se a requerente para proceder ao recolhimento das despesas postais, no prazo de 05 (cinco) dias, sob as penas da lei. Em caso de juntada do comprovante, remetam-se os autos ao CEJUSC para designar nova data para a realização de audiência de conciliação, expedindo-se a respectiva carta de citação, observando-se os termos do despacho de fl. 171. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0616757-44.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: BANCO BRADESCO S. A. - Após o trânsito em julgado, dê-se a devida baixa no SAJ, no setor de Distribuição e arquivem-se estes autos, observadas as cautelas de praxe. P. R. I.C.

ADV: EDUARDO BONATES DE LIMA (OAB 5076/AM), ADV: CARLOS DANIEL RANGEL BARRETTO SEGUNDO (OAB 5035/AM) - Processo 0617159-52.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Despejo para Uso Próprio - REQUERENTE: Caa - Comércio Amazonense de Alumínio Ltda. - Defiro o pedido de fl. 67. Proceda-se à pesquisa ao sistema INFOJUD, juntando-se aos autos os respectivos recibos. Retornando resposta positiva com novo endereço, expeça-se o respectivo mandado de citação, sem ônus à demandante por ser beneficiária da gratuidade da justiça (fls. 38/39). Reversamente, retornando resposta negativa da pesquisa acima aludida, fica a parte autora intimada para, no prazo legal, providenciar a citação, sob as penas da lei. À Secretaria para que adote as diligências necessárias para inserir a tarja de justiça gratuita (decisão, fls. 38/39). Intime-se. Cumpra-se.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0617359-35.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Pelo exposto, conheço dos presentes embargos de declaração, porque deduzidos a tempo e modo, porém lhes NEGO PROVIMENTO por entender que não ocorreu contradição, nem omissão na decisão atacada, mantendo incólume os termos da sentença prolatada. P. R. I.C.

ADV: SÉRGIO EDUARDO GOMES SAYAO LOBATO (OAB 28362/RS) - Processo 0618282-85.2019.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Brasil Norte Bebidas Ltda - Trata-se de Ação Monitória. Da análise da petição inicial, entendo que foram preenchidos os requisitos dos arts. 319, 320 e art. 700, §2°, todos do CPC, estando a exordial instruída com a documentação comprobatória do débito. Diante disso, determino a citação para pagamento da importância reclamada e dos honorários advocatícios, fixados em 5% (cinco por cento) do valor da causa no prazo de 15 (quinze) dias, consoante dispõe o art. 701, caput, do CPC. Fica o requerido advertido de que será constituído o título executivo judicial se não forem opostos embargos no prazo supramencionado, conforme o §2° do aludido dispositivo legal. Registre-se, ainda, que o requerido ficará isento das custas processuais se ocorrer o pagamento no mesmo prazo. Caso o requerido não possua cadastro para fins de citação eletrônica, intime-se o requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar o recolhimento das despesas postais, conforme a Lei Estadual n° 4.408/2016 e a Portaria n° 116/2017 - PTJ; e, com a comprovação, expeça-se a respectiva carta. De arremate, na hipótese do réu não ser encontrado no endereço declinado na peça de ingresso, fica autorizada a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, INFOJUD. Após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa requerida, renove-se a citação. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ANDRÉ NIETO MOYA (OAB 235738/SP) - Processo 0618721-67.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Banco Bradesco Cartões S/A - Indefiro o pleito de fl. 123, pois a citação da empresa ré deverá ocorrer "na pessoa do seu representante legal" e/ou sócio-administrador da empresa com poderes. Diante disso, considerando que, pelo princípio da cooperação, previsto no art. 6º, do CPC, tanto as partes quanto o Juiz que preside o feito devem atuar em conjunto para alcançar uma decisão justa; bem como que a eficiência da prestação jurisdicional está atrelada à duração razoável do processo, cujo objetivo principal é a estabilização das relações jurídicas, consoante o art. 4º, do CPC, em observância ao disposto no art. 317 do CPC, determino a intimação do requerente, por seus patronos habilitados nos autos, para, no prazo de 05 (cinco) dias, informar o endereço da requerida, para fins de citação, sob as penas da lei. Por oportuno, em caso de o requerente informar, no prazo acima aludido, o endereço do sócio (representante legal), juntar ao feito documento que comprovante esta qualidade. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM) - Processo 0619521-32.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0614415-89.2016.8.04.0001) - Procedimento Comum Cível - Protesto Indevido de Título - REQUERENTE: Real Bebidas da Amazonia Ltda - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: LUIZ GUSTAVO BARBOSA DE SOUZA FRANÇA (OAB 9528/AM), ADV: ANDERSON LINCOLN VITAL DA SILVA (OAB 8525/AM) - Processo 0619737-61.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Usufruto - EXEQUENTE: Coencil - Construçoes e Empreendimentos Civis Ltda - defiro o pedido de citação por edital, no prazo de 20 (vinte) dias, adotando-se as medidas necessárias ao cumprimento desta decisão. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB A1109/AM), ADV: TAMARA JESSICA NEVES FERREIRA (OAB 12363/AM), ADV: TAMARA JÉSSICA NEVES FERREIRA (OAB 12363/AM) - Processo 0619937-97.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDA: Joana Maria Vieira Marques - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: DÉCIO FLÁVIO GONÇALVES TORRES FREIRE (OAB 697A/AM), ADV: SOLON ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3338/AM), ADV: BASSLA MARINHO ABDEL AZIZ (OAB 13568/AM) - Processo 0620395-12.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Churrascaria Búfalo Churrascaria Búfalo Ltda - sem prejuízo da fase processual em que se encontram os autos - a qual será mantida na hipótese de ser frustrada a tentativa de composição - designo a audiência extraordinária de conciliação para o dia 05/11/2019, às 10 horas, na sede deste Juízo. À Secretaria para anotação do nome dos advogados da requerida (fls. 96/97). Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0620640-57.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados, levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: FABRÍCIO ARTEIRO DE PAIVA (OAB 11185/AM), ADV: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO (OAB 89774/SP) - Processo 0620906-78.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: Edson Luis Escher - Intime-se o Requerente, por seu advogado habilitado nos autos, para, no prazo de 05 (cinco) dias, informar sobre o cumprimento do acordo firmado às fls. 50/55, podendo pleitear o que entender de direito. Cumpra-se.

ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 15474A/CE), ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 149225/SP), ADV: EDUARDO JOSÉ BORGES GUERRA (OAB 5188/AM), ADV: EDNEY MARTINS GUILHERME (OAB 177167/SP), ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM), ADV: IRLANE LIMA DE OLIVEIRA ARAÚJO (OAB 7784/AM), ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB 21974CE/A) - Processo 0621521-73.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - REQUERIDO: IVO PEREIRA DA CRUZ - Defiro, em parte, o pedido de fl. 101. Proceda-se à pesquisa ao sistema INFOJUD, juntando-se aos autos os respectivos recibos. Por oportuno, indefiro a consulta ao INFOSEG por estar indisponível a este magistrado. Antes do seu cumprimento, intime-se a requerente, para, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar o recolhimento das despesas de processamento eletrônico (INFOJUD), conforme Lei Estadual n° 4.408/2016 e Portaria n° 116/2017 - PTJ, sob as penas da lei. Retornando resposta positiva com novo endereço, intime-se a requerente para proceder ao recolhimento das custas de oficial de justiça, no prazo de 05 (cinco) dias, sob as penas da lei; em caso de juntada do comprovante, expeça-se o respectivo mandado de intimação para cumprimento da medida liminar. Reversamente, retornando resposta negativa da pesquisa acima aludida, fica a parte autora intimada para, no prazo legal, providenciar o regular prosseguimento do feito, sob pena de baixa no SAJ, conforme decisão de fl. 80. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0623885-42.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Raimunda Neuta Gomes da Silva - Defiro o pleito de fl. 90. Remetam-se os autos ao CEJUSC para designar nova data para a realização de audiência de conciliação, observando-se os termos da decisão de fls. 59/61. Por oportuno, determino a expedição da respectiva carta de citação, no novo endereço indicado às fls. 90, sem ônus à demandante, por ser beneficiária da gratuidade da justiça (fls. 59/61). Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: DANIELA BARCELLOS DE ANDRADE BELTRI (OAB 217141SP) - Processo 0623901-30.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compra e Venda - EXEQUENTE: Huesker Ltda - Defiro o pedido de fl. 60. Expeça-se ofício ao DETRAN/AM para que informe a este Juízo, no interesse do processo em epígrafe, a atual situação e os tipos de restrições dos veículos relacionados às fls 46/47 dos autos, em nome de Vila Engenharia Ltda. Antes do seu cumprimento, intime-se a exequente, para, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar o recolhimento das despesas postais, conforme Lei Estadual n° 4.408/2016 e Portaria n° 116/2017 - PTJ, sob as penas da lei. Com a resposta, dê-se vista à exequente, para, no prazo de 05 (cinco) dias, pleitear o que entender de direito. À Secretaria para que proceda ao envio das peças necessárias ao cumprimento desta ordem judicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JOÃO LUCAS PANTOJA VIEIRA (OAB 9982/AM), ADV: NEDSON FERNANDES BRILHANTE DA SILVA (OAB 8210/AM) - Processo 0624101-08.2016.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Salvador Matias Belas Soares - Considerando o trânsito em julgado da sentença, haja vista que as partes não se insurgiram no prazo legal, consoante certificado na fl. 48, determino o arquivamento em definitivo dos autos com as cautelas de praxe, dando-se baixa no SAJ. Por oportuno, considerando que o advogado das petições de fls. 51/52 e 53 não tem poderes nos autos, resta prejudicada a análise dos pleitos. Cumpra-se.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM), ADV: GIULIO ALVARENGA REALE (OAB 65628/MG) - Processo 0624386-35.2015.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Indefiro o pedido de sobrestamento do feito (fl. 192), vez a localização de endereço não se enquadra nas hipóteses legais de suspensão do processo (art. 313 do CPC). Diante disso, considerando que, pelo princípio da cooperação, previsto no art. 6º, do CPC, tanto as partes quanto o Juiz que preside o feito devem atuar em conjunto para alcançar uma decisão justa; bem como que a eficiência da prestação jurisdicional está atrelada à duração razoável do processo, cujo objetivo principal é a estabilização das relações jurídicas, consoante o art. 4º, do CPC, em observância ao disposto no art. 317 do CPC, determino a intimação da exequente, por seus patronos habilitados nos autos, para, no prazo de 05 (cinco) dias, informar o endereço do executado, para fins de citação, sob as penas da lei. Por oportuno, determino à Secretaria que adote as providências quanto à alteração da classe processual da presente ação (decisão, fl. 184). Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CHRISTIANNE DI FELÍCIO FERREIRA DA SILVA (OAB 3631/AM), ADV: RAFAEL FERNANDO TIESCA MACIEL (OAB 7187/AM) - Processo 0625239-73.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inadimplemento - REQUERENTE: Sarol Comercio e Representações Ltda - REQUERIDO: André Luiz Guedes da Silva - Após o trânsito em julgado, dê-se baixa no SAJ e arquivem-se os autos, observadas as cautelas de praxe. P. R. I. C.

ADV: GIULIO ALVARENGA REALE (OAB 65628/MG), ADV: MARCO ANTÔNIO CRESPO BARBOSA (OAB 115665/SP), ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0625956-85.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Itapeva VII Multicarteira Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados - determino a intimação da requerente, por seus patronos habilitados nos autos, para, no prazo de 05 (cinco) dias, comprovar o pagamento das despesas de processamento eletrônico, para fins de localizar o endereço para citação, sob as penas da lei. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: BRENNO CAZEMIRO CÂMARA (OAB 13168/AM), ADV: PAULO FELIPE SANTOS MAGALHÃES (OAB 11367/AM), ADV: BRUNO VEIGA PASCARELLI LOPES (OAB 7092/AM), ADV: PAULO SÉRGIO GUIMARÃES DE OLIVEIRA (OAB 8196/AM), ADV: KELLY KRISTINE MENEZES DE SOUZA (OAB 7046/AM) - Processo 0626490-68.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Direitos / Deveres do Condômino - REQUERENTE: Condominio Riviera da Ponta Negra e outro - REQUERIDO: RN Incorporações Ltda. - Diante disso, sem prejuízo da fase processual em que se encontram os autos - a qual será mantida na hipótese de ser frustrada a tentativa de composição - designo a audiência extraordinária de conciliação para o dia 06/11/2019, às 15 horas, na sede deste Juízo. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LAURA OLIVEIRA DE SOUZA RIBEIRO (OAB A1086/AM), ADV: SEBASTIÃO GONÇALVES GUIMARÃES FILHO (OAB 2488/AM) - Processo 0627201-05.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Residencial Tapajós - Intime-se a parte executada, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública ou quando não tiver procurador constituído nos autos; ou por publicação oficial, no caso de réu revel citado na forma do art. 256, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da sentença, no valor indicado pelo exequente, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento). Acaso a parte Executada efetue o pagamento integral da dívida, determino à Secretaria consultar o saldo da importância depositada; em caso positivo, defiro a expedição de alvará em favor da parte Exequente

para levantamento do respectivo valor. Após, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Efetuado o pagamento parcial, a multa e os honorários incidirão sobre o restante, ressaltando-se que o prazo para impugnação contar-se-á a partir do depósito parcial. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, iniciar-se-á o prazo de 15(quinze) dias para o oferecimento de impugnação ao cumprimento de sentença. Oferecida a impugnação, certifique-se sua tempestividade, bem assim o pagamento de custas processuais sobre o valor da execução. Ultimadas tais providências, intime-se a parte exequente para se manifestar no prazo de quinze dias sobre a impugnação. Em caso de não recolhimento, ou, ainda, de adimplemento a menor das referidas custas, voltem-me os autos conclusos. Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, intime-se a parte exequente para que apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, §1º, do CPC, podendo pleitera o que entender de direito. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: APOENA MOREIRA DA COSTA (OAB 4055/AM), ADV: RUMMENIGGE CORDOVIL GRANGEIRO (OAB 5810/AM), ADV: ANTÔNIO IVAN OLÍMPIO DA SILVA (OAB 3110/AM) - Processo 0629159-94.2013.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: PLANINVEST EMPREENDIMENTOS, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA - REQUERIDO: DALTON RODRIGUES DE SANTA ANA - Pelo exposto, conheço dos presentes embargos de declaração, porque deduzidos a tempo e a modo, e lhes DOU PARCIAL PROVIMENTO para suprir a omissão apontada no sentido de consignar que a cláusula contratual relativa à inadimplência por três meses não configura causa de suspensão do contrato nem hipótese de interrupção/suspensão do prazo prescricional, nos termos da fundamentação. Considerando que a modificação acima não tem o condão de alterar o resultado do decidido, mantenho incólume os termos da sentença. P. R. I.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: ANA CAROLINA SOUSA CEI (OAB 8349/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0629649-19.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - defiro o pedido de citação por edital (fls. 163/164), no prazo de 20 (vinte) dias, adotando-se as medidas necessárias ao cumprimento desta decisão. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0629885-29.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - REQUERENTE: Jose Sá Braga - remetam-se os autos à Contadoria para elaboração da memória de cálculo (art. 524, §2º, do CPC), conforme pleito de fls. 225/226. Juntada a respectiva planilha, intime-se a Autarquia Previdenciária, na pessoa de seu representante judicial, para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias, impugnar a execução, conforme redação do artigo 535, CPC. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CÉSAR ITUASSU DA SILVA NETO (OAB 9506/AM), ADV: HELOÍSA PONTES MAUÉS (OAB 9667/AM), ADV: MAURO ALLEN BEZERRA (OAB 2655/AM) - Processo 0630283-44.2015.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: RAINIER PASSOS DE CARVALHO - REQUERIDO: Net Serviço de Comunicação S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do comprovante de depósito de fls. 373, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ROBERTO TRIGUEIRO FONTES (OAB 692A/AM), ADV: IZABEL CRISTINA CIPRIANO DE ANDRADE (OAB 6737/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0630608-48.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - REQUERENTE: Claudiana Menezes Pereira - REQUERIDO: Centro Universitário do Norte - Uninorte - À Secretaria para que proceda a consulta acerca do depósito noticiado nos autos. Cumpra-se.

ADV: QUEILA COELHO DE SOUZA (OAB 7931/AM), ADV: GUSTAVO MICHELOTTI FLECK (OAB 21243/DF) - Processo 0630696-18.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Temporária - REQUERENTE: Alice Farias Maragua - Trata de Ação Previdenciária. Considerando a necessidade de perícia, a análise do pleito liminar ocorrerá em momento posterior. Tendo em vista o regulamentado na Portaria n° 2.183/2016-PTJ, determino a remessa dos presentes autos ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC para os devidos fins. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ MURILO GADELHA DE HOLLANDA (OAB 2640/AM) - Processo 0630978-56.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Affeam - Associação dos Funcionários Fiscais do Estado do Amazonas - Procedimento comum nos moldes do Código de Processo Civil. Tendo em vista a manifestação da parte autora (fls. 74/75), defiro o pedido no sentido de conceder o parcelamento das custas processuais em 03 (três) prestações mensais. Diante disso, determino que a parte comprove o pagamento da primeira prestação no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de cancelamento da distribuição; e as subsequentes até o 5° dia útil de cada mês, com correção monetária, em atenção ao disposto na Portaria n° 490/2017-PTJ, devendo o requerente proceder à comprovação nos autos. Comprovado o recolhimento da primeira parcela, paute-se a audiência de conciliação e realize-se a citação para apresentação de defesa no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial observará o previsto nos incisos do art.335 do CPC. Se o requerido não possuir cadastro para fins de citação eletrônica, intime-se o requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar o recolhimento das despesas postais, conforme a Lei Estadual n° 4.408/2016 e a Portaria n° 116/2017 - PTJ; e, com a comprovação, adote a Secretaria as diligências acima determinadas. Na hipótese do réu não ser encontrado no endereço declinado na peça de ingresso, fica autorizada a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, INFOJUD e SIEL. Após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa requerida, renove-se a citação. Ficam as partes advertidas do seguinte quanto à audiência de conciliação: a) o não-comparecimento injustificado ao ato implicará na imposição de multa, nos termos do art. 334, § 8°, do CPC; b) cada litigante deve se fazer acompanhar de advogado ou Defensor Público, consoante determina o § 9° do mencionado dispositivo legal. Caso requerente e requerido manifestem o desinteresse na audiência de composição, proceda-se ao cancelamento da audiência em questão, nos termos do art. 334, §4°, I, do CPC. Expeçam-se os expedientes necessários. Encaminhe-se os autos ao CEJUSC para os fins acima determinados. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: IVAN LIMA DA SILVA (OAB 3847/AM), ADV: NORMA BARROSO DE FREITAS (OAB 5771/AM), ADV: JULIANO MARTINS MANSUR (OAB 113786/RJ), ADV: JOICY COSTA CORRÊA DA CUNHA ARGENT THOMPSO (OAB 146976/RJ) - Processo 0631161-61.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Pedrina Dieber Ferreira - REQUERIDO: Sabemi Seguradora S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para que se manifeste acerca do Despacho de fl. 11,1 tendo em vista a apresentação de mídia digital pelo requerido, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: CÁSSIA MAISA BEZERRA DA SILVA FERNANDES (OAB 11822/AM) - Processo 0632163-32.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Fernando da Rocha Fernandes - A XIV Semana Nacional de Conciliação será realizada no período de 04 a 08 de novembro de 2019 por determinação do CNJ e observados os termos da Portaria n°96/2019 - CGJ/AM. Pois bem, no presente feito a pretensão autoral versa sobre direitos materiais disponíveis a admitir transação judicial para por fim ao litígio. Diante disso, sem prejuízo da fase processual em que se encontram os autos - a qual será mantida na hipótese de ser frustrada a tentativa de composição - designo a audiência extraordinária de conciliação para o dia 07/11/2019, às 10:30 horas, na sede deste Juízo. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: KARIME SAID E SAID (OAB 11800/AM) - Processo 0632851-91.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Espantalho Pneus Ltda. - Procedimento comum nos moldes do Código de Processo Civil. Paute-se a audiência de conciliação e realize-se a citação para apresentação de defesa no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial observará o previsto nos incisos do art.335 do CPC. Se o requerido não possuir cadastro para fins de citação eletrônica,

intime-se o requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar o recolhimento das despesas postais, conforme a Lei Estadual n° 4.408/2016 e a Portaria n° 116/2017 - PTJ; e, com a comprovação, adote a Secretaria as diligências acima determinadas. Na hipótese do réu não ser encontrado no endereço declinado na peça de ingresso, fica autorizada a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, INFOJUD. Após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa requerida, renove-se a citação. Ficam as partes advertidas do seguinte quanto à audiência de conciliação: a) o não-comparecimento injustificado ao ato implicará na imposição de multa, nos termos do art. 334, § 8°, do CPC; b) cada litigante deve se fazer acompanhar de advogado ou Defensor Público, consoante determina o § 9° do mencionado dispositivo legal. Caso requerente e requerido manifestem o desinteresse na audiência de composição, proceda-se ao cancelamento da audiência em questão, nos termos do art. 334, §4°, I, do CPC. Expeçam-se os expedientes necessários. Encaminhe-se os autos ao CEJUSC para os fins acima determinados. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0633296-12.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B.F. - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM) - Processo 0634355-35.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Andrade GC Advogados - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que tomem ciência da audiência de Conciliação - CEJUSC - Cível, designada para o dia 26/09/2019 às 08:30h, a ser realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania no 4º Andar /Setor 01 do Fórum de Justiça Henoch Reis - Telefone: (92) 3303-5246.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0634833-48.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0636641-83.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MOZART LUIS NASCIMENTO DOS SANTOS (OAB 5436/AM) - Processo 0636699-86.2019.8.04.0001 - Embargos à Execução - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - EMBARGANTE: Josineide Moura Nascimento dos Santos - Os argumentos constantes da exordial e os documentos colacionados aos autos demonstram a hipossuficiência econômica, razão pela qual defiro em parte o pedido de gratuidade da justiça, excetuadas as despesas postais que devem ser arcadas pela embargante por serem de pequena monta, com fundamento no art. 98, § 5°, do CPC. Recebo os Embargos à Execução sem efeito suspensivo, na medida em que a execução não está garantida, pelo que não foram atendidos os requisitos do art. 919, §1°, do CPC. Cite-se o embargado para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar defesa aos termos da presente demanda. À Secretaria para que proceda ao apensamento dos presentes autos aos da Ação de Execução, processo n° 0647737-32.2018.8.04.0001. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0636752-67.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados, levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, bem como, no caso de consulta no SIEL, informe o nome completo da genitora da parte a ser consultada, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: THIAGO MAHFUZ VEZZI (OAB 228213/SP), ADV: MARCELO DE CASTRO SILVA (OAB 224979/SP) - Processo 0637053-82.2017.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: Redetrel Rede Transações Eletronicas Ltda - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENRIQUE LIMA MARINHEIRO (OAB 9324/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: ALEXANDRE PAES BARRETO SARAIVA (OAB 8838/AM) - Processo 0643205-49.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Maria Rocineide Brandão - REQUERIDO: Banco BMG S/A - determino a intimação do requerido, por seus advogados habilitados nos autos, para, no prazo de 15 (quinze) dias, pagar o saldo remanescente da condenação (fls. 464/465), sob pena de bloqueio via BACENJUD. Em caso de pagamento do valor remanescente pelo demandado, determino à Secretaria consultar o saldo atualizado dos valores depositados; em caso positivo, expeça-se alvará judicial para levantamento da quantia devida à credora, na forma pleiteada. Se houver impugnação, certifique-se o preparo, e, depois, dê-se vista à parte adversa; com a manifestação, voltem-me conclusos para decisão. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ALYSSON ROBERTO ROCHA FERREIRA (OAB 11860/AM), ADV: CRISOLOGO EVERTON ROCHA DE QUEIROZ (OAB 337559/SP) - Processo 0643529-05.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: M A Comercio e Representação de Cosméticos Ltda - Me - LITSPASSIV: Exata Cargos Ltda - Vista ao requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca da tentativa de citação frustrada do primeiro requerido (fl. 81). Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CRISTIANO MENEGHETTI PEDROSO (OAB 11813/AM) - Processo 0644357-64.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Cristiano de Almeida - Os argumentos constantes da exordial e os documentos colacionados aos autos demonstram a hipossuficiência econômica, razão pela qual defiro em parte o pedido de gratuidade da justiça, excetuadas as despesas postais que devem ser arcadas pelo requerente por serem de pequena monta, com fundamento no art. 98, § 5°, do CPC. À Secretaria para as diligências necessárias ao cumprimento do despacho de fl. 85. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0645457-54.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Luiz Sousa Leal - Trata de Ação Previdenciária. Tendo em vista o regulamentado na Portaria n° 2.183/2016-PTJ, determino a remessa dos presentes autos ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC para os devidos fins. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0645464-46.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Maria Auxiliadora Felipe Marques - Trata de Ação Previdenciária. Considerando a necessidade de perícia, a análise do pleito de tutela antecipada ocorrerá em momento posterior. Tendo em vista o regulamentado na Portaria n° 2.183/2016-PTJ, determino a remessa dos presentes autos ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC para os devidos fins. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MÁRCIO SANTANA MALTA (OAB 13054/AM), ADV: MALTA, ARDAYA & MEDEIROS - ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 705/AM), ADV: MICHAEL QUEIROZ REDIG ARDAYA (OAB 12680/AM), ADV: LANUSA KARIZA MEIDEIROS DA SILVA MOURA (OAB 14496/AM) - Processo 0645470-53.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: E.F.S.B. - Pleiteia o requerente o benefício da gratuidade da justiça. A Constituição Federal de 1988 determina, em seu art. 5º, LXXIV, que a assistência jurídica integral e gratuita seja prestada “aos que comprovarem insuficiência de recursos”. Por sua vez, o Código de Processo Civil preceitua que a gratuidade judiciária seja concedida àquele que não possua recursos para arcar com as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios; prevendo, ainda, a possibilidade de intimação da parte para comprovar o preenchimento dos pressupostos legais para o benefício pleiteado, consoante os arts. 98 e 99, § 2°, do aludido Diploma Legal. No caso dos autos, a petição inicial e documentos que acompanham não trazem dados suficientes para a análise do pleito em questão. Diante disso, determino a intimação do requerente para comprovar a sua hipossuficiência econômica no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento do pedido. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MÁRCIO SANTANA MALTA (OAB 13054/AM), ADV: MICHAEL QUEIROZ REDIG ARDAYA (OAB 12680/AM), ADV: MALTA, ARDAYA & MEDEIROS - ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 705/AM), ADV: LANUSA KARIZA MEIDEIROS DA SILVA MOURA (OAB 14496/AM) - Processo 0645470-53.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: E.F.S.B. - Os argumentos constantes da exordial demonstram a necessidade de inserir a tarja de segredo de justiça ao feito. Assim, defiro-o, com fundamento no art. 189, inciso I do CPC. À Secretaria para inserir a tarja de segredo de justiça no presente feito. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ROZELI FERREIRA SOBRAL ASTUTO (OAB 5743/AM) - Processo 0645474-90.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Sheila Monteiro da Silva - Trata de Ação Previdenciária. Considerando a necessidade de perícia, a análise do pleito de tutela antecipada ocorrerá em momento posterior. Tendo em vista o regulamentado na Portaria n° 2.183/2016-PTJ, determino a remessa dos presentes autos ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC para os devidos fins. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MÁRCIO CLEBSON DA SILVA COSTA (OAB 10116/AM) - Processo 0645518-12.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Roberto Silva de Almeida - Pleiteia o requerente o benefício da gratuidade da justiça. A Constituição Federal de 1988 determina, em seu art. 5º, LXXIV, que a assistência jurídica integral e gratuita seja prestada “aos que comprovarem insuficiência de recursos”. Por sua vez, o Código de Processo Civil preceitua que a gratuidade judiciária seja concedida àquele que não possua recursos para arcar com as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios; prevendo, ainda, a possibilidade de intimação da parte para comprovar o preenchimento dos pressupostos legais para o benefício pleiteado, consoante os arts. 98 e 99, § 2°, do aludido Diploma Legal. No caso dos autos, a petição inicial e documentos que acompanham não trazem dados suficientes para a análise do pleito em questão. Diante disso, determino a intimação do requerente para comprovar a sua hipossuficiência econômica no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento do pedido. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA (OAB 9678/AM) - Processo 0645919-11.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Demesio Medeiros - Desta feita, com fundamento no art. 300 do CPC, DEFIRO A TUTELA DE URGÊNCIA DE NATUREZA ANTECIPADA no sentido de determinar à requerida que, no prazo de 48h (quarenta e oito horas), proceda à retirada da fiação que está sobre a residência do requerente, bem como instale um novo posto de sustentação de rede elétrica, sob pena de multa diária de R$ 2.000,00 (dois mil reais) até o limite de 20 (vinte) dias-multa. Paute-se a audiência de conciliação, realize-se a citação e a intimação para cumprimento da tutela antecipada no prazo acima assinalado bem como para apresentação de defesa no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial observará o previsto nos incisos do art.335 do CPC. Se o requerido não possuir cadastro para fins de citação eletrônica, intime-se o requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar o recolhimento das despesas postais, conforme a Lei Estadual n° 4.408/2016 e a Portaria n° 116/2017 - PTJ; e, após a comprovação, adote a Secretaria as diligências acima determinadas. Na hipótese do réu não ser encontrado no endereço declinado na peça de ingresso, fica autorizada a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, INFOJUD e SIEL. Após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa requerida, renove-se a citação. Ficam as partes advertidas do seguinte quanto à audiência de conciliação: a) o não-comparecimento injustificado ao ato implicará na imposição de multa, nos termos do art. 334, § 8°, do CPC; b) cada litigante deve se fazer acompanhar de advogado ou Defensor Público, conforme determina o § 9° do aludido Dispositivo Legal. Caso requerente e requerido manifestem o desinteresse na audiência de composição, proceda-se ao cancelamento da audiência em questão, nos termos do art. 334, §4°, I, do CPC. Expeçam-se os expedientes necessários. Remetam-se os autos ao CEJUSC para os fins acima determinados. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: THAÍSSA FERREIRA VIANA (OAB 14361/AM) - Processo 0646070-74.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Compra e Venda - REQUERENTE: Shirley Ferreira Pereira - Procedimento comum nos moldes do Código de Processo Civil. Os argumentos constantes da exordial e os documentos colacionados aos autos (fls. 18/33) demonstram a hipossuficiência econômica, razão pela qual defiro em parte o pedido de gratuidade da justiça, excetuadas as despesas postais que devem ser arcadas pelo requerente por serem de pequena monta, com fundamento no art. 98, § 5°, do CPC. Paute-se a audiência de conciliação e realize-se a citação para apresentação de defesa no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial observará o previsto nos incisos do art.335 do CPC. Se o requerido não possuir cadastro para fins de citação eletrônica, intime-se o requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar o recolhimento das despesas postais, conforme a Lei Estadual n° 4.408/2016 e a Portaria n° 116/2017 - PTJ; e, com a comprovação, adote a Secretaria as diligências acima determinadas. Na hipótese do réu não ser encontrado no endereço declinado na peça de ingresso, fica autorizada a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, INFOJUD e SIEL. Após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa requerida, renove-se a citação. Ficam as partes advertidas do seguinte quanto à audiência de conciliação: a) o não-comparecimento injustificado ao ato implicará na imposição de multa, nos termos do art. 334, § 8°, do CPC; b) cada litigante deve se fazer acompanhar de advogado ou Defensor Público, consoante determina o § 9° do mencionado dispositivo legal. Caso requerente e requerido manifestem o desinteresse na audiência de composição, proceda-se ao cancelamento da audiência em questão, nos termos do art. 334, §4°, I, do CPC. Expeçam-se os expedientes necessários. Encaminhe-se os autos ao CEJUSC para os fins acima determinados. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CLEBER DE OLIVEIRA LIMA (OAB 13770/AM), ADV: PAULO VÍTOR LOPES BEZERRA (OAB 9660/AM) - Processo 0646195-13.2017.8.04.0001 - Interdito Proibitório - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Minerva Makaren - defiro o pedido de citação por edital, no prazo de 20 (vinte) dias, adotando-se as medidas necessárias ao cumprimento desta decisão. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CAROLINA OLIVEIRA DA FONSECA (OAB 10249/AM) - Processo 0646224-92.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: M.A.D.N.J. - Em observância ao disposto no art. 321 do CPC, determino a intimação da requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a petição inicial no sentido de indicar e qualificar o polo passivo da presente demanda, sob pena de indeferimento da exordial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CÁSSIA LUCIANA DA CONCEIÇÃO ROCHA (OAB 7819/AM) - Processo 0646322-77.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Manoel Rodrigues dos Santos - Trata de Ação Previdenciária. Considerando a necessidade de perícia, a análise do pleito de tutela antecipada ocorrerá em momento posterior. Tendo em vista o regulamentado na Portaria n° 2.183/2016-PTJ, determino a remessa dos presentes autos ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC para os devidos fins. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ROGERIO BRUNO SANTIAGO CORREIA (OAB 14754/AM) - Processo 0646476-95.2019.8.04.0001 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: M I da Cruz Magalhães e Cia Ltda (Distribuidora Magalhães) - Pleiteia o requerente o benefício da gratuidade da justiça. A Constituição Federal de 1988 determina, em seu art. 5º, LXXIV, que a assistência jurídica integral e gratuita seja prestada "aos que comprovarem insuficiência de recursos". Por sua vez, o Código de Processo Civil preceitua que a gratuidade judiciária seja concedida àquele que não possua recursos para arcar com as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios; prevendo, ainda, a possibilidade de intimação da parte para comprovar o preenchimento dos pressupostos legais para o benefício pleiteado, consoante os arts. 98 e 99, § 2°, do aludido Diploma Legal. No caso dos autos, a petição inicial e documentos que acompanham não trazem dados suficientes para a análise do pleito em questão. Diante disso, determino a intimação do requerente para comprovar a sua hipossuficiência econômica no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento do pedido. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANGÉLICA MARIA MONTEIRO DUARTE (OAB 2659/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM), ADV: ADSON PINHO PINTO (OAB 5850/AM) - Processo 0646478-02.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Erinilda Gonçalves de Freitas - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Diante disso, sem prejuízo da fase processual em que se encontram os autos - a qual será mantida na hipótese de ser frustrada a tentativa de composição - designo a audiência extraordinária de conciliação para o dia 08/11/2019, às 14 horas, na sede deste Juízo. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM) - Processo 0656709-88.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda. - Da análise dos autos verifico que o autor pleiteou a desistência do presente feito (fls. 123/124), a qual foi devidamente homologada por sentença (fl. 125). Desta feita, torno sem efeito o despacho de fls. 129 e determino a devida baixa e arquivamento destes autos. À Secretaria para as diligências cabíveis. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RÔMULO JOSÉ FERNANDES DA SILVA (OAB 1818/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0657144-62.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: Astro Toys Comercial de Brinquedos Ltda e outros - A XIV Semana Nacional de Conciliação será realizada no período de 04 a 08 de novembro de 2019 por determinação do CNJ e observados os termos da Portaria n°96/2019 - CGJ/AM. Pois bem, no presente feito a pretensão autoral versa sobre direitos materiais disponíveis a admitir transação judicial para por fim ao litígio. Diante disso, sem prejuízo da fase processual em que se encontram os autos - a qual será mantida na hipótese de ser frustrada a tentativa de composição - designo a audiência extraordinária de conciliação para o dia 06/11/2019, às 09:30 horas, na sede deste Juízo. Considerando que a parte passiva não possui advogado constituído nos autos, determino a intimação do requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, proceder ao recolhimento das despesas postais, com base na Lei Estadual n°4.408/2016 e na Portaria n° 116/2017 - PTJ. Com a comprovação do aludido recolhimento, expeçam-se as respectivas cartas. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ALEXANDRE GOMES RIBEIRO (OAB 6199/AM) - Processo 0659294-16.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Rosana Gomes de Sá - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que tomem ciência da audiência de Conciliação - CEJUSC - Cível, designada para o dia 03/10/2019 às 08:30h, a ser realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania no 4º Andar /Setor 01 do Fórum de Justiça Henoch Reis - Telefone: (92) 3303-5246.

ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE), ADV: ALEXANDRE CHICRE ALCANTARA (OAB 14063/AM) - Processo 0659938-56.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco J. Safra S/A - REQUERIDA: Neila Soraia Alves Leitao - Intime-se a parte exequente para que se manifeste acerca da impugnação de fls. 110/112, no prazo de 15 (quinze) dias. Após, voltem-me os autos conclusos para decisão. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MÁRCIA CHEILA FARIAS THOMÉ (OAB 3471/AM), ADV: MARIA DO SOCORRO GAMA DA SILVA (OAB 5365/AM), ADV: GABRIELA GOMES SOARES (OAB 12504/AM) - Processo 0716275-75.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Comercial - EXEQUENTE: Agência de Fomento do Estado do Amazonas S.A. - EXECUTADO: Rubens Welter da Rocha - Trata-se de Ação de Execução. Da análise dos autos vislumbro que o exequente propôs a presente ação fundada em cédula de crédito bancário firmada com executado (fls. 10/13 e 21/24) que, apesar de ser um instrumento particular assinado pelos demandados, não possui a assinatura de testemunhas, não sendo, assim, considerado um título executivo extrajudicial nos termos do art. 784, III do CPC. Desta feita, torno sem efeito o despacho de fls. 50 no que se refere à citação e intimação do executado para pagamento da dívida, sob pena de penhora e avaliação. Ademais, em atenção ao disposto no art. 10 do CPC, determino a intimação do exequente, por meio do patrono habilitado nos autos para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca da inadequação da via eleita. Intime-se. Cumpra-se.

Acácio Fernandes Roboredo (OAB 89774/SP)
Adrianne Sanches Soares da Silva (OAB 8595/AM)
Adriano de Oliveira Leite (OAB 4609/AM)
Adson Pinho Pinto (OAB 5850/AM)
Affimar Cabo Verde (OAB 229A/AM)
Affimar Cabo Verde Filho (OAB A229/AM)
Afrânio Azevedo Pereira (OAB 4434/AM)
Agassiz Rubim da Silva Reis Filho (OAB 6552/AM)
Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Alberto Simonetti C. Neto (OAB 002.599/AM)
Alexandre Chicre Alcantara (OAB 14063/AM)
Alexandre de Almeida (OAB 341167/SP)
Alexandre de Almeida (OAB 43621/RS)
Alexandre Gomes Ribeiro (OAB 6199/AM)
Alexandre Paes Barreto Saraiva (OAB 8838/AM)
Alysson Roberto Rocha Ferreira (OAB 11860/AM)
Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB 739A/AM)
Ana Carolina Sousa Cei (OAB 8349/AM)
Ana Cristina da Silveira Gomes de Freitas (OAB 5763/AM)
Ana Lúcia de Souza Nogueira (OAB 5054/AM)
Anderson Lincoln Vital da Silva (OAB 8525/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 57/AM)
André Nieto Moya (OAB 235738/SP)
Angélica Maria Monteiro Duarte (OAB 2659/AM)
Annabelle de Oliveira Machado (OAB 4419/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio Ivan Olímpio da Silva (OAB 3110/AM)
Apoena Moreira da Costa (OAB 4055/AM)
Aramis Pereira Júnior (OAB 7463/AM)
Arenaide Rosa Cruz de Lima Pereira (OAB 2589/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Bárbara Carvalho Ipiranga (OAB 11424/AM)
Bassla Marinho Abdel Aziz (OAB 13568/AM)
Baudílio Gonzalez Regueira (OAB 139684/SP)
Boniek Pereira da Silva (OAB 8303/AM)
Brenno Cazemiro Câmara (OAB 13168/AM)
Bruna Roberta Cardoso Minhoto (OAB 356898/SP)

BRUNO BENEVIDES FERREIRA (OAB 8632/AM)
BRUNO GIOTTO GAVINHO FROTA (OAB 301487/SP)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
Bruno Veiga Pascarelli Lopes (OAB 7092/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Carlos Daniel Rangel Barretto Segundo (OAB 5035/AM)
Carlos Fernando Siqueira Castro (OAB 672A/AM)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
CAROLINA DE PAULA LINS (OAB 5013/AM)
Carolina Oliveira da Fonseca (OAB 10249/AM)
CAROLINNE SILVA MORESCHI (OAB 13761/AM)
Cássia Luciana da Conceição Rocha (OAB 7819/AM)
Cássia Maisa Bezerra da Silva Fernandes (OAB 11822/AM)
Célio Antônio Szlachta (OAB 6260/AM)
César Ituassu da Silva Neto (OAB 9506/AM)
Christianne Di Felício Ferreira da Silva (OAB 3631/AM)
Cleber de Oliveira Lima (OAB 13770/AM)
Crisologo Everton Rocha de Queiroz (OAB 337559/SP)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Cristiano Meneghetti Pedroso (OAB 11813/AM)
Daniel Rocha Saraiva (OAB 27252/DF)
Daniela Barcellos de Andrade Beltri (OAB 217141SP)
Danielle Amorim Batista dos Santos (OAB 7109/AM)
David Matalon Neto (OAB 3934/AM)
Décio Flávio Gonçalves Torres Freire (OAB 697A/AM)
Douglas Rui Pessoa Reis Aguiar (OAB 11441/AM)
Eder Augusto dos Santos Picanço (OAB 10396/PA)
Edney Martins Guilherme (OAB 177167/SP)
Eduardo Bonates de Lima (OAB 5076/AM)
Eduardo José Borges Guerra (OAB 5188/AM)
Elaine Figueiró da Silva (OAB 301602/SP)
Elisângela Pereira Daniel (OAB 5725/AM)
Érico Caboclo de Macedo (OAB 7685/AM)
Erik Lorenzzo Marinho da Silva (OAB 4944/AM)
Fabrício Arteiro de Paiva (OAB 11185/AM)
Fabrício Nedel Scalzilli (OAB 44066/RS)
Felipe Andrade Monteiro (OAB 9954/AM)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Fernando da Silva Lima (OAB 9218/AM)
Fernando Luz Pereira (OAB 21974CE/A)
Fernando Luz Pereira (OAB A658AM)
Fernando Medeiros Costa (OAB 23077/CE)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Frederico Moraes Bracher (OAB 7311/AM)
Gabriel Prates Donato Lopes (OAB 6742/AM)
Gabriel Tosetti Silveira (OAB 252852/SP)
Gabriela Gomes Soares (OAB 12504/AM)
Georgethe de Souza Ribeiro (OAB 7792/AM)
Germano Costa Andrade (OAB 2835/AM)
Gilberto Luiz Valente Rodrigues Filho (OAB 229958/SP)
Giulio Alvarenga Reale (OAB 65628/MG)
Glenda Alves Tavares de Melo (OAB 4218/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB 1065A/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Gustavo Michelotti Fleck (OAB 21243/DF)
Helen Susane Machado de Miranda (OAB 7627/AM)
Heloísa Pontes Maués (OAB 9667/AM)
Henrique França Ribeiro (OAB 7080/AM)
Henrique Lima Marinheiro (OAB 9324/AM)
Hirley Verçosa dos Santos (OAB 2591/AM)
Indiana Cardoso Machado (OAB 10016/AM)
Ingrid Nedel Spohr Schmitt (OAB 68625/RS)
Irlane Lima de Oliveira Araújo (OAB 7784/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Israel Paiva Martins Oliveira (OAB 7033/AM)
Ivan Lima da Silva (OAB 3847/AM)
Izabel Cristina Cipriano de Andrade (OAB 6737/AM)
Jabson da Silva Céo (OAB 5803/AM)
Jamila Marinho Chehad Barbosa (OAB 2950/AM)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
João Lucas Pantoja Vieira (OAB 9982/AM)
João Paulo Alves Justo Braun (OAB 184716/SP)
João Ricardo Chamma das Neves Filho (OAB 5889/AM)
João Rodrigo Augusto da Silva Junior (OAB 8650/AM)
Joicy Costa Corrêa da Cunha Argent Thompso (OAB 146976/RJ)
José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral (OAB 3725/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Artur Pozzetti (OAB 9707/AM)
José Augusto de Rezende Júnior (OAB A1109/AM)
Jose Falabella Netto (OAB 002.899/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 57680/MG)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)
José Murilo Gadelha de Hollanda (OAB 2640/AM)
José Paulo Ferreira (OAB 183/AM)
José Paulo Ferreira (OAB A183/AM)
José Raimundo do Bonfim (OAB 6579/AM)
Juan Pablo Ferreira Gomes (OAB 7716/AM)
Juliana Farias Rodrigues (OAB 3797/AM)
Juliana Rita Gomes da Silva (OAB 14001/AM)
Juliano Martins Mansur (OAB 113786/RJ)
Júlio César de Almeida (OAB 001.191/AM)
Karime Said e Said (OAB 11800/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 685A/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Kelly Anne Corrêa de Oliveira (OAB 9330/AM)
Kelly Kristine Menezes de Souza (OAB 7046/AM)
Kelly Oliveira - Sociedade Individual de Advocacia (OAB 9330/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Lanusa Kariza Meideiros da Silva Moura (OAB 14496/AM)
Laura Oliveira de Souza Ribeiro (OAB A1086/AM)
Leandro Souza Benevides (OAB 123979/RJ)
Leandro Souza Benevides (OAB 491A/AM)
Ligia de Souza Frias (OAB A1074AM)
Lilian Karen de Souza (OAB 167344/MG)
Lúcia de Fátima Llanos Aguirre (OAB 11948/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 104147/MG)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Gustavo Barbosa de Souza França (OAB 9528/AM)
Malta, Ardaya & Medeiros - Advogados Associados (OAB 705/AM)
Marcelo de Castro Silva (OAB 224979/SP)
Márcia Cheila Farias Thomé (OAB 3471/AM)
Márcio Clebson da Silva Costa (OAB 10116/AM)
Márcio Santana Malta (OAB 13054/AM)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marco Antônio Crespo Barbosa (OAB 115665/SP)
Marco Antônio Shigeshi Koba (OAB 4477/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Maria do Socorro Gama da Silva (OAB 5365/AM)
MAURIM LAMEIRA VERGOLINO (OAB 565A/AM)
Mauro Allen Bezerra (OAB 2655/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Michael Queiroz Redig Ardaya (OAB 12680/AM)
Mikaéle Kloppel Silva (OAB 35961/SC)
Milton Antônio Rivera Reyes (OAB 9851/AM)
Moisés Batista de Souza (OAB 149225/SP)
Moisés Batista de Souza (OAB 15474A/CE)
Moisés Batista de Souza (OAB 469A/AM)
Moysés Roberto Geber Corrêa (OAB 5678/AM)
Mozart Luis Nascimento dos Santos (OAB 5436/AM)
Nathacha Camara de Albuquerque (OAB 12164/AM)
Naura Maria da Silva Pinheiro (OAB 5665/AM)
Nedson Fernandes Brilhante da Silva (OAB 8210/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Norma Barroso de Freitas (OAB 5771/AM)
Olavo Almeida Freire (OAB 14312/CE)
Paula Augusta Carvalho de Lima (OAB 6313/AM)
Pauline Chíxaro Voss (OAB 6648/AM)
Paulo Adalto Costa de Almeida (OAB 5465/AM)
Paulo Felipe Santos Magalhães (OAB 11367/AM)
Paulo Sérgio Guimarães de Oliveira (OAB 8196/AM)

Paulo Sérgio Lopes Gonçalves (OAB 281005/SP)
Paulo Victor Vieira da Rocha (OAB 231839/SP)
Paulo Vítor Lopes Bezerra (OAB 9660/AM)
Pedro Antônio de Oliveira (OAB 9678/AM)
Pedro de Araújo Ribeiro (OAB 6935/AM)
Pedro de Queiroz Córdova Santos (OAB 730A/AM)
Pedro Luiz Máximo (OAB 511A/AM)
Pedro Noronha Monsalve Júnior (OAB 10511/AM)
Pedro Paes da Costa (OAB 1347/AM)
Pôlly Weudson Fernandes de Souza (OAB 1588/RR)
Priscila Lima Monteiro (OAB 5901/AM)
Queila Coelho de Souza (OAB 7931/AM)
Rafael Fernando Tiesca Maciel (OAB 7187/AM)
Rafael Pantoja de Oliveira (OAB 10063/AM)
Raimundo Azevedo Pereira (OAB 2186/AM)
Raimundo Nonato Fernandes Júnior (OAB 4878/AM)
Raphaela Batista de Oliveira (OAB 9169/AM)
Reni Alves Teixeira Lima (OAB 3910/AM)
Rennalt Lessa de Freitas (OAB 8020/AM)
Ricardo Pinheiro da Costa (OAB 7952/AM)
Rigoney Saraiva Amorim (OAB 13582/AM)
Roberto Trigueiro Fontes (OAB 692A/AM)
ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG)
Rodrigo da Silva Costa (OAB 5386/AM)
Rogerio Bruno Santiago Correia (OAB 14754/AM)
Rômulo José Fernandes da Silva (OAB 1818/AM)
Rosa Oliveira de Pontes (OAB 4231/AM)
Rozeli Ferreira Sobral Astuto (OAB 5743/AM)
Rummenigge Cordovil Grangeiro (OAB 5810/AM)
Ruth Gonçalves Pinto (OAB 8398/AM)
Samara Santos dos Santos (OAB 7732/AM)
Sebastião Gonçalves Guimarães Filho (OAB 2488/AM)
Sérgio Augusto Graça Cavalcante (OAB 4895/AM)
Sérgio Eduardo Gomes Sayao Lobato (OAB 28362/RS)
Sérgio Ricardo Pereira de sales (OAB 8927/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Sigrid Lima Araújo (OAB 4574/AM)
Solon Angelim de Alencar Ferreira (OAB 3338/AM)
Suellen Aparecida de Carvalho Belasque (OAB 811A/AM)
Suzel Maria Reis Almeida Cunha (OAB 139210/SP)
Tamara Jessica Neves Ferreira (OAB 12363/AM)
Tamara Jéssica Neves Ferreira (OAB 12363/AM)
Tereza Cristina Leão José (OAB 261818/SP)
Thaíssa Ferreira Viana (OAB 14361/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thiago Mahfuz Vezzi (OAB 228213/SP)
Victor Alberto Graça Lins (OAB 10562/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 14ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0216/2019

ADV: SÉRGIO DE ALMEIDA PIMENTA (OAB 9288/AM) - Processo 0608947-42.2019.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Marcos Andrade Oliveira - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 04/12/2019 às 09:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 02 de setembro de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: ADAHILTON DE OLIVEIRA PINHO (OAB 152305/SP) - Processo 0633117-78.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Allianz Seguros S/A - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 04/12/2019 às 10:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 02 de setembro de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: DÂMEA MOURÃO TELLES DE MENEZES (OAB 9198/AM) - Processo 0638170-40.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Terezinha de Jesus Lopes - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 04/12/2019 às 10:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 02 de setembro de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

Adahilton de Oliveira Pinho (OAB 152305/SP)
Dâmea Mourão Telles de Menezes (OAB 9198/AM)
Sérgio de Almeida Pimenta (OAB 9288/AM)

15ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 15ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0349/2019

ADV: PÉRICLES DUARTE DE SOUZA JÚNIOR (OAB 4808/AM), ADV: LARISSA RETTO DUTRA (OAB 5143/AM), ADV: SÍLVIA ROBERTA PADILHA DE OLIVEIRA (OAB 6664/AM) - Processo 0206547-38.2010.8.04.0001 (001.10.206547-1) - Cumprimento de sentença - Acidente de Trabalho - REQUERENTE: Adelino Rodrigues Teixeira Neto - Vistos. Manifeste-se o Exequente em cinco dias, sob pena de concordância tácita ao valor de fls. 506/507. Cumpra-se.

ADV: FABRÍCIO PERROTTA DA SILVA (OAB 165909/RJ), ADV: JORGE HENRIQUE SILVA DE MELO (OAB 7999/AM) - Processo 0214372-52.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Benefícios em Espécie - REQUERENTE: Maria Clemente

de Souza - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Vistos e examinados. Aclaratórios aviados pelo Autor (fls. 126 A 134) contra sentença extintiva sem decisão de mérito de fls. 116 A 119, através dos quais atribui contradição e omissão à sentença judicial por não ter observado decisão de fls. 82 e 83 que determinou a intimação da Autora para réplica após a contestação. Assevera, que após contestação de fls. 88 a 93, não foi intimada para replicar a peça e logo em seguida houve sentença com resolução do mérito, logo, haveria no caso supressão de provas. É o relatório. DECIDO. Em análise aos autos, verifico que não houve em contestação a ocorrência de preliminares que obrigariam o Juízo a intimar a parte Autora para manifestação, como determina o artigo 351 do Digesto Processual Civil. Como se sabe, o aviamento de aclaratórios tem o específico escopo de afastar eventuais vícios de contradição, obscuridade, omissão ou erro que venham a macular o pronunciamento judicial, conforme estabelece o art. 1.022 e incisos da Lei do Rito Civil. No caso descortinado, todavia, não vislumbra esta Julgadora quaisquer dos vícios acima apontados, sendo, pois, patente que o desiderato do recorrente foi exclusivamente de obter a inteira revisão da decisão para atender a seu exclusivo desiderato, isto porque não há qualquer contradição na sentença embargada de declaração, mostra o Autor apenas sua irresignação quanto ao decisório. Esta Julgadora não tem dúvida de que a via recursal eleita pelo executado é inteiramente inadequada para desafiar a decisão judicial recorrida, motivo pelo qual rejeito os aclaratórios em exame. Intime-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0600899-94.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: José Cipriano da Silva - Fabiane da Silva Angelim - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos e examinados. Trata-se de Revisional cumulada com indenização por danos morais e materiais aviada por José Cipriano da Silva e Fabiane da Silva Angelim contra Amazonas Distribuidora de Energia S/A. Os Autores, consumidores dos serviços prestados pela empresa Ré - inscrição nº 0324870-4, narra que foi surpreendida com a cobrança de débitos que lhes foram imputados e que entendem indevidos. Aduzem que a Ré atribui-lhes referida cobrança devido a ato eminentemente arbitrário, a contar de 07/18. Decisão interlocutória de fls. 54 a 58, por meio da qual este Juízo concedeu liminar no sentindo de que estivesse a Ré proibida de suspender o fornecimento de energia à UC, bem como de realizar protestos e negativações em nome do titular da conta. Em contestação de fls. 105 a 117, a Ré alegou a regularidade na cobranças das faturas contestadas, sob a assertiva de que, até junho de 2018, estava com acesso impedido à leitura do contador e que, só a partir de então (07/2018), quando teve o acesso liberado à UC, o valor passou ao nível correto. Réplica às fls. 125 a 134, por que foram as razões exordias ratificadas. A Ré, quando intimada para indicar provas, por nada pugnou; Os Autores mantiveram-se inertes. É o relatório. DECIDO. Embargos de Declaração de fls. 73 a 75 Acerca da decisão de fls. 54 a 58, opôs-se manifestação genérica. Não se tratando de omissão, obscuridade, contradição ou erro material, não cabia, por este meio, a reforma do decidido em liminar, motivo pelo qual REJEITO os presentes EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. Pressupostos Processuais e Condições da Ação Tenho por presentes e preenchidos os pressupostos processuais e as condições da ação, restando sedimentado o campo para a outorga jurisdicional solucionadora da lide e restabelecedora da almejada paz social. Mister salientar que os elementos de convicção que dão esteio a este decisório fazem-se capitaneados pelos documentos carreados aos autos os quais, por si mesmos são suficientes a sustentar o Julgamento Antecipado da Lide. “O juiz é soberano na análise das provas produzidas nos autos. Deve decidir de acordo com o seu convencimento. Cumpre ao magistrado dar as razões de seu convencimento. Decisão sem fundamentação é nula ‘pleno iure’ (CF, 93, IX)” (Nelson Nery Junior. Código de Processo Civil Comentado, 7ª. ed., p. 532). Aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor ao caso posto e inversão do ônus probatório A hipótese que se descortina perante este Juízo é eminentemente de consumo, porquanto envolva de um lado a empresa fornecedora do serviço essencial de energia e, de outro, o destinatário final e usuário/consumidor de tal serviço, pessoa que paga o preço respectivo para seu recebimento. Configurada a relação de consumo, impõe-se a aplicação das regras da legislação pertinente que autorizam militar a favor do consumidor a inversão do ônus da prova, fazendo recair sobre o sujeito que ocupa a angularidade passiva da demanda o gravame em demonstrar fato que impede, modifica ou extingue o direito do Autor. Precisamente com supedâneo no Diploma Consumerista, é que resplandece ao convencimento esposado por esta Magistrada, a indispensável concessão ao pedido de inversão ao ônus da prova, conforme estatuído no artigo 6°, inciso VIII, notadamente pela verossimilhança das alegativas iniciais. É bem verdade que a inversão não exime a parte de carrear aos autos as provas necessárias para embasar a pretensão inicial, contudo tenho como certo que demonstrou, efetivamente, o fato constitutivo de seu direito e, portanto a justificativa para movimentação do aparato judiciário na direção da tutela jurisdicional final. Perceba-se, como preleciona Nelson Nery Junior que “o ônus da prova é regra de juízo, isto é, de julgamento, cabendo ao juiz, quando da prolação da sentença, proferir julgamento contrário àquele que tinha o ônus da prova e dele não se desincumbiu.” Documentos de confecção unilateral não podem sustentar pedido do Réu para realizar cobrança Os documentos trazidos em contestação, de confecção unilateral pela empresa concessionária de serviço público de energia, não firmam presunção de veracidade, ainda que relativa, eis que produzidos por profissionais que integram seus quadros e de quem percebem remuneração. “DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE AGRAVO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO TERMINATIVA EM SEDE DE APELAÇÃO. ENERGIA ELÉTRICA. IRREGULARIDADE. PERÍCIA REALIZADA UNILATERALMENTE PELA CONCESSIONÁRIA. NÃO OBSERVÂNCIA DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA. DECISÃO TERMINATIVA MANTIDA. RECURSO DE AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. Havendo suspeita de irregularidade no consumo de energia, nos termos da Resolução 456/2000 da ANEEL, a perícia técnica no medidor deve ser realizada por órgão competente vinculado à segurança pública e/ou por órgão metrológico oficial, não se admitindo como lícito o procedimento administrativo baseado em perícia realizada de modo unilateral por agentes da concessionária. 2. Recurso de Agravo a que se nega provimento por unanimidade de votos.” (Processo AGV 26070220078171130 PE - Relator: Francisco Manoel Tenório do Santos - Julgamento: 06/01/2011 - 4ª Câmara Cível - Publicação: 14/01/2011). No caso concreto sobressai inexigível o débito lançado a título de recuperação de consumo apurado em documentos unilateralmente firmados pela concessionária que figura na angularidade passiva da demanda. Em verdade, afirma o Réu que, até junho/18, não tinha acesso à UC. Quanto teve acesso, a partir de 07/18, os valores, então, normalizaram-se. Ademais, entende esta Julgadora que a única prova que permitiria aferir ou não a ocorrência de fraude seria a prova pericial. Colaciono: “JUIZADOS ESPECIAIS DA FAZENDA PÚBLICA. CONSUMIDOR. CAESB. SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ÁGUA. ALEGAÇÃO DO CONSUMIDOR DE IRREGULARIDADE NA LEITURA DO HIDRÔMETRO (REFERENTE AO MÊS 7 DE 2013). QUESTIONAMENTO FUNDADO DIANTE DO ELEVADO CONSUMO EXCEPCIONALMENTE REGISTRADO NO MÊS DE JULHO DE 2013. OBRIGAÇÃO DA RÉ DE COMPROVAR A REGULARIDADE DO SEU EQUIPAMENTO E, CONSEQUENTEMENTE, DA COBRANÇA REALIZADA. RECLAMAÇÃO FORMALIZADA. A MERA VISTORIA DESQUALIFICADA TECNICAMENTE, QUE SIMPLESMENTE CONCLUI PELA REGULARIDADE DO EQUIPAMENTO, SEM QUALQUER EMBASAMENTO OU APONTAMENTO TÉCNICO, NÃO É SUFICIENTE PARA SUBSTITUIR O EXAME PERICIAL, O QUAL DEVERIA TER SIDO REALIZADO À ÉPOCA DA RECLAMAÇÃO, A FIM DE SANAR AS LEGITIMAS DÚVIDAS SOBRE A COBRANÇA E ATESTAR A REGULARIDADE DO HIDRÔMETRO UTILIZADO. COBRANÇA ILEGÍTIMA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.” (TJ-DF - ACJ: 20140111315704 DF 0131570-52.2014.8.07.0001, Relator: FLÁVIO FERNANDO ALMEIDA DA FONSECA, Data de Julgamento: 27/01/2015, 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do DF, Data de Publicação: Publicado no DJE :

04/02/2015 . Pág.: 326)" Ora, tenho como certo que a concessionária do serviço essencial operou com falha ao imputar valores aos Autores com base em impressão técnica unilateralmente elaborada, aspecto de inarredável defeito nos serviços a ser cargo que guarnece a presente demanda, haja vista que a presunção dos atos da empresa fornecedora do serviço essencial não é absoluta. Reconhecimento do Dano Moral A imputação de fraude (crime) aos Autores acrescida de cobrança indevida e ameaça de interrupção do serviço essencial de energia elétrica causa transtorno, abalo de psique e humilhação com inarredável violação ao direito subjetivo da honra e da personalidade do ser humano, caracterizando, por conseguinte, o ato ilícito de que trata a legislação infraconstitucional (artigo 186, do Código Civil) e gerando a obrigação recaída sobre o Réu de indenizar, em conformidade com o que reza o artigo 927, do mesmo Diploma anteriormente mencionado. O dever de reparação, destarte, surge após a devida comprovação do fato antijurídico e do dano causado à vítima, bem como do liame causal entre ambos, os quais restaram cabalmente provados na espécie. Afirmo que o lastro para a pretensão indenizatória faz-se plausível pelas razões jurígenas percorridas. A mim, inequívoca a responsabilidade civil da empresa demandada que deve arcar pelo dano de cunho moral gerado na hipótese sub examinem, principalmente porque assentada nos requisitos adiante descritos: - A diminuição ou destruição do bem jurídico moral pertencente à pessoa. - A efetividade ou certeza do dano experimentado pelos Autores atestada pela cobrança indevida do serviço essencial de energia elétrica pelo Réu a título de recuperação de consumo do período de 07/18 a 12/18. - O liame de causalidade entre a falta cometida pelo Réu e o prejuízo causado a Autora. Finalmente, espraiando-se como objetiva a responsabilidade do Réu, despicienda a ocorrência de culpa, devendo responder pelos danos que causou ao consumidor Autor (artigos 6º, VI e 14 do Código de Defesa do Consumidor). Fixação do Quantum Indenizatório resultante da Incontestável Lesividade Moral Passo à operação mental de estabelecimento da verba indenizatória pela lesividade moral que já reconheci. "A eficácia da contrapartida pecuniária está na aptidão para proporcionar tal satisfação em justa medida, de modo que tampouco signifique um enriquecimento sem causa da vítima, mas está também em produzir no causador do mal, impacto bastante para dissuadi-lo de igual e novo atentado." (RT, 650/66). O vezo metalista que orienta a irresignação da condenação pelo dano moral, típico de muitos operadores materialistas que tendem a menosprezar os sentimentos dos lesados, almejando excluir a indenização sob a alegação de enriquecimento ilícito da vítima, ou ainda de que inexistem parâmetros legais para a sua fixação, não inspira o convencimento desta Julgadora na operação de estabelecimento do quantum, ou verba indenizatória. A reparação de caráter eminentemente satisfatório deve ser de tal monta apta a proporcionar ao lesado uma sensação de bem estar, expressando ainda valor satisfativo adequado ao pretium doloris sentido pelo Autor que experimentou a suspensão de serviços a cargo do Réu para que este lograsse obter o pagamento das faturas laboradas para a recuperação de consumo. A ideia do ressarcimento deve calcar-se tanto no vetor de natureza punitiva, para o fim de que a empresa fornecedora do serviço de energia - causadora do dano - incorpore postura de cuidado e respeito ao consumidor, temendo as agruras provenientes de um processo judicial e, no vetor de natureza compensatória para o fim de proporcionar ao ofendido uma justa contrapartida que atenue, ao menos em parte, o mal sofrido pela imputação de infração apta a violar sua intangibilidade pessoal. A indenização a ser proporcionada ao consumidor repousa na compensação pelo dano e na injustiça de que foi vítima, inserindo-se como direito básico firmado no inciso VI, do artigo 6° do CDC. Parte dispositiva Ex positis, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE A DEMANDA para, após CONFIRMAR a liminar de fls. 54 a 58, DECLARAR a inexigibilidade do débito relativo ao período de 07/18 a 12/18, recaído sobre a unidade consumidora 0324870-4 e de todos aqueles que tiverem sido aferidos no curso da demanda que excedam o valor de R$ 334,18 (média dos valor cobrados no período de 01/18 a 06/18); CONDENO o Réu ao pagamento da verba indenizatória por dano moral que estabeleço em R$ 5.000,00 (cinco mil reais), incidindo-se juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, nos termos do artigo 406, do Código Civil e do artigo 162, §1°, do Código Tributário Nacional, contados da data em que proferida esta sentença (REsp 903258), porquanto represente esta a data em que reconhecido o evento danoso e estabelecido o arbitramento, de conformidade com o que reza a Súmula 54, do STJ, e correção monetária pelo INPC, a partir desta decisão (arbitramento), na forma como preceituado na Súmula 362, do STJ. Finalmente, julgo extinta a demanda proferindo sentença com resolução do mérito, de conformidade com o que dita o artigo 487, inciso I, do Digesto Processual Civil. Condeno o Réu ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios fixados estes em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, devidamente atualizado, de conformidade com o que apregoa o artigo 85, §2°, do Código de Processo Civil, considerando o local em que prestado o serviço advocatício, o grau de zelo do profissional, a natureza e a relevância da causa. Publique-se. Registre-se. Intimem-se os patronos e Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0603465-55.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Kerolaine da Silva Ferreira - Vistos em saneador permanente. Verifica-se que após diversas tentativas de citação da Ré, esta pronunciou-se nos autos através de Embargo, nas folhas 124 a 134. A litigante do polo passivo declarou cobrança da dívida ser indevida, peticionando sua anulação, além de concessão de tutela liminar, visando que a Autora se abstenha de cortar sua luz. Em resposta à Ré, a litigante do polo ativo manifestou-se alegando que restou-se comprovado o pagamento das faturas de energia elétrica contempladas pelo objeto da ação (fls. 139 a 141). Não obstante, destacou que a quitação ocorreu após a propositura da ação, ensejando em responsabilidade da Ré referente às custas de propositura da ação e valor correspondente aos honorários advocatícios. Em seguida, o Autor pugnou somente o prosseguimento do feito, informando não ter provas a produzir (fls. 146). É o relato. Decido. Pois bem. Em razão de novos fatos alegados pelo Autor, folhas 139 a 141, quanto ao pagamento das faturas de energia elétrica contempladas pelo objeto desta ação, imperioso que venham as partes esclarecer a afirmativa apresentando documentos que comprovem a quitação do valor da demanda. Ademais, caso isto seja comprovado que se demonstre a data e o valor que efetivamente foi pago, visando a solução pacífica e derradeira do litígio. Portanto, assinalo-lhe o prazo de 5 (cinco) dias úteis para o cumprimento do que acima se lhe aponta, sob pena de extinção da demanda sem aprofundamento do mérito. Faço-o de conformidade com o que dita o artigo 321, parágrafo único daquele Digesto Processual Civil. Intima-se. Cumpra-se.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0604561-03.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDO: Antônio Adson Franco Cavalcante - Vistos e examinados. O autor Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A aviou a presente demanda de Busca e Apreesão contra o Réu Antônio Adson Franco Cavalcante com escopo de retomar o veículo automotor especificado na proemial (fls. 1 a 3), modelo Civic Sedan LXS 1.8, ano 2018, placa NOJ6817, em razão do descumprimento do enliçamento contratual outrora entabulado no talante às parcelas de financiamento, como se infere da planilha em anexo (fl. 18). Apresentou notificação extrajudicial dirigida ao Réu (fl. 23), comprovada através de aviso de recebimento (fl. 24). Acostou aos autos procuração (fls. 4 a 9) e contrato (fls. 18 a 22). Atribuiu a demanda o valor de R$ 21.679,52 (vinte e um mil, seiscentos e setenta e nove reais e cinquenta e dois centavos), sob os quais recolheu as custas iniciais da demanda (fls. 33 a 35). Esta Julgadora, em análise preliminar, deferiu a tutela liminar formulada (fls. 36 e 37), ordenando a citação do Réu. O mandado foi emitido (fl. 38), contudo não se obteve êxito (fl. 41). O litigante do polo ativo solicitou consulta ao sistema BACENJUD (fl. 44), todavia este foi indeferido (fls. 46 e 47). Desta feita, o Autor solicitou consulta ao INFOJUD (fl. 49), sendo a mesma realizada (fls. 60). Emitiu-se mandado de citação (fl. 73), pelo qual realizou-se a busca e apreensão do veículo em questão e a entrega nas mãos de Alcimar Rolim Rodrigues, autorizado pelos requerentes (fl. 75). Porém, não se conseguiu citar o Réu (fl. 76). Consecutivamente, o litigante do polo ativo solicitou a localização do Réu através do sistema

DATAPREV (fl. 80). Todavia, por esta Unidade Judiciária não possuir acesso ao sistema, emitiu-se ato ordinatório, solicitando que o Autor cumprisse as diligências úteis, em 5 (cinco) dias, o que não realizou (fls. 82 a 86). É o relato. Decido. A Constituição Federal assegura a todos que os processos no âmbito judicial e administrativo terão razoável duração devendo ser utilizados todos os meios que garantam a celeridade da tramitação. Assim, desde que respeitadas as determinações legais, os processos judiciais terão a maior celeridade possível. Trata-se de determinação constitucional que não obriga somente aos Magistrados, mas também as partes litigantes. Logo, para que isso seja possível as partes deverão ser diligentes em relação ao curso da ação processual, especialmente, quando instadas a praticar atos. É a dicção que se extrai do artigo 6º, da Lei do Rito Civil que integra seu conteúdo ao princípio constitucional da razoável duração do processo, tal o preconizado no artigo 5º, LXVIII, da Constituição Federal. Ocupo-me da transcrição do dispositivo estatuído no Digesto Processual Civil, porquanto novel a todos nós operadores do direito. "Art. 6º Todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva." Nesse contexto, o Judiciário não pode permitir que as demandas tramitem indefinidamente nos Cartórios, ou Secretarias de Órgãos Jurisdicionais, principalmente quando o decurso do tempo sem manifestação é atribuído às partes. "O dever de cooperar existe no interesse de todos, pos todos pretendem que o processo seja solucionado em tempo razoável." (Primeiros comentários ao novo código de processo civil: artigo por artigo / coordenação Teresa Arruda Alvim Wambier [et al] - 1. ed. - São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015, p. 62). Com efeito, a presente demanda foi proposta sem que os Autores hajam praticado os atos que lhes competem inclusive sem atentarem ao prazo legal para que o fizesse, tampouco declinaram motivação plausível para sua inobservância. Aponto, pois, que tais providências lhes foram expressamente apontadas no Ato Ordinatório emanado pela Secretaria deste Juízo, para a qual, por meio da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, foi delegada poderes, dentre eles o de determinar ao Autor emenda à inicial, consoante o artigo 1º, inciso X daquela legislação, no qual há inclusive expressa indicação do artigo 321 do Digesto Processual Civil. Art. 1º Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por ele designados a prática de atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificadas. (...) omissis X - intimar o autor para que no prazo de 15 (quinze) dias emende ou complete a petição inicial, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado (Art. 321, do NCPC), bem como initmar a parte para regularizar a sua representação processual (art. 76, NCPC) Ora, o aludido artigo 321, em seu parágrafo único, expressamente prevê que se o Autor não cumprir a diligência, ocorrente na hipótese, o juiz indeferirá a petição inicial. Não se desincumbiu, pois, o Autor de atender aos requisitos da petição inicial estatuídos que são no artigo 319, do Digesto Processual Civil, tais as pontuações realizadas no relatório desta sentença. Descurou, pois de realizar as diligências necessárias ao processamento do feito, qual seja, consulta ao Sistema DATAPREV, já que a unidade judiciária não possui acesso ao mesmo. Parte dispositiva Ante o exposto, JULGO EXTINTA a presente demanda proferindo sentença sem resolução do mérito de conformidade com o que dita o artigo 485, inciso I, combinado com o artigo 316, do Novo Digesto Processual Civil. Revogo, por fim, a decisão proferida nas folhas 36 e 37. Observe-se às partes que poderão novamente propor a demanda, desde que ultimem o saneamento de todos os vícios que lhe foram, objetivamente apontados neste pronunciamento judicial. É a leitura que se extrai do artigo 486, §1º, da Lei do Rito Civil. Custas de lei exigíveis, porquanto silentes os Autores quanto à demonstração de hipossuficiência para o recolhimento. Honorários advocatícios que não são estabelecidos, eis que não formada a relação jurídico-processual em triangulação. Publique-se. Registre-se. Intime-se e Cumpra-se. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se o feito e ultime-se a baixa.

ADV: MOISÉS SILVA DOS SANTOS (OAB 7940/AM) - Processo 0604737-45.2019.8.04.0001 - Arrolamento Comum - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: Wellington Maciel Machdo - Vistos e examinados. Trata-se de demanda em relação a qual determinou-se o encaminhamento das partes apontadas na relação jurídico-processual para a autocomposição diante da Central de Conciliação e Mediação das Varas Cíveis - CEJUSCON. Em audiência foi entabulado ajuste restabelecedor da paz social entre os partícipes da relação jurídico-processual Wellington Maciel Machado e Civilcorp Incorporadora Ltda, sobre cujo juízo de legalidade é exercido por esta autoridade judiciária em confirmação chanceladora. Fizeram-no para encerrar a presente demanda declaratória de obrigação de fazer cumulada com indenizatória por danos morais e materiais. "A característica básica da transação é a reciprocidade de concessões, sendo lícito às partes levar à transação elementos, em princípio, estranhos à lide (nesse sentido, dispõe o art. 515, § 2 º, do NCPC, que é título executivo judicial a sentença homologatória de conciliação ou transação, ainda que envolva sujeito estranho ao processo e verse sobre relação jurídica que não tenha sido deduzida em juízo). A lide é praticamente redefinida na transação, pois que, do contrário, de transação não se trataria. Por isso é que, segundo pensamos, a transação é possível ainda que a ação tenha sido proposta, pleiteando-se, por meio dela, direito indisponível. Isto porque, como a transação é instituto que envolve necessariamente concessões mútuas, implica necessariamente alteração do mérito, tal como originariamente posto (delineado, delimitado) na petição inicial, já que o autor e réu hão de fazer concessões para que de transação se trate." (Primeiros comentários ao novo código de processo civil: artigo por artigo / coordenação Teresa Arruda Alvim Wambier [et al] - 1. ed. - São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015, p. 791). Parte dispositiva HOMOLOGO por sentença o acordo entabulado entre as partes para o fim de que produza seus jurídicos e legais efeitos. Em consequência JULGO EXTINTA a demanda posta segundo dicção do artigo 487, inciso III, alínea 'b' cumulado com o artigo 334, § 11, da Lei do Rito Civil. Faço-o por sentença com resolução do mérito, tal o que dita o artigo 316, do mencionado Diploma. Custas inexigíveis ante a gratuidade da justiça. Publique-se. Registre-se. Intimem-se e Cumpra-se. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se o processo e ultime-se a respectiva baixa. Informe-se ao CEJUSCON, para fins estatísticos a ocorrência de homologação do acordo.

ADV: KAREN BEZERRA ROSA BRAGA (OAB 6617/AM), ADV: PAULO MEDEIROS MAGALHÃES GOMES (OAB 84344/MG), ADV: MÁRCIO ALEXANDRE MALFATTI (OAB 967A/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: CÂNDIDO HONÓRIO SOARES FERREIRA NETO (OAB 5199/AM), ADV: ROBERVAL EMERSON OLIVEIRA DE PAULA FILHO (OAB 6721/AM), ADV: LUIZ EDUARDO LUSTOSA DE OLIVEIRA (OAB 833A/AM), ADV: MÁRCIO ALEXANDRE MALFATTI (OAB 139482/SP) - Processo 0606934-80.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Raimundo José Bindá Passos - REQUERIDA: Braga Import - Yamaha Motor da Amazônia Ltda. - Vistos. Diante da penhora, mister seja intimado o Executado, através de seu patrono, ou pessoalmente no caso de não o possuir, a fim de que se manifeste sobre a indisponibilidade, no prazo de 05 (cinco) dias, ex vi do art. 854, §§ 2° e 3°, da Lei do Rito Civil. Finalmente salientar que, nos termos do artigo 517, caput, do Código de Processo Civil, "a decisão judicial transitada em julgado pode ser levada a protesto, nos termos da lei, depois de transcorrido o prazo para pagamento voluntário previsto no art. 523. Trata-se de medida executiva indireta, ou seja, uma forma de pressionar psicologicamente o executado a cumprir a obrigação por meio da ameaça de sua situação ser piorada, caso não satisfaça a obrigação no prazo de 15 dias (STJ, 3ª Turma, Resp 750.805/RS, rel. Min. Humberto Gomes de Barros, j. 14/02/2008, DJe 16/06/2009)." (NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Novo Código de Processo Civil Comentado: artigo por artigo. Salvador. Ed. JusPodivm, 2016, p. 905).A intimação haverá ser ultimar por publicação. Controle-se o prazo assinalado. Cumpra-se.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0611498-34.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Eliana Freitas da Silva - REQUERIDO: Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS - INTSSADO: Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - Advocacia Geral da União - Vistos e examinados. Tratam-se de Embargos de Declaração manejados pela Autora em relação à sentença de embargos de declaração de fls. 145 e 146, que o rejeitou e apontou a inexistência de omissão, obscuridade,

contradição ou erro material (artigo 1.022, incisos I a III, do CPC). Em que pese o teor do julgado, a Autora opôs novos embargos de declaração às fls. 149 a 153, sob a assertiva de que este Juízo havia sido omisso na sentença de embargos por não mencionar determinação de conversão do benefício previdenciário em benefício acidentário, para que assim seja a aposentadoria por invalidez implantada na modalidade acidentária (91). É o relato. DECIDO. Na espécie, cumpre salientar mais uma vez que o Juízo considerou o item 7 do laudo pericial de fls. 107 e assim reconheceu que a incapacidade acometida ao Autor está relacionada a acidente de trabalho ou doença ocupacional para todas as atividades laborativas, não havendo como se reabilitar profissionalmente, motivo pelo qual se lhe reconheceu a aposentadoria por invalidez implantada na modalidade acidentária (91). Quer a mim parecer que deixou o Autor de aviar por meio adequado seu pedido que mais se aproxima de cumprimento de sentença para que o Réu proceda com o cumprimento do que foi determinado por este juízo em sentença de fls. 111 a 117, que apontou categoricamente a condenação do Réu ao pagamento de aposentadoria por invalidez na modalidade acidentária (91). Não se excogitando de omissão, obscuridade, contradição ou erro material (artigo 1.022, incisos I a III, do CPC) é de se rejeitar o manejo dos aclaratórios. Mantenho a higidez da sentença de fls. 111 a 117. Publique-se. Registre-se. Intimem-se e Cumpra-se. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se o feito e ultime-se a respectiva baixa.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0614665-59.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Ivo Barbosa Rodrigues - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0616942-09.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Dimas Soares da Silva - Em conformidade com a Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) autora(s) para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se acerca da carta recebida por terceiro, indicando as providências cabíveis e, em caso de novo pedido de citação por carta/mandado, recolher as custas pertinentes.

ADV: ÉRICO VIDAL ROTONDANO (OAB 10709/AM), ADV: CARLOS EDUARDO PEREIRA TEIXEIRA (OAB 327026/SP), ADV: RODRIGO SCOPEL (OAB 21899/SC) - Processo 0618104-39.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Limitação de Juros - REQUERENTE: José Balduíno dos Santos Pereira - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Vistos. Trata-se de demanda declaratória de inexistência de relação jurídica cumulada com devolução em dobro dos valores pagos e indenização por danos morais aviada por JOSÉ BALDUÍNO DOS SANTOS PEREIRA em face de BANCO BMG S/A em virtude de refinanciamento de empréstimo desconhecido (código 5898) pelo Autor consignado em seu contracheque. Requer tutela de urgência para suspensão dos descontos em folha; indenização por danos morais no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais); danos materiais no valor de R$ 7.350,00 (sete mil, trezentos e cinquenta reais). Dá-se à causa o valor de R$ 44.700,00 (quarenta e quatro mil e setecentos reais), sob o qual requer a benesse da gratuidade da justiça. Contestação (fls. 66 a 85). É o relato. Decido. Inicialmente, DEFIRO o pedido da gratuidade da justiça, pois, esta Magistrada entendeu que, em fls. 27 a 64, o Autor acostou aos autos documentos suficientes (contracheque) para comprovação de sua hipossuficiência econômica, conforme o disposto no artigo 99, parágrafo 2º, do Código de Processo Civil. O Autor atribuiu o montante de R$ 7.350,00 (sete mil, trezentos e cinquenta reais)em danos materiais, todavia, ressalta-se que o dano material depende de comprovação cabal dos prejuízos aferíveis economicamente "Se dano não houver, falta matéria para a indenização. Incerto e eventual é o dano quando resultaria de hipotético agravamento da lesão." (RT 612/44). Determino, pois, seja o requerente intimado para que promova, no prazo de 15 (quinze dias), a emenda da peça inicial, na forma como acima apontada, sob pena de indeferimento e consectária extinção do processo sem resolução do mérito, nos termos dos arts. 321, parágrafo único, e 485, inciso I, do Código de Processo Civil.

ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 149225/SP) - Processo 0619090-61.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - REQUERIDO: Antonio Carlos Seixas da Silva - Homologo a desistência do feito para fins do artigo 200, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Custas pagas. Proceda-se à baixa.

ADV: CÉSAR ITUASSU DA SILVA NETO (OAB 9506/AM) - Processo 0619641-70.2019.8.04.0001 - Produção Antecipada da Prova - Liminar - REQUERENTE: Map Linhas Aéreas S/A - Homologo a desistência do feito para fins do artigo 200, parágrafo único do Código de Processo Civil. Em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Custas pagas. Proceda-se à baixa.

ADV: GIULIO ALVARENGA REALE (OAB 65628/MG), ADV: GIULO ALVARENGA REALE (OAB 1006/AM) - Processo 0621225-12.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Omini S/A, Financiamento e Investimento - Vistos e examinados. Os Acordantes atravessaram conjuntamente petitório por meio do qual estabelecem cláusulas de ajuste restabelecedor da paz social. Fizeram-no para encerrar a presente demanda de busca e apreensão. Assim, em exercício ao juízo apreciativo a respeito da legalidade das cláusulas avençadas (fls. 69 a 72) esta Julgadora lança a presente sentença. Parte dispositiva HOMOLOGO por sentença o acordo entabulado entre as partes para o fim de que produza seus jurídicos e legais efeitos, segundo dicção do artigo 269, inciso III, da Lei do Rito Civil. Faço-o proferindo sentença com resolução do mérito. Ordeno, em consequência, o desbloqueio do bem diante do DETRAN/AM. Tome, a Secretaria, as necessárias providências para o efetivo cumprimento. Custas ex lege. Publique-se. Registre-se. Intimem-se e Cumpra-se. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se o processo e ultime-se a respectiva baixa.

ADV: PASQUALI PARISE E GASPARINI JÚNIOR (OAB 4752/SP), ADV: HUDSON JOSÉ RIBEIRO (OAB 150060/SP) - Processo 0623067-27.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Vistos e examinados. Aclaratórios aviados pelo Autor (fls. 84 a 88) contra sentença extintiva sem decisão de mérito de fls. 79 a 81 , através dos quais atribui contradição à sentença judicial por não ter observado princípios processuais, tais como o da celeridade, economia processual, cooperação e outros. Assevera, o Embargante, noutro giro que necessária seria a intimação pessoal da Instituição financeira Autora, para pagamento das custas para diligência citatória, não só a intimação do causídico por publicação, motivo pelo qual pugna o prosseguimento do feito. É o relatório. DECIDO. Nos autos não houve, pelo Autor o recolhimento do importe para a realização da diligência a cargo do meirinho, dentro do prazo judicialmente assinalado, cônscio que o comando judicial para a válida formação da demanda de busca e apreensão com o aperfeiçoamento da ordem de busca e pagamento e oferta de contestação pelo Réu estaria condicionada a tal cumprimento fidedigno. Como se sabe, o aviamento de aclaratórios tem o específico escopo de afastar eventuais vícios de contradição, obscuridade, omissão ou erro que venham a macular o pronunciamento judicial, conforme estabelece o art. 1.022 e incisos da Lei do Rito Civil. No caso descortinado, todavia, não vislumbra esta Julgadora quaisquer dos vícios acima apontados, sendo, pois, patente que o desiderato do recorrente foi exclusivamente de obter a inteira revisão da decisão para atender a

seu exclusivo desiderato, isto porque não há qualquer contradição na sentença embargada de declaração, mostra o Autor apenas sua irresignação quanto ao decisório. Esta Julgadora não tem dúvida de que a via recursal eleita pelo executado é inteiramente inadequada para desafiar a decisão judicial recorrida, motivo pelo qual rejeito os aclaratórios em exame. Intime-se.

ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM) - Processo 0624811-23.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria das Graças Cascaes Barros - Vistos. Em análise preliminar, este Juízo vislumbrou a necessidade do Autor de realizar alteração do cadastro de classe processual (fl. 45), além de comprovar possível concessão da benesse da gratuidade da justiça (fl. 46 e 47). Desta feita, o Autor corrigiu a classe processual para "procedimento comum cível" e, apresentou carteira de trabalho, a qual confirma que seu último contrato de trabalho se deu em 15/04/2010 (fls. 51 a 55). É o breve relato. Decido. DEFIRO o pedido da gratuidade da justiça, pois que compreendo que, em fls. 51 a 55, o Autor acostou aos autos documentos suficientes para comprovação de sua hipossuficiência econômica, conforme o disposto no artigo 99, parágrafo 2º, do Código de Processo Civil. Em sendo assim, imperioso cuidar-se, no plano endoprocessual, da citação válida, dirigindo-se à parte demandada que haverá ocupar a angularidade passiva, o comando de seu chamamento a integrar a demanda para o perfazimento da relação jurídica espraiada perante o Estado-Juiz. Expeça-se carta citatória com aviso postal, à luz do que dita o artigo 246, inciso I, do Código de Processo Civil, observando-se sobre a essencialidade do ato de chamamento direto do Réu, quando se tratar de pessoa física, tal a dicção do artigo 242, da Lei do Rito Civil, regramento este que é diverso em caso de pessoa jurídica, na forma como apontado pelo artigo 248, §2°, do mesmo Código. Cumpram-se, a Secretaria, as disposições do artigo 248, daquele Diploma e agende-se audiência conciliatória a ser realizada durante a Semana Nacional de Conciliação, no dia 07/11/2019 às 11h30, observando-se ao Réu que deverá fazer-se acompanhar de advogado ou manifestar formalmente seu desinteresse na autocomposição, desde que o faça por petição apresentada 10 dias antes do agendamento daquele ato (artigo 334, §5°, segunda parte, da Lei do Rito Civil). O não comparecimento injustificado do Autor e/ou do Réu implica reconhecimento judicial de ato contrário à dignidade da justiça a ser reprimido por multa de até 2% da vantagem econômica pretendida, ou do valor da causa. O Réu tem 15 dias úteis para a oferta de contestação (artigo 219, do Código de Processo Civil), prazo que haverá ser contado segundo o estatuído no artigo 335, daquela Lei de Ritos. Intime-se o Autor através de seu advogado, tal a dicção do artigo 334, §3°, do CPC. Cumpra-se.

ADV: FLAVIANO BELLINATI GARCIA PEREZ (OAB 24102/PR), ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0625193-16.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Vistos. O autor B.V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento aviou a presente demanda de Busca e Apreesão contra a Ré Heriete Denise Gadelha Vitorino Amorim com escopo de retomar o veículo automotor especificado na proemial (fls. 1 a 3), modelo FIAT/DOBLO 1.8 16V FLEX, ano 2013, placa OAO5184, em razão do descumprimento do enliçamento contratual outrora entabulado no talante às parcelas de financiamento, como se infere da planilha em anexo (fl. 13). Apresentou notificação extrajudicial dirigida ao Réu (fl. 14), comprovada através de aviso de recebimento (fl. 15). Acostou aos autos procuração (fl. 4 a 6) e contrato (fl. 9 a 11). Atribuiu a demanda o valor de R$ 8.344,13 (oito mil, trezentos e quarenta e quatro reais e treze centavos), sob os quais recolheu as custas iniciais da demanda (fls. 17 a 19). Esta Julgadora, em análise preliminar, ordenou a citação do Réu (fls. 20 a 22), sendo emitido mandado de busca e apreensão e citação (fl. 30), o qual não teve êxito (fl. 32). Consecutivamente, o Autor buscou dar prosseguimento a demanda, objetivando citar o Réu, contudo antes que isso viesse a acontecer entrou em acordo com o mesmo extrajudicialmente (fl. 45). Portanto, a B.V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento requereu a DESISTÊNCIA do feito, bem como seja que seja determinada a baixa das restrições judiciais que porventura tenham sido deferidas no decorrer da lide, em especial, a baixa da restrição RENAJUD (fl. 45). É o relato. Decido. Pois bem. Esta Magistrada vislumbra a necessidade de esclarecer quanto ao pedido de realização de diligência eletrônica/on-line nos sistemas RENAJUD, bem como junto ao BACENJUD. Observa-se que apesar de terem sido recolhidas as custas em referência as diligências (fls. 40 a 44), estas não foram realizadas, conforme se averigua nos próprios autos. Homologo a desistência do feito para fins do artigo 200, parágrafo único do Código de Processo Civil. Revogo, por fim, a decisão das folhas 20 a 22 dos autos. Em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Custas pagas. Proceda-se à baixa.

ADV: EDUARDO GOMES ARAÚJO CASTRO (OAB 8567/AM), ADV: ANTHONY FERREIRA ALMEIDA (OAB 8016/SE) - Processo 0625656-26.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigações - REQUERENTE: Ana Márcia da Silva Oliveira - REQUERIDO: Náutica Marina Tauá Ltda. - Vistos e examinados. Trata-se de demanda de obrigação de fazer aviada por Ana Marcia da Silva de Oliveira Barros em face de Náutica Marina Tauá LTDA. em virtude de retenção de embarcação de sua propriedade de maneira indevida. Tutela de evidência concedida às fls. 35 a 37. Contestação (fls. 53 a 71). Réplica (fls. 91 a 94). Manifestou-se o Réu requerendo a prova pericial e oral acerca do valor atribuído à causa (fls. 99 e 100). Às fls. 102 a 104, intimação à Autora para o recolhimento das custas complementares relativas ao novo valor da causa, porquanto haja este Juízo corrigido de ofício para R$ 4.000,00 (quatro mil reais). Partes não mais se manifestaram, conforme certificação de fls. 107. Parte dispositiva Ex positis, Julgo extinto o processo sem resolução do mérito, porquanto não recolhidas pelo Autor as custas complementares de seu processamento, o que implica inobservância a requisito essencial de formação e constituição regular da demanda. Faço-o de conformidade com o que dita o art. 267, inciso IV, do Código de Processo Civil. Custas pelo Autor. À Contadoria, verificar acerca do pagamento das custas complementares pelo Autor. Revogo a concessão da tutela de fls. 35 a 37. Publique-se. Registre-se. Intime-se e Cumpra-se. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se o feito e providencie-se a certidão de dívida se não houver o pagamento das custas a que foi o Autor condenado.

ADV: MAURO SÉRGIO LYRA DA SILVA (OAB 6144/AM), ADV: BIANCA OLIVEIRA DE MELO (OAB 7976/AM), ADV: ANDRÉA FONSECA OLIVEIRA (OAB 5959/AM), ADV: DHEYMISON ALBUQUERQUE DA SILVA (OAB 12223/AM) - Processo 0628508-91.2015.8.04.0001 - Despejo - Despejo para Uso de Ascendentes e Descendentes - REQUERENTE: Roosevelt Cordeiro Pereira de Melo - REQUERIDO: Marilúcia Cunha Rodrigues dos Santos e outro - Em conformidade com o art. 1º, XV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerida para, no prazo de 15 dias, na forma do § 1º do artigo 437 do CPC, manifestar-se sobre os documentos juntados.

ADV: FELIPE ANDRES ACEVEDO IBAÑEZ (OAB 206339/SP) - Processo 0629222-17.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - Vistos. Diante do não cumprimento ao ato ordinatório (fls. 146), conforme certificação de fls. 148, determino o arquivamento dos autos, com sua respectiva baixa. À Secretaria para providências. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ CARLOS SKRZYSZOWSKI JÚNIOR (OAB 45445/PR) - Processo 0629335-63.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco J. Safra S/A - Vistos e examinados. O Autor BANCO J. SAFRA S/A, na qualidade de instituição financeira legalmente representada sob as óticas processual e postulacional, movimentou o aparato judiciário com o propósito de obter pronunciamento jurisdicional, a cargo do Estado-Juiz, através da demanda de Busca e Apreensão com fundamento no Decreto-Lei nº 911/69. Alega, em síntese, o entabulamento do Contrato de Financiamento de Veículo com o Réu nº 044058790, para a aquisição de automotor gravado com cláusula de alienação fiduciária, o qual apresenta as seguintes características: Marca - FIAT - Tipo: MOBI; Modelo: LIKE 1.0 BV FLEX 4P COM AD - Ano/Modelo: 2018/2018. Chassi: 9BD341A5XJY559823. Ocorre que o Réu deixou de remunerar as parcelas vencidas e vincendas, e, desta forma revelou-se

contratualmente inadimplente, motivo bastante à emissão de édito notificatório, que, na espécie foi ultimado por notificação extrajudicial via Correios, em nome do Autor para a regular e indiscutível constituição em mora daquele, aspecto legal de procedibilidade da pretensão autoral que tem o condão de concretizar o débito até a data da propositura da demanda. Deferida liminarmente (fls. 36 a 39) a busca e apreensão do veículo, em juízo de admissibilidade de cognição sumária e provisória, expediu-se mandado de busca e apreensão do veículo vindicado, o qual foi regularmente cumprido por oficial de justiça, inclusive com realização do chamamento citatório do Réu e entrega do bem ao representante legal do Autor (fls. 50 a 52). Inobstante válida citação do Réu tem-se que não houve a quitação do débito (art. 3º, § 2º, DL 911/69), tampouco a oferta de contestação no prazo legal (art. 3º, § 3º, DL 911/69), tal o certificado às fls. 49. É o relatório. Decido. O Réu não contestou o pedido do Autor, não obstante sua regular citação, razão pela qual lhe decreto a revelia, nos termos e com os efeitos previstos no artigo 344 do Código de Processo Civil. Incontroversa a relação jurídica firmada entre as partes para a aquisição do bem móvel pelo Réu (devedor fiduciante) que, de seu turno transferiu, sob condição resolutiva, ao credor fiduciário que lhe financia a dívida, o domínio do bem adquirido, mantendo, todavia a posse direta. Logo, em havendo inadimplemento contratual quanto às parcelas pecuniariamente acertadas e conhecidas pelo Réu, consolida-se a propriedade resolúvel em favor da instituição financeira (STJ, REsp. 916.782/MG). Registre-se que a comprovação notificatória é necessária para que o Juízo diante do qual se descortina a demanda de Busca e Apreensão tenha conhecimento de sua ocorrência e que dela haja se desobrigado o Autor BANCO J. SAFRA S/A, isto porque a constituição da mora decorre do simples atraso no pagamento, daí falar-se em mora ex re. Aquela demonstração, de seu turno, condição de procedibilidade da demanda de Busca e Apreensão é relevante à caracterização da verossimilhança das assertivas iniciais do credor para que se lhe possa deferir a tutela de urgência atendendo-se a dupla finalidade de comprovação documental da mora do devedor e de possibilitar-lhe a purga extrajudicial atualizada das prestações do financiamento contatual. Houve observância expressa à Súmula n. 72 que é complementada pela Súmula 245, do STJ: "Súmula 72 - A comprovação da mora é imprescindível à busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente." "Súmula 245 - A notificação destinada a comprovar a mora nas dívidas garantidas por alienação fiduciária dispensa a indicação do valor do débito." A título de registro, quanto à notificação extrajudicial realizada por cartórios de títulos e documentos, é de se lhe afirmar a validade mesmo quando for realizada por unidade cartorária extrajudicial de outra Comarca, ainda que diversa daquela em que mora o devedor (Recurso Repetitivo n. 1.184.570/MG - STJ). O depósito elisivo da mora que implica o pagamento da integralidade da dívida pendente - parcelas vencidas e vincendas - não foi ultimado pelo Réu, à luz do que dita a Lei n. 10.931/2004 que alterou o §2º, do artigo 3º, do Decreto-lei n. 911/1969. Assim, o vencimento antecipado previsto contratualmente transforma o débito líquido e certo, também exigível quanto às parcelas futuras (STJ, REsp n. 1.418.593/MS). Realço que o manejo do aparato judiciário pelo devedor para a revisão do contrato de financiamento do veículo automotor não elide sua constituição em mora, daí a plausibilidade jurídica da propositura da demanda de busca e apreensão pela instituição financeira ante o inadimplemento contratual. Assim o preclara a Súmula 380, do STJ: "Súmula 380 - A simples propositura da ação de revisão de contrato não inibe a caracterização da mora do autor." O débito e a mora atribuídos ao Réu estão robustamente comprovados através dos documentos juntados com a inicial, desincumbindo-se o Autor do que lhe assinala o artigo 320, da Lei do Rito Civil. Portanto, o silêncio mordaz do Réu à demanda (falta de purgação da mora), sedimenta o entendimento de que a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem alienado fiduciariamente devem ser consolidados no patrimônio do Autor, por força do que dispõe o art. 3º, § 1º, do Decreto-Lei nº 911/69. Quanto a tal consolidação, já foi guarnecida por diligência do meirinho. Por fim, a demanda de busca e apreensão tem por objeto mediato a consolidação da propriedade e da posse plena e exclusiva do bem em mãos do credor, logo a falta de depósito do valor purgador da mora pelo Réu conduz inexoravelmente ao decreto de procedência do pedido autoral. Parte dispositiva Ex positis, JULGO PROCEDENTE a demanda de busca e apreensão para confirmar a liminar deferida, manter definitivamente os efeitos do artigo 3º, § 1º, do Decreto-Lei nº 911/69 e concretizar a posse do bem móvel declinado na proemial em favor do Autor. Faço-o por sentença com resolução do mérito na forma estatuída pelo artigo 487, inciso I, combinado com o artigo 490 do Código de Processo Civil. Retire-se eventual bloqueio do bem perante o RENAJUD, desde que tal haja sido ordenado por este Juízo. Faça-o, a Secretaria, independentemente de novo decisório. Declaro a extinção da demanda, segundo disposição do artigo 316, da Lei do Rito Civil. Condeno o Réu ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, estes fixados à base de 10 % (dez por cento) sobre o valor da causa (parcelas vencidas e vincendas do contrato de financiamento inadimplido), de conformidade com o apregoado no artigo 85, § 2º, incisos I a IV da Lei do Rito Civil, tendo-se em vista o zelo do advogado; o trabalho desempenhado; a natureza e importância da causa, assim como o lugar em que prestado o serviço. Publique-se. Registre-se. Intime-se e Cumpra-se. Certificado o trânsito em julgado arquive-se o caderno virtual e ultime-se a respectiva baixa.

ADV: MAYCON SILVA DOS SANTOS (OAB 13231/AM) - Processo 0629402-28.2019.8.04.0001 - Habilitação - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Karen Cristina Souza da Costa - Vistos. Em juízo de admissibilidade da exordial, houve o Juízo por informar que não vislumbrou quantum indenizatório do dano material mencionado na exordial e determinar sua emenda para que a parte Autora corrigisse o montante atribuído à título de danos morais e comprovasse seu estado de hipossuficiência econômica. Manifestou-se a Autora (fls. 51) para especificar o pedido da ação em declaração de inexistência de débitos e quantificar o montante perseguido a título de danos morais no valor de R$10.057,60. Acosta cartão "bolsa família" para fins de gratuidade da justiça (fls. 52). É o relato. Decido. Pois bem, inicialmente, defiro a gratuidade da justiça, porquanto haja a Autora, logrado êxito em comprovar seu estado de hipossuficiência por meio de cópia de seu cartão "bolsa família" de fls. 52. Noutro giro, verifico que não se desincumbiu de especificar seu pedido de inexistência de débitos, isto por que não faz menção no rol de pedidos, aos débitos que se refere, além disso, não descurou-se de quantificar o valor dos supramencionados e por conseguinte atualizar o montante atribuído à causa. Ante o exposto, assinalo-lhe EM DERRADEIRO o prazo de 5 dias úteis para o cumprimento do que acima se lhe aponta, sob pena de indeferimento da petição inicial, por sentença sem aprofundamento do mérito. Faço-o de conformidade com o que dita o artigo 321, parágrafo único daquele Digesto Processual Civil. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MARLI INACIO PORTINHO DA SILVA (OAB 150793/SP) - Processo 0630365-36.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Vistos e examinados. Trata-se de demanda de Ação de Busca e Apreensão ajuizada por B. V. FINANCEIRA S/A - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO em face de CELSO SIMÕES DE MELO, por conta da inadimplência do contrato de n. 781142007, destinado ao financiamento de um veículo no importe original de R$ 22.171,94 (vinte e dois mil, cento e setenta e um reais e noventa e quatro centavos). Liminar deferida às fls. 41 a 44. Ato de citação logrado êxito (fls. 28 a 30). Como última manifestação do Autor, houve a Emenda a Inicial (fls. 39) para o aditamento do valor da causa. O Autor não comprovou o recolhimento das custas de diligências do oficial de justiça, conforme certificação (fls. 49). É o relato. Decido. Inolvidável a violação ao princípio da cooperação (artigo 6º, da Lei do Rito Civil), porquanto não haja a Autora cumprido o dever processual sobre si recaído no que pertine ao pressuposto objetivo de recolhimento das custas das diligências do oficial de justiça. Não se desobrigou ele de guardar vassalagem ao estrito cumprimento do que lhe foi judicialmente apontado, o que contribuiu, sobremaneira, para a formação do convencimento judicial na hipótese concreta. Em verdade afirma, a signatária, que a extinção do processo sem resolução de mérito é medida que se impõe sempre que o Autor da demanda, instado a promover ato - sabendo-se que o recolhimento das custas e despesas é requisito da proemial - deixa de fazê-lo na forma como disciplinada na lei processual em desatendimento, ademais ao

prazo estabelecido pelo Órgão Julgador. Assimilo, pois, que em casos como o ventilado, a declaração de sua improrrogabilidade impõe-se como medida de império que faz transmudar a natureza do prazo para o reconhecimento de sua peremptoriedade em nome do interesse público, vertido este na observância do princípio da razoável duração do processo. O Tribunal de Justiça do Estado se posicionou acerca da matéria esboçada em casos semelhantes para afirmar que, tendo sido o Autor intimado ao cumprimento do comando judicial de recolhimento das custas sem o atender, sobre si faz recair a possibilidade de obter o pronunciamento judicial de indeferimento da inicial. A Constituição Federal assegura a todos que os processos no âmbito judicial e administrativo terão razoável duração devendo ser utilizados todos os meios que garantam a celeridade da tramitação. Assim, desde que respeitadas as determinações legais, os processos judiciais terão a maior celeridade possível. Trata-se de determinação constitucional que não obriga somente aos Magistrados, mas também as partes litigantes. Logo, para que isso seja possível as partes deverão ser diligentes em relação ao curso da ação processual, especialmente, quando instadas a praticar atos. Nesse contexto, o Judiciário não pode permitir que as demandas tramitem indefinidamente nos Cartórios, principalmente quando o decurso do tempo sem manifestação é atribuído às partes. Indeclinável, assim, a omissão à obrigação de recolhimento das custas necessárias à expedição do mandado, em frontal transgressão a pressuposto processual essencial de ordem objetiva, o que torna indene o pronunciamento de extinção do feito sem resolução do mérito. Parte dispositiva Ex positis, JULGO EXTINTA a demanda sem resolução do mérito, porquanto não recolhidas, pelo Autor, as custas necessárias à consulta por sistema de InfoJud, o que implica inobservância a requisito essencial de formação e constituição regular da demanda. Faço-o de conformidade com o que dita o artigo 485, inciso IV, do Código de Processo Civil. Revogo, por fim, a liminar de fls. 41 e 44. Custas pelo Autor, acaso intencione formular nova demanda com idênticos objeto e parte. Publique-se. Registre-se. Intime-se e Cumpra-se. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se o feito e providencie-se a certidão de dívida se não houver o pagamento das custas a que foi a Autora condenada.

ADV: DAVI FONTENELE DE ALMEIDA (OAB 13125/AM) - Processo 0630984-63.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Alan Costa Maia - Vistos e examinados. O Autor Alan Costa Maia maneja o aparato judiciário em face de Banco Industrial do Brasil S/A para obter tutela antecipada para suspensão dos descontos realizados em contracheque; declaração de inexistência de débito; obrigação de não fazer; indenização por danos materiais a título de repetição de indébito em dobro; indenização por danos morais. Em exercício ao juízo de admissibilidade da proemial (fls. 37 e 38), esta Julgadora ordenou ao Autor a emenda à inicial. Regularmente intimado, porém tem-se a indeclinável notícia de que deixou transcorrer em branco o prazo legal assinalado, sem se desobrigar do cumprimento da ordem judicial, tal o que se vislumbra da certidão de fls. 41. É o relato. DECIDO. As circunstâncias acima apontadas são relevantes o bastante a sedimentar o provimento jurisidicional de inobservância aos elementos que se sagram imprescindíveis à constituição regular do feito e sua existência na órbita do direito, isto porque se revela ônus do Autor, o cumprimento da ordem judicial, sem o qual o feito se extingue por sentença que não lhe aprecia o mérito, à luz do art igo 485, inciso IV, do Código de Processo Civil. Explica-se. A Constituição Federal assegura a todos que os processos no âmbito judicial e administrativo terão razoável duração devendo ser utilizados todos os meios que garantam a celeridade da tramitação. Assim, desde que respeitadas as determinações legais, os processos judiciais terão a maior celeridade possível. Trata-se de determinação constitucional que não obriga somente aos Magistrados, mas também as partes litigantes. Logo, para que isso seja possível as partes deverão ser diligentes em relação ao curso da ação processual, especialmente, quando instadas a praticar atos. Nesse contexto, o Judiciário não pode permitir que as demandas tramitem indefinidamente nos Cartórios ou Secretarias Judiciais, principalmente quando o decurso do tempo sem manifestação é atribuído às partes. Com efeito, a presente demanda foi proposta sem que o Autor haja praticado os atos que lhe competem, qual seja, que prestasse esclarecimentos acerca do polo passivo da demanda, porquanto haja o Autor aviado demanda em face de Banco Industrial do Brasil S/A e o empréstimo o qual refere-se o Autor é “BMG CARTÃO 10” (cod. 6306). Parte dispositiva Ante o exposto, INDEFIRO a petição inicial por inobservância à ordem de emenda à proemial. Assim, em consequência, JULGO EXTINTA a presente demanda proferindo sentença sem resolução do mérito de conformidade com o que dita o artigo 485, incisos I e III, combinado com o artigo 321, parágrafo único, do Digesto Processual Civil. Observe-se à parte que poderá novamente propor a demanda, desde que ultime o saneamento de todos os vícios que lhe foram objetivamente apontados neste pronunciamento judicial. É a leitura que se extrai do artigo 486, §1º, da Lei do Rito Civil. Custas ex lege. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se o feito e ultime-se a baixa. Publique-se. Registre-se. Intime-se e Cumpra-se.

ADV: SIDDHARTA GAUTAMA DE ALMEIDA ANTONY (OAB 3962/AM) - Processo 0631316-30.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Claudionice Pereira da Silva - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 12/11/2019 às 09:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 30 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: LUIZ SÉRGIO DE VASCONCELOS JÚNIOR (OAB 29296/DF) - Processo 0631681-55.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amg Elevadores Manaus Ltda - Vistos e examinados. Cuida-se de demanda de cobrança aviada por Amg Elevadores Manaus Ltda contra Condominio Nau Capitania, destinado ao recebimento de R$ 2.465,02. Documentos carreados à inicial - fls. 9 a 22. Certidão de fls. 35, por meio da qual a parte Ré, citada, deixou de oferecer contestação. É o breve relatório. Decido. A ausência de resposta do réu dá azo à decretação da Revelia. Ocorre tal fenômeno do Instituto Jurídico quando, dada a ciência ao Réu, este permanece inerte, deixando desse modo, de responder a ação. O ônus do réu no processo é o de responder, de forma que, do seu descumprimento, impõe-se a revelia. Afirma Wambier: “Ocorrerá revelia, ainda, se o réu, citado: a) não comparecer; b) comparece, mas desacompanhado de advogado; c) comparece acompanhado de advogado e contestar, mas intempestivamente; d) comparece, acompanhado de advogado, no prazo, e produz outra modalidade de defesa, que não a contestação; e) comparece, acompanhado de advogado, contesta no prazo, mas não impugna especificamente os fatos narrados na petição inicial.” O art. 344 do CPC tem como verdadeiros os fatos narrados pelo Autor, e, por conseguinte, incontroversos pela falta de contestação. Dessa forma, decreto a REVELIA do Réu, com fulcro no artigo 344, CPC. Nesta mesma oportunidade, anuncio o julgamento antecipado da demanda, tal a dicção do artigo 355, inciso I, do Digesto Processual Civil. Colaciono: “Haverá, ainda, julgamento antecipado no caso de pendência de questões fáticas se não for preciso produzir prova oral em audiência (fundamentalmente prova testemunhal) para a sua apreciação. Toda vez que os fatos relevantes da causa não dependerem de prova (art. 334) e/ou estiverem provados documentalmente sem impugnação (art. 372), caberá o julgamento antecipado.” (MACHADO, Antônio Cláudio da Costa. Código de Processo Civil interpretado: artigo por artigo, parágrafo por parágrafo. 12. ed. Barueri, SP: Manole, 2013, p. 332). Refere-se, pois, o ilustre doutrinador, quanto ao primeiro dispositivo ao atual artigo 374, do CPC de 2015, eis que quanto ao segundo não há neste correspondência dispositiva. Diante do exposto, pode ser concluído que os princípios do contraditório e da ampla defesa figuram como verdadeiras garantias constitucionais, conforme pode ser observado pela simples leitura do dispositivo - inciso LV, do art. 5º, da CF/88. Ambos devem ser observados nas esferas processuais administrativa e judicial, sob pena de nulidade absoluta de todo “iter” processual. Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO do Autor, reconhecendo-lhe o direito ao crédito representado pelo valor de R$ 2.465,02, a ser exigido do Réu que, regularmente citado, prostrou-se inerte quanto ao oferecimento de contestação - fls. 38, incidindo-se correção

monetária oficial (INPC) e juros de mora de 1% ao mês a partir da citação válida, nos termos do que apregoa o artigo 240, da Lei do Rito Civil. Condeno o Réu, ainda, ao pagamento das custas e despesas processuais. JULGO, assim, extinta a demanda através de sentença com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, combinado com o artigo 316 do Digesto Processual Civil. P.R.I., com urgência.

ADV: RUBENS GASPAR SERRA (OAB 119859/SP), ADV: VIVIANE FEIJÓ SIMÕES (OAB 198601/SP), ADV: ROBERTO DE CARVALHO BANDIERA JÚNIOR (OAB 97904/SP), ADV: DANIEL SANTOS DE ANDRADE (OAB 6733/AM), ADV: ROMMEL JÚNIOR QUEIROZ RODRIGUES (OAB 8279/AM), ADV: WELLINGTON DE AMORIM ALVES (OAB 2993/AM), ADV: ARNOLDO BENTES COIMBRA (OAB 345/AM), ADV: RUMMENIGGE CORDOVIL GRANGEIRO (OAB 5810/AM) - Processo 0632274-26.2013.8.04.0001 (apensado ao processo 0620215-69.2014.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Frrançois Soares Guimarães - REQUERIDO: Logos Corretora de Veículos Ltda. - Chery Brasil - Banco Bradesco Financiamentos S/A - Vistos em correição permanente. Fica estabelecido à Secretaria, em processos que se encontrem em fase de cumprimento de sentença, o que adiante se vê, como meio eficaz de garantir razoável duração ao processo. 1. De início, intime-se o Executado nos termos abaixo: Da análise dos autos, imperioso que, à luz do artigo 523, §§ 1º e 2º do Digesto Processual Civil seja o Réu intimado ao cumprimento voluntário da obrigação, com acréscimo de custas, se houver. Faça-o em 15 (quinze) dias úteis, sob pena de multa de 10% (dez por cento) e honorários advocatícios de 10% (dez por cento). Em caso de pagamento parcial no prazo aludido, a multa e os honorários haverão incidir sobre o restante. “Caso o executado não satisfaça a obrigação no prazo de 15 dias, serão geradas algumas consequências desfavoráveis a ele, além de ser iniciada de forma automática, sem a necessidade de sua intimação, o prazo de 15 dias para apresentar sua impugnação.” (NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Novo Código de Processo Civil Comentado: artigo por artigo. Salvador. Ed. JusPodivm, 2016, p. 903). Observe-se que em caso de não pagamento, de intempestividade deste e/ou não apresentação de impugnação o que haverá ser certificado pela Secretaria desta UPJ, expedir-se-á, de logo e independentemente de novo despacho, mandado de penhora e avaliação com balizas procedimentais estabelecidas para os atos de expropriação, tal o que reza o artigo 523, § 3º, da Lei do Rito Civil, exceto se o Exequente formular pedido expresso para o bloqueio de ativos financeiros através do BacenJud, quando então se lhe impõe obediência ao que dita o artigo 524 e incisos, do CPC, afinal referida medida de constrição está ancorada no artigo 835 e haverá se verificar como preceituado no artigo 854 do mesmo Diploma. Em sendo positiva a penhora de ativos financeiros (constrição on line), mister seja intimado o Executado, através de seu patrono, ou pessoalmente no caso de não o possuir, a fim de que se manifeste sobre a indisponibilidade, no prazo de 05 (cinco) dias, ex vi do art. 854, §§ 2° e 3°, da Lei do Rito Civil. Finalmente salientar que, nos termos do artigo 517, caput, do Código de Processo Civil, “a decisão judicial transitada em julgado pode ser levada a protesto, nos termos da lei, depois de transcorrido o prazo para pagamento voluntário previsto no art. 523. Trata-se de medida executiva indireta, ou seja, uma forma de pressionar psicologicamente o executado a cumprir a obrigação por meio da ameaça de sua situação ser piorada, caso não satisfaça a obrigação no prazo de 15 dias (STJ, 3ª Turma, Resp 750.805/RS, rel. Min. Humberto Gomes de Barros, j. 14/02/2008, DJe 16/06/2009).” (NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Novo Código de Processo Civil Comentado: artigo por artigo. Salvador. Ed. JusPodivm, 2016, p. 905). A intimação haverá ser ultimar por publicação. Controle-se o prazo assinalado. Cumpra-se. 2. Em se realizando o pagamento de conformidade com os cálculos apresentados pelo Autor, expeça-se alvará a quem ostentar habilitação postulacional certa nos autos; 3. O processo se tornará em conclusão apenas para análise acerca de impugnação OU para autorização desta Autoridade quanto ao alvará expedido pela Secretaria desta UPJ. Cumpra-se.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0632461-58.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Contratos Bancários - REQUERENTE: Aldenir Batista Nascimento - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Considerando a legitimidade das partes e em razão da transação atender e preservar os seus interesses, HOMOLOGO o acordo para que surta seus efeitos jurídicos e legais e declaro extinto o processo com resolução do mérito (art. 487, III, “b” do CPC). Isento de custas na forma do § 3º do art. 90 do CPC. Proceda-se à baixa.

ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM) - Processo 0632894-28.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Damião Cimião Paulo de Morais e outro - Vistos. Este Juízo observou, nas folhas 49 e 50, a necessidade de ser apresentado em juízo o processo nº 0619738-70.2019 e o boletim de ocorrência policial, os quais foram apresentados pela Autora, respectivamente, nas folhas 54 a 123 e 124 e 125. Ademais, deferiu o pedido de gratuidade da justiça. É o breve relato. Decido. Em sendo assim, imperioso cuidar-se, no plano endoprocessual, da citação válida, dirigindo-se à parte demandada que haverá ocupar a angularidade passiva, o comando de seu chamamento a integrar a demanda para o perfazimento da relação jurídica espraiada perante o Estado-Juiz. Expeça-se carta citatória com aviso postal, à luz do que dita o artigo 246, inciso I, do Código de Processo Civil, observando-se sobre a essencialidade do ato de chamamento direto do Réu, quando se tratar de pessoa física, tal a dicção do artigo 242, da Lei do Rito Civil, regramento este que é diverso em caso de pessoa jurídica, na forma como apontado pelo artigo 248, §2°, do mesmo Código. Cumpram-se, a Secretaria, as disposições do artigo 248, daquele Diploma e agende-se audiência conciliatória a ser realizada durante a Semana Nacional de Conciliação, no dia 07/11/2019 às 14h30, observando-se ao Réu que deverá fazer-se acompanhar de advogado ou manifestar formalmente seu desinteresse na autocomposição, desde que o faça por petição apresentada 10 dias antes do agendamento daquele ato (artigo 334, §5°, segunda parte, da Lei do Rito Civil). O não comparecimento injustificado do Autor e/ou do Réu implica reconhecimento judicial de ato contrário à dignidade da justiça a ser reprimido por multa de até 2% da vantagem econômica pretendida, ou do valor da causa. O Réu tem 15 dias úteis para a oferta de contestação (artigo 219, do Código de Processo Civil), prazo que haverá ser contado segundo o estatuído no artigo 335, daquela Lei de Ritos. Intime-se o Autor através de seu advogado, tal a dicção do artigo 334, §3°, do CPC. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: JOSÉ DAS GRAÇAS BARROS DE CARVALHO (OAB 561/AM) - Processo 0633231-51.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0618758-60.2018.8.04.0001) - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EMBARGANTE: José Barros de Carvalho Júnior - EMBARGADO: Banco Bradesco S/A - Considerando a legitimidade das partes e em razão do acordo atender e preservar aos seus interesses, HOMOLOGO o acordo para que surta seus efeitos jurídicos e legais. Na forma do art. 922 do Código de Processo Civil, determino a suspensão do processo, devendo, caso solicitado pelo credor, ser reaberta a execução para prosseguimento a partir de onde tiver cessado.

ADV: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO (OAB 89774/SP) - Processo 0633287-50.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: S.B.S. - Vistos e examinados. Trata-se de demanda de Ação de Busca e Apreensão ajuizada por BANCO SANTANDER BRASIL S/A em face de ARON JORGE CRUZ NAJAR, por conta da inadimplência do contrato de n. 008320130502374784, destinado ao financiamento de um veículo no importe original de R$ 32.663,76 (trinta e dois mil, seiscentos e sessenta e três reais e setenta e seis centavos). Liminar deferida às fls. 45 a 47. Ato de citação, no entanto, restou infrutífero, após três tentativas de entrega, ante à ausência do Réu (fls. 41 e 42). Autor não comprovou o recolhimento das custas de diligências do oficial de justiça, conforme certidão (fls. 52). É o relato. Decido. Inolvidável a violação ao princípio da cooperação (artigo 6º, da Lei do Rito Civil), porquanto não haja a Autora cumprido o dever processual sobre si recaído no que pertine ao pressuposto objetivo de recolhimento das custas de

diligências do oficial de justiça. Não se desobrigou ele de guardar vassalagem ao estrito cumprimento do que lhe foi judicialmente apontado, o que contribuiu, sobremaneira, para a formação do convencimento judicial na hipótese concreta. Em verdade afirma, a signatária, que a extinção do processo sem resolução de mérito é medida que se impõe sempre que o Autor da demanda, instado a promover ato - sabendo-se que o recolhimento das custas e despesas é requisito da proemial - deixa de fazê-lo na forma como disciplinada na lei processual em desatendimento, ademais ao prazo estabelecido pelo Órgão Julgador. Assimilo, pois, que em casos como o ventilado, a declaração de sua improrrogabilidade impõe-se como medida de império que faz transmudar a natureza do prazo para o reconhecimento de sua peremptoriedade em nome do interesse público, vertido este na observância do princípio da razoável duração do processo. O Tribunal de Justiça do Estado se posicionou acerca da matéria esboçada em casos semelhantes para afirmar que, tendo sido o Autor intimado ao cumprimento do comando judicial de recolhimento das custas sem o atender, sobre si faz recair a possibilidade de obter o pronunciamento judicial de indeferimento da inicial. "Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. INDEFERIMENTO DA INICIAL. EXTINÇÃO PELO 267, IV DO CPC/73 (ART. 485, IV CPC/2015). HIPÓTESE EM QUE NÃO CUMPRIDA A DETERMINAÇÃO JUDICIAL DE ADEQUAÇÃO DO VALOR DA CAUSA E RECOLHIMENTO DAS CUSTAS COMPLEMENTARES. INTIMAÇÃO PESSOAL DA PARTE. DESNECESSIDADE. CASO EM QUE CABERIA APENAS NAS HIPÓTESES DE EXTINÇÃO COM BASE NOS INCISOS II E III DO ART. 267 DO CPC DE 1973, VIGENTE À ÉPOCA DA DECISÃO ATUAL (ART. 485, II E III DO CPC/2015). I. A oportunização de emenda à inicial disposta no art. 284 do CPC/73 é cabível nos casos em que a petição inicial não estiver devidamente instruída, visando evitar a extinção do feito nos termos do art. 267, I, do CPC/73. II. Se devidamente intimado, o autor não cumpre com o determinado pelo juízo a quo, não resta outra alternativa que não seja o indeferimento da inicial diante da inércia da parte. III. A extinção do feito sem resolução do mérito em razão da falta de recolhimento das custas pela parte autora não exige a prévia intimação pessoal, ou seja, a hipótese prevista no dispositivo legal elencado não se amolda ao previsto no art. 267, § 1º, do CPC/73 (atual art. 485, § 1º do CPC/2015), sendo despicienda a intimação pessoal da parte para o atendimento ao comando judicial. IV. RECURSO DE APELAÇÃO CONHECIDO E IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA." (Apelação Cível n. 0613958-91.2015.8.04.0001 15ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho Órgão Julgador: Terceira Câmara Cível - Relatora: Desembargadora Nélia Caminha Jorge Publicação: 08/08/2016). A Constituição Federal assegura a todos que os processos no âmbito judicial e administrativo terão razoável duração devendo ser utilizados todos os meios que garantam a celeridade da tramitação. Assim, desde que respeitadas as determinações legais, os processos judiciais terão a maior celeridade possível. Trata-se de determinação constitucional que não obriga somente aos Magistrados, mas também as partes litigantes. Logo, para que isso seja possível as partes deverão ser diligentes em relação ao curso da ação processual, especialmente, quando instadas a praticar atos. Nesse contexto, o Judiciário não pode permitir que as demandas tramitem indefinidamente nos Cartórios, principalmente quando o decurso do tempo sem manifestação é atribuído às partes. Com efeito, o recolhimento das custas judiciais revela requisito indispensável ao recebimento da pretensão esboçada em proemial com o prosseguimento do feito para que seja formada a relação jurídico-processual. Indeclinável, assim, a omissão à obrigação de recolhimento das custas necessárias à expedição do mandado, em frontal transgressão a pressuposto processual essencial de ordem objetiva, o que torna indene o pronunciamento de extinção do feito sem resolução do mérito. "APELAÇÃO. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. Extinção do processo por falta de recolhimento das custas iniciais, diligência e de título executivo. Falta de intimação pessoal da parte para dar andamento ao feito. Desnecessidade. Ausência de pressuposto de constituição e desenvolvimento válido do processo (CPC, art. 267, IV), independentemente de intimação pessoal do autor para cumprimento. Sentença mantida. RECURSO DESPROVIDO." (TJSP Apelação APL 10357520108260001 SP 0001035-75.2012.8.26.0001). Parte dispositiva Ex positis, JULGO EXTINTA a demanda sem resolução do mérito, porquanto não recolhidas, pelo Autor, as custas necessárias à diligência do oficial de justiça, o que implica inobservância a requisito essencial de formação e constituição regular da demanda. Faço-o de conformidade com o que dita o artigo 485, inciso IV, do Código de Processo Civil. Revogo, por fim, a liminar de fls. 45 a 47. Custas pelo Autor, acaso intencione formular nova demanda com idênticos objeto e parte. Publique-se. Registre-se. Intime-se e Cumpra-se. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se o feito e providencie-se a certidão de dívida se não houver o pagamento das custas a que foi a Autora condenada.

ADV: MAURÍCIO MARQUES DOMINGUES (OAB 175513/SP) - Processo 0633469-36.2019.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento - Despejo para Uso Próprio - REQUERENTE: Carrefour Comércio e Indústria Ltda. - Homologo a desistência do feito para fins do artigo 200, parágrafo único do Código de Processo Civil. Em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Custas pagas. Proceda-se à baixa.

ADV: CARLA CRISTINA LOPES SCORTECCI (OAB 248970/SP) - Processo 0633541-23.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Itaú Unibanco S/A - Vistos e examinados. O autor Itaú Unibanco S/A aviou a presente demanda de Busca e Apreesão contra o Réu Rivaldo dos Santos Magalhães com escopo de retomar o veículo automotor especificado na proemial (fls. 1 a 3), em razão do descumprimento do enliçamento contratual outrora entabulado no talante às parcelas de financiamento. Apresentou notificação extrajudicial dirigida ao Réu (fl. 43), comprovada através de aviso de recebimento (fl. 45). Acostou aos autos procuração (fl. 8 a 18) e contrato (fl. 39 a 40). Inicialmente, atribuiu a demanda o valor de R$ 39.645,24 (trinta e nove mil, seiscentos e quarenta e cinco reais e vinte e quatro centavos), sob os quais recolheu as custas iniciais da demanda (fls. 41 e 42). Em análise preliminar, esta Julgadora vislumbrou a necessidade de apresentação do demonstrativo de débito completo, pela parte Autora (fl. 49). Ademais, notou erro quanto ao valor atribuído à causa (fl. 50). Desta feita, o Autor corrigiu a quantia total da demanda para R$ 43.296,53 (quarenta e três mil, duzentos e noventa e seis reais e cinquenta e três centavos), e anexou novo demonstrativo de débito (fl. 53 a 56). Além disso, o litigante do polo ativo pleiteou a concessão de prazo suplementar de 20 (vinte) dias para apresentar o pagamento das custas complementares, contudo este Juízo não DEFERIU o pedido. Portanto,o Autor não realizou o recolhimento das novas custas judiciais de maneira tempestiva, conforme se averigua das folhas 64 a 68 dos autos, ensejando, assim, em extinção da demanda sem resolução do mérito (fls. 58 e 59). É o relato. Decido. A Constituição Federal assegura a todos que os processos no âmbito judicial e administrativo terão razoável duração devendo ser utilizados todos os meios que garantam a celeridade da tramitação. Assim, desde que respeitadas as determinações legais, os processos judiciais terão a maior celeridade possível. Trata-se de determinação constitucional que não obriga somente aos Magistrados, mas também as partes litigantes. Logo, para que isso seja possível as partes deverão ser diligentes em relação ao curso da ação processual, especialmente, quando instadas a praticar atos. É a dicção que se extrai do artigo 6º, da Lei do Rito Civil que integra seu conteúdo ao princípio constitucional da razoável duração do processo, tal o preconizado no artigo 5º, LXVIII, da Constituição Federal. Ocupo-me da transcrição do dispositivo estatuído no Digesto Processual Civil, porquanto novel a todos nós operadores do direito. "Art. 6º Todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva." Nesse contexto, o Judiciário não pode permitir que as demandas tramitem indefinidamente nos Cartórios, ou Secretarias de Órgãos Jurisdicionais, principalmente quando o decurso do tempo sem manifestação é atribuído às partes. "O dever de cooperar existe no interesse de todos, pos todos pretendem que o processo seja solucionado em tempo razoável." (Primeiros comentários ao novo código de processo civil: artigo por artigo / coordenação Teresa Arruda Alvim Wambier [et al] - 1. ed. - São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015, p. 62). Com efeito, a presente demanda foi proposta sem que o Autor atentassem para o prazo legal utilizável para sanar vícios, tampouco declinaram

motivação plausível para sua inobservância. Aponto, pois, que tais providências lhes foram expressamente apontadas no Ato Ordinatório emanado pela Secretaria deste Juízo, para a qual, por meio da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, foi delegada poderes, dentre eles o de determinar ao Autor emenda à inicial, consoante o artigo 1º, inciso X daquela legislação, no qual há inclusive expressa indicação do artigo 321 do Digesto Processual Civil. Art. 1º Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por ele designados a prática de atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificadas. (...) omissis X - intimar o autor para que no prazo de 15 (quinze) dias emende ou complete a petição inicial, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado (Art. 321, do NCPC), bem como initmar a parte para regularizar a sua representação processual (art. 76, NCPC) Ora, o aludido artigo 321, em seu parágrafo único, expressamente prevê que se o Autor não cumprir a diligência, ocorrente na hipótese, o juiz indeferirá a petição inicial. Não se desincumbiu, pois, o Autor de atender aos requisitos da petição inicial estatuídos que são no artigo 319, do Digesto Processual Civil, tais as pontuações realizadas no relatório desta sentença. Descurou, pois de recolhimento das custas complementares da demanda de maneira tempestiva. Parte dispositiva Ante o exposto, INDEFIRO a petição inicial e, em consequência, JULGO EXTINTA a presente demanda proferindo sentença sem resolução do mérito de conformidade com o que dita o artigo 485, inciso I, combinado com o artigo 316, do Novo Digesto Processual Civil. Observe-se às partes que poderão novamente propor a demanda, desde que ultimem o saneamento de todos os vícios que lhe foram, objetivamente apontados neste pronunciamento judicial. É a leitura que se extrai do artigo 486, §1º, da Lei do Rito Civil. Honorários advocatícios que não são estabelecidos, eis que não formada a relação jurídico-processual em triangulação. Publique-se. Registre-se. Intime-se e Cumpra-se. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se o feito e ultime-se a baixa.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM) - Processo 0633788-72.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Vistos e examinados. Cuida-se de demanda de cobrança aviada por Banco Bradesco S/A contra Marcelo Souza Nonato, destinado ao recebimento de R$ 77.720,62. Documentos carreados à inicial - fls. 07/33. Audiência de conciliação realizada no Cejusc, à qual a parte Ré não compareceu nem ofereceu contestação, apesar de citada - fls. 42/43. É o breve relatório. Decido. A ausência de resposta do réu dá azo à decretação da Revelia. Ocorre tal fenômeno do Instituto Jurídico quando, dada a ciência ao Réu, este permanece inerte, deixando desse modo, de responder a ação. O ônus do réu no processo é o de responder, de forma que, do seu descumprimento, impõe-se a revelia. Afirma Wambier: "Ocorrerá revelia, ainda, se o réu, citado: a) não comparecer; b) comparece, mas desacompanhado de advogado; c) comparece acompanhado de advogado e contestar, mas intempestivamente; d) comparece, acompanhado de advogado, no prazo, e produz outra modalidade de defesa, que não a contestação; e) comparece, acompanhado de advogado, contesta no prazo, mas não impugna especificamente os fatos narrados na petição inicial." O art. 344 do CPC tem como verdadeiros os fatos narrados pelo Autor, e, por conseguinte, incontroversos pela falta de contestação. Dessa forma, decreto a REVELIA do Réu, com fulcro no artigo 344, CPC. Nesta mesma oportunidade, anuncio o julgamento antecipado da demanda, tal a dicção do artigo 355, inciso I, do Digesto Processual Civil. Colaciono: "Haverá, ainda, julgamento antecipado no caso de pendência de questões fáticas se não for preciso produzir prova oral em audiência (fundamentalmente prova testemunhal) para a sua apreciação. Toda vez que os fatos relevantes da causa não dependerem de prova (art. 334) e/ou estiverem provados documentalmente sem impugnação (art. 372), caberá o julgamento antecipado." (MACHADO, Antônio Cláudio da Costa. Código de Processo Civil interpretado: artigo por artigo, parágrafo por parágrafo. 12. ed. Barueri, SP: Manole, 2013, p. 332). Refere-se, pois, o ilustre doutrinador, quanto ao primeiro dispositivo ao atual artigo 374, do CPC de 2015, eis que quanto ao segundo não há neste correspondência dispositiva. Diante do exposto, pode ser concluído que os princípios do contraditório e da ampla defesa figuram como verdadeiras garantias constitucionais, conforme pode ser observado pela simples leitura do dispositivo - inciso LV, do art. 5º, da CF/88. Ambos devem ser observados nas esferas processuais administrativa e judicial, sob pena de nulidade absoluta de todo "iter" processual. Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO do Autor, reconhecendo-lhe o direito ao crédito representado pelo valor de R$ 77.720,62 , a ser exigido do Réu que, regularmente citado, prostrou-se inerte quanto ao oferecimento de contestação e ida à audiência de fls. 42/43, incidindo-se correção monetária oficial (INPC) e juros de mora de 1% ao mês a partir da citação válida, nos termos do que apregoa o artigo 240, da Lei do Rito Civil. Condeno o Réu, ainda, ao pagamento das custas e despesas processuais. JULGO, assim, extinta a demanda através de sentença com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, combinado com o artigo 316 do Digesto Processual Civil. P.R.I., com urgência.

ADV: ROBERVAL EMERSON OLIVEIRA DE PAULA FILHO (OAB 6721/AM) - Processo 0634023-68.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Residencial Ponta Negra 2 - Considerando a legitimidade das partes e em razão da transação atender e preservar os seus interesses, HOMOLOGO o acordo para que surta seus efeitos jurídicos e legais e declaro extinto o processo com resolução do mérito (art. 487, III, "b" do CPC). Isento de custas na forma do § 3º do art. 90 do CPC. Proceda-se à baixa.

ADV: JOÃO ROAS DA SILVA (OAB 98981/MG) - Processo 0634204-79.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Intermedium S/A - Vistos e examinados. O Autor ingressou com a presente demanda de execução por quantia certa contra devedor solvente, em virtude do descumprimento das obrigações contratuais pecuniárias pelo Réu decorrentes da Cédula de Crédito Bancário. Após juízo de admissibilidade, foi determinada expedição de mandado de citação e penhora no endereço apontado na exordial, o que foi infrutífero, conforme se extrai de certidão de fls. 106. A parte exequente trouxe aos autos novo endereço situado no estado do Rio de Janeiro (fls. 109), o que foi indeferido por esta Julgadora (fls. 111). Manifestou-se mais uma vez o Exequente para requerer a pesquisa de endereços através do sistema BacenJud, antes de análise do pedido, acostou pedido de desistência da demanda (fls. 115). O Réu, assinala-se, sequer chegou a ser citado, tornando desnecessário o seu consentimento para que a desistência produza os efeitos almejados, nos termos do § 4o, do artigo 485, do Código de Processo Civil. Parte dispositiva Assim sendo, HOMOLOGO a presente desistência, à inteligência do que dita o artigo 200, parágrafo único, daquele Diploma legal. Em consequência, JULGO EXTINTO o feito sem resolução do mérito, fazendo-o com sustentáculo no inciso VIII, do art. 485, do Digesto Processual Civil. "Desistência da ação é ato unilateral do autor (incondicionado ou condicionado - v. § 4° e art. 298, parágrafo único) pelo qual se abre mão do processo como meio de solução do litígio. Não se confunde com renúncia, que tem por objeto o direito material, sem com ato de disposição do direito de ação, que teria como consequência não permitir a propositura. Do que se abre mão na desistência é apenas do instrumento, a relação processual, nada impedindo que a ação volte a ser proposta (art. 268, caput)." (MACHADO, Antônio Cláudio da Costa. Código de Processo Civil interpretado: artigo por artigo, parágrafo por parágrafo - 12ª. ed. - Baueri, SP: Manole, 2013, p. 249). Custas de processamento da demanda e honorários advocatícios que decorrem da sentença de desistência haverão ser suportados pelo Autor, segundo dicção do artigo 90, da Lei do Rito Civil. "Art. 90. Proferida sentença com fundamento em desistência, em renúncia ou em reconhecimento do pedido, as despesas e os honorários serão pagos pela parte que desistiu, renunciou ou reconheceu." Colaciono: "Trata-se de consagração específica do princípio da causalidade: responde o autor por ter dado causa ao processo e depois desistido dele ou renunciado ao direito material; responde o réu por ter exigido do autor a propositura da ação e reconhecido seu pedido em juízo." (NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Novo Código de Processo Civil Comentado: artigo por artigo. Salvador. Ed. JusPodivm, 2016, p. 145) (grifo posterior). Publique-se. Registre-se. Intime-se e Cumpra-se. Certificado o trânsito em julgado, e desde que não hajam pendências, arquive-se o caderno virtual e ultime-se sua baixa diante da Distribuição.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0634689-74.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Pan S/A - Homologo a desistência do feito para fins do artigo 200, parágrafo único do Código de Processo Civil. Em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Custas pagas. Proceda-se à baixa.

ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 921A/AM) - Processo 0634812-67.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Vistos. O autor Banco Bradesco Financiamentos S/A aviou a presente demanda de Busca e Apreesão contra o Réu Luiz Eduardo Melo Marques com escopo de retomar o veículo automotor especificado na proemial (fls. 1 a 6), em razão do descumprimento do enliçamento contratual outrora entabulado no talante às parcelas de financiamento, como se infere da planilha em anexo (fl. 48 e 49). Apresentou notificação extrajudicial dirigida ao Réu (fl. 45), comprovada através de aviso de recebimento (fl. 46 e 47). Acostou aos autos procuração (fl. 21 a 24) e cédula de crédito bancário (fl. 25 a 28). Atribuiu a demanda o valor de R$ 19.608,31 (dezenove mil, seiscentos e oito reais e trinta e um centavos), sob os quais recolheu as custas iniciais da demanda (fls. 50 e 51). Esta Julgadora, em análise preliminar, ordenou a citação do Réu (fls. 52 a 54), sendo emitido mandado de busca e apreensão e citação (fl. 65), o qual não foi teve efeito efetivo, pois o Autor requereu a extinção da presente ação, bem como expressou sua desistência do prazo recursal (fl. 66). É o relato. Decido. Pois bem. Homologo a desistência do feito para fins do artigo 200, parágrafo único do Código de Processo Civil. Reconheço a desistência por parte do Autor dos prazos recursais e, revogo a decisão proferida nas folhas 52 a 54 dos autos. Em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Custas pagas. Proceda-se à baixa.

ADV: DINA FLÁVIA FREITAS DA SILVA (OAB 8182/AM), ADV: CARLOS ALBERTO BAIÃO (OAB A925AM) - Processo 0634965-03.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: José Ribeiro do Nascimento - REQUERIDO: Banco Itaú BMG Consignado S/A - Vistos e examinados. Os Acordantes atravessaram conjuntamente petitório por meio do qual estabelecem cláusulas de ajuste restabelecedor da paz social. Fizeram-no para encerrar a presente demanda declaratória de inexigibilidade de débito cumulada com repetição do indébito e reparação por danos morais. Assim, em exercício ao juízo apreciativo a respeito da legalidade das cláusulas avençadas (fls. 126 e 127) esta Julgadora lança a presente sentença. Parte dispositiva HOMOLOGO por sentença o acordo entabulado entre as partes para o fim de que produza seus jurídicos e legais efeitos, segundo dicção do artigo 269, inciso III, da Lei do Rito Civil. Faço-o proferindo sentença com resolução do mérito. Custas ex lege. Publique-se. Registre-se. Intimem-se e Cumpra-se. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se o processo e ultime-se a respectiva baixa.

ADV: ANDRÉA CRISTINA DA COSTA LE SUEUR (OAB 6161/AM), ADV: MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO (OAB 21593A/GO), ADV: ANNIE MARA ARRUDA DE SÁ E BRITO (OAB 6286/AM), ADV: MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO (OAB A700/AM) - Processo 0635273-44.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Vistos e examinados. O autor Banco Bradesco Financiamentos S/A aviou a presente demanda de Busca e Apreesão contra o Réu Paulo Gerje Ferreira Fonseca com escopo de retomar o veículo automotor especificado na proemial (fls. 1 a 3), em razão do descumprimento do enliçamento contratual outrora entabulado no talante às parcelas de financiamento. Não apresentou notificação extrajudicial dirigida ao Réu. Acostou aos autos procuração (fls. 10 a 16) e contrato (fl. 22 a 29). Atribuiu a demanda o valor de R$ 5.096,22 (cinco mil e noventa e seis reais e vinte e dois centavos), sob os quais recolheu as custas iniciais da demanda (fls. 17 a 21). Esta Julgadora, em análise preliminar, vislumbrou a necessidade de notificar o Réu em mora e apresentar demonstrativo de débito (fls. 44 e 45). Em resposta, o Autor opôs Embargos de Declaração (fls. 33 a 39), os quais não foram acolhidos (fls. 40 e 41). Em seguida, o litigante do polo ativo juntou aos autos memorial de cálculo (fl. 42), ademais recorreu ao Egrério Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas/AM, através de Agravo de Instrumento (fls. 57 e 58). A decisão proferida pelo Egrério Tribunal encontra-se nos autos, nas folhas 63 a 70, sendo assim obedecida por esta Magistrada, conforme se averigua nas folhas 75 a 77. Desta feita, ordenou-se a citação do Réu. Por meio do primeiro mandado (fl. 84) realizou-se a busca e apreensão do automóvel em questão e depositou-se sob guarda do Sr. Wesley Pereira da Costa (fls. 87 e 88), contudo não foi possível a citação. Por isso, emitiu-se um segundo mandado (fls. 100), o qual não obteve êxito. Consecutivamente, ocorreu consulta ao INFOJUD (fl. 116) e RENAJUD (fl. 117), levando a uma terceira tentativa de citação (fl. 131), a qual também não logrou o resultado esperado (fl. 137). Procurou-se citar o Réu por outras três vezes (fls. 150, 166 e 182), todavia nenhuma teve sucesso. Assim, a Secretária deste Juízo emitiu Ato Ordinatório para que o Autor, em cinco dias, se pronunciasse quanto ao não cumprimento do último Mandado, contudo, este não o fez (fls. 185 a 188). É o relato. Decido. A Constituição Federal assegura a todos que os processos no âmbito judicial e administrativo terão razoável duração devendo ser utilizados todos os meios que garantam a celeridade da tramitação. Assim, desde que respeitadas as determinações legais, os processos judiciais terão a maior celeridade possível. Trata-se de determinação constitucional que não obriga somente aos Magistrados, mas também as partes litigantes. Logo, para que isso seja possível as partes deverão ser diligentes em relação ao curso da ação processual, especialmente, quando instadas a praticar atos. É a dicção que se extrai do artigo 6º, da Lei do Rito Civil que integra seu conteúdo ao princípio constitucional da razoável duração do processo, tal o preconizado no artigo 5º, LXVIII, da Constituição Federal. Ocupo-me da transcrição do dispositivo estatuído no Digesto Processual Civil, porquanto novel a todos nós operadores do direito. “Art. 6º Todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva.” Nesse contexto, o Judiciário não pode permitir que as demandas tramitem indefinidamente nos Cartórios, ou Secretarias de Órgãos Jurisdicionais, principalmente quando o decurso do tempo sem manifestação é atribuído às partes. “O dever de cooperar existe no interesse de todos, pos todos pretendem que o processo seja solucionado em tempo razoável.” (Primeiros comentários ao novo código de processo civil: artigo por artigo / coordenação Teresa Arruda Alvim Wambier [et al] - 1. ed. - São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015, p. 62). Com efeito, a presente demanda foi proposta sem que os Autores hajam praticado os atos que lhes competem inclusive sem atentarem ao prazo legal para que o fizesse, tampouco declinaram motivação plausível para sua inobservância. Aponto, pois, que tais providências lhes foram expressamente apontadas no Ato Ordinatório emanado pela Secretaria deste Juízo, para a qual, por meio da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, foi delegada poderes, dentre eles o de determinar ao Autor emenda à inicial, consoante o artigo 1º, inciso X daquela legislação, no qual há inclusive expressa indicação do artigo 321 do Digesto Processual Civil. Art. 1º Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por ele designados a prática de atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificadas. (...) omissis X - intimar o autor para que no prazo de 15 (quinze) dias emende ou complete a petição inicial, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado (Art. 321, do NCPC), bem como initmar a parte para regularizar a sua representação processual (art. 76, NCPC) Ora, o aludido artigo 321, em seu parágrafo único, expressamente prevê que se o Autor não cumprir a diligência, ocorrente na hipótese, o juiz indeferirá a petição inicial. Não se desincumbiu, pois, o Autor de atender aos requisitos da petição inicial estatuídos que são no artigo 319, do Digesto Processual Civil, tais as pontuações realizadas no relatório desta sentença. Descurou, pois de manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo de 5 (cinco) dias. Parte dispositiva Ante o exposto, INDEFIRO a petição inicial e, em consequência, JULGO EXTINTA a presente demanda proferindo sentença sem resolução do mérito de conformidade com o que dita o artigo 485, inciso I, combinado com o artigo 316, do Novo Digesto Processual Civil. Revogo, por fim, decisão interlocutória

proferida nas folhas 75 a 77. Observe-se às partes que poderão novamente propor a demanda, desde que ultimem o saneamento de todos os vícios que lhe foram, objetivamente apontados neste pronunciamento judicial. É a leitura que se extrai do artigo 486, §1º, da Lei do Rito Civil. Custas de lei exigíveis, porquanto silentes os Autores quanto à demonstração de hipossuficiência para o recolhimento. Honorários advocatícios que não são estabelecidos, eis que não formada a relação jurídico-processual em triangulação. Publique-se. Registre-se. Intime-se e Cumpra-se. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se o feito e ultime-se a baixa.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0635365-51.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Conversão - REQUERENTE: Walclisio Marques Gomes - Vistos e examinados. O Autor aviou Embargos Aclaratórios (fls. 158 a 163) contra a sentença desta Julgadora que extinguiu a demanda sem aprofundamento de mérito por ausência de preenchimento de pressuposto subjetivo relativo ao Juízo, após análise de laudo pericial (fls. 85 a 91) que detectou que a incapacidade do Autor não teria nexo causal com sua atividade laborativa. O Embargante assevera que houve omissão deste juízo no que concerne a demais documentos nos autos que comprovariam o nexo causal, inclusive o fato de ter sido deferido administrativamente pelo Réu, o auxílio doença acidentário. Prosseguindo a análise, observa-se que, não, assiste razão à parte Embargante quanto ao pleito de modificação do julgado por meio de embargos de declaração com efeito modificativo. Senão vejamos: Considera-se como acidente de trabalho o trauma que o segurado sofre em consequência do trabalho. Indispensável, portanto, que fique demonstrada a relação de causa e efeito existente entre o trabalho exercido pelo segurado e as lesões que o acometem, de modo a ensejar a concessão de aposentadoria por invalidez, se a incapacidade decorrente das lesões é total, para todo e qualquer trabalho, e definitiva, isto é, não suscetível de reabilitação, tal fato define inclusive a competência do juízo. Conforme se constata da leitura do laudo pericial às fls. 85 a 91, a incapacidade reconhecida não guarda relação com a atividade desempenhada pelo Autor, tampouco com acidente de trabalho, a prova pericial é essencial para definir questões como a do caso em tela, mesmo após análise das demais documentaçãos nos autos, esta Julgadora decidiu em conformidade com o laudo pericial nos autos, não houve qualquer omissão acerca das provas acostadas. AÇÃO PREVIDÊNCIÁRIA. BENEFÍCIO. AUXÍLIO-DOENÇA PREVIDENCIÁRIO OU APOSENTADORIA POR INVALIDEZ PREVIDENCIÁRIA. CEGUEIRA COMPLETA NO OLHO DIREITO E PARCIAL NO OLHO ESQUERDO. AUSÊNCIA DE ALEGAÇÃO DE INCAPACIDADE DECORRENTE DE EXERCÍCIO DE ATIVIDADES LABORATIVAS OU ACIDENTE DO TRABALHO.NATUREZA PREVIDENCIÁRIA. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. Decreto a nulidade da r. sentença proferida e de todos os atos processuais praticados nos autos, devendo os autos ser remetidos para uma das Varas Federais de São Paulo Cível 1ª Subseção -. RECURSO NÃO CONHECIDO. REMESSA DOS AUTOS À JUSTIÇA FEDERAL. (TJ-SP - APL: 1052378-29.2015.8.26.0053, Relator: Valdecir José do Nascimento, Data de Julgamento: 28/06/2016, 16ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 28/06/2016). ACIDENTÁRIA Expedidor de mercadorias Lesão em joelho direito Exame pericial que concluiu pela ausência de incapacidade laborativa e de nexo causal Laudo não contrariado por nenhum outro trabalho técnico Improcedência mantida Recurso desprovido. (TJSP; Apelação 0001270-51.2005.8.26.0142; Relator (a): Cyro Bonilha; Órgão Julgador: 16ª Câmara de Direito Público; Foro de Colina - Vara Única; Data do Julgamento: 21/08/2018; Data de Registro: 23/08/2018). Parte dispositiva Desta feita JULGO IMPROCEDENTES os aclaratórios para manter incólume a sentença de fls. 150 a 153, eis que não verifico ocorrência de omissão, contradição, obscuridade ou erro material (artigo 1.022 e incisos da Lei do Rito Civil). Publique-se. Registre-se. Intimem-se e Cumpra-se.

ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE), ADV: ARIOSMAR NERIS (OAB 232751/SP), ADV: DANIEL NUNES ROMERO (OAB 168016/SP) - Processo 0635691-45.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Volkswagen S/A - Vistos. O autor Banco Volkswagen S/A aviou a presente demanda de Busca e Apreesão contra a L. V. Da Silva - ME (Navegação - ME) com escopo de retomar o veículo automotor especificado na proemial (fls. 1 a 3), em razão do descumprimento do enliçamento contratual outrora entabulado no talante às parcelas de financiamento, como se infere da planilha em anexo (fls. 49 a 50). Apresentou notificação extrajudicial dirigida ao Réu (fl. 51), comprovada através de aviso de recebimento (fl. 52). Acostou aos autos procuração (fl. 43 a 47). Atribuiu a demanda o valor de R$32.822,57 (trinta e dois mil, oitocentos e vinte e dois reais e cinquenta e sete centavos), sob os quais recolheu as custas iniciais da demanda (fls. 53 a 54). Esta Julgadora, em análise preliminar, vislumbrou que o Autor não se desincumbiu de notificar o Réu para a caracterização de mora (fls. 56 e 57). Sendo corrigido tal vício, através de manifestação nos autos proferindo esclarecimentos (fl. 58). Assim, ordenou-se citar o Réu (fls. 73 a 75), sendo emitido mandado de busca e apreensão e citação (fl. 87). Contudo, este não obteve êxito (fl. 91). Em sendo assim, o Autor requereu a suspensão do processo pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias (fl. 89), objetivando realizar acordo com a Ré. Contudo, a litigante do polo passivo quedou-se inerte, levando o Banco Volkswagen a pleitear o prosseguimento da demanda (fl. 95). Consecutivamente, o Autor buscou dar prosseguimento a demanda, objetivando citar o Réu, contudo antes que isso viesse a acontecer entrou em acordo com o mesmo extrajudicialmente (fl. 45). Houve outras duas tentativas de citar o Réu (fls. 108 e 121), todavia ambas sem sucesso. Desta feita, o Banco Volkswagen S/A requereu a EXTINÇÃO do presente feito, com fulcro no artigo 485, inciso VIII, do Código de Processo Civil. Ademais, expressou manifesta desistência do prazo recursal, solicitou a baixa da restrição judicial licenciamento, transferência de propriedade e recolhimento do veículo objeto da ação, mediante sistema RENAJUD (fl. 144). É o relato. Decido. Pois bem. Esta Magistrada vislumbra a necessidade de esclarecer quanto ao pedido de realização de diligência eletrônica/on-line no sistema BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL (fls. 127). Ocorre que somente se realizou a consulta do sistema RENAJUD (fl. 137) e INFOJUD (fl. 138), cabendo assim a realização da baixa em relação a estes. Homologo a desistência do feito para fins do artigo 200, parágrafo único do Código de Processo Civil. Reconheço a desistência por parte do Autor dos prazos recursais e, revogo a decisão proferida nas folhas 73 a 75 dos autos. Em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Custas pagas. Proceda-se à baixa.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0636563-89.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos em correição permanente. Malograda a única tentativa de citação do Réu (fls. 53 e 57), o Autor pugnou o prosseguimento da demanda, nas folhas 64 e 65 dos autos. É o breve relato. DECIDO. Intime-se o Autor para que promova, no prazo de 5 dias úteis, o andamento do feito, com espeque à ultimar providências para a citação do Réu através dos esgotamento das vias estatuídas no artigo 246 da Lei do Rito Civil, ou informe a este Juízo o endereço do Réu, pugne a utilização de outras ferramentas de localização de endereço, e, no mesmo prazo, ultime o recolhimentos das custas de diligências pleiteadas, tudo sob pena de sua extinção sem resolução do mérito por indeferimento à proemial, tal a inteligência do artigo 485, inciso I, daquele diploma. Ademais, que também se manifeste acerca de possível reconhecimento da prescrição da pretensão bosquejada. Cumpra-se.

ADV: LUIZA HELENA RIBEIRO SIMONETTI CABRAL (OAB 3502/AM), ADV: WALDERY JUNIO MARQUES DE MESQUITA (OAB 10714/AM) - Processo 0636898-11.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Habitacional do Conjunto Tocantins 2º Etapa - Vistos. Preliminarmente, o Juízo vislumbrou a necessidade de prestação de esclarecimentos quanto a possível perda de pretensão em relação as faturas 11/07/2014 a 11/07/2015 (fl. 95). Portanto, o Exequente apresentou tabela destrinchando detalhadamente o período da cobrança, comprovando não haver prescrição quanto as datas citadas (fls. 99 e 100). Ademais, o litigante do polo ativo

peticionou gratuidade da justiça, havendo assim solicitação por parte deste Juízo para que aquele demonstrasse a necessidade de concessão da benesse (fl. 96). Desta feita, o condomínio exequente realizou nova solicitação postulando o parcelamento das custas iniciais da demanda em 6 (seis) vezes (fl. 103). É o relato. Decido. Pois bem. DEFIRO o pedido de parcelamento das custas processuais em 6 (seis) prestações, pois que compreendo que, em fls. 48 a 84, o Autor acostou aos autos documentos suficientes para comprovação do cabimento de parcelamento das custas inicias, para que tenha acesso ao Judiciário, conforme o disposto no artigo 98, parágrafo 6º, do Código de Processo Civil. Colaciona-se Agravo de Instrumento 4004373-28.2017.8.04.0000 do egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas: "AGRAVO DE INSTRUMENTO. BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA. EXISTÊNCIA DE ELEMENTOS QUE INDIQUEM A AUSÊNCIA DOS REQUISITOS DA CONCESSÃO. DECISÃO DE PRIMEIRO GRAU MANTIDA. POSSIBILIDADE DEPARCELAMENTO. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. 1. O benefício da justiça gratuita, atualmente, vem regulado pelo Código de Processo Civil a partir do art. 98; 2. Uma vez comprovado a capacidade financeira da parte agravante, a manutenção do indeferimento da justiça gratuita é medida que se impõe; 3. Todavia, a fim de assegurar o acesso ao Judiciário, é de se determinar oparcelamentodo pagamentodascustasnos termos do que dispõe o art. 98, § 6º do CPC/2015; 4. Recurso conhecido e parcialmente provido.". Imperioso, todavia cuidar-se, no plano endoprocessual da citação válida, dirigindo-se à parte demandada que haverá ocupar a angularidade passiva, o comando de seu chamamento a integrar a demanda para o perfazimento da relação jurídica espraiada perante o Estado-Juiz. Expeça-se carta citatória com aviso postal, à luz do que dita o artigo 246, inciso I, do Código de Processo Civil, observando-se sobre a essencialidade do ato de chamamento direto do Réu, quando se tratar de pessoa física, tal a dicção do artigo 242, da Lei do Rito Civil, regramento este que é diverso em caso de pessoa jurídica, na forma como apontado pelo artigo 248, §2°, do mesmo Código. Cumpram-se, a Secretaria, as disposições do artigo 248, daquele Diploma e agende-se perante a Central de Conciliação e Mediação das Varas Cíveis, audiência conciliatória, observando-se ao Réu que deverá fazer-se acompanhar de advogado ou manifestar formalmente seu desinteresse na autocomposição, desde que o faça por petição apresentada 10 dias antes do agendamento daquele ato (artigo 334, §5°, segunda parte, da Lei do Rito Civil). O não comparecimento injustificado do Autor e/ou do Réu implica reconhecimento judicial de ato contrário à dignidade da justiça a ser reprimido por multa de até 2% da vantagem econômica pretendida, ou do valor da causa. O Réu tem 15 dias úteis para a oferta de contestação (artigo 219, do Código de Processo Civil), prazo que haverá ser contado segundo o estatuído no artigo 335, daquela Lei de Ritos. Intime-se o Autor através de seu advogado, tal a dicção do artigo 334, §3°, do CPC. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 1164A/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0637719-15.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. - Vistos. Preliminarmente, este Juízo vislumbrou a necessidade de confirmação por parte da Secretaria quanto ao recolhimento das custas iniciais da demanda (fls. 44, 45, 50 e 51). Esta solicitação foi realizada nas folhas 52 a 55 dos autos. Ademais, o autor aviou petição simples, em que apresentou recolhimento das guias relativas ao bloqueio da garantia via sistema RENAJUD e, diligência do Sr. Oficial de Justiça (fls. 56 a 62). É o breve relato. Decido. O modelo contratual delineado no Decreto-Lei n. 911/69 torna resolúvel o domínio do bem em favor do credor (possuidor indireto do veículo) em caso de inadimplemento do instrumento pelo devedor (possuidor direto). "PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. LIMINAR POSTERGADA PARA APÓS A CONTESTAÇÃO. INOBSERVÂNCIA DE RITO. DECRETO-LEI N. 911/69. AUSÊNCIA DE CIRCUNSTÂNCIA EXCEPCIONAL. DEFERIMENTO. I. Inexistindo qualquer circunstância excepcional indicada pelo juízo, bastante à concessão da liminar para a busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente a comprovação dos requisitos previstos no art. 3º do Decreto-lei n. 911/69, cuja constitucionalidade já foi reconhecida pelo Egrégio Supremo Tribunal Federal. II. Recurso especial conhecido e provido." (REsp. 678.039/SC, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 18.11.2004, DJ 14.03.2005 p. 380). Pois bem, os documentos acostados à proemial - inadimplemento contratual e constituição do Réu em mora - são suficientemente sólidos a estabelecer a sustentabilidade deste decisório no sentido de DEFERIR, como deferida tenho a liminar formulada, porquanto se encontre em mora o Réu. Faço-o de conformidade com o apregoado no artigo 3°, caput, do Decreto-Lei n° 911/69. A consequência natural de tal pontuação é a ordem para que seja expedido o competente mandado, depositando-se o bem sob a responsabilidade e os cuidados da pessoa indicada na vestibular, ou a quem o Autor (proprietário do veículo alienado) indicar ao oficial de justiça, que de seu turno haverá nomeá-la como depositária. Em se dando o cumprimento da ordem supramencionada impende que se realize a citação do Réu para efetuar o pagamento integral do débito (quitação da obrigação contratual) apontado pelo Autor (credor fiduciário) em 5 (cinco) dias, quando então restituir-se-á, àquele, o bem livre de ônus (artigo 3°, § 2°, do Decreto Lei nº 911/69) e, para contestar a demanda no prazo de 15 (quinze) dias, contados da execução da liminar, nos termos do que reza o artigo 3°, § 3°, do mesmo Diploma, sob pena de revelia. (STJ, REsp 1.233.299-PR, julgado em 15/04/2011) e Precedentes (REsp 767.27/SP, DJ de 13/02/2006; AgRg no Ag 772.797/DF, DJ de 06/08/2007; REsp 1.061.388/SP, DJ de 27/06/2008 e REsp 1.287.402/PR, DJe 18/06/2013. Só se admitirá a purgação da mora nesta demanda de busca e apreensão se o Réu houver pago, pelo menos, 40% do valor financiado, tal o que se extrai da Súmula n. 284, do STJ: "Súmula 284 - A purga da mora, nos contratos de alienação fiduciária só é permitida quando já pagos pelo menos 40% (quarenta por cento) do valor financiado." Observe-se ao Réu que poderá produzir sua resposta à demanda mesmo que pague a integralidade do débito, desde que entenda ter havido pagamento a maior e desejar a restituição, segundo o que dispõe o artigo 3º, § 4º, do Decreto-Lei n° 911/69. No caso de haver devedor solidário faz-se imperioso que se lhe cientifique. Na hipótese de não pagamento do Réu e desde que retomado o bem e ultimada sua entrega em depósito ao representante legal do Autor (instituição financeira), consolidar-se-ão a propriedade e a posse plena e exclusiva do veículo no âmbito de seu patrimônio, quando então caberão às repartições competentes, quando for o caso, expedir novo certificado de registro de propriedade em nome do credor, ou de terceiro por ele indicado, livre do ônus da propriedade fiduciária.(Redação dada pela Lei 10.931, de 2004). O inadimplemento ou a mora em que incorra o devedor nas obrigações contratuais garantidas mediante alienação fiduciária autorizam ao credor fiduciário (proprietário) à venda do bem a terceiros, independentemente de leilão, hasta pública, avaliação prévia ou qualquer outra medida judicial ou extrajudicial, salvo disposição expressa em contrário prevista no contrato, aplicando-se o preço da venda no pagamento do crédito ostentado pelo Autor e também das despesas decorrentes, sem prejuízo à entrega do que remanescer ao devedor, se houver, com a imprescindível prestação de contas.(Redação dada pela Lei nº 13.043, de 2014). Comunique-se ao DETRAN sobre a existência desta demanda e a restrição judicial recaída sobre o bem por intermédio do sistema RENAJUD. Faça-o à luz do artigo 3ª, §9º, do Decreto-Lei n. 911/69, de molde a que reste impossibilitada a venda do veículo a terceiro. É expressamente dispensada a publicação deste pronunciamento, EXCETO se a Secretaria constatar que o Autor ainda não recolheu as despesas relativas à diligência a cargo do oficial de justiça (artigo 2º, § 1º, do Provimento n. 250/2015-CGJ/AM), para cuja desobrigação a ele assinalo o prazo de 5 dias, sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito por falta de observância a pressuposto de seu desenvolvimento válido e regular. RECOMENDO à Secretaria que se dedique à leitura dos pronunciamentos judiciais para que evite a torrente de processos desnecessariamente conclusos para despachos. Cumpra-se.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0638130-58.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - Vistos e examinados. O Autor Banco Itaúcard

S/A ingressou com a presente demanda de busca e apreensão de veículo automotor, em virtude do descumprimento das obrigações contratuais pecuniárias pelo Réu Thalyson Lucicley Ribeiro decorrentes do Contrato de Financiamento do bem gravado com cláusula de alienação fiduciária. Houve o deferimento da tutela para a retomada do bem (fls. 29 a 31). O Autor, atravessou petição a este Juízo em que estatuiu propósito inequívoco de desistência da demanda (fls. 34). O Réu, assinala-se, sequer chegou a ser citado para compor o polo passivo da presente demanda, tornando desnecessário o seu consentimento para que a desistência produza os efeitos almejados, nos termos do § 4o, do artigo 485, do Código de Processo Civil. Parte dispositiva Assim sendo, HOMOLOGO a presente desistência, à inteligência do que dita o artigo 200, parágrafo único, daquele Diploma legal. Em consequência, JULGO EXTINTO o feito sem resolução do mérito, fazendo-o com sustentáculo no inciso VIII, do art. 485, do Digesto Processual Civil. "Desistência da ação é ato unilateral do autor (incondicionado ou condicionado v. § 4° e art. 298, parágrafo único) pelo qual se abre mão do processo como meio de solução do litígio. Não se confunde com renúncia, que tem por objeto o direito material, nem com ato de disposição do direito de ação, que teria como consequência não permitir a repropositura. Do que se abre mão na desistência é apenas do instrumento, a relação processual, nada impedindo que a ação volte a ser proposta (art. 268, caput)." (MACHADO, Antônio Cláudio da Costa. Código de Processo Civil interpretado: artigo por artigo, parágrafo por parágrafo 13ª. ed. Baueri, SP: Manole, 2014, p. 242). Custas de processamento da demanda e honorários advocatícios que decorrem da sentença de desistência haverão ser suportados pelo Autor, segundo dicção do artigo 90, da Lei do Rito Civil. "Art. 90. Proferida sentença com fundamento em desistência, em renúncia ou em reconhecimento do pedido, as despesas e os honorários serão pagos pela parte que desistiu, renunciou ou reconheceu." Colaciono: "Trata-se de consagração específica do princípio da causalidade: responde o autor por ter dado causa ao processo e depois desistido dele ou renunciado ao direito material; responde o réu por ter exigido do autor a propositura da ação e reconhecido seu pedido em juízo." (NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Novo Código de Processo Civil Comentado: artigo por artigo. Salvador. Ed. JusPodivm, 2016, p. 145) (grifo posterior). Publique-se. Registre-se. Intime-se e Cumpra-se. Certificado o trânsito em julgado, e desde que não haja pendências, arquive-se o caderno virtual e ultime-se sua baixa diante da Distribuição.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0638870-16.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Vistos. Cuida-se de ação de busca e apreensão aduzida por Banco Bradesco Financiamentos S/A contra Giovane de Oliveira Freitas. Alega, em síntese, o entabulamento do Contrato de Financiamento de Veículo com o Réu, para a aquisição de automotor gravado com cláusula de alienação fiduciária. Ocorre que a Réu deixou de remunerar as parcelas vencidas e vincendas, e, desta forma revelou-se contratualmente inadimplente, motivo bastante à emissão de édito notificatório, que, na espécie foi ultimado por cartório de títulos e documento ou de protesto, em nome da Autora para a regular e indiscutível constituição em mora daquele, aspecto legal de procedibilidade da pretensão autoral que tem o condão de concretizar o débito até a data da propositura da demanda. Doutro giro, consta petição de fls. 77 a 83, por meio da qual o Autor pugna pela desistência do feito, em virtude da assinatura, com o Réu, de um refinanciamento do contrato. Note-se que o Réu não chegou a ser citado. Pois bem. Homologo, pois, por sentença, nos termos do artigo 200, parágrafo único do NCPC, e para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o pedido de desistência manifestado nestes autos às fls. 77 a 83. Em consequência,julgo extinto o processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, VIII do Código de Processo Civil, P. R. I e após o trânsito em julgado, arquivem-se.

ADV: MARCOS ALESSANDRO MACEDO FERNANDES DA SILVA (OAB 11680/AM), ADV: ROBERTO WALLACE SOUZA RODRIGUES (OAB 9770/AM), ADV: DEYVISON SOUZA BRITO (OAB 9366/AM), ADV: EDINEI LOURENÇO DE CARVALHO (OAB 9689/AM) - Processo 0639655-80.2016.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Edinei Lourenço de Carvalho - REQUERIDO: Aldamilton Fleury Pereira - Vistos. Autorizo a designação de nova audiência de conciliação perante o Cejusc - Cível. Por fim, determino seja verificado possível erro no nome do Réu, nos termos do informado às fls. 221.

ADV: EDSON ANTÔNIO SOUSA PINTO (OAB 4643/RO), ADV: LEYLA VIGA YURTSEVER (OAB 3737/AM), ADV: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (OAB 5546/RO) - Processo 0639662-09.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Reis Lisboa Comércio Transportes e Serviços Ltda. - REQUERIDO: Allianz Seguros S/A - Vistos e examinados. Tratam-se de aclaratórios manejados pelo Réu ALLIANZ SEGUROS S/A contra a sentença proferida por esta Julgadora em que estabeleceu honorários advocatícios sobre valor de condenação. Esta Julgadora reconhece, o erro material em que incorreu na parte dispositiva da sentença, porquanto haja fixado os honorários advocatícios em 10% sobre o valor da condenação, quando não há no caso uma condenação de fato. Assim, onde se lê na fixação dos honarários SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO, impende que se opere a substituição para "SOBRE O VALOR ATUALIZADO DA CAUSA". No mais é de ser mantida a sentença tal como lançada. O presente pronunciamento guarda ancoragem ao artigo 494, inciso I, do Digesto Processual Civil. Observe-se à nova contagem do prazo recursal para que seja certificado o trânsito em julgado. Publique-se. Registre-se. Intime-se e Cumpra-se.

ADV: JOÃO EDUARDO CIDADE HOUNSELL (OAB 14323/AM) - Processo 0640058-44.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Pedro Raimundo Souza Teles Filho - Vistos. Preliminarmente, este Juízo vislumbrou a necessidade do Autor trazer aos autos comprovante da benesse da justiça gratuita e prova concreta de que o negócio jurídico foi efetivamente realizado, ademais solicitou-se redigitalização e apresentação nos autos do Boletim de Ocorrência policial, Certificado de Registro de Veículo e Certidão de Óbito (fls. 24 a 27). Desta feita, o autor apresentou recolhimento do IR relativo aos dois últimos exercícios (fls. 32 a 44), alegou haverem duas testemunhas que presenciaram a concretização do negócio (fl. 33) e, arrolou os documentos solicitados (fls. 45 a 48). É o relato. Decido. Pois bem. DEFIRO o pedido da gratuidade da justiça, pois que compreendo que, em fls. 32 a 44, o Autor acostou aos autos documentos suficientes para comprovação de sua hipossuficiência econômica, conforme o disposto no artigo 99, parágrafo 2º, do Código de Processo Civil. Em sendo assim, imperioso cuidar-se, no plano endoprocessual, da citação válida, dirigindo-se à parte demandada que haverá ocupar a angularidade passiva, o comando de seu chamamento a integrar a demanda para o perfazimento da relação jurídica espraiada perante o Estado-Juiz. Expeça-se carta citatória com aviso postal, à luz do que dita o artigo 246, inciso I, do Código de Processo Civil, observando-se sobre a essencialidade do ato de chamamento direto do Réu, quando se tratar de pessoa física, tal a dicção do artigo 242, da Lei do Rito Civil, regramento este que é diverso em caso de pessoa jurídica, na forma como apontado pelo artigo 248, §2°, do mesmo Código. Cumpram-se, a Secretaria, as disposições do artigo 248, daquele Diploma e agende-se audiência conciliatória a ser realizada durante a Semana Nacional de Conciliação, no dia 07/11/2019 às 10h30, observando-se ao Réu que deverá fazer-se acompanhar de advogado ou manifestar formalmente seu desinteresse na autocomposição, desde que o faça por petição apresentada 10 dias antes do agendamento daquele ato (artigo 334, §5°, segunda parte, da Lei do Rito Civil). O não comparecimento injustificado do Autor e/ou do Réu implica reconhecimento judicial de ato contrário à dignidade da justiça a ser reprimido por multa de até 2% da vantagem econômica pretendida, ou do valor da causa. O Réu tem 15 dias úteis para a oferta de contestação (artigo 219, do Código de Processo Civil), prazo que haverá ser contado segundo o estatuído no artigo 335, daquela Lei de Ritos. Intime-se o Autor através de seu advogado, tal a dicção do artigo 334, §3°, do CPC. Cumpra-se.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM), ADV: WELLINGTON FILGUEIRA SAMPAIO (OAB 5308/AM), ADV: ANTÔNIO FÁBIO BARROS DE MENDONÇA (OAB 2275/AM) - Processo 0640181-76.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em

Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: P. J. A. Representação e Comércio de Produtos Alimentícios Ltda. - Vistos e examinados. O Autor aviou a presente demanda de Busca e Apreensão contra o Réu com o escopo de retomar o veículo automotor I/RAM 2500 LARAMIE, COR PRATA, ANO 2012/2012, PLACA NPB -3254, em razão do descumprimento do enliçamento contratual outrora entabulado no talante às parcelas do financiamento, como se infere da planilha em anexo. Antes da movimentação do aparato judiciário para o alcance de tutela jurisdicional houve a notificação extrajudicial dirigida ao Réu, através de Cartório de Títulos e Documentos. O modelo contratual delineado no Decreto-Lei n. 911/69 torna resolúvel o domínio do bem em favor do credor (possuidor indireto do veículo) em caso de inadimplemento do instrumento pelo devedor (possuidor direto). Ocorre que o Réu deixou de remunerar as parcelas vencidas e vincendas, e, desta forma, revelou-se contratualmente inadimplente, motivo bastante à emissão de édito notificatório, que, na espécie foi ultimado por cartório de títulos e documento ou de protesto, em nome do Autor para a regular e indiscutível constituição em mora daquele, aspecto legal de procedibilidade da pretensão autoral que tem o condão de concretizar o débito até a data da propositura da demanda. Deferida liminarmente a busca e apreensão do veículo, em juízo de admissibilidade de cognição sumária e provisória, expediu-se mandado de busca e apreensão do veículo vindicado, o qual foi regularmente cumprido por oficial de justiça, inclusive com realização do chamamento citatório do Réu e entrega do bem ao representante legal do Autor (fls. 75/77). Houve, pois, a válida citação do Réu que ofereceu contestação à demanda, contestando o valor cobrado (alega terem sido incluídas na cobrança exordial as 12 primeiras parcelas já pagas), embora não haja quitado o débito incontroverso. A tempestividade da peça foi certificada às fls. 99. Réplica às fls. 103/118. Registre-se que o Réu não purgou a mora. Apenas aduz que, se o valor fosse o correto na inicial, teria condições de negociação à época. Assim, inobstante válida citação do Réu, tem-se que não houve a quitação do débito (art. 3º, § 2º, DL 911/69). É o relatório. Decido. "Impende reconhecer que a garantia da ampla defesa e o correspectivo direito à tempestividade da tutela jurisdicional são valores constitucionalmente assegurados. É até curial que o direito de acesso à ordem jurídica justa, consagrado no art. 5°, XXXV, da Constituição Federal, não exprima apenas que todos podem ir a juízo, mas, também, que todos têm direito à adequada tutela jurisdicional, ou melhor, 'à tutela jurisdicional efetiva, adequada e tempestiva'". (O processo na Constituição - Coordenação de Ives Gandra da Silva Martins e Eduardo Jobim - "Duração razoável do processo (art. 5°, LXXVIII da Constituição Federal)" - artigo de José Rogério Cruz e Tucci, p. 325). Sob a premissa alinhavada percebe-se o quão difícil se torna estabelecer os motivos que conduzem à violação da garantia da tutela jurisdicional dentro da razoável duração do processo, daí então adotar, esta Julgadora, o posicionamento jurisprudencial da Corte Europeia dos Direitos do Homem, que, considerando o caso concreto, fixa como determinantes da delonga 3 critérios, a saber: a complexidade do assunto; o comportamento dos litigantes e de seus procuradores e a atuação jurisdicional. É óbvio que o delineamento legal da tutela guarda específica observância ao que dita o Decreto-Lei n. 911/69 sem qualquer possibilidade de invocação ao Digesto Consumerista como entendeu fazer crer erroneamente a Ré por patrono, em heresia jurídica indefensável, isto porque intencionou através da via estrita da Busca e Apreensão obter um pronunciamento revisional de cláusulas sem se desobrigar de purgar a mora como lhe era dado fazer para se opor à pretensão autoral. Incontroversa a relação jurídica firmada entre as partes de empréstimo ao Réu (devedor fiduciante) que, de seu turno, transferiu, sob condição resolutiva, ao credor fiduciário que lhe financia a dívida, o domínio do bem adquirido, mantendo, todavia a posse direta. Logo, em havendo inadimplemento contratual quanto às parcelas pecuniariamente acertadas e conhecidas pelo Réu, consolida-se a propriedade resolúvel em favor da instituição financeira (STJ, REsp. 916.782/MG). Em contratos de financiamento bancário, como sabido, a mora tem natureza ex re, posto que revela obrigação líquida e positiva quanto ao valor, data e forma de cumprimento obrigacional previamente fixado. Assim, mesmo que o devedor não receba pessoalmente a notificação extrajudicial realizada que deverá ser através de Cartórios de Títulos e Documentos (STJ, REsp 1.051-406/RS) - meio de comprovação da mora que se situa ao lado do protesto do título com possibilidade de intimação pela via editalícia (STJ, REsp 1.506.864/RS) - é válido o cumprimento do requisito formalístico legal. Registre-se que a comprovação notificatória é necessária para que o Juízo diante do qual se descortina a demanda de Busca e Apreensão tenha conhecimento de sua ocorrência e que dela haja se desobrigado o Autor (instituição financeira), isto porque a constituição da mora decorre do simples atraso no pagamento, daí falar-se em mora ex re. Aquela demonstração, de seu turno, condição de procedibilidade da demanda de Busca e Apreensão é relevante à caracterização da verossimilhança das assertivas iniciais do credor para que se lhe possa deferir a tutela de urgência atendendo-se a dupla finalidade de comprovação documental da mora do devedor e de possibilitar-lhe a purga extrajudicial atualizada das prestações do financiamento contratual. Destaco, na espécie que houve adequação do valor às fls. 119, de maneira que o valor correto e atual é de R$ 129.088,92, com desconto das doze primeiras parcelas pagas pelo Réu. Entendo como inexistente vício em notificação de fls. 48, eis que é, o Réu, pessoa jurídica e o endereço de entrega é o mesmo de entabulamento do contrato entre as partes. O pedido de aplicação do artigo 940, CCB, bem como de fixação de dano moral, a meu sentir, consiste em subterfúgio do Réu à obrigação de pagamento, sem delongas. "APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO DE VEÍCULO COM GARANTIA FIDUCIÁRIA. INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL. NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL COMPROVADA. CONSTITUIÇÃODO DEVEDOR EM MORA. RECEBIMENTO DA NOTIFICAÇÃO CARTORÁRIA NO ENDEREÇO INDICADO NO CONTRATO. REQUISITO CUMPRIDO. SENTENÇA CASSADA. 1. Nas ações de busca e apreensão de veículos, com base em contrato de financiamento com garantia de alienação fiduciária, aconstituiçãodo devedor em mora pode ser efetivada por meio de carta com aviso de recebimento encaminhada por cartório de títulos e documentos ao endereço indicado no contrato ou pelo protesto do título. 2. O comprovante de entrega da correspondência ao destinatário expedido pela internet pelos Correios é suficiente para evidenciar a notificação extrajudicial, não sendo necessária a restituição do AR assinado pelo próprio devedor. 3. Apelação conhecida e provida. Sentença cassada. Unânime." (APC 20150310003176 - Órgão Julgador: 3ª Turma Cível - Publicação no DJe: 06/08/2015, p. 224 - Julgamento: 29/07/2015 - Relatora: Fátima Rafael). Houve observância expressa à Súmula n. 72 que é complementada pela Súmula 245, do STJ: "Súmula 72 - A comprovação da mora é imprescindível à busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente." "Súmula 245 - A notificação destinada a comprovar a mora nas dívidas garantidas por alienação fiduciária dispensa a indicação do valor do débito." O depósito elisivo da mora que implica o pagamento da integralidade da dívida pendente - parcelas vencidas e vincendas - não foi ultimado pelo Réu, à luz do que dita a Lei n. 10.931/2004 que alterou o §2º, do artigo 3º, do Decreto-lei n. 911/1969. Assim, o vencimento antecipado previsto contratualmente transforma o débito líquido e certo, também exigível quanto às parcelas futuras (STJ, REsp n. 1.418.593/MS). Neste ponto rememorar que mesmo eventual pagamento depois da oferta de contestação e réplica do Autor não elidem a mora em que incorreu o Réu. O débito e a mora atribuídos ao Réu estão robustamente comprovados através dos documentos juntados com a inicial, desincumbindo-se o Autor do que lhe assinala o artigo 320, da Lei do Rito Civil. Portanto, o silêncio mordaz do Réu à demanda (falta de purgação da mora), sedimenta o entendimento de que a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem alienado fiduciariamente devem ser consolidados no patrimônio do Autor, por força do que dispõe o art. 3º, § 1º, do Decreto-Lei nº 911/69. Quanto a tal consolidação, já foi guarnecida por diligência do meirinho. Por fim, a demanda de busca e apreensão tem por objeto mediato a consolidação da propriedade e da posse plena e exclusiva do bem em mãos do credor, logo a falta de depósito do valor purgador da mora pelo Réu conduz inexoravelmente ao decreto de procedência do pedido autoral. Parte dispositiva Ex positis, JULGO PROCEDENTE a demanda de busca e apreensão para confirmar a liminar deferida, manter definitivamente os efeitos do artigo 3º, § 1º, do Decreto-Lei nº

911/69 e concretizar a posse do bem móvel declinado na proemial em favor do Autor. Faço-o por sentença com resolução do mérito na forma estatuída pelo artigo 487, inciso I, combinado com o artigo 490 do Código de Processo Civil. Retire-se eventual bloqueio do bem perante o RENAJUD, desde que tal haja sido ordenado por este Juízo. Faça-o, a Secretaria, independentemente de novo decisório. Declaro a extinção da demanda, segundo disposição do artigo 316, da Lei do Rito Civil. Condeno o Réu ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, estes fixados à base de 10 % (dez por cento) sobre o valor da causa (parcelas vencidas e vincendas do contrato de financiamento inadimplido), de conformidade com o apregoado no artigo 85, § 2º, incisos I a IV da Lei do Rito Civil, tendo-se em vista o zelo do advogado; o trabalho desempenhado; a natureza e importância da causa, assim como o lugar em que prestado o serviço. Publique-se. Registre-se. Intime-se e Cumpra-se.

ADV: MARIO FERNANDES DA COSTA JUNIOR (OAB 2605/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: ERICK DREAN PEREIRA DA COSTA (OAB 7746/AM) - Processo 0640522-73.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Adriana Hagge Negro Vaz - REQUERIDO: Enipeu Empreendimentos Imobiliários Ltda. - SPE - Capital Rossi Empreendimentos S/A e outro - Considerando a legitimidade das partes e em razão da transação atender e preservar os seus interesses, HOMOLOGO o acordo para que surta seus efeitos jurídicos e legais e declaro extinto o processo com resolução do mérito (art. 487, III, “b” do CPC). Isento de custas na forma do § 3º do art. 90 do CPC. Proceda-se à baixa.

ADV: ELIETE SANTANA MATOS (OAB 10423/CE), ADV: SUELLEN APARECIDA DE CARVALHO BELASQUE (OAB 811A/AM), ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE) - Processo 0640620-87.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Honda S/A - REQUERIDA: Fabrícia Santos Moura - Vistos e examinados. O Autor, na qualidade de instituição financeira legalmente representada sob as óticas processual e postulacional, movimentou o aparato judiciário com o propósito de obter pronunciamento jurisdicional, a cargo do Estado-Juiz, através da demanda de Busca e Apreensão com fundamento no Decreto-Lei nº 911/69. Alega, em síntese, o entabulamento do Contrato de Financiamento de Veículo com a Ré, para a aquisição de automotor gravado com cláusula de alienação fiduciária. Ocorre que a Ré deixou de remunerar as parcelas vencidas e vincendas, e, desta forma revelou-se contratualmente inadimplente, motivo bastante à emissão de édito notificatório, que, na espécie foi ultimado por cartório de títulos e documento ou de protesto, em nome da Autora para a regular e indiscutível constituição em mora daquele, aspecto legal de procedibilidade da pretensão autoral que tem o condão de concretizar o débito até a data da propositura da demanda. Deferida liminarmente a busca e apreensão do veículo, em juízo de admissibilidade de cognição sumária e provisória, expediu-se mandado de busca e apreensão do veículo vindicado, o qual foi regularmente cumprido por oficial de justiça, inclusive com realização do chamamento citatório da Ré e entrega do bem ao representante legal do Autor (fls. 36 e 37). Inobstante válida citação da Ré tem-se que não houve a quitação do débito (art. 3º, § 2º, DL 911/69), tampouco a oferta de contestação no prazo legal (art. 3º, § 3º, DL 911/69), tal o certificado às fls. 38. É o relatório. Decido. A Ré não contestou o pedido do Autor, não obstante sua regular citação, razão pela qual lhe decreto a revelia, nos termos e com os efeitos previstos no artigo 344 do Código de Processo Civil. Incontroversa a relação jurídica firmada entre as partes para a aquisição do bem móvel pela Ré (devedora fiduciante) que, de seu turno transferiu, sob condição resolutiva, ao credor fiduciário que lhe financia a dívida, o domínio do bem adquirido, mantendo, todavia a posse direta. Logo, em havendo inadimplemento contratual quanto às parcelas pecuniariamente acertadas e conhecidas pelo Réu, consolida-se a propriedade resolúvel em favor da instituição financeira (STJ, REsp. 916.782/MG). Em contratos de financiamento bancário, como sabido, a mora tem natureza ex re, posto que revela obrigação líquida e positiva quanto ao valor, data e forma de cumprimento obrigacional previamente fixado. Assim, mesmo que o devedor não receba pessoalmente a notificação extrajudicial realizada que deverá ser através de Cartórios de Títulos e Documentos (STJ, REsp 1.051-406/RS) - meio de comprovação da mora que se situa ao lado do protesto do título com possibilidade de intimação pela via editalícia (STJ, REsp 1.506.864/RS) - é válido o cumprimento do requisito formalístico legal. Registre-se que a comprovação notificatória é necessária para que o Juízo diante do qual se descortina a demanda de Busca e Apreensão tenha conhecimento de sua ocorrência e que dela haja se desobrigado o Autor (instituição financeira), isto porque a constituição da mora decorre do simples atraso no pagamento, daí falar-se em mora ex re. Aquela demonstração, de seu turno, condição de procedibilidade da demanda de Busca e Apreensão é relevante à caracterização da verossimilhança das assertivas iniciais do credor para que se lhe possa deferir a tutela de urgência atendendo-se a dupla finalidade de comprovação documental da mora do devedor e de possibilitar-lhe a purga extrajudicial atualizada das prestações do financiamento contatual. “APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO DE VEÍCULO COM GARANTIA FIDUCIÁRIA. INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL. NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL COMPROVADA. CONSTITUIÇÃODO DEVEDOR EM MORA. RECEBIMENTO DA NOTIFICAÇÃO CARTORÁRIA NO ENDEREÇO INDICADO NO CONTRATO. REQUISITO CUMPRIDO. SENTENÇA CASSADA. 1. Nas ações de busca e apreensão de veículos, com base em contrato de financiamento com garantia de alienação fiduciária, aconstituiçãodo devedor em mora pode ser efetivada por meio de carta com aviso de recebimento encaminhada por cartório de títulos e documentos ao endereço indicado no contrato ou pelo protesto do título. 2. O comprovante de entrega da correspondência ao destinatário expedido pela internet pelos Correios é suficiente para evidenciar a notificação extrajudicial, não sendo necessária a restituição do AR assinado pelo próprio devedor. 3. Apelação conhecida e provida. Sentença cassada. Unânime.” (APC 20150310003176 - Órgão Julgador: 3ª Turma Cível - Publicação no DJe: 06/08/2015, p. 224 - Julgamento: 29/07/2015 - Relatora: Fátima Rafael). Houve observância expressa à Súmula n. 72 que é complementada pela Súmula 245, do STJ: “Súmula 72 - A comprovação da mora é imprescindível à busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente.” “Súmula 245 - A notificação destinada a comprovar a mora nas dívidas garantidas por alienação fiduciária dispensa a indicação do valor do débito.” A título de registro, quanto à notificação extrajudicial realizada por cartórios de títulos e documentos, é de se lhe afirmar a validade mesmo quando for realizada por unidade cartorária extrajudicial de outra Comarca, ainda que diversa daquela em que mora o devedor (Recurso Repetitivo n. 1.184.570/MG - STJ). “RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. CONTRATO DE FINANCIAMENTO DE AUTOMÓVEL COM GARANTIA DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL REALIZADA POR CARTÓRIO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS SITUADO EM COMARCA DIVERSA DA DO DOMICÍLIO DO DEVEDOR. VALIDADE. 1. A notificação extrajudicial realizada e entregue no endereço do devedor, por via postal e com aviso de recebimento, é válida quando realizada por Cartório de Títulos e Documentos de outra Comarca, mesmo que não seja aquele do domicílio do devedor. Precedentes. 2. Julgamento afetado à Segunda Seção com base no procedimento estabelecido pela Lei n. 11.672/2008 (Lei dos Recursos Repetitivos) e pela Resolução STJ n. 8/2008. 3. Recurso especial conhecido e parcialmente provido.” (STJ - Resp 1.184.570/MG - Ministra Maria Isabel Gallotti. Data de Julgamento: 09/05/2012). O depósito elisivo da mora que implica o pagamento da integralidade da dívida pendente - parcelas vencidas e vincendas - não foi ultimado pelo Réu, à luz do que dita a Lei n. 10.931/2004 que alterou o §2º, do artigo 3º, do Decreto-lei n. 911/1969. Assim, o vencimento antecipado previsto contratualmente transforma o débito líquido e certo, também exigível quanto às parcelas futuras (STJ, REsp n. 1.418.593/MS). Realço que o manejo do aparato judiciário pelo devedor para a revisão do contrato de financiamento do veículo automotor não elide sua constituição em mora, daí a plausibilidade jurídica da propositura da demanda de busca e apreensão pela instituição financeira ante o inadimplemento contratual. Assim o preclara a Súmula 380, do STJ: “Súmula 380 - A simples propositura da ação

de revisão de contrato não inibe a caracterização da mora do autor." O débito e a mora atribuídos à Ré estão robustamente comprovados através dos documentos juntados com a inicial, desincumbindo-se o Autor do que lhe assinala o artigo 320, da Lei do Rito Civil. Portanto, o silêncio mordaz do Réu à demanda (falta de purgação da mora), sedimenta o entendimento de que a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem alienado fiduciariamente devem ser consolidados no patrimônio do Autor, por força do que dispõe o art. 3º, § 1º, do Decreto-Lei nº 911/69. Quanto a tal consolidação, já foi guarnecida por diligência do meirinho. Por fim, a demanda de busca e apreensão tem por objeto mediato a consolidação da propriedade e da posse plena e exclusiva do bem em mãos do credor, logo a falta de depósito do valor purgador da mora pelo Réu conduz inexoravelmente ao decreto de procedência do pedido autoral. Parte dispositiva Ex positis, JULGO PROCEDENTE a demanda de busca e apreensão para confirmar a liminar deferida, manter definitivamente os efeitos do artigo 3º, § 1º, do Decreto-Lei nº 911/69 e concretizar a posse do bem móvel declinado na proemial em favor do Autor. Faço-o por sentença com resolução do mérito na forma estatuída pelo artigo 487, inciso I, combinado com o artigo 490 do Código de Processo Civil. Retire-se eventual bloqueio do bem perante o RENAJUD, desde que tal haja sido ordenado por este Juízo. Faça-o, a Secretaria, independentemente de novo decisório. Declaro a extinção da demanda, segundo disposição do artigo 316, da Lei do Rito Civil. Condeno o Réu ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, estes fixados à base de 10 % (dez por cento) sobre o valor da causa (parcelas vencidas e vincendas do contrato de financiamento inadimplido), de conformidade com o apregoado no artigo 85, § 2º, incisos I a IV da Lei do Rito Civil, tendo-se em vista o zelo do advogado; o trabalho desempenhado; a natureza e importância da causa, assim como o lugar em que prestado o serviço. Publique-se. Registre-se. Intime-se e Cumpra-se. Certificado o trânsito em julgado arquive-se o caderno virtual e ultime-se a respectiva baixa.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUSTAVO LINHARES RODRIGUES (OAB 31361/BA), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0640735-11.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Adilson de Souza Lima - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos e examinados. Trata-se de Revisional cumulada com indenização por danos morais e materiais aviada por Adilson de Souza Lima contra Amazonas Distribuidora de Energia S/A. O Autor, consumidor dos serviços prestados pela empresa Ré - inscrição nº 0533205-2, narra que foi surpreendido com a cobrança de débitos que lhe foram imputados e que entende indevidos. Aduz que a Ré atribui-lhe referida cobrança devido a ato eminentemente arbitrário em junho/2013 e agosto/13, fevereiro/14, fevereiro/15, maio/15 a dezembro/15, janeiro/16 a dezembro/16, janeiro/17 e junho/17. Decisão interlocutória de fls. 21 a 24, por meio da qual este Juízo concedeu liminar no sentindo de que estivesse a Ré proibida de suspender o fornecimento de energia à UC, bem como de realizar protestos e negativações em nome do titular da conta. Em contestação de fls. 87 a 99, a Ré alegou a regularidade na cobranças das faturas contestadas, sob a assertiva de que estava com acesso impedido à leitura do contador. Réplica às fls. 134 a 143, por que foram as razões exordias ratificadas. Notícia de Agravo de Instrumento - fls. 171 a 176: "O recurso foi provido, para determinar que a Agravante se abstenha de suspender o fornecimento de energia elétrica somente em relação às faturas discutidas em juízo, até julgamento final da lide, mantendo a tutela provisória deferida em seus demais termos e fundamentos'. É o relatório. DECIDO. Pressupostos Processuais e Condições da Ação Tenho por presentes e preenchidos os pressupostos processuais e as condições da ação, restando sedimentado o campo para a outorga jurisdicional solucionadora da lide e restabelecedora da almejada paz social. Mister salientar que os elementos de convicção que dão esteio a este decisório fazem-se capitaneados pelos documentos carreados aos autos os quais, por si mesmos são suficientes a sustentar o Julgamento Antecipado da Lide. "O juiz é soberano na análise das provas produzidas nos autos. Deve decidir de acordo com o seu convencimento. Cumpre ao magistrado dar as razões de seu convencimento. Decisão sem fundamentação é nula 'pleno iure' (CF, 93, IX)" (Nelson Nery Junior. Código de Processo Civil Comentado, 7ª. ed., p. 532). Aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor ao caso posto e inversão do ônus probatório A hipótese que se descortina perante este Juízo é eminentemente de consumo, porquanto envolva de um lado a empresa fornecedora do serviço essencial de energia e, de outro, o destinatário final e usuário/consumidor de tal serviço, pessoa que paga o preço respectivo para seu recebimento. Configurada a relação de consumo, impõe-se a aplicação das regras da legislação pertinente que autorizam militar a favor do consumidor a inversão do ônus da prova, fazendo recair sobre o sujeito que ocupa a angularidade passiva da demanda o gravame em demonstrar fato que impede, modifica ou extingue o direito do Autor. Precisamente com supedâneo no Diploma Consumerista, é que resplandece ao convencimento esposado por esta Magistrada, a indispensável concessão ao pedido de inversão ao ônus da prova, conforme estatuído no artigo 6°, inciso VIII, notadamente pela verossimilhança das alegativas iniciais. É bem verdade que a inversão não exime a parte de carrear aos autos as provas necessárias para embasar a pretensão inicial, contudo tenho como certo que demonstrou, efetivamente, o fato constitutivo de seu direito e, portanto a justificativa para movimentação do aparato judiciário na direção da tutela jurisdicional final. Fê-lo, notadamente, como se infere das Listas de Faturas que colacionou ao feito e que espelham, o consumo regular do Autor e quanto ao período questionado lançamento em valores bem superiores à média de seu consumo mensal. Perceba-se, como preleciona Nelson Nery Junior que "o ônus da prova é regra de juízo, isto é, de julgamento, cabendo ao juiz, quando da prolação da sentença, proferir julgamento contrário àquele que tinha o ônus da prova e dele não se desincumbiu." Documentos de confecção unilateral não podem sustentar pedido do Réu para realizar cobrança Os documentos trazidos em contestação, de confecção unilateral pela empresa concessionária de serviço público de energia, não firmam presunção de veracidade, ainda que relativa, eis que produzidos por profissionais que integram seus quadros e de quem percebem remuneração. "DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE AGRAVO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO TERMINATIVA EM SEDE DE APELAÇÃO. ENERGIA ELÉTRICA. IRREGULARIDADE. PERÍCIA REALIZADA UNILATERALMENTE PELA CONCESSIONÁRIA. NÃO OBSERVÂNCIA DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA. DECISÃO TERMINATIVA MANTIDA. RECURSO DE AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. Havendo suspeita de irregularidade no consumo de energia, nos termos da Resolução 456/2000 da ANEEL, a perícia técnica no medidor deve ser realizada por órgão competente vinculado à segurança pública e/ou por órgão metrológico oficial, não se admitindo como lícito o procedimento administrativo baseado em perícia realizada de modo unilateral por agentes da concessionária. 2. Recurso de Agravo a que se nega provimento por unanimidade de votos." (Processo AGV 26070220078171130 PE - Relator: Francisco Manoel Tenório do Santos - Julgamento: 06/01/2011 - 4ª Câmara Cível - Publicação: 14/01/2011). No caso concreto, sobressai inexigível o débito lançado a título de recuperação de consumo apurado em documentos unilateralmente firmados pela concessionária que figura na angularidade passiva da demanda. Em verdade, a Ré apenas afirma que não tinha acesso à UC. Nos meses em que teve acesso, os valores, então, normalizaram-se. Ademais, entende esta Julgadora que a única prova que permitiria aferir ou não a ocorrência de fraude seria a prova pericial. Colaciono: "JUIZADOS ESPECIAIS DA FAZENDA PÚBLICA. CONSUMIDOR. CAESB. SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ÁGUA. ALEGAÇÃO DO CONSUMIDOR DE IRREGULARIDADE NA LEITURA DO HIDRÔMETRO (REFERENTE AO MÊS 7 DE 2013). QUESTIONAMENTO FUNDADO DIANTE DO ELEVADO CONSUMO EXCEPCIONALMENTE REGISTRADO NO MÊS DE JULHO DE 2013. OBRIGAÇÃO DA RÉ DE COMPROVAR A REGULARIDADE DO SEU EQUIPAMENTO E, CONSEQUENTEMENTE, DA COBRANÇA REALIZADA. RECLAMAÇÃO FORMALIZADA. A MERA VISTORIA DESQUALIFICADA TECNICAMENTE, QUE SIMPLESMENTE

CONCLUI PELA REGULARIDADE DO EQUIPAMENTO, SEM QUALQUER EMBASAMENTO OU APONTAMENTO TÉCNICO, NÃO É SUFICIENTE PARA SUBSTITUIR O EXAME PERICIAL, O QUAL DEVERIA TER SIDO REALIZADO À ÉPOCA DA RECLAMAÇÃO, A FIM DE SANAR AS LEGITIMAS DÚVIDAS SOBRE A COBRANÇA E ATESTAR A REGULARIDADE DO HIDRÔMETRO UTILIZADO. COBRANÇA ILEGÍTIMA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS." (TJ-DF - ACJ: 20140111315704 DF 0131570-52.2014.8.07.0001, Relator: FLÁVIO FERNANDO ALMEIDA DA FONSECA, Data de Julgamento: 27/01/2015, 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do DF, Data de Publicação: Publicado no DJE : 04/02/2015 . Pág.: 326)" Ora, tenho como certo que a concessionária do serviço essencial operou com falha ao imputar valores aos Autores com base em impressão técnica unilateralmente elaborada, aspecto de inarredável defeito nos serviços a ser cargo que guarnece a presente demanda, haja vista que a presunção dos atos da empresa fornecedora do serviço essencial não é absoluta. Reconhecimento do Dano Moral A cobrança indevida e ameaça de interrupção do serviço essencial de energia elétrica causa transtorno, abalo de psique e humilhação com inarredável violação ao direito subjetivo da honra e da personalidade do ser humano, caracterizando, por conseguinte, o ato ilícito de que trata a legislação infraconstitucional (artigo 186, do Código Civil) e gerando a obrigação recaída sobre o Réu de indenizar, em conformidade com o que reza o artigo 927, do mesmo Diploma anteriormente mencionado. O dever de reparação, destarte, surge após a devida comprovação do fato antijurídico e do dano causado à vítima, bem como do liame causal entre ambos, os quais restaram cabalmente provados na espécie. Afirmo que o lastro para a pretensão indenizatória faz-se plausível pelas razões jurígenas percorridas. A mim, inequívoca a responsabilidade civil da empresa demandada que deve arcar pelo dano de cunho moral gerado na hipótese sub examinem, principalmente porque assentada nos requisitos adiante descritos: - A diminuição ou destruição do bem jurídico moral pertencente à pessoa. - A efetividade ou certeza do dano experimentado pelo Autor atestada pela cobrança indevida do serviço essencial de energia elétrica pelo Réu a título de recuperação de consumo do período de junho/2013 e agosto/13, fevereiro/14, fevereiro/15, maio/15 a dezembro/15, janeiro/16 a dezembro/16, janeiro/17 e junho/17. - O liame de causalidade entre a falta cometida pelo Réu e o prejuízo causado a Autora. Finalmente, espraiando-se como objetiva a responsabilidade do Réu, despicienda a ocorrência de culpa, devendo responder pelos danos que causou ao consumidor Autor (artigos 6º, VI e 14 do Código de Defesa do Consumidor). Fixação do Quantum Indenizatório resultante da Incontestável Lesividade Moral Passo à operação mental de estabelecimento da verba indenizatória pela lesividade moral que já reconheci. "A eficácia da contrapartida pecuniária está na aptidão para proporcionar tal satisfação em justa medida, de modo que tampouco signifique um enriquecimento sem causa da vítima, mas está também em produzir no causador do mal, impacto bastante para dissuadi-lo de igual e novo atentado." (RT, 650/66). O vezo metalista que orienta a irresignação da condenação pelo dano moral, típico de muitos operadores materialistas que tendem a menosprezar os sentimentos dos lesados, almejando excluir a indenização sob a alegação de enriquecimento ilícito da vítima, ou ainda de que inexistem parâmetros legais para a sua fixação, não inspira o convencimento desta Julgadora na operação de estabelecimento do quantum, ou verba indenizatória. A reparação de caráter eminentemente satisfatório deve ser de tal monta apta a proporcionar ao lesado uma sensação de bem estar, expressando ainda valor satisfativo adequado ao pretium doloris sentido pelo Autor que experimentou a suspensão de serviços a cargo do Réu para que este lograsse obter o pagamento das faturas laboradas para a recuperação de consumo. A ideia do ressarcimento deve calcar-se tanto no vetor de natureza punitiva, para o fim de que a empresa fornecedora do serviço de energia - causadora do dano - incorpore postura de cuidado e respeito ao consumidor, temendo as agruras provenientes de um processo judicial e, no vetor de natureza compensatória para o fim de proporcionar ao ofendido uma justa contrapartida que atenue, ao menos em parte, o mal sofrido pela imputação de infração apta a violar sua intangibilidade pessoal. A indenização a ser proporcionada ao consumidor repousa na compensação pelo dano e na injustiça de que foi vítima, inserindo-se como direito básico firmado no inciso VI, do artigo 6° do CDC. Parte dispositiva Ex positis, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE A DEMANDA para, após CONFIRMAR a liminar de fls. 172 a 176, DECLARAR a inexigibilidade do débito relativo ao período de junho/2013 e agosto/13, fevereiro/14, fevereiro/15, maio/15 a dezembro/15, janeiro/16 a dezembro/16, janeiro/17 e junho/17, recaído sobre a unidade consumidora 0533205-2; CONDENO o Réu ao pagamento da verba indenizatória por dano moral que estabeleço em R$ 5.000,00 (cinco mil reais), incidindo-se juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, nos termos do artigo 406, do Código Civil e do artigo 162, §1°, do Código Tributário Nacional, contados da data em que proferida esta sentença (REsp 903258), porquanto represente esta a data em que reconhecido o evento danoso e estabelecido o arbitramento, de conformidade com o que reza a Súmula 54, do STJ, e correção monetária pelo INPC, a partir desta decisão (arbitramento), na forma como preceituado na Súmula 362, do STJ. Finalmente, julgo extinta a demanda proferindo sentença com resolução do mérito, de conformidade com o que dita o artigo 487, inciso I, do Digesto Processual Civil. Condeno o Réu ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios fixados estes em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, devidamente atualizado, de conformidade com o que apregoa o artigo 85, §2°, do Código de Processo Civil, considerando o local em que prestado o serviço advocatício, o grau de zelo do profissional, a natureza e a relevância da causa. Publique-se. Registre-se. Intimem-se os patronos e Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0641090-84.2019.8.04.0001 - Insolvência Requerida pelo Devedor ou pelo Espólio - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Marcilene de Figueiredo Pinto - Vistos. Trata-se de demanda Acidentária aviada por Marcilene de Figueiredo Pinto contra o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, com o propósito de obter o auxílio doença acidentário. Pugna tutela antecipatória de urgência para manutenção do benefício previdenciário de auxílio doença. Atribui-se a causa o valor de R$ 37.575,52 (trinta e sete mil, quinhentos e setenta e cinco reais e cinquenta e dois centavos), a qual corresponde a planilha anexada nas folhas 329 a 333. Requer-se a benesse da gratuidade da justiça (fl. 29). É o relato. Decido. Pois bem, inicialmente, quanto ao pleito de gratuidade judiciária, entendo por seu deferimento, porquanto a presunção de hipossuficiência do Autor emerja dos autos em virtude da condição de segurado por ele ostentada. A tal respeito, a Súmula 110, do STJ: "A isenção de pagamento de honorários advocatícios, nas ações acidentárias, é restrita ao segurado." Na espécie, a quaestio judicialmente deduzida é daquelas que exige a perícia técnica produzida por experto para que se possa entender sobre a existência de mal acometido ao Autor que lhe impeça total ou parcialmente o exercício de atividade laboral de outrora, e que esclareça sobre a possibilidade, ou não do desempenho daquela e de outra atividade, destacando sobre sua capacidade para o labor, motivos pelos quais indefiro o pedido de antecipação de tutela por não restar comprovados in limine a incapacidade do Autor para a continuidade ao exercício laboral. Assim é que ficou determinado, através da Recomendação Conjunta nº 01 de 15 de dezembro de 2015, firmada entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como Portaria 2183/2016-PTJ, o encaminhamento do feito à Central de Conciliação e Mediação das Varas Cíveis para providências. Intime-se o Autor através de seu patrono. Em caso de seu não comparecimento à perícia técnica - prova imprescindível ao deslinde da demanda - o processo será julgado improcedente por não ter o Autor se desincumbido do ônus da prova do fato constitutivo do seu direito (artigo 373, inciso I, da Lei do Rito Civil). Cumpra-se.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0641454-56.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Vistos. O autor Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A aviou a presente demanda de Busca e Apreesão contra o Reu Davia Araújo de Lima com escopo de retomar o veículo automotor

especificado na proemial (fls. 1 a 3), em razão do descumprimento do enliçamento contratual outrora entabulado no talante às parcelas de financiamento, como se infere da planilha em anexo (fl. 33 e 34). Apresentou notificação extrajudicial dirigida ao Réu (fl. 30), comprovada através de aviso de recebimento (fl. 31 e 32). Acostou aos autos procuração (fl. 4 a 9) e cédula de crédito bancário (fl. 22 a 29). Atribuiu a demanda o valor de R$ 16.291,10 (dezesseis mil, duzentos e noventa e um reais e dez centavos), sob os quais recolheu as custas iniciais da demanda (fls. 36 e 37). Esta Julgadora, em análise preliminar, ordenou a citação do Réu (fls. 38 a 40), sendo que não chegou a ser emitido mandado de busca e apreensão e citação, pois o Autor requereu a EXTINÇÃO do feito (fl. 45). Bem como, pleiteou determinação ao oficial de justiça para realizar devolução à Secretaria desse Juízo do mandado e desbloqueio do veículo identificado na exordial com urgência. É o relato. Decido. Pois bem. Homologo a desistência do feito para fins do artigo 200, parágrafo único do Código de Processo Civil. Determino à Secretaria que verifique se o mandado se houve a expedição de algum mandado à oficial de justiça, em relação a presente demanda, solicitando sua devolução. Revogo, por fim, a decisão proferida nas folhas 38 a 40 dos autos. Em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Custas pagas. Proceda-se à baixa.

ADV: ANTÔNIO VINÍCIUS RODRIGUES DE ALBUQUERQUE (OAB 9782/AM) - Processo 0641492-68.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Associação Amazonense do Ministério Público - Vistos. Trata-se de demanda de inexigibilidade de dívida cumulado com danos morais aviada por ASSOCIAÇÃO AMAZONENSE DO MINISTÉRIO PÚBLICO em face de AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A em razão de a Autora ser titular de unidade consumidora nº 0533255-9 que experimentou aumento significativo em suas faturas por serviço essencial fornecido pela Ré (energia elétrica). Requer declaração de inexigibilidade da cobrança de R$5.456,27 por não concordar com o montante cobrado; indenização por danos morais no valor a ser arbitrado pelo Juízo; concessão de liminar para que a Ré retire o nome da Autora do cadastro de proteção ao crédito e que seja restabelecido o fornecimento do serviço ou que se abstenha a Ré de interrompê-lo. Atribuiu à causa valor de R$5.456,27 (cinco mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais e vinte e sete centavos) sob os quais não há notícia de pagamento de custas de processamento da demanda. É o relato. Decido. Inicialmente, no que tange ao pedido de indenização por danos morais em valor a ser arbitrado pelo Juízo, tal como afirmou esta Julgadora, no curso da relatança, tenho como necessário ordenar seja intimado o Autor com o propósito de que venha fixá-lo em valor certo, eis que vedada sua não fixação, conforme artigo 322. E não só, necessário, pois que a determinação do valor certo venha a guardar vassalagem com o valor atribuído à causa, desobrigando-se o Autor do cumprimento ao disposto no artigo 291, da Lei do Rito Civil. Noutro giro, aponto a inexistência do recolhimento das custas processuais para o aviamento desta demanda, motivo pelo qual ordeno à Secretaria que busque saber diante da Contadoria se o Autor realizou o recolhimento das custas processuais relativas ao processamento desta demanda. Em caso negativo sejam tomadas as necessárias providências para que o faça, no prazo que adiante assinalo, sob pena de indeferimento da exordial. Nunca demais lembrar que o não recolhimento das custas processuais inviabiliza o regular andamento do feito, provocando sua extinção sem aprofundamento do mérito, na forma do que apregoa o artigo 485, inciso IV, do Digesto Processual Civil. Assim sendo, ordeno seja dirigida intimação ao Autor para que, em 15 (quinze) dias emende a vestibular, de conformidade com o que dita o artigo 321, parágrafo único, da Lei do Rito Civil, sob pena de seu indeferimento e extinção do feito sem resolução do mérito. Controle-se o prazo assinalado. Recomendo que qualquer peça a ser atravessada pelo Autor só o seja depois de publicado este pronunciamento.

ADV: NELLO RICCI NETO (OAB 8225/MS) - Processo 0644313-45.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Seguro - REQUERENTE: R.N.S. - Vistos. Trata-se de demanda de cobrança de indenização pecuniária, aviada por Raimundo Nascimento dos Santos em face de Mapfre Vida S/A e Bradesco Previdência e Seguros S/A, em virtude de acometimento de doença gravíssima, qual seja, HIV-AIDS, ensejando assim em recebimento dos capitais segurados (fls. 4 e 5). Preliminarmente, solicita-se que o processo tramite em segredo de justiça, tendo em vista que o Autor exerce atividade militar e, é portador da enfermidade gravíssima. Baseia-se tal petição no artigo 189, III da Código de Processo Civil (fl. 2 e 3). Atribui-se a causa o valor de R$86.762,21 (oitenta e seis mil, setecentos e sessenta e dois reais e vinte e um centavos), em referência à vigência do seguro e invalidez do autor causada por doença incapacitante (fl. 18). Importante notar que o litigante do polo ativo deixa de atribuiu valor aos danos morais, solicitando o arbítrio do Juízo em questão (fl. 18). Em referência ao valor da causa, ainda, o Autor peticionou a concessão da benesse da gratuidade da justiça, considerando-se as despesas médicas de seu tratamento, acrescidas dos custos ordinário de sua vida (fls. 3 e 18). É o relato. Decido. Pois bem. Em se tratando do pleito de tramitação do processo em segredo de justiça entendo ser passível de concessão, observando-se que o litígio em questão encaixa perfeitamente na hipótese disposta no artigo 189, III, do Rito Processual Civil. Assim, presente o requisito do artigo 189 do Rito Processo Civil CONCEDO o pedido de tramitação do feito em segredo de justiça. Noutro giro, DEFIRO o pedido da gratuidade da justiça, pois que compreendo que, em fl. 34, o Autor acostou aos autos documento suficiente para comprovação de sua hipossuficiência econômica, conforme o disposto no artigo 99, parágrafo 2º, do Código de Processo Civil. Ademais, no caso dos autos, pela análise acurada do pórtico autoral, vislumbro que fora atribuído à causa o valor de R$ 86.762,21 (oitenta e seis mil, setecentos e sessenta e dois reais e vinte e um centavos), correspondendo a quantia segurada pelos réus, todavia o Autor pleiteou indenização por danos morais não atribuindo valor ao mesmo. O pedido genérico de fixação da indenização por dano moral segundo o arbítrio judicial deve estar sustentado ao menos em valor simbólico, extraído este das impressões que a parte postulante possa transmitir, na exposição fática, sobre sua dor, seu sofrimento, seus sentimentos íntimos que serão objeto da compensação pecuniária. "É de rigor que o pedido de indenização por danos morais seja certo e determinado, para que não fique somente ao arbítrio do juiz a fixação do 'quantum' como também para que seja dada ao réu a possibilidade de contrariar a pretensão do autor de forma pontual, com objetividade e eficácia, de modo a garantir-lhe o direito à ampla defesa e ao contraditório" (RT 761/242). Sob a ótica técnica, assimilo o entendimento de que a falta de indicação do valor escopado a título de dano moral agride frontalmente o disposto no artigo 322, da Lei do Rito Civil que estabelece, como regra, a formulação de pedido certo, inclusive não se elencando, a hipótese, entre as exceções estabelecidas nos incisos do dispositivo mencionado. Destaca-se que nas ações que visam a condenação por ato ilícito, o demandante tem a obrigação de requerer a condenação em quantia certa. Assim sendo, entendo determinar aos Autores, por seu patrono, que especifiquem o quantum objetivado pelo dano moral, ajustando a causa ao conteúdo econômico pretendido. Intime-se os Autores para emendar a inicial, nos moldes acima delineados, no prazo de 15 (quinze) dias, tal o prelecionado no artigo 284 do Código de Processo Civil, parágrafo único, sob pena de seu indeferimento e consequente extinção do feito sem resolução do mérito. Determino que qualquer manifestação dos Autores só se possa verificar após a publicação deste pronunciamento, sem o que instaurar-se-á verdadeiro tumulto processual. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0644728-28.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que tomem ciência da audiência de Semana Nacional de Conciliação, designada para o dia 07/11/2019 às 09:00h, a ser realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania no 4º Andar /Setor 01 do Fórum de Justiça Henoch Reis - Telefone: (92) 3303-5246.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM) - Processo

0644728-28.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que tomem ciência da audiência de Semana Nacional de Conciliação, designada para o dia 07/11/2019 às 09:00h, a ser realizada na sala de audiência do Cartório da 2ª UPJ, Av. Paraíba, S/N, Fórum Ministro Henoch da Silva Reis, 3º Andar, Setor 6, Adrianópolis - CEP 69079-265, Manaus-AM.

ADV: WALDIR EUGÊNIO DE SOUZA (OAB 11350/AM) - Processo 0645095-52.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compromisso - REQUERENTE: IDAM - INSTITUTO DE DESENVOLVIMENETO AGROPECUÁRIO E FLORESTAL SUSTENTÁVEL DO AMAZONAS - Vistos. Em análise preliminar a exordial, este Juízo notou a necessidade de correção do valor da causa para R$ 19.924,85 (dezenove mil, novecentos e vinte e quatro reais e oitenta e cinco centavos), como se observa nas folhas 22 e 23 dos autos. Desta feita, o Autor retificou o a quantia atribuída a demanda (fls. 25 e 26). É o breve relato. Decido. Pois bem. Tendo em vista o novo valor atribuído à ação, aponta-se a inexistência do recolhimento das custas processuais para o aviamento desta demanda, motivo pelo qual ordeno à Secretaria que busque saber diante da Contadoria se o Autor realizou o recolhimento das custas processuais relativas ao processamento desta demanda. Em caso negativo sejam tomadas as necessárias providências para que o faça, no prazo que adiante assinalo, sob pena de indeferimento da exordial. Nunca demais lembrar que o não recolhimento das custas processuais inviabiliza o regular andamento do feito, provocando sua extinção sem aprofundamento do mérito, na forma do que apregoa o artigo 485, inciso IV, do Digesto Processual Civil. Assim sendo, ordeno seja dirigida intimação ao Autor para que, em 5 (cinco) dias emende a vestibular, de conformidade com o que dita o artigo 321, parágrafo único, da Lei do Rito Civil, sob pena de seu indeferimento e extinção do feito sem resolução do mérito. Controle-se o prazo assinalado. Recomendo que qualquer peça a ser atravessada pelo Autor só o seja depois de publicado este pronunciamento. Cumpra-se.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG) - Processo 0645155-25.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos. Trata-se de demanda Monitória aviada por Amazonas Distribuidora de Energia S/A contra Marcelo Ramos Figueira, calcada em sólida prova documental, o que faz certo o juízo de probabilidade sobre a matéria deduzida na proemial. Atribuiu o valor da causa em R$ 33.390,23 (trinta e três mil, trezentos e noventa reais e vinte e três centavos), sob os quais efetuou o pagamento das custas processuais (fls. 6 e 7). Acostou aos autos procuração (fls. 29 e 30) e memorial de cálculo (fl. 31 e 32). É o relato. Decido. Em sendo assim, imperioso cuidar-se, no plano endoprocessual, da citação válida, dirigindo-se à parte demandada que haverá ocupar a angularidade passiva, o comando de seu chamamento a integrar a demanda para o perfazimento da relação jurídica espraiada perante o Estado-Juiz. Expeça-se carta citatória com aviso postal, à luz do que dita o artigo 246, inciso I, do Código de Processo Civil, observando-se sobre a essencialidade do ato de chamamento direto do Réu, quando se tratar de pessoa física, tal a dicção do artigo 242, da Lei do Rito Civil, regramento este que é diverso em caso de pessoa jurídica, na forma como apontado pelo artigo 248, §2°, do mesmo Código. Cumpram-se, a Secretaria, as disposições do artigo 248, daquele Diploma e agende-se audiência conciliatória a ser realizada durante a Semana Nacional de Conciliação, no dia 07/11/2019 às 10h00, observando-se ao Réu que deverá fazer-se acompanhar de advogado ou manifestar formalmente seu desinteresse na autocomposição, desde que o faça por petição apresentada 10 dias antes do agendamento daquele ato (artigo 334, §5°, segunda parte, da Lei do Rito Civil). O não comparecimento injustificado do Autor e/ou do Réu implica reconhecimento judicial de ato contrário à dignidade da justiça a ser reprimido por multa de até 2% da vantagem econômica pretendida, ou do valor da causa. O Réu tem 15 dias úteis para a oferta de contestação (artigo 219, do Código de Processo Civil), prazo que haverá ser contado segundo o estatuído no artigo 335, daquela Lei de Ritos. Intime-se o Autor através de seu advogado, tal a dicção do artigo 334, §3°, do CPC. Cumpra-se.

ADV: LEANDRO FERREIRA DA SILVA (OAB 12921/AM) - Processo 0645332-86.2019.8.04.0001 - Ação de Exigir Contas - Responsabilidade dos sócios e administradores - REQUERENTE: João Paulino dos Santos - Vistos. Trata-se de demanda de cobrança de licenças especiais e férias vencidas e não gozadas, aviada por João Paulino dos Santos em face da Secretaria de Administração e Gestão - SEAD e Estado do Amazonas. Ação foi ajuizada em virtude do Autor ter se aposentado em 10 de setembro de 2015 e não ter usufruído de períodos de férias e licenças especiais, apesar de as haver protocolado (fl. 15). Atribuiu-se a causa o valor de R$ 92.911,90 (noventa e dois mil, novecentos e onze reais e noventa centavos), sob o quais requereu a benesse da gratuidade da justiça (fl. 6). É o relato. Decido. Pois bem, por trata-se de ação aviada pelo Autor contra a Secretaria de Administração e Gestão - SEAD e Estado do Amazonas, não havendo razão para que a distribuição tenha encaminhado o feito a este Juízo Cível. A propósito o que dita o artigo 152, da Lei Complementar 17: Art. 152 “Art. 152. Ao Juiz da Vara da Fazenda Pública Estadual compete processar e julgar por distribuição: I - em matéria cível: a) as ações em que o Estado do Amazonas e suas respectivas entidades autárquicas e fundacionais forem interessadas, como autores, réus, assistentes ou opoentes, excetuadas falências, e ações que versem sobre matéria tributária; b) as ações civis públicas por ato de improbidade administrativa e de ressarcimento de danos causados à Fazenda Pública Estadual ou às suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e consórcios públicos; c) o mandado de segurança contra atos das autoridades, administradores de entidades autárquicas estaduais, bem como os dirigentes de pessoas jurídicas ou as pessoas naturais no exercício de atribuições do Poder Público, ressalvada a competência originária do Tribunal de Justiça, na forma do artigo 72, I, alínea “c”, da Constituição Estadual; d) os habeas data impetrados para assegurar o conhecimento de informações, retificação de dados ou anotação nos assentamentos, de interesse pessoal do impetrado quando relacionados a registro ou a banco de dados de entidades estaduais, observada a competência originária do Tribunal de Justiça, na forma do artigo 72, I, alínea “c”, da Constituição Estadual; e) as ações em que forem demandados Estados-membros da Federação, o Distrito Federal, na forma prescrita pelo artigo 52, do Código de Processo Civil. II - em matéria criminal, os crimes contra a ordem tributária, tipificados pela Lei n. 8.137, de 27 de dezembro de 1990, de interesse do Estado do Amazonas, suas autarquias e fundações.” Desta feita, entendo imprescindível a redistribuição do presente caderno processual à uma das Varas da Fazenda Pública Estadual, uma vez que vislumbrado Ente Público Estadual como partícipe da relação processual. Cumpra-se com urgência. Intime-se.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0645433-26.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Graciete de Souza - Vistos. Trata-se de demanda Acidentária aviada por GRACIETE DE SOUZA contra o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, com o propósito de obter o auxílio doença acidentário. Pugna tutela antecipatória de urgência; concessão do auxílio-doença acidentário e aposentadoria por invalidez. Atribuiu à causa o valor de R$ 58.261,01 (cinquenta e oito mil, duzentos e sessenta e um reais e um centavos), sob o qual requer a benesse da gratuidade da justiça. É o sucinto relanto. Decido. Pois bem, inicialmente, quanto ao pleito de gratuidade judiciária, entendo por seu deferimento, porquanto a presunção de hipossuficiência do Autor emerja dos autos em virtude da condição de segurado por ele ostentada. A tal respeito, a Súmula 110, do STJ: “A isenção de pagamento de honorários advocatícios, nas ações acidentárias, é restrita ao segurado.” Na espécie, a quaestio judicialmente deduzida é daquelas que exige a perícia técnica produzida por experto para que se possa entender sobre a existência de mal acometido ao Autor que lhe impeça total ou parcialmente o exercício de atividade laboral de outrora, e que esclareça sobre a possibilidade, ou não do desempenho daquela e de outra atividade, destacando sobre sua capacidade para o labor, motivos pelos quais indefiro o pedido de antecipação de tutela por não restar comprovados in limine a incapacidade do Autor para a continuidade ao exercício laboral. Assim é que ficou determinado, através da Recomendação Conjunta nº 01 de 15 de dezembro de 2015, firmada entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça,

o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como Portaria 2183/2016-PTJ, o encaminhamento do feito à Central de Conciliação e Mediação das Varas Cíveis para providências. Intime-se o Autor através de seu patrono. Em caso de seu não comparecimento à perícia técnica prova imprescindível ao deslinde da demanda o processo será julgado improcedente por não ter o Autor se desincumbido do ônus da prova do fato constitutivo do seu direito (artigo 373, inciso I, da Lei do Rito Civil). Cumpra-se.

ADV: ELZA MEGUMI LIDA (OAB 95740/SP) - Processo 0646179-88.2019.8.04.0001 - Monitória - Compra e Venda - REQUERENTE: Robert Bosch Ltda. - Vistos. Trata-se de demanda monitória aviada por Robert Bosch Ltda. em face de C. C. Guedes - ME. A ação foi ajuizada em virtude de inadimplemento por parte do Réu quanto a termo de adesão à contrato, encontrado folhas 35 a 53 dos autos. O autor atribuiu a causa o valor de R$ 27.523,70 (vinte e sete mil, quinhentos e vinte e três reais e setenta centavos), em concordância com planilha em anexo (fls. 5 e 6) e notas fixais acostadas (fls. 28 a 34). Recolheu-se as custas da demanda (fls. 54 a 56). É o relato. Decido. Em sendo assim, imperioso cuidar-se, no plano endoprocessual, da citação válida, dirigindo-se à parte demandada que haverá ocupar a angularidade passiva, o comando de seu chamamento a integrar a demanda para o perfazimento da relação jurídica espraiada perante o Estado-Juiz. Expeça-se carta citatória com aviso postal, à luz do que dita o artigo 246, inciso I, do Código de Processo Civil, observando-se sobre a essencialidade do ato de chamamento direto do Réu, quando se tratar de pessoa física, tal a dicção do artigo 242, da Lei do Rito Civil, regramento este que é diverso em caso de pessoa jurídica, na forma como apontado pelo artigo 248, §2°, do mesmo Código. Cumpram-se, a Secretaria, as disposições do artigo 248, daquele Diploma e agende-se audiência conciliatória a ser realizada durante a Semana Nacional de Conciliação, no dia 07/11/2019 às 15h30, observando-se ao Réu que deverá fazer-se acompanhar de advogado ou manifestar formalmente seu desinteresse na autocomposição, desde que o faça por petição apresentada 10 dias antes do agendamento daquele ato (artigo 334, §5°, segunda parte, da Lei do Rito Civil). O não comparecimento injustificado do Autor e/ou do Réu implica reconhecimento judicial de ato contrário à dignidade da justiça a ser reprimido por multa de até 2% da vantagem econômica pretendida, ou do valor da causa. O Réu tem 15 dias úteis para a oferta de contestação (artigo 219, do Código de Processo Civil), prazo que haverá ser contado segundo o estatuído no artigo 335, daquela Lei de Ritos. Intime-se o Autor através de seu advogado, tal a dicção do artigo 334, §3°, do CPC. Cumpra-se.

ADV: IRENILDI MACHADO CARDOSO DA SILVA (OAB 13933/AM) - Processo 0646378-13.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ariane de Oliveira dos Santos - Vistos em correição permanente. Trata-se de demanda de indenização por danos morais decorrente de falsa acusação de furto aviada por Ariane de Oliveira dos Santos em face de Loja Bemol Benchimol, Irmão e Cia Ltda. Acostou nos autos procuração (fls. 11 e 12) e atribuiu a causa o valor de R$ 19.960,00 (dezenove mil, novecentos e sessenta reais), sob os quais requereu a benesse da justiça gratuita. É o relato. Decido. Preliminarmente, nota-se que a Autora ao apresentar documentos que a legitimem a pleitear a tutela em questão, somente anexou comprovante de residência (fl. 10). Sendo necessário, portanto, que emende a inicial arrolando sua Carteira de Identificação, constando seu CPF e RG, afinal o mesmo é um documento essencial para o prosseguimento da ação. Noutro giro, pugna a justiça gratuita, beneplácito este que, segundo o convencimento desta Julgadora goza de presunção relativa, devendo haver verificação fidedigna acerca do referido pleito, evitando, desta feita, a banalização de tão relevante instituto de acesso à justiça. Assim sendo, com sustentáculo no artigo 5º, LXXIV da Constituição Federal, determino ao Autor que comprove a condição de beneficiário da justiça gratuita. Para tanto, ordeno que seja o Autor intimado a trazer ao feito virtual comprovantes de recolhimento do IR relativos aos dois últimos exercícios, Comprovante de rendimentos e de gastos. Faça-o em 15 (quinze) dias úteis, sob pena de indeferimento da benesse, de conformidade com o que reza o artigo 99,§ 2º da nova Lei do Rito Civil. Mais recentemente o Desembargador CLÁUDIO ROESSING, na qualidade de relator, decidiu monocraticamente a Apelação Cível interposta contra sentença desta Julgadora no Processo n. 0611390-73.2013.8.04.0001 (Revisional do Contrato de Financiamento de veículo automotor - Autor: Jorge Rosário de Carvalho e Réu: Banco Panamericano S.A.) que tramitou perante este Juízo e que culminou com a improcedência da demanda e indeferimento da benesse de gratuidade. Fê-lo conhecendo o recurso, mas julgando-o prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do STF, ou de Tribunal Superior. Assim, foi mantida a sentença judicial. À altura, o Desembargador Relator citou jurisprudência consolidada acerca da assistência judiciária gratuita, a qual é perfeitamente aplicável à espécie: "AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA ALTERAR A DECISÃO AGRAVADA. INDEFERIMENTO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. AUSÊNCIA DE PREPARO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 187/STJ. RECURSO DESERTO. 1. A parte agravante não trouxe argumentos novos capazes de infirmar os fundamentos que alicerçam a decisão agravada, razão que enseja a negativa do provimento ao agravo regimental. 2. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e firme no sentido de que, nos termos dos arts. 2º, parágrafo único e §4º, §1º, da Lei 1.060/50, a assistência judiciária gratuita pode ser pleiteada a qualquer tempo. Contudo, até que seja provida, a parte não está exonerada do recolhimento das custas processuais. 3. Cabe ao recorrente comprovar o preparo, incluindo custas e porte de remessa e retorno, situação que não se verifica na hipótese dos autos, motivo pelo qual incide o óbice da Súmula n. 187/STJ. Recurso deserto. 4. Agravo regimental desprovido." (AgRg no Ag 1217675/MG, Rel. Ministro Vasco Della Giustina (Desembargador Convocado do TJ/RS), TERCEIRA TURMA, julgado em 16/11/2010, DJe 30/11/2010). Assinalo-lhe o prazo de 15 dias úteis para o cumprimento do que acima se lhe aponta, sob pena de indeferimento do pleito da gratuidade da justiça. Intime-se e cumpra-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0646421-47.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Vistos. O Exequente maneja o aparato judiciário para obter tutela jurisdicional relativa à Execução de Título Extrajudicial representado por Contrato Bancário - Cédula de Crédito - Arrendamento Mercantil (Lei n. 10.931/2004) -, instrumento que se enquadra numa das hipóteses previstas pelo artigo 784, inciso XII, do Código de Processo Civil. Atribuiu a causa o valor de R$ 127.929,86 (cento e vinte e sete mil, novecentos e vinte e nove reais e oitenta e seis centavos), sob os quais recolheu as custas da demanda (fls. 6 a 8). É o relato. Decido. Tratando-se de título extrajudicial impende que o original seja mantido sob a guarda do Exequente até o trânsito em julgado do feito, de conformidade com o que dita o artigo 11, da Lei Federal n. 11.419/2006. "Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais. § 3o Os originais dos documentos digitalizados, mencionados no § 2o deste artigo, deverão ser preservados pelo seu detentor até o trânsito em julgado da sentença ou, quando admitida, até o final do prazo para interposição de ação rescisória." (grifo subsequente). Curial, portanto avaliar, antes de consumar eventuais atos de constrição, a coexistência dos pressupostos processuais e das condições da ação, tal como feito no processo de conhecimento, enfatizando-se, contudo, a necessidade de averiguar-se ainda sobre o preenchimento dos requisitos específicos da ação de execução, os quais se fazem insculpidos no artigo 786, do Código de Processo Civil. Quanto aos primeiros, tenho-os por presentes de forma cristalina e, quanto aos últimos, quais sejam os peculiares ao processo de execução, também os tenho por cumpridos, senão vejamos: A) a existência do título executivo, a demonstrar a certeza do direito de produzir demanda executiva, a liquidez da dívida e a legitimatio ativa e passiva. Vale mencionar a valiosa contribuição de Calamandrei quanto à distinção de cada um desses requisitos: "A certeza diz respeito à existência do crédito, a liquidez decorre da determinação da sua importância exata, a exigibilidade se refere ao tempo em o qual poderá o credor exigir o respectivo pagamento. É certo um crédito,

quando não é controvertida a sua existência; é líquido, quando é determinada a importância da prestação (quantum); é exigível, quando o seu pagamento não depende de termo ou condição nem está sujeito a outras limitações (quando).” (grifo subsequente). B) o inadimplemento do devedor, a provar sua exigibilidade pela via executiva. C) a observância ao prazo de aviamento (propositura) da presente execução do título extrajudicial, em escorreito atendimento às prescrições infraconstitucionais. Feito assim este tracejado de reconhecimento da higidez do título ostentado pelo Exequente e, em exercício ao juízo de admissibilidade da proemial, determino à Secretaria que expeça, incontinenti, mandado com ordem de citação, penhora, avaliação, nomeação de depositário e intimação para resistir à execução através do aviamento de embargos. Quando da citação que se dê conhecimento ao Executado que deve pagar a dívida no prazo de 3 dias úteis (artigo 827, §1°, CPC), segundo regra geral do artigo 219, de referido Diploma, quando então os honorários advocatícios serão reduzidos pela metade, ou, deve nomear bens à penhora, sob pena de, não o fazendo naquele prazo, lhe ser ordenada a constrição por diligência do oficial de justiça que, em momento subsequente ultimará a avaliação dos bens penhorados, de acordo com o que dita o artigo 829 e seguintes, do Código de Processo Civil. “A indicação dos bens foi erigida à categoria de dever processual, caracterizando-se o descumprimento com a mera omissão da informação, sem perquirir a intenção; o que não impede, por óbvio, comprove o executado não ostentar bens penhoráveis, a afastar a tipificação do ato.”(Comentários à Execução Civil: título judicial e extrajudicial (artigo por artigo). Armelin Donaldo e outros. São Paulo: Saraiva, 2008, p. 145). A circunstância do devedor não possuir bens sobre os quais possa recair a penhora deve ser certificada, pormenorizadamente, pelo meirinho a fim de que o Julgador possa se manifestar sobre eventual suspensão do processo executivo (artigo 921, inciso III, CPC). O Executado poderá oferecer Embargos, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, na forma estatuída pelo artigo 915, da Lei do Rito Civil. Arbitro os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor dado à causa, na forma como estatuído pelo artigo 827, do Digesto Processual Civil, principalmente por entender que a proemial não evoca maiores aperfeiçoamentos jurídicos para a sua produção. Observe-se, porém que, em caso de rejeição de Embargos é possível a majoração da verba honorária até 20% (vinte por cento), ou se estes não forem aviados, o justificar o trabalho do causídico, segundo leitura do §2°, daquele dispositivo infraconstitucional. Finalmente ordenar ao Exequente que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, tal o firmado no artigo 218, §3°, do CPC, ultime o recolhimento das custas relativas à diligência do oficial de justiça, estabelecidas por Tabela através do Provimento n 250/CGJ, de 26 de junho de 2015, publicado no DJe de 1º de julho do corrente, édito que culminou a Portaria n. 11, de 3 de julho de 2015, da Coordenadoria da Central de Mandados que dispôs sobre o recolhimento das custas e diligências do Oficial de Justiça, na conta-corrente n. 57.204-7, agência 3.739-7, do Banco Bradesco S/A, em nome do SINDOJUS-AM - Sindicato dos oficiais de Justiça Avaliadores do Estado do Amazonas. O não recolhimento do importe assinalado há culminar com a extinção do feito por falta de atendimento a pressuposto de desenvolvimento válido e regular da demanda, sob o prisma objetivo de sua válida admissibilidade. O presente pronunciamento só ha ser cumprido em sua inteireza pela Secretaria depois de confirmado o recolhimento das custas de processamento desta demanda, sem o que haverá ser o Exequente intimado ao atendimento de relevante pressuposto de desenvolvimento válido e regular da demanda para, dentro do prazo supramencionado, o cumprir fidedignamente. Diligencie-se. Certifique-se e Cumpra-se.

ADV: JOÃO MARCOS POZZETTI (OAB 6160/AM), ADV: JUCELINO DOS SANTOS NOBRE (OAB 6166/AM) - Processo 0646446-94.2018.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Francinaldo Souza da Mota - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 12/11/2019 às 09:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 30 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS (OAB 7526/AM), ADV: GUSTAVO DA SILVA GRILLO (OAB 7883/AM) - Processo 0646599-93.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Sonia Mara da Silva Costa - Vistos. Trata-se de demanda de repetição de indébito cumulada com reparatória por danos morais aviada por SONIA MARA DA SILVA COSTA em face de BANCO BRADESCO S/A, em virtude de descontos indevidos realizados na conta corrente da Autora, referente à tarifa bancária “CESTA FÁCIL SÚPER”. Pugna pela tutela de urgência para suspensão dos descontos; repetição do indébito, no montante de R$ 1.787,72 (um mil, setecentos e oitenta e sete reais e setenta e dois centavos); indenização por danos morais em R$ 30.000,00 (trinta mil reais). Atribuiu à causa o valor de R$ 31,787,72 (trinta e um mil, setecentos e oitenta e sete reais e setenta e dois centavos), sob o qual requer a benesse da gratuidade da justiça, É o relato. Decido. Pois bem, em um primeiro momento, no que tange à gratuidade da justiça, entendo por seu deferimento, em análise aos extratos bancários da Autora (fls. 22 a 32). Pois bem, o Autor requer a tutela de urgência para a suspensão das tarifas bancárias que lhe tem sido lançadas a título de “CESTA FÁCIL SÚPER”. Sucede que, em cognição sumária, não é possível a este órgão julgador se convencer da probabilidade do direito autoral à suspensão, pois não há como saber se a ele foi devidamente informado a respeito das referidas cestas por prepostos ou gerentes bancários, inclusive por documentos. Ora, se assim o é fica desde já afastado o fumus boni iuris para a concessão, o qual é exigido pela disposição legal que repousa no artigo 300, da Lei do Rito Civil. INDEFIRO a tutela de urgência. Imperioso, todavia cuidar-se, no plano endoprocessual da citação válida, dirigindo-se à parte demandada que haverá ocupar a angularidade passiva, o comando de seu chamamento a integrar a demanda para o perfazimento da relação jurídica espraiada perante o Estado-Juiz. Expeça-se carta citatória com aviso postal, à luz do que dita o artigo 246, inciso I, do Código de Processo Civil, observando-se sobre a essencialidade do ato de chamamento direto do Réu, quando se tratar de pessoa física, tal a dicção do artigo 242, da Lei do Rito Civil, regramento este que é diverso em caso de pessoa jurídica, na forma como apontado pelo artigo 248, §2°, do mesmo Código. Cumpram-se, a Secretaria, as disposições do artigo 248, daquele Diploma e agende-se audiência conciliatória, durante a Semana Nacional de Conciliação, no dia 07/11/2019, às 14h00, observando-se ao Réu que deverá fazer-se acompanhar de advogado ou manifestar formalmente seu desinteresse na autocomposição, desde que o faça por petição apresentada 10 dias antes do agendamento daquele ato (artigo 334, §5°, segunda parte, da Lei do Rito Civil). O não comparecimento injustificado do Autor e/ou do Réu implica reconhecimento judicial de ato contrário à dignidade da justiça a ser reprimido por multa de até 2% da vantagem econômica pretendida, ou do valor da causa. O Réu tem 15 dias úteis para a oferta de contestação (artigo 219, do Código de Processo Civil), prazo que haverá ser contado segundo o estatuído no artigo 335, daquela Lei de Ritos. Intime-se o Autor através de seu advogado, tal a dicção do artigo 334, §3°, do CPC. Cumpra-se.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0646688-19.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consorcios Ltda - Vistos, O Autor aviou a presente demanda de Busca e Apreensão contra o Réu com o escopo de retomar o veículo automotor especificado na proemial, em razão do descumprimento do enliçamento contratual outrora entabulado no talante às parcelas do financiamento, como se infere da planilha em anexo. Antes da movimentação do aparato judiciário para o alcance de tutela jurisdicional houve a notificação extrajudicial dirigida ao Réu com respectivo Aviso de Recebimento (fl. 40 e 41). Dá-se à causa o valor de R$ 69.310,62 (sessenta e nove mil, trezentos e dez reais e sessenta e dois centavos), sob os quais recolheu-se as custas processuais da demanda (fls. 47 a 49). Acostou aos autos procuração (fls. 7 a 16), demonstrativo de débito (fl. 42 a 46) e cédula de crédito bancário (fl. 29 a 45). É o relato. Decido. O modelo contratual delineado no Decreto-Lei n. 911/69 torna resolúvel o domínio do bem em favor do credor (possuidor indireto do veículo) em caso de inadimplemento do instrumento pelo devedor (possuidor direto). “PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO

DE BUSCA E APREENSÃO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. LIMINAR POSTERGADA PARA APÓS A CONTESTAÇÃO. INOBSERVÂNCIA DE RITO. DECRETO-LEI N. 911/69. AUSÊNCIA DE CIRCUNSTÂNCIA EXCEPCIONAL. DEFERIMENTO. I. Inexistindo qualquer circunstância excepcional indicada pelo juízo, bastante à concessão da liminar para a busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente a comprovação dos requisitos previstos no art. 3º do Decreto-lei n. 911/69, cuja constitucionalidade já foi reconhecida pelo Egrégio Supremo Tribunal Federal. II. Recurso especial conhecido e provido." (REsp. 678.039/SC, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 18.11.2004, DJ 14.03.2005 p. 380). Pois bem, os documentos acostados à proemial - inadimplemento contratual e constituição do Réu em mora - são suficientemente sólidos a estabelecer a sustentabilidade deste decisório no sentido de DEFERIR, como deferida tenho a liminar formulada, porquanto se encontre em mora o Réu. Faço-o de conformidade com o apregoado no artigo 3°, caput, do Decreto-Lei n° 911/69. A consequência natural de tal pontuação é a ordem para que seja expedido o competente mandado, depositando-se o bem sob a responsabilidade e os cuidados da pessoa indicada na vestibular, ou a quem o Autor (proprietário do veículo alienado) indicar ao oficial de justiça, que de seu turno haverá nomeá-la como depositária. Em se dando o cumprimento da ordem supramencionada impende que se realize a citação do Réu para efetuar o pagamento integral do débito (quitação da obrigação contratual) apontado pelo Autor (credor fiduciário) em 5 (cinco) dias, quando então restituir-se-á, àquele, o bem livre de ônus (artigo 3°, § 2°, do Decreto Lei nº 911/69) e, para contestar a demanda no prazo de 15 (quinze) dias, contados da execução da liminar, nos termos do que reza o artigo 3°, § 3°, do mesmo Diploma, sob pena de revelia. (STJ, REsp 1.233.299-PR, julgado em 15/04/2011) e Precedentes (REsp 767.27/SP, DJ de 13/02/2006; AgRg no Ag 772.797/DF, DJ de 06/08/2007; REsp 1.061.388/SP, DJ de 27/06/2008 e REsp 1.287.402/PR, DJe 18/06/2013. Só se admitirá a purgação da mora nesta demanda de busca e apreensão se o Réu houver pago, pelo menos, 40% do valor financiado, tal o que se extrai da Súmula n. 284, do STJ: "Súmula 284 - A purga da mora, nos contratos de alienação fiduciária só é permitida quando já pagos pelo menos 40% (quarenta por cento) do valor financiado." Observe-se ao Réu que poderá produzir sua resposta à demanda mesmo que pague a integralidade do débito, desde que entenda ter havido pagamento a maior e desejar a restituição, segundo o que dispõe o artigo 3º, § 4º, do Decreto-Lei n° 911/69. No caso de haver devedor solidário faz-se imperioso que se lhe cientifique. Na hipótese de não pagamento do Réu e desde que retomado o bem e ultimada sua entrega em depósito ao representante legal do Autor (instituição financeira), consolidar-se-ão a propriedade e a posse plena e exclusiva do veículo no âmbito de seu patrimônio, quando então caberão às repartições competentes, quando for o caso, expedir novo certificado de registro de propriedade em nome do credor, ou de terceiro por ele indicado, livre do ônus da propriedade fiduciária.(Redação dada pela Lei 10.931, de 2004). O inadimplemento ou a mora em que incorra o devedor nas obrigações contratuais garantidas mediante alienação fiduciária autorizam ao credor fiduciário (proprietário) à venda do bem a terceiros, independentemente de leilão, hasta pública, avaliação prévia ou qualquer outra medida judicial ou extrajudicial, salvo disposição expressa em contrário prevista no contrato, aplicando-se o preço da venda no pagamento do crédito ostentado pelo Autor e também das despesas decorrentes, sem prejuízo à entrega do que remanescer ao devedor, se houver, com a imprescindível prestação de contas. (Redação dada pela Lei nº 13.043, de 2014). Comunique-se ao DETRAN sobre a existência desta demanda e a restrição judicial recaída sobre o bem por intermédio do sistema RENAJUD. Faça-o à luz do artigo 3ª, §9º, do Decreto-Lei n. 911/69, de molde a que reste impossibilitada a venda do veículo a terceiro. É expressamente dispensada a publicação deste pronunciamento, EXCETO se a Secretaria constatar que o Autor ainda não recolheu as despesas relativas à diligência a cargo do oficial de justiça (artigo 2º, § 1º, do Provimento n. 250/2015-CGJ/AM), para cuja desobrigação a ele assinalo o prazo de 5 dias, sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito por falta de observância a pressuposto de seu desenvolvimento válido e regular. RECOMENDO à Secretaria que se dedique à leitura dos pronunciamentos judiciais para que evite a torrente de processos desnecessariamente conclusos para despachos. Cumpra-se.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0646691-71.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consorcios Ltda - Vistos, Ante a suspeita de repetição sendo uma delas através deste feito e, a outra, por meio do processo que tomou o número 0646692-56.2019 como destacado pela informação do SAJ/PG5 em relação a qual, após análise desta julgadora, constatou não haver igualdade quanto ao objeto da demanda. Pois bem. O Autor aviou a presente demanda de Busca e Apreensão contra o Réu com o escopo de retomar o veículo automotor especificado na proemial, em razão do descumprimento do enliçamento contratual outrora entabulado no talante às parcelas do financiamento, como se infere da planilha em anexo. Antes da movimentação do aparato judiciário para o alcance de tutela jurisdicional houve a notificação extrajudicial dirigida ao Réu com respectivo Aviso de Recebimento (fl. 41 e 42). Dá-se à causa o valor de R$ 35.330,12 (trinta e cinco mil, trezentos e trinta reais e doze centavos), sob os quais recolheu-se as custas processuais da demanda (fls. 48 a 50). Acostou aos autos procuração (fls. 7 a 17), demonstrativo de débito (fl. 43 a 47) e cédula de crédito bancário (fl. 29 a 36). É o relato. Decido. O modelo contratual delineado no Decreto-Lei n. 911/69 torna resolúvel o domínio do bem em favor do credor (possuidor indireto do veículo) em caso de inadimplemento do instrumento pelo devedor (possuidor direto). "PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. LIMINAR POSTERGADA PARA APÓS A CONTESTAÇÃO. INOBSERVÂNCIA DE RITO. DECRETO-LEI N. 911/69. AUSÊNCIA DE CIRCUNSTÂNCIA EXCEPCIONAL. DEFERIMENTO. I. Inexistindo qualquer circunstância excepcional indicada pelo juízo, bastante à concessão da liminar para a busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente a comprovação dos requisitos previstos no art. 3º do Decreto-lei n. 911/69, cuja constitucionalidade já foi reconhecida pelo Egrégio Supremo Tribunal Federal. II. Recurso especial conhecido e provido." (REsp. 678.039/SC, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 18.11.2004, DJ 14.03.2005 p. 380). Pois bem, os documentos acostados à proemial - inadimplemento contratual e constituição do Réu em mora - são suficientemente sólidos a estabelecer a sustentabilidade deste decisório no sentido de DEFERIR, como deferida tenho a liminar formulada, porquanto se encontre em mora o Réu. Faço-o de conformidade com o apregoado no artigo 3°, caput, do Decreto-Lei n° 911/69. A consequência natural de tal pontuação é a ordem para que seja expedido o competente mandado, depositando-se o bem sob a responsabilidade e os cuidados da pessoa indicada na vestibular, ou a quem o Autor (proprietário do veículo alienado) indicar ao oficial de justiça, que de seu turno haverá nomeá-la como depositária. Em se dando o cumprimento da ordem supramencionada impende que se realize a citação do Réu para efetuar o pagamento integral do débito (quitação da obrigação contratual) apontado pelo Autor (credor fiduciário) em 5 (cinco) dias, quando então restituir-se-á, àquele, o bem livre de ônus (artigo 3°, § 2°, do Decreto Lei nº 911/69) e, para contestar a demanda no prazo de 15 (quinze) dias, contados da execução da liminar, nos termos do que reza o artigo 3°, § 3°, do mesmo Diploma, sob pena de revelia. (STJ, REsp 1.233.299-PR, julgado em 15/04/2011) e Precedentes (REsp 767.27/SP, DJ de 13/02/2006; AgRg no Ag 772.797/DF, DJ de 06/08/2007; REsp 1.061.388/SP, DJ de 27/06/2008 e REsp 1.287.402/PR, DJe 18/06/2013. Só se admitirá a purgação da mora nesta demanda de busca e apreensão se o Réu houver pago, pelo menos, 40% do valor financiado, tal o que se extrai da Súmula n. 284, do STJ: "Súmula 284 - A purga da mora, nos contratos de alienação fiduciária só é permitida quando já pagos pelo menos 40% (quarenta por cento) do valor financiado." Observe-se ao Réu que poderá produzir sua resposta à demanda mesmo que pague a integralidade do débito, desde que entenda ter havido pagamento a maior e desejar a restituição, segundo o que dispõe o artigo 3º, § 4º, do Decreto-Lei n° 911/69. No caso de haver devedor solidário faz-se imperioso que se lhe cientifique. Na hipótese de não pagamento do Réu e desde que retomado o bem e ultimada sua entrega em depósito ao representante legal do Autor (instituição financeira), consolidar-se-ão a propriedade e a posse plena e exclusiva do veículo no âmbito de seu patrimônio, quando então caberão às repartições

competentes, quando for o caso, expedir novo certificado de registro de propriedade em nome do credor, ou de terceiro por ele indicado, livre do ônus da propriedade fiduciária.(Redação dada pela Lei 10.931, de 2004). O inadimplemento ou a mora em que incorra o devedor nas obrigações contratuais garantidas mediante alienação fiduciária autorizam ao credor fiduciário (proprietário) à venda do bem a terceiros, independentemente de leilão, hasta pública, avaliação prévia ou qualquer outra medida judicial ou extrajudicial, salvo disposição expressa em contrário prevista no contrato, aplicando-se o preço da venda no pagamento do crédito ostentado pelo Autor e também das despesas decorrentes, sem prejuízo à entrega do que remanescer ao devedor, se houver, com a imprescindível prestação de contas.(Redação dada pela Lei nº 13.043, de 2014). Comunique-se ao DETRAN sobre a existência desta demanda e a restrição judicial recaída sobre o bem por intermédio do sistema RENAJUD. Faça-o à luz do artigo 3ª, §9º, do Decreto-Lei n. 911/69, de molde a que reste impossibilitada a venda do veículo a terceiro. É expressamente dispensada a publicação deste pronunciamento, EXCETO se a Secretaria constatar que o Autor ainda não recolheu as despesas relativas à diligência a cargo do oficial de justiça (artigo 2º, § 1º, do Provimento n. 250/2015-CGJ/AM), para cuja desobrigação a ele assinalo o prazo de 5 dias, sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito por falta de observância a pressuposto de seu desenvolvimento válido e regular. RECOMENDO à Secretaria que se dedique à leitura dos pronunciamentos judiciais para que evite a torrente de processos desnecessariamente conclusos para despachos. Cumpra-se.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0646692-56.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consorcios Ltda - Vistos. Ante a suspeita de repetição sendo uma delas através deste feito e, a outra, por meio do processo que tomou o número 0646688-19.2019 como destacado pela informação do SAJ/PG5 em relação a qual, após análise desta julgadora, constatou não haver igualdade quanto ao objeto da demanda. Pois bem. O Autor aviou a presente demanda de Busca e Apreensão contra o Réu com o escopo de retomar o veículo automotor especificado na proemial, em razão do descumprimento do enliçamento contratual outrora entabulado no talante às parcelas do financiamento, como se infere da planilha em anexo. Antes da movimentação do aparato judiciário para o alcance de tutela jurisdicional houve a notificação extrajudicial dirigida ao Réu com respectivo Aviso de Recebimento (fl. 41 e 42). Dá-se à causa o valor de R$ 35.330,12 (trinta e cinco mil, trezentos e trinta reais e doze centavos), sob os quais recolheu-se as custas processuais da demanda (fls. 48 a 50). Acostou aos autos procuração (fls. 7 a 17), demonstrativo de débito (fl. 43 a 47) e cédula de crédito bancário (fl. 29 a 36). É o relato. Decido. O modelo contratual delineado no Decreto-Lei n. 911/69 torna resolúvel o domínio do bem em favor do credor (possuidor indireto do veículo) em caso de inadimplemento do instrumento pelo devedor (possuidor direto). "PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. LIMINAR POSTERGADA PARA APÓS A CONTESTAÇÃO. INOBSERVÂNCIA DE RITO. DECRETO-LEI N. 911/69. AUSÊNCIA DE CIRCUNSTÂNCIA EXCEPCIONAL. DEFERIMENTO. I. Inexistindo qualquer circunstância excepcional indicada pelo juízo, bastante à concessão da liminar para a busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente a comprovação dos requisitos previstos no art. 3º do Decreto-lei n. 911/69, cuja constitucionalidade já foi reconhecida pelo Egrégio Supremo Tribunal Federal. II. Recurso especial conhecido e provido." (REsp. 678.039/SC, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 18.11.2004, DJ 14.03.2005 p. 380). Pois bem, os documentos acostados à proemial - inadimplemento contratual e constituição do Réu em mora - são suficientemente sólidos a estabelecer a sustentabilidade deste decisório no sentido de DEFERIR, como deferida tenho a liminar formulada, porquanto se encontre em mora o Réu. Faço-o de conformidade com o apregoado no artigo 3°, caput, do Decreto-Lei n° 911/69. A consequência natural de tal pontuação é a ordem para que seja expedido o competente mandado, depositando-se o bem sob a responsabilidade e os cuidados da pessoa indicada na vestibular, ou a quem o Autor (proprietário do veículo alienado) indicar ao oficial de justiça, que de seu turno haverá nomeá-la como depositária. Em se dando o cumprimento da ordem supramencionada impende que se realize a citação do Réu para efetuar o pagamento integral do débito (quitação da obrigação contratual) apontado pelo Autor (credor fiduciário) em 5 (cinco) dias, quando então restituir-se-á, àquele, o bem livre de ônus (artigo 3°, § 2°, do Decreto Lei nº 911/69) e, para contestar a demanda no prazo de 15 (quinze) dias, contados da execução da liminar, nos termos do que reza o artigo 3°, § 3°, do mesmo Diploma, sob pena de revelia. (STJ, REsp 1.233.299-PR, julgado em 15/04/2011) e Precedentes (REsp 767.27/SP, DJ de 13/02/2006; AgRg no Ag 772.797/DF, DJ de 06/08/2007; REsp 1.061.388/SP, DJ de 27/06/2008 e REsp 1.287.402/PR, DJe 18/06/2013. Só se admitirá a purgação da mora nesta demanda de busca e apreensão se o Réu houver pago, pelo menos, 40% do valor financiado, tal o que se extrai da Súmula n. 284, do STJ: "Súmula 284 - A purga da mora, nos contratos de alienação fiduciária só é permitida quando já pagos pelo menos 40% (quarenta por cento) do valor financiado." Observe-se ao Réu que poderá produzir sua resposta à demanda mesmo que pague a integralidade do débito, desde que entenda ter havido pagamento a maior e desejar a restituição, segundo o que dispõe o artigo 3º, § 4º, do Decreto-Lei n° 911/69. No caso de haver devedor solidário faz-se imperioso que se lhe cientifique. Na hipótese de não pagamento do Réu e desde que retomado o bem e ultimada sua entrega em depósito ao representante legal do Autor (instituição financeira), consolidar-se-ão a propriedade e a posse plena e exclusiva do veículo no âmbito de seu patrimônio, quando então caberão às repartições competentes, quando for o caso, expedir novo certificado de registro de propriedade em nome do credor, ou de terceiro por ele indicado, livre do ônus da propriedade fiduciária.(Redação dada pela Lei 10.931, de 2004). O inadimplemento ou a mora em que incorra o devedor nas obrigações contratuais garantidas mediante alienação fiduciária autorizam ao credor fiduciário (proprietário) à venda do bem a terceiros, independentemente de leilão, hasta pública, avaliação prévia ou qualquer outra medida judicial ou extrajudicial, salvo disposição expressa em contrário prevista no contrato, aplicando-se o preço da venda no pagamento do crédito ostentado pelo Autor e também das despesas decorrentes, sem prejuízo à entrega do que remanescer ao devedor, se houver, com a imprescindível prestação de contas.(Redação dada pela Lei nº 13.043, de 2014). Comunique-se ao DETRAN sobre a existência desta demanda e a restrição judicial recaída sobre o bem por intermédio do sistema RENAJUD. Faça-o à luz do artigo 3ª, §9º, do Decreto-Lei n. 911/69, de molde a que reste impossibilitada a venda do veículo a terceiro. É expressamente dispensada a publicação deste pronunciamento, EXCETO se a Secretaria constatar que o Autor ainda não recolheu as despesas relativas à diligência a cargo do oficial de justiça (artigo 2º, § 1º, do Provimento n. 250/2015-CGJ/AM), para cuja desobrigação a ele assinalo o prazo de 5 dias, sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito por falta de observância a pressuposto de seu desenvolvimento válido e regular. RECOMENDO à Secretaria que se dedique à leitura dos pronunciamentos judiciais para que evite a torrente de processos desnecessariamente conclusos para despachos. Cumpra-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0650154-55.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Considerando a legitimidade das partes e em razão do acordo atender e preservar aos seus interesses, HOMOLOGO o acordo para que surta seus efeitos jurídicos e legais. Na forma do art. 922 do Código de Processo Civil, determino a suspensão do processo, devendo, caso solicitado pelo credor, ser reaberta a execução para prosseguimento a partir de onde tiver cessado.

ADV: ANA PAULA DE OLIVEIRA PINHEIRO (OAB 9893/AM) - Processo 0651359-22.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Ademir Carvalho Pinheiro e outro - Vistos e examinados. Custas de processamento da demanda recolhidas (fls. 26). Tutela de urgência não concedida em cognição sumária (fls. 28 a 29). Malograda a audiência conciliatória assinalada para o exaurimento das vias de autocomposição, pela ausência do Réu (fls. 38 e 39). O início do prazo de 15 dias úteis para a oferta da contestação pelo Réu teve seu início daquela audiência, segundo dicção do artigo

335, inciso I, da Lei do Rito Civil. Entretanto, o Réu não ofereceu resistência à demanda, tal a certidão de fls. 40. É o relato. Decido. Por assim ser, DECRETO a revelia do Réu William David Bernardo Alegria, fazendo-o segundo dicção do artigo 344, da Lei do Rito Civil. A natural consequência desta manifestação declaratória é o reconhecimento da presunção de veracidade dos fatos articulados na proemial em virtude da verossimilhança que denotam, dispensando-se, por conseguinte, qualquer comando judicial para a produção de provas de ofício, na forma como estatuído no artigo 130, daquele Diploma legal. Considerando a revelia recaída sobre aquele que ocupa o pólo passivo da presente demanda, realizo o julgamento antecipado da lide, com fulcro no artigo 355, incisos I e II, do Código de Processo Civil. "Art. 355. O juiz julgará antecipadamente o pedido, proferindo sentença com resolução de mérito, quando: I não houver necessidade de produção de outras provas; II o réu for revel, ocorrer o efeito previsto no art. 344 e não houver requerimento de prova na forma do art. 349." , fazendo-o segundo dicção do artigo 344, da Lei do Rito Civil. A natural consequência desta manifestação declaratória é o reconhecimento da presunção de veracidade dos fatos articulados na proemial em virtude da verossimilhança que denotam, dispensando-se, por conseguinte, qualquer comando judicial para a produção de provas de ofício, na forma como estatuído no artigo 130, daquele Diploma legal. Danos morais A concepção de dano moral leva-nos à ideia de que a pessoa almeja a integridade e o resguardo de sua reputação, desta feita toda vez que se sentir lesado nesses dois íntimos vetores, passa a fazer jus à reparação dos danos imateriais que entende ter experimentado. Entrementes, para que o intento indenizatório receba guarida do órgão julgador, torna-se indispensável que o atentado à honra, ou à reputação infligida à pessoa seja grave o bastante a ultrapassar a esfera de normalidade do cotidiano de sua atividade e alcançar a esfera da danificação ao patrimônio e à qualidade de que se faz detentora no mercado, afastando-se, por exclusão, os simples melindres que a vida em sociedade nos impõe. No caso sub judice, entendo deva prosperar a ação de indenização por danos morais pelo inafastável agir doloso da Ré. Afirmo que o lastro para a pretensão indenizatória faz-se plausível pelas razões jurígenas percorridas. Parte dispositiva Ex positis, JULGO PROCEDENTE o pedido de obrigação de fazer a ser exigido do Réu que, regularmente citado mostrou-se inerte, de forma que deve entregar as imagens fotográficas e álbuns, sob pena de R$ 300,00 por dia, no limite de 10 dias-multa, em caso de não cumprimento. Caso não seja possível cumprir a obrigação de fazer (entrega das imagens), deve o Réu restituir o valor pago aos Autores, no montante de R$ 1.000,00 (um mil reais) juntamente com a multa contratual de 50% de R$ 500,00 (quinhentos reais), perfazendo o montante total de R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais). No que pertine aos danos morais, condeno o Réu ao pagamento em R$ 5.000,00 (cinco mil reais) aos Autores. JULGO EXTINTA a demanda por sentença, tal o que dita o artigo 316, da Lei do Rito Civil. DETERMINO a expedição do mandado executivo em desfavor do Réu para que satisfaça o crédito líquido, certo e exigível. Observe-se ao Réu, quando da expedição do mandado intimatório de execução do título judicial que, em 15 (quinze) dias deverá ultimar o pagamento voluntário do valor supramencionado sob pena de incidência da multa de 10% (dez por cento) sobre a dívida líquida, certa e exigível que lhe foi reconhecida em desfavor, na forma como estatuído no artigo 523, § 1º do Código de Processo Civil. CONDENO o Réu ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios (princípio da causalidade), que fixo em 10% sobre o valor da condenação, com sustentáculo no que dita o artigo 85, § 2°, incisos I, II, III e IV da Lei do Rito Civil, atendendo ao grau de zelo do profissional, o lugar da prestação do serviço, a natureza e relevância da causa. Publique-se. Registre-se. Intime-se e Cumpra-se. Certificado o trânsito em julgado é de se arquivar o feito e ultimar a baixa.

ADV: ELISÂNGELA DIAS GAMA (OAB 12349/AM) - Processo 0654642-53.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Izabel Ribeiro de Albuquerque - Considerando a legitimidade das partes e em razão da transação atender e preservar os seus interesses, HOMOLOGO o acordo para que surta seus efeitos jurídicos e legais e declaro extinto o processo com resolução do mérito (art. 487, III, "b" do CPC). Isento de custas na forma do § 3º do art. 90 do CPC. Proceda-se à baixa.

ADV: ALESSANDRA SERIACOPI VILA (OAB 9881/AM), ADV: VILA & BRAGA ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 523/AM), ADV: FELIPE BRAGA DE OLIVEIRA (OAB 9663/AM) - Processo 0657352-46.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Direitos e Títulos de Crédito - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Mediterrâneo I - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM) - Processo 0660892-05.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Nascentes do Tarumã - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0706877-07.2012.8.04.0001 - Busca e Apreensão - Liminar - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Vistos e examinados. O Autor, na qualidade de instituição financeira legalmente representada sob as óticas processual e postulacional, movimentou o aparato judiciário com o propósito de obter pronunciamento jurisdicional, a cargo do Estado-Juiz, através da demanda de Busca e Apreensão com fundamento no Decreto-Lei nº 911/69. Alega, em síntese, o entabulamento do Contrato de Financiamento de Veículo com a Ré, para a aquisição de automotor gravado com cláusula de alienação fiduciária. Ocorre que a Ré deixou de remunerar as parcelas vencidas e vincendas, e, desta forma revelou-se contratualmente inadimplente, motivo bastante à emissão de édito notificatório, que, na espécie foi ultimado por cartório de títulos e documento ou de protesto, em nome da Autora para a regular e indiscutível constituição em mora daquele, aspecto legal de procedibilidade da pretensão autoral que tem o condão de concretizar o débito até a data da propositura da demanda. Deferida liminarmente a busca e apreensão do veículo, em juízo de admissibilidade de cognição sumária e provisória, expediu-se mandado de busca e apreensão do veículo vindicado, o qual não foi regularmente cumprido, a princípio. A citação deu-se apena por edital às fls. 129. Contestação por negativa geral às fls. 148/149. Inobstante válida citação da Ré, tem-se que não houve a quitação do débito (art. 3º, § 2º, DL 911/69). É o relatório. Decido. Incontroversa a relação jurídica firmada entre as partes para a aquisição do bem móvel pelo Réu (devedora fiduciante) que, de seu turno transferiu, sob condição resolutiva, ao credor fiduciário que lhe financia a dívida, o domínio do bem adquirido, mantendo, todavia a posse direta. Logo, em havendo inadimplemento contratual quanto às parcelas pecuniariamente acertadas e conhecidas pelo Réu, consolida-se a propriedade resolúvel em favor da instituição financeira (STJ, REsp. 916.782/MG). Em contratos de financiamento bancário, como sabido, a mora tem natureza ex re, posto que revela obrigação líquida e positiva quanto ao valor, data e forma de cumprimento obrigacional previamente fixado. Assim, mesmo que o devedor não receba pessoalmente a notificação extrajudicial realizada que deverá ser através de Cartórios de Títulos e Documentos (STJ, REsp 1.051-406/RS) - meio de comprovação da mora que se situa ao lado do protesto do título com possibilidade de intimação pela via editalícia (STJ, REsp 1.506.864/RS) - é válido o cumprimento do requisito formalístico

legal. Registre-se que a comprovação notificatória é necessária para que o Juízo diante do qual se descortina a demanda de Busca e Apreensão tenha conhecimento de sua ocorrência e que dela haja se desobrigado o Autor (instituição financeira), isto porque a constituição da mora decorre do simples atraso no pagamento, daí falar-se em mora ex re. Aquela demonstração, de seu turno, condição de procedibilidade da demanda de Busca e Apreensão é relevante à caracterização da verossimilhança das assertivas iniciais do credor para que se lhe possa deferir a tutela de urgência atendendo-se a dupla finalidade de comprovação documental da mora do devedor e de possibilitar-lhe a purga extrajudicial atualizada das prestações do financiamento contatual. "APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO DE VEÍCULO COM GARANTIA FIDUCIÁRIA. INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL. NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL COMPROVADA. CONSTITUIÇÃODO DEVEDOR EM MORA. RECEBIMENTO DA NOTIFICAÇÃO CARTORÁRIA NO ENDEREÇO INDICADO NO CONTRATO. REQUISITO CUMPRIDO. SENTENÇA CASSADA. 1. Nas ações de busca e apreensão de veículos, com base em contrato de financiamento com garantia de alienação fiduciária, aconstituiçãodo devedor em mora pode ser efetivada por meio de carta com aviso de recebimento encaminhada por cartório de títulos e documentos ao endereço indicado no contrato ou pelo protesto do título. 2. O comprovante de entrega da correspondência ao destinatário expedido pela internet pelos Correios é suficiente para evidenciar a notificação extrajudicial, não sendo necessária a restituição do AR assinado pelo próprio devedor. 3. Apelação conhecida e provida. Sentença cassada. Unânime." (APC 20150310003176 - Órgão Julgador: 3ª Turma Cível - Publicação no DJe: 06/08/2015, p. 224 - Julgamento: 29/07/2015 - Relatora: Fátima Rafael). Houve observância expressa à Súmula n. 72 que é complementada pela Súmula 245, do STJ: "Súmula 72 - A comprovação da mora é imprescindível à busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente." "Súmula 245 - A notificação destinada a comprovar a mora nas dívidas garantidas por alienação fiduciária dispensa a indicação do valor do débito." A título de registro, quanto à notificação extrajudicial realizada por cartórios de títulos e documentos, é de se lhe afirmar a validade mesmo quando for realizada por unidade cartorária extrajudicial de outra Comarca, ainda que diversa daquela em que mora o devedor (Recurso Repetitivo n. 1.184.570/MG - STJ). "RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. CONTRATO DE FINANCIAMENTO DE AUTOMÓVEL COM GARANTIA DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL REALIZADA POR CARTÓRIO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS SITUADO EM COMARCA DIVERSA DA DO DOMICÍLIO DO DEVEDOR. VALIDADE. 1. A notificação extrajudicial realizada e entregue no endereço do devedor, por via postal e com aviso de recebimento, é válida quando realizada por Cartório de Títulos e Documentos de outra Comarca, mesmo que não seja aquele do domicílio do devedor. Precedentes. 2. Julgamento afetado à Segunda Seção com base no procedimento estabelecido pela Lei n. 11.672/2008 (Lei dos Recursos Repetitivos) e pela Resolução STJ n. 8/2008. 3. Recurso especial conhecido e parcialmente provido." (STJ - Resp 1.184.570/MG - Ministra Maria Isabel Gallotti. Data de Julgamento: 09/05/2012). O depósito elisivo da mora que implica o pagamento da integralidade da dívida pendente - parcelas vencidas e vincendas - não foi ultimado pelo Réu, à luz do que dita a Lei n. 10.931/2004 que alterou o §2º, do artigo 3º, do Decreto-lei n. 911/1969. Assim, o vencimento antecipado previsto contratualmente transforma o débito líquido e certo, também exigível quanto às parcelas futuras (STJ, REsp n. 1.418.593/MS). Realço que o manejo do aparato judiciário pelo devedor para a revisão do contrato de financiamento do veículo automotor não elide sua constituição em mora, daí a plausibilidade jurídica da propositura da demanda de busca e apreensão pela instituição financeira ante o inadimplemento contratual. Assim o preclara a Súmula 380, do STJ: "Súmula 380 - A simples propositura da ação de revisão de contrato não inibe a caracterização da mora do autor." O débito e a mora atribuídos à Ré estão robustamente comprovados através dos documentos juntados com a inicial, desincumbindo-se o Autor do que lhe assinala o artigo 320, da Lei do Rito Civil. Portanto, o silêncio mordaz da Ré à demanda (falta de purgação da mora), sedimenta o entendimento de que a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem alienado fiduciariamente devem ser consolidados no patrimônio do Autor, por força do que dispõe o art. 3º, § 1º, do Decreto-Lei nº 911/69. Quanto a tal consolidação, já foi guarnecida por diligência do meirinho. Parte dispositiva Ex positis, JULGO PROCEDENTE a demanda de busca e apreensão para confirmar a liminar deferida, manter definitivamente os efeitos do artigo 3º, § 1º, do Decreto-Lei nº 911/69 e concretizar a posse do bem móvel declinado na proemial em favor do Autor. Faço-o por sentença com resolução do mérito na forma estatuída pelo artigo 487, inciso I, combinado com o artigo 490 do Código de Processo Civil. Retire-se eventual bloqueio do bem perante o RENAJUD, desde que tal haja sido ordenado por este Juízo. Faça-o, a Secretaria, independentemente de novo decisório. Declaro a extinção da demanda, segundo disposição do artigo 316, da Lei do Rito Civil. Condeno a Ré ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, estes fixados à base de 10 % (dez por cento) sobre o valor da causa (parcelas vencidas e vincendas do contrato de financiamento inadimplido), de conformidade com o apregoado no artigo 85, § 2º, incisos I a IV da Lei do Rito Civil, tendo-se em vista o zelo do advogado; o trabalho desempenhado; a natureza e importância da causa, assim como o lugar em que prestado o serviço. Publique-se. Registre-se. Intime-se e Cumpra-se. Certificado o trânsito em julgado arquive-se o caderno virtual e ultime-se a respectiva baixa.

ADV: JABSON DA SILVA CÉO (OAB 5803/AM), ADV: GIZA HELENA COELHO (OAB 166349/AM), ADV: CELSO MARCON (OAB A566/AM), ADV: GIZA HELENA COELHO (OAB 166349/SP) - Processo 0708443-88.2012.8.04.0001 - Monitória - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Santander Brasil S/A - LITSATIVO: Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Multisegmentos NPL Ipanema II - Vistos e examinados. Trata-se de demanda monitória aviada pelo Banco Santander Brasil S/A e Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Multisegmentos NPL Ipanema II, em litisconsorte ativo, em face de A. S. Comércio e Representações de Móveis, em virtude de inadimplemento da Cédula de Crédito Bancária (fls. 29 a 41). Atribuiu-se a causa o valor de R$ 69.732,98 (sessenta e nove mil, setecentos e trinta e dois reais e noventa e oito centavos). Posteriormente, o Autor verificou que a quantia em questão é superior ao real valor do contrato acostado nas folhas 30, portanto corrigiu-se o valor da demanda para R$ 69.732,98 (sessenta e nove mil, setecentos e trinta e dois reais e noventa e oito centavos). Em seguida, nas folhas 73 a 74, peticionou-se a alteração do polo ativo da demanda, a fim de constar somente a empresa de Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Multisegmentos NPL Ipanema II. Tal pedido foi indeferido por esta Julgadora, nas folhas 393 a 395, pela empresa não ter se desincumbido de realizar notificação do devedor. Assim, a mesma empresa citada requereu sua inclusão na ação como assistente litisconsorcial (fls. 427 e 428), resultando na concessão por parte deste Juízo, na folha 431 dos autos. Consecutivamente, solicitou-se a dilação do prazo por mais 15 (quinze) dias, a qual não foi deferida. É o relato. Decido. Preliminarmente, observa-se que a última peça aviada pelo integrante do polo ativo, em litisconsórcio, peticionou a extenção do prazo estabelecido por mais 15 (quinze) dias (fl. 434). Contudo, mesmo este pleito não tendo sido concedido, o autor não cumpriu as demandas ordenadas por este Juízo, conforme Certidão, na folha 435. Pois bem. A Constituição Federal assegura a todos que os processos no âmbito judicial e administrativo terão razoável duração devendo ser utilizados todos os meios que garantam a celeridade da tramitação. Assim, desde que respeitadas as determinações legais, os processos judiciais terão a maior celeridade possível. Trata-se de determinação constitucional que não obriga somente aos Magistrados, mas também as partes litigantes. Logo, para que isso seja possível as partes deverão ser diligentes em relação ao curso da ação processual, especialmente, quando instadas a praticar atos. É a dicção que se extrai do artigo 6º, da Lei do Rito Civil que integra seu conteúdo ao princípio constitucional da razoável duração do processo, tal o preconizado no artigo 5º, LXVIII, da Constituição Federal. Ocupo-me da transcrição do dispositivo estatuído no Digesto Processual Civil, porquanto novel a todos nós operadores do direito. "Art. 6º Todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva." Nesse contexto, o Judiciário

não pode permitir que as demandas tramitem indefinidamente nos Cartórios, ou Secretarias de Órgãos Jurisdicionais, principalmente quando o decurso do tempo sem manifestação é atribuído às partes. “O dever de cooperar existe no interesse de todos, pos todos pretendem que o processo seja solucionado em tempo razoável.” (Primeiros comentários ao novo código de processo civil: artigo por artigo / coordenação Teresa Arruda Alvim Wambier [et al] - 1. ed. - São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015, p. 62). Com efeito, a presente demanda foi proposta sem que o Autor, Fundo de Investimento em direitos creditórios multisegmento NPL Ipanema, haja praticado os atos que lhes compete inclusive sem se atentar ao prazo legal para que o fizesse, tampouco declinaram motivação plausível para sua inobservância. Aponto, pois, que tais providências lhes foram expressamente apontadas na Decisão Interlocutória emitida por este Juízo, a qual deve ser cumprida tendo por base o art. 321 parágrafo único: “Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dosarts. 319 e 320ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial.” Ora, o aludido artigo 321, em seu parágrafo único, expressamente prevê que se o Autor não cumprir a diligência, ocorrente na hipótese, o juiz indeferirá a petição inicial. Parte dispositiva Ante o exposto, INDEFIRO a petição inicial e, em consequência, JULGO EXTINTA a presente demanda proferindo sentença sem resolução do mérito de conformidade com o que dita o artigo 485, inciso I, combinado com o artigo 316, do Novo Digesto Processual Civil. Observe-se às partes que poderão novamente propor a demanda, desde que ultimem o saneamento de todos os vícios que lhe foram, objetivamente apontados neste pronunciamento judicial. É a leitura que se extrai do artigo 486, §1º, da Lei do Rito Civil. Custas de lei exigíveis, porquanto silentes os Autores quanto à demonstração de hipossuficiência para o recolhimento. Honorários advocatícios que não são estabelecidos, eis que não formada a relação jurídico-processual em triangulação. Publique-se. Registre-se. Intime-se e Cumpra-se. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se o feito e ultime-se a baixa.

Acácio Fernandes Roboredo (OAB 89774/SP)
Alessandra Seriacopi Vila (OAB 9881/AM)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Ana Paula de Oliveira Pinheiro (OAB 9893/AM)
Andréa Cristina da Costa Le Sueur (OAB 6161/AM)
Andréa Fonseca Oliveira (OAB 5959/AM)
Andrey Augusto Bentes Ramos (OAB 7526/AM)
Annie Mara Arruda de Sá e Brito (OAB 6286/AM)
Anthony Ferreira Almeida (OAB 8016/SE)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Antônio Fábio Barros de Mendonça (OAB 2275/AM)
Antônio Vinícius Rodrigues de Albuquerque (OAB 9782/AM)
Ariosmar Neris (OAB 232751/SP)
Arnoldo Bentes Coimbra (OAB 345/AM)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Bianca Oliveira de Melo (OAB 7976/AM)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Cândido Honório Soares Ferreira Neto (OAB 5199/AM)
Carla Cristina Lopes Scortecci (OAB 248970/SP)
CARLOS ALBERTO BAIÃO (OAB A925AM)
Carlos Eduardo Pereira Teixeira (OAB 327026/SP)
Celso Marcon (OAB A566/AM)
César Ituassu da Silva Neto (OAB 9506/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Daniel Nunes Romero (OAB 168016/SP)
Daniel Santos de Andrade (OAB 6733/AM)
Davi Fontenele de Almeida (OAB 13125/AM)
Deyvison Souza Brito (OAB 9366/AM)
Dheymison Albuquerque da Silva (OAB 12223/AM)
Dina Flávia Freitas da Silva (OAB 8182/AM)
Edinei Lourenço de Carvalho (OAB 9689/AM)
Edson Antônio Sousa Pinto (OAB 4643/RO)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Eduardo Gomes Araújo Castro (OAB 8567/AM)
Eliete Santana Matos (OAB 10423/CE)
Elisângela Dias Gama (OAB 12349/AM)
Elza Megumi Lida (OAB 95740/SP)
Erick Drean Pereira da Costa (OAB 7746/AM)
Érico Vidal Rotondano (OAB 10709/AM)
Fabrício Perrotta da Silva (OAB 165909/RJ)
Felipe Andres Acevedo Ibañez (OAB 206339/SP)
Felipe Braga de Oliveira (OAB 9663/AM)
Flaviano Bellinati Garcia Perez (OAB 24102/PR)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Giulio Alvarenga Reale (OAB 65628/MG)
Giulo Alvarenga Reale (OAB 1006/AM)
Giza Helena Coelho (OAB 166349/AM)
Giza Helena Coelho (OAB 166349/SP)
Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB 5546/RO)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo da Silva Grillo (OAB 7883/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Gustavo Linhares Rodrigues (OAB 31361/BA)
Hiran Leão Duarte (OAB 10422/CE)
Hudson José Ribeiro (OAB 150060/SP)
Irenildi Machado Cardoso da Silva (OAB 13933/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Jabson da Silva Céo (OAB 5803/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
João Eduardo Cidade Hounsell (OAB 14323/AM)
João Marcos Pozzetti (OAB 6160/AM)
João Roas da Silva (OAB 98981/MG)
Jorge Henrique Silva de Melo (OAB 7999/AM)
José Carlos Skrzyszowski Júnior (OAB 45445/PR)
José das Graças Barros de Carvalho (OAB 561/AM)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
Jucelino dos Santos Nobre (OAB 6166/AM)
Karen Bezerra Rosa Braga (OAB 6617/AM)
Larissa Retto Dutra (OAB 5143/AM)
Leandro Ferreira da Silva (OAB 12921/AM)
Leyla Viga Yurtsever (OAB 3737/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 104147/MG)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Eduardo Lustosa de Oliveira (OAB 833A/AM)
Luiz Sérgio de Vasconcelos Júnior (OAB 29296/DF)
Luiza Helena Ribeiro Simonetti Cabral (OAB 3502/AM)
Manoel Archanjo Dama Filho (OAB 21593A/GO)
Manoel Archanjo Dama Filho (OAB A700/AM)
Márcio Alexandre Malfatti (OAB 139482/SP)
Márcio Alexandre Malfatti (OAB 967A/AM)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marcos Alessandro Macedo Fernandes da Silva (OAB 11680/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Mario Fernandes da Costa Junior (OAB 2605/AM)
Marli Inacio Portinho da Silva (OAB 150793/SP)
Maurício Marques Domingues (OAB 175513/SP)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Mauro Sérgio Lyra da Silva (OAB 6144/AM)
Maycon Silva dos Santos (OAB 13231/AM)
Moisés Batista de Souza (OAB 149225/SP)
Moisés Silva dos Santos (OAB 7940/AM)
Nello Ricci Neto (OAB 8225/MS)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Pasquali Parise e Gasparini Júnior (OAB 4752/SP)
Paulo Medeiros Magalhães Gomes (OAB 84344/MG)
Péricles Duarte de Souza Júnior (OAB 4808/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 1164A/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberto de Carvalho Bandiera Júnior (OAB 97904/SP)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)

ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG)
Roberto Venesia (OAB 1067A/AM)
Roberto Wallace Souza Rodrigues (OAB 9770/AM)
Roberval Emerson Oliveira de Paula Filho (OAB 6721/AM)
Rodrigo Scopel (OAB 21899/SC)
Rommel Júnior Queiroz Rodrigues (OAB 8279/AM)
Rosângela da Rosa Corrêa (OAB 921A/AM)
Rubens Gaspar Serra (OAB 119859/SP)
Rummenigge Cordovil Grangeiro (OAB 5810/AM)
Siddharta Gautama de Almeida Antony (OAB 3962/AM)
Sílvia Roberta Padilha de Oliveira (OAB 6664/AM)
Suellen Aparecida de Carvalho Belasque (OAB 811A/AM)
Vila & Braga Advogados Associados (OAB 523/AM)
Viviane Feijó Simões (OAB 198601/SP)
Waldery Junio Marques de Mesquita (OAB 10714/AM)
Waldir Eugênio de Souza (OAB 11350/AM)
Wellington de Amorim Alves (OAB 2993/AM)
Wellington Filgueira Sampaio (OAB 5308/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Molina Porto (OAB 805A/AM)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 15ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0350/2019

ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM), ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM), ADV: JUAREZ BARBOSA DE LIMA NETO (OAB 8819/AM) - Processo 0634220-57.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Adjudicação Compulsória - REQUERENTE: Alexandre Andrade Cavalcante - REQUERIDA: Yeda de Menezes Torres - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: CHRISTHIAN NARANJO DE OLIVEIRA (OAB 4188/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0636157-68.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Condomínio Residencial San Marino - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: LUCIANA MORAIS AVELAR (OAB 633A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS VISEU (OAB 117417/SP), ADV: LUCIANA NAZIMA (OAB 169451/SP) - Processo 0638054-05.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Direitos / Deveres do Condômino - REQUERENTE: Condomínio Alphaville Manaus 3 - REQUERIDO: Revenda Representações e Vendas Comerciais S/A - Alphaville Manaus Empreendimentos Imobiliários Ltda. e outro - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ANDERSON SANTOS SILVA (OAB 12015/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE) - Processo 0657047-62.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Jacques do Nascimento Neto - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM), ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM), ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0659136-58.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: João Ricardo Guedelha e Silva - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
Anderson Santos Silva (OAB 12015/AM)
Christhian Naranjo de Oliveira (OAB 4188/AM)
Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB 10057/AM)
Gustavo Henrique dos Santos Viseu (OAB 117417/SP)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Juarez Barbosa de Lima Neto (OAB 8819/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Luciana Morais Avelar (OAB 633A/AM)
Luciana Nazima (OAB 169451/SP)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Manoel Marques de Oliveira Filho (OAB 5587/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 15ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO LIA MARIA GUEDES DE FREITAS
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL RENAN RODRIGUES GUIMARÃES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0351/2019

ADV: RONILDO APOLIANO DE OLIVEIRA (OAB 8490/AM), ADV: THIAGO ALMEIDA REBELLO (OAB 12327/AM), ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM), ADV: DANIEL FÁBIO JACOB NOGUEIRA (OAB 3136/AM) - Processo 0609387-14.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Beatriz Cruz das Chagas - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para que se manifeste acerca da Petição de fls. 214/216, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: DIVINO FRANCISCO DE OLIVEIRA BARRETO JÚNIOR (OAB 8487/AM), ADV: THIAGO PESSOA ROCHA (OAB 29650/PE) - Processo 0612724-06.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Miraselma de Souza - Alexander de Sousa Costa - Alessandro Costa Júnior - Ana Karinny de Sousa da Costa - REQUERIDO: Bradesco Vida e Previdência S/A - Vistos. Cuida-se de embargos de declaração opostos por contra a sentença de fls. 186 e 187. A Embargante traz possível omissão deste Juízo por BRADESCO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A não ter se manifestado sobre ponto específico(1) no acordo de fls. 183 a 185, qual seja, que o prazo para pagamento do acordado se daria após

homologação do acordo e parecer favorável do Ministério Público do Estado do Amazonas, em virtude da presença de menor na lide. Passemos à análise do ponto suscitado por embargos. Senão vejamos: OMISSÃO A sentença - fls. 186 e 187 - nada mencionou, de fato, sobre a necessidade de parecer do Ministério Público do Estado do Amazonas em razão de tratar-se um dos acordantes de menor de incapaz. Verifico em análise aos autos que, mostra-se necessária a intimação ministerial para se acoste parecer no que tange ao acordo de fls. 183 a 185. Dessa forma, entendo como sanada a omissão levantada pelos embargos, motivo pelo qual ACOLHO os presentes ACLARATÓRIOS, nos termos do artigo 1.022, II, CPC para anular a sentença de fls. 186 a 187, e em consequência determino a intimação do Ministério Público do Estado do Amazonas para que emita parecer no prazo de 30 (trinta) dias sobre o acima relatado, nos termos do artigo 178 inciso II, do Digesto Processual Civil. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB A1109/AM) - Processo 0612811-93.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDA: Edla dos Anjos Cardoso - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB A1109/AM) - Processo 0612970-36.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Otaniel de Souza Silva - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. .

ADV: FRANCISCO ADONIAS PINHEIRO (OAB 1584/AM) - Processo 0616398-55.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Eunice de Souza Costa Miranda - REQUERIDO: Celivaldo Mário de Almeida Guerreiro Júnior - INTSSADO: Serasa Experian - Serviço de Proteção ao Crédito - SPC - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 1164A/AM) - Processo 0623890-98.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDA: Maria Luana Almeida Mascarenhas - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: DÂMEA MOURÃO TELLES DE MENEZES (OAB 9198/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM) - Processo 0629142-48.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Raimunda Carvalho da Silva - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - INTSSADA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - R., no plantão, às 17:04, do dia 10/06/2019. O plantão judicial deve conhecer apenas as medidas de caráter urgente, que não possam aguardar o expediente regular, sob pena de prejuízo grave ou de difícil reparação. Cuida-se de ação de indenização por danos morais c/c obrigação de fazer e não fazer intentada por Raimunda Carvalho da Silva em face de Amazonas Distribuidora de Energia S/A, em que a parte pleiteia antecipação de tutela a fim de que seja restabelecido o fornecimento de energia elétrica. Decido. Nos termos do Novo Código de Processo Civil, em seu Artigo 294, a concessão da tutela provisória pode fundamentar-se em urgência ou evidência. E, da análise dos autos, verifico a possibilidade de adequar o pedido nos novos parâmetros processuais, fundamentada na tutela de urgência. Isso porque, nos termos do Art. 300, caput do NCPC, referente a tutela de urgência, o juiz a concederá "quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo". Ademais, no §3°, do mesmo artigo, a tutela de urgência de natureza antecipada não será deferida quando houver perigo de irreversibilidade, bem como, o Art. 301, a tutela de urgência de natureza cautelar pode ser efetivada mediante arresto, sequestro, arrolamento de bens, registro de protesto contra alienação de bem e qualquer outra medida idônea para asseguração do direito. Verifica-se que estamos diante de uma possível cobrança indevida, visto que a autora, em suas alegações, afirma, de acordo com seu consumo médio de energia, não consumir os valores exorbitantes que vêm sendo cobrados (vide consumos que giravam em torno de R$ 100,00 até fevereiro/2018 e após acima de R$ 500,00/600,00) tampouco, possui inúmeros produtos eletrodomésticos que justifiquem as altas cobranças. E sendo assim, verificada pelo menos em cognição sumária, a probabilidade do direito nos fatos narrados e má-fé da requerida por não buscar uma solução amigável e extrajudicial, tendo em vista que a autora procurou a ré para que essa realizasse inspeção no medidor de energia, porém, sem êxito, verifico portanto, preenchido o requisito do dano irreparável, cuja demora da prestação jurisdicional a fim de conceder a tutela poderá prejudicar a parte requerente por estar sem o serviço que é indispensável no dia a dia. Ademais, no que concerne a tutela de urgência, verifico que possível a reversibilidade da medida, sendo o pleito referente a religação de fornecimento de energia elétrica. Portanto, pelo exposto, CONCEDO a tutela provisória de urgência de natureza cautelar, nos termos do Art. 301, do NCPC, a fim de que a empresa - requerida religue o fornecimento de energia elétrica no prazo de 1 (hum) dia na Rua Jafé, 148, Loteamento Santa Teresa, Bairro Santa Etelvina, unidade consumidora nº 0548312-3. De ofício, DETERMINO que a parte requerida promova a devida inspeção no medidor de energia do imóvel da autora, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis. Informo que o descumprimento desta determinação ensejará multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais), até o limite de 05 (cinco) dias-multa. Após a cientificação do interessado, distribua-se. Expeça-se mandado de citação/intimação.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: DÂMEA MOURÃO TELLES DE MENEZES (OAB 9198/AM) - Processo 0629142-48.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Raimunda Carvalho da Silva - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - INTSSADA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Vistos. Aclaratórios aviados pelo Réu (fls. 48 a 52) contra decisão interlocutória exarada em plantão judicial cível que concedeu liminar para religamento do serviço de fornecimento de energia elétrica (fls. 40 e 41), através dos quais atribui omissão ao decisório por não ter observado resolução 414/10 da ANEEL. Assevera, o Embargante, que a concessionária tem o direito de suspender o fornecimento do serviço em situações como a presente. É o relatório. DECIDO. Nos autos não há que se falar em omissão , isto porque o Juízo plantonista cuidou-se de adequar seu decisório às normas processuais vigentes, inclusive no que diz respeito à concessão de tutela de urgência em cognição sumária, que fundou-se na probabilidade de direito e perigo de dano irreparável, por tratar-se de fornecimento de serviço essencial. Como se sabe, o aviamento de aclaratórios tem o específico escopo de afastar eventuais vícios de contradição, obscuridade,

omissão ou erro que venham a macular o pronunciamento judicial, conforme estabelece o art. 1.022 e incisos da Lei do Rito Civil. No caso descortinado, todavia, não vislumbra esta Julgadora quaisquer dos vícios acima apontados, sendo, pois, patente que o desiderato do recorrente foi exclusivamente de obter a inteira revisão da decisão para atender a seu exclusivo desiderato, isto porque não há qualquer omissão na sentençadecisão embargada de declaração, mostra o Autor apenas sua irresignação quanto ao decisório. Esta Julgadora não tem dúvida de que a via recursal eleita pelo executado é inteiramente inadequada para desafiar a decisão judicial recorrida, motivo pelo qual rejeito os aclaratórios. Intime-se.

ADV: ARIEL CRISTINA BRAZ MOTA (OAB 13665/AM) - Processo 0636052-91.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Mila Maria Braga Braz - Afra Maria Braga Braz - Nívia Maria Braz Castro - Sebastião Ricardo Braga Braz - REQUERIDO: Banco Santander Brasil S/A - Vistos. Trata-se de demanda denominada de "tutela cautelar", aviada por AFRA MARIA BRAGA BRAZ, MARIA BRAGA BRAZ, NIVIA MARIA BRAZ CASTRO e SEBASTIÃO RICARDO BRAGA BRAZ em face de BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A, com objetivo de suspender pagamentos a título de seguro e exibição de documentos. Alegam os Autores que são herdeiros de RAIMUNDO HENRIQUE BRAZ, falecido em 03 de julho de 2019. O de cujus era aposentado pelo Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA), e teria contratado seguros, dos quais após seu falecimento buscaram os Autores informações junto ao Réu que figura como seguradora sobre os contratos, entretanto esta teria se recusado a fornecer qualquer documentação. Informam a existência de mais dois herdeiros do de cujus, quais sejam, JOÃO PEDRO COSTA BRAZ e IZAMAR COSTA OLIVEIRA. Requerem que seja julgado procedente pedido de suspensão de pagamento relativo aos seguros contratados pelo de cujus; que sejam exibidas todas as apólices, contratadas originalmente e suas possíveis alterações, e que forneçam extrato de contas bancárias dos últimos 03 (três) meses com informações sobre eventuais procuradores. Atribuíram à causa o valor de R$1.000,00 (um mil reais), sob os quais requerem deferimento de gratuidade da justiça. É o relato. Decido. Pois bem, inicialmente, pugnam gratuita da justiça, beneplácito este que, segundo o convencimento desta Julgadora goza de presunção relativa, devendo haver verificação fidedigna acerca do referido pleito, evitando, desta feita, a banalização de tão relevante instituto de acesso à justiça. Assim sendo, com sustentáculo no artigo 5º, LXXIV, da Constituição Federal, determino ao Autor que comprove a condição de beneficiário da justiça gratuita. Para tanto, ordeno que seja o Autor intimado a trazer ao feito virtual comprovantes de recolhimento do IR relativos aos dois últimos exercícios, e/ou Comprovante de rendimentos e de gastos. Faça-o em 15 (quinze) dias úteis, sob pena de indeferimento da benesse, de conformidade com o que reza o artigo 99, § 2º, da nova Lei do Rito Civil. Mais recentemente o Desembargador CLÁUDIO ROESSING, na qualidade de relator, decidiu monocraticamente a Apelação Cível interposta contra sentença desta Julgadora no Processo n. 0611390-73.2013.8.04.0001 (Revisional do Contrato de Financiamento de veículo automotor - Autor: Jorge Rosário de Carvalho e Réu: Banco Panamericano S.A.) que tramitou perante este Juízo e que culminou com a improcedência da demanda e indeferimento da benesse de gratuidade. Fê-lo conhecendo o recurso, mas julgando-o prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do STF, ou de Tribunal Superior. Assim, foi mantida a sentença judicial. À altura, o Desembargador Relator citou jurisprudência consolidada acerca da assistência judiciária gratuita, a qual é perfeitamente aplicável à espécie: "AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA ALTERAR A DECISÃO AGRAVADA. INDEFERIMENTO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. AUSÊNCIA DE PREPARO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 187/STJ. RECURSO DESERTO. 1. A parte agravante não trouxe argumentos novos capazes de infirmar os fundamentos que alicerçam a decisão agravada, razão que enseja a negativa do provimento ao agravo regimental. 2. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e firme no sentido de que, nos termos dos arts. 2º, parágrafo único e §4º, §1º, da Lei 1.060/50, a assistência judiciária gratuita pode ser pleiteada a qualquer tempo. Contudo, até que seja provida, a parte não está exonerada do recolhimento das custas processuais. 3. Cabe ao recorrente comprovar o preparo, incluindo custas e porte de remessa e retorno, situação que não se verifica na hipótese dos autos, motivo pelo qual incide o óbice da Súmula n. 187/STJ. Recurso deserto. 4. Agravo regimental desprovido." (AgRg no Ag 1217675/MG, Rel. Ministro Vasco Della Giustina (Desembargador Convocado do TJ/RS), TERCEIRA TURMA, julgado em 16/11/2010, DJe 30/11/2010). Intime-se e cumpra-se.

ADV: ALEXANDRE GOMES RIBEIRO (OAB 6199/AM), ADV: PABLO DE PAULA LIMA (OAB 9482/AM) - Processo 0639095-36.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Raimundo Nonato Rosal Leite - REQUERIDO: Alves e Amorim Comércio de Veículos Ltda. (Pedragon Manaus) - Vistos. Em juízo de admissibilidade da exordial (fls. 16 a 18), houve o Juízo por determinar que o Autor comprovasse sua hipossuficiência para concessão da benesse da gratuidade da justiça. É o sucinto relato. Decido. Inicialmente, DEFIRO o pedido da gratuidade da justiça, pois logrou êxito o Autor em comprovar sua hipossuficiência em contracheques (fls. 22 a 33). Noutro giro, em nova análise à exordial, salta aos olhos que o Autor atribuiu o montante de R$ 1.700,00 (um mil e setecentos reais) em danos materiais. Entretanto, não vislumbro presente dano material, porquanto se evidencia que, no caso posto, está mais próximo às características de lucros cessantes. Descortinou que deixou de perceber em média nos meses de: novembro R$ 400,00 (quatrocentos reais); dezembro R$ 500,00 (quinhentos reais); janeiro R$ 300,00 (trezentos reais); fevereiro R$ 500,00 (quinhentos reais), respectivammente. Todavia, tem-se que o aplicativo Uber disponibiliza aos motoristas um extrato com uma média de ganhos mensais/semanais. Determino, pois, seja o Autor intimado para que promova, no prazo de 15 (quinze dias), a emenda da peça inicial, na forma como acima apontada, sob pena de indeferimento e consectária extinção do processo sem resolução do mérito, nos termos dos arts. 321, parágrafo único, e 485, inciso I, do Código de Processo Civil.

ADV: LUCICLÉA RAMOS DE CARVALHO (OAB 11269/AM) - Processo 0641748-11.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Fabrício Ferreira de Oliveira - REQUERIDO: Instituto Nacional de Seguro Social - INSS - Vistos. Trata-se de demanda Acidentária aviada por FABRICIO FERREIRA DE OLIVEIRA contra o INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, com o propósito de obter o auxílio acidente. Pugna tutela antecipatória de urgência para concessão do benefício previdenciário de auxílio acidente. Pois bem, inicialmente, quanto ao pleito de gratuidade judiciária, entendo por seu deferimento, porquanto a presunção de hipossuficiência do Autor emerja dos autos em virtude da condição de segurado por ele ostentada. A tal respeito, a Súmula 110, do STJ: "A isenção de pagamento de honorários advocatícios, nas ações acidentárias, é restrita ao segurado." Na espécie, a quaestio judicialmente deduzida é daquelas que exige a perícia técnica produzida por experto para que se possa entender sobre a existência de mal acometido ao Autor que lhe impeça total ou parcialmente o exercício de atividade laboral de outrora, e que esclareça sobre a possibilidade, ou não do desempenho daquela e de outra atividade, destacando sobre sua capacidade para o labor, motivos pelos quais indefiro o pedido de antecipação de tutela por não restar comprovados in limine a incapacidade do Autor para a continuidade ao exercício laboral. Assim é que ficou determinado, através da Recomendação Conjunta nº 01 de 15 de dezembro de 2015, firmada entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como Portaria 2183/2016-PTJ, o encaminhamento do feito à Central de Conciliação e Mediação das Varas Cíveis para providências. Intime-se o Autor através de seu patrono. Em caso de seu não comparecimento à perícia técnica - prova imprescindível ao deslinde da demanda - o processo será julgado improcedente por não ter o Autor se desincumbido do ônus da prova do fato constitutivo do seu direito (artigo 373, inciso I, da Lei do Rito Civil). Cumpra-se.

ADV: KELMA SOUZA LIMA (OAB 5470/AM), ADV: ELOY DAS NEVES LOPES JÚNIOR (OAB 4900/AM) - Processo 0642554-46.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização

por Dano Moral - REQUERENTE: José Almeida Pereira da Silva - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos em correição permanente. Inicialmente, DEFIRO a gratuidade da justiça, em razão da condição de segurado do Autor, conforme documentação acostada às fls. 52 a 54. Em cognição sumária, este Juízo deferiu a tutela de urgência (fls. 42 a 45), a fim de que o Réu se abstenha de suspender o serviço essencial. Manifestação do Autor (fls. 50 a 51). Noutro giro, este Juízo incorreu em erro no que tange ao polo passivo, fazendo-se na presente demanda a empresa Ré AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A. Ressalta-se que trata de um mero erro material, não causando prejuízo algum às Autoras. É o sucinto relato. Decido. Imperioso, todavia cuidar-se, no plano endoprocessual da citação válida, dirigindo-se à parte demandada que haverá ocupar a angularidade passiva, o comando de seu chamamento a integrar a demanda para o perfazimento da relação jurídica espraiada perante o Estado-Juiz. Expeça-se carta citatória com aviso postal, à luz do que dita o artigo 246, inciso I, do Código de Processo Civil, observando-se sobre a essencialidade do ato de chamamento direto do Réu, quando se tratar de pessoa física, tal a dicção do artigo 242, da Lei do Rito Civil, regramento este que é diverso em caso de pessoa jurídica, na forma como apontado pelo artigo 248, §2°, do mesmo Código. Cumpram-se, a Secretaria, as disposições do artigo 248, daquele Diploma e agende-se audiência conciliatória, durante a Semana Nacional de Conciliação, no dia 07/11/2019, às 15h00, observando-se ao Réu que deverá fazer-se acompanhar de advogado ou manifestar formalmente seu desinteresse na autocomposição, desde que o faça por petição apresentada 10 dias antes do agendamento daquele ato (artigo 334, §5°, segunda parte, da Lei do Rito Civil). O não comparecimento injustificado do Autor e/ou do Réu implica reconhecimento judicial de ato contrário à dignidade da justiça a ser reprimido por multa de até 2% da vantagem econômica pretendida, ou do valor da causa. O Réu tem 15 dias úteis para a oferta de contestação (artigo 219, do Código de Processo Civil), prazo que haverá ser contado segundo o estatuído no artigo 335, daquela Lei de Ritos. Intime-se o Autor através de seu advogado, tal a dicção do artigo 334, §3°, do CPC. Certifique-se.

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0645119-80.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Revisão - REQUERENTE: Maria das Graças Nascimento Silva - REQUERIDO: Crefisa S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Vistos. Ante a suspeita de repetição sendo uma delas através deste feito e, a outra, por meio do processo que tomou o número 0610384-21.2019 como destacado pela informação do SAJ/PG5 em relação a qual, após análise deste Juízo, constatou não as mesma partes no polo ativo da demanda e a mesma causa de pedir, sendo desta referente ao contrato nº 050200101953, o que exige da Secretaria que labore certidão a respeito de tal ocorrência, frisando sobre se existe identidade de partes, pedido e causa de pedir. A presente manifestação está sustentada no princípio do juiz natural estatuído no artigo 5º, incisos XXXVII e LIII, da Constituição Federal por meio do qual se garante a imprescindível segurança jurídica para a consecução da meta do Judiciário justo que se integra por órgão julgador legítimo que goze das garantias outorgadas pelo Texto Magno em nome do Estado Democrático de Direito. “O juiz natural é somente aquele integrado no Poder Judiciário, com todas as garantias institucionais e pessoais previstas na Constituição Federal. Assim, afirma José Celso de Mello Filho que somente os juizes, tribunais e órgãos jurisdicionais previstos na Constituição se identificam ao juiz natural, princípio que se estende ao poder de julgar também previsto em outros órgãos, como o Senado, nos casos de impedimento de agentes do Poder Executivo.” (4. MELLO FILHO, José Celso. A tutela judicial da liberdade. RT 526/291). Ordeno, pois seja o feito encaminhado ao Setor de Distribuição Processual para que este ultime a livre distribuição deste feito. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LUIZ MAURÍCIO OLIVEIRA BASTOS (OAB 2620/AM) - Processo 0646669-13.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Direito de Vizinhança - REQUERENTE: Arlete de Lima Araújo - REQUERIDA: Maria das Graças Fonseca de Lima - Vistos. Trata-se de demanda de desfazimento de obra nova, cumulada com pedido demolitório e perdas e danos, aviada por Arlete de Lima Araújo em face de Maria das Graças Fonseca de Lima (fls. 1 a 9). Houve o ajuizamento desta ação devido a Ré ter posto telhas em seu imóvel, as quais acabaram por adentrar na propriedade da Autora, fechando por completo a ventilação de sua residência e, inclusive, a criar mofo nas paredes. A parte litigante do polo ativo acostou nos autos fotos que comprovam os fatos narrados (fls. 14 a 27) e termo de audiência realizada pela 2ª Defensoria de Atendimento Cível de Manaus (fls. 32 e 33). Atribuiu a causa o valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), sob os quais requereu a gratuidade da justiça. É o relato. Decido. Preliminarmente, DEFIRO o pedido da gratuidade da justiça, pois, esta Magistrada entendeu que a Autora é representada pela Defensoria Pública, sendo assim hipossuficiente e incapaz de arcar com as custas processuais da demanda sem prejudicar o seu bem-estar e de sua família, conforme o disposto no artigo 99, parágrafo 2º, e do Código de Processo Civil. Noutro giro, é óbvio que em relações jurídicas como a apontada na vestibular sobressai indeclinável o relevante papel do Poder Judiciário no equacionamento do conflito, por meio de seus órgãos julgadores. Para tanto, impõe-se ao demandante que sustente sua exposição fática através de sólidos documentos capazes de prover a defesa do direito alegado e nortear a autoridade judiciária quanto à plausibilidade do escorço, sob pena de transgressão ao binômio de certeza e segurança jurídicas para a tutela jurisdicional. Sob aludida ótica, as pretensões esboçadas pelos Autores reveladas pela adjudicação compulsória e perdas e danos devem ser claramente especificadas. Se quanto aquela os Autores operaram dentro de lógico silogismo, o mesmo não se pode dizer quanto ao pleito de perdas e danos sobre os quais simplesmente não noticiaram, muito menos o esclareceram para que se pudesse cogitar de regularidade quanto à sua associação diante do valor estabelecido à causa. Assim sendo, ordeno seja dirigida intimação ao Autor para que, em 15 (quinze) dias emende a vestibular, de conformidade com o que dita o artigo 321, parágrafo único, da Lei do Rito Civil, sob pena de seu indeferimento e extinção do feito sem resolução do mérito. Cumpra-se.

Alexandre Gomes Ribeiro (OAB 6199/AM)
Ariel Cristina Braz Mota (OAB 13665/AM)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Dâmea Mourão Telles de Menezes (OAB 9198/AM)
Daniel Fábio Jacob Nogueira (OAB 3136/AM)
Divino Francisco de Oliveira Barreto Júnior (OAB 8487/AM)
Eloy das Neves Lopes Júnior (OAB 4900/AM)
Francisco Adonias Pinheiro (OAB 1584/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
José Augusto de Rezende Júnior (OAB A1109/AM)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
Kelma Souza Lima (OAB 5470/AM)
Lucicléa Ramos de Carvalho (OAB 11269/AM)
Luiz Maurício Oliveira Bastos (OAB 2620/AM)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Pablo de Paula Lima (OAB 9482/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 1164A/AM)
Ronildo Apoliano de Oliveira (OAB 8490/AM)
Thiago Almeida Rebello (OAB 12327/AM)
Thiago Pessoa Rocha (OAB 29650/PE)

16ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 16ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0334/2019

ADV: JOSÉ LUÍS CANTUÁRIA DOS REIS (OAB 2896/AM) - Processo 0203678-05.2010.8.04.0001 (001.10.203678-1) - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: César Augusto Mendes da Silva - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS), ADV: FELIPE SENA DE CARVALHO (OAB 3816/AM), ADV: CAROLINE OLIVEIRA QUINTANILLA (OAB 2035/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: ADRIANA FERREIRA DO NASCIMENTO (OAB 5498/AM), ADV: RENATO NAPOLITANO NETO (OAB 155967/SP), ADV: DIEGO ANDRÉ FEITOSA (OAB 7104/AM) - Processo 0206262-45.2010.8.04.0001 (001.10.206262-6) - Procedimento Comum Cível - Nulidade / Anulação - REQUERENTE: Valdir Saraiva Mergulhão Júnior - REQUERIDO: Mavel - Manaus Veículos Ltda. - Volkswagen do Brasil Ltda. - Banco Santander S/A - R. H. Intime-se a parte autora, por seu advogado habilitado no feito, para que no prazo de cinco dias (art. 485, III e § 1º, do NCPC c/c art. 317, NCPC), manifeste interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que lhe parecer de direito, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 1026A/AM), ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0208258-78.2010.8.04.0001 (001.10.208258-9) - Execução de Título Extrajudicial - REQUERENTE: HSBC Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MAURÍLIO CÉSAR NUNES BRASIL (OAB 4201/AM), ADV: KARLA PATRÍCIA BRASIL LUZZI (OAB 4714/AM), ADV: ROBERVAL MENDES DE SOUZA (OAB 4314/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0209125-03.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADA: Ana Paula Zacarias Vieira - ME - R.H. Defiro os pedidos de pesquisas através dos sistemas INFOJUD, RENAJUD e BACENJUD. Intime-se a parte Autora para pagar as custas de cumprimento da ordem (Portaria 116/2017-PTJ), sob pena de extinção. Após a comprovação do pagamento, voltem-me. Intime-se.Cumpra-se.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0210313-31.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - R.H. Defiro o pedido de pesquisa através do sistema RENAJUD, formulado às fls. 88. Intime-se.Cumpra-se.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERI JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0215736-11.2008.8.04.0001 (001.08.215736-8) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Ante o exposto, com fundamento no art. 485, § 1º do Código de Processo Civil, julgo extinto o processo sem resolução do mérito condenando a parte autora ao pagamento das custas e despesas processuais. Após, o trânsito e julgado, arquive-se e dê-se baixa. P.R.I

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0223626-93.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: Dorivaldo Barbosa de Araújo - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MARCUS VINÍCIUS CAVALCANTI ALBANO DE SOUZA (OAB 2520/AM), ADV: ANTÔNIO FÁBIO BARROS DE MENDONÇA (OAB 2275/AM), ADV: WILSON PEÇANHA NETO (OAB 4630/AM) - Processo 0227219-67.2010.8.04.0001 (001.10.227219-1) - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Marjorie Basso Biglia Paraíso - REQUERIDA: Omegacamp Transportes Ltda. - EPP - R. H. Intime-se a parte autora, por seu advogado habilitado no feito, para que no prazo de cinco dias (art. 485, III e § 1º, do NCPC c/c art. 317, NCPC), manifeste interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que lhe parecer de direito, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito. Cumpra-se.

ADV: SHIRLEY DA SILVA STECK (OAB 5669/AM), ADV: ANTÔNIO AZEVEDO DE LIRA (OAB 5474/AM), ADV: LUÍS CARLOS MONTEIRO LAURENÇO (OAB 16780/BA) - Processo 0255236-79.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Rosângela Braga Caldas - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que apresente memória de calculos atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, § 1º do CPC, no prazo de 5 (cinco) dias. Não tendo sido deferido o benefício da gratuidade da justiça de forma total, no mesmo ato, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para recolher os emolumentos pertinentes à consulta do sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016, caso ainda não tenha o feito.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0600121-32.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADA: Izabel Tereza Gonçalves Rosa - Carlos Alberto Andrade Rosa - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: EHUD EMANUEL ABENSUR SANTOS (OAB 10760/AM), ADV: GABRIELLY DE OLIVEIRA GOMES (OAB 14294/AM), ADV: ENYSSON ALCÂNTARA BARROSO (OAB 5097/AM) - Processo 0605517-82.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Antônio Luís Nascimento Pereira - REQUERIDO: Nosso Lar Administração de Imóveis Ltda. - Homologo a desistência do feito para fins do artigo 200, parágrafo único do Código de Processo Civil. Em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Custas pagas. Proceda-se à baixa.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0606488-04.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Infojud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: JENNIFER DE QUEIROZ RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 8383/AM), ADV: DAVI RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 8550/AM) - Processo 0607576-82.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compra e Venda - EXEQUENTE: AGROPAM-Agricultura e Pecuária Amazonas S/A - R. H. Intime-se a parte autora, por seu advogado habilitado no feito, para que no prazo de cinco dias (art. 485, III e § 1º, do NCPC c/c art. 317, NCPC), manifeste interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que lhe parecer de direito, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito. Cumpra-se.

ADV: MICHELLE DE OLIVEIRA FERREIRA (OAB 20399/PA), ADV: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO (OAB 89774/SP), ADV: FLÁVIO NEVES COSTA (OAB 153447/SP) - Processo 0610273-76.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Santander Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE), ADV: FÁBIO DE ASSUNÇÃO ACOSTA (OAB 8415/AM) - Processo 0611385-51.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Cláudio Menezes Galdino - REQUERIDO: B. V. Financeira S/A - Crédito,

Financiamento e Investimento - R. H. Intimem-se as partes para especificarem provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, sob pena de indeferimento, no prazo de lei. No tocante às questões de fato controvertidas, deixo para apreciá-las quando do proferimento da decisão de mérito. Cumpra-se.

ADV: DANIEL NUNES ROMERO (OAB 168016/SP), ADV: ARIOSMAR NERIS (OAB 232751/SP) - Processo 0611877-43.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Liminar - REQUERENTE: Banco Volkswagen S/A - R. H. Intime-se a parte autora, por seu advogado habilitado no feito, para que no prazo de cinco dias (art. 485, III e § 1º, do NCPC c/c art. 317, NCPC), manifeste interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que lhe parecer de direito, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito. Cumpra-se.

ADV: DAVID AMORIM TOLEDO (OAB 3474/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM), ADV: JURANDIR ALMEIDA DE TOLEDO (OAB 381/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 1164A/AM) - Processo 0612388-02.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDA: Antônio Eudes Lima da Silva - Intimem-se as partes, por seus advogados habilitados no feito, para que no prazo de cinco dias (art. 485, III e § 1º, do NCPC c/c art. 317, NCPC) manifestem interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que lhes parecer de direito, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito. Cumpra-se.

ADV: DORISMAR MARTINS MASIERO (OAB A1083/AM), ADV: MARY MARUMY BASTOS TAKEDA (OAB 4107/AM), ADV: ANA LUIZA GARCIA AVELINO (OAB 8119/AM) - Processo 0612869-33.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Horos Química da Amazônia Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM), ADV: MARIA LUCÍLIA GOMES (OAB 84206/SP) - Processo 0615379-82.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. - Intime-se o autor para cumprir a ordem disposta às fls. 159, sob pena de extinção, nos termos do artigo 485, IV, do NCPC, no prazo de 15 (quinze) dias. Cumpra-se.

ADV: ROBERVAL VIEIRA JÚNIOR (OAB 244234/SP), ADV: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO (OAB 89774/SP), ADV: MICHELLE DE OLIVEIRA FERREIRA (OAB 20399/PA) - Processo 0615752-45.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Santander Brasil S/A - EXECUTADO: R. Ebarle Comércio de Materiais de Construção Eireli - Rhonan Ebarle - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: PHÂMARA DE SOUZA SICSÚ (OAB 6334/AM), ADV: JULIANA INOUE MARIANO ARAÚJO (OAB 261052/SP), ADV: PAULO FONSECA DA SILVA (OAB 13007/AM) - Processo 0616978-85.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compra e Venda - EXEQUENTE: Almira Conceição Silva da Paz - EXECUTADO: José Carlos Alexandre de Moura - R. H. Proceda-se à pesquisa via sistema automatizado Bacen-jud para eventual bloqueio de valores. Intime-se a parte Autora para pagar as custas de cumprimento da ordem (Portaria 116/2017-PTJ), sob pena de extinção. Cumpra-se.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0617726-88.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: JULIANO MARTINS MANSUR (OAB 113786/RJ), ADV: GIÁCOMO DINELLY LIMA (OAB 9753/AM), ADV: CÁSSIA LUCIANA DA CONCEIÇÃO ROCHA (OAB 7819/AM) - Processo 0617812-88.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Bancários - REQUERENTE: Jonas Alaffi Costa dos Santos - REQUERIDO: Sabemi Seguradora S/A - Compulsando os autos, entendo que a matéria debatida comporta julgamento antecipado, na forma do art. 355, I do novel Digesto Processual Civil. Após, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: PASQUALI PARISE E GASPARINI JÚNIOR (OAB 4752/SP), ADV: HUDSON JOSÉ RIBEIRO (OAB 150060/SP) - Processo 0622496-90.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: FILIPE OURIQUE KLAFKE (OAB 74084/RS), ADV: WILLIAM ROGER VIEIRA GRINSTEIN (OAB 73244/RS), ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0624840-49.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: HSBC Finance (Brasil) S/A - Banco Múltiplo - EXECUTADA: Ana Paula Pinheiro Fávero - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 38699/DF) - Processo 0624845-37.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bonsucesso S/A - EXECUTADO: Joaquim da Silva Reis - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: JOSÉ CARLOS SKRZYSZOWSKI JÚNIOR (OAB 986A/AM), ADV: JOSÉ CARLOS SKRZYSZOWSKI JÚNIOR (OAB 45445/PR), ADV: FRANCISCO DUQUE DABUS (OAB 1165A/AM) - Processo 0625328-33.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - Expeça-se novo mandado para o endereço indicado na Petição Inicial, nos moldes do pedido formulado às fls. 139. Caso a parte não seja beneficiária da justiça gratuita, condiciono tal expedição ao recolhimento das custas da diligência, nos moldes da Tabela VII, da Portaria nº 116/2017 - PTJ. Cumpra-se.

ADV: CLAUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI (OAB A1117/AM) - Processo 0625932-62.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Fibra S/A - REQUERIDO: James Ferreira dos Santos - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção

do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM) - Processo 0626143-93.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: GERMANA VIEIRA DO VALLE (OAB 128579/RJ), ADV: CARLOS ALBERTO BAIÃO (OAB 925A/AM), ADV: SOLON ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3338/AM), ADV: JAIR FERREIRA RODRIGUES (OAB 1275/AM) - Processo 0628337-71.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Itaú Unibanco S/A - EXECUTADO: L. A. Componentes Eletrônicos Ltda. e outro - À Secretaria para cumprir o Ato Ordinatório de fls. 149.

ADV: RODOLFO MEIRA ROESSING (OAB 12719/PA), ADV: MARLOS GAIO (OAB 914A/AM), ADV: JOÃO CARLOS FLOR JÚNIOR (OAB 915A/AM) - Processo 0629568-36.2014.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Seguro - REQUERENTE: José de Arimatéia Pereira Silva - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - R. H. Intime-se a parte autora, por seu advogado habilitado no feito, para que no prazo de cinco dias (art. 485, III e § 1º, do NCPC c/c art. 317, NCPC), manifeste interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que lhe parecer de direito, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito. Cumpra-se.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0629604-10.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Maria José Gomes Barbosa - R. H. Trata-se de Cumprimento de Sentença contra o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, o qual se enquadra nas hipóteses previstas no art. 534, e seguintes do CPC/15. Assim, intime-se a Autarquia Federal para que se manifeste acerca da petição de fls. 194/195 , conforme art. 535, caput, do CPC, para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias e nos próprios autos, impugnar a execução. Cumpra-se.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0631988-09.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - EXECUTADO: Martônio Comércio de Pescado Ltda. - ME - Antônio Ferreira da Silva - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: MARY MARUMY BASTOS TAKEDA (OAB 4107/AM), ADV: WAGNER LIBERAL MICHETTI (OAB 5193/AM), ADV: BENJAMIM SAUL BENCHIMOL (OAB 4902/AM), ADV: CRISTIANE BARBOSA RODRIGUES (OAB 7806/AM), ADV: DORISMAR MARTINS MASIERO (OAB A1083/AM), ADV: JOABE DE FRANÇA BARROS (OAB 4919/AM) - Processo 0632990-48.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Horos Química da Amazônia Ltda. - R.H. Defiro os pedidos de pesquisas através dos sistemas INFOJUD, RENAJUD e BACENJUD. Intime-se a parte Autora para pagar as custas de cumprimento da ordem (Portaria 116/2017-PTJ), sob pena de extinção. Após a comprovação do pagamento, voltem-me. Intime-se.Cumpra-se.

ADV: LUCAS CORDEIRO MARQUES (OAB 187570/RJ), ADV: JOSÉ VICENTE PEREIRA CARNEIRO (OAB 7283/AM), ADV: RODOLFO RIPPER FERNANDES (OAB 121045/RJ), ADV: JOÃO GILBERTO FREIRE GOULART (OAB 73169/MG), ADV: RONALDO CARLOS FERREIRA (OAB 63242/MG), ADV: VANESSA OLIVEIRA ALMEIDA (OAB 9558/AM) - Processo 0636675-97.2015.8.04.0001 (apensado ao processo 0604771-59.2015.8.04.0001) - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Shopping Manaus Norte SPE S/A - EXECUTADO: L. de A. Ferreira Edwards - ME e outro - R. H. Intime-se a parte autora, por seu advogado habilitado no feito, para que no prazo de cinco dias (art. 485, III e § 1º, do NCPC c/c art. 317, NCPC), manifeste interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que lhe parecer de direito, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito. Cumpra-se.

ADV: GUTTEMBERG ALENCAR VIANA (OAB 9698/AM), ADV: JOSÉ CARLOS SKRZYSZOWSKI JÚNIOR (OAB 45445/PR) - Processo 0638222-36.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco J Safra S/A - REQUERIDO: Eduardo Sergio Botelho de Carvalho - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) Autora(s) para que se manifeste(m) acerca da petição de fls. 63/69, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: DEIVID TAVARES CANTO (OAB 10204/AM) - Processo 0638548-64.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A (Banco Losango S/A - Banco Múltiplo) - EXECUTADO: Joelson França da Silva - Expeça-se competente alvará, como requer à fl. 75. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: GLAUCE MARIA COSTA DE SOUSA (OAB 6140/AM) - Processo 0639427-71.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigações - REQUERENTE: Mafran Malheiros Soares - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: CELSO MARCON (OAB A566/AM) - Processo 0639436-67.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: ANTÔNIO CLETO GOMES (OAB 5864/CE) - Processo 0641154-94.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Vega Manaus Transporte de Passageiros Ltda - Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, "o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". Destarte, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, encaminhem-se os autos para o CEJUSC para que seja pautada a audiência de conciliação correspondente. Dê-se ciência de que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (art. 334, §8º, do CPC), e a que a defesa deverá ser apresentada no prazo de quinze dias, na forma do art. 335 do CPC. Em caso de a parte ré não ser encontrada no

logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Na hipótese de esgotamento dos meios ordinários de citação pessoal da parte demandada, defiro, mediante prévio requerimento, a citação da parte requerida por edital, na forma do art. 256, III, §3º, do Digesto Processual Civil, ao fito de que a ré, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias a que alude o art. 257, III, do CPC. Determino, ainda, que o Edital seja publicado em jornal de ampla circulação, no prazo máximo de 15 dias, por no mínimo duas vezes, na forma do art. 257, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Cumpre esclarecer que este iter concerne ao tempo estimado para a realização da citação, findo o qual iniciar-se-á a contagem do prazo para contestação. Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta dolosa atinente ao requerimento da entelada citação por edital, o autor incorrerá em multa de 05 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, caput e parágrafo único, do CPC. Em não havendo manifestação da parte requerida, nomeio, desde já, a Defensoria Pública para exercer a Curadoria de Especial, nos termos do art. 72, II, parágrafo único, do CPC. Ressalta-se que eventual desinteresse da parte requerida quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pelo autor exposta em sua exordial, sob pena de preclusão , autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §§ 5º e 4º, inc. I, do CPC/15). Nesse caso, retornem-se conclusos os autos. Se a resposta positiva for apresentada tempestivamente, intime-se a parte autora para, no prazo de quinze dias, manifestar-se sobre as peças e documentos entranhados, com esteio nos arts. 350 e 351 do NCPC, bem como especificar, de modo justificado, as provas que ainda pretende produzir, se houver. Se a reconvenção for ajuizada, intime-se a parte autora/reconvinda para que, no prazo de quinze dias, querendo, apresente resposta. Em havendo réplica à defesa ou contestação à reconvenção, intime-se a parte requerida/reconvinte para, também no prazo de quinze dias, dizer sobre tal manifestação e apontar, de modo fundamentado, os meios de prova cuja produção entende necessária ao deslinde da controvérsia sob exame. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos os autos para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para deliberação. Concedo a gratuidade judicial pleiteada. Cite(m)-se e intime(m)-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0643883-35.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - R. H. Defiro o pedido de BACENJUD postulado às fls. 95/98. Ressalto que o posicionamento do STJ é neste sentido: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. EXECUTADOS NÃO LOCALIZADOS. ARRESTO PRÉVIO OU EXECUTIVO. ART. 653 DO CPC. BLOQUEIO ON LINE. POSSIBILIDADE, APÓS O ADVENTO DA LEI N. 11.382/2006. APLICAÇÃO DO ART. 655-A DO CPC, POR ANALOGIA. 1.- "1. O arresto executivo, também designado arresto prévio ou pré-penhora, de que trata o art. 653 do CPC, objetiva assegurar a efetivação de futura penhora na execução por título extrajudicial, na hipótese de o executado não ser encontrado para citação. 2.Frustrada a tentativa de localização do executado, é admissível o arresto de seus bens na modalidade on-line (CPC, art. 655-A, aplicado por analogia). (...)." (REsp 1.370.687/MG, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, DJe 15/08/2013). 2.- Recurso Especial provido, para permitir o arresto on line, a ser efetivado na origem.(REsp 1338032/SP, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 05/11/2013, DJe 29/11/2013)" g.n. Proceda-se à pesquisa via sistema automatizado Bacenjud para eventual bloqueio de valores. Intime-se a parte Autora para pagar as custas de cumprimento da ordem (Portaria 116/2017-PTJ), sob pena de extinção. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0646489-94.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Gleusa Rodrigues dos Reis - Por tais razões, concedo liminarmente a tutela vindicada, amparado pelo art. 300, § 2º, do NCPC, para determinar ao requerido que se suspenda os descontos consignados a título "BMC EMP02" COD. 5899 em folha de pagamento diante do órgão público em que a autora exerce atividade. Faça-o no prazo de 3 (três) dias, sob pena de multa de R$ 1.000,00 (um mil reais) ao dia, até o limite de 5 (cinco) meses-multa. Expeça-se o necessário para o cumprimento desta decisão. Concedo os benefícios da justiça gratuita, com fundamento no art. 98 e ss., do NCPC. Tendo em vista a verossimilhança das alegações da parte autora, bem como sua condição de hipossuficiente técnica e econômica, defiro a inversão do ônus da prova a seu favor, na forma do artigo 6º, inciso VIII, do CDC. Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, "o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". Destarte, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, encaminhem-se os autos para o CEJUSC para que seja pautada a audiência de conciliação correspondente. Dê-se ciência de que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (art. 334, §8º, do CPC), e a que a defesa deverá ser apresentada no prazo de quinze dias, na forma do art. 335 do CPC. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Na hipótese de esgotamento dos meios ordinários de citação pessoal da parte demandada, defiro, mediante prévio requerimento, a citação da parte requerida por edital, na forma do art. 256, III, §3º, do Digesto Processual Civil, ao fito de que a ré, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias a que alude o art. 257, III, do CPC. Determino, ainda, que o Edital seja publicado em jornal de ampla circulação, no prazo máximo de 15 dias, por no mínimo duas vezes, na forma do art. 257, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Cumpre esclarecer que este iter concerne ao tempo estimado para a realização da citação, findo o qual iniciar-se-á a contagem do prazo para contestação. Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta dolosa atinente ao requerimento da entelada citação por edital, o autor incorrerá em multa de 05 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, caput e parágrafo único, do CPC. Em não havendo manifestação da parte requerida, nomeio, desde já, a Defensoria Pública para exercer a Curadoria de Especial, nos termos do art. 72, II, parágrafo único, do CPC. Ressalta-se que eventual desinteresse da parte requerida quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pelo autor exposta em sua exordial, sob pena de preclusão , autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §§ 5º e 4º, inc. I, do CPC/15). Nesse caso, retornem-se conclusos os autos. Se a resposta positiva for apresentada tempestivamente, intime-se a parte autora para, no prazo de quinze dias, manifestar-se sobre as peças e documentos entranhados, com esteio nos arts. 350 e 351 do NCPC, bem como especificar, de modo justificado, as provas que ainda pretende produzir, se houver. Se a reconvenção for ajuizada, intime-se a parte autora/reconvinda para que, no prazo de quinze dias, querendo, apresente resposta. Em havendo réplica à defesa ou contestação à reconvenção, intime-se a parte requerida/reconvinte para, também no prazo de quinze dias, dizer sobre tal manifestação e apontar, de modo fundamentado, os meios de prova cuja produção entende necessária ao deslinde da controvérsia sob exame. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos os autos para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a designação

da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para deliberação. Concedo a gratuidade judicial pleiteada. Cite(m)-se e intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: ANDRÉ DE ASSIS ROSA (OAB 12809/MS) - Processo 0646588-64.2019.8.04.0001 - Monitória - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Tendo a inicial preenchido os requisitos do artigo 700 do CPC/2015 e, estando a mesma devidamente instruída com documentação comprobatória do débito, com base em prova escrita, sem eficácia de título, defiro a monitória. Determino a expedição de carta de citação para pagamento da quantia em dinheiro, apontada na inicial (art. 700, I), no prazo máximo e improrrogável de 15 (quinze) dias, incluído o pagamento de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) do valor atribuído a causa, conforme Caput do artigo 701, CPC/2015. Intime-se o autor para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o pagamento das custas de emissão do AR, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme Provimento nº 273-CGJ/AM, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV e VI do CPC/2015. Advirto desde já que, caso não seja realizado o pagamento ou não opostos embargos, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial, nos termos do disposto no §2º do artigo 701, CPC/2015. Anote-se, de igual forma, que se ocorrer o pagamento também no mesmo prazo o réu ficará isento de custas processuais, em consonância com o disposto no parágrafo 1o, do artigo 701, também do CPC/2015. Caso sejam apresentados embargos à monitória, suspenda-se a eficácia da decisão referida no Caput do art.701 do CPC/15 até o julgamento em primeiro grau. Ato contínuo ao recebimento dos embargos, intime-se o autor da monitória para que responda aos embargos em até 15(quinze) dias, nos termos do art. 702, §5º, do CPC/15. Cumpre ressaltar que o devedor poderá, mediante a comprovação de depósito de 30% (trinta por cento) do valor cobrado, acrescido de custas e honorários de advogado de 5% (cinco por cento), requerer o restante do pagamento em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, nos termos dos artigos 701, §5º c/c 916, CPC/2015. Caso a carta expedida retorne negativa, consulte-se o(s) sistema(s) eletrônico(s) INFOJUD, SIEL, BACENJUD e/ou RENAJUD, a fim de localizar o atual endereço da parte ré, após o pagamento, no prazo de 05(cinco) dias, dos emolumentos pertinentes a cada pesquisa solicitada, nos termos da Portaria nº 116/2017, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI do CPC. Constatado um único endereço e diverso do que já fora efetuada a diligência, expeça-se imediatamente nova carta de citação, caso contrário, intime-se o autor para manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre as referidas consultas, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI, do CPC. No caso de ser solicitado a expedição de mandado de pagamento, defiro-a desde logo, devendo a parte comprovar, no prazo de 15 (quinze) dias, o recolhimento das custas das diligências do Oficial de Justiça, no prazo de 15 (quinze) dias, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme valores constantes da Portaria n° 116/2017-PTJ, sob pena de extinção do processo, nos termos do art. 485, IV e VI do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM) - Processo 0650392-74.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inadimplemento - REQUERENTE: Petróleo Brasileiro S.a. - Petrobrás Na Pessoa do Seu Representante Legal - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0710947-67.2012.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Evellyn Michiles - INTSSADA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º, do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: ILLY SOARES DE SOUZA (OAB 10263/AM), ADV: VANESSA GUEDES DE AGUIAR (OAB 7493/AM) - Processo 0711373-79.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Dantas Transportes e Instalações Ltda. - REQUERIDO: Telemar Norte Leste S/A - R. H. Intimem-se as partes para que informem a atual situação de Recuperação Judicial da Requerida. Cumpra-se.

ADV: FLÁVIO SIMÕES DA SILVA SOBRINHO (OAB 3444/AM) - Processo 0716832-62.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: L. J. Guerra e Cia. Ltda. - R. H. Intime-se a parte autora, por seu advogado habilitado no feito, para que no prazo de cinco dias (art. 485, III e § 1º, do NCPC c/c art. 317, NCPC), manifeste interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que lhe parecer de direito, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito. Cumpra-se.

Acácio Fernandes Roboredo (OAB 89774/SP)
Adriana Ferreira do Nascimento (OAB 5498/AM)
Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB 739A/AM)
Ana Luiza Garcia Avelino (OAB 8119/AM)
André de Assis Rosa (OAB 12809/MS)
Antônio Azevedo de Lira (OAB 5474/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 1026A/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Antônio Cleto Gomes (OAB 5864/CE)
Antônio Fábio Barros de Mendonça (OAB 2275/AM)
Ariosmar Neris (OAB 232751/SP)
Benjamim Saul Benchimol (OAB 4902/AM)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
Carlos Alberto Baião (OAB 925A/AM)
Caroline Oliveira Quintanilla (OAB 2035/AM)
Cássia Luciana da Conceição Rocha (OAB 7819/AM)
Celso Marcon (OAB A566/AM)
Claudio Kazuyoshi Kawasaki (OAB A1117/AM)
Cristiane Barbosa Rodrigues (OAB 7806/AM)
Daniel Nunes Romero (OAB 168016/SP)
Davi Rodrigues de Oliveira (OAB 8550/AM)
David Amorim Toledo (OAB 3474/AM)
Deivid Tavares Canto (OAB 10204/AM)
Diego André Feitosa (OAB 7104/AM)
Dorismar Martins Masiero (OAB A1083/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Ehud Emanuel Abensur Santos (OAB 10760/AM)
Enysson Alcântara Barroso (OAB 5097/AM)
Fábio de Assunção Acosta (OAB 8415/AM)
Felipe Sena de Carvalho (OAB 3816/AM)
Filipe Ourique Klafke (OAB 74084/RS)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 38699/DF)
Flávio Neves Costa (OAB 153447/SP)
Flávio Simões da Silva Sobrinho (OAB 3444/AM)
Francisco Duque Dabus (OAB 1165A/AM)
Gabrielly de Oliveira Gomes (OAB 14294/AM)
Germana Vieira do Valle (OAB 128579/RJ)
Giácomo Dinelly Lima (OAB 9753/AM)
Glauce Maria Costa de Sousa (OAB 6140/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Guttemberg Alencar Viana (OAB 9698/AM)
Hudson José Ribeiro (OAB 150060/SP)
Illy Soares de Souza (OAB 10263/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Jair Ferreira Rodrigues (OAB 1275/AM)
Jennifer de Queiroz Rodrigues de Oliveira (OAB 8383/AM)
Joabe de França Barros (OAB 4919/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
João Carlos Flor Júnior (OAB 915A/AM)
João Gilberto Freire Goulart (OAB 73169/MG)
José Carlos Skrzyszowski Júnior (OAB 45445/PR)

José Carlos Skrzyszowski Júnior (OAB 986A/AM)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
José Luís Cantuária dos Reis (OAB 2896/AM)
José Vicente Pereira Carneiro (OAB 7283/AM)
Juliana Inoue Mariano Araújo (OAB 261052/SP)
Juliano Martins Mansur (OAB 113786/RJ)
Jurandir Almeida de Toledo (OAB 381/AM)
Karla Patrícia Brasil Luzzi (OAB 4714/AM)
Lucas Cordeiro Marques (OAB 187570/RJ)
Luís Carlos Monteiro Laurenço (OAB 16780/BA)
Marco André Honda Flores (OAB 6171/MS)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marcondes Fonseca Lunieri Júnior (OAB 2897/AM)
Marcus Vinícius Cavalcanti Albano de Souza (OAB 2520/AM)
Maria Lucília Gomes (OAB 84206/SP)
Marlos Gaio (OAB 914A/AM)
Mary Marumy Bastos Takeda (OAB 4107/AM)
Maurílio César Nunes Brasil (OAB 4201/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Michelle de Oliveira Ferreira (OAB 20399/PA)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Pasquali Parise e Gasparini Júnior (OAB 4752/SP)
Paulo Fonseca da Silva (OAB 13007/AM)
Phâmara de Souza Sicsú (OAB 6334/AM)
Renato Napolitano Neto (OAB 155967/SP)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 1164A/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberval Mendes de Souza (OAB 4314/AM)
Roberval Vieira Júnior (OAB 244234/SP)
Rodolfo Meira Roessing (OAB 12719/PA)
Rodolfo Ripper Fernandes (OAB 121045/RJ)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Ronaldo Carlos Ferreira (OAB 63242/MG)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Shirley da Silva Steck (OAB 5669/AM)
Solon Angelim de Alencar Ferreira (OAB 3338/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Vanessa Guedes de Aguiar (OAB 7493/AM)
Vanessa Oliveira Almeida (OAB 9558/AM)
Wagner Liberal Michetti (OAB 5193/AM)
William Roger Vieira Grinstein (OAB 73244/RS)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Molina Porto (OAB 805A/AM)
Wilson Peçanha Neto (OAB 4630/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 16ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0335/2019

ADV: QUEILA COELHO DE SOUZA (OAB 7931/AM), ADV: GUSTAVO MICHELOTTI FLECK (OAB 21243/DF), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0602706-86.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Rafael Gomes de Menezes - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: VÍTOR DE SOUZA VIEIRA (OAB 6843/AM), ADV: WAGNER DE OLIVEIRA VIEIRA (OAB 2786/AM) - Processo 0612634-27.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: C. L. Galdino Olivarez Eireli - ME - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: IVAN MERCÊDO DE ANDRADE MOREIRA (OAB 59382/MG), ADV: WILLIAM BATISTA NÉSIO (OAB 70580/MG) - Processo 0627536-92.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Safra S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE), ADV: ELIETE SANTANA MATOS (OAB 10423/CE) - Processo 0628014-90.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 96864/MG), ADV: FREDERICO MORAES BRACHER (OAB 7311/AM) - Processo 0635678-12.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Bancários - REQUERENTE: Vânia Cristina Bragança Coêlho - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: EMERSON DA SILVA CASTRO (OAB 5591/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0657347-24.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - REQUERENTE: Celio de Oliveira Cordeiro e outro - REQUERIDO: Sao Constantino Empreendimentos Imobiliarios Ltda e Incorporadora e outro - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Eliete Santana Matos (OAB 10423/CE)
Emerson da Silva Castro (OAB 5591/AM)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 96864/MG)
Frederico Moraes Bracher (OAB 7311/AM)
Gustavo Michelotti Fleck (OAB 21243/DF)
Hiran Leão Duarte (OAB 10422/CE)
Ivan Mercêdo de Andrade Moreira (OAB 59382/MG)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Queila Coelho de Souza (OAB 7931/AM)
Vítor de Souza Vieira (OAB 6843/AM)
Wagner de Oliveira Vieira (OAB 2786/AM)
William Batista Nésio (OAB 70580/MG)

JUÍZO DE DIREITO DA 16ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO ABRAHAM PEIXOTO CAMPOS FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL RENAN RODRIGUES GUIMARÃES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0336/2019

ADV: REBECA VITÓRIA BRUNO MACHADO (OAB 12257/AM), ADV: FERNANDO CÉSAR LIMA FERREIRA DE OLIVEIRA (OAB 14180/AM) - Processo 0218679-30.2010.8.04.0001 (001.10.218679-1) - Procedimento Comum Cível - Obrigações - REQUERENTE: Expresso Aliança Mudanças, Transportes e Serviços Ltda. - REQUERIDA: Transportadora Planalto Ltda. - Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a ação para condenar a requerida ao pagamento do valor de R$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais). Condeno a ré ao pagamento das custas judiciais e dos honorários advocatícios que arbitro em 10% sobre o valor da condenação, na forma do art. 85, § 2°, do CPC. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa e arquive-se com as cautelas de praxe. P.R.I.C.

ADV: DANIEL NUNES ROMERO (OAB 168016/SP), ADV: ARIOSMAR NERIS (OAB 232751/SP) - Processo 0238653-87.2009.8.04.0001 (001.09.238653-0) - Reintegração / Manutenção de Posse - Posse - REQUERENTE: Banco Volkswagen S/A - REQUERIDO: E. da Silva Cruz - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0253217-37.2010.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADA: Construcom - Construções, Comércio e Representações Ltda. - Josefa Martins de Melo - Raimundo Nonato Gaspar de Melo - R. H. Intimem-se o exequente, por seu advogado habilitado no feito, para no prazo de cinco dias, requerer o que lhes parecer de direito, sob pena de extinção do processo. Cumpra-se.

ADV: VANESSA FREIRE LITAIFF (OAB 5722/AM), ADV: IMBERGMAN MAIA LITAIFF (OAB 5699/AM) - Processo 0602657-16.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Jeiderson Ferreira da Costa - REQUERIDO: Raimundo Nonato Souza Cardoso - Maria do Carmo de Andrade Cardoso - INTSSADA: Adriana Monteiro de Castro Martins - Defensoria Pública do Estado do Amazonas - R. H. Intime-se o autor para que se manifeste acerca da petição de fls. 95/97. Cumpra-se.

ADV: SELMA MARA SANTANA MOTA (OAB 5524/AM), ADV: FÁBIO AGUSTINHO DA SILVA (OAB 2776/AM) - Processo 0607783-47.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Geraldo Lúcio Araújo Peres - REQUERIDO: José Neto Souza Pontes - R. H. Intimem-se o exequente, por seu advogado habilitado no feito, para no prazo de cinco dias, requerer o que lhes parecer de direito, sob pena de extinção do processo. Cumpra-se.

ADV: PATRÍCIA AZEVEDO DE CARVALHO MENDLOWICZ (OAB 35242AS/C), ADV: JOÃO JOAQUIM MARTINELLI (OAB 3210/SC) - Processo 0608191-72.2015.8.04.0001 - Falência de Empresários, Sociedades Empresáriais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Administração judicial - REQUERENTE: Dohler S/A - REQUERIDO: Maria Alcione Gomes Dantas - EPP - Maria Alcione Gomes Dantas - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud, Renajud, SIEL), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, bem como, no caso de consulta no SIEL, informe o nome completo da genitora da parte a ser consultada, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MAYRA DE CASTRO MAIA FLORÊNCIO (OAB 11740/PB) - Processo 0608369-79.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Compra e Venda - REQUERENTE: Amazon Combustíveis para Veículos e Construções Ltda. - REQUERIDO: J. D. Transportes de Cargas Ltda. - ME - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: LUIZ MAURÍCIO OLIVEIRA BASTOS (OAB 2620/AM) - Processo 0610449-16.2019.8.04.0001 - Monitória - Compra e Venda - REQUERENTE: Evely de Souza Trindade - REQUERIDA: Ingrid Pinto do Nascimento - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: EDSON PEREIRA DUARTE (OAB 3702/AM), ADV: AMILCAR DOS SANTOS PINHEIRO FILHO (OAB 538A/AM), ADV: SUZANA AFONSO GARCIA BARROS (OAB 4920/AM), ADV: JOÃO MANOEL SILVA DE OLIVEIRA (OAB 4677/AM) - Processo 0611705-33.2015.8.04.0001 (apensado ao processo 0013369-03.2005.8.04.0001) - Embargos à Execução - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - EMBARGANTE: Daniel Gomes Teixeira de Andrade - EMBARGADO: Condomínio Juliana III - Sófios Construções Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: ROSSANA OLIVEIRA GRAFFIGNA (OAB 58446PR), ADV: FELIPE ANDRES ACEVEDO IBAÑEZ (OAB 206339/SP), ADV: FELIPE ANDRES ACEVEDO IBAÑEZ (OAB 206339/SP) - Processo 0613043-03.2019.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - REQUERIDO: Djard José Ribeiro de Oliveira - DEPOSFIEL: José Eduardo F. da Silva (Fiel Depositário) - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que apresente memória de calculos atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, § 1º, do CPC, no prazo de 5 (cinco) dias. Não tendo sido deferido o benefício da gratuidade da justiça de forma total, no mesmo ato, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para recolher os emolumentos pertinentes à consulta do sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016, caso ainda não tenha o feito.

ADV: JORGE LUÍS DOS REIS OLIVEIRA (OAB 6866/AM) - Processo 0618149-19.2014.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Direito de Imagem - REQUERENTE: Figueiredo Empreendimentos Turísticos Ltda. - REQUERIDO: Daniel Gomes Teixeira de Andrade - Instada pessoalmente a promover o andamento do feito, nos termos do art. 485, § 1º, do Código de Processo Civil, a parte requerente não o fez, deixando patente o seu desinteresse. Nos termos do artigo 274,

parágrafo único, do CPC/15, presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço declinado pela parte na inicial como seu domicílio ou sua sede. Cabe a parte autora manter seu endereço atualizado nos autos para efeito de intimação. Assim, mesmo frustrada a intimação pessoal a que alude o art. 485, III, § 1º, do CPC/15, por não ter sido a parte localizada no endereço fornecido, afigura-se possível a extinção do feito em face do abandono da causa por mais de 30 (trinta) dias. Em razão do exposto, determino a extinção e arquivamento deste processo, com fulcro no art. 485, III, do Código de Processo Civil. Ofícios ao Serasa e Detran/Am, se necessário. Se o veículo foi bloqueado via RENAJUD, desde logo, determino o seu desbloqueio via sistema informatizado. Custas pagas nos autos. Após, o trânsito em julgado, dê-se baixa na distribuição e arquive-se o feito com as cautelas de praxe. P.R.I.C.

ADV: JÚLIA RAYANE MARINHO CORREIA (OAB 11337/AM), ADV: ROSEANY ARAÚJO VIANA ALVES (OAB 10952/CE), ADV: ALFA MARIANNE ALMEIDA CRUZ SAUTCHUK (OAB 12875/AM), ADV: ALESSANDRA AZEVEDO ARAÚJO FURTUNATO (OAB 4705/AC), ADV: MARIA SOCORRO ARAÚJO SANTIAGO (OAB 1870/CE) - Processo 0619359-03.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil - REQUERIDA: Dheny Menezes Simpson - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para que se manifeste acerca da Petição de fls. 141/144, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0623985-70.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Doranice da Silva Coelho - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: DARLANY DANTAS GABRIEL (OAB 2193/AM), ADV: CLEONICE MELO CARVALHEIRA (OAB 433A/AM) - Processo 0627406-68.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Forte Comércio de Derivados de Petróleo Ltda. - EXECUTADO: Leão Transportes Rodoviários de Passageiros Ltda. - R. H. Intimem-se o exequente, por seu advogado habilitado no feito, para no prazo de 5 (cinco) dias, requerer o que lhes parecer de direito, sob pena de extinção do processo. Cumpra-se.

ADV: LEONARDO CUNHA E SILVA DE AGUIAR (OAB 3470/AM) - Processo 0630296-04.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Direito de Vizinhança - REQUERENTE: Romênia Herica Martins da Costa - REQUERIDO: Raimundo Nonato da Silva Costa - Alan Lemos da Costa - Ana Carolina Lemos da Costa - Concedo os benefícios da justiça gratuita, com fundamento no art. 98 e ss., do NCPC. Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, "o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". Destarte, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, encaminhem-se os autos para o CEJUSC para que seja pautada a audiência de conciliação correspondente. Dê-se ciência de que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (art. 334, §8º, do CPC), e a que a defesa deverá ser apresentada no prazo de quinze dias, na forma do art. 335, do CPC. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Na hipótese de esgotamento dos meios ordinários de citação pessoal da parte demandada, defiro, mediante prévio requerimento, a citação da parte requerida por edital, na forma do art. 256, III, §3º, do Digesto Processual Civil, ao fito de que a ré, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias a que alude o art. 257, III, do CPC. Determino, ainda, que o Edital seja publicado em jornal de ampla circulação, no prazo máximo de 15 dias, por no mínimo duas vezes, na forma do art. 257, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Cumpre esclarecer que este iter concerne ao tempo estimado para a realização da citação, findo o qual iniciar-se-á a contagem do prazo para contestação. Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta dolosa atinente ao requerimento da entelada citação por edital, o autor incorrerá em multa de 05 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, caput e parágrafo único, do CPC. Em não havendo manifestação da parte requerida, nomeio, desde já, a Defensoria Pública para exercer a Curadoria de Especial, nos termos do art. 72, II, parágrafo único, do CPC. Ressalta-se que eventual desinteresse da parte requerida quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pelo autor - exposta em sua exordial, sob pena de preclusão -, autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §§ 5º e 4º, inc. I, do CPC/15). Nesse caso, retornem-se conclusos os autos. Se a resposta positiva for apresentada tempestivamente, intime-se a parte autora para, no prazo de quinze dias, manifestar-se sobre as peças e documentos entranhados, com esteio nos arts. 350 e 351, do NCPC, bem como especificar, de modo justificado, as provas que ainda pretende produzir, se houver. Se a reconvenção for ajuizada, intime-se a parte autora/reconvinda para que, no prazo de quinze dias, querendo, apresente resposta. Em havendo réplica à defesa ou contestação à reconvenção, intime-se a parte requerida/reconvinte para, também no prazo de quinze dias, dizer sobre tal manifestação e apontar, de modo fundamentado, os meios de prova cuja produção entende necessária ao deslinde da controvérsia sob exame. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos os autos para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para deliberação. Cite(m)-se e intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: JOYCE VIVIANNE VELOSO DE LIMA (OAB 8679/AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0631454-65.2017.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: Capitão Picanha Comércio de Alimentos Ltda. - Daniel Lourenço Lira - Gabriela Lourenço Lira - Em conformidade com o art. 1º, XVII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que se manifestem sobre o laudo pericial, em conformidade com o art. 477, § 1º, do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: DÂMEA MOURÃO TELLES DE MENEZES (OAB 9198/AM) - Processo 0632208-36.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Cristiano Dias da Silva - REQUERIDA: Regiane Santos - Karen Tanaka - Gleison Sena - Concedo os benefícios da justiça gratuita, com fundamento no art. 98 e ss., do NCPC. Tendo em vista a verossimilhança das alegações da parte autora, bem como sua condição de hipossuficiente técnica e econômica, defiro a inversão do ônus da prova a seu favor, na forma do artigo 6º, inciso VIII, do CDC. Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, "o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". Destarte, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, encaminhem-se os autos para o CEJUSC para que seja pautada a audiência de conciliação correspondente. Dê-se ciência de que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (art. 334, §8º, do CPC), e a que a defesa deverá ser apresentada no prazo de quinze dias, na forma do art. 335, do CPC. Em caso de a parte ré não ser encontrada no

logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Na hipótese de esgotamento dos meios ordinários de citação pessoal da parte demandada, defiro, mediante prévio requerimento, a citação da parte requerida por edital, na forma do art. 256, III, §3º, do Digesto Processual Civil, ao fito de que a ré, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias a que alude o art. 257, III, do CPC. Determino, ainda, que o Edital seja publicado em jornal de ampla circulação, no prazo máximo de 15 dias, por no mínimo duas vezes, na forma do art. 257, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Cumpre esclarecer que este iter concerne ao tempo estimado para a realização da citação, findo o qual iniciar-se-á a contagem do prazo para contestação. Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta dolosa atinente ao requerimento da entelada citação por edital, o autor incorrerá em multa de 05 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, caput e parágrafo único, do CPC. Em não havendo manifestação da parte requerida, nomeio, desde já, a Defensoria Pública para exercer a Curadoria de Especial, nos termos do art. 72, II, parágrafo único, do CPC. Ressalta-se que eventual desinteresse da parte requerida quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pelo autor - exposta em sua exordial, sob pena de preclusão -, autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §§ 5º e 4º, inc. I, do CPC/15). Nesse caso, retornem-se conclusos os autos. Se a resposta positiva for apresentada tempestivamente, intime-se a parte autora para, no prazo de quinze dias, manifestar-se sobre as peças e documentos entranhados, com esteio nos arts. 350 e 351, do NCPC, bem como especificar, de modo justificado, as provas que ainda pretende produzir, se houver. Se a reconvenção for ajuizada, intime-se a parte autora/reconvinda para que, no prazo de quinze dias, querendo, apresente resposta. Em havendo réplica à defesa ou contestação à reconvenção, intime-se a parte requerida/reconvinte para, também no prazo de quinze dias, dizer sobre tal manifestação e apontar, de modo fundamentado, os meios de prova cuja produção entende necessária ao deslinde da controvérsia sob exame. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos os autos para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para deliberação. Cite(m)-se e intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: DÂMEA MOURÃO TELLES DE MENEZES (OAB 9198/AM) - Processo 0632208-36.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Cristiano Dias da Silva - REQUERIDA: Regiane Santos - Karen Tanaka - Gleison Sena - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 11/02/2020, às 09:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 02 de setembro de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: SIDNEY DE SOUZA NUNES (OAB 7803/AM), ADV: ISABELLE SAENZ DE MEDEIROS (OAB 14447/AM) - Processo 0633182-73.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Sinésio da Silva Campos - REQUERIDO: Unimed Fama - Federação das Unimedes da Amazônia - Homologo por sentença a desistência manifestada para que produza os efeitos legais. Em consequência, extingo o processo sem julgamento do mérito, na forma do art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa e arquive-se com as cautelas de praxe. P.R.I.C.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 1164A/AM), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM) - Processo 0634491-32.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Carlos Lopes Farias - Homologo por sentença a desistência manifestada para que produza os efeitos legais. Em consequência, extingo o processo sem julgamento do mérito, na forma do art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Ofícios ao Serasa e Detran/Am, se necessário. Se o veículo foi bloqueado via RENAJUD, desde logo, determino o seu desbloqueio via sistema informatizado. Caso houver depósito judicial referente ao presente feito, remetam-se os autos ao Gestor da Conta Única para informar a existência dos respectivos valores. Custas pagas nos autos. Após o trânsito em julgado, expeça-se o competente alvará judicial. Em seguida, dê-se baixa e arquive-se com as cautelas de praxe. P.R.I.C.

ADV: MARCELO ABDON SOUTO KIZEM (OAB 2138/AM), ADV: NEILDES ARAÚJO AGUIAR DI GESU (OAB 217897/SP) - Processo 0635545-67.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0637062-44.2017.8.04.0001) - Embargos de Terceiro Cível - Posse - REQUERENTE: Ana Regina Fernandes de Souza - REQUERIDO: David Samuel Arão Ohana - Luciana Moreira Sales Ohana - Banco Santander Brasil S/A - Banco Santander Brasil S/A - R. H. Paute-se audiência para a Semana Nacional de Conciliação. Cumpra-se.

ADV: LORENZO DEL PRETE MISURELLI (OAB 70121/PR), ADV: MAICON DE OLIVEIRA BRANCHES (OAB 11141/AM), ADV: MARICARLA FONSECA DE SOUZA (OAB 10573/AM), ADV: MARLY GOMES CAPOTE (OAB 7067/AM), ADV: MISURELLI ADVOGADOS (OAB 4596/PR), ADV: NELSON LUIZ MESTIERI DE MACEDO (OAB 608A/AM), ADV: NINA CRUZ ANTONY HOAEGEN (OAB 8217/AM), ADV: PAULO CEZAR SIMÕES CALHEIROS (OAB 242665/SP), ADV: LIANA MACIEL NOBRE (OAB 11009/AM), ADV: LEIRY MARIA PADILHA DE ARAÚJO (OAB 9157/AM), ADV: KASSER JORGE CHAMY DIB (OAB 5551/AM), ADV: JÚLIO KAHAN MANDEL (OAB 128331/SP), ADV: JÚLIO CÉSAR FRANCO DE SOUZA (OAB 6415/AM), ADV: JULIANA PASSOS DOS SANTOS (OAB 7815/AM), ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM), ADV: JOSÉ CARLOS PEREIRA DO VALLE (OAB 961/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: JEAN CARLO NAVARRO CORRÊA (OAB 5114/AM), ADV: ISABELA DA SILVA SANTOS (OAB 9869/AM), ADV: SARAH GEÓRGIA DE FIGUEIREDO (OAB 10361/AM), ADV: VANESSA PIZZARO RAPP (OAB 569/AM), ADV: YARA CHRISTINA LOPES REIS (OAB 6711/AM), ADV: VALDNORA OLIVEIRA LOUREIRO (OAB 10913/AM), ADV: TIAGO CARDOSO DOS SANTOS DA COSTA (OAB 7870/AM), ADV: THAÍS SANTOS DE LIMA (OAB 10699/AM), ADV: SUELEN PEREIRA TEIXEIRA ALBUQUERQUE (OAB 9699/AM), ADV: SIDNEY COELHO (OAB 9664/AM), ADV: PRISCILA NEVES SILVA COSTA (OAB 12879/AM), ADV: SÂMEA PICANÇO OLIVEIRA (OAB 10852/AM), ADV: SÁLVIA DE SOUZA HADDAD (OAB 3529/AM), ADV: RODRIGO DURÃES FUGII (OAB 8763/AM), ADV: ROBERTO TATSUO NAKAJIMA FERNANDES NETO (OAB 9500/AM), ADV: RENATA STHEFAN DE LIMA GUIMARÃES (OAB 10273/AM), ADV: REINILDA GUIMARÃES DO VALLE (OAB 1392/AM), ADV: PRISCILA PACHECO FERREIRA (OAB 5364/AM), ADV: PRISCILA PACHECO FERREIRA (OAB 5364/AM), ADV: ANA CLARA SOARES LADEIRA (OAB 7289/AM), ADV: ANTÔNIO BRAZ DE LIMA NETO (OAB 3669/AM), ADV: CARLOS RICARDO DE ARAÚJO MELO (OAB 4239/AM), ADV: BRÁULIO GHIDALEVICH (OAB 2248/AM), ADV: BIANCA ALESSANDRA BATISTA LIMA (OAB 7516/AM), ADV: ANTÔNIO RODRIGO SANT'ANA (OAB 234190/SP), ADV: ANTÔNIO IVAN OLÍMPIO DA SILVA (OAB 3110/AM), ADV: CAROLINE GUIMARÃES DO VALLE (OAB 6412/AM), ADV: ANNABELLE DE OLIVEIRA MACHADO (OAB 4419/AM), ADV: ANA MARIA DA SILVA NORONHA (OAB 9569/AM), ADV: ALINE LAREDO PINTO (OAB 4187/AM), ADV: ALDINEI FERNANDES DE AZEVEDO (OAB 10642/AM), ADV: ALDA HELOÍSA TAVARES TOLEDO (OAB 7133/AM), ADV: JULLIE ANNE RODRIGUES DA CUNHA (OAB 9243/AM), ADV: IRANDY RODRIGUES DA CRUZ (OAB 3294/AM), ADV: FRANCISCO JORGE RIBEIRO GUIMARÃES (OAB 2978/AM), ADV: IOLDY VÂNIO LIMA FONSECA (OAB 8069/AM), ADV: HILDA MARIA FIGUEIREDO MANDATO (OAB 5350/AM), ADV: HELENA ARIEL SOUSA COUTINHO (OAB 10521/AM), ADV: GLÁUCIA CRISTINA BULCÃO DA SILVA (OAB 3964/AM), ADV: GLAUCE MARIA COSTA DE SOUSA (OAB 6140/AM), ADV: DJANE OLIVEIRA MARINHO (OAB 5849/AM), ADV: FERNANDA CABRAL MARQUES (OAB 6755/AM), ADV: FABIANO VÍTOR DA CRUZ

SANTANA (OAB 12287/AM), ADV: ELISÂNGELA ALVES DOS SANTOS (OAB 53139/PR), ADV: ELISABETE LUCAS (OAB 4118/AM), ADV: DANIEL AUGUSTO MAUÉS CARVALHO (OAB 5629/AM) - Processo 0636105-14.2015.8.04.0001 (apensado ao processo 0604128-62.2019.8.04.0001) - Recuperação Judicial - Concurso de Credores - REQUERENTE: Wapmetal Indústria e Comércio de Componentes Metálicos, Máquinas e Equipamentos Ltda. - INTSSADO: I. B. Transportes e Serviços de Envasamento Ltda. - ME. - ADMINISTRA: Carlos Ronaldo Lima Barroco Filho - TERCEIRO I: Valcimar Gonçalves Nogueira - INTSSADO: Construmec Ltda. - ME - Moisés Pereira dos Santos - Adson Santos de Brito - João Paulo Iannuzzi Lima - Robson Luiz Alencar de Souza - Adriana Tavares da Silva - Railson Gomes da Silva - Selma de Souza Haddad - Bernardo Oliveira Corrêa - Demétrius Mitsuro Sato - Arnaldo Manoel Torres dos Santos - Amazon Compressores Comércio e Serviços de Equipamentos Ltda. - ME - Adrielen de Souza Farias - Walter Sousa dos Santos - Klein Alberto Libório da Costa - Valdenis Araújo de Lima - Jander de Araújo Mouzinho - Banco da Amazônia S/A - Juliana Rego dos Reis - Adriana Gamboa Guimarães - Carlos Alberto Soares de Souza - Amazongás Distribuidora de Gás Liquefeito de Petróleo Ltda. - Manaus Autocenter Ltda. - Chibatão - Navegação e Comércio Ltda. - Martins Import Ltda. - Luan Brendo Souza de Souza - Thomaz Neves Zanetti - Raquel Santos de Souza - Jandro Ferreira Santos - Carlos Alberto Guimarães Júnior - Suzany Rego Sousa - Carlos Alberto de Oliveira dos Santos - Jorge Luiz da Silva - Ribamar Júnio dos Santos Araújo - Rosineide Souza de Lima - Luís Henrique Nascimento da Silva - Cristina Araújo da Silva - Michel Pereira Fonseca - Darlan Estevão Feitosa Santos - Galdino Alves dos Santos Júnior - Genezio Pereira Filho - Wilson de Campos - Selma de Souza Haddad - MPAM: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - INTSSADO: Nilson Edson de Oliveira - Elder Nogueira Mendes - Irismar Cláudio Ferreira - José Santana de Oliveira - Sérgio Eduardo Ferreira Gesta - André Ibiapina Pereira de Carvalho - José Jhones Corrêa Lima - Terceira Vara do Trabalho de Manaus/AM - Marilene Cruz Rangel - Dilamar Ferreira dos Santos - Sérgio Eduardo Ferreira Gesta - Edirney Pinheiro Batista - Cleide Rosas da Silva - Italux Pneus e Acumuladores Ltda. - Charliton Corrêa Braga - Derek Pinto Castro - Márcio Silva Pinheiro - Simone Silva dos Santos - RODRIGO SAVIO COSTA FERREIRA - Tratam os autos de ação de Recuperação Judicial da empresa WAPMETAL INDUSTRIA E COMÉRCIO DE COMPONENTES METÁLICOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA. Às fls. 6193/6292, o Administrador Judicial, nomeado nos presentes autos, juntou análise das divergências e/ou habilitações apresentadas no período compreendido entre 04/02/2017 a 24/04/2019, requerendo a publicação de novo edital, contendo a lista atualizada de credores, nos moldes da minuta juntada às fls. 6293/6299. Defiro o pedido de fls. 6292 antecedentes, para que seja publicada nova relação de credores. À Secretaria para as providências.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0637302-33.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - EXECUTADO: Bezerra e Castro Comércio de Artigos do Vestuário Ltda. - ME - Iuri Bezerra de Castro - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca dos AR's juntados aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: RENNALT LESSA DE FREITAS (OAB 8020/AM) - Processo 0638658-29.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: R. C. Recebíveis Ltda. - EXECUTADO: Indplast - Indústria e Comércio de Plásticos Ltda. - Bianca Ciarlini Rabelo - Vítor Ciarlini Rabelo - M. Cleonarto Lima - Expeça-se competente carta de citação, observando-se o endereço indicado em fl. 102. Não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, condiciono a expedição da carta ao recolhimento das custas da diligência, nos moldes da Portaria nº 116/2017-PTJ.

ADV: CARLOS ROBERTO DENESZCZUK ANTÔNIO (OAB 146360/SP) - Processo 0639182-89.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Concurso de Credores - REQUERENTE: Procoating Industrial de Laminados da Amazônia Ltda. - Mbset Industrial Ltda. - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que tomem ciência da audiência de Conciliação - CEJUSC - Cível, designada para o dia 11/02/2020, às 10:00h, a ser realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania no 4º Andar/Setor 01, do Fórum de Justiça Henoch Reis - Telefone: (92) 3303-5246.

ADV: DAVI FONTENELE DE ALMEIDA (OAB 13125/AM) - Processo 0639861-89.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Marinete Melo Firmo - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que tomem ciência da audiência de Conciliação - CEJUSC - Cível, designada para o dia 11/02/2020, às 09:30h, a ser realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania no 4º Andar/Setor 01, do Fórum de Justiça Henoch Reis - Telefone: (92) 3303-5246.

ADV: EDUARDO CHALFIN (OAB A1140/AM) - Processo 0646587-79.2019.8.04.0001 - Embargos de Terceiro Cível - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais S/A - REQUERIDO: Anderson Ortiz Granja de Souza - R. H. A concessão da justiça gratuita não pode ser deferida por mera deliberação diante das afirmações do beneficiário, devendo ser considerado ainda a comprovação do estado de pobreza. Diante do exposto, e de conformidade com o artigo 5º, LXXIV, da Constituição Federal, comprove o requerente a condição de beneficiário da justiça gratuita, juntado aos autos documentos de sua condição de hipossuficiência ou efetue o pagamento das custas processuais. Concedo o prazo de 15 (quinze) dias úteis, para a emenda da exordial, sob pena de indeferimento, a teor do disposto no parágrafo único, do artigo 321, do CPC/15. Ressalto que o transcurso do prazo sem qualquer manifestação da parte Autora acerca da emenda da justiça gratuita ocasionará a condenação em custas processuais, a qual, homologada por sentença, gerará título executivo passível de cobrança judicial e extrajudicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM) - Processo 0648792-18.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Francisco Barbosa Leal Júnior - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: DELCILENE REBOUÇAS SILVA LOPES (OAB 7453/AM) - Processo 0659436-20.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: João Simões Moraes Filho - REQUERIDO: JBCRED S/A - Sociedade de Crédito Ao Microempreendedor - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

Alda Heloísa Tavares Toledo (OAB 7133/AM)
Aldinei Fernandes de Azevedo (OAB 10642/AM)
Alessandra Azevedo Araújo Furtunato (OAB 4705/AC)
Alfa Marianne Almeida Cruz Sautchuk (OAB 12875/AM)

Aline Laredo Pinto (OAB 4187/AM)
Amilcar dos Santos Pinheiro Filho (OAB 538A/AM)
Ana Clara Soares Ladeira (OAB 7289/AM)
Ana Maria da Silva Noronha (OAB 9569/AM)
Annabelle de Oliveira Machado (OAB 4419/AM)
Antônio Braz de Lima Neto (OAB 3669/AM)
Antônio Ivan Olímpio da Silva (OAB 3110/AM)
Antônio Rodrigo Sant'ana (OAB 234190/SP)
Ariosmar Neris (OAB 232751/SP)
Bianca Alessandra Batista Lima (OAB 7516/AM)
Bráulio Ghidalevich (OAB 2248/AM)
Carlos Ricardo de Araújo Melo (OAB 4239/AM)
Carlos Roberto Deneszczuk Antônio (OAB 146360/SP)
Caroline Guimarães do Valle (OAB 6412/AM)
Cleonice Melo Carvalheira (OAB 433A/AM)
Dâmea Mourão Telles de Menezes (OAB 9198/AM)
Daniel Augusto Maués Carvalho (OAB 5629/AM)
Daniel Nunes Romero (OAB 168016/SP)
Darlany Dantas Gabriel (OAB 2193/AM)
Davi Fontenele de Almeida (OAB 13125/AM)
Delcilene Rebouças Silva Lopes (OAB 7453/AM)
Djane Oliveira Marinho (OAB 5849/AM)
Edson Pereira Duarte (OAB 3702/AM)
Eduardo Chalfin (OAB A1140/AM)
Elisabete Lucas (OAB 4118/AM)
Elisângela Alves dos Santos (OAB 53139/PR)
Fabiano Vítor da Cruz Santana (OAB 12287/AM)
Fábio Agustinho da Silva (OAB 2776/AM)
Felipe Andres Acevedo Ibañez (OAB 206339/SP)
Fernanda Cabral Marques (OAB 6755/AM)
Fernando César Lima Ferreira de Oliveira (OAB 14180/AM)
Francisco Jorge Ribeiro Guimarães (OAB 2978/AM)
Glauce Maria Costa de Sousa (OAB 6140/AM)
Gláucia Cristina Bulcão da Silva (OAB 3964/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Helena Ariel Sousa Coutinho (OAB 10521/AM)
Hilda Maria Figueiredo Mandato (OAB 5350/AM)
Imbergman Maia Litaiff (OAB 5699/AM)
Ioldy Vânio Lima Fonseca (OAB 8069/AM)
Irandy Rodrigues da Cruz (OAB 3294/AM)
Isabela da Silva Santos (OAB 9869/AM)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isabelle Saenz de Medeiros (OAB 14447/AM)
Jean Carlo Navarro Corrêa (OAB 5114/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
João Joaquim Martinelli (OAB 3210/SC)
João Manoel Silva de Oliveira (OAB 4677/AM)
Jorge Luís dos Reis Oliveira (OAB 6866/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Carlos Pereira do Valle (OAB 961/AM)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
José Mário de Carvalho Neto (OAB 4861/AM)
Joyce Vivianne Veloso de Lima (OAB 8679/AM)
Júlia Rayane Marinho Correia (OAB 11337/AM)
Juliana Passos dos Santos (OAB 7815/AM)
Júlio César Franco de Souza (OAB 6415/AM)
Júlio Kahan Mandel (OAB 128331/SP)
Jullie Anne Rodrigues da Cunha (OAB 9243/AM)
Kasser Jorge Chamy Dib (OAB 5551/AM)
Leiry Maria Padilha de Araújo (OAB 9157/AM)
Leonardo Cunha e Silva de Aguiar (OAB 3470/AM)
Liana Maciel Nobre (OAB 11009/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Lorenzo Del Prete Misurelli (OAB 70121/PR)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Maurício Oliveira Bastos (OAB 2620/AM)
Maicon de Oliveira Branches (OAB 11141/AM)
Marcelo Abdon Souto Kizem (OAB 2138/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Maria Socorro Araújo Santiago (OAB 1870/CE)
Maricarla Fonseca de Souza (OAB 10573/AM)
Marly Gomes Capote (OAB 7067/AM)
Mayra de Castro Maia Florêncio (OAB 11740/PB)
Misurelli Advogados (OAB 4596/PR)
Neildes Araújo Aguiar Di Gesu (OAB 217897/SP)
Nelson Luiz Mestieri de Macedo (OAB 608A/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Nina Cruz Antony Hoaegen (OAB 8217/AM)
Patrícia Azevedo de Carvalho Mendlowicz (OAB 35242AS/C)
Paulo Cezar Simões Calheiros (OAB 242665/SP)
Priscila Neves Silva Costa (OAB 12879/AM)
Priscila Pacheco Ferreira (OAB 5364/AM)
Rebeca Vitória Bruno Machado (OAB 12257/AM)
Reinilda Guimarães do Valle (OAB 1392/AM)
Renata Sthefan de Lima Guimarães (OAB 10273/AM)
Rennalt Lessa de Freitas (OAB 8020/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 1164A/AM)
Roberto Tatsuo Nakajima Fernandes Neto (OAB 9500/AM)
Rodrigo Durães Fugii (OAB 8763/AM)
Roseany Araújo Viana Alves (OAB 10952/CE)
Rossana Oliveira Graffigna (OAB 58446PR)
Sálvia de Souza Haddad (OAB 3529/AM)
Sâmea Picanço Oliveira (OAB 10852/AM)
Sarah Geórgia de Figueiredo (OAB 10361/AM)
Selma Mara Santana Mota (OAB 5524/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Sidney Coelho (OAB 9664/AM)
Sidney de Souza Nunes (OAB 7803/AM)
Suelen Pereira Teixeira Albuquerque (OAB 9699/AM)
Suzana Afonso Garcia Barros (OAB 4920/AM)
Thaís Santos de Lima (OAB 10699/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Tiago Cardoso dos Santos da Costa (OAB 7870/AM)
Valdnora Oliveira Loureiro (OAB 10913/AM)
Vanessa Freire Litaiff (OAB 5722/AM)
Vanessa Pizzaro Rapp (OAB 569/AM)
Yara Christina Lopes Reis (OAB 6711/AM)

17ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 17ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0211/2019

ADV: ERIVELTON FERREIRA BARRETO (OAB 5568/AM), ADV: ALEXANDRE GOMES RIBEIRO (OAB 6199/AM), ADV: MARCOS PAULO COÊLHO DE SOUZA (OAB 4395/AM) - Processo 0203992-33.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0230464-86.2010.8.04.0001) (processo principal 0230464-86.2010.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Erivelton Ferreira Barreto - REQUERIDO: TRANSPORTADORA FTD - TRANSPORTE, ARMAZENAGEM E COMUNICAÇÕES - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG) - Processo 0214887-97.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, fica a Parte Autora intimada acerca da(s) consulta(s) ao(s) Sistema(s) Renajud e Infojud às fls. 293/296, para requerer o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: LUCAS PESSOA (OAB 340113/SP) - Processo 0233545-28.2019.8.04.0001 (processo principal 0632842-03.2017.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Cheque - REQUERENTE: Als Empresa Brasileira de Franchising Ltda Epp (Brasileirinho Delivery) - Incidente gerado indevidamente. Translade-se a Petição para os Autos principais e após arquive-se o presente. Cumpra-se.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM), ADV: FABIONELLITO SANTOS DE ALMEIDA (OAB 7930/AM) - Processo 0233632-81.2019.8.04.0001 (processo principal 0629377-54.2015.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: EDNA FURTADO CHAGAS - EXECUTADA: KELLY CRISTINA ROMANO - Intime-se o(a) Executado(a), por Edital, para efetuar o pagamento do valor em Execução, em 15 (quinze) dias, nos termos do art. 523 do NCPC, sob pena de multa de 10% e honorários advocatícios no cumprimento de sentença fixados em 10% sobre a condenação. Observe-se a Gratuidade de Justiça. Cumpra-se.

ADV: VICTOR NEGRÃO REIS (OAB 12545/AM), ADV: LÁZARO JOSÉ GOMES JÚNIOR (OAB 8125/MS) - Processo 0233870-03.2019.8.04.0001 (processo principal 0615048-32.2018.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Decisão - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Arnoud Veiga Negrao - REQUERIDO: Crefisa S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Intime-se o Exequente para, no prazo de 15 (quinze) dias: -esclarecer se atualmente cessaram ou não os descontos; -informar se não há interesse de incluir no presente Cumprimento de Sentença as condenações referentes aos demais capítulos do dispositivo, considerando que a Apelação não foi conhecida.

ADV: LUIZ FERNANDO MAFRA NEGREIROS (OAB 5641/AM), ADV: MICHELLE FERREIRA DE OLIVEIRA IMENES (OAB 137534/RJ), ADV: LANA FABRÍCIA NEGREIROS COHEN (OAB 5643/AM), ADV: KÁTIA DE OLIVEIRA PINHEIRO LEITÃO (OAB 4333/AM) - Processo 0238886-74.2015.8.04.0001 (processo principal 0237756-88.2011.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXEQUENTE: Laboratórios B. Braun S/A - EXECUTADO: Comercial e Distribuidora Fasa Ltda. - É o relatório breve. Decido. Verifico que a Parte Autora, a despeito do esforço em intimá-la a fim de promover os atos que lhe competem, na esteira do art. 485, § 1º, do CPC, efetivamente abandonou a causa. Diante do exposto julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, III do CPC. Após o trânsito em julgado, arquive-se o processo. P.R.I. Cumpra-se. Manaus, 29 de agosto de 2019. (assinado digitalmente) Simone Laurent de Figueiredo Juíza de Direito

ADV: ERIC RAFAEL CANTO DOS SANTOS (OAB 7829/AM), ADV: JORGE HENRIQUE DE FREITAS PINHO (OAB 1644/AM), ADV: CLÓVIS SMITH FROTA JÚNIOR (OAB 3626/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: ANTÔNIO CLÁUDIO PINTO FLORES (OAB A583/AM) - Processo 0248390-51.2008.8.04.0001 (001.08.248390-7) - Cumprimento de sentença - REQUERENTE: Clínica de Radiodiagnóstico Ltda S/C e outros - REQUERIDA: Unimed Manaus - Cooperativa de Trabalho Médico - Intime-se a Requerida para pagar as custas da Impugnação, em 15 (quinze) dias, sob pena de não conhecimento da mesma.

ADV: CAMILLA KAROLLINA RESENDE DE ALMEIDA VIEIRA DA CUNHA (OAB 18973/PB), ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: MARINA LACERDA CUNHA LIMA (OAB 15769/PB), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0604010-57.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Gilson Fernando Silva de Sousa - REQUERIDO: Control Construções Ltda - Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: FABRÍCIO PERROTTA DA SILVA (OAB 165909/RJ), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0605103-21.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Altamilson Rodrigues Reis - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e outros - Satisfeita a Execução, mediante depósito integral do débito. Assim, julgo EXTINTA a Execução, nos termos do art. 924, II do CPC. Expeça-se Alvará e arquivem-se os Autos. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: MARCOS ANTÔNIO VASCONCELOS (OAB 5794/AM), ADV: JOSÉ IVAN BENAION CARDOSO (OAB 1657/AM) - Processo 0608295-64.2015.8.04.0001 - Nunciação de Obra Nova - Direito de Vizinhança - REQUERENTE: MANUEL MOREIRA DE VASCONCELOS - REQUERIDO: Henrique Jose de Menezes Melo e outro - Em conformidade com o art. 1º, XXIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, abro vista às partes para que tomem ciência do retorno dos autos da Instância Superior e se manifestem, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito.

ADV: CELSO DE FARIA MONTEIRO (OAB 1080A/AM), ADV: IVAN GLEIDSON TRINDADE DE SOUZA FARIAS (OAB 11908/AM), ADV: MARISA TAVARES BARROS PAIVA DE MOURA (OAB 23647/PE) - Processo 0608774-18.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Evicção ou Vicio Redibitório - REQUERENTE: Marcos Roberto Tavares Gato - REQUERIDO: Ford Motor Company Brasil Ltda - América Veículos Ltda e outro - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB A1109/AM) - Processo 0612787-65.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Cite-se por Edital. Intime-se previamente a parte Autora para recolher as custas devidas, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0613661-50.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Considerando que até o momento as diligências realizadas não foram suficientes para encontrar bens penhoráveis da parte Executada, determino a suspensão do presente feito com fulcro no art. 921, III, do CPC, sem prejuízo de seu desarquivamento a pedido do(a) Exequente, indicadas novas medidas executórias concretas. Intime-se via DJE e arquive-se. Cumpra-se.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0613797-76.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Considerando que até o momento as diligências realizadas não foram suficientes para encontrar bens penhoráveis da parte Executada, determino a suspensão do presente feito com fulcro no art. 921, III, do CPC, sem prejuízo de seu desarquivamento a pedido do(a) Exequente, indicadas novas medidas executórias concretas. Intime-se via DJE e arquive-se. Cumpra-se.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0615925-69.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Luzivan Alfaia Dias - Expeça-se Alvará em favor da Perita. Vista às Partes do laudo, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: FÁDIA ASSAD DE ALMEIDA (OAB 7044/AM), ADV: RODRIGO DOS SANTOS PIRES (OAB 10113/AM), ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM) - Processo 0616251-92.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Márcio Mavignier Jung - REQUERIDO: Washington Rosa Simoes da Silva - HOMOLOGO o acordo firmado, e extingo o feito com resolução do mérito, nos termos do art. 487, III, “b”, do CPC. Arquivem-se, sem prejuízo de reativação no caso de eventual descumprimento. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: SELMA MARA SANTANA MOTA (OAB 5524/AM) - Processo 0617142-50.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Vetoh Materiais de Segurança do Trabalho Ltda - Epp - Suspenda-se o feito por um mês.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0618274-16.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Francisco Janderson Xavier Cardoso - Recebo o presente Cumprimento de Sentença. Intime-se o Requerido para: -querendo, impugnar o Cumprimento de Sentença no que tange à condenação pecuniária, no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do art. 535 do CPC; -implantar o benefício de auxílio-doença acidentário, trazendo a comprovação aos Autos, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais) até o limite de 10 (dez) dias-multa. Intime-se via Portal Eletrônico. Cumpra-se.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: HARRINGTON PRAIA MARQUES (OAB 3199/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0619602-73.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Adriana Gonzaga Lima - REQUERIDO: Banco Santander Brasil S/A - Do exposto, JULGO PROCEDENTES o pedido deduzido na presente Ação de Indenização por Danos Morais ajuizada por Adriana Gonzaga Lima em face de Banco Santander Brasil S/A, condenando o Requerido ao pagamento de R$1.000,00 (mil reais), com juros de 1% am a partir da citação e correção monetária a partir da presente Sentença. Condeno o Requerido ao pagamento das custas processuais, bem como honorários advocatícios que fixo equitativamente em R$400,00 (quatrocentos reais), nos termos do art. 85, §8º do CPC. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: FLÁVIO NEVES COSTA (OAB 153447/SP), ADV: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO (OAB 89774/SP) - Processo 0619622-64.2019.8.04.0001 - Monitória - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Santander Brasil S/A - Intime-se a parte Autora, pessoalmente via Portal Eletrônico, para dar prosseguimento ao feito no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção. Dê-se igualmente ciência ao seu patrono via DJe. Cumpra-se.

ADV: SANDRA REGINA DOS SANTOS (OAB 3455/AM) - Processo 0620026-52.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Transferência de Financiamento (contrato de gaveta) - REQUERENTE: Sílvio José Cintra Maia - HOMOLOGO o Acordo firmado, para que surta seus efeitos legais, e suspendo a Execução, nos termos do art. 922 do CPC. Após, arquivem-se os Autos, sem prejuízo de desarquivamento no caso de descumprimento do acordo. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: DANIEL MARINHO PEREIRA (OAB 5157/AM), ADV: RENNALT LESSA DE FREITAS (OAB 8020/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: ANA BEATRIZ DA SILVA OLIVEIRA (OAB 9372/AM), ADV: CÍNTIA ALMEIDA PRADO (OAB 12891/AM) - Processo 0621326-20.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Diego Marinho Pereira - REQUERIDO: Cristal Engenharia Ltda. - De todo o exposto, REJEITO a Impugnação ao Cumprimento de Sentença dos Honorários de Sucumbência, apresentada às fl. 429/432, devendo-se proceder ao bloqueio via Bacenjud do valor de R$36.921,66 (trinta e seis mil, novecentos e vinte e um reais, e sessenta e seis centavos), com o acréscimo de 20% do art. 523, §1º do CPC, como já determinado à fl. 425. Autorizo o levantamento pelo Autor do montante depositado. Cumpra-se.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 737A/AM) - Processo 0622004-06.2014.8.04.0001 (apensado ao processo 0636624-47.2019.8.04.0001) - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - Compulsando os Autos, verifico que a Executada apresentou Embargos à Execução, dispensando-se assim o patrocínio da Defensoria Pública como curadora especial. Considerando que os Embargos foram recebidos sem efeito suspensivo, intime-se o Exequente para dar regular prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC), ADV: MAYKON FELIPE DE MELO (OAB 20373/SC) - Processo 0622887-74.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - AGRAVANTE: Anderson da Silva Valente - Do exposto, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos deduzidos na presente Ação Previdenciária ajuizada por Anderson da Silva Valente em face de Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, e o faço nos termos do art. 487, I, do CPC. Condeno o Autor ao pagamento de custas aos cofres do TJ/AM e honorários que fixo em 10% sobre o valor da causa, suspendendo a exigibilidade em face da Gratuidade de Justiça. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: ELIAS BARROS CAVALCANTE (OAB 5359/AM) - Processo 0623732-09.2019.8.04.0001 - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - REQUERENTE: Alan Lopes Miranda - Indefiro, por ora, o pedido de citação por Edital, tendo em vista que não esgotadas as vias ordinárias para tentar localizar a Parte Requerida. Diante disto, determino sejam realizadas consultas de endereços nos sistemas judiciais pendentes (Bacenjud, Renajud e Infojud). Intime-se previamente a parte Autora para recolher as custas devidas, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 5 (cinco) dias. No mesmo prazo, junte ainda comprovante da negativação havida, após o que apreciarei o pedido de tutela de urgência.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0623980-48.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, fica a Parte Autora intimada acerca da(s) consulta(s) ao(s) Sistema(s) Renajud às fls. 169, para requerer o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ELAINE BONFIM DE OLIVEIRA (OAB 336A/CE), ADV: CELSO MARCON (OAB A566/AM) - Processo 0624685-70.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Ante o exposto e tudo mais que dos autos consta, JULGO TOTALMENTE PROCEDENTES os pedidos deduzidos na presente AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO proposta por BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A. em face de SALUA GISELLE BECKMAN, consolidando a posse plena e definitiva do bem sub-judice, confirmando a liminar deferida e efetivada. Condeno ainda a Ré, ao ônus da sucumbência, com pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em R$ 1.000,00 (um mil reais), nos termos do art. 85 do CPC, restando suspensa a exigibilidade em razão da Gratuidade de Justiça. P. I. Cumpra-se.

ADV: NATANIEL PEREIRA MASSULO (OAB 12038/AM) - Processo 0625110-97.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Maria Auxiliadora Silva de Lima - Vistos, Defiro o benefício da justiça gratuita e da prioridade de tramitação. Analisarei o pedido de tutela antecipada após a formação do contraditório. Dispenso, por ora, a Audiência Inicial de Conciliação prevista no art. 334 do CPC, tendo em vista que não há qualquer prejuízo na sua postergação. Cite-se o Requerido, pelo Portal Eletrônico, para apresentar Contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia e confissão ficta.

ADV: JOSAFÁ FERNANDES DE MELO (OAB 9525/AM), ADV: LUANA ANDRADE MELO (OAB 12282/AM) - Processo 0628575-51.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Vanessa de Souza Costa - Proceda-se à consulta de endereços via Bacenjud, Renajud, Infojud e Siel. Observe-se a Gratuidade de Justiça.

ADV: SÉRGIO MARINHO LINS (OAB 2414/AM), ADV: NEWTON SAMPAIO DE MELO (OAB 5306/AM) - Processo 0629182-06.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Adjudicação Compulsória - REQUERENTE: IMO Brasil Eireli - Me - REQUERIDO: ELA - Empresa Líder de Assessoria Ltda. - Proceda-se ao bloqueio e consulta de bens via Renajud. Intime-se previamente a parte Autora para recolher as custas devidas, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.

ADV: DECIO JOSE AMARAL DE OLIVEIRA (OAB 123593/MG), ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0629623-11.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B.F. - REQUERIDO: C.A.S.C. - Isto posto, com amparo dos dispositivos citados e argumentação expendida, JULGO TOTALMENTE PROCEDENTES os pedidos deduzidos na presente Ação de Busca e Apreensão proposta por Banco Bradesco Financiamentos S/A em face de Carlos Andre da Silva Cruz, consolidando a posse plena e definitiva do bem sub-judice, confirmando a liminar deferida e efetivada. Condeno ainda o Requerido, ao ônus da sucumbência, com pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em R$ 1.000,00 (mil reais), nos termos do art. 85 do CPC, restando suspensa a exigibilidade em face da Gratuidade de Justiça ora concedida. P. R. I. Cumpra-se.

ADV: PAULO HUMBERTO CARVALHO DE OLIVEIRA (OAB 10033/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: CARLOS EDUARDO PEREIRA TEIXEIRA (OAB 327026/SP), ADV: RODRIGO SCOPEL (OAB 21899/SC), ADV: MARA BIANCA ROCHA LINS (OAB 4006/AM) - Processo 0630294-34.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Maria Neusa Menezes de Souza - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a ação, extinguindo-se o feito, com julgamento de mérito, nos termos do artigo 487, I, do CPC, para (i) declarar quitado o contrato celebrado pela Autora com o Réu; (ii) condenar o Réu a restituir à Autora, na forma simples, todos os valores descontados indevidamente em sua folha de pagamento, a partir de outubro/2015, desde que devidamente comprovados nos autos, em sede de liquidação de sentença, atualizado a partir de cada desembolso pelo INPC e acrescido de juros de mora 1% ao mês, a contar do ajuizamento da ação e (iii) condenar a Ré ao pagamento de danos morais de R$ 3.000,00 (três mil reais), com correção monetária do arbitramento e juros da citação. Condeno o Réu ao pagamento das custas processuais e em honorários advocatícios ao patrono da Autora, que arbitro em 10% do valor da condenação. P.I. Cumpra-se.

ADV: SÍLVIO BENEDICTO ABIBE ARANHA FILHO (OAB 11956/AM), ADV: FLÁVIO QUEIROZ DE PAULA (OAB 2388/AM), ADV: JOÃO NOGUEIRA DE MENEZES (OAB 10849/MG), ADV: PAULO SÉRGIO DE MENEZES (OAB 54542/MG) - Processo 0630648-35.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: MARIA JOSÉ CANDIDO DA SILVA - REQUERIDO: FLAVIO QUEIROZ DE SOUZA PAULA - Proceda-se à consulta no sistema Renajud da situação atual do veículo em questão. Observe-se a Gratuidade de Justiça.

ADV: CARLOS EDUARDO PEREIRA TEIXEIRA (OAB 327026/SP), ADV: RODRIGO SCOPEL (OAB 21899/SC), ADV: NATANIEL PEREIRA MASSULO (OAB 12038/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0631965-92.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Elivaldo Lopes de Sousa - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos formulados por ELIVALDO LOPES DE SOUSA em face de BANCO BMG S/A., resolvendo o mérito com fundamento no art. 487, inciso I do CPC, para o fim de: 1) Reconhecer e declarar a nulidade da contratação com o RMC, com retorno das partes ao status quo, devendo a parte Autora restituir ao Réu os valores mutuados, acrescido tão somente de correção monetária desde as datas em que as quantias foram disponibilizadas, e a instituição financeira Ré deverá devolver os valores descontados, corrigidos monetariamente e com juros a partir da citação, ressalta-se a possibilidade de compensação entre os montantes; 2) Após a compensação, o valor em excesso pago pelo Autor deverá ser restituído, em dobro, pelo Réu; 3) Condenar o Réu ao pagamento de danos morais no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), com correção monetária a partir do arbitramento e juros da citação. Ressalta-se que os índices a serem aplicados devem ser aqueles constantes no artigo 12, parágrafo único, da Portaria 1855/2016-PTJ. Defiro, neste momento, em razão do acima exposto, a tutela solicitada, a fim de determinar a suspensão dos descontos efetuados junto ao salário da parte Autora. Expeça-se, pois, de imediato, com urgência, o competente ofício ao órgão pagador. Sucumbente, condeno o Réu ao pagamento das custas processuais e em honorários advocatícios, que arbitro em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, atento ao disposto no art. 85 do Código de Processo Civil. P.I. Cumpra-se.

ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE & FILHOS - ADVOGADOS (OAB 46/AM), ADV: EUGÊNIO FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 3424/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE (OAB 819/AM), ADV: JÚLIO DA COSTA BENARRÓS NETO (OAB 13245/AM) - Processo 0633258-97.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Seguro - REQUERENTE: Aldeiza Pereira da Silva Bueno - REQUERIDO: Bradesco Vida e Previdência S/A e outro - Vista às Partes da resposta do Bacenjud de fls. 181/185, em 5 (cinco) dias.

ADV: ROBERVAL EMERSON OLIVEIRA DE PAULA FILHO (OAB 6721/AM) - Processo 0634017-61.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Residencial Ponta Negra 2 - Intime-se o Exequente para dar regular prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.

ADV: ZULMIRA PAULINO CAVALCANTE (OAB 4144/AM), ADV: MARIANA LEANDRO DAMACENO (OAB 38091/DF) - Processo 0634021-98.2019.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Unyleya Editora e Cursos S.a (3w Educacional) e outro - REQUERIDA: Adriane Cavalcante Magalhães - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) requerente para que se manifeste(m) acerca de petição e documentos juntados pela parte requerida às fls. 65/67, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: CLAUDIONOR CLÁUDIO DIAS JÚNIOR (OAB 2654/AM), ADV: RAYNA COELHO BARBOSA (OAB 12222/AM), ADV: JOAO GUILHERME MONTEIRO PETRONI (OAB 48429/BA) - Processo 0634972-63.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Proa - Praticagem dos Rios Ocidentais da Amazônia Ltda - REQUERIDO: Aliança Navegação e Logística Ltda e Cia. - Em face do exposto, JULGO TOTALMENTE PROCEDENTE o pedido deduzido na presente Ação de Cobrança ajuizada por Proa - Praticagem dos Rios Ocidentais da Amazônia Ltda em face de Aliança Navegação e Logística Ltda e Cia, igualmente qualificada, condenando a Requerida ao pagamento do valor R$259.651,45 (duzentos e cinquenta e nove mil, seiscentos e cinquenta e um reais, e quarenta e cinco centavos), devidamente atualizada, conforme metodologia adotada na inicial. Condeno a Requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, que fixo em 20% do valor da condenação, nos termos do art. 85, § 2º, do CPC. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: DANIELLE CRISTHINA DEDA FERREIRA (OAB 46165/PR) - Processo 0635853-69.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERIDO: Viação São Pedro Ltda. - Vista à parte Autora para querendo, apresentar Réplica, em 15 (quinze) dias.

ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE) - Processo 0636328-59.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: H. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: RISONALDO DE MELO LIMA JÚNIOR (OAB 6997/AM) - Processo 0638569-06.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Condomínio do Conjunto Residencial Ariranhas - Pelo exposto, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, ex vi do art. 485, IV, do CPC. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: JÚLIA GABRIELA TRINDADE DE MELO (OAB 8074/AM), ADV: ADRIANO DE OLIVEIRA LEITE (OAB 4609/AM), ADV: MAURO EDUARDO LIMA DE CASTRO (OAB 146791/SP), ADV: KARLA FREIXO BRAGA (OAB 3775/AM), ADV: MARIA GLADES RIBEIRO DOS SANTOS (OAB 2144/AM), ADV: FELIPE DE CARVALHO SOARES (OAB 335936/SP) - Processo 0643192-50.2017.8.04.0001 - Produção Antecipada da Prova - Liminar - REQUERENTE: I. e outro - REQUERIDO: I.C.P.P. - Em

conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ADRIANO MENEZES HERMIDA MAIA (OAB 8894/AM) - Processo 0643977-12.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Dilson Plaheta dos Santos Filho - Do exposto, JULGO PROCEDENTES os pedidos deduzidos na presente Ação Indenizatória ajuizada por Dilson Palheta dos Santos Filho em face de Mison Ltda, condenando a Requerida ao pagamento de R$10.000,00 (dez mil) a título de danos morais, com juros de 1% am da citação (22/05/2019) e correção monetária pelo INPC a partir da presente Sentença. Condeno ainda o Requerido ao pagamento das custas aos cofres do TJ/AM e honorários advocatícios que fixo em 20% (vinte por cento) do valor do débito atualizado, nos termos do art. 85 do CPC. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM) - Processo 0644982-69.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Flex Tapajós - HOMOLOGO o Acordo firmado, para que surta seus efeitos legais, e suspendo a Execução, nos termos do art. 922 do CPC. Após, arquivem-se os Autos, sem prejuízo de desarquivamento no caso de descumprimento do acordo. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: RICARDO YOSHIO MAJIMA (OAB 350548/SP) - Processo 0645982-36.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cheque - REQUERENTE: Aline Sumiko Sampaio Morimoto - Vistos, Defiro o benefício da justiça gratuita. Dispenso, por ora, a Audiência Inicial de Conciliação prevista no art. 334 do CPC, tendo em vista que não há qualquer prejuízo na sua postergação. Cite-se a Requerida, pelo Portal Eletrônico, caso cadastrada, ou por Carta com Aviso de Recebimento, para apresentar Contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia e confissão ficta.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0646436-16.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Itaú Unibanco S/A - Vistos, Deflui da análise da Inicial que a Liminar vindicada faz-se necessária, visto que a mora do devedor se encontra evidenciada nos autos. Intime-se a parte interessada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o recolhimento das Custas referentes às Diligências requeridas, quais sejam, Mandado de Citação, com Busca e Apreensão, e bloqueio do veículo objeto da lide por meio do Sistema RENAJUD, tudo nos termos da Portaria 116/2017 da Presidência desta Corte, se não for a parte interessada beneficiária da Justiça Gratuita total. Após juntada de comprovante de recolhimento de Custas, defiro liminarmente a Busca e Apreensão do bem indicado na vestibular, tudo com fundamento no caput do art. 3º, do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, nomeando, ainda, como fiel depositário do bem litigioso, representante legal do requerente. Em caso de a parte Ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Não recolhidos os respectivos emolumentos, ou, ainda, na hipótese de o Autor não envidar esforços no sentido de localizar o demandado, autorizo, desde já, seja intimado o banco requerente, pelo órgão oficial, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, IV e VI, do CPC. Paralelamente, se o veículo alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, intime-se o Autor para que, no prazo de quinze dias, requeira, nos mesmos autos, a conversão do pedido de busca e apreensão em Ação Executiva, tudo na forma do art. 4º. do Decreto-Lei 911/69, sob pena de extinção por ausência de emenda à exordial, ex vi dos arts. 321, parágrafo único, e 330, IV, ambos do CPC. Uma vez cumprida a liminar, cite-se a parte Ré para que no prazo de 05 (cinco) dias pague a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, condição em que o bem ser-lhe-á restituído livre do ônus, ex vi do art. 3º, § 2º, do Decreto-Lei nº 911/69, ou, querendo, ainda que quitado débito, apresente resposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da execução da liminar, na forma do art. 3º, § 3º do mesmo repositório legal. Cientifique-se o requerido de que a referida resposta poderá ser apresentada ainda que tenha pago a integralidade da dívida, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição, conforme art. 3º, §4º, do Decreto-Lei no. 911/69. Autorizo o Sr. Meirinho a proceder na forma prevista no art. 212, parágrafo 2º, do Diploma Processual Civil. Advirto o Banco credor de que, durante o prazo de cinco dias previsto no §1º do art. 3º do Decreto-Lei 911/69, não deverá alienar o bem dado em garantia, sob pena de eventual incidência dos §§6º e 7º da indigitada lei. Recolhidas as custas de diligências do(a) Sr.(a) Oficial(a) de Justiça, expeça-se Mandado. Cumpra-se.

ADV: SANDRA RÉGIA DUDA CLEMENTE (OAB 9376/AM) - Processo 0646440-53.2019.8.04.0001 - Habilitação - Adjudicação Compulsória - REQUERENTE: Angelo Thiago Regis de Sousa - Vistos, Intime-se o Autor para o recolhimento das custas, em 15 dias, sob pena de extinção (art. 290 do CPC

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0646657-96.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - Vistos, Verifico que este processo apresenta a pendência de suspeita de repetição da ação. Ocorre que, confrontando os dados do presente com os do processo nº 0649668-70.2018.8.04.0001, não vislumbro essa repetição, pois são relações contratuais diversas. Sendo assim, não há que se falar em distribuição por dependência nos termos do art. 286, do CPC, razão pela qual determino a remessa dos presentes autos ao Setor de Distribuição para que seja distribuído de forma independente, em atenção ao Princípio do Juiz Natural. Cumpra-se.

ADV: LUCIVANE CARLA DA SILVA (OAB 10109/AM) - Processo 0648652-81.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Norte Comercial Distribuidora de Medicamentos Ltda - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: FRED ANDRES DO COUTO SILVA (OAB 7695/AM), ADV: PAULO RICARDO DA SILVA SANTOS (OAB 7887/AM) - Processo 0650902-87.2018.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: J. H. Transportes e Turismo Ltda - Me - É o relatório breve. Decido. Verifico que a Parte Autora, a despeito do esforço em intimá-la a fim de promover os atos que lhe competem, na esteira do art. 485, § 1º, do CPC, efetivamente abandonou a causa. Diante do exposto julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, III do CPC. Após o trânsito em julgado, arquive-se o processo. P.R.I. Cumpra-se. Manaus, 29 de agosto de 2019. (assinado digitalmente) Simone Laurent de Figueiredo Juíza de Direito

ADV: LUCIANA RODRIGUES PINTO (OAB 9164/AM) - Processo 0654593-12.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Liomar Soares - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

Acácio Fernandes Roboredo (OAB 89774/SP)
Adriano de Oliveira Leite (OAB 4609/AM)
Adriano Menezes Hermida Maia (OAB 8894/AM)
Alexandre Gomes Ribeiro (OAB 6199/AM)
Ana Beatriz da Silva Oliveira (OAB 9372/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)

Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Antônio Cláudio Pinto Flores (OAB A583/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Camilla Karollina Resende de Almeida Vieira da Cunha (OAB 18973/PB)
Carlos Eduardo Pereira Teixeira (OAB 327026/SP)
Celso de Faria Monteiro (OAB 1080A/AM)
Celso Marcon (OAB A566/AM)
Cíntia Almeida Prado (OAB 12891/AM)
Claudionor Cláudio Dias Júnior (OAB 2654/AM)
Clóvis Smith Frota Júnior (OAB 3626/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Daniel Marinho Pereira (OAB 5157/AM)
Danielle Cristhina Deda Ferreira (OAB 46165/PR)
Decio Jose Amaral de Oliveira (OAB 123593/MG)
Defensoria Pública do Estado do Amazonas (OAB O/AM)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Elaine Bonfim de Oliveira (OAB 336A/CE)
Elias Barros Cavalcante (OAB 5359/AM)
Eloi Pinto de Andrade (OAB 819/AM)
Eloi Pinto de Andrade & Filhos - Advogados (OAB 46/AM)
Eric Rafael Canto dos Santos (OAB 7829/AM)
Erivelton Ferreira Barreto (OAB 5568/AM)
Eugênio Figueiredo Pinto de Andrade (OAB 3424/AM)
Fabionellito Santos de Almeida (OAB 7930/AM)
Fabrício Perrotta da Silva (OAB 165909/RJ)
Fádia Assad de Almeida (OAB 7044/AM)
Felipe de Carvalho Soares (OAB 335936/SP)
Flávio Neves Costa (OAB 153447/SP)
Flávio Queiroz de Paula (OAB 2388/AM)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Fred Andres do Couto Silva (OAB 7695/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Harrington Praia Marques (OAB 3199/AM)
Hiran Leão Duarte (OAB 10422/CE)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Ivan Gleidson Trindade de Souza Farias (OAB 11908/AM)
Joao Guilherme Monteiro Petroni (OAB 48429/BA)
João Nogueira de Menezes (OAB 10849/MG)
Jorge Henrique de Freitas Pinho (OAB 1644/AM)
Josafá Fernandes de Melo (OAB 9525/AM)
José Augusto de Rezende Júnior (OAB A1109/AM)
José Ivan Benaion Cardoso (OAB 1657/AM)
Júlia Gabriela Trindade de Melo (OAB 8074/AM)
Júlio da Costa Benarrós Neto (OAB 13245/AM)
Karla Freixo Braga (OAB 3775/AM)
Kátia de Oliveira Pinheiro Leitão (OAB 4333/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Lana Fabrícia Negreiros Cohen (OAB 5643/AM)
Lázaro José Gomes Júnior (OAB 8125/MS)
Luana Andrade Melo (OAB 12282/AM)
Lucas Pessoa (OAB 340113/SP)
Luciana Rodrigues Pinto (OAB 9164/AM)
Lucivane Carla da Silva (OAB 10109/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 104147/MG)
Luiz Fernando Mafra Negreiros (OAB 5641/AM)
Mara Bianca Rocha Lins (OAB 4006/AM)
Marcos Antônio Vasconcelos (OAB 5794/AM)
Marcos Paulo Coêlho de Souza (OAB 4395/AM)
Maria Glades Ribeiro dos Santos (OAB 2144/AM)
Mariana Leandro Damaceno (OAB 38091/DF)
Marina Lacerda Cunha Lima (OAB 15769/PB)
Marisa Tavares Barros Paiva de Moura (OAB 23647/PE)
Mauro Eduardo Lima de Castro (OAB 146791/SP)
Maykon Felipe de Melo (OAB 20373/SC)
Michelle Ferreira de Oliveira Imenes (OAB 137534/RJ)
Nataniel Pereira Massulo (OAB 12038/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Newton Sampaio de Melo (OAB 5306/AM)
Paulo Humberto Carvalho de Oliveira (OAB 10033/AM)
Paulo Ricardo da Silva Santos (OAB 7887/AM)
Paulo Sérgio de Menezes (OAB 54542/MG)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 737A/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Rayna Coelho Barbosa (OAB 12222/AM)
Rennalt Lessa de Freitas (OAB 8020/AM)
Ricardo Yoshio Majima (OAB 350548/SP)
Risonaldo de Melo Lima Júnior (OAB 6997/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Roberval Emerson Oliveira de Paula Filho (OAB 6721/AM)
Rodrigo dos Santos Pires (OAB 10113/AM)
Rodrigo Scopel (OAB 21899/SC)
Sandra Régia Duda Clemente (OAB 9376/AM)
Sandra Regina dos Santos (OAB 3455/AM)
Selma Mara Santana Mota (OAB 5524/AM)
Sérgio Marinho Lins (OAB 2414/AM)
Sílvio Benedicto Abibe Aranha Filho (OAB 11956/AM)
Victor Negrão Reis (OAB 12545/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)
Zulmira Paulino Cavalcante (OAB 4144/AM)

18ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 18ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0209/2019

ADV: ITAMAR BRITO GONÇALVES (OAB 9684/AM), ADV: JOSÉ ROBERTO GIÓIA ALFAIA (OAB 1746/AM) - Processo 0250912-51.2008.8.04.0001 (001.08.250912-4) - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Lina Maria Souza da Silva - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 921A/AM) - Processo 0601166-66.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Ao lume do exposto, homologo por sentença a desistência da ação, para que surta seus efeitos jurídicos e legais, nos termos artigo 200, parágrafo único, do Código de Processo Civil, e, em consequência, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, termos do artigo 485, inciso VIII, do referido Código. Desta feita, revogo a liminar deferida às fls. 40/41. Condeno a parte Requerente no pagamento das despesas processuais remanescentes, se houver. O trânsito em julgado ocorreu nesta data, pois o pedido de desistência é incompatível com a vontade de recorrer. Oportunamente feitas as devidas anotações, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos. Publique-se. Intime-se. Registre-se. Cumpra-se.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0602307-62.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento,

no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: RICARDO DE JESUS COLARES DE OLIVEIRA (OAB 10985/AM) - Processo 0603736-25.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Bancários - REQUERENTE: Bradesco Saúde S/A - REQUERIDO: Jr Transporte Ltda - Vistos. Intime-se a parte Requerente para se manifestar sobre o petitório de fls. 51 da Requerida, no prazo de 10 (dez) dias. Cumpra-se.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0608985-88.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Vistos. Verifico que a petição inicial não preenche o requisito do art. 798, I do CPC, pois o contrato apresentado às fls. 31/37, está assinado por pessoa diversa da pessoa do Executado. Ante o exposto, determino a intimação da parte Exequente, na pessoa de seu advogado, para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar ou completar a inicial, sob pena de indeferimento. Cumpridos os atos de emenda, retornem-me conclusos para apreciar a inicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM) - Processo 0609297-69.2015.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Compulsando os autos, verifico que o endereço indicado da requerida Fabiana de Meço Pereira para cumprimento da diligência do oficial de justiça pertence à comarca diversa. Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para informar se há interesse na expedição de Carta Pretória ou indicar endereço pertencente a esta comarca, no prazo legal de 05 (cinco) dias, ao passo que intimo para recolher custas referente à expedição do mandado de citação da Carla da Silva Carvalho no mesmo prazo.

ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671/AM), ADV: RYLENE ÁLVARES BASTOS RODRIGUES (OAB 10145/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: MARCELO DA SILVA CARLOS (OAB 7366/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0609812-02.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0613171-57.2018.8.04.0001) - Procedimento Comum Cível - Previdência privada - REQUERENTE: Marcelon Garces Moreno de Oliveira - Aldemir Alves Fernandes e outros - REQUERIDO: Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros - Vistos. Trata-se de Ação de Obrigação de Não Fazer, proposta por Marcelon Garces Moreno de Oliveira, Ronaldo Matos Monteiro, José Roberto Baista de Souza, Lucival de Andrade Miranda, Germano Tadeu Fonseca Júnior, Florencio Almeida Pedreira, Januario Soares de Souza Junior, Aluzenildo Monteiro Vasconcelos da Silva e Aldemir Alves Fernandes, por meio de seu patrono(a), em face de Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros, com pedido de tutela de urgência no sentido de obstar a cobrança referente ao plano de equacionamento nos próximos contracheques do Requerente, pelos fatos e fundamentos aduzidos na inicial. O presente feito originalmente foi distribuído a esse juízo com a finalidade de evitar decisões conflitantes sobre o mesmo tema. Todavia, às fls. 664/678, consta petitório da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, manifestando interesse no feito, na condição de assistente simples do réu. Vieram-me os autos conclusos. DECIDO. Nos termos do art. 119, CPC, dá-se a assistência quando o terceiro, na pendência de uma causa entre outras pessoas, tendo interesse jurídico em que a sentença seja favorável a uma das partes, intervém no processo para lhe prestar colaboração, in verbis: Art. 119. Pendendo causa entre 2 (duas) ou mais pessoas, o terceiro juridicamente interessado em que a sentença seja favorável a uma delas poderá intervir no processo para assisti-la. Parágrafo único. A assistência será admitida em qualquer procedimento e em todos os graus de jurisdição, recebendo o assistente o processo no estado em que se encontre. Da análise dos autos, verifica-se que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, criada pela Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, tem natureza jurídica de autarquia federal, vinculada ao Ministério da Fazenda, portanto, à União dos Estados Federativos do Brasil, sujeitando-se à competência da Justiça Federal para dirimir os conflitos onde figurar como parte, como preceituado pelo artigo 109, I da CRFB/88, in verbis: Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar: I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho; Neste diapasão, em consonância com o entendimento acima referido, no esteio do art. 109, I da CF/88 c/c 119, CPC, DECLINO A COMPETÊNCIA desta Justiça Estadual em favor da Justiça Federal Seccional do Amazonas, para processar e julgar a presente demanda. Remetam-se os presentes autos à Distribuição pra as devidas providências e baixa do feito. Ademais, expeça-se novo ofício à Superintendência Nacional da Previdência Complementar - PREVIC, para manifestar interesse de ingresso nos demais processos como assistente litisconsorcial da Requerida, com a finalidade de evitar decisões conflitantes sobre o mesmo tema. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: RYLENE ÁLVARES BASTOS RODRIGUES (OAB 10145/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: MARCELO DA SILVA CARLOS (OAB 7366/AM) - Processo 0611771-08.2018.8.04.0001 - Petição Cível - DIREITO PREVIDENCIÁRIO - REQUERENTE: José Reynaldo Saraiva Pinheiro - REQUERIDO: Fundação Petrobrás de Seguridade Social Petros - Vistos. Trata-se de Ação de Obrigação de Não Fazer, proposta por José Reynaldo Saraiva Pinheiro, por meio de seu patrono(a), em face de Fundação Petrobrás de Seguridade Social - Petros, com pedido de tutela de urgência no sentido de obstar a cobrança referente ao plano de equacionamento nos próximos contracheques do Requerente, pelos fatos e fundamentos aduzidos na inicial. O presente feito originalmente foi distribuído a esse juízo com a finalidade de evitar decisões conflitantes sobre o mesmo tema. Todavia, às fls. 625/639, consta petitório da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, manifestando interesse no feito, na condição de assistente simples do réu. Vieram-me os autos conclusos. DECIDO. Nos termos do art. 119, CPC, dá-se a assistência quando o terceiro, na pendência de uma causa entre outras pessoas, tendo interesse jurídico em que a sentença seja favorável a uma das partes, intervém no processo para lhe prestar colaboração, in verbis: Art. 119. Pendendo causa entre 2 (duas) ou mais pessoas, o terceiro juridicamente interessado em que a sentença seja favorável a uma delas poderá intervir no processo para assisti-la. Parágrafo único. A assistência será admitida em qualquer procedimento e em todos os graus de jurisdição, recebendo o assistente o processo no estado em que se encontre. Da análise dos autos, verifica-se que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, criada pela Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, tem natureza jurídica de autarquia federal, vinculada ao Ministério da Fazenda, portanto, à União dos Estados Federativos do Brasil, sujeitando-se à competência da Justiça Federal para dirimir os conflitos onde figurar como parte, como preceituado pelo artigo 109, I da CRFB/88, in verbis: Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar: I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho; Neste diapasão, em consonância com o entendimento acima referido, no esteio do art. 109, I da CF/88 c/c 119, CPC, DECLINO A COMPETÊNCIA desta Justiça Estadual em favor da Justiça Federal Seccional do Amazonas, para processar e julgar a presente demanda. Remetam-se os presentes autos à Distribuição pra as devidas providências e baixa do feito. Ademais, expeça-se novo ofício à Superintendência Nacional da Previdência Complementar - PREVIC, para manifestar interesse de ingresso nos demais processos como assistente litisconsorcial da Requerida, com a finalidade de evitar decisões conflitantes sobre o mesmo tema. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0611795-02.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados, levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: RYLENE ÁLVARES BASTOS RODRIGUES (OAB 10145/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: MARCELO DA SILVA CARLOS (OAB 7366/AM) - Processo 0612005-87.2018.8.04.0001 - Petição Cível - DIREITO PREVIDENCIÁRIO - REQUERENTE: Humberto Pinheiro de Jesus - REQUERIDO: Fundação Petrobrás de Seguridade Social Petros - Vistos. Trata-se de Ação de Obrigação de Não Fazer, proposta por Humberto Pinheiro de Jesus, por meio de seu patrono(a), em face de Fundação Petrobrás de Seguridade Social - Petros, com pedido de tutela de urgência no sentido de obstar a cobrança referente ao plano de equacionamento nos próximos contracheques do Requerente, pelos fatos e fundamentos aduzidos na inicial. O presente feito originalmente foi distribuído a esse juízo com a finalidade de evitar decisões conflitantes sobre o mesmo tema. Todavia, às fls. 639/657, consta petitório da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, manifestando interesse no feito, na condição de assistente simples do réu. Vieram-me os autos conclusos. DECIDO. Nos termos do art. 119, CPC, dá-se a assistência quando o terceiro, na pendência de uma causa entre outras pessoas, tendo interesse jurídico em que a sentença seja favorável a uma das partes, intervém no processo para lhe prestar colaboração, in verbis: Art. 119. Pendendo causa entre 2 (duas) ou mais pessoas, o terceiro juridicamente interessado em que a sentença seja favorável a uma delas poderá intervir no processo para assisti-la. Parágrafo único. A assistência será admitida em qualquer procedimento e em todos os graus de jurisdição, recebendo o assistente o processo no estado em que se encontre. Da análise dos autos, verifica-se que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, criada pela Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, tem natureza jurídica de autarquia federal, vinculada ao Ministério da Fazenda, portanto, à União dos Estados Federativos do Brasil, sujeitando-se à competência da Justiça Federal para dirimir os conflitos onde figurar como parte, como preceituado pelo artigo 109, I da CRFB/88, in verbis: Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar: I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho; Neste diapasão, em consonância com o entendimento acima referido, no esteio do art. 109, I da CF/88 c/c 119, CPC, DECLINO A COMPETÊNCIA desta Justiça Estadual em favor da Justiça Federal Seccional do Amazonas, para processar e julgar a presente demanda. Remetam-se os presentes autos à Distribuição pra as devidas providências e baixa do feito. Ademais, expeça-se novo ofício à Superintendência Nacional da Previdência Complementar - PREVIC, para manifestar interesse de ingresso nos demais processos como assistente litisconsorcial da Requerida, com a finalidade de evitar decisões conflitantes sobre o mesmo tema. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: RYLENE ÁLVARES BASTOS RODRIGUES (OAB 10145/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: MARCELO DA SILVA CARLOS (OAB 7366/AM) - Processo 0612006-72.2018.8.04.0001 - Petição Cível - DIREITO PREVIDENCIÁRIO - REQUERENTE: Agenor Ferreira Filho - REQUERIDO: Fundação Petrobrás de Seguridade Social Petros - Vistos. Trata-se de Ação de Obrigação de Não Fazer, proposta por Agenor Ferreira Filho, por meio de seu patrono(a), em face de Fundação Petrobrás de Seguridade Social - Petros, com pedido de tutela de urgência no sentido de obstar a cobrança referente ao plano de equacionamento nos próximos contracheques do Requerente, pelos fatos e fundamentos aduzidos na inicial. O presente feito originalmente foi distribuído a esse juízo com a finalidade de evitar decisões conflitantes sobre o mesmo tema. Todavia, às fls. 639/653, consta petitório da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, manifestando interesse no feito, na condição de assistente simples do réu. Vieram-me os autos conclusos. DECIDO. Nos termos do art. 119, CPC, dá-se a assistência quando o terceiro, na pendência de uma causa entre outras pessoas, tendo interesse jurídico em que a sentença seja favorável a uma das partes, intervém no processo para lhe prestar colaboração, in verbis: Art. 119. Pendendo causa entre 2 (duas) ou mais pessoas, o terceiro juridicamente interessado em que a sentença seja favorável a uma delas poderá intervir no processo para assisti-la. Parágrafo único. A assistência será admitida em qualquer procedimento e em todos os graus de jurisdição, recebendo o assistente o processo no estado em que se encontre. Da análise dos autos, verifica-se que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, criada pela Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, tem natureza jurídica de autarquia federal, vinculada ao Ministério da Fazenda, portanto, à União dos Estados Federativos do Brasil, sujeitando-se à competência da Justiça Federal para dirimir os conflitos onde figurar como parte, como preceituado pelo artigo 109, I da CRFB/88, in verbis: Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar: I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho; Neste diapasão, em consonância com o entendimento acima referido, no esteio do art. 109, I da CF/88 c/c 119, CPC, DECLINO A COMPETÊNCIA desta Justiça Estadual em favor da Justiça Federal Seccional do Amazonas, para processar e julgar a presente demanda. Remetam-se os presentes autos à Distribuição pra as devidas providências e baixa do feito. Ademais, expeça-se novo ofício à Superintendência Nacional da Previdência Complementar - PREVIC, para manifestar interesse de ingresso nos demais processos como assistente litisconsorcial da Requerida, com a finalidade de evitar decisões conflitantes sobre o mesmo tema. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: RYLENE ÁLVARES BASTOS RODRIGUES (OAB 10145/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: MARCELO DA SILVA CARLOS (OAB 7366/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0612970-65.2018.8.04.0001 - Petição Cível - DIREITO PREVIDENCIÁRIO - REQUERENTE: Cleobulo Oliveira de Souza - REQUERIDO: Fundação Petrobrás de Seguridade Social Petros - Vistos. Trata-se de Ação de Obrigação de Não Fazer, proposta por Cleobulo Oliveira de Souza, por meio de seu patrono(a), em face de Fundação Petrobrás de Seguridade Social - Petros, com pedido de tutela de urgência no sentido de obstar a cobrança referente ao plano de equacionamento nos próximos contracheques do Requerente, pelos fatos e fundamentos aduzidos na inicial. O presente feito originalmente foi distribuído a esse juízo com a finalidade de evitar decisões conflitantes sobre o mesmo tema. Todavia, às fls. 620/634, consta petitório da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, manifestando interesse no feito, na condição de assistente simples do réu. Vieram-me os autos conclusos. DECIDO. Nos termos do art. 119, CPC, dá-se a assistência quando o terceiro, na pendência de uma causa entre outras pessoas, tendo interesse jurídico em que a sentença seja favorável a uma das partes, intervém no processo para lhe prestar colaboração, in verbis: Art. 119. Pendendo causa entre 2 (duas) ou mais pessoas, o terceiro juridicamente interessado em que a sentença seja favorável a uma delas poderá intervir no processo para assisti-la. Parágrafo único. A assistência será admitida em qualquer procedimento e em todos os graus de jurisdição, recebendo o assistente o processo no estado em que se encontre. Da análise dos autos, verifica-se que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, criada pela Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, tem natureza jurídica de autarquia federal, vinculada ao Ministério da Fazenda, portanto,

à União dos Estados Federativos do Brasil, sujeitando-se à competência da Justiça Federal para dirimir os conflitos onde figurar como parte, como preceituado pelo artigo 109, I da CRFB/88, in verbis: Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar: I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho; Neste diapasão, em consonância com o entendimento acima referido, no esteio do art. 109, I da CF/88 c/c 119, CPC, DECLINO A COMPETÊNCIA desta Justiça Estadual em favor da Justiça Federal Seccional do Amazonas, para processar e julgar a presente demanda. Remetam-se os presentes autos à Distribuição pra as devidas providências e baixa do feito. Ademais, expeça-se novo ofício à Superintendência Nacional da Previdência Complementar - PREVIC, para manifestar interesse de ingresso nos demais processos como assistente litisconsorcial da Requerida, com a finalidade de evitar decisões conflitantes sobre o mesmo tema. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: MARCELO AUGUSTO CRUZ PEDROSA (OAB 9290/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: MARCELO DA SILVA CARLOS (OAB 7366/AM), ADV: RYLENE ÁLVARES BASTOS RODRIGUES (OAB 10145/AM) - Processo 0613171-57.2018.8.04.0001 - Petição Cível - DIREITO PREVIDENCIÁRIO - REQUERENTE: Geraldo Gama - REQUERIDO: Fundação Petrobrás de Seguridade Social Petros - Vistos. Trata-se de Ação de Obrigação de Não Fazer, proposta por Geraldo Gama, por meio de seu patrono(a), em face de Fundação Petrobrás de Seguridade Social - Petros, com pedido de tutela de urgência no sentido de obstar a cobrança referente ao plano de equacionamento nos próximos contracheques do Requerente, pelos fatos e fundamentos aduzidos na inicial. O presente feito originalmente foi distribuído a esse juízo com a finalidade de evitar decisões conflitantes sobre o mesmo tema. Todavia, às fls. 648/662, consta petitório da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, manifestando interesse no feito, na condição de assistente simples do réu. Vieram-me os autos conclusos. DECIDO. Nos termos do art. 119, CPC, dá-se a assistência quando o terceiro, na pendência de uma causa entre outras pessoas, tendo interesse jurídico em que a sentença seja favorável a uma das partes, intervém no processo para lhe prestar colaboração, in verbis: Art. 119. Pendendo causa entre 2 (duas) ou mais pessoas, o terceiro juridicamente interessado em que a sentença seja favorável a uma delas poderá intervir no processo para assisti-la. Parágrafo único. A assistência será admitida em qualquer procedimento e em todos os graus de jurisdição, recebendo o assistente o processo no estado em que se encontre. Da análise dos autos, verifica-se que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, criada pela Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, tem natureza jurídica de autarquia federal, vinculada ao Ministério da Fazenda, portanto, à União dos Estados Federativos do Brasil, sujeitando-se à competência da Justiça Federal para dirimir os conflitos onde figurar como parte, como preceituado pelo artigo 109, I da CRFB/88, in verbis: Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar: I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho; Neste diapasão, em consonância com o entendimento acima referido, no esteio do art. 109, I da CF/88 c/c 119, CPC, DECLINO A COMPETÊNCIA desta Justiça Estadual em favor da Justiça Federal Seccional do Amazonas, para processar e julgar a presente demanda. Remetam-se os presentes autos à Distribuição pra as devidas providências e baixa do feito. Ademais, expeça-se novo ofício à Superintendência Nacional da Previdência Complementar - PREVIC, para manifestar interesse de ingresso nos demais processos como assistente litisconsorcial da Requerida, com a finalidade de evitar decisões conflitantes sobre o mesmo tema. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: MARCELO DA SILVA CARLOS (OAB 7366/AM), ADV: RYLENE ÁLVARES BASTOS RODRIGUES (OAB 10145/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671/AM) - Processo 0613174-12.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0613171-57.2018.8.04.0001) - Petição Cível - DIREITO PREVIDENCIÁRIO - REQUERENTE: Iedo Alves Trindade - REQUERIDO: Fundação Petrobrás de Seguridade Social Petros - Vistos. Trata-se de Ação de Obrigação de Não Fazer, proposta por Iedo Alves Trindade, por meio de seu patrono(a), em face de Fundação Petrobrás de Seguridade Social - Petros, com pedido de tutela de urgência no sentido de obstar a cobrança referente ao plano de equacionamento nos próximos contracheques do Requerente, pelos fatos e fundamentos aduzidos na inicial. O presente feito originalmente foi distribuído a esse juízo com a finalidade de evitar decisões conflitantes sobre o mesmo tema. Todavia, às fls. 650/664, consta petitório da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, manifestando interesse no feito, na condição de assistente simples do réu. Vieram-me os autos conclusos. DECIDO. Nos termos do art. 119, CPC, dá-se a assistência quando o terceiro, na pendência de uma causa entre outras pessoas, tendo interesse jurídico em que a sentença seja favorável a uma das partes, intervém no processo para lhe prestar colaboração, in verbis: Art. 119. Pendendo causa entre 2 (duas) ou mais pessoas, o terceiro juridicamente interessado em que a sentença seja favorável a uma delas poderá intervir no processo para assisti-la. Parágrafo único. A assistência será admitida em qualquer procedimento e em todos os graus de jurisdição, recebendo o assistente o processo no estado em que se encontre. Da análise dos autos, verifica-se que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, criada pela Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, tem natureza jurídica de autarquia federal, vinculada ao Ministério da Fazenda, portanto, à União dos Estados Federativos do Brasil, sujeitando-se à competência da Justiça Federal para dirimir os conflitos onde figurar como parte, como preceituado pelo artigo 109, I da CRFB/88, in verbis: Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar: I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho; Neste diapasão, em consonância com o entendimento acima referido, no esteio do art. 109, I da CF/88 c/c 119, CPC, DECLINO A COMPETÊNCIA desta Justiça Estadual em favor da Justiça Federal Seccional do Amazonas, para processar e julgar a presente demanda. Remetam-se os presentes autos à Distribuição pra as devidas providências e baixa do feito. Ademais, expeça-se novo ofício à Superintendência Nacional da Previdência Complementar - PREVIC, para manifestar interesse de ingresso nos demais processos como assistente litisconsorcial da Requerida, com a finalidade de evitar decisões conflitantes sobre o mesmo tema. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: MARÊSSA CARVALHO RAMOS (OAB 10329/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: MARCELO DA SILVA CARLOS (OAB 7366/AM) - Processo 0613534-44.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - DIREITO PREVIDENCIÁRIO - REQUERENTE: Manuel César Ramos - REQUERIDO: Fundação Petrobrás de Seguridade Social Petros - Vistos. Trata-se de Ação de Obrigação de Não Fazer, proposta por Manuel César Ramos, por meio de seu patrono(a), em face de Fundação Petrobrás de Seguridade Social - Petros, com pedido de tutela de urgência no sentido de obstar a cobrança referente ao plano de equacionamento nos próximos contracheques do Requerente, pelos fatos e fundamentos aduzidos na inicial. O presente feito originalmente foi distribuído a esse juízo com a finalidade de evitar decisões conflitantes sobre o mesmo tema. Todavia, às fls. 706/720, consta petitório da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, manifestando interesse no feito, na condição de assistente simples do réu. Vieram-me os autos conclusos. DECIDO. Nos termos do art. 119, CPC, dá-se a assistência quando o terceiro, na pendência de uma causa entre outras pessoas, tendo interesse jurídico em que a sentença seja favorável a uma das partes, intervém no processo para lhe prestar colaboração, in verbis: Art. 119. Pendendo

causa entre 2 (duas) ou mais pessoas, o terceiro juridicamente interessado em que a sentença seja favorável a uma delas poderá intervir no processo para assisti-la. Parágrafo único. A assistência será admitida em qualquer procedimento e em todos os graus de jurisdição, recebendo o assistente o processo no estado em que se encontre. Da análise dos autos, verifica-se que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, criada pela Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, tem natureza jurídica de autarquia federal, vinculada ao Ministério da Fazenda, portanto, à União dos Estados Federativos do Brasil, sujeitando-se à competência da Justiça Federal para dirimir os conflitos onde figurar como parte, como preceituado pelo artigo 109, I da CRFB/88, in verbis: Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar: I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho; Neste diapasão, em consonância com o entendimento acima referido, no esteio do art. 109, I da CF/88 c/c 119, CPC, DECLINO A COMPETÊNCIA desta Justiça Estadual em favor da Justiça Federal Seccional do Amazonas, para processar e julgar a presente demanda. Remetam-se os presentes autos à Distribuição pra as devidas providências e baixa do feito. Ademais, expeça-se novo ofício à Superintendência Nacional da Previdência Complementar - PREVIC, para manifestar interesse de ingresso nos demais processos como assistente litisconsorcial da Requerida, com a finalidade de evitar decisões conflitantes sobre o mesmo tema. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: BRENO DE ALMEIDA RODRIGUES (OAB 8121/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: MARCELO DA SILVA CARLOS (OAB 7366/AM) - Processo 0613807-23.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Previdência privada - REQUERENTE: Érico Montenegro Rodrigues - REQUERIDO: Fundação Petrobrás de Seguridade Social - Petros - Vistos. Trata-se de Ação de Obrigação de Não Fazer, proposta por Érico Montenegro Rodrigues, por meio de seu patrono(a), em face de Fundação Petrobrás de Seguridade Social - Petros, com pedido de tutela de urgência no sentido de obstar a cobrança referente ao plano de equacionamento nos próximos contracheques do Requerente, pelos fatos e fundamentos aduzidos na inicial. O presente feito originalmente foi distribuído a esse juízo com a finalidade de evitar decisões conflitantes sobre o mesmo tema. Todavia, às fls. 783/797, consta petitório da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, manifestando interesse no feito, na condição de assistente simples do réu. Vieram-me os autos conclusos. DECIDO. Nos termos do art. 119, CPC, dá-se a assistência quando o terceiro, na pendência de uma causa entre outras pessoas, tendo interesse jurídico em que a sentença seja favorável a uma das partes, intervém no processo para lhe prestar colaboração, in verbis: Art. 119. Pendendo causa entre 2 (duas) ou mais pessoas, o terceiro juridicamente interessado em que a sentença seja favorável a uma delas poderá intervir no processo para assisti-la. Parágrafo único. A assistência será admitida em qualquer procedimento e em todos os graus de jurisdição, recebendo o assistente o processo no estado em que se encontre. Da análise dos autos, verifica-se que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, criada pela Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, tem natureza jurídica de autarquia federal, vinculada ao Ministério da Fazenda, portanto, à União dos Estados Federativos do Brasil, sujeitando-se à competência da Justiça Federal para dirimir os conflitos onde figurar como parte, como preceituado pelo artigo 109, I da CRFB/88, in verbis: Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar: I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho; Neste diapasão, em consonância com o entendimento acima referido, no esteio do art. 109, I da CF/88 c/c 119, CPC, DECLINO A COMPETÊNCIA desta Justiça Estadual em favor da Justiça Federal Seccional do Amazonas, para processar e julgar a presente demanda. Remetam-se os presentes autos à Distribuição pra as devidas providências e baixa do feito. Ademais, expeça-se novo ofício à Superintendência Nacional da Previdência Complementar - PREVIC, para manifestar interesse de ingresso nos demais processos como assistente litisconsorcial da Requerida, com a finalidade de evitar decisões conflitantes sobre o mesmo tema. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0614733-09.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos. Ao compulsar os autos, denoto que às fls. 79, a Autora pugna pela expedição de nova carta de Citação. Imprescindível se faz o recolhimento de custas relativas à diligência pugnada. Pelo exposto, intime-se a parte Requerente para que, no prazo de 5 (cinco) dias, acoste aos autos comprovante de pagamento da diligência pugnada conforme a Portaria nº 116/2017 - PTJ, sob pena de extinção nos moldes do artigo 485, III do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MARCELO DA SILVA CARLOS (OAB 7366/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: RYLENE ÁLVARES BASTOS RODRIGUES (OAB 10145/AM) - Processo 0614759-02.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0613171-57.2018.8.04.0001) - Petição Cível - DIREITO PREVIDENCIÁRIO - REQUERENTE: Ricardo Viegas da Costa - REQUERIDO: Fundacao Petrobras de Seguridade Social - Petros - Vistos. Trata-se de Ação de Obrigação de Não Fazer, proposta por Ricardo Viegas da Costa, por meio de seu patrono(a), em face de Fundacao Petrobras de Seguridade Social - Petros, com pedido de tutela de urgência no sentido de obstar a cobrança referente ao plano de equacionamento nos próximos contracheques do Requerente, pelos fatos e fundamentos aduzidos na inicial. O presente feito originalmente foi distribuído a esse juízo com a finalidade de evitar decisões conflitantes sobre o mesmo tema. Todavia, às fls. 511/525, consta petitório da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, manifestando interesse no feito, na condição de assistente simples do réu. Vieram-me os autos conclusos. DECIDO. Nos termos do art. 119, CPC, dá-se a assistência quando o terceiro, na pendência de uma causa entre outras pessoas, tendo interesse jurídico em que a sentença seja favorável a uma das partes, intervém no processo para lhe prestar colaboração, in verbis: Art. 119. Pendendo causa entre 2 (duas) ou mais pessoas, o terceiro juridicamente interessado em que a sentença seja favorável a uma delas poderá intervir no processo para assisti-la. Parágrafo único. A assistência será admitida em qualquer procedimento e em todos os graus de jurisdição, recebendo o assistente o processo no estado em que se encontre. Da análise dos autos, verifica-se que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, criada pela Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, tem natureza jurídica de autarquia federal, vinculada ao Ministério da Fazenda, portanto, à União dos Estados Federativos do Brasil, sujeitando-se à competência da Justiça Federal para dirimir os conflitos onde figurar como parte, como preceituado pelo artigo 109, I da CRFB/88, in verbis: Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar: I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho; Neste diapasão, em consonância com o entendimento acima referido, no esteio do art. 109, I da CF/88 c/c 119, CPC, DECLINO A COMPETÊNCIA desta Justiça Estadual em favor da Justiça Federal Seccional do Amazonas, para processar e julgar a presente demanda. Remetam-se os presentes autos à Distribuição pra as devidas providências e baixa do feito. Ademais, expeça-se novo ofício à Superintendência Nacional da Previdência Complementar - PREVIC, para manifestar interesse de ingresso nos demais processos como assistente litisconsorcial da Requerida, com a finalidade de evitar decisões conflitantes sobre o mesmo tema. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JOÃO EURICO BRASILEIRO DE SOUZA FARIA (OAB 8312/AM) - Processo 0615492-31.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Dalzenir Ribeiro de Freitas - Pelo exposto, com arrimo no artigo

300 do Código de Processo Civil, defiro parcialmente o pedido de tutela provisória de urgência, para determinar a intimação pessoal da parte Requerida Manaus Ambiental S/A para que se abstenha de interromper ou, caso já tenha sido interrompido, que restabeleça o fornecimento de água em relação à unidade consumidora da parte Requerente, matrícula 1792997, até ulterior decisão. No que tange ao pedido de retirada imediata do nome do Requerente dos cadastros de inadimplentes do SCPC, indefiro, tendo em vista que não consta os autos comprovantes de que o nome dele está inscrito nos respectivos cadastros. Fixo o prazo de 48h (quarenta e oito horas), a partir da ciência deste, sob pena de aplicação de multa diária no valor de R$1.000,00 (hum mil reais), à luz do artigo 297, parágrafo único, e artigo 536, §1º, ambos do Código de Processo Civil. Defiro o pedido de gratuidade da justiça à parte Requerente, à luz das informações presentes nos autos e na forma do parágrafo 3º do artigo 99 do Código de Processo Civil. Destaco que o benefício é temporário, uma vez que, nos termos do artigo 98, parágrafos 2º e 3º, do referido Diploma legal, a gratuidade não afasta a responsabilidade do beneficiário pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência, cujas obrigações poderão ser executadas se, nos 05 (cinco) anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade. Defiro o pedido de inversão do ônus da prova, conforme art. 6°, VIII, CDC. Por conta do princípio de promoção pelo Estado da solução dos conflitos por autocomposição, e tendo em vista que a inicial preenche os requisitos essenciais, determino que os presentes autos sejam encaminhados ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC, para designação de data, citação e emissão de todos os expedientes necessários à realização da Audiência de Conciliação, nos termos do caput do artigo 334 do Código de Processo Civil. Dê-se ciência que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado", conforme artigo 334, §8º, do referido Código. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: THAMMY DAS NEVES ATHAYDE (OAB 7312/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0616692-10.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Wilson Okada - REQUERIDO: Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social - Vistos. Trata-se de Ação de Obrigação de Não Fazer, proposta por Wilson Okada, por meio de seu patrono(a), em face de Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social, com pedido de tutela de urgência no sentido de obstar a cobrança referente ao plano de equacionamento nos próximos contracheques do Requerente, pelos fatos e fundamentos aduzidos na inicial. O presente feito originalmente foi distribuído a esse juízo com a finalidade de evitar decisões conflitantes sobre o mesmo tema. Todavia, às fls. 705/719, consta petitório da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, manifestando interesse no feito, na condição de assistente simples do réu. Vieram-me os autos conclusos. DECIDO. Nos termos do art. 119, CPC, dá-se a assistência quando o terceiro, na pendência de uma causa entre outras pessoas, tendo interesse jurídico em que a sentença seja favorável a uma das partes, intervém no processo para lhe prestar colaboração, in verbis: Art. 119. Pendendo causa entre 2 (duas) ou mais pessoas, o terceiro juridicamente interessado em que a sentença seja favorável a uma delas poderá intervir no processo para assisti-la. Parágrafo único. A assistência será admitida em qualquer procedimento e em todos os graus de jurisdição, recebendo o assistente o processo no estado em que se encontre. Da análise dos autos, verifica-se que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, criada pela Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, tem natureza jurídica de autarquia federal, vinculada ao Ministério da Fazenda, portanto, à União dos Estados Federativos do Brasil, sujeitando-se à competência da Justiça Federal para dirimir os conflitos onde figurar como parte, como preceituado pelo artigo 109, I da CRFB/88, in verbis: Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar: I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho; Neste diapasão, em consonância com o entendimento acima referido, no esteio do art. 109, I da CF/88 c/c 119, CPC, DECLINO A COMPETÊNCIA desta Justiça Estadual em favor da Justiça Federal Seccional do Amazonas, para processar e julgar a presente demanda. Remetam-se os presentes autos à Distribuição pra as devidas providências e baixa do feito. Ademais, expeça-se novo ofício à Superintendência Nacional da Previdência Complementar - PREVIC, para manifestar interesse de ingresso nos demais processos como assistente litisconsorcial da Requerida, com a finalidade de evitar decisões conflitantes sobre o mesmo tema. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JAIR ALVES CORRÊA (OAB 5317/AM) - Processo 0618330-44.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: João Américo da Silva - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que tomem ciência da audiência de Conciliação - CEJUSC - Cível, designada para o dia 26/09/2019 às 08:30h, a ser realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania no 4º Andar /Setor 01 do Fórum de Justiça Henoch Reis - Telefone: (92) 3303-5246.

ADV: WASHINGTON FARIA SIQUEIRA (OAB 50879/SP), ADV: ROBERTO GUENDA (OAB 101856/SP) - Processo 0618642-59.2015.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: BANCO FIBRA S.A - Ao lume do exposto, nos termos do artigo 485, inciso III, do Código de Processo Civil, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Condeno a parte Autora ao pagamento das custas e despesas processuais, se houver. Transitada em julgado esta decisão, dê-se baixa e arquivem-se os autos com as cautelas de estilo. Intimem-se. Cumpra-se. Manaus, 29 de agosto de 2019. Kathleen dos Santos Gomes

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: THAMMY DAS NEVES ATHAYDE (OAB 7312/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0618885-95.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Maria Adelina Parente Lins Felix - REQUERIDO: Fundação Petrobrás de Seguridade Social Petros - Vistos. Trata-se de Ação de Obrigação de Não Fazer, proposta por Maria Adelina Parente Lins Felix, por meio de seu patrono(a), em face de Fundação Petrobrás de Seguridade Social - Petros, com pedido de tutela de urgência no sentido de obstar a cobrança referente ao plano de equacionamento nos próximos contracheques do Requerente, pelos fatos e fundamentos aduzidos na inicial. O presente feito originalmente foi distribuído a esse juízo com a finalidade de evitar decisões conflitantes sobre o mesmo tema. Todavia, às fls. 792/801, consta petitório da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, manifestando interesse no feito, na condição de assistente simples do réu. Vieram-me os autos conclusos. DECIDO. Nos termos do art. 119, CPC, dá-se a assistência quando o terceiro, na pendência de uma causa entre outras pessoas, tendo interesse jurídico em que a sentença seja favorável a uma das partes, intervém no processo para lhe prestar colaboração, in verbis: Art. 119. Pendendo causa entre 2 (duas) ou mais pessoas, o terceiro juridicamente interessado em que a sentença seja favorável a uma delas poderá intervir no processo para assisti-la. Parágrafo único. A assistência será admitida em qualquer procedimento e em todos os graus de jurisdição, recebendo o assistente o processo no estado em que se encontre. Da análise dos autos, verifica-se que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, criada pela Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, tem natureza jurídica de autarquia federal, vinculada ao Ministério da Fazenda, portanto, à União dos Estados Federativos do Brasil, sujeitando-se à competência da Justiça Federal para dirimir os conflitos onde figurar como parte, como preceituado pelo artigo 109, I da CRFB/88, in verbis: Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar: I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal

forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho; Neste diapasão, em consonância com o entendimento acima referido, no esteio do art. 109, I da CF/88 c/c 119, CPC, DECLINO A COMPETÊNCIA desta Justiça Estadual em favor da Justiça Federal Seccional do Amazonas, para processar e julgar a presente demanda. Remetam-se os presentes autos à Distribuição pra as devidas providências e baixa do feito. Ademais, expeça-se novo ofício à Superintendência Nacional da Previdência Complementar - PREVIC, para manifestar interesse de ingresso nos demais processos como assistente litisconsorcial da Requerida, com a finalidade de evitar decisões conflitantes sobre o mesmo tema. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0627761-05.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados , levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: MARCELO AUGUSTO CRUZ PEDROSA (OAB 9290/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: RYLENE ÁLVARES BASTOS RODRIGUES (OAB 10145/AM) - Processo 0628569-44.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0609812-02.2018.8.04.0001) - Petição Cível - Liminar - REQUERENTE: Joelson Riker Ferreira - REQUERIDO: Fundação Petrobrás de Seguridade Social Petros - Vistos. Trata-se de Ação de Obrigação de Não Fazer, proposta por Joelson Riker Ferreira, por meio de seu patrono(a), em face de Fundação Petrobrás de Seguridade Social - Petros, com pedido de tutela de urgência no sentido de obstar a cobrança referente ao plano de equacionamento nos próximos contracheques do Requerente, pelos fatos e fundamentos aduzidos na inicial. O presente feito originalmente foi distribuído a esse juízo com a finalidade de evitar decisões conflitantes sobre o mesmo tema. Todavia, às fls. 835/849, consta petitório da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, manifestando interesse no feito, na condição de assistente simples do réu. Vieram-me os autos conclusos. DECIDO. Nos termos do art. 119, CPC, dá-se a assistência quando o terceiro, na pendência de uma causa entre outras pessoas, tendo interesse jurídico em que a sentença seja favorável a uma das partes, intervém no processo para lhe prestar colaboração, in verbis: Art. 119. Pendendo causa entre 2 (duas) ou mais pessoas, o terceiro juridicamente interessado em que a sentença seja favorável a uma delas poderá intervir no processo para assisti-la. Parágrafo único. A assistência será admitida em qualquer procedimento e em todos os graus de jurisdição, recebendo o assistente o processo no estado em que se encontre. Da análise dos autos, verifica-se que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, criada pela Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, tem natureza jurídica de autarquia federal, vinculada ao Ministério da Fazenda, portanto, à União dos Estados Federativos do Brasil, sujeitando-se à competência da Justiça Federal para dirimir os conflitos onde figurar como parte, como preceituado pelo artigo 109, I da CRFB/88, in verbis: Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar: I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho; Neste diapasão, em consonância com o entendimento acima referido, no esteio do art. 109, I da CF/88 c/c 119, CPC, DECLINO A COMPETÊNCIA desta Justiça Estadual em favor da Justiça Federal Seccional do Amazonas, para processar e julgar a presente demanda. Remetam-se os presentes autos à Distribuição pra as devidas providências e baixa do feito. Ademais, expeça-se novo ofício à Superintendência Nacional da Previdência Complementar - PREVIC, para manifestar interesse de ingresso nos demais processos como assistente litisconsorcial da Requerida, com a finalidade de evitar decisões conflitantes sobre o mesmo tema. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RYLENE ÁLVARES BASTOS RODRIGUES (OAB 10145/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM) - Processo 0628574-66.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Liminar - REQUERENTE: Antônio Nogueira da Silva - REQUERIDO: Fundação Petrobras de Seguridade Social Petros, - Vistos. Trata-se de Ação de Obrigação de Não Fazer, proposta por Antônio Nogueira da Silva, por meio de seu patrono(a), em face de Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros,, com pedido de tutela de urgência no sentido de obstar a cobrança referente ao plano de equacionamento nos próximos contracheques do Requerente, pelos fatos e fundamentos aduzidos na inicial. O presente feito originalmente foi distribuído a esse juízo com a finalidade de evitar decisões conflitantes sobre o mesmo tema. Todavia, às fls. 988/1002, consta petitório da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, manifestando interesse no feito, na condição de assistente simples do réu. Vieram-me os autos conclusos. DECIDO. Nos termos do art. 119, CPC, dá-se a assistência quando o terceiro, na pendência de uma causa entre outras pessoas, tendo interesse jurídico em que a sentença seja favorável a uma das partes, intervém no processo para lhe prestar colaboração, in verbis: Art. 119. Pendendo causa entre 2 (duas) ou mais pessoas, o terceiro juridicamente interessado em que a sentença seja favorável a uma delas poderá intervir no processo para assisti-la. Parágrafo único. A assistência será admitida em qualquer procedimento e em todos os graus de jurisdição, recebendo o assistente o processo no estado em que se encontre. Da análise dos autos, verifica-se que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, criada pela Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, tem natureza jurídica de autarquia federal, vinculada ao Ministério da Fazenda, portanto, à União dos Estados Federativos do Brasil, sujeitando-se à competência da Justiça Federal para dirimir os conflitos onde figurar como parte, como preceituado pelo artigo 109, I da CRFB/88, in verbis: Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar: I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho; Neste diapasão, em consonância com o entendimento acima referido, no esteio do art. 109, I da CF/88 c/c 119, CPC, DECLINO A COMPETÊNCIA desta Justiça Estadual em favor da Justiça Federal Seccional do Amazonas, para processar e julgar a presente demanda. Remetam-se os presentes autos à Distribuição pra as devidas providências e baixa do feito. Ademais, expeça-se novo ofício à Superintendência Nacional da Previdência Complementar - PREVIC, para manifestar interesse de ingresso nos demais processos como assistente litisconsorcial da Requerida, com a finalidade de evitar decisões conflitantes sobre o mesmo tema. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RÔMULO JOSÉ FERNANDES DA SILVA (OAB 1818/AM), ADV: MÁRIO DA CRUZ GLÓRIA (OAB 4013/AM), ADV: ANDRÉ GUIMARÃES DA CRUZ (OAB 7549/AM), ADV: BRUNO BARBOSA DOS REIS GLÓRIA (OAB 9432/AM) - Processo 0629045-53.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: SOLANO SÓCRATES CARDOSO BARBOSA - REQUERIDO: Clínica Fêmina Centro de Assistência Médica e Diagnóstico e outros - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s), para que tomem ciência da data de perícia marcada para o dia 16 de setembro, às 12:00hr, na Sala de Audiências da 3ªUPJ -3º Andar, Setor 4, Forum Ministro Henoch Reis, Bairro - Aleixo, devendo ainda, ser depositado o valor dos honorários periciais, informado às fls 117.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: RYLENE ÁLVARES BASTOS RODRIGUES (OAB 10145/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM) - Processo 0629047-52.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Liminar

- REQUERENTE: Jean Sávio Trindade Pereira - REQUERIDO: Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros - Vistos. Trata-se de Ação de Obrigação de Não Fazer, proposta por Jean Sávio Trindade Pereira, por meio de seu patrono(a), em face de Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros, com pedido de tutela de urgência no sentido de obstar a cobrança referente ao plano de equacionamento nos próximos contracheques do Requerente, pelos fatos e fundamentos aduzidos na inicial. O presente feito originalmente foi distribuído a esse juízo com a finalidade de evitar decisões conflitantes sobre o mesmo tema. Todavia, às fls. 1035/1049, consta petitório da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, manifestando interesse no feito, na condição de assistente simples do réu. Vieram-me os autos conclusos. DECIDO. Nos termos do art. 119, CPC, dá-se a assistência quando o terceiro, na pendência de uma causa entre outras pessoas, tendo interesse jurídico em que a sentença seja favorável a uma das partes, intervém no processo para lhe prestar colaboração, in verbis: Art. 119. Pendendo causa entre 2 (duas) ou mais pessoas, o terceiro juridicamente interessado em que a sentença seja favorável a uma delas poderá intervir no processo para assisti-la. Parágrafo único. A assistência será admitida em qualquer procedimento e em todos os graus de jurisdição, recebendo o assistente o processo no estado em que se encontre. Da análise dos autos, verifica-se que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, criada pela Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, tem natureza jurídica de autarquia federal, vinculada ao Ministério da Fazenda, portanto, à União dos Estados Federativos do Brasil, sujeitando-se à competência da Justiça Federal para dirimir os conflitos onde figurar como parte, como preceituado pelo artigo 109, I da CRFB/88, in verbis: Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar: I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho; Neste diapasão, em consonância com o entendimento acima referido, no esteio do art. 109, I da CF/88 c/c 119, CPC, DECLINO A COMPETÊNCIA desta Justiça Estadual em favor da Justiça Federal Seccional do Amazonas, para processar e julgar a presente demanda. Remetam-se os presentes autos à Distribuição pra as devidas providências e baixa do feito. Ademais, expeça-se novo ofício à Superintendência Nacional da Previdência Complementar - PREVIC, para manifestar interesse de ingresso nos demais processos como assistente litisconsorcial da Requerida, com a finalidade de evitar decisões conflitantes sobre o mesmo tema. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RYLENE ÁLVARES BASTOS RODRIGUES (OAB 10145/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0629094-26.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Liminar - REQUERENTE: Maria Izabel de Brito Lopes - REQUERIDO: Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros - Vistos. Trata-se de Ação de Obrigação de Não Fazer, proposta por Maria Izabel de Brito Lopes, por meio de seu patrono(a), em face de Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros, com pedido de tutela de urgência no sentido de obstar a cobrança referente ao plano de equacionamento nos próximos contracheques do Requerente, pelos fatos e fundamentos aduzidos na inicial. O presente feito originalmente foi distribuído a esse juízo com a finalidade de evitar decisões conflitantes sobre o mesmo tema. Todavia, às fls. 1004/1018, consta petitório da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, manifestando interesse no feito, na condição de assistente simples do réu. Vieram-me os autos conclusos. DECIDO. Nos termos do art. 119, CPC, dá-se a assistência quando o terceiro, na pendência de uma causa entre outras pessoas, tendo interesse jurídico em que a sentença seja favorável a uma das partes, intervém no processo para lhe prestar colaboração, in verbis: Art. 119. Pendendo causa entre 2 (duas) ou mais pessoas, o terceiro juridicamente interessado em que a sentença seja favorável a uma delas poderá intervir no processo para assisti-la. Parágrafo único. A assistência será admitida em qualquer procedimento e em todos os graus de jurisdição, recebendo o assistente o processo no estado em que se encontre. Da análise dos autos, verifica-se que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, criada pela Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, tem natureza jurídica de autarquia federal, vinculada ao Ministério da Fazenda, portanto, à União dos Estados Federativos do Brasil, sujeitando-se à competência da Justiça Federal para dirimir os conflitos onde figurar como parte, como preceituado pelo artigo 109, I da CRFB/88, in verbis: Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar: I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho; Neste diapasão, em consonância com o entendimento acima referido, no esteio do art. 109, I da CF/88 c/c 119, CPC, DECLINO A COMPETÊNCIA desta Justiça Estadual em favor da Justiça Federal Seccional do Amazonas, para processar e julgar a presente demanda. Remetam-se os presentes autos à Distribuição pra as devidas providências e baixa do feito. Ademais, expeça-se novo ofício à Superintendência Nacional da Previdência Complementar - PREVIC, para manifestar interesse de ingresso nos demais processos como assistente litisconsorcial da Requerida, com a finalidade de evitar decisões conflitantes sobre o mesmo tema. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ROBERTO JARBAS MOURA DE SOUZA (OAB 1246/RO) - Processo 0629175-38.2019.8.04.0001 - Monitória - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Fundo de Prevenção Ao Risco Sistema Sicoob Norte - Sicoob Frs - Vistos. Em análise aos fatos constante da exordial verifico que Requerido contraiu um empréstimo junto ao SICOOB Manaus, mediante um contrato de abertura de crédito com o Requerido no dia 13/04/2016, referente a utilização de cartão de crédito e saldo de conta corrente. Posteriormente, o BANCOOB (banco que faz os serviços bancários e abre crédito para a Cooperativa) realizou o desconto integral da dívida do Requerido junto a coopertativa SICOOB Manaus. Assim, verifico que a petição inicial não preenche o requisito do art. 320, CPC relativo a ausência do Termo de contrato de abertura de crédito entre o Requerido e o SICOOB, n° 06792-7, bem como não consta nos autos o anexo do instrumento particular de cessão de créditos constante nas fls. 68/70, documentos essenciais para a propositura da ação. Ante o exposto, determino, nos termos do art. 321 do CPC, a intimação da parte Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar ou completar a inicial, sob pena de indeferimento da petição inicial, com fulcro no art. 330, IV c/c art. 485, I, ambos do Código de Processo Civil. Cumpridos os atos de emenda, retornem-me conclusos para apreciar a inicial. Cumpra-se.

ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: ROBERVAL EMERSON OLIVEIRA DE PAULA FILHO (OAB 6721/AM), ADV: CAROLINA AUGUSTA MARTINS (OAB 9989/AM) - Processo 0629750-51.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: CONDOMÍNIO SINGOLARE - EXECUTADO: PDG REALTY S.A. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES e outro - Ante o exposto, com fulcro no art. 485, VI, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO o processo por falta de interesse de agir. Eventuais custas finais pela parte exequente. Transitada em julgado, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0630239-20.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Vistos. Compulsando os autos, verifico a inércia da parte Requerente quanto ao cumprimento do ato diligenciado em ato ordinatório de fls. 67, apesar de devidamente intimada, por intermédio de seu(ua) Patrono(a), conforme certificado em certidão de fls. 69. Ante o exposto, intime-se a parte Requerente pessoalmente, bem como seu(ua) Patrono(a) por publicação, para que se manifestem acerca do interesse no prosseguimento do feito, suprindo a falta das diligências necessárias ao seu devido deslinde, dentro do prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção da ação sem resolução de mérito, nos termos do §1º do art. 485 do NCPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0631431-51.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora

de Energia S/A - Vistos. Verifico que a petição inicial não preenche o requisito do art. 320, do Código de Processo Civil, vez que é perfeitamente possível instruir a ação monitória ajuizada por concessionária de energia com cópias de faturas para cobrança por serviços prestados, porém a autora deixou de apresentar tais documentos, limitando-se a apresentar algumas faturas com o valor total do débito, conforme folhas 46/48, 58, 64/67. Desta feita, determino, nos termos do art. 321 do CPC, a intimação da parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar ou completar a inicial, sob pena de indeferimento da petição inicial, com fulcro no art. 330, IV c/c art. 485, I, ambos do Código de Processo Civil. Cumpridos os atos de emenda, retornem-me conclusos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: DÉBORA DOMESI SILVA LOPES (OAB 238994/SP), ADV: FERNANDO DA CONCEIÇÃO GOMES CLEMENTE (OAB 178171SP) - Processo 0633351-60.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Zurich Minas Brasil Seguros S/A - Vistos. Defiro o pedido de inversão do ônus da prova, conforme art. 6º, VIII, CDC. Por conta do princípio de promoção pelo Estado da solução dos conflitos por autocomposição, e tendo em vista que a inicial preenche os requisitos essenciais, determino que os presentes autos sejam encaminhados ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC, para designação de data, citação e emissão de todos os expedientes necessários à realização da Audiência de Conciliação, nos termos do caput do artigo 334 do Código de Processo Civil. Dê-se ciência que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado", conforme artigo 334, §8º, do referido Código. Em caso da parte Requerida não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo, quando requerido, a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL. Após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, exceto se beneficiário da justiça gratuita, proceda-se nova remessa ao CEJUSC para agendamento de nova audiência conforme necessário e renove-se a citação. Ressalta-se que eventual desinteresse da parte requerida quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pelo autor - exposta em sua exordial, sob pena de preclusão -, autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §§ 5º e 4º, inc. I, do CPC/15). Nesse caso, retornem-se conclusos os autos. Se a resposta positiva for apresentada tempestivamente, intime-se a parte autora para, no prazo de quinze dias, manifestar-se sobre as peças e documentos entranhados, com esteio nos arts. 350 e 351 do NCPC, bem como especificar, de modo justificado, as provas que ainda pretende produzir, se houver. Se a reconvenção for ajuizada, com a devida atribuição ao valor da causa e recolhimento das custas iniciais, intime-se a parte Requerente/Reconvinda para que, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresente resposta. Em havendo réplica à defesa ou contestação à reconvenção, intime-se a parte requerida/reconvinte para, também no prazo de 15 (quinze) dias, dizer sobre tal manifestação e apontar, de modo fundamentado, os meios de prova cuja produção entende necessária ao deslinde da controvérsia sob exame. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos os autos para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. À Secretaria para as diligências de praxe. Publique-se. Cumpra-se.

ADV: ANDRÉ NIETO MOYA (OAB 235738/SP) - Processo 0633985-32.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: BANCO BRADESCO CARTÕES S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0636093-58.2019.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: RISONALDO DE MELO LIMA JÚNIOR (OAB 6997/AM) - Processo 0638547-45.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Condomínio do Conjunto Residencial Ariranhas - Vistos. Defiro petitório de fls. 179, com intuito único e puro de localizar o atual endereço da Executada. Intime-se a parte Exequente a acostar aos autos documentos probatórios inerentes ao adimplemento das custas cobradas pela consulta aos sistemas judiciais, ora pleiteados, bem como documento de identidade ou título de eleitor da Executada, a fim de tornar-se possível a utilização de um dos sistemas judiciais, ora pleiteados, SIEL, dentro do prazo de 05 (cinco) dias. Providências junto ao INFOJUD e SIEL. Após, intime-se a parte Exequente a manifestar-se, dentro do prazo de 05 (cinco) dias, acerca do resultado obtido pela consulta aos sistemas judiciais mencionados, para fins de concretização dos atos citatórios, sob pena de extinção da ação sem resolução do mérito, com fulcro no inciso IV do art. 485 do NCPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 1164A/AM), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVEZ DOS SANTOS (OAB 1163/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: DARDEN KLINGER COLARES LIBÓRIO (OAB 10423/AM), ADV: MARTHA LORENA GOMES DE JESUS PEREIRA (OAB 9261/AM) - Processo 0638669-92.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Saulo Silva de Lima - Vistos. Defiro o pedido de fls.140 de expedição de Alvará. Expeça-se o competente alvará de levantamento do valor depositado em conta judicial, comprovado às fls.82/83, com as demais cominações legais que houver, em favor do patrono do requerido, Dr. Darden Klinger Colares Libório, OAB 10423/AM. Exaurida a prestação jurisdicional, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. À Secretaria para o cumprimento da diligência. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO HUMBERTO BEZERRA DE MATOS JÚNIOR (OAB 8442/AM) - Processo 0642589-74.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Reinaldo Camba Penedo - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

André Guimarães da Cruz (OAB 7549/AM)
André Nieto Moya (OAB 235738/SP)
Antônio Humberto Bezerra de Matos Júnior (OAB 8442/AM)
Breno de Almeida Rodrigues (OAB 8121/AM)
Bruno Barbosa dos Reis Glória (OAB 9432/AM)
CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671/AM)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
Carolina Augusta Martins (OAB 9989/AM)
Darden Klinger Colares Libório (OAB 10423/AM)
Débora Domesi Silva Lopes (OAB 238994/SP)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Fernando da Conceição Gomes Clemente (OAB 178171SP)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)

Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Itamar Brito Gonçalves (OAB 9684/AM)
Jair Alves Corrêa (OAB 5317/AM)
João Eurico Brasileiro de Souza Faria (OAB 8312/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Lídio Alvez dos Santos (OAB 1163/AM)
José Roberto Gióia Alfaia (OAB 1746/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Ligia de Souza Frias (OAB A1074AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 104147/MG)
Marcelo Augusto Cruz Pedrosa (OAB 9290/AM)
Marcelo da Silva Carlos (OAB 7366/AM)
Marêssa Carvalho Ramos (OAB 10329/AM)
Mário da Cruz Glória (OAB 4013/AM)
Martha Lorena Gomes de Jesus Pereira (OAB 9261/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Ricardo de Jesus Colares de Oliveira (OAB 10985/AM)
Risonaldo de Melo Lima Júnior (OAB 6997/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 1164A/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberto Guenda (OAB 101856/SP)
Roberto Jarbas Moura de Souza (OAB 1246/RO)
Roberval Emerson Oliveira de Paula Filho (OAB 6721/AM)
Rômulo José Fernandes da Silva (OAB 1818/AM)
Rosângela da Rosa Corrêa (OAB 921A/AM)
Rylene Álvares Bastos Rodrigues (OAB 10145/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Thammy das Neves Athayde (OAB 7312/AM)
Washington Faria Siqueira (OAB 50879/SP)

19ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 19ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0258/2019

ADV: CÁSSIA LUCIANA DA CONCEIÇÃO ROCHA (OAB 7819/AM) - Processo 0251717-23.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - DIREITO PREVIDENCIÁRIO - REQUERENTE: Maria Angelica Santana Moura - Compulsando os autos, verifico que a impugnação do cumprimento de sentença já foi devidamente definida, tendo inclusive escoado prazo de recurso contra a mesma, a qual homologou os cálculos apresentados pelo INSS. Assim, a manifestação da autarquia previdenciária às fls.228/229 é cabalmente intempestiva e as matérias ali arguidas encontram-se preclusas. Ainda, o instrumento processual adequado para rever os possíveis erros apresentados pelo executado, ainda que infundados, são os recursos. De mais a mais, os argumentos ali constantes, os quais dizem respeito ao inconformismo por ter sido proferida decisão interlocutória ao invés de sentença e irresignação quanto a suposta falta de condenação da parte exequente em honorários, não possuem razão de ser, visto que, independente da impugnação ter sido resolvida por decisão ou sentença, houve sim a condenação da parte exequente em honorários advocatícios, conforme se depreende às fls.195. Dando prosseguimento ao feito, constato que não houve a devida comprovação do depósito. Assim, mesmo tendo sido concedido dois meses para a autarquia cumprir a obrigação, o executado quedou-se inerte. Portanto, nessa fase processual, para evitar ainda mais prejuízo ao exequente, se faz necessário o sequestro do numerário. A jurisprudência reconhece essa possibilidade: EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO- CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL- PAGAMENTO VIA RPV- DESCUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO- SEQUESTRO DE VALORES PÚBLICOS- POSSIBILIDADE. - Sendo o valor homologado e havendo a expedição do RPV, deve a Fazenda Pública Estadual cumprir com a obrigação a ela imposta dentro do prazo legal. Transcorrido esse lapso temporal sem o cumprimento da obrigação e sem justificativa plausível deve ser aplicada a pena de sequestro de valores públicos para o cumprimento da obrigação - Recurso provido. (TJ-MG - AI: 10000180707804001 MG, Relator: Carlos Roberto de Faria, Data de Julgamento: 12/03/0019, Data de Publicação: 18/03/2019) Diante do exposto, DEFIRO o pedido de fls.235/239 e determino que se proceda ao bloqueio dos aludidos recursos em desfavor do INSS no limite do crédito executado (fls.217/218; 222/223 e 224/225). Penhorado o valor, intime-se a exequente para se manifestar em cinco dias. Caso o bacenjud seja infrutífero, determino que intime-se, por mandado judicial, o gerente da Agência de Atendimento de Demandas Judiciais-APSADJ/AM (Rua Marcos da Silva, s/n - São Francisco - Manaus/AM, cep: 69079-340, telefone: 3663-1122) a fim de que este proceda com o pagamento do RPV de fls.217/218 e 222/225, sob pena de multa de R$3.000,00 (três mil reais) a cada descumprimento e crime de desobediência. De igual modo, fica a parte interessada responsável por imprimir, enviar e protocolar esta decisão que serve como ofício, conforme dispõe §2º, art. 1º, Portaria nº2072/2016-PTJ: "A impressão, o envio e o protocolo quando dirigidos a setores externos do Poder Judiciário Estadual fica a cargo da parte interessada, salvo situações específicas da Justiça Criminal e dos Assistidos pela Defensoria Pública do Estado do Amazonas." Intime-se. Cumpra-se. Após, voltem-me os autos conclusos.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0600572-28.2014.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para que se manifeste acerca de consulta em fls.165 e 166, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0600734-81.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - A teor do exposto, JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem resolução do mérito, ex vi do art. 485, III, do CPC. Custas pelo autor. Transitada em julgado a presente decisão, encaminhem-se os presentes autos à contadoria para a baixa nos registros. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FRANK FIGUEIREDO CÉSAR (OAB 6560/AM), ADV: JOSÉ ESTEVÃO XAVIER (OAB 8824/AM), ADV: NAYANNE PIRES CÉSAR (OAB 7782/AM), ADV: STELISY SILVA DA ROCHA (OAB 7989/AM) - Processo 0602344-60.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: ROSIMAR DE ALMEIDA BATISTA e outro - REQUERIDO: ROSALVO VEÍCULOS LTDA - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para que se manifeste acerca de consulta em fls.235/237, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ADEMAR DE SOUZA SANTOS (OAB 635/AM) - Processo 0603678-27.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Marilda de Lima Santos - A teor do exposto, JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem resolução do mérito, ex vi do art. 485, III, do CPC. Custas pelo autor. Transitada em julgado a presente decisão, encaminhem-se os presentes autos à contadoria para a baixa nos registros. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MÁRCIA REGINA CASTRO ALBUQUERQUE (OAB 8769/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0604239-46.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Martha de Assumpção Maia - REQUERIDO: Banco do Brasil S.a e outro - Cuida-se de obrigação de fazer c/c indenização, ajuizada por Martha de Assumpção Maia, já qualificado(a) nos autos, contra Cristal Engenharia Ltda. e Banco do Brasil S.a, também qualificados na peça vestibular. Verifica-se, por intermédio da petição de fls. 337/338, e documentos anexos, que a autora e o requerido Banco do Brasil transigiram. Desta feita, HOMOLOGO o acordo celebrado, para que surta seus jurídicos e legais efeitos. Via de consequência, JULGO EXTINTO O PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos moldes do art. 487, inc. III, alínea

b, do Código de Processo Civil vigente. Outrossim, deve a ação prosseguir em face da ré Cristal Engenharia LTDA, conforme cláusula 7 do acordo às fls.338, razão pela qual determino a intimação da autora para requerer o que entender de direito. Publique-se. Registre-se e Intimem-se.

ADV: VITO EDUARDO DE AMORIM ANDRELINO (OAB 9463/AM) - Processo 0606698-21.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Telma Angela Pires Torres - Em assim sendo, exauridas as oportunidades do mencionado saneamento, percebo que a petição inicial não preencheu os requisitos do art. 320 c/c 321, do CPC, mormente o referente ao pagamento das custas processuais, razão pela qual EXTINGO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do que dispõe o art. 485, inc. I, c/c 330, IV, e 321, parágrafo único, todos do Código de Processo Civil. Deixo de condenar em custas processuais a parte requerente. Igualmente entendo como despicienda a cobrança de honorários advocatícios, ante a não manifestação de qualquer ato em juízo pela parte ré. Sem recurso adequado da presente decisão, proceda-se a baixa atinente com as cautelas legais e arquivem-se os autos. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: ANA CAROLINA SOUSA CEI (OAB 8349/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0607966-52.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para apresentar demonstrativo de cálculo atualizado necessário à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias. Na oportunidade intimo o autor para indicar o local para onde o bem deverá ser removido, bem como o depositário que ficará com a guarda do bem, conforme despacho de fls. 130

ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM) - Processo 0608950-07.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: Japurá Pneus Ltda - JULGO EXTINTA A EXECUÇÃO sem resolução do mérito, nos termos dos arts. 924, inciso IV e 485, VIII, todos do CPC. Custas pagas. Transitada esta em julgado, proceda-se a baixa atinente e posterior arquivamento dos autos, com as cautelas legais. P. R. I. Cumpra-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: ANA CAROLINA SOUSA CEI (OAB 8349/AM) - Processo 0609253-84.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Determino a intimação do exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se e requerer o que de direito para angularização processual, pelo que já defiro as consultas aos sistemas conveniados de Justiça, SIEL, Bacenjud e Renajud, para localização do endereço do executado, desde que precedidas pelo recolhimento das custas pertinentes, sob pena de extinção pela ausência de pressupostos para a constituição e desenvolvimento válido e regular do processo, ex vi do art. 485, IV, do CPC. Intime-se.

ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG) - Processo 0609484-14.2014.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que apresente memória de calculos atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, § 1º do CPC, no prazo de 5 (cinco) dias. Não tendo sido deferido o benefício da gratuidade da justiça de forma total, no mesmo ato, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para recolher os emolumentos pertinentes à consulta do sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016, caso ainda não tenha o feito.

ADV: WILLIAM CARMONA MAYA (OAB 257198/SP), ADV: FERNANDO DÊNIS MARTINS (OAB 182424/SP), ADV: FELIPE NAVEGA MEDEIROS (OAB 165147/MG), ADV: FELIPE NAVEGA MEDEIROS (OAB 217017/SP), ADV: MARCOS ANDRÉ PALHETA DA SILVA (OAB 3987/AM) - Processo 0609566-74.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Itaú Unibanco S/A - EXECUTADO: Di Felicia Indústria e Comércio de Alimentos Ltda e outros - Verifica-se pela resposta do Bacenjud (177))que os devedores ainda se mantem inadimplentes e a todo custo frustram a execução da dívida. O emprego das medidas executivas atípicas previstas no art. 139, IV, do Código de Processo Civil somente se justifica ante a verificação da necessidade, quando frustradas todas as medidas executivas típicas previstas na legislação, ao alcance de lograr resultado na execução. Considerando as inúmeras diligências a fim de se obter localização de bens dos executados, tais como variadas consultas ao Bacenjud, Renajud e Infojud, todas sem sucesso, entende-se estar bem demonstrada a situação de excepcionalidade em que se encontra a presente execução, a qual tramita desde 2016, situação que justifica a aplicação de medidas alternativas, razão pela qual DEFIRO o pedido de fls.369/370. No que se refere ao pedido de cancelamento dos cartões de crédito dos executados, condiciono o deferimento ao fornecimento de informação por parte do Exequente acerca de quais cartões/bandeira os executados possuem, para fins de possibilitar o cumprimento da medida. Intime-se a exequente para o pagamento de eventuais custas. Oficie-se ao Detran-AM para que proceda a suspensão da carteira de habilitação dos Executados Felícia Oliveira Rocha, João Carlos Silva Rocha e Davi Oliveira Rocha pelo prazo de 01 (um) ano. Outrossim, determino a intimação do exequente, pra que, na mesma oportunidade, informa se ainda possui interesse na penhora e avaliação dos veículos, conforme peticionado às fls.362/363 e 365, sob pena de liberação da restrição. Cumpra-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0609618-41.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para que se manifeste acerca de consulta em fls.162, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: GILBERTO LUIZ VALENTE RODRIGUES FILHO (OAB 229958/SP), ADV: OZENE FARIAS DA SILVA (OAB 9335/AM), ADV: NATHÁLIA PIMENTEL BIONE DE SOUZA (OAB 8027/AM), ADV: DIEGO ARAÚJO BENAYON (OAB 10766/AM), ADV: CHRISTIAN ALBERTO RODRIGUES DA SILVA (OAB 2682/AM) - Processo 0611100-87.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - EXEQUENTE: RODRIGO TAFAKGI DE OLIVEIRA FONSECA - EXECUTADO: Alex Barbosa Adorno - Cuida-se de ação de restituição c/c indenização em fase de cumprimento de sentença, ajuizada por RODRIGO TAFAKGI DE OLIVEIRA FONSECA, já qualificado nos autos, contra Alex Barbosa Adorno, também qualificado na peça vestibular. Verifica-se, por intermédio da petição de fls. 145/146, que as partes transigiram. Desta feita, HOMOLOGO o acordo celebrado, para que surta seus jurídicos e legais efeitos. Via de consequência, JULGO EXTINTO O PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos moldes do art. 487, III, alínea “b” do Código de Processo Civil Brasileiro. Custas e honorários na forma convencionada pelas partes. Ao transcurso do prazo legal, sem a interposição de recurso, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe e dê-se baixa na distribuição. Publique-se. Registre-se e Intimem-se.

ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: JOSÉ MANOEL BIATTO DE MENEZES (OAB A432/AM), ADV: ANNA LUIZA MENDONÇA BIATTO DE MENEZES (OAB 5314/AM) - Processo 0611435-43.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Tvlândia Empreendimentos Imobiliários Ltda - INTSSADO: Superintendência do Amazonas Shopping - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) requerente para que se manifeste(m) acerca da resposta de ofício às fls.143/145, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG), ADV: LILIAN KAREN DE SOUZA (OAB 167344/MG), ADV: KAREN ROSENDO DE ALMEIDA LEITE (OAB 8599/AM) - Processo 0613401-02.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Protesto Indevido de Título - REQUERENTE: Maria Marlene Rosendo de Almeida - REQUERIDO: Net Serviços de Comunicação S/A - Da análise dos autos percebo que a Audiência de Instrução e Julgamento faz-se necessária, a fim de obter maiores dados para informar o processo e subsidiar decisão posterior. Assim, designo o

dia 21 de novembro de 2019 às 10:00hs para realização da referida audiência, momento em que serão tomados os depoimentos das partes, sob pena de confesso, e inquiridas as testemunhas, se arroladas pelas partes, independentemente de intimação. Ainda, defiro o prazo de 10 (dez) dias para as partes requererem antecipadamente as provas que eventualmente pretendam produzir na audiência de instrução e julgamento, justificando sua pertinência. Intimem-se as partes e seus representantes legais para que compareçam ao ato. Cumpra-se.

ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM), ADV: RICARDO ANDRÉ ZAMBO (OAB 138476/SP), ADV: PETER LÍNEKER DOS SANTOS LABORDA (OAB 10266/AM), ADV: PEDRO IVO ZAMBO (OAB 259350/SP), ADV: ELLEN CRISTINA GONCALVES PIRES (OAB A1266/AM), ADV: WILSON JOSÉ DA SILVA CUNHA (OAB 3479/AM), ADV: ROSEMEIRE SIMÕES DE ALMEIDA (OAB 3558/AM), ADV: FABIANO DA SILVA MACIEL (OAB 5005/AM), ADV: WILLIAN DO NASCIMENTO TELLES (OAB 9688/AM), ADV: ELLEN CRISTINA G. PIRES (OAB 131600/SP), ADV: NATASJA DESCHOOLMEESTER (OAB 2140/AM), ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM) - Processo 0613887-89.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - EXEQUENTE: RAPIDÃO COMETA LOGÍSTICA E TRANSPORTE S/A - EXECUTADO: DENNIS MAGALDI BARROSO - REQUERIDO: Newton Alexandre Rodrigues - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, c/c o art. 854, §§2º e 3º do CPC, intimo a parte Executada (Dennis Magaldi Barroso) para que se manifeste acerca do resultado de bloqueio realizado via sistema BACENJUD, juntada às fls.270 e 271, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: SIMONE BATISTA DA SILVA (OAB 5778/AM) - Processo 0614815-06.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: WALTER SILVA DE MEDEIROS - Pelo exposto, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, ex vi do art. 485, IV, do CPC. Sem custas. Deixo de condenar em honorários advocatícios, ante a não manifestação em Juízo por parte do requerido. Transitada esta em julgado, proceda-se a baixa atinente com as cautelas legais e arquivem-se os autos. P.R.I.C.

ADV: RAILTON COSTA VIANA (OAB 9820/AM) - Processo 0615890-80.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Juros - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Madri - Defiro petitório de fls. 125, razão pela qual determino, a teor da inteligência dos arts. 835, inciso I, e 854, ambos do CPC, a penhora “on-line” e bloqueio do valor de R$ 21.965,60 no sistema BACENJUD em desfavor da executada no CPF n° 024.382.367-36. Entendo, todavia, que cabe ao exequente a atualização, por simples cálculo aritmético, do seu crédito. Outrossim, em observância ao que determina a Portaria 116/2017- TJ, tal medida fica condicionada ao pagamento das custas devidas à consulta, as quais restam comprovadas às fls. 123/124 dos autos. Efetuada a penhora, intime-se o executado, na pessoa de seu advogado ou, não tendo, pessoalmente para se manifestar em 05 (cinco) dias, nos termos do art. 854, § 2° do CPC. Em caso negativo, intime-se o exequente para se manifestar sobre o prosseguimento do feito e requerer o que entender de direito. Cumpra-se.

ADV: MARCOS PAULO COÊLHO DE SOUZA (OAB 4395/AM), ADV: ALEXANDRE GOMES RIBEIRO (OAB 6199/AM), ADV: YURI EVANOVICK LEITÃO FURTADO (OAB 10225/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM) - Processo 0616376-02.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Expurgos Inflacionários / Planos Econômicos - REQUERENTE: Maria José Rodrigues Menescal de Vasconcellos - REQUERIDO: BANCO DO BRASIL S/A - Ante o exposto e nos termos da fundamentação acima, JULGO IMPROCEDENTE o pedido, nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil. Por conseguinte, revogo a tutela antecipada concedida às fls. 210/213, tornando inexigível a cobrança de qualquer cobrança a título de multa astreintes em decorrência do presente processo. Diante da sucumbência, condeno a parte autora ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, estes fixados equitativamente em R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), nos termos do art. 85, § 8° do NCPC, ressalvado o disposto no artigo 98, §3º, do NCPC, cuja exigibilidade suspendo, em razão da concessão da assistência judiciária gratuita às fls. 58/59.

ADV: MILENA PIRAGINE (OAB 912A/AM), ADV: ROBSON ALMEIDA DE OLIVEIRA (OAB 6457/AM) - Processo 0617527-37.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Brasil Veículo Companhia Nacional de Seguros - REQUERIDA: Bruna Michele de Oliveira - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls.126/129, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: IZAQUE DE OLIVEIRA DUARTE (OAB 11807/AM) - Processo 0618435-21.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Renata Rigla Firmino Barbosa Rigo - A teor do exposto, INDEFIRO a petição inicial, nos termos do art. 320 e 321, parágrafo único, ambos do CPC e JULGO EXTINTO o processo sem resolução do mérito, nos termos do artigo 485, inciso I, do CPC. Condeno a parte autora ao pagamento das custas processuais. Entendo como despicienda a cobrança de honorários advocatícios, ante a não manifestação de qualquer ato em juízo pela parte ré. Transitada em julgado a presente decisão, encaminhem-se os presentes autos para a contadoria para a baixa nos registros. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0619976-89.2019.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0621130-79.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls.96/99, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0621175-49.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Helena Soares da Silva - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: ÂNGELA MARIA LEITE DE ARAÚJO SILVA (OAB 6940/AM) - Processo 0622512-73.2019.8.04.0001 - Monitória - Empreitada - REQUERENTE: Empreiteira Moscoso Ltda Me - Em assim sendo, exauridas as oportunidades do mencionado saneamento, percebo que a petição inicial não preencheu os requisitos do art. 320 c/c 321, do CPC, mormente o referente ao pagamento das custas processuais, razão pela qual EXTINGO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do que dispõe o art. 485, inc. I, c/c 330, IV, e 321, parágrafo único, todos do Código de Processo Civil. Deixo de condenar em custas processuais a parte requerente. Igualmente entendo como despicienda a cobrança de honorários advocatícios, ante a não manifestação de qualquer ato em juízo pela parte ré. Sem recurso adequado da presente decisão, proceda-se a baixa atinente com as cautelas legais e arquivem-se os autos. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0623192-68.2013.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Intime-se a parte executada, nos termos do artigo 513, §2º do CPC, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública ou quando não tiver procurador constituído nos autos, salvo revel citado por edital; por edital, se, citado desta forma, tiver sido revel na fase de conhecimento, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da sentença, no valor indicado pelo exequente, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento). Acaso a parte Executada efetue o pagamento integral da dívida, defiro a expedição de alvará em favor da parte Exequente para levantamento do respectivo valor. Após, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Efetuado o pagamento parcial, a multa e os honorários incidirão sobre o restante, ressaltando-se que o prazo para impugnação contar-se-á a partir do depósito parcial. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, iniciar-se-á o prazo de 15(quinze) dias para o oferecimento de impugnação ao cumprimento de sentença. Oferecida a impugnação, certifique-se sua tempestividade, bem assim o pagamento de custas processuais, nos termos da Portaria nº 116/2017 PTJ. Ultimadas tais providências, intime-se a parte exequente para se manifestar no prazo de quinze dias sobre a impugnação. Em caso de não recolhimento, ou, ainda, de adimplemento a menor das referidas custas, voltem-me os autos conclusos. Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, intime-se a parte exequente para que apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, §1º, do CPC, bem como recolha, em igual prazo, os emolumentos pertinentes à consulta ao sistema BACENJUD, conforme Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Com a devida juntada, proceda-se à penhora por meio do BACENJUD, na forma do art. 854 do CPC, em desfavor do réu Hellen Ipiranga Rodrigues, CPF n° 004017762-98. Efetivado o bloqueio, intime-se a parte executada para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre a constrição dos valores, nos termos do art. 525, §11, do CPC. Na hipótese de insuficiência da penhora e desde que pagos, no prazo de 05 (cinco) dias, os emolumentos processuais concernentes à consulta aos sistemas mencionados, conforme Lei n. 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ, efetue-se a pesquisa de bens em nome da parte executada, por meio do INFOJUD e do RENAJUD. Autorizo, desde logo, a constrição, mediante RENAJUD, de eventuais veículos existentes em nome do devedor. Após, intimem-se a parte exequente, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, requeira o que entender de direito, sob pena de suspensão, na forma do artigo 921, III do CPC, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada da execução, desde que requerido pela parte. Por fim, certificado o trânsito em julgado da decisão e transcorrido o prazo do art. 523 do CPC, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do CPC. Cumpra-se.

ADV: MARCO ANTÔNIO CRESPO BARBOSA (OAB 115665/SP), ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0623721-77.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: BRUNO SENA PEREIRA (OAB 9555/AM) - Processo 0624002-04.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - EXECUTADO: Restaurante e Churrascaria File do Boi Ltda e outros - Compulsando os autos, verifico que os executados, não obstante terem sido citados, não pagaram, nem tampouco indicaram bens à penhora, razão pela qual determino a penhora "on line", a teor da inteligência dos arts. 835, inciso I, e 854, ambos da Lei Adjetiva Civil, notadamente por se tratar da medida executiva prevalente. Assim, dando prosseguimento ao feito, defiro petitório de fls. antecedentes, razão pela qual, determino o bloqueio do valor de R$ 742.029,89 no sistema BACENJUD em desfavor dos executados, nos CPFs n° 993.145.092-49 (Karyna Karla dos Santos Figueiredo), 314.879.202-53 (Isaías Siqueira Figueiredo), 436.161.512-87 (Carla dos Santos Figueiredo) e CNPJ n° 12.464.461/0001-02 (Restaurante e Churrascaria Filé do Boi LTDA). Entendo, todavia, que cabe ao exequente a atualização, por simples cálculo aritmético, do seu crédito. Outrossim, em observância ao que determina a Portaria 116/2017-TJ, tal medida fica condicionada ao pagamento das custas devidas à consulta. Portanto, intime-se o exequente para que efetue o recolhimento no prazo de 05 (cinco) dias. Efetuada a penhora, intime-se o executado, na pessoa de seu advogado ou, não tendo, pessoalmente para se manifestar em 05 (cinco) dias, nos termos do art. 854, § 2° do CPC. Em caso negativo, intime-se o exequente para se manifestar sobre o prosseguimento do feito e requerer o que entender de direito. Cumpra-se.

ADV: MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO (OAB A700/AM) - Processo 0624459-65.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ e em cumprimento à decisão de fls. retro, intimo a parte requerente para que diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, IV e VI, do CPC.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0625430-89.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Trata-se de cumprimento de sentença. Compulsando os autos, verifico que a parte exequente não observou os requisitos necessários para dar início a esta fase processual, especialmente ao disposto no art. 524 do CPC. Diante disso, tenho por bem intimar a parte exequente para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar sua petição, bem como apresentar planilha atualizada do valor apurado na condenação.. Após, voltem-me os autos conclusos para despacho inicial. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JONILSON MAIA PEREIRA (OAB 7871/AM) - Processo 0625706-81.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento em Consignação - REQUERENTE: Ricardo Loureiro Tabosa - Em assim sendo, exauridas as oportunidades do mencionado saneamento, percebo que a petição inicial não preencheu os requisitos do art. 320 c/c 321, do CPC, mormente o referente ao pagamento das custas processuais, razão pela qual EXTINGO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do que dispõe o art. 485, inc. I, c/c 330, IV, e 321, parágrafo único, todos do Código de Processo Civil. Deixo de condenar em custas processuais a parte requerente. Igualmente entendo como despicienda a cobrança de honorários advocatícios, ante a não manifestação de qualquer ato em juízo pela parte ré. Sem recurso adequado da presente decisão, proceda-se a baixa atinente com as cautelas legais e arquivem-se os autos. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: CÁSSIA LUCIANA DA CONCEIÇÃO ROCHA (OAB 7819/AM) - Processo 0625756-10.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Francisco Araújo de Miranda - Cuida-se de ação previdenciária, ajuizada por Francisco Araújo de Miranda, já qualificado(a) nos autos, contra Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, também qualificado(a) na peça vestibular. Verifica-se, por intermédio da petição de fls. 50/56, que o requerido ofereceu proposta de acordo, a qual foi aceita pelo requerente às fls.65. Desta feita, HOMOLOGO o acordo celebrado, para que surta seus jurídicos e legais efeitos. Via de consequência, JULGO EXTINTO O PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos moldes do art. 487, inc. III, alínea

b, do Código de Processo Civil vigente. Ao transcurso do prazo legal, sem a interposição de recurso, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe e dê-se baixa na distribuição. Publique-se. Registre-se e Intimem-se.

ADV: FELIPE ALMEIDA FERREIRA (OAB 10271/AM), ADV: SÉRGIO SCHULZE (OAB 7629/SC) - Processo 0626450-18.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Revisão do Saldo Devedor - REQUERENTE: Douglas Brasil - REQUERIDO: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - A teor do exposto, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular da relação processual, ex vi do art. 485, IV, do CPC. Condeno o autor em custas e honorários advocatícios, os quais estabeleço em 10% sobre o valor da causa, entretanto, fica suspensa a exigibilidade face ser o mesmo beneficiário da justiça gratuita. Transitada em julgado a presente decisão, encaminhem-se os presentes autos à contadoria para a baixa nos registros. Publique-se.Registre-se. Intime-se.

ADV: MIQUEIAS DE SOUZA ALVES (OAB 14388/AM) - Processo 0627420-76.2019.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Adriana Rita Pereira dos Santos - Em assim sendo, exauridas as oportunidades do mencionado saneamento, percebo que a petição inicial não preencheu os requisitos do art. 320 c/c 321, do CPC, mormente o referente ao pagamento das custas processuais, razão pela qual EXTINGO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do que dispõe o art. 485, inc. I, c/c 330, IV, e 321, parágrafo único, todos do Código de Processo Civil. Deixo de condenar em custas processuais a parte requerente. Igualmente entendo como despicienda a cobrança de honorários advocatícios, ante a não manifestação de qualquer ato em juízo pela parte ré. Sem recurso adequado da presente decisão, proceda-se a baixa atinente com as cautelas legais e arquivem-se os autos. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: MARCELO AUGUSTO CRUZ PEDROSA (OAB 9290/AM), ADV: MICHELE DE MELO FREITAS E ARAÚJO (OAB 4822/AM) - Processo 0627663-20.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: André Rogério de Souza Pedrosa - REQUERIDO: Moveis Carraro Ltda e outros - Cuida-se de ação de restituição c/c indenização por danos morais, ajuizada por André Rogério de Souza Pedrosa, já qualificado(a) nos autos, contra M. das Gracas de Oliveira Gomes, Moveis Carraro Ltda e Todeschini S/A Indústria e Comércio, também qualificado(a) na peça vestibular. Verifica-se, por intermédio da petição de fls. 62/63 que as partes transigiram. Desta feita, HOMOLOGO o acordo celebrado, para que surta seus jurídicos e legais efeitos. Via de consequência, JULGO EXTINTO O PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos moldes do art. 487, inc. III, alínea b, do Código de Processo Civil vigente. Ao transcurso do prazo legal, sem a interposição de recurso, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe e dê-se baixa na distribuição. Publique-se. Registre-se e Intimem-se.

ADV: ANA BEATRIZ DA SILVA OLIVEIRA (OAB 9372/AM), ADV: CAIO KANAWATI SOARES (OAB 10104/AM) - Processo 0627770-69.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Eduardo Nobuo Kimura - REQUERIDO: Cristal Engenharia Ltda. - Trata-se de Ação Indenizatória por Danos Materiais e Morais, ajuizada por Eduardo Nobuo Kimura, já qualificado nos autos, contra Cristal Engenharia Ltda., também qualificado na peça vestibular. Verifica-se, por intermédio da petição de fls. 119/122, que as partes transigiram. Desta feita, HOMOLOGO o acordo celebrado, para que surta seus jurídicos e legais efeitos. Via de consequência, JULGO EXTINTO O PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos moldes do art. 487, III, alínea “b” do Código de Processo Civil Brasileiro. Custas e honorários na forma convencionada pelas partes. Ao transcurso do prazo legal, sem a interposição de recurso, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe e dê-se baixa na distribuição. Publique-se. Registre-se e Intimem-se.

ADV: ARNOLDO BENTES COIMBRA (OAB 345/AM), ADV: DANIEL SANTOS DE ANDRADE (OAB 6733/AM), ADV: EDUARDO JOSÉ SILVA DOS SANTOS (OAB 7171/AM), ADV: WELLINGTON DE AMORIM ALVES (OAB 2993/AM) - Processo 0629458-32.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Haroldo de Oliveira Gomes - REQUERIDO: Engeco - Engenharia e Construções Ltda - julgo extinto o presente processo, sem julgamento do mérito, com fulcro no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Condeno a parte autora em custas, entretanto, por ser beneficiário da justiça gratuita, tal exigibilidade fica suspensa. Arquivem-se os autos, independentemente do trânsito julgado, em face da ausência de interesse recursal. P. R. I. Cumpra-se.

ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM), ADV: MICHELLE PEREIRA CRUZ (OAB 7072/AM), ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ) - Processo 0631078-16.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Maikon Dione de Oliveira Maciel - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, abro vista às partes para que tomem ciência do retorno dos autos da Instância Superior e se manifestem, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito.

ADV: HELIANDRO BRANDÃO DE LIMA (OAB 4894/AM) - Processo 0631633-28.2019.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Locação de Móvel - REQUERENTE: Márcio Brandão Cunha - Em assim sendo, exauridas as oportunidades do mencionado saneamento, percebo que a petição inicial não preencheu os requisitos do art. 320 c/c 321, do CPC, mormente o referente ao pagamento das custas processuais, razão pela qual EXTINGO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do que dispõe o art. 485, inc. I, c/c 330, IV, e 321, parágrafo único, todos do Código de Processo Civil. Deixo de condenar em custas processuais a parte requerente. Igualmente entendo como despicienda a cobrança de honorários advocatícios, ante a não manifestação de qualquer ato em juízo pela parte ré. Sem recurso adequado da presente decisão, proceda-se a baixa atinente com as cautelas legais e arquivem-se os autos. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: FREDERICO MORAES BRACHER (OAB 7311/AM), ADV: ADRIANA LO PRESTI MENDONÇA (OAB 3139/AM), ADV: ANTÔNIO FÁBIO BARROS DE MENDONÇA (OAB 2275/AM), ADV: ANDREIA CARVALHO CHAGAS (OAB 14130/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: THAISA ASSIS DE SOUZA (OAB 14533/AM), ADV: JANAINA MARIA ALBUQUERQUE FOGASSA (OAB 13800/AM), ADV: CAROLINNE SILVA MORESCHI (OAB 13761/AM), ADV: JUSCELINO BANDEIRANTE FIRMINO BORGES DE BRITO (OAB 270877/SP), ADV: SANDRA SALVADOR MARTINS (OAB 169080/SP) - Processo 0634346-49.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - EXEQUENTE: LEANDRO VALDEVINO SILVA DE SOUZA - EXECUTADO: POLE POSITION TECNOLOGIA LTDA - Districar Importadora e Distrubuidora de Veículos Ltda. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Exequente para que se manifeste acerca do bloqueio negativo realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls.685/687, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: RAMYDE WASHINGTON ABEL CALDEIRA DOCE CARDOZO (OAB 12029/AM), ADV: ITALO EDUARDO PINA PRADO (OAB 13261/AM) - Processo 0636022-56.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Alberto Carlos Nobrega de Medeiros - Conforme regulamenta a Portaria 490/2017 - PTJ, defiro o pedido de parcelamento de custas. Portanto, remetam-se os autos à contadoria para emissão das Guias de recolhimento judicial e após INTIME-SE a parte autora para efetuar pagamento da primeira parcela das custas, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção do processo, devendo pagar as demais parcelas nas datas aprazadas. Após, voltem-me os autos conclusos.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0636912-92.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO da parte autora, reconhecendo-o credor do réu da importância de R$ 38.340,67 (Trinta e oito mil, trezentos e quarenta reais e sessenta e sete centavos), corrigido monetariamente a partir da data do vencimento e com juros moratórios a contar da citação, motivo pelo qual fica convertido o mandado inicial em mandado executivo, com fulcro no art. 702, § 8° do CPC. Condeno a ré ao pagamento das custas e honorários advocatícios, que fixo em 20%

(vinte por cento) sobre o valor da condenação, nos termos do art. 85, §2° do CPC. Transitada esta em julgado e, independentemente de nova intimação, deverá a parte autora apresentar pedido de cumprimento de sentença (artigo 523 do CPC), acompanhado de memória de cálculo devidamente atualizada. P.R.I.

ADV: RISONALDO DE MELO LIMA JÚNIOR (OAB 6997/AM) - Processo 0638525-84.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Condomínio do Conjunto Residencial Ariranhas - Defiro o pedido de fls. 217 e determino a suspensão do feito pelo período de 01 (um) ano, bem como o prazo prescricional à luz do art. 921, caput, III e §1º, do CPC. No mais, entendo que o requerimento do autor, quanto à suspensão do feito em prazo diverso do descrito no dispositivo legal, não vincula este Juízo, mormente em face do expresso comando legal, que traz o lapso anual de suspensão. Ainda neste ato, determino que, findo o prazo supracitado, não sendo encontrado o réu ou bens seus penhoráveis, sejam os presentes autos arquivados, consoante determina o art. 921, § 2º, do CPC. Ocorrendo tal hipótese, o desarquivamento exigirá, além do mero requerimento, a demonstração de que foram "encontrados bens penhoráveis" (art. 921, § 3º, do CPC). Por fim, caso decorrido o aludido prazo (um ano) sem qualquer manifestação do exequente, inicia-se o cômputo do prazo da prescrição intercorrente, prazo o qual deverá correr de forma contínua, sem interrupção - ante a ausência de previsão para tal no Código de Processo Civil vigente -, e conforme o lapso temporal referente à prescrição do direito material em voga. Dessa forma, ante a previsão do art. 206, § 5º, inc. I, do CC/02, consistindo a pretensão em tela em cobrança de dívida líquida constante de instrumento particular, se, no lapso temporal de 05 (cinco) anos após o primeiro ano de suspensão dos autos, não houver medidas efetivas de exequibilidade da dívida sub judice, intimem-se as partes para se manifestarem, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre a eventual ocorrência da prescrição intercorrente e, após, retornem-me os autos imediatamente conclusos. Intimem-se.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM) - Processo 0638683-13.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Intime-se a parte executada, nos termos do artigo 513, §2º do CPC, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública ou quando não tiver procurador constituído nos autos, salvo revel citado por edital; por edital, se, citado desta forma, tiver sido revel na fase de conhecimento, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da sentença, no valor indicado pelo exequente, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento). Acaso a parte Executada efetue o pagamento integral da dívida, defiro a expedição de alvará em favor da parte Exequente para levantamento do respectivo valor. Após, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Efetuado o pagamento parcial, a multa e os honorários incidirão sobre o restante, ressaltando-se que o prazo para impugnação contar-se-á a partir do depósito parcial. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, iniciar-se-á o prazo de 15(quinze) dias para o oferecimento de impugnação ao cumprimento de sentença. Oferecida a impugnação, certifique-se sua tempestividade, bem assim o pagamento de custas processuais, nos termos da Portaria nº 116/2017 PTJ. Ultimadas tais providências, intime-se a parte exequente para se manifestar no prazo de quinze dias sobre a impugnação. Em caso de não recolhimento, ou, ainda, de adimplemento a menor das referidas custas, voltem-me os autos conclusos. Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, intime-se a parte exequente para que apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, §1º, do CPC, bem como recolha, em igual prazo, os emolumentos pertinentes à consulta ao sistema BACENJUD, conforme Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Com a devida juntada, proceda-se à penhora por meio do BACENJUD, na forma do art. 854 do CPC, em desfavor do réu Antonio da Conceição Lima, CNPJ/CPF n° 062.625.893-68. Efetivado o bloqueio, intime-se a parte executada para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre a constrição dos valores, nos termos do art. 525, §11, do CPC. Na hipótese de insuficiência da penhora e desde que pagos, no prazo de 05 (cinco) dias, os emolumentos processuais concernentes à consulta aos sistemas mencionados, conforme Lei n. 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ, efetue-se a pesquisa de bens em nome da parte executada, por meio do INFOJUD e do RENAJUD. Autorizo, desde logo, a constrição, mediante RENAJUD, de eventuais veículos existentes em nome do devedor. Após, intimem-se a parte exequente, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, requeira o que entender de direito, sob pena de suspensão, na forma do artigo 921, III do CPC, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada da execução, desde que requerido pela parte. Por fim, certificado o trânsito em julgado da decisão e transcorrido o prazo do art. 523 do CPC, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do CPC. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: RUBENITO CARDOSO DA SILVA JÚNIOR (OAB 4947/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM) - Processo 0638814-56.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: Cleonice Fernandes de Menezes Tringueiro - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração de fls.242/248, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0639273-19.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Elienes da Luz Fernandes - Com efeito, e tendo em conta o benefício recebido pelo autor é de natureza previdenciária, JULGO EXTINTO o presente processo sem resolução do mérito nesta Justiça, nos termos do artigo 485, inciso IV, do CPC. Em face ao artigo 109, inciso I, da CF, declino a competência para o processo e julgamento desta ação em favor da Justiça Federal. Findo o prazo recursal, dê-se baixa na Distribuição e remetam-se os autos ao Juízo competente. Intimem-se.

ADV: ALMERON CAMINHA (OAB 12270/AM) - Processo 0640657-17.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Bancários - REQUERENTE: Vicenor Assunção da Silva - Em assim sendo, exauridas as oportunidades do mencionado saneamento, percebo que a petição inicial não preencheu os requisitos do art. 320 c/c 321, do CPC, mormente o referente ao pagamento das custas processuais, razão pela qual EXTINGO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do que dispõe o art. 485, inc. I, c/c 330, IV, e 321, parágrafo único, todos do Código de Processo Civil. Deixo de condenar em custas processuais a parte requerente. Igualmente entendo como despicienda a cobrança de honorários advocatícios, ante a não manifestação de qualquer ato em juízo pela parte ré. Sem recurso adequado da presente decisão, proceda-se a baixa atinente com as cautelas legais e arquivem-se os autos. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: HÉLIO LUIZ VITORINO BARCELOS, (OAB 30445/PR) - Processo 0641303-95.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Busca e Apreensão - REQUERENTE: Mercedes-benz do Brasil S/a. - Cumprida a medida, JULGO EXTINTO O PROCESSO com resolução do mérito, na forma do art. 487, I do CPC. Custas pagas. Transitada esta em julgado, proceda-se a baixa atinente e posterior arquivamento dos autos, com as cautelas legais. P. R. I.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 1164A/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0641562-85.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - julgo extinto o presente processo, sem julgamento do mérito, com fulcro no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Oficie-se à Central de Mandados para que seja intimado o Sr. Oficial de Justiça a fim de que devolva o Mandado n. 001.2019/119137-0, sem cumprimento. Custas pagas. Transitada esta em julgado e, observadas as cautelas devidas, dê-se baixa e arquivem-se os presentes. P. R. I. Cumpra-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM), ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM) - Processo 0642606-42.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Zilla dos Santos Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Desta forma, determino o encaminhamento do presente processo ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos Cíveis (Cejusc - Cível) a fim de que se proceda à mencionada audiência, a ser efetivada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da sua designação (art. 334, caput, do CPC). Cite-se o réu com, no mínimo, 20 (vinte) dias de antecedência da mencionada audiência. Intime-se o autor, na pessoa de seu advogado, para igual comparecimento nesta. Determino, ainda, que seja dado expressa ciência às partes, nos atos respectivamente de citação e intimação, para informar que: a) eventual desinteresse da parte ré quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pelo autor - exposta em sua exordial, sob pena de preclusão -, autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §§ 5º e 4º, inc. I, CPC/15). b) ocorrendo a audiência, o não comparecimento injustificado de qualquer das partes, autor ou réu, será considerado ato atentatório à dignidade da justiça, sendo a parte sancionada com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor do Estado do Amazonas. Ressalta-se que tal medida se dá com presunção juris tantum, não exigindo a lei prova de culpa para a imposição de multa e sendo ônus da parte demonstrar impedimento que afaste a presunção relativa em tela (art. 334, §8º, CPC). c) as partes devem estar, na audiência, acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos, podendo constituir representante, por procuração específica, com poderes para negociar e transigir (art. 334, §§ 9º e 10). d) a contestação deverá ser oferecida, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição (art. 335, inc. I, do CPC/15); II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual - o autor, em sua inicial, e o réu, por petição simples, apresentada com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência (art. 335, inc. II, do CPC/15); III - no caso de litisconsórcio passivo e havendo o desinteresse na realização da audiência manifestado por todos os litisconsortes, o termo inicial previsto no item II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência (art. 335, §1º, do CPC/15). Por fim, obtida eventual autocomposição, sejam conclusos os autos para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, CPC/15. Defiro a gratuidade da justiça em favor da parte autora na forma do artigo 98 do Código de Processo Civil. Tendo em vista ainda a verossimilhança das alegações da parte autora, bem como sua condição de hipossuficiente técnica e econômica, defiro a inversão do ônus da prova a seu favor, na forma do artigo 6º, inciso VIII, do CDC. Cumpra-se.

ADV: RICARDO TAHAN (OAB 188590/SP) - Processo 0644168-86.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Liberty Seguros S/A - Desta forma, determino o encaminhamento do presente processo ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos Cíveis (Cejusc - Cível) a fim de que se proceda à mencionada audiência, a ser efetivada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da sua designação (art. 334, caput, do CPC). Cite-se o réu com, no mínimo, 20 (vinte) dias de antecedência da mencionada audiência. Intime-se o autor, na pessoa de seu advogado, para igual comparecimento nesta. Determino, ainda, que seja dado expressa ciência às partes, nos atos respectivamente de citação e intimação, para informar que: a) eventual desinteresse da parte ré quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pelo autor - exposta em sua exordial, sob pena de preclusão -, autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §§ 5º e 4º, inc. I, CPC). b) ocorrendo a audiência, o não comparecimento injustificado de qualquer das partes, autor ou réu, será considerado ato atentatório à dignidade da justiça, sendo a parte sancionada com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor do Estado do Amazonas. Ressalta-se que tal medida se dá com presunção juris tantum, não exigindo a lei prova de culpa para a imposição de multa e sendo ônus da parte demonstrar impedimento que afaste a presunção relativa em tela (art. 334, §8º, CPC). c) as partes devem estar, na audiência, acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos, podendo constituir representante, por procuração específica, com poderes para negociar e transigir (art. 334, §§ 9º e 10). d) a contestação deverá ser oferecida, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição (art. 335, inc. I, do CPC); II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual - o autor, em sua inicial, e o réu, por petição simples, apresentada com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência (art. 335, inc. II, do CPC); III - no caso de litisconsórcio passivo e havendo o desinteresse na realização da audiência manifestado por todos os litisconsortes, o termo inicial previsto no item II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência (art. 335, §1º, do CPC). Por fim, obtida eventual autocomposição, sejam conclusos os autos para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, CPC. Cumpra-se.

ADV: TAIS NAIARA SOUZA BEZERRA (OAB 12579/AM) - Processo 0646369-51.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Priscila Ferreira Cintra - Como cediço nas Cortes Superiores, o benefício da gratuidade da Justiça não pode ser concedido por mera deliberação diante das afirmações do beneficiário, posto que na Justiça Comum, face a necessidade de pagamento de custas processuais, o Requerente deve comprovar a real situação de hipossuficiência financeira para fins de gratuidade. Com efeito, para fins de concessão da assistência judiciária gratuita, carreio fileiras à corrente que entende não basta mais o singelo pedido, instruído com apenas declaração de pobreza. Não se discutia que a Lei 1060/50 em seu art. 4º (revogado pelo CPC/2015) previa a possibilidade de concessão da assistência judiciária pela só declaração do autor na inicial de sua necessidade. Aliás tal regra, apesar de mitigada, também está inserida no art. 99 §3º do CPC/2015, em relação a pessoas naturais. Entretanto a Constituição Federal não exclui a possibilidade de apreciação pelo juiz, das circunstâncias em que o pedido ocorre, já que exige a comprovação da insuficiência de recursos para a concessão da assistência judiciária àqueles que a alegam. No que diz respeito à determinação para comprovação da insuficiência de recursos, até porque fundamentada em preceito constitucional, há tempos vem decidindo os tribunais pátrios que "não é ilegal condicionar o juiz a concessão da gratuidade à comprovação da miserabilidade jurídica, se a atividade ou cargo exercidos pelo interessado fazem, em princípio, presumir não se tratar de pessoa pobre (STJ RT 686/185). No mesmo sentido: STJ REsp. n. 151.943/GO; TJSP AI n. 172.390-4/4-SP e extinto 2º TACSP AI n. 822.173-00/1. Tal entendimento jurisprudencial porque pacífico foi inserido na Lei 13.105/2015 (CPC/2015) no parágrafo 2º do art. 99. Diante do exposto e de conformidade com o art. 5º, inc. LXXIV, da Constituição da República, comprove o requerente a condição de beneficiário da justiça gratuita, sob pena de indeferimento da gratuidade, devendo adotar as seguintes providências, juntando aos autos: Comprovante de rendimentos, bem como de sua curadora/genitora; Declaração de imposto de renda do último ano, bem como de sua curadora/genitora. Caso contrário, levando em conta o valor e baixa complexidade da causa, saliento que a parte Requerente pode interpor a presente ação junto ao Juizado Especial, onde inexiste pagamento de custas processuais. Intime-se.

ADV: ALDENOR DE SOUZA RABELO (OAB 8030/AM) - Processo 0646536-68.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Suedina Maria Barbosa de Queiroz - Como cediço nas Cortes Superiores, o benefício da gratuidade da Justiça não pode ser concedido por mera deliberação diante das afirmações do beneficiário, quando os elementos dos autos não trilham a mesma direção. Com efeito, para fins de concessão da assistência judiciária gratuita, carreio fileiras à corrente que entende não basta mais o singelo pedido, instruído com apenas declaração de pobreza. Não se discutia que a Lei 1060/50 em seu art. 4º (revogado pelo CPC/2015) previa a possibilidade de concessão da assistência judiciária pela só declaração do autor na inicial de sua necessidade. Aliás tal regra, apesar de mitigada, também está inserida no art. 99 §3º do CPC/2015, em relação a pessoas naturais. Entretanto a Constituição Federal não exclui a possibilidade de apreciação pelo juiz, das circunstâncias em que o pedido ocorre, já que exige a comprovação da insuficiência de recursos para a concessão da assistência judiciária àqueles que a alegam. No que diz respeito à determinação para comprovação da insuficiência de recursos, até porque fundamentada em preceito constitucional, há tempos vem decidindo os tribunais pátrios que "não é ilegal condicionar o juiz a concessão da gratuidade à comprovação da miserabilidade jurídica, se a atividade ou cargo exercidos pelo interessado fazem, em princípio, presumir não se tratar de pessoa pobre (STJ RT 686/185). No mesmo sentido: STJ REsp. n. 151.943/GO; TJSP AI n. 172.390-4/4-SP e extinto 2º TACSP AI n. 822.173-00/1. Tal entendimento jurisprudencial porque pacífico foi inserido na Lei 13.105/2015 (CPC/2015) no parágrafo 2º do art. 99. No mesmo sentido, a propósito: AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO - PEDIDO DE JUSTIÇA GRATUITA INDEFERIDO - NÃO BASTA A MERA DECLARAÇÃO DE POBREZA - NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DA HIPOSSUFICIÊNCIA - AUSENTES PROVAS DAS ALEGAÇÕES - REGIMENTAL CONHECIDO E NÃO PROVIDO. Ausentes nos autos provas que corroborem a alegada hipossuficiência, impõe-se o indeferimento da assistência judiciária. Nega-se provimento ao recurso se as razões do regimental não alteraram o entendimento anterior e, mormente, quando não demonstrado qualquer erro ou injustiça na decisão recorrida. (TJ-MS - AGR: 14139280420158120000 MS 1413928-04.2015.8.12.0000, Relator: Des. Marcos José de Brito Rodrigues, Data de Julgamento: 26/01/2016, 2ª Câmara Cível, Data de Publicação: 27/01/2016) Diante do exposto e de conformidade com o art. 5º, inc. LXXIV, da Constituição da República, comprove o requerente a condição de beneficiário da justiça gratuita, sob pena de indeferimento da gratuidade, devendo adotar as seguintes providências, juntando aos autos: Comprovante de rendimentos, bem como aquele percebido por eventual cônjuge; Declaração de imposto de renda do último ano; Intime-se.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0646653-59.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Itaú Unibanco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: HUDSON JOSÉ RIBEIRO (OAB 150060/SP), ADV: PASQUALI PARISE E GASPARINI JÚNIOR (OAB 4752/SP) - Processo 0650212-58.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para que se manifeste acerca do bloqueio negativo realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls.69/71, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: WILLIAN DO NASCIMENTO TELLES (OAB 9688/AM) - Processo 0652633-21.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: A.c. Schaedler Me - Em assim sendo, exauridas as oportunidades do mencionado saneamento, percebo que a petição inicial não preencheu os requisitos do art. 320 c/c 321, do CPC, mormente o referente ao pagamento das custas processuais, razão pela qual EXTINGO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do que dispõe o art. 485, inc. I, c/c 330, IV, e 321, parágrafo único, todos do Código de Processo Civil. Deixo de condenar em custas processuais a parte requerente. Igualmente entendo como despicienda a cobrança de honorários advocatícios, ante a não manifestação de qualquer ato em juízo pela parte ré. Sem recurso adequado da presente decisão, proceda-se a baixa atinente com as cautelas legais e arquivem-se os autos. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 1164A/AM) - Processo 0655842-95.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Pan S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls.85/88, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: LÍCIA NASCIMENTO HAYDEN XIMENDES (OAB 9085/AM), ADV: ALAN SANTOS DE ALBUQUERQUE (OAB 6815/AM) - Processo 0657468-52.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Rozileide Nascimento Hayden e outro - REQUERIDO: Socilar S/A - Cuida-se de obrigação de fazer, ajuizada por Rozileide Nascimento Hayden, LÍCIA NASCIMENTO HAYDEN XIMENDES e Ítalo do Nascimento Hayden, já qualificado(a) nos autos, contra Socilar S/A, também qualificado(a) na peça vestibular. Verifica-se, por intermédio do Termo de Audiência de fls.61/62 que as partes transigiram. Desta feita, HOMOLOGO o acordo celebrado, para que surta seus jurídicos e legais efeitos. Via de consequência, JULGO EXTINTO O PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos moldes do art. 487, inc. III, alínea b, do Código de Processo Civil vigente. Ao transcurso do prazo legal, sem a interposição de recurso, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe e dê-se baixa na distribuição. Publique-se. Registre-se e Intimem-se.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM) - Processo 0660920-70.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Nascentes do Tarumã - Cuida-se de ação de execução, ajuizada por Condomínio Residencial Nascentes do Tarumã, já qualificado nos autos, contra Gilmar Soares da Silva e Soliegem Martins Ferreira, também qualificado na peça vestibular. Verifica-se, por intermédio da petição de fls. 65/69, que as partes transigiram. Tendo a parte autora informado às fls.77 que o acordo foi devidamente cumprido. Desta feita, HOMOLOGO o acordo celebrado, para que surta seus jurídicos e legais efeitos. Via de consequência, JULGO EXTINTO O PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos moldes do art. 487, III, alínea "b" do Código de Processo Civil Brasileiro. Custas e honorários na forma convencionada pelas partes. Ao transcurso do prazo legal, sem a interposição de recurso, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe e dê-se baixa na distribuição. Publique-se. Registre-se e Intimem-se.

ADV: ISAAC COSTA LAZARO FILHO (OAB 18663/CE), ADV: DANIEL SANTOS DE ANDRADE (OAB 6733/AM), ADV: ADALBERTO DE ASSIS NAZARÉ SOBRINHO (OAB 2953/AM), ADV: IGOR MACEDO FACÓ (OAB 16470/CE), ADV: ADILSON JOSÉ DA COSTA ALMEIDA FILHO (OAB 11094/AM), ADV: JESSICA MACIEL PASSOS (OAB 13808/AM) - Processo 0708322-60.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Erro Médico - REQUERENTE: Railene Andressa Siqueira Batista e outros - REQUERIDO: Hospital Maternidade e Laboratorio Fleming LTDA e outros - Cuida-se de indenização por danos morais, ajuizada por Railene Andressa Siqueira Batista, Carlos de Siqueira Batista e Raimundo Carlos Trajano Batista, já qualificado nos autos, contra Hospital Maternidade e Laboratorio Fleming LTDA, Mário Cunha e Silva e Regina Benzecry Cal Cunha e Silva, também qualificados

na peça vestibular. Verifica-se, por intermédio da petição de fls. 303/305, e documentos anexos, que as partes transigiram. Desta feita, HOMOLOGO o acordo celebrado, para que surta seus jurídicos e legais efeitos. Via de consequência, JULGO EXTINTO O PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos moldes do art. 487, III, alínea "b" do Código de Processo Civil Brasileiro. Custas e honorários na forma convencionada pelas partes. Ao transcurso do prazo legal, sem a interposição de recurso, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe e dê-se baixa na distribuição. Publique-se. Registre-se e Intimem-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0713348-39.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Diante da Certidão de fls. 107, oficie-se à Central de Mandados para que proceda a intimação do Sr. Oficial de Justiça encarregado de cumprir o Mandado de fls.100, para que devolva o aludido Mandado devidamente cumprido e/ou justifique a razão do não cumprimento até a presente data, no prazo de 05 (cinco) dias. Escoado o prazo, com ou sem manifestação, voltem os autos conclusos. Cumpra-se.

Adalberto de Assis Nazaré Sobrinho (OAB 2953/AM)
Ademar de Souza Santos (OAB 635/AM)
Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
Adilson José da Costa Almeida Filho (OAB 11094/AM)
Adriana Lo Presti Mendonça (OAB 3139/AM)
Alan Santos de Albuquerque (OAB 6815/AM)
Aldenor de Souza Rabelo (OAB 8030/AM)
Alexandre Gomes Ribeiro (OAB 6199/AM)
Almeron Caminha (OAB 12270/AM)
Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB 831A/AM)
ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ)
Ana Beatriz da Silva Oliveira (OAB 9372/AM)
Ana Carolina Sousa Cei (OAB 8349/AM)
Andreia Carvalho Chagas (OAB 14130/AM)
Ângela Maria Leite de Araújo Silva (OAB 6940/AM)
Anna Luiza Mendonça Biatto de Menezes (OAB 5314/AM)
Anneson Frank Paulino de Souza (OAB 11981/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio Fábio Barros de Mendonça (OAB 2275/AM)
Arnoldo Bentes Coimbra (OAB 345/AM)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Bruno Sena Pereira (OAB 9555/AM)
Caio Kanawati Soares (OAB 10104/AM)
CAROLINNE SILVA MORESCHI (OAB 13761/AM)
Cássia Luciana da Conceição Rocha (OAB 7819/AM)
Christian Alberto Rodrigues da Silva (OAB 2682/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Daniel Santos de Andrade (OAB 6733/AM)
Diego Araújo Benayon (OAB 10766/AM)
Eduardo José Silva dos Santos (OAB 7171/AM)
Ellen Cristina G. Pires (OAB 131600/SP)
Ellen Cristina Goncalves Pires (OAB A1266/AM)
Fabiano da Silva Maciel (OAB 5005/AM)
Fábio Nogueira Corrêa (OAB 5674/AM)
Felipe Almeida Ferreira (OAB 10271/AM)
Felipe Navega Medeiros (OAB 165147/MG)
Felipe Navega Medeiros (OAB 217017/SP)
Fernando Dênis Martins (OAB 182424/SP)
Frank Figueiredo César (OAB 6560/AM)
Frederico Moraes Bracher (OAB 7311/AM)
Gilberto Luiz Valente Rodrigues Filho (OAB 229958/SP)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Heliandro Brandão de Lima (OAB 4894/AM)
HÉLIO LUIZ VITORINO BARCELOS, (OAB 30445/PR)
Hudson José Ribeiro (OAB 150060/SP)
Igor Macedo Facó (OAB 16470/CE)
Isaac Costa Lazaro Filho (OAB 18663/CE)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069/AM)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Italo Eduardo Pina Prado (OAB 13261/AM)
Izaque de Oliveira Duarte (OAB 11807/AM)
Janaina Maria Albuquerque Fogassa (OAB 13800/AM)
Jessica Maciel Passos (OAB 13808/AM)
Jonilson Maia Pereira (OAB 7871/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Estevão Xavier (OAB 8824/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 57680/MG)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
José Manoel Biatto de Menezes (OAB A432/AM)
José Mário de Carvalho Neto (OAB 4861/AM)
Juscelino Bandeirante Firmino Borges de Brito (OAB 270877/SP)
Karen Rosendo de Almeida Leite (OAB 8599/AM)
LÍCIA NASCIMENTO HAYDEN XIMENDES (OAB 9085/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Lilian Karen de Souza (OAB 167344/MG)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 104147/MG)
Manoel Archanjo Dama Filho (OAB A700/AM)
Marcelo Augusto Cruz Pedrosa (OAB 9290/AM)
Márcia Regina Castro Albuquerque (OAB 8769/AM)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marco Antônio Crespo Barbosa (OAB 115665/SP)
Marcos André Palheta da Silva (OAB 3987/AM)
Marcos Paulo Coêlho de Souza (OAB 4395/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Michele de Melo Freitas e Araújo (OAB 4822/AM)
Michelle Pereira Cruz (OAB 7072/AM)
MILENA PIRAGINE (OAB 912A/AM)
Miqueias de Souza Alves (OAB 14388/AM)
Natasja Deschoolmeester (OAB 2140/AM)
Nathália Pimentel Bione de Souza (OAB 8027/AM)
Nayanne Pires César (OAB 7782/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Ozene Farias da Silva (OAB 9335/AM)
Pasquali Parise e Gasparini Júnior (OAB 4752/SP)
Pedro Ivo Zambo (OAB 259350/SP)
Peter Líneker dos Santos Laborda (OAB 10266/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Railton Costa Viana (OAB 9820/AM)
Ramyde Washington Abel Caldeira Doce Cardozo (OAB 12029/AM)
Ricardo André Zambo (OAB 138476/SP)
Ricardo Tahan (OAB 188590/SP)
Risonaldo de Melo Lima Júnior (OAB 6997/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 1164A/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Robson Almeida de Oliveira (OAB 6457/AM)
Rosemeire Simões de Almeida (OAB 3558/AM)
Rubenito Cardoso da Silva Júnior (OAB 4947/AM)
Sandra Salvador Martins (OAB 169080/SP)
Sérgio Schulze (OAB 7629/SC)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Simone Batista da Silva (OAB 5778/AM)
Stelisy Silva da Rocha (OAB 7989/AM)
Tais Naiara Souza Bezerra (OAB 12579/AM)
Thaisa Assis de Souza (OAB 14533/AM)
Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB 3696/AM)
Vito Eduardo de Amorim Andrelino (OAB 9463/AM)
Wellington de Amorim Alves (OAB 2993/AM)
William Carmona Maya (OAB 257198/SP)
Willian do Nascimento Telles (OAB 9688/AM)
Wilson José da Silva Cunha (OAB 3479/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)
Yuri Evanovick Leitão Furtado (OAB 10225/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 19ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0259/2019

ADV: RICARDO CRUZ DA SILVA (OAB 2628/AM) - Processo 0646625-91.2019.8.04.0001 - Ação Civil Pública Cível - Serviços Hospitalares - REQUERENTE: Queiroz Servicos e Gestao Em Saude Ltda - Me - Destarte, indefiro a liminar vindicada por não vislumbrar no ato impugnado qualquer vício de legalidade que dê azo a demonstração de efetivo prejuízo à Administração ou violação ao princípio da isonomia entre os licitantes, e encaminho os autos ao juízo competente para processar e julgar o feito, in casu, uma das Varas da Fazenda Pública Estadual.

Ricardo Cruz da Silva (OAB 2628/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 19ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0260/2019

ADV: EDSON DOS SANTOS GRACA (OAB 001.041/AM), ADV: MARIA DOMINGAS GOMES LARANJEIRA (OAB 1239/AM), ADV: JOSÉ IVAN BENAION CARDOSO (OAB 1657/AM), ADV: LAÉRCIO TIMÓTEO DA SILVA (OAB 1303/AM) - Processo 0005499-88.1993.8.04.0012 (012.93.005499-0) - Reintegração / Manutenção de Posse - Posse - REQUERENTE: Francisco Medeiros Camurca - REQUERIDO: Ronaldo Jose do Nascimento e outro - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para ciência da sentença prolatada no feito de fls. 243/246 e requerimento do que entender de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

Edson dos Santos Graca (OAB 001.041/AM)
José Ivan Benaion Cardoso (OAB 1657/AM)
Laércio Timóteo da Silva (OAB 1303/AM)
Maria Domingas Gomes Laranjeira (OAB 1239/AM)

20ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 20ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0267/2019

ADV: EVERTON BERNARDO CLEMENTE (OAB 26506/GO), ADV: EVERTON BERNARDO CLEMENTE (OAB 1100/AM) - Processo 0204853-19.2019.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Previdenciário - EXEQUENTE: Frank Abrahim Guimarães Baze - Vistos, etc. O presente cumprimento de sentença amolda-se ao disposto no artigo 535 do CPC, uma vez que, em caso de cumprimento de sentença, necessária a intimação do instituto devedor para a oposição de impugnação, vez que trata-se de órgão da fazenda pública federal, a quem o Diploma de ritos estabelece procedimento específico. Assim, intime-se eletronicamente o INSS para, no prazo de 30 (trinta) dias, opor impugnação ao cumprimento de sentença, sob pena de requerimento de pagamento por intermédio de precatórios, conforme inteligência dos artigos 535 § 3odo CPC e 130 da lei 8.213/91. Cumpre ressaltar que não havendo irresignação ou transitada em julgado a decisão que os rejeitar, expedir-se-á precatório ou requisição de pequeno valor em favor do exequente, observando-se o disposto no art. 100 da Constituição Federal, inteligência do artigo 535 § 3odo NCPC). Cumpra-se.

ADV: THIAGO PESSOA ROCHA (OAB 29650/PE), ADV: CARLOS ANTÔNIO HARTEN FILHO (OAB 19357/PE), ADV: MÁRCIA REJANE DA COSTA LIMA (OAB 9636/AM) - Processo 0600218-32.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Seguro - EXEQUENTE: Marluce Braga de Menezes - EXECUTADO: Vera Cruz Seguradora S/A - Vistos, etc. Intime-se o executado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos ou por carta com aviso de recebimento se acompanhado da Defensoria Pública e no caso de réu revel, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da obrigação encartada no título judicial transitado em julgado, no valor de R$249.826,29, sob pena de ver acrescido multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento). Ressalte-se que em se tratando de réu revel, o exequente deve previamente realizar o pagamento das custas para emissão do expediente, no prazo de 05(cinco) dias. Efetuado o pagamento parcial, a multa e honorários incidirão sobre o restante. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15(quinze) dias para o oferecimento de impugnação nos próprios autos, independentemente de penhora. Transcorrido o prazo de pagamento voluntário, intime-se a parte exequente para que apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, recolhendo em igual prazo, as custas processuais pertinentes à consulta ao sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Com a devida juntada, proceda-se à penhora por meio do BACENJUD, na forma do art.854, do CPC/15. Efetivado o bloqueio, intime-se a parte executada para se manifestar, no prazo de 05 (cinco) dias, sobre a constrição dos valores, nos termos do art.854, §3º, do CPC. Após o transcurso do prazo, com ou sem manifestação, intime-se o exequente para se manifestar, no prazo de 05(cinco) dias. Em caso de penhora negativa ou insuficiente, efetue-se pesquisa de bens da parte executada, através do INFOJUD, ERIDFT e RENAJUD. Havendo bens, autorizo desde logo, a constrição judicial apenas dos veículos desembaraçados mediante o sistema RENAJUD, após o pagamento, no prazo de 05(cinco) dias, das custas processuais pertinentes às consultas aos sistemas mencionados, conforme Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Após, intimem-se a parte exequente, para que no prazo de 05 (cinco) dias, requeira o que entender de direito, sob pena de suspensão, na forma do artigo 921, III do CPC/2015, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada da execução. Caso a parte exequente seja beneficiária da gratuidade de justiça fica dispensada do pagamento das custas para realização dos atos acima elencados. Na hipótese de manejo de impugnação ao cumprimento de sentença, deverá o impugnante desde logo pagar as respectivas custas. Determino ainda que após o devido recolhimento, a secretaria deverá intimar o impugnado para se manifestar em quinze dias. Cumpra-se.

ADV: CARLA CRISTINA LOPES SCORTECCI (OAB 1254A/AM), ADV: CARLA CRISTINA LOPES SCORTECCI (OAB 248970/SP) - Processo 0603587-63.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Itaú Unibanco S/A - Compulsando os autos, verifico que este juízo procedeu com as consultas aos sistemas eletrônicos, sob a forma de arresto executivo, uma vez que as tentativas de citar a executada restaram-se frustradas. Nesse espeque, visando o regular andamento do processo, intime-se a parte exequente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, recolha as custas processuais atinentes às consultas eletrônicas (Bacenjud, Renajud, Infojud, Siel e Eridft), nos termos da Lei nº 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº 116/2017-PTJ, a fim de encontrar o atual endereço da executada, sob pena de não resolução do mérito, na forma do art. 485, IV do CPC. Cumpra-se.

ADV: FELIPE ANDRES ACEVEDO IBANEZ (OAB 1290A/AM), ADV: FELIPE ANDRES ACEVEDO IBAÑEZ (OAB 206339/SP), ADV: ANTÔNIO CARLOS GAMA ALVES (OAB 924A/AM), ADV: AMANDA MARTINS VALENTE (OAB 2487/AM), ADV: JOSÉ ELDAIR DE SOUZA MARTINS (OAB 1822/AM) - Processo 0603889-63.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Safra S/A - REQUERIDO: João Paulo Barreto Soares - Defiro o pedido de fls. 387/388. Nesse espeque, à Secretaria que expeça mandado de busca, apreensão e intimação para o seguinte endereço: Rua CDOR J G Araújo, Nº 1812, Santo Antônio, CEP 69029-130, Manaus-AM. Cumpra-se.

ADV: MÁRCIO ALEXANDRE MALFATTI (OAB 139482/SP), ADV: RHAIZA JULIANA OLIVEIRA VIEIRA (OAB 8993/AM), ADV: MÁRCIO ALEXANDRE MALFATTI (OAB 967A/AM), ADV: SANDRO ABREU TORRES (OAB 4078/AM), ADV: JAMILA MARINHO CHEHAD BARBOSA (OAB 2950/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: ANA RITA LIMA FREIRE (OAB 3056/AM) - Processo 0606616-24.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Maikon dos Santos Sobrinho - REQUERIDO: Empresa Yamaha Motor da Amazonia Ltda - Braga Motos Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração de fls.402/408, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO (OAB 700A/AM), ADV: MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO (OAB A700/AM), ADV: ANDRÉA CRISTINA DA COSTA LE SUEUR (OAB 6161/AM) - Processo 0607383-62.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ARIOSMAR NERIS (OAB 232751/SP), ADV: FELIPE ANDRES ACEVEDO IBANEZ (OAB 1290A/AM), ADV: FELIPE ANDRES ACEVEDO IBAÑEZ (OAB 206339/SP) - Processo 0607884-79.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: I. - Compulsando os autos, verifico que a existência de quatro endereços que ainda não foram diligenciados. Nesse espeque, intime-se a parte autora para que, no prazo de 15 (quinze) dias, recolha as custas referentes a emissão de AR's, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme Provimento nº 273 - CGJ/AM, sob pena de não resolução do mérito, na forma do art. 485, IV, do CPC. Desde logo, fica facultado à requerente optar por realizar a citação da requerida por meio de mandados, comprovando, no prazo de 15 (quinze) dias, o pagamento das custas das diligências do(a) Oficial(a) de Justiça, mediante boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme valores constantes da Tabela III da Lei 4.408, de 28/12/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº 116/2017-PTJ. Após à Secretaria que expeça AR/Mandados para os seguintes endereços: I- Rua Santa Helena, Nº 04, São Raimundo, CEP 69027-550, Manaus-AM; II- Rua Amazonas, Nº 05, Compensa, CEP 06903-000, Manaus-AM; III- Rua Matrinxã, Nº 1155, Distrito Industrial, CEP 06907-515, Manaus-AM; IV- Rua Piquiazeiro, Nº 228, Colônia Terra Nova, CEP 69015-135, Manaus-AM. Cumpra-se.

ADV: PAULO SÉRGIO GUIMARÃES DE OLIVEIRA (OAB 8196/AM), ADV: SERAFIM PEREIRA D'ALVIM MEIRELLES NETO (OAB 1694/AM) - Processo 0608263-88.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco da Amazônia S/A - EXECUTADO: Areovaldo de Morais e outros - Em conformidade com o art. 1º, XXVIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a Defensoria Pública Estadual, na qualidade de curador especial do réu/executado revel, nos termos do art. 72, inciso II, do Código do Processo Civil, do processo acima indicado, o qual deverá formular sua manifestação no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: JOSÉ CARLOS VAN CLEEF DE ALMEIDA SANTOS (OAB 273843/SP) - Processo 0609154-75.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Seguro - EXEQUENTE: Sul Americas Companhia de Seguro Saúdesul - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Exequente para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: SIMONE ALVES DA SILVA (OAB 29016/PE), ADV: ALBADILO SILVA CARVALHO (OAB A1161/AM), ADV: RYLENE ÁLVARES BASTOS RODRIGUES (OAB 10145/AM) - Processo 0612309-52.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Elen Suzi Barroso de Oliveira - REQUERIDO: Nissan do Brasil Ltda - Banco J. Safra S/A e outro - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca dos ARs juntados aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ROSA MARIA CHAVES DA SILVA (OAB 8436/AM) - Processo 0612511-29.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Divisão e Demarcação - REQUERENTE: Dezildo Costa Jansen - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: EDIANE EVANGELISTA DE MOURA DOS SANTOS (OAB 12161/AM), ADV: ISAAC LUIZ MIRANDA ALMAS (OAB 12199/AM), ADV: KEROLAYNE ROSAS LIMA DE QUEIROZ (OAB 14104/AM), ADV: ISAEL DE JESUS GONÇALVES AZEVEDO (OAB 3051/AM) - Processo 0613548-91.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: Delvany Ferreira Gomes - REQUERIDO: C.m. Rodrigues Comunicação Me (Portal Cm7) - De ordem, em conformidade com o Art. 1º, X, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerida, para que apresente instrumento procuratório e de mandato, regularizando a representação processual, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, sob pena do contido no Art. 76, §1º do CPC.

ADV: PAULO ROBERTO VIGNA (OAB 173477/SP), ADV: ADNILSO GOMES NERY (OAB 4124/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 685A/AM) - Processo 0613680-22.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Direitos da Personalidade - REQUERENTE: José de Souza Palheta - REQUERIDO: Banrisul - Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A - Banco Bradesco S/A e outros - O art. 1º, §2º da Portaria nº 2072/2016-PTJ, assim dispõe: "A impressão, o envio e o protocolo quando dirigidos a setores externos do Poder Judiciário Estadual fica a cargo da parte interessada, salvo situações específicas da Justiça Criminal e dos assistidos pela Defensoria Pública do Estado do Amazonas." Desta feita, intimo a parte interessada para que tome ciência do(s) documento(s) expedido(s) - ofício nº 1256/2019 e despacho de fl. 648, remeta-o(s) ao(s) seu(s) destinatário(s) e junte, nos presentes autos, o(s) respectivo(s) comprovante(s) de protocolamento. Caso o(s) referido(s) documento(s) seja(m) enviado(s) via postal, solicito ao responsável pelo envio que identifique o número do processo no(s) Aviso(s) de Recebimento (AR), possibilitando a juntada deste(s) no processo correto quando devolvido ao cartório.

ADV: HUDSON JOSÉ RIBEIRO (OAB 150060/SP), ADV: PASQUALI PARISE E GASPARINI JÚNIOR (OAB 4752/SP) - Processo 0614030-73.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento e outro - Defiro o pedido de fls. 130. Nesse espeque, intime-se a parte requerente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, recolha as custas atinentes às consultas eletrônicas, nos termos da Lei nº 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº

116/2017-PTJ, a fim de encontrar o atual endereço da requerida, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito, na forma do art. 485, IV, do CPC. Cumpra-se.

ADV: JACKSON WILLIAM DE LIMA (OAB 408472/SP), ADV: JACKSON WILLIAM DE LIMA (OAB 60295/PR) - Processo 0614175-95.2019.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados de Manaus Sicoob Uniam - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que apresente memória de calculos atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, § 1º do CPC, no prazo de 5 (cinco) dias. Não tendo sido deferido o benefício da gratuidade da justiça de forma total, no mesmo ato, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para recolher os emolumentos pertinentes à consulta do sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016, caso ainda não tenha o feito.

ADV: CÁRITA MARTINS BORGES PEDROSO (OAB 7310/AM) - Processo 0614383-79.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Ruy Medeiros - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0615416-07.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Indefiro, por ora, o pedido de fls. 78, uma vez que a consulta ao sistema Bacenjud foi devidamente realizada às fls. 49/50, não havendo, dessa forma, lapso temporal razoável para ter ocorrido alteração nos registros cadastrais. No entanto, denoto que não houve consulta aos sistemas Siel e Eridft. Nesse espeque, intime-se a parte requerente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, recolha as custas atinentes às consultas eletrônicas supracitadas, nos termos da Lei nº 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº 116/2017-PTJ, a fim de encontrar o atual endereço do requerido, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito, na forma do art. 485, IV, do CPC. Cumpra-se.

ADV: JAMIL RIBEIRO DA SILVA (OAB 7167/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0615784-16.2019.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Condominio Residencial Green View - EXECUTADO: Banco Bradesco S/A - Vistos, etc. Cuidam-se de embargos declaratórios opostos pela ré contra decisão interlocutória que indeferiu o pedido de produção de provas, anunciando o julgamento antecipado da lide. Pois bem. Os embargos de declaração consubstanciam-se no instrumento processual destinado à eliminação, da decisão embargada, de contradição, obscuridade ou omissão sobre tema cujo pronunciamento se impunha ao prolator do decisum não se prestando para promover a reapreciação de questão já decidida. Assim, ausentes os vícios previstos no art. 1.022 do CPC/2015, rejeito os embargos de declaração. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: STEFANIA DE SOUZA FARIAS (OAB 6176/AM), ADV: WILSON DE LIMA JUSTO FILHO (OAB 6136/AM) - Processo 0616629-53.2016.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Cheque - EXEQUENTE: BRUNO TUPINAMBÁ DIAS - Intime-se a parte exequente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, indique medida executiva pertinente para o desenvolvimento válido e regular do processo, sob pena de suspensão da execução, na forma do art.921, III, §1º, do CPC. Advirto, desde logo, que não serão deferidas diligências protelatórias ou já realizadas por este juízo. Transcorrido o prazo mencionado, com ou sem manifestação do credor, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0617985-15.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Compulsando os autos, verifico que o endereço encontrado às fls. 164/165 já foi diligenciado por meio de mandado e, no entanto, este retornou negativo, conforme certidão de fls. 93/94. Nesse espeque, intime-se a parte requerente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, recolha as custas atinentes às consultas eletrônicas (Renajud, Infojud e Eridft), nos termos da Lei nº 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº 116/2017-PTJ, a fim de encontrar o atual endereço da requerida, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito, na forma do art. 485, IV, do CPC. Cumpra-se.

ADV: SÉRVULO MORAIS OLIVEIRA (OAB 6320/AM), ADV: EMERSON FABRÍCIO NOBRE DOS SANTOS (OAB 4147/AM) - Processo 0619734-72.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Taiane Aline da Silva Ferreira e outros - REQUERIDO: KLEYVAN NOGUEIRA TEIXEIRA - Em conformidade com o art. 1º, XXIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, abro vista às partes para que tomem ciência do retorno dos autos da Instância Superior e se manifestem, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito.

ADV: ERIKA SEFFAIR RIKER (OAB 7735/AM), ADV: ANDRÉA GONÇALVES OLIVA ITACARAMBI (OAB 25246/GO), ADV: DIEGO RIOS DE ARAÚJO (OAB 293907/SP), ADV: JOYCE HELEN HOLANDA MARINHEIRO (OAB 7519/AM), ADV: ANTÔNIO REYNALDO CAMPOS SAMPAIO (OAB 7372/AM), ADV: JOANY SILLAS PEREIRA (OAB 9646/AM), ADV: HERLANE MOREIRA DE OLIVEIRA (OAB 4229/RO), ADV: LAUREANA MARTINS DOS SANTOS (OAB 211303/SP) - Processo 0622696-34.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - EXECUTADO: Moden Modelo de Engenharia Ltda e outros - Defiro pedido de fls. 442. Expeça-se mandado de penhora e avaliação do imóvel descrito às fls. 408/411. Com relação ao imóvel restante, verifico que este não pode ser objeto de penhora porquanto que os executados o alienaram fiduciariamente em garantia de dívida, circunstância que impossibilita sua venda para quitar o débito da presente lide. Não obstante, tal fato não impede a penhora dos direitos do devedor fiduciante, dispensando a anuência do credor fiduciário. Assim, pode o exequente, se preferir, proceder à penhora dos direitos do bem do devedor fiduciário. Custas acostadas às fls. 443/444. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: FELIPE ANDRES ACEVEDO IBAÑEZ (OAB 206339/SP) - Processo 0624572-58.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Safra S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para indicar o endereço que deverá constar no mandado, no prazo legal de 05 (cinco) dias, indicando informações que auxiliem no cumprimento, como rua, CEP, número, bairro, apartamento, sala, condomínio, complemento, etc.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: CARLOS FERNANDO SIQUEIRA CASTRO (OAB 672A/AM), ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM), ADV: JONNY CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 8340/AM), ADV: SÉRGIO ALBERTO CORRÊA DE ARAÚJO (OAB 3749/AM), ADV: FUED CAVALCANTE SÊMEN NETO (OAB 10435/AM) - Processo 0624829-78.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0643085-06.2017.8.04.0001) - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Hdl da Amazônia Indústria Eletrônica Ltda. - REQUERIDO: Super Terminais Comércio e Indústria Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o reconvinte/requerido(a) para recolher as custas processuais referentes à reconvenção interposta, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: SAMUEL OLIVEIRA MACIEL (OAB 72793/MG), ADV: AMANDA JULIELE GOMES DA SILVA (OAB 165687/MG), ADV: DANIELLE AMORIM BATISTA DOS SANTOS (OAB 7109/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: ÉRICO VIDAL ROTONDANO (OAB 10709/AM) - Processo 0626404-24.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Francisco das Chagas de Souza Gomes - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Contese - Consultoria Tecnica de Seguros e Representacoes Ltda e outro - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração de fls. 282/285 , nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: FERNANDO DIEGO GÓES LIMA (OAB 5742/AM) - Processo 0626695-58.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Bancários - REQUERENTE: Cleidson Aguiar de Aquino - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração de fls. 260/262, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: RENATO MULINARI (OAB 47342/RS) - Processo 0626902-86.2019.8.04.0001 - Monitória - Duplicata - REQUERENTE: Souza Cruz S.a - Compulsando os autos, verifico que a parte interessada deixou transcorrer in albis o prazo para o cumprimento do comando de fls. 58. Nessa esteira, intime-se novamente à requerente para que, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, suprindo sua falta mediante a promoção do(s) ato(s) e/ou diligência(s) útil(eis) pertinente(s), sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito, na forma do art. 485, IV, do CPC. Decorrido o prazo, sem manifestação, voltem-me imediatamente os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: VANDERLENE SOARES BARROSO (OAB 10599/AM) - Processo 0627136-68.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Promessa de Compra e Venda - REQUERENTE: Roselilda Santana Soares - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0627440-67.2019.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: EDINELSON ALVES DE SOUSA (OAB 8225/AM), ADV: KÁSSIA CRISTINA PEREIRA TORRES (OAB 10577/AM) - Processo 0631363-04.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Marlete da Costa Vasconcelos - Vistos, etc. Cuida-se de ação de procedimento comum ajuizada por Marlete da Costa Vasconcelos contra Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A . Às fls.104 foi proferido despacho no sentido de intimar a autora para emendar a inicial. Contudo, manteve-se inerte. Vieram-me os autos conclusos. Decido. Perlustrando o caderno processual, verifico que a autor, a despeito da cautela deste Juízo em intimá-la a fim de promover os atos que lhe competem, deixou transcorrer o prazo concedido in albis, circunstância esta que, como corolário, deverá acarretar a extinção do processo sem resolução do mérito decorrente do indeferimento de sua petição inicial. Sobre o tema, colaciono: PROCESSUAL CIVIL. PETIÇÃO INICIAL. ABERTURA DE PRAZO PARA SUPRIMENTO DA FALHA. PRINCÍPIOS DA INSTRUMENTALIDADE DAS FORMAS E DA ECONOMIA PROCESSUAL. NÃO REGULARIZAÇÃO. RATIO ESSENDI DO ARTIGO 284 DO CPC. PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS DO STJ. 1. A extinção do processo, sem julgamento do mérito, ante a ausência de documentos essenciais à propositura da ação ou irregularidade na petição inicial, oportunizada a emenda à inicial, não revela violação ao art. 284 do CPC. Precedentes do STJ: REsp 671986/RJ, DJ 10.10.2005; REsp 802055/DF, DJ 20.03.2006; RESP 101.013/CE, DJ de 18.08.2003; AGRESP 330.878/AL, DJ de 30.06.2003; RESP 390.815/SC, DJ de 29.04.2002; RESP 384.962/MG, DJ de 08.04.2002 e RESP 319.044/SP, DJ de 18.02.2002. 2. O Código de Processo Civil, em seus arts. 282 e 283, estabelece diversos requisitos a serem observados pelo autor ao apresentar em juízo sua petição inicial. Caso, mesmo assim, algum desses requisitos não seja preenchido, ou a petição apresente defeito ou irregularidade capaz de dificultar o julgamento do mérito, o CPC permite (art. 284) que o juiz conceda ao autor a possibilidade de emenda da petição - se o vício for sanável, porque, se insanável, enseja o indeferimento prima facie. Não cumprida essa determinação judicial, a petição inicial será indeferida, nos temos do art. 295, VI. do CPC c/c o parágrafo único do 284, o que significa extinção do processo sem julgamento do mérito com fulcro no art. 267, I, do CPC. 3. In casu. não obstante tenha sido intimado para regularizar o feito, o autor não cumpriu da diligência, motivo pelo qual a petição inicial restou indeferida. 4. Recurso especial desprovido. (REsp 827.242/DF, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 04/11/2008, DJe 01/12/2008). Nesse diapasão, tendo em vista a ausência de cumprimento da diligência que competia à autora, o indeferimento da inicial é medida que se impõe. Dispositivo A teor do exposto, INDEFIRO a petição inicial, nos termos do art. 330, IV c/c 321, parágrafo único, ambos do CPC Custas pela autora, suspensa a exigibilidade, vez que beneficiária da gratuidade de justiça. Havendo apelação, cite-se o réu para responder ao recurso. Após, remetam-se ao Tribunal. Transitada em julgado a presente decisão, encaminhem-se os presentes autos para a contadoria para a baixa nos registros. Em caso de eventual pendência do pagamento de custas, determino a devolução dos autos a esta serventia para que proceda a intimação do devedor a fim de que, no prazo de 10 dias, realize o adimplemento do débito relativo às custas judiciais. Decorrido o prazo sem o aludido pagamento, encaminhe-se os autos à contadoria para emissão de certidão de crédito em seu desfavor. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: EDGAR ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3995/AM), ADV: DIOGO DANTAS DE MORAES FURTADO (OAB 33668/PE), ADV: BRUNO NOVAES BEZERRA CAVALCANTI (OAB 19353/PE), ADV: NELSON LUIZ MESTIERI DE MACEDO (OAB 108943/MG), ADV: NELSON LUIZ MESTIERI DE MACEDO (OAB 608A/AM), ADV: SOLON ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3338/AM) - Processo 0631973-11.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: ITALUX Pneus e Acumuladores Ltda. - REQUERIDO: J. G. Rodrigues Ltda - Garcia Veículos - General Motors do Brasil Ltda - Vistos, etc. Vieram-me os autos conclusos. Tendo em vista a satisfação integral da obrigação, julgo extinto o processo, ex vi dos arts. 924, II, c/c 925, ambos do Código de Processo Civil. Arquivem-se os presentes autos, independentemente de trânsito em julgado, face a ausência de interesse recursal. Encaminhem-se os presentes autos à contadoria para a baixa nos registros. Em caso de eventual pendência do pagamento das custas, solicito a devolução dos autos a esta serventia para que procedamos a intimação do devedor a fim de que, no prazo de 10 (dez) dias, realize o adimplemento do débito relativo às custas judiciais. Transcorrido o prazo, sem o aludido pagamento, encaminhe-se os autos à contadoria para emissão de certidão de crédito e respectivo protesto, na forma da Portaria nº116/2017-PTJ c/c Provimento nº228/2014 da CGJ/AM. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LARISSA MONTENEGRO DE MEDEIROS (OAB 12196/AM), ADV: ROBERVAL EMERSON OLIVEIRA DE PAULA FILHO (OAB 6721/AM), ADV: RODRIGO TOSTA GIROLDO (OAB 4503/RO), ADV: CLOVES QUEIROZ DE MEDEIROS (OAB 525A/AM) - Processo 0632476-61.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: Rondobrás do Amazonas Comércio de Peças para

Veículos Ltda - EXECUTADO: C.s de Sousa-me - Vistos, etc. Vieram-me os autos conclusos. Tendo em vista a satisfação integral do débito exequendo, julgo extinto o processo, ex vi dos arts. 924, II, c/c 925, ambos do Código de Processo Civil. Acerca do pedido de expedição de alvará de fls.116/117 determino à secretaria que certifique-se da existência de patrono indicado com procuração válida e poderes específicos para tal finalidade. Em caso positivo, expeça-se alvará em favor da exequente (Distribuidora de Auto Peças Rondobras da Amazônia Ltda), levando-se em consideração os seguintes valores: I- R$ 1.871,66 (mil oitocentos e setenta e um reais e sessenta e seis centavos), correspondente à quantia depositada judicialmente, conforme documentos de fls. 107/108; II- R$3.098,25 (três mil e noventa e oito reais e vinte e cinco centavos) correspondente à parte da quantia bloqueada às fls. 110/111. Em caso negativo, intime-se a parte interessada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, indique profissional habilitado nos autos com as especificações retromencionadas. Após a manifestação, expeça-se o competente alvará. A outro turno, em razão da existência de saldo excedente no bloqueio efetuado às fls. 110/111, expeça alvará em favor da executada (CS de Sousa - ME) na ordem de R$ 1.359,98 (mil trezentos e cinquenta e nove reais e noventa e oito centavos). Após, arquivem-se os presentes autos, independentemente de trânsito em julgado, face a ausência de interesse recursal. Encaminhem-se os presentes autos à contadoria para a baixa nos registros. Em caso de eventual pendência do pagamento das custas, solicito a devolução dos autos a esta serventia para que procedamos a intimação do devedor a fim de que, no prazo de 10 (dez) dias, realize o adimplemento do débito relativo às custas judiciais. Transcorrido o prazo, sem o aludido pagamento, encaminhe-se os autos à contadoria para emissão de certidão de crédito e respectivo protesto, na forma da Portaria nº116/2017-PTJ c/c Provimento nº228/2014 da CGJ/AM. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: WALDERY JUNIO MARQUES DE MESQUITA (OAB 10714/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUIZA HELENA RIBEIRO SIMONETTI CABRAL (OAB 3502/AM) - Processo 0632485-23.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Denalda Alves da Silva - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta nas fls. 163/177, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: CÉSAR AUGUSTO TERRA (OAB 17556/PR), ADV: JOSÉ CARLOS SKRZYSZOWSKI JÚNIOR (OAB 45445/PR) - Processo 0632774-82.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos às fls.46 sem cumprimento,, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 921A/AM), ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 205961/SP) - Processo 0634808-30.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Cuida-se de ação de busca e apreensão intentada por Banco Bradesco Financiamentos S/A em face de Maike Jordy Seixas de Oliveira, com o escopo de retomada de veículo objeto do contrato com garantia de de alienação fiduciária. A mora encontra-se sobremaneira evidenciada mediante notificação extrajudicial, circunstância suficiente para ensejar a busca e apreensão liminar do bem que se encontra na posse do devedor. Ademais, diante da nova redação dada pela Lei nº 13.043, de 13 de novembro de 2014 ao DL 911/69, tornou-se despiciendo que a notificação por carta registrada seja expedida por intermédio de Cartório de Títulos e Documentos ou pelo protesto do título, suficiente para comprovação da mora a carta registrada com aviso de recebimento para o endereço constante no contrato, conforme §2º, art. 2º, DL 911/69. Da mesma forma o perigo da demora e o risco de dano são patentes, até porque a inadimplência já está a causar graves prejuízos ao autor, tendo em vista o inadimplemento de obrigação contratual celebrada entre as partes. A teor do exposto, DEFIRO liminarmente a busca e apreensão do bem indicado na prefacial, tudo com fundamento no "caput" do art. 3º, do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969. Uma vez cumprida a liminar, cite-se a parte ré para no prazo de 05 (cinco) dias pagar a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, hipótese em que o bem lhe será restituído livre do ônus (artigo 3º, parágrafo 2º. do Decreto-Lei nº. 911/69, com nova redação que lhe foi dada pelo artigo 56 da Lei No. 10.931, de 02 de agosto de 2004), e/ou, querendo, apresentar resposta escrita no prazo de 15(quinze) dias contados da execução da liminar (artigo 3o., parágrafo 3o. do Decreto-Lei no. 911/69, com nova redação que lhe foi dada pelo artigo 56 da Lei No. 10.931, de 02 de agosto de 2004). Cientifique-se ainda a parte ré que a referida resposta poderá ser apresentada ainda que tenha pago a integralidade da dívida, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição(artigo 3º, parágrafo 4º. do Decreto-Lei no. 911/69, com nova redação que lhe foi dada pelo artigo 56 da Lei No. 10.931, de 02 de agosto de 2004). Expeça-se o referido mandado após a comprovação, no prazo de 15(quinze) dias, do pagamento das custas das diligências do Oficial de Justiça pelo interessado, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV, do CPC. Transcorrido o prazo, sem o pagamento das diligências do oficial de justiça, voltem-me os autos conclusos. À secretaria para as providências cabíveis. Intime-se.Cumpra-se.

ADV: JEAN CARLOS PINTO DA SILVA (OAB 5328/AM), ADV: JOÃO ALVES BARBOSA FILHO (OAB 974A/AM) - Processo 0637511-31.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: M.S. - REQUERIDO: E.C.S. - Vistos, etc. Vieram-me os autos conclusos. Decido. O pedido de homologação do acordo extrajudicial celebrado entre as partes deve ser acolhido por este juízo. Sendo assim, HOMOLOGO a transação celebrada, para que surta seus efeitos legais e, via de consequência, JULGO EXTINTO o processo, com resolução de mérito, na forma do art.487, III, "b" c/c art.354, Caput, do NCPC. As partes ficam dispensadas das custas, na forma do artigo 90 § 3º do CPC. Arquivem-se os autos, independentemente do trânsito julgado, face a ausência de interesse recursal. Encaminhem-se os presentes autos à contadoria para a baixa nos registros. Em caso de eventual pendência do pagamento de custas, determino a devolução dos autos a esta serventia para que proceda a intimação do devedor a fim de que, no prazo de 10 (dez) dias, realize o adimplemento do débito relativo às custas judiciais. Decorrido o prazo sem o aludido pagamento, encaminhe-se os autos à contadoria para emissão de certidão de crédito e respectivo protesto, na forma da Portaria nº116/2017-PTJ c/c Provimento nº228/2014 da CGJ/AM. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: WANDERLEY ROMANO DANADEL (OAB 78870/MG), ADV: ISADORA CARDOSO DE OLIVEIRA (OAB 163279/MG) - Processo 0638015-42.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Banco Bradesco Cartões - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que complemente as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud, Renajud, Infojud e SIEL), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, bem como, no caso de consulta no SIEL, informe o nome completo da genitora da parte a ser consultada, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: FABIANA RIBEIRO FLORENCIO MOTA (OAB 3447/AM), ADV: JANAÍNA SILVA DE FIGUEIREDO (OAB 14316/AM) - Processo 0638228-43.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Sergio Jose Silva Chalub - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: ERIC PIRES BENIGNO (OAB 9944/AM), ADV: NATAN COSTA TEIXEIRA (OAB 10656/AM) - Processo 0638373-70.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Luciano Pimentel de Lima - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, abro vista às partes para que tomem ciência do retorno dos autos da Instância Superior e se manifestem, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito.

ADV: INGRID OLIVEIRA RODRIGUES (OAB 13258/AM) - Processo 0638441-49.2019.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Sywam Peixoto Silva Jr, - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, em fls.225, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: RODOLFO PAULO CABRAL (OAB 3548/AM), ADV: MARCELO CARVALHO DA SILVA MAYO (OAB 14300/AM) - Processo 0639145-62.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - REQUERENTE: Pool Engenharia Serviço, Indústria e Comércio de Construções Ltda. - REQUERIDO: Prossolo Engenharia e Fundações Ltda - Acerca do pedido de expedição de alvará de fls. 44 determino à secretaria que certifique-se da existência de advogado(a) com procuração válida e poderes específicos para tal finalidade. Em caso positivo, expeça-se ofício à Caixa Econômica Federal, nos termos do parágrafo único do art.906, do CPC, com escopo de promover a transferência eletrônica dos valores depositados judicialmente (fls. 41) para conta indicada pelo exequente às fls. 44. Em caso negativo, intime-se a parte interessada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, indique profissional habilitado nos autos com as especificações retromencionadas. Após a manifestação, expeça-se o competente alvará. A outro turno, intime-se a parte executada para que, no prazo de 15 (quinze) dias, efetue o pagamento das custas processuais antecipadas pela parte exequente, no valor de R$ 785,38 (setecentos e oitenta e cinco reais e trinta e oito centavos), sob pena de prosseguimento da execução. Cumpra-se.

ADV: BRUNO CALHEIRO DE OLIVEIRA (OAB 5986/AM), ADV: SYRSLANE FERREIRA NAVEGANTE SANTOS (OAB 5154/AM), ADV: MARIA DAS GRAÇAS CARVALHO MONTEIRO (OAB 1964/AM), ADV: KELLY VANESSA GURGEL MEDINA (OAB 1946E/AM) - Processo 0639633-22.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Direitos da PersonalidadeRuan Alves de Araújo - Fato Amazonico Agencias de Noticias Ltda - Me - Elcimar Freitas Guimarães - O art. 1º, §2º da Portaria nº 2072/2016-PTJ, assim dispõe: "A impressão, o envio e o protocolo quando dirigidos a setores externos do Poder Judiciário Estadual fica a cargo da parte interessada, salvo situações específicas da Justiça Criminal e dos assistidos pela Defensoria Pública do Estado do Amazonas." Desta feita, intimo a parte interessada para que tome ciência do(s) documento(s) expedido(s) - ofício nº 1231/2019 e decisão de fls. 1378/1380, remeta-o(s) ao(s) seu(s) destinatário(s) e junte, nos presentes autos, o(s) respectivo(s) comprovante(s) de protocolamento.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM), ADV: LÚCIA CRISTINA PINHO ROSAS (OAB 5109/AM), ADV: DIEGO DE ASSIS CAVALCANTE (OAB 9224/AM), ADV: WANDERLUCY SOUSA LIMA (OAB 9225/AM) - Processo 0640134-73.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: Inserv Comércio e Serviços Ltda. e outro - Intimem-se.

ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM) - Processo 0642559-68.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Residencial Acácias I - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: NEYDIANNE BATISTA GONÇALVES (OAB 37352/SC) - Processo 0645657-61.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Maria Marlene Lima da Silva - Vistos, etc. Trata-se de ação de restabelecimento de auxílio doença com pedido de conversão em aposentadoria por invalidez cumulado com tutela antecipada proposta por Maria Marlene Lima da Silva contra o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Para a concessão das tutelas de urgência, o art. 300 do novo Código de Processo Civil exige a existência de elementos suficientes para evidenciar a probabilidade do direito alegado e o perigo de dano ou o risco ao resultado do processo. No caso em tela, exsurge dos autos, como condição imprescindível ao deslinde da pretensão deduzida na prefacial, a realização de perícia médica, ao fito de que se possa aferir a existência e a extensão da lesão alegada pela parte demandante, razão pela qual não fica constatada a probabilidade do direito alegado. Pelo exposto, indefiro a tutela de natureza antecipada. Os argumentos constantes da exordial e os documentos colacionados aos autos demonstram a hipossuficiência econômica, razão pela qual defiro o pedido de gratuidade da justiça total. Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC, "O Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". Assim, encaminhem-se os autos ao CEJUSC, conforme Portaria nº2183/2016-PTJ. Depositado valor referente aos honorários periciais, a Secretaria fica autorizada a expedir o respectivo alvará ou a transferência para conta indicada pelo expert. Citem-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM) - Processo 0646386-87.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Alcidenora de Oliveira Nascimento - Vistos, etc. Cuida-se de ação de repetição de indébito cumulada com danos materiais e morais intentada por Alcidenora de Oliveira Nascimento em face de Banco Bradesco S/A, com o pedido de tutela provisória de urgência, objetivando a suspensão dos descontos a titulo de Cesta Fácil Econômica. Decido. Nos termos do Art. 300, caput do NCPC, referente a tutela de urgência, o juiz a concederá "quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo". Ademais, no §3° do mesmo artigo, a tutela de urgência de natureza antecipada não será deferida quando houver perigo de irreversibilidade. Verifica-se que estamos diante de suposta cobrança indevida, visto que a instituição financeira tem feito cobranças a título de tarifa de serviços na conta corrente da parte autora sem prévia autorização. A probabilidade do direito se encontra evidenciada pelo fato de que a consumidora pode a qualquer momento manifestar sua intenção em cindir a relação, ainda que se demonstre a celebração regular no curso do processo e os pedidos sejam julgados improcedentes. Quanto ao dano irreparável, a demora na prestação jurisdicional a fim de conceder a tutela poderá prejudicar a parte requerente, em razão dos sucessivos descontos que comprometem sua renda familiar. Ademais, no que concerne a tutela de urgência, verifico que possível a reversibilidade da medida, sendo pleito que se refere somente a suspensão de descontos. Ante o exposto, CONCEDO a tutela provisória de urgência, nos termos do Art. 300 do NCPC, a fim de determinar que a ré proceda a SUSPENSÃO dos descontos

a título “CESTA FÁCIL ECONÔMICA” da conta corrente da autora. O descumprimento dessa medida acarretará multa de R$500,00 (quinhentos) reais a cada desconto, até o limite de R$ 10.000,00 (dez mil reais). O art.4ºe o art.139, incisoII,CPC, preveem o direito das partes à celeridade processual e o dever do Magistrado de velar por esta celeridade. Tendo em vista as especificidades deste litígio, deixo de designar a audiência de conciliação do art.334doCPC, reservando a momento oportuno a análise da conveniência da audiência de conciliação e do mútuo interesse das partes (C.P.C., art. 139, VI, e Enunciado nº 35 da ENFAM). Não há prejuízo às partes tendo em vista que a conciliação pode ser realizada em qualquer fase do processo (art.3º § 3º CPC). O prazo para resposta observará o disposto no art.335, III,Código de Processo Civil. Defiro a gratuidade de justiça. Cite(m)-se preferencialmente por meio eletrônico. Intime(m)-se.

ADV: LUANA ANDRADE MELO (OAB 12282/AM) - Processo 0646557-44.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria de Fatima Lima da Silva Barros - Vistos, etc. Analiso questão de ordem pública que diz respeito à competência interna de juízo. Com efeito, o artigo 152-A, inciso I da LC nº 17/97, que trata da Divisão e a Organização Judiciária do Estado do Amazonas dispõe que a competência para o processo e julgamento das demandas concernentes às ações em que o Município figura como réu competem ao juiz da Vara da Fazenda Pública Municipal. Nesse soar, com arrimo no artigo 64, § 1º do Código de Processo Civil c/c artigo 152-A, inciso I da LC nº 17/97, reconheço a incompetência absoluta deste Juízo para o julgamento da causa e DETERMINO, via de consequência, a remessa imediata dos presentes autos a uma das Varas da Fazenda Pública Municipal. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JOÃO EURICO BRASILEIRO DE SOUZA FARIA (OAB 8312/AM) - Processo 0646769-65.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Maria de Nazare Cordeiro Coelho - Vistos, etc. Trata-se de ação de restabelecimento de auxílio doença com proposta por Maria de Nazare Cordeiro Coelho contra o Instituto Nacional do Seguro Social - Inss. No caso em tela, exsurge dos autos, como condição imprescindível ao deslinde da pretensão deduzida na prefacial, a realização de perícia médica, ao fito de que se possa aferir a existência e a extensão da lesão alegada pela parte demandante. Pelo exposto, indefiro a tutela de natureza antecipada. Os argumentos constantes da exordial e os documentos colacionados aos autos demonstram a hipossuficiência econômica, razão pela qual defiro o pedido de gratuidade da justiça total. Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC, “O Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos”. Assim, encaminhem-se os autos ao CEJUSC, conforme Portaria nº2183/2016-PTJ. Depositado valor referente aos honorários periciais, a Secretaria fica autorizada a expedir o respectivo alvará ou a transferência para conta indicada pelo expert. Citem-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: VERIDIANA TOCZEKI SANTOS (OAB 31478/SC), ADV: PROBST WERNER & ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 1835/SC), ADV: FELIPE PROBST WERNER (OAB 29532/SC) - Processo 0659051-72.2018.8.04.0001 - Monitória - Duplicata - EXEQUENTE: Nange Confecções Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Exequente para manifestar-se acerca dos ARs juntados aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

Adnilso Gomes Nery (OAB 4124/AM)
Albadilo Silva Carvalho (OAB A1161/AM)
Amanda Juliele Gomes da Silva (OAB 165687/MG)
Amanda Martins Valente (OAB 2487/AM)
Ana Rita Lima Freire (OAB 3056/AM)
Andréa Cristina da Costa Le Sueur (OAB 6161/AM)
Andréa Gonçalves Oliva Itacarambi (OAB 25246/GO)
Antônio Carlos Gama Alves (OAB 924A/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio Reynaldo Campos Sampaio (OAB 7372/AM)
Ariosmar Neris (OAB 232751/SP)
Bruno Calheiro de Oliveira (OAB 5986/AM)
Bruno Novaes Bezerra Cavalcanti (OAB 19353/PE)
Cárita Martins Borges Pedroso (OAB 7310/AM)
Carla Cristina Lopes Scortecci (OAB 1254A/AM)
Carla Cristina Lopes Scortecci (OAB 248970/SP)
Carlos Antônio Harten Filho (OAB 19357/PE)
Carlos Fernando Siqueira Castro (OAB 672A/AM)
César Augusto Terra (OAB 17556/PR)
Cloves Queiroz de Medeiros (OAB 525A/AM)
Danielle Amorim Batista dos Santos (OAB 7109/AM)
Diego de Assis Cavalcante (OAB 9224/AM)
Diego Rios de Araújo (OAB 293907/SP)
Diogo Dantas de Moraes Furtado (OAB 33668/PE)
Edgar Angelim de Alencar Ferreira (OAB 3995/AM)
Ediane Evangelista de Moura dos Santos (OAB 12161/AM)
Edinelson Alves de Sousa (OAB 8225/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Emerson Fabrício Nobre dos Santos (OAB 4147/AM)
Eric Pires Benigno (OAB 9944/AM)
Érico Vidal Rotondano (OAB 10709/AM)
Erika Seffair Riker (OAB 7735/AM)
Everton Bernardo Clemente (OAB 1100/AM)
Everton Bernardo Clemente (OAB 26506/GO)
Fabiana Ribeiro Florencio Mota (OAB 3447/AM)
Felipe Andres Acevedo Ibanez (OAB 1290A/AM)
Felipe Andres Acevedo Ibañez (OAB 206339/SP)
Felipe Probst Werner (OAB 29532/SC)
Fernando Diego Góes Lima (OAB 5742/AM)
Fued Cavalcante Sêmen Neto (OAB 10435/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Herlane Moreira de Oliveira (OAB 4229/RO)
Hudson José Ribeiro (OAB 150060/SP)
Ingrid Oliveira Rodrigues (OAB 13258/AM)
Isaac Luiz Miranda Almas (OAB 12199/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isadora Cardoso de Oliveira (OAB 163279/MG)
Isael de Jesus Gonçalves Azevedo (OAB 3051/AM)
Jackson William de Lima (OAB 408472/SP)
Jackson William de Lima (OAB 60295/PR)
Jamil Ribeiro da Silva (OAB 7167/AM)
Jamila Marinho Chehad Barbosa (OAB 2950/AM)
Janaína Silva de Figueiredo (OAB 14316/AM)
Jean Carlos Pinto da Silva (OAB 5328/AM)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
Joany Sillas Pereira (OAB 9646/AM)
João Alves Barbosa Filho (OAB 974A/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
João Eurico Brasileiro de Souza Faria (OAB 8312/AM)
Jonny Cleuter Simões Mendonça (OAB 8340/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Carlos Skrzyszowski Júnior (OAB 45445/PR)
José Carlos Van Cleef de Almeida Santos (OAB 273843/SP)
José Eldair de Souza Martins (OAB 1822/AM)
José Mário de Carvalho Neto (OAB 4861/AM)
Joyce Helen Holanda Marinheiro (OAB 7519/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 685A/AM)
Kássia Cristina Pereira Torres (OAB 10577/AM)
KELLY VANESSA GURGEL MEDINA (OAB 1946E/AM)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Kerolayne Rosas Lima de Queiroz (OAB 14104/AM)
Larissa Montenegro de Medeiros (OAB 12196/AM)
Laureana Martins dos Santos (OAB 211303/SP)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Luana Andrade Melo (OAB 12282/AM)
Lúcia Cristina Pinho Rosas (OAB 5109/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiza Helena Ribeiro Simonetti Cabral (OAB 3502/AM)
Manoel Archanjo Dama Filho (OAB 700A/AM)

Manoel Archanjo Dama Filho (OAB A700/AM)
Marcelo Carvalho da Silva Mayo (OAB 14300/AM)
Márcia Rejane da Costa Lima (OAB 9636/AM)
Márcio Alexandre Malfatti (OAB 139482/SP)
Márcio Alexandre Malfatti (OAB 967A/AM)
Maria das Graças Carvalho Monteiro (OAB 1964/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Natan Costa Teixeira (OAB 10656/AM)
NELSON LUIZ MESTIERI DE MACEDO (OAB 108943/MG)
Nelson Luiz Mestieri de Macedo (OAB 608A/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Neydianne Batista Gonçalves (OAB 37352/SC)
Pasquali Parise e Gasparini Júnior (OAB 4752/SP)
Paulo Roberto Vigna (OAB 173477/SP)
Paulo Sérgio Guimarães de Oliveira (OAB 8196/AM)
Probst Werner & Advogados Associados (OAB 1835/SC)
Renato Mulinari (OAB 47342/RS)
Rhaiza Juliana Oliveira Vieira (OAB 8993/AM)
Roberval Emerson Oliveira de Paula Filho (OAB 6721/AM)
Rodolfo Paulo Cabral (OAB 3548/AM)
Rodrigo Tosta Giroldo (OAB 4503/RO)
Rosa Maria Chaves da Silva (OAB 8436/AM)
Rosângela da Rosa Corrêa (OAB 205961/SP)
Rosângela da Rosa Corrêa (OAB 921A/AM)
Rylene Álvares Bastos Rodrigues (OAB 10145/AM)
Samuel Oliveira Maciel (OAB 72793/MG)
Sandro Abreu Torres (OAB 4078/AM)
Serafim Pereira D'Alvim Meirelles Neto (OAB 1694/AM)
Sérgio Alberto Corrêa de Araújo (OAB 3749/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Sérvulo Morais Oliveira (OAB 6320/AM)
Simone Alves da Silva (OAB 29016/PE)
Solon Angelim de Alencar Ferreira (OAB 3338/AM)
Stefania de Souza Farias (OAB 6176/AM)
Syrslane Ferreira Navegante Santos (OAB 5154/AM)
Thiago Pessoa Rocha (OAB 29650/PE)
Vanderlene Soares Barroso (OAB 10599/AM)
Veridiana Toczeki Santos (OAB 31478/SC)
Waldery Junio Marques de Mesquita (OAB 10714/AM)
Wanderley Romano Danadel (OAB 78870/MG)
Wanderlucy Sousa Lima (OAB 9225/AM)
Wilson de Lima Justo Filho (OAB 6136/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 20ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0268/2019

ADV: VITO SASSO FILHO (OAB 10344/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0605287-40.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigações - REQUERENTE: Álvaro Serrão Monteiro - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Instituto de Ensino Superior da Amazônia S/c Ltda - Faculdade Martha Falcão - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Vito Sasso Filho (OAB 10344/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 20ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO ROBERTO HERMIDAS DE ARAGÃO FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CYNTHIA MARIA JACOB ROCHA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0269/2019

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM) - Processo 0631407-23.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Neire Francisca Serrão dos Santos - I - RELATÓRIO Vistos, etc Cuida-se de ação monitória intentada por Amazonas Distribuidora de Energia S/A, em face de Neire Francisca Serrão dos Santos, a fim de que o débito indicado na exordial seja devidamente adimplido. A Autora lastreia sua pretensão nos documentos anexos à vestibular, correspondentes ao Contrato entabulado com a parte requerida. Sustenta, igualmente, que os débitos oriundos não foram pagos, sendo imprescindível, portanto, o manejo da presente monitória, a fim de receber os valores inadimplidos. Requereu, por fim, a condenação da ré ao pagamento do importe, acrescido de juros moratórios e correção monetária. Consoante se depreende dos autos, a parte requerida, conquanto regularmente citada, deixou transcorrer in albis o prazo para oposição de embargos à monitória, sem, contudo, apresentar qualquer manifestação, motivo pelo qual reconheço a revelia e, não incorrendo a demanda em nenhuma das hipóteses elencadas no art. 345, aplico-lhe a pena de confissão quanto à matéria de fato aduzida na vestibular, com estribo no art. 344, sem prejuízo da disposição a que alude o art. 346, todos do Digesto Processual Civil de 2015. Nesse soar, vislumbro ser prescindível a produção pelo Autor de demais provas em audiência de instrução e julgamento, razão pela qual passo a proferir julgamento antecipado da lide, com lastro no art. 355, II, do NCPC. II - FUNDAMENTAÇÃO Não se afigura despiciendo acrescentar que a autora acostou arcabouço documental bastante para a comprovação da existência de consumo de energia elétrica sem a devida contraprestação do usuário do serviço. Ademais, em que pesem as excepcionalidades descritas no rol do art. 345, a inadimplência do devedor se acha demonstrada, em razão da própria pena de confissão ficta, cujo corolário é a presunção de veracidade dos fatos articulados pelo autor, constatação que auxilia na configuração do indigitado inadimplemento contratual, influenciando, com alguma relevância, o convencimento deste Juízo. Inteligência do art. 374, IV, do Digesto Processual Civil de 2015. Posto isso, transmutada a prova escrita em título executivo judicial, mister é que se proceda à conversão do mandado de pagamento em mandado executivo, ex vi do caput do art. 700 do Digesto Processual Civil. Verificada a revelia, dela decorrem os seguintes efeitos: a) presunção de veracidade dos fatos afirmados pelo autor na petição inicial; b) desnecessidade do revel ser intimados dos atos processuais subsequentes. III - DISPOSITIVO Ex positis, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado no bojo da ação monitória intentada por Amazonas Distribuidora de Energia S/A, em face de Neire Francisca Serrão dos Santos, nos termos do artigo 701, §2º, do CPC, para constituir o título executivo judicial no valor de R$201.840,85(Duzentos e um mil, oitocentos e quarenta reais e oitenta e cinto centavos). Aplique-se juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, a partir da citação inicial e correção monetária a contar do vencimento da obrigação, conforme art. 405 e 406 do Diploma Civil. Custas e honorários advocatícios pelo réu, estes à proporção de 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, com suporte no art. 85, §2º, do CPC. Havendo apelação, intime-se a parte adversa para contrarrazoar. Após, remetam-se os autos ao Tribunal de Justiça. Após o trânsito em julgado, encaminhem-se os presentes autos à contadoria para a baixa nos registros, sem prejuízo de eventual pedido de cumprimento de sentença. Em caso de eventual pendência do pagamento de custas, determino a devolução dos autos a

esta serventia para que proceda a intimação do devedor a fim de que, no prazo de 10 (dez) dias, realize o adimplemento do débito relativo às custas judiciais. Decorrido o prazo sem o aludido pagamento, encaminhe-se os autos à contadoria para emissão de certidão de crédito e respectivo protesto, na forma da Portaria nº116/2017-PTJ c/c Provimento nº228/2014 da CGJ/AM. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Roberto Venesia (OAB 1067A/AM)

1ª VARA DE FAZENDA PÚBLICA

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0165/2019

ADV: ENEIAS DE PAULA BEZERRA (OAB 2354/AM) - Processo 0203260-96.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão - REQUERENTE: Luis Augusto Marques dos Santos - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se a parte Executada para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias e nos próprios autos, impugnar a execução, nos termos do art. 535, CPC. Intime-se.

ADV: MARÍLIA RAMOS DE OLIVEIRA (OAB 3733/AM) - Processo 0228261-25.2008.8.04.0001 (001.08.228261-8) - Cumprimento de sentença - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Rodrigo Anderson Simões Fernandes - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se o Estado do Amazonas, por meio do Procurador Geral do Estado-PGE/AM, via Portal Eletrônico (Portaria nº 2073/2016, art. 2º), a fim de efetuar o pagamento da Requisição de Pequeno Valor - RPV, expedida às fls. 327/328, conforme Resolução nº. 003/2014-TJAM, nos limites e prazos estabelecidos na Lei Estadual n. 2.748/2002. Senha do Processo: Senha de acesso da pessoa selecionada

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM), ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM) - Processo 0603368-84.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Isonomia/Equivalência Salarial - REQUERENTE: Maria Zenaide de Castro - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se o Estado do Amazonas, por meio do Procurador Geral do Estado-PGE/AM, via Portal Eletrônico (Portaria nº 2073/2016, art. 2º), a fim de efetuar o pagamento da Requisição de Pequeno Valor - RPV, expedida às fls. 22/223, conforme Resolução nº. 003/2014-TJAM, nos limites e prazos estabelecidos na Lei Estadual n. 2.748/2002. Senha do Processo: Senha de acesso da pessoa selecionada

ADV: KLEMILSON AZEVEDO MELO (OAB 2382/AM), ADV: PAULO SÉRGIO DE OLIVEIRA (OAB 8478/AM), ADV: MÁRCIO CLEBSON DA SILVA COSTA (OAB 10116/AM), ADV: RAQUEL ISADORA LEITE VIEIRA (OAB 7586/AM), ADV: SUELEN GUEDES BARBOSA (OAB 6533/AM) - Processo 0606533-42.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Gratificação Incorporada / Quintos e Décimos / VPNI - REQUERENTE: Antonio Jeovah Leitao de Assuncao - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se o Procurador/Advogado do exequente para apresentar a documentação faltante exigida pela certidão de fls. 208, podendo peticionar diretamente nos autos do Precatório já em andamento na Central de Precatórios do TJ/AM sob o nº 0004740-52.2019.8.04.0000, para maior celeridade. Intime-se.

ADV: CARLOS DOMINGOS RODRIGUES NETO (OAB 11296/AM), ADV: DIMAS FONSECA PEREIRA (OAB 8765/AM) - Processo 0608401-55.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Maria Clara Brasil Galvão - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se a(s) parte(s) Apelada(s) para, querendo, oferecer(em) contrarrazões à(s) apelação(ões) interposta(s), no respectivo prazo legal, nos termos do art. 1.010, §1°, c/c art. 219, caput, art. 180, caput, art. 183, caput, e art. 186, caput, todos do CPC. Decorrido o prazo legal, com ou sem manifestação, os autos deverão ser encaminhados ao E. Tribunal de Justiça (art. 1.010, §3°, CPC/2015), com as cautelas de estilo. Intime-se.

ADV: JAQUELINE OLIVEIRA DE PAULA (OAB 9269/AM) - Processo 0610722-63.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: Gorete Barbosa Oliveira - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se o Estado do Amazonas, por meio do Procurador Geral do Estado-PGE/AM, via Portal Eletrônico (Portaria nº 2073/2016, art. 2º), a fim de efetuar o pagamento da Requisição de Pequeno Valor - RPV, expedida às fls. 194/195, conforme Resolução nº. 003/2014-TJAM, nos limites e prazos estabelecidos na Lei Estadual n. 2.748/2002. Senha do Processo: Senha de acesso da pessoa selecionada

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM), ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM) - Processo 0611013-97.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - EXEQUENTE: Emília Veiga Monteiro - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se o Estado do Amazonas, por meio do Procurador Geral do Estado-PGE/AM, via Portal Eletrônico (Portaria nº 2073/2016, art. 2º), a fim de efetuar o pagamento da Requisição de Pequeno Valor - RPV, expedida às fls. 345/346, conforme Resolução nº. 003/2014-TJAM, nos limites e prazos estabelecidos na Lei Estadual n. 2.748/2002. Senha do Processo: Senha de acesso da pessoa selecionada

ADV: AMÉRICO VALENTE CAVALCANTE JÚNIOR (OAB 8540/AM), ADV: PAULO LINDEMBECK BELCHIOR (OAB 10617/AM) - Processo 0611677-94.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Jesse Vieira dos Santos - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se as partes para, querendo, manifestarem-se sobre os cálculos de fl. 320, no prazo de 5 (cinco) dias - art. 218, §3º, c/c art. 183, caput, CPC. Intime-se.

ADV: ENEIAS DE PAULA BEZERRA (OAB 2354/AM) - Processo 0616951-73.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Admissão / Permanência / Despedida - REQUERENTE: Alfredo Alberto Vieira de Paula - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se a parte Executada para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias e nos próprios autos, impugnar a execução, nos termos do art. 535, CPC. Intime-se.

ADV: LOURENÇO DE ALMEIDA PRADO (OAB 222325/SP) - Processo 0630935-90.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Bioplus Comércio e Representações de Medicamentos e Serviços de Equipamentos Médico-hospitalares Ltda. - Me - De ordem do MM. Juiz de Direito e considerando o trânsito em julgado da decisão judicial, intime-se as partes para requererem o que for de direito, no prazo de 10 (dez) dias. Intime-se.

ADV: ADRIELLY EDUARDA DA SILVA ALMEIDA (OAB 14513/AM) - Processo 0632157-25.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: William dos Santos Reis Junior - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se a parte Requerente para, querendo, manifestar-se sobre a contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos dos arts. 350 e 351, CPC. Intime-se.

ADV: DANIEL LOURENÇO (OAB 3192/AM), ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0635252-39.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: JOSÉ MARIA PAZ DOS SANTOS - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se a(s) parte(s) adversa(s) para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar(em)-se sobre os documentos juntados às fls. 250/257.

ADV: SILVANA CASTRO MUNIZ (OAB 3328/RO), ADV: ÉLIO FRANCISCO DE CARVALHO (OAB 493/AM), ADV: LUÍS OTÁVIO DE ARAÚJO SILVA (OAB 6972/RO) - Processo 0642291-14.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Elaine Machado dos Anjos e outros - Defiro o pedido de gratuidade judicial. Deixo de realizar a audiência prescrita pelo art. 334, do CPC, uma vez que o direito objeto da lide não admite autocomposição, conforme autoriza o inciso II, §4°, do mencionado dispositivo. A tutela provisória será examinada tão logo seja apresentada a contestação, munindo-se este Juízo de mais elementos para melhor avaliar o pedido. Cite(m)-se o(s) Requerido(s) para, no prazo legal, apresentar(em) contestação. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: TIANA CARLA DE CASTRO BARBOSA (OAB 10719/AM) - Processo 0645104-14.2019.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível - Licença Capacitação (Aperfeiçoamento Profissional) - REQUERENTE: Adriana Brito Barata Cabral - Processo distribuído por equívoco para este Juízo. Cumpra-se a decisão de fls. 102. Intime-se.

ADV: CARLOS GERALDO CRUZ DUARTE (OAB 10550/AM) - Processo 0645603-95.2019.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível - Habilitação / Registro Cadastral / Julgamento / Homologação - REQUERENTE: Carlos Farias Lima - Notifique-se a autoridade coatora (art. 7°, I, da Lei 12.016/09). Dê-se ciência da impetração do presente writ ao órgão de representação judicial da pessoa jurídica interessada (art. 7°, II, da Lei 12.016/09). Decorrido o prazo para apresentação das informações, retornem os autos do processo conclusos para apreciação da liminar requerida. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LUCIANO ARAÚJO TAVARES (OAB 12512/AM) - Processo 0645813-49.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Admissão / Permanência / Despedida - REQUERENTE: Gilce Alves Barreiros - Defiro o pedido de gratuidade judicial. Deixo de realizar a audiência prescrita pelo art. 334, do CPC, uma vez que o direito objeto da lide não admite autocomposição, conforme autoriza o inciso II, §4°, do mencionado dispositivo. A tutela provisória será examinada tão logo seja apresentada a contestação, munindo-se este Juízo de mais elementos para melhor avaliar o pedido. Cite(m)-se o(s) Requerido(s) para, no prazo legal, apresentar(em) contestação. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: PAULO VICTOR PEREIRA BARROS (OAB 13050/AM) - Processo 0654179-14.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Francicley Reany Gama de Souza - De ordem do MM. Juiz de Direito e considerando o trânsito em julgado da decisão judicial, intime-se as partes para requererem o que for de direito, no prazo de 10 (dez) dias. Intime-se.

Adrielly Eduarda da Silva Almeida (OAB 14513/AM)
Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Américo Valente Cavalcante Júnior (OAB 8540/AM)
Carlos Domingos Rodrigues Neto (OAB 11296/AM)
Carlos Geraldo Cruz Duarte (OAB 10550/AM)
Daniel Lourenço (OAB 3192/AM)
Dimas Fonseca Pereira (OAB 8765/AM)
Élio Francisco de Carvalho (OAB 493/AM)
Eneias de Paula Bezerra (OAB 2354/AM)
Jaqueline Oliveira de Paula (OAB 9269/AM)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
klemilson azevedo melo (OAB 2382/AM)
Lourenço de Almeida Prado (OAB 222325/SP)
Luciano Araújo Tavares (OAB 12512/AM)
Luís Otávio de Araújo Silva (OAB 6972/RO)
Márcio Clebson da Silva Costa (OAB 10116/AM)
Marília Ramos de Oliveira (OAB 3733/AM)
Paulo Lindembeck Belchior (OAB 10617/AM)
Paulo Sérgio de Oliveira (OAB 8478/AM)
Paulo Victor Pereira Barros (OAB 13050/AM)
Raquel Isadora Leite Vieira (OAB 7586/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Silvana Castro Muniz (OAB 3328/RO)
Suelen Guedes Barbosa (OAB 6533/AM)
TIANA CARLA DE CASTRO BARBOSA (OAB 10719/AM)

2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
JUIZ(A) DE DIREITO LEONEY FIGLIUOLO HARRAQUIAN
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ANTÔNIO PEREIRA DA SILVA FILHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0148/2019

ADV: DANIELLE GARNELO LIBÓRIO (OAB 5311/AM), ADV: EVERTON PEDRO DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5290/AM), ADV: MÁRCIA REGINA BARROSO COSTA (OAB 5130/AM), ADV: MARCO AURÉLIO DOS REIS FERNANDES (OAB 546A/AM), ADV: DORIJANE DE LIMA RODRIGUES (OAB 4816/AM) - Processo 0205512-43.2010.8.04.0001 (001.10.205512-3) - Desapropriação - Posse - REQUERENTE: Superintendência Estadual de Habitação - SUHAB - REQUERIDO: Marcelo Vieira da Cunha - INTSSADO: ANTONIO GOMES DE CASTRO - Valcy Maciel Negreiros - PERITO: Valério Ladeira Luniére - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso XV, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, fica o(a) executado (a) intimado (a) para, no prazo legal, querendo, apresentar impugnação ao Cumprimento de Sentença.

ADV: ANTONIO ACACIO DO NACIMENTO NETO (OAB 10383/AM), ADV: LUCIANA ARAÚJO PAES (OAB 4678/AM), ADV: LORENA SILVA DE ALBUQUERQUE (OAB 6023/AM), ADV: JAMMES BEZERRA DE OLIVEIRA (OAB 10038/AM), ADV: NIELI NASCIMENTO ARAÚJO FERNANDES (OAB 1089A/AM), ADV: JUCELINNO ARAÚJO LIMA (OAB 8039/AM), ADV: JOHAN DA COSTA ARAÚJO (OAB 12234/AM) - Processo 0245940-04.2009.8.04.0001 (001.09.245940-5) - Cumprimento de sentença - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: ANGELO ALCOLUMBRE ALVES - REQUERIDO: Comando Geral da Polícia Militar do Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - Fundo Previdenciário do estado do Amazonas - AMAZONPREV - Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - Tendo em vista que o Estado do Amazonas deixou de apresentar impugnação ao cumprimento de sentença, expeça-se a requisição de pequeno valor (honorários) e precatório (crédito principal), nos termos do inciso I II, do § 3º, do art. 535, do Código de Processo Civil. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FRANKLIN ARTHUR MARTINZ FILHO (OAB 20217/CE), ADV: DRA. ELIANA LEITE GUEDES (OAB 4313/AM), ADV: AMANDA MARTINS VALENTE (OAB 2487/AM), ADV: JOSÉ ELDAIR DE SOUZA MARTINS (OAB 1822/AM), ADV: JOSÉ SODRÉ DOS SANTOS (OAB 1156/AM), ADV: JOSÉ ELDAIR DE SOUZA MARTINS (OAB 1822) - Processo 0307327-25.2006.8.04.0001 (001.06.307327-8) - Cumprimento de sentença - RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - REQUERENTE: Eldaiza Gomes Martins - REQUERIDO: Estado do Amazonas - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso XIII, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, ficam as partes intimadas para requererem o que lhes parecer de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Nada sendo requerido, os autos serão baixados e arquivados nos termos do inciso XXXII do mesmo ato.

ADV: ALCINEIA DA SILVA RODRIGUES (OAB 3887/AM), ADV: TIBIRIÇÁ VALÉRIO DE HOLANDA FILHO (OAB 7159/AM), ADV: WELLINGTON FILGUEIRA SAMPAIO (OAB 5308/AM), ADV: ENEIAS DE PAULA BEZERRA (OAB 2354/AM), ADV: ERNANDO SIMIÃO DA SILVA FILHO (OAB 9069/AM) - Processo 0611675-27.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Admissão / Permanência / Despedida - REQUERENTE: Valdean Nascimento Cordeiro - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Fundação de Vigilância Em Saúde - Fvs - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso X, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, fica o embargado intimada para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca dos Embargos de Declaração interpostos. Manaus, 02 de setembro de 2019. Antônio Pereira da Silva Filho Diretor de Secretaria

ADV: ERIK FRANCO DE SÁ (OAB 3786/AM), ADV: DANIEL PINHEIRO VIEGAS (OAB 746A/AM), ADV: LORENA SILVA DE ALBUQUERQUE (OAB 6023/AM), ADV: CARLOS FELLIPE DE ANDRADE NOGUEIRA (OAB 8261/AM), ADV: MARÍLIA RAMOS DE OLIVEIRA (OAB 3733/AM), ADV: JÚLIO CÉSAR DE VASCONCELLOS ASSAD (OAB 4765/AM), ADV:

GIORDANO BRUNO DA COSTA CRUZ (OAB 761A/AM), ADV: AMANDA VIEIRA LOPES JACINTO (OAB 10441/AM), ADV: RAFAEL LINS BERTAZZO (OAB 7213/AM) - Processo 0615086-49.2015.8.04.0001 (apensado ao processo 0246965-52.2009.8.04.0001) - Desapropriação - Desapropriação Indireta - REQUERENTE: Joao Gomes Henriques - RAQUEL FRANCIONE DE SOUZA PICANÇO - REQUERIDO: ESTADO DO AMAZONAS - Estado do Amazonas - INTSSADO: EDWARD FRANCO DE SÁ - Por motivo de foro íntimo superveniente, averbo-me suspeito nos presentes autos e em todos os que estão relacionados com a presente demanda, a saber:

ADV: JUCELINNO ARAÚJO LIMA (OAB 8039/AM), ADV: CLARA MARIA LINDOSO E LIMA (OAB 2602/AM), ADV: FERNANDO BORGES MORAES (OAB 1731/RO), ADV: JOSÉ PERCEU VALENTE DE FREITAS (OAB 7200/AM), ADV: FERNANDO BORGES DE MORAES (OAB 446/AM), ADV: FERNANDO BORGES DE MORAES (OAB 446A/AM) - Processo 0623969-48.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - REQUERENTE: Antonio Nery Rodrigues da Silva - REQUERIDO: Estado do Amazonas - NÃO INFORM: Secretaria de Estado da Segurança Pública - IML - Instituto Médico Legal - Instituto Médico Legal - IML - Tendo sido expedidos os alvarás, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JANDER RUBEM SOUZA DA ROCHA (OAB 7886/AM) - Processo 0624793-12.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Nomeação - REQUERENTE: Joaquim Pablo de Souza Ferreira - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Tendo em vista que, embora regularmente intimado, o Estado do Amazonas deixou de apresentar impugnação ao cumprimento de sentença, expeça-se a requisição de pequeno valor, nos termos do inciso II, do § 3º, do art. 535, do Código de Processo Civil. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CLEITON DA SILVA CARVALHO (OAB 10652/AM), ADV: FRANCISCO GILBERT MELO DA SILVA (OAB 10983/AM), ADV: VIRGINIA NUNES BESSA (OAB 3591/AM), ADV: MICAEL PINHEIRO NEVES SILVA (OAB 6088/AM) - Processo 0631346-36.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Erro Médico - REQUERENTE: Angelo Diogo Lopes dos Santos - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas - SUSAM - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso XII, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, fica a apelada intimada para, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresentar Contrarrazões ao recurso de Apelação. Decorrido o prazo com ou sem manifestação, o processo será remetido ao Tribunal de Justiça (art. 1.010, §§ 1º. 2º e 3º). Manaus, 30 de agosto de 2019. Antônio Pereira da Silva Filho Diretor de Secretaria

ADV: WASHINGTON ALVES DOS SANTOS (OAB 3129/AM), ADV: JOSÉ RAIMUNDO SILVA ANDION (OAB 9021/AM), ADV: MARGARIDA MARIA LEÃO DE OLIVEIRA (OAB 5185/AM), ADV: SEBASTIÃO GONÇALVES DE ARAÚJO FILHO (OAB 9665/AM) - Processo 0635704-78.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Admissão / Permanência / Despedida - REQUERENTE: Abraão Mesquita Cavalcante - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Fundação Hospital Adriano Jorge - FHAJ - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso XV, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, fica o(a) executado (a) intimado (a) para, no prazo legal, querendo, apresentar impugnação ao Cumprimento de Sentença.

ADV: SÉRGIO AUGUSTO GRAÇA CAVALCANTE (OAB 4895/AM), ADV: IKE KENNEDY VEIGA DA SILVA (OAB 4519/AM), ADV: JOSÉ ROBERTO GIÓIA ALFAIA (OAB 1746/AM), ADV: MARIA DO PERPETUO SOCORRO APARICIO DE SOUZA (OAB 7142/AM), ADV: MARITA SANTOS DE OLIVEIRA CORRÊA (OAB 5391/AM), ADV: NEYDE REGINA DEMOSTHENES TRINDADE (OAB 795/MP) - Processo 0636834-06.2016.8.04.0001 - Ação Civil Pública Cível - Transporte Terrestre - REQUERENTE: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - 13.ª Promotoria de Justiça - Patrimônio Público - 52.ª Promotoria de Justiça - Promotoria - Patrimônio Público - Promotoria - Defesa Do Consumidor - 52.ª Promotoria de Justiça - Defesa do Consumidor - REQUERIDO: Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas - DETRAN/AM - Diante da manifestação do autor às fl. 2143, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FRANCISCO NONATO BOARY (OAB 1058/AM), ADV: FÁBIO MARTINS RIBEIRO (OAB 449A/AM), ADV: CAROLINE RETTO FROTA (OAB 4411/AM), ADV: FRANKLIN ARTHUR MARTINZ FILHO (OAB 20217/CE), ADV: LAÉRCIO DE CASTRO DOURADO JÚNIOR (OAB 13184/AM), ADV: LUCIANE BARROS DE SOUZA (OAB 4789/AM), ADV: ANA MARCELA GRANA DE ALMEIDA (OAB 7513/AM) - Processo 0702132-81.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Restabelecimento - REQUERENTE: Maria do Socorro Morene Ribeiro - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Diga a autora, no prazo de 05 (cinco) dias, sobre os documentos de fls. 259-273, 278-288 e 292-322. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, voltem-me os autos conclusos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RICARDO DE OLIVEIRA LIMA (OAB 6306/AM), ADV: CLÉUCIO DA SILVA OLIVEIRA (OAB 5060/AM), ADV: DANIEL GUEDES DE CARVALHO (OAB 7533/AM), ADV: ELCINETE CARDOSO DE ALMEIDA (OAB 6946/AM), ADV: RAFAEL LINS BERTAZZO (OAB 7213/AM), ADV: RODRIGO DE ALENCAR MAIA (OAB 5816/AM) - Processo 0702140-58.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: ANDRÉ COSTA DA SILVA - EDILSON SILVA DE LIMA - REQUERIDO: INSTITUTO SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO E ECONOMIA FGV - Estado do Amazonas - Indefiro a petição de fl. 600. Os documentos requisitados na decisão de fl. 596 constam da Resolução 03/2014 - PTJ, a qual disciplina a instrução das requisições de precatório e pequeno valor. Assim, não apresentados os documentos indicados na referida decisão, no prazo de 05 (cinco) dias, arquivem-se os autos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RICARDO QUEIROZ DE PAIVA (OAB 4510/AM) - Processo 0718768-25.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pensão por Morte (Art. 74/9) - REQUERENTE: Maria de Nazaré Martins - Defensoria Pública do Estado do Amazonas - REQUERIDO: Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso XIII, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, ficam as partes intimadas para requererem o que lhes parecer de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Nada sendo requerido, os autos serão baixados e arquivados nos termos do inciso XXXII do mesmo ato.

ADV: KASSER JORGE CHAMY DIB (OAB 5551/AM), ADV: BRENO DA SILVEIRA DIB (OAB 9970/AM) - Processo 4006474-04.2018.8.04.0000 - Mandado de Segurança Cível - Licitações - IMPETRANTE: Porto Seguro Serviços de Vigilância e Segurança Ltda-epp - IMPETRADO: Fundaçao Amazoneprev - REQUERIDO: Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso XIII, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, ficam as partes intimadas para requererem o que lhes parecer de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Nada sendo requerido, os autos serão baixados e arquivados nos termos do inciso XXXII do mesmo ato.

Alcineia da Silva Rodrigues (OAB 3887/AM)
Amanda Martins Valente (OAB 2487/AM)
AMANDA VIEIRA LOPES JACINTO (OAB 10441/AM)
Ana Marcela Grana de Almeida (OAB 7513/AM)
Antonio Acacio do Nacimento Neto (OAB 10383/AM)
Breno da Silveira Dib (OAB 9970/AM)
Carlos Fellipe de Andrade Nogueira (OAB 8261/AM)
Caroline Retto Frota (OAB 4411/AM)
Clara Maria Lindoso e Lima (OAB 2602/AM)
Cleiton da Silva Carvalho (OAB 10652/AM)
Cléucio da Silva Oliveira (OAB 5060/AM)
Daniel Guedes de Carvalho (OAB 7533/AM)
Daniel Pinheiro Viegas (OAB 746A/AM)
Danielle Garnelo Libório (OAB 5311/AM)
Dorijane de Lima Rodrigues (OAB 4816/AM)
Dra. Eliana Leite Guedes (OAB 4313/AM)
Elcinete Cardoso de Almeida (OAB 6946/AM)
Eneias de Paula Bezerra (OAB 2354/AM)
Erik Franco de Sá (OAB 3786/AM)
Ernando Simião da Silva Filho (OAB 9069/AM)
Everton Pedro de Souza Oliveira (OAB 5290/AM)
Fábio Martins Ribeiro (OAB 449A/AM)
Fernando Borges de Moraes (OAB 446/AM)
Fernando Borges de Moraes (OAB 446A/AM)
Fernando Borges Moraes (OAB 1731/RO)

Francisco Gilbert Melo da Silva (OAB 10983/AM)
Francisco Nonato Boary (OAB 1058/AM)
Franklin Arthur Martinz Filho (OAB 20217/CE)
Giordano Bruno da Costa Cruz (OAB 761A/AM)
Ike Kennedy Veiga da Silva (OAB 4519/AM)
Jammes Bezerra de Oliveira (OAB 10038/AM)
Jander Rubem Souza da Rocha (OAB 7886/AM)
Johan da Costa Araújo (OAB 12234/AM)
José Eldair de Souza Martins (OAB 1822)
José Eldair de Souza Martins (OAB 1822/AM)
José Perceu Valente de Freitas (OAB 7200/AM)
José Raimundo Silva Andion (OAB 9021/AM)
José Roberto Gióia Alfaia (OAB 1746/AM)
José Sodré dos Santos (OAB 1156/AM)
Jucelinno Araújo Lima (OAB 8039/AM)
Júlio César de Vasconcellos Assad (OAB 4765/AM)
Kasser Jorge Chamy Dib (OAB 5551/AM)
Laércio de Castro Dourado Júnior (OAB 13184/AM)
Lorena Silva de Albuquerque (OAB 6023/AM)
Luciana Araújo Paes (OAB 4678/AM)
Luciane Barros de Souza (OAB 4789/AM)
Márcia Regina Barroso Costa (OAB 5130/AM)
Marco Aurélio dos Reis Fernandes (OAB 546A/AM)
Margarida Maria Leão de Oliveira (OAB 5185/AM)
Maria do Perpetuo Socorro Aparicio de Souza (OAB 7142/AM)
Marília Ramos de Oliveira (OAB 3733/AM)
Marita Santos de Oliveira Corrêa (OAB 5391/AM)
Micael Pinheiro Neves Silva (OAB 6088/AM)
Neyde Regina Demosthenes Trindade (OAB 795/MP)
Nieli Nascimento Araújo Fernandes (OAB 1089A/AM)
Rafael Lins Bertazzo (OAB 7213/AM)
Ricardo de Oliveira Lima (OAB 6306/AM)
Ricardo Queiroz de Paiva (OAB 4510/AM)
Rodrigo de Alencar Maia (OAB 5816/AM)
Sebastião Gonçalves de Araújo Filho (OAB 9665/AM)
Sérgio Augusto Graça Cavalcante (OAB 4895/AM)
Tibiriçá Valério de Holanda Filho (OAB 7159/AM)
Virginia Nunes Bessa (OAB 3591/AM)
Washington Alves dos Santos (OAB 3129/AM)
Wellington Filgueira Sampaio (OAB 5308/AM)

4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0161/2019

ADV: AMILCAR AUGUSTO CÉSAR DE CARVALHO (OAB 1450/AM), ADV: ALUÍSIO PEREIRA DO NASCIMENTO (OAB 2796/AM) - Processo 0000826-76.1998.8.04.0012 (012.98.000826-0) - Cumprimento de sentença - Desapropriação - EXEQUENTE: Município de Manaus - EXECUTADO: Edson Pereira de Oliveira - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS Juízo de Direito da 4ª Vara da Fazenda Pública Manaus 0000826-76.1998.8.04.0012 Cumprimento de Sentença Desapropriação Exequente:Município de Manaus Executado: Edson Pereira de Oliveira CERTIDÃO Certifico que no dia 24/05/2019, foi juntado aos autos, pela Contadoria Judicial, o relatório de Cálculos de Atualização do valor condenatório, fls. 590/594. É o que me cumpre certificar. Manaus, 30 de agosto de 2019 Odílio Mendonça da Silva Neto Diretor de Secretaria ATO ORDINATÓRIO De ordem do MM Juiz de Direito, conforme previsto no art. 3º do Provimento nº 63/02-CGJ, ficam as partes intimadas para se manifestarem, expressamente, quanto aos cálculos de atualização de fls. 590/594, no prazo de 05 (cinco) dias, sendo em dobro para o ente público, nos termos do art. 183 do CPC. . Manaus, 30 de agosto de 2019 Odílio Mendonça da Silva Neto Diretor de Secretaria

ADV: NORMANDO SÁVIO CORRÊA PINHEIRO (OAB 2312/AM), ADV: JULIO CEZAR RODRIGUES LIMA (OAB 8461/AM), ADV: WELLINGTON DE AMORIM ALVES (OAB 2993/AM) - Processo 0203282-91.2011.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXECUTADA: Casa do Idoso São Vicente de Paulo - Município de Manaus - FUNDAÇÃO DE APOIO AO IDOSO “DOUTOR THOMAS” - Autos nº:0203282-91.2011.8.04.0001 Classe:Execução de Título Extrajudicial Autor(a):Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau Réu(s):Casa do Idoso São Vicente de Paulo, Município de Manaus e FUNDAÇÃO DE APOIO AO IDOSO “DOUTOR THOMAS” DESPACHO Verifica-se que o ponto central da controvérsia está demonstrado nos autos e o feito se faz pronto para recepcionar final outorga jurisdicional. Desta forma, identifica-se, na espécie, a possibilidade de proferir julgamento antecipado da lide de acordo com o atual estado do processo, segundo dicção que se extrai do artigo 355 do CPC. Aplica-se à causa a regra do art. 357 do CPC, para ordenar a intimação das partes e de seus procuradores para, no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da publicação deste despacho, manifestarem-se: I. Se desejam firmar algum acordo; II. Se concordam com o julgamento antecipado, pois a questão é unicamente de direito e prova documental; III. Caso contrário, indicarem as provas que pretendem produzir, explicitando a sua necessidade. Destarte, ficam as partes intimadas para se manifestarem acerca deste pronunciamento, entendendo-se o silêncio como aceitação ao julgamento antecipado previsto no art. 355, inciso I do CPC. Após a manifestação nos autos, voltem-me os autos conclusos. Manaus, 30 de agosto de 2019. Juiz Paulo Fernando de Britto Feitoza

ADV: JAQUELINE PONCE DE LEÃO LIMA ALMEIDA (OAB 5200/AM), ADV: ANTÔNIO JOSÉ OLIVA VELOSO (OAB 6339/AM) - Processo 0620640-33.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Andrea da Silva Nobrega e outro - REQUERIDA: Mosaico Engenharia e Comércio Ltda e outro - DESPACHO Autos nº:0620640-33.2013.8.04.0001 Classe:Procedimento Comum Cível Autor(a):SERGIO ROBERTO RIBEIRO e Andrea da Silva Nobrega Réu:Município de Manaus e Mosaico Engenharia e Comércio Ltda Diante do pedido de produção de prova testemunhal formulado às fls. 758 e 764, à Secretaria para pautar audiência de instrução e julgamento. Registra-se que a intimação das testemunhas arroladas pelas partes cabe à mesmas, nos termos do art. 455, caput do CPC, que dita: Art. 455. Cabe ao advogado da parte informar ou intimar a testemunha por ele arrolada do dia, da hora e do local da audiência designada, dispensando-se a intimação do juízo. A exceção a citada regra reside apenas quanto às testemunhas que forem servidores públicos. Assim, deve a Secretaria promover apenas a intimação da testemunha Frank Borges, por ser major do Corpo de Bombeiros. Intimem-se. Cumpra-se. Manaus, 12 de junho de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: JAQUELINE PONCE DE LEÃO LIMA ALMEIDA (OAB 5200/AM), ADV: ANTÔNIO JOSÉ OLIVA VELOSO (OAB 6339/AM) - Processo 0620640-33.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Andrea da Silva Nobrega e outro - REQUERIDA: Mosaico Engenharia e Comércio Ltda e outro - PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO AMAZONAS Juízo de Direito da 4ª Vara da Fazenda Pública Autos n°: 0620640-33.2013.8.04.0001 Classe: Procedimento Comum Cível Assunto: Indenização por Dano Material Autores: Andrea da Silva Nobrega e SERGIO ROBERTO RIBEIRO Réus: Município de Manaus e Mosaico Engenharia e Comércio Ltda CERTIDÃO Nesta data, certifico que PAUTEI AUDIÊNCIA de INSTRUÇÃO E JULGAMENTO para o dia 01/10/2019, a ser realizada na Sala padrão desta 4ª Vara da Fazenda Pública. Manaus, 30 de agosto de 2019 Odílio Mendonça da Silva Neto Diretor de Secretaria ATO ORDINATÓRIO De ordem do MM Juiz de Direito, conforme previsto na decisão de fls. 802, ficam as partes intimadas da AUDIÊNCIA de /INSTRUÇÃO E JULGAMENTO pautada para o dia 01/10/2019 às 10:00h, a ser realizada na Sala padrão desta 4ª Vara da Fazenda Pública. Manaus, 30 de agosto de 2019 Odílio Mendonça da Silva Neto Diretor de Secretaria

Aluísio Pereira do Nascimento (OAB 2796/AM)
Amilcar Augusto César de Carvalho (OAB 1450/AM)
Antônio José Oliva Veloso (OAB 6339/AM)
Jaqueline Ponce de Leão Lima Almeida (OAB 5200/AM)
Julio Cezar Rodrigues Lima (OAB 8461/AM)
Normando Sávio Corrêa Pinheiro (OAB 2312/AM)
Wellington de Amorim Alves (OAB 2993/AM)

5ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0156/2019

ADV: JOSÉ CARLOS DE MORAES BEZERRA (OAB 16566/SP) - Processo 0345265-20.2007.8.04.0001 (001.07.345265-4) - Cumprimento de sentença - Obrigações - REQUERENTE: Maria Roza de Araújo - Em tempo, expeça-se o competente Alvará. Cumpra-se. Intime-se. Manaus, 29 de agosto de 2019.

ADV: SÉRGIO VITAL LEITE DE OLIVEIRA (OAB 9124/AM), ADV: SAULO GABRIEL RODRIGUES DOS SANTOS (OAB 9908/AM), ADV: VANILDE MEDEIROS DA SILVA (OAB 12100/AM) - Processo 0604806-48.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Pedro Jose da Fonseca Soares - REQUERIDO: Município de Maués - CERTIFICO que deixei de expedir a Requisição de Pequeno Valor, como determinado no despacho de fls. 237, em razão de não constar nos autos cópia da OAB do advogado credor dos honorários, além do NIT/PIS/PASEP, documentos indispensáveis à instrução da RPV. Manaus, 30 de agosto de 2019. Marco Antonio Teixeira da Silva Diretor de Secretaria em exercício

ADV: MARTHA MAFRA GONZALES (OAB 4103/AM) - Processo 0606366-54.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - REQUERENTE: Francisco Moisés de Souza Olimpio - Decisão. Pelo exposto, determino o CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO da presente ação, com base no artigo 290 do Código de Processo Civil. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. P.R.I. Manaus, 29 de agosto de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: FRANCISCO BATISTA DOS SANTOS (OAB 9550/AM) - Processo 0619016-41.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Direito de Imagem - REQUERENTE: Waldemar Coelho Maciel Filho - Em tempo, expeça-se o competente Alvará. Cumpra-se. Intime-se. Manaus, 29 de agosto de 2019.

ADV: SAMIA BRINGEL ROCHA (OAB 10473/MA), ADV: TELMA PEREIRA DE ARAUJO (OAB 30513/DF) - Processo 0626741-13.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - REQUERENTE: Wellington Bringel de Almeida - REQUERIDO: Centro Brasileiro de Pesquisa Em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (cebraspe) e outro - Em virtude dos efeitos infringentes perseguidos nos Embargos de Declaração, diga o Embargado, no prazo de 5 dias, na forma do art. 1.023, parágrafo 2º do CPC. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 29 de agosto de 2019 Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: MARCELO ALMEIDA DE OLIVEIRA (OAB 10004/AM), ADV: JULIANE SCHMITZ BEZERRA (OAB 7873/AM) - Processo 0637899-31.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extajudicial contra a Fazenda Pública - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Jbv Serviços de Buffet Ltda - Cite-se o Executado para, querendo, opor Embargos à execução no prazo legal (art. 910, CPC/15). À Secretaria para corrigir a classe da ação para Execução de Título Extrajudicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM) - Processo 0645103-29.2019.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Emerson Tizatto - Intime-se o Executado para, no prazo do art. 535 do CPC, impugnar o cumprimento de sentença. À Secretaria para corrigir a classe da ação no cadastro processual. Defiro o benefício da gratuidade de justiça. Cumpra-se. Manaus, 29 de agosto de 2019 Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: DIEGO ROBERT FERNANDES MARIALVA (OAB 354010SP) - Processo 0645156-10.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pessoas com deficiência - REQUERENTE: I.O.F. - Defiro o pedido de gratuidade da justiça formulado pela Autora, nos termos do art. 98 e seguintes do CPC. Deixo de pautar a audiência de conciliação a que alude o art. 334 do CPC, em homenagem ao princípio da celeridade processual, em razão de não se ter notícia da existência de lei ou ato normativo estadual que autorize a PGE a transigir em juízo o que, por consequência, acaba por inadmitir a autocomposição (art. 334, II, CPC). Cite-se o Requerido para contestar a ação no prazo legal. Cumpra-se. Manaus, 29 de agosto de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: RAFAEL YAN DE SOUZA SILVA (OAB 13427/AM) - Processo 0645211-58.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Rony da Conceição de Albuquerque - Defiro o pedido de gratuidade da justiça formulado pelo Autor, nos termos do art. 98 e seguintes do CPC. Deixo de pautar a audiência de conciliação a que alude o art. 334 do CPC/15, em homenagem ao princípio da celeridade processual, em razão de não se ter notícia da existência de lei ou ato normativo estadual que autorize a PGE a transigir em juízo o que, por consequência, acaba por inadmitir a autocomposição (art. 334, II, CPC/15). Cite-se o Requerido para contestar a ação no prazo legal. Cumpra-se. Manaus, 29 de agosto de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: RAFAEL YAN DE SOUZA SILVA (OAB 13427/AM) - Processo 0645216-80.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Vagner de Souza - Defiro o pedido de gratuidade da justiça formulado pelo Autor, nos termos do art. 98 e seguintes do CPC. Deixo de pautar a audiência de conciliação a que alude o art. 334 do CPC/15, em homenagem ao princípio da celeridade processual, em razão de não se ter notícia da existência de lei ou ato normativo estadual que autorize a PGE a transigir em juízo o que, por consequência, acaba por inadmitir a autocomposição (art. 334, II, CPC/15). Cite-se o Requerido para contestar a ação no prazo legal. Cumpra-se. Manaus, 29 de agosto de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: ALESSANDRA GOMES DOS SANTOS (OAB 6938/AM) - Processo 0645900-05.2019.8.04.0001 - Desapropriação - Desapropriação Indireta - REQUERENTE: Condomínio Ideal Torquato - Defiro o benefício da gratuidade de justiça, considerando o documento comprobatório de impossibilidade de pagamento das custas às fls. 70-71 e o valor atribuído à causa, a teor da Súmula 481 STJ. Deixo de pautar a audiência de conciliação a que alude o art. 334 do CPC/15, em homenagem ao princípio da celeridade processual, em razão de não se ter notícia da existência de lei ou ato normativo estadual que autorize a PGE a transigir em juízo o que, por consequência, acaba por inadmitir a autocomposição (art. 334, II, CPC/15). Cite-se o Requerido para contestar a ação no prazo legal. Intimem-se. Cumpra-se. Manaus, 29 de agosto de 2019 Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: ALMERON CAMINHA (OAB 12270/AM) - Processo 0646075-96.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Remuneração - REQUERENTE: David de Souza Brandão - Defiro o pedido de gratuidade da justiça formulado pelo Autor, nos termos do art. 98 e seguintes do CPC. Deixo de pautar a audiência de conciliação a que alude o art. 334 do CPC, em homenagem ao princípio da celeridade processual, em razão de não se ter notícia da existência de lei ou ato normativo estadual que autorize a PGE a transigir em juízo o que, por consequência, acaba por inadmitir a autocomposição (art. 334, II, CPC). Cite-se o Requerido para contestar a ação no prazo legal. Cumpra-se. Manaus, 30 de agosto de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: HAMILTON NOVO LUCENA JUNIOR (OAB 5488/AM) - Processo 0646345-23.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Admissão / Permanência / Despedida - REQUERENTE: Regina Nunes de Oliveira - Tendo em vista a implantação Juizado da Fazenda Pública Estadual e Municipal, promovida pela LC nº 178/17, e estando a presente ação dentre aquelas de competência de tal juízo especializado, declino da minha competência. Redistribuam-se os autos para a Vara do Juizado da Fazenda Pública Estadual e Municipal. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 30 de agosto de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: HAMILTON NOVO LUCENA JUNIOR (OAB 5488/AM) - Processo 0646349-60.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Admissão / Permanência / Despedida - REQUERENTE: Suraia Araújo Costa - Tendo em vista a implantação Juizado da Fazenda Pública Estadual e Municipal, promovida pela LC nº 178/17, e estando a presente ação dentre aquelas de competência de tal juízo especializado, declino da minha competência. Redistribuam-se os autos para a Vara do Juizado da Fazenda Pública Estadual e Municipal. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 30 de agosto de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: ENNY LUDMYLA PEREIRA DUARTE (OAB 8094/AM), ADV: DANIELLE DA COSTA PINHEIRO (OAB 7710/AM), ADV: EDGAR PORTELA DA SILVA AGUIAR (OAB 9941/AM) - Processo 0719454-17.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Aposentadoria Especial (Art. 57/8) - REQUERENTE: Angelina de Souza Santos - Analisando o petitório às fls. 545-548, decido por manter a decisão de fls. 498-504 por seus próprios fundamentos. Desta forma, inexistindo notícias nos autos que o agravo de instrumento às fls. 518-530 tenha sido recebido com efeito suspensivo, nada obsta o prosseguimento da execução. Ademais, verifico que assiste razão ao Executado quando apontou que a contadoria judicial, às fls. 532-533, baseou-se nos cálculos apresentados pelo Exequente à fl. 400, quando determinado por este Juízo que deveriam ser seguidos os parâmetros do cálculo do Executado à fl. 429, inclusive com incidência dos juros a partir de 11/06/2013 e exclusão da parcela referente à 01/2011. Outrossim, no que tange à impugnação quanto ao índice de correção monetária aplicado, ressalto não assistir razão à Manaus Previdência, posto que já fixado na decisão de fls. 455-460 o IPCA-E como o correto. Operou-se, portanto, a preclusão para que a Manausprev impugnasse o índice de correção monetária; ressaltando inclusive que a própria Executada utilizou-se do IPCA-E em seus cálculos de fl. 429. Portanto, determino a remessa dos autos à contadoria para refazimento dos cálculos, corrigindo-se aqueles apresentados às fls. 532-533, devendo ser seguidos os parâmetros do cálculo do Executado à fl. 429, inclusive com incidência dos juros a partir de 11/06/2013 e exclusão da parcela referente à 01/2011. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 29 de agosto de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

Alessandra Gomes dos Santos (OAB 6938/AM)
Almeron Caminha (OAB 12270/AM)
Antônio Jarlison Pires da Silva (OAB 12261/AM)
Danielle da Costa Pinheiro (OAB 7710/AM)
Diego Robert Fernandes Marialva (OAB 354010SP)
Edgar Portela da Silva Aguiar (OAB 9941/AM)
Enny Ludmyla Pereira Duarte (OAB 8094/AM)
Francisco Batista dos Santos (OAB 9550/AM)
Hamilton Novo Lucena Junior (OAB 5488/AM)
José Carlos de Moraes Bezerra (OAB 16566/SP)
Juliane Schmitz Bezerra (OAB 7873/AM)
Marcelo Almeida de Oliveira (OAB 10004/AM)
Martha Mafra Gonzales (OAB 4103/AM)
Rafael Yan de Souza Silva (OAB 13427/AM)
Samia Bringel Rocha (OAB 10473/MA)
Saulo Gabriel Rodrigues dos Santos (OAB 9908/AM)
Sérgio Vital Leite de Oliveira (OAB 9124/AM)
Telma Pereira de Araujo (OAB 30513/DF)
Vanilde Medeiros da Silva (OAB 12100/AM)

VARA DE REGISTROS PÚBLICOS E USUCAPIÃO

JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE REGISTROS PÚBLICOS E USUCAPIÃO
JUIZ(A) DE DIREITO DINAH CÂMARA FERNANDES DE SOUZA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL JORGE GLAUBER LIRA BARROS
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0098/2019

ADV: CLYSSIA REGIANE DE OLIVEIRA TEIXEIRA (OAB 6293/AM) - Processo 0601626-53.2019.8.04.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: V.C.M. - Atenda-se a promoção retro imediatamente, de logo fixando à parte, uma vez incumbindo-lhe alguma diligência, o prazo de 10 (dez) dias. Após, dê-se nova vista ao Ministério Público e v. conclusos.

ADV: ANÍSIO MARQUES VALENTE NETTO (OAB 13255/AM) - Processo 0613018-24.2018.8.04.0001 - Regularização de Registro Civil - Seção Cível - REQUERENTE: R.L.M. - Vistos etc... Cuidam os autos de pedido de alteração de prenome do requerente, com o fito de mudar seu nome nos assentos de nascimento e casamento, de Roziel Lima Marques para Rosiel Sotero Lima Marques. Requerimento instruído com os documentos necessários. Às fls. 56/58, consta termo de audiência com a oitiva do requerente, Roseane Marques Arruda, Eduardo Menezes dos Reis e Márcio José Silva dos Santos. Instada a manifestar-se, a nobre representante ministerial opinou pelo deferimento do pedido, nos termos formulados. É o breve relatório. Decido. De fato, a situação exposta, a consistência dos argumentos e a comprovação documental amparam a pretensão. Compulsando os autos processuais, verifico que o requerente alega que na sua certidão de nascimento (fl. 11) constou o prenome grafado Roziel, mas há muitos anos se identifica como Rosiel, motivo pelo qual deseja retificar o prenome. Ademais, o autor sustentou que deseja acrescer ao seu nome o sobrenome Sotero, como forma de homenagear o avô materno, cujo assento de óbito encontra-se às fls. 19 dos autos q que no meio social apresenta-se como Rosiel Sotero. Com efeito, o artigo 57, caput da Lei 6.015/73 - Lei de Registros Públicos - sustenta o pedido formulado nos autos, senão vejamos: “Art. 57. A alteração posterior de nome, somente por exceção e motivadamente, após audiência do Ministério Público, será permitida por sentença do juiz a que estiver sujeito o registro, arquivando-se o mandado e publicando-se a alteração pela imprensa, ressalvada a hipótese do art. 110 desta Lei”. (Redação dada pela Lei nº 12.100, de 2009). Diante disso, DEFIRO tal alteração no prenome, para que nos registros de nascimento (fls. 11) e casamento (fls. 33) do requerente passe a constar seu nome como Rosiel Sotero Lima Marques, com fulcro no art. 57 e 109 da Lei de Registros Públicos, nos termos e limites do parecer ministerial. Determino seja encaminhada ao Instituto de Identificação Civil do Amazonas e ao Tribunal Regional Eleitoral a presente decisão, para tomarem conhecimento e adotarem as medidas que acharem necessárias. Dispensável aguardar-se o trânsito em julgado, eis que não há, na espécie, interesse recursal. Determino que a presente sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Sem custas, na forma do art. 30 § 1º e §2º, da Lei 6.015/73. P.I.C.

ADV: RODOLFO MACHADO REIS (OAB 11036/AM) - Processo 0619932-07.2018.8.04.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro de nascimento após prazo legal - REQUERENTE: Samuel Castro dos Santos - Vistos etc... Cuidam os autos de retificação em assento de registro civil de nascimento de SAMUEL CASTRO DOS SANTOS, para que passe a constar o nome atual de sua genitora, alterado em decorrência do divórcio. Requerimento instruído com os documentos necessários. A nobre representante ministerial opina pelo deferimento do pedido, nos termos formulados. De fato, a situação exposta, a consistência dos argumentos e a comprovação documental amparam a pretensão, haja vista constar nos autos certidão de casamento de fls. 10, que comprova que os genitores do requerente se divorciaram em 1999, ou seja, após o nascimento do requerente, que ocorrera em 1998. Com efeito, o artigo 109 da Lei 6.015/73 - Lei de Registros Públicos - sustenta o pedido formulado nos autos, senão vejamos: “Art. 109. Quem pretender que se restaure, supra ou retifique assentamento no Registro Civil, requererá, em petição fundamentada e instruída com documentos ou com indicação de testemunhas, que o Juiz o ordene, ouvido o órgão do Ministério Público e os interessados, no prazo de cinco dias, que correrá em cartório. (Renumerado do art. 110 pela Lei nº 6.216, de 1975). § 1° Se qualquer interessado ou o órgão do Ministério Público impugnar o pedido, o Juiz determinará a produção da prova, dentro do prazo de dez dias e ouvidos, sucessivamente, em três dias, os interessados e o órgão do Ministério Público, decidirá em cinco dias. § 2° Se não houver impugnação ou necessidade de mais provas, o Juiz decidirá no prazo de cinco dias. § 3º Da decisão do Juiz, caberá o recurso de apelação com ambos os efeitos.§ 4º Julgado procedente o pedido, o Juiz ordenará que se expeça mandado para que seja lavrado, restaurado e retificado o assentamento, indicando, com precisão, os fatos ou circunstâncias que devam ser retificados, e em que sentido, ou os que devam ser objeto do novo assentamento. § 5º Se houver de ser cumprido em jurisdição diversa, o mandado será remetido, por ofício, ao Juiz sob cuja jurisdição estiver o cartório do Registro Civil e, com

o seu "cumpra-se", executar-se-á. § 6º As retificações serão feitas à margem do registro, com as indicações necessárias, ou, quando for o caso, com a trasladação do mandado, que ficará arquivado. Se não houver espaço, far-se-á o transporte do assento, com as remissões à margem do registro original". Importante também destacar o disposto no parágrafo único, do art. 3º, da Lei 8.560/92: "Art. 3° E vedado legitimar e reconhecer filho na ata do casamento. Parágrafo único. É ressalvado o direito de averbar alteração do patronímico materno, em decorrência do casamento, no termo de nascimento do filho". Neste sentido é o entendimento jurisprudencial: RECURSO ESPECIAL. DIREITO DE FAMÍLIA. RETIFICAÇÃO. SOBRENOME. REGISTRO DE NASCIMENTO DOS FILHOS. DIREITO SUBJETIVO. POSSIBILIDADE. PRINCÍPIO DA SIMETRIA. 1. É direito subjetivo da pessoa retificar seu patronímico no registro de nascimento de seus filhos após divórcio. 2. A averbação do patronímico no registro de nascimento do filho em decorrência do casamento atrai, à luz do princípio da simetria, a aplicação da mesma norma à hipótese inversa, qual seja, em decorrência do divórcio, um dos genitores deixa de utilizar o nome de casado (art. 3º, parágrafo único, da Lei nº 8.560/1992). 3. Em razão do princípio da segurança jurídica e da necessidade de preservação dos atos jurídicos até então praticados, o nome de casada não deve ser suprimido dos assentamentos, procedendo-se, tão somente, a averbação da alteração requerida após o divórcio. 4. Recurso especial provido. (REsp 1279952/MG, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 03/02/2015, DJe 12/02/2015). Diante disso, DEFIRO tal retificação, nos termos do art. 3º da Lei 8.560/92 e art. 109, §4º, da Lei de Registros Públicos, consoante limites do requerimento e correspectivo parecer ministerial (fls. 34/35), devendo o(a) Oficial(a) do 3º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais de Manaus/AM, proceder com a averbação na certidão de nascimento de SAMUEL CASTRO DOS SANTOS (fls. 09), para constar o nome de solteira de sua genitora, qual seja: CELIA REGINA LOBATO DE CASTRO. Dispensável aguardar-se o trânsito em julgado, eis que não há, na espécie, interesse recursal. Determino que a presente sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Sem custas, na forma do art. 30 § 1º e §2º, da Lei 6.015/73. P.I.C.

ADV: MARIA AMÁVIA DE SOUZA CAMPOS (OAB 2693/AM), ADV: JAQUELINE VEIGA PAIXÃO (OAB 5163/AM), ADV: GILMAR MARTINS MONTEIRO (OAB 6520/AM), ADV: SÔNIA D'ARC OLIVEIRA BARROS DE CARVALHO (OAB 4071/AM) - Processo 0629868-22.2019.8.04.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro de nascimento após prazo legal - REQUERENTE: Zenildo dos Santos Oliveira - Atenda-se a promoção retro imediatamente, de logo fixando à parte, uma vez incumbindo-lhe alguma diligência, o prazo de 10 (dez) dias. Após, dê-se nova vista ao Ministério Público e v. conclusos.

ADV: ANDREA VIANA DE SALES (OAB 10050/AM), ADV: SÔNIA D'ARC OLIVEIRA BARROS DE CARVALHO (OAB 4071/AM), ADV: PAULO JOSÉ PEREIRA TRINDADE JÚNIOR (OAB 4992/AM), ADV: MARIA AMÁVIA DE SOUZA CAMPOS (OAB 2693/AM), ADV: JAQUELINE VEIGA PAIXÃO (OAB 5163/AM), ADV: GILMAR MARTINS MONTEIRO (OAB 6520/AM), ADV: ALDRIN BENTES PONTES (OAB 8887/AM) - Processo 0631092-34.2015.8.04.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro de nascimento após prazo legal - REQUERENTE: Adalberto Azevedo Bentes - Vistos etc... Trata-se de pedido de Retificação de Registro Público, formulado por Adalberto Azevedo Bentes, com objetivo de retificar o prenome do autor em seu assento de nascimento, vez que consta "Alberto" quando o correto seria "Adalberto". Às fls. 13/14, 21 e 27, consta promoção ministerial requisitando diligências, as quais não foram atendidas. Às fls. 33, a nobre representante ministerial opinou pela extinção do feito, sem resolução do mérito, nos termos do art. 495, III do CPC. Vieram-me os autos conclusos. Passo a decidir: O art. 485, III, CPC trata da causa de extinção do processo sem a resolução do mérito conhecida como "abandono do processo", descrevendo a desídia do demandante que deixa de praticar atos ou cumprir diligências indispensáveis ao andamento do processo por prazo superior a 30 dias. Ao compulsar os autos, infere-se que a presente ação foi iniciada no ano de 2014 e, desde então, este Juízo vem reiteradamente tentando promover a intimação da parte autora, seja por meio de seu defensor, por AR e/ou mesmo por Oficial de Justiça, restando infrutíferos todos os meios (fls. 14/15; 17; 21; 28/29). Embora o juízo tenha oportunizado manifestação pessoal acerca do interesse em prosseguir a tramitação processual e em respeito ao disposto no art. 485, §1º, CPC, no caso em concreto, está evidenciado o desinteresse da parte autora. Nesse sentido, ressalte-se o comando trazido no parágrafo único do art. 274, CPC: "Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço .Diante do exposto, demonstrado o desinteresse na causa pela parte autora, seja por não ter mantido atualizado o seu endereço, seja por efetivamente abandonar o processo proposto há cinco anos, determino a extinção do feito sem resolução de mérito, com fundamento no artigo 485, III, do Código de Processo Civil. Sem custas. Intimem-se. Após transitado em julgado, arquive-se, sem prejuízo de retomada do processo, caso a parte manifeste interesse.

ADV: MARIA DE JESUS DE SOUZA LIMA (OAB 3076/AM) - Processo 0634934-80.2019.8.04.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro de nascimento após prazo legal - REQUERENTE: Izumi Siqueira Pinto Rodrigues - Vistos etc... Retificação de registro civil formulada pela requerente IZUMY SIQUEIRA PINTO RODRIGUES, para fins de correção do seu prenome no registro de casamento. Requerimento instruído com os documentos necessários. Instada a manifestar-se, a nobre representante ministerial opinou pelo deferimento do pedido, nos termos formulados. É o breve relatório. DECIDO. Sem mais delongas, assiste razão à requerente. De fato, há nos autos, elementos probatórios que demonstram o equívoco existente no registro público, sobretudo diante da certidão de nascimento, as fls. 08, sendo necessária sua retificação. Isto posto, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado pela parte autora, nos termos do art. 109 da Lei 6.015/73, a fim de que seja retificado o registro público mencionado, para que no assento de nascimento da Requerente conste o prenome "Izumy", na forma constante da inicial. Sem custas, nos termos do art. 30 § 1º e §2º, da Lei 6.015/73. Determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Após, arquive-se. P.R.I

ADV: BARTOLOMEU FERREIRA DE AZEVEDO JÚNIOR (OAB 4334/AM) - Processo 0643546-41.2018.8.04.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - REGISTROS PÚBLICOS - REQUERENTE: Meire Ester Magalhães da Silva - Atenda-se a promoção retro imediatamente, de logo fixando à parte, uma vez incumbindo-lhe alguma diligência, o prazo de 10 (dez) dias. Após, dê-se nova vista ao Ministério Público e v. conclusos.

ADV: GILMAR MARTINS MONTEIRO (OAB 6520/AM), ADV: JAQUELINE VEIGA PAIXÃO (OAB 5163/AM), ADV: MARIA AMÁVIA DE SOUZA CAMPOS (OAB 2693/AM), ADV: JORGE FERNANDO SAMPAIO MONTEVERDE (OAB 13352/AM), ADV: PAULO JOSÉ PEREIRA TRINDADE JÚNIOR (OAB 4992/AM), ADV: SÔNIA D'ARC OLIVEIRA BARROS DE CARVALHO (OAB 4071/AM) - Processo 0644492-13.2018.8.04.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: Claudionor Limoeiro Santos - Isto posto, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado pelo Autor, nos termos do art. 109 da Lei 6.015/73, para que no assento de casamento lavrado às fls. 78V do livro B-150, sob o termo de nº 8349 pelo cartório do 1º ofício de registro civil de pessoas naturais de Parnaíba/PI passe a constar o prenome do cônjuge como "CLAUDIONOR". Sem custas, nos termos do art. 30 § 1º e §2º, da Lei 6.015/73. Determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento, com a expedição da respectiva carta precatória. Após, arquive-se. P.R.I

ADV: SYLVIA DA COSTA NEGRÃO (OAB 1972/AM) - Processo 0645712-46.2018.8.04.0001 - Regularização de Registro Civil - Seção Cível - REQUERENTE: Armando de Souza Negrao Junior - Vistos etc... Cuidam os autos de retificação em assento de registro civil de nascimento de ARMANDO DE SOUZA NEGRÃO JUNIOR, para que passe a constar o nome atual de sua genitora, alterado em decorrência do casamento. Requerimento instruído com os documentos necessários. O Ministério Público opina pelo

deferimento. Com razão o Ministério Público. De fato, a situação exposta, a consistência dos argumentos e a comprovação documental amparam a pretensão, haja vista constar informação nos autos de que o Requerente, maior de idade, nasceu em 28/4/1999, conforme fls. 07, e que seus genitores contraíram matrimonio em 24/5/2007 (fls. 08), ou seja, após o seu nascimento. Com efeito, o artigo 109 da Lei 6.015/73 - Lei de Registros Públicos - sustenta o pedido formulado nos autos, senão vejamos: "Art. 109. Quem pretender que se restaure, supra ou retifique assentamento no Registro Civil, requererá, em petição fundamentada e instruída com documentos ou com indicação de testemunhas, que o Juiz o ordene, ouvido o órgão do Ministério Público e os interessados, no prazo de cinco dias, que correrá em cartório. (Renumerado do art. 110 pela Lei nº 6.216, de 1975). § 1° Se qualquer interessado ou o órgão do Ministério Público impugnar o pedido, o Juiz determinará a produção da prova, dentro do prazo de dez dias e ouvidos, sucessivamente, em três dias, os interessados e o órgão do Ministério Público, decidirá em cinco dias. § 2° Se não houver impugnação ou necessidade de mais provas, o Juiz decidirá no prazo de cinco dias. § 3º Da decisão do Juiz, caberá o recurso de apelação com ambos os efeitos. § 4º Julgado procedente o pedido, o Juiz ordenará que se expeça mandado para que seja lavrado, restaurado e retificado o assentamento, indicando, com precisão, os fatos ou circunstâncias que devam ser retificados, e em que sentido, ou os que devam ser objeto do novo assentamento. § 5º Se houver de ser cumprido em jurisdição diversa, o mandado será remetido, por ofício, ao Juiz sob cuja jurisdição estiver o cartório do Registro Civil e, com o seu "cumpra-se", executar-se-á. § 6º As retificações serão feitas à margem do registro, com as indicações necessárias, ou, quando for o caso, com a trasladação do mandado, que ficará arquivado. Se não houver espaço, far-se-á o transporte do assento, com as remissões à margem do registro original". Importante também destacar o disposto no parágrafo único, do art. 3º, da Lei 8.560/92: "Art. 3° E vedado legitimar e reconhecer filho na ata do casamento. Parágrafo único. É ressalvado o direito de averbar alteração do patronímico materno, em decorrência do casamento, no termo de nascimento do filho". Neste sentido é o entendimento jurisprudencial: RECURSO ESPECIAL. DIREITO DE FAMÍLIA. RETIFICAÇÃO. SOBRENOME. REGISTRO DE NASCIMENTO DOS FILHOS. CASAMENTO POSTERIOR. POSSIBILIDADE. 1. É possível retificar o patronímico materno no registro de nascimento de filho em decorrência do casamento conforme exegese do art. 3º, parágrafo único, da Lei nº 8.560/1992. 2. O acréscimo ao patronímico materno do sobrenome paterno facilitará a identificação da criança registrada no âmbito social e familiar, realizando os princípios da autonomia de vontade e da verdade real. 3. Em razão do princípio da segurança jurídica e da necessidade de preservação dos atos jurídicos até então praticados, o nome de solteira não deve ser suprimido dos assentamentos, procedendo-se, tão somente, a averbação da mudança requerida após as núpcias. 4. Recurso especial provido. (REsp 1328754/MG, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/02/2016, DJe 23/02/2016) Diante disso, hei por bem deferir tal retificação, nos termos e limites do requerimento e correspectivo parecer ministerial (fls. 21/22), devendo o/a Oficial(a) do 5º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais de Manaus/AM, proceder com a averbação na certidão de nascimento da requerente, para constar o nome de casada de sua genitora, qual seja: SYLVIA DA COSTA NEGRÃO. Dispensável aguardar-se o trânsito em julgado, eis que não há, na espécie, interesse recursal. Determino que a presente sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Sem custas, na forma do art. 30 § 1º e §2º, da Lei 6.015/73. P.I.C.

ADV: SUELEN CRISTINA MAIA DE ALMEIDA ALBUQUERQUE (OAB 4345/AM), ADV: KÁTIA REGINA REIS DE OLIVEIRA (OAB 3703/AM) - Processo 0657681-58.2018.8.04.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - REGISTROS PÚBLICOS - REQUERENTE: Maria das Graças Ferreira Correa - Compulsando os autos processuais, verifico constar sentença de retificação de registro público, às fls. 44-46. Às fls. 53/54 consta pedido de inclusão de novas averbações na nova certidão de nascimento de MILTON CARVALHO FERREIRA, objetivando constar a frase informativa "FOI DECLARANTE O PRÓPRIO PAI". Aduz o Requerente que os Cartórios notariais de registro civil de Portugal exigem que todas as certidões e registros conste tal informação. Entretanto, informa que o Cartório de Novo Arpuanã se recusa a incluir na nova certidão. Instada a manifestar-se, a nobre representante ministerial opinou pelo deferimento do pedido de fls. 53/54, nos termos formulados. Inicialmente, ressalto inexistirem óbices para a inclusão da informação na certidão de nascimento de MILTON CARVALHO FERREIRA, de que o declarante fora seu próprio pai. Desta forma, em consonância com o parecer ministerial, DEFIRO o pedido, nos termos formulados, às fls. 53/54, devendo constar a informação na certidão de nascimento de MILTON CARVALHO FERREIRA, a fim de constar a frase informativa "FOI DECLARANTE O PRÓPRIO PAI". Ademais, deverá o Oficial de Registro ser notificado para que corrija a averbação, haja vista tratar-se de retificação e não de restauração de registro civil. Cumpra-se.

Aldrin Bentes Pontes (OAB 8887/AM)
Andrea Viana de Sales (OAB 10050/AM)
Anísio Marques Valente Netto (OAB 13255/AM)
Bartolomeu Ferreira de Azevedo Júnior (OAB 4334/AM)
Clyssia Regiane de Oliveira Teixeira (OAB 6293/AM)
Gilmar Martins Monteiro (OAB 6520/AM)
Jaqueline Veiga Paixão (OAB 5163/AM)
Jorge Fernando Sampaio Monteverde (OAB 13352/AM)
Kátia Regina Reis de Oliveira (OAB 3703/AM)
Maria Amávia de Souza Campos (OAB 2693/AM)
Maria de Jesus de Souza Lima (OAB 3076/AM)
Paulo José Pereira Trindade Júnior (OAB 4992/AM)
Rodolfo Machado Reis (OAB 11036/AM)
Sônia D'Arc Oliveira Barros de Carvalho (OAB 4071/AM)
Suelen Cristina Maia de Almeida Albuquerque (OAB 4345/AM)
Sylvia da Costa Negrão (OAB 1972/AM)

1ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO RIVALDO MATOS NORÕES FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ELDINÉIA SENA DE OLIVEIRA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0024/2019

ADV: MARCELO ALMEIDA DE OLIVEIRA (OAB 10004/AM) - Processo 0046283-23.2005.8.04.0001 (001.05.046283-1) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado - DENUNCIADO: Alex Sander Mucceda Leite e outros - Sendo assim, diante do aspecto fático e dos fundamentos jurídicos anteriormente expostos e com fundamento no art. 386, inciso VII, do Código de Processo Penal, JULGO IMPROCEDENTE o pedido ínsito na Denúncia, para, em consequência, ABSOLVER os acusados FRANCO ANDREY RODRIGUES LOPES, WILLIAMS OLIVEIRA DE SOUZA e ALEX SANDER MUCCEDA LEITE, já qualificados nos autos, da imputação que lhes foi feita nos presentes autos. Transitada em julgado esta sentença e, realizadas as anotações necessárias, arquive-se com as cautelas legais. Publique-se. Registre-se. Intimem-se sucessivamente as partes, observado o disposto no artigo 392 do CPP Manaus, 15 de abril de 2019. RIVALDO MATOS NORÕES FILHO Juiz de Direito

ADV: EDMILSON LUCENA DOS SANTOS JÚNIOR (OAB 6030/AM), ADV: JOÃO BATISTA ANDRADE DE QUEIROZ (OAB 2372/AM) - Processo 0200894-16.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Corrupção passiva - RÉU: Rubem Gato Pantoja - Flávio Góes Marques - Foi redesignado o dia 05/11/2019 às 08:00 h, para continuação da audiência de instrução e julgamento.

ADV: WIRLEY BENEZAR FALCAO (OAB 12792/AM), ADV: ALESSANDRA AMAZONAS DA CUNHA (OAB 5780/AM), ADV: RALLES DE ARAÚJO BALDEZ (OAB 12429/AM) - Processo 0201750-04.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Gravíssima - RÉ: Rebeka de Menezes Belém e outro - Sendo assim, diante dos aspectos fáticos e dos fundamentos jurídicos

anteriormente expostos, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido ínsito na denúncia, para, em consequência, CONDENAR a ré REBEKA DE MENEZES BELEM, já qualificada nos autos, como incursa nas penas do artigo 129, § 2º, IV (deformidade permanente) e § 10º do Código Penal, e, ainda, para ABSOLVER o réu BRUNO BATISTA DE ARAÚJO da imputação que lhe foi feita nestes autos, nos termos do art. 386, VII, do CPP. Poderá apelar em liberdade, ex vi do art. 5º, inciso LVII, da Constituição Federal, tendo em vista o próprio regime de pena aplicado, conforme entendimento do STF, razão pela qual, DETERMINO que seja expedido alvará de soltura em nome da ré para que seja colocada incontinente em liberdade SE POR OUTRO MOTIVO NÃO ESTIVER PRESA. No mais, considerando-se o decreto absolutório em favor do denunciado Bruno Batista de Araújo, DETERMINO que seja expedido alvará de soltura em seu nome, para que seja colocado in continente em liberdade SE POR OUTRO MOTIVO NÃO ESTIVER PRESO. Publique-se. Registre-se. Intimem-se sucessivamente as partes, observado o disposto no artigo 392 do CPP. Manaus, 28 de agosto de 2019. RIVALDO MATOS NORÕES FILHO Juiz de Direito

ADV: WASHINGTON COLARES DA SILVA (OAB 3244/AM) - Processo 0202809-66.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Receptação - RÉU: Elivan Laranjeira Gomes - Assim sendo, em consonância com o parecer ministerial, defiro o pedido e, via de consequência, determino a restituição dos valores pagos a título de fiança, expedindo-se o respectivo alvará para tanto.

ADV: PAULO RICARDO DA SILVA GOMES (OAB 7942/AM) - Processo 0205662-82.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes da Lei de licitações - DENUNCIADA: Daniele de Souza Colares e outro - Ante o exposto, declaro, de ofício (art. 61, do CPP), extinta a punibilidade da indigitada acusada, relativamente à acusação que lhe foi atribuída neste procedimento, ex vi do art. 107, IV, c/c o artigo 109, V, ambos do CP, determinando, por conseguinte, o arquivamento dos autos.

ADV: FRANCISCO NONATO BOARY (OAB 1058/AM) - Processo 0217393-41.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Aluizio da Silva e outro - Foi redesignado o dia 11/11/2019, às 09:40h, para realização da audiência de instrução e julgamento.

ADV: LINDOMAR LIMA DE SOUZA (OAB 9739/AM) - Processo 0219167-09.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: A.A.M.C. e outros - No caso presente, após percuciente análise das aduções defensivas preliminares de fl. 291, tenho não ser possível constatar qualquer óbice ao prosseguimento da presente ação penal, notadamente no que concerne as hipóteses descritas nos incisos do art. 397, do CPP, razão pela qual designo o dia 25/09/2019, às 09:30h, para realização da audiência de instrução e julgamento. Destaque-se que a audiência retroaprazada foi antecipada em relação a data anteriormente designada, à fl. 274, uma vez que o cumprimento do mandado de prisão do acusado Alderlan Alafyn Moreira do Carmo, por si só, impõe que a audiência seja realizada na data mais próxima possível - urgência do caso (processo de réu preso). Notifiquem-se. Registre-se que, na hipótese de restar infrutífera a tentativa de intimação das partes, desde já, fica autorizada a Secretaria deste Juízo a realizar a consulta junto ao Sistema de Informações Eleitorais, a fim de localizar os endereços das partes. Manaus (AM), 22 de agosto de 2019. Anagali Marcon Bertazzo Juíza de Direito, respondendo pela 1ª Vara Criminal

ADV: CAMILA GUIMARÃES DE LIMA (OAB 13098/AM) - Processo 0219901-57.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Adulteração de Sinal Identificador de Veículo Automotor - DENUNCIADO: Francisco Johnattan Sousa da Silva - Sendo assim, diante do aspecto fático e dos fundamentos jurídicos anteriormente expostos e com fundamento no art. 386, inciso VII, do Código de Processo Penal, JULGO IMPROCEDENTE o pedido ínsito na Denúncia, para, em consequência, ABSOLVER o acusado FRANCISCO JOHNATTAN SOUSA DA SILVA, já qualificado nos autos, da imputação que lhe foi feita nos presentes autos.

ADV: JOÃO SOARES GOMES (OAB 2545/AM) - Processo 0226355-82.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado - VÍTIMAFATO: Loja Queiroz Descartáveis - representada por Wellison Moraes Amazonas - RÉU: Istelito Barros Ferreira - Sendo assim, diante do aspecto fático e dos fundamentos jurídicos anteriormente expostos, intime-se o advogado renunciante para que junte, no prazo de 10 (dez) dias, comprovação da notificação ao seu constituinte, sob pena de continuar patrocinando a causa, além das consequências previstas no Estatuto do Advogado. Manaus (AM), 26 de agosto de 2019.

ADV: EGUINALDO GONÇALVES DE MOURA (OAB 3761/AM) - Processo 0241529-49.2008.8.04.0001 (001.08.241529-4) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Apropriação indébita - DENUNCIADO: Johnnathas Chaves de Almeida - Foi designada uma nova data para a realização da audiência, qual seja, 11/11/2019 às 10:45h.

ADV: ISABELLA CARLA MARRA MAGALHÃES BARBOSA (OAB 9631/AM), ADV: CÂNDIDO HONÓRIO SOARES FERREIRA NETO (OAB 5199/AM), ADV: ANDRÉ LUIZ DUARTE DA CRUZ (OAB 7694/AM) - Processo 0248752-14.2012.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estelionato - RÉU: Emerson Abreu de Abreu - Vista às partes para apresentação de memoriais, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MOACYR RAMOS CANUTO FILHO (OAB 9674/AM), ADV: GILVAN PEREIRA DÁCIO (OAB 12781/AM), ADV: LUCAS OBANDO DE OLIVEIRA (OAB 11198/AM), ADV: ELIZANDRA LUCIANE PINTO DA SILVA (OAB 12704/AM) - Processo 0602031-89.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: J.D.S. - P.H.M.S. - H.C.C. - J.M.M. - B.F.N.S. e outros - Foi designada uma nova data para a realização da audiência, qual seja, 18/09/2019, às 09:30h.

ADV: CRISTIANO RIBEIRO VIANA (OAB 12740/AM), ADV: RAFAEL PENNINI NERY (OAB 13890/AM) - Processo 0607274-14.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Importunação Sexual - RÉU: A.C.B.M. - No caso presente, após percuciente análise das aduções defensivas preliminares de fls. 77/80, tenho não ser possível constatar qualquer óbice ao prosseguimento da presente ação penal, notadamente no que concerne as hipóteses descritas nos incisos do art. 397, do CPP, destacando-se, ainda, que a adução defensiva preliminar é matéria que versa sobre o mérito da questão, e por certo será dirimida durante a fase instrutória. Considerando-se, contudo, a possibilidade de proposta de suspensão condicional do processo ao denunciado, designo o dia 07/11/2019, às 13:45h, para realização da referida audiência. Registre-se que, na hipótese de restar infrutífera a tentativa de intimação das partes, desde já, fica autorizada a Secretaria deste Juízo a realizar a consulta junto ao Sistema de Informações Eleitorais, a fim de localizar os endereços das partes. Notifiquem-se. Manaus (AM), 13 de agosto de 2019. Suzi Irlanda Araujo Granja da Silva Juíza de Direito respondendo pela 1ª Vara Criminal

ADV: ANTONIO EVANDRO MELO BALBI (OAB 66418/RJ), ADV: KEILA REGINA DE ALMEIDA RÊGO (OAB 7478/AM), ADV: OTÁVIO DIAS PEDROSA FILHO (OAB 9559/AM), ADV: FABÍOLA DA SILVA GUIMARÃES (OAB 8422/AM) - Processo 0610133-03.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Felipe Santiago de Oliveira - Johnatan Figueiredo de Vasconcelos e outro - Sendo assim, diante do aspecto fático e dos fundamentos jurídicos anteriormente expostos, JULGO PROCEDENTE o pedido ínsito na denúncia, para, em consequência, CONDENAR os réus CHARLES DANIEL SOUZA DA SILVA, FELIPE SANTIAGO DE OLIVEIRA e JOHNATAN FIGUEIREDO DE VASCONCELOS, como incursos nas penas do art. 157, §2º, II, do Código Penal. Passo, por conseguinte, a analisar a dosimetria da pena dos condenados, atento aos ditames do que dispõem os artigos 59, 60 e 68, todos do CPB. 1. CHARLES DANIEL SOUZA DA SILVA A culpabilidade do acusado está evidenciada, embora o grau de reprovabilidade da sua conduta seja o comum do tipo, e não deva recrudescer a sua pena. O réu é primário e de bons antecedentes. No que concerne à conduta social e à personalidade do agente à época do fato, não há nada nos autos que me permita traçá-las. Os motivos decorrem, seguramente, da possibilidade de ganho fácil, o que é comum ao tipo. As circunstâncias foram as típicas desse tipo de crime. As consequências não foram graves. A vítima não contribuiu para o resultado. E, finalmente, verifico que não existem indicativos da situação financeira do Réu, tudo levando a crer que não são favoráveis. Feita, assim, essa análise primária, fixo a pena-base no mínimo legal, qual seja, 04 (quatro) anos de reclusão, razão pela qual deixo de considerar eventual atenuante que milita em prol do

réu (confissão espontânea), uma vez que a pena já foi fixada no mínimo legal (Súmula 231, do STJ). Não existem agravantes. Finalmente, considerando-se a causa de aumento de pena prevista no §2º, do art. 157, inciso II, do CP, majoro a pena em 1/3 (um terço), tornando-a definitiva face a ausência de demais causas de diminuição ou aumento de pena, em 05 (cinco) anos e 04 (quatro) meses de reclusão. Outrossim, observado o disposto nos artigos 59 e 60 do Código Penal, FIXO A PENA DE MULTA em 10 (dez) dias-multa, levando-se em consideração a situação econômica do réu que não é favorável, estabelecendo que o valor desta corresponde a 1/30 (um trinta avos) do salário mínimo legal e vigente à época do fato, corrigida monetariamente até o efetivo recolhimento. O regime inicial para o cumprimento da pena deverá ser o semiaberto, a teor da regra ínsita no art. 33, §2º, "b", do CP, não havendo de se falar em substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direito, não só porque a pena é superior a 04 (quatro) anos como pela própria regra ínsita no inciso I, do art. 44, do Código Penal que é taxativa ao prescrever que tal benefício só será concedido quando "...o crime não for cometido com violência ou grave ameaça à pessoa...", o que, evidentemente, não pode ser reconhecido no crime de roubo, ao qual fazem parte do próprio tipo penal as circunstâncias retrotranscritas, não cabendo ao Juiz estabelecer exceção não criada pela lei. O tempo de prisão preventiva não implica em qualquer reforma do regime prisional ora imposto a titulo de detração penal. 2. FELIPE SANTIAGO DE OLIVEIRA A culpabilidade do acusado está evidenciada, embora o grau de reprovabilidade da sua conduta seja o comum do tipo, e não deva recrudescer a sua pena. O réu é primário e de bons antecedentes. No que concerne à conduta social e à personalidade do agente à época do fato, não há nada nos autos que me permita traçá-las. Os motivos decorrem, seguramente, da possibilidade de ganho fácil, o que é comum ao tipo. As circunstâncias foram as típicas desse tipo de crime. As consequências não foram graves. A vítima não contribuiu para o resultado. E, finalmente, verifico que não existem indicativos da situação financeira do Réu, tudo levando a crer que não são favoráveis. Feita, assim, essa análise primária, fixo a pena-base no mínimo legal, qual seja, 04 (quatro) anos de reclusão, razão pela qual deixo de considerar eventual atenuante que milita em prol do réu (confissão espontânea), uma vez que a pena já foi fixada no mínimo legal (Súmula 231, do STJ). Não existem agravantes. Finalmente, considerando-se a causa de aumento de pena prevista no §2º, do art. 157, inciso II, do CP, majoro a pena em 1/3 (um terço), tornando-a definitiva face a ausência de demais causas de diminuição ou aumento de pena, em 05 (cinco) anos e 04 (quatro) meses de reclusão. Outrossim, observado o disposto nos artigos 59 e 60 do Código Penal, FIXO A PENA DE MULTA em 10 (dez) dias-multa, levando-se em consideração a situação econômica do réu que não é favorável, estabelecendo que o valor desta corresponde a 1/30 (um trinta avos) do salário mínimo legal e vigente à época do fato, corrigida monetariamente até o efetivo recolhimento. O regime inicial para o cumprimento da pena deverá ser o semiaberto, a teor da regra ínsita no art. 33, §2º, "b", do CP, não havendo de se falar em substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direito, não só porque a pena é superior a 04 (quatro) anos como pela própria regra ínsita no inciso I, do art. 44, do Código Penal que é taxativa ao prescrever que tal benefício só será concedido quando "...o crime não for cometido com violência ou grave ameaça à pessoa...", o que, evidentemente, não pode ser reconhecido no crime de roubo, ao qual fazem parte do próprio tipo penal as circunstâncias retrotranscritas, não cabendo ao Juiz estabelecer exceção não criada pela lei. 3. JOHNATAN FIGUEIREDO DE VASCONCELOS A culpabilidade do acusado está evidenciada, embora o grau de reprovabilidade da sua conduta seja o comum do tipo, e não deva recrudescer a sua pena. O réu é primário e de bons antecedentes. No que concerne à conduta social e à personalidade do agente à época do fato, não há nada nos autos que me permita traçá-las. Os motivos decorrem, seguramente, da possibilidade de ganho fácil, o que é comum ao tipo. As circunstâncias foram as típicas desse tipo de crime. As consequências não foram graves. A vítima não contribuiu para o resultado. E, finalmente, verifico que não existem indicativos da situação financeira do Réu, tudo levando a crer que não são favoráveis. Feita, assim, essa análise primária, fixo a pena-base no mínimo legal, qual seja, 04 (quatro) anos de reclusão, razão pela qual deixo de considerar eventual atenuante que milita em prol do réu (confissão espontânea), uma vez que a pena já foi fixada no mínimo legal (Súmula 231, do STJ). Não existem agravantes. Finalmente, considerando-se a causa de aumento de pena prevista no §2º, do art. 157, inciso II, do CP, majoro a pena em 1/3 (um terço), tornando-a definitiva face a ausência de demais causas de diminuição ou aumento de pena, em 05 (cinco) anos e 04 (quatro) meses de reclusão. Outrossim, observado o disposto nos artigos 59 e 60 do Código Penal, FIXO A PENA DE MULTA em 10 (dez) dias-multa, levando-se em consideração a situação econômica do réu que não é favorável, estabelecendo que o valor desta corresponde a 1/30 (um trinta avos) do salário mínimo legal e vigente à época do fato, corrigida monetariamente até o efetivo recolhimento. O regime inicial para o cumprimento da pena deverá ser o semiaberto, a teor da regra ínsita no art. 33, §2º, "b", do CP, não havendo de se falar em substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direito, não só porque a pena é superior a 04 (quatro) anos como pela própria regra ínsita no inciso I, do art. 44, do Código Penal que é taxativa ao prescrever que tal benefício só será concedido quando "...o crime não for cometido com violência ou grave ameaça à pessoa...", o que, evidentemente, não pode ser reconhecido no crime de roubo, ao qual fazem parte do próprio tipo penal as circunstâncias retrotranscritas, não cabendo ao Juiz estabelecer exceção não criada pela lei. O tempo de prisão preventiva não implica em qualquer reforma do regime prisional ora imposto a titulo de detração penal. As multas deverão serem recolhidas em favor do Fundo Penitenciário, dentro dos dez dias subsequentes ao trânsito em julgado desta sentença (artigo 50 do CPB). Não havendo pagamento voluntário, após a intimação para tal, no prazo de que trata o artigo 50 do CPB, extraia-se certidão, encaminhando-se à Procuradoria da Fazenda Estadual, para adoção das medidas cabíveis, nos termos do artigo 51 do Código Penal. Ademais, levando-se em conta o regime prisional ora imposto e o fato de que o acusado Johnatan Figueiredo de Vasconcelos permaneceu preso durante toda a instrução criminal e que ainda se fazem presentes os requisitos de sua custódia cautelar, concedo-lhe o direito de recorrer nos moldes do regime prisional ora imposto, máxime se considerarmos a gravidade da infração, adicionada ao perigo que o condenado representa para a coletividade se solto ficar, tornando-se ameaça para a ordem pública, sem mencionar a possibilidade de evadir-se da Comarca quando ciente da condenação, dando azo assim, à presença dos fundamentos para a decretação da prisão preventiva, a saber, a garantia da ordem pública e a segurança da aplicação da lei penal, nos termos do art. 311 e 312 do CPP. Outrossim, concedo o direito dos acusados Charles Daniel Souza da Silva e Felipe Santiago de Oliveira recorrem nos moldes do regime prisional que lhes foi imposto, no entanto, considerando-se que não se fazem presentes os requisitos autorizadores da custódia cautelar dos réus, como já suficientemente esboçado nos autos, deixo de decretar a prisão preventiva dos aludidos réus, mas mantenho as cautelares que lhe foram impostas de forma fundamentada nos autos. Condeno os apenados por custas processuais, na forma da lei. Com o trânsito em julgado: 1 Expeçam-se guias de recolhimento definitivas, para a execução das penas; 2 Lancem-se os nomes dos réus no rol dos culpados; 3 Comunique-se ao Tribunal Regional Eleitoral, para os fins do art. 15, III, da CF; 4 Remetam-se as peças necessárias destes autos à Vara de Execução Penal desta capital. Publique-se. Registre-se. Intimem-se sucessivamente as partes, observado o disposto no artigo 392 do CPP. Manaus, 27 de agosto de 2019. RIVALDO MATOS NORÕES FILHO Juiz de Direito

ADV: MILENA ALCANTARA DE FARIAS (OAB 14726/AM) - Processo 0625376-84.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado - RÉU: Moacir Alves Pinto e outros - Intime-se o advogado do réu Moacir Alves Pinto, a fim de que apresente resposta à acusação, no prazo legal.

ADV: KHATRYANNA KHETLEN ALBUQUERQUE PIRES (OAB 14041/AM), ADV: CIRLANE FIGUEREDO ALBERTINO (OAB 8085/AM), ADV: JOÃO CARLOS PINTO DE ARAÚJO (OAB 3787/AM), ADV: MILENA ALCANTARA DE FARIAS (OAB 14726/AM) - Processo 0625376-84.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado - RÉU: Alberson Alves Pinto - Lucas Maciel da Silva - Moacir Alves Pinto - Regilson Pereira de Souza e outro - Foi designada uma nova data para a realização da audiência, qual seja, 17/09/2019, às 10:30h.

ADV: ANTÔNIO RODRIGUES DOS PASSOS (OAB 704/AM) - Processo 0627244-68.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Apropriação indébita - AUTOR: Salim Guimaraes Sena - RÉ: Lúcia Andréa Valle de Souza - No caso presente, após percuciente análise das aduções defensivas preliminares de fls. 48/49, tenho não ser possível constatar qualquer óbice ao prosseguimento da presente ação penal, notadamente no que concerne as hipóteses descritas nos incisos do art. 397, do CPP, razão pela qual designo o dia 16/09/2021, às 08:00h, para realização da audiência de instrução e julgamento. Notifiquem-se. Registre-se que, na hipótese de restar infrutífera a tentativa de intimação das partes, desde já, fica autorizada a Secretaria deste Juízo a realizar a consulta junto ao Sistema de Informações Eleitorais, a fim de localizar os endereços das partes. No que se refere à petição de fls. 53, acolho a manifestação ministerial a respeito (fls. 54), devendo ser providenciada a intimação do peticionante para que junte instrumento procuratório específico. Após, nova vista dos autos ao parquet. Cumpra-se. Manaus (AM), 12 de agosto de 2019.

ADV: FABRÍCIO DANIEL CORREIA DO NASCIMENTO (OAB 7320/AM), ADV: FÁBIO ASSUNÇÃO PAVESI (OAB 8754/AM) - Processo 0628532-80.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Jean Carlos Miranda Branco - Vinícius Reis Cardoso e outros - Foi designada uma nova data para a realização da audiência, qual seja, 25/09/2019 às 11:00h.

ADV: FÁBIO ASSUNÇÃO PAVESI (OAB 8754/AM) - Processo 0629806-79.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Igor Daniel Viana da Cunha - Foi designada uma nova data para a realização da audiência, qual seja, 17/09/2019 às 11:45h.

ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM) - Processo 0631137-96.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado - RÉU: José Veloso dos Santos - Foi designada uma nova data para a realização da audiência, qual seja, 10/09/2019, às 11:45h.

ADV: RAYNA COELHO BARBOSA (OAB 12222/AM) - Processo 0633783-79.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Wisiman do Art Lucena e outro - No caso presente, após percuciente análise das aduções defensivas preliminares de fls. 124/125-128/129, tenho não ser possível constatar qualquer óbice ao prosseguimento da presente ação penal, notadamente no que concerne as hipóteses descritas nos incisos do art. 397, do CPP, razão pela qual designo o dia 09/10/2019, às 09:30h, para realização da audiência de instrução e julgamento. Notifiquem-se. Registre-se que, na hipótese de restar infrutífera a tentativa de intimação das partes, desde já, fica autorizada a Secretaria deste Juízo a realizar a consulta junto ao Sistema de Informações Eleitorais, a fim de localizar os endereços das partes. Manaus (AM), 27 de agosto de 2019. RIVALDO MATOS NORÕES FILHO Juiz de Direito

ADV: BENEDITO DE OLIVEIRA COSTA (OAB 13110/AM) - Processo 0634903-60.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Paulo Oliveira da Silva Júnior e outros - No caso presente, após percuciente análise das aduções defensivas preliminares de fls. 178, 186/187 e 188/189, tenho não ser possível constatar qualquer óbice ao prosseguimento da presente ação penal, notadamente no que concerne as hipóteses descritas nos incisos do art. 397, do CPP, razão pela qual designo o dia 26/09/2019, às 10:30h, para realização da audiência de instrução e julgamento. Notifiquem-se. Registre-se que, na hipótese de restar infrutífera a tentativa de intimação das partes, desde já, fica autorizada a Secretaria deste Juízo a realizar a consulta junto ao Sistema de Informações Eleitorais, a fim de localizar os endereços das partes. Manaus (AM), 27 de agosto de 2019.

ADV: RODRIGO SILVA DE LACERDA (OAB 10964/AM), ADV: PRISCILLA LOPES DE ALCANTARA (OAB 8615/AM) - Processo 0635967-08.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - RÉU: A.C.S. - Intime-se o advogado do réu Abraão Costa dos Santos, a fim de que apresente resposta à acusação, no prazo legal. Manaus (AM), 22 de agosto de 2019.

ADV: ORLANDO BOTELHO BENTES (OAB 8863/AM), ADV: LORENZA SAID MONTEIRO (OAB 8421/AM), ADV: BENEDITO DE OLIVEIRA COSTA (OAB 13110/AM), ADV: ÂNGELA MARIA LEITE DE ARAÚJO SILVA (OAB 6940/AM), ADV: POLIANA CRISTINA PAIVA DA SILVA (OAB 12786/AM) - Processo 0636974-35.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Micael Ferreira Duarte - Ghuto Farias de Almeida - Williamar Fonseca de Oliveira - No caso presente, após percuciente análise das aduções defensivas preliminares de fls. 171/172-176-179/182-190, tenho não ser possível constatar qualquer óbice ao prosseguimento da presente ação penal, notadamente no que concerne as hipóteses descritas nos incisos do art. 397, do CPP, destacando-se, ainda, que a adução defensiva preliminar é matéria que versa sobre o mérito da questão, e por certo será dirimida durante a fase instrutória, razão pela qual designo o dia 09/10/2019, às 10:45h, para realização da audiência de instrução e julgamento. Notifiquem-se. Registre-se que, na hipótese de restar infrutífera a tentativa de intimação das partes, desde já, fica autorizada a Secretaria deste Juízo a realizar a consulta junto ao Sistema de Informações Eleitorais, a fim de localizar os endereços das partes. Manaus (AM), 27 de agosto de 2019. RIVALDO MATOS NORÕES FILHO Juiz de Direito

ADV: CRISTIANE GAMA GUIMARÃES (OAB 4507/AM), ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM), ADV: JACKSON DA CRUZ ANDRADE (OAB 2460/AM) - Processo 0638077-77.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Caio Matheus da Silva Cardoso - Rafael de Souza - Romário Souza Ramos - Designo o dia 03/10/2019, às 09:30h, para realização da audiência de instrução e julgamento.

ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM) - Processo 0638339-27.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - RÉU: Miqueias Costa da Silva - No caso presente, após percuciente análise das aduções defensivas preliminares de fls. 87/88, tenho não ser possível constatar qualquer óbice ao prosseguimento da presente ação penal, notadamente no que concerne as hipóteses descritas nos incisos do art. 397, do CPP, razão pela qual designo o dia 02/10/2019, às 10:45h, para realização da audiência de instrução e julgamento. Notifiquem-se. Registre-se que, na hipótese de restar infrutífera a tentativa de intimação das partes, desde já, fica autorizada a Secretaria deste Juízo a realizar a consulta junto ao Sistema de Informações Eleitorais, a fim de localizar os endereços das partes. Manaus (AM), 26 de agosto de 2019. RIVALDO MATOS NORÕES FILHO Juiz de Direito

ADV: MOISÉS ELIAS DA SILVA (OAB 6887/AM) - Processo 0639433-44.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - RÉU: Marcos Vinícius da Silva - No caso presente, após percuciente análise das aduções defensivas preliminares de fl. 75, tenho não ser possível constatar qualquer óbice ao prosseguimento da presente ação penal, notadamente no que concerne as hipóteses descritas nos incisos do art. 397, do CPP, razão pela qual designo o dia 08/11/2019, às 10:15h, para realização da audiência de instrução e julgamento. Notifiquem-se. Registre-se que, na hipótese de restar infrutífera a tentativa de intimação das partes, desde já, fica autorizada a Secretaria deste Juízo a realizar a consulta junto ao Sistema de Informações Eleitorais, a fim de localizar os endereços das partes. Manaus (AM), 03 de julho de 2019.

ADV: IZABEL FERREIRA DE SOUZA NETA (OAB 12980/AM), ADV: SUELLEN BOTELHO MARQUES (OAB 12872/AM) - Processo 0642481-11.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Receptação - RÉU: D.M.S. - Foi designada uma nova data para a realização da audiência, qual seja,18/09/2019, às 11h.

ADV: VANESSA INGLYD AZEVEDO GUIMAS (OAB 10800/AM), ADV: TELMA MARIA SILVA DE MELLO (OAB 10202/AM) - Processo 0643632-17.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Receptação - DENUNCIADO: Douglas de Lima Brandão - Foi designada uma nova data para a realização da audiência, qual seja, 12/11/2019 às 11:45h.

Alessandra Amazonas da Cunha (OAB 5780/AM)
Amanda Karla Paiva da Silva (OAB 12229/AM)
André Luiz Duarte da Cruz (OAB 7694/AM)
Ângela Maria Leite de Araújo Silva (OAB 6940/AM)
Antonio Evandro Melo Balbi (OAB 66418/RJ)
Antônio Rodrigues dos Passos (OAB 704/AM)
Benedito de Oliveira Costa (OAB 13110/AM)
Camila Guimarães de Lima (OAB 13098/AM)

Cândido Honório Soares Ferreira Neto (OAB 5199/AM)
Cirlane Figueredo Albertino (OAB 8085/AM)
Cristiane Gama Guimarães (OAB 4507/AM)
Cristiano Ribeiro Viana (OAB 12740/AM)
Edmilson Lucena dos Santos Júnior (OAB 6030/AM)
Eguinaldo Gonçalves de Moura (OAB 3761/AM)
Elizandra Luciane Pinto da Silva (OAB 12704/AM)
Fábio Assunção Pavesi (OAB 8754/AM)
Fabíola da Silva Guimarães (OAB 8422/AM)
Fabrício Daniel Correia do Nascimento (OAB 7320/AM)
Francisco Nonato Boary (OAB 1058/AM)
Gilvan Pereira Dácio (OAB 12781/AM)
ISABELLA CARLA MARRA MAGALHÃES BARBOSA (OAB 9631/AM)
Izabel Ferreira de Souza Neta (OAB 12980/AM)
Jackson da Cruz Andrade (OAB 2460/AM)
João Batista Andrade de Queiroz (OAB 2372/AM)
João Carlos Pinto de Araújo (OAB 3787/AM)
João Soares Gomes (OAB 2545/AM)
Keila Regina de Almeida Rêgo (OAB 7478/AM)
Khatryanna Khetlen Albuquerque Pires (OAB 14041/AM)
Lindomar Lima de Souza (OAB 9739/AM)
Lorenza Said Monteiro (OAB 8421/AM)
Lucas Obando de Oliveira (OAB 11198/AM)
Marcelo Almeida de Oliveira (OAB 10004/AM)
Milena Alcantara de Farias (OAB 14726/AM)
Moacyr Ramos Canuto Filho (OAB 9674/AM)
Moisés Elias da Silva (OAB 6887/AM)
Orlando Botelho Bentes (OAB 8863/AM)
Otávio Dias Pedrosa Filho (OAB 9559/AM)
Paulo Ricardo da Silva Gomes (OAB 7942/AM)
Poliana Cristina Paiva da Silva (OAB 12786/AM)
Priscilla Lopes de Alcantara (OAB 8615/AM)
Rafael Pennini Nery (OAB 13890/AM)
Ralles de Araújo Baldez (OAB 12429/AM)
Rayna Coelho Barbosa (OAB 12222/AM)
Rodrigo Silva de Lacerda (OAB 10964/AM)
Suellen Botelho Marques (OAB 12872/AM)
Telma Maria Silva de Mello (OAB 10202/AM)
Vanessa Inglyd Azevedo Guimas (OAB 10800/AM)
Washington Colares da Silva (OAB 3244/AM)
Wirley Benezar Falcao (OAB 12792/AM)

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM O PRAZO DE 90 DIAS

Eu, Rivaldo Matos Norões Filho, Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal, da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Le, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo da 1ª Vara Criminal, foi prolatada sentença no processo n. 0618092-25.2019.8.04.0001, na qual foi condenado o réu **OSNEL EUSTACHE**, Haitiano, Solteiro, Desempregado, CPF 701.266.562-90, pai Eustache Espagat, mãe Espangar Eustache, Nascido/Nascida 05/04/1987, à pena de 8 (oito) meses de reclusão, pagamento de 10 (dez) dias-multa e de custas processuais, que deverá ser cumprida em regime aberto. No entanto, tendo em vista o preenchimento de requisitos legais, a pena privativa de liberdade foi substituída por uma pena restritiva de direitos, qual seja, 1 (uma) pena de prestação de serviços à comunidade, pela prática de crime capitulado no Art. 157 "caput" c/c Art. 14, II ambos do(a) CP, distribuído a esta Vara em 17/04/2019, e como ele (a) encontra(m)-se em lugar incerto e não sabido, conforme certidão do Oficial de Justiça quando do cumprimento da Intimação Pessoal, mandou o MM. Juiz expedir o presente Edital de Intimação de Sentença, com prazo de 90 dias, nos termos do art. 392, IV, do Código de Processo Penal. E para que chegue ao conhecimento do(s) réu(s), bem como de sua Defesa, e que no futuro ninguém alegue ignorância, mandou expedir este Edital, para que surta seus efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 26 de agosto de 2019. Eu, Debora Queiroz Pereira de Sa, Estagiário(a), que o emiti.

RIVALDO MATOS NORÕES FILHO
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO

Eu, Rivaldo Matos Norões Filho, Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal, da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Le, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Secretaria da 1ª Vara Criminal, correm os termos do processo n. 0239743-23.2015.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra o réu **WALLACE CRUZ DE AQUINO SILVA**, Brasileiro(a), pai Walber Junior da Silva, mãe Maria Tereza Cruz de Aquino Silva, Nascido/Nascida 22/07/1997, natural de Manaus - AM, como incurso (a) nas penas do Art. 155 § 4º, I, II, IV do(a) CP. E, como o (a) referido (a) réu (a) não foi encontrado (a), mandou expedir o presente Edital de Intimação para que apresente, através de seu advogado, resposta à acusação, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do artigo 396 do Código de Processo Penal. Caso não o faça dentro do prazo ora estabelecido, este Juízo, nomeia, desde já, o (a) Dr. (a) Defensor (a) Público (a) atuante junto a esta 1ª Vara Criminal para promover a Defesa do(a) ré (u). E, para que chegue ao conhecimento de todos e especialmente do (a) réu (a), mandou expedir o presente para que surta seus efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 26 de agosto de 2019. Eu, Debora Queiroz Pereira de Sa, Estagiário(a), que o digitei. Eu, Eldinéia Sena de Oliveira, Diretor (a) de Secretaria, que o subscrevo.

RIVALDO MATOS NORÕES FILHO
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 15 DIAS

Eu, Rivaldo Matos Norões Filho, Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal, da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Secretaria da 1ª Vara Criminal, correm os termos do processo n. 0638425-66.2017.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra o réu **ÂNGELO MÁRIO DOS SANTOS SENA**, Brasileiro, Divorciado, Ministro de Culto Religioso, RG 0899208-8-SSPAM, CPF 342.585.072-53, pai Haroldo Figueira Sena, mãe Guimar dos Santos Sena, Nascido em 22/11/1968, natural de Manaus - AM, como incurso nas penas do Art. 180 "caput" do CP. E, como o referido réu não foi encontrado, mandou expedir o presente Edital de Citação com o prazo de 15 dias, pelo qual ele ficará CITADO, para responder à acusação, por escrito, através de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, conforme estabelece o artigo 396 do Código de Processo Penal. E, para que chegue ao conhecimento de todos e especialmente do réu, mandou expedir o presente, para que surta seus efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 26 de agosto de 2019. Eu, Ana Cristina dos Santos Ribeiro, Estagiária, que o emiti.

RIVALDO MATOS NORÕES FILHO
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 15 DIAS

Eu, Rivaldo Matos Norões Filho, Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal, da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Secretaria da 1ª Vara Criminal, correm os termos do processo n. 0637404-89.2016.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra a ré **VALÉRIA TRINDADE DA SILVA**, Brasileira, Solteira, Operadora de Caixa, RG 2510543-4-SSP/AM, pai Valto Fernandes da Silva, mãe Flávia Inez Trindade da Rocha, Nascida em 23/07/1995, natural de Manaus - AM, como incursa nas penas do Art. 157 § 2º, I, II c/c Art.

70 “caput” ambos do CP c/c Art. 244, Parte B do ECA. E, como a referida ré não foi encontrada, mandou expedir o presente Edital de Citação com o prazo de 15 dias, pelo qual ele ficará CITADA, para responder à acusação, por escrito, através de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, conforme estabelece o artigo 396 do Código de Processo Penal. E, para que chegue ao conhecimento de todos e especialmente do réu, mandou expedir o presente, para que surta seus efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 26 de agosto de 2019. Eu, Ana Cristina dos Santos Ribeiro, Estagiária, que o emiti.

RIVALDO MATOS NORÕES FILHO
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM O PRAZO DE 90 DIAS

Eu, Rivaldo Matos Norões Filho, Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal, da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Le, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo da 1ª Vara Criminal, foi prolatada sentença no processo n. 0611125-95.2018.8.04.0001, na qual foi condenado o réu **MATHEUS RODRIGUES DIAS**, Brasileiro(a), Solteiro, Pintor, RG 2971253-0-SSP/AM, pai Marcelo de Franca Dias, mãe Maria Batista Brito Rodrigues Dias, Nascido/Nascida 22/08/1999, natural de Manaus - AM, à pena de 2 (dois) anos de reclusão e pagamento de 10 (dez) dias multa, custas processuais, a ser cumprida em regime aberto, pela prática de do(s) crime(s) capitulado(a) no(s) Art. 14 “caput” do(a) LEI 10826/2003, distribuído a esta Vara em 20/03/2018, e como o(a) referido(a) ré(u) encontra-se em lugar incerto e não sabido, conforme certidão do Oficial de Justiça quando do cumprimento da Intimação Pessoal, mandou o MM. Juiz expedir o presente Edital de Intimação de Sentença, com prazo de 90 dias, nos termos do art. 392, IV, do Código de Processo Penal. E para que chegue ao conhecimento do(a) ré(u) e que no futuro ninguém alegue ignorância, mandou expedir este Edital, para que surta seus efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 26 de agosto de 2019. Eu, Debora Queiroz Pereira de Sa, Estagiário(a), que o emiti.

RIVALDO MATOS NORÕES FILHO
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 15 DIAS

Eu, Rivaldo Matos Norões Filho, Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal, da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Secretaria da 1ª Vara Criminal, correm os termos do processo n. 0602656-26.2019.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra o réu **MAURICIO GOMES DE SOUZA**, Brasileiro, Casado, Empresário, RG 123238-0, CPF 563.670.402-00, como incurso nas penas dos Artigos 139 e 140, do CP. E, como o referido réu não foi encontrado, mandou expedir o presente Edital de Citação com o prazo de 15 dias, pelo qual ele ficará CITADO, para responder à acusação, por escrito, através de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, conforme estabelece o artigo 396 do Código de Processo Penal. E, para que chegue ao conhecimento de todos e especialmente do réu, mandou expedir o presente, para que surta seus efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 26 de agosto de 2019. Eu, Ana Cristina dos Santos Ribeiro, Estagiária, que o emiti.

RIVALDO MATOS NORÕES FILHO
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM O PRAZO DE 90 DIAS

Eu, Rivaldo Matos Norões Filho, Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal, da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Le, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo da 1ª Vara Criminal, foi prolatada sentença no processo n. 0228117-51.2008.8.04.0001, na qual foi condenado réu **JOSÉ EDUARDO DE ABREU SILVA**, Brasileiro(a), Solteiro, RG 3667350-1-SSP/AM, pai José Lut Silva, mãe Ivonete de Abreu Silva, Nascido/Nascida 27/04/1983, natural de Belem - PA, à pena de 6 (seis) anos e 8 (oito) meses de reclusão e pagamento de 10 (dez) dias multa, custas processuais, a ser cumprida em regime semiaberto, pela prática de do(s) crime(s) capitulado(a) no(s) Art. 157 § 2º, I, II c/c Art. 70 “caput” “único” ambos do(a) CP, distribuído a esta Vara em 18/07/2008, e como o(a) referido(a) ré(u) encontra-se em lugar incerto e não sabido, conforme certidão do Oficial de Justiça quando do cumprimento da Intimação Pessoal, mandou o MM. Juiz expedir o presente Edital de Intimação de Sentença, com prazo de 90 dias, nos termos do art. 392, IV, do Código de Processo Penal. E para que chegue ao conhecimento do(a) ré(u) e que no futuro ninguém alegue ignorância, mandou expedir este Edital, para que surta seus efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 26 de agosto de 2019. Eu, Debora Queiroz Pereira de Sa, Estagiário(a), que o emiti.

RIVALDO MATOS NORÕES FILHO
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 15 DIAS

Eu, Rivaldo Matos Norões Filho, Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal, da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Secretaria da 1ª Vara Criminal, correm os termos do processo n. 0222088-67.2017.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra o réu **ANDRÉ BATISTA DA SILVA,** Brasileiro, Solteiro, Autônomo, RG 2539631-5-SSP/AM, pai Raimundo Pinheiro Santos da Silva, mãe Maria Mercedes Batista da Silva, Nascido em 11/06/1990, natural de Santarém - PA, como incurso nas penas do Art. 155, caput do CPB, na forma do Art. 70 do CPB. E, como o referido réu não foi encontrado, mandou expedir o presente Edital de Citação com o prazo de 15 dias, pelo qual ele ficará CITADO, para responder à acusação, por escrito, através de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, conforme estabelece o artigo 396 do Código de Processo Penal. E, para que chegue ao conhecimento de todos e especialmente do réu, mandou expedir o presente, para que surta seus efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 26 de agosto de 2019. Eu, Ana Cristina dos Santos Ribeiro, Estagiária, que o emiti.

RIVALDO MATOS NORÕES FILHO
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 15 DIAS

Eu, Rivaldo Matos Norões Filho, Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal, da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Le, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Secretaria da 1ª Vara Criminal, correm os termos do processo n. 0654524-77.2018.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra o réu **IGOR FREITAS DE LIMA**, brasileiro, solteiro, desempregado, RG 278561-9-SSP/AM, pai Francisco Evangelista Pereira de Lima, mãe Maria Valcira Azevedo Freitas, Nascido/Nascida 15/10/1994, natural de Manaus - AM, como incurso nas penas do Art. 157 § 2º, II, V, Parte A, I e Art. 157 § 3º, Parte 1, I ambos do(a) CP ambos c/c Art.

244, Parte B do(a) ECA e Art. 71 “caput” e Art. 288 “caput” ambos do(a) CP. E, como o (a) referido (a) réu (a) não foi encontrado (a), mandou expedir o presente Edital de Citação com o prazo de 15 dias, pelo qual ele ficará CITADO, para responder à acusação, por escrito, através de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, conforme estabelece o artigo 396 do Código de Processo Penal. E, para que chegue ao conhecimento de todos e especialmente do réu, mandou expedir o presente, para que surta seus efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 26 de agosto de 2019. Eu, Debora Queiroz Pereira de Sa, Estagiário(a), que o emiti.

RIVALDO MATOS NORÕES FILHO
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 15 DIAS

Eu, Rivaldo Matos Norões Filho, Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal, da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Secretaria da 1ª Vara Criminal, correm os termos do processo n. 0260622-85.2014.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra o réu **ALLAN CRISTIAN PAIVA DOS SANTOS,** Brasileiro, RG 2552707-0-SSP/AM, mãe Maria do Carmo Paiva dos Santos, Nascido em 21/07/1991, natural de Manaus - AM, como incurso nas penas do Art. 180 “caput” do CP. E, como o referido réu não foi encontrado, mandou expedir o presente Edital de Citação com o prazo de 15 dias, pelo qual ele ficará CITADO, para responder à acusação, por escrito, através de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, conforme estabelece o artigo 396 do Código de Processo Penal. E, para que chegue ao conhecimento de todos e especialmente do réu, mandou expedir o presente, para que surta seus efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 26 de agosto de 2019. Eu, Ana Cristina dos Santos Ribeiro, Estagiária, que o emiti.

RIVALDO MATOS NORÕES FILHO
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 15 DIAS

Eu, Rivaldo Matos Norões Filho, Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal, da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Secretaria da 1ª Vara Criminal, correm os termos do processo n. 0601639-96.2018.8.04.0030, que a Justiça Pública move contra a ré **MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO ANGLO SIMÃO**, Brasileira, RG 1594835-8-SSP/AM, CPF 772.991.402-68, pai não declarado, mãe Maria Madalena Anglo Simão, Nascida em 04/08/1968, natural de Benjamin Constant - AM, como incursa nas penas do Art. 129 § 9º do CP. E, como a referida ré não foi encontrada, mandou expedir o presente Edital de Citação com o prazo de 15 dias, pelo qual ela ficará CITADA, para responder à acusação, por escrito, através de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, conforme estabelece o artigo 396 do Código de Processo Penal. E, para que chegue ao conhecimento de todos e especialmente da ré, mandou expedir o presente, para que surta seus efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 26 de agosto de 2019. Eu, Ana Cristina dos Santos Ribeiro, Estagiária, que o emiti.

RIVALDO MATOS NORÕES FILHO
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO

Eu, Rivaldo Matos Norões Filho, Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal, da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Le, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Secretaria da 1ª Vara Criminal, correm os termos do processo n. 0230166-21.2015.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra o (a) réu (a) E**VERTON LUIZ SILVINO DE SENA,** RG 2366390-1SSP/AM, pai LUIZ FERNANDES DE SENA, mãe MARINETE SILVINO DE SENA, Nascido/Nascida 17/11/1992, natural de Manaus - AM, como incurso (a) nas penas do Art. 157 § 2º, I, II do(a) CP. E, como o (a) referido (a) réu (a) não foi encontrado (a), mandou expedir o presente Edital de Intimação para participar da audiência de instrução e julgamento designada para o dia 30/09/2019, às 12:00h horas, . E, para que chegue ao conhecimento de todos e especialmente do (a) réu (a), mandou expedir o presente para que surta seus efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 26 de agosto de 2019. Eu, Debora Queiroz Pereira de Sa, Estagiário(a), que o digitei. Eu, Eldinéia Sena de Oliveira, Diretor (a) de Secretaria, que o subscrevo.

Rivaldo Matos Norões Filho
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM O PRAZO DE 15 DIAS

Eu, Rivaldo Matos Norões Filho, Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal, da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Secretaria da 1ª Vara Criminal, correm os termos do processo n. 0234302-95.2014.8.04.0001, onde houve a apreensão do veículo Fiat Siena Fire Flex, Placa JXH – 4024, ano/modelo 2007/2007, cujo suposto proprietário é o Sr. **ANDERSON PONTES GARCIA**, Brasileiro, filho de Rita Helena Pontes Garcia. E, como o suposto proprietário não foi encontrado, mandou expedir o presente Edital de Intimação para que ele tome conhecimento acerca da apreensão do referido bem e comprove, no prazo de 5 (cinco) dias, sua propriedade, o qual será decretado perdimento, caso não haja manifestação no prazo assinalado. E, para que chegue ao conhecimento de todos e especialmente do proprietário, mandou expedir o presente, para que surta seus efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 26 de agosto de 2019. Eu, Ana Cristina dos Santos Ribeiro, Estagiária, que o emiti.

RIVALDO MATOS NORÕES FILHO
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO

Eu, Rivaldo Matos Norões Filho, Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal, da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Le, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Secretaria da 1ª Vara Criminal, correm os termos do processo n. 0261825-82.2014.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra o réu **EDSON RAFAEL GOMES FEIJÓ**, Brasileiro(a), RG 2160805-9SSP/AM, pai ARIALDO LAVAREDO FEIJÓ, mãe ELAINE CRISTINA GOMES GONÇALVES, Nascido/Nascida 23/11/1992, natural de Manaus - AM, como incurso (a) nas penas do Art. 155 “caput” do(a) CP. E, como o (a) referido (a) réu (a) não foi encontrado (a), mandou expedir o presente Edital de Intimação para participar da audiência de instrução e julgamento designada para o dia 12/09/2019, às 09:45h horas, . E, para que chegue ao conhecimento de todos e especialmente do (a) réu (a), mandou expedir o presente para que surta seus efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 26 de agosto de 2019. Eu, Debora Queiroz Pereira de Sa, Estagiário(a), que o digitei. Eu, Eldinéia Sena de Oliveira, Diretor (a) de Secretaria, que o subscrevo.

RIVALDO MATOS NORÕES FILHO
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 15 DIAS

Eu, Rivaldo Matos Norões Filho, Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal, da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Secretaria da 1ª Vara Criminal, correm os termos do processo n. 0642682-37.2017.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra o réu **JÚLIO FERREIRA DUTRA**, Brasileiro, RG 1186510-5-SSP/AM, mãe Laudice Pereira dos Santos, Nascido 22/04/1973, natural de Manaus - AM, como incurso nas penas do Art. 171 "caput" do CP. E, como o referido réu não foi encontrado, mandou expedir o presente Edital de Citação com o prazo de 15 dias, pelo qual ele ficará CITADO, para responder à acusação, por escrito, através de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, conforme estabelece o artigo 396 do Código de Processo Penal. E, para que chegue ao conhecimento de todos e especialmente do réu, mandou expedir o presente, para que surta seus efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 26 de agosto de 2019. Eu, Ana Cristina dos Santos Ribeiro, Estagiária, que o emiti.

RIVALDO MATOS NORÕES FILHO
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO

Eu, Rivaldo Matos Norões Filho, Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal, da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Le, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Secretaria da 1ª Vara Criminal, correm os termos do processo n. 0204852-83.2009.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra o réu **CRISTIANO BORGES RODRIGUES**, Brasileiro(a), Solteiro, Ajudante de Pedreiro, RG 290345347717/MEX, pai Manoel Rodrigues Irmão, mãe Madalena Ferreira Borges, Nascido/Nascida 15/09/1987, natural de Manaus - AM, como incurso (a) nas penas do Art. 14 'único' do(a) LEI 10826/2003. E, como o (a) referido (a) réu (a) não foi encontrado (a), mandou expedir o presente Edital de Intimação para participar da audiência de instrução e julgamento designada para o dia 11/10/2019, às 09:00h horas, . E, para que chegue ao conhecimento de todos e especialmente do (a) réu (a), mandou expedir o presente para que surta seus efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 26 de agosto de 2019. Eu, Debora Queiroz Pereira de Sa, Estagiário(a), que o digitei. Eu, Eldinéia Sena de Oliveira, Diretor (a) de Secretaria, que o subscrevo.

RIVALDO MATOS NORÕES FILHO
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 15 DIAS

Eu, Rivaldo Matos Norões Filho, Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal, da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Secretaria da 1ª Vara Criminal, correm os termos do processo n. 0212094-07.2016.8.04.0015, que a Justiça Pública move contra o réu **DANIEL DIRANE DE SOUZA**, Brasileiro, Casado, RG 1378888-4-SSP/AM, CPF 663.391.462-87, pai Manoel Lobato de Souza, mãe Elizabeth de Nazaré Dirane de Souza, Nascido em 06/11/1976, natural de Manaus - AM, como incurso nas penas do Art. 129 § 1º, I do CP. E, como o referido réu não foi encontrado, mandou expedir o presente Edital de Citação com o prazo de 15 dias, pelo qual ele ficará CITADO, para responder à acusação, por escrito, através de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, conforme estabelece o artigo 396 do Código de Processo Penal. E, para que chegue ao conhecimento de todos e especialmente do réu, mandou expedir o presente, para que surta seus efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 26 de agosto de 2019. Eu, Ana Cristina dos Santos Ribeiro, Estagiária, que o emiti.

RIVALDO MATOS NORÕES FILHO
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 15 DIAS

Eu, Rivaldo Matos Norões Filho, Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal, da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Secretaria da 1ª Vara Criminal, correm os termos do processo n. 0617969-61.2018.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra a ré **FLÁVIA KARINA AGUIAR DOS SANTOS**, Brasileira, Convivente, Desempregada, RG 2481176-9-SSP/AM, pai Hélio Luiz dos Santos, mãe Elitima Aguiar de Souza, Nascida em 08/06/1995, natural de Manaus - AM, como incursa nas penas do Art. 157 § 2º, II do CP. E, como a referida ré não foi encontrada, mandou expedir o presente Edital de Citação com o prazo de 15 dias, pelo qual ela ficará CITADA, para responder à acusação, por escrito, através de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, conforme estabelece o artigo 396 do Código de Processo Penal. E, para que chegue ao conhecimento de todos e especialmente da ré, mandou expedir o presente, para que surta seus efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 23 de agosto de 2019. Eu, Ana Cristina dos Santos Ribeiro, Estagiária, que o emiti.

RIVALDO MATOS NORÕES FILHO
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM O PRAZO DE 15 DIAS

Eu, Rivaldo Matos Norões Filho, Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal, da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Secretaria da 1ª Vara Criminal, correm os termos do processo n. 0236597-08.2014.8.04.0001, onde houve a apreensão da motocicleta HONDA, modelo FAN 125, de cor azul, de placa OAO-5408. E, como o(a) suposto(a) proprietário(a) não foi encontrado(a), mandou expedir o presente Edital de Intimação para que ele(a) tome conhecimento acerca da apreensão do referido bem e comprove, no prazo de 5 (cinco) dias, sua propriedade, o qual será decretado perdimento, caso não haja manifestação no prazo assinalado. E, para que chegue ao conhecimento de todos e especialmente do(a) proprietário(a), mandou expedir o presente, para que surta seus efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 26 de agosto de 2019. Eu, Ana Cristina dos Santos Ribeiro, Estagiária, que o emiti.

RIVALDO MATOS NORÕES FILHO
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM O PRAZO DE 90 DIAS

Eu, Rivaldo Matos Norões Filho, Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal, da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Le, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo da 1ª Vara Criminal, foi prolatada sentença no processo n. 0226033-04.2013.8.04.0001, na qual foi condenado o réu **EDUARDO SILVA SALES**, Brasileiro(a), pai José Gil de Sales, mãe Sandra Maria Silva do Nascimento, Nascido/Nascida 21/04/1991, natural de Manaus - AM, à pena de

2 (dois) anos de reclusão, pagamento de 10 (dez) dias-multa e custas processuais, a ser cumprida em regime abeto. No entanto, tem em vista o preenchimento de requisitos legais, a pena privativa de liberdade foi substituída por duas penas restritivas de direitos, quais sejam, 1 (uma) pena de prestação de serviços à comunidade e 1 (uma) pena de multa, no valor de R$ 499,00 (quatrocentos e noventa e nove reais), pela prática de crime capitulado no art. 155, § 4º, IV, do Código Penal, distribuído a esta Vara em 12/06/2013, e como ele encontra-se em lugar incerto e não sabido, conforme certidão do Oficial de Justiça quando do cumprimento da Intimação Pessoal, mandou o MM. Juiz expedir o presente Edital de Intimação de Sentença, com prazo de 90 dias, nos termos do art. 392, IV, do Código de Processo Penal. E para que chegue ao conhecimento do(s) réu(s), bem como de sua Defesa, e que no futuro ninguém alegue ignorância, mandou expedir este Edital, para que surta seus efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 30 de agosto de 2019. Eu, Beatriz Castro Jesus, Estagiário(a), que o emiti.

RIVALDO MATOS NORÕES FILHO
Juiz de Direito

EDITAL DE INSPEÇÃO ORDINÁRIA

O Dr. Rivaldo Matos Norões Filho, Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal, da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, no uso de suas atribuições de seu cargo e, tendo em vista o disposto na Lei Complementar n. 17/1997 e o Provimento n. 241/2015 – CGJ/AM,

FAZ SABER a todos os interessados, principalmente os Senhores Advogados que militam nesta 1ª Vara Criminal que, de acordo com o Provimento n. 241/2015-CGJ/AM, foi designado o período de 09/09/2019 a 20/09/2019, no horário de 12:00 h às 14:00 h, para INSPEÇÃO ORDINÁRIA nos serviços da Secretaria da 1ª Vara Criminal, período no qual o expediente externo não será suspenso, nem os prazos processuais, bem como as audiências não serão adiadas para datas próximas. Ficam convidados os membros do Ministério Público, da Defensoria Pública e da Ordem de Advogados do Brasil, Secção Amazonas, para acompanharem a instalação e desenvolvimento dos trabalhos. As partes poderão apresentar reclamações. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 02 de setembro de 2019. Eu, Eldinéia Sena de Oliveira, Diretora de Secretaria, que o digitei e subscrevo.

RIVALDO MATOS NORÕES FILHO
Juiz de Direito

P O R T A R I A N. 01/2019-1ª VCRIM

O Dr. Rivaldo Matos Norões Filho, Juiz de Direito, no uso de suas atribuições legais e

CONSIDERANDO o Provimento n. 241/2015 - CGJ/AM, que determina a realização de inspeção anual em todas as unidades judiciárias de primeira instância das Comarcas do Poder Judiciário do Amazonas, até o último dia do mês de novembro de cada ano;

R E S O L V E:

ESTABELECER o período de 09/09/2019 a 20/09/2019, no horário de 12:00 h às 14:00 h , para realização de inspeção ordinária anual em todos os processos desta 1ª Vara Criminal;

DESIGNAR todos os servidores lotados nesta 1ª Vara Criminal para auxiliar este magistrado na realização dos trabalhos.

Anote-se. Comunique-se. Publique-se.
Manaus, 02 de setembro de 2019.

RIVALDO MATOS NORÕES FILHO
Juiz de Direito

2ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0371/2019

ADV: MARCELO AUGUSTO DO AMARAL SÊMEN (OAB 3425/AM) - Processo 0049918-12.2005.8.04.0001 (001.05.049918-2) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto - DENUNCIADO: Marcelo Correa de Melo e outros - EDITAL DE INTIMAÇÃO DE AUDIÊNCIA Processo: 0049918-12.2005.8.04.0001 A Excelentíssima Senhora Doutora Suzi Irlanda Araújo Granja da Silva, Juíza de Direito da 2.ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quanto ao presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, QUE FICA INTIMADO PELO PRESENTE o(a) Advogado(a) do Réu, o(a) Dr (a). 3425/AM - Marcelo Augusto do Amaral Sêmen, acerca da audiência de instrução e julgamento a ser realizada no dia 18/09/2019 às 11:45h, concernente ao Processo nº 0049918-12.2005.8.04.0001, onde figura como Réu Marcelo Correa de Melo, para que chegue ao conhecimento de todos, em especial ao patrono do Réu, acima mencionado, expede-se o presente, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico - DJE. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 30/08/2019. Eu, Daniel Fonseca de Albuquerque, Diretor de Secretaria em substituição, o Digitei e assino.

ADV: ÂNDRIA DE LEMOS BATISTA ANDRADE (OAB 13345/AM) - Processo 0230661-26.2019.8.04.0001 (processo principal 0600205-28.2019.8.04.0001) - Restituição de Coisas Apreendidas - Adulteração de Sinal Identificador de Veículo Automotor - REQUERENTE: Paulo Roberto Lavor Tavares - Acolho a promoção ministerial de fls. 11. À Secretaria para providências.

ADV: EURANEY DA SILVA COSTA (OAB 6151/AM), ADV: FABIANA RIBEIRO FLORENCIO MOTA (OAB 3447/AM), ADV: MÁRCIO ROCHA DE CARVALHO (OAB 5274/AM), ADV: ANE ROCHA DE CARVALHO (OAB 7116/AM) - Processo 0235114-50.2008.8.04.0001 (001.08.235114-8) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto - DENUNCIADO: Aldenor Luis Gomes de Amorim - Bruno Cesar Pereira da Silva - Rafael Silva Mendes e outros - Trata-se de Ação Penal movida pelo Ministério Público do Estado do Amazonas em face de ALÍRIO DE SOUZA MENDES, ALDENOR LUIS GOME DE AMORIM, JOÃO LUIS BARBOSA BRAGA, CELSO BARROSO DO NASCIMENTO, EDSON FROTA DE LIMA, EDNEY ZACARIAS DE OLIVEIRA, FRANCINEY PINHEIRO SALDANHA, TONY FRANK GOMES PEREIRA, ANTONIO CARLOS RODRIGUES BARBOSA, RONALDO PEREIRA DA SILVA, JOÃO NIQUELES OLIVEIRA DA SILVA, BRUNO CESAR PEREIRA E SILVA, RAFAEL SILVA MENDES, FABIAN MIRANDA MACIEL e MARY DA SILVA BETCEL já qualificados nos autos, pela prática do delito tipificado no art. 180 do Código Penal. Denúncia às fls. 1/9. Recebida a denúncia, os acusados foram regularmente citados. Os acusados Alírio de Souza Mendes, João Luis Barbosa Braga, Edson Frota de Lima, Franciney Pinheiro Saldanha, Tony Frank Gomes Pereira, Antonio Carlos Rodrigues Barbosa, Ronaldo Pereira da Silva e Mary da Silva Betcel não foram localizados, motivo pelo qual foi determinada a citação editalícia e, posteriormente, a suspensão do processo e do prazo prescricional. Após a apresentação de Defesa Prévia e, inexistindo quaisquer das hipóteses de absolvição sumária, foi pautada audiência de instrução e julgamento. Realizada Audiência de Instrução e Julgamento onde foi realizado o interrogatório dos acusado Edney Zacarias de Oliveira, Aldenor Luis Gomes de Amorim e João Niqueles Oliveira da Silva e de uma testemunha de acusação. Após, foi determinada a abertura de prazo para apresentação das Alegações Finais. Em sede de Alegações Finais, tanto o Ministério Público quanto a Defesa pugnaram pela absolvição do acusado diante da insuficiência de provas de autoria. Vieram-me os autos conclusos. É o relatório. Decido. Compulsando o caderno processual, não verifico elementos suficientes para a formação de um juízo de certeza, necessário para uma condenação. Isto porque, a testemunha ouvida em juízo não se recordava dos fatos em decorrência do lapso temporal. Ademais, ao serem interrogados, os acusados negaram a autoria do delito.

Desta forma, tendo em vista que os indícios colhidos durante a fase inquisitorial não foram confirmados em juízo, entendo que não existem provas sólidas para formação de um convencimento condenatório e, nesse caso, a dúvida sobre a materialidade e autoria do crime impõem a aplicação da máxima in dubio pro reo posto decorrente dos princípios da reserva legal e da presunção de inocência. Em relação aos acusados cujos prazos prescricionais estão suspensos, tendo em vista que nenhuma das testemunhas arroladas pela acusação se recordam dos fatos, entendo que não é necessária a manutenção da suspensão do processo para este, posto que não existem outros elementos probatórios ou diligências aptas a elucidar o caso ainda que o réu compareça para dar prosseguimento ao feito. Decisão. Pelo exposto, não comprovada a autoria do crime imputado aos acusados, JULGO IMPROCEDENTE os pedidos formulados na denúncia e ABSOLVO ALÍRIO DE SOUZA MENDES, ALDENOR LUIS GOME DE AMORIM, JOÃO LUIS BARBOSA BRAGA, CELSO BARROSO DO NASCIMENTO, EDSON FROTA DE LIMA, EDNEY ZACARIAS DE OLIVEIRA, FRANCINEY PINHEIRO SALDANHA, TONY FRANK GOMES PEREIRA, ANTONIO CARLOS RODRIGUES BARBOSA, RONALDO PEREIRA DA SILVA, JOÃO NIQUELES OLIVEIRA DA SILVA, BRUNO CESAR PEREIRA E SILVA, RAFAEL SILVA MENDES, FABIAN MIRANDA MACIEL e MARY DA SILVA BETCEL com fundamento no art. 386, VII do CPP. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa nos autos, arquivando-os. À Secretaria para providências.

ADV: STÊNIO HOLANDA ALVES (OAB 4254/AM), ADV: MARIA AUXILIADORA DOS SANTOS BENIGNO (OAB 236604/SP), ADV: CLOTILDE MIRANDA MONTEIRO DE CASTRO (OAB 8888/AM) - Processo 0242803-04.2015.8.04.0001 - Representação Criminal/ Notícia de Crime - Ameaça - QUERELANTE: José Suediney de Souza Araújo - QUERELADO: Wilson Ferreira Lisboa - Tendo em vista a inércia do querelante que intimado deixou de promover as diligências que lhe incumbiam por mais de 30 (trinta) dias, JULGO EXTINTO o feito, sem resolução de mérito, nos termos do art. 485,III,do NCPC. Intime-se as partes. Após, arquive-se. À Secretaria para providências.

Ândria de Lemos Batista Andrade (OAB 13345/AM)
Ane Rocha de Carvalho (OAB 7116/AM)
Clotilde Miranda Monteiro de Castro (OAB 8888/AM)
Euraney da Silva Costa (OAB 6151/AM)
Fabiana Ribeiro Florencio Mota (OAB 3447/AM)
Marcelo Augusto do Amaral Sêmen (OAB 3425/AM)
Márcio Rocha de Carvalho (OAB 5274/AM)
Maria Auxiliadora dos Santos Benigno (OAB 236604/SP)
Stênio Holanda Alves (OAB 4254/AM)

6ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO ANAGALI MARCON BERTAZZO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CRISTIANE ROMANO TAVARES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0231/2019

ADV: RAQUEL NATALINA BRITO SILVA (OAB 10323/AM) - Processo 0606193-30.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - ACUSADO: R.P.M. - Instrução e Julgamento Data: 19/09/2019 Hora 09:45 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM) - Processo 0636990-86.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - RÉU: Adriano Batista Araújo - Instrução e Julgamento Data: 12/09/2019 Hora 10:00 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

Cíntia Albuquerque Brito (OAB 5596/AM)
Raquel Natalina Brito Silva (OAB 10323/AM)

7ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO CAREEN AGUIAR FERNANDES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA DO SOCORRO ALMEIDA DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0174/2019

ADV: ANTÔNIO JOSÉ BARBOSA VIANA (OAB 5750/AM) - Processo 0201803-97.2010.8.04.0001 (001.10.201803-1) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo (art. 157) - RÉU: Edenilson Rodrigues dos Santos - Audiência designada para o dia 19/09/2019, às 08:30h.

ADV: LAIANE TAMMY ABATI (OAB 172066/SP), ADV: POLLYANA GABRIELLE SOUZA VIEIRA (OAB 274381/SP) - Processo 0208592-94.2015.8.04.0015 - Termo Circunstanciado - Calúnia - VÍTIMAFATO: MARIVALDO RAIMUNDO DUARTE DE ANDRADE - RÉ: Suzete Souza Santos da Câmara - Considerando o teor da Certidão de fl. 148, intimem-se as defesas do querelado e querelante para apresentarem memoriais escritos, nos termos do art. 403, §3.º, do Código de Processo Penal. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM) - Processo 0213529-34.2011.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - RÉU: Jackson de Lima Aguiar e outros - Intime-se a defesa para apresentar os memoriais.

ADV: CHARLES RIBEIRO DA SILVA (OAB 5694/AM) - Processo 0221542-80.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estelionato - RÉ: Núbia Neris Rodrigues - João Nogueira Ferreira e outros - Intime-se a defesa de João Nogueira Ferreira e Núbia Neris Rodrigues para apresentar os memoriais , conforme o art. 403 § 3 do Código de Processo Penal.

ADV: LUCIANO DA SILVA ROCHA (OAB 9788/AM) - Processo 0222681-67.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estelionato - RÉU: Joel Machado Dutra - Intime-se a defesa Dr. Luciano da Silva Rocha OAB/AM 9.788 para tomar ciência da Decisão Interlocutória de fl. 137.

ADV: MANOEL EDUARDO DOS SANTOS ASSIS (OAB 9613/AM) - Processo 0227519-19.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado - RÉU: Antônio Domiciano de Sousa - Intime-se a defesa para apresentar os memoriais.

ADV: LUIS EDUARDO DOS SANTOS VALOIS COÊLHO (OAB 1975/AM) - Processo 0242355-60.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estelionato - VÍTIMAFATO: JÚLIO CÉSAR AMARAL DE HOLANDA - ASSISTENTE: JULIO CÉSAR AMARAL DE HOLANDA - REPRESENTANTE DA EMPRESA HF - COMÉRCIO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP - RÉU: Marcus Alexandre Fernandes Nascimento de Lima - Audiência designada para o dia 26/09/2019, às 08:15h.

ADV: MONIQUE RODRIGUES DA CRUZ (OAB 4292/AM) - Processo 0243064-95.2017.8.04.0001 - Inquérito Policial - Crime / Contravenção contra Idoso - INDICIADO: Mohamad Antonio Nascimento Paixão - Assim sendo, acolho a promoção ministerial determinando, por conseguinte, o arquivamento e baixa do presente Inquérito policial nos termos do art. 28 do Código de Processo Penal, sem prejuízo de seu eventual desarquivamento, caso venham surgir novos elementos de convicção, como prevê a legislação vigente. Arquivem-se os autos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JÚLIO ALBERTO NEVES DE CARVALHO (OAB 9011/AM), ADV: FABIOLA REIS DOS REIS (OAB 12103/AM), ADV: FÁBIO GUEDES DOS REIS (OAB 3132/AM), ADV: EMERSON PAXÁ PINTO OLIVEIRA (OAB 9435/AM), ADV: JÉSSICA LAÍS RONDON PIRANGY (OAB 10452/AM) - Processo 0246643-22.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes de “Lavagem” ou Ocultação de Bens, Direitos ou Valores - RÉU: SILFARNE CASTRO DO NASCIMENTO - HELLINGTON MOURA FERREIRA e outros - Intime-se a defesa de Hellington Moura Ferreira e de Sirfane Castro do Nasciimento, respectivamente, para ratificar e apresentar os memoriais com base no art. 403 §3° do Código do Processo Penal.

ADV: DARDEN KLINGER COLARES LIBÓRIO (OAB 10423/AM), ADV: MONIQUE RODRIGUES DA CRUZ (OAB 4292/AM) - Processo 0247838-42.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado - RÉU: Aquilis Alves Lira - Marcelo Corrêa de Araújo - Intimem-se os advogados para apresentação das alegações finais.

ADV: EDENILSON HOSODA MONTEIRO DA SILVA (OAB 9932/AM) - Processo 0250886-14.2012.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Wellington Charles de Sousa Farias - Intime-se a defesa de Wellington Charles de Sousa Farias para apresentar os memoriais.

ADV: LUZILENA GOMES MOTA (OAB 9991/AM) - Processo 0602798-30.2019.8.04.0001 - Inquérito Policial - Estelionato Majorado - VÍTIMAFATO: Maria Sebastiana Gomes Mota - Acolho a promoção ministerial de fl. 171. Intime-se a patrona da vítima, Dra. Luzilena Gomes Mota (OAB/AM 9.991), a fim de juntar Procuração com poderes específicos nos autos. Após a referida juntada, abra-se novas vistas ao Ministério Público a fim de apreciar pedido de fl. 170. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: MARCOS DINO DA ROCHA MARINHO (OAB 9346/AM), ADV: MONIQUE RODRIGUES DA CRUZ (OAB 4292/AM) - Processo 0607723-69.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado - RÉU: R.M.M. e outro - Sendo assim, pelas razões expostas, considerando que este Juízo incompetente para processar e julgar o feito, REJEITO o aditamento da Denúncia às fls. 93/95, por falta de pressuposto processual, nos termos do artigo 395, II do CPP, em decorrência da prevenção da 4º vara criminal para processar os autos. Proceda-se a exclusão do nome de Irineide Oliveira Lira, mediante as cautelas de praxe. Dê-se o regular prosseguimento do feito em relação ao réu Robson Marinho Moisés. A Secretaria as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: FRANCISCO NONATO BOARY (OAB 1058/AM) - Processo 0618258-57.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto - RÉU: J.P.R. e outros - Audiência designada para o dia 10.09.2019, às 10h.

ADV: ULISSES SOARES FERREIRA (OAB 13730/AM), ADV: KAMYLA ATAÍDE PINHEIRO (OAB 14129/AM) - Processo 0621487-25.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - RÉU: Michael Douglas Sulterio Carvalho - Intime-se a defesa para apresentar os memoriais.

ADV: KAMYLA ATAÍDE PINHEIRO (OAB 14129/AM), ADV: ULISSES SOARES FERREIRA (OAB 13730/AM) - Processo 0621487-25.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - RÉU: Michael Douglas Sulterio Carvalho - Intime-se a defesa para apresentar os memoriais.

ADV: JOELMA TAKEDA DE MORAES (OAB 8432/AM), ADV: CYRO ROBERTO PEREIRA DA COSTA (OAB 9836/AM) - Processo 0625428-80.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Leonardo Trindade da Cruz - Samuel Santos Araújo e outro - Intime-se a defesa para apresentar os memoriais.

ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM) - Processo 0635185-06.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - RÉU: Lucas Alves de Oliveira - Intime-se a defesa para apresentar os memoriais com base no art. 403 §3 ° do Código de Processo Penal.

ADV: MONIQUE RODRIGUES DA CRUZ (OAB 4292/AM) - Processo 0643016-03.2019.8.04.0001 - Inquérito Policial - Adulteração de Sinal Identificador de Veículo Automotor - AUTORFATO: Não Esclarecido - Assim sendo, acolho a promoção ministerial determinando, por conseguinte, o arquivamento e baixa do presente Inquérito policial nos termos do art. 28 do Código de Processo Penal, sem prejuízo de seu eventual desarquivamento, caso venham surgir novos elementos de convicção, como prevê a legislação vigente. Arquivem-se os autos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MONIQUE RODRIGUES DA CRUZ (OAB 4292/AM) - Processo 0643353-89.2019.8.04.0001 - Inquérito Policial - Roubo (art. 157) - AUTORFATO: A Esclarecer - Assim sendo, em consonância ao Ministério Público, acolho a Promoção de fls. 37/38, por reconhecer que a situação ora sob exame não apresenta indícios suficientes de autoria e materialidade, tonando precário os requisitos necessários para propositura da ação penal, determinando, por conseguinte, o arquivamento e baixa do presente Inquérito policial nos termos do art. 28 do Código de Processo Penal, sem prejuízo de seu eventual desarquivamento, caso venham surgir novos elementos de convicção, como prevê a legislação vigente. Arquive-se os autos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MONIQUE RODRIGUES DA CRUZ (OAB 4292/AM) - Processo 0644711-89.2019.8.04.0001 - Inquérito Policial - Pesca - AUTORFATO: O Meio Ambiente - Assim sendo, acolho a promoção ministerial determinando o arquivamento e baixa do presente Inquérito policial nos termos do art. 28 do Código de Processo Penal, sem prejuízo de seu eventual desarquivamento, caso venham surgir novos elementos de convicção, como prevê a legislação vigente. Arquivem-se os autos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: VALÉRIA SCHNEIDER DO CANTO (OAB 251989/SP) - Processo 0646921-50.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro - RÉU: Júlio Adriano da Rocha Carvalho - Concluo incorrer quaisquer das hipóteses de absolvição sumária, motivo pelo qual, em consonância com a manifestação ministerial, REJEITO a tese defensiva arguida e determino o prosseguimento do feito. Prossiga-se com a instrução penal. Cumpra-se.

Antônio José Barbosa Viana (OAB 5750/AM)
Charles Ribeiro da Silva (OAB 5694/AM)
Cyro Roberto Pereira da Costa (OAB 9836/AM)
Darden Klinger Colares Libório (OAB 10423/AM)
Edenilson Hosoda Monteiro da Silva (OAB 9932/AM)
Emerson Paxá Pinto Oliveira (OAB 9435/AM)
Fábio Guedes dos Reis (OAB 3132/AM)
Fabiola Reis dos Reis (OAB 12103/AM)
Francisco Nonato Boary (OAB 1058/AM)
Jéssica Laís Rondon Pirangy (OAB 10452/AM)
Joelma Takeda de Moraes (OAB 8432/AM)
Júlio Alberto Neves de Carvalho (OAB 9011/AM)
Kamyla Ataíde Pinheiro (OAB 14129/AM)
Laiane Tammy Abati (OAB 172066/SP)
Luciano da Silva Rocha (OAB 9788/AM)
Luis Eduardo dos Santos Valois Coêlho (OAB 1975/AM)
Luzilena Gomes Mota (OAB 9991/AM)
Manoel Eduardo dos Santos Assis (OAB 9613/AM)
Marcos Dino da Rocha Marinho (OAB 9346/AM)
Maria do Perpétuo Socorro Nunes Feijó Florêncio (OAB 6541/AM)
Monique Rodrigues da Cruz (OAB 4292/AM)
POLLYANA GABRIELLE SOUZA VIEIRA (OAB 274381/SP)
Ulisses Soares Ferreira (OAB 13730/AM)
Valéria Schneider do Canto (OAB 251989/SP)

8ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CRIMINAL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0857/2019

ADV: EDUARDO AUGUSTO DA SILVA DIAS (OAB 9185/AM) - Processo 0201390-40.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - RÉU: Jocifran Teixeira Barbosa e outro - Certifico, para os devidos fins, que em virtude de readequação da pauta, a audiência foi redesignada para o dia 08/06/2020, às 09:30h, na Sala padrão.

ADV: RUBELI DA SILVA NASCIMENTO (OAB 7824/AM), ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM), ADV: EDSON TADEU LALOR DO REGO (OAB 6291/AM), ADV: RENATO LALOR DO REGO (OAB 5820/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0204743-59.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: William Costa da Silva - Ian Kevyn Oliveira do Nascimento e outro - Designo o dia 10/09/2019, às 09:30h, para realização da Audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: ANA ESMELINDA MENEZES DE MELO (OAB A3569/AM), ADV: UARGLA BARBOSA GONDIM (OAB 13675/RN) - Processo 0208707-65.2012.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto - RÉU: Janderson Cruz de Souza - Certifico,

para os devidos fins, que em virtude de readequação da pauta, a audiência designada para o dia 16/10/2019, às 11:30h, será realizada na mesma data, porém no horário das 10:00h na Sala padrão.

ADV: MARCOS PAULO COÊLHO DE SOUZA (OAB 4395/AM) - Processo 0210072-91.2011.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estelionato - RÉU: Manoel Bastos de Oliveira e outro - Designo o dia 04/09/2019, às 11:15h, para realização da Audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: CLEMILTON LÚCIO BRAÑA (OAB 10906/AM), ADV: KELLY ANNE CORRÊA DE OLIVEIRA (OAB 9330/AM), ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM) - Processo 0216502-25.2012.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Falsificação de documento público - RÉU: José Mauro Pinto da Rocha - Designo o dia 12/09/2019, às 11:00h, para realização da Audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: JÚLIO CÉSAR DE OLIVEIRA MACIEL (OAB 5172/AM), ADV: ALEKSANDER CUESTA DE OLIVEIRA (OAB 5607/AM), ADV: JANELMA VIANA DOS SANTOS (OAB 6487/AM), ADV: LILIAN BARBOSA VIEIRA (OAB 7217/AM), ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM) - Processo 0222430-88.2011.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado - RÉU: Wagner Júnior Lopes Teixeira - Silas de Souza Gurgel - De ordem da MM. Juíza de Direito deste Juízo, Patrícia Macêdo de Campos, INTIMO a Defesa dos acusados Wagner Júnior Lopes Teixeira e Silas de Souza Gurgel, na qualidade de representantes destes, para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentar alegações finais sob a forma de memoriais, sob pena de aplicação de multa pelo abandono injustificado.

ADV: FELIPE SENA DE CARVALHO (OAB 3816/AM) - Processo 0223768-58.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto - RÉU: Sérgio Felizardo de Oliveira e outro - Designo o dia 09/09/2019, às 09:30h, para realização da Audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: ANA ESMELINDA MENEZES DE MELO (OAB A3569/AM) - Processo 0224109-60.2010.8.04.0001 (001.10.224109-1) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto - INDICIADO: Ricardo Souza de Araújo e outros - De ordem da MM. Juíza de Direito deste Juízo, Patrícia Macêdo de Campos, INTIMO a Defesa do acusado Ricardo Souza de Araújo, na qualidade de representante deste, para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentar alegações finais sob a forma de memoriais.

ADV: ALESSANDRA MARA FIM OLIVEIRA (OAB 1370/RR), ADV: GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS VISEU (OAB 117417/SP), ADV: GUSTAVO VISEU (OAB 117417/SP), ADV: AMÉLIA EMY REBOUÇAS IMASAKI (OAB 286435/SP), ADV: CARLOS AUGUSTO MANFRIN RIBAS FERREIRA (OAB 320519/SP), ADV: ERIK LORENZZO MARINHO DA SILVA (OAB 4944/AM), ADV: FLAVIA LIMA DE OLIVEIRA (OAB 358719/SP), ADV: ERIKA PATRICIA MARINHO OLIVEIRA (OAB 12133/AM), ADV: RAFAEL DE ALMEIDA PIMENTA PEREIRA (OAB 317A/RR), ADV: RAFAEL DE ALMEIDA PIMENTA PEREIRA (OAB 46859/PR) - Processo 0225087-66.2012.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado - VÍTIMAFATO: Banco Itaú S/A - RÉU: Luiz Eduardo Rocha Soares e outro - Certifico, para os devidos fins, que em virtude de readequação da pauta, a audiência designada para o dia 16/10/2019, às 11:15h, será realizada na mesma data, porém no horário das 10:30h na Sala padrão.

ADV: VALÉRIA FERREIRA RABELLO (OAB 6287/AM) - Processo 0229310-23.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto - RÉU: Cristovam de Souza Gaia - Certifico, para os devidos fins, que em virtude de readequação da pauta, a audiência foi redesignada para o dia 08/06/2020, às 10:30h, na Sala padrão.

ADV: FÁBIO ASSUNÇÃO PAVESI (OAB 8754/AM), ADV: NATHÁLIA PIMENTEL BIONE DE SOUZA (OAB 8027/AM), ADV: CYRO ROBERTO PEREIRA DA COSTA (OAB 9836/AM), ADV: ANTÔNIO FRAZÃO AMARAL (OAB 3042/AM) - Processo 0230429-53.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - RÉU: Juliano da Silva Duarte - De ordem da MM. Juíza de Direito deste Juízo, Patrícia Macêdo de Campos, INTIMO a Defesa do acusado Juliano da Silva Duarte, na qualidade de representante deste, para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentar alegações finais sob a forma de memoriais.

ADV: JOSEANI CATUNDA PRUDENTE (OAB 3504/AM) - Processo 0230555-50.2008.8.04.0001 (001.08.230555-3) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo (art. 157) - RÉU: Rubens Ribeiro Vasconcelos - De ordem da MM. Juíza de Direito deste Juízo, Patrícia Macêdo de Campos, INTIMO a Defesa do acusado Rubens Ribeiro Vasconcelos, na qualidade de representante deste, para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentar alegações finais sob a forma de memoriais.

ADV: SAMUEL PINTO DA SILVA (OAB 6734/AM), ADV: MIGUEL HENRIQUE TINOCO DE ALENCAR (OAB 1409/AM), ADV: MARINA DAS GRAÇAS DE PAULA ARAÚJO (OAB 3096/AM), ADV: HELENA DE OLIVEIRA GALVÃO (OAB 2753/AM) - Processo 0233173-89.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto - RÉU: Andrelino dos Santos Vieira - Álvares de Lima Marques - Heloiso Ferreira Lima Junior e outros - Certifico, para os devidos fins, que em virtude de readequação da pauta, a audiência designada para o dia 17/10/2019, às 09:00h, será realizada na mesma dat

ADV: JOÃO CARLOS PINTO DE ARAÚJO (OAB 3787/AM), ADV: CIRLANE FIGUEREDO ALBERTINO (OAB 8085/AM), ADV: STEPHANIE GRAZIELLE DE SOUZA ALBERTINO (OAB 10099/AM), ADV: SIDNEY JOSÉ VIEIRA DE SOUZA (OAB 5798/AM), ADV: SÂMIA BRENA FURTADO MONTEIRO (OAB 11988/AM) - Processo 0235993-13.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Eudimar Silva de Lima - Thaís Mara Sousa Martins da Silva - Certifico, para os devidos fins, que em virtude de readequação da pauta, a audiência designada para o dia 21/10/2019, às 12:15h, será realizada na mesma data, porém no horário das 10:15h na Sala padrão.

ADV: GEYSA CAROLINE DE SOUZA MACHADO (OAB 6149/AM) - Processo 0242858-28.2010.8.04.0001 (001.10.242858-2) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo (art. 157) - ACUSADO: Fabio Jose Cosmo Frederico e outros - Designo o dia 12/09/2019, às 10:45h, para realização da Audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: PEDRO NORONHA MONSALVE JÚNIOR (OAB 10511/AM) - Processo 0247857-14.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Fagnne Lua da Silva Mota - Certifico, para os devidos fins, que em virtude de readequação da pauta, a audiência foi redesignada para o dia 09/06/2020, às 09:30h, na Sala padrão.

ADV: LUIS EDUARDO DOS SANTOS VALOIS COÊLHO (OAB 1975/AM) - Processo 0250401-43.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - RÉU: Silvio de Carvalho Leite e outro - De ordem da MM. Juíza de Direito deste Juízo, Patrícia Macêdo de Campos, INTIMO a Defesa do acusado Silvio de Carvalho Leite, na qualidade de representante deste, para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentar alegações finais sob a forma de memoriais, sob pena de aplicação de multa pelo abandono injustificado.

ADV: EDER CARLOS RIBEIRO PIRES (OAB 7901/AM), ADV: HELENA DE OLIVEIRA GALVÃO (OAB 2753/AM) - Processo 0252700-27.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Receptação - INDICIADO: Valdecy de Oliveira Lima - Andreilson Oliveira da Silva - Designo o dia 09/09/2019, às 10:00h, para realização da Audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: PALOMA GURGEL DE OLIVEIRA CERQUEIRA (OAB 9654/RN), ADV: GEYSA CAROLINE DE SOUZA MACHADO (OAB 6149/AM), ADV: MOZARTH RIBEIRO BESSA NETO (OAB 4390/AM), ADV: NATASJA DESCHOOLMEESTER (OAB 2140/AM) - Processo 0309027-36.2006.8.04.0001 (001.06.309027-0) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo (art. 157) - RÉU: Geomison Lira Arante - Janderson Araújo da Silva e outros - VÍTIMA: J. Cruz Ind. e Com. Ltda (Fábrica Magistral) - Designo o dia 12/09/2019, às 11:30h, para realização da Audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: ALAN CARLOS AMARAL GOMES DE ALBUQUERQUE (OAB 8344/AM) - Processo 0602878-91.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - RÉU: Daniel Silva de Oliveira - Certifico, para os devidos fins, em cumprimento à decisão retro, que resta designado o dia 23/01/2020, às 10:30h, na Sala padrão, para realização da audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: BENEDITO DE OLIVEIRA COSTA (OAB 13110/AM) - Processo 0603690-36.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - INDICIADO: Jose Alexandre Santos de Souza - Designo o dia 04/09/2019, às 11:30h, para realização da Audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: ZACARIAS SANTOS DE SOUZA (OAB 7531/AM), ADV: ANA ESMELINDA MENEZES DE MELO (OAB 356/AM) - Processo 0605216-38.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro - RÉU: R.S.M. - Designo o dia 12/09/2019, às 10:15h, para realização da Audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: FÁBIO LEITE NOBRE (OAB 11149/AM) - Processo 0609581-72.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto - RÉU: Charles Renato Moita de Castro - Certifico, para os devidos fins, que em virtude de readequação da pauta, a audiência foi redesignada para o dia 08/06/2020, às 09:45h, na Sala padrão.

ADV: HERRAZURIS NOGUEIRA DUARTE JÚNIOR (OAB 7790/AM) - Processo 0616607-87.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado - RÉU: E.S.J. - Certifico, para os devidos fins, em cumprimento à decisão retro, que resta designado o dia 22/10/2019, às 09:30h, na Sala padrão, para realização da audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: NATHÁLIA PIMENTEL BIONE DE SOUZA (OAB 8027/AM), ADV: BALTAZAR SOARES DE OLIVEIRA (OAB 14398/AM) - Processo 0616876-29.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado - RÉU: Luan Carlos Ribeiro de Alencar - Designo o dia 18/05/2020, às 10:30h, para realização da Audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: BALTAZAR SOARES DE OLIVEIRA (OAB 14398/AM), ADV: NATHÁLIA PIMENTEL BIONE DE SOUZA (OAB 8027/AM) - Processo 0616876-29.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado - RÉU: Luan Carlos Ribeiro de Alencar - Certifico, para os devidos fins, que a audiência pautada para data de hoje foi redesignada para o dia 18/05/2020, às 10:30h, na Sala padrão, em razão da readequação da pauta.

ADV: EUTHICIANO MENDES NUNIZ (OAB A733/AM) - Processo 0620507-78.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Jonison Silveira Barros e outro - Designo o dia 11/09/2019, às 11:30h, para realização da Audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: CARLA DE PAULA LIMA (OAB 12539/AM), ADV: ELIAS SERENO DE SOUZA (OAB 12819/AM), ADV: MARCOS ANTONIO FERREIRA FEITOSA (OAB 13305/AM) - Processo 0620565-18.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - RÉU: W.O.F. - R.S.R. - Designo o dia 12/09/2019, às 09:15h, para realização da Audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: EDIERI MARIA MOUSINHO ABITBOL (OAB 7862/AM) - Processo 0625615-25.2018.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Crimes do Sistema Nacional de Armas - INDICIADA: Camila de Oliveira Reis - Certifico, para os devidos fins, que em virtude de readequação da pauta, a audiência foi redesignada para o dia 09/06/2020, às 09:45h, na Sala padrão.

ADV: CRISTIANE MORAES DE OLIVEIRA (OAB 9080/AM), ADV: MILTON LITAIFF GONÇALVES (OAB 10220/AM), ADV: EMÍLIA CAROLINA MELLO VIEIRA (OAB 3872/AM), ADV: MICHAEL QUEIROZ LEITÃO (OAB 9714/AM), ADV: ANA ESMELINDA MENEZES DE MELO (OAB A3569/AM), ADV: CHARLES RIBEIRO DA SILVA (OAB 5694/AM) - Processo 0628859-30.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Ramon Rodrigues da Silva - Victor Hugo Pereira Batista - Certifico, para os devidos fins, que em virtude de readequação da pauta, a audiência foi redesignada para o dia 09/06/2020, às 10:00h, na Sala padrão.

ADV: EGUINALDO GONÇALVES DE MOURA (OAB 3761/AM) - Processo 0629901-80.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - RÉU: Nilton dos Anjos Marques Filho - Designo o dia 12/09/2019, às 09:30h, para realização da Audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: NATIVIDADE DE JESUS MAGALHÃES MAIA (OAB 5556/AM) - Processo 0632372-69.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto - RÉU: Eliomar Mendonça da Silva - Certifico, para os devidos fins, que em virtude de readequação da pauta, a audiência foi redesignada para o dia 09/06/2020, às 09:15h, na Sala padrão.

ADV: VERIDIANA SPINOLA TONELLI (OAB 11323/AM) - Processo 0636415-49.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - INDICIADO: Andre Alexandre Sabino Nicacio e outro - De ordem da MM. Juíza de Direito deste Juízo, Patrícia Macêdo de Campos, INTIMO a Defesa do acusado Andre Alexandre Sabino Nicacio, na qualidade de representante deste, para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentar alegações finais sob a forma de memoriais, sob pena de aplicação de multa pelo abandono injustificado.

Alan Carlos Amaral Gomes de Albuquerque (OAB 8344/AM)
Aleksander Cuesta de Oliveira (OAB 5607/AM)
Alessandra Mara Fim Oliveira (OAB 1370/RR)
Amélia Emy Rebouças Imasaki (OAB 286435/SP)
ANA ESMELINDA MENEZES DE MELO (OAB 356/AM)
Ana Esmelinda Menezes de Melo (OAB A3569/AM)
Aniely Valena de Oliveira Mariano Formiga (OAB 7258/AM)
Antônio Frazão Amaral (OAB 3042/AM)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Baltazar Soares de Oliveira (OAB 14398/AM)
Benedito de Oliveira Costa (OAB 13110/AM)
Carla de Paula Lima (OAB 12539/AM)
Carlos Augusto Manfrin Ribas Ferreira (OAB 320519/SP)
Charles Ribeiro da Silva (OAB 5694/AM)
Cirlane Figueredo Albertino (OAB 8085/AM)
Clemilton Lúcio Braña (OAB 10906/AM)
Cristiane Moraes de Oliveira (OAB 9080/AM)
Cyro Roberto Pereira da Costa (OAB 9836/AM)
Eder Carlos Ribeiro Pires (OAB 7901/AM)
Edieri Maria Mousinho Abitbol (OAB 7862/AM)
Edson Tadeu Lalor do Rego (OAB 6291/AM)
Eduardo Augusto da Silva Dias (OAB 9185/AM)
EGUINALDO GONÇALVES DE MOURA (OAB 3761/AM)
Elias Sereno de Souza (OAB 12819/AM)
Emília Carolina Mello Vieira (OAB 3872/AM)
Erik Lorenzzo Marinho da Silva (OAB 4944/AM)
Erika Patricia Marinho Oliveira (OAB 12133/AM)
Euthiciano Mendes Nuniz (OAB A733/AM)
Fábio Assunção Pavesi (OAB 8754/AM)
Fábio Leite Nobre (OAB 11149/AM)
Felipe Sena de Carvalho (OAB 3816/AM)
Flavia Lima de Oliveira (OAB 358719/SP)
Geysa Caroline de Souza Machado (OAB 6149/AM)
Gustavo Henrique dos Santos Viseu (OAB 117417/SP)
Gustavo Viseu (OAB 117417/SP)
Helena de Oliveira Galvão (OAB 2753/AM)
Herrazuris Nogueira Duarte Júnior (OAB 7790/AM)
JANELMA VIANA DOS SANTOS (OAB 6487/AM)
João Carlos Pinto de Araújo (OAB 3787/AM)
Joseani Catunda Prudente (OAB 3504/AM)
Júlio César de Oliveira Maciel (OAB 5172/AM)
Kelly Anne Corrêa de Oliveira (OAB 9330/AM)
Lilian Barbosa Vieira (OAB 7217/AM)
Luis Eduardo dos Santos Valois Coêlho (OAB 1975/AM)
Marcela da Silva Paulo (OAB 10325/AM)
Marcos Antonio Ferreira Feitosa (OAB 13305/AM)
Marcos Paulo Coêlho de Souza (OAB 4395/AM)
Marina das Graças de Paula Araújo (OAB 3096/AM)
Michael Queiroz Leitão (OAB 9714/AM)
Miguel Henrique Tinoco de Alencar (OAB 1409/AM)
MILTON LITAIFF GONÇALVES (OAB 10220/AM)
Mozarth Ribeiro Bessa Neto (OAB 4390/AM)
Natasja Deschoolmeester (OAB 2140/AM)
Nathália Pimentel Bione de Souza (OAB 8027/AM)
Natividade de Jesus Magalhães Maia (OAB 5556/AM)
Paloma Gurgel de Oliveira Cerqueira (OAB 9654/RN)
Pedro Noronha Monsalve Júnior (OAB 10511/AM)
Rafael de Almeida Pimenta Pereira (OAB 317A/RR)
Rafael de Almeida Pimenta Pereira (OAB 46859/PR)
Renato Lalor do Rego (OAB 5820/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Rubeli da Silva Nascimento (OAB 7824/AM)
Sâmia Brena Furtado Monteiro (OAB 11988/AM)
Samuel Pinto da Silva (OAB 6734/AM)

Sidney José Vieira de Souza (OAB 5798/AM)
Stephanie Grazielle de Souza Albertino (OAB 10099/AM)
Uargla Barbosa Gondim (OAB 13675/RN)
Valéria Ferreira Rabello (OAB 6287/AM)
VERIDIANA SPINOLA TONELLI (OAB 11323/AM)
Zacarias Santos de Souza (OAB 7531/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CRIMINAL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0858/2019

ADV: WILNA ELIZABETH SANTIAGO CAVALCANTE (OAB 4339/AM), ADV: DANIEL COUTINHO DA SILVA (OAB 9122/AM), ADV: NATHÁLIA PIMENTEL BIONE DE SOUZA (OAB 8027/AM), ADV: RAYNA COELHO BARBOSA (OAB 12222/AM) - Processo 0606830-78.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado - RÉU: Weider Feitosa Machado - Jose Carlos Medeiros dos Santos - VÍTIMA: Telemar Norte Leste S/A - Oi - Forte nesses argumentos, JULGO PROCEDENTE o pedido ínsito na Denúncia, de modo que CONDENO Weider Feitosa Machado e Jose Carlos Medeiros dos Santos como incursos na prática do crime previsto no artigo 155, §§1º e 4º, I e IV, c/c art. 14, parágrafo único, ambos do Código Penal.

Daniel Coutinho da Silva (OAB 9122/AM)
Nathália Pimentel Bione de Souza (OAB 8027/AM)
Rayna Coelho Barbosa (OAB 12222/AM)
Wilna Elizabeth Santiago Cavalcante (OAB 4339/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO PATRÍCIA MACÊDO DE CAMPOS
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL GINA OLIVEIRA SPOSINA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0860/2019

ADV: FABRÍCIO DANIEL CORREIA DO NASCIMENTO (OAB 7320/AM), ADV: HILDA MARIA FIGUEIREDO MANDATO (OAB 5350/AM), ADV: INGO DIETER PIETZSCH (OAB 6337/AM), ADV: LÚCIA PORTO VEIGA MALAVASI (OAB 485A/AM), ADV: MÁRCIA CRISTINA NERY DA FONSECA ROCHA MEDINA (OAB 2247/AM), ADV: MARIANA SOARES DE LIMA FARIA (OAB 3528/AM), ADV: RUBENS ALVES DA SILVA (OAB 9610/AM) - Processo 0212244-06.2011.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - RÉU: André Robson Mendonça Coelho e outro - Isto posto, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado André Robson Mendonça Coelho, pela prescrição, nos termos do art. 107, IV, primeira figura, c/c art. 109, IV c/c art. 115 do Código Penal Brasileiro.

Fabrício Daniel Correia do Nascimento (OAB 7320/AM)
Hilda Maria Figueiredo Mandato (OAB 5350/AM)
Ingo Dieter Pietzsch (OAB 6337/AM)
Lúcia Porto Veiga Malavasi (OAB 485A/AM)
Márcia Cristina Nery da Fonseca Rocha Medina (OAB 2247/AM)
Mariana Soares de Lima Faria (OAB 3528/AM)
Rubens Alves da Silva (OAB 9610/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO PATRÍCIA MACÊDO DE CAMPOS
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL GINA OLIVEIRA SPOSINA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0863/2019

ADV: CIRLANE FIGUEREDO ALBERTINO (OAB 8085/AM), ADV: EDUARDO DE SOUZA RODRIGUES (OAB 5559/AM), ADV: KELY PATRÍCIA PAIXÃO SILVA (OAB 9763/AM), ADV: VANGLEYS REIS VIANNA (OAB 7797/AM) - Processo 0626220-68.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado - RÉU: Samuel Pereira Cabral - Alex Oliveira da Silva e outros - Forte nesses argumentos, JULGO PROCEDENTE o pedido ínsito na Denúncia, de modo que CONDENO Alex Oliveira da Silva, Adriano Braga do Nascimento e Samuel Pereira Cabral como incursos na prática do crime previsto no artigo 155, §§1º e 4º, I e IV, c/c art. 14, II, ambos do Código Penal.

Cirlane Figueredo Albertino (OAB 8085/AM)
Eduardo de Souza Rodrigues (OAB 5559/AM)
Kely Patrícia Paixão Silva (OAB 9763/AM)
VANGLEYS REIS VIANNA (OAB 7797/AM)

9ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 9ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO HENRIQUE VEIGA LIMA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL DEBORA MARQUES PEREIRA DIB
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0066/2019

ADV: MÔNICA ANTONY DE QUEIROZ MELO (OAB 2043/AM) - Processo 0003930-65.2005.8.04.0001 (001.05.003930-0) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto - RÉU: Divalney Lopes de Almeida - (...) RECONHEÇO A PRESCRIÇÃO ANTECIPADA DA PRETENSÃO PUNITIVA ESTATAL e por via de conseqüência, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE do réu anteriormente nominado, escudado no art.107, IV, primeira figura, c/c art.109, V e mais o Art. 110, §1º, todos do CPB. Arquive-se com a devida baixa na distribuição. Manaus (AM), 28 de agosto de 2019 Henrique Veiga Lima. Juiz de Direito

ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM), ADV: ANTÔNIO AUGUSTO BRITO FEIJÓ JÚNIOR (OAB 8408/AM), ADV: BELMIRO GONÇALVES VIANEZ NETO (OAB 6846/AM), ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM), ADV: IRAN VIEIRA DE SOUSA (OAB 5706/AM), ADV: JENNIFER DE QUEIROZ RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 8383/AM), ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM) - Processo 0205094-95.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto - DENUNCIADO: Michael Douglas Maciel de Sousa - (...) Pelo acima explicitado, julgo procedente a denúncia e CONDENO Michael Douglas Maciel de Sousa por malferir o Art. 155, §4º, IV, do CPB, nestes autos. Nada mais me cabe senão dosar-lhe a pena, sempre atento aos ditames do Art. 59 da Lei Penal Subjetiva. Ao final do estudo da prova produzida, tenho que sua culpabilidade está evidenciada, não existindo nada a eximi-lo da pena. Os antecedentes mostram primariedade apesar de outras implicações. O motivo provável era o ânimo de lucro fácil em detrimento alheio, embora professe arrependimento. O delito teve como parcas conseqüências. À vista do exposto, com espeque no Art. 68 do CPB, comino-lhe a a pena base em 02 (dois) anos de reclusão. Na segunda fase da aplicação da reprimenda, mantenho-a neste patamar por força da Súmula 231 do STJ. Na derradeira etapa nada há a considerar, restando aquele total a cumprir individualmente. Condeno-o, também, ao pagamento de 10 (dez) dias-multa, à razão de 1/30 (um trinta avos) do salário-mínimo. O regime inicial de cumprimento é o aberto. Porém, tendo em vista as favoráveis condições pessoais do condenado Michael Douglas Maciel de Sousa que é primário apesar de ter outra ação em andamento, sem perder de vista o princípio da não-culpabilidade, transformo a pena privativa de liberdade aplicada a ele em pena restritiva de direitos, determinando que preste serviços gratuitos à cidade de Manaus, pelo prazo de duração de sua pena, a contar do primeiro dia de trabalho prestado durante 01 (uma) hora por dia, de modo a não prejudicar suas atividades laborais normais, conforme suas aptidões físicas e intelectuais, mais a limitação de final de semana. Pode apelar em liberdade. Após o trânsito em julgado desta, remetam-se os autos à VEMEPA, a fim de que o sancionado cumpra as respectivas repreensões nos locais adequados, extraindo-se, antes, as peças imprescindíveis. Dispensado das custas por razoáveis indicativos de hipossuficiência econômica. Publique-se. Registre-se. Intime-se e Cumpra-se. Manaus (AM), 29 de agosto de 2019. Henrique Veiga Lima. Juiz de Direito.

Aniely Valena de Oliveira Mariano Formiga (OAB 7258/AM)
Antônio Augusto Brito Feijó Júnior (OAB 8408/AM)
Belmiro Gonçalves Vianez Neto (OAB 6846/AM)
Cíntia Albuquerque Brito (OAB 5596/AM)
Iran Vieira de Sousa (OAB 5706/AM)
Jennifer de Queiroz Rodrigues de Oliveira (OAB 8383/AM)
Kal-El Bessa Nascimento Salem (OAB 6389/AM)
Maria do Perpétuo Socorro Nunes Feijó Florêncio (OAB 6541/AM)
Mônica Antony de Queiroz Melo (OAB 2043/AM)

Autos n°: 0247550-65.2013.8.04.0001
Roosevelt Araujo Ferreira Filho
(…) Ante o exposto, julgo procedente a denúncia e condeno Roosevelt Araujo Ferreira Filho, Michael Andrade Brito nas penas do Art. 157, §º, II, c/c Art. 70, todos do CPB.
Passo a dosar-lhes as penas.
Atento aos ditames do Art. 59 do Diploma ventilado ao norte, tenho que a culpabilidade dos réus está evidenciada; e, suas personalidades revelam-se deturpadas pela própria prática do delito, e é de se registrar que são ambos reincidentes, embora professem arrependimento. Os motivos não justificam o crime, eis que aceitar agruras financeiras como exculpantes seria instituir o caos social. As ações tiveram como consequência o transtorno experimentado pelas vítimas, que em nada contribuíram para a prática. Nos autos não há nada digno de nota acerca das circunstâncias dos delitos, além das já exauridas no corpo da fundamentação.
Fundado no Art. 68 do CPB, porque as vítimas recuperaram os bens e as circunstâncias não foram absurdamente graves, fixo-lhes a pena mínima em 04 anos de reclusão. Na segunda etapa, faço a compensação entre as confissões e as reincidências.
Na última etapa do sistema tripartido no Art. 59 do CP, partindo para as causas de aumento tanto especial quanto geral, respectivamente, acresço-lhe 1/3 (um terço), em virtude da causa de aumento do inciso II, do §º., do Art. 157, do Estatuto Repressivo, o que torna a pena em 05 anos e 04 meses de reclusão. Sobre estes, majora-se o percentual de 1/6 (um sexto), porque os autos provam a existência de três vítimas, correspondente ao concurso formal. Aritmeticamente, o resultado final é de 06 ANOS, 02 MESES E 20 DIAS DE RECLUSÃO, mais 15 dias-multa à razão de 1/30 (UM TRINTA AVOS) do salário mínimo, tudo de forma individual.
O regime inicial é o fechado pelas condições pessoais que não os recomendam. Podem apelar em liberdade.
Detração do tempo da cautelar.
Custas rateadas.
Oportunamente, após o trânsito em julgado desta decisão, tomem-se as seguintes providências:
Lancem-se seus nomes no rol dos culpados;
Proceda-se recolhimento do valor atribuído a título de pena pecuniária, em conformidade com o disposto pelo artigo 686 do Código de Processo Penal;
Expeçam-se as guias de recolhimento, extraindo-se, ainda, as peças imprescindíveis para remessa a VEP.
P.R.I.C. Destaque-se o dispositivo para publicação no Diário de Justiça Eletrônico.
Manaus (AM), 29 de agosto de 2019.
Henrique Veiga Lima.
Juiz de Direito.

Autos n°: 0624774-64.2017.8.04.0001
Teodoro Marinho dos Reis Junior
(…) Pelo acima explicitado, julgo improcedente a denúncia e ABSOLVO TEODORO MARINHO DOS REIS JUNIOR nestes autos, nos termos do Art. 386, III, do CPP e ainda no esteio da mais abalizada jurisprudência:
"O princípio da insignificância deve ser aplicado de forma criteriosa e casuística. 2. Princípio que se presta a beneficiar as classes subalternas, conduzindo à atipicidade da conduta de quem comete delito movido por razões análogas às que toma São Tomás de Aquino, na Suma Teológica, para justificar a oculta compensatio. A conduta do paciente não excede esse modelo. 3. O paciente tentou subtrair de um supermercado mercadorias de valores inexpressivos. O direito penal não deve se ocupar de condutas que não causem lesão significativa a bens jurídicos relevantes ou prejuízos importantes ao titular do bem tutelado ou à integridade da ordem social. Ordem deferida (STF – 2ª Turma – Habeas Corpus nº. 92744/RS – Relator Ministro Eros Grau – Acórdão de 13 de maio de 2008, publicado em 15 de agosto de 2008, no DJe nº. 152)."
"O princípio da insignificância é aplicável em hipóteses em que o comportamento, apesar de formalmente típico, não ocasiona - no plano material - perturbação social. Tal exame, nos crimes patrimoniais, passa pela apreciação do reduzido valor da coisa e da capacidade econômica da vítima. Precedentes (STJ – 6ª Turma – Agravo Regimental no Recurso Especial nº. 987574/RS – Relatora Desembargadora Jane Silva [convocada TJMG]– Acórdão de 02 de dezembro de 2008, publicado no DJe de 19 de dezembro de 2008). "
Custas pelo Estado.
Publique-se. Registre-se. Intime-se e Cumpra-se.
Manaus (AM), 26 de agosto de 2019.
Henrique Veiga Lima.
Juiz de Direito.

Autos n°: 0238160-32.2017.8.04.0001
Fernanda Caroline Lucas de Moraes
(…) Assim sendo, por todo o exposto, julgo procedente a denúncia e CONDENO JESSICA SILVA MENDES nas penas do Art. 157, §.º, II, CP e Art. 244-B, do ECA c/c Art. Art. 70, do CPB.
Atento aos ditames do Art. 59 do Diploma ventilado ao norte, tenho que sua culpabilidade está evidenciada; de seus antecedentes colho primariedade, o que não lhe desdoura a personalidade. O motivo era a intenção de lucro, que não justifica o crime ou afasta a tipicidade de seu ato. Realce-se que as vítimas em nada contribuíram para a prática, que teve módicas conseqüências, pois que no desdobramento não houve mal maior.
À vista do exposto, com espeque no Art. 68 do CPB, considerando a primariedade fixo-lhe a pena base em 04 anos de reclusão pelo delito de Roubo.
A segunda fase passa sem alterações, por força da Súmula 231 do STJ.
Na derradeira etapa, impinjo-lhe 1/3 (um terço) relativamente à causa de aumento do concurso de agentes. Desse modo, a reprimenda é transmutada em 05 anos e 04 meses de reclusão, que sofre o acréscimo de 1/6 (um sexto) pelo concurso formal com o delito do ECA, perfazendo 06 anos, 02 meses e 20 dias de reclusão. Aplico-lhe 15 (quinze) dias-multa à razão de 1/30 (um trinta avos) do SM.
O regime inicial é o semiaberto. Poderá apelar em liberdade
Detração no que couber.
Dispensada das custas.
Oportunamente, após o trânsito em julgado desta decisão, tomem-se as seguintes providências:
Lance-se seu nome no rol dos culpados;
Proceda-se recolhimento do valor atribuído a título de pena pecuniária, em conformidade com o disposto pelo artigo 686, do Código de Processo Penal;
Expeça-se a guia de recolhimento, extraindo-se, ainda, as peças imprescindíveis para remessa a VEP.
P.R.I.C. Destaque-se o dispositivo para publicação no Diário de Justiça Eletrônico.
Manaus (AM), 27 de agosto de 2019.
Henrique Veiga Lima.
Juiz de Direito.

Autos n°: 0204786-07.2013.8.04.0020
Ivys Menezes da Silva
(…) Firmados os motivos, CONDENO Ivys Menezes da Silva por malferir o art. 169, II do Código Penal Brasileiro.
Passo a dosar-lhe a pena.
Atento aos ditames do Art. 59 do Diploma ventilado ao norte, tenho que a culpabilidade está evidenciada. A certidão mostra a primariedade. De sua personalidade não existem elementos para que se forme juízo de valor e os motivos não se deixaram entrever. O crime teve médias conseqüências, já que os prejuízos foram minimizados pelo ressarcimento posterior. Nos autos não há nada digno de nota acerca das circunstâncias da figura típica.
À vista do exposto, primordialmente pelos seus imaculados antecedentes com espeque no Art. 68 do CPB, fixo-lhe a pena-base

em 01 mês de reclusão. A segunda etapa da aplicação da pena transcorre em branco, à míngua de agravantes ou atenuantes.

Por fim, na terceira fase, nada há a considerar, sendo aquele o total, em regime aberto.

Na aplicação da pena privativa de liberdade, considerando que o condenado é primário apesar da outra ação penal em andamento, não possuidor de grau de culpabilidade exacerbada; os resultados, normais ao tipo penal infringido, bem como a desnecessidade de segregação para a eficácia da sanção penal, substituo a pena privativa de liberdade aplicada, nos termos do Art. 44, inciso I, do Código Penal, por restritiva de direitos.

Destarte, transformo a pena privativa de liberdade aplicada a Ivys Menezes da Silva em pena restritiva de direitos, determinando que o sancionado preste serviços gratuitos à cidade de Manaus, pelo prazo de duração de sua pena, a contar do primeiro dia de trabalho prestado durante 01 (uma) hora por dia, de modo a não prejudicar suas atividades laborais normais, conforme suas aptidões físicas e intelectuais, mais a limitação de final de semana do Art. 48 do CPB.

Não há detração.Dispensado das custas.

Demais diligências para o envio à VEMEPA após o trânsito em julgado, somente.

P.R.I.C. Extraia-se o dispositivo para publicação no Diário de Justiça Eletrônico.

Manaus (AM), 23 de agosto de 2019.

Henrique Veiga Lima.

Juiz de Direito.

Autos n°: 0600652-50.2018.8.04.0001

Matheus Fernandes de Lima

(…) Pelo exposto, julgo procedente a atrial e condeno MATHEUS FERNANDES DE LIMA nas penas do Art. 157 c/c Art. 14, II, do CPB.

Passo a dosar a pena do condenado.

Atento aos ditames do Art. 59 do Diploma ventilado ao norte, tenho que sua culpabilidade está evidenciada. O motivo era a intenção de lucro às custas alheias. Realce-se que a vítima em nada contribuiu para a prática, que teve módicas conseqüências, pois que no desdobramento do crime não houve mal maior. Circunstâncias devidamente narradas no corpo da fundamentação, não excedendo ao tipo infringido.

A teor, ainda, da certidão de antecedentes colho primariedade, que não desdoura sua personalidade. Assim, com espeque no Art. 68 do CPB, fixo-lhe a pena-base em 04 ANOS DE RECLUSÃO.

A segunda fase transcorre in albis, por vedação de aplicação da atenuante da confissão contida na Súmula 231 do STJ

Na terceira etapa, retiro-lhe, pela causa da diminuição da tentativa no percentual de ½ (metade), tendo que apesar de não ter conseguido desapossar a vítima de nenhum pertence, o réu traçou seu plano criminoso, pedindo uma corrida de mototaxi e ao final desta, anunciou o assalto, causando temor ao vitimado. Desse modo a sanção, fixa e definitivamente é de 02 ANOS DE RECLUSÃO. Impinjo-lhe também 10 (DEZ) dias-multa à base de 1/30 (um trinta avos) do SM vigente.

Pode apelar em liberdade.Não há detração.

Deixo de substituir a Pena Privativa de Liberdade pela Restritiva de Direitos porque o crime de Roubo encerra violência ou grave ameaça contra a pessoa, que por si só obsta a benesse, nos termos do Art. 44, I, da Lei Substantiva Penal.

Entretanto, tenho que ao Estado não interessa tão somente o encarceramento do apenado. Existem outras medidas de profilaxia, as quais visam mormente a reeducação do delinquente. O Código Penal, em seus artigos 77 e 78 estabelecem regras para a suspensão condicional da pena.

Visto isso, nos termos do que dispõe o artigo 77, do Código Penal, como acusado é primário e o crime de não teve maiores consequências, concedo a suspensão condicional da pena, pelo prazo de dois anos, mediante as condições do art. 767, e ss. do Código de Processo Penal e, com apoio no artigo 698, §2º, II, do mesmo Diploma Legal submeto-a à condição de prestar serviços à comunidade, na forma a ser estabelecida pelo juízo da execução.

Em caso de cumprimento da pena corporal, o réu deverá fazê-lo em regime aberto, ex vi do artigo 33, §2º, "c", do Código Penal.

Dispensado das custas por contar com indicativos suficientes de pobreza na acepção legal.

Oportunamente, após o trânsito em julgado desta decisão, tomem-se as seguintes providências:

Lance-se o nome do Réu no rol dos culpados;

Proceda-se o recolhimento do valor atribuído a título de pena pecuniária, em conformidade com o disposto pelo artigo 686 do Código de Processo Penal;

Expeça-se a guia de recolhimento, extraindo-se, ainda, as peças imprescindíveis para remessa a VEP, a fim de que o indigitado cumpra a recriminação no estabelecimento prisional correspondente.

Encaminhe-se o simulacro à destruição.

P.R.I.C. Destaque-se o dispositivo para circulação no Diário de Justiça Eletrônico.

Manaus (AM), 29 de agosto de 2019.

Henrique Veiga Lima.

Juiz de Direito.

Autos n°: 0212038-79.2017.8.04.0001

Lucas Farias da Silva

Pelo exposto, firmados e explicados os motivos, JULGO PROCEDENTE A DENÚNCIA E CONDENO Lucas Farias da Silva nas penas do Art. 155, §º, II, (primeira figura) do CPB.

Atento aos ditames do Art. 59 do Diploma ventilado ao norte, tenho que a culpabilidade do acusado está evidenciada porque inexistem excludentes a livrá-lo da pena. Como sua folha de antecedentes criminais mostra primariedade, nada há que desdoure sua personalidade. É de se presumir que o motivo primordial do delito fosse a obtenção de lucro fácil. Inexiste no conjunto coligido algo digno de nota acerca das circunstâncias da figura típica além do que já foi dito alhures.

À vista do exposto, com espeque no Art. 68 do CPB, fixo-lhe a pena-base em 02 (DOIS) ANOS DE RECLUSÃO. Na segunda fase nada há a considerar (por força da Súmula 231 do STJ a confissão não atenua), nem na terceira, remanescendo o total ao norte, mais 10 (DEZ) DIAS-MULTA À RAZÃO DE 1/30 DO SM.

O regime inicial é o aberto.

Custas pelo condenado.

Na aplicação da pena privativa de liberdade, considerando que o acusado é primário, não possuidor de grau de culpabilidade exacerbada; os resultados, normais ao tipo penal infringido, bem como a desnecessidade de segregação para a eficácia da sanção penal, substituo a pena privativa de liberdade aplicada, nos termos do Art. 44, inciso I, do Código Penal, em restritiva de direitos.

Assim, diante do exposto, transformo a pena privativa de liberdade aplicada em pena restritiva de direitos, determinando que Lucas Farias da Silva preste serviços gratuitos à cidade de Manaus, pelo prazo de duração de sua pena, a contar do primeiro dia de trabalho prestado durante 01 (uma) hora por dia, de modo a não prejudicar suas atividades laborais normais, conforme suas aptidões físicas e intelectuais, mais a limitação do final de semana.

Poderá apelar em liberdade.

Após o trânsito em julgado desta, remetam-se os autos à VEMEPA, onde será especificado o local de cumprimento da reprimenda.

Mantenha-se o sobrestamento para ROBSON VASCONCELOS DE LIMA.

P.R.I.C. Extraia-se o dispositivo para circulação no veículo oficial.

Manaus (AM), 23 de agosto de 2019.

Henrique Veiga Lima.

Juiz de Direito.

Autos n°: 0617275-92.2018.8.04.0001

Ramon Carvalho Silva

Ante o exposto, julgo procedente em parte a exordial e condeno RAMON CARVALHO SILVA nas penas do art. 157, §º, II, e §º-A, I, do Código Penal Brasileiro. Absolvo, entretanto, DANIEL SOUZA DA SILVA das mesmas acusações nos termos do Art. 386, V, do CPP.

Passo a dosar a pena do condenado.

Atento aos ditames do Art. 59 do Diploma ventilado ao norte, tenho que a culpabilidade do acusado está evidenciada. A certidão de antecedentes juntada revela várias ações em andamento, o que

desdoura sua personalidade mas não lhe retira a primariedade. O motivo era a intenção de lucro Das conseqüências, escolho como a de maior relevo o transtorno experimentado pela vítima. Nada digno de nota acerca das circunstâncias do episódio delituoso, além das já descritas.

À vista do exposto, com espeque no Art. 68 do CPB, considerando as circunstâncias normais do evento, fixo-lhe a pena base em 04 anos de reclusão. A segunda fase passa em branco por força da Súmula 231, do STJ. Na derradeira etapa, impinjo-lhe 2/3, (dois terços) relativamente à causa de aumento do emprego de arma, que sobrepuja a do concurso de agentes porque com essas novas disposições, se o roubo for praticado com emprego de arma de fogo (art. 157, §2º-A, inciso I) e qualquer outra causa de aumento do art. 157, §2º, como concurso de agentes ou restrição da liberdade da vítima, por exemplo, somente será possível aplicar a causa de aumento relativa ao emprego de arma de fogo, conforme estabelece o artigo 68, parágrafo único, do Código Penal:

Art. 68 – […]. Parágrafo único – No concurso de causas de aumento ou de diminuição previstas na parte especial, pode o juiz limitar-se a um só aumento ou a uma só diminuição, prevalecendo, todavia, a causa que mais aumente ou diminua.

Desse modo, a reprimenda é transmutada em 06 anos e 08 meses de reclusão, mais 15 (quinze) dias-multa à razão de 1/30 (um trinta avos) do SM.

Pode apelar em liberdade. O regime inicial é o semiaberto.

Detração no que couber.

Dispensado do pagamento das custas judiciais tomando como razoável indicativo de hipossuficiência econômica o patrocínio da causa ab ovo pela assistência jurídica gratuita.

Oportunamente, após o trânsito em julgado desta decisão, tomem-se as seguintes providências:

Lance-se o nome do réu no rol dos culpados;

Proceda-se recolhimento do valor atribuído a título de pena pecuniária, em conformidade com o disposto pelo artigo 686 do Código de Processo Penal;

Expeça-se a guia de recolhimento e o mandado de prisão, extraindo-se, as peças imprescindíveis para remessa a VEP;

Encaminhe-se a arma ao comando do exército, nos termos do Art. 25 da Lei 10.826/03.

P.R.I.C. Destaque-se o dispositivo para publicação no Diário de Justiça Eletrônico.

Manaus (AM), 22 de agosto de 2019.

Henrique Veiga Lima.

Juiz de Direito.

Autos n°: 0230590-05.2011.8.04.0001

Rafael da Silva Costa

Isso posto, como a certeza total e plena da autoria e da culpabilidade não se encontra no processo, no estudo parcimonioso da prova, fulcrado no princípio basilar do in dubio pro reo, JULGO IMPROCEDENTE A DENÚNCIA E ABSOLVO RAFAEL DA SILVA COSTA nos termos do artigo 386 do Código de Processo Penal, com a nova redação dada pela Lei 11.690/2008, que estatui: " Art. 386. O juiz absolverá o réu, mencionando a causa na parte dispositiva, desde que reconheça: O juiz absolverá o réu, mencionando a causa na parte dispositiva, desde que reconheça: (...)VII - não existir prova suficiente para a condenação.

Custas pelo Estado.

P.R.I.C. Extraindo-se o dispositivo para publicação no DJE.

Manaus (AM), 27 de agosto de 2019.

Henrique Veiga Lima.

Juiz de Direito.

NOTA DE INTIMAÇÃO PARA AUDIÊNCIA

Processo nº: 0604179-73.2019.8.04.0001

Assunto: Injúria

Réu(s): Geferson da Silva Santos

Advogado(s): Júlio César Magalhães dos Santos e Fabiano Gustavo dos Santos Ozga

Data da audiência: 26/09/2019 às 08:15h

Henrique Veiga Lima

Juiz de Direito

Processo nº: 0233765-31.2016.8.04.0001

Assunto: Roubo Majorado

Réu(s): Lucas Henrique Ramos de Souza

Advogado(s): Luciano Menezes Gadelha

Data da audiência: 23/09/2019 às 08:30h

Henrique Veiga Lima

Juiz de Direito

Processo nº: 0258662-94.2014.8.04.0001

Assunto: Leve

Réu(s): Tocandira Carreiras Benaion

Advogado(s): Maria Yêdda Guerra Furtado, Ewerton Smith do Nascimento e Maria Yêdda Guerra Furtado

Data da audiência: 24/09/2019 às 09:00h

Henrique Veiga Lima

Juiz de Direito

Processo nº: 0635291-31.2017.8.04.0001

Assunto: Roubo Majorado

Réu(s): Bruno Rodrigo Garone de Castro, Francisco Vieira Cunha Junior e Vinícius Tavares dos Santos

Advogado(s): ADRIEL LOPES MOTA, Andréa Marques Telles de Souza, Antônio Augusto Brito Feijó Júnior, Antônio Frazão Amaral, Aniely Valena de Oliveira Mariano Formiga, Camila Bertolini de Paiva, Carlos Augusto Azevedo da Silva Júnior, CHARLENE DUARTE MAIA, Cíntia Albuquerque Brito, Davi Rodrigues de Oliveira, Fábio Assunção Pavesi, Geysa Caroline de Souza Machado, Henrique da Silva Braga, Iran Vieira de Sousa, Jennifer de Queiroz Rodrigues de Oliveira, Jerônimo Pereira da Silva Neto, João Bosco Lopes Maia Júnior, Kal-El Bessa Nascimento Salem, Kathleen Souza de Oliveira Belota, Luciano Menezes Gadelha, Marcos Dino da Rocha Marinho, Maria do Perpétuo Socorro Nunes Feijó Florêncio, Michel Alex da Cunha Alves Maia, Nathália Pimentel Bione de Souza, Raphael Coelho da Silva, Richardson Martins Praia Braga, Veraci Torres da Silva e Adriano Alves de Lima

Data da audiência: 25/09/2019 às 09:30h

Henrique Veiga Lima

Juiz de Direito

1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0392/2019

ADV: ALACID COÊLHO SILVA (OAB 3878/AM) - Processo 0061996-09.2003.8.04.0001 (001.03.061996-4) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - INDICIADO: Josiel Rodrigues Samir - FICA INTIMADO ATRAVÉS DO PRESENTE, o(a) patrono(a) do acusado(a) para que apresentem, no prazo de 5 (cinco) dias, as Alegações Finais por MEMORIAIS, nos termos do art. 403, §3º do CPP.

ADV: ENIA JESSICA DA SILVA GARCIA (OAB 10416/AM), ADV: SALIMA GORETH MENESCAL DE OLIVEIRA (OAB 7720/AM), ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM), ADV: BELMIRO GONÇALVES VIANEZ NETO (OAB 6846/AM) - Processo 0220798-51.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Matheus dos Santos Gonçalves e outros - INDICIADO: Alexsandro Malafaia Montanha e outros - Processo n°0220798-51.2016.8.04.0001 Réu: Alexsandro Malafaia Montanha, Arleson Miranda Pereira, JEAN MONTEIRO DA COSTA, LUIZ AUGUSTO DE OLIVEIRA PEREIRA, Matheus dos Santos Gonçalves e Robert Barbosa Pinheiro Para fins de impulsionar o feito, por ato ordinatório, esta Secretaria DESIGNA A AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO para o dia 27/09/2019 às 12:30h, a qual é feita por registro audiovisual, conforme determina o art. 405 CPP, apenas para o interrogatório do acusado Luis Augusto de Oliveira Pereira. Na oportunidade, intima o advogados, caso exista constituídos por meio deste ato. Providenciar-se-ão as intimações

devidas e necessárias para a realização do ato pela Secretaria da vara. É que me cumpre certificar. Manaus, 30 de agosto de 2019 . Cintya Luana Gandra Diretora de Secretaria Matrícula 3339-1

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0224404-97.2010.8.04.0001 (001.10.224404-0) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: Raimundo Antônio da Silva - ATO ORDINATÓRIO - DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA INSTRUÇÃO Processo n°0224404-97.2010.8.04.0001 Réu: Raimundo Antônio da Silva Para fins de impulsionar o feito, por ato ordinatório, esta Secretaria DESIGNA A AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO para o dia 04/11/2019 às 10:00h, a qual é feita por registro audiovisual, conforme determina o art. 405 CPP. Na oportunidade, intima o(s) advogados(s), caso exista(m) constituídos por meio deste ato. Providenciar-se-ão as intimações devidas e necessárias para a realização do ato pela Secretaria da vara. É que me cumpre certificar. Manaus, 30 de agosto de 2019 .

ADV: LUCIANA DA SILVA TERÇAS (OAB 4121/AM) - Processo 0228002-54.2013.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - DENUNCIADO: Susan Assunção de Encarnação e outro - FICA INTIMADO ATRAVÉS DO PRESENTE, o(a) patrono(a) do acusado(a) para que apresentem, no prazo de 5 (cinco) dias, as Alegações Finais por MEMORIAIS, nos termos do art. 403, §3º do CPP.

ADV: DANIELLE QUEIROZ RIBEIRO (OAB 9296/AM), ADV: DÊNIS REIS DA SILVA (OAB 10799/AM), ADV: GREICE KELLY DOS SANTOS SILVA (OAB 10024/AM), ADV: JOSÉ FERREIRA DE SOUZA FILHO (OAB 10667/AM), ADV: RAFAEL CHAVES ALFAIA (OAB 8619/AM), ADV: MARIA GORETH TERÇAS DE OLIVEIRA (OAB 3735/AM) - Processo 0238271-50.2016.8.04.0001 - Pedido de Prisão Preventiva - Homicídio Qualificado - RÉU: U.N.C. - G.S.S. e outro - Para fins de impulsionar o feito, por ato ordinatório, esta Secretaria DESIGNA A AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO para o dia 11/10/2019 às 12:15h, a qual é feita por registro audiovisual, conforme determina o art. 405 CPP. Na oportunidade, intima o(s) advogados(s), caso exista(m) constituídos por meio deste ato. Providenciar-se-ão as intimações devidas e necessárias para a realização do ato pela Secretaria da vara. É que me cumpre certificar. Manaus, 30 de agosto de 2019 .

ADV: GEORGE DE MELO MONTEIRO (OAB 8466/AM), ADV: RAIMUNDO NUNES AMAZONAS (OAB 7379/AM), ADV: ELMISON ROSA BEZERRA (OAB 10499/AM), ADV: ADONIS MACIEL PAES (OAB 8865/AM), ADV: VÍTOR CASSIANO LOUZADA (OAB 14422/AM), ADV: ANTÔNIO FRAZÃO AMARAL (OAB 3042/AM) - Processo 0256930-78.2014.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: A.O.R.F. - Danilo de Araújo Lima - Patrick Silva de Araújo - FICA INTIMADO ATRAVÉS DO PRESENTE, o(a) patrono(a) do acusado(a) para que apresentem, no prazo de 5 (cinco) dias, as Alegações Finais por MEMORIAIS, nos termos do art. 403, §3º do CPP.

Adonis Maciel Paes (OAB 8865/AM)
Alacid Coêlho Silva (OAB 3878/AM)
Antônio Frazão Amaral (OAB 3042/AM)
Belmiro Gonçalves Vianez Neto (OAB 6846/AM)
Cíntia Albuquerque Brito (OAB 5596/AM)
Danielle Queiroz Ribeiro (OAB 9296/AM)
Defensoria Pública do Estado do Amazonas (OAB O/AM)
Dênis Reis da Silva (OAB 10799/AM)
Elmison Rosa Bezerra (OAB 10499/AM)
Enia Jessica da Silva Garcia (OAB 10416/AM)
George de Melo Monteiro (OAB 8466/AM)
Greice Kelly dos Santos Silva (OAB 10024/AM)
José Ferreira de Souza Filho (OAB 10667/AM)
Luciana da Silva Terças (OAB 4121/AM)
Maria Goreth Terças de Oliveira (OAB 3735/AM)
Rafael Chaves Alfaia (OAB 8619/AM)
Raimundo Nunes Amazonas (OAB 7379/AM)
Salima Goreth Menescal de Oliveira (OAB 7720/AM)
Vítor Cassiano Louzada (OAB 14422/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
JUIZ(A) DE DIREITO GEORGE HAMILTON LINS BARROSO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CINTYA LUANA ARAUJO GANDRA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0391/2019

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0026105-19.2006.8.04.0001 (001.06.026105-7) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - INDICIADO: Francisco Jan Luzeiro Batalha - Autos nº:0026105-19.2006.8.04.0001 Acusado: Francisco Jan Luzeiro Batalha DECISÃO Vistos etc. Recebi hoje. Analisando detidamente os presentes autos, constata-se que, quando do encerramento da colheita de provas em sede de Audiência de Instrução, fl. 81, o Ministério Público foi intimado, a fim de apresentar as Alegações Finais, na forma de Memoriais Escritos. Ocorre que, até a presente data, não houve a apresentação da acima aludida Peça Processual, estando os autos sem movimentação desde então, o que vem causando enorme prejuízo à tramitação Processual, principalmente se se levar em conta que o presente feito não é de alta complexidade, possuindo apenas um acusado, tendo sido encerrada a fase de formação da culpa. Tendo em vista o exposto, este Juízo entende que a ausência de Alegações Finais pelo Ministério Público não gera nulidade Processual, tendo em vista que não fere os Princípios do contraditório, uma vez que o Ministério Público foi devidamente intimado para tanto, e nem o da ampla defesa, tendo em vista que, ao contrário de prejudicar, a ausência da referida Peça Processual acaba por beneficiar a Defesa, tornando mais restrita a arguição verbal da Acusação. Seguem Decisões nesse sentido: APELAÇÃO CRIME - CONCUSSÃO - PRELIMINARES - INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA MILITAR E NULIDADE POR AUSÊNCIA DE ALEGAÇÕES FINAIS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO - REJEIÇÃO - MÉRITO - DELITO CONFIGURADO COM PLENA EVIDÊNCIA DE AUTORIA IMPUTADA AOS CONDENADOS - APENAMENTOS INALTERADOS - DECISÃO MANTIDA. Mesmo em se tratando de policiais excluídos da tropa durante o processamento da ação penal, não há como se reconhecer a incompetência da Justiça Militar para conclusão do procedimento e do subseqüente julgamento, porque a ação delituosa foi praticada no exercício das funções. A ausência de alegações finais pelo Ministério Público não gera nulidade, ainda mais que a falta de tal peça, por evidente, ao contrário de prejudicar, beneficia a defesa, porquanto, torna mais restrita a argüição verbal em audiência de julgamento por parte do órgão acusador. Por estar devidamente configurado o delito imputado aos apelantes, cuja decisão se respalda em provas seguras obtidas durante a instrução, inclusive com reconhecimento dos acusados pela vítima, não há como se alterar o juízo condenatório. Estando corretos os apenamentos impostos, de vez que amparados na evidência dos autos e não configurado e nem demonstrado pela defesa, comportamento anterior meritório, inviável é a aplicação da atenuante pretendida na insurgência recursal. RECURSO DESPROVIDO. (TJ-PR - ACR: 1171495 PR 0117149-5, Relator: Idevan Lopes, Data de Julgamento: 08/08/2002, 1ª Câmara Criminal, Data de Publicação: 6198). *** PENAL. PROCESSO PENAL. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. INTERNACIONALIDADE COMPROVADA. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. NULIDADES. AUTORIA. PENA. 1.Nulidade. Ausência de alegações finais do Ministério Público. Não havendo prejuízo para defesa e considerando que o órgão ministerial conformou-se com a decisão, não suscitando a nulidade e não deixando de contra-arrazoar os recursos e se manifestar pela manutenção da sentença condenatória, o feito há de prosseguir regularmente. 2. Os testemunhos prestados por policiais que atuaram na prisão têm o mesmo valor probatório atribuído ao depoimento de qualquer outra testemunha, devendo submeter-se ao crivo do contraditório. 3. No crime arrolado no art. 14 da Lei nº 6368/76, tem-se que não se confunde com a causa de aumento do art. 18, III, do mesmo diploma legal, não prevista na nova Lei 11343/06, ou seja, com a convergência de vontades meramente ocasional ou momentânea, contribuição de cada agente para a prática do delito previsto no art. 12, que caracteriza o concurso de pessoas, devido à eventualidade da associação . Assim, necessária a prova da estabilidade da

comunhão para a configuração do delito, o que depende da pura análise do contexto probatório dos autos. É imprescindível para caracterização do crime autônomo o animus associativo, ou seja, o ajuste prévio no qual se identifique o vínculo associativo, a vontade nitidamente dirigida à formação da societas sceleris, com dolo específico de reunir-se para traficar. 4. A culpabilidade do art. 59 do CP, que não se confunde com a culpabilidade elemento do crime, consiste no grau de reprovabilidade da conduta e do agente, podendo utilizar-se da intensidade do dolo e da culpa como um dos critérios de aferição. 5. A existência de IPLs e de ações penais não influenciam na avaliação da conduta social, sendo esta condizente com o comportamento do agente no trabalho e na vida familiar, com o seu relacionamento no meio onde vive. Não obstante, a Quarta Seção desta Corte, no julgamento dos Embargos Infringentes e de Nulidade nº. 2003.04.01.043049-1/SC, DJ 09.03.2005, fixou orientação no sentido de que inquéritos e ações penais, findos e em andamento, podem ser computados na aferição da personalidade. 6. Na associação para o tráfico, o preceito secundário do art. 14 da Lei de Tóxicos foi revogado pelo art. 8º da lei 8072/90. (TRF-4 - ACR: 2221 PR 2004.70.11.002221-6, Relator: MARIA DE FÁTIMA FREITAS LABARRÈRE, Data de Julgamento: 03/04/2007, SÉTIMA TURMA, Data de Publicação: D.E. 18/04/2007). *** a0 \\\< PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ Gabinete da Desª Maria Edwiges de Miranda Lobato PROCESSO Nº 00004443520138140059. ORGÃO JULGADOR: Câmaras Criminais Reunidas RECURSO: Habeas corpus liberatório e declaratório com pedido de liminar. COMARCA: Belém. IMPETRANTE: Lucas Sá Souza OAB/PA 20.187. PACIENTES: Carlos Edinelson Santos Silva, Edileusa Mamede Felipe, Jurandir Santos dos Santos, Maria Auxiliadora dos Santos e Mauricio Augusto da Silva. PROCURADOR (A) DE JUSTIÇA: Francisco Barbosa de Oliveira. RELATORA: MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO. DECISÃO MONOCRÁTICA Trata-se de habeas corpus liberatório e declaratório com pedido de liminar, interposto em favor de Carlos Edinelson Santos Silva, Edileusa Mamede Felipe, Jurandir Santos dos Santos, Maria Auxiliadora dos Santos e Mauricio Augusto da Silva, figurando como autoridade coatora o MM. Juízo de Direito da 3ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Belém. Aduz a impetração que os pacientes encontram-se segregados desde 13/07/2013 por terem supostamente submetido a vítima a um ritual macabro que culminou com a morte da mesma. Informa que os pacientes foram denunciados pela prática do crime tipificado no artigo 121, § 2º, incisos I e III e 4º (2ªa1 parte) cumulado com artigo 13, § 2º, alínea 'a e artigo 29 do Código Penal e após tramite regular os pacientes foram pronunciados nos termos da denúncia para serem submetidos a julgamento perante o Tribunal do Júri. De acordo com a impetração os pacientes estão sofrendo constrangimento ilegal por excesso de prazo na formação da culpa, e, ainda cerceamento de defesa em razão de nulidade na pronúncia, face ao não oferecimento de alegações finais pelo Ministério Público. Alega, ainda, o impetrante que os pacientes ostentam condições favoráveis à liberação e possibilidade concreta de substituição da prisão por outras medidas cautelares diversas. Requer a concessão de medida liminar com a expedição do competente Alvará de Soltura e a anulação da decisão de pronúncia e no mérito a confirmação da ordem. Os autos foram distribuídos a relatoria da Desª. Maria de Nazaré Gouveia, que em despacho de fls. 111/112 indeferiu a liminar por considerar ausentes os requisitos ensejadores e solicitou informações à autoridade coatora que as apresentou esclarecendo ter decidido pela revogação da prisão preventiva dos cinco pacientes. A seguir, o Ministério Público de 2º grau apresentou manifestação de lavra do eminente Procurador de Justiça Francisco Barbosa de Oliveira, que opinou pela prejudicialidade da ordem.a2 Às fls. 131/132 o impetrante apresentou petição onde esclarece que a autoridade coatora revogou a prisão preventiva dos pacientes, todavia, ainda não foi apreciação o pedido de nulidade do processo desde o momento de oferecimento de alegações finais, pelo que requer a continuação do writ para análise deste. É o relatório. Decido Desª. MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO (RELATORA). Cuida-se de habeas corpus liberatório e declaratório impetrado em favor de Carlos Edinelson Santos Silva, Edileusa Mamede Felipe, Jurandir Santos dos Santos, Maria Auxiliadora dos Santos e Mauricio Augusto da Silva, requerendo a concessão da liberdade por excesso de prazo e a nulidade do processo desde o momento do oferecimento de alegações finais, posto que o Ministério Público não as apresentou, e, ainda assim, foram os mesmos pronunciados. Primeiramente, deixo de apreciar os pleitos de liberdade provisória em razão de ter sido revogada pela autoridade coatora em 16/12/2014. Quanto ao argumento de nulidade da pronúncia por ausência de memoriais finais pelo Parquet, adoto o entendimento firmando pelas Cortes Superiores, no sentido de não se admitir habeas corpus como substitutivo de recurso no processo penal, pelo que deixo de conhecer o presente writ. Até porque no caso dos autos as alegações finais do Parquet em sentençaa3 de pronúncia não é peça essencial nos julgamentos perante o Tribunal do Júri, eis que não gera convicção definitiva quanto a autoria e materialidade e sim juízo provisório, que não ocasiona prejuízos à defesa. Neste sentido, são os julgados das Cortes Superiores, verbis: HABEAS CORPUS IMPETRADO EM SUBSTITUIÇÃO AO RECURSO PREVISTO NO ORDENAMENTO JURÍDICO. 1. NÃO CABIMENTO. MODIFICAÇÃO DE ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL. RESTRIÇÃO DO REMÉDIO CONSTITUCIONAL. EXAME EXCEPCIONAL QUE VISA PRIVILEGIAR A AMPLA DEFESA E O DEVIDO PROCESSO LEGAL. 2. TRIBUNAL DO JURI. FALTA DE APRESENTAÇÃO DAS ALEGAÇÕES FINAIS. ADVOGADO REGULARMENTE INTIMADO. NULIDADE NÃO CONFIGURADA. 3. HABEAS CORPUS NÃOCONHECIDO. 1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, buscando a racionalidade do ordenamento jurídico e a funcionalidade do sistema recursal, vinha se firmando, mais recentemente, no sentido de ser imperiosa a restrição do cabimento do remédio constitucional às hipóteses previstas na Constituição Federal e no Código de Processo Penal. Nessa linha de evolução hermenêutica, o Supremo Tribunal Federal passou a não mais admitir habeas corpus que tenha por objetivo substituir o recurso ordinariamente cabível para a espécie. Precedentes. Contudo, devem ser analisadas as questões suscitadas na inicial no intuito de verificar a existência dea4 constrangimento ilegal evidente a ser sanado mediante a concessão de habeas corpus de ofício, evitando-se prejuízos à ampla defesa e ao devido processo legal. 2. É entendimento consolidado que a falta de oferecimento das alegações finais nos procedimentos do Tribunal do Júri não acarreta a nulidade do processo, uma vez que a decisão de pronúncia encerra juízo provisório acerca da culpa. Nesse caso, corretamente intimada para apresentar as alegações finais, mas deixando de fazê-lo, descabe à defesa alegar nulidade a que deu causa. Ademais, é princípio fundamental, no processo penal, o da não declaração de nulidade de ato, se dele não resultar prejuízo comprovado para o réu, nos termos do art. 563 do Código de Processo Penal. 3. Habeas corpus não conhecido. STJ - HC 265.067RS, Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, Quinta Turma, DJe 10062013. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO. CONDENAÇÃO CONFIRMADA EM GRAU DE APELAÇÃO. EMBARGOS DECLARATÓRIOS REJEITADOS. RECURSO ESPECIAL NÃO ADMITIDO. TRÂNSITO EM JULGADO. VIA INDEVIDAMENTE UTILIZADA COMO SUCEDÂNEO RECURSAL OU COMO REVISÃO CRIMINAL. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE MANIFESTA. NÃO CONHECIMENTO. NULIDADE.APRESENTAÇÃO DE ALEGAÇÕES FINAIS. ATECNIA. NÃO OCORRÊNCIA. PEÇA QUE NÃO É INDISPENSÁVEL. JÚRI. JULGAMENTO CONTRÁRIO À PROVA DOS AUTOS. AFERIÇÃO. REVOLVIMENTO DE PROVAS. VIAa5 IMPRÓPRIA. 1. Mostra-se inadequado e descabido o manejo de habeas corpus quando já esgotadas todas as vias recursais, inclusive com a não admissão de recurso especial e trânsito em julgado da condenação. 2. É imperiosa a necessidade de racionalização do writ, a bem de se prestigiar a lógica do sistema recursal, devendo ser observada sua função constitucional, de sanar ilegalidade ou abuso de poder que resulte em coação ou ameaça à liberdade de locomoção, não podendo ser utilizado como sucedâneo recursal, nem como indevida revisão criminal. 3. "O habeas corpus é garantia fundamental que não pode ser vulgarizada, sob pena de sua descaracterização como remédio heróico, e seu emprego não pode servir a escamotear o instituto recursal previsto no texto da Constituição" (STF, HC 104.045RJ). 4. Hipótese em que não há flagrante ilegalidade a ser reconhecida. 5. Não há falar em falta de defesa técnica pelo fato de o advogado

constituído, nas alegações finais, reservar-se o direito de tecer considerações meritórios em plenário, tanto mais porque trata-se de arrazoado que não é indispensável. 6. Aferir se, de fato, houve ou não julgamento contrário à prova dos autos, para dizer se o acórdão da apelação errou ao não anular o Júri, demanda revolvimento fático-probatório, não condizente com o angusto veio de conhecimentoa6 do habeas corpus. 7. Habeas corpus não conhecido. STJ - HC 145.343SE, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe 29102012. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. NULIDADES. FALTA DE APRESENTAÇÃO DE ALEGAÇÕES FINAIS, ANTES DA DECISÃO DE PRONÚNCIA. MATÉRIA NÃO ANALISADA PELA CORTE DE ORIGEM. DECISÃO QUE TORNA SEM EFEITO SENTENÇA QUE RECONHECERA EXTINTA A PUNIBILIDADE DO AGENTE, COM BASE EM ATESTADO DE ÓBITO FALSO. FALTA DE INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA. COAÇÃO ILEGAL NÃO CARACTERIZADA. IMPETRAÇÃO CONHECIDA EM PARTE. ORDEM DENEGADA. 1) Se a questão constante da inicial não foi analisada pelo Tribunal de origem, não compete a esta E. Corte dela conhecer e analisar, sob pena de indevida supressão de instância. 2) A falta de alegações finais, nos processos de competência do Tribunal do Júri, não acarreta nulidade. No caso em exame, o defensor constituído fora devidamente intimado para manifestação, deixando, no entanto de fazê-lo. 3) É entendimento jurisprudencial que a decisão que declara extinta a punibilidade da espécie, fundada em atestado de óbito falso, não faz coisa julgada material. 4) A alegação de inocência e falta de indícios suficientes para a decisão de pronúncia não podem ser analisadas nos estreitos limites do “habeas corpus”. 5) Impetração conhecida em parte. Ordem dea7 denegada. STJ - HC 143.474SP, Rel. Ministro Celso Limongi, Desembargador Convocado do TJSP), Sexta Turma, DJe 24052010. Diante do exposto, não conheço a ordem impetrada. Após o transcurso dos prazos legais, certifique-se e arquive-se dando baixa no Sistema de Acompanhamento Processual. Publique-se. Belém, 17 de março de 2015. Desa. MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO Relatora Prédio Sede - Avenida Almirante Barroso, nº 3089 Bairro: Souza CEP 66.613-710 Belém PA. Sala A 112. Fone: 3205-3636 / 3736. Fax: 3205-3608 (TJ-PA - HC: 00004443520138140059 BELÉM, Relator: MARIA EDWIGES MIRANDA LOBATO, Data de Julgamento: 20/03/2015, CÂMARAS CRIMINAIS REUNIDAS, Data de Publicação: 20/03/2015). *** Além disso, as Alegações Finais não se tratam de Peça Processual de observância obrigatória para as partes, em se tratando de Processo cuja competência é de Vara de Tribunal do Júri. ACÓRDÃO Nº 3.0916/2012. APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME DOLOSO CONTRA A VIDA - TRIBUNAL DO JÚRI - DECISÃO CONFORME A PROVA DOS AUTOS - SUPREMACIA DOS VEREDICTOS. ALEGAÇÃO DE NULIDADES POR VÍCIOS DE COMUNICAÇÃO E POR AUSÊNCIA DE DEFESA - NÃO EVIDÊNCIA E NÃO COMPROVAÇÃO DE PREJUÍZO SUPORTADO PELO APELANTE (PAS DE NULLITÉ SANS GRIEF). PLEITO DE RETIRADA DA QUALIFICADORA DO INCISO II,DO § 2º, DO ART. 121 DO CP (MOTIVO FÚTIL) - NÃO CABIMENTO PELA PRESENÇA DE SUPORTE NAS PROVAS CARREADAS NO CADERNO PROCESSUAL. PEDIDO DE RECONHECIMENTO DA ATENUANTE DO ART. 65, III, ALÍNEA D, DO CP - IMPOSSIBILIDADE DE ACOLHER A CONFISSÃO QUALIFICADA QUANDO AGREGADA À TESE DEFENSIVA DE LEGÍTIMA DEFESA. ALTERAÇÃO NA DOSIMETRIA DA PENA. APELAÇÃO CONHECIDA E PROVIDA EM PARTE. EMENTA HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. INÉPCIA DA DENÚNCIA. PEÇA ACUSATÓRIA QUE DESCREVE TODO O FATO CRIMINOSO APTA A PERMITIR O EXERCÍCIO DA AMPLA DEFESA. NULIDADE PROCESSUAL. ALEGADA DEFICIÊNCIA NA DEFESA, EM RAZÃO DA DESISTÊNCIA DA OITIVA DE TESTEMUNHAS ARROLADAS NA DEFESA PRÉVIA E FALTA DE OFERECIMENTO DE ALEGAÇÕES FINAIS. ESTRATÉGIA DEFENSIVA VÁLIDA. EXCESSO DE LINGUAGEM NA SENTENÇA DE PRONÚNCIA. INOCORRÊNCIA. INCLUSÃO DE QUALIFICADORAS NA SENTENÇA DE PRONÚNCIA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. INVIABILIDADE DE REEXAME DE FATOS E PROVAS EM SEDE MANDAMENTAL. QUESITAÇÃO. LEGÍTIMA DEFESA. TESE DEVIDAMENTE CONSIDERADA. ORDEM DENEGADA. 1. Não há que se falar em inépcia da denúncia, se essa descreve como teriam ocorrido e em que circunstâncias se deu o fato criminoso, ainda que sucintamente, possibilitando a mais ampla defesa. CPP, art. 41. 2. A desistência da oitiva de testemunhas arroladas pela própria defesa, que inclusive poderiam vir a ser inquiridas em plenário caso algo de relevante tivessem a dizer, e o não oferecimento das alegações finais em procedimento da competência do Tribunal do Júri constituem adequada tática da acusação e da defesa de deixarem os argumentos de que dispõem para apresentação no plenário, ocasião. (TJ-AL - APL: 05006629220088020001 AL 0500662-92.2008.8.02.0001, Relator: Des. Edivaldo Bandeira Rios, Câmara Criminal, Data de Publicação: 08/08/2012). *** Por fim, importante salientar que a demora injustificada na apresentação das Alegações Finais em forma de Memoriais Escritos poderá acarretar o constrangimento ilegal por excesso de prazo. DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. PACIENTES PRESOS EM FLAGRANTE EM 17/10/2014 PELAS SUPOSTAS PRÁTICAS DOS CRIMES PREVISTOS NO ART. 33, ART. 35 E ART. 40, IV, DA LEI 11.343/06 E ART. 16, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO IV, DA LEI 10.826/03, NA FORMA DO ART. 69, DO CÓDIGO PENAL. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EM RAZÃO DO EXCESSO DE PRAZO PARA A CONCLUSÃO DA INSTRUÇÃO CRIMINAL, EM RAZÃO DA DELONGA DO PARQUET PARA APRESENTAÇÃO DOS MEMORIAIS. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO. ORDEM CONCEDIDA. PRISÕES MANTIDAS EM RAZÃO DE DECRETO PRISIONAL EMANADO DE OUTRO PROCESSO. I. Trata-se de writ impetrado pela Defensoria Pública do Estado da Bahia, em favor dos pacientes Italo Araújo de Oliveira e Ícaro Araújo de Oliveira, tendo, como fundamento, o excesso de prazo para a conclusão da instrução criminal, em face da demora do órgão ministerial apresentar Memoriais, em que pese ter sido devidamente intimado para a realização do mencionado ato processual. Com efeito, o presente remédio constitucional foi manejado para pleitear, liminar e definitivamente, que os pacientes sejam colocados em liberdade, mediante a expedição dos respectivos alvarás de soltura. II. Compulsando-se cuidadosamente os autos, observa-se que os pacientes estão presos desde 17 de outubro de 2014, data em que foram flagranteados, tendo as constrições sido convertidas em preventiva em 04 de fevereiro de 2015. Em que pese os pacientes estarem segregados desde o início da instrução processual, verifica-se realmente a ocorrência de um excesso prazal para a conclusão da instrução decorrente do longo período em que o Ministério Público se manteve inerte, paralisando a marcha processual, embora tenha sido devidamente intimado pessoalmente em audiência realizada em 02/06/2015 e por portal eletrônico em 23/07/2015. Como se depreende das fls. 189, o órgão ministerial somente apresentou os referidos Memoriais em 25/08/2015, ou seja, após 84 (oitenta e quatro) dias de ser intimado, não obstante o prazo legal para a realização do ato seja de 05 (cinco) dias. Nessa toada, o atraso processual ultrapassa o critério da razoabilidade e, efetivamente, configura excesso de prazo, o qual não se imputa à defesa, mas, exclusivamente, decorre da própria máquina estatal punitiva. Sendo assim, não resta outra alternativa a não ser o acolhimento das razões da impetrante contidas na inicial, restando evidente o constrangimento ilegal a ser sanado através do presente habeas corpus. Precedentes jurisprudenciais. Pleito acolhido. Soltura ordenada. III. O Parecer da Douta Procuradoria de Justiça opina pelo conhecimento da ordem de habeas corpus e sua concessão, sem expedição dos respectivos alvarás de soltura, em razão de mandado de prisão proveniente de outra ação penal (nº. 0007000-70.2013.8.05.0271). IV. ORDEM CONHECIDA E PARCIALMENTE CONCEDIDA, para revogar as custódias cautelares decretadas em desfavor dos pacientes, no bojo da ação originária nº. 0302915-09.2014.8.05.0271, mas sem expedição dos alvarás de soltura em virtude da necessidade de mantê-los constritos, em face de mandado de prisão decorrente da ação originária nº. 0007000-70.2013.8.05.0271, na esteira do parecer ministerial. (Classe: Habeas Corpus,Número do Processo: 0016584-11.2015.8.05.0000, Relator (a): Jefferson Alves de Assis, Segunda Câmara Criminal - Primeira Turma, Publicado em: 01/12/2015). (TJ-BA - HC: 00165841120158050000, Relator: Jefferson Alves de Assis, Segunda Camara Criminal - Primeira Turma, Data de Publicação: 01/12/2015). *** Desta feita,

considerando todo o exposto, devo reconhecer a preclusão temporal quanto à apresentação dos Memoriais Escritos pelo Ministério Público, tendo em vista, também, a não observância do prazo legal constante do Art. 403, §3º, do CPP. Ato contínuo, em observância aos Princípios Constitucionais da celeridade processual e da razoável duração do processo, dê-se vista dos autos à Defesa, a fim de que apresente as Alegações Finais, no prazo de 05 (cinco) dias, nos moldes do Art. 403, §3º, do CPP. Esvaído o prazo, remetam-me os autos conclusos para Sentença. Dê-se ciência desta Decisão às partes. Expeça-se o necessário. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 11 de julho de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

Defensoria Pública do Estado do Amazonas (OAB O/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
JUIZ(A) DE DIREITO GEORGE HAMILTON LINS BARROSO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CINTYA LUANA ARAUJO GANDRA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0390/2019

ADV: KLINGER DA SILVA OLIVEIRA (OAB 2000/AM) - Processo 0035902-87.2004.8.04.0001 (001.04.035902-7) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - AUTOR: A Justica Publica - RÉU: Kennedy Ferreira Gomes - FICA INTIMADO ATRAVÉS DO PRESENTE o patrono do acusado para que compareça na 1ª Varada do Tribunal do Júri, para Audiência de Instrução e Julgamento no dia 11/09/2019 às 09:30h

ADV: ÁTILA DE MEDEIROS AFFONSO (OAB 1819/AM) - Processo 0217470-16.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - DENUNCIADO: Francisco José Ricardo Vasques da Costa e outros - ''FICA INTIMADO ATRAVÉS DO PRESENTE, o patrono do acusado para que compareça a 1ª Vara do Tribunal do Júri, para Audiência de Instrução e Julgamento, para o dia 18/09/2019 às 09h''

ADV: ELIANE REIS BERNABÉU CÉSPEDES (OAB 4430/AM), ADV: JUAN BERNABÉU CÉSPEDES (OAB 2595/AM) - Processo 0242105-42.2008.8.04.0001 (001.08.242105-7) - Ação Penal de Competência do Júri - Crimes contra a vida - AUTOR: A Justica Publica - INDICIADO: Horizonildo Rodrigues Miranda e outro - RÉU: Zenildo Rodrigues de Miranda e outro - ''FICA INTIMADO ATRAVÉS DO PRESENTE o patrono do acusado para que compareça a 1ª Vara do Tribunal do Jíri, para Audiência de Instrução e Julgamento, pautada para o dia 17/09/2019 às 11h''

ADV: ADONIS MACIEL PAES (OAB 8865/AM), ADV: ANTÔNIO FRAZÃO AMARAL (OAB 3042/AM), ADV: ELMISON ROSA BEZERRA (OAB 10499/AM), ADV: GEORGE DE MELO MONTEIRO (OAB 8466/AM), ADV: RAIMUNDO NUNES AMAZONAS (OAB 7379/AM), ADV: VÍTOR CASSIANO LOUZADA (OAB 14422/AM) - Processo 0256930-78.2014.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: A.O.R.F. - Danilo de Araújo Lima e outro - POR MEIO DESTE, dê-se vista dos autos às Defesas dos acusados Antonio Oliveira Ribeiro Filho e Danilo de Araújo Lima, a fim de que apresentem as Alegações Finais, no prazo de 05 (cinco) dias, nos moldes do Art. 403, §3º, do CPP

Adonis Maciel Paes (OAB 8865/AM)
Antônio Frazão Amaral (OAB 3042/AM)
Átila de Medeiros Affonso (OAB 1819/AM)
Eliane Reis Bernabéu Céspedes (OAB 4430/AM)
Elmison Rosa Bezerra (OAB 10499/AM)
George de Melo Monteiro (OAB 8466/AM)
Juan Bernabéu Céspedes (OAB 2595/AM)
Klinger da Silva Oliveira (OAB 2000/AM)
Raimundo Nunes Amazonas (OAB 7379/AM)
Vítor Cassiano Louzada (OAB 14422/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
JUIZ(A) DE DIREITO GEORGE HAMILTON LINS BARROSO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CINTYA LUANA ARAUJO GANDRA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0394/2019

ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM), ADV: FRANCISCO SOUZA DE MELO (OAB 7808/AM), ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: WLADIMIR DA CUNHA ALELI (OAB 7084/AM) - Processo 0222276-02.2013.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - DENUNCIADO: Wilson Felizardo das Chagas ''Vulgo Neguinho'' - FICA INTIMADO ATRAVÉS DO PRESENTE, o(a) patrono(a) do acusado(a) para que apresentem, no prazo de 5 (cinco) dias, as Alegações Finais por MEMORIAIS, nos termos do art. 403, §3º do CPP.

Aniely Valena de Oliveira Mariano Formiga (OAB 7258/AM)
Francisco Souza de Melo (OAB 7808/AM)
Kal-El Bessa Nascimento Salem (OAB 6389/AM)
Maria do Perpétuo Socorro Nunes Feijó Florêncio (OAB 6541/AM)
Wladimir da Cunha Aleli (OAB 7084/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
JUIZ(A) DE DIREITO GEORGE HAMILTON LINS BARROSO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CINTYA LUANA ARAUJO GANDRA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0396/2019

ADV: EGUINALDO GONÇALVES DE MOURA (OAB 3761/AM), ADV: EGUINALDO GONÇALVES DE MOURA (OAB 3761/AM), ADV: LUCIANA DA SILVA TERÇAS (OAB 4121/AM), ADV: MÁRCIO ANDRÉ LOPES CAVALCANTE (OAB 4768/AM), ADV: MARIA JOSÉ RODRIGUES MENESCAL DE VASCONCELLOS (OAB 3109/AM) - Processo 0019984-77.2003.8.04.0001 (001.03.019984-1) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Homicídio Simples - DENUNCIADO: Evandro Paula de Melo e outros - Isto posto, com intuito de evitar dar prosseguimento a processo crime cujo o resultado final será inócuo, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado EVANDRO PAULA DE MELO, pela Prescrição da Pretensão Punitiva do Estado, nos termos do Art. 107, IV, primeira figura, c/c Art. 109, III, ambos do Código Penal Brasileiro. Dê-se ciência às partes desta Decisão. Após o trânsito em julgado, proceda-se baixa na distribuição e arquivem-se estes autos, observadas as cautelas de praxe, considerando que os demais acusados foram impronunciados, conforme Decisão de fls. 607/608. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 22 de julho de 2019. (assinatura digital) George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

EGUINALDO GONÇALVES DE MOURA (OAB 3761/AM)
Luciana da Silva Terças (OAB 4121/AM)
Márcio André Lopes Cavalcante (OAB 4768/AM)
Maria José Rodrigues Menescal de Vasconcellos (OAB 3109/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
JUIZ(A) DE DIREITO GEORGE HAMILTON LINS BARROSO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CINTYA LUANA ARAUJO GANDRA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0393/2019

ADV: ADONAY PAES BARRETO DE OLIVEIRA (OAB 6202/AM) - Processo 0632584-22.2019.8.04.0001 - Habeas Corpus Criminal - Homicídio Simples - IMPETRANTE: Mauricio dos Santos - Douglas Jhonathan Barbosa dos Santos - Autos de nº0632584-22.2019.8.04.0001 DECISÃO Vistos etc. Recebi hoje. Analisando os autos, constata-se que não cabe a este Juízo a apreciação do remédio de Habeas Corpus impetrado às fls. 1/6, considerando a suposta Autoridade coatora, devendo ser endereçado ao Egrégio

Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas. Nesse sentido, segue Decisão: ROUBO (art. 157, § 2º, I e II, c.c. o art. 70, caput, ambos do Código Penal). Expedição de mandado de prisão. Impetração que não atribui qualquer ato de coação ao direito de locomoção do paciente praticado por autoridade sujeita ao controle jurisdicional desta Egrégia Corte de Justiça. Execução provisória da pena determinada pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça. Somente a autoridade judiciária hierarquicamente superior àquela que praticou o ato hostilizado tem competência para conhecer do pedido. Ordem não conhecida. (TJ-SP 21259205720178260000 SP 2125920-57.2017.8.26.0000, Relator: Tristão Ribeiro, Data de Julgamento: 10/08/2017, 5ª Câmara de Direito Criminal, Data de Publicação: 14/08/2017). Desta feita, determino a devolução da presente Peça Processual ao Advogado impetrante. Em seguida, arquivem-se estes autos. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 11 de julho de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

Adonay Paes Barreto de Oliveira (OAB 6202/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
JUIZ(A) DE DIREITO GEORGE HAMILTON LINS BARROSO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CINTYA LUANA ARAUJO GANDRA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0395/2019

ADV: BENEDITO DE OLIVEIRA COSTA (OAB 13110/AM), ADV: MÁRCIO LOBÃO SILVA (OAB 8661/AM) - Processo 0626123-34.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Homicídio Qualificado - INDICIADO: F.G.B.J. - Desta feita, considerando que não houve fato novo ou qualquer modificação nas circunstâncias fáticas e/ou processuais dos autos capaz de alterar o posicionamento deste Juízo, aliado ao fato de restarem presentes os requisitos e pressupostos necessários à manutenção da Medida Forte, INDEFIRO o pedido da Defesa do referido indiciado FRANCISCO GOES BULCÃO JÚNIOR, já qualificado nos autos. IMPORTANTE SALIENTAR QUE, CONSIDERANDO OS FUNDAMENTOS ACIMA EXPOSTOS, ESTA DECISÃO NÃO SE SUJEITA À RECONSIDERAÇÃO DESTE JUÍZO, DEVENDO SER IMPETRADO O COMPETENTE HABEAS CORPUS, EM CASO DE INCONFORMISMO DA DEFESA. De outro giro, DEFIRO, na íntegra, a Promoção de fls. 101/102, e assinalo o prazo de 60 (sessenta) dias para que a Autoridade Policial proceda ao devido cumprimento. Expeça-se o necessário. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 06 de agosto de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

Benedito de Oliveira Costa (OAB 13110/AM)
Márcio Lobão Silva (OAB 8661/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
JUIZ(A) DE DIREITO GEORGE HAMILTON LINS BARROSO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CINTYA LUANA ARAUJO GANDRA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0398/2019

ADV: DIEGO AMÉRICO COSTA SILVA (OAB 5819/AM), ADV: GABRIELA DE BRITO COIMBRA (OAB 8889/AM) - Processo 0206319-48.2019.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Crimes contra a vida - RÉ: Autemar Pinheiro Cardoso - Desta feita, considerando que não houve fato novo ou qualquer modificação nas circunstâncias fáticas e/ou processuais dos autos capaz de alterar o posicionamento deste Juízo aliado ao fato de restarem presentes os indícios de autoria e a prova da materialidade delitiva, em consonância com o Parquet, INDEFIRO o pedido da Defesa do referido acusado AUTEMAR PINHEIRO CARDOSO, já qualificado nos autos, até Decisão contrária deste Juízo ou de Instância Superiror. IMPORTANTE SALIENTAR QUE, CONSIDERANDO OS FUNDAMENTOS ACIMA EXPOSTOS, ESTA DECISÃO NÃO SE SUJEITA À RECONSIDERAÇÃO DESTE JUÍZO, DEVENDO SER IMPETRADO O COMPETENTE HABEAS CORPUS, EM CASO DE INCONFORMISMO DA DEFESA. De outro giro, considerando que o Ministério Público forneceu novos endereços, DEFIRO a Promoção constante do teor conclusivo das fls. 152/154, e determino que se paute nova data para a realização da inquirição das testemunhas faltantes, finalizando a instrução processual com o interrogatório do acusado. Expeça-se o necessário. Atualize-se o histórico de partes. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 06 de agosto de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: HELENA DE OLIVEIRA GALVÃO (OAB 2753/AM) - Processo 0209103-71.2014.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Rogério Williams Barbosa Monteiro - 'FICA INTIMADO ATRAVÉS DO PRESENTE, o patrono do acusado para que compareça na 1ª Vara do Tribunal do Júri, para Audiência de Instrução e Julgamento, pautada para o dia 19/09/2019 às 10:30h''

ADV: MARIA GORETH TERÇAS DE OLIVEIRA (OAB 3735/AM) - Processo 0248136-68.2014.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - ACUSADO: Henrique James Marques da Silva - 'FICA INTIMADO ATRAVÉS DO PRESENTE, o patrono do acusado para que compareça na 1ª Vara do Tribunal do Júri, para Audiência de Instrução e Julgamento, pautada para o dia 19/09/2019 ÀS 09h''

ADV: TIAGO BRITO MENDES (OAB 7814/AM), ADV: NILTON MENDES PINTO JÚNIOR (OAB 10346/AM), ADV: WALDEMIR MORAES TORRES (OAB 11126/AM), ADV: DANIEL COELHO SILVA (OAB 10581/AM), ADV: LEOCLEIDE SILVA DUARTE HITOTUZI (OAB 11110/AM), ADV: EMERSON SIQUEIRA PEREIRA (OAB 10338/AM) - Processo 0258099-42.2010.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: B.S.C. e outros - DESPACHO Recebi hoje. Abra-se vistas a Defesa, NO PRAZO DE 08 (oito) DIAS, em virtude de Recurso em Sentido Estrito interposto pelo Ministério Publico. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 07 de agosto de 2019

ADV: CÂNDIDO HONÓRIO SOARES FERREIRA NETO (OAB 5199/AM), ADV: LÚCIO FÁBIO CORDEIRO RIBEIRO (OAB 10088/AM), ADV: RODRIGO DE SOUZA ALBUQUERQUE (OAB 14792/AM), ADV: EDUARDO DE SOUZA RODRIGUES (OAB 5559/AM) - Processo 0613049-78.2017.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - VÍTIMAFATO: Jander Mendes Franco (falecido) - RÉU: Bruno Gomes da Silva - FICA INTIMADO ATRAVÉS DO PRESENTE, o (a) patrono(a) do acusado(a) DA CIÊNCIA DA SENTENÇA, resumido em transcrição com o seguinte teor: " Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, JULGO PROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte PRONUNCIO o acusado BRUNO GOMES DA SILVA, já qualificado nos autos, a fim de que seja submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca, como incurso nas sanções do Art. 121, §2°, II (motivo fútil), do Código Penal. De outro giro, considerando que não houve modificação na situação fática/processual suficiente a ensejar a revogação do constrito cautelar, aliado ao fato de subsistirem os indícios suficientes de autoria, a prova da materialidade delitiva e os requisitos e fundamentos dos arts. 311, 312 e 313, inciso I, todos do CPP, MANTENHO A PRISÃO PREVENTIVA do acusado ora Pronunciado, a fim de garantir a Ordem Pública, tendo em vista, entre outros, o modus operandi empregado na conduta criminosa, devendo permanecer na Unidade Prisional onde se encontra até Decisão contrária deste Juízo ou de Instância Superior. Ademais, considerando que a Instrução Processual encontra-se encerrada e o acusado, Pronunciado, não há falar em excesso de prazo. Nesse sentido, seguem as Súmulas 52 e 21, ambas do STJ: SÚMULA 52Encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento por excesso de prazo. SÚMULA 21Pronunciado o réu, fica superada a alegação do constrangimento ilegal da prisão por excesso de prazo na instrução. Intime-se o acusado desta Decisão, entregando-lhe cópia. Em caso negativo, intime-o por Edital, nos moldes do Art. 420, parágrafo único, do CPP. Intime-se a Defesa do réu, na forma do artigo 370, §1º, do Código Processo Penal. Intime-se, pessoalmente, o Ministério Público. Ocorrendo o trânsito em julgado da indigitada Decisão, na forma do artigo 422 do CPP, determino a intimação do Ministério Público, por seu representante, e posteriormente da Defesa do acusado, para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentarem o rol de testemunhas que irão depor em Plenário, bem como para juntarem documentos e

requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias. Sem diligências requeridas e com a juntada dos róis de testemunhas, junte-se o relatório do Processo. Após, paute-se data para o julgamento do réu, no Plenário do Tribunal do Júri. Por fim, quanto à Petição de fls. 306/308, no tocante ao pedido de restituição de bem apreendido, aguarde-se o Parecer Ministerial. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 21 de agosto de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito"

Cândido Honório Soares Ferreira Neto (OAB 5199/AM)
Daniel Coelho Silva (OAB 10581/AM)
Diego Américo Costa Silva (OAB 5819/AM)
Eduardo de Souza Rodrigues (OAB 5559/AM)
Emerson Siqueira Pereira (OAB 10338/AM)
Gabriela de Brito Coimbra (OAB 8889/AM)
Helena de Oliveira Galvão (OAB 2753/AM)
Leocleide Silva Duarte Hitotuzi (OAB 11110/AM)
Lúcio Fábio Cordeiro Ribeiro (OAB 10088/AM)
Maria Goreth Terças de Oliveira (OAB 3735/AM)
Nilton Mendes Pinto Júnior (OAB 10346/AM)
Rodrigo de Souza Albuquerque (OAB 14792/AM)
Tiago Brito Mendes (OAB 7814/AM)
Waldemir Moraes Torres (OAB 11126/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
JUIZ(A) DE DIREITO GEORGE HAMILTON LINS BARROSO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CINTYA LUANA ARAUJO GANDRA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0397/2019

ADV: FABIANO CORTEZ DE NEGREIROS (OAB 9281/AM) - Processo 0243997-83.2008.8.04.0001 (001.08.243997-5) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - INDICIADA: Salete Bernarda dos Santos - 'FICA INTIMADO ATRAVÉS DO PRESENTE, o patrono do acusado para que compareça na 1ª Vara do Tribunal do Júri, para Audiência de Instrução e Julgamento, pautada para o dia 18/09/2019 às 12:30h''

Fabiano Cortez de Negreiros (OAB 9281/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
JUIZ(A) DE DIREITO GEORGE HAMILTON LINS BARROSO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CINTYA LUANA ARAUJO GANDRA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0399/2019

ADV: DIEGO AMÉRICO COSTA SILVA (OAB 5819/AM), ADV: GABRIELA DE BRITO COIMBRA (OAB 8889/AM) - Processo 0206319-48.2019.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Crimes contra a vida - RÉ: Autemar Pinheiro Cardoso - Para fins de impulsionar o feito, por ato ordinatório, esta Secretaria DESIGNA A AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO para o dia 02/10/2019 às 12:30h, a qual é feita por registro audiovisual, conforme determina o art. 405 CPP. Na oportunidade, intima o(s) advogados(s), caso exista(m) constituídos por meio deste ato. Providenciar-se-ão as intimações devidas e necessárias para a realização do ato pela Secretaria da vara. É que me cumpre certificar. Manaus, 02 de setembro de 2019 . Cintya Luana Gandra Diretora de Secretaria Matrícula 3339-1

ADV: DIEGO AMÉRICO COSTA SILVA (OAB 5819/AM), ADV: GABRIELA DE BRITO COIMBRA (OAB 8889/AM) - Processo 0206319-48.2019.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Crimes contra a vida - RÉ: Autemar Pinheiro Cardoso - FICA INTIMADO ATRAVÉS DO PRESENTE, o (a)(s) patrono (a)(s) do acusado (a) para comparecer(em) neste Juízo do 1º Tribunal do Júri, a fim de participar da Audiência de Instrução e Julgamento DESIGNADA para o dia: 02/10/2019, às 12H30.

ADV: DANIELLE QUEIROZ RIBEIRO (OAB 9296/AM), ADV: JOÃO SOARES GOMES (OAB 2545/AM), ADV: MARIA GORETH TERÇAS DE OLIVEIRA (OAB 3735/AM) - Processo 0642178-31.2017.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: C.B.R. - Para fins de impulsionar o feito, por ato ordinatório, esta Secretaria DESIGNA A AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO para o dia 01/10/2019 às 12:30h, a qual é feita por registro audiovisual, conforme determina o art. 405 CPP. Na oportunidade, intima o(s) advogados(s), caso exista(m) constituídos por meio deste ato. Providenciar-se-ão as intimações devidas e necessárias para a realização do ato pela Secretaria da vara. É que me cumpre certificar. Manaus, 02 de setembro de 2019 . Cintya Luana Gandra Diretora de Secretaria Matrícula 3339-1

ADV: DANIELLE QUEIROZ RIBEIRO (OAB 9296/AM), ADV: JOÃO SOARES GOMES (OAB 2545/AM), ADV: MARIA GORETH TERÇAS DE OLIVEIRA (OAB 3735/AM) - Processo 0642178-31.2017.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: C.B.R. - FICA INTIMADO ATRAVÉS DO PRESENTE, o (a)(s) patrono (a)(s) do acusado (a) para comparecer(em) neste Juízo do 1º Tribunal do Júri, a fim de participar da Audiência de Instrução e Julgamento DESIGNADA para o dia: 01/10/2019, às 12H30.

Danielle Queiroz Ribeiro (OAB 9296/AM)
Diego Américo Costa Silva (OAB 5819/AM)
Gabriela de Brito Coimbra (OAB 8889/AM)
João Soares Gomes (OAB 2545/AM)
Maria Goreth Terças de Oliveira (OAB 3735/AM)

TJ/AM - COMARCA DE MANAUS
JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO TRIBUNAL DO JURI
JUIZ(A) DE DIREITO: George Hamilton Lins Barroso
DIRETORA DE SECRETARIA: Cintya Luana Araujo Gandra

Autos nº:0214982-59.2014.8.04.0001
Ação:Inquérito Policial
Vítima do Fato:Filho de Inara Cruz da Silva
Indiciado:Inara Cruz da Silva

P U B L I C A Ç Ã O

PROCESSO 0214982-59.2014.8.04.0001

Aos 02 de setembro de 2019, nesta Secretaria, tornou-se pública a decisão proferida pelo(a) Juiz(a) Dirigente da 1ª Vara do Tribunal do Júri desta Comarca, resumido em transcrição com o seguinte teor: Isto posto, em consonância com o Parquet, DETERMINO O ARQUIVAMENTO destes autos de Inquérito Policial, mediante baixa na distribuição, com as cautelas do artigo 28 do Código de Processo Penal e ressalvando-se o disposto no artigo 18 do mesmo Codex e na Súmula nº 524 do STF. Intime-se o MP desta Decisão. Em seguida, arquivem-se estes autos, observadas as cautelas de praxe. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se"; do que, para constar, faço este termo. Eu Cintya Luana Araujo Gandra, Secretário(a), escrevi-o. VMP
Cintya Luana Araujo Gandra
Secretária

EDITAL DE INTIMAÇÃO

Autos nº:0613049-78.2017.8.04.0001
Ação:Ação Penal de Competência do Júri/PROC
Autor(a): A JUSTIÇA PÚBLICA
RéuBruno Gomes da Silva

O Dr. Celso Souza de Paula, Juiz de Direito da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Capital, Estado do Amazonas, Republica Federativa do Brasil.

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente O ACUSADO, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório do 1º Tribunal do Júri, tramitam os termos do processo 0613049-78.2017.8.04.0001 que a Justiça Pública move contra o acusado **BRUNO GOMES DA SILVA**, Brasileiro, Solteiro, Desempregado, RG 28981740, pai Júlio César Cardenes da Silva, mãe Cristiane Luisa de Castro Gomes, Nascido 02/02/1998, natural de Manaus - AM. Local de prisão: Centro de Dentenção Provisória de Manaus - CDPM, Manaus

- AM. Endereço: Rua Mandi, 24, Jorge Teixeira, CEP 69000-000, Manaus - AM, atualmente em local incerto e não sabido, pronunciado por crime capitulado nas penas do Art. 121 § 2º, II do CP, em determinação ao disposto no Artigo 420 do CPP, pelo que mandou o MM. Juiz expedir o presente Edital de Intimação, a fim de que o acusado fique ciente da Sentença de Pronúncia nos seguintes termos **"JULGO PROCEDENTE a denúncia formulada pelo Ministério Público para PRONUNCIAR o acusado como incurso na pena do Art. 121 § 2º, II do CP. Por fim, considerando que se encontram presentes os motivos dispostos nos arts. 311 e 312 do Código de Processo Penal a ensejarem a custódia cautelar do acusado, mantenho-o em preso aguardando seu julgamento pelo Tribunal do Povo.".** E para que chegue ao conhecimento do Réu, e para no futuro ninguém alegar ignorância, mandou expedir este Edital, que será publicado no Diário Oficial do Estado do Amazonas e afixado na porta principal do Tribunal do Júri. Dado e passado nesta cidade de Manaus - Amazonas, 23 de agosto de 2019. Eu, SABRINA ILLAN BARROS DA SILVA, expedi, e eu Cintya Luana Araujo Gandra, Diretora de Secretaria, confiro.

Celso Souza de Paula
Juiz de Direito

2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0242/2019

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0211327-40.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0200176-14.2017.8.04.0001) - Ação Penal de Competência do Júri - Crimes contra a vida - DENUNCIADO: D.S.S. e outros - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem do Doutor Anésio Rocha Pinheiro, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ACUSADO, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0211327-40.2018.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Dionatas Santana dos Santos, por infração Art. 121 § 2º, I (seis vezes) c/c Art. 14, II e Art. 212 (quarenta e seis vezes) c/c Art. 29 "caput" e Art. 121 § 2º, I, III, IV (cinquenta e seis vezes) e Art. 69 "caput" todos do(a) CP e Art. 1-º, I todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Acusado Dionatas Santana dos Santos, a fim de se fazer presente na AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, designada para o dia 09/10/2019 às 08:30, neste juízo, na Avenida Av. Paraíba S/Nº, Térreo, setor 03, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5225, Manaus-AM - E-mail: 2tribunal.juri@tjam.jus.br, Fone: 3303-5225, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 30 de agosto de 2019. Eu, Allan Gabriel G. Fonseca, Estagiário(a), o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

ADV: MOACYR RAMOS CANUTO FILHO (OAB 9674/AM), ADV: SEM PATRONO (OAB /AM), ADV: ALMENILZE VALENTE SAMPAIO (OAB 5456/AM), ADV: AUREA ESTELA FERREIRA LIMA (OAB 11941/AM), ADV: RITA DE CÁSSIA RIÇA DE ARAÚJO (OAB 12787/AM) - Processo 0211327-40.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0200176-14.2017.8.04.0001) - Ação Penal de Competência do Júri - Crimes contra a vida - DENUNCIADO: D.S.S. - D.F.S. - E.G.S. - E.P.C. e outros - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem do Doutor Anésio Rocha Pinheiro, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente os ADVOGADOS HABILITADOS NOS AUTOS, adiante identificados, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0211327-40.2018.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Edilson Gomes da Silva, Elandro Pereira Carvalho e Douglas Ferreira de Souza, por infração Art. 121 § 2º, I (seis vezes) c/c Art. 14, II e Art. 212 (quarenta e seis vezes) c/c Art. 29 "caput" e Art. 121 § 2º, I, III, IV (cinquenta e seis vezes) e Art. 69 "caput" todos do(a) CP e Art. 1-º, IArt. 121 § 2º, I (seis vezes) c/c Art. 14, II e Art. 212 (quarenta e seis vezes) c/c Art. 29 "caput" e Art. 121 § 2º, I, III, IV (cinquenta e seis vezes) e Art. 69 "caput" todos do(a) CP e Art. 1-º, e Art. 121 § 2º, I (seis vezes) c/c Art. 14, II e Art. 212 (quarenta e seis vezes) c/c Art. 29 "caput" e Art. 121 § 2º, I, III, IV (cinquenta e seis vezes) e Art. 69 "caput" todos do(a) CP e Art. 1-º, I todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Dr. Moacyr Ramos Canuto Filho, Rita de Cássia Riça de Araújo, Aurea Estela Ferreira Lima, Almenilze Valente Sampaio, OAB 5338/AM, 12350/AM, 12787/AM, 11941/AM, 5456/AM e 9674/AM, a fim de se fazerem presentes na AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO dos acusados acima mencionados, designada para o dia 09/10/2019 às 08:30, neste juízo, na Av. Paraíba S/Nº, Térreo, setor 03, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5225, Manaus-AM - E-mail: 2tribunal.juri@tjam.jus.br, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 30 de agosto de 2019. Eu, Allan Gabriel G. Fonseca, Estagiário(a), o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

ADV: LOURENÇO FILHO (OAB 6916/AM) - Processo 0216251-41.2011.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - DENUNCIADO: Jefferson Oliveira Rocha - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem do Doutor Ana Paula de Medeiros Braga Bussulo, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ADVOGADO HABILITADO NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0216251-41.2011.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Jefferson Oliveira Rocha, por infração Art. 121 "caput" do(a) CP todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Dr. Lourenço Filho, OAB 6916/AM, a fim de se fazer presente na AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO do acusado acima mencionado, designada para o dia 25/09/2019 às 08:30h, neste juízo, na Av. Paraíba S/Nº, Térreo, setor 03, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5225, Manaus-AM - E-mail: 2tribunal.juri@tjam.jus.br, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 30 de agosto de 2019. Eu, Nayara Santos de Sá, Estagiário(a), o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

ADV: FELIPE DE LUCENA RICCIERI (OAB 9937/AM) - Processo 0240025-32.2013.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - ACUSADO: Elton Gomes de Lira - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem do Doutor Anésio Rocha Pinheiro, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele

conhecimento tiverem, especialmente o ADVOGADO HABILITADO NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0240025-32.2013.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Elton Gomes de Lira, por infração Art. 121 § 2º, I, IV c/c Art. 14, II, todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Dr. Felipe de Lucena Riccieri, OAB 9937/AM, a fim de se fazer presente na AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO do acusado acima mencionado, designada para o dia 13/09/2019 às 11:00h, neste juízo, na Av. Paraíba S/Nº, Térreo, setor 03, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5225, Manaus-AM - E-mail: 2tribunal.juri@tjam.jus.br, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 30 de agosto de 2019. Eu, Alessandra da Silva e Silva, Estagiária, o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

ADV: JESUALDO FERREIRA MONTEIRO (OAB 7935/AM), ADV: RODRIGO VASCONCELOS PIRES DE CARVALHO (OAB 6669/AM), ADV: ANA CLEIDE VASCONCELOS PIRES DE CARVALHO (OAB 4737/AM), ADV: HORLANDO HALIX RIBEIRO DE BRITO (OAB 5102/AM), ADV: FERNANDO JOSÉ BRANCO DA COSTA (OAB 6888/AM) - Processo 0249971-28.2013.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - DENUNCIADO: Adriano Paiva de Souza - José Lindomar de Souza Paulo - Rodrigo Moura Paulo - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem do Doutor Anésio Rocha Pinheiro, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente os ADVOGADOS HABILITADOS NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0249971-28.2013.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra José Lindomar de Souza Paulo, Rodrigo Moura Paulo e Adriano Paiva de Souza, por infração Art. 121 § 2º, II, IV c/c Art. 29, Caput, todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR os Drs. Jesualdo Ferreira Monteiro, Fernando José Branco da Costa, Horlando Halix Ribeiro de Brito como Assistente de Acusação, ANA CLEIDE VASCONCELOS PIRES DE CARVALHO, Rodrigo Vasconcelos Pires de Carvalho, OAB 6888/AM, 6888/AM, 5102/AM, 4737/AM, 6669/AM e 7935/AM, a fim de se fazer presente na AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO dos acusados acima mencionados, designada para o dia 13/09/2019 às 09:30h, neste juízo, na Av. Paraíba S/Nº, Térreo, setor 03, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5225, Manaus-AM - E-mail: 2tribunal.juri@tjam.jus.br, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 30 de agosto de 2019. Eu, Alessandra da Silva e Silva, Estagiária, o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

Almenilze Valente Sampaio (OAB 5456/AM)
ANA CLEIDE VASCONCELOS PIRES DE CARVALHO (OAB 4737/AM)
Aurea Estela Ferreira Lima (OAB 11941/AM)
Felipe de Lucena Riccieri (OAB 9937/AM)
Fernando José Branco da Costa (OAB 6888/AM)
Horlando Halix Ribeiro de Brito (OAB 5102/AM)
Jesualdo Ferreira Monteiro (OAB 7935/AM)
Lourenço Filho (OAB 6916/AM)
Moacyr Ramos Canuto Filho (OAB 9674/AM)
Rita de Cássia Riça de Araújo (OAB 12787/AM)
Rodrigo Vasconcelos Pires de Carvalho (OAB 6669/AM)
Sem Patrono (OAB /AM)

EDITAL - INTIMAÇÃO

De ordem da Doutora Ana Paula de Medeiros Braga, Juíza de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial,

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ADVOGADO HABILITADO NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0046161-10.2005.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Emerson Guimarães Telles Rocha, por infração Art. 121 “caput” do(a) CP todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR os Drs. Amanda Karla Paiva da Silva, Adriano Alves de Lima, Cyro Roberto Pereira da Costa, Andréa Marques Telles de Souza, Antônio Augusto Brito Feijó Júnior, Antônio Frazão Amaral, Aniely Valena de Oliveira Mariano Formiga, Camila Bertolini de Paiva, Joelma Takeda de Moraes, CHARLENE DUARTE MAIA, Cíntia Albuquerque Brito, Allan Carlos de Azevedo Viana Lima, Fábio Assunção Pavesi, Geysa Caroline de Souza Machado, Henrique da Silva Braga, Iran Vieira de Sousa, Thays Stefany Souza da Silva, Jerônimo Pereira da Silva Neto, João Bosco Lopes Maia Júnior, Kal-El Bessa Nascimento Salem, Érica Cândida Costa, Luciano Menezes Gadelha, Marcos Dino da Rocha Marinho, Maria do Perpétuo Socorro Nunes Feijó FlorêncioMichel Alex da Cunha Alves Maia, Nathália Pimentel Bione de Souza, Raphael Coelho da Silva, Priscila Rubim Nepomuceno da Silva, Andréia Costa Fernandes, Aldenora de Arruda Pinheiro, Karen Regina Nogueira Ramalhosa, OAB 12229/AM, 7398/AM, 9836/AM, 3283/AM, 8408/AM, 3042/AM, 7258/AM, 8223/AM, 8432/AM, 8504/AM, 5596/AM, 8850/AM, 8754/AM, 6149/AM, 9379/AM, 5706/AM, 12289/AM, 9509/AM, 8107/AM, 6389/AM, 12473/AM, 8648/AM, 9346/AM, 6541/AM, 9543/AM, 8027/AM, 7998/AM, 13493/AM, 11155/AM, 4766/AM e 9101/AM, a fim de se fazer presente na SESSÃO DE JULGAMENTO do acusado acima mencionado, designada para o dia 10/09/2019 às 08:00h, no AUDITÓRIO DA ANTIGA ESMAM, neste juízo, na Avenida Av. Paraíba S/Nº, Térreo, setor 03, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5225, Manaus-AM - E-mail: 2tribunal.juri@tjam.jus.br, Fone: 3303-5225, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 02 de setembro de 2019. Eu, Suzane da Silva Nobre, Estagiário(a), o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi.

MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA
Diretora De Secretaria

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
JUIZ(A) DE DIREITO ANA PAULA DE MEDEIROS BRAGA BUSSULO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0243/2019

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0221671-85.2015.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - REQUERENTE: D.E.E.H.S.D. - VÍTIMAFATO: F.R.S.B. - DENUNCITE: M.P.E.A.P.G. - DENUNCIADO: R.S.M.V.R. - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem da Doutora Ana Paula de Medeiros Braga Bussulo, Juíza de Direito da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ACUSADO, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os

termos do Processo Crime nº 0221671-85.2015.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra ROBSON DA SILVA MARTINS vulgo " ROMARINHO", por infração Art. 121 § 2º, I, IV do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 431 c/c Art. 420, parágrafo único do CPP e Portaria nº 01/2014, a MM. Juíza de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Acusado ROBSON DA SILVA MARTINS vulgo " ROMARINHO", a fim de se fazer presente na SESSÃO DE JULGAMENTO, designada para o dia 21/10/2019 às 08:00h, no Plenário do Júri, neste Juízo e Cartório, na Avenida Av. Paraíba S/Nº, Térreo, setor 03, São Francisco - CEP 69079-265, Manaus-AM - E-mail: 2tribunal.juri@tjam.jus.br, Fone: 3303-5225, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 02 de setembro de 2019. Eu, Mayara Vanessa Gomes Rodrigues Martins, Assistente Judiciário-NAJV, o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

Sem Patrono (OAB /AM)

3ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI

JUÍZO DE DIREITO DA 3º VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0233/2019

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0618236-96.2019.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - REPTANTE: D. - Para fins de impulsionar o feito, esta Secretaria DESIGNA a AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO PRELIMINAR para o dia 25/09/2019 às 10:30h. As audiências de instrução preliminar estão sendo gravadas, conforme recomenda o art. 405 do CPP. Em caso de encerramento da referida instrução, solicita-se, se possível, ao representante do Ministério Público, advogados e defensores públicos que atuem no feito providenciar mídia portátil/pendrive ou outro recurso de mídia externa que permita transferir os arquivos gerados durante a instrução, possibilitando o amplo acesso às partes. Para tanto, intima o(s) advogado(s), caso exista(m) constituído(s), por meio deste ato. Providenciar-se-ão as demais intimações devidas e necessárias para a realização do ato.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0627325-46.2019.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: Jonas da Silva Fonseca - Para fins de impulsionar o feito, esta Secretaria DESIGNA a AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO PRELIMINAR para o dia 10/10/2019 às 11:00h. As audiências de instrução preliminar estão sendo gravadas, conforme recomenda o art. 405 do CPP. Em caso de encerramento da referida instrução, solicita-se, se possível, ao representante do Ministério Público, advogados e defensores públicos que atuem no feito providenciar mídia portátil/pendrive ou outro recurso de mídia externa que permita transferir os arquivos gerados durante a instrução, possibilitando o amplo acesso às partes. Para tanto, intima o(s) advogado(s), caso exista(m) constituído(s), por meio deste ato. Providenciar-se-ão as demais intimações devidas e necessárias para a realização do ato.

ADV: NÁIADE VICTÓRIA ARAÚJO PERRONE (OAB 9183/AM), ADV: OSVALDO BIASE MARTINS JÚNIOR (OAB 11096/AM), ADV: DEVID VINÍCIUS XAVIER DA COSTA (OAB 9672/AM) - Processo 0632540-03.2019.8.04.0001 - Pedido de Prisão Preventiva - Homicídio Qualificado - INVESTIGAD: Fabio da Silva e Silva - A(s) resposta(s) do(s) ré(u)(s) Fabio da Silva e Silva não arguiu(ram) preliminares (incompetência do Juízo; litispendência; suspeição ou impedimento; ilegitimidade de parte ou coisa julgada). Apenas alegou a existência de legítima defesa, caso em que requereu a absolvição sumária. Examinados os argumentos, verifica-se que os mesmos envolvem o exame de mérito. Para a análise da legítima defesa, necessário que os seus requisitos e seus pressupostos estejam devidamente demonstrados. Para tanto, necessário ingressar na instrução preliminar, onde produzir-se-ão as provas, para só então precisar, de modo seguro, a existência da legítima defesa. A análise neste momento afigura-se precoce. Ademais, sequer é o momento processual oportuno, uma vez que no procedimento especial do júri, a ocasião apropriada para reconhecer eventual legitima defesa que venha a gerar a absolvição sumária é apenas após a instrução criminal. Isto posto, postergo a apreciação da excludente de ilicitude para o momento processual oportuno. Expeça(m)-se mandado(s) de notificação à(s) Testemunha(s) de acusação para comparecimento em juízo, no prazo de 05 (cinco)dias, de modo a tomar ciência da data da audiência pessoalmente mediante termo nos autos;utilizar-se-á no(s) mandado(s) o(s)endereço(s) constante(s) da certidão de consulta de endereços. Adotar-se-ão as seguintes diretrizes: Caso a testemunha compareça em juízo, fica a secretaria autorizada a notificá-la da audiência a ser designada, bem como as demais testemunhas que comparecerem em juízo e o(s) acusado(s); 2. Caso a testemunha seja notificada, mas não compareça em juízo para ser intimada da audiência, fica a secretaria autorizada a designar data e expedir mandado de condução coercitiva à testemunha faltante, procedendo-se às demais intimações necessárias; 3. Caso a(s) vítima(s)/testemunha(s) de acusação não seja(m) notificada(s), conforme certidão do oficial de justiça, intime-se o Ministério Público para providenciar, por sua iniciativa, caso assim queira, a apresentação da(s) testemunha(s) na audiência a ser oportunamente designada. Fica facultado, ainda, ao Ministério Público, indicar endereço(s) diverso(s) do(s) outrora utilizado(s), a ser objetivamente apontado nos autos (rua, nº. e bairro), com 30 (trinta) dias de antecedência da audiência agendada, de modo a permitir a adoção, em tempo hábil, das providências cartorárias, sob pena de preclusão. 3. No caso de existir(em) ADVOGADO(S) constituído(s) nos autos, a futura RENÚNCIA de poderes deve ser comunicada ao acusado-mandante, a fim de que lhe seja oportunizado nomear um sucessor, nos termos do art. 112 do CPC. Nos dias seguintes à formal comunicação do(s) réu(s), o advogado continuará a REPRESENTAR o mandante, desde que necessário para lhe evitar prejuízo. (CPC, §1º, art. 112). Fica vedado ao advogado renunciante SUBSTABELECER os poderes, outrora conferidos, à Defensoria Pública. O procedimento legal previsto é apenas de comunicar ao acusado a renúncia de poderes, oportunizando-lhe constituir novo advogado e não conferir poderes à Defensoria Pública, à revelia do acusado. No caso de o(s) advogado(s) não atender(em) ao que consta dos itens XXVI e XXVII do recebimento da denúncia, fica a secretaria autorizada a intimá-lo(s), via ato ordinatório, para que providencie(m), no prazo de 5 (cinco) dias, a comunicação do(s) acusado(s) acerca da renúncia, mediante a juntada de documento que conste a respectiva assinatura do acusado, de modo a comprovar a sua cientificação, sob pena de o não atendimento ou descumprimento das formalidades legais configurar abandono processual e ensejar a aplicação de multa, nos termos do art. 265 do CPP. 4. No caso de se tratar de ação penal com PLURALIDADE DE RÉUS, cuja DEFENSORIA PÚBLICA esteja representando mais de 01 (um) acusado e detecte, a qualquer momento, no curso da ação penal, a CONFLITUOSIDADE DE TESES entre os assistidos, fica autorizada, desde já, a instar o Defensor Público Geral ou o setor competente da referida instituição e solicitar a designação de um ou mais Defensores Públicos para representar os acusados, assistidos pela Defensoria Pública, uma vez que se trata de matéria inter corporis, a qual deverá ser posteriormente informada nos autos para fins de conhecimento do juízo e providências intimatórias. 5. Como medida preventiva, haja vista a matéria tratada na ação penal, faça constar dos mandado de notificação à(s) testemunha(s) de acusação que, diante de eventuais coações, intimidações e ameaças que venham suportar, em razão da condição de testemunha, fica facultado dirigir-se ao PROVITA (programa de Proteção à vítimas e testemunhas) ou mesmo diretamente ao Promotor que atua na ação penal e noticiar as ameaças, de modo a que providencie o seu imediato encaminhamento ao Provita. 6. Os arquivos audiovisuais podem ser acessados pelo advogado habilitado nos autos e, caso se trate de arquivo gravado fora do SAJ, o seu acesso ocorre mediante simples requerimento à secretaria, por meio de dispositivo móvel, pen drive ou similar, a ser providenciado pelo advogado, inclusive para fins da fase de alegações finais. À Secretaria para as demais providências.

ADV: VITO EDUARDO DE AMORIM ANDRELINO (OAB 9463/AM), ADV: RENAN RUFINO ROCHA DA SILVA (OAB 9692/AM) - Processo 0638757-67.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: Jairo de Oliveira - Intime-se.

Defensoria Pública do Estado do Amazonas (OAB O/AM)
Devid Vinícius Xavier da Costa (OAB 9672/AM)
Náiade Victória Araújo Perrone (OAB 9183/AM)
Osvaldo Biase Martins Júnior (OAB 11096/AM)
Renan Rufino Rocha da Silva (OAB 9692/AM)
Vito Eduardo de Amorim Andrelino (OAB 9463/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 3º VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
JUIZ(A) DE DIREITO ADONAID ABRANTES DE SOUZA TAVARES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL DIEGO DE JESUS BRAGA DA COSTA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0234/2019

ADV: CRISTIANE GAMA GUIMARÃES (OAB 4507/AM), ADV: GABRIELA DE BRITO COIMBRA (OAB 8889/AM), ADV: DIEGO AMÉRICO COSTA SILVA (OAB 5819/AM), ADV: ANTÔNIO COIMBRA FILHO (OAB 3252/AM) - Processo 0206698-28.2015.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - DENUNCIADO: Saul Azevedo do Nascimento - Diante do exposto, INDEFIRO OS PEDIDOS DE REVOGAÇÃO DE PRISÃO PREVENTIVA e EXCESSO DE PRAZO do(a) acusado(a) Saul Azevedo do Nascimento, pelos motivos expostos acima. Intimem-se.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0228985-82.2015.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - REPTANTE: D.P.D.I.P. - Do exposto, determino o retorno dos autos ao Juízo Sumariante para se manifestar sobre a divergência apontada entre os fatos narrados na Denúncia e o dispositivo legal imputado ao réu na Decisão de Pronúncia, se entender cabível, corrigi-la.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0229427-19.2013.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - ACUSADO: Dioni Guimarães Lira e outros - De ordem do Juízo da 3ª Vara do Tribunal do Júri, Lucas Couto Bezerra, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc, esta secretaria, considerando a portaria nº. 02/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER, pelo presente EDITAL, expedido com o fim de INTIMAR o acusado KENNY ROGER SOUZA LESSA, Brasileiro, RG 22766839, CPF 006.846.922-52, pai José Santana Cruz Lessa, mãe Graciete Costa de Souza, Nascida 27/03/1989, natural de Manaus - AM, com endereço à Avenida Real, 328, Mauazinho II, Manaus - AM, nos termos do art. 420, § único do CPP, da SENTENÇA de PRONÚNCIA, proferida nestes autos da Ação Penal nº. 0229427-19.2013.8.04.0001. O presente Edital é expedido com prazo de 15 (quinze) dias, contado do dia da publicação na imprensa oficial. O prazo para recurso correrá após o término dos 15 (quinze) dias, salvo se, no curso deste, for feita a intimação por qualquer das outras formas estabelecidas na legislação processual penal. Cópia da Sentença de Impronúncia ficará à disposição do acusado, pelo prazo deste edital e do recursal, em Juízo, na Secretaria da 3.ª Vara do Tribunal do Júri, Av. Paraíba S/Nº, Fórum Henoch Reis, 4º andar, Setor 06 - Fórum Henoch Reis, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5152, Manaus-AM - E-mail: 3tribunal.juri@tjam.jus.br. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, em 30 de agosto de 2019. Eu, Daniel Oliveira Alves, Assistente Judiciário , o digitei.

ADV: ANTONIO EDERVAL DE LIMA (OAB 1780/AM), ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0230070-74.2013.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - ACUSADO: Rafael da Silva Ferreira - Isto posto, em consonância com o representante do Parquet, DECRETO a EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE pela morte de Rafael da Silva Ferreira, qualificado nos autos, nos termos do art. 107, inciso I, do Código Penal e art. 62 do Código de Processo Penal. À secretaria para proceder a baixa do nome do acusado no sistema SAJ, e o consequente arquivamento dos autos.

ADV: GUSTAVO AMORIM CORRÊA (OAB 5071/AM), ADV: FERNANDO ALMEIDA DOS SANTOS (OAB 2060/AM), ADV: MAURÍLIO SÉRGIO FERREIRA DA COSTA FILHO (OAB 9967/AM), ADV: CAMILLA FERNANDA TUFI ALMEIDA (OAB 7024/AM), ADV: DAVID ALMEIDA DOS SANTOS (OAB 2153/AM), ADV: DEIWES ALMEIDA DOS SANTOS (OAB 6355/AM) - Processo 0248419-23.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: A.F.L.L. - Para fins de impulsionar o feito e com fundamento no provimento n.º 063/02-CGJ/AM, esta secretaria intima a Defesa, por meio dos advogados: 2060/AM - Fernando Almeida dos Santos2153/AM - David Almeida dos Santos6355/AM - Deiwes Almeida dos Santos7024/AM - Camilla Fernanda Tufi Almeida5071/AM - Gustavo Amorim Corrêa9967/AM - Maurílio Sérgio Ferreira da Costa Filho, devidamente constituídos nos autos, VIA NOTA DE PUBLICAÇÃO, para oferecer os MEMORIAIS no prazo legal.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0500088-29.2019.8.04.0001 - Petição Criminal - DIREITO PENAL - REQUERENTE: Juízo de Direito da 3ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus/AM - Ofício nº. 1026/2019 - 3ºTJÚRI Manaus, 29 de agosto de 2019 AO EXMO. SR. DIRETOR DA SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO - SEDUC AV. VALDOMIRO LUSTOZA, Nº 250 - JAPIIM II. CEP: 69076-830 Assunto: Disposição de Jurado do 3º Tribunal do Júri Cumprimento Vossa Excelência e por meio deste ofício, informo para os devidos fins legais que os servidores públicos convocados para compor o corpo de jurados dos Tribunais do Júri não podem sofrer nenhum tipo e/ou espécie de descontos nos vencimentos ou salários, nos termos do art. 441 do CPP, senão vejamos: Art. 434. Os jurados sorteados serão convocados pelo correio ou por qualquer outro meio hábil para comparecer no dia e hora designados para a reunião, sob as penas da lei.(Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008) Parágrafo único. No mesmo expediente de convocação serão transcritos os arts. 436 a 446 deste Código.(Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008) Art. 446. Aos suplentes, quando convocados, serão aplicáveis os dispositivos referentes às dispensas, faltas e escusas e à equiparação de responsabilidade penal prevista no art. 445 deste Código.(Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008) No mais, a Lei 8112/90 1 considera como de efetivo exercício o afastamento do servidor público convocado para o Tribunal do Júri e para qualquer serviço obrigatório por lei, razão pela qual se deduz que não podem sofrer perdas nas vantagens recebidas, pois são considerados em efetivo exercício. Por sua vez, o Código de Processo Penal estabelece: Art. 441. Nenhum desconto será feito nos vencimentos ou salário do jurado sorteado que comparecer à sessão do júri. (Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008) . Portanto, nos termos da Lei, os servidores públicos convocados para compor o corpo de jurados dos Tribunais do Júri não podem sofrer nenhum tipo de espécie de descontos, ou exclusão de auxilio refeição, alimentação ou transportes nos seus vencimentos ou salários. Em detida análise, verifica-se que as juradas LUCY CLAY CORDEIRO RIBEIRO E ANA CRISTINA ARAÚJO DA COSTA, servidores da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SEDUC, tiveram seus pagamentos sustados. Feitos os esclarecimentos e advertências, em cumprimento aos mandamentos legais, requisita-se, o PAGAMENTO IMEDIATO DO SALÁRIO DAS SERVIDORAS: LUCY CLAY CORDEIRO RIBEIRO; ANA CRISTINA ARAÚJO DA COSTA. Bem como, não seja prejudicado e nem descontado do seu salário por falta, pois o mesmo encontra-se a disposição deste juízo. Lei 8112/90: Art.102.Além das ausências ao serviço previstas no art. 97, são considerados como de efetivo exercício os afastamentos em virtude de: VI-júri e outros serviços obrigatórios por lei; Alerto que a recusa no imediato cumprimento desta deliberação, pode ensejar a configuração de crime de desobediência, bem como improbidade administrativa, a ser eventualmente comunicado aos órgãos competentes para apuração. Atenciosamente, ADONAID ABRANTES DE SOUZA TAVARES Juiz Presidente da 3ª Vara do Tribunal do Júri

ADV: ÍKARO PEREIRA AMORE (OAB 6350/AM), ADV: NATIELEN SOUZA DE CARVALHO SIMOES (OAB 12940/AM), ADV: THIAGO NOBRE ROSAS (OAB 4773/AM), ADV: LEÔNCIO

PAES DE CARVALHO (OAB 12809/AM), ADV: ANA CAROLINE SILVA PICANÇO (OAB 14459/AM), ADV: MARIA DA CONCEIÇÃO PINHEIRO MONTEIRO ENGEL (OAB 4700/AM), ADV: TAMARA JÉSSICA NEVES FERREIRA (OAB 12363/AM) - Processo 0603706-87.2019.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - VÍTIMAFATO: Patrícia da Cunha Leite - Falecida e outros - RÉU: Carlos Abrão Rodrigues Farias - Eduardo de Alencar Navegante - Ronaldo Borges Silva e outros - Diante do exposto, INDEFIRO os pedidos de RELAXAMENTO DE PRISÃO e REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA formulados pelos acusados CARLOS ABRÃO RODRIGUES FARIAS, VICTOR SILVA DE JESUS e RONALDO BORGES SILVA. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ISABEL LUANA DE OLIVEIRA NOBRE PAPALÉO (OAB 7338/AM), ADV: LUCIANA DA SILVA TERÇAS (OAB 4121/AM), ADV: ANDRÉ HUMBERTO FORTES PAPALÉO (OAB 5688/AM) - Processo 0606088-53.2019.8.04.0001 - Pedido de Quebra de Sigilo de Dados e/ou Telefônico - Homicídio Qualificado - REQUERIDO: D.F.V.G. - INVESTIGAD: C.P.S. - Remetam-se os autos ao Ministério Público, para parecer acerca do pedido de fls. 73/75, tendo em vista que a prisão temporária de Cleucijone Pereira da Silva ainda pende de cumprimento. Ressalte-se que o inquérito policial encontra-se encerrado, estando os autos no aguardo da formação da opinio delicti.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0611895-25.2017.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: J.L.M.V. - Aguarde-se a juntada da carta precatória. Tão logo juntada aos autos, fica encerrada a instrução criminal. Com efeito, fica a secretaria autorizada a abrir vista às partes para oferecimento de alegações finais no prazo legal. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0614718-98.2019.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Wesley Marcos Sousa Cantão - De ordem do Magistrado Lucas Couto Bezerra, Juiz de Direito, Titular da 3ª Vara do Tribunal do Júri, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc, esta secretaria, considerando a portaria nº. 02/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER, pelo presente EDITAL, expedido com o fim de CITAR o(a) acusado(a) Wesley Marcos Sousa Cantão,CPF 026.916.972-58, Pai Marcos Cantão da Silva, Mãe Jociene de Sousa Carneiro,Natural de Santarém/PA, Nascido em 25/01/1995, Rua São Marcos, 448,Cidade de Deus , nos termos do art. 361 do CPP, PARA COMPARECER, tão logo tome conhecimento do presente edital, neste Juízo do 3º Tribunal do Júri, sito a Av. Jornalista Humberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 06 - São Francisco, Fórum Ministro Henoch da Silva Reis, no horário das 08:00 h às 14:00 h, com o fim de ser cientificado da DENÚNCIA formulada pelo Ministério Público, nos autos do processo nº. 0614718-98.2019.8.04.0001, a qual lhe imputa o crime capitulado no art. Art. 121 § 2º, II, IV do(a) CP, do Código Penal. O prazo de 10 (dez) dias para responder à acusação por escrito constar-se-á a partir do comparecimento do acusado ou do defensor constituído, ou mesmo da ciência pessoal, nos termos do art. 406, caput e §1º do CPP. Fica o(a)(s) acusado(a)(s) intimado(a) a requerer a restituição de bens eventualmente apreendidos que sejam de seu interesse, sob pena de perdimento. Cópia da DENÚNCIA ficará à disposição do acusado, pelo prazo deste edital e da apresentação da resposta escrita, em Juízo, na Secretaria da 3.ª Vara do Tribunal do Júri. A citação valerá para todos os atos e termos do processo, até o final julgamento. Para que chegue ao conhecimento do denunciado é passado o presente Edital que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Amazonas, para que, no futuro, o acusado não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, em 30 de agosto de 2019. Eu Daniel Oliveira Alves, Assistente Judiciário, o digitei.

ADV: ADRIANA SOUZA DOS SANTOS (OAB 12706/AM) - Processo 0618555-98.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Feminicídio - RÉU: E.M.S.J. - De ordem do Magistrado Adonaid Abrantes de Souza Tavares, Juiz de Direito da 3ª Vara do Tribunal do Júri, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc, esta secretaria, considerando a portaria nº. 02/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER, pelo presente EDITAL, expedido com o fim de INTIMAR o(a) acusado(a) Erivaldo Miranda dos Santos Junior, pai Erivaldo Miranda dos Santos, mãe Maria Dalila Sousa Ferreira, nascido(a) em 08/05/1978, Rua Belo (Santa Julia), Nº 119, próximo ao terminal 408, nos termos do art. 361 do CPP, PARA COMPARECER, neste Juízo do 3º Tribunal do Júri, sito na Av. Paraíba S/Nº, Fórum Henoch Reis, 4º andar, Setor 06 - Fórum Henoch Reis, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5152, Manaus-AM - E-mail: 3tribunal.juri@tjam.jus.br, no horário das 08:00h às 14:00h, tão logo tome conhecimento do presente edital, com o fim de ser cientificado da sessão de julgamento do Tribunal do Júri designada para o dia 14/10/2019, às 08:30h, nos autos do processo-crime nº. 0618555-98.2018.8.04.0001. Para que chegue ao conhecimento do denunciado é passado o presente Edital que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Amazonas, para que, no futuro, o acusado não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, em 30 de agosto de 2019. Eu, Daniel Oliveira Alves, Assistente Judiciário, o digitei.

ADV: CRISTIANE GAMA GUIMARÃES (OAB 4507/AM), ADV: EMERSON SIQUEIRA PEREIRA (OAB 10338/AM), ADV: AYRIENE FRORES DE SOUSA (OAB 12105/AM), ADV: FRANCISCO ROSQUILDE PESSOA ARAÚJO (OAB 12131/AM), ADV: JOÃO EVANGELISTA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 12394/AM), ADV: LUIZ EDUARDO HAYDEN DOS SANTOS (OAB 12051/AM), ADV: NILTON MENDES PINTO JÚNIOR (OAB 10346/AM), ADV: TIAGO BRITO MENDES (OAB 7814/AM), ADV: AYNNE FLORES DE SOUZA (OAB 10072/AM), ADV: ANTÔNIO CLEMENTINO DO MONTE JÚNIOR (OAB 1574/AM), ADV: MAURO GILBERTO FROTA LOBATO (OAB 10848/AM) - Processo 0619361-70.2017.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: J.C.W.R. e outros - Para fins de impulsionar o feito, obedecendo a comando judicial constante da parte final da decisão de pronúncia, esta secretaria INTIMA à Defensoria Pública para, em 05 (cinco) dias, apresentar(em) o rol de testemunhas, devidamente qualificadas, que irão depor em Plenário, até o máximo de 05 (cinco) por crime imputado a cada acusado(a)(s) (limite legal e jurisprudencial), oportunidade em que poderão juntar documentos e requererem diligências necessárias, nos termos do art 422, do CPP. Considerando ser impróprio o prazo de 05 (cinco) dias do art. 422 do CPP e valendo-se este Juízo dos poderes ordinatórios e instrutórios inerentes à atividade jurisdicional, fica estabelecido o prazo limite de 02 (dois) MESES antes da data do julgamento em plenário para os requerimentos das partes, fundados no art. 422 do CPP, nos exatos termos e razões expostos na parte final da decisão de pronúncia.

ADV: JOÃO EVANGELISTA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 12394/AM), ADV: FRANCISCO ROSQUILDE PESSOA ARAÚJO (OAB 12131/AM), ADV: EMERSON SIQUEIRA PEREIRA (OAB 10338/AM), ADV: CRISTIANE GAMA GUIMARÃES (OAB 4507/AM), ADV: LUIZ EDUARDO HAYDEN DOS SANTOS (OAB 12051/AM), ADV: NILTON MENDES PINTO JÚNIOR (OAB 10346/AM), ADV: MAURO GILBERTO FROTA LOBATO (OAB 10848/AM), ADV: TIAGO BRITO MENDES (OAB 7814/AM), ADV: AYRIENE FRORES DE SOUSA (OAB 12105/AM), ADV: AYNNE FLORES DE SOUZA (OAB 10072/AM), ADV: ANTÔNIO CLEMENTINO DO MONTE JÚNIOR (OAB 1574/AM) - Processo 0619361-70.2017.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: J.C.W.R. e outros - Para fins de impulsionar o feito, obedecendo a comando judicial constante da parte final da decisão de pronúncia, esta secretaria INTIMA o(a) advogado(a) 10338/AM - Emerson Siqueira Pereira; 7814/AM - Tiago Brito Mendes; 10346/AM - Nilton Mendes Pinto Júnior; 12051/AM - Luiz Eduardo Hayden dos Santos; 12131/AM - Francisco Rosquilde Pessoa Araújo; 1574/AM - Antônio Clementino do Monte Júnior; 12105/AM - Ayriene Frores de Sousa; 10072/AM - AYNNE FLORES DE SOUZA; 4507/AM - Cristiane Gama Guimarães; 12394/AM - João Evangelista Generoso de Araújo; 10848/AM - Mauro Gilberto Frota Lobato para, em 05 (cinco) dias, apresentar(em) o rol de testemunhas, devidamente qualificadas, que irão depor em Plenário, até o máximo de 05 (cinco) por crime imputado a cada acusado(a)(s) (limite legal e jurisprudencial), oportunidade em que poderão juntar documentos e requererem diligências necessárias, nos termos do art 422, do CPP. Considerando ser impróprio o prazo de 05 (cinco) dias do art. 422 do CPP e valendo-se este Juízo dos poderes ordinatórios e

instrutórios inerentes à atividade jurisdicional, fica estabelecido o prazo limite de 02 (dois) MESES antes da data do julgamento em plenário para os requerimentos das partes, fundados no art. 422 do CPP, nos exatos termos e razões expostos na parte final da decisão de pronúncia.

ADV: LÚCIO FÁBIO CORDEIRO RIBEIRO (OAB 10088/AM) - Processo 0624363-84.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: A.A.S. - Trata-se de promoção Ministerial que pugna pelo aditamento da denuncia no que pertine à qualificação do denunciado na ação penal ajuizada. Primeiramente, o réu for qualificado na denúncia como Arão Castro de Souza. Contudo, no curso da ação penal verificou-se tratar, na verdade, de réu identificado como ARÃO ALVES DA SILVA, cuja qualificação consta das fls. 186. Isto posto, RECEBO o ADITAMENTO formulado para EMENDAR a denúncia com o fim de fazer constar a seguinte qualificação do nacional denunciado: ARÃO ALVES DA SILVA, RG 2697101-1, nascido em 16 de junho de 1996, filho de Claudiceia Alves da Silva e Adilzo Severino da Silva. À secretaria para atualizar o sistema. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0647527-78.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - RÉ: Vanda do Rosario de Souza - Para fins de impulsionar o feito e com base no Provimento nº. 063/02 - CGJ/AM, esta secretaria, considerando o decurso de prazo para devolução da Carta Precatória de Intimação às fls. 108, expedirá Ofício à Comarca de Manacapuru/AM, para que informe o mais breve possível, sobre o cumprimento ou não da Carta Precatória.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0647765-97.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Feminicídio - RÉU: Robson Nascimento da Silva - Para fins de impulsionar o feito e com base no provimento nº. 063/02 - CGJ/AM, esta secretaria, considerando a NÃO localização da testemunha Diego François Campos Castelo Branco arrolada na fase do art. 422, do CPP, providencia a intimação do MINISTÉRIO PÚBLICO e da DEFENSORIA PÚBLICA para indicar endereço(s) DIVERSO do(s) outrora utilizado(s) (rua, nº.; bairro) - com a indicação da respectiva fonte do endereço -, a ser apontado nos autos, no prazo de 05 (cinco) dias, de modo a permitir a adoção, em tempo hábil, das providências cartorárias, sem prejudicar a data já agendada. Faculta-se ainda providenciar, por sua iniciativa - caso assim queira -, a apresentação da testemunha, outrora não localizada, na sessão de julgamento designada, sob pena de preclusão.

ADV: RODRIGO RODRIGUES CAMPOS (OAB 12150/AM) - Processo 0652862-78.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Feminicídio - RÉU: A.A.S.M. - De ordem do Magistrado Adonaid Abrantes de Souza Tavares, Juiz de Direito da 3ª Vara do Tribunal do Júri, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc, esta secretaria, considerando a portaria nº. 02/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER, pelo presente EDITAL, expedido com o fim de INTIMAR o(a) acusado(a) Aulin Augusto dos Santos Marinho, pai Manoel Raimundo dos Santos, mãe Maria Helena Marinho, nascido(a) em 18/04/1979, Rua Dom Marcos Brito, Nº 15, (92) 99453-6997, nos termos do art. 361 do CPP, PARA COMPARECER, neste Juízo do 3º Tribunal do Júri, sito na Av. Paraíba S/Nº, Fórum Henoch Reis, 4º andar, Setor 06 - Fórum Henoch Reis, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5152, Manaus-AM - E-mail: 3tribunal.juri@tjam.jus.br, no horário das 08:00h às 14:00h, tão logo tome conhecimento do presente edital, com o fim de ser cientificado da sessão de julgamento do Tribunal do Júri designada para o dia 18/10/2019, às 08:30h, nos autos do processo-crime nº. 0652862-78.2018.8.04.0001. Para que chegue ao conhecimento do denunciado é passado o presente Edital que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Amazonas, para que, no futuro, o acusado não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, em 30 de agosto de 2019. Eu, Daniel Oliveira Alves, Assistente Judiciário, o digitei.

Adriana Souza dos Santos (OAB 12706/AM)
Ana Caroline Silva Picanço (OAB 14459/AM)
André Humberto Fortes Papaléo (OAB 5688/AM)
Antônio Clementino do Monte Júnior (OAB 1574/AM)
Antônio Coimbra Filho (OAB 3252/AM)
Antonio Ederval de Lima (OAB 1780/AM)
AYNNE FLORES DE SOUZA (OAB 10072/AM)
Ayriene Frores de Sousa (OAB 12105/AM)
Camilla Fernanda Tufi Almeida (OAB 7024/AM)
Cristiane Gama Guimarães (OAB 4507/AM)
David Almeida dos Santos (OAB 2153/AM)
Defensoria Pública do Estado do Amazonas (OAB O/AM)
Deiwes Almeida dos Santos (OAB 6355/AM)
Diego Américo Costa Silva (OAB 5819/AM)
Emerson Siqueira Pereira (OAB 10338/AM)
Fernando Almeida dos Santos (OAB 2060/AM)
Francisco Rosquilde Pessoa Araújo (OAB 12131/AM)
Gabriela de Brito Coimbra (OAB 8889/AM)
Gustavo Amorim Corrêa (OAB 5071/AM)
Íkaro Pereira Amore (OAB 6350/AM)
Isabel Luana de Oliveira Nobre Papaléo (OAB 7338/AM)
João Evangelista Generoso de Araújo (OAB 12394/AM)
Leôncio Paes de Carvalho (OAB 12809/AM)
Luciana da Silva Terças (OAB 4121/AM)
Lúcio Fábio Cordeiro Ribeiro (OAB 10088/AM)
Luiz Eduardo Hayden dos Santos (OAB 12051/AM)
Maria da Conceição Pinheiro Monteiro Engel (OAB 4700/AM)
Maurílio Sérgio Ferreira da Costa Filho (OAB 9967/AM)
Mauro Gilberto Frota Lobato (OAB 10848/AM)
Natielen Souza de Carvalho Simoes (OAB 12940/AM)
Nilton Mendes Pinto Júnior (OAB 10346/AM)
Rodrigo Rodrigues Campos (OAB 12150/AM)
Tamara Jéssica Neves Ferreira (OAB 12363/AM)
Thiago Nobre Rosas (OAB 4773/AM)
Tiago Brito Mendes (OAB 7814/AM)

VARA DE EXECUÇÃO PENAL

JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE EXECUÇÕES PENAIS (VEP)
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0180/2019

ADV: LUCIANA DA SILVA TERÇAS (OAB 4121/AM) - Processo 0205641-43.2013.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: A.M.G.A. - Assim, acompanhando parecer ministerial, AUTORIZO A ALTERAÇÃO DA AGENDA DO MONITORADO, na forma requerida, para fins do exercício de atividade autonôma, devendo o reeducando recolher-se em sua residência de segunda à sexta, das 22h às 6h, estando autorizado a sair, aos sábados, de 7h às 20h, com a finalidade exclusiva de exercício da atividade laboral, devendo, aos domingos, permanecer integralmente em seu domicílio, sob pena de revogação da presente medida caso verificado eventual descumprimento ou desvio de finalidade. À SEAP/COC para ciência da presente decisão, bem como para que proceda à alteração da agenda do monitorado no sistema de monitoramento eletrônico, conforme horários acima especificados. O apenado deverá comunicar imediatamente à esta Vara de Execuções Penais, caso ocorra qualquer modificação em sua atividade laboral, objeto da presente autorização. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MOACYR RAMOS CANUTO FILHO (OAB 9674/AM), ADV: CAMILA LIMA DE SOUZA (OAB 9467/AM) - Processo 0207774-53.2016.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Jackson Carvalho Sobrinho - De ordem deste Juízo de Direito e conforme Portaria Conjunta SEAP/VEP nº 01/2018, encaminho os autos à defesa, para que, em 5 (cinco) dias, se manifeste sobre os cálculos apresentados com relação ao apenado Jackson Carvalho Sobrinho.

ADV: RAFAEL PANZA FRANÇA GARCIA (OAB 8425/AM) - Processo 0213628-38.2010.8.04.0001 (001.10.213628-0) - Execução da Pena - APENADO: Francisco Hernandes de Oliveira Fernandes - ISTO POSTO, exercendo a competência que me confere o art. 66, II, da Lei de Execução Penal, observado o transcurso do prazo prescricional que estabelece o art. 117, do

Código Penal, julgo extinta a punibilidade de Francisco Hernandes de Oliveira Fernandes, pela prescrição da pretensão executória, relativamente à pena que lhe foi aplicada neste processo. P.R.I. Após, arquive-se.

ADV: EFIGÊNIA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 4508/AM) - Processo 0216972-22.2013.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: José Lucas do Nascimento - Vistos, Trata-se de pedido formulado pela Defesa de José Lucas do Nascimento, ocasião em que requer transferência da execução penal da Comarca de Anori/AM. Manifestação da Comarca de Anori/Am informando a disponibilidade de receber o apenado para cumprir o restante da pena em Regime Semiaberto fls. 252/253. Após, vieram-me conclusos. Decido. Observo que a referida Comarca manifestou-se favorável ao recebimento do apenado no sistema prisional desta Comarca. Diante disso, DEFIRO O PEDIDO DE TRANSFERÊNCIA DA EXECUÇÃO PENAL DE JOSÉ LUCAS DO NASCIMENTO a Comarca de Anori/AM, remetam-se a presente Execução via distribuição Intimem-se. Cumpra-se. À secretaria para as cautelas de praxe.

ADV: MARCIO THIAGO DOS SANTOS SOUZA (OAB 8808/AM) - Processo 0219169-18.2011.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Marcelo da Silva Dias - De ordem deste Juízo de Direito, intima-se a defesa, via DJE, da Decisão Interlocutória de fl. 280 que homologou os cálculos da pena apresentados no Atestado de pena a cumprir de fls. 259-262 dos autos, com relação ao apenado Marcelo da Silva Dias.

ADV: ADEL DOS SANTOS EL GHAOUI (OAB 4838/AM), ADV: LARISSA VIANEZ SANT' ANNA FIGUEIRA MACEDO (OAB 9047/AM), ADV: FABRÍCIO ARTEIRO DE PAIVA (OAB 11185/AM) - Processo 0222416-60.2018.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Josinei Farias da Silva - De ordem deste Juízo de Direito e conforme Portaria Conjunta SEAP/VEP nº 01/2018, encaminho os autos à defesa, para que, em 5 (cinco) dias, se manifeste sobre os cálculos apresentados com relação ao apenado Josinei Farias da Silva.

ADV: CAZUNA MAGALHÃES (OAB 8568/AM), ADV: MARCILINHA SANTANA DE OLIVEIRA (OAB 4964/AM) - Processo 0222928-14.2016.8.04.0001 - Execução da Pena - Execução Penal - RÉU: HENRIQUE COSTA DE LIMA - Diante desse cenário, em consonância com o parecer ministerial, REVOGO a decisão que decretou a regressão cautelar do apenado ao regime fechado, devendo este ser removido ao regime semiaberto, mediante monitoramento eletrônico, onde deverá aguardar a data para realização da audiência de justificação. Determino que, em caso de não haver equipamento de monitoração eletrônica disponível para instalação quando do comparecimento do apenado, deve a SEAP colocá-lo em liberdade, salvo se por outro motivo estiver recluso, e fornecê-lo Termo de Comparecimento, respaldando o apenado acerca do comparecimento e cientificando-o de nova data para instalação do equipamento, devendo a SEAP também comunicar essa situação a esta Vara de Execução Penal. Oficie-se à SEAP/COC para ciência da presente decisão e para que encaminhe o Relatório Técnico de Monitoramento Eletrônico, bem como as certidões carcerária e disciplinar, mapa laboral e síntese educacional, se houver. Dê ciência ao Ministério Público. Intimem-se. SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO.

ADV: MARLEIDE SARAIVA DO AMARAL (OAB 6167/AM) - Processo 0225527-28.2013.8.04.0001 - Execução da Pena - Execução Penal - APENADO: Wanderson da Silva Tobar - De ordem deste Juízo de Direito e conforme Portaria Conjunta SEAP/VEP nº 01/2018, encaminho os autos à defesa, para que, em 5 (cinco) dias, se manifeste sobre os cálculos (fls. 344-349 dos autos) apresentados com relação ao apenado Wanderson da Silva Tobar.

ADV: EVANDRO SOUSA ALVES (OAB 13420/AM) - Processo 0229097-51.2015.8.04.0001 - Execução da Pena - Execução Penal - APENADO: Rafael Vieira Ferreira - De ordem deste Juízo de Direito e conforme Portaria Conjunta SEAP/VEP nº 01/2018, encaminho os autos à defesa, para que, em 5 (cinco) dias, se manifeste sobre os cálculos apresentados com relação ao apenado Rafael Vieira Ferreira.

ADV: RAIANY PRISCILA DE SOUZA FEIJO (OAB 12556/AM) - Processo 0235169-30.2010.8.04.0001 (001.10.235169-5) - Execução da Pena - Execução Penal - APENADO: Maicon de Moraes Barreto - De ordem deste Juízo de Direito, informo que este juízo redesignou a audiência de justificação retro para o dia 17/09/2019, com início às 09:00h, devendo o apenado Maicon de Moraes Barreto se apresentar ou ser apresentado, no caso de preso, na sala de audiências desta VEP, setor 04 do 4º andar do Forum Henoch Reis, com meia hora de antecedência. Intime-se Ministério Público e defesa.

ADV: ELISMAR LIMA BEZERRA (OAB 13680/AM) - Processo 0238953-73.2014.8.04.0001 - Execução da Pena - Execução Penal - APENADO: Carlos Antonio Nunes de Souza - ISTO POSTO, na forma dos artigos 107, I, do Código Penal e 66, II, da Lei de Execução Penal, declaro extinta a punibilidade de Carlos Antonio Nunes de Souza, relativamente à pena que lhe foi aplicada neste processo e, em conseqüência, após as devidas formalidades legais, determino o arquivamento dos autos.

ADV: LUCIANO MENEZES GADELHA (OAB 8648/AM) - Processo 0240545-89.2013.8.04.0001 - Execução da Pena - Execução Penal - APENADO: Francisco das Chagas Henrique de Souza Junior - De ordem deste Juízo de Direito, faço vista dos autos à defesa para que se manifeste sobre os cálculos apresentados, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: BRUNO CORTEZ CANUTO (OAB 12230/AM) - Processo 0245704-42.2015.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Cidi Marcos Valente Ferreira - Comparece a defesa do apenado às fls. 79, pleiteando audiência de justificação, bem como atualização dos cálculos, sem apresentar qualquer instrumento procuratório. Diante da irregularidade processual apontada, intime-se o(a) advogado(a) subscritor(a) da petição de fls. 79 para juntar o instrumento procuratório no prazo de 15 (quinze) dias, conforme art. 104 §1º do Código de Processo Civil, sob pena de nulidade de todos os atos praticados pelo causídico. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: TIAGO BRITO MENDES (OAB 7814/AM), ADV: NILTON MENDES PINTO JÚNIOR (OAB 10346/AM), ADV: EMERSON SIQUEIRA PEREIRA (OAB 10338/AM) - Processo 0252230-93.2013.8.04.0001 - Execução da Pena - Execução Penal - APENADO: Alexandre Alves da Silva - De ordem deste Juízo de Direito e conforme Portaria Conjunta SEAP/VEP nº 01/2018, encaminho os autos à defesa, para que, em 5 (cinco) dias, se manifeste sobre os cálculos apresentados com relação ao apenado Alexandre Alves da Silva.

Adel dos Santos El Ghaoui (OAB 4838/AM)
Bruno Cortez Canuto (OAB 12230/AM)
Camila Lima de Souza (OAB 9467/AM)
Cazuna Magalhães (OAB 8568/AM)
Efigênia Generoso de Araújo (OAB 4508/AM)
Elismar Lima Bezerra (OAB 13680/AM)
Emerson Siqueira Pereira (OAB 10338/AM)
Evandro Sousa Alves (OAB 13420/AM)
Fabrício Arteiro de Paiva (OAB 11185/AM)
Larissa Vianez Sant' Anna Figueira Macedo (OAB 9047/AM)
Luciana da Silva Terças (OAB 4121/AM)
Luciano Menezes Gadelha (OAB 8648/AM)
Marcilinha Santana de Oliveira (OAB 4964/AM)
Marcio Thiago dos Santos Souza (OAB 8808/AM)
Marleide Saraiva do Amaral (OAB 6167/AM)
Moacyr Ramos Canuto Filho (OAB 9674/AM)
Nilton Mendes Pinto Júnior (OAB 10346/AM)
Rafael Panza França Garcia (OAB 8425/AM)
Raiany Priscila de Souza Feijo (OAB 12556/AM)
Tiago Brito Mendes (OAB 7814/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE EXECUÇÕES PENAIS (VEP)
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0181/2019

ADV: MARIA FERREIRA DE OLIVEIRA (OAB 6469/AM) - Processo 0213669-92.2016.8.04.0001 - Execução da Pena - Execução Penal - RÉU: Lucas Jordão Chagas e Silva - De ordem deste Juízo de Direito e conforme Portaria Conjunta SEAP/VEP nº 01/2018, encaminho os autos à defesa, para que, em 5 (cinco) dias, se manifeste sobre os cálculos apresentados com relação ao apenado Lucas Jordão Chagas e Silva.

ADV: MÔNICA CÂMARA DE ALENCAR BRASIL (OAB 13494/AM) - Processo 0225925-67.2016.8.04.0001 - Execução da Pena - Execução Penal - APENADO: MARCELO CASTRO DE VASCONCELOS - Assim, CONCEDO PROGRESSÃO do regime fechado para o regime semiaberto em favor de MARCELO CASTRO DE VASCONCELOS a partir de 02/09/2019, desde que mantido o bom comportamento carcerário, até configurados os requisitos para novo benefício. Contudo, considerando as atuais condições do Complexo Penitenciário Anísio Jobim - Semiaberto, em atenção ao decidido no processo de n.º 0203049-84.2017.8.04.0001, e considerando o Censo Penitenciário elaborado por este juízo, envolvendo os apenados do regime semiaberto desta capital, DEFIRO a aplicação de monitoramento eletrônico ao reeducando, devendo a SEAP disponibilizar a tornozeleira imediatamente. Após a instalação, deverá o apenado comparecer, em até 30 (trinta) dias, ao Setor Psicossocial da VEP para participar do censo penitenciário, ocasião em que deverá apresentar comprovante de residência e justificar de suas atividades (trabalho e/ou estudo), sob pena de revogação do benefício. DAS CONDIÇÕES DO MONITORAMENTO ELETRÔNICO 1) O reeducando deverá permanecer em sua residência no período de 22h às 06h, durante a semana (segunda a sexta-feira), estando autorizado a locomover-se no perímetro urbano exclusivamente para comparecer ao local de trabalho, estudo ou tratamento de saúde, cujos endereços deverão ser informados a Central de Monitoramento - não podendo o reeducando aproveitar tal período para resolver assuntos particulares em outros endereços. Aos fins de semana, dias de folga e feriados, deve o reeducando recolher-se integralmente em sua residência; 2) Após o horário de recolhimento, é vedada a ausência do reeducando ao endereço cadastrado como sendo de sua residência, exceto em hipóteses devidamente justificadas ou em situação de caso fortuito/força maior, devendo comunicar o fato, imediatamente, à Central de Operação e Controle do Sistema Penitenciário, sob pena de revogação do benefício e configuração de falta grave; 3) Não mudar de residência sem prévia autorização judicial, bem como não se ausentar da Comarca de Manaus, devendo permanecer nos locais e horários previamente autorizados por este Juízo, sob pena de configuração de falta grave; 4) Atender com rapidez as intimações das autoridades judiciárias e do sistema penitenciário, bem como fornecer todas as informações requisitadas pelos órgãos de fiscalização, além de transitar portando documento de identidade e cópia desta decisão para exibi-los quando solicitado; 5) Não portar qualquer espécie de arma (arma de fogo, arma branca, canivete, estilete etc.); 6) Não ingerir bebida alcoólica ou fazer uso de qualquer espécie de substância entorpecente; 7) Não se envolver em qualquer tipo de infração penal (crime ou contravenção); 8) No caso de dano, perda, violação e/ou inutilização do equipamento de monitoração, ficará obrigado à reparação do prejuízo, bem como poderá ser processado criminalmente pelo crime de dano ao patrimônio público. Fica o Reeducando advertido de que o descumprimento das condições impostas implicará na revogação do benefício, sem prejuízo de caracterizar falta grave, bem como que a concessão da presente autorização não significa que deixou cumprir a reprimenda imposta (atualmente no regime semiaberto, em condições diferenciadas). Noutro giro, determino que, em caso de não haver equipamento de monitoração eletrônica disponível para instalação quando do comparecimento do apenado, deve a SEAP colocá-lo em liberdade, salvo se por outro motivo estiver recluso, e fornecê-lo Termo de Comparecimento, respaldando o apenado acerca do comparecimento e cientificando-o de nova data para instalação do equipamento, devendo a SEAP também comunicar essa situação a esta Vara de Execução Penal. Dê-se ciência ao Ministério Público. Intimem-se. SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO OFÍCIO.

Maria Ferreira de Oliveira (OAB 6469/AM)
Mônica Câmara de Alencar Brasil (OAB 13494/AM)

VARA DE ÓRFÃOS E SUCESSÕES

JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE ÓRFÃOS E SUCESSÕES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0066/2019

ADV: DANIELLA KARINA KANDA REBELLO (OAB 6576/AM) - Processo 0627068-21.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Maria das Graças Dutra Borghi - Alvará para exercício e satisfação de direitos - levantamento de PASEP de marido falecido. Requerente qualificada. Autorização das filhas. Documentação pertinente. O relatório, no essencial. Ponderada a situação, tem-se por consistente o pedido. De fato, as alegações e documentos indicam a necessidade do alvará, a fim que o requerente possa exercer e satisfazer o direito informado/comprovado. Por outro lado, não se vislumbra, até aqui, prejuízo a eventuais terceiros interessados. Em razão disso, tem-se por deferido o alvará. Expeça-se. Sem custas, deferida a gratuidade da Justiça. Intime-se. Jurisdição voluntária, deferido o pedido, arquive-se.

Daniella Karina Kanda Rebello (OAB 6576/AM)

2ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE FAMÍLIA (LÚCIO FONTE)
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0040/2019

ADV: RAIMUNDO SÉRVULO LOURIDO BARRETO (OAB 3135/AM) - Processo 0606069-52.2016.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Levantamento de Valor - EXEQUENTE: K.W.S.B. - Isto posto, determino a sua imediata soltura, vez que houve acordo quanto ao débito executado, no qual ambas as partes pleiteiam pela revogação da prisão. Expeça-se com urgência alvará de soltura. Após, remetam-se os autos à distribuição a fim de que remeta à Vara competente. Cumpra-se.

Raimundo Sérvulo Lourido Barreto (OAB 3135/AM)

4ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA DE FAMÍLIA
JUIZ(A) DE DIREITO ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CLEMÍLIA MARIA ANDRADE DE SOUSA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0094/2019

ADV: MARCO AURÉLIO DE LIMA CHOY (OAB 4271/AM), ADV: PLÍNIO HENRIQUE MORELY DE SÁ NOGUEIRA (OAB 2936/AM), ADV: FLÁVIO DA CONCEIÇÃO FERREIRA OLIVEIRA (OAB 5960/AM), ADV: ANDRÉA FONSECA OLIVEIRA (OAB 5959/AM) - Processo 0085966-04.2004.8.04.0001 (001.04.085966-6) - Procedimento Comum Cível - Interdição - REQUERENTE: Maria da Conceição Aroucha Simukaua - REQUERIDO: Ted Carlos Simukaua Pereira - retro de fls. 73, em virtude de erro material. Outrossim, este processo encontra-se devidamente sentenciado conforme fls. 48-49, pronto para baixa (fls. 71). Arquive-se e dê-se baixa aos autos com as procedências de estilo.

ADV: ELIAS BARROS CAVALCANTE (OAB 5359/AM) - Processo 0202836-88.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: L.R.R.N. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família

da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Intime-se a aprte autora através de seu patrono constituído para manifestar-se acerca da certidão às fls. 452, no prazo de 10(dez) dias".

ADV: VINICIO CARLOS CORDOVIL MENDES FILHO (OAB 7907/AM) - Processo 0204056-43.2019.8.04.0001 (processo principal 0622210-83.2015.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: Ubiracy Ribeiro Figueira Junior - EXECUTADA: A.L.T.S. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Intime-se a parte autora através de seu patrono constituído para manifestar-se acerca da certidão às fls. 41, no prazo 10(dez) dias".

ADV: ANDRÉ LUIZ SIMONETTI RIBEIRO DE SOUZA (OAB 12350/AM), ADV: MARA INEZ RIBEIRO DE LIMA (OAB 6449/AM), ADV: LUIZ SERGIO VIEIRALVES DONATO LOPES FILHO (OAB 5338/AM) - Processo 0207900-50.2009.8.04.0001 (001.09.207900-9) - Cumprimento de sentença - Alimentos - REQUERENTE: Ana Luiza Vasconcelos Martins - REQUERIDO: Luciano Oliveira Martins - Trata-se de cumprimento do título acostado às folhas 20-21, procedendo-se à execução pelos ritos de prisão e expropriação previstos no Código de Processo Civil. No tocante aos meses fevereiro, março e abril de 2019 e às parcelas que vencerem no curso da presente execução, intime-se o Executado, pessoalmente, através de Mandado, para, no prazo 03(três) dias, pagar o débito, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetua-lo, assim como as que se venceram no curso do processo, sob pena de ser protestado o pronunciamento judicial na forma do §1º, do art. 528 do NCPC, e ser decretada a prisão, pelo prazo de 01(um) a 03(três) meses. Noutro giro, quanto as parcelas relativas aos meses de agosto de 2016 a janeiro de 2019, intime-se o executado, nos termos dos art. 523 e seguintes, do NCPC, para pagar o débito, no prazo de 15 (quinze) dias, acrescido de custas, se houver, advertindo-o que não ocorrendo o pagamento voluntário no prazo acima estipulado, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, também, de honorários de advogado de dez por cento, sendo expedido mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação. Transcorrido o prazo previsto noart. 523 do CPC sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação em relação aos aos meses não compreendidos pelo § 3º do art. 528 do CPC. Cumpra-se.

ADV: MÁRCIO CLEBSON DA SILVA COSTA (OAB 10116/AM) - Processo 0218568-36.2016.8.04.0001 - Petição Cível - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: C.V.A.O. - EXECUTADO: R.B.O. - Cumpra-se novamente despacho de folha 68.

ADV: CÉLIO ALBERTO CRUZ DE OLIVEIRA (OAB 2906/AM), ADV: ANTÔNIO TAVARES FERREIRA COSTA (OAB 6941/AM), ADV: CINTIA MARFIZA DE LIMA MONTEIRO (OAB 8836/AM), ADV: MÁRIO JORGE OLIVEIRA DE PAULA FILHO (OAB 2908/AM), ADV: DANIELA DE SOUZA ALCANTARA (OAB 9200/AM), ADV: ANELSON BRITO DE SOUZA (OAB 5342/AM), ADV: KÁSSIO ALMEIDA FAYE DAS CHAGAS (OAB 10208/AM), ADV: CAROLINA GOMES MAR (OAB 8627/AM), ADV: MÔNICA VICENTE TAKETA (OAB 7988/AM) - Processo 0218933-61.2014.8.04.0001 (processo principal 0218398-45.2008.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Revisão - EXEQUENTE: A.V.S.A. - EXECUTADO: H.O.A. - Intime-se a parte exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, juntar aos autos planilha atualizada do débito e requerer o quê entender de direito. Após, torne os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: EULER VILAÇA BATISTA BORGES (OAB 2428/AM) - Processo 0220978-43.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Dissolução - REQUERENTE: Francisco Mineira de Oliveira - REQUERIDA: Maria Ivanete Mamede da Silva Oliveira - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Intime-se a parte autora através de seu patrono constituído para manifestar-se acerca da certidão às fls. 59, no prazo de 10(dez) dias".

ADV: ADROALDO ALEXANDRE ARRUDA DA SILVA (OAB 5483/AM), ADV: MARIA CLÁUDIA SOUSA DA SILVA (OAB 11990/MA) - Processo 0224312-75.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: M.V.N.E. - REQUERIDO: R.N.V.S. - Diante da necessidade de reorganização da pauta interna, reagende-se a audiência pautada para a data de 06/11/2019, 10h15. Intimem-se.

ADV: FABÍOLA FERREIRA DO NASCIMENTO (OAB 8980/AM), ADV: RAYNA COELHO BARBOSA (OAB 12222/AM), ADV: ITAMAR BRITO GONÇALVES (OAB 9684/AM), ADV: ROBERTO CARLOS LEANDRO SOARES (OAB 7653/AM) - Processo 0224882-61.2017.8.04.0001 (processo principal 0635235-37.2013.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Revisão - REQUERENTE: Leandro de Souza Lima - EXECUTADO: S.D.L. - Intime-se a parte exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, juntar aos autos planilha atualizada do débito e requerer o quê entender de direito. Após, torne os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: BRENDA KAREN NUNES PASSOS LIMA (OAB 13270/AM), ADV: ISLEY E SOUZA DE SOUZA (OAB 9703/AM) - Processo 0226133-17.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: L.H.S.M.M. - REQUERIDO: E.A.M. - Reitero despacho de fls. 93. Intimem-se as partes concedendo prazo de 15 (quinze) dias. Transcorrido o prazo, torne os autos conclusos para sentença. Cumpra-se.

ADV: LORENZA SAID MONTEIRO (OAB 8421/AM) - Processo 0228905-16.2018.8.04.0001 (processo principal 0611403-67.2016.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Dissolução - REQUERENTE: Keila Adriana Flores da Silva - REQUERIDO: K.C.S. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Intime-se a aprte autora através de seu patrono constituído para manifestar-se acerca da certidão às fls. 62, no prazo de 10(dez) dias".

ADV: ANDERSON DE JESUS LOBATO DA COSTA (OAB 24262/PA) - Processo 0233273-34.2019.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - Fixação - REQUERENTE: I.C.J. - REQUERIDO: R.A.J. - Cumpra-se a carta precatória e, após, devolva os autos ao juízo deprecante com as homenagens de estilo.

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM), ADV: VALERIA DE MELO SILVA (OAB 1566/AM) - Processo 0238941-30.2012.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - REQUERENTE: W.L.T. - W.L.T. - REQUERIDO: F.W.S.T. - Cumpra-se despacho de folha 196.

ADV: GILVAN GERALDO DE AQUINO SEIXAS (OAB 1497/AM) - Processo 0239840-91.2013.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - REQUERENTE: M.M.L.C. - REQUERIDO: M.F.C. - Intime-se a parte exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, juntar aos autos planilha atualizada do débito. Após, torne os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: CARLOS CÉSAR MOREIRA DE SOUZA (OAB 8610/AM), ADV: JORGE LAURI FAZIONI (OAB 5914/AM) - Processo 0241082-46.2017.8.04.0001 (processo principal 0614587-31.2016.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Decisão - Fixação - REQUERENTE: JASMYNE DA SILVA BATISTA - REQUERIDO: J.S.B. - Intime-se a parte exequente para se manifestar sobre o parecer ministerial de folhas 66-67, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, § 1o, do Código de Processo Civil. Após, torne os autos conclusos.

ADV: EISENHOWER PEREIRA CAMPOS (OAB 564A/AM) - Processo 0241327-38.2009.8.04.0001 (001.09.241327-8) - Cumprimento de sentença - Alimentos - REQUERENTE: R.M.L. - REQUERIDO: R.S.L. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art.

152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Intime-se a parte autora por meio de seu patrono constituído para manifestar-se acerca da certidão às fls.79, no prazo 10(dez) dias".

ADV: GIRLENE DE SOUZA PORTELA (OAB 11013/AM) - Processo 0601361-85.2018.8.04.0001 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Alimentos - EXEQUENTE: F.C.C. - EXECUTADO: R.O.S. - Intime-se a parte exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, juntar aos autos planilha atualizada do débito e requerer o quê entender de direito. Após, torne os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ AIRTON GARCIA JÚNIOR (OAB 8386/AM) - Processo 0602567-42.2015.8.04.0001 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Liquidação / Cumprimento / Execução - ALIMENTAND: L.E.S.L. - REPTANTE: L.R.S.S. - ALIMENTANT: E.J.L. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Intime-se a parte autora por meio de seu patrono constituído para manifestar-se acerca da certidão às fls. 193, no prazo de 10(dez) dias".

ADV: JOSÉ DÊNIS MOURA DOS SANTOS JÚNIOR (OAB 3827/AC), ADV: ATHENA LARISSA MOTA NUNES (OAB 9291/AM) - Processo 0604604-71.2017.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: D.D.C. - REQUERIDO: J.M.M.N. e outros - Intime-se a parte autora, pessoalmente, por carta com AR, para se manifestar pelo interesse no prosseguimento do feito no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, § 1o, do Código de Processo Civil.

ADV: ADRIANO MENEZES HERMIDA MAIA (OAB 8894/AM) - Processo 0605254-55.2016.8.04.0001 - Regulamentação de Visitas - Regulamentação de Visitas - REQUERENTE: R.C.R. - REQUERIDA: L.N.S.H. - Aguarde-se a devolução do ofício encaminhado.

ADV: PRISCILLA DE OLIVEIRA GOMES (OAB 8623/AM), ADV: ELAINE BEZERRA DE QUEIROZ BENAYON (OAB 3456/AM) - Processo 0605367-09.2016.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Oferta - EXEQUENTE: I.C.C.R. - EXECUTADO: A.P.B. - Intime-se a parte exequente para, no prazo de 15 (quinze) dias, atender a promoção do Ministério Público de folhas 180 de forma integral. Após, torne os autos conclusos para despacho. Cumpra-se. Manaus, 30 de agosto de 2019.

ADV: VIVIANE LOPES SOARES (OAB 10534/AM) - Processo 0605497-91.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: A.T.R.S. - REQUERIDO: J.H.S.J. - Vistos, Primeiro, paute-se audiência para realização de exame de D.N.A na audiência, a ser pago pelas partes. Intimem-se as partes. Faça constar na intimação do réu que caso o réu, intimado, não compareça ou, comparecendo, recusar o exame de DNA, a paternidade será presumida, nos termos da Súmula 301 do STJ. Conforme manifestado na contestação, o exame deverá ter seus custos pagos pelo requerido. Após a realização do exame, paute-se audiência de instrução e julgamento, uma vez que ausentes hipóteses de julgamento antecipado da lide. Na audiência de instrução e julgamento, dever-se-á ser realizada a abertura do exame e a produção de outras provas, caso necessário. Assim, distribuo o ônus da da prova, devendo o autor apresentar provas quanto aos fatos constitutivos do seu direito e do réu quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, consoante disposto no art. 273 CPC. Defiro prova documental e testemunhal, cabendo às partes, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentarem rol de testemunhas, observando o disposto nos parágrafos 4º, 5º e 6º do art. 357 do CPC. Esclareço às partes que as testemunhas arroladas deverão comparecer independentemente de intimação. Cumpra-se.

ADV: LUIZ CARLOS PANTOJA (OAB 913/AM), ADV: LILIAN M. S. PANTOJA (OAB 3508/AM), ADV: JERÔNIMO PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 9509/AM) - Processo 0605896-28.2016.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: E.D.H. - REQUERIDO: E.R.R. - Intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, requerer o quê entender de direito. Cumpra-se.

ADV: CRISTIANE RODRIGUES SILVEIRA (OAB 10838/AM), ADV: EUGÊNIO DOS SANTOS GOMES (OAB 8930/AM) - Processo 0606428-36.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Causas Supervenientes à Sentença - REQUERENTE: KAROLAYNNE DOS SANTOS PINTO - REQUERIDO: Farney Rodrigues da Silva - SENTENÇA Vistos, Trata-se de Procedimento Comum Cível. No curso do processo, as partes transacionaram acordo e pleitearam sua homologação, consoante fls. 211/212. Em audiência (termo de fls. 211/212), as partes entabularam acordo, no qual a Exequente dispensa o pagamento do débito alimentar existente no valor de R$8.939,20, bem como acordam que o requerido a partir do mês de julho passará a pagar a título de alimentos 20% do salário mínimo, enquanto estiver desempregado, depositando valor em conta poupança em nome da autora. Ademais, foi estipulado que quando o executado estiver trabalho regularmente, passará a pagar a título de alimentos 20% sob os vencimentos líquidos, bem como que em caso de não cumprimento do acordo celebrado, a presente ação retoma o rito do art. 528 do CPC. Ressalta-se que em caso de descumprimento do acordo, deverá a parte autora entrar com a ação necessária. Instado a se manifestar, o Ministério Público pugna pela homologação do acordo, fls. 219/220. Autos conclusos, decido. O acordo versa sobre alimentos. Tendo sido o acordo realizado por livre vontade das partes e considerando os documentos apresentados, HOMOLOGO POR SENTENÇA o acordo firmado entre as partes para que produza seus jurídicos e legais efeitos e JULGO EXTINTO com resolução de mérito o processo em epígrafe, com base no artigo 487, III, "b" do CPC. Expeça-se o necessário, de ordem. Sem custas. Após o trânsito em julgado, arquive-se e dê-se baixa. Manaus, 27 de agosto de 2019. Odílio Pereira Costa Neto Juiz de Direito

ADV: IZAQUE DE OLIVEIRA DUARTE (OAB 11807/AM) - Processo 0606839-40.2019.8.04.0001 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Alimentos - EXEQUENTE: Edian Cristina dos Santos Rocha Abdoral - Amanda Cristina Rocha Abdoral e outro - EXECUTADO: Amaro Almeida Abdoral Junior - R. Hoje. No cumprimento de sentença que condene ao pagamento de prestação alimentícia, prevista no rito do art. 528 do NCPC, o executado será intimado para, em 03 (três) dias, pagar o débito, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetuá-lo, sob pena de ser protestado o pronunciamento judicial na forma do §1º, do art. 528 do NCPC, bem como ser lhe decretada a prisão, pelo prazo de 01(um) a 03(três) meses, destacando que o débito alimentar que autoriza a referida prisão civil é a que compreende as três prestações anteriores ao ajuizamento da execução, bem com as que se vencerem no curso do processo, consoante §7º, do art.528 do NCPC. Porém, pode optar, o exequente, por promover o cumprimento da sentença ou decisão nos termos dos art.523 e seguintes, caso em que não será admissível a prisão do executado, e, recaindo a penhora em dinheiro, o executado será intimado para pagar o débito, no prazo de 15 (quinze) dias, acrescido de custas, se houver. Não ocorrendo o pagamento voluntário no prazo acima estipulado, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, também, de honorários de advogado de dez por cento, sendo expedido mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação. Portanto, intime-se a parte autora adequar a petição inicial ao procedimento estipulado no art. 528, §§1º ao 9º, e/ou no art. 523 do NCPC, sob pena de indeferimento da inicial, consoante o disposto nos arts. 319 e 321, parágrafo único do NCPC. Cumpra-se.

ADV: GILBERTO ABREU DOS SANTOS (OAB 11385/AM), ADV: THIAGO THADEU BASTOS TAVARES DA SILVA (OAB 11821/AM), ADV: ALCY RICHARD CAVALCANTE BARBOSA (OAB 11091/AM) - Processo 0607276-52.2017.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: R.G.O. - REQUERIDA: T.F.C. - SENTENÇA Trata-se de Guarda na qual foi determinada a intimação da parte autora no endereço por ela informado e cadastrado nos autos, a fim de que manifestasse interesse no prosseguimento do feito. A referida intimação foi recebida, conforme certidão de folhas 66 e não houve manifestação até a presente data. É o sucinto relatório. No presente caso, conforme a disposição legal acima transcrita, a parte autora foi devidamente intimada e permaneceu inerte, ensejando, deste modo, a extinção do processo, nos termos do art. 485, III do CPC, in verbis: Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando: (...) III - por não promover os atos e as diligências

que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias; Assim sendo, nos termos do art. 485, III, do CPC, resolvo EXTINGUIR O FEITO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. Publique-se, registre-se, intime-se e cumpra-se. Sem Custas. Transitado em julgado, certifique-se e realize os procedimentos necessários para arquivamento dos autos. Manaus, 30 de agosto de 2019. Odílio Pereira Costa Neto Juiz de Direito

ADV: ALEXANDRE DE OLIVEIRA NETTO (OAB 6274/AM), ADV: MARCO LÚCIO SOUTO MAIOR DE ATHAYDE (OAB 4522/AM), ADV: MAX EDUARDO VIEIRA SARUBI (OAB 9540/AM), ADV: REBECA DANTAS DIB (OAB 8909/AM), ADV: THAMMY DAS NEVES ATHAYDE (OAB 7312/AM) - Processo 0607773-37.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: FARID DA COSTA DOS SANTOS - REQUERIDO: Francisco Sabino de Araújo - Ivaneide Soares Laborda e outros - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Intime-se a aprte autora através de seu patrono constituído para manifestar-se acerca da certidão às fls.130/132, no prazo de 10(dez) dias ".

ADV: CLÁUDIO AUGUSTO COLARES DA COSTA (OAB 8429/AM) - Processo 0608394-92.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: R.A.M.S. - REQUERIDA: N.M.S. - À Secretaria para certificar quanto ao cumprimento da carta precatória de fls. 23.Certifique-se. Cumpra-se.

ADV: CRISTIANE RODRIGUES SILVEIRA (OAB 10838/AM) - Processo 0610201-84.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: L.B.M.T. e outro - REQUERIDO: M.M.S.J. - Diante da necessidade de reorganização da pauta interna, reagende-se a audiência pautada para a data de 06/11/2019, 09h30. Intimem-se.

ADV: BRUNO DE SOUZA CAVALCANTE (OAB 9057/AM), ADV: MARCOS MAURÍCIO COSTA DA SILVA (OAB 4272/AM), ADV: GUILHERME GUSTAVO VASQUES MOTA (OAB 5663/AM), ADV: WINSTON DE ARAÚJO TEIXEIRA (OAB 1295A/AM), ADV: CLÁUDIA DE SANTANA (OAB 8369/AM) - Processo 0610244-26.2015.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: B.H.F. - REQUERIDO: M.B.L.P. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Intime-se a aprte autora popr meio de seu patrono constituído para manifestar-se acerca da certidão às fls. 114, no prazo de 10(dez) dias".

ADV: KÁTIA OLIVEIRA SANTOS DA COSTA (OAB 8260/AM), ADV: MARIA SÍGLID SEVERINO DOS SANTOS (OAB 8115/AM), ADV: ELIEZER ALVES DE OLIVEIRA (OAB 10900/AM), ADV: RICARDO AMARAL DA SILVA (OAB 7666/AM) - Processo 0610317-61.2016.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - ALIMENTAND: A.C.S.M. - ALIMENTANT: C.S.M. - Aguarde-se realização de estudo psicossocial agendado.

ADV: ELAINE BEZERRA DE QUEIROZ BENAYON (OAB 3456/AM) - Processo 0610949-82.2019.8.04.0001 - Guarda - Regulamentação de Visitas - REQUERENTE: R.O.A. - REQUERIDA: P.P.C. - CERTIFICO que, feito o pregão da audiência de conciliação/mediação, compareceu o requerente, Sr. Rodrigo de Oliveira Avelino,acompanhado por sua patrona Dra. Elaine Bezerra de Queiroz Benayon OAB/AM-3456, não comparecendo a parte requerida, não tendo sido devidamente citada/intimada, conforme certidão do oficial de justiça de folha 125. Fica a Audiência de conciliação REDESIGNADA para o dia 17/10/2019 às 09:00h - com duração aproximada de 2(duas) horas, a ser realizada no CEJUSC -FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260, sendo a citação do requerido renovada por oficial de justiça no endereço informado na petição inicial, a patrona da parte Requerente compromete-se em acompanhar o cumprimento do mandado.

ADV: ANDRÉ BARBOSA ASSAM (OAB 10404/AM) - Processo 0610979-20.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: A.B.A. - REQUERIDA: J.S.P. - Certifico para os devidos fins que, de ordem do MM Juiz Coordenador do CEJUSC-FAMÍLIA, Gildo Alves de Carvalho Filho, e em cumprimento ao Provimento n.º 273-CGJ/AM datado de 31/05/2016, constata-se que nesses autos a parte não é beneficiária da Justiça Gratuita ou goza de isenção legal, desta forma, movo estes autos à fila "CEJUSC-Suspensos" e copio para "CEJUSC Publicação", na presente data, para intimação da parte interessada, por seu advogado, via DJE/AM, para recolhimento do valor das despesas postais e/ou mandado de citação/intimação, no prazo de 10 (dez) dias úteis. Certifico ainda que, se a diligência não for cumprida no prazo estipulado, os autos serão devolvidos à fila "Recebidos-CEJUSC", da Vara de origem, para deliberações do MM. Juiz de Direito do feito.

ADV: JAIR FERREIRA RODRIGUES (OAB 1275/AM) - Processo 0611351-08.2015.8.04.0001 - Guarda - Tutela e Curatela - REQUERENTE: Francyana Tsokas Carvalho e outro - REQUERIDO: Tercio Medeiros de Figueiredo - DESPACHO Oficie-se o Setor Psicossocial localizado no fórum Ministro Henoch Reis para a realização do estudo psicossocial. Intime-se a parte autora no prazo de 15 (quinze) dias, para regularizar a sua representação processual, na forma da Promoção Ministerial de fls.125/126, sob pena de indeferimento. Após, dê-se vista a representante do Ministério Público. Cumpra-se Manaus, 27 de agosto de 2019. Odílio Pereira Costa Neto Juiz de Direito

ADV: MARIZETE NEVES GOMES (OAB 3038/AM) - Processo 0612275-19.2015.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: A.O.R. - REQUERIDO: T.R.M.R. - R.H. Oficie-se conforme requerido às fls. 69/70, informando à alteração da conta para deposito dos alimentos. CUMPRA-SE.

ADV: ÍCARO RODRIGO VALENTE LOPES (OAB 7457/AM), ADV: ANGELICA FEITOZA DO VALLE (OAB 9897/AM), ADV: HERNANE PEREIRA MACHADO (OAB 7649/AM) - Processo 0613071-68.2019.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: W.P.S. - REQUERIDO: F.G. - Audiência p/ coleta de material genético Data: 25/09/2019 Hora 10:15 Local: Sala padrão

ADV: DEMÉTRIA ANUNCIAÇÃO MARQUES (OAB 1493/AM) - Processo 0613096-52.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: Benedito Heraldo da Silva - REQUERIDA: C.D.S. - Oficie-se para o cumprimento urgente da decisão de folha 50, conforme pedido de folha 87-88, salientando-se que o descumprimento de determinação legal pode acarretar em sanções cíveis e penais. No mais, cite-se a parte requerida para, em quinze dias, apresentar contestação, no endereço informado às folha acima mencionada. O ato deverá ser cumprido por Oficial de Justiça que, constatando a ocultação da parte e preenchidos os requisitos legais, poderá citar por hora certa. Cumpra-se.

ADV: MARCOS MAURÍCIO COSTA DA SILVA (OAB 4272/AM), ADV: JANE SILVA DA SILVEIRA (OAB 6783/AM), ADV: KAREN VIEIRA DA SILVA (OAB 8366/AM) - Processo 0613628-65.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Guarda - REQUERENTE: G.M.S. - REQUERIDA: C.S.Q. - Intime-se a parte autora, pessoalmente, por carta com AR, para se manifestar pelo interesse no prosseguimento do feito no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, § 1o, do Código de Processo Civil.

ADV: ADRIANE ORTIZ GRANJA DE SOUZA (OAB 5129/AM) - Processo 0613957-04.2018.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: G.P.S. - REQUERIDA: S.R.S. - J.B.G. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Intime-se o Requerente, por seu Advogado, para manifestar-se acerca da certidão de fls. 50, no prazo de 10(dez) dias".

ADV: GUILHERME GUSTAVO VASQUES MOTA (OAB 5663/AM), ADV: JOÃO MEDEIROS DA SILVA (OAB 6595/AM), ADV: ANTÔNIO ALVES PEREIRA (OAB 2622/AM), ADV: LEYLA VIGA YURTSEVER (OAB 3737/AM), ADV: MARCOS MAURÍCIO COSTA DA SILVA (OAB 4272/AM), ADV: BRUNO DE SOUZA

CAVALCANTE (OAB 9057/AM), ADV: ELLEN CAROLINA LIMA COLARES (OAB 11239/AM), ADV: BERNARDO SILVA DE SEIXAS (OAB 7910/AM) - Processo 0613975-64.2014.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Fixação - EXEQUENTE: A.R.D. - REQUERENTE: F.J.D.F. - EXECUTADO: F.F.F. - Em respeito aos princípios processuais que privilegiam a solução consensual da lide e manifesto interesse da parte executada, paute-se audiência de conciliação e mediação a fim de criar, novamente, oportunidade para as partes transacionarem. Intimem-se as partes. Não havendo acordo ou ausente a parte requerida, torne os autos conclusos para Decisão Interlocutória. Cumpra-se.

ADV: ALDA EDNA LIMA FERRAZ (OAB 4913/AM) - Processo 0615941-23.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão Infância e Juventude - Maus Tratos - REQUERENTE: F.L.O. - REQUERIDO: A.J.A.O. - Aguarde-se a devolução da carta precatória.

ADV: PAULO RENATO RIBEIRO DOS SANTOS (OAB 9644/AM) - Processo 0616502-18.2016.8.04.0001 - Separação de Corpos - Liminar - REQUERENTE: F.C.A. - REQUERIDA: R.F.C. - Intime-se a parte autora, pessoalmente, por carta com AR, para se manifestar pelo interesse no prosseguimento do feito no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, § 1o, do Código de Processo Civil, devendo-se informar ao oficial responsável pela diligência que caso haja suspeita de ocultação que seja procedida na modalidade HORA CERTA.

ADV: KETLEN ROQUE DOS ANJOS (OAB 10827/AM) - Processo 0616634-70.2019.8.04.0001 - Guarda - Oferta - REQUERENTE: M.M.A. - REQUERIDO: R.R.S. - Intime-se a parte autora, pessoalmente, por carta com AR, para se manifestar pelo interesse no prosseguimento do feito no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, § 1o, do Código de Processo Civil.

ADV: ODELY COSTA DOS SANTOS (OAB 10324/AM), ADV: ORLANDO PATRÍCIO DE SOUSA (OAB 7705/AM) - Processo 0616726-82.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: Petroneo Veras de Araújo - REQUERIDA: Maria Goreth de Lucena Santino - Felipe de Lucena Véras e outro - Intime-se a parte autora para apresentar, no prazo de 15 (quinze) dias, réplica à contestação juntada aos autos nas fls. 60 e, ainda, para se manifestar acerca do AR negativo de fls. 55. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: SAMANTHA DE SOUZA PENHA (OAB 13297/AM) - Processo 0617214-03.2019.8.04.0001 - Guarda - Regulamentação de Visitas - REQUERENTE: D.S.S. - REQUERIDA: C.R.P. - DESPACHO Defiro o pedido de fls. 62. Oficie-se a Caixa Econômica para que informe a este Juízo o endereço cadastrado em seus bancos de dados da Sra. CRISTIANE REIS PIRES, RG 21178500, SSP/AM, Nome da mãe: MARIA DA GLORIA REIS MARISCAU. Cumpra-se Manaus, 30 de agosto de 2019. Odílio Pereira Costa Neto Juiz de Direito

ADV: VERIDIANA NOGUEIRA DE AGUIAR (OAB 8182/PA) - Processo 0617325-84.2019.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - Citação - REQUERENTE: Anna Kamilla Ferandes Amorim - REQUERIDO: Moab Sherlan Valente Amorim - Cumpra-se a carta precatória e, após, devolva os autos ao juízo deprecante com as homenagens de estilo.

ADV: MARCOS DOS SANTOS CARNEIRO MONTEIRO (OAB 12846/AM) - Processo 0617833-30.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: R.B.A.J. - REQUERIDA: D.S.M. - CERTIFICO que, em cumprimento ao despacho retro do MM. Juiz de Direito Dr. Odílio Pereira Costa Neto, fica pautada Audiência de Conciliação/Mediação- com duração aproximada de 2(duas) horas, para o dia 14 de outubro de 2019, às 8 horas e 30 minutos, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260, As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015). Recomenda-se aos interessados, informados através de seu(ua) advogado(a), que compareçam à Oficina de Pais, a ser realizada no dia 12 ou 26/09 ou 03/10/2019, juntamente com filhos na faixa etária de 06 a 17 anos, estes para Oficina das Crianças/Adolescentes, com início às 09 horas e término às 12 horas (tolerância de atraso de 20 minutos), no auditório do Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos - térreo. Serão fornecidas declarações para fins de justificativa no trabalho, se houver necessidade, cabendo ressaltar que a presença na Oficina de Pais não substitui o comparecimento à audiência de conciliação e mediação.

ADV: ALESSANDRA AMAZONAS DA CUNHA (OAB 5780/AM), ADV: RALLES DE ARAÚJO BALDEZ (OAB 12429/AM), ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0618490-69.2019.8.04.0001 - Separação Litigiosa - Leve - REQUERENTE: R.C.R.A. - REQUERIDO: R.S.B.A. - Paute-se audiência de instrução e julgamento, em razão da complexidade da demanda em apreço Defiro prova documental e testemunhal, cabendo às partes, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentarem rol de testemunhas, observando o disposto nos parágrafos 4º, 5º e 6º do art. 357 do CPC. Esclareço às partes que as testemunhas arroladas deverão comparecer independentemente de intimação. Intimem-se as partes, contendo a advertência do art. 385, § 1º, do CPC, e seus advogados. Cumpra-se.

ADV: KELY PATRÍCIA PAIXÃO SILVA (OAB 9763/AM) - Processo 0618596-31.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: F.L.A.S. - ALIMENTANT: L.V.A. - DECISÃO Trata-se de Ação de Guarda, regulamentação de visitas e Oferta de Alimentos. Defiro o pedido de justiça gratuita, nos termos do art. 98 do Código de Processo Civil. Fixo alimentos provisório, em consonância com o pedido de oferta de alimentos provisórios, em favor do alimentando no patamar de 25% (vinte por cento) do salário mínimo vigente, a ser depositado em conta bancária posteriormente informada pelo requerido. Determino que seja pautada e realizada audiência de mediação e conciliação o Centro Judiciário de Solução de Conflitos das Varas de Família. Assim, cite-se a parte requerida e intime-se a parte autora para comparecerem à audiência, devendo constar no mandado que a parte deverá estar acompanhada de advogado ou de defensor público, nos termos do art. 695, §4º, do NCPC. Sendo infrutífera a mediação ou a conciliação, ou seja, não realizado o acordo ou o não comparecimento de qualquer das partes, fica a parte demandada intimada para contestar, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, consoante art. 335, do CPC/2015. Após, apresentada a defesa, intime-se à parte autora para a apresentação de réplica em igual prazo. Intime-se o Ministério Público, em razão de interesse de incapaz (art. 698 do NCPC). Cumpra-se.

ADV: ROSA EVANEIDE MENDES PINTO (OAB 7291/AM) - Processo 0620212-41.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: H.P.N. - REQUERIDA: F.D.O. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: “Intime-se o Requerente, por seu patrono, para manifestar-se acerca da certidão de fls. 67, no prazo de 05 (cinco) dias”.

ADV: SUELEN CRISTINA MAIA DE ALMEIDA ALBUQUERQUE (OAB 4345/AM), ADV: ALICHELLY CARINA MACEDO VENTURA (OAB 7185/AM) - Processo 0620287-17.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: S.P.F.F. - REQUERIDO: D.S.C. - Diante da manifestação de folhas 211-213, visando impedir nulidades processuais em razão de eventual cerceamento de defesa e respeitando o principio basilar do contraditório, dê-se novo prazo de dez dias para o requerido cumprir o despacho de folha 206. No mais, entendo pela não realização de nova audiência de conciliação, uma vez que tal demora processual acarretaria em mais prejuízos para a parte autora. Assim, deve o réu, caso deseje, apresentar proposta de acordo em sua manifestação nos autos. Após o prazo, certifique-se e retornem os autos conclusos para Decisão Interlocutória. Cumpra-se.

ADV: WELLINGTON DE AMORIM ALVES (OAB 2993/AM), ADV: LUIZ ERON CASTRO RIBEIRO (OAB 3274/AM), ADV: DANIEL SANTOS DE ANDRADE (OAB 6733/AM), ADV: ARNOLDO BENTES COIMBRA (OAB 345/AM), ADV: JEAN CARLO NAVARRO CORRÊA (OAB 5114/AM), ADV: MOISÉS CAVALCANTI GOUVÊA DE OLIVEIRA (OAB 5912/AM) - Processo 0620289-84.2018.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: T.S.C. - REQUERIDO: M.G.S. - I.B.M.S. - Audiência p/ coleta de material genético Data: 25/09/2019 Hora 11:00 Local: Sala padrão

ADV: RICARDO MENDES LASMAR (OAB 5933/AM) - Processo 0621107-02.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: J.M.R.R.J. - REQUERIDA: A.A.D. - CERTIFICO que, em cumprimento ao despacho retro do MM. Juiz de Direito Odílio Pereira Costa Neto, fica pautada Audiência de conciliação/mediação - com duração aproximada de 2(duas) horas, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260 , no dia 23/10/2019 às 09:30h. As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015).

ADV: MUNICK ALBUQUERQUE COSTA (OAB 7874/AM), ADV: EULER PASSOS DE MOURA (OAB 6646/AM) - Processo 0621223-13.2016.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Levantamento de Valor - EXEQUENTE: V.F.C.L. - EXECUTADO: E.C.L. - Diante da ausência de manifestação da parte contrária, intime-se o exequente para juntar a estes autos a avaliação do bem no prazo de 15 (quinze) dias. Cumpra-se.

ADV: EDIONE KAROLINE MEIDEIROS DA SILVA DE QUEIROZ (OAB 11360/AM), ADV: FÁBIO LEITE NOBRE (OAB 11149/AM) - Processo 0621395-47.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Lorrane Tavares de Castro - REQUERIDO: Patricio Farias de Castro - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: “Intime-se a aprte autora por meio de seu patrono constituído para manifestar-se acerca da certidão às fls. 54, no prazo de 10(dez) dias”.

ADV: PAULO ROBERTO FARIAS DE OLIVEIRA (OAB 6011/AM) - Processo 0621495-02.2019.8.04.0001 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Levantamento de Valor - EXEQUENTE: R.R.C.S. - EXECUTADO: D.P.S. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: “Intime-se a parte autora através de seu patrono constituído para manifestar-se acerca da certidão às fls. 30, no prazo de 10(dez) dias”.

ADV: VINICIO CARLOS CORDOVIL MENDES FILHO (OAB 7907/AM) - Processo 0622210-83.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: U.R.F.J. - REQUERIDO: A.L.T.S. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: “ Intime-se o requerente, através de seu patrono, para manifestar-se acerca da certidão de fls. 137, no prazo de 10(dez) dias”.

ADV: ANTÔNIO CARLOS DA SILVA SANTOS (OAB 2918/AM) - Processo 0622975-49.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: E.S.N. - REQUERIDA: A.G.A. - Intimem-se as partes litigantes a fim de que informem, no prazo de 10 (dez) dias, se pretendem produzir provas em audiência de instrução e julgamento, bem como especifique quais provas desejam que sejam produzidas. À secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: VALDEMIR DA SILVA (OAB 3018/AM) - Processo 0623242-84.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: R.S.M. - REQUERIDO: M.J.O.P. - Oficie-se conforme pedido de folha 48-49.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 9028/AM) - Processo 0624254-07.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Alimentos - EXEQUENTE: K.T.X. - EXECUTADO: F.M.G.S. - DESPACHO Expeça-se novamente o mandado de fls. 46 para o endereço descrito em fls. 52, devendo-se informar ao oficial responsável pela diligência que caso haja suspeita de ocultação que seja procedida na modalidade HORA CERTA. Cumpra-se Manaus, 27 de agosto de 2019. Odílio Pereira Costa Neto Juiz de Direito

ADV: BRUNO CALHEIRO DE OLIVEIRA (OAB 5986/AM), ADV: JOSÉ ELDAIR DE SOUZA MARTINS (OAB 1822/AM) - Processo 0625274-04.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Guarda - REQUERENTE: H.S.V. - REQUERIDA: N.S.P. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: “Intime-se a parte autora através de seu patrono constituído para manifestar-se acerca da certidão às fls.133, no prazo de 10(dez) dias”.

ADV: WINSTON DE ARAÚJO TEIXEIRA (OAB 11584/RN) - Processo 0625941-48.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: E.S.A.M. - P.H.S.A.M. - D.E.S.A.M. e outro - REQUERIDO: E.A.A. - A parte requerida encontra-se em local incerto e não sabido, razão pela qual há pedido de citação por edital. Assim, em respeito aos aritogs 256, II, e 257, I, do Código de Processo Civil, determino a citação por edital do requerido, com prazo de 20 dias. Decorrido o prazo do edital sem manifestação, designe-se curador especial, o qual deverá ser intimado para oferecer contestação, no prazo legal, nos termos do art. 72, II do CPC. Cumpra-se.

ADV: JOELSON GLÁUCIO LUZEIRO (OAB 4392/AM) - Processo 0626269-75.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Extinção - REQUERENTE: C.E.C.O. - H.P.O. - SENTENÇA Trata-se de Divórcio Consensual Foi determinada a intimação da parte autora no endereço por ela informado e cadastrado nos autos, a fim de que manifestasse interesse no prosseguimento do feito. Contudo, o endereço não foi localizado, conforme AR de fls. 23 e não houve manifestação até a presente data. É o sucinto relatório. O inciso V do art. 77 do Código de Processo Civil em vigor dispõe o seguinte: Art. 77: Além de outros previstos neste Código, são deveres das partes, de seus procuradores e de todos aqueles que de qualquer forma participem do processo: V) declinar, no primeiro momento que lhes couber falar nos autos, o endereço residencial ou profissional onde receberão intimações, atualizando essa informação sempre que ocorrer qualquer modificação temporária ou definitiva; (grifei) No presente caso, o autor apresentou endereço insuficiente, o que impossibilita a sua intimação pessoal e o regular prosseguimento do feito, ensejando, deste modo, a extinção do processo, nos termos do art. 485, III do CPC, in verbis: Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando: (...) III - por não promover os atos e as diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias; Assim sendo, nos termos do art. 485, III, do CPC, resolvo EXTINGUIR O FEITO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. Isento de custas pelo benefício da gratuidade da justiça. Publique-se, registre-se, intime-se e cumpra-se. Transitado em julgado, certifique-se e realize os procedimentos necessários para arquivamento dos autos. Manaus, 27 de agosto de 2019. Odílio Pereira Costa Neto Juiz de Direito

ADV: MARIA EUNI TAVEIRA DE ALMEIDA COSTA (OAB 9670/AM) - Processo 0626406-57.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: R.N.M. - REQUERIDA: F.Q.R.C. - V.Q.R.C. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: “Dê-se vista ao Ministério Público”.

ADV: VANESSA CARDOSO (OAB 11077/AM), ADV: CINTIA MARFIZA DE LIMA MONTEIRO (OAB 8836/AM) - Processo 0626651-39.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Família - REQUERENTE: Tatiane do Nascimento Castelo Branco - REQUERIDA: Ligeane Santos da Silva - Intime-se a parte autora, pessoalmente, por carta com AR, para se manifestar pelo interesse no prosseguimento do feito no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, § 1o, do Código de Processo Civil.

ADV: ROSA EVANEIDE MENDES PINTO (OAB 7291/AM) - Processo 0626993-84.2016.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: E.S.P. - EXECUTADO: J.S.A. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da

4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Ante o lapso temporal de mais de 60 (sessenta) dias sem resposta ao ofício de fls. 64/65, oficie-se novamente a Polinter, conforme ato ordinatório de fls. 61".

ADV: LORENA ROSA ANDRADE DA SILVA CHAIN (OAB 11752/AM), ADV: EVERSON DE LIMA CONCEIÇÃO (OAB 7002/AM), ADV: DERMEVAL DE OLIVEIRA NASCIMENTO (OAB 7475/AM) - Processo 0627081-30.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Dissolução - REQUERENTE: N.C.C. - REQUERIDO: Wesller Alves da Cruz - Réu revel citado com hora certa. Remetam-se os autos ao curador especial, nos termos do art. 72, II, NCPC. Intime(m)-se.

ADV: HERMESON DOS SANTOS RODRIGUES (OAB 8245/AM), ADV: HELOÍSA HELENA QUEIROZ DE MATOS CANTO (OAB 9056/AM) - Processo 0627148-24.2015.8.04.0001 - Interdição - Capacidade - REQUERENTE: EUDA SILVA DE ALMEIDA - REQUERIDO: Erik da Silva - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Intime-se as partes, pessoalmente por carta AR, para comparecer no setor psicossocial e dar início aos procedimentos relativos à avaliação psicológica, conforme ofício recebido de fls. 84".

ADV: BERNARDO SILVA DE SEIXAS (OAB 7910/AM) - Processo 0627515-43.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: G.A.C. - REQUERIDA: N.K.M.A. - Intime-se a parte autora, pessoalmente, por carta com AR, para se manifestar pelo interesse no prosseguimento do feito no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, § 1o, do Código de Processo Civil.

ADV: BRUNO RODRIGO MACIEL COSTA DE LIMA (OAB 13094/AM) - Processo 0628792-60.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: Roseane de Pinho Lima - REQUERIDA: Lucimara de Araújo Rosa - Júlio Cesar de Araújo Rosa e outros - Trata-se de Ação Reconhecimento e Dissolução de União Estável Post Mortem. Defiro o pedido de justiça gratuita, nos termos do art. 98 do Código de Processo Civil. Determino que seja pautada e realizada audiência de mediação e conciliação o Centro Judiciário de Solução de Conflitos das Varas de Família. Assim, cite-se a parte requerida e intime-se a parte autora para comparecerem à audiência, devendo constar no mandado que a parte deverá estar acompanhada de advogado ou de defensor público, nos termos do art. 695, §4º, do NCPC. Sendo infrutífera a mediação ou a conciliação, ou seja, não realizado o acordo ou o não comparecimento de qualquer das partes, fica a parte demandada intimada para contestar, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, consoante art. 335, do CPC/2015. Após, apresentada a defesa, intime-se à parte autora para a apresentação de réplica em igual prazo. Em razão da existência de interesse de incapaz, intime-se o Ministério Público. Cumpra-se.

ADV: LUÍS MAGNUM BARROS SANTOS (OAB 8512/AM), ADV: ETÃ PEREIRA CASTELO BRANCO (OAB 6550/AM) - Processo 0629133-91.2016.8.04.0001 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Cumprimento Provisório de Sentença - EXEQUENTE: A.M.P.S. - EXECUTADO: H.M.O. - Defiro o petitório de folhas 88-89. Proceda-se o necessário para cumprimento da decisão de folha 61.

ADV: GERALDO SÉRGIO ALBUQUERQUE RIBEIRO (OAB 8400/AM) - Processo 0631549-27.2019.8.04.0001 - Regulamentação de Visitas - Regulamentação de Visitas - REQUERENTE: Francisco Barros de Oliveira - REQUERIDA: Suellem Ferreira Alexandre de Oliveira - Trata-se de Ação Regulamentação de Visistas com pedido de tutela de urgência.. Defiro o pedido de justiça gratuita, nos termos do art. 98 do Código de Processo Civil. O art. 300 do CPC fixa os requisitos necessários para a concessão da tutela de urgência, a saber: probabilidade do direito e perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. Entendo que os elementos constantes dos autos são suficientes para, neste momento, conceder a tutela provisória perseguida. A probabilidade do direito e o perigo de dano estão presentes nos autos, ratificando os argumentos apresentados na promoção de folhas 15-16. Diante do exposto, concedo a tutela provisória de urgência para determinar o direito de vistas do autor em fins de semana alternados, buscando a menor na casa materna às 12h de sábado e devolvendo-a às 18h do domingo. Expeça-se o necessário. No mais, deve-se dar prosseguimento para a demanda. Assim, determino que seja pautada e realizada audiência de mediação e conciliação o Centro Judiciário de Solução de Conflitos das Varas de Família. Assim, cite-se a parte requerida e intime-se a parte autora para comparecerem à audiência, devendo constar no mandado que a parte deverá estar acompanhada de advogado ou de defensor público, nos termos do art. 695, §4º, do NCPC. Sendo infrutífera a mediação ou a conciliação, ou seja, não realizado o acordo ou o não comparecimento de qualquer das partes, fica a parte demandada intimada para contestar, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, consoante art. 335, do CPC/2015. Após, apresentada a defesa, intime-se à parte autora para a apresentação de réplica em igual prazo. Em razão da existência de interesse de incapaz, intime-se o Ministério Público. Cumpra-se.

ADV: CLEITON LEAL VARGAS (OAB 168680/RJ), ADV: GEYZON OLIVEIRA REIS (OAB 5031/AM), ADV: DOUGLAS XAVIER DE SOUZA (OAB 182595/RJ) - Processo 0631558-62.2014.8.04.0001 - Cautelar Inominada - Busca e Apreensão de Menores - REQUERENTE: A.T.P.C. - REQUERIDO: DAIVID BRASIL - Intime-se a parte autora, pessoalmente, por carta com AR, para se manifestar pelo interesse no prosseguimento do feito no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, § 1o, do Código de Processo Civil.

ADV: MÁRIO ADRIANO CUNHA MAIA (OAB 5860/AM), ADV: JOÃO BATISTA ANDRADE DE QUEIROZ (OAB 2372/AM) - Processo 0631567-82.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: T.Y.F. - S.M.R. - REQUERIDA: B.B.Y. - Intime-se a parte embargada para, se desejar, apresentar manifestação no prazo de 05 (cinco) dias. Após, certifique-se e encaminhe os autos para o Ministério Público. Por fim, retornem conclusos para Decisão Interlocutória. Cumpra-se.

ADV: MONIQUE RODRIGUES LEÃO (OAB 93577/PR) - Processo 0631819-51.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: M.R.B. - M.S.R.B. - REQUERIDO: G.R.B. - CERTIFICO que, em cumprimento à decisão retro do MM. Juiz de Direito Dr. Odílio Pereira Costa Neto, fica pautada Audiência de Conciliação/Mediação - com duração aproximada de 2 (duas) horas, para o dia 23 de outubro de 2019, às 10 horas e 30 minutos, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260, As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015). Recomenda-se aos interessados, informados através de seu(ua) advogado(a), que compareçam à Oficina de Pais, a ser realizada no dia 12 ou 26/09/2019, juntamente com filhos na faixa etária de 06 a 17 anos, estes para Oficina das Crianças/Adolescentes, com início às 09 horas e término às 12 horas (tolerância de atraso de 20 minutos), no auditório do Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos - térreo. Serão fornecidas declarações para fins de justificativa no trabalho, se houver necessidade, cabendo ressaltar que a presença na Oficina de Pais não substitui o comparecimento à audiência de conciliação e mediação.

ADV: PAULO HUMBERTO CARVALHO DE OLIVEIRA (OAB 10033/AM), ADV: WALDEMIRA RODRIGUES MATOS (OAB 9750/AM), ADV: ADRIANA MARIA GIANNICO DE ARAÚJO VIANA PINHEIRO (OAB 9741/AM), ADV: EDER CARLOS RIBEIRO PIRES (OAB 7901/AM) - Processo 0632093-88.2014.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - ALIMENTAND: PAULA FERREIRA GOIS - VINICIUS GOIS CABRAL - ALIMENTANT: ALEX MENDES CABRAL - Oficie-se o empregador para apresentar os três últimos contracheques do requerido, conforme pedido de folhas 212-213, no prazo de dez dias, sob pena de multa diária de um salário mínimo, nos termos do artigo 139, IV, Código de Processo Civil. No mais, agende-se a audiência para cumprimento integral do despacho de folha 207.

ADV: BERNARDO SILVA DE SEIXAS (OAB 7910/AM) - Processo 0632412-22.2015.8.04.0001 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Fixação - EXEQUENTE: S.R.S. - EXECUTADO: I.A.S. - Oficie-se à Polinter, solicitando informações quanto ao Mandado de Prisão de fls. 61/62.

ADV: CARLOS COLLYER FERREIRA (OAB 10012/AM) - Processo 0632778-56.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: A.A.C. - REQUERIDO: H.B.A.M. - Citada, fls. 55, a parte requerida quedou-se inerte 57. Assim, reconheço sua revelia, entretanto, verifico a inocorrência do efeito da revelia, nos termos dos art. 345, II, do NCPC. Assim, intime-se o autor para, no prazo de 5 (cinco) dias, especificar as provas que pretende produzir, nos termos do art. 348 do NCPC. Cumpra-se.

ADV: SARA DE SOUSA SILVA (OAB 14509/AM) - Processo 0633757-81.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: Raimunda Ferreira Meireles - REQUERIDO: João Ramos Meireles - Intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestar sobre o documento de folha 25 e requerer o quê entender de direito. Após, retornem os autos para fila de Despacho Inicial. Cumpra-se.

ADV: MARCOS PAULO MOURA LUZ (OAB 10868/AM) - Processo 0633871-20.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: L.T.Q. - ALIMENTAND: S.Q.S. - REQUERIDO: G.L.S. - Trata-se de Ação de Alimentos que segue o rito disposto na Lei Especial 5.478/68. Defiro o pedido de justiça gratuita, nos termos do art. 98 do Código de Processo Civil. Compulsando-se os autos e verificando presentes os requisitos, fixo alimentos provisório em favor do alimentando no patamar de 30% (trinta por cento) do salário mínimo vigente, devido a partir da citação, a ser depositado em conta bancária indicada na petição inicial. Caso não haja informação sobre a conta bancária, intime-se a parte autora, por seu advogado, para no prazo de 05 (cinco) dias, juntar aos autos o número da conta bancária na qual deverão ser depositados os alimentos provisórios. Cite-se a parte requerida e intime-se a parte autora para comparecerem à audiência de mediação e conciliação. Considerando a extensa pauta de audiências desta Vara e visando dar maior celeridade ao feito, paute-se audiência na Semana Nacional de Conciliação. Faça constar no mandado que a parte deverá estar acompanhada de advogado ou de defensor público, nos termos do art. 695, §4º, do NCPC. Sendo infrutífera a mediação ou a conciliação, ou seja, não realizado o acordo ou o não comparecimento de qualquer das partes, fica a parte demandada intimada para contestar, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, consoante art. 335, do CPC/2015. Após, apresentada a defesa, intime-se à parte autora para a apresentação de réplica em igual prazo. Intime-se o Ministério Público, em razão de interesse de incapaz (art. 698 do NCPC). Cumpra-se.

ADV: ELIAS BRASIL BENJÓ (OAB 1067/AM), ADV: JORGIANA LACET DE LIMA (OAB 10128/AM) - Processo 0634219-14.2014.8.04.0001 - Guarda - Regulamentação de Visitas - REQUERENTE: M.I.S.F. - REQUERIDA: J.R.L.O. - Intime-se a parte autora, pessoalmente, por carta com AR, para se manifestar pelo interesse no prosseguimento do feito no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, § 1o, do Código de Processo Civil.

ADV: DEIZE DA SILVA VASCONCELOS (OAB 3058/AM), ADV: JOÃO BATISTA ANDRADE DE QUEIROZ (OAB 2372/AM), ADV: JUAN PABLO FERREIRA GOMES (OAB 7716/AM) - Processo 0634251-19.2014.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: Y.S.C. - REQUERIDA: T.P.S.C. - Intime-se a parte autora, pessoalmente, por carta com AR, para se manifestar pelo interesse no prosseguimento do feito no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, § 1o, do Código de Processo Civil.

ADV: FRANCICLEIA DA SILVA MACHADO MATOS (OAB 11119/AM) - Processo 0634551-05.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Claudete Pessoa Botelho - Portanto, considerando que na presente ação a parte não encontra-se assistida pela Defensoria Pública Estadual, este juízo não tem competência para processar a demanda. Assim, em cumprimento ao disposto acima e ao art. 43 do CPC, DETERMINO a redistribuição do presente processo para a Vara de Órfãos e Sucessões da Capital. DILIGENCIE-SE E CUMPRA-SE, com as cautelas de estilo e com a presteza requerida na inicial.

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM), ADV: LÍDIA MAURA LOPES DA COSTA (OAB 6399/AM) - Processo 0634665-75.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: Maria do Socorro Sena Braz - REQUERIDO: Aluísio Fernandes de Oliveira - DECISÃO Vistos, Ausentes hipóteses de julgamento antecipado da lide, aplica-se o disposto no artigo 357 do Código de Processo Civil. Assim, distribuo o ônus da da prova, devendo o autor apresentar provas quanto aos fatos constitutivos do seu direito e do réu quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, consoante disposto no art. 273 CPC. Paute-se audiência de instrução e julgamento, em razão da complexidade da demanda em apreço Defiro prova documental e testemunhal, cabendo às partes, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentarem rol de testemunhas, observando o disposto nos parágrafos 4º, 5º e 6º do art. 357 do CPC. Esclareço às partes que as testemunhas arroladas deverão comparecer independentemente de intimação. Intimem-se as partes, contendo a advertência do art. 385, § 1º, do CPC, e seus advogados. Cumpra-se. Manaus, 30 de agosto de 2019. Odílio Pereira Costa Neto Juiz de Direito

ADV: RAIMUNDO FILHO SOBRAL DOS SANTOS (OAB 8038/AM) - Processo 0635298-52.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: V.C.M. - E.L.M. - REQUERIDA: M.V.S.B. - Ratifico a promoção de folhas 29-31 e pelas razões ali expostas, reconheço a incompetência deste Juízo para o processamento e julgamento do feito, determinando, portanto, sua redistribuição para a Vara da Infância e da Juventude. Encaminho os autos à secretária para as providência cabíveis. Cumpra-se.

ADV: EDUIGES SECAFI DA SILVA CAIADO (OAB 11937/AM) - Processo 0636152-80.2018.8.04.0001 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Alimentos - EXEQUENTE: T.S.L.R. - EXECUTADO: T.C.S.R. - Intime-se a parte exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, juntar aos autos planilha atualizada do débito e requerer o quê entender de direito. Após, torne os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM), ADV: SARAH LIMA TOLEDANO (OAB 10106/AM), ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES (OAB 1137/AM), ADV: RODRIGO DE CASTRO JUNQUEIRA (OAB 372424/SP), ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES FILHO (OAB 5505/AM), ADV: DÍDIA HAYDÉE DE MENDONÇA SOARES (OAB 8544/AM) - Processo 0637608-36.2016.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Expropriação de Bens - REQUERENTE: P.R.G.P.N. - REQUERIDO: C.C.B.N. - Intime-se a parte exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca da manifestação do executado de fls. 202-208.

ADV: GISELE SOUZA DE MATTOS (OAB 10601/AM) - Processo 0638196-38.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: A.C.M.O. - REQUERIDO: M.S.T. - CERTIFICO que, em cumprimento à decisão de fls.48 do MM. Juiz de Direito Dr. Odílio Pereira Costa Neto, fica pautada Audiência de Conciliação/Mediação- com duração aproximada de 2(duas) horas, para o dia 23 de outubro de 2019, às 9 horas e 30 minutos, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260, As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015). Recomenda-se aos interessados, informados através de seu(ua) advogado(a), que compareçam à Oficina de Pais, a ser realizada no dia 12 ou 26/09 ou 03/10/2019, juntamente com filhos na faixa etária de 06 a 17 anos, estes para Oficina das Crianças/Adolescentes, com início às 09 horas e término às 12 horas (tolerância de atraso de 20 minutos), no auditório do Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos - térreo. Serão fornecidas declarações para fins de justificativa no trabalho, se houver necessidade, cabendo ressaltar que a presença na Oficina de Pais não substitui o comparecimento à audiência de conciliação e mediação.

ADV: RENATO FERNANDES MARIANO (OAB 8246/AM), ADV: TATIANA FERREIRA DA SILVA (OAB 10168/AM) - Processo 0638331-84.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Exoneração - REQUERENTE: Moises Solis Rodrigues Duque - REQUERIDA: Rita Eduarda Pessoa Duque e outros - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de

Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Intime-se a parte autora através de seu patrono constituído para manifestar-se acerca da certidão às fls. 136/137, no prazo de 10(dez) dias".

ADV: ANTÔNIO ARAÚJO DE MORAES (OAB 5631/AM), ADV: JOSÉ JOAQUIM LIMA NOGUEIRA (OAB 6192/AM) - Processo 0638519-77.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: P.A.C. - REQUERIDA: A.B.M.C. - Intime-se a parte autora, pessoalmente, por carta com AR, para se manifestar pelo interesse no prosseguimento do feito no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, § 1o, do Código de Processo Civil.

ADV: ADENIR SOUZA DA COSTA (OAB 8222/AM) - Processo 0638641-27.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: A.S.C. - REQUERIDO: R.L.C. - CERTIFICO que, em cumprimento ao despacho retro do MM. Juiz de Direito Odílio Pereira Costa Neto, fica pautada Audiência de conciliação/mediação - com duração aproximada de 2(duas) horas, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260 , no dia 16/10/2019 às 10:30h. As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015).

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM) - Processo 0640143-35.2016.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: F.P.B.C. - A.C.C.P. - L.C.P. e outro - SENTENÇA Trata-se de Guarda na qual foi determinada a intimação da parte autora no endereço por ela informado e cadastrado nos autos, a fim de que manifestasse interesse no prosseguimento do feito. A referida intimação foi recebida, conforme certidão de folhas 30 e não houve manifestação até a presente data. É o sucinto relatório. No presente caso, conforme a disposição legal acima transcrita, a parte autora foi devidamente intimada e permaneceu inerte, ensejando, deste modo, a extinção do processo, nos termos do art. 485, III do CPC, in verbis: Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando: (...) III - por não promover os atos e as diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias; Assim sendo, nos termos do art. 485, III, do CPC, resolvo EXTINGUIR O FEITO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. Publique-se, registre-se, intime-se e cumpra-se. Sem custas. Transitado em julgado, certifique-se e realize os procedimentos necessários para arquivamento dos autos. Manaus, 29 de agosto de 2019. Odílio Pereira Costa Neto Juiz de Direito

ADV: MARIA SANTANA DE FREITAS (OAB 5708/AM) - Processo 0640364-13.2019.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: G.A.B. - REQUERIDA: A.P.R.A. - CERTIFICO que, em cumprimento ao(à) despacho/decisão retro do(a) MM. Juiz(a) de Direito Odílio Pereira Costa Neto, fica pautada Audiência de conciliação/mediação - com duração aproximada de 2(duas) horas, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260 , no dia 23/10/2019 às 10:30h. As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015).

ADV: ELISÂNGELA ALVES DOS SANTOS (OAB 53139/PR) - Processo 0641004-16.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Inaly da Trindade Bezerra - REQUERIDO: Branco do Brasil - Portanto, considerando que na presente ação a parte não encontra-se assistida pela Defensoria Pública Estadual, este juízo não tem competência para processar a demanda. Assim, em cumprimento ao disposto acima e ao art. 43 do CPC, DETERMINO a redistribuição do presente processo para a Vara de Órfãos e Sucessões da Capital. DILIGENCIE-SE E CUMPRA-SE, com as cautelas de estilo e com a presteza requerida na inicial.

ADV: ANDERSON NEPOMUCENO RAMOS (OAB 13446/AM) - Processo 0641205-42.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Seção Cível - REQUERENTE: J.G.S. - REQUERIDO: A.C.S. - Vistos, Incide, portanto, a aplicação do art. 357 do CPC. O referido artigo determina que o juiz deverá definir a distribuição do ônus da prova, observado o art. 373. Fixa-se, portanto, o ônus do autor quanto aos fatos constitutivos do seu direito e do réu quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor. Consoante os elementos dos autos, entendo que não há necessidade de produção de provas em audiência de instrução e julgamento. Com efeito, a matéria em debate nesta ação é eminentemente documental, incidindo ao caso o art. 443 do CPC. Sendo assim, intime-se o Requerente para juntar aos autos toda a documentação que entenda pertinente acerca das suas despesas fixas, no prazo de 15 (quinze) dias. Ato contínuo, intime-se o Requerido para apresentar a documentação que entender pertinente acerca dos seus rendimentos (como contracheques, imposto de renda, faturas do cartão de crédito, etc.) no prazo de 15 (quinze) dias. Após, dê-se vista ao Ministério Público. Por fim, torne os autos conclusos para sentença. Cumpra-se.

ADV: HAILDO JARBAS RODRIGUES (OAB 5304/AM) - Processo 0641230-21.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: A.S.P. - REQUERIDA: A.K.D.G. - Certifico para os devidos fins que, de ordem do MM Juiz Coordenador do CEJUSC-FAMÍLIA, Gildo Alves de Carvalho Filho, e em cumprimento ao Provimento n.º 273-CGJ/AM datado de 31/05/2016, constata-se que nesses autos a parte não é beneficiária da Justiça Gratuita ou goza de isenção legal, desta forma, movo estes autos à fila "CEJUSC-Suspensos" e copio para "CEJUSC Publicação", na presente data, para intimação da parte interessada, por seu advogado, via DJE/AM, para recolhimento do valor das despesas postais e/ou mandado de citação/intimação, no prazo de 10 (dez) dias úteis. Certifico ainda que, se a diligência não for cumprida no prazo estipulado, os autos serão devolvidos à fila "Recebidos-CEJUSC", da Vara de origem, para deliberações do MM. Juiz de Direito do feito.

ADV: EDUARDO MARQUES DA SILVA (OAB 9114/AM), ADV: EMMILLY KAREN APOLÔNIO DA SILVA (OAB 9716/AM), ADV: EVELLYN KELRYEN APOLÔNIO DA SILVA (OAB 9125/AM) - Processo 0642512-94.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: M.M.M.S. - ALIMENTAND: D.J.S.L. e outro - REQUERIDO: D.L.S.F. - CERTIFICO que, em cumprimento à decisão retro do MM. Juiz de Direito Dr. Odílio Pereira Costa Neto, fica pautada Audiência de Conciliação/Mediação - com duração aproximada de 2 (duas) horas, para o dia 23 de outubro de 2019, às 9 horas e 30 minutos, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260, As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015). Recomenda-se aos interessados, informados através de seu(ua) advogado(a), que compareçam à Oficina de Pais, a ser realizada no dia 12 ou 26/09/2019, juntamente com filhos na faixa etária de 06 a 17 anos, estes para Oficina das Crianças/Adolescentes, com início às 09 horas e término às 12 horas (tolerância de atraso de 20 minutos), no auditório do Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos - térreo. Serão fornecidas declarações para fins de justificativa no trabalho, se houver necessidade, cabendo ressaltar que a presença na Oficina de Pais não substitui o comparecimento à audiência de conciliação e mediação.

ADV: DJALMA MARTINS DA COSTA JÚNIOR (OAB 9628/AM) - Processo 0642565-75.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: J.S.S.S. - REQUERIDO: W.S. - CERTIFICO que, em cumprimento à decisão retro do MM. Juiz de Direito Dr. Odílio Pereira Costa Neto, fica pautada Audiência de Conciliação/Mediação- com duração aproximada de 2(duas) horas, para o dia 23 de outubro de 2019, às 10 horas e 30 minutos, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260, As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015). Recomenda-se aos interessados, informados através de seu(ua) advogado(a), que compareçam à Oficina de Pais, a ser realizada no dia 12 ou 26/09 ou 03/10/2019, juntamente com filhos na faixa etária de 06 a 17 anos, estes para Oficina das Crianças/Adolescentes, com início às 09 horas e término às 12 horas (tolerância de atraso de 20 minutos), no auditório do Fórum Cível Des. Euza Maria Naice

de Vasconcelos - térreo. Serão fornecidas declarações para fins de justificativa no trabalho, se houver necessidade, cabendo ressaltar que a presença na Oficina de Pais não substitui o comparecimento à audiência de conciliação e mediação.

ADV: ERIK FRANCO DE SÁ (OAB 3786/AM) - Processo 0642955-79.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - ALIMENTAND: J.M.S.N. - ALIMENTANT: J.M.S.J. - O pedido de folha 86 não possue respaldo em nosso ordenamento jurídico, uma vez que a demanda transitou em julgado, conforme certidão de folha 78, razão pela qual o indefiro. Arquive-se e dê-se baixa.

ADV: CAROLINA ALBUQUERQUE DO VALLE (OAB 8112/AM) - Processo 0643065-78.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: L.P.A.A. - REQUERIDO: G.L.C. - Reitero despacho de fls. 17. Intimem-se os requerentes para emendarem a inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, a fim de retificarem cláusula referente ao valor de alimentos no sentido de melhor atender aos interesses

ADV: LEANDRO KAZUYUKI TAKAHASHI (OAB 12343/AM) - Processo 0643276-80.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: T.M. - REQUERIDO: K.S.L.M. - CERTIFICO que, em cumprimento à decisão retro do MM. Juiz de Direito Odílio Pereira Costa Neto, fica pautada Audiência de conciliação/mediação - com duração aproximada de 2 (duas) horas, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260, no dia 23/10/2019 às 09:30h. As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015).

ADV: ELAINE BEZERRA DE QUEIROZ BENAYON (OAB 3456/AM) - Processo 0643296-71.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: André Gomes Bezerra - Cosma Correa Gomes - Tendo sido o acordo realizado por livre vontade das partes e considerando os documentos apresentados, HOMOLOGO POR SENTENÇA o acordo firmado entre as partes para que produza seus jurídicos e legais efeitos e JULGO EXTINTO com resolução de mérito o processo em epígrafe, com base no artigo 487, III, “b” do CPC. A presente sentença servirá como mandado de averbação. Oficie-se o empregador. Expeça-se o necessário, de ordem. Sem custas. Após o trânsito em julgado, arquive-se e dê-se baixa.

ADV: MARISSOL DOS SANTOS CARVALHO (OAB 13131/AM) - Processo 0643401-82.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: G.C.H. - ASSISTENTE: A.C.S.C. - REQUERIDO: J.L.H.M. - Intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, atender a promoção do Ministério Público de folhas 53/54, no sentido de emendar a inicial regularizando o polo processual passivo, para que junte o título em que foi constituída a obrigação alimentar, sob pena de extinção do feito, com fundamento no art. 485, inciso IV, do CPC. Após, torne os autos conclusos novamente para despacho. Cumpra-se. Manaus, 27 de agosto de 2019.

ADV: ADRIANO MENEZES HERMIDA MAIA (OAB 8894/AM) - Processo 0644568-03.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0605270-09.2016.8.04.0001) - Procedimento Comum Cível - Abandono - REQUERENTE: Arthur Bernardo Braga Lima - REQUERIDO: Wagner Alberto Lopes Lima - Assim, DETERMINO a redistribuição do presente processo para uma das Varas Cíveis da Comarca de Manaus - AM. Cumpra-se.

ADV: CARLOS AUGUSTO DE SOUZA MARQUES JÚNIOR (OAB 9197/AM) - Processo 0644573-25.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: L.H.C.P.C. - ASSISTENTE: C.H.C.P. - REQUERIDO: E.C.C. - Intime-se a parte autora para emendar a inicial, no prazo de 15 dias, a fim de esclarecer o pedido de indenização por danos morais, uma vez que este juízo não é competente para tal demanda e, consoante Código de Processo Civil, não é possível a cumulação de pedidos que possuem competência diversa para julgamento, sob pena de indeferimento, nos termos do art. 321 do Código de Processo Civil. Cumpra-se.

ADV: TADEUZA BENTES DE ALMEIDA (OAB 8205/AM) - Processo 0644623-51.2019.8.04.0001 - Adoção - Adoção Nacional - ADOTANTE: Ivanildo Damasceno Filho - ADOTANDA: Thays Almeida Rebouças - Intime-se a parte autora para emendar a inicial, no prazo de 15 dias, a fim de incluir no polo passivo os pais registrais, sob pena de indeferimento, nos termos do art. 321 do Código de Processo Civil. Cumpra-se.

ADV: IZAQUE DE OLIVEIRA DUARTE (OAB 11807/AM) - Processo 0644862-55.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: Elias de Oliveira Duarte - Mary Lady Alencar Duarte - Intimem-se as partes para, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da inicial, emendarem a exordial, no sentido de juntarem a petição inicial assinada por ambos os cônjuges (próprio punho), nos termos dos arts. 319, 321, parágrafo único, e 731 do CPC.

ADV: ADRIANO PEREIRA BONETH (OAB 8862/AM) - Processo 0645125-87.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: M.G.M. - ALIMENTAND: A.G.M.S. - REQUERIDO: A.B.S. - Diante do pedido de gratuidade da Justiça, intime-se a parte autora para emendar a inicial, no prazo de 15 dias, a fim de juntar declaração de hipossuficiência, sob pena de indeferimento, nos termos do art. 321 do Código de Processo Civil. Cumpra-se.

ADV: JUREMA DIAS DE LIMA MISSIONEIRO DOS SANTOS (OAB 70558/SP) - Processo 0645338-93.2019.8.04.0001 - Separação Litigiosa - Violência Doméstica Contra a Mulher - REQUERENTE: M.M.M.M. - REQUERIDO: C.F.S. - Diante do pedido de gratuidade da Justiça, intime-se a parte autora para emendar a inicial, no prazo de 15 dias, a fim de juntar declaração de hipossuficiência, sob pena de indeferimento, nos termos do art. 321 do Código de Processo Civil. Cumpra-se.

ADV: JAYME MATOS DE SENA (OAB 4939/AM) - Processo 0645831-07.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: O.L.S. - REQUERIDA: P.A.C. - Cite-se a parte requerida, por Carta Precatória, para contestar no prazo de 15(quinze) dias conforme informações de fls. 65.Cumpra-se.

ADV: ROSICLEIDE VIEIRA LIMA (OAB 10549/AM) - Processo 0646117-48.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: D.L.S.F. - REQUERIDA: M.M.M.S. - Trata-se de Ação Reconhecimento e Dissolução de União Estáve cumulado com Partilha de Bens, Oferta de Alimentos e Guarda. Defiro o pedido de justiça gratuita, nos termos do art. 98 do Código de Processo Civil. Primeiro, apense-se estes autos aos de número 0642512-94.2019 também em trâmite neste juízo. No mencionado processo tramita Ação de Alimentos, com as mesmas partes deste, onde já se proferiu decisão deferindo alimentos provisórios. Por essa razão, indefiro o pedido liminar de oferta de alimentos, uma vez que entendo que os alimentos provisórios devem ser aqueles estipulados nos autos de número 0642512-92.2019. Além disso, há pedido liminar de regulamentação de vistas nestes autos que deve ser agora apreciado. O art. 300 do CPC fixa os requisitos necessários para a concessão da tutela de urgência, a saber: probabilidade do direito e perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. Entendo que os elementos constantes dos autos são suficientes para, neste momento, conceder a tutela provisória perseguida. A probabilidade do direito está traduzida nos documentos de fls. 33-34 que demonstram a filiação do autor com as filhas menores Por sua vez, há perigo de dano pois é direito do genitor e das filhas manterem uma convivência e seus laços fraternos, independente da relação existente entre o autor e a requerida. Não cabe se pode impedir as menores do seu direito de convivência com o pai. Diante do exposto, concedo a tutela provisória de urgência para regulamentar e deferir liminarmente o direito de vistas paterno conforme pedido na exordial, folhas 06-07. Paute-se audiência de mediação e conciliação. Assim, cite-se a parte requerida e intime-se a parte autora para comparecerem à audiência, devendo constar no mandado que a parte deverá estar acompanhada de advogado ou de defensor público, nos termos do art. 695, §4º, do NCPC. Sendo infrutífera a mediação ou a conciliação, ou seja, não realizado o acordo ou o não comparecimento de qualquer das partes, fica a parte demandada intimada para contestar, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, consoante art. 335, do CPC/2015. Após, apresentada a defesa, intime-se à parte autora para a apresentação de réplica em igual prazo. Em razão da existência de interesse de incapaz, intime-se o Ministério Público. Cumpra-se.

ADV: JANIETE DA SILVA MONTEIRO (OAB 10084/AM) - Processo 0646288-73.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0607997-38.2016.8.04.0001) - Regulamentação de Visitas - Regulamentação de Visitas - REQUERENTE: Carlos Eduardo Neves da Silva - REQUERIDA: Danielle Barreto Rebelo de Souza - Em respeito aos artigos 9º e 10º do Código de Processo Civil, intime-se a parte autora para, em dez dias, manifestar-se sobre a promoção de folhas 128-129. Após, certifique-se e retornem os autos conclusos.

ADV: MARCUS AURÉLIO FERNANDES SENA (OAB 10817/AM) - Processo 0646363-44.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Oferta - REQUERENTE: A.W.R.S. - REQUERIDA: R.P.T.R. - Intime-se a parte autora para emendar a inicial, no prazo de 15 dias, a fim de regularizar o polo passivo desta demanda, tendo em vista que, quanto à regulamentação de visitas, a ação deve ser oposta em face, tão somente, da genitora. Outrossim, em igual prazo, determino que junte documento de identificação da menor, que configura como parte requerida desta demanda, sob pena de indeferimento, nos termos do art. 321 do Código de Processo Civil. Cumpra-se.

ADV: WINSTON DE ARAÚJO TEIXEIRA (OAB 11584/RN) - Processo 0646399-23.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: L.A.O.S. - REQUERIDO: M.F.S. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: “Intime-se a parte Autora por carta-AR, para que se manifeste a cerca da certidão negativa de fls. 81, no prazo de 10 (dez) dias”.

ADV: LORENZA SAID MONTEIRO (OAB 8421/AM) - Processo 0646813-21.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: M.C.M. - REQUERIDO: F.T.M. - SENTENÇA Vistos, Trata-se de Divórcio Litigioso. No curso do processo, as partes transacionaram acordo e pleitearam sua homologação, consoante fls.42/43. Instado a se manifestar, o Ministério Público pugna pela homologação do acordo, fls. 44. Autos conclusos, decido. O acordo versa sobre reconhecimento e dissolução de união estável, bens, guarda e alimentos. Tendo sido o acordo realizado por livre vontade das partes e considerando os documentos apresentados, HOMOLOGO POR SENTENÇA o acordo firmado entre as partes para que produza seus jurídicos e legais efeitos e JULGO EXTINTO com resolução de mérito o processo em epígrafe, com base no artigo 487, III, “b” do CPC. Expeça-se o necessário, de ordem. Sem custas. Após o trânsito em julgado, arquive-se e dê-se baixa. Manaus, 27 de agosto de 2019. Odílio Pereira Costa Neto Juiz de Direito

ADV: CAROLINE GUIMARÃES DO VALLE (OAB 6412/AM), ADV: LUIZ CLÁUDIO CRUZ DA SILVA (OAB 6906/AM) - Processo 0648757-58.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: L.P.B. - E.S.S. - REQUERIDA: E.M.C.S. e outros - Intime-se as partes para, no prazo de 15 (quinze) dias, atender à promoção do Ministério Público de folhas 90/91, no sentido de emendar à inicial para juntar título executivo judicial, sob pena de extinção do processo nos termos do art. 485, inciso IV, do NCPC. Após, dê-se nova vista ao parquet. Cumpra-se. Manaus, 30 de agosto de 2019.

ADV: FRED FIGUEIREDO CÉSAR (OAB 9508/AM) - Processo 0650016-88.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: P.A.H.B. - REQUERIDO: L.B.N. - CERTIFICO que, em cumprimento ao despacho retro do MM. Juiz de Direito Dr. Odílio Pereira Costa Neto, fica pautada Audiência de Conciliação/Mediação- com duração aproximada de 2(duas) horas, para o dia 09 de outubro de 2019, às 10 horas e 30 minutos, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260, As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015). Recomenda-se aos interessados, informados através de seu(ua) advogado(a), que compareçam à Oficina de Pais, a ser realizada no dia 12 ou 26/09/2019, juntamente com filhos na faixa etária de 06 a 17 anos, estes para Oficina das Crianças/Adolescentes, com início às 09 horas e término às 12 horas (tolerância de atraso de 20 minutos), no auditório do Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos - térreo. Serão fornecidas declarações para fins de justificativa no trabalho, se houver necessidade, cabendo ressaltar que a presença na Oficina de Pais não substitui o comparecimento à audiência de conciliação e mediação.

ADV: MARCOS PAULO DO CARMO OLIVEIRA (OAB 11771/AM) - Processo 0652998-75.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: R.L.R. - REQUERIDA: R.T.A.R. - SENTENÇA Vistos, Trata-se de Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68. No curso do processo, as partes transacionaram acordo e pleitearam sua homologação, consoante fls. 43/45. Autos conclusos, decido. O acordo versa sobre revisional de alimentos. Tendo sido o acordo realizado por livre vontade das partes e considerando os documentos apresentados, HOMOLOGO POR SENTENÇA o acordo firmado entre as partes para que produza seus jurídicos e legais efeitos e JULGO EXTINTO com resolução de mérito o processo em epígrafe, com base no artigo 487, III, “b” do CPC. Oficie-se o empregador. Expeça-se o necessário, de ordem. Sem custas. Após o trânsito em julgado, arquive-se e dê-se baixa. Manaus, 29 de agosto de 2019. Odílio Pereira Costa Neto Juiz de Direito

ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: FREDERICO MORAES BRACHER (OAB 7311/AM), ADV: CAROLINNE SILVA MORESCHI (OAB 13761/AM) - Processo 0653839-70.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: S.S.P. - REQUERIDA: J.V.S. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: “Intime-se a Requerente, por seu patrono, para manifestar-se sobre a contestação, apresentada às fls. 93/99, no prazo de 15(quinze) dias”.

ADV: JULIANA CARLA TEIXEIRA VINAGRE COTTA (OAB 4364/AM) - Processo 0654241-54.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: J.M.S. - REQUERIDA: S.A.O. - SENTENÇA Vistos, Trata-se de Procedimento Comum Cível. No curso do processo, as partes transacionaram acordo e pleitearam sua homologação, consoante fls. 68/69. Instado a se manifestar, o Ministério Público pugna pela homologação do acordo, fls. 70. Autos conclusos, decido. O acordo versa sobre reconhecimento e dissolução de união estável, guarda, visitas, alimentos e bens. Tendo sido o acordo realizado por livre vontade das partes e considerando os documentos apresentados, HOMOLOGO POR SENTENÇA o acordo firmado entre as partes para que produza seus jurídicos e legais efeitos e JULGO EXTINTO com resolução de mérito o processo em epígrafe, com base no artigo 487, III, “b” do CPC. Oficie-se o empregador. Expeça-se o necessário, de ordem. Sem custas. Após o trânsito em julgado, arquive-se e dê-se baixa. Manaus, 29 de agosto de 2019. Odílio Pereira Costa Neto Juiz de Direito

ADV: VALERIA SABRINA DE SOUZA DINIZ (OAB 13807/AM), ADV: RONALDO THALES UCHÔA BRANDÃO (OAB 12738/AM) - Processo 0655487-85.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: Juan Carlos Fernandes dos Santos - REQUERIDO: Fernando Carlos Lopes de Andrade - CERTIFICO que, em cumprimento ao despacho retro do MM. Juiz de Direito Odílio Pereira Costa Neto, fica pautada Audiência de conciliação/mediação - com duração aproximada de 2(duas) horas, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260 , no dia 09/10/2019 às 10:30h. As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015).

ADV: ALICE DA SILVA WELGERT (OAB 12614/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM) - Processo 0657903-26.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: O.C.P. - REQUERIDO: D.B.P. - T.B.P. - Considerando as inúmeras tentativas de localizar a parte requerida e tendo restado todas frustradas, cite-se por Edital, com prazo de 20 (vinte) dias. Cumpra-se.

ADV: ERIKA PAIVA PONCE E SILVA (OAB 10795/AM) - Processo 0658545-96.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: L.A.L. - REQUERIDA: M.N.S.L. - Intimem-se as partes litigantes a fim de que informem, no prazo de 10 (dez) dias, se pretendem produzir provas em audiência de instrução e julgamento, bem como especifique quais provas desejam que sejam produzidas. À secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: FABIONELLITO SANTOS DE ALMEIDA (OAB 7930/AM) - Processo 0659005-83.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - ALIMENTAND: L.E.F.C. - ALIMENTANT: L.F.B.C. - Expeça-se mandado para que seja realizada a citação da parte requerida por meio de Oficial de Justiça consoante informações de fls. 28. Cumpra-se.

ADV: ANNE CRISTINA SOUZA DE SÃO PAULO AGUIAR (OAB 24583/BA), ADV: EDIANAVE MENDONÇA LIMA (OAB 8469/AM), ADV: JOSIAS FERREIRA CAVALCANTE (OAB 3580/AM), ADV: MARIA ROSA SOARES DE LIMA ÁVILA (OAB 4086/AM) - Processo 0701379-27.2012.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: R.G.M.S. - REQUERIDO: F.C.L.N. - Paute-se audiência de conciliação e mediação. Intimem-se as partes. Cumpra-se.

Adenir Souza da Costa (OAB 8222/AM)
Adriana Maria Giannico de Araújo Viana Pinheiro (OAB 9741/AM)
Adriane Ortiz Granja de Souza (OAB 5129/AM)
Adriano Menezes Hermida Maia (OAB 8894/AM)
Adriano Pereira Boneth (OAB 8862/AM)
Adroaldo Alexandre Arruda da Silva (OAB 5483/AM)
Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Alcy Richard Cavalcante Barbosa (OAB 11091/AM)
Alda Edna Lima Ferraz (OAB 4913/AM)
Alessandra Amazonas da Cunha (OAB 5780/AM)
Alexandre de Oliveira Netto (OAB 6274/AM)
Alice da Silva Welgert (OAB 12614/AM)
Alichelly Carina Macedo Ventura (OAB 7185/AM)
Anderson de Jesus Lobato da Costa (OAB 24262/PA)
Anderson Nepomuceno Ramos (OAB 13446/AM)
André Barbosa Assam (OAB 10404/AM)
André Luiz Simonetti Ribeiro de Souza (OAB 12350/AM)
Andréa Fonseca Oliveira (OAB 5959/AM)
Anelson Brito de Souza (OAB 5342/AM)
Angelica Feitoza do Valle (OAB 9897/AM)
Anne Cristina Souza de São Paulo Aguiar (OAB 24583/BA)
Antônio Alves Pereira (OAB 2622/AM)
Antônio Araújo de Moraes (OAB 5631/AM)
Antônio Carlos da Silva Santos (OAB 2918/AM)
Antônio Tavares Ferreira Costa (OAB 6941/AM)
Arnoldo Bentes Coimbra (OAB 345/AM)
Athena Larissa Mota Nunes (OAB 9291/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Bernardo Silva de Seixas (OAB 7910/AM)
Brenda Karen Nunes Passos Lima (OAB 13270/AM)
Bruno Calheiro de Oliveira (OAB 5986/AM)
Bruno de Souza Cavalcante (OAB 9057/AM)
Bruno Rodrigo Maciel Costa de Lima (OAB 13094/AM)
Carlos Alberto Rodrigues de Souza (OAB 6164/AM)
Carlos Augusto de Souza Marques Júnior (OAB 9197/AM)
Carlos César Moreira de Souza (OAB 8610/AM)
Carlos Collyer Ferreira (OAB 10012/AM)
Carolina Albuquerque do Valle (OAB 8112/AM)
Carolina Gomes Mar (OAB 8627/AM)
Caroline Guimarães do Valle (OAB 6412/AM)
CAROLINNE SILVA MORESCHI (OAB 13761/AM)
Célio Alberto Cruz de Oliveira (OAB 2906/AM)
Cintia Marfiza de Lima Monteiro (OAB 8836/AM)
Cláudia de Santana (OAB 8369/AM)
Cláudio Augusto Colares da Costa (OAB 8429/AM)
Cleiton Leal Vargas (OAB 168680/RJ)
CRISTIANE RODRIGUES SILVEIRA (OAB 10838/AM)
Daniel Santos de Andrade (OAB 6733/AM)
Daniela de Souza Alcantara (OAB 9200/AM)
Deize da Silva Vasconcelos (OAB 3058/AM)
Demétria Anunciação Marques (OAB 1493/AM)
Dermeval de Oliveira Nascimento (OAB 7475/AM)
Dídia Haydée de Mendonça Soares (OAB 8544/AM)
Djalma Martins da Costa Júnior (OAB 9628/AM)
Douglas XAvier de Souza (OAB 182595/RJ)
Eder Carlos Ribeiro Pires (OAB 7901/AM)
Edianave Mendonça Lima (OAB 8469/AM)
EDIONE KAROLINE MEIDEIROS DA SILVA DE QUEIROZ (OAB 11360/AM)
Eduardo Marques da Silva (OAB 9114/AM)
Eduiges Secafi da Silva Caiado (OAB 11937/AM)
Eisenhower Pereira Campos (OAB 564A/AM)
Elaine Bezerra de Queiroz Benayon (OAB 3456/AM)
Elias Barros Cavalcante (OAB 5359/AM)
Elias Brasil Benjó (OAB 1067/AM)
Eliezer Alves de Oliveira (OAB 10900/AM)
Elisângela Alves dos Santos (OAB 53139/PR)
Ellen Carolina Lima Colares (OAB 11239/AM)
Emmilly Karen Apolônio da Silva (OAB 9716/AM)
Erik Franco de Sá (OAB 3786/AM)
Erika Paiva Ponce e Silva (OAB 10795/AM)
Etã Pereira Castelo Branco (OAB 6550/AM)
Eugênio dos Santos Gomes (OAB 8930/AM)
Euler Passos de Moura (OAB 6646/AM)
Euler Vilaça Batista Borges (OAB 2428/AM)
Evellyn Kelryen Apolônio da Silva (OAB 9125/AM)
Everson de Lima Conceição (OAB 7002/AM)
Fábio Leite Nobre (OAB 11149/AM)
Fábio Nogueira Corrêa (OAB 5674/AM)
Fabíola Ferreira do Nascimento (OAB 8980/AM)
Fabionellito Santos de Almeida (OAB 7930/AM)
Flávio da Conceição Ferreira Oliveira (OAB 5960/AM)
Francicleia da Silva Machado Matos (OAB 11119/AM)
Fred Figueiredo César (OAB 9508/AM)
Frederico Moraes Bracher (OAB 7311/AM)
Geraldo Sérgio Albuquerque Ribeiro (OAB 8400/AM)
GEYZON OLIVEIRA REIS (OAB 5031/AM)
Gilberto Abreu dos Santos (OAB 11385/AM)
Gilvan Geraldo de Aquino Seixas (OAB 1497/AM)
Girlene de Souza Portela (OAB 11013/AM)
Gisele Souza de Mattos (OAB 10601/AM)
Guilherme Gustavo Vasques Mota (OAB 5663/AM)
Haildo Jarbas Rodrigues (OAB 5304/AM)
Heloísa Helena Queiroz de Matos Canto (OAB 9056/AM)
Helom César da Silva Nunes (OAB 9028/AM)
Hermeson dos Santos Rodrigues (OAB 8245/AM)
Hernane Pereira Machado (OAB 7649/AM)
Ícaro Rodrigo Valente Lopes (OAB 7457/AM)
Isley e Souza de Souza (OAB 9703/AM)
Itamar Brito Gonçalves (OAB 9684/AM)
Izaque de Oliveira Duarte (OAB 11807/AM)
Jair Ferreira Rodrigues (OAB 1275/AM)
Jane Silva da Silveira (OAB 6783/AM)
Janiete da Silva Monteiro (OAB 10084/AM)
Jayme Matos de Sena (OAB 4939/AM)
Jean Carlo Navarro Corrêa (OAB 5114/AM)
Jerônimo Pereira da Silva Neto (OAB 9509/AM)
João Batista Andrade de Queiroz (OAB 2372/AM)
João Medeiros da Silva (OAB 6595/AM)
Joelson Gláucio Luzeiro (OAB 4392/AM)
Jorge Lauri Fazioni (OAB 5914/AM)
Jorgiana Lacet de Lima (OAB 10128/AM)
José Airton Garcia Júnior (OAB 8386/AM)
José Dênis Moura dos Santos Júnior (OAB 3827/AC)
José Eldair de Souza Martins (OAB 1822/AM)
José Joaquim Lima Nogueira (OAB 6192/AM)
Josias Ferreira Cavalcante (OAB 3580/AM)
Juan Pablo Ferreira Gomes (OAB 7716/AM)
Juliana Carla Teixeira Vinagre Cotta (OAB 4364/AM)
Jurema Dias de Lima Missioneiro dos Santos (OAB 70558/SP)
Karen Vieira da Silva (OAB 8366/AM)
Kássio Almeida Faye das Chagas (OAB 10208/AM)
Kátia Oliveira Santos da Costa (OAB 8260/AM)
Kely Patrícia Paixão Silva (OAB 9763/AM)
Ketlen Roque dos Anjos (OAB 10827/AM)
Leandro Kazuyuki Takahashi (OAB 12343/AM)
Leyla Viga Yurtsever (OAB 3737/AM)

Lídia Maura Lopes da Costa (OAB 6399/AM)
Lilian M. S. Pantoja (OAB 3508/AM)
Lorena Rosa Andrade da Silva Chain (OAB 11752/AM)
Lorenza Said Monteiro (OAB 8421/AM)
Luís Magnum Barros Santos (OAB 8512/AM)
Luiz Carlos Pantoja (OAB 913/AM)
Luiz Cláudio Cruz da Silva (OAB 6906/AM)
Luiz Eron Castro Ribeiro (OAB 3274/AM)
LUIZ SERGIO VIEIRALVES DONATO LOPES FILHO (OAB 5338/AM)
Mara Inez Ribeiro de Lima (OAB 6449/AM)
Márcio Clebson da Silva Costa (OAB 10116/AM)
Marco Aurélio de Lima Choy (OAB 4271/AM)
Marco Lúcio Souto Maior de Athayde (OAB 4522/AM)
Marcos dos Santos Carneiro Monteiro (OAB 12846/AM)
Marcos Maurício Costa da Silva (OAB 4272/AM)
Marcos Paulo do Carmo Oliveira (OAB 11771/AM)
Marcos Paulo Moura Luz (OAB 10868/AM)
MARCUS AURÉLIO FERNANDES SENA (OAB 10817/AM)
Maria Cláudia Sousa da Silva (OAB 11990/MA)
Maria Euni Taveira de Almeida Costa (OAB 9670/AM)
Maria Rosa Soares de Lima Ávila (OAB 4086/AM)
Maria Santana de Freitas (OAB 5708/AM)
Maria Síglid Severino dos Santos (OAB 8115/AM)
Mário Adriano Cunha Maia (OAB 5860/AM)
Mário Jorge Oliveira de Paula Filho (OAB 2908/AM)
Marissol dos Santos Carvalho (OAB 13131/AM)
Marizete Neves Gomes (OAB 3038/AM)
Max Eduardo Vieira Sarubi (OAB 9540/AM)
Moisés Cavalcanti Gouvêa de Oliveira (OAB 5912/AM)
Mônica Vicente Taketa (OAB 7988/AM)
Monique Rodrigues Leão (OAB 93577/PR)
Munick Albuquerque Costa (OAB 7874/AM)
Odely Costa dos Santos (OAB 10324/AM)
Orlando Patrício de Sousa (OAB 7705/AM)
Paulo Humberto Carvalho de Oliveira (OAB 10033/AM)
Paulo Renato Ribeiro dos Santos (OAB 9644/AM)
Paulo Roberto Farias de Oliveira (OAB 6011/AM)
Plínio Henrique Morely de Sá Nogueira (OAB 2936/AM)
Priscilla de Oliveira Gomes (OAB 8623/AM)
Raimundo de Amorim Francisco Soares (OAB 1137/AM)
Raimundo de Amorim Francisco Soares Filho (OAB 5505/AM)
Raimundo Filho Sobral dos Santos (OAB 8038/AM)
Ralles de Araújo Baldez (OAB 12429/AM)
Rayna Coelho Barbosa (OAB 12222/AM)
Rebeca Dantas Dib (OAB 8909/AM)
Renato Fernandes Mariano (OAB 8246/AM)
Ricardo Amaral da Silva (OAB 7666/AM)
Ricardo Mendes Lasmar (OAB 5933/AM)
Roberto Carlos Leandro Soares (OAB 7653/AM)
Rodrigo de Castro Junqueira (OAB 372424/SP)
Ronaldo Thales Uchôa Brandão (OAB 12738/AM)
Rosa Evaneide Mendes Pinto (OAB 7291/AM)
Rosicleide Vieira Lima (OAB 10549/AM)
Samantha de Souza Penha (OAB 13297/AM)
Sara de Sousa Silva (OAB 14509/AM)
Sarah Lima Toledano (OAB 10106/AM)
Suelen Cristina Maia de Almeida Albuquerque (OAB 4345/AM)
Tadeuza Bentes de Almeida (OAB 8205/AM)
Tatiana Ferreira da Silva (OAB 10168/AM)
Thammy das Neves Athayde (OAB 7312/AM)
Thiago Thadeu Bastos Tavares da Silva (OAB 11821/AM)
Valdemir da Silva (OAB 3018/AM)
Valeria de Melo Silva (OAB 1566/AM)
Valeria Sabrina de Souza Diniz (OAB 13807/AM)
Vanessa Cardoso (OAB 11077/AM)
Veridiana Nogueira de Aguiar (OAB 8182/PA)
Vinicio Carlos Cordovil Mendes Filho (OAB 7907/AM)
Viviane Lopes Soares (OAB 10534/AM)
Waldemira Rodrigues Matos (OAB 9750/AM)
Wellington de Amorim Alves (OAB 2993/AM)
Winston de Araújo Teixeira (OAB 11584/RN)
Winston de Araújo Teixeira (OAB 1295A/AM)

5ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA DE FAMÍLIA (EUZA MARIA)
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0185/2019

ADV: ROSENIL MAXIMO DOS SANTOS (OAB 13970/AM), ADV: TAILON SILAS DE OLIVEIRA SANTOS (OAB 14907/AM) - Processo 0201500-78.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Dissolução - EXEQUENTE: K.A.R.M. - De ordem do(a) Juiz(a) da 5ª Vara de Família (Euza Maria), intime-se a parte interessada acerca da expedição da carta precatória, a fim acompanhar o cumprimento da diligência perante o juízo deprecado e, bem assim, cooperar para que o prazo fixado seja observado.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0202027-20.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERIDO: U.I.A. e outro - Diante da certidão de fls. 39, de ordem do Juiz da 5ª Vara de Família (Euza Maria) - Portaria nº 002/2018 - 5VF, intimem-se, sucessivamente, autor, réu e Ministério Público, se for o caso de sua intervenção, para, no prazo de 15 (quinze) dias, aduzirem suas razões finais.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0213717-46.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERIDO: F.O.R. - Diante da certidão de fls. 46 de ordem do Juiz da 5ª Vara de Família (Euza Maria) - Portaria nº 002/2018 - 5VF, intimem-se, sucessivamente, autor, réu e Ministério Público, se for o caso de sua intervenção, para, no prazo de 15 (quinze) dias, aduzirem suas razões finais.

ADV: LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM) - Processo 0214024-97.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERIDO: R.B.P. - Reconhecimento e dissolução de união estável. Partes qualificadas nos autos. Documentação pertinente. Acordo em audiência. O relatório no essencial. Os documentos que acompanham a inicial ratificam e dão consistência ao pedido, além disso, as partes, em audiência, acordaram quanto a aunião estável e partilha de bens. Em razão disso, tem-se por homologado o acordo, para se ter por dissolvida a união estável, para todos os efeitos legais. Sem custas. Intimem-se. Transitando em julgado, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento, com isenção de custas cartoriais.

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0215083-57.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERIDO: E.S.M.B.G. e outro - Regulamentação de visitas. Autora- avó materna; requerida- mãe. Citação. Conciliação com acordo provisório. Contestação. Réplica. Instrução com depoimento da parte autora. Ausência de alegações finais. Manifestação ministerial. O relatório, no essencial. Entende a autora que o fato de ter tido a convivência com a neta obstada pela mãe, obrigou-a a ingressar com a presente ação para assegurar o direito de convivência. O Código Civil assegura claramente o direito de visitas aos avós conforme o seu artigo 1589, parágrafo único: “Art. 1.589. O pai ou a mãe, em cuja guarda não estejam os filhos, poderá visitá-los e tê-los em sua companhia, segundo o que acordar com o outro cônjuge, ou for fixado pelo juiz, bem como fiscalizar sua manutenção e educação. Parágrafo único. O direito de visita estende-se a qualquer dos avós, a critério do juiz, observados os interesses da criança ou do adolescente.” Não obstante, deve-se ressaltar que esse direito tem caráter bilateral, pois não é só o direito da avó conviver com sua neta, mas também da neta poder ter uma convivência com a família de seus ascendente,. Conforme já dito, inexiste razão para se negar esse direito, ou até mesmo limitá-lo. Ponderada a situação, em consonância com o parecer ministerial, JULGO TOTALMENTE PROCEDENTE, a demanda, nos termos do art.487, I, do CPC, e fixo as visitas em favor da avó materna nos seguintes termos: 1) Finais de semana alternados, das 18:30 h da sexta-feira até o fim do domingo; 2) Durante as férias escolares do final do ano, ficando os custos do deslocamento ao encargo da requerente, em caso de mudança de domicílio da menor para outro Estado. Sem custas. Deferida a gratuidade judiciária. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se com as providências de estilo.

ADV: PEDRO IGOR FROTA DE CARVALHO (OAB 13661/AM), ADV: OSWALDO TÁVORA BUARQUE NETO (OAB 5566/AM), ADV: MANOEL PEDRO DE CARVALHO (OAB 4890/AM), ADV: VIVIANE NUNES DE OLIVEIRA DA COSTA (OAB 8944/AM) - Processo 0219653-52.2019.8.04.0001 - Regulamentação de Visitas - Regulamentação de Visitas - REQUERIDO: A.C.C. - Regulamentação de Visitas Partes qualificadas nos autos. Documentação pertinente. Acordo em audiência. Ministério Público favorável. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Sem custas. Providencie-se o necessário cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, baixa e arquivamento.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0244126-39.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERIDO: W.J.F.S. - Diante da certidão de fls. 42, de ordem do Juiz da 5ª Vara de Família (Euza Maria) - Portaria nº 002/2018 - 5VF, intimem-se, sucessivamente, autor, réu e Ministério Público, se for o caso de sua intervenção, para, no prazo de 15 (quinze) dias, aduzirem suas razões finais.

ADV: FÉLIX DE MELO FERREIRA (OAB 3032/AM), ADV: LIDIANE DA SILVA ROQUE (OAB 12702/AM) - Processo 0244695-11.2016.8.04.0001 (processo principal 0238751-72.2009.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - REQUERENTE: Raquel de Souza Cruz - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem resultado. Extinção, com fundamento no artigo 485, III, do CPC. Sem custas. Intime-se. Transitando em julgado, providenciem-se baixa e arquivamento.

ADV: GILVAN GERALDO DE AQUINO SEIXAS (OAB 1497/AM) - Processo 0251170-85.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Dissolução - REQUERENTE: I.F.O. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem resultado. Extinção, com fundamento no artigo 485, III, do CPC. Sem custas. Intime-se. Transitando em julgado, providenciem-se baixa e arquivamento.

ADV: RAQUEL NATALINA BRITO SILVA (OAB 10323/AM) - Processo 0602536-51.2017.8.04.0001 - Remoção, modificação e dispensa de tutor ou curador - Guarda - REQUERIDA: K.S.S.M. - CERTIFICO que, em cumprimento ao(à) despacho / decisão do(a) Juiz(a), fica pautada audiência de Instrução e Julgamento para o dia 05/11/2019 às 09:00h, sendo providenciadas, neste ato, as intimações / citações necessárias.

ADV: ELIAS CRUZ LIMA JUNIOR (OAB 6947/AM) - Processo 0604549-23.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - EXEQUENTE: J.C.E. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem resultado, haja vista que a parte mudou de endereço sem informar a este Juízo ou o declinou incorretamente nos autos, o que a torna válida, nos termos do art. 274, parágrafo único c/c art. 106, II, § 1º do CPC. Extinção, com fundamento no artigo 485, III do CPC. Custas suspensas por força do artigo 12 da Lei n. 1.060/1950. Intime-se. Transitando em julgado, providenciem-se baixa e arquivamento.

ADV: NILSON OLIVEIRA DE ANDRADE (OAB 8687/AM), ADV: GUTEMBERGUE LOPES DANTAS (OAB 8984/AM) - Processo 0613936-33.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Transação - EXECUTADO: C.C.S.C. - De ordem do(a) Juiz(a) da 5ª Vara de Família (Euza Maria) Portaria nº 002/2018 5VF, intime-se o réu para, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestar sobre a penhora conforme fl.214.

ADV: ÁLVARO VIANA ORTIZ (OAB 13165/AM) - Processo 0623629-70.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Reconhecimento / Dissolução - EXECUTADO: M.R.B.B. - De ordem do(a) Juiz(a) da 5ª Vara de Família (Euza Maria) Portaria nº 002/2018 5VF, intime-se o réu para, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestar sobre ofício de fl.94 .

ADV: GREG LEE SOARES DUARTE (OAB 10127/AM), ADV: VERIDIANA SPINOLA TONELLI (OAB 11323/AM) - Processo 0626115-62.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Transação - REQUERIDO: THIAGO DIARTE LIMA - Execução de alimentos. Acordo com pagamento parcial e restante parcelado. Transação. Diante disso, tem-se por extinto o processo com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, III, " b" do Código de Processo Civil. Ressalvada a retomada da prisão na eventualidade do descumprimento do acordo. Expeça-se alvará de soltura. Intimem-se. Arquive-se.

ADV: MARCO AURÉLIO MARTINS DA SILVA (OAB 4849/AM), ADV: JOSÉ IZAC DOS SANTOS SOUZA (OAB 8842/AM) - Processo 0630513-57.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Revisão - REQUERENTE: K.L.C. e outro - REQUERIDO: L.S.S.C. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem resultado. Extinção, com fundamento no artigo 485, III, do CPC. Sem custas. Intime-se. Transitando em julgado, providenciem-se baixa e arquivamento.

ADV: IÊDA SANTOS CARDOSO (OAB 5714/AM), ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM), ADV: EDENILSON HOSODA MONTEIRO DA SILVA (OAB 9932/AM) - Processo 0630529-06.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Transação - EXEQUENTE: J.B.A. - I.F.F. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem resultado, haja vista que a parte mudou de endereço sem informar a este Juízo ou o declinou incorretamente nos autos, o que a torna válida, nos termos do art. 274, parágrafo único c/c art. 106, II, § 1º do CPC. Extinção, com fundamento no artigo 485, III do CPC. Custas suspensas por força do artigo 12 da Lei n. 1.060/1950. Intime-se. Transitando em julgado, providenciem-se baixa e arquivamento.

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM), ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0632657-28.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0224861-51.2018.8.04.0001) - Guarda - Seção Cível - REQUERIDA: L.L.R. - Em cumprimento ao despacho de fls. 40-42, intime-se o réu para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentar alegações finais.

Álvaro Viana Ortiz (OAB 13165/AM)
Beatriz Botinelly Cunha e Silva (OAB 1184/AM)
Edenilson Hosoda Monteiro da Silva (OAB 9932/AM)
Elias Cruz Lima Junior (OAB 6947/AM)
Félix de Melo Ferreira (OAB 3032/AM)
Gilvan Geraldo de Aquino Seixas (OAB 1497/AM)
Greg Lee Soares Duarte (OAB 10127/AM)
GUTEMBERGUE LOPES DANTAS (OAB 8984/AM)
Helom César da Silva Nunes (OAB 6174/AM)
Iêda Santos Cardoso (OAB 5714/AM)
José Izac dos Santos Souza (OAB 8842/AM)
LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM)
Lidiane da Silva Roque (OAB 12702/AM)
Manoel Pedro de Carvalho (OAB 4890/AM)
Marco Aurélio Martins da Silva (OAB 4849/AM)
Nilson Oliveira de Andrade (OAB 8687/AM)
Oswaldo Távora Buarque Neto (OAB 5566/AM)
Pedro Igor Frota de Carvalho (OAB 13661/AM)
Raquel Natalina Brito Silva (OAB 10323/AM)
Rosenil Maximo dos Santos (OAB 13970/AM)
Sem Patrono (OAB /AM)
Tailon Silas de Oliveira Santos (OAB 14907/AM)
VERIDIANA SPINOLA TONELLI (OAB 11323/AM)
Viviane Nunes de Oliveira da Costa (OAB 8944/AM)

6ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA DE FAMÍLIA
JUIZ(A) DE DIREITO VICENTE DE OLIVEIRA ROCHA PINHEIRO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA AUXILIADORA SANTANA DE OLIVEIRA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0061/2019

ADV: MANOEL PEDRO DE CARVALHO (OAB 4890/AM), ADV: PEDRO IGOR FROTA DE CARVALHO (OAB 13661/AM), ADV: OSWALDO TÁVORA BUARQUE NETO (OAB 5566/AM) - Processo 0201692-35.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: K.C.F.F.A. - REQUERIDA: K.F.F.A. e outro - CERTIFICA, para os devidos fins de direito que se fizerem necessários, que para redistribuição dos presentes autos, estamos

no aguardo da remessa do mandado já solicitado através de Ofício (fls. 75), bem como, decurso do prazo da intimação eletrônica da Defensoria Pública.

ADV: OSWALDO TÁVORA BUARQUE NETO (OAB 5566/AM), ADV: PEDRO IGOR FROTA DE CARVALHO (OAB 13661/AM), ADV: VIVIANE NUNES DE OLIVEIRA DA COSTA (OAB 8944/AM), ADV: MANOEL PEDRO DE CARVALHO (OAB 4890/AM) - Processo 0201692-35.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: K.C.F.F.A. - REQUERIDA: K.F.F.A. e outro - EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 20 DIAS Autos nº:0201692-35.2018.8.04.0001 Ação:Guarda/PROC Requerente:KELLY CRISTINA FLORES FERREIRA ANDRADE RequeridoKATHERINE FLORES FERREIRA ANDRADE PATRICK CRUZ CARNEIRO O Dr. Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro, MM. Juiz de Direito Titular da 6ª Vara de Família da Comarca de Manaus, no exercício de suas atribuições constitucionais, FAZ CITAR, pelo presente edital, KATHERINE FLORES FERREIRA ANDRADE, atualmente, com endereço em local incerto e não sabido, para os termos do processo em epígrafe, na qual figura como Requerente, KELLY CRISTINA FLORES FERREIRA ANDRADE, brasileira, solteira, domiciliada e residente, na RUA XINAPUA, CONJ BOA NOVAS, ATRÁS DA SETA TRANSPORTES, 15, FONE 92 9165-4637/ 8120-2786, CIDADE NOVA II - CEP 69090-328, Manaus-AM, devendo a Sra. KATHERINE FLORES FERREIRA ANDRADE apresentar contestação aos termos da petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir do decurso do presente edital. Em não apresentando contestação, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte Requerente, na petição inicial (Código de Processo Civil, art. 285). Manaus,28 de agosto de 2019. (E01947).

ADV: GEFERSON BATISTA PINHEIRO (OAB 11931/AM), ADV: NÚBIA BATISTA PINHEIRO (OAB 11184/AM) - Processo 0203195-57.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: E.S.S. - 1. EM TEMPO: Consigo que a presente ação está tramitando com os benefícios da Justiça Gratuita, conforme declaração da parte e nos termos do art. 98, caput, § § 2º e 3º do NCPC. 2. Em razão da juntada de fls. 20-22, INTIME-SE o(a) patrono(a) da parte autora para, querendo, apresentar réplica no prazo de 15 (quinze) dias. 3. Após, com ou sem manifestação, VOLTEM-ME conclusos. CUMPRA-SE.

ADV: FRANCISCO ALVES DE OLIVEIRA (OAB 9936/AM) - Processo 0205628-15.2011.8.04.0001 - Homologação de Transação Extrajudicial - Habilitação / Registro Cadastral / Julgamento / Homologação - REQUERENTE: Carmen Érica Lima de Campos Gonçalves e outro - ATENDA-SE o requerimento retro. Realize a retificação do Mandado de Averbação. 2. Após , PROCEDA-SE o efetivo arquivamento. Int. CUMPRA-SE.

ADV: KAFFA GIGLIO (OAB 166774/MG), ADV: JOSÉ DELFIN BUITRAGO ACOSTA (OAB 5546/AM) - Processo 0218551-92.2019.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - Fixação - REQUERENTE: Bruno José de Paula - REQUERIDA: D.M.C.P. e outro - Diante dos argumentos e pedidos do requerimento retro (fls. 105/107), bem como por tudo mais que consta nos autos, CERTIFIQUE-SE e DILIGENCIE-SE junto ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, devendo a secretaria enviar as cópias necessárias. Int. CUMPRA-SE, com a urgência que a ação reclama.

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM), ADV: LINDOMAR LIMA DE SOUZA (OAB 9739/AM) - Processo 0220725-45.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - AUTORA: L.M.G. - REQUERENTE: MARIA VANUZA MARQUES DE MATOS - REQUERIDO: A.S.G. - 1. Diante do termo de audiência de fls. 78, bem como pelo fato do processo encontrar-se parado há mais de 30 (trinta) dias, sem qualquer manifestação da parte interessada, INTIME-SE a parte autora, via Mandado Judicial, para promover os atos e diligências que entender necessárias, em 05 (cinco) dias, sob pena de extinção e arquivamento, nos termos do artigo 485, III e § 1º, do Novo Código de Processo Civil. 2. Consigno que as custas referentes ao cumprimento do mandado determinado no "item 1" serão cobradas conforme estabelecido no artigo 2.º, parágrafo 2.º, do Provimento n.º 250/2015 da Corregedoria Geral de Justiça. CUMPRA-SE.

ADV: DAIANA KELLY BANDEIRA SPENER (OAB 13366/AM), ADV: RADSON ROCHA DE ARAÚJO (OAB 6740/AM), ADV: RAFAELA ROCHA BEZERRA (OAB 12824/AM) - Processo 0221137-39.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Transação - REQUERENTE: S.S.M. - REQUERIDO: A.C.O. - CERTIFICO que nesta data foi pautada audiência de Instrução e Julgamento para o processo em epígrafe, a ser realizada em 13/04/2020 às 11:00h. Ficam desde já os patronos intimados para comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento editado pela Corregedoria Geral de Justiça sob o nº 199/2012, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente, via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. É o que me cumpre certificar. PARTES CIENTES POR MEIO DOS PATRONOS.

ADV: ELLEN WANDRIENNY DE LIMA TAVARES (OAB 10122/AM), ADV: CARLOS COLLYER FERREIRA (OAB 10012/AM) - Processo 0233811-83.2017.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: A.O.S.F. - MM Juiz determinou que o processo volte à tramitação normal

ADV: ROBERTA SILVA DE SENA (OAB 8956/AM) - Processo 0234370-11.2015.8.04.0001 - Homologação de Transação Extrajudicial - Transação - REQUERIDO: E.C.P.J. - Int.CUMPRA-SE.

ADV: JOSÉ PEREIRA DE MOURA NETO (OAB 7397/AM), ADV: THIAGO FELIPE FERNANDES FERREIRA (OAB 13944/AM) - Processo 0236904-20.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: F.L.M. - REQUERIDO: A.C.C.M. - 1. PAUTE-SE audiência de Conciliação com as partes, consoante artigo art. 695 do NCPC. 2. CITE-SE o réu, unicamente para comparecimento à audiência de mediação e conciliação acompanhado de advogado ou defensor público. 3. INTIME-SE a parte autora, por seu patrono para o mesmo ato, bem como para previsões contidas nos §§ 8º, 9º e 10 do art. 334, também do NCPC. 4. INTIMEM-SE as partes, seus patronos e o Ministério Público. Int. CUMPRA-SE.

ADV: VANESSA CHAVES VIEIRA (OAB 10163/AM), ADV: RENATA DE SÁ E LEME (OAB 10231/AM), ADV: ANA LETICIA LIRA CORREIA (OAB 186410/RJ), ADV: ANTONELA MARTINS DOS SANTOS (OAB 9781/AM), ADV: ELIANA MAIA DE OLIVEIRA CALDEIRA (OAB 205290/RJ), ADV: ERIK FRANCO DE SÁ (OAB 3786/AM) - Processo 0600591-92.2018.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: M.L.B.M. - EXECUTADO: W.M.O.J. - Certifico nesses autos que, por força da determinação do Ofício Circular n.º 024/2019 da Corregedoria Geral de Justiça e por ordem do MM. Juiz de Direito, Dr. Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro, titular desta 6ª Vara de Família, bem como considerando a realização da XIV SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO, de 04 a 08 de novembro de 2019, promovida pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, que foi DESIGNADO O DIA 07/11/2019 às 14:00h, para audiência de TENTATIVA DE CONCILIAÇÃO. Outrossim, ficam desde já os patronos intimados a comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento n.º 199/2012, da Corregedoria Geral de Justiça, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. PARTES CIENTES POR MEIO DOS PATRONOS.

ADV: JUBSTEU CARNEIRO MACIEL DE ARAÚJO (OAB 7047/AM) - Processo 0600593-28.2019.8.04.0001 - Interdição - Família - REQUERENTE: Maria Luci Sousa de Oliveira - Pois bem, tendo em vista as informações técnicas carreadas ao processo e, portanto, o Laudo Médico de fls. 91/91, datado de 18 de julho de 2019, atestando que "a interditanda apresenta transtorno mental crônico, incurável e irreversível desde a infância. Sem condições de exprimir a sua vontade, de servir a sua pessoa e seus bens. Necessita de apoio de cuidadores para realizar as suas tarefas de vida diária." - CID F06/F71 - , verifica-se que o caso é mesmo de interdição. Nesse sentido, afora os outros elementos de prova que foram carreados ao processo, denota-se que o órgão ministerial, quando lhe foi concedida vista do feito e conforme mencionado acima, pugnou pelo seu regular prosseguimento nos exatos termos do disposto nos artigos 753/758 da Nova Lei de Ritos, todos eles insertos no Capítulo XV, Seção IX que trata "Da Interdição", dentro do Novo Estatuto Processual Civil, sendo que - mais especificamente - o artigo 755, I fala sobre os limites da curatela. Isto posto, fundamentando no artigo 3º, II, do Código Civil Brasileiro; ACOLHO A PRETENSÃO AUTORAL; DECRETO a

interdição pleiteada, declarando-se a interditanda, A. C. de S. O., como incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil de natureza patrimonial e negocial, não alcançando o direito ao próprio corpo, à sexualidade, ao matrimônio, à privacidade, à educação, à saúde, ao trabalho e ao voto; nomeando-lhe como curadora definitiva a requerente, Sra. M. L. S. de O., cuja curatela ficará restrita exclusivamente as direitos de ordem patrimonial e negocial, consoante art. 85 do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015); E JULGO O PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, devendo a Secretaria diligenciar a respeito. Destarte, CUMPRA-SE o que prevê o citado artigo 755, § 3º, especificamente no que se refere a inscrição da interdição no registro de pessoas naturais, bem como a imediata publicação desta sentença no DJE, na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça- CNJ e na imprensa local, expedindo-se, para tanto, o competente edital. Por fim, INTIME-SE o(a) curador(a) para: a) prestar contas a este juízo, anualmente, da sua administração, com a apresentação do balanço do respectivo ano, nos termos do art. 553 e § 2º do art. 763, ambos do NCPC c/c art. 1756 do Código Civil Brasileiro; b) tomar ciência quanto aos crimes e infrações administrativas descritos nos artigos 89 a 91 do Estatuto da Pessoa com Deficiência - Lei nº 13.146/2015; c) tomar ciência que a venda de quaisquer bens em nome do(a) interditado(a) dependerá de expressa autorização judicial. Sem custas, nos termos da Lei nº 1.060/50. P. R. I. Cumpra-se. DÊ-SE ciência ao Ministério Público, via portal e-SAJ. Tudo providenciado e após o trânsito em julgado, EXPEÇA-SE o termo de curatela definitiva, com a baixa e o posterior arquivamento dos autos.

ADV: RONALDO DA SILVA GAMA (OAB 7900/AM), ADV: MAHIRA ALMEIDA DE SÁ (OAB 7802/AM), ADV: RAMI YURI MENEZES GAMA (OAB 8933/AM) - Processo 0602478-14.2018.8.04.0001 - Interdição - Tutela e Curatela - INTERDITAN: M.M.B.M. - INTSSADO: M.J.B.M. - A.V.B.M. - L.H.B.M. - A.C.B.M. - F.J.B.M. - INTIMEM-SE os Terceiros Interessados, por seus patronos, para manifestação pertinente no prazo de 05 (cinco) dias. 3. Após, VOLTEM-ME conclusos. Int. CUMPRA-SE.

ADV: WILSON OLIVEIRA MELO JÚNIOR (OAB 3220/AM) - Processo 0604122-94.2015.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERIDO: M.S.G. - 1. Diante da certidão retro, bem como pelo fato do processo encontrar-se parado há mais de 30 (trinta) dias, sem qualquer manifestação da parte interessada, INTIME-SE a parte autora, via Mandado Judicial, para promover os atos e diligências que entender necessárias, em 05 (cinco) dias, sob pena de extinção e arquivamento, nos termos do artigo 485, III e § 1º, do Novo Código de Processo Civil. 2. Consigno que as custas referentes ao cumprimento do mandado determinado no "item 1" serão cobradas conforme estabelecido no artigo 2º, parágrafo 2º, do Provimento nº 250/2015 da Corregedoria Geral de Justiça. CUMPRA-SE.

ADV: OLAVO CÉSAR CASTRO MENDES (OAB 513A/AM), ADV: DINAH NASCIMENTO TEIXEIRA (OAB 7204/AM) - Processo 0604417-34.2015.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERIDA: P.G.C.C. e outro - 1. Desde logo, considerando todas as providências e deliberações que foram tomadas no processo e, portanto, faltando apenas - a rigor - a resolução da questão referente a continuidade da convivência paterno-filial, INTIMEM-SE os litigantes, para, querendo, juntarem seus respectivos memoriais, no prazo comum de 10 (dez) dias. 2. Finalizado tal prazo, com ou sem resposta das partes, ABRA-SE vista obrigatória ao representante do Ministério Público, devendo os autos voltarem conclusos logo em seguida, para deliberação pertinente.

ADV: JORGIANA LACET DE LIMA (OAB 10128/AM), ADV: MARIA DE OLIVEIRA FERNANDES (OAB 4296/AM), ADV: FABRICIO NASCIMENTO LIMA (OAB 10164/AM), ADV: CÉLIO ANTÔNIO SZLACHTA (OAB 6260/AM) - Processo 0605741-25.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Dissolução - REQUERENTE: S.M.D.C. - 4) INTIME-SE a parte exequente, por sua patrona constituída nos autos, via DJE, para juntar o demonstrativo discriminado e atualizado do crédito alimentar, a contar do mês de setembro/2016 - nos exatos termos dos incisos II, III, IV, V e VI, do artigo 524 do CPC -, devendo, ainda, ser abatido o valor efetivamente pago/recebido, no prazo de 10 (dez) dias, requerendo o que julgar necessário; 4.5) Com a juntada, nos termos do que dispõe o art. 528, § 1º, da Lei Processual Civil, DETERMINO O PROTESTO JUDICIAL no valor liquidado, devendo a secretaria diligenciar a respeito, aplicando-se, no que couber, o que prevê o art. 517 do mesmo codex;

ADV: ROBERTA KELLY SILVA SOUZA (OAB 7895/AM), ADV: JEAN CARLOS PINTO DA SILVA (OAB 5328/AM), ADV: JÚLIO CÉSAR DE OLIVEIRA MACIEL (OAB 5172/AM), ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM), ADV: SILAS AYRTON VINHOTE DE SOUZA (OAB 10035/AM), ADV: BERNARDO SILVA DE SEIXAS (OAB 7910/AM), ADV: RONILDO APOLIANO DE OLIVEIRA (OAB 8490/AM), ADV: ISRAEL LAMEGO DE LIMA JÚNIOR (OAB 8475/AM) - Processo 0605824-75.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - REQUERENTE: A.B.A.O. e outro - ASSISTENTE: J.S.A. - REQUERIDO: A.D.S.O. - 01. Em razão de que a pretensa ação de modificação de guarda e pedido de exoneração, em processo transitado em julgado desde 04/12/2017, conforme certidão colacionada às fls. 114, devendo ser processada em ação própria, bem como por tudo mais que dos autos consta; INDEFIRO de plano o requerimento de fls. 145-149. 02. Após a publicação no Diário da Justiça Eletrônico, PROCEDA-SE o efetivo arquivamento.

ADV: AUREO DA SILVEIRA BATISTA JUNIOR (OAB 6725/AM) - Processo 0606319-17.2018.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: A.S.B.J. - Vistos, Tratam os autos acerca de uma Averiguação de Paternidade, que foi intentada por A. da S. B. J., em face de A. M. B., menor representado por sua genitora a Srª A. L. M., na qual todos os polos foram identificados e qualificados desde o princípio. Ocorreu que, após as certas deliberações judiciais exaradas no feito, a parte autora achou por bem em ingressar com a petição de fls. 176 e 196. É O RELATÓRIO. SEGUE DECISÃO. Pois bem, a partir da narrativa supra e do mais que consta dos autos, observa-se que a parte demandante, por ocasião da juntada da mencionada peça de fls. 176 e 196 e antes de qualquer outra providência no que tange ao polo passivo, requer a desistência do feito. Isto posto, fundamentado no artigo 485, inciso VIII, do Novo Estatuto Processual Civil, HOMOLOGO A DESISTÊNCIA DA AÇÃO e JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem resolução do mérito. Sem custas, por força do artigo 98, caput, §§ 2º e 3º do Novo Código de Processo Civil. P. R. I. Cumpra-se. Transitando em julgado, PROVIDENCIE-SE a baixa e o posterior arquivamento do processo.

ADV: LUCÉLIA GOMES RODRIGUES DE SOUZA (OAB 10142/AM) - Processo 0606735-19.2017.8.04.0001 - Interdição - Tutela e Curatela - REQUERENTE: Lucas da Costa Amorim - Vistos, O requerente L. da C. A., pessoa identificada e qualificada nos autos, pretende a interdição de seu pai, Sr. E. F. de A., argumentando que ele sofreu acidente de trânsito, com intercorrência de grave lesão neurológica consubstanciado pelo TCE, que o torna incapaz de exercer as atividades básicas da vida diária, conforme narrado na vestibular. Com a peça citada, foram juntados os documentos de fls. 06/36. Então, durante o exame do interditando, às fls. 57/58, foi constatado que o Sr. E. F. de A. Possui compreensão limitada e também muiotas dificuldades locomotoras;razões pela qual o mesmo deixou transcorrer in albis o prazo para impugnar, conforme certidão de fls. 62. Intimado, o requerente acostou aos autos laudos médicos, contendo informações sobre a extensão da deficiência e as limitações do requerido, conforme fls. 116 e 126. Houve regular intervenção do Ministério Público (CPC, art. 178, II). SUCINTAMENTE, É O RELATÓRIO. SEGUE A DECISÃO. Após percuciente análise dos autos, percebo que o caso concreto é, efetivamente, de interdição, tanto que os "LAUDOS MÉDICO" de fls. 116 e 126, assinados por profissional qualificado, restou confirmada a incapacidade mental do interditando, eis que o mesmo "encontra-se com incapacidade moderadamente severa, incapaz de caminhar sem assistência e incapaz de atender suas próprias necessidades fisiológicas sem assistência. Déficit neurológico, neurofisiológico, alterações comportamentais, afásico, disturbo de linguagem e dor padrão neutopática e perda parcial dos movimentos do dimidio direito." Por outro lado, a entrevista realizada perante este Juízo (fls. 57/58) confirmaram, do ponto de vista estritamente judicial, o teor do pronunciamento médico efetivado na questão. Diante dessas considerações, em certa dissonância com o representante ministerial, mas firme na fundamentação supra, entendo desnecessária a realização de novo exame de saúde (art. 2º, §

1º, I a IV da Lei nº 13.146/2015), nada impedindo o julgamento antecipado da lide nos termos do artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil. Por oportuno, colaciono decisão da douta 4ª Turma do STJ, no Recurso Especial 253.733-MG, sob a relatoria do eminente Ministro Fernando Gonçalves, j. 16-03-04, DJU 05-04-04, p. 266, senão vejamos: "Constatado pelas instâncias ordinárias que o interditando, por absoluta incapacidade, não tem condições de gerir sua vida civil, com amparo em laudo pericial e demais elementos de prova, inclusive o interrogatório de que trata o art. 1.181 do CPC, a falta de nova perícia em juízo não causa nulidade, porquanto, nesse caso, é formalidade dispensável (art. 244 do CPC)". No mesmo sentido, transcrevo jurisprudência mais recente do E. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ), dentro da "APL 30342620118190023 RJ 0003034-26.2011.8.19.0023 publicada em 04/04/2012", cuja ementa diz: "APELAÇÃO CÍVEL. INTERDIÇÃO REQUERIDA POR FILHO. INTERDITANDO COM 91 ANOS, APRESENTANDO QUADRO DEMENCIAL. ATESTADO MÉDICO E IMPRESSÃO PESSOAL SUFICIENTES A ATESTAR A INCAPACIDADE. DESNECESSIDADE DE PROVA PERICIAL. Prevê o artigo 1.183do Código de Processo Civil a realização de perícia no processo de interdição. Depreende-se dos autos, que o interditando tem 91 anos, necessita de acompanhamento permanente, tendo sido constatado na visita domiciliar que ".necessita ficar deitado, não consegue se locomover e não consegue expressar nenhuma palavra inteligível, não conseguindo, nem mesmo completar o próprio nome", sendo certo que o atestado médico acostado aos autos, subscrito por profissional médico habilitado, deixa claro que ele é portador de quadro demencial, que gera incapacidade de reger sua pessoa e bens. Como destinatário das provas, o juiz as aprecia segundo o seu livre convencimento e, na busca da verdade real, pode considerar a necessidade ou não de nova perícia, na forma do art. 437 do CPC .Pela interpretação sistemática da legislação processual e considerando o conjunto probatório contido nos autos apto a atestar a incapacidade do interditando, revela-se desnecessária a prolongação do feito para realização de prova pericial". (Idem). Isto posto, fundamentando no artigo 755, I e II do Código de Processo Civil Brasileiro; ACOLHO A PRETENSÃO AUTORAL; DECRETO a interdição pleiteada, declarando-se o interditando, E. F. de A., como incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil de natureza patrimonial e negocial, não alcançando o direito ao próprio corpo, à sexualidade, ao matrimônio, à privacidade, à educação, à saúde, ao trabalho e ao voto; nomeando-lhe como curador definitivo o Requerente, Sr. L. da C. A., cuja curatela ficará restrita exclusivamente as direitos de ordem patrimonial e negocial, consoante art. 85 do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015); E JULGO O PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, devendo a Secretaria diligenciar a respeito. Destarte, CUMPRA-SE o que prevê o citado artigo 755, § 3º, especificamente no que se refere a inscrição da interdição no registro de pessoas naturais, bem como a imediata publicação desta sentença no DJE, na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça- CNJ e na imprensa local, expedindo-se, para tanto, o competente edital. Por fim, INTIME-SE o curador para: a) prestar contas a este juízo, anualmente, da sua administração, com a apresentação do balanço do respectivo ano, nos termos do art. 553 e § 2º do art. 763, ambos do NCPC c/c art. 1756 do Código Civil Brasileiro; b) tomar ciência quanto aos crimes e infrações administrativas descritos nos artigos 89 a 91 do Estatuto da Pessoa com Deficiência - Lei nº 13.146/2015; c) tomar ciência que a venda de quaisquer bens em nome do(a) interditado(a) dependerá de expressa autorização judicial. Sem custas, nos termos do art. 98 do Código de Processo Civil c/c a Lei nº 1.060/50. P. R. I. Cumpra-se. DÊ-SE ciência ao Ministério Público. Tudo providenciado e após o trânsito em julgado, PROCEDA-SE a baixa e o posterior arquivamento dos autos.

ADV: ELAINE BEZERRA DE QUEIROZ BENAYON (OAB 3456/AM), ADV: VALDIR ALVES DE VASCONCELOS JUNIOR (OAB 13500/AM), ADV: ÉDER ANTÔNIO BELLO COSTA (OAB 6921/AM) - Processo 0607279-36.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: P.P.C. - AUTORA: M.F.P.A. - REQUERIDO: R.O.A. - 1. Antes de qualquer deliberação, AGUARDE-SE a resposta do Ofício de fls. 108. 2. Resposta nos autos, voltem-me conclusos. Int. CUMPRA-SE.

ADV: RAFAEL CHAVES BEZERRA (OAB 155096/MG) - Processo 0607447-72.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Levantamento de Valor - EXEQUENTE: M.V.S.V. - 3.Caso não seja efetuado tal pagamento, INTIME-SE a parte credora, pelo procurador, para que atualize a conta, nela incluindo multa de 10% (dez por cento) e honorários de advogado no mesmo percentual, ciente de que também poderá indicar bens para serem penhorados, se ainda não do fez (Art. 524, VII do NCPC).

ADV: JOSÉ ELDAIR DE SOUZA MARTINS (OAB 1822/AM), ADV: AMANDA MARTINS VALENTE (OAB 2487/AM), ADV: ANTÔNIO CARLOS GAMA ALVES (OAB 924A/AM) - Processo 0607559-12.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Oferta - REQUERENTE: R.A.P. e outro - Caso não seja efetuado tal pagamento, INTIME-SE a parte credora, peloprocurador, para que atualize a conta, nela incluindo multa de 10% (dez por cento) e honorários de advogado no mesmo percentual, ciente de que também poderá indicar bens para serem penhorados, se ainda não do fez (Art. 524, VII do NCPC).

ADV: EDUARDO FELIPE MENEZES MENDONÇA (OAB 11311/AM) - Processo 0608638-89.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - ALIMENTAND: A.M.A. - Diante da certidão retro, INTIME-SE o(a) patrono(a) da parte autora, para manifestação pertinente, no prazo de 05 (cinco) dias. Int. CUMPRA-SE.

ADV: JUZÉ RICARDO ABTIBOL VILHENA (OAB 12235/AM) - Processo 0608905-90.2019.8.04.0001 - Interdição - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: E.L.A. - Vistos, Tratam os presentes autos de Ação de Interdição, proposta por E. L. de A., em face de F. A. D., ao agumento de que o mesmo está acometido do mal de alzheimer em estágio avançado. Na presente, a autora esclareceu que apesar de não ter parentesco com o requerido, ora interditando, o considerava como avô, sendo a própria que cuidava do interditando, pois o mesmo não possui filhos, nem outros parentes. Antes de apreciar o pedido de curatela provisória, foi realizado audiência de entrevista, conforme fls. 52/53. Às fls. 56/59, a parte autora informou ao Juízo o falecimento do interditando (certidão de óbito - fls. 60), postulando, expedição de alvará judicial, visando sacar valores remanescente na conta bancária do de cujus. Sucintamente é o relatório. DECIDO. Pois bem, compulsando os autos, observo que, efetivamente a ação de interdição perdeu seu objeto, pois aportou aos autos certidão de óbito do interditando F. A. D., como se vê às fls. 60. Com isso, resta esvaziado o conteúdo posto na presente ação de interdição, com evidente perda do seu objeto, sendo imperiosa a extinção do processo, sem resolução do mérito. Ademais, quanto ao pedido de alvará, o mesmo deve ser proposto perante o juízo competente. Diante disso, JULGO EXTINTO o processo sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, VI, do Código de Processo Civil. Sem custas, por força da Lei 1.060/50. DÊ-SE ciência ao Ministério Público. P.R.I.Cumpra-se. Transitando em julgado, BAIXE-SE e ARQUIVE-SE, com as providências de estilo.

ADV: MARIANA MONTE GIOVANAZZI (OAB 12076/AM), ADV: RACHEL SIZA TRIBUZY (OAB 6863/AM) - Processo 0608926-71.2016.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: L.E.L.F. e outros - Isto posto, nos termos do artigo 487, III, "b" do Novo Código de Processo Civil e da legislação da matéria, HOMOLOGO NA ÍNTEGRA O ACORDO DE FLS. 114/118 e 190/191, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos; e JULGO O PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, devendo a Secretaria diligenciar a respeito. Sem custas e honorários, por força do art. 98, caput ,do CPC c/c a Lei nº 1.060/60. P. R. I. Cumpra-se. Transitando em julgado, EXPEÇA-SE o respectivo termo de guarda, seguindo-se da baixa e arquivamento.

ADV: FREDERICO GUSTAVO TÁVORA (OAB 6462/AM), ADV: ELCINETE CARDOSO DE ALMEIDA (OAB 6946/AM), ADV: LEON CÉZANE DA SILVA DE JESUS (OAB 10332/AM), ADV: MARCELO OLIVEIRA LOPES (OAB 6083/AM) - Processo 0609394-98.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: J.U.A. - REQUERIDO: J.U.A.J. - Vistos, Tratam os autos acerca de uma Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68, que foi intentada por J. U. de A., em face de J. U. de A. J., menor representado por sua genitora a Srª M. de O. C. na qual todos os polos foram identificados e qualificados desde o princípio. Ocorreu que, após as certas deliberações judiciais exaradas no

feito, a parte autora achou por bem em ingressar com a petição de fls. 88. É O RELATÓRIO. SEGUE DECISÃO. Pois bem, a partir da narrativa supra e do mais que consta dos autos, observa-se que a parte demandante, por ocasião da juntada da mencionada peça de fls. 88 e antes de qualquer outra providência no que tange ao polo passivo, requer a desistência do feito. Isto posto, fundamentado no artigo 485, inciso VIII, do Novo Estatuto Processual Civil, HOMOLOGO A DESISTÊNCIA DA AÇÃO e JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem resolução do mérito. Sem custas, por força do artigo 98, caput, §§ 2º e 3º do Novo Código de Processo Civil. P. R. I. Cumpra-se. Transitando em julgado, PROVIDENCIE-SE a baixa e o posterior arquivamento do processo.

ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: FREDERICO MORAES BRACHER (OAB 7311/AM), ADV: ALICE DA SILVA WELGERT (OAB 12614/AM), ADV: CAROLINNE SILVA MORESCHI (OAB 13761/AM), ADV: JANAINA MARIA ALBUQUERQUE FOGASSA (OAB 13800/AM), ADV: ANDREIA CARVALHO CHAGAS (OAB 14130/AM), ADV: THAISA ASSIS DE SOUZA (OAB 14533/AM) - Processo 0609534-98.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: J.V.M.C. - Vistos, Narram os presentes autos sobre uma Ação de

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM), ADV: MÁRCIO LOBÃO SILVA (OAB 8661/AM) - Processo 0610177-22.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: F.M.B. - REQUERIDA: F.L.B.M. e outro - ABRA-SE vista ao representante ministerial para intervir no feito, nos termos do art. 178, II, do CPC. Intime-se, via portal e-SAJ.

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM), ADV: RAYCLINGE LUIZ VIANA ROCHA (OAB 11245/AM) - Processo 0610420-63.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: I.C.S. - AUTORA: G.P.V. - REQUERIDO: F.C.V.J. - CERTIFICO que nesta data foi pautada audiência de Instrução e Julgamento para o processo em epígrafe, a ser realizada em 14/04/2020 às 11:00h. Ficam desde já os patronos intimados para comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento editado pela Corregedoria Geral de Justiça sob o nº 199/2012, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente, via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. É o que me cumpre certificar. INTIMAR REQUERIDO E DEFENSOR.

ADV: GABRIELE PIRES MONTEIRO (OAB 13959/AM), ADV: SANDRO ABREU TORRES (OAB 4078/AM) - Processo 0610482-06.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERIDO: J.M.S. - ASSISTIDA: C.M.M. - C.M.M. - ATENDA-SE a manifestação ministerial de fls. 92, ou seja, a citação da parte requerida para juntada de documentos pessoais, a fim de garantir a regularidade do feito. À Secretaria para as providências necessárias. Int. CUMPRA-SE.

ADV: THAISA ASSIS DE SOUZA (OAB 14533/AM), ADV: SIDDHARTA GAUTAMA DE ALMEIDA ANTONY (OAB 3962/AM), ADV: ROSA EVANEIDE MENDES PINTO (OAB 7291/AM), ADV: MARCELO ALMEIDA DE OLIVEIRA (OAB 10004/AM), ADV: FREDERICO MORAES BRACHER (OAB 7311/AM), ADV: JANAINA MARIA ALBUQUERQUE FOGASSA (OAB 13800/AM), ADV: CRISTIANE FURLIN CAVALCANTE (OAB 397B/RR), ADV: CHARLES GOMES DA COSTA JÚNIOR (OAB 10715/AM), ADV: ANTÔNIO CARLOS GAMA ALVES (OAB 924A/AM), ADV: ANDREIA CARVALHO CHAGAS (OAB 14130/AM) - Processo 0610656-83.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: A.A.L. - REQUERIDO: A.E.R.L. - E.B.R. - Vistos, Cuida-se de AÇÃO REVISIONAL DE ALIMENTOS, que foi proposta por A. DE A. L., contra o demandado A. E. R. L., menor representado por sua mãe E. B. L., onde os dois lados encontram-se regularmente identificados e qualificados na vestibular. Sendo que, acompanhando a peça citada, a autora carreou os documentos de fls. 16 e seguintes. Então, durante a realização da presente audiência, as partes resolveram por fim ao litígio formulando o acordo supra, referente ao único filho que tiveram em seu casamento. Dada a palavra ao Ministério Público, seu representante declarou-se favorável à homologação ora buscada. É O RELATÓRIO. DECIDO. De início, inclusive à par da posição adotada pela Curadoria de Família e do que disseram os litigantes, perante este juízo e os respectivos advogados, verifico que o acordo entabulado pelas partes atende os interesses de todos os envolvidos na ação, em especial os do menor A. E. R. L., um adolescente de 15 (quinze) anos de idade e que está no 9º ano do ensino fundamental no Colégio Militar de Manaus. Ante o exposto, fundamentado no artigo 487, inciso III, letra “b”, do Novo Estatuto Processual Civil e demais normas da matéria, HOMOLOGO NA ÍNTEGRA O ACORDO EM TELA; ao tempo em que DECRETO A GUARDA COMPARTILHADA DO MENOR SOB FOCO EM FAVOR DE SUA GENITORA, sendo que ele continuará vivendo com sua mãe e guardiã de fato, bem como padrasto e um irmão unilateral de 9 anos, aqui em Manaus/AM e o genitor em Curitiba/PR, mantida a convivência entre pai e filho sempre nas férias escolares do final de ano; e JULGO EXTINTO O PROCESSO, com resolução de mérito, para que surta seus jurídicos e legais efeitos. À Secretaria para as diligências pertinentes, como por exemplo para expedição do competente Termo de guarda Compartilhada e oficio ao Setor do Exercito Brasileiro onde trabalha o alimentante . Sem custas, por força da Lei 1.060/50. Publicada em audiência, dispensado o prazo recursal, saindo cientes os acordantes e seus patronos. Diligencie-se e CUMPRA-SE. Oportunamente, providencie-se a baixa e o arquivamento dos autos.

ADV: ZULDIMAR PEREIRA DE OLIVEIRA (OAB 8833/AM), ADV: ASSURBANIPAL DE FREITAS BRAGA (OAB 8883/AM) - Processo 0610877-95.2019.8.04.0001 - Separação Litigiosa - Fixação - REQUERENTE: K.C.A. - REQUERIDO: E.A.M. - Antes de apreciar o acordo formulado pelas partes, DÊ-SE vista ao Ministério Público, na forma do artigo 698 do Novo Código de Processo Civil. Int. CUMPRA-SE, via portal e-SAJ.

ADV: MÔNICA VICENTE TAKETA (OAB 7988/AM), ADV: ANDRÉ LUIZ DUARTE DA CRUZ (OAB 7694/AM), ADV: CÂNDIDO HONÓRIO SOARES FERREIRA NETO (OAB 5199/AM), ADV: KLEIBIANNO TELES DE SOUZA (OAB 7098/AM) - Processo 0611242-28.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - EXEQUENTE: J.S.G. - INTIME-SE a parte autora, por seu patrono, para manifestação solicitando providências que entender necessário ao prosseguimento do feito.

ADV: RICARDO SILVEIRA DE PAULA (OAB 10822/AM) - Processo 0611797-74.2016.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: Elton Djavan Serra Pinheiro - Att: Dr. Ricardo Silveira de Paula OAB-10.822/AM., favor comparecer com a máxima URGENCIA na 6ª Vara de Familia, procurar Dora ou Larissa.

ADV: CRISTIANO MENEGHETTI PEDROSO (OAB 11813/AM) - Processo 0613603-42.2019.8.04.0001 - Sobrepartilha - Dissolução - REQUERENTE: A.N.T.F. - Sendo assim, com amparo no que dispõem o artigo 139, II e IV, do CPC e as demais normas da matéria, PASSO A DELIBERAR DA SEGUINTE MANEIRA: 1. À Sra. Diretora de Secretaria, para proceder junto ao SAJ/PG-5, a reativação dos presentes autos. 2. INTIME-SE o patrono dos acordantes, para juntar nos autos, no prazo de 05 (cinco) dias, petição com as assinaturas e anuência das partes. 3. Tudo providenciado, VOLTEM-ME conclusos. Int. CUMPRA-SE.

ADV: ANA CAROLINE SILVA PICANÇO (OAB 14459/AM), ADV: GABRIEL PRATES DONATO LOPES (OAB 6742/AM) - Processo 0613785-96.2017.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: M.C.F.C. - REQUERIDO: F.A.B.S. - CERTIFICO que nesta data foi pautada audiência de Conciliação para o processo em epígrafe, a ser realizada em 16/09/2019 às 10:00h. Ficam desde já os patronos intimados para comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento editado pela Corregedoria Geral de Justiça sob o nº 199/2012, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente, via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. É o que me cumpre certificar. PARTES CIENTES POR MEIO DOS PATRONOS.

ADV: CHRISTINA FERREIRA FRAZÃO DA SILVA (OAB 6924/AM) - Processo 0614156-94.2016.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: M.J.S.S. - REQUERIDO: A.B.M.S. - Vistos, Cuida-se de uma AÇÃO DE REVISÃO DE PENSÃO ALIMENTÍCIA COM TUTELA DE URGÊNCIA, que foi proposta por M. J. DA S. E. S., em desfavor de A. B. M. DA S., menor representada por sua genitora C. DOS S. M., na qual os dois lados encontram-se identificados e qualificados desde a exordial. Aconteceu que, segundo narrativa da lide,

intimada (mais de uma vez) para pronunciamento o mencionado Autor/Alimentante deixou transcorrer em branco o(s) prazo(s) que foi(foram) concedido(s) por este juízo. Além disso, uma vez que a única filha que os litigantes tiveram é uma pessoa menor de idade, faço questão de consignar que a demanda contou com a devida intervenção do Ministério Público. EM SUMA, É O RELATÓRIO. FUNDAMENTO E DECIDO. Pois bem, a partir de uma nova análise do processo e, portanto, considerando todas as diligências e providências que nele foram tomadas (desde o despacho inaugural em maio de 2016), inclusive por meio de diferentes juízos e diversos servidores da nossa comarca; porquanto o feito encontra-se paralisado há mais de 30 (trinta) dias; e, mais ainda, pelos importantes fatos de que a última participação efetiva do polo ativo ocorreu no final de novembro do mesmo ano de 2016, conforme peça de fls. 45/47, e que, depois dessa data, foi efetuada/tentada a intimação da parte autora para possível pronunciamento e esta nada providenciou, segundo informações oficiais constantes dos autos. Ante o exposto, com suporte no que prevê o artigo 485, inciso III, da vigente Lei de Ritos e pelo detalhe de que a controvérsia (específica) sobre alimentos não transita em julgado, JULGO EXTINTO O PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, devendo a Secretaria diligenciar a respeito. Sem custas, por força da Lei nº 1.060/50 c/c o artigo 98, "caput", também, do CPC. Publique-se, Registre-se, INTIME(M)-SE e CUMPRA-SE, obedecidas as formalidades legais e com a urgência que a lide reclama. DÊ-SE ciência ao Dr. Promotor de Justiça acerca da presente decisão (sendo o caso de intervenção obrigatória). Transitando em julgado, PROVIDENCIE-SE a devida baixa e o posterior arquivamento dos autos.

ADV: ELAINA LARISSE FRUTUOSO CESTARI DE LIMA (OAB 13633/AM), ADV: DAYSEVANDA DAS GRAÇAS BRITO DANTAS (OAB 7003/AM) - Processo 0615108-68.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: P.R.M. - "Vistos, Narram os presentes autos sobre uma Ação de Exoneração e Revisão de Alimentos, que foi proposta pelo Sr. P.R.M. , em face dos filhos P.G.da.E.M., P.da.E.M e L.A.Da.E., onde ambos estão devidamente identificados e qualificados, desde o início. Sendo que, acompanhando a petição inicial, foram juntados os documentos de fls. 10/19. Então, durante essa audiência para a tentativa de Conciliação, as partes chagaram ao acordo acima detalhado, pondo fim ao litígio que ensejou a propositura da ação. Finalmente, por não envolver menor e/ou incapaz tornou-se desnecessária a abertura de vista ao Ministério Público. EM SUMA, É O RELATÓRIO. DECIDO. Diante do quadro narrado nos primeiros parágrafos desta decisão, constata-se que o acordo citado ficou razoável para todos os lados e atende os interesses dos dois pólos, sendo exonerado o filho mais velho e assegurado aos outros dois requeridos pensão alimentícia até conclusão de Ensino Superior, conforme manifestação de vontade das partes disposta no iten 01. Ante o exposto, fundamentado no artigo 487, inciso III, do CPC/2015, HOMOLOGO, NA ÍNTEGRA, O ACORDO firmado nesta audiência para que surta seus jurídicos e legais efeitos, a presente Ação de Exoneração e Revisão cujos Alimentos serão devidos na forma pactuada no item 01, ao tempo em que JULGO EXTINTO o processo com resolução de mérito. Assim, EXPEÇA-SE ofício ao Órgão Empregador para a atualização/modificação dos descontos que vinham sendo realizados, anexando cópia desse termo de audiência. Sem custas, por força da Lei nº 1060/50 c/c Art. 98 do NCPC. Cientes as partes e seus patronos, em audiência; DILIGENCIE-SE e CUMPRA-SE. Oportunamente, uma vez que os acordantes abriram mão do prazo recursal, BAIXE-SE e ARQUIVE-SE, com as cautelas de praxe."

ADV: POLLIANA RODRIGUES DA SILVA (OAB 9476/AM), ADV: RODOLFO MIRANDA DA SILVA (OAB 15702/AL), ADV: SÉRGIO VITAL LEITE DE OLIVEIRA (OAB 9124/AM), ADV: ANA MARIA ALBUQUERQUE DE BARROS (OAB 12277/AM), ADV: ARI BADARANE NICOLAU JÚNIOR (OAB 11935/AM), ADV: LUIZ FELIPE VILHENA RODRIGUES (OAB 10418/AM) - Processo 0615246-40.2016.8.04.0001 - Petição Cível - Inventário e Partilha - REQUERENTE: IVINA FERREIRA SOARES ALBUQUERQUE - REQUERIDO: A.R.A.S. - Diante da certidão de fls. 460, INTIME-SE os patronos da partes, para manifestações pertinentes, no prazo de 05 (cinco) dias. Int. CUMPRA-SE.

ADV: LÍVIA MARIA ANDRADE PORTO (OAB 11348/AM), ADV: GABRIELA MARINHO ALVES (OAB 13368/AM), ADV: MICHAEL GALATI (OAB 10449/AM) - Processo 0615324-29.2019.8.04.0001 - Separação Consensual - Dissolução - REQUERENTE: L.A.C. - F.X.S.H. - Vistos, Os acordantes, L. de A. C. e F. X. S. H., devidamente representados por advogados, fazem parte da presente AÇÃO DE DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL CONSENSUAL, tudo segundo argumentos da vestibular (fls. 01/06) e emenda de fls. 24/29 e 32/38. No caso concreto, o representante do Ministério Público, declinou de sua intervanção, conforme parecer de fls. 42. É O RELATÓRIO. DECIDO. Analisando o caderno processual, cujos termos do acordo entabulado pelas partes estão devidamente especificados, verifica-se que os autores tem legitimidade e possuem interesse de agir, na medida em que a intervenção judicial que pretendem consiste em formalidade necessária à eficácia do pactuado, inclusive perante terceiros e que, aliás, diz respeito a todas as controvérsias da ação. Ademais, friso que tal pretensão é juridicamente possível na medida em as questões de interesse do filho menor foram resolvidas em ação diversa, razões pelas quais houve o declino da intervenção da promotoria de justiça na demanda. A propósito, esse tipo de jurisdição (agora voluntária) consiste em atividade judiciária de administração pública de interesses privados, na qual se confere assistência protetiva a uma relação jurídica unilateral mediante a homologação judicial, através da qual se aprova e autoriza o ato. Ante o exposto, presentes as condições da ação e cumpridas as formalidades legais atinentes à espécie; HOMOLOGO NA ÍNTEGRA O ACORDO CONSTANTE DA EXORDIAL, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo firmado pelos requerentes e ex-companheiros acima citados, os quais conviveram em União Estável, durante o período de 01/07/2013 até 13/03/2016, ocasião de sua dissolução; E JULGO EXTINTO O PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, o que faço com amparo no artigo 487, inciso III, letra "b", do Novo Código de Processo Civil, devendo a Secretaria diligenciar a respeito. Sem custas e honorários, por força da Lei Federal nº 1.060/50. P. R. I. Cumpra-se. Transitando em julgado, BAIXE-SE e arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: MÁRCIA REGINA CASTRO ALBUQUERQUE (OAB 8769/AM) - Processo 0615475-29.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: L.B.L.L. - Vistos, Tratam os autos acerca de uma Procedimento Comum Cível, que foi intentada por L. B. L. L., em face de Z. D. L.; J. L. O. A.; J. de A. L.; Z. L. de M.; e S. O. A. L.; F. L. O., menores representados por sua genitora a Srª S. L. de O., na qual todos os polos foram identificados e qualificados desde o princípio. Ocorreu que, após as certas deliberações judiciais exaradas no feito, a parte autora achou por bem em ingressar com a petição de fls. 69/73. É O RELATÓRIO. SEGUE DECISÃO. Pois bem, a partir da narrativa supra e do mais que consta dos autos, observa-se que a parte demandante, por ocasião da juntada da mencionada peça de fls. 69/73 e antes de qualquer outra providência no que tange ao polo passivo, requer a desistência do feito. Isto posto, fundamentado no artigo 485, inciso VIII, do Novo Estatuto Processual Civil, HOMOLOGO A DESISTÊNCIA DA AÇÃO e JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem resolução do mérito. Sem custas, por força do artigo 98, caput, §§ 2º e 3º do Novo Código de Processo Civil. P. R. I. Cumpra-se. Transitando em julgado, PROVIDENCIE-SE a baixa e o posterior arquivamento do processo.

ADV: CLÉUCIO DA SILVA OLIVEIRA (OAB 5060/AM) - Processo 0615528-15.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Regime de Bens Entre os Cônjuges - REQUERIDA: Graciete de Abreu Corrêa e outro - Cumpra-se.

ADV: CLÉUCIO DA SILVA OLIVEIRA (OAB 5060/AM) - Processo 0615528-15.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Regime de Bens Entre os Cônjuges - REQUERIDA: Graciete de Abreu Corrêa e outro - 8.No caso de a parte executada oferecer impugnação, INTIME-SE - outra vez - a parte exequente para o seu devido pronunciamento, seguindo-se de vista ao Ministério Público, no caso como fiscal da ordem jurídica.

ADV: LEANDRO DE OLIVEIRA VIOLIN (OAB 4857/AM) - Processo 0615529-58.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: C.P.A. - Vistos, Narram os presentes autos sobre uma Ação de Exoneração de Alimentos, que foi proposta por C. P. DE A., em face de sua

filha D. DE. S. A, ambos devidamente identificados e qualificados desde a inicial. Sendo que, durante a presente audiência, as partes resolveram efetivar o acordo ora descrito. RELATÓRIO EM RESUMO. FUNDAMENTO E DECIDO. Da análise do caderno processual, mais - especificamente - considerando a vontade das partes manifestadas neste ato, ou seja, estando os dois em comum acordo e cientes de suas implicações no que tange à exoneração da pensão alimentícia, entendo plenamente plausível e pertinente a homologação judicial da conciliação a que chegaram o alimentante e a alimentada, a qual têm 28 (vinte e oito) anos, que vive em união estável e não se faz mais necessário a obrigação alimentar por seu genitor. Isto posto, HOMOLOGO o acordo em epígrafe e JULGO EXTINTO o processo, com resolução do mérito, na forma do artigo 487, III, b, do Código de Processo Civil e demais normas da matéria. EXPEÇA-SE ofício ao local de trabalho do Requerente, com as cópias necessárias. Publicada em audiência, CIENTES AS PARTES E SEUS PATRONOS, DILIGENCIE-SE e CUMPRA-SE. Oportunamente, BAIXE-SE e ARQUIVE-SE.

ADV: TIANA CARLA DE CASTRO BARBOSA (OAB 10719/AM) - Processo 0616706-91.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: D.C.P. - 1. Frustrada a intimação pessoal da parte autora, determino sua intimação por edital, na plataforma de editais do CNJ, para praticar os atos que lhe competir, no prazo de 5 dias, sob pena de extinção do processo sem julgamento de mérito (CPC, 485, III). Prazo do edital: 20 (vinte) dias. 2. Não havendo manifestação, intime-se a parte requerida, caso tenha oferecido contestação, para os fins art. 485, § 6º, do CPC, ciente de que na ausência de manifestação e/ou de suprimento da falta que impede o prosseguimento, o processo será extinto por abandono. 3. Após, façam-se com vista ao Ministério Público, sendo caso de intervenção obrigatória. 4. À Secretaria para as diligências necessárias. Int. CUMPRA-SE.

ADV: KARLA RABELO LIMA (OAB 5952/AM), ADV: INAÊ CRISTINE AZEVEDO PESSOA (OAB 8814/AM), ADV: ALLINE JÉSSICA RIBEIRO CRUZ CAMPOS VIEIRA (OAB 7443/AM), ADV: MICHELLE NASCIMENTO DE SALLES (OAB 6811/AM), ADV: SÉRGIO RICARDO MOTA CRUZ (OAB 3495/AM) - Processo 0616795-51.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: O.C.M.M. - REQUERIDO: J.S.L. - ATENDA-SE a manifestação ministerial retro. À Secretaria para as providências necessárias. Int. CUMPRA-SE.

ADV: ALEX SANDER DE ALMEIDA ALBQUERQUE (OAB 8971/AM) - Processo 0617076-36.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Oferta - REQUERENTE: A.S.M. - ABRA-SE vista ao representante ministerial para intervir no feito, nos termos do art. 178, II, do CPC. Intime-se, via portal e-SAJ.

ADV: EDUARDO SANTANA PINHEIRO (OAB 7049/AM) - Processo 0617524-09.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: Z.A.F. - ALIMENTAND: J.G.M.T.M. - Diante da certidão retro, INTIME-SE o(a) patrono(a) da parte autora, para manifestação pertinente, no prazo de 05 (cinco) dias. Int. CUMPRA-SE.

ADV: THÊMIS BAYMA VALLE (OAB 1928/AM) - Processo 0617838-52.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0002359-59.2005.8.04.0001) - Tutela Infância e Juventude - Capacidade - REQUERENTE: N.M.G. - REQUERIDA: L.M.G. - CERTIFICO que nesta data foi pautada audiência de Interrogatório para o processo em epígrafe, a ser realizada em 04/09/2019 às 08:00h. Ficam desde já os patronos intimados para comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento editado pela Corregedoria Geral de Justiça sob o nº 199/2012, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente, via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. É o que me cumpre certificar. PARTES CIENTES POR MEIO DOS PATRONOS.

ADV: JOALISSANDRA PEREIRA DE AMORIM (OAB 13067/AM), ADV: LEONARDO SOARES VASCONCELOS (OAB 9859/AM) - Processo 0617883-56.2019.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: R.S.D. - REQUERIDA: M.M.O. e outro - Trata-se de uma AÇÃO DE DECLARAÇÃO NEGATIVA DE PATERNIDADE CUMULADO COM PEDIDO DE MODIFICAÇÃO NO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO, que foi proposta por R. da S. D, em face de A. de O. D., neste ato representada por sua genitora, Sra. M. M. de O., na qual as partes estão devidamente identificadas e qualificadas nos autos. Foi realizado exame de DNA, cujo resultado foi positivo (fls. 37/38). Assim, diante do resultado positivo do exame de paternidade que constatou ser o requerente o pai biológico da menor sob foco, as partes resolveram acatá-lo incontestavelmente. Finalmente, no que tange a pensão alimentícia, guarda e visitas, as partem optaram por tratar dessas matérias no processo de n° 0651776-72.2018.8.04.0001, em trâmite na 7ª Vara de Família. Sucintamente, é o relatório. DECIDO Trata-se de uma ação de investigação de paternidade fundamentada no artigo 27 do Estatuto da Criança e do Adolescente, em que o exame de DNA, positivo, e o reconhecimento da paternidade não deixam dúvida: o autor é efetivamente pai biológico da menor, A. de O. D., uma criança com quase dois anos de idade. Decidida essa questão, as partes conciliaram no sentido de acatar o resultado do exame de DNA, mantendo inalterado o registro civil da menor em questão. Em razão disso, HOMOLOGO, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, o acordo formalizado no termo de fls. 42/44, relativamente ao reconhecimento definitivo da paternidade e a inalterabilidade do registro civil, o que faço na forma do art. 487, III, “b”, do Novo Código de Processo Civil; E, assim, JULGO EXTINTO o processo com resolução de mérito. Sem custas, por força da Lei 1.060/50. DÊ-SE ciência ao Ministério Público. P.R.I. Cumpra-se. Transitando em julgado, BAIXE-SE e ARQUIVE-SE, com as providências de estilo.

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0617974-20.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERIDO: K.R.A.P. - Vistos, Narram os autos sobre uma AÇÃO DE EXONERAÇÃO DE ALIMENTOS, que foi proposta por G. de S. P., contra K. R. de A. P., ambos devidamente identificados e qualificados desde a inicial. Acompanhando a exordial, foram juntados os documentos de fls. 10/76, os quais reforçam a pretensão em apreço. Citado, o requerido ofereceu contestação de fls. 99/101. Aconteceu que, logo em seguida, às fls. 105, foi juntado declaração, escrita de próprio punho pelo alimentado/requerido, informando que “não necessita de auxilio alimentar de seu genitor, possuindo condições financeiras de sobrevivência.” Finalmente, verifica-se que durante a audiência (fls. 129), a parte requerida, por meio de suas Defensoras, devidamente constituídas nos autos, anuiu com o pleito autoral por contar - hoje em dia - com 24 (vinte e quatro) anos de idade e possuir meios para sua subsistência. Consigno que o Ministério Público deixou de se manifestar, pelo fato da questão não envolver os interesses de menor e/ou incapaz. É O RELATÓRIO. FUNDAMENTO E DECIDO. Da análise do caderno processual, mais - especificamente - considerando o ato processual da folha 105, ou seja, estando os dois em comum acordo e cientes de suas implicações no que tange à exoneração da pensão alimentícia em tela, entendo aplicável a esta questão o que disciplina o artigo 15 da Lei 5.478/68, porquanto a decisão sobre alimentos não transita em julgado e pode ser modificada a qualquer tempo. Ademais, o fato em que se fundamenta o direito do requerente - a maioridade do polo passivo - restou suficientemente comprovado na lide. Assim, porquanto com a maioridade se extingue - mesmo - o poder familiar (Código Civil, 1635, III) e, com ele, a obrigação de sustento (idem, art. 1.634, I); ainda que persista íntegro o vínculo parental, que pode ensejar os alimentos a que alude o artigo 1.694, também, do CCB; a pretensão do requerente deve ser deferida, ante a evidência de que não remanesce a situação de necessidade alimentar. Em face do exposto, ACOLHO A PRETENSÃO AUTORAL, no sentido de EXONERAR O REQUERENTE DA OBRIGAÇÃO ALIMENTAR SOB FOCO, contraída em benefício de K. R. de A. P.; e, assim, JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, devendo a Secretaria diligenciar a respeito (CPC, 487, I). EXPEÇA-SE ofício ao órgão empregador, com a finalidade da imediata cessação do débito alimentar em lume. Sem custas, por força da Lei Federal nº 1.060/50. Publique-se, Registre-se, INTIMEM-SE e CUMPRA-SE, com a urgência suscitada na demanda. Oportunamente, PROCEDA-SE a baixa e o posterior arquivamento do processo.

ADV: MAMEDE GEBER PAULO (OAB 11861/AM) - Processo 0618216-42.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: A.S.S. - Vistos, Narram os presentes autos sobre uma Ação de

ADV: JANDER RUBEM SOUZA DA ROCHA (OAB 7886/AM), ADV: DENY FRANCY ARAÚJO DA ROCHA (OAB 12136/AM) - Processo 0618499-65.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: M.N.F.C. - AUTOR: B.C.A. - Vistos, 1. Desde logo, afora o que disciplinam os artigos 344 e, notadamente, o 345, "caput" e inciso II, do Novo Código de Processo Civil, ou seja, quanto ao fato de que nas ações que tratam sobre direitos indisponíveis, como ocorre no caso concreto, não incide a hipótese de revelia do polo passivo; bem como em razão do depoimento prestado nesta ocasião, pelos elementos de provas trazidos ao processo e na forma de artigos especificos do Código Civil Brasileiro; DECRETO A GUARDA UNILATERAL DO MENOR B. DA. S. A., EM FAVOR DE SUA MÃE M. N. S. DA C.; 2. Além disso, considerando as necessidades da criança em questão, um menino de menos de 2 anos de idade e a capacidade financeira do requerido, como feirante e integrante de uma Associação do INCRA, FIXO ALIMENTOS PROVISÓRIOS EM FAVOR DO SUPLICANTE NO VALOR CORRESPONDENTE À 01 (UM) SALÁRIO MÍNIMO, começando do próximo dia 30/09/2019 e no ultimo dia útil dos meses seguintes, a ser paga na conta bancária indicada pela genitora do infante, vinculado ao aumento anual do salário mínimo e com previsão de multa diária de R$ 99,00 (noventa e nove reais) caso haja um atraso comprovado e superior à 24 (vinte e quatro) horas nesse pagamento; 3. Finalmente, nos termos do artigo 53, II do NCPC, DECLARO a incompetência absoluta deste Juízo da 6ª Vara de Família, determinando a remessa dos autos ao MM. Juízo e Direito da Comarca de Manacapuru/AM, que é o competente para a efetiva instrução e o julgamento do processo, uma vez que é onde mora o demandante, sua mãe e irmãos mais velhos, com as nossas homenagens; 4. Após a expedição do competente Termo de Guarda Unilateral, devendo a Secretaria diligenciar com a URGÊNCIA que o caso requer; 5. Cientes a parte autora, seus advogados e Defensora do Requerido. CUMPRA-SE.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM), ADV: CAMILLY MARTINS BRASIL (OAB 11085/AM), ADV: JOÃO BATISTA PINTO (OAB 6930/AM), ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM), ADV: RONILDO APOLIANO DE OLIVEIRA (OAB 8490/AM), ADV: DANIEL LOURENÇO (OAB 3192/AM), ADV: JADILSON JOSÉ CHAVES DA COSTA (OAB 10490/AM), ADV: JOYCE LIMA DA SILVA (OAB 8807/AM), ADV: ISRAEL LAMEGO DE LIMA JÚNIOR (OAB 8475/AM), ADV: FERNANDO SAM DO NASCIMENTO NUNES (OAB 10736/AM), ADV: JAIME DA SILVA BELEZA (OAB 10327/AM) - Processo 0620787-83.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: L.A.S. - REQUERIDA: S.P.C. - Vistos, Narram os autos sobre uma Ação Revisional de Alimentos, proposta por L. A. DA S., em face de M. E. C. DA S., menor representada por sua genitora S. P. DA C., conforme alegações e participações dos litigantes e suas patronas nesta audiência. Partes devidamente identificadas e qualificadas na vestibular, desde o principio. Por ocasião da presente audiência, as partes resolveram pôr fim ao litígio, formulando o acordo supra, num total de 02 (dois) itens. O Ministério Público emitiu parecer na própria audiência, opinando pela homologação do acordo, por restarem preservados os interesses da menor, que teve o direito aos Alimentos, assegurado ao encargo do genitor, à luz do Principio do Melhor Interesse e da Proteção Integral do Menor. RELATEI O ESSENCIAL. FUNDAMENTO E DECIDO. Desde logo, assinalo que as partes, mediante concessões mútuas, lograram êxito em resolver os conflitos que ensejaram a propositura da ação, que os dois têm legitimidade para o pedido conjunto de homologação judicial da conciliação devidamente formalizada e, ainda, que assiste inteira razão ao Ministério Público, em sua explanação acima consignada, especialmente porque restaram mesmo preservados os interesses da menor M. E. C. DA S., 11 (onze) anos de idade, observando-se, portanto, a garantia dos direitos insculpidos pelos Princípios da Proteção Integral do Menor, bem como da Prioridade Absoluta aos Direitos da Criança e do Adolescente. Os termos do pacto, por sua vez, apresentam-se com regularidade formal, não cabendo ao juízo adentrar ao mérito das disposições. A respeito, cabe transcrever o que ensina Humberto Theodoro Junior: Transação é o negócio jurídico bilateral realizado entre as partes para prevenir ou terminar litígio mediante concessões mútuas (Código Civil 2002, art. 840). É, como o reconhecimento do pedido, forma de autocomposição da lide, que dispensa o pronunciamento do juiz sobre o mérito da causa. A intervenção do juiz é apenas para verificar a capacidade das partes, a licitude do objeto e a regularidade formal do ato, integrando-o, afinal, ao processo, se o achar em ordem. Com efeito, "havendo transação, a atividade do juiz estará cingida à esfera mínima da verificação da existência dos requisitos formais ficando, após essa etapa, vinculado", ou seja, estamos falando sobre o reconhecimento do pedido, numa forma de autocomposição da lide, que dispensa o pronunciamento judicial sobre o mérito da causa. Em face do exposto, na forma do art 487, III, "b" do CPC, cumpridas as formalidades legais HOMOLOGO NA ÍNTEGRA, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, a TRANSAÇÃO REDUZIDA NESTE TERMO referente à citada revisão de alimentos e a outro compromisso do requerente de fornecer metade do material escolar da filha em comum até o ultimo dia no mês de janeiro de cada ano letivo; ao tempo em JULGO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, devendo a Secretaria diligenciar a respeito. Sem custas, nos termos do que dispõe o artigo 98 do NCPC, ficando dispensado o prazo recursal. Sentença publicada em audiência, cientes os presentes ao ato; DILIGENCIE-SE e CUMPRA-SE. Oportunamente, após expedição do atos necessário, qual seja, ofício à empresa empregadora (vide item 01), CERTIFIQUE-SE o trânsito em julgado, BAIXE-SE e ARQUIVE-SE, com as cautelas de estilo.

ADV: JORGE LUÍS DOS REIS OLIVEIRA (OAB 6866/AM) - Processo 0621015-24.2019.8.04.0001 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: Fabiana da Silva Caio - Vistos, Tratam os autos acerca de uma Execução de Alimentos Infância e Juventude, que foi intentada por E. da S. C., menor representada por sua genitora, Srª F. da S. C., em face de J. W. da C. L., na qual todos os polos foram identificados e qualificados desde o princípio. Ocorreu que, após as certas deliberações judiciais exaradas no feito, a parte autora achou por bem em ingressar com a petição de fls. 21. É O RELATÓRIO. SEGUE DECISÃO. Pois bem, a partir da narrativa supra e do mais que consta dos autos, observa-se que a parte demandante, por ocasião da juntada da mencionada peça de fls. 21 e antes de qualquer outra providência no que tange ao polo passivo, requer a desistência do feito. Isto posto, fundamentado no artigo 485, inciso VIII, do Novo Estatuto Processual Civil, HOMOLOGO A DESISTÊNCIA DA AÇÃO e JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem resolução do mérito. Sem custas, por força do artigo 98, caput, §§ 2º e 3º do Novo Código de Processo Civil. P. R. I. Cumpra-se. Transitando em julgado, PROVIDENCIE-SE a baixa e o posterior arquivamento do processo.

ADV: LUCIANA VIANA CIDRÔNIO DE ANDRADE (OAB 8104/AM) - Processo 0621821-30.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Oferta - REQUERENTE: A.S.C.S.J. - ABRA-SE vista ao representante ministerial para intervir no feito, nos termos do art. 178, II, do CPC. Intime-se, via portal e-SAJ.

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM), ADV: TÂMARA MENDES GONÇALVES DE SOUSA (OAB 6857/AM) - Processo 0622324-80.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: M.S.S. - CERTIFICO que, em cumprimento ao despacho retro do MM. Juiz de Direito Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro, fica pautada Audiência de conciliação/mediação - com duração aproximada de 2(duas) horas, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260 , no dia 30/10/2019 às 08:30h. As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015).

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0622893-86.2016.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: L.O.A. - Vistos, Trata-se de uma Ação de Alimentos cumulada com Guarda e Regulamentação de Visitas, que foi formulada I.C.S.De.O., em face de J.M.A., ambos devidamente identificados e qualificados na vestibular. Aconteceu que, durante a presente audiência de instrução e julgamento e após proposta intermediária do juízo, as partes formularam o acordo supracitado no que pertine, sendo o mesmo pertinente aos alimentos, guarda e direito de visitas/convivência ali explicitado, bem como quanto à guarda compartilhada do menor L.O.A. O Ministério Público emitiu parecer na própria audiência, opinando

pela homologação do acordo. É O RELATÓRIO. DECIDO. Desde logo, assinalo que as partes, mediante concessões mútuas, lograram resolver os Processo nº 0622893-86.2016.8.04.0001 conflitos que ensejaram a propositura da ação, que os dois têm legitimidade para o pedido conjunto de homologação judicial da conciliação devidamente formalizada e, ainda, que assiste inteira razão ao Ministério Público, em sua explanação acima consignada, especialmente porque restaram mesmo preservados os interesses do único filho que os acordantes tiveram em seu matrimônio, um menino de 06 (seis) anos de idade, chamado L.O.A. Com efeito, "havendo transação, a atividade do juiz estará cingida à esfera mínima da verificação da existência dos requisitos formais ficando, após essa etapa, vinculado", uma vez que, conforme ensinamento de Humberto Theodoro Júnior, "transação é o negócio jurídico bilateral realizado entre as partes para prevenir ou terminar litígio mediante concessões mútuas (Código Civil 2002, art. 840), ou seja, estamos falando sobre o reconhecimento do pedido, numa forma de autocomposição da lide, que dispensa o pronunciamento judicial sobre o mérito da causa. Em face do exposto, nos termos do parágrafo 6º do artigo 226 da Constituição Federal, decorrente da Emenda Constitucional nº 66/2010, porquanto o mesmo preenche todos os requisitos legais da espécie e, também, do artigo 487, III, "b", do Código de Processo Civil, DECRETO A GUARDA COMPARTILHADA DO MENOR L. O. A., EM FAVOR DE SEUS GENITORES e HOMOLOGO NA ÍNTEGRA, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, a TRANSAÇÃO REDUZIDA NESTE TERMO; ao tempo em JULGO O PROCESSO COM JULGAMENTO DO MÉRITO, devendo a Secretaria diligenciar a respeito. Sem custas, nos termos do que dispõe o artigo 98 do NCPC, ficando dispensado o prazo recursal. Sentença publicada em audiência, cientes os presentes, em audiência; DILIGENCIE-SE e CUMPRA-SE. Oportunamente, após expedição dos atos necessários, CERTIFIQUE-SE o trânsito em julgado, BAIXE-SE e ARQUIVE-SE, com as cautelas de praxe.

ADV: EVERSON SOARES RODRIGUES (OAB 10819/AM), ADV: LUIZ FELIPE DA LUZ DE QUEIROZ (OAB 7271/AM) - Processo 0623039-25.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: F.F.S.A. - REQUERIDO: D.E.M.F. - 1. Diante dos argumentos e pedido retro (fls. 60), OFICIE-SE AO EMPREGADOR, nos moldes do anterior (fls. 27), solicitando informações sobre o cumprimento integral da determinação de fls. 24/25, notadamente, a respeito do desconto da pensão alimentícia em folha de pagamento, bem como quanto os ganhos auferidos pelo empregado/requerido nos ultimos três meses, sob pena do art. 22 da Lei 5.478/68.

ADV: ALEXANDER SIMONETTE PEREIRA (OAB 6139/AM) - Processo 0623423-56.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Guarda - REQUERENTE: M.N.S.M. - Vistos, Tratam os autos acerca de uma Procedimento Comum Cível, que foi intentada por M. de N. de S. M., em face de W. R. de C., na qual ambos os polos foram identificados e qualificados desde o princípio. Ocorreu que, após as certas deliberações judiciais exaradas no feito, a parte autora achou por bem em ingressar com a petição de fls. 37 e 55. É O RELATÓRIO. SEGUE DECISÃO. Pois bem, a partir da narrativa supra e do mais que consta dos autos, observa-se que a parte demandante, por ocasião da juntada da mencionada peça de fls. 37 e 55 e antes de qualquer outra providência no que tange ao polo passivo, requer a desistência do feito. Isto posto, fundamentado no artigo 485, inciso VIII, do Novo Estatuto Processual Civil, HOMOLOGO A DESISTÊNCIA DA AÇÃO e JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem resolução do mérito. Sem custas, por força do artigo 98, caput, §§ 2º e 3º do Novo Código de Processo Civil. P. R. I. Cumpra-se. Transitando em julgado, PROVIDENCIE-SE a baixa e o posterior arquivamento do processo.

ADV: MÁRIO ALBERTO DA FONSECA MONTEIRO JÚNIOR (OAB 1431/AM) - Processo 0623761-98.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: A.M.C. - Vistos, Trata-se de uma AÇÃO DECLARATÓRIA DE UNIÃO ESTÁVEL POST MORTEM, que foi proposta por A. M. C., companheira do falecido Sr. K. G. de M., em face de I. M. de M e G. M. de M., filhas deste último, todos identificados e qualificados desde a inicial (fls. 01/04) e emenda (fls. 97/98). Neste caso, acompanhando a peça citada, foram juntados os documentos de fls. 06/16, inclusive as certidões de nascimento de fls. 11 e 13; e, certidão de óbito de fls. 09. Citada regularmente, por intermédio da nobre Defensoria Pública do Estado, as suplicadas apresentaram a contestação de fls. 110. Realizada a audiência de justificação fls. 87/88, foram tomados os depoimentos das partes e ouvida a genitora do falecido, a Sra. C. M. G., bem como o Sr. J. V. L, como informante. Consigno que houve intervenção do Ministério Público no feito, conforme pareceres de fls. 106. É O RELATÓRIO. DECIDO. 1.Desde logo, com base na narrativa do caderno processual e, ainda, dos elementos de prova carreados pela autora, não hesito em admitir a legitimidade e o interesse da Sra. A. M. C. para propor a Ação Declaratória de Reconhecimento e Dissolução de União Estável sob foco, uma vez que ela conviveu com o "de Cujus" e, principalmente, porque essa senhora foi/é a genitora das 02 (duas) únicas filhas biológicas que ele teve ao longo de sua vida; isso afora o importante detalhe de que o falecido cidadão, K. G. de M., procedeu com o competente registro de suas duas filhas, conforme certidões de fls. 11 e 13. 2.Pois bem, passando agora a análise do mérito da demanda, denota-se que estamos tratando de ação em que se pretende o reconhecimento da existência de união estável havida entre a Sra. A. M. C. e o dito Sr. K. G. de M., durante mais de 7 (sete) anos, ou seja, entre 2008 e até o óbito em tela, o que aconteceu em 23/06/2015. 3.Em exame ao álbum processual, verifico que as provas produzidas pelos patronos do polo ativo; e, por ocasião da audiência de justificação, permitem que este Juízo de Direito da 6ª Vara de Família conclua pela existência da referida relação, a qual era de conhecimento público e notório e perdurou por bastante tempo, até o seu desfecho nos idos de junho de 2015, diante do sucedido com o companheiro da requerente e pai das 02 (duas) filhas da mesma. 4.Outrossim, como bem disse a Curadoria de Família e Sucessões, quando de sua r. intervenção obrigatória/final, às fls. 110, "foi realizado a oitiva da genitora do de cujus, que confirmou que a autora de fato convivia com seu filho, que quando faleceu residia na casa da mesma e com ela tinha duas filhas, demonstrando total concordância com o pleito autoral." Ante o exposto, ACOLHO A PRETENSÃO AUTORAL e JULGO EXTINTO O PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO (CPC, artigo 487, inciso I); a fim de declarar que a Sra. A. M. C. e o Sr. K. G. de M. J (falecido), pai das requeridas, conviveram em união estável no período de - ao menos - 7 (sete) anos, entre 2008 até o dia 23/06/2015, data da morte do aludido convivente. Sem custas e honorários, por força da Lei Federal nº 1.060/50. P. R. I. Cumpra-se, obedecidos os ditames legais e as cautelas de estilo. Transitada em Julgado, DÊ-SE baixa na distribuição e arquivem-se os autos.

ADV: WINSTON DE ARAÚJO TEIXEIRA (OAB 11584/RN) - Processo 0624737-66.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: E.S.S. - M.P.O.F. - Considerando as informações prestadas, fica redesignado o dia 11/10/2019, às 10:30 horas, para a continuação desta audiência de conciliação. Cientes em audiência".

ADV: DIVANILZA AMAZONAS DE MENEZES SILVA CHAVES (OAB 8771/AM) - Processo 0625037-67.2015.8.04.0001 (apensado ao processo 0625065-35.2015.8.04.0001) - Guarda - Guarda - REQUERENTE: V.M.L. - Diante da certidão retro, INTIME-SE o(a) patrono(a) da parte autora, para manifestação pertinente, no prazo de 05 (cinco) dias. Int. CUMPRA-SE.

ADV: LENYLCE SOUZA REIS (OAB 9488/AM), ADV: RUMMENIGGE CORDOVIL GRANGEIRO (OAB 5810/AM) - Processo 0625831-25.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: A.P.P. - REQUERIDA: E.S.S. - CERTIDÃO REGISTRO DE SENTENÇA Processo n.°0625831-25.2014.8.04.0001 Classe: Procedimento Comum Cível/PROC : ALEXANDRE DOS PRAZERES PACHECO : ELIANE SILVA DE SOUZA Certifico para os devidos fins, de Registro que foi prolatada a sentença às fls. 188/189, pelo Magistrado Dr. Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro, juiz da 6ª Vara de Família, onde foi o Magistrado julgou da seguinte forma: Ante o exposto, por verificar a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo (equivalente à revogada impossibilidade jurídica do pedido do art. 267, III, do CPC anterior), JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, o que faço com base no citado artigo 485, IV, da Lei de Ritos de 2015. Da sentença do primeiro grau, foi impetrado Recurso de Apelação por parte do Requerente as fls. 192-201 tendo a Requerida contrarrazoado às fls. 207-215 no

segundo grau, a apelação do Requerente foi conhecida e provida. No acórdão proferido no 2º grau, a sentença de primeiro grau foi reformada no sentido de anular a sentença atacada. É o que me cumpre certificar. Manaus, 02 de setembro de 2019

ADV: JORGE LUIZ CORRÊA SILVEIRA (OAB 10025/AM) - Processo 0626567-04.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: I.J.G.Z. - MM. Juiz proferiu o seguinte despacho: 1. INTIME-SE a parte autora, por seu procurador, para dar regular andamento ao feito, praticando os atos que lhe competir, ou seja: informar se ainda tem interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que entender necessário, sob pena de extinção do processo sem julgamento de mérito (NCPC, 485, III); 2. Persistindo a inércia, INTIME-SE o(a) autor(a) pessoalmente, por mandado, e para a mesma finalidade, num prazo de 5 (cinco) dias (idem, 485, § 1º), atentando-se à validade das intimações realizadas na forma do disposto no art. 274, parágrafo único, também, do NCPC; 3. Não havendo manifestação, sendo caso de intervenção obrigatória, ABRA-SE VISTA ao Ministério Público; 4. Finalmente, CONSIGNO que o pagamento das custas será feito conforme estabelecido no artigo 2.º, parágrafo 2.º do Provimento 250/2015 da CGJ/AM. Int. CUMPRA-SE.

ADV: IVANA MAUÉS MARQUES (OAB 4462/AM) - Processo 0627386-04.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: I.M.M. - Em 28 de agosto de 2019, de ordem do MM Juiz de Direito Coordenador do CEJUSC-FAMÍLIA, Gildo Alves de Carvalho Filho, abre-se vista à parte autora, por sua advogada, para no prazo de 5 (cinco) dias, informar qual a numeração da casa da parte Requerida, uma vez na petição inicial não consta.

ADV: DAYSEVANDA DAS GRAÇAS BRITO DANTAS (OAB 7003/AM), ADV: ELAINA LARISSE FRUTUOSO CESTARI DE LIMA (OAB 13633/AM) - Processo 0627461-77.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: J.M.L.S. - Vistos, Narram os presentes autos sobre uma Ação de

ADV: THAIS DA COSTA PRADO (OAB 12520/AM) - Processo 0627533-30.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0607342-61.2019.8.04.0001) - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Cumprimento Provisório de Sentença - EXEQUENTE: M.V.C.A. - Antes de apreciar a petição de fls. 24/25, CERTIFIQUE-SE a respeito do integral cumprimento da deliberação de fls. 18. Após, VOLTEM-ME conclusos. CUMPRA-SE.

ADV: CLAILTON COSTA DE OLIVEIRA (OAB 9880/AM) - Processo 0627942-06.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - ALIMENTAND: D.M.A. - Diante da certidão retro, INTIME-SE o(a) patrono(a) da parte autora, para manifestação pertinente do despacho de fls. 39. Prazo de 15 dias, pena de indeferimento (CPC, 513, caput, c/c 801). Int. CUMPRA-SE.

ADV: SÓSTENES ADIEL PEREIRA BATISTA (OAB 10131/AM), ADV: CHRISTIAN ARAÚJO DE SOUZA (OAB 13291/AM), ADV: JEFFERSON OLIVEIRA DO NASCIMENTO (OAB 13823/AM), ADV: LUIZ FELIPE TAVARES VEIGA (OAB 13150/AM), ADV: CÍNTIA ROSSETTE DE SOUZA (OAB 4605/AM), ADV: SÂMEA PICANÇO OLIVEIRA (OAB 10852/AM), ADV: JONES DE OLIVEIRA SANTOS (OAB 9616/AM), ADV: SÓSTENES ADIEL PEREIRA BATISTA (OAB 10131/AM), ADV: FREDERICO GUSTAVO TÁVORA (OAB 6462/AM), ADV: ISAEL DE JESUS GONÇALVES AZEVEDO (OAB 3051/AM) - Processo 0628164-76.2016.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: N.L.C. - Vistos, Narram os presentes autos sobre uma Ação de

ADV: KELIDA PATRICIA MONTALVÃO DA SILVA (OAB 11211/AM) - Processo 0629807-64.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: E.P.R. - Vistos, Versam os autos de Divórcio Consensual, em que A.R. e E.P.R., qualificados nos autos, requerem divórcio consensual com fundamento no art. 226, § 6º, da Constituição Federal, conforme narrado na petição inicial de fls. 01/03. O pedido foi processado na forma do art. 731, do CPC, sem a intervenção do Ministério Público, pois o caso não envolve interesses de incapaz/menores. Sucintamente, é o relatório. DECIDO. Trata-se de pedido de divórcio consensual fundamentado no art. 226, § 6º, da Constituição Federal, em que foram atendidos todos os requisitos para o deferimento do pedido. O acordo do casal, formalizado nos termos do art. 731, do Código de Processo Civil, apresenta-se com regularidade formal, além de evidenciar que estão suficientemente resguardados os interesses da família (Código Civil, art. 1.574, par. ún.). Não houve intervenção do Ministério Público, pois, não há filhos menores/incapazes. Assim, satisfeitas as exigências legais, tendo havido manifestação perante o juízo da vontade livre e consciente de se divorciar, o pedido há de ser julgado procedente. Mesmo porque, na regra do art. 226, § 6º, da Constituição Federal, o divórcio é modo voluntário de extinção do casamento válido (CC, 1.571, § 1º), pelo que deve ser decretado diante da regular manifestação de vontade do casal, independentemente de qualquer outra formalidade. No mesmo sentido, a doutrina de Pablo Stolze Gagliano, que conceitua o divórcio como "forma voluntária de extinção da relação conjugal, sem causa específica, decorrente de simples manifestação de vontade de um ou ambos os cônjuges, apta a permitir, por consequência, a constituição de novos vínculos matrimoniais". POSTO ISSO, com fundamento no que dispõe o art. 226, § 6º, da Constituição Federal e na forma do art. 487, inc. III, "b", do Código de Processo Civil, HOMOLOGO NA ÍNTEGRA O ACORDO FIRMADO ENTRE AS PARTES DE FLS. 01/03, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos; DECRETO, por sentença, o divórcio de A.R e E.P.R..;a qual voltará a usar o nome de solteira, qual seja,ERAGOS DOS SANTOS PINTO, E, finalmente, RESOLVO O MÉRITO DO PROCESSO, devendo a Secretaria diligenciar a respeito. Isento de custas, nos termos da Lei nº 1.060/50 c/c art. 98, §§ 2º e 3º do NCPC. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Outrossim, considerando a manifesta renúncia ao prazo recursal, EXPEÇA-SE, desde logo, o mandado de averbação ao Ofício do Registro Civil, ressaltando que a divorcianda voltará a usar o nome de solteira, a saber E. DOS. S.P. Enfim, obedecidas as demais formalidades legais, arquivem-se.

ADV: ALEKSANDER CUESTA DE OLIVEIRA (OAB 5607/AM) - Processo 0629934-70.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: M.G.F.U.M. - 1. Diante da certidão retro, bem como pelo fato do processo encontrar-se parado há mais de 30 (trinta) dias, sem qualquer manifestação da parte interessada, INTIME-SE a parte autora, via Mandado Judicial, para promover os atos e diligências que entender necessárias, em 05 (cinco) dias, sob pena de extinção e arquivamento, nos termos do artigo 485, III e § 1º, do Novo Código de Processo Civil. 2. Consigno que as custas referentes ao cumprimento do mandado determinado no "item 1" serão cobradas conforme estabelecido no artigo 2.º, parágrafo 2.º, do Provimento n.º 250/2015 da Corregedoria Geral de Justiça. CUMPRA-SE.

ADV: ISAEL DE JESUS GONÇALVES AZEVEDO (OAB 3051/AM), ADV: CÍNTIA ROSSETTE DE SOUZA (OAB 4605/AM) - Processo 0631245-28.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Exoneração - REQUERENTE: Jorge Raimundo de Souza Ramos - 1. Face ao pedido de tutela antecipada, DÊ-SE vista ao Ministério Público. CUMPRA-SE.

ADV: MARIZETE NEVES GOMES (OAB 3038/AM) - Processo 0631412-21.2014.8.04.0001 - Cautelar Inominada - Regulamentação de Visitas - REQUERIDA: E.G.S. - DELIBERAÇÃO JUDICIAL: Diante da conhecida dificuldade para a entrega de resultados, ou seja, considerando o acúmulo de serviço e processos no setor forense específico; e, notadamente, em atenção ao mais recente pronunciamento ministerial lançado nos autos, às fls. 413/414; DETERMINO o cadastramento e as indicações de profissionais particulares, como psicólogos(as) e assistente(s) sociais, que possam efetivar a realização de um estudo psicossocial no caso concreto, sem prejuízo de que as partes indiquem/reiterem - depois - as informações relacionadas aos seus respectivos assistentes técnicos. Tudo providenciado, retornem-me conclusos para nova deliberação. Int. CUMPRA-SE, com a urgência que a lide requer.

ADV: EDY KARLA DIAS CONCEIÇÃO (OAB 10008/AM) - Processo 0632019-58.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: A.M.C. - Certifico que, feito o pregão, as partes não compareceram para audiência conciliatória, estando a parte autora devidamente intimada para o ato, através de seu advogado, conforme certidão de DJE de fls. 31. Desta forma, ante o não comparecimento da(s) referida(s) parte(s), inviabilizando a realização de audiência de conciliação e mediação por este Centro Judiciário de Solução Consensual de Conflitos - CEJUSC, devolvo os autos à fila "Recebidos-CEJUSC", da vara de origem, na presente data, para deliberações do MM. Juiz de Direito do feito.

ADV: ISAAC REIS DA SILVA (OAB 12729/AM) - Processo 0632083-68.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: E.S.S. - POSTO ISSO, com fundamento no que dispõe o art. 226, § 6º, da Constituição Federal e na forma do art. 487, inc. III, "b", do Código de Processo Civil, DECRETO, por sentença, o divórcio de ***, que se regerá pelas condições constantes do acordo firmado na petição inicial de fls. ** (e nas emendas de fls.*).

ADV: JOSÉ AMAURI SALES (OAB 9189/AM) - Processo 0632601-63.2016.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: S.V.F. - ABRA-SE vista ao representante ministerial para intervir no feito, nos termos do art. 178, II, do CPC. Intime-se, via portal e-SAJ.

ADV: CARLOS PEDRO CASTELO BARROS (OAB 1229/AM), ADV: ANA CECILIA BARROS CASTELO (OAB 3485/AM) - Processo 0632702-32.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: Marlene Reis da Silva - REQUERIDA: Pabiula Reis de Araújo e outros - Vistos, Trata-se de AÇÃO DE RECONHECIMENTO DE UNIÃO ESTÁVEL - POST MORTEM, proposta por M. R. da S., em face de sua filhas e herdeiras, P. R. de A., P. R. de A. e P. R. de A., no escopo de obter o reconhecimento da união estável com o Sr. L. A. A. A., falecido em 01/07/2018. Para tanto, a requerente alega que conviveu com o Sr. L. A. A. A., durante 33 (trinta e três) anos, até o seu falecimento, nascendo desta união, as filhas/requeridas, P. R. de A., P. R. de A. e P. R. de A., conforme documentos de fls. 14/16. Ademais, destaca que seu companheiro faleceu em 01/07/2018, conforme certidão de óbito de fls. 19, necessitando do reconhecimento da união estável para que possa fazer jus a seus direitos, perante órgãos federais, estaduais e municipais e outras instituições particulares. Acostados à exordial vieram os documentos de fls. 10/25. Em audiência de justificação (fls. 53/57), verifica-se que tanto as requeridas como as testemunhas ratificaram que a requerente era a companheira do de cujus, por, aproximadamente, 33 anos. No caso concreto, evidencia-se desnecessária a intervenção do Ministério Público, uma vez que não estão sendo discutidos interesses de pessoa menor e/ou incapaz. É O RELATÓRIO. DECIDO. Preliminarmente, não hesito em admitir a legitimidade e o interesse da requerente para propor a presente Ação Declaratória de Reconhecimento de União Estável, nos termos do art. 19, inciso I do CPC. Dispõe o art. 226, § 3º da Constituição Federal que "para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento." Em face do novo sistema constitucional, instituído pela Carta da República de 1988, que reconheceu a união estável como entidade familiar, assim entendida a convivência duradoura, pública e contínua entre um homem e uma mulher, as famílias assim constituídas foram erigidas à condição de plena legitimidade, equiparando-se àquelas originadas do casamento civil, para efeito de proteção do Estado. Na tentativa de definir e salvaguardar os direitos pessoais e patrimoniais dos conviventes e os de sua prole, oriundas dessa forma de família, consagrada, então, constitucionalmente, surgiram vários projetos de Lei, dentre os quais foram aprovados dois, que deram origem às Leis ns. 8.971/94 e 9.278/96, cujos elementos foram incorporados no Livro IV do Novo Código Civil de 2002, que trata do Direito de Família, mais precisamente nos arts. 1.631, 1.632, 1.634 e segts e 1.723 ao 1.727, com a ressalva de que os direitos sucessórios entre os companheiros encontram-se previstos no art. 1.790, cujo dispositivo foi incluído nas Disposições Gerais, insertas do Capítulo I, do Título I,do Livro V, do referido Codex, que trata do Direito das Sucessões. In casu, verifica-se que as alegações da requerente encontram-se devidamente corroboradas pelos documentos acostados aos autos, bem como pelos depoimentos prestados pelas testemunhas, que, sem qualquer vício ou irregularidade capaz de macular a idoneidade de suas declarações, confirmaram que a requerente conviveu com o de cujus como se casados fossem. Ademais, fala em favor do direito da requerente, as filhas nascidas do seu relacionamento com o falecido, conforme consta dos respectivos documentos de fls. 14/16. Pois bem, reconhecida a união entre as partes, entendo desnecessária a prova do esforço comum para partilha dos bens adquiridos na constância do relacionamento, afastando a aplicação da Súmula 380/STF, uma vez que a Lei 9.278/96, em seu artigo 5º, prevê a figura da contribuição presumida, na qual os bens "adquiridos por um ou por ambos os conviventes, na constância da união estável e a título oneroso, são consideradas fruto do trabalho e da colaboração comum, passando a pertencer a ambos, em condomínio e em partes iguais, salvo estipulação contrária em contrato escrito". Referido patrimônio, ao que consta, é composto dos seguintes bens: i) um veículo corsa sedan premium de placa NOI 2217; ii) uma placa de táxi NPA-6811, que se encontra alugada; iii) um crédito na 1ª instância da justiça federal sob o nº 0000905-47.2017.4.01.3200. Sendo assim, entendo pertinente e plausível o reconhecimento do direito da requerente a meação de 50% do patrimônio adquirido pelos conviventes, na constância da união estável. DISPOSITIVO Ante o exposto, com fulcro no art. 487, I, do CPC, JULGO PROCEDENTE o pedido, formulado pela requerente, com supedâneo nos arts. 19, inciso I, do CPC, c/c o art. 226, §3º da Constituição Federal e art. 1.723 do Código Civil, para DECLARAR A EXISTÊNCIA DA UNIÃO ESTÁVEL havida entre a Sra. M. R. da S. e o de cujus, L. A. A. A., cuja convivência perdurou do ano de 1985 até a data do óbito do companheiro, ocorrido em 01/07/2018; ao tempo em que, RECONHEÇO o direito da autora a meação de 50% do patrimônio adquirido pelo casal na constância da união estável, cabendo a parte autora convivente, após o transito em julgado desta decisão, ingressar com demanda própria, como meeira e herdeira dos bens do espólio, adquiridos pelo titular da herança, durante o período de convivência do casal; E RESOLVO O MÉRITO DO PROCESSO, devendo a Secretaria diligenciara respeito. Sem custas e honorários, por força da Lei Federal nº 1.060/50. P. R. I. Cumpra-se. Transitando em julgado, BAIXE-SE e arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM) - Processo 0633234-69.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: L.S.V. - CERTIFICO que, verificou-se que a citação de fls. 31, não foi feita de forma pessoal ao requerido, portanto não há abertura de prazo para contestação do mesmo. Sendo assim, esta secretaria entrou em contato com a requerente, através do número informado em certidão retro, informando que a audiência de concilição/mediação foi redesignada, além de ratificar a necessidade da mesma, comparecer ao NPJ do Ciesa. Fica a Audiência de conciliação REDESIGNADA para o dia 14/10/2019 às 09:30h - com duração aproximada de 2(duas) horas, a ser realizada no CEJUSC -FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260, sendo a citação do requerido renovada por oficial de justiça no endereço da empresa Rannam, já informado nos autos.

ADV: ALDERLAN CASTRO LEAL (OAB 13828/AM) - Processo 0633955-21.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - ALIMENTAND: K.B.S.S. - Outrossim, considerando os argumentos da vestibular e os documentos de fls. 09, fundamentado no artigo 4º da Lei nº 5.478/68 e demais dispositivos da espécie, FIXO alimentos provisórios (em favor do autor C. K. da S. V.) num valor correspondente a 1/2 (meio) salário mínimo, o que faço à míngua de maiores elementos de prova a respeito da capacidade financeira da parte alimentante e das necessidades da parte alimentada, que deverão ser pagos mediante recibo ou deposito em conta bancária, conforme requerido, a primeira parcela dez dias após a citação e as demais a cada 30 dias. 3. INTIME-SE a parte autora, por seu patrono, para informar, com a máxima brevidade, os dados bancários de titularidade da representante legal do menor sob foco. DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO 4. REMETAM-SE ao CEJUSC - Família, para tentativa de conciliação prévia e, se necessário, implementação de práticas restaurativas com vistas à abordagem do conflito interpessoal subjacente da família. DELIBERAÇÕES PROCEDIMENTAIS 5. Com a designação de data para o ato de conciliação por referido órgão, diligencie-se a citação da parte requerida e intimação da parte autora para comparecimento

ADV: WAGNEY GUIMARÃES ROSAS (OAB 7908/AM), ADV: GUILHERME MENDONÇA GRANJA (OAB 919/AM) - Processo 0634219-72.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: H.O.S. - REQUERIDA: M.F.F.O. - 3. Após as diligências acima, na forma do parágrafo 3º, também do art. 465 da vigente Lei de Ritos, INTIMEM-SE as partes acerca da proposta de honorários do perito (ora) nomeado, para, querendo, apresentarem

manifestação no prazo comum de 05 (cinco) dias. 4. Finalizado tal prazo, com ou sem respostas, VOLTEM-ME conclusos para que seja arbitrado o valor dos honorários e/ou outras providências que sejam necessárias, com as intimações dos litigantes relacionadas ao que prevê o artigo 95, igualmente do NCPC. 5. Diligencie-se, INTIME(M)-SE e CUMPRA-SE, observadas as regras legais e com a presteza que a lide reclama.

ADV: GLICÉRIA GUERREIRO DA SILVA (OAB 8526/AM), ADV: ADNILSO GOMES NERY (OAB 4124/AM), ADV: CARLOS GERALDO CRUZ DUARTE (OAB 10550/AM), ADV: CARLOS VARANDA (OAB 3091/AM) - Processo 0634472-31.2016.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: E.A.B. - REQUERIDO: F.A.O. - CERTIFICO que nesta data foi pautada audiência de Oitiva de Reclamante para o processo em epígrafe, a ser realizada em 27/09/2019 às 10:30h. Ficam desde já os patronos intimados para comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento editado pela Corregedoria Geral de Justiça sob o nº 199/2012, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente, via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. É o que me cumpre certificar. PARTES E PATRONOS CIENTES.

ADV: RODOLFO PAULO CABRAL (OAB 3548/AM) - Processo 0634560-64.2019.8.04.0001 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Cumprimento Provisório de Sentença - EXEQUENTE: Joao Gabriel Oliveira dos Santos - Tendo em vista a vigência da Lei 13.105/15 (Novo Código de Processo Civil), onde a execução de alimentos com base em título judicial será sempre processada como cumprimento de sentença, ou seja, nos mesmos autos do processo de conhecimento, sendo admitido tanto o procedimento da prisão, quanto o da expropriação de bens, conforme as seguintes regras: a)O credor pode optar pela execução pelo procedimento da expropriação de bens ou pelo procedimento da prisão (CPC, 528, § 8º); b)O procedimento da prisão somente é admissível para execução das parcelas atuais, ou seja, das três últimas em atraso, a partir do ajuizamento da execução, também das vincendas (CPC, 528, § 7º; Súmula 309 STJ); c)O procedimento da expropriação de bens é admissível para execução de todas as parcelas não pagas, sem restrição quando ao termo inicial, podendo incluir as três últimas, sempre a critério do credor (CPC, 528, § 8º); d)Optando por executar, concomitantemente, parcelas atuais que seguem o procedimento da prisão (três últimas em atraso, conforme a Súmula 309, do STJ) e parcelas pretéritas que seguem o da constrição patrimonial, o autor deverá fazer a cisão dos procedimentos. e)De qualquer forma, optando pelo procedimento da expropriação de bens em face de determinadas parcelas, essas mesmas parcelas não podem ser mais exigidas pelo procedimento da prisão; Assim, INTIME-SE a parte exequente para emendar a inicial e esclarecer a pretensão de processar cumprimento de sentença de alimentos em autos apartados, sem que conste que há cumprimento de sentença sendo processado nos principais (CPC, 531, § 2º). Prazo da emenda: 15 dias, pena de indeferimento (CPC, 513, caput c/c 801).

ADV: RODRIGO FERNANDO DE ALMEIDA OLIVEIRA (OAB 189340/SP) - Processo 0634829-06.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Anulação - REQUERENTE: Jessica Rivka Lima Serruya Rodrigues, - INTIME-SE o autor (a) e PROCEDA-SE a citação do polo passivo para, nos termos do artigo 695, caput e seus parágrafos, do novo Código de Processo Civil, comparecer à audiência de conciliação (mediação), observando ainda, o que preveem os artigos 694 e 696/699, todos, também, do NCPC. Outrossim, consigno que, aso não seja efetivado acordo entre as partes, deverá ser observado o procedimento comum dos artigos 335 e seguintes, do referido diploma legal, ou seja, o (a) requerido (a) poderá oferecer contestação, por petição, e no prazo e 15 (quinze) dias, contados da data da audiência. Int. CUMPRA-SE.

ADV: VICTÓRIA CAROLINE FERREIRA BANDEIRA (OAB 14456/AM), ADV: JORGE FELIPE FERREIRA BANDEIRA (OAB 13354/AM) - Processo 0635029-13.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: M.L.F.F. - 1. Face ao pedido de tutela antecipada, DÊ-SE vista ao Ministério Público. CUMPRA-SE.

ADV: EDUARDO CARIOCA ARENARE (OAB 12812/AM) - Processo 0635131-35.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: I.J.B.B. - CERTIFICO que, em cumprimento à decisão retro do MM. Juiz de Direito Dr. Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro, fica pautada Audiência de Conciliação/Mediação- com duração aproximada de 2(duas) horas, para o dia 30 de outubro de 2019, às 8 horas e 30 minutos, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260, As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015). Recomenda-se aos interessados, informados através de seu(ua) advogado(a), que compareçam à Oficina de Pais, a ser realizada no dia 12 ou 26/09 ou 03/10/2019, juntamente com filhos na faixa etária de 06 a 17 anos, estes para Oficina das Crianças/Adolescentes, com início às 09 horas e término às 12 horas (tolerância de atraso de 20 minutos), no auditório do Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos - térreo. Serão fornecidas declarações para fins de justificativa no trabalho, se houver necessidade, cabendo ressaltar que a presença na Oficina de Pais não substitui o comparecimento à audiência de conciliação e mediação.

ADV: JOÃO AUGUSTO CORDEIRO RAMOS (OAB 5754/AM) - Processo 0635234-42.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: J.S.M.J. - ABRA-SE vista ao representante ministerial para intervir no feito, nos termos do art. 178, II, do CPC. Intime-se, via portal e-SAJ.

ADV: MARIA ESTER COELHO DE OLIVEIRA (OAB 9677/AM) - Processo 0635858-96.2016.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: F.F.A. - Vistos, Cuidam os autos acerca de uma Ação de Guarda, que foi formalizada por F. de F. A., em face de S. S. L. A. e S. L. A., menores representada por sua genitora, a Srª. S. de S. L., todos identificados e qualificados desde o princípio, tudo segundo argumentos da exordial. Ocorreu que, acompanhando a peça citada, foram anexados os documentos de fls. 10/20 e 31/32. Aconteceu que, segundo narrativa da lide, intimada para pronunciamento a mencionada parte demandante deixou transcorrer em branco o prazo que foi concedido por este juízo. EM SÍNTESE, É O RELATÓRIO. DECIDO. Desde logo, observa-se que, no curso do processo, a parte autora foi intimada para dar andamento ao feito, nos termos do despacho de fls. 100, não tendo suprido a falta apontada pelo juízo, como se pode verificar na certidão de fls. 101. Em seguida, foi efetivada a intimação editalícia de fls. 102, conforme certidão de fls. 103 e 105, sem qualquer manifestação por parte da autora. Ademais, devo assinalar que a lide contou com a devida intervenção da Promotoria de Justiça, a exemplo do pronunciamento da folha 109, pois bem, analisando o caderno processual e, portanto, considerando todas as diligências e providências que nele foram tomadas, porquanto o feito encontra-se paralisado há mais de 30 (trinta) dias; e, mais ainda, pelos importantes fatos de que a última participação do polo ativo ocorreu em 09 de outubro de 2017, conforme termo de audiência de fls. 67/68, e que, depois dessa data, foi efetuada a intimação da parte autora para possível pronunciamento e esta nada providenciou, segundo informado oficiais constantes dos autos. denoto que restaram esgotados todos os meios de encontrarmos o polo ativo e/ou o patrono para efetiva continuidade do feito, caracterizando-se, assim, o abandono da causa. Nesse sentido, trago à colação os ensinamentos de Humberto Theodoro Junior: Diante do sistema de impulso oficial do processo (art. 2º), o juiz não está jungido a aguardar a provocação do interessado para extinguir a relação processual abandonada pela parte. Verificada a paralização por culpa dos litigantes, de ofício será determinada a intimação pessoal da parte (ou partes), na forma recomendada pelo § 1º do art. 485. E, não sanada a falta, decretará a extinção, mesmo sem postulação do interessado ou do Ministério Público. Isto posto, mesmo porque resta inviabilizado o julgamento da lide sem a diligência que à parte autora cumpria realizar, nos termos do art. 485, III e § 1º, do CPC, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, devendo a Secretaria diligenciar a respeito. Sem custas e honorários, por força da Lei nº 1.060/50 c/c o art. 98, "caput", do CPC/2015. DÊ-SE ciência ao Ministério Público, sendo o caso de intervenção obrigatória. P. R. I. CUMPRA-SE. Oportunamente, PROCEDA-SE a baixa e o posterior arquivamento dos autos.

ADV: ROSÂNGELA LEMOS DE MELLO GUIMARÃES (OAB 2747/AM) - Processo 0636169-82.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - ALIMENTAND: M.S.S. - DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Analisando a presente "AÇÃO

DE Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisional de Alimentos COM PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA", referente ao (à) menor, B. H. P. da S., um(a) menino(a) de 16 anos de idade, que foi ajuizado por M de S. S.; ACOLHO na íntegra, por seus próprios fundamentos, o r. pronunciamento ministerial retro, posto que, apesar dos argumentos da parte autora e diante da natureza da causa, tenho por temerária a concessão da tutela provisória de urgência requerida, sem ouvir a parte contrária, pelo risco de lhe causar dano irreparável ou de difícil reparação. 2. Destarte, ABSTENHO-ME de deliberação acerca do pedido de antecipação da tutela, deixando para fazê-lo somente após a realização da audiência de conciliação e mediação. 3. PAUTE-SE data para realização da audiência de mediação e conciliação, prevista no art. 695 do Novo Código de Processo Civil, a ser realizada no Centro de Mediação e Conciliação de Conflitos das Varas de Família - CEJUSC. 4. CITE-SE o réu unicamente para comparecimento à audiência de mediação e conciliação acompanhado de advogado ou defensor público. 5. INTIME-SE a parte autora, por seu patrono para o mesmo ato, bem como para previsões contidas nos §§ 8º, 9º e 10 do art. 334, também do NCPC. 6. DÊ-SE ciência ao Ministério Público (idem, art. 178, II). 7. INTIME-SE o Ministério Público. CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais.

ADV: NÁDIA ALMEIDA LIMA (OAB 10786/AM), ADV: MARIA SANTANA DE FREITAS (OAB 5708/AM) - Processo 0636261-60.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: A.C.A.G.S.R. - 1. Acolho a emenda de fls. 39/40. 2. DEFIRO os benefícios da assistência judiciária gratuita, nos termos do art. 98 do NCPC. 3. PAUTE-SE data para realização da audiência de mediação e conciliação, prevista no art. 695 do Novo Código de Processo Civil, a ser realizada no Centro de Mediação e Conciliação de Conflitos das Varas de Família CEJUSC. 4. CITE-SE o réu unicamente para comparecimento à audiência de mediação e conciliação acompanhado de advogado ou defensor público. 5. INTIME-SE a parte autora, por seu patrono para o mesmo ato, bem como para previsões contidas nos §§ 8º, 9º e 10 do art. 334, também do NCPC. Int. CUMPRA-SE.

ADV: ADRIMAR FREITAS DE SIQUEIRA (OAB 8243/AM), ADV: JOSE RIBAMAR FERNANDES MORAIS (OAB A559/AM) - Processo 0636312-42.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: A.E.C. - REQUERIDA: R.B.S. - CERTIFICO que nesta data foi pautada audiência de Oitiva da MENOR A J B DA C. Com a presença dos litigantes seus patronos e duas profissionais do Setor Forense para o processo em epígrafe, a ser realizada em 08/10/2019 às 10:30h. Ficam desde já os patronos intimados para comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento editado pela Corregedoria Geral de Justiça sob o nº 199/2012, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente, via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. É o que me cumpre certificar. PARTES CIENTES POR MEIO DOS PATRONOS. EXPEDIR OFICIOS AO SETOR DE PSICOLOGIA E SERVIÇO SOCIAL.

ADV: IVANETE GUEDES DA SILVA (OAB 13830/AM) - Processo 0636980-42.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - ALIMENTAND: J.G.S.M. - ABRA-SE vista ao representante ministerial para intervir no feito, nos termos do art. 178, II, do CPC. Intime-se, via portal e-SAJ.

ADV: CLARISSA CAMINHA BESERRA (OAB 13041/AM) - Processo 0638289-98.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: E.O.G. - INTIME-SE a patrona dos requerentes para juntar emenda, nos moldes da inicial, sendo a inicial assinada pelas partes, em todas as páginas. Prazo: 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da inicial. Int. CUMPRA-SE.

ADV: SALIMA GORETH MENESCAL DE OLIVEIRA (OAB 7720/AM) - Processo 0638365-25.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Oferta - REQUERENTE: R.A.M. - ABRA-SE vista ao representante ministerial para intervir no feito, nos termos do art. 178, II, do CPC. Intime-se, via portal e-SAJ.

ADV: BRUNA CARVALHO DOS SANTOS (OAB 11179/AM) - Processo 0638405-75.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: N.S.M. - Vistos, Narram os presentes autos sobre uma Ação de

ADV: DEBORAH BORGES DE OLIVEIRA (OAB 13346/AM) - Processo 0639214-94.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: C.C.L. - DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Defiro os benefícios da assistência judiciária gratuita, nos termos da Lei nº 1.060/50 c/cart. 98 do NCPC. 2. INDEFIRO a tutela de urgência incidental antecipada, a despeito de o poder familiar se extinguir com a maioridade (CC, 1.635, III) e, com isso, cessar o dever de sustento (CF, 229, c/c CC, 1.634, I), uma vez que persiste o vínculo parental que pode ensejar os alimentos a que alude o art. 1.694, do CC. Assim, não se afigura possível a exoneração liminar da obrigação alimentar tão somente com o advento da maioridade do(a) alimentado(a), eis que pode persistir a situação de necessidade dele (ausente a probabilidade do direito - CPC, 300). 3. Nesse sentido, inclusive, tem sido o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça: Agravo Regimental no Recurso Especial. Ação revisional de alimentos. Decisão extra petita. Ocorrência. Exoneração. Alimentos. Impossibilidade. 1. A orientação do Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que a decisão deve guardar congruência com o pedido consignado na exordial, sob pena de ocorrer julgamento extra petita, nos termos dos arts. 128 e 460 do CPC. 2. É vedada a exoneração automática do alimentante sem possibilitar ao alimentado, que atinge a maioridade, a oportunidade para se manifestar e comprovar, se for o caso, a impossibilidade de prover a própria subsistência. Precedentes. 3. Agravo regimental não provido. (STJ. AgRg no REsp. 1373965/MS 3ª T. Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva j. em 08.03.2016 DJe 15.03.2016) 4. Sem dizer, que o requerente não produziu prova alguma de que as partes requeridas não estão estudando. 5. Em exame dos autos, observo que a obrigação alimentar foi deferida em favor dos filhos do autor, sendo que estes já atingiu a maioridade, conforme certidão de fls. 08/09. Contudo, quanto à natureza da causa, tenho por temerária a concessão da tutela antecipada requerida, sem ouvir o requerido, pelo risco de causar-lhe dano irreparável ou de difícil reparação, inclusive pelas circunstâncias de que os mesmos conta com pouco mais de 19 e 25 anos de idade, ou seja, fase bastante plausível de que ele ainda esteja cursando o ensino superior. 6. Assim, DESIGNE-SE data para audiência de conciliação e mediação. 7. CITE-SE as partes requeridas e INTIME-SE parte autora a fim de que compareçam na audiência designada, acompanhados de seus procuradores, importando a ausência das partes requeridas em confissão e revelia, e a da parte autora em arquivamento do pedido (Lei 5.478/68, art. 7º). 8. Conste do mandado de citação que se não for feito acordo, a defesa deverá ser oferecida na própria audiência, tudo na forma do disposto nos arts. 9º e 10 da Lei de Alimentos (Lei 5.478/68). 9. CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais.

ADV: DEBORAH BORGES DE OLIVEIRA (OAB 13346/AM) - Processo 0639214-94.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: C.C.L. - REQUERIDO: L.D.R.L. - N.L.R.L. - Certifico nesses autos que, por força da determinação do Ofício Circular n.º 024/2019 da Corregedoria Geral de Justiça e por ordem do MM. Juiz de Direito, Dr. Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro, titular desta 6ª Vara de Família, bem como considerando a realização da XIV SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO, de 04 a 08 de novembro de 2019, promovida pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, que foi DESIGNADO O DIA 07/11/2019 às 14:00h, para audiência de TENTATIVA DE CONCILIAÇÃO. Outrossim, ficam desde já os patronos intimados a comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento n.º 199/2012, da Corregedoria Geral de Justiça, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. CITAR/INTIMAR REQUERIDOS.

ADV: DANYELA CHRISTINA ARAÚJO CÂMARA (OAB 14308/AM) - Processo 0639352-61.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: Agatha Tavares Pinheiro Emidio - Douglas do Nascimento Emidio - 4. Com a juntada, INTIME-SE o(a) patrono(a) do(a) autor(a) para comprovar o pagamento das custas judiciais, no prazo de 15 (quinze) dias, sobpena de cancelamento da distribuição (NCPC, art. 290).

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM), ADV: ALZILENE SEABRA DE LIMA LEÃO (OAB 12112/AM) - Processo 0639655-12.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Nulidade / Anulação - REQUERENTE: E.R.S. - REQUERIDA: F.A.S. - CERTIFICO que nesta data foi pautada audiência de Instrução e Julgamento para o processo em epígrafe, a ser realizada em 14/04/2020 às 10:00h. Ficam desde já os patronos intimados

para comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento editado pela Corregedoria Geral de Justiça sob o nº 199/2012, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente, via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. É o que me cumpre certificar. INTIMAR REQUERIDA E DEFENSORA.i

ADV: PEDRO NORONHA MONSALVE JÚNIOR (OAB 10511/AM) - Processo 0640998-09.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: P.N.M. - Suspenda-se o processo, pelo prazo de 30 (trinta) dias, para que a parte autora junte o titulo aos autos em que a obrigação alimentar foi constituída, nos termos do artigo 320 do Novo Código de Processo Civil. Terminada a suspensão ou havendo manifestação do(a) interessado(a), VOLTE-ME os autos conclusos. Int. CUMPRA-SE.

ADV: NATHÁLIA PIMENTEL BIONE DE SOUZA (OAB 8027/AM) - Processo 0641696-83.2017.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: F.S.C. - ATENDA-SE a manifestação ministerial retro, INTIMANDO-SE o(a) requerente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, emende a inicial, na forma sugerida pelo representante ministerial, nos termos do art. 321, parágrafo único do NCPC, sob pena de indeferimento da mesma. Int. CUMPRA-SE.

ADV: IÊDA SANTOS CARDOSO (OAB 5714/AM) - Processo 0642276-45.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Extinção - REQUERENTE: Ingrid Nascimento de Souza - Cleyson dos Santos Negreiros - POSTO ISSO, com fundamento no que dispõe o art. 226, § 6º, da Constituição Federal e na forma do art. 487, inc. III, “b”, do Código de Processo Civil, HOMOLOGO NA ÍNTEGRA O ACORDO FIRMADO ENTRE AS PARTES DE FLS. 01/03, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos; DECRETO, por sentença, o divórcio de I. N. de S. e C. dos S. N.;E, finalmente, RESOLVO O MÉRITO DO PROCESSO, devendo a Secretaria diligenciar a respeito. Isento de custas, nos termos da Lei nº 1.060/50 c/c art. 98, §§ 2º e 3º do NCPC. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Outrossim, considerando a manifesta renúncia ao prazo recursal, EXPEÇA-SE, desde logo, o mandado de averbação ao Ofício do Registro Civil. Enfim, obedecidas as demais formalidades legais, arquivem-se.

ADV: FÁBIO CRISTIANO MOURA DE FREITAS (OAB 10756/AM), ADV: JERÔNIMO PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 9509/AM), ADV: ALAN HERGERTON FAÇANHA (OAB 9353/AM) - Processo 0642664-45.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Guarda - REQUERENTE: F.N.N.L. - 1.Nos termos da Lei nº 1.060/50, consubstanciada pelo artigo 98 do Novo Código de Processo Civil, DEFIRO o suscitado benefício da Justiça Gratuita. 2.Outrossim, face o pedido de tutela antecipada, DÊ-SE vista ao Ministério Público. CUMPRA-SE.

ADV: RAIMUNDO TEIXEIRA CARDOSO NETO (OAB 8828/AM) - Processo 0642712-72.2017.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: C.A.O.N. - Vistos, Tratam os presentes autos sobre uma Ação de Averiguação de Paternidade, proposta por C. A. de O. das N., em face de L. S. das N., ambos devidamente identificados e qualificados na inicial. Compulsando o caderno processual, verifico que, às fls. 35, foi determinada a intimação do autor para que se manifestassem acerca do seu interesse no feito, diligência que foi realizada e resultou na certidão de fls. 38. Outrossim, este juízo já havia determinado que se intimasse a parte Requerente, via advogado (fls. 36), para prosseguimento na lide, aconteceu que, segundo narrativa da lide, intimada para pronunciamento a mencionada parte demandante deixou transcorrer em branco o prazo que foi concedido por este juízo. EM SÍNTESE, É O RELATÓRIO. FUNDAMENTO E DECIDO. Pois bem, analisando o caderno processual e, portanto, considerando todas as diligências e providências que nele foram tomadas, porquanto o feito encontra-se paralisado há mais de 30 (trinta) dias; e, mais ainda, pelos importantes fatos de que a última participação do polo ativo ocorreu em 21 de dezembro de 2018, conforme juntada de petição de fls. 29/30, e que, depois dessa data, foi efetuada a intimação da parte autora para possível pronunciamento e esta nada providenciou, segundo informado oficiais constantes dos autos. denoto que restaram esgotados todos os meios de encontrarmos o polo ativo e/ou o patrono para efetiva continuidade do feito, caracterizando-se, assim, o abandono da causa. Nesse sentido, transcrevo ementa do julgado da Apelação Cível do Tribunal de Justiça de Minas Gerais - AC 10188100088627001 MG. Data de publicação: 10/10/2014: Ementa: APELAÇÃO CÍVEL - EXTINÇÃO DO PROCESSO - ABANDONO DE CAUSA. Extingue-se a ação quando a parte, por não promover os atos e diligências que lhe competir, abandonar a causa por mais de trinta dias e não suprir a falta em quarenta e oito horas, embora intimada para tanto. Ante o exposto, fundamentado no artigo 485, III, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO o processo, sem resolução de mérito. Sem custas, haja vista o que prevê a Lei 1.060/50. P.R.I.Cumpra-se. Ciência ao Ministério Público. Transitando em julgado, baixe-se e arquive-se.

ADV: JULLIANA BARROS SOUZA (OAB 11843/AM) - Processo 0642730-25.2019.8.04.0001 - Homologação da Transação Extrajudicial - Dissolução - REQUERENTE: Robson James dos Reis Silva - 1. INTIME-SE a parte autora para emenda a inicial para esclarecer o item “Da Partilha Dos Bens Comuns”, considerando a contradição com os pedidos formulados. Prazo: 15 (quinze) dias, pena de indeferimento (art. 321, parágrafo único do NCPC). Int. CUMPRA-SE.

ADV: LORENZONI & ALVES ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 000499/AM) - Processo 0643391-04.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: I.S.P.R. - 1.Nos termos da Lei nº 1.060/50, consubstanciada pelo artigo 98 do Novo Código de Processo Civil, DEFIRO o suscitado benefício da Justiça Gratuita. 2.Outrossim, face o pedido de tutela antecipada, DÊ-SE vista ao Ministério Público. CUMPRA-SE.

ADV: GEFERSON BATISTA PINHEIRO (OAB 11931/AM) - Processo 0643486-34.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: E.M.S.G. - INTIME-SE a parte autora para emendar a inicial, para o fim de atender o(s) requisito(s) previsto(s) no art. 319 do Novo Código de Processo Civil, devendo juntar a Sentença Homologatória do acordo que se pretende modificar. Prazo: 15 (quinze) dias, pena de indeferimento (art. 321, parágrafo único do NCPC) Int. CUMPRA-SE.

ADV: GERALDO CANTUÁRIO DOS SANTOS (OAB 9942/AM) - Processo 0643726-23.2019.8.04.0001 - Homologação da Transação Extrajudicial - Regime de Bens Entre os Cônjuges - REQUERENTE: Gleyson Monte Bentes - INTIME-SE a parte autora para emendar a inicial, para o fim de atender os requisitos previstos no art. 320 do Novo Código de Processo Civil, devendo juntar os documentos pessoais, comprovante de residência dos requerentes/acordantes e certidão de nascimentos do menor.

ADV: VINICIO CARLOS CORDOVIL MENDES FILHO (OAB 7907/AM), ADV: RUBXLEY CASTRO DE OLIVEIRA (OAB 11469/AM) - Processo 0643834-52.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: D.T.A. - REQUERIDA: M.L.L. - INTIME-SE a parte autora para emenda a inicial para esclarecer a sua legitimidade para a demanda, eis que a ação negatória de paternidade, em sentido estrito, fundada no art. 1.601, do Código Civil, consiste em ação privativa do pai registral. Prazo: 15 (quinze) dias, pena de indeferimento (art. 321, parágrafo único do NCPC). Int. CUMPRA-SE.

ADV: GUILHERME GUSTAVO VASQUES MOTA (OAB 5663/AM) - Processo 0644122-34.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: J.S.L. - REQUERIDO: F.M.S. - F.M.S. - C.M.S. - F.M.S. - C.M.S. - Vistos, Trata-se de uma AÇÃO DE RECONHECIMENTO DE UNIÃO ESTÁVEL POST MORTEM, que foi formulada por J. S. DE L., em razão do falecimento de F. G. DA S., figurando como requeridos os filhos do de cujus, todos devidamente identificados e Processo n°: 0644122-34.2018.8.04.0001 qualificados na vestibular. Iniciada a audiência, as partes chegaram ao consenso, quanto a existência e duração da referida União Estável; Que a suplicante e o falecido acima mencionado viveram juntos como se casados fossem, por um período de cerca de 22 (vinte e dois) anos, conforme elementos de prova que foram colacionados ao processo. EM RESUMO, É O RELATÓRIO. DECIDO. Desde logo, à par do que disseram os requeridos - filhos do falecido - bem como porque restaram mesmo configurados os requisitos legais para a procedência da ação, que estão presentes no artigo 1.723 do C. C. B., uma norma que foi - notadamente - recepcionada/ratificada pelo artigo 226, parágrafo 3º, da Constituição Federal, uma vez que “Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o

homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento" (grifei e sublinhei); sendo regular as manifestações de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite; juntamente com o fato de que (na prática) os demandados assentiram, ou melhor concordaram com a justificação proposta e efetuada pela autora; entendo plenamente plausível o acolhimento do que pretende a Sra. J. S. DE L., pessoa que se relacionou com o de cujus F. G. DA S., durante um período de cerca de 22 (vinte e dois) anos, o que foi confirmado pelos próprios demandados. Ante o exposto, em perfeita consonância com a Promotoria de Justiça, ACOLHO A PRETENSÃO AUTORAL; DECLARO que a autora e o citado falecido viveram em União Estável - com todos os preceitos da lei - por um período de cerca de 22 (vinte e dois) anos, até o falecimento de seu companheiro F. G. DA S; e, por último, JULGO EXTINTO O PROCESSO, com resolução do mérito (NCPC, artigo 487, I), devendo a Secretaria diligenciar a respeito. Sem custas e honorários, por força do que prevê a Lei nº 1.060/50. Transitando em julgado, BAIXE-SE e arquive-se, com as cautelas de estilo.

ADV: DAVI DE SOUZA LACERDA (OAB 14318/AM) - Processo 0644197-39.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: E.B.C.S. - 1.Nos termos da Lei nº 1.060/50, consubstanciada pelo artigo 98 do Novo Código de Processo Civil, DEFIRO o suscitado benefício da Justiça Gratuita. 2.Outrossim, face o pedido de liminar, DÊ-SE vista ao Ministério Público. CUMPRA-SE.

ADV: NILCILENE PEREIRA CAVALCANTE (OAB 9834/AM) - Processo 0644859-03.2019.8.04.0001 - Separação Litigiosa - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: A.P.C. - 1. DEFIRO os benefícios da assistência judiciária gratuita, nos termos do art. 98 do CPC. 2. PAUTE-SE data para realização da audiência de mediação e conciliação, prevista no art. 695 do Novo Código de Processo Civil, a ser realizada no Centro de Mediação e Conciliação de Conflitos das Varas de Família - CEJUSC/Família. 3. CITE-SE a parte requerida unicamente para comparecimento à audiência de mediação e conciliação acompanhado de advogado ou defensor público. 4. INTIME-SE a parte autora, por seu patrono para o mesmo ato, bem como para previsões contidas nos §§ 8º, 9º e 10 do art. 334, também do CPC. 5. DÊ-SE ciência ao Ministério Público (idem, art. 178, II), sendo caso de intervenção obrigatória. Int. CUMPRA-SE.

ADV: GISELE CORREIA DOS SANTOS BATISTA (OAB 419A/AM) - Processo 0645078-16.2019.8.04.0001 - Separação Consensual - Dissolução - REQUERENTE: H.S.B. - antes de apreciar o pedido de justiça gratuita, e sem prejuízo de outras determinações que entenda necessárias para a aferição da real situação econômica da parte autora, DETERMINO que seja ela intimada para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresente cópia de sua última declaração de imposto de renda, carteira de trabalho e, sendo empregado/servidor público, de seu último comprovante de salário; bem como corrigir o valor

ADV: ELIZABETH REGINA MORAES MATIAS (OAB 8654/AM) - Processo 0645102-44.2019.8.04.0001 - Homologação da Transação Extrajudicial - Exoneração - REQUERENTE: Sotero da Silva Cardoso Neto - INTIME-SE a patrona dos requerentes para juntar emenda, nos moldes da inicial, ou seja, assinada todas as páginas pelos requerentes/acordantes. Prazo: 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da inicial. Int. CUMPRA-SE.

ADV: ADRIANA SILVA MARTINS (OAB 11158/AM) - Processo 0645193-37.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: Maria da Conceição Carneiro Lacerda de Lima - despacho

ADV: THAIS SARAIVA LIMA (OAB 14701/AM) - Processo 0645205-51.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: W.A.M. - 1. DEFIRO os benefícios da assistência judiciária gratuita, nos termos do art. 98 do CPC. 2. PAUTE-SE data para realização da audiência de mediação e conciliação, prevista no art. 695 do Novo Código de Processo Civil, a ser realizada no Centro de Mediação e Conciliação de Conflitos das Varas de Família - CEJUSC/Família. 3. CITE-SE a parte requerida unicamente para comparecimento à audiência de mediação e conciliação acompanhado de advogado ou defensor público. 4. INTIME-SE a parte autora, por seu patrono para o mesmo ato, bem como para previsões contidas nos §§ 8º, 9º e 10 do art. 334, também do CPC. 5. DÊ-SE ciência ao Ministério Público (idem, art. 178, II), sendo caso de intervenção obrigatória. Int. CUMPRA-SE.

ADV: MARCELO JORGE DOS SANTOS LIMA (OAB 13364/AM), ADV: CLEUTO COSTA DE OLIVEIRA (OAB 12238/AM) - Processo 0645244-48.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: CARLOS ALBERTO PAIVA DA SILVA - CERTIFICO que, em cumprimento ao despacho retro do MM. Juiz de Direito Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro, fica pautada Audiência de conciliação/mediação - com duração aproximada de 2(duas) horas, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260 , no dia 30/10/2019 às 08:30h. As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015).

ADV: CARLOS JEFFERSON CHASE SILVA DOS SANTOS (OAB 5476/AM) - Processo 0645345-85.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: P.C.M. - 1. DÊ-SE vista ao Ministério Público. Int. CUMPRA-SE, via portal e-SAJ.

ADV: ROBERTA CUNHA DOS SANTOS (OAB 14086/AM) - Processo 0645902-72.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Oferta - ALIMENTAND: M.B.O. - 1.Nos termos da Lei nº 1.060/50, consubstanciada pelo artigo 98 do Novo Código de Processo Civil, DEFIRO o suscitado benefício da Justiça Gratuita. 2.Outrossim, face o pedido de tutela antecipada, DÊ-SE vista ao Ministério Público. CUMPRA-SE.

ADV: MIKAELLY ADRIANA DA SILVA ARAÚJO (OAB 10159/AM) - Processo 0645927-85.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: Ernesto de Oliveira Leal Neto - Artemiza Barros de Oliveira - POSTO ISSO, com fundamento no que dispõe o art. 226, § 6º, da Constituição Federal e na forma do art. 487, inc. III, "b", do Código de Processo Civil, DECRETO, por sentença, o divórcio de ***, que se regerá pelas condições constantes do acordo firmado na petição inicial de fls. ** (e nas emendas de fls.*).

ADV: RAQUEL ISADORA LEITE VIEIRA (OAB 7586/AM) - Processo 0646038-69.2019.8.04.0001 - Homologação da Transação Extrajudicial - Fixação - REQUERENTE: Maria do Socorro Jacinto Mendes - antes de apreciar o pedido de justiça gratuita, e sem prejuízo de outras determinações que entenda necessárias para a aferição da real situação econômica da parte autora, DETERMINO que sejam as partes requentes intimados para que apresentem cópia de suas últimas declarações de imposto de renda, carteira de trabalho e, sendo empregado/servidor público, de seu último comprovante de salário; bem como a patrona apresentar procuração em nome da 1º requerente M. DO. S.J.M. E juntar seus documentos pessoais ; juntar a inicial assinada em todas as páginas por ambos os requerentes e por sua patrona, e por fim, corrigir o valor da causa, em atenção ao que dispõe o art. 292, inc. III, do CPC. Observe-se que na ação de alimentos, o valor da causa deve corresponder a soma de 12 prestações mensais. No prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento art. 321, Paragrafo Único, CPC.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0646225-14.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: L.A.S. - ATENDA-SE o requerimento de fls. 82/83, ou seja, com a efetiva citação da parte requerida (G. N. da S.), na forma e local ali indicados, para apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia (CPC art. 344). Á secretaria para expedição de novo mandado de citação CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais e as cautelas de praxe.

ADV: SAMARAH SERRUYA ASSIS (OAB 6531/AM) - Processo 0646486-42.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Reajuste de Prestações - REQUERENTE: Joaquim Alberto Leite da Silva Junior - Kamille Rodrigues Leite da Silva - INTIME-SE a parte autora para emendar a inicial, para o fim de atender os requisitos previstos no art. 320 do Novo Código de Processo Civil, devendo juntar o termo do acordo que pretendem modificar, bem como a certidão de nascimento dos menores.

ADV: ISAEL DE JESUS GONÇALVES AZEVEDO (OAB 3051/AM), ADV: ELCINETE CARDOSO DE ALMEIDA (OAB 6946/AM), ADV: CÍNTIA ROSSETTE DE SOUZA (OAB 4605/

AM), ADV: SÂMEA PICANÇO OLIVEIRA (OAB 10852/AM), ADV: ANA PAULA DA SILVA BEZERRA (OAB 5797/AM) - Processo 0648065-59.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: R.C.M.G.M.S.E.M.M. - MM. Juiz proferiu o seguinte despacho: "1. INTIME-SE a parte autora, por seu procurador, para dar regular andamento ao feito, praticando os atos que lhe competir, ou seja: informar se ainda tem interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que entender necessário, sob pena de extinção do processo sem julgamento de mérito (NCPC, 485, III); 2. Persistindo a inércia, INTIME-SE o(a) autor(a) pessoalmente, por mandado, e para a mesma finalidade, num prazo de 5 (cinco) dias (idem, 485, § 1º), atentando-se à validade das intimações realizadas na forma do disposto no art. 274, parágrafo único, também, da nova Lei de Ritos; 3. Não havendo manifestação, sendo caso de intervenção obrigatória, ABRA-SE VISTA ao Ministério Público. CUMPRA-SE."

ADV: ALDEMIR DA ROCHA SILVA JÚNIOR (OAB 5445/AM), ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM), ADV: GABRIEL MELO SAMPAIO (OAB 9793/AM) - Processo 0653025-58.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: L.A.S. - REQUERIDA: G.B.A. - ABRA-SE vista ao representante ministerial para intervir no feito, nos termos do art. 178, II, do CPC. Intime-se, via portal e-SAJ.

ADV: DELIAS TUPINAMBÁ VIEIRALVES (OAB 2268/AM), ADV: SARAH PORTO LIMA ANIJAR (OAB 4098/AM), ADV: CAMILA UIARA VIEIRALVES ALMEIDA (OAB 12160/AM), ADV: VANESSA DA SILVA MATIAS RIBEIRO (OAB 14061/AM) - Processo 0660079-75.2018.8.04.0001 - Separação Litigiosa - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: P.S.P.S. - REQUERIDA: A.C.R. - Trata-se de ação de extinção da união estável litigiosa em que o casal pretende a conversão para consensual com homologação de autocomposição parcial e prosseguimento quanto ao ponto que remanesce controvertido (partilha de bens). O acordo do casal, embora não tenha sido cabal, apresenta-se com regularidade formal, além de evidenciar que estão suficientemente resguardados os interesses da família naquilo que foi acordado (Código Civil, art. 1.574, par. ún.). Assim, satisfeitas as exigências legais, diante da manifestação de vontade do casal de formalizar a existência da união estável dissolvida e regulamentar os efeitos dela decorrentes, o pedido há de ser julgado procedente, sem prejuízo do prosseguimento do feito com relação aos pontos de dissenso sobre os quais o casal não logrou acordar. Vale citar, a respeito, comentário de Marcelo Truzzi Otero ao art. 732, do Código de Processo Civil: Diante da maior liberdade conferida aos companheiros para disciplinarem os efeitos da união estável, questiona-se, em momento de desjudicialização, se os companheiros teriam interesse jurídico na submissão do distrato consensual da união estável à homologação judicial. O CPC/2015, no dispositivo em causa, deixa absolutamente claro que sim, dispondo expressamente que se aplicará, no que couber, à dissolução consensual da união estável o mesmo procedimento observado para a separação e o divórcio consensuais. A homologação judicial do distrato celebrado pelos conviventes pacifica interesses em conflito, confere título executivo, transmite um inegável sentimento de segurança que os instrumentos particulares não proporcionam, ainda que desfrutem de idêntica eficácia jurídica. Isso sem considerar que, ao negar homologação judicial para o distrato a que chegaram os conviventes, impõe-lhes tratamento distinto àquele conferido aos cônjuges, em clara afronta ao comando do art. 226 da CF/1988. Andou bem o legislador, pontificando a legalidade do acordo. POSTO ISSO, cumpridas as exigências do art. 732, c/c art. 731, do Código de Processo Civil, na forma do art. 487, inc. III, "b", do mesmo código, HOMOLOGO a autocomposição formalizada nos termos de audiência de fls. 95/97, relativa ao reconhecimento e a extinção consensual da união estável e seus efeitos; JULGANDO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO PARCIAL DO MÉRITO (CPC, art. 356). Sem custas e honorários, por força do art. 98, caput ,do CPC c/c a Lei nº 1.060/60. Pelo prosseguimento, fulcrado no art. 357 do Código de Processo Civil, passo a proferir DECISÃO DE SANEAMENTO E ORGANIZAÇÃO do processo. Remanescem como pontos controvertidos a composição do patrimônio comum no regime de bens da união estável e, em via de consequência, a pretendida partilha de bens. I - DA PARTILHA DE BENS Compulsando novamente os autos, verifico que não há documentos que comprovem a existência e/ou a propriedade dos bens indicados. Desse maneira, ESCLAREÇO aos litigantes que a partilha de bem imóvel (propriedade imobiliária) somente poderá ser admitida diante da apresentação da certidão de matrícula imobiliária atualizada, na qual conste que o bem está registrado em nome de um ou de ambos os meeiros (Código Civil, 1.245); não sendo assim, será admitida tão somente a partilha de direitos móveis (Código Civil, 83) que o casal eventualmente possua sobre bem imóvel, tais como direitos de escritura pública, de contrato de alienação fiduciária, de contrato de financiamento, de contrato de compra e venda, que, não obstante, devem estar devidamente especificados e documentados nos autos, inclusive com atribuição de valor (ativo e passivo). INTIMEM-SE, pois, para que venham em termos, sob pena de indeferimento. Outrossim, AGUARDA-SE o transcurso do prazo para oferecimento de contestação, devendo a secretaria certificar a respeito. Após o trânsito em julgado, CERTIFIQUE-SE e EXPEÇA-SE o competente mandado de averbação ao Ofício do Registro Civil. Oportunamente VOLTEM-ME conclusos para deliberação.

ADV: MARCELO HENRIQUE CARVALHO DOS SANTOS (OAB 9848/AM), ADV: WANDERLEY PINHEIRO DA SILVA (OAB 13288/AM) - Processo 0660679-96.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: J.M.B. - REQUERIDO: J.R.O.E.J. - CERTIFICO que nesta data foi pautada audiência de Instrução e Julgamento para o processo em epígrafe, a ser realizada em 13/04/2020 às 10:00h. Ficam desde já os patronos intimados para comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento editado pela Corregedoria Geral de Justiça sob o nº 199/2012, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente, via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. É o que me cumpre certificar. PARTES CIENTES POR MEIO DOS PATRONOS.

Adnilso Gomes Nery (OAB 4124/AM)
Adriana Silva Martins (OAB 11158/AM)
Adrimar Freitas de Siqueira (OAB 8243/AM)
Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Alan Hergerton Façanha (OAB 9353/AM)
Aldemir da Rocha Silva Júnior (OAB 5445/AM)
Alderlan Castro Leal (OAB 13828/AM)
Aleksander Cuesta de Oliveira (OAB 5607/AM)
Alex Mendes dos Santos (OAB 7308/AM)
Alex Sander de Almeida Albquerque (OAB 8971/AM)
Alexander Simonette Pereira (OAB 6139/AM)
Alice da Silva Welgert (OAB 12614/AM)
Alline Jéssica Ribeiro Cruz Campos Vieira (OAB 7443/AM)
Alzilene Seabra de Lima Leão (OAB 12112/AM)
Amanda Martins Valente (OAB 2487/AM)
Ana Caroline Silva Picanço (OAB 14459/AM)
Ana Cecilia Barros Castelo (OAB 3485/AM)
Ana Leticia Lira Correia (OAB 186410/RJ)
Ana Maria Albuquerque de Barros (OAB 12277/AM)
Ana Paula da Silva Bezerra (OAB 5797/AM)
André Luiz Duarte da Cruz (OAB 7694/AM)
Andreia Carvalho Chagas (OAB 14130/AM)
Antonela Martins dos Santos (OAB 9781/AM)
Antônio Carlos Gama Alves (OAB 924A/AM)
Ari Badarane Nicolau Júnior (OAB 11935/AM)
Assurbanipal de Freitas Braga (OAB 8883/AM)
Aureo da Silveira Batista Junior (OAB 6725/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Beatriz Botinelly Cunha e Silva (OAB 1184/AM)
Bernardo Silva de Seixas (OAB 7910/AM)
Bruna Carvalho dos Santos (OAB 11179/AM)
Camila Uiara Vieiralves Almeida (OAB 12160/AM)
Camilly Martins Brasil (OAB 11085/AM)
Cândido Honório Soares Ferreira Neto (OAB 5199/AM)
Carlos Alberto Rodrigues de Souza (OAB 6164/AM)
Carlos Collyer Ferreira (OAB 10012/AM)
Carlos Geraldo Cruz Duarte (OAB 10550/AM)
CARLOS JEFFERSON CHASE SILVA DOS SANTOS (OAB 5476/AM)
Carlos Pedro Castelo Barros (OAB 1229/AM)

Carlos Varanda (OAB 3091/AM)
CAROLINNE SILVA MORESCHI (OAB 13761/AM)
Célio Antônio Szlachta (OAB 6260/AM)
Charles Gomes da Costa Júnior (OAB 10715/AM)
Christian Araújo de Souza (OAB 13291/AM)
Christina Ferreira Frazão da Silva (OAB 6924/AM)
Cíntia Rossette de Souza (OAB 4605/AM)
Clailton Costa de Oliveira (OAB 9880/AM)
Clarissa Caminha Beserra (OAB 13041/AM)
Cléucio da Silva Oliveira (OAB 5060/AM)
Cleuto Costa de Oliveira (OAB 12238/AM)
Cristiane Furlin Cavalcante (OAB 397B/RR)
Cristiano Meneghetti Pedroso (OAB 11813/AM)
Daiana Kelly Bandeira Spener (OAB 13366/AM)
Daniel Lourenço (OAB 3192/AM)
Danyela Christina Araújo Câmara (OAB 14308/AM)
Davi de Souza Lacerda (OAB 14318/AM)
Daysevanda das Graças Brito Dantas (OAB 7003/AM)
Deborah Borges de Oliveira (OAB 13346/AM)
Delias Tupinambá Vieiralves (OAB 2268/AM)
Deny Francy Araújo da Rocha (OAB 12136/AM)
Dinah Nascimento Teixeira (OAB 7204/AM)
Divanilza Amazonas de Menezes Silva Chaves (OAB 8771/AM)
Éder Antônio Bello Costa (OAB 6921/AM)
Eduardo Carioca Arenare (OAB 12812/AM)
EDUARDO FELIPE MENEZES MENDONÇA (OAB 11311/AM)
Eduardo Santana Pinheiro (OAB 7049/AM)
Edy Karla Dias Conceição (OAB 10008/AM)
Elaina Larisse Frutuoso Cestari de Lima (OAB 13633/AM)
Elaine Bezerra de Queiroz Benayon (OAB 3456/AM)
Elcinete Cardoso de Almeida (OAB 6946/AM)
Eliana Maia de Oliveira Caldeira (OAB 205290/RJ)
Elizabeth Regina Moraes Matias (OAB 8654/AM)
Ellen Wandrienny de Lima Tavares (OAB 10122/AM)
Erik Franco de Sá (OAB 3786/AM)
Everson Soares Rodrigues (OAB 10819/AM)
Fábio Cristiano Moura de Freitas (OAB 10756/AM)
Fabricio Nascimento Lima (OAB 10164/AM)
Fernando Sam do Nascimento Nunes (OAB 10736/AM)
Francisco Alves de Oliveira (OAB 9936/AM)
Frederico Gustavo Távora (OAB 6462/AM)
Frederico Moraes Bracher (OAB 7311/AM)
Gabriel Melo Sampaio (OAB 9793/AM)
Gabriel Prates Donato Lopes (OAB 6742/AM)
Gabriela Marinho Alves (OAB 13368/AM)
Gabriele Pires Monteiro (OAB 13959/AM)
Geferson Batista Pinheiro (OAB 11931/AM)
Geraldo Cantuário dos Santos (OAB 9942/AM)
Gisele Correia dos Santos Batista (OAB 419A/AM)
Glicéria Guerreiro da Silva (OAB 8526/AM)
Guilherme Mendonça Granja (OAB 919/AM)
Guilherme Gustavo Vasques Mota (OAB 5663/AM)
Iêda Santos Cardoso (OAB 5714/AM)
INAÊ CRISTINE AZEVEDO PESSOA (OAB 8814/AM)
Isaac Reis da Silva (OAB 12729/AM)
Isael de Jesus Gonçalves Azevedo (OAB 3051/AM)
Israel Lamego de Lima Júnior (OAB 8475/AM)
Ivana Maués Marques (OAB 4462/AM)
Ivanete Guedes da Silva (OAB 13830/AM)
Jadilson José Chaves da Costa (OAB 10490/AM)
Jaime da Silva Beleza (OAB 10327/AM)
Janaina Maria Albuquerque Fogassa (OAB 13800/AM)
Jander Rubem Souza da Rocha (OAB 7886/AM)
Jean Carlos Pinto da Silva (OAB 5328/AM)
Jefferson Oliveira do Nascimento (OAB 13823/AM)
Jerônimo Pereira da Silva Neto (OAB 9509/AM)
Joalissandra Pereira de Amorim (OAB 13067/AM)
João Augusto Cordeiro Ramos (OAB 5754/AM)
João Batista Pinto (OAB 6930/AM)
Jones de Oliveira Santos (OAB 9616/AM)
Jorge Felipe Ferreira Bandeira (OAB 13354/AM)
Jorge Luís dos Reis Oliveira (OAB 6866/AM)
Jorge Luiz Corrêa Silveira (OAB 10025/AM)
Jorgiana Lacet de Lima (OAB 10128/AM)
José Amauri Sales (OAB 9189/AM)
José Delfin Buitrago Acosta (OAB 5546/AM)
José Eldair de Souza Martins (OAB 1822/AM)
José Pereira de Moura Neto (OAB 7397/AM)
JOSE RIBAMAR FERNANDES MORAIS (OAB A559/AM)
Joyce Lima da Silva (OAB 8807/AM)
Jubsteu Carneiro Maciel de Araújo (OAB 7047/AM)
Júlio César de Oliveira Maciel (OAB 5172/AM)
Julliana Barros Souza (OAB 11843/AM)
Juzé Ricardo Abtibol Vilhena (OAB 12235/AM)
Kaffa Giglio (OAB 166774/MG)
Karla Rabelo Lima (OAB 5952/AM)
Kelida Patricia Montalvão da Silva (OAB 11211/AM)
Kleibianno Teles de Souza (OAB 7098/AM)
Leandro de Oliveira Violin (OAB 4857/AM)
Lenylce Souza Reis (OAB 9488/AM)
Leon Cézane da Silva de Jesus (OAB 10332/AM)
Leonardo Soares Vasconcelos (OAB 9859/AM)
Lindomar Lima de Souza (OAB 9739/AM)
Lívia Maria Andrade Porto (OAB 11348/AM)
Lorenzoni & Alves Advogados Associados (OAB 000499/AM)
Lucélia Gomes Rodrigues de Souza (OAB 10142/AM)
Luciana Viana Cidrônio de Andrade (OAB 8104/AM)
Luiz Felipe da Luz de Queiroz (OAB 7271/AM)
Luiz Felipe Tavares Veiga (OAB 13150/AM)
Luiz Felipe Vilhena Rodrigues (OAB 10418/AM)
Mahira Almeida de Sá (OAB 7802/AM)
Mamede Geber Paulo (OAB 11861/AM)
Manoel Pedro de Carvalho (OAB 4890/AM)
Marcelo Almeida de Oliveira (OAB 10004/AM)
Marcelo Henrique Carvalho dos Santos (OAB 9848/AM)
Marcelo Jorge dos Santos Lima (OAB 13364/AM)
Marcelo Oliveira Lopes (OAB 6083/AM)
Márcia Regina Castro Albuquerque (OAB 8769/AM)
Márcio Lobão Silva (OAB 8661/AM)
Maria de Oliveira Fernandes (OAB 4296/AM)
Maria Ester Coelho de Oliveira (OAB 9677/AM)
Maria Santana de Freitas (OAB 5708/AM)
Mariana Monte Giovanazzi (OAB 12076/AM)
Mário Alberto da Fonseca Monteiro Júnior (OAB 1431/AM)
Marizete Neves Gomes (OAB 3038/AM)
MICHAEL GALATI (OAB 10449/AM)
Michelle Nascimento de Salles (OAB 6811/AM)
MIKAELLY ADRIANA DA SILVA ARAÚJO (OAB 10159/AM)
Mônica Vicente Taketa (OAB 7988/AM)
Nádia Almeida Lima (OAB 10786/AM)
Nathália Pimentel Bione de Souza (OAB 8027/AM)
Nilcilene Pereira Cavalcante (OAB 9834/AM)
Núbia Batista Pinheiro (OAB 11184/AM)
Olavo César Castro Mendes (OAB 513A/AM)
Oswaldo Távora Buarque Neto (OAB 5566/AM)
Pedro Igor Frota de Carvalho (OAB 13661/AM)
Pedro Noronha Monsalve Júnior (OAB 10511/AM)
Polliana Rodrigues da Silva (OAB 9476/AM)
Rachel Siza Tribuzy (OAB 6863/AM)
Radson Rocha de Araújo (OAB 6740/AM)
Rafael Chaves Bezerra (OAB 155096/MG)
Rafaela Rocha Bezerra (OAB 12824/AM)
Raimundo Teixeira Cardoso Neto (OAB 8828/AM)
Rami Yuri Menezes Gama (OAB 8933/AM)
Raquel Isadora Leite Vieira (OAB 7586/AM)
Rayclinge Luiz Viana Rocha (OAB 11245/AM)
Renata de Sá e Leme (OAB 10231/AM)
Ricardo Silveira de Paula (OAB 10822/AM)
Roberta Cunha dos Santos (OAB 14086/AM)
Roberta Kelly Silva Souza (OAB 7895/AM)
Roberta Silva de Sena (OAB 8956/AM)
Rodolfo Miranda da Silva (OAB 15702/AL)
Rodolfo Paulo Cabral (OAB 3548/AM)
Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (OAB 189340/SP)
Ronaldo da Silva Gama (OAB 7900/AM)
Ronildo Apoliano de Oliveira (OAB 8490/AM)
Rosa Evaneide Mendes Pinto (OAB 7291/AM)
Rosângela Lemos de Mello Guimarães (OAB 2747/AM)

RUBXLEY CASTRO DE OLIVEIRA (OAB 11469/AM)
Rummenigge Cordovil Grangeiro (OAB 5810/AM)
Salima Goreth Menescal de Oliveira (OAB 7720/AM)
Samarah Serruya Assis (OAB 6531/AM)
Sâmea Picanço Oliveira (OAB 10852/AM)
Sandro Abreu Torres (OAB 4078/AM)
Sarah Porto Lima Anijar (OAB 4098/AM)
Sérgio Ricardo Mota Cruz (OAB 3495/AM)
Sérgio Vital Leite de Oliveira (OAB 9124/AM)
Siddharta Gautama de Almeida Antony (OAB 3962/AM)
Silas Ayrton Vinhote de Souza (OAB 10035/AM)
Sóstenes Adiel Pereira Batista (OAB 10131/AM)
Tâmara Mendes Gonçalves de Sousa (OAB 6857/AM)
Thais da Costa Prado (OAB 12520/AM)
Thais Saraiva Lima (OAB 14701/AM)
Thaisa Assis de Souza (OAB 14533/AM)
Thêmis Bayma Valle (OAB 1928/AM)
Thiago Felipe Fernandes Ferreira (OAB 13944/AM)
TIANA CARLA DE CASTRO BARBOSA (OAB 10719/AM)
Valdir Alves de Vasconcelos Junior (OAB 13500/AM)
Vanessa Chaves Vieira (OAB 10163/AM)
Vanessa da Silva Matias Ribeiro (OAB 14061/AM)
Victória Caroline Ferreira Bandeira (OAB 14456/AM)
Vinicio Carlos Cordovil Mendes Filho (OAB 7907/AM)
Viviane Nunes de Oliveira da Costa (OAB 8944/AM)
Wagney Guimarães Rosas (OAB 7908/AM)
Wanderley Pinheiro da Silva (OAB 13288/AM)
Wilson Oliveira Melo Júnior (OAB 3220/AM)
Winston de Araújo Teixeira (OAB 11584/RN)
Zuldimar Pereira de Oliveira (OAB 8833/AM)

7ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA DE FAMÍLIA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0078/2019

ADV: GLÊNA MARIA RAMALHO CORREIA (OAB 9837/RN), ADV: JAMILE RIBEIRO DA SILVA (OAB 4977/AM), ADV: JAMIL RIBEIRO DA SILVA (OAB 7167/AM), ADV: FABRÍCIO CABRAL DOS ANJOS MARINHO (OAB 7665/AM) - Processo 0602433-73.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: M.M.S.R. - REQUERIDO: W.V.N. - É o relatório. Decido: Sopesado o exposto, e mais o que dos autos consta, e em consonância com o Ministério Público, HOMOLOGO por sentença o acordo de vontades firmado por Mayara Marcela Sena da Rocha e Williams Valério do Nascimento, para que produza seus jurídicos e legais efeitos. Expeça-se o Termo de Guarda, em favor dos requerentes, mediante a prestação do compromisso legal de bem e fielmente cumprir o encargo, dispensando à filha toda a assistência e proteção necessárias ao seu adequado desenvolvimento físico, moral, emocional e educacional. Sem custas, em virtude do benefício da gratuidade da justiça deferido. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos. P.R.I.

ADV: EDUARDO MARQUES DA SILVA (OAB 9114/AM), ADV: EVELLYN KELRYEN APOLÔNIO DA SILVA (OAB 9125/AM), ADV: NAYLA MICHELLE ZAMITH DE OLIVEIRA FREITAS (OAB 7970/AM) - Processo 0608649-84.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0635682-83.2017.8.04.0001) - Execução de Alimentos - Alimentos - EXEQUENTE: E.K.A.S. - EXECUTADO: N.O.N. - Expeça-se Alvará, em nome do advogado do Exequente, Dr. Eduardo Marques da Silva, regularmente inscrito na OAB/AM sob o nº 9114, autorizando-o a sacar o valor de R$ 4.100,56 (quatro mil, cem reais e cinquenta e seis centavos), acrescido de juros e correção monetária, depositado na conta judicial, conforme comprovantes de fls. 186 e 193. Intime-se a parte Exequente, por seu advogado, para, no prazo de 15 (quinze) dias, informar se ainda há parcelas a serem pagas pelo devedor, apresentando a planilha de débitos atualizada, em caso positivo. Manifestação nos autos, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: GLÁUCIO HERCULANO ALENCAR (OAB 11183/AM), ADV: LINCONL FREIRE DA SILVA (OAB 11125/AM), ADV: ROSE ANNE GOMES DA SILVA (OAB 9907/AM) - Processo 0615816-21.2019.8.04.0001 - Sobrepartilha - Apuração de haveres - REQUERENTE: Carlos Sidney Nascimento - Sopesado o exposto, JULGO EXTINTO o processo sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso VIII, do C.P.C.. Sem custas. Transitada em julgado, dê-se baixa e providencie-se o arquivamento atinente com as cautelas legais. P.R.I.

ADV: HENRIQUE CABOCLO DE MACEDO (OAB 8816/AM) - Processo 0617137-28.2018.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: M.M. - Sopesado o exposto, e mais o que dos autos consta, observadas as formalidades legais, em consonância com o r. Parecer Ministerial, HOMOLOGO por sentença o divórcio consensual realizado em país estrangeiro conforme documento de fls. 11/12, decretando o Divórcio de Marci Miyazaki e Erick Ken Miyazaki del Águila, com supedâneo no art. 226, § 6º, da Constituição Federal, art. 961, § 5e § 6º bem como art. 963, incisos I a VI, todos do Código de Processo Civil, cessando, por conseguinte, os deveres de coabitação e fidelidade recíprocas, bem como o regime de bens, servindo a presente sentença como mandado de averbação, a ser cumprido no 1º Ofício de Registro Civil de Manaus/Am, ressaltando que a divorcianda voltará a usar o seu nome de solteira, a saber Marci Monteiro Imay. Sem custas, em virtude do benefício da gratuidade da justiça deferido. Transitado em julgado, proceda-se à baixa e ao arquivamento. P.R.I.

ADV: ANTONELA MARTINS DOS SANTOS (OAB 9781/AM) - Processo 0618320-97.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: D.L.J. - Sopesado o exposto, e mais o que dos autos consta, observadas as formalidades legais, DEFIRO O PEDIDO formulado por Divanei Lopes de Sá Júnior, determinando a expedição de Alvará, autorizando-o a sacar o montante de R$ 2.073,72 (dois mil, setenta e três reais e setenta e dois centavos), acrescido de juros e correção monetária, depositado na conta vinculada ao FGTS, em nome do Sr. Divanei Lopes de Sá, junto à Caixa Econômica Federal, a título de pensão alimentícia. Sem custas. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos. P.R.I.

ADV: REBECA DANTAS DIB (OAB 8909/AM) - Processo 0623836-98.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: S.G.P. - Sopesado o exposto, JULGO EXTINTO o processo sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso VIII, do C.P.C.. Sem custas. Transitada em julgado, dê-se baixa e providencie-se o arquivamento atinente com as cautelas legais. P.R.I.

ADV: RAFAEL NASCIMENTO PICANÇO (OAB 10349/AM) - Processo 0627853-80.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: A.R.P.S. - Sopesado o exposto, e mais o que dos autos consta, observadas as formalidades legais, DEFIRO A TUTELA DE URGÊNCIA, nos termos do art. 300, caput, e §2º do C.P.C., para DETERMINAR A SUSPENSÃO do pagamento da pensão alimentícia, arbitrada no percentual de 10% (dez por cento) dos vencimentos líquidos, devida pelo requerente, Sr. Afonso Ruinete Pinto de Souza, à sua filha, Camila Almeida Viana de Souza, nascida em 11/04/1995. Oficie-se ao empregador do requerente, indicado às fls. 06, encaminhando-se cópia desta decisão, objetivando seu cumprimento imediato. Fixe-se data para realização de audiência de conciliação, a ser pautada durante a Semana Nacional da Conciliação, que ocorrerá na Semana de 04 a 08 de novembro de 2019, intimando-se a parte requerente, mediante carta com AR e notificando-se o Ministério Público. Cite-se e intime-se a parte requerida, ressaltando que, caso não haja acordo, daquela audiência fluirá o prazo de 15 (quinze) dias para a apresentação da sua contestação. Intimem-se as partes, ressaltando que o não comparecimento injustificado do autor ou da requerida à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado, nos termos do art. 334, § 8º, do C.P.C.. No caso de a resposta ser negativa, proceda-se à citação/intimação por Mandado, ressaltando-se que, na hipótese de o endereço da requerida não ser localizado, intime-se o autor, por seu advogado, para manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias e uma vez informado o endereço atualizado ou confirmado o que se encontra nos autos, expeça-se novo Mandado ou Carta Precatória

de Citação, a depender do caso. Apresentada a Contestação e/ou Reconvenção, intime-se a parte requerente/reconvinte, por seu advogado, para, querendo, manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias. Réplica nos autos, voltem-me conclusos. P.R.I. Cumpra-se, com urgência.

ADV: CARLOS EDUARDO RODRIGUES DA CUNHA (OAB 12251/AM) - Processo 0628770-02.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: C.S.C. - Vistos e etc... Defiro a gratuidade da Justiça. Ante a natureza da causa e peculiaridades do caso, em dissonância com o parecer da Exma. representante do Ministério Público de fls. 21/24, abstenho-me, por ora, de examinar o pedido de tutela de urgência, deixando para fazê-lo somente depois da contestação. Fixe-se data para realização de audiência de conciliação, a ser pautada durante a Semana Nacional da Conciliação, que ocorrerá na Semana de 04 a 08 de novembro de 2019, intimando-se a parte requerente, mediante carta com AR e notificando-se o Ministério Público. Cite-se e intime-se a parte requerida, ressaltando que, caso não haja acordo, daquela audiência fluirá o prazo de 15 (quinze) dias para a apresentação da sua contestação. Intimem-se as partes, ressaltando que o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado, nos termos do art. 334, § 8º, do C.P.C.. No caso de a resposta ser negativa, proceda-se à citação/intimação por Mandado, ressaltando-se que, na hipótese de o endereço da ré não ser localizado, intime-se o autor, por seu advogado, para manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias e uma vez informado o endereço atualizado ou confirmado o que se encontra nos autos, expeça-se novo Mandado ou Carta Precatória de Citação, a depender do caso. Cumpra-se com urgência.

ADV: CLAUDEVAN DE SOUZA PEREIRA (OAB 7800/AM) - Processo 0629213-50.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: Rogerio Siqueira Cavalcanti Azevedo e outro - Sopesado o exposto, e mais o que dos autos consta, em consonância com o douto parecer ministerial, HOMOLOGO por sentença o acordo de vontades firmado pelos divorciandos, decretando o Divórcio de Rogerio Siqueira Cavalcanti Azevedo e Melissa Araujo de Siqueira Cavalcanti, com supedâneo no art. 226, § 6º, da Constituição Federal, cessando, em conseqüência, os deveres de coabitação e fidelidade recíprocas, bem como o regime de bens, servindo a presente sentença como mandado de averbação, ressaltando que a divorcianda permanecerá usando o seu nome de casada, a saber Melissa Araújo de Siqueira Cavalcanti. Incumbirá às próprias partes providenciarem o encaminhamento da presente sentença ao Cartório de Registro Civil respectivo, caso este seja localizado na Comarca de Manaus - AM, para fins de averbação do divórcio, devendo comparecerem munidas com a senha do processo, cabendo ressaltar que o Cartório não deverá exigir qualquer tipo de carimbo ou autenticação da Vara, tendo em vista que a assinatura digital constante da lateral do documento é suficiente para atestar sua autenticidade. Expeça-se o Termo de Guarda, em favor dos requerentes, mediante a prestação do compromisso legal de bem e fielmente cumprir o encargo, dispensando à filha toda a assistência e proteção necessárias ao seu adequado desenvolvimento físico, moral, emocional e educacional. Sem custas, em virtude do benefício da gratuidade da justiça deferido. Transitada em julgado, proceda-se à baixa e ao arquivamento. P.R.I.

ADV: MOZARTH RIBEIRO BESSA NETO (OAB 4390/AM) - Processo 0631747-69.2016.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: C.R.F.S. - Sopesado o exposto, JULGO EXTINTO o processo sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso VIII, do C.P.C.. Sem custas. Transitada em julgado, dê-se baixa e providencie-se o arquivamento atinente com as cautelas legais. P.R.I.

ADV: RAQUEL LIMA MOTA MORAIS SILVEIRA (OAB 6127/AM) - Processo 0631773-62.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Restituição / Indenização de Despesa - REQUERENTE: Andreza Braga de Moraes - Sopesado o exposto, e mais o que dos autos consta, em consonância com o douto parecer ministerial, HOMOLOGO por sentença o acordo de vontades firmado pelos divorciandos, decretando o Divórcio de Andreza Braga Menezes e Romes Menezes Serrão, com supedâneo no art. 226, § 6º, da Constituição Federal, cessando, em conseqüência, os deveres de coabitação e fidelidade recíprocas, bem como o regime de bens, servindo a presente sentença como mandado de averbação, ressaltando que a divorcianda voltará a usar o seu nome de solteira, a saber Andreza Braga de Moraes. Incumbirá às próprias partes providenciarem o encaminhamento da presente sentença ao Cartório de Registro Civil respectivo, caso este seja localizado na Comarca de Manaus - AM, para fins de averbação do divórcio, devendo comparecerem munidas com a senha do processo, cabendo ressaltar que o Cartório não deverá exigir qualquer tipo de carimbo ou autenticação da Vara, tendo em vista que a assinatura digital constante da lateral do documento é suficiente para atestar sua autenticidade. Expeça-se o Termo de Guarda, em favor dos requerentes, mediante a prestação do compromisso legal de bem e fielmente cumprir o encargo, dispensando aos filhos toda a assistência e proteção necessárias ao seu adequado desenvolvimento físico, moral, emocional e educacional. Sem custas, em virtude do benefício da gratuidade da justiça deferido. Aguarde-se o transcorrer do prazo para apresentação da Contestação, conforme Termo de Audiência de fls. 41/43. P.R.I.

ADV: PAULA CAROLINA ARAÚJO DA SILVA (OAB 14505/AM), ADV: PEDRO EDINILSON SILVA PINTO (OAB 14500/AM) - Processo 0639868-81.2019.8.04.0001 - Homologação da Transação Extrajudicial - Oferta - REQUERENTE: Fábio Menezes de Oliveira - REQUERIDO: Paloma Ferreira de Almeida - Sopesado o exposto, JULGO EXTINTO o processo sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso VIII, do C.P.C.. Sem custas. Transitada em julgado, dê-se baixa e providencie-se o arquivamento atinente com as cautelas legais. P.R.I.

ADV: RICARDO YANO BARROS FREITAS (OAB 1248/AM) - Processo 0642916-82.2018.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Neires Maria das Gracas Almeida Bader - Ante o lapso temporal transcorrido, intime-se a parte requerente, pessoalmente, por mandado, bem como por seu advogado, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C. Frustradas as tentativas anteriores, intime-se a parte autora, por Edital com prazo de 30 (trinta) dias, para manifestar o seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C.. Transcorrido o prazo, sem manifestação, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: SCHEILA MARIA ALMEIDA DO CARMO RAMOS (OAB 4776/AM) - Processo 0644925-80.2019.8.04.0001 - Interdição - Família - REQUERENTE: T.M.R.R. - Sopesado o exposto, e em consonância com o r. parecer do Ministério Público, CONCEDO a antecipação dos efeitos da tutela pretendida, com fulcro art. 300, §2º, do Código de Processo Civil, para o fim de nomear a requerente, Sra. Telma Maria Ramos Raiol, como CURADORA PROVISÓRIA do interditando, Sr. Wallakis Ramos Raiol. Expeça-se termo de compromisso, intimando-se a requerente, para prestá-lo, no prazo de 05 (cinco) dias e, após, expeça-se o Termo de Curatela Provisória, com validade de 01 (um) ano, em favor da autora, com a ressalva de que a curadora, ora nomeada, administrará apenas os atos de natureza patrimonial e negocial do interditando, com exclusividade. Fixe-se data para audiência de entrevista pessoal do interditando. Cite-se e intime-se o interditando, ressaltando que, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da audiência, poderá impugnar o pedido. Intime-se a requerente, notificando-se o Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: FERNANDO CÉSAR LIMA FERREIRA DE OLIVEIRA (OAB 843A/AM) - Processo 0646177-21.2019.8.04.0001 - Interdição - Nomeação - REQUERENTE: Andre Luiz Andrade de Souza - Sopesado o exposto, e em consonância com o r. parecer do Ministério Público, CONCEDO a antecipação dos efeitos da tutela pretendida, com fulcro art. 300, §2º, do Código de Processo Civil, para o fim de nomear o requerente, Sr. Andre Luiz Andrade de Souza, como CURADOR PROVISÓRIO da interditanda, Sra. Izabel Maia Espindola de Souza. Expeça-se termo de compromisso, intimando-se o requerente, para prestá-lo, no prazo de 05 (cinco) dias e, após, expeça-se o Termo de Curatela Provisória, com validade de 01 (um) ano, em favor do autor, com a ressalva de que

o curador, ora nomeado, administrará apenas os atos de natureza patrimonial e negocial da interditanda, com exclusividade. Fixe-se data para audiência de entrevista pessoal da interditanda. Cite-se e intime-se a interditanda, ressaltando que, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da audiência, poderá impugnar o pedido. Intime-se o requerente, notificando-se o Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: ANDREI FARIAS DE BARROS (OAB 6074/AM) - Processo 0648209-33.2018.8.04.0001 - Regulamentação de Visitas - Regulamentação de Visitas - REQUERENTE: R.T.C. - É o relatório. Decido: Sopesado o exposto, e mais o que dos autos consta, e em consonância com o Ministério Público, HOMOLOGO por sentença o acordo de vontades firmado por Ronys Torres da Cunha e Camila dos Santos Barbosa em audiência, conforme Termo de fls. 38, para que produza seus jurídicos e legais efeitos. Sem custas, em virtude do benefício da gratuidade da justiça deferido. Tendo as partes renunciado a prazo recursal, proceda-se à baixa e ao arquivamento. P.R.I.

Andrei Farias de Barros (OAB 6074/AM)
Antonela Martins dos Santos (OAB 9781/AM)
Carlos Eduardo Rodrigues da Cunha (OAB 12251/AM)
Claudevan de Souza Pereira (OAB 7800/AM)
Eduardo Marques da Silva (OAB 9114/AM)
Evellyn Kelryen Apolônio da Silva (OAB 9125/AM)
Fabrício Cabral dos Anjos Marinho (OAB 7665/AM)
Fernando César Lima Ferreira de Oliveira (OAB 843A/AM)
Gláucio Herculano Alencar (OAB 11183/AM)
Glêna Maria Ramalho Correia (OAB 9837/RN)
Henrique Caboclo de Macedo (OAB 8816/AM)
Jamil Ribeiro da Silva (OAB 7167/AM)
Jamile Ribeiro da Silva (OAB 4977/AM)
Linconl Freire da Silva (OAB 11125/AM)
Mozarth Ribeiro Bessa Neto (OAB 4390/AM)
Nayla Michelle Zamith de Oliveira Freitas (OAB 7970/AM)
PAULA CAROLINA ARAÚJO DA SILVA (OAB 14505/AM)
Pedro Edinilson Silva Pinto (OAB 14500/AM)
Rafael Nascimento Picanço (OAB 10349/AM)
Raquel Lima Mota Morais Silveira (OAB 6127/AM)
Rebeca Dantas Dib (OAB 8909/AM)
Ricardo Yano Barros Freitas (OAB 1248/AM)
Rose Anne Gomes da Silva (OAB 9907/AM)
Scheila Maria Almeida do Carmo Ramos (OAB 4776/AM)

2ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIME DE USO E TRÁFICO DE ENTORPECENTES

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª V.E.C.U.T.E.
JUIZ(A) DE DIREITO ROSÁLIA GUIMARÃES SARMENTO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARYA FERNANDA DE SOUZA MARTINS PINA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0249/2019

ADV: THALLES DA CUNHA RAMOS (OAB 14136/AM) - Processo 0635367-84.2019.8.04.0001 - Inquérito Policial - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Valmir de Souza Ribeiro - Fica a defesa intimada, no prazo de 10 dias, a REGULARIZAR a representação processual do acusado através de instrumento procuratório, bem como apresentar a DEFESA PRELIMINAR DE SEU OUTORGANTE em relação ao processo em epígrafe.

Thalles da Cunha Ramos (OAB 14136/AM)

4ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIME DE USO E TRÁFICO DE ENTORPECENTES

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª V.E.C.U.T.E.
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0232/2019

ADV: RÔMULO ALMEIDA DO NASCIMENTO (OAB 2150/AM) - Processo 0214490-67.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Luciano Paiva Aguiar - De ordem do MM. Juiz de Direito Rafael Rodrigo da Silva Raposo, a audiência foi inclusa na pauta para o dia 11/09/2019 às 12:45h.

Rômulo Almeida do Nascimento (OAB 2150/AM)

1ª VARA DE CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIMES CONTRA DIGNIDADE SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES
JUIZ(A) DE DIREITO PATRÍCIA CHACON DE OLIVEIRA LOUREIRO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL JULIANA DO VALLE CORREIA LIMA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0135/2019

ADV: MOISÉS ELIAS DA SILVA (OAB 6887/AM) - Processo 0225051-14.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes contra a Dignidade Sexual - INTPELANTE: F.A.A.B. - Pela MMa. Juíza fora determinado a intimação do advogado para que no prazo de 10 (Dez) dias informe se há interesse na oitiva da citada testemunha sob pena de arquivamento.

ADV: EDUARDO SANTANA PINHEIRO (OAB 7049/AM) - Processo 0627046-60.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de vulnerável - INDICIADO: F.H.S.O. - Pelas partes, fora requerida prazo para manifestação acerca do art. 402 do CPP, sendo deferido pela MMa. Juíza, que assinalou o prazo de 05 (cinco) dias em comum parra manifestação das mesmas.

Eduardo Santana Pinheiro (OAB 7049/AM)
Moisés Elias da Silva (OAB 6887/AM)

2ª Vara de Crimes contra a Dignidade Sexual de Crianças e Adolescentes

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIMES CONTRA DIGNIDADE SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0177/2019

ADV: GAMAL SWAMI DE ABREU (OAB 9106/AM), ADV: MARGIDE AMARO DE SOUZA (OAB 10380/AM), ADV: DAISY FEITOSA COUTINHO (OAB 6989/AM), ADV: MARCELO OLIVEIRA LOPES (OAB 6083/AM) - Processo 0207572-76.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de Vulnerável - RÉU: J.R.E.S. - Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE a denúncia, para ABSOLVER o Réu JARLES RODRIGUES DO ESPIRITO SANTO das acusações contra si imputadas, ante a ausência de lastro probatório a fundamentar um decreto condenatório, à luz do artigo 386, IV, Código de Processo Penal.

ADV: JOSE RICARDO VIEIRA TRINDADE (OAB 1459/AM) - Processo 0216906-47.2010.8.04.0001 (001.10.216906-4) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro - RÉU: N.S. - CERTIFICO, QUANTO AO(S) RÉU(S),

ADV: DÁRIA NUNES BINDÁ (OAB 3672/AM), ADV: JOSÉ RIBAMAR NUNES ROCHA (OAB 1938/AM) - Processo 0220672-45.2009.8.04.0001 (001.09.220672-8) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Atentado Violento ao Pudor - RÉU: I.C.O. - Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE a denúncia, para ABSOLVER o(a) Réu(é) Ivan Castro de Oliveira das acusações contra si imputadas, ante a ausência de provas quanto à materialidade do delito, à luz do artigo 386, II, Código de Processo Penal.

ADV: LINDOMAR LIMA DE SOUZA (OAB 9739/AM) - Processo 0225744-42.2011.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de Vulnerável - RÉU: W.S.S. - CERTIFICO, QUANTO AO(S) RÉU(S),

ADV: LINDOMAR LIMA DE SOUZA (OAB 9739/AM) - Processo 0225744-42.2011.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de Vulnerável - RÉU: W.S.S. - Tendo em vista que os autos abrangem os processos referentes à META 2 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), procedo o cancelamento da audiência Instrução e Julgamento designada para o dia 17/03/2020 às 09:30h. Certifico, ademais, que a audiência acima cancelada foi redesignada para o dia 10/10/2019 às 08:00h na sala de audiência desta Secretaria, devendo-se expedir as intimações necessárias.

ADV: RUI GUILHERME MODESTO BORGES (OAB 11829/AM), ADV: HELENA DE OLIVEIRA GALVÃO (OAB 2753/AM), ADV: DHEYMISON ALBUQUERQUE DA SILVA (OAB 12223/AM) - Processo 0231799-28.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0266384-82.2014.8.04.0001) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes contra a Dignidade Sexual - RÉU: H.F.C. - Analisando os autos, verifico que às fls. 94/96 foi deferida a produção antecipada de provas para a oitiva da vítima, com fulcro no art. 11, § 1º, II da Lei nº 13.431/2017. No entanto, considerando que a Resposta à Acusação já foi apresentada, encontrando-se o feito pronto para realização de audiência una de instrução e julgamento, onde será colhido o depoimento da vítima, verifico a desnecessidade da antecipação da colheita do referido depoimento. Deste modo, em atenção ao princípio da celeridade e da economia processual, determino o cancelamento da audiência de produção antecipada de prova, devendo ser pautada audiência una de Instrução e Julgamento, com as intimações necessárias. Sendo o caso, expeçam-se as Cartas Precatórias pertinentes, de tudo dando ciência ao Ministério Público, ao Assistente da Acusação, se houver, e ao Defensor do Réu.

ADV: BRENDO DE CASTRO MARTINS (OAB 13009/AM), ADV: MARLON SOARES COSTA (OAB 3763/AM), ADV: ALDEMIR DA ROCHA SILVA JÚNIOR (OAB 5445/AM) - Processo 0235952-80.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de Vulnerável - RÉU: M.C.R.M. - Pelo exposto, determino que seja extraída cópia das fls. 41/50, 59/60, 65/66, 71/76, 109, 118/121, inclusive desta Decisão, e remetida à Presidência da Ordem dos Advogados do Brasil- Seção/AM, para que adote as medidas pertinentes no âmbito da Associação, requisitando, ainda, que informe a este Juízo o resultado do procedimento, se por ventura instaurado, inclusive, se foi aplicada multa ao advogado MARLON SOARES COSTA, OAB/AM 3.763, prevista no artigo 265, caput, do Código de Processo Penal, pelo abandono injustificado da causa.

ADV: LEONARDO ANDRADE ARAGÃO (OAB 7729/AM) - Processo 0259324-97.2010.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de Vulnerável - RÉU: W.B.R.N. - Tendo em vista que os autos abrangem os processos referentes à META 2 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), procedo o cancelamento da audiência Instrução e Julgamento designada para o dia 05/02/2020 às 08:00h. Certifico, ademais, que a audiência acima cancelada foi redesignada para o dia 09/10/2019 às 08:00h na sala de audiência desta Secretaria, devendo-se expedir as intimações necessárias.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0361084-94.2007.8.04.0001 (001.07.361084-5) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Atentado Violento ao Pudor - RÉU: Anibal Mar do Val - Forte nesses argumentos, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido contido na Denúncia para: CONDENAR o Réu Anibal Mar do Val pela prática de 1 (um) crime previsto no art. 214 c/c 224 “a” c/c 226, II do Código Penal (Fato 1); e ABSOLVER o Réu Anibal Mar do Val pela prática de 1 (um) crime previsto no art. 214 c/c 224 “a” c/c 226, II do Código Penal (Fato 2), ante a ausência de provas suficientes da materialidade e autoria do delito, à luz do artigo 386, VII do Código de Processo Penal.

ADV: MARCELO RODRIGUES DOS SANTOS (OAB 3181/AM), ADV: JOSE RICARDO VIEIRA TRINDADE (OAB 1459/AM) - Processo 0500664-08.2008.8.04.0001 (001.08.500664-6) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Atentado Violento ao Pudor - RÉU: H.A.P.R.F. - Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE a denúncia, para ABSOLVER o Réu HERALDO ANTÔNIO PEREIRA REIS FILHOS das acusações contra si imputadas, ante a ausência de provas quanto à materialidade do delito, à luz do artigo 386, II, Código de Processo Penal.

ADV: CARLOS PEDRO CASTELO BARROS (OAB 1229/AM) - Processo 0500946-46.2008.8.04.0001 (001.08.500946-7) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro - RÉU: D.S.O. - CERTIFICO, QUANTO À(S) VÍTIMAS(S), Suziane Lopes Leite - NOTIFICADA POR TERCEIRO - conforme se verifica na Certidão do Oficial de Justiça e carta de aviso de recebimento, respectivamente, nos itens 313 e 322. CERTIFICO, QUANTO À(S) TESTEMUNHAS) arrolada(s) na DENÚNCIA, Suzana Lopes Leite - NÃO NOTIFICADA, consoante a Certidão Negativa do Oficial de Justiça de fl. 312 e 323, com carta de aviso de recebimento, ASSINADA POR TERCEIRO, conforme fl. 318. CERTIFICO, QUANTO À(S) TESTEMUNHAS) arrolada(s) na DEFESA, resposta à acusação, Ageu Ribeiro de souza - NÃO NOTIFICADO, consoante a Certidão Negativa do Oficial de Justiça de fl. 319, com carta de aviso de recebimento ASSINADA POR TERCEIRO de fl. 314. Maria Erondina Gomes Carneiro - NÃO NOTIFICADA, consoante a Certidão Negativa do Oficial de Justiça de fl. 320 e carta de aviso de recebimento de fl. 315. Everton Cardoso de Souza - NÃO NOTIFICADO, consoante a Certidão Negativa do Oficial de Justiça de fl. 321 e com carta de aviso de recebimento de fl. 316, razão pela qual procedo à remessa dos autos para defesa do réu, a fim de que manifeste o interesse na(s) oitiva(s) e apresente no prazo legal o(s) endereço(s) atualizado(s) dela(s).

ADV: WAGNER SILVA DE OLIVEIRA (OAB 6116/AM) - Processo 0620518-10.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro - RÉU: J.M.S. - CERTIFICO, QUANTO AO(S) RÉU(S), Júnior Mota da Silva - NOTIFICADO para comparecer à audiência designada para 02/09/2019 às 09:45h, conforme se demonstra na Certidão positiva do Oficial de Justiça e a carta de aviso de recebimento, respectivamente, às de fls. 205. CERTIFICO, QUANTO À(S) VÍTIMAS(S), G.F.C.O E REPRESENTANTE LEGAL Danielle de Fatima Oliveira Cardoso, esta(s) fora(m) devidamente NOTIFICADA para comparecer(em) à audiência designada para 02/09/2019 às 09:45h, conforme se verifica na Certidão positiva do Oficial de Justiça e carta de aviso de recebimento, respectivamente, nos itens 202. CERTIFICO, QUANTO À(S) TESTEMUNHAS) arrolada(s) na DENÚNCIA Alessandra de Souza Bastos - NOTIFICADA, segundo fls.:208. Raimundo A. Diniz Barreto - NOTIFICADO, segundo fls.: 210. Helena Flores da Silva - NÃO NOTIFICADA, segundo fls.: 206, AR não retornou até o presente momento. Adriana Matta Bezerra - NOTIFICADA, segundo fls.: 214 e 207. Aldelicy Bezerra Cordeiro - NOTIFICADA, segunda fls.:203. A menor J.S - NOTIFICADA, na pessoa de Danielle de Fatima Oliveira Cardoso .

ADV: JONATHAS ALMEIDA RIBEIRO (OAB 12144/AM) - Processo 0635765-31.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de vulnerável - RÉU: C.L.G. - CERTIFICO, QUANTO AO(S) RÉU(S), Claudionor de Lima Gomes - NOTIFICADO para comparecer à audiência designada para 19/09/2019 às 10:30h, conforme se demonstra na Certidão positiva do Oficial de Justiça e a carta de aviso de recebimento, respectivamente, às de fls.130 e 131.. CERTIFICO, QUANTO À(S) VÍTIMAS(S), A.L.O.S E REPRESENTANTE LEGAL Fabiana de Oliveira Silva - NOTIFICADA por telefone para comparecer(em) à audiência designada para 19/09/2019 às 10:30h. CERTIFICO, QUANTO À(S) TESTEMUNHAS) arrolada(s) na DENÚNCIA Luís Henrique Oliveira de Mesquita - NOTIFICADO, segundo fls.:135. Marilene Duarte Pereira - NOTIFICADA, segundo fls.: 133. Sonia Maria Memoria - NÃO NOTIFICADA, segundo fls.: 132, esta Secretaria expedirá novo mandado e Maria Elaine Terezinha Cruz - NOTIFICADA, segundo fls.129.

Aldemir da Rocha Silva Júnior (OAB 5445/AM)
Alex Mendes dos Santos (OAB 7308/AM)
Brendo de Castro Martins (OAB 13009/AM)
Carlos Pedro Castelo Barros (OAB 1229/AM)
Daisy Feitosa Coutinho (OAB 6989/AM)
Dária Nunes Bindá (OAB 3672/AM)
Dheymison Albuquerque da Silva (OAB 12223/AM)
Gamal Swami de Abreu (OAB 9106/AM)
Helena de Oliveira Galvão (OAB 2753/AM)
Jonathas Almeida Ribeiro (OAB 12144/AM)
José Ribamar Nunes Rocha (OAB 1938/AM)
Jose Ricardo Vieira Trindade (OAB 1459/AM)
Leonardo Andrade Aragão (OAB 7729/AM)
Lindomar Lima de Souza (OAB 9739/AM)
Marcelo Oliveira Lopes (OAB 6083/AM)
Marcelo Rodrigues dos Santos (OAB 3181/AM)
Margide Amaro de Souza (OAB 10380/AM)
Marlon Soares Costa (OAB 3763/AM)
Rui Guilherme Modesto Borges (OAB 11829/AM)
Wagner Silva de Oliveira (OAB 6116/AM)

VARA ESPECIALIZADA DO MEIO AMBIENTE E QUESTÕES AGRÁRIAS

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ESPECIALIZADA DO MEIO AMBIENTE
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0238/2019

ADV: (SEM PATRONO) (OAB 121212/AM) - Processo 0205671-15.2012.8.04.0001 (apensado ao processo 0205155-92.2012.8.04.0001) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético - AUTORFATO: Toni Almeida da Silva - Processo n° 0205671-15.2012.8.04.0001

ADV: MONIQUE RODRIGUES DA CRUZ (OAB 4292/AM) - Processo 0206802-60.2015.8.04.0020 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Contravenções Penais - DENUNCIADO: Jose Edson da Silva Coelho e outro - Autos n.º:0206802-60.2015.8.04.0020 - Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário DESPACHO Compulsando os autos, verifico que o Denunciado foi devidamente intimado (fls. 104), porém não compareceu a presente audiência. Vista ao Ministério Público para que, no prazo de dez dias, apresente a manifestação pertinente. CUMPRA-SE. Manaus/AM,

ADV: SEM ADVOGADO (OAB Y/AM) - Processo 0214962-10.2010.8.04.0001 (001.10.214962-4) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético - DENUNCIADO: SEBASTIÃO BATISTA DA SILVA e outros - Autos n.º:0214962-10.2010.8.04.0001 - Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário DESPACHO Despacho: compulsando os autos, verifico que o Denunciado foi devidamente intimado (fls. 275), porém não compareceu a presente audiência. Vista ao Ministério Público para que, no prazo de dez dias, apresente a manifestação pertinente. CUMPRA-SE. Manaus/AM,

ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM), ADV: ADEMARIO DO ROSARIO AZEVEDO (OAB 2926/AM) - Processo 0225181-72.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético - INDICIADO: Adalberto Mendes Silva - Processo n° 0225181-72.2016.8.04.0001

ADV: ÂNGELA MARIA DANTAS DE ALENCAR (OAB 8924/AM), ADV: RUTE FERREIRA LIMA (OAB 7786/AM), ADV: ROSIVALDO PEREIRA DA SILVA (OAB 1619/AM), ADV: CLAILTON COSTA DE OLIVEIRA (OAB 9880/AM), ADV: JAQUELINE MONTENEGRO DA CRUZ (OAB 7763/AM) - Processo 0227104-70.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético - RÉU: Altamiro Leão de Oliveira - Extramar - Extração de Madeiras Regionais Ltda e outros - Processo n° 0227104-70.2015.8.04.0001

ADV: MONIQUE RODRIGUES DA CRUZ (OAB 4292/AM) - Processo 0246212-85.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Pesca - DENUNCIADO: Juarez Lopes Navegante - Processo n° 0246212-85.2015.8.04.0001

ADV: MARIA EUNI TAVEIRA DE ALMEIDA COSTA (OAB 9670/AM), ADV: (SEM PATRONO) (OAB 121212/AM) - Processo 0603648-55.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes contra a Flora - DENUNCIADA: Beija Flor Motel Ltda - ME - Adelino da Silva - Autos n.º:0603648-55.2017.8.04.0001 - Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário DESPACHO Pede a Ilustre Representante do Ministério Público, que pugna pela reenviada dos ofícios a SEMMAS, para a apresentação das testemunhas de acusação no Processo.. CUMPRA-SE. Manaus/AM,

ADV: AMANDA DA ROCHA ALVES (OAB 3202/AM) - Processo 0611686-56.2017.8.04.0001 - Termo Circunstanciado - Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético - INDICIADA: Francisca da Rocha Alves e outro - Assim, nos termos do artigo 76, § 4º, da Lei nº 9.099/95, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE dos acusados, Auto Peças e Oficina N. S da Conceição LTDA e Francisca da Rocha Alves, considerando que estes cumpriram integralmente as condições pactuadas na proposta de transação penal homologada, via de consequência, determino o arquivamento do presente feito.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0635914-27.2019.8.04.0001 - Termo Circunstanciado - Da Poluição - INDICIADO: Bar do Manoel - Assim sendo, ACOLHO o parecer Ministerial à fl. 11, por suas próprias razões e, consequentemente, DETERMINO O ARQUIVAMENTO destes autos de Termo Circunstanciado de Ocorrência ressalvando-se o disposto no art. 18 do Código de Processo Penal. PRIC

ADV: LUANDERSON LUIZ RAMOS PEREIRA (OAB 12499/AM), ADV: CARLOS ALBERTO BARROS FERREIRA (OAB 12374/AM) - Processo 0637094-49.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Da Poluição - DENUNCIADO: T M Tawari Resíduos de Metais Ltda. e outro - Processo n° 0637094-49.2017.8.04.0001

ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: FERNANDA CABRAL MARQUES (OAB 6755/AM) - Processo 0637700-77.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Crimes contra a Flora - DENUNCIADO: Fronteira Ceramica Ltda. - RÉU: Gutemberg Leão Alencar - Autos n.º:0637700-77.2017.8.04.0001 - Classe: Ação Penal - Procedimento Sumário DESPACHO Compulsando os autos, verifico que o oficial de justiça não encontrou o endereço do investigado. Vista ao Ministério Público para que manifeste-se acerca da certidão de fls. 219. CUMPRA-SE. Manaus/AM,

ADV: OTÁVIO ARAÚJO NETO (OAB 10189/AM) - Processo 0643184-73.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Da Poluição - DENUNCIADO: ASA - ASSOCIAÇÃO DOS SARGENTOS DA AMAZÔNIA e outros - Processo n° 0643184-73.2017.8.04.0001

(Sem Patrono) (OAB 121212/AM)
Ademario do Rosario Azevedo (OAB 2926/AM)
Amanda da Rocha Alves (OAB 3202/AM)
Ângela Maria Dantas de Alencar (OAB 8924/AM)
Carlos Alberto Barros Ferreira (OAB 12374/AM)
Clailton Costa de Oliveira (OAB 9880/AM)
Fernanda Cabral Marques (OAB 6755/AM)
Jaqueline Montenegro da Cruz (OAB 7763/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
Luanderson Luiz Ramos Pereira (OAB 12499/AM)
Maria Euni Taveira de Almeida Costa (OAB 9670/AM)
Monique Rodrigues da Cruz (OAB 4292/AM)
Otávio Araújo Neto (OAB 10189/AM)
Rosivaldo Pereira da Silva (OAB 1619/AM)
Rute Ferreira Lima (OAB 7786/AM)
Sem Advogado (OAB Y/AM)
Sem Patrono (OAB /AM)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)

SEÇÃO VII

JUIZADO ESPECIALIZADO NO COMBATE A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

1º Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

EDITAL DE CORREIÇAO N 001/2019- 1 JEVDM

A Exma Sra Dra Ana Lorena Teixeira Gazzineo, Mma. Juiza de Direito deste Juizado Especializado no Combate a Violencia Domestica da Capital, uso de sus atribuições legais, e conforme art. 2, inciso II do provimento n 241-CGJ/AM

TORNA PÚBLICO que, no período de 09 a 13 de setembro do ano de 2019, será realizada a INSPEÇÃO ORDINÁRIA determinada pelo provimento n 241-CGJ, ocasião em que os processos em tramitação serão parcialmente correicionados mediante aposiçao de formulários individualizado, devidamente aprovado pela Corregedoria Geral de Justiça do Amazonas, a fim de averiguar a regularidade dos processos, adotando-se , todas providências que se fizerem necessárias ao alcance deste Objetivo. No mesmo período será aferida a organização de documentos, pastas e arquivos encontrados na Secretaria. Através deste Edital, os jurisdicionados, advogados, membros do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e demais interessados ficam cientificados de que a Mma. Juíza de Direito responsável pelos trabalhos de inspeção estará a inteira disposição para ouvir aqueles que o procurarem, colher reclamações, denúncias ou sugestões e demais intervenções que possam contribuir para eficácia dos serviços deste Juizado,

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CIENTIFIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Ana Lorena Teixeira Gazzineo
Juiza de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA 1º JUIZADO ESPECIALIZADO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA (MARIA DA PENHA)
JUIZ(A) DE DIREITO ANA LORENA TEIXEIRA GAZZINEO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARGARIDA MARIA CAVALCANTE TOMÉ
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0097/2019

ADV: GEDSON DE OLIVEIRA MATUTE (OAB 13858/AM) - Processo 0200132-64.2019.8.04.0020 (apensado ao processo 0652250-43.2018.8.04.0001) - Ação Penal - Procedimento Sumário - Contra a Mulher - AUTORFATO: L.C.C.M. - ATO ORDINATÓRIO Autos Nº 0200132-64.2019.8.04.0020 Intime-se a(s) parte(s), bem como os seu(s) advogados(as), para tomar(em) ciência do Termo de fls. 103/110, que determina: "[...] Diante do exposto, julgo improcedente a pretensão punitiva estatal absolvendo o réu Luis Carlos da Costa Marques, como incurso nas penas do art. 386, inc. VI do CPP. Intimem-se

ADV: MARIA GORETH TERÇAS DE OLIVEIRA (OAB 3735/AM), ADV: ROGER MOREIRA DE QUEIROZ (OAB 2909/AM), ADV: DANIELLE QUEIROZ RIBEIRO (OAB 9296/AM) - Processo 0209038-87.2012.8.04.0020 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Decorrente de Violência Doméstica - INDICIADO: J.B.S. - ATO ORDINATÓRIO Autos Nº 0209038-87.2012.8.04.0020 Intime-se a(s) parte(s), bem como os seu(s) advogados(as), para tomar(em) ciência do Termo de fls.88/89, que determina: " [...] "Defiro o pedido Ministerial e determino nova data de audiência de instrução para o dia 04/09/2019 às 10:30h. Saem os presentes já devidamente intimados da nova data. Intime-se o réu no endereço informado pela vítima. À secretaria para as providências de praxe". Intimem-se.

ADV: PAULO SÉRGIO LIMA DOS SANTOS (OAB 5337/AM) - Processo 0607524-81.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Contra a Mulher - INDICIADO: G.D.S. - ATO ORDINATÓRIO Autos Nº 0607524-81.2018.8.04.0001 Intime-se a(s) parte(s), bem como os seu(s) advogados(as), para tomar(em) ciência do Termo de fls. 120/129, que determina: "[...] Diante do exposto, julgo procedente a pretensão punitiva estatal condenado o réu Gerson Dantas de Souza, como incurso nas penas do art.129, §9º do CPB. Intimem-se.

Danielle Queiroz Ribeiro (OAB 9296/AM)
Gedson de Oliveira Matute (OAB 13858/AM)
Maria Goreth Terças de Oliveira (OAB 3735/AM)
Paulo Sérgio Lima dos Santos (OAB 5337/AM)
Roger Moreira de Queiroz (OAB 2909/AM)

3º Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

JUÍZO DE DIREITO DA 3º JUIZADO ESPECIALIZADO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA (MARIA DA PENHA)
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0088/2019

ADV: JOSÉ AURISTENIL SOARES NUNES (OAB 7580/AM), ADV: EMERSON SIQUEIRA PEREIRA (OAB 10338/AM), ADV: BRUNO DE ARAUJO REBOUÇAS (OAB 14240/AM), ADV: FABIANO CORTEZ DE NEGREIROS (OAB 9281/AM) - Processo 0627280-42.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Contra a Mulher - RÉU: P.C.P.S. - De Ordem do MM. Juiz, pautei audiência de instrução e julgamento para o dia 09/09/2019, às 10:00h.

ADV: RAIMUNDO NUNES AMAZONAS (OAB 7379/AM), ADV: VÍTOR CASSIANO LOUZADA (OAB 14422/AM) - Processo 0643624-98.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Violência Doméstica Contra a Mulher - RÉU: A.S.C. - De Ordem do MM. Juiz, pautei audiência de instrução e julgamento para o dia 10/09/2019, às 10:45h.

Bruno de Araujo Rebouças (OAB 14240/AM)
Emerson Siqueira Pereira (OAB 10338/AM)
Fabiano Cortez de Negreiros (OAB 9281/AM)
José Auristenil Soares Nunes (OAB 7580/AM)
Raimundo Nunes Amazonas (OAB 7379/AM)
Vítor Cassiano Louzada (OAB 14422/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 3º JUIZADO ESPECIALIZADO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA (MARIA DA PENHA)
JUIZ(A) DE DIREITO REYSON DE SOUZA E SILVA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL GILSON JOSÉ DOS SANTOS JUNIOR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0055/2019

ADV: GERALDO DE SOUZA NASCIMENTO (OAB 12039/AM) - Processo 0602303-26.2019.8.04.0020 - Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal - Contra a Mulher - REQUERENTE: E.G.S.S. - REQUERIDO: A.M.S. e outro - Isto posto, INDEFIRO o pedido de revogação das medidas protetivas concedidas, mantendo-as integralmente até o término de seu prazo de vigência, razão pela qual extingo o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I do CPC.

ADV: JANE PICANÇO DE FARIAS LIMA (OAB 5323/AM), ADV: CRISTIANO GONÇALVES PIRES (OAB 10755/AM) - Processo 0603999-57.2019.8.04.0001 - Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal - Ameaça - REQUERIDO: L.F.C.B. - Isto posto, julgo PROCEDENTE o pedido autoral, para revogar decisão liminar de fls. 11/13. Intimem-se as partes, por advogados. Caso inexista recurso, certifique-se e arquive-se.

ADV: FERNANDO ALVES POMPEU (OAB 12220/AM), ADV: ROBERTO ALESSANDRO DE LIMA NASCIMENTO (OAB 12403/AM) - Processo 0609084-24.2019.8.04.0001 - Medidas

Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal - Lesão Corporal - REQUERENTE: J.S.O. - REQUERIDO: L.L.S. - Isto posto, INDEFIRO o pedido de revogação das medidas protetivas concedidas, mantendo-as integralmente até o término de seu prazo de vigência, razão pela qual extingo o processo com resolução de mérito.

ADV: LENILTON FORTUNATO DE OLIVEIRA (OAB 2025/AM) - Processo 0614792-55.2019.8.04.0001 - Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal - Injúria - REQUERIDO: A.R.C.S. - Isto posto, INDEFIRO o pedido de revogação das medidas protetivas concedidas, mantendo-as integralmente até o término de seu prazo de vigência, razão pela qual extingo o processo com resolução de mérito.

ADV: DANIEL PEIXOTO MEIRELLES (OAB 11073/AM) - Processo 0615542-57.2019.8.04.0001 - Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal - Ameaça - REQUERENTE: K.I.P. - REQUERIDO: H.A.O. - Isto posto, INDEFIRO o pedido de revogação das medidas protetivas concedidas, mantendo-as integralmente até o término de seu prazo de vigência, razão pela qual extingo o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I do CPC.

ADV: LYCIA FABÍOLA GOMES DE ANDRADE (OAB 4580/AM) - Processo 0616712-64.2019.8.04.0001 - Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal - Ameaça - REQUERENTE: L.M.R.C. - Isto posto, verificando que tal requerimento já foi expressamente enfrentado, sendo certo que a nova manifestação processual não traz em seu conteúdo qualquer elemento novo de convicção que possa mudar o entendimento explicitado naquela ocasião, ratifico integralmente os termos da decisão de fls. 11/127, e JULGO EXTINGO o processo.

ADV: JANIETE DA SILVA MONTEIRO (OAB 10084/AM) - Processo 0617784-86.2019.8.04.0001 - Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal - Ameaça - REQUERENTE: C.E.C.H. - REQUERIDO: I.S.T. - Isto posto, INDEFIRO pedido de revogação das medidas protetivas, mantendo-as integralmente até término de sua vigência, razão pela qual extingo o processo com resolução de mérito. Intime-se e arquive-se.

ADV: VANESSA CARDOSO (OAB 947A/AM) - Processo 0623381-36.2019.8.04.0001 - Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal - Ameaça (art. 147) - AUTORFATO: A.C.B. - Isto posto, INDEFIRO o pedido de revogação das medidas protetivas concedidas à fl. 11, mantendo-as integralmente pelo prazo de vigência de seis meses a contar da intimação do Autor, razão pela qual extingo o processo com resolução de mérito.

ADV: ROMMEL JÚNIOR QUEIROZ RODRIGUES (OAB 8279/AM) - Processo 0623658-52.2019.8.04.0001 - Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal - Ameaça - REQUERIDO: J.A.P.S. - Isto posto, INDEFIRO o pedido de revogação das medidas protetivas concedidas, mantendo-as integralmente até o término de seu prazo de vigência, razão pela qual extingo o processo com resolução de mérito.

ADV: EMERSON SIQUEIRA PEREIRA (OAB 10338/AM), ADV: JOSÉ AURISTENIL SOARES NUNES (OAB 7580/AM), ADV: BRUNO DE ARAUJO REBOUÇAS (OAB 14240/AM), ADV: FABIANO CORTEZ DE NEGREIROS (OAB 9281/AM) - Processo 0627280-42.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Contra a Mulher - RÉU: P.C.P.S. - DECISÃO: haver matéria manifesta sobre excludente de ilicitude, culpabilidade, atipicidade ou extinção de punibilidade, logo, deixo de absolver sumariamente o Réu (CPP, art. 397). Paute-se audiência de instrução. Urgência, por se tratar de réu-preso. Requisite-se à SEAP a apresentação do réu-preso à audiência. Notifique-se MP, Vítima, Réu e Testemunhas.

ADV: FRANÇOIS ANTÔNIO GALVÃO (OAB 10015/AM) - Processo 0642570-97.2019.8.04.0001 - Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal - Injúria - REQUERENTE: J.B.V.A. - Isto posto, mantenho o Indeferimento, razão pela qual julgo extinto o processo. Intime-se a requerente. Caso inexista recurso, certifique-se trânsito em julgado e arquive-se.

ADV: VÍTOR CASSIANO LOUZADA (OAB 14422/AM), ADV: RAIMUNDO NUNES AMAZONAS (OAB 7379/AM) - Processo 0643624-98.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Violência Doméstica Contra a Mulher - RÉU: A.S.C. - DECISÃO: Paute-se audiência de instrução para data mais próxima possível, por ser Réu-preso. Requisite-se à SEAP a apresentação do Réu-preso. Notifique-se MP, Defesa, Vítima e Testemunhas (fl. 73 e 85). Abra-se vista ao MP, para opinar sobre pedido de revogação de prisão preventiva (fl. 83/84).

ADV: CRISTIANO GONÇALVES PIRES (OAB 10755/AM) - Processo 0649716-29.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0625960-88.2018.8.04.0001) - Ação Penal - Procedimento Sumário - Ameaça - VÍTIMAFATO: S.P.R. - RÉU: C.J.G.P. - De Ordem do MM. Juiz, pautei audiência de instrução e julgamento para o dia 21/11/2019, às 09:30h.

ADV: HELEN SUSANE MACHADO DE MIRANDA (OAB 7627/AM) - Processo 0661781-56.2018.8.04.0001 - Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal - Ameaça - REQUERIDO: C.E.B.O. - Isto posto, INDEFIRO o pedido de revogação das medidas protetivas concedidas, mantendo-as integralmente até o término de seu prazo de vigência, razão pela qual extingo o processo com resolução de mérito. Não havendo recurso, certifique o trânsito em julgado e arquivem-se os autos.

ADV: AGUIBERTO CAMILO REDI (OAB A202/AM) - Processo 0661870-79.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Contravenções Penais - VÍTIMAFATO: M.G.B. - RÉU: M.G.Q.G. - De Ordem do MM. Juiz, pautei audiência de instrução e julgamento para o dia 21/11/2019, às 09:15h.

Aguiberto Camilo Redi (OAB A202/AM)
Bruno de Araujo Rebouças (OAB 14240/AM)
Cristiano Gonçalves Pires (OAB 10755/AM)
DANIEL PEIXOTO MEIRELLES (OAB 11073/AM)
Emerson Siqueira Pereira (OAB 10338/AM)
Fabiano Cortez de Negreiros (OAB 9281/AM)
Fernando Alves Pompeu (OAB 12220/AM)
François Antônio Galvão (OAB 10015/AM)
Geraldo de Souza Nascimento (OAB 12039/AM)
Helen Susane Machado de Miranda (OAB 7627/AM)
Jane Picanço de Farias Lima (OAB 5323/AM)
Janiete da Silva Monteiro (OAB 10084/AM)
José Auristenil Soares Nunes (OAB 7580/AM)
Lenilton Fortunato de Oliveira (OAB 2025/AM)
Lycia Fabíola Gomes de Andrade (OAB 4580/AM)
Raimundo Nunes Amazonas (OAB 7379/AM)
Roberto Alessandro de Lima Nascimento (OAB 12403/AM)
Rommel Júnior Queiroz Rodrigues (OAB 8279/AM)
Vanessa Cardoso (OAB 947A/AM)
Vítor Cassiano Louzada (OAB 14422/AM)

VARA DO JUIZADO DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL E MUNICIPAL

JUÍZO DE DIREITO DA JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL E MUNICIPAL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0393/2019

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0631007-09.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Delzimar Lopes da Silva - Diante do exposto, JULGO PROCEDENTES, em parte, os pleitos autorais, condenando a requerida na obrigação de, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação desta, promover a correção do valor do piso salarial da parte autora para o valor de R$ 1.250,00 (mil e duzentos e cinquenta reais), devendo este ser pago a título de vencimento, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Condeno, ainda, a requerida ao pagamento das diferenças salariais retroativas, no valor de R$ 24.247,35 (vinte e quatro mil, duzentos e quarenta e sete mil e trinta e cinco reais), referente ao período de junho de 2014 até o mês de agosto de 2019. Por conseguinte, em relação a tais pedidos, extingo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Em relação aos demais pedidos, extingo-os sem resolução do mérito, nos termos do

art. 485, IV, do CPC. Sem custas e honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Sobre os valores haverá correção monetária mensal pelo IPCA-e/IBGE, observando-se a diferença mensal, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, em conformidade com o REsp 1.495.146-MG (Info 620). Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09. Em relação à obrigação de pagar quantia certa, mantendo-se inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando pedido de providências. Caso promova o cumprimento/execução de sentença, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Na oportunidade, o exequente deverá apresentar as cópias das peças necessárias e demais informações prescritas no art. 534 do CPC, para a instrução de precatório requisitório, nos termos da Resolução 003/2014-DVEXPED-TJ/AM. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535, § 2º, do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com amparo no art. 535, § 3º, I, do CPC, nos termos dos arts. 268 e 269 do RI/TJAM/precatório (natureza alimentar). Após, arquivem-se. P.R.I.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0631318-97.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Ana Silvia Nobre de Lima - Diante do exposto, JULGO PROCEDENTES, em parte, os pleitos autorais, condenando a requerida na obrigação de, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação desta, promover a correção do valor do piso salarial da parte autora para o valor de R$ 1.250,00 (mil e duzentos e cinquenta reais), devendo este ser pago a título de vencimento, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Condeno, ainda, a requerida ao pagamento das diferenças salariais retroativas, no valor de R$ 24.247,35 (vinte e quatro mil, duzentos e quarenta e sete mil e trinta e cinco reais), referente ao período de junho de 2014 até o mês de agosto de 2019. Por conseguinte, em relação a tais pedidos, extingo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Em relação aos demais pedidos, extingo-os sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV, do CPC. Sem custas e honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Sobre os valores haverá correção monetária mensal pelo IPCA-e/IBGE, observando-se a diferença mensal, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, em conformidade com o REsp 1.495.146-MG (Info 620). Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09. Em relação à obrigação de pagar quantia certa, mantendo-se inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando pedido de providências. Caso promova o cumprimento/execução de sentença, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Na oportunidade, o exequente deverá apresentar as cópias das peças necessárias e demais informações prescritas no art. 534 do CPC, para a instrução de precatório requisitório, nos termos da Resolução 003/2014-DVEXPED-TJ/AM. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535, § 2º, do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com amparo no art. 535, § 3º, I, do CPC, nos termos dos arts. 268 e 269 do RI/TJAM/precatório (natureza alimentar). Após, arquivem-se. P.R.I.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0631338-88.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Francisco da Silva Prestes - Diante do exposto, JULGO PROCEDENTES, em parte, os pleitos autorais, condenando a requerida na obrigação de, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação desta, promover a correção do valor do piso salarial da parte autora para o valor de R$ 1.250,00 (mil e duzentos e cinquenta reais), devendo este ser pago a título de vencimento, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Condeno, ainda, a requerida ao pagamento das diferenças salariais retroativas, no valor de R$ 24.247,35 (vinte e quatro mil, duzentos e quarenta e sete mil e trinta e cinco reais), referente ao período de junho de 2014 até o mês de agosto de 2019. Por conseguinte, em relação a tais pedidos, extingo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Em relação aos demais pedidos, extingo-os sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV, do CPC. Sem custas e honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Sobre os valores haverá correção monetária mensal pelo IPCA-e/IBGE, observando-se a diferença mensal, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, em conformidade com o REsp 1.495.146-MG (Info 620). Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09. Em relação à obrigação de pagar quantia certa, mantendo-se inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando pedido de providências. Caso promova o cumprimento/execução de sentença, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Na oportunidade, o exequente deverá apresentar as cópias das peças necessárias e demais informações prescritas no art. 534 do CPC, para a instrução de precatório requisitório, nos termos da Resolução 003/2014-DVEXPED-TJ/AM. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535, § 2º, do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com amparo no art. 535, § 3º, I, do CPC, nos termos dos arts. 268 e 269 do RI/TJAM/precatório (natureza alimentar). Após, arquivem-se. P.R.I.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0631347-50.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Edna Socorro da Silva Melo - Diante do exposto, JULGO PROCEDENTES, em parte, os pleitos autorais, condenando a requerida na obrigação de, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação desta, promover a correção do valor do piso salarial da parte autora para o valor de R$ 1.250,00 (mil e duzentos e cinquenta reais), devendo este ser pago a título de vencimento, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Condeno, ainda, a requerida ao pagamento das diferenças salariais retroativas, no valor de R$ 24.247,35 (vinte e quatro mil, duzentos e quarenta e sete mil e trinta e cinco reais), referente ao período de junho de 2014 até o mês de agosto de 2019. Por conseguinte, em relação a tais pedidos, extingo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Em relação aos demais pedidos, extingo-os sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV, do CPC. Sem custas e honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Sobre os valores haverá correção monetária mensal pelo IPCA-e/IBGE, observando-se a diferença mensal, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, em conformidade com o REsp 1.495.146-MG (Info 620). Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09. Em relação à obrigação de pagar quantia certa, mantendo-se inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando pedido de providências. Caso promova o cumprimento/execução de sentença, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Na oportunidade, o exequente deverá apresentar as cópias das peças necessárias e demais informações prescritas no art. 534 do CPC, para a instrução de precatório requisitório, nos termos da Resolução 003/2014-DVEXPED-TJ/AM. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535, § 2º, do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com amparo no art. 535, § 3º, I, do CPC, nos termos dos arts. 268 e 269 do RI/TJAM/precatório (natureza alimentar). Após, arquivem-se. P.R.I

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0631352-72.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Francisca Carvalho da Costa - Diante do exposto, JULGO PROCEDENTES, em parte, os pleitos autorais, condenando a requerida na obrigação de, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação desta, promover a correção do valor do piso salarial da parte autora para o valor de R$ 1.250,00 (mil e duzentos e cinquenta reais), devendo este ser pago a título de vencimento, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Condeno, ainda, a requerida ao pagamento das diferenças salariais retroativas, no valor de R$ 24.247,35 (vinte e quatro mil, duzentos e quarenta e sete mil e trinta e cinco reais), referente ao período de junho de 2014 até o mês de agosto de 2019. Por conseguinte, em relação a tais pedidos, extingo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Em relação aos demais pedidos, extingo-os sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV, do CPC. Sem custas e honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Sobre os valores haverá correção monetária mensal pelo IPCA-e/IBGE, observando-se a diferença mensal, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, em conformidade com o REsp 1.495.146-MG (Info 620). Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09. Em relação à obrigação de pagar quantia certa, mantendo-se inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando pedido de providências. Caso promova o cumprimento/execução de sentença, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Na oportunidade, o exequente deverá apresentar as cópias das peças necessárias e demais informações prescritas no art. 534 do CPC, para a instrução de precatório requisitório, nos termos da Resolução 003/2014-DVEXPED-TJ/AM. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535, § 2º, do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com amparo no art. 535, § 3º, I, do CPC, nos termos dos arts. 268 e 269 do RI/TJAM/precatório (natureza alimentar). Após, arquivem-se. P.R.I

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0631482-62.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Frank Nixon Lopes - Diante do exposto, JULGO PROCEDENTES, em parte, os pleitos autorais, condenando a requerida na obrigação de, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação desta, promover a correção do valor do piso salarial da parte autora para o valor de R$ 1.250,00 (mil e duzentos e cinquenta reais), devendo este ser pago a título de vencimento, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Condeno, ainda, a requerida ao pagamento das diferenças salariais retroativas, no valor de R$ 24.247,35 (vinte e quatro mil, duzentos e quarenta e sete mil e trinta e cinco reais), referente ao período de junho de 2014 até o mês de agosto de 2019. Por conseguinte, em relação a tais pedidos, extingo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Em relação aos demais pedidos, extingo-os sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV, do CPC. Sem custas e honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Sobre os valores haverá correção monetária mensal pelo IPCA-e/IBGE, observando-se a diferença mensal, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, em conformidade com o REsp 1.495.146-MG (Info 620). Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09. Em relação à obrigação de pagar quantia certa, mantendo-se inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando pedido de providências. Caso promova o cumprimento/execução de sentença, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Na oportunidade, o exequente deverá apresentar as cópias das peças necessárias e demais informações prescritas no art. 534 do CPC, para a instrução de precatório requisitório, nos termos da Resolução 003/2014-DVEXPED-TJ/AM. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535, § 2º, do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com amparo no art. 535, § 3º, I, do CPC, nos termos dos arts. 268 e 269 do RI/TJAM/precatório (natureza alimentar). Após, arquivem-se. P.R.I.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0631511-15.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Geralda Pereira dos Santos - Diante do exposto, JULGO PROCEDENTES, em parte, os pleitos autorais, condenando a requerida na obrigação de, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação desta, promover a correção do valor do piso salarial da parte autora para o valor de R$ 1.250,00 (mil e duzentos e cinquenta reais), devendo este ser pago a título de vencimento, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Condeno, ainda, a requerida ao pagamento das diferenças salariais retroativas, no valor de R$ 24.247,35 (vinte e quatro mil, duzentos e quarenta e sete mil e trinta e cinco reais), referente ao período de junho de 2014 até o mês de agosto de 2019. Por conseguinte, em relação a tais pedidos, extingo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Em relação aos demais pedidos, extingo-os sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV, do CPC. Sem custas e honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Sobre os valores haverá correção monetária mensal pelo IPCA-e/IBGE, observando-se a diferença mensal, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, em conformidade com o REsp 1.495.146-MG (Info 620). Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09. Em relação à obrigação de pagar quantia certa, mantendo-se inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando pedido de providências. Caso promova o cumprimento/execução de sentença, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Na oportunidade, o exequente deverá apresentar as cópias das peças necessárias e demais informações prescritas no art. 534 do CPC, para a instrução de precatório requisitório, nos termos da Resolução 003/2014-DVEXPED-TJ/AM. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535, § 2º, do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com amparo no art. 535, § 3º, I, do CPC, nos termos dos arts. 268 e 269 do RI/TJAM/precatório (natureza alimentar). Após, arquivem-se. P.R.I

Alex Mendes dos Santos (OAB 7308/AM)

VARA INFRACIONAL DO JUIZADO DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE

JUÍZO DE DIREITO DA JUIZADO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE - INFRACIONAL
JUIZ(A) DE DIREITO ELIEZER FERNANDES JÚNIOR
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ELCIO SIMÕES DE OLIVEIRA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0112/2019

ADV: ISALTINO JOSÉ BARBOSA NETO (OAB 9055/AM), ADV: JOÃO PAULO RAMOS JACOB (OAB 9921/AM) - Processo 0644377-55.2019.8.04.0001 - Autorização judicial - Entrada e Permanência de Menores - REQUERENTE: e Dezembro Entretenimento Me - Ante o exposto, em consonância com o parecer ministerial de fls. 25-27, nos termos do art. 149, do ECA, DEFIRO o pedido formulado e determino a expedição do Alvará para realização do referido evento, devendo ainda, os menores só poderem frequentá-lo acompanhados por um responsável.

Isaltino José Barbosa Neto (OAB 9055/AM)
João Paulo Ramos Jacob (OAB 9921/AM)

SEÇÃO VIII

TURMA RECURSAL

Conclusão de Acórdãos

Processo: 0000002-85.2019.8.04.6801 - Recurso Inominado Cível, Vara Única de Santa Izabel do Rio Negro
Recorrente: Banco Bradesco S/A
Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 598A/AM)
Recorrida: Dária Teixeira Nery Melgueiro
Advogado: Lorruama Justiniano e Silva (OAB: 11047/AM)
Advogado: Jamilson dos Santos Mascarenhas (OAB: 11065/AM)
Recorrente: Dária Teixeira Nery Melgueiro
Recorrido: Banco Bradesco S/A

Relator: Julião Lemos Sobral Junior. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. DIREITO DO CONSUMIDOR. INSTITUIÇÃO BANCÁRIA. AUSÊNCIA DE CAIXA ELETRÔNICO EM FUNCIONAMENTO. EXISTÊNCIA DE OUTROS MEIOS PARA REALIZAÇÃO DE TRANSAÇÕES. SENTENÇA DE PRIMEIRO GRAU QUE RECONHECEU A FALHA DO SERVIÇO E CONCEDEU INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. IMPOSSIBILIDADE DE REFORMATIO IN PEJUS. RECORRENTE QUE BUSCA MAJORAÇÃO DO QUANTUM ARBITRADO. A FIXAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO A TÍTULO DE DANOS MORAIS É TAREFA COMETIDA AO JUIZ, DEVENDO O SEU ARBITRAMENTO OPERAR-SE COM RAZOABILIDADE, PROPORCIONALMENTE AO GRAU DE CULPA, AO NÍVEL SÓCIO-ECONÔMICO DA PARTE OFENDIDA, O PORTE DO OFENSOR E, AINDA, LEVANDO-SE EM CONTA AS CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO, SEM OLVIDAR A VEDAÇÃO AO ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA. O VALOR DA INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL OBEDECE À FINALIDADE PUNITIVA E TAMBÉM PEDAGÓGICA. A PUNIÇÃO DECORRENTE DA INDENIZAÇÃO EM FACE DA RESPONSABILIDADE CIVIL TEM NATUREZA CIVIL E CONSISTENTE NA COMPENSAÇÃO PELOS DISSABORES ENFRENTADOS PELA VÍTIMA, DE MODO A AMENIZAR O SOFRIMENTO DECORRENTE DO INJUSTO. A NATUREZA PEDAGÓGICA CUMPRE A FUNÇÃO DE FAZER COM QUE O AGRESSOR MUNA-SE DOS CUIDADOS NECESSÁRIOS DE MODO A EVITAR QUE SITUAÇÕES SEMELHANTES TORNEM A ACONTECER. APÓS TAL DIGRESSÃO, VERIFICO QUE O VALOR ARBITRADO ATENDE AO PARÂMETROS DELINEADOS. COM FINCAS EM TAIS RAZÕES, HEI POR BEM MANTER O VALOR ESTIPULADO PELO JUÍZO A QUO. SENTENÇA QUE MERECE SER CONFIRMADA EM SEUS INTEGRAIS TERMOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. A SÚMULA DO JULGAMENTO SERVIRÁ COMO ACÓRDÃO NA FORMA DO ART. 46 DA LEI 9.099/95. VENCIDO O RECORRENTE CABE CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS NO PERCENTUAL DE 20% SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO, SUSPENSA A EXIGIBILIDADE VEZ QUE BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA, NOS TERMOS DO ART. 55, LEI 9.099/95 E ART. 98 E SEGUINTES DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado Cível nº 0000002-85.2019.8.04.6801, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.".

Processo: 0000019-24.2019.8.04.6801 - Recurso Inominado Cível, Vara Única de Santa Izabel do Rio Negro
Recorrente: ANA CECILIA GARCIA MARINHO
Advogado: Lorruama Justiniano e Silva (OAB: 11047/AM)
Advogado: Jamilson dos Santos Mascarenhas (OAB: 11065/AM)
Recorrido: Banco Bradesco S/A
Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 598A/AM)

Relator: Julião Lemos Sobral Junior. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. DIREITO DO CONSUMIDOR. INSTITUIÇÃO BANCÁRIA. AUSÊNCIA DE CAIXA ELETRÔNICO EM FUNCIONAMENTO. EXISTÊNCIA DE OUTROS MEIOS PARA REALIZAÇÃO DE TRANSAÇÕES. SENTENÇA DE PRIMEIRO GRAU QUE RECONHECEU A FALHA DO SERVIÇO E CONCEDEU INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. IMPOSSIBILIDADE DE REFORMATIO IN PEJUS. RECORRENTE QUE BUSCA MAJORAÇÃO DO QUANTUM ARBITRADO. A FIXAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO A TÍTULO DE DANOS MORAIS É TAREFA COMETIDA AO JUIZ, DEVENDO O SEU ARBITRAMENTO OPERAR-SE COM RAZOABILIDADE, PROPORCIONALMENTE AO GRAU DE CULPA, AO NÍVEL SÓCIO-ECONÔMICO DA PARTE OFENDIDA, O PORTE DO OFENSOR E, AINDA, LEVANDO-SE EM CONTA AS CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO, SEM OLVIDAR A VEDAÇÃO AO ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA. O VALOR DA INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL OBEDECE À FINALIDADE PUNITIVA E TAMBÉM PEDAGÓGICA. A PUNIÇÃO DECORRENTE DA INDENIZAÇÃO EM FACE DA RESPONSABILIDADE CIVIL TEM NATUREZA CIVIL E CONSISTENTE NA COMPENSAÇÃO PELOS DISSABORES ENFRENTADOS PELA VÍTIMA, DE MODO A AMENIZAR O SOFRIMENTO DECORRENTE DO INJUSTO. A NATUREZA PEDAGÓGICA CUMPRE A FUNÇÃO DE FAZER COM QUE O AGRESSOR MUNA-SE DOS CUIDADOS NECESSÁRIOS DE MODO A EVITAR QUE SITUAÇÕES SEMELHANTES TORNEM A ACONTECER. APÓS TAL DIGRESSÃO, VERIFICO QUE O VALOR ARBITRADO ATENDE AO PARÂMETROS DELINEADOS. COM FINCAS EM TAIS RAZÕES, HEI POR BEM MANTER O VALOR ESTIPULADO PELO JUÍZO A QUO. SENTENÇA QUE MERECE SER CONFIRMADA EM SEUS INTEGRAIS TERMOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. A SÚMULA DO JULGAMENTO SERVIRÁ COMO ACÓRDÃO NA FORMA DO ART. 46 DA LEI 9.099/95. VENCIDO O RECORRENTE CABE CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS NO PERCENTUAL DE 20% SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO, SUSPENSA A EXIGIBILIDADE VEZ QUE BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA, NOS TERMOS DO ART. 55, LEI 9.099/95 E ART. 98 E SEGUINTES DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado Cível nº 0000019-24.2019.8.04.6801, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.".

Processo: 0000031-38.2019.8.04.6801 - Recurso Inominado Cível, Vara Única de Santa Izabel do Rio Negro
Recorrente: JOCIENE VENTURA CORDEIRO
Advogado: Lorruama Justiniano e Silva (OAB: 11047/AM)
Advogado: Jamilson dos Santos Mascarenhas (OAB: 11065/AM)
Recorrido: Banco Bradesco S/A
Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 1037A/AM)

Relator: Julião Lemos Sobral Junior. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. DIREITO DO CONSUMIDOR. INSTITUIÇÃO BANCÁRIA. AUSÊNCIA DE CAIXA ELETRÔNICO EM FUNCIONAMENTO. EXISTÊNCIA DE OUTROS MEIOS PARA REALIZAÇÃO DE TRANSAÇÕES. SENTENÇA DE PRIMEIRO GRAU QUE RECONHECEU A FALHA DO SERVIÇO E CONCEDEU INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. IMPOSSIBILIDADE DE REFORMATIO IN PEJUS. RECORRENTE QUE BUSCA MAJORAÇÃO DO QUANTUM ARBITRADO. A FIXAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO A TÍTULO DE DANOS MORAIS É TAREFA COMETIDA AO JUIZ, DEVENDO O SEU ARBITRAMENTO OPERAR-SE COM RAZOABILIDADE, PROPORCIONALMENTE AO GRAU DE CULPA, AO NÍVEL SÓCIO-ECONÔMICO DA PARTE OFENDIDA, O PORTE DO OFENSOR E, AINDA, LEVANDO-SE EM CONTA AS CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO, SEM OLVIDAR A

VEDAÇÃO AO ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA. O VALOR DA INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL OBEDECE À FINALIDADE PUNITIVA E TAMBÉM PEDAGÓGICA. A PUNIÇÃO DECORRENTE DA INDENIZAÇÃO EM FACE DA RESPONSABILIDADE CIVIL TEM NATUREZA CIVIL E CONSISTENTE NA COMPENSAÇÃO PELOS DISSABORES ENFRENTADOS PELA VÍTIMA, DE MODO A AMENIZAR O SOFRIMENTO DECORRENTE DO INJUSTO. A NATUREZA PEDAGÓGICA CUMPRE A FUNÇÃO DE FAZER COM QUE O AGRESSOR MUNA-SE DOS CUIDADOS NECESSÁRIOS DE MODO A EVITAR QUE SITUAÇÕES SEMELHANTES TORNEM A ACONTECER. APÓS TAL DIGRESSÃO, VERIFICO QUE O VALOR ARBITRADO ATENDE AO PARÂMETROS DELINEADOS. COM FINCAS EM TAIS RAZÕES, HEI POR BEM MANTER O VALOR ESTIPULADO PELO JUÍZO A QUO. SENTENÇA QUE MERECE SER CONFIRMADA EM SEUS INTEGRAIS TERMOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. A SÚMULA DO JULGAMENTO SERVIRÁ COMO ACÓRDÃO NA FORMA DO ART. 46 DA LEI 9.099/95. VENCIDO O RECORRENTE CABE CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS NO PERCENTUAL DE 20% SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO, SUSPENSA A EXIGIBILIDADE VEZ QUE BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA, NOS TERMOS DO ART. 55, LEI 9.099/95 E ART. 98 E SEGUINTES DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado Cível nº 0000031-38.2019.8.04.6801, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.".

Processo: 0000073-87.2019.8.04.6801 - Recurso Inominado Cível, Vara Única de Santa Izabel do Rio Negro
Recorrente: NILZA DE JESUS DOS SANTOS
Advogado: Jamilson dos Santos Mascarenhas (OAB: 11065/AM)
Advogado: Lorruama Justiniano e Silva (OAB: 11047/AM)
Recorrido: BANCO BRADESCO S/A
Advogado: Felipe Gazola Vieira Marques (OAB: 317407/SP)
Advogado: Felipe Gazola Vieira Marques (OAB: 76696/MG)

Relator: Julião Lemos Sobral Junior. Revisor: Revisor do processo Não informado
Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado. DECISÃO: "Decisão do julgamento na sessão Não informado".

Processo: 0000093-78.2019.8.04.6801 - Recurso Inominado Cível, Vara Única de Santa Izabel do Rio Negro
Recorrente: ADRIANA TIAGO DA SILVA
Advogado: Jamilson dos Santos Mascarenhas (OAB: 11065/AM)
Advogado: Lorruama Justiniano e Silva (OAB: 11047/AM)
Recorrido: BANCO BRADESCO S/A
Advogado: Felipe Gazola Vieira Marques (OAB: 76696/MG)
Advogado: Felipe Gazola Vieira Marques (OAB: 317407/SP)

Relator: Julião Lemos Sobral Junior. Revisor: Revisor do processo Não informado
Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado. DECISÃO: "Decisão do julgamento na sessão Não informado".

Processo: 0000112-84.2019.8.04.6801 - Recurso Inominado Cível, Vara Única de Santa Izabel do Rio Negro
Recorrente: CEZARIO FIRMINO AMANCIO,
Advogado: Lorruama Justiniano e Silva (OAB: 11047/AM)
Advogado: Jamilson dos Santos Mascarenhas (OAB: 11065/AM)
Recorrido: BANCO BRADESCO S/A
Advogado: Felipe Gazola Vieira Marques (OAB: 76696/MG)
Advogado: Felipe Gazola Vieira Marques (OAB: 317407/SP)

Relator: Julião Lemos Sobral Junior. Revisor: Revisor do processo Não informado
Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado. DECISÃO: "Decisão do julgamento na sessão Não informado".

Processo: 0000115-39.2019.8.04.6801 - Recurso Inominado Cível, Vara Única de Santa Izabel do Rio Negro
Recorrente: LEONICE SERRÃO DA COSTA
Advogado: Jamilson dos Santos Mascarenhas (OAB: 11065/AM)
Advogado: Lorruama Justiniano e Silva (OAB: 11047/AM)
Recorrido: BANCO BRADESCO S/A
Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 598A/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado
Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado. DECISÃO: "Decisão do julgamento na sessão Não informado".

Processo: 0000122-52.2014.8.04.6301 - Recurso Inominado Cível, 1º Juizado Especial Cível e Criminal
Recorrente: PATRÍCIA DA SILVA NATIVIDADE
Advogado: Everson de Lima Conceição (OAB: 7002/AM)
Recorrido: BRAGA MOTOS LTDA
Advogado: Adriano Belém Pontes (OAB: 6514/AM)
Advogado: João Bosco A. Toledano (OAB: 1456/AM)
Recorrido: NEUDINEY FREITAS MAIA
Advogado: Odiney Nogueira Teixeira (OAB: 9833/AM)

Relator: Adonaid Abrantes de Souza Tavares. Revisor: Revisor do processo Não informado
RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. AÇÃO de obrigação de fazer C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS – CONTRATO DE COMPRA E VENDA VEÍCULO – FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – INVERSÃO DO ÔNUS A PROVA - RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA - QUANTUM ARBITRADO – EXCESSO – REDUÇÃO – PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE – RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. O arbitramento a título de dano moral deve ser levado em consideração pelo magistrado a capacidade financeira da ofensora, bem como o bem jurídico afetado pela conduta ilícita. Ademais, deve observância obrigatória aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, de maneira a cumprir com a finalidade reparatória da medida, sem viabilizar o enriquecimento ilícito da parte. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO EM PARTE.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração nº 0000122-52.2014.8.04.6301, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos em acolher parcialmente o recurso interposto.".

Processo: 0000139-17.2013.8.04.7500 - Recurso Inominado Cível, Vara de Origem do Processo Não informado
Recorrente: EUBIA ANDREA RODRIGUES
Advogado: Emer de Senna Gomes (OAB: 7602/AM)
Recorrido: BIC - Banco Industrial e Comercial S/A
Advogado: Sérgio Roberto Ribeiro Filho (OAB: 305088/SP)
Advogado: Marcelo Rayes (OAB: 141541/SP)
Recorrente: BIC - Banco Industrial e Comercial S/A
Advogado: Sérgio Roberto Ribeiro Filho (OAB: 305088/SP)
Recorrida: EUBIA ANDREA RODRIGUES
Advogado: Emer de Senna Gomes (OAB: 7602/AM)

Relator: Adonaid Abrantes de Souza Tavares. Revisor: Revisor do processo Não informado
E M E N T A:RECURSOS INOMINADOS. CONSUMIDOR. ALEGAÇÃO DE EMPRÉSTIMO NÃO CONTRATADO. INVERSÃO

DO ÔNUS DA PROVA. JUNTADA DE CONTRATO FEITO COM TERCEIRA PESSOA. ASSINATURAS VISIVELMENTE DIFERENTES. NÃO COMPROVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DO REFERIDO EMPRÉSTIMO PELA AUTORA. DESCONTOS INDEVIDOS NO CONTRACHEQUE DA AUTORA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DEVER DE INDENIZAR. DANOS MATERIAIS CONFIGURADOS. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. MÁ-FÉ NÃO COMPROVADA. TRANSTORNOS INDEVIDOS. DANO MORAL CONFIGURADO. MANUTENÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO, DENTRO DA ESFERA DO RAZOÁVEL E DO PROPORCIONAL. DECLARAÇÃO DE NULIDADE DO CONTRATO APRESENTADO. CABIMENTO. INEXISTÊNCIA DO DÉBITO. RECURSOS CONHECIDOS E NÃO PROVIDOS. SENTENÇA INTEGRALMENTE MANTIDA. CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CABIMENTO. 10% SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO. ART. 55 DA LEI Nº 9.099/95. EXIGIBILIDADE SUSPENSA PARA A AUTORA. BENEFICIÁRIA DA JUSTIÇA GRATUITA.. DECISÃO: “Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recursos Inominados nº 0000139-17.2013.8.04.7500, de Tefé (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos em negar provimento aos recursos interpostos.”.

Processo: 0000153-44.2017.8.04.4401 - Recurso Inominado Cível, Vara de Origem do Processo Não informado

Recorrente: AILTON DE SOUZA

Advogado: Henrrique Eloi Barbosa (OAB: 7528/AM)

Recorrido: CLADAL ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS

Relator: Adonaid Abrantes de Souza Tavares. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA:RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. ALEGAÇÃO DE DESCONTOS INDEVIDOS REALIZADOS DIRETAMENTE NA CONTA BANCÁRIA DO AUTOR. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. REVELIA DA PARTE RÉ DECRETADA. AUSÊNCIA NA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO. NÃO APRESENTAÇÃO DE CONTESTAÇÃO. NÃO COMPROVAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE VÍNCULO CONTRATUAL ENTRE AS PARTES. DESCONTOS INDEVIDOS. PRÁTICA ABUSIVA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DEVER DE INDENIZAR. DANOS MATERIAIS CONFIGURADOS. REPETIÇÃO DO INDÉBITO QUE SE IMPÕE. TRANSTORNOS AO AUTOR. DANO MORAL CONFIGURADO. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. SEM CONDENAÇÃO EM CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ART. 55 DA LEI Nº 9.099/95 INTERPRETADO A CONTRARIO SENSU.. DECISÃO: “Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0000153-44.2017.8.04.4401, de Humaitá (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos em dar parcial provimento ao recurso interposto.”.

Processo: 0000157-88.2019.8.04.6801 - Recurso Inominado Cível, Vara Única de Santa Izabel do Rio Negro

Recorrente: MELISSA BELEZA ODA

Advogado: Lorruama Justiniano e Silva (OAB: 11047/AM)

Recorrido: BANCO BRADESCO S/A

Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 1314/MG)

Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 128431/SP)

Relator: Julião Lemos Sobral Junior. Revisor: Revisor do processo Não informado

Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado. DECISÃO: “Decisão do julgamento na sessão Não informado”.

Processo: 0000200-20.2019.8.04.4701 - Recurso Inominado Cível, Vara de Origem do Processo Não informado

Recorrente: Banco Bmg S/A

Advogada: Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB: 4018/AM)

Advogado: Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM)

Recorrido: CHANDELIER OLIVEIRA CARDOSO

Advogado: Lauri Dario Bock (OAB: 12074/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE CONTRATO. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. RECURSO NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. . DECISÃO: “DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.”.

Processo: 0000259-42.2019.8.04.5401 - Recurso Inominado Cível, Vara de Origem do Processo Não informado

Recorrente: BANCO BS2, atual denominação do BANCO BONSUCESSO S/A,

Advogada: Suellen Poncell do Nascimento Duarte (OAB: 28490/PE)

Recorrido: PAULO LIRA DA SILVA

Advogado: José Antonio do Nascimento Pinheiro (OAB: 6353/AM)

Relator: Adonaid Abrantes de Souza Tavares. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. SERVIÇO BANCÁRIO. CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO NA MODALIDADE CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. DESCONTOS DO VALOR DA FATURA MÍNIMA DIRETAMENTE DA REMUNERAÇÃO DO AUTOR. CIÊNCIA DO AUTOR QUANTO AO OBJETO DO CONTRATO, CONTUDO AS DEMAIS INFORMAÇÕES FORAM INSUFICIENTES. INFRINGÊNCIA AO PRINCÍPIO DA INFORMAÇÃO CLARA E PRECISA. CONTRATO INVÁLIDO. PRÁTICA ABUSIVA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. REVISÃO CONTRATUAL. CABIMENTO. DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DOS DÉBITOS. QUITAÇÃO DA DÍVIDA. CABIMENTO. DANOS MATERIAIS NÃO DEMONSTRADOS. DANO MORAL CONFIGURADO. MANUTENÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO, DENTRO DA ESFERA DO RAZOÁVEL E DO PROPORCIONAL. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. SEM CONDENAÇÃO EM CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ART. 55 DA LEI Nº 9.099/95, INTERPRETADO A CONTRARIO SENSU. . DECISÃO: “Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0000259-42.2019.8.04.5401, de Manacapuru (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos em dar parcial provimento ao recurso interposto.”.

Processo: 0000737-29.2017.8.04.7500 - Recurso Inominado Cível, Vara de Origem do Processo Não informado

Recorrente: ALVARO PESSOA BATALHA

Advogado: Miqueias Amaro dos Santos (OAB: 9811/AM)

Advogada: Katia Assis Rodrigues (OAB: 10320/AM)

Recorrido: Edinei Souza da Silva

Relator: Julião Lemos Sobral Junior. Revisor: Revisor do processo Não informado

Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado. DECISÃO: “Decisão do julgamento na sessão Não informado”.

Processo: 0001270-70.2017.8.04.4401 - Recurso Inominado Cível, Vara de Origem do Processo Não informado

Recorrente: Banco Bmg S/A

Advogado: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE)

Recorrida: MARIA AUXILIADORA LEAL FABRICIO

Advogado: Michelle Souza Pires Stegmann (OAB: 888A/AM)

Advogado: Rodrigo Stegmann (OAB: 968A/AM)

Relator: Julião Lemos Sobral Junior. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. CONTRATO INSUFICIENTE. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA PARA ATRIBUIR CONDENAÇÃO POR DANOS MORAIS. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.. DECISÃO: "A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, os MM. Juízes componentes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, ACORDAM, por unanimidade de votos, EM NÃO CONHECER OS EMBARGOS, E CONHECER E HOMOLOGAR O ACORDO, conforme voto do relator. Participaram deste julgamento, além do signatário, os demais Juízes presentes à sessão.".

Processo: 0001385-98.2017.8.04.5401 - Recurso Inominado Cível, Vara de Origem do Processo Não informado

Recorrente: BANCO OLÉ BONSUCESSO CONSIGNADO S/A E BANCO BONSUCESSO S/A,

Advogado: Cassio Chaves Cunha (OAB: 12268/PA)

Recorrida: MARIA DA SENA MOREIRA

Advogado: Jose Marconi Moreira Filho (OAB: 9552/AM)

Relator: Adonaid Abrantes de Souza Tavares. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. SERVIÇO BANCÁRIO. CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO NA MODALIDADE CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. DESCONTOS DO VALOR DA FATURA MÍNIMA DIRETAMENTE DA REMUNERAÇÃO DA AUTORA. CIÊNCIA DA AUTORA QUANTO AO OBJETO DO CONTRATO, CONTUDO AS DEMAIS INFORMAÇÕES FORAM INSUFICIENTES. INFRINGÊNCIA AO PRINCÍPIO DA INFORMAÇÃO CLARA E PRECISA. CONTRATO INVÁLIDO. PRÁTICA ABUSIVA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. REVISÃO CONTRATUAL. CABIMENTO. DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DOS DÉBITOS. QUITAÇÃO DA DÍVIDA. CABIMENTO. DANOS MATERIAIS NÃO DEMONSTRADOS. DANO MORAL CONFIGURADO. MANUTENÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO, DENTRO DA ESFERA DO RAZOÁVEL E DO PROPORCIONAL. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. SEM CONDENAÇÃO EM CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ART. 55 DA LEI Nº 9.099/95, INTERPRETADO A CONTRARIO SENSU.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0001385-98.2017.8.04.5401, de Manacapuru (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos em dar parcial provimento ao recurso interposto.".

Processo: 0001403-85.2017.8.04.4701 - Recurso Inominado Cível, Vara de Origem do Processo Não informado

Recorrente: Construtora Capital Rossi Empreendimentos S/A

Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: A598/AM)

Recorrente: City Negócios Imobiliários Ltda

Advogada: Daniele Goulart de Souza (OAB: 5583/AM)

Recorrida: Miriam Alves Severino de Queiroz

Advogado: Marconde Martins Rodrigues (OAB: 4695/AM)

Relator: Julião Lemos Sobral Junior. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. COMPRA E VENDA DE IMÓVEL. DELONGA NOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS PARA CONCLUSÃO DO CONTRATO, QUE O LEVARAM A FICAR MAIS ONEROSO. DESCASO NA PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES AO CONSUMIDOR. É OPORTUNO ESCLARECER QUE, NO CASO VERTENTE, HÁ EVIDENTE RELAÇÃO DE CONSUMO, NA QUAL A RECORRIDA É DESTINATÁRIA FINAL DO PRODUTO/SERVIÇO OFERECIDO PELO RECORRENTE, NOS TERMOS DO ARTIGO 2º, LEI 8.078/90. LOGO, TRATANDO-SE DE DEMANDA DERIVADA DE RELAÇÃO DE CONSUMO, O ONUS PROBANDI RECAI SOBRE O FORNECEDOR, CONSIDERANDO A SISTEMÁTICA INSTITUÍDA PELO CDC, ART. 6.º, VIII, QUE CONFERIU AO CONSUMIDOR ESTE IMPORTANTE MECANISMO DE PROTEÇÃO PROCESSUAL, PERMITINDO A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA EM SEU FAVOR, SEMPRE QUE FOR HIPOSSUFICIENTE OU VEROSSÍMIL SUA ALEGAÇÃO. VERIFICADA A VEROSSIMILHANÇA DO ALEGADO, JUSTIFICA-SE A INVERSÃO DO ÔNUS PROBATÓRIO EM FAVOR DA PARTE AUTORA, HIPOSSUFICIENTE NA RELAÇÃO DE CONSUMO. NA MESMA ESTEIRA, INCUMBIA AO RÉU, ORA RECORRENTE, COMO FORNECEDOR DO SERVIÇO, EM SUA RESPONSABILIDADE OBJETIVA, O DEVER DE OBSTACULIZAR A PRETENSÃO DEDUZIDA, DE FORMA A IMPOR FATO IMPEDITIVO, MODIFICATIVO OU EXTINTIVO DO DIREITO AUTORAL, NA FORMA DO ARTIGO 373, II, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, BEM COMO NA FORMA DO ART. 14, § 3º, DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, PROVANDO ALGUMA EXCLUDENTE DE SUA RESPONSABILIDADE. A DESPEITO DISSO, DEIXOU DE COMPROVAR SUAS ALEGAÇÕES, MORMENTE NO QUE TANGE À PRESTAÇÃO ADEQUADA DO SERVIÇO. DESTA FORMA, A LIDE DEVE SER RESOLVIDA PELA APLICAÇÃO DO ART. 14 DO CDC, POIS O FORNECEDOR DE SERVIÇOS RESPONDE, INDEPENDENTEMENTE DA EXISTÊNCIA DE CULPA POR DEFEITOS RELATIVOS À PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS. AS HIPÓTESES DE EXCLUSÃO DESTA RESPONSABILIDADE VÊM INDICADAS NO MESMO ARTIGO, NO PARÁGRAFO 3º, QUANDO O FORNECEDOR DE SERVIÇOS PROVAR QUE O DEFEITO INEXISTE OU, ENTÃO, QUE OS DANOS DECORRERAM DE CULPA EXCLUSIVA DO CONSUMIDOR OU DE TERCEIRO, O QUE NÃO SE DEMONSTROU NO CASO DOS AUTOS. QUANTO AO PEDIDO DE REFORMA, ENTENDO QUE NÃO MERECE GUARIDA, JÁ QUE EVIDENCIADA A CONDUTA ABUSIVA DO RECORRENTE. REPETIÇÃO SIMPLES DOS VALORES PAGOS. DANO MORAL CONFIGURADO. A FIXAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO A TÍTULO DE DANOS MORAIS É TAREFA COMETIDA AO JUIZ, DEVENDO O SEU ARBITRAMENTO OPERAR-SE COM RAZOABILIDADE, PROPORCIONALMENTE AO GRAU DE CULPA, AO NÍVEL SÓCIO-ECONÔMICO DA PARTE OFENDIDA, O PORTE DO OFENSOR E, AINDA, LEVANDO-SE EM CONTA AS CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO, SEM OLVIDAR A VEDAÇÃO AO ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA. VALOR ARBITRADO Indenização em valor dentro dOS PARÂMETROS DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDAde. ENTENDIMENTO DO JUÍZO DE PRIMEIRO GRAU QUE ENCONTRA CONSONÂNCIA COM O ENTENDIMENTO DA TURMA RECURSAL, SOBRE O ASSUNTO TRATADO NO PROCESSO. SENTENÇA QUE DEVE SER MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS, POR SEREM IRRETOCÁVEIS. SÚMULA QUE SERVIRÁ DE ACÓRDÃO. ART. 46, LEI 9.099/95. Presentes os requisitos de admissibilidade, conheço do recurso. 1. Porque bem analisou, ponderou e julgou os fatos, aplicando com correção e justiça o direito, a referida sentença deve ser mantida na forma proferida, a cujos argumentos me reporto, chamando-os à colação para serem tidos como se aqui estivessem transcritos, nos termos do art. 46, da Lei 9.099/95.2. No mesmo sentido, dispõe o Supremo Tribunal Federal: EMENTA DIREITO PROCESSUAL CIVIL. JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. MANUTENÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA COM BASE NO ART. 46 DA LEI 9.099 /95. POSSIBILIDADE. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO DEVIDO PROCESSO LEGAL, AO CONTRADITÓRIO E À AMPLA DEFESA. EVENTUAL VIOLAÇÃO REFLEXA NÃO ENSEJA RECURSO EXTRAORDINÁRIO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO

JURISDICIONAL NÃO CONFIGURADA. ACÓRDÃO RECORRIDO DISPONIBILIZADO EM 16.8.2012. Não importa ausência de motivação, a adoção dos fundamentos da sentença recorrida pela Turma Recursal, em conformidade com o disposto no art. 46 da Lei 9.099 /95. O exame da alegada ofensa ao art. 5º , XXXV , e LV , da Constituição Federal , dependeria de prévia análise da legislação infraconstitucional aplicada à espécie, o que refoge à competência jurisdicional extraordinária, prevista no art. 102 da Constituição Federal . Inexiste violação do artigo 93 , IX , da CF/88 . O Supremo Tribunal Federal entende que o referido dispositivo constitucional exige que o órgão jurisdicional explicite as razões do seu convencimento, dispensando o exame detalhado de cada argumento suscitado pela parte. Agravo regimental conhecido e não provido. (STF - Processo: ARE 736290 SP, Orgão Julgador, Primeira Turma, Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-160 DIVULG 15-08-2013 PUBLIC 16-08-2013, Julgamento: 25 de Junho de 2013, Relator: Min. ROSA WEBER).VOTO: Ante o exposto, voto no sentido de conhecer e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, mantendo na íntegra a sentença monocrática por seus fundamentos (art. 46, Lei 9.099/95), e condeno o Recorrente ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, que fixo em 15% sobre o valor da condenação (art. 55, Lei 9.099/95).. DECISÃO: "A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, os MM. Juízes componentes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, ACORDAM em NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO INOMINADO, mantendo na íntegra a sentença proferida em Primeiro Grau. Participaram deste julgamento, além do signatário, os demais Juízes presentes à sessão.".

Processo: 0001740-74.2017.8.04.4701 - Recurso Inominado Cível, Vara de Origem do Processo Não informado

Recorrente: MARIA SANTANA MIRANDA PEREIRA
Advogado: Lauri Dario Bock (OAB: 12074/AM)
Recorrido: Banco Bmg S/A
Advogada: Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB: 4018/AM)
Advogado: Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE CONTRATO. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. RECURSO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA. . DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0001763-87.2019.8.04.0000 - Recurso Inominado Cível, Vara Única de Novo Airão

Apelante: Dalva Brito Pereira
Advogado: Keila Regina de Almeida Sereno (OAB: 7478/AM)
Apelado: Prefeitura Municipal de Novo Airao / Am
Procurador: Rodrigo José Marques Seade (OAB: A620/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. FAZENDA PÚBLICA. CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. PRORROGAÇÕES SUCESSIVAS. DECLARAÇÃO DE NULIDADE DO CONTRATO POR AUSÊNCIA DE CONCURSO PÚBLICO. DIREITO AO LEVANTAMENTO DO FGTS. BASE DE CÁLCULO. EVOLUÇÃO DO SALÁRIO. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.A Constituição Federal, em seu art. 37, IX, prevê: a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público. Neste sentido, o Poder Legislativo do Estado do Amazonas elaborou a Lei 2.607/2000, que dispõe sobre a contratação de pessoal por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, sob regime de Direito Administrativo, nos termos do artigo 37, IX, da Constituição Federal e do artigo 108, §1º, da Constituição do Estado, ali estabelecendo o prazo determinado das contratações, bem como as possíveis prorrogações. De logo, verifica-se que o recorrente não observou a improrrogabilidade de qualquer dos prazos ali previstos, tendo o recorrido exercido a função por prolongado período, em nítida violação a legislação pátria. Por esta razão, comprovado nos autos que o Estado não respeitou o caráter temporário e excepcional da contratação, deve ser mantida incólume a sentença proferida pelo juiz a quo, eis que ponderou corretamente todas as questões do caso em comento.O direito do trabalhador ao depósito do FGTS subsiste ainda quando declarada a nulidade da contratação temporária realizada nos moldes do art. 37 , IX , da CF/88 . Essa orientação foi consagrada pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do AI 767.024-AgR, de relatoria do Min. DIAS TOFFOLI (Primeira Turma, DJe 24.4.2012).Igualmente, o Superior Tribunal de Justiça, em julgamento de recurso especial submetido à sistemática dos recursos repetitivos, assentou que declaração de nulidade do contrato de trabalho, em razão da ocupação de cargo público sem a necessária aprovação em prévio concurso público, equipara-se à ocorrência de culpa recíproca, gerando para o trabalhador o direito ao levantamento das quantias depositadas na sua conta vinculada ao FGTS (REsp 1.110.848/RN, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Seção, DJe 3.8.2009).O FGTS, por não ter natureza de imposto ou de contribuição previdenciária, não tem a sua base de cálculo atrelada à natureza jurídica da verba paga ao trabalhador, sendo irrelevante a característica remuneratória ou indenizatória das quantias que, por determinação legal, integram o salário de contribuição. Apenas as verbas expressamente delineadas em lei podem ser excluídas do alcance de incidência do FGTS, nos termos do art. 15 , § 6º, da Lei 8.036 /90. RECURSO NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Vencido o recorrente cabe condenação em honorários na proporção de 20% do valor da condenação devidamente atualizada, artigo 55 da Lei nº 9.099/1995. . DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0001797-92.2017.8.04.4701 - Recurso Inominado Cível, Vara de Origem do Processo Não informado

Recorrente: SIDINEY TAVARES BENEZAR
Advogado: Lauri Dario Bock (OAB: 12074/AM)
Recorrido: Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A
Advogado: Cassio Chaves Cunha (OAB: 12268/PA)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. CONTRATO INSUFICIENTE. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. RECURSO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0003331-32.2014.8.04.6300 - Recurso Inominado Cível, Vara de Origem do Processo Não informado

Recorrente: MARIA DEUZUITA MIRANDA DE SOUZA
Advogado: Rodrigo César da Silva e Silva (OAB: 7260/AM)
Recorrido: TELEFONICA BRASIL S/A – VIVO S/A
Advogado: Rodrigo Rodrigues Dias de Almeida (OAB: 2518/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. SERVIÇO DE TELEFONIA MÓVEL. DEFEITO NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. FALHA NA RECEPÇÃO OU EMISSÃO DE SINAL.

DEFEITO QUE NÃO É CAPAZ DE GERAR DANO DE ORDEM EXTRAPATRIMONIAL. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.Em que pesem os razoáveis argumentos expostos na inicial, entendo que sua conclusão jurídica quanto à procedência dos danos morais não pode prevalecer.A parte requerente deduz pretensão argumentando que o serviço da ré não é prestado sem deduzir pedido de cancelamento do contrato entre as partes. Deduz-se que o serviço lhe é útil e, de alguma maneira, é prestado pela ré com algum grau de satisfação.O serviço de telefonia que não oferece a qualidade que dele se espera, qual seja, ampla cobertura territorial na recepção e emissão de sinal, não e capaz, por si só, de ensejar dano moral. Uma vez configurada a falha no serviço por parte da empresa requerida, consistente na falha de sinal, esta terá como resultado a reparação pelos danos materiais acaso ocorrentes, mas não necessariamente indenização por danos morais, o que deverá ser verificado no caso concreto.A simples interrupção ou falha na prestação de serviços de telefonia não representa ofensa à dignidade do condumidor, motivo pelo qual incabível a condenação da requerida ao pagamento dos danos morais pleiteados, uma vez que os fatos não ensejaram qualquer vexame, constrangimento, abalo moral ou negativação em cadastro restritivo de crédito a parte demandante.Como se sabe, o dano moral decorre de uma violação de direitos da personalidade, atingindo, em última análise, o sentimento de dignidade da vítima.Diante desse quadro fático, considero que a situação vivenciada pela autora/recorrida melhor se encaixa nas possíveis situações decorrentes da vida moderna que geram eventuais dissabores ou inconvenientes, aborrecimentos e prejuízos cotidianos que não configuram dano moral. RECURSO NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Custas e honorários pelo recorrente, sendo estes fixados em 10% sobre o valor da causa. No entanto, suspendo a cobrança da verba sucumbencial, pelo prazo de 5 anos, a teor do artigo 98, parágrafo 3, do CPC.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0200110-52.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 4ª Vara do Juizado Especial Cível

Embargante: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a)

Advogado: Guilherme Vilela de Paula (OAB: 69306/MG)

Advogado: Luis Phillip de Lana Foureaux (OAB: 1011A/AM)

Embargada: Francimarga Ferreira de Souza

Defensora: Hélvia Socorro Fernandes de Castro (OAB: 6597/AM)

Relator: Julião Lemos Sobral Junior. Revisor: Revisor do processo Não informado

Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado. DECISÃO: "Decisão do julgamento na sessão Não informado".

Processo: 0200148-30.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 14ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Tim Celular S/A

Advogado: Gustavo Gonçalves Gomes (OAB: 1058A/AM)

Recorrida: Maria do Carmo de Souza Rocha Pereira

Advogado: Letícia Dias Ponce de Leão (OAB: 9099/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. SERVIÇO DE TELEFONIA. ALEGAÇÃO DE COBRANÇA POR SERVIÇO NÃO CONTRATADO. INVERSÃO DO ONUS DA PROVA. AUSÊNCIA DE PROVA DA CONTRATAÇÃO. DÉBITOS INDEVIDOS. DANO MORAL. PROPORCIONALIDADE DO QUANTUM. SENTENÇA MANTIDA.Trata-se de demanda derivada de relação de consumo, cujo "onus probandi" recai sobre o fornecedor, considerando a sistemática instituída pela Lei 8.078/90 (CDC, art. 6.º, VIII), que conferiu ao consumidor este importante mecanismo de proteção processual, permitindo a inversão do ônus da prova em seu favor, sempre que for hipossuficiente ou verossímil sua alegação.Vale salientar que o instituto, como faculdade concedida ao Juiz, pode ser utilizada no momento que entender oportuno, inclusive de ofício e por ocasião da sentença, segundo as "regras ordinárias de experiência", se há insuficiência técnica e/ou econômica a impedir o amplo acesso à justiça e ao direito de defesa.Dá análise dos autos, constata-se que a requerida não logrou comprovar a contratação do serviço impugnado pelo autor, limitando-se a apresentar telas de seu sistema interno, que não se prezam para tanto eis que produzidas unilateralmente. Desse modo, tem-se que os descontos realizados pela ré são indevidos, devendo o requerente ser ressarcido na medida dos prejuízos sofridos.A caracterização do dano moral, por afetar os atributos da personalidade da parte ofendida, maculando-a no que lhe é mais caro, se aperfeiçoa com a simples ocorrência do fato que se consubstancia no seu fato gerador, independentemente da irradiação de quaisquer efeitos materiais afetando aquela, ensejando sua contemplação com um lenitivo pecuniário destinado a compensá-la pelas ofensas intrínsecas que sofrera e sancionar a ofensora pelo ilícito que praticara.No que concerne ao quantum, na medida em que o juízo monocrático é o principal destinatário das provas, sobretudo à eleição dos critérios quantificadores do dano extrapatrimonial, apenas seria viável a reforma desse quadro se aviltante o ferimento ao princípio da proporcionalidade ou se patente o enriquecimento sem causa, o que não se divisa no caso concreto. Deve-se, pois, manter a estimativa razoavelmente fixada na decisão ora criticada (R$ 1.000,00). RECURSO NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Vencido o recorrente cabe condenação em custas e honorários, estes arbitrados em 20% do valor da condenação devidamente atualizada, artigo 55 da Lei nº 9.099/1995. . DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0200554-88.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 3ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Edson Marinho da Silva

Defensoria: Christiano Pinheiro da Costa

Recorrida: Centro de Pesquisa e Ensino Superior da Amazônia Ltda.

Advogado: Lucas Leopoldino Marinho Laranjeiras (OAB: 10625/AM)

Advogado: Vanylton Bezerra dos Santos (OAB: 7719/AM)

Advogado: Rubenito Cardoso da Silva Júnior e Outros (OAB: 4947/AM)

Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. FURTO EM ESTACIONAMENTO. AUSÊNCIA DE PROVAS. INVERSÃO DO ÔNUS PROBATÓRIO QUE NÃO ISENTA O CONSUMIDOR DE PROVA MÍNIMA DO FATO ALEGADO. DEVER DE INDENIZAR NÃO CONFIGURADO. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. SEM CUSTAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS EM RAZÃO DA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, em negar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 23 de agosto de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator".

Processo: 0201680-76.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 13º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Panini Brasil Ltda.

Soc. Advogados: André Marsiglia Santos (OAB: 331724/SP)

Advogado: André Marsiglia Santos (OAB: 331724/SP)

Advogado: Simone de Sá Araújo Jardim (OAB: 1650/AM)

Recorrida: Fernanda Valéria Gomes de Almeida
Advogado: Lais Mota de Souza Costa (OAB: 8503/AM)

Relator: Julião Lemos Sobral Junior. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS. EDITORA PANINI. ASSINATURA DE REVISTA. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. RÉ QUE NÃO SE DESINCUMBIU DO ÔNUS DA PROVA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. RELAÇÃO DE CONSUMO. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "Decisão do julgamento na sessão Não informado".

Processo: 0202085-15.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 2ª Vara do Juizado Especial - Procon

Recorrente: J.L. Chaar Simão - Eireli (Amazon Print)
Advogado: João Lucas Pantoja Vieira (OAB: 9982/AM)
Recorrido: Wanderlei Mendiola Braga
ListPassiv: Dell Computadores do Brasil Ltda
Advogado: Thiago Mahfuz Vezzi (OAB: 11937A/AL)

Relator: Adonaid Abrantes de Souza Tavares. Revisor: Revisor do processo Não informado

E M E N T A:RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. VÍCIO DO PRODUTO E DO SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA E SOLIDÁRIA. FABRICANTE, COMERCIANTE E ASSISTÊNCIA TÉCNICA. NÃO RESOLUÇÃO DO VÍCIO. OBRIGAÇÃO DE FAZER DETERMINADA. CABIMENTO. CONSERTO QUE DEVERÁ SER EFETUADO OU SUBSTITUIÇÃO DO PRODUTO. REPOSIÇÃO DE PEÇA. OFERTA EM TEMPO RAZOÁVEL. ART. 32 DO CDC. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. SENTENÇA INTEGRALMENTE MANTIDA. CONDENAÇÃO EM CUSTAS. CABIMENTO. 15% SOBRE O VALOR DA CAUSA. ART. 55 DA LEI Nº 9.099/95. EXIGIBILIDADE SUSPENSA. BENEFICIÁRIA DA JUSTIÇA GRATUITA.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0202085-15.2018.8.04.0015, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos em negar provimento ao recurso interposto.".

Processo: 0202123-24.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 14ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: GERALDA CONCEIÇÃO DIAS FONTES
Advogado: Gustavo Linhares Rodrigues (OAB: 31361/BA)
Recorrido: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a)
Advogado: Guilherme Vilela de Paula (OAB: 69306/MG)
Advogada: Isabela Montuori Bougleux de Araujo (OAB: 118303/MG)
Advogado: Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB: 1065A/AM)

Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado

E M E N T A: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER, PARA QUE A EMPRESA SE ABSTENHA DE INTERROMPER O FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA AUTORA, ATÉ O DESLINDE DA AÇÃO. POSSIBILIDADE PELA ESSENCIALIDADE DO SERVIÇO. PEDIDO DE REVISÃO E PARCELAMENTO DA DÍVIDA DE R$ 1.763,98. PERTINENTE O DEFERIMENTO, CONSIDERANDO O ESTADO DE PESSOA CARENTE DA RECORRENTE, TENDO EM VISTA SER ASSISTIDA PELA DEFENSORIA PÚBLICA, DO QUE SE PRESUME HIPOSSUFICIÊNCIA DE RECURSOS. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. PRELIMINAR DAS CONTRARRAZÕES REJEITADA, COM FULCRO NOS ART.5º, LV, DA CF/1988 E 3º, CAPUT, DO CPC. ARGUIÇÃO DE REGULARIDADE DA COBRANÇA, QUE SÓ SE JUSTIFICA SE BEM DEMONSTRADA A CERTEZA E PRECISÃO DOS DÉBITOS COBRADOS. O QUE, EM MINUCIOSA ANÁLISE, NÃO É O CASO NOS AUTOS. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA CONCEDIDO NO INCÍO. AUSÊNCIA DE PROVAS CONTRA A CONSUMIDORA E DE LICITUDE DO PATAMAR DA DÍVIDA. PRINCÍPIO DA BOA FÉ 4º, III, DO CDC. DIREITO REQUERIDO PLENAMENTE CONFIGURADO, AO FUNDAMENTO DOS DISPOSITIVOS DOS ART. 6º, III, IV, VII, VIII, X; 14; 39, V, X E 42, CAPUT, DO CDC. PARCELAMENTO QUE DEVE SER PROCEDIDO PELA MÉDIA DOS ÚLTIMOS 12 MESES DE CONSUMO, ANTERIORES A COBRANÇA DO VALOR DISCUTIDO E QUE SEJA PARCELADO EM PRESTAÇÕES MENSAIS, RAZOÁVEIS E PROPORCIONAIS ÀS REFERIDAS CONTAS PRETÉRITAS DA AUTORA. RECURSO INOMINADO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA. SEM CUSTAS E HONORÁRIOS NOS TERMOS DO ART. 55 DA LEI 9.099/95.- A questão ora debatida refere-se a relação jurídica de natureza consumerista (art. 2º e 3º do CDC), nesse prisma, a solução da controvérsia encontra contornos precisos no Código de Defesa do Consumidor, conforme os fundamentos ora esposados. - Sentença reformada.- Recurso provido.- Sem custas e honorários advocatícios de sucumbência, conforme a exegese do art. 55 da Lei nº 9.099/95.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, nos termos da ementa supra. Sala das Sessões, em Manaus, 27 de agosto de 2019".

Processo: 0202228-23.2017.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, 10ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: ANA PAULA NOGUEIRA DE SÃO MARCOS
Advogado: Ana Paula Nogueira de São Marcos Batista (OAB: 6677/AM)
Recorrida: Estelina Barbosa dos Santos
Advogado: Ana Paula Nogueira de São Marcos Batista (OAB: 6677/AM)
Advogado: Ricardo de Carvalho Torres (OAB: 7917/AM)
Recorrida: TATIANA DOS SANTOS SEABRA

Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. IRREGULARIDADE DE INTIMAÇÃO. NULIDADE. REMESSA DOS AUTOS PARA A INSTÂNCIA ORIGINÁRIA PARA A REPUBLICAÇÃO DA SENTENÇA. DEVOLUÇÃO DOS PRAZOS PROCESSUAIS. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA PARA ANULAR TODOS OS ATOS PRATICADOS APÓS A SENTENÇA.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, em dar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 19 de agosto de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator".

Processo: 0203430-16.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 1ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Itaucard S/A
Advogado: André de Souza Oliveira (OAB: 5219/AM)
Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE)
Recorrida: Lea dos Santos da Silva
Advogada: Lidiane Melo do Nascimento Sena (OAB: 10283/AM)

Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. BAIXA DE GRAVAME DE AUTOMÓVEL NÃO REALIZADA. ABUSO DO CREDOR. ADIMPLEMENTO INTEGRAL DO VALOR DO BEM. INVERSÃO DO ÔNUS PROBATÓRIO. RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA. FALHA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS. DEVER DE INDENIZAR. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. CUSTAS PROCESSUAIS

E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CABIMENTO. 20% SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO. ART. 55 DA LEI Nº 9.099/95. . DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, em negar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 28 de agosto de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator".

Processo: 0204510-15.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 7ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: 99 Tecnologia Ltda
Advogado: Guilherme Kaschny Bastian (OAB: 266795/SP)
Advogado: Fernando C L F de Oliveira (OAB: 14180/AM)
Recorrido: PEDRO PINHEIRO DA SILVA
Advogado: JAIR ALVES CORRÊA

Relator: Adonaid Abrantes de Souza Tavares. Revisor: Revisor do processo Não informado

E M E N T A:RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. PAGAMENTO PELO SERVIÇO DE TRANSPORTE EM DUPLICIDADE. PEDIDO DE RESTITUIÇÃO NÃO ATENDIDO. APLICATIVO DE INTERMEDIAÇÃO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS. REMUNERAÇÃO DECORRENTE DE SUA ATIVIDADE. RELAÇÃO DE CONSUMO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA E SOLIDÁRIA. CADEIA DE FORNECEDORES. IMPOSSIBILIDADE DE ALEGAR CULPA EXCLUSIVA DO SEU MOTORISTA PARCEIRO. RETENÇÃO DE DEVOLUÇÃO DE PAGAMENTO FEITO A MAIS. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. DANO MATERIAL CONFIGURADO. TRANSTORNOS INDEVIDOS AO CONSUMIDOR. DANO MORAL CONFIGURADO. MANUTENÇÃO DO VALOR INDENIZATÓRIO, DENTRO DA ESFERA DO RAZOÁVEL E DO PROPORCIONAL. SENTENÇA INTEGRALMENTE MANTIDA. CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CABIMENTO. 15% SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO. ART. 55 DA LEI Nº 9.099/95. . DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0204510-15.2018.8.04.0015, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos em negar provimento ao recurso interposto.".

Processo: 0205153-70.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 12º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Albert Darlan de Lima
Advogado: Dagoberto Luiz de Araujo Barbosa (OAB: 108841/RJ)
Recorrente: Christian Oliveira Guedes
Recorrente: Raisa Guedes de Lima
Recorrido: Tam - Linhas Aéreas S/A

Relator: Julião Lemos Sobral Junior. Revisor: Revisor do processo Não informado

Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado. DECISÃO: "Decisão do julgamento na sessão Não informado".

Processo: 0205473-91.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 3ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Joellhy Pereira de Souza
Advogado: Aldemir da Rocha Silva Júnior (OAB: 5445/AM)
Recorrida: Irma Ines Torres de Oliveira
Advogada: Beatriz de Souza Cardoso Moreira (OAB: 12008/AM)

Relator: Julião Lemos Sobral Junior. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. INADIMPLEMENTO CONTRATUAL. danos MATERIAIS. ACORDO VERBAL, NO VALOR DE r$ 45.000,00, COM PAGAMENTO INCONTROVERSO DE r$ 18.000,00. NÃO HAVENDO A REQUERIDA PERMANECIDO COM O VEÍCULO DADO EM PAGAMENTO, E havendo pendências tributárias junto ao OBJETO PRINCIPAL DO NEGÓCIO ENTRE AS PARTES - O TOYOTA HILLUX, DEVE ESSA QUANTIA SER COMPENSADA DO MONTANTE A SER PAGO À REQUERIDA, COMO MEIO DE EVITAR O ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA DE UMA PARTE, EM RELAÇÃO A OUTRA. ART. 884, CC. Sentença REFORMADA EM PARTE PARA ABATER DA CONDENAÇÃO IMPOSTA AO AUTOR, O MONTANTE DE r$ 5.656,47, que devem ser atualizados, JÁ QUE o recorrente AINDA TERÁ DE DAR BAIXA NOS DÉBITOS TRIBUTÁRIOS, RESTRIÇÕES QUE A REQUERIDA CONHECIA QUANDO DA VENDA DO VEÍCULO AO AUTOR. Recurso PARCIALMENTE PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA. Relatório dispensado, consoante permitido pelo art. 38, da Lei 9.099/95 e na forma do Enunciado nº 92, do FONAJE. Ausentes preliminares, passo à análise do mérito.Conforme se verifica nos autos, negócio entre Autor e Ré, para compra de um automóvel Toyota Hyllux, resultou o pagamento inequívoco de R$ 18.000,00, pelo Autor, mais a entrega de um outro automóvel à Ré. Ainda, incontroverso que, diante de defeitos que impossibilitaram a fruição deste bem, dado em pagamento, o mesmo foi devolvido, remanescendo ao Autor o montante de R$ 27.000,00, para quitação. Contudo, o Recorrente demonstra que o automóvel vendido possuía débitos de licenciamento e IPVA, em 2016, no montante de R$ 5.656,47 (fls. 13-14), que eram de conhecimento da Ré, além da restrição judicial, via renajud, que a mesma conhecia, e não lhe informara. Nos termos do art. 373, II, CPC/2015, a prova incumbe ao Réu, relativamente a existência de fato impeditivo, extintivo ou modificativo do direito do Autor. Havendo provado o Recorrente que pagara valor expressivo pelo automóvel, e que, diante da devolução do bem dado em pagamento, não houve pagamento das dívidas tributárias, deve ser pago o valor remanescente da avença, com abatimento dos débitos junto ao órgão de trânsito, sob pena de enriquecimento sem causa de uma parte, em relação a outra, nos termos do art. 884, CC. O valor a ser abatido deve ser de R$ 5.656,47, que devem ser atualizados, com juros e correção a partir da citação, correspondentes aos débitos de IPVA e Licenciamento Anual, do total da condenação imposta ao Autor. Quanto à regularização, com transferência das multas e tributos, dispõe o art. 134 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), que a pessoa que vendeu o veículo deverá encaminhar ao DETRAN, no prazo de 30 dias, cópia autenticada do comprovante de transferência de propriedade, devidamente assinado e datado. Por sua vez, o art. 123, I e § 1º do mesmo diploma legal determina que após a aquisição do veículo o adquirente deverá providenciar junto ao DETRAN, também no prazo de 30 dias, a expedição de novo Certificado de Registro de Veículo (CRV). Ainda de acordo com o art. 134 do CTB se o proprietário antigo não encaminhar ao órgão executivo de trânsito do Estado, no prazo acima referido, cópia autenticada do comprovante de transferência de propriedade, devidamente assinado e datado, ele se torna solidariamente responsável pelas penalidades impostas e suas reincidências até a data da comunicação.Assim, a compensação do valor dos tributos, quando do cálculo da dívida, é a medida cabível.VOTO: Ante ao exposto, voto por conhecer e DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO INOMINADO, para reformar a sentença de 1º grau, tão somente para DETERMINAR que, do valor da condenação do Autor, seja abatido o montante de R$ 5.656,47, que devem ser atualizados, com juros e correção a partir da citação, correspondentes aos débitos de IPVA e Licenciamento Anual. Sem custas e honorários, considerando o resultado, nos termos do art. 55 da Lei 9099/95. É o voto.. DECISÃO: "A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, os MM. Juízes componentes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, ACORDAM em DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO INOMINADO. Participaram deste julgamento, além do signatário, os demais Juízes presentes à sessão. Manaus, 29 de agosto de 2019".

Processo: 0205762-53.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 15º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Gol Linhas Aéreas INteligentes S/A.
Advogada: Angélica Ortiz Ribeiro (OAB: 2847/AM)
Advogada: Ingryd dos Santos Mousse (OAB: 8304/AM)
Advogada: Keyth Yara Pontes Pina (OAB: 3467/AM)
Advogado: Gustavo Antônio Feres Paixão (OAB: 95502/RJ)
Recorrido: Lucas da Silva Maia Siqueira
Advogada: Amanda Thais de Almeida Litaiff (OAB: 11918/AM)

Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. TRANSPORTE AÉREO. ATRASO DE VOO. FALHA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS. RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA. DEVER DE INDENIZAR. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. MANUTENÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. CUSTAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CABIMENTO 20% DO VALOR DA CONDENAÇÃO. ART. 55 DA LEI Nº 9.099/95 . DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, em negar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 21 de agosto de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator".

Processo: 0207911-56.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 1ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Citibank S/A
Advogada: Larissa Sento-Sé Rossi (OAB: 16330/BA)
Advogada: Larissa Sento Sé Rossi (OAB: 1079A/SE)
Recorrida: Cinthia de Paula Lins

Relator: Julião Lemos Sobral Junior. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA:RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. Preliminar de ilegitimidade afastada. Responsabilidade solidária do banco emissor do cartão. Jurisprudência em teses n.º42, stj. Mérito. COBRANÇA INDEVIDA EM CARTÃO DE CRÉDITO. LANÇAMENTO EM DUPLICIDADE DE VALORES JÁ PAGOS PELO CONSUMIDOR. RECUSA NO RESSARCIMENTO. REPETIÇÃO DOBRADA DE INDÉBITO, À MÍNGUA DE ERRO JUSTIFICÁVEL DO CREDOR. ART. 42, P. ÚNICO DO CDC. DANO MORAL CONFIGURADO. VALOR ARBITRADO Indenização em valor dentro dOS PARÂMETROS DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDAde. ENTENDIMENTO DO JUÍZO DE PRIMEIRO GRAU QUE ENCONTRA CONSONÂNCIA COM O ENTENDIMENTO DA TURMA RECURSAL, SOBRE O ASSUNTO TRATADO NO PROCESSO. SENTENÇA QUE DEVE SER MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS, POR SEREM IRRETOCÁVEIS. SÚMULA QUE SERVIRÁ DE ACÓRDÃO. ART. 46, LEI 9.099/95. Presentes os requisitos de admissibilidade, conheço do recurso. PRELIMINAR. Rejeito a preliminar. Com efeito, o Réu, na condição de banco emissor e administrador do cartão, por fazer parte da cadeia de consumo e lucro aferido com as compras realizadas com a ferramenta de crédito, é solidariamente responsável pelos danos materiais ou morais que, eventualmente, sejam causados ao consumidor, como resultado de falha de seus serviços. No mesmo sentido, o STJ definiu, em sua Jurisprudência em teses n.º 42: As bandeiras ou marcas de cartão de crédito respondem solidariamente com os bancos e as administradoras de cartão de crédito pelos danos decorrentes da má prestação de serviços. Acórdãos: AgRg no AREsp 596237/SP,Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA,Julgado em 03/02/2015,DJE 12/02/2015; PET no AgRg no REsp 1391029/SP,Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA,Julgado em 04/02/2014,DJE 17/02/2014; AgRg no REsp 1116569/ES,Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA,Julgado em 21/02/2013,DJE 04/03/2013; REsp 1058221/PR,Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, Julgado em 04/10/2011,DJE 14/10/2011; Decisões Monocráticas: AREsp 079411/MG,Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA,Julgado em 17/11/2014,Publicado em 09/12/2014 REsp 737321/RJ,Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA,Julgado em 03/08/2015,Publicado em 07/08/2015; AREsp 583130/RJ,Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA,Julgado em 29/09/2014,Publicado em 01/10/2014; AREsp 211828/RJ,Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA,Julgado em 14/10/2013,Publicado em 16/10/2013Mérito. Porque bem analisou, ponderou e julgou os fatos, aplicando com correção e justiça o direito, a referida sentença deve ser mantida na forma proferida, a cujos argumentos me reporto, chamando-os à colação para serem tidos como se aqui estivessem transcritos, nos termos do art. 46, da Lei 9.099/95.No mesmo sentido, dispõe o Supremo Tribunal Federal: EMENTA DIREITO PROCESSUAL CIVIL. JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. MANUTENÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA COM BASE NO ART. 46 DA LEI 9.099 /95. POSSIBILIDADE. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO DEVIDO PROCESSO LEGAL, AO CONTRADITÓRIO E À AMPLA DEFESA. EVENTUAL VIOLAÇÃO REFLEXA NÃO ENSEJA RECURSO EXTRAORDINÁRIO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO CONFIGURADA. ACÓRDÃO RECORRIDO DISPONIBILIZADO EM 16.8.2012. Não importa ausência de motivação, a adoção dos fundamentos da sentença recorrida pela Turma Recursal, em conformidade com o disposto no art. 46 da Lei 9.099 /95. O exame da alegada ofensa ao art. 5º , XXXV , e LV , da Constituição Federal , dependeria de prévia análise da legislação infraconstitucional aplicada à espécie, o que refoge à competência jurisdicional extraordinária, prevista no art. 102 da Constituição Federal . Inexiste violação do artigo 93 , IX , da CF/88 . O Supremo Tribunal Federal entende que o referido dispositivo constitucional exige que o órgão jurisdicional explicite as razões do seu convencimento, dispensando o exame detalhado de cada argumento suscitado pela parte. Agravo regimental conhecido e não provido. (STF - Processo: ARE 736290 SP, Orgão Julgador, Primeira Turma, Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-160 DIVULG 15-08-2013 PUBLIC 16-08-2013, Julgamento: 25 de Junho de 2013, Relator: Min. ROSA WEBER).VOTO: Ante o exposto, voto no sentido de conhecer e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, mantendo na íntegra a sentença monocrática por seus fundamentos (art. 46, Lei 9.099/95), e condeno o Recorrente ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, que fixo em 20% sobre o valor da condenação (art. 55, Lei 9.099/95).. DECISÃO: "A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, os MM. Juízes componentes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, ACORDAM em NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO INOMINADO, mantendo na íntegra a sentença proferida em Primeiro Grau. Participaram deste julgamento, além do signatário, os demais Juízes presentes à sessão.".

Processo: 0208576-72.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 7ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: CNOVA BRASIL COMERCIO ELETRONICO S/A
Advogado: Feliciano Lyra Moura (OAB: 21714/PE)
Advogada: Danielle Amorim Batista dos Santos (OAB: 7109/AM)
Recorrido: Jefferson Brandão Rios

Relator: Julião Lemos Sobral Junior. Revisor: Revisor do processo Não informado

Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado. DECISÃO: "Decisão do julgamento na sessão Não informado".

Processo: 0211685-31.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 2ª Vara do Juizado Especial - Procon

Recorrente: Liliane Lacerda Fleuri
Advogada: Deny Francy Araujo da Rocha (OAB: 12136/AM)
Recorrido: Uninorte - Centro Universitário do Norte
Advogado: Roberto Trigueiro Fontes (OAB: 692/AM)
Advogado: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE)

Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado

RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. SERVIÇOS EDUCACIONAIS. COBRANÇA DE TAXA DE MATRÍCULA. ALUNO QUE POSSUI FINANCIAMENTO DO CURSO POR MEIO DO FIES. COBRANÇA DEVIDA. FINANCIAMENTO DAS MENSALIDADES QUE DEVE SER REQUERIDO SEMESTRALMENTE. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO POR PARTE DO BANCO FINANCIADOR. INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR AGIU NO EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. CUSTAS E HONORÁRIOS. POSSIBILIDADE. 20% DO VALOR DA CAUSA. EXIGIBILIDADE SUSPENSA EM RAZÃO DA CONCESSÃO DA GRATUIDADE JUDICIÁRIA. . DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, em negar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 22 de agosto de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator".

Processo: 0600164-79.2019.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 11ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Joelma Ribeiro de Brito
Advogado: Fabio Carvalho de Arruda (OAB: 8076/AM)
Recorrido: Águas do Amazonas S.A.
Advogado: Gustavo Gonçalves Gomes (OAB: A1058/AM)
Advogado: Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB: 671A/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ÁGUA. FALTA DE ABASTECIMENTO. INVERSÃO DO ONUS DA PROVA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA REGULAR PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DANO MORAL CONFIGURADO. SENTENÇA REFORMADA.Trata-se de demanda derivada de relação de consumo, cujo "onus probandi" recai sobre o fornecedor, considerando a sistemática instituída pela Lei 8.078/90 (CDC, art. 6.º, VIII), que conferiu ao consumidor este importante mecanismo de proteção processual, permitindo a inversão do ônus da prova em seu favor, sempre que for hipossuficiente ou verossímil sua alegação.Vale salientar que o instituto, como faculdade concedida ao Juiz, pode ser utilizada no momento que entender oportuno, inclusive de ofício e por ocasião da sentença, segundo as "regras ordinárias de experiência", se há insuficiência técnica e/ou econômica a impedir o amplo acesso à justiça e ao direito de defesa.No presente caso, a requerida não trouxe aos autos qualquer comprovação de que o serviço de fornecimento de água esta sendo devidamente prestado ao consumidor.In casu, o imóvel está localizado em bairro humilde da cidade de Manaus, sendo fato público e notório a precariedade do serviço em tais regiões da cidade.Impende, ainda, ressaltar, que o próprio histórico juntado às fls. 87/91, demonstra a inexistência de consumo na UC do autor, o que corrobora suas alegações.Nesse sentido, merece acolhimento os pleitos da inicial, para fins de declaração de inexigibilidade dos débitos, bem como condenação aos danos morais sofridos, considerando o desgaste emocional presumido na espécie.Quanto à fixação do valor da condenação (R$ 1.500,00), posto que, ao malefício experimentado pelo autor, se aparenta proporcional quantia de R$ 3.000,00, suficiente para amenizar o desgaste emocional presumido na espécie, sem proporcionar enriquecimento indevido, ao mesmo tempo em que se presta a incutir no réu a necessidade de maior diligência no desempenho de suas funções. Recurso conhecido e provido. Sentença reformada no sentido de se alterar somente o valor do quantum indenizatório para o valor de R$ 3.000,00. Sem custas em face da lei.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0600348-57.2019.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, 16ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Jose Edmilson Pinheiro da Cruz
Advogado: Aguinaldo Pereira Dias (OAB: 7667/AM)
Recorrido: Vivo S.a.
Advogado: Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB: 29320/GO)

Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. SERVIÇO DE TELEFONIA MÓVEL. INSCRIÇÃO INDEVIDA NO CADASTRO DE INADIMPLENTES. FALHA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. INEXISTÊNCIA DE CONTRATO ENTRE AS PARTES. DEVER DE INDENIZAR CONFIGURADO. DANO MORAL IN RE IPSA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA. SEM CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, INTERPRETADO A CONTRARIO SENSU.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, em dar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 20 de agosto de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator".

Processo: 0600501-68.2019.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 4ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Maria Francineide Alves de Andrade
Advogado: Juliana Rita Gomes da Silva (OAB: 14001/AM)
Recorrido: Águas do Amazonas S.A.
Advogado: Gustavo Gonçalves Gomes (OAB: A1058/AM)
Advogado: Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB: 671A/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ÁGUA. FALTA DE ABASTECIMENTO. INVERSÃO DO ONUS DA PROVA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA REGULAR PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DANO MORAL CONFIGURADO. SENTENÇA REFORMADA.Trata-se de demanda derivada de relação de consumo, cujo "onus probandi" recai sobre o fornecedor, considerando a sistemática instituída pela Lei 8.078/90 (CDC, art. 6.º, VIII), que conferiu ao consumidor este importante mecanismo de proteção processual, permitindo a inversão do ônus da prova em seu favor, sempre que for hipossuficiente ou verossímil sua alegação.Vale salientar que o instituto, como faculdade concedida ao Juiz, pode ser utilizada no momento que entender oportuno, inclusive de ofício e por ocasião da sentença, segundo as "regras ordinárias de experiência", se há insuficiência técnica e/ou econômica a impedir o amplo acesso à justiça e ao direito de defesa.No presente caso, a requerida não trouxe aos autos qualquer comprovação de que o serviço de fornecimento de água esta sendo devidamente prestado ao consumidor.In casu, o imóvel está localizado em bairro humilde da cidade de Manaus, sendo fato público e notório a precariedade do serviço em tais regiões da cidade.Nesse sentido, merece acolhimento os pleitos da inicial, para deferir a condenação aos danos morais sofridos, considerando a inexistência de fornecimento de serviço essencial para realização de atividades diárias, como alimentação e higiene. Por esta razão, o valor de R$ 3.000,00 mostra-se suficiente para amenizar o desgaste emocional presumido na espécie, sem proporcionar enriquecimento indevido. Recurso conhecido e provido. Sentença reformada para julgar procedente o pedido de danos morais no valor de R$ 3.000,00.No caso de indenização por danos morais, no que tange aos juros de mora, o termo inicial incide-se desde o evento danoso (Súmula n. 54 do STJ) e no que tange a correção monetária (INPC), desde a data do arbitramento (Súmula n. 362 do STJ). Sem custas em face da lei.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0600551-34.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 8ª Vara do Juizado Especial Cível (Nilton Lins)

Recorrente: Banco Bmg S/A

Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE)

Advogado: Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB: 9487/AM)

Recorrido: Juvenal dos Santos Melo

Advogado: Anderson Santos da Silva (OAB: 12015/AM)

Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado

RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. AUSÊNCIA DE INFORMAÇÕES CLARAS E ADEQUADAS AO CONSUMIDOR. QUEBRA DA BOA-FÉ OBJETIVA. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. DANOS MATERIAIS E MORAIS CONFIGURADOS. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CABIMENTO. 20% SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO. ART. 55 DA LEI Nº 9.099/95.- Quanto à preliminar suscitada, rejeito-a de plano posto que os elementos trazidos aos autos se mostram suficientes a informar a decisão de mérito ventilada na inicial. Isto posto, como muito bem expendido pelo juízo de piso, igualmente não vislumbro a efetiva necessidade de realização de prova pericial para o deslinde do feito.- Quanto às demais preliminares suscitadas, rejeito-as pelos motivos já expostos na sentença guerreada.- Há na espécie evidente relação consumerista, subordinando-se o desate da lide às normas do CDC que, em seu art. 14, calcado na teoria do risco do empreendimento, consagra a responsabilidade civil objetiva do fornecedor pelo defeito na prestação do serviço.- Em outras palavras, trata-se da chamada Teoria do Risco Profissional, lastreada pela obrigação de suportar os danos causados como inerentes aos riscos de suas condutas, independentemente da aferição do elemento subjetivo para a caracterização da responsabilidade civil, quanto ao exercício das atividades empresariais e a disponibilização de produtos e/ou serviços aos consumidores.- De acordo com a primeira tese fixada no IRDR 000199-73.2018.8.04.90000 TJ/AM, são inválidos os contratos de cartão de crédito consignado quando inexistir prova inequívoca de que tenha o consumidor sido informado, prévia e adequadamente sobre a integralidade dos termos ajustados no instrumento contratual.- Nesse particular, o banco recorrente não coligiu aos autos provas suficientes de suas alegações (art 373, II do CPC), não se desincumbindo do ônus de demonstrar o atendimento ao dever de informação e esclarecimento do consumidor ordenado pelo art. 52 do CDC, assim o induzindo em erro ao contratar um produto cujo adimplemento estava impedido pelas próprias disposições contratuais, em benefício exclusivo da instituição financeira. - O banco recorrente sequer deu-se ao trabalho de coligir aos autos a cópia do contrato de cartão de crédito consignado que alega ter realizado com o recorrido e com as devidas informações. Frise-se que os documentos de f. 416/417 tratam-se apenas de mera proposta de adesão e autorização para crédito em conta, o que não equivale e tampouco substitui, em hipótese alguma, o instrumento contratual. - O direito básico de informação constitui importante ferramenta de equilíbrio entre as partes na relação de consumo, possibilitando, ao consumidor, a escolha consciente dos produtos ou serviços disponíveis no mercado, na medida em que anula, em tese, a sua vulnerabilidade informacional.- Consoante expendido por este magistrado em inúmeras decisões, o cartão de crédito consignado trata-se de um artifício de que os bancos se utilizam para impor ao consumidor de crédito bancário uma taxa de juros muito superior a que é praticada no mercado, em suma onerando capciosa e excessivamente os mútuos bancários.- A abusividade trazida pela modalidade de contratação, aliada a ausência de prova inequívoca acerca do negócio jurídico realizado, tem o condão de atestar a má-fé do fornecedor que promoveu as cobranças ilícitas, sendo, pois, totalmente devida a repetição de valores na forma dobrada.- Os danos morais estão conformados e decorrem da atitude abusiva do banco recorrente, que se utilizou de sua superioridade técnica e de subterfúgios para angariar a conclusão do negócio que, uma vez mais deve ser enfatizado, foi extremamente proveitoso para si e extremamente oneroso ao consumidor, o que colide frontalmente com princípios basilares de proteção consolidados no CDC e causa no consumidor profundo sentimento de impotência, frustração e ludibrio.- É sabido que a quantificação do dano estritamente moral constitui matéria das mais tortuosas na operação do direito. Inobstante, convergem a doutrina e a jurisprudência em alguns aspectos. Assim, é assente o entendimento de que o quantum deve ser arbitrado pelo juiz, observando-se que o valor não deve ser muito alto, eis que não se objetiva o enriquecimento sem causa, tampouco irrisório, o que excluiria o caráter educativo/punitivo da condenação.- Tenho, portanto, que o valor de R$ 3.000,00 (três mil reais) fixado pelo juízo singular, esteja no âmbito do justo e razoável, sendo suficiente a reparar o dano moral sofrido pelo recorrido.- VOTO, pois, no sentido de CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso interposto, mantendo a sentença guerreada em todos os seus termos.- Condeno o recorrente ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação, nos moldes do art. 55, da Lei nº 9.099/95.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, em negar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 27 de agosto de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator".

Processo: 0600562-48.2019.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, 9ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Maria Oscarina da Silva Campos

Advogada: Cintia Martins de Souza (OAB: 4399/AM)

Recorrido: Banco Bradesco S.a.

Advogado: Mauro Paulo Galera Mari (OAB: 3056/MT)

Advogado: André de Souza Oliveira (OAB: 5219/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado. DECISÃO: "Decisão do julgamento na sessão Não informado".

Processo: 0600585-77.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 3ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Cauby Nogueira Filho

Advogado: Carlos Martins Júnior (OAB: 10751/AM)

Recorrido: Igreja Evangélica Aliança Com Deus

Advogado: Miqueias Matias Fernandes (OAB: 1516/AM)

Relator: Adonaid Abrantes de Souza Tavares. Revisor: Revisor do processo Não informado

E M E N T A:RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE MANUTENÇÃO DE POSSE C/C PEDIDO DE LIMINAR. IMÓVEL COM VALOR DE AVALIAÇÃO EXCEDENTE AO TETO DOS JUIZADOS ESPECIAIS. NECESSIDADE DE PERÍCIA TÉCNICA. INCOMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS VERIFICADA. EXTINÇÃO DO FEITO QUE SE IMPÕE. RECURSO CONHECIDO E PREJUDICADO. SENTENÇA ANULADA DE OFÍCIO. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. SEM CONDENAÇÃO EM CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ART. 55 DA LEI Nº 9.099/95, INTERPRETADO A CONTRARIO SENSU.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0600585-77.2017.8.04.0015, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, por maioria de votos em conhecer, mas julgar prejudicado o recurso interposto.".

Processo: 0600602-16.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 14ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Mariane da Silva Conceição

Advogada: Sâmea Picanço Oliveira (OAB: 10852/AM)

Recorrido: Águas do Amazonas S.A.

Advogado: Gustavo Gonçalves Gomes (OAB: 1058A/AM)

Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ÁGUA. COBRANÇA DE UNIDADE CONSUMIDORA NÃO PERTENCENTE À AUTORA. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. NÃO COMPROVAÇÃO DE QUE AS FATURAS DE CONSUMO PERTENCEM À AUTORA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. COBRANÇAS INDEVIDAS. INEXIGIBILIDADE DO DÉBITO. REPETIÇÃO DO DÉBITO. NÃO CABIMENTO. TRANSTORNOS E CONSTRANGIMENTOS À CONSUMIDORA. DANO MORAL CONFIGURADO. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. SEM CONDENAÇÃO EM CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. INTELIGÊNCIA DO ART. 55 DA LEI Nº 9.099/95, INTERPRETADO A CONTRARIO SENSU. . DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos. Decidem os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que integra a presente decisão.".

Processo: 0600611-07.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 8ª Vara do Juizado Especial Cível (Nilton Lins)

Recorrente: Tim Celular S/A
Advogado: Gustavo Gonçalves Gomes (OAB: 1058A/AM)
Advogado: Gustavo Gonçalves Gomes (OAB: A1058/AM)
Recorrida: Cândida Malvina Mascarenhas Ribeiro
Advogada: Josiane Gomes Ribeiro (OAB: 11854/AM)

Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. RELAÇÃO DE CONSUMO. COBRANÇA INDEVIDA. FIDELIDADE. PRÁTICA ABUSIVA. DANOS MATERIAIS E MORAIS CONFIGURADOS. INSURGÊNCIA DA RÉ QUANTO AO PLEITO DE REPARAÇÃO MORAL. OFENSA AO PRINCIPIO DA RAZOABILIDADE NÃO VERIFICADA. MANUTENÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. CUSTAS E HONORÁRIOS FIXADOS EM 20% DO VALOR DA CONDENAÇÃO. ART. 55 DA LEI 9.099/95.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, em negar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 20 de agosto de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator".

Processo: 0600679-88.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 3ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Claro S/A
Advogado: José Henrique Cançado Gonçalves (OAB: 57680/MG)
Recorrido: Marcelo Augusto dos Santos
Advogado: Marcelo Augusto dos Santos

Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. SERVIÇO DE TELEFONIA MÓVEL. FALHA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS. COBRANÇA DE TARIFA DENOMINADA "SERVIÇO DE TERCEIRO" EM FATURAS. AUSÊNCIA DE PROVA DA CONTRATAÇÃO. COBRANÇA INDEVIDA. NÃO DEMONSTRADO QUE O SERVIÇO FOI CONTRATADO PELO CONSUMIDOR. DANOS MATERIAIS E MORAIS CONFIGURADOS. DEVER DE INDENIZAR. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. CUSTAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CABIMENTO. 20% SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO. ART. 55 DA LEI Nº 9.099/95.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, em negar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 20 de agosto de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator".

Processo: 0600882-47.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 4ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Daniel de Souza Soares
Advogada: Kelly Anne Correa de Oliveira (OAB: 9330/AM)
Recorrido: Banco Bmg S/A
Advogado: Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM)
Advogada: Joyce Helen da Silva Holanda (OAB: 7519/AM)
Advogado: Henrique Lima Marinheiro (OAB: 9324/AM)
Advogada: Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB: 4018/AM)

Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado

RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. AUSÊNCIA DE INFORMAÇÕES CLARAS E ADEQUADAS AO CONSUMIDOR. QUEBRA DA BOA-FÉ OBJETIVA. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. DANOS MATERIAIS. DEVOLUÇÃO SIMPLES. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA. SEM CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, INTERPRETADO A CONTRARIO SENSU.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, em dar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 27 de agosto de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator".

Processo: 0600941-80.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível, Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal

Recorrente: Governador do Estado do Amazonas
Advogada: Gabriela Muniz de Moura (OAB: 14809/MA)
Recorrido: Sidrônio Vidal de Souza Sobrinho
Advogada: Raquel Isadora Leite Vieira (OAB: 7586/AM)
Advogado: Suelen Guedes Barbosa (OAB: 6533/AM)

Relator: Julião Lemos Sobral Junior. Revisor: Revisor do processo Não informado

Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado. DECISÃO: "Decisão do julgamento na sessão Não informado".

Processo: 0600944-19.2019.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 11ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Itaucard S/A
Advogado: Antonio Braz da Silva (OAB: 1026A/AM)
Recorrido: Jose Carlos Pinheiro Catuaba
Advogada: Roneise Marklane dos Anjos Sousa (OAB: 10806/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado. DECISÃO: "Decisão do julgamento na sessão Não informado".

Processo: 0600960-44.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 5ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Rosalina da Costa Perez
Advogado: Farid Mendonça Júnior (OAB: 6969/AM)
Recorrido: Geap Fundação de Seguridade Social
Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 598A/AM)

Relator: Julião Lemos Sobral Junior. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE RESTITUIÇÃO C/C DANO MORAL. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. PLANO DE SAÚDE. RELAÇÃO DE CONSUMO RECONHECIDA PELA SÚMULA 469 STJ. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. CANCELAMENTO DE CONTRATO SEM AVISO PRÉVIO. EMPRESA AGIU DE FORMA ARBITRÁRIA. DEVER DE INDENIZAR. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.. DECISÃO: "Decisão do julgamento na sessão Não informado".

Processo: 0601015-58.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 13º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Rosa Maria Bianor Artiago

Advogada: Cris Rodrigues Florêncio (OAB: 5316/AM)

Recorrido: Aspbras - Associação dos Servidores Publicos Brasileiros

Advogado: Carlos Eduardo Maciel Pereira (OAB: 11677/CE)

Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO POR MEIO DE ASSOCIAÇÃO. DESCONTOS OCORRIDOS NO CONTRACHEQUE QUE NÃO SE TRATAM DE SEGURO, MAS SIM DE MENSALIDADE ASSOCIATIVA. O VÍNCULO ASSOCIATIVO É CONDIÇÃO SINE QUA NON À CONCESSÃO DO EMPRÉSTIMO. VENDA CASADA NÃO CONFIGURADA SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA MANTIDA. CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CABIMENTO. 20% SOBRE O VALOR DA CAUSA. ART. 55 DA LEI Nº 9.099/95. EXIGIBILIDADE SUSPENSA. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA.- Dos autos resta estreme de dúvidas que a recorrente filiou-se livremente à associação recorrida, por conveniência, a fim de usufruir as vantagens que tais associações reconhecidamente promovem aos seus associados, dentre as quais a da possibilidade de obtenção de empréstimos, tal como ocorreu na espécie.- Assim, a alegação de venda casada não condiz com a realidade dos fatos, como bem vislumbrou a magistrada sentenciante, já que as condições diferenciadas obtidas no contrato de empréstimo somente foram possíveis em virtude do vínculo associativo, em uma relação de custo-benefício que não se mostrou excessivamente onerosa ou desleal, sendo devida a contraprestação.- Ademais, para a concessão dos benefícios que foram outorgados, a recorrente deveria arcar com o custo mensal de se associar à ré, por isso nenhum obstáculo há no sentido da cobrança da taxa de associação, enquanto a recorrente aufere o benefício de pagar, parceladamente, o empréstimo que contratou.- Merece ênfase, ainda, não haver impedimento demonstrado nos autos que justificasse a recorrente solicitar, futuramente, o desligamento da associação.- Diante de tais circunstâncias, não se deve falar em venda casada de seguro, repetição de valores, indenização moral ou de qualquer natureza, pelo que a sentença de improcedência deve permanecer incólume.- Por conseguinte, o julgado deve ser mantido por seus próprios fundamentos, na dicção do art. 46 da Lei nº 9.099/95, com os acréscimos constantes da ementa que integra este acórdão.- Ante o exposto, NEGO PROVIMENTO ao recurso interposto, mantendo a sentença combatida em todos os seus termos.- Condeno a recorrente ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios em 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa, nos moldes do art. 55, da Lei nº 9.099/95, cuja exigibilidade resta suspensa, em virtude de ser a recorrente beneficiário da justiça gratuita.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, em negar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 22 de agosto de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator".

Processo: 0601029-13.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 13º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Tatiana Sales de Sousa

Advogado: Anderson Sales de Souza (OAB: 8760/AM)

Recorrido: Cultural Convênios Cães e Gatos

Advogada: Ana Barbara Martins Bacelar (OAB: 11404/AM)

Advogado: Ewerton Carneiro da Silva (OAB: 11062/AM)

Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONSUMIDOR. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO. RESOLUÇÃO CULPOSA DO FORNECEDOR. AUSÊNCIA DE JUSTIFICATIVA. QUEBRA DA BOA-FÉ E DA CONFIANÇA CONTRATUAL. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. EFEITO MODIFICATIVO. POSSIBILIDADE. EMBARGOS CONHECIDOS E ACOLHIDOS PARA JULGAR PROCEDENTE O PEDIDO DE DANOS MORAIS. SEM CUSTAS E HONORÁRIOS. . DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, em dar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 22 de agosto de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator".

Processo: 0601045-93.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 3ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Gol Linhas Aéreas INteligentes S/A.

Advogado: Gustavo Antônio Feres Paixão (OAB: 95502/RJ)

Advogada: Angélica Ortiz Ribeiro (OAB: 2847/AM)

Advogada: Keyth Yara Pontes Pina (OAB: 3467/AM)

Recorrido: Kleber de Souza Moreira

Advogado: José de Andrade Azedo Netto (OAB: 10394/AM)

Recorrida: Alessandra Lopes da Cunha

Advogado: José de Andrade Azedo Netto (OAB: 10394/AM)

Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. CONTRATO DE TRANSPORTE AÉREO. ATRASO DE VOO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA. AUSÊNCIA DE ELEMENTOS COMPROBATÓRIOS DAS ALEGADAS INTEMPÉRIES. DANOS MATERIAIS E MORAIS CONFIGURADOS. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CABIMENTO. 20% SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO. ART. 55 DA LEI Nº 9.099/95.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, em negar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 28 de agosto de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator".

Processo: 0601066-66.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 14ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Vanessa Cunha da Costa

Advogada: Alessandra Amazonas da Cunha (OAB: 5780/AM)

Recorrido: Banco Bradesco S.a.

Advogada: Dinah Amazonas de Oliveira (OAB: 4667/AM)

Advogado: José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB: 1235A/AM)

Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. COBRANÇAS INDEVIDAS. AUSÊNCIA DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE INADIMPLENTES. MERO ABORRECIMENTO. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS.

RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. CUSTAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CABIMENTO. 20% SOBRE O VALOR DA CAUSA. ART. 55 DA LEI Nº 9.099/95. EXIGIBILIDADE SUSPENSA. BENEFICIÁRIA DA JUSTIÇA GRATUITA.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, em negar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 29 de agosto de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator".

Processo: 0601162-18.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 4ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Charles Miranda de Assunção

Advogada: Kelly Anne Correa de Oliveira (OAB: 9330/AM)

Recorrido: Banco Bmg S/A

Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE)

Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado

RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. AUSÊNCIA DE INFORMAÇÕES CLARAS E ADEQUADAS AO CONSUMIDOR. QUEBRA DA BOA-FÉ OBJETIVA. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. DANOS MATERIAIS. DEVOLUÇÃO SIMPLES. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA. SEM CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, INTERPRETADO A CONTRARIO SENSU.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, em dar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 26 de agosto de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator".

Processo: 0601312-62.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 4ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Elisangela do Couto Nascimento

Advogado: Alyne Coelho Oliveira (OAB: 731/RR)

Advogado: Fernando César Lima Ferreira de Oliveira (OAB: 843A/AM)

Recorrido: Banco Bmg S/A

Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE)

Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado

RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. AUSÊNCIA DE INFORMAÇÕES CLARAS E ADEQUADAS AO CONSUMIDOR. QUEBRA DA BOA-FÉ OBJETIVA. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. DANOS MATERIAIS. DEVOLUÇÃO SIMPLES. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA. SEM CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, INTERPRETADO A CONTRARIO SENSU.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, em dar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 26 de agosto de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator".

Processo: 0601476-64.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 8ª Vara do Juizado Especial Cível (Nilton Lins)

Recorrente: Banco Bmg S/A

Advogado: Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB: 876/AM)

Advogado: Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM)

Advogada: Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB: 983A/PE)

Recorrido: Benedito Cilene dos Santos

Advogado: Marcus da Costa Tribuzi (OAB: 12408/AM)

Relator: Julião Lemos Sobral Junior. Revisor: Revisor do processo Não informado

E M E N T A: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO/quitação, danos materiais e DANOS MORAIS. CONTRATO de empréstimo de cartão de crédito consignado. Cláusulas abusivas. ONEROSIDADE EXCESSIVA. Cdc aplicado. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. APLICAÇÃO DE TESES DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DAS TURMAS RECURSAIS AO CASO CONCRETO. PRECENDENTE OBRIGATÓRIO. LESÃO AO CONSUMIDOR. REPETIÇÃO DE INDÉBITO DEVIDA e DANOS MORAIS IN RE IPSA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. VALOR DA INDENIZAÇÃO RAZOÁVEL. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO IMPROVIDO. - Em sede de Pedido de Uniformização de Jurisprudência, processo n. 0000199-73.2018.8.04.9000, foram estabelecidas três teses a serem seguidas pelos magistrados atuantes no sistema estadual dos juizados especiais: EMENTA: INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. CONSUMIDOR. CONTRATO DE CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. VULNERABILIDADE DO CONSUMIDOR. DIREITO BÁSICO À INFORMAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE EQUILÍBRIO ENTRE AS PARTES NA RELAÇÃO CONSUMERISTA. DEVER DE INFORMAÇÃO PRÉVIA, CLARA E ADEQUADA. NÃO OBSERVAÇÃO. INVALIDADE DO CONTRATO. USO DO CARTÃO DE CRÉDITO. IMPOSSIBILIDADE DE CONVALIDAÇÃO. DANO MORAL. ANÁLISE DA INCIDÊNCIA À LUZ DO CASO CONCRETO. RESTITUIÇÃO DO STATUS QUO ANTE. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. POSSIBILIDADE NOS CASOS EM QUE FOR CONSTATADA A MÁ-FÉ. (…) DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, a Turma de Uniformização, por MAIORIA de seus membros, julgou pela PROCEDÊNCIA DO PRESENTE INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO PARA FIXAR TRÊS TESES JURÍDICAS RELATIVAS AOS CONTRATOS DE CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADOS, NOS TERMOS DO VOTO DIVERGENTE DO DR. MARCELO MANUEL DA COSTA VIEIRA. 1a tese: São inválidos os contratos de cartão de crédito consignado quando inexistir prova inequívoca de que tenha o consumidor sido informado, prévia e adequadamente, sobre a integralidade dos termos ajustados no instrumento contratual. Acompanharam a divergência os seguintes magistrados: Dra. Irlena Leal Benchimol, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira, Dr. Antônio Itamar de Sousa Gonzaga, Dra. Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques e Dr. Roberto Hermidas de Aragão. 2a tese: O uso do cartão de crédito consignado, por si só, não afasta a incidência de dano moral, tampouco supre a falta do fornecedor pelo cumprimento do dever de informação no ato de contratação, estando a sua legalidade relacionada diretamente com a validade do contrato. Acompanharam a divergência os seguintes magistrados: Dr. Roberto Hermidas de Aragão, Dr. Moacir Pereira Batista, Dr. Antônio Itamar de Sousa Gonzaga, Dr. Irlena Leal Benchimol, Dr. Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. 3a tese: Em regra, é cabível a restituição simples, a cada parte, nos casos em que for reconhecida a ilegalidade dos contratos de cartão de crédito consignado. A repetição de indébito é devida, tão somente, quando houver comprovada má-fé, que deve ser apreciada a luz do caso concreto. Acompanharam a divergência os seguintes magistrados: Dra. Naira Neila Batista de Oliveira, Dra. Irlena Leal Benchimol, Dr. Moacir Pereira Batista, Dra. Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes e Dra. Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques.. Sessão: 26 de outubro de 2018. – grifos meus.- O Recorrente não se desincumbiu de comprovar ter fornecido prévia e adequadamente ao consumidor todas as informações pertinentes ao contrato celebrado. Este, por sua vez, não apresenta informações claras, identificação do negócio jurídico realizado, periodicidade de prestações e demais encargos incidentes, e, por fim, não expressa o meio de quitação.- Contrato inválido, e cujos efeitos não convalescem no tempo – art. 169, CC.-

Constatada a má-fé, deve o Recorrente proceder com a repetição dobrada de indébito, do que a parte demandante indevidamente pagou, nos exatos termos do art. 42, parágrafo único, do CDC.- O dano moral dá-se in re ipsa, não exigindo maiores delongas sobre o tema. Destaca-se, apenas, ser inegável que a realização sucessiva de descontos financeiros inexigíveis sobre verba salarial é uma realidade que abala o psiquismo do homem médio, ao ver seus recursos serem tomados de forma irregular, de modo a obrigá-lo a recorrer ao abrigo do Poder Judiciário para sustar a prática abusiva. Quantum fixado de forma prudente, por considerar os fins pedagógico e punitivo da reparação moral, e princípios da razoabilidade e a proporcionalidade ao agravo causado ao consumidor.VOTO: Ante o exposto, voto no sentido de conhecer e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, mantendo na íntegra a sentença monocrática por seus fundamentos (art. 46, Lei 9.099/95), e condeno o Recorrente ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, que fixo em 20% sobre o valor da condenação (art. 55, Lei 9.099/95). . DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam os Juízes desta Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas em negar provimento ao recurso.".

Processo: 0601507-50.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 7ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Claro S/A

Advogado: Jose Henrique Cancado Goncalves (OAB: 855A/SE)

Advogada: Jessica Lobo Silva (OAB: 158014/MG)

Recorrida: Maria Perpétua Cavalcante Aguilar

Advogada: Karina Tatiana da Câmara Elias (OAB: 5420/AM)

Advogada: Zenize Ribeiro Tamer (OAB: 5489/AM)

Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. SERVIÇO DE TV E INTERNET. COBRANÇA DE SERVIÇO DE TELEFONIA MÓVEL NÃO CONTRATADO PELA CONSUMIDORA. INVERSÃO DO ÔNUS PROBATÓRIO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DANOS MATERIAIS E MORAIS CONFIGURADOS. DEVER DE INDENIZAR. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. CUSTAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CABIMENTO. 20% SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO. ART. 55 DA LEI Nº 9.099/95.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, em negar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 29 de agosto de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator".

Processo: 0601571-23.2019.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 4ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Bradesco S.a.

Advogado: Mauro Paulo Galera Mari (OAB: 3056/MT)

Recorrida: Maria José Arruda Ferreira dos Santos

Advogada: Roseloane Souza da Costa (OAB: 11287/AM)

Advogado: Francisco Edberto dos Santos (OAB: 12232/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO. VENDA CASADA. TITULO DE CAPITALIZAÇÃO NÃO CONTRATADO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. INFRINGÊNCIA AOS PRINCÍPIOS DA INFORMAÇÃO E DA BOA FÉ CONTRATUAL. COBRANÇA INDEVIDA. DANO MORAL. PROPORCIONALIDADE. DANO MATERIAL. SENTENÇA MANTIDA.A parte autora aduz que, ao contratar mútuo junto ao banco requerido, foi obrigada a contratar também um título de capitalização, o qual não mantinha qualquer interesse em adquirir, mas que, diante da necessidade do empréstimo, não viu outra alternativa a não ser assinar o instrumento contratual contendo tal produto não desejado.A esse respeito, vislumbre-se o que dita o Código de Defesa do Consumidor:Art. 39 - é vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas:I: "condicionar o fornecimento de produtos ou serviços ao fornecimento de outro produto ou serviço, bem como, sem justa causa, a limites quantitativosDa análise da disposição legal, denota-se que o espírito da lei deseja evitar que o consumidor, com o objetivo único de ter acesso a determinado produto, no caso em tela, empréstimo de valores, seja obrigado a arcar com o ônus de obter outro, o qual não integra sua vontade, mas que foi imposto pelo fornecedor como única forma de aquisição daquele efetivamente desejado.No caso dos presentes autos, observo que o contrato do título de capitalização foi firmado na mesma data que o contrato de empréstimo, qual seja, 14/06/2017, o que deixa transparecer a imposição do produto. Logo, tenho como evidente que a prática do requerido afronta diametralmente a legislação apontada, restando caracterizada a prática abusiva, que enseja a reparação buscada.A indenização por dano moral é arbitrável, mediante estimativa prudencial que leve em conta a necessidade de, com a quantia, satisfazer a dor da vítima e dissuadir, de igual e novo atentado, o agente ofensor. O dano material, por sua vez, se traduz em provas inequívocas de sua ocorrência, evidenciando o prejuízo patrimonial inconteste, cumprindo o prejudicado o ônus processual sob sua responsabilidade, considerando a documentação apresentada. RECURSO NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Vencido o recorrente cabe condenação em custas e honorários, estes arbitrados em 20% do valor da condenação devidamente atualizada, artigo 55 da Lei nº 9.099/1995. . DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0601655-32.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 5ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Camila Carvalho da Silveira

Advogado: Roberto César Diniz Cabrera (OAB: 6071/AM)

Recorrido: A. Laborda de Carvalho - Me- Labordda Assistência Técnica

Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. PRODUTO INUTILIZÁVEL APÓS REPARO PELA ASSISTÊNCIA TÉCNICA. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. RÉU REVEL. NÃO COMPROVAÇÃO DE CULPA EXCLUSIVA DA CONSUMIDORA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DEVER DE INDENIZAR. RESTITUIÇÃO DE QUANTIA PAGA. DANO MORAL CONFIGURADO. RECURSO PROVIDO. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, nos termas da ementa que integra o presente voto. Sala das Sessões, em Manaus, 21 de agosto de 2019".

Processo: 0601694-43.2019.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, 9ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: José Carlos Pereira de Araújo

Soc. Advogados: ARRUDA ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA (OAB: 44914/AM)

Advogado: Fabio Carvalho de Arruda (OAB: 8076/AM)

Recorrido: Banco Bmg S/A

Advogado: Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM)

Advogada: Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB: 4018/AM)

Advogado: Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB: 876/AM)

Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado

ORIGEM. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. PROPOSTA DE ADESÃO QUE NÃO EQUIVALE AO CONTRATO. AUSÊNCIA DE INFORMAÇÕES CLARAS E ADEQUADAS AO CONSUMIDOR. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. DANOS MATERIAIS. DEVOLUÇÃO SIMPLES. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. RECURSO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.- Há na espécie evidente relação consumerista, subordinando-se o desate da lide às normas do C.D.C. que, em seu art. 14, calcado na teoria do risco do empreendimento, consagra a responsabilidade objetiva do fornecedor pelo defeito na prestação do serviço.- De acordo com a primeira tese fixada no IRDR 000199-73.2018.8.04.90000 TJ/AM, são inválidos os contratos de cartão de crédito consignado quando inexistir prova inequívoca de que tenha o consumidor sido informado, prévia e adequadamente sobre a integralidade dos termos ajustados no instrumento contratual.- No caso concreto, o recorrido não coligiu aos autos provas suficientes de suas alegações (art 373, II do CPC), não se desincumbindo do ônus de demonstrar o atendimento ao dever de informação e esclarecimento do consumidor ordenado pelo art. 52 do CDC, assim induzindo a recorrente em erro ao contratar um produto cujo adimplemento estava impedido pelas próprias disposições contratuais, em benefício exclusivo da instituição financeira. - Dos autos, retira-se que o recorrido sequer deu-se ao trabalho de coligir aos autos a cópia do contrato de cartão de crédito consignado que alega ter realizado com a recorrente e com as devidas informações.-Frise-se que os documentos de f.156-159 tratam-se apenas de mera proposta de adesão e autorização para crédito em conta, o que não equivale e tampouco substitui, em hipótese alguma, o instrumento contratual.- Dessa maneira, deve ser declarada a invalidade do negocio jurídico realizado e, por conseguinte, ser feita a repetição dos valores indevidamente pagos, com a devida compensação da quantia creditada na conta da recorrente. - Nesse sentido, é o comando do aludido IRDR, terceira tese:O consectário lógico da declaração de invalidade do negócio jurídico é a restituição do status quo ante (...) “Em regra, é cabível a restituição simples, a cada parte, nos casos em que for reconhecida a ilegalidade dos contratos de cartão de crédito consignado. A repetição de indébito é devida, tão somente, quando houver comprovada má-fé, que deve ser apreciada a luz do caso concreto.”- Quanto à restituição, entendo que deve ser feita em dobro, à luz do art 42, parágrafo único do CDC e da terceira tese acima mencionada, uma vez que a abusividade trazida pela modalidade de contratação, aliada a ausência de prova inequívoca acerca do negócio jurídico realizado e do atendimento ao dever de informação, têm o condão de atestar a má-fé do fornecedor que promoveu as cobranças questionadas. - Conforme expendido por este magistrado em inúmeras outras decisões, o cartão de crédito consignado trata-se de um artifício de que os bancos se utilizam para impor ao consumidor de crédito bancário uma taxa de juros muito superior a que é praticada no mercado, em suma onerando capciosa e excessivamente os mútuos bancários.-Ressalto que embora o entendimento deste relator pela devolução na forma dobrada, a composição desta turma diverge nesse sentido, entendendo pela devolução na forma simples. Logo, vencida a relatoria nesse aspecto, determino a restituição simples, o que corresponde a R$ 4.666,68.- Os danos morais estão conformados e decorrem da atitude abusiva do recorrido, que se utilizou de sua superioridade técnica e de subterfúgios para angariar a conclusão de um negócio que, uma vez mais deve ser enfatizado, foi extremamente proveitoso para si e extremamente oneroso ao consumidor, o que colide frontalmente com princípios basilares de proteção consolidados no CDC e causa no consumidor profundo sentimento de impotência, frustração e ludibrio, características do dano imaterial, merecendo, portanto, a devida reparação.- Deste modo, com base nas razões alhures, reconheço os danos morais e arbitro em R$ 3.000,00 (três mil reais) o valor da indenização correspectiva, o que faço não só para recrudescer a psique da recorrente, mas também para servir de efeito pedagógico ao recorrido.- Ante o exposto, VOTO, pois no sentido de CONHECER E DAR PROVIMENTO AO RECURSO, para reformar a respeitável sentença a quo e condenar o recorrido ao pagamento de indenização moral no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), com juros de 1% ao mês e correção monetária a contar desta data e R$ 4.666,00 (quatro mil, seiscentos e sessenta e seis reais) , a título de reparação material, com juros de 1% ao mês e correção monetária a contar da citação.- Sem custas e honorários, com fundamento no art. 55 da Lei 9.099/95, interpretado a contrario sensu.. DECISÃO: “Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, em dar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 26 de agosto de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator”.

Processo: 0602080-56.2017.8.04.0016 - Recurso Inominado Cível, 8ª Vara do Juizado Especial Cível (Nilton Lins)

Recorrente: Ed. Três Comércio de Publicações Ltda (Editora Três)

Advogada: Amanda Araujo dos Santos (OAB: 6150/AM)

Recorrida: Michelle da Silva Menezes

Advogado: Ewerton Carneiro da Silva (OAB: 11062/AM)

Advogada: Ana Barbara Martins Bacelar (OAB: 11404/AM)

Advogado: Ramyde Washington Abel Caldeira Doce Cardozo (OAB: 12029/AM)

Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado

RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. ASSINATURA DE PERIÓDICOS. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. NÃO COMPROVAÇÃO DA LEGALIDADE DAS COBRANÇAS. NÃO ENTREGA DOS PERIÓDICOS. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. DEVER DE INDENIZAR. DANOS MATERIAL E MORAL CONFIGURADOS. RECURSO IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. CUSTAS E HONORÁRIOS. CABIMENTO. 20% SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO. ART. 55 DA LEI 9.099/95.- Tratando-se de relação de consumo, o ônus probatório é encargo do fornecedor de serviço, segundo o art. 6º, VIII do CDC, que deve, a fim de frustrar as pretensões do consumidor, provar fato impeditivo, modificativo ou extintivo da parte ex adversa (art. 373, II do CPC e art. 14, § 3º do CDC). - In casu, a recorrente não logrou comprovar a legalidade das cobranças, vez que não apresentou qualquer prova de ter a consumidora contratado o plano anual de assinatura do periódico em questão.- Cumpre ressaltar a desídia administrativa em resolver o problema, tendo a consumidora que despender de tempo útil de seu dia a dia e enfrentar diversos entraves burocráticos para, ao fim, receber resposta negativa, socorrendo-se apenas no Judiciário. - Pertinente, portanto, a repetição de indébito e a condenação em danos morais, visto que a abusividade com que a recorrente se vale de sua superioridade econômica e técnica impõe a seus consumidores grave sensação de ludibrio e impotência, gerando o abalo psíquico-emocional ensejador de tal dano e, pois, da reparação pleiteada, máxime quando considerado o ardil de que se utiliza a recorrente, a oferta de um “brinde” e de que haveria apenas um desconto em cartão de crédito ou débito, o que se prolonga indefinidamente, tendo o consumidor seu patrimônio desfalcado sem contraprestação efetiva da recorrida. - O quantum arbitrado encontra-se dentro da esfera do proporcional e razoável, sendo apto a incutir a medida punitivo-pedagógica ínsita ao instituto e insuficiente para gerar enriquecimento sem causa à consumidora. - Recurso conhecido e improvido. - Sentença irretocável e mantida por seus próprios fundamentos, os quais adoto subsidiariamente.- Custas processuais e honorários advocatícios devidos pelo recorrente, em 20% sobre o valor da condenação.. DECISÃO: “Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, em negar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 20 de agosto de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator”.

Processo: 0602113-15.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 7ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Visa do Brasil Empreendimentos Ltda

Advogado: Carolina Neves do Patrocinio Nunes (OAB: 249937/SP)

Advogado: Luiz Gustavo Barbosa de Souza França (OAB: 9528/AM)

Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE)

Recorrida: Vera Lucia Cavalcante Furtado

Advogado: Aguinaldo Pereira Dias (OAB: 7667/AM)

Relator: Julião Lemos Sobral Junior. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA C/C INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. ADMINISTRADORA DE CARTÃO DE CRÉDITO. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. RELAÇÃO DE CONSUMO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DANO MORAL CONFIGURADO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: “Decisão do julgamento na sessão Não informado”.

Processo: 0602311-86.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 15º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Angela da Conceição Guedes de Carvalho

Advogado: Daniel Guedes Carvalho (OAB: 7533/AM)

Advogada: Tharrane de Matos Sampaio da Silva (OAB: 10108/AM)

Advogado: Ricardo de Oliveira Lima (OAB: 6306/AM)

Advogado: Daniel Guedes Carvalho (OAB: 7533/AM)

Recorrido: Banco Toyota do Brasil S.a.

Advogado: Rodrigo Gago Freitas Vale Barbosa (OAB: 165046/SP)

Advogado: Fábio Rivelli (OAB: 1119A/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. PEDIDO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO EM FACE DE INSTITUIÇÃO BANCÁRIA. TAC - TARIFA DE ABERTURA DE CRÉDITO E TARIFA DE CADASTRO. ILEGALIDADE DE COBRANÇA. DANO MORAL CONFIGURADO. RECURSO PROVIDO. Inicialmente, cumpre salientar que o STJ, através do RESP nº 1.251.331, julgado pelo rito do art. 543-C, do CPC, inclinou-se pela legalidade da tarifa de cadastro, desde expressamente tipificada em ato normativo padronizador da autoridade monetária, a qual somente pode ser cobrada no início do relacionamento entre o consumidor e a instituição financeira. In casu, tem-se por abusiva a cobrança de tarifa de abertura de crédito, ou tarifa de cadastro ou tarifa cadastral, pois o fim desta tarifação em nada aproveita o consumidor, somente servindo para cobrir custos da Instituição Financeira com o empréstimo, sendo, portanto, agressivo à norma do art. 39, inciso V, do CDC. Nesse sentido, há precedentes desta 2ª Turma Recursal. As instituições financeiras, antes de conceder empréstimos e financiamentos, devem tomar as medidas necessárias à averiguação da capacidade financeira do seu cliente para reduzir o risco de inadimplência. Embora seja imprescindível essa cautela, tanto para a atividade da instituição financeira em particular, como para a economia como um todo, é inegável que ela não pode ser considerada um serviço prestado ao consumidor, mas à própria instituição de crédito. A caracterização do dano moral, por afetar os atributos da personalidade da parte ofendida, maculando-a no que lhe é mais caro, se aperfeiçoa com a simples ocorrência do fato que se consubstancia no seu fato gerador, independentemente da irradiação de quaisquer efeitos materiais afetando aquela, ensejando sua contemplação com um lenitivo pecuniário destinado a compensá-la pelas ofensas intrínsecas que sofrera e sancionar a ofensora pelo ilícito que praticara. Recurso conhecido e provido. Sentença reformada para julgar procedente o pedido de danos morais no valor de R$ 5.000,00. No caso de indenização por danos morais, no que tange aos juros de mora, o termo inicial incide-se desde o evento danoso (Súmula n. 54 do STJ) e no que tange a correção monetária (INPC), desde a data do arbitramento (Súmula n. 362 do STJ).Sem custas em face da lei.. DECISÃO: “DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.”.

Processo: 0602334-46.2019.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, 10ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Rodrigo Cauper Pereira

Advogado: Diego da Silva Soares Cruz (OAB: 21519/MT)

Recorrido: Banco Bradesco S.a.

Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 598A/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. SERVIÇO BANCÁRIO. ALEGAÇÃO DE COBRANÇA E NEGATIVAÇÃO INDEVIDAS. INVERSÃO DO ONUS DA PROVA. AUSÊNCIA DE PROVA DA CONTRATAÇÃO. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 385 DO STJ. DANO MORAL. MAJORAÇÃO. SENTENÇA REFORMADA EM PARTE.Trata-se de demanda derivada de relação de consumo, cujo “onus probandi” recai sobre o fornecedor, considerando a sistemática instituída pela Lei 8.078/90 (CDC, art. 6.º, VIII), que conferiu ao consumidor este importante mecanismo de proteção processual, permitindo a inversão do ônus da prova em seu favor, sempre que for hipossuficiente ou verossímil sua alegação.Vale salientar que o instituto, como faculdade concedida ao Juiz, pode ser utilizada no momento que entender oportuno, inclusive de ofício e por ocasião da sentença, segundo as “regras ordinárias de experiência”, se há insuficiência técnica e/ou econômica a impedir o amplo acesso à justiça e ao direito de defesa.Dá análise dos autos, constata-se que a requerida não logrou comprovar a existência de contrato firmado pela parte autora, de modo a legitimar a cobrança e negativação realizada.A inscrição em cadastros restritivos de crédito vem sendo utilizada, legitimamente, pelas instituições financeiras, como instrumentos de prevenção para minimizar prejuízos decorrentes da inadimplência dos consumidores de bens e serviços disponibilizados no mercado. Pertinente ao dano moral, sabe-se que a inscrição indevida do nome nos cadastros de restrição ao crédito, por si só, é suficiente a ensejar indenização a esse título, não sendo necessário, portanto, que o prejudicado tenha de comprovar prejuízo, conforme vem proclamando a jurisprudência pátria. Quanto a fixação do valor da condenação (R$ 1.000,00), considerando o malefício experimentado pelo autor, se aparenta proporcional quantia de R$ 8.000,00, suficiente para amenizar o desgaste emocional presumido na espécie, sem proporcionar enriquecimento indevido, ao mesmo tempo em que se presta a incutir no réu a necessidade de maior diligência no desempenho de suas funções.Recurso conhecido e provido para modificar o quantum indenizatório para o valor de r$ 8.000,00. Sem custas em face da lei.. DECISÃO: “DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.”.

Processo: 0602601-30.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 4ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Tim Celular S/A

Advogado: Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB: 671A/AM)

Advogado: Gustavo Gonçalves Gomes (OAB: A1058/AM)

Advogado: Gustavo Gonçalves Gomes (OAB: 1058A/AM)

Recorrida: Grace Maria Perdigao Guerra

Advogado: Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB: 8500/AM)

Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSOS INOMINADOS. RELAÇÃO DE CONSUMO. BÔNUS QUE NÃO SÃO RENOVADOS QUANDO DA RECARGA EFETIVADA PELA CONSUMIDORA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. DANO MORAL CONFIGURADO. IMPROVIMENTO DO RECURSO DA RÉ. RECURSO DA AUTORA A QUE SE DÁ PROVIMENTO PARA MAJORAR A CONDENAÇÃO

MORAL DE R$ 1.000,00 PARA R$ 3.000,00. CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS PELA RÉ, FIXADOS EM 20% DO VALOR ATUAL DA CONDENAÇÃO. ART 55 DA LEI 9.099/95.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, em negar provimento ao recurso interposto pela ré, e prover o recurso da autora, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 20 de agosto de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator".

Processo: 0602772-24.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 12º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Bonsucesso Consignado S.A
Advogado: Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB: 671A/AM)
Advogado: Gustavo Gonçalves Gomes (OAB: A1058/AM)
Advogado: Cassio Chaves Cunha (OAB: 12268/PA)
Recorrida: Angela Balbina Menezes Valdez
Advogado: Manoel Eduardo dos Santos Assis (OAB: 9613/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. CONTRATO INSUFICIENTE. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. DANO MORAL. REDUÇÃO. RECURSO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0602794-82.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 7ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Márcio Júnior Oliveira Fernandes
Soc. Advogados: Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (OAB: 10325/AM)
Advogada: Bruna das Chagas de Mendonca (OAB: 10474/AM)
Advogada: Marcela da Silva Paulo (OAB: 10325/AM)
Recorrido: Banco Santander S.a.
Advogado: Glauco Gomes Madureira (OAB: 188483/SP)
Advogado: Henrique José Parada Simão (OAB: 221386/SP)
Advogado: Elísia Helena de Melo Martini (OAB: 1853/RN)
Recorrido: Fidc Npl I (Recovery do Brasil Consultoria S/a)
Advogado: Luciano da Silva Buratto (OAB: 179235/SP)

Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. REALIZAÇÃO DE COBRANÇAS INDEVIDAS APÓS O ENCERRAMENTO DE CONTA BANCÁRIA. SENTENÇA QUE JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTE A DEMANDA PARA CANCELAR AS COBRANÇAS IMPUGNADAS. INSURGÊNCIA DO AUTOR QUANTO AOS DANOS MORAIS. MERAS COBRANÇAS INDEVIDAS QUE NÃO POSSUEM O CONDÃO DE GERAR DANOS MORAIS. RECURSO IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. SEM CUSTAS E HONORÁRIOS. AUTOR BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, nos termos da ementa supra. Sala das Sessões, em Manaus, 30 de agosto de 2019".

Processo: 0602796-52.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 8ª Vara do Juizado Especial Cível (Nilton Lins)

Recorrente: Banco Bmg S/A
Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE)
Recorrido: Paulo da Paz de Jesus Mendes Junior
Advogado: Karla Patricia Bulaslan de Mendonça (OAB: 11742/AM)

Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado

RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. AUSÊNCIA DE INFORMAÇÕES CLARAS E ADEQUADAS AO CONSUMIDOR. QUEBRA DA BOA-FÉ OBJETIVA. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. DANOS MATERIAIS E MORAIS CONFIGURADOS. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CABIMENTO. 20% SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO. ART. 55 DA LEI Nº 9.099/95.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, em negar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 26 de agosto de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator".

Processo: 0603032-04.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 3ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Ime - Instituto Metropolitano de Ensino(Fametro)
Advogada: Mara Bianca Rocha Lins (OAB: 4006/AM)
Recorrido: Márcio Oliveira da Silva
Advogado: Celso José Dias (OAB: 11774/AM)

Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS. INSCRIÇÃO INDEVIDA NOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. FALHA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA. DEVER DE INDENIZAR. DANO MORAL IN RE IPSA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. SENTENÇA INTEGRALMENTE MANTIDA. CUSTAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CABIMENTO. 20% SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO. ART. 55 DA LEI Nº 9.099/95. . DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, em negar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 23 de agosto de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator".

Processo: 0603350-69.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, 16ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Icaro Bruno Campos Lopes
Advogada: Maria Claudia Sousa da Silva
Recorrido: Tradição Administradora de Consórcio LTDA.
Advogado: Juliana Barros Souza (OAB: 11843/AM)

Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. CONSÓRCIO. RESTITUIÇÃO DAS PARCELAS PAGAS SOMENTE APÓS O ENCERRAMENTO DO GRUPO. PRECEDENTE DO STJ. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA MANTIDA. CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CABIMENTO. 20% SOBRE O VALOR DA CAUSA. ART. 55 DA LEI Nº 9.099/95. EXIGIBILIDADE SUSPENSA. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, em negar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 23 de agosto de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator".

Processo: 0603516-61.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível, Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal
Recorrente: Geziel da Silva do Vale
Advogado: Rogério Pena Bento da Silva (OAB: 9960/AM)
Recorrido: Governador do Estado do Amazonas

Relator: Julião Lemos Sobral Junior. Revisor: Revisor do processo Não informado
Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado. DECISÃO: "Decisão do julgamento na sessão Não informado".

Processo: 0603538-43.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 8ª Vara do Juizado Especial Cível (Nilton Lins)
Recorrente: Banco Itaú S/A
Advogado: José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB: 1235A/AM)
Recorrido: José Roque Filho
Advogado: Fernando Sam do Nascimento Nunes (OAB: 10736/AM)

Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA: RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. DÉBITO DE SEGURO NA CONTA-CORRENTE DO AUTOR. FALHA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS. RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA. DÉBITOS INDEVIDOS. AUSÊNCIA DE CONTRATO COM AQUIESCÊNCIA DO AUTOR. DEVER DE INDENIZAR. DANOS MATERIAIS E MORAIS CONFIGURADOS. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CABIMENTO. 20% SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO. ART. 55 DA LEI Nº 9.099/95.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, em negar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 28 de agosto de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator".

Processo: 0603827-07.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 3ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Cartório do 2º Ofício de Notas de Manaus/am
Advogado: Daniel Rocha Nonbrega (OAB: 10626/AM)
Advogado: Maria Pompéia Teles de Oliveira Batista (OAB: 10797/AM)
Recorrido: Ezequiel de Almeida Mendes
Advogado: Hállice Moreira Teixeira (OAB: 9003/AM)

Relator: Julião Lemos Sobral Junior. Revisor: Revisor do processo Não informado
Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado. DECISÃO: "Decisão do julgamento na sessão Não informado".

Processo: 0603970-59.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 11ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Fernanda Guimarães Versiani
Advogado: Luis Albert dos Santos Oliveira (OAB: 8251/AM)
Recorrido: Bv Financeira S/A Crédito, Financiamento e Investimento
Advogado: Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB: 115224/RO)

Relator: Julião Lemos Sobral Junior. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS. RELAÇÃO DE CONSUMO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. AUTORA QUE NÃO É PARTE NA RELAÇÃO CONTRATUAL. REITERADAS COBRANÇAS ATRAVÉS DE CONSTANTES LIGAÇÕES. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.. DECISÃO: "Decisão do julgamento na sessão Não informado".

Processo: 0604006-09.2015.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 11ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Direcional Engenharia S/A
Advogada: Keyth Yara Pontes Pina (OAB: 3467/AM)
Soc. Advogados: Andrade Gc Advogados (OAB: 5797/AM)
Recorrido: Raliton Veiga da Silva
Advogado: Reberth da Silva Costa (OAB: 8817/AM)
Advogado: Paulo Raimundo Costa Braga Júnior (OAB: 9606/AM)

Relator: Adonaid Abrantes de Souza Tavares. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA:RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CONTRATO DE PROMESSA DE COMPRA E VENDA DE UNIDADE AUTÔNOMA. COMISSÃO DE CORRETAGEM. PAGAMENTO DE SINAL. VALOR NÃO ESPECIFICADO QUE SERIA DE COMISSÃO DE CORRETAGEM. CLÁUSULA PREVISTA NO CONTRATO QUE NÃO AFASTA A FALTA DE INFORMAÇÃO CLARA E PRECISA SOBRE OS VALORES PAGOS. PRÁTICA ABUSIVA. DANOS MATERIAIS CONFIGURADOS. RESTITUIÇÃO DE FORMA SIMPLES. MÁ-FÉ NÃO CONFIGURADA. TRANSTORNOS INDEVIDOS AO CONSUMIDOR. DANO MORAL CONFIGURADO. REDUÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. SEM CONDENAÇÃO EM CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ART. 55 DA LEI Nº 9.099/95, INTERPRETADO A CONTRARIO SENSU.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0604006-09.2015.8.04.0092, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos em dar parcial provimento ao recurso interposto.".

Processo: 0604047-68.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 11ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: NETFLIX ENTRETENIMENTO BRASIL LTDA.
Advogado: Fábio Rivelli (OAB: 1119A/AM)
Advogado: André de Souza Oliveira (OAB: 5219/AM)
Recorrida: Selma Ribeiro
Advogado: Aguinaldo Pereira Dias (OAB: 7667/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. COBRANÇA INDEVIDA. COMPRA NÃO REALIZADA PELO AUTOR. INÉRCIA DA REQUERIDA. DANO MORAL. QUANTUM INDENIZATÓRIO. RAZOABILIDADE. RECURSO NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.Restou demonstrado nos autos que houve uma cobrança indevida de compra que não foi realizada pela parte requerente. Ocorreu, no caso, fraude perpetrada por terceiro. Logo, tem-se que a compra/venda realizada na empresa requerida não seguiu as cautelas necessárias a evitar esse tipo de fraude.Constatado pela própria ré que a compra fora realizada de forma irregular, sem anuência do consumidor, tem-se que sua inércia quanto à tomada de atitudes deliberativas e a subsequente imputação de débitos originários das transações consumadas pelo fraudador ao efetivo titular do cartão qualificam-se como falha grave nos serviços que fomenta, tornando-a responsável pelas consequências dela originárias, inexistindo qualquer fato passível de absolvê-la da sua responsabilidade.Nesse caso, não consiste em mero aborrecimento cotidiano a situação enfrentada pelo recorrido. É imperioso reconhecer que há um sentimento negativo decorrente de ato injusto de outrem que atingiu a recorrida em

seu íntimo, o que configura a existência do dano moral.No que concerne ao quantum, na medida em que o juízo monocrático é o principal destinatário das provas, sobretudo à eleição dos critérios quantificadores do dano extrapatrimonial, apenas seria viável a reforma desse quadro se aviltante o ferimento ao princípio da proporcionalidade ou se patente o enriquecimento sem causa, o que não se divisa no caso concreto. Deve-se, pois, manter a estimativa razoavelmente fixada na decisão ora criticada (R$ 4.000,00).RECURSO NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Vencido o recorrente cabe condenação em custas e honorários, estes arbitrados em 20% do valor da condenação devidamente atualizada, artigo 55 da Lei nº 9.099/1995. . DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0604239-04.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 15º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Elizabeth Miranda Cantisani Pinto

Advogado: Diego Andrade de Oliveira (OAB: 8792/AM)

Advogado: Calixto Hagge Neto (OAB: 8788/AM)

Recorrido: Banco Pan S/A

Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE)

Advogado: Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB: 9487/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTARECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. SERVIÇOS BANCÁRIOS. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. ALEGAÇÃO DE DESCONTOS ACIMA DO CONTRATADO. ULTIMO DESCONTO REALIZADO EM 09/2015. AJUIZAMENTO DA AÇÃO EM 19/02/2019. PRAZO PRESCRICIONAL DE 3 ANOS. ART. 206, §3º, IV E V DO CÓDIGO CIVIL. DEMANDA PRESCRITA. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Custas e honorários pelo recorrente, sendo estes fixados em 10% sobre o valor da causa. No entanto, suspendo a cobrança da verba sucumbencial, pelo prazo de 5 anos, a teor do artigo 98, parágrafo 3, do CPC.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0604349-03.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 15º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Iza Izabel de Sousa (Prioridade - Idosa)

Advogado: Raphael Quintiliano Pazuello (OAB: 8881/AM)

Recorrido: Banco Bmg S/A

Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE)

Advogado: Wilson Filipe de Souza Matos (OAB: 14254/AM)

Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. VENDA CASADA DE SEGURO. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. PRÁTICA ABUSIVA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DEVER DE INDENIZAR. DANO MATERIAL E MORAL CONFIGURADOS. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA. SEM CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. - Analisando detidamente os autos, vislumbro que o recurso merece provimento, uma vez que incumbia ao banco, na condição de fornecedor do serviço, - responsabilidade objetiva -, o dever de frustrar a pretensão deduzida, na forma do art. 14, § 3º, do CDC, bem como na forma do artigo 373, inciso II, do CPC, provando alguma excludente de sua responsabilidade, o que não ocorreu.- Na espécie, o recorrido não logrou êxito em demonstrar que a recorrente estava ciente da aquisição do referido seguro quando da contratação do empréstimo, ou que a mesma o tenha solicitado, ou ainda que a consumidora tenha anuído com a aquisição do seguro de forma desvinculada ao contrato de empréstimo, restando assim configurada a prática da venda casada.- O art. 39, inciso I, do CDC, inclui no rol das práticas abusivas a denominada "venda casada" de produtos e serviços. A norma é clara: há ilegalidade quando o fornecimento de produto ou serviço é condicionado à aquisição, pelo consumidor, de outro bem ou de injustificados limites quantitativos.- A prática abusiva decorre da falta de pertinência (ou necessidade natural) na venda conjunta dos produtos ou serviços, ou seja, pela exigência, qualquer que seja o motivo, de aquisição combinada de bens de consumo que, como regra, são oferecidos ou fornecidos separadamente.- Nesse espeque, cristalina a falha na prestação dos serviços, ficando caracterizada a conduta ilícita do recorrido, assim como evidente o nexo de causalidade entre a conduta e o dano, ensejando a sua responsabilização pelo evento danoso ao consumidor, e cabendo-lhe reparar os danos causados, nos termos do artigo 6º, inciso VI, do C.D.C.- Assim sendo, deve o recorrido restituir, em dobro, o valor indevidamente debitado na conta da recorrente, conforme o disposto no artigo 42, parágrafo único, do C.D.C., o que corresponde à quantia de R$ 91,58.- O dano moral está configurado e provém não só do engodo praticado pelo recorrido, o qual transgrediu vários princípios do Código Consumerista, em especial o da transparência e o da boa-fé das relações de consumo, mas também pelo intenso sentimento de impotência, frustração e ludibrio experimentados pela recorrente, pessoa idosa.- Há de se destacar que é certo que a recorrente não foi a única a ser cobrada de maneira abusiva, pois, somando todos os consumidores/clientes lesados por tal atitude, com certeza o resultado seria o grave prejuízo à economia popular em prestígio da ânsia de lucro do Banco recorrido.- Partindo de tal premissa, tem-se que o valor da indenização moral, na espécie não deve ser módico, porquanto deve servir de medida pedagógica ao infrator, vez que é cediço que imputa tais cobranças a todo um universo de consumidores, angariando milhões de reais, pela prática abusiva.- In casu, considerando o prejuízo material da recorrente, mas sem perder de vista o dito nas linhas anteriores, fixo em R$ 1.000,00 (hum mil reais), o valor da condenação moral, por estar de acordo com os critérios de proporcionalidade e da razoabilidade.- Ante o exposto, VOTO, pois, no sentido de CONHECER e DAR PROVIMENTO ao recurso interposto, reformando a respeitável sentença a quo, para condenar o recorrido ao pagamento de indenização por danos materiais no valor 91,58 (noventa e um reais e cinquenta e oito centavos), com juros mensais de 01% e atualização monetária a contar da citação, e ao pagamento de indenização por danos morais, no valor de R$ 1.000,00 (hum mil reais), com juros de 1% ao mês e correção monetária desta data.- Deixo de condenar a recorrente ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, da Lei nº 9.099/95, interpretado a contrario sensu.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, em dar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 27 de agosto de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator".

Processo: 0604360-32.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 8ª Vara do Juizado Especial Cível (Nilton Lins)

Recorrente: Tim Celular S/A

Advogada: Christianne Gomes da Rocha (OAB: 18305/PB)

Recorrido: Juvenal Carlos GomesLelis

Advogado: Henrique Hércules da Costa Pinto (OAB: 10229/AM)

Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. RELAÇÃO DE CONSUMO. COBRANÇAS INDEVIDAS REALIZADAS APÓS O CANCELAMENTO DO SERVIÇO. DANOS MATERIAIS E MORAIS CONFIGURADOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS FIXADOS EM 20% DO VALOR DA CONDENAÇÃO.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes

autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, em negar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 20 de agosto de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator".

Processo: 0604365-88.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 12º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Mariluce da Silva Sampaio

Advogado: Manoel Eduardo dos Santos Assis (OAB: 9613/AM)

Recorrido: Banco Bmg S/A

Advogado: Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM)

Advogado: Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB: 876/AM)

Advogada: Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB: 4018/AM)

Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado

RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. AUSÊNCIA DE INFORMAÇÕES CLARAS E ADEQUADAS AO CONSUMIDOR. QUEBRA DA BOA-FÉ OBJETIVA. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. DANOS MATERIAIS. DEVOLUÇÃO SIMPLES. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA. SEM CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, INTERPRETADO A CONTRARIO SENSU.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, em dar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 26 de agosto de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator".

Processo: 0604386-27.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 4ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Izabel de Souza Lima

Advogado: Gessicleide T. de Moura Oriente (OAB: 10867/AM)

Recorrido: Banco Bmg S/A

Advogado: Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM)

Advogada: Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB: 4018/AM)

Advogado: Henrique Lima Marinheiro (OAB: 9324/AM)

Advogado: Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB: 876/AM)

Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. DESCONTOS INDEVIDOS REALIZADOS APÓS EXPIRADA A VIGÊNCIA DO CONTRATO DE REFINANCIAMENTO. CONTESTAÇÃO QUE NÃO REFUTA ESPECIFICAMENTE OS FATOS ALEGADOS NA INICIAL. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. DANOS MATERIAIS E MORAIS CONFIGURADOS. RECURSO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA. SEM CUSTAS E HONORÁRIOS.- O magistrado de piso julgou improcedente a ação, ao entendimento de que o recorrente não se desincumbiu de comprovar os fatos constitutivos de seu direito (art 373, I do CPC).- Inobstante o entendimento do ilustre magistrado a quo, vislumbro que tal não merece prevalecer, pelos fundamentos a seguir.- A recorrente coligiu aos autos o contrato de refinanciamento firmado com o recorrido (f. 20/21), em 60 parcelas fixas de R$ 152,67, com término em 20/08/2016. Logo, os descontos ocorridos a partir de tal data, revelam-se indevidos.- Ademais, a contestação apresentada pelo recorrido não impugna especificamente as alegações da inicial. Em sua defesa, o banco suscita a Incompetência do juízo em razão da necessidade de perícia grafotécnica, quando a autora sequer nega a contratação. Defende, ainda, a legalidade do cartão de crédito consignado, o que sequer está sendo discutido no caso dos autos.- Dessa forma, cristalina a falha na prestação dos serviços, ficando caracterizada a conduta ilícita do recorrido, assim como evidente o nexo de causalidade entre a conduta e o dano, ensejando a sua responsabilização pelo evento danoso ao consumidor, e cabendo-lhe reparar os danos causados, nos termos do artigo 6º, inciso VI, do C.D.C.- Os danos morais entendo configurados, posto que os descontos indevidos ocorridos na folha de pagamento da recorrente, cujos valores são destinados a custear as despesas do orçamento doméstico, mais precisamente o sustento daquela e dos seus, são suficientes para ocasionar os pretendidos danos, na medida em que, para a maioria dos assalariados, mesmo a indevida subtração de pequenas quantias pode obstar a satisfação de necessidades básicas, gerando intenso sentimento de impotência, frustração, angústia e quebra da tranquilidade, pelo que entendo configurados os danos morais, portanto passíveis de reparação.- Quanto ao valor da indenização do dano imaterial, é certo deve ser fixado ao arbítrio do juiz, porém, é claro, de forma sempre moderada e equitativa, respeitando-se os princípios constitucionais da razoabilidade e proporcionalidade, para que não se converta o sofrimento em móvel de captação de lucro. A análise deve ser caso a caso, estipulando-se um valor que não seja irrelevante ao sofredor do dano (possibilite a satisfação compensatória) e que cumpra a sua função de desestímulo/prevenção a novas práticas lesivas (caráter punitivo). In casu, arbitro em R$ 4.000,00 o montante da reparação moral.- Reconheço, por derradeiro, a indenização material, devendo o recorrido restituir, em dobro, o valor indevidamente descontado na folha da recorrente, conforme o disposto no artigo 42, parágrafo único, do C.D.C., o que corresponde à quantia de R$ 6.412,14.- Ante o exposto, VOTO, pois, no sentido de CONHECER e DAR PROVIMENTO ao recurso interposto, reformando a respeitável sentença a quo, para condenar o recorrido ao pagamento de R$ 4.000,00 (quatro mil reais) referente à reparação moral, com juros de 01% e correção monetária a contar desta data e, R$ 6.412,14 (seis mil quatrocentos e doze reais e quatorze centavos) concernente à repetição do indébito, com juros de 01% e correção monetária a contar da citação.- Sem custas e honorários, nos termos do art. 55 da lei 9.099/95, interpretado a contrário senso.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, em dar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 27 de agosto de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator".

Processo: 0604423-54.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 11ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Bradesco S.a.

Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE)

Advogado: André de Souza Oliveira (OAB: 5219/AM)

Recorrida: Maria Auxiliadora Viana

Advogada: Alda Heloísa Tavares Toledo (OAB: 7133/AM)

Relator: Julião Lemos Sobral Junior. Revisor: Revisor do processo Não informado

Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado. DECISÃO: "Decisão do julgamento na sessão Não informado".

Processo: 0604614-02.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 4ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Flavia Maria Sicsu Vieira da Silva

Advogado: Diego Andrade de Oliveira (OAB: 8792/AM)

Advogado: Calixto Hagge Neto (OAB: 8788/AM)

Recorrido: Manaus Energia S/A

Advogada: Isabela Montuori Bougleux de Araujo (OAB: 118303/MG)

Advogado: Luis Phillip de Lana Foureaux (OAB: 1011A/AM)

Advogado: Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB: 1065A/AM)

Advogado: Guilherme Vilela de Paula (OAB: 1010A/AM)

Relator: Julião Lemos Sobral Junior. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: ENERGIA ELÉTRICA. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. Cobrança do faturamento por custo de disponibilidade de 50kwh. Ausência, contudo, de dedução dos valores pagos a maior, nos meses seguintes. AUSÊNCIA DE ERRO JUSTIFICÁVEL DO RÉU, QUE JUSTIFICA A OBRIGAÇÃO DE REPETIÇÃO DOBRADA DOS VALORES INDEVIDAMENTE COBRADOS – ART. 42, P. ÚNICO, CDC. DANO MORAL, CONTUDO, NÃO CONFIGURADO. A MERA COBRANÇA NÃO ENSEJA A REPARAÇÃO POR DANO MORAL, POIS ESTE NÃO É PRESUMIDO, NESTE CASO. APLICAÇÃO DA EDIÇÃO N.º 74 DE JURISPRUDÊNCIA EM TESES DO STJ. Sentença reformada. Recurso provido.Alega a parte Recorrente que nos meses de novembro/2016 a novembro/2017, fora cobrada pelo custo de disponibilidade, sendo faturado o mínimo de 50 KwH. Ocorre que no mês seguinte (12/2017), o faturamento realizado pela concessionária cobrou novamente os KwH faturados no mês anterior. Dessa forma, a autora pleiteia a restituição dobrada da diferença apurada e recebida e indenização por danos morais.A relação jurídica estabelecida entre as partes é consumerista - arts. 2° e 3° do CDC. A responsabilidade do fornecedor de serviço pela regularidade dos procedimentos de cobrança realizados em face do consumidor é objetiva.Analisando os autos, observo que nos meses novembro/2016 a novembro/2017, de fato, o consumo registrado variou entre 9 a 32 KwH, mas sendo a mesma faturada em 50 KwH (fl. 17), por força do disposto no art. 98, II da resolução 414/2010 da ANEEL, conforme informado na contestação. Ocorre que, ao faturar os meses seguintes, a requerida não abateu os 50 KwH anteriormente faturados.Dessa forma, deve a requerida restituir em dobro o que foi cobrado a mais, na esteira do p. único do art. 42 do CDC. O valor que mais se aproxima do indevidamente cobrado é aquele apresentado pela requerida à fl. 10, já que o cálculo apresentado pelo autor leva em consideração o valor atual do KwH (0,805879). Dessa forma, cabe à requerida restituir R$ 715,62 (R$ 357,81 x 2). Importa destacar que demais valores presentes na cobrança não entram no cômputo (COSIP e eventuais encargos de mora).Quanto à indenização por dano moral pretendida, a mera cobrança indevida, por si só, não é capaz de gerar dano moral presumido. Entendimento este consolidado pelo Superior Tribunal de Justiça, conforme edição nº 74 da Jurisprudência em Teses, que transcrevo: Não existindo anotação irregular nos órgãos de proteção ao crédito, a mera cobrança indevida de serviços ao consumidor não gera danos morais presumidos. Precedentes: AgRg no REsp 1526883/RS, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 27/09/2016, DJe 04/10/2016; AgRg no AREsp 673562/RS, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/05/2016, DJe 23/05/2016; AgRg no REsp 1486517/RS, Rel. Ministra DIVA MALERBI (DESEMBARGADORA CONVOCADA TRF 3ª REGIÃO), SEGUNDA TURMA, julgado em 03/05/2016, DJe 12/05/2016; REsp 1550509/RJ, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 03/03/2016, DJe 14/03/2016; AgRg no AREsp 651304/RS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/12/2015, DJe 04/02/2016; AgRg no REsp 1517436/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/10/2015, DJe 18/11/2015. (VIDE INFORMATIVO DE JURISPRUDÊNCIA N. 579) (VIDE JURISPRUDÊNCIA EM TESES N. 59)VOTO: Ante ao exposto, DOU PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO, para reformar a sentença de Primeiro Grau, e condenar o Recorrido ao pagamento de repetição dobrada de indébito, no valor de R$ 715,62, nos termos do art. 42, parágrafo único do CDC, com incidência de juros legais e correção monetária (INPC), devidos desde a data de vencimento da fatura. IMPROCEDENTE o pedido de indenização por dano moral. Sem condenação ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, pois essa penalidade somente se aplica ao recorrente integralmente vencido, conforme redação expressa do art. 55, Lei 9.099/95.. DECISÃO: "A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, os MM. Juízes componentes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, ACORDAM em DAR PROVIMENTO AO RECURSO INOMINADO. Participaram deste julgamento, além do signatário, os demais Juízes presentes à sessão. Manaus, 30 de agosto de 2019".

Processo: 0604912-16.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, 16ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Bruno Pereira Tenasol

Advogado: Carlos Rossato da Silva Avila (OAB: 10309/MT)

Recorrido: Banco Bradesco S.a.

Advogado: José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB: 1235A/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. COBRANÇA INDEVIDA DE SERVIÇO NÃO CONTRATADO. INVERSÃO DO ONUS DA PROVA. CONTRATAÇÃO NÃO COMPROVADA. NEGATIVAÇÃO INDEVIDA DE CRÉDITO. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 385 DO STJ. DANO MORAL CONFIGURADO. SENTENÇA REFORMADA EM PARTE.A presente lide versa sobre a inscrição indevida de crédito referente à serviço não contratado.TrEm se tratando de demanda derivada de relação de consumo, o "onus probandi" recai sobre o fornecedor, considerando a sistemática instituída pela Lei 8.078/90 (CDC, art. 6.º, VIII), que conferiu ao consumidor este importante mecanismo de proteção processual, permitindo a inversão do ônus da prova em seu favor, sempre que for hipossuficiente ou verossímil sua alegação.No presente caso, a requerida não trouxe qualquer contrato firmado pelo autor ou outro elemento de prova capaz de demonstrar a legalidade da cobrança.A inscrição em cadastros restritivos de crédito vem sendo utilizada, legitimamente, pelas instituições financeiras, como instrumentos de prevenção para minimizar prejuízos decorrentes da inadimplência dos consumidores de bens e serviços disponibilizados no mercado. Entretanto, esses expedientes costumeiramente empregados deixam de ser legítimos em casos como os dos autos, em que não existem motivos para consubstanciá-los.Cumpre ressaltar que as demais negativações existentes na consulta de fls. 15/16, são posteriores àquela discutida nos autos, logo, não seria o caso de aplicação da súmula 385 do STJ.Pertinente ao dano moral, sabe-se que a inscrição indevida do nome nos cadastros de restrição ao crédito, por si só, é suficiente a ensejar indenização a esse título, não sendo necessário, portanto, que o prejudicado tenha de comprovar prejuízo, conforme vem proclamando a jurisprudência pátria. Recurso conhecido e parcialmente provido. Sentença reformada para julgar procedente o pedido de danos morais no valor de R$ 8.000,00. No caso de indenização por danos morais, no que tange aos juros de mora, o termo inicial incide-se desde o evento danoso (Súmula n. 54 do STJ) e no que tange a correção monetária (INPC), desde a data do arbitramento (Súmula n. 362 do STJ). Ficam mantidos os demais termos da Sentença. Sem custas em face da lei.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0604925-30.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 12º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Florence Garden Empreendimento Imobiliário Spe Ltda.

Soc. Advogados: Andrade Gc Advogados (OAB: 5797/AM)

Advogada: Keyth Yara Pontes Pina (OAB: 3467/AM)

Recorrida: Alessandra Tinoco Araujo

Advogado: Manoel Pedro de Carvalho (OAB: 4890/AM)

Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO. PROPAGANDA ENGANOSA. FALHA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS. RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA. DEVER DE INDENIZAR. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. QUANTUM INDENIZATÓRIO MANTIDO. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. CUSTAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CABIMENTO. 20% SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO. ART. 55 DA LEI Nº 9.099/95. . DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos

Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, em negar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 20 de agosto de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator".

Processo: 0605057-50.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 14ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Marilene Oliveria de Souza

Advogado: Osvaldo Luiz da Mata Júnior (OAB: 1320A/RN)

Recorrido: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados NPL I

Advogado: Luciano da Silva Buratto (OAB: 179235/SP)

Advogado: Fábio Nogueira Corrêa (OAB: 5674/AM)

Relator: Julião Lemos Sobral Junior. Revisor: Revisor do processo Não informado

Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado. DECISÃO: "Decisão do julgamento na sessão Não informado".

Processo: 0605303-80.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 14ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Vivo S.a.

Advogado: Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB: 29320/GO)

Recorrido: Eder Campos Ramos

Advogado: Amauri Vieira dos Santos (OAB: 11881/AM)

Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. SERVIÇO DE TELEFONIA MÓVEL. COBRANÇA DE SERVIÇO NÃO CONTRATADO. COBRANÇA INDEVIDA. PRÁTICA ABUSIVA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DEVER DE INDENIZAR. DANOS MATERIAIS CONFIGURADOS. REPETIÇÃO DO INDÉBITO QUE SE IMPÕE. DANO MORAL IN RE IPSA. MANUTENÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO, DENTRO DA ESFERA DO RAZOÁVEL E DO PROPORCIONAL. MULTA POR EMBARGOS PROTELATÓRIOS MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. SENTENÇA INTEGRALMENTE MANTIDA. CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CABIMENTO. 20% SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO. ART. 55 DA LEI Nº 9.099/95.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que integra o presente. Sala das Sessões, em Manaus, 27 de agosto de 2019".

Processo: 0605307-23.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 1ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Maria Cruz Melo

Advogado: Daniel de Lima Albuquerque (OAB: 6548/AM)

Recorrido: Banco Bmg S/A

Advogado: Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM)

Advogada: Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB: 4018/AM)

Advogado: Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB: 876/AM)

Advogado: Marina Batstos da Porciuncula Benghi (OAB: 983/PE)

Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado

RECURSO INOMINADO. DEMANDA JULGADA IMPROCEDENTE NA ORIGEM. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. PROPOSTA DE ADESÃO QUE NÃO EQUIVALE AO CONTRATO. AUSÊNCIA DE INFORMAÇÕES CLARAS E ADEQUADAS AO CONSUMIDOR. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. DANOS MATERIAIS. DEVOLUÇÃO SIMPLES. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. RECURSO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.- Há na espécie evidente relação consumerista, subordinando-se o desate da lide às normas do C.D.C. que, em seu art. 14, calcado na teoria do risco do empreendimento, consagra a responsabilidade objetiva do fornecedor pelo defeito na prestação do serviço.- De acordo com a primeira tese fixada no IRDR 000199-73.2018.8.04.90000 TJ/AM, são inválidos os contratos de cartão de crédito consignado quando inexistir prova inequívoca de que tenha o consumidor sido informado, prévia e adequadamente sobre a integralidade dos termos ajustados no instrumento contratual.- No caso concreto, o recorrido não coligiu aos autos provas suficientes de suas alegações (art 373, II do CPC), não se desincumbindo do ônus de demonstrar o atendimento ao dever de informação e esclarecimento do consumidor ordenado pelo art. 52 do CDC, assim induzindo a recorrente em erro ao contratar um produto cujo adimplemento estava impedido pelas próprias disposições contratuais, em benefício exclusivo da instituição financeira. - Dos autos, retira-se que o recorrido sequer deu-se ao trabalho de coligir aos autos a cópia do contrato de cartão de crédito consignado que alega ter realizado com a recorrente e com as devidas informações.-Frise-se que os documentos de f. 121-122 tratam-se apenas de mera proposta de adesão e autorização para crédito em conta, o que não equivale e tampouco substitui, em hipótese alguma, o instrumento contratual.- Dessa maneira, deve ser declarada a invalidade do negocio jurídico realizado e, por conseguinte, ser feita a repetição dos valores indevidamente pagos, com a devida compensação da quantia creditada na conta da recorrente. - Nesse sentido, é o comando do aludido IRDR, terceira tese:O consectário lógico da declaração de invalidade do negócio jurídico é a restituição do status quo ante (...) "Em regra, é cabível a restituição simples, a cada parte, nos casos em que for reconhecida a ilegalidade dos contratos de cartão de crédito consignado. A repetição de indébito é devida, tão somente, quando houver comprovada má-fé, que deve ser apreciada a luz do caso concreto."- Quanto à restituição, entendo que deve ser feita em dobro, à luz do art 42, parágrafo único do CDC e da terceira tese acima mencionada, uma vez que a abusividade trazida pela modalidade de contratação, aliada a ausência de prova inequívoca acerca do negócio jurídico realizado e do atendimento ao dever de informação, têm o condão de atestar a má-fé do fornecedor que promoveu as cobranças questionadas. - Conforme expendido por este magistrado em inúmeras outras decisões, o cartão de crédito consignado trata-se de um artifício de que os bancos se utilizam para impor ao consumidor de crédito bancário uma taxa de juros muito superior a que é praticada no mercado, em suma onerando capciosa e excessivamente os mútuos bancários.- Dessarte, restando configurada a ma-fé do banco, deve a recorrente ser restituída na quantia total paga, em dobro, com o abatimento do valor creditado em sua conta.- Ressalto que embora o entendimento deste relator pela devolução na forma dobrada, a composição desta turma diverge nesse sentido, entendendo pela devolução na forma simples. Logo, vencida a relatoria nesse aspecto, determino a restituição simples, o que corresponde a R$ 5.884,26.- Os danos morais estão conformados e decorrem da atitude abusiva do recorrido, que se utilizou de sua superioridade técnica e de subterfúgios para angariar a conclusão de um negócio que, uma vez mais deve ser enfatizado, foi extremamente proveitoso para si e extremamente oneroso ao consumidor, o que colide frontalmente com princípios basilares de proteção consolidados no CDC e causa no consumidor profundo sentimento de impotência, frustração e ludibrio, características do dano imaterial, merecendo, portanto, a devida reparação.- Deste modo, com base nas razões alhures, reconheço os danos morais e arbitro em R$ 3.000,00 (três mil reais) o valor da indenização correspectiva, o que faço não só para recrudescer a psique da recorrente, mas também para servir de efeito pedagógico ao recorrido.- Ante o exposto, VOTO, pois no sentido de CONHECER E DAR PROVIMENTO AO RECURSO, para reformar a respeitável sentença a quo e condenar o recorrido ao pagamento de indenização moral no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), com juros de 1% ao mês e correção monetária a contar desta data e R$ 5.884,26 (cinco mil, oitocentos e oitenta e quatro reais e vinte e seis centavos) a título de dano material, com juros de 1% ao mês e correção monetária a contar da citação.- Sem custas e honorários, com fundamento no art. 55 da Lei 9.099/95, interpretado a contrario sensu.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores

Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, em dar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 26 de agosto de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator".

Processo: 0605545-50.2019.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível, Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal

Recorrente: Governador do Estado do Amazonas
Advogada: Ana Marcela Grana de Almeida (OAB: 7513/AM)
Recorrida: Caroline Cavalcante Damasceno
Advogado: Cleuvis Costa dos Santos (OAB: 13640/AM)

Relator: Julião Lemos Sobral Junior. Revisor: Revisor do processo Não informado

Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado. DECISÃO: "Decisão do julgamento na sessão Não informado".

Processo: 0605607-87.2015.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 3ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: NET (CLARO S.A.)
Advogado: Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB: 3808/AM)
Advogado: André Phillipe Brito Garganta (OAB: 10870/AM)
Advogada: Lilian Karen de Souza (OAB: 167344/MG)
Recorrido: CLANDER CORREA DA SILVA
Advogada: Karla Mariana de Melo Chiavegatto (OAB: 5890/AM)

Relator: Julião Lemos Sobral Junior. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO, JUIZADOS ESPECIAIS. IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA E EXECUÇÃO DE ASTREINTES. ALEGAÇÃO DE NÃO CABIMENTO DA MULTA, por ser supostamente excessiva. Descumprimento da ordem de restabelecimento do serviço de telefonia. Incidência da multa. PROVIDÊNCIA QUE APENAS FOI ULTIMADA POR ORDEM DO JUÍZO AO ÓRGÃO Manutenção do montante da execução, por decorrer da RECALCITRÂNCIA Do devedor, ciente da obrigação DE RETIRAR A RESTRIÇÃO DO VEÍCULO, JUNTO AO DETRAN/AM, E POR NÃO PAGAR INTEGRALMENTE O VALOR DA INDENIZAÇÃO. VALOR QUE NÃO ultrapassOU o teto dos juizados, quanto ao valor da causa. Função coercitiva da medida, e não indenizatória, que somente alcança seu efeito se puder ser coagir o devedor. DECISÃO MANTIDA. Recurso DESprovido. Relatório dispensado, de acordo art. 38 da Lei 9.099/95. Ante a ausência de preliminares, passo à análise do mérito.1. Alega o Recorrente que a execução manejada contra si está eivada de ilegalidade, por ser excessiva. 2. Embora alegue excesso na execução, primeiramente, cabe observar que no relatório de bloqueio BACENJUD, de fls. 152-157, embora conste como bloqeuado o montante de R$ 76.056,38, efetivamente, só restaram constritos 6.750,58 (fls. 152), tendo todas as demais contas sido desbloqueadas em 08.03.2018 (fls. 152-157), ou sem envio da solicitação. 3. Além disso, fica evidente que o Recorrente descumpriu as determinações judiciais, tanto emanadas na decisão e fls. 18, como convalidada na sentença, e, por fim, a que concedeu o prazo de cumprimento voluntário em 15 dias, às fls. 122.4. O Recorrente chega a afirmar, às fls. 166, que procedeu ao cancelamento definitivo do serviço, em 08.05.2017, confirmando o descumprimento da determinação do I. Juiz a quo. 5. Assim, não assiste razão ao Recorrente. Com efeito, no sistema dos Juizados Especiais a execução se processa com base nos cálculos realizados pela própria Secretaria, ex vi do art. 52, II da Lei n. 9.099/95, conforme se depreende às fls. 140.6. O instituto da astreinte não tem por objetivo indenizar o credor, mas coagir o devedor a cumprir sua obrigação. Tanto o art. 84, §4º, da Lei 9.099/95, quanto no art.537 do CPC/2015, há a possibilidade de imposição de multa diária, para consecução do objetivo do credor, assim como, os dispositivos não estabelecem limites de prazo, devendo o magistrado analisar o tempo necessário para cumprimento da obrigação. Quando o valor combatido advém do descumprimento injustificado da obrigação, e não meramente de mal arbitramento da medida, não deve ser desconsiderado, pois sua redução representaria uma desconsideração da finalidade coercitiva das astreintes, e com o próprio desiderato da prestação jurisdicional, que é solucionar o conflito.7. Para reforçar o entendimento desposado: "STJ RECURSO ESPECIAL Nº 1.185.260 - GO (2010/0044781-6) RELATORA NANCY ANDRIGHI.PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ASTREINTE. VALOR INSUFICIENTE. LIMINAR OBTIDA. EXIGIBILIDADE DO TÍTULO EXECUTIVO SUSPENSA. OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER. INCLUSÃO DO NOME DO DEVEDOR EM CADASTRO RESTRITIVO DE CRÉDITO. AJUIZAMENTO DE AÇÃO DE EXECUÇÃO COM FUNDAMENTO EM CONTRATO DE CONFISSÃO DE DÍVIDA. EXIGIBILIDADE SUSPENSA. NEGATIVAÇÃO NO SERASA. CONSEQUÊNCIA DIRETA DO AJUIZAMENTO DA EXECUÇÃO. DESCASO DO DEVEDOR. DESCUMPRIMENTO QUE PERSISTE. GRANDE CAPACIDADE ECONÔMICA DO EXECUTADO. PEDIDO DE MAJORAÇÃO. DEFERIMENTO. MULTA COMINATÓRIA MAJORADA. [...] 3. A astreinte deve, em consonância com as peculiaridades de cada caso, ser elevada o suficiente a inibir o devedor que intenciona descumprir a obrigação e sensibilizá-lo de que é muito mais vantajoso cumpri-la do que pagar a respectiva pena pecuniária. Por outro lado, não pode o valor da multa implicar enriquecimento injusto do devedor. Precedentes. 4. Na hipótese de se dirigir a devedor de grande capacidade econômica o valor da multa cominatória há de ser naturalmente elevado, para que se torne efetiva a coerção indireta ao cumprimento sem delongas da decisão judicial. Precedentes. 5. Recurso especial provido, para majorar a multa cominatória ao importe de R$7.000,00 (sete mil reais) por dia de descumprimento, sem prejuízo das atualizações legalmente permitidas, adotando como termo inicial, da mesma forma como fez o Tribunal de origem, a data da intimação pessoal do representante legal da recorrida, qual seja, 28 de julho de 2006, de modo que, até o presente momento, resultam aproximadamente 49 meses de descumprimento".8. O valor decorrente da aplicação da multa, portanto, deve ser mantido, considerando que a parte recorrente estava ciente de sua obrigação e não a cumpriu. O valor residual da condenação, igualmente, não se mostra excessivo, devendo ser mantido. Ao Recorrido cabe o levantamento dos valores bloqueados e suas atualizações.VOTO: Voto portanto, no sentido de negar provimento ao recurso, mantendo a sentença por seus próprios fundamentos (art. 46, da Lei 9.099/95). Condeno o Recorrente ao pagamento de custas processuais, e honorários de advogado no percentual de 20% sobre o valor da condenação/execução (Art. 85, §2º, CPC/2015). . DECISÃO: "A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, os MM. Juízes componentes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, ACORDAM em NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO INOMINADO. Participaram deste julgamento, além do signatário, os demais Juízes presentes à sessão. Manaus, 29 de agosto de 2019.".

Processo: 0605617-63.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 13º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Bmg S/A
Advogado: Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM)
Advogado: Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB: 876/AM)
Advogado: Henrique Lima Marinheiro (OAB: 9324/AM)
Advogada: Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB: 4018/AM)
Recorrido: Fabio Jose Gomes Cajado
Advogado: Herrazuris Nogueira Duarte Júnior (OAB: 7790/AM)

Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado

RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. AUSÊNCIA DE INFORMAÇÕES CLARAS E ADEQUADAS AO CONSUMIDOR. QUEBRA DA BOA-FÉ OBJETIVA. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO APENAS PARA MINORAR O VALOR DA INDENIZAÇÃO MORAL DE R$ 15.000,00 PARA R$

6.000,00. SEM CUSTAS E HONORÁRIOS.- Quanto à preliminar suscitada, rejeito-a de plano posto que os elementos trazidos aos autos se mostram suficientes a informar a decisão de mérito ventilada na inicial. Isto posto, não vislumbro a efetiva necessidade de realização de prova pericial para o deslinde do feito.- Há na espécie evidente relação consumerista, subordinando-se o desate da lide às normas do C.D.C. que, em seu art. 14, calcado na teoria do risco do empreendimento, consagra a responsabilidade civil objetiva do fornecedor pelo defeito na prestação do serviço.- Trata-se da chamada Teoria do Risco Profissional, lastreada pela obrigação de suportar os danos causados como inerentes aos riscos de suas condutas, independentemente da aferição do elemento subjetivo para a caracterização da responsabilidade civil, quanto ao exercício das atividades empresariais e a disponibilização de produtos e/ou serviços aos consumidores.- No caso concreto, o banco recorrente não coligiu provas suficientes de suas alegações (Art 373, II do CPC), não se desincumbindo do ônus de demonstrar o atendimento ao dever de informação e esclarecimento do consumidor ordenado pelo art. 52 do CDC, assim o induzindo em erro ao contratar um produto cujo adimplemento estava impedido pelas próprias disposições contratuais, em benefício exclusivo da instituição financeira. - O direito básico de informação constitui importante ferramenta de equilíbrio entre as partes na relação de consumo, possibilitando, ao consumidor, a escolha consciente dos produtos ou serviços disponíveis no mercado, na medida em que anula, em tese, a sua vulnerabilidade informacional (IRDR 000199-73.2018.8.04.90000 TJ/AM).- Consoante expendido por este magistrado em inúmeras decisões, o cartão de crédito consignado trata-se de um artifício de que os bancos se utilizam para impor ao consumidor de crédito bancário uma taxa de juros muito superior a que é praticada no mercado, em suma onerando capciosa e excessivamente os mútuos bancários.- Os danos morais se conformam na espécie e decorrem da atitude abusiva do recorrente, que se utilizou de sua superioridade técnica e de subterfúgios para angariar a conclusão do negócio que, uma vez mais deve ser enfatizado, foi extremamente proveitoso para si e extremamente oneroso à consumidora, o que colide frontalmente com princípios basilares de proteção consolidados no CDC e causa no consumidor profundo sentimento de impotência e frustração e ludibrio.- É sabido que a quantificação do dano estritamente moral constitui matéria das mais tortuosas na operação do direito. Inobstante, convergem a doutrina e a jurisprudência em alguns aspectos. Assim, é assente o entendimento de que o quantum deve ser arbitrado pelo juiz, observando-se que o valor não deve ser muito alto, eis que não se objetiva o enriquecimento sem causa, tampouco irrisório, o que excluiria o caráter educativo/punitivo da condenação.- Tenho pela necessidade de punição do ilícito praticado pela instituição financeira, todavia atentando-se aos princípios da equidade, razoabilidade e proporcionalidade, sendo certa a necessidade de redução do quantum indenizatório.- À vista disso, nesse caso específico, entendo que a quantia de R$ 15.000,00 (quinze mil reais) fixada pela eminente julgadora monocrática, revela-se desproporcional aos danos suportados pelo recorrido, pelo que a reduzo ao patamar de R$ 6.000,00 (seis mil reais), montante que reputo suficiente e razoável.- Recurso conhecido e PARCIALMENTE PROVIDO apenas para minorar o valor da condenação moral.- Sem custas e honorários, com fundamento no art. 55 da Lei 9.099/95, interpretado a contrario sensu.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, em dar parcial provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 30 de agosto de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator".

Processo: 0605619-96.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 3ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Vivo S/A
Advogado: Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB: 29320/GO)
Advogado: André de Souza Oliveira (OAB: 5219/AM)
Recorrida: ANY KAROLINY DANTAS SOUZA
Advogado: Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB: 7197/AM)

Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. SERVIÇO DE TELEFONIA MÓVEL. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. COBRANÇA DE SERVIÇOS NÃO CONTRATADOS. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DANOS MORAIS E MATERIAIS CONFIGURADOS. REDUÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. OBEDIÊNCIA AOS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA APENAS PARA MINORAR O VALOR DOS DANOS MORAIS DE R$ 4.990,00 PARA R$ 2.000,00. SEM CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, em dar parcial provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 29 de agosto de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator".

Processo: 0605785-91.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 4ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Edson Ferreira Leda Junior
Soc. Advogados: Fred Figueiredo Cesar (OAB: 9508/AM)
Advogado: Fred Figueiredo Cesar (OAB: 9508/AM)
Recorrido: Banco do Brasil S/A
Advogado: Sérvio Túlio de Barcelos (OAB: 1048A/AM)
Advogado: José Arnaldo Janseen Nogueira (OAB: 1047A/AM)

Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. TAXA DE JUROS. COBRANÇA EXCESSIVA. INEXISTÊNCIA. BANCOS QUE NÃO ESTÃO ADSTRITOS À TAXA DE JUROS DE 12% (DOZE POR CENTO) AO ANO. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA MANTIDA. CUSTAS E HONORÁRIOS. CABIMENTO. ART 55 DA LEI 9.099/95. EXIGIBILIDADE SUSPENSA. BENEFICIÁRIO DE GRATUIDADE JUDICIÁRIA.- Cuida a hipótese de revisão do contrato de empréstimo celebrado entre as partes, alegando o recorrente cobrança excessiva da taxa de juros 2,29%, considerando a lei de usura.- A questão da taxa de juros já está pacificada e não estão os Bancos adstritos à taxa de juros de 12% (doze por cento) ao ano, e neste sentido foi o decidido na sentença ora impugnada.- Ademais, ao ver deste juízo, a taxa cobrada no empréstimo do recorrente, de 2,29% a.m., está dentro dos juros aplicados em média no mercado, não apresentando, assim, abusividade.- Súmula nº 596 do Supremo Tribunal Federal.- Precedentes jurisprudenciais.- Recurso conhecido e improvido.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, em negar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 22 de agosto de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator".

Processo: 0605812-33.2017.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, 13º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 1037A/AM)
Recorrido: Francisney Augusto da Silva
Advogado: Adjailson Silva Figueira de Souza (OAB: 8620/AM)
Advogado: Elvislan do Nascimento Silva (OAB: 8970/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. CONTRATO INSUFICIENTE. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. DANO MORAL. REDUÇÃO. RECURSO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0605843-94.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 11ª Vara do Juizado Especial Cível
Apelante: Luiz Soriano de Jesus
Advogada: Janaína Lopes Cavalcante (OAB: 5872/AM)
Apelado: Sul América Companhia Nacional de Seguros
Advogado: Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB: 21678/PE)

Relator: Julião Lemos Sobral Junior. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA: RECURSO INOMINADO. RELAÇÃO DE CONSUMO. EMPRESA SEGURADORA. ESTIPULANTE SETOR PÚBLICO. SEGURO COLETIVO. SOLICITAÇÃO DE CANCELAMENTO DE SEGURO. SOLICITAÇÃO COMPROVADA. COBRANÇA APÓS PEDIDO DE CANCELAMENTO. COBRANÇAS INDEVIDAS. REPETIÇÃO DE INDÉBITO CONCEDIDA. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA NO CÁLCULO DOS DANOS MATERIAIS. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.. DECISÃO: "Decisão do julgamento na sessão Não informado".

Processo: 0605963-77.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: PROVER PROMOÇÃO DE VENDAS LTDA – EPP (AVANCARD)
Advogada: Caroline Fugolari Freitas (OAB: 11135/AM)
Recorrido: Antônio Dimas Silva Alves
Advogado: Luis Albert dos Santos Oliveira (OAB: 8251/AM)

Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado
RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CANCELAMENTO DE CARTÃO DE CRÉDITO SEM AVISO PRÉVIO. CONSUMIDOR QUE UTILIZA O CARTÃO SEM A CIÊNCIA DO BLOQUEIO E TEM O MEIO DE PAGAMENTO NEGADO. QUEBRA DA CONFIANÇA CONTRATUAL. DANO MORAL CONFIGURADOS. RECURSO IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. CUSTAS E HONORÁRIOS. CABIMENTO. 20% DO VALOR DA CONDENAÇÃO. . DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, em negar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 27 de agosto de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator".

Processo: 0605980-47.2016.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 4ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: MARLENE ARAÚJO DE OLIVEIRA
Advogado: Jonas Mota Loes (OAB: 10494/AM)
Recorrido: Banco Bmg S/A
Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE)

Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. DEMANDA JULGADA IMPROCEDENTE NA ORIGEM. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. PROPOSTA DE ADESÃO QUE NÃO EQUIVALE AO CONTRATO. AUSÊNCIA DE INFORMAÇÕES CLARAS E ADEQUADAS AO CONSUMIDOR. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. DANOS MATERIAIS. DEVOLUÇÃO SIMPLES. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. RECURSO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.- Há na espécie evidente relação consumerista, subordinando-se o desate da lide às normas do C.D.C. que, em seu art. 14, calcado na teoria do risco do empreendimento, consagra a responsabilidade objetiva do fornecedor pelo defeito na prestação do serviço.- De acordo com a primeira tese fixada no IRDR 000199-73.2018.8.04.90000 TJ/AM, são inválidos os contratos de cartão de crédito consignado quando inexistir prova inequívoca de que tenha o consumidor sido informado, prévia e adequadamente sobre a integralidade dos termos ajustados no instrumento contratual.- No caso concreto, o recorrido não coligiu aos autos provas suficientes de suas alegações (art 373, II do CPC), não se desincumbindo do ônus de demonstrar o atendimento ao dever de informação e esclarecimento do consumidor ordenado pelo art. 52 do CDC, assim o induzindo em erro ao contratar um produto cujo adimplemento estava impedido pelas próprias disposições contratuais, em benefício exclusivo da instituição financeira. - Dos autos, retira-se que o recorrido sequer deu-se ao trabalho de coligir aos autos a cópia do contrato de cartão de crédito consignado que alega ter realizado com o recorrente e com as devidas informações.-Frise-se que os documentos de f. 75/76 tratam-se apenas de mera proposta de adesão e autorização para crédito em conta, o que não equivale e tampouco substitui, em hipótese alguma, o instrumento contratual.- Dessa maneira, deve ser declarada a invalidade do negocio jurídico realizado e, por conseguinte, ser feita a repetição dos valores indevidamente pagos, com a devida compensação da quantia creditada na conta do recorrente, segundo o comando do aludido IRDR, terceira tese.- Quanto à restituição, entendo que deve ser feita em dobro, à luz do art 42, parágrafo único do CDC e da terceira tese acima mencionada, uma vez que a abusividade trazida pela modalidade de contratação, aliada a ausência de prova inequívoca acerca do negócio jurídico realizado e do atendimento ao dever de informação, têm o condão de atestar a má-fé do fornecedor que promoveu as cobranças questionadas. - Conforme expendido por este magistrado em inúmeras outras decisões, o cartão de crédito consignado trata-se de um artifício de que os bancos se utilizam para impor ao consumidor de crédito bancário uma taxa de juros muito superior a que é praticada no mercado, em suma onerando capciosa e excessivamente os mútuos bancários.-Ressalto que embora o entendimento deste relator pela devolução na forma dobrada, a composição desta turma diverge nesse sentido, entendendo pela devolução na forma simples. Logo, vencida a relatoria nesse aspecto, determino a restituição simples, o que corresponde a R$ 5.775,99.- Os danos morais estão conformados e decorrem da atitude abusiva do recorrido, que se utilizou de sua superioridade técnica e de subterfúgios para angariar a conclusão de um negócio que, uma vez mais deve ser enfatizado, foi extremamente proveitoso para si e extremamente oneroso ao consumidor, o que colide frontalmente com princípios basilares de proteção consolidados no CDC e causa no consumidor profundo sentimento de impotência, frustração e ludibrio, características do dano imaterial, merecendo, portanto, a devida reparação.- Deste modo, com base nas razões alhures, reconheço os danos morais e arbitro em R$ 3.000,00 (três mil reais) o valor da indenização correspectiva, o que faço não só para recrudescer a psique do recorrente, mas também para servir de efeito pedagógico ao recorrido.- Ante o exposto, VOTO, pois no sentido de CONHECER E DAR PROVIMENTO AO RECURSO, para reformar a respeitável sentença a quo e condenar o recorrido ao pagamento de indenização moral no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), com juros de 1% ao mês e correção monetária a contar desta data e R$ 5.775,99 (cinco mil setecentos e setenta e cinco reais e noventa e nove centavos), a título de repetição do indébito, com juros de 1% ao mês e correção monetária a contar da citação.- Sem custas e honorários, com fundamento no art. 55 da Lei 9.099/95, interpretado a contrario sensu.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, em dar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que integra o presente voto. Sala das Sessões, em Manaus, 27 de agosto de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator".

Processo: 0606135-04.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, 10ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Lucicleide Mascarenhas da Cruz
Advogado: Luis Albert dos Santos Oliveira (OAB: 8251/AM)
Recorrido: Uninorte - Centro Universitário do Norte
Advogado: Roberto Trigueiro Fontes (OAB: 692/AM)
Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE)

Relator: Julião Lemos Sobral Junior. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. COLAÇÃO DE GRAU. AUSÊNCIA DE INFORMAÇÃO A ALUNA DA MUDANÇA DE LOCAL DA CERIMÔNIA. AUSÊNCIA DE ENTREGA DO CERTIFICADO, MAS TÃO SOMENTE DOCUMENTO COM O LOGO DA UNIVERSIDADE. CONSTRANGIMENTO PARA A REQUERENTE. VALOR ARBITRADO Indenização em valor dentro dOS PARÂMETROS DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDAde. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE MAIORES DISSABORES E TRANSTORNOS EM RAZÃO DO FATO, COMO O IMPEDIMENTO DA COLAÇÃO. ENTENDIMENTO DO JUÍZO DE PRIMEIRO GRAU QUE ENCONTRA CONSONÂNCIA COM O ENTENDIMENTO DA TURMA RECURSAL, SOBRE O ASSUNTO TRATADO NO PROCESSO. SENTENÇA QUE DEVE SER MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS, POR SEREM IRRETOCÁVEIS. SÚMULA QUE SERVIRÁ DE ACÓRDÃO. ART. 46, LEI 9.099/95. Presentes os requisitos de admissibilidade, conheço do recurso. 1. Porque bem analisou, ponderou e julgou os fatos, aplicando com correção e justiça o direito, a referida sentença deve ser mantida na forma proferida, a cujos argumentos me reporto, chamando-os à colação para serem tidos como se aqui estivessem transcritos, nos termos do art. 46, da Lei 9.099/95.2. No mesmo sentido, dispõe o Supremo Tribunal Federal: EMENTA DIREITO PROCESSUAL CIVIL. JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. MANUTENÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA COM BASE NO ART. 46 DA LEI 9.099 /95. POSSIBILIDADE. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO DEVIDO PROCESSO LEGAL, AO CONTRADITÓRIO E À AMPLA DEFESA. EVENTUAL VIOLAÇÃO REFLEXA NÃO ENSEJA RECURSO EXTRAORDINÁRIO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO CONFIGURADA. ACÓRDÃO RECORRIDO DISPONIBILIZADO EM 16.8.2012. Não importa ausência de motivação, a adoção dos fundamentos da sentença recorrida pela Turma Recursal, em conformidade com o disposto no art. 46 da Lei 9.099 /95. O exame da alegada ofensa ao art. 5º , XXXV , e LV , da Constituição Federal , dependeria de prévia análise da legislação infraconstitucional aplicada à espécie, o que refoge à competência jurisdicional extraordinária, prevista no art. 102 da Constituição Federal . Inexiste violação do artigo 93 , IX , da CF/88 . O Supremo Tribunal Federal entende que o referido dispositivo constitucional exige que o órgão jurisdicional explicite as razões do seu convencimento, dispensando o exame detalhado de cada argumento suscitado pela parte. Agravo regimental conhecido e não provido. (STF - Processo: ARE 736290 SP, Orgão Julgador, Primeira Turma, Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-160 DIVULG 15-08-2013 PUBLIC 16-08-2013, Julgamento: 25 de Junho de 2013, Relator: Min. ROSA WEBER).VOTO: Ante o exposto, voto no sentido de conhecer e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, mantendo na íntegra a sentença monocrática por seus fundamentos (art. 46, Lei 9.099/95). Sem condenação em custas e honorários, em razão da AGJ deferida (fls. 128). . DECISÃO: “A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, os MM. Juízes componentes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, ACORDAMem NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO INOMINADO, mantendo na íntegra a sentença proferida em Primeiro Grau. Participaram deste julgamento, além do signatário, os demais Juízes presentes à sessão. Manaus, 28 de agosto de 2019”.

Processo: 0606481-30.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 4ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Huberlanio Feitoza de Farias
Advogado: Carlos Rossato da Silva Avila (OAB: 10309/MT)
Recorrido: Vivo S/A
Advogado: Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB: 29320/GO)

Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. DEMANDA JULGADA PARCIALMENTE PROCEDENTE NA ORIGEM APENAS PARA DECLARAR A INEXIGIBILIDADE DO DÉBITO QUESTIONADO. NEGATIVAÇÃO INDEVIDA. EXISTÊNCIA DE INSCRIÇÃO POSTERIOR. SÚMULA 385 DO STJ. INAPLICABILIDADE. DANO MORAL CONFIGURADO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. SEM CUSTAS E HONORÁRIOS.. DECISÃO: “Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, em dar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 21 de agosto de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator”.

Processo: 0606610-35.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 4ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Ana Karoline Gomes da Silva
Advogada: Jackeline Ferreira da Silva (OAB: 9460/AM)
Recorrente: Luiz Carlos de Souza Bezerra
Advogada: Jackeline Ferreira da Silva (OAB: 9460/AM)
Recorrido: Azul Linhas Aereas Brasileiras S.a.
Advogado: Luciana Goulart Penteado (OAB: 167884/SP)
Advogada: ROSANA SOARES DIAS (OAB: 283234/SP)

Relator: Julião Lemos Sobral Junior. Revisor: Revisor do processo Não informado

Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado. DECISÃO: “Decisão do julgamento na sessão Não informado”.

Processo: 0606685-14.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 1ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Vivo S/A
Advogado: Naudal Rodrigues de Almeida (OAB: 4068/AM)
Advogado: Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB: 29320/GO)
Recorrida: Joelma Seixas Diniz Oliveira
Advogado: Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB: 7197/AM)

Relator: Julião Lemos Sobral Junior. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: SÚMULA DA SENTENÇA. CONSUMIDOR. TELEFONIA. COBRANÇA INDEVIDA DE SERVIÇO NÃO CONTRATADO. PEDIDO DE CANCELAMENTO NÃO ATENDIDO. CONTINUIDADE DA COBRANÇA. DEFEITO NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DA INSTITUIÇÃO. DANO MORAL CONFIGURADO. VALOR ARBITRADO Indenização em valor dentro dOS PARÂMETROS DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDAde. ENTENDIMENTO DO JUÍZO DE PRIMEIRO GRAU QUE ENCONTRA CONSONÂNCIA COM O ENTENDIMENTO DA TURMA RECURSAL, SOBRE O ASSUNTO TRATADO NO PROCESSO. SENTENÇA QUE DEVE SER MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS, POR SEREM IRRETOCÁVEIS. SÚMULA QUE SERVIRÁ DE ACÓRDÃO. ART. 46, LEI 9.099/95. Presentes os requisitos de admissibilidade, conheço do recurso. 1. Porque bem analisou, ponderou e julgou os fatos, aplicando com correção e justiça o direito, a referida sentença deve ser mantida na forma proferida, a cujos argumentos me reporto, chamando-os à colação para serem tidos como se aqui estivessem transcritos, nos termos do art. 46, da Lei 9.099/95.2. No mesmo sentido, dispõe o Supremo Tribunal Federal: EMENTA DIREITO PROCESSUAL CIVIL. JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. MANUTENÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA COM BASE NO ART. 46 DA LEI 9.099 /95. POSSIBILIDADE. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO DEVIDO PROCESSO LEGAL, AO CONTRADITÓRIO E À AMPLA DEFESA. EVENTUAL VIOLAÇÃO REFLEXA NÃO ENSEJA RECURSO EXTRAORDINÁRIO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO CONFIGURADA. ACÓRDÃO RECORRIDO DISPONIBILIZADO EM 16.8.2012. Não importa ausência de motivação, a adoção dos fundamentos da sentença recorrida pela Turma Recursal, em conformidade com o disposto no art. 46 da Lei 9.099 /95. O exame da alegada ofensa ao art. 5º , XXXV , e LV , da Constituição Federal , dependeria de prévia análise da legislação infraconstitucional aplicada à espécie, o que refoge à

competência jurisdicional extraordinária, prevista no art. 102 da Constituição Federal . Inexiste violação do artigo 93 , IX , da CF/88 . O Supremo Tribunal Federal entende que o referido dispositivo constitucional exige que o órgão jurisdicional explicite as razões do seu convencimento, dispensando o exame detalhado de cada argumento suscitado pela parte. Agravo regimental conhecido e não provido. (STF - Processo: ARE 736290 SP, Orgão Julgador, Primeira Turma, Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-160 DIVULG 15-08-2013 PUBLIC 16-08-2013, Julgamento: 25 de Junho de 2013, Relator: Min. ROSA WEBER).VOTO: Ante o exposto, voto no sentido de conhecer e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, mantendo na íntegra a sentença monocrática por seus fundamentos (art. 46, Lei 9.099/95), e condeno o Recorrente ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, que fixo em 20% sobre o valor da condenação (art. 55, Lei 9.099/95).. DECISÃO: "A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, os MM. Juízes componentes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, ACORDAM em NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO INOMINADO, mantendo na íntegra a sentença proferida em Primeiro Grau. Participaram deste julgamento, além do signatário, os demais Juízes presentes à sessão. Manaus, 30 de agosto de 2019.".

Processo: 0606755-31.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 1ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Joao Evangelista Teixeira Neto

Advogado: Diego Lucas Macedo Pereira (OAB: 7928/AM)

Recorrido: Banco Bmg S/A

Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE)

Advogado: Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB: 9487/AM)

Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. AUSÊNCIA DE INFORMAÇÕES CLARAS E ADEQUADAS AO CONSUMIDOR. QUEBRA DA BOA-FÉ OBJETIVA. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. DANOS MATERIAIS. DEVOLUÇÃO SIMPLES. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. RECURSO PROVIDO. SENTENÇA DE EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO REFORMADA. SEM CUSTAS E HONORÁRIOS.- Em que pese o entendimento adotado pela douta magistrada a quo, vislumbro que tal não merece prevalecer, uma vez que a matéria em questão já foi uniformizada, sendo despiciendo, pois, a atuação técnica de perito para qualquer esclarecimento, o que entendo autorizado pelos artigos 5º e 6º da Lei 9.099/95.- Dito isto, afasto a complexidade de causa reconhecida pela ilustre julgadora de piso e, considerando que o feito encontra-se devidamente instruído e maduro, passo ao julgamento do recurso, o que faço com esteio no art. 1.013, § 3º, I, do CPC.- De acordo com primeira tese fixada no IRDR 000199-73.2018.8.04.90000 TJ/AM, são inválidos os contratos de cartão de crédito consignado quando inexistir prova inequívoca de que tenha o consumidor sido informado, prévia e adequadamente sobre a integralidade dos termos ajustados no instrumento contratual.- In casu, verifica-se que o recorrido não se desincumbiu do ônus de demonstrar o atendimento do dever de informação e esclarecimento do consumidor ordenado pelo art. 52 do CDC, assim o induzindo em erro ao contratar um produto cujo adimplemento estava impedido pelas próprias disposições contratuais, em benefício exclusivo da instituição financeira. - O direito básico de informação constitui importante ferramenta de equilíbrio entre as partes na relação de consumo, possibilitando, ao consumidor, a escolha consciente dos produtos ou serviços disponíveis no mercado, na medida em que anula, em tese, a sua vulnerabilidade informacional.- Consoante expendido por este magistrado em inúmeras decisões, o cartão de crédito consignado trata-se de um artifício de que os bancos se utilizam para impor ao consumidor de crédito bancário uma taxa de juros muito superior a que é praticada no mercado, em suma onerando capciosa e excessivamente os mútuos bancários.- A abusividade trazida pela modalidade de contratação, aliada a ausência de juntada de contrato específico, tem o condão de atestar a má-fé do fornecedor que promoveu as cobranças questionadas, sendo, pois, totalmente devida a repetição de valores na forma dobrada. - Ressalto que embora o entendimento deste relator pela devolução na forma dobrada, a composição desta turma diverge nesse sentido, entendendo pela devolução na forma simples. Logo, vencida a relatoria nesse aspecto, determino a restituição simples, o que corresponde a R$ 3.151,97.- Os danos morais estão conformados e decorrem da atitude abusiva do recorrido, que se utilizou de sua superioridade técnica e de subterfúgios para angariar a conclusão do negócio que, uma vez mais deve ser enfatizado, foi extremamente proveitoso para si e extremamente oneroso ao recorrente, o que colide frontalmente com princípios basilares de proteção consolidados no CDC e causa no consumidor profundo sentimento de impotência e frustração e ludibrio. - Recurso conhecido e provido para reformar a sentença a quo e condenar o recorrido ao pagamento de indenização moral no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), com juros de 1% ao mês e correção monetária a contar desta data, e R$ 3.151,97 (três mil cento e cinquenta e um reais e noventa e sete centavos) a título de reparação material, com juros de 1% ao mês e correção monetária a contar da citação.- Sem custas e honorários, com fundamento no art. 55 da Lei 9.099/95, interpretado a contrario sensu.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, em dar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 27 de agosto de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator".

Processo: 0607000-39.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 14ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Nazaré Gama

Advogado: Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB: 7396/AM)

Advogado: Kelson Girão de Souza (OAB: 7670/AM)

Recorrido: Banco Bmg S/A

Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE)

Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado

RECURSO INOMINADO. DEMANDA JULGADA IMPROCEDENTE NA ORIGEM. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. PROPOSTA DE ADESÃO QUE NÃO EQUIVALE AO CONTRATO. AUSÊNCIA DE INFORMAÇÕES CLARAS E ADEQUADAS AO CONSUMIDOR. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. DANOS MATERIAIS. DEVOLUÇÃO SIMPLES. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. RECURSO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.- Há na espécie evidente relação consumerista, subordinando-se o desate da lide às normas do C.D.C. que, em seu art. 14, calcado na teoria do risco do empreendimento, consagra a responsabilidade objetiva do fornecedor pelo defeito na prestação do serviço.- De acordo com a primeira tese fixada no IRDR 000199-73.2018.8.04.90000 TJ/AM, são inválidos os contratos de cartão de crédito consignado quando inexistir prova inequívoca de que tenha o consumidor sido informado, prévia e adequadamente sobre a integralidade dos termos ajustados no instrumento contratual.- No caso concreto, o recorrido não coligiu aos autos provas suficientes de suas alegações (art 373, II do CPC), não se desincumbindo do ônus de demonstrar o atendimento ao dever de informação e esclarecimento do consumidor ordenado pelo art. 52 do CDC, assim induzindo a recorrente em erro ao contratar um produto cujo adimplemento estava impedido pelas próprias disposições contratuais, em benefício exclusivo da instituição financeira. - Dos autos, retira-se que o recorrido sequer deu-se ao trabalho de coligir aos autos a cópia do contrato de cartão de crédito consignado que alega ter realizado com a recorrente e com as devidas informações.-Frise-se que os documentos de f.175-185 tratam-se apenas de mera proposta de adesão e autorização para crédito em conta, o que não equivale e tampouco substitui, em hipótese alguma, o instrumento contratual.- Dessa maneira, deve ser declarada a invalidade do negocio jurídico realizado e,

por conseguinte, ser feita a repetição dos valores indevidamente pagos, com a devida compensação da quantia creditada na conta da recorrente. - Nesse sentido, é o comando do aludido IRDR, terceira tese:O consectário lógico da declaração de invalidade do negócio jurídico é a restituição do status quo ante (...) "Em regra, é cabível a restituição simples, a cada parte, nos casos em que for reconhecida a ilegalidade dos contratos de cartão de crédito consignado. A repetição de indébito é devida, tão somente, quando houver comprovada má-fé, que deve ser apreciada a luz do caso concreto."- Quanto à restituição, entendo que deve ser feita em dobro, à luz do art 42, parágrafo único do CDC e da terceira tese acima mencionada, uma vez que a abusividade trazida pela modalidade de contratação, aliada a ausência de prova inequívoca acerca do negócio jurídico realizado e do atendimento ao dever de informação, têm o condão de atestar a má-fé do fornecedor que promoveu as cobranças questionadas. - Conforme expendido por este magistrado em inúmeras outras decisões, o cartão de crédito consignado trata-se de um artifício de que os bancos se utilizam para impor ao consumidor de crédito bancário uma taxa de juros muito superior a que é praticada no mercado, em suma onerando capciosa e excessivamente os mútuos bancários.- Dessarte, restando configurada a ma-fé do banco, deve a recorrente ser restituída na quantia total paga, em dobro, com o abatimento do valor creditado em sua conta.-Ressalto que embora o entendimento deste relator pela devolução na forma dobrada, a composição desta turma diverge nesse sentido, entendendo pela devolução na forma simples. Logo, vencida a relatoria nesse aspecto, determino a restituição simples, o que corresponde a R$ 1.452,51, porém, com foi pleiteado o valor de R$ 994,02 na inicial, fixo tal valor para a reparação material de modo a não julgar a ação além do pedido.- Os danos morais estão conformados e decorrem da atitude abusiva do recorrido, que se utilizou de sua superioridade técnica e de subterfúgios para angariar a conclusão de um negócio que, uma vez mais deve ser enfatizado, foi extremamente proveitoso para si e extremamente oneroso ao consumidor, o que colide frontalmente com princípios basilares de proteção consolidados no CDC e causa no consumidor profundo sentimento de impotência, frustração e ludibrio características do dano imaterial, merecendo, portanto, a devida reparação.- Deste modo, com base nas razões alhures, reconheço os danos morais e arbitro em R$ 3.000,00 (três mil reais) o valor da indenização correspectiva, o que faço não só para recrudescer a psique da recorrente, mas também para servir de efeito pedagógico ao recorrido.- Ante o exposto, VOTO, pois no sentido de CONHECER E DAR PROVIMENTO AO RECURSO, para reformar a respeitável sentença a quo e condenar o recorrido ao pagamento de indenização moral no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), com juros de 1% ao mês e correção monetária a contar desta data e R$ 994,02 (novecentos e noventa e quatro reais e dois centavos), a título de reparação material, com juros de 1% ao mês e correção monetária a contar da citação.- Sem custas e honorários, com fundamento no art. 55 da Lei 9.099/95, interpretado a contrario sensu.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, em dar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 26 de agosto de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator".

Processo: 0607158-34.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 13º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Adriana Jemima Santana Fogaça Urtiga
Advogado: Priscilla Prestes Carreira (OAB: 7057/AM)
Recorrido: Metalife Indústria e Comércio de Móveis Ltda.

Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado

RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. VÍCIO REDIBITÓRIO. RECUSA DE COBERTURA PELA GARANTIA CONTRATUAL. ALEGAÇÃO DE DEFEITO ADVINDO DA FALTA DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. FORNECEDOR QUE NÃO COMPROVA EFETIVA DISPONIBILIZAÇÃO DO SERVIÇO DE MANUTENÇÃO. FALHA NO SERVIÇO CONFIGURADA. DANO MATERIAL E MORAL CONFIGURADOS. RECURSO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA. SEM CUSTOS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. . DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, em dar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 19 de agosto de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator".

Processo: 0607189-20.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 7ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Patriurbis 03 Empreendimentos Imobiliarios Ltda
Advogada: Ingryd dos Santos Mousse (OAB: 8304/AM)
Soc. Advogados: Andrade Gc Advogados (OAB: 5797/AM)
Advogada: Keyth Yara Pontes Pina (OAB: 3467/AM)
Recorrente: Condomínio Concept
Advogado: José Mario de Carvalho Neto (OAB: 4861/AM)
Recorrida: Lúcia Maria Nascimento Carneiro
Advogado: Francisco Edberto dos Santos (OAB: 12232/AM)
Recorrido: Ely Mendes Carneiro
Advogado: Francisco Edberto dos Santos (OAB: 12232/AM)
Advogada: Ingryd dos Santos Mousse (OAB: 8304/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. CIVIL E CONSUMIDOR. TAXA CONDOMINIAL. DÉBITOS DE IPTU. DÉBITOS ANTERIORES À ENTREGA DAS CHAVES. TERMO DE CONFISSÃO DE DÍVIDA FIRMADO POR LIVRE VONTADE. INEXISTÊNCIA DE VÍCIO DE CONSENTIMENTO. INCORPORADORA QUE TRANSFERE ENCARGO DO ATRASO DO IMÓVEL AO CONSUMIDOR. ABUSIVIDADE. IMPROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS QUANTO AO CONDOMÍNIO. PROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS QUANTO À INCORPORADORA. SENTENÇA REFORMADA EM PARTE.Da análise dos autos, constata-se que o autor recebeu seu imóvel com 43 meses de atraso e que o mesmo foi cobrado pelos débitos de taxa condominial e de IPTU anteriores à entrega das chaves. Observa-se também que a empresa Patriurbis, responsável pelo atraso do imóvel, concedeu por "mera liberalidade" um desconto em benefício do autor, pois, do valor do débito atualizado (R$ 1.501.185,00), aceitou o pagamento do valor inicialmente devido (R$ 697.540,00), acrescido de um "bônus", não repassado ao autor, equivalente à R$ 47.540,00.Para deliberar a presente lide, insta salientar que o seu objeto aborda duas relações distintas do autor, sendo uma contra a Patriurbis e a outra contra o condomínio, as quais são regidas por regulamentos distintos, pois a primeira se trata de uma relação de consumo e a segunda se trata de um negócio jurídico que deve ser analisado à luz do Código Civil. Estabelecidas tais premissas, tem-se as relações acima destacadas devem ser analisadas isoladamente, passa-se a decidir sobre a relação condominial.Ainda que seja pacífico o posicionamento jurisprudencial sobre quem recai a responsabilidade pelo pagamento das taxas condominiais anteriores à entrega das chaves, nada obsta que terceiros, e aqui se inclui o autor, assuma tal encargo por meio de termo de confissão de dívida.Da análise dos autos, não se vislumbram quaisquer vícios de consentimento capazes de tornar nulo o acordo firmado entre o autor e o condomínio. A mera alegação contida na inicial de que houve erro ou má-fé não é capaz, por si só, não comprova a existência de vício que comprometa a validade do negócio jurídico entabulado. O argumento indicado na sentença é forçoso, pois o simples fato de o Condomínio ter procurado os requerentes, ao invés da incorporadora/construtora, não torna nulo de pleno direito o termo de confissão de dívida, pois este foi firmado pelo autor por livre vontade.Sendo assim, considerando a plena validade do termo de confissão de dívida, merece ser reformado o item "a" da decisão. O item "d" também não merece prosperar, pois os valores que foram assumidos pelo autor não devem ser perseguidos contra o condomínio, mas sim contra a incorporadora, que agiu de má-fé ao transferir tal encargo àquele. Por fim, não há fundamento legal para condenar, solidariamente, o condomínio em dano moral

por ato ilícito praticado, exclusivamente, pela incorporadora.No que se refere a responsabilidade da Patriurbis, tem-se que as condenações a ela impostas devem ser mantidas, pois a mesma agiu, em duas ocasiões, com má-fé. A primeira quando quis atribuir encargos financeiros, pelo atraso a que deu causa, ao autor, cuja monta era de R$ 803.645,00, equivalente à diferença entre o valor corrigido do saldo devedor (R$ 1.501.185,00) e o valor devido à época em que deveria ser entregue o imóvel (R$ 697.540,00).A segunda vez operou-se quando induziu o autor ao firmar um acordo extrajudicial, no qual, por "mera liberalidade", a incorporadora reduziu os encargos do atraso da obra de R$ 803.645,00 para R$ 47.540,00. Cumpre destacar que esse valor foi "concedido" pela Patriurbis com propósito exclusivo de que o autor pagasse os débitos relacionados ao imóvel anteriores à entrega das chaves. Recurso interposto pelo condomínio conhecido e provido. Sentença parcialmente reformada. Improcedência do pedido de nulidade do termo de confissão de dívida e, por conseguinte, a improcedência do pedido de dano material a ser ressarcido pelo condomínio, no que se refere às taxas condominiais. Quanto ao dano moral, em não existindo solidariedade, não deve o condomínio ser condenado a pagar qualquer indenização.Recurso interposto pela incorporadora não provido. Manutenção da condenação a ela imposta ao pagamento do valor de R$ 5.347,12 (IPTU) e R$ 10.000,00, a título de dano moral. Condenação em custas e honorários na proporção de 20% do valor da condenação. . DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0607298-39.2015.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 13º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Onix Empreendimentos Imobiliarios Ltda
Advogado: Keyth Yara Pontes Pina (OAB: 3467/AM)
Recorrido: Paulo Cezar Krichana da Silva
Advogado: Paulo Cezar Krichana da Silva (OAB: 8494/AM)

Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA:RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. AQUISIÇÃO DE IMÓVEL. ATRASO NA ENTREGA. COBRANÇAS DE TAXAS CONDOMINIAIS E IPTU SEM A ENTREGA EFETIVA DO IMÓVEL. NÃO CABIMENTO. ATRASO NA REGULARIZAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO DO IMÓVEL POR CULPA DA CONSTRUTORA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DANOS MATERIAIS CONFIGURADOS. REPETIÇÃO DO INDÉBITO DEVIDA. TRANSTORNOS INDEVIDOS AOS CONSUMIDORES. DANO MORAL CONFIGURADO. LUCROS CESSANTES CONFIGURADOS. MANUTENÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. SENTENÇA INTEGRALMENTE MANTIDA. CONDENAÇÃO EM CUSTAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CABIMENTO. 15% SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO. ART. 55, DA LEI Nº 9.099/95. . DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, em negar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 29 de agosto de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator".

Processo: 0607378-58.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 11ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Claro S/A
Advogado: José Henrique Cançado Gonçalves (OAB: 57680/MG)
Recorrida: Maria da Conceição Lages
Advogada: Shellby Kariny Silva e Silva (OAB: 13927/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. SERVIÇO DE TELEFONIA. PEDIDO DE CANCELAMENTO. COBRANÇAS APÓS CANCELAMENTO DO SERVIÇO. NEGATIVAÇÃO INDEVIDA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DANO MORAL. PROPORCIONALIDADE DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. SENTENÇA MANTIDA.Trata-se de demanda derivada de relação de consumo, cujo "onus probandi" recai sobre o fornecedor, considerando a sistemática instituída pela Lei 8.078/90 (CDC, art. 6.º, VIII), que conferiu ao consumidor este importante mecanismo de proteção processual, permitindo a inversão do ônus da prova em seu favor, sempre que for hipossuficiente ou verossímil sua alegação.Vale salientar que o instituto, como faculdade concedida ao Juiz, pode ser utilizada no momento que entender oportuno, inclusive de ofício e por ocasião da sentença, segundo as "regras ordinárias de experiência", se há insuficiência técnica e/ou econômica a impedir o amplo acesso à justiça e ao direito de defesa. No presente caso, a requerida não juntou provas capazes de elidir as alegações autorais, assim, tem-se que as cobranças emitidas pela requerida após o pedido de cancelamento do fornecimento do serviço são indevidas.A inscrição em cadastros restritivos de crédito vem sendo utilizada, legitimamente, pelas instituições financeiras, como instrumentos de prevenção para minimizar prejuízos decorrentes da inadimplência dos consumidores de bens e serviços disponibilizados no mercado.Entretanto, esses expedientes costumeiramente empregados deixam de ser legítimos em casos como os dos autos, em que não existem motivos para consubstanciá-los.Pertinente ao dano moral, sabe-se que a inscrição indevida do nome nos cadastros de restrição ao crédito, por si só, é suficiente a ensejar indenização a esse título, não sendo necessário, portanto, que o prejudicado tenha de comprovar prejuízo, conforme vem proclamando a jurisprudência pátria. No que concerne ao quantum, na medida em que o juízo monocrático é o principal destinatário das provas, sobretudo à eleição dos critérios quantificadores do dano extrapatrimonial, apenas seria viável a reforma desse quadro se aviltante o ferimento ao princípio da proporcionalidade ou se patente o enriquecimento sem causa, o que não se divisa no caso concreto. Deve-se, pois, manter a estimativa razoavelmente fixada na decisão ora criticada (R$ 8.000,00). RECURSO NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Vencido o recorrente cabe condenação em custas e honorários, estes arbitrados em 20% do valor da condenação devidamente atualizada, artigo 55 da Lei nº 9.099/1995. . DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0607424-69.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, 10ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Danielly Costa da Silva
Advogada: Cárita Martins Borges Pedroso (OAB: 7310/AM)
Recorrido: Banco CSF S/A
Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE)
Advogado: Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB: 9487/AM)

Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado

RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. SERVIÇOS BANCÁRIOS. CARTÃO DE CRÉDITO. PAGAMENTO PARCIAL DE FATURA. PARCELAMENTO AUTOMÁTICO DO SALDO DEVEDOR. SEGUNDO PAGAMENTO PARCIAL REALIZADO. NÃO ATENDIMENTO DA FINALIDADE DA RESOLUÇÃO 4.549/2017/BACEN. FALHA NO SERVIÇO. COBRANÇA EM DUPLICIDADE. DANO MATERIAL E MORAL CONFIGURADOS. RECURSO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA. SEM CUSTAS E HONORÁRIOS.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, em dar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 29 de agosto de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator".

Processo: 0607685-12.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 11ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Bmg S/A

Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE)

Recorrida: Raimar Fernandes de Nazareth

Advogado: Sóstenes Adiel Pereira Batista (OAB: 10131/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. CONTRATO INSUFICIENTE. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. RECURSO NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0607715-81.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 14ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Adilson Figueiredo

Advogado: Luis Albert dos Santos Oliveira (OAB: 8251/AM)

Recorrido: Banco Bmg S/A

Advogado: Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB: 876/AM)

Advogada: Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB: 4018/AM)

Advogado: Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM)

Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITOS C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INSISTENTES COBRANÇAS INDEVIDAS. DANO MORAL CONFIGURADO. RECURSO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA. SEM CUSTAS E HONORÁRIOS.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, em dar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 19 de agosto de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator".

Processo: 0607767-85.2015.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 5ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Pedro Paulo Aguiar da Costa

Advogado: Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB: 7396/AM)

Recorrido: Ibrasco Empreendimentos Imobiliários Ltda

Advogada: Keyth Yara Pontes Pina (OAB: 3467/AM)

Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: A598/AM)

Recorrido: Capital Rossi Empreendimentos S/A

Advogada: Keyth Yara Pontes Pina (OAB: 3467/AM)

Relator: Adonaid Abrantes de Souza Tavares. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA:RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. AÇÃO DE RESTITUIÇÃO DE VALOR A TÍTULO DE CORRETAGEM C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO NO JUÍZO A QUO. ALEGAÇÃO DE INCOMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS PELO VALOR DA CAUSA. INAPLICABILIDADE. VALOR DA CAUSA É O PROVEITO ECONÔMICO PERSEGUIDO, E NÃO O VALOR DO CONTRATO. NO CASO, A SOMA DOS PEDIDOS FORMULADOS NÃO ULTRAPASSA QUARENTA SALÁRIOS MÍNIMOS. COMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS RECONHECIDA. SENTENÇA CASSADA. INSTRUMENTO PARTICULAR DE COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL. COMISSÃO DE CORRETAGEM. PAGAMENTO DE SINAL DE UNIDADE EM EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO. VALOR NÃO LANÇADO NO SALDO DEVEDOR. INFORMAÇÃO A POSTERIORI NO SENTIDO DE SE TRATAR DE TAXA DE CORRETAGEM. CLÁUSULA NÃO PREVISTA NO CONTRATO. RETENÇÃO DE VALOR NÃO AJUSTADA PREVIAMENTE. SERVIÇOS DE CORRETAGEM NÃO COMPROVADOS. COBRANÇA INDEVIDA. PRÁTICA ABUSIVA. DANOS MATERIAIS CONFIGURADOS. RESTITUIÇÃO DE FORMA SIMPLES. TRANSTORNOS INDEVIDOS AO CONSUMIDOR. DANO MORAL CONFIGURADO. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. SEM CONDENAÇÃO EM CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ART. 55 DA LEI Nº 9.099/95, INTERPRETADO A CONTRARIO SENSU.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0607767-85.2015.8.04.0015, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos em dar parcial provimento ao recurso interposto.".

Processo: 0607819-13.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 3ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Bmg S/A

Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE)

Recorrido: José Valmir Nogueira de Carvalho Filho

Advogado: Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB: 7197/AM)

Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado

RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. AUSÊNCIA DE INFORMAÇÕES CLARAS E ADEQUADAS AO CONSUMIDOR. QUEBRA DA BOA-FÉ OBJETIVA. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO APENAS PARA MINORAR O VALOR DA INDENIZAÇÃO MORAL DE R$ 9.370,00 PARA R$ 6.000,00. SEM CUSTAS E HONORÁRIOS.- Há na espécie evidente relação consumerista, subordinando-se o desate da lide às normas do CDC que, em seu art. 14, calcado na teoria do risco do empreendimento, consagra a responsabilidade civil objetiva do fornecedor pelo defeito na prestação do serviço.- Em outras palavras, trata-se da chamada Teoria do Risco Profissional, lastreada pela obrigação de suportar os danos causados como inerentes aos riscos de suas condutas, independentemente da aferição do elemento subjetivo para a caracterização da responsabilidade civil, quanto ao exercício das atividades empresariais e a disponibilização de produtos e/ou serviços aos consumidores.- De acordo com a primeira tese fixada no IRDR 000199-73.2018.8.04.90000 TJ/AM, são inválidos os contratos de cartão de crédito consignado quando inexistir prova inequívoca de que tenha o consumidor sido informado, prévia e adequadamente sobre a integralidade dos termos ajustados no instrumento contratual.- Nesse particular, o banco recorrente não coligiu aos autos provas suficientes de suas alegações (art 373, II do CPC), não se desincumbindo do ônus de demonstrar o atendimento ao dever de informação e esclarecimento do consumidor ordenado pelo art. 52 do CDC, assim o induzindo em erro ao contratar um produto cujo adimplemento estava impedido pelas próprias disposições contratuais, em benefício exclusivo da instituição financeira. - O banco recorrente sequer deu-se ao trabalho de coligir aos autos a cópia do contrato de cartão de crédito consignado que alega ter realizado com o recorrido e com as devidas informações. - O direito básico de informação constitui importante ferramenta de equilíbrio entre as partes na relação de consumo, possibilitando, ao consumidor, a escolha consciente dos produtos ou serviços disponíveis no mercado, na medida em que anula, em tese, a sua vulnerabilidade informacional.- Consoante expendido por este magistrado em inúmeras decisões, o cartão de crédito consignado trata-se de um artifício de que os bancos se utilizam para impor ao consumidor de crédito bancário uma taxa de juros muito superior a que é praticada no mercado, em suma onerando capciosa e excessivamente os mútuos bancários.- Os danos morais se conformam na espécie e decorrem da atitude abusiva do recorrente, que se utilizou de sua superioridade técnica e de subterfúgios para angariar a conclusão do negócio que, uma

vez mais deve ser enfatizado, foi extremamente proveitoso para si e extremamente oneroso ao consumidor, o que colide frontalmente com princípios basilares de proteção consolidados no CDC e causa no consumidor profundo sentimento de impotência e frustração e ludibrio.- É sabido que a quantificação do dano estritamente moral constitui matéria das mais tortuosas na operação do direito. Inobstante, convergem a doutrina e a jurisprudência em alguns aspectos. Assim, é assente o entendimento de que o quantum deve ser arbitrado pelo juiz, observando-se que o valor não deve ser muito alto, eis que não se objetiva o enriquecimento sem causa, tampouco irrisório, o que excluiria o caráter educativo/punitivo da condenação.- Tenho pela necessidade de punição do ilícito praticado pela instituição financeira, todavia atentando-se aos princípios da equidade, razoabilidade e proporcionalidade, sendo certa a necessidade de redução do quantum indenizatório.- À vista disso, nesse caso específico, entendo que a quantia de R$ 9.370,00 (nove mil trezentos e setenta reais) fixada pelo eminente julgador monocrático, revela-se desproporcional aos danos suportados pelo recorrido, pelo que a reduzo ao patamar de R$ 6.000,00 (seis mil reais), montante que reputo suficiente e razoável.- Recurso conhecido e PARCIALMENTE PROVIDO apenas para minorar o valor da condenação moral.- Sem custas e honorários, com fundamento no art. 55 da Lei 9.099/95, interpretado a contrario sensu.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, em dar parcial provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 27 de agosto de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator".

Processo: 0607838-27.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível, Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal

Recorrente: Maria Olimpia Duque Farias
Soc. Advogados: Israel Lamego de Lima Júnior (OAB: 8475/AM)
Advogado: Israel Lamego de Lima Júnior (OAB: 8475/AM)
Recorrido: Governador do Estado do Amazonas
Advogada: Lorena Silva de Albuquerque (OAB: 6023/AM)

Relator: Julião Lemos Sobral Junior. Revisor: Revisor do processo Não informado

Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado. DECISÃO: "Decisão do julgamento na sessão Não informado".

Processo: 0607903-40.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 11ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Alcineia Lima Mota
Advogado: Ranyelle Barbosa de Araujo (OAB: 13177/AM)
Recorrido: Banco Bonsucesso Consignado S.A
Advogado: Gustavo Gonçalves Gomes (OAB: 1058A/AM)
Advogado: Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB: 671A/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. CONTRATO INSUFICIENTE. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. RECURSO PROVIDO PARA O AUTOR. SENTENÇA REFORMADA.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0607944-07.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 4ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Tayna Monteiro da Silva
Advogado: Cidiney Rodrigues Ferreira (OAB: 46521/BA)
Recorrido: Banco Bradesco S.a.
Advogado: Felipe Gazola Vieira Marques (OAB: A995/AM)
Advogada: Kátia Assis Rodrigues Rocha (OAB: 10320/AM)

Relator: Adonaid Abrantes de Souza Tavares. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA:RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. INSCRIÇÃO EM ÓRGÃO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. DÉBITO NÃO RECONHECIDO. SENTENÇA DE PRESCRIÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. PRAZO TRIENAL (ARTIGO 206, § 3º, INCISO V, CCB), QUE TEM INÍCIO A PARTIR DA DATA EM QUE A AUTORA TEVE CONHECIMENTO DE APONTAMENTO DE SEU NOME EM CADASTROS DE INADIMPLENTES. SENTENÇA ANULADA. RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM PARA APRECIAÇÃO DO MÉRITO. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. SEM CONDENAÇÃO EM CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ART. 55 DA LEI Nº 9.099/95, INTERPRETADO A CONTRARIO SENSU.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0607944-07.2018.8.04.0092, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, por maioria de votos em dar parcial provimento ao recurso interposto.".

Processo: 0608075-61.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível, Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal

Recorrente: Jercilau Mendes da Costa
Advogado: Rogério Pena Bento da Silva (OAB: 9960/AM)
Recorrido: Governador do Estado do Amazonas
Advogado: Vitor Barbosa de Oliveira (OAB: 8285/TO)

Relator: Julião Lemos Sobral Junior. Revisor: Revisor do processo Não informado

Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado. DECISÃO: "Decisão do julgamento na sessão Não informado".

Processo: 0608144-85.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 13º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Rosa Gabriela Gazel Santana
Advogada: Thaís Figueira de Oliveira (OAB: 11229/AM)
Recorrido: Decolar.com Ltda
Advogado: Thiago Xavier Alves (OAB: 331632/SP)
Advogado: Ricardo da Costa Alves (OAB: 53379/PR)
Advogada: Stephanye Rodrigues Vaz Pedroso (OAB: 362569/SP)
Advogado: Luis Carlos Monteiro Laurenço (OAB: 664A/AM)
Advogado: Francisco Antonio Fragata Jr (OAB: 39768/SP)
Advogado: Felipe Avellar Fantini (OAB: 333629/SP)
Recorrido: Gol Linhas Aéreas INteligentes S/A.
Advogado: Márcio Vinicius Costa Pereira (OAB: 84367/RJ)
Advogada: Angélica Ortiz Ribeiro (OAB: 2847/AM)
Advogado: Keyth Yara Pontes Pina (OAB: 3467/AM)
Advogado: Gustavo Antônio Feres Paixão (OAB: 1324A/AM)

Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado

RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. SERVIÇO DE TRANPORTE AÉREO. INTERMEDIAÇÃO DE VENDA DE PASSAGENS PELA INTERNET. COBRANÇA DE VALORES EXTRAS NA OCASIÃO DO EMBARQUE. FALHA NO SERVIÇO. INVERSÃO DO ÔNUS PROBATÓRIO. DANO MATERIAL E MORAL CONFIGURADOS. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. RECURSO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA. SEM CUSTOS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. . DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, em dar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 20 de agosto de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator".

Processo: 0608225-97.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 13º Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Victor Augusto da Silveira Mendonça
Advogado: Frederico Moraes Bracher
Advogada: Cristiane Furlin Cavalcante (OAB: 397B/RR)
Advogado: Charles Gomes da Costa Junior (OAB: 10715/AM)
Advogado: Tatiana Dantas Portela (OAB: 6562/AM)
Recorrido: Engeco - Engenharia e Construção Ltda

Relator: Julião Lemos Sobral Junior. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA: RECURSO INOMINADO. IMÓVEL. RESCISÃO DE CONTRATO E RESTITUIÇÃO DE VALORES. VALOR DA CAUSA. ART. 292, II DO CPC/2015. HIPÓTESE DOS AUTOS QUE NÃO SE RESTRINGE A SIMPLES PEDIDO DE RESTITUIÇÃO DE VALORES, OU REVISÃO DE UMA CLÁUSULA. PEDIDO DE RESCISÃO DO CONTRATO, QUE ATRAI A APLICAÇÃO DO VALOR DESTE PARA O VALOR DA CAUSA, EXCLUINDO A LIDE DA COMPETÊNCIA DOS JUIZADOS. ART. 3º, I, DA LEI 9.099/95. RECURSO INOMINADO PROVIDO PARA RECONHECER A INCOMPETÊNCIA DOS JUIZADOS. EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. RECURSO DESPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. Relatório dispensado na forma do Enunciado nº 92, do FONAJE. Conheço do apelo, pois satisfeitos os seus pressupostos de admissibilidade.1. A lide visa a rescisão do contrato de compra e venda de imóvel, cujo saldo final, nos termos do contrato de fls. 19-42 era de R$ 270.970,29, além de restituição de valores pagos e indenização por dano moral. 2. Segundo o art. 292, II, do CPC/2015, o valor da causa, em ações de rescisão de contrato, deve ser o valor deste. Logo, não se trata de aplicar o valor do proveito econômico, já que não se pleiteia uma restituição simples de valores, mas visa-se rescindir o contrato, como um todo, o que acaba por excluir a causa da competência dos Juizados Especiais, pois superaria o teto de quarenta salários mínimos estabelecidos noa art. 3º, I, da Lei 9.099/95.3. Para reforçar o entendimento: TJDF - JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. COMPRA E VENDA. IMÓVEL EM CONSTRUÇÃO. RESCISÃO CONTRATUAL. VALOR DA CAUSA. VALOR DO CONTRATO. PEDIDOS CUMULADOS QUE SUPERAM O VALOR DE ALÇADA DOS JUIZADOS. INCOMPETÊNCIA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. [...] 2. O valor da causa quando se pretende discutir a existência, validade, cumprimento, modificação ou rescisão do negócio jurídico, deve corresponder ao valor do contrato (art. 259, V, do CPC). 3. A pretensão do recorrente não se limita somente à restituição dos valores, uma vez que pretende a rescisão contratual com retorno ao estado anterior. 4. Valor do contrato (R$ 122.160,70) que supera em muito o limite de alçada dos juizados, leva à declaração de incompetência absoluta, nos termos do art. 3º, inciso I c/c art. 15, ambos da Lei 9.099/95, resguardando-se ao recorrente as vias ordinárias para resolução do conflito de interesses. 5. Recurso conhecido e não provido. Sentença mantida pelos próprios fundamentos. (...) (TJ-DF - RI: 07200627820158070016, Relator: ARNALDO CORREA SILVA, Data de Julgamento: 11/03/2016, SEGUNDA TURMA RECURSAL, Data de Publicação: Publicado no DJE : 22/03/2016). VOTO: Forte nesses argumentos, CONHEÇO O RECURSO E NEGO-LHE PROVIMENTO, para manter a sentença monocrática em seus exatos termos, porquanto o Magistrado prolator muito bem ponderou os fatos e aplicou com justiça o direito. Deixo de condenar a Recorrente ao pagamento de custas e honorários, por ser beneficiária da justiça gratuita. É o voto.. DECISÃO: "A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, os MM. Juízes componentes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, ACORDAM em NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO INOMINADO. Participaram deste julgamento, além do signatário, os demais Juízes presentes à sessão. Manaus, 29 de agosto de 2019.".

Processo: 0608359-27.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 3ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Gol Linhas Aéreas INteligentes S/A.
Advogada: Ingryd dos Santos Mousse (OAB: 8304/AM)
Advogado: Gustavo Antônio Feres Paixão (OAB: 1324A/AM)
Recorrido: Humberto Kennedy Melo da Silva
Advogada: Flávia de Albuquerque Lira (OAB: 24521/PE)

Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA: RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. CONTRATO DE TRANSPORTE AÉREO. FALHA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS. PASSAGEM CANCELADA UNILATERALMENTE PELA COMPANHIA AÉREA. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA. DEVER DE INDENIZAR. DANOS MATERIAIS E MORAIS CONFIGURADOS. MANUTENÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. SENTENÇA INTEGRALMENTE MANTIDA. CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CABIMENTO. 20% SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO. ART. 55 DA LEI Nº 9.099/95.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, em negar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 21 de agosto de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator".

Processo: 0608516-60.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 4ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Banco Bradesco S.a.
Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE)
Recorrido: Jose Barbosa Sena
Advogado: Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB: 8872/AM)
Advogado: Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB: 10057/AM)

Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. SERVIÇOS BANCÁRIOS. DÉBITOS EFETUADOS NA CONTA-CORRENTE DO CONSUMIDOR. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA DE CONTRATO COM A SUA AQUIESCÊNCIA. FALHA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS. DEVER DE INDENIZAR. RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA. DANOS MATERIAIS E MORAIS CONFIGURADOS. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CABIMENTO. 20% SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO. ART. 55 DA LEI Nº 9.099/95.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, em negar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 21 de agosto de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator".

Processo: 0608644-62.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível, Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal
Recorrente: Janaina Soares Mesquita
Advogado: Antonio Carlos Gama Alves (OAB: 16215/PA)
Recorrido: Governador do Estado do Amazonas
Procurador: Vitor Barbosa de Oliveira (OAB: 8285/TO)
Procurador: Carlos Alexandre M. C. M. de Matos (OAB: 2364/AM)

Relator: Julião Lemos Sobral Junior. Revisor: Revisor do processo Não informado
Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado. DECISÃO: "Decisão do julgamento na sessão Não informado".

Processo: 0608727-36.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 8ª Vara do Juizado Especial Cível (Nilton Lins)
Recorrente: Edwin Araújo Rocha
Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE)
Advogada: Cintia Martins de Souza (OAB: 4399/AM)
Recorrido: Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S/A
Advogado: André de Souza Oliveira (OAB: 5219/AM)

Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. SENTENÇA INTEGRALMENTE MANTIDA. CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CABIMENTO. 20% SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO. ART. 55 DA LEI Nº 9.099/95. EXIGIBILIDADE SUSPENSA. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos. DECIDEM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que integra a presente decisão. Sala das Sessões, em Manaus, 23 de agosto de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator".

Processo: 0608744-72.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 5ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Rail José Balbino de Andrade
Advogado: Ronildo Apoliano Oliveira (OAB: 8490/AM)
Recorrido: Glauco Castro da Silva

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA RECURSO INOMINADO. CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA. CONTRATO VERBAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO. REVELIA. PRESUNÇÃO DE VERACIDADE. PROCEDÊNCIA PARCIAL DOS PEDIDOS DA INICIAL. DANO MORAL. NÃO OCORRÊNCIA. RECURSO PROVIDO EM PARTE.Nos autos, restou incontroverso que a parte requerente deu em troca, pela construção de 2 tanques para criação de peixe, um veículo de marca Jeep à parte requerida, a qual não cumpriu com sua obrigação. Nesse sentir, deve a parte recorrente ser ressarcida do valor atualizado do veículo dado como pagamento. De outra banda, tem-se que os fatos narrados não estão aptos a ensejar a reparação por dano moral.Recurso conhecido e provido. Sentença reformada para condenar a parte requerida ao pagamento da cifra de R$ 19.109,32. Sem condenação em custas e honorários. . DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0608852-43.2014.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 15º Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: JOSAFA RIBEIRO FERREIRA
Advogado: Pablo de Paula Lima (OAB: 9482/AM)
Recorrido: Japurá Pneus Ltda
Advogado: Denizom Moreira de Oliveira (OAB: 9040/AM)
Advogado: Guilherme Carvalho Melo (OAB: 11086/AM)
Advogado: Victor Sarfatis Metta (OAB: 224213/SP)
Recorrido: JAC MOTORS
Advogado: Leonardo Francisco Ruivo (OAB: 203688/SP)

Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA:RECURSO INOMINADO.CONSUMIDOR.PRODUTO NA GARANTIA ESTENDIDA. NEGATIVA DE CONSERTO. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. NÃO CUMPRIMENTO DO DEVER DE ESCLARECIMENTO DO CONSUMIDOR QUANTO ÀS RAZÕES DA NEGATIVA. DANO MATERIAL MANTIDO. DANO MORAL CONFIGURADO. RECURSO PROVIDO. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. . DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, em negar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 29 de agosto de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator".

Processo: 0610198-32.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível, Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal
Recorrente: IVAN FERREIRA MARQUES
Soc. Advogados: Israel Lamego de Lima Júnior (OAB: 8475/AM)
Advogado: Israel Lamego de Lima Júnior (OAB: 8475/AM)
Recorrido: Governador do Estado do Amazonas
Procurador: Vitor Barbosa de Oliveira (OAB: 8285/TO)

Relator: Julião Lemos Sobral Junior. Revisor: Revisor do processo Não informado
Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado. DECISÃO: "Decisão do julgamento na sessão Não informado".

Processo: 0610295-92.2015.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 8ª Vara do Juizado Especial Cível (Nilton Lins)
Recorrente: Albertino Haydem dos Santos
Advogado: Emerson Abineã da Silva (OAB: 6393/AM)
Advogado: Albertino Haydem dos Santos (OAB: 189032E/RJ)
Recorrido: Banco Bmg S/A
Advogado: Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM)

Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. DESCONTOS INDEVIDOS. INOCORRÊNCIA. CONTRATO JUNTADO AOS AUTOS QUE COMPROVA O EMPRÉSTIMO FIRMADO EM 96 PARCELAS. SENTENÇA DE PISO MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. CONDENAÇÃO NAS CUSTAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS FIXADOS EM 20% DO VALOR CAUSA. ART. 55 DA LEI 9.099/95. EXIGIBILIDADE SUSPENSA. CONCESSÃO DA GRATUIDADE JUDICIÁRIA.- Em que pese a irresignação do recorrente, verifica-se que a sentença proferida pelo juízo a quo não merece reforma, porquanto a prova dos autos foi adequadamente analisada.- O contrato apresentado pelo recorrido às f.84/86, devidamente assinado pelo recorrente, é claro no sentido de que o empréstimo foi pactuado em 96 parcelas e não em 36.- Demonstrado que os descontos realizados na folha do recorrente são legítimos, não há que se falar em falha, ação ou omissão do banco, pelo que a improcedência da ação é medida que se impõe.- A sentença deve ser mantida por seus próprios fundamentos, na dicção do art. 46 da Lei nº 9.099/95; " O julgamento em segunda instância constará apenas da ata, com a indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva. Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão", com os acréscimos constantes da ementa que integra este acórdão.- Voto, pois, no sentido de negar-se provimento ao recurso, condenando o recorrente ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios que fixo em 20% sobre o valor atualizado da causa, cuja exigibilidade é suspensa, em razão da concessão da justiça gratuita (f. 182).. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, em negar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 27 de agosto de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator".

Processo: 0610526-36.2017.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, 9ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Francisca Ribeiro de Carvalho
Advogado: Ricardo de Jesus Colares de Oliveira

Recorrido: Águas do Amazonas S.A.
Advogado: José Alberto Maciel Dantas (OAB: 3311/AM)
Advogada: Rayane Cristina Carvalho Lins (OAB: 4544/AM)

Relator: Julião Lemos Sobral Junior. Revisor: Revisor do processo Não informado

Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado. DECISÃO: "Decisão do julgamento na sessão Não informado".

Processo: 0610784-27.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Banco Bradesco S.a.
Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE)
Advogado: André de Souza Oliveira (OAB: 5219/AM)
Recorrido: Arthur de Brito Alencar Cavalcante
Advogada: Geyza Diany Lima das Chagas (OAB: 11855/AM)

Relator: Julião Lemos Sobral Junior. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. DIREITO DO CONSUMIDOR. SERVIÇOS BANCÁRIOS. CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. ALEGAÇÃO DE VENDA CASADA DE SEGURO PRESTAMISTA. MATÉRIA AFETA AO JULGAMENTO EM RECURSO REPETITIVO DO TEMA 972 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. SEGURO DE PROTEÇÃO FINANCEIRA. VENDA CASADA. RESTRIÇÃO À ESCOLHA DA SEGURADORA. ANALOGIA COM O ENTENDIMENTO DA SÚMULA 473/STJ. TESE FIXADA: Nos contratos bancários em geral, o consumidor não pode ser compelido a contratar seguro com a instituição financeira ou com seguradora por ela indicada. SENTENÇA QUE OBSERVOU O ENTENDIMENTO DA REPERCUSSÃO GERAL. DANO MATERIAL COMPROVADO. RESTITUIÇÃO EM DOBRO, NOS TERMOS DO ARTIGO 42, PARÁGRAFO ÚNICO, CDC. AUSÊNCIA DE ENGANO JUSTIFICÁVEL. DANO MORAL CONFIGURADO. A FIXAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO A TÍTULO DE DANOS MORAIS É TAREFA COMETIDA AO JUIZ, DEVENDO O SEU ARBITRAMENTO OPERAR-SE COM RAZOABILIDADE, PROPORCIONALMENTE AO GRAU DE CULPA, AO NÍVEL SÓCIO-ECONÔMICO DA PARTE OFENDIDA, O PORTE DO OFENSOR E, AINDA, LEVANDO-SE EM CONTA AS CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO, SEM OLVIDAR A VEDAÇÃO AO ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA. COM FINCAS EM TAIS RAZÕES, HEI POR BEM MANTER O VALOR ESTIPULADO PELO JUÍZO A QUO. SENTENÇA INTEGRALMENTE MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. A SÚMULA DO JULGAMENTO SERVIRÁ COMO ACÓRDÃO NA FORMA DO ART. 46 DA LEI 9.099/95. VENCIDO O RECORRENTE, CABE CONDENAÇÃO EM CUSTAS E HONORÁRIOS, ESTES ARBITRADOS EM 15% DO VALOR DA CONDENAÇÃO DEVIDAMENTE ATUALIZADA, NOS MOLDES DO ARTIGO 55 DA LEI Nº 9.099/95.1. Porque bem analisou, ponderou e julgou os fatos, aplicando com correção e justiça o direito, a referida sentença deve ser mantida na forma proferida, a cujos argumentos me reporto, chamando-os à colação para serem tidos como se aqui estivessem transcritos, nos termos do art. 46, da Lei 9.099/95.2. No mesmo sentido, dispõe o Supremo Tribunal Federal: EMENTA DIREITO PROCESSUAL CIVIL. JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. MANUTENÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA COM BASE NO ART. 46 DA LEI 9.099 /95. POSSIBILIDADE. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO DEVIDO PROCESSO LEGAL, AO CONTRADITÓRIO E À AMPLA DEFESA. EVENTUAL VIOLAÇÃO REFLEXA NÃO ENSEJA RECURSO EXTRAORDINÁRIO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO CONFIGURADA. ACÓRDÃO RECORRIDO DISPONIBILIZADO EM 16.8.2012. Não importa ausência de motivação, a adoção dos fundamentos da sentença recorrida pela Turma Recursal, em conformidade com o disposto no art. 46 da Lei 9.099 /95. O exame da alegada ofensa ao art. 5º , XXXV , e LV , da Constituição Federal , dependeria de prévia análise da legislação infraconstitucional aplicada à espécie, o que refoge à competência jurisdicional extraordinária, prevista no art. 102 da Constituição Federal . Inexiste violação do artigo 93 , IX , da CF/88 . O Supremo Tribunal Federal entende que o referido dispositivo constitucional exige que o órgão jurisdicional explicite as razões do seu convencimento, dispensando o exame detalhado de cada argumento suscitado pela parte. Agravo regimental conhecido e não provido. (STF - Processo: ARE 736290 SP, Orgão Julgador, Primeira Turma, Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-160 DIVULG 15-08-2013 PUBLIC 16-08-2013, Julgamento: 25 de Junho de 2013, Relator: Min. ROSA WEBER).VOTO: Ante o exposto, voto no sentido de conhecer e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, mantendo na íntegra a sentença monocrática por seus fundamentos (art. 46, Lei 9.099/95), e condeno o Recorrente ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, que fixo em 15% sobre o valor da condenação (art. 55, Lei 9.099/95).. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado Cível nº 0610784-27.2018.8.04.0015, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.".

Processo: 0610784-61.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 12º Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Marla Lorena Lima Peixoto
Advogado: Luis Albert dos Santos Oliveira (OAB: 8251/AM)
Recorrido: Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 1037A/AM)

Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado

RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. AUSÊNCIA DE INFORMAÇÕES CLARAS E ADEQUADAS AO CONSUMIDOR. QUEBRA DA BOA-FÉ OBJETIVA. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. DANOS MATERIAIS E MORAIS CONFIGURADOS. RECURSO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos. Decidem os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que integra a presente decisão.".

Processo: 0610876-05.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 7ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Águas do Amazonas S.A.
Advogado: Gustavo Gonçalves Gomes (OAB: 1058A/AM)
Advogado: Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB: 671A/AM)
Recorrido: Anthony Lopes
Advogado: Ricardo Pinheiro da Costa (OAB: 7952/AM)

Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. FORNECIMENTO DE ÁGUA. INSCRIÇÃO INDEVIDA NO CADASTRO DE INADIMPLENTES. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. FALHA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS. RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA. DEVER DE INDENIZAR CONFIGURADO. DANO MORAL IN RE IPSA. MANUTENÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. CUSTAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CABIMENTO. 20% SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO. ART. 55 DA LEI Nº 9.099/95.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, em negar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 22 de agosto de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator".

Processo: 0610880-42.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 1ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a)

Advogada: Isabela Montuori Bougleux de Araujo (OAB: 118303/MG)

Advogado: Caio Cesar Fernandes da Cruz (OAB: 154217/MG)

Advogado: Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB: A1065/AM)

Recorrida: Antonia Silva de Souza

Advogado: Hilderson Farias de Oliveira (OAB: 7364/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA REJEITADA. DESNECESSÁRIA REALIZAÇÃO DE PERÍCIA TÉCNICA. NEGATIVAÇÃO INDEVIDA. DESVIO DE ENERGIA NÃO COMPROVADO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DO DÉBITO. DANO MORAL CARACTERIZADO. SENTENÇA MANTIDA. Em que pese o recorrente afirmar que a UC encontrava-se com desvio de energia, não comprovou, efetivamente, sua ocorrência. Nesse sentido, não havendo irregularidade na UC de titularidade do recorrido/autor, a cobrança e negativação realizadas mostram-se infundadas e equivocadas, de modo que a declaração de inexigibilidade é medida que se impõe. A caracterização do dano moral, por afetar os atributos da personalidade da parte ofendida, maculando-a no que lhe é mais caro, se aperfeiçoa com a simples ocorrência do fato que se consubstancia no seu fato gerador, independentemente da irradiação de quaisquer efeitos materiais afetando aquela, ensejando sua contemplação com um lenitivo pecuniário destinado a compensá-la pelas ofensas intrínsecas que sofrera e sancionar a ofensora pelo ilícito que praticara. No que concerne ao quantum, na medida em que o juízo monocrático é o principal destinatário das provas, sobretudo à eleição dos critérios quantificadores do dano extrapatrimonial, apenas seria viável a reforma desse quadro se aviltante o ferimento ao princípio da proporcionalidade ou se patente o enriquecimento sem causa, o que não se divisa no caso concreto. Deve-se, pois, manter a estimativa razoavelmente fixada na decisão ora criticada (R$ 10.000,00).RECURSO NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Vencido o recorrente cabe condenação em custas e honorários, estes arbitrados em 20% do valor da condenação devidamente atualizada, artigo 55 da Lei nº 9.099/1995. . DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0611229-79.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 13º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Gessimar Gomes de Almeida

Advogado: Lisbet de Souza Cardoso (OAB: 12359/AM)

Advogado: Nayara dos Santos Xavier (OAB: 12357/AM)

Recorrido: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a)

Advogado: Guilherme Vilela de Paula (OAB: 1010A/AM)

Advogado: Caio Cesar Fernandes da Cruz (OAB: 154217/MG)

Advogado: Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB: 1065A/AM)

Advogada: Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB: 1069A/AM)

Advogado: Luis Phillip de Lana Foureaux (OAB: 1011A/AM)

Relator: Julião Lemos Sobral Junior. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. DANO MORAL. INSCRIÇÃO DO NOME DO CONSUMIDOR EM BANCO DE DADOS RESTRITIVO DE CRÉDITO. DÍVIDA DE IMÓVEL DO QUAL NÃO É MAIS LOCATÁRIO, E CUJA TITULARIDADE DA ENERGIA JÁ HAVIA SIDO TRANSFERIDA A TERCEIRO. AUSÊNCIA DE CUIDADO DA RÉ AO PROMOVER A INSCRIÇÃO DOS DÉBITOS EM NOME DE PESSOA QUE SEQUER CONSTA COMO TITULAR. RESPONSABILIDADE OBJETIVA – ART. 14, CDC E 37, §6º, DA CF/88. DESCONSTITUIÇÃO DOS DÉBITOS E DO PROTESTO, EM NOME DO AUTOR. RETIRADA DA VINCULAÇÃO DA UNIDADE CONSUMIDORA, DO NOME DO REQUERENTE. D dano moral é decorrência natural da negativação indevida, in re ipsa. Precedente stj. art. 14 do CDC. QUANTUM INDENIZATÓRIO a ser fixado de forma razoável e PROPORCIONAL AO DANO SOFRIDO. SENTENÇA reformada. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE provido. SEM CONDENAÇÃO EM CUSTAS E HONORÁRIOS. Ante a ausência de preliminares, passo ao julgamento do mérito.Pugna a Recorrente pela procedência de seu pedido de indenização por danos morais, pela inscrição indevida de seu nome em cadastro restritivo de crédito, por dívidas posteriores ao período em que fora locatário do imóvel em questão.Demonstrou o Autor, de forma patente, que, apesar da transferência de titularidade do imóvel para terceira pessoa - fls. 27, em 29.05.2017, teve débitos de janeiro/2017, registrados junto ao SERASA, em 08.06.2017 (fls. 30). Prova, ainda, de forma clara nos autos, que fora locatário do bem, tão somente, de março/2015 a março/2016 (fls. 23-21). O débito ensejador do protesto, por sua vez, é referente ao mês de janeiro/2017, no valor de R$ 295,69 (fls. 30).Some-se a isso a contestação genérica apresentada, em que o Réu simplesmente nada aduz sobre o débito que levou ao protesto, nem colaciona qualquer documento capaz de demonstrar a higidez de tal débito. A conseqüência processual da postura adotada pelo Réu é a confissão quanto á matéria de fato (arts. 341 e 389, CPC), quanto à presunção de veracidade dos fatos articulados na exordial, por serem incontroversos (art. 374, II), em especial a abusividade na conduta de promover o protesto do nome do Autor, por serviços prestados e usufruídos por terceira pessoa.A declaração de inexistência de dívida é, como se vê, medida que se impõe. Como consequência natural, a ré deve promover a sustação definitiva do protesto cambial efetivado contra o autor, arcando com as respectivas despesas cartorárias, bem como, proceder à baixa junto ao SERASA.Importante ressaltar que a obrigação do pagamento das faturas de energia elétrica é intuitu personae, incumbindo ao usuário de fato do serviço prestado. No mesmo sentido: JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. CONTRATO DE LOCAÇÃO. FATURAS DE ENERGIA ELÉTRICA. ÔNUS DO LOCATÁRIO. DÉBITOS NÃO PAGOS. INCLUSÃO DO NOME DA PROPRIETÁRIA NOS CADASTROS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. DANO MORAL CONFIGURADO. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. 1.Afasta-se a preliminar suscitada em sede de contrarrazões ("ilegitimidade e falta de interesse recursal"), porquanto a retificação do polo passivo da demanda foi deferida pelo juízo a quo (f. 351-v), conforme pugnado na contestação (f. 340/341), de sorte a demonstrar a legitimidade e o interesse recursal de VIA VAREJO S/A. 2.No mérito, é de se ressaltar que a inscrição indevida em cadastros de inadimplentes prescinde de prova do dano moral, que é satisfeita com a demonstração da existência da anotação negativa nos cadastros de maus pagadores, a configurar, assim, dano in re ipsa (AgRg no AREsp 217.520/RS, Rel. Ministra Maria Isabel Gallotti, 4ª Turma, julgado em 14/05/2013, DJe 22/05/2013). 3.Irretocável, portanto, a sentença que, ao reconhecer o descumprimento de obrigação oriunda do contrato de locação de imóvel (inadimplência quanto às despesas com energia elétrica), condenou a parte ré (locatária) a reparar os danos morais suportados pela parte autora (proprietária), em decorrência da "negativação" de seu nome. 4.Recurso conhecido. Preliminar agitada nas contrarrazões rejeitada. No mérito, desprovido. Sentença mantida por seus próprios fundamentos. 5.Condenada a recorrente ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, estes fixados em 20% do valor da condenação. 6.A súmula de julgamento servirá de acórdão, conforme regra do art. 46 da Lei n. 9.099 /95. (TJDFT – Processo:ACJ 20140710115785, Orgão Julgador: 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal, Publicado no DJE : 07/05/2015, Pág.: 374, Julgamento: 5 de Maio de 2015, Relator: CARLOS ALBERTO MARTINS FILHO).Dano moral dá-se in re ipsa, não havendo necessidade de maiores delongas a respeito da configuração do dano e do direito à reparação, conquanto tenham sido demonstrados o fato desabonador, o causador da ofensa e a relação de causa e efeito necessária à reparação. No mesmo sentido: STJ - "a própria

inclusão ou manutenção equivocada configura o dano moral in re ipsa, ou seja, dano vinculado à própria existência do fato ilícito, cujos resultados são presumidos" (Ag 1.379.761). Ainda: STJ - AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECUSO ESPECIAL. INSCRIÇÃO/MANUTENÇÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE INADIMPLENTE. DANO MORAL PRESUMIDO. IN RE IPSA. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. VALOR RAZOÁVEL. SÚMULA 7/STJ. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL A PARTIR DO EVENTO DANOSO. SÚMULA 54/STJ. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. A jurisprudência desta Corte Superior possui entendimento uniforme no sentido de que a inscrição/manutenção indevida do nome do devedor no cadastro de inadimplente enseja o dano moral in re ipsa, ou seja, dano vinculado a própria existência do ato ilícito, cujos resultados são presumidos. 2. A quantia de R$ 15.000,00 (quinze mil reais) não se mostra exorbitante, o que afasta a necessidade de intervenção desta Corte Superior. Incidência da Súmula 7/STJ. 3. Os juros de mora são devidos a partir do evento danoso, conforme enunciado da Súmula 54/STJ. 4. Agravo não provido. (AgRg no AREsp 346089 PR 2013/0154007-5, T4 - QUARTA TURMA, Publicação: DJe 03/09/2013, Julgamento: 27 de Agosto de 2013, Relator: Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO).Na fixação do montante devido, o prudente arbítrio do julgador deve considerar os fins pedagógico e punitivo da reparação moral, sem embargo de sopesar as circunstâncias próprias do agravo causado ao consumidor. VOTO: Ante o exposto, voto no sentido DAR PARCIAL PROVIMENTO ao Recurso para reformar a sentença de Primeiro Grau, e JULGAR PROCEDENTES OS PEDIDOS DO AUTOR, termos em que: 1) DECLARO INEXIGÍVEL o débito discriminado no protesto cambial (fl. 30), no importe ordinário de R$ 295,69 além dos encargos de mora aplicados pela Ré, devendo esta adotar as providências administrativas necessárias sustação definitiva do protesto, e retirada dos cadastros do SERASA, no prazo de 15 dias, sob pena de multa de R$ 300,00 por dia de descumprimento, até o limite de 30 dias, sem prejuízo de eventual conversão em perdas e danos, ex vi do art. 52, V da Lei n. 9.099/95 c/c arts. 497 e 536 do CPC; 2) DETERMINO à Ré que promova a exclusão de quaisquer débitos, relativos à Unidade Consumidora 0889328-4, do nome do Autor, desvinculando-o da mesma, abstendo-se de quaisquer cobranças, sob pena de multa de R$ 300,00 por cobrança indevida, sem prejuízo da já aplicada; 3) CONDENO, finalmente, a requerida ao pagamento de indenização por dano moral, que ora arbitro em R$7.000,00 (sete mil reais). Os juros moratórios, em se tratando de responsabilidade extracontratual, incidem desde a data do evento danoso. E no que tange a correção monetária, desde a data do arbitramento (súmula n. 362 do STJ). Índices conforme Portaria 1855/2016 TJAM. Ratifico a decisão de fls. 42. Sem condenação em custas e honorários (art. 55, Lei 9.099/95). É o voto.. DECISÃO: "A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, os MM. Juízes componentes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, ACORDAM em DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO INOMINADO. Participaram deste julgamento, além do signatário, os demais Juízes presentes à sessão.".

Processo: 0611536-96.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 1ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a)

Advogada: Isabela Montuori Bougleux de Araujo (OAB: 118303/MG)

Advogada: Nájela Noara Dias Tomé (OAB: 159666/MG)

Advogado: Guilherme Vilela de Paula (OAB: 1010A/AM)

Recorrida: Maria Euna Taveira de Almeida

Advogado: Maria Euni Taveira de Almeida (OAB: 9670/AM)

Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. FRAUDE NO RELÓGIO MEDIDOR, APURADA EM PROCEDIMENTO UNILATERAL. IMPOSSIBILIDADE. COBRANÇA ABUSIVA. FALHA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS. RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA. DEVER DE INDENIZAR. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. CUSTAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CABIMENTO. 20% SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO. ART. 55 DA LEI Nº 9.099/95.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, em negar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 29 de agosto de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator".

Processo: 0611552-84.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 3ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Industrial do Brasil S/A

Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 1037A/AM)

Recorrida: Maria das Gragas Acris de Carvalho

Advogado: Fabio Carvalho de Arruda (OAB: 8076/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. CONTRATO INSUFICIENTE. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. DANO MORAL. REDUÇÃO. RECURSO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0611572-75.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 3ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Maria de Lourdes Souza

Advogado: Victor Gabriel fFrnandes Monteiro (OAB: 9420/AM)

Advogado: Robson Parente Ribeiro (OAB: 10470/AM)

Recorrido: Claro S/A

Advogado: Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB: 3808/AM)

Advogado: Jose Henrique Cancado Goncalves (OAB: 855A/SE)

Advogada: Lilian Karen de Souza (OAB: 167344/MG)

Advogado: José Henrique Cançado Gonçalves (OAB: 57680/MG)

Relator: Julião Lemos Sobral Junior. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: SERVIÇO DE TV POR ASSINATURA. COBRANÇA DE ALUGUEL DE DECODIFICADOR. RESOLUÇÃO 528 DA ANATEL. SÚMULA N.º 09. CONQUANTO SEJA VEDADA A COBRANÇA DE PONTOS EXTRAS E ADICIONAIS, FOI AUTORIZADA PELA AGÊNCIA REGULADORA, A COBRANÇA DE VALORES RELATIVOS A ALUGUEL DE DECODIFICADOR É POSSÍVEL, CONTANTO QUE SEJA CLARA AO CONSUMIDOR. AUSÊNCIA DE PROVA DE QUE AS CONDIÇÕES DE LOCAÇÃO DO EQUIPAMENTO FORAM EXPLICITADAS AO CONSUMIDOR NO CONTRATO. RESTITUIÇÃO DE FORMA SIMPLES, POIS NÃO COMPROVADA A MÁ-FÉ DA PRESTADORA DE SERVIÇOS. dano moral ocorrente. Aplicação do art. 14 do CDC. QUANTUM INDENIZATÓRIO a ser FIXADO CONFORME PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. RECURSO parcialmente PROVIDO. sentença mantida por seus próprios fundamentos, na forma do art. 46, da lei 9.099/95. Relatório dispensado, nos moldes do Enunciado n.º92 do FONAJE. Ante a ausência de preliminares, passo ao julgamento do mérito.1. Da análise dos autos, infere-se que o autor contratou os serviços de TV a cabo prestados pela requerida, percebendo, posteriormente a cobrança de valores denominados "locação de equipamento", que considera como cobrança de ponto extra de sinal. A recorrida argumenta que a cobrança de locação de equipamentos é legal, encontrando amparo na Súmula n.º 9/2010 da Anatel, e que não se confunde com a cobrança de pontos extras ou de extensão, prática vedada pela Resolução n.º 526/2009 da ANATEL.2.

A relação jurídica estabelecida entre as partes é nitidamente consumerista, satisfeitos que estão os requisitos dos arts. 2° e 3° do CDC. 3. Por disposição da Anatel, em sua Resolução nº 526/2009 e Súmula 09/2010, a prática de cobrança do serviço do ponto extra ou de extensão é vedada, mas a locação, comodato ou venda de decodificador e equipamentos é permitida. 4. Contudo, a própria Súmula n.º 09 estabelece que as condições do aluguel ou comodato devem ser explicitadas ao consumidor, sob pena de devolução dos valores pagos indevidamente. Para esclarecer:5. Levando em consideração que a Reclamada não apresentou nos autos o contrato com as cláusulas explícitas sobre valores de locação de equipamentos, a cobrança do serviço e a inequívoca aceitação pelo consumidor, resta a cobrança considerada abusiva (art. 39, III do CDC – serviço não solicitado). Repiso que, se a realidade da contratação não se amolda à descrição traçada alhures, cabia à requerida assim demonstrar (cópia de gravação de call center, cópia de contrato assinado entre as partes, fluxo de uso dos decorders, termo de inspeção etc), o que não o fez, devendo arcar com os ônus processuais inerentes a tal lacuna probatória.6. No mesmo sentido: Ementa: AÇÃO DECLARATÓRIA E INDENIZATÓRIA. CONSUMIDOR. TV POR ASSINATURA. COBRANÇA DE ALUGUEL PELA UTILIZAÇÃO DO APARELHO DE CODIFICADOR. POSSIBILIDADE, DESDE QUE PREVIAMENTE AJUSTADA. INOCORRÊNCIA DE CONTRATAÇÃO ESPECÍFICA NO CASO DOS AUTOS. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA QUE RECONHECEU A ILEGITIMIDADE DAS COBRANÇAS. RESTITUIÇÃO. RECURSO DESPROVIDO. (TJRS - Recurso Cível Nº 71005962196, Terceira Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Cleber Augusto Tonial, Julgado em 24/03/2016). Ainda: Ementa: prestação de serviços (sinal de televisão via cabo). Ação declaratória de inexigibilidade de débito c.c. reparação de danos. Cobrança de alugueres de aparelhos decodificadores instalados na residência do autor. Impossibilidade, no caso concreto, à míngua de inequívoca contratação e aceitação pelo consumidor. A peça de defesa deveria vir acompanhada da prova de que o consumidor foi informado a respeito da possibilidade de cobrança de alugueres dos aparelhos instalados em sua residência, e, principalmente, de que ele anuiu a essa cobrança. Sem embargo, a ré não desincumbiu desse ônus. À míngua de comprovação da inequívoca aceitação da cobrança, o débito exigido a título de alugueres dos aparelhos decodificadores é inexigível. Dano moral não configurado. A mera cobrança indevida, por si só, desacompanhada de consequências extraordinárias, não implica ofensa a direito da personalidade, não representa tratamento vexatório, humilhação, exposição ao ridículo. Apelações não providas. (TJSP – Processo: APL 00450473220118260577 SP 0045047-32.2011.8.26.0577, 12ª Câmara de Direito Privado, Publicação: 20/05/2015, Julgamento: 20 de Maio de 2015, Relator: Sandra Galhardo Esteves).7. Quanto à pretensão deduzida, deve ser conferido ao consumidor o direito à simples exclusão do valor cobrado em excesso. Nesse contexto, uma vez não demonstrada a má-fé da empresa na cobrança realizada, não há lugar para o deferimento da repetição de indébito pretendida pelo consumidor, ante a insatisfação dos requisitos exigidos pelo art. 42, parágrafo único do CDC. O valor deve restringir-se ao comprovadamente pago (fls. 19-24), no total de R$ 128,40.8. O pedido de reparação moral é absolutamente pertinente, conquanto tenham sido demonstrados o fato desabonador, o causador da ofensa e a relação de causa e efeito necessária à reparação. Na fixação do montante devido, o prudente arbítrio do julgador deve considerar os fins pedagógico e punitivo da reparação moral, sem embargo de sopesar as circunstâncias próprias do agravo causado ao consumidor. 9. Em relação ao quantum indenizatório, contudo, registro que o valor a ser arbitrado deve representar quantia razoável e proporcional à extensão do dano experimentado. Ponderados tais critérios objetivos, entendo que o valor da indenização é desproporcional ao dano causado, sendo salutar sua redução ao patamar de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), por ser valor razoável e proporcional ao prejuízo, e por não significar enriquecimento sem causa.VOTO: Forte nesses argumentos, voto no sentido de conhecer e DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO, para reformar a sentença monocrática e JULGAR PROCEDENTE, EM PARTE, o pedido, termos em que: 1) DECLARO INEXIGÍVEL o débito imputado ao autor, relativo aos serviço “Locação de equipamentos”, ou encargo similar, devendo a ré adotar as providências necessárias a sua exclusão, inclusive quanto a eventuais apontamentos restritivos decorrentes do referido débito; 2) CONDENO a Recorrida a restituir à Recorrente a quantia de R$ 128,40, sobre a qual deverão incidir juros mensais de 1% e correção monetária oficial, a partir de cada cobrança indevida; 3) CONDENO a Recorrida ao pagamento de indenização por dano moral, que arbitro em R$ 4.000,00 (quatro mil reais), com incidência de juros a partir da citação e correção monetária oficial (INPC), a contar do arbitramento, consoante fundamentação supra. Sem condenação em custas ou honorários, pois somente aplicável ao recorrente integralmente vencido, nos termos do art. 55, da lei 9.099/95. É o voto.. DECISÃO: “A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, os MM. Juízes componentes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, ACORDAM em DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO INOMINADO nos termos do voto do Relator. Participaram deste julgamento, além do signatário, os demais Juízes presentes à sessão. Manaus, 30 de agosto de 2019.”.

Processo: 0611804-95.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível, Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal

Recorrente: Governador do Estado do Amazonas
Procuradora: Lorena Silva de Albuquerque (OAB: 6023/AM)
Procurador: Vitor Barbosa de Oliveira (OAB: 8285/TO)
Recorrido: Otavio Lúcio Dias Magalhães
Advogado: Rogério Pena Bento da Silva (OAB: 9960/AM)

Relator: Julião Lemos Sobral Junior. Revisor: Revisor do processo Não informado

Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado. DECISÃO: “Decisão do julgamento na sessão Não informado”.

Processo: 0612322-48.2015.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 7ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Direcional Engenharia S/A
Advogado: Humberto Rossetti Portela (OAB: 91263/MG)
Recorrente: Onix Empreendimentos Imobiliarios Ltda
Advogado: Humberto Rossetti Portela (OAB: 91263/MG)
Recorrida: MARINETE PACHECO COIMBRA
Advogado: Célio Orlando Papes de Oliveira (OAB: 9078/AM)

Relator: Julião Lemos Sobral Junior. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. ATRASO NA ENTREGA DE IMÓVEL RESIDENCIAL. MORA DA CONSTRUTORA CONFIGURADA. CAUSAS EXCLUDENTES DE RESPONSABILIDADE NÃO COMPROVADAS. DANO MORAL CARACTERIZADO. COBRANÇA DE TAXA CONDOMINIAL. RESPONSABILIDADE DA INCORPORADORA ATÉ A TRANSFERÊNCIA DA POSSE DO IMÓVEL. INEXIGIBILIDADE DE DÉBITOS DEVIDA. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: “Decisão do julgamento na sessão Não informado”.

Processo: 0612339-16.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 3ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Alda Maria Carneiro Bortey
Advogada: Dilza Aguiar Souto (OAB: 12459/AM)
Recorrido: Bradesco Vida e Previdência S/A
Soc. Advogados: Eloi Pinto de Andrade & Filhos-advogados
Advogado: Eloy Pinto de Andrade (OAB: 819/AM)

Relator: Julião Lemos Sobral Junior. Revisor: Revisor do processo Não informado

Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado. DECISÃO: “Decisão do julgamento na sessão Não informado”.

Processo: 0613436-17.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 7ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Bmg S/A
Advogado: Urbano Vitalino Advogados (OAB: 23255/PE)
Advogado: Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB: 876/AM)
Advogado: Henrique Lima Marinheiro (OAB: 9324/AM)
Advogada: Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB: 4018/AM)
Advogado: Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM)
Recorrida: Vilma Costa de Oliveira
Advogado: Adson Pinho Pinto (OAB: 5850/AM)
Advogado: Simone de Sá Araújo Jardim (OAB: 1650/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE CONTRATO. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. DANO MORAL. REDUÇÃO. RECURSO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA. . DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0613452-05.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 3ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Rammon Kelvin Oliveira de Nonato
Advogado: Matheus Araújo Muniz (OAB: 7626/AM)
Recorrido: Editora Mundo dos Livros Ltda. - Mundial Editora
Soc. Advogados: Gustavo Henrique Stábile (OAB: 251594/SP)
Advogado: Gustavo Henrique Stábile (OAB: 251594/SP)

Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. COMPRA DE LIVROS REALIZADA PELA INTERNET. INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE INADIMPLENTES. COBRANÇA DEVIDA. DEVER DE INDENIZAR NÃO CONFIGURADO. AUTOR NÃO CONSTITUIU DEVIDAMENTE SEU DIREITO. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. SEM CUSTAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS EM VIRTUDE DA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, em negar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 22 de agosto de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator".

Processo: 0613476-96.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 3ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Francisco Alves de Oliveira
Advogado: Francisco Alves de Oliveira (OAB: 9936/AM)
Recorrido: Banco Bonsucesso Consignado S.A
Advogado: Marcelo da Silva Carlos (OAB: 7366/AM)
Advogado: Gustavo Gonçalves Gomes (OAB: 1058A/AM)
Advogado: Gustavo Gonçalves Gomes (OAB: A1058/AM)

Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. SERVIÇO BANCÁRIO. FINANCIAMENTO. COBRANÇA DE TAXA DE JUROS DIVERSA DA PACTUADA. CALCULADORA DO CIDADÃO. APLICABILIDADE. DANOS MATERIAIS E MORAIS CONFIGURADOS. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SEM CUSTAS E HONORÁRIOS NOS TERMOS DO ART 55 DA LEI 9.099/95, INTERPRETADO A CONTRARIO SENSU.- É cediço que "o Código de Defesa do Consumidor é aplicável às instituições financeiras" (Súmula nº 297/STJ), pelo que pode o consumidor obter da jurisdição a modificação de cláusulas contratuais que estabeleçam prestações desproporcionais, ou sua revisão em razão de fatos supervenientes que as tornem excessivamente onerosas, bem como a declaração de nulidade das que se apresentem nulas de pleno direito, por abusividade, ou não assegurem o justo equilíbrio entre direitos e obrigações das partes.- No caso concreto, o recorrente alega que realizou contrato de financiamento com o recorrido, no valor total de R$ 15.000,00 em 60 parcelas de R$ 502,23 com taxa de juros de 2,33% ao mês, e que está sendo cobrado valor maior que o contratado, conforme cálculo realizado pelo mesmo através da Calculadora do Cidadão, ferramenta disponibilizada pelo Banco Central.- Diante das alegações do recorrente, incumbia ao recorrido, fornecedor do serviço,- responsabilidade objetiva-, o dever de frustrar a pretensão deduzida, impondo fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito autoral, na forma do artigo 373, inciso II, do CPC e art. 14, § 3º, do CDC, provando alguma excludente de sua responsabilidade, o que todavia não ocorreu.- Cumpre registrar que no contexto sócio-cultural predominante no Brasil, onde o consumidor de crédito bancário, em sua esmagadora maioria, ignora absolutamente o significado de expressões do tipo CET, capitalização de juros e IOF, o que tem absurda certeza este magistrado também não é explicado por nenhum bancário ao cliente, como, aliás, comanda o CDC (art. 6o. II e III, art. 52), no ensejo da contratação de um empréstimo, devem esses ser tidos como verdadeiros "penduricalhos", que a criatividade da engenharia financeira bancária engendrou como forma de aumentar sua lucratividade, o que, diga-se de passagem e segundo com estardalhaço divulga a imprensa, é talvez a maior do universo empresarial.- Em arremate, cabe aqui expressar reconhecimento e admiração a intelectualidade dos idealizadores de tais instrumentos de captação do lucro bancário, cujos se afiguram a este julgador até como possível forma de transferir ao consumidor os custos operacionais de seus negócios ou empreendimentos, conduta repugnada pelos princípios regentes da lei consumerista (art. 4º. - boa fé e equilíbrio nas relações). - Neste passo, cabe realçar que desde priscas eras, consabidamente, a remuneração do capital é feita mediante o pagamento de juros e atualização monetária, "simples assim", não passando essas criaturas da inteligência bancária, de denominação sofisticada, de mecanismo para galgar maiores lucros, inclusive, dependendo da necessidade do mutuário da vez, em cima de quem até detentor de bastante discernimento. - Neste toar, o pedido de repetição de indébito deve ser deferido, com fulcro no art. 42, parágrafo único, do CDC., estabelecendo, neste caso, R$ 1.263,00 correspondente ao acréscimo sem justificativa nas parcelas apurado pelo recurso da calculadora do cidadão, o qual deverá ser restituído em dobro, ou seja, R$ 2.526,00.- No pertinente aos danos morais, é de se entender incidente neste caso, pois o procedimento da instituição financeira causou no recorrente profundo sentimento de impotência, frustração e ludibrio, os quais são potencialmente capazes de causar afetação psicológica característica do dano imaterial. - Com efeito, o fato de o recorrido induzir o consumidor, dolosamente, a concretizar um negócio que normalmente não faria, é motivo suficiente para autorizar o sucesso da ação de reparação de danos.- A indenização, na espécie, não deve ser módica porquanto deve servir de medida pedagógica ao infrator, vez que é cediço que imputa tais cobranças a todo um universo de consumidores, angariando milhões de reais, pela prática abusiva.- Por conseguinte, de acordo com que já foi adrede salientado e ainda conforme normatizam os art. 6º, VI, do CDC e, subsidiariamente, 186 e 927 do CCB, reconheço os danos morais e arbitro a reparação correspondente em R$ 3.000,00 (três mil reais) ao entendimento de que a quantia servirá para recrudescer a psique do recorrente, além de incutir efeito pedagógico ao réu.- Voto, pois, no sentido de Dar PROVIMENTO ao recurso interposto e reformar in totum a sentença de piso, para condenar o recorrido ao pagamento de R$ 3.000,00 (três mil reais) a título de reparação moral, com juros de 01% e correção monetária a contar desta data, e ao pagamento de indenização material no valor de R$ 2.526,00 (dois mil quinhentos e vinte e seis reais), com juros de 01% e correção monetária a contar da citação.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da

Fazenda Pública do Estado do Amazonas, em dar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 22 de agosto de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator".

Processo: 0613969-73.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 12º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Vivo S.a.
Advogado: Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB: 29320/GO)
Recorrido: Jackson de Oliveira Castro
Advogado: Rosquild Azêdo Omena (OAB: A605/AM)

Relator: Julião Lemos Sobral Junior. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE DECLARATÓRIA C/C DANO MORAL. EMPRESA DE TELEFONIA. RELAÇÃO DE CONSUMO. NÃO HOUVE FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. SERVIÇO CONTRATADO. DEVER DE INFORMAÇÃO OBSERVADO. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.. DECISÃO: "Decisão do julgamento na sessão Não informado".

Processo: 0614201-85.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 1ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: JORGE MARTINS DE SOUZA
Advogado: Fred Figueiredo Cesar (OAB: 9508/AM)
Recorrido: Banco Bmg S/A
Advogado: Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM)
Advogada: Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB: 911A/SE)
Advogada: Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB: 4018/AM)

Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. TAXA DE JUROS. ALEGAÇÃO DE COBRANÇA EXCESSIVA. INEXISTÊNCIA. BANCOS QUE NÃO ESTÃO ADSTRITOS À TAXA DE JUROS DE 12% (DOZE POR CENTO) AO ANO. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA MANTIDA. CUSTAS E HONORÁRIOS. CABIMENTO. ART 55 DA LEI 9.099/95. EXIGIBILIDADE SUSPENSA. BENEFICIÁRIO DE GRATUIDADE JUDICIÁRIA.- Cuida a hipótese de revisão de dívida oriunda de contrato de cartão de crédito celebrado entre as partes, alegando o recorrente cobrança excessiva da taxa de juros, considerando a lei de Usura.- A questão da taxa de juros já está pacificada e não estão os Bancos adstritos à taxa de juros de 12% (doze por cento) ao ano, e neste sentido foi o decidido na sentença ora impugnada.- Ademais, o próprio recorrente afirmou na exordial que efetuava somente o pagamento mínimo das faturas do cartão de crédito, não podendo alegar, agora, abusividade na conduta do recorrido.- Súmula nº 596 do Supremo Tribunal Federal.- Precedentes jurisprudenciais.- Recurso conhecido e improvido.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, em negar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 27 de agosto de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator".

Processo: 0614229-53.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 12º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Alves Lira Ltda
Advogada: Natasja Deschoolmeester (OAB: 2140/AM)
Recorrente: Banco Itaucard S/A
Advogado: Nelson Monteiro de Carvalho Neto (OAB: 60359/RJ)
Recorrido: Iran Hudson Menezes de Carvalho
Advogado: Iran Hudson Menezes de Carvalho (OAB: 7488/AM)
Recorrida: Karla Liliany Bezerra Tavares
Advogado: Iran Hudson Menezes de Carvalho (OAB: 7488/AM)
Advogada: Karla Liliany Bezerra Tavares (OAB: 7450/AM)

Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. PAGAMENTO COM CARTÃO DE CRÉDITO. LANÇAMENTO EM DUPLICIDADE. FALHA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS. RESPONSABILIDADE OBJETIVA E SOLIDÁRIA. DANOS MATERIAIS E MORAIS CONFIGURADOS. VERBA INDENIZATÓRIA QUE SE ENCONTRA EM DESACORDO AOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO APENAS PARA REDUZIR O VALOR DA REPARAÇÃO MORAL DE R$ 7.000,00 PARA R$ 4.000,00. SEM CUSTAS E HONORÁRIOS.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, em DAR PARCIAL provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 29 de agosto de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator".

Processo: 0614305-14.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 13º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Shirlei Regina Vilar da Costa Pineiro
Advogado: Luiz Cláudio de Melo Frota (OAB: 11291/AM)
Advogada: Marianna Lira da Rocha (OAB: 11244/AM)
Recorrida: Franciluce da Silva Lima
Advogada: Ana Carolina Bezerra de Freitas (OAB: 7698/AM)

Relator: Julião Lemos Sobral Junior. Revisor: Revisor do processo Não informado

Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado. DECISÃO: "Decisão do julgamento na sessão Não informado".

Processo: 0614703-24.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 3ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Nayara Valin de Oliveira (Fabrica de Princesas)
Recorrente: MERCADO LIVRE COM ATIVIDADES DE INTERNERT LTDA. (EBAZAR.COM.BR. LTDA)
Advogado: Eduardo Chalfin (OAB: A1140/AM)
Advogado: André de Souza Oliveira (OAB: 5219/AM)
Advogada: Adriana Silva Gomes (OAB: 12901/AM)
Recorrente: Nilcicleide das Chagas Mendonca
Advogada: Bruna das Chagas de Mendonca (OAB: 10474/AM)
Advogada: Marcela da Silva Paulo (OAB: 10325/AM)
Advogado: Nayanna Evellyn Pessoa Gaia (OAB: 12723/AM)
Recorrido: Ebazar.com.br LTDA MERCADO LIVRE
Advogado: Eduardo Chalfin (OAB: 1140A/AM)
Recorrida: Nilcleide das Chagas Mendonça
Advogada: Marcela da Silva Paulo (OAB: 10325/AM)

Relator: Adonaid Abrantes de Souza Tavares. Revisor: Revisor do processo Não informado

RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. AÇÃO DE OBRIGAÇÂO DE FAZER C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. COMPRA DE PRODUTOS PELA INTERNET. PRODUTO NÃO ENTREGUE. PAGAMENTO FINALIZADO E ADIMPLIDO. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. INVERSÃO DO ÔNUS PROBATÓRIO. TEORIA DA CARGA DINÂMICA DO SUPORTE PROBANTE. DESÍDIA E DEMORA EM RESOLVER A QUESTÃO NA ESFERA EXTRAJUDICIAL. DIVERSAS RECLAMAÇÕES ADMINISTRATIVAS IGNORADAS. DESRESPEITO AO CONDUMIDOR. DANO MORAL EXCEPCIONALMENTE CONFIGURADO.A relação de consumo importa inversão do ônus probatório, tanto pela proteção favorável à parte hipossuficiente no vínculo consumerista, como porque

a ré detém melhor condição de produzir a prova, conforme a teoria da carga dinâmica do suporte probante.Exigir dO (a) autor (a), nessa circunstância, "contraprova", significaria forçá-lO (a) a produzir suporte negativo, ou praticamente impossível. competia à demandada realizar, tanto pela inversão do conteúdo probatório como porque, em tais pontos, o tema verteria prova positiva, ou possível de ser efetivada.TODAVIA, DIANTE DE SITUAÇÃO DE DÚVIDA LEVANTADA PELO CONSUMIDOR, PARTE HIPOSSUFICIENTE NA RELAÇÃO, O CONTRÁRIO DEVERIA VIR CONSUBSTANCIADO PELA EMPRESA.DANOS MATERIAIS E MORAIS CONFIGURADOS NÃO SÓ PELO DESRESPEITO AO CONSUMIDOR, QUE SE VIU SURPREENDIDO COM A FALHA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, MAS, TAMBÉM, E, PRINCIPALMENTE, PELO CARÁTER PUNITIVO E PEDAGÓGICO DO INSTITUTO. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração nº 0614703-24.2018.8.04.0015, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos em negar acolhimento ao recurso interposto.".

Processo: 0614769-04.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 13º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Rosely Cavalcante Leite

Advogado: Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB: 7197/AM)

Recorrido: Bradesco Vida e Previdência S/A

Advogado: Mauro Paulo Galera Mari (OAB: 3056/MT)

Advogado: André de Souza Oliveira (OAB: 5219/AM)

Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. SERVIÇO BANCÁRIO. DESCONTO DENOMINADO "MORA CRED PESS". SENTENÇA QUE JULGOU LIMINARMENTE O FEITO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. PRESCRIÇÃO TRIENAL DO CÓDIGO CIVIL. CDC LEGISLAÇÃO ESPECIAL. PRAZO PRESCRICIONAL DE CINCO ANOS. CONFIGURAÇÃO IN CASU. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE EFETIVA MORA POR PARTE DA CONSUMIDORA. CONTESTAÇÃO GENÉRICA. DANOS MATERIAIS E MORAIS CONFIGURADOS. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA. SEM CONDENAÇÃO EM CUSTAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. . DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, em dar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 30 de agosto de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator".

Processo: 0614800-58.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 3ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Marliete Macedo de Souza

Advogado: Arnoudo Nogueira de Souza (OAB: 7497/AM)

Advogada: Camila Leal de Souza (OAB: 7498/AM)

Recorrido: Amazonas Dá Sorte (Aplub Capitalização S.a.)

Advogado: ALEXANDRE WANDERLEY LUSTOSA (OAB: 15656/PE)

Soc. Advogados: MONIZ DE ARAGÃO E RIBEIRO ADVOGADOS E CONSULTORES ASSOCIADOS SC (OAB: 469/DF)

Advogado: José Carlos Cavalcanti Júnior (OAB: 3607/AM)

Advogado: Renzzo Fonseca Romano (OAB: 6242/AM)

Advogado: Marcelo Gustavo Hauschild (OAB: 86745/RS)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. PROPAGANDA. DIVULGAÇÃO DE IMAGENS DO IMÓVEL DA AUTORA. IMAGENS MERAMENTE ILUSTRATIVAS. LESÃO NÃO CONSTATADA. MERO ABORRECIMENTO. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. SENTENÇA MANTIDA PRO SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. Alegou a autora que é proprietária de uma chácara localizada no bairro tarumã, e que no dia 17/08/2017, em propaganda televisiva da requerida, imagens de sua propriedade foram divulgadas como um dos prêmios do "bingo" da Amazonas da Sorte, o que considera indevido uma vez que compõem propriedade privada da requerente.Dá analise dos autos, não restou comprovado dano de ordem moral causado a autora, visto que no próprio comercial contém a informação de que as imagens publicadas são meramente ilustrativas, nem houve divulgação do nome do proprietário ou endereço do local.Na interpretação dos fatos passíveis de serem tidos como geradores do dano moral, é pacifico o entendimento segundo o qual os aborrecimentos, percalços, frustrações e vicissitudes próprios da vida em sociedade, não geram o dever de indenizar, ainda que tenham impregnado no atingido pelo ocorrido certa dose de amargura, pois a reparação do dano moral não tem como objetivo amparar sensibilidades afloradas ou suscetibilidades exageradas, denotando que nem toda a ofensa gratuita ou transtorno casual e passível de gerá-la, e não autoriza o deferimento de qualquer compensação em decorrência de compreensíveis deficiências nos serviços prestados ao consumidor, de forma a qualificar como sendo o cometimento de um ilícito.RECURSO NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Custas e honorários pelo recorrente, sendo estes fixados em 10% sobre o valor da causa. No entanto, suspendo a cobrança da verba sucumbencial, pelo prazo de 5 anos, a teor do artigo 98, parágrafo 3, do CPC.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0614904-16.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 15º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Nilzimara Florentino de Oliveira

Advogada: Cintia Martins de Souza (OAB: 4399/AM)

Recorrido: Carrefour Comércio e Indústria Ltda.

Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE)

Advogado: Giacomo Dinelly Lima (OAB: 9753/AM)

Relator: Julião Lemos Sobral Junior. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. RELAÇÃO DE CONSUMO. ADMINISTRADORA DE CARTÃO DE CRÉDITO. INCLUSÃO DE SEGURO NA FATURA SEM DEMONSTRAÇÃO DE ANUÊNCIA DO CLIENTE. VENDA CASADA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. DANO MORAL CONFIGURADO. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.. DECISÃO: "Decisão do julgamento na sessão Não informado".

Processo: 0615049-72.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 1ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Mariene Moura Souza

Advogado: Rosane Romero Ravazi (OAB: 711A/AM)

Recorrido: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a)

Advogado: Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB: A1065/AM)

Advogado: Guilherme Vilela de Paula (OAB: 69306/MG)

Relator: Julião Lemos Sobral Junior. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA:RECURSO INOMINADO. DIREITO CIVIL. COBRANÇA. ENERGIA ELÉTRICA. RECUPERAÇÃO DE CARGA. QUESTIONAMENTO DA REGULARIDADE DA APURAÇÃO. TERMO DE PARCELAMENTO. AUTORA QUE BUSCOU, VOLUNTARIAMENTE, PELO TERMO DE RECONHECIMENTO

E CONFISSÃO DA DÍVIDA E PARCELAMENTO DO DÉBITO. CRÉDITO DE VALORES EM FATURA, CONTUDO, QUE REPRESENTA MELHOR SOLUÇÃO, POR RETIFICAR OS ERROS DE LEITURA, MEDIANTE COMPENSAÇÃO NAS PRÓXIMAS COBRANÇAS. RECURSO desPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA INTEGRALMENTE. Relatório dispensado na forma do Enunciado n.º 92 do FONAJE. Não há preliminares a enfrentar.conheço do recurso. 1. Porque bem analisou, ponderou e julgou os fatos, aplicando com correção e justiça o direito, a referida sentença deve ser mantida na forma proferida, a cujos argumentos me reporto, chamando-os à colação para serem tidos como se aqui estivessem transcritos, nos termos do art. 46, da Lei 9.099/95.2. No mesmo sentido, dispõe o Supremo Tribunal Federal: EMENTA DIREITO PROCESSUAL CIVIL. JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. MANUTENÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA COM BASE NO ART. 46 DA LEI 9.099 /95. POSSIBILIDADE. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO DEVIDO PROCESSO LEGAL, AO CONTRADITÓRIO E À AMPLA DEFESA. EVENTUAL VIOLAÇÃO REFLEXA NÃO ENSEJA RECURSO EXTRAORDINÁRIO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO CONFIGURADA. ACÓRDÃO RECORRIDO DISPONIBILIZADO EM 16.8.2012. Não importa ausência de motivação, a adoção dos fundamentos da sentença recorrida pela Turma Recursal, em conformidade com o disposto no art. 46 da Lei 9.099 /95. O exame da alegada ofensa ao art. 5º , XXXV , e LV , da Constituição Federal , dependeria de prévia análise da legislação infraconstitucional aplicada à espécie, o que refoge à competência jurisdicional extraordinária, prevista no art. 102 da Constituição Federal . Inexiste violação do artigo 93 , IX , da CF/88 . O Supremo Tribunal Federal entende que o referido dispositivo constitucional exige que o órgão jurisdicional explicite as razões do seu convencimento, dispensando o exame detalhado de cada argumento suscitado pela parte. Agravo regimental conhecido e não provido. (STF - Processo: ARE 736290 SP, Orgão Julgador, Primeira Turma, Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-160 DIVULG 15-08-2013 PUBLIC 16-08-2013, Julgamento: 25 de Junho de 2013, Relator: Min. ROSA WEBER). VOTO: Ante ao exposto, NEGO PROVIMENTO AO RECURSO e mantenho na íntegra a sentença, nos moldes do art. 46, da Lei 9.0099/95. Sem custas e honorários, considerando os benefícios da assistência judiciária gratuita.. DECISÃO: "A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, os MM. Juízes componentes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, ACORDAM em NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO INOMINADO, mantendo na íntegra a sentença proferida em Primeiro Grau. Participaram deste julgamento, além do signatário, os demais Juízes presentes à sessão. Manaus,".

Processo: 0615098-79.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 12º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Crefisa S.a. - Crédito Finaciamento e Investimentos

Advogado: Lázaro José Gomes Júnior (OAB: 8125/MS)

Advogado: Lázaro José Gomes Júnior (OAB: 4562A/TO)

Advogado: Lazaro Jose Gomes Junior (OAB: 8194A/MT)

Recorrido: Filadelfo Guimarães da Costa

Advogada: Camila Jatahy Araujo (OAB: 12602/AM)

Advogada: Maria Helena Aguiar Coimbra (OAB: 12931/AM)

Advogada: Francisca Núbia de Oliveira de Lima (OAB: 4376/AM)

Advogado: João Bosco Sávio Oliveira de Lima (OAB: 8622/AM)

Relator: Julião Lemos Sobral Junior. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: SÚMULA DA SENTENÇA - CONTRATO BANCÁRIO. Empréstimo consignado. Quitação. permanência de descontos, MESMO APÓS a quitação do empréstimo. Descontos que ocorreram de forma integral ou fracionada, mas que importaram no pagamento total do contrato. Falha no serviço do Réu, que não se desincumbiu do Ônus de comprovar a legalidade das cobranças. CONSTRANGIMENTO CARACTERIZADO. Súmula 479 – stj. DANO MORAL CONFIGURADO in re ipsa. MANUTENÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO, EM OBSERVÂNCIA AOS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE DA INDENIZAÇÃO. MULTA DIÁRIA MANTIDA, POR NÃO REPRESENTAR MEDIDA EXCESSIVA, E INCIDIR APENAS EM CASO DE DESOBEDIÊNCIA PELO RECORRENTE. ENTENDIMENTO DO JUÍZO DE PRIMEIRO GRAU QUE ENCONTRA CONSONÂNCIA COM O ENTENDIMENTO DA TURMA RECURSAL, SOBRE O ASSUNTO TRATADO NO PROCESSO. SENTENÇA QUE DEVE SER MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS, POR SEREM IRRETOCÁVEIS. SÚMULA QUE SERVIRÁ DE ACÓRDÃO. ART. 46, LEI 9.099/95. Presentes os requisitos de admissibilidade, conheço do recurso. 1. Porque bem analisou, ponderou e julgou os fatos, aplicando com correção e justiça o direito, a referida sentença deve ser mantida na forma proferida, a cujos argumentos me reporto, chamando-os à colação para serem tidos como se aqui estivessem transcritos, nos termos do art. 46, da Lei 9.099/95.2. No mesmo sentido, dispõe o Supremo Tribunal Federal: EMENTA DIREITO PROCESSUAL CIVIL. JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. MANUTENÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA COM BASE NO ART. 46 DA LEI 9.099 /95. POSSIBILIDADE. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO DEVIDO PROCESSO LEGAL, AO CONTRADITÓRIO E À AMPLA DEFESA. EVENTUAL VIOLAÇÃO REFLEXA NÃO ENSEJA RECURSO EXTRAORDINÁRIO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO CONFIGURADA. ACÓRDÃO RECORRIDO DISPONIBILIZADO EM 16.8.2012. Não importa ausência de motivação, a adoção dos fundamentos da sentença recorrida pela Turma Recursal, em conformidade com o disposto no art. 46 da Lei 9.099 /95. O exame da alegada ofensa ao art. 5º , XXXV , e LV , da Constituição Federal , dependeria de prévia análise da legislação infraconstitucional aplicada à espécie, o que refoge à competência jurisdicional extraordinária, prevista no art. 102 da Constituição Federal . Inexiste violação do artigo 93 , IX , da CF/88 . O Supremo Tribunal Federal entende que o referido dispositivo constitucional exige que o órgão jurisdicional explicite as razões do seu convencimento, dispensando o exame detalhado de cada argumento suscitado pela parte. Agravo regimental conhecido e não provido. (STF - Processo: ARE 736290 SP, Orgão Julgador, Primeira Turma, Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-160 DIVULG 15-08-2013 PUBLIC 16-08-2013, Julgamento: 25 de Junho de 2013, Relator: Min. ROSA WEBER).VOTO: Ante o exposto, voto no sentido de conhecer e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, mantendo na íntegra a sentença monocrática por seus fundamentos (art. 46, Lei 9.099/95), e condeno o Recorrente ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, que fixo em 20% sobre o valor da condenação (art. 55, Lei 9.099/95).. DECISÃO: "A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, os MM. Juízes componentes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, ACORDAM em NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO INOMINADO, mantendo na íntegra a sentença proferida em Primeiro Grau. Participaram deste julgamento, além do signatário, os demais Juízes presentes à sessão. Manaus, 29 de agosto de 2019".

Processo: 0615454-11.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 1ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Gran Cursos Online

Advogado: Fernando de Assis Bontempo (OAB: 20896/DF)

Recorrida: KELLY CRISTINA AGUIAR DE NORONHA

Advogado: Maria Jarina de Almeida Guerreiro (OAB: 2917/AM)

Relator: Adonaid Abrantes de Souza Tavares. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA:RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. SERVIÇO DE TRANSPORTE AÉREO. CANCELAMENTO DE PASSAGEM AÉREA POR PARTE DO AUTOR/RECORRIDO. PEDIDO DE REEMBOLSO. COBRANÇA DE TAXAS E REEMBOLSO PARCIAL. DIREITO AO REEMBOLSO INFORMADO. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DANO MATERIAL OCORRENTE. DESCASO E DESRESPEITO COM O CONSUMIDOR. DANO MORAL CONFIGURADO.

REDUÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO, DENTRO DA ESFERA DO RAZOÁVEL E DO PROPORCIONAL. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. SEM CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ART. 55 DA LEI Nº 9.099/95 INTERPRETADO A CONTRARIO SENSU.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0615454-11.2018.8.04.0015, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos em dar parcial provimento ao recurso interposto.".

Processo: 0615754-70.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 13º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Anayara da Costa Lima
Advogado: Orlando Patrício de Sousa (OAB: 7705/AM)
Recorrido: Avon Cosmeticos Ltda
Advogado: Klaus Giacobbo Riffel (OAB: 75938/RS)

Relator: Julião Lemos Sobral Junior. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. DANO MORAL. COBRANÇA INDEVIDA. CONFISSÃO DA RÉ QUANTO AO PAGAMENTO DA CAMPANHA 03/2018. INSISTÊNCIA NA CONTINUIDADE DA COBRANÇA. DEFEITO A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DA INSTITUIÇÃO. RISCO INERENTE à ATIVIDADE QUE DESENVOLVE. POR NÃO LOGRAR EM DEMONSTRAR A REGULARIDADE DA COBRANÇA CONTÍNUA, MESMO APÓS PAGAMENTO DO DÉBITO. RESPONSABILIDADE DOS RECORRIDOS. MANIFESTO ABUSO DE DIREITO - ARTS. 186, 187 E 927, CC. APLICAÇÃO DA TEORIA DO DESVIO PRODUTIVO. DANOS MORAIS, IN RE IPSA. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SEM CONDENAÇÃO EM CUSTA E HONORÁRIOS.Pugna a Autora pela reforma da sentença que julgou improcedentes seus pedidos. Infere-se das manifestações processuais das partes, que a relação estabelecida entre elas é de revenda de produtos. Fixadas essas premissas, tem-se que a relação jurídica estabelecida entre as partes não pode ser considerada como consumerista, pois o revendedor de produtos não é consumidor final, de forma que não estão presentes os requisitos dos arts. 2° e 3° do CDC. Nesse sentido: APELAÇÃO CÍVEL. REVENDEDORA VAREJISTA AUTÔNOMA. AVON COSMÉTICOS. RELAÇÃO DE CONSUMO NÃO CONFIGURADA. INSCRIÇÃO NOS CADASTROS DE RESTRIÇÃO AO CRÉDITO. REGRAS DO DIREITO INTERTEMPORAL. PUBLICAÇÃO DA SENTENÇA E APELAÇÃO CÍVEL ANTES DA VIGÊNCIA DO CPC 2015. 1. Ao presente caso serão plicadas as disposições processuais inerentes ao diploma estabelecido na Lei nº 5.869/73, tendo em vista que os atos jurídicos processuais (sentença e Apelação Cível) tiveram seus efeitos consumados ainda sob a égide do regramento anterior, mesmo que esta decisão seja proferida na vigência da Lei nº 13.105/2015, privilegiando as disposições de direito intertemporal estabelecidas em seus arts. 14 e 1.046, bem como, o art. 6º da LINDB e art. 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal de 1988. 2. Considerando que a autora adquiria mercadorias para a revenda e, não, para consumo, não se aplica à relação jurídica em apreço, a Lei nº 8.078/90. 3. Recurso improvido. (Apelação Cível nº 201400010007029, 2ª Câmara Especializada Cível do TJPI, Rel. José Ribamar Oliveira. j. 23.08.2016, unânime).Quanto ao mérito, verifico que a parte Ré Avon, em sua contestação (fls. 31-32) afirma de forma clara que: a Autora estaria apta para compras e novos pedidos, pois se realmente recebesse cobranças, ou com débitos em aberto, não ocorreria este fato. Confissão, portanto, quanto à inexistência de débitos da Autora – art. 374, II, CPC.Neste aspecto, a Autora demonstra que a corré Localcred, exorbitando seu mandato de cobrança – por exigir dívida paga, a buscou insistentemente para cobrar a campanha 03/2018 (fls. 11).De fato, cabe a parte demandada provar a existência de fato impeditivo, modificativo e extintivo do autor (art. 373, II, do CPC), ônus do qual não se desincumbiu, de modo que deve ser declarada a inexigibilidade das cobranças questionadas pelo demandante, e reconhecida a prática de ato ilícito, consistente na cobrança insistente de débito irregular. Nesse sentido, houve confissão da quitação da dívida (fls. 31-32), sendo o fato, portanto, incontroverso – art. 374, II, do CPC.Quanto ao dano moral pretendido, não há dúvida de que a adoção de procedimento de cobrança de débito inexistente, constitui prática abusiva suficiente a ensejar a reparação de dano moral, mesmo que não evolua à negativação de dados pessoais, por ser suficiente à quebra da paz interior do indivíduo cumpridor de suas obrigações contratuais, impondo-lhe a adoção de providências desarrazoadas (ligações, registros de protocolos, atendimentos presenciais, etc), com manifesto prejuízo à regulação útil de seu tempo, em prol das atividades pessoais e profissionais que realmente reclamam a sua intervenção. Manifesto abuso de direito (art. 186 e 187, CC)É o que a doutrina e jurisprudência moderna denominam como a teoria do desvio produtivo, elaborada pelo jurista Marcos Dessaune, e que pode ser aplicada por analogia ao caso concreto, por corresponder á perda do tempo útil em tentativas frustradas de solução de problemas junto a fornecedores ou fabricantes, à custa de suas atividades de trabalho, estudo, descanso ou lazer. (In: 2http://revistavisaoj uridica.uol. com.br/ advogados-leis-j urisprudencia/71/desvio-produto-doconsumidor-tese-do-advogado-marcos -ddessaune-255346-1. Asp]).O entendimento, aliás, é adotado pelo Superior Tribunal de Justiça, e para reforçar o entendimento, trago algumas decisões á colação: AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO, CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO. 1. ATO ILÍCITO CONFIGURADO. ALTERAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 7 DO STJ. 2. REDUÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. MESMO ÓBICE SUMULAR. 3. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL. (…) Com efeito, tem-se como absolutamente injustificável a conduta da instituição financeira em insistir na cobrança de encargos fundamentadamente impugnados pela consumidora, notório, portanto, o dano moral por ela suportado, cuja demonstração evidencia-se pelo fato de ter sido submetida, por longo período [por mais de três anos, desde o início da cobrança e até a prolação da sentença], a verdadeiro calvário para obter o estorno alvitrado, cumprindo prestigiar no caso a teoria do Desvio Produtivo do Consumidor, por meio da qual sustenta Marcos Dessaune que todo tempo desperdiçado pelo consumidor para a solução de problemas gerados por maus fornecedores constitui dano indenizável, ao perfilhar o entendimento de que a "missão subjacente dos fornecedores é - ou deveria ser - dar ao consumidor, por intermédio de produtos e serviços de qualidade, condições para que ele possa empregar seu tempo e suas competências nas atividades de sua preferência. Especialmente no Brasil é notório que incontáveis profissionais, empre sas e o próprio Estado, em vez de atender ao cidadão consumidor em observância à sua missão, acabam fornecendo-lhe cotidianamente produtos e serviços defeituosos, ou exercendo práticas abusivas no mercado, contrariando a lei. Para evitar maiores prejuízos, o consumidor se vê então compelido a desperdiçar o seu valioso tempo e a desviar as suas custosas competências - de atividades como o trabalho, o estudo, o descanso, o lazer - para tentar resolver esses problemas de consumo, que o fornecedor tem o dever de não causar. (…) Indisputável, destarte, a configuração dos danos morais indenizáveis, bem é de ver que considerado o critério de que a indenização não deve prestar-se ao enriquecimento ilícito, mas considerando o aspecto inibitório da condenação ora enfocada, em relação ao autor do ilícito, a fim de que invista na qualificação de seus prepostos, de sorte a aprimorar seus procedimentos, não há se olvidar, de outra parte, do caráter compensatório da reparação, de molde a possibilitar sentimento que se preste ao menos a mitigar o sério constrangimento suportado pela vitima da injusta ofensa, afigurando-se, sob tal perspectiva, razoável o arbitramento da indenização em cinco mil reais. (...)(STJ- AgResp. N.º 1.260.458-SP, Decisão Monocrática, Relator Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Julgamento: 25/04/2018).Como se vê, o pedido de reparação moral é absolutamente pertinente, conquanto tenham sido demonstrados o fato desabonador, o causador da ofensa e a relação de causa e efeito necessária à reparação. Na fixação do montante devido, o prudente arbítrio do julgador deve considerar os fins pedagógico e punitivo da reparação moral, sem embargo de

sopesar as circunstâncias próprias do agravo causado ao consumidor. VOTO: Ante o exposto, voto no sentido DAR PROVIMENTO ao Recurso para reformar a sentença de Primeiro Grau, e JULGAR PROCEDENTES OS PEDIDOS DA AUTORA, termos em que: 1) DECLARO INEXIGÍVEL o débito discriminado na cobrança de fls. 9, no importe ordinário de R$ 146,41 além dos encargos de mora aplicados pela Ré, referente á campanha 03/2018, pedido 247794, devendo os Recorridos adotarem as providências administrativas necessárias à exclusão do débitos, sob pena de multa de R$ 300,00 por cobrança indevida, sem prejuízo da já aplicada; 2) CONDENO os Recorridos, solidariamente, ao pagamento de indenização por dano moral, que ora arbitro em R$ 4.000,00 (quatro mil reais), sobre a qual deverão incidir juros legais a partir da citação e correção monetária oficial (INPC), a contar do arbitramento, consoante fundamentação supra. Sem condenação em custas ou honorários, pois somente aplicável ao recorrente integralmente vencido, nos termos do art. 55, da lei 9.099/95. É o voto.. DECISÃO: "A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado Cível nº 0615754-70.2018.8.04.0015, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para dar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados. Manaus, 23 de agosto de 2019".

Processo: 0615941-15.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 3ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Vivo S/A

Advogado: Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB: 29320/GO)

Recorrido: Sandro Ricardo Rodrigues Viana

Advogado: Joelmir Ricardo Gonçalves (OAB: 509/AM)

Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. SERVIÇO DE TELEFONIA MÓVEL. FALHA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS. COBRANÇAS DE TARIFAS DENOMINADAS "SERVIÇO DE TERCEIRO" E "ASSINATURA MENSAL" EM FATURAS. AUSÊNCIA DE PROVA DAS CONTRATAÇÕES. COBRANÇAS INDEVIDAS. NÃO DEMONSTRADO QUE OS SERVIÇOS FORAM CONTRATADOS PELO CONSUMIDOR. DANOS MATERIAIS E MORAIS CONFIGURADOS. DEVER DE INDENIZAR. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. CUSTAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CABIMENTO. 20% SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO. ART. 55 DA LEI Nº 9.099/95.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, em negar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 20 de agosto de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator".

Processo: 0616683-06.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 13º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Claro S/A.

Advogada: Jessica Lobo Silva (OAB: 158014/MG)

Advogado: Jose Henrique Cancado Goncalves (OAB: 855A/SE)

Advogado: José Henrique Cançado Gonçalves (OAB: 57680/MG)

Recorrida: Carla Maria Luniére Azevedo

Advogada: Anna Luiza Mendonça Biatto de Menezes (OAB: 5314/AM)

Relator: Julião Lemos Sobral Junior. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: SÚMULA DA SENTENÇA. CONSUMIDOR. TELEFONIA. COBRANÇA INDEVIDA DE SERVIÇOS NÃO CONTRATADOS. PEDIDO DE CANCELAMENTO NÃO ATENDIDO. CONTINUIDADE DA COBRANÇA. DEFEITO NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DA INSTITUIÇÃO. DANO MORAL CONFIGURADO. VALOR ARBITRADO Indenização em valor dentro dOS PARÂMETROS DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDAde. ENTENDIMENTO DO JUÍZO DE PRIMEIRO GRAU QUE ENCONTRA CONSONÂNCIA COM O ENTENDIMENTO DA TURMA RECURSAL, SOBRE O ASSUNTO TRATADO NO PROCESSO. SENTENÇA QUE DEVE SER MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS, POR SEREM IRRETOCÁVEIS. SÚMULA QUE SERVIRÁ DE ACÓRDÃO. ART. 46, LEI 9.099/95. Presentes os requisitos de admissibilidade, conheço do recurso. 1. Porque bem analisou, ponderou e julgou os fatos, aplicando com correção e justiça o direito, a referida sentença deve ser mantida na forma proferida, a cujos argumentos me reporto, chamando-os à colação para serem tidos como se aqui estivessem transcritos, nos termos do art. 46, da Lei 9.099/95.2. No mesmo sentido, dispõe o Supremo Tribunal Federal: EMENTA DIREITO PROCESSUAL CIVIL. JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. MANUTENÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA COM BASE NO ART. 46 DA LEI 9.099 /95. POSSIBILIDADE. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO DEVIDO PROCESSO LEGAL, AO CONTRADITÓRIO E À AMPLA DEFESA. EVENTUAL VIOLAÇÃO REFLEXA NÃO ENSEJA RECURSO EXTRAORDINÁRIO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO CONFIGURADA. ACÓRDÃO RECORRIDO DISPONIBILIZADO EM 16.8.2012. Não importa ausência de motivação, a adoção dos fundamentos da sentença recorrida pela Turma Recursal, em conformidade com o disposto no art. 46 da Lei 9.099 /95. O exame da alegada ofensa ao art. 5º , XXXV , e LV , da Constituição Federal , dependeria de prévia análise da legislação infraconstitucional aplicada à espécie, o que refoge à competência jurisdicional extraordinária, prevista no art. 102 da Constituição Federal . Inexiste violação do artigo 93 , IX , da CF/88 . O Supremo Tribunal Federal entende que o referido dispositivo constitucional exige que o órgão jurisdicional explicite as razões do seu convencimento, dispensando o exame detalhado de cada argumento suscitado pela parte. Agravo regimental conhecido e não provido. (STF - Processo: ARE 736290 SP, Orgão Julgador, Primeira Turma, Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-160 DIVULG 15-08-2013 PUBLIC 16-08-2013, Julgamento: 25 de Junho de 2013, Relator: Min. ROSA WEBER).VOTO: Ante o exposto, voto no sentido de conhecer e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, mantendo na íntegra a sentença monocrática por seus fundamentos (art. 46, Lei 9.099/95), e condeno o Recorrente ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, que fixo em 20% sobre o valor da condenação (art. 55, Lei 9.099/95).. DECISÃO: "A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, os MM. Juízes componentes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, ACORDAM em NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO INOMINADO, mantendo na íntegra a sentença proferida em Primeiro Grau. Participaram deste julgamento, além do signatário, os demais Juízes presentes à sessão. Manaus, 30 de agosto de 2019".

Processo: 0616773-48.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 3ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Ana Cristina Colares Izel Lopes de Lima

Advogada: Jéssica Lopes de Lima (OAB: 10184/AM)

Recorrido: Claro S/A

Advogado: José Henrique Cançado Gonçalves (OAB: 57680/MG)

Advogado: Jose Henrique Cancado Goncalves (OAB: 855A/SE)

Relator: Julião Lemos Sobral Junior. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. SERVIÇO DE TV POR ASSINATURA. COBRANÇA DE ALUGUEL DE DECODIFICADOR. RESOLUÇÃO 528 DA ANATEL. SÚMULA N.º 09. CONQUANTO SEJA VEDADA A COBRANÇA DE PONTOS EXTRAS E ADICIONAIS, FOI AUTORIZADA PELA AGÊNCIA REGULADORA, A COBRANÇA DE VALORES RELATIVOS A ALUGUEL DE DECODIFICADOR É POSSÍVEL, CONTANTO QUE SEJA CLARA AO CONSUMIDOR. AUSÊNCIA DE PROVA

DE QUE AS CONDIÇÕES DE LOCAÇÃO DO EQUIPAMENTO FORAM EXPLICITADAS AO CONSUMIDOR NO CONTRATO. RESTITUIÇÃO DE FORMA SIMPLES, POIS NÃO COMPROVADA A MÁ-FÉ DA PRESTADORA DE SERVIÇOS. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE LESÃO AOS DIREITOS DA PERSONALIDADE DO RECORRENTE. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA EM PARTE. Ante a inexistência de questões preliminares, passo à análise do mérito. Relatório dispensado, nos termos do art. 38 da Lei n. 9.099/95.1. Considerando a incorporação da Ré pela empresa CLARO S/A, conforme demonstram os atos constitutivos acostados aos autos, determino que no pólo passivo da lide figure apenas a pessoa jurídica CLARO S/A.2. Da análise dos autos, infere-se que a Recorrente contratou os serviços de TV a cabo prestados pela requerida, percebendo, posteriormente a cobrança de valores denominados "ALUGUEL DE EQUIP HABILITADO", que considera como cobrança de ponto extra de sinal. A recorrida argumenta que a cobrança de locação de equipamentos é legal, encontrando amparo na Súmula n.º 9/2010 da Anatel, e que não se confunde com a cobrança de pontos extras ou de extensão, prática vedada pela Resolução n.º 526/2009 da ANATEL.3. A relação jurídica estabelecida entre as partes é nitidamente consumerista, satisfeitos que estão os requisitos dos arts. 2° e 3° do CDC. 4. Conforme exposto pela Recorrida, e na própria sentença, por disposição da Anatel, em sua Resolução nº 526/2009 e Súmula 09/2010, a prática de cobrança do serviço do ponto extra ou de extensão é vedada, mas a locação, comodato ou venda de decodificador e equipamentos é permitida. 5. Contudo, a própria Súmula n.º 09 estabelece que as condições do aluguel ou comodato devem ser explicitadas ao consumidor, sob pena de devolução dos valores pagos indevidamente. Para esclarecer:6. Levando em consideração que a Reclamada não apresentou nos autos o contrato com as cláusulas explícitas sobre valores de locação de equipamentos, a cobrança do serviço e a inequívoca aceitação pelo consumidor, resta a cobrança considerada abusiva (art. 39, III do CDC – serviço não solicitado). Repiso que, se a realidade da contratação não se amolda à descrição traçada alhures, cabia à requerida assim demonstrar (cópia de gravação de call center, cópia de contrato assinado entre as partes, fluxo de uso dos decorders, termo de inspeção etc), o que não o fez, devendo arcar com os ônus processuais inerentes a tal lacuna probatória.7. No mesmo sentido: Ementa: AÇÃO DECLARATÓRIA E INDENIZATÓRIA. CONSUMIDOR. TV POR ASSINATURA. COBRANÇA DE ALUGUEL PELA UTILIZAÇÃO DO APARELHO DE CODIFICADOR. POSSIBILIDADE, DESDE QUE PREVIAMENTE AJUSTADA. INOCORRÊNCIA DE CONTRATAÇÃO ESPECÍFICA NO CASO DOS AUTOS. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA QUE RECONHECEU A ILEGITIMIDADE DAS COBRANÇAS. RESTITUIÇÃO. RECURSO DESPROVIDO. (TJRS - Recurso Cível Nº 71005962196, Terceira Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Cleber Augusto Tonial, Julgado em 24/03/2016). Ainda: Ementa: prestação de serviços (sinal de televisão via cabo). Ação declaratória de inexigibilidade de débito c.c. reparação de danos. Cobrança de alugueres de aparelhos decodificadores instalados na residência do autor. Impossibilidade, no caso concreto, à míngua de inequívoca contratação e aceitação pelo consumidor. A peça de defesa deveria vir acompanhada da prova de que o consumidor foi informado a respeito da possibilidade de cobrança de alugueres dos aparelhos instalados em sua residência, e, principalmente, de que ele anuiu a essa cobrança. Sem embargo, a ré não desincumbiu desse ônus. À míngua de comprovação da inequívoca aceitação da cobrança, o débito exigido a título de alugueres dos aparelhos decodificadores é inexigível. Dano moral não configurado. A mera cobrança indevida, por si só, desacompanhada de consequências extraordinárias, não implica ofensa a direito da personalidade, não representa tratamento vexatório, humilhação, exposição ao ridículo. Apelações não providas. (TJSP – Processo: APL 00450473220118260577 SP 0045047-32.2011.8.26.0577, 12ª Câmara de Direito Privado, Publicação: 20/05/2015, Julgamento: 20 de Maio de 2015, Relator: Sandra Galhardo Esteves).8. Quanto à pretensão deduzida, deve ser conferido ao consumidor o direito à simples exclusão do valor cobrado em excesso. Nesse contexto, uma vez não demonstrada a má-fé da empresa na cobrança realizada, não há lugar para o deferimento da repetição de indébito pretendida pelo consumidor, ante a insatisfação dos requisitos exigidos pelo art. 42, parágrafo único do CDC. 9. Em relação ao ao dano moral pretendido, a despeito da cobrança abusiva realizada, tal prática não representou ofensa direta aos atributos da personalidade do autor, tampouco apresentou contornos excepcionais, como sói ser o caso da restrição indevida dos dados pessoais do consumidor junto aos órgãos de proteção do mercado de consumo, de tal modo que o evento em questão, embora inconveniente, está situado no plano das relações multifacetárias estabelecidas no cotidiano da sociedade moderna e, como tal, não é capaz de gerar direito à reparação moral, resolvendo-se no próprio bojo da relação jurídica estabelecida entre as partes, com a exclusão dos valores excessivamente cobrados do consumidor, o que é suficiente para devolver as partes ao status quo ante de sua ocorrência. VOTO: Forte nesses argumentos, voto no sentido de conhecer e DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO, para reformar a sentença monocrática e JULGAR PROCEDENTE, EM PARTE, o pedido, termos em que: Restabeleço a decisão de fls. 56; 1) DECLARO INEXIGÍVEL o débito imputado à Recorrente, relativo aos serviço "ALUGUEL DE EQUIP HABILITADO", devendo a ré adotar as providências necessárias a sua exclusão, inclusive quanto a eventuais apontamentos restritivos decorrentes do referido débit, sob pena de majoração da multa aplicada, até que comprove a assinatura de contrato com a previsão de tal serviço; 2) CONDENO a Recorrida a restituir ao Autor a quantia de R$ 503,52, sobre a qual deverão incidir juros mensais de 1% e correção monetária oficial, a partir de cada cobrança indevida; 3) MANTENHO a improcedência do pedido de indenização por dano moral, consoante fundamentação supra. Sem condenação em custas e honorários, ante o resultado.. DECISÃO: "A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, os MM. Juízes componentes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, ACORDAM em em DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO INOMINADO. Participaram deste julgamento, além do signatário, os demais Juízes presentes à sessão. Manaus, 30 de agosto de 2019.".

Processo: 0616938-06.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível, Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal

Recorrente: Governador do Estado do Amazonas

Advogado: Carlos Alexandre Moreira de Carvalho Martins de Matos

Advogada: Ana Marcela Grana de Almeida (OAB: 7513/AM)

Recorrido: Silas Magalhães Pacheco

Advogado: Ciro Gonçalves Botelho (OAB: 39395/BA)

Relator: Julião Lemos Sobral Junior. Revisor: Revisor do processo Não informado

Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado. DECISÃO: "Decisão do julgamento na sessão Não informado".

Processo: 0617036-80.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 3ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Rennan Torres Valer

Advogada: CAMILE XAVIER DE ANDRADE (OAB: 10223/AM)

Recorrido: Fundo de Investimento Em Direitos Creditorios Nubank

Advogado: Luis Gustavo de Paiva Leão (OAB: 195383/SP)

Advogado: Gustavo Henrique dos Santos Viseu (OAB: 117417/SP)

Recorrido: Mastercard Adminstradora de Cartoes de Credito

Advogado: Letícia Dias Ponce de Leão (OAB: 9099/AM)

Advogado: Fernando Campos Varnieri (OAB: 66013/RS)

Relator: Julião Lemos Sobral Junior. Revisor: Revisor do processo Não informado

Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado. DECISÃO: "Decisão do julgamento na sessão Não informado".

Processo: 0617047-75.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Ivalnilde Sampaio dos Santos
Advogado: Sergio Tadeu de Souza Tavares (OAB: 203552/SP)
Recorrida: Deborah Penafort Vilar
Advogado: Márcio Greyk José de Paula Raposo (OAB: 6312/AM)

Relator: Adonaid Abrantes de Souza Tavares. Revisor: Revisor do processo Não informado
RECURSO INOMINADO. CONTRATO DE LOCAÇÃO IMÓVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. EXISTÊNCIA DE PROVA DA RELAÇÃO JURÍDICA ENTRE AS PARTES. COMPULSANDO OS AUTOS, VERIFICA-SE QUE HÁ ESCOPO PROBATÓRIO APTO A SUSTENTAR AS ALEGAÇÕES CONSTANTES NA INICIAL. ASSIM, DEVE SER MANTIDA A SENTENÇA RECORRIDA QUE JULGOU A IMPROCEDENTE A AÇÃO, ANTE À INSUFICIÊNCIA PROBATÓRIA.SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração nº 0617047-75.2018.8.04.0015, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos em acolher o recurso interposto.".

Processo: 0617092-16.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 12º Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Karyl Carneiro Cardoso
Advogado: Marcelo da Silva Carlos (OAB: 7366/AM)
Recorrido: Criveraldo Cardoso do Rosário
Advogada: Luana Pereira Regis (OAB: 9340/AM)

Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA: RECURSO INOMINADO. EMBARGOS À EXECUÇÃO REJEITADOS. ALEGAÇÃO DE NULIDADE DE CITAÇÃO E EXCESSO DE EXECUÇÃO. INOCORRÊNCIA. RECURSO IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NOS TERMOS DO ART. 55 DA LEI Nº 9.099/95. EXIGIBILIDADE SUSPENSA. RECOREENTE BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos. Decidem os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que integra a presente decisão.".

Processo: 0617171-92.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 12º Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Banco Bmg S/A
Advogado: Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM)
Recorrida: Darlini Siqueira dos Santos
Soc. Advogados: Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (OAB: 10325/AM)
Advogado: Ladson Pereira da Silva (OAB: 11039/AM)
Advogada: Marcela da Silva Paulo (OAB: 10325/AM)
Advogado: Nayanna Evellyn Pessoa Gaia (OAB: 12723/AM)

Relator: Julião Lemos Sobral Junior. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. CONTRATO INSUFICIENTE. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. REJEITADA A PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA DESTE JUÍZO. REJEITADA A ALEGAÇÃO DE INVALIDADE DA CITAÇÃO. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. QUANTUM ARBITRADO DE FORMA RAZOÁVEL. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.. DECISÃO: "Decisão do julgamento na sessão Não informado".

Processo: 0617277-20.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 13º Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a)
Advogada: Isabela Montuori Bougleux de Araujo (OAB: 118303/MG)
Advogado: Guilherme Vilela de Paula (OAB: 69306/MG)
Recorrido: Ives Lima de Souza
Advogado: Osman Kalid Ossami (OAB: 6636/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA RECURSO INOMINADO. PROTESTO INDEVIDO. TÍTULO PAGO. RESPONSABILIDADE DO MANDANTE PELOS PREJUÍZOS CAUSADOS. INDENIZAÇÃO. DANO MORAL. VALOR. PROPORCIONALIDADE. RECURSO NÃO PROVIDO.Dá análise dos autos, o autor demonstrou a realização de pagamento da fatura com vencimento em 02/06/2016, no dia 06/06/2016, e que a negativação somente se deu no dia 18/10/2016, conforme fls. 14, após a quitação da dívida.A requerida, por sua vez, alega que houve erro na digitação do código de barras da fatura, razão pela qual o pagamento não teria sido reconhecido.Ocorre que, não há nos autos o código de barras da fatura com vencimento em 02/06/2016, impedindo a averiguação da efetividade do pagamento, prova que deveria ter sido juntada pela ré, uma vez que alegou a existência de erro.Assim, considerando que a requerida praticou ato ilícito ao encaminhar a protesto título já pago.A indenização por dano moral é arbitrável, mediante estimativa prudencial que leve em conta a necessidade de, com a quantia, satisfazer a dor da vítima e dissuadir, de igual e novo atentado, o agente ofensor. No que concerne ao quantum, na medida em que o juízo monocrático é o principal destinatário das provas, sobretudo à eleição dos critérios quantificadores do dano extrapatrimonial, apenas seria viável a reforma desse quadro se aviltante o ferimento ao princípio da proporcionalidade ou se patente o enriquecimento sem causa, o que não se divisa no caso concreto. Deve-se, pois, manter a estimativa razoavelmente fixada na decisão ora criticada (R$ 8.000,00). RECURSO NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Vencido o recorrente cabe condenação em custas e honorários, estes arbitrados em 20% do valor da condenação devidamente atualizada, artigo 55 da Lei nº 9.099/1995. . DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0617358-66.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 13º Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Banco Bradesco S.a.
Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE)
Advogado: André de Souza Oliveira (OAB: 5219/AM)
Recorrido: Evaristo da Silva Borges
Advogada: Geyza Diany Lima das Chagas (OAB: 11855/AM)
Advogado: Yago Lira de Lima Mabelini (OAB: 13650/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO. VENDA CASADA. SEGURO NÃO CONTRATADO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. INFRINGÊNCIA AOS PRINCÍPIOS DA INFORMAÇÃO E DA BOA FÉ CONTRATUAL. COBRANÇA INDEVIDA. DANO MORAL. PROPORCIONALIDADE. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. SENTENÇA MANTIDA.A parte autora aduz que, ao contratar mútuo junto ao banco requerido, foi obrigada a contratar também um seguro, o qual não mantinha qualquer interesse em adquirir, mas que, diante da necessidade do empréstimo, não viu outra alternativa a não ser assinar o instrumento contratual contendo tal produto não desejado.A esse respeito, vislumbre-se o que dita o Código de Defesa do Consumidor:Art. 39 - é vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas:I: "condicionar o fornecimento de produtos ou serviços ao fornecimento de outro produto ou serviço, bem como, sem

justa causa, a limites quantitativosDa análise da disposição legal, denota-se que o espírito da lei deseja evitar que o consumidor, com o objetivo único de ter acesso a determinado produto, no caso em tela, empréstimo de valores, seja obrigado a arcar com o ônus de obter outro, o qual não integra sua vontade, mas que foi imposto pelo fornecedor como única forma de aquisição daquele efetivamente desejado.No caso dos presentes autos, a requerida sequer trouxe aos autos o contrato do aludido seguro assinado pela autora, o que deixa transparecer de forma clara e inequívoca a imposição do produto. Logo, tenho como evidente que a prática do requerido afronta diametralmente a legislação apontada, restando caracterizada a prática abusiva, que enseja a reparação buscada.A indenização por dano moral é arbitrável, mediante estimativa prudencial que leve em conta a necessidade de, com a quantia, satisfazer a dor da vítima e dissuadir, de igual e novo atentado, o agente ofensor. O dano material, por sua vez, se traduz em provas inequívocas de sua ocorrência, evidenciando o prejuízo patrimonial inconteste, cumprindo o prejudicado o ônus processual sob sua responsabilidade, considerando a documentação apresentada. Contudo, a devolução deve se dar de forma simples, eis que, constante o seguro no contrato assinado pelo autor, não resta caracterizada a cobrança indevida a justificar a repetição dobrada. RECURSO NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Vencido o recorrente cabe condenação em custas e honorários, estes arbitrados em 20% do valor da condenação devidamente atualizada, artigo 55 da Lei nº 9.099/1995. . DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0617731-97.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 6º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Alessandra Leal Freire Eleoterio
Advogada: Karen Bezerra Rosa Braga (OAB: 6617/AM)
Recorrido: Banco Bradesco S.a.
Advogado: Marcondes Fonseca Luniere Junior (OAB: 2897/AM)

Relator: Adonaid Abrantes de Souza Tavares. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA:RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. SERVIÇO BANCÁRIO. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO. ALEGAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE OUTRO PRODUTO (SEGURO PROTEÇÃO FINANCEIRA) DE FORMA CASADA. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. NÃO COMPROVAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VENDA CASADA. PRÁTICA ABUSIVA. INFRINGÊNCIA AOS PRINCÍPIOS DA INFORMAÇÃO E DA BOA FÉ CONTRATUAL. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DEVER DE INDENIZAR. DESCONTO INDEVIDO. DANO MATERIAL CONFIGURADO. REPETIÇÃO DO INDÉBITO QUE SE IMPÕE. DANO MORAL IN RE IPSA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA. SEM CONDENAÇÃO EM CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. INTELIGÊNCIA DO ART. 55 DA LEI Nº 9.099/95, INTERPRETADO A CONTRARIO SENSU.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0617731-97.2018.8.04.0015, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos em dar provimento ao recurso interposto.".

Processo: 0617910-65.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 6º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Seilani Nogueira Almendros de Oliveira
Advogado: Arthur Cesar Zahluth Lins (OAB: 5238/AM)
Recorrido: Movida Locação de Veículos S.a.
Advogada: Renata Ghedini Ramos (OAB: 230015/SP)
Advogado: Yun Ki Lee (OAB: 131693/SP)
Advogado: Eduardo Luiz Brock (OAB: 91311/SP)

Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. RELAÇÃO DE CONSUMO. DEMANDA JULGADA PARCIALMENTE PROCEDENTE NA ORIGEM PARA DECLARAR A INEXIGIBILIDADE DO DÉBITO QUESTIONADO. INSURGÊNCIA DA AUTORA QUANTO AOS PLEITOS DE REPARAÇÃO MATERIAL E MORAL. COBRANÇAS INDEVIDAS LANÇADAS NAS FATURAS DO CARTÃO DE CRÉDITO DA REQUERENTE AS QUAIS FORAM PAGAS. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. DANO MATERIAL E MORAL CONFIGURADOS. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. SEM CUSTAS E HONORÁRIOS.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, em dar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 20 de agosto de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator".

Processo: 0618020-30.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 1ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco do Brasil S/A
Advogado: Servio Túlio de Barcelos (OAB: 44698/MG)
Recorrida: Barbara Suijkerbuijk Abboud Daou
Advogado: Heloisa Pontes Maues (OAB: 9667/AM)
Advogado: Jonny Cleuter Simões Mendonça (OAB: 8340/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. ESPERA NA FILA DE BANCO POR TEMPO EXCESSIVO. GESTANTE. SITUAÇÃO QUE ULTRAPASSA A ESFERA DO MERO DISSABOR. DANO MORAL CONFIGURADO. REDUÇÃO. SENTENÇA REFORMADA EM PARTE. Cumpre salientar que a lei municipal criou, apenas, uma sanção administrativa para a espera exagerada nas filas dos bancos, mas não uma conduta contrária aos direitos do consumidor, ou um defeito no serviço por excelência, e nem poderia, porque fora da competência legislativa municipal.Por assim dizer, o tempo estabelecido na lei não possui qualquer relevância para a análise do processo, por consciência óbvia.A indenização perseguida, entretanto, possui respaldo no próprio CDC, quando estabelece que o serviço é defeituoso quando não garante a segurança esperada pelo consumidor no que tange ao modo de seu fornecimento, sendo certo, assim, que é a análise do caso concreto que pode indicar o cometimento de um ilícito por parte do fornecedora, a ensejar reparação, e não os limites da lei municipal.Nesse contexto, o documento de fls. 13 indica que a autora chegou ao banco às 11:39 horas, sendo atendida às 13:05 horas, cabendo ressaltar que o atendimento da requerente deveria ser prioritário tendo em vista a sua condição de gestante, no entanto, ainda assim, levou cerca de 1 hora e meia para conseguir seu intento, o que, inequivocamente, extrapola qualquer limite de tolerância e razoabilidade, no conceito que tutela o tempo perdido pelo consumidor nas relações de consumo. A defesa nada justifica com relação à excessiva demora, provada por documento apropriado para tal mister fornecido pelo próprio banco, sendo certo, portanto, que nenhuma excludente de responsabilidade legítima se faz presente, a excluir o direito indenizatório perseguido. Quanto à fixação do valor da condenação (R$ 10.000,00), posto que, ao malefício experimentado pelo autor, se aparenta proporcional quantia de R$ 3.000,00, suficiente para amenizar o desgaste emocional presumido na espécie, sem proporcionar enriquecimento indevido, ao mesmo tempo em que se presta a incutir no réu a necessidade de maior diligência no desempenho de suas funções. Recurso conhecido e provido. Sentença reformada no sentido de se alterar somente o valor do quantum indenizatório para o valor de R$ 3.000,00. Sem custas em face da lei.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0618029-34.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível, Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal
Recorrente: TITO EBER DA COSTA SILVA
Advogado: Paulo Victor Pereira Barros (OAB: 13050/AM)
Recorrido: Governador do Estado do Amazonas
Procuradora: Luciana Barroso de Freitas (OAB: 5144/AM)
Procurador: Vitor Barbosa de Oliveira (OAB: 8285/TO)

Relator: Julião Lemos Sobral Junior. Revisor: Revisor do processo Não informado
Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado. DECISÃO: "Decisão do julgamento na sessão Não informado".

Processo: 0618199-95.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 15º Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Mercado Livre.com Atividades de Internet Ltda
Advogado: Eduardo Chalfin (OAB: 1140/AM)
Advogado: Eduardo Chalfin (OAB: A1140/AM)
Recorrido: Christovão de Magalhães Gomes Filho
Advogado: Thiago Andrade de Oliveira (OAB: 7671/AM)

Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado
RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. COMPRA E VENDA PELA INTERNET EM PLATAFORMA DE COMÉRCIO ELETRÔNICO. PRODUTO ENVIADO. PAGAMENTO NÃO EFETUADO. FRAUDE. E-MAIL FORJADO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. RISCO INTRÍNSECO À ATIVIDADE. DANO MATERIAL E MORAL CONFIGURADOS. RECURSO IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CABIMENTO. 20% SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO. ART. 55 DA LEI Nº 9.099/95.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos. DECIDEM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que integra a presente decisão. Sala das Sessões, em Manaus, 23 de agosto de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator".

Processo: 0618410-97.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 15º Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Águas do Amazonas S.A.
Advogado: Gustavo Gonçalves Gomes (OAB: 1058A/AM)
Advogado: Gustavo Gonçalves Gomes (OAB: A1058/AM)
Recorrido: Miguel Mendes Pimentel
Advogado: Priscila Neves Silva Costa (OAB: 12879/AM)

Relator: Adonaid Abrantes de Souza Tavares. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA:RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ÁGUA. ALEGAÇÃO DE COBRANÇA INDEVIDA. CORTE NO FORNECIMENTO DE ÁGUA. INSCRIÇÃO DO NOME DO AUTOR NOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. NÃO COMPROVAÇÃO DO PAGAMENTO DO DÉBITO. ÔNUS DO AUTOR. COBRANÇA VÁLIDA. DÍVIDA EXISTENTE. INSCRIÇÃO DEVIDA. INTERRUPÇÃO DO SERVIÇO. NÃO CABIMENTO NOS CASOS DE DÍVIDAS PRETÉRITAS. JURISPRUDÊNCIA DO STJ. PRÁTICA ABUSIVA. DANO MORAL IN RE IPSA. REDUÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. SEM CONDENAÇÃO EM CUSTAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. INTELIGÊNCIA DO ART. 55, DA LEI Nº 9.099/95, INTERPRETADO A CONTRARIO SENSU.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0618410-97.2018.8.04.0015, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos em dar parcial provimento ao recurso interposto.".

Processo: 0618664-07.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 3ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a)
Advogado: Guilherme Vilela de Paula (OAB: 69306/MG)
Advogado: Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB: A1065/AM)
Recorrida: Luzenir Arruda de Alencar
Advogado: Generval Francisco Amorim da Graça (OAB: 12115/AM)

Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado
RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. PROTESTO INDEVIDO. DÍVIDA PAGA REGULARMENTE NOS TERMOS CONTRATUAIS. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DANO MORAL IN RE IPSA. RECURSO IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CABIMENTO. 20% SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO. ART. 55 DA LEI Nº 9.099/95.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, em negar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 22 de agosto de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator".

Processo: 0618679-39.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 7ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Banco IBI S/A - Banco Multiplo
Advogada: Karina de Almeida Batistuci (OAB: 685A/AM)
Advogado: André de Souza Oliveira (OAB: 5219/AM)
Recorrida: Eligia Gomes de Oliveira
Advogado: Ricardo Leite Menezes (OAB: 10110/AM)
Advogada: Francisca Núbia de Oliveira de Lima (OAB: 4376/AM)

Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA: RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. NEGATIVAÇÃO INDEVIDA. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DEVER DE INDENIZAR. DANO MORAL IN RE IPSA. MANUTENÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. VALOR EM CONFORMIDADE COM OS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. SENTENÇA INTEGRALMENTE MANTIDA. CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CABIMENTO. 20% SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO. ART. 55 DA LEI Nº 9.099/95.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, em negar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 23 de agosto de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator".

Processo: 0618922-80.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 8ª Vara do Juizado Especial Cível (Nilton Lins)
Recorrente: Diogenes Vidal Pessoa Neto
Advogado: José Francisco Lima Pessoa (OAB: 1897/AM)
Recorrido: Condomínio Ponta Negra Clube do Campo
Advogado: Paulo Bernardo Lindoso e Lima (OAB: 11333/AM)

Relator: Julião Lemos Sobral Junior. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. DIREITO CIVIL. DÉBITOS RELATIVOS À TAXA DE CONDOMÍNIO

PAGOS COM ATRASO (FEVEREIRO E ABRIL DE 2018) E OUTROS EM ABERTO (JANEIRO E MAIO DE 2018). PROTESTO EFETIVADO PELO CREDOR. SENTENÇA DE PRIMEIRO GRAU QUE DETERMINOU A OBRIGAÇÃO DE FAZER, BEM COMO A DE ABSTENÇÃO E JULGOU IMPROCEDENTE O PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. COM A DEVIDA VÊNIA, ENTENDO QUE MERECE ANÁLISE DIVERSA QUANTO ÀS PARCELAS PAGAS E PROTESTADAS (FEVEREIRO E ABRIL DE 2018). CERTO QUE, TENDO O RECORRIDO ACEITADO O PAGAMENTO EM ATRASO, NÃO MAIS POSSUIA O DIREITO DE PROTESTO DA DÍVIDA, MAS TÃO SOMENTE DE COBRANÇA DE EVENTUAL MULTA E JUROS DE MORA. ENTRETANTO, OPTOU POR REALIZAR O PROTESTO DA DÍVIDA INTEGRAL, MESMO CIENTE DO PAGAMENTO EFETUADO VIA BOLETO, AINDA QUE COM ATRASO. CONFIGURADO, PORTANTO, ABUSO DO DIREITO DO CREDOR, EM EFETIVAR PROTESTO DE DÍVIDA PAGA, E A CONSEQUENTE RESPONSABILIDADE CIVIL DESTE. INAFASTÁVAL A CONSTATAÇÃO DA OCORRÊNCIA DO NEXO CAUSAL ENTRE A CONDUTA DO RECORRIDO E OS DANOS CAUSADOS A PARTE AUTORA, SENDO CERTO QUE O INDEVIDO PROTESTO DE DÍVIDA PAGA, POR SI SÓ, GERA INEGAVELMENTE ABALO MORAL, CONSOANTE ENTENDIMENTO DOUTRINÁRIO E JURISPRUDENCIAL CONSOLIDADO. O DANO MORAL, NESTES CASOS, É CONSIDERADO IN RE IPSA, DECORRENDO DO PRÓPRIO FATO, SEM NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO ESPECÍFICA. BEM A PROPÓSITO PRECEDENTE DO COLENDO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, NO QUAL SE DECIDIU QUE A JURISPRUDÊNCIA DO STJ É PACÍFICA NO SENTIDO DE QUE "NOS CASOS DE PROTESTO INDEVIDO DE TÍTULO OU INSCRIÇÃO IRREGULAR EM CADASTROS DE INADIMPLENTES, O DANO MORAL SE CONFIGURA IN RE IPSA, ISTO É, PRESCINDE DE PROVA, AINDA QUE A PREJUDICADA SEJA PESSOA JURÍDICA" (RESP 1.059.663/MS, REL. MIN. NANCY ANDRIGHI, DJE DE 17/12/2008). A FIXAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO A TÍTULO DE DANOS MORAIS É TAREFA COMETIDA AO JUIZ, DEVENDO O SEU ARBITRAMENTO OPERAR-SE COM RAZOABILIDADE, PROPORCIONALMENTE AO GRAU DE CULPA, AO NÍVEL SÓCIO-ECONÔMICO DA PARTE OFENDIDA, O PORTE DO OFENSOR E, AINDA, LEVANDO-SE EM CONTA AS CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO. COM FINCAS EM TAIS RAZÕES, HEI POR BEM FIXAR A QUANTIA DE R$5.000,00 (CINCO MIL REAIS) A TÍTULO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. A SEGUNDA SEÇÃO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA CONSOLIDOU O ENTENDIMENTO NO SENTIDO DE QUE, EM SE TRATANDO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS DECORRENTES DE RESPONSABILIDADE CONTRATUAL, O TERMO INICIAL DOS JUROS DE MORA É A DATA DA CITAÇÃO. A CORREÇÃO MONETÁRIA, SOBRE O QUANTUM DEVIDO A TÍTULO DE DANOS MORAIS, INCIDE A PARTIR DA DATA DO ARBITRAMENTO (SÚMULA 362/STJ), QUE É ENTENDIDA COMO SENDO O MOMENTO DA FIXAÇÃO DO VALOR DEFINITIVO DA CONDENAÇÃO. ÍNDICES CONFORME PORTARIA 1855/2016 TJAM. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. DEIXO DE CONDENAR A RECORRENTE AO PAGAMENTO DE CUSTAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, COM FUNDAMENTO NO ART. 55, DA LEI Nº 9.099/95, INTERPRETADO A CONTRARIO SENSU.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado Cível nº 0618922-80.2018.8.04.0015, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para dar-lhe parcial provimento, nos termos acima alinhavados.".

Processo: 0618942-71.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 2ª Vara do Juizado Especial - Procon

Recorrente: José Augusto Moraes da Costa

Advogado: Edenilson Hosoda Monteiro da Silva (OAB: 9932/AM)

Recorrido: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a)

Advogado: Guilherme Vilela de Paula (OAB: 1010A/AM)

Advogada: Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB: 1069A/AM)

Advogado: Luis Phillip de Lana Foureaux (OAB: 1011A/AM)

Relator: Adonaid Abrantes de Souza Tavares. Revisor: Revisor do processo Não informado

E M E N T A:RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA. EXISTÊNCIA DE DÍVIDA. ACORDO CELEBRADO PARA FINS DE QUITAÇÃO DO DÉBITO. PARCELAMENTO QUE NÃO SE CONFUNDE COM NOVAÇÃO. PROTESTO REALIZADO. EXERCÍCIO REGULAR DO DIREITO. AUSÊNCIA DO DEVER DA EMPRESA RÉ EM EFETUAR A BAIXA DO PROTESTO OU DE DEIXAR DE PROTESTAR A DÍVIDA EXISTENTE E RECONHECIDA. ACORDO QUE DEIXOU DE MENCIONAR TAL QUESTÃO. IRREGULARIDADE NÃO VERIFICADA. DANOS MATERIAIS E MORAIS NÃO CONFIGURADOS. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. SENTENÇA INTEGRALMENTE MANTIDA. CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CABIMENTO. 15% SOBRE O VALOR DA CAUSA. ART. 55 DA LEI Nº 9.099/95. EXIGIBILIDADE SUSPENSA. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0618942-71.2018.8.04.0015, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos em negar provimento ao recurso interposto.".

Processo: 0618976-46.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 7ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Vivo S/A

Advogado: Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB: 29320/GO)

Recorrida: Alcinete Oliveira Dias

Advogado: Diego da Silva Soares Cruz (OAB: 21519/MT)

Advogado: Nathacha Camara de Albuquerque (OAB: 12164/AM)

Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. NEGATIVAÇÃO INDEVIDA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DEVER DE INDENIZAR. DANO MORAL IN RE IPSA. MINORAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. OBEDIÊNCIA AOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA APENAS PARA REDUZIR O QUANTUM INDENIZATÓRIO DE R$ 12.000,00 PARA R$ 8.000,00. SEM CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, INTERPRETADO A CONTRARIO SENSU.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, em dar parcial provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 23 de agosto de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator".

Processo: 0619048-75.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível, Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal

Recorrente: Governador do Estado do Amazonas

Advogado: Tatianne Vieira Assayag Toledo (OAB: 3653/AM)

Advogado: Laércio de Castro Dourado Júnior (OAB: 13184/AM)

Recorrida: Maria Gracy Santna Gomes

Advogado: Almino Lima Santos (OAB: 8642/AM)

Relator: Julião Lemos Sobral Junior. Revisor: Revisor do processo Não informado

Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado. DECISÃO: "Decisão do julgamento na sessão Não informado".

Processo: 0619207-10.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 15º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Fernanda Silva de Melo

Advogado: Renato Fernandes Mariano (OAB: 8246/AM)

Recorrido: Banco Bmg S/A

Advogado: Henrique Lima Marinheiro (OAB: 9324/AM)

Advogado: Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM)

Advogada: Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB: 983A/PE)

Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado

RECURSO INOMINADO. DEMANDA JULGADA IMPROCEDENTE NA ORIGEM. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. PROPOSTA DE ADESÃO QUE NÃO EQUIVALE AO CONTRATO. AUSÊNCIA DE INFORMAÇÕES CLARAS E ADEQUADAS AO CONSUMIDOR. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. DANOS MATERIAIS. DEVOLUÇÃO SIMPLES. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. RECURSO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.- Há na espécie evidente relação consumerista, subordinando-se o desate da lide às normas do C.D.C. que, em seu art. 14, calcado na teoria do risco do empreendimento, consagra a responsabilidade objetiva do fornecedor pelo defeito na prestação do serviço.- De acordo com a primeira tese fixada no IRDR 000199-73.2018.8.04.90000 TJ/AM, são inválidos os contratos de cartão de crédito consignado quando inexistir prova inequívoca de que tenha o consumidor sido informado, prévia e adequadamente sobre a integralidade dos termos ajustados no instrumento contratual.- No caso concreto, o recorrido não coligiu aos autos provas suficientes de suas alegações (art 373, II do CPC), não se desincumbindo do ônus de demonstrar o atendimento ao dever de informação e esclarecimento do consumidor ordenado pelo art. 52 do CDC, assim induzindo a recorrente em erro ao contratar um produto cujo adimplemento estava impedido pelas próprias disposições contratuais, em benefício exclusivo da instituição financeira. - Dos autos, retira-se que o recorrido sequer deu-se ao trabalho de coligir aos autos a cópia do contrato de cartão de crédito consignado que alega ter realizado com a recorrente e com as devidas informações.-Frise-se que os documentos de f.127/129 tratam-se apenas de mera proposta de adesão e autorização para crédito em conta, o que não equivale e tampouco substitui, em hipótese alguma, o instrumento contratual.- Dessa maneira, deve ser declarada a invalidade do negocio jurídico realizado e, por conseguinte, ser feita a repetição dos valores indevidamente pagos, com a devida compensação da quantia creditada na conta da recorrente. - Nesse sentido, é o comando do aludido IRDR, terceira tese:O consectário lógico da declaração de invalidade do negócio jurídico é a restituição do status quo ante (...) “Em regra, é cabível a restituição simples, a cada parte, nos casos em que for reconhecida a ilegalidade dos contratos de cartão de crédito consignado. A repetição de indébito é devida, tão somente, quando houver comprovada má-fé, que deve ser apreciada a luz do caso concreto.”- Quanto à restituição, entendo que deve ser feita em dobro, à luz do art 42, parágrafo único do CDC e da terceira tese acima mencionada, uma vez que a abusividade trazida pela modalidade de contratação, aliada a ausência de prova inequívoca acerca do negócio jurídico realizado e do atendimento ao dever de informação, têm o condão de atestar a má-fé do fornecedor que promoveu as cobranças questionadas. - Conforme expendido por este magistrado em inúmeras outras decisões, o cartão de crédito consignado trata-se de um artifício de que os bancos se utilizam para impor ao consumidor de crédito bancário uma taxa de juros muito superior a que é praticada no mercado, em suma onerando capciosa e excessivamente os mútuos bancários.- Dessarte, restando configurada a ma-fé do banco, deve a recorrente ser restituída na quantia total paga, em dobro, com o abatimento do valor creditado em sua conta.- Ressalto que embora o entendimento deste relator pela devolução na forma dobrada, a composição desta turma diverge nesse sentido, entendendo pela devolução na forma simples. Logo, vencida a relatoria nesse aspecto, determino a restituição simples, o que corresponde a R$ 2.688,62- Os danos morais estão conformados e decorrem da atitude abusiva do recorrido, que se utilizou de sua superioridade técnica e de subterfúgios para angariar a conclusão de um negócio que, uma vez mais deve ser enfatizado, foi extremamente proveitoso para si e extremamente oneroso ao consumidor, o que colide frontalmente com princípios basilares de proteção consolidados no CDC e causa no consumidor profundo sentimento de impotência, frustração e ludibrio, características do dano imaterial, merecendo, portanto, a devida reparação.- Deste modo, com base nas razões alhures, reconheço os danos morais e arbitro em R$ 3.000,00 (três mil reais) o valor da indenização correspectiva, o que faço não só para recrudescer a psique da recorrente, mas também para servir de efeito pedagógico ao recorrido.- Ante o exposto, VOTO, pois no sentido de CONHECER E DAR PROVIMENTO AO RECURSO, para reformar a respeitável sentença a quo e condenar o recorrido ao pagamento de indenização moral no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), com juros de 1% ao mês e correção monetária a contar desta data e R$ 2.688,62 (dois mil seiscentos e oitenta e oito reais e sessenta e dois centavos), a título de reparação material, com juros de 1% ao mês e correção monetária a contar da citação.- Sem custas e honorários, com fundamento no art. 55 da Lei 9.099/95, interpretado a contrario sensu.. DECISÃO: “Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, em dar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 22 de agosto de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator”.

Processo: 0619666-12.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 5ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Laiz Pereira dos Santos

Advogado: Pedro Antonio de Oliveira (OAB: 9678/AM)

Recorrido: Banco Bmg S/A

Advogado: Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB: 876/AM)

Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. RÉU REVEL. AUSÊNCIA DE INFORMAÇÕES CLARAS E ADEQUADAS AO CONSUMIDOR. QUEBRA DA BOA-FÉ OBJETIVA. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. DANOS MATERIAIS E MORAIS CONFIGURADOS. RECURSO PROVIDO. SENTENÇA DE EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO REFORMADA. SEM CUSTAS E HONORÁRIOS.- Em que pese o entendimento adotado pela eminente magistrada a quo, vislumbro que tal não merece prevalecer, uma vez que a matéria em questão já foi uniformizada, sendo despiciendo, pois, a atuação técnica de perito para qualquer esclarecimento, o que entendo autorizado pelos artigos 5º e 6º da Lei 9.099/95.- Dito isto, afasto a complexidade de causa reconhecida pela ilustre julgadora de piso e, considerando que o feito encontra-se devidamente instruído e maduro, passo ao julgamento do recurso, o que faço com esteio no art. 1.013, § 3º, I, do CPC.- De acordo com a primeira tese fixada no IRDR 000199-73.2018.8.04.90000 TJ/AM, são inválidos os contratos de cartão de crédito consignado quando inexistir prova inequívoca de que tenha o consumidor sido informado, prévia e adequadamente sobre a integralidade dos termos ajustados no instrumento contratual.- In casu, o recorrido não coligiu aos autos provas suficientes de suas alegações (art 373, II do CPC), não se desincumbindo do ônus de demonstrar o atendimento ao dever de informação e esclarecimento do consumidor ordenado pelo art. 52 do CDC, assim induzindo a recorrente em erro ao contratar um produto cujo adimplemento estava impedido pelas próprias disposições contratuais, em benefício exclusivo da instituição financeira. - O direito básico de informação constitui importante ferramenta de equilíbrio entre as partes na relação de consumo, possibilitando, ao consumidor, a escolha consciente dos produtos ou serviços disponíveis no mercado, na medida em que anula, em tese, a sua vulnerabilidade informacional.- Conforme expendido por este magistrado em inúmeras decisões, o cartão de crédito consignado trata-se de um artifício de que os bancos se utilizam para impor ao consumidor de crédito bancário uma taxa de juros muito superior a que é praticada no mercado, em suma onerando

capciosa e excessivamente os mútuos bancários.- A abusividade trazida pela modalidade de contratação, aliada a ausência de provas inequívocas acerca do negócio jurídico realizado, tem o condão de atestar a má-fé do fornecedor que promoveu as cobranças ilícitas, sendo, pois, totalmente devida a repetição de valores na forma dobrada.- Os danos morais estão conformados e decorrem da atitude abusiva do recorrido, que se utilizou de sua superioridade técnica e de subterfúgios para angariar a conclusão do negócio que, uma vez mais deve ser enfatizado, foi extremamente proveitoso para si e extremamente oneroso ao consumidor, o que colide frontalmente com princípios basilares de proteção consolidados no CDC, causando na consumidora profundo sentimento de impotência, frustração e ludibrio. - Recurso conhecido e provido para reformar a sentença a quo e condenar o recorrido ao pagamento de indenização moral no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), com juros de 1% ao mês e correção monetária a contar desta data, e R$735,90 (setecentos e trinta e cinco reais e noventa centavos) a título de reparação material, com juros de 1% ao mês e correção monetária a contar da citação.- Sem custas e honorários, com fundamento no art. 55 da Lei 9.099/95, interpretado a contrario sensu.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, nos termos da ementa supra. Sala das Sessões, em Manaus, 29 de agosto de 2019".

Processo: 0619934-66.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 3ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Mary Jane Lozano Barboza
Advogada: Lorena Beatriz Andrade de Araújo (OAB: 9424/AM)
Recorrido: Banco Bradesco S.a.
Advogado: Antonio Braz da Silva

Relator: Adonaid Abrantes de Souza Tavares. Revisor: Revisor do processo Não informado

E M E N T A:RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. SERVIÇO BANCÁRIO. DESCONTOS INDEVIDOS REALIZADOS DIRETAMENTE DA CONTA BANCÁRIA DA AUTORA. RECLAMAÇÃO PELA VIA ADMINISTRATIVA ATENDIDA. VALORES DEVOLVIDOS. INEXISTÊNCIA DE OUTROS DESCONTOS. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. MERO ABORRECIMENTO. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. SENTENÇA INTEGRALMENTE MANTIDA. CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CABIMENTO. 15% SOBRE O VALOR DA CAUSA. ART. 55 DA LEI Nº 9.099/95. EXIGIBILIDADE SUSPENSA. JUSTIÇA GRATUITA DEFERIDA.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0619934-66.2017.8.04.0015, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos em negar provimento ao recurso interposto.".

Processo: 0620147-38.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 15º Vara do Juizado Especial Cível

Requerente: Darcymar Santos Nogueira de Oliveira
Advogado: Maria Aparecida S Lima (OAB: 12023/AM)
Advogada: Allani Priscila Araújo Cardoso da Silva (OAB: 4537/AM)
Requerido: Banco Bmg S/A
Advogado: Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB: 876/AM)
Advogada: Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB: 911A/SE)
Advogada: Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB: 4018/AM)
Advogado: Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM)

Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado

RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. AUSÊNCIA DE INFORMAÇÕES CLARAS E ADEQUADAS AO CONSUMIDOR. QUEBRA DA BOA-FÉ OBJETIVA. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. DANOS MATERIAIS. DEVOLUÇÃO SIMPLES. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA. SEM CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, INTERPRETADO A CONTRARIO SENSU.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, em dar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 26 de agosto de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator".

Processo: 0620260-89.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 15º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Eliel da Silva Pinto
Advogado: Jarson Ariday da Silva Costa (OAB: 741A/AM)
Advogada: Maria Cristtiane dos Reis Sousa (OAB: 12319/AM)
Recorrido: Banco IBI S/A - Banco Multiplo
Advogado: Mauro Paulo Galera Mari (OAB: 3056/MT)
Advogado: André de Souza Oliveira (OAB: 5219/AM)
Recorrido: C&a Modas Ltda (Amazonas Shopping)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO. COMPRA NÃO REALIZADA PELO AUTOR. FRAUDE. COBRANÇA INDEVIDA. DANO MORAL. RECURSO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.Atua com negligência e presta serviço deficiente, o estabelecimento comercial que recebe pagamento por meio de cartão de crédito sem conferir a verdadeira identidade do comprador. Mostra-se negligente, a administradora do cartão de crédito que não dota seu sistema de segurança de instrumentos, como a identificação biométrica e/ou outros meios capazes de evitar as fraudes que se tornaram comuns hodiernamente.Nesse sentido, tem-se que a administradora de cartão de crédito (e o estabelecimento comercial) que recebe pagamento por meio deste instrumento são responsáveis objetiva e solidariamente por eventuais prejuízos e danos materiais causados por qualquer delas ao consumidor, bem ainda, por contas resultantes de fraude na utilização do cartão.A indenização por dano moral é arbitrável, mediante estimativa prudencial que leve em conta a necessidade de, com a quantia, satisfazer a dor da vítima e dissuadir, de igual e novo atentado, o agente ofensor. O dano material, por sua vez, se traduz em provas inequívocas de sua ocorrência, evidenciando o prejuízo patrimonial inconteste, cumprindo o prejudicado o ônus processual sob sua responsabilidade, considerando a documentação apresentada. Contudo, a devolução deve se dar de forma simples, eis que não restou caracterizada a ma-fé da requerida a justificar a repetição dobrada.Recurso conhecido e provido. Sentença reformada para julgar procedente o pedido de dano material no valor de R$ 148,94, bem como dano moral no valor de R$ 3.000,00. No caso de indenização por danos morais, no que tange aos juros de mora, o termo inicial incide-se desde o evento danoso (Súmula n. 54 do STJ) e no que tange a correção monetária (INPC), desde a data do arbitramento (Súmula n. 362 do STJ). Sobre a indenização por danos materiais, os juros de mora são contados a partir da citação (Art. 405 do Código Civil) e a correção monetária (INPC) desde o desembolso (Súmula n. 43 do STJ). Sem custas em face da lei.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0621118-57.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 13º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Athaide de Jesus Muller
Advogado: Hader da Fonseca Almeida (OAB: 10118/AM)
Recorrido: Bradesco Vida e Previdência S/A
Advogado: Eloy Pinto de Andrade (OAB: 819/AM)
Soc. Advogados: Eloi Pinto de Andrade & Filhos-advogados

Relator: Julião Lemos Sobral Junior. Revisor: Revisor do processo Não informado

Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado. DECISÃO: "Decisão do julgamento na sessão Não informado".

Processo: 0621412-12.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 13º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Vivo S.a.
Advogada: Angélica Maria Monteiro Duarte (OAB: 2659/AM)
Advogado: Naudal Rodrigues de Almeida (OAB: 4068/AM)
Advogado: Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB: 29320/GO)
Recorrido: Francisco Claudio Saturno da Silva
Advogado: Luiz Cláudio Cruz da Silva (OAB: 6906/AM)

Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. SERVIÇO DE TELEFONIA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA. NEGATIVAÇÃO INDEVIDA. DEVER DE INDENIZAR. DANO MORAL IN RE IPSA. REDUÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. OBEDIÊNCIA AO PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA APENAS PARA MINORAR O VALOR DA INDENIZAÇÃO MORAL. SEM PAGAMENTO DE CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, INTERPRETADO A CONTRARIO SENSU.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, em dar parcial provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 21 de agosto de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator".

Processo: 0622530-86.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 1ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco do Brasil S/A
Advogado: Rafael Sganzerla Durand (OAB: 737/AM)
Recorrida: Sandra Suely Sabino Ribeiro
Advogado: Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB: 7983/AM)
Advogado: Renato de Souza Pinto (OAB: 8794/AM)
Advogado: Ana Carolina Souza Cei (OAB: 8348/AM)

Relator: Adonaid Abrantes de Souza Tavares. Revisor: Revisor do processo Não informado

E M E N T A:RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. SERVIÇO BANCÁRIO. CONTRATO DE FINANCIAMENTO RURAL. MORTE DO DEVEDOR PRINCIPAL. COBRANÇA FEITA CONTRA A AVALISTA. POSSIBILIDADE. EXISTÊNCIA DE CONTRATO DE SEGURO COBRINDO O SALDO DEVEDOR. COBRANÇA INDEVIDA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. INEXIGIBILIDADE DA DÍVIDA. DANO MORAL CONFIGURADO. MANUTENÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO, DENTRO DA ESFERA DO RAZOÁVEL E DO PROPORCIONAL. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. SENTENÇA INTEGRALMENTE MANTIDA. CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CABIMENTO. 15% SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO. ART. 55 DA LEI Nº 9.099/95.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0622530-86.2018.8.04.0015, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos em negar provimento ao recurso interposto.".

Processo: 0623316-33.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 13º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Christianne Pimenta Cavalcante
Advogado: Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB: 7197/AM)
Recorrido: Banco Bradesco S.a.
Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE)
Advogado: André de Souza Oliveira (OAB: 5219/AM)

Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS JULGADA IMPROCEDENTE NA ORIGEM. LEGALIDADE DOS DÉBITOS EFETIVADOS SOB A DENOMINAÇÃO "MORA CRED. PESS." QUE DIZEM RESPEITO ÀS PARCELAS DE EMPRÉSTIMO DEVIDAMENTE CONTRATADO, ACRESCIDAS DOS ENCARGOS DECORRENTES DO ATRASO NO PAGAMENTO DE TAIS PARCELAS. RECURSO IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. CUSTAS E HONORÁRIOS. CABIMENTO. ART 55 DA LEI 9.099/95. EXIGIBILIDADE SUSPENSA PELA CONCESSÃO DA JUSTIÇA GRATUITA.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, em negar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 21 de agosto de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator".

Processo: 0623361-37.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 1ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Crefisa S.a. - Crédito Finaciamento e Investimentos
Advogado: Lázaro José Gomes Júnior (OAB: 8125/MS)
Recorrida: Ana Lidia Brandão Carvalho
Advogado: Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB: 7197/AM)

Relator: Julião Lemos Sobral Junior. Revisor: Revisor do processo Não informado

Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado. DECISÃO: "Decisão do julgamento na sessão Não informado".

Processo: 0623879-61.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 15º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Capital Rossi Empreendimentos S/A
Advogado: Gustavo Clemente Vilela (OAB: 220907/SP)
Recorrida: Maria Stela de Morais Machado
Advogada: Tatiana Soares Aguiar (OAB: 9875/AM)
Recorrido: André Vinícius de Paula e Paula
Advogada: Tatiana Soares Aguiar (OAB: 9875/AM)

Relator: Julião Lemos Sobral Junior. Revisor: Revisor do processo Não informado

Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado. DECISÃO: "Decisão do julgamento na sessão Não informado".

Processo: 0623955-85.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 5ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Maria Auxiliadora da Silva Costa
Soc. Advogados: Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (OAB: 10325/AM)
Advogada: Bruna das Chagas de Mendonca (OAB: 10474/AM)
Advogada: Marcela da Silva Paulo (OAB: 10325/AM)
Recorrido: Banco Santander S.a.
Advogado: Marco André Honda Flores (OAB: 6171/MS)

Relator: Adonaid Abrantes de Souza Tavares. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA:RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. SERVIÇO BANCÁRIO. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO. ALEGAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE OUTRO PRODUTO (SEGURO PROTEÇÃO FINANCEIRA) DE FORMA CASADA. INVERSÃO DO ÔNUS DA

PROVA. NÃO COMPROVAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VENDA CASADA. PRÁTICA ABUSIVA. INFRINGÊNCIA AOS PRINCÍPIOS DA INFORMAÇÃO E DA BOA FÉ CONTRATUAL. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DEVER DE INDENIZAR. DESCONTO INDEVIDO. DANO MATERIAL CONFIGURADO. REPETIÇÃO DO INDÉBITO QUE SE IMPÕE. DANO MORAL IN RE IPSA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA. SEM CONDENAÇÃO EM CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. INTELIGÊNCIA DO ART. 55 DA LEI Nº 9.099/95, INTERPRETADO A CONTRARIO SENSU.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0623955-85.2017.8.04.0015, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos em dar parcial provimento ao recurso interposto.".

Processo: 0623993-63.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 8ª Vara do Juizado Especial Cível (Nilton Lins)

Recorrente: Thais da Costa Mota
Advogado: Paulo Felipe da Silva (OAB: 10242/AM)
Recorrido: Banco do Brasil S/A
Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 598A/AM)

Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. RELAÇÃO DE CONSUMO. PARCELAMENTO AUTOMÁTICO DE FATURA DE CARTÃO DE CRÉDITO SEM A ANUÊNCIA DO CONSUMIDOR. VIOLAÇÃO AO DEVER DE INFORMAÇÃO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DANO MORAL CONFIGURADO. RECURSO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA. SEM CUSTAS E HONORÁRIOS. ART 55 DA LEI 9.099/95 A CONTRARIO SENSU.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, em dar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 19 de agosto de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator".

Processo: 0624416-65.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível, Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal

Recorrente: Júlio Edson Alves Galvão
Advogado: Rogério Pena Bento da Silva (OAB: 9960/AM)
Recorrente: Luiz Eduardo dos Santos Martins
Advogado: Rogério Pena Bento da Silva (OAB: 9960/AM)
Recorrente: Marcino Lima do Nascimento
Advogado: Rogério Pena Bento da Silva (OAB: 9960/AM)
Recorrente: Marivana da Silva Cavalcante
Advogado: Rogério Pena Bento da Silva (OAB: 9960/AM)
Recorrente: Kirk Douglas Oliveira de Souza
Advogado: Rogério Pena Bento da Silva (OAB: 9960/AM)
Recorrido: Governador do Estado do Amazonas
Advogada: Luciana Barroso de Freitas (OAB: 5144/AM)
Advogada: Leila Maria Raposo Xavier Leite (OAB: 3726/AM)

Relator: Julião Lemos Sobral Junior. Revisor: Revisor do processo Não informado

Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado. DECISÃO: "Decisão do julgamento na sessão Não informado".

Processo: 0624530-59.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 1ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Antonio Magela Tavares
Advogado: Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB: 6488/AM)
Advogado: Anneson Frank Paulino de Souza (OAB: 11981/AM)
Recorrido: Banco Bonsucesso Consignado S.A
Advogado: Carlos Eduardo Cavalcante Ramos (OAB: 37489A/BA)
Advogado: Luiz Gustavo Fernandes da Costa (OAB: 156721/RJ)
Advogado: Alan Sampaio Campos (OAB: 341543/SP)

Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado

RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. AUSÊNCIA DE INFORMAÇÕES CLARAS E ADEQUADAS AO CONSUMIDOR. QUEBRA DA BOA-FÉ OBJETIVA. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. DANOS EXTRAPATRIMONIAIS CONFIGURADOS. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA. SEM CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, INTERPRETADO A CONTRARIO SENSU.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, em dar parcial provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 27 de agosto de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator".

Processo: 0625182-76.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 7ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Saulo Ditarso Barbosa Quintino
Advogado: Angela Maria Leite de Araújo Silva (OAB: 6940/AM)
Recorrido: Heitor Rufino de Oliveira
Advogado: Heitor Rufino de Oliveira Filho (OAB: 12995/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. DANO MATERIAL. PARTE RÉ QUE ASSUME MANOBRA ARRISCADA SEM ATENTAR PARA AS NORMAS DE TRÂNSITO E SEGURANÇA DE TRAFEGABILIDADE. RECURSO NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.Para o deslinde da presente ação, não se faz necessária a realização de perícia ou outro procedimento capaz de melhor elucidar os fatos narrados na exordial e, como se sabe, a complexidade da causa para fixação de sua competência é aferida pelo objeto da prova e não em face do direito material. Não considero que a causa de pedir da presente lide e os argumentos apresentados pela recorrente importem em complexidade jurídica, uma vez que versam sobre tema corriqueiramente examinado pelos Juizados Especiais Pátrios. Assim, refuto tal preliminar.Em sede de Juizado Especial, a presença de advogado é facultativa. Na carta de citação endereçada a parte requerida, assim foi advertido nas observações: "[…] 2. A sua resposta poderá ser apresentada na audiência de conciliação, por escrito ou oralmente, por si ou através de advogado, sendo imprescindível que se esclareça que nas causas de valor até 20 salários-mínimos, as partes comparecerão, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários-mínimos, a assistência é obrigatória; 3. Não comparecendo V.Sa., à audiência supra marcada, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; [...]".Dito isso, considerando que o valor da causa é inferior a 20 salários-mínimos e o autor foi devidamente cientificado sobre a faculdade de ser assistido por advogado, não há o que se falar em violação ao princípio da ampla defesa. No mais, considerando a ausência de defesa por parte do réu, tem-se que os fatos narrados na inicial se mostraram incontroversos. Logo, não pode o mesmo, em sede recursal, apresentar fato que deveria ser apresentado na contestação.Por assim dizer, tem-se que o autor não concorreu para o resultado, pois a postura adotada pela parte ré foge aos padrões de costume e segurança do trânsito. Não é possível "manter distância" de um veículo que não atenta às normas de

direção, segurança e preferência de trafegabilidade, o qual se posiciona em forma diagonal, interceptando diversas vias, de forma imprudente. RECURSO NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Custas e honorários pelo recorrente, sendo estes fixados em 10% sobre o valor da causa. No entanto, suspendo a cobrança da verba sucumbencial, pelo prazo de 5 anos, a teor do artigo 98, parágrafo 3, do CPC.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0626188-21.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 16ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Maria de Fatima S Lopes
Advogado: Maria Auxiliadora de Souza Silva (OAB: 6966/AM)
Recorrido: Banco Itaucard S/A
Advogada: Karina de Almeida Batistuci (OAB: 9558/AL)
Advogado: André de Souza Oliveira (OAB: 5219/AM)

Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. NEGATIVAÇÃO INDEVIDA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DANO MATERIAL E MORAL CONFIGURADOS. DANO MORAL DISPOSTO EM QUANTIA IRRISÓRIA. MAJORAÇÃO QUE SE FAZ NECESSÁRIA. FIXAÇÃO EM QUANTIA PROPORCIONAL E RAZOÁVEL. RECURSO PROVIDO. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. SEM CUSTAS E HONORÁRIOS.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, em dar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 29 de agosto de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator".

Processo: 0626923-54.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 1ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Águas do Amazonas S.A.
Advogado: Gustavo Gonçalves Gomes (OAB: 1058A/AM)
Advogado: Gustavo Gonçalves Gomes (OAB: A1058/AM)
Recorrido: Luis Pontes de Siqueira
Advogada: Leyla Viga Yurtsever (OAB: 3737/AM)

Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. FORNECIMENTO DE ÁGUA. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. FALHA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS. NEGATIVAÇÃO INDEVIDA. RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA. DEVER DE INDENIZAR. DANO MORAL IN RE IPSA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. SENTENÇA INTEGRALMENTE MANTIDA. CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CABIMENTO. 20% SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO. ART. 55 DA LEI Nº 9.099/95.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, em negar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 20 de agosto de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator".

Processo: 0627602-54.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 6º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Suiane Marães de Lima
Advogado: Walfran Siqueira Caldas (OAB: 8915/AM)
Advogado: Jeverson Gonçalves França (OAB: 13230/AM)
Recorrido: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados NPL I
Advogado: Luciano da Silva Buratto (OAB: 179235/SP)
Advogado: Fábio Nogueira Corrêa (OAB: 5674/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CABE AO AUTOR O ÔNUS DA PROVA DE SUAS ALEGAÇÕES. PRINCÍPIO DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA MITIGADO ANTE A AUSÊNCIA DA VEROSSIMILHANÇA DAS ALEGAÇÕES AUTORAIS E DA HIPOSSUFICIÊNCIA DO CONSUMIDOR. INEXISTÊNCIA DE PROVAS, PELO AUTOR, QUANTO AOS FATOS NARRADOS. SENTENÇA MANTIDA.Afirmou a autora que é revendedora dos produtos da requerida, alegando que, em junho/2018, foi negativada indevidamente por dois débitos que já haviam sido pagos no dia 21/12/2017, o que considera indevido.De acordo com a disposição contida no CPC, cabe ao autor o ônus da prova quanto aos fatos constitutivos do seu direito, ainda que minimamente.Tal regra tem aplicação inclusive nos casos sujeitos ao regramento do Código de Defesa do Consumidor, pois a prerrogativa de inversão do ônus probandi não é absoluta, especialmente em se tratando de fatos possíveis de serem demonstrados pelo autor/consumidor. A inversão do ônus da prova exige que o juiz, usando das regras comuns de experiência, verifique a verossimilhança das alegações autorais ou a sua hipossuficiência. No presente caso, constata-se que os comprovantes de pagamento de fls. 08/09, não referem-se ao débito negativado, uma vez que possuem número de contrato e valores diferentes.Nesse sentido, se o autor não demonstrou nos autos, por meio de comprovantes de pagamento, a realização de negativação indevida, não se pode exigir da requerida a prova de fato negativo. Não demonstrado, por elementos mínimos de prova, os fatos alegados, correta a decisão do juiz que julga improcedente os pedidos da inicial.RECURSO NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Custas e honorários pelo recorrente, sendo estes fixados em 10% sobre o valor da causa. No entanto, suspendo a cobrança da verba sucumbencial, pelo prazo de 5 anos, a teor do artigo 98, parágrafo 3, do CPC.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0629220-76.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível, Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal

Recorrente: Governador do Estado do Amazonas
Advogado: Aldenor de Souza Rabelo (OAB: 8030/AM)
Advogado: Luís Carlos de Paula e Sousa (OAB: 1667/AM)
Recorrido: Joaquim Correa dos Santos
Advogado: Evanildo Carneiro da Silva (OAB: 5746/PA)

Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. DIREITO ADMINISTRATIVO. CONTRATO TEMPORÁRIO PRORROGADO SUCESSIVAMENTE. DESRESPEITO À TEMPORALIDADE E EXCEPCIONALIDADE DA CONTRATAÇÃO. NULIDADE CONFIGURADA. FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO. POSSIBILIDADE. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. PRECEDENTES STJ E STF. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CABIMENTO. 10% DO VALOR DA CONDENAÇÃO. ART. 55 DA LEI Nº 9.099/95.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, em negar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 21 de agosto de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator".

Processo: 4000029-96.2019.8.04.9000 - Mandado de Segurança Cível, Vara de Origem do Processo Não informado

Impetrante: Hospital Santa Julia Ltda
Advogado: José Francisco de Assis (OAB: 8951/AM)

Impetrado: JUÍZO DE DIREITO DA 13ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE MANAUS/AM
LitsPassiv: Simone Loureiro de Melo
Advogada: João Gomes Vilela Júnior (OAB: 4443/AM)

Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA. JUIZADO ESPECIAL. PAGAMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS FEITO A MENOR. PROVIMENTO 256 DA CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA. DEVIDO O PAGAMENTO DAS CUSTAS EM 48 HORAS CONTADAS DA INTERPOSIÇÃO DO RECURSO. IMPOSSIBILIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO E INTIMAÇÃO PARA TANTO. DESERÇÃO. SEGURANÇA DENEGADA .. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, em CONHECER e DENEGAR A SEGURANÇA, nos termos da ementa que integra a presente decisão. Sala das Sessões, em Manaus, 28 de agosto de 2019".

Processo: 4000038-58.2019.8.04.9000 - Mandado de Segurança Cível, Vara de Origem do Processo Não informado
Impetrante: TIM Celular S.A.
Advogado: Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB: 671A/AM)
Advogado: Gustavo Gonçalves Gomes (OAB: 1058A/AM)
Advogado: Diogo Ribeiro Ayres (OAB: 148491/RJ)
Impetrado: JUIZO DA 11ª VARA DO JEC
LitsPassiv: JOSÉ RAIMUNDO FERREIRA LIMA
Advogado: Pedro de Sá Mascarenhas (OAB: 3196/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA MANDADO DE SEGURANÇA. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. ALEGAÇÃO DE FALTA DE INTIMAÇÃO PARA PAGAMENTO DO SALDO DEVEDOR. PARTE DEVIDAMENTE INTIMADA. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. SEGURANÇA NÃO CONCEDIDA.Da análise dos autos originários (0600925-81.2017.8.04.0092), percebe-se a parte impetrante foi intimada (fls. 167) para complementar o valor perseguindo na fase de cumprimento de sentença (R$ 2.385,98), sendo a data final o dia 24/08/2018. Somente em novembro a impetrante apresentou embargos à execução, sendo, portanto, intempestivo.Aferido que a petição impetrada está revestida de caráter meramente protelatório e carente de fundamento jurídico, legitima-se que o impetrante seja sujeitado à sanção processual preceituada pelo artigo 80, VI e VII e 81, parágrafo terceiro do estatuto processual, inclusive porque, exaurido seu ofício jurisdicional, o órgão recursal deve velar pela efetivação do decidido e reprimir condutas destinadas a frustrar sua consumação.Condeno o impetrante a pagar a multa indenizatória equivalente a 5% do valor atribuído à causa. . DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 4000142-84.2018.8.04.9000 - Mandado de Segurança Cível, Vara de Origem do Processo Não informado
Impetrante: Direcional Zircone Empreendimentos Imobiliários Ltda
Advogada: Luma Vieira Marquez (OAB: 10959/AM)
LitsPassiv: Luiz Gustavo Mallmann
Advogado: Kelson Girão de Souza (OAB: 7670/AM)
ListPassiv: Neila Hiraishi Mallmann
Advogado: Kelson Girão de Souza (OAB: 7670/AM)
Impetrado: JUIZ DE DIREITO DO 12º JEC

Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA. PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO DA AÇÃO. ANÁLISE PREJUDICADA. PROCESSO EXTINTO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, COM FUNDAMENTO NO ART. 485,VI, § 3º, DO CPC. - O objeto da presente ação mandamental consistia na concessão da ordem para que a autoridade tida como coatora, desse prosseguimento no feito regulamente, com a remessa dos autos à Turma Recursal, para julgamento do Recurso Inominado interposto.- Ao analisar detidamente o caderno processual de nº 0608820-33.2017 verifiquei que a ordem suplicada já foi concretizada no juízo impetrado, consoante o termo de f.159 dos referidos autos, e o Recurso Interposto já foi inclusive julgado.- Nessa esteira, havendo a superveniente perda do objeto desta ação, resta totalmente prejudicada a sua análise.- Na espécie, o impetrante obteve, antes mesmo de ordem emanada por este grau de jurisdição, a satisfação do direito reclamado em juízo. Portanto, deve haver a extinção do feito, sem resolução do mérito, em razão da perda de objeto e consequente ausência do interesse de agir.- Ante o exposto, reconheço a carência superveniente do presente Mandado de Segurança e VOTO no sentido de extinguir o processo sem resolução do mérito, com fundamento no art. 485,VI, § 3º, do CPC, eis que prejudicado o exame necessário.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, nos termos da ementa supra.".

Processo: 4000466-74.2018.8.04.9000 - Mandado de Segurança Cível, Vara de Origem do Processo Não informado
Impetrante: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a)
Advogado: Gustavo H. W. Tostes (OAB: 1065/AM)
Impetrado: Juizo de Direito da 11ª Vara do Juizado Especial Civel da Comarca de Manaus
LitsPassiv: José pereira da Silva Neto
Advogado: Walfran Siqueira Caldas (OAB: 8915/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA MANDADO DE SEGURANÇA. PROCESSO CIVIL. RECURSO INOMINADO. NÃO RECEBIMENTO. RECOLHIMENTO DAS CUSTAS. PAGAMENTO INCOMPLETO. VALOR DA CAUSA QUE ESTÁ RELACIONADO AO VALOR INDICADO NA INICIAL, E NÃO AO VALOR DAS ASTREINTES. SEGURANÇA CONCEDIDA. Da leitura do art. 292 do CPC, tem-se que o valor da causa constará na petição inicial ou reconvenção e caberá ao juiz corrigi-lo, de ofício e por arbitramento, quando entender que o mesmo não corresponde ao conteúdo patrimonial.Insta salientar, por oportuno, que as astreintes (R$ 50.400,00), por se tratar de multa processual, não pode integrar o benefício econômico pretendido que fora informado na inicial.Nesse sentir, uma vez considerando que o impetrante apresentou o recolhimento de custas com base no valor indicado pelo autor (R$ 4.102,92), na sua petição inicial, tem-se que aquele realizou corretamente o preparo recursal, não havendo o que se falar em complementação das custas processuais. Se o magistrado de primeiro grau entender pela necessidade de alteração do valor da causa, deve o mesmo proceder à respectiva correção de modo a possibilitar a parte o recolhimento das custas correspondentes, fato esse não ocorrido no processo.Segurança concedida. Nulidade da decisão que não admitiu o recurso inominado. Recurso inominado que, por preencher os requisitos de admissibilidade, deve ser encaminhado Turma Recursal para regular processamento e julgamento. Sem custas e honorários. . DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Manaus, 2 de setembro de 2019. Jailton Andrade Martins. Secretário(a) da 1ª Turma Recursal

Conclusão de Acórdãos

Processo: 0000009-77.2019.8.04.6801 - Recurso Inominado Cível, Vara Única de Santa Izabel do Rio Negro
Recorrente: Valdiza Rabelo Matos
Advogado: Lorruama Justiniano e Silva (OAB: 11047/AM)
Advogado: Jamilson dos Santos Mascarenhas (OAB: 11065/AM)
Recorrido: BANCO BRADESCO S/A
Advogada: Karina de Almeida Batistuci (OAB: 685A/AM)

Relator: Irlena Leal Benchimol. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA – APLICAÇÃO ENUNCIADO 139 FONAJERecursos NÃO providos – Sentença Anulada.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº , de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Juízes que compõem a Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis da Comarca de Manaus, por maioria de votos, em NEGAR provimento ao Recurso Inominado porém anular a sentença por incompetência. Sessão de Julgamento em Dra. Irlena Leal Benchimol Juíza Relatora".

Processo: 0000012-32.2019.8.04.6801 - Recurso Inominado Cível, Vara Única de Santa Izabel do Rio Negro
Recorrente: LUCIENE ARAÚJO DE SOUZA
Advogado: Lorruama Justiniano e Silva (OAB: 11047/AM)
Advogado: Jamilson dos Santos Mascarenhas (OAB: 11065/AM)
Recorrido: Banco Bradesco s/a
Advogado: Mauro Paulo Galera Mari (OAB: 887A/AM)

Relator: Antônio Itamar de Souza Gonzaga. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. RECURSO MANEJADO PARA MAJORAR O VALOR DO DANO MORAL. SENTENÇA MANTIDA PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. No que concerne ao quantum, na medida em que o juízo monocrático é o principal destinatário das provas, sobretudo à eleição dos critérios quantificadores do dano extrapatrimonial, apenas seria viável a reforma desse quadro se aviltante o ferimento ao princípio da proporcionalidade ou se patente o enriquecimento sem causa, o que não se divisa no caso concreto. Deve-se, pois, manter a estimativa razoavelmente fixada na decisão ora criticada. Neste sentido, não merece reparos a sentença de primeiro grau, eis que ponderou corretamente as questões do caso em comento. Confirma-se a sentença, portanto, por seus próprios e justos fundamentos, nos termos do que dispõe o artigo 46, da Lei n. 9.099: "O julgamento em segunda instância constará apenas da ata, com a indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva. Se a sentença for confirmada por seus próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão, com os acréscimos constantes da ementa que integra esta decisão."RECURSO NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Custas e honorários pelo recorrente, sendo estes fixados em 10% sobre o valor da causa. No entanto, suspendo a cobrança da verba sucumbencial, pelo prazo de 5 anos, a teor do artigo 12 da Lei 1.060/50.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0000020-70.2017.8.04.5801 - Recurso Inominado Cível, 1ª Vara de Maués
Recorrente: ERALDINA DOS SANTOS MARINHO
Advogado: Ronaldo Santana Macedo (OAB: 6536/AM)
Recorrido: Banco Bmg S/A
Advogado: Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM)
Advogada: Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB: 4018/AM)
Advogado: Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB: 876/AM)

Relator: Irlena Leal Benchimol. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA – AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DOS FATOS CONSTITUTIVOS DO SEU DIREITO – Recurso NÃO provido.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº , de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Juízes que compõem a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis da Comarca de Manaus, por unanimidade de votos, em NEGAR provimento ao Recurso Inominado. Sessão de Julgamento em Irlena Leal Benchimol Relatora".

Processo: 0000024-46.2019.8.04.6801 - Recurso Inominado Cível, Vara Única de Santa Izabel do Rio Negro
Recorrente: MARIA LUCIMAR VENTURA
Advogado: Lorruama Justiniano e Silva (OAB: 11047/AM)
Advogado: Jamilson dos Santos Mascarenhas (OAB: 11065/AM)
Recorrido: Banco Bradesco S/A
Advogado: Mauro Paulo Galera Mari (OAB: 887A/AM)

Relator: Antônio Itamar de Souza Gonzaga. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. RECURSO MANEJADO VISANDO MAJORAR O VALOR DA DANO MORAL. SENTENÇA MANTIDA PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. No que concerne ao quantum, na medida em que o juízo monocrático é o principal destinatário das provas, sobretudo à eleição dos critérios quantificadores do dano extrapatrimonial, apenas seria viável a reforma desse quadro se aviltante o ferimento ao princípio da proporcionalidade ou se patente o enriquecimento sem causa, o que não se divisa no caso concreto. Deve-se, pois, manter a estimativa razoavelmente fixada na decisão ora criticada.Confirma-se a sentença, portanto, por seus próprios e justos fundamentos, nos termos do que dispõe o artigo 46, da Lei n. 9.099: "O julgamento em segunda instância constará apenas da ata, com a indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva. Se a sentença for confirmada por seus próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão, com os acréscimos constantes da ementa que integra esta decisão."RECURSO NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Custas e honorários pelo recorrente, sendo estes fixados em 10% sobre o valor da causa. No entanto, suspendo a cobrança da verba sucumbencial, pelo prazo de 5 anos, a teor do artigo 12 da Lei 1.060/50.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0000045-22.2019.8.04.6801 - Recurso Inominado Cível, Vara Única de Santa Izabel do Rio Negro
Recorrente: MAYARA FERNANDES TEIXEIR
Advogado: Lorruama Justiniano e Silva (OAB: 11047/AM)
Advogado: Jamilson dos Santos Mascarenhas (OAB: 11065/AM)
Recorrido: Banco Bradesco S/A
Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 1037A/AM)

Relator: Irlena Leal Benchimol. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA – APLICAÇÃO ENUNCIADO 139 FONAJERecursos NÃO providos – Sentença Anulada.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº , de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Juízes que compõem a Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis da Comarca de Manaus, por maioria de votos, em NEGAR provimento ao Recurso Inominado porém anular a sentença por incompetência. Sessão de Julgamento em Dra. Irlena Leal Benchimol Juíza Relatora".

Processo: 0000066-95.2019.8.04.6801 - Recurso Inominado Cível, Vara Única de Santa Izabel do Rio Negro
Recorrente: BANCO BRADESCO S/
Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 598A/AM)
Recorrido: Miguel Braga Fonseca
Advogado: Jamilson dos Santos Mascarenhas (OAB: 11065/AM)
Advogado: Lorruama Justiniano e Silva (OAB: 11047/AM)
Recorrente: Miguel Braga Fonseca
Recorrido: Banco Bradesco S/A

Relator: Irlena Leal Benchimol. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA – APLICAÇÃO ENUNCIADO 139 FONAJERecursos NÃO providos – Sentença Anulada.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº , de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Juízes que compõem a Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis da Comarca de Manaus, por maioria de votos, em NEGAR provimento ao Recurso Inominado porém anular a sentença por incompetência. Sessão de Julgamento em Dra. Irlena Leal Benchimol Juíza Relatora".

Processo: 0000078-41.2019.8.04.5401 - Recurso Inominado Cível, Vara de Origem do Processo Não informado
Recorrente: ARGENTINA TORRES DA ENCARNAÇÃO
Advogado: Danielle Araujo da Silva (OAB: 10544/AM)
Recorrido: BANCO DA AMAZÔNIA S.A
Advogado: Arnaldo Henrique Andrade da Silva (OAB: 1189A/AM)
Advogado: Adriano Miranda Soares (OAB: 27691/PA)

Relator: Irlena Leal Benchimol. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA – AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DOS FATOS CONSTITUTIVOS DO SEU DIREITO – Recurso NÃO provido.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº , de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Juízes que compõem a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis da Comarca de Manaus, por unanimidade de votos, em NEGAR provimento ao Recurso Inominado. Sessão de Julgamento em Irlena Leal Benchimol Relatora".

Processo: 0000095-48.2019.8.04.6801 - Recurso Inominado Cível, Vara Única de Santa Izabel do Rio Negro
Recorrente: ALBERTO FERREIRA DOS SANTOS
Advogado: Lorruama Justiniano e Silva (OAB: 11047/AM)
Advogado: Jamilson dos Santos Mascarenhas (OAB: 11065/AM)
Recorrido: BANCO BRADESCO S/A
Advogado: Karina de Almeida Batistucii (OAB: 685/AM)
Advogado: KARINA DE ALMEIDA BATISTTUCI (OAB: 685/AM)

Relator: Irlena Leal Benchimol. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA – APLICAÇÃO ENUNCIADO 139 FONAJERecursos NÃO providos – Sentença Anulada.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº , de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Juízes que compõem a Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis da Comarca de Manaus, por maioria de votos, em NEGAR provimento ao Recurso Inominado porém anular a sentença por incompetência. Sessão de Julgamento em".

Processo: 0000098-95.2019.8.04.4701 - Recurso Inominado Cível, Vara de Origem do Processo Não informado
Recorrente: Banco Bonsucesso S/A
Advogado: Gustavo Gonçalves Gomes (OAB: 266894A/SP)
Recorrido: SELMA MARIA SANTOS DE OLIVEIRA
Advogado: Willian dos Santos Silva (OAB: 10232/AM)

Relator: Antônio Itamar de Souza Gonzaga. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. AUSÊNCIA DE INFORMAÇÃO ADEQUADA ACERCA DA MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO. VIOLAÇÃO AO ART. 6º DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. APLICAÇÃO DAS TESES FIRMADAS NA TURMA DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS DO ESTADO DO AMAZONAS. CONTRATO INVÁLIDO. DEVER DE INDENIZAR. CABIMENTO. SENTENÇA MANTIDA PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. . DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa e voto que acompanham a presente decisão.".

Processo: 0000119-76.2019.8.04.6801 - Recurso Inominado Cível, Vara Única de Santa Izabel do Rio Negro
Recorrente: MANUEL BATISTA CORDOVIL,
Advogado: Lorruama Justiniano e Silva (OAB: 11047/AM)
Advogado: Jamilson dos Santos Mascarenhas (OAB: 11065/AM)
Recorrido: BANCO BRADESCO S/A
Advogado: KARINA DE ALMEIDA BATISTTUCI (OAB: 685/AM)
Advogado: Karina de Almeida Batistuci (OAB: 178033/SP)

Relator: Irlena Leal Benchimol. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA – APLICAÇÃO ENUNCIADO 139 FONAJERecursos NÃO providos – Sentença Anulada.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº , de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Juízes que compõem a Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis da Comarca de Manaus, por maioria de votos, em NEGAR provimento ao Recurso Inominado porém anular a sentença por incompetência. Sessão de Julgamento em Dra. Irlena Leal Benchimol Juíza Relatora".

Processo: 0000148-29.2018.8.04.6101 - Recurso Inominado Cível, Vara Única Fórum de Nhamundá
Recorrente: Banco Bradesco S.a.
Advogado: Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB: 136118/SP)
Recorrido: ADELERMO DE AZEVEDO VIANA
Advogada: Marcela da Silva Paulo (OAB: 10325/AM)

Relator: Irlena Leal Benchimol. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA – VENDA CASADA – SEGURO – TEMA 972 - Nos contratos bancários em geral, o consumidor não pode ser compelido a contratar seguro com a instituição financeira ou com seguradora por ela indicada. DANO MORALRecurso não provido.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº , de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Juízes que compõem a Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis da Comarca de Manaus, por unanimidade de votos, em NEGAR provimento ao Recurso Inominado. Sessão de Julgamento em Dra. Irlena Leal Benchimol Juíza Relatora".

Processo: 0000199-40.2017.8.04.5401 - Recurso Inominado Cível, 1º Juizado Especial Cível e Criminal
Recorrente: OSMAR RIBEIRO DA SILVA
Advogado: Ailmara Camurça de Paula (OAB: 10532/AM)
Recorrido: Banco Bmg S/A
Advogada: Flavia Almeida Moura Di Latella (OAB: 109730/MG)
Advogada: Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB: 983A/PE)

Relator: Irlena Leal Benchimol. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA – CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO – JURISPRUDÊNCIA UNIFORMIZADA NO ÂMBITO DOS JUIZADOS – -AUSÊNCIA DE CONTRATO - AUSÊNCIA DE CUMPRIMENTO DAS INFORMAÇÕES AO CONSUMIDOR – ANULAÇÃO DO NEGÓCIO – RETORNO AO STATUS QUO ANTE – - Recurso provido.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº , de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Juízes que compõem a Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis da Comarca de Manaus, por unanimidade de votos, em DAR provimento ao Recurso Inominado. Sessão de Julgamento Dra. Irlena Leal Benchimol Juíza Relatora".

Processo: 0000259-13.2018.8.04.6101 - Recurso Inominado Cível, Vara Única Fórum de Nhamundá

Recorrente: Banco Bradesco S.a.

Advogado: Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB: 136118/SP)

Recorrido: JEFFERSON ARAÚJO GOMES

Advogada: Marcela da Silva Paulo (OAB: 10325/AM)

Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. EMPRÉSTIMO CONDICIONADO À CONTRATAÇÃO DE SEGURO. PRÁTICA ABUSIVA. VENDA CASADA. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "1. Trata-se de Ação de Responsabilidade Civil c/c Indenização por Danos Materiais e Morais decorrente da relação de mútuo entre as partes. O Recorrente não tendo se desincumbido de provar fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito da parte autora (Art. 333, inciso II, CPC), deve suportar os danos decorrentes da falha na prestação dos seus serviços que são postos à disposição dos consumidores, face à sua responsabilidade objetiva. Por assim dizer, restou demonstrado que a Recorrida suportou evento danoso, a fazer jus à reparação dos danos morais. Vejamos jurisprudência: 1...o fornecedor a devolução dos valores vertidos pelo consumidor a tal título. 6. Segundo precedentes do Superior Tribunal de Justiça, o art. 39, I, do CDC, inclui no rol das práticas abusivas a popularmente denominada "venda casada", ao estabelecer que é vedado ao fornecedor "condicionar o fornecimento de produto ou de serviço ao fornecimento de outro produto ou serviço, bem como, sem justa causa, a limites quantitativos. (TJ-DF - RI: 07112418520158070016, Relator: ROBSON BARBOSA DE AZEVEDO, Data de Julgamento: 16/09/2015, TERCEIRA TURMA RECURSAL, Data de Publicação: Publicado no DJE : 25/09/2015 . Pág.: Sem Página Cadastrada.) 2. Sentença mantida por seus próprios fundamentos, servindo a súmula do julgamento como acórdão, na forma do artigo 46 da Lei 9.099/95, conforme dispõe o Supremo Tribunal Federal. EMENTA DIREITO PROCESSUAL CIVIL. JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. MANUTENÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA COM BASE NO ART. 46 DA LEI 9.099/95. POSSIBILIDADE. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO DEVIDO PROCESSO LEGAL, AO CONTRADITÓRIO E À AMPLA DEFESA. EVENTUAL VIOLAÇÃO REFLEXA NÃO ENSEJA RECURSO EXTRAORDINÁRIO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO CONFIGURADA. ACÓRDÃO RECORRIDO DISPONIBILIZADO EM 16.8.2012. Não importa ausência de motivação, a adoção dos fundamentos da sentença recorrida pela Turma Recursal, em conformidade com o disposto no art. 46 da Lei 9.099/95. O exame da alegada ofensa ao art. 5º, XXXV, e LV, da Constituição Federal, dependeria de prévia análise da legislação infraconstitucional aplicada à espécie, o que refoge à competência jurisdicional extraordinária, prevista no art. 102 da Constituição Federal. Inexiste violação do artigo 93, IX, da CF/88. O Supremo Tribunal Federal entende que o referido dispositivo constitucional exige que o órgão jurisdicional explicite as razões do seu convencimento, dispensando o exame detalhado de cada argumento suscitado pela parte. Agravo regimental conhecido e não provido. (STF - ARE: 736290 SP, Relator: Min. ROSA WEBER, Data de Julgamento: 25/06/2013, Primeira Turma, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-160 DIVULG 15-08-2013 PUBLIC 16-08-2013). 3. Condenação em custas processuais e honorários advocatícios na proporção de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação. É como voto.".

Processo: 0000278-19.2018.8.04.6101 - Recurso Inominado Cível, Vara Única Fórum de Nhamundá

Recorrente: BANCO BRADESCO S/A

Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 598A/AM)

Recorrida: MARIA ELIZETE DE AZEVEDO VIANA

Advogada: Marcela da Silva Paulo (OAB: 10325/AM)

Relator: Irlena Leal Benchimol. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA – DANO MORAL – DESVIO PRODUTIVO/PERDA DO TEMPO ÚTIL – DESNECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO – QUANTUM MANTIDORecurso não provido.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº , de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Juízes que compõem a Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis da Comarca de Manaus, por unanimidade de votos, em NEGAR provimento ao Recurso Inominado. Sessão de Julgamento".

Processo: 0000287-47.2017.8.04.4700 - Recurso Inominado Cível, 3ª Vara de Itacoatiara

Recorrente: Banco Gerador S/A

Advogado: PEDRO ROSADO HENRIQUE PIMENTEL (OAB: 21153N/PE)

Recorrida: SUELY PEREIRA DOS SANTOS

Advogado: Lauri Dario Bock (OAB: 12074/AM)

Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio. Revisor: Revisor do processo Não informado

RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. REPETIÇÃO DE INDÉBITO SIMPLES. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. SAQUE REALIZADO POR MEIO DE UTILIZAÇÃO DE CARTÃO. TESES DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. SEM REFORMA. SENTENÇA MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO NÃO PROVIDO. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA ADVOCATÍCIOS ARBITRADOS EM 20% (VINTE POR CENTO), NOS TERMOS DO ART. 55 DA LEI 9.099/95.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam as/os Juízas/es da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em não prover o recurso, conforme voto da relatora. Participaram do julgamento, além da signatária, as/os eminentes Juízas/es que compõem esta Turma.".

Processo: 0000316-81.2016.8.04.6301 - Recurso Inominado Cível, Vara de Origem do Processo Não informado

Recorrente: A. DA C. MOTA - ME

Advogada: Sônia Maria Cansanção da Silva (OAB: 2431/AM)

Recorrido: BANCO DO BRASIL S/A

Relator: Irlena Leal Benchimol. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA – DANO MORAL – MAJORAÇÃO INDEVIDA – QUANTUM MANTIDORecurso não provido.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº , de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Juízes que compõem a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis da Comarca de Manaus, por unanimidade de votos, em NEGAR provimento ao Recurso Inominado. Sessão de Julgamento em Irlena Leal Benchimol Relatora".

Processo: 0000373-82.2018.8.04.9000 - Mandado de Segurança Cível, Vara de Origem do Processo Não informado
Impetrante: Aldery Mendes Batista
Advogado: Lauri Dario Bock (OAB: 12074/AM)
Impetrado: JUIZ DE DIREITO DO 1° JEC DE ITACOATIARA/AM

Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio. Revisor: Revisor do processo Não informado
MANDADO DE SEGURANÇA. PROMOÇÃO PELO PARQUET. AUSÊNCIA DE CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÃO. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO. . DECISÃO: "ACÓRDÃO Acordam os Juízes da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em extinguir o feito sem resolução do mérito na forma do parágrafo único do art. 115 do CPC.".

Processo: 0000401-10.2017.8.04.4401 - Recurso Inominado Cível, 1º Juizado Especial Cível e Criminal
Recorrente: DEUSIMAR CAÇÃO BRASIL
Advogado: Michelle Souza Pires Stegmann (OAB: 888A/AM)
Recorrido: Banco Bmg S/A
Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE)

Relator: Irlena Leal Benchimol. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA – AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DOS FATOS CONSTITUTIVOS DO SEU DIREITO – Recurso NÃO provido.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº , de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Juízes que compõem a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis da Comarca de Manaus, por unanimidade de votos, em NEGAR provimento ao Recurso Inominado. Sessão de Julgamento em Irlena Leal Benchimol Relatora".

Processo: 0000458-98.2017.8.04.4701 - Recurso Inominado Cível, 3ª Vara de Itacoatiara
Recorrente: Banco Gerador S/A
Advogado: Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB: 21678/PE)
Recorrido: MARIA CONCEBIDA ARAUJO DE SOUZA
Advogado: Willian dos Santos Silva (OAB: 10232/AM)

Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio. Revisor: Revisor do processo Não informado
RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. SAQUE REALIZADO POR MEIO DE UTILIZAÇÃO DE CARTÃO. TESES DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. SEM REFORMA. SENTENÇA MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO NÃO PROVIDO. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA ADVOCATÍCIOS ARBITRADOS EM 20% (VINTE POR CENTO) NOS TERMOS DO ART. 55 DA LEI 9.099/95.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam as/os Juízas/es da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em não prover o recurso, conforme voto da relatora. Participaram do julgamento, além da signatária, as/os eminentes Juízas/es que compõem esta Turma.".

Processo: 0000534-52.2017.8.04.4401 - Recurso Inominado Cível, 1º Juizado Especial Cível e Criminal
Recorrente: JOÃO DE OLIVEIRA MEIRELES
Advogado: Michelle Souza Pires Stegmann (OAB: 888A/AM)
Recorrido: Banco Bmg S/A
Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE)
Recorrente: Banco Bmg S/A
Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE)
Recorrido: JOÃO DE OLIVEIRA MEIRELES
Advogado: Michelle Souza Pires Stegmann (OAB: 888A/AM)

Relator: Irlena Leal Benchimol. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA – CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO – JURISPRUDÊNCIA UNIFORMIZADA NO ÂMBITO DOS JUIZADOS – -AUSÊNCIA DE CONTRATO - AUSÊNCIA DE CUMPRIMENTO DAS INFORMAÇÕES AO CONSUMIDOR – ANULAÇÃO DO NEGÓCIO – RETORNO AO STATUS QUO ANTE – - Recurso provido.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº , de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Juízes que compõem a Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis da Comarca de Manaus, por unanimidade de votos, em DAR provimento ao Recurso Inominado do Autor e Negar provimento ao Recurso do Reu. Sessão de Julgamento Dra. Irlena Leal Benchimol Juíza Relatora".

Processo: 0000598-35.2017.8.04.4701 - Recurso Inominado Cível, Vara de Origem do Processo Não informado
Recorrente: BANCO OLÉ BONSUCESSO CONSIGNADO S/A E BANCO BONSUCESSO S/A,
Advogado: Cassio Chaves Cunha (OAB: 12268/PA)
Recorrido: ODERLAN GLORIA DE SOUZA
Advogado: Willian dos Santos Silva (OAB: 10232/AM)

Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. EMPRÉSTIMO C/C CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO, FALTA DE TRANSPARÊNCIA E INFORMAÇÃO SOBRE O TIPO NEGOCIAL. TESES DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO.. DECISÃO: "RELATÓRIO Relatório dispensado, nos termos do art. 46 da Lei n.º 9.099/95 c/c do Enunciado 92 do FONAJE. VOTO Trata-se de demanda acerca de tipo negocial ao qual conveniou-se nominar de ''cartão de crédito consignado''. Tal demanda restou afetada pelo julgamento do incidente de uniformização referente ao processo de n° 0000199-73.2018.8.04.9000, onde estabeleceram-se as seguintes premissas. ''Tema 1: são inválidos os contratos de cartão de crédito consignado quando inexistir prova inequívoca de que tenha o consumidor sido informado, prévia e adequadamente, sobre a integralidade dos termos ajustados o instrumento contratual. Tema 2: a ocorrência ou não de danos morais quando o contratante utiliza o cartão consignado para a realização de compras ou saques complementares, a redação proposta foi que o uso de cartão de crédito consignado, por si só, não afasta a incidência dano moral, tampouco supre a falta do fornecedor do dever de informação no ato de contratação, estando a sua legalidade relacionada diretamente com a validade do contrato. Tema 3: a existência ou não do dever da repetição de indébito, quando os pagamentos realizados ultrapassarem o valor inicialmente recebido pelo consumidor foi elaborada a proposta de que, em regra, é cabível a restituição simples, a cada parte, nos casos em que for reconhecida a ilegalidade dos contratos de cartão de crédito consignado. A repetição de indébito é devida, tão somente, quando houver comprovada má-fé, que deve ser apreciada à luz do caso concreto.'' A questão central debatida gravita em torno da regularidade da cobrança de empréstimo pessoal, por meio da emissão conjunta de cartão de crédito consignado em nome do mutuário, de modo a viabilizar a efetivação de desconto consignado (folha de pagamento e/ou saldo bancário) correspondente ao valor mínimo individualizado em fatura mensal de movimentação da tarjeta de crédito. Nestes termos, fixo entendimento de que a referida prática em referência afronta o direito à informação adequada e clara conferido ao consumidor sobre as especificidades do serviço financeiro envolvido no contrato celebrado entre as partes (art. 6°, III do CDC), assim como estabelece obrigação manifestamente excessiva, em prejuízo exclusivo do mutuário, considerando a natureza do contrato, de tal modo a ameaçar a realização final de seu próprio objeto (quitação do empréstimo) e o equilíbrio do pacto (art. 39, V c/c art. 51, IV,

§1°, III do CDC), sem contar é claro que há agregação de produto/serviço atrelado a outro, prática também vedada pelo CDC, em seu Artigo 39, inciso I. No caso dos autos, entendo que a Sentença a quo indica com saciedade de fundamentos os elementos que induzem ao reconhecimento do ilícito de informação acerca do tipo negocial, assim, para não cometer redundâncias desnecessárias, entendo ser o caso de manutenção da Sentença. Por todo exposto, voto pelo conhecimento e não provimento do recurso, nos termos do art. 6 da lei 9.099/95. Condeno o recorrente ao pagamento de custas processuais e honorários advocatício na proporção de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação. É como voto. Manaus, 29 de agosto de 2019. Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes Relatora".

Processo: 0000660-75.2017.8.04.4701 - Recurso Inominado Cível, 3ª Vara de Itacoatiara

Recorrente: CÉLIA FURTADO DOS SANTOS
Advogado: Lauri Dario Bock (OAB: 12074/AM)
Recorrido: Banco Bmg S/A
Advogado: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 7529A/AL)

Relator: Irlena Leal Benchimol. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA – CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO – JURISPRUDÊNCIA UNIFORMIZADA NO ÂMBITO DOS JUIZADOS – -AUSÊNCIA DE CONTRATO - AUSÊNCIA DE CUMPRIMENTO DAS INFORMAÇÕES AO CONSUMIDOR – ANULAÇÃO DO NEGÓCIO – RETORNO AO STATUS QUO ANTE – - Recurso provido.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº , de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Juízes que compõem a Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis da Comarca de Manaus, por unanimidade de votos, em DAR provimento ao Recurso Inominado. Sessão de Julgamento Dra. Irlena Leal Benchimol Juíza Relatora".

Processo: 0000720-48.2017.8.04.4701 - Recurso Inominado Cível, 3ª Vara de Itacoatiara

Recorrente: Banco Bonsucesso
Advogado: Cassio Chaves Cunha (OAB: 12268/PA)
Recorrida: RAIMUNDA DE JESUS PARA PINHEIRO
Advogado: Willian dos Santos Silva (OAB: 10232/AM)

Relator: Irlena Leal Benchimol. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA – - UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA - ANÁLISE DE TESES - EMPRÉSTIMO CONSIGNADO VINCULADO A SAQUE DE CARTÃO DE CRÉDITO – ERRO SUBSTANCIAL – CONSUMIDOR ACREDITAVA EM EMPRÉSTIMO SIMPLES – DANO MORAL REDUZIDO – CONSUMIDOR INFORMA AS PARCELAS PROMETIDAS – Recurso parcilamente provido.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº , de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Juízes que compõem a Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis da Comarca de Manaus, por unanimidade de votos, em DAR PARCIAL provimento ao Recurso Inominado. Sessão de Julgamento Dra. Irlena Leal Benchimol Relatora".

Processo: 0000749-98.2017.8.04.4701 - Recurso Inominado Cível, Vara de Origem do Processo Não informado

Recorrente: Banco Bmg S/A
Advogada: Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB: 4018/AM)
Recorrida: MARTA LUCIA CARVALHO DE OLIVEIRA
Advogado: Lauri Dario Bock (OAB: 12074/AM)

Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. EMPRÉSTIMO C/C CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO, FALTA DE TRANSPARÊNCIA E INFORMAÇÃO SOBRE O TIPO NEGOCIAL. TESES DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO.. DECISÃO: "RELATÓRIO Relatório dispensado, nos termos do art. 46 da Lei n.º 9.099/95 c/c do Enunciado 92 do FONAJE. VOTO Trata-se de demanda acerca de tipo negocial ao qual conveniou-se nominar de ''cartão de crédito consignado''. Tal demanda restou afetada pelo julgamento do incidente de uniformização referente ao processo de n° 0000199-73.2018.8.04.9000, onde estabeleceram-se as seguintes premissas. ''Tema 1: são inválidos os contratos de cartão de crédito consignado quando inexistir prova inequívoca de que tenha o consumidor sido informado, prévia e adequadamente, sobre a integralidade dos termos ajustados o instrumento contratual. Tema 2: a ocorrência ou não de danos morais quando o contratante utiliza o cartão consignado para a realização de compras ou saques complementares, a redação proposta foi que o uso de cartão de crédito consignado, por si só, não afasta a incidência dano moral, tampouco supre a falta do fornecedor do dever de informação no ato de contratação, estando a sua legalidade relacionada diretamente com a validade do contrato. Tema 3: a existência ou não do dever da repetição de indébito, quando os pagamentos realizados ultrapassarem o valor inicialmente recebido pelo consumidor foi elaborada a proposta de que, em regra, é cabível a restituição simples, a cada parte, nos casos em que for reconhecida a ilegalidade dos contratos de cartão de crédito consignado. A repetição de indébito é devida, tão somente, quando houver comprovada má-fé, que deve ser apreciada à luz do caso concreto.'' A questão central debatida gravita em torno da regularidade da cobrança de empréstimo pessoal, por meio da emissão conjunta de cartão de crédito consignado em nome do mutuário, de modo a viabilizar a efetivação de desconto consignado (folha de pagamento e/ou saldo bancário) correspondente ao valor mínimo individualizado em fatura mensal de movimentação da tarjeta de crédito. Nestes termos, fixo entendimento de que a referida prática em referência afronta o direito à informação adequada e clara conferido ao consumidor sobre as especificidades do serviço financeiro envolvido no contrato celebrado entre as partes (art. 6°, III do CDC), assim como estabelece obrigação manifestamente excessiva, em prejuízo exclusivo do mutuário, considerando a natureza do contrato, de tal modo a ameaçar a realização final de seu próprio objeto (quitação do empréstimo) e o equilíbrio do pacto (art. 39, V c/c art. 51, IV, §1°, III do CDC), sem contar é claro que há agregação de produto/serviço atrelado a outro, prática também vedada pelo CDC, em seu Artigo 39, inciso I. No caso dos autos, entendo que a Sentença a quo indica com saciedade de fundamentos os elementos que induzem ao reconhecimento do ilícito de informação acerca do tipo negocial, assim, para não cometer redundâncias desnecessárias, entendo ser o caso de manutenção da Sentença. Por todo exposto, voto pelo conhecimento e não provimento do recurso, nos termos do art. 6 da lei 9.099/95. Condeno o recorrente ao pagamento de custas processuais e honorários advocatício na proporção de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação. É como voto. Manaus, 29 de agosto de 2019. Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes Relatora".

Processo: 0000758-60.2017.8.04.4701 - Recurso Inominado Cível, 3ª Vara de Itacoatiara

Recorrente: BANCO AGIPLAN (BANCO GERADOR)
Advogado: PEDRO ROSADO HENRIQUE PIMENTEL (OAB: 21153N/PE)
Recorrida: JACILDA ALVES LIBORIO
Advogado: Willian dos Santos Silva (OAB: 10232/AM)

Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio. Revisor: Revisor do processo Não informado

RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. REPETIÇÃO DE INDÉBITO SIMPLES. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. SAQUE REALIZADO POR MEIO DE UTILIZAÇÃO DE CARTÃO. TESES DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. SEM REFORMA. SENTENÇA MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO NÃO PROVIDO. HONORÁRIOS DE

SUCUMBÊNCIA ADVOCATÍCIOS ARBITRADOS EM 20% (VINTE POR CENTO), NOS TERMOS DO ART. 55 DA LEI 9.099/95.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam as/os Juízas/es da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em não prover o recurso, conforme voto da relatora. Participaram do julgamento, além da signatária, as/os eminentes Juízas/es que compõem esta Turma.".

Processo: 0000952-60.2017.8.04.4701 - Recurso Inominado Cível, 3ª Vara de Itacoatiara
Recorrente: JOÃO EUDES LIMA BATISTA
Advogado: Lauri Dario Bock (OAB: 12074/AM)
Recorrido: Banco Bmg S/A
Advogada: Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB: 4018/AM)

Relator: Irlena Leal Benchimol. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA – CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO – JURISPRUDÊNCIA UNIFORMIZADA NO ÂMBITO DOS JUIZADOS – -AUSÊNCIA DE CONTRATO - AUSÊNCIA DE CUMPRIMENTO DAS INFORMAÇÕES AO CONSUMIDOR – ANULAÇÃO DO NEGÓCIO – RETORNO AO STATUS QUO ANTE – - Recurso provido.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº , de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Juízes que compõem a Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis da Comarca de Manaus, por unanimidade de votos, em DAR provimento ao Recurso Inominado. Sessão de Julgamento Dra. Irlena Leal Benchimol Juíza Relatora".

Processo: 0001093-09.2017.8.04.4401 - Recurso Inominado Cível, 1º Juizado Especial Cível e Criminal
Recorrente: Demilda Moura da Silva
Advogado: Michelle Souza Pires Stegmann (OAB: 888A/AM)
Recorrido: Banco Bmg S/A
Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE)
Recorrente: Banco Bmg S/A
Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE)
Recorrido: Demilda Moura da Silva
Advogado: Michelle Souza Pires Stegmann (OAB: 888A/AM)

Relator: Irlena Leal Benchimol. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA – CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO – JURISPRUDÊNCIA UNIFORMIZADA NO ÂMBITO DOS JUIZADOS – -AUSÊNCIA DE CONTRATO - AUSÊNCIA DE CUMPRIMENTO DAS INFORMAÇÕES AO CONSUMIDOR – ANULAÇÃO DO NEGÓCIO – RETORNO AO STATUS QUO ANTE – - Recurso provido.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº , de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Juízes que compõem a Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis da Comarca de Manaus, por unanimidade de votos, em DAR provimento ao Recurso Inominado do Autor e Negar provimento ao Recurso do Reu. Sessão de Julgamento Dra. Irlena Leal Benchimol Juíza Relatora".

Processo: 0001129-51.2017.8.04.4401 - Recurso Inominado Cível, 1º Juizado Especial Cível e Criminal
Recorrente: JUVENILDO DE MEDEIROS ALVES
Advogado: Michelle Souza Pires Stegmann (OAB: 888A/AM)
Recorrido: Banco Bmg S/A
Advogado: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE)
Recorrente: Banco Bmg S/A
Advogado: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE)
Recorrido: JUVENILDO DE MEDEIROS ALVES
Advogado: Michelle Souza Pires Stegmann (OAB: 888A/AM)

Relator: Irlena Leal Benchimol. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA – AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DOS FATOS CONSTITUTIVOS DO SEU DIREITO – Recurso NÃO provido.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº , de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Juízes que compõem a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis da Comarca de Manaus, por unanimidade de votos, em NEGAR provimento ao Recurso Inominado. Sessão de Julgamento em Irlena Leal Benchimol Relatora".

Processo: 0001181-47.2017.8.04.4401 - Recurso Inominado Cível, 1º Juizado Especial Cível e Criminal
Recorrente: ROSIMILTON SILVA DE OLIVEIRA
Advogado: Michelle Souza Pires Stegmann (OAB: 888A/AM)
Recorrido: Banco Bmg S/A
Advogado: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 7529A/AL)
Recorrente: Banco Bmg S/A
Advogado: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 7529A/AL)
Recorrido: ROSIMILTON SILVA DE OLIVEIRA
Advogado: Michelle Souza Pires Stegmann (OAB: 888A/AM)

Relator: Irlena Leal Benchimol. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA – AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DOS FATOS CONSTITUTIVOS DO SEU DIREITO – Recurso NÃO provido.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº , de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Juízes que compõem a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis da Comarca de Manaus, por unanimidade de votos, em NEGAR provimento ao Recurso Inominado. Sessão de Julgamento em Irlena Leal Benchimol Relatora".

Processo: 0001978-30.2016.8.04.4701 - Recurso Inominado Cível, 3ª Vara de Itacoatiara
Recorrente: Banco Gerador S/A
Advogado: Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB: 21678/PE)
Recorrida: SILVANE RABELO BELÉM
Advogado: Willian dos Santos Silva (OAB: 10232/AM)

Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. EMPRÉSTIMO C/C CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO, FALTA DE TRANSPARÊNCIA E INFORMAÇÃO SOBRE O TIPO NEGOCIAL. TESES DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO.. DECISÃO: "RELATÓRIO Relatório dispensado, nos termos do art. 46 da Lei n.º 9.099/95 c/c do Enunciado 92 do FONAJE. VOTO Trata-se de demanda acerca de tipo negocial ao qual conveniou-se nominar de ''cartão de crédito consignado''. Tal demanda restou afetada pelo julgamento do incidente de uniformização referente ao processo de n° 0000199-73.2018.8.04.9000, onde estabeleceram-se as seguintes premissas. ''Tema 1: são inválidos os contratos de cartão de crédito consignado quando inexistir prova inequívoca de que tenha o consumidor sido informado, prévia e adequadamente, sobre a integralidade dos termos ajustados o instrumento contratual. Tema 2: a ocorrência ou não de danos morais quando o contratante utiliza o cartão consignado para a realização de compras ou saques complementares, a redação proposta foi que o uso de cartão de crédito consignado, por si só, não afasta a incidência dano moral, tampouco supre a falta do fornecedor do dever de informação no ato de contratação, estando a sua legalidade relacionada diretamente com a validade do contrato. Tema 3: a existência ou não do dever da repetição de indébito, quando

os pagamentos realizados ultrapassarem o valor inicialmente recebido pelo consumidor foi elaborada a proposta de que, em regra, é cabível a restituição simples, a cada parte, nos casos em que for reconhecida a ilegalidade dos contratos de cartão de crédito consignado. A repetição de indébito é devida, tão somente, quando houver comprovada má-fé, que deve ser apreciada à luz do caso concreto.'' A questão central debatida gravita em torno da regularidade da cobrança de empréstimo pessoal, por meio da emissão conjunta de cartão de crédito consignado em nome do mutuário, de modo a viabilizar a efetivação de desconto consignado (folha de pagamento e/ou saldo bancário) correspondente ao valor mínimo individualizado em fatura mensal de movimentação da tarjeta de crédito. Nestes termos, fixo entendimento de que a referida prática em referência afronta o direito à informação adequada e clara conferido ao consumidor sobre as especificidades do serviço financeiro envolvido no contrato celebrado entre as partes (art. 6°, III do CDC), assim como estabelece obrigação manifestamente excessiva, em prejuízo exclusivo do mutuário, considerando a natureza do contrato, de tal modo a ameaçar a realização final de seu próprio objeto (quitação do empréstimo) e o equilíbrio do pacto (art. 39, V c/c art. 51, IV, §1°, III do CDC), sem contar é claro que há agregação de produto/serviço atrelado a outro, prática também vedada pelo CDC, em seu Artigo 39, inciso I. No caso dos autos, entendo que a Sentença a quo indica com saciedade de fundamentos os elementos que induzem ao reconhecimento do ilícito de informação acerca do tipo negocial, assim, para não cometer redundâncias desnecessárias, entendo ser o caso de manutenção da Sentença. Por todo exposto, voto pelo conhecimento e não provimento do recurso, nos termos do art. 6 da lei 9.099/95. Condeno o recorrente ao pagamento de custas processuais e honorários advocatício na proporção de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação. É como voto. Manaus, 29 de agosto de 2019. Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes Relatora".

Processo: 0002010-98.2017.8.04.4701 - Recurso Inominado Cível, Vara de Origem do Processo Não informado

Recorrente: MARIA DO ROSARIO RESK MAKLOUF
Advogado: Lauri Dario Bock (OAB: 12074/AM)
Recorrido: Banco Bmg S/A
Advogada: Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB: 4018/AM)
Advogado: Henrique Lima Marinheiro (OAB: 9324/AM)
Advogado: Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM)

Relator: Antônio Itamar de Souza Gonzaga. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. AUSÊNCIA DE INFORMAÇÃO ADEQUADA ACERCA DA MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO. VIOLAÇÃO AO ART. 6º DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. APLICAÇÃO DAS TESES FIRMADAS NA TURMA DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS DO ESTADO DO AMAZONAS. CONTRATO INVÁLIDO. DEVER DE INDENIZAR. CABIMENTO. SENTENÇA REFORMADA.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa e voto que acompanham a presente decisão.".

Processo: 0002156-42.2017.8.04.4701 - Recurso Inominado Cível, 3ª Vara de Itacoatiara

Recorrente: AFONSO AUGUSTO QUEIROZ DE AGUIAR
Advogado: Lauri Dario Bock (OAB: 12074/AM)
Recorrido: Banco Bmg S/A
Advogado: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 7529A/AL)

Relator: Irlena Leal Benchimol. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA – CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO – JURISPRUDÊNCIA UNIFORMIZADA NO ÂMBITO DOS JUIZADOS – -AUSÊNCIA DE CONTRATO - AUSÊNCIA DE CUMPRIMENTO DAS INFORMAÇÕES AO CONSUMIDOR – ANULAÇÃO DO NEGÓCIO – RETORNO AO STATUS QUO ANTE – - Recurso provido.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº , de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Juízes que compõem a Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis da Comarca de Manaus, por unanimidade de votos, em DAR provimento ao Recurso Inominado do Autor Sessão de Julgamento Dra. Irlena Leal Benchimol Juíza Relatora".

Processo: 0002755-68.2016.8.04.6300 - Recurso Inominado Cível, Vara de Origem do Processo Não informado

Recorrente: JOSÉ GONÇALVES DE OLIVEIRA NETO
Advogado: Everton Sarraff Nascimento (OAB: 6538/AM)
Recorrido: JOSE GONCALVES DE OLIVEIRA NETO
Advogado: Francinilberson Beltrão Ayres (OAB: 7956/AM)

Relator: Irlena Leal Benchimol. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA – SENTENÇA ANULADA – DEVOLUÇÃO DOS AUTOS À INSTÂNCIA INFERIOR. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº 0002755-68.2016.8.04.6300, de Manaus (AM), em que são partes os acima indicados, ACORDAM, as Excelentíssimas Juízas que compõem a Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis da Comarca de Manaus, por unanimidade de votos, em anular a sentença. Participaram do julgamento, além da signatária, as eminentes juízas da Segunda Turma Recursal. Sessão de Julgamento Dra. Irlena Leal Benchimol Juíza Relatora".

Processo: 0200952-98.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 12º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Rossi Residencial S/A - Capital Rossi
Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 598A/AM)
Recorrente: Construtora Capital S/A
Recorrida: Raimunda Eliete Lira de Menezes
Advogado: Eli Marques Cavalcante Junior (OAB: 2881/AM)

Relator: Antônio Itamar de Souza Gonzaga. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. É ÔNUS DO RÉU COMPROVAR FATO IMPEDITIVO, MODIFICATIVO OU EXTINTIVO DO DIREITO DO AUTOR. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DEVER DE INDENIZAR. SENTENÇA MANTIDA PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. Busca o Recorrente a reforma da sentença de primeiro grau que julgou procedente a demanda, argumentando que não há provas acerca do pagamento feito pela Recorrida ao Recorrente.

Contudo, da análise dos autos, constato que a prova foi devidamente apresentada aos autos, restando evidenciado o pagamento a maior, fazendo jus o Recorrido a devolução do excesso, bem como aos danos morais pelo descaso administrativo por parte da ré.Contudo, da análise dos autos, constato que a prova foi devidamente apresentada aos autos, restando evidenciado o pagamento a maior, fazendo jus o Recorrido a devolução do excesso, bem como aos danos morais pelo descaso administrativo por parte da ré.Neste sentido, não merece reparos a sentença de primeiro grau, eis que ponderou corretamente as questões do caso em comento. Confirma-se a sentença, portanto, por seus próprios e justos fundamentos, nos termos do que dispõe o artigo 46, da Lei n. 9.099: "O julgamento em segunda instância constará apenas da ata, com a indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva. Se a sentença for confirmada por seus próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão, com os acréscimos constantes da ementa que integra esta decisão."RECURSO NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Vencido o recorrente cabe condenação em custas e honorários, estes arbitrados em 20% do valor da condenação devidamente atualizada, artigo 55 da Lei nº 9.099/1995. . DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0201265-56.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 11ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Banco do Brasil S/A
Advogado: Servio Túlio de Barcelos (OAB: 44698/MG)
Recorrido: Rick Vieira Dias
Defensora: Hélvia Socorro Fernandes de Castro (OAB: 6597/AM)
Recorrida: JOYCE DACIO DOS SANTOS DIAS
Defensora: Hélvia Socorro Fernandes de Castro (OAB: 6597/AM)

Relator: Irlena Leal Benchimol. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA – DANO MORAL – DESVIO PRODUTIVO/PERDA DO TEMPO ÚTIL – DESNECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO – QUANTUM MANTIDORecurso não provido.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº , de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Juízes que compõem a Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis da Comarca de Manaus, por unanimidade de votos, em NEGAR provimento ao Recurso Inominado. Sessão de Julgamento".

Processo: 0204469-48.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 2ª Vara do Juizado Especial - Procon
Recorrente: Maria Vanuza Costa Silva de Araujo
Advogado: Fabio Carvalho de Arruda (OAB: 8076/AM)
Recorrido: Águas do Amazonas S.A.
Advogado: José Alberto Maciel Dantas (OAB: 3311/AM)
Advogada: Rayane Cristina Carvalho Lins (OAB: 4544/AM)

Relator: Antônio Itamar de Souza Gonzaga. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. DANO MORAL. NÃO CONFIGURADO. MERO ABORRECIMENTO. SENTENÇA MANTIDA PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. . DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa e voto que acompanham a presente decisão.".

Processo: 0206728-50.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 5ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Banco Bmg S/A
Advogado: Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB: 9487/AM)
Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE)
Recorrido: Raimundo Nonato Souza da Silva Filho
Advogado: Jesualdo Ferreira Monteiro (OAB: 7935/AM)

Relator: Antônio Itamar de Souza Gonzaga. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INFORMAÇÃO PRÉVIA E ADEQUADA ACERCA DA MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO. NÃO HOUVE VIOLAÇÃO AO ART. 6º DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. CONTRATO VÁLIDO. IMPROCEDÊNCIA DA DEMANDA. SENTENÇA REFORMADA.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa e voto que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0207708-65.2015.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 7ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Banco do Brasil
Recorrente: Banco do Brasil S/A
Advogado: Servio Túlio de Barcelos (OAB: 44698/MG)
Recorrido: Severino Zacarias da Silva Júnior
Advogado: Danyel de Alencar Garavito (OAB: 5576/AM)

Relator: Irlena Leal Benchimol. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA – ASTREINTES – DESCUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO – REDUÇÃO ASTREINTESRecurso provido.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº , de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Juízes que compõem a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis da Comarca de Manaus, por unanimidade de votos, em dar parcial provimento ao Recurso Inominado Sessão de Julgamento em Irlena Leal Benchimol Relatora".

Processo: 0207921-03.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Águas do Amazonas S.A.
Advogado: Gustavo Gonçalves Gomes (OAB: 1058A/AM)
Recorrida: MARIA LUCIVANDA SILVA
Defensor P: CHRISTIANO PINHEIRO DA COSTA (DEFENSOR PÚBLICO)

Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. REVISÃO DE FATURA DE CONSUMO DE ÁGUA. VALOR TOTALMENTE DISTORCIDO DA MÉDIA DE CONSUMO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. ART. 14 DO CDC. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: "1. Trata-se de Ação de Obrigação de Fazer c/c Indenização por Danos Morais decorrente de falha na prestação do serviço de abastecimento de água. Em análise detida aos autos, verifico que diante da narrativa autoral de negativa de revisão de faturamento da parte recorrente, que limitou-se a afirmar que pode ter existido vazamento interno no domicílio da parte recorrida, o que justificaria o elevado valor das futuras de consumo de água. De fato, pois, constata-se que as faturas impugnadas destoam em muito do consumo da recorrida apurado nos meses antecedentes, evidentemente pelo consumo ter saltado de R$37,78 mensal, para mais de dois mil reais. Assim, diante dos fatos posto à análise e do conjunto probatório colacionado aos autos, considero acertados todos os fundamentos da sentença combatida, inclusive quanto ao arbitramento do quantum indenizatório, por observância dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade em relação ao aspecto punitivo disciplinador com o fito de coibir a reincidência da conduta ilícita praticada pela recorrente. 2. Sentença mantida por seus próprios fundamentos, servindo a súmula do julgamento como acórdão, na forma do artigo 46 da Lei 9.099/95, conforme dispõe o Supremo Tribunal Federal. EMENTA DIREITO PROCESSUAL CIVIL. JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. MANUTENÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA COM BASE NO ART. 46 DA LEI 9.099/95. POSSIBILIDADE. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO DEVIDO PROCESSO LEGAL, AO CONTRADITÓRIO E À AMPLA DEFESA. EVENTUAL VIOLAÇÃO REFLEXA NÃO ENSEJA RECURSO EXTRAORDINÁRIO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO CONFIGURADA. ACÓRDÃO RECORRIDO DISPONIBILIZADO EM 16.8.2012. Não importa ausência de motivação, a adoção dos fundamentos da sentença recorrida pela Turma Recursal, em conformidade com o disposto no art. 46 da Lei 9.099/95. O exame da alegada ofensa ao art. 5º, XXXV, e LV, da Constituição Federal, dependeria de prévia análise da legislação infraconstitucional aplicada à espécie, o que refoge à competência jurisdicional extraordinária, prevista no art. 102 da Constituição Federal. Inexiste violação do artigo 93, IX, da CF/88. O Supremo Tribunal Federal entende que o referido dispositivo constitucional exige que o órgão jurisdicional explicite as razões do seu convencimento, dispensando o exame detalhado de cada argumento suscitado pela parte. Agravo regimental conhecido e não provido. (STF - ARE: 736290 SP, Relator: Min. ROSA WEBER, Data de Julgamento: 25/06/2013, Primeira Turma, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-160 DIVULG 15-08-2013 PUBLIC 16-08-2013). 3. Custas e honorários advocatícios na proporção de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação. É como voto.".

Processo: 0600032-59.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 8ª Vara do Juizado Especial Cível (Nilton Lins)
Recorrente: Banco do Brasil S/A
Advogado: Rafael Sganzerla Durand (OAB: 737/AM)
Recorrido: Max da Silva Pereira
Advogado: Renato de Souza Pinto (OAB: 8794/AM)
Advogado: Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB: 7983/AM)
Advogado: Ana Carolina Souza Cei (OAB: 8348/AM)

Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio. Revisor: Revisor do processo Não informado
RECURSO INOMINADO. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL. VENDA CASADA. QUANTUM MANTIDO. RECURSO INOMINADO DESPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. HONORÁRIOS ARBITRADOS EM 20% (VINTE POR CENTO) DO VALOR DA CONDENAÇÃO, NOS TERMOS DO ARTIGO 55 DA LEI 9.099/95.1. Por todo o exposto, entendo que a sentença proferida pelo juízo a quo deve ser mantida pelos seus próprios fundamentos nos termos do art. 46 da lei 9.099/95. Honorários arbitrados em 10% (dez por cento) do valor da condenação, nos termos do art. 55 da lei 9.099/95.. DECISÃO: "Acordam as Juízas da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso, para manter a sentença monocrática, conforme voto da relatora.".

Processo: 0600105-91.2019.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 4ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Eduardo Moreira Filho
Advogado: Haroldo Alves Pimenta Filho (OAB: 9502/AM)
Recorrido: Banco Bradesco S.a.
Advogada: Karina de Almeida Batistuci (OAB: 9558/AL)

Relator: Irlena Leal Benchimol. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA – AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DOS FATOS CONSTITUTIVOS DO SEU DIREITO – Recurso NÃO provido.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº , de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Juízes que compõem a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis da Comarca de Manaus, por unanimidade de votos, em NEGAR provimento ao Recurso Inominado. Sessão de Julgamento em Irlena Leal Benchimol Relatora".

Processo: 0600107-20.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, 9ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Maria Ediézia dos Santos
Advogado: Haroldo Alves Pimenta Filho (OAB: 9502/AM)
Recorrido: Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado: André de Souza Oliveira (OAB: 5219/AM)
Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE)

Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio. Revisor: Revisor do processo Não informado
RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. PRELIMINAR REJEITADA. SAQUE REALIZADO POR MEIO DE UTILIZAÇÃO DE CARTÃO. TESES DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO PROVIDO EM PARTE. SEM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NOS TERMOS DO ART. 55 DA LEI 9.099/95.. DECISÃO: "Acordam as/os Juízas/es da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em conceder parcial provimento ao recurso, conforme voto da relatora.".

Processo: 0600143-62.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, 10ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Ronilda de Vasconcelos Sena
Advogada: Dina Flavia Freitas da Silva (OAB: 8182/AM)
Recorrido: Banco Bmg S/A
Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE)

Relator: Irlena Leal Benchimol. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA – CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO – JURISPRUDÊNCIA UNIFORMIZADA NO ÂMBITO DOS JUIZADOS – -AUSÊNCIA DE CONTRATO - AUSÊNCIA DE CUMPRIMENTO DAS INFORMAÇÕES AO CONSUMIDOR – ANULAÇÃO DO NEGÓCIO – RETORNO AO STATUS QUO ANTE – - Recurso provido.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº , de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Juízes que compõem a Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis da Comarca de Manaus, por unanimidade de votos, em DAR provimento ao Recurso Inominado do Autor Sessão de Julgamento Dra. Irlena Leal Benchimol Juíza Relatora".

Processo: 0600251-69.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 11ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Anderson de Medeiros
Advogada: Silvia Luiza Barroso (OAB: 6110/AM)
Advogado: Michael Queiroz Leitão (OAB: 9714/AM)
Recorrido: Gol Linhas Aéreas INteligentes S/A.
Advogado: Márcio Vinicius Costa Pereira (OAB: 84367/RJ)
Advogada: Ingryd dos Santos Mousse (OAB: 8304/AM)
Advogada: Keyth Yara Pontes Pina (OAB: 3467/AM)
Advogado: Gustavo Antônio Feres Paixão (OAB: 1324A/AM)

Relator: Irlena Leal Benchimol. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA – EQUIVOCO DO AUTOR EM RELAÇÃO AS DATAS – PASSAGENS SE COMPRAM COM PREVISÃO DA PARTIDA E NÃO DO EMBARQUE.Recurso NÃO provido.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº , de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Juízes que compõem a Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis da Comarca de Manaus, por unanimidade de votos, em NEGAR provimento aos Embargos Declaratórios .".

Processo: 0600314-34.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 15º Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Cristiane Neves Flores
Advogado: Haroldo Alves Pimenta Filho (OAB: 9502/AM)
Recorrido: Banco Bmg S/A
Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE)

Relator: Antônio Itamar de Souza Gonzaga. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INFORMAÇÃO PRÉVIA E ADEQUADA ACERCA DA MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO. NÃO HOUVE VIOLAÇÃO AO ART. 6º DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. CONTRATO VÁLIDO. IMPROCEDÊNCIA DA DEMANDA. SENTENÇA MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa e voto que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0600452-49.2019.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, 9ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Lindinalva Flores dos Santos
Advogada: Cassia Luciana da Conceição Rocha (OAB: 7819/AM)

Recorrido: Banco Bmg S/A
Advogado: Carlos Eduado Pereira Texeira (OAB: 327026/SP)
Advogado: Rodrigo Scopel (OAB: 40004/RS)

Relator: Antônio Itamar de Souza Gonzaga. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO NÃO VERIFICADA. DESCONTOS REGULARES. CONTRATO ANEXADO AOS AUTOS. SENTENÇA MANTIDA PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. Busca o Recorrente a reforma da sentença de primeiro grau que julgou improcedente a demanda, argumentando que o banco recorrido não logrou comprovar a origem dos descontos.

Contudo, da análise dos autos, constato que a instituição financeira ré trouxe os contratos firmados pela Autora, legitimando os descontos realizados, inexistindo, portanto, ilicitude na sua conduta.Contudo, da análise dos autos, constato que a instituição financeira ré trouxe os contratos firmados pela Autora, legitimando os descontos realizados, inexistindo, portanto, ilicitude na sua conduta.Neste sentido, não merece reparos a sentença de primeiro grau, eis que ponderou corretamente as questões do caso em comento. Confirma-se a sentença, portanto, por seus próprios e justos fundamentos, nos termos do que dispõe o artigo 46, da Lei n. 9.099: "O julgamento em segunda instância constará apenas da ata, com a indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva. Se a sentença for confirmada por seus próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão, com os acréscimos constantes da ementa que integra esta decisão."RECURSO NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Custas e honorários pelo recorrente, sendo estes fixados em 10% sobre o valor da causa. No entanto, suspendo a cobrança da verba sucumbencial, pelo prazo de 5 anos, a teor do artigo 12 da Lei 1.060/50.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0600458-05.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 4ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Magaly de Paula Melo
Advogado: Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB: 7396/AM)
Advogado: Kelson Girão de Souza (OAB: 7670/AM)
Recorrido: Banco Bmg S/A
Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE)

Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. EMPRÉSTIMO C/C CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. APLICAÇÃO DAS TESES DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DEVOLUÇÃO SIMPLES PROCEDENTE E DANOS MORAIS IN RE IPSA DEVIDOS. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e DAR PROVIMENTO PARCIAL ao recurso inominado, nos termos do voto da Relatora, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0600485-73.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a)
Advogado: Guilherme Vilela de Paula (OAB: 69306/MG)
Advogada: Isabela Montuori Bougleux de Araujo (OAB: 118303/MG)
Recorrido: Jose Carlos Da Costa Silva
Advogado: Kelma Souza Lima (OAB: 5470/AM)

Relator: Irlena Leal Benchimol. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA – SENTENÇA ANULADA – DEVOLUÇÃO DOS AUTOS À INSTÂNCIA INFERIOR. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº 0600485-73.2018.8.04.0020, de Manaus (AM), em que são partes os acima indicados, ACORDAM, as Excelentíssimas Juízas que compõem a Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis da Comarca de Manaus, por unanimidade de votos, em anular a sentença. Participaram do julgamento, além da signatária, as eminentes juízas da Segunda Turma Recursal. Sessão de Julgamento Dra. Irlena Leal Benchimol Juíza Relatora".

Processo: 0600566-43.2018.8.04.0110 - Recurso Inominado Cível, 1ª Vara de Iranduba
Recorrente: Banco Bradesco S.a.
Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE)
Advogado: André de Souza Oliveira (OAB: 5219/AM)
Recorrido: Anderson Kenneth Santos Belfort
Advogado: Anderson Kenneth Santos Belfort (OAB: 7591/AM)

Relator: Antônio Itamar de Souza Gonzaga. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. SERVIÇO BANCÁRIO. CONTA SALÁRIO INATIVA. DESCONTO DE TARIFA BANCÁRIA POR PROLONGADO PERÍODO. UTILIZAÇÃO DO LIMITE DE CHEQUE ESPECIAL. PERMANÊNCIA DA LANÇAMENTO DE ENCARGOS DE MANUTENÇÃO DE CONTA. PRÁTICA ABUSIVA. DANO MORAL CONFIGURADO. QUANTUM INDENIZATÓRIO. REDUÇÃO. SENTENÇA REFORMADA.A postura adotada pela ré no caso sob análise, afronta brutalmente diversas garantias do consumidor elencadas na legislação protecionista, além de ser contrária ao bom senso e racionalidade de respeito às relações comerciais desta natureza. O débito em questão é todo proveniente de lançamentos de encargos de manutenção da conta, porque inativa desde 2016, sendo que o autor não fez qualquer outra despesa junto ao banco, sendo o montante cobrado apenas inerente ao lançamento de encargos. Nesse sentido, qualquer cláusula constante do contrato celebrado entre as partes, previamente autorizando o lançamento contínuo, indefinido e cumulado de débitos em conta-corrente, inerentes à taxa de manutenção e pacote de tarifas, é totalmente abusiva e nula de pleno direito, à luz do artigo 51, IV, e § 1º, III, do Código de Defesa do Consumidor.Noutra ótica, a cobrança ocorreu muito depois do aludido abandono do autor na manutenção de sua conta, período razoável de tempo para concluir-se que o credor tolerava o débito em aberto por sua parte.Não poderia o banco permitir que o débito permanecesse em aberto por tanto tempo, como o fez por mais de anos, sem perceber a inatividade de movimentação da conta-corrente, que apenas recebia a incidência dos encargos de manutenção decorrentes, a depender de mera liberalidade ou conveniência do credor, provavelmente oponível quando a dívida se tornasse impagável ou atrativa, para somente estão fazer cessar esta situação.Por esta razão, a sentença de primeiro grau não merece qualquer reparo, com realação ao deferimentos do dano moral e material.Malgrado concordar com a caracterização do dano moral, o arbitramento de seu valor revelou-se bastante expressivo (R$10.000,00), de modo que merece reajuste a patamar mais condizente com a extensão dos danos, com o fito de, de um lado evitar enriquecimento sem causa dos consumidores e, de outro, a bancarrota da empresa.Nessa esteira, se aparenta proporcional a quantia de R$ 5.000,00, suficiente para amenizar o desgaste emocional presumido na espécie, sem proporcionar enriquecimento indevido, ao mesmo tempo em que se presta a incutir no réu a necessidade de maior diligência no desempenho de suas funções.RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. Sentença reformada no sentido de se alterar somente o valor do quantum indenizatório para o valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais). Sem condenação em custas e honorários, em face da lei.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0600608-37.2019.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, 10ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Adalberto Jeronimo da Silva
Advogada: Geyza Diany Lima das Chagas (OAB: 11855/AM)
Recorrido: Banco Bradesco S.a.
Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 598A/AM)
Advogada: Geyza Diany Lima das Chagas (OAB: 11855/AM)
Recorrido: Banco Santander S.a.
Advogado: Marco André Honda Flores (OAB: 6171/MS)
Advogado: André de Souza Oliveira (OAB: 5219/AM)

Relator: Irlena Leal Benchimol. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA – DANO MORAL – DESVIO PRODUTIVO/PERDA DO TEMPO ÚTIL – DESNECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO – QUANTUM MANTIDORecurso não provido.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº , de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Juízes que compõem a Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis da Comarca de Manaus, por unanimidade de votos, em NEGAR provimento ao Recurso Inominado. Sessão de Julgamento".

Processo: 0600628-40.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 14ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Jose Francisco Brito de Almeida
Advogado: Karen Rebecca Louzada Dadalto Henriques (OAB: 140475/RJ)
Advogada: Natasja Deschoolmeester (OAB: 2140/AM)
Advogada: SAMIA NASCIMENTO DA SILVA (OAB: 10082/AM)
Advogado: Carlos Eugênio Veras de Menezes (OAB: 4693/AM)
Advogado: Davisander Vieira Carneiro (OAB: 8815/AM)
Recorrido: Águas do Amazonas S.A.
Advogado: Gustavo Gonçalves Gomes (OAB: 1058A/AM)

Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. SUBSTITUIÇÃO DE HIDRÔMETRO. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS, RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: "EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. SUBSTITUIÇÃO DE HIDRÔMETRO. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS, RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. 1. Trata-se de Ação de Obrigação de Fazer c/c Indenização por Danos Morais decorrente de falha na prestação do serviço. Em análise ao caso em comento, entendo que houve apenas cobranças indevidas, sendo que este juízo posiciona-se no sentido de que situações como a do caso concreto não são capazes de gerar dano que atinja a esfera de direitos personalíssimos, não configurando assim indenização por danos morais. Assim, diante dos fatos posto à análise e do conjunto probatório colacionado aos autos, considero acertados todos os fundamentos da sentença combatida. 2. Sentença mantida por seus próprios fundamentos, servindo a súmula do julgamento como acórdão, na forma do artigo 46 da Lei 9.099/95, conforme dispõe o Supremo Tribunal Federal. EMENTA DIREITO PROCESSUAL CIVIL. JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. MANUTENÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA COM BASE NO ART. 46 DA LEI 9.099/95. POSSIBILIDADE. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO DEVIDO PROCESSO LEGAL, AO CONTRADITÓRIO E À AMPLA DEFESA. EVENTUAL VIOLAÇÃO REFLEXA NÃO ENSEJA RECURSO EXTRAORDINÁRIO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO CONFIGURADA. ACÓRDÃO RECORRIDO DISPONIBILIZADO EM 16.8.2012. Não importa ausência de motivação, a adoção dos fundamentos da sentença recorrida pela Turma Recursal, em conformidade com o disposto no art. 46 da Lei 9.099/95. O exame da alegada ofensa ao art. 5º, XXXV, e LV, da Constituição Federal, dependeria de prévia análise da legislação infraconstitucional aplicada à espécie, o que refoge à competência jurisdicional extraordinária, prevista no art. 102 da Constituição Federal. Inexiste violação do artigo 93, IX, da CF/88. O Supremo Tribunal Federal entende que o referido dispositivo constitucional exige que o órgão jurisdicional explicite as razões do seu convencimento, dispensando o exame detalhado de cada argumento suscitado pela parte. Agravo regimental conhecido e não provido. (STF - ARE: 736290 SP, Relator: Min. ROSA WEBER, Data de Julgamento: 25/06/2013, Primeira Turma, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-160 DIVULG 15-08-2013 PUBLIC 16-08-2013). 3. Sem custas e honorários advocatícios em razão da assistência judiciária gratuita. É como voto. ACÓRDÃO Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, mantendo na íntegra a sentença de Primeiro Grau.".

Processo: 0600709-86.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 14ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Rafaela Andrade de Meneses Torres
Advogado: Aguinaldo Pereira Dias (OAB: 7667/AM)
Recorrido: Banco Bradesco S.a.
Advogada: Kênia Bastos Andrade (OAB: 4037/AM)
Advogado: Felipe Gazola Vieira Marques (OAB: A995/AM)
Advogado: Rubens Gaspar Serra (OAB: 119859/SP)

Relator: Irlena Leal Benchimol. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA – AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DOS FATOS CONSTITUTIVOS DO SEU DIREITO – Recurso NÃO provido.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº , de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Juízes que compõem a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis da Comarca de Manaus, por unanimidade de votos, em NEGAR provimento ao Recurso Inominado. Sessão de Julgamento em Irlena Leal Benchimol Relatora".

Processo: 0600802-52.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 7ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Banco Bradesco S.a.
Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 598A/AM)
Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 128341/SP)
Recorrente: Bradesco Auto/Re Companhia de Seguros S/A
Recorrida: Jaqueline Moura da Silva Prestes
Advogada: Cintia Martins de Souza (OAB: 4399/AM)
Advogada: Antonia Tavares Correa Gonçalves (OAB: 4244/AM)

Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. EMPRÉSTIMO CONDICIONADO À CONTRATAÇÃO DE SEGURO. PRÁTICA ABUSIVA. VENDA CASADA. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "1. Trata-se de Ação de Responsabilidade Civil c/c Indenização por Danos Materiais e Morais decorrente da relação de mútuo entre as partes. O Recorrente não tendo se desincumbido de provar fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito da parte autora (Art. 333, inciso II, CPC), deve suportar os danos decorrentes da falha na prestação dos seus serviços que são postos à disposição dos consumidores, face à sua responsabilidade objetiva. Por assim dizer, restou demonstrado que a Recorrida suportou evento danoso, a fazer jus à reparação dos danos morais. Vejamos jurisprudência: 1...o fornecedor a devolução dos valores vertidos pelo consumidor a tal título. 6. Segundo precedentes do Superior Tribunal de Justiça, o art. 39, I, do CDC, inclui no rol das práticas abusivas a popularmente denominada "venda casada", ao estabelecer que é vedado ao fornecedor "condicionar o fornecimento de produto ou de serviço

ao fornecimento de outro produto ou serviço, bem como, sem justa causa, a limites quantitativos. (TJ-DF - RI: 07112418520158070016, Relator: ROBSON BARBOSA DE AZEVEDO, Data de Julgamento: 16/09/2015, TERCEIRA TURMA RECURSAL, Data de Publicação: Publicado no DJE : 25/09/2015 . Pág.: Sem Página Cadastrada.) 2. Sentença mantida por seus próprios fundamentos, servindo a súmula do julgamento como acórdão, na forma do artigo 46 da Lei 9.099/95, conforme dispõe o Supremo Tribunal Federal. EMENTA DIREITO PROCESSUAL CIVIL. JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. MANUTENÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA COM BASE NO ART. 46 DA LEI 9.099/95. POSSIBILIDADE. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO DEVIDO PROCESSO LEGAL, AO CONTRADITÓRIO E À AMPLA DEFESA. EVENTUAL VIOLAÇÃO REFLEXA NÃO ENSEJA RECURSO EXTRAORDINÁRIO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO CONFIGURADA. ACÓRDÃO RECORRIDO DISPONIBILIZADO EM 16.8.2012. Não importa ausência de motivação, a adoção dos fundamentos da sentença recorrida pela Turma Recursal, em conformidade com o disposto no art. 46 da Lei 9.099/95. O exame da alegada ofensa ao art. 5º, XXXV, e LV, da Constituição Federal, dependeria de prévia análise da legislação infraconstitucional aplicada à espécie, o que refoge à competência jurisdicional extraordinária, prevista no art. 102 da Constituição Federal. Inexiste violação do artigo 93, IX, da CF/88. O Supremo Tribunal Federal entende que o referido dispositivo constitucional exige que o órgão jurisdicional explicite as razões do seu convencimento, dispensando o exame detalhado de cada argumento suscitado pela parte. Agravo regimental conhecido e não provido. (STF - ARE: 736290 SP, Relator: Min. ROSA WEBER, Data de Julgamento: 25/06/2013, Primeira Turma, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-160 DIVULG 15-08-2013 PUBLIC 16-08-2013). 3. Condenação em custas processuais e honorários advocatícios na proporção de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação. É como voto.”.

Processo: 0600922-58.2019.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 11ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Aminadabe Lima da Silva
Advogado: Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB: 8500/AM)
Recorrido: Banco Bradesco S.a.
Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 598A/AM)

Relator: Irlena Leal Benchimol. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA – AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DOS FATOS CONSTITUTIVOS DO SEU DIREITO – Recurso NÃO provido.. DECISÃO: “ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº , de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Juízes que compõem a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis da Comarca de Manaus, por unanimidade de votos, em NEGAR provimento ao Recurso Inominado. Sessão de Julgamento em Irlena Leal Benchimol Relatora”.

Processo: 0600957-74.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, 9ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Ralph Peres Tinôco
Advogada: Elisangela Dias Gama (OAB: 12349/AM)
Recorrido: Banco Bmg S/A
Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE)

Relator: Irlena Leal Benchimol. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA – CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO – JURISPRUDÊNCIA UNIFORMIZADA NO ÂMBITO DOS JUIZADOS – -AUSÊNCIA DE CONTRATO - AUSÊNCIA DE CUMPRIMENTO DAS INFORMAÇÕES AO CONSUMIDOR – ANULAÇÃO DO NEGÓCIO – RETORNO AO STATUS QUO ANTE – - Recurso provido.. DECISÃO: “ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº , de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Juízes que compõem a Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis da Comarca de Manaus, por unanimidade de votos, em DAR provimento ao Recurso Inominado do Autor Sessão de Julgamento Dra. Irlena Leal Benchimol Juíza Relatora”.

Processo: 0601009-85.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Banco Bmg S/A
Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE)
Recorrido: Márcio da Silva Costa
Advogado: Diego Andrade de Oliveira (OAB: 8792/AM)
Advogado: Calixto Hagge Neto (OAB: 8788/AM)

Relator: Antônio Itamar de Souza Gonzaga. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. NEGATIVAÇÃO INDEVIDA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DEVER DE INDENIZAR. SENTENÇA MANTIDA PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. . DECISÃO: “DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.”.

Processo: 0601075-91.2019.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 4ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Jandenei Barbosa Ribeiro
Advogado: Fabio Carvalho de Arruda (OAB: 8076/AM)
Advogada: Drielle Carvalho de Arruda (OAB: 9121/AM)
Recorrido: Águas do Amazonas S.A.
Advogado: Gustavo Gonçalves Gomes (OAB: A1058/AM)
Advogado: Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB: 671A/AM)

Relator: Antônio Itamar de Souza Gonzaga. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. SERVIÇO DE ÁGUA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. COBRANÇA ABUSIVA. MEDIÇÃO IRREGULAR. DEVER DE INDENIZAR. DANO MORAL E MATERIAL. SENTENÇA REFORMADA.. DECISÃO: “DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.”.

Processo: 0601100-29.2019.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, 10ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Sul América Companhia Nacional de Seguros
Advogado: Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB: 21678/PE)
Advogado: Cassiano Pires Vilas Boas (OAB: 214984/RJ)
Recorrido: Antonio Castro de Oliveira
Advogada: Janaína Lopes Cavalcante (OAB: 5872/AM)
Advogada: Francisca Núbia de Oliveira de Lima (OAB: 4376/AM)

Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. COBRANÇA INDEVIDA. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DANOS MATERIAIS CONFIGURADOS. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS, NOS TERMOS DO ART. 46 DA LEI N.º9.099/95. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: “Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, mantendo a sentença de Primeiro Grau por seus próprios fundamentos.”.

Processo: 0601140-79.2017.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, 10ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Mauricio de Souza Irmão
Advogado: Calixto Hagge Neto (OAB: 8788/AM)
Recorrido: Banco Bmg S/A

Advogada: Flávia Almeida Moura Di Latella (OAB: 109730/MG)
Advogada: Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB: 4018/AM)

Relator: Irlena Leal Benchimol. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA – CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO – JURISPRUDÊNCIA UNIFORMIZADA NO ÂMBITO DOS JUIZADOS – -AUSÊNCIA DE CONTRATO - AUSÊNCIA DE CUMPRIMENTO DAS INFORMAÇÕES AO CONSUMIDOR – ANULAÇÃO DO NEGÓCIO – RETORNO AO STATUS QUO ANTE – - Recurso provido.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº , de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Juízes que compõem a Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis da Comarca de Manaus, por unanimidade de votos, em DAR provimento ao Recurso Inominado. Sessão de Julgamento Dra. Irlena Leal Benchimol Juíza Relatora".

Processo: 0601209-43.2019.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, 9ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Cicero Martins Santos
Soc. Advogados: Marcela da Silva Paulo (OAB: 10325/AM)
Advogada: Bruna das Chagas de Mendonca (OAB: 10474/AM)
Advogada: Marcela da Silva Paulo (OAB: 10325/AM)
Recorrido: Banco Bradesco S.a.
Advogado: José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB: 1235A/AM)
Advogada: Dinah Amazonas de Oliveira (OAB: 4667/AM)

Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio. Revisor: Revisor do processo Não informado
RECURSO INOMINADO. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL. VENDA CASADA. RECURSO INOMINADO DESPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. HONORÁRIOS ARBITRADOS EM 10% (DEZ POR CENTO) DO VALOR DA CAUSA, NOS TERMOS DO ARTIGO 55 DA LEI 9.099/95.1. Por todo o exposto, entendo que a sentença proferida pelo juízo a quo deve ser mantida pelos seus próprios fundamentos nos termos do art. 46 da lei 9.099/95. Honorários arbitrados em 10% (dez por cento) do valor da condenação, nos termos do art. 55 da lei 9.099/95.. DECISÃO: "Acordam as Juízas da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso, para manter a sentença monocrática, conforme voto da relatora.".

Processo: 0601327-94.2019.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 11ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Banco Bmg S/A
Advogado: Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB: 876/AM)
Advogada: Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB: 4018/AM)
Advogado: Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM)
Recorrida: Ana Gloria Nogueira Monteiro
Advogado: Diego Andrade de Oliveira (OAB: 8792/AM)
Advogado: Calixto Hagge Neto (OAB: 8788/AM)

Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio. Revisor: Revisor do processo Não informado
RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. PRELIMINAR REJEITADA. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. SAQUE REALIZADO POR MEIO DE UTILIZAÇÃO DE CARTÃO. TESES DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. SEM REFORMA. SENTENÇA MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO NÃO PROVIDO. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA ADVOCATÍCIOS ARBITRADOS EM 20% (VINTE POR CENTO) DO VALOR DA CONDENAÇÃO, NOS TERMOS DO ART. 55 DA LEI 9.099/95.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam as/os Juízas/es da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em não prover o recurso, conforme voto da relatora. Participaram do julgamento, além da signatária, as/os eminentes Juízas/es que compõem esta Turma.".

Processo: 0601365-46.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 7ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Banco Bradesco S.a.
Advogada: Karina de Almeida Batistuci (OAB: 9558/AL)
Recorrida: Leila Mota Lemos da Costa
Soc. Advogados: Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (OAB: 10325/AM)
Advogada: Bruna das Chagas de Mendonca (OAB: 10474/AM)
Advogada: Marcela da Silva Paulo (OAB: 10325/AM)
Advogado: Nayanna Evellyn Pessoa Gaia (OAB: 12723/AM)

Relator: Antônio Itamar de Souza Gonzaga. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. IMPOSIÇÃO DE DÉBITOS DECORRENTES DE SEGURO. AUSÊNCIA DE ANUÊNCIA DO CONSUMIDOR. DANO MORAL CONFIGURADO. QUANTUM INDENIZATÓRIO. REDUÇÃO. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.Revolta-se o autor contra um seguro cobrado na fatura do seu cartão de crédito, sem solicitação. O requerido, apesar de alegar a existência de contratação, não trouxe o documento contratual firmado entre as partes.Deveria o Recorrente demonstrar a contratação inicial do produto, isto é, do seguro, a fim de demonstrar a regularidade das cobranças, no exercício do ônus da prova que lhe assiste. Porém, nada fez, já que não acostou qualquer prova que demonstrasse a solicitação pelo autor.Por tudo, tenho a certeza de que as cobranças foram indevidas, devendo haver a justa reparação ao requerente lesionado pelos sucessivos descontos irregulares.Houve, portanto, a prática de ato ilícito pelo requerido ao proceder com o lançamento de seguro não contratado pelo requerente, devendo responder objetivamente pelos danos materiais e morais pleiteados. De outro lado, malgrado concordar com a caracterização do dano moral, o arbitramento de seu valor revelou-se bastante expressivo, de modo que merece reajuste a patamar mais condizente com a extensão dos danos, com o fito de, de um lado evitar enriquecimento sem causa dos consumidores e, de outro, a bancarrota da empresa.Nessa esteira, se aparenta proporcional a quantia de R$ 3.000,00, suficiente para amenizar o desgaste emocional presumido na espécie, sem proporcionar enriquecimento indevido, ao mesmo tempo em que se presta a incutir no réu a necessidade de maior diligência no desempenho de suas funções.RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. Sentença reformada no sentido de se alterar somente o valor do quantum indenizatório para o valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), com juros e correção monetária a contar do novo arbitramento. Sem custas e honorários em face da lei.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0601385-71.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 15º Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Francisco Nunes do Nascimento
Advogado: Jennifer Guimarães da Silva (OAB: 13314/AM)
Advogado: Jessica Santana Magnani (OAB: 10343/AM)
Advogado: David Cunha Novoa (OAB: 10777/AM)
Recorrido: Fiat Automóveis Ltda.
Advogado: Helvécio Franco Maia Junior (OAB: 77467/MG)
Recorrido: Murano Veículos Ltda
Advogado: Antônio Cláudio Pinto Flores (OAB: 583A/AM)
Advogado: Douglas Gomes da Silva (OAB: 6980/AM)

Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio. Revisor: Revisor do processo Não informado
RECURSO INOMINADO. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CÓDIGO DE DEFESA

DO CONSUMIDOR. DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL. ALEGADA FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. SEM QUANTUM ARBITRADO. RECURSO INOMINADO DESPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA ARBITRADOS EM 10% (DEZ POR CENTO) DO VALOR DA CAUSA, NOS TERMOS DO ARTIGO 55 DA LEI 9.099/95.1. Por todo o exposto, entendo que a sentença proferida pelo juízo a quo deve ser mantida pelos seus próprios fundamentos nos termos do art. 46 da lei 9.099/95. Honorários arbitrados em 10% (dez por cento) do valor da causa, nos termos do art. 55 da lei 9.099/95.. DECISÃO: "Acordam as Juízas da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso, para manter a sentença monocrática, conforme voto da relatora.".

Processo: 0601527-75.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 5ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Gecinei Batista das Chagas
Advogado: Wiston Feitosa de Sousa (OAB: 6596/AM)
Recorrido: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a)
Advogado: Guilherme Vilela de Paula (OAB: 69306/MG)

Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio. Revisor: Revisor do processo Não informado

RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. PROTESTO POR INADIMPLEMENTO. ALEGAÇÃO DE PAGAMENTO DENTRO DA DATA. AUSÊNCIA DE PROVA. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. NECESSIDADE DE PRODUÇÃO DE PROVA MÍNIMA. RECURSO INOMINADO NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS, NOS TERMOS DO ART. 46 DA LEI 9.099/95. SEM CUSTAS, NOS TERMOS DO ART. 98, §1º, INCISO I DO CPC. HONORÁRIOS ARBITRADOS EM 20% DO VALOR DA CAUSA, NOS TERMOS DO ART. 55 DA LEI 9.099/95, CONTUDO SUSPENSO, NOS TERMOS DO ART. 98, §§2º E 3º DO CPC. . DECISÃO: "ACÓRDÃO Acordam os Juízes da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso, conforme voto da relatora.".

Processo: 0601565-87.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 7ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Gol Linhas Aéreas INteligentes S/A.
Advogada: Ingryd dos Santos Mousse (OAB: 8304/AM)
Advogada: Keyth Yara Pontes Pina (OAB: 3467/AM)
Advogado: Gustavo Antônio Feres Paixão (OAB: 95502/RJ)
Recorrido: Lúcio Moisés Santana Gusmão
Advogado: Yuri Andrade Czovny
Advogado: Paulo Said Haddad Neto (OAB: 8736/AM)

Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio. Revisor: Revisor do processo Não informado

RECURSO INOMINADO. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. QUANTUM MANTIDO. RECURSO INOMINADO DESPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA ARBITRADOS EM 20% (VINTE POR CENTO) DO VALOR DA CONDENAÇÃO, NOS TERMOS DO ARTIGO 55 DA LEI 9.099/95.1. Por todo o exposto, entendo que a sentença proferida pelo juízo a quo deve ser mantida pelos seus próprios fundamentos nos termos do art. 46 da lei 9.099/95. Honorários arbitrados em 20% (vinte por cento) do valor da condenação, nos termos do art. 55 da lei 9.099/95.. DECISÃO: "Acordam as Juízas da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso, para manter a sentença monocrática, conforme voto da relatora.".

Processo: 0601638-85.2019.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 4ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a)
Advogado: Guilherme Vilela de Paula (OAB: 69306/MG)
Recorrida: Francisca Marques de Souza
Advogado: Adriano de Oliveira Leite (OAB: 4609/AM)

Relator: Irlena Leal Benchimol. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA – DANO MORAL – INSCRIÇÃO INDEVIDA – DESNECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO – DANO IN RE IPSA – QUANTUM MANTIDORecurso não provido.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº 0601638-85.2019.8.04.0092 , de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Juízes que compõem a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis da Comarca de Manaus, por unanimidade de votos, em NEGAR provimento ao Recurso Inominado. Sessão de Julgamento Dra. Irlena Leal Benchimol Juíza Relatora".

Processo: 0601731-85.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 12º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Philippe de Sá Monteiro
Advogado: Augusto Costa Junior (OAB: 4337/AM)
Recorrido: COMETA MANAUS COMÉRCIO DE MOTOS LTDA
Advogado: Patricia Jorge da Cunha Viana Dantas (OAB: 8014/MT)
Advogado: Patricia Jorge da Cunha Viana Dantas (OAB: 1059A/AM)

Relator: Antônio Itamar de Souza Gonzaga. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. RECURSO MANEJADO PARA MAJORAR DANO MORAL. QUANTUM INDENIZATÓRIO. MANUTENÇÃO. SENTENÇA MANTIDA PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. No que concerne ao quantum, na medida em que o juízo monocrático é o principal destinatário das provas, sobretudo à eleição dos critérios quantificadores do dano extrapatrimonial, apenas seria viável a reforma desse quadro se aviltante o ferimento ao princípio da proporcionalidade ou se patente o enriquecimento sem causa, o que não se divisa no caso concreto. Deve-se, pois, manter a estimativa razoavelmente fixada na decisão ora criticada (R$2.000,00).Confirma-se a sentença, portanto, por seus próprios e justos fundamentos, nos termos do que dispõe o artigo 46, da Lei n. 9.099: "O julgamento em segunda instância constará apenas da ata, com a indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva. Se a sentença for confirmada por seus próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão, com os acréscimos constantes da ementa que integra esta decisão."RECURSO NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Custas e honorários pelo recorrente, sendo estes fixados em 10% sobre o valor da condenação. No entanto, suspendo a cobrança da verba sucumbencial, pelo prazo de 5 anos, a teor do artigo 12 da Lei 1.060/50.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0601815-71.2019.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, 16ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Bradesco S.a.
Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE)
Advogado: André de Souza Oliveira (OAB: 5219/AM)
Recorrido: Junderlei Vieira da Silva
Advogado: Evaldo Lucio da Silva (OAB: 10462/MT)

Relator: Irlena Leal Benchimol. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA – DANO MORAL – INSCRIÇÃO INDEVIDA – DESNECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO – DANO IN RE IPSA – QUANTUM MANTIDORecurso não provido.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº 0601815-71.2019.8.04.0020 , de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Juízes que compõem a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis da Comarca de Manaus, por unanimidade de votos, em NEGAR provimento ao Recurso Inominado. Sessão de Julgamento Dra. Irlena Leal Benchimol Juíza Relatora".

Processo: 0601873-86.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 14ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Adelaine Nascimento de Oliveira Garcia
Advogado: Marcia Fernanda Albuquerque Barros Lima (OAB: 9651/AM)
Recorrido: MIR Import. e Export. Ltda. - Ramsons
Advogado: Edson Pereira Duarte (OAB: 3702/AM)
Advogado: Carlos José Sales da Silva (OAB: 11882/AM)
Recorrido: Royal & Sunalliance Seguros (Brasil) S/A
Advogado: André de Souza Oliveira (OAB: 5219/AM)
Advogado: Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB: 21678/PE)

Relator: Antônio Itamar de Souza Gonzaga. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO NÃO VERIFICADA. RISCO EXCLUÍDO DA COBERTURA. PREVISÃO EXPRESSA. EXERCÍCIO REGULAR DO DIREITO. SENTENÇA MANTIDA PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. Busca o Recorrente a reforma da sentença de primeiro grau que julgou improcedente a demanda, argumentando que contratou seguro, cuja indenização lhe foi negada.

Contudo, da análise dos autos, constato que a circunstância em que ocorreu o furto encontra-se excluído, expressamente, na apólice do seguro, não havendo, portanto, conduta ilícita praticada pela seguradora, vez que agiu no exercício regular do direito ao negar o pagamento da indenização.Contudo, da análise dos autos, constato que a circunstância em que ocorreu o furto encontra-se excluído, expressamente, na apólice do seguro, não havendo, portanto, conduta ilícita praticada pela seguradora, vez que agiu no exercício regular do direito ao negar o pagamento da indenização.Neste sentido, não merece reparos a sentença de primeiro grau, eis que ponderou corretamente as questões do caso em comento. Confirma-se a sentença, portanto, por seus próprios e justos fundamentos, nos termos do que dispõe o artigo 46, da Lei n. 9.099: "O julgamento em segunda instância constará apenas da ata, com a indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva. Se a sentença for confirmada por seus próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão, com os acréscimos constantes da ementa que integra esta decisão."RECURSO NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Custas e honorários pelo recorrente, sendo estes fixados em 10% sobre o valor da causa. No entanto, suspendo a cobrança da verba sucumbencial, pelo prazo de 5 anos, a teor do artigo 12 da Lei 1.060/50.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0601916-86.2019.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 11ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Bradesco Seguros S/A
Advogado: Mauro Paulo Galera Mari (OAB: 3056/MT)
Advogado: Mauro Paulo Galera Mari (OAB: 877A/AM)
Recorrida: Maria Lucia Silva Campelo
Advogado: Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB: 10057/AM)
Advogado: Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB: 8872/AM)

Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA:RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. COBRANÇA INDEVIDA SEGURO. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. RESPONSABILIDADE OBJETIVA.DANOS MORAIS E MATERIAIS CONFIGURADOS. VALOR DA INDENIZAÇÃO MOSTRA-SE ADEQUADO ÀS CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO CONCRETO E À JURISPRUDÊNCIA. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS, NOS TERMOS DO ART. 46 DA LEI N.º9.099/95. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "RELATÓRIO Vistos, etc. O relatório é dispensado com fundamento no Enunciado 92 do FONAJE c/c art. 46 da Lei n. 9099/95. VOTO Conheço dos recursos eis que presentes os pressupostos que autorizam a sua admissibilidade, ou seja, por ter sido interposto dentro do prazo legal. Diante do quadro probatório juntado e dos fundamentos trazidos, considero acertados todos os termos da r. sentença combatida. Assim sendo, tenho que a douta sentença, porque bem apreciou, analisou e julgou os fatos, aplicando corretamente o direito e fazendo justiça, deve ser mantida pelos seus próprios e judiciosos fundamentos, negando dessa forma o provimento ao recurso interposto. Na fixação do quantum devido a título de danos morais, deve-se atentar para as condições das partes, a gravidade da lesão, sua repercussão e as circunstâncias fáticas, não se podendo olvidar a repercussão na esfera dos lesados e o potencial econômico social do lesante. Também deve ser dada uma natureza punitiva à reparação, para evitar que o ofensor repita os atos que levaram a presente indenização. Desta maneira, entendo que o quantum indenizatório fixado mostra-se adequado às peculiaridades do caso concreto e consoante com os parâmetros utilizados pelas Turmas Recursais em casos análogos, bem como atenta aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. Com apoio no artigo 55 da Lei de Regência dos Juizados Especiais (Lei 9.099/95) condeno a recorrente/requerida no pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que, observados os parâmetros legais e o grau de complexidade da causa, fixo no equivalente a 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa devidamente. É como voto. Manaus, 30 de agosto de 2019. Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes Relatora".

Processo: 0601955-91.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 13º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: José Bezerra Melo
Advogado: Calixto Hagge Neto (OAB: 8788/AM)
Advogado: Wagner Jackson Santana (OAB: 8789/AM)
Advogado: Diego Andrade de Oliveira (OAB: 8792/AM)
Recorrido: Banco Bmg S/A
Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE)

Relator: Irlena Leal Benchimol. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA – - UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA - ANÁLISE DE TESES - EMPRÉSTIMO CONSIGNADO VINCULADO A SAQUE DE CARTÃO DE CRÉDITO – ERRO SUBSTANCIAL – CONSUMIDOR ACREDITAVA EM EMPRÉSTIMO SIMPLES – DANO MORAL EVIDENCIADO – CONSUMIDOR INFORMA AS PARCELAS PROMETIDAS – QUANTUM REDUZIDORecurso provido PARCIALMENTE.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº , de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Juízes que compõem a Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis da Comarca de Manaus, por unanimidade de votos, em NEGAR provimento aos Embargos Declaratórios .".

Processo: 0601963-31.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 14ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Cicero Rolando Prezoti
Advogado: Calixto Hagge Neto (OAB: 8788/AM)
Recorrido: Águas do Amazonas S.A.
Advogado: Gustavo Gonçalves Gomes (OAB: 1058A/AM)
Advogado: Marcelo Augusto Cruz Pedrosa (OAB: 9290/AM)
Advogado: Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB: 671A/AM)

Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. COBRANÇA INDEVIDA. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS, RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: "EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. COBRANÇA INDEVIDA. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS, RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. 1. Trata-se de Ação declaratória de inexigibilidade de débito c/c Indenização por Danos Morais decorrente de falha na prestação do serviço. Em análise ao caso em comento, entendo que houve apenas cobranças indevidas, sendo que este juízo posiciona-se no sentido de que situações como a do caso concreto não são capazes de gerar dano que atinja a esfera de direitos personalíssimos, não configurando assim indenização por danos morais. Assim, diante dos fatos posto à análise e do conjunto probatório colacionado aos autos, considero acertados todos os fundamentos da sentença combatida. 2. Sentença mantida por seus próprios fundamentos, servindo a súmula do julgamento como acórdão, na forma do artigo 46 da Lei 9.099/95, conforme dispõe o Supremo Tribunal Federal. EMENTA DIREITO PROCESSUAL CIVIL. JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. MANUTENÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA COM BASE NO ART. 46 DA LEI 9.099/95. POSSIBILIDADE. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO DEVIDO PROCESSO LEGAL, AO CONTRADITÓRIO E À AMPLA DEFESA. EVENTUAL VIOLAÇÃO REFLEXA NÃO ENSEJA RECURSO EXTRAORDINÁRIO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO CONFIGURADA. ACÓRDÃO RECORRIDO DISPONIBILIZADO EM 16.8.2012. Não importa ausência de motivação, a adoção dos fundamentos da sentença recorrida pela Turma Recursal, em conformidade com o disposto no art. 46 da Lei 9.099/95. O exame da alegada ofensa ao art. 5º, XXXV, e LV, da Constituição Federal, dependeria de prévia análise da legislação infraconstitucional aplicada à espécie, o que refoge à competência jurisdicional extraordinária, prevista no art. 102 da Constituição Federal. Inexiste violação do artigo 93, IX, da CF/88. O Supremo Tribunal Federal entende que o referido dispositivo constitucional exige que o órgão jurisdicional explicite as razões do seu convencimento, dispensando o exame detalhado de cada argumento suscitado pela parte. Agravo regimental conhecido e não provido. (STF - ARE: 736290 SP, Relator: Min. ROSA WEBER, Data de Julgamento: 25/06/2013, Primeira Turma, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-160 DIVULG 15-08-2013 PUBLIC 16-08-2013). 3. Sem custas e honorários advocatícios em razão da assistência judiciária gratuita. É como voto. ACÓRDÃO Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, mantendo na íntegra a sentença de Primeiro Grau. Sala das Sessões da 2ª Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, em Manaus, 26 de agosto de 2019.".

Processo: 0602040-09.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 7ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Vivo S/A
Advogado: Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB: 29320/GO)
Advogado: André de Souza Oliveira (OAB: 5219/AM)
Recorrido: Franciney Geovane Raheem da Silva
Advogado: Aleir Cardoso de Oliveira (OAB: A1253/AM)
Advogado: Andreza Bianca Brito de Oliveira (OAB: 11960/AM)

Relator: Antônio Itamar de Souza Gonzaga. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. NEGATIVAÇÃO. CONTRATAÇÃO DE PLANO DE TELEFONIA COMPROVADA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO NÃO CONFIGURADA. DEVER DE INDENIZAR INEXISTENTE. SENTENÇA REFORMADA.Insurge-se a recorrente em face da sentença de primeiro grau, ao argumento de que comprovou a legitimidade da negativação feita em desfavor do Recorrido. De fato, a recorrente colacionou telas sistêmicas que evidenciam a relação jurídica existente entre as partes, bem como o pagamento de diversas faturas que, somadas à situação fático-processual, que inclusive revela o manejo de demanda de massa, devem ser acolhidas como provas suficientes da contratação, tornando legítima a inscrição efetuada.Neste sentido, a reforma da sentença é medida que se faz necessária, a fim de que a demanda seja julgada improcedente.Ante o exposto, CONHEÇO DO RECURSO E DOU-LHE PROVIMENTO, reformando a decisão de primeiro grau, para julgar improcedentes os pedidos formulados na inicial.Sem condenação em custas e honorários. . DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0602108-90.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 3ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: COMPANIA PANAMENA DE AVIACION S/A (COPA AIRLINES)
Advogada: Ana Lúcia de Souza Nogueira (OAB: 5054/AM)
Recorrida: Francisca Socorro Maquine Coelho
Advogado: Tayanne Pires César (OAB: 9977/AM)
Recorrida: Anik Coelho Espara
Advogado: Frank Figueiredo César (OAB: 6560/AM)
Advogado: Tayanne Pires César (OAB: 9977/AM)

Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio. Revisor: Revisor do processo Não informado

RECURSO INOMINADO. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. QUANTUM MANTIDO. RECURSO INOMINADO DESPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. HONORÁRIOS ARBITRADOS EM 20% (VINTE POR CENTO) DO VALOR DA CONDENAÇÃO, NOS TERMOS DO ARTIGO 55 DA LEI 9.099/95.1. Por todo o exposto, entendo que a sentença proferida pelo juízo a quo deve ser mantida pelos seus próprios fundamentos nos termos do art. 46 da lei 9.099/95. Honorários arbitrados em 20% (vinte por cento) do valor da condenação, nos termos do art. 55 da lei 9.099/95.. DECISÃO: "Acordam as Juízas da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso, para manter a sentença monocrática, conforme voto da relatora.".

Processo: 0602121-89.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 7ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Bradesco Vida e Previdência S/A
Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 598A/AM)
Recorrida: Kelly Christina Natario Diniz
Advogado: Ricardo de Oliveira Lima (OAB: 6306/AM)
Advogada: Bruna Gabrielle Silva Trindade (OAB: 14171/AM)

Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. EMPRÉSTIMO CONDICIONADO À CONTRATAÇÃO DE SEGURO. PRÁTICA ABUSIVA. VENDA CASADA. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "1. Trata-se de Ação de Responsabilidade Civil c/c Indenização por Danos Materiais e Morais decorrente da relação de mútuo entre as partes. O Recorrente não tendo se desincumbido de provar fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito da parte autora (Art. 333, inciso II, CPC), deve suportar os danos decorrentes da falha na prestação dos seus serviços que são postos à disposição dos consumidores, face à sua responsabilidade objetiva. Por assim dizer, restou demonstrado que a Recorrida suportou evento danoso, a fazer jus à reparação dos danos morais. Vejamos jurisprudência: 1...o fornecedor a devolução dos valores vertidos pelo consumidor a tal

título. 6. Segundo precedentes do Superior Tribunal de Justiça, o art. 39, I, do CDC, inclui no rol das práticas abusivas a popularmente denominada "venda casada", ao estabelecer que é vedado ao fornecedor "condicionar o fornecimento de produto ou de serviço ao fornecimento de outro produto ou serviço, bem como, sem justa causa, a limites quantitativos. (TJ-DF - RI: 07112418520158070016, Relator: ROBSON BARBOSA DE AZEVEDO, Data de Julgamento: 16/09/2015, TERCEIRA TURMA RECURSAL, Data de Publicação: Publicado no DJE : 25/09/2015 . Pág.: Sem Página Cadastrada.) 2. Sentença mantida por seus próprios fundamentos, servindo a súmula do julgamento como acórdão, na forma do artigo 46 da Lei 9.099/95, conforme dispõe o Supremo Tribunal Federal. EMENTA DIREITO PROCESSUAL CIVIL. JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. MANUTENÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA COM BASE NO ART. 46 DA LEI 9.099/95. POSSIBILIDADE. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO DEVIDO PROCESSO LEGAL, AO CONTRADITÓRIO E À AMPLA DEFESA. EVENTUAL VIOLAÇÃO REFLEXA NÃO ENSEJA RECURSO EXTRAORDINÁRIO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO CONFIGURADA. ACÓRDÃO RECORRIDO DISPONIBILIZADO EM 16.8.2012. Não importa ausência de motivação, a adoção dos fundamentos da sentença recorrida pela Turma Recursal, em conformidade com o disposto no art. 46 da Lei 9.099/95. O exame da alegada ofensa ao art. 5º, XXXV, e LV, da Constituição Federal, dependeria de prévia análise da legislação infraconstitucional aplicada à espécie, o que refoge à competência jurisdicional extraordinária, prevista no art. 102 da Constituição Federal. Inexiste violação do artigo 93, IX, da CF/88. O Supremo Tribunal Federal entende que o referido dispositivo constitucional exige que o órgão jurisdicional explicite as razões do seu convencimento, dispensando o exame detalhado de cada argumento suscitado pela parte. Agravo regimental conhecido e não provido. (STF - ARE: 736290 SP, Relator: Min. ROSA WEBER, Data de Julgamento: 25/06/2013, Primeira Turma, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-160 DIVULG 15-08-2013 PUBLIC 16-08-2013). 3. Condenação em custas processuais e honorários advocatícios na proporção de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação. É como voto.".

Processo: 0602129-17.2019.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, 10ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Maria de Fátima Dias de Souza
Advogado: Evaldo Lucio da Silva (OAB: 10462/MT)
Recorrido: Vivo S.a.
Advogado: Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB: 29320/GO)

Relator: Irlena Leal Benchimol. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA – NEGATIVAÇÃO – TELAS QUE NÃO RETIRAM A VEROSSIMILHANÇA POR SEREM UNILATERAIS – TESE DE FRAUDE NÃO DESCARTADA – CONTRATAÇÃO NÃO COMPROVADA – NEGATIVAÇÃO INDEVIDA – DANOS MORAISRecurso provido.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº , de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Juízes que compõem a Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis da Comarca de Manaus, por unanimidade de votos, em DAR provimento ao Recurso Inominado para julgar procedente a lide. Sessão de Julgamento em Dra. Irlena Leal Benchimol Juíza Relatora".

Processo: 0602129-66.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 7ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Bmg S/A
Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE)
Recorrida: Elizabeth Nunes dos Santos Pereira
Advogado: Danton Cavalcante Bezerra (OAB: 12258/AM)

Relator: Antônio Itamar de Souza Gonzaga. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INFORMAÇÃO PRÉVIA E ADEQUADA ACERCA DA MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO. NÃO HOUVE VIOLAÇÃO AO ART. 6º DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. CONTRATO VÁLIDO. IMPROCEDÊNCIA DA DEMANDA. SENTENÇA REFORMADA.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa e voto que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0602163-04.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 14ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Bmg S/A
Advogado: Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM)
Advogada: Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB: 4018/AM)
Advogado: Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB: 876/AM)
Advogada: Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB: 983A/PE)
Recorrida: Maria da Glória Lima Pastor
Advogado: Fabio Carvalho de Arruda (OAB: 8076/AM)

Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio. Revisor: Revisor do processo Não informado

RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. SAQUE REALIZADO POR MEIO DE UTILIZAÇÃO DE CARTÃO. TESES DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO. HONORÁRIOS ARBITRADOS EM 20% (VINTE PORCENTO) DO VALOR DA CONDENAÇÃO, NOS TERMOS DO ART. 55 DA LEI 9.099/95.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam as/os Juízas/es da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em não prover o recurso, conforme voto da relatora. Participaram do julgamento, além da signatária, as/os eminentes Juízas/es que compõem esta Turma.".

Processo: 0602201-16.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 14ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Elizabete Monte de Farias
Advogado: Suelem Pena Bento da Silva (OAB: 9796/AM)
Recorrido: Banco Bmg S/A
Advogado: Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM)
Advogada: Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB: 4018/AM)
Advogado: Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB: 876/AM)

Relator: Antônio Itamar de Souza Gonzaga. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. AUSÊNCIA DE INFORMAÇÃO ADEQUADA ACERCA DA MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO. VIOLAÇÃO AO ART. 6º DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. APLICAÇÃO DAS TESES FIRMADAS NA TURMA DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS DO ESTADO DO AMAZONAS. CONTRATO INVÁLIDO. DEVER DE INDENIZAR. CABIMENTO. SENTENÇA REFORMADA.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0602237-24.2019.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 4ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Jurineide do Nascimento Colar
Advogado: Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB: 10057/AM)
Advogado: Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB: 8872/AM)
Recorrido: Bradesco Seguros S/a,
Advogado: José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB: 1235A/AM)

Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA:RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. VENDA CASADA. COBRANÇA INDEVIDA SEGURO. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS RESPONSABILIDADE OBJETIVA. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. DANOS MORAIS E MATERIAIS CONFIGURADOS. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA – MAJORAÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS – RECURSO DO CONSUMIDOR CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e DAR PROVIMENTO PARCIAL ao recurso inominado, nos termos do voto da Relatora, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0602247-05.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 4ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Silvia da Silva Souza
Advogado: Aline Flores Neves (OAB: 12834/AM)
Recorrido: Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE)

Relator: Antônio Itamar de Souza Gonzaga. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. NARRATIVA AUTORAL NÃO CONDIZ COM OS ELEMENTOS PROBATÓRIOS. FATOS OMITIDOS. CONTRATO VÁLIDO. DEVER DE INDENIZAR. NÃO CABIMENTO. SENTENÇA MANTIDA.1- Preliminar de incompetência que se rejeita, eis que não é imprescindível a realização de perícia técnica para o deslinde da causa.2- Da análise dos autos, é possível observar que a Autora não descreveu todos os acontecimentos que envolveram a relação jurídica entre as partes, omitindo-se quanto a alguns fatos de suma importância, tornando, por consequência, inverossímil sua alegação. 3- Às fls. 140, consta o histórico das diversas compras realizadas pela Autora, bem como os pagamentos avulsos efetuados ao longo dos anos (além daqueles descontados no contracheque). Tais informações não constam na petição inicial, a qual se limita a indicar o valor recebido inicialmente, sem contudo informar ao juízo que houve utilização do cartão, bem como pagamentos complementares, não podendo esta conduta passar desapercebida.4- Cumpre esclarecer que, a ficha cadastral anexada, por si só, não supre o dever de informação, vez que, como já dito em processos análogos, não se refere ao contrato propriamente dito. Da mesma forma, os pagamentos avulsos e/ou utilização do cartão, por si só, não suprem a ausência do contrato.5- No entanto, para constatação da ciência do consumidor acerca da contratação, é cediço que o magistrado, e o colegiado, devem levar em consideração, para formação do convencimento, TODOS os elementos de prova carreados aos autos, e não apenas um ou outro documento.6- Neste sentido, considerando que as alegações autorais não se coadunam com os elementos de prova anexados, e que, além disso, restou comprovado diversas utilizações do cartão, assim como pagamento das faturas, havendo nos autos documentos que afastam a verossimilhança da alegação autoral, entendo por manter a sentença de improcedência, por considerar válida a contratação.RECURSO NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Vencido o recorrente cabe condenação em custas e honorários, estes arbitrados em 20% do valor da causa devidamente atualizada, artigo 55 da Lei nº 9.099/1995, com a exigibilidade suspensa por ser beneficiário da justiça gratuita.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0602268-66.2019.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, 9ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Antonio Marcos Chaves Ribeiro
Advogado: Diego da Silva Soares Cruz (OAB: 21519/MT)
Recorrido: Banco Bradesco S.a.
Advogada: Kátia Assis Rodrigues Rocha (OAB: 10320/AM)
Advogado: Felipe Gazola Vieira Marques (OAB: A995/AM)

Relator: Antônio Itamar de Souza Gonzaga. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. NEGATIVAÇÃO. CONTRATAÇÃO DE CARTÃO DE CRÉDITO COMPROVADA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO NÃO CONFIGURADA. DEVER DE INDENIZAR INEXISTENTE. SENTENÇA MANTIDA PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. Insurge-se a recorrente em face da sentença de primeiro grau, ao argumento de que a recorrida não comprovou a legitimidade da negativação feita em seu desfavor. Contudo, a recorrida colacionou telas sistêmicas com farto conjunto probatório que, somadas à situação fático-processual, que inclusive revela o manejo de demanda de massa, devem ser acolhidas como provas suficientes da contratação, tornando legítima a inscrição efetuada. Neste sentido, não merece reparos a sentença de primeiro grau, eis que ponderou corretamente as questões do caso em comento. Confirma-se a sentença, portanto, por seus próprios e justos fundamentos, nos termos do que dispõe o artigo 46, da Lei n. 9.099: "O julgamento em segunda instância constará apenas da ata, com a indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva. Se a sentença for confirmada por seus próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão, com os acréscimos constantes da ementa que integra esta decisão."RECURSO NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Vencido o recorrente cabe condenação em custas e honorários, estes arbitrados em 10% do valor da causa devidamente atualizada, artigo 55 da Lei nº 9.099/1995, cuja exigibilidade fica suspensa por 5 anos, eis que o recorrente é beneficiário da Justiça Gratuita.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0602295-98.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 1ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Alphaville Urbanismo S.a
Advogado: Gustavo Henrique dos Santos Viseu (OAB: 117417/SP)
Recorrido: Norton Carlos de Paula Bezerra
Advogado: Luiz Antonio Mesquita da Silva (OAB: 7804/AM)

Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio. Revisor: Revisor do processo Não informado

RECURSO INOMINADO. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS. COBRANÇAS DE TAXAS CONDOMINIAIS. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL. RECURSO INOMINADO DESPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA ARBITRADOS EM 20% (VINTE POR CENTO) DO VALOR DA CAUSA, NOS TERMOS DO ARTIGO 55 DA LEI 9.099/95. 1. Por todo o exposto, entendo que a sentença proferida pelo juízo a quo deve ser mantida pelos seus próprios fundamentos nos termos do art. 46 da lei 9.099/95. Honorários arbitrados em 20% (vinte por cento) do valor da condenação, nos termos do art. 55 da lei 9.099/95.. DECISÃO: "Acordam as Juízas da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso, para manter a sentença monocrática, conforme voto da relatora.".

Processo: 0602338-03.2016.8.04.0016 - Recurso Inominado Cível, 8ª Vara do Juizado Especial Cível (Nilton Lins)

Recorrido: Marcos de Jesus Vilela
Advogado: Agassiz Rubim da Silva Reis Filho (OAB: 6552/AM)
Recorrente: Telefonica Brasil S/A - Vivo S/A
Advogado: Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB: 29320/GO)

Relator: Antônio Itamar de Souza Gonzaga. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. SUSPENSÃO DO SERVIÇO DE TELEFONIA. INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS. INÚMERAS RECLAMAÇÕES ADMINISTRATIVAS. DESCASO. DANO MORAL RESPONSABILIDADE OBJETIVA. RECURSO IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. Resta incontroverso, da confrontação da narrativa aduzida pelas partes, que, de fato, houve a suspensão dos serviços de telefonia sem a existência de qualquer causa subjacente legítima, na medida em que nenhum débito o autor possuía para com a empresa. Logo, houve defeito na prestação do serviço, porque o bloqueio ocorreu quando não havia motivo justo para tanto, e nem espeque contratual, em que pese estarem pagas, corretamente, todas as contas relativas ao serviço.É inequívoco que a suspensão indevida do serviço de telefonia é motivo reconhecidamente causador de grandes conseqüências prejudiciais, de incontestáveis constrangimentos, quanto mais quando não é resolvido com a rapidez que necessariamente se espera.Não se trata de mero dissabor, inerente ao inadimplemento de um contrato. Há um abalo emocional negativo do consumidor provocado pela indisponibilidade do serviço contratado, sem margem para qualquer argumentação ou recurso seu.A suspensão do serviço promovido por iniciativa da ré, porquanto desprovidos de suporte normativo, qualificam-se como abuso de direito, e revelam a imperfeição dos serviços que fornece.Para o dano indenizável, basta a perturbação feita pelo ato ilícito nas relações psíquicas, na tranqüilidade, nos sentimentos, nos afetos de uma pessoa, para produzir uma diminuição no gozo do respectivo direito. O dano moral independe de prova; sua existência é presumida, não se cogitando, pois, da comprovação do prejuízo, nem da intensidade do sofrimento experimentado pelo ofendido.RECURSO NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Vencido o recorrente cabe condenação em custas e honorários, estes arbitrados em 20% do valor da condenação devidamente atualizada, artigo 55 da Lei nº 9.099/1995.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os autos. DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0602373-43.2019.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, 9ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Bradesco S.a.
Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 598A/AM)
Recorrido: Mizael Leocadio Bejamim
Advogado: Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB: 7396/AM)
Advogado: Kelson Girão de Souza (OAB: 7670/AM)

Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. COBRANÇAS INDEVIDAS. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DANOS MORAIS E MATERIAIS CONFIGURADOS. VALOR DA INDENIZAÇÃO MOSTRA-SE ADEQUADO ÀS CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO CONCRETO E À JURISPRUDÊNCIA. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS, NOS TERMOS DO ART. 46 DA LEI N.º9.099/95. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "RELATÓRIO Vistos, etc. O relatório é dispensado com fundamento no Enunciado 92 do FONAJE c/c art. 46 da Lei n. 9099/95. VOTO Conheço do recurso eis que presentes os pressupostos que autorizam a sua admissibilidade, ou seja, por ter sido interposto dentro do prazo legal. Inicialmente, observa-se que o caso em análise se enquadra perfeitamente nos ditames do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078/90), eis que considera-se fornecedor a pessoa jurídica que desenvolve atividade de comercialização de produto e/ou prestação de serviços, aí incluídas as cobranças de seguros/taxas e serviços bancários. Diante do quadro probatório juntado e dos fundamentos trazidos, considero acertados todos os termos da r. sentença combatida. Assim sendo, tenho que a douta sentença, porque bem apreciou, analisou e julgou os fatos, aplicando corretamente o direito e fazendo justiça, deve ser mantida pelos seus próprios e judiciosos fundamentos, negando dessa forma o provimento ao recurso interposto. Na fixação do quantum devido a título de danos morais, deve-se atentar para as condições das partes, a gravidade da lesão, sua repercussão e as circunstâncias fáticas, não se podendo olvidar a repercussão na esfera dos lesados e o potencial econômico social do lesante. Também deve ser dada uma natureza punitiva à reparação, para evitar que o ofensor repita os atos que levaram a presente indenização. Desta maneira, entendo que o quantum indenizatório fixado mostra-se adequado às peculiaridades do caso concreto e consoante com os parâmetros utilizados pelas Turmas Recursais em casos análogos, bem como atenta aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. Com apoio no artigo 55 da Lei de Regência dos Juizados Especiais (Lei 9.099/95) condeno a recorrente/requerida no pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que, observados os parâmetros legais e o grau de complexidade da causa, fixo no equivalente a 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação, atualizado monetariamente. É como voto. Manaus, 29 de agosto de 2019. Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes Relatora".

Processo: 0602530-65.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 8ª Vara do Juizado Especial Cível (Nilton Lins)

Recorrente: Clemilton Rodrigues de Freitas
Advogado: Marco Cesar Souza Pimentel (OAB: 13160/AM)
Recorrido: Banco Bmg S/A
Advogado: Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB: 876/AM)
Advogada: Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB: 4018/AM)
Advogado: Henrique Lima Marinheiro (OAB: 9324/AM)
Advogado: Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM)
Advogada: Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB: 983A/PE)

Relator: Irlena Leal Benchimol. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA – CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO – JURISPRUDÊNCIA UNIFORMIZADA NO ÂMBITO DOS JUIZADOS – -AUSÊNCIA DE CONTRATO - AUSÊNCIA DE CUMPRIMENTO DAS INFORMAÇÕES AO CONSUMIDOR – ANULAÇÃO DO NEGÓCIO – RETORNO AO STATUS QUO ANTE – - Recurso provido.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº , de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Juízes que compõem a Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis da Comarca de Manaus, por unanimidade de votos, em DAR provimento ao Recurso Inominado. Sessão de Julgamento Dra. Irlena Leal Benchimol Juíza Relatora".

Processo: 0602606-26.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 5ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Bmg S/A
Advogado: Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB: 876/AM)
Advogada: Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB: 4018/AM)
Advogada: Joyce Helen da Silva Holanda (OAB: 7519/AM)
Advogado: Henrique Lima Marinheiro (OAB: 9324/AM)
Advogado: Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM)
Recorrido: Leandro Benevides Ferreira de Souza
Advogado: Daniel de Lima Albuquerque (OAB: 6548/AM)

Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio. Revisor: Revisor do processo Não informado

RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. SAQUE REALIZADO POR MEIO DE UTILIZAÇÃO DE CARTÃO. TESES DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. SEM REFORMA . SENTENÇA MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO NÃO PROVIDO. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA ADVOCATÍCIOS ARBITRADOS EM 20% (VINTE POR CENTO) DO VALOR DA CONDENAÇÃO, NOS TERMOS DO ART. 55 DA LEI 9.099/95.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam as/os Juízas/es da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em não prover o recurso, conforme voto da relatora. Participaram do julgamento, além da signatária, as/os eminentes Juízas/es que compõem esta Turma.".

Processo: 0602788-38.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 4ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Águas do Amazonas S.A.
Advogado: Gustavo Gonçalves Gomes (OAB: 1058A/AM)
Advogado: Marcelo da Silva Carlos (OAB: 7366/AM)
Recorrida: Maria do Carmo Pereira da Silva
Advogado: Fabio Carvalho de Arruda (OAB: 8076/AM)
Advogada: Drielle Carvalho de Arruda (OAB: 9121/AM)

Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. REVISÃO DE FATURA DE CONSUMO DE ÁGUA. VALOR TOTALMENTE DISTORCIDO DA MÉDIA DE CONSUMO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. ART. 14 DO CDC. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: "1. Trata-se de Ação de Obrigação de Fazer c/c Indenização por Danos Morais decorrente de falha na prestação do serviço de abastecimento de água. Em análise detida aos autos, verifico que diante da narrativa autoral de negativa de revisão de faturamento da parte recorrente, que limitou-se a afirmar que pode ter existido vazamento interno no domicílio da parte recorrida, o que justificaria o elevado valor das futuras de consumo de água. De fato, pois, constata-se que as faturas impugnadas destoam em muito do consumo da recorrida apurado nos meses antecedentes, evidentemente pelo consumo ter saltado de R$ 42,76 mensal, para mais de seis mil reais. Assim, diante dos fatos posto à análise e do conjunto probatório colacionado aos autos, considero acertados todos os fundamentos da sentença combatida, inclusive quanto ao arbitramento do quantum indenizatório, por observância dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade em relação ao aspecto punitivo disciplinador com o fito de coibir a reincidência da conduta ilícita praticada pela recorrente. 2. Sentença mantida por seus próprios fundamentos, servindo a súmula do julgamento como acórdão, na forma do artigo 46 da Lei 9.099/95, conforme dispõe o Supremo Tribunal Federal. EMENTA DIREITO PROCESSUAL CIVIL. JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. MANUTENÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA COM BASE NO ART. 46 DA LEI 9.099/95. POSSIBILIDADE. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO DEVIDO PROCESSO LEGAL, AO CONTRADITÓRIO E À AMPLA DEFESA. EVENTUAL VIOLAÇÃO REFLEXA NÃO ENSEJA RECURSO EXTRAORDINÁRIO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO CONFIGURADA. ACÓRDÃO RECORRIDO DISPONIBILIZADO EM 16.8.2012. Não importa ausência de motivação, a adoção dos fundamentos da sentença recorrida pela Turma Recursal, em conformidade com o disposto no art. 46 da Lei 9.099/95. O exame da alegada ofensa ao art. 5º, XXXV, e LV, da Constituição Federal, dependeria de prévia análise da legislação infraconstitucional aplicada à espécie, o que refoge à competência jurisdicional extraordinária, prevista no art. 102 da Constituição Federal. Inexiste violação do artigo 93, IX, da CF/88. O Supremo Tribunal Federal entende que o referido dispositivo constitucional exige que o órgão jurisdicional explicite as razões do seu convencimento, dispensando o exame detalhado de cada argumento suscitado pela parte. Agravo regimental conhecido e não provido. (STF - ARE: 736290 SP, Relator: Min. ROSA WEBER, Data de Julgamento: 25/06/2013, Primeira Turma, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-160 DIVULG 15-08-2013 PUBLIC 16-08-2013). 3. Custas e honorários advocatícios na proporção de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação. É como voto.".

Processo: 0602827-57.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, 10ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Francisco de Souza Lopes
Advogado: Mário Alberto da Fonseca Monteiro Junior (OAB: 1431/AM)
Recorrido: Sucesso Cursos Livres Ltda (Grupo Sucesso)
Advogada: Danielle Garnelo Libório (OAB: 5311/AM)
Advogado: Peterson Gustavo Germano Motta (OAB: 7051/AM)
Recorrido: Paulo Gilberto Sucesso Silva Correa
Advogada: Danielle Garnelo Libório (OAB: 5311/AM)
Advogado: Peterson Gustavo Germano Motta (OAB: 7051/AM)

Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio. Revisor: Revisor do processo Não informado
RECURSO INOMINADO. RELAÇÃO DE LOCAÇÃO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS C/C OBRIGAÇÃO DE FAZER. OBRIGAÇÃO IMPOSSÍVEL. LOCADOR QUE DEIXA O SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ENERGIA EM SEU PRÓPRIO NOME. PROTESTO. ASSUNÇÃO DE RISCO PELO LOCADOR. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. IMPROCEDÊNCIA MANTIDA.. DECISÃO: "Acordam as Juízas da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso, conforme voto da relatora.".

Processo: 0602837-87.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 12º Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: ESEPO EMPREENDIMENTO IMOBILIARIO LTDA
Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 598A/AM)
Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 598A/AM)
Recorrente: HIBRIDE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA
Recorrida: TATIANE BEZERRA DE ALENCAR
Advogado: Marcos Paulo Moura Luz (OAB: 10868/AM)
Recorrido: FRANK JUNIOR FREITAS DA SILVA
Advogado: Marcos Paulo Moura Luz (OAB: 10868/AM)

Relator: Irlena Leal Benchimol. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA – ATRASO NA ENTREGA DO IMÓVEL – CONGELAMENTO DO SALDO DEVEDOR – INCABIMENTO – DANO MORAL PROCEDENTE E MANTIDO – VALOR DA CAUSA. Recurso Improvido.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº 0602837-87.2016.8.04.0015, de Manaus (AM), em que são partes os acima indicados, ACORDAM, as Excelentíssimas Juízas que compõem a Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis da Comarca de Manaus, por unanimidade de votos, em negar provimento aos Recursos Inominados. Participaram do julgamento, além da signatária, as eminentes juízas da Segunda Turma Recursal. Sessão de Julgamento em Dra. Irlena Leal Benchimol Juíza Relatora".

Processo: 0602843-45.2017.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, 10ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a)
Advogado: Guilherme Vilela de Paula (OAB: 1010A/AM)
Advogado: Luis Phillip de Lana Foureaux (OAB: 1011A/AM)
Recorrido: Nilson Ribeiro dos Santos
Advogado: Nelson Clay Fernandes Tavares (OAB: 8453/AM)
Advogado: Ana Hellen Brandão Furtado (OAB: 8509/AM)

Relator: Irlena Leal Benchimol. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA – DANO MORAL – DESVIO PRODUTIVO/PERDA DO TEMPO ÚTIL – DESNECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO – QUANTUM MANTIDORecurso não provido.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº , de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Juízes que compõem a Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis da Comarca de Manaus, por unanimidade de votos, em NEGAR provimento ao Recurso Inominado. Sessão de Julgamento Dra. Irlena Leal Benchimol Juíza Relatora".

Processo: 0602878-20.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 3ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Juliana Cavalcante Coutinho
Recorrido: Vivo S.a.

Advogada: Angélica Maria Monteiro Duarte (OAB: 2659/AM)
Advogado: Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB: 29320/GO)
Advogado: Rodrigo Dias de Almeida (OAB: 2518/AM)

Relator: Irlena Leal Benchimol. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA – AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DOS FATOS CONSTITUTIVOS DO SEU DIREITO – Recurso NÃO provido.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº , de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Juízes que compõem a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis da Comarca de Manaus, por unanimidade de votos, em NEGAR provimento ao Recurso Inominado. Sessão de Julgamento em Irlena Leal Benchimol Relatora".

Processo: 0602898-74.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 7ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Banco Bmg S/A
Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE)
Recorrida: Luana de Souza Souza
Advogada: Tatiane Pereira Braga

Relator: Antônio Itamar de Souza Gonzaga. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INFORMAÇÃO PRÉVIA E ADEQUADA ACERCA DA MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO. NÃO HOUVE VIOLAÇÃO AO ART. 6º DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. CONTRATO VÁLIDO. IMPROCEDÊNCIA DA DEMANDA. SENTENÇA REFORMADA.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa e voto que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0603152-13.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 8ª Vara do Juizado Especial Cível (Nilton Lins)
Recorrente: Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S/A
Advogado: Marco André Honda Flores (OAB: 6171/MS)
Advogado: André de Souza Oliveira (OAB: 5219/AM)
Recorrido: João Ferreira do Nascimento
Advogado: Bruno Climaco Campos (OAB: 11031/AM)

Relator: Irlena Leal Benchimol. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA – DANO MORAL – INSCRIÇÃO INDEVIDA – DESNECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO – DANO IN RE IPSA – QUANTUM MANTIDORecurso não provido.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº 0603152-13.2019.8.04.0015 , de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Juízes que compõem a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis da Comarca de Manaus, por unanimidade de votos, em NEGAR provimento ao Recurso Inominado. Sessão de Julgamento Dra. Irlena Leal Benchimol Juíza Relatora".

Processo: 0603155-36.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 13º Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado: Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB: 876/AM)
Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE)
Advogado: Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM)
Advogada: Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB: 4018/AM)
Advogado: Henrique Lima Marinheiro (OAB: 9324/AM)
Recorrida: Maria Rosineide Barbosa Gonçalves
Advogado: Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB: 7396/AM)
Advogado: Kelson Girão de Souza (OAB: 7670/AM)

Relator: Irlena Leal Benchimol. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA – - UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA - ANÁLISE DE TESES - EMPRÉSTIMO CONSIGNADO VINCULADO A SAQUE DE CARTÃO DE CRÉDITO – ERRO SUBSTANCIAL – CONSUMIDOR ACREDITAVA EM EMPRÉSTIMO SIMPLES – DANO MORAL EVIDENCIADO – CONSUMIDOR INFORMA AS PARCELAS PROMETIDAS Recurso não provido.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº , de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Juízes que compõem a Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis da Comarca de Manaus, por unanimidade de votos, em NEGAR provimento ao Recurso Inominado. Sessão de Julgamento VIRTUAL".

Processo: 0603254-20.2019.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, 9ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Ester de Oliveira Almeida
Advogada: Odely Costa dos Santos (OAB: 10324/AM)
Recorrido: Banco Bradesco S.a.
Advogado: LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB: 8977/AM)
Advogado: Felipe Gazola Vieira Marques (OAB: A995/AM)

Relator: Antônio Itamar de Souza Gonzaga. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO CONDICIONADO A CONTRATAÇÃO DE SEGURO. VENDA CASADA. OCORRÊNCIA. DANO MORAL. CONFIGURADO. SENTENÇA REFORMADA.Da análise dos autos, restou evidenciado a contratação do seguro em conjunto com o empréstimo (fls.27/38), o que torna verossímil a alegação /autoral de que houve imposição do seguro. O fornecimento de produto ou serviço condicionado a um outro item, não solicitado pelo adquirente, consumidor, caracteriza a venda casada, que se trata de prática abusiva, vedada no art. 39, I c/c art. 4º, III, do estatuto consumerista, razão pela qual faz jus o autor a devolução dos valores pagos.A imposição de serviços ou contratos sem a anuência do consumidor, em valores elevados, ultrapassa o sentido do mero aborrecimento, do mero dissabor, uma vez que sujeitam os mesmos à diminuição de seu patrimônio de forma indevida e inesperada.A caracterização do dano moral, por afetar os atributos da personalidade da parte ofendida, maculando-a no que lhe é mais caro, se aperfeiçoa com a simples ocorrência do fato que se consubstancia no seu fato gerador, independentemente da irradiação de quaisquer efeitos materiais afetando aquela, ensejando sua contemplação com um lenitivo pecuniário destinado a compensá-la pelas ofensas intrínsecas que sofrera e sancionar a ofensora pelo ilícito que praticara.Ante o exposto, CONHEÇO DO RECURSO E DOU-LHE PROVIMENTO, reformando parcialmente a decisão de primeiro grau, para julgar procedente o pedido de dano moral, nos seguintes termos: - condenar o réu ao pagamento da quantia de R$ 3.000,00 (três mil reais), a título de danos morais, a parte autora, com juros e correção monetária a contar da data do arbitramento. Mantidos os demais termos da sentença. Sem condenação em custas e honorários.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0603259-54.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 14ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Welinton Vital de Souza
Advogado: Luis Albert dos Santos Oliveira (OAB: 8251/AM)
Recorrido: Águas do Amazonas S.A.
Advogado: Gustavo Gonçalves Gomes (OAB: 1058A/AM)

Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio. Revisor: Revisor do processo Não informado

RECURSO INOMINADO. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL. ALEGADA FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. SUPOSTA NEGATIVAÇÃO ILEGÍTIMA. RECURSO INOMINADO DESPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA PELOS

PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA ARBITRADOS EM 10% (DEZ POR CENTO) DO VALOR DA CAUSA, NOS TERMOS DO ARTIGO 55 DA LEI 9.099/95. 1. Por todo o exposto, entendo que a sentença proferida pelo juízo a quo deve ser mantida pelos seus próprios fundamentos nos termos do art. 46 da lei 9.099/95. Honorários arbitrados em 10% (dez por cento) do valor da causa, nos termos do art. 55 da lei 9.099/95.. DECISÃO: "Acordam as Juízas da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso, para manter a sentença monocrática, conforme voto da relatora.".

Processo: 0603324-20.2016.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 13º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Abare Empreendimentos Imobiliarios Ltda
Advogada: Angélica Ortiz Ribeiro (OAB: 2847/AM)
Recorrido: RICARDO VALENTINI
Advogado: Robson Valentini (OAB: 11294/MS)

Relator: Irlena Leal Benchimol. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA – DANO MORAL – DESVIO PRODUTIVO/PERDA DO TEMPO ÚTIL – DESNECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO – QUANTUM MANTIDORecurso não provido.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº , de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Juízes que compõem a Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis da Comarca de Manaus, por unanimidade de votos, em NEGAR provimento aos Embargos Declaratórios .".

Processo: 0603386-31.2015.8.04.0016 - Recurso Inominado Cível, 3ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: NET (Razão Social: Claro S/A)
Advogado: José Henrique Cançado Gonçalves (OAB: 57680/MG)
Recorrida: Regislayne Andrelino Barreto
Advogado: Lincoln Martins da Costa Novo (OAB: 3423/AM)

Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. COBRANÇAS INDEVIDAS. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DANOS MORAIS E MATERIAIS CONFIGURADOS. VALOR DA INDENIZAÇÃO MOSTRA-SE ADEQUADO ÀS CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO CONCRETO E À JURISPRUDÊNCIA. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS, NOS TERMOS DO ART. 46 DA LEI N.º9.099/95. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "RELATÓRIO Vistos, etc. O relatório é dispensado com fundamento no Enunciado 92 do FONAJE c/c art. 46 da Lei n. 9099/95. VOTO Conheço do recurso eis que presentes os pressupostos que autorizam a sua admissibilidade, ou seja, por ter sido interposto dentro do prazo legal. Inicialmente, observa-se que o caso em análise se enquadra perfeitamente nos ditames do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078/90), eis que considera-se fornecedor a pessoa jurídica que desenvolve atividade de comercialização de produto e/ou prestação de serviços, aí incluídas as cobranças de seguros/taxas e serviços bancários. Diante do quadro probatório juntado e dos fundamentos trazidos, considero acertados todos os termos da r. sentença combatida. Assim sendo, tenho que a douta sentença, porque bem apreciou, analisou e julgou os fatos, aplicando corretamente o direito e fazendo justiça, deve ser mantida pelos seus próprios e judiciosos fundamentos, negando dessa forma o provimento ao recurso interposto. Na fixação do quantum devido a título de danos morais, deve-se atentar para as condições das partes, a gravidade da lesão, sua repercussão e as circunstâncias fáticas, não se podendo olvidar a repercussão na esfera dos lesados e o potencial econômico social do lesante. Também deve ser dada uma natureza punitiva à reparação, para evitar que o ofensor repita os atos que levaram a presente indenização. Desta maneira, entendo que o quantum indenizatório fixado mostra-se adequado às peculiaridades do caso concreto e consoante com os parâmetros utilizados pelas Turmas Recursais em casos análogos, bem como atenta aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. Com apoio no artigo 55 da Lei de Regência dos Juizados Especiais (Lei 9.099/95) condeno a recorrente/requerida no pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que, observados os parâmetros legais e o grau de complexidade da causa, fixo no equivalente a 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação, atualizado monetariamente. É como voto. Manaus, 29 de agosto de 2019. Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes Relatora".

Processo: 0603394-54.2019.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, 16ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Jose Edson de Lima Brandão
Advogado: Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB: 10057/AM)
Advogado: Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB: 8872/AM)
Recorrido: Banco Bradesco S.a.
Advogado: Felipe Gazola Vieira Marques (OAB: A995/AM)
Advogado: LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB: 8977/AM)

Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. VENDA CASADA. RESPONSABILIDADE POR VÍCIO DO SERVIÇO. DANOS MORAIS CARACTERIZADOS. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. MAJORAÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS . RECURSO DO CONSUMIDOR CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e DAR PROVIMENTO PARCIAL ao recurso inominado, nos termos do voto da Relatora, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0603681-37.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 5ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrida: GISELLE DA SILVA FERNANDES
Advogado: Luis Albert dos Santos Oliveira (OAB: 8251/AM)
Recorrente: Banco Itaú S/A
Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 1037A/AM)

Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. TARIFAS EMBUTIDAS EM CONTRATO DE FINANCIAMENTO. RECURSOS REPETITIVOS TEMA 958/972 DO STJ. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, mantendo na íntegra a sentença de PrimeiroGrau.".

Processo: 0603697-68.2019.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, 10ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Lucelia Lopes Campos
Advogado: Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB: 10057/AM)
Advogado: Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB: 8872/AM)
Recorrido: Banco Bradesco S.a.
Advogado: Mauro Paulo Galera Mari (OAB: 3056/MT)
Recorrido: Bradesco Auto/Re Companhia de Seguros S/A
Advogado: Mauro Paulo Galera Mari (OAB: 3056/MT)

Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. VENDA CASADA. PRÁTICA ABUSIVA. RESPONSABILIDADE POR VÍCIO DO SERVIÇO. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. MAJORAÇÃO

DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. ACOLHIMENTO. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.. DECISÃO: "RELATÓRIO Relatório dispensado, nos termos do art. 46 da Lei n.º 9.099/95 c/c do Enunciado 92 do FONAJE. VOTO Cumpridos os requisitos subjetivos e objetivos de admissibilidade na espécie, CONHEÇO do recurso. Recurso Inominado interposto por Lucelia Lopes Campos, ora Recorrente, contra a r. sentença proferida pelo douto Juiz de Direito da 10ª Vara do Juizado Especial Cível da Capital, nos autos da Ação de Indenização por Danos Materiais e Morais ajuizada por Banco Bradesco S.a., Bradesco Auto/Re Companhia de Seguros S/A, ora Recorridos. Trata-se de demanda judicial cujo assunto é a discussão acerca da cobrança de serviços ofertados em venda casada, instituto esse expressamente previsto no CDC, especificamente em seu art. 39, I. O recorrente consumidor busca reforma da sentença de primeiro grau para majorar, exclusivamente, o valor arbitrado a título de compensação por danos morais. A indenização por dano moral deve ser fixada com moderação para que seu valor não seja tão elevado a ponto de ensejar enriquecimento sem causa para a vítima, nem tão reduzido que não se revista de caráter preventivo e pedagógico para o seu causador, ou seja, incapaz de efetivamente indenizar o dano sofrido. No sentir desta julgadora, o valor fixado na sentença de piso na quantia de R$ 2.000,00, encontra-se abaixo dos predicados da razoabilidade e da proporcionalidade, observada as condições objetivas do caso concreto, notadamente as consequências advindas do evento danoso. Ressalte-se que os débitos se deram em conta destinada a receber o salário do recorrente, o dano moral, in casu, é in re ipsa. Deve-se atentar, ainda, para o viés punitivo-pedagógico do instituto, uma vez que arbitrado em valor irrisório não causará o efeito esperado de fazer cessar a conduta ilícita por parte da instituição bancária. Como sabido, não é o prosaico interesse econômico que incita o lesado ao processo, mas sim a busca da satisfação moral decorrente de um quadro de não aceitação. Não é propriamente pelo valor econômico, mas pelo descabimento de alguma situação que o cidadão-consumidor acaba batendo as portas do Judiciário, na expectativa de alguma resposta que minimize a frustração experimentada. No caso concreto, diante da gravidade da conduta perpetrada pelo recorrido, bem como pela natureza alimentar do salário, de onde foram debitados indevidamente os valores, torna-se imperioso majorar a verba a título de reparação por danos morais para R$ 10.000,00 (dez mil reais). Ante o exposto, VOTO, pois, no sentido de CONHECER e DAR PROVIMENTO ao recurso interposto, reformando parcialmente a respeitável sentença a quo, para majorar o valor da condenação moral ao patamar de R$10.000,00 (dez mil reais), conforme a fundamentação acima mencionada, valor sobre o qual deverá incidir correção monetária, desde o evento danoso (Súmula n. 54 do STJ) e no que tange a correção monetária, desde a data do arbitramento (Súmula n. 362 do STJ). Sem custas e honorários sucumbenciais ao consumidor recorrente, ex vi do art. 55 da lei 9.099/95. Contudo, condeno o fornecedor recorrente ao pagamento de custas e honorários de 20%. É como voto.".

Processo: 0603751-20.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 3ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Gol Linhas Aéreas INteligentes S/A.
Advogada: Keyth Yara Pontes Pina (OAB: 3467/AM)
Advogada: Ingryd dos Santos Mousse (OAB: 8304/AM)
Advogado: Gustavo Antônio Feres Paixão (OAB: 95502/RJ)
Recorrido: Marcos Santos Maciel
Advogado: Douglas Herculano Barbosa (OAB: 6407/AM)
Recorrida: Laura Pires Soares
Advogado: Douglas Herculano Barbosa (OAB: 6407/AM)

Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. DISTRATO. DEVOLUÇÃO ÍNFIMA DO VALOR ADIMPLIDO. ABUSIVIDADE. RETENÇÃO DE PERCENTUAL SOBRE O VALOR PAGO. SÚMULA 7 DO STJ . RESPONSABILIDADE OBJETIVA. ART. 14 DO CDC. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS, RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: "EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. DISTRATO. DEVOLUÇÃO ÍNFIMA DO VALOR ADIMPLIDO. ABUSIVIDADE. RETENÇÃO DE PERCENTUAL SOBRE O VALOR PAGO. SÚMULA 7 DO STJ . RESPONSABILIDADE OBJETIVA. ART. 14 DO CDC. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS, RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. 1. Trata-se de Ação Indenizatória por Danos Morais e Materiais decorrente de falha na prestação do serviço. Em análise ao caso em espécie, verifico que o acervo probatório se mostra plenamente verossímil, considerando o teor da documentação que a parte Recorrida acostou ás fls. 24/35. Assim, diante dos fatos posto à análise e do conjunto probatório colacionado aos autos, considero acertados todos os fundamentos da sentença combatida, inclusive quanto ao arbitramento do quantum indenizatório, por observância dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade em relação ao aspecto punitivo disciplinador com o fito de coibir a reincidência da conduta ilícita praticada pela recorrente. 2. Sentença mantida por seus próprios fundamentos, servindo a súmula do julgamento como acórdão, na forma do artigo 46 da Lei 9.099/95, conforme dispõe o Supremo Tribunal Federal. EMENTA DIREITO PROCESSUAL CIVIL. JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. MANUTENÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA COM BASE NO ART. 46 DA LEI 9.099/95. POSSIBILIDADE. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO DEVIDO PROCESSO LEGAL, AO CONTRADITÓRIO E À AMPLA DEFESA. EVENTUAL VIOLAÇÃO REFLEXA NÃO ENSEJA RECURSO EXTRAORDINÁRIO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO CONFIGURADA. ACÓRDÃO RECORRIDO DISPONIBILIZADO EM 16.8.2012. Não importa ausência de motivação, a adoção dos fundamentos da sentença recorrida pela Turma Recursal, em conformidade com o disposto no art. 46 da Lei 9.099/95. O exame da alegada ofensa ao art. 5º, XXXV, e LV, da Constituição Federal, dependeria de prévia análise da legislação infraconstitucional aplicada à espécie, o que refoge à competência jurisdicional extraordinária, prevista no art. 102 da Constituição Federal. Inexiste violação do artigo 93, IX, da CF/88. O Supremo Tribunal Federal entende que o referido dispositivo constitucional exige que o órgão jurisdicional explicite as razões do seu convencimento, dispensando o exame detalhado de cada argumento suscitado pela parte. Agravo regimental conhecido e não provido. (STF - ARE: 736290 SP, Relator: Min. ROSA WEBER, Data de Julgamento: 25/06/2013, Primeira Turma, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-160 DIVULG 15-08-2013 PUBLIC 16-08-2013). 3. Custas e honorários advocatícios na proporção de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação. É como voto. ACÓRDÃO Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, mantendo na íntegra a sentença de Primeiro Grau.".

Processo: 0603774-26.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 11ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Águas do Amazonas S.A.
Advogado: Gustavo Gonçalves Gomes (OAB: 1058A/AM)
Recorrida: Roseane Marialva Lima
Advogado: Ana Cristina da Silveira Gomes de Freitas (OAB: 5763/AM)

Relator: Irlena Leal Benchimol. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA – DANO MORAL – INSCRIÇÃO INDEVIDA – DESNECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO – DANO IN RE IPSA – QUANTUM MANTIDORecurso não provido.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº , de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Juízes que compõem a Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis da Comarca de Manaus, por unanimidade de votos, em NEGAR provimento aos Embargos Declaratórios . Sessão de Julgamento Dra. Irlena Leal Benchimol Juíza Relatora".

Processo: 0603835-81.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 4ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Luany Pinheiro Neves

Advogado: Isabela Farias Neves (OAB: 7950/AM)

Advogada: Elaine Bonfim de Oliveira (OAB: 336A/CE)

Recorrido: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a)

Advogado: Guilherme Vilela de Paula (OAB: 1010A/AM)

Advogada: Nájela Noara Dias Tomé (OAB: 159666/MG)

Advogada: Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB: 1069A/AM)

Advogado: Luis Phillip de Lana Foureaux (OAB: 1011A/AM)

Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio. Revisor: Revisor do processo Não informado

RECURSO INOMINADO. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL. ALEGADA FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. RECURSO INOMINADO DESPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA ARBITRADOS EM 10% (DEZ POR CENTO) DO VALOR DA CAUSA, NOS TERMOS DO ARTIGO 55 DA LEI 9.099/95.1. Por todo o exposto, entendo que a sentença proferida pelo juízo a quo deve ser mantida pelos seus próprios fundamentos nos termos do art. 46 da lei 9.099/95. Honorários arbitrados em 10% (dez por cento) do valor da causa, nos termos do art. 55 da lei 9.099/95.. DECISÃO: "Acordam as Juízas da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso, para manter a sentença monocrática, conforme voto da relatora.".

Processo: 0603960-49.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 14ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Jesus Reginaldo Pereira da Silva

Advogado: Luis Albert dos Santos Oliveira (OAB: 8251/AM)

Recorrido: Banco Bmg S/A

Advogado: Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB: 876/AM)

Advogada: Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB: 4018/AM)

Advogado: Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM)

Relator: Irlena Leal Benchimol. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA – CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO – JURISPRUDÊNCIA UNIFORMIZADA NO ÂMBITO DOS JUIZADOS – -AUSÊNCIA DE CONTRATO - AUSÊNCIA DE CUMPRIMENTO DAS INFORMAÇÕES AO CONSUMIDOR – ANULAÇÃO DO NEGÓCIO – RETORNO AO STATUS QUO ANTE – - Recurso provido.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº , de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Juízes que compõem a Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis da Comarca de Manaus, por unanimidade de votos, em DAR provimento ao Recurso Inominado do Autor e Negar provimento ao Recurso do Reu. Sessão de Julgamento Dra. Irlena Leal Benchimol Juíza Relatora".

Processo: 0603990-16.2019.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 4ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Luciano Palmeira Sil

Advogado: Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB: 10057/AM)

Advogado: Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB: 8872/AM)

Recorrido: Banco Bradesco S.a.

Advogada: Karina de Almeida Batistuci (OAB: 9558/AL)

Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA : RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. DESCONTOS A TÍTULO DE "MORA CRED PESS". AUSÊNCIA DE INFORMAÇÃO ACERCA DOS DESCONTOS. COBRANÇA INDEVIDA. DANO MORAL E DANO MATERIAL CONFIGURADOS. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.. DECISÃO: "RELATÓRIO Relatório dispensado, nos termos do art. 46 da Lei n.º 9.099/95 c/c do Enunciado 92 do FONAJE. VOTO Cumpridos os requisitos subjetivos e objetivos de admissibilidade na espécie, CONHEÇO do recurso. Trata-se de Recurso Inominado interposto por Luciano Palmeira Silva, ora Recorrente, contra a r. sentença proferida pelo douto Juiz de Direito da 4ª Vara do Juizado Especial Cível da Capital, nos autos da Ação de Repetição de Indébito c/c Indenização por Danos Morais ajuizada contra Banco Bradesco S.a., ora Recorrido. Sendo a demanda derivada de relação de consumo, cujo "onus probandi" recai sobre o fornecedor, considerando a sistemática instituída pela Lei 8.078/90 (CDC, art. 6.º, VIII), que conferiu ao consumidor este importante mecanismo de proteção processual, permitindo a inversão do ônus da prova em seu favor, sempre que for hipossuficiente ou verossímil sua alegação. Vale salientar que o instituto, como faculdade concedida ao Juiz, pode ser utilizada no momento que entender oportuno, inclusive de ofício e por ocasião da sentença, segundo as "regras ordinárias de experiência", se há insuficiência técnica e/ou econômica a impedir o amplo acesso à justiça e ao direito de defesa. A parte recorrida não compareceu nos autos de modo a explicar a origem dos descontos impugnados, sem apresentar qualquer contrato de empréstimo ou comprovação de existência de débito por parte do recorrido. Logo, tenho como evidente que a prática do recorrido afronta diametralmente a legislação apontada, restando caracterizada a prática abusiva, que enseja a reparação buscada. Assim, tem-se que os descontos efetuados na conta bancária do recorrente são indevidos, sendo cabível a repetição do indébito, como preceitua no Art. 42, § único do CDC, bem como indenização por danos morais. A reparação de caráter eminentemente satisfatório deve ser de tal monta apta a proporcionar ao lesado uma sensação de bem estar, expressando ainda valor satisfatório adequado ao pretium doloris sentido pelo Requerente. A idéia do ressarcimento deve calcar-se tanto no vetor de natureza pedagógica, para o fim de que o Recorrido - causador do dano - incorpore postura de cuidado e respeito ao consumidor, temendo as agruras provenientes de um processo judicial e, no vetor de natureza compensatória, para o fim de proporcionar ao ofendido uma justa contrapartida que atenue, ao menos em parte, o mal sofrido. A indenização a ser proporcionada ao consumidor repousa na compensação pelo dano e na injustiça de que foi vítima, inserindo-se como direito básico do consumidor firmado no inciso VI, do artigo 6° do CDC. O valor deve considerar critério pessoal do juiz, não se atrelando a fórmulas e regras matemáticas, observando-se as condições das partes, o dano causado, a culpabilidade, as circunstâncias dos fatos e suas consequências. Assim, diante do exposto, dou provimento parcial ao recurso interposto pelo recorrente, para reformar a sentença de primeiro grau, julgando parcialmente procedente os pedidos da inicial, para condenar a parte recorrida ao pagamento do valor de R$ 1.911,46 (um mil, novecentos e onze reais e quarenta e seis centavos), já em dobro, por danos materiais e repetição de indébito, incidindo-se ambos em correção monetária e juros de 1% ao mês a partir do desembolso, bem como no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), a título de indenização por danos morais, valor sobre o qual deverá incidir correção monetária, desde o evento danoso (Súmula n. 54 do STJ) e no que tange a correção monetária, desde a data do arbitramento (Súmula n. 362 do STJ). Como consectário lógico, DETERMINO a parte recorrida se abster de efetuar cobranças intituladas "MORA CRES PESS", no prazo de 10 dias, sob pena de multa de R$1.000,00 por cada desconto efetuado, sem prejuízo da repetição do indébito. É como voto.".

Processo: 0604160-56.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 4ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Daiana de Souza Oliveira

Advogado: Diego Andrade de Oliveira (OAB: 8792/AM)

Advogado: Calixto Hagge Neto (OAB: 8788/AM)

Recorrido: Banco Bradesco S.a.

Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 1037A/AM)

Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio. Revisor: Revisor do processo Não informado

RECURSO INOMINADO. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. QUANTUM MANTIDO. RECURSO INOMINADO DESPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. HONORÁRIOS ARBITRADOS EM 20% (VINTE PORCENTO).. DECISÃO: "Acordam as Juízas da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso, para manter a sentença monocrática, conforme voto da relatora.".

Processo: 0604229-54.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 11ª Vara do Juizado Especial Cível

Apelante: Aspbras - Associação dos Servidores Publicos Brasileiros

Advogado: Carlos Eduardo Maciel Pereira (OAB: 11677/CE)

Apelado: Raimundo Fabio Lima Costa

Advogada: Cris Rodrigues Florêncio (OAB: 5316/AM)

Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio. Revisor: Revisor do processo Não informado

RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO JUNTO A ENTIDADE ASSOCIATIVA. NECESSIDADE DE SER ASSOCIADO PARA OBTER CRÉDITO. RELAÇÃO ASSOCIATIVA. VENDACASADA. RELAÇÃO DE CONSUMO NÃO CONFIGURADA. SENTENÇA MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS, NOS TERMOS DO ART. 46 DA LEI 9.099/95.. DECISÃO: "Acordam as Juízas da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso, conforme voto da relatora.".

Processo: 0604492-23.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 4ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Paulo Afonso Gesta Rico Junior

Advogado: Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB: 7396/AM)

Advogado: Kelson Girão de Souza (OAB: 7670/AM)

Recorrido: Banco Bmg S/A

Advogado: Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB: 876/AM)

Advogada: Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB: 983A/PE)

Relator: Irlena Leal Benchimol. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA – CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO – JURISPRUDÊNCIA UNIFORMIZADA NO ÂMBITO DOS JUIZADOS – -AUSÊNCIA DE CONTRATO - AUSÊNCIA DE CUMPRIMENTO DAS INFORMAÇÕES AO CONSUMIDOR – ANULAÇÃO DO NEGÓCIO – RETORNO AO STATUS QUO ANTE – - Recurso provido.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº , de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Juízes que compõem a Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis da Comarca de Manaus, por unanimidade de votos, em DAR provimento ao Recurso Inominado. Sessão de Julgamento Dra. Irlena Leal Benchimol Juíza Relatora".

Processo: 0604546-89.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 7ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Bmg S/A

Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE)

Recorrida: Maria Aldenora Souza de Macedo

Advogado: Dyogo Rodrigues de Oliveira (OAB: 19941/PB)

Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio. Revisor: Revisor do processo Não informado

RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATEIAIS. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. PRELIMINAR REJEITADA. SAQUE REALIZADO POR MEIO DE UTILIZAÇÃO DE CARTÃO. TESES DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. SENTENÇA REFORMADA QUANTO AO VALOR ARBITRADO A TÍTULO DE COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS E QUANTO AO DANO MATERIAL. RECURSO PROVIDO EM PARTE. SEM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NOS TERMOS DO ART. 55 DA LEI 9.099/95.. DECISÃO: "Acordam as/os Juízas/es da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em conceder parcial provimento ao recurso, conforme voto da relatora.".

Processo: 0604601-06.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 8ª Vara do Juizado Especial Cível (Nilton Lins)

Recorrente: Aguinaldo Antunes Corrêa Júnior

Advogado: Andreia Farias de Barros (OAB: 10773/AM)

Recorrido: Banco Bradesco S.a.

Advogado: José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB: 1235A/AM)

Recorrido: ODONTOPREV S.A

Advogado: Victoria Dutra Alencar Arantes (OAB: 10316/AM)

Recorrido: Amil - Assistência Médica Internacional Ltda

Advogado: Paulo Roberto Vigna (OAB: 173477/SP)

Recorrente: Banco Bradesco S/A

Advogado: Orlando Lopes Neto (OAB: 11383/RN)

Advogado: Kelly Alves Medeiros (OAB: 8999/RN)

Advogado: Aniolly Brenda da Silva Costa (OAB: 16391/RN)

Recorrente: Odonto Prev S/A

Advogado: Victoria Dutra Alencar Arantes (OAB: 10316/AM)

Recorrente: AMIL - Assistência Médica Internacional S.A.

Advogado: Paulo Roberto Vigna (OAB: 173477/SP)

Recorrido: Aguinaldo Antunes Correa Junior

Advogado: Andreia Farias de Barros (OAB: 10773/AM)

Relator: Irlena Leal Benchimol. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA – DANO MORAL – DESVIO PRODUTIVO/PERDA DO TEMPO ÚTIL – DESNECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO – QUANTUM MANTIDORecurso não provido.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº , de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Juízes que compõem a Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis da Comarca de Manaus, por unanimidade de votos, em NEGAR provimento ao Recurso Inominado. Sessão de Julgamento".

Processo: 0604775-49.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 1ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco do Brasil S/A

Advogado: Rafael Sganzerla Durand (OAB: 737/AM)

Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 598A/AM)

Advogado: Rafael Sganzerla Durand (OAB: 737/AM)

Recorrida: Wangevane Batista de Araujo

Advogado: Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB: 7983/AM)

Advogado: Renato de Souza Pinto (OAB: 8794/AM)

Relator: Irlena Leal Benchimol. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA – prescriçãoRecurso provido.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº , de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Juízes que compõem a Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis da Comarca de Manaus, por maioria de votos, em DAR provimento ao Recurso Inominado. Sessão de Julgamento em Dra. Irlena Leal Benchimol Juíza Relatora".

Processo: 0604874-24.2015.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 14ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: MARCIO ANDRE FILGUEIRA DIAS

Advogado: Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB: 7396/AM)

Recorrido: Api Spe 22 Planejamento e Desenvolvimento de Empreendimentos Imobiliários Ltda

Advogado: Daniel Fabio Jacob Nogueira (OAB: 3136/AM)
Advogada: Juliana Fernandes dos Santos (OAB: 292422/SP)
Advogado: André Gonçalves de Arruda (OAB: 200777/SP)
Advogado: Ney Bastos Soares Junior (OAB: 4336/AM)

Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CORRETAGEM. CLÁUSULA DE TRANSFERÊNCIA DA OBRIGAÇÃO AO CONSUMIDOR. DEVER DE INFORMAÇÃO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. ART.14 DO CDC. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. SENTENÇA REFORMADA SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e DAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto da Relatora, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0604924-79.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 11ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Banco Itaú S/A
Advogado: Celso David Antunes (OAB: 1141A/BA)
Advogado: Luis Carlos Laurenço (OAB: 16780/BA)
Recorrido: Herbeti de Jesus Almeida
Advogada: Alessandra Alves de Carvalho (OAB: A988/AM)
Advogada: Hariane Rosari Leal Schroeter (OAB: 24802/DF)
Recorrido: Ifer da Amazônia Ltda.
Advogada: Sarah Serruya Assis (OAB: 9515/AM)
Advogado: Rodrigo Waughan de Lemos (OAB: 3967/AM)

Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. EMPRÉSTIMO COM DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO. QUITAÇÃO QUANDO DA RESCISÃO TRABALHISTA. NEGATIVAÇÃO INDEVIDA. RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. 1. Diante dos fatos posto à análise e do conjunto probatório colacionado aos autos, considero acertados todos os fundamentos da sentença combatida, inclusive quanto ao arbitramento do quantum indenizatório, por observância dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade em relação ao aspecto punitivo disciplinador com o fito de coibir a reincidência da conduta ilícita praticada pela recorrente. 2. Ademais, é entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça que "As instituições financeiras respondem objetivamente pelos danos gerados por fortuito interno relativo a fraudes e delitos praticados por terceiros no âmbito de operações bancárias" (Súmula 479). 3. Sentença mantida por seus próprios fundamentos, servindo a súmula do julgamento como acórdão, na forma do artigo 46 da Lei 9.099/95, conforme dispõe o Supremo Tribunal Federal. EMENTA DIREITO PROCESSUAL CIVIL. JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. MANUTENÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA COM BASE NO ART. 46 DA LEI 9.099/95. POSSIBILIDADE. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO DEVIDO PROCESSO LEGAL, AO CONTRADITÓRIO E À AMPLA DEFESA. EVENTUAL VIOLAÇÃO REFLEXA NÃO ENSEJA RECURSO EXTRAORDINÁRIO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO CONFIGURADA. ACÓRDÃO RECORRIDO DISPONIBILIZADO EM 16.8.2012. Não importa ausência de motivação, a adoção dos fundamentos da sentença recorrida pela Turma Recursal, em conformidade com o disposto no art. 46 da Lei 9.099/95. O exame da alegada ofensa ao art. 5º, XXXV, e LV, da Constituição Federal, dependeria de prévia análise da legislação infraconstitucional aplicada à espécie, o que refoge à competência jurisdicional extraordinária, prevista no art. 102 da Constituição Federal. Inexiste violação do artigo 93, IX, da CF/88. O Supremo Tribunal Federal entende que o referido dispositivo constitucional exige que o órgão jurisdicional explicite as razões do seu convencimento, dispensando o exame detalhado de cada argumento suscitado pela parte. Agravo regimental conhecido e não provido. (STF - ARE: 736290 SP, Relator: Min. ROSA WEBER, Data de Julgamento: 25/06/2013, Primeira Turma, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-160 DIVULG 15-08-2013 PUBLIC 16-08-2013). 4. É como voto.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, mantendo na íntegra a sentença de Primeiro Grau.".

Processo: 0605009-16.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, 10ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Raimunda Castilho Coelho
Advogada: Cris Rodrigues Florêncio (OAB: 5316/AM)
Recorrido: Bradesco Vida e Previdência S/A
Advogado: Eloy Pinto de Andrade (OAB: 819/AM)
Soc. Advogados: Eloi Pinto de Andrade & Filhos-advogados
Advogado: Andre Rodrigo Pedrosa Amorim (OAB: 10978/AM)

Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio. Revisor: Revisor do processo Não informado

RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. SEGURO COLETIVO. PEDIDO DE CANCELAMENTO. DESCASO DA SEGURADORA. DESCONTO INDEVIDO CONFIGURADO. REPETIÇÃO DO INDÉBITO. NECESSIDADE DE VERIFICAÇÃO DE MÁ-FÉ. CONFORMIDADE COM JURISPRUDÊNCIA DESTAS TURMAS. DANOS MORAIS. QUANTUM MANTIDO PORQUE RAZOÁVEL. RECURSO INOMINADO NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS, NOS TERMOS DO ART. 46 DA LEI 9.099/95. CUSTAS E HONORÁRIOS, ESTES SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO, NOS TERMOS DO ART. 55 DA LEI 9.099/95. . DECISÃO: "Acordam as Juízas da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso, conforme voto da relatora.".

Processo: 0605051-46.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 7ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Banco Bradesco S.a.
Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE)
Advogado: Andre de Souza Oliveira (OAB: 5219/AM)
Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 1037A/AM)
Recorrida: Jane Leal Brito
Soc. Advogados: Marcela da Silva Paulo (OAB: 10325/AM)
Advogada: Bruna das Chagas de Mendonca (OAB: 10474/AM)
Advogada: Marcela da Silva Paulo (OAB: 10325/AM)
Advogado: Nayanna Evellyn Pessoa Gaia (OAB: 12723/AM)
Advogado: Eder Machado Araujo (OAB: 14085/AM)

Relator: Irlena Leal Benchimol. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA – DANO MORAL – DESVIO PRODUTIVO/PERDA DO TEMPO ÚTIL – DESNECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO – QUANTUM MANTIDORecurso não provido.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº , de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Juízes que compõem a Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis da Comarca de Manaus, por unanimidade de votos, em NEGAR provimento ao Recurso Inominado. Sessão de Julgamento Dra. Irlena Leal Benchimol Juíza Relatora".

Processo: 0605273-33.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, 10ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Jose Ribamar Rocha da Silva
Advogada: Cris Rodrigues Florêncio (OAB: 5316/AM)
Recorrido: CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDENCIA S/A
Advogado: José Ribamar Fernandes Morais (OAB: 559A/AM)

Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio. Revisor: Revisor do processo Não informado

RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. ALEGAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. NECESSIDADE DE PRODUÇÃO DE PROVA MÍNIMA. RECURSO INOMINADO NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS, NOS TERMOS DO ART. 46 DA LEI 9.099/95. SEM CUSTAS, NOS TERMOS DO ART. 98, §1º, INCISO I DO CPC. HONORÁRIOS ARBITRADOS EM 20% DO VALOR DA CAUSA, NOS TERMOS DO ART. 55 DA LEI 9.099/95, CONTUDO SUSPENSO, NOS TERMOS DO ART. 98, §§2º E 3º DO CPC. . DECISÃO: "Acordam os Juízes da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso, conforme voto da relatora.".

Processo: 0605372-86.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 1ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: MARIA DE FÁTIMA LOPES DE SÁ
Advogado: Luis Albert dos Santos Oliveira (OAB: 8251/AM)
Recorrido: Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE)

Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTARECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. CONSUMIDOR. SERVIÇO BANCÁRIO. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. NEGÓCIO VÁLIDO. CONTRATO COLACIONADO AOS AUTOS. CONDUTA AUSENTE DE DANOS MATERIAIS E MORAIS. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.1. Trata-se de Ação Declaratória de Inexistência de Débito c/c Indenização por Danos Morais e Materiais decorrente de relação de mútuo firmada entre as partes mediante concessão de cartão de crédito consignado. A parte ré, ora recorrida, trouxe aos autos os documentos comprobatórios da formação da relação jurídica, perfazendo o negócio válido e transparente à luz do Código de Defesa do Consumidor. Assim, diante dos fatos posto à análise, entendo acertados todos os fundamentos da sentença que julgou improcedente os pedidos formulados na inicial. Jurisprudência nesse sentido: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO C/C REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS E REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CONTRATO DE CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. PROVA DA CONTRATAÇÃO. VALOR DESCONTADO EM BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO, COM BASE NA RESERVA DE MARGEM CONSIGNÁVEL (RMC). LICITUDE. INOCORRÊNCIA DE DESCONTOS INDEVIDOS. RESTITUIÇÃO INCABÍVEL POR AUSÊNCIA DE AGIR ILÍCITO. PARTE RÉ QUE SE DESINCUMBIU DO SEU ÔNUS PROBATÓRIO DISPOSTO NO ARTIGO 373, II, DO CPC. NÃO DEMONSTRADA IRREGULARIDADE NOS DESCONTOS OU DEFEITO DO NEGÓCIO JURÍDICO (ART. 138 E SEGUINTES CC). DANOS EXTRAPATRIMONIAIS NÃO CONFIGURADOS. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA DA AÇÃO MANTIDA POR SEUS FUNDAMENTOS. RECURSO IMPROVIDO. (Recurso Cível Nº 71007290406, Quarta Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Glaucia Dipp Dreher, Julgado em 15/12/2017). 2. Sentença mantida por seus próprios fundamentos, servindo a súmula do julgamento como acórdão, na forma do artigo 46 da Lei 9.099/95, conforme dispõe o Supremo Tribunal Federal. EMENTA DIREITO PROCESSUAL CIVIL. JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. MANUTENÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA COM BASE NO ART. 46 DA LEI 9.099/95. POSSIBILIDADE. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO DEVIDO PROCESSO LEGAL, AO CONTRADITÓRIO E À AMPLA DEFESA. EVENTUAL VIOLAÇÃO REFLEXA NÃO ENSEJA RECURSO EXTRAORDINÁRIO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO CONFIGURADA. ACÓRDÃO RECORRIDO DISPONIBILIZADO EM 16.8.2012. Não importa ausência de motivação, a adoção dos fundamentos da sentença recorrida pela Turma Recursal, em conformidade com o disposto no art. 46 da Lei 9.099/95. O exame da alegada ofensa ao art. 5º, XXXV, e LV, da Constituição Federal, dependeria de prévia análise da legislação infraconstitucional aplicada à espécie, o que refoge à competência jurisdicional extraordinária, prevista no art. 102 da Constituição Federal. Inexiste violação do artigo 93, IX, da CF/88. O Supremo Tribunal Federal entende que o referido dispositivo constitucional exige que o órgão jurisdicional explicite as razões do seu convencimento, dispensando o exame detalhado de cada argumento suscitado pela parte. Agravo regimental conhecido e não provido. (STF - ARE: 736290 SP, Relator: Min. ROSA WEBER, Data de Julgamento: 25/06/2013, Primeira Turma, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-160 DIVULG 15-08-2013 PUBLIC 16-08-2013). 3. Sem custas e honorários em razão da concessão da assistência judiciária. É como voto.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NO MÉRITO ACOLHER os Embargos de Declaração, nos termos do voto da Relatora, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0605590-65.2017.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, 10ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Lucineia Coutinho de Vasconcelos
Advogada: Cris Rodrigues Florêncio (OAB: 5316/AM)
Recorrido: Banco Bonsucesso Consignado S.A
Advogado: Cassio Chaves Cunha (OAB: 12268/PA)
Advogado: Gustavo Gonçalves Gomes (OAB: 1058A/AM)

Relator: Antônio Itamar de Souza Gonzaga. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INFORMAÇÃO PRÉVIA E ADEQUADA ACERCA DA MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO. NÃO HOUVE VIOLAÇÃO AO ART. 6º DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. CONTRATO VÁLIDO. IMPROCEDÊNCIA DA DEMANDA. SENTENÇA MANTIDA. Alega a parte Autora ter realizado um contrato de cartão de crédito convencional, de modo que esperava apenas ser cobrado quando o utilizasse, tendo sido surpreendido com os descontos em seu contracheque, sendo que jamais utilizou o cartão. De logo, saliento que, o Autor, em sua peça inaugural, omitiu o fato de ter recebido o valor de R$764,68 (fl.115), referente ao saque inicial do cartão, bem como de ter realizado diversas compras com o cartão (fl.112), o que afasta a verossimilhança de suas alegações.Além disso, foi anexado aos autos o contrato firmado entre as partes (fls. 98/99), o qual, apesar de não indicar os encargos pertinentes, consta o valor do saque inicial, bem como a informação de que o desconto realizado em folha de pagamento refere-se ao mínimo da fatura mensal do cartão, e que o restante poderá ser pago até o vencimento em qualquer agência bancária.Assim, constata-se que as alegações do Autor se contrapõe às provas constantes nos autos, as quais demonstram ter havido contratação de cartão de crédito consignado, cujas características foram previamente informadas ao consumidor, o qual não leu o documento por sua própria incúria, sendo a manutenção da sentença medida que se faz necessária. RECURSO NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Vencido o recorrente cabe condenação em custas e honorários, estes arbitrados em 20% do valor da causa devidamente atualizada, artigo 55 da Lei nº 9.099/1995, com a exigibilidade suspensa por ser beneficiário da justiça gratuita.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0605611-22.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 15º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda
Advogado: Caio Patrick Coelho Silva Andrade (OAB: 13408/AM)
Soc. Advogados: Denilza Maria Bezerra Pessoa (OAB: 613/AM)

Advogada: Elisa Gomes Valente Bulboo (OAB: 9767/AM)
Advogado: Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB: 11737/AM)
Advogado: Elaise Moss Portela (OAB: 7689/AM)
Advogado: Pedro Camara Junior (OAB: 2834/AM)
Recorrido: Jamil Ribeiro da Silva
Advogado: Jamil Ribeiro da Silva (OAB: 7167/AM)

Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio. Revisor: Revisor do processo Não informado

RECURSO INOMINADO. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL. NEGATIVAÇÃO ILEGÍTIMA. QUANTUM MANTIDO. RECURSO INOMINADO DESPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. HONORÁRIOS ARBITRADOS EM 20% (VINTE PORCENTO).1. Por todo o exposto, entendo que a sentença proferida pelo juízo a quo deve ser mantida pelos seus próprios fundamentos nos termos do art. 46 da lei 9.099/95. Honorários arbitrados em 20% (vinte por cento) do valor da condenação, nos termos do art. 55 da lei 9.099/95.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Acordam as Juízas da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso, conforme voto da relatora.".

Processo: 0605831-88.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 3ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Banco Bradesco Cartões S/A
Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 128341/SP)
Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: A598/AM)
Recorrida: Santelma Mendonça de Oliveira
Advogada: Paula Regina de Mattos Ferreira (OAB: 4794/AM)

Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio. Revisor: Revisor do processo Não informado

RECURSO INOMINADO. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL. FALHA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS. QUANTUM MANTIDO. RECURSO INOMINADO DESPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA ARBITRADOS EM 20% (VINTE POR CENTO) DO VALOR DA CONDENAÇÃO, NOS TERMOS DO ARTIGO 55 DA LEI 9.099/95.1. Por todo o exposto, entendo que a sentença proferida pelo juízo a quo deve ser mantida pelos seus próprios fundamentos nos termos do art. 46 da lei 9.099/95. Honorários arbitrados em 20% (vinte por cento) do valor da condenação, nos termos do art. 55 da lei 9.099/95.. DECISÃO: "Acordam as Juízas da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso, para manter a sentença monocrática, conforme voto da relatora.".

Processo: 0605853-44.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 12º Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Ondina Evangelista Honorato
Advogado: Manoel Pedro de Carvalho (OAB: 4890/AM)
Advogado: Oswaldo Távora Buarque Neto (OAB: 5566/AM)
Recorrido: Banco Bmg S/A
Advogado: Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM)
Advogada: Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB: 4018/AM)
Advogado: Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB: 876/AM)

Relator: Antônio Itamar de Souza Gonzaga. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. AUSÊNCIA DE VEROSSIMILHANÇAS DAS ALEGAÇÕES. CABE AO AUTOR O ÔNUS DA PROVA DE SUAS ALEGAÇÕES (ART. 373, I CPC). NÃO CONSTA NOS AUTOS PROVA MÍNIMA DAS ALEGAÇÕES AUTORAIS. SENTENÇA MANTIDA.A mera alegação acerca de cobrança indevida, sem qualquer documento que evidencie ter sido o banco réu o responsável, não atende a existência do ônus da prova, tornando impossível sua inversão em prol do consumidor, quando falece os autos de qualquer prova ou elemento de convencimento que permita concluir pela verossimilhança da alegação (CDC, art. 6º, inciso VIII).Como bem pontuou o juízo de piso, não há como saber se a instituição financeira ré é a responsável pelos descontos sofridos, vez que não consta nos demonstrativos anexados a indicação do credor. Assim, estando os pedidos da exordial sustentados pelos descontos supostamente indevidos realizados pelo banco réu, à falta de sua comprovação leva, por via de consequência, a improcedência dos pedidos, eis que vedado decidir por presunção.RECURSO NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Custas e honorários pelo recorrente, sendo estes fixados em 10% sobre o valor da causa. No entanto, suspendo a cobrança da verba sucumbencial, pelo prazo de 5 anos, a teor do artigo 98, parágrafo 3, do CPC.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0605886-68.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 6º Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Kátia Nazaré Ferreira da Costa,
Advogada: Evellyn Kelryen Apolonio da Silva (OAB: 9125/AM)
Advogado: Eduardo Marques da Silva (OAB: 9114/AM)
Advogada: Emmilly Karen Apolônio da Silva (OAB: 9716/AM)
Recorrido: Águas do Amazonas S.A.
Advogado: Gustavo Gonçalves Gomes (OAB: 1058A/AM)

Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. NECESSIDADE DE PRODUÇÃO DE PROVAS INTRINCADAS. PERÍCIA EM HIDRÔMETRO. IMPRESCINDÍVEL. COMPLEXIDADE DA CAUSA QUE AFASTA A COMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.. DECISÃO: "EMENTA: RECURSO INOMINADO. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. NECESSIDADE DE PRODUÇÃO DE PROVAS INTRINCADAS. PERÍCIA EM HIDRÔMETRO. IMPRESCINDÍVEL. COMPLEXIDADE DA CAUSA QUE AFASTA A COMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, em que são partes acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Juízes de Direito que compõem a 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO o recurso, nos termos do voto da Relatora.".

Processo: 0605955-22.2017.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, 9ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Luis Alberto Lopes Sevalho
Soc. Advogados: Figueira & Nascimento Sociedade de Advogados (OAB: 572/AM)
Advogado: Adjailson Silva Figueira de Souza (OAB: 8620/AM)
Recorrido: Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 1037A/AM)

Relator: Irlena Leal Benchimol. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA – CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO ACEITO COMO CONDIÇÃO PARA OBTENÇÃO DO EMPRÉSTIMO – JURISPRUDÊNCIA UNIFORMIZADA NO ÂMBITO DOS JUIZADOS – AUSÊNCIA DE CUMPRIMENTO DAS INFORMAÇÕES AO CONSUMIDOR – ANULAÇÃO DO NEGÓCIO – RETORNO AO STATUS QUO ANTE – - Recurso provido.. DECISÃO:

"ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº , de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Juízes que compõem a Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis da Comarca de Manaus, por unanimidade de votos, em NEGAR provimento aos Embargos Declaratórios . Sessão de Julgamento Dra. Irlena Leal Benchimol Juíza Relatora".

Processo: 0605978-09.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 14ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Carlos Augusto Gomes de Aquino

Advogado: Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB: 10057/AM)

Recorrido: Bradesco Auto/Re Companhia de Seguros S/A

Advogado: José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB: 1235A/AM)

Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO. VENDA CASADA. SEGURO NÃO CONTRATADO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. COBRANÇA INDEVIDA. DANOS MORAIS E MATERIAIS CONFIGURADOS. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.. DECISÃO: "RELATÓRIO Relatório dispensado, nos termos do art. 46 da Lei n.º 9.099/95 c/c do Enunciado 92 do FONAJE. VOTO Cumpridos os requisitos subjetivos e objetivos de admissibilidade na espécie, CONHEÇO do recurso. Trata-se de Recurso Inominado interposto por Carlos Augusto Gomes de Aquino, ora Recorrente, contra a r. sentença proferida pelo douto Juiz de Direito da 14ª Vara do Juizado Especial Cível da Capital, nos autos da Ação de Indenização por Danos Materiais e Morais ajuizada por Bradesco Auto/Re Companhia de Seguros S/A, ora Recorrida. Em análise ao caso em comento, a parte Recorrente aduz que, ao contratar mútuo junto ao banco requerido, foi obrigada a contratar também um seguro, o qual não mantinha qualquer interesse em adquirir, mas que, diante da necessidade do empréstimo, não viu outra alternativa a não ser assinar o instrumento contratual contendo tal produto não desejado. A esse respeito, vislumbre-se o que dita o Código de Defesa do Consumidor: Art. 39 - é vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas: I: "condicionar o fornecimento de produtos ou serviços ao fornecimento de outro produto ou serviço, bem como, sem justa causa, a limites quantitativos Da análise da disposição legal, denota-se que o espírito da lei deseja evitar que o consumidor, com o objetivo único de ter acesso a determinado produto, no caso em tela, empréstimo de valores, seja obrigado a arcar com o ônus de obter outro, o qual não integra sua vontade, mas que foi imposto pelo fornecedor como única forma de aquisição daquele efetivamente desejado. No caso dos presentes autos, observo que o seguro consta como condicionado ao contrato de empréstimo, o qual foi imediatamente descontado da conta bancária da parte autora, conforme demonstrado às fls. 19 dos autos, o que deixa transparecer de forma clara e inequívoca a imposição do produto. Logo, tenho como evidente que a prática do requerido afronta diametralmente a legislação apontada, restando caracterizada a prática abusiva, que enseja a reparação buscada. A indenização por dano moral é arbitrável, mediante estimativa prudencial que leve em conta a necessidade de, com a quantia, satisfazer a dor da vítima e dissuadir, de igual e novo atentado, o agente ofensor. O dano material, por sua vez, se traduz em provas inequívocas de sua ocorrência, evidenciando o prejuízo patrimonial inconteste, cumprindo o prejudicado o ônus processual sob sua responsabilidade, considerando a documentação apresentada, sendo cabível a repetição do indébito, como preceitua no Art. 42, § único do CDC. Assim, diante do exposto, Voto no sentido dar provimento parcial ao Recurso Inominado, para reformar a sentença no sentido de condenar a recorrida ao pagamento do valor de R$ 258,80 (duzentos e cinquenta e oito reais e oitenta centavos), já em dobro, por danos materiais e repetição de indébito, incidindo-se ambos em correção monetária e juros de 1% ao mês a partir do desembolso, bem como no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), a título de indenização por danos morais, valor sobre o qual deverá incidir correção monetária, desde o evento danoso (Súmula n. 54 do STJ) e no que tange a correção monetária, desde a data do arbitramento (Súmula n. 362 do STJ). É como voto. Manaus, 30 de agosto de 2019. Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes Relatora".

Processo: 0605987-68.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 4ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Maria do Carmo Corrêa da Silva

Advogado: Domingos Nunes de Oliveira (OAB: 13940/AM)

Recorrido: Banco Bradesco S.a.

Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: A598/AM)

Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 598A/AM)

Recorrido: Banco Daycoval S/A

Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE)

Relator: Irlena Leal Benchimol. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA – AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DOS FATOS CONSTITUTIVOS DO SEU DIREITO – Recurso NÃO provido.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº , de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Juízes que compõem a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis da Comarca de Manaus, por unanimidade de votos, em NEGAR provimento ao Recurso Inominado. Sessão de Julgamento em Irlena Leal Benchimol Relatora".

Processo: 0606092-48.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 12º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Tim Celular S/A

Advogado: Gustavo Gonçalves Gomes (OAB: A1058/AM)

Advogado: Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB: 671A/AM)

Recorrida: Mylena Alves Bentes de Lima

Advogado: Marcos Fabio Oliveira de Lima (OAB: 11070/AM)

Relator: Antônio Itamar de Souza Gonzaga. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. SUSPENSÃO DO SERVIÇO DE TELEFONIA. INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS. INÚMERAS RECLAMAÇÕES ADMINISTRATIVAS. DESCASO. DANO MORAL RESPONSABILIDADE OBJETIVA. RECURSO IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. Resta incontroverso, da confrontação da narrativa aduzida pelas partes, que, de fato, houve a suspensão dos serviços de telefonia sem a existência de qualquer causa subjacente legítima, na medida em que nenhum débito o autor possuía para com a empresa. Logo, houve defeito na prestação do serviço, porque o bloqueio ocorreu quando não havia motivo justo para tanto, e nem espeque contratual, em que pese estarem pagas, corretamente, todas as contas relativas ao serviço.É inequívoco que a suspensão indevida do serviço de telefonia é motivo reconhecidamente causador de grandes conseqüências prejudiciais, de incontestáveis constrangimentos, quanto mais quando não é resolvido com a rapidez que necessariamente se espera.Não se trata de mero dissabor, inerente ao inadimplemento de um contrato. Há um abalo emocional negativo do consumidor provocado pela indisponibilidade do serviço contratado, sem margem para qualquer argumentação ou recurso seu.A suspensão do serviço promovido por iniciativa da ré, porquanto desprovidos de suporte normativo, qualificam-se como abuso de direito, e revelam a imperfeição dos serviços que fornece.Para o dano indenizável, basta a perturbação feita pelo ato ilícito nas relações psíquicas, na tranqüilidade, nos sentimentos, nos afetos de uma pessoa, para produzir uma diminuição no gozo do respectivo direito. O dano moral independe de prova; sua existência é presumida, não se cogitando, pois, da comprovação do prejuízo, nem da intensidade do sofrimento experimentado pelo ofendido.RECURSO NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Vencido o recorrente cabe condenação em custas e honorários,

estes arbitrados em 20% do valor da condenação devidamente atualizada, artigo 55 da Lei nº 9.099/1995.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os autos. DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0606142-08.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 4ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Miriam da Encarnação Ferreira
Advogado: Luiz Fernando Maués Marques (OAB: 4622/AM)
Recorrido: Águas do Amazonas S.A.
Advogado: Gustavo Gonçalves Gomes (OAB: 1058A/AM)

Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. FORNECIMENTO DE ÁGUA IRREGULAR. INDISPENSABILIDADE DE PERÍCIA TÉCNICA. COMPLEXIDADE DA CAUSA QUE AFASTA A COMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E NEGADO PROVIMENTO .. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, em que são partes acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Juízes de Direito que compõem a 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO o recurso, nos termos do voto da Relatora.".

Processo: 0606222-35.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 14ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Raimunda Feijo da Conceição
Advogada: Jussara Costa Botelho (OAB: 11223/AM)
Recorrido: Claro S/A
Advogado: André Phillipe Brito Garganta (OAB: 10870/AM)
Advogado: Jose Henrique Cancado Goncalves (OAB: 855A/SE)
Advogado: José Henrique Cançado Gonçalves (OAB: 57680/MG)
Advogado: Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB: 3808/AM)

Relator: Antônio Itamar de Souza Gonzaga. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. SERVIÇO DE TV/TELEFONE. SERVIÇO DEFEITUOSO QUE LEVOU AO PEDIDO DE CANCELAMENTO. MULTA DE FIDELIZAÇÃO, IN CASU, INDEVIDA. DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE. DANO MORAL. NÃO CONFIGURADO. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0606396-81.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 15º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Águas do Amazonas S.A.
Advogado: Marcelo da Silva Carlos (OAB: 7366/AM)
Advogado: Gustavo Gonçalves Gomes (OAB: A1058/AM)
Advogado: Gustavo Gonçalves Gomes (OAB: 1058A/AM)
Recorrida: Sonia Maria de Holanda Goes
Advogada: Andréa Renata Virginio de Souza (OAB: 9238/AM)

Relator: Antônio Itamar de Souza Gonzaga. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO – CONSUMIDOR – NEGATIVAÇÃO - MANUTENÇÃO INDEVIDA – INEXISTÊNCIA DE DÉBITO – PAGAMENTO – RESPONSABILIDADE DA EMPRESA QUE REALIZOU A NEGATIVAÇÃO DE CRÉDITO – DANO MORAL – RECURSO NÃO PROVIDO.Analisando o contexto fático-probatório existente nos autos, tem-se que, ficou demonstrada a falha administrativa do requerido diante da manutenção da inscrição do nome da parte requerente nos cadastros de restrições ao crédito SPC e SERASA, quando não havia causa subjacente para tanto, eis que o débito foi pago, ainda que em atraso. Tratando-se de responsabilidade objetiva, é preciso tão somente a demonstração do nexo de causalidade entre a conduta e o resultado lesivo, a teor do disposto no artigo 14 do Código de Defesa do Consumidor. Sua exclusão depende de culpa exclusiva de terceiro ou do consumidor. Vale enfatizar que a recorrente não apresentou qualquer causa excludente de responsabilidade, a qual romperia com o nexo de causalidade entre sua conduta e o dano experimentado pelo Recorrido.A inscrição em cadastros restritivos de crédito vem sendo utilizada, legitimamente, pelas instituições financeiras, como instrumentos de prevenção para minimizar prejuízos decorrentes da inadimplência dos consumidores de bens e serviços disponibilizados no mercado.Entretanto, esses expedientes costumeiramente empregados deixam de ser legítimos em casos como os dos autos, em que não existem mais motivos para consubstanciá-los.A caracterização do dano moral, por afetar os atributos da personalidade da parte ofendida, maculando-a no que lhe é mais caro, se aperfeiçoa com a simples ocorrência do fato que se consubstancia no seu fato gerador, independentemente da irradiação de quaisquer efeitos materiais afetando aquela, ensejando sua contemplação com um lenitivo pecuniário destinado a compensá-la pelas ofensas intrínsecas que sofrera e sancionar a ofensora pelo ilícito que praticara. Assim tenho que a sentença prolatada pela instância singela (R$ 6.000,00) se aparenta proporcional ao malefício experimentado pelo autor, pois suficiente para amenizar o desgaste emocional presumido na espécie, sem proporcionar enriquecimento indevido, ao mesmo tempo em que se presta a incutir no réu a necessidade de maior diligência no desempenho de suas funções empresariais.RECURSO NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Vencido o recorrente cabe condenação em custas e honorários, estes arbitrados em 20% do valor da condenação devidamente atualizada, artigo 55 da Lei nº 9.099/1995.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0606579-37.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, 10ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Ilcineia Menezes Barroso
Advogado: Jadilson José Chaves da Costa (OAB: 10490/AM)
Recorrido: Banco Bradesco S.a.
Advogado: Rubens Gaspar Serra (OAB: 3499/AC)
Advogado: Felipe Gonzola Vieira Marques (OAB: 995A/AM)
Advogada: Kênia Bastos Andrade (OAB: 4037/AM)
Advogada: Kátia Assis Rodrigues Rocha (OAB: 10320/AM)
Advogado: Felipe Gazola Vieira Marques (OAB: 76696/MG)

Relator: Antônio Itamar de Souza Gonzaga. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. COBRANÇA DEVIDA. SENTENÇA MANTIDA PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. Busca a autora/ Recorrente a reforma da sentença de primeiro grau que julgou improcedente a demanda, argumentando que o empréstimo consignado realizado com a demandada/recorrida foi quitado e que os descontos realizados em seu contracheque são indevidos, bem como que alguns descontos foram descontados em duplicidade.Contudo, da análise dos autos, verifico que a petição é confusa, dificultando a análise dos fatos pelo juízo. Em um primeiro momento, o Autor alega que o contrato n. 75275218479 foi quitado em 2013, no entanto tal alegação é totalmente inverossímil, vez que o próprio contrato anexado aos autos indica ter sido o contrato celebrado no ano de 2013, com término previsto para 2021, não tendo nos autos qualquer comprovação de que houve a quitação total no ano de 2013. O Autor, ainda, informa que os descontos, referentes ao mesmo contrato acima mencionado, iniciaram antes do previsto, de modo que entende serem indevidos. Contudo, tal afirmação, também, carece de verossimilhança, eis que, como já dito, o contrato foi firmado em 2013, não havendo como ter relação a este

contrato. Ao que tudo indica, os descontos anteriores pertencem a outro negócio jurídico firmado pela parte. Por fim, aduz o Autor que houveram descontos em duplicidade, no ano de 2018, contudo, da mesma forma, este argumento não merece prosperar, eis que foram anexados os contracheques até o mês de junho de 2018, sendo que o desconto na conta corrente ocorreu em julho de 2018.Neste sentido, não merece reparos a sentença de primeiro grau, eis que ponderou corretamente as questões do caso em comento. Confirma-se a sentença, portanto, por seus próprios e justos fundamentos, nos termos do que dispõe o artigo 46, da Lei n. 9.099: "O julgamento em segunda instância constará apenas da ata, com a indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva. Se a sentença for confirmada por seus próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão, com os acréscimos constantes da ementa que integra esta decisão."RECURSO NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Custas e honorários pelo recorrente, sendo estes fixados em 10% sobre o valor da causa. No entanto, suspendo a cobrança da verba sucumbencial, pelo prazo de 5 anos, a teor do artigo 12 da Lei 1.060/50.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0606587-89.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 11ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Bmg S/A

Advogado: Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM)

Advogada: Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB: 4018/AM)

Recorrida: Maria Alice de Sá Gomes

Advogado: Ivan Gleidson Trindade de Souza Farias (OAB: 11908/AM)

Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio. Revisor: Revisor do processo Não informado

RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. SAQUE REALIZADO POR MEIO DE UTILIZAÇÃO DE CARTÃO. TESES DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. SENTENÇA REFORMADA SOMENTE QUANTO A RESTITUIÇÃO DO INDÉBITO NA FORMA SIMPLES. RECURSO PROVIDO EM PARTE SEM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NOS TERMOS DO ART. 55 DA LEI 9.099/95.. DECISÃO: "Acordam as/os Juízas/es da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em conceder parcial provimento ao recurso, conforme voto da relatora.".

Processo: 0606624-87.2016.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 14ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Arnaldo Costa Gama

Soc. Advogados: Figueira & Nascimento Sociedade de Advogados (OAB: 572/AM)

Advogado: Elvislan do Nascimento Silva (OAB: 8970/AM)

Recorrido: Banco Industrial do Brasil S/A

Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 1037A/AM)

Relator: Irlena Leal Benchimol. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA – CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO – JURISPRUDÊNCIA UNIFORMIZADA NO ÂMBITO DOS JUIZADOS – AUSÊNCIA DE CUMPRIMENTO DAS INFORMAÇÕES AO CONSUMIDOR – ANULAÇÃO DO NEGÓCIO – RETORNO AO STATUS QUO ANTE – REPETIÇÃO DO INDÉBITO - Recurso provido.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº , de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Juízes que compõem a Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis da Comarca de Manaus, por unanimidade de votos, em NEGAR provimento aos Embargos Declaratórios . Sessão de Julgamento Dra. Irlena Leal Benchimol Juíza Relatora".

Processo: 0606707-38.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 8ª Vara do Juizado Especial Cível (Nilton Lins)

Recorrente: Banco Bradesco S.a.

Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE)

Advogado: André de Souza Oliveira (OAB: 5219/AM)

Recorrido: Aldenildo Gama Braga

Advogado: Adilce Pereira do Amaral (OAB: 6513/AM)

Relator: Antônio Itamar de Souza Gonzaga. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. SERVIÇO BANCÁRIO. COBRANÇA DE SERVIÇO/PRODUTO NÃO CONTRATADO. DESCONSTITUIÇÃO DO DÉBITO. DANO MATERIAL E MORAL. CABIMENTO. RECURSO NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.Ausência de prova acerca da contratação ou aceitação do serviço impugnado, associada à verossimilhança da insurgência do consumidor e à sua hipossuficiência, que culminou em pagamento de valor indevido, autorizam o deferimento do pleito relativo aos danos materiais. Caracterizada a cobrança indevida de valores relativos a serviços não contratados, tendo o consumidor efetuado o pagamento, a fim de não ter maiores desdobramentos, deve ser reconhecida a irregularidade de sua conduta, ensejando a sua condenação ao ressarcimento dos prejuízos extrapatrimoniais suportados pelo autor. A reparação por danos morais deve proporcionar a justa satisfação à vítima e, em contrapartida, impor ao infrator impacto financeiro, a fim de dissuadi-lo da prática de novo ilícito, porém de modo que não signifique enriquecimento sem causa do ofendido. Neste sentido, não merece reparos a sentença de primeiro grau, eis que ponderou corretamente as questões do caso em comento.RECURSO NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Vencido o recorrente cabe condenação em custas e honorários, estes arbitrados em 20% do valor da condenação devidamente atualizada, artigo 55 da Lei nº 9.099/1995.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0606732-70.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, 10ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Manoel Moraes Teixeira

Advogado: Felipe Luiz Alencar Vilarouca (OAB: 19194/MT)

Recorrido: Banco Bradesco S.a.

Advogada: Karina de Almeida Batistuci (OAB: 9558/AL)

Advogado: André de Souza Oliveira (OAB: 5219/AM)

Relator: Irlena Leal Benchimol. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA – NEGATIVAÇÃO – TELAS QUE NÃO RETIRAM A VEROSSIMILHANÇA POR SEREM UNILATERAIS – TESE DE FRAUDE NÃO DESCARTADA – CONTRATAÇÃO NÃO COMPROVADA – NEGATIVAÇÃO INDEVIDA – DANOS MORAISRecurso provido.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº , de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Juízes que compõem a Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis da Comarca de Manaus, por unanimidade de votos, em DAR provimento ao Recurso Inominado para julgar procedente a lide. Sessão de Julgamento em Dra. Irlena Leal Benchimol Juíza Relatora".

Processo: 0606744-62.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 4ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Rozenildo de Vasconcelos Vilhena

Advogado: Rodrigo Pollari Castelo Branco (OAB: 7993/AM)

Recorrido: Banco Cetelem S/A

Advogado: Denner B. Mascarenhas Barbosa (OAB: 1183A/AM)

Relator: Antônio Itamar de Souza Gonzaga. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INFORMAÇÃO PRÉVIA E ADEQUADA ACERCA DA MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO. NÃO HOUVE VIOLAÇÃO AO ART. 6º DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. CONTRATO VÁLIDO. IMPROCEDÊNCIA DA DEMANDA. SENTENÇA MANTIDA PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa e voto que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0606747-85.2016.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 14ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Alcyney Fernandes Rodrigues
Advogado: Luis Albert dos Santos Oliveira (OAB: 8251/AM)
Recorrido: Banco Bmg S/A
Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE)
Advogado: Hugo Neves de Morães Andrade (OAB: 23798/PE)

Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. EMPRESTIMO C/C CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. APLICAÇÃO DE TESES DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DEVOLUÇÃO SIMPLES PROCEDENTE E DANOS MORAIS IN RE IPSA DEVIDOS. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e DAR PROVIMENTO PARCIAL ao recurso inominado, nos termos do voto da Relatora, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0606784-18.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 13º Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 1037A/AM)
Recorrida: Iolanda Costa de Oliveira
Advogado: Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB: 7197/AM)

Relator: Antônio Itamar de Souza Gonzaga. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INFORMAÇÃO PRÉVIA E ADEQUADA ACERCA DA MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO. NÃO HOUVE VIOLAÇÃO AO ART. 6º DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. CONTRATO VÁLIDO. IMPROCEDÊNCIA DA DEMANDA. SENTENÇA REFORMADA. Da análise dos autos, verifica-se que a Instituição financeira logrou demonstrar a ciência inequívoca do consumidor sobre a contratação do cartão de crédito consignado, ao anexar o documento contratual firmado e assinado pelas partes (fls.148/155), em que há informações suficientes sobre a modalidade de crédito em questão. Nessa esteira, considerando que restou demonstrado a ciência irrefutável do consumidor sobre o produto que estava contratando, tendo a instituição financeira atendido o dever de informação que lhe competia, deixo de aplicar as teses uniformizadas sobre o tema, eis que válida a contratação.Ante o exposto, CONHEÇO DO RECURSO E DOU-LHE PROVIMENTO, reformando a decisão de primeiro grau, para julgar improcedentes os pedidos formulados na inicial. Sem condenação em custas e honorários, nos termos da lei.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa e voto que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0606885-21.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Heber da Silva Gomes
Advogado: Luis Albert dos Santos Oliveira (OAB: 8251/AM)
Recorrido: Serra Comercio de Alimentos Ltda
Advogado: Terezinha Teles Fernandes (OAB: 6622/AM)

Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. VEROSSIMILHANÇA DAS ALEGAÇÕES DO AUTOR. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. ART. 14 DO CDC. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e DAR PROVIMENTO PARCIAL ao recurso inominado, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0606922-11.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 4ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Banco Bradesco S.a.
Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: A598/AM)
Recorrida: LUCIA MARIA PICANÇO DE SOUZA
Advogado: Gustavo da Silva Grillo (OAB: 7883/AM)
Advogado: Andrey Augusto B. Ramos (OAB: 7526/AM)

Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio. Revisor: Revisor do processo Não informado
RECURSO INOMINADO. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. VENDA CASADA. QUANTUM MANTIDO. RECURSO INOMINADO DESPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA ARBITRADOS EM 20% (VINTE POR CENTO) DO VALOR DA CONDENAÇÃO, NOS TERMOS DO ARTIGO 55 DA LEI 9.099/95.1. Por todo o exposto, entendo que a sentença proferida pelo juízo a quo deve ser mantida pelos seus próprios fundamentos nos termos do art. 46 da lei 9.099/95. Honorários arbitrados em 20% (vinte por cento) do valor da condenação, nos termos do art. 55 da lei 9.099/95.. DECISÃO: "Acordam as Juízas da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso, para manter a sentença monocrática, conforme voto da relatora.".

Processo: 0607082-44.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Banco Bmg S/A
Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE)
Advogado: Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB: 9487/AM)
Recorrida: ALTAMIR MARTINS PAREDES
Advogado: Fernanda Prestes de Lima (OAB: 8776/AM)

Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio. Revisor: Revisor do processo Não informado
RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. PRELIMINAR REJEITADA. SAQUE REALIZADO POR MEIO DE UTILIZAÇÃO DE CARTÃO. TESES DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. SENTENÇA REFORMADA SOMENTE QUANTO AO VALOR ARBITRADO A TÍTULO DE COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS. RECURSO PROVIDO EM PARTE. SEM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NOS TERMOS DO ART. 55 DA LEI 9.099/95.. DECISÃO: "Acordam as/os Juízas/es da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em conceder parcial provimento ao recurso, conforme voto da relatora.".

Processo: 0607113-98.2015.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 3ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 1037A/AM)
Advogado: Andre de Souza Oliveira (OAB: 5219/AM)
Recorrida: Hilda MAria Pereira Nobre
Advogado: Adalberto Pereira Nobre Filho (OAB: 9140/AM)

Relator: Irlena Leal Benchimol. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA – - UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA - ANÁLISE DE TESES - EMPRÉSTIMO CONSIGNADO VINCULADO A SAQUE DE CARTÃO DE CRÉDITO – ERRO SUBSTANCIAL – CONSUMIDOR ACREDITAVA EM EMPRÉSTIMO SIMPLES – DANO MORAL EVIDENCIADO – CONSUMIDOR INFORMA AS PARCELAS PROMETIDAS – DANO MATERIAL EM DOBRORecurso não provido.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº , de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Juízes que compõem a Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis da Comarca de Manaus, por unanimidade de votos, em NEGAR provimento aos Embargos Declaratórios . Sessão de Julgamento Dra. Irlena Leal Benchimol Juíza Relatora".

Processo: 0607149-23.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, 10ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Jose Alves Siqueira
Advogado: Rustene Rocha Monteiro (OAB: 11974/AM)
Recorrido: Claro S/A
Advogada: Lilian Karen de Souza (OAB: 167344/MG)
Advogada: Jessica Lobo Silva (OAB: 158014/MG)
Advogado: Jose Henrique Cancado Goncalves (OAB: 855A/SE)
Advogado: José Henrique Cançado Gonçalves (OAB: 57680/MG)
Recorrido: Farmácia Pag Menos
Advogado: Alexandre Pena de Carvalho (OAB: 4208/AM)

Relator: Antônio Itamar de Souza Gonzaga. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. DANO MORAL. NÃO CONFIGURADO. MERO ABORRECIMENTO. SENTENÇA MANTIDA PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. . DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa e voto que acompanham a presente decisão.".

Processo: 0607187-13.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 4ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Daci Rocha da Silva
Advogado: Luis Albert dos Santos Oliveira (OAB: 8251/AM)
Recorrido: Banco Itaú S/A
Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE)

Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio. Revisor: Revisor do processo Não informado
RECURSO INOMINADO. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL. ALEGAÇÃO DE NEGATIVAÇÃO ILEGÍTIMA. QUANTUM MANTIDO. RECURSO INOMINADO DESPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. HONORÁRIOS ARBITRADOS EM 10% (DEZ POR CENTO) DO VALOR DA CAUSA, NOS TERMOS DO ARTIGO 55 DA LEI 9.099/95..1. Por todo o exposto, entendo que a sentença proferida pelo juízo a quo deve ser mantida pelos seus próprios fundamentos nos termos do art. 46 da lei 9.099/95. Honorários arbitrados em 10% (dez por cento) do valor da causa, nos termos do art. 55 da lei 9.099/95.. DECISÃO: "Acordam as Juízas da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso, para manter a sentença monocrática, conforme voto da relatora.".

Processo: 0607221-25.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 15º Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Jeane Filgueiras da Costa
Advogado: Marcos Fabio Oliveira de Lima (OAB: 11070/AM)
Advogado: Dyogo Rodrigues de Oliveira (OAB: 19941/PB)
Recorrido: Banco Bmg S/A
Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE)

Relator: Antônio Itamar de Souza Gonzaga. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INFORMAÇÃO PRÉVIA E ADEQUADA ACERCA DA MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO. NÃO HOUVE VIOLAÇÃO AO ART. 6º DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. CONTRATO VÁLIDO. IMPROCEDÊNCIA DA DEMANDA. SENTENÇA REFORMADA.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa e voto que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0607437-54.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 6º Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Banco Bmg S/A
Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE)
Recorrida: NÁGYLA PROCÓPIO SILVA DE LIMA GUIMARÃES VIEIRA
Advogado: Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB: 8500/AM)

Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER, DANOS MATERIAIS E MORAIS. EMBARGOS à EXECUÇÃO. MULTA OBRIGAÇÃO DE FAZER. descumprimento de liminar deferida e ratificada em sentença. PERIDIOCIDADE E VALOR RAZOÁVEL. certidão nos autos. RECURSO CONHECIDO E IMPRÓVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, mantendo na íntegra a sentença de Primeiro Grau.".

Processo: 0607535-65.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 4ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Maria das Graças Borges Lopes
Advogado: Kelson Girão de Souza (OAB: 7670/AM)
Advogado: Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB: 7396/AM)
Recorrido: Banco Bonsucesso Consignado S.A
Advogado: Carlos Eduardo Cavalcante Ramos (OAB: 37489/BA)
Advogada: Nathalia Pereira Leite Vilela Teixeira (OAB: 167006/RJ)

Relator: Irlena Leal Benchimol. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA – CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO – JURISPRUDÊNCIA UNIFORMIZADA NO ÂMBITO DOS JUIZADOS – -AUSÊNCIA DE CONTRATO - AUSÊNCIA DE CUMPRIMENTO DAS INFORMAÇÕES AO CONSUMIDOR – ANULAÇÃO DO NEGÓCIO – RETORNO AO STATUS QUO ANTE – - Recurso provido.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº , de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Juízes que compõem a Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis da Comarca de Manaus, por unanimidade de votos, em DAR provimento ao Recurso Inominado. Sessão de Julgamento Dra. Irlena Leal Benchimol Juíza Relatora".

Processo: 0607575-47.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 4ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Daisy Ferreira Ventilari Brito
Advogada: Elaine Rodrigues Jerônimo Silva (OAB: 7793/AM)
Recorrido: Banco Bmg S/A

Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE)

Relator: Irlena Leal Benchimol. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA – CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO – JURISPRUDÊNCIA UNIFORMIZADA NO ÂMBITO DOS JUIZADOS – -AUSÊNCIA DE CONTRATO - AUSÊNCIA DE CUMPRIMENTO DAS INFORMAÇÕES AO CONSUMIDOR – ANULAÇÃO DO NEGÓCIO – RETORNO AO STATUS QUO ANTE – - Recurso provido.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº , de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Juízes que compõem a Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis da Comarca de Manaus, por unanimidade de votos, em DAR provimento ao Recurso Inominado. Sessão de Julgamento Dra. Irlena Leal Benchimol Juíza Relatora".

Processo: 0607685-34.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, 16ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Bradesco S.a.
Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE)
Advogado: André de Souza Oliveira (OAB: 5219/AM)
Recorrido: Moises da Costa Ferreira,
Advogado: Diego da Silva Soares Cruz (OAB: 21519/MT)

Relator: Irlena Leal Benchimol. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA – DANO MORAL – INSCRIÇÃO INDEVIDA – DESNECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO – DANO IN RE IPSA – QUANTUM MANTIDORecurso não provido.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº 0607685-34.2018.8.04.0020 , de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Juízes que compõem a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis da Comarca de Manaus, por unanimidade de votos, em NEGAR provimento ao Recurso Inominado. Sessão de Julgamento".

Processo: 0607754-78.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 14ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Wanderson Cardoso Gomes
Advogado: Antonio Jarlison Pires da Silva (OAB: 12261/AM)
Advogado: Thiago Teixeira da Costa (OAB: 12263/AM)
Recorrido: Banco Santander S.a.
Advogado: Marco André Honda Flores (OAB: 6171/MS)

Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio. Revisor: Revisor do processo Não informado

RECURSO INOMINADO. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL. SUPOSTA FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. ALEGAÇÃO DE VENDA CASADA. RECURSO INOMINADO DESPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA ARBITRADOS EM 10% (DEZ POR CENTO) DO VALOR DA CAUSA, NOS TERMOS DO ARTIGO 55 DA LEI 9.099/95.1. Por todo o exposto, entendo que a sentença proferida pelo juízo a quo deve ser mantida pelos seus próprios fundamentos nos termos do art. 46 da lei 9.099/95. Honorários arbitrados em 10% (dez por cento) do valor da causa, nos termos do art. 55 da lei 9.099/95.. DECISÃO: "Acordam as Juízas da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso, para manter a sentença monocrática, conforme voto da relatora.".

Processo: 0607816-84.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 4ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Bmg S/A
Advogado: Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM)
Advogado: Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB: 876/AM)
Advogada: Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB: 4018/AM)
Recorrido: Aldenora Lima da Silva
Advogado: Alysson Roberto Rocha Ferreira (OAB: 11860/AM)

Relator: Antônio Itamar de Souza Gonzaga. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. AUSÊNCIA DE INFORMAÇÃO ADEQUADA ACERCA DA MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO. VIOLAÇÃO AO ART. 6º DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. APLICAÇÃO DAS TESES FIRMADAS NA TURMA DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS DO ESTADO DO AMAZONAS. CONTRATO INVÁLIDO. DEVER DE INDENIZAR. CABIMENTO. QUANTUM. REDUÇÃO. SENTENÇA REFORMADA.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa e voto que acompanham a presente decisão.".

Processo: 0607919-02.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 15º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: MARISMAR ALMEIDA VIANA
Advogado: Penelope A. Antony Lira (OAB: 7357/AM)
Recorrido: Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 1037A/AM)

Relator: Irlena Leal Benchimol. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA – CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO – JURISPRUDÊNCIA UNIFORMIZADA NO ÂMBITO DOS JUIZADOS – AUSÊNCIA DE CUMPRIMENTO DAS INFORMAÇÕES AO CONSUMIDOR – ANULAÇÃO DO NEGÓCIO – RETORNO AO STATUS QUO ANTE – - Recurso provido.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº , de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Juízes que compõem a Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis da Comarca de Manaus, por unanimidade de votos, em NEGAR provimento aos Embargos Declaratórios . Sessão de Julgamento Dra. Irlena Leal Benchimol Juíza Relatora".

Processo: 0607958-88.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 4ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Águas do Amazonas S.A.
Advogado: Gustavo Gonçalves Gomes (OAB: A1058/AM)
Advogado: Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB: 671/AM)
Recorrida: Alda Helena Tavares de Seixas
Advogado: Fabio Carvalho de Arruda (OAB: 8076/AM)
Advogada: Drielle Carvalho de Arruda (OAB: 9121/AM)

Relator: Irlena Leal Benchimol. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA – DANO MORAL – QUANTUM MANTIDORecurso não provido.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº , de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Juízes que compõem a Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis da Comarca de Manaus, por unanimidade de votos, em NEGAR provimento ao Recurso Inominado. Sessão de Julgamento".

Processo: 0608004-77.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 11ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Vivo S.a.
Advogado: Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB: 29320/GO)
Recorrido: Edmilson da Silva
Advogado: Cidiney Rodrigues Ferreira (OAB: 8359/MT)
Advogado: Cidiney Rodrigues Ferreira (OAB: 46521/BA)

Relator: Irlena Leal Benchimol. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA – DANO MORAL – INSCRIÇÃO INDEVIDA – DESNECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO – DANO IN RE IPSA – QUANTUM MANTIDORecurso não provido.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº 0608004-77.2018.8.04.0092 , de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Juízes que compõem a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis da Comarca de Manaus, por unanimidade de votos, em NEGAR provimento ao Recurso Inominado. Sessão de Julgamento".

Processo: 0608098-67.2015.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 13º Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 1037A/AM)
Recorrido: JAMERSON MARQUES DE CASTRO
Advogado: Luis Albert dos Santos Oliveira (OAB: 8251/AM)

Relator: Irlena Leal Benchimol. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA – - UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA - ANÁLISE DE TESES - EMPRÉSTIMO CONSIGNADO VINCULADO A SAQUE DE CARTÃO DE CRÉDITO – ERRO SUBSTANCIAL – CONSUMIDOR ACREDITAVA EM EMPRÉSTIMO SIMPLES – DANO MORAL EVIDENCIADO – CONSUMIDOR INFORMA AS PARCELAS PROMETIDAS – DANO MATERIAL EM DOBRORecurso não provido.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº , de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Juízes que compõem a Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis da Comarca de Manaus, por unanimidade de votos, em NEGAR provimento aos Embargos Declaratórios . Sessão de Julgamento Dra. Irlena Leal Benchimol Juíza Relatora".

Processo: 0608249-13.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, 16ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Francisco Correa Liborio
Advogado: Carlos Rossato da Silva Avila (OAB: 10309/MT)
Recorrido: Banco Bradesco S.a.
Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE)
Advogado: André de Souza Oliveira (OAB: 5219/AM)

Relator: Antônio Itamar de Souza Gonzaga. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 385 DO STJ. DEVER DE INDENIZAR. DANO MORAL. SENTENÇA REFORMADA.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0608408-68.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Tim Celular S/A
Advogada: Christianne Gomes da Rocha (OAB: 18305/PB)
Recorrido: Aires Coimbra de Barros
Advogado: Gabriel Drumond Gonzaga (OAB: 14147/AM)
Advogado: Maria de Fatima Motta de Barros (OAB: 846A/AM)

Relator: Antônio Itamar de Souza Gonzaga. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA RECURSO INOMINADO. PROCESSO CIVIL. RECURSO DO RÉU QUE VISA A ANULAÇÃO OU A REDUÇÃO DA MULTA. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. ATENDIMENTO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO NÃO PROVIDO. Primeiramente, saliento que o erro material constante na sentença de piso, certamente, não tem o condão de modificar o resultado do julgamento, qual seja, a rejeição dos embargos à execução opostos. Insurge-se o recorrente quanto a multa cominatória aplicada pelo juízo de primeiro grau, sob o argumento de que a obrigação foi devidamente cumprida. Ao contrário do que alega o recorrente, a obrigação não foi cumprida, eis que inexiste comprovação idônea. Por esta razão, a aplicação das astreintes se deu forma correta, considerando o descumprimento do decisium. Ademais, não vislumbro excesso na execução, eis que o valor está condizente com a perda sofrida pela autora, como forma de compensação pela inércia do réu em cumprir a obrigação, tendo sido fixado em patamar razoável e proporcional.RECURSO NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Vencido o recorrente cabe condenação em custas e honorários, estes arbitrados em 20% do valor da condenação devidamente atualizada, artigo 55 da Lei nº 9.099/1995.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0608655-49.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Banco Bmg S/A
Advogado: Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM)
Advogado: Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB: 876/AM)
Advogada: Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB: 4018/AM)
Recorrida: Maria Auxiliadora Nogueira
Advogado: Ana Hellen Brandão Furtado (OAB: 8509/AM)
Advogado: Nelson Clay Fernandes Tavares (OAB: 8453/AM)

Relator: Antônio Itamar de Souza Gonzaga. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. AUSÊNCIA DE INFORMAÇÃO ADEQUADA ACERCA DA MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO. VIOLAÇÃO AO ART. 6º DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. APLICAÇÃO DAS TESES FIRMADAS NA TURMA DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS DO ESTADO DO AMAZONAS. CONTRATO INVÁLIDO. DEVER DE INDENIZAR. CABIMENTO. QUANTUM REDUZIDO. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. . DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0608785-02.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 4ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Maria de Fatima Felix de Souza
Advogado: Fabio Carvalho de Arruda (OAB: 8076/AM)
Advogada: Drielle Carvalho de Arruda (OAB: 9121/AM)
Recorrido: Águas do Amazonas S.A.
Advogado: Gustavo Gonçalves Gomes (OAB: A1058/AM)
Advogado: Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB: 671A/AM)

Relator: Irlena Leal Benchimol. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA – AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DOS FATOS CONSTITUTIVOS DO SEU DIREITO.Recurso NÃO provido.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº , de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Juízes que compõem a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis da Comarca de Manaus, por unanimidade de votos, em NEGAR provimento ao Recurso Inominado. Sessão de Julgamento em Irlena Leal Benchimol Relatora".

Processo: 0608815-37.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 11ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Banco Bradesco S.a.
Advogada: Karina de Almeida Batistuci (OAB: 685A/AM)
Recorrido: Francisco Leite da Silva
Advogada: Natasja Deschoolmeester (OAB: 2140/AM)
Advogado: Karen Rebecca Louzada Dadalto Henriques (OAB: 140475/RJ)

Relator: Antônio Itamar de Souza Gonzaga. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. SERVIÇO BANCÁRIO. CANCELAMENTO DE CONTA CORRENTE. DESCONTO DE TARIFA BANCÁRIA EM DATA POSTERIOR POR PROLONGADO PERÍODO. UTILIZAÇÃO DO LIMITE DE CHEQUE ESPECIAL. NEGATIVAÇÃO DO NOME DO AUTOR. CONTA INATIVA DESDE 2008. PERMANÊNCIA DO LANÇAMENTO DE ENCARGOS DE MANUTENÇÃO DE CONTA. PRÁTICA ABUSIVA. DANO MORAL CONFIGURADO. VALOR ARBITRADO. RAZOABILIDADE. SENTENÇA MANTIDA.A postura adotada pela ré no caso sob análise, afronta brutalmente diversas garantias do consumidor elencadas na legislação protecionista, além de ser contrária ao bom senso e racionalidade de respeito às relações comerciais desta natureza. O débito que gerou a negativação é todo proveniente de lançamentos de encargos de manutenção da conta, porque inativa desde 2008, sendo que o autor não fez qualquer outra despesa junto ao banco, sendo o montante cobrado apenas inerente ao lançamento de encargos, cujo saldo negativo gerou o lançamento ao cadastro de inadimplentes.Nesse sentido, qualquer cláusula constante do contrato celebrado entre as partes, previamente autorizando o lançamento contínuo, indefinido e cumulado de débitos em conta-corrente, inerentes à taxa de manutenção e pacote de tarifas, é totalmente abusiva e nula de pleno direito, à luz do artigo 51, IV, e § 1º, III, do Código de Defesa do Consumidor.Noutra ótica, a cobrança ocorreu muito depois do aludido abandono do autor na manutenção de sua conta, período razoável de tempo para concluir-se que o credor tolerava o débito em aberto por sua parte.Não poderia o banco permitir que o débito permanecesse em aberto por tanto tempo, como o fez por mais de anos, sem perceber a inatividade de movimentação da conta-corrente, que apenas recebia a incidência dos encargos de manutenção decorrentes, a depender de mera liberalidade ou conveniência do credor, provavelmente oponível quando a dívida se tornasse impagável ou atrativa, para somente estão fazer cessar esta situação. Por esta razão, a sentença de primeiro grau não merece qualquer reparo, pois enfrentou, de forma correta, todas as questões pertinentes ao caso em comento.RECURSO NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Vencido o recorrente cabe condenação em custas e honorários, estes arbitrados em 20% do valor da condenação devidamente atualizada, artigo 55 da Lei nº 9.099/1995.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0608884-77.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 6º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Claro S/A

Advogado: Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB: 3808/AM)

Advogado: André Phillipe Brito Garganta (OAB: 10870/AM)

Recorrido: Kizem Negócios Imobiliários Ltda

Advogado: Nelson Abdon Souto Kizem (OAB: 5454/AM)

Advogado: Joel Vasconcelos da Silva (OAB: 5588/AM)

Advogado: Lucas Harles do Nascimento Ribeiro (OAB: 13350/AM)

Advogado: Marcelo Abdon Kizem (OAB: 2138/AM)

Relator: Irlena Leal Benchimol. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA – ASTREINTES – DESCUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO – REDUÇÃO ASTREINTES JUSTARecurso não provido.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº , de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Juízes que compõem a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis da Comarca de Manaus, por unanimidade de votos, em NEGAR parcial provimento ao Recurso Inominado Sessão de Julgamento em Irlena Leal Benchimol Relatora".

Processo: 0608901-16.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 3ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: BANCO BRADESCO S/A

Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 128341/SP)

Recorrido: Rômulo da Silva Rocha

Advogado: Daniel Rocha Nonbrega (OAB: 10626/AM)

Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. COBRANÇAS INDEVIDAS. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DANOS MORAIS E MATERIAIS CONFIGURADOS. VALOR DA INDENIZAÇÃO MOSTRA-SE ADEQUADO ÀS CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO CONCRETO E À JURISPRUDÊNCIA. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS, NOS TERMOS DO ART. 46 DA LEI N.º9.099/95. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "RELATÓRIO Vistos, etc. O relatório é dispensado com fundamento no Enunciado 92 do FONAJE c/c art. 46 da Lei n. 9099/95. VOTO Conheço do recurso eis que presentes os pressupostos que autorizam a sua admissibilidade, ou seja, por ter sido interposto dentro do prazo legal. Inicialmente, observa-se que o caso em análise se enquadra perfeitamente nos ditames do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078/90), eis que considera-se fornecedor a pessoa jurídica que desenvolve atividade de comercialização de produto e/ou prestação de serviços, aí incluídas as cobranças de seguros/taxas e serviços bancários. Diante do quadro probatório juntado e dos fundamentos trazidos, considero acertados todos os termos da r. sentença combatida. Assim sendo, tenho que a douta sentença, porque bem apreciou, analisou e julgou os fatos, aplicando corretamente o direito e fazendo justiça, deve ser mantida pelos seus próprios e judiciosos fundamentos, negando dessa forma o provimento ao recurso interposto. Na fixação do quantum devido a título de danos morais, deve-se atentar para as condições das partes, a gravidade da lesão, sua repercussão e as circunstâncias fáticas, não se podendo olvidar a repercussão na esfera dos lesados e o potencial econômico social do lesante. Também deve ser dada uma natureza punitiva à reparação, para evitar que o ofensor repita os atos que levaram a presente indenização. Desta maneira, entendo que o quantum indenizatório fixado mostra-se adequado às peculiaridades do caso concreto e consoante com os parâmetros utilizados pelas Turmas Recursais em casos análogos, bem como atenta aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. Com apoio no artigo 55 da Lei de Regência dos Juizados Especiais (Lei 9.099/95) condeno a recorrente/requerida no pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que, observados os parâmetros legais e o grau de complexidade da causa, fixo no equivalente a 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação, atualizado monetariamente. É como voto.".

Processo: 0608913-93.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 12º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Elizia Oliveira Marques de Lima,

Advogado: Manoel Eduardo dos Santos Assis (OAB: 9613/AM)

Recorrido: Banco Industrial do Brasil S/A

Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 1037A/AM)

Relator: Irlena Leal Benchimol. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA – CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO – JURISPRUDÊNCIA UNIFORMIZADA NO ÂMBITO DOS JUIZADOS – AUSÊNCIA DE CUMPRIMENTO DAS INFORMAÇÕES AO CONSUMIDOR – ANULAÇÃO DO NEGÓCIO – RETORNO AO STATUS QUO ANTE – - Recurso provido.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº , de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Juízes que compõem a Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis da Comarca de Manaus, por unanimidade de votos, em NEGAR provimento aos Embargos Declaratórios . Sessão de Julgamento Dra. Irlena Leal Benchimol Juíza Relatora".

Processo: 0608936-68.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 6º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Bradesco S.a.

Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 598A/AM)

Recorrido: Hewerton Bentes Cardoso

Advogado: Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB: 7197/AM)

Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. COBRANÇAS INDEVIDAS. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DANOS MORAIS E MATERIAIS CONFIGURADOS. VALOR DA INDENIZAÇÃO MOSTRA-SE ADEQUADO ÀS CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO CONCRETO E À JURISPRUDÊNCIA. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS, NOS TERMOS DO ART. 46 DA LEI N.º9.099/95. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "RELATÓRIO Vistos, etc. O relatório é dispensado com fundamento no Enunciado 92 do FONAJE c/c art. 46 da Lei n. 9099/95. VOTO Conheço do recurso eis que presentes os pressupostos que autorizam a sua admissibilidade, ou seja, por ter sido interposto dentro do prazo legal. Inicialmente, observa-se que o caso em análise se enquadra perfeitamente nos ditames do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078/90), eis que considera-se fornecedor a pessoa jurídica que desenvolve atividade de comercialização de produto e/ou prestação de serviços, aí incluídas as cobranças de seguros/taxas e serviços bancários. Diante do quadro probatório juntado e dos fundamentos trazidos, considero acertados todos os termos da r. sentença combatida. Assim sendo, tenho que a douta sentença, porque bem apreciou, analisou e julgou os fatos, aplicando corretamente o direito e fazendo justiça, deve ser mantida pelos seus próprios e judiciosos fundamentos, negando dessa forma o provimento ao recurso interposto. Na fixação do quantum devido a título de danos morais, deve-se atentar para as condições das partes, a gravidade da lesão, sua repercussão e as circunstâncias fáticas, não se podendo olvidar a repercussão na esfera dos lesados e o potencial econômico social do lesante. Também deve ser dada uma natureza punitiva à reparação, para evitar que o ofensor repita os atos que levaram a presente indenização. Desta maneira, entendo que o quantum indenizatório fixado mostra-se adequado às peculiaridades do caso concreto e consoante com os parâmetros utilizados pelas Turmas Recursais em casos análogos, bem como atenta aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. Com apoio no artigo 55 da Lei de Regência dos Juizados Especiais (Lei 9.099/95) condeno a recorrente/requerida no pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que, observados os parâmetros legais e o grau de complexidade da causa, fixo no equivalente a 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação, atualizado monetariamente. É como voto. Manaus, 29 de agosto de 2019. Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes Relatora".

Processo: 0609095-64.2017.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, 10ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: VALMIR GUEDES DA SILVA

Advogada: Cris Rodrigues Florêncio (OAB: 5316/AM)

Advogado: Bruno de Oliveira Rodrigues (OAB: 9968/AM)

Recorrido: Banco Bonsucesso Consignado S.A

Advogado: Cassio Chaves Cunha (OAB: 12268/PA)

Advogado: Gustavo Gonçalves Gomes (OAB: A1058/AM)

Relator: Antônio Itamar de Souza Gonzaga. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INFORMAÇÃO PRÉVIA E ADEQUADA ACERCA DA MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO. NÃO HOUVE VIOLAÇÃO AO ART. 6º DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. CONTRATO VÁLIDO. IMPROCEDÊNCIA DA DEMANDA. SENTENÇA MANTIDA.1- De logo, observa-se que a narrativa autoral é confusa, eis que, inicialmente, alega ter o Autor realizado um contrato de cartão de crédito convencional, de modo que esperava apenas ser cobrado quando o utilizasse, tendo sido surpreendido com os descontos em contracheque. No entanto, no sétimo parágrafo na exordial, ressalta o autor que "o fato de os descontos em razão da obtenção de empréstimo por meio do cartão ser efetuados diretamente no contracheque do consumidor o induz a acreditar que fez um consignado como outro qualquer." 2- Em outras palavras, não há como saber se o Autor pensava ter feito um cartão de crédito ou pensava ter contratado um empréstimo, havendo nítida incoerência na exposição do fatos. Além disso, o Autor, em sua peça inaugural, omitiu o fato de ter recebido o valor de R$800,00 (fl.149), referente ao saque inicial do cartão, bem como de ter realizado diversas compras com o cartão (fl.146), o que afasta a verossimilhança de suas alegações.3- Ademais, foi anexado aos autos o contrato firmado entre as partes (fls. 142/143), o qual, apesar de não indicar os encargos pertinentes, consta informação de que o desconto realizado em folha de pagamento refere-se ao mínimo da fatura mensal, e que o restante poderá ser pago até o vencimento em qualquer agência bancária. 4- Assim, constata-se que as alegações do Autor se contrapõe às provas constantes nos autos, as quais demonstram ter havido contratação de cartão de crédito consignado, cujas características foram previamente informadas ao consumidor, o qual não leu o documento por sua própria incúria, sendo a manutenção da sentença medida que se faz necessária. RECURSO NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Vencido o recorrente cabe condenação em custas e honorários, estes arbitrados em 20% do valor da causa devidamente atualizada, artigo 55 da Lei nº 9.099/1995, com a exigibilidade suspensa por ser beneficiário da justiça gratuita.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0609118-88.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 1ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Itaucard S/A

Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE)

Advogado: André de Souza Oliveira (OAB: 5219/AM)

Recorrido: Marcos Antônio Leite da Silva Junior

Advogado: Luis Albert dos Santos Oliveira (OAB: 8251/AM)

Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. EMPRÉSTIMO CONDICIONADO À CONTRATAÇÃO DE SEGURO. PRÁTICA ABUSIVA. VENDA CASADA. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "1. Trata-se de Ação de Responsabilidade Civil c/c Indenização por Danos Materiais e Morais decorrente da relação de mútuo entre as partes. O Recorrente não tendo se desincumbido de provar fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito da parte autora (Art. 333, inciso II, CPC), deve suportar os danos decorrentes da falha na prestação dos seus serviços que são postos à disposição dos consumidores, face à sua responsabilidade objetiva. Por assim dizer, restou demonstrado que a Recorrida suportou evento danoso, a fazer jus à reparação dos danos morais. Vejamos jurisprudência: 1...o fornecedor a devolução dos valores vertidos pelo consumidor a tal título. 6. Segundo precedentes do Superior Tribunal de Justiça, o art. 39, I, do CDC, inclui no rol das práticas abusivas a popularmente denominada "venda casada", ao estabelecer que é vedado ao fornecedor "condicionar o fornecimento de produto ou de serviço ao fornecimento de outro produto ou serviço, bem como, sem justa causa, a limites quantitativos. (TJ-DF - RI: 07112418520158070016, Relator: ROBSON BARBOSA DE AZEVEDO, Data de Julgamento: 16/09/2015, TERCEIRA TURMA RECURSAL, Data de Publicação: Publicado no DJE : 25/09/2015 . Pág.: Sem Página Cadastrada.) 2. Sentença mantida por seus próprios fundamentos, servindo a súmula do julgamento como acórdão, na forma do artigo 46 da Lei 9.099/95, conforme dispõe o Supremo Tribunal Federal. EMENTA

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. MANUTENÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA COM BASE NO ART. 46 DA LEI 9.099/95. POSSIBILIDADE. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO DEVIDO PROCESSO LEGAL, AO CONTRADITÓRIO E À AMPLA DEFESA. EVENTUAL VIOLAÇÃO REFLEXA NÃO ENSEJA RECURSO EXTRAORDINÁRIO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO CONFIGURADA. ACÓRDÃO RECORRIDO DISPONIBILIZADO EM 16.8.2012. Não importa ausência de motivação, a adoção dos fundamentos da sentença recorrida pela Turma Recursal, em conformidade com o disposto no art. 46 da Lei 9.099/95. O exame da alegada ofensa ao art. 5º, XXXV, e LV, da Constituição Federal, dependeria de prévia análise da legislação infraconstitucional aplicada à espécie, o que refoge à competência jurisdicional extraordinária, prevista no art. 102 da Constituição Federal. Inexiste violação do artigo 93, IX, da CF/88. O Supremo Tribunal Federal entende que o referido dispositivo constitucional exige que o órgão jurisdicional explicite as razões do seu convencimento, dispensando o exame detalhado de cada argumento suscitado pela parte. Agravo regimental conhecido e não provido. (STF - ARE: 736290 SP, Relator: Min. ROSA WEBER, Data de Julgamento: 25/06/2013, Primeira Turma, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-160 DIVULG 15-08-2013 PUBLIC 16-08-2013). 3. Condenação em custas processuais e honorários advocatícios na proporção de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação. É como voto.”.

Processo: 0609290-93.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 12º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a)

Advogada: Isabela Montuori Bougleux de Araujo (OAB: 118303/MG)

Advogado: Luis Phillip de Lana Foureaux (OAB: 1011A/AM)

Advogado: Guilherme Vilela de Paula (OAB: 1010A/AM)

Recorrida: Amelia dos Santos Barbosa

Advogado: Alan Kelson de Lima Fonseca (OAB: 10160/AM)

Relator: Irlena Leal Benchimol. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA – DANO MORAL – DESVIO PRODUTIVO/PERDA DO TEMPO ÚTIL – DESNECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO – QUANTUM MANTIDORecurso não provido.. DECISÃO: “ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº , de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Juízes que compõem a Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis da Comarca de Manaus, por unanimidade de votos, em NEGAR provimento ao Recurso Inominado. Sessão de Julgamento em Irlena Leal Benchimol Relatora”.

Processo: 0609917-68.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 6º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Bradesco S.a.

Advogado: Thales Silvestre Júnior (OAB: 2406/AM)

Advogado: Marcondes Fonseca Luniere Junior (OAB: 2897/AM)

Recorrido: George Damião de Lima

Advogada: Karen Bezerra Rosa Braga (OAB: 6617/AM)

Relator: Irlena Leal Benchimol. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA – AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DOS FATOS CONSTITUTIVOS DO SEU DIREITO.Recurso provido.. DECISÃO: “ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº , de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Juízes que compõem a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis da Comarca de Manaus, por unanimidade de votos, em DAR provimento ao Recurso Inominado. Sessão de Julgamento em Irlena Leal Benchimol Relatora”.

Processo: 0610098-06.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 15º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: OI - Telemar Norte Leste S/A

Advogado: Eladio Miranda Lima (OAB: 86235/RJ)

Advogado: Daniel Coutinho da Silva (OAB: 9122/AM)

Recorrido: Jorge Mauro Ferreira de Barros

Advogada: Taís Miranda Rodrigues (OAB: 7743/AM)

Relator: Antônio Itamar de Souza Gonzaga. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. TELEFONIA E INTERNET. DEVER DE INDENIZAR. SENTENÇA MANTIDA PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.Para o deslinde da presente ação, não se faz necessária a realização de perícia ou outro procedimento capaz de melhor elucidar os fatos narrados na exordial e, como se sabe, a complexidade da causa para fixação de sua competência é aferida pelo objeto da prova e não em face do direito material. Não considero que a causa de pedir da presente lide e os argumentos apresentados pela recorrente importem em complexidade jurídica, uma vez que versam sobre tema corriqueiramente examinado pelos Juizados Especiais Pátrios. Assim, refuto tal preliminar. Busca o Demandado/Recorrente a reforma da sentença de primeiro grau que julgou procedente a demanda, argumentando que os serviços contratados pelo autor/recorrido estão ativos e com funcionamento normal. Contudo, da análise dos autos, constato que a parte autora/recorrida anexou aos autos números de protocolos que remontam aos meses de janeiro, março, abril, maio, junho, novembro e dezembro do ano de 2015 e os meses de abril e junho de 2016(fls.2/3/13/14), em que buscava a normalidade de seus serviços contratados. Contudo, da análise dos autos, constato que a parte autora/recorrida anexou aos autos números de protocolos que remontam aos meses de janeiro, março, abril, maio, junho, novembro e dezembro do ano de 2015 e os meses de abril e junho de 2016(fls.2/3/13/14), em que buscava a normalidade de seus serviços contratados. Ressalto que em nenhum momento, nos autos, o demandado/recorrente se manifesta quanto as reclamações feitas pelo autor ao buscar o restabelecimento dos serviços contratados, limitando-se tão somente a informar que a solicitação de visita técnica foi atendida (25/11/2016), e que os serviços estão ativos e funcionando normalmente.Por se tratar de direito regido pelo CDC, caberia ao demandado/recorrente demonstrar a regularidade dos serviços prestados ao consumidor, fato que não ocorreu. No que concerne ao quantum, na medida em que o juízo monocrático é o principal destinatário das provas, sobretudo à eleição dos critérios quantificadores do dano extrapatrimonial, apenas seria viável a reforma desse quadro se aviltante o ferimento ao princípio da proporcionalidade ou se patente o enriquecimento sem causa, o que não se divisa no caso concreto. Deve-se, pois, manter a estimativa razoavelmente fixada na decisão ora criticada (R$ 5.000,00). Neste sentido, não merece reparos a sentença de primeiro grau, eis que ponderou corretamente as questões do caso em comento. Confirma-se a sentença, portanto, por seus próprios e justos fundamentos, nos termos do que dispõe o artigo 46, da Lei n. 9.099: “O julgamento em segunda instância constará apenas da ata, com a indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva. Se a sentença for confirmada por seus próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão, com os acréscimos constantes da ementa que integra esta decisão.”RECURSO NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Vencido o recorrente cabe condenação em custas e honorários, estes arbitrados em 20% do valor da condenação devidamente atualizada, artigo 55 da Lei nº 9.099/1995. . DECISÃO: “DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.”.

Processo: 0610107-60.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 8ª Vara do Juizado Especial Cível (Nilton Lins)

Recorrente: Banco Bradesco S.a.

Advogada: Karina de Almeida Batistuci (OAB: 9558/AL)

Recorrente: Bradesco Vida e Previdência S/A

Advogada: Karina de Almeida Batistuci (OAB: 9558/AL)
Recorrida: Shirleia Araujo da Costa
Advogado: Dyogo Rodrigues de Oliveira (OAB: 19941/PB)

Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. EMPRÉSTIMO CONDICIONADO À CONTRATAÇÃO DE SEGURO. PRÁTICA ABUSIVA. VENDA CASADA. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "1. Trata-se de Ação de Responsabilidade Civil c/c Indenização por Danos Materiais e Morais decorrente da relação de mútuo entre as partes. O Recorrente não tendo se desincumbido de provar fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito da parte autora (Art. 333, inciso II, CPC), deve suportar os danos decorrentes da falha na prestação dos seus serviços que são postos à disposição dos consumidores, face à sua responsabilidade objetiva. Por assim dizer, restou demonstrado que a Recorrida suportou evento danoso, a fazer jus à reparação dos danos morais. Vejamos jurisprudência: 1...o fornecedor a devolução dos valores vertidos pelo consumidor a tal título. 6. Segundo precedentes do Superior Tribunal de Justiça, o art. 39, I, do CDC, inclui no rol das práticas abusivas a popularmente denominada "venda casada", ao estabelecer que é vedado ao fornecedor "condicionar o fornecimento de produto ou de serviço ao fornecimento de outro produto ou serviço, bem como, sem justa causa, a limites quantitativos. (TJ-DF - RI: 07112418520158070016, Relator: ROBSON BARBOSA DE AZEVEDO, Data de Julgamento: 16/09/2015, TERCEIRA TURMA RECURSAL, Data de Publicação: Publicado no DJE : 25/09/2015 . Pág.: Sem Página Cadastrada.) 2. Sentença mantida por seus próprios fundamentos, servindo a súmula do julgamento como acórdão, na forma do artigo 46 da Lei 9.099/95, conforme dispõe o Supremo Tribunal Federal. EMENTA DIREITO PROCESSUAL CIVIL. JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. MANUTENÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA COM BASE NO ART. 46 DA LEI 9.099/95. POSSIBILIDADE. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO DEVIDO PROCESSO LEGAL, AO CONTRADITÓRIO E À AMPLA DEFESA. EVENTUAL VIOLAÇÃO REFLEXA NÃO ENSEJA RECURSO EXTRAORDINÁRIO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO CONFIGURADA. ACÓRDÃO RECORRIDO DISPONIBILIZADO EM 16.8.2012. Não importa ausência de motivação, a adoção dos fundamentos da sentença recorrida pela Turma Recursal, em conformidade com o disposto no art. 46 da Lei 9.099/95. O exame da alegada ofensa ao art. 5º, XXXV, e LV, da Constituição Federal, dependeria de prévia análise da legislação infraconstitucional aplicada à espécie, o que refoge à competência jurisdicional extraordinária, prevista no art. 102 da Constituição Federal. Inexiste violação do artigo 93, IX, da CF/88. O Supremo Tribunal Federal entende que o referido dispositivo constitucional exige que o órgão jurisdicional explicite as razões do seu convencimento, dispensando o exame detalhado de cada argumento suscitado pela parte. Agravo regimental conhecido e não provido. (STF - ARE: 736290 SP, Relator: Min. ROSA WEBER, Data de Julgamento: 25/06/2013, Primeira Turma, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-160 DIVULG 15-08-2013 PUBLIC 16-08-2013). 3. Condenação em custas processuais e honorários advocatícios na proporção de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação. É como voto.".

Processo: 0610662-14.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 7ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Bradesco Saúde S/A
Advogado: Eloy Pinto de Andrade (OAB: 819/AM)
Soc. Advogados: Eloi Pinto de Andrade & Filhos-advogados
Advogada: Andrezza Caldas Vital (OAB: 10723/AM)
Recorrente: Maria de Fatima da Silva Souza
Advogado: Valdeci Soares da Silva (OAB: A600/AM)
Recorrido: Qualicorp Administradora de Benefício S/A
Advogado: Renata Sousa de Castro Vita (OAB: 24308/BA)
Advogada: Danielle Amorim Batista dos Santos (OAB: 7109/AM)

Relator: Antônio Itamar de Souza Gonzaga. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DEVER DE INDENIZAR. QUANTUM REDUZIDO. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0610941-34.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 6º Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Banco Bmg S/A
Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE)
Recorrido: Carlos Roberto Maia de Queiroz
Advogado: Fabio Carvalho de Arruda (OAB: 8076/AM)

Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio. Revisor: Revisor do processo Não informado

RECURSO INOMINADO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. NULIDADE DE CITAÇÃO. NÃO CONFIGURAÇÃO. RECURSO INOMINADO NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS, NOS TERMOS DO ART. 46 DA LEI 9.099/95. CUSTAS E HONORÁRIOS, ESTE DE 20% SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO, NOS TERMOS DO ART. 55 DA LEI 9.099/95.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Acordam as Juízas da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso, conforme voto da relatora.".

Processo: 0611269-90.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 8ª Vara do Juizado Especial Cível (Nilton Lins)
Recorrente: Banco Bradesco S.a.
Advogada: Karina de Almeida Batistuci (OAB: 9558/AL)
Recorrida: MARIA TEREZINHA ALVES FERREIRA CAZAL
Advogado: Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB: 7396/AM)
Advogado: Kelson Girão de Souza (OAB: 7670/AM)

Relator: Irlena Leal Benchimol. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA – DANO MORAL – DESVIO PRODUTIVO/PERDA DO TEMPO ÚTIL – DESNECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO – QUANTUM MANTIDORecurso não provido.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº , de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Juízes que compõem a Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis da Comarca de Manaus, por unanimidade de votos, em NEGAR provimento ao Recurso Inominado. Sessão de Julgamento".

Processo: 0611551-31.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 8ª Vara do Juizado Especial Cível (Nilton Lins)
Recorrente: Banco Bmg S/A
Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE)
Advogado: Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB: 9487/AM)
Recorrida: Raimunda Rosami Moreira de Castro
Soc. Advogados: Kelly Anne Correa de Oliveira (OAB: 9330/AM)
Advogada: Kelly Anne Correa de Oliveira (OAB: 9330/AM)

Relator: Antônio Itamar de Souza Gonzaga. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INFORMAÇÃO PRÉVIA E ADEQUADA ACERCA DA MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO. NÃO HOUVE VIOLAÇÃO AO ART. 6º DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. CONTRATO VÁLIDO. IMPROCEDÊNCIA DA DEMANDA. SENTENÇA REFORMADA.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa e voto que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0611662-49.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 15º Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: ANDRIOS SANTAREM DA SILVA
Advogada: Cris Rodrigues Florêncio (OAB: 5316/AM)
Advogada: Thais Ferreira (OAB: 13389/AM)
Recorrido: Aspbras - Associação dos Servidores Publicos Brasileiros
Advogado: Carlos Eduardo Maciel Pereira (OAB: 11677/CE)

Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio. Revisor: Revisor do processo Não informado
RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO JUNTO A ENTIDADE ASSOCIATIVA. NECESSIDADE DE SER ASSOCIADO PARA OBTER CRÉDITO. RELAÇÃO ASSOCIATIVA. VENDA CASADA. RELAÇÃO DE CONSUMO NÃO CONFIGURADA. SENTENÇA MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS, NOS TERMOS DO ART. 46 DA LEI 9.099/95.. DECISÃO: "Acordam as Juízas da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso, conforme voto da relatora.".

Processo: 0612219-36.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 13º Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Águas do Amazonas S.A.
Advogado: Gustavo Gonçalves Gomes (OAB: 1058A/AM)
Advogado: Gustavo Gonçalves Gomes (OAB: A1058/AM)
Recorrido: Jose Maria Ferreira Martins
Advogado: Vitor Lima Verde Coelho (OAB: 12945/AM)

Relator: Antônio Itamar de Souza Gonzaga. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. NEGATIVAÇÃO INDEVIDA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DEVER DE INDENIZAR. SENTENÇA MANTIDA PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. . DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0612263-89.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 13º Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: HELIODORO ARCEBIADES DE AGUIAR
Advogada: Cris Rodrigues Florêncio (OAB: 5316/AM)
Advogado: Gabriel Castilho dos Santos (OAB: 10277/AM)
Advogado: Anderson Correia Pereira (OAB: 10048/AM)
Recorrido: Banco Bonsucesso Consignado S.A
Advogada: Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB: 96864/MG)

Relator: Antônio Itamar de Souza Gonzaga. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA RECURSOS INOMINADOS. DIREITO DO CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INFORMAÇÃO PRÉVIA E ADEQUADA ACERCA DA MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO. NÃO HOUVE VIOLAÇÃO AO ART. 6º DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. CONTRATO VÁLIDO. IMPROCEDÊNCIA DA DEMANDA. SENTENÇA REFORMADA. Recursos interpostos por ambas as partes. Alega a parte Autora ter realizado um contrato de cartão de crédito convencional, de modo que esperava apenas ser cobrado quando o utilizasse, tendo sido surpreendido com os descontos em seu contracheque, sendo que jamais recebeu o cartão. Por outro lado, a instituição financeira afirma ter o Autor contratado cartão de crédito consignado, conforme se verifica na documentação acostada aos autos.De logo, saliento que, o Autor, em sua peça inaugural, omitiu o fato de ter recebido o valor de R$843,47 (fl.77), referente ao saque inicial do cartão, bem como de ter realizado diversas compras com o cartão (fl.74), o que afasta a verossimilhança de suas alegações. Além disso, foi anexado aos autos o contrato firmado entre as partes (fls. 67/68), o qual, apesar de não indicar os encargos pertinentes, consta a informação de que o desconto realizado em folha de pagamento refere-se ao mínimo da fatura mensal do cartão, e que o restante poderá ser pago até o vencimento em qualquer agência bancária.Assim, constata-se que as alegações do Autor se contrapõe às provas constantes nos autos, as quais demonstram ter havido contratação de cartão de crédito consignado, cujas características foram previamente informadas ao consumidor, o qual não leu o documento por sua própria incúria, sendo a reforma da sentença medida que se faz necessária.RECURSO DO BANCO BONSUCESSO PROVIDO, para reformar a sentença de primeiro grau, julgando improcedentes os pedidos da inicial. Sem condenação em custas e honorários.RECURSO DE HELIODORO ARCEBIADES DE AGUIAR NÃO PROVIDO. Vencido o recorrente cabe condenação em custas e honorários, estes arbitrados em 15% do valor da causa devidamente atualizada, artigo 55 da Lei nº 9.099/1995, com a exigibilidade suspensa por ser beneficiário da justiça gratuita.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0612581-57.2017.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, 10ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Dalzira Pereira da Silva
Advogada: Suellen Aparecida de Carvalho Belasque (OAB: 811A/AM)
Recorrido: Águas do Amazonas S.A.
Advogada: Rayane Cristina Carvalho Lins (OAB: 4544/AM)

Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA: RECURSO INOMINADO. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. NECESSIDADE DE PRODUÇÃO DE PROVAS INTRINCADAS. PERÍCIA EM HIDRÔMETRO. IMPRESCINDÍVEL. COMPLEXIDADE DA CAUSA QUE AFASTA A COMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.. DECISÃO: "EMENTA: RECURSO INOMINADO. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. NECESSIDADE DE PRODUÇÃO DE PROVAS INTRINCADAS. PERÍCIA EM HIDRÔMETRO. IMPRESCINDÍVEL. COMPLEXIDADE DA CAUSA QUE AFASTA A COMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, em que são partes acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Juízes de Direito que compõem a 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO o recurso, nos termos do voto da Relatora.".

Processo: 0612902-73.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 8ª Vara do Juizado Especial Cível (Nilton Lins)
Recorrente: Áureo Nogueira Aires da Silva
Advogada: Cris Rodrigues Florêncio (OAB: 5316/AM)
Recorrido: Banco Bradesco S.a.
Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 598A/AM)

Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio. Revisor: Revisor do processo Não informado
RECURSO INOMINADO. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. CONTRATOS BANCÁRIOS. SEGURO. VENDA CASADA. TEMA 972. AUSÊNCIA DE INFORMAÇÃO ADEQUADA E CLARA. INVALIDADE CONTRATUAL CONFIGURADA. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. RECURSO INOMINADO PROVIDO EM PARTE. SENTENÇA REFORMADA.. DECISÃO: "Acordam as Juízas da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso, para manter a sentença monocrática, conforme voto da relatora.".

Processo: 0612916-76.2017.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, 10ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: MARILENE PESSOA RODRIGUES
Advogado: Kelson Girão de Souza (OAB: 7670/AM)
Advogado: Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB: 7396/AM)
Recorrido: Banco Bmg S/A
Advogado: Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB: 876/AM)

Relator: Irlena Leal Benchimol. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA – CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO – JURISPRUDÊNCIA UNIFORMIZADA NO ÂMBITO DOS JUIZADOS – -AUSÊNCIA DE CONTRATO - AUSÊNCIA DE CUMPRIMENTO DAS INFORMAÇÕES AO CONSUMIDOR – ANULAÇÃO DO NEGÓCIO – RETORNO AO STATUS QUO ANTE – - Recurso provido.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº , de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Juízes que compõem a Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis da Comarca de Manaus, por unanimidade de votos, em DAR provimento ao Recurso Inominado. Sessão de Julgamento Dra. Irlena Leal Benchimol Juíza Relatora".

Processo: 0613033-48.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 10ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Lucimir Gomes Medeiros
Advogado: Kelson Girão de Souza (OAB: 7670/AM)
Advogado: Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB: 7396/AM)
Recorrido: Banco Bmg S/A
Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE)
Advogado: Giacomo Dinelly Lima (OAB: 9753/AM)

Relator: Irlena Leal Benchimol. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA – CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO ACEITO COMO CONDIÇÃO PARA OBTENÇÃO DO EMPRÉSTIMO – JURISPRUDÊNCIA UNIFORMIZADA NO ÂMBITO DOS JUIZADOS – AUSÊNCIA DE CUMPRIMENTO DAS INFORMAÇÕES AO CONSUMIDOR – ANULAÇÃO DO NEGÓCIO – RETORNO AO STATUS QUO ANTE – - Recurso provido.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº 0613033-48.2018.8.04.0015 , de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Juízes que compõem a Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis da Comarca de Manaus, por unanimidade de votos, em DAR provimento ao Recurso Inominado. Sessão de Julgamento Dra. Irlena Leal Benchimol Juíza Relatora".

Processo: 0613153-91.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 3ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Banco Itaú S/A
Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE)
Advogado: André de Souza Oliveira (OAB: 5219/AM)
Recorrido: Marcos Fabio Carvalho Binda
Advogado: Luis Albert dos Santos Oliveira (OAB: 8251/AM)

Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. RESCISÃO CONTRATUAL. RESOLUÇÃO 2.05 DO BANCO CENTRAL. NÃO OBSERVÂNCIA AO PRAZO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO BANCÁRIO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. ART. 14 DO CDC. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: "1. Trata-se de Obrigação de Fazer c/c Indenização por Danos Morais decorrente de falha na prestação do serviço bancário para não atentar ao prazo para as devidas providencias referente a rescisão contratual. Em análise ao caso em comento, ressalto a possibilidade da instituição bancária encerrar unilateralmente conta-corrente, desde que o faça com amparo na Resolução n.º 2.025 do Banco Central, atendendo os requisitos impostos como: comunicação prévia, por escrito, da intenção de rescindir o contrato; e prazo para adoção das providências relacionadas à rescisão do contrato. A parte Recorrente não trouxe qualquer elemento de convicção a desestruturar os fatos afirmados, dentro do ônus de provar fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, nos termos do art. 373, II, do CPC, ou dentro do que estabelece o ônus da prova do art. 6°, VI, do CDC. Assim, diante dos fatos posto à análise e do conjunto probatório colacionado aos autos, considero acertados todos os fundamentos da sentença combatida, inclusive quanto ao arbitramento do quantum indenizatório, por observância dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade em relação ao aspecto punitivo disciplinador com o fito de coibir a reincidência da conduta ilícita praticada pela recorrente. 2. Sentença mantida por seus próprios fundamentos, servindo a súmula do julgamento como acórdão, na forma do artigo 46 da Lei 9.099/95, conforme dispõe o Supremo Tribunal Federal. EMENTA DIREITO PROCESSUAL CIVIL. JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. MANUTENÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA COM BASE NO ART. 46 DA LEI 9.099/95. POSSIBILIDADE. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO DEVIDO PROCESSO LEGAL, AO CONTRADITÓRIO E À AMPLA DEFESA. EVENTUAL VIOLAÇÃO REFLEXA NÃO ENSEJA RECURSO EXTRAORDINÁRIO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO CONFIGURADA. ACÓRDÃO RECORRIDO DISPONIBILIZADO EM 16.8.2012. Não importa ausência de motivação, a adoção dos fundamentos da sentença recorrida pela Turma Recursal, em conformidade com o disposto no art. 46 da Lei 9.099/95. O exame da alegada ofensa ao art. 5º, XXXV, e LV, da Constituição Federal, dependeria de prévia análise da legislação infraconstitucional aplicada à espécie, o que refoge à competência jurisdicional extraordinária, prevista no art. 102 da Constituição Federal. Inexiste violação do artigo 93, IX, da CF/88. O Supremo Tribunal Federal entende que o referido dispositivo constitucional exige que o órgão jurisdicional explicite as razões do seu convencimento, dispensando o exame detalhado de cada argumento suscitado pela parte. Agravo regimental conhecido e não provido. (STF - ARE: 736290 SP, Relator: Min. ROSA WEBER, Data de Julgamento: 25/06/2013, Primeira Turma, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-160 DIVULG 15-08-2013 PUBLIC 16-08-2013). 3. Custas e honorários advocatícios na proporção de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação. É como voto.".

Processo: 0613595-28.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 7ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrida: LILIAN VALÉRIA DO SOCORRO DA COSTA HADDAD
Advogado: Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB: 7396/AM)
Recorrente: Banco Bmg S/A
Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE)

Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA:RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA C/C INEDNIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. SERVIÇOS BANCÁRIOS. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. PROVA DA CONTRATAÇÃO. NEGÓCIO VÁLIDO E TRANSPARENTE A LUZ DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. AUSÊNCIA DE DANOS MORAIS E MATERIAIS. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e DAR PROVIMENTO PARCIAL aos Embargos de Declaração, mantendo a sentença de Primeiro Grau por seus próprios fundamentos.".

Processo: 0613835-46.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 7ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Caixa Seguradora S/A
Advogado: Eduardo José de Souza Lima Fornellos (OAB: 28240/PE)
Recorrido: Adalgilberto Carvalho Rebolças - Me

Advogado: Delcilene Rebouças Silva (OAB: 7453/AM)

Relator: Irlena Leal Benchimol. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA – RELAÇÃO DE CONSUMO. SEGURO DE VEÍCULO. NEGATIVA DE PAGAMENTO. CONDUTOR ENTRE 18 E 24 ANOS DE IDADE. PROPRIETÁRIO DA EMPRESA. SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA. FALTA DE INFORMAÇÃO. POR CERTO É DEVER DE O SEGURADO PRESTAR DECLARAÇÕES VERDADEIRAS NO ATO DA CONTRATAÇÃO DO SEGURO, O QUE, CASO NÃO OCORRA, PODERÁ ACARRETAR A PERDA DO DIREITO À INDENIZAÇÃO (ART. 766 DO CÓDIGO CIVIL). NO ENTANTO, O PARÁGRAFO ÚNICO DO MESMO ARTIGO DISPÕE QUE POSSÍVEL OMISSÃO OU ERRO EM NÃO HAVENDO MÁ-FÉ NÃO CONDUZ A RESOLUÇÃO DO CONTRATO. ENTENDIMENTO NO E. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA É NO SENTIDO DE QUE AS DECLARAÇÕES INEXATAS OU OMISSÕES NO QUESTIONÁRIO DE RISCO, POR SI SÓ, NÃO AUTORIZAM AUTOMATICAMENTE A PERDA DA INDENIZAÇÃO, DEVENDO PARA TANTO SER COMPROVADO QUE TAIS INFORMAÇÕES TENHAM ACARRETADO O AGRAVAMENTO DO RISCO OU DECORRAM DE ATO INTENCIONAL DO SEGURADO. SENTENÇA QUE SE MANTÉM. HONORÁRIOS RECURSAIS. NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO.Recurso não provido.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº , de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Juízes que compõem a Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis da Comarca de Manaus, por unanimidade de votos, em NEGAR provimento ao Recurso Inominado. Sessão de Julgamento".

Processo: 0613837-50.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 12º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Industrial do Brasil S/A

Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 1037A/AM)

Recorrido: Adiel Cardoso Barbosa

Advogado: Calixto Hagge Neto (OAB: 8788/AM)

Relator: Antônio Itamar de Souza Gonzaga. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. NARRATIVA AUTORAL NÃO CONDIZ COM OS ELEMENTOS PROBATÓRIOS. FATOS OMITIDOS. CONTRATO VÁLIDO. DEVER DE INDENIZAR. NÃO CABIMENTO. SENTENÇA REFORMADA.1- Preliminar de incompetência que se rejeita, eis que não é imprescindível a realização de perícia técnica para o deslinde da causa.

2- O caso em comento difere daqueles comumente analisados por este colegiado, vez que alega o Autor ter contratado um cartão de crédito convencional. Alega que, para sua surpresa, foi realizado depósito na sua conta corrente de valor que, após entrar em contato com o representando do réu, descobriu se tratar do limite total do cartão. Aduz, ainda, que foi informado que os descontos no contracheque se referiam ao mínimo do cartão, o que considerou abusivo. Por fim, informa que já pagou mais que o triplo do valor recebido inicialmente e dívida não diminui.2- O caso em comento difere daqueles comumente analisados por este colegiado, vez que alega o Autor ter contratado um cartão de crédito convencional. Alega que, para sua surpresa, foi realizado depósito na sua conta corrente de valor que, após entrar em contato com o representando do réu, descobriu se tratar do limite total do cartão. Aduz, ainda, que foi informado que os descontos no contracheque se referiam ao mínimo do cartão, o que considerou abusivo. Por fim, informa que já pagou mais que o triplo do valor recebido inicialmente e dívida não diminui.3- Da análise dos autos, verifica-se que o Autor tomou conhecimento da natureza do contrato, logo no início (2011), contudo permaneceu inerte, comportamento este que não pode passar desapercebido, vez que apenas ingressou com ação judicial em 2017. 4- Além disso, é possível observar que o Autor não descreve todos os acontecimentos que envolveram a relação jurídica entre as partes, omitindo-se quanto aos diversos saques complementares efetuados, bem como quanto aos pagamentos avulsos realizados, ao longo dos anos (fl.217). 5- Cumpre esclarecer que, a ficha cadastral anexada, por si só, não supre o dever de informação, vez que, como já dito em processos análogos, não se refere ao contrato propriamente dito. Da mesma forma, os pagamentos avulsos e/ou utilização do cartão, por si só, não suprem a ausência do contrato. 6- No entanto, para constatação da ciência do consumidor acerca da contratação, é cediço que o magistrado, e o colegiado, devem levar em consideração, para formação do convencimento, TODOS os elementos de prova carreados aos autos, e não apenas um ou outro documento.7- Neste sentido, considerando que as alegações autorais não se coadunam com os elementos de prova anexados, e que, além disso, o consumidor permaneceu inerte por prolongado período, bem como há nos autos documentos que afastam a verossimilhança da alegação autoral, entendo por reformar a sentença para julgar improcedente a demanda, por considerar válida a contratação. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. Sentença reformada para julgar improcedente a demanda, em todos os seus termos. Sem condenação em custas e honorários, em face da lei.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0613859-74.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 1ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Gilmara Araujo Teles

Soc. Advogados: Jefferson Botelho Sociedade Individual de Advocacia (OAB: 154/AM)

Advogado: Jefferson Cristophe de Lima Botelho (OAB: 4315/AM)

Recorrido: Banco Bradesco S.a.

Advogado: Mauro Paulo Galera Mari (OAB: 3056/MT)

Advogado: André de Souza Oliveira (OAB: 5219/AM)

Relator: Antônio Itamar de Souza Gonzaga. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. AUSÊNCIA DE VEROSSIMILHANÇAS DAS ALEGAÇÕES. CABE AO AUTOR O ÔNUS DA PROVA DE SUAS ALEGAÇÕES (ART. 373, I CPC). NÃO CONSTA NOS AUTOS PROVA MÍNIMA DAS ALEGAÇÕES AUTORAIS. SENTENÇA MANTIDA.A mera alegação acerca de desconto de verba salarial em conta corrente, sem qualquer documento que as evidencie, não atende a existência do ônus da prova, tornando impossível sua inversão em prol do consumidor, quando falece os autos de qualquer prova ou elemento de convencimento que permita concluir pela verossimilhança da alegação (CDC, art. 6º, inciso VIII).Em verdade, o extrato bancário anexado a inicial (fl.14) condiz com a versão sustentada pela autora/recorrente que sofrera desconto em sua conta bancaria. No entanto, a autora/recorrente não provou que o valor debitado em sua conta tinha natureza de verba salarial, ou que este era a única fonte de renda. Ressalto que os documentos acostados (fls.15/38) não comprovam que a autora/recorrente possui vinculo empregatício ativo com a UEA, e também causa estranheza o fato de não haver acostado aos autos nenhum contracheque. Assim, estando os pedidos da exordial sustentado pelo desconto bancário de verba salarial, à falta de sua comprovação leva, por via de consequência, a improcedência dos pedidos.RECURSO NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Custas e honorários pelo recorrente, sendo estes fixados em 10% sobre o valor da causa. No entanto, suspendo a cobrança da verba sucumbencial, pelo prazo de 5 anos, a teor do artigo 98, parágrafo 3, do CPC.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0613924-69.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 6º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Global Village Viagens e Turismo LTDA

Advogado: Henrique Moura Rocha (OAB: 234429/SP)

Recorrida: Mônica Cristina Raposo da Câmara Chaves do Carmo
Advogada: Raquel Pinto Valente (OAB: 6771/AM)

Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio. Revisor: Revisor do processo Não informado
RECURSO INOMINADO. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. PRELIMINARES DE NULIDADE E ILEGITIMIDADE PASSIVA REJEITADAS. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL. DANOS CONFIGURADOS. QUANTUM MANTIDO. RECURSO INOMINADO DESPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. HONORÁRIOS ARBITRADOS EM 20% (VINTE PORCENTO).. DECISÃO: "Acordam as Juízas da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso, para manter a sentença monocrática, conforme voto da relatora.".

Processo: 0613928-77.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 10ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a)
Advogado: Guilherme Vilela de Paula (OAB: 1010A/AM)
Advogado: Leandro Fernandes Carlos Gomes (OAB: 133221/MG)
Advogado: Luis Phillip de Lana Foureaux (OAB: 1011A/AM)
Recorrido: ELIZON FREITAS LIMA
Advogado: Luis Felipe Mota Mendonça (OAB: 2505/AM)
Advogado: Giovanni Viana Sales Reis (OAB: 11162/AM)

Relator: Antônio Itamar de Souza Gonzaga. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA RECURSO INOMINADO. PROCESSO CIVIL. RECURSO DO RÉU QUE VISA A ANULAÇÃO OU A REDUÇÃO DA MULTA. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. ATENDIMENTO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO NÃO PROVIDO. Insurge-se o recorrente quanto a multa cominatória aplicada pelo juízo de primeiro grau, sob o argumento de ser elevada e excessiva.Ao contrário do que alega o recorrente, a aplicação das astreintes se deu forma correta, considerando o descumprimento do decisium. Ademais, não vislumbro excesso na execução, eis que o valor está condizente com a perda sofrida pela parte autora, como forma de compensação pela inércia do réu em cumprir a obrigação, tendo sido fixado em patamar razoável e proporcional.RECURSO NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Vencido o recorrente cabe condenação em custas e honorários, estes arbitrados em 20% do valor da condenação devidamente atualizada, artigo 55 da Lei nº 9.099/1995.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0613990-49.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 6º Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Banco Daycoval S/A
Advogado: Denner de Barros e Mascarenhas Barbosa (OAB: 1183/AM)
Recorrida: Meirivan Rodrigues Gomes
Advogado: Luis Albert dos Santos Oliveira (OAB: 8251/AM)

Relator: Irlena Leal Benchimol. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA – DANO MORAL – QUANTUM MANTIDORecurso não provido.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº , de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Juízes que compõem a Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis da Comarca de Manaus, por unanimidade de votos, em NEGAR provimento aos Embargos Declaratórios .".

Processo: 0614129-35.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 7ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado: Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM)
Advogada: Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB: 4018/AM)
Advogada: Joyce Helen da Silva Holanda (OAB: 7519/AM)
Advogado: Henrique Lima Marinheiro (OAB: 9324/AM)
Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE)
Recorrida: Itaciara Rebelo Novaes
Advogado: Kelson Girão de Souza (OAB: 7670/AM)
Advogado: Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB: 7396/AM)

Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. EMPRÉSTIMO C/C CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO, FALTA DE TRANSPARÊNCIA E INFORMAÇÃO SOBRE O TIPO NEGOCIAL. TESES DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO.. DECISÃO: "RELATÓRIO Relatório dispensado, nos termos do art. 46 da Lei n.º 9.099/95 c/c do Enunciado 92 do FONAJE. VOTO Trata-se de demanda acerca de tipo negocial ao qual conveniou-se nominar de ''cartão de crédito consignado''. Tal demanda restou afetada pelo julgamento do incidente de uniformização referente ao processo de n° 0000199-73.2018.8.04.9000, onde estabeleceram-se as seguintes premissas. ''Tema 1: são inválidos os contratos de cartão de crédito consignado quando inexistir prova inequívoca de que tenha o consumidor sido informado, prévia e adequadamente, sobre a integralidade dos termos ajustados o instrumento contratual. Tema 2: a ocorrência ou não de danos morais quando o contratante utiliza o cartão consignado para a realização de compras ou saques complementares, a redação proposta foi que o uso de cartão de crédito consignado, por si só, não afasta a incidência dano moral, tampouco supre a falta do fornecedor do dever de informação no ato de contratação, estando a sua legalidade relacionada diretamente com a validade do contrato. Tema 3: a existência ou não do dever da repetição de indébito, quando os pagamentos realizados ultrapassarem o valor inicialmente recebido pelo consumidor foi elaborada a proposta de que, em regra, é cabível a restituição simples, a cada parte, nos casos em que for reconhecida a ilegalidade dos contratos de cartão de crédito consignado. A repetição de indébito é devida, tão somente, quando houver comprovada má-fé, que deve ser apreciada à luz do caso concreto.'' A questão central debatida gravita em torno da regularidade da cobrança de empréstimo pessoal, por meio da emissão conjunta de cartão de crédito consignado em nome do mutuário, de modo a viabilizar a efetivação de desconto consignado (folha de pagamento e/ou saldo bancário) correspondente ao valor mínimo individualizado em fatura mensal de movimentação da tarjeta de crédito. Nestes termos, fixo entendimento de que a referida prática em referência afronta o direito à informação adequada e clara conferido ao consumidor sobre as especificidades do serviço financeiro envolvido no contrato celebrado entre as partes (art. 6°, III do CDC), assim como estabelece obrigação manifestamente excessiva, em prejuízo exclusivo do mutuário, considerando a natureza do contrato, de tal modo a ameaçar a realização final de seu próprio objeto (quitação do empréstimo) e o equilíbrio do pacto (art. 39, V c/c art. 51, IV, §1°, III do CDC), sem contar é claro que há agregação de produto/serviço atrelado a outro, prática também vedada pelo CDC, em seu Artigo 39, inciso I. No caso dos autos, entendo que a Sentença a quo indica com saciedade de fundamentos os elementos que induzem ao reconhecimento do ilícito de informação acerca do tipo negocial, assim, para não cometer redundâncias desnecessárias, entendo ser o caso de manutenção da Sentença. Por todo exposto, voto pelo conhecimento e não provimento do recurso, nos termos do art. 6 da lei 9.099/95. Condeno o recorrente ao pagamento de custas processuais e honorários advocatício na proporção de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação. É como voto.".

Processo: 0614145-52.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 7ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Jose Carlos Cavalcante Lima de Araujo

Soc. Advogados: Cris Rodrigues Florencio (OAB: 5316/AM)

Advogada: Cris Rodrigues Florêncio (OAB: 5316/AM)

Recorrido: Banco Bmg S/A

Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE)

Advogado: Giacomo Dinelly Lima (OAB: 9753/AM)

Relator: Antônio Itamar de Souza Gonzaga. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO NÃO VERIFICADA. NEGATIVAÇÃO REGULAR. PAGAMENTOS EM ATRASO. INADIMPLÊNCIA. SENTENÇA MANTIDA PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. De logo, não merece reparos a sentença de primeiro grau, eis que ponderou corretamente as questões do caso em comento, cuja fundamentação adoto na integralidade, com alguns acréscimos que passo a expor.Em detida análise dos contracheques anexados pelo Recorrente, é possível verificar que os 14 primeiros descontos foram efetuados corretamente. No entanto, a partir da 15ª parcela, os descontos deixaram de ser feitos de forma regular, em razão da redução da margem consignável do Autor, o que influenciou na diminuição do valor do desconto no contracheque, bem como em ausência de pagamento em diversos meses. Em simples cálculo, verifica-se que os pagamentos (R$967,89) não alcançaram sequer metade da dívida inicial (R$3.178,56), estando o Autor nitidamente em mora, o que justifica a negativação. Ademais, não há nos autos comprovação de que o acordo fora feito para quitação integral da dívida, na verdade, consta expresso no boleto que o pagamento se refere a quitação de algumas prestações (013 a 081). Confirma-se a sentença, portanto, por seus próprios e justos fundamentos. RECURSO NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Vencido o recorrente cabe condenação em custas e honorários, estes arbitrados em 20% do valor da causa devidamente atualizada, artigo 55 da Lei nº 9.099/1995, com a exigibilidade suspensa por ser beneficiário da justiça gratuita.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0614224-50.2017.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, 9ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Claudio Gomes Coelho

Advogado: Manoel Eduardo dos Santos Assis (OAB: 9613/AM)

Recorrido: Banco Bmg S/A

Advogado: Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB: 876/AM)

Advogada: Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB: 4018/AM)

Advogado: Henrique Lima Marinheiro (OAB: 9324/AM)

Advogado: Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM)

Advogado: Marina Batstos da Porciuncula Benghi (OAB: 983/PE)

Relator: Irlena Leal Benchimol. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA – CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO – JURISPRUDÊNCIA UNIFORMIZADA NO ÂMBITO DOS JUIZADOS – -AUSÊNCIA DE CONTRATO - AUSÊNCIA DE CUMPRIMENTO DAS INFORMAÇÕES AO CONSUMIDOR – ANULAÇÃO DO NEGÓCIO – RETORNO AO STATUS QUO ANTE – - Recurso provido.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº , de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Juízes que compõem a Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis da Comarca de Manaus, por unanimidade de votos, em DAR provimento ao Recurso Inominado do Autor Sessão de Julgamento Dra. Irlena Leal Benchimol Juíza Relatora".

Processo: 0615060-38.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 3ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Bmg S/A

Advogado: Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM)

Advogada: Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB: 4018/AM)

Recorrido: Luis Flavio Santa Cruz Castilho

Advogado: Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB: 8872/AM)

Advogado: Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB: 10057/AM)

Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR EMPRÉSTIMO COM CARTÃO DE CRÉDITO. DIREITO BÁSICO À INFORMAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE EQUILÍBRIO ENTRE AS PARTES NA RELAÇÃO CONSUMERISTA. DEVER DE INFORMAÇÃO PRÉVIA, CLARA E ADEQUADA. NÃO OBSERVAÇÃO. INVALIDADE DO CONTRATO.DANOS MORAIS E MATERIAIS CONFIGURADOS. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, mantendo na íntegra a sentença de Primeiro Grau.".

Processo: 0615106-27.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 7ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Telemar Norte Leste S/A

Advogado: Eladio Miranda Lima (OAB: 86235/RJ)

Advogada: Wilna Elizabeth Santiago Cavalcante (OAB: 4339/AM)

Advogado: Daniel Coutinho da Silva (OAB: 9122/AM)

Recorrido: Willian Pereira de Andrade

Advogada: Cassia Luciana da Conceição Rocha (OAB: 7819/AM)

Relator: Irlena Leal Benchimol. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA – DANO MORAL – INSCRIÇÃO INDEVIDA – DESNECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO – DANO IN RE IPSA – QUANTUM MANTIDORecurso não provido.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº 0615106-27.2017.8.04.0015 , de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Juízes que compõem a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis da Comarca de Manaus, por unanimidade de votos, em NEGAR provimento ao Recurso Inominado. Sessão de Julgamento".

Processo: 0615524-91.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 8ª Vara do Juizado Especial Cível (Nilton Lins)

Recorrente: Banco Bradesco S.a.

Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 598A/AM)

Recorrida: Michelle Lucena Cardoso

Advogado: Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB: 10057/AM)

Advogado: Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB: 8872/AM)

Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. COBRANÇAS INDEVIDAS. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DANOS MORAIS E MATERIAIS CONFIGURADOS. VALOR DA INDENIZAÇÃO MOSTRA-SE ADEQUADO ÀS CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO CONCRETO E À JURISPRUDÊNCIA. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS, NOS TERMOS DO ART. 46 DA LEI N.º9.099/95. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "RELATÓRIO Vistos, etc. O relatório é dispensado com fundamento no Enunciado 92

do FONAJE c/c art. 46 da Lei n. 9099/95. VOTO Conheço do recurso eis que presentes os pressupostos que autorizam a sua admissibilidade, ou seja, por ter sido interposto dentro do prazo legal. Inicialmente, observa-se que o caso em análise se enquadra perfeitamente nos ditames do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078/90), eis que considera-se fornecedor a pessoa jurídica que desenvolve atividade de comercialização de produto e/ou prestação de serviços, aí incluídas as cobranças de seguros/ taxas e serviços bancários. Diante do quadro probatório juntado e dos fundamentos trazidos, considero acertados todos os termos da r. sentença combatida. Assim sendo, tenho que a douta sentença, porque bem apreciou, analisou e julgou os fatos, aplicando corretamente o direito e fazendo justiça, deve ser mantida pelos seus próprios e judiciosos fundamentos, negando dessa forma o provimento ao recurso interposto. Na fixação do quantum devido a título de danos morais, deve-se atentar para as condições das partes, a gravidade da lesão, sua repercussão e as circunstâncias fáticas, não se podendo olvidar a repercussão na esfera dos lesados e o potencial econômico social do lesante. Também deve ser dada uma natureza punitiva à reparação, para evitar que o ofensor repita os atos que levaram a presente indenização. Desta maneira, entendo que o quantum indenizatório fixado mostra-se adequado às peculiaridades do caso concreto e consoante com os parâmetros utilizados pelas Turmas Recursais em casos análogos, bem como atenta aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. Com apoio no artigo 55 da Lei de Regência dos Juizados Especiais (Lei 9.099/95) condeno a recorrente/requerida no pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que, observados os parâmetros legais e o grau de complexidade da causa, fixo no equivalente a 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação, atualizado monetariamente. É como voto. Manaus, 30 de agosto de 2019. Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes Relatora".

Processo: 0615756-40.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 12º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Anayara da Costa Lima
Advogado: Orlando Patricio de Souza (OAB: 7705/AM)
Recorrido: MIRAI - MTI EXPORTAÇÃO E REPRESENTAÇÃO LTDA (MIRAI PANASONIC)
Advogado: Claudio Elias Santos (OAB: 4036/AM)
Advogado: Hileano Pereira Praia (OAB: 3834/AM)
Recorrido: Asus do Brasil
Advogado: Bruno Mendes Cordeiro (OAB: 7420/AM)
Advogado: Jose Guilherme Selbach Guridi (OAB: 52775/RS)

Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio. Revisor: Revisor do processo Não informado

RECURSO INOMINADO. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. OBRIGAÇÃO DE FAZER. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL. ALEGADA FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. IMPROCEDÊNCIA POR NECESSIDADE DE PERÍCIA TÉCNICA. INCOMPETÊNCIA DOS JUÍZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. RECURSO INOMINADO DESPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA ARBITRADOS EM 10% (DEZ POR CENTO) DO VALOR DA CAUSA, NOS TERMOS DO ARTIGO 55 DA LEI 9.099/95.1. Por todo o exposto, entendo que a sentença proferida pelo juízo a quo deve ser mantida pelos seus próprios fundamentos nos termos do art. 46 da lei 9.099/95. Honorários arbitrados em 10% (dez por cento) do valor da causa, nos termos do art. 55 da lei 9.099/95.. DECISÃO: "Acordam as Juízas da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso, para manter a sentença monocrática, conforme voto da relatora.".

Processo: 0615787-94.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 13º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Santa Beatriz Empreendimentos Imobiliarios Ltda Spe
Advogada: Ingryd dos Santos Mousse (OAB: 8304/AM)
Advogado: Ingrid Crstine de Sá Ribeiro Pacheco (OAB: 12209/AM)
Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 598A/AM)
Recorrida: Ecintielem Pereira Nogueira
Advogado: Marcela Camila F. Silva Santiago (OAB: 5924/AM)

Relator: Irlena Leal Benchimol. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA – DANO MORAL – – QUANTUM MANTIDORecurso não provido.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº , de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Juízes que compõem a Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis da Comarca de Manaus, por unanimidade de votos, em NEGAR provimento ao Recurso Inominado. Sessão de Julgamento".

Processo: 0615796-22.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 7ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Maria Dirce Batista Castro
Advogada: Cris Rodrigues Florêncio (OAB: 5316/AM)
Recorrido: Águas do Amazonas S.A.
Advogado: Gustavo Gonçalves Gomes (OAB: 1058A/AM)

Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio. Revisor: Revisor do processo Não informado

RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS C/C DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS. SÚMULA 385 DO STJ. APLICAÇÃO AO CASO CONCRETO. SENTENÇA MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS, NOS TERMOS DO ART. 46 DA LEI 9.099/95.. DECISÃO: "Acordam as Juízas da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso, conforme voto da relatora.".

Processo: 0615958-85.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 12º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Paulo Sergio da Silva Ribeiro
Advogado: Wagner Jackson Santana (OAB: 8789/AM)
Recorrido: Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 1037A/AM)

Relator: Irlena Leal Benchimol. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA – CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO – JURISPRUDÊNCIA UNIFORMIZADA NO ÂMBITO DOS JUIZADOS – AUSÊNCIA DE CUMPRIMENTO DAS INFORMAÇÕES AO CONSUMIDOR – ANULAÇÃO DO NEGÓCIO – RETORNO AO STATUS QUO ANTE – REPETIÇÃO DO INDÉBITO - Recurso provido.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº , de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Juízes que compõem a Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis da Comarca de Manaus, por unanimidade de votos, em NEGAR provimento aos Embargos Declaratórios . Sessão de Julgamento Dra. Irlena Leal Benchimol Juíza Relatora".

Processo: 0615975-95.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível, Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal

Recorrente: Afeam - Agencia de Fomento do Estado do Amazonas
Recorrido: José Francisco Monteiro dos Santos
Advogada: Verônica da Silva e Silva (OAB: 12757/AM)

Relator: Irlena Leal Benchimol. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA – JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA. ADMINISTRATIVO. INTIMAÇÃO/CITAÇÃO VÁLIDA. PROTESTO INDEVIDO POR DÍVIDA PAGA – EMOLUMENTOS INDEVIDOS – DANOS MORAIS EVIDENTES.Recurso não provido.. DECISÃO:

"ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº , de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Juízes que compõem a Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais da Fazenda Pública Estadual e Municipal da Comarca de Manaus, por unanimidade de votos, em NEGAR provimento aos Recursos Inominados. Sessão de Julgamento em Dra. Irlena Leal Benchimol Juíza Relatora".

Processo: 0616567-68.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 14ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Eliza Mara Breves da Silva
Advogada: Kelly Anne Correa de Oliveira (OAB: 9330/AM)
Advogada: Luana Pereira Regis (OAB: 9340/AM)
Recorrido: Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 1037A/AM)
Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE)

Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO, SAQUE REALIZADO POR MEIO DE UTILIZAÇÃO DE CARTÃO. TESES DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, mantendo na íntegra a sentença de Primeiro Grau.".

Processo: 0616595-65.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 1ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Carolina Sousa da Silva
Advogado: Àlefe Jemina Matos Monzambite (OAB: 9584/AM)
Recorrido: Vivo S.a.
Advogado: Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB: 29320/GO)

Relator: Irlena Leal Benchimol. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA – AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DOS danos moraisRecurso NÃO provido.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº , de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Juízes que compõem a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis da Comarca de Manaus, por unanimidade de votos, em NEGAR provimento ao Recurso Inominado. Sessão de Julgamento em Irlena Leal Benchimol Relatora".

Processo: 0616696-73.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 3ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Bradesco S.a.
Advogado: Rubens Gaspar Serra (OAB: 119859/SP)
Recorrente: BRADESCO CAPITALIZAÇÃO S/A.
Soc. Advogados: Eloi Pinto de Andrade & Filhos-advogados (OAB: 46/AM)
Recorrente: Bradesco Vida e Previdência S/A
Soc. Advogados: Eloi Pinto de Andrade & Filhos-advogados (OAB: 46/AM)
Recorrido: Ary Renato Oliveira da Silva
Advogado: Gustavo da Silva Grillo (OAB: 7883/AM)
Advogado: Andrey Augusto B. Ramos (OAB: 7526/AM)

Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. SEGURO. PRÁTICA ABUSIVA. VENDA CASADA. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DANOS MORAIS E MATERIAIS CONFIGURADOS. VALOR DA INDENIZAÇÃO MOSTRA-SE ADEQUADO ÀS CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO CONCRETO E À JURISPRUDÊNCIA. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS, NOS TERMOS DO ART. 46 DA LEI N.º9.099/95. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. SEGURO. PRÁTICA ABUSIVA. VENDA CASADA. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DANOS MORAIS E MATERIAIS CONFIGURADOS. VALOR DA INDENIZAÇÃO MOSTRA-SE ADEQUADO ÀS CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO CONCRETO E À JURISPRUDÊNCIA. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS, NOS TERMOS DO ART. 46 DA LEI N.º9.099/95. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. ACÓRDÃO Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, mantendo a sentença de Primeiro Grau por seus próprios fundamentos. Sala das Sessões da 2ª Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, em Manaus, 23 de agosto de 2019. Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes Relatora RELATÓRIO Vistos, etc. O relatório é dispensado com fundamento no Enunciado 92 do FONAJE c/c art. 46 da Lei n. 9099/95. VOTO Conheço dos recursos eis que presentes os pressupostos que autorizam a sua admissibilidade, ou seja, por ter sido interposto dentro do prazo legal. Inicialmente, rejeito a preliminar de ilegitimidade passiva. Explico. Observa-se que o caso em análise se enquadra perfeitamente nos ditames do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078/90), eis que considera-se fornecedor a pessoa jurídica que desenvolve atividade de comercialização de produto e/ou prestação de serviços, aí incluídas as cobranças de seguros/taxas e serviços bancários. Assim, a responsabilidade aplicada in casu é solidária (CDC), podendo o consumidor escolher demandar contra qualquer fornecedor da "cadeia consumerista". Diante do quadro probatório juntado e dos fundamentos trazidos, considero acertados todos os termos da r. sentença combatida. Assim sendo, tenho que a douta sentença, porque bem apreciou, analisou e julgou os fatos, aplicando corretamente o direito e fazendo justiça, deve ser mantida pelos seus próprios e judiciosos fundamentos, negando dessa forma o provimento ao recurso interposto. Na fixação do quantum devido a título de danos morais, deve-se atentar para as condições das partes, a gravidade da lesão, sua repercussão e as circunstâncias fáticas, não se podendo olvidar a repercussão na esfera dos lesados e o potencial econômico social do lesante. Também deve ser dada uma natureza punitiva à reparação, para evitar que o ofensor repita os atos que levaram a presente indenização. Desta maneira, entendo que o quantum indenizatório fixado mostra-se adequado às peculiaridades do caso concreto e consoante com os parâmetros utilizados pelas Turmas Recursais em casos análogos, bem como atenta aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. Com apoio no artigo 55 da Lei de Regência dos Juizados Especiais (Lei 9.099/95) condeno a recorrente/requerida no pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que, observados os parâmetros legais e o grau de complexidade da causa, fixo no equivalente a 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação, atualizado monetariamente. É como voto.".

Processo: 0616845-69.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 5ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Conceição Bruno do Nascimento
Advogado: Gabriel William Fachin Lima (OAB: 8518/AM)
Advogada: Taís Miranda Rodrigues (OAB: 7743/AM)
Recorrida: Tania Maria Mussa
Advogada: Tracey Maria da Silva Resende (OAB: 4329/AM)

Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio. Revisor: Revisor do processo Não informado

RECURSO INOMINADO. RELAÇÃO DE LOCAÇÃO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. AUSÊNCIA DE PROVAS. QUANTUM MANTIDO. RECURSO INOMINADO NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS, NOS TERMOS DO ART. 46 DA LEI 9.099/95.. DECISÃO: "Acordam as Juízas da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso, conforme voto da relatora.".

Processo: 0616962-26.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 7ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Banco Bonsucesso Consignado S.A
Advogado: Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB: 671A/AM)
Advogado: Cassio Chaves Cunha (OAB: 12268/PA)
Recorrido: Ivo Alberto Pereira de Castro
Advogada: Sammy de Souza Sahdo (OAB: 4791/AM)

Relator: Irlena Leal Benchimol. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA – AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DOS FATOS CONSTITUTIVOS DO SEU DIREITO – Recurso NÃO provido.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº , de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Juízes que compõem a SEGUNDA Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis da Comarca de Manaus, por unanimidade de votos, em dar provimento aos Embargos Declaratórios . Julgamento em Dra. Irlena Leal Benchimol Juíza Relatora".

Processo: 0617042-53.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 8ª Vara do Juizado Especial Cível (Nilton Lins)
Recorrente: Banco Bmg S/A
Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE)
Recorrida: Cleonice Lima da Costa
Advogada: Mylla Christie Vasconcelos Saidt (OAB: 12691/AM)

Relator: Antônio Itamar de Souza Gonzaga. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INFORMAÇÃO PRÉVIA E ADEQUADA ACERCA DA MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO. NÃO HOUVE VIOLAÇÃO AO ART. 6º DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. CONTRATO VÁLIDO. IMPROCEDÊNCIA DA DEMANDA. SENTENÇA REFORMADA.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa e voto que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0617216-96.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 5ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Ivonete Moraiz de Lima
Advogado: Jorge Henrique Silva de Melo (OAB: 7999/AM)
Recorrido: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a)
Advogado: Guilherme Vilela de Paula (OAB: 1010A/AM)
Advogado: Guilherme Vilela de Paula (OAB: 69306/MG)
Advogado: Luis Phillip de Lana Foureaux (OAB: 1011A/AM)

Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio. Revisor: Revisor do processo Não informado
RECURSO INOMINADO. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INEXIGIBILIDADE DE DÉBITOS. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL. ALEGADA FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. NECESSIDADE DE PERÍCIA. RECURSO INOMINADO DESPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. HONORÁRIOS ARBITRADOS EM 10% (DEZ POR CENTO) DO VALOR DA CAUSA, NOS TERMOS DO ARTIGO 55 DA LEI 9.099/95. 1. Por todo o exposto, entendo que a sentença proferida pelo juízo a quo deve ser mantida pelos seus próprios fundamentos nos termos do art. 46 da lei 9.099/95. Honorários arbitrados em 10% (dez por cento) do valor da causa, nos termos do art. 55 da lei 9.099/95.. DECISÃO: "Acordam as Juízas da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso, para manter a sentença monocrática, conforme voto da relatora.".

Processo: 0617912-35.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 3ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 1037A/AM)
Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 373659/SP)
Recorrido: Paulo Roberto Cavalcante de Oliveira
Advogado: Alexandre Gomes Ribeiro (OAB: 6199/AM)

Relator: Irlena Leal Benchimol. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA – - UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA - ANÁLISE DE TESES - EMPRÉSTIMO CONSIGNADO VINCULADO A SAQUE DE CARTÃO DE CRÉDITO – ERRO SUBSTANCIAL – CONSUMIDOR ACREDITAVA EM EMPRÉSTIMO SIMPLES – DANO MORAL REDUZIDO – CONSUMIDOR INFORMA AS PARCELAS PROMETIDAS – DANO MATERIALRecurso não provido.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº , de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Juízes que compõem a Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis da Comarca de Manaus, por unanimidade de votos, em NEGAR provimento aos Embargos Declaratórios . Sessão de Julgamento Dra. Irlena Leal Benchimol Juíza Relatora".

Processo: 0617928-86.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 13º Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Vivo S.a.
Advogada: Angélica Maria Monteiro Duarte (OAB: 2659/AM)
Advogado: Rodrigo Dias de Almeida (OAB: 2518/AM)
Advogado: Naudal Rodrigues de Almeida (OAB: 4068/AM)
Advogado: Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB: 29320/GO)
Recorrido: Paulo Roberto Morales dos Santos
Advogado: Rosquild Azêdo Omena (OAB: A605/AM)

Relator: Irlena Leal Benchimol. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA – DANO MORAL – QUANTUM MANTIDORecurso não provido.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº , de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Juízes que compõem a Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis da Comarca de Manaus, por unanimidade de votos, em NEGAR provimento ao Recurso Inominado. Sessão de Julgamento".

Processo: 0618180-89.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 15º Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Herbert Jones Carvalho de Medeiros
Advogado: Fernanda Prestes de Lima (OAB: 8776/AM)
Recorrido: Banco Bmg S/A
Advogado: Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB: 876/AM)
Advogada: Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB: 911A/SE)
Advogada: Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB: 4018/AM)
Advogado: Henrique Lima Marinheiro (OAB: 9324/AM)
Advogado: Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM)

Relator: Antônio Itamar de Souza Gonzaga. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INFORMAÇÃO PRÉVIA E ADEQUADA ACERCA DA MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO. NÃO HOUVE VIOLAÇÃO AO ART. 6º DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. CONTRATO VÁLIDO. IMPROCEDÊNCIA DA DEMANDA. SENTENÇA MANTIDA PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa e voto que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0618313-34.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Maria Auxiliadora Pedrosa Melo
Advogada: Cris Rodrigues Florêncio (OAB: 5316/AM)
Recorrido: Banco Bonsucesso Consignado S.A
Advogado: Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB: 671A/AM)

Relator: Antônio Itamar de Souza Gonzaga. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INFORMAÇÃO PRÉVIA E ADEQUADA ACERCA DA MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO. NÃO HOUVE VIOLAÇÃO AO ART. 6º DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. CONTRATO VÁLIDO. IMPROCEDÊNCIA DA DEMANDA. SENTENÇA MANTIDA PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. 1- De logo, observa-se que a narrativa autoral é confusa, eis que, inicialmente, alega ter o Autor realizado um contrato de cartão de crédito convencional, de modo que esperava apenas ser cobrado quando o utilizasse, tendo sido surpreendido com os descontos em contracheque, sendo que não realizou uma compra sequer. No entanto, no sétimo parágrafo na exordial, ressalta o autor que "o fato de os descontos em razão da obtenção de empréstimo por meio do cartão ser efetuados diretamente no contracheque do consumidor o induz a acreditar que fez um consignado como outro qualquer."

2- Em outras palavras, não há como saber se o Autor pensava ter feito um cartão de crédito ou pensava ter contratado um empréstimo, havendo nítida incoerência na exposição do fatos. Além disso, o Autor, em sua peça inaugural, omitiu o fato de ter recebido o valor de R$872,86 (fl.106), referente ao saque inicial do cartão, bem como de ter realizado saque complementar de R$ 738,94 (fl.107 e 90), o que afasta a verossimilhança de suas alegações.2- Em outras palavras, não há como saber se o Autor pensava ter feito um cartão de crédito ou pensava ter contratado um empréstimo, havendo nítida incoerência na exposição do fatos. Além disso, o Autor, em sua peça inaugural, omitiu o fato de ter recebido o valor de R$872,86 (fl.106), referente ao saque inicial do cartão, bem como de ter realizado saque complementar de R$ 738,94 (fl.107 e 90), o que afasta a verossimilhança de suas alegações.3- Ademais, foi anexado aos autos o contrato firmado entre as partes (fls. 85/86), o qual, apesar de não indicar os encargos pertinentes, consta o valor do saque inicial, bem como que, o desconto realizado em folha de pagamento refere-se ao mínimo da fatura mensal, e que o restante poderá ser pago até o vencimento em qualquer agência bancária. 4- Assim, constata-se que as alegações do Autor/Recorrente se contrapõe às provas constantes nos autos, as quais demonstram ter havido contratação de cartão de crédito consignado, cujas características foram previamente informadas ao consumidor, o qual não leu o documento por sua própria incúria, sendo a manutenção da sentença medida que se faz necessária.RECURSO NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Vencido o recorrente cabe condenação em custas e honorários, estes arbitrados em 20% do valor da causa devidamente atualizada, artigo 55 da Lei nº 9.099/1995, com a exigibilidade suspensa por ser beneficiário da justiça gratuita.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa e voto que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0618437-17.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 8ª Vara do Juizado Especial Cível (Nilton Lins)
Recorrente: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a)
Advogado: Luis Phillip de Lana Foureaux (OAB: 1011/AM)
Advogado: Guilherme Vilela de Paula (OAB: 69306/MG)
Advogado: Isabela Montuori Bougleux de Araujo (OAB: 1069/AM)
Advogado: Bruno Henrique Soré (OAB: 1010/AM)
Recorrido: Msb - Serviço de Embelezamento Automotivo
Advogado: Ana Cristina de Lima Loureiro (OAB: 3427/AM)

Relator: Irlena Leal Benchimol. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA – DANO MORAL – FATURAMENTE QUE DESTOA DA MÉDIA APURADA NO CONTADOR DA CONSUMIDORA – QUANTUM MANTIDORecurso não provido.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº , de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Juízes que compõem a Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis da Comarca de Manaus, por unanimidade de votos, em NEGAR provimento ao Recurso Inominado. Sessão de Julgamento Dra. Irlena Leal Benchimol Juíza Relatora".

Processo: 0618532-13.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 13º Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Administradora Geral de Estacionamento S.a.
Advogado: Rafael Bicca Machado (OAB: 44096/RS)
Recorrido: Vitor Texeira Kurahayashi Raposo
Advogado: Bruno Rodrigo Vale Palheta (OAB: 7932/AM)

Relator: Irlena Leal Benchimol. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA – DANO MORAL – ACIDENTE DE VEÍCULO EM ESTACIONAMENTO DE ENTIDADE VIGIADO POR EMPRESA ESPECIALIZADA. DEVER DE GUARDA E VIGILÂNCIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 130 DO STJ. RECURSO PROVIDO parcialmente. Recurso NÃO parcialmente.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº , de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Juízes que compõem a Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis da Comarca de Manaus, por unanimidade de votos, em NEGAR provimento ao Recurso Inominado. Sessão de Julgamento em Irlena Leal Benchimol Relatora".

Processo: 0618648-53.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 15º Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Marcos Queiroz Dantas
Advogado: Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB: 8872/AM)
Recorrido: Banco Bonsucesso Consignado S.A
Advogado: Carlos Eduardo Cavalcante Ramos (OAB: 37489/BA)
Advogada: Nathalia Pereira Leite Vilela Teixeira (OAB: 167006/RJ)

Relator: Irlena Leal Benchimol. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA – AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DOS FATOS CONSTITUTIVOS DO SEU DIREITO – Recurso NÃO provido.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº , de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Juízes que compõem a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis da Comarca de Manaus, por unanimidade de votos, em NEGAR provimento ao Recurso Inominado. Sessão de Julgamento em Irlena Leal Benchimol Relatora".

Processo: 0618685-80.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 13º Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Portobello S.a
Advogado: Rafael Bertoldi Coelho (OAB: 23103/SC)
Advogado: Mariano Martorano Menegotto (OAB: 15773/SC)
Recorrida: Menaia Bulcão de Lima Brito
Advogada: Gabriella Caroline Lima da Silva (OAB: 11721/AM)
Advogada: Glicia Caroline Rocha Cauper (OAB: 11728/AM)
Advogado: Ana Luisa Teles Farias (OAB: 11720/AM)

Relator: Irlena Leal Benchimol. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA – DANO MORAL – SOLIDARIEDADE– QUANTUM MANTIDORecurso não provido.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos,

relatados e discutidos estes autos de nº , de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Juízes que compõem a Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis da Comarca de Manaus, por unanimidade de votos, em NEGAR provimento ao Recurso Inominado. Sessão de Julgamento".

Processo: 0618807-93.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 1ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Sidarta Pinheiro de Araujo Gadelha
Advogado: Luiz Gonzaga Pinheiro Junior (OAB: 12021/AM)
Advogado: Paulo Jaqson Freire Pinto (OAB: 7967/AM)
Recorrido: Tap Transportes Aéreos Portugueses
Advogada: Julia Vieira de Castro Lins Botelho (OAB: 1210A/AM)

Relator: Antônio Itamar de Souza Gonzaga. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. SERVIÇO DE TRANSPORTE AÉREO. CONEXÃO COM INTERVALO INSUFICIENTE PARA REALIZAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS DE IMIGRAÇÃO E ALFÂNDEGA. TRECHOS PROGRAMADOS PELA COMPANHIA AÉREA. BAGAGENS RETIDAS PELA RECEITA FEDERAL. CULPA DA EMPRESA AÉREA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DEVER DE INDENIZAR. SENTENÇA REFORMADA.Busca o Recorrente a reforma da sentença de primeiro grau que julgou improcedente a demanda, argumentando que o trecho adquirido foi programado pela empresa aérea, tendo sido esta a causadora dos infortúnios enfrentados com a retenção de suas bagagens pela receita federal. Primeiramente, saliento não ser caso de extravio de bagagens, mas sim de retenção em razão de embaraço aduaneiro, razão pela qual ser inaplicável a convenção de montreal.

Da análise dos autos, é possível observar que o trecho adquirido pelo consumidor tinha previsão de partida de Lisboa às 12:10, do dia 29 de agosto de 2017, com previsão de chegada a Manaus às 17:27 (horário local), do mesmo dia. Nessa esteira, a companhia aérea se comprometeu a transportar o autor, juntamente com suas bagagens, no dia e horários programados, sendo, por consequência, de sua responsabilidade, as conexões inseridas nesse trecho pela própria companhia aérea. Da análise dos autos, é possível observar que o trecho adquirido pelo consumidor tinha previsão de partida de Lisboa às 12:10, do dia 29 de agosto de 2017, com previsão de chegada a Manaus às 17:27 (horário local), do mesmo dia. Nessa esteira, a companhia aérea se comprometeu a transportar o autor, juntamente com suas bagagens, no dia e horários programados, sendo, por consequência, de sua responsabilidade, as conexões inseridas nesse trecho pela própria companhia aérea. No caso em comento, estava previsto uma conexão em Belém, com intervalo de 1 hora e 1 minuto, tempo este que o autor teria para passar pela imigração e alfândega, o que, por óbvio, não conseguiu. Ora, ainda que não houvesse qualquer atraso no primeiro voo, é evidente que o autor não teria condições de realizar todos os procedimentos de alfândega no tempo exíguo oferecido pela companhia aérea, o que levou a retenção de suas bagagens pela Receita Federal.A empresa de transporte aéreo é responsável pelo transporte não apenas da pessoa do consumidor, mas também de suas bagagens (se assim contratado), ou seja, o tempo de conexão oferecido deve ser suficiente para o embarque do passageiro, bem como o despacho das bagagens, no mesmo voo, a fim de evitar desdobramentos e aborrecimentos como aconteceu na presente demanda. Não há dúvidas que a responsabilidade, in casu, é da empresa de transporte aéreo, vez que vendeu trecho programado com tempo exíguo para a realização, pelo consumidor, dos procedimentos de praxe de imigração e alfândega, acarretando em desgastes, dissabores e aborrecimentos que ultrapassam a esfera do razoável, configurando dano moral em essência.In casu, é perfeitamente aplicável a teoria do desvio produtivo do consumidor, criada pelo advogado Marcos Dessaune e já aplicado em precedentes do STJ, caracterizado pela falta de pronta solução ao defeito no serviço noticiado, de modo que todo tempo desperdiçado pelo consumidor para a solução de problemas gerados por maus fornecedores constitui dano indenizável. O consumidor, muita vezes, tem que deixar de lado suas atividades diárias, como trabalho, estudo, descanso e lazer, para tentar resolver problemas de consumo, que o fornecedor tem o dever de não causar.Ante o exposto, CONHEÇO DO RECURSO E DOU-LHE PROVIMENTO, reformando a decisão de primeiro grau, para julgar procedentes os pedidos formulados na inicial, nos seguintes termos: - condenar o réu ao pagamento da quantia de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), a título de danos morais, em favor da parte autora, com juros e correção monetária a contar da data do arbitramento. Sem condenação em custas e honorários, nos termos da lei.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0618938-68.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 13º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a)
Advogada: Isabela Montuori Bougleux de Araujo (OAB: 118303/MG)
Advogado: Guilherme Vilela de Paula (OAB: 69306/MG)
Advogado: Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB: A1065/AM)
Recorrida: Sheila Ribeiro Paranatinga
Advogada: Ana Carolina Bezerra de Freitas (OAB: 7698/AM)

Relator: Irlena Leal Benchimol. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA – DANO MORAL – FATURAMENTE QUE DESTOA DA MÉDIA APURADA NO CONTADOR DA CONSUMIDORA – QUANTUM MANTIDORecurso não provido.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº , de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Juízes que compõem a Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis da Comarca de Manaus, por unanimidade de votos, em NEGAR provimento ao Recurso Inominado. Sessão de Julgamento Dra. Irlena Leal Benchimol Juíza Relatora".

Processo: 0619258-21.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 1ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Bradesco S.a.
Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 1037A/AM)
Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE)
Recorrido: Daniel Augusto Barroso da Silva
Advogado: Lucas Obando de Oliveira (OAB: 11198/AM)
Advogado: Augusto Flávio Santos de Andrade (OAB: 4960/AM)

Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. DÉBITOS INDEVIDOS EM CONTA CORRENTE. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO BANCÁRIO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. ART. 14 DO CDC. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS, RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: "1. Trata-se de Ação Declaratória de Nulidade de contratos de mútuo c/c Indenização por Danos Morais decorrente de descontos indevidos por serviço não contratado. Em análise ao caso em comento, verifico que a parte recorrente nada trouxe de documentos comprobatórios acerca da contratação de empréstimo pela parte recorrida, sendo certo que esta comprovou suportar as cobranças indevidas. Inexistentes quaisquer hipóteses elisivas de responsabilização, previstas que são no art. 14, § 3º, do CDC, imperioso é o dever de indenizar, nos termos do art. 14, caput e seu parágrafo 1º, do mesmo diploma legal. Assim, diante dos fatos posto à análise e do conjunto probatório colacionado aos autos, considero acertados todos os fundamentos da sentença combatida, inclusive quanto ao arbitramento do quantum indenizatório, por observância dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade em relação ao

aspecto punitivo disciplinador com o fito de coibir a reincidência da conduta ilícita praticada pela recorrente. 2. Sentença mantida por seus próprios fundamentos, servindo a súmula do julgamento como acórdão, na forma do artigo 46 da Lei 9.099/95, conforme dispõe o Supremo Tribunal Federal. EMENTA DIREITO PROCESSUAL CIVIL. JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. MANUTENÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA COM BASE NO ART. 46 DA LEI 9.099/95. POSSIBILIDADE. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO DEVIDO PROCESSO LEGAL, AO CONTRADITÓRIO E À AMPLA DEFESA. EVENTUAL VIOLAÇÃO REFLEXA NÃO ENSEJA RECURSO EXTRAORDINÁRIO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO CONFIGURADA. ACÓRDÃO RECORRIDO DISPONIBILIZADO EM 16.8.2012. Não importa ausência de motivação, a adoção dos fundamentos da sentença recorrida pela Turma Recursal, em conformidade com o disposto no art. 46 da Lei 9.099/95. O exame da alegada ofensa ao art. 5º, XXXV, e LV, da Constituição Federal, dependeria de prévia análise da legislação infraconstitucional aplicada à espécie, o que refoge à competência jurisdicional extraordinária, prevista no art. 102 da Constituição Federal. Inexiste violação do artigo 93, IX, da CF/88. O Supremo Tribunal Federal entende que o referido dispositivo constitucional exige que o órgão jurisdicional explicite as razões do seu convencimento, dispensando o exame detalhado de cada argumento suscitado pela parte. Agravo regimental conhecido e não provido. (STF - ARE: 736290 SP, Relator: Min. ROSA WEBER, Data de Julgamento: 25/06/2013, Primeira Turma, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-160 DIVULG 15-08-2013 PUBLIC 16-08-2013). 3. Custas e honorários advocatícios na proporção de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação. É como voto.”.

Processo: 0619421-98.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 7ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Bmg S/A
Advogado: Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB: 876/AM)
Advogado: Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM)
Advogada: Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB: 4018/AM)
Advogada: Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB: 983A/PE)
Recorrida: Jocinalda Chaves de Menezes
Advogado: Daniel Guedes Carvalho (OAB: 7533/AM)
Advogado: Daniel Guedes Carvalho (OAB: 7533/AM)
Advogado: Ricardo de Oliveira Lima (OAB: 6306/AM)

Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio. Revisor: Revisor do processo Não informado

RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. SAQUE REALIZADO POR MEIO DE UTILIZAÇÃO DE CARTÃO. TESES DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. SENTENÇA REFORMADA SOMENTE QUANTO AO VALOR ARBITRADO A TÍTULO DE COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS. RECURSO PROVIDO EM PARTE. SEM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NOS TERMOS DO ART. 55 DA LEI 9.099/95.. DECISÃO: “Acordam as/os Juízas/es da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em conceder parcial provimento ao recurso, conforme voto da relatora.”.

Processo: 0619904-94.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 6º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a)
Advogada: Isabela Montuori Bougleux de Araujo (OAB: 118303/MG)
Advogado: Guilherme Vilela de Paula (OAB: 69306/MG)
Advogado: Guilherme Vilela de Paula (OAB: 1010A/AM)
Recorrida: Deuze Maria Salvatierra da Costa
Advogado: Daniel de Lima Albuquerque (OAB: 6548/AM)

Relator: Irlena Leal Benchimol. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA – EMBARGOS DECLARATÓRIOS – PRE QUESTIONAMENTO – INAPLICABILIDADE – REJEIÇÃO QUE SE IMPÕE – SÚMULA QUE SE IMPÕE Recurso NÃO provido.. DECISÃO: “ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº , de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Juízes que compõem a Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis da Comarca de Manaus, por unanimidade de votos, em NEGAR provimento aos Embargos Declaratórios .”.

Processo: 0620109-60.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 12º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Taciana Pires da Silva César
Advogado: Flávio Queiroz de Souza Paula (OAB: 10036/AM)
Recorrido: Banco Bmg S/A
Advogado: Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB: 876/AM)
Advogada: Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB: 4018/AM)
Advogado: Henrique Lima Marinheiro (OAB: 9324/AM)
Advogado: Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM)

Relator: Irlena Leal Benchimol. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA – CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO – JURISPRUDÊNCIA UNIFORMIZADA NO ÂMBITO DOS JUIZADOS – -AUSÊNCIA DE CONTRATO - AUSÊNCIA DE CUMPRIMENTO DAS INFORMAÇÕES AO CONSUMIDOR – ANULAÇÃO DO NEGÓCIO – RETORNO AO STATUS QUO ANTE – - Recurso provido.. DECISÃO: “ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº , de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Juízes que compõem a Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis da Comarca de Manaus, por unanimidade de votos, em DAR provimento ao Recurso Inominado. Sessão de Julgamento Dra. Irlena Leal Benchimol Juíza Relatora”.

Processo: 0620230-88.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 6º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Bmg S/A
Advogado: Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM)
Advogado: Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB: 876/AM)
Advogada: Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB: 4018/AM)
Advogada: Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB: 983A/PE)
Recorrida: DELMARA DE MELO MONTEIRO
Advogado: Daniel Guedes Carvalho (OAB: 7533/AM)
Advogado: Daniel Guedes Carvalho (OAB: 7533/AM)
Advogado: Ricardo de Oliveira Lima (OAB: 6306/AM)

Relator: Antônio Itamar de Souza Gonzaga. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. AUSÊNCIA DE INFORMAÇÃO ADEQUADA ACERCA DA MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO. VIOLAÇÃO AO ART. 6º DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. APLICAÇÃO DAS TESES FIRMADAS NA TURMA DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS DO ESTADO DO AMAZONAS. CONTRATO INVÁLIDO. DEVER DE INDENIZAR. CABIMENTO. QUANTUM REDUZIDO. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. . . DECISÃO: “DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.”.

Processo: 0620361-29.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 1ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Pedro dos Santos Silva
Advogado: Aguinaldo Pereira Dias (OAB: 7667/AM)
Recorrido: Banco Bradesco S.a.
Advogada: Karina de Almeida Batistuci (OAB: 9558/AL)

Relator: Irlena Leal Benchimol. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA – AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DOS FATOS CONSTITUTIVOS DO SEU DIREITO.Recurso NÃO provido.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº , de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Juízes que compõem a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis da Comarca de Manaus, por unanimidade de votos, em NEGAR provimento ao Recurso Inominado. Sessão de Julgamento em Irlena Leal Benchimol Relatora".

Processo: 0620383-87.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 1ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Bonsucesso Consignado S.A

Advogado: Gustavo Gonçalves Gomes (OAB: 1058A/AM)

Advogado: Gustavo Gonçalves Gomes (OAB: A1058/AM)

Recorrido: Afonso Luiz Monteiro

Advogada: Neila do Rosario Monteiro da Silva (OAB: 11841/AM)

Relator: Antônio Itamar de Souza Gonzaga. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. AUSÊNCIA DE INFORMAÇÃO ADEQUADA ACERCA DA MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO. VIOLAÇÃO AO ART. 6º DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. APLICAÇÃO DAS TESES FIRMADAS NA TURMA DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS DO ESTADO DO AMAZONAS. CONTRATO INVÁLIDO. DEVER DE INDENIZAR. CABIMENTO. QUANTUM REDUZIDO. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa e voto que acompanham a presente decisão.".

Processo: 0621180-97.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 7ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Bmg S/A

Advogado: Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB: 876/AM)

Advogada: Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB: 4018/AM)

Advogado: Henrique Lima Marinheiro (OAB: 9324/AM)

Advogado: Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM)

Recorrido: Josias Holanda dos Santos

Advogado: Luis Albert dos Santos Oliveira (OAB: 8251/AM)

Advogado: Regiane Araujo da Silva Melo (OAB: 10757/AM)

Relator: Antônio Itamar de Souza Gonzaga. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. AUSÊNCIA DE INFORMAÇÃO ADEQUADA ACERCA DA MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO. VIOLAÇÃO AO ART. 6º DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. APLICAÇÃO DAS TESES FIRMADAS NA TURMA DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS DO ESTADO DO AMAZONAS. CONTRATO INVÁLIDO. DEVER DE INDENIZAR. CABIMENTO. QUANTUM REDUZIDO. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0621261-12.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 7ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Itaú S/A

Advogado: José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB: 1235A/AM)

Advogado: José Almir da R Mendes Junior (OAB: 19411A/MA)

Recorrido: Auxiliadora Sobreira da Silva 31716512204

Advogada: Cintia Martins de Souza (OAB: 4399/AM)

Advogado: QUÉZIA MARTINS DE PAULA (OAB: 8885/AM)

Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. RESCISÃO CONTRATUAL. RESOLUÇÃO 2.05 DO BANCO CENTRAL. NÃO OBSERVÂNCIA AO PRAZO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO BANCÁRIO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. ART. 14 DO CDC. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: "1. Trata-se de Obrigação de Fazer c/c Indenização por Danos Morais decorrente de falha na prestação do serviço bancário para não atentar ao prazo para as devidas providencias referente a rescisão contratual. Em análise ao caso em comento, ressalto a possibilidade da instituição bancária encerrar unilateralmente conta-corrente, desde que o faça com amparo na Resolução n.º 2.025 do Banco Central, atendendo os requisitos impostos como: comunicação prévia, por escrito, da intenção de rescindir o contrato; e prazo para adoção das providências relacionadas à rescisão do contrato. A parte Recorrente não trouxe qualquer elemento de convicção a desestruturar os fatos afirmados, dentro do ônus de provar fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, nos termos do art. 373, II, do CPC, ou dentro do que estabelece o ônus da prova do art. 6°, VI, do CDC. Assim, diante dos fatos posto à análise e do conjunto probatório colacionado aos autos, considero acertados todos os fundamentos da sentença combatida, inclusive quanto ao arbitramento do quantum indenizatório, por observância dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade em relação ao aspecto punitivo disciplinador com o fito de coibir a reincidência da conduta ilícita praticada pela recorrente. 2. Sentença mantida por seus próprios fundamentos, servindo a súmula do julgamento como acórdão, na forma do artigo 46 da Lei 9.099/95, conforme dispõe o Supremo Tribunal Federal. EMENTA DIREITO PROCESSUAL CIVIL. JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. MANUTENÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA COM BASE NO ART. 46 DA LEI 9.099/95. POSSIBILIDADE. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO DEVIDO PROCESSO LEGAL, AO CONTRADITÓRIO E À AMPLA DEFESA. EVENTUAL VIOLAÇÃO REFLEXA NÃO ENSEJA RECURSO EXTRAORDINÁRIO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO CONFIGURADA. ACÓRDÃO RECORRIDO DISPONIBILIZADO EM 16.8.2012. Não importa ausência de motivação, a adoção dos fundamentos da sentença recorrida pela Turma Recursal, em conformidade com o disposto no art. 46 da Lei 9.099/95. O exame da alegada ofensa ao art. 5º, XXXV, e LV, da Constituição Federal, dependeria de prévia análise da legislação infraconstitucional aplicada à espécie, o que refoge à competência jurisdicional extraordinária, prevista no art. 102 da Constituição Federal. Inexiste violação do artigo 93, IX, da CF/88. O Supremo Tribunal Federal entende que o referido dispositivo constitucional exige que o órgão jurisdicional explicite as razões do seu convencimento, dispensando o exame detalhado de cada argumento suscitado pela parte. Agravo regimental conhecido e não provido. (STF - ARE: 736290 SP, Relator: Min. ROSA WEBER, Data de Julgamento: 25/06/2013, Primeira Turma, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-160 DIVULG 15-08-2013 PUBLIC 16-08-2013). 3. Custas e honorários advocatícios na proporção de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação. É como voto.".

Processo: 0621493-24.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 1ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a)

Advogado: Guilherme Vilela de Paula (OAB: 69306/MG)

Advogada: Nájela Noara Dias Tomé (OAB: 159666/MG)

Advogada: Isabela Montuori Bougleux de Araujo (OAB: 118303/MG)

Recorrido: Tarick de Oliveira Leite

Advogado: Adriano de Oliveira Leite (OAB: 4609/AM)

Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio. Revisor: Revisor do processo Não informado

RECURSO INOMINADO. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL. NEGATIVAÇÃO ILEGÍTIMA. QUANTUM MANTIDO. RECURSO INOMINADO DESPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA ARBITRADOS EM 20% (VINTE POR CENTO) DO VALOR DA CONDENAÇÃO, NOS TERMOS DO ARTIGO 55 DA LEI 9.099/95.1. Por todo o exposto, entendo que a sentença proferida pelo juízo a quo deve ser mantida pelos seus próprios fundamentos nos termos do art. 46 da lei 9.099/95. Honorários arbitrados em 20% (vinte porcento) do valor da condenação, nos termos do art. 55 da lei 9.099/95.. DECISÃO: "Acordam as Juízas da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso, para manter a sentença monocrática, conforme voto da relatora.".

Processo: 0621984-65.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 6º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: P e V Hotéis e Turismo Ltda
Advogado: Wellington de Amorim Alves (OAB: 2993/AM)
Recorrido: Antonio Marques da Silva
Advogado: Wiston Feitosa de Sousa (OAB: 6596/AM)
Advogado: Ademario do Rosario Azevedo (OAB: 2926/AM)

Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio. Revisor: Revisor do processo Não informado

RECURSO INOMINADO. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. DIREITO CONSUMIDOR. FATO DO SERVIÇO. ART. 14, §3º, INICISO I DO CDC. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. NECESSIDADE DE DEMONSTRAR QUE PRESTANDO O SERVIÇO O DEFEITO INEXISTE. AUSÊNCIA DE PROVA. FATO DO SERVIÇO CONFIGURADO. DANO MORAL CONFIGURADO. RECURSO INOMINADO DESPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA, NOS TERMOS DO ART. 46 DA LEI 9.099/95.. DECISÃO: "Acordam as Juízas da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em não conceder provimento ao recurso, conforme voto da relatora.".

Processo: 0622254-89.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 3ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Pan S/A
Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE)
Recorrido: Renato Roberto do Amaral Teixeira
Soc. Advogados: Simone Waughan Freitas de Souza (OAB: 11830/AM)
Soc. Advogados: Israel Lamego de Lima Júnior (OAB: 8475/AM)
Advogado: Israel Lamego de Lima Júnior (OAB: 8475/AM)
Advogado: Simone Waughan Freitas de Souza (OAB: 11830/AM)

Relator: Irlena Leal Benchimol. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA – DANO MORAL – DESVIO PRODUTIVO/PERDA DO TEMPO ÚTIL – DESNECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO – QUANTUM MANTIDORecurso não provido.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº , de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Juízes que compõem a Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis da Comarca de Manaus, por unanimidade de votos, em NEGAR provimento ao Recurso Inominado. Sessão de Julgamento".

Processo: 0622507-43.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 3ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Bradesco Vida e Previdência S/A
Advogada: Karina de Almeida Batistuci (OAB: 9558/AL)
Advogada: Jurema Dias de Lima Missioneiro dos Santos (OAB: 70558/SP)
Recorrida: .Lucia Marcelle de Abreu
Advogado: Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB: 7197/AM)

Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. COBRANÇAS INDEVIDAS. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DANOS MORAIS E MATERIAIS CONFIGURADOS. VALOR DA INDENIZAÇÃO MOSTRA-SE ADEQUADO ÀS CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO CONCRETO E À JURISPRUDÊNCIA. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS, NOS TERMOS DO ART. 46 DA LEI N.º9.099/95. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, mantendo a sentença de Primeiro Grau por seus próprios fundamentos.".

Processo: 0622590-93.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 15º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Adelcimarina Aureliana de Lima
Advogado: Alexandre Paes Barreto Saraiva (OAB: 8838/AM)
Recorrido: Banco Bmg S/A
Advogado: Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB: 876/AM)
Advogada: Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB: 4018/AM)
Advogado: Henrique Lima Marinheiro (OAB: 9324/AM)
Advogado: Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM)

Relator: Irlena Leal Benchimol. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA – CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO – JURISPRUDÊNCIA UNIFORMIZADA NO ÂMBITO DOS JUIZADOS – -AUSÊNCIA DE CONTRATO - AUSÊNCIA DE CUMPRIMENTO DAS INFORMAÇÕES AO CONSUMIDOR – ANULAÇÃO DO NEGÓCIO – RETORNO AO STATUS QUO ANTE – - Recurso provido.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº , de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Juízes que compõem a Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis da Comarca de Manaus, por unanimidade de votos, em DAR provimento ao Recurso Inominado do Autor Sessão de Julgamento Dra. Irlena Leal Benchimol Juíza Relatora".

Processo: 0622737-85.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 13º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Naara Barbosa Massulo
Advogado: Luis Albert dos Santos Oliveira (OAB: 8251/AM)
Recorrido: Banco Bradesco S.a.
Advogado: Mauro Paulo Galera Mari (OAB: 3056/MT)
Advogado: André de Souza Oliveira (OAB: 5219/AM)

Relator: Antônio Itamar de Souza Gonzaga. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO NÃO CONSTATADA. PAGAMENTO MÍNIMO. SALDO DEVEDOR. PARCELAMENTO. RESOLUÇÃO 4.549 DO BACEN. EXERCÍCIO REGULAR DO DIREITO. SENTENÇA MANTIDA PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. . DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0623062-94.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 13º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Maria Sigrid de Amorim Lima
Advogado: Maria Esperança Costa Alencar (OAB: 2114/AM)
Advogado: Mário Alberto da Fonseca Monteiro Junior (OAB: 1431/AM)
Recorrido: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a)
Advogada: Isabela Montuori Bougleux de Araujo (OAB: 118303/MG)

Advogada: Nájela Noara Dias Tomé (OAB: 159666/MG)

Relator: Irlena Leal Benchimol. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA – AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DOS FATOS CONSTITUTIVOS DO SEU DIREITO – Recurso NÃO provido.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº , de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Juízes que compõem a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis da Comarca de Manaus, por unanimidade de votos, em NEGAR provimento ao Recurso Inominado. Sessão de Julgamento em Irlena Leal Benchimol Relatora".

Processo: 0623167-37.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 6º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Bmg S/A

Advogado: Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM)

Advogado: Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB: 876/AM)

Advogada: Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB: 4018/AM)

Recorrida: Alessandra Doren Lira de Souza

Advogado: Suelem Pena Bento da Silva (OAB: 9796/AM)

Advogada: Danielle Passos Araújo (OAB: 9589/AM)

Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio. Revisor: Revisor do processo Não informado

RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. PRELIMINAR REJEITADA. SAQUE REALIZADO POR MEIO DE UTILIZAÇÃO DE CARTÃO. TESES DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. SENTENÇA MANTIDA NOS TERMOS DO ART. 46 DA LEI 9.099/95. RECURSO DESPROVIDO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NOS TERMOS DO ART. 55 DA LEI 9.099/95.. DECISÃO: "Acordam as/os Juízas/es da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso, conforme voto da relatora.".

Processo: 0623248-20.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 1ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Bradesco S.a.

Advogado: Mauro Paulo Galera Mari (OAB: 877A/AM)

Advogado: Mauro Paulo Galera Mari (OAB: 3056/MT)

Recorrido: Leudivan Santos de Souza

Soc. Advogados: Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (OAB: 10325/AM)

Advogada: Marcela da Silva Paulo (OAB: 10325/AM)

Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. SEGURO. PRÁTICA ABUSIVA. VENDA CASADA. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DANOS MORAIS E MATERIAIS CONFIGURADOS. VALOR DA INDENIZAÇÃO MOSTRA-SE ADEQUADO ÀS CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO CONCRETO E À JURISPRUDÊNCIA. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS, NOS TERMOS DO ART. 46 DA LEI N.º9.099/95. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. SEGURO. PRÁTICA ABUSIVA. VENDA CASADA. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DANOS MORAIS E MATERIAIS CONFIGURADOS. VALOR DA INDENIZAÇÃO MOSTRA-SE ADEQUADO ÀS CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO CONCRETO E À JURISPRUDÊNCIA. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS, NOS TERMOS DO ART. 46 DA LEI N.º9.099/95. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. ACÓRDÃO Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, mantendo a sentença de Primeiro Grau por seus próprios fundamentos. Sala das Sessões da 2ª Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, em Manaus, 27 de agosto de 2019. Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes Relatora RELATÓRIO Vistos, etc. O relatório é dispensado com fundamento no Enunciado 92 do FONAJE c/c art. 46 da Lei n. 9099/95. VOTO Conheço do recurso eis que presentes os pressupostos que autorizam a sua admissibilidade, ou seja, por ter sido interposto dentro do prazo legal. Inicialmente, observa-se que o caso em análise se enquadra perfeitamente nos ditames do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078/90), eis que considera-se fornecedor a pessoa jurídica que desenvolve atividade de comercialização de produto e/ou prestação de serviços, aí incluídas as cobranças de seguros/taxas e serviços bancários. Diante do quadro probatório juntado e dos fundamentos trazidos, considero acertados todos os termos da r. sentença combatida. Assim sendo, tenho que a douta sentença, porque bem apreciou, analisou e julgou os fatos, aplicando corretamente o direito e fazendo justiça, deve ser mantida pelos seus próprios e judiciosos fundamentos, negando dessa forma o provimento ao recurso interposto. Na fixação do quantum devido a título de danos morais, deve-se atentar para as condições das partes, a gravidade da lesão, sua repercussão e as circunstâncias fáticas, não se podendo olvidar a repercussão na esfera dos lesados e o potencial econômico social do lesante. Também deve ser dada uma natureza punitiva à reparação, para evitar que o ofensor repita os atos que levaram a presente indenização. Desta maneira, entendo que o quantum indenizatório fixado mostra-se adequado às peculiaridades do caso concreto e consoante com os parâmetros utilizados pelas Turmas Recursais em casos análogos, bem como atenta aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. Com apoio no artigo 55 da Lei de Regência dos Juizados Especiais (Lei 9.099/95) condeno a recorrente/requerida no pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que, observados os parâmetros legais e o grau de complexidade da causa, fixo no equivalente a 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação, atualizado monetariamente.".

Processo: 0623654-41.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 7ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Bradesco Financiamentos S/A

Recorrente: Banco Bmg S/A

Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE)

Advogado: Giacomo Dinelly Lima (OAB: 9753/AM)

Recorrido: Antônio Augusto Marques Reis

Advogado: Pedro Morais de Brito Junior (OAB: 10803/AM)

Relator: Antônio Itamar de Souza Gonzaga. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. AUSÊNCIA DE INFORMAÇÃO ADEQUADA ACERCA DA MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO. VIOLAÇÃO AO ART. 6º DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. APLICAÇÃO DAS TESES FIRMADAS NA TURMA DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS DO ESTADO DO AMAZONAS. CONTRATO INVÁLIDO. DEVER DE INDENIZAR. CABIMENTO. QUANTUM. REDUÇÃO. SENTENÇA REFORMADA.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa e voto que acompanham a presente decisão.".

Processo: 0624061-13.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 8ª Vara do Juizado Especial Cível (Nilton Lins)

Recorrente: Priscila Assunção Pavesi

Advogado: Leonardo Barreto Rocha Junior (OAB: 8315/AM)

Recorrida: Raisa Feitosa da Costa Pinto

Advogado: Vitor Lima Verde Coelho (OAB: 12945/AM)

Advogada: Mariana Monte Giovanazzi (OAB: 12076/AM)

Advogado: Bruno Ricardo Lima Tapajós (OAB: 5695/AM)

Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio. Revisor: Revisor do processo Não informado

RECURSO INOMINADO. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. AGRESSÃO FÍSICA COMPROVADA. PROVA SUPERVENIENTE. DANO MORAL QUE SE CONFIGURA. SENTENÇA REFORMADA.. DECISÃO: "Acordam as Juízas da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em conceder provimento ao recurso, conforme voto da relatora.".

Processo: 0624256-95.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: 99 Tecnologia Ltda
Advogado: Guilherme Kaschny Bastian (OAB: 266795/SP)
Recorrido: Pedro Moriz Cerdeira
Advogado: Marcia Monteiro Alves Vailante (OAB: 10333/AM)

Relator: Irlena Leal Benchimol. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA – DANO MORAL – DESVIO PRODUTIVO/PERDA DO TEMPO ÚTIL – DESNECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO – QUANTUM REDUZIDORecurso provido PARCIALMENTE.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº , de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Juízes que compõem a Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis da Comarca de Manaus, por unanimidade de votos, em DAR parcial provimento ao Recurso Inominado. Sessão de Julgamento Dra. Irlena Leal Benchimol Juíza Relatora".

Processo: 0626197-80.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 8ª Vara do Juizado Especial Cível (Nilton Lins)
Recorrente: Banco Bmg S/A
Advogado: Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM)
Advogada: Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB: 4018/AM)
Advogado: Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB: 876/AM)
Recorrida: Antonia Laborda Pereira
Advogado: Alysson Roberto Rocha Ferreira (OAB: 11860/AM)

Relator: Antônio Itamar de Souza Gonzaga. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. AUSÊNCIA DE INFORMAÇÃO ADEQUADA ACERCA DA MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO. VIOLAÇÃO AO ART. 6º DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. APLICAÇÃO DAS TESES FIRMADAS NA TURMA DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS DO ESTADO DO AMAZONAS. CONTRATO INVÁLIDO. DEVER DE INDENIZAR. CABIMENTO. SENTENÇA MANTIDA PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. . DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa e voto que acompanham a presente decisão.".

Processo: 0626402-12.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 7ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Banco Bmg S/A
Advogado: Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM)
Advogado: Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB: 876/AM)
Advogada: Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB: 4018/AM)
Recorrido: Raimundo Xavier Cardoso Tavares
Advogado: Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB: 8500/AM)
Advogada: Bruna Carvalho dos Santos (OAB: 11179/AM)

Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio. Revisor: Revisor do processo Não informado
RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. SAQUE REALIZADO POR MEIO DE UTILIZAÇÃO DE CARTÃO. TESES DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. SENTENÇA REFORMADA QUANTO AO VALOR ARBITRADO A TÍTULO DE COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS. RESTITUIÇÃO DO INDÉBITO NA FORMA SIMPLES. RECURSO PROVIDO EM PARTE. SEM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NOS TERMOS DO ART. 55 DA LEI 9.099/95. RECURSO PROVIDO EM PARTE. SEM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NOS TERMOS DO ART. 55 DA LEI 9.099/95.. DECISÃO: "Acordam as/os Juízas/es da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em conceder parcial provimento ao recurso, conforme voto da relatora.".

Processo: 0627029-16.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 7ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Banco Bmg S/A
Advogado: Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM)
Advogado: Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB: 876/AM)
Recorrido: Francisco Moreira Filho
Advogado: Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB: 8500/AM)
Advogada: Géssyca Grazielly Maklouf Ribeiro (OAB: 8522/AM)

Relator: Antônio Itamar de Souza Gonzaga. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. AUSÊNCIA DE INFORMAÇÃO ADEQUADA ACERCA DA MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO. VIOLAÇÃO AO ART. 6º DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. APLICAÇÃO DAS TESES FIRMADAS NA TURMA DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS DO ESTADO DO AMAZONAS. CONTRATO INVÁLIDO. DEVER DE INDENIZAR. CABIMENTO. QUANTUM INDENIZATÓRIO. REDUZIDO. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa e voto que acompanham a presente decisão.".

Processo: 0627121-91.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 7ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Banco Bradesco S.a.
Advogado: Marcondes Fonseca Luniere Junior (OAB: 2897/AM)
Advogado: Thales Silvestre Júnior (OAB: 2406/AM)
Recorrida: Maria do Perpetuo Socorro Teixeira de Oliveira
Soc. Advogados: Marcela da Silva Paulo (OAB: 10325/AM)
Advogada: Marcela da Silva Paulo (OAB: 10325/AM)
Advogada: Bruna das Chagas de Mendonca (OAB: 10474/AM)
Advogado: Nayanna Evellyn Pessoa Gaia (OAB: 12723/AM)

Relator: Irlena Leal Benchimol. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA – DANO MORAL – DESVIO PRODUTIVO/PERDA DO TEMPO ÚTIL – DESNECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO – QUANTUM MANTIDORecurso não provido.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº , de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Juízes que compõem a Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis da Comarca de Manaus, por unanimidade de votos, em NEGAR provimento ao Recurso Inominado. Sessão de Julgamento".

Processo: 0627220-61.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 7ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Banco Bradesco S.a.
Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 598A/AM)
Recorrido: Francisco Walter de Souza
Advogado: Manoel Marques de Oliveira (OAB: 5587/AM)

Relator: Irlena Leal Benchimol. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA – AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DOS FATOS CONSTITUTIVOS DO SEU DIREITO.Recurso provido.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº , de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Juízes que compõem a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis da Comarca de Manaus, por unanimidade de votos, em DAR provimento ao Recurso Inominado. Sessão de Julgamento em Irlena Leal Benchimol Relatora".

Processo: 0627707-31.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 7ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Vivo S.a.
Advogado: Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB: 29320/GO)
Advogada: Ayriene Frores de Sousa (OAB: 12105/AM)
Advogado: André de Souza Oliveira (OAB: 5219/AM)
Recorrido: Wagner Monteiro Souto Maior
Advogado: Antonio Jorge Loureiro (OAB: 12470/AM)
Advogado: Antonio Jorge Loureiro (OAB: 12470/AM)

Relator: Irlena Leal Benchimol. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA – DANO MORAL – DESVIO PRODUTIVO/PERDA DO TEMPO ÚTIL – DESNECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO – QUANTUM REDUZIDORecurso provido PARCIALMENTE.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº , de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Juízes que compõem a Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis da Comarca de Manaus, por unanimidade de votos, em DAR parcial provimento ao Recurso Inominado. Sessão de Julgamento".

Processo: 0628544-86.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 12º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Bradesco S/A
Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE)
Recorrido: Marcelo Dourado de Mello
Advogada: Karen Karoliny Ferreira Santos (OAB: 10893/AM)

Relator: Irlena Leal Benchimol. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA – EMENTA – DEMORA NA FILA DO BANCO – DANO MORAL NÃO CONFIGURADO – MERO ABORRECIMENTO – SENTENÇA REFORMADARecurso provido.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº , de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Juízes que compõem a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis da Comarca de Manaus, por unanimidade de votos, em DAR provimento ao Recurso Inominado para julgar improcedente a lide. Sessão de Julgamento Irlena Leal Benchimol Relatora".

Processo: 0628574-24.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 13º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a)
Advogado: Guilherme Vilela de Paula (OAB: 69306/MG)
Recorrido: Jose Odenei Garcia
Advogado: Leonardo Andrade Aragão (OAB: 7729/AM)

Relator: Antônio Itamar de Souza Gonzaga. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO – CONSUMIDOR – NEGATIVAÇÃO INDEVIDA – INEXISTÊNCIA DE DÉBITO – RESPONSABILIDADE DA EMPRESA QUE REALIZOU A NEGATIVAÇÃO DE CRÉDITO – DANO MORAL – RECURSO NÃO PROVIDO.Analisando o contexto fático-probatório existente nos autos, tem-se que, ficou demonstrada a falha administrativa do requerido em restringir indevidamente o crédito, diante da inscrição do nome da parte requerente nos cadastros de restrições ao crédito SPC e SERASA, quando não havia causa subjacente para tanto.Tratando-se de responsabilidade objetiva, é preciso tão somente a demonstração do nexo de causalidade entre a conduta e o resultado lesivo, a teor do disposto no artigo 14 do Código de Defesa do Consumidor. Sua exclusão depende de culpa exclusiva de terceiro ou do consumidor. Vale enfatizar que a recorrente não apresentou qualquer causa excludente de responsabilidade, a qual romperia com o nexo de causalidade entre sua conduta e o dano experimentado pelo Recorrido.A inscrição em cadastros restritivos de crédito vem sendo utilizada, legitimamente, pelas instituições financeiras, como instrumentos de prevenção para minimizar prejuízos decorrentes da inadimplência dos consumidores de bens e serviços disponibilizados no mercado.Entretanto, esses expedientes costumeiramente empregados deixam de ser legítimos em casos como os dos autos, em que não existem motivos para consubstanciá-los.A caracterização do dano moral, por afetar os atributos da personalidade da parte ofendida, maculando-a no que lhe é mais caro, se aperfeiçoa com a simples ocorrência do fato que se consubstancia no seu fato gerador, independentemente da irradiação de quaisquer efeitos materiais afetando aquela, ensejando sua contemplação com um lenitivo pecuniário destinado a compensá-la pelas ofensas intrínsecas que sofrera e sancionar a ofensora pelo ilícito que praticara. Assim tenho que a sentença prolatada pela instância singela (R$ 8.000,00) se aparenta proporcional ao malefício experimentado pelo autor, pois suficiente para amenizar o desgaste emocional presumido na espécie, sem proporcionar enriquecimento indevido, ao mesmo tempo em que se presta a incutir no réu a necessidade de maior diligência no desempenho de suas funções empresariais.RECURSO NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Vencido o recorrente cabe condenação em custas e honorários, estes arbitrados em 20% do valor da condenação devidamente atualizada, artigo 55 da Lei nº 9.099/1995.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0628659-10.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 6º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: VRG Linhas Aéreas S/A
Advogado: Gustavo Antônio Feres Paixão (OAB: 1324A/AM)
Advogado: Gustavo Antonio Feres Paixao (OAB: 7675A/TO)
Advogada: Angélica Ortiz Ribeiro (OAB: 2847/AM)
Advogada: Keyth Yara Pontes Pina (OAB: 3467/AM)
Recorrida: Telmara Siria de Aquino
Advogado: Camila Cordeiro Batista (OAB: 10930/AM)
Recorrida: Síria Jhulia da Silva Barros
Advogado: Camila Cordeiro Batista (OAB: 10930/AM)

Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. ALTERAÇÃOUNILATERALDEVOO/DATA.FALHANAPRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE AÉREO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. ART. 14 DO CDC. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: "1. Trata-se de Ação de Reparação por Danos Materiais e Morais decorrente de falha na prestação do serviço de transporte aéreo por alteração unilateral de voo/data. Em análise ao caso em comento, verifico que a parte Recorrente não trouxe nenhum elemento de convicção a desestruturar os fatos afirmados, nada obstante ter sido invertido o ônus da prova. A alteração unilateral de datas e/ou horários de voos, com a consequente obrigatoriedade de o passageiro alterar sua programação de hospedagem, transporte terrestre ou lazer, além de lhe impor viagem mais alongada e cansativa são aptas a infligirem danos morais. Com a alteração do eticket, caberia ao leal contratante (art. 42 do NCC), facultar ao cliente a solução que lhe fosse mais vantajosa, inclusive a de providenciar outra passagem por outra empresa aérea, minimizando o dano imposto aos recorridos. Assim, diante dos fatos posto à análise e do conjunto probatório colacionado aos autos, considero acertados todos os fundamentos da sentença combatida, inclusive quanto ao arbitramento do quantum indenizatório, por observância dos

princípios da razoabilidade e proporcionalidade em relação ao aspecto punitivo disciplinador com o fito de coibir a reincidência da conduta ilícita praticada pela recorrente. 2. Sentença mantida por seus próprios fundamentos, servindo a súmula do julgamento como acórdão, na forma do artigo 46 da Lei 9.099/95, conforme dispõe o Supremo Tribunal Federal. EMENTA DIREITO PROCESSUAL CIVIL. JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. MANUTENÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA COM BASE NO ART. 46 DA LEI 9.099/95. POSSIBILIDADE. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO DEVIDO PROCESSO LEGAL, AO CONTRADITÓRIO E À AMPLA DEFESA. EVENTUAL VIOLAÇÃO REFLEXA NÃO ENSEJA RECURSO EXTRAORDINÁRIO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO CONFIGURADA. ACÓRDÃO RECORRIDO DISPONIBILIZADO EM 16.8.2012. Não importa ausência de motivação, a adoção dos fundamentos da sentença recorrida pela Turma Recursal, em conformidade com o disposto no art. 46 da Lei 9.099/95. O exame da alegada ofensa ao art. 5º, XXXV, e LV, da Constituição Federal, dependeria de prévia análise da legislação infraconstitucional aplicada à espécie, o que refoge à competência jurisdicional extraordinária, prevista no art. 102 da Constituição Federal. Inexiste violação do artigo 93, IX, da CF/88. O Supremo Tribunal Federal entende que o referido dispositivo constitucional exige que o órgão jurisdicional explicite as razões do seu convencimento, dispensando o exame detalhado de cada argumento suscitado pela parte. Agravo regimental conhecido e não provido. (STF - ARE: 736290 SP, Relator: Min. ROSA WEBER, Data de Julgamento: 25/06/2013, Primeira Turma, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-160 DIVULG 15-08-2013 PUBLIC 16-08-2013). 3. Custas e honorários advocatícios na proporção de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação. É como voto.”.

Processo: 0628810-73.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 7ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Banco Bmg S/A
Advogado: Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM)
Advogada: Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB: 4018/AM)
Advogado: Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB: 876/AM)
Recorrida: Erica Patricia Nogueira Penafort
Advogado: Manoel Eduardo dos Santos Assis (OAB: 9613/AM)

Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio. Revisor: Revisor do processo Não informado
RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. SAQUE REALIZADO POR MEIO DE UTILIZAÇÃO DE CARTÃO. TESES DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. SENTENÇA REFORMADA SOMENTE QUANTO AO VALOR ARBITRADO A TÍTULO DE COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS. RECURSO PROVIDO EM PARTE. SEM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NOS TERMOS DO ART. 55 DA LEI 9.099/95.. DECISÃO: “Acordam as/os Juízas/es da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em conceder parcial provimento ao recurso, conforme voto da relatora.”.

Processo: 0630911-28.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível, Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal
Recorrente: Alderley da Silva Soares
Advogado: Ramon Michael Chaves Pesqueira (OAB: 10594/AM)
Recorrente: Hudson Silva de Souza
Advogado: Ramon Michael Chaves Pesqueira (OAB: 10594/AM)
Recorrente: Jean Carlos de Souza Caminha
Advogado: Ramon Michael Chaves Pesqueira (OAB: 10594/AM)
Recorrente: Reginaldo Santos da Rocha
Advogado: Ramon Michael Chaves Pesqueira (OAB: 10594/AM)
Recorrente: Arnaldo Costa Gama
Advogado: Ramon Michael Chaves Pesqueira (OAB: 10594/AM)
Recorrido: Governador do Estado do Amazonas
Advogado: Isabella Peres Russo (OAB: 3198/AM)

Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA: RECURSO INOMINADO. FAZENDA PÚBLICA. CURSO DE FORMAÇÃO DE PRAÇAS DA POLÍCIA MILITAR DO AMAZONAS. CURSOS DE FORMAÇÃO NÃO EFETIVADOS. DIFERENÇA E REFLEXOS DE VALORES DO DIREITO DE PROMOÇÃO. EXISTÊNCIA DE VAGAS. PRESUNÇÃO RELATIVA. REQUISITOS DA PARTE PREENCHIDOS. PRETENSÃO DE REFORMA ACOLHIDOS. GRADUAÇÃO RESPECTIVA E DEVIDA. FALHA E DESCUMPRIMENTO DAS PROGRESSÕES. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.. DECISÃO: “Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NO MÉRITO REJEITAR os Embargos de Declaração, nos termos do voto da Relatora, que integra esta decisão para todos os fins de direito.”.

Processo: 0646156-16.2017.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível, Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal
Recorrente: Elizier Santana Leite da Costa
Advogada: Eliane Andrade Martins (OAB: 12118/AM)
Advogada: Carolina Gomes Mar (OAB: 8627/AM)
Advogada: Monica Vicente Taketa (OAB: 7988/AM)
Recorrido: Governador do Estado do Amazonas
Procurador: Vitor Barbosa de Oliveira (OAB: 8285/TO)

Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio. Revisor: Revisor do processo Não informado
RECURSO INOMINADO. DIREITO ADMINISTRATIVO. EMENDA A INICIAL. DESCUMPRIMENTO DA DETERMINAÇÃO. PEDIDO DE DILAÇÃO DE PRAZO. PETICIONAMENTO POSTERIOR SEM ADEQUAÇÃO DO VALOR DA CAUSA. RECURSO INOMINADO DESPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS, NOS TERMOS DO ART. 46 DA LEI 9.099/95.. DECISÃO: “ACÓRDÃO Acordam as Juízas da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso, conforme voto da relatora.”.

Processo: 4000036-88.2019.8.04.9000 - Agravo de Instrumento, Vara de Origem do Processo Não informado
Agravante: NEUDIMAR DE CASTRO LIMA
Defensor: Arlindo Gonçalves dos Santos Neto (OAB: 4368/AM)
Agravado: Estado do Amazonas
Coatora: Vara do Juizado Especial da Fazenda Publica Estadual e Municipal

Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio. Revisor: Revisor do processo Não informado
AGRAVO DE INSTRUMENTO. IRRESIGNAÇÃO FACE A DECISÃO INTERLOCUTÓRIA. SENTENÇA PROFERIDA NOS AUTOS PRINCIPAIS. SUPERVENIÊNCIA. PERDA DO OBJETO DO RECURSO. RECURSO PREJUDICADO.. DECISÃO: “Acordam as Juízas da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em não conhecer o recurso, conforme voto da relatora.”.

Processo: 4000047-20.2019.8.04.9000 - Mandado de Segurança Cível, Vara de Origem do Processo Não informado
Impetrante: Hapvida Assistencia Medica Ltda
Advogado: Fabianne Ribeiro Halinski (OAB: 7059/AM)
Impetrado: JUIZO DA 7ª VARA DO JEC DE MANAUS
LitsPassiv: VALERIA MONTEIRO BALREIRA
Advogado: Luana Andrade Melo (OAB: 12282/AM)
Advogado: Josafá Fernandes de Melo (OAB: 9525/AM)

Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: AGRAVO INTERNO. MANDADO DE SEGURANÇA. UTILIZAÇÃO COMO SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. AUSÊNCIA DE NOVOS ELEMENTOS CAPAZES DE MODIFICAR A DECISÃO ATACADA. REITERAÇÃO DOS ARGUMENTOS JÁ EXPOSTOS NO MANDAMUS. DECISÃO MONOCRÁTICA QUE INDEFERIU PETIÇÃO INICIAL. DESCABIMENTO. NÃO CUMPRIMENTO DO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. RECURSO DE AGRAVO NÃO CONHECIDO.. DECISÃO: "Trata-se de Agravo interno (fls. 19/26) interposto contra decisão monocrática, proferida por esta relatora às fls. 14/16, em autos de Mandado de Segurança que indeferiu, liminarmente, a petição inicial ajuizada pelo agravante ao argumento de que o decisum violou o princípio da colegialidade. Pretende o Agravante, em síntese, a reforma da decisão objurgada, a fim de que o Mandado de Segurança impetrado às fls. 01/10 seja conhecido e processado. É o breve relatório. Voto. Na decisão que ora se impugna, não se vislumbra a existência de error in procedendo e tampouco de error in iudicando, sendo que neste último caso não restou comprovado, pelo agravante, a incidência de violação aos padrões decisórios arrolados nas alíneas dos incisos IV e V do art. 932 do CPC/2015. Na oportunidade ressalto que o referido decisum vergastado em nada ofende o princípio da colegialidade. Em se tratando do recurso de Agravo Interno contra decisão unipessoal proferida pelo relator, as razões recursais estão subordinadas à observância do princípio da dialeticidade, ou seja, deve o agravante nos termos do § 1º do art. 1021 do C.P.C. impugnar especificadamente os fundamentos da decisão alvejada, sob pena de ser liminarmente inadmitido o recurso. "AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. ENUNCIADO N. 182/STJ. 1. O agravante deve atacar, de forma específica, os argumentos lançados na decisão combatida (Enunciado n. 182/STJ). 2. Em obediência ao princípio da dialeticidade, deve o agravante demonstrar o desacerto da decisão agravada, não sendo suficiente a impugnação genérica ao decisum combatido. Precedentes. 3. AGRAVO REGIMENTAL NÃO CONHECIDO, COM MULTA." (STJ. Terceira Turma. AgRg no AREsp: 976 RS 2011/0030470-7. Relator Min. Paulo de Tarso Sanseverino. Julgamento em 19/06/2012). "AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. NEGATIVA DE SEGUIMENTO. RAZÕES DISSOCIADAS. I - AS RAZÕES DEDUZIDAS NO AGRAVO REGIMENTAL NÃO IMPUGNARAM ESPECIFICAMENTE OS FUNDAMENTOS EXPOSTOS NA DECISÃO DE NEGATIVA DE SEGUIMENTO. II - AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO." (TJ-DF - AGR1: 20130020270287 DF 002796967.2013.8.07.0000, Relator: VERA ANDRIGHI, Data de Julgamento: 04/12/2013, 6ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no DJE : 17/12/2013 . Pág.: 137. Grifos nossos). Assim, não merece prosperar o pleito do Agravante: A uma porque, conforme já explanado na decisão ora atacada, é possível o julgamento monocrático do Writ, nos termos do art. 932 do CPC que permite o julgamento monocrático sem necessidade de submissão ao Colegiado; A duas, na hipótese dos autos, somente com o manejo do recurso próprio, poderia o ora agravante ter levado adiante a discussão, não sendo o mandado de segurança meio idôneo para combater a decisão proferida pelo juízo primevo; Constata-se, finalmente ser incabível o "recurso" em apreço. Sendo certo que todos os argumentos apresentados na presente petição de Agravo reiteram aqueles já expostos na petição anterior da ação de mandado de segurança, os quais foram objeto de deliberação monocrática por esta Relatoria, preferindo a agravante rediscuti-los utilizando-se indevidamente desta via recursal. Posto isso, mantenho a decisão vergastada pelos seus próprios fundamentos e voto pelo não conhecimento do Agravo Interno.".

Processo: 4000125-14.2019.8.04.9000 - Mandado de Segurança Cível, Vara de Origem do Processo Não informado

Impetrante: Banco Bradesco S.a.

Advogada: Karina de Almeida Batistuci (OAB: 9558/AL)

Impetrado: JUIZO DE DIREITO DA 10ª JUIZADO ESPEJUIZO DE DIREITO DA 10 VARA DO JUIZADO ESPECIAL DA COMARCA DE MANAUS - AM

LitsPassiv: Sindomar Ricardo da Silva

Advogada: Cíntia Martins de Souza (OAB: 4399/AM)

Advogado: QUÉZIA MARTINS DE PAULA (OAB: 8885/AM)

Relator: Irlena Leal Benchimol. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA – MANDADO DE SEGURANÇA – INTERPRETAÇÃO ERRÔNEA DE CUSTAS.Mandamus Improcedente.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº 4000125-14.2019.8.04.9000, de Manaus (AM), em que são partes os acima indicados, ACORDAM, os Excelentíssimos Juízes que compõem a Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis da Comarca de Manaus, por unanimidade de votos, em DENEGAR A SECURANÇA. Participaram do julgamento, além da signatária, os eminentes juízes da Segunda Turma Recursal. Sessão de Julgamento em Data e hora da sessão de julgamento Não informado".

Processo: 4000500-49.2018.8.04.9000 - Mandado de Segurança Cível, Vara de Origem do Processo Não informado

Impetrante: HELENA MARIA RODRIGUES SÁ

Advogado: Fabrizia de Sena Carvalho (OAB: 10170/AM)

Impetrado: 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE ITACOATIARA/AM

LitsPassiv: Banco Bonsucesso

Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio. Revisor: Revisor do processo Não informado

MANDADO DE SEGURANÇA. RECURSO INOMINADO. PEDIDO DE JUSTIÇA GRATUITA. PREVISÃO DE GRATUIDADE EM CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. RELAÇÃO DE CONSUMO. DESERÇÃO AFASTADA. MANDADO DE SEGURANÇA. CABIMENTO. SEGURANÇA CONCEDIDA. . DECISÃO: "Acordam os Juízes da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em conceder a segurança, conforme voto da relatora.".

Processo: 4000532-54.2018.8.04.9000 - Mandado de Segurança Cível, Vara de Origem do Processo Não informado

Impetrante: Claro S/A

Advogado: André Phillipe Brito Garganta (OAB: 10870/AM)

Impetrado: REYSON DE SOUZA E SILVA

LitsPassiv: Elias Cordeiro Duarte

Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio. Revisor: Revisor do processo Não informado

MANDADO DE SEGURANÇA. MANDADO DE SEGURANÇA. AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO. CITAÇÃO EM PRAZO ADEQUADO. SENTENÇA DE MÉRITO PROFERIDA. USO DO MANDAMUS COMO SUCEDÂNEO RECURSAL. IMPOSSIBILIDADE. SEGURANÇA DENEGADA.. DECISÃO: "Acordam os Juízes da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em denegar o mandado de segurança, conforme voto da relatora.".

Processo: 4000536-91.2018.8.04.9000 - Mandado de Segurança Cível, Vara de Origem do Processo Não informado

Impetrante: Banco Bradesco S/A

Advogada: Karina de Almeida Batistuci (OAB: 9558/AL)

Impetrado: JUIZ DE DIREITO DO 7º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE MANAUS/AM

LitsPassiv: Joaquim Jonas Andrade Rodrigues

Advogado: João Ricardo de Souza Dixo Junior (OAB: 3236/AM)

Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio. Revisor: Revisor do processo Não informado

MANDADO DE SEGURANÇA. NÃO RECOLHIMENTO DE CUSTAS. NEGATIVA DE ADMISSIBILIDADE. DECISÃO COM BASE NO ART. 3º, §1º DO PROVIMENTO Nº 256 CGJ/AM. POSSIBILIDADE. SEGURANÇA DENEGADA.. DECISÃO: "Acordam os Juízes da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em denegar o mandado de segurança, conforme voto da relatora.".

Manaus, 2 de setembro de 2019. Jailton Andrade Martins. Secretário(a) da 2ª Turma Recursal

Conclusão de Acórdãos

Processo: 0000026-56.2017.8.04.2801 - Recurso Inominado Cível, Vara Única de Benjamin Constant
Recorrente: BANCO PAN S/A, atual denominação do BANCO PANAMERICANO S/A.,
Advogado: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE)
Advogado: Hugo Neves de Moraes Andrade (OAB: 23798/PE)
Advogado: Thiago Batista de Gusmão (OAB: 29293/PE)
Recorrida: IRACY LUZEIRO CARDOSO
Advogado: Charles Cardoso da Cruz (OAB: 8431/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado
Recurso inominado. Consumidor. Ação declaratória de inexigibilidade de débito c/c indenização por danos morais e materiais. CONTRATO EMPRÉSTIMO. COBRANÇA INDEVIDA FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. INVERSÃO DO ÔNUS PROBATÓRIO. TEORIA DA CARGA DINÂMICA DO SUPORTE PROBANTE. DANO EXTRAPATRIMONIAL CONFIGURADO.A relação de consumo importa inversão do ônus probatório, tanto pela proteção favorável à parte hipossuficiente no vínculo consumerista, como porque a ré detém melhor condição de produzir a prova, conforme a teoria da carga dinâmica do suporte probante.Exigir do (A) autor (A), nessa circunstância, "contra-prova", significaria forçá-lO (a) a produzir suporte negativo (não-consumo), ou praticamente impossível. competia à demandada realizar, tanto pela inversão do conteúdo probatório como porque, em tais pontos, o tema verteria prova positiva, ou possível de ser efetivada.TODAVIA, DIANTE DE SITUAÇÃO DE DÚVIDA LEVANTADA PELO CONSUMIDOR, PARTE HIPOSSUFICIENTE NA RELAÇÃO, O CONTRÁRIO DEVERIA VIR CONSUBSTANCIADO PELA EMPRESA.DANOS MORAIS E MATERIAIS CONFIGURADOS NÃO SÓ PELO DESRESPEITO AO CONSUMIDOR, QUE SE VIU SURPREENDIDO COM A FALHA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, MAS, TAMBÉM, E, PRINCIPALMENTE, PELO CARÁTER PUNITIVO E PEDAGÓGICO DO INSTITUTO. SENTENÇA MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam os Juízes desta Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso.".

Processo: 0000051-29.2019.8.04.6801 - Recurso Inominado Cível, Vara Única de Santa Izabel do Rio Negro
Recorrente: WILSON PANCRACIO RODRIGUES
Advogado: Lorruama Justiniano e Silva (OAB: 11047/AM)
Advogado: Jamilson dos Santos Mascarenhas (OAB: 11065/AM)
Recorrido: Banco Bradesco S/A
Advogado: Mauro Paulo Galera Mari (OAB: 887A/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. RELAÇÃO DE CONSUMO. CAIXAS ELETRÔNICOS INOPERANTES. APENAS UM CAIXA ELETRÔNICO EM FUNCIONAMENTO. LONGAS FILAS. EXISTÊNCIA DE OUTROS MEIOS PARA REALIZAÇÃO DE TRANSAÇÕES. MERO ABORRECIMENTO. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0000074-72.2019.8.04.6801 - Recurso Inominado Cível, Vara Única de Santa Izabel do Rio Negro
Recorrente: ANA TELMA DE SOUZA TIAGO
Advogado: Lorruama Justiniano e Silva (OAB: 11047/AM)
Advogado: Jamilson dos Santos Mascarenhas (OAB: 11065/AM)
Recorrido: BANCO BRADESCO S/A
Advogado: Felipe Gazola Vieira Marques (OAB: 317407/SP)
Advogado: Felipe Gazola Vieira Marques (OAB: 76696/MG)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. RELAÇÃO DE CONSUMO. CAIXAS ELETRÔNICOS INOPERANTES. APENAS UM CAIXA ELETRÔNICO EM FUNCIONAMENTO. LONGAS FILAS. EXISTÊNCIA DE OUTROS MEIOS PARA REALIZAÇÃO DE TRANSAÇÕES. MERO ABORRECIMENTO. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0000090-26.2019.8.04.6801 - Recurso Inominado Cível, Vara Única de Santa Izabel do Rio Negro
Recorrente: EDILENE PEIXOTO CASIMIRO,
Advogado: Jamilson dos Santos Mascarenhas (OAB: 11065/AM)
Advogado: Lorruama Justiniano e Silva (OAB: 11047/AM)
Recorrido: BANCO BRADESCO S/A
Advogado: Thales Silvestre Júnior (OAB: 2406/AM)
Advogado: Marcondes Fonseca Luniere Junior (OAB: 2897/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. RELAÇÃO DE CONSUMO. CAIXAS ELETRÔNICOS INOPERANTES. APENAS UM CAIXA ELETRÔNICO EM FUNCIONAMENTO. LONGAS FILAS. EXISTÊNCIA DE OUTROS MEIOS PARA REALIZAÇÃO DE TRANSAÇÕES. MERO ABORRECIMENTO. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0000133-59.2019.8.04.9000 - Mandado de Segurança Cível, Vara de Origem do Processo Não informado
Impetrante: Alliance Fomento Mercantil LTDA
Advogado: Felipe do Canto Zago (OAB: 61965/RS)
Impetrante: Zamboni Equipamentos Rodoviários LTDA
Impetrado: JUIZ DE DIREITO DO 1° JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE MANAUS
ListPassiv: Maria Alterniza da Silva Santos
Advogada: Flaviana Honorata de Araújo (OAB: 8918/AM)
Advogada: Alessandra da Silva Contente (OAB: 7091/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA - MANDADO DE SEGURANÇA. DECISÃO QUE NEGOU SEGUIMENTO A RECURSO INOMINADO POR AUSÊNCIA, ENTRETANTO, DE RECOLHIMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS. NÃO ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO PROVIMENTO N.º 256 - CGJ/AM. AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE ADMISSIBILIDADE RECURSAL, OU de ofensa a direito líquido

e certo. vERIFICADA A DESERÇÃO DO RECURSO INOMINADO, CORRETA A DECISÃO DE NEGAR-LHE O SEGUIMENTO. PRECEDENTES. SEGURANÇA DENEGADA.Cuida-se de Mandado de Segurança, impetrado contra ato supostamente ilegal, praticado pelo MM. Juiz de Direito Titular da 1ª Vara do Juizado Especial Cível da Comarca de Manaus, Dr. Antônio Carlos Marinho Bezerra Júnior.O ato em questão é a decisão do MM. Juiz que negou seguimento ao Recurso Inominado pelo não pagamento das custas processuais, nos termos do Provimento n.º 256 - CGJ/AM. A Impetrante questionam a conduta do Magistrado, por entender que a aplicação do art. 1.007 do CPC seria subsidiária, no caso concreto, e que seria necessária a abertura de prazo para complementação das custas, considerando a conduta ilegal e abusiva.Pleiteou, em caráter liminar, a imediata suspensão dos efeitos da decisão, a fim de evitar dano irreparável ou de difícil reparação, combatida e ao final, a concessão da segurança, com sua anulação definitiva da decisão, e consequente admissão do Recurso para julgamento.Nos moldes do que prescreve o art. 5.º, LXIX, da CF, conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.Na hipótese concreta, todavia, o mandamus não se presta a servir de recurso contra decisão interlocutória, por não haver previsão na lei 9.099/95, e considerando que não se vislumbro qualquer ilegalidade na medida adotada pela autoridade coatora.Isso porque, a lei 9.099/95 é clara ao estabelecer que a efetivação e a comprovação do preparo devem ser efetuadas, impreterivelmente, no prazo legal de quarenta e oito horas subsequentes à interposição do recurso. Vejamos: Art. 42. O recurso será interposto no prazo de dez dias, contados da ciência da sentença, por petição escrita, da qual constarão as razões e o pedido do recorrente. § 1º O preparo será feito, independentemente de intimação, nas quarenta e oito horas seguintes à interposição, sob pena de deserção.Nesse sentido, dispõe o Enunciado 80 do FONAJE: Enunciado 80 - O recurso inominado será julgado deserto quando não houver o recolhimento integral do preparo e sua respectiva comprovação pela parte, no prazo de 48 horas, não admitida a complementação intempestiva (art. 48, §1º, da Lei 9.099/1995). (Aprovado no XI Encontro, em Brasília-DF Alteração aprovada no XII Encontro Maceió-AL).Por fim, conforme norma expedida pela Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Amazonas, por meio do Provimento n.º 256/CGJ-AM, além do preparo, em 48 horas, o Recorrente deve comprovar o recolhimento das custas processuais, senão vejamos: Art. 3°. O preparo deve ocorrer, independentemente de intimação, nas 48 horas seguintes à interposição do recurso (...) §1°. No mesmo prazo assinalado no caput, o recorrente deverá, também, recolher o valor das custas processuais, nos termos do art. 55, da Lei 9.099/95, de acordo com a tabela de custas atualmente em vigor, divulgada na página oficial do Tribunal de Justiça do Amazonas.Assim, não se vislumbra ilegalidade no ato judicial atacado, pois é de conhecimento da Impetrante a obrigatoriedade do recolhimento do preparo integral de seu recurso, em sede de Juizados Especiais, sob pena de deserção do mesmo, mormente quando não concedidos os benefícios da justiça gratuita. VOTO: Voto, pois, no sentido de DENEGAR A SEGURANÇA PLEITEADA, nos termos do art. 6º, §5º, da Lei 12.016/2009, condenando o Impetrante ao pagamento das custas processuais. Sem condenação em honorários (art. 25 da Lei 12.016/2009 e Súmulas 512/STF e 105/STJ). . DECISÃO: "A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, os MM. Juízes componentes da 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, ACORDAM, por unanimidade de votos, em CONHECER E NEGAR A SEGURANÇA. Participaram deste julgamento, além do signatário, os demais Juízes presentes à sessão. Manaus, 20 de agosto de 2019.".

Processo: 0000140-52.2019.8.04.6801 - Recurso Inominado Cível, Vara Única de Santa Izabel do Rio Negro

Recorrente: CLENO JOEL DE ALBUQUERQUE
Advogado: Lorruama Justiniano e Silva (OAB: 11047/AM)
Recorrido: BANCO BRADESCO S/A
Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 2694/AM)
Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 11490A/AL)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. RELAÇÃO DE CONSUMO. CAIXAS ELETRÔNICOS INOPERANTES. APENAS UM CAIXA ELETRÔNICO EM FUNCIONAMENTO. LONGAS FILAS. EXISTÊNCIA DE OUTROS MEIOS PARA REALIZAÇÃO DE TRANSAÇÕES. MERO ABORRECIMENTO. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0000158-73.2019.8.04.6801 - Recurso Inominado Cível, Vara Única de Santa Izabel do Rio Negro

Recorrente: VANDO DA SILVA SERRÃO
Advogado: Lorruama Justiniano e Silva (OAB: 11047/AM)
Recorrido: BANCO BRADESCO S/A
Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 598A/AM)
Advogado: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB: 107878/MG)

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. AUSÊNCIA DE SERVIÇO. FALTA DE CAIXA ELETRÔNICO PARA TRANSAÇÕES BANCÁRIAS. URGÊNCIA NA PRESTAÇÃO. CDC APLICADO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DESCASO COM OS CLIENTES. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. QUANTUM FIXADO COM PROPORCIONALIDADE. SENTENÇA REFORMADA PARCIALMENTE. RECURSO CONHECIDO PROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e DAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0000275-47.2014.8.04.7801 - Recurso Inominado Cível, Vara Única de Urucará

Recorrente: MARIA LÚCIA MARQUES RODRIGUES
Advogado: Fabio Alves Barbosa (OAB: 4954/AM)
Recorrido: Banco Bradesco Financiamentos S/A
Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: A598/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO. COBRANÇAS INDEVIDAS. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO EVIDENCIADA.O (A) AUTOR (A) NÃO LOGROU ÊXITO EM COMPROVAR OS ALEGADOS DANOS MORAIS DIANTE DE SUPOSTAS FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO CONTRATO FORMALIZADO. EM QUE PESE A RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, PERANTE O CLIENTE, PELA REPARAÇÃO DE DANOS OCORRIDOS, O DEMANDANTE NÃO COMPROVOU, NO CASO CONCRETO, OS FATOS CONSTITUTIVOS DE SEUS DIREITOS, DE MODO QUE INAPLICÁVEL A TEORIA DA REDUÇÃO DO MÓDULO DA PROVA. - QUE NÃO SE DESINCUMBIU DO ÔNUS PROBATÓRIO QUE LHE IMPUNHA O ART. 333, I, DO CPC – NÃO HÁ FUNDAMENTO PARA A PROCEDÊNCIA DA AÇÃO. PROVAS JUNTADAS INSUFICIENTES PARA EMBASAR A FORMAÇÃO DE JUÍZO SEGURO SOBRE A DINÂMICA DOS FATOS. VERSÕES CONFLITANTES. PROVA EVIDENTEMENTE CONTRADITÓRIA E QUE SE LIMITA A CONFIRMAR, PARCIALMENTE, A VERSÃO DOS LITIGANTES.IMPOSSIBILIDADE DE SE ESTABELECER O NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE A CONDUTA CULPOSA

ATRIBUÍDA À REQUERIDA E OS DANOS MORAIS E MATERIAIS ADVINDOS À AUTORA, MOTIVO PELO QUAL INVIÁVEL QUE SE IMPUTE ÀQUELE O DEVER DE INDENIZAR. NA FALTA DE PROVAS CONVINCENTES DOS FATOS ALEGADOS NA INICIAL, NÃO RESTA ALTERNATIVA SENÃO CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO. MANTENDO A SENTENÇA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. NOS TERMOS DO ART. 46 DA LEI N.º 9.099/95.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam os Juízes desta Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso.".

Processo: 0000373-29.2014.8.04.4601 - Recurso Inominado Cível, Vara de Origem do Processo Não informado

Recorrente: Banco Bmg S/A
Advogado: Ana Tereza de Aguiar Valença (OAB: 33980/PE)
Recorrido: Alirio Galdino Penha
Advogado: Fábio Antônio de Souza Segundo (OAB: 7966/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. CONTRATO INSUFICIENTE. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. RECURSO NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0000396-46.2018.8.04.2301 - Recurso Inominado Cível, Vara Única de Apui

Recorrente: BANCO PAN S/A, atual denominação do BANCO PANAMERICANO S/A.
Advogado: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE)
Recorrida: Fátima Alves Lima
Advogada: Franciele Lise (OAB: 5053/AM)
Advogado: Everton Carlos Lise (OAB: 5711/RO)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

A relação de consumo importa inversão do ônus probatório, tanto pela proteção favorável à parte hipossuficiente no vínculo consumerista, como porque a ré detém melhor condição de produzir a prova, conforme a teoria da carga dinâmica do suporte probante. Exigir do (A) autor (A), nessa circunstância, "contra-prova", significaria forçá-lO (a) a produzir suporte negativo (não-consumo), ou praticamente impossível. competia à demandada realizar, tanto pela inversão do conteúdo probatório como porque, em tais pontos, o tema verteria prova positiva, ou possível de ser efetivada. TODAVIA, DIANTE DE SITUAÇÃO DE DÚVIDA LEVANTADA PELO CONSUMIDOR, PARTE HIPOSSUFICIENTE NA RELAÇÃO, O CONTRÁRIO DEVERIA VIR CONSUBSTANCIADO PELA EMPRESA.DANOS MORAIS E MATERIAIS CONFIGURADOS NÃO SÓ PELO DESRESPEITO AO CONSUMIDOR, QUE SE VIU SURPREENDIDO COM A FALHA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, MAS, TAMBÉM, E, PRINCIPALMENTE, PELO CARÁTER PUNITIVO E PEDAGÓGICO DO INSTITUTO. SENTENÇA MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam os Juízes desta Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso.".

Processo: 0000438-10.2017.8.04.4701 - Recurso Inominado Cível, 3ª Vara de Itacoatiara

Recorrente: BANCO AGIPLAN (BANCO GERADOR)
Advogado: PEDRO ROSADO HENRIQUES PIMENTEL (OAB: 21153/PE)
Recorrido: RONILDO DE CASTRO ALVES
Advogado: Willian dos Santos Silva (OAB: 10232/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. CONTRATO INSUFICIENTE. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0000578-73.2019.8.04.4701 - Recurso Inominado Cível, Vara de Origem do Processo Não informado

Recorrente: Banco Bmg S/A
Advogado: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE)
Recorrida: NAIDE CRUZ LIRA
Advogado: Lauri Dario Bock (OAB: 12074/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. CONTRATO INSUFICIENTE. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. RECURSO NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0000601-33.2016.8.04.4601 - Recurso Inominado Cível, 2ª Vara de Iranduba

Apelante: CONSTROI IMOBILIÁRIA
Advogado: Ikaro Pereira Amore (OAB: 6350/AM)
Apelado: MARCELLY MARIA FERREIRA ABE
Advogado: Lorena Santana Pimentel (OAB: 11224/AM)
Advogado: Ellen Caroline Oliveira de Alcantara (OAB: 10616/AM)
Apelante: IMOBILIARIA TERRA FIRME

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA DIREITO DO CONSUMIDOR. CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL. RESCISÃO CONTRATUAL. PERCENTUAL DE RETENÇÃO. RETENÇÃO ABUSIVA. DEVER DE INDENIZAR CONFIGURADO. DANOS MORAIS E MATERIAIS. SENTENÇA MANTIDA PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.Tratam-se de dois Recursos Inominados, interpostos respectivamente por CONSTRÓI IMOBILIÁRIA LTDA e IMOBILIÁRIA TERRA FIRME, onde alegam, em suas razões recursais, que a CONSTRÓI não é proprietária do loteamento RESIDENCIAL AMAZONAS II e que o valor do contrato é superior à alçada dos Juizados Especiais, tese seguida pela segunda recorrente. Contudo, o contrato de aquisição colacionado pelas partes é suficiente a demonstrar o nexo de causalidade das duas recorrentes, sendo bem aplicada a revelia pelo juízo de primeiro grau, ante a ausência de apresentação dos documentos constitutivos. Quanto à competência dos Juizados pelo valor da causa, é certo que o bem econômico pretendido não ultrapassa o teto dos Juizados Especiais, de modo que não se vislumbra a incompetência alegada. Logo, porque bem apreciou os elementos fáticos constantes do bojo do processo, deve a sentença ser integralmente mantida. RECURSOS CONHECIDOS E NÃO PROVIDOS. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Vencidos os recorrentse cabe

condenação em custas e honorários, estes arbitrados em 20% do valor da condenação devidamente atualizada, artigo 55 da Lei nº 9.099/1995. . DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0000610-49.2017.8.04.4701 - Recurso Inominado Cível, 3ª Vara de Itacoatiara

Recorrente: BANCO AGIPLAN (BANCO GERADOR)

Advogado: Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB: 21678/PE)

Recorrida: MARIA DE JESUS SOUZA DA SILVA

Advogado: Willian dos Santos Silva (OAB: 10232/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. CONTRATO INSUFICIENTE. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0000728-54.2019.8.04.4701 - Recurso Inominado Cível, Vara de Origem do Processo Não informado

Recorrente: Banco Bmg S/A

Advogado: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE)

Recorrido: RAUL GAMA DE CASTRO

Advogado: Lauri Dario Bock (OAB: 12074/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. CONTRATO INSUFICIENTE. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. RECURSO NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0000737-37.2017.8.04.6301 - Recurso Inominado Cível, Vara de Origem do Processo Não informado

Recorrente: Banco Bradesco S.a.

Advogado: Gustavo Godinho Siqueira (OAB: 10671/AM)

Recorrido: JAIRO BRANDÃO DE SOUZA

Advogado: Rubens Gaspar Serra (OAB: 119859/SP)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

Recurso inominado. Consumidor. Ação declaratória de inexigibilidade de débito c/c indenização por danos morais e materiais. CONTRATO EMPRÉSTIMO. COBRANÇA INDEVIDA FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. INVERSÃO DO ÔNUS PROBATÓRIO. TEORIA DA CARGA DINÂMICA DO SUPORTE PROBANTE. DANO EXTRAPATRIMONIAL CONFIGURADO.A relação de consumo importa inversão do ônus probatório, tanto pela proteção favorável à parte hipossuficiente no vínculo consumerista, como porque a ré detém melhor condição de produzir a prova, conforme a teoria da carga dinâmica do suporte probante.Exigir do (A) autor (A), nessa circunstância, "contra-prova", significaria forçá-lO (a) a produzir suporte negativo (não-consumo), ou praticamente impossível. competia à demandada realizar, tanto pela inversão do conteúdo probatório como porque, em tais pontos, o tema verteria prova positiva, ou possível de ser efetivada.TODAVIA, DIANTE DE SITUAÇÃO DE DÚVIDA LEVANTADA PELO CONSUMIDOR, PARTE HIPOSSUFICIENTE NA RELAÇÃO, O CONTRÁRIO DEVERIA VIR CONSUBSTANCIADO PELA EMPRESA.DANOS MORAIS E MATERIAIS CONFIGURADOS NÃO SÓ PELO DESRESPEITO AO CONSUMIDOR, QUE SE VIU SURPREENDIDO COM A FALHA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, MAS, TAMBÉM, E, PRINCIPALMENTE, PELO CARÁTER PUNITIVO E PEDAGÓGICO DO INSTITUTO. SENTENÇA MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam os Juízes desta Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso.".

Processo: 0000948-44.2015.8.04.6301 - Recurso Inominado Cível, Vara de Origem do Processo Não informado

Recorrente: FRANISCO VANDERLEY CARMO DA SILVA

Advogado: Rodrigo César da Silva e Silva (OAB: 7260/AM)

Recorrido: Vivo S/A

Advogado: Rodrigo Rodrigues Dias de Almeida (OAB: 2518/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: TELEFONIA. Inoperância da LINHA. ausência de demonstração de ofensa aos direitos da personalidade, da consumidora, pois demonstrado que não houve interrupção plena de uso de sua linha. Ausência, sequer, dos protocolos de reclamação do serviço. art. 33, i, do cpc. RECURSO desPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA INTEGRALMENTE. Relatório dispensado na forma do art. 38, da Lei 9.099/95 e Enunciado nº 92, do FONAJE. Não foram apresentadas preliminares. Passo à análise do mérito.1. Inicialmente, defiro ao Recorrente os benefícios da justiça gratuita, nos termos do art. 99, CPC.2. Apesar de inúmeras demandas existirem no mesmo sentido, denotando uma notória falha de serviço da empresa recorrida, no caso tela, a inicial não trouxe elementos suficientes a demonstrar, tanto que o Autor estava impossibilitado de usar sua linha, mediante apresentação de protocolos de reclamação, como que seus direitos da personalidade tenham sido afetados com a falha, deixando de demonstrar a prestação inadequada do serviço que apontasse que a parte Recorrente não utilizou, ostensivamente, o serviço de mensagens de texto (SMS),ou de realizar chamadas recebidas/originadas completadas, não se demonstrando, portanto, a impossibilidade de comunicação via telefone.4. Além disso, não trouxe a parte Recorrente aos autos, qualquer número de protocolo que confirmasse as reclamações feitas à concessionária, que pudessem caracterizar o descaso daquela em relação ao consumidor, diferentemente de muitas outras demandas manejadas contra a empresa, em que ficava clara falha do serviço, e as reclamações desatendidas dos consumidores. 5. Por fim, não há indícios de como a falha atribuída à empresa haja causado danos aos direitos da personalidade da parte Recorrente, não restando atendidos, portanto, os requisitos do art. 373, I, da Lei Adjetiva Civil.6. No mesmo sentido: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TELEFONIA. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE SINAL E QUEDAS CONSTANTES DAS LIGAÇÕES. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO ALEGADO. RECLAMANTE QUE NÃO TROUXE QUALQUER NÚMERO DE PROTOCOLO DE RECLAMAÇÃO OU OUTRA PROVA SUFICIENTE A DEMONSTRAR AS FALHAS CONSTANTES. NÃO CONFIGURAÇÃO DO NEXO CAUSAL ENTRE FALHA DA RECORRENTE E EVENTUAL DANO CAUSADO AO RECORRIDO. INEXISTÊNCIA DE DEVER DE INDENIZAR. SENTENÇA ESCORREITA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. , decidem os Juízes Integrantes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, conhecer e negar provimento ao recurso, nos exatos termos do vot (TJ-PR - RI: 00032377920148160018 0 PR 0003237-79.2014.8.16.0018/0 (Acórdão), Relator: DOUGLAS MARCEL PERES, Data de Julgamento: 30/06/2015, 1ª Turma

Recursal, Data de Publicação: 01/07/2015) Ante ao exposto, NEGO PROVIMENTO AO RECURSO e mantenho na íntegra a sentença, nos moldes do art. 46, da Lei 9.0099/95. Sem custas e honorários, considerando os benefícios da assistência judiciária gratuita.. DECISÃO: "A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, os MM. Juízes componentes da 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, ACORDAM, por unanimidade de votos, em NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO INOMINADO, mantendo na íntegra a sentença proferida em Primeiro Grau. Participaram deste julgamento, além do signatário, os demais Juízes presentes à sessão. Manaus/AM, 21 de agosto de 2019.".

Processo: 0001079-02.2017.8.04.2501 - Recurso Inominado Cível, Vara Única de Autazes

Recorrente: Banco Bmg S/A

Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE)

Recorrido: Getulio Nogueira de Santana

Advogado: José Amsterdam Portugal Brandão (OAB: 10350/AM)

Advogado: Sandro Vidal Mendonça Guimarães (OAB: 11914/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE CONTRATO. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. RECURSO NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. . DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0001108-48.2017.8.04.4701 - Recurso Inominado Cível, Vara de Origem do Processo Não informado

Recorrente: Banco Agiplan S/A

Advogado: Carlos Eduardo Mendes Albuquerque (OAB: 18857/PE)

Recorrida: ROSIVALDA DE SOUZA SOARES

Advogado: Willian dos Santos Silva (OAB: 10232/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. CONTRATO INSUFICIENTE. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0001142-60.2016.8.04.4700 - Recurso Inominado Cível, Vara de Origem do Processo Não informado

Recorrente: BANCO BRADESCO S.A. AGÊNCIA 3704 - ITACOATIARA

Advogada: Karina de Almeida Batistuci (OAB: 685A/AM)

Recorrido: CELENE DO SOCORRO FERNANDES DE OLIVEIRA

Advogado: Sostenes Adiel Pereira Batista (OAB: 10131/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZATÓRIA. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. RELAÇÃO DE CONSUMO. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. RENEGOCIAÇÃO. PARCELAS DESCONTADAS SUPERIORES AO MÁXIMO PERMITIDO EM LEI. LEI 13.172/2015. OBRIGAÇÃO DE FAZER CONCEDIDA. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0001345-19.2017.8.04.5401 - Recurso Inominado Cível, 1º Juizado Especial Cível e Criminal

Recorrente: MIDWAY FINANCEIRA S/A - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 598A/AM)

Recorrida: FRANCISCA ROSIENE DOS SANTOS DE OLIVEIRA

Advogado: Antonino Machado da Silva (OAB: 7231/AM)

Advogado: Geysa Carolinede Souza Machado (OAB: 6149/AM)

Advogado: Sabrina Larissa de Souza Machado (OAB: 7061/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: DANO MORAL. Cartão de crédito. Comprovantes de pagamento. Quitação integral da fatura. Falha no sistema operacional que acarreta a INSCRIÇÃO DO NOME DO CONSUMIDOR EM BANCO DE DADOS RESTRITIVO DE CRÉDITO POSTERIOR AO PAGAMENTO. O dano moral é decorrência natural da negativação indevida, apresentando-se na modalidade in re ipsa. Precedentes stj. art. 14 do CDC. QUANTUM INDENIZATÓRIO MANTIDO, POIS PROPORCIONAL AO DANO SOFRIDO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO. Ante a ausência de preliminares, passo ao julgamento do mérito.1. Pugna o Recorrente pela improcedência dos pedidos do Autor, ou minoração da indenização fixada em 1º Grau. No caso, foi julgado procedente o pedido de indenização por dano moral fundada em inclusão indevida de dados pessoais junto a órgão de proteção do mercado de consumo. 2. Com efeito, considerando que o pagamento do cartão de crédito 02168.89.0898.126 foi efetivado, havendo comprovantes de quitação, ao cobrar parcela já paga, e promover a restrição pela dívida, conclui-se que o credor agiu em manifesto abuso de direito e, nessa condição, cometeu ato ilícito passível de reparação, estando demonstrado o fato desabonador, individualizado o seu causador e provada a relação de causa e efeito, ex vi dos arts. 186 e 927 do CC. Configura-se a responsabilidade objetiva da empresa, na forma do art. 14, do Código de Defesa do Consumidor. 3. O dano moral dá-se in re ipsa, não havendo necessidade de maiores delongas a respeito da configuração do dano e do direito à reparação, conquanto tenham sido demonstrados o fato desabonador, o causador da ofensa e a relação de causa e efeito necessária à reparação. Além disso, a doutrina e a jurisprudência pátrias são uníssonas no sentido de que a mera inscrição indevida do nome do consumidor em cadastro de proteção ao crédito gera presunção de dano moral (danum in re ipsa): STJ - "a própria inclusão ou manutenção equivocada configura o dano moral in re ipsa, ou seja, dano vinculado à própria existência do fato ilícito, cujos resultados são presumidos" (Ag 1.379.761). 4. Aplicação, ao caso concreto, da Súmula 13 da Turma Recursal do Estado do Amazonas, publicada na Revista dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, Ano V- N° 5 de 2003: "DANO MORAL - A inscrição do nome de consumidor em cadastro de inadimplentes, sem que esteja em débito, enseja responsabilização por dano moral, constituindo-se, por si só, causa suficiente à indenização moral." 5. Quanto ao valor arbitrado em Primeiro Grau deve ser mantido, pois na fixação do montante devido, o prudente arbítrio do julgador considerou os fins pedagógico e punitivo da reparação moral, sem embargo de sopesar as circunstâncias próprias do agravo causado ao consumidor. Logo, é quantia comedida e perfeitamente adequada à tarefa ressarcitória.VOTO: Assim, conheço do recurso

e nego provimento, para manter a sentença monocrática em seus exatos termos (art. 46, Lei 9.099/95). Condeno o Recorrente ao pagamento das custas processuais e honorários de advogado, que fixo em 20% sobre o valor da condenação.. DECISÃO: "A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, os MM. Juízes componentes da 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, ACORDAM, por unanimidade de votos, em NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO INOMINADO. Participaram deste julgamento, além do signatário, os demais Juízes presentes à sessão. Manaus, 28 de agosto de 2019.".

Processo: 0001952-95.2017.8.04.4701 - Recurso Inominado Cível, Vara de Origem do Processo Não informado

Recorrente: ACIMAR DIAS DE SOUZA
Advogado: Lauri Dario Bock (OAB: 12074/AM)
Recorrido: Banco Bmg S/A
Advogado: Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM)
Advogado: Henrique Lima Marinheiro (OAB: 9324/AM)
Advogada: Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB: 4018/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE CONTRATO. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. RECURSO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA. . DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0001968-15.2018.8.04.4701 - Recurso Inominado Cível, Vara de Origem do Processo Não informado

Recorrente: Banco Industrial do Brasil S.A.
Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE)
Recorrido: ALAIN DELON GOMES DA SILVA
Advogada: Nizia de Andrade Pinto (OAB: 5187/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. CONTRATO INSUFICIENTE. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0002158-46.2016.8.04.4701 - Recurso Inominado Cível, 3ª Vara de Itacoatiara

Recorrente: Agiplan Financeira S/A
Advogado: Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB: 21678/PE)
Recorrido: JOAQUIM LIMA FILHO
Advogado: Lauri Dario Bock (OAB: 12074/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. CONTRATO INSUFICIENTE. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. RECURSO NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.Insurge-se o recorrente em face da sentença de fls. 209/215, aduzindo que o c objeto do contrato seria cartão de crédito consignado, e não empréstimo consignado, de modo que as cobranças são plenamente válidas. Contudo, o recorrente não trouxe aos autos qualquer instrumento probatório que demonstre a informação adequada prestada ao consumidor, de modo que, inequivocamente, a sentença deve ser mantida, pois bem ponderou acerca do ilícito praticado. Logo, porque bem apreciou os elementos fáticos constantes do bojo do processo, deve a sentença ser integralmente mantida. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Vencido o recorrente cabe condenação em custas e honorários, estes arbitrados em 20% do valor da condenação devidamente atualizada, artigo 55 da Lei nº 9.099/1995.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0002222-83.2016.8.04.4401 - Recurso Inominado Cível, 1º Juizado Especial Cível e Criminal

Recorrente: Julimar da Silva Fonseca
Advogado: Michelle Souza Pires Stegmann (OAB: 888A/AM)
Recorrente: Banco Bmg S/A
Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. DEVER DO REQUERIDO DE DESCONSTITUIR OS ARGUMENTOS AUTORAIS. DEVER DE INDENIZAR CONFIGURADO. DANOS MORAIS E MATERIAIS. SENTENÇA MANTIDA PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.Tratam-se de dois Recursos Inominados, tal qual como descritos a seguir: Recurso interposto por BANCO BMG (fl. 95 e ss.), onde o recorrente aduz que o contrato de cartão de crédito consignado foi validamente celebrado, inexistindo a prática de qualquer ilícito; e Recurso Inominado interposto por JULIMAR DA SILVA FONSECA (fl. 172 e ss.), sustentando estar caracterizado ato ilícito ensejador de dano moral e repetição em dobro.Quanto ao recurso de BANCO BMG, tenho que suas razões recursais não devem ser acolhidas, eis que, como bem ponderou o juízo de primeiro grau, houve quebra da boa-fé objetiva no oferecimento de produto sem a devida informação ao consumidor, de modo que a nulidade do contrato é medida que se impõe. Por outro lado, tenho que o recurso de JULIMAR DA SILVA deve ser acolhido, em parte, posto que, como o próprio juízo a quo reconheceu a falha no dever de informação ao consumidor, inexistindo qualquer elemento em que se denote a ciência inequívoca do requerente acerca do negócio jurídico encetado, de modo que, a meu sentir, resta imperioso o reconhecimento da invalidade do instrumento contratual e, por conseguinte, a configuração de dano moral indenizável.No que tange ao pleito de dano material, tenho-o por acolhido, ante a premente necessidade de retorno ao status quo ante, devendo a parte autora ser restituída do que foi pago a maior, quando considerado que acreditava tratar-se de um empréstimo consignado comum. No entanto, salvo melhor juízo, a restituição deve se dar na forma simples, por não restar comprovada a má-fé no presente caso. RECURSO DO BANCO BGM CONHECIDO E NÃO PROVIDO. Vencido o recorrente cabe condenação em custas e honorários, estes arbitrados em 20% do valor da condenação devidamente atualizada, artigo 55 da Lei nº 9.099/1995. RECURSO DE JULIMAR DA SILVA FONSECA CONHECIDO E PROVIDO EM PARTE. Sentença reformada no sentido de condenar o BANCO BMG ao pagamento de a) R$ 1.394,31 (um mil, trezentos e noventa e quatro reais e trinta e um centavos) a título de dano material, com juros e correção monetária a contar da citação, e R$ 3.000,00 (três mil reais) a título indenizatório pelos danos morais sofridos, com juros e correção monetária a partir do arbitramento, mantendo-se os demais termos da decisão de primeiro grau. Sem custas e honorários.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0002238-66.2018.8.04.4401 - Recurso Inominado Cível, Vara de Origem do Processo Não informado
Recorrente: ROMILDO DE SOUZA DE AZEVEDO
Advogado: Henrrique Eloi Barbosa (OAB: 7528/AM)
Recorrido: BANCO BRADESCO S.A
Advogado: José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB: 392A/RN)

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. MAL ATENDIMENTO BANCÁRIO. MÁ PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. VALOR INDENIZATÓRIO RAZOÁVEL. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e dar PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0002615-17.2013.8.04.5402 - Recurso Inominado Cível, Vara de Origem do Processo Não informado
Recorrente: TEREZINHA DE JESUS MOREIRA
Advogado: Celso Antônio da Silveira (OAB: 5807/AM)
Recorrido: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS - UNITINS
Advogado: Kledson de Moura Lima (OAB: 4111/TO)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA: RECURSO INOMINADO. RELAÇÃO DE CONSUMO. INSTITUIÇÃO DE ENSINO. ALEGAÇÃO DE DANO MORAL E MATERIAL. EMPRESA RÉ QUEDOU-SE INERTE. SENTENÇA QUE ANULOU A EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0002684-42.2018.8.04.4701 - Recurso Inominado Cível, Vara de Origem do Processo Não informado
Recorrente: Banco Bmg S/A
Advogado: Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM)
Advogada: Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB: 4018/AM)
Recorrido: IVIS RIBEIRO DA SILVA
Advogado: Lauri Dario Bock (OAB: 12074/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. CONTRATO INSUFICIENTE. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. RECURSO NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0003874-66.2013.8.04.3100 - Recurso Inominado Cível, Vara Única de Boca do Acre
Recorrente: EXPEDITA RIBEIRO DE SOUZA
Advogado: Alysson Pereira de Lima (OAB: 558A/AM)
Recorrente: RAIMUNDO ANDRADE DE LIMA
Advogado: Alysson Pereira de Lima (OAB: 558A/AM)
Recorrido: Gerente da Companhia Energética do Amazonas - CEAM
Advogado: Ediney Costa da Silva (OAB: 7646/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO INDENIZATÓRIA. EMPRESA DE PRESTADORA DE SERVIÇO ESSENCIAL. ENERGIA ELÉTRICA. RELAÇÃO DE CONSUMO. ALEGAÇÃO DE FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. GERA DANO MORAL SE DEVIDAMENTE DEMONSTRADO. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. SENTENÇA MANTIDA PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0200345-85.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 2ª Vara do Juizado Especial - Procon
Recorrente: AMADEU FERNANDES DA SILVEIRA
Defensora: Dra. Suelen Paes dos Santos Menta (OAB: 4381/AM)
Recorrido: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a)
Advogado: Guilherme Vilela de Paula (OAB: 69306/MG)
Advogado: Guilherme Vilela de Paula (OAB: 1010A/AM)
Advogada: Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB: 1069A/AM)
Advogado: Luis Phillip de Lana Foureaux (OAB: 1011A/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado
RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. COBRANÇAS INDEVIDAS. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO EVIDENCIADA.O (A) AUTOR (A) NÃO LOGROU ÊXITO EM COMPROVAR OS ALEGADOS DANOS MORAIS DIANTE DE SUPOSTAS FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO CONTRATO FORMALIZADO. EM QUE PESE A RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇOS, PERANTE O CLIENTE, PELA REPARAÇÃO DE DANOS OCORRIDOS, O DEMANDANTE NÃO COMPROVOU, NO CASO CONCRETO, OS FATOS CONSTITUTIVOS DE SEUS DIREITOS, DE MODO QUE INAPLICÁVEL A TEORIA DA REDUÇÃO DO MÓDULO DA PROVA. - QUE NÃO SE DESINCUMBIU DO ÔNUS PROBATÓRIO QUE LHE IMPUNHA O ART. 333, I, DO CPC – NÃO HÁ FUNDAMENTO PARA A PROCEDÊNCIA DA AÇÃO. PROVAS JUNTADAS INSUFICIENTES PARA EMBASAR A FORMAÇÃO DE JUÍZO SEGURO SOBRE A DINÂMICA DOS FATOS. VERSÕES CONFLITANTES. PROVA EVIDENTEMENTE CONTRADITÓRIA E QUE SE LIMITA A CONFIRMAR, PARCIALMENTE, A VERSÃO DOS LITIGANTES.IMPOSSIBILIDADE DE SE ESTABELECER O NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE A CONDUTA CULPOSA ATRIBUÍDA À REQUERIDA E OS DANOS MORAIS E MATERIAIS ADVINDOS À AUTORA, MOTIVO PELO QUAL INVIÁVEL QUE SE IMPUTE ÀQUELE O DEVER DE INDENIZAR. NA FALTA DE PROVAS CONVINCENTES DOS FATOS ALEGADOS NA INICIAL, NÃO RESTA ALTERNATIVA SENÃO CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO. MANTENDO A SENTENÇA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. NOS TERMOS DO ART. 46 DA LEI N.º 9.099/95.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam os Juízes desta Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso.".

Processo: 0200401-86.2016.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 11ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Embratel Tvsat Telecomunicacoes Sa
Advogado: José Henrique Cançado Gonçalves (OAB: 57680/MG)
Recorrido: Raul Almeida da Fonseca

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

recurso inominado. CONSUMIDOR. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO C/C indenização por danos MORAIS. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TELEFÔNICOS E INTERNET. Cobrança indevida. RESCISÃO CONTRATUAL. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AO CONSUMIDOR (RESPONSABILIDADE OBJETIVA) – APLICABILIDADE DO CÓDIGO CONSUMERISTA. REGRA GERAL DO ÔNUS DA PROVA – DANOs MORAis CONFIGURADOS não só pelO desrespeito com o consumidor, que se viu surpreendido com a FALHA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, mas, também, e, principalmente, pelo caráter punitivo e pedagógico do instituto. Sentença mantida por seus próprios fundamentos, nos termos do art. 46 da LEI N.º 9.099/95. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam os Juízes desta Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso.".

Processo: 0200506-63.2016.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 14ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Consórcio Nacional Volkswagen S/A

Advogado: João Francisco Alves Rosa (OAB: 1223A/AM)

Recorrido: Francisco de Oliveira Rodrigues

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

recurso inominado. CONSUMIDOR. CONSÓRCIO. CONTRATAÇÃO. PROMESSA QUE NÃO SE CONFIRMOU. DIREITO À RESCISÃO CONTRATUAL COM DEVOLUÇÃO INTEGRAL DOS VALORES ALCANÇADOS. VALOR FIXADO CORRETAMENTE, UTILIZANDO COMO PARÂMETRO O PRÓPRIO CONTRATO FIRMADO ENTRE AS PARTES. JUÍZO DE EQUIDADE. Sentença mantida por seus próprios fundamentos, nos termos do art. 46 da LEI N.º 9.099/95. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam os Juízes desta Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso.".

Processo: 0200782-60.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 4ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Viação Açaí Ltda

Advogado: Jorge Alexandre Motta de Vasconcellos (OAB: 2790/AM)

Advogado: Jorge Fernandes Garcia de Vasconcellos Júnior (OAB: 2167/AM)

Recorrido: GRACIMAR CORREA DE FREITAS

Advogado: José Roberto Correa de Freitas (OAB: 10926/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. TRANSPORTE COLETIVO. OCORRÊNCIA DE ROUBO. DEVER DE SEGURANÇA. CASO FORTUITO CONFIGURADO. ATIVIDADE QUE NÃO ENGLOBA OBJETIVAMENTE O RISCO. NÃO CONFIGURAÇÃO DO DEVER DE INDENIZAR. SENTENÇA REFORMADA. Insurge-se a recorrente em face da sentença de fls. 48/51, sendo que o juízo de primeiro grau considerou como dever da recorrente de garantir a segurança dos passageiros, devendo adotar todas as medidas para garantir tal direito. Em suas razões recursais, a recorrente aduz que o serviço prestado – transporte público coletivo – não guardam conexão com o risco indicado, sendo portanto, caracterizado o caso fortuito a eximí-la de qualquer responsabilidade. Data venia os respeitáveis argumentos contidos na decisão de primeiro grau, tenho que, de fato, o dever de garantir a segurança só pode ser exigido em face dos riscos da atividade econômica explorada pelo fornecedor dos serviços que, no caso, é de mero transporte público coletivo, não guardando qualquer relação com a exigibilidade e observância de tal dever. Logo, não há a observância de falha na prestação do serviço a ensejar a responsabilidade objetiva, sendo certo que o assalto no coletivo se enquadra no conceito de caso fortuito, não podendo a recorrente ser responsabilizada por eventuais danos. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. Sentença reformada para julgar improcedentes os pleitos autorais. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Sem custas e honorários.. DECISÃO: "Sem custas e honorários.".

Processo: 0200825-63.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 12º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Águas do Amazonas S.A.

Advogado: Gustavo Gonçalves Gomes (OAB: A1058/AM)

Recorrido: Mario Antonio Guedes da Silva

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

recurso inominado. CONSUMIDOR. Ação DE indenização por danos morais. Serviço de fornecimento de ÁGUA. COBRANÇAS INDEVIDAS. Falha na prestação de serviços (responsabilidade objetiva), inversão do Ônus da prova. Danos morais configurados. valor da indenização mostra-se adequado às circunstâncias do caso concreto e à jurisprudência Sentença mantida por seus próprios fundamentos, nos termos do art. 46 da LEI N.º 9.099/95. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam os Juízes desta Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso.".

Processo: 0201185-32.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 3ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Bmg S/A

Advogada: Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB: 4018/AM)

Advogado: Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM)

Recorrido: Jorge Fukumoto

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. CONTRATO APRESENTADO APENAS NA FASE RECURSAL. PRECLUSÃO. INOBSERVÂNCIA DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE DO NEGÓCIO. DANO MORAL CARACTERIZADO. VALOR INDENIZATÓRIO RAZOÁVEL E PROPORCIONAL. RECURSO NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0201230-70.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 15º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Edilson Ritta Honorato

Advogado: Marta Maria Vale Oyama (OAB: 7146/AM)

Recorrida: Ivanete Ferreira Calderaro

Recorrida: Caroline Ferreira Calderaro

Advogada: Mircelene Neves Souza (OAB: 13603/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. CONTRATO DE LOCAÇÃO. REDUÇÃO DO ESPAÇO LOCADO. INCONFORMISMO DA LOCADORA. DEVER DE INDENIZAR CONFIGURADO. DANOS MORAIS E MATERIAIS. SENTENÇA MANTIDA PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. Insurge-se o recorrente em face da sentença de fls. 57/58, aduzindo que os supostos transtornos sofridos pela recorrida se deram por culpa desta, que modificou a fiação dos equipamentos vinculados à locação sem o aval dos órgãos fiscalizadores. Contudo, tais alegações fogem completamente à narrativa dos fatos como comprovados na exordial, sendo evidente, como devidamente explicitado pelo juízo de primeiro grau, que fora o recorrente quem deu causa àqueles

danos, razão pela qual fora condenado. Neste sentido, tenho que o quantum de danos morais e materiais foram fixados devidamente, inexistindo qualquer reparo a ser realizado. Logo, porque bem apreciou os elementos fáticos constantes do bojo do processo, deve a sentença ser integralmente mantida. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Vencido o recorrente cabe condenação em custas e honorários, estes arbitrados em 10% do valor da condenação devidamente atualizada, artigo 55 da Lei nº 9.099/1995.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0201346-39.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 11ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Antonia Eliziana Figueira da Silva

Advogada: Ana Paula Benevides de Araujo (OAB: 10188/AM)

Advogada: Stephanie Grazielle de Souza Albertino (OAB: 10099/AM)

Recorrida: Elisângela Fernandes Ramos

Advogado: Geferson Batista Pinheiro (OAB: 11931/AM)

Advogado: Nubia Batista Pinheiro (OAB: 11184/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. VAZAMENTO DE FOTOS ÍNTIMAS. CASO EXTRACONJUGAL. NÃO COMPROVAÇÃO DA REPERCUSSÃO DO CASO. DANO NÃO CARACTERIZADO. SENTENÇA MANTIDA PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.Insurge-se a recorrente em face da sentença de fls.90/92, levantando em suas razões recursais que a recorrida imputou diversas ofensas à recorrente ao encaminhar os nudes, de modo que o dano resta amplamente configurado. Contudo, da análise dos documentos anexos à exordial, constato que constam apenas prints de conversas de whatsapp com uma pessoa não identificada, supostamente a recorrida, bem como supostas conversas ci outras pessoas, também não identificadas. Logo, tenho que sem prova cabal de que teria partido da recorrida a divulgação das fotos, bem como da repercussão negativa, não há como se presumir a ocorrência de dano, de modo que a sentença deve ser integralmente mantida. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Vencido o recorrente cabe condenação em custas e honorários, estes arbitrados em 20% do valor da causa devidamente atualizada, artigo 55 da Lei nº 9.099/1995, cuja exigibilidade fica suspensa por 5 anos, por ser a recorrente beneficiária da Justiça Gratuita.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0201426-66.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 14ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Rosivete Maria Sousa Pinto

Advogado: Luciano da Silva Mourão (OAB: 6498/AM)

Recorrido: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a)

Advogada: Isabela Montuori Bougleux de Araujo (OAB: 118303/MG)

Advogado: Luis Phillip de Lana Foureaux (OAB: 1011A/AM)

Advogado: Guilherme Vilela de Paula (OAB: 1010A/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. COBRANÇAS INDEVIDAS. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO EVIDENCIADA. O (A) AUTOR (A) NÃO LOGROU ÊXITO EM COMPROVAR OS ALEGADOS DANOS MORAIS DIANTE DE SUPOSTAS FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO CONTRATO FORMALIZADO. EM QUE PESE A RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇOS, PERANTE O CLIENTE, PELA REPARAÇÃO DE DANOS OCORRIDOS, O DEMANDANTE NÃO COMPROVOU, NO CASO CONCRETO, OS FATOS CONSTITUTIVOS DE SEUS DIREITOS, DE MODO QUE INAPLICÁVEL A TEORIA DA REDUÇÃO DO MÓDULO DA PROVA. - QUE NÃO SE DESINCUMBIU DO ÔNUS PROBATÓRIO QUE LHE IMPUNHA O ART. 333, I, DO CPC – NÃO HÁ FUNDAMENTO PARA A PROCEDÊNCIA DA AÇÃO. PROVAS JUNTADAS INSUFICIENTES PARA EMBASAR A FORMAÇÃO DE JUÍZO SEGURO SOBRE A DINÂMICA DOS FATOS. VERSÕES CONFLITANTES. PROVA EVIDENTEMENTE CONTRADITÓRIA E QUE SE LIMITA A CONFIRMAR, PARCIALMENTE, A VERSÃO DOS LITIGANTES. IMPOSSIBILIDADE DE SE ESTABELECER O NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE A CONDUTA CULPOSA ATRIBUÍDA À REQUERIDA E OS DANOS MORAIS E MATERIAIS ADVINDOS À AUTORA, MOTIVO PELO QUAL INVIÁVEL QUE SE IMPUTE ÀQUELE O DEVER DE INDENIZAR. NA FALTA DE PROVAS CONVINCENTES DOS FATOS ALEGADOS NA INICIAL, NÃO RESTA ALTERNATIVA SENÃO CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO. MANTENDO A SENTENÇA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. NOS TERMOS DO ART. 46 DA LEI N.º 9.099/95.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam os Juízes desta Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso.".

Processo: 0201472-60.2015.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 14ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Massa Falida do Banco Cruzeiro do Sul S/A

Advogado: Oreste Nestor de Souza Laspro (OAB: 98628/SP)

Recorrido: Maria Eunice Lima da Silva,

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

recurso inominado – CONSUMIDOR – AÇÃO DE declaratória de inexigibilidade de débito C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS – – contrato de empréstimo – cobranças indevidas – FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AO CONSUMIDOR – PRELIMINAR AFASTADA APLICABILIDADE DO CÓDIGO CONSUMERISTA. REGRA GERAL DO ÔNUS DA PROVA – Sentença mantida por seus próprios fundamentos, nos termos do art. 46 da LEI N.º 9.099/95. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam os Juízes desta Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso.".

Processo: 0201564-04.2016.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 4ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Gleycy Kely Furtado Lucena

Advogado: Ivan Gleidson Trindade de Souza Farias (OAB: 11908/AM)

Recorrido: Supermercados DB Ltda.

Advogado: Alberto Muller Filho (OAB: 118692/RJ)

Advogado: Rafael Fernando Melo da Costa (OAB: 5837/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: CONSUMIDOR. Pedido de REPETIÇÃO DE INDÉBITO E DANOS MORAIS. TARIFA DE CARTÃO DE CRÉDITO EMITIDO POR SUPERMERCADO, "CLUBE DEMAIS DB". TARIFA DE ADMINISTRAÇÃO E PSG. PROVAS QUE DEMONSTRAM A CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO. AUSÊNCIA DE ATO ILÍCITO. AFASTADO O DEVER DE REPETIÇÃO DOBRADA. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS. AUSÊNCIA DE LESÃO A DIREITOS DA PERSONALIDADE DO AUTOR. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO. Relatório dispensado, conforme art. 38 da lei 9.099/95 e Enunciado n.º 92 do FONAJE. Não havendo questões preliminares, passo à análise do mérito.Pugna a Recorrente pela reforma da sentença que julgou improcedentes seus pedidos, fundados em falha no serviço de

instituição por cobrança de tarifa não contratada. Alega, em suma, ter contratado cartão de crédito emitido pelo Recorrido, em cujas faturas houve a incidência de tarifa não contratada, denoninada TARIFA DE ADMINISTRAÇÃO. O Recorrido, por sua vez, pugna pela manutenção da sentença.A relação jurídica estabelecida entre as partes sujeita-se aos ditames do Código de Defesa do Consumidor, na esteira do entendimento consolidado pela edição da Súmula 297 do STJ.A responsabilidade do fornecedor de serviço bancário e financeiro é objetiva, cabendo-lhe, em caráter exclusivo, a formação e a administração de contrato emissão de cartão de crédito, em que se funda a cobrança impugnada na lide, asim como a responsabilidade de evitar a realização de procedimentos equivocados de cobrança, em prejuízo exclusivo do tomador de suas operações financeiras, inteligência da Súmula 479, STJ. Nesse sentido, dentre os vários princípios informativos do subsistema consumerista, tenho que destacar três que são perfeitamente aplicáveis ao caso concreto, ou seja, o princípio da vulnerabilidade do consumidor-autor (artigo 4º, inciso I, do Código de Defesa do Consumidor); o princípio da informação (artigo 6º, inciso III, do Código de Defesa do Consumidor); e o princípio da boa-fé objetiva (artigo 4º, inciso III, do Código de Defesa do Consumidor). Feitas estas considerações, apesar dos argumentos tecidos pela parte Recorrente, o Recorrido apresentou documentação válida a comprovar que as partes celebraram contrato de emissão de cartão de crédito a seu favor (fls.97/103 107), serviço financeiro este sujeito ao pagamento de tarifa de administração (cláusula 6), espelhada pelo lançamento de rubrica específica de débito nos respectivos extratos, durante os períodos de efetiva utilização da tarjeta. A assinatura aposta no doc. de fl. 107 é idêntica à aposta na inicial de fls. 3, e documento de fls. 4-5. Logo, o contrato observa as disposições dos arts. 46 e 52 do CDC, permitindo ao consumidor o prévio conhecimento de todas as características e convenções da operação financeira entabulada entre as partes. Demonstrada pelo Recorrido a inexistência de falha no serviço financeiro a ele imputada, excludente de responsabilidade prevista no art. 14, §3°, I do CDC, afasta-se a alegada abusividade da cobrança das tarifas impugnadas na lide, bem assim do dever de indenizar pretendido pelo consumidor no feito.Por fim, em relação ao pedido de indenização por danos morais, com base em conduta supostamente lesiva por parte do requerido, que apenas promoveu a cobrança de tarifas de manutenção da tarjeta, e com aquiescência prévia da Recorrente, não ensejando qualquer causa de dano à personalidade, ou de abalo aos valores imateriais do correntista. VOTO: Diante das razões esposadas, nego provimento ao recurso, mantendo na íntegra a sentença monocrática, ao constatar que o douto Juízo a quo bem ponderou os fatos e aplicou o direito à espécie. Com suporte no art. 46, da Lei 9.099/95, trago à colação os fundamentos por ela expostos, como parte integrante deste voto. Sem condenação ao pagamento das custas e honorários, em razão da justiça gratuita deferida. É o voto.. DECISÃO: "A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, os MM. Juízes componentes da 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, ACORDAM, por unanimidade de votos, em NEGAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO INOMINADO. Participaram deste julgamento, além do signatário, os demais Juízes presentes à sessão. Manaus, 27 de agosto de 2019.".

Processo: 0201611-63.2017.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, 9ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: C&a Modas Ltda (Amazonas Shopping)
Advogado: Marcel da Fonseca Moura (OAB: 10083/AM)
Advogado: Mauro Paulo Galera Mari (OAB: 877A/AM)
Recorrida: Denice Santana da Silva
Advogado: Paulo Roberto Arce Nicolau (OAB: 8226/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: SÚMULA DA SENTENÇA. CONSUMIDOR. Seguro Vida mulher. Negativa de cobertura assistencial por nÃO HAVER decorrido Prazo de 12 meses de vigência contratual. DESVANTAGEM EXAGERADA E ONEROSIDADE EXCESSIVA AO CONSUMIDOR. ENTENDIMENTO DO JUÍZO DE PRIMEIRO GRAU QUE ENCONTRA CONSONÂNCIA COM O ENTENDIMENTO DA TURMA RECURSAL, SOBRE O ASSUNTO TRATADO NO PROCESSO. SENTENÇA QUE DEVE SER MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS, POR SEREM IRRETOCÁVEIS. SÚMULA QUE SERVIRÁ DE ACÓRDÃO. ART. 46, LEI 9.099/95. Presentes os requisitos de admissibilidade, conheço do recurso. 1. As cláusulas que restringem a utilização assistencial do seguro a um período de carência de 12 meses criam uma barreira ao consumidor, colocando-o em franca desvantagem na medida em que houve o adimplemento das parcelas ao longo do período pactuado da relação de consumo, e devem ser consideradas nulas e abusivas ex vi do art. 51, IV, e 54, § 4º, ambos do Código do Consumidor.1. Porque bem analisou, ponderou e julgou os fatos, aplicando com correção e justiça o direito, a referida sentença deve ser mantida na forma proferida, a cujos argumentos me reporto, chamando-os à colação para serem tidos como se aqui estivessem transcritos, nos termos do art. 46, da Lei 9.099/95.2. No mesmo sentido, dispõe o Supremo Tribunal Federal: EMENTA DIREITO PROCESSUAL CIVIL. JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. MANUTENÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA COM BASE NO ART. 46 DA LEI 9.099 /95. POSSIBILIDADE. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO DEVIDO PROCESSO LEGAL, AO CONTRADITÓRIO E À AMPLA DEFESA. EVENTUAL VIOLAÇÃO REFLEXA NÃO ENSEJA RECURSO EXTRAORDINÁRIO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO CONFIGURADA. ACÓRDÃO RECORRIDO DISPONIBILIZADO EM 16.8.2012. Não importa ausência de motivação, a adoção dos fundamentos da sentença recorrida pela Turma Recursal, em conformidade com o disposto no art. 46 da Lei 9.099 /95. O exame da alegada ofensa ao art. 5º , XXXV , e LV , da Constituição Federal , dependeria de prévia análise da legislação infraconstitucional aplicada à espécie, o que refoge à competência jurisdicional extraordinária, prevista no art. 102 da Constituição Federal . Inexiste violação do artigo 93 , IX , da CF/88 . O Supremo Tribunal Federal entende que o referido dispositivo constitucional exige que o órgão jurisdicional explicite as razões do seu convencimento, dispensando o exame detalhado de cada argumento suscitado pela parte. Agravo regimental conhecido e não provido. (STF - Processo: ARE 736290 SP, Orgão Julgador, Primeira Turma, Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-160 DIVULG 15-08-2013 PUBLIC 16-08-2013, Julgamento: 25 de Junho de 2013, Relator: Min. ROSA WEBER). VOTO: Ante o exposto, voto no sentido de conhecer e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, mantendo na íntegra a sentença monocrática por seus fundamentos (art. 46, Lei 9.099/95), e condeno o Recorrente ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, que fixo em 20% sobre o valor da condenação (art. 55, Lei 9.099/95).. DECISÃO: "A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, os MM. Juízes componentes da 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, ACORDAM, por unanimidade de votos, em NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO INOMINADO, mantendo na íntegra a sentença proferida em Primeiro Grau. Participaram deste julgamento, além do signatário, os demais Juízes presentes à sessão. Manaus, 23 de agosto de 2019.".

Processo: 0201800-19.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 14ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: AMAZONINA MARIANO DE OLIVEIRA
Advogado: Felipe Lucachinski (OAB: 3753/AM)
Advogado: MOACIR LUCACHINSKI (OAB: 7143/AM)
Advogado: Alexandre Lucachinski (OAB: 6613/AM)
Recorrido: Lojas Riachuelo S/A - MIDWAY CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A
Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 598A/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. RELAÇÃO DE CONSUMO. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. NEGATIVA EM CONCEDER CRÉDITO A PESSOA NÃO ALFABETIZADA. PARTE AUTORA QUE NÃO LOGROU ÊXITO EM CONSTITUIR-SE EM SEU DIREITO. INTELIGÊNCIA DO ART. 373, I, DO CPC. AUSÊNCIA DO MÍNIMO PROBATÓRIO APTO A ENSEJAR

CONDENAÇÃO. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0202462-54.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 15º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: OI - Telemar Norte Leste S/A
Advogado: Daniel Coutinho da Silva (OAB: 9122/AM)
Advogado: Eladio Miranda Lima (OAB: 86235/RJ)
Recorrida: Keila Santana do Nascimento

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. RELAÇÃO DE CONSUMO. EMPRESA DE TELEFONIA. RELAÇÃO DE CONSUMO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. INTERRUPÇÃO INDEVIDA. DANO MATERIAL CARACTERIZADO. DANO MORAL CONFIGURADO. QUANTUM ARBITRADO DE FORMA RAZOÁVEL. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0202702-74.2014.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 4ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Jorgino Pereira da Silva
Advogado: Danilo José de Andrade (OAB: 6779/AM)
Recorrido: Manaus Ambiental S/A
Advogado: Gustavo Gonçalves Gomes (OAB: 1058A/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: DIREITO DO CONSUMIDOR. acordo judicial REALIZADO ENTRE AS PARTES. HomologaÇÃO JUDICIAL. DESCUMPRIMENTO DE Obrigação de FAZER CONSISTENTE EM Remanejar o local de instalação do hidrômetro. InstalaÇÃO DE caixa pláStica de proteção não DESCONSTITUI OS TERMOS DO ACORDO FIRMADO ENTRE AS PARTES. Incidência da cláusula penaL. SENTENÇA REFORMADA. Relatório dispensado, na forma do Enunciado nº 92, do FONAJE. 1. Na condição de concessionária prestadora de serviço públicos, a recorrida é responsável pela instalação do hidrômetro, sendo certo que a CLÁUSULA 2 do Termo de Acordo Judicial deliberadamente firmado entre as partes (fls. 52) determinava o remanejo do hidrômetro, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de multa. As fotografias apresentadas noa autos demonstram com clareza que a mencionada obrigação não foi satisfeita na sua intregalidade e que a instalação de "caixa protetora" não condiz com os termos do acordo firmado.2. Logo, as razões recursais configuram-se medida de execução de título judicial consistente em sentença homologatória de acordo celebrado entre as partes, de modo que a astreinte advém do descumprimento injustificado da obrigação de fazer livremente ajustada pelos litigantes. Voto: Ante ao exposto, DOU PROVIMENTO AO RECURSO, para reformar a sentença de Embargos à Execução e julgar procedente o pedido da recorrente para condenar a Recorrida ao montante de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), pelo descumprimento de obrigação de fazer. Mantidos os demais termos da sentença. Sem condenação em custas e honorários, por que somente aplicável ao recorrente integralmente vencido. É como voto.. DECISÃO: "A C Ó R D Ã O Acordam os Juízes da 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em DAR PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto da Relator. Participaram do julgamento, além do signatário, os demais Juízes componentes da Turma. Manaus, 27 de agosto de 2019.".

Processo: 0203321-36.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 6º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: TUV RHEINLAND DO BRASIL LTDA
Advogada: Luciana Nazima (OAB: 169451/SP)
Recorrido: LIAJANI DOS SANTOS MONTEIRO
Advogado: Pedro de Oliveira (OAB: 2042/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA DIREITO DO CONSUMIDOR. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. NEGATIVAÇÃO POR NEGÓCIO JURÍDICO INEXISTENTE, DEVER DO REQUERIDO DE DESCONSTITUIR OS ARGUMENTOS AUTORAIS. DEVER DE INDENIZAR CONFIGURADO. REVELIA CONFIGURADA DE FORMA REGULAR. DANOS MORAIS E MATERIAIS. SENTENÇA MANTIDA PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.Insurge-se o recorrente em face da sentença de fls. 59/60, aduzindo, em suas razões recursais, que não se fez presente em audiência em decorrência de grave acidente de trânsito, de sorte que a revelia não foi bem aplicada, sustentando ainda que o recorrido não o buscou para resolução amigável do problema aludido, inexistindo comprovação de qualquer dano moral. Observa-se que o juízo de primeiro grau foi bastante eficiente, disponibilizando a sentença de mérito no mesmo dia da audiência, sendo certo que o momento para informar a ocorrência do aludido acidente de trânsito seria até a audiência e, na sua inocorrência, a revelia foi bem aplicada. No que tange aos demais argumentos, resta evidenciado que a negativação em desfavor do recorrido, sem que este tenha dado causa a qualquer débito, é mais do que suficiente para haver configuração do dano moral perseguido. Por fim, no que tange ao quantum indenizatório, tendo em vista a revelia configurada, tenho que o mesmo deve ser mantido. Logo, porque bem apreciou os elementos fáticos constantes do bojo do processo, deve a sentença ser integralmente mantida. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Vencido o recorrente cabe condenação em custas e honorários, estes arbitrados em 20% do valor da condenação devidamente atualizada, artigo 55 da Lei nº 9.099/1995. . DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0203429-02.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 5ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: SIMONE GUEDES CHAIN
Advogado: Bruno de Souza Cavalcante (OAB: 2677/AM)
Recorrido: Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda
Advogado: Maria Emilia Gonçalves de Rueda (OAB: 23748/PE)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA DIREITO DO CONSUMIDOR. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. NÃO COMPROVAÇÃO DE ENTREGA DE VIAS ORIGINAIS. DEVER DE INDENIZAR NÃO CONFIGURADO. SENTENÇA MANTIDA PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.Insurge-se a recorrente em face da sentença de fls. 225/226, ao argumento de que a recorrida reconhece a entrega da ementa pela recorrente, quando às fls. 119 determina que a secretaria arquive o documento na pasta da aluna. De fato, consta tal observação no documento que defere o aproveitamento de disciplina, mas não há qualquer menção à apresentação da menta original que, segundo a inicial, fora perdida. Ademais, não parece crível que o procedimento de aproveitamento de curso exija a apresentação do documento original, não havendo qualquer prova neste sentido por parte da recorrente. Logo, porque bem apreciou os elementos fáticos constantes do bojo do processo, deve a sentença ser integralmente mantida. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Vencido o recorrente cabe condenação em custas e honorários, estes arbitrados em 10% do valor da condenação devidamente atualizada, artigo 55

da Lei nº 9.099/1995, cuja exigibilidade fica suspensa por 5 anos, ante o deferimento da Justiça Gratuita.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0203752-41.2015.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 1ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Carlos Alberto Viana dos Santos
Defensor P: Messi Elmer Vasconcelos Castro (OAB: 9910/AM)
Recorrida: Marta Lucia Cassino de Moraes
Advogado: Julio Joaquim de Lima (OAB: 5197/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

recurso inominado. direito de vizinhança. RESPONSABILIDADE CIVIL. ação de obrigação de fazer e de indenização por danos morais. Acumulo de detritos em terreno particular. perturbação do sossego comprovada. danos morais configurados. abalo aos atributos da personalidade do autor. sentença reformada. recurso conhecido e provido. ANALISANDO O CONJUNTO PROBATÓRIO, VERIFICA-SE QUE A AUTORA COMPROVOU FATO CONSTITUTIVO DE SEU DIREITO, ÔNUS QUE LHE INCUMBIA, NOS TERMOS DO ART. 373, I, DO CPC. NO QUE ATINE AOS DANOS MORAIS, ENTENDE-SE QUE RESTARAM CARACTERIZADOS, JÁ QUE A AUTOR COMPROVOU QUE TEVE TIDO ABALO EM ALGUM DOS ATRIBUTOS DA SUA PERSONALIDADE, EM FUNÇÃO DA SITUAÇÃO VIVENCIADA, O QUÊ ULTRAPASSAM O MERO ABORRECIMENTO, CAPAZ DE GERAR DANO MORAL INDENIZÁVEL, SALVO EM SITUAÇÕES EXCEPCIONAIS.ANTE AO EXPOSTO, dou parcial provimento ao recurso interposto, reformando a Sentença ora guerreada, para condenar a parte requerida ao pagamento da indenização pelos danos morais causados excepcionalmente, no quantia de R$ - 2.000,00 (dOIS mil reais), valor corrigido monetariamente pelo IGP-M a contar da publicação deste acórdão e acrescido de juros moratórios de 1% ao mês a partir da citação. MANTENDO OS DEMAIS TERMOS DA R. CONDENAÇÃO DA MULTA IMPOSTA REFERENTE À OBRIGAÇÃO DE FAZER. Sem pagamento de custas e honorários advocatícios.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam os Juízes desta Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em dar provimento ao recurso.".

Processo: 0203899-33.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 6º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Águas do Amazonas S.A.
Advogado: Gustavo Gonçalves Gomes (OAB: 1058A/AM)
Advogado: Gustavo Gonçalves Gomes (OAB: A1058/AM)
Soc. Advogados: Carlos Fernando Siqueira Castro (OAB: 672/AM)
Advogado: Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB: 671A/AM)
Recorrido: Ricardo Ermelindo Souza da Silva
Defensora: Suelen dos Santos Paes Menta (OAB: 181181/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

RECURSO INOMINADO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. legação de AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO – excesso de execução acertadamente afastada, uma vez que o termo inicial dos juros foi fixado na fase de conhecimento,. Alegação de incorreção do termo inicial fixado para a atualização da dívida que não pode ser arguida nesta fase processual. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE. Sentença mantida por seus próprios fundamentos, nos termos do art. 46 da LEI N.º 9.099/95. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam os Juízes desta Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso.".

Processo: 0204708-52.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 2ª Vara do Juizado Especial - Procon

Recorrente: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a)
Advogado: Guilherme Vilela de Paula (OAB: 1010A/AM)
Advogado: Luis Phillip de Lana Foureaux (OAB: 1011A/AM)
Advogada: Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB: 1069A/AM)
Recorrida: MARIA ALDA SOUZA DA SILVA
Defensora: Dra. Suelen Paes dos Santos Menta (OAB: 4381/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

recurso inominado – CONSUMIDOR – AÇÃO DE declaratória de inexigibilidade de débito C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS – serviços de fornecimento de energia – cobranças indevidas – FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AO CONSUMIDOR – APLICABILIDADE DO CÓDIGO CONSUMERISTA. REGRA GERAL DO ÔNUS DA PROVA – Sentença mantida por seus próprios fundamentos, nos termos do art. 46 da LEI N.º 9.099/95. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam os Juízes desta Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso.".

Processo: 0204715-78.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 5ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Ayub Mussa Neto
Advogado: Marco Cesar Souza Pimentel (OAB: 13160/AM)
Advogada: Paula Aline Assunção Cruz (OAB: 12718/AM)
Recorrida: ALHO BOM - Techway Comércio e Representação Ltda

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

recurso inominado. direito de vizinhança. RESPONSABILIDADE CIVIL. ação de obrigação de fazer e de indenização por danos morais. Acumulo de detritos em terreno particular. perturbação do sossego comprovada. danos morais configurados. abalo aos atributos da personalidade do autor. sentença reformada. recurso conhecido e provido. ANALISANDO O CONJUNTO PROBATÓRIO, VERIFICA-SE QUE A AUTORA COMPROVOU FATO CONSTITUTIVO DE SEU DIREITO, ÔNUS QUE LHE INCUMBIA, NOS TERMOS DO ART. 373, I, DO CPC. NO QUE ATINE AOS DANOS MORAIS, ENTENDE-SE QUE RESTARAM CARACTERIZADOS, JÁ QUE A AUTOR COMPROVOU QUE TEVE TIDO ABALO EM ALGUM DOS ATRIBUTOS DA SUA PERSONALIDADE, EM FUNÇÃO DA SITUAÇÃO VIVENCIADA, O QUÊ ULTRAPASSAM O MERO ABORRECIMENTO, CAPAZ DE GERAR DANO MORAL INDENIZÁVEL, SALVO EM SITUAÇÕES EXCEPCIONAIS.ANTE AO EXPOSTO, dou parcial provimento ao recurso interposto, reformando a Sentença ora guerreada, para condenar a parte requerida ao pagamento da indenização pelos danos morais causados excepcionalmente, no quantia de R$ - 10.000,00 (dez mil reais), valor corrigido monetariamente pelo ÍNDICE OFICIAL a contar da publicação deste acórdão e acrescido de juros moratórios de 1% ao mês a partir da citação. Sem pagamento de custas e honorários advocatícios.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam os Juízes desta Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em dar parcil provimento ao recurso.".

Processo: 0205377-76.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 1ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Aparecida de Jesus Neix
Defensor P: Christiano Pinheiro da Costa (OAB: 3542/AM)
Recorrido: Telemar Norte Leste S/A
Advogada: Wilna Elizabeth Santiago Cavalcante (OAB: 4339/AM)
Advogado: Eladio Miranda Lima (OAB: 86235/RJ)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

Recurso inominado. Consumidor. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS e materiais. Serviço de telefonia móvel. Impossibilidade de receber ligações. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. DESCASO COM O consumidor – DANOS MORAIS excepcionalmente INDENIZÁVEIS – APLICABILIDADE DO CÓDIGO CONSUMERISTA – REGRA GERAL DO ÔNUS DA PROVA – DANO MORAL E MATERIAL CONFIGURADOS NO CASO CONCRETO. CARÁTER PUNITIVO E PEDAGÓGICO. QUANTUM INDENIZATÓRIO FIXADO DE ACORDO COM OS PARÂMETROS DA TURMA EM CASOS ANÁLOGOS. Sentença reformada. RECURSO CONHECIDO E parcialmente PROVIDO.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam os Juízes desta Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em dar parcial provimento ao recurso.".

Processo: 0205688-33.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 1ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Lojas Riachuelo S/A - MIDWAY CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A

Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 598A/AM)

Recorrido: GERSON ALVES IKUNO

Advogado: Matheus Araújo Muniz (OAB: 7626/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. CLIENTE ACUSADO DE FURTO. ABORDAGEM EXCESSIVA. CONSTRANGIMENTO DIANTE DE TERCEIROS. DANO MORAL CARACTERIZADO. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS NOS MOLDES DO ART. 46, DA LEI 9.099/95.1. Resta comprovada a veracidade das alegações traçadas na inicial, uma vez que embora a Recorrente alegue que ao abordar o consumidor os prepostos agiram de forma discreta, sem lhe causar constrangimentos, não produziu nenhuma prova nesse sentido, ou seja, não se desincumbiu de seus ônus probatório;2. Ressalte-se que sequer foi aos autos cópia da gravação em vídeo na data da ocorrência, que poderiam demonstrar o procedimento adotado pela empresa. De igual maneira, não houve a produção de prova testemunhal;3. Portanto, restou demonstrado o dano moral em razão da prática de ato ilícito, uma vez que a acusação não comprovada de furto, com a abordagem do consumidor fora do estabelecimento comercial, obrigando-o a retornar a loja para revista em sala interna, caracteriza o dever de indenizar. 4. Ademais, o valor indenizatório fixado na origem – R$ 10 mil – mostra-se proporcional ao fato, ao grau de culpa dos envolvidos e aos parâmetros adotados em casos análogos ao presente.5. Sentença mantida por seus próprios fundamentos, nos moldes do art. 46, da Lei 9.099/95. Vencido o recorrente cabe condenação em custas e honorários, estes arbitrados em 20% do valor da condenação devidamente atualizada.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0206333-63.2014.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 2ª Vara do Juizado Especial - Procon

Recorrente: Amazonas Distribuidora de Energia S/A

Advogado: Guilherme Vilela de Paula (OAB: 1010A/AM)

Recorrida: Eliana Maria Motenegro Monteiro

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONTRA DECISÃO DE SEGUNDA INSTÂNCIA A QUAL MANTEVE A SENTENÇA DE PRIMEIRO GRAU PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. NOS AUTOS DA AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. CONTRADIÇÃO APONTADA NO JULGADO. NECESSIDADE DE ACLARAMENTO EM RAZÃO DO MÉRITO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS. ACÓRDÃO ANULADO. SENTENÇA REFORMADA. . DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam os Juízes desta Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em acolher os presentes embargos declaratórios.".

Processo: 0206606-37.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 3ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Michel Neves dos Santos

Defensor: Chistiano Pinheiro da Costa

Recorrido: R F Comércio Ótica LTDA

Advogado: Aldemir Pereira Brasil Neto (OAB: 5642/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO INDENIZATÓRIA. ÓTICA. RELAÇÃO DE CONSUMO. COMPRA DE ÓCULOS DE GRAU. RECEITA MÉDICA QUE PRESCREVEU USO DE LENTES "TRANSITIONS". AUTOR QUE ADQUIRIU LENTE DIVERSA DO RECOMENDADO. CIÊNCIA DO CONSUMIDOR NO ATO DA COMPRA. PRODUTO ADQUIRIDO BEM DELINEADO NA NOTA DE VENDA. CABIA À PARTE AUTORA A CONFERÊNCIA DO PRODUTO QUE ESTAVA ADQUIRINDO NO ATO DA COMPRA. NÃO HOUVE FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0208585-78.2010.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 6º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Maria Gervis Alves Pereira

Advogada: Auriana Ramos Pereira (OAB: 2955/AM)

Advogado: Paulo Cesar Espírito Santo Gouvêa (OAB: 4119/AM)

Recorrida: Odete Monassa Gomes

Advogado: Andrea Claudia Monassa Gomes (OAB: 2117/AM)

Recorrido: João Paulo de Araújo Chaves

Advogado: Andrea Claudia Monassa Gomes (OAB: 2117/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

RECURSO INOMINADO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. ASTREINTES. Alegação de AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO – excesso de execução acertadamente afastada, uma vez que o termo inicial dos juros foi fixado na fase de conhecimento,. Alegação de incorreção do termo inicial fixado para a atualização da dívida que não pode ser arguida nesta fase processual. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE. Sentença mantida por seus próprios fundamentos, nos termos do art. 46 da LEI N.º 9.099/95. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam os Juízes desta Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso.".

Processo: 0210385-34.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 7ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Davi Rimed Batista

Advogado: Juan Bernabeu Cespedes (OAB: 2595/AM)

Recorrente: Wendson Alves

Advogado: Juan Bernabeu Cespedes (OAB: 2595/AM)

Recorrido: Nelson de Souza Carvalho

Advogado: Antonio Ivan Olímpio da Silva (OAB: 3110/AM)

Recorrida: Chistianne de Lima Wilkens

Defensora: Defensoria Pública do Estado do Amazonas

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. DANO EM VEÍCULO. PEDRA ARREMESSADA. SUPOSTA VENDA DO VEÍCULO. RESPONSABILIDADE DE TRANSFERÊNCIA TAMBÉM PELO VENDEDOR. DEPOIMENTO DE TESTEMUNHA FRÁGIL. ELEMENTOS SUFICIENTES A EMBASARA TESE DA INICIAL. Insurgem-se os recorrentes em face da sentença de fls. 75, trazendo em suas razões recursais argumentos que indicam ter sido a motocicleta, onde os recorridos supostamente estavam ao arremessarem a pedra em direção ao veículo da autora, vendida a terceiro, indicando ainda a fragilidade dos elementos que sustentam a sua condenação. Contudo, como bem ponderou o juízo de primeiro grau, o próprio requerido reconheceu que tem uma motocicleta, e que travou discussão com a recorrida, de modo que os elementos probatórios colhidos em audiência de instrução e julgamento são suficientes a embasar a tese da exordial, de modo que a sentença deve ser mantida. Friso que, inexistindo qualquer pleito alternativo referente ao quantum indenizatório, este também há de ser integralmente mantido. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Vencido o recorrente cabe condenação em custas e honorários, estes arbitrados em 10% do valor da condenação devidamente atualizada, artigo 55 da Lei nº 9.099/1995, cuja exigibilidade fica suspensa por 5 anos, eis que os recorrentes são beneficiários da Justiça Gratuita.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0212336-63.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 2ª Vara do Juizado Especial - Procon

Recorrente: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a)
Advogado: Guilherme Vilela de Paula (OAB: 1010A/AM)
Advogada: Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB: 1069A/AM)
Advogado: Luis Phillip de Lana Foureaux (OAB: 1011A/AM)
Recorrida: Maria das Graças da Silva Rodrigues

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado. DECISÃO: "Decisão do julgamento na sessão Não informado".

Processo: 0600008-28.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 4ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Bmg S/A
Advogado: Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB: 876/AM)
Advogada: Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB: 4018/AM)
Advogado: Henrique Lima Marinheiro (OAB: 9324/AM)
Advogado: Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM)
Recorrida: Carla Regiane Nogueira Monteiro
Advogado: Diego Andrade de Oliveira (OAB: 8792/AM)
Advogado: Calixto Hagge Neto (OAB: 8788/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INEXISTÊNCIA DO INSTRUMENTO CONTRATUAL. INOBSERVÂNCIA DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE DO NEGÓCIO. DANO MATERIAL. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. RECURSO PROVIDO EM PARTE TÃO-SOMENTE PARA REDUZIR O VALOR DA INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. . DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0600015-83.2019.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 4ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Andresa Souza do Nascimento
Advogado: Fabio Carvalho de Arruda (OAB: 8076/AM)
Advogada: Drielle Carvalho de Arruda (OAB: 9121/AM)
Recorrido: Águas do Amazonas S.A.
Advogado: Gustavo Gonçalves Gomes (OAB: 1058A/AM)
Advogado: Gustavo Gonçalves Gomes (OAB: A1058/AM)
Advogado: Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB: 671/AM)

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE FAZER E INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. NECESSIDADE DE PERÍCIA. AFERIÇÃO FATURA CONSUMO. INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA DO JUIZADO ESPECIAL. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0600099-84.2019.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 4ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Monique Araújo Reis
Advogado: Haroldo Alves Pimenta Filho (OAB: 9502/AM)
Recorrido: Banco Bradesco S/A
Advogado: José Augusto de Rezende Júnior (OAB: 1109A/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: CONSUMIDOR. REPETIÇÃO DE INDÉBITO E DANOS MORAIS. JUROS DIVERGENTES. "CALCULADORA DO CIDADÃO" É MEIO DE PROVA INIDÔNEO PARA CÁLCULOS COMPLEXOS. AUSÊNCIA DE DANOS MORAIS E MATERIAIS. SENTENÇA REFORMADA. TEORIA DA CAUSA MADURA. NÃO HÁ NECESSIDADE DE PERÍCIA. IMPROCEDENTES OS PEDIDOS DE CONDENAÇÃO EM DANOS MORAIS E DEVOLUÇÃO DE VALORES COBRADOS EM EXCESSO, ANTE A IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DA CALCULADORA DO CIDADÃO PARA ESTA FINALIDADE. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0600128-79.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 7ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: FJ da Silva Veículos (WALDIR VEICULOS)
Advogado: José Luiz Leite (OAB: 622A/AM)
Recorrida: MARIA FARIAS DE MORAES
Advogado: Mozart Luis Nascimento dos Santos (OAB: 5436/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. COMPRA E VENDA DE VEÍCULO ALIENADO. PRESTAÇÕES JUNTO À FINANCEIRA NÃO PAGAS. RESPONSABILIDADE DO ADQUIRENTE. SENTENÇA MANTIDA PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.Insurge-se a recorrente em face da sentença de fls. 78, trazendo em suas razões recursais o argumento de que a recorrida de fato vendeu o veículo Uno Mille de placa JXJ 1083, mas que inexistiu qualquer obrigação assumida pela recorrente, no sentido de pagar as parcelas atreladas ao contrato de financiamento do bem. Contudo, como bem apreciou o juízo de primeiro grau em sua decisão, é totalmente contraditório que a requerida tenha adquirido o bem, que é o objeto principal do contrato, e não tenha recebido de

igual forma os seus acessórios, dentre os quais as parcelas de financiamento. Friso que o prazo prescricional, de igual forma, foi bem aplicado pelo juízo a quo. Logo, porque bem apreciou os elementos fáticos constantes do bojo do processo, deve a sentença ser integralmente mantida. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Vencido o recorrente cabe condenação em custas e honorários, estes arbitrados em 20% do valor da condenação devidamente atualizada, artigo 55 da Lei nº 9.099/1995, cuja exigibilidade fica suspensa em face da isenção de custas (fls. 145), pelo prazo de 5 anos.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0600140-56.2016.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 11ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: BEMOL - BENCHIMOL IRMÃOS & CIA LTDA - BARROSO

Advogado: Leonardo Andrade Aragão (OAB: 7729/AM)

Recorrente: Samsung Eletrônica da Amazônia Ltda.

Advogado: Ana Carolina Remigio de Oliveira (OAB: 86844/MG)

Advogado: RAFAEL CHELOTTI (OAB: 139387/MG)

Recorrida: ODALEIA MARINHO FERREIRA AMORIM

Advogado: Luiz Henrique Zubaran Ossuosky Filho (OAB: 7537/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: SÚMULA DA SENTENÇA. CONSUMIDOR. NECESSIDADE DE PERÍCIA EM APARELHO CELULAR. LAUDOS PERICIAL UNILATERAL. NECESSIDADE PRODUÇÃO DE PROVA COMPLEXA. COMPLEXIDADE DA LIDE QUE AFASTA A COMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS PARA APRECIAÇÃO DA CAUSA. RECURSO INOMINADO PROVIDO PARA RECONHECER A INCOMPETÊNCIA DOS JUIZADOS, E EXTINGUIR O FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. RECURSO PROVIDO. Relatório dispensado na forma do Enunciado nº 92, do FONAJE. Conheço do apelo, pois satisfeitos os seus pressupostos de admissibilidade.1. Da análise dos autos, e sem adentrar o mérito, observa-se que o Recorrente trouxe laudo pericial onde se concluiu que o aparelho celular objeto da lide sofreu oxidação por submersão em água, afastando assim a garantia do fabricante do produto pelo mau uso do aparelho pelo consumidor. O Autor, por sua vez, impugna o sobredito laudo.2. Assim, observa-se que a análise do mérito sobre a garantia ou não do produto necessita de maior base probatória, como a perícia no aparelho celular, o que, por si, torna a demanda uma causa complexa, afastando a competência dos Juizados especiais, nos termos do art. 3º, caput, da Lei 9.099/95. 3. Além disso, embora o art. 35 da Lei dos Juizados discipline que o Juiz pode inquirir técnicos de sua confiança, e permita às partes, a apresentação de parecer técnico, é forçoso reconhecer que tal método somente se aplica a casos de menor complexidade. Questões de alta indagação, que requeiram a realização de exames periciais, que devam seguir os moldes dos arts. 464 e seguintes do CPC, pela complexidade, devem ser realizados pela Justiça Comum, no sentido de garantir às partes o exercício dos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa.4. Assim, conquanto o tema objeto da ação seja pacificado na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça: STJ - AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DANO MORAL. VEÍCULO ZERO-QUILÔMETRO. DIVERSAS IDAS À CONCESSIONÁRIA SEM SOLUÇÃO DE DEFEITO. SÚMULA N. 83/STJ. CONSTATAÇÃO EM LAUDO PERICIAL DE FALHA NA QUALIDADE DE SERVIÇO. 1. É cabível indenização por dano moral quando o consumidor de veículo zero-quilômetro necessita, por diversas vezes, retornar à concessionária para reparos, sem que haja solução. 2. Agravo regimental desprovido. (AgRg no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 533.916 - RJ (2014/0146221-4)VOTO: Ante ao exposto, DOU PROVIMENTO AO RECURSO, para declarar a causa como complexa, reconhecer a incompetência dos juizados especiais para apreciação do feito e julgar extinto o processo, sem resolução de mérito, nos termos do art. 51, II, da Lei 9.099/95. Sem condenação em custas e honorários (art. 55, lei 9.099/95). . DECISÃO: "A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, os MM. Juízes componentes da 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, ACORDAM, por unanimidade de votos, em DAR PROVIMENTO AO RECURSO INOMINADO, nos termos do voto do Relator. Participaram deste julgamento, além do signatário, os demais Juízes presentes à sessão. Manaus, 27 de agosto de 2019.".

Processo: 0600194-59.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 15º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: OI - Telemar Norte Leste S/A

Advogado: Eladio Miranda Lima (OAB: 86235/RJ)

Advogado: Daniel Coutinho da Silva (OAB: 9122/AM)

Recorrida: Dirce Alves de Mello

Advogada: Karla Mariana de Melo Chiavegatto (OAB: 5890/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

recurso inominado. CONSUMIDOR. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO C/C indenização por danos MORAIS. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TELEFÔNICOS E INTERNET. Cobrança indevida. RESCISÃO CONTRATUAL. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AO CONSUMIDOR (RESPONSABILIDADE OBJETIVA) – APLICABILIDADE DO CÓDIGO CONSUMERISTA. REGRA GERAL DO ÔNUS DA PROVA – DANOs MORAis CONFIGURADOS não só pelO desrespeito com o consumidor, que se viu surpreendido com a FALHA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, mas, também, e, principalmente, pelo caráter punitivo e pedagógico do instituto. Sentença mantida por seus próprios fundamentos, nos termos do art. 46 da LEI N.º 9.099/95. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam os Juízes desta Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso.".

Processo: 0600261-79.2019.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 11ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a)

Advogado: Guilherme Vilela de Paula (OAB: 1010A/AM)

Advogado: Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB: 1065A/AM)

Advogada: Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB: 1069A/AM)

Advogado: Luis Phillip de Lana Foureaux (OAB: 1011A/AM)

Recorrida: Cristiane Carvalho dos Santos

Advogado: Roberto Jeferson Brasil Romano (OAB: 13076/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA C/C INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS. EMPRESA FORNECEDORA DE ENERGIA ELÉTRICA. RELAÇÃO DE CONSUMO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. RÉ QUE SE DESINCUMBIU DO ÔNUS DA PROVA. INSTALAÇÃO DO TERCEIRO MEDIDOR NÃO COMPROVADA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. DANO MORAL CONFIGURADO. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0600345-39.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, 9ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Luiz Carlos Coelho Pereira
Advogado: Adson Pinho Pinto (OAB: 5850/AM)
Recorrido: Banco Bonsucesso Consignado S.A
Advogada: Suellen Poncell do Nascimento Duarte (OAB: 28490/PE)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. VALIDADE. RECURSO NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. . DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0600600-75.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 7ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Banco Bmg S/A
Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE)
Advogado: Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB: 9487/AM)
Recorrido: Arlem Alves de Carvalho
Advogado: Manoel Eduardo dos Santos Assis (OAB: 9613/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. CONTRATO INSUFICIENTE. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, DAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0600674-51.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, 10ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Ed. Três Comércio de Publicações Ltda (Editora Três)
Advogada: Joicy Costa Corrêa da Cunha Thompson (OAB: 146976/RJ)
Recorrida: Benedita Correa
Advogado: Ana Hellen Brandão Furtado (OAB: 8509/AM)
Advogado: Nelson Clay Fernandes Tavares (OAB: 8453/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS. EDITORA TRÊS. ASSINATURA DE REVISTA. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. RÉ QUE NÃO SE DESINCUMBIU DO ÔNUS DA PROVA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. RELAÇÃO DE CONSUMO. AQUISIÇÃO DE ASSINATURA PORÉM SEM RECEBIMENTO DO PRODUTO. EMPRESA QUE PROCEDEU COM OS DESCONTOS INDEVIDOS. REPETIÇÃO DE INDÉBITO CONCEDIDA. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0600801-46.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível, Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal
Recorrente: Governador do Estado do Amazonas
Procurador: Carlos Alexandre M. C. M. de Matos (OAB: 2364/AM)
Recorrido: Aderbal Junior de Melo Miranda
Advogado: João Batista Andrade de Queiroz (OAB: 2372/AM)

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA: RECURSO INOMINADO. VALORES ATINENTES A DIÁRIAS DE DESLOCAMENTO. PRETENSÃO DO ENTE ESTATAL DE REFORMA. NÃO ACOLHIMENTO. VALOR DEVIDO POR PERMISSIVO LEGAL. DIÁRIAS DEVIDAS. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.Manaus, 29/08/2019.".

Processo: 0600875-84.2019.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 11ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Banco Bradesco S.a.
Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 1037A/AM)
Recorrido: Francisco Elenil Silva Rocha
Advogado: Gustavo da Silva Grillo (OAB: 7883/AM)
Advogado: Andrey Augusto B. Ramos (OAB: 7526/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA C/C COM DANOS MORAIS. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. RELAÇÃO DE CONSUMO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. BANCO QUE PROCEDEU COM OS DESCONTOS NO CONTRA CHEQUE APÓS A OPERAÇÃO ESTÁ LIQUIDADA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0600970-39.2019.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, 10ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Anderleia da Silva Araújo
Advogado: Evaldo Lucio da Silva (OAB: 10462/MT)
Recorrido: Vivo S.a.
Advogado: Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB: 29320/GO)

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INEXISTÊNCIA E DANOS MORAIS. CONTRATO POR FRAUDE. COBRANÇAS INDEVIDAS. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. CONTRATO EIVADO POR FRAUDE. CDC APLICADO. LESÃO AO CONSUMIDOR. DANOS MORAIS IN RE IPSA. VALOR DA INDENIZAÇÃO RAZOÁVEL. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO PROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e DAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto da Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0600984-72.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 15º Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Banco Bradesco S.a.
Advogado: Thales Silvestre Júnior (OAB: 2406/AM)

Advogado: Marcondes Fonseca Luniere Junior (OAB: 2897/AM)
Recorrida: Lana Maria Mesquita Lima
Advogado: Mauricio Lima Seixas (OAB: 7881/AM)
Recorrente: Lana Maria Mesquita Lima
Advogado: Francimar da Costa Lima (OAB: 12808/AM)
Advogado: Mauricio Lima Seixas (OAB: 7881/AM)
Recorrido: Banco Bradesco s/a
Advogado: Thales Silvestre Júnior (OAB: 2406/AM)
Advogado: Marcondes Fonseca Lunieri Junior (OAB: 2897/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO INDENIZATÓRIA. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. RELAÇÃO DE CONSUMO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. EMPRESA QUE SE OPÔS À ABERTURA DE CONTA SALÁRIO SOB ENCAMINHAMENTO DO ÓRGÃO PAGADOR SEM APRESENTAR JUSTIFICATIVA. DEVER DE INFORMAÇÃO CLARA. SENTENÇA MANTIDA. DANOS MORAIS CONFIGURADOS E ARBITRADOS DE FORMA RAZOÁVEL. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0600998-87.2016.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 11ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S/A
Advogado: Andre de Souza Oliveira (OAB: 5219/AM)
Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 1037A/AM)
Recorrido: Alfredo Junior de Melo Gonçalves
Advogado: Davi Mafra dos Anjos (OAB: 9694/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: CONSUMIDOR. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. CALCULADORA DO CIDADÃO. APLICAÇÃO DE TAXA DE JUROS NÃO CONTRATADA. SÚMULA 121 DO STF. JUROS PREVISTOS NO CONTRATO QUE NÃO FORAM APLICADOS PELO BANCO AO CASO CONCRETO. PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. A CALCULADORA DO CIDADÃO NÃO LEVA EM CONSIDERAÇÃO, NOS CÁLCULOS, A INCIDÊNCIA DE IOF E CET, RUBRICAS QUE INCIDEM NO CÁLCULO DA PARCELA MENSAL PAGA. AUSÊNCIA DE PROVAS DO ABUSO IMPUTADO AO RECORRENTE. DANO MORAL. Não verificação de oFENSA AOS DIREITOS DA PERSONALIDADE. DESCONTOS QUE, POR SI, NÃO ENSEJAM REPARAÇÃO MORAL. RECURSO PROVIDO. Sentença REFORMADA. Relatório dispensado, na forma do Enunciado nº 92, do FONAJE. Conheço do recurso apresentado, porquanto satisfeitos os seus pressupostos de admissibilidade, tanto subjetivos, quanto objetivos.1. Busca a Recorrente a reforma da sentença que julgou parcialmente procedentes os pedidos de indenização por dano moral e por dano material, fundados em cobrança de juros acima dos fixados em contrato. O Recorrido pede pela manutenção da sentença.2. Fixadas essas premissas, tem-se que a relação jurídica estabelecida entre as partes é nitidamente consumerista, presentes os requisitos dos arts. 2° e 3° do CDC. Inteligência da Súmula 297, STJ. A responsabilidade do fornecedor de serviço financeiro, incluídas aí as instituições bancárias, é objetiva e somente pode ser afastada quando restar demonstrada a inocorrência de falha ou que eventual fato do serviço decorreu de culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro, à luz do que preceituam os arts. 6°, VI e 14 do CDC. 3. Com efeito, em uma análise preliminar das provas trazidas aos autos, não se vislumbra inadequação dos valores cobrados, já que os cálculos realizados com o uso da ferramenta "calculadora do cidadão" não computam o valor do CET, da carga tributária (IOF), do prêmio de seguro eventualmente contratado e das tarifas bancárias previstas na espécie, rubricas estas que incidem no cálculo da parcela mensal a ser desembolsada pelo consumidor, por haverem sido integralmente diluídas ao longo do período de pagamento, conforme estabelecem as cláusulas do contrato.4. Como se vê, todos esses consectários acima listados influenciam no cálculo da parcela mensal do financiamento, de modo que, embora extremamente útil, a calculadora do cidadão não é suficiente para apontar o abuso de direito imputado ao fornecedor de serviço bancário pelo autor, já que a ferramenta trabalha apenas com os juros aplicados sobre a operação financeira, deixando de fora todas as demais rubricas que compõe o CET da operação. 5. Com relação aos danos morais perseguidos, não há nos autos provas incontestes que demonstrem a ocorrência de violação a atributo da personalidade do Autor, ou a referida prática abusiva relacionada aos juros do negócio jurídico realizado entre as partes. 6. A falta de provas, portanto, implica na improcedência do pedido. 7. No mesmo sentido: AÇÃO DE REVISÃO DE CONTRATO BANCÁRIO. EMPRÉSTIMO FEITO PARA PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES DE VALOR FIXO ENGLOBANTES DE PARTE DO PRINCIPAL E DOS JUROS PRÉ FIXADOS. DISCUSSÃO ACERCA DA OCORRÊNCIA DE CAPITALIZAÇÃO DOS JUROS REMUNERATÓRIOS. O Superior Tribunal de Justiça, ao apreciar o Recurso Repetitivo 973.827/RS, pôs fim à discussão sobre a existência ou não de capitalização de juros nos contratos de financiamento em que a devolução do capital mutuado deva ser feita por meio de número certo de prestações de valor fixo e predeterminado, formadas de parte do capital acrescida dos juros remuneratórios. Na linha do que decidiu a Alta Corte, o que há, em casos assim, não é capitalização dos juros remuneratórios - esta seria a incorporação periódica dos juros devidos e já vencidos ao capital, utilização de processo de formação da taxa de juros pelo método composto, prática que, além de não ser vedada pelo Decreto 22.626/1933 é suficientemente esclarecida ao consumidor em razão da indicação, no instrumento contratual, de taxa de juros anual efetiva não coincidente com o duodécuplo da taxa mensal. Apelação provida. (TJPR - 13ª C.Cível - AC - 1072492-8 - Pato Branco - Rel.: Luiz Henrique Miranda - Unânime - - J. 25.09.2013) .8. Assim, não restando demonstrada a cobrança irregular de juros, e portanto, de conduta lesiva por parte do requerido a dar lastro à pretensão indenizatória por danos morais, a meu ver, não está a merecer amparo, o que importa, necessariamente, na reforma da decisão de primeiro grau, neste aspecto.VOTO: Pelas razões expostas, voto no sentido de DAR PROVIMENTO AO RECURSO, para reformar a sentença de Primeiro Grau, termos em que JULGO IMPROCEDENTES os pedidos de indenização por dano moral e material. Sem condenação ao pagamento de custas e honorários, pois somente aplicável ao Recorrente integralmente vencido (art. 55, Lei 9.099/95). . DECISÃO: "A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, os MM. Juízes componentes da 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, ACORDAM, por unanimidade de votos, em DAR PROVIMENTO AO RECURSO INOMINADO. Participaram deste julgamento, além do signatário, os demais Juízes presentes à sessão. Manaus, 27 de agosto de 2019.".

Processo: 0601169-10.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 11ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Sumaúma Park Shoppping
Advogado: Humberto Rossetti Portela (OAB: 91263/MG)
Advogado: Igor Góes Lobato (OAB: 307482/SP)
Recorrida: Ana Maria Ferreira Rosa
Advogado: William do Nascimento Telles (OAB: 9688/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. FURTO EM ESTACIONAMENTO DO SHOPPING. CAPACETE. RESPONSABILIDADE DA RECORRENTE PELA COMPOSIÇÃO DOS PREJUÍZOS. SENTENÇA MANTIDA PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.Insurge-se a recorrente em face da sentença de fls.85/86, argumentando em suas razões recursais que a recorrida não possui legitimidade ativa e não há qualquer comprovação do dano, ne mesmo do nexo de causalidade da conduta da recorrente. Contudo, como bem ponderou o juízo de

primeiro grau, além de a requerente comprovar documentalmente ser a possuidora da motocicleta no momento do furto do capacete, demonstrando ainda os prejuízos materiais com a nota de fls. 14, de sorte que tanto os prejuízos materiais, quanto o dano moral experimentado, restam devidamente caracterizados nos autos. Logo, porque bem apreciou os elementos fáticos constantes do bojo do processo, deve a sentença ser integralmente mantida. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Vencido o recorrente cabe condenação em custas e honorários, estes arbitrados em 20% do valor da condenação devidamente atualizada, artigo 55 da Lei nº 9.099/1995. . DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0601215-28.2019.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 11ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Vivo S.a.

Advogado: Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB: 29320/GO)

Recorrida: Lucievelin Albuquerque da Silva

Advogado: Fernando Sam do Nascimento Nunes (OAB: 10736/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE DECLARATÓRIA C/C INDENIZATÓRIA. EMPRESA DE TELEFONIA. RELAÇÃO DE CONSUMO. NÃO HOUVE FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. SERVIÇO CONTRATADO. SERVIÇOS DE TELEFONIA, TV E INTERNET PODEM SER CONTRATADOS VIA TELEFONE. LEI 9472/97. LEI 12.485/2011. NÃO HÁ VEROSSIMILHANÇA NAS ALEGAÇÕES AUTORAIS. PARTE AUTORA QUE UTILIZAVA DE FATO O SERVIÇO. UTILIZAÇÃO DEMONSTRADA. EXERCÍCIO REGULAR DO DIREITO. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, DAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0601331-42.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 3ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco IBI S/A - Banco Multiplo

Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 128341/SP)

Advogado: Eny Bittencourt (OAB: 29442/BA)

Recorrido: Maria Hilda da Silva Lima

Advogado: Pablo de Paula Lima (OAB: 9482/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO INDENIZATÓRIA. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. RELAÇÃO DE CONSUMO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. EMPRESA RÉ QUE NÃO SE DESINCUMBIU DO ÔNUS DA PROVA. CARTÃO DE CRÉDITO. CONTRATAÇÃO NÃO DEMONSTRADA. INCLUSÃO INDEVIDA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. DANO MORAL CONFIGURADO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0601348-10.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 6º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Alonso Ferreira de Souza

Advogado: Alfred Gluck Young (OAB: 1838/AM)

Recorrido: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a)

Advogada: Isabela Montuori Bougleux de Araujo (OAB: 118303/MG)

Advogado: Guilherme Vilela de Paula (OAB: 69306/MG)

Advogado: Guilherme Vilela de Paula (OAB: 1010A/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. IRREGULARIDADE NO MEDIDOR. COBRANÇA DO FATURAMENTO NÃO MEDIDO BASEADO EM CRITÉRIO DE CARGA INSTALADA. AMEAÇA DE INTERRUPÇÃO DO SERVIÇO. AUSÊNCIA DE OBSERVÂNCIA AO PROCEDIMENTO PREVISTO NA RESOLUÇÃO. 414/2010 DA ANEEL. ABUSIVIDADE. VIOLAÇÃO AOS DEVERES DE INFORMAÇÃO E SEGURANÇA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. NÃO HÁ INCOMPETÊNCIA DESTE JUÍZO. DESCONSTITUIÇÃO DO DÉBITO. DANO MORAL CONFIGURADO. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. . DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, DAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0601424-87.2017.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, 9ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Bmg S/A

Advogado: Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM)

Advogado: Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB: 876/AM)

Recorrido: Mailson Carvalho dos Santos

Advogado: Cintia Rossette de Souza (OAB: 4605/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. PROCESSO CIVIL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. EMBARGOS À EXECUÇÃO. ALEGAÇÃO DE NULIDADE DO PROCESSO POR AUSÊNCIA DE CITAÇÃO VÁLIDA. CITAÇÃO ELETRÔNICA. PROVIMENTO Nº 274/CGJAM. EMPRESA COMPONENTE DO ROL DAS GRANDES DEMANDADAS. CADASTRO AUTOMÁTICO. DEVER DA PARTE DE PROCEDER ATUALIZAÇÃO. CITAÇÃO VÁLIDA. INOCORRÊNCIA DE NULIDADE. REVELIA DEVIDAMENTE DECRETADA. PROSSEGUIMENTO DA EXECUÇÃO. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.Infere-se dos presentes autos que, in casu, a citação foi encaminhada eletronicamente, conforme cadastro realizado do recorrente junto ao portal do Tribunal de Justiça, tendo sido certificado o transcurso do prazo para manifestação, tanto na fase de conhecimento, quanto na fase de execução, quedando-se o banco inerte. Como se sabe, as citações e as intimações eletrônicas são plenamente válidas e eficazes, nos termos do art. 246, inciso V, §1º, seguindo o disposto na Lei Nº 11.419/2006, tendo tal procedimento sido regulamento por meio do Provimento Nº 274/2016 – CGJ/AM, o qual dispõe que: Art. 1º. DETERMINAR que as entidades públicas e privadas contempladas pelos §§ 1º e 2º do artigo 246 do Novo Código de Processo Civil, ressalvadas as microempresas e as empresas de pequeno porte, sejam citadas e intimadas exclusivamente pelo meio eletrônico disponibilizado pelo sistema e-SAJ, mediante cadastro prévio destas no Departamento de Suporte de Tecnologia de Informação do 1º Grau. § 1º. As entidades referidas no caput deverão efetuar o respectivo cadastro no prazo de 30 (trinta) dias por meio do preenchimento do termo de adesão disponível no portal do Tribunal de Justiça do Amazonas, no endereço eletrônico http://www.tjam,jus,br, informando o nome, CNPJ, o endereço previsto no estatuto social, o telefone e o e-mail comercial. § 2º, Vencido o prazo do parágrafo anterior, as entidades que se mantiverem inertes serão cadastradas automaticamente no momento da primeira distribuição da inicial ou da contestação com os dados apontados na peça processual, em especial o endereço

eletrônico.(…) § 4º É dever das entidades citadas no caput manter constantemente atualizadas as informações descritas no § 1º. A alegação do banco recorrente de que não procedeu seu cadastramento não o exime de sua responsabilidade de atualizar os dados junto ao sistema do Tribunal, pois ciente do cadastro automático, visto que já foi citado/intimado em outros processos pela via eletrônica, tendo regularmente se manifestado sem questionar a citação/intimação, não podendo quedar-se inerte e, posteriormente, arguir nulidade quando bem lhe aprouver. Ora, o banco aduz prejuízos em processos nos quais, citado/intimado eletronicamente, não se manifestou, mas peticiona normalmente em outras demandas, quando citado/intimado da mesma forma. Logo, constata-se que o problema não está no procedimento de citação/intimação eletrônica, mas na parte em comparecer aos processos de forma tempestiva, não podendo arguir nulidades causadas pela própria inércia. Por fim, vale salientar que somente as microempresas e empresas de pequeno porte foram excluídas do procedimento eletrônico.No mais, é notória a intenção da parte recorrente: em sede recursal deseja contestar ação. Ora, da mesma forma que no pedido inicial, na peça de defesa devem-se alegar todas as matérias possíveis relativas aos fatos alegados na exordial, ainda que incompatíveis (princípio da eventualidade), sob pena de preclusão (art. 300 do CPC). A isto se dá o nome de princípio da concentração, o que impede novas alegações, salvo o direito superveniente, o que não é o caso. Note-se que a admissão de novas questões fáticas e novos documentos com o recurso inominado só é possível se a parte demonstrar que deixou de juntá-los ou apresentá-los no juízo de origem por motivo de força maior, na forma do artigo 1.014 do Código de Processo Civil. Com efeito, o art. 435 do Código de Processo Civil, ao permitir produção de prova documental fora dos momentos da protocolização da inicial ou do oferecimento da resposta (art. 435 do Código de Processo Civil), restringe tal autorização a documentos oponíveis aos trazidos pela parte adversa ou referentes a fatos supervenientes ao ajuizamento da ação. Nesta mesma esteira de excepcionalidade, o art. 1.014 do mesmo diploma impõe ao recorrente a demonstração de força maior impeditiva para que se admita a invocação e comprovação de questões de fato não suscitadas oportunamente no juízo de primeiro grau, ratificando, assim, a regra de vedação do novorum iudicium em sede de recurso, visto que a cognição efetuada pelo órgão ad quem no exercício da sua competência recursal consiste em atividade de controle (revisio prioriae instantiae) e não de criação. RECURSO NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Vencido o recorrente cabe condenação em custas e honorários, estes arbitrados em 20% do valor da condenação devidamente atualizada, artigo 55 da Lei nº 9.099/1995.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0601463-96.2016.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 4ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: ROCILENE SOCORRO SOUZA DE OLIVEIRA
Advogado: Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB: 8500/AM)
Recorrido: Banco Itaucard S/A
Advogado: José Almir da R Mendes Junior (OAB: 19411A/MA)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA - RESPONSABILIDADE CIVIL. Danos morais representam lesão a direito da personalidade, e devem ser demonstrados nos autos. AUSÊNCIA DE PROVAS QUE DEMONSTREM A VEROSSIMILHANÇA DAS ALEGAÇÕES AUTORAIS, REQUISITO PARA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA, OU UM MÍNIMO LASTRO PROBATÓRIO - COMO TESTEMUNHAS - DE OFENSA AOS DIREITOS DA PERSONALIDADE DO AUTOR. Não comprovação dos fatos constitutivos de direito, nos moldes do art. 333, I, do CPC. Indenização indevida. FUNDAMENTAÇÃO SUCINTA NÃO IMPORTA EM AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO. PRECEDENTES STF E STJ. RECURSO não PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA INTEGRALMENTE. Relatório dispensado na forma do Enunciado n.º 92 do FONAJE.1. A Recorrente insurge-se contra a sentença de fls. 91/92, que julgou improcedente seu pedido para declarar inexistente os débitos em seu cartão de crédito. 2. Contudo, em sintonia com o entendimento de 1º grau, não se vislumbra nos autos, sequer um indício da verossimilhança das alegações da Autora que autorizariam a inversão do ônus da prova em seu favor, ou teriam o condão de demonstrar a ocorrência de lesão a direitos da personalidade.3. Conforme frisado pelo magistrado que sentenciou o processo, a Autora confessa que seu guardava seu cartão de crédito juntamente com a senha anotada, sendo esses extraviados. A comunicação de extravio/furto de seus pertences ocorreram após as compras terem sido realizadas. 4. Descuidou-se a Autora de sua responsabilidade pela guarda de seus pertences, de maneira que a operações financeiras só foram realizadas por conta do uso de senha pessoal, não se podendo exigir da instituição bancária qualquer ato imprudente. Nesse sentido, CIVIL. CONTA-CORRENTE. SAQUE INDEVIDO. CARTÃO MAGNÉTICO. SENHA. INDENIZAÇÃO. IMPROCEDÊNCIA. 1. O uso do cartão magnético com sua respectiva senha é exclusivo do correntista e, portanto, eventuais saques irregulares na conta somente geram responsabilidade para o banco se provado agido com imprudência na entrega do numerário. 2. Recurso especial conhecido e provido para julgar improcedente o pedido inicial (REsp 602680/BA, Rel. Ministro Fernando Gonçalves, 4ª Turma, julgado em 21/10/2001, DJE 16/11/2004)VOTO: Ante ao exposto, NEGO PROVIMENTO AO RECURSO e mantenho na íntegra a sentença vergastada, por seus próprios e bem expostos fundamentos, nos moldes do art. 46, da Lei 9.0099/95. Sem custas e honorários, considerando os benefícios da assistência judiciária gratuita.. DECISÃO: "A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, os MM. Juízes componentes da 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, ACORDAM, por unanimidade de votos, em NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO INOMINADO, mantendo na íntegra a sentença proferida em Primeiro Grau. Participaram deste julgamento, além do signatário, os demais Juízes presentes à sessão. Manaus, 27 de agosto de 2019.".

Processo: 0601490-48.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 15º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Bradesco S.a.
Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE)
Advogado: André de Souza Oliveira (OAB: 5219/AM)
Recorrido: Arnoldo Pereira da Costa
Advogada: Suellen Akiko Kohashi da Costa (OAB: 9879/AM)
Advogada: Danielle Kohashi da Costa (OAB: 10059/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

Recurso inominado. Consumidor. Ação declaratória de inexigibilidade de débito c/c indenização por danos morais e materiais. CONTRATO EMPRÉSTIMO. COBRANÇA INDEVIDA FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. INVERSÃO DO ÔNUS PROBATÓRIO. TEORIA DA CARGA DINÂMICA DO SUPORTE PROBANTE. DANO EXTRAPATRIMONIAL CONFIGURADO.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam os Juízes desta Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso.".

Processo: 0601578-15.2019.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 11ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Claro S/A
Advogado: José Henrique Cançado Gonçalves (OAB: 57680/MG)
Recorrido: William Maciel de Almeida
Advogado: Luis Albert dos Santos Oliveira (OAB: 8251/AM)

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INEXISTÊNCIA E DANOS MORAIS. CONTRATO POR FRAUDE. COBRANÇAS E INSCRIÇÃO INDEVIDAS. RESPONSABILIDADE OBJETIVA.

FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. LESÃO AO CONSUMIDOR. DANOS MORAIS IN RE IPSA. VALOR DA INDENIZAÇÃO RAZOÁVEL. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto da Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0602033-36.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, 16ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Geraldo Pereira da Silva

Advogado: Jarson Ariday da Silva Costa (OAB: 741A/AM)

Recorrido: Michel Gaspar da Silva - Me - Oiti Industria e Comercio de Produtos Naturais

Advogado: Savio Carmona de Lima (OAB: 236489/SP)

Recorrido: Banco Bradesco S.a.

Advogado: José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB: 1235A/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÕES POR DANOS MORAIS E PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA. NEGATIVAÇÃO DO NOME DO (A) AUTOR (A) JUNTO AOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO EVIDENCIADA. O (A) AUTOR (A) NÃO LOGROU ÊXITO EM COMPROVAR OS ALEGADOS DANOS MORAIS DIANTE DA COBRANÇA SUPOSTAMENTE INDEVIDA OCASIONADA. EM QUE PESE A RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO PRESTADOR DE SERVIÇOS E DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, PERANTE O CLIENTE, PELA REPARAÇÃO DE DANOS OCORRIDOS, O DEMANDANTE NÃO COMPROVOU, NO CASO CONCRETO, OS FATOS CONSTITUTIVOS DE SEUS DIREITOS, DE MODO QUE INAPLICÁVEL A TEORIA DA REDUÇÃO DO MÓDULO DA PROVA. - QUE NÃO SE DESINCUMBIU DO ÔNUS PROBATÓRIO QUE LHE IMPUNHA O ART. 333, I, DO CPC – NÃO HÁ FUNDAMENTO PARA A PROCEDÊNCIA DA AÇÃO. PROVAS JUNTADAS INSUFICIENTES PARA EMBASAR A FORMAÇÃO DE JUÍZO SEGURO SOBRE A DINÂMICA DOS FATOS. VERSÕES CONFLITANTES. PROVA EVIDENTEMENTE CONTRADITÓRIA E QUE SE LIMITA A CONFIRMAR, PARCIALMENTE, A VERSÃO DOS LITIGANTES. IMPOSSIBILIDADE DE SE ESTABELECER O NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE A CONDUTA CULPOSA ATRIBUÍDA À REQUERIDA E OS DANOS MORAIS E MATERIAIS ADVINDOS AO AUTOR, MOTIVO PELO QUAL INVIÁVEL QUE SE IMPUTE ÀQUELE O DEVER DE INDENIZAR. NA FALTA DE PROVAS CONVINCENTES DOS FATOS ALEGADOS NA INICIAL, NÃO RESTA ALTERNATIVA SENÃO CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO. MANTENDO A SENTENÇA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. NOS TERMOS DO ART. 46 DA LEI N.º 9.099/95.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam os Juízes desta Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso.".

Processo: 0602055-43.2016.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 11ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrido: MARCOS ANTONIO ROSAS CORENTIMA

Advogada: Alessandra de Lima Oliveira (OAB: 7547/AM)

Recorrente: Supermercados DB Ltda.

Advogado: Jorge Fernandes Garcia de Vasconcellos Júnior (OAB: 2167/AM)

Advogado: Jorge Alexandre Motta de Vasconcellos (OAB: 2790/AM)

Advogado: Vera Lucia Matos Falcão (OAB: 3758/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: CARTÃO DE CRÉDITO DE SUPERMERCADO. COBRANÇA DE TARIFA "PSG" E TARIFA DE ADMINISTRAÇÃO. Ausência DE CONTRATAÇÃO DO "PROGRAMA DE SALDO GARANTIDO". AUSÊNCIA DE PROVA DA CONTRATAÇÃO DA TARIFA DE ADMINISTRAÇÃO. Conduta abusiva. Art. 39, iii e v, cdc. Restituição devida EM DOBRO. ART. 42, P ÚNICO CDC. DANO MORAL. INOCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE OFENSA A ATRIBUTO DA PERSONALIDADE. SENTENÇA REFORMADA EM PARTE. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. Relatório dispensado, na forma do Enunciado nº 92, do FONAJE. Não foram argudas preliminares. Passo à análise do mérito.1. Pugna o Recorrente pela reforma da sentença que julgou procedentes os pedidos autorais, fundados em falha no serviço de instituição por cobrança de tarifa não contratada. Alega, em suma, que o Autor contratou cartão de crédito emitido pelo Recorrente, em cujas faturas houve a incidência de tarifas não contratadas, denoninadas TARIFA DE ADMINISTRAÇÃO e PSG. O Recorrido, por sua vez, pugna pela manutenção da sentença.2. A relação jurídica estabelecida entre as partes sujeita-se aos ditames do Código de Defesa do Consumidor, na esteira do entendimento consolidado pela edição da Súmula 297 do STJ.3. A responsabilidade do fornecedor de serviço bancário e financeiro é objetiva, cabendo-lhe, em caráter exclusivo, a formação e a administração de contrato emissão de cartão de crédito, em que se funda a cobrança impugnada na lide, asim como a responsabilidade de evitar a realização de procedimentos equivocados de cobrança, em prejuízo exclusivo do tomador de suas operações financeiras, inteligência da Súmula 479, STJ. 4. Nesse sentido, dentre os vários princípios informativos do subsistema consumerista, tenho que destacar três que são perfeitamente aplicáveis ao caso concreto, ou seja, o princípio da vulnerabilidade do consumidor-autor (artigo 4º, inciso I, do Código de Defesa do Consumidor); o princípio da informação (artigo 6º, inciso III, do Código de Defesa do Consumidor); e o princípio da boa-fé objetiva (artigo 4º, inciso III, do Código de Defesa do Consumidor). 5. Feitas estas considerações, diferentemente de outros casos postos sob análise, referentes ao "Cartão Clube Demais DB", no documento de fls. 68, fica bastante claro que, no ato da contratação da ferramenta de crédito, o Recorrido, no campo "TERMO DE ADESÃO AO PROGRAMA DE SALDO GARANTIDO – PSG", marcou a opção "NÃO". Assim, a incidência de tal rubrica, nas faturas do cartão de crédito constitui conduta abusiva, nos termos do art. 39, III e V do CDC, justamente por corresponder a incidência de serviço não contratado, com e constituir vantagem excessiva ao Recorrente.6. Quanto à "TARIFA DE ADMINISTRAÇÃO", normalmente contratada no ato da proposta do cartão, não logrou o Recorrente em demonstrar sua regularidade, já que não juntou aos autos o contrato com exposição das cláusulas atinentes à contratação do "Cartão Clube Demais - DB", em especial, a que permitiria verificar a higidez da cobrança da rubrica impugnada, o que, como já dito, viola o Código de Defesa do Consumidor se a origem dessas despesas não estiver explicitada no contrato.7. Portanto, deve ser mantida a declaração de nulidade das cláusulas contratuais abusivas impugnadas, nos moldes do art. 39, V, do CDC c/c art. 51, § 1°, I e III, do CDC.8. Valores indevidamente cobradas e pagos, que devem repetidos de forma dobrada de indébito, à luz do art. 42, parágrafo único do mesmo diploma legal, à míngua de demonstração de erro justificável por parte do Recorrente e, mormente, por que demonstrada a negativa da Autora em contratar os serviços (fls. 68).9. Quanto ao pedido de indenização por dano moral, entretanto, entendo pela sua improcedência, pois a abusividade da cobrança em comento não possui o condão de ofender os atributos da personalidade do consumidor. Com efeito, não havendo ocorrido indevida a inscrição nos órgãos de restrição ao crédito, ou maior repercussão do fato na vida da consumidora, a simples cobrança de tarifas não configura nenhum prejuízo ao usuário de seus serviços, a ponto de lhe garantir que seja indenizado por dano moral, mormente quando a prática está atrelada em contrato regular mantido entre as partes. VOTO: Forte nestes fundamentos, conheço o recurso DOU-LHE PROVIMENTO PARCIAL, para reformar em parte sentença de Primeiro Grau, e afastar a condenação ao pagamento de indenização por dano moral. Mantidos os demais termos da Sentença. Sem condenação em custas ou honorários, pois somente aplicável ao Recorrente integralmente vencido (LJE, art. 55).. DECISÃO: "A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, os MM. Juízes componentes da 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, ACORDAM, por unanimidade de votos, em DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO INOMINADO. Participaram deste julgamento, além do signatário, os demais Juízes presentes à sessão. Manaus, 27 de agosto de 2019.".

Processo: 0602113-63.2019.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, 9ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Ana Júlia Rocha da Silva
Soc. Advogados: Marcela da Silva Paulo (OAB: 10325/AM)
Advogada: Bruna das Chagas de Mendonca (OAB: 10474/AM)
Advogada: Marcela da Silva Paulo (OAB: 10325/AM)
Recorrido: Banco Bradesco S.a.
Advogado: Felipe Gazola Vieira Marques (OAB: A995/AM)
Advogada: Katia Assis Rodrigues (OAB: 10320/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO. VENDA CASADA. SEGURO NÃO CONTRATADO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. INFRINGÊNCIA AOS PRINCÍPIOS DA INFORMAÇÃO E DA BOA FÉ CONTRATUAL. COBRANÇA INDEVIDA. DANO MORAL. PROPORCIONALIDADE. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. SENTENÇA REFORMADA.A PARTE AUTORA ADUZ QUE, AO CONTRATAR MÚTUO JUNTO AO BANCO REQUERIDO, FOI OBRIGADA A CONTRATAR TAMBÉM UM SEGURO, O QUAL NÃO MANTINHA QUALQUER INTERESSE EM ADQUIRIR, MAS QUE, DIANTE DA NECESSIDADE DO EMPRÉSTIMO, NÃO VIU OUTRA ALTERNATIVA A NÃO SER ASSINAR O INSTRUMENTO CONTRATUAL CONTENDO TAL PRODUTO NÃO DESEJADO.A ESSE RESPEITO, VISLUMBRE-SE O QUE DITA O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR:ART. 39 - é VEDADO AO FORNECEDOR DE PRODUTOS OU SERVIÇOS, DENTRE OUTRAS PRÁTICAS ABUSIVAS:I: "CONDICIONAR O FORNECIMENTO DE PRODUTOS OU SERVIÇOS AO FORNECIMENTO DE OUTRO PRODUTO OU SERVIÇO, BEM COMO, SEM JUSTA CAUSA, A LIMITES QUANTITATIVOSDA ANÁLISE DA DISPOSIÇÃO LEGAL, DENOTA-SE QUE O ESPÍRITO DA LEI DESEJA EVITAR QUE O CONSUMIDOR, COM O OBJETIVO ÚNICO DE TER ACESSO A DETERMINADO PRODUTO, NO CASO EM TELA, EMPRÉSTIMO DE VALORES, SEJA OBRIGADO A ARCAR COM O ÔNUS DE OBTER OUTRO, O QUAL NÃO INTEGRA SUA VONTADE, MAS QUE FOI IMPOSTO PELO FORNECEDOR COMO ÚNICA FORMA DE AQUISIÇÃO DAQUELE EFETIVAMENTE DESEJADO.NO CASO DOS PRESENTES AUTOS, OBSERVO QUE O SEGURO CONSTA COMO EMBUTIDO NO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO, O QUAL FOI TOTALMENTE PREENCHIDO PELO BANCO RÉU, O QUE DEIXA TRANSPARECER DE FORMA CLARA E INEQUÍVOCA A IMPOSIÇÃO DO PRODUTO. LOGO, TENHO COMO EVIDENTE QUE A PRÁTICA DO REQUERIDO AFRONTA DIAMETRALMENTE A LEGISLAÇÃO APONTADA, RESTANDO CARACTERIZADA A PRÁTICA ABUSIVA, QUE ENSEJA A REPARAÇÃO BUSCADA.A INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL é ARBITRÁVEL, MEDIANTE ESTIMATIVA PRUDENCIAL QUE LEVE EM CONTA A NECESSIDADE DE, COM A QUANTIA, SATISFAZER A DOR DA VÍTIMA E DISSUADIR, DE IGUAL E NOVO ATENTADO, O AGENTE OFENSOR. O DANO MATERIAL, POR SUA VEZ, SE TRADUZ EM PROVAS INEQUÍVOCAS DE SUA OCORRÊNCIA, EVIDENCIANDO O PREJUÍZO PATRIMONIAL INCONTESTE, CUMPRINDO O PREJUDICADO O ÔNUS PROCESSUAL SOB SUA RESPONSABILIDADE, CONSIDERANDO A DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA. CONTUDO, A DEVOLUÇÃO DEVE SE DAR DE FORMA SIMPLES, EIS QUE, CONSTANTE O SEGURO NO CONTRATO ASSINADO PELO AUTOR, NÃO RESTA CARACTERIZADA A COBRANÇA INDEVIDA A JUSTIFICAR A REPETIÇÃO DOBRADA.RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA PARA JULGAR PROCEDENTE O PEDIDO DE DANOS MATERIAIS, DEVENDO SER RESTITUIDO DE FORMA SIMPLES O VALOR INDEVIDAMENTE DESCONTADO, BEM COMO DANOS MORAIS NO VALOR DE R$ 3.000,00. NO CASO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS, NO QUE TANGE AOS JUROS DE MORA, O TERMO INICIAL INCIDE-SE DESDE O EVENTO DANOSO (SÚMULA N. 54 DO STJ) E NO QUE TANGE A CORREÇÃO MONETÁRIA, DESDE A DATA DO ARBITRAMENTO (SÚMULA N. 362 DO STJ). SOBRE A INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS, OS JUROS DE MORA SÃO CONTADOS A PARTIR DA CITAÇÃO (ART. 405 DO CÓDIGO CIVIL) E A CORREÇÃO MONETÁRIA DESDE O DESEMBOLSO (SÚMULA N. 43 DO STJ).SEM CUSTAS EM FACE DA LEI. . DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam os Juízes desta Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em dar provimento ao recurso.".

Processo: 0602186-35.2019.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, 9ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Isaias da Cunha Bruno
Advogado: Dario dos Santos Monteiro (OAB: 10365/AM)
Recorrido: Águas do Amazonas S.A.
Advogado: José Alberto Maciel Dantas (OAB: 3311/AM)
Advogada: Rayane Cristina Carvalho Lins (OAB: 4544/AM)
Advogado: Lucas Evangelista Campos (OAB: 91/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO C/C DANOS MORAIS. RELAÇÃO DE CONSUMO. EMPRESA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. COBRANÇA INDEVIDA POR TAXA DE ASFALTO QUANDO DA INSTALAÇÃO DO HIDRÔMETRO. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. REPETIÇÃO DE INDÉBITO CONCEDIDA. DANO MORAL CONFIGURADO. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, DAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0602506-03.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 15º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Sarah Maria Brandão da Silva
Advogado: Ana Hellen Brandão Furtado (OAB: 8509/AM)
Advogado: Nelson Clay Fernandes Tavares (OAB: 8453/AM)
Recorrido: Banco Bmg S/A
Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE)
Advogado: Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB: 9487/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. VALIDADE. RECURSO NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. . DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0602579-09.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 13º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Santander S.a.
Advogada: Elaine Moraes Matta (OAB: 166703/RJ)
Recorrida: Salvia dos Santos Ribeiro
Advogado: Jerry Lucio Dias da Silva Junior (OAB: 11272/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. RELAÇÃO DE CONSUMO. CARTÃO DE CRÉDITO. NÃO RECONHECIMENTO DE COMPRAS DESCRITAS EM FATURA. PEDIDO DE

ESTORNO PELO CLIENTE. PERMANÊNCIA DA COBRANÇA. ESTORNO NÃO COMPROVADO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. VALOR ARBITRADO EM CONSONÂNCIA COM A RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. PEDIDOS DEDUZIDOS NA INICIAL. JULGAMENTO EXTRA PETITA NÃO CONFIGURADO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0602652-29.2019.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, 10ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Raimunda de Souza Fernandes

Advogado: Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB: 10057/AM)

Advogado: Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB: 8872/AM)

Recorrido: Bradesco Auto/Re Companhia de Seguros S/A

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. AUSÊNCIA DE CONTRATAÇÃO. SEM CONSENTIMENTO. CONDICIONAMENTO À CONTRATAÇÃO DE PRODUTO/SERVIÇO. EVIDENTE PRÁTICA ABUSIVA PREVISTA DO ART. 39, I e III DO CDC. SERVIÇO EMBUTIDO NÃO CONTRATADO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. LESÃO AO CONSUMIDOR. REPETIÇÃO DE INDÉBITO ACOLHIDA E DANOS MORAIS IN RE IPSA. VALOR DA INDENIZAÇÃO RAZOÁVEL L. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0602668-58.2019.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 2ª Vara do Juizado Especial - Procon

Recorrente: Barbara Suely Souza de Noronha

Advogada: Géssyca Grazielly Maklouf Ribeiro (OAB: 8522/AM)

Advogado: Isabela Farias Neves (OAB: 7950/AM)

Recorrido: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a)

Advogado: Guilherme Vilela de Paula (OAB: 1010A/AM)

Advogado: Guilherme Vilela de Paula (OAB: 69306/MG)

Advogado: Luis Phillip de Lana Foureaux (OAB: 1011A/AM)

Advogada: Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB: 1069A/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. COBRANÇAS INDEVIDAS. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO EVIDENCIADA.O (A) AUTOR (A) NÃO LOGROU ÊXITO EM COMPROVAR OS ALEGADOS DANOS MORAIS DIANTE DE SUPOSTAS FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO CONTRATO FORMALIZADO. EM QUE PESE A RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇOS, PERANTE O CLIENTE, PELA REPARAÇÃO DE DANOS OCORRIDOS, O DEMANDANTE NÃO COMPROVOU, NO CASO CONCRETO, OS FATOS CONSTITUTIVOS DE SEUS DIREITOS, DE MODO QUE INAPLICÁVEL A TEORIA DA REDUÇÃO DO MÓDULO DA PROVA. - QUE NÃO SE DESINCUMBIU DO ÔNUS PROBATÓRIO QUE LHE IMPUNHA O ART. 333, I, DO CPC – NÃO HÁ FUNDAMENTO PARA A PROCEDÊNCIA DA AÇÃO. PROVAS JUNTADAS INSUFICIENTES PARA EMBASAR A FORMAÇÃO DE JUÍZO SEGURO SOBRE A DINÂMICA DOS FATOS. VERSÕES CONFLITANTES. PROVA EVIDENTEMENTE CONTRADITÓRIA E QUE SE LIMITA A CONFIRMAR, PARCIALMENTE, A VERSÃO DOS LITIGANTES.IMPOSSIBILIDADE DE SE ESTABELECER O NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE A CONDUTA CULPOSA ATRIBUÍDA À REQUERIDA E OS DANOS MORAIS E MATERIAIS ADVINDOS À AUTORA, MOTIVO PELO QUAL INVIÁVEL QUE SE IMPUTE ÀQUELE O DEVER DE INDENIZAR. NA FALTA DE PROVAS CONVINCENTES DOS FATOS ALEGADOS NA INICIAL, NÃO RESTA ALTERNATIVA SENÃO CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO. MANTENDO A SENTENÇA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. NOS TERMOS DO ART. 46 DA LEI N.º 9.099/95.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam os Juízes desta Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso.".

Processo: 0602703-86.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 14ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Pan S/A

Advogado: Felipe Andres Acevedo Ibanez (OAB: 206339/SP)

Recorrida: Maria do Socorro Medeiros Roberto

Advogado: Adson Pinho Pinto (OAB: 5850/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA:RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO DE FINANCIAMENTO. COBRANÇA DE TAXA DE JUROS NÃO CONTRATADA. AUSÊNCIA DE PROVA. INIDONEIDADE PROBATÓRIA DA CALCULADORA CIDADÃO DO BACEN. RECURSO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.Em conformidade com orientação jurisprudencial do STJ, me posiciono no sentido de que o juros em contratos firmados por instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional não se sujeitam à limitação de 12% ao ano, mesmo quando ausente o percentual contratado, devendo ser aplicada à taxa média de mercado estabelecida pelo Banco Central. Não obstante, o fato de não estarem sujeitos à limitação dos juros praticados, não induz necessariamente a inocorrência de abusividade na cobrança praticada, que terá, como paradigma, a taxa média de mercado. Como se sabe, não são apenas os juros mensais que determinam o valor da parcela a ser paga, no cálculo incidem, também, as porcentagens referentes ao Custo Efetivo Total – CET e os juros anuais sobre o contrato. Nesse sentido, a Calculadora do Cidadão, ferramenta de internet disponibilizada no sítio eletrônico do Bacen, apresentada de forma isolada, não se presta a comprovar a cobrança de juros ao arrepio do contrato de financiamento firmado entre as partes litigantes, pois ela não leva em conta a capitalização mensal de juros, inexistindo campo para inserção do CET e dos juros anuais. A impugnação da cobrança de juros abusivos ou em percentual divergente daquele constante no contrato deve ser consistente, fincada em parâmetros, para ensejar até mesmo o cálculo feito pelo próprio Juiz. Não basta mera alegação. É ônus de quem alega demonstrar e provar, objetivamente, a dimensão do percentual efetivamente cobrado em face do direito objetivo, o que não ocorreu no presente caso. Recurso provido. Sentença reformada. Improcedência do pedido inicial. Sem custas e honorários.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0603068-46.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 12º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Terezinha Silva Barroso

Advogado: Daniel Silva Barroso (OAB: 2965/AM)

Recorrido: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a)

Advogado: Guilherme Vilela de Paula (OAB: 1010A/AM)

Advogada: Isabela Montuori Bougleux de Araujo (OAB: 118303/MG)

Advogada: Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB: 1069A/AM)
Advogado: Luis Phillip de Lana Foureaux (OAB: 1011A/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado
RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS CONTRATO DE FORNECIMENTO ENERGIA. COBRANÇA INDEVIDA. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA – DANO MORAL IN RE IPSA CONFIGURADO EXCEPCIONALMENTE – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.A relação de consumo importa inversão do ônus probatório, tanto pela proteção favorável à parte hipossuficiente no vínculo consumerista, como porque a ré detém melhor condição de produzir a prova, conforme a teoria da carga dinâmica do suporte probante.Exigir dO (A) autor (A), nessa circunstância, "contraprova", significaria forçá-lO a produzir suporte negativo, ou praticamente impossível. competia à demandada realizar, tanto pela inversão do conteúdo probatório como porque, em tais pontos, o tema verteria prova positiva, ou possível de ser efetivada.TODAVIA, DIANTE DE SITUAÇÃO DE DÚVIDA LEVANTADA PELO CONSUMIDOR, PARTE HIPOSSUFICIENTE NA RELAÇÃO, O CONTRÁRIO DEVERIA VIR CONSUBSTANCIADO PELA EMPRESA.DANOS MORAIS CONFIGURADOS NÃO SÓ PELO DESRESPEITO AO CONSUMIDOR, QUE SE VIU SURPREENDIDO COM A FALHA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, MAS, TAMBÉM, E, PRINCIPALMENTE, PELO CARÁTER PUNITIVO E PEDAGÓGICO DO INSTITUTO. SENTENÇA REFORMADA. RECURSOs CONHECIDOs E PARCIALMENTE PROVIDO. . DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam os Juízes desta Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em dar provimento ao recurso.".

Processo: 0603170-39.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 3ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Banco Bmg S/A
Advogado: Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM)
Advogada: Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB: 4018/AM)
Advogado: Henrique Lima Marinheiro (OAB: 9324/AM)
Advogado: Marina Batstos da Porciuncula Benghi (OAB: 983/PE)
Recorrida: SUELY DA COSTA MARREIROS
Advogado: Adriano Alves de Lima (OAB: 7398/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. CONTRATO INSUFICIENTE. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. REDUÇÃO DO QUANTUM REFERENTE A CONDENAÇÃO PELSO DANOS MORAIS. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. RECURSO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0603206-73.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 14ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Andreia Cristiany Teles de Medeiros
Advogada: Eliana de Oliveira Rezende
Advogado: Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB: 7197/AM)
Recorrido: Oi Movel S.a.
Advogado: Daniel Coutinho da Silva (OAB: 9122/AM)
Advogado: Eladio Miranda Lima (OAB: 86235/RJ)

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA: RECURSO INOMINADO. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INEXISTÊNCIA DE DÉBITO. PRETENSÃO DE MAJORAÇÃO DOS DANOS MORAIS ARBITRADOS. ACOLHIMENTO. PRETENSÃO – POSSIBILIDADE. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e DAR PARCIAL PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0603332-29.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 7ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Banco Bradesco S.a.
Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 598A/AM)
Advogado: Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM)
Advogada: Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB: 4018/AM)
Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 128341/SP)
Advogado: Vicente Rodrigues de Freitas Neto (OAB: 13518/AM)
Advogado: Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB: 876/AM)
Recorrida: Cristiane Rodrigues Bandeira dos Santos
Advogada: Gabriela Ferreira dos Santos
Advogada: Géssyca Grazielly Maklouf Ribeiro (OAB: 8522/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA C/C COM DANOS MORAIS. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. RELAÇÃO DE CONSUMO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. CONTRATAÇÃO DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO DIVERGENTE DA PRETENDIDA PELO CONSUMIDOR. VENDA CASADA. INCLUSÃO DE SEGURO COM DÉBITO NA CONTA CORRENTE. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0603468-23.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 11ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Jose Hairton de Sousa Santiago
Advogado: Valdir Alves de Vasconcelos Junior (OAB: 13500/AM)
Recorrido: Aureo Lucio de Castro Lima - Me
Advogado: Fabian Assis Benoliel da Silva (OAB: 7284/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA: RECURSO INOMINADO. COLISÃO ENTRE VEÍCULOS. COMPROVADA A RESPONSABILIDADE DA PARTE RÉ. DEVER DE REPARAÇÃO. DANO MATERIAL CONCEDIDO. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0603517-46.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível, Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal
Recorrente: Francisco Jackson Martins de Matos
Advogado: Rogério Pena Bento da Silva (OAB: 9960/AM)

Recorrido: Governador do Estado do Amazonas

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. FAZENDA PÚBLICA. CURSO DE FORMAÇÃO DE PRAÇAS DA POLÍCIA MILITAR DO AMAZONAS. CURSOS DE FORMAÇÃO NÃO EFETIVADOS. DIFERENÇA DE DATA. PRETENSÃO PARA DECLARAÇÃO DE PROMOÇÃO DE 2º SARGENTO A CONTAR DE DATA ANTERIOR. PREENCHIDOS OS REQUERIDOS - ACOLHIMENTO RECURSAL VÁLIDO. GRADUAÇÃO RESPECTIVA E DEVIDA EM DATA ANTERIOR. FALHA E DESCUMPRIMENTO DAS PROGRESSÕES. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO... DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e DAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0603738-84.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 7ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Bmg S/A

Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE)

Advogado: Giacomo Dinelly Lima (OAB: 9753/AM)

Recorrida: Olgarina Leda Matos

Advogado: Ana Hellen Brandão Furtado (OAB: 8509/AM)

Advogado: Nelson Clay Fernandes Tavares (OAB: 8453/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. CONTRATO INSUFICIENTE. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. RECURSO PROVIDO PARCIALMENTE. SENTENÇA REFORMADA.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0603767-97.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 11ª Vara do Juizado Especial Cível

Apelante: Arena Kelly Lima de Matos

Advogada: Jarina Bruna Lima Amazonas (OAB: 13127/AM)

Advogada: Maria Francideuza da Costa (OAB: 4256/AM)

Apelado: Rogerio Rodrigues Marques - Me

Advogado: Jorge Henrique Gonzaga Dias Júnior (OAB: 9953/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO INDENIZATÓRIA. RELAÇÃO DE CONSUMO. EMPRESA FUNERÁRIA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. AUTORA QUE CONTRATOU SERVIÇO E NO MOMENTO DO ENTERRO A ALÇA DO CAIXÃO QUEBROU VINDO ESTE A DESPENCAR COM O FALECIDO. EMPRESA RÉ QUE NÃO SE DESINCUMBIU DO ÔNUS DA PROVA. DANO MORAL CONFIGURADO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0603798-54.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 11ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Bmg S/A

Advogado: Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB: 876/AM)

Advogada: Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB: 4018/AM)

Advogado: Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM)

Recorrido: Giovanny Amaral

Advogado: Adson Pinho Pinto (OAB: 5850/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. CONTRATO INSUFICIENTE. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. RECURSO NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.Sustenta o recorrente a complexidade da causa e regularidade na contratação do cartão de crédito consignado, de modo que a sentença deve ser reformada. Primeiramente, não reconheço a necessidade de qualquer perícia técnica para o deslinde do caso em tela, de modo que a preliminar deve ser rejeitada. No mérito, o que se observa é que o dever de informação não foi devidamente prestado ao consumidor, sendo certo que o recorrente não demonstrou a observância a tal direito ao consumidor. Destaco que a informação passou a ser parte integrante do produto e do serviço adquirido, sendo certo que eles não podem ser colocados à disposição no mercado sem portá-las. Desta forma, fica evidenciada a obrigação de o fornecedor dar cabal informação sobre seus produtos e serviços oferecidos e colocados no mercado, bem como das cláusulas contratuais por ele estipuladas e, diante da omissão da parte requerida, nasce ao autor o dever de se ver indenizado pelos danos morais decorrentes da inobservância de tal dever. Logo, porque bem apreciou os elementos fáticos constantes do bojo do processo, deve a sentença ser integralmente mantida. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Vencido o recorrente cabe condenação em custas e honorários, estes arbitrados em 20% do valor da condenação devidamente atualizada, artigo 55 da Lei nº 9.099/1995. . DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0603966-56.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 4ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Floriano Peixoto de Lima

Advogado: Margide Amaro de Souza (OAB: 10380/AM)

Recorrido: Banco Bmg S/A

Advogado: Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM)

Advogado: Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB: 876/AM)

Advogado: Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM)

Advogado: Marina Batstos da Porciuncula Benghi (OAB: 983/PE)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO PELA SUPOSTA COMPLEXIDADE DA CAUSA. INOCORRÊNCIA. DEMANDA COMUM NO ÂMBITO DOS JUIZADOS ESPECIAIS. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. CONTRATO INVÁLIDO. INOBSERVÂNCIA DO DEVER DE INFORMAÇÃO. DANO MORAL CARACTERIZADO. RECURSO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA. . DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0604110-18.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, 16ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Uiara Santos Ferreira

Advogado: Fabio Carvalho de Arruda (OAB: 8076/AM)

Advogada: Drielle Carvalho de Arruda (OAB: 9121/AM)
Recorrido: Águas do Amazonas S.A.
Advogado: José Alberto Maciel Dantas (OAB: 3311/AM)
Advogada: Rayane Cristina Carvalho Lins (OAB: 4544/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA C/C DANOS MORAIS. EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO ESSENCIAL. EMPRESA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA. RELAÇÃO DE CONSUMO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. FATURA EXORBITANTE. VALORES QUE EXTRAPOLAM A MÉDIA DE CONSUMO SEM A COMPROVAÇÃO DA UTILIZAÇÃO EFETIVA DO SERVIÇO. NECESSIDADE DE REVISÃO DEMONSTRADA. DECLARAÇÃO DE INEXIGÊNCIA NÃO CONCEDIDA POIS HOUVE CONSUMO. DETERMINADA REVISÃO DA FATURA. DANO MORAL CONFIGURADO. SENTENÇA REFORMADA. CAUSA MADURA PARA JULGAMENTO. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, DAR PARCIAL PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0604184-84.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 14ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Francisco Monteiro Filho
Advogado: Luiz Eduardo Hayden dos Santos (OAB: 12051/AM)
Recorrido: Banco Bonsucesso Consignado S.A
Advogada: Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB: 96864/MG)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. CONTRATO INSUFICIENTE. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. RECURSO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA. Sem custas e honorários.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0604230-39.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 14ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Maria Alcineide Ribeiro de Azevedo
Advogado: Pablo de Paula Lima (OAB: 9482/AM)
Advogado: Alexandre Gomes Ribeiro
Recorrido: Águas do Amazonas S.A.
Advogado: Gustavo Gonçalves Gomes (OAB: 1058A/AM)
Advogado: Gustavo Gonçalves Gomes (OAB: A1058/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO MORAL. SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ÁGUA. SUPOSTA FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. AUSENTE NO SINGELO PROCEDIMENTO DA SEARA ESPECIAL. EXTINÇÃO DO FEITO, de OFÍCIO, por INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESPECIAL. DESSA FORMA, EM HAVENDO NECESSIDADE DE PERÍCIA COMPLEXA E FORMAL, IMPOSSÍVEL SUA REALIZAÇÃO NO ÂMBITO DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS, A QUEM COMPETE APENAS CONHECER DAS CAUSAS DE MENOR COMPLEXIDADE. PORTANTO, CORRETA A DECISÃO EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DE MÉRITO, ANTE A INCOMPETÊNCIA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, CONFORME DISPOSTO NO ART. 3º E 51, INCISO II, DA LEI Nº 9.099/95. SENTENÇA MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO DESPROVIDO. . DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam os Juízes desta Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso.".

Processo: 0604441-12.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 11ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Banco Bmg S/A
Advogado: Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB: 876/AM)
Advogada: Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB: 983A/PE)
Recorrida: Jaciara Teixeira de Lucena
Advogado: Wagner Jackson Santana (OAB: 8789/AM)
Advogado: Calixto Hagge Neto (OAB: 8788/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. EMBARGOS À EXECUÇÃO REJEITADOS. COMPLEXIDADE DE CAUSA NÃO CONFIGURADA. CITAÇÃO VÁLIDA E REGULAR. CONTRATO DE CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO INVÁLIDO. PRECEDENTE. TURMA DE UNIFORMIZAÇÃO. SENTENÇA MANTIDA PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.Não há o que se falar em complexidade para o tema em debate, por não se mostrar imprescindível a realização de qualquer perícia técnica para o deslinde do caso em tela. No que tange aos demais argumentos recursais, infere-se dos presentes autos que, in casu, a citação foi encaminhada eletronicamente, conforme cadastro realizado do recorrente junto ao portal do Tribunal de Justiça, tendo sido certificado o transcurso do prazo para manifestação, tanto na fase de conhecimento, quanto na fase de execução, quedando-se o banco inerte. Como se sabe, as citações e as intimações eletrônicas são plenamente válidas e eficazes, nos termos do art. 246, inciso V, §1º, seguindo o disposto na Lei Nº 11.419/2006, tendo tal procedimento sido regulamento por meio do Provimento Nº 274/2016 – CGJ/AM, o qual dispõe que: Art. 1º. DETERMINAR que as entidades públicas e privadas contempladas pelos §§ 1º e 2º do artigo 246 do Novo Código de Processo Civil, ressalvadas as microempresas e as empresas de pequeno porte, sejam citadas e intimadas exclusivamente pelo meio eletrônico disponibilizado pelo sistema e-SAJ, mediante cadastro prévio destas no Departamento de Suporte de Tecnologia de Informação do 1º Grau. § 1º. As entidades referidas no caput deverão efetuar o respectivo cadastro no prazo de 30 (trinta) dias por meio do preenchimento do termo de adesão disponível no portal do Tribunal de Justiça do Amazonas, no endereço eletrônico http://www.tjam,jus,br, informando o nome, CNPJ, o endereço previsto no estatuto social, o telefone e o e-mail comercial. § 2º, Vencido o prazo do parágrafo anterior, as entidades que se mantiverem inertes serão cadastradas automaticamente no momento da primeira distribuição da inicial ou da contestação com os dados apontados na peça processual, em especial o endereço eletrônico.(…) § 4º É dever das entidades citadas no caput manter constantemente atualizadas as informações descritas no § 1º. A alegação do banco recorrente de que não procedeu seu cadastramento não o exime de sua responsabilidade de atualizar os dados junto ao sistema do Tribunal, pois ciente do cadastro automático, visto que já foi citado/intimado em outros processos pela via eletrônica, tendo regularmente se manifestado sem questionar a citação/intimação, não podendo quedar-se inerte e, posteriormente, arguir nulidade quando bem lhe aprouver. Ora, o banco aduz prejuízos em processos nos quais, citado/intimado eletronicamente, não se manifestou, mas peticiona normalmente em outras demandas, quando citado/intimado da mesma forma. Logo, constata-se que o problema não está no procedimento de citação/intimação eletrônica, mas na parte em comparecer aos processos de forma tempestiva, não podendo arguir nulidades causadas pela própria inércia. Por fim, vale salientar que somente as microempresas e empresas de pequeno porte foram excluídas do procedimento eletrônico. No mais, é notória a intenção da parte recorrente: em sede recursal deseja contestar ação. Ora, da mesma forma que no pedido inicial, na peça de defesa devem-se alegar todas as matérias possíveis relativas aos fatos alegados

na exordial, ainda que incompatíveis (princípio da eventualidade), sob pena de preclusão (art. 300 do CPC). A isto se dá o nome de princípio da concentração, o que impede novas alegações, salvo o direito superveniente, o que não é o caso. Note-se que a admissão de novas questões fáticas e novos documentos com o recurso inominado só é possível se a parte demonstrar que deixou de juntá-los ou apresentá-los no juízo de origem por motivo de força maior, na forma do artigo 1.014 do Código de Processo Civil. Com efeito, o art. 435 do Código de Processo Civil, ao permitir produção de prova documental fora dos momentos da protocolização da inicial ou do oferecimento da resposta (art. 435 do Código de Processo Civil), restringe tal autorização a documentos oponíveis aos trazidos pela parte adversa ou referentes a fatos supervenientes ao ajuizamento da ação. Nesta mesma esteira de excepcionalidade, o art. 1.014 do mesmo diploma impõe ao recorrente a demonstração de força maior impeditiva para que se admita a invocação e comprovação de questões de fato não suscitadas oportunamente no juízo de primeiro grau, ratificando, assim, a regra de vedação do novorum iudicium em sede de recurso, visto que a cognição efetuada pelo órgão ad quem no exercício da sua competência recursal consiste em atividade de controle (revisio prioriae instantiae) e não de criação. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Vencido o recorrente cabe condenação em custas e honorários, estes arbitrados em 20% do valor da condenação devidamente atualizada, artigo 55 da Lei nº 9.099/1995. . DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0604648-45.2016.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 14ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: José Alfredo Cavalcante de Vasconcelos Dias

Advogado: Andrey Augusto B. Ramos (OAB: 7526/AM)

Recorrido: Banco Bmg S/A

Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE)

Advogado: Hugo Neves de Morães Andrade (OAB: 23798/PE)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. CONTRATO INSUFICIENTE. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. RECURSO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0604889-22.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 13º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Pedro de Castro Rodrigues

Advogado: Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB: 8872/AM)

Recorrido: Banco Bradesco S.a.

Advogado: Thales Silvestre Júnior (OAB: 2406/AM)

Advogado: Marcondes Fonseca Luniere Junior (OAB: 2897/AM)

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. VENDA CASADA. TARIFA DE SERVIÇOS BANCÁRIOS - "CESTA BÁSICA". SERVIÇO NÃO SOLICITADO. CDC APLICADO. LESÃO AO CONSUMIDOR. APLICAÇÃO DAS TESES DE UNIFORMIZAÇÃO AO CASO CONCRETO. CONTRATO DE ADESÃO. INOBSERVÂNCIA DO DEVER DE INFORMAÇÃO E TRANSPARÊNCIA. EVIDENTE PRÁTICA ABUSIVA PREVISTA DO ART. 39, I E III DO CDC LESÃO AO CONSUMIDOR. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DANOS MATERIAIS POR REPETIÇÃO DE INDÉBITO E DANOS MORAIS. ACOLHIMENTO. VALOR INDENIZATÓRIO RAZOÁVEL. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e DAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0604927-34.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 5ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Marcos de Souza Queiroz

Advogado: Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB: 7197/AM)

Recorrido: Banco Bmg S/A

Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. CONTRATO INSUFICIENTE. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. RECURSO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0605050-61.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 12º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Bradesco Cartões S/A

Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 598A/AM)

Recorrida: Rosina Limongi Marques

Advogado: Daniella Silva Freitas (OAB: 11084/AM)

Advogada: Alessandra de Oliveira Netto (OAB: 5176/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA C/C INDENIZATÓRIA. RELAÇÃO DE CONSUMO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. NÃO HOUVE FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. AUTORA QUE FOI VÍTIMA DE AÇÃO FRAUDULENTA. DANO MORAL ARBITRADO DE FORMA RAZOÁVEL. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, DAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0605161-76.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 4ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Pan S/A

Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE)

Recorrido: Rui da Silveira Menezes

Advogado: Luis Albert dos Santos Oliveira (OAB: 8251/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA DIREITO DO CONSUMIDOR. EMPRÉSTIMO. COBRANÇA ACIMA DO CONTRATADO. NÃO COMPROVAÇÃO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. DEVER DO REQUERIDO DE DESCONSTITUIR OS ARGUMENTOS AUTORAIS. DEVER DE INDENIZAR CONFIGURADO. DANOS MORAIS E MATERIAIS. SENTENÇA MANTIDA PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.Insurge-se o recorrente em face da sentença de fls. 252/253, alegando, em suas razões recursais, que os

contracheques juntados pela recorrida dão conta que nem todas as parcelas do contrato foram descontadas, por absoluta falta de margem consignável, de modo que nenhum ilícito resta demonstrado. Contudo, como bem ponderou o juízo de primeiro grau, o recorrente alega que o contrato fora realizado em 60 prestações, não fazendo qualquer prova do alegado, sendo que, ainda que se considerasse válido o desconto de duas parcelas a mais, referente às folhas de pagamento de abril e maio de 2012, é inegável que houve cobrança em número superior ao possível, de modo que resta evidenciada a cobrança acima do contratado. Logo, porque bem apreciou os elementos fáticos constantes do bojo do processo, deve a sentença ser integralmente mantida. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Vencido o recorrente cabe condenação em custas e honorários, estes arbitrados em 20% do valor da condenação devidamente atualizada, artigo 55 da Lei nº 9.099/1995. . DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0605306-72.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 5ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: João Batista Dias Rodrigues
Advogada: Carla Josefina Lima de Lima (OAB: 9783/AM)
Recorrido: Banco Bmg S/A
Advogado: Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM)
Advogada: Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB: 4018/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO E INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. SENTENÇA PARCIALMENTE PROCEDENTE. NÃO RECONHECIMENTO DE DANOS MORAIS. NÃO CONFIGURAÇÃO DE ABALO OU DANO PSICOLÓGICO INDENIZÁVEL. SENTENÇA MANTIDA EM SEUS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0605321-41.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 13º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado: Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM)
Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE)
Advogada: Joyce Helen da Silva Holanda (OAB: 7519/AM)
Advogado: Henrique Lima Marinheiro (OAB: 9324/AM)
Advogada: Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB: 4018/AM)
Recorrida: Lindinalva Alves da Silva
Advogado: Fábio Antônio de Souza Segundo (OAB: 7966/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. CONTRATO INSUFICIENTE. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. RECURSO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0605336-58.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, 9ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: JULIO CESAR GOMES DA SILVA
Advogado: Adson Pinho Pinto (OAB: 5850/AM)
Recorrido: Banco Bonsucesso Consignado S.A
Advogada: Nathalia Pereira Leite Vilela Teixeira (OAB: 167006/RJ)
Advogado: Carlos Eduardo Cavalcante Ramos (OAB: 37489/BA)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO C/C COM DANOS MORAIS. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. RELAÇÃO DE CONSUMO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. EMPRÉSTIMO BANCÁRIO. CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO. INCLUSÃO DE VALOR SEM JUSTIFICATIVA. COBRANÇA INDEVIDA. EMPRESA QUE NÃO SE DESINCUMBIU DO ÔNUS DA PROVA. NÃO OBSERVÂNCIA AO PRINCÍPIO DA INFORMAÇÃO. HOUVE FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA PARA JULGAR PROCEDENTE O PEDIDO DE DANO MORAL. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, DAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0605409-42.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 11ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Bmg S/A
Advogado: Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB: 876/AM)
Advogada: Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB: 4018/AM)
Advogado: Henrique Lima Marinheiro (OAB: 9324/AM)
Advogado: Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM)
Recorrido: Jusimar Belarmino dos Reis
Advogado: Ivan Gleidson Trindade de Souza Farias (OAB: 11908/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO DE FINANCIAMENTO. PRELIMINAR DE COMPLEXIDADE DA CAUSA. REJEITADA. SENTENÇA CASSADA. CAUSA MADURA. JULGAMENTO PELO JUÍZO AD QUEM. COBRANÇA DE TAXA DE JUROS NÃO CONTRATADA. AUSÊNCIA DE PROVA. INIDONEIDADE PROBATÓRIA DA CALCULADORA CIDADÃO DO BACEN. RECURSO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.Para o deslinde da presente ação, não se faz necessária a realização de perícia ou outro procedimento capaz de melhor elucidar os fatos narrados na exordial e, como se sabe, a complexidade da causa para fixação de sua competência é aferida pelo objeto da prova e não em face do direito material. Não considero que a causa de pedir da presente lide e os argumentos apresentados pela recorrente importem em complexidade jurídica, uma vez que versam sobre tema corriqueiramente examinado pelos Juizados Especiais Pátrios. Assim, refuto tal preliminar. Tratando-se de causa madura, deve prevalecer à efetividade e a celeridade da prestação jurisdicional, como impõe o art. 5º, inc. Lxxviii, da CF, e assim o sendo, é cabível a aplicação do art. 1013, § 3º, do CPC, com a finalidade de se proceder à resolução de mérito da demanda no juízo ad quem.Em conformidade com orientação jurisprudencial do STJ, me posiciono no sentido de que o juros em contratos firmados por instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional não se sujeitam à limitação de 12% ao ano, mesmo quando ausente o percentual contratado, devendo ser aplicada à taxa média de mercado estabelecida pelo Banco Central. Não obstante, o fato de não estarem sujeitos à limitação dos juros praticados, não induz necessariamente a inocorrência de abusividade na cobrança praticada, que terá, como paradigma, a taxa média de mercado. Como se sabe, não são apenas os juros mensais que determinam o valor da parcela a ser paga, no cálculo incidem, também, as porcentagens referentes ao Custo Efetivo Total – CET e os juros anuais sobre o contrato. Nesse sentido, a Calculadora do Cidadão, ferramenta de internet disponibilizada no

sítio eletrônico do Bacen, apresentada de forma isolada, não se presta a comprovar a cobrança de juros ao arrepio do contrato de financiamento firmado entre as partes litigantes, pois ela não leva em conta a capitalização mensal de juros, inexistindo campo para inserção do CET e dos juros anuais. A impugnação da cobrança de juros abusivos ou em percentual divergente daquele constante no contrato deve ser consistente, fincada em parâmetros, para ensejar até mesmo o cálculo feito pelo próprio Juiz. Não basta mera alegação. É ônus de quem alega demonstrar e provar, objetivamente, a dimensão do percentual efetivamente cobrado em face do direito objetivo, o que não ocorreu no presente caso. Recurso conhecido e não provido. Sentença cassada. Pedidos da inicial julgados improcedentes. Sem custas em face da lei.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0605482-17.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 1ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Aline Suelma de Morais Lopes
Advogada: Aline dos Santos Oliveira (OAB: 12411/AM)
Recorrida: Marcia Simone Coelho de Oliveira
Advogado: Jonathas Maciel de Menezes (OAB: 11140/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. OFENSAS E AGRESSÕES RECÍPROCAS RECONHECIDA. SITUAÇÃO CONFLITUOSA ENTRE AS PARTES. NÃO COMPROVADO QUE OS SUPOSTOS DANOS MATERIAIS DECORRERAM DA CONTENDA. NÃO CABIMENTO DE PEDIDO CONTRAPOSTO EM SEDE DE CONTRARRAZÕES DE RECURSO. SENTENÇA MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0605513-03.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 7ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE)
Recorrida: Roseane dos Santos Rocha
Soc. Advogados: ARRUDA ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA (OAB: 44914/AM)
Advogado: Fabio Carvalho de Arruda (OAB: 8076/AM)

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO/quitação, danos materiais e DANOS MORAIS. CONTRATO de empréstimo de cartão de crédito consignado. Preliminar rejeitada de plano. Sem necessidade de perícia técnica. Provas nos autos suficientes para análise do mérito. Cláusulas abusivas. ONEROSIDADE EXCESSIVA. Cdc aplicado. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. APLICAÇÃO DE TESES DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DAS TURMAS RECURSAIS AO CASO CONCRETO. LESÃO AO CONSUMIDOR. INVALIDADE DO CONTRATO. INOBSERVÂNCIA DO DEVER DE INFORMAÇÃO E TRANSPARÊNCIA. QUITAÇÃO/ INEXIGIBILIDADE, REPETIÇÃO DE INDÉBITO e DANOS MORAIS IN RE IPSA DEVIDOS. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. VALOR DA INDENIZAÇÃO RAZOÁVEL. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO IMPROVIDO. . DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0605733-32.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 14ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Cylleno Vale da Silva
Advogada: Josiane Gomes Ribeiro (OAB: 11854/AM)
Recorrido: Eletrobras Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Manaus Energia)
Advogado: Guilherme Vilela de Paula (OAB: 1010A/AM)
Advogado: Luis Phillip de Lana Foureaux (OAB: 10011A/AM)
Advogado: Isabela Montuori Bougleux de Araujo (OAB: 1069/ AM)

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE DEBITO C/C RESTITUIÇÃO DE VALORES EM DOBRO. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. VALORES COBRADOS SEM AFERIÇÃO CORRETA DO SERVIÇO. IMPOSIÇÃO DE MULTA. CDC. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. INEXIGÍVEIS OS VALORES COBRADOS. SENTENÇA REFORMADA EM PARTE. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e DAR PROVIMENTO PARCIAL ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0605734-80.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 14ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: SHEILA PEREIRA DE SOUZA
Advogado: Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB: 8500/AM)
Recorrido: Banco Bradesco S.a.
Advogado: Marcondes Fonseca Luniere Junior (OAB: 2897/ AM)
Advogado: Thales Silvestre Júnior (OAB: 2406/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE RESTITUIÇÃO C/C DANOS MORAIS. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. RELAÇÃO DE CONSUMO. EMPRÉSTIMO BANCÁRIO. COBRANÇA DE PARCELAS JÁ ADIMPLIDAS. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. DANO MORAL CONFIGURADO. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, DAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0605783-61.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 15º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Itavida Clube de Seguros
Advogado: Bruno Silva Matos (OAB: 99106/MG)
Recorrida: Raimunda Nonata Mestrinho de Oliveira
Advogado: Marcos Fabio Oliveira de Lima (OAB: 11070/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. RELAÇÃO DE CONSUMO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. RENOVAÇÃO DE SEGURO NÃO AUTORIZADA. REPETIÇÃO DO INDÉBITO CARACTERIZADA. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0605909-11.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 5ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Marcos Vinícius da Silva dos Santos
Advogado: José Barbosa de Souza (OAB: 1478/AM)
Recorrido: SKY Brasil Serviços Ldta
Advogado: Denner B. Mascarenhas Barbosa (OAB: 1183A/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO C/C DANOS MORAIS E TUTELA ANTECIPADA. RELAÇÃO DE CONSUMO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. SKY. COBRANÇAS INDEVIDAS SOBRE SERVIÇOS DE TV. RÉ QUE NÃO SE DESINCUMBIU DO ÔNUS COMPROBATÓRIO. NÚMERO EXCESSIVO DE LIGAÇÕES TELEFÔNICAS. CONSTRANGIMENTO. DANO MORAL CONFIGURADO. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, DAR PARCIAL PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0605912-63.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 11ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Banco Bmg S/A
Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE)
Recorrido: Antonio Carlos Jacinto dos Santos
Advogado: Flavicia Dias de Souza (OAB: 6950/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado
FIXAÇÃO DA ASTRIENTE. VALOR QUE NÃO SE MOSTRA EXORBITANTE. A MANIFESTAÇÃO REFERE-SE A EXCESSO DE EXECUÇÃO, MATÉRIA QUE PODE SER ADUZIDA EM SEDE DE IMPUGNAÇÃO À EXECUÇÃO, DE ACORDO COM O ARTIGO 52, INCISO IX, DA LEI Nº 9.099/95. NÃO HÁ QUALQUER EXAGERO NA FIXAÇÃO DA MULTA CONSOLIDADA, POIS ELA ESTÁ DENTRO DOS PARÂMETROS ADOTADOS PARA CASOS ANÁLOGOS. AINDA QUE O ART. 461, §6º DO CPC FACULTE AO JUIZ O ARBITRAMENTO DA MULTA, ESTANDO ELA DE ACORDO COM OS PARÂMETROS ADOTADOS POR ESTA TURMA NÃO MERECE REPAROS. JUSTA TAMBÉM A EXPECTATIVA DE QUE A MANUTENÇÃO DE PUNIÇÕES POR VALORES SIGNIFICATIVOS EM DECORRÊNCIA DO DESCUMPRIMENTO REITERADO DE DECISÕES JUDICIAIS, SEM JUSTIFICATIVA PLAUSÍVEL, TENHA REPERCUSSÃO ECONÔMICA DE MODO QUE GRANDES GRUPOS, COMO A PARTE RECORRENTE, REVISEM SUA CONDUTA, SENÃO PELA OBRIGAÇÃO LEGAL DE CUMPRIR DETERMINAÇÃO JUDICIAL, PELA REPERCUSSÃO ECONÔMICA QUE O DESCUMPRIMENTO VENHA A GERAR. BEM COMO PARA REFORÇAR A DEFESA DOS CONSUMIDORES EM GERAL, A EVITAR A REITERAÇÃO DE PRÁTICAS ABUSIVAS OU A AFRONTA ÀS REGRAS CONSUMERISTAS. RECURSO INOMINADO IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam os Juízes desta Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso.".

Processo: 0605974-28.2017.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, 16ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Gean Bastos
Advogada: Cris Rodrigues Florêncio (OAB: 5316/AM)
Recorrido: Bradesco Vida e Previdência S/A
Soc. Advogados: Eloi Pinto de Andrade & Filhos-advogados
Advogado: Eugênio F. Pinto de Andrade (OAB: 3424/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA DIREITO DO CONSUMIDOR. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. SEGURO RENOVÁVEL POR APENAS 1 ANO. RENOVAÇÃO AUTOMÁTICA INDEVIDA. DEVER DO REQUERIDO DE DESCONSTITUIR OS ARGUMENTOS AUTORAIS. DEVER DE INDENIZAR CONFIGURADO. DANOS MORAIS E MATERIAIS. SENTENÇA REFORMADA.Insurge-se o recorrente em face da sentença de fls. 520/523, que julgou improcedentes os pleitos autorais. Em suas razões recursais, sustenta que a suposta renovação feita entre recorrido e a extinta SEMOSB não vinculam o recorrente. Nessa esteira, resta incontroverso, porque sem divergência entre as partes, a anuência da autora quanto a primeira renovação, não sendo mais renovada, por ela, a partir deste momento. Ainda assim, os descontos do serviços continuaram a ser lançados nos vencimentos do recorrente, o que denota o procedimento abusivo de cobrança de débito desprovido de higidez e lastro de origem, dando direito aos danos materiais e morais pleiteados. Quanto aos danos morais, a prova se dispensa, dada a sua impossibilidade de concreção, bastando a comprovação do ato ilícito porquanto se deduz o dano moral da própria ação ilícita. No dizer de Sérgio Cavalieri Filho: "o dano moral existe in re ipsa; deriva inexoravelmente do próprio fato ofensivo, de tal modo que, provada a ofensa, ipso facto, está demonstrado o dano moral à guisa de uma presunção natural, uma presunção hominis ou facti, que decorre das regras da experiência comum". Ante o exposto, VOTO pela reforma da sentença de primeiro grau, no sentido de a) condenar o recorrido ao pagamento de R$ 5.912,80 (cinco mil, novecentos e doze reais e oitenta centavos), a título indenizatório por danos materiais, com juros e correção monetária a contar da citação, b) condenar o recorrido ao pagamento de R$ 4.000,00 (quatro mil reais) a título indenizatório pelos danos morais sofridos, com juros e correção monetária a contar do arbitramento; c) determinar o cancelamento do desconto do seguro no contracheque do recorrente, no prazo de 10 (dez) dias a contar de intimação para cumprimento, sob pena de multa de R$ 500,00 (quinhentos reais) por desconto indevido, até o limite de dez. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. Sentença reformada. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Sem custas e honorários.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0605982-46.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 14ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Maria Eliete Rodrigues Gonçalves
Advogado: Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB: 10057/AM)
Recorrido: Banco Bradesco S.a
Advogado: José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB: 1235A/AM)
Advogada: Dinah Amazonas de Oliveira (OAB: 4667/AM)
Recorrido: Bradesco Vida e Previdência S/A
Advogado: José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB: 1235A/AM)
Advogada: Dinah Amazonas de Oliveira (OAB: 4667/AM)

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. AUSÊNCIA DE CONTRATAÇÃO. SEM CONSENTIMENTO. CONDICIONAMENTO À CONTRATAÇÃO DE PRODUTO/SERVIÇO. EVIDENTE PRÁTICA ABUSIVA PREVISTA DO ART. 39, I e III DO CDC. SERVIÇO EMBUTIDO NÃO CONTRATADO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DO SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. LESÃO AO CONSUMIDOR. REPETIÇÃO DE INDÉBITO ACOLHIDA E DANOS MORAIS IN RE IPSA. VALOR DA INDENIZAÇÃO RAZOÁVEL. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e DAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0606018-25.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 14ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Julio Garcia Mocambite
Advogado: João Batista Andrade de Queiroz (OAB: 2372/AM)
Recorrido: Banco Bonsucesso Consignado S.A
Advogado: Carlos Eduardo Cavalcante Ramos (OAB: 37489/BA)
Advogada: Nathalia Pereira Leite Vilela Teixeira (OAB: 167006/RJ)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. CONTRATO INSUFICIENTE. INOBSERVÂNCIA DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE DO NEGÓCIO. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. RECURSO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0606112-70.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 14ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Lucio Cezar de Melo e Silva
Advogada: Leylane Ediene Silva (OAB: 8694/AM)
Advogado: Elon Ataliba de Almeida
Recorrido: Supermercados DB Ltda.
Advogado: Jorge Fernandes Garcia de Vasconcellos Júnior (OAB: 2167/AM)
Advogado: Vera Lucia Matos Falcão (OAB: 3758/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA: RECURSO INOMINADO. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INOBSERVÂNCIA DE PRIORIDADE NA FILA DO CAIXA DE SUPERMERCADO. NÃO DEMONSTRADA QUALQUER CONDUTA OFENSIVA. MERO ABORRECIMENTO. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0606115-96.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 15º Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: OI - Telemar Norte Leste S/A
Advogado: Eladio Miranda Lima (OAB: 86235/RJ)
Advogado: Daniel Coutinho da Silva (OAB: 9122/AM)
Advogada: Wilna Elizabeth Santiago Cavalcante (OAB: 4339/AM)
Recorrido: Joao Pereira da Cruz
Advogada: Natasja Deschoolmeester (OAB: 2140/AM)
Advogado: Karen Rebecca Louzada Dadalto Henriques (OAB: 140475/RJ)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado
recurso inominado. CONSUMIDOR. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO C/C indenização por danos MORAIS. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TELEFÔNICOS E INTERNET. Cobrança indevida. RESCISÃO CONTRATUAL. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AO CONSUMIDOR (RESPONSABILIDADE OBJETIVA) – APLICABILIDADE DO CÓDIGO CONSUMERISTA. REGRA GERAL DO ÔNUS DA PROVA – DANOs MORAis CONFIGURADOS não só pelO desrespeito com o consumidor, que se viu surpreendido com a FALHA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, mas, também, e, principalmente, pelo caráter punitivo e pedagógico do instituto. Sentença mantida por seus próprios fundamentos, nos termos do art. 46 da LEI N.º 9.099/95. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam os Juízes desta Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso.".

Processo: 0606285-63.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 8ª Vara do Juizado Especial Cível (Nilton Lins)
Recorrente: Banco do Brasil S/A
Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 598A/AM)
Recorrido: Cristal Engenharia Ltda.
Advogada: Keyth Yara Pontes Pina (OAB: 3467/AM)
Soc. Advogados: Andrade GC Advogados (OAB: 57/AM)
Advogado: Ana Beatriz da Silva Oliveira (OAB: 9372/AM)
Recorrida: Fernanda Maria Ferreira Galvão
Advogado: Jorge Henrique Silva de Melo (OAB: 7999/AM)
Recorrido: Paulo Eduardo Matos
Advogado: Jorge Henrique Silva de Melo (OAB: 7999/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C DANOS MORAIS. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. RELAÇÃO DE CONSUMO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. COMPRA E VENDA DE IMÓVEL. HIPOTECA PERMANECEU SOBRE O IMÓVEL ADQUIRIDO DE FORMA IRREGULAR. SÚMULA 308 STJ. DETERMINADA A BAIXA NA HIPOTECA. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0606339-60.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 14ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Maria de Nazaré de Souza
Advogado: Malber Souza Tavares (OAB: 6455/AM)
Recorrido: Águas do Amazonas S.A.
Advogado: Marcelo da Silva Carlos (OAB: 7366/AM)
Advogado: Gustavo Gonçalves Gomes (OAB: A1058/AM)
Advogado: Gustavo Gonçalves Gomes (OAB: 1058A/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO C/C RESTITUIÇÃO. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. EMPRESA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA. RELAÇÃO DE CONSUMO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. COBRANÇA PELO ADIMPLEMENTO DE DÍVIDA PRETÉRITA DE ANTIGO PROPRIETÁRIO. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0606339-63.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 3ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Carlos Roberto Esteves Rodrigues
Advogada: Maria Nilriete Alves de Oliveira (OAB: 12143/AM)
Recorrente: Mychelyne Fyscher da Costa Thompson Rodrigues
Advogada: Maria Nilriete Alves de Oliveira (OAB: 12143/AM)
Recorrido: Gol Linhas Aéreas INteligentes S/A.
Advogada: Ingryd dos Santos Mousse (OAB: 8304/AM)
Advogada: Angélica Ortiz Ribeiro (OAB: 2847/AM)
Advogado: Gustavo Antonio Feres Paixao (OAB: 7675A/TO)
Advogada: Keyth Yara Pontes Pina (OAB: 3467/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. COMPANHIA AÉREA. ATRASO NO VOO. TEORIA DO RISCO DO EMPREENDIMENTO. DEVER DE INFORMAÇÃO CLARA. PRINCíPIO DA INFORMAÇÃO. RELAÇÃO DE CONSUMO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. SENTENÇA MANTIDA PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0606510-83.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 8ª Vara do Juizado Especial Cível (Nilton Lins)

Recorrente: DECOLAR COMÉRCIO LTDA.
Advogado: Ricardo da Costa Alves (OAB: 53379/PR)
Advogado: Luis Carlos Laurenço (OAB: 16780/BA)
Recorrente: Suzan Xavier Lima
Advogado: Jean Carlos de Araujo Assante (OAB: 9215/AM)
Recorrida: Suzan Xavier Lima
Advogado: Jean Carlos de Araújo Assante (OAB: 9215/AM)
Recorrido: Decolar.com Ltda
Advogado: Luis Carlos Monteiro Lourenço (OAB: 16780/BA)

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSOS INOMINADOS. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. PRETENSÃO DE REFORMA PARA IMPROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS AUTORAIS. PRETENSÃO DE REFORMA PARA MAJORAÇÃO DO VALOR ARBITRADOS POR DANOS MORAIS. CANCELAMENTO DE VOO/ATRASO/RESERVA. CDC. MÁ PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. LESÃO AO CONSUMIDOR. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DANOS DANOS MORAIS IN RE IPSA. VALOR INDENIZATÓRIO RAZOÁVEL. MANUTENÇÃO DA DECISÃO. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0606608-87.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, 16ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: David Silva dos Santos
Advogado: Ivan Gleidson Trindade de Souza Farias (OAB: 11908/AM)
Recorrido: Net Serviços de Comunicação S/A
Advogado: Laryssa Araujo Muller (OAB: 13197/AM)
Advogado: Paulo Alberto Rodrigues de Oliveira Arruda (OAB: 8766/AM)
Advogada: Jessica Lobo Silva (OAB: 158014/MG)
Advogado: Jose Henrique Cancado Goncalves (OAB: 855A/SE)

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INEXISTÊNCIA E DANOS MORAIS. PRETENSÃO DE REFORMA PARA MAJORAÇÃO DOS DANOS MORAIS. PRETENSÃO DE REFORMA PARA IMPROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS. CONTRATO DE SERVIÇO E INSTALAÇÃO EM OUTRO ENDEREÇO. CDC APLICADO. LESÃO AO CONSUMIDOR. FRAUDE. INEXISTÊNCIA DA COBRANÇA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. DANOS MORAIS CONFIGURADOS E MAJORADO. VALOR DA INDENIZAÇÃO RAZOÁVEL. SENTENÇA REFORMADA PARCIALMENTE. RECURSO PROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e DAR PROVIMENTO ao recurso inominado da parte autora, nos termos do voto da Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0606659-13.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 14ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Fabiano Cardoso de Oliveira
Advogada: Viviane Ribeiro Cardoso (OAB: 8521/AM)
Recorrido: Banco RCI Brasil S.a.
Advogado: Aurelio Câncio Peluso (OAB: 32521/PR)
Recorrido: Omini S/A, Financiamento e Investimento
Advogada: Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB: 38699/DF)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. RELAÇÃO DE CONSUMO. CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. INADIMPLEMENTO. ENTREGA DO VEÍCULO. DEVEDOR QUE CONTINUARÁ PESSOALMENTE OBRIGADO A PAGAR O SALDO DEVEDOR APURADO (ARTIGO 66, §5º DA LEI Nº 4.728/65, COM REDAÇÃO ALTERADA PELO DL. 911/69). EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0606769-97.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, 9ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Bmg S/A
Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE)
Advogada: Ana Carla Maia Rogrigues (OAB: 10352/AM)
Advogado: Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB: 9487/AM)
Recorrido: Raimundo Lucio dos Santos Bezerra
Advogada: Marly Gomes Capote (OAB: 7067/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. CONTRATO INSUFICIENTE. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. RECURSO NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0606802-68.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 8ª Vara do Juizado Especial Cível (Nilton Lins)

Recorrente: Claro S/A
Advogado: Jose Henrique Cancado Goncalves (OAB: 855A/SE)
Advogado: Paulo Alberto Rodrigues de Oliveira Arruda (OAB: 8766/AM)
Recorrido: MARCELO FREIRE VALENTE
Advogada: Eliana de Oliveira Rezende

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C DANOS MORAIS. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. INCLUSÃO DE SERVIÇOS NÃO SOLICITADOS. DANO MORAL CONFIGURADO. QUANTUM ARBITRADO DE FORMA RAZOÁVEL. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos

os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0606939-84.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 1ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a)

Advogada: Isabela Montuori Bougleux de Araujo (OAB: 118303/MG)

Advogado: Guilherme Vilela de Paula (OAB: 69306/MG)

Advogado: Luis Phillip de Lana Foureaux (OAB: 1011/AM)

Advogado: Bruno Henrique Soré (OAB: 1010/AM)

Recorrido: Bernardo Farias dos Santos

Advogada: Elizeth Serrão Rodrigues (OAB: 2610/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO. RELAÇÃO DE CONSUMO. EMPRESA FORNECEDORA DE ENERGIA. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. INSPEÇÃO EM MEDIDOR E IMPOSIÇÃO DE VALORES DE FORMA ARBITRÁRIA. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO NO NOME DA PARTE AUTORA CONCEDIDA. DANO MORAL CONFIGURADO. SENTENÇA REFORMADA PARA MINORAR O QUANTUM INDENIZATÓRIO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, DAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0607040-92.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 5ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Maria Raquel Figueiredo da Motta

Advogado: Ary Sergio da Motta (OAB: A82/AM)

Advogado: Lucas Rodrigues Lucas (OAB: 9493/AM)

Recorrido: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a)

Advogado: Guilherme Vilela de Paula (OAB: 1010A/AM)

Advogado: Luis Phillip de Lana Foureaux (OAB: 10011A/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. LOCATÁRIO ANTERIOR. CRIME DE FURTO DE ENERGIA. SOLICITAÇÃO DE RELIGAÇÃO DE ENERGIA. COBRANÇA DE DÉBITO DE OUTUBRO DE 2010. PRESCRIÇÃO NÃO CONFIGURADA. COBRANÇA INDEVIDA NÃO CARACTERIZADA. SENTENÇA MANTIDA PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.Insurge-se a recorrente em face da sentença de fls. 99/105, que julgou improcedente o pleito autoral, ao argumento de que a cobrança de outubro de 2010 se encontra prescrita, de modo que a sentença deve ser reformada para declarar a inexigibilidade do mesmo. Contudo, conforme o entendimento do STJ, a ação de cobrança prescreve em20 (vinte) anos, na vigência do Código Civil de 1916, e em 10 (dez)anos, na vigência do Código Civil de 2002, devendo o termo inicialdo prazo ser contado da entrada em vigor do novo Código Civi, de modo que a cobrança não se encontra prescrita, nos termos dos precedente a seguir listados: AgRg no AREsp 324.990/MS, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 5/2/2016) e AgRg no AREsp 815.431/RS, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 11/02/2016. Por fim, tendo sido a decisão antecipatória de tutela revogada, não há o que se falar em condenação no valor da multa ali estipulada. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Vencido o recorrente cabe condenação em custas e honorários, estes arbitrados em 10% do valor da condenação devidamente atualizada, artigo 55 da Lei nº 9.099/1995, cuja exigibilidade fica suspensa pelo prazo de 5 anos, considerando ser o recorrente beneficiário da Justiça Gratuita.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0607105-38.2017.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, 9ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Diego Rodrigo Rosas Marinho

Advogado: Aguinaldo Pereira Dias (OAB: 7667/AM)

Advogado: Fernando Sam do Nascimento Nunes (OAB: 10736/AM)

Recorrido: Vms Amore Me - Rodão

Advogado: Júlio César de Almeida Lorenzoni (OAB: 5545/AM)

Advogada: Lilian da Silva Alves (OAB: 8921/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. Ação de INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. ACIDENTE DE TRÂNSITO. RESPONSABILIDADE CIVIL NÃO EVIDENCIADA. O (A) AUTOR (A) NÃO LOGROU ÊXITO EM COMPROVAR OS ALEGADOS DANOS MORAIS DIANTE DE SUPOSTAS FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO CONTRATO FORMALIZADO. EM QUE PESE A SUSPOSTA RESPONSABILIDAD DA PARTE REQUERIDA, PELA REPARAÇÃO DE DANOS OCORRIDOS, O (A) DEMANDANTE NÃO COMPROVOU, NO CASO CONCRETO, OS FATOS CONSTITUTIVOS DE SEUS DIREITOS, DE MODO QUE INAPLICÁVEL A TEORIA DA REDUÇÃO DO MÓDULO DA PROVA. - QUE NÃO SE DESINCUMBIU DO ÔNUS PROBATÓRIO QUE LHE IMPUNHA O ART. 333, I, DO CPC – NÃO HÁ FUNDAMENTO PARA A PROCEDÊNCIA DA AÇÃO. PROVAS JUNTADAS INSUFICIENTES PARA EMBASAR A FORMAÇÃO DE JUÍZO SEGURO SOBRE A DINÂMICA DOS FATOS. VERSÕES CONFLITANTES. PROVA EVIDENTEMENTE CONTRADITÓRIA E QUE SE LIMITA A CONFIRMAR, PARCIALMENTE, A VERSÃO DOS LITIGANTES. IMPOSSIBILIDADE DE SE ESTABELECER O NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE A CONDUTA CULPOSA ATRIBUÍDA À REQUERIDA E OS DANOS MORAIS E MATERIAIS ADVINDOS À AUTORA, MOTIVO PELO QUAL INVIÁVEL QUE SE IMPUTE ÀQUELE O DEVER DE INDENIZAR. NA FALTA DE PROVAS CONVINCENTES DOS FATOS ALEGADOS NA INICIAL, NÃO RESTA ALTERNATIVA SENÃO CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO. MANTENDO A SENTENÇA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. NOS TERMOS DO ART. 46 DA LEI N.º 9.099/95.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam os Juízes desta Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso.".

Processo: 0607171-04.2015.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 15º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Bmg S/A

Advogado: Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM)

Recorrido: Arnaldo Lima do Nascimento

Advogado: Adjailson Silva Figueira de Souza (OAB: 8620/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. CONTRATO INSUFICIENTE. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. RECURSO PROVIDO EM PARTE. SENTENÇA REFORMADA.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0607197-65.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 5ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Soraia Lima de Almeida

Advogado: Vilson Gomes Benayon Filho (OAB: 4820/AM)

Recorrido: Gremio Recreativo Escola de Samba Reino Unido da Liberdade
Advogado: Rafael Said e Silva (OAB: 8443/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE COBRANÇA. SERVIÇOS ARTÍSTICOS PRESTADOS. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. DANO MATERIAL NÃO COMPROVADO. RELAÇÃO JURÍDICA NÃO DEMONSTRADA. SENTENÇA MANTIDA PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.Insurge-se a recorrente em face da sentença de fls. 75/76, trazendo em suas razões recursais supostas mensagens de whatsapp trocadas com advogado da recorrida, que comprovariam a relação jurídica entre as partes. Contudo, observo que tais mensagens se tratam de fato novo, sequer indicado nos autos quando em julgamento pelo juízo de primeiro grau, sendo certo que a inicial traz apenas croquis de desenhos carnavalescos, não trazendo qualquer elemento que evidencie a relação jurídica. Friso que o contrato verbal deve ser comprovado com outros elementos, inexistentes noc aso destes autos e, diante da negativa da recorrida de ter encetado o contrato, a sentença deve ser mantida. Destaco que, quando da habilitação da recorrente para sustentar oralmente (fls. 94), o prazo para tanto já havia escoado (fls. 93). Logo, porque bem apreciou os elementos fáticos constantes do bojo do processo, deve a sentença ser integralmente mantida. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Vencido o recorrente cabe condenação em custas e honorários, estes arbitrados em 10% do valor da condenação devidamente atualizada, artigo 55 da Lei nº 9.099/1995, cuja exigibilidade fica suspensa por 5 anos, ante o deferimento da Justiça Gratuita.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0607262-52.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 11ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Maria de Fatima Valois da Silva
Advogado: Fabio Carvalho de Arruda (OAB: 8076/AM)
Recorrido: Águas do Amazonas S.A.
Advogado: Gustavo Gonçalves Gomes (OAB: 1058A/AM)
Advogado: Gustavo Gonçalves Gomes (OAB: A1058/AM)
Advogado: Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB: 671A/AM)

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE FAZER E INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. NECESSIDADE DE PERÍCIA. AFERIÇÃO FATURA CONSUMO. INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA DO JUIZADO ESPECIAL. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0607267-14.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 15º Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Banco Pan S/A
Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE)
Recorrida: Maria de Fátima Rebouças Barreto
Advogado: Diego José Albino Souza (OAB: 11438/AM)

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO/quitação, danos materiais e DANOS MORAIS. CONTRATO de empréstimo. Parcelas cobradas a maior. Ilegalidade. ONEROSIDADE EXCESSIVA. Cdc aplicado. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. LESÃO AO CONSUMIDOR. INVALIDADE DO CONTRATO. INOBSERVÂNCIA DO DEVER DE INFORMAÇÃO E TRANSPARÊNCIA. QUITAÇÃO/INEXIGIBILIDADE, REPETIÇÃO DE INDÉBITO e DANOS MORAIS IN RE IPSA DEVIDOS. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. VALOR DA INDENIZAÇÃO RAZOÁVEL. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO IMPROVIDO. . DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0607276-36.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 11ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Luciete Silva dos Anjos
Advogado: Fabio Carvalho de Arruda (OAB: 8076/AM)
Recorrido: Águas do Amazonas S.A.
Advogado: Gustavo Gonçalves Gomes (OAB: 1058A/AM)
Advogado: Gustavo Gonçalves Gomes (OAB: A1058/AM)
Advogado: Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB: 671A/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITOS C/C DANOS MORAIS. EMPRESA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA. RELAÇÃO DE CONSUMO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. COBRANÇA DE TARIFA MÍNIMA DE ÁGUA. DANOS MORAIS CONCEDIDOS PELO JUÍZO A QUO. VERBA INDENIZATÓRIA RAZOÁVEL. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0607300-98.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 11ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Aig Seguros Brasil S/A
Advogado: Eduardo Chalfin (OAB: 1140A/AM)
Advogado: Eduardo Chalfin (OAB: A1140/AM)
Advogado: André de Souza Oliveira (OAB: 5219/AM)
Recorrente: Mastercard Adminstradora de Cartoes de Credito
Advogado: Warney Mauro Prestes da Costa Val (OAB: 2837/AM)
Advogado: Letícia Dias Ponce de Leão (OAB: 9099/AM)
Advogado: Fernando Campos Varnieri (OAB: 997A/AM)
Recorrida: KATHIA PAULA MATOS GUERRA
Advogado: Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB: 8500/AM)
Recorrido: Flávio Rafael Perdigão Guerra
Advogado: Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB: 8500/AM)

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. LEGÍTIMA DAS PARTES FORNECEDORA. SOLIDARIEDADE E CADEIA DE CONSUMO. SERVIÇO E SEGURO REALIZADO. NÃO COBERTURA. FALTA DE INFORMAÇÃO E TRANSPARÊNCIA. DESCUMPRIMENTO. EVIDENTE PRÁTICA ABUSIVA. CDC APLICADO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. LESÃO AO CONSUMIDOR. REPETIÇÃO DE INDÉBITO ACOLHIDA E DANOS MORAIS IN RE IPSA. VALOR DA INDENIZAÇÃO RAZOÁVEL L. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.Manaus, 29/08/2019.".

Processo: 0607504-45.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 11ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Bv Financeira S/A Crédito, Financiamento e Investimento

Advogado: Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB: 21678/PE)

Recorrido: Juscelino dos Santos de Oliveira

Advogado: Amauri Vieira dos Santos (OAB: 11881/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO DE FINANCIAMENTO. COBRANÇA DE TAXA DE JUROS NÃO CONTRATADA. AUSÊNCIA DE PROVA. INIDONEIDADE PROBATÓRIA DA "CALCULADORA DO CIDADÃO" DO BACEN. RECURSO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.Em conformidade com orientação jurisprudencial do STJ, me posiciono no sentido de que o juros em contratos firmados por instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional não se sujeitam à limitação de 12% ao ano, mesmo quando ausente o percentual contratado, devendo ser aplicada à taxa média de mercado estabelecida pelo Banco Central. Não obstante, o fato de não estarem sujeitos à limitação dos juros praticados, não induz necessariamente a inocorrência de abusividade na cobrança praticada, que terá, como paradigma, a taxa média de mercado.Como se sabe, não são apenas os juros mensais que determinam o valor da parcela a ser paga, no cálculo incidem, também, as porcentagens referentes ao Custo Efetivo Total – CET e os juros anuais sobre o contrato.Nesse sentido, a "Calculadora do Cidadão", ferramenta de internet disponibilizada no sítio eletrônico do Bacen, apresentada de forma isolada, não se presta a comprovar a cobrança de juros ao arrepio do contrato de financiamento firmado entre as partes litigantes, pois ela não leva em conta a capitalização mensal de juros, inexistindo campo para inserção do CET e dos juros anuais.A impugnação da cobrança de juros inadmissíveis deve ser consistente, fincada em parâmetros, para ensejar até mesmo o cálculo feito pelo próprio Juiz. Não basta mera alegação. É ônus de quem alega demonstrar e provar, objetivamente, a dimensão do percentual efetivamente cobrado em face do direito objetivo, o que não ocorreu no presente caso. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. Sentença reformada para julgar improcedentes os pleitos autorais. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Sem custas e honorários.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0607665-55.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 11ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: MAP Linhas Aéreas Ltda.

Advogado: Marcelo Augusto Farias de Souza (OAB: 7664/AM)

Advogada: Ingryd dos Santos Mousse (OAB: 8304/AM)

Advogada: Angélica Ortiz Ribeiro (OAB: 2847/AM)

Advogada: Cintia Maria França da Silva Cabral (OAB: 9728/AM)

Recorrido: FABIANO AUGUSTO BENAION CUNHA

Advogado: Jessica Thays Nascimento Martins (OAB: 9252/AM)

Advogado: Francisca Nilce Pinheiro Rocha (OAB: 9906/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: CDC. TRANSPORTE AÉREO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. CANCELAMENTO DE VOO POR FALHA EM AERONAVE. FORTUITO INTERNO, E NÃO FORÇA MAIOR. REALOCAÇÃO EM OUTRO, SOMENTE NO DIA SEGUINTE. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO, que CONFIGURA responsabilidade objetiva da ré, nos moldes do art. 14 do cdc. dano moral caracterizado frente ao DESCASO E DESRESPEITO com a pessoa do consumidor. MANTIDO O VALOR ARBITRADO À TÍTULO DE DANO MORAL, POR SER VALOR RAZOÁVEL E PROPORCIONAL AO PREJUÍZO EXPERIMENTADO. RECURSO DESPROVIDO.1. Da análise dos autos, observa-se que Recorrente não afasta a alegação do cancelamento do voo, por falha técnica em aeronave, nem provou que prestou a assistência devida ao passageiro, que seria alocado em voo apenas no dia seguinte. 3. Ausência de assistência devida ao passageiro, como uma acomodação em hotel, caracteriza-se a violação a direito de personalidade, passível de indenização por dano moral. As condições técnicas da aeronave, além de serem fortuito interno e, portanto, não elidirem a responsabilidade pelos danos oriundos do cancelamento do voo, não justificam a omissão na prestação da assistência aos passageiros.4. A responsabilidade do Recorrente é objetiva (art. 14 do CDC), pela evidente falha na prestação de seus serviços e no descumprimento injustificado das suas obrigações para com passageiros, pelo fortuito interno e por tentar realocar passageiro em voo disponível apenas no dia seguinte.5. Nesse sentido, destaco posicionamento jurisprudencial: STJ - AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. TRANSPORTE AÉREO INTERNACIONAL. CANCELAMENTO DE VOO. DANO MORAL. VALOR INDENIZATÓRIO. RAZOABILIDADE. 1. Admite a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, excepcionalmente, em recurso especial, reexaminar o valor fixado a título de indenização por danos morais, quando ínfimo ou exagerado. Hipótese, todavia, em que o valor foi estabelecido na instância ordinária, atendendo às circunstâncias de fato da causa, de forma condizente com os princípios da proporcionalidade e razoabilidade. 2. Agravo regimental a que se nega provimento.(STJ, Relator: Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, Data de Julgamento: 18/03/2014, T4 - QUARTA TURMA).6. No que pertine ao quantum indenizatório, mostra-se razoável e proporcional à extensão do dano experimentado, não comportando qualquer minoração, eis que é incapaz de gerar à parte beneficiada enriquecimento ilícito.VOTO: Ante o exposto, nego provimento ao recurso e mantenho na íntegra a sentença monocrática (art. 46, da Lei 9.099/95). Condeno o Recorrente ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios que fixo em 20% sobre o valor da condenação.. DECISÃO: "A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, os MM. Juízes componentes da 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, ACORDAM, por unanimidade de votos, em NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO INOMINADO. Participaram deste julgamento, além do signatário, os demais Juízes presentes à sessão. Manaus, 28 de agosto de 2019.".

Processo: 0607764-25.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 14ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Jilmar Pereira Alves Filho

Advogado: Antonio Jarlison Pires da Silva (OAB: 12261/AM)

Advogado: Thiago Teixeira da Costa (OAB: 12263/AM)

Recorrido: Banco Santander S.a.

Advogado: Marco André Honda Flores (OAB: 6171/MS)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE RESTITUIÇÃO C/C DANOS MORAIS. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. RELAÇÃO DE CONSUMO. EMPRÉSTIMO BANCÁRIO. VENDA CASADA. SEGURO PRESTAMISTA. EMPRÉSTIMO CONDICIONADO À CONTRATAÇÃO DO SEGURO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. DANO MORAL CONFIGURADO. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, DAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0607850-93.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 11ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco do Brasil S/A

Advogado: Rafael Sganzerla Durand (OAB: 737A/AM)

Recorrida: Terezinha Nobre de Lima da Cruz

Advogado: Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB: 7983/AM)

Advogado: Renato de Souza Pinto (OAB: 8794/AM)

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. AUSÊNCIA DE CONTRATAÇÃO. SEM CONSENTIMENTO. CONDICIONAMENTO À CONTRATAÇÃO DE PRODUTO/SERVIÇO. EVIDENTE PRÁTICA ABUSIVA PREVISTA DO ART. 39, I e III DO CDC. SERVIÇO EMBUTIDO NÃO CONTRATADO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. LESÃO AO CONSUMIDOR. REPETIÇÃO DE INDÉBITO ACOLHIDA E DANOS MORAIS IN RE IPSA. VALOR DA INDENIZAÇÃO RAZOÁVEL L. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.Manaus, 29/08/2019.".

Processo: 0607947-72.2013.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 1ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Daycoval

Advogado: Maria Fernanda Barreira de Faria Fornos (OAB: 198088/SP)

Advogado: Dênis Audi Espinela (OAB: 198153/SP)

Recorrida: Maria Nirley Roberto Monteiro

Advogado: Roberval Emerson Oliveira de Paula Filho (OAB: 6721/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. ALEGADA NULIDADE DE CITAÇÃO NÃO CONFIGURADA. PROCEDIMENTO EXECUTÓRIO REGULAR. INEXISTÊNCIA DE QUALQUER VÍCIO NA FORMAÇÃO PROCESSUAL. SENTENÇA MANTIDA.Trata-se de Recurso Inominado de fls. 300 e ss., em face da sentença que rejeitou os embargos à execução (fls. 294/296). Aduz em suas razões recursais que os cálculos da execução são absurdos, concernentes a correção da condenação, mais cálculo total das astreintes, sendo que já houve contabilização de período anterior da multa. Contudo, tenho que o juízo de primeiro grau bem apreciou os termos dos embargos à execução, rejeitando-os por falta de indicação precisa dos cálculos que aduz por devidos, sendo dever desta Turma Recursal observar que o recorrente vem interpondo diversos recursos, chegando até mesmo a apresentar Agravo (fgls. 221), em manifesto intento protelatório, de modo que a sentença proferida pelo juízo a quo deve ser integralmente mantida. Logo, porque bem apreciou os elementos fáticos constantes do bojo do processo, deve a sentença ser integralmente mantida. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Vencido o recorrente cabe condenação em custas e honorários, estes arbitrados em 20% do valor discutido nos embargos executórios.. DECISÃO: ".".

Processo: 0608442-43.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 6º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Bradesco S.a.

Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 128341/SP)

Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 598A/AM)

Recorrido: Edanilson Carioca de Souza

Advogado: Alexandre Paes Barreto Saraiva (OAB: 8838/AM)

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. VENDA CASADA. SERVIÇO NÃO SOLICITADO. EVIDENTE PRÁTICA ABUSIVA PREVISTA DO ART. 39, I e III DO CDC. CESTA EXCLUSIVE. SEM PRESTAÇÃO DO SERVIÇO GERENCIADO. LESÃO AO CONSUMIDOR. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. ACOLHIMENTO. DANOS MORAIS CONFIGURADOS IN RE IPSA. VALOR INDENIZATÓRIO PAUTADO NOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.Manaus, 28/08/2019.".

Processo: 0608460-30.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 12º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Bradesco S.a.

Advogado: Marcondes Fonseca Luniere Junior (OAB: 2897/AM)

Recorrente: Bradesco Vida e Previdência S/A

Recorrida: Jaqueline Carvalho Aleixo

Advogado: Dyogo Rodrigues de Oliveira (OAB: 19941/PB)

Advogado: Marcos Fabio Oliveira de Lima (OAB: 11070/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO C/C DANOS MORAIS. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. RELAÇÃO DE CONSUMO. EMPRÉSTIMO BANCÁRIO. VENDA CASADA. SEGURO PRESTAMISTA. EMPRÉSTIMO CONDICIONADO À CONTRATAÇÃO DO SEGURO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. DANO MORAL CONFIGURADO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0608593-69.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 4ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Bmg S/A

Advogado: Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM)

Advogada: Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB: 4018/AM)

Advogado: Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB: 876/AM)

Recorrida: Conceição Maria Farias Marinho

Advogado: Pedro Antonio de Oliveira (OAB: 9678/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO INDENIZATÓRIA. DIREITO DO CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO COM EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. VIOLAÇÃO AO DEVER DE TRANSPARÊNCIA. AUSÊNCIA DE INFORMAÇÕES PRÉVIAS, ADEQUADAS E CLARAS ACERCA DAS CONDIÇÕES DO NEGÓCIO PACTUADO. INVALIDADE DO CONTRATO. DIREITO À RESTITUIÇÃO DOS VALORES DESCONTADOS A MAIOR. DANOS MORAIS CARACTERIZADOS. MATÉRIAS DECIDIDAS EM SEDE DE INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. VALOR INDENIZATÓRIO REDUZIDO AO PATAMAR DE R$ 3.000,00 (TRÊS MIL REAIS). RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0608695-31.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 12º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Everson Carvalho Nunes

Advogado: Adson Pinho Pinto (OAB: 5850/AM)

Recorrido: Banco Bradesco S.a.

Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 128341/SP)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO C/C COM DANOS MORAIS. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. RELAÇÃO DE CONSUMO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. COBRANÇA INDEVIDA DE TARIFA DE ANUIDADE DE CARTÃO COM DÉBITO EM CONTA CORRENTE. AUTOR QUE NÃO FAZIA USO DO CARTÃO. EMPRESA QUE NÃO COMPROVOU ANUÊNCIA DO CLIENTE À CONTRATAÇÃO DE TAL PRODUTO. TARIFA COBRADA DE FORMA ARBITRÁRIA. HOUVE FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA PARA JULGAR PROCEDENTE O PEDIDO DE DANO MORAL. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, por maioria, CONHECER do Recurso e no mérito, DAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0608819-48.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 12º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Marcus Vinicius Bergo Coelho

Advogado: Marcus Vinicius Bergo Coelho

Recorrido: José Carlos de Oliveira

Advogado: Moysés Roberto Geber Corrêa (OAB: 5678/AM)

Recorrido: Condomínio do Centro Médico e Odontológico de Manaus - CEMOM

Advogado: Claudevan de Souza Pereira (OAB: 7800/AM)

Advogado: Silvio Kleber Batista Lobato (OAB: 8813/AM)

Advogado: Fabrício Cabral dos Anjos Marinho (OAB: 7665/AM)

Recorrido: Banco Itaú S/A

Soc. Advogados: José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB: 1235A/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. COBRANÇAS INDEVIDAS. REGISTRO DE PROTESTO. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO EVIDENCIADA.O (A) AUTOR (A) NÃO LOGROU ÊXITO EM COMPROVAR OS ALEGADOS DANOS MORAIS DIANTE DE SUPOSTAS FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO CONTRATO FORMALIZADO. EM QUE PESE A RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO PRESTADOR DE SERVIÇOS, PERANTE O CONSUMIDOR, PELA REPARAÇÃO DE DANOS OCORRIDOS, O DEMANDANTE NÃO COMPROVOU, NO CASO CONCRETO, OS FATOS CONSTITUTIVOS DE SEUS DIREITOS, DE MODO QUE INAPLICÁVEL A TEORIA DA REDUÇÃO DO MÓDULO DA PROVA. - QUE NÃO SE DESINCUMBIU DO ÔNUS PROBATÓRIO QUE LHE IMPUNHA O ART. 333, I, DO CPC – NÃO HÁ FUNDAMENTO PARA A PROCEDÊNCIA DA AÇÃO. PROVAS JUNTADAS INSUFICIENTES PARA EMBASAR A FORMAÇÃO DE JUÍZO SEGURO SOBRE A DINÂMICA DOS FATOS. VERSÕES CONFLITANTES. PROVA EVIDENTEMENTE CONTRADITÓRIA E QUE SE LIMITA A CONFIRMAR, PARCIALMENTE, A VERSÃO DOS LITIGANTES.IMPOSSIBILIDADE DE SE ESTABELECER O NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE A CONDUTA CULPOSA ATRIBUÍDA À REQUERIDA E OS DANOS MORAIS E MATERIAIS ADVINDOS À AUTORA, MOTIVO PELO QUAL INVIÁVEL QUE SE IMPUTE ÀQUELE O DEVER DE INDENIZAR. NA FALTA DE PROVAS CONVINCENTES DOS FATOS ALEGADOS NA INICIAL, NÃO RESTA ALTERNATIVA SENÃO CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO. MANTENDO A SENTENÇA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. NOS TERMOS DO ART. 46 DA LEI N.º 9.099/95.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam os Juízes desta Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso.".

Processo: 0608869-03.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 11ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Rozivaldo dos Santos Gomes

Advogado: Edenilson Hosoda Monteiro da Silva (OAB: 9932/AM)

Recorrido: Águas do Amazonas S.A.

Advogado: Gustavo Gonçalves Gomes (OAB: 1058A/AM)

Advogado: Gustavo Gonçalves Gomes (OAB: A1058/AM)

Advogado: Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB: 671A/AM)

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C OBRIGAÇÃO DE FAZER E DANOS MORAIS. FATURA COBRANÇA SERVIÇO DE ÁGUA NA UNIDADE. MÁ PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. REAL CONSUMO. LESÃO AO CONSUMIDOR. INSCRIÇÃO NO ROL DE DEVEDORES. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DANO IN RE IPSA. SENTENÇA REFORMADA PARCIALMENTE. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e DAR PARCIAL PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0608870-25.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 7ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Bmg S/A

Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE)

Recorrida: Francisca Costa de Oliveira

Advogado: André Luiz Duarte da Cruz

Advogado: Alysson Roberto Rocha Ferreira (OAB: 11860/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. CONTRATO INSUFICIENTE. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. RECURSO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0608981-48.2014.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 3ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Ed. Três Comércio de Publicações Ltda (Editora Três)

Advogada: Leila Maria Santana Hilarião (OAB: 852A/AM)

Recorrida: Maria Iraide Negreiros

Advogado: Cristhian Naranjo de Oliveira (OAB: 4188/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS. EDITORA TRÊS. ASSINATURA DE REVISTA. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. RÉ QUE NÃO SE DESINCUMBIU DO ÔNUS DA PROVA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. RELAÇÃO DE CONSUMO. AQUISIÇÃO DE ASSINATURA PORÉM SEM RECEBIMENTO DO PRODUTO. EMPRESA QUE PROCEDEU COM OS DESCONTOS INDEVIDOS. REPETIÇÃO DE INDÉBITO CONCEDIDA. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0609091-90.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, 9ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Aline Luiza Chaves Pacífico
Advogada: Cintia Martins de Souza (OAB: 4399/AM)
Recorrente: Nilton Cesar Bandeira dos Santos
Recorrido: SKY Brasil Serviços Ldta
Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE)
Advogado: André de Souza Oliveira (OAB: 5219/AM)
Advogado: Denner de Barros e Mascarenhas Barbosa (OAB: 1183/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS. SERVIÇO DE TV A CABO E INTERNET. OFERTA QUE OBRIGA O FORNECEDOR (ART. 30, CDC), NÃO DEMONSTRADA. PARTE AUTORA QUE NÃO LOGROU ÊXITO EM CONSTITUIR-SE EM SEU DIREITO. INTELIGÊNCIA DO ART. 373, I DO CPC. AUSÊNCIA DO MÍNIMO PROBATÓRIO APTO A ENSEJAR CONDENAÇÃO. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0609154-96.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 12º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Jose Mojica Jacome
Advogado: Edmilson Lucena dos Santos Júnior (OAB: 6030/AM)
Recorrido: Águas do Amazonas S.A.
Advogado: Gustavo Gonçalves Gomes (OAB: 1058A/AM)
Advogado: Gustavo Gonçalves Gomes (OAB: A1058/AM)
Advogado: Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB: 671A/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ÁGUA. COBRANÇAS INDEVIDAS. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO EVIDENCIADA.O (A) AUTOR (A) NÃO LOGROU ÊXITO EM COMPROVAR OS ALEGADOS DANOS MORAIS DIANTE DE SUPOSTAS FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO CONTRATO FORMALIZADO. EM QUE PESE A RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇOS, PERANTE O CLIENTE, PELA REPARAÇÃO DE DANOS OCORRIDOS, O DEMANDANTE NÃO COMPROVOU, NO CASO CONCRETO, OS FATOS CONSTITUTIVOS DE SEUS DIREITOS, DE MODO QUE INAPLICÁVEL A TEORIA DA REDUÇÃO DO MÓDULO DA PROVA. - QUE NÃO SE DESINCUMBIU DO ÔNUS PROBATÓRIO QUE LHE IMPUNHA O ART. 333, I, DO CPC – NÃO HÁ FUNDAMENTO PARA A PROCEDÊNCIA DA AÇÃO. PROVAS JUNTADAS INSUFICIENTES PARA EMBASAR A FORMAÇÃO DE JUÍZO SEGURO SOBRE A DINÂMICA DOS FATOS. VERSÕES CONFLITANTES. PROVA EVIDENTEMENTE CONTRADITÓRIA E QUE SE LIMITA A CONFIRMAR, PARCIALMENTE, A VERSÃO DOS LITIGANTES.IMPOSSIBILIDADE DE SE ESTABELECER O NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE A CONDUTA CULPOSA ATRIBUÍDA À REQUERIDA E OS DANOS MORAIS E MATERIAIS ADVINDOS À AUTORA, MOTIVO PELO QUAL INVIÁVEL QUE SE IMPUTE ÀQUELE O DEVER DE INDENIZAR. NA FALTA DE PROVAS CONVINCENTES DOS FATOS ALEGADOS NA INICIAL, NÃO RESTA ALTERNATIVA SENÃO CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO. MANTENDO A SENTENÇA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. NOS TERMOS DO ART. 46 DA LEI N.º 9.099/95.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam os Juízes desta Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso.".

Processo: 0609579-31.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 3ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Bmg S/A
Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE)
Advogado: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE)
Recorrido: Samuel de Souza Cruz
Advogado: Ronildo Apoliano Oliveira (OAB: 8490/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO/quitação, danos materiais e DANOS MORAIS. CONTRATO de empréstimo de cartão de crédito consignado. Cláusulas abusivas. ONEROSIDADE EXCESSIVA. Cdc aplicado. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. APLICAÇÃO DE TESES DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DAS TURMAS RECURSAIS AO CASO CONCRETO. PRECENDENTE OBRIGATÓRIO. LESÃO AO CONSUMIDOR. REPETIÇÃO DE INDÉBITO DEVIDA e DANOS MORAIS IN RE IPSA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. VALOR DA INDENIZAÇÃO RAZOÁVEL. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO IMPROVIDO. - Em sede de Pedido de Uniformização de Jurisprudência, processo n. 0000199-73.2018.8.04.9000, foram estabelecidas três teses a serem seguidas pelos magistrados atuantes no sistema estadual dos juizados especiais: EMENTA: INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. CONSUMIDOR. CONTRATO DE CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. VULNERABILIDADE DO CONSUMIDOR. DIREITO BÁSICO À INFORMAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE EQUILÍBRIO ENTRE AS PARTES NA RELAÇÃO CONSUMERISTA. DEVER DE INFORMAÇÃO PRÉVIA, CLARA E ADEQUADA. NÃO OBSERVAÇÃO. INVALIDADE DO CONTRATO. USO DO CARTÃO DE CRÉDITO. IMPOSSIBILIDADE DE CONVALIDAÇÃO. DANO MORAL. ANÁLISE DA INCIDÊNCIA À LUZ DO CASO CONCRETO. RESTITUIÇÃO DO STATUS QUO ANTE. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. POSSIBILIDADE NOS CASOS EM QUE FOR CONSTATADA A MÁ-FÉ. (…) DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, a Turma de Uniformização, por MAIORIA de seus membros, julgou pela PROCEDÊNCIA DO PRESENTE INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO PARA FIXAR TRÊS TESES JURÍDICAS RELATIVAS AOS CONTRATOS DE CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADOS, NOS TERMOS DO VOTO DIVERGENTE DO DR. MARCELO MANUEL DA COSTA VIEIRA. 1a tese: São inválidos os contratos de cartão de crédito consignado quando inexistir prova inequívoca de que tenha o consumidor sido informado, prévia e adequadamente, sobre a integralidade dos termos ajustados no instrumento contratual. Acompanharam a divergência os seguintes magistrados: Dra. Irlena Leal Benchimol, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira, Dr. Antônio Itamar de Sousa Gonzaga, Dra. Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques e Dr. Roberto Hermidas de Aragão. 2a tese: O uso do cartão de crédito consignado, por si só, não afasta a incidência de dano moral, tampouco supre a falta do fornecedor pelo cumprimento do dever de informação no ato de contratação, estando a sua legalidade relacionada diretamente com a validade do contrato. Acompanharam a divergência os seguintes magistrados: Dr. Roberto Hermidas de Aragão, Dr. Moacir Pereira Batista, Dr. Antônio Itamar de Sousa Gonzaga, Dr. Irlena Leal Benchimol, Dr. Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. 3a tese: Em regra, é cabível a restituição simples, a cada parte, nos casos em que for reconhecida a ilegalidade dos contratos de cartão de crédito consignado. A repetição de indébito é devida, tão somente, quando houver comprovada má-fé, que deve ser apreciada a luz do caso concreto. Acompanharam a divergência os seguintes magistrados: Dra. Naira Neila Batista de Oliveira, Dra. Irlena Leal Benchimol, Dr. Moacir Pereira Batista, Dra. Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes e Dra. Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques.. Sessão: 26 de outubro de 2018. – grifos meus.- O Recorrente não se desincumbiu de comprovar ter fornecido prévia e adequadamente ao consumidor todas as informações pertinentes ao contrato celebrado. Este, por sua vez, não apresenta informações claras, identificação do negócio

jurídico realizado, periodicidade de prestações e demais encargos incidentes, e, por fim, não expressa o meio de quitação.- Contrato inválido, e cujos efeitos não convalescem no tempo – art. 169, CC.- Constatada a má-fé, deve o Recorrente proceder com a repetição dobrada de indébito, do que a parte demandante indevidamente pagou, nos exatos termos do art. 42, parágrafo único, do CDC.- O dano moral dá-se in re ipsa, não exigindo maiores delongas sobre o tema. Destaca-se, apenas, ser inegável que a realização sucessiva de descontos financeiros inexigíveis sobre a aposentadoria do consumidor idoso – 82 anos, após assinatura de contrato dúbio, é uma realidade que abala o psiquismo do consumidor, ao ver seus recursos serem tomados de forma irregular, de modo a obrigá-lo a recorrer ao abrigo do Poder Judiciário para sustar a prática abusiva.- Quantum fixado de forma prudente, em caráter excepcional, considerando-se as peculiaridades do caso concreto, os fins pedagógico e punitivo da reparação moral, e princípios da razoabilidade e a proporcionalidade ao agravo causado ao consumidor.VOTO: Ante o exposto, voto no sentido de conhecer e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, mantendo na íntegra a sentença monocrática por seus fundamentos (art. 46, Lei 9.099/95), e condeno o Recorrente ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, que fixo em 20% sobre o valor da condenação (art. 55, Lei 9.099/95). . DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam os Juízes desta Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso.".

Processo: 0609827-31.2015.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 3ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Ed. Três Comércio de Publicações Ltda (Editora Três)

Advogada: Joicy Costa Corrêa da Cunha Argent Thompson (OAB: 897A/AM)

Advogado: Rodrigo Borges Vaz (OAB: 15462/BA)

Recorrida: GECINEIDE DE OLIVEIRA BARROS

Advogado: Luis Albert dos Santos Oliveira (OAB: 8251/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO C/C INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS. CARTÃO DE CRÉDITO. ASSINATURA DE REVISTA COM DÉBITO DAS PARCELAS SEM ANUÊNCIA DO (A) AUTOR (A). COBRANÇAS INDEVIDAS PRÁTICA ABUSIVA. DANOS MORAIS CONFIGURADOS, ANTE O CARÁTER PUNITIVO DA MEDIDA. Quantum mantido. CONSTITUI-SE EM ILÍCITO PASSÍVEL DE PUNIÇÃO A RENOVAÇÃO AUTOMÁTICA DE REVISTAS SEM A ANUÊNCIA DO CONSUMIDOR. PRÁTICA COMERCIAL ABUSIVA. DANOS MORAIS E MATRIAIS CARACTERIZADOS EM FACE DAS CIRCUNSTÂNCIAS. QUANTUM INDENIZATÓRIO ARBITRADO NA SENTENÇA QUE NÃO COMPORTA REDUÇÃO, MERECENDO SER MANTIDO O VALOR, UMA VEZ QUE DE ACORDO COM OS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE E COM OS PARÂMETROS ADOTADOS PELA TURMA EM CASOS ANÁLOGOS. ALÉM DA FINALIDADE DE SANÇÃO REPARATÓRIA E PUNITIVA. DANO MORAL IN RE IPSA. REGRA GERAL DO ÔNUS DA PROVA - SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS, NOS TERMOS DO ART. 46 DA LEI N.º 9.099/95. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam os Juízes desta Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso.".

Processo: 0610174-30.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 6º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: EROS LÚCIO AMARO RIBEIRO

Advogado: Carolina Campelo Souza Santos (OAB: 4082/AM)

Recorrido: RDZ Comércio de Veículos Ltda - MAVEL

Advogado: João Bosco A. Toledano (OAB: 1456/AM)

Advogada: Adriana Ferreira do Nascimento (OAB: 5498/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. VEÍCULO SINISTRADO. SUPOSTO PRAZO DE 10 DIAS PARA ENTREGA. NÃO COMPROVAÇÃO. PROVA QUE CABERIA AO RECORRENTE. SENTENÇA MANTIDA PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. Trata-se de Recurso Inominado interposto pelo Recorrente em face da sentença de fls. 121, argumentando, em suas razões, que a parte recorrida não comprovou ter comunicado ao autor que o prazo para entrega seria de 60 (sessenta) dias, de modo que a sentença deve ser reformada para reconhecimento dos danos morais. Contudo, como bem ponderou o juízo de primeiro grau, o recorrente não comprovou que o prazo que lhe foi prometido para entrega do veículo seria apenas de 10 (dez) dias, o que inclusive seria contraditório, considerando tratar-se de colisão com caminhão, o que já denota maiores cuidados no conserto. Logo, porque bem apreciou os elementos fáticos constantes do bojo do processo, deve a sentença ser integralmente mantida. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Vencido o recorrente cabe condenação em custas e honorários, estes arbitrados em 10% do valor da condenação devidamente atualizada, artigo 55 da Lei nº 9.099/1995, cuja exigibilidade fica suspensa por 5 anos, por ser o recorrente beneficiário da justiça gratuita.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0610433-96.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível, Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal

Recorrente: Governador do Estado do Amazonas

Advogado: Isabella Peres Russo (OAB: 3198/AM)

Recorrido: William Rodrigues da Silva

Advogado: Antonio Carlos Gama Alves (OAB: 16215/PA)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. FAZENDA PÚBLICA. MATRÍCULA NO CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE SARGENTOS (CAS/2017/03). PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS OBRIGATÓRIOS. INÉRCIA DO ESTADO EM FORNECER OS CURSOS NOS PERÍODOS DETERMINADOS PELA LEGISLAÇÃO. LEI 4.044/2014. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0610745-35.2015.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 13º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Itaú S/A

Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 1037A/AM)

Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE)

Recorrida: Andreza Correa Lima

Advogado: Luis Albert dos Santos Oliveira (OAB: 8251/AM)

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. AUSÊNCIA DE CONTRATAÇÃO. SEM CONSENTIMENTO. CONDICIONAMENTO À CONTRATAÇÃO DE PRODUTO/SERVIÇO. EVIDENTE PRÁTICA ABUSIVA PREVISTA DO ART. 39, I e III DO CDC. SERVIÇO EMBUTIDO NÃO CONTRATADO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. LESÃO AO CONSUMIDOR. REPETIÇÃO DE INDÉBITO ACOLHIDA E DANOS MORAIS IN RE IPSA. VALOR DA INDENIZAÇÃO RAZOÁVEL L. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos

em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0610872-84.2017.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, 16ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Ilma de Jesus da Silva Souza
Advogado: Adson Pinho Pinto (OAB: 5850/AM)
Recorrido: Banco Bonsucesso Consignado S.A
Advogada: Barbara Rodrigues Faria da Silva (OAB: 151204/MG)

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER COM PEDIDO DE DANOS MORAIS. PRETENSÃO DE REFORMA PARA CONSIDERAR OS PLEITOS INICIAIS. NÃO ACOLHIMENTO. SENTENÇA DE EXTINÇÃO MANTIDA. INCOMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO. JUÍZO COMUM. EXTINÇÃO DO FEITO MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito. Manaus, 29/07/2019.Manaus, 29/07/2019.".

Processo: 0611996-83.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 3ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Itaú S/A
Advogado: José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB: 1235A/AM)
Advogado: Marina Batstos da Porciuncula Benghi (OAB: 983/PE)
Recorrido: José Maria Cazuza da Silva
Advogado: José de Jesus Gouvêa Oliveira Junior (OAB: 10793/AM)
Advogado: Moises Cavalcante G. de Oliveira (OAB: 5912/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

recurso inominado. CONSUMIDOR. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C indenização por danos MORAIS. cobrança indevida. NEGATIVAÇÃO JUNTO AOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AO CONSUMIDOR (RESPONSABILIDADE OBJETIVA) – APLICABILIDADE DO CÓDIGO CONSUMERISTA. REGRA GERAL DO ÔNUS DA PROVA – DANOs MORAis CONFIGURADOS não só pelO desrespeito com o consumidor, que se viu surpreendido com a FALHA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, mas, também, e, principalmente, pelo caráter punitivo e pedagógico do instituto. Sentença mantida por seus próprios fundamentos, nos termos do art. 46 da LEI N.º 9.099/95. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam os Juízes desta Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso.".

Processo: 0612011-86.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 7ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Importadora Tvlar Ltda
Advogada: Rayane Cristina Carvalho Lins (OAB: 4544/AM)
Advogado: José Rodrigues Terceiro Filho (OAB: 6341/AM)
Advogado: José Alberto Maciel Dantas (OAB: 3311/AM)
Recorrido: Renato Queiroz de Lemos
Advogado: Náiade Victória Araujo Perrone (OAB: 9183/AM)
Advogado: Devid Vinicius Xavier da Costa (OAB: 9673/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. COMPRA DE ELETRODOMÉSTICO EM LOJA DA EMPRESA REQUERIDA. ACORDO DE PARCELAMENTO DO VALOR EM CINCO PRESTAÇÕES. PROVIDÊNCIA NÃO EFETIVADA PELO ESTABELECIMENTO COMERCIAL. CONSUMIDOR QUE NECESSITOU REALIZAR EMPRÉSTIMO PARA ARCAR COM O PAGAMENTO DA QUANTIA TOTAL COBRADA EM SEU CARTÃO DE CRÉDITO. DECRETAÇÃO DE REVELIA. DANO MORAL CARACTERIZADO. VALOR INDENIZATÓRIO RAZOÁVEL E PROPORCIONAL.O dano moral está perfeitamente caracterizado no caso concreto, na medida em que o consumidor, ao adquirir um freezer na Importadora TV Lar, realizou a compra parcelada em 05 (cinco) prestações. Não obstante a isso, o valor de cobrança foi lançado de uma só vez em seu cartão de crédito, sem que o mesmo tivesse condições de pagar a soma total, necessitando realizar empréstimo para tanto.A empresa demandada, por sua vez, não logrou êxito em desconstituir os fatos alegados pelo consumidor, na medida em que foi revel. Após, somente compareceu aos autos para ofertar proposta de acordo.O valor indenizatório arbitrado (R$ 2.144,48) revela-se proporcional à extensão dos prejuízos, atendendo ao princípio da razoabilidade, pelo que não comporta redução. Diante disso, NEGO PROVIMENTO AO RECURSO, mantendo a sentença monocrática por seus próprios fundamentos, nos moldes do art. 46, da Lei 9.099/95, como forma de otimizar o julgamento pelo Colegiado. Em consequência, condeno ao Recorrente ao pagamento das custas processuais e honorários de advogado, no percentual de 20%, sobre o valor da condenação. É como voto.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0612739-93.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 13º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco IBI S/A - Banco Multiplo
Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: A598/AM)
Advogado: Mauro Paulo Galera Mari (OAB: 3056/MT)
Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 598A/AM)
Recorrida: Zenaide Moura Filgueiras
Advogado: Marcelo Augusto Cruz Pedrosa (OAB: 9290/AM)
Advogada: Daniele Silva Moura (OAB: 5899/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

recurso inominado. consumidor. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. inexigibilidade de débito. COBRANÇA INDEVIDA. Registro em cartório de protesto. danos morais CONFIGURADOS. AUSÊNCIA DE PROVA DE EFETIVO CONSUMO PELA PARTE AUTORA. INVERSÃO DO ÔNUS PROBATÓRIO. TEORIA DA CARGA DINÂMICA DO SUPORTE PROBANTE. A relação de consumo importa inversão do ônus probatório, tanto pela proteção favorável à parte hipossuficiente no vínculo consumerista, como porque a ré detém melhor condição de produzir a prova, conforme a teoria da carga dinâmica do suporte probante.Exigir dO (A) autor (A), nessa circunstância, "contraprova", significaria forçá-lO (A) a produzir suporte negativo (não-consumo), ou praticamente impossível. competia à demandada realizar, tanto pela inversão do conteúdo probatório como porque, em tais pontos, o tema verteria prova positiva, ou possível de ser efetivada. TODAVIA, DIANTE DE SITUAÇÃO DE DÚVIDA LEVANTADA PELO CONSUMIDOR, PARTE HIPOSSUFICIENTE NA RELAÇÃO, O CONTRÁRIO DEVERIA VIR CONSUBSTANCIADO PELA EMPRESA.DANOS MORAIS CONFIGURADOS NÃO SÓ PELO DESRESPEITO AO CONSUMIDOR, QUE SE VIU SURPREENDIDO COM A FALHA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, MAS, TAMBÉM, E, PRINCIPALMENTE, PELO CARÁTER PUNITIVO E PEDAGÓGICO DO INSTITUTO. SENTENÇA MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam os Juízes desta Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso.".

Processo: 0612879-64.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 3ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Josué Anselmo da Silva Silveira Junior

Advogado: Eduardo Marques da Silva (OAB: 9114/AM)

Recorrido: MERCADOPAGO.COM REPRESENTAÇÕES LTDA

Advogado: Eduardo Chalfin (OAB: A1140/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. RELAÇÃO DE CONSUMO. COMPRA FEITA PELA INTERNET. NECESSIDADE DE REENVIO. COBRANÇA DE NOVO FRETE. NÃO HOUVE FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. ILEGITIMIDADE PASSIVA. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. SENTENÇA MANTIDA PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0612970-86.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 8ª Vara do Juizado Especial Cível (Nilton Lins)

Recorrente: Divalneide de Souza Valares

Advogado: Luis Albert dos Santos Oliveira (OAB: 8251/AM)

Recorrido: Banco Bradesco S.a.

Advogado: José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB: 1235A/AM)

Advogada: Dinah Amazonas de Oliveira (OAB: 4667/AM)

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. AUSÊNCIA DE CONTRATAÇÃO. SEM CONSENTIMENTO. CONDICIONAMENTO À CONTRATAÇÃO DE PRODUTO/SERVIÇO. EVIDENTE PRÁTICA ABUSIVA PREVISTA DO ART. 39, I e III DO CDC. SERVIÇO EMBUTIDO NÃO CONTRATADO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DO SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. LESÃO AO CONSUMIDOR. REPETIÇÃO DE INDÉBITO ACOLHIDA E DANOS MORAIS IN RE IPSA. VALOR DA INDENIZAÇÃO RAZOÁVEL. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e DAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0613144-32.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 13º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Lourenço Eleuterio de Oliveira Neto

Advogado: Diego Araujo Benayon (OAB: 10766/AM)

Recorrido: SKY Brasil Serviços Ldta

Advogado: Denner de Barros e Mascarenhas Barbosa (OAB: 1183/AM)

Advogado: André de Souza Oliveira (OAB: 5219/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO C/C DANOS MORAIS. RELAÇÃO DE CONSUMO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. SKY. RÉ QUE SE DESINCUMBIU DO ÔNUS COMPROBATÓRIO. NÃO HOUVE FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. SERVIÇO CONTRATADO. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0613399-24.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 7ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Industrial do Brasil S/A

Advogado: Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM)

Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE)

Advogado: Henrique Lima Marinheiro (OAB: 9324/AM)

Advogada: Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB: 4018/AM)

Recorrido: José Juarez do Nascimento Barbosa

Advogado: Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB: 10057/AM)

Advogado: Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB: 8872/AM)

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO/quitação, danos materiais e DANOS MORAIS. CONTRATO de empréstimo de cartão de crédito consignado. Preliminar rejeitada de plano. Sem necessidade de perícia técnica. Provas nos autos suficientes para análise do mérito. Cláusulas abusivas. ONEROSIDADE EXCESSIVA. Cdc aplicado. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. APLICAÇÃO DE TESES DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DAS TURMAS RECURSAIS AO CASO CONCRETO. LESÃO AO CONSUMIDOR. INVALIDADE DO CONTRATO. INOBSERVÂNCIA DO DEVER DE INFORMAÇÃO E TRANSPARÊNCIA. QUITAÇÃO/INEXIGIBILIDADE, REPETIÇÃO DE INDÉBITO e DANOS MORAIS EXCESSIVOS. VALOR REDUZIDO. RECURSO PROVIDO EM PARTE. . DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e DAR parcial PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0613483-59.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 11ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Itaú Bmg Consignado S.a.

Advogado: Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM)

Advogada: Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB: 983A/PE)

Recorrido: Cosme Costa Mariano

Advogado: Marcio Clebson da Silva Costa (OAB: 10116/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSOS INOMINADOS. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE CONTRATO. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. RECURSO NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. Tratam-se de dois Recursos Inominados interpostos pelos requeridos, nos termos seguintes: A) Interposto pelo BANCO BMG às fls. 234/252, argumentando que o recorrido realizou diversos saques no cartão de crédito que aduziu não ter contratado, de modo que não há o que se falar em vício no consentimento e danos morais; B) Interpostp pelo BANCO ITAÚ BMG CONSIGNADO às fls. 263/270, sustentando sua ilegitimidade passiva, inexistindo qualquer responsabilidade sua configurada no bojo dos autos. Contudo, como bem ponderou o juízo de primeiro grau, o contrato de fls. 143/147 não traz em seu bojo a imprescindível informação inequívoca ao consumidor de que se tratava de cartão de crédito consignado, de modo que o ilícito está devidamente reconhecido. Por fim, observo que resta clara a legitimidade do recorrente BANCO ITAÚ CONSIGNADO, na medida em que houve a cessão do contrato originalmente configurado perante o primeiro recorrente, sendo portanto imperiosa sua condenação de forma solidária. Logo, porque bem apreciou os elementos fáticos constantes do bojo do processo, deve a sentença ser integralmente mantida. RECURSOS CONHECIDOS E NÃO PROVIDOS. A súmula do julgamento servirá como acórdão

na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Vencidos os recorrentes, cabe condenação em custas e honorários, estes arbitrados em 20% do valor da condenação devidamente atualizada, artigo 55 da Lei nº 9.099/1995. . DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0613574-18.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 15º Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Banco Bmg S/A
Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE)
Advogado: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE)
Recorrido: Jozimar Santos Borges
Advogado: Victor da Silva Trindade (OAB: 2991/AM)
Advogado: Raimundo Edson Torres Lima (OAB: 8732/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMBARGOS À EXECUÇÃO. MULTA PREVISTA NO ART. 475 J DO CPC. IMPUGNAÇÃO À EXECUÇÃO. ALEGAÇÃO DE EXCESSO, NO TOCANTE A FIXAÇÃO DA ASTRIENTE. VALOR QUE NÃO SE MOSTRA EXORBITANTE. A MANIFESTAÇÃO REFERE-SE A EXCESSO DE EXECUÇÃO, MATÉRIA QUE PODE SER ADUZIDA EM SEDE DE IMPUGNAÇÃO À EXECUÇÃO, DE ACORDO COM O ARTIGO 52, INCISO IX, DA LEI Nº 9.099/95. NÃO HÁ QUALQUER EXAGERO NA FIXAÇÃO DA MULTA CONSOLIDADA, POIS ELA ESTÁ DENTRO DOS PARÂMETROS ADOTADOS PARA CASOS ANÁLOGOS. AINDA QUE O ART. 461, §6º DO CPC FACULTE AO JUIZ O ARBITRAMENTO DA MULTA, ESTANDO ELA DE ACORDO COM OS PARÂMETROS ADOTADOS POR ESTA TURMA NÃO MERECE REPAROS. JUSTA TAMBÉM A EXPECTATIVA DE QUE A MANUTENÇÃO DE PUNIÇÕES POR VALORES SIGNIFICATIVOS EM DECORRÊNCIA DO DESCUMPRIMENTO REITERADO DE DECISÕES JUDICIAIS, SEM JUSTIFICATIVA PLAUSÍVEL, TENHA REPERCUSSÃO ECONÔMICA DE MODO QUE GRANDES GRUPOS, COMO A PARTE RECORRENTE, REVISEM SUA CONDUTA, SENÃO PELA OBRIGAÇÃO LEGAL DE CUMPRIR DETERMINAÇÃO JUDICIAL, PELA REPERCUSSÃO ECONÔMICA QUE O DESCUMPRIMENTO VENHA A GERAR. BEM COMO PARA REFORÇAR A DEFESA DOS CONSUMIDORES EM GERAL, A EVITAR A REITERAÇÃO DE PRÁTICAS ABUSIVAS OU A AFRONTA ÀS REGRAS CONSUMERISTAS. RECURSO INOMINADO IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam os Juízes desta Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso.".

Processo: 0613725-81.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 3ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Banco Bmg S/A
Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE)
Advogado: Urbano Vitalino Advogados (OAB: 313/PE)
Recorrida: Izabel Lopes das Graças
Advogado: Manoel Marques de Oliveira (OAB: 5587/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. CONTRATO INSUFICIENTE. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. RECURSO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0613767-18.2017.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, 10ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Banco Itaú S/A
Advogado: Carlos Alberto Baião (OAB: 925A/AM)
Advogado: Carlos Alberto Baião (OAB: A925/AM)
Recorrente: Banco Itaucard S/A
Advogado: Carlos Alberto Baião (OAB: 925A/AM)
Recorrido: Antonio Araújo Penha
Advogado: Rosane Romero Ravazi (OAB: 711A/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA DIREITO DO CONSUMIDOR. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. REFINANCIAMENTO ABUSIVO. DEVER DO REQUERIDO DE DESCONSTITUIR OS ARGUMENTOS AUTORAIS. DEVER DE INDENIZAR CONFIGURADO. DANOS MORAIS E MATERIAIS. SENTENÇA MANTIDA PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.Insurge-se o recorrente em face da sentença de fls. 189/194, arguindo que a decisão é extra petita e que o refinanciamento engloba os valores relativos ao CET, havendo ainda responsabilidade do recorrido com relação aos débitos que dá causa. Primeiramente, observo que a sentença não é extra petita, eis que o fato de a fundamentação do magistrado pode cingir-se àquela que melhor lhe aprouver, desde que devidamente justificada na lei, o que se observa nos autos, não havendo deferimento de pedido diverso da exordial. No que tange aos demais argumentos recursais, é evidente a situação de superendividamento do recorrido, sendo medida da mais lídima justiça o deferimento dos danos morais, pois evidente a hipossuficiência do consumidor perante a leonina proposta do banco réu, de impossível adimplemento, considerando o ínfimo valor recebido pelo consumidor. Logo, porque bem apreciou os elementos fáticos constantes do bojo do processo, deve a sentença ser integralmente mantida. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Vencido o recorrente cabe condenação em custas e honorários, estes arbitrados em 20% do valor da condenação devidamente atualizada, artigo 55 da Lei nº 9.099/1995. . DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0614287-27.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 6º Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: ALCINDO DE LIMA PEREIRA
Advogada: Francisca Núbia de Oliveira de Lima (OAB: 4376/AM)
Recorrido: Banco Bmg S/A
Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE)
Advogado: Urbano Vitalino Advogados (OAB: 313/PE)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE CONTRATO. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. RECURSO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA. . DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0614428-12.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 7ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Sérgio de Luna Silva Júnior
Advogada: Danielle dos Santos Cabral (OAB: 9773/AM)
Recorrido: Tim Celular S/A
Advogado: Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB: 671A/AM)
Advogado: Marcelo da Silva Carlos (OAB: 7366/AM)

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. PROVA MÍNIMA DA MÁ PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. PRETENSÃO DE MAJORAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO – NEGADO. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO IMPROVIDO Sem honorários nos termos do art. 55 da lei 9.099/95 e ART. 12 da Lei 1060/50. . DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NO MÉRITO REJEITAR os Embargos de Declaração, nos termos do voto da Relatora, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0615114-38.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 7ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: HABITEC- Habitação, Empreedimento e Construções Ltda

Advogado: Daniel Santos de Andrade (OAB: 6733/AM)

Recorrido: Condomínio Residencial House Ville

Advogado: Frederico Moraes Bracher

Advogado: Jacques Machado Portela (OAB: 2722/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. COBRANÇA DE COTAS CONDOMINIAIS. PROMESSA DE COMPRA E VENDA. ENTREGA DAS CHAVES NÃO COMPROVADA. CONSTRUTORA RESPONSABILIZADA. DEVER DE PAGAR CONFIGURADO. SENTENÇA MANTIDA PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.Insurge-se a recorrente em face da sentença de fls. 110/112, , argumentando em suas razões recursais que vendeu o imóvel para terceiro de nome SILVANA DA SILVA NEVES, a qual devolveu o imóvel para a recorrente em 23/06/2017. Contudo, em nenhum momento demonstra a efetiva entrega do imóvel e de suas respectivas chaves, permanecendo apenas no campo das meras alegações, já que o simples contrato colacionado não se mostra suficiente para demonstrar tal fato. Logo, porque bem apreciou os elementos fáticos constantes do bojo do processo, deve a sentença ser integralmente mantida. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Vencido o recorrente cabe condenação em custas e honorários, estes arbitrados em 20% do valor da condenação devidamente atualizada, artigo 55 da Lei nº 9.099/1995. . DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0615238-50.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 15º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco CSF S/A

Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE)

Advogado: Giacomo Dinelly Lima (OAB: 9753/AM)

Recorrido: Mário Jorge Brandão do Nascimento

Advogada: Dina Flavia Freitas da Silva (OAB: 8182/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE DANOS MATERIAIS E MORAIS. CARTÃO DE CRÉDITO. RELAÇÃO DE CONSUMO. VENDA CASADA. SEGURO E SERVIÇO DE SMS CONDICIONADO À CONTRATAÇÃO DO CARTÃO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. DANO MORAL CONFIGURADO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0615490-24.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 5ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Mariluce Gomes Coelho

Advogado: Diego Andrade de Oliveira (OAB: 8792/AM)

Recorrido: Banco Bonsucesso Consignado S.A

Advogado: Cassio Chaves Cunha (OAB: 12268/PA)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSOS INOMINADOS. DIREITO DO CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. CONTRATO INSUFICIENTE. INOBSERVÂNCIA DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE DO NEGÓCIO. DANO MATERIAL CARACTERIZADO. RESTITUIÇÃO QUE DEVE OCORRER NA FORMA SIMPLES. DANO MORAL CARACTERIZADO. PRIMEIRO RECURSO PROVIDO. SEGUNDO RECURSO PROVIDO PARCIALMENTE. SENTENÇA REFORMADA.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0615870-76.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 1ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Hoteis.com - Expedia do Brasil Agencia de Viagem e Turismo Ltda

Advogado: Fabio Rivelli (OAB: 297608/SP)

Advogado: André de Souza Oliveira (OAB: 5219/AM)

Recorrido: Silvestre Soares de Paiva

Advogado: Afonso David Frota Maciel (OAB: 10422/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. RELAÇÃO DE CONSUMO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. EMPRESA DE TURISMO. COMPANHIA AÉREA. REVELIA DA COMPANHIA AÉREA. PRESUNÇÃO RELATIVA. CANCELAMENTO DE VOO. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. TEORIA DO RISCO DO EMPREENDIMENTO. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA NO QUANTUM. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, DAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0616108-95.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 15º Vara do Juizado Especial Cível

Requerente: Bradesco Vida e Previdência S/A

Advogado: André de Souza Oliveira (OAB: 5219/AM)

Requerida: Mª de Fatima de Andrade Fernandes

Advogado: Manoel Marques de Oliveira (OAB: 5587/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. COBRANÇA INDEVIDA PROVENTOS APOSENTADORIA. TÍTULO DE CAPITALIZAÇÃO PEDIDO DE RESTITUIÇÃO DOS VALORES PAGOS. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS (RESPONSABILIDADE OBJETIVA). DANOS MORAIS E MATERIAIS CONFIGURADOS. INVERSÃO DO ÔNUS PROBATÓRIO. TEORIA DA CARGA DINÂMICA DO SUPORTE PROBANTE. A relação de consumo importa inversão do ônus probatório, tanto pela proteção favorável à parte hipossuficiente no vínculo consumerista, como porque a ré detém melhor condição de produzir a prova, conforme a teoria da carga dinâmica do suporte probante.Exigir dO (A) autor (A), nessa circunstância, "contraprova", significaria forçá-lO (A) a produzir suporte negativo, ou praticamente impossível. competia à demandada realizar,

tanto pela inversão do conteúdo probatório como porque, em tais pontos, o tema verteria prova positiva, ou possível de ser efetivada. TODAVIA, DIANTE DE SITUAÇÃO DE DÚVIDA LEVANTADA PELO CONSUMIDOR, PARTE HIPOSSUFICIENTE NA RELAÇÃO, O CONTRÁRIO DEVERIA VIR CONSUBSTANCIADO PELA EMPRESA.COM RELAÇÃO AOS DANOS MORAIS E MATERIAIS, ESTES RESTAM CONFIGURADOS EXCEPCIONALMENTE, VISTO QUE AS COBRANÇAS INDEVIDAS REALIZADAS EM DECORRÊNCIA DO CONSUMO ALÉM DAS CIRCUNSTÂNCIAS REAIS OCASIONAM ADVERSIDADES QUE ULTRAPASSAM O MERO ABORRECIMENTO, SENDO SUFICIENTE PARA ENSEJAR A INDENIZAÇÃO. A TEORIA DO RISCO DO EMPREENDIMENTO, SEGUNDO A QUAL, TODO AQUELE QUE SE DISPONHA A EXERCER ALGUMA ATIVIDADE NO MERCADO DE CONSUMO TEM O DEVER DE RESPONDER PELOS EVENTUAIS VÍCIOS OU DEFEITOS DOS BENS E SERVIÇOS FORNECIDOS,INDEPENDENTEMENTE DE CULPA.DANOS CONFIGURADOS EXCEPCIONALMENTE NÃO SÓ PELO DESRESPEITO AO CONSUMIDOR, QUE SE VIU SURPREENDIDO COM A FALHA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, MAS, TAMBÉM, E, PRINCIPALMENTE, PELO CARÁTER PUNITIVO E PEDAGÓGICO DO INSTITUTO. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: “Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam os Juízes desta Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso.”.

Processo: 0617012-52.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 6º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Pan S/A
Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE)
Recorrida: Marcelle Nogueira Monteiro
Advogado: Rodrigo Vasconcelos Pires de Carvalho (OAB: 6669/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA DIREITO DO CONSUMIDOR. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. COBRANÇA POR DÉBITO RENEGOCIADO. DEVER DO REQUERIDO DE DESCONSTITUIR OS ARGUMENTOS AUTORAIS. DEVER DE INDENIZAR CONFIGURADO. DANOS MORAIS E MATERIAIS. SENTENÇA MANTIDA PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.Insurge-se o recorrente em face da sentença de fls. 237/239, trazendo em suas razões recursais o argumento de que houve perda de margem consignável em diversas competências, de modo que o pagamento não fora feito de forma adequada, inexistindo qualquer ilícito em sua conduta. Contudo, como bem ponderou o juízo de primeiro grau, tenho que os documentos juntados pelo recorrente em defesa não são suficientes para desconstituir os argumentos autorais, tratando-se de documentos unilateralmente produzidos, de modo que a decisão não merece reparos. Logo, porque bem apreciou os elementos fáticos constantes do bojo do processo, deve a sentença ser integralmente mantida. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Vencido o recorrente cabe condenação em custas e honorários, estes arbitrados em 20% do valor da condenação devidamente atualizada, artigo 55 da Lei nº 9.099/1995. . DECISÃO: “DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.”.

Processo: 0617287-35.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 7ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Bmg S/A
Advogada: Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB: 4018/AM)
Recorrida: Rosarilda Dias da Silva
Advogado: Manoel Marques de Oliveira (OAB: 5587/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. CONTRATO INSUFICIENTE. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. RECURSO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.. DECISÃO: “DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.”.

Processo: 0617549-14.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 13º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Rosiclea Dias da Silva
Advogada: Natielen Souza de Carvalho Simoes (OAB: 12940/AM)
Recorrido: Tam - Linhas Aéreas S/A

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO INDENIZATÓRIA C/C DANOS MORAIS. RECUPERAÇÃO DE MALA EXTRAVIADA DECORRIDO 02 MESES APÓS O EMBARQUE. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA PARA CONCEDER INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.. DECISÃO: “Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, DAR PARCIAL PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.”.

Processo: 0617708-54.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 6º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a)
Advogada: Isabela Montuori Bougleux de Araujo (OAB: 118303/MG)
Advogado: Guilherme Vilela de Paula (OAB: 69306/MG)
Advogado: Guilherme Vilela de Paula (OAB: 1010A/AM)
Recorrida: Kamille Catunda de Oliveira
Advogada: Evellyn Kelryen Apolonio da Silva (OAB: 9125/AM)
Advogado: Eduardo Marques da Silva (OAB: 9114/AM)
Advogada: Emmilly Karen Apolônio da Silva (OAB: 9716/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado. DECISÃO: “Decisão do julgamento na sessão Não informado”.

Processo: 0617847-06.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 1ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a)
Advogada: Isabela Montuori Bougleux de Araujo (OAB: 118303/MG)
Advogada: Nájela Noara Dias Tomé (OAB: 159666/MG)
Advogado: Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB: 1065A/AM)
Recorrido: Giovani Caldas da Silva
Advogado: Daiana Kelly Bandeira Spener (OAB: 13366/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO. RELAÇÃO DE CONSUMO. EMPRESA FORNECEDORA DE ENERGIA. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. INSPEÇÃO EM MEDIDOR E IMPOSIÇÃO DE VALORES DE FORMA ARBITRÁRIA. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA PARA MINORAR O QUANTUM

INDENIZATÓRIO. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, DAR PARCIAL PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0617873-46.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível, Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal

Recorrente: Governador do Estado do Amazonas
Advogado: Janilson da Costa Barros (OAB: 13152/AM)
Advogada: Sálvia Haddad Gurgel Amaral (OAB: 3529/AM)
Recorrida: Silvana Oliveira Pires
Advogado: Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB: 8500/AM)

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. PACTO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIO. SUCESSIVAS RENOVAÇÕES. DESRESPEITO AO CARÁTER DA TEMPORALIDADE, EXCEPCIONALIDADE E AO CONCURSO PÚBLICO. NULIDADE DO PACTO. DIREITO AO FGTS. PRECEDENTES STJ E STF. RECURSO IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0618292-58.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 3ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Delta Air Lines Inc
Advogado: Letícia Dias Ponce de Leão (OAB: 9099/AM)
Recorrido: Igor de Carvalho Leal Campagnolli
Advogado: Joaquim Liborio dos Santos (OAB: 8860/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

recurso inominado. CONSUMIDOR. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAS. CONTRATATO DE TRANSPORTE AÉREO. VIAGEM EM FAMÍLIA. IMPEDIMENTO DE EMBARQUE DE UM DOS MEMBROS DA FAMÍLIA QUE FRUSTROU A VIAGEM DO GRUPO. ALEGAÇÃO DE DIVERGÊNCIA ENTRE O NOME NO PASSAPORTE E O NOME NO VISTO DA ESPOSA DO AUTOR. IMPEDIMENTO INJUSTIFICADO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO (RESPONSABILIDADE OBJETIVA). DANOS MORAIS E MATERIAIS CONFIGURADOS. mas, também, e, principalmente, pelo caráter punitivo e pedagógico do instituto. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. SENTENÇA MANTINDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. . DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam os Juízes desta Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso.".

Processo: 0618697-60.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 1ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a)
Advogada: Isabela Montuori Bougleux de Araujo (OAB: 118303/MG)
Advogado: Guilherme Vilela de Paula (OAB: 69306/MG)
Advogado: Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB: A1065/AM)
Recorrida: Vanusa da Rocha Mourão
Advogado: Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB: 8500/AM)
Recorrida: Maria Solidade da Rocha Cos
Advogado: Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB: 8500/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

recurso inominado. CONSUMIDOR. Ação Declaratória de inexigibilidade de débito c/c indenização por danos morais. Serviço de fornecimento de energia elétrica.. COBRANÇAS INDEVIDAS. Falha na prestação de serviços (responsabilidade objetiva), inversão do Ônus da prova. Danos morais configurados. valor da indenização mostra-se adequado às circunstâncias do caso concreto e à jurisprudência Sentença mantida por seus próprios fundamentos, nos termos do art. 46 da LEI N.º 9.099/95. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam os Juízes desta Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso.".

Processo: 0619123-17.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível, Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal

Recorrente: Governador do Estado do Amazonas
Advogado: Thiago Oliveira Costa (OAB: 83060/PR)
Advogado: Janilson da Costa Barros (OAB: 13152/AM)
Advogada: Sálvia Haddad Gurgel Amaral (OAB: 3529/AM)
Recorrida: Ana Maria Siqueira de Souza
Advogado: Eduardo Rezende de Souza Júnior (OAB: 10517/AM)

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSOs INOMINADOs. AÇÃO de cobrança. Fgts. Reflexos. Tempo de serviço temporários. Sucessivas contratações. 1. Pretensão de reforma para julgamento improcedentes dos pedidos autorais. 2. Pretensão de reforma e desconstituição da sentença. Prescrição não alcançada. Decisão stf – necessidade de modulação dos efeitos da decisão. Art. 27 da lei 868/99. Inconstitucional artigo. Efeitos ex nunc. Precedentes (are 709212 -13/112014/2015). Aplicação da prescrição de 05 anos a partir de nov/2014. Antes do referido prazo, aplicação do decurso de 30 anos - caso dos autos, cobrança anteriores a 2013. Reforma parcial da sentença que se impera nos autos. Valores devidos de todo o período contratado. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO DA PARTE AUTORA-RECORRENTE. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO DA PARTE REQUERIDA/RECORRENTE.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e DAR PROVIMENTO ao recurso inominado da parte autora/recorrente, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0619399-48.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível, Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal

Recorrente: Governador do Estado do Amazonas
Advogada: Leila Maria Raposo Xavier Leite (OAB: 3726/AM)
Advogado: Vitor Barbosa de Oliveira (OAB: 8285/TO)
Recorrido: Meriton Candido de Jesus
Advogado: Paulo Victor Pereira Barros (OAB: 13050/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado. DECISÃO: "Decisão do julgamento na sessão Não informado".

Processo: 0619704-87.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 1ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Net Serviços de Comunicação S/A
Advogado: Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB: 3808/AM)
Advogado: Laryssa Araujo Muller (OAB: 13197/AM)
Advogada: Lilian Karen de Souza (OAB: 167344/MG)
Advogado: José Henrique Cançado Gonçalves (OAB: 57680/MG)
Advogado: Jose Henrique Cancado Goncalves (OAB: 855A/SE)
Advogado: Fábio Nogueira Corrêa (OAB: 5674/AM)

Recorrida: Andrezza da Silva Nasser
Advogado: DAYANA KEROLLEN LIMA FERREIRA (OAB: 13104/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado
RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. SERVIÇO TV Á CABO E INTERNET. COBRANÇA INDEVIDA. NÃO COMPROVAÇÃO DA ORIGEM DO DÉBITO. DANOS MORAIS E MATERIAIS OCORRENTES. CARÁTER PUNITIVO E PEDAGÓGICO DO INSTITUTO. Sustenta A demandante que TEVE O SEU NOME INDEVIDAMENTE NEGATIVADO POR PARTE DA DEMANDADA.A requerida, por sua vez, não comprova a origem do débito cobrado (art. 333, II, do CPC) limitando-se, apenas a informar que é devido. Portanto, correta a decisão de desconstituição da dívida. Os danos morais (in re ipsa) estão comprovados não só pela configuração de desrespeito com o consumidor, que se viu surpreendido com a cobrança de valores indevidos, mas, também, e, principalmente, pelo caráter punitivo e pedagógico do instituto. No que tange ao quantitativo indenizatório tenho que deve ser MANTIDO, bem como por ter havido inscrição no rol de inadimplentes. SENTENÇA MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam os Juízes desta Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso.".

Processo: 0619776-11.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 15º Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Denison Barros da Silva
Advogado: Manoel Eduardo dos Santos Assis (OAB: 9613/AM)
Recorrido: Banco Bonsucesso Consignado S.A
Advogado: Carlos Eduardo Cavalcante Ramos (OAB: 1676/PE)
Advogada: Nathalia Pereira Leite Vilela Teixeira (OAB: 167006/RJ)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE CONTRATO. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. RECURSO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA. . DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0620376-95.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 15º Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Maria do Socorro Freire da Silva
Advogado: Linconl Freire da Silva (OAB: 11125/AM)
Advogada: Karla Etelvina Oliveira Machado (OAB: 13826/AM)
Advogado: Glaucio Herculano Alencar (OAB: 11183/AM)
Recorrido: Águas do Amazonas S.A.
Advogado: Gustavo Gonçalves Gomes (OAB: 1058A/AM)
Advogado: Gustavo Gonçalves Gomes (OAB: A1058/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado
Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado. DECISÃO: "Decisão do julgamento na sessão Não informado".

Processo: 0620400-26.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 7ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Bradesco Vida e Previdência S/A
Advogado: Eloy Pinto de Andrade (OAB: 819/AM)
Soc. Advogados: Eloi Pinto de Andrade & Filhos-advogados
Advogado: Andre Rodrigo Pedrosa Amorim (OAB: 10978/AM)
Advogada: Andrezza Caldas Vital (OAB: 10723/AM)
Recorrida: Maria Rita Gomes Macedo
Advogada: ELIZANDRA ZAMPERETI MARTINS (OAB: 9332/AM)

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO E DANOS MORAIS. CONDICIONAMENTO PRODUTO/SERVIÇO A OUTRO. VENDA CASADA COMPROVADA. EVIDENTE PRÁTICA ABUSIVA PREVISTA DO ART. 39, III DO CDC. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. LESÃO AO CONSUMIDOR. DANOS MORAIS CONFIGURADOS - IN RE IPSA. VALOR INDENIZATÓRIO EXCESSIVO. REDUÇÃO. PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e DAR PROVIMENTO PARCIAL ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0620453-07.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 13º Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Marla da Silva Corrêa
Advogada: Liliane Cesar Corrêa (OAB: 8393/AM)
Recorrido: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a)
Advogada: Isabela Montuori Bougleux de Araujo (OAB: 118303/MG)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado
Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado. DECISÃO: "Decisão do julgamento na sessão Não informado".

Processo: 0620864-50.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 3ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a)
Advogada: Isabela Montuori Bougleux de Araujo (OAB: 118303/MG)
Advogado: Guilherme Vilela de Paula (OAB: 1010A/AM)
Advogado: Luis Phillip de Lana Foureaux (OAB: 1011A/AM)
Advogado: Guilherme Vilela de Paula (OAB: 69306/MG)
Recorrido: Carlos José Alves de Araújo
Advogado: Charles Ribeiro da Silva (OAB: 5694/AM)
Advogado: Maria Líria Neves da Silva (OAB: 10639/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA C/C DANOS MORAIS. EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO ESSENCIAL. EMPRESA DE ENERGIA ELÉTRICA. RELAÇÃO DE CONSUMO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. FATURA EXORBITANTE. VALORES QUE EXTRAPOLAM A MÉDIA DE CONSUMO SEM A COMPROVAÇÃO DA UTILIZAÇÃO EFETIVA DO SERVIÇO. NECESSIDADE DE REVISÃO DEMONSTRADA. DECLARAÇÃO DE INEXIGÊNCIA CONCEDIDA. DANO MORAL CONFIGURADO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0620925-08.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a)
Advogada: Isabela Montuori Bougleux de Araujo (OAB: 118303/MG)
Advogado: Luis Phillip de Lana Foureaux (OAB: 1011A/AM)
Advogado: Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB: A1065/AM)
Advogado: Guilherme Vilela de Paula (OAB: 1010A/AM)
Recorrida: Pedrina Ferreira de Araújo
Advogada: Kamila Maria Pinheiro de Menezes (OAB: 12278/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado
recurso inominado. CONSUMIDOR. Ação DE indenização por danos morais. Serviço de fornecimento de energia elétrica.. COBRANÇAS INDEVIDAS. Falha na prestação de serviços (responsabilidade objetiva), inversão do Ônus da prova. Danos morais configurados. valor da indenização mostra-se adequado às circunstâncias do caso concreto e à jurisprudência Sentença mantida por seus próprios fundamentos, nos termos do art. 46 da LEI N.º 9.099/95. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam os Juízes desta Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso.".

Processo: 0621134-74.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 15º Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Gol Linhas Aéreas INteligentes S/A.
Advogada: Ingryd dos Santos Mousse (OAB: 8304/AM)
Advogado: Gustavo Antonio Feres Paixao (OAB: 7675A/TO)
Advogado: Gustavo Antônio Feres Paixão (OAB: 1324A/AM)
Advogada: Angélica Ortiz Ribeiro (OAB: 2847/AM)
Recorrido: Pedro Jairo Nazaré Araújo
Advogada: Amanda Nunes Machado (OAB: 9799/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA RECURSO INOMINADO. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. DIREITO DO CONSUMIDOR. ATRASO DE VÔO. PERDA DA CONEXÃO PARA O DESTINO FINAL. SITUAÇÃO QUE IMPEDIU O COMPARECIMENTO A CURSO DE CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL. DANO MORAL CARACTERIZADO. VALOR INDENIZATÓRIO RAZOÁVEL E PROPORCIONAL À EXTENSÃO DO PREJUÍZO. RECURSO NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.1. Resta caracterizado o dano moral, na medida em que, em virtude da falha na prestação dos serviços disponibilizados pela Requerida (atraso de vôo), o consumidor perdeu a conexão para o seu destino final e, consequentemente, não pôde comparecer a Curso de Capacitação, que era o objetivo de sua viagem.2. Portanto, a empresa de transporte aéreo deve responder pelo desgaste emocional a que foi submetido o Autor, bem como pelo prejuízo causado em sua vida profissional (art. 14, do CDC).3. Nesses termos, o valor indenizatório arbitrado em Primeira Instância é razoável e proporcional, não comportando redução.4. Ante ao exposto, voto para que seja NEGADO PROVIMENTO ao recurso, mantendo-se a sentença monocrática por seus próprios fundamentos, nos moldes do art. 46, da Lei nº 9.099/95. Vencido o recorrente cabe condenação em custas e honorários, estes arbitrados em 20% do valor da condenação devidamente atualizada.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0621255-39.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 13º Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Kayo Douglas Vieira Paladino
Advogada: Ingrid Oliveira Rodrigues (OAB: 13258/AM)
Advogado: Wallestein Monteiro de Souza (OAB: 4907/AM)
Recorrido: Amazon Aço Indústria e Comércio LTDA
Advogado: Solon Angelim Alencar Ferreira (OAB: 3338/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado
Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado. DECISÃO: "Decisão do julgamento na sessão Não informado".

Processo: 0621588-88.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 7ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado: Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB: 876/AM)
Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE)
Advogado: Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM)
Advogada: Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB: 4018/AM)
Advogada: Joyce Helen da Silva Holanda (OAB: 7519/AM)
Advogado: Henrique Lima Marinheiro (OAB: 9324/AM)
Recorrido: Heraldo Goncalves Caiuba
Advogado: Risonaldo de Melo Lima Junior (OAB: 6997/AM)
Advogado: Ricardo Nunes Lopes (OAB: 13034/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. CONTRATO INSUFICIENTE. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. RECURSO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0621652-09.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível, Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal
Recorrente: Governador do Estado do Amazonas
Procurador: Rafael Lins Bertazzo (OAB: 7213/AM)
Recorrido: Lázaro José Farias Barbosa
Advogado: Amauri Vieira dos Santos (OAB: 11881/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado
Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado. DECISÃO: "Decisão do julgamento na sessão Não informado".

Processo: 0621655-53.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 4ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Banco Bmg S/A
Advogado: Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB: 876/AM)
Advogado: Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM)
Advogada: Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB: 4018/AM)
Advogado: Henrique Lima Marinheiro (OAB: 9324/AM)
Advogada: Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB: 983A/PE)
Recorrido: Francisco das C. C. de Souza
Advogado: Thiago Medeiros (OAB: 11250/AM)
Advogado: Samuel Alves Resende (OAB: 11838/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. CONTRATO INSUFICIENTE. INOBSERVÂNCIA DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE DO NEGÓCIO. DANOS MATERIAIS

E MORAIS CARACTERIZADOS. RECURSO PROVIDO EM PARTE TÃO-SOMENTE PARA REDUZIR O VALOR DA INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. . DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0621743-91.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 6º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Lucimar Cardoso de Souza
Advogada: Cris Rodrigues Florêncio (OAB: 5316/AM)
Recorrido: Bradesco Vida e Previdência S/A
Soc. Advogados: Eloi Pinto de Andrade & Filhos-advogados

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA . DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0621940-12.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 13º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Alberto Blanco Corrêa Soares
Advogada: Jennifer Karoline de Oliveira Silva (OAB: 13419/AM)
Advogado: Ruan Cardoso Carolino (OAB: 13281/AM)
Recorrido: Águas do Amazonas S.A.
Advogado: Gustavo Gonçalves Gomes (OAB: 1058A/AM)
Advogado: Gustavo Gonçalves Gomes (OAB: A1058/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C DANOS MORAIS. EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA. CONSUMIDOR. RECEBIMENTO DE COBRANÇAS DE FATURAS. ALEGAÇÃO DE PRESCRIÇÃO DO DÉBITO. NÃO HOUVE FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. EXERCÍCIO REGULAR DO DIREITO. DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE PARCIALMENTE CONCEDIDA. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, DAR PARCIAL PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0621982-61.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 1ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Ana Maria de Araújo Trindade
Advogado: Juliana Brena dos Santos Fonseca (OAB: 9331/AM)
Recorrido: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a)
Advogado: Guilherme Vilela de Paula (OAB: 69306/MG)
Advogada: Isabela Montuori Bougleux de Araujo (OAB: 118303/MG)

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. COBRANÇA DE VALORES APÓS O PAGAMENTO. MANUTENÇÃO DO NOME DO ROL DE DEVEDORES. CONTINUAÇÃO DAS COBRANÇAS. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. LESÃO AO CONSUMIDOR. DANOS MORAIS IN RE IPSA. VALOR DA INDENIZAÇÃO RAZOÁVEL. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO PROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e DAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto da Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0622285-75.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 12º Vara do Juizado Especial Cível

Requerente: Eulina Pereira Martins
Advogado: ALESSANDRE COSTA DE OLIVEIRA (OAB: 7655/AM)
Requerido: Supermercados DB Ltda.
Advogado: Vera Lucia Matos Falcão (OAB: 3758/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE REVISÃO DE CONTRATO C/C DANOS MORAIS. RELAÇÃO DE CONSUMO. AUSENTE PAGAMENTO REGULAR DO DÉBITO. NÃO HOUVE FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. AUTOR QUE NÃO COMPROVOU FATO CONSTITUTIVO DO SEU DIREITO. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0622650-66.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 15º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Markiel Paulino da Silva
Advogado: Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB: 7197/AM)
Recorrido: Banco Itaú S/A
Advogado: Nelson Monteiro de Carvalho Neto (OAB: 60359/RJ)
Advogada: Greysa Mores Fragoso (OAB: 12765/AM)

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. PROVA MÍNIMA DA MÁ PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. CONTRATO VÁLIDO. DESCONTOS. SUPOSTA VENDA CASADA NÃO PROVADA. SEM LESÃO AO CONSUMIDOR. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS. MERO DISSABOR. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.Manaus, 29/08/2019.".

Processo: 0623718-17.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 12º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Sabemi Seguradora S/A
Advogado: Juliano Martins Mansur (OAB: 113786/RJ)
Recorrente: Up Promotora de Vendas
Advogado: Mauro Jose Fernandes Tavares (OAB: 325102/SP)
Recorrida: Caroline Barbosa Contente Nogueira
Advogado: Almeron Caminha (OAB: 12270/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE DANOS MATERIAIS E MORAIS. RELAÇÃO DE CONSUMO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. EMPRÉSTIMO NÃO ANUÍDO. DANO MATERIAL COMPROVADO. REPETIÇÃO DO INDÉBITO. COMPENSAÇÃO DOS VALORES RECEBIDOS EM CONTA. DANO MORAL CONFIGURADO. REDUÇÃO DO QUANTUM NECESSÁRIA. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, DAR PARCIAL PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0623989-60.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 7ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Francisco Eduardo Ribeiro
Advogado: Francisco Eduardo Ribeiro Júnior (OAB: 5788/AM)
Recorrido: Águas do Amazonas S.A.
Advogado: Gustavo Gonçalves Gomes (OAB: 1058A/AM)
Advogado: Gustavo Gonçalves Gomes (OAB: A1058/AM)
Advogado: Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB: 671A/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado
RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. BANCO. ADIMPLEMENTO DÉBITO. COBRANÇA INDEVIDA. COBRANÇA REALIZADA ATRAVÉS DE MENSAGENS DE TEXTO (CARTAS/SMS). DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. SENTENÇA MANTIDA. NA FALTA DE PROVAS CONVINCENTES DOS FATOS ALEGADOS NA INICIAL, NÃO RESTA ALTERNATIVA SENÃO CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO. MANTENDO A SENTENÇA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. NOS TERMOS DO ART. 46 DA LEI N.º 9.099/95. . DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam os Juízes desta Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso.".

Processo: 0624604-16.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 15º Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Juliana Montenegro da Silva
Advogada: Alcinara Marques dos Santos (OAB: 8665/AM)
Recorrido: Jefferson Orsolon

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado
Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado. DECISÃO: "Decisão do julgamento na sessão Não informado".

Processo: 0625380-58.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível, Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal
Recorrente: Governador do Estado do Amazonas
Advogado: Evandro Ezidro de Lima Regis (OAB: 2498/AM)
Advogada: Indra Mara Bessa (OAB: 1877/AM)
Recorrida: Maria de Nazaré Ferreira da Silva
Advogado: Fabio de Assunção Acosta (OAB: 8415/AM)

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA: RECURSO INOMINADO. PACTO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIO. SUCESSIVAS RENOVAÇÕES. DESRESPEITO AO CARÁTER DA TEMPORALIDADE, EXCEPCIONALIDADE E AO CONCURSO PÚBLICO. NULIDADE DO PACTO. DIREITO AO FGTS. PRECEDENTES STJ E STF. RECURSO IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0627236-15.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 8ª Vara do Juizado Especial Cível (Nilton Lins)
Recorrente: Claro S/A
Advogado: José Henrique Cançado Gonçalves (OAB: 57680/MG)
Advogado: Jose Henrique Cancado Goncalves (OAB: 855A/SE)
Recorrido: Eduardo Dantas Alfaia
Advogado: Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB: 7197/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA: RECURSO INOMINADO. RELAÇÃO DE CONSUMO. EMPRESA DE TV A CABO. MUDANÇA DE LOCALIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS INSTALADOS. SERVIÇO CONTRATADO. CUSTO INFORMADO AO RECORRIDO. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, DAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0627920-37.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 6º Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Vivo S.a.
Advogado: Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB: 29320/GO)
Recorrido: Josemi Silva Souza
Advogado: Evaldo Lucio da Silva (OAB: 10462/MT)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado
Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado. DECISÃO: "Decisão do julgamento na sessão Não informado".

Processo: 0628255-56.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 15º Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Maria de Nazaré Maddy Bastos
Advogado: Aquila Reissy Andrade da Gama (OAB: 13463/AM)
Recorrido: Vivo S/A
Advogado: Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB: 29320/GO)
Advogado: André de Souza Oliveira (OAB: 5219/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO C/C DANOS MORAIS. RELAÇÃO DE CONSUMO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. EMPRESA DE TELEFONIA. COBRANÇA POR VALOR ADIMPLIDO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO. SIMPLES COBRANÇA NÃO GERA DANO MORAL. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, DAR PARCIAL PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0628274-62.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 12º Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Águas do Amazonas S.A.
Advogado: Gustavo Gonçalves Gomes (OAB: A1058/AM)
Recorrida: Maria Raimunda de Oliveira Soares
Advogado: Renato Fernandes Mariano (OAB: 8246/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado
recurso inominado. CONSUMIDOR. Ação DE indenização por danos morais. Serviço de fornecimento de ÁGUA. COBRANÇAS INDEVIDAS. Falha na prestação de serviços (responsabilidade objetiva), inversão do Ônus da prova. Danos morais configurados. valor da indenização mostra-se adequado às circunstâncias do caso concreto e à jurisprudência Sentença mantida por seus próprios fundamentos, nos termos do art. 46 da LEI N.º 9.099/95. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam os Juízes desta Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso.".

Processo: 0629704-49.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 7ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Amazonas União Park Estacionamentos Ltda (Multipark Estacionamento)

Advogado: Leonardo Mendes Vilas Boas (OAB: 10121/MT)

Recorrente: Estúdio Amazônico de Radiodifusão Ltda

Advogado: Fernando José Garcia (OAB: 134719/SP)

Recorrida: Caroline Souza da Silva

Advogado: João Bosco Sávio Oliveira de Lima (OAB: 8622/AM)

Advogada: Maria Helena Aguiar Coimbra (OAB: 12931/AM)

Advogada: Francisca Núbia de Oliveira de Lima (OAB: 4376/AM)

Recorrido: Jackson Ferreira Sarmento

Advogada: Camila Jatahy Araujo (OAB: 12602/AM)

Advogado: Arismar Gomes Gualberto Junior (OAB: 9326/AM)

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE DANOS MATERIAIS E MORAIS. LESÃO DE ORDEM EXTRAPATRIMONIAL. SEQUESTRO NAS DEPENDÊNCIAS DE ESTACIONAMENTO. CDC APLICADO. LESÃO AOS CONSUMIDORES. CONSTRANGIMENTO. VEXAME. SENSAÇÃO DE MEDO E IMPOTÊNCIA. PERIGO IMENSURÁVEL. FALTA DE QUALIDADE E SEGURANÇA DA EMPRESA. RELAÇÃO E CADEIA DE CONSUMO. DANOS MORAIS IN RE IPSA. VALOR DA INDENIZAÇÃO RAZOÁVEL AO CASO CONCRETO. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto da Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0638376-88.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível, Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal

Recorrente: Edina Moura Mendes

Defensoria: Fernando Figueiredo Prestes

Recorrido: Governador do Estado do Amazonas

Advogada: Sálvia Haddad Gurgel Amaral (OAB: 3529/AM)

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO de cobrança. Fgts. Reflexos. Tempo de serviço temporários. Sucessivas contratações. Pretensão de reforma e desconstituição da sentença. Prescrição não alcançada. Decisão stf – necessidade de modulação dos efeitos da decisão. Art. 27 da lei 868/99. Inconstitucional artigo. Efeitos ex nunc. Precedentes (are 709212 -13/112014/2015). Aplicação da prescrição de 05 anos a partir de nov/2014. Antes do referido prazo, aplicação do decurso de 30 anos - caso dos autos, cobrança anteriores a 2013. Reforma parcial da sentença que se impera nos autos. Valores devidos. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e DAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0638950-14.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível, Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal

Recorrente: Marlison Couto Ferreira

Advogado: Ciro Gonçalves Botelho (OAB: 39395/BA)

Recorrido: Governador do Estado do Amazonas

Procurador: Carlos Alexandre Moreira de Carvalho Martins de Matos

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO E COBRANÇA. DIÁRIAS DE DESLOCAMENTO. PRETENSÃO DE REFORMA. JUROS E CORREÇÃO. SENTENÇA BEM FUNDAMENTADA. MARCO INICIAL CORRETO. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0640383-87.2017.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível, Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal

Recorrente: Superintendência de Habitação do Amazonas - SUHAB

Advogado: Diego Henrique Santos dos Anjos (OAB: 8583/AM)

Recorrida: Maria Dorotéia de Souza Maciel

Advogado: Rafael Fernando Tiesca Maciel (OAB: 7187/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado. DECISÃO: "Decisão do julgamento na sessão Não informado".

Processo: 0641010-57.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível, Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal

Recorrente: Governador do Estado do Amazonas

Advogada: Indra Mara Bessa (OAB: 1877/AM)

Recorrida: Maria de Fátima Gonzaga Martins

Advogado: Israel de Jesus Gonçalves (OAB: 3051/AM)

Advogada: Sâmea Picanço Oliveira (OAB: 10852/AM)

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. PACTO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIO. SUCESSIVAS RENOVAÇÕES. DESRESPEITO AO CARÁTER DA TEMPORALIDADE, EXCEPCIONALIDADE E AO CONCURSO PÚBLICO. NULIDADE DO PACTO. DIREITO AO FGTS. PRECEDENTES STJ E STF. RECURSO IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0642825-26.2017.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível, Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal

Recorrente: Governador do Estado do Amazonas

Advogada: Ivânia Lucia Silva Costa (OAB: 7530/AM)

Recorrido: Wallace Fernandes do Vale

Advogado: Francisco Jorge Ribeiro Guimarães (OAB: 2978/AM)

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. PACTO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIO. SUCESSIVAS RENOVAÇÕES. DESRESPEITO AO CARÁTER DA TEMPORALIDADE, EXCEPCIONALIDADE E AO CONCURSO PÚBLICO. NULIDADE DO PACTO. DIREITO AO FGTS. PRECEDENTES STJ E STF. RECURSO IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0642895-09.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível, Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal
Recorrente: Governador do Estado do Amazonas
Advogado: Janilson da Costa Barros (OAB: 13152/AM)
Recorrida: Elieth Marinho de Oliveira Coutinho
Advogado: Fabio de Assunção Acosta (OAB: 8415/AM)

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA: RECURSO INOMINADO. PACTO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIO. SUCESSIVAS RENOVAÇÕES. DESRESPEITO AO CARÁTER DA TEMPORALIDADE, EXCEPCIONALIDADE E AO CONCURSO PÚBLICO. NULIDADE DO PACTO. DIREITO AO FGTS. PRECEDENTES STJ E STF. RECURSO IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0645177-20.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível, Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal
Recorrente: O Município de Manaus
Procurador: Ivson Coêlho (OAB: 550A/AM)
Recorrida: Helena Lima
Advogado: Ramon Michael Chaves Pesqueira (OAB: 10594/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS. DESAPROPRIAÇÃO POR INTERESSE PÚBLICO. DÉBITO DE TRIBUTO ATRIBUÍDO À PARTE AUTORA DE FORMA INDEVIDA APÓS DESAPROPRIAÇÃO. IPTU. INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA. DANO MORAL CONFIGURADO. SENTENÇA MANTIDA PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 4000043-80.2019.8.04.9000 - Mandado de Segurança Cível, Vara de Origem do Processo Não informado
Impetrante: LUDMILA DOS SANTOS OLIVEIRA
Advogado: Adson Pinho Pinto (OAB: 5850/AM)
Impetrado: JUIZO DA 10ª VARA DO JEC
LitsPassiv: Banco Bradesco S.a.
Advogado: José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB: 1235A/AM)

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA DECISÃO DA AUTORIDADE COATORA QUE INDEFERIU O PEDIDO DE JUSTIÇA GRATUITA AO IMPETRANTE. SITUAÇÃO ECONÔMICA QUE DEMONSTRA HAVER HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA. INCIDÊNCIA DO ART. 5º, LXXIV DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. ORDEM CONCEDIDA. . DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e CONCEDER A SEGURANÇA ao mandamus, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito".

Processo: 4000053-27.2019.8.04.9000 - Mandado de Segurança Cível, Vara de Origem do Processo Não informado
Impetrante: Esepo Empreendimentos Imobiliarios Ltda
Advogada: Mara Lucia Antony (OAB: 598/AM)
Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 598A/AM)
Impetrado: 1º Vara do JEC da Comarca de Manaus
LitsPassiv: MARILENE ALVES FERREIRA
Advogada: Anne Gizele Bulcão da Silva (OAB: 10334/AM)

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA LEGISLAÇÃO ESPECIAL PROCEDIMENTO DOS JUIZADOS ESPECIAIS AUSÊNCIA DE RECOLHIMENTO DAS CUSTAS JUDICIAIS DESPESAS JUDICIAIS ENGLOBA PREPARO RECURSAL E CUSTAS DEVIDO O PAGAMENTO DE CUSTAS EM 48 HORAS A CONTAR DA INTERPOSIÇÃO DO RECURSO IMPOSSIBILIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO E INTIMAÇÃO PARA TANTO DESERÇÃO DENEGADA A ORDEM DE SEGURANÇA.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e DENEGAR A SEGURANÇA ao mandamus, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito".

Processo: 4000080-10.2019.8.04.9000 - Mandado de Segurança Cível, Vara de Origem do Processo Não informado
Impetrante: B2w Companhia Global do Varejo - Lojas Americanas
Advogado: João Thomaz Prazeres Gondim (OAB: 162337/MG)
Impetrado: Juízo de Direito do da 7º Vara do JEC - Capital - Fórum Des. Mário Verçosa
LitsPassiv: Daniel Rios de Souza
Advogado: Leonardo Marques Bentes da Cunha (OAB: 12656/AM)

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA LEGISLAÇÃO ESPECIAL PROCEDIMENTO DOS JUIZADOS ESPECIAIS AUSÊNCIA DE RECOLHIMENTO DAS CUSTAS JUDICIAIS DESPESAS JUDICIAIS ENGLOBA PREPARO RECURSAL E CUSTAS DEVIDO O PAGAMENTO DE CUSTAS EM 48 HORAS A CONTAR DA INTERPOSIÇÃO DO RECURSO IMPOSSIBILIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO E INTIMAÇÃO PARA TANTO DESERÇÃO DENEGADA A ORDEM DE SEGURANÇA.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e DENEGAR A SEGURANÇA ao mandamus, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito".

Processo: 4000167-63.2019.8.04.9000 - Mandado de Segurança Cível, Vara de Origem do Processo Não informado
Impetrante: Lindinalva Maria Santos Lucena
Advogado: Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB: 10057/AM)
Impetrado: Juízo de Direito da 13º Vara do JEC - Capital - Fórum Des. Mário Verçosa
LitsPassiv: Banco Bradesco S.a.
Advogado: Mauro Paulo Galera Mari (OAB: 887A/AM)
LitsPassiv: Banco Bradesco Financiamentos S/A
Advogado: Mauro Paulo Galera Mari (OAB: 887A/AM)

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA DECISÃO DA AUTORIDADE COATORA QUE INDEFERIU O PEDIDO DE JUSTIÇA GRATUITA AO IMPETRANTE. SITUAÇÃO ECONÔMICA QUE DEMONSTRA HAVER HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA. INCIDÊNCIA DO ART. 5º, LXXIV DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. ORDEM CONCEDIDA. . DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e CONCEDER A SEGURANÇA ao mandamus, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito".

Processo: 4000366-22.2018.8.04.9000 - Mandado de Segurança Cível, Vara de Origem do Processo Não informado
Impetrante: Maria de Nazareth Farias do Nascimento
Advogada: Maria de Nazareth Farias do Nascimento (OAB: 3182/AM)
Impetrada: DD.JUÍZA DE DIREITO DA 11ª.VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DESTA CAP
ListPassiv: Raimunda da Silva Gomes

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA – LEGISLAÇÃO ESPECIAL – PROCEDIMENTO DOS JUIZADOS ESPECIAIS – NÃO CABIMENTO DA ORDEM CONTRA DECISÃO INTERLOCUTÓRIA. MERO INCONFORMISMO. SEM PROVAS DO DIREITO LIQUIDO E CERTO. DENEGADA A ORDEM DE SEGURANÇA.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e DENEGAR A SEGURANÇA ao mandamus, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito".

Processo: 4000471-96.2018.8.04.9000 - Mandado de Segurança Cível, Vara de Origem do Processo Não informado
Impetrante: Amazonas Distribuidora de Energia S/A
Advogado: Gustavo H. W. Tostes (OAB: 1065/AM)
Impetrado: JUIZ DE DIREITO DA 11ª VARA CIVEL DO JUIZADO ESPECIAL DA COMARCA DE MANAUS
ListPassiv: Sandra Suely Maurício de souza
Advogada: Elaine Bonfim de Oliveira (OAB: 336A/AM)

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA – LEGISLAÇÃO ESPECIAL – PROCEDIMENTO DOS JUIZADOS ESPÉCIAS. PRETENSÃO PARA REVER DECISÃO JUDICIAL. REVISÃO DE FATURAS PARA TARIFA SOCIAL. MERO INCONFORMISMO. SEM PROVAS DO DIREITO LIQUIDO E CERTO. DENEGADA A ORDEM DE SEGURANÇA.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e DENEGAR A SEGURANÇA ao mandamus, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito".

Processo: 4003264-42.2018.8.04.0000 - Mandado de Segurança Cível, Vara de Origem do Processo Não informado
Impetrante: Helcio Rodrigues Motta
Advogado: Hélcio Rodrigues Motta (OAB: 1994/AM)
Impetrado: Juizo de Direito do Juizado Especial Civel 12º Vara Civel
LitsPassiv: CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO THE PLACE BUSINESS CENTER
Advogado: Renato André da Costa Monte (OAB: 4435/AM)

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA – LEGISLAÇÃO ESPECIAL – PROCEDIMENTO DOS JUIZADOS ESPECIAIS. MERO INCONFORMISMO CONTRA DECISÃO JUDICIAL. SEM NULIDADES. SEM REQUISITOS DO MANDAMUS. VIOLAÇÃO – MS NÃO É SUCEDÂNEO RECURSAL. SEM PROVAS DO DIREITO LIQUIDO E CERTO. DENEGADA A ORDEM DE SEGURANÇA.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e DENEGAR A SEGURANÇA ao mandamus, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito".

Manaus, 2 de setembro de 2019. Jailton Andrade Martins. Secretário(a) da 3ª Turma Recursal

JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS - CAPITAL

1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0256/2019

ADV: CÁSSIO CHAVES CUNHA (OAB 12268/PA), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM) - Processo 0208166-14.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Afonso Guilherme Costa de Moraes - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - De ordem da Exm.º Sr.º Dr.º Bárbara de Araújo Folhadela, Juiz de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente a sentença e efetuar o pagamento da condenação devidamente atualizada, nos termos do art. 523, caput, do CPC. Na hipótese de não pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, proceda-se ao início da execução através de bloqueio judicial através do Bacenjud, acrescendo a multa de 10% sobre montante da condenação, nos termos do art. 523, § 1°, do CPC.
ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM), ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0601737-82.2016.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: IVETE ARAÚJO MORAES - REQUERIDO: BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S.A - De ordem da Exm.º Sr.º Dr.º Bárbara de Araújo Folhadela, Juiz de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente o acórdão e efetuar o pagamento da condenação devidamente atualizada, nos termos do art. 523, caput, do CPC. Na hipótese de não pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, proceda-se ao início da execução através de bloqueio judicial através do Bacenjud, acrescendo a multa de 10% sobre montante da condenação, nos termos do art. 523, § 1°, do CPC.
ADV: FERNANDA PRESTES DE LIMA (OAB 8776/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: PRESTES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 8776/AM) - Processo 0602640-64.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários - REQUERENTE: Helio Flavio Reis Pontes - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem da Exm.º Sr.º Dr.º Bárbara de Araújo Folhadela, Juiz de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente o acórdão e efetuar o pagamento da condenação devidamente atualizada, nos termos do art. 523, caput, do CPC. Na hipótese de não pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, proceda-se ao início da execução através de bloqueio judicial através do Bacenjud, acrescendo a multa de 10% sobre montante da condenação, nos termos do art. 523, § 1°, do CPC.
ADV: DIEGO CID VIEIRA PRESTES (OAB 7805/AM), ADV: ANA FLÁVIA CORRÊA MENDES (OAB 7641/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: MARCELO DA SILVA CARLOS (OAB 7366/AM) - Processo 0604863-87.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Tatiana Maria Ferreira Frota - REQUERIDO: Tim Celular S/A - De ordem da Exm.º Sr.º Dr.º Bárbara de Araújo Folhadela, Juiz de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente o acórdão e efetuar o pagamento da condenação devidamente atualizada, nos

termos do art. 523, caput, do CPC. Na hipótese de não pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, proceda-se ao início da execução através de bloqueio judicial através do Bacenjud, acrescendo a multa de 10% sobre montante da condenação, nos termos do art. 523, § 1°, do CPC.

ADV: RODRIGO RODRIGUES DIAS DE ALMEIDA (OAB 2518/AM), ADV: ANGÉLICA MARIA MONTEIRO DUARTE (OAB 2659/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: ADRIANO ALVES DE LIMA (OAB 7398/AM) - Processo 0605408-60.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Rozianne Souza de Castro - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - De ordem da Exm.º Sr.º Dr.º Bárbara de Araújo Folhadela, Juiz de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente o acórdão e efetuar o pagamento da condenação devidamente atualizada, nos termos do art. 523, caput, do CPC. Na hipótese de não pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, proceda-se ao início da execução através de bloqueio judicial através do Bacenjud, acrescendo a multa de 10% sobre montante da condenação, nos termos do art. 523, § 1°, do CPC.

ADV: MARCELO DA SILVA CARLOS (OAB 7366/AM), ADV: JOHANN STEPHEN DE OLIVEIRA MELO (OAB 12675/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0606273-83.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Johnny Anderson de Oliveira Melo - REQUERIDO: Tim Celular S/A - De ordem da Exm.º Sr.º Dr.º Bárbara de Araújo Folhadela, Juiz de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente o acórdão e efetuar o pagamento da condenação devidamente atualizada, nos termos do art. 523, caput, do CPC. Na hipótese de não pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, proceda-se ao início da execução através de bloqueio judicial através do Bacenjud, acrescendo a multa de 10% sobre montante da condenação, nos termos do art. 523, § 1°, do CPC.

ADV: RICARDO HÜBNER (OAB 9398/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ALOIZIO PAES DE LIMA (OAB 1814/AC) - Processo 0606693-54.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Glades Mireide das Chagas Alves Oliveira - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Ante o exposto, DECLARO EXTINTO O PROCESSO sem resolução do mérito, nos termos do art. 51, inciso I da Lei 9.099/95. Condeno o autor nas custas processuais. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: FRANCISCA NÚBIA DE OLIVEIRA DE LIMA (OAB 4376/AM) - Processo 0606766-60.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Antonio Pereira Rocha - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem da Exm.º Bárbara de Araújo Folhadela, Juíza de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente o acórdão e efetuar o pagamento da condenação devidamente atualizada, nos termos do art. 523, caput, do CPC. Na hipótese de não pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, proceda-se ao início da execução através de bloqueio judicial através do Bacenjud, acrescendo a multa de 10% sobre montante da condenação, nos termos do art. 523, § 1°, do CPC.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUCAS RODRIGUES LUCAS (OAB 9493/AM) - Processo 0608308-79.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Decadência/Prescrição - REQUERENTE: George Antisthenes Lins de Albuquerque - RECLAMADO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Ante o exposto, DECLARO EXTINTO O PROCESSO sem resolução do mérito, nos termos do art. 51, inciso I da Lei 9.099/95. Condeno o autor nas custas processuais.

ADV: JONATHAS DA SILVA SOARES (OAB 14335/AM) - Processo 0608773-88.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Camila Soares Santos - REQUERIDO: Sky Brasil Serviços Ltda - SKY Serviços de Banda Larga Ltda. - Ante o exposto,JULGO PROCEDENTEo pedido formulado na inicial, termos em que: 1) DECLARO a inexistência de relação jurídica entre as partes e a inexigibilidade de débitos face à autora, oportunidade em que torno definitiva a decisão de fls. 17/19; e 2)CONDENOo réu a pagar R$10.000,00 à autora, a título de indenização por danos morais, com acréscimo de juros de 1% ao mês e correção monetária INPC desde a data do arbitramento. Deixo de condenar a requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: CAMILA JATAHY ARAUJO (OAB 12602/AM), ADV: FRANCISCA NÚBIA DE OLIVEIRA DE LIMA (OAB 4376/AM), ADV: VICTORIA DUTRA DE ALENCAR ARANTES (OAB 10316/AM), ADV: RUBENS GASPAR SERRA (OAB 3499/AC), ADV: JOÃO BOSCO SÁVIO OLIVEIRA DE LIMA (OAB 8622/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM), ADV: KÊNIA BASTOS ANDRADE (OAB 4037/AM), ADV: KÁTIA ASSIS RODRIGUES ROCHA (OAB 10320/AM) - Processo 0619918-78.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Maria Oscarina da Silva Campos - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Odontoprev Serviços Odontologicos Ltda - De ordem da Exm.º Sr.º Dr.º Bárbara de Araújo Folhadela, Juiz de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente o acórdão e efetuar o pagamento da condenação devidamente atualizada, nos termos do art. 523, caput, do CPC. Na hipótese de não pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, proceda-se ao início da execução através de bloqueio judicial através do Bacenjud, acrescendo a multa de 10% sobre montante da condenação, nos termos do art. 523, § 1°, do CPC.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM), ADV: RODRIGO GONZALEZ (OAB 158817/SP) - Processo 0620593-41.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Francisco Humberto de Araújo Lucena - REQUERIDO: Editora Abril S.a - Go Read - De ordem da Exm.º Sr.º Dr.º Bárbara de Araújo Folhadela, Juiz de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente o acórdão e efetuar o pagamento da condenação devidamente atualizada, nos termos do art. 523, caput, do CPC. Na hipótese de não pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, proceda-se ao início da execução através de bloqueio judicial através do Bacenjud, acrescendo a multa de 10% sobre montante da condenação, nos termos do art. 523, § 1°, do CPC.

ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ), ADV: DANIEL COUTINHO DA SILVA (OAB 9122/AM), ADV: WILNA ELIZABETH SANTIAGO CAVALCANTE (OAB 4339/AM), ADV: CARLOS DANIEL RANGEL BARRETTO SEGUNDO (OAB 5035/AM), ADV: CRISTIAN MINTZ (OAB 136652/SP) - Processo 0620613-32.2018.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Paulo Araújo do Vale - REQUERIDO: Falkland Tecnologia Em Telecomunicações Ltda-Transit - Telemar Norte Leste S/A - Oi - Ante o exposto, determino a exclusão da lide do réu TELEMAR NORTE LESTE S/A. No mérito, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTEo pedido formulado na inicial, termos em que: 1) DECLARO a inexigibilidade de débitos junto ao réu FALKLAND TECNOLOGIA EM TELECOMUNICAÇÕES S/A; e 2)REJEITOo pedido de indenização por danos morais. Deixo de condenar a requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: ENY BITTENCOURT (OAB 29442/BA), ADV: GABRIELA FERREIRA DOS SANTOS (OAB 13181/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: LARISSA SENTO-SÉ ROSSI (OAB 1079A/SE) - Processo 0622934-

40.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Marieth Bezerra Moraes - REQUERIDO: Banco Itaucard S/A - Itaú Unibanco S/A - Ante o exposto e por tudo o mais que dos autos consta, JULGO IMPROCEDENTES os EMBARGOS DO DEVEDOR opostos, pelos motivos acima transatos. Fica o banco intimado a não mais proceder aos descontos que ora vem sofrendo a parte embargada, pelo que majoro a multa estabelecida na sentença de folhas 284/286 para o valor de R$1.000,00 a cada dia até o limite de quinze dias.

ADV: RENATO FERNANDES MARIANO (OAB 8246/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0623466-14.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Maria da Conceição do Nascimento - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Manaus Ambiental S/A - De ordem da Exm.º Sr.º Dr.º Bárbara de Araújo Folhadela, Juiz de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento do valor Remanescente.

ADV: FRANCIANE MONTEIRO CAVALCANTE (OAB 6934/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0626130-18.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Pedro Raymundo de Miranda Sarmento - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Ante o exposto,JULGO PROCEDENTEo pedido formulado na inicial, termos em que: 1) DECLARO a nulidade do procedimento de recuperação de energia relativo à Unidade de Consumo nº 2238976-8; 2) DECLARO a inexigibilidade de débitos relativo à diferença de consumo aferido no respectivo procedimento de recuperação de energia; e 3)CONDENOo réu a pagar R$10.000,00 ao autor, a título de indenização por danos morais, com acréscimo de juros de 1% ao mês e correção monetária INPC desde a data do arbitramento. Deixo de condenar a requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se.

Adriano Alves de Lima (OAB 7398/AM)
Aloizio Paes de Lima (OAB 1814/AC)
Ana Flávia Corrêa Mendes (OAB 7641/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Angélica Maria Monteiro Duarte (OAB 2659/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Camila Jatahy Araujo (OAB 12602/AM)
Carlos Daniel Rangel Barretto Segundo (OAB 5035/AM)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
Cássio Chaves Cunha (OAB 12268/PA)
Cristian Mintz (OAB 136652/SP)
Daniel Coutinho da Silva (OAB 9122/AM)
Diego Cid Vieira Prestes (OAB 7805/AM)
Eládio Miranda Lima (OAB 86235/RJ)
Eny Bittencourt (OAB 29442/BA)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Fernanda Prestes de Lima (OAB 8776/AM)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Franciane Monteiro Cavalcante (OAB 6934/AM)
Francisca Núbia de Oliveira de Lima (OAB 4376/AM)
Gabriela Ferreira dos Santos (OAB 13181/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
João Bosco Sávio Oliveira de Lima (OAB 8622/AM)
Johann Stephen de Oliveira Melo (OAB 12675/AM)
Jonathas da Silva Soares (OAB 14335/AM)
Kátia Assis Rodrigues Rocha (OAB 10320/AM)
Kênia Bastos Andrade (OAB 4037/AM)
Larissa Sento-Sé Rossi (OAB 1079A/SE)
Lucas Rodrigues Lucas (OAB 9493/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Marcelo da Silva Carlos (OAB 7366/AM)
Prestes Sociedade Individual de Advocacia (OAB 8776/AM)
Renato Fernandes Mariano (OAB 8246/AM)
Ricardo Hübner (OAB 9398/AM)
Rodrigo Gonzalez (OAB 158817/SP)
Rodrigo Rodrigues Dias de Almeida (OAB 2518/AM)
Rubens Gaspar Serra (OAB 3499/AC)
Victoria Dutra de Alencar Arantes (OAB 10316/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Wilna Elizabeth Santiago Cavalcante (OAB 4339/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 1037A/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO BÁRBARA DE ARAÚJO FOLHADELA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARCELO RICARDO RAPOSO DA CÂMARA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0255/2019

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: DOUGLAS MOURA PIMENTEL (OAB 13918/AM) - Processo 0200477-45.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Jacytara Gonzaga de Souza - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Isso posto, julgo procedentes os pedidos formulados na inicial, para condenar a ré à restituir à autora o valor de R$110,51, com juros de um por cento ao mês a partir da inserção e correção monetária pelo INPC a contar do pagamento; e para condenar a ré à indenizar a autora, no valor de R$5.000,00, a título de danos morais, com incidência de juros de um por cento ao mês e correção monetária pelo INPC, ambos a contar deste julgado. Sem custas e honorários, salvo recurso. P.R.I.

ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ) - Processo 0205550-03.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Telefonia - REQUERIDO: Telemar Norte Leste S/A - Oi - Isso posto, julgo parcialmente procedentes os pedidos, para determinar que a ré forneça o serviço a contento, sob pena de incidência de multa diária de R$200,00 até o limite de R$5.000,00; e para condenar a ré à indenizar a autora, a título de danos morais, no valor de R$6.000,00, com aplicação de juros de um por cento ao mês e correção monetária, a partir deste julgado. Sem custas e honorários, salvo recurso. P.R.I.

ADV: WILSON PEÇANHA NETO (OAB 4630/AM) - Processo 0600269-93.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - EXEQUENTE: Alpha Garden The Condominium - Vistos, etc. HOMOLOGO, por sentença, o acordo extrajudicial entabulado entre as partes, às fls. 62/65, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, tudo de conformidade com o parágrafo único, do art. 22, da Lei 9.099/95. Determino à secretaria, em caso de cumprimento da avença, ultime o arquivamento dos autos, segundo o que dita o inciso III, do art. 269, do Código de Processo Civil. Faça-o, independentemente de outro despacho. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I.

ADV: DANIEL DE LIMA ALBUQUERQUE (OAB 6548/AM) - Processo 0600534-37.2015.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Compra e Venda - REQUERENTE: José Arnaldo Costa de Matos - De ordem da Exm.º Sr. Dr. Juíza de Direito, Bárbara de Araújo Folhadela, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte interessada para manifestação em 5 (cinco) dias.

ADV: LEONARDO MARQUES BENTES DA CUNHA (OAB 12565/AM), ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM) - Processo 0600695-81.2014.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: CONDOMINIO RESIDENCIAL ACACIAS I - REQUERIDA: DENISE GLÁUCIA SOARES LIMA - De ordem da Exm.º Dra.. Juíza de Direito, Bárbara de Araújo Folhadela, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte requerente para manifestar-se acerca da proposta de fls. 136 do requerido, no prazo de 10 (dez)dias.

ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0600941-43.2015.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Assinatura Básica Mensal - REQUERENTE: Mara Lindolfo Gomes Guedes - REQUERIDO: Tim Celular S/A - De ordem da Exm.º Sr. Dr. Juíza de Direito, Bárbara de Araújo Folhadela, e diante do Acórdão de fls. 333/334, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte requerida para indicar conta bancária para devolução do depósito de fls. 338.

ADV: CHRISTIANNE GOMES DA ROCHA (OAB 18305A/PB) - Processo 0604716-95.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Tim Celular S/A - Certifico para os devidos fins, em atenção à petição de fls. 232, que não existe valores a devolver para a ré, uma vez que conforme fls. 233/238, fora desbloqueado o valor de R$ 1.730,88 (Mil setecentos e trinta reais e oitenta e oito centavos).

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: VALERIA SABRINA DE SOUZA DINIZ (OAB 13807/AM), ADV: RONALDO THALES UCHÔA BRANDÃO (OAB 12738/AM) - Processo 0605471-51.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - RECLAMANTE: Antonia Suely Furtado da Silva - RECLAMADO: Banco Bradesco S. A. - Vistos e analisados os autos. Cuida-se de pedido de tutela específica consistente na obrigação de fazer já analisada às folhas 30/32. Já foi determinado por este juízo que a parte reclamada deveria se abster de cobrar pela tarifa conhecida como CESTA BÁSICA. Entretanto, consoante demonstrou a parte autora, a medida antecipatória continua a ser transgredida pela ré. É cediço que para a efetivação da tutela específica ou a obtenção do resultado prático equivalente, poderá o juiz, a requerimento da parte e até de ofício, modificar o valor da multa caso verifique que ela se tornou inócua. Constatando-se que a tutela não surtiu o efeito esperado, resolvo ratificar a decisão ora mencionada e majorar a multa pelo descumprimento a R$ 500,00 (quinhentos reais) até o limite de dez dias. Demais providências pela Secretaria.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0609764-98.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERIDO: Capital Rossi Empreendimentos S/A - Cartaxo Empreendimentos Imobiliários Ltda (Capital Rossi) - Baceiro Empreendimentos Imobiliários Ltda - De ordem da MM(a) Juiz(a) de Direito, Dra. Bárbara de Araújo Folhadela, intime-se a parte embargada para apresentar as contrarrazões dos embargos opostos às folhas 153/155 no prazo de 5 dias. Após, irão os autos conclusos para sentença.

ADV: ALEXMAR DA COSTA MELO (OAB 10133/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM) - Processo 0610672-58.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: ALEXMAR DA COSTA MELO - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Alvará Expedido em 30/08/2019, efetuar a retirada do valor dentro de 30 (trinta) dias a contar desta data.

ADV: BRUNO INFANTE FONSECA (OAB 1945E/AM) - Processo 0612605-32.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Bruno Infante Fonseca - De ordem da MMª Juiza de Direito fica designada a audiência de Conciliação para o dia 30/01/2020 às 10:15h, intimando-se as partes através da publicação do presente expediente. Há de se ressaltar que em caso de reconhecimento da relação de consumo, a inversão do ônus da prova será concedida em momento oportuno.

ADV: CARLA CEUSINA DE ALBUQUERQUE TAVARES (OAB 11005/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0615205-26.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Pedro Tavares Pereira - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem do MM Juiz de Direito fica designada a audiência de Instrução e Julgamento para o dia 27/09/2019 às 09:15h, intimando-se as partes através da publicação do presente expediente. Há de se ressaltar que em caso de reconhecimento da relação de consumo, a inversão do ônus da prova será concedida em momento oportuno.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0616788-46.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - Mee - De ordem, INTIMO a parte Requerente para indicar/corrigir o endereço que deverá constar no mandado/carta, no prazo legal de 10 (dez) dias.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM) - Processo 0617576-65.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Residencial Jardim Paradiso Alpinia - De ordem da Exm.º Sr. Dr. Juíza de Direito, Bárbara de Araújo Folhadela, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte requerente para manifestação no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM) - Processo 0618706-85.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Residencial Vivendas do Rio Negro - Praças - Vistos, etc. HOMOLOGO, por sentença, o acordo extrajudicial entabulado entre as partes, às fls.106/107, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, tudo de conformidade com o parágrafo único, do art. 22, da Lei 9.099/95. Determino à secretaria, em caso de cumprimento da avença, ultime o arquivamento dos autos, segundo o que dita o inciso III, do art. 269, do Código de Processo Civil. Faça-o, independentemente de outro despacho. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I.

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0620766-65.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Instituto de Educação Aruanã Eireli-me - Vistos, etc. HOMOLOGO, por sentença, o acordo entabulado entre as partes para que produza seus jurídicos e legais efeitos, tudo de conformidade com o parágrafo único, do art. 22, da Lei 9.099/95. Determino à secretaria, em caso de cumprimento da avença, ultime o arquivamento dos autos, segundo o que dita o inciso III, do art. 269, do Código de Processo Civil. Faça-o, independentemente de outro despacho. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I.

ADV: LEYLANE EDIENE SILVA LARA (OAB 9461/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: ELON ATALIBA DE ALMEIDA (OAB 6746/AM) - Processo 0623161-30.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Protesto Indevido de Título - REQUERENTE: Alice Chacon Prata - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A (Vivo S/a) - Telefônica Brasil S/A - Vistos, etc. HOMOLOGO, por sentença, o acordo extrajudicial entabulado entre as partes, às fls. 120/122, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, tudo de conformidade com o parágrafo único, do art. 22, da Lei 9.099/95. Determino à secretaria, em caso de cumprimento da avença, ultime o arquivamento dos autos, segundo o que dita o inciso III, do art. 269, do Código de Processo Civil. Faça-o, independentemente de outro despacho. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I.

ADV: MARCELO HENRIQUE CARVALHO DOS SANTOS (OAB 9848/AM) - Processo 0624280-89.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Empréstimo consignado - REQUERENTE: Harlley Rodrigo Noronha Pinto - De ordem do MM Juiz de Direito fica designada a audiência de Conciliação para o dia 18/02/2020 às 11:00h, intimando-se as partes através da publicação do presente expediente. Há de se ressaltar que em caso de reconhecimento da relação de consumo, a inversão do ônus da prova será concedida em momento oportuno.

ADV: SANDRA RÉGIA DUDA CLEMENTE (OAB 9376/AM) - Processo 0624287-81.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Dever de Informação - REQUERENTE: Francisca Braga de Oliveira - Preenchidos os pressupostos, determino à parte requerida que exclua o nome da parte requerente do(s) cadastro(s) de proteção ao crédito, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais), até o limite de R$ 5.000,00 (cinco mil reais). Designo a audiência de conciliação, na

sala Sala 1 do 1º JECC (Conciliação Cível) data de 18/02/2020 às 11:15h. Sendo verossímeis as alegações da parte requerente, determino a inversão do ônus da prova em seu favor, nos termos do art. 6º, VIII, do CDC. Cite-se e intimem-se.

ADV: RODRIGO JOSÉ RODRIGUES ALVES BRASILEIRO (OAB 902A/AM) - Processo 0624364-90.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Lourrany Thaynna Machado Brasileiro - De ordem do MM Juiz de Direito fica designada a audiência de Conciliação para o dia 18/02/2020 às 11:45h, intimando-se as partes através da publicação do presente expediente. Há de se ressaltar que em caso de reconhecimento da relação de consumo, a inversão do ônus da prova será concedida em momento oportuno.

ADV: WILSON PEÇANHA NETO (OAB 4630/AM) - Processo 0624411-64.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Alpha Garden The Condominium - Vistos, etc. HOMOLOGO, por sentença, o acordo extrajudicial entabulado entre as partes, às fls. 47/50, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, tudo de conformidade com o parágrafo único, do art. 22, da Lei 9.099/95. Determino à secretaria, em caso de cumprimento da avença, ultime o arquivamento dos autos, segundo o que dita o inciso III, do art. 269, do Código de Processo Civil. Faça-o, independentemente de outro despacho. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I

ADV: ODELY COSTA DOS SANTOS (OAB 10324/AM) - Processo 0624435-92.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de reparar o dano - REQUERENTE: Delva Lúcia Ferreira Pinto - De ordem do MM Juiz de Direito fica designada a audiência de Conciliação para o dia 19/02/2020 às 08:45h, intimando-se as partes através da publicação do presente expediente. Há de se ressaltar que em caso de reconhecimento da relação de consumo, a inversão do ônus da prova será concedida em momento oportuno.

ADV: STHEFANO MALHEIROS SANTANA DE ALMEIDA (OAB 18501/MT) - Processo 0624456-68.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Energia Elétrica - REQUERENTE: Maria da Conceição Silva da Luz - De ordem do MM Juiz de Direito fica designada a audiência de Conciliação para o dia 19/02/2020 às 09:15h, intimando-se as partes através da publicação do presente expediente. Há de se ressaltar que em caso de reconhecimento da relação de consumo, a inversão do ônus da prova será concedida em momento oportuno.

ADV: STHEFANO MALHEIROS SANTANA DE ALMEIDA (OAB 18501/MT) - Processo 0624465-30.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Alessandra Deodato da Silva - De ordem do MM Juiz de Direito fica designada a audiência de Conciliação para o dia 19/02/2020 às 09:30h, intimando-se as partes através da publicação do presente expediente. Há de se ressaltar que em caso de reconhecimento da relação de consumo, a inversão do ônus da prova será concedida em momento oportuno.

ADV: FABÍOLA VASCONCELOS MITOSO (OAB 4236/AM) - Processo 0624556-23.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Mônica Nascimento dos Santos Sabino de Souza - Preenchidos os pressupostos, determino à parte requerida que exclua o nome da parte requerente do(s) cadastro(s) do SPC/SERASA, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais), até o limite de R$ 5.000,00 (cinco mil reais). Designo a audiência de conciliação, na sala Sala 1 do 1º JECC (Conciliação Cível) data de 19/02/2020 às 10:00h. Sendo verossímeis as alegações da parte requerente, determino a inversão do ônus da prova em seu favor, nos termos do art. 6º, VIII, do CDC. Cite-se e intimem-se.

ADV: FELIPE LOPES PAULO (OAB 13796/AM) - Processo 0624583-06.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Daniele Amori Mereles - De ordem do MM Juiz de Direito fica designada a audiência de Conciliação para o dia 19/02/2020 às 10:45h, intimando-se as partes através da publicação do presente expediente. Há de se ressaltar que em caso de reconhecimento da relação de consumo, a inversão do ônus da prova será concedida em momento oportuno.

ADV: STHEFANO MALHEIROS SANTANA DE ALMEIDA (OAB 18501/MT) - Processo 0624597-87.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Graziela Felipe da Silva - De ordem do MM Juiz de Direito fica designada a audiência de Conciliação para o dia 19/02/2020 às 11:00h, intimando-se as partes através da publicação do presente expediente. Há de se ressaltar que em caso de reconhecimento da relação de consumo, a inversão do ônus da prova será concedida em momento oportuno.

ADV: RICHARDSON RAYMOND DUTRA PEIXOTO (OAB 14277/AM) - Processo 0624611-71.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Dever de Informação - REQUERENTE: Glauce Parente de Lima - De ordem do MM Juiz de Direito fica designada a audiência de Conciliação para o dia 19/02/2020 às 11:15h, intimando-se as partes através da publicação do presente expediente. Há de se ressaltar que em caso de reconhecimento da relação de consumo, a inversão do ônus da prova será concedida em momento oportuno.

ADV: ABRAÃO LUCAS FERREIRA GUIMARÃES (OAB 14788/AM) - Processo 0624628-10.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Eliu Aquino Barbosa - De ordem do MM Juiz de Direito fica designada a audiência de Conciliação para o dia 19/02/2020 às 11:45h, intimando-se as partes através da publicação do presente expediente. Há de se ressaltar que em caso de reconhecimento da relação de consumo, a inversão do ônus da prova será concedida em momento oportuno.

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: EMMILLY KAREN APOLÔNIO DA SILVA (OAB 9716/AM), ADV: EDUARDO MARQUES DA SILVA (OAB 9114/AM), ADV: EVELLYN KELRYEN APOLÔNIO DA SILVA (OAB 9125/AM) - Processo 0628988-22.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Adelson Ferreira dos Santos - REQUERIDO: Claro S/A - De ordem do MM Juiz de Direito fica designada a audiência de Instrução e Julgamento para o dia 25/09/2019 às 09:45h, intimando-se as partes através da publicação do presente expediente. Há de se ressaltar que em caso de reconhecimento da relação de consumo, a inversão do ônus da prova será concedida em momento oportuno.

Abraão Lucas Ferreira Guimarães (OAB 14788/AM)
ALEXMAR DA COSTA MELO (OAB 10133/AM)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR)
Bruno Infante Fonseca (OAB 1945E/AM)
Carla Ceusina de Albuquerque Tavares (OAB 11005/AM)
CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671/AM)
Christianne Gomes da Rocha (OAB 18305A/PB)
Daniel de Lima Albuquerque (OAB 6548/AM)
Douglas Moura Pimentel (OAB 13918/AM)
Eduardo Marques da Silva (OAB 9114/AM)
Eládio Miranda Lima (OAB 86235/RJ)
Elon Ataliba de Almeida (OAB 6746/AM)
Emmilly Karen Apolônio da Silva (OAB 9716/AM)
Evellyn Kelryen Apolônio da Silva (OAB 9125/AM)
Fabíola Vasconcelos Mitoso (OAB 4236/AM)
Felipe Lopes Paulo (OAB 13796/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)
José Mário de Carvalho Neto (OAB 4861/AM)
Leonardo Marques Bentes da Cunha (OAB 12565/AM)
Leylane Ediene Silva Lara (OAB 9461/AM)
Lídia Roberto da Silva (OAB 9135/AM)
Ligia de Souza Frias (OAB A1074AM)
Marcelo Henrique Carvalho dos Santos (OAB 9848/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Odely Costa dos Santos (OAB 10324/AM)

Richardson Raymond Dutra Peixoto (OAB 14277/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Rodrigo José Rodrigues Alves Brasileiro (OAB 902A/AM)
Ronaldo Thales Uchôa Brandão (OAB 12738/AM)
Sandra Régia Duda Clemente (OAB 9376/AM)
Sthefano Malheiros Santana de Almeida (OAB 18501/MT)
Valeria Sabrina de Souza Diniz (OAB 13807/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Wilson Peçanha Neto (OAB 4630/AM)

2ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL - PROCON
JUIZ(A) DE DIREITO ALESSANDRA C. R. C. GONDIM MARTINS DE MATOS
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL KAROL LIMA MORENO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0054/2019

ADV: MARISA TAVARES BARROS PAIVA DE MOURA (OAB 23647/PE), ADV: CARLOS ALBERTO SIMONETTI (OAB 5174/AM) - Processo 0200482-72.2016.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Substituição do Produto - EXEQUENTE: SUELY CUNHA NOGUEIRA - EXECUTADO: PORTO AUTOS LTDA - Ante o exposto, nos termos do art. 52, IX, “d” da Lei n° 9.099/95, ACOLHO os EMBARGOS à EXECUÇÃO apresentados pela parte DEVEDORA e, em consequência, determino a extinção do cumprimento de sentença eis que comprovado o integral e tempestivo cumprimento da obrigação principal. Isento de custas, nos termos do art. 55, parágrafo único da Lei n° 9.099/95. P. R. I. C.

ADV: MAURÍCIO MARQUES DOMINGUES (OAB 175513/SP), ADV: HELVIO SANTOS SANTANA (OAB 353041/SP) - Processo 0201702-03.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Alcatel - Lucent Brasil S/A - Carrefour Comércio e Indústria Ltda. e outro - Ex positis, e por tudo mais quanto dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido para condenar solidariamente as Requeridas SEMP TCL MOBILIDADE LTDA. e Carrefour Comércio e Indústria Ltda. a pagarem ao Requerente a importância de R$1.500,00 (um mil e quinhentos reais), a título de danos morais, devidamente atualizada pelo INPC/IBGE e acrescida de juros de 1% (um por cento) ao mês, a partir da data do presente decisum. Nos termos do que dispõe o art. 52, inciso III, da Lei 9.099/95, ficam as partes demandadas cientes de que deverão cumprir os termos desta sentença tão logo ocorra o seu trânsito em julgado, sob pena de instauração, a requerimento do credor, do competente cumprimento de sentença, nos termos dos arts. 52, inciso IV, da Lei 9.099/95 e 523 do NCPC. Sem ônus sucumbenciais, face ao disposto no art. 55, da Lei n. 9.099/95. Cumprida voluntariamente a sentença, arquivem-se, independentemente de outro despacho. Publique-se e cumpra-se.

ADV: ANA PAULA ALVES SACONI (OAB 260912/SP), ADV: ROBERTO TRIGUEIRO FONTES (OAB 692A/AM) - Processo 0202478-37.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERIDO: C&A Modas Ltda. - SMS INFOCOMM SERVICOS E GERENCIAMENTO DE SOLUCOES DE TECNOLOGIA LTDA - Intimem-se as requeridas para que retirem o bem no prazo de dez dias, sob pena de envio do mesmo a instituições de caridade por caracterização de abandono. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0203822-53.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - A ausência injustificada do autor, estando regularmente intimado a comparecer, acarreta a extinção da relação processual e o consequente arquivamento dos autos, dada a obrigatoriedade do comparecimento pessoal das partes às audiências aprazadas no sistema dos JECS, nos termos do art. 51, I, da Lei 9.099/95. A respeito do tema, cumpre destacar a edição dos enunciados 20 e 28 do FONAJE: ENUNCIADO 20 - O comparecimento pessoal da parte às audiências é obrigatório. A pessoa jurídica poderá ser representada por preposto. ENUNCIADO 28 - Havendo extinção do processo com base no inciso I, do art. 51, da Lei 9.099/1995, é necessária a condenação em custas. Assim, JULGO EXTINTO O PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, consoante fundamentação supra. Custas pelo autor para o caso de novo ajuizamento com o mesmo objeto. Após, movimente-se o processo para a fila de encerrados, com as cautelas de praxe e dê-se a respectiva baixa no Sistema de Automação Judiciária (SAJ). Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

ADV: LEONARDO ANDRADE ARAGÃO (OAB 7729/AM), ADV: PEDRO LEAL E ALMEIDA FILHO (OAB 33824/BA), ADV: VANDRÉ CAVALCANTE BITTENCOURT TORRES (OAB 344658/SP), ADV: HANNA TAVARES CUNHA (OAB 10417/AM) - Processo 0203974-04.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERIDO: Bemol - Benchimol Irmão e Cia. Ltda - M.K. ELETRODOMESTICOS MONDIAL LTDA - Ante a ausência de manifestação determino o arquivamento dos autos com a devolução do valor pago pelo aparelho à requerida MK, uma vez que a autora não comprovou a devolução do produto no prazo fixado pelo Juízo. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM) - Processo 0203995-77.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Primeiramente, diante da necessidade de melhor instrução probatória, torno sem efeito a determinação judicial de fls. 114/115, na parte que designou a data para prolação da sentença. Escudado no que dispõem os arts. 6°, VIII do CDC; arts. 2º, 5º e 6º da Lei 9.099/95; e arts. 4º, 321 e 373, § 1° do NCPC, determino a intimação da Requerida para que, em quinze dias, junte aos autos histórico de consumo da Unidade Consumidora em nome da parte autora que abranja o período janeiro de 2015 até a presente data. Após, certificado o cumprimento ou não de tal determinação, retornem-me os autos conclusos para Sentença, que será oportunamente prolatada, com a devida intimação das partes. Cumpra-se

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: CHRISTIANO PINHEIRO DA COSTA (OAB 3542/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM) - Processo 0204720-66.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Lucimar Pereira de Souza - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Assim, ADMITO O RECURSO atribuindo-lhe os efeitos suspensivo e devolutivo e determino o encaminhamento do mesmo à Turma recursal, com as providências de estilo, após a prévia intimação da Recorrida para, querendo, apresentar contrarrazões ao Recurso Inominado, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 42, §2º da Lei n. 9.099/95, alertando que deverá fazê-lo por intermédio de advogado ou defensor público, nos termos do art. 41, §2º da Lei nº. 9.099/95. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: NAUDAL RODRIGUES DE ALMEIDA (OAB 4068/AM), ADV: ANGÉLICA MARIA MONTEIRO DUARTE (OAB 2659/AM) - Processo 0205144-45.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Assinatura Básica Mensal - EXECUTADO: Telefônica Brasil S/A - Analisando os autos, verifico que a data do débito constante no documento de fl. 83 é posterior ao acordo celebrado entre as partes. Determino, no entanto, seja intimada a empresa demandada para que, no prazo de 5 (cinco) dias, esclareça a origem do débito constante no documento de fl. 83. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0205747-84.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Fornecimento de Água - EXECUTADO: Manaus Ambiental S/A - DESPACHO Não tendo mais uma vez a parte requerida comprovado o cumprimento integral da sentença de fls. 88/98, determino que se

intime a executada para que satisfaça a obrigação de fazer fixada na sentença no prazo de dez dias e comprove nos autos o seu cumprimento, sob pena de aplicação de nova multa diária, no valor de R$300,00 (trezentos Reais), até o limite de 15 (quinze) dias, em caso de descumprimento, nos termos do art. 52, V, da Lei n. 9.099/95, bem como para que em quinze dias, efetue o pagamento da multa fixada na decisão de fls. 148. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0205875-07.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERIDO: Banco Pan S/A - A ausência injustificada do autor, estando regularmente intimado a comparecer, acarreta a extinção da relação processual e o consequente arquivamento dos autos, dada a obrigatoriedade do comparecimento pessoal das partes às audiências aprazadas no sistema dos JECS, nos termos do art. 51, I, da Lei 9.099/95. A respeito do tema, cumpre destacar a edição dos enunciados 20 e 28 do FONAJE: ENUNCIADO 20 - O comparecimento pessoal da parte às audiências é obrigatório. A pessoa jurídica poderá ser representada por preposto. ENUNCIADO 28 - Havendo extinção do processo com base no inciso I, do art. 51, da Lei 9.099/1995, é necessária a condenação em custas. Assim, JULGO EXTINTO O PROCESSO, SEM ANÁLISE DE MÉRITO, consoante fundamentação supra. Custas pelo autor para o caso de novo ajuizamento com o mesmo objeto. Após, movimente-se o processo para a fila de encerrados, com as cautelas de praxe e dê-se a respectiva baixa no Sistema de Automação Judiciária (SAJ). Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

ADV: MATHEUS ARAÚJO MUNIZ (OAB 7626/AM), ADV: ROZANA RIBEIRO PRAIA (OAB 10234/AM), ADV: ROBERTA SILVA DE SENA (OAB 8956/AM) - Processo 0207317-42.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Vanderlan Auzier Braz - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, diante da comprovação de pagamento, expeço o Alvará eletrônico em favor da parte autora e encaminho os autos para a fila de encerrados.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0207673-37.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Bancários - EXECUTADO: Banco Pan S/A - R. H. Intime-se o requerido acerca da manifestação da requerente, concedendo-lhe o prazo de quinze dias para atender. Cumpra-se.

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM) - Processo 0601578-52.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - EXECUTADO: GOL LINHAS AÉREAS S/A e outro - De ordem, intimo as partes Executadas para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento, nos termos do art. 523, do CPC, sob pena de multa de 10% calculada sobre o valor atualizado do débito.

ADV: LÉA FERNANDES AMAZONAS (OAB 8612/AM), ADV: DIEGO HUMBELINO DUARTE (OAB 9071/AM) - Processo 0603321-19.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Francisca Rosana de Souza Cardoso - Agnaldo Brito Gato - De ordem, fica intimada a parte autora para indicar/corrigir endereço da parte da requerida, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: FRANCISCO DE ASSIS LELIS DE MOURA JÚNIOR (OAB 20.289/PE), ADV: PAULINE CHÍXARO VOSS (OAB 6648/AM), ADV: SÉRGIO MURILO LEITE GALINDO JÚNIOR (OAB 34218/PE), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: DIEGO YURY TIBURTINO GALDINO (OAB A1185/AM) - Processo 0604411-77.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - DIREITO DO CONSUMIDOR - EXEQUENTE: Erika Laura Schloemp - EXECUTADO: Telefônica Brasil S/A - Zurich Minas Brasil Seguros S.a - De ordem, diante da comprovação de pagamento, expeço o Alvará eletrônico em favor da parte autora e encaminho os autos para a fila de encerrados.

ADV: FELICIANO LYRA MOURA (OAB 21714/PE), ADV: DANIELLE AMORIM BATISTA DOS SANTOS (OAB 7109/AM) - Processo 0604610-65.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Responsabilidade do Fornecedor - EXECUTADO: Casas Bahia - De ordem, fica intimada a parte executada para efetuar o cumprimento da sentença, no prazo de 10 dias, sob pena de fixação de multa.

ADV: ROBERTO TRIGUEIRO FONTES (OAB 692A/AM), ADV: RAFAEL GOOD GOD CHELOTTI (OAB 139387/MG) - Processo 0604707-65.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Substituição do Produto - EXECUTADA: Samsung Eletrônica da Amazônia Ltda. - C&A Modas Ltda. - De ordem, intimo a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o cumprimento da sentença, bem como informar endereço para a devolução do produto e realizar o pagamento, nos termos do art. 523, do CPC, sob pena de multa de 10% calculada sobre o valor atualizado do débito.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ELLEN ARANHA DE SOUSA (OAB 14416/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0605129-40.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - RECLAMANTE: Janete Andrade Aranha - RECLAMADO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Assim, ADMITO O RECURSO atribuindo-lhe os efeitos suspensivo e devolutivo e determino o encaminhamento do mesmo à Turma recursal, com as providências de estilo, após a prévia intimação da Recorrida para, querendo, apresentar contrarrazões ao Recurso Inominado, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 42, §2º da Lei n. 9.099/95, alertando que deverá fazê-lo por intermédio de advogado ou defensor público, nos termos do art. 41, §2º da Lei nº. 9.099/95. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0608268-97.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - RECLAMADO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Assim, ADMITO O RECURSO atribuindo-lhe os efeitos suspensivo e devolutivo e determino o encaminhamento do mesmo à Turma recursal, com as providências de estilo, após a prévia intimação da Recorrida para, querendo, apresentar contrarrazões ao Recurso Inominado, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 42, §2º da Lei n. 9.099/95, alertando que deverá fazê-lo por intermédio de advogado ou defensor público, nos termos do art. 41, §2º da Lei nº. 9.099/95. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM), ADV: ALEXANDRE FONSECA DE MELLO (OAB 222219/SP) - Processo 0609582-78.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERIDO: Info Store Computadores da Amazônia Ltda. - MOTOROLA INDUSTRIAL - CHEDID JAFET - Assim, JULGO EXTINTO O PROCESSO, SEM ANÁLISE DE MÉRITO, consoante fundamentação supra. Custas pelo autor para o caso de novo ajuizamento com o mesmo objeto. Após, movimente-se o processo para a fila de encerrados, com as cautelas de praxe e dê-se a respectiva baixa no Sistema de Automação Judiciária (SAJ). Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO ARY FRANCO CÉSAR (OAB 123514/SP) - Processo 0609583-63.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - RECLAMADO: Assurant Seguradora S.a. e outro - A ausência injustificada do autor, estando regularmente intimado a comparecer, acarreta a extinção da relação processual e o consequente arquivamento dos autos, dada a obrigatoriedade do comparecimento pessoal das partes às audiências aprazadas no sistema dos JECS, nos termos do art. 51, I, da Lei 9.099/95. A respeito do tema, cumpre destacar a edição dos enunciados 20 e 28 do FONAJE: ENUNCIADO 20 - O comparecimento pessoal da parte às audiências é obrigatório. A pessoa jurídica poderá ser representada por preposto. ENUNCIADO 28 - Havendo extinção do processo com base no inciso I, do art. 51, da Lei 9.099/1995, é necessária a condenação em custas. Assim, JULGO EXTINTO O PROCESSO, SEM ANÁLISE DE MÉRITO, consoante fundamentação supra. Custas pelo autor para o caso de novo ajuizamento com o mesmo objeto. Após, movimente-se o processo para a fila de encerrados, com as cautelas de praxe e dê-se a respectiva baixa no Sistema de Automação Judiciária (SAJ). Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0609587-03.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - RECLAMADO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem da MM. Juíza

de Direito Alessandra C. R. C. Gondim Martins de Matos fica a audiência de Instrução e Julgamento designada para 11/11/2019, às 11:30h, a ser realizada nesta 2ª Vara do Juizado Especial - Procon, situada na Avenida André Araújo s/n, Ao lado do Tribunal de Justiça, Aleixo - CEP 69060-000, Fone: 3622-3563, Manaus-AM - E-mail: 2jcivel@tjam.jus.br.

ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: MARCELO NEUMANN MOREIRAS PESSOA (OAB 110501/RJ), ADV: JOÃO EDUARDO RODRIGUES DO NASCIMENTO (OAB 13289/AM) - Processo 0609590-55.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Substituição do Produto - RECLAMADO: Lg Eletronics do Brasil Ltda. - Máxima Assistência Ltda. - EPP - REQUERIDO: Lojas Riachuelo S/A - Assim, não resta outro entendimento, a não ser rejeitar os Embargos de Declaração opostos, mantendo-se a decisão embargada, nos moldes tal como está lançada. P.R.I.C.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0609635-59.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - RECLAMADO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Primeiramente, diante da necessidade de melhor instrução probatória, torno sem efeito a determinação judicial de fls. 107/108, na parte que designou a data para prolação da sentença. Considerando a existência de dúvidas deste magistrado em relação ao pedido, escudado no que dispõem os arts. 2º, 5º e 6º da Lei 9.099/95 c/c arts. 4º e 321 do NCPC, determino a intimação do Requerente para que, em quinze dias, junte aos autos a fatura 11/2018, a qual requer retificação, visto constar nos autos apenas a referente ao mês 08/2018. Caso o autor se manifeste no prazo acima, que seja dada ciência e oportunidade de manifestação à Requerida, no prazo de 15 dias, em atenção aos princípios do contraditório e da ampla defesa. Após, certificado o cumprimento ou não de tal determinação, retornem-me os autos conclusos para Sentença. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0612357-66.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - DESPACHO Considerando os documentos acostados aos autos às fls., 70/71 os quais comprovam a impossibilidade de comparecimento do Reclamante na data futuramente marcada para a realização da Audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento, bem como em atenção aos princípios da Celeridade e Economia Processuais, defiro o pedido autoral, para na oportunidade, determinar o prosseguimento do feito, com a designação de nova audiência de conciliação, instrução e julgamento conforme a disponibilidade de pauta deste Juízo. À Secretaria para proceder as comunicações necessárias após ser pautada nova Audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento, conforme disponibilidade cartorária. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0612357-66.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem da MM. Juíza de Direito Alessandra C. R. C. Gondim Martins de Matos fica a audiência de Instrução e Julgamento redesignada para 11/11/2019, às 12:00h, a ser realizada nesta 2ª Vara do Juizado Especial - Procon, situada na Avenida André Araújo s/n, Ao lado do Tribunal de Justiça, Aleixo - CEP 69060-000, Fone: 3622-3563, Manaus-AM - E-mail: 2jcivel@tjam.jus.br.

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: MAGDA REBELO PONTES (OAB 14355/AM), ADV: JUVENAL SEVERINO BOTELHO (OAB 5044/AM) - Processo 0614174-68.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - RECLAMANTE: Antônio Bento Marques Araújo - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - À vista do exposto, com fundamento nas razões acima colacionadas, julgo extinto o processo sem resolução de mérito, o que faço escudado nos arts. 3º, caput, e 51, II, da Lei nº 9.099/95. Revogo a tutela deferida às fls. 63/69. Sem custas e honorários advocatícios (Lei 9.099/95, art. 55, caput). Após o trânsito em julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Publique-se e cumpra-se.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: DIOGO RIBEIRO AYRES (OAB 148491/RJ) - Processo 0619816-56.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Assinatura Básica Mensal - REQUERIDO: Tim Celular S/A - Analisando detidamente os autos, constatei que a parte autora não estava regularmente intimada para a audiência do dia 25/06/2019 conforme se verifica das fls. 65, 66 e 74, dessa forma, chamo o feito à ordem para tornar sem efeito a sentença de fl. 107 e determino seja mantida a audiência designada para o dia 19/09/2019, da qual o Requerente já está intimado. Intime-se a parte demandada. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0622636-48.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Bancários - EXECUTADO: Banco BMG S/A - De ordem, intimo a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o cumprimento do acordo/sentença, bem como o pagamento, nos termos do art. 523, do CPC, sob pena de multa de 10% calculada sobre o valor atualizado do débito.

ADV: ALEXANDRE FONSECA DE MELLO (OAB 222219/SP), ADV: LEONARDO ANDRADE ARAGÃO (OAB 7729/AM) - Processo 0629137-18.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - RECLAMADO: Motorola Industrial Ltda - Bemol - Benchimol Irmão e Cia. Ltda e outro - R. H. Intime-se a requerida Bemol para saber, no prazo de dez dias, se esta recebera ou não o produto, em seguida voltem-me conclusos. Cumpra-se.

Alexandre Fonseca de Mello (OAB 222219/SP)
Ana Paula Alves Saconi (OAB 260912/SP)
Andrade GC Advogados (OAB 5797/AM)
Angélica Maria Monteiro Duarte (OAB 2659/AM)
Antônio Ary Franco César (OAB 123514/SP)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Carlos Alberto Simonetti (OAB 5174/AM)
Christiano Pinheiro da Costa (OAB 3542/AM)
Danielle Amorim Batista dos Santos (OAB 7109/AM)
Diego Humbelino Duarte (OAB 9071/AM)
Diego Yury Tiburtino Galdino (OAB A1185/AM)
Diogo Ribeiro Ayres (OAB 148491/RJ)
Ellen Aranha de Sousa (OAB 14416/AM)
Fábio Nogueira Corrêa (OAB 5674/AM)
Feliciano Lyra Moura (OAB 21714/PE)
Francisco de Assis Lelis de Moura Júnior (OAB 20.289/PE)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Hanna Tavares Cunha (OAB 10417/AM)
Helvio Santos Santana (OAB 353041/SP)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
João Eduardo Rodrigues do Nascimento (OAB 13289/AM)
José Alberto Maciel Dantas (OAB 3311/AM)
Juvenal Severino Botelho (OAB 5044/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Léa Fernandes Amazonas (OAB 8612/AM)
Leonardo Andrade Aragão (OAB 7729/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Magda Rebelo Pontes (OAB 14355/AM)
Marcelo Neumann Moreiras Pessoa (OAB 110501/RJ)
Marisa Tavares Barros Paiva de Moura (OAB 23647/PE)
Matheus Araújo Muniz (OAB 7626/AM)
Maurício Marques Domingues (OAB 175513/SP)
Naudal Rodrigues de Almeida (OAB 4068/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Pauline Chíxaro Voss (OAB 6648/AM)
Pedro Leal e Almeida Filho (OAB 33824/BA)
Rafael Good God Chelotti (OAB 139387/MG)
Roberta Silva de Sena (OAB 8956/AM)
Roberto Trigueiro Fontes (OAB 692A/AM)
Rozana Ribeiro Praia (OAB 10234/AM)
Sérgio Murilo Leite Galindo Júnior (OAB 34218/PE)
Vandré Cavalcante Bittencourt Torres (OAB 344658/SP)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)

3ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO ONILDO SANTANA DE BRITO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL FRANCISCO DAS CHAGAS DE SOUZA M. FILHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0118/2019

ADV: JACQUES ANTUNES SOARES (OAB 75751/RS) - Processo 0205729-63.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: iPlace 636 - Assim sendo, procedo a resolução do mérito para Julgar procedente o pedido de reparação de danos morais para condenar a parte Requerida ao pagamento de R$ 4.990,00 (quatro mil, novecentos e noventa reais), incidindo-se correção monetária da data desta decisão, bem como juros mensais de 1% a partir da citação. No mesmo ato de intimação da sentença, deverá(ão) a(s) parte(s) vencida(s) ser(em) instada(s) a cumprir a sentença tão logo ocorra seu trânsito em julgado, e advertida(s) de que, acaso não cumpra(m) no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento da condenação na fase de execução (art. 52, da LJE, art. 523, § 1º, do CPC).

ADV: MARCELLUS DE MAGALHÃES CORDEIRO JÚNIOR (OAB 7085/AM), ADV: FABRÍCIO GUERRA FURTADO (OAB 346A/AM) - Processo 0210443-42.2013.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Jonilcy Roberto Gomes - R.H. no estado em que se encontra. Trata-se de certidão de oficial de justiça informando que busca e apreensão de bem restou prejudicada, posto que o mesmo não encontrou o bem indicado no mandato petição. Compulsando os autos, ante a tentativa infrutífera do BACEN/JUD e RENANJUD. Intime-se o Exequente para informar endereço apto a satisfazer a execução de aludido mandado de busca e apreensão, no prazo de 30 (cinco) dias, sob pena de arquivamento nos termos do art. 485, inc III do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LAURA RITA ARAÚJO CARDOSO (OAB 5675/AM) - Processo 0602079-71.2017.8.04.0016 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: João Batista Moreira de Oliveira - "Intimo V.Sa. a juntar cálculo atualizado do valor da condenação (inclusive com multa de 10%), no prazo de 15(quinze) dias, sob pena de arquivamento dos autos."

ADV: LUIZ GUSTAVO FERNANDES DA COSTA (OAB 149048/MG), ADV: KELLY ANNE CORRÊA DE OLIVEIRA (OAB 9330/AM) - Processo 0602229-21.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Messias Pereira Goes - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - De ordem, fica designado o dia 04/11/2019 às 16:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CAROLINE MOTA VIEIRA (OAB 10505/AM), ADV: BANDEIRA DE MELO E BARBIRATO ADVOGADOS (OAB 222/AM), ADV: LÍVIA MARIA ANDRADE PORTO (OAB 11348/AM), ADV: HERMES PONTES LIMA JUNIOR (OAB 13567/AM) - Processo 0603216-28.2016.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - EXEQUENTE: Patricia Chicre Bandeira de Melo ME - À vista do exposto, Julgo Extinto o feito, com fundamento no art. 53, §4° da Lei n° 9.099/95. Expeça-se o respectivo alvará do valor bloqueado às fls. 27/28, em favor da Exequente. Por fim, autorizo, desde já, a expedição de certidão de crédito da dívida exequenda remanescente, na forma dos Enunciados 75 e 76 XXV FONAJE, caso requerido pela Exequente.

ADV: JOÃO BATISTA ANDRADE DE QUEIROZ (OAB 2372/AM), ADV: DÉBORA ARAÚJO DE QUEIROZ (OAB 10157/AM), ADV: DEIZE DA SILVA VASCONCELOS (OAB 3058/AM), ADV: CÁSSIO CHAVES CUNHA (OAB 12268/PA) - Processo 0603288-78.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: José Carlos Pimenta Calazans - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - De ordem, fica designado o dia 05/11/2019 às 16:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MARIA DE FÁTIMA JEZINI MESQUITA (OAB 8378/AM), ADV: CHRISTIANNE GOMES DA ROCHA (OAB 18305A/PB) - Processo 0603351-35.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Assinatura Básica Mensal - REQUERENTE: Rovan Jezini do Nascimento - REQUERIDO: Tim Celular S/A - Assim sendo, procedo a resolução do mérito para: 1) Julgar procedente o pedido para condenar a parte Requerida a restituir, em dobro, o indébito no valor de R$ 144,00 (cento e quarenta e quatro reais), acrescido de correção monetária e juros de 1% ao mês, a partir da citação, nos termos do art. 42, do CDC; 2) Julgar procedente o pedido de reparação de danos morais para condenar a parte Requerida ao pagamento de R$ 2.994,00 (dois mil, novecentos e noventa quatro reais), incidindo-se correção monetária da data desta decisão, bem como juros mensais de 1% a partir da citação. No mesmo ato de intimação da sentença, deverá(ão) a(s) parte(s) vencida(s) ser(em) instada(s) a cumprir a sentença tão logo ocorra seu trânsito em julgado, e advertida(s) de que, acaso não cumpra(m) no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento da condenação na fase de execução (art. 52, da LJE, art. 523, § 1º, do CPC).

ADV: RENATA SOUSA DE CASTRO VITA (OAB 24308/BA), ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM), ADV: EDER MACHADO ARAUJO (OAB 14085/AM), ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM), ADV: JOSÉ CARLOS VAN CLEEF DE ALMEIDA SANTOS (OAB 273843/SP) - Processo 0603436-21.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Carolina Rocha Augusto - REQUERIDO: Qualicorp Administradora de Benefícios S/A - Sul America Seguro Saúde S.a - Assim sendo, 1) Julgo parcialmente procedente o pedido para decretar a resolução do contrato objeto da demanda, restituindo-se as partes ao estado em que antes dele se achavam, inclusive para efeito de condenar solidariamente as partes Requeridas à devolução da quantia de R$ 639,51 (seiscentos e trinta e nove reais e cinquenta e um centavos), com correção monetária e juros de 1% ao mês contados da citação; 2) Julgo procedente o pedido para condenar solidariamente as partes Requeridas ao pagamento de reparação por danos morais no valor de R$ 4.990,00 (quatro mil, novecentos e noventa reais), incidindo-se correção monetária da data dessa decisão, bem como juros mensais de mora de 1% ao mês, a partir da citação. No mesmo ato de intimação da sentença, deverá(ão) a(s) parte(s) vencida(s) ser(em) instada(s) a cumprir a sentença tão logo ocorra seu trânsito em julgado, e advertida(s) de que, acaso não cumpra(m) no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento da condenação na fase de execução (art. 52, da LJE, art. 523, § 1º, do CPC).

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM), ADV: CAMILA LEAL DE SOUZA (OAB 7498/AM) - Processo 0603757-56.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Fabio Pereira de Melo - REQUERIDO: Florence Garden Empreendimento Imobiliário Spe Ltda e outro - Assim sendo, procedo a resolução do mérito para Julgar procedente o pedido de reparação de danos morais para condenar solidariamente as partes Requeridas ao pagamento de R$ 6.986,00 (seis mil, novecentos e oitenta e seis reais), incidindo-se correção monetária da data desta decisão, bem como juros mensais de 1% a partir da citação. No mesmo ato de intimação da sentença, deverá(ão) a(s) parte(s) vencida(s) ser(em) instada(s) a cumprir a sentença tão logo ocorra seu trânsito em julgado, e advertida(s) de que, acaso não cumpra(m) no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento da condenação na fase de execução (art. 52, da LJE, art. 523, § 1º, do CPC).

ADV: CÁSSIO CHAVES CUNHA (OAB 12268/PA), ADV: KELLY ANNE CORRÊA DE OLIVEIRA (OAB 9330/AM) - Processo 0605132-63.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Claudejânio da Silva Costa - REQUERIDO: Banco Bonsucesso Consignado S/A - De ordem, fica designado o dia 06/11/2019 às 16:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: DANYEL FURTADO TOCANTINS ÁLVARES (OAB 311574/SP), ADV: ANDRÉ RICARDO CARVALHO DE OLIVEIRA (OAB 7399/AM), ADV: JORGE HADAD SOBRINHO (OAB 91701B/SP) - Processo 0605632-03.2015.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Mara Bianca Rocha Lins - REQUERIDO: Norte Editora LTDA AMAZONAS EM TEMPO - Isto posto, julgo Improcedente a presente Embargos a Execução, e por via de consequência, determino a secretaria o prosseguimento da execução nos termos da decisão de fls. 147 dos autos. Transitado em julgado expeça-se alvará do valor bloqueado em favor do Embargado. Sem custas e honorários. P. R. I.C.

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0605953-96.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Rosenir Freitas Viana Ferreira - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: retificar o polo passivo, haja vista que os valores objeto da lide foram descontados pelo BANCO INDUSTRIAL (BIB CARTAO 10), de acordo com contracheques e não pelo BANCO BONSUCESSO S.A, conforme consta na petição inicial.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0606047-44.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Milena de Menezes Miller - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Assim sendo, procedo a resolução do mérito para: 1) Julgar parcialmente procedente o pedido de danos materiais para condenar a parte Requerida ao pagamento da restituição da quantia paga no montante de R$ 65,74 (sessenta e cinco reais e setenta e quatro centavos), incidindo-se correção monetária e juros mensais de 1% a partir da citação; 2) Julgar procedente o pedido de reparação de danos morais para condenar a parte Requerida ao pagamento de R$ 2.994,00 (dois mil, novecentos e noventa e quatro reais), incidindo-se correção monetária da data desta decisão, bem como juros mensais de 1% a partir da citação. No mesmo ato de intimação da sentença, deverá(ão) a(s) parte(s) vencida(s) ser(em) instada(s) a cumprir a sentença tão logo ocorra seu trânsito em julgado, e advertida(s) de que, acaso não cumpra(m) no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento da condenação na fase de execução (art. 52, da LJE, art. 523, § 1º, do CPC).

ADV: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (OAB 6835/MS), ADV: EDUARDO CHALFIN (OAB A1140/AM), ADV: FREDERICO MARTINS FURUKAWA (OAB 14220/AM) - Processo 0606313-31.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Terezinha Rodrigues Martins - Fernando Pessoa Maciel - REQUERIDO: Portoseg S/A Credito, Financiamento e Investimento - Banco Santander Brasil S/A - Na oportunidade, esclareço que a sentença é o ato que decide a causa e não podem ocorrer duas sentenças no mesmo processo, estando evidente que a segunda sentença, “em fase de elaboração” foi erroneamente colacionada aos autos e deve ser tornada sem efeito, como faço, no sentido de contemplar o disposto no art. 48, § único da lei 9.099/95. Ante o exposto, torno sem efeito a sentença de fls. 224/226 dos autos. P.R.I.C.

ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA (OAB 9678/AM) - Processo 0606486-55.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Raimunda Soares da Cunha - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Assim sendo, procedo a resolução do mérito para: 1) Julgar procedente o pedido de reparação de danos morais para condenar o Requerido ao pagamento de R$ 998,00 (novecentos e noventa e oito reais), incidindo-se correção monetária da data desta decisão, bem como juros mensais de 1% a partir da citação; devendo, por ocasião do pagamento do montante, ser abatido a título de compensação de créditos a quantia de R$ 979,66 (novecentos e setenta e nove reais e sessenta e seis centavos), com correção monetária contada da citação; 2) Julgar procedente o pedido quanto à obrigação de fazer para determinar ao Requerido que se abstenha de efetuar descontos na conta bancária da parte Requerente quanto ao empréstimo impugnado nesta demanda, sob pena de execução forçada. No mesmo ato de intimação da sentença, deverá(ão) a(s) parte(s) vencida(s) ser(em) instada(s) a cumprir a sentença tão logo ocorra seu trânsito em julgado, e advertida(s) de que, acaso não cumpra(m) no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento da condenação na fase de execução (art. 52, da LJE, art. 523, § 1º, do CPC).

ADV: MÁRIO DA CRUZ GLÓRIA (OAB 4013/AM), ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0606877-10.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - Mee - REQUERIDO: Odinelson Souza Pereira - À vista do exposto, com fundamento nas razões acima colacionadas, Julgo procedentes a presente Impugnação. Torno sem a penhora realizada nos autos (fls. 29/30) no valor de R$ 1.867,88. A Secretaria para desbloquear a quantia, expedir de imediato alvará a favor da parte Executada e realizar consulta via Renajud, em caso de consulta negativa, intime-se o requerente, no prazo de 5 (cinco) dias, para apresentar bens à penhora, sob pena de arquivamento nos termos do art.53, §4º da Lei 9.099/95. Transitado em julgado. E arquivem-se aos autos. Sem custas e honorários. P. R. I.C.

ADV: MARCUS DA COSTA TRIBUZI (OAB 12408/AM), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM) - Processo 0609551-63.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Erro Médico - REQUERIDO: Check Up Hospital do Coração Ltda - “ Intimo V.Sa. a efetuar o pagamento da condenação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de execução. “

ADV: JOSÉ CARLOS CALIL MOURÃO (OAB 4035/AM), ADV: MARCELO DA SILVA CARLOS (OAB 7366/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 15410A/PA), ADV: CÁSSIO CHAVES CUNHA (OAB 12268/PA), ADV: KELLY ANNE CORRÊA DE OLIVEIRA (OAB 9330/AM) - Processo 0609752-21.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Eliviane de Nazare Pires Moraes - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - De ordem, fica designado o dia 07/11/2019 às 16:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MARA BIANCA ROCHA LINS (OAB 4006/AM) - Processo 0610631-62.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: IME - INSTITUTO METROPOLITANO DE ENSINO LTDA - “ Intimo V.Sa. a efetuar o pagamento da condenação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de execução. “

ADV: THIAGO RODRIGUES ABREU (OAB 7113/AM) - Processo 0612864-27.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Thiago Rodrigues Abreu - De ordem, fica designado o dia 06/12/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LUAN VIEIRA DA CUNHA (OAB 11201/AM), ADV: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXÃO (OAB 1324A/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM) - Processo 0613487-91.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Atraso de vôo - REQUERENTE: Lúcia Maria Correa Viana - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - Trata-se de ação de indenização por danos morais. Relatório dispensado na forma do que dispõe o artigo 38, da Lei 9.099/95. DECIDO. A presente demanda versa sobre contrato de consumo, pois a parte Requerente é destinatária final do serviço fornecido pela parte Requerida. Assim aplicáveis os preceitos do CDC para a boa solução desta demanda. Quanto ao mérito, verifico que demanda da parte Requerente presume-se verdadeira, considerando que o quanto alegado por ela (fls. 01/05), foi admitido pela parte Requerida que contestou sem impugnar os fatos alegados (fls. 16/24), conforme art. 341, caput, do CPC. E a presunção de veracidade é reforçada a favor da demanda, porque na verdade a parte Requerida não procurou se desincumbir de seu ônus de prova e, porquanto verifica-se que, embora a contestação da parte Requerida guarde alguma conexão com a demanda destes autos, a mesma é formulada, em parte, por negação geral e, em outra parte, por argumentos genéricos que, por vezes, nem se amoldam a impugnar a pretensão da parte Requerente. E não bastasse que essa situação probatória de presunção de veracidade dos fatos alegados que aproveita à parte Requerente, ela ainda trouxe aos

autos elementos de prova a corroborar suas alegações fáticas de que há nexo causal entre o dano sofrido pela Requerente e a conduta da Requerida (fls. 01/05), conforme documentos de fls. 07/12. Com efeito, verifico que a parte Requerente afirma que os serviços não foram prestados adequadamente e na forma contratada, e para tanto colaciona PROVAS de modo a corroborar as alegações de falha na prestação dos serviços consistente em que houve atraso considerável na conexão de modo a estender a duração da viagem por mais seis horas (fls. 11/12). E a parte Requerida caberia, para afastar a responsabilidade de reparar o decorrente dano alegado, a produção da prova da inexistência do vício alegado pelo consumidor ou de outra excludente da responsabilidade apontada (art. 12, § 3º, II e art. 14, § 3º, I, do CDC). E desse ônus probatório, a mesma não se desincumbiu, porquanto não restou comprovado em sua defesa as alegações de que prestou os serviços de forma adequada, tendo em vista que não apresentou documentação alguma que comprovasse o alegado na Contestação; mantendo-se, por consequência, a presunção de veracidade dos fatos alegados pelo consumidor da ocorrência do dano em decorrência da prestação do serviço defeituoso. E não aproveita a parte Requerida a alegação de fato imprevisível, porquanto o fortuito interno, que é aquele inerente ao risco do próprio empreendimento e que ocorrido no momento da realização do serviço, não exclui sua responsabilidade de indenizar os danos sofridos pelo consumidor, conforme conhecida jurisprudência do STJ. Assim, as provas colacionadas pela parte Requerente são bastante para comprovar a existência do vício no serviço e a relação de causalidade entre o mesmo e o dano sofrido pelo consumidor e, como o direito por ela alegado lhe aproveita, julgo pela procedência do pedido. E é dever do fornecedor arcar com a reparação respectiva independentemente de avaliação de existência de culpa quanto ao defeito do serviço que veio a causar o dano a vítima, (CDC, art. 12, caput e 14, caput, que fixa a responsabilidade objetiva do fornecedor em razão do risco da atividade). Quanto aos danos morais, considero que o atraso de mais de seis horas sem prévia comunicação à Requerente é evento plenamente ensejador de abalo emocional e capaz de afetar a vida da pessoa em situação que não se reduz a mero aborrecimento do cotidiano a que eventualmente à pessoa é exposta em seu convívio social. Assim, configurado o dano moral, desde quando, aliado à inerente frustração da parte Requerente de adquirir o serviço com vício, ele sofreu ainda o desgaste de disponibilizar energia e tempo significativo de sua vida para inutilmente tentar resolver o problema a qual não deu causa e cuja solução de fato somente tem perspectiva de alcançar com a realização compulsória do direito em face da parte Requerida que se omite e não agiu para corrigir o fato e reparar os danos causados. E provado o constrangimento ilegal, merece análise o quantum a ser indenizado. A fixação do valor da reparação a ser proporcionada ao consumidor repousa na compensação pelo dano e na injustiça de que foi vítima, inserindo-se como direito básico firmado no inciso VI, do artigo 6° do CDC. E o arbitramento da indenização por danos morais deve operar-se com moderação, proporcionalmente ao grau de culpa, à gravidade da lesão e deve servir também como medida educativa, obedecendo sempre aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade. Assim sendo, procedo a resolução do mérito para: 1)) Julgar procedente o pedido de reparação de danos morais para condenar a parte Requerida ao pagamento de R$ 10.000,00 (dez mil reais) , incidindo-se correção monetária da data desta decisão, bem como juros mensais de 1% a partir da citação. No mesmo ato de intimação da sentença, deverá a parte vencida ser instada a cumprir a sentença tão logo ocorra seu trânsito em julgado, e advertida de que, acaso não cumpra no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento da condenação na fase de execução (art. 52, da LJE, art. 523, § 1º, do CPC).

ADV: ANTÔNIO ARY FRANCO CÉSAR (OAB 123514/SP) - Processo 0614452-74.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Raimundo Andrade Simas e outros - Assim sendo, 1) Julgo procedente o pedido para declarar válido e vigente o seguro prestamista entabulado entre a parte requerida BNP PARIBAS CARDIF SEGUROS e o falecido Raimundo Andrade Simas, dando quitação ao contrato de financiamento de veículo até o total do prêmio de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais); 2) Julgo procedente o pedido de danos morais para condenar solidariamente as partes Requeridas ao pagamento de R$ 9.540,00 (nove mil, quinhentos e quarenta reais), incidindo-se correção monetária a contar da data desta decisão, bem como juros mensais de 1% a partir da citação. No mesmo ato de intimação da sentença, deverá(ão) a(s) parte(s) vencida(s) ser(em) instada(s) a cumprir a sentença tão logo ocorra seu trânsito em julgado, e advertida(s) de que, acaso não cumpra(m) no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento da condenação na fase de execução (art. 52, da LJE, art. 523, § 1º, do CPC).

ADV: JAMIL RIBEIRO DA SILVA (OAB 7167/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB 1235A/AM) - Processo 0614968-89.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Jamil Ribeiro da Silva - REQUERIDO: Itaú Unibanco S/A - Assim sendo, procedo a resolução do mérito para Julgar procedente o pedido de reparação de danos morais para condenar a parte Requerida ao pagamento de R$ 4.990,00 (quatro mil, novecentos e noventa reais), incidindo-se correção monetária da data desta decisão, bem como juros mensais de 1% a partir da citação. No mesmo ato de intimação da sentença, deverá(ão) a(s) parte(s) vencida(s) ser(em) instada(s) a cumprir a sentença tão logo ocorra seu trânsito em julgado, e advertida(s) de que, acaso não cumpra(m) no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento da condenação na fase de execução (art. 52, da LJE, art. 523, § 1º, do CPC).

ADV: RICARDO PINHEIRO DA COSTA (OAB 7952/AM) - Processo 0615479-92.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERIDO: Helen Mota Goncalves - Construtora Capital S/A - R.H. Analisando os autos, verifico que é quinquenal o prazo prescricional para que o condomínio exercite a cobrança de taxas condominiais. Colho aludida lição do STJ REsp 1483930, entendimento o qual, por obediência, me filio. Desta maneira, como a parte Requerente ajuizou a demanda em 08.11.2016 - conforme informação colhida no SAJ, entendo que os débitos anteriores à 08.11.2011 estão prescritos quanto à pretensão de cobrança. E como as cobranças que objetos desta demanda são referentes ao período de 05.01.2007 a 05.11.2016 (fls. 63/64), verifico necessidade de trazer à demanda prova essencial para o julgamento da lide, qual seja: o valor total das taxas condominiais não atingidas pelo instituto da prescrição; somados, portanto, somente os débitos posteriores à data de 08.11.2011, com apresentação de planilha detalhada de aludidos débitos. Sendo assim, determino que o Requerente, no prazo de 5 (cinco) dias, apresente a documentação (CPC, art. 218), sob pena de arquivamento do feito (CPC, art. 485, III). Após, intimem-se as partes Requeridas para manifestarem sobre o que entender de direito em igual prazo. E por ato contínuo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ) - Processo 0615843-93.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: Telemar Norte Leste S/A - Oi - " Intimo V.Sa. a efetuar o pagamento da condenação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de execução.

ADV: ALYNE COELHO OLIVEIRA (OAB 844A/AM), ADV: FERNANDO CÉSAR LIMA FERREIRA DE OLIVEIRA (OAB 843A/AM), ADV: FABRÍCIO DANIEL CORREIA DO NASCIMENTO (OAB 7320/AM) - Processo 0616010-13.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Jardim Encontro das Águas - EXECUTADA: Maria Amelia Vanderlei Dantas - Ante o exposto, Julgo procedente os embargos de declaração para, mantidos os demais termos, retificar o erro material alegado no dispositivo, da forma seguinte: " Isto posto, Acolho parcialmente procedente a presente exceção, para: 1) reconhecer tão somente a prescrição alegada referente aos os meses de março a maio de 2006, agosto de 2007 e março, abril, maio, julho e agosto de 2008 e novembro de 2010; 2) Reconhecer o pagamento das parcelas referentes aos meses agosto, setembro e novembro de 2014,." Sem custas. P. R. I.C.

ADV: NILCILENE PEREIRA CAVALCANTE (OAB 9834/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0621090-21.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Suzana de Assunção Figueirêdo - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, fica designado o dia 06/12/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0621428-63.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Nota Promissória - EXEQUENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - Mee - Intimo V.Sa. a manifestar-se, no prazo de 15(quinze) dias, sobre a certidão exarada pelo Oficial de Justiça, à fl 40, bem como, indicar bens à penhora do executado, no mesmo prazo.

ADV: OBERDAN MUSSA TORRES (OAB 14386/AM) - Processo 0624377-89.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Edimilson A. Louzado - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: procuração outorgando poderes ao patrono.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0624815-18.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - RECLAMANTE: Maria Audenizia Silva e Silva - De ordem, fica designado o dia 25/11/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: KARLA PATRÍCIA BRASIL LUZZI (OAB 4714/AM) - Processo 0624895-79.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Raimunda de Souza Teixeira - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: cópia dos contracheques de todo o período demandado (2015 a 2019) e planilha demonstrativa.

ADV: MANOEL EDUARDO DOS SANTOS ASSIS (OAB 9613/AM) - Processo 0624919-10.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Ivone da Silva Souza - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção sem resolução do mérito, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: procuração outorgando poderes aos patronos.

ADV: TARCÍSIO RAMOS DO VALE (OAB 8534/AM) - Processo 0624980-65.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Cond. Brisas do Parque Residencial Clube - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando:De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção sem resolução do mérito, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: 1) Certidão narrativa da Unidade Autônoma em nome do condômino/executado.

Alyne Coelho Oliveira (OAB 844A/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 5797/AM)
André Ricardo Carvalho de Oliveira (OAB 7399/AM)
Antônio Ary Franco César (OAB 123514/SP)
Bandeira de Melo e Barbirato Advogados (OAB 222/AM)
BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR)
Camila Leal de Souza (OAB 7498/AM)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 15410A/PA)
Caroline Mota Vieira (OAB 10505/AM)
Cássio Chaves Cunha (OAB 12268/PA)
Christianne Gomes da Rocha (OAB 18305A/PB)
Cris Rodrigues Florêncio Pereira (OAB 5316/AM)
Danyel Furtado Tocantins Álvares (OAB 311574/SP)
Débora Araújo de Queiroz (OAB 10157/AM)
Deize da Silva Vasconcelos (OAB 3058/AM)
Denner de Barros e Mascarenhas Barbosa (OAB 6835/MS)
Eder Machado Araujo (OAB 14085/AM)
Eduardo Chalfin (OAB A1140/AM)
Eládio Miranda Lima (OAB 86235/RJ)
Fabrício Daniel Correia do Nascimento (OAB 7320/AM)
Fabrício Guerra Furtado (OAB 346A/AM)
Fernando César Lima Ferreira de Oliveira (OAB 843A/AM)
Frederico Martins Furukawa (OAB 14220/AM)
Gustavo Antonio Feres Paixão (OAB 1324A/AM)
Hermes Pontes Lima Junior (OAB 13567/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
Jacques Antunes Soares (OAB 75751/RS)
Jamil Ribeiro da Silva (OAB 7167/AM)
João Batista Andrade de Queiroz (OAB 2372/AM)
Jorge Hadad Sobrinho (OAB 91701B/SP)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB 1235A/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Carlos Calil Mourão (OAB 4035/AM)
José Carlos Van Cleef de Almeida Santos (OAB 273843/SP)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Karla Patrícia Brasil Luzzi (OAB 4714/AM)
Kelly Anne Corrêa de Oliveira (OAB 9330/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Laura Rita Araújo Cardoso (OAB 5675/AM)
Lívia Maria Andrade Porto (OAB 11348/AM)
Luan Vieira da Cunha (OAB 11201/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luiz Gustavo Fernandes da Costa (OAB 149048/MG)
Manoel Eduardo dos Santos Assis (OAB 9613/AM)
Mara Bianca Rocha Lins (OAB 4006/AM)
Marcela da Silva Paulo (OAB 10325/AM)
Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (OAB 10325/AM)
Marcellus de Magalhães Cordeiro Júnior (OAB 7085/AM)
Marcelo da Silva Carlos (OAB 7366/AM)
Marcus da Costa Tribuzi (OAB 12408/AM)
Maria de Fátima Jezini Mesquita (OAB 8378/AM)
Mário da Cruz Glória (OAB 4013/AM)
Nilcilene Pereira Cavalcante (OAB 9834/AM)
Oberdan Mussa Torres (OAB 14386/AM)
Pedro Antônio de Oliveira (OAB 9678/AM)
Renata Sousa de Castro Vita (OAB 24308/BA)
Ricardo Pinheiro da Costa (OAB 7952/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Tarcísio Ramos do Vale (OAB 8534/AM)
Thiago Rodrigues Abreu (OAB 7113/AM)

5ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0159/2019

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM), ADV: HENRIQUE LIMA MARINHEIRO (OAB 9324/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0601041-27.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Marineide Nascimento Viana - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, INTIME-SE a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada, nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre o montante apurado, prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM), ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE) - Processo 0602367-85.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Aldeneth da Silva Barbosa - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, remeto os autos para consultas eletrônicas via Bacenjud.

ADV: FRANCISCO ALVES DE OLIVEIRA (OAB 9936/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0602890-34.2017.8.04.0015 - Procedimento do

Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Edney de Pinho Oliveira - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, INTIME-SE a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada, nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre o montante apurado, prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: FLORA DE OLIVEIRA SOUZA (OAB 8579/AM), ADV: DIEGO HENRIQUE SANTOS DOS ANJOS (OAB 8583/AM), ADV: RAFAELA LIMA ALEXANDRE DE MELO (OAB 29597/PE) - Processo 0604792-85.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: José Torres da Silva Junior - REQUERIDO: Priscila F Karina Martins da Silva - Epp (Seu Zé) - De ordem, INTIME-SE a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada, nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre o montante apurado, prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: EDUARDO MARQUES DA SILVA (OAB 9114/AM) - Processo 0604817-95.2017.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Lúcio Alves Reis de Santana - REQUERIDO: Banco Itaucard S/A - De ordem, INTIME-SE a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada, nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre o montante apurado, prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM), ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0604974-42.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: RAIMUNDO PEREIRA DE SOUZA - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil - BANCO BIB S.A. - De ordem, INTIME-SE a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada, nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre o montante apurado, prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: ALESSANDRA ALVES DE CARVALHO (OAB 988A/AM) - Processo 0607270-37.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: JOSÉ ROCIELLE ANDRADE DE SOUZA e outro - De ordem, fica intimada a parte exequente para manifestar-se sobre os pagamentos realizados, advertindo-a de que o silêncio será interpretado como concordância com o valor e a execução será extinta pelo pagamento." Prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: CRISTIANE ROSEIRO PEREZ FORTES (OAB 4151/AM), ADV: MARIA JARINA DE ALMEIDA GUERREIRO (OAB 2917/AM) - Processo 0608849-20.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: JOSE AUGUSTO MACENA BARROSO - REQUERIDO: Porto Seguro Cia de Seguros Gerais S/A - De ordem, INTIME-SE a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada, nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre o montante apurado, prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: ANA HELLEN BRANDÃO FURTADO (OAB 8509/AM), ADV: NELSON CLAY FERNANDES TAVARES (OAB 8453/AM) - Processo 0609833-67.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Raimunda Dias Sales da Costa - De ordem, INTIME-SE a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada, nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre o montante apurado, prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: VALDECI SOARES DA SILVA (OAB A600/AM), ADV: VALDECI SOARES DA SILVA (OAB A600/AM), ADV: CAIO KANAWATI SOARES (OAB 10104/AM) - Processo 0610621-81.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Ortelao Souza da Silva - REQUERIDO: Ivan Barbosa Ribamar - De ordem, fica intimada a parte autora/exequente para manifestar-se sobre o documento juntado às fls. 59 , no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 96864/MG), ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0611573-94.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: SILVANI PEREIRA MIRANDA - REQUERIDO: Banco Bonsucesso Consignados S/A - De ordem, INTIME-SE a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada, nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre o montante apurado, prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM), ADV: FERNANDO CÉSAR LIMA FERREIRA DE OLIVEIRA (OAB 843A/AM), ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0611651-20.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Ivaneide da Silva Rosalino - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A e outro - De ordem, INTIME-SE a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada, nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre o montante apurado, prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: HAYTHAM BADER (OAB 11435/AM), ADV: GRACIENE ALVES LIMA (OAB 35464/GO) - Processo 0613142-62.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Luiz Franca da Costa Junior - REQUERIDO: Ipog - Instituto de Pós-graduação & Graduação Ltda - Epp - De ordem, INTIME-SE a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada, nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre o montante apurado, prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: HÁLLICE MOREIRA TEIXEIRA (OAB 9003/AM) - Processo 0613370-37.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Hállice Moreira Teixeira - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, intime-se a parte recorrida para que apresente contrarrazões ao recurso inominado, no prazo de 10 (dez) dias. Manaus, 30 de agosto de 2019.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM) - Processo 0614068-77.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Maria Raimunda Sa da Silva - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, INTIME-SE a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada, nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre o montante apurado, prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: AGASSIZ RUBIM DA SILVA REIS FILHO (OAB 6552/AM) - Processo 0620510-25.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Sustação de Protesto - REQUERENTE: Ana Maria Rubim Reis - De ordem, fica intimada a parte exequente para manifestar-se sobre os pagamentos realizados, advertindo-a de que o silêncio será interpretado como concordância com o valor e a execução será extinta pelo pagamento." Prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: LUIZ FELIPE DA LUZ DE QUEIROZ (OAB 7271/AM), ADV: DANIEL PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 5055/AM), ADV: GLÁUCIA AZEVEDO NARCELHA (OAB 12303/AM) - Processo

0620602-37.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Eliana Selmi Sousa Vieira - REQUERIDO: Vitalli Distribuidora de Embalagens Ltda. e outros - De ordem, fica intimada a parte autora/exequente para manifestar-se sobre o documento juntado às fls., no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: CARLOS CARIOCA DA COSTA FILHO (OAB 14349/AM) - Processo 0621276-44.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: João Luiz Conte Sanches e outro - De ordem, fica designado o dia 28/01/2020 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: FÁBIO BOTELHO LOPES (OAB 10290/AM) - Processo 0621993-90.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Renata de Lima Sousa - De ordem, fica intimada a parte exequente para manifestar-se sobre os pagamentos realizados, advertindo-a de que o silêncio será interpretado como concordância com o valor e a execução será extinta pelo pagamento." Prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ANDRÉA SANTOS DA SILVA (OAB 13093/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: ELISA PINTO GOMES (OAB 9767/AM) - Processo 0622120-62.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Ana Cley Pereira de Oliveira - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - De ordem, INTIME-SE a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada, nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre o montante apurado, prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: CARLOS ALBERTO BARROS FERREIRA (OAB 12374/AM) - Processo 0622861-05.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Pedro Pinto da Silva - De ordem, fica intimada a parte exequente para manifestar-se sobre os pagamentos realizados, advertindo-a de que o silêncio será interpretado como concordância com o valor e a execução será extinta pelo pagamento." Prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: FRANCISCA NÚBIA DE OLIVEIRA DE LIMA (OAB 4376/AM) - Processo 0623152-34.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Silvana Siqueira de Oliveira - De ordem, fica designado o dia 30/10/2019 às 08:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: EMERSON SIQUEIRA PEREIRA (OAB 10338/AM) - Processo 0625175-84.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Emerson Siqueira Pereira e outro - De ordem, fica intimada a parte exequente para manifestar-se sobre os pagamentos realizados, advertindo-a de que o silêncio será interpretado como concordância com o valor e a execução será extinta pelo pagamento." Prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ANTÔNIO DO NASCIMENTO CORDEIRO FILHO (OAB 12225/AM) - Processo 0628742-26.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Arthur Alexander Albertino da Silva - De ordem, fica intimada a parte exequente para manifestar-se sobre os pagamentos realizados, advertindo-a de que o silêncio será interpretado como concordância com o valor e a execução será extinta pelo pagamento." Prazo de 05 (cinco) dias.

Agassiz Rubim da Silva Reis Filho (OAB 6552/AM)
Alessandra Alves de Carvalho (OAB 988A/AM)
Ana Hellen Brandão Furtado (OAB 8509/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Andréa Santos da Silva (OAB 13093/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio do Nascimento Cordeiro Filho (OAB 12225/AM)
Caio Kanawati Soares (OAB 10104/AM)
Carlos Alberto Barros Ferreira (OAB 12374/AM)
Carlos Carioca da Costa Filho (OAB 14349/AM)
Cristiane Roseiro Perez Fortes (OAB 4151/AM)
Daniel Pereira da Silva Neto (OAB 5055/AM)
Diego Henrique Santos dos Anjos (OAB 8583/AM)
Eduardo Marques da Silva (OAB 9114/AM)
Elisa Pinto Gomes (OAB 9767/AM)
Emerson Siqueira Pereira (OAB 10338/AM)
Fábio Botelho Lopes (OAB 10290/AM)
Fernando César Lima Ferreira de Oliveira (OAB 843A/AM)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 96864/MG)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Flora de Oliveira Souza (OAB 8579/AM)
Francisca Núbia de Oliveira de Lima (OAB 4376/AM)
Francisco Alves de Oliveira (OAB 9936/AM)
Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB 10057/AM)
Gláucia Azevedo Narcelha (OAB 12303/AM)
Graciene Alves Lima (OAB 35464/GO)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Hállice Moreira Teixeira (OAB 9003/AM)
Haytham Bader (OAB 11435/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Henrique Lima Marinheiro (OAB 9324/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luiz Felipe da Luz de Queiroz (OAB 7271/AM)
Manoel Marques de Oliveira Filho (OAB 5587/AM)
Maria Jarina de Almeida Guerreiro (OAB 2917/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Nelson Clay Fernandes Tavares (OAB 8453/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Rafaela Lima Alexandre de Melo (OAB 29597/PE)
Valdeci Soares da Silva (OAB A600/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 1037A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0160/2019

ADV: ANDRÉA DA SILVA GUEDES (OAB 10966/AM), ADV: JOSÉ FRANCISCO SANTOS SILVA (OAB 1993/AM), ADV: ROSEMARY LIMA RODRIGUES (OAB 2351/AM) - Processo 0616518-90.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Condomínio em Edifício - REQUERENTE: Condominio Residencial Cidade Jardim - REQUERIDA: Sandra Nagata Rocha - Ante ao exposto, JULGO PROCEDENTE os pedidos da inicial, na forma do art. 487, I, do CPC, para condenar a Requerida a pagar ao Requerente o valor de R$ 2.964,73 (fls.03), a título de taxa condominial, acrescido de juros e correção monetária a contar da citação.

Andréa da Silva Guedes (OAB 10966/AM)
José Francisco Santos Silva (OAB 1993/AM)
Rosemary Lima Rodrigues (OAB 2351/AM)

6ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 6º VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0208/2019

ADV: ROSANA SOARES DIAS (OAB 283234/SP), ADV: LUCIANA GOULART PENTEADO (OAB 167884/SP), ADV: ALEXSANDRA DE SOUZA CARVALHO (OAB 12237/AM) - Processo 0205964-30.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Azul Linhas Aéreas Brasileiras S/A - Deixo de receber o recurso, eis que deserto, nos termos do art. 54, § u da Lei 9.099/95 c/c ar. 3, § 1º

do prov. 256 da CGJ/AM, disponibilizado no DJE de 30.07.2015, verbis, respectivamente: 54 - Parágrafo único. O preparo do recurso, na forma do § 1º do art. 42 desta Lei, compreenderá todas as despesas processuais, inclusive aquelas dispensadas em primeiro grau de jurisdição, ressalvada a hipótese de assistência judiciária gratuita. Art. 3, §1º No mesmo prazo assinalado no caput, o recorrente deverá, também recolher o valor das custas processuais, nos termos do art. 55 da Lei 9.099/95, de acordo com a tabela de custas atualmente em vigor, divulgada na página oficial do Tribunal de Justiça do Amazonas. Grifei. Cumpre esclarecer que mencionado Provimento entrou em vigor na data de sua publicação, nos termos do seu art. 7º, sendo a presente decisão, portanto, cumprimento de ordem de ato normativo do Exmo. Sr. CGJ/AM. Certifique-se o trânsito em julgado. Arquive-se até eventual pedido de execução.

ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: FERNANDA PRESTES DE LIMA (OAB 8776/AM) - Processo 0601006-96.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fatos Jurídicos - REQUERENTE: Maria de Nazaré Lopes Rebelo - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo impostos pela L. 9.099/95, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, recebo o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, esta deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95 e dos efeitos acima dispostos. Preclusos os atos pertinentes, certifique-se e remetam-se os autos ao MM Juiz Distribuidor das Turmas Recursais, com as nossas homenagens. Intimem-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: RICARDO LEITE MENEZES (OAB 10110/AM) - Processo 0602417-77.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Williams Brasil Figueiredo Cunha - REQUERIDO: BradesCard S/A - RECEBO o inominado de fls. antecedentes no efeito devolutivo. Concedo-lhe a gratuidade de justiça. Intime-se o recorrido para, querendo, contrarrazoar no prazo legal. Findo, à Turma Recursal.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ALEXANDRE GOMES RIBEIRO (OAB 6199/AM) - Processo 0602619-54.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Fabiano José Moraes de Alencar - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Por isso, com base nos fundamentos acima expostos, EXTINGO O PROCESSO sem a apreciação do mérito, nos termos do art. 98, I, da CRFB/88 c/c art. 485, IV, do CPC e 51, II da L. 9.099/95, devendo a parte autora litigar perante uma das varas cíveis não especializadas, se assim for de seu interesse. Sem condenações em custas pretéritas ou honorários de advogado, nos termos do art. 55 da Lei 9.099/95. Preparo e custas recursais de lei (art. 54, p. Ú e 55, L. 9.099/95 c/c Lei AM 2.429/96 c/c Prov. 256/2015-CGJ/AM). Gratuidade deferida em prol, da parte autora. P.R.I. Transitada em julgado, baixem-se e arquivem-se. Revogo eventual liminar concedida.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: ANA RITA DE SOUZA NASCIMENTO (OAB 10121/AM) - Processo 0602977-19.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Francisco Alderi Chaves de Azevedo - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Por isso, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO. Sem condenação em custas pretéritas ou honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Preparo de lei, atentando-se para o Prov. 256/2015, da CGJ, que determina adiantamento das custas já dispensadas, nos termos do art. 54, § u da Lei 9.099/95. P.R.I. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos.

ADV: EDUARDO HUMBERTO DENERIAZ BESSA (OAB 14181/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0603067-27.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Soraia Bichara Zobhbi - REQUERIDO: Claro S/A - Por isso, JULGO PROCEDENTE EM PARTE O PEDIDO, DECLARANDO A INEXIGIBILIDADE DE VALORES QUE EXCEDAM R$ 209,98 NAS COBRANÇAS FEITAS EM 12/2018 e 01/2019. Deverá a parte ré se abster de cobrar, pelos meses expressamente impugnados na inicial, valores superiores a R$ 209,98, sob pena de multa de R$ 500,00 por cada ato de cobrança devidamente comprovado nestes autos, limitada a R$ 5.000,00, no total. Não se está a exonerar, contudo, o autor de pagar o valor de R$ 209,98, cuja exigibilidade restou conhecida nesta sentença. O réu deverá, contudo, proporcionar-lhe prazo hábil de ao menos 60 dias para pagamento, após o trânsito em julgado desta sentença, se este ainda não tiver sido efetuado. Não houve pedido de indenização por dano material. JULGO IMPROCEDENTES DEMAIS PEDIDOS. Sem condenação em custas pretéritas ou honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Preparo de lei, atentando-se para o Prov. 256/2015, da CGJ, que determina adiantamento das custas já dispensadas, nos termos do art. 54, § u da Lei 9.099/95. Baixar e arquivar oportunamente. P.R.I.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM) - Processo 0604781-22.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Rafael Cordeiro Falcão - REQUERIDO: Carrefour - Carrefour Comércio e Indústria Ltda - Por isso, com base nos fundamentos acima expostos, RESOLVO O PROCESSO sem a apreciação do mérito, nos termos do art. 98, I, da CRFB/88 c/c art. 485, IV, do CPC e 51, II da Lei 9.099/95, devendo a parte autora litigar perante uma das varas cíveis não especializadas, se assim for de seu interesse. P.R.I. Sem condenação em custas pretéritas ou honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Preparo de lei, atentando-se para o Prov. 256/2015, da CGJ, que determina adiantamento das custas já dispensadas, nos termos do art. 54, § u da Lei 9.099/95. Transitada em julgado, baixem-se e arquivem-se.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: LAZARO PEREIRA DOURADO (OAB 9775/AM) - Processo 0604795-06.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Antonio Caio Magalhães de Miranda - REQUERIDO: Tim Celular S/A - Por isso, DECLARANDO INEXISTENTE O(S) DÉBITO(S) DISCUTIDO(S) NOS AUTOS, JULGO PROCEDENTE EM PARTE O PEDIDO, CONDENANDO A PARTE RÉ A PAGAR R$ 5.000,00 em prol da parte autora, a título de indenização por danos morais. Oficie-se para cancelamento da(s) negativação(ões), caso persistam. Correção monetária pelo INPC, aplicando-se no que pertinente: desde a data do(s) desembolso (danos materiais) e da presente data (danos morais, S. 362 STJ). Juros de 1% a.m desde a data da negativação (documento de fl. 18), visto que não há prévio liame contratual entre as partes que embasasse a cobrança. Valor do dano moral fixado levando-se em conta: o alto grau do vício e da culpa, o dano suportado pela parte, a grande diferença de pujança econômica entre as partes, bem como o caráter pedagógico da condenação (STJ; RESP 355392; RJ; Terceira Turma; Rel. Desig. Min. Sebastião de Oliveira Castro Filho; Julg. 26/03/2002; DJU 17/06/2002; pág. 00258) Sem condenação em custas pretéritas ou honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Preparo de lei, atentando-se para o Prov. 256/2015, da CGJ, que determina adiantamento das custas já dispensadas, nos termos do art. 54, § u da Lei 9.099/95. P.R.I.

ADV: IZILDA MARIA DE MORAES GARCIA (OAB 85277/SP), ADV: NIVALDO LUIZ PEREIRA DA SILVA JÚNIOR (OAB 13833/AM) - Processo 0605326-92.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: A. O. de Araujo-me - REQUERIDO: Carvajal Informação Ltda. - Por isso, DECLARANDO INEXISTENTE O DÉBITO DISCUTIDO NOS AUTOS, JULGO PROCEDENTE EM PARTE O PEDIDO PARA DETERMINAR A RETIRADA DA NEGATIVAÇÃO IMPUGNADA. JULGO IMPROCEDENTES DEMAIS PEDIDOS. Oficie-se para cancelamento da(s) negativação(ões) efetuadas pelo réu Carvajal em desfavor do autor, caso persistam. Sem condenação em custas pretéritas ou honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Preparo de lei, atentando-se para o Prov. 256/2015, da CGJ, que determina adiantamento das custas já dispensadas, nos termos do art. 54, § u da Lei 9.099/95. P.R.I.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: JANIETE DA SILVA MONTEIRO (OAB 10084/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0605528-69.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Deusmar Alves da Silva - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Por isso, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO. Persistindo protesto, determino que a parte ré emita a respectiva carta de cancelamento, nos termos do art. 6, da L. 9.099/95. Sem custas pretéritas. Sem honorários. Preparo de lei (Lei AM 2.429/96 c/c Prov. 256/2015-CGJ/AM). Revoga-se eventual liminar concedida. P.R.I. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos.

ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: ÍKARO PEREIRA AMORE (OAB 6350/AM) - Processo 0605836-08.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Mirna de Almeida Bacry - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Por isso, com base nos fundamentos acima expostos, EXTINGO O PROCESSO sem a apreciação do mérito, nos termos do art. 98, I, da CRFB/88 c/c art. 485, IV, do CPC e 51, II da L. 9.099/95, devendo a parte autora litigar perante uma das varas cíveis não especializadas, se assim for de seu interesse. Sem condenações em custas pretéritas ou honorários de advogado, nos termos do art. 55 da Lei 9.099/95. Preparo e custas recursais de lei (art. 54, p. Ú e 55, L. 9.099/95 c/c Lei AM 2.429/96 c/c Prov. 256/2015-CGJ/AM). Gratuidade deferida em prol, da parte autora. P.R.I. Transitada em julgado, baixem-se e arquivem-se. Revogo eventual liminar concedida.

ADV: CARLA FERREIRA MENDES (OAB 4641/AM), ADV: ENY BITTENCOURT (OAB 29442/BA) - Processo 0606583-55.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Ogl Cavalcante - REQUERIDO: Itaú Unibanco S/A - HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo judicial celebrado entre as partes, com fulcro no parágrafo único do artigo 22 da Lei 9.099/95, devendo a Secretaria, após cumprimento, arquivar estes autos, independentemente de novo Despacho, por força do artigo 487, III do CPC. Sem custas, de acordo com o artigo 55 da Lei 9.099/95.

ADV: KÉLIA SIMONE DE SOUSA RÊGO (OAB 5140/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0608382-36.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Abdias Martins Paiva - REQUERIDO: Claro S/A - Por isso, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO. Sem custas pretéritas. Sem honorários. Preparo de lei (Lei AM 2.429/96 c/c Prov. 256/2015-CGJ/AM). Revoga-se eventual liminar concedida. P.R.I. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos.

ADV: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (OAB 6835/MS), ADV: JEAN CARLOS DE ARAÚJO ASSANTE (OAB 9215/AM) - Processo 0608759-07.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Ada de Araújo Lima Assante - REQUERIDO: Banco Cetelem S/A - Defiro a gratuidade processual em prol da parte recorrente, eis que comprovados os requisitos necessários para tanto. Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo impostos pela L. 9.099/95, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, recebo o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, esta deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95 e dos efeitos acima dispostos. Preclusos os atos pertinentes, certifique-se e remetam-se os autos ao MM Juiz Distribuidor das Turmas Recursais, com as nossas homenagens. Intimem-se.

ADV: JOYCE VIVIANNE VELOSO DE LIMA (OAB 8679/AM) - Processo 0609084-79.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Solange Barella Mansan - INTIME-SE a parte interessada para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 28/01/2020 às 11:00h.

ADV: MARIA JARINA DE ALMEIDA GUERREIRO (OAB 2917/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0610336-88.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Milene da Costa Sarkis - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Verifico que satisfeitas as obrigações determinadas no título executivo, razão pela qual JULGO EXTINTO o processo, nos termos do art. 924, II, CPC/15. Baixar e arquivar, reativando, caso necessário, conforme avaliação do Ilmo. Sr. Diretor de Secretaria.

ADV: ERICK DREAN PEREIRA DA COSTA (OAB 7746/AM) - Processo 0611790-35.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Ferramar Comércio de Ferramentas Elétricas Ltda. - Por isso, ou seja, sendo mera consequência de expresso texto legal, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos do art. 51, I, da Lei 9.099/95 c/c enunciado 20, do FONAJE. Revogo eventual liminar deferida nestes autos. Condeno a parte ausente em custas, a serem cobradas caso renovada a ação, nos termos do disposto no art. 51, § 2º da Lei 9.099/95 c/c com base no enunciado 28, do FONAJE c/c art. 2º, II do Prov. 256/2015, da CGJ/AM. Sem honorários. Custas recursais de lei (preparo), atentando-se para necessidade de pagamento de custas, nos termos do Prov 256/2015, da CGJ-AM. P.R.I. Arquivem-se os autos com baixa na distribuição.

ADV: TATIANA MUNIZ SABBÁ GUIMARÃES (OAB 6104/AM) - Processo 0612416-54.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Residencial Saint Laurent - HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo judicial celebrado entre as partes, com fulcro no parágrafo único do artigo 22 da Lei 9.099/95, devendo a Secretaria, após cumprimento, arquivar estes autos, independentemente de novo Despacho, por força do artigo 487, III do CPC. Sem custas, de acordo com o artigo 55 da Lei 9.099/95.

ADV: LUIZ FELIPE VILHENA RODRIGUES (OAB 10418/AM), ADV: CAIO AUGUSTO MASCARENHAS DIAS (OAB 4100/AM), ADV: ENY BITTENCOURT (OAB 29442/BA) - Processo 0613133-66.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria de Jesus Grana Cruz - REQUERIDO: Itaú Unibanco S/A e outro - INTIME-SE a parte interessada para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 24/01/2020 às 11:30h.

ADV: WALLISON DANIEL DIAS OLIVEIRA (OAB 8932/AM) - Processo 0614677-89.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Amós Batista Ferreira - Defiro o pedido de fls. 102/103. À Secretaria para designar nova data para realização da audiência. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: DINAH AMAZONAS DE OLIVEIRA (OAB 4667/AM) - Processo 0615010-41.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - intimo a parte ré para, no prazo de 10 dias, apresentar aditamento a resposta e documentos juntados na emenda de fls. 106/109.

ADV: GUSTAVO DA SILVA GRILLO (OAB 7883/AM), ADV: ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS (OAB 7526/AM) - Processo 0615370-73.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Raimunda Carneiro de Oliveira - Por isso, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO. Sem condenação em custas pretéritas ou honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Preparo de lei, atentando-se para o Prov. 256/2015, da CGJ, que determina adiantamento das custas já dispensadas, nos termos do art. 54, § u da Lei 9.099/95. P.R.I. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: MARIA EMÍLIA GONÇALVES DE RUEDA (OAB 13788A/AL) - Processo 0617833-22.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERIDO: Eurosono Industria e Com de Colchões Ltda - LITSPASSIV: Carrefour Comércio e Indústria Ltda. - Cielo S/A - INTIME-SE a parte executada para adimplir voluntariamente o valor apresentado no prazo legal, comprovando-o nestes autos.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: MÁRCIO LUIZ DA SILVA TRIBUZY (OAB 11259/AM) - Processo 0618388-39.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Rachel Maués da Serra Freire Paes - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Por isso, conheço, mas REJEITO os presentes embargos, mantendo íntegra a sentença. P. I.C.

ADV: ROSA OLIVEIRA DE PONTES (OAB 4231/AM), ADV: ADSON SOARES GARCIA (OAB 6574/AM) - Processo 0618422-77.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Ana Paula de Medeiros Braga - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: RICARDO MAGALHÃES DOS SANTOS (OAB A436AM) - Processo 0618937-15.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Dannielly Couto de Freitas e outro - Por isso, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos do art. 485, IV e art. 330, IV c/c 321, CPC/15. Sem custas pretéritas. Sem honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Preparo de lei. P.R.I. Transitada em julgado, certifique-se e baixem-se e arquivem-se os autos sem prévia conclusão.

ADV: JOÃO RICARDO GOMES DA SILVA (OAB 14002/AM) - Processo 0621100-65.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Maria Amenaide Pereira de Souza - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 06 de dezembro de 2019, às 11 horas, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. Em expediente apartado, notifique-se a parte autora para que informe, no prazo de 15 dias, onde é despejado os dejetos de esgoto de sua residência. P.C.I.

ADV: CARLA VLADIANE ALVES LEITE (OAB 6976/AM) - Processo 0623313-44.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Carla Vladiane Alves Leite - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 12 de fevereiro de 2020, às 10 horas, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: LUIZ GUSTAVO BARBOSA DE SOUZA FRANÇA (OAB 9528/AM) - Processo 0623643-41.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Cláudia Maria M. B. Graça - INTIME-SE a parte interessada para comparecimento a audiência de conciliação redesignada nos autos do processo em epígrafe para o dia 17/10/2019 às 10:00h.

ADV: NILSON GOMES OLIVEIRA MEIRELES - Processo 0623860-84.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Transação - REQUERENTE: Izabel Kramer de Souza - Efetuada a penhora, em se tratando de valor pecuniário em espécie, proceda o Sr. Oficial de Justiça ao imediato depósito em conta judicial à disposição deste Juízo, apresentando nos autos a respectiva comprovação documental, bem como intime-se o devedor para que compareça à audiência de conciliação designada para o dia 12 de fevereiro de 2020, às 9 horas e 30 minutos, quando poderá oferecer embargos, por escrito ou verbalmente, conforme dispõe o Art. 52, IX da Lei n° 9.099/95. Notifique-se o exequente para que, na audiência, deposite o original do título em Secretaria, caso frustrada a conciliação. P.C.I.

ADV: CARLA VLADIANE ALVES LEITE (OAB 6976/AM) - Processo 0624043-55.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Carla Vladiane Alves Leite - Torno sem efeito o ato ordinatório de fl. 30. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 13 de fevereiro de 2020, às 9 horas e 30 minutos, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: VITO SASSO FILHO (OAB 10344/AM) - Processo 0624577-96.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Condominio do Edificio Varanda do Rio Negro - Diante dos argumentos expostos, e dos documentos acostados nos autos, considero verossímeis os argumentos do requerente, e visando a evitar dano de difícil reparação, nos termos do art. 300, NCPC, DEFIRO o pedido de tutela de urgência requerido pela parte autora, DETERMINANDO que a ré se abstenha de realizar o corte do fornecimento do serviço declinado na petição inicial, bem como que se abstenha de incluir o nome da Parte Autora no cadastro de inadimplentes dos Órgãos de Proteção de crédito, apenas e tão somente em virtude do débito discutido nos autos no valor de R$ 5.652,68, até ulterior deliberação deste Juízo, nos termos do art. 77, do CPC. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 18 de fevereiro de 2020, às 8 horas e 30 minutos, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: MÁRIO ALBERTO DA FONSECA MONTEIRO JÚNIOR (OAB 1431/AM) - Processo 0624591-80.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Iolanda Conde Rodrigues Costa - Diante dos argumentos expostos, e dos documentos acostados nos autos, considero verossímeis os argumentos do requerente, e visando a evitar dano de difícil reparação, nos termos do art. 300, NCPC, DEFIRO o pedido de tutela de urgência requerido pela parte autora, DETERMINANDO que se oficie ao órgão responsável pela negativação comprovada pela parte autora em fl. 14 no valor de R$ 204,88 (duzentos e quatro reais e oitenta e oito centavos), para que proceda à completa suspensão de sua publicidade no prazo de 5 dias, nos termos do que dispõe o art 77, CPC. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 09 de dezembro de 2019, às 8 horas e 30 minutos, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: CARLA VLADIANE ALVES LEITE (OAB 6976/AM) - Processo 0624603-94.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cláusulas Abusivas - REQUERENTE: Carla Vladiane Alves Leite - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 13 de fevereiro de 2020, às 11 horas, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: ALMIR OLIVEIRA DE MENEZES (OAB 7045/AM) - Processo 0624636-84.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condominio Residencial São Judas Tadeu Ii Etapa - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 13 de fevereiro de 2020, às 10 horas e 30 minutos, a ser realizada neste JEC. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: MARIA DE JESUS P. PINHEIRO (OAB 10968/AM) - Processo 0624650-68.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Parcelamento - REQUERENTE: Raimunda Marinho Belém - Diante dos argumentos expostos, e dos documentos acostados nos autos, considero verossímeis os argumentos do requerente, e visando a evitar dano de difícil reparação, nos termos do art. 300, NCPC, DEFIRO o pedido de tutela de urgência requerido pela parte autora, DETERMINANDO que a ré se abstenha de realizar o corte do fornecimento do serviço de energia elétrica da unidade consumidora 0318530-3, bem como que se abstenha de incluir o nome da Parte Autora no cadastro de inadimplentes dos Órgãos de Proteção de Crédito, ou caso já o tenha feito, exclua o nome da parte autora até ulterior deliberação deste Juízo, apenas e tão somente em virtude dos débitos discutidos nos autos, no prazo de 05 (Cinco) dias, nos termos do que dispõe o art 77, CPC. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 06 de dezembro de 2019, às 11 horas e 30 minutos, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: ERIC PIRES BENIGNO (OAB 9944/AM) - Processo 0624656-75.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Tocantins Quarta Etapa Residencial Eliza Miranda - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 13 de fevereiro de 2020, às 10 horas, a ser realizada neste JEC. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: MATIAS AZEVEDO RODRIGUES (OAB 14378/AM) - Processo 0624658-45.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Execução Contratual - REQUERENTE: Ana Carolina Montenegro - Efetuada a penhora, em se tratando de valor pecuniário em espécie, proceda o Sr. Oficial de Justiça ao imediato depósito em conta judicial à disposição deste Juízo, apresentando nos autos a respectiva comprovação documental, bem como intime-se o devedor para que compareça à audiência de conciliação designada para o dia 13 de fevereiro de 2020, às 8 horas e 30 minutos, quando poderá oferecer embargos, por escrito ou verbalmente, conforme dispõe o Art. 52, IX da Lei n° 9.099/95. Notifique-se o exequente para que, na audiência, deposite o original do título em Secretaria, caso frustrada a conciliação. P.C.I.

ADV: MATIAS AZEVEDO RODRIGUES (OAB 14378/AM) - Processo 0624686-13.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Execução Contratual - REQUERENTE: M.a.rodrigues Educação Eireli-me (Centro Educacional Excelente) - Efetuada a penhora, em se tratando de valor pecuniário em espécie, proceda o Sr. Oficial de Justiça ao imediato depósito em conta judicial à disposição deste Juízo, apresentando nos autos a respectiva comprovação documental, bem como intime-se o devedor para que compareça à audiência de conciliação designada para o dia 12 de fevereiro de 2020, às 10 horas e 30 minutos, quando poderá oferecer embargos, por escrito ou verbalmente, conforme dispõe o Art. 52, IX da Lei n° 9.099/95. Notifique-se o exequente para que, na audiência, deposite o original do título em Secretaria, caso frustrada a conciliação. P.C.I.

ADV: MATIAS AZEVEDO RODRIGUES (OAB 14378/AM) - Processo 0624703-49.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Execução Contratual - REQUERENTE: M.a.rodrigues Educação Eireli-me (Centro Educacional Excelente) - Efetuada a penhora, em se tratando de valor pecuniário em espécie, proceda o Sr. Oficial de Justiça ao imediato depósito em conta judicial à disposição deste Juízo, apresentando nos autos a respectiva comprovação documental, bem como intime-se o devedor para que compareça à audiência de conciliação designada para o dia 12 de fevereiro de 2020, às 11 horas, quando poderá oferecer embargos, por escrito ou verbalmente, conforme dispõe o Art. 52, IX da Lei n° 9.099/95. Notifique-se o exequente para que, na audiência, deposite o original do título em Secretaria, caso frustrada a conciliação. P.C.I.

ADV: ORLANDO GOMES VILAÇA FILHO (OAB 11839/AM) - Processo 0626103-35.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: ORLANDO GOMES VILAÇA FILHO - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: MELQUISEDEC FREITAS PANTOJA (OAB 10412/AM), ADV: FRANÇOIS ANTÔNIO GALVÃO (OAB 10015/AM) - Processo 0626866-36.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Espécies de Contratos - REQUERENTE: Condomínio Residencial Beija-flor 2 Iv Etapa - REQUERIDO: El Mokhatar Mekkaoui Habchi - Por isso, ou seja, sendo mera consequência de expresso texto legal, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos do art. 51, I, da Lei 9.099/95 c/c enunciado 20, do FONAJE. Revogo eventual liminar deferida nestes autos. Condeno a parte ausente em custas, a serem cobradas caso renovada a ação, nos termos do disposto no art. 51, § 2º da Lei 9.099/95 c/c com base no enunciado 28, do FONAJE c/c art. 2º, II do Prov. 256/2015, da CGJ/AM. Sem honorários. Custas recursais de lei (preparo), atentando-se para necessidade de pagamento de custas, nos termos do Prov 256/2015, da CGJ-AM. P.R.I. Arquivem-se os autos com baixa na distribuição.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: ANDRÉA CALDEIRA DO COUTO (OAB 3601/AM), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0627514-16.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Glaucioneia de Lima Begot - REQUERIDO: Previplan Clube - Banco Bradesco S.a - Por isso, com base nos fundamentos acima expostos, RESOLVO O PROCESSO sem a apreciação do mérito, nos termos do art. 98, I, da CRFB/88 c/c art. 485, IV, do CPC e 51, II da Lei 9.099/95, devendo a parte autora litigar perante uma das varas cíveis não especializadas, se assim for de seu interesse. P.R.I. Sem condenação em custas pretéritas ou honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Preparo de lei, atentando-se para o Prov. 256/2015, da CGJ, que determina adiantamento das custas já dispensadas, nos termos do art. 54, § u da Lei 9.099/95. Transitada em julgado, baixem-se e arquivem-se.

ADV: BRUNO GIMACK SALGADO (OAB 6610/AM), ADV: ANTÔNIO JOSÉ PINTO BARROS (OAB 6587/AM), ADV: ANTONELA MARTINS DOS SANTOS (OAB 9781/AM), ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE), ADV: CARLOS ALBERTO BAIÃO (OAB A925AM) - Processo 0629377-07.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Robério Alencar da Silva - REQUERIDO: Itaú Unibanco S/A - Nesse sentir, considerando a qualificação profissional do recorrente (é ele empresário), o que é um signo presuntivo de riqueza, o que fragiliza a sua autoproclamação de pobreza, cuja presunção já é relativa, intime-se-lhe para, prazo de 3 dias, juntar aos autos sua última declaração de imposto de renda, seu extrato bancário dos últimos 60 dias e, querendo, documentos de despesas, a fim de comprovar a alegada condição de miserabilidade. Ao cumprimento ou transcurso do prazo assinalado, certificado, façam-me os autos conclusos. Intime-se.

Adson Soares Garcia (OAB 6574/AM)
Alexandre Gomes Ribeiro (OAB 6199/AM)
Alexsandra de Souza Carvalho (OAB 12237/AM)
Almir Oliveira de Menezes (OAB 7045/AM)
Ana Rita de Souza Nascimento (OAB 10121/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Andréa Caldeira do Couto (OAB 3601/AM)
Andrey Augusto Bentes Ramos (OAB 7526/AM)
Antonela Martins dos Santos (OAB 9781/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio José Pinto Barros (OAB 6587/AM)
Bruno Gimack Salgado (OAB 6610/AM)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
Caio Augusto Mascarenhas Dias (OAB 4100/AM)
Carla Ferreira Mendes (OAB 4641/AM)
Carla Vladiane Alves Leite (OAB 6976/AM)
CARLOS ALBERTO BAIÃO (OAB A925AM)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
Denner de Barros e Mascarenhas Barbosa (OAB 6835/MS)
Dinah Amazonas de Oliveira (OAB 4667/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Eduardo Humberto Deneriaz Bessa (OAB 14181/AM)
Eny Bittencourt (OAB 29442/BA)
Eric Pires Benigno (OAB 9944/AM)
Erick Drean Pereira da Costa (OAB 7746/AM)
Fernanda Prestes de Lima (OAB 8776/AM)
François Antônio Galvão (OAB 10015/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Gustavo da Silva Grillo (OAB 7883/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Íkaro Pereira Amore (OAB 6350/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Izilda Maria de Moraes Garcia (OAB 85277/SP)
Janiete da Silva Monteiro (OAB 10084/AM)
Jean Carlos de Araújo Assante (OAB 9215/AM)
João Ricardo Gomes da Silva (OAB 14002/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)
Joyce Vivianne Veloso de Lima (OAB 8679/AM)
Kélia Simone de Sousa Rêgo (OAB 5140/AM)
LAZARO PEREIRA DOURADO (OAB 9775/AM)
Luciana Goulart Penteado (OAB 167884/SP)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Felipe Vilhena Rodrigues (OAB 10418/AM)
Luiz Gustavo Barbosa de Souza França (OAB 9528/AM)
MÁRCIO LUIZ DA SILVA TRIBUZY (OAB 11259/AM)
Maria de Jesus P. Pinheiro (OAB 10968/AM)
Maria Emília Gonçalves de Rueda (OAB 13788A/AL)
Maria Jarina de Almeida Guerreiro (OAB 2917/AM)
Mário Alberto da Fonseca Monteiro Júnior (OAB 1431/AM)
Matias Azevedo Rodrigues (OAB 14378/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Melquisedec Freitas Pantoja (OAB 10412/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Nilson Gomes Oliveira Meireles
Nivaldo Luiz Pereira da Silva Júnior (OAB 13833/AM)
ORLANDO GOMES VILAÇA FILHO (OAB 11839/AM)
Ricardo Leite Menezes (OAB 10110/AM)
RICARDO MAGALHÃES DOS SANTOS (OAB A436AM)
Rosa Oliveira de Pontes (OAB 4231/AM)
Rosana Soares Dias (OAB 283234/SP)
Tatiana Muniz Sabbá Guimarães (OAB 6104/AM)
Vito Sasso Filho (OAB 10344/AM)
Wallison Daniel Dias Oliveira (OAB 8932/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)

JUÍZO DE DIREITO DA 6º VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0209/2019

ADV: GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS VISEU (OAB 117417/SP) - Processo 0201427-54.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: SSR COMERCIO DE COSMÉTICOS E PRODUTOS DE HIGIENE PESSOAL LTDA (JEQUETI) - INTIMEM-SE as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor)

ADV: ROBERTO ALVES (OAB 9258/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM) - Processo 0608953-07.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Regina Coeli Feitosa Baima - REQUERIDO: Banco BMG S/A - INTIME-SE a parte recorrida para, querendo, apresentar contrarrazões ao Recurso Inominado no prazo de 10 dias, na forma preconizada pelo artigo 42, § 2º, da Lei 9.099/95.

ADV: FÁBIO LEITE NOBRE (OAB 11149/AM), ADV: RICARDO NUNES LOPES (OAB 13034/AM) - Processo 0610856-77.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Raimundo Freitas Torres - REQUERIDO: Hbm Assessoria de Crédito Ltda - INTIMEM-SE as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor)

Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Fábio Leite Nobre (OAB 11149/AM)
Gustavo Henrique dos Santos Viseu (OAB 117417/SP)
Ricardo Nunes Lopes (OAB 13034/AM)
Roberto Alves (OAB 9258/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 6º VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0210/2019

ADV: ANA LÚCIA DE SOUZA NOGUEIRA (OAB 5054/AM), ADV: LUCIANO ARAÚJO TAVARES (OAB 12512/AM), ADV: LUCAS ALBERTO DE ALENCAR BRANDÃO (OAB 12555/AM) - Processo 0602435-98.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Transporte Aéreo - REQUERENTE: João Victor de Alencar Brandão - REQUERIDO: Copa Airlines - Compañia Panameña de Aviacion S.a. - INTIMEM-SE as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor)

ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP) - Processo 0606398-17.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERIDO: Apple Computer Brasil Ltda. - INTIME-SE a parte recorrida para, querendo, apresentar contrarrazões ao Recurso Inominado no prazo de 10 dias, na forma preconizada pelo artigo 42, § 2º, da Lei 9.099/95.

ADV: ÉRICO CABOCLO DE MACEDO (OAB 7685/AM), ADV: ELISA PINTO GOMES (OAB 9767/AM), ADV: ARENAIDE ROSA CRUZ DE LIMA PEREIRA (OAB 2589/AM) - Processo 0608605-86.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível -

Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Antenor Alves de Lima - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Plural Gestao Em Planos de Saude Ltda - INTIMEM-SE as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor)

ADV: DANIELLE NATÁLIA FREIRE DE OLIVEIRA (OAB 4206/AM), ADV: FRANCISCO AFONSO DOS SANTOS JÚNIOR (OAB 872A/AM), ADV: ADELAIDE MARIA DE FREITAS CAMARGOS RIBEIRO (OAB 92554MG) - Processo 0613151-24.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Wendell da Silva Afonso - REQUERIDO: Via Verde Transportes Coletivos da Ltda - INTIMEM-SE as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor)

ADV: NELCINEILA BATISTA DE OIIVEIRA (OAB 5779/AM), ADV: EDUARDO MARQUES DA SILVA (OAB 9114/AM) - Processo 0616885-80.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Mirian Melo da Silva - REQUERIDO: A C Rodrigues & Cia Ltda-me - INTIMEM-SE as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor)

ADV: KAREN ESTHER DE QUEIROZ NORONHA (OAB 9293/AM), ADV: SERAFIM PEREIRA D'ALVIM MEIRELLES NETO (OAB 1694/AM), ADV: NILSON GOMES OLIVEIRA MEIRELES - Processo 0617637-52.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Danielle dos Reis Fernandes - REQUERIDO: Caixa de Assitência dos Funcionários do Banco do Brasil - Cassi - Dito isso, defiro o pedido e determino uma última redesignação da audiência de conciliação. Caso a autora não possa comparecer à próxima, esteja desde já ciente de que o feito será extinto por ser incompatível com o rito sumaríssimo e por ausência da parte. P.C.I.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: JOSENY GUSMÃO DA SILVA (OAB 8783/AM) - Processo 0622529-38.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Repetição de indébito - REQUERENTE: Antonio Correia Lima - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - INTIME-SE a parte embargada para, querendo, apresentar resposta aos Embargos à Execução, no prazo de 15 dias, nos termos do art. 920, I, CPC

ADV: SÍLVIO KLEBER BATISTA LOBATO (OAB 8813/AM), ADV: ELISA PINTO GOMES (OAB 9767/AM), ADV: VICTÓRIA GUIMARÃES DE MELO CARDOSO (OAB 14813/AM) - Processo 0623934-75.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Planos de Saúde - REQUERENTE: Joana Marques de Freitas Sobrinho - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - INTIMEM-SE as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor)

Adelaide Maria de Freitas Camargos RIbeiro (OAB 92554MG)
Ana Lúcia de Souza Nogueira (OAB 5054/AM)
Arenaide Rosa Cruz de Lima Pereira (OAB 2589/AM)
Danielle Natália Freire de Oliveira (OAB 4206/AM)
Eduardo Marques da Silva (OAB 9114/AM)
Elisa Pinto Gomes (OAB 9767/AM)
Érico Caboclo de Macedo (OAB 7685/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Francisco Afonso dos Santos Júnior (OAB 872A/AM)
Joseny Gusmão da Silva (OAB 8783/AM)
Karen Esther de Queiroz Noronha (OAB 9293/AM)
Lucas Alberto de Alencar Brandão (OAB 12555/AM)
Luciano Araújo Tavares (OAB 12512/AM)
Nelcineila Batista de Oliveira (OAB 5779/AM)
Nilson Gomes Oliveira Meireles
Serafim Pereira D'Alvim Meirelles Neto (OAB 1694/AM)
Sílvio Kleber Batista Lobato (OAB 8813/AM)
Victória Guimarães de Melo Cardoso (OAB 14813/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 1037A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

7ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0207/2019

ADV: PAULO SAID HADDAD NETO (OAB 8736/AM) - Processo 0601492-18.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Marcelo da Silva Gomes - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Celso Antunes da Silveira Filho e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, por se tratar de dever da parte exequente, conforme art. 798, I, b, do CPC, INTIMO a parte autora a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, EMENDE seu pedido de cumprimento de sentença com o seu respectivo cálculo, incluindo, sendo o caso, eventuais honorários sucumbenciais estipulados em Acórdão de Turma Recursal, sob pena de indeferimento, tudo com base no art. 801 do CPC.

ADV: VITOR VILHENA GONÇALO DA SILVA (OAB 6502/AM) - Processo 0610698-90.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Jose Camilo da Silva - INTIME-SE a parte interessada para, no prazo de 05 (cinco) dias, indicar uma única conta bancária apta, em nome de um dos autorizados para levantamento dos valores, além de nome completo e CPF/CNPJ do autorizado, a fim de que se faça a transferência eletrônica de valores via Alvará Eletrônico.

ADV: RAIMUNDO SIMÃO JERÔNIMO FILHO (OAB 13056/AM) - Processo 0612643-44.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - REQUERENTE: Nilce Silva de Souza - PROCEDO com a REDESIGNAÇÃO da audiência de conciliação e com a CITAÇÃO da parte ré ou INTIMAÇÃO das partes interessadas para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 04/12/2019 às 11:30h.

ADV: CAIO KANAWATI SOARES (OAB 10104/AM) - Processo 0623524-80.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Berlane Mlo de Souza - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Celso Antunes da Silveira Filho e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, JUNTAR comprovante de residência atualizado em seu nome, que seja fatura de água, energia ou telefone, atendendo à Resolução N.º 12/2017 do TJ/AM, que ordena a distribuição dos processos nos Juizados Especiais de acordo com o endereço da parte autora, podendo ser em nome de terceiro, desde que haja declaração deste terceiro.

ADV: ANA FLÁVIA DA SILVA GOMES (OAB 9615/AM) - Processo 0624284-29.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Cileane Santos de Albuquerque - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Celso Antunes da Silveira Filho e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, JUNTAR comprovante de residência atualizado em seu nome, atendendo à Resolução N.º 12/2017 do TJ/AM, que ordena a distribuição dos processos nos Juizados Especiais de acordo com o endereço da parte autora.

ADV: KARINA TATIANA DA CÂMARA ELIAS (OAB 5420/AM) - Processo 0624369-15.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Karen Cristina da Câmara Elias - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Celso Antunes da Silveira Filho e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, JUNTAR comprovante de residência ATUALIZADO em seu nome, atendendo à Resolução N.º 12/2017 do TJ/AM, que ordena a distribuição dos processos nos Juizados Especiais de acordo com o endereço da parte autora.

ADV: ELIAS BINDÁ DE CARVALHO JÚNIOR (OAB 8571/AM) - Processo 0624444-54.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Laércio de Araújo Rebelo Júnior - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Celso Antunes da Silveira Filho e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora e

CITO a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para do dia 03/12/2019 às 09:45h. ADVIRTO à parte ré acerca da possibilidade de deferimento de Inversão do Ônus da prova pelo magistrado no momento do julgamento, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0624451-46.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - RECLAMANTE: Crescencia Arcos de Carvalho - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Celso Antunes da Silveira Filho e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, JUNTAR comprovante de residência atualizado em seu nome, atendendo à Resolução N.º 12/2017 do TJ/AM, que ordena a distribuição dos processos nos Juizados Especiais de acordo com o endereço da parte autora.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0624459-23.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - RECLAMANTE: Crescencia Arcos de Carvalho - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Celso Antunes da Silveira Filho e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, JUNTAR comprovante de residência atualizado em seu nome, atendendo à Resolução N.º 12/2017 do TJ/AM, que ordena a distribuição dos processos nos Juizados Especiais de acordo com o endereço da parte autora.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0624645-46.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - RECLAMANTE: Cladimir Farias de Souza - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Celso Antunes da Silveira Filho e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, JUNTAR aos autos documento de identidade legível para identificar a parte pessoalmente, atendendo ao art. 9º da Lei 9.099/95.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0624646-31.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Vendas casadas - RECLAMANTE: Cladimir Farias de Souza - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Celso Antunes da Silveira Filho e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, JUNTAR aos autos documento de identidade legível para identificar a parte pessoalmente, atendendo ao art. 9º da Lei 9.099/95.

Ana Flávia da Silva Gomes (OAB 9615/AM)
Caio Kanawati Soares (OAB 10104/AM)
Elias Bindá de Carvalho Júnior (OAB 8571/AM)
Karina Tatiana da Câmara Elias (OAB 5420/AM)
Paulo Said Haddad Neto (OAB 8736/AM)
Raimundo Simão Jerônimo Filho (OAB 13056/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Vitor Vilhena Gonçalo da Silva (OAB 6502/AM)

8ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (NILTON LINS)
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0223/2019

ADV: RAFAEL GOOD GOD CHELOTTI (OAB 139387/MG), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0201541-90.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDA: Samsung Eletrônica da Amazônia Ltda. - Isto posto, não incorrendo em obscuridade, contradição, omissão ou correção de erro material, REJEITO OS EMBARGOS, mantendo integralmente a r. Sentença impugnada por seus próprios fundamentos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: DANIEL COUTINHO DA SILVA (OAB 9122/AM), ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ) - Processo 0201567-88.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - EXECUTADO: Telemar Norte Leste S/A - Oi - De ordem, INTIME-SE a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada por servidor judicial no valor de R$ 5.355,01(cinco mil trezentos e cinquenta e cinco reais e um centavo), nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre o montante apurado, totalizando assim o valor de R$ 5.890,51(cinco mil oitocentos e noventa reais e cinquenta e um centavos) prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0201756-66.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXECUTADO: Magazine Luiza S/A - De ordem, INTIME-SE a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada por servidor judicial no valor de R$ 5.055,05 (Cinco mil, cinquenta e cinco reais e cinco centavos), nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre o montante apurado, totalizando assim o valor de R$ 5.560,55 (Cinco mil, quinhentos e sessenta reais e cinquenta e cinco centavos) prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0201809-47.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXECUTADO: Vivo S/A - De ordem, INTIME-SE a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada por servidor judicial no valor de R$ 2.306,11(dois mil trezentos e seis reais e onze centavos), nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre o montante apurado, totalizando assim o valor de R$ 2.536,72(dois mil quinhentos e trinta e seis reais e setenta e dois centavos) prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0600254-92.2017.8.04.0016 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Centro de Educação Integral Christ Master - Considerando o exposto, declaro a extinção da execução, nos termos do supra citado artigo da Lei 9.099/95 ressalvando-se o direito de o exequente reabrir os autos, caso encontre bens penhoráveis em nome do devedor. Intimem-se.

ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM) - Processo 0601672-02.2016.8.04.0016 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Vista do Sol - De ordem, intime-se a parte requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, fornecer os dados bancários (Nome do banco, número da agência e conta, CNPJ/CPF, Nome do patrono ou sociedade de advogados, Nº da OAB) para transferência dos valores que lhe cabe.

ADV: TARCÍSIO RAMOS DO VALE (OAB 8534/AM), ADV: LUCAS RODRIGUES LUCAS (OAB 9493/AM) - Processo 0603383-40.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Cond. Brisas do Parque Residencial Clube - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca da CERTIDÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA juntada aos autos. Manaus, 30 de agosto de 2019.

ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM) - Processo 0603546-20.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - RECLAMADO: BradesCard S/A - De ordem, à vista do bloqueio de fls. antecedentes, dê-se vista ao Executado para impugnação, no prazo de 15 dias.

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0607364-77.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Seguro - EXEQUENTE: Jose Wilson Cabral dos Santos - De ordem, intime-se a parte requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, fornecer os dados bancários (Nome do banco, número da agência e conta, CNPJ/CPF, Nome do patrono ou sociedade de advogados, Nº da OAB) para transferência dos valores que lhe cabe.

ADV: NÚBIA RAFAELA SILVA DE OLIVEIRA (OAB 11439/AM) - Processo 0609705-47.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Lilian Helena Pinheiro Correa - De ordem, intime-se a parte requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, fornecer os dados bancários (Nome do banco, número da agência e conta, CNPJ/CPF, Nome do patrono ou sociedade de advogados, Nº da OAB) para transferência dos valores que lhe cabe.

ADV: PATRICK CAMARGO NEVES (OAB 156541/SP) - Processo 0609754-20.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXECUTADO: Anhanguera Educacional Paticipações S/A - De ordem, INTIME-SE a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada por servidor judicial no valor de R$ 5.105,10 (Cinco mil, cento e cinco reais e dez centavos), nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre o montante apurado, totalizando assim o valor de R$ 5.615,61 (Cinco mil, seiscentos e quinze reais e sessenta e um centavos) prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: BENEDITO GOMES FILHO (OAB 3352/AM) - Processo 0610518-06.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Quitação - REQUERENTE: Linete da Rocha Dantas Aiub - De ordem, fica designado o dia 10/10/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MARILANDIA RIBEIRO S.I. ADVOCACIA (OAB 6664/AM), ADV: SÍLVIA ROBERTA PADILHA DE OLIVEIRA (OAB 6664/AM) - Processo 0612577-06.2015.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Repetição de indébito - EXEQUENTE: ELINE LIMA DA SILVA e outro - De ordem, intime-se a parte requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, fornecer os dados bancários (Nome do banco, número da agência e conta, CNPJ/CPF, Nome do patrono ou sociedade de advogados, Nº da OAB) para transferência dos valores que lhe cabe.

ADV: ARMANDO MICELI FILHO (OAB 48237/RJ) - Processo 0612790-70.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - EXECUTADO: Banco Santander Brasil S/A - De ordem, à vista do bloqueio de fls. antecedentes, dê-se vista ao Executado para impugnação, no prazo de 15 dias.

ADV: FRANCILENY RODRIGUES DA SILVA (OAB 6716/AM) - Processo 0613431-58.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Anacley Lopes Raposo - Ante o que, por tudo mais quanto dos autos consta, JULGO IMPROCEDENTE o pedido formulado por Anacley Lopes Raposo em face de Clemis de Oliveira, relativo ao dano moral perseguido. Quanto ao dano material, declaro a incompetência do juízo para processar e julgar a matéria, motivo pelo qual declaro extinto o processo sem julgamento do mérito, nos termos do artigo 51 , da Lei 9.099/95 , que rege os Juizados Especiais Cíveis e Criminais. Sem condenação em custas e honorários de primeiro grau. Reservo-me para apreciar o eventual pedido de gratuidade de custas por ocasião do recurso possível desta, diante das provas apresentadas que legitimem o benefício. P.R.I.C. Manaus, 27 de agosto de 2019

ADV: PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA (OAB 9678/AM) - Processo 0615713-69.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXEQUENTE: Jardeline Lamego Barbosa - De ordem, intime-se a parte requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, fornecer os dados bancários (Nome do banco, número da agência e conta, CNPJ/CPF, Nome do patrono ou sociedade de advogados, Nº da OAB) para transferência dos valores que lhe cabe.

ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP) - Processo 0617080-02.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Transporte Aéreo - EXECUTADO: Tam Linhas Aéreas S/A - De ordem, à vista do bloqueio de fls. antecedentes, dê-se vista ao Executado para impugnação, no prazo de 15 dias.

ADV: PAULO JAQSON FREIRE PINTO (OAB 7967/AM) - Processo 0617519-13.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Raimunda Perpétua Tavares Rocha (Mercadinho Rocha) - De ordem, intime-se a parte requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, fornecer os dados bancários (Nome do banco, número da agência e conta, CNPJ/CPF, Nome do patrono ou sociedade de advogados, Nº da OAB) para transferência dos valores que lhe cabe.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0619039-37.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - ME - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca da CERTIDÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA juntada aos autos. Manaus, 30 de agosto de 2019.

ADV: PEDRO GUIMARÂES CABRAL FILHO (OAB 9111/AM) - Processo 0619989-46.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Tharly Sampaio Marreiros - De ordem, fica designado o dia 10/10/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: THAYANNE DA SILVA ANJOS (OAB 13564/AM) - Processo 0620199-97.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Matheus Vilela Vargas - Ante o que, por tudo mais quanto dos autos consta, JULGO PROCEDENTE, em parte, o pedido formulado por Matheus Vilela Vargas em face de Edem Guedes da Silva, para: - que o requerido devolva o veículo para a posse do autor, no prazo de 15 (quinze) dias a contar de intimação desta que, para tanto, de forma a assegurar o resultado prático da medida, nos termos do art. 461-A, CPC, determino que seja expedido mandado de busca e apreensão do bem móvel, tão logo seja informado sua localização ao processo. Improcedentes os demais pedidos. Sem condenação em custas e honorários de primeiro grau. Reservo-me para apreciar o eventual pedido de gratuidade de custas por ocasião do recurso possível desta, diante das provas apresentadas que legitimem o benefício. P.R.I.C. Manaus, 29 de agosto de 2019

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0621793-49.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - Mee - De ordem, intime-se a parte requerente/requerida para, no prazo de 10 (dez) dias, fornecer os dados bancários (Nome do banco, número da agência e conta, CNPJ/CPF, Nome do patrono ou sociedade de advogados, Nº da OAB) para transferência dos valores que lhe cabe.

ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT) - Processo 0623013-82.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Andreia Vieira da Silva - De ordem, intimo a autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: - O comprovante de residência em nome da Autora, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que a autora reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante;

ADV: WESLLEY SILVA DE ARAÚJO (OAB 23215O/MT) - Processo 0623515-21.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Eliane de Souza Cavalcante Marques - De ordem, fica designado o dia 11/10/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ALYSSON SILVA FALCÃO (OAB 6158/AM) - Processo 0623569-84.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - EXEQUENTE: Ricardo Balieiro Machado - De ordem, fica designado o dia 10/10/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: FERNANDA PRESTES DE LIMA (OAB 8776/AM) - Processo 0624075-60.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Vendas casadas - REQUERENTE: Adalgiza de Oliveira Monteiro - De ordem, fica designado o dia 10/10/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CAIO JOSE MACEDO RAMALHO (OAB 13051/AM) - Processo 0624354-46.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Extravio de bagagem - REQUERENTE: Úrsula

Rodrigues Macêdo - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC. apresentando: (x) a cópia do documento de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas, RG ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica;

ADV: TATIANE MEDINA OLIVEIRA (OAB 6336/AM) - Processo 0624394-28.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direito Autoral - REQUERENTE: Marcos Rodolfo Amend - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC. apresentando: (x) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante;

ADV: EVELLYN KELRYEN APOLÔNIO DA SILVA (OAB 9125/AM), ADV: EDUARDO MARQUES DA SILVA (OAB 9114/AM) - Processo 0624448-28.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Responsabilidade Civil - EXEQUENTE: Arlene Pereira da Silva - Intime-se o exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, impulsionar os autos, sob pena de arquivamento.

ADV: UIRATAN DE OLIVEIRA (OAB 3431/AM) - Processo 0624457-53.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Uiratan de Oliveira - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC. apresentando: (x) a cópia do documento de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas, RG ;

ADV: MARLEIDE SARAIVA DO AMARAL (OAB 6167/AM) - Processo 0624479-14.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Marck Dammon Gonzaga de Lima - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC. apresentando: (x) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante;

ADV: MARIA ESPERANÇA DA COSTA ALENCAR (OAB 2114/AM) - Processo 0624613-41.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Cristina Motta Ferreira - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC. apresentando: (x) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante;

ADV: MATHEUS LOBATO BELTRÃO (OAB 13287/AM) - Processo 0624639-39.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Cleyton Nogueira de Souza - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC. apresentando: (x) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante;

ADV: ANA CECÍLIA FROTA DE PAULA (OAB 12594/AM) - Processo 0624702-64.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Ana Cecília Frota de Paula - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC. apresentando: (x) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante;

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: VALMIR MAURILLO TORRES (OAB 3894/AM) - Processo 0628967-46.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Responsabilidade Civil - EXEQUENTE: Valmir Maurillo Torres - EXECUTADO: Manaus Ambiental S/A - Ante o exposto, REJEITO os embargos, oportunidade em que determino a expedição de alvará judicial em favor do embargado, por meio do advogado constituído, após o trânsito em julgado desta sentença. Intimem-se as partes.

Alysson Silva Falcão (OAB 6158/AM)
Ana Cecília Frota de Paula (OAB 12594/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Armando Miceli Filho (OAB 48237/RJ)
BENEDITO GOMES FILHO (OAB 3352/AM)
BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR)
Caio Jose Macedo Ramalho (OAB 13051/AM)
CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671/AM)
Cris Rodrigues Florêncio Pereira (OAB 5316/AM)
Daniel Coutinho da Silva (OAB 9122/AM)
Eduardo Marques da Silva (OAB 9114/AM)
Eládio Miranda Lima (OAB 86235/RJ)
Evaldo Lucio da Silva (OAB 10462/MT)
Evellyn Kelryen Apolônio da Silva (OAB 9125/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Fernanda Prestes de Lima (OAB 8776/AM)
Francileny Rodrigues da Silva (OAB 6716/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Mário de Carvalho Neto (OAB 4861/AM)
Lídia Roberto da Silva (OAB 9135/AM)
Lucas Rodrigues Lucas (OAB 9493/AM)
Maria Esperança da Costa Alencar (OAB 2114/AM)
MARILANDIA RIBEIRO S.I. ADVOCACIA (OAB 6664/AM)
Marleide Saraiva do Amaral (OAB 6167/AM)
Matheus Lobato Beltrão (OAB 13287/AM)
Núbia Rafaela Silva de Oliveira (OAB 11439/AM)
PATRICK CAMARGO NEVES (OAB 156541/SP)
Paulo Jaqson Freire Pinto (OAB 7967/AM)
Pedro Antônio de Oliveira (OAB 9678/AM)
Pedro Guimarães Cabral Filho (OAB 9111/AM)
Rafael Good God Chelotti (OAB 139387/MG)
Sílvia Roberta Padilha de Oliveira (OAB 6664/AM)
Tarcísio Ramos do Vale (OAB 8534/AM)
Tatiane Medina Oliveira (OAB 6336/AM)
Thayanne da Silva Anjos (OAB 13564/AM)
Uiratan de Oliveira (OAB 3431/AM)
Valmir Maurillo Torres (OAB 3894/AM)
Weslley Silva de Araújo (OAB 23215O/MT)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (NILTON LINS)

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0224/2019

ADV: JOÃO LUIS BRASIL BATISTA ROLIM DE CASTRO (OAB 14045/PA) - Processo 0610209-82.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERIDO: Empresa de Navegação A. R Transportes Ltda - Epp - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. 131/147, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: CIRO GONÇALVES BOTELHO (OAB 39395/BA) - Processo 0622632-45.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado

Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Enilda Cordeiro Salgado - REQUERIDO: Apeam (Associação dos Praças do Estado do Amazonas) - De ordem, fica designado o dia 04/09/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

Ciro Gonçalves Botelho (OAB 39395/BA)
JOÃO LUIS BRASIL BATISTA ROLIM DE CASTRO (OAB 14045/PA)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)

9ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 9ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0171/2019

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM), ADV: CARLOS ANTÔNIO HARTEN FILHO (OAB 19357/PE) - Processo 0604553-03.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Francisco de Assis Souza e Silva - REQUERIDO: Sul América Companhia Nacional de Seguros - Diante do exposto, HOMOLOGO o acordo EXTRAJUDICIAL de fls. 261-263 para que surta seus efeitos jurídicos e legais, julgando extinto o presente processo com fulcro no artigo 487, III, b) do Código de Processo Civil. A Requerimento do credor, expeça-se competente alvará, se for o caso. Após, ARQUIVEM-SE os autos.

Carlos Antônio Harten Filho (OAB 19357/PE)
Cris Rodrigues Florêncio Pereira (OAB 5316/AM)

10ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0258/2019

ADV: LEON CÉZANE DA SILVA DE JESUS (OAB 10332/AM) - Processo 0606848-42.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Consórcio - REQUERENTE: Celiana Barros Martins - Ao compulsar os autos, verifiquei que o presente processo se encontra paralisado sem providência alguma da parte interessada. Com efeito, não obstante esta tenha sido devidamente intimada para apresentar documento idôneo, comprobatório de seu domicílio, em seu nome ou em nome de terceiro, com declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante, para continuidade do processo, consoante se observa às fl. 38, deixou transcorrer in albis o prazo assinado. Assim, com fundamento no artigo 485, III do Código de Processo Civil c/c §1º do art. 51 da Lei n. 9.099/95, julgo extinto o processo sem resolução do mérito.

Leon Cézane da Silva de Jesus (OAB 10332/AM)

12ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 12º VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO FÁBIO CÉSAR OLINTHO DE SOUZA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL GIZELE CRUZ FERREIRA ALFAIA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0229/2019

ADV: HILDERSON FARIAS DE OLIVEIRA (OAB 7364/AM), ADV: KLEIBIANNO TELES DE SOUZA (OAB 7098/AM) - Processo 0200367-17.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direito de Vizinhança - REQUERENTE: Raimunda Batista Farias - LITSPASSIV: Caled Jessé Almeida Santana - Dessa forma, considerando o não comparecimento da parte exequente à audiência de conciliação, JULGO EXTINTO A EXECUÇÃO, na forma do art. 51, I, da Lei n.º 9.099/95. Fica condicionado o ajuizamento de demanda idêntica ao recolhimento das custas judiciais, nos termos do Enunciado 28/FONAJE. Revogo eventual penhora existente no patrimônio dos devedores. Em havendo qualquer valor depositado pelos executados a favor da credora, expeça-se-lhe alvará, conforme ressaltado na fl. 147, 7º parágrafo. Arquivem-se os autos.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0201683-94.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERIDO: Tim Celular S/A - De ordem, intime-se a parte requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente o julgado.

ADV: JACK IZUMI OKADA (OAB 90393/SP) - Processo 0201758-36.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S/A - Forte nesses argumentos, com esteio no art. 487, I, do CPC, JULGO PROCEDENTES os pedidos deduzidos na inicial, termos em que: 1) DECLARO INEXIGÍVEL o débito originador da restrição de crédito efetivada as fls. 30-36, no importe de R$ 91,52 e seus respectivos acréscimos, cabendo ao réu efetuar a sua exclusão nos órgãos de proteção de crédito e em seus cadastros, sob pena de multa de R$ 300,00 por dia de descumprimento, até o limite de 30 dias, sem prejuízo de majoração e execução forçada. Ainda, deve se abster de incluir qualquer outra dívida em nome do Autor, em cadastros restritivos, já que não comprovada a titularidade da unidade consumidora, sob pena de multa única de R$ 1.000,00, em caso de cadastramento indevido. 2) CONDENO o requerido ao pagamento de indenização por dano moral, que ora arbitro em R$ 4.000,00 (quatro mil reais), acrescida de juros mensais de 1% e correção monetária oficial (INPC), desde a fixação, consoante fundamentação supra. Isento de custas e honorários, ex vi do art. 54 da Lei n. 9.099/95. P. R. I. C. Manaus, 28 de agosto de 2019.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0202051-06.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Forte nesses argumentos, ratifico a tutela antecipada concedida nos autos (fls. 36-37) e JULGO PROCEDENTES o pedido deduzido na inicial, termos em que: 1) DECLARO INEXIGÍVEL o débito apurado pela Ré sobre os meses de maio e junho/2019, configurado nas faturas nos valores de - maio: R$ 945,31, R$ 609,48; e junho: 609,48 e R$ 595,36; com as suas respectivas correções; 2) CONDENO a requerida ao pagamento de indenização por dano moral, que ora arbitro em R$ 4.000,00 (quatro mil reais), acrescida de juros legais, desde a citação, e correção monetária oficial desde a fixação, consoante fundamentação supra. Isento de custas e honorários, ex vi do art. 54 da Lei n. 9.099/95. P. R. I. C.

ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0204225-22.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERIDO: Tim Celular S/A - De ordem, tendo a parte requerente pedido o cumprimento de sentença, intime-se a parte requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente o julgado

(devedor). Advertências: Devedor: caso o devedor não pague voluntariamente a quantia certa devida e atualizada, no prazo ora assinalado, será aplicada a multa de 10%, prevista 523, § 1º do Código de Processo Civil de 2015, independente de nova intimação. Credor: não cumprida voluntariamente a sentença/acórdão transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução.

ADV: SIMONE DE LIMA FARIAS DO NASCIMENTO (OAB 378341/SP) - Processo 0205353-77.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: K. K. Krauss Araujo Comercio de Vidros Me e outro - O executado pede reconsideração de decisão para complementar custas para interpor recurso e, ao mesmo tempo, reconhece o débito, pleiteando seu parcelamento. Diante dessa contradição, indefiro o pedido de fls. 177/181. O pedido de parcelamento de débito foi recusado pelos credores, razão pela qual indefiro-o. Expeça-se alvará do valor incontroverso e, considerando que o prazo para pagamento voluntário expirou, à Secretaria para atualizar o saldo devedor e proceder aos atos constritivos.

ADV: FRANK VILSON DE AMORIM XABREGAS (OAB 3850/AM), ADV: NILDO NOGUEIRA NUNES (OAB 2698/AM) - Processo 0206378-62.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERIDO: F H Quadro da Silva - Auto Center & Acessórios - De ordem, fica intimada a parte autora/exequente para se manifestar sobre o documento juntado às fls. 59, no prazo de 05 (cinco) dias, querendo.

ADV: DAVID NEVES MARTINS (OAB 5776/AM), ADV: LUCIENE HELENA DA SILVA DIAS (OAB 4697/AM) - Processo 0601252-92.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - RECLAMANTE: Lúcio Mário Dias - REQUERIDO: Samuel Veículos - Ante o exposto e tudo mais que dos autos consta, Rejeito as preliminares, convalido as decisões de fls. 29-31 e 56, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido do Autor, termos em que CONDENO o Réu ao pagamento de indenização por dano moral, que arbitro em 5.000,00 (cinco mil reais), acrescida de juros mensais de 1%, a partir da citação, e correção monetária oficial (INPC), desde a fixação, consoante fundamentação supra. Deixo de analisar o pedido de transferência de multas e tributos, por perda superveniente do objeto. Isento de custas e honorários, ex vi do art. 54 da Lei n. 9.099/95. P. R. I. C.

ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0601275-72.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, intime-se a parte Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente o julgado (devedor). Advertências: Devedor: caso o devedor não pague voluntariamente a quantia certa devida e atualizada, no prazo ora assinalado, será aplicada a multa de 10%, prevista 523, § 1º do Código de Processo Civil de 2015, independente de nova intimação. Credor: não cumprida voluntariamente a sentença/acórdão transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução.

ADV: WALLISON DANIEL DIAS OLIVEIRA (OAB 8932/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0602745-12.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: JESUÍNA LUZIANE AZEVEDO MARTINS - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, ficam intimadas as partes para se manifestarem sobre o documento juntado às fls. 1006/1007, no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do despacho de fl 1003.

ADV: NÁDIA ALMEIDA LIMA (OAB 10786/AM), ADV: MARIA SANTANA DE FREITAS (OAB 5708/AM), ADV: DEIWES ALMEIDA DOS SANTOS (OAB 6355/AM), ADV: ALINE LAREDO PINTO (OAB 4187/AM) - Processo 0603170-68.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização do Prejuízo - REQUERENTE: Archiluzio Rebello Fernandes - REQUERIDO: Deiwes Almeida dos Santos - Vistos, etc. HOMOLOGO, por sentença, o acordo judicial entabulado entre as partes, às fls. 164-165, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, tudo de conformidade com o art. 22, parágrafo único, da Lei n.º 9.099/95. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o artigo 55, da Lei 9.099/95. Dê-se baixa e arquivem-se os autos, ex vi do art. 487, III, "b", do CPC, independentemente de nova determinação do juízo, permitida a reativação dos autos a pedido do interessado. Libere-se a pauta de audiência, caso tenha sido aprazada. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0603210-50.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Arleide Aleme da Cruz - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, intimem-se as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor). Advertências: Devedor: caso o devedor não pague voluntariamente a quantia certa devida e atualizada, no prazo ora assinalado, será aplicada a multa de 10%, prevista 523, § 1º do Código de Processo Civil de 2015, independente de nova intimação. Credor: não cumprida voluntariamente a sentença/acórdão transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução.

ADV: FRANK FERREIRA DANTAS (OAB 10195/AM), ADV: WELLINGTON DE AMORIM ALVES (OAB 2993/AM) - Processo 0603725-51.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Lúcio Ricardo Elias Bezerra de Menezes - REQUERIDO: Logos Veículos - Em que pese o resultado inicial do Bacenjud ter retornado negativo (fls. 61/62), o devedor juntou comprovante de que houve bloqueio em conta por ele titularizado no Banco do Brasil, sendo os números de protocolo e de processo os mesmos constantes da fl. 60, o que indica que realmente o bloqueio é no interesse do presente feito. Sendo assim, e considerando que o bloqueio foi integral, cancelo o mandado de fl. 65, revogo a penhora no Renajud e determino à Secretaria que junte novo espelho do Bacenjud. Após, e tendo em vista o executado em sua petição anterior ter pedido a extinção da execução mediante a satisfação do crédito pela penhora, indicando ausência de litígio, determino o arquivamento do feito, com a liberação do valor ao credor. Cientifiquem-se desta decisão ambas as partes. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: BRENO BARBOSA FERREIRA (OAB A451/AM), ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0604731-93.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Compra e Venda - REQUERENTE: Bragas Comércio de Mármores e Granitos Eireli Epp - REQUERIDA: Regina Paula Barreto Lima - Vistos, etc..., Trata-se de pedido de reconsideração da sentença de fls. 69, que rejeitou os embargos de fls. 65. Indefiro-o, atento a fato de que a argumentação trazida não afasta a convicção espelhada na decisão, e pelo fato de que a impugnação de sentença se dá nos termos do art. 41 da Lei 9.099/95. Aguarde-se o prazo da publicação da sentença e, transcorrido, cumpra-se, no que couber. À secretaria para as providências cabíveis.

ADV: SAMUEL MARTINS FREITAS (OAB 11969/AM), ADV: JOSÉ LUÍS CANTUÁRIA DOS REIS (OAB 2896/AM), ADV: CAROLINA AUGUSTA MARTINS (OAB 9989/AM) - Processo 0605384-95.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Singolare - REQUERIDO: Alpha Extração de Areia Ltda. - De ordem, à vista do bloqueio de fls. antecedentes, dê-se vista ao Executado para impugnação, no prazo de 15 dias.

ADV: CAROLINA AUGUSTA MARTINS (OAB 9989/AM), ADV: JOSÉ LUÍS CANTUÁRIA DOS REIS (OAB 2896/AM), ADV: SAMUEL MARTINS FREITAS (OAB 11969/AM) - Processo 0605385-80.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Singolare - REQUERIDO: Alpha Extração de Areia Ltda. - De ordem, à vista do bloqueio de fls. antecedentes, dê-se vista ao Executado para impugnação, no prazo de 15 dias.

ADV: MÁRCIA MONTEIRO ALVES VAILANTE (OAB 10333/AM), ADV: ELISA PINTO GOMES (OAB 9767/AM) - Processo 0606163-50.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Telma Fortes Lima - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. e outros - Ante o exposto, ACOLHO a preliminar de ilegitimidade passiva para excluir da lide os requeridos Ideal Suporte Assistência Médica e Unimed Manaus, e, no mérito, JULGO PROCEDENTE o pedido deduzido pela autora e CONDENO a ré ao pagamento da quantia de R$ 11.502,36 (onze mil, quinhentos e doze reais e trinta e seis centavos), com incidência de juros legais e correção monetária (INPC) devidos a partir de 14/01/2019, dia seguinte à atualização do saldo apresentado na inicial (fls. 28/32). Em sede de Juizados Especiais não há pagamento de custas processuais nem fixação de honorários advocatícios em 1º grau, na forma do art. 54, caput, Lei nº 9.099/95. P. R. I. C.

ADV: AMILCAR DOS SANTOS PINHEIRO FILHO (OAB 538A/AM) - Processo 0606374-86.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - RECLAMANTE: Marcio Alves Rabelo - Desta feita, HOMOLOGO o pedido de desistência da actio e JULGO EXTINTO o processo SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com supedâneo no que dita o artigo 485, VIII, do Código Processual Civil. Arquivem-se os autos com as cautelas de praxe, independentemente de intimação das partes, inteligência do § 1º, do art. 51, da Lei 9.099/95. Sem custas no primeiro grau de jurisdição. Cumpra-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0607265-10.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: .Sidney Ubiratan de Oliveira Rodrigue - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem, tendo a parte requerente/exequente pedido o cumprimento de sentença, intime-se a parte requerida/executada para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente o julgado (devedor). Advertências: Devedor: caso o devedor não pague voluntariamente a quantia certa devida e atualizada, no prazo ora assinalado, será aplicada a multa de 10%, prevista 523, § 1º do Código de Processo Civil de 2015, independente de nova intimação. Credor: não cumprida voluntariamente a sentença/acórdão transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução.

ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: PEDRO CÂMARA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 613/AM), ADV: CAIO PATRICK COELHO SILVA ANDADE (OAB 13408/AM), ADV: ELISA PINTO GOMES (OAB 9767/AM), ADV: LUIZ CARLOS DOS SANTOS MATIAS (OAB 4937/AM) - Processo 0607622-24.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Glenda Giselle Ortiz Matias - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - De ordem, intimem-se as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor). Advertências: Devedor: caso o devedor não pague voluntariamente a quantia certa devida e atualizada, no prazo ora assinalado, será aplicada a multa de 10%, prevista 523, § 1º do Código de Processo Civil de 2015, independente de nova intimação. Credor: não cumprida voluntariamente a sentença/acórdão transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução.

ADV: ANA PAULA DA SILVA SOUSA (OAB 6608/AM), ADV: MARA LINDOLFO GOMES GUEDES (OAB 5116/AM), ADV: SIMONE ALVES DA SILVA (OAB 29016/PE) - Processo 0608570-29.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Mara Lindolfo Gomes Guedes - REQUERIDO: AIG SEGUROS BRASIL S/A - De ordem, intime-se o requerido para indicar responsável para levantamento do alvará ou os dados bancários para transferência eletrônica do valor apurado às fl. 336, na ordem de R$ 2.704,73.

ADV: MARCELO DE FIGUEIREDO ARRUDA (OAB 4505/AM), ADV: MARTA TEIXEIRA DE SOUZA MOURA (OAB 14272/AM), ADV: NATASJA DESCHOOLMEESTER (OAB 2140/AM), ADV: MUNICK ALBUQUERQUE COSTA (OAB 7874/AM) - Processo 0608636-09.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Adrielly Santiago Motta - REQUERIDO: CINEPOLIS OPERADORA DE CINEMAS DO BRASIL LTDA. - Ante o exposto e tudo mais que dos autos consta, JULGO IMPROCEDENTE o pedido autoral, consoante fundamentação supra. Em sede de Juizados Especiais não há pagamento de custas processuais nem fixação de honorários advocatícios em 1° grau, na forma do art. 54, caput, da lei n° 9.099/95. Transitada em julgada esta sentença, arquivem-se os autos. P. R. I. C.

ADV: ISAEL FRANKLIN GONÇALVES (OAB 12054/AM), ADV: DANIELLE DELGADO GONÇALVES (OAB 9983/AM) - Processo 0609180-94.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Antonio Barbosa Lopes e outro - De ordem, intimo o recorrente para que apresente cópia da sua última declaração de imposto de renda (art. 99, § 2º, do NCPC), no prazo de 05 dias, sob pena de indeferimento do pedido de gratuidade.

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: RODRIGO DA SILVA PINHEIRO (OAB 8987/AM), ADV: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXÃO (OAB 1324A/AM) - Processo 0609822-67.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Atraso de vôo - REQUERENTE: Vinicios da Silveira Mousinho - Ana Cora Almeida Fernandes Costa - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - Forte nesses argumentos, no mérito, JULGO PROCEDENTE o pedido deduzido na inicial, termos em que CONDENO a requerida ao pagamento ao pagamento de indenização por dano moral, que ora arbitro em R$ 8.000,00, para cada um dos autores, com juros legais desde a data do evento (07/07/2018) e correção monetária (INPC), a partir da fixação, consoante fundamentação supra. Isento de custas e honorários, ex vi do art. 54 da Lei n. 9.099/95. P. R. I. C.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: KARINA TATIANA DA CÂMARA ELIAS (OAB 5420/AM) - Processo 0609867-71.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Janayna Rodrigues Dutra - REQUERIDO: Tim Celular S/A - De ordem, fica designado o dia 10/10/2019 às 10:45h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: ISRAEL LAMEGO DE LIMA JÚNIOR (OAB 8475/AM), ADV: LAMEGO & WAUGHAN - ESCRITÓRIO JURÍDICO (OAB 8475/AM) - Processo 0610736-34.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - EXEQUENTE: Importadora Tv Lar Ltda - EXECUTADO: Narcisio Paixão Neto - De ordem, à vista do bloqueio de fls. antecedentes, dê-se vista ao Executado para impugnação, no prazo de 15 dias.

ADV: DINAH AMAZONAS DE OLIVEIRA (OAB 4667/AM), ADV: DYOGO RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 11920/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM) - Processo 0612168-88.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Jocilene Figueira de Moraes - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Bradesco Vida e Previdência S/A - De ordem, INTIME-SE a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo determinado às fl. 168, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada por servidor judicial no valor de R$ 7,06 (Sete reais e seis centavos), nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre o montante apurado, totalizando assim o valor de R$ 7,77 (Sete reais e setenta e sete centavos) prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 96864/MG) - Processo 0613407-98.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - De ordem, intime-se as partes para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente o julgado (devedor). Advertências: Devedor: caso o devedor não pague voluntariamente a quantia certa devida e atualizada, no prazo ora assinalado, será aplicada a multa de 10%, prevista 523, § 1º do Código de Processo Civil

de 2015, independente de nova intimação. Credor: não cumprida voluntariamente a sentença/acórdão transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: EDUARDO CHALFIN (OAB A1140/AM), ADV: ELIZETH SERRÃO RODRIGUES (OAB 2610/AM) - Processo 0613490-46.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Joao Batista da Silva - REQUERIDO: Ebazar.com.br Ltda (mercadolivre) - CONCLUSÃO: Por estes fundamentos, não apontado quaisquer dos vícios constantes do art. 48 da Lei 9.099/95, NÃO CONHEÇO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO opostos nas fls. 92/94, consoante fundamentação supra. P. R. I. C. Manaus, 29 de agosto de 2019

ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: DINAH AMAZONAS DE OLIVEIRA (OAB 4667/AM) - Processo 0613685-31.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: BradesCard S/A - Makro Atacadista S/a. - De ordem, intimem-se as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: ROBERTO ALESSANDRO DE LIMA NASCIMENTO (OAB 12403/AM), ADV: ALLAN CARLOS DE AZEVEDO VIANA LIMA (OAB 8850/AM) - Processo 0613707-89.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Carlos Eirado Neto - REQUERIDO: Civilcorp Empreendimentos Imobiliários Tarumã Ltda - Por tais razões, rejeito as preliminares e, no mérito, JULGO PROCEDENTE, EM PARTE, o pedido do Autora para condenar a ré ao pagamento de repetição simples do indébito de "taxa de evolução de obra", no importe de R$ 16.686,07 sobre a qual deverão incidir juros mensais de 1% e correção monetária oficial, desde os respectivos desembolsos (fls. 3) - Súmula 43/STJ. Improcedente o pedido de indenização por dano moral, consoante fundamentação supra. Resolvo, nestes termos, o mérito da lide a teor do art. 487, I, do Código de Processo Civil. Em sede de Juizado Especial Cível, em 1º grau de jurisdição, não há condenação em custas processuais e honorários de advogado (Lei n. 9.099/95, art. 54 e 55). P. R. I. C.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: GLAUCO GOMES MADUREIRA (OAB 188483/SP) - Processo 0613863-77.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: Banco Santander Brasil S/A - De ordem, intime-se a parte executada para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente o julgado (devedor). Advertências: Devedor: caso o devedor não pague voluntariamente a quantia certa devida e atualizada, no prazo ora assinalado, será aplicada a multa de 10%, prevista 523, § 1º do Código de Processo Civil de 2015, independente de nova intimação. Credor: não cumprida voluntariamente a sentença/acórdão transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução.

ADV: ROSQUILD AZÊDO OMENA (OAB A605/AM) - Processo 0614693-43.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Locação de Móvel - REQUERENTE: Viriato Rent A Car Ltda - CONCLUSÃO: Ante o exposto e tudo o mais que dos autos consta, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido deduzido pela parte autora, com fundamento no art. 38 da Lei 9.099/95 e, via de consequência, CONDENO o réu ao pagamento da quantia de R$ 2.780,00, com juros e correção monetária desde o efetivo prejuízo do autor, que se deu com o encerramento do contrato sem o devido pagamento, em 10/8/2018 (fl. 2). Em sede de Juizados Especiais não há pagamento de custas processuais nem fixação de honorários advocatícios em 1º grau, na forma do art. 54, caput, Lei nº 9.099/95. P. R. I. C.

ADV: PEDRO MADUREIRA DE PINHO (OAB 156853/RJ), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: GIÁCOMO DINELLY LIMA (OAB 9753/AM), ADV: PEDRO MADUREIRA DE PINHO LUZES (OAB 156853/RJ) - Processo 0614743-69.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Andrezza Nara Simao Campos - REQUERIDO: Xp Investimentos - Forte nesses argumentos, JULGO IMPROCEDENTE o pedido deduzido na inicial, nos termos do art. 12, §3°, I e II, do CDC, consoante fundamentação supra. Isento de custas e honorários, ex vi do art. 54 da Lei n. 9.099/95. P. R. I. C.

ADV: MARCO TÚLIO ZAGHI PACHECO (OAB 8161/AM), ADV: ADRIANO DE OLIVEIRA LEITE (OAB 4609/AM) - Processo 0614916-93.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Sasara Comercio de Alimentos e Serviços de Entrega Rápida Ltda - Me - REQUERIDO: Ifood.com Agência de Restaurantes Online - Forte nesses argumentos, nos termos do art. 487, I, do CPC, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos iniciais, termos em que CONDENO o Réu ao pagamento de R$ 5.000,00, a título de indenização por dano moral, com juros legais contados da citação e correção monetária desde o arbitramento, consoante fundamentação supra. Improcedente o pedido de danos materiais. Em sede de Juizados Especiais não há pagamento de custas processuais nem fixação de honorários advocatícios em 1° grau, na forma do art. 54, caput, da lei n° 9.099/95. P. R. I. C.

ADV: RICARDO CARVALHO PAIXÃO (OAB 3742/AM), ADV: BIANCA ALESSANDRA BATISTA LIMA (OAB 7516/AM) - Processo 0615654-81.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Andreia Pereira Vidinho - REQUERIDO: Faculdade Uninassau Manaus - Forte nesses argumentos, Ratifico a liminar concedida (fls. 21-23), e, no mérito, JULGO PROCEDENTE o pedido deduzido na inicial, nos termos do art. 487, do CPC, razão pela qual CONDENO a Ré ao pagamento de R$6.000,00 (seis mil reais), a título de indenização por danos morais, sobre a qual deverão incidir juros legais a partir da citação e correção monetária (INPC), a partir do arbitramento. Em sede de Juizados Especiais não há pagamento de custas processuais nem fixação de honorários advocatícios em 1° grau, na forma do art. 54, caput, da lei n° 9.099/95. P. R. I. C.

ADV: FERNANDO RAPHAEL COLLARES ESTEVES (OAB 9902/AM) - Processo 0615719-76.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Quitação - REQUERENTE: Leuda da Cruz Serrao - Dessa forma, considerando o não comparecimento da Autora à audiência de conciliação, instrução e julgamento, JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem resolução do mérito, na forma do art. 51, I, da Lei n.º 9.099/95. Fica condicionado o ajuizamento de demanda idêntica ao recolhimento das custas judiciais, nos termos do Enunciado 28/FONAJE. Arquivem-se os autos.

ADV: GRACE ANNY FONSECA BENAYON ZAMPERLINI (OAB 2508/AM) - Processo 0616063-57.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jeronice Souza Rodrigues - CONCLUSÃO: Ante o exposto e tudo o mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido deduzido pela autora, com fundamento no art. 38 da Lei 9.099/95 e, via de consequência, CONDENO a ré SOEPEC (IQC) ao pagamento da quantia de (i) indenização por dano material no importe de R$ 22.500,00, com juros e correção monetária desde a citação; e (ii) indenização por dano moral de R$ 8.000,00, com juros desde a citação e correção monetária desde hoje. Quanto à requerida FACNORTE, excluo-a da lide e extingo o feito em relação a ela sem julgamento do mérito, com fulcro no art. 485, IV, do CPC. Em sede de Juizados Especiais não há pagamento de custas processuais nem fixação de honorários advocatícios em 1º grau, na forma do art. 54, caput, Lei nº 9.099/95. P. R. I. C.

ADV: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (OAB 6835/MS), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0616175-26.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Paulo Sérgio Vieira dos Santos - REQUERIDO: Banco Cetelem S/A - Forte nesses argumentos, JULGO IMPROCEDENTE o pedido deduzido na inicial, nos termos do art. 14, §3°, I do CDC, consoante fundamentação supra. Reconhecida a litigância de má-fé, CONDENO a autora ao pagamento de multa proporcional a 2% do valor corrigido da causa (art. 81 do CPC), bem como honorários advocatícios, estabelecidos em 10% sobre o valor da causa (art. 81 do CPC c/c art. 55 da Lei 9.099/95). CONDENO ainda ao pagamento de custas processuais (art. 55, p. único, I da Lei 9.099/95). Transitado em julgado, intime-se o autor para recolher as custas, sob pena de inscrição na Divida Ativa Estadual. P. R. I. C.

ADV: MARIANA PINHEIRO GONÇALVES (OAB 13906/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0616240-21.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Cristiano Nascimento Garcia - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - CONCLUSÃO Forte nesses argumentos, no mérito, com esteio no art. 487, I, do CPC, JULGO PROCEDENTES os

pedidos, termos em que CONDENO, a Ré ao pagamento de R$ 3.000,00 (três mil reais), a título de indenização por dano moral, incidindo-se correção monetária oficial a partir do arbitramento, em conformidade com a Súmula 362 do Superior Tribunal de Justiça e juros de 1% (um por cento) ao mês, a partir da citação. Em sede de Juizados Especiais não há pagamento de custas processuais nem fixação de honorários advocatícios em 1° grau, na forma do art. 54, caput, da lei n° 9.099/95. P. R. I. C.

ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM), ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM), ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM) - Processo 0616372-78.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Joselinda da Silva Araujo - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - CONCLUSÃO: Isto posto, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos autorais, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil, consoante fundamentação supra. Em sede de Juizados Especiais não há pagamento de custas processuais nem fixação de honorários advocatícios em 1° grau, na forma do art. 54, caput, da lei n° 9.099/95. P. R. I. C.

ADV: LARYSSA ARAÚJO MÜLLER (OAB 13197/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0616394-39.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Protesto Indevido de Título - REQUERENTE: Fabio Alex Gomes dos Santos - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Pelo exposto, julgo IMPROCEDENTE a presente demanda, fulcrado no art. 487, I, do CPC. Isento de custas e honorários, ex vi do art. 54 da Lei n. 9.099/95. Transitada em julgado, arquivem-se os autos. P. R. I. C.

ADV: LUCIMAR VIDINHA GOMES (OAB 9318/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP) - Processo 0616973-84.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Waldemarina Carvalho da Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Forte nesses argumentos, rejeito a preliminar e, no mérito, JULGO PROCEDENTES os pedidos, termos em que: 1) CONDENO o Réu à repetição do pagamento indevido, no montante de R$ 273,25, sobre o qual deverão incidir juros legais e correção monetária oficial (INPC) a partir do efetivo prejuízo - 7.5.2019; e 2) CONDENO o Réu ao pagamento de R$ 2.000,00, a título de indenização por dano moral, incidindo-se correção monetária oficial a partir do arbitramento, em conformidade com a Súmula 362 do Superior Tribunal de Justiça e juros de 1% (um por cento) ao mês desde a citação. Em sede de Juizados Especiais não há pagamento de custas processuais nem fixação de honorários advocatícios em 1° grau, na forma do art. 54, caput, da lei n° 9.099/95. P. R. I. C.

ADV: ELIAS MUBARAK JÚNIOR (OAB 120415/SP), ADV: MUBARAK ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 120415/SP), ADV: DINAH NASCIMENTO TEIXEIRA (OAB 7204/AM) - Processo 0617013-66.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Dinah Nascimento Teixeira - REQUERIDO: Viação Itapemirim - Forte nesses argumentos, nos termos do art. 487, I, do CPC, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos, termos em que CONDENO a Ré à devolução do valor da passagem cancelada, no montante de R$ 152,00, com juros legais e correção monetária contados a partir do efetivo prejuízo, que foi o pedido de cancelamento em 3/3/2019, conforme fundamentação já exposta. Improcedente o pedido de danos morais. Em sede de Juizados Especiais não há pagamento de custas processuais nem fixação de honorários advocatícios em 1° grau, na forma do art. 54, caput, da lei n° 9.099/95. P. R. I. C.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0617018-88.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Talyta Rebeca Dantas de Oliveira - CONCLUSÃO: Ante o exposto e tudo o mais que dos autos consta, JULGO IMPROCEDENTE o pedido deduzido pela autora, com fundamento no art. 38 da Lei 9.099/95, consoante fundamentação supra. Em sede de Juizados Especiais não há pagamento de custas processuais nem fixação de honorários advocatícios em 1º grau, na forma do art. 54, caput, Lei nº 9.099/95. P. R. I. C.

ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM), ADV: LETÍCIA CASSIA E LIMA SOUZA (OAB 144701/RJ) - Processo 0617077-76.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - AGRAVANTE: Luis Fernando Aramis de Mattos Ramos - Camila Amaral Cavalcante Solé - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - CONCLUSÃO Forte nesses argumentos, nos termos do art. 487, I, do CPC, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos, termos em que: 1) CONDENO a Ré à devolução da “taxa de reembolso” indevidamente cobrada, do valor total de R$ 654,70, com juros legais contados desde a citação e correção monetária desde o efetivo prejuízo (18.2.2019), conforme fundamentação já exposta; e 2) CONDENO a Ré ao pagamento de R$ 3.500,00, a título de indenização por dano moral, para cada um dos autores, incidindo-se com juros legais a partir da citação e correção monetária oficial a partir do arbitramento, em conformidade com a Súmula 362 do Superior Tribunal de Justiça. Em sede de Juizados Especiais não há pagamento de custas processuais nem fixação de honorários advocatícios em 1° grau, na forma do art. 54, caput, da lei n° 9.099/95. P. R. I. C.

ADV: ANDREW DA SILVA SOUZA (OAB 8127/AM), ADV: DIEGO NUNES DA SILVA (OAB 13208/AM) - Processo 0617262-17.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Antonio Heliomar Carneiro de Lima - Bárbara Corrêa de Lima - REQUERIDO: Wendell do Nascimento Marques e outro - Ante o exposto e tudo o mais que dos autos consta, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido deduzido pela autora e CONDENO SOLIDARIAMENTE os reclamados ao pagamento de R$ 3.608,79 (três mil, seiscentos e oito reais e setenta e nove centavos), a título de reparação de dano material, sobre a qual deverão incidir juros legais e correção monetária (INPC), a partir de 18/06/2019 (fl. 24). Improcedente o pedido de fixação de indenização por dano moral. Em sede de Juizados Especiais não há pagamento de custas processuais nem fixação de honorários advocatícios em 1º grau, na forma do art. 54, caput, Lei nº 9.099/95. P. R. I. C.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: CIDINEY RODRIGUES FERREIRA (OAB 46521/BA) - Processo 0617654-54.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Simone da Silva Nascimento - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Pelo exposto, sem maiores considerações a respeito da lide, Julgo Extinto o processo sem análise do mérito, nos termos do artigo 51, inciso I, da Lei 9.099/95. Condeno a requerente ao pagamento das custas processuais para o ajuizamento de nova reclamação sobre o mesmo objeto da presente lide. P. R. I. Arquive-se.

ADV: PAULO ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA ARRUDA (OAB 8766/AM), ADV: MARVYN BORIS DE OLIVEIRA COSTA (OAB 12571/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0617675-30.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Rafael Denis Gobbi - REQUERIDO: Claro S/A - CONCLUSÃO: Forte nesses argumentos, no mérito, JULGO PROCEDENTES os pedidos deduzidos na inicial, nos moldes do art. 487, I, do CPC, termos em que: 1) DECLARO inexigíveis as cobranças emitidas de março a junho/2019, e RATIFICO a decisão de fls. 25-27, devendo o Réu abster-se de novas cobranças quanto a linha em questão, sob pena de majoração da multa aplicada; 2) CONDENO o Réu à repetição dobrada dos valores descontados em conta corrente do Autor, no montante de R$ 4.086,68 (quatro mil e oitenta e seis reais e sessenta e oito centavos) (R$ 2.043,29 x 2), com juros de 1% ao mês e correção monetária devidos desde o pagamento efetuado (07.06.2019) - Súmula 43/STJ; 3) CONDENO a Ré ao pagamento de indenização por dano moral, de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), acrescida de juros legais, desde a citação, e e correção monetária oficial desde a fixação, consoante fundamentação supra. Isento de custas e honorários, ex vi do art. 54 da Lei n. 9.099/95. P.R.I.C.

ADV: JONILSON MAIA PEREIRA (OAB 7871/AM), ADV: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (OAB 6835/MS) - Processo 0617697-88.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Paulo Silas Costa Amorim -

REQUERIDO: Banco Daycoval S/A - Ex positis, no mérito, com esteio no art. 487, I, do CPC, JULGO PROCEDENTES os pedidos da Autora, termos em que: I) CONDENO o Réu ao pagamento de R$ 1.202,16 (R$ 601,08 x 2), equivalente a diferença do valor indevidamente descontado, por 3 meses, e com a dobra legal, nos termos do art. 42, parágrafo único, do CDC (fls. 13-16), com juros legais e correção a partir do prejuízo - abril/2019 (Súmulas 43 e 54/STJ); II) DETERMINO ao Réu se abster de realizar os descontos do empréstimo em conta corrente do Autor, quando for realizado o desconto em folha, sob pena de multa de R$ 500 por desconto indevido, até o limite de 10 incidências, e sem prejuízo de majoração ou conversão em perdas e danos; III) CONDENO o Réu ao pagamento de R$ 6.000,00 (seis mil reais), a título de danos morais, incidindo-se correção monetária oficial a partir do arbitramento, em conformidade com a Súmula 362 do Superior Tribunal de Justiça e juros legais, a partir da citação. Sem condenação em custas processuais e honorários de advogado (Lei n. 9.099/95, art. 54 e 55). P.R.I.C. Manaus, 29 de agosto de 2019

ADV: KARLA ETELVINA OLIVEIRA MACHADO (OAB 13826/AM), ADV: PAULO HENRIQUE DE SOUZA VIANA (OAB 12177/AM) - Processo 0617790-51.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: José Ariomar Araújo da Silva - De ordem, fica designado o dia 31/10/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ELI MARQUES CAVALCANTE JÚNIOR (OAB 2881/AM) - Processo 0617827-15.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Eli Marques Cavalcante Júnior - De ordem, INTIME-SE a parte Embargada para apresentar contrarrazões aos Embargos à Execução, juntado às fls. 416/780, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: DANIEL DE LIMA ALBUQUERQUE (OAB 6548/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0617926-19.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: André Garcia de Souza - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, intimem-se as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor). Advertências: Devedor: caso o devedor não pague voluntariamente a quantia certa devida e atualizada, no prazo ora assinalado, será aplicada a multa de 10%, prevista 523, § 1º do Código de Processo Civil de 2015, independente de nova intimação. Credor: não cumprida voluntariamente a sentença/acórdão transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução.

ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM), ADV: DINAH AMAZONAS DE OLIVEIRA (OAB 4667/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: MARIANE VIEIRA DA SILVA (OAB 6764/AM), ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM) - Processo 0618421-29.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Carla Smith Ferreira - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem, INTIME-SE a parte Embargada para apresentar contrarrazões aos Embargos à Execução, juntado às fls. 361/363, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0618565-03.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários - REQUERENTE: Fabiola Cristiane Costa dos Santos - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, à vista do bloqueio de fls. antecedentes, dê-se vista ao Executado para impugnação, no prazo de 15 dias.

ADV: WILNA ELIZABETH SANTIAGO CAVALCANTE (OAB 4339/AM), ADV: ELY RODRIGUES DE SOUZA JÚNIOR (OAB 7236/AM), ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ) - Processo 0618641-90.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Dulcimar Brito Gonçalves de Souza - REQUERIDO: Telemar Norte Leste S/A - Oi - Forte nesses argumentos, ratifico a tutela antecipada concedida nos autos, JULGO PROCEDENTE o pedido deduzido na inicial, nos moldes do art. 487, I, do CPC, termos em que: 1) DECLARO a inexigibilidade das cobranças listadas às fls. 24, dos meses de agosto/2011 a 03/2012, devendo a Ré abster-se de quaisquer novas cobranças referente à linha 3644-0888, cancelada desde 2012, sob pena de multa de R$ 300,00 por cobrança/fatura indevida, até o limite de 10 cobranças/fatura, sem prejuízo de majoração da multa e execução forçada; 2) CONDENO a Ré ao pagamento de indenização por dano moral, que ora arbitro em R$4.000,00 (quatro mil reais), incidindo juros legais, a partir da citação e correção monetária oficial desde o arbitramento (dano moral), consoante fundamentação supra. Isento de custas e honorários, ex vi do art. 54 da Lei n. 9.099/95. P. R. I. C.

ADV: PAULO ROBERTO PINHEIRO AMAZONAS (OAB 11243/AM) - Processo 0618921-61.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Luzia Silva Vilar - De ordem, fica intimada a parte autora para se manifestar sobre a midia juntada ao processo como certifica o documento de fls. 248 dos autos, no prazo de 05 (cinco) dias, querendo.

ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: NELSON CLAY FERNANDES TAVARES (OAB 8453/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: ANA HELLEN BRANDÃO FURTADO (OAB 8509/AM), ADV: HENRIQUE LIMA MARINHEIRO (OAB 9324/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0619741-51.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Descontos Indevidos - REQUERENTE: Sídia Cristina Soares de Oliveira - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, tendo a parte requerente/exequente pedido o cumprimento de sentença, intime-se a parte requerida/executada para, no prazo de 15 (quinze) dias cumprir voluntariamente o julgado (devedor). Advertências: Devedor: caso o devedor não pague voluntariamente a quantia certa devida e atualizada, no prazo ora assinalado, será aplicada a multa de 10%, prevista 523, § 1º do Código de Processo Civil de 2015, independente de nova intimação. Credor: não cumprida voluntariamente a sentença/acórdão transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução.

ADV: ROSEANE LIMA DOS ANJOS (OAB 10862/AM), ADV: BRUNO INFANTE FONSECA (OAB 1945E/AM) - Processo 0620123-73.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - RECLAMANTE: Brumed Representações Médicas - Desta feita, HOMOLOGO o pedido de desistência da actio e JULGO EXTINTO o PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com supedâneo no que dita o artigo 485, VIII, do Código Processual Civil. Arquivem-se os autos com as cautelas de praxe, independentemente de intimação das partes, inteligência do § 1º, do art. 51, da Lei 9.099/95. Sem custas no primeiro grau de jurisdição. Cumpra-se.

ADV: PATRÍCIA DA SILVA MELO (OAB 8172/AM), ADV: KÁTHYA REGINA BARBOSA DE SENA (OAB 1051A/AM) - Processo 0620303-89.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Comissão - REQUERENTE: Yufer Representacões Ltda - De ordem, fica designado o dia 30/10/2019 às 09:45h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: WALTER CALDAS NETO (OAB 7043/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM) - Processo 0620452-22.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Neice de Sena Pereira - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Pelo exposto, com amparo no art. 487, I, do CPC, JULGO IMPROCEDENTE a pretensão deduzida na inicial, consoante fundamentação supra. Via de consequência, revogo a decisão de fls. 73/75. Improcedente o pedido de condenação do autor em litigância de má-fé porque não comprovada a intenção de prejudicar a parte ré. Sem custas ou honorários, em sede de primeiro grau de jurisdição (art. 54 da Lei 9.099/95). Intimem-se.

ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM) - Processo 0621448-83.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Sebastião de Castro Costa Filho - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Forte nesses argumentos, JULGO IMPROCEDENTE o pedido deduzido na inicial, nos termos do art. 14, §3°, I do CDC, consoante fundamentação supra. Isento de custas e honorários, ex vi do art. 54 da Lei n. 9.099/95. Reconhecida a litigância de má-fé, CONDENO a autora ao pagamento de multa proporcional a 2% do valor corrigido da causa (art. 81 do CPC), bem como honorários advocatícios, estabelecidos em 10% sobre o valor da causa (art. 81 do CPC c/c art. 55 da Lei 9.099/95). CONDENO ainda ao pagamento de custas processuais (art. 55, p. único, I da Lei 9.099/95). Transitada em julgado esta sentença, intime-se o autor para pagar as custas processuais, sob pena de inscrição na Divida Ativa Estadual P. R. I. C.

ADV: VALERIA SABRINA DE SOUZA DINIZ (OAB 13807/AM), ADV: RONALDO THALES UCHÔA BRANDÃO (OAB 12738/AM), ADV: CHRISTIANNE GOMES DA ROCHA (OAB 18305A/PB) - Processo 0621462-67.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Fernanda Oliveira Batalha - REQUERIDO: Tim Celular S/A - Isto posto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido autoral, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil, consoante fundamentação supra. Em sede de Juizados Especiais não há pagamento de custas processuais nem fixação de honorários advocatícios em 1° grau, na forma do art. 54, caput, da lei n° 9.099/95. P. R. I. C.

ADV: MÁRIO BATISTA DE ANDRADE NETO (OAB 5083/AM), ADV: RAIMUNDO PAULINO CAVALCANTE (OAB 7576/AM) - Processo 0621871-77.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Carlos Henrique da Silva - REQUERIDA: Andrea Cavalcante Magalhães - De ordem, fica designado o dia 08/10/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: VICTOR HUGO TRINDADE SIMÕES (OAB 9286/AM) - Processo 0621984-94.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Flex Comércio de Embalagens e Descartáveis Ltda (Ecorforte Ltda) - De ordem, fica designado o dia 30/10/2019 às 10:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0622344-29.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Fernando Ferreira da Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Desta feita, HOMOLOGO o pedido de desistência da actio e JULGO EXTINTO o PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com supedâneo no que dita o artigo 485, VIII, do Código Processual Civil. Arquivem-se os autos com as cautelas de praxe, independentemente de intimação das partes, inteligência do § 1º, do art. 51, da Lei 9.099/95. Sem custas no primeiro grau de jurisdição. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM) - Processo 0622357-28.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Fernando Ferreira da Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Desta feita, HOMOLOGO o pedido de desistência da actio e JULGO EXTINTO o PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com supedâneo no que dita o artigo 485, VIII, do Código Processual Civil. Arquivem-se os autos com as cautelas de praxe, independentemente de intimação das partes, inteligência do § 1º, do art. 51, da Lei 9.099/95. Sem custas no primeiro grau de jurisdição. Cumpra-se.

ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM) - Processo 0622716-75.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Marcio de Vargas Estrella - De ordem, fica designado o dia 30/10/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CÁRITA DOS ANJOS NASCIMENTO (OAB 8082/AM) - Processo 0622922-89.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Bonifácio Lima Goes Bezerra - De ordem, fica designado o dia 30/10/2019 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ALBERTO LÚCIO DE SOUZA SIMONETTI FILHO (OAB 12782/AM) - Processo 0623100-38.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Atraso de vôo - REQUERENTE: Ana Paula Alves Roberto - De ordem, fica designado o dia 29/10/2019 às 08:15h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RENAN RODRIGUES FIALHO (OAB 13904/AM) - Processo 0623190-46.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Farias e Batista Locaçao de Automoveis Ltda Me - De ordem, fica designado o dia 30/10/2019 às 10:45h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ANTÔNIO VINÍCIUS RODRIGUES DE ALBUQUERQUE (OAB 9782/AM) - Processo 0623554-18.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Leo Rent A Car - Desta feita, HOMOLOGO o pedido de desistência da actio e JULGO EXTINTO o PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com supedâneo no que dita o artigo 485, VIII, do Código Processual Civil. Arquivem-se os autos com as cautelas de praxe, independentemente de intimação das partes, inteligência do § 1º, do art. 51, da Lei 9.099/95. Sem custas no primeiro grau de jurisdição. Cumpra-se.

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM) - Processo 0623594-97.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Sissi Cardoso de Oliveira - Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica da autora, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento para data 17/10/2019 às 09:00h, na sede deste Juízo. Cite-se o Réu. Caso haja a ocorrência de novos descontos, e sendo requerido, poderá ser reexaminado o pedido de tutela de urgência.

ADV: VITOR VILHENA GONÇALO DA SILVA (OAB 6502/AM) - Processo 0623624-35.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Flora Maria Cruz de Souza - De ordem, fica designado o dia 29/10/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MÁRIO ALBERTO DA FONSECA MONTEIRO JÚNIOR (OAB 1431/AM) - Processo 0623626-05.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Condomínio - REQUERENTE: C.E.C. - Desta feita, HOMOLOGO o pedido de desistência da actio e JULGO EXTINTO o PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com supedâneo no que dita o artigo 485, VIII, do Código Processual Civil. Arquivem-se os autos com as cautelas de praxe, independentemente de intimação das partes, inteligência do § 1º, do art. 51, da Lei 9.099/95. Sem custas no primeiro grau de jurisdição. Cumpra-se.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0623651-18.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Cristiano Raimundo Barbosa L - De ordem, fica designado o dia 22/10/2019 às 10:20h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ROSQUILD AZÊDO OMENA (OAB A605/AM) - Processo 0623719-65.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização do Prejuízo - REQUERENTE: Issac Santiago Penafort - De ordem, fica designado o dia 29/10/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: AUGUSTO CEZAR ECHENIQUE RIBEIRO (OAB 13720/AM) - Processo 0623739-56.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Overbooking - REQUERENTE: Maria Carolina Echenique Rivera - De ordem, fica designado o dia 29/10/2019 às 08:45h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: VINICIUS NOGALLI CAMPOS (OAB 377770/SP) - Processo 0623748-18.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Quitação - REQUERENTE: Camposfer Tools Comércio, Importação e Exportação de Ferramentas Ltda - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: (X) os títulos extrajudiciais que sustentam o petitório inaugural, visto que os documentos de fls. 12, 13 e 14 não são duplicatas; ou providencie a conversão da presente demanda em ação de cobrança; (X) a certidão da Junta Comercial atualizada (do ano corrente), de forma a comprovar o enquadramento da Requerente como micro-empresa ou empresa de pequeno porte; (X) o comprovante de residência (conta de água, luz ou telefone fixo) dentro da competência do Fórum Mário Verçosa em nome da empresa ou de seus sócios, atualizado (no máximo 6 meses);

ADV: THAMIRES SOUZA SAMPAIO (OAB 14603/AM) - Processo 0623764-69.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Rony Andersson Soares de Araújo - De ordem, fica designado o dia 29/10/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: REBECA VEIGA DE CARVALHO PAIXAO (OAB 11958/AM) - Processo 0623789-82.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Rebeca Veiga de Carvalho Paixao - De ordem, fica designado o dia 29/10/2019 às 10:15h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT) - Processo 0623803-66.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Thais Caroline da Silva Costa - De ordem, fica designado o dia 30/10/2019 às 09:15h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ANA LÚCIA SALAZAR DE SOUSA (OAB 7173/AM) - Processo 0623851-25.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Maria Jose Bezerra de Souza - De ordem, fica designado o dia 29/10/2019 às 10:45h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: TEREZINHA TELES FERNANDES (OAB 6622/AM) - Processo 0623883-30.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Marina Rio Negro Comércio e Prestação de Serviços Ltda - De ordem, fica designado o dia 29/10/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RONILDO APOLIANO DE OLIVEIRA (OAB 8490/AM) - Processo 0623891-07.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Arisvalther da Silva Rocha Junior - De ordem, fica designado o dia 29/10/2019 às 11:15h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LETÍCIA MASCARENHAS DIAS (OAB 9099/AM) - Processo 0623901-51.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - RECLAMANTE: Francisco José Lima da Rocha - Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica da autora, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento para data 17/10/2019 às 09:45h, na sede deste Juízo. Cite-se o Réu. Caso haja a ocorrência de novos descontos, e sendo requerido, poderá ser reexaminado o pedido de tutela de urgência.

ADV: ARRUDA ADVOCACIA E CONSULTORIA JURIDICA (OAB 449/AM), ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM), ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM) - Processo 0623933-56.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Keytiane dos Santos Castro - Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica da autora, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento para data 16/10/2019 às 10:45h, na sede deste Juízo. Cite-se o Réu. Caso haja a ocorrência de novos descontos, e sendo requerido, poderá ser reexaminado o pedido de tutela de urgência.

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM) - Processo 0623957-84.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Isadora Lopes do Nascimento - Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica da autora, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento para data 16/10/2019 às 08:30h, na sede deste Juízo. Cite-se o Réu. Caso haja a ocorrência de novos descontos, e sendo requerido, poderá ser reexaminado o pedido de tutela de urgência.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0623959-54.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Admarina Gentil Dias - De ordem, fica designado o dia 30/10/2019 às 08:45h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ESDRA SILVA DOS SANTOS (OAB 15916/O/MT) - Processo 0623965-61.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Valdex de Souza Moris - De ordem, fica designado o dia 30/10/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: JOÃO VÍTOR CHAVES MARQUES (OAB 30348/CE), ADV: RENATA BARROSO VIEIRA (OAB 11230/AM) - Processo 0624180-71.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Renata Barroso Vieira - REQUERIDO: Banco Pan S/A - Vistos, etc. HOMOLOGO, por sentença, o acordo extrajudicial entabulado entre as partes, às fls. 145/147, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, tudo de conformidade com o art. 57 da Lei n.º 9.099/95. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o artigo 55, da Lei 9.099/95. Dê-se baixa e arquivem-se os autos, ex vi do art. 487, III, "b", do CPC, independentemente de nova determinação do juízo, permitida a reativação dos autos a pedido do interessado. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: MATIAS AZEVEDO RODRIGUES (OAB 14378/AM) - Processo 0624683-58.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Execução Contratual - REQUERENTE: M.a.rodrigues Educação Eireli-me (Centro Educacional Excelente) - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: (X) a certidão da Junta Comercial atualizada (do ano corrente), de forma a comprovar o enquadramento da Requerente como micro-empresa ou empresa de pequeno porte; (X) o comprovante de residência (conta de água, luz ou telefone fixo) atualizado (no máximo 6 meses) dentro da competência do Fórum Mário Verçosa em nome da empresa ou do empresário;

ADV: ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS (OAB 7526/AM), ADV: GUSTAVO DA SILVA GRILLO (OAB 7883/AM) - Processo 0624779-73.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Vendas casadas - REQUERENTE: Eloi Filho Freire da Silva - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: (X) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante;

ADV: PAULO RICARDO DA SILVA SANTOS (OAB 7887/AM) - Processo 0624915-70.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Joria de Menezes Oliveira - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: (X) Xerox do RG; (X) o comprovante de residência no nome da Autora, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante.

ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM) - Processo 0624935-61.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Roseleny Feitoza de Lima - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: (X) o comprovante de residência em nome da Autora, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante.

Adriano de Oliveira Leite (OAB 4609/AM)
Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Alberto Lúcio de Souza Simonetti Filho (OAB 12782/AM)
Aline Laredo Pinto (OAB 4187/AM)
Allan Carlos de Azevedo Viana Lima (OAB 8850/AM)
Amilcar dos Santos Pinheiro Filho (OAB 538A/AM)
Ana Hellen Brandão Furtado (OAB 8509/AM)
Ana Lúcia Salazar de Sousa (OAB 7173/AM)
Ana Paula da Silva Sousa (OAB 6608/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Andrew da Silva Souza (OAB 8127/AM)
Andrey Augusto Bentes Ramos (OAB 7526/AM)
Angélica Ortiz Ribeiro (OAB 2847/AM)
Anneson Frank Paulino de Souza (OAB 11981/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio Vinícius Rodrigues de Albuquerque (OAB 9782/AM)
Arruda Advocacia e Consultoria Juridica (OAB 449/AM)
Augusto Cezar Echenique Ribeiro (OAB 13720/AM)
Bianca Alessandra Batista Lima (OAB 7516/AM)
Breno Barbosa Ferreira (OAB A451/AM)
Bruno Infante Fonseca (OAB 1945E/AM)
Caio Patrick Coelho Silva Andade (OAB 13408/AM)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Cárita dos Anjos Nascimento (OAB 8082/AM)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
Carolina Augusta Martins (OAB 9989/AM)
Christianne Gomes da Rocha (OAB 18305A/PB)
Cidiney Rodrigues Ferreira (OAB 46521/BA)
Daniel de Lima Albuquerque (OAB 6548/AM)
Danielle Delgado Gonçalves (OAB 9983/AM)
David Neves Martins (OAB 5776/AM)
Deiwes Almeida dos Santos (OAB 6355/AM)
Denner de Barros e Mascarenhas Barbosa (OAB 6835/MS)
Diego Nunes da Silva (OAB 13208/AM)
Dinah Amazonas de Oliveira (OAB 4667/AM)
Dinah Nascimento Teixeira (OAB 7204/AM)
Drielle Carvalho de Arruda (OAB 9121/AM)
Dyogo Rodrigues de Oliveira (OAB 11920/AM)
Eduardo Chalfin (OAB A1140/AM)
Eládio Miranda Lima (OAB 86235/RJ)
Eli Marques Cavalcante Júnior (OAB 2881/AM)
Elias Mubarak Júnior (OAB 120415/SP)
Elisa Pinto Gomes (OAB 9767/AM)
Elizeth Serrão Rodrigues (OAB 2610/AM)
Ely Rodrigues de Souza Júnior (OAB 7236/AM)
Esdra Silva dos Santos (OAB 15916/O/MT)
Evaldo Lucio da Silva (OAB 10462/MT)
Fábio Carvalho de Arruda (OAB 8076/AM)
Fernando Raphael Collares Esteves (OAB 9902/AM)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 96864/MG)
Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB 10057/AM)
Frank Ferreira Dantas (OAB 10195/AM)
Frank Vilson de Amorim Xabregas (OAB 3850/AM)
Giácomo Dinelly Lima (OAB 9753/AM)
Glauco Gomes Madureira (OAB 188483/SP)
Grace Anny Fonseca Benayon Zamperlini (OAB 2508/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Gustavo Antonio Feres Paixão (OAB 1324A/AM)
Gustavo da Silva Grillo (OAB 7883/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Henrique Lima Marinheiro (OAB 9324/AM)
Hilderson Farias de Oliveira (OAB 7364/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isael Franklin Gonçalves (OAB 12054/AM)
Israel Lamego de Lima Júnior (OAB 8475/AM)
Jack Izumi Okada (OAB 90393/SP)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
João Vítor Chaves Marques (OAB 30348/CE)
Jonilson Maia Pereira (OAB 7871/AM)
José Alberto Maciel Dantas (OAB 3311/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)
José Luís Cantuária dos Reis (OAB 2896/AM)
Karina Tatiana da Câmara Elias (OAB 5420/AM)
Karla Etelvina Oliveira Machado (OAB 13826/AM)
Káthya Regina Barbosa de Sena (OAB 1051A/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Kleibianno Teles de Souza (OAB 7098/AM)
Lamego & Waughan - Escritório Jurídico (OAB 8475/AM)
Laryssa Araújo Müller (OAB 13197/AM)
Letícia Cassia e Lima Souza (OAB 144701/RJ)
Letícia Mascarenhas Dias (OAB 9099/AM)
Lídia Roberto da Silva (OAB 9135/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luciene Helena da Silva Dias (OAB 4697/AM)
Lucimar Vidinha Gomes (OAB 9318/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Carlos dos Santos Matias (OAB 4937/AM)
Manoel Marques de Oliveira Filho (OAB 5587/AM)
Mara Lindolfo Gomes Guedes (OAB 5116/AM)
Marcela da Silva Paulo (OAB 10325/AM)
Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (OAB 10325/AM)
Marcelo de Figueiredo Arruda (OAB 4505/AM)
Márcia Monteiro Alves Vailante (OAB 10333/AM)
Marco Túlio Zaghi Pacheco (OAB 8161/AM)
Maria Santana de Freitas (OAB 5708/AM)
Mariana Pinheiro Gonçalves (OAB 13906/AM)
Mariane Vieira da Silva (OAB 6764/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Mário Alberto da Fonseca Monteiro Júnior (OAB 1431/AM)
Mário Batista de Andrade Neto (OAB 5083/AM)
Marta Teixeira de Souza Moura (OAB 14272/AM)
Marvyn Boris de Oliveira Costa (OAB 12571/AM)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Matias Azevedo Rodrigues (OAB 14378/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Mubarak Advogados Associados (OAB 120415/SP)

Munick Albuquerque Costa (OAB 7874/AM)
Nádia Almeida Lima (OAB 10786/AM)
Natasja Deschoolmeester (OAB 2140/AM)
Nelson Clay Fernandes Tavares (OAB 8453/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Nildo Nogueira Nunes (OAB 2698/AM)
Patrícia da Silva Melo (OAB 8172/AM)
Paulo Alberto Rodrigues de Oliveira Arruda (OAB 8766/AM)
Paulo Henrique de Souza Viana (OAB 12177/AM)
Paulo Ricardo da Silva Santos (OAB 7887/AM)
Paulo Roberto Pinheiro Amazonas (OAB 11243/AM)
Pedro Câmara - Sociedade de Advogados (OAB 613/AM)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
Pedro Madureira de Pinho (OAB 156853/RJ)
Pedro Madureira de Pinho Luzes (OAB 156853/RJ)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
RAIMUNDO PAULINO CAVALCANTE (OAB 7576/AM)
Rebeca Veiga de Carvalho Paixao (OAB 11958/AM)
Renan Rodrigues Fialho (OAB 13904/AM)
Renata Barroso Vieira (OAB 11230/AM)
Ricardo Carvalho Paixão (OAB 3742/AM)
Roberto Alessandro de Lima Nascimento (OAB 12403/AM)
Rodrigo da Silva Pinheiro (OAB 8987/AM)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Ronaldo Thales Uchôa Brandão (OAB 12738/AM)
Ronildo Apoliano de Oliveira (OAB 8490/AM)
Roseane Lima dos Anjos (OAB 10862/AM)
Rosquild Azêdo Omena (OAB A605/AM)
Samuel Martins Freitas (OAB 11969/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Simone Alves da Silva (OAB 29016/PE)
SIMONE DE LIMA FARIAS DO NASCIMENTO (OAB 378341/SP)
Terezinha Teles Fernandes (OAB 6622/AM)
Thamires Souza Sampaio (OAB 14603/AM)
Valeria Sabrina de Souza Diniz (OAB 13807/AM)
Victor Hugo Trindade Simões (OAB 9286/AM)
Vinicius Nogalli Campos (OAB 377770/SP)
Vitor Vilhena Gonçalo da Silva (OAB 6502/AM)
Wallison Daniel Dias Oliveira (OAB 8932/AM)
Walter Caldas Neto (OAB 7043/AM)
Wellington de Amorim Alves (OAB 2993/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Wilna Elizabeth Santiago Cavalcante (OAB 4339/AM)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 12º VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO FÁBIO CÉSAR OLINTHO DE SOUZA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL GIZELE CRUZ FERREIRA ALFAIA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0230/2019

ADV: ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHÃES (OAB 5373/AM) - Processo 0611616-31.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - EXEQUENTE: CONDOMÍNIO EDIFÍCIO TROPICAL EXECUTIVE & RESIDENCE HOTEL - De ordem, à vista do bloqueio de fls. antecedentes, dê-se vista à parte CONDOMÍNIO EDIFÍCIO TROPICAL EXECUTIVE RESIDENCE HOTEL para impugnação, no prazo de 15 dias.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: GUSTAVO DA SILVA GRILLO (OAB 7883/AM), ADV: ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS (OAB 7526/AM) - Processo 0620827-57.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Joao Almir Vasconcelos Ferreira - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, intimem-se as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor). Advertências: Devedor: caso o devedor não pague voluntariamente a quantia certa devida e atualizada, no prazo ora assinalado, será aplicada a multa de 10%, prevista 523, § 1º do Código de Processo Civil de 2015, independente de nova intimação. Credor: não cumprida voluntariamente a sentença/acórdão transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução.

ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE) - Processo 0623328-81.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Maria de Nazaré Uchoa Felício - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, intimem-se as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor). Advertências: Devedor: caso o devedor não pague voluntariamente a quantia certa devida e atualizada, no prazo ora assinalado, será aplicada a multa de 10%, prevista 523, § 1º do Código de Processo Civil de 2015, independente de nova intimação. Credor: não cumprida voluntariamente a sentença/acórdão transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução.

ADV: JOSIANA BATISTA DE SOUZA VITAL (OAB 7209/AM), ADV: DIEGO AFONSO MENDES (OAB 8797/AM) - Processo 0624299-95.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Extravio de bagagem - RECLAMANTE: Fernando Bezerra de Oliveira Lima - De ordem, fica designado o dia 14/10/2019 às 09:40h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

Adriane Cristine Cabral Magalhães (OAB 5373/AM)
Andrey Augusto Bentes Ramos (OAB 7526/AM)
Diego Afonso Mendes (OAB 8797/AM)
Gustavo da Silva Grillo (OAB 7883/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Josiana Batista de Souza Vital (OAB 7209/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)

13ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 13º VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0163/2019

ADV: MÁRCIO RAFAEL GAZZINEO (OAB 23495/CE), ADV: NELSON MONTEIRO DE CARVALHO NETO (OAB 60359/RJ), ADV: NELSON BRUNO VALENÇA (OAB 15783/CE) - Processo 0200523-34.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDA: Universidade Paulista - UNIP (Campus Manaus/AM) - Itaú Unibanco S/A - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0200569-23.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Net Serviços de Comunicação S/A - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE), ADV: CASSIANO PIRES VILAS BOAS (OAB 214984/RJ) - Processo 0200584-89.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Seguradora Seguros Sura S.A - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0200638-55.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERIDO: Multiplus S.A. e outro - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: PAULO ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA ARRUDA (OAB 8766/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0200846-39.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Claro S/A - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS) - Processo 0201142-61.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Consórcio - REQUERIDO: Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda. - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065/AM) - Processo 0207597-13.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Posto isso, julgo parcialmente procedente o pedido para condenar a parte ré a título de dano moral a pagar o valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais), incidindo juros e correção monetária a partir desta data. Retifico as faturas de matrícula n. 93269-8, referentes aos meses de 06/2016 à 01/2017, 03/2017, 05/2017 a 08/2017, fl.11; para o valor de R$ 200,00 cada. Julgo os demais pedidos improcedentes. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, fica a parte autora ciente que deverá se manifestar sobre o disposto no art. 52, inciso IV, da Lei n. 9.099/95, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o referido prazo sem manifestação, arquivem-se.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 737A/AM), ADV: JOAAB MELO BARBOSA (OAB 8348/AM), ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM) - Processo 0600019-60.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Manoel de Araújo Pereira - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Ante os documentos apresentados, verifico que a parte autora/recorrente comprovou ser hipossuficiente, fazendo jus aos benefícios da gratuidade de justiça, razão pela qual defiro o pedido de isenção de preparo e custas. Assim sendo, recebo o recurso em ambos os efeitos a fim de evitar dano de difícil reparação à parte. Intime-se a parte recorrida para querendo, apresentar contrarrazões, no prazo de 10(dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos a Eg. Turma Recursal.

ADV: BIANCA ALVES BORGES (OAB 11826/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0600430-06.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Bianca Alves Borges - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Ante os documentos apresentados, verifico que a parte autora/recorrente comprovou ser hipossuficiente, fazendo jus aos benefícios da gratuidade de justiça, razão pela qual defiro o pedido de isenção de preparo e custas. Assim sendo, recebo o recurso em ambos os efeitos a fim de evitar dano de difícil reparação à parte. Intime-se a parte recorrida para querendo, apresentar contrarrazões, no prazo de 10(dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos a Eg. Turma Recursal.

ADV: ZULENIR SANTOS DE MENEZES (OAB 9411/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0600546-12.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Almir Canto de Carvalho - REQUERIDO: Rossi Norte Empreendimentos S.a e outros - Posto isso, julgo parcialmente procedente o pedido para condenar as partes rés, solidariamente, a título de compensação por dano moral, a pagarem o valor de R$5.000,00 (cinco mil reais), incidindo juros e correção monetária a partir desta data. Julgo parcialmente procedente o pedido para condenar as partes rés, solidariamente, a título de dano material, a pagarem o valor de R$12.256,27(doze mil, duzentos e cinquenta e seis reais e vinte e sete centavos), incidindo juros e correção monetária a partir da citação. Julgo os demais pedidos improcedentes. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, fica a parte autora ciente que deverá se manifestar sobre o disposto no art. 52, inciso IV, da Lei n. 9.099/95, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o referido prazo sem manifestação, arquivem-se.

ADV: FRANCISCA HELENA DE SOUZA DA SILVA (OAB 12420/AM) - Processo 0600649-19.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Revisão do Saldo Devedor - REQUERENTE: Ellen Cristhyanne Araújo Segadilha - Posto isso, julgo improcedentes os pedidos. Quanto ao pedido de justiça gratuita, a lei assegura o acesso aos Juizados Especiais em primeira instância sem qualquer ônus, não havendo necessidade de provimento jurisdicional, devendo este pedido ser requerido em momento oportuno, razão pela qual indefiro o pedido. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: ALDEMIR PEREIRA BRASIL NETO (OAB 5642/AM), ADV: AUGUSTO COSTA JÚNIOR (OAB 4337/AM) - Processo 0601139-41.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Andre Monteiro da Silva - REQUERIDO: F B Comércio e Indústria de Ótica Ltda Epp (Ótica Mix) - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos

autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: LUIZ AUGUSTO DE SOUZA ANDRADE (OAB 10174/AM), ADV: ELON ATALIBA DE ALMEIDA (OAB 6746/AM) - Processo 0601153-25.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Thiago da Costa Bezerra - REQUERIDO: Bm Revestimentos e Moveis Planejados - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: DANIELLE AMORIM BATISTA DOS SANTOS (OAB 7109/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: FABÍOLA DE CARVALHO SILVA (OAB 9608/AM) - Processo 0601214-80.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Francinete de Carvalho Silva - REQUERIDO: Midway Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento e outro - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: ALICE DA SILVA WELGERT (OAB 12614/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: JANAINA MARIA ALBUQUERQUE FOGASSA (OAB 13800/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM) - Processo 0601230-34.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Welison Roberto Nascimento Luz - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ), ADV: VITO SASSO FILHO (OAB 10344/AM), ADV: WILNA ELIZABETH SANTIAGO CAVALCANTE (OAB 4339/AM) - Processo 0601473-75.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Renato de Souza Medeiros - REQUERIDO: Telemar Norte Leste S/A - Oi - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM), ADV: JEAN JAMERSON COELHO GOMES (OAB 12482/AM) - Processo 0601632-18.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Berenice de Stephano e Aguiar - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Ante os documentos apresentados, verifico que a parte autora/recorrente comprovou ser hipossuficiente, fazendo jus aos benefícios da gratuidade de justiça, razão pela qual defiro o pedido de isenção de preparo e custas. Assim sendo, recebo o recurso em ambos os efeitos a fim de evitar dano de difícil reparação à parte. Intime-se a parte recorrida para querendo, apresentar contrarrazões, no prazo de 10(dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos a Eg. Turma Recursal.

ADV: KELLY ANNE CORRÊA DE OLIVEIRA (OAB 9330/AM), ADV: KELLY OLIVEIRA - SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 9330/AM), ADV: ANDRÉA CALDEIRA DO COUTO (OAB 3601/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM) - Processo 0601689-36.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Raimundo Nonato Castelo de Oliveira - REQUERIDO: Previplan Clube - Banco Bradesco S/A - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: MAICON DE OLIVEIRA BRANCHES (OAB 11141/AM), ADV: AMANDA FAGUNDES MAGRANER (OAB 346609/SP), ADV: RONALDO RAYES (OAB 114521/SP) - Processo 0602702-70.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Maicon de Oliveira Branches - REQUERIDO: Unidas Locadora de Veículos Ltda - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: ALINE COSTA SOARES PIRES (OAB 72280/PR), ADV: IZIDORIO RAMOS FRANÇA NETO (OAB 14070/AM) - Processo 0602996-25.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Diego Ferraz D Avila Peralta - REQUERIDO: Servopa Administratora de Consórcios Ltda. - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: LEONARDO ANDRADE ARAGÃO (OAB 7729/AM), ADV: EDUARDO CHALFIN (OAB 1140/AM), ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM), ADV: RAFAEL GOOD GOD CHELOTTI (OAB 139387/MG) - Processo 0603167-79.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: A.M.C. - REQUERIDO: A.S.B. - S.E.A. - B.B.I.C. - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM), ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM) - Processo 0603261-27.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Elza Frutuoso Cordeiro - Da análise aos autos, verifico que a parte autora/recorrente não logrou êxito em comprovar que faz jus aos benefícios da justiça gratuita, e não sendo suficiente a simples declaração consoante Enunciado n. 116 do FONAJE, indefiro o pedido de justiça gratuita. Intime-se a parte recorrente para efetuar o pagamento das despesas legais previstas no parágrafo único do art. 54 da Lei n. 9.099/95, no prazo legal de 48 horas, conforme determina Enunciado n.115 do FONAJE.

ADV: FELIPE REBOUÇAS DEMOSTHENES MARQUES (OAB 11945/AM) - Processo 0603374-78.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Dorvalino Rodrigues Romano - Da análise aos autos, verifico que a parte autora/recorrente não logrou êxito em comprovar que faz jus aos benefícios da justiça gratuita, e não sendo suficiente a simples

declaração consoante Enunciado n. 116 do FONAJE, indefiro o pedido de justiça gratuita. Intime-se a parte recorrente para efetuar o pagamento das despesas legais previstas no parágrafo único do art. 54 da Lei n. 9.099/95, no prazo legal de 48 horas, conforme determina Enunciado n.115 do FONAJE.

ADV: PABLO DE PAULA LIMA (OAB 9482/AM), ADV: MARIA ALTAMIRA DE SOUZA (OAB 6959/AM) - Processo 0603611-15.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Marcia Alves Benicio - REQUERIDO: Jorpam Mudanças e Transportes Ltda - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: FÁBIO LEITE NOBRE (OAB 11149/AM) - Processo 0603614-67.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Maria Socorro Bandeira França - Inicialmente, ante o recurso de fls. 183/193, indefiro o pedido de expedição de alvará judicial, tendo em vista que não houve trânsito em julgado da Sentença. Desse modo, verifico que a parte autora/recorrente não logrou êxito em comprovar que faz jus aos benefícios da justiça gratuita, deixando transcorrer o prazo assinalado para a referida comprovação. Logo, não sendo suficiente a simples declaração consoante Enunciado n. 116 do FONAJE, indefiro o pedido de justiça gratuita. Intime-se a parte recorrente para efetuar o pagamento das despesas legais previstas no parágrafo único do art. 54 da Lei n. 9.099/95, no prazo legal de 48 horas, conforme determina Enunciado n.115 do FONAJE.

ADV: LEANDRO KAZUYUKI TAKAHASHI (OAB 12343/AM), ADV: ANA LÚCIA DE SOUZA NOGUEIRA (OAB 5054/AM) - Processo 0604003-52.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Transporte Aéreo - REQUERENTE: Rodrigo Otávio Borges Melo - REQUERIDO: Copa Airlines - Compañia Panameña de Aviacion S.a. - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: DEBORA DE CAMPOS FROTA (OAB 10140/AM) - Processo 0604218-28.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Maria de Lourdes Castro de Oliveira - REQUERIDO: Rossi Residencial Incorporadora S.a - Santa Sofia Empreendimentos Imobiliários Ltda e outro - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: FRANCISCO GILBERT MELO DA SILVA (OAB 10983/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0604363-84.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Italo da Costa Queiroz - REQUERIDO: Carrefour Comércio e Indústria Ltda. - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM), ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE) - Processo 0604397-93.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Augusto Matos de Sena - REQUERIDO: Sul América Companhia Nacional de Seguros - Ante os documentos apresentados, verifico que a parte autora/recorrente comprovou ser hipossuficiente, fazendo jus aos benefícios da gratuidade de justiça, razão pela qual defiro o pedido de isenção de preparo e custas. Assim sendo, recebo o recurso em ambos os efeitos a fim de evitar dano de difícil reparação à parte. Intime-se a parte recorrida para querendo, apresentar contrarrazões, no prazo de 10(dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos a Eg. Turma Recursal.

ADV: REYNOLD SALES CALEFFI (OAB 9948/AM), ADV: INGRYD DOS SANTOS MOUSSE (OAB 8304/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM) - Processo 0604593-29.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Daniel Maciel de Abreu - REQUERIDO: Florence Garden Empreendimento Imobiliário Spe Ltda - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: KLAUS GIACOBBO RIFFEL (OAB 75938/RS), ADV: FRANCISCA NÚBIA DE OLIVEIRA DE LIMA (OAB 4376/AM), ADV: CAMILA JATAHY ARAUJO (OAB 12602/AM), ADV: MARIA HELENA AGUIAR COIMBRA (OAB 12931/AM), ADV: JOÃO BOSCO SÁVIO OLIVEIRA DE LIMA (OAB 8622/AM) - Processo 0604764-83.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Marcos Antonio Ferreira Batista - REQUERIDO: Lojas Marisa S/A - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: ANTONELA MARTINS DOS SANTOS (OAB 9781/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0604782-07.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Philipe Abrãao Castro - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Ante os documentos apresentados, verifico que a parte autora/recorrente comprovou ser hipossuficiente, fazendo jus aos benefícios da gratuidade de justiça, razão pela qual defiro o pedido de isenção de preparo e custas. Assim sendo, recebo o recurso em ambos os efeitos a fim de evitar dano de difícil reparação à parte. Intime-se a parte recorrida para querendo, apresentar contrarrazões, no prazo de 10(dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos a Eg. Turma Recursal.

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: BRIANA DOS REIS RIBEIRO KOSZUOSKI (OAB 20821/MT), ADV: GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS VISEU (OAB 117417/SP), ADV: ERIK LORENZZO MARINHO DA SILVA (OAB 4944/AM), ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM) - Processo 0604855-76.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Overbooking - RECLAMANTE: Valdelário Farias Cordeiro e outro - RECLAMADO: Kontik Franstur Viagens e Turismo Ltda - Zupper - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 38699/DF), ADV: JOSÉ ANTÔNIO DO NASCIMENTO PINHEIRO (OAB 6353/AM) - Processo 0604896-43.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Jair Cordeiro Melgueiro - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: MURILO BARBOSA CÉSAR (OAB 11750/MS), ADV: JOSÉ AMUD EUFRÁSIO (OAB 7425/AM) - Processo 0605071-37.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Gabriela Santiago Eufrasio - REQUERIDO: Medcel Editora e Eventos S.a. - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: ALEXANDRE FONSECA DE MELLO (OAB 177690/RJ), ADV: DAYANA MÁRCIA EVANGELISTA DE OLIVEIRA (OAB 10892/AM), ADV: VILMA OLIVEIRA DOS SANTOS (OAB 542A/AM) - Processo 0605112-04.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Maria de Fátima Amaral Rios - REQUERIDO: Motorola do Brasil S/A - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: ANDERSON SANTOS SILVA (OAB 12015/AM), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM) - Processo 0605319-03.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Ernane Braz Costa - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: KÊNIA MÔNIKA ARCANJO DE SOUZA (OAB 6427/AM) - Processo 0605443-20.2018.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Renato Nodier Furtado Rodrigues - Da análise aos autos, verifico que a parte autora/recorrente não logrou êxito em comprovar que faz jus aos benefícios da justiça gratuita, e não sendo suficiente a simples declaração consoante Enunciado n. 116 do FONAJE, indefiro o pedido de justiça gratuita. Intime-se a parte recorrente para efetuar o pagamento das despesas legais previstas no parágrafo único do art. 54 da Lei n. 9.099/95, no prazo legal de 48 horas, conforme determina Enunciado n.115 do FONAJE.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: MARIA FÁTIMA SILVA OLIVEIRA (OAB 6356/AM) - Processo 0605655-41.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Patricia de Almeida da Silva - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Ante os documentos apresentados, verifico que a parte autora/recorrente comprovou ser hipossuficiente, fazendo jus aos benefícios da gratuidade de justiça, razão pela qual defiro o pedido de isenção de preparo e custas. Assim sendo, recebo o recurso em ambos os efeitos a fim de evitar dano de difícil reparação à parte. Intime-se a parte recorrida para querendo, apresentar contrarrazões, no prazo de 10(dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos a Eg. Turma Recursal.

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM) - Processo 0605695-86.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Rosanei Isabela de Jesus Varjao - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: JOSÉ ESTEVÃO XAVIER (OAB 8824/AM), ADV: STELISY SILVA DA ROCHA (OAB 7989/AM) - Processo 0605979-65.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Heberto Navarro Rizos - Da análise aos autos, verifico que a parte autora/recorrente não logrou êxito em comprovar que faz jus aos benefícios da justiça gratuita, e não sendo suficiente a simples declaração consoante Enunciado n. 116 do FONAJE, indefiro o pedido de justiça gratuita. Intime-se a parte recorrente para efetuar o pagamento das despesas legais previstas no parágrafo único do art. 54 da Lei n. 9.099/95, no prazo legal de 48 horas, conforme determina Enunciado n.115 do FONAJE.

ADV: CARLOS EVALDO SOUZA JÚNIOR (OAB 7548/AM) - Processo 0606392-10.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Adriano Teixeira de Oliveira - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: RODRIGO BENAYON PONTES SERUDO (OAB 11132/AM), ADV: DEBORA DE CAMPOS FROTA (OAB 10140/AM) - Processo 0606440-66.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Maria de Lourdes Castro de Oliveira - REQUERIDO: Direcional Engenharia S/A e outro - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: MARIA DA CONCEIÇÃO WANDERLEY LASMAR (OAB 3952/AM), ADV: JOCINEIDE MARIA DE SOUSA (OAB 4152/AM) - Processo 0606505-95.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Eliselma Maria Nascimento Tavares e outro - REQUERIDO: Empresa de Navegacao Sousa Ltda e outro - Posto isso, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido para condenar as partes rés, solidariamente, a título de compensação por dano moral, a pagarem o valor de R$3.000,00 (três mil reais), incidindo juros e correção monetária a partir desta data. JULGO PROCEDENTE o pedido para condenar a parte ré, a título de restituição por dano material, a pagar o valor de R$ 320,00 (trezentos e vinte reais), incidindo juros e correção monetária a partir da citação. Julgo os demais pedidos improcedentes. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a

intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I.C. Após o trânsito em julgado, fica a parte autora ciente que deverá se manifestar sobre o disposto no art. 52, inciso IV, da Lei n. 9.099/95, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o referido prazo sem manifestação, arquivem-se.

ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0607122-21.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Leila Albuquerque Aires - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Ante os documentos apresentados, verifico que a parte autora/recorrente comprovou ser hipossuficiente, fazendo jus aos benefícios da gratuidade de justiça, razão pela qual defiro o pedido de isenção de preparo e custas. Assim sendo, recebo o recurso em ambos os efeitos a fim de evitar dano de difícil reparação à parte. Intime-se a parte recorrida para querendo, apresentar contrarrazões, no prazo de 10(dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos a Eg. Turma Recursal.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0607204-52.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Karine Malveira Pinheiro - Da análise aos autos, verifico que a parte autora/recorrente não logrou êxito em comprovar que faz jus aos benefícios da justiça gratuita, e não sendo suficiente a simples declaração consoante Enunciado n. 116 do FONAJE, indefiro o pedido de justiça gratuita. Intime-se a parte recorrente para efetuar o pagamento das despesas legais previstas no parágrafo único do art. 54 da Lei n. 9.099/95, no prazo legal de 48 horas, conforme determina Enunciado n.115 do FONAJE.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM), ADV: ISABELLE DOS SANTOS PERASA RIBEIRO (OAB 12079/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0607554-11.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Contratos Bancários - REQUERENTE: Raimundo Jose Lucena Barros - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Ante o cálculo de fl. 341, verifico, que a parte executada realizou o pagamento maior que o devido, às fls. 336/338, logo deve ser devolvido o valor excedente. Isto posto, julgo extinta a execução nos termos do art. 924, II do Código de Processo Civil, com a satisfação da obrigação pelo devedor. EXPEÇA-SE Alvará Judicial, em favor da parte exequente, do valor indicado no cálculo. EXPEÇA-SE Alvará Judicial, em favor da parte executada, do valor indicado no cálculo. P.R.I. Após, arquivem-se.

ADV: MÁRCIO CLEBSON DA SILVA COSTA (OAB 10116/AM) - Processo 0607799-22.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - REQUERENTE: Luciano Pereira de Lima - Da análise aos autos, verifico que a parte autora/recorrente não logrou êxito em comprovar que faz jus aos benefícios da justiça gratuita, e não sendo suficiente a simples declaração consoante Enunciado n. 116 do FONAJE, indefiro o pedido de justiça gratuita. Intime-se a parte recorrente para efetuar o pagamento das despesas legais previstas no parágrafo único do art. 54 da Lei n. 9.099/95, no prazo legal de 48 horas, conforme determina Enunciado n.115 do FONAJE.

ADV: CAIO PATRICK COELHO SILVA ANDADE (OAB 13408/AM), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: ÉRICO CABOCLO DE MACEDO (OAB 7685/AM), ADV: PEDRO CÂMARA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 613/AM), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: ELISA PINTO GOMES (OAB 9767/AM) - Processo 0608091-70.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Raimunda Pinto Costa - REQUERIDO: Plural Gestao Em Planos de Saude Ltda - Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Ante os documentos apresentados, verifico que a parte autora/recorrente comprovou ser hipossuficiente, fazendo jus aos benefícios da gratuidade de justiça, razão pela qual defiro o pedido de isenção de preparo e custas. Assim sendo, recebo o recurso em ambos os efeitos a fim de evitar dano de difícil reparação à parte. Intime-se a parte recorrida para querendo, apresentar contrarrazões, no prazo de 10(dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos a Eg. Turma Recursal.

ADV: YARA MARÍLIA DE SOUZA QUEIROZ (OAB 3094/AM), ADV: EDIANAVE MENDONÇA LIMA (OAB 8469/AM) - Processo 0609874-97.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - RECLAMANTE: Carlos Alberto Bezerra da Costa - RECLAMADO: Rufino Comércio de Alimentos Ltda (baratão da Carne Supermercados) - Ante os documentos apresentados, verifico que a parte autora/recorrente comprovou ser hipossuficiente, fazendo jus aos benefícios da gratuidade de justiça, razão pela qual defiro o pedido de isenção de preparo e custas. Assim sendo, recebo o recurso em ambos os efeitos a fim de evitar dano de difícil reparação à parte. Intime-se a parte recorrida para querendo, apresentar contrarrazões, no prazo de 10(dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos a Eg. Turma Recursal.

ADV: ROSEANE RODRIGUES DA CUNHA (OAB 7610/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: CARLOS EDUARDO RAPOSO DA CÂMARA ALENCAR (OAB 4249/AM), ADV: FABRÍCIA ARRUDA MOREIRA AMAZONAS (OAB 5043/AM), ADV: MARCELO GUEDES DE MELLO E SILVA (OAB 9786/AM) - Processo 0610671-44.2016.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Bruno de Albuquerque Pinheiro - REQUERIDO: Banco Carrefour (Banco CSF S/A) - Ratifico o cálculo indicado à fl. 402, vez que elaborados em conformidade com a Súmula 362 do STJ. Verifico que a parte executada realizou o pagamento maior que o devido às fls. 391/393, devendo ser devolvido o valor excedente. Isto posto, JULGO EXTINTA a presente execução nos termos do art. 924, II do Código de Processo Civil, com a satisfação da obrigação pelo devedor. EXPEÇA-SE alvará judicial, em favor da parte exequente, conforme cálculo, fl. 402. EXPEÇA-SE alvará judicial, em favor da parte exequente, referente ao valor excedente. P.R.I. Após, arquivem-se.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0610698-56.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Abne Estumano da Silva - Ante os documentos apresentados, verifico que a parte autora/recorrente não logrou êxito em comprovar que faz jus aos benefícios da justiça gratuita, percebendo uma renda razoável. Logo, não sendo suficiente a simples declaração consoante Enunciado n. 116 do FONAJE, indefiro o pedido de justiça gratuita. Intime-se a parte recorrente para efetuar o pagamento das despesas legais previstas no parágrafo único do art. 54 da Lei n. 9.099/95, no prazo legal de 48 horas, conforme determina Enunciado n.115 do FONAJE.

ADV: CAROLINA DOS SANTOS VIANA (OAB 8361/AM), ADV: LUÍS ROBERTO PAIVA FILHO (OAB 8628/AM) - Processo 0610911-28.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - REQUERENTE: Nadia Maria Dantas Azrak - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano o suposto direito alegado bem como não foi acostado ameaça no corte de serviço, sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Ademais, mediante solicitação de julgamento antecipado, e verificando que a demanda não se trata de matéria de direito, intimo as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: OLÍVIA MARIA ASSIS CAMPOS COUTO (OAB 4212/AM), ADV: RUBENS GASPAR SERRA (OAB 3499/AC), ADV: KÊNIA BASTOS ANDRADE (OAB 4037/AM), ADV: FELIPE

GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM) - Processo 0611025-98.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: Juliene Assis Campos Alves - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Ante os documentos apresentados, verifico que a parte autora/recorrente comprovou ser hipossuficiente, fazendo jus aos benefícios da gratuidade de justiça, razão pela qual defiro o pedido de isenção de preparo e custas. Assim sendo, recebo o recurso em ambos os efeitos a fim de evitar dano de difícil reparação à parte. Intime-se a parte recorrida para querendo, apresentar contrarrazões, no prazo de 10(dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos a Eg. Turma Recursal.

ADV: THAIS DE OLIVEIRA CACIANO (OAB 22806/MS), ADV: MICHAEL JORGE HARRAQUIAN NETO (OAB 8938/AM) - Processo 0614429-60.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Girlane Pessoa Brasil - REQUERIDO: Fap Associacao Assistecial Ao Funcionalismo Público - Ante os documentos apresentados, verifico que a parte autora/recorrente comprovou ser hipossuficiente, fazendo jus aos benefícios da gratuidade de justiça, razão pela qual defiro o pedido de isenção de preparo e custas. Assim sendo, recebo o recurso em ambos os efeitos a fim de evitar dano de difícil reparação à parte. Intime-se a parte recorrida para querendo, apresentar contrarrazões, no prazo de 10(dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos a Eg. Turma Recursal.

ADV: DAYANA DE MENEZES AZEVEDO (OAB 10500/AM) - Processo 0615814-43.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Darlene Viana Gomes - Da análise aos autos, verifico que a parte autora/recorrente não logrou êxito em comprovar que faz jus aos benefícios da justiça gratuita, e não sendo suficiente a simples declaração consoante Enunciado n. 116 do FONAJE, indefiro o pedido de justiça gratuita. Intime-se a parte recorrente para efetuar o pagamento das despesas legais previstas no parágrafo único do art. 54 da Lei n. 9.099/95, no prazo legal de 48 horas, conforme determina Enunciado n.115 do FONAJE.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0615978-08.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - RECLAMADO: Manaus Ambiental S/A - Posto isso, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido para condenar a parte ré, a título de compensação por dano moral, a pagar o valor de R$6.000,00 (seis mil reais), incidindo juros e correção monetária a partir desta data. Julgo os demais pedidos improcedentes. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I.C. Após o trânsito em julgado, fica a parte autora ciente que deverá se manifestar sobre o disposto no art. 52, inciso IV, da Lei n. 9.099/95, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o referido prazo sem manifestação, arquivem-se.

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0617032-09.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Centro de Educação Integrado Santo Antônio - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: ANA LÚCIA SALAZAR DE SOUSA (OAB 7173/AM) - Processo 0617085-87.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Zilma Xavier Pereira - Da análise aos autos, verifico que a parte autora/recorrente não logrou êxito em comprovar que faz jus aos benefícios da justiça gratuita, e não sendo suficiente a simples declaração consoante Enunciado n. 116 do FONAJE, indefiro o pedido de justiça gratuita. Intime-se a parte recorrente para efetuar o pagamento das despesas legais previstas no parágrafo único do art. 54 da Lei n. 9.099/95, no prazo legal de 48 horas, conforme determina Enunciado n.115 do FONAJE.

ADV: GUILHERME DA COSTA LINS (OAB 10685/AM), ADV: LEONOR REGINA FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 11932/AM), ADV: GUSTAVO DA COSTA LINS (OAB 14218/AM), ADV: ARI BADARANE NICOLAU JÚNIOR (OAB 11935/AM) - Processo 0617398-14.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Roberto Ricardo Oliveira Pinto - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano o suposto direito alegado, bem como a ilegalidade da cobrança e a possível inscrição indevida nos cadastros de Órgãos de restrição ao crédito, sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Aguarde-se a audiência já aprazada. Intime-se.

ADV: EDMAR MACIEL DE OLIVEIRA (OAB 14032/AM), ADV: CHARLE JOSEPH BADR (OAB 11268/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0617746-66.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Rafael Oliveira Machado - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Ante os documentos apresentados, verifico que a parte autora/recorrente comprovou ser hipossuficiente, fazendo jus aos benefícios da gratuidade de justiça, razão pela qual defiro o pedido de isenção de preparo e custas. Assim sendo, recebo o recurso em ambos os efeitos a fim de evitar dano de difícil reparação à parte. Intime-se a parte recorrida para querendo, apresentar contrarrazões, no prazo de 10(dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos a Eg. Turma Recursal.

ADV: GERALDO DE SOUZA NASCIMENTO (OAB 12039/AM) - Processo 0619451-65.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Kalyne Frota Barroso - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano a suposta ilegalidade da cobrança bem como a inscrição indevida nos cadastros de Órgãos de restrição ao crédito, sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 18/12/2019 às 09:30h. Cite-se e intime-se.

ADV: MARIA EMÍLIA GONÇALVES DE RUEDA (OAB 13788A/AL), ADV: CRISTIANE RODRIGUES SILVEIRA (OAB 10838/AM) - Processo 0619563-34.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Só de Biquini Comércio de Confecções Eirelli - REQUERIDO: Cielo S/A - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos

apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano o suposto direito alegado, sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 17/12/2019 às 08:15h. Cite-se e intime-se.

ADV: DAVI DA SILVA MACÊDO (OAB 10149/AM) - Processo 0619603-16.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Carlos Casimiro Bezerra Costa - Ante os documentos apresentados, verifico que a parte autora/recorrente não logrou êxito em comprovar que faz jus aos benefícios da justiça gratuita, deixando transcorrer o prazo assinalado para a referida comprovação. Logo, não sendo suficiente a simples declaração consoante Enunciado n. 116 do FONAJE, indefiro o pedido de justiça gratuita. Intime-se a parte recorrente para efetuar o pagamento das despesas legais previstas no parágrafo único do art. 54 da Lei n. 9.099/95, no prazo legal de 48 horas, conforme determina Enunciado n.115 do FONAJE.

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0619697-61.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Gerson Caldeira Batista - Ante os documentos apresentados, verifico que a parte autora/recorrente comprovou ser hipossuficiente, fazendo jus aos benefícios da gratuidade de justiça, razão pela qual defiro o pedido de isenção de preparo e custas. Assim sendo, recebo o recurso em ambos os efeitos a fim de evitar dano de difícil reparação à parte. Intime-se a parte recorrida para querendo, apresentar contrarrazões, no prazo de 10(dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos a Eg. Turma Recursal.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0619737-43.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Joaquim Daniel dos Santos Guimarães - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano a suposta ilegalidade do desconto, sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 22/10/2019 às 12:00h. Cite-se e intime-se.

ADV: VERA LÚCIA JOHNSON DE ASSIS (OAB 2904/AM) - Processo 0619914-07.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Marly Cuadal Coimbra - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano o suposto direito alego, sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 30/10/2019 às 12:15h. Cite-se e intime-se.

ADV: MÁRCIO ANDRÉ DE OLIVEIRA SILVA (OAB 5562/AM) - Processo 0620086-46.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Alessandro dos Santos Xavier - De ordem, fica designado o dia 31/10/2019 às 13:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: DANIEL JOSE SAMPAIO DE BRITO (OAB 12178/AM) - Processo 0620425-73.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Adriel Abrahão de Souza Branco - Da análise aos autos, verifico que a parte autora/recorrente não logrou êxito em comprovar que faz jus aos benefícios da justiça gratuita, e não sendo suficiente a simples declaração consoante Enunciado n. 116 do FONAJE, indefiro o pedido de justiça gratuita. Intime-se a parte recorrente para efetuar o pagamento das despesas legais previstas no parágrafo único do art. 54 da Lei n. 9.099/95, no prazo legal de 48 horas, conforme determina Enunciado n.115 do FONAJE.

ADV: EULER PICANCO CAVALCANTE (OAB 13403/AM), ADV: DANIEL DE OLIVEIRA CAMPOS (OAB 5258/AM), ADV: DÉBORAH SIMÕES BRITO (OAB 13773/AM), ADV: DANIEL COELHO SILVA (OAB 10581/AM) - Processo 0620502-48.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Leandro Chaves da Silva - REQUERIDO: Marcos Aurélio Couto Marques - Ante os documentos apresentados, verifico que a parte autora/recorrente comprovou ser hipossuficiente, fazendo jus aos benefícios da gratuidade de justiça, razão pela qual defiro o pedido de isenção de preparo e custas. Assim sendo, recebo o recurso em ambos os efeitos a fim de evitar dano de difícil reparação à parte. Intime-se a parte recorrida para querendo, apresentar contrarrazões, no prazo de 10(dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos a Eg. Turma Recursal.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: MÁRCIO CLEBSON DA SILVA COSTA (OAB 10116/AM) - Processo 0621157-20.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Condomínio Residencial Life Parque 10 - REQUERIDO: Santa Cordélia Empreendimentos Imobiliários Ltda - Capital Rossi Empreendimentos S/A e outros - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM), ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM) - Processo 0621744-08.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Adriana Nogueira de Oliveira - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não foi acostado a média do consumo de água da parte autora. Outrossim, o documento presente na fl. 2 esta recortado e portanto não é hábil e idôneo a comprovar que tal faturamento é referente ao consumo da parte autora, sendo portanto necessária aguardar a analise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 23/10/2019 às 12:45h. Cite-se e intime-se.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0621850-67.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Alexsandra Gonçalves dos Santos - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a

princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano a suposta ilegalidade do desconto, sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 23/10/2019 às 12:30h. Cite-se e intime-se.

ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM), ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM) - Processo 0621886-12.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Carme Duarte da Silva - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano a suposta ilegalidade da cobrança, sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 23/10/2019 às 12:15h. Cite-se e intime-se.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: PAULO AUGUSTO LUZ DE ARAUJO (OAB 11146/AM) - Processo 0622005-70.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Paulo Augusto Luz de Araujo - REQUERIDO: BradesCard S/A e outro - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano o suposto direito alegado, sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 21/10/2019 às 12:15h. Cite-se e intime-se.

ADV: ANTÔNIO JOSÉ BATISTA NOGUEIRA (OAB 6834/AM), ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM) - Processo 0622199-41.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Thaline Oliveira da Silva - REQUERIDO: Via Marconi Veículos Ltda. (FIAT) - Ante os documentos apresentados, verifico que a parte autora/recorrente comprovou ser hipossuficiente, fazendo jus aos benefícios da gratuidade de justiça, razão pela qual defiro o pedido de isenção de preparo e custas. Assim sendo, recebo o recurso em ambos os efeitos a fim de evitar dano de difícil reparação à parte. Intime-se a parte recorrida para querendo, apresentar contrarrazões, no prazo de 10(dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos a Eg. Turma Recursal.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: CELSO JOSE DIAS (OAB 11774/AM) - Processo 0622265-84.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Iran Bastos da Silva - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Chamo o processo à ordem para, com fundamento no art. 48, parágrafo único, da lei nº. 9.099/95, corrigir ex officio o erro material contido no decisum de fl. 281. Assim, onde se lê "Posto isso, julgo parcialmente procedente o pedido para condenar a parte ré, a título de compensação por dano moral, a pagar o valor de R$15.000,00 (Dez mil reais), incidindo juros e correção monetária a partir desta data", leia-se "Posto isso, julgo parcialmente procedente o pedido para condenar a parte ré, a título de compensação por dano moral, a pagar o valor de R$15.000,00 (Quinze mil reais), incidindo juros e correção monetária a partir desta data". Mantenho incólumes os demais termos do decisum. Intimem-se as partes.

ADV: JOÃO RICARDO GOMES DA SILVA (OAB 14002/AM) - Processo 0622368-57.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Maria Lidice Lisboa - De ordem, fica designado o dia 05/12/2019 às 12:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM) - Processo 0622604-09.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Luciana Dias Correia - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano a suposta ilegalidade da cobrança, sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 17/10/2019 às 12:45h. Cite-se e intime-se.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: MELINA LEMOS VILELA (OAB 243283/SP), ADV: LEANDRO ANDRADE COELHO RODRIGUES (OAB 237733/SP) - Processo 0622619-46.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Raphael Gomes Assante - REQUERIDO: Realiza Administradora de Consórcios Ltda - Ante os documentos apresentados, verifico que a parte autora/recorrente comprovou ser hipossuficiente, fazendo jus aos benefícios da gratuidade de justiça, razão pela qual defiro o pedido de isenção de preparo e custas. Assim sendo, recebo o recurso em ambos os efeitos a fim de evitar dano de difícil reparação à parte. Intime-se a parte recorrida para querendo, apresentar contrarrazões, no prazo de 10(dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos a Eg. Turma Recursal.

ADV: ADRIANO ALVES DE LIMA (OAB 7398/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: ANGÉLICA MARIA MONTEIRO DUARTE (OAB 2659/AM), ADV: RODRIGO RODRIGUES DIAS DE ALMEIDA (OAB 2518/AM) - Processo 0622773-64.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Marileide Lins Guimarães - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Ante os documentos apresentados, verifico que a parte autora/recorrente comprovou ser hipossuficiente, fazendo jus aos benefícios da gratuidade de justiça, razão pela qual defiro o pedido de isenção de preparo e custas. Assim sendo, recebo o recurso em ambos os efeitos a fim de evitar dano de difícil reparação à parte. Intime-se a parte recorrida para querendo, apresentar contrarrazões, no prazo de 10(dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos a Eg. Turma Recursal.

ADV: ELON ATALIBA DE ALMEIDA (OAB 6746/AM) - Processo 0622875-18.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Carlos Cesar Barbosa da Silva e outro - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano o

suposto direito alegado bem não foi acostado nenhuma ameaça de inclusão nos cadastros de negativação, sendo necessário aguardar a analise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 10/10/2019 às 12:00h. Cite-se e intime-se.

ADV: TIAGO BORGES DOS SANTOS (OAB 10890/AM), ADV: MÁRCIO FERREIRA JUCÁ (OAB 2172/AM), ADV: VARCILY QUEIROZ BARROSO (OAB 2683/AM) - Processo 0622952-61.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Rosa Costa de Souza - REQUERIDO: Via Marconi Veículos Ltda. - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: MARIA ALTAMIRA DE SOUZA (OAB 6959/AM) - Processo 0623099-53.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Jesse Vieira dos Santos - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano a suposta ilegalidade do desconto, sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 21/10/2019 às 12:30h. Cite-se e intime-se.

ADV: DANIEL SILVA DE OLIVEIRA (OAB 9553/AM), ADV: DANIEL SILVA DE OLIVEIRA (OAB 9553/AM) - Processo 0623157-56.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Competência dos Juizados Especiais - REQUERENTE: Edson Oliveira dos Santos - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano a suposta ilegalidade da cobrança, sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 22/10/2019 às 12:15h. Cite-se e intime-se.

ADV: JANDERCLEIDE ROCHA DE SOUZA FIACADORI (OAB 11064/AM) - Processo 0623181-84.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Rosana Elisabete Agostinho dos Santos - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não foi acostado nenhuma ameaça de inclusão nos cadastros de negativação, sendo necessária aguardar a analise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 22/10/2019 às 12:30h. Cite-se e intime-se.

ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM) - Processo 0623225-06.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Tarciana Grijo Gurgel de Nazaré - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano a suposta ilegalidade do desconto, sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 30/10/2019 às 12:30h. Cite-se e intime-se.

ADV: ISAAC REIS DA SILVA (OAB 12729/AM) - Processo 0623508-29.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Rita de Oliveira Nogueira - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano a suposta ilegalidade da cobrança, sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 21/11/2019 às 12:45h. Cite-se e intime-se.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0623538-64.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - RECLAMANTE: Andre Aranha de M. - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano a suposta ilegalidade do desconto, sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 21/11/2019 às 12:30h. Cite-se e intime-se.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: CARLOS EDUARDO MACIEL PEREIRA (OAB 11677/CE), ADV: RAMI YURI MENEZES GAMA (OAB 8933/AM), ADV: RÔMULO RAFAEL SILVA CARVALHO (OAB 10504/AM) - Processo 0623548-45.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Raimundo Ivan de Moraes Moreira - REQUERIDO: Agiplan - Aspbras - Associação dos Servidores Públicos Brasileiros e outro - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência,

vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: ALAN DE MOURA MENDES (OAB 13404/AM) - Processo 0623557-70.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Assinatura Básica Mensal - REQUERENTE: Barbara Sena de Moura - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano o suposto direito alegado, sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 19/11/2019 às 10:00h. Cite-se e intime-se.

ADV: RAQUEL DOS SANTOS PORTO (OAB 17929/PA), ADV: ADRIANO ALVES DE LIMA (OAB 7398/AM) - Processo 0623578-17.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Eurides Ribeiro - REQUERIDO: Atalaia Resort Empreendimento Imobiliário Spe Ltda - Ante a manifestação da parte exequente onde concorda com o valor depositado pela parte executada às fls. 140, JULGO EXTINTA a presente execução nos termos do art. 924, IV do Código de Processo Civil. EXPEÇA-SE alvará judicial do valor depositado à fl. 140, em favor da parte exequente. P.R.I. Após, arquivem-se.

ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM), ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM) - Processo 0623595-82.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Assinatura Básica Mensal - REQUERENTE: Jakson Guimaraes da Silva - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano a suposta ameaça de corte do serviço, sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 02/12/2019 às 12:30h. Cite-se e intime-se.

ADV: ALEIR CARDOSO DE OLIVEIRA (OAB A1253/AM) - Processo 0623654-70.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Elildo da Silva Nascimento - De ordem, fica designado o dia 03/12/2019 às 12:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CÍNTIA MARTINS DE SOUZA (OAB 4399/AM) - Processo 0623704-96.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Auxiliadora Portela - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano a suposta ilegalidade do desconto, sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 02/12/2019 às 12:45h. Cite-se e intime-se.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0623749-03.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Tarifas - REQUERENTE: Lenira Gomes Ozório - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano a suposta ilegalidade do desconto, sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 29/11/2019 às 12:45h. Cite-se e intime-se.

ADV: FERNANDO FRANCISCO MARQUES PEREIRA CUNHA (OAB 13429/AM) - Processo 0623774-16.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Severino Barroso da Silva - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano a suposta ilegalidade do desconto, sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 22/11/2019 às 12:30h. Cite-se e intime-se.

ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM), ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM), ADV: ANDREIA FARIAS DE BARROS (OAB 10773/AM) - Processo 0623785-79.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Kedma Oliveira Medeiros - REQUERIDO: M e M Comércio de Produtos Eletro-eletônicos Ltda Epp (irestore) - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0623903-21.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Tarifas - REQUERENTE: Arthur Machado Pereira - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano a suposta ilegalidade do desconto, sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 03/12/2019 às 12:30h. Cite-se e intime-se.

ADV: ISAAC REIS DA SILVA (OAB 12729/AM) - Processo 0623917-05.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Rita de Oliveira Nogueira - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano a suposta ilegalidade da cobrança, sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 04/12/2019 às 12:00h. Cite-se e intime-se.

ADV: ISAAC REIS DA SILVA (OAB 12729/AM) - Processo 0623956-02.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Ronaldo Vieira - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano a suposta ilegalidade do desconto, sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 03/12/2019 às 12:45h. Cite-se e intime-se.

ADV: ORLANDO GOMES VILAÇA FILHO (OAB 11839/AM), ADV: LILIAN KAREN DE SOUZA (OAB 167344/MG), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0623986-71.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: José Bartolomeu Rodrigues de Santana - REQUERIDO: Net Serviços de Comunicação S/A - Posto isso, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido para condenar a parte ré, a título de compensação por dano moral, a pagar o valor de R$6.000,00 (seis mil reais), incidindo juros e correção monetária a partir desta data. JULGO PROCEDENTE o pedido para condenar a parte ré, a título de restituição por dano material, a pagar o valor de R$ 196,40 (cento e noventa e seis reais e quarenta centavos), incidindo juros e correção monetária a partir da citação. Declaro inexistente a dívida no valor de R$ 404,65, indicada à fl. 14. Julgo os demais pedidos improcedentes. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I.C. Após o trânsito em julgado, fica a parte autora ciente que deverá se manifestar sobre o disposto no art. 52, inciso IV, da Lei n. 9.099/95, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o referido prazo sem manifestação, arquivem-se.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0623990-74.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: José Edival Cavalcante Lima - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano a suposta ilegalidade dos descontos, sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 09/12/2019 às 12:00h. Cite-se e intime-se.

ADV: OBERDAN MUSSA TORRES (OAB 14386/AM) - Processo 0624000-21.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Eliedem Ferreira Farias - De ordem, verifico que não foi juntado comprovante de residência adequado (ilegível, boleto bancário ou declaração própria de residência) ou o mesmo encontra-se em desconformidade com a Portaria n. 001/2012-CGJECC, in vebis: Art. 1º - DETERMINAR que as petições ajuizadas no sistema dos Juizados Especiais, venham de logo, acompanhada com os documentos indispensáveis a sua propositura, tais como: a) Identidade, CPF e comprovante de residência, com data recente (no máximo 06 meses), da parte requerente; b) Na hipótese de comprovante de residência ser de terceiro, deverá ser apresentado declaração deste, afirmando ser também o domicílio do requerente, bem como a cópia da identidade do declarante. Desse modo, INTIMO A PARTE AUTORA para, no prazo de 15 (quinze) dias, corrigir a irregularidade apontada, apresentando o documento de residência, em conformidade com referida Portaria, sob pena de indeferimento da inicial.

ADV: ALEXANDRE GOMES RIBEIRO (OAB 6199/AM) - Processo 0624041-85.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jarbas Figueiredo Neto - Trata-se de demanda com tutela provisória de urgência. Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, verifico a probabilidade do direito alegado pela parte autora, bem como o perigo de dano decorrente da ameaça de interrupção do serviço de abastecimento de água em sua residência e de inclusão do seu nome no cadastro restritivo, estando, portanto, tal medida em conformidade com o disposto no art.300 do CPC. Ante o exposto, com fulcro no §2º, do art. 300, do CPC, defiro os pedidos de tutela provisória. Por conseguinte, determino que seja expedido Ofício à parteré para que, no tocante às faturas indicadas no termo de parcelamento realizado à fl. 11, restabeleça o serviço, no prazo de 2 (dois) dias, a contar do recebimento desta decisão o serviço de abastecimento de água na residência da parte autora, matrícula n.7171953-9, e ainda, se abstenha de incluir o nome da parte autora nos Órgãos de restrição ao crédito e sob pena de multa diária de R$ 300,00 (trezentos reais), limitada a 10 (dez) dias-multa, a ser revertida em favor da parte autora. Audiência de conciliação designada para o dia 17/12/2019 às 09:45h. Cite-se e intime-se.

ADV: ELON ATALIBA DE ALMEIDA (OAB 6746/AM) - Processo 0624070-38.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Lusidete Santa Luzia Galves - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano o suposto direito alegado bem como ilegalidade da cobrança e a inscrição indevida nos cadastros de Órgãos de restrição ao crédito, sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 09/12/2019 às 12:30h. Cite-se e intime-se.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0624085-07.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Dever de Informação - REQUERENTE: Diogenes Rocha - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade

do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano a suposta ilegalidade do desconto, sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 17/12/2019 às 09:15h. Cite-se e intime-se.

ADV: KIZZY DE PAULA MOTA (OAB 188759/RJ) - Processo 0624141-40.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de reparar o dano - REQUERENTE: Kizzy de Paula Mota - De ordem, fica designado o dia 14/10/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JOSE ALBERTO PEIXOTO DE OLIVEIRA (OAB 4654/AM) - Processo 0624155-24.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: Angela Maria da S Peixoto - De ordem, fica designado o dia 22/11/2019 às 12:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: DANIEL DE LIMA ALBUQUERQUE (OAB 6548/AM) - Processo 0624170-90.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Ocivan Ribeiro Xavier - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano a suposta ilegalidade do desconto, sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 09/12/2019 às 12:45h. Cite-se e intime-se.

ADV: ISAAC REIS DA SILVA (OAB 12729/AM) - Processo 0624262-68.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Maria Ivanete Bezerra Coelho - De ordem, fica designado o dia 04/12/2019 às 12:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM) - Processo 0624291-21.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Kellen Renata dos Santos B Ventura - De ordem, fica designado o dia 02/12/2019 às 12:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: SÉRGIO PHILIPPE PINHEIRO EGUCHI (OAB 14468/AM) - Processo 0624317-19.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Silvia Pinheiro e Silva - De ordem, fica designado o dia 02/12/2019 às 12:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: HÁLLICE MOREIRA TEIXEIRA (OAB 9003/AM) - Processo 0624342-32.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Patrícia Nahmias Costa - De ordem, fica designado o dia 30/09/2019 às 12:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ESDRA SILVA DOS SANTOS (OAB 15916/O/MT) - Processo 0624353-61.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Bruno Marcos Soares - De ordem, fica designado o dia 05/12/2019 às 12:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MAIARA CRISTINA MORAL DA SILVA (OAB 7738/AM) - Processo 0624385-66.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Cosme Haroldo Ayres Vieira - De ordem, fica designado o dia 04/12/2019 às 12:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: WAGNER JACKSON SANTANA (OAB 8789/AM) - Processo 0624400-35.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Competência dos Juizados Especiais - REQUERENTE: Romana Maria Farias Bonfim - De ordem, fica designado o dia 04/12/2019 às 12:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ELBE RENAN DE OLIVEIRA DA SILVA (OAB 9883/AM) - Processo 0624567-52.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Serviços Profissionais - REQUERENTE: Alessandra Souza de Araujo e outro - De ordem, fica designado o dia 09/12/2019 às 12:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: STHEFANO MALHEIROS SANTANA DE ALMEIDA (OAB 18501/MT) - Processo 0624593-50.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Aline Silva de Andrade - De ordem, fica designado o dia 06/12/2019 às 12:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: GUSTAVO LORENZI DE CASTRO (OAB 129134/SP), ADV: CELSO DE FARIA MONTEIRO (OAB 1080A/AM), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0624610-23.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Joaquim Cordeiro da Fonseca - REQUERIDO: Uber do Brasil Tecnologia Ltda - Ante os documentos apresentados, verifico que a parte autora/recorrente comprovou ser hipossuficiente, fazendo jus aos benefícios da gratuidade de justiça, razão pela qual defiro o pedido de isenção de preparo e custas. Assim sendo, recebo o recurso em ambos os efeitos a fim de evitar dano de difícil reparação à parte. Intime-se a parte recorrida para querendo, apresentar contrarrazões, no prazo de 10(dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos a Eg. Turma Recursal.

ADV: AMANDA ALBUQUERQUE AGUILAR (OAB 13657/AM) - Processo 0624625-55.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Amanda Albuquerque Aguilar - De ordem, fica designado o dia 06/12/2019 às 12:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RENATO FERNANDES MARIANO (OAB 8246/AM) - Processo 0624655-90.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Elizeu Soares Laranjeira - De ordem, fica designado o dia 30/10/2019 às 13:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LEANDRO ANDRADE COELHO RODRIGUES (OAB 237733/SP), ADV: ALDEMIR DA ROCHA SILVA JÚNIOR (OAB 5445/AM) - Processo 0625868-68.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Consórcio - REQUERENTE: Robson Aguiar Araujo - REQUERIDO: Consórcio Realiza - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: LUIZ EDUARDO HAYDEN DOS SANTOS (OAB 12051/AM) - Processo 0626704-41.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Lenis Alves de Oliveira - Ante os documentos apresentados, verifico que a parte autora/recorrente não logrou êxito em comprovar que faz jus aos benefícios da justiça gratuita, percebendo uma renda razoável. Logo, não sendo suficiente a simples declaração consoante Enunciado n. 116 do FONAJE, indefiro o pedido de justiça gratuita. Intime-se a parte recorrente para efetuar o pagamento das despesas legais previstas no parágrafo único do art. 54 da Lei n. 9.099/95, no prazo legal de 48 horas, conforme determina Enunciado n.115 do FONAJE.

ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM) - Processo 0627845-95.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem, INTIMO a parte executada para, no prazo de 05 (cinco) dias, indicar os dados bancários completos para confecção do respectivo Alvará Judicial, conforme determinado na Sentença de fl. 168.

ADV: LAIANE LOYOLA ARNALDO (OAB 11302/AM) - Processo 0628283-24.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: B.R.C. - Inicialmente, verifico que já foi deferida a isenção da condenação em custas por ausência da parte autora na audiência de conciliação, tendo a parte justificado somente após a Sentença o motivo da ausência, o que impossibilitou a redesignação conforme requerido. Acrescento que, em razão da isenção não há ônus para repropositura da presente demanda, conforme dispõe o art. 51, §2º da Lei 9.099/95. Contudo, tendo a parte autora apresentado recurso inominado, faz-se necessário o recolhimento das despesas legais, consoante art. 42 da Lei 9.099/95 c/c Provimento 256 da CGJ/AM. Dito isso, verifico que os documentos apresentados não comprovam a alegada hipossuficiência, razão pela qual indefiro o pedido de justiça gratuita. Intime-se a parte recorrente para efetuar o pagamento das despesas legais previstas no parágrafo único do art. 54 da Lei n. 9.099/95, no prazo legal de 48 horas, conforme determina Enunciado n.115 do FONAJE.

ADV: AMANDA JULIELE GOMES DA SILVA (OAB 165687/MG), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: JOAAB MELO BARBOSA (OAB 8348/AM), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM) - Processo 0628850-55.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Vera Lucia da Silva Taveira - REQUERIDO: Contese - Consultoria Tecnica de Seguros e Representacoes Ltd - Banco Bradesco S/A - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: ANA JÉSSICA ALVES HADDAD E SILVA (OAB 9512/AM), ADV: MIRIAN SAMARA DE OLIVEIRA SANTIAGO (OAB 9549/AM) - Processo 0628983-97.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Nádia Miranda Breval - Ante os documentos apresentados, verifico que a parte autora/recorrente comprovou ser hipossuficiente, fazendo jus aos benefícios da gratuidade de justiça, razão pela qual defiro o pedido de isenção de preparo e custas. Assim sendo, recebo o recurso em ambos os efeitos a fim de evitar dano de difícil reparação à parte. Intime-se a parte recorrida para querendo, apresentar contrarrazões, no prazo de 10(dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos a Eg. Turma Recursal.

Adriano Alves de Lima (OAB 7398/AM)
Alan de Moura Mendes (OAB 13404/AM)
Aldemir da Rocha Silva Júnior (OAB 5445/AM)
Aldemir Pereira Brasil Neto (OAB 5642/AM)
Aleir Cardoso de Oliveira (OAB A1253/AM)
Alexandre Fonseca de Mello (OAB 177690/RJ)
Alexandre Gomes Ribeiro (OAB 6199/AM)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Alice da Silva Welgert (OAB 12614/AM)
Aline Costa Soares Pires (OAB 72280/PR)
Amanda Albuquerque Aguilar (OAB 13657/AM)
Amanda Fagundes Magraner (OAB 346609/SP)
Amanda Juliele Gomes da Silva (OAB 165687/MG)
Ana Jéssica Alves Haddad e Silva (OAB 9512/AM)
Ana Lúcia de Souza Nogueira (OAB 5054/AM)
Ana Lúcia Salazar de Sousa (OAB 7173/AM)
Anderson Santos Silva (OAB 12015/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Andréa Caldeira do Couto (OAB 3601/AM)
Andreia Farias de Barros (OAB 10773/AM)
Angélica Maria Monteiro Duarte (OAB 2659/AM)
Angélica Ortiz Ribeiro (OAB 2847/AM)
Anneson Frank Paulino de Souza (OAB 11981/AM)
Antonela Martins dos Santos (OAB 9781/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio Jarlison Pires da Silva (OAB 12261/AM)
Antônio José Batista Nogueira (OAB 6834/AM)
Ari Badarane Nicolau Júnior (OAB 11935/AM)
Augusto Costa Júnior (OAB 4337/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Bianca Alves Borges (OAB 11826/AM)
Briana dos Reis Ribeiro Koszuoski (OAB 20821/MT)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
Caio Patrick Coelho Silva Andade (OAB 13408/AM)
Camila Jatahy Araujo (OAB 12602/AM)
Carlos Eduardo Maciel Pereira (OAB 11677/CE)
Carlos Eduardo Raposo da Câmara Alencar (OAB 4249/AM)
Carlos Evaldo Souza Júnior (OAB 7548/AM)
Carolina dos Santos Viana (OAB 8361/AM)
Cassiano Pires Vilas Boas (OAB 214984/RJ)
Celso de Faria Monteiro (OAB 1080A/AM)
Celso Jose Dias (OAB 11774/AM)
Charle Joseph Badr (OAB 11268/AM)
Cíntia Martins de Souza (OAB 4399/AM)
Cris Rodrigues Florêncio Pereira (OAB 5316/AM)
CRISTIANE RODRIGUES SILVEIRA (OAB 10838/AM)
Daniel Coelho Silva (OAB 10581/AM)
Daniel de Lima Albuquerque (OAB 6548/AM)
Daniel de Oliveira Campos (OAB 5258/AM)
Daniel Jose Sampaio de Brito (OAB 12178/AM)
Daniel Silva de Oliveira (OAB 9553/AM)
Danielle Amorim Batista dos Santos (OAB 7109/AM)
Davi da Silva Macêdo (OAB 10149/AM)
Dayana de Menezes Azevedo (OAB 10500/AM)
Dayana Márcia Evangelista de Oliveira (OAB 10892/AM)
Debora de Campos Frota (OAB 10140/AM)
Déborah Simões Brito (OAB 13773/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Edianave Mendonça Lima (OAB 8469/AM)
Edmar Maciel de Oliveira (OAB 14032/AM)
Eduardo Chalfin (OAB 1140/AM)
Eládio Miranda Lima (OAB 86235/RJ)
Elbe Renan de Oliveira da Silva (OAB 9883/AM)
Elisa Pinto Gomes (OAB 9767/AM)
Elon Ataliba de Almeida (OAB 6746/AM)
Érico Caboclo de Macedo (OAB 7685/AM)
Erik Lorenzzo Marinho da Silva (OAB 4944/AM)
Esdra Silva dos Santos (OAB 15916/O/MT)
Euler Picanco Cavalcante (OAB 13403/AM)
Fábio Leite Nobre (OAB 11149/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Fabíola de Carvalho Silva (OAB 9608/AM)
Fabrícia Arruda Moreira Amazonas (OAB 5043/AM)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Felipe Rebouças Demosthenes Marques (OAB 11945/AM)
Fernando Francisco Marques Pereira Cunha (OAB 13429/AM)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 38699/DF)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Francisca Helena de Souza da Silva (OAB 12420/AM)
Francisca Núbia de Oliveira de Lima (OAB 4376/AM)
Francisco Gilbert Melo da Silva (OAB 10983/AM)
Geraldo de Souza Nascimento (OAB 12039/AM)
Guilherme da Costa Lins (OAB 10685/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo da Costa Lins (OAB 14218/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Gustavo Henrique dos Santos Viseu (OAB 117417/SP)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB 1065/AM)
Gustavo Lorenzi de Castro (OAB 129134/SP)
Hállice Moreira Teixeira (OAB 9003/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Ingryd dos Santos Mousse (OAB 8304/AM)

Isaac Reis da Silva (OAB 12729/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069/AM)
Isabelle dos Santos Perasa Ribeiro (OAB 12079/AM)
Izidorio Ramos França Neto (OAB 14070/AM)
Janaina Maria Albuquerque Fogassa (OAB 13800/AM)
Jandercleide Rocha de Souza Fiacadori (OAB 11064/AM)
Jean Jamerson Coelho Gomes (OAB 12482/AM)
Joaab Melo Barbosa (OAB 8348/AM)
João Bosco Sávio Oliveira de Lima (OAB 8622/AM)
João Ricardo Gomes da Silva (OAB 14002/AM)
Jocineide Maria de Sousa (OAB 4152/AM)
JOSE ALBERTO PEIXOTO DE OLIVEIRA (OAB 4654/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Amud Eufrásio (OAB 7425/AM)
José Antônio do Nascimento Pinheiro (OAB 6353/AM)
José Estevão Xavier (OAB 8824/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Kelly Anne Corrêa de Oliveira (OAB 9330/AM)
Kelly Oliveira - Sociedade Individual de Advocacia (OAB 9330/AM)
Kênia Bastos Andrade (OAB 4037/AM)
Kênia Mônika Arcanjo de Souza (OAB 6427/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Kizzy de Paula Mota (OAB 188759/RJ)
Klaus Giacobbo Riffel (OAB 75938/RS)
LAIANE LOYOLA ARNALDO (OAB 11302/AM)
Leandro Andrade Coelho Rodrigues (OAB 237733/SP)
Leandro Kazuyuki Takahashi (OAB 12343/AM)
Leonardo Andrade Aragão (OAB 7729/AM)
Leonor Regina Figueiredo Pinto de Andrade (OAB 11932/AM)
Lídia Roberto da Silva (OAB 9135/AM)
Lilian Karen de Souza (OAB 167344/MG)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luís Roberto Paiva Filho (OAB 8628/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Augusto de Souza Andrade (OAB 10174/AM)
Luiz Eduardo Hayden dos Santos (OAB 12051/AM)
Maiara Cristina Moral da Silva (OAB 7738/AM)
Maicon de Oliveira Branches (OAB 11141/AM)
Manoel Marques de Oliveira Filho (OAB 5587/AM)
Marcela da Silva Paulo (OAB 10325/AM)
Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (OAB 10325/AM)
Marcelo Guedes de Mello e Silva (OAB 9786/AM)
Márcio André de Oliveira Silva (OAB 5562/AM)
Márcio Clebson da Silva Costa (OAB 10116/AM)
Márcio Ferreira Jucá (OAB 2172/AM)
Márcio Rafael Gazzineo (OAB 23495/CE)
Marco André Honda Flores (OAB 6171/MS)
Maria Altamira de Souza (OAB 6959/AM)
Maria da Conceição Wanderley Lasmar (OAB 3952/AM)
Maria Emília Gonçalves de Rueda (OAB 13788A/AL)
Maria Fátima Silva Oliveira (OAB 6356/AM)
Maria Helena Aguiar Coimbra (OAB 12931/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Melina Lemos Vilela (OAB 243283/SP)
Michael Jorge Harraquian Neto (OAB 8938/AM)
Mirian Samara de Oliveira Santiago (OAB 9549/AM)
Murilo Barbosa César (OAB 11750/MS)
Nelson Bruno Valença (OAB 15783/CE)
Nelson Monteiro de Carvalho Neto (OAB 60359/RJ)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Oberdan Mussa Torres (OAB 14386/AM)
Olívia Maria Assis Campos Couto (OAB 4212/AM)
ORLANDO GOMES VILAÇA FILHO (OAB 11839/AM)
Pablo de Paula Lima (OAB 9482/AM)
Paulo Alberto Rodrigues de Oliveira Arruda (OAB 8766/AM)
Paulo Augusto Luz de Araujo (OAB 11146/AM)
Pedro Câmara - Sociedade de Advogados (OAB 613/AM)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Rafael Good God Chelotti (OAB 139387/MG)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 737A/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Rami Yuri Menezes Gama (OAB 8933/AM)
Raquel dos Santos Porto (OAB 17929/PA)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Renato Fernandes Mariano (OAB 8246/AM)
Reynold Sales Caleffi (OAB 9948/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rodrigo Benayon Pontes Serudo (OAB 11132/AM)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Rodrigo Rodrigues Dias de Almeida (OAB 2518/AM)
Rômulo Rafael Silva Carvalho (OAB 10504/AM)
Ronaldo Rayes (OAB 114521/SP)
Roseane Rodrigues da Cunha (OAB 7610/AM)
Rubens Gaspar Serra (OAB 3499/AC)
Sérgio Philippe Pinheiro Eguchi (OAB 14468/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Stelisy Silva da Rocha (OAB 7989/AM)
Sthefano Malheiros Santana de Almeida (OAB 18501/MT)
Thais de Oliveira Caciano (OAB 22806/MS)
Tiago Borges dos Santos (OAB 10890/AM)
Varcily Queiroz Barroso (OAB 2683/AM)
Vera Lúcia Johnson de Assis (OAB 2904/AM)
Vilma Oliveira dos Santos (OAB 542A/AM)
Vito Sasso Filho (OAB 10344/AM)
Wagner Jackson Santana (OAB 8789/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Wilna Elizabeth Santiago Cavalcante (OAB 4339/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Yara Marília de Souza Queiroz (OAB 3094/AM)
Zulenir Santos de Menezes (OAB 9411/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 13º VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0164/2019

ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ) - Processo 0200297-97.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Telefonia - REQUERIDO: Telemar Norte Leste S/A e outro - Verifico que a parte executada encontra-se ainda em recuperação Judicial, razão pela qual indefiro o pedido de execução de fl. 132. Expeça-se certidão de dívida do valor atualizado em execução, para fins de direito nos termos do Enunciado n. 51. Intime-se. Arquivem-se.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE), ADV: ANTONIO BRAZ DA SILVA (OAB 1026/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: MARIA INÊS CALDEIRA PEREIRA DA SILVA MURGEL (OAB 64029/MG), ADV: CAMILA PELLEGRINO RIBEIRO DA SILVA (OAB 277771/SP), ADV: MARIA INÊS MURGEL (OAB 182304A/SP) - Processo 0207349-47.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Bancários - EXECUTADO: Previplan Sociedade de Previdencia Privada - Banco Pan S/A - Banco Bradesco S/A - De ordem, INTIMO a PARTE EXECUTADA para, no prazo de 15 (quinze) dias, realizar o cumprimento voluntário da obrigação exequenda, conforme determinado no Despacho que deu início a presente execução.

ADV: FLÁVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA (OAB 109730/MG), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE) - Processo 0603359-48.2015.8.04.0016 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - EXECUTADO: BANCO BMG - Banco BMG S/A - De ordem, INTIMO a PARTE EXECUTADA para, no prazo de 15 (quinze) dias, realizar o cumprimento voluntário da obrigação exequenda, conforme determinado no Despacho que deu início a presente execução.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: GIÁCOMO DINELLY LIMA (OAB 9753/AM) - Processo 0603685-06.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Bancários - EXECUTADO: Banco BMG S/A - De ordem, INTIMO a

PARTE EXECUTADA para, no prazo de 15 (quinze) dias, realizar o cumprimento voluntário da obrigação exequenda, conforme determinado no Despacho que deu início a presente execução.

ADV: ANA TEREZA DE AGUIAR VALENÇA (OAB 33980/PE) - Processo 0604074-93.2015.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - EXECUTADO: Banco BMG S/A - De ordem, INTIMO a PARTE EXECUTADA para, no prazo de 15 (quinze) dias, realizar o cumprimento voluntário da obrigação exequenda, conforme determinado no Despacho que deu início a presente execução.

ADV: RODRIGO RODRIGUES DIAS DE ALMEIDA (OAB 2518/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0606902-28.2016.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERIDO: VIVO NORTE BRASIL TELECOM S/A - VIVO - De ordem, INTIMO a PARTE EXECUTADA para, no prazo de 15 (quinze) dias, realizar o cumprimento voluntário da obrigação exequenda, conforme determinado no Despacho que deu início a presente execução.

ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS) - Processo 0607779-94.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Banco Santander Brasil S/A - De ordem, INTIMO a PARTE EXECUTADA para, no prazo de 15 (quinze) dias, realizar o cumprimento voluntário da obrigação exequenda, conforme determinado no Despacho que deu início a presente execução.

ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM) - Processo 0607949-32.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - EXECUTADO: Banco Bradesco S/A e outros - De ordem, INTIMO a PARTE EXECUTADA para, no prazo de 15 (quinze) dias, realizar o cumprimento voluntário da obrigação exequenda, conforme determinado no Despacho que deu início a presente execução.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM), ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0609446-52.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: José Carlos Nunes de Oliveira - REQUERIDO: Ricardo Eletro (Cartão City Lar Visa) - Ante petição de fls. 1089/1096, verifico que a parte executada encontra-se em recuperação Judicial, razão pela qual indefiro o pedido de execução de fl. 1155/1158. Expeça-se certidão de dívida do valor atualizado em execução, para fins de direito nos termos do Enunciado n. 51. Intime-se. Arquivem-se.

ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS) - Processo 0610286-28.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Indevido - REQUERIDO: Banco Santander Brasil S/A - De ordem, INTIMO a PARTE EXECUTADA para, no prazo de 15 (quinze) dias, realizar o cumprimento voluntário da obrigação exequenda, conforme determinado no Despacho que deu início a presente execução.

ADV: MARCILINHA SANTANA DE OLIVEIRA (OAB 4964/AM) - Processo 0611154-40.2017.8.04.0015 - Despejo - Locação / Permissão / Concessão / Autorização / Cessão de Uso - REQUERIDO: Escola Joias Preciosas Ltda - De ordem, INTIMO a PARTE EXECUTADA para, no prazo de 15 (quinze) dias, realizar o cumprimento voluntário da obrigação exequenda, conforme determinado no Despacho que deu início a presente execução.

ADV: MARCELO DA SILVA CARLOS (OAB 7366/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0611521-64.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - EXECUTADO: Tim Celular S/A - De ordem, INTIMO a PARTE EXECUTADA para, no prazo de 15 (quinze) dias, realizar o cumprimento voluntário da obrigação exequenda, conforme determinado no Despacho que deu início a presente execução.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS VISEU (OAB 117417/SP), ADV: GUSTAVO VISEU (OAB 117417/SP), ADV: ERIK LORENZZO MARINHO DA SILVA (OAB 4944/AM) - Processo 0612377-13.2017.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - EXECUTADO: Cvc Brasil Operadora e Agencia de Viagens S.a - De ordem, INTIMO a PARTE EXECUTADA para, no prazo de 15 (quinze) dias, realizar o cumprimento voluntário da obrigação exequenda, conforme determinado no Despacho que deu início a presente execução.

ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 96864/MG) - Processo 0613853-04.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Contratos Bancários - EXECUTADO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - De ordem, INTIMO a PARTE EXECUTADA para, no prazo de 15 (quinze) dias, realizar o cumprimento voluntário da obrigação exequenda, conforme determinado no Despacho que deu início a presente execução.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP) - Processo 0616949-27.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Despesas Condominiais - EXECUTADO: Capital Rossi Empreendimentos S/A - Esepo Empreendimentos Imobiliários Ltda e outro - De ordem, INTIMO a PARTE EXECUTADA para, no prazo de 15 (quinze) dias, realizar o cumprimento voluntário da obrigação exequenda, conforme determinado no Despacho que deu início a presente execução.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0617034-76.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Responsabilidade do Fornecedor - EXECUTADO: Banco do Brasil S/A - De ordem, INTIMO a PARTE EXECUTADA para, no prazo de 15 (quinze) dias, realizar o cumprimento voluntário da obrigação exequenda, conforme determinado no Despacho que deu início a presente execução.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: RODRIGO RODRIGUES DIAS DE ALMEIDA (OAB 2518/AM), ADV: ANGÉLICA MARIA MONTEIRO DUARTE (OAB 2659/AM) - Processo 0620264-63.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - De ordem, INTIMO a PARTE EXECUTADA para, no prazo de 15 (quinze) dias, realizar o cumprimento voluntário da obrigação exequenda, conforme determinado no Despacho que deu início a presente execução.

ADV: LETÍCIA MASCARENHAS DIAS (OAB 9099/AM), ADV: FERNANDO CAMPOS VARNIERI (OAB 997A/AM) - Processo 0622901-84.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - EXECUTADO: Tellerina Comércio de Presentes e Artigos para Decoração S.a (Vivara Manauara) - De ordem, INTIMO a parte executada para, no prazo de 15 (quinze) dias, REALIZAR O PAGAMENTO VOLUNTÁRIO do valor atualizado, conforme determinado em Sentença e/ou Acórdão, nos termos do art. 523, do CPC.

ADV: LUIZA DE ANDRADE CABRAL DOS SANTOS (OAB 13265/AM), ADV: SARAH PORTO LIMA ANIJAR (OAB 4098/AM), ADV: RENATA GHEDINI RAMOS (OAB 230015/SP), ADV: MARCIO PEREIRA MENDES (OAB 252942/SP) - Processo 0624356-50.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXEQUENTE: Luiza de Andrade Cabral dos Santos - EXECUTADO: Movida Locaçao de Veículos S/A - Homologo, por sentença, o acordo celebrado entre as partes interessadas, às fls. 130/132, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em conformidade com o art. 57, da Lei 9.099/95 c/c art. 487, III, b, do CPC. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o art. 55 da Lei n. 9.099/95. À secretaria para que proceda o desbloqueio das costa da executada. Em caso de descumprimento, ficam autorizadas as diligências executivas eventualmente requeridas. P.R.I. Após, arquivem-se.

ADV: BRUNO OLIVEIRA MEDEIROS (OAB 7203/AM) - Processo 0624996-19.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Consórcio - REQUERENTE: R.C. - De ordem, verifico que não foi juntado comprovante de residência adequado (ilegível, boleto bancário ou declaração própria de residência) ou o mesmo encontra-se em desconformidade com a Portaria n. 001/2012-CGJECC, in vebis: Art. 1º - DETERMINAR que as petições ajuizadas no sistema dos Juizados Especiais, venham de logo, acompanhada com os documentos indispensáveis a sua propositura, tais como: a) Identidade, CPF e comprovante de residência, com data recente (no máximo 06 meses), da parte requerente; b) Na hipótese de comprovante de residência ser de terceiro, deverá ser apresentado declaração deste, afirmando ser também o domicílio do requerente, bem como a cópia da identidade do declarante. Desse modo, INTIMO A PARTE AUTORA para, no prazo de 15 (quinze) dias, corrigir a irregularidade apontada, apresentando o documento de residência, em conformidade com referida Portaria, sob pena de indeferimento da inicial.

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM) - Processo 0628642-71.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Overbooking - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - De ordem, INTIMO a PARTE EXECUTADA para, no prazo de 15 (quinze) dias, realizar o cumprimento voluntário da obrigação exequenda, conforme determinado no Despacho que deu início a presente execução.

Ana Tereza de Aguiar Valença (OAB 33980/PE)
Angélica Maria Monteiro Duarte (OAB 2659/AM)
Angélica Ortiz Ribeiro (OAB 2847/AM)
ANTONIO BRAZ DA SILVA (OAB 1026/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Bruno Oliveira Medeiros (OAB 7203/AM)
Camila Pellegrino Ribeiro da Silva (OAB 277771/SP)
Eládio Miranda Lima (OAB 86235/RJ)
Erik Lorenzzo Marinho da Silva (OAB 4944/AM)
FERNANDO CAMPOS VARNIERI (OAB 997A/AM)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 96864/MG)
Flávia Almeida Moura Di Latella (OAB 109730/MG)
Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB 10057/AM)
Giácomo Dinelly Lima (OAB 9753/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Gustavo Henrique dos Santos Viseu (OAB 117417/SP)
Gustavo Viseu (OAB 117417/SP)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Letícia Mascarenhas Dias (OAB 9099/AM)
Luiza de Andrade Cabral dos Santos (OAB 13265/AM)
Marcelo da Silva Carlos (OAB 7366/AM)
Marcilinha Santana de Oliveira (OAB 4964/AM)
Marcio Pereira Mendes (OAB 252942/SP)
Marco André Honda Flores (OAB 6171/MS)
Maria Inês Caldeira Pereira da Silva Murgel (OAB 64029/MG)
Maria Inês Murgel (OAB 182304A/SP)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Renata Ghedini Ramos (OAB 230015/SP)
Rodrigo Rodrigues Dias de Almeida (OAB 2518/AM)
Sarah Porto Lima Anijar (OAB 4098/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)

14ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 14ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0142/2019

ADV: MARIA DO CARMO LIMA DA SILVA (OAB 11098/AM) - Processo 0609043-75.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Carlos Marialva de Souza - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 03/12/2019 às 10:00h, nesta vara, localizado no Fórum Des. Lúcio Fonte de Rezende, situado na Av Noel Nutels, s/n, em frente ao posto do INSS, Cidade Nova I, CEP 69095-000. Fone: 2127-7348, e-mail: 14je.civel@tjam.jus.br. Manaus, 30 de agosto de 2019. Cristiane Padilha Cairo Escrivã(o)/Secretária(o) CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Lei 9099/95 - Lei dos Juizados Especiais Art. 20. Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz. Art. 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo; FONAJE - Fórum Nacional de Juízes Estaduais ENUNCIADO 11 - Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia. OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

Maria do Carmo Lima da Silva (OAB 11098/AM)

15ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 15º VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0189/2019

ADV: ROBERTO ALESSANDRO DE LIMA NASCIMENTO (OAB 12403/AM) - Processo 0601802-87.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Weekend Club Ponta Negra - De ordem, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: RODRIGO BENAYON PONTES SERUDO (OAB 11132/AM) - Processo 0603497-76.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direitos / Deveres do Condômino - REQUERENTE: Condomínio Residencial Parque Ponta Negra - Reserva das Águas - De ordem, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: RONALDO NUNES MADURO JUNIOR (OAB 13428/AM) - Processo 0604080-61.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Romell Praia Maduro - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO TOTALMENTE IMPROCEDENTE a demanda, proferindo sentença com base no art. 487, I, do CPC.

ADV: ELON ATALIBA DE ALMEIDA (OAB 6746/AM), ADV: JOSE NEWTON FARIA BERETA (OAB 62267/SP) - Processo 0604380-23.2019.8.04.0015 (apensado ao processo 0601312-07.2015.8.04.0015) - Embargos de Terceiro Cível - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: Daniela Dellalibera - REQUERIDO: Cristovão Sávio Elias Araújo de Medeiros - Assim, ACOLHO os presentes embargos, determinando à Secretária que dê baixa na restrição realizada via Renajud do veículo Hyundai HB20, placa OND 4223.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: RITA DE CÁSSIA RAMOS DE ANDRADE (OAB 7220/AM) - Processo 0607339-64.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Paulo Cesar da Silva do Carmo - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Ex positis, acolho os presentes embargos de declaração para: CONDENAR o Réu ao pagamento de multa no valor de R$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais).

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: ANTONELA MARTINS DOS SANTOS (OAB 9781/AM) - Processo 0610265-18.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria José Bezerra Corrêa - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os seguintes pedidos da inicial

e faço nos seguintes termos: a) DETERMINAR ao Réu que exclua das faturas a contar de janeiro/2014 e subsequentes a cobrança do serviço de coleta de esgoto: quanto as vencidas determino a revisão para cobrança do serviço de água, devendo o valor total do débito ser dividido em tantas parcelas quanto forem as faturas cobradas indevidamente a serem incluídas em faturas futuras; quanto as vincendas a cobrança não deve ser feita enquanto não houver comprovada prestação do serviço, sob pena de multa de R$ 500,00 (quinhentos reais) por cada cobrança indevida; b) CONDENAR o Réu ao pagamento do valor de R$ 3.963,80 (três mil, novecentos e sessenta e três reais e oitenta centavos) a título de repetição de indébito, incidindo-se juros oficial e correção monetária oficial de 1% (um por cento) ao mês a contar da citação; c)CONDENAR o Réu ao pagamento da verba indenizatória pelo dano moral, que fixo no valor de R$ 1.000,00 (mil reais), incindindo-se juros oficial de 1% (um por cento) ao mês a contar da citação e correção monetária oficial a contar do arbitramento

ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: KLAUS GIACOBBO RIFFEL (OAB 75938/RS), ADV: CINTIA MAYARA EUFRASIO (OAB 41361/SC), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: YAGO LIRA DE LIMA MABELINI (OAB 13650/AM), ADV: MITHAN VASCONCELOS CORRÊA (OAB 5784/AM) - Processo 0611397-13.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Adnildon da Silva Lima - REQUERIDO: Banco Carrefour (Banco CSF S/A) - Cartório Rego Loureiro Registro de Títulos e Documentos - Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: EDY KARLA DIAS CONCEIÇÃO (OAB 10008/AM) - Processo 0612098-71.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Dilson Mendes de Souza - REQUERIDO: Banco Pan S/A - Bevicred Informações Cadastrais Ltda. - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos da inicial para: a) DECLARAR inexistente qualquer débito vinculado ao contrato de fls. 243/247; b) CONDENAR o Réu à repetição de indébito no valor de R$ 4.704,00 (quatro mil, setecentos e quatro reais), bem como de todos os descontos comprovadamente realizados no curso do processo, incindindo-se juros oficial de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária oficial a contar de cada desconto; b) CONDENAR o Réu ao pagamento da verba indenizatória pelo dano moral que fixo no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), incindindo-se juros oficial e correção monetária oficial a contar do arbitramento.

ADV: CÍNTIA MARTINS DE SOUZA (OAB 4399/AM), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0612622-68.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Raimundo Vieira de Castro - REQUERIDO: Banco Pan S/A - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO EXTINTO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO o pedido de rescisão contratual, proferindo sentença com base no art. 485, VI do CPC. JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os seguintes pedidos da inicial para: a) CONDENAR o Réu ao pagamento de R$ 572,00 (quinhentos e setenta e dois reais), incindindo-se juros oficial de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária oficial a contar do prejuízo (01/12/18; b) CONDENAR o Réu ao pagamento da verba indenizatória pelo dano moral que fixo no valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais), incindindo-se juros oficial de 1% (um por cento) ao mês a contar do evento danoso (01/12/18) e correção monetária oficial a contar do arbitramento. Torno definitiva a Decisão de fls. 21.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: FRANCISCA NÚBIA DE OLIVEIRA DE LIMA (OAB 4376/AM) - Processo 0614793-95.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Valdenei Silva da Silva - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Ex positis JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a demanda, no que respeita à indenização pelo dano moral, para condenar o Réu ao pagamento de verba indenizatória em favor da Autora que fixo em R$ 5.000,00 (cinco mil reais), incidindo-se correção monetária oficial e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, a partir do arbitramento, conforme apregoa a Súmula 362, do Superior Tribunal de Justiça.

ADV: PAULO BERNARDO LINDOSO E LIMA (OAB 11333/AM) - Processo 0615608-92.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Ponta Negra Clube de Campo - REQUERIDA: Francisca Raimunda Silva da Rocha - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a ação de cobrança, condenando o Réu ao pagamento do valor de R$ 11.658,60 (onze mil, seiscentos e cinquenta e oito reais e sessenta centavos), referente às taxas condominiais da tabela de fls. 12, bem como das taxas condominiais comprovadamente vencidas no decorrer do processo, incindindo-se juros oficial de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária oficial a contar da última atualização (04/06/2019).

ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: DINAH AMAZONAS DE OLIVEIRA (OAB 4667/AM), ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM), ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM) - Processo 0616329-44.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Letícia Cristina Caxias de Souza - REQUERIDO: Banco Itaucard S/A - Trata-se de ação que tem por objeto questionamento acerca de tarifa bancária denominada “CESTA BÁSICA DE SERVIÇOS” ou rubricas similares, in casu, TAR PACOTE II MENS, ajuizada pela parte autora em face do Banco Réu. Pois bem. Em decisão proferida nos autos do Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei n.º 0000511-49.2018.8.04.9000, foi determinada a suspensão de todos os feitos que versem sobre as seguintes questões jurídicas, que serão objeto de uniformização: 1. Se é legal a cobrança da tarifa bancária denominada “cesta básica de serviços”, “cesta fácil” ou similares, quando não demonstrada a contratação de tais serviços, mediante contrato específico, ou se tal panorama configura a ocorrência de ato contraditório por parte do usuário do serviço, que, sabendo dos descontos efetivados em sua conta-corrente, se mantém inerte (venire contra factum proprium) ; 2. A ocorrência ou não de danos morais em razão de tais descontos da pessoa do correntista; e 3. Ocorrência ou não do dever de repetição simples ou dobrada dos valores descontados, acaso constatado, no caso concreto, que estes são indevidos. Diante do que restou relatado e atendendo à referida determinação, considerando, ainda, que a causa de pedir encontra-se inserida nas matérias enumeradas no Pedido de Uniformização, determino a suspensão da presente ação até que se ultime o julgamento do incidente acima transcrito. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: KÊNIA CRISTINA WANDERLEY DORVAL (OAB 135899RJ) - Processo 0616633-77.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Compra e Venda - EXEQUENTE: Joao Carlos Veiga Amorim - EXECUTADO: Imbrasco Empreendimento Imobiliario - Laion Empreendimentos Imobiliários - Ex positis, JULGO extinto o processo por indeferir, como indeferida tenho a petição inicial do Autor, visto que nesta ausente os requisitos de admissibilidade da tutela jurisdicional. Faço-o segundo o preceituado no artigo 485, inciso I, da Lei do Rito Civil. Intime-se os Executados para informar a conta bancária para transferência do valor penhorado ou o nome do advogado para expedição do alvará.

ADV: PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA (OAB 9678/AM), ADV: YAGO LIRA DE LIMA MABELINI (OAB 13650/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0617455-32.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Minervina Ferreira de Souza - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e

não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 96864/MG), ADV: FLÁVIA CAROLINE DE SANT'ANA (OAB 10641/AM) - Processo 0618499-86.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Joanilson Lima de Oliveira - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: RAMYDE WASHINGTON ABEL CALDEIRA DOCE CARDOZO (OAB 12029/AM), ADV: CARLOS EDUARDO CAVALCANTE RAMOS (OAB 1676O/PE), ADV: ALAN SAMPAIO CAMPOS (OAB 341543/SP) - Processo 0618509-33.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Glaide Haiden Linhares - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (OAB 6835/MS), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0618538-83.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Francisco Kennedy Cândido da Silva - REQUERIDO: Banco Cetelem S/A - Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM), ADV: DINAH AMAZONAS DE OLIVEIRA (OAB 4667/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM) - Processo 0618626-24.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Giza Waleria Rosas - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: REBECA VITÓRIA BRUNO MACHADO (OAB 12257/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: ANTÔNIO ARY FRANCO CÉSAR (OAB 123514/SP), ADV: RENATA MALCON MARQUES (OAB 24805/BA) - Processo 0618807-25.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Igor Moreira Abreu - Vanessa Matos da Silva - REQUERIDO: Claro S/A - Assurant Seguradora S/A - Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0618977-94.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Mariluce Nunes de Oliveira Dantas - REQUERIDO: Lojas Riachuelo S/A - Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: RENATO FERNANDES MARIANO (OAB 8246/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0620641-34.2017.8.04.0015 (apensado ao processo 0620637-94.2017.8.04.0015) - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Fernanda Silva de Melo - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, ACOLHO os presentes Impugnação, para excluir da condenação o valor referente à multa aplicada em R$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais). Determinando, após o transito em julgado, o desbloqueio do referido valor, com consequente expedição de alvará à Autora referente ao saldo remanescente.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0624217-64.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - RECLAMANTE: Josineide Cesario da Silva - RECLAMADO: Banco Bradesco S/A - Trata-se de ação que tem por objeto questionamento acerca de tarifa bancária denominada "CESTA BÁSICA DE SERVIÇOS" ou rubricas similares, ajuizada pela parte autora em face do Banco Réu. Pois bem. Em decisão proferida nos autos do Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei n.º 0000511-49.2018.8.04.9000, foi determinada a suspensão de todos os feitos que versem sobre as seguintes questões jurídicas, que serão objeto de uniformização: 1. Se é legal a cobrança da tarifa bancária denominada "cesta básica de serviços", "cesta fácil" ou similares, quando não demonstrada a contratação de tais serviços, mediante contrato específico, ou se tal panorama configura a ocorrência de ato contraditório por parte do usuário do serviço, que, sabendo dos descontos efetivados em sua conta-corrente, se mantém inerte (venire contra factum proprium) ; 2. A ocorrência ou não de danos morais em razão de tais descontos da pessoa do correntista; e 3. Ocorrência ou não do dever de repetição simples ou dobrada dos valores descontados, acaso constatado, no caso concreto, que estes são indevidos. Diante do que restou relatado e atendendo à referida determinação, considerando, ainda, que a causa de pedir encontra-se inserida nas matérias enumeradas no Pedido de Uniformização, determino a suspensão da presente ação até que se ultime o julgamento do incidente acima transcrito. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: WALFRAN SIQUEIRA CALDAS (OAB 8915/AM) - Processo 0624296-43.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Pedro Pantoja de Souza - Averbo-me impedida de atuar no presente feito, nos nos termos do art. 144, IX do CPC/15, o qual transcrevo: Art. 144. Há impedimento do juiz, sendo-lhe vedado exercer suas funções no processo: IX - quando promover ação contra a parte ou seu advogado. Destarte, considerando que essa julgadora ajuizou ação em face do réu, exsurge impedimento para atuar no presente processo, razão pela qual ordeno sua redistribuição ao meu substituto legal, dando-se baixa na distribuição. Demais providências pela Secretaria. Cumpra-se.

Alan Sampaio Campos (OAB 341543/SP)
Anneson Frank Paulino de Souza (OAB 11981/AM)
Antonela Martins dos Santos (OAB 9781/AM)
Antônio Ary Franco César (OAB 123514/SP)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Carlos Eduardo Cavalcante Ramos (OAB 1676O/PE)
Cíntia Martins de Souza (OAB 4399/AM)

Cintia Mayara Eufrasio (OAB 41361/SC)
Denner de Barros e Mascarenhas Barbosa (OAB 6835/MS)
Dinah Amazonas de Oliveira (OAB 4667/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Edy Karla Dias Conceição (OAB 10008/AM)
Elon Ataliba de Almeida (OAB 6746/AM)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 96864/MG)
FLÁVIA CAROLINE DE SANT'ANA (OAB 10641/AM)
Francisca Núbia de Oliveira de Lima (OAB 4376/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
José Alberto Maciel Dantas (OAB 3311/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)
Jose Newton Faria Bereta (OAB 62267/SP)
Kênia Cristina Wanderley Dorval (OAB 135899RJ)
Klaus Giacobbo Riffel (OAB 75938/RS)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Mithan Vasconcelos Corrêa (OAB 5784/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Paulo Bernardo Lindoso e Lima (OAB 11333/AM)
Pedro Antônio de Oliveira (OAB 9678/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Ramyde Washington Abel Caldeira Doce Cardozo (OAB 12029/AM)
Rebeca Vitória Bruno Machado (OAB 12257/AM)
renata malcon marques (OAB 24805/BA)
Renato Fernandes Mariano (OAB 8246/AM)
Rita de Cássia Ramos de Andrade (OAB 7220/AM)
Roberto Alessandro de Lima Nascimento (OAB 12403/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rodrigo Benayon Pontes Serudo (OAB 11132/AM)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Ronaldo Nunes Maduro Junior (OAB 13428/AM)
Walfran Siqueira Caldas (OAB 8915/AM)
Yago Lira de Lima Mabelini (OAB 13650/AM)

17ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 17ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO CAIO CÉSAR CATUNDA DE SOUZA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ALESSANDRA MADDY FIGLIUOLO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0180/2019

ADV: MARIA AURILENE GUIMARÃES ROSAS (OAB 8148/AM), ADV: WAGNEY GUIMARÃES ROSAS (OAB 7908/AM) - Processo 0657358-53.2018.8.04.0001 - Representação Criminal/Notícia de Crime - Constrangimento ilegal - VÍTIMAFATO: H.O.S. - Certifico, para os devidos fins, que a Audiência de Conciliação foi designada para o dia 30/09/2019, às 09:00h.

Maria Aurilene Guimarães Rosas (OAB 8148/AM)
Wagney Guimarães Rosas (OAB 7908/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 17ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO CAIO CÉSAR CATUNDA DE SOUZA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ALESSANDRA MADDY FIGLIUOLO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0181/2019

ADV: EDUARDO ALVARENGA VIANA (OAB 6032/AM) - Processo 0606449-62.2018.8.04.0015 - Termo Circunstanciado - Crimes contra a Honra - AUTOR: João Victor Tayah Lima - Certifico, para os devidos fins, que a Audiência de Instrução e Julgamento foi designada para o dia 23/10/2019, às 09:30h.

Eduardo Alvarenga Viana (OAB 6032/AM)

SUMÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Presidente **Desembargador Yedo Simões de Oliveira**
Endereço **Av. André Aráujo s/n - CEP:69060-000**
Telefone **(092) 2129-6666**
Internet **www.tjam.jus.br**

TRIBUNAL DE JUSTIÇA 1
SEÇÃO I 1
PRESIDÊNCIA 1
SECRETARIA JUDICIARIA - RECURSOS 1
Decisões 1
Intimações 1
SEÇÃO II 3
TRIBUNAL PLENO 3
Conclusões de Acórdãos 3
Intimações 3
Decisões 4
Pauta de Julgamento Designado 5
SEÇÃO III 5
CÂMARAS REUNIDAS 5
Conclusões de Acórdãos 5
Intimações 8
Pauta de Julgamento Designado 8
SEÇÃO IV 8
CÂMARAS ISOLADAS 8
PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL 8
Conclusões de Acórdãos 10
Intimações 32
SEGUNDA CÂMARA CÍVEL 33
Conclusões de Acórdãos 33
Intimações 41
Julgamento Virtual 44
TERCEIRA CÂMARA CÍVEL 49
Conclusões de Acórdãos 49
Despachos 60
Intimações 61
Decisões 61
Pauta de Julgamento Designado 65
PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL 66
Intimações 66
Decisões 66
Pauta de Julgamento Designado 66
SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL 67
Conclusões de Acórdãos 67
Intimações 69
Decisões 69
Julgamento Virtual 70
SEÇÃO V 71
CONSELHO DA MAGISTRATURA 71
Decisões 71
SEÇÃO VI 71
VARAS - COMARCA DA CAPITAL 71
1ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 71
2ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 92
3ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 94
4ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 100
5ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 103
6ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 112
7ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 121
8ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 127
9ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 133
10ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 139
11ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DO TRABALHO 148
12ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 152
13ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 161
14ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 166
15ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 177
16ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 208
17ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 219
18ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 224
19ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 233
20ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 242
1ª VARA DE FAZENDA PÚBLICA 250
2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA 251
4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA 253
5ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA 254
VARA DE REGISTROS PÚBLICOS E USUCAPIÃO 255
1ª VARA CRIMINAL 257
2ª VARA CRIMINAL 265
6ª VARA CRIMINAL 266
7ª VARA CRIMINAL 266
8ª VARA CRIMINAL 267
9ª VARA CRIMINAL 270
1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI 273
2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI 280
3ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI 282
VARA DE EXECUÇÃO PENAL 285
VARA DE ÓRFÃOS E SUCESSÕES 287
2ª VARA DE FAMÍLIA 287
4ª VARA DE FAMÍLIA 287
5ª VARA DE FAMÍLIA 299
6ª VARA DE FAMÍLIA 300
7ª VARA DE FAMÍLIA 317
2ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIME DE USO E TRÁFICO DE ENTORPECENTES 319
4ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIME DE USO E TRÁFICO DE ENTORPECENTES 319
1ª VARA DE CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES 319
2ª Vara de Crimes contra a Dignidade Sexual de Crianças e Adolescentes 319
VARA ESPECIALIZADA DO MEIO AMBIENTE E QUESTÕES AGRÁRIAS 321
SEÇÃO VII 322
JUIZADO ESPECIALIZADO NO COMBATE A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER 322
1º Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher 322
3º Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher 322
VARA DO JUIZADO DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL E MUNICIPAL 323
VARA INFRACIONAL DO JUIZADO DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE 325
SEÇÃO VIII 326
TURMA RECURSAL 326
JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS - CAPITAL 488
1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 488
2ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 493
3ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 496
5ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 499
6ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 501
7ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 507
8ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 508
9ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 511
10ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 511
12ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 511
13ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 520
14ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 536
15ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 536
17ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL 539